



VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais

**Concepções de Sociedade
e Direitos de Cidadania
em Questão:
novos desafios para
o mundo rural
brasileiro**



**27 a 30 de Agosto
UFSC - Campus
Central Trindade
Florianópolis**

REALIZAÇÃO:



PROMOÇÃO:

Pós-Graduação em Agroecossistemas/CCA/UFSC | Pós-Graduação em Sociologia Política/CFH/UFSC
Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar/CFH/UFSC
Núcleo de Desenvolvimento Rural Sustentável/CCA/UFSC | Epagri-Cepa



ANAIS

VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais

Concepções de Sociedade e Direitos de Cidadania em
Questão: novos desafios para o mundo rural brasileiro

1ª. Edição

Florianópolis – SC Rede
de Estudos Rurais

ISBN 978-85-63737-04-5

2019



REDE DE ESTUDOS RURAIS

Diretoria Responsável (2017 – 2018)

Coordenador Presidente: Luís Antônio Barone
(UNESP – Presidente Prudente – SP)

1ª Coordenadora Secretária: Cristina Maria Macêdo de Alencar
(UCSal – Universidade Católica de Salvador)

2º Coordenador Secretário: Valmir Luiz Stropasolas
(UFSC)

1ª Coordenadora Tesoureira: Rosemeire Aparecida Scopinho
(UFSCar – Universidade Federal de São Carlos)

2º Coordenador Tesoureiro: Everton Lazaretti Picolotto
(UFMS – Universidade Federal de Santa Maria)

Conselho Fiscal:

Rodrigo Constante Martins (UFSCar)
Aldenor Gomes da Silva (UFRN)
Ademir Antonio Cazella (UFSC)

Conselho Consultivo Nacional:

Paulo André Nierdele (UFRGS)
Leonilde Servolo Medeiros (UFRRJ)
Delma Pessanha Neves (UFF)
Janice Bruno Dias (UFMG)
Dalva Maria da Mota (Embrapa Amazônia Oriental)
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante (UNIARA)
Ramonildes Alves Gomes (UFCG)
Cimone Rozendo (UFRN)
Alfio Brandenburg (UFPR)
Valter Lúcio Oliveira (UFF)

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-63737-04-5



9 788563 737045



Comissão Científica do VIII Encontro da Rede:

Alfio Brandenburg (UFPR)
Cimone Rozendo (UFRN)
Dalva Maria da Mota (Embrapa)
Delma Pessanha Neves (UFF)
Janice Bruno Dias (UFMG)
Leonilde Servolo Medeiros (UFRRJ)
Paulo André Nierdele (UFRGS)
Ramonildes Alves Gomes (UFMG)
Valter Lúcio Oliveira (UFF)
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante (UNIARA)
Maria de Nazareth Baudel Wanderley (UFPE) Sônia
Maria Pessoa Pereira Bergamasco (UNICAMP)
Gutemberg Armando Diniz Guerra (UFPA)
Aldenor Gomes da Silva (UFRN)
Maria Aparecida Moraes Silva (UFSCar)

Comissão Organizadora do VIII Encontro da Rede:

Ademir Antonio Cazella (CCA/UFSC)
Jurandi Gugel (Cepa/Epagri)
Karolyna Herrera (NAF/UFSC)
Maria Ignez Silveira Paulilo (PPG – Sociologia e Política/UFSC)
Valmir Luiz Stropasolas (CCA/UFSC)
Vilênia Venâncio Porto Aguiar (NAF/UFSC)

Organização: Luís

Antonio Barone Valmir
Luiz Stropasolas
Karolyna Herrera
Graziella Praça Orosco de Souza
Dayana Maria Vanderley

Arte e Diagramação: Graziella

Praca Orosco de Souza Dayana
Maria Vanderley



Apoio:
Universidade Federal de Santa Catarina
CNPq
CAPES
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC
Secretaria Especial da Agricultura Familiar e Desenvolvimento
Agrário
Governo Federal



Periodicidade:

bienal

Endereço de Contato:

Rede de Estudos Rurais
Avenida Presidente Vargas, 417/9º andar, sala 909
CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ
CNPJ: 10.269.919/0001-39
Email: rdestudosrurais@gmail.com
<http://www.redesrurais.org.br/>



APRESENTAÇÃO

Apresenta-se, aqui, os Anais contendo os textos discutidos nos Grupos de Trabalho do VIII Encontro Nacional da Rede de Estudos Rurais. O VIII Encontro da Rede foi realizado no período de 27 a 30 de agosto de 2018, nas dependências da Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis/SC. O Tema Geral escolhido para este evento foi: **“Concepções de Sociedade e Direitos de Cidadania em questão: novos desafios para o mundo rural brasileiro”**. A participação, evidenciada nestes anais, de pesquisadores de todas as regiões do país demonstrou, mais uma vez, a força e a importância dessa Rede – sobretudo em tempos de forte polarização política e orientações governamentais pouco afeitas às necessidades e reais soluções de problemas envolvendo os mais diferentes segmentos que vivem e trabalham no campo.

Estão reunidos neste volume mais de 150 trabalhos completos, debatidos nos dez Grupos de Trabalho reunidos no VIII Encontro. Essa realização deu continuidade à experiência bem sucedida da Rede e teve repercussão direta nos debates que a comunidade acadêmica vem realizando, em aliança com os setores mais organizados das populações do campo.

O encontro constituiu-se num espaço privilegiado para os debates aprofundados das diferentes e, muitas vezes, conflitantes concepções de sociedade, desenvolvimento e cidadania num contexto político-institucional de implementação de medidas que restringem abruptamente um conjunto de políticas e recursos públicos, bem como de direitos sociais e agrários, que foram conquistados sob conflitualidades, nesses últimos anos, pelos povos do campo, pela agricultura familiar e camponesa.

Foi nesse sentido que o VIII Encontro representou um espaço fundamental para se promover o debate plural e democrático de ideias e proposições formuladas pelas diferentes perspectivas em questão, sobretudo no que se refere às mudanças sociais em curso na sociedade brasileira e no mundo rural. Sem dúvida, o evento foi um momento único para se discutir, também, as contradições do chamado agronegócio, os renovados dilemas que se configuram atualmente para a reprodução social da agricultura familiar e camponesa e para a sustentabilidade socioambiental dos territórios rurais e tradicionais.

A diretoria e o conselho nacional da Rede, em estreita colaboração com a comissão organizadora local, trabalharam para viabilizar um evento que superou as expectativas, sobretudo dada a conjuntura crítica do ano de 2018, seguindo a tradição bem



sucedida das edições anteriores. Congratulamo-nos, também, com os coordenadores de GT, sem os quais o debate e a própria publicação deste volume não seriam possíveis e, também, é claro, os autores e coautores dos trabalhos, pesquisadores de diferentes formações e regiões – jovens e seniores – que se debruçam criticamente sobre os processos sociais rurais que se desenvolvem na imensidão do nosso país.

Florianópolis – SC, 14 de fevereiro de 2019.

Luís Antônio Barone
Presidente da Rede de Estudos Rurais
(gestão 2017-18)

Valmir Luiz Stropasolas
Coordenador Geral
VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais



SUMÁRIO

GT 1 – Posse, propriedade e formas de acesso à terra no Brasil: legislação, conflitos e formas de resistência	
Projeto Jaíba - etapa I: assentamento e concentração da terra em um perímetro irrigado.....	18
<i>Adâmara Santos Gonçalves Felício</i>	
Povos indígenas do sul da Bahia e direitos humanos: luta pela terra, sobrevivência, cultura e tradições.....	33
<i>Altemar Felberg e Elismar Fernandes dos Santos</i>	
O arrendamento de terras: análise da diversidade de atores no Meio Oeste Catarinense.....	49
<i>Ana Cecília Guedes, Ademir Antônio Cazella e Adinor José Capellesso</i>	
Das terras paradas ao movimento da terra: a construção da legitimidade da posse da terra por meio da conversão do Cerrado em lavouras de soja em assentamentos rurais do Mato Grosso.....	64
<i>Cristiano Desconsi</i>	
A luta camponesa pela terra no município de Goiás e o uso do direito em uma conformação social contra hegemônica.....	80
<i>Edma José Reis</i>	
Uma vida em busca de sentidos de justiça: a trajetória da quilombola Catarina Flores.....	94
<i>Eleandra Raquel da Silva Koch</i>	
Uso da Terra por Comunidades Tradicionais no Estado Democrático de Direito....	105
<i>Elisa Quint de Souza de Oliveira e Pedro Martins</i>	
A Fazenda Cabaceiras e a narrativa camponesa em uma ação possessória.....	116
<i>Emmanuel Oguri Freitas e Ana Maria Motta Ribeiro</i>	
“Declaro que sou senhor e possuidor”: os registros de terras possuídas e seu uso como fonte às pesquisas em História Agrária e História da Propriedade no Brasil”.....	131
<i>Flávia Paula Darossi</i>	
A ocupação das terras do sudoeste de Mato Grosso.....	143
<i>José Pereira Filho</i>	
Transformações na estrutura fundiária do semiárido nordestino: construindo possibilidades para novas narrativas.....	158
<i>Kaliane de Freitas Maia e Ramonildes Alves Gomes</i>	
Populações tradicionais, resistência e território: um estudo da experiência na comunidade quilombola Santo Antonio dos Pretos.....	174
<i>Khety Elane Holanda de Oliveira e Maycom Douglas Ferreira do Nascimento</i>	
Desestruturação e desagregação do Faxinal do Capanema (Prudentópolis, PR)....	186
<i>Monica Mazur e Anselmo Schörner</i>	
Retrocessos das Políticas de reconhecimento de direitos territoriais e atualizações de representações e práticas do direito à terra.....	201
<i>Renata Medeiros Paoliello</i>	
A pequena propriedade como mecanismo de desenvolvimento agrícola e industrial na política de colonização: aspectos da região oeste de Santa Catarina..	212
<i>Rodrigo Kummer</i>	
Estratégias empresariais na apropriação dos recursos naturais na Amazônia.....	232
<i>Ywri Cortez Ferreira</i>	



GT 2 - Ruralidades, Meio Ambiente e Conflitualidades

Reflexos Sociopolíticos Contemporâneos na Conformação do Município de Jacundá – PA a partir da implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.....	244
<i>Alana Pereira da Silva e Célia Regina Congilio</i>	
Alguns elementos sobre a realidade agrária e suas implicações para o Desenvolvimento Rural: Breve Síntese	256
Teórica..... <i>Alessandra Regina Müller Germani, Ana Paula Schervinski Villwock e Jacir João Chies</i>	
Reflexos da questão agrária e ambiental na luta pelo território de comunidades tradicionais.....	271
<i>Aline Miranda Barbosa</i>	
Agricultura familiar e desenvolvimento rural: oportunidades e desafios na implementação do código florestal brasileiro – LEI FEDERAL 12.651/2012.....	286
<i>Ana Luisa Araújo de Oliveira</i>	
Um dilema na sustentabilidade do pampa brasileiro: resistência e inclusão produtiva na pecuária familiar.....	299
<i>André Alfredo Coelho, Andréia Nunes Sá Brito e Vicente Celestino Pires</i>	
Juventudes extrativistas: percepções sobre o viver na Resex Chico Mendes.....	313
<i>Anselmo Gonçalves da Silva</i>	
Eucalipto, água e sociedade: a construção de representações no Vale do Paraíba Paulista.....	328
<i>Clarissa de Araújo Barreto e Sílvio Frosini de Barros Ferraz</i>	
Análise da governança de recursos de uso comum: o caso dos regimes de acesso na pescaria artesanal do bagre no Rio Grande do Sul, Brasil.....	343
<i>Diogo Camargo Pires e Gabriela Coelho-de-Souza</i>	
Hidrelétrica de Tucuruí: Memórias do deslocamento compulsório dos moradores da Cidade de Jacundá-PA.....	358
<i>Erika J. S. Curvina e Edma S. S. Moreira</i>	
Relações cidade-campo e a produção de ruralidades e da natureza na metrópole de belo horizonte a partir da análise do espaço rural do município de Brumadinho.....	371
<i>Felipe Pimentel Palha</i>	
Aprendizados sobre sementes crioulas na caatinga cearense: um estudo sobre natureza, agricultura e práticas.....	386
<i>Helena Rodrigues Lopes</i>	
“Cada um vê de um jeito”: as diferentes percepções dos ribeirinhos atingidos pela hidrovía Tapajós Amazonas.....	401
<i>Jaqueline Raquel Cardoso Mesquita e Livia de Freitas Navegantes Alves</i>	
O bioma caatinga e os estabelecimentos rurais camponeses: um olhar sobre as perspectivas e os desafios na atualidade.....	414
<i>João Rafael Gomes de Moraes</i>	
Contrapondo acordos entre pessoas e parques nos contextos brasileiro e sul-africano. O caso da comunidade quilombola Ivaporunduva e dos Bhangazi.....	430
<i>Joyce Gotlib</i>	
O Dilema do Pampa ou Campo Natural / Rangeland Complexidade do desenvolvimento devido à concorrência pela terra e os recursos naturais.....	445
<i>Juliana G. Moreira, Marie Opplert e Rodrigo G. Maciel</i>	
Questão Agrária e o Agronegócio no Vale do Jequitinhonha/MG: entre a superexploração e a resistência.....	473
<i>Mariane Rodrigues Silva e Ângela Aparecida Santos</i>	
Percepção da natureza: trabalho e moral no pensamento camponês.....	488
<i>Marivaldo Aparecido de Carvalho e Rosana Passos Cambraia</i>	



A interface do habitar e a arquitetura rural vernácula.....	
<i>Mayan Maharishi de Faria Ladeira Amâncio e Marivaldo Aparecido de Carvalho</i>	
Usos e conflitos por água no Rio Paraíba em face da transposição do Rio São Francisco: segurança hídrica e segurança alimentar no semiárido.....	503
<i>Paulo C. O. Diniz e Renato S. Maluf</i>	
Políticas de integração na Amazônia e a criação do mosaico de unidades de conservação na terra do meio, Pará.....	519
<i>Roberta Rowsy Amorim de Castro e Ricardo Eduardo de Freitas Maia</i>	
Agricultura familiar e manejo de recursos naturais na bacia hidrográfica Piancó-Piranhas-Açu.....	534
<i>Roberto de Sousa Miranda, Aldo Manoel Branquinho Nunes e Laiany Tássila Ferreira</i>	
Estudo comparativo do processo de intensificação do manejo de açaizais (<i>euterpe oleracea mart.</i>) nas comunidades Santo Antônio e Itamimbuca, no estuário amazônico.....	548
<i>Rosileia da Costa Carvalho Lívia de Freitas Navegantes Alves e Ana Paula Dias Costa</i>	563
Pescadores ‘amigos dos botos’ e dois projetos institucionais: uma experiência no caminho do etnodesenvolvimento?.....	577
<i>Tanussa Pereira Simas e Marlise Amália Reinehr Dal Forno</i>	
A governança dos recursos naturais nas fronteiras agrícolas dos cerrados nordestinos do Brasil.....	
<i>Valter Lúcio de Oliveira e Eve Anne Bühler</i>	

GT 3 - A multisetorialidade do rural: ação pública, dinâmicas e atores correspondentes

A luta pela terra e os mecanismos reprodução e (re) significação do campesinato no vale do Juarito.....	592
<i>Adelma Ferreira e Sonia M. P. P. Bergamasco</i>	
Referenciais de agricultura familiar: encontros e desencontros entre a diversidade e o reconhecimento institucional.....	606
<i>Adinor José Capellesso e Ademir Antonio Cazella</i>	
A atuação do Sindicato Unificado dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai do RS (SUTRAF-AU) na implementação do Programa nacional de habitação rural na Região Alto Uruguai – RS - 2001 a 2015.....	621
<i>Alcemir Antonio Bagnara, Douglas Cenci, Zenicléia Angelita Deggerone, Andreia Carla Cichet e Taise Pasa</i>	
“Dessecar esses campos é uma judiaria”: Aspectos do avanço da soja sobre o bioma Pampa.....	633
<i>Alessandra Matte, Juliana Gomes Moreira e Marcelo Antônio Conterato</i>	
Desenvolvimento comunitário rural no/do assentamento Lulão: um desenvolvimento medido a partir da autonomia dos sujeitos.....	648
<i>Altemar Felberg</i>	
Mediação e mudança social: um campo de possibilidades criado pelo paradigma da Convivência com o Semiárido.....	663
<i>Ana Paula Silva Santos e Ramonildes Gomes</i>	
A vivência da pobreza no Território Meio Oeste Contestado de Santa Catarina.....	675
<i>Andréia Tecchio, Geneviève Cortes, Ademir Antonio Cazella e Monique Medeiros</i>	
Tecendo novas territorialidades a partir de estratégias de famílias rurais no contexto de interação com as atividades nas confecções em Pernambuco.....	690
<i>Berlano Bênis França de Andrade</i>	
Considerações sobre uma política socioambiental: o Programa Bolsa verde em uma Resex na Amazônia.....	703
<i>Carla Cilene Siqueira Moreira e Tânia Guimarães Ribeiro</i>	



“O QUE NÓS QUER É OCUPAR TODOS OS ESPAÇOS”: a participação sociopolítica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Conselhos Gestores.....	717
<i>Claudia Kathyuscia Bispo de Jesus</i>	
Instrumentos de Ação Pública no Território Rural Campos de Cima da Serra, Rio Grande do Sul.....	731
<i>Damiane M. Boziki, Patrícia Binkowski e Aline R. C. Hernandez</i>	
O papel dos sindicatos na implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural: questões para debate.....	746
<i>Elisa de Jesus Garcia Sensato</i>	
As políticas públicas da agricultura familiar no Brasil: considerando alguns de seus aspectos relevantes.....	758
<i>Guillermo Ramón Velasquez Castel e Hieda Maria Plagiosa Corona</i>	
Cultura e lazer no campo: políticas públicas descentralizadas e práticas dos jovens.....	773
<i>Hélène Chauveau</i>	
Iniciativas de redução da pobreza rural em Moçambique: uma visão sobre comunidades de pequenos pescadores.....	785
<i>Helio Bento Maungue</i>	
Recursos e ativos territoriais específicos da Serra Catarinense.....	800
<i>Leandro Guimarães Nunes de Paula, Ademir Antônio Cazella, Alan David Claumann e Monique Medeiros</i>	
A política de compras institucionais e a vulnerabilidade na Agricultura Familiar...	815
<i>Lilian de Pellegrini Elias e Walter Belik</i>	
Rural e urbano em Teresina-PI: convenções, representações, e desafios à ação pública.....	824
<i>Lisian Priscilla Oliveira Sousa Nascimento e Maria Dione Carvalho de Moraes</i>	
As políticas públicas no semiárido brasileiro.....	839
<i>Luane da Conceição Aguiar</i>	
Dinâmicas da juventude rural nos processos participativos das Conferências de Juventude (2015).....	853
<i>Marcos Aurélio Freire da Silva Júnior</i>	
Território pampa: a dinâmica territorial e uma política estratégica planejada a priori.....	868
<i>Maria Helena Matchin Vieira e Cristiana Maria Tonetto Godoy</i>	
A constituição da categoria agricultura familiar na Argentina: diálogos com o Brasil no âmbito da Coordenadora das Organizações de Produtores Familiares do Mercosul (Coprofam).....	881
<i>Régis da Cunha Belem</i>	
GT 4 - Trabalho rural, mobilidade espacial e expropriação de direitos	
A questão agrária no século XXI: o agro que espolia e superexplora os camponeses e trabalhadores rurais de Pitanga/PR.....	897
<i>Adriano Makux de Paula e Jorge Ramón Montenegro Gómez</i>	
Ensaio sobre as relações sociais de produção nas estâncias do Rio Grande do Sul (1960-2017).....	912
<i>Francis Casagrande Zanella, Janaína Betto, Marcos Botton Piccin e Felipe Ferrari da Costa</i>	
Atualizando as relações de trabalho em uma grande propriedade rural: uma análise a partir do sistema de moradia.....	926
<i>Janine Vicente Dias e Ramonildes Alves Gomes</i>	
Mulheres rurais, migrações internacionais e trabalho assalariado.....	941
<i>Joel Orlando Bevilaqua Marin, Laila Mayara Drebes e Flávia Sousa Oliveira</i>	



Meio Ambiente versus Ocupação Agrícola: Avaliação da Execução do Protocolo Agroambiental do Setor Sucroenergético no Estado de São Paulo, Brasil.....	956
<i>José Giacomo Baccarin e Regina Aparecida Leite de Camargo</i>	
Intervenção estatal e reconfiguração dos processos de trabalho: memórias do antes e do depois da criação da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns.....	971
<i>Marcelo Moraes de Andrade e Danielle Wagner Silva</i>	
Produção, autoconsumo e renda da agricultura familiar camponesa no Território da Serra do Brigadeiro.....	986
<i>Maria Cristina Silva de Paiva, Mariana Silva de Paiva, Larissa de Bem Nacif e Stefany Alves Machado Amorim</i>	
A formação do sindicalismo de assalariados rurais em um cenário de mudanças sindicais e trabalhistas.....	1001
<i>Nadine Gerhardt Lermen e Everton Lazzaretti Picolotto</i>	
Depois do eito: relações decorrentes do adoecimento no corte de cana.....	1016
<i>Tainá Reis</i>	
Contratação de trabalhadores por agricultores familiares no município de São Joaquim/ Santa Catarina.....	1030
<i>Zimbábwe Osório Santos, Leonardo Campus Teatine e Climaco Daniela Aparecida Pacifico</i>	

GT 5 - Configurações das Políticas Públicas no Rural Contemporâneo: Explorando novas perspectivas analíticas num cenário de austeridade, autoritarismo e desregulamentação

Operações de compra e venda de terra: o Brasil e suas duas funções nesse mercado.....	1037
<i>Daniela Dias Kuhn, Luana dos Santos Hanauer e Ana Monteiro Costa</i>	
O retrocesso social e o desmonte das políticas públicas rurais no governo Temer	1052
<i>Edna Maria da Silva</i>	
Crédito rural como política pública e fruto de participação popular.....	1067
<i>Etiane Patrícia dos Reis da Silva</i>	
Reflexos da política de desenvolvimento territorial no reconhecimento e inclusão social e produtiva de comunidades tradicionais: o caso de duas comunidades quilombolas no território Centro Serra – RS.....	1082
<i>Hector dos Santos Facco, Lucas Moretz-Sohn David, Alisson Vicente Zarnott e José Marcos Froehlich</i>	
As organizações de movimentos sociais e o campo estatal: análise da trajetória do sindicalismo rural cutista/Fetra.....	1097
<i>Irio Luiz Conti, Marcelo Kunrath Silva e Manuela Finokiet</i>	
Crédito do Pronaf: estudo de caso sobre percepções de trabalhadores da Cooperativa de Crédito Rural Cresol Chapecó.....	1114
<i>Juliano Luiz Fossá, Lauro Mattei e Dunia Comerlatto</i>	
Como fica a participação da Agricultura Familiar após 2016?.....	1129
<i>Nara Eloy Machado Maturino, Adriana Vilas Boas Borges e Carlos Henrique Leite Borges</i>	
A incorporação de princípios de Segurança Alimentar e Nutricional ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): trajetória e perspectivas.....	1141
<i>Vanessa Schottz e Claudia Job Schmitt</i>	
O CONSAD Sudoeste Paulista mediante uma mudança de conjuntura: reflexões iniciais.....	1156
<i>Wolney Felipe Antunes Junior e Ricardo Serra Borsatto</i>	



GT 6 - Continuidades e discontinuidades da repressão e violência no campo	
Terras marcadas pela luta: repressão, resistência e retomada de mobilizações em Minas Gerais.....	1172
<i>Arnaldo José Zangelmi</i>	
Das formas de resistência cotidiana à forma de movimento social: As Ligas Camponesas na Paraíba e em Pernambuco e os confrontos com a violência no campo.....	1187
<i>Eduardo Guandalini Genaro e Ramonildes A. Gomes</i>	
Terra e Justiça de Transição no Brasil.....	1202
<i>Fabício Teló</i>	
Aspectos históricos da apropriação de terras no Sul e Sudeste do Pará: luta pela terra e violência no campo.....	1219
<i>Haroldo de Souza e Tarcísio Feitosa da Silva</i>	
“Homens do tempo de Arraes”: narrativas de resistência à ditadura civilmilitar no pós-1964.....	1235
<i>Regina Coelly Fernandes Saraiva</i>	
As percepções de uma militante sobre a violência no processo de estruturação do MST no Nordeste brasileiro (1989-1995).....	1252
<i>Rose Elke Debiasi</i>	
GT 7 - Cidades e protagonismos políticos: redefinição de posições sociais das mulheres do campo	
Mulheres rurais e saúde mental: implicações do ser mulher rural no Povoado do Angico em Mairi/BA.....	1267
<i>Alessandra de Sousa Fernandes e Maria Lúcia da Silva Sodré</i>	
Espaços que pesam.....	1281
<i>Ania Pupo Veja</i>	
O protagonismo invisível de mulheres residentes em áreas rurais do Brasil nas ações de saneamento.....	1295
<i>Bárbarah Brenda Silva e Sonaly Rezende</i>	
Gênero nas relações de trabalho e elementos da reidentificação quilombola vivenciados por mulheres em uma comunidade rural no Vale do Jequitinhonha, MG.....	1310
<i>Bernardo Vaz de Macedo</i>	
Participação como processo educativo: a experiência da Rede de Economia Solidária e Feminista do Rio Grande do Norte.....	1325
<i>Carine de Jesus Santos</i>	
“E aí, o que você compra com o dinheiro do Bolsa Família? “ Reflexões sobre consumo, moralidade e autonomia de mulheres rurais”.....	1335
<i>Carmen Janaina Batista Machado e Renata Menasche</i>	
“Sem medo de ser mulher”: experiências e trajetórias de mulheres nos espaços de liderança do MST.....	1348
<i>Iolanda Araujo Ferreira dos Santos</i>	
Trajetórias de jovens dirigentes do MMC/SC: experiências, perspectivas e aspectos sociais frente ao rural vivido.....	1363
<i>Janaina Betto</i>	
Mercados institucionais para a agricultura familiar e a participação feminina: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE).....	1378
<i>Jéssica Sbroglia da Silva</i>	
As mulheres sem terra e o MST: uma análise a partir do jornal sem terra.....	1389
<i>Juliana de Almeida Costa, Jossiane Ortiz Silva e Fernanda de Figueiredo Ferreira</i>	
	1404



Tempo de Cuidar: uma análise sobre o trabalho reprodutivo das mulheres rurais...	
<i>Karolyna Marin Herrera</i>	
Mulheres e processos identitários em faxinais da região Centro Sul do Paraná.....	1418
<i>Marisangela Lins de Almeida</i>	
Divisão sexual do trabalho no campo: da invisibilidade à resistência.....	1433
<i>Renata Piecha e Maria Catarina Chitolina Zanini</i>	
“Vai juntando um dinheirinho”: As mulheres e o significado social do dinheiro do Programa Nacional de Alimentação escolar em Muriaé (MG).....	1446
<i>Renata Rauta Petarly e Antônio José Pedroso Neto</i>	
Formação e atuação sindical: como os processos de formação contribuem para o empoderamento das mulheres no meio rural.....	1461
<i>Taise Pasa, Zenilclécia Angelita Deggerone, Cibele Lucia Bombardelli, Eliziane Franceshi, Jane Francisca Richter da Costa e Douglas Cenci</i>	
Associativismo das Mulheres Rurais no Semiárido.....	1475
<i>Tatiana Frey Biehl Brandão, Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco e Luciano Brandão Guerreira Barbosa</i>	
Mulheres pescadoras por uma economia feminista: um estudo sobre a prática da pesca artesanal na praia de Muriú - município de Ceará Mirim/RN.....	1490
<i>Victorya Elizabete Nipo Teixeira de Carvalho e Winifred Knox</i>	

GT 8 - Conhecimentos, desafios e possibilidades para o fazer agroecológico no mundo rural

Sistema agroflorestal: uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável da aldeia Guarani Ygua Porã no município de Biguaçu-SC.....	1502
<i>Adriel Mesquita Ramos, Lyon Martin Flescher Sojfer e Marinice Teleginski</i>	
O Potencial da Associação Escola Família Agrícola de Natalândia como facilitadora na constituição de um Sistema Participativo de Garantia no Noroeste de Minas.....	1513
<i>Aloísia Rodrigues Hirata, Luiz Carlos Dias da Rocha e João Batista Begnami</i>	
Os usos da natureza e ambiente na comunidade do Guaraguaçu como elementos para uma proposta em torno da agroecologia em Pontal do Paraná – PR.....	1528
<i>Antonio Marcio Haliski, Dimas Floriani e Nicolas Floriani</i>	
Biofertilizantes como estratégias de transição agroecológica na produção de quiabo.....	1542
<i>Antonio Wagner Pereira Lopes, Cesar Giordano Gêmero e Vera Lúcia S. B. Ferrante</i>	
Agroecologia e classes sociais, uma abordagem baseada nas obras de György Lukács e Michel Clouscard.....	1556
<i>Benedito Silva Neto</i>	
Criações de galinhas caipiras em assentamentos rurais: desafios e possibilidades para transição agroecológica.....	1571
<i>César Giordano Gêmero, José Maria Gusman Ferraz e Henrique Carmona Duval</i>	
Extensão, agroecologia e mulheres camponesas: estratégias para uma nova ruralidade.....	1586
<i>Cleber José Bosetti e Valdete Boni</i>	
Produção de conhecimentos e inovações na agroecologia: a prática agrícola como objeto epistêmico.....	1599
<i>Daniela Oliveira e Flávia Charão Marques</i>	
Ações de retorno social como alternativas de desenvolvimento rural e agroecológico em assentamentos da região central do estado de São Paulo.....	1614
<i>Elisa Racy, Daiane Roncato Cardozo, Augusto Paschoalino, Gislaine Cristina Pavini, Joviro Adalberto Junior, Vera Lúcia S. Botta Ferrante e Manoel Baltasar B. da Costa</i>	
Reflexões sobre agricultoras/es de origem urbana no meio rural.....	1629
<i>Flavia Soares Ramos</i>	



Agroecologia e alternativas: a reprodução socioambiental dos agricultores agroecológicos do Núcleo Maria Rosa da Anunciação da Rede Ecológica de Agroecologia.....	1641
<i>Letícia da Costa e Silva, Ana Paula Debastiani Vasco e Tatiana Kaminski</i>	
Sistema de produção de arroz no Rio Grande do Sul - avaliação econômica com base nos sistemas agrários entre o sistema agroecológico/orgânico e convencional.....	1656
<i>Marina Bustamante Ribeiro, Susi Mara Freddi, Roberto de Assumpção e Clarilton Edzard Davoine Cardoso Ribas</i>	
Desafios da construção do conhecimento agroecológico com jovens do campo no contexto de assentamentos da reforma agrária na Chapada dos Veadeiros, Nordeste Goiano.....	1669
<i>Nina Paula Laranjeira, César Adriano de Sousa Barbosa e Nilcionir da Costa Garcez</i>	
O crescimento dos sistemas agroflorestais como modelo de prática agroecológica	1684
<i>Regina Ap. Leite de Camargo</i>	
Os desafios dos mercados institucionais para promover a transição agroecológica.	1696
<i>Ricardo Serra Borsatto Miguel A Altieri, Henrique Carmona Duval e Julian Perez-Cassarino</i>	

GT 9 - Tecendo o futuro da Rede: experiências de pesquisadores graduandos

Transformações nas alianças, regulação e mercado para os produtos transgênicos e não transgênicos: O fechamento da controvérsia?.....	1714
<i>Caroline Finger Stresser</i>	
Corpo e sexualidade: Descobertas e significados entre o campo e a cidade.....	1728
<i>Cristiano Kerber</i>	
Shokonsai: dilemas da preservação da tradição nipônica no oeste paulista.....	1743
<i>Dayana Maria da Silva Vanderlei e Luís Antônio Barone</i>	
Entre desafios e estratégias: a inserção do agricultor familiar no mercado Potiguar	1753
<i>Francisco das Chagas Gomes de Queiroz Júnior, Semilson Marinho da Fonseca Filho e Keillany Martinho Maciel</i>	
Perfil e motivações dos consumidores da Feira de Orgânicos do Shopping Iguatemi em Porto Alegre – RS.....	1766
<i>Maiz Bortolomio Dias e Paulo Niederle</i>	
A formação da CONTAR e a luta por reconhecimento dos trabalhadores assalariados rurais.....	1777
<i>Pamela Kenner e Everton Picolotto</i>	
Movimento <i>Slow Food</i> e juventude rural: agroecologia em questão.....	1792
<i>Patrícia Klock</i>	
Percepção dos produtores rurais sobre a implantação do Projeto Agroecológico na vicinal 15/Entre Rios/Roraima.....	1807
<i>Suellen Souza de Oliveira e Manuela Souza Siqueira Cordeiro</i>	
Etnoconhecimento agroecossistêmico do Alto São Marcos.....	1819
<i>Yara Pinho de Lima, Manuela Souza Siqueira Cordeiro e Ricardo André Dantas Neves</i>	
Desenvolvimento da mesorregião da grande Florianópolis: formação, consolidação e avanços do cinturão verde.....	1830
<i>Yuri Lima Perotto e Paula Voigt Espinola</i>	

GT 10 - Redes de Cooperação para Mercados Inclusivos e Sustentáveis

Participação da Agricultura Familiar na Produção de Bovinos em Santa Catarina..	1840
<i>Alexandre Luís Giehl, Jurandi Teodoro Gugel, Marcia Mondardo e Tabajara Marcondes</i>	
Os Convívios <i>Slow Food</i> da Grande Florianópolis: uma caracterização organizacional.....	1855
<i>Ana Clara de Borba Granzotto, Carolina Vivan e Renê Birochi</i>	



Circuitos curtos agroalimentares no interior paulista: desafios da comercialização e do consumo local.....	1870
<i>Daiane Roncato Cardozo, Elisa Racy, Augusto Paschoalino, Lais Túbero Izidoro e Vera Lúcia Silveira Bota Ferrante</i>	
Gestão social e participação nos processos produtivos e comerciais de duas cooperativas do assentamento Itamarati, Ponta Porã/MS.....	1881
<i>David Frederik da Silva Cavalcante e Janaina Deane de Abreu Sá Diniz</i>	
A participação da Agricultura Familiar no PNAE: os descompasso entre os que ofertam e os que demandam na Bahia.....	1897
<i>Eliene Gomes dos Anjos, Ana Georgina Rocha e Daciane de Oliveira Silva</i>	
As tensões dos mercados alimentares da reforma agrária no sul do Brasil em face do regime alimentar corporativo.....	1911
<i>Estevan Felipe Pizarro Muñoz</i>	
CEASA como entreposto: política pública subutilizada como mecanismo de inclusão dos produtos agrícolas familiares nos mercados.....	1924
<i>Haroldo Tavares Elias, Lilian de Pellegrini Elias e Rogerio Goulart Junior</i>	
Estratégias inovadoras em circuitos curtos de comercialização de alimentos: O caso das Células de Consumidores Responsáveis em Florianópolis – SC.....	1938
<i>Isadora Escosteguy, Dayana Lilian Rosa Miranda, Adevan da Silva Pugas, Luan Marcelino Morgan e Oscar José Rover</i>	
Redes de cooperação na agricultura familiar de Santa Catarina: acesso aos novos mercados e políticas públicas.....	1953
<i>Luiz Carlos Mior, Dilvan Luiz Ferrari, Janice Maria Waituch Reiter, Marcia Mondardo, Jurandi Gugel, Marcelo Sá, Antonio Marcos Feliciano e Tabajara Marcondes</i>	
Uma análise dos mercados socialmente construídos através da Nova Sociologia Econômica: o caso do mercado artesanal de queijo de leite cru.....	1968
<i>Mariana Oliveira Moritz e Renê Birochi</i>	
Programas e Incentivos à Mercados Agroecológicos e Circuitos Curtos de Comercialização na Província de Trento – Itália.....	1983
<i>Marina Carriero de Souza e Oscar José Rover</i>	
Agricultura familiar e mercado institucional no Vale do Ribeira.....	1997
<i>Tiago Tomaz Gomes e Lucimar Santiago de Abreu</i>	



**GT 1 – Posse, propriedade e formas de acesso à terra no
Brasil: legislação, conflitos e formas de resistência**

PROJETO JAÍBA - ETAPA I: ASSENTAMENTO E CONCENTRAÇÃO DA TERRA EM UM PERÍMETRO IRRIGADO

Adâmara Santos Gonçalves Felício¹

RESUMO

A concentração da terra no Semiárido brasileiro é de sobremaneira elevada. Na década de 1960, a questão acerca da distribuição da terra e a necessidade de uma política em prol do desenvolvimento regional, fomentou debates e políticas públicas em âmbito nacional, dentre elas o desenvolvimento da agricultura irrigada, através dos perímetros públicos de irrigação, mediante a interação entre famílias assentadas e empresários agrícolas. No entanto, em muitos perímetros irrigados, tal proposta não vigorou. Destarte, o problema de pesquisa visa analisar as mudanças na composição fundiária do assentamento realizado, na Etapa I do Projeto Jaíba, perímetro irrigado localizado no município de Jaíba-MG. A hipótese que norteia o estudo está baseada no argumento que permaneceram na terra, alguns poucos produtores bem-sucedidos, que encontraram oportunidade em um determinado nicho de mercado, incorrendo estes na compra de lotes daqueles que optaram em não cultivar a terra recebida. Como resultante da pesquisa realizada, compreendeu-se que falhas no processo de seleção dos assentados e endividamento, foram determinantes para a desistência de muitos assentados, criando um ambiente propício a negociação dos lotes recebidos, em um processo informal de transferência de direitos, capaz de reorientar a ocupação original do assentamento, fazendo com que o objetivo inicial não fosse cumprido, mas sim, ascendessem um processo de concentração da terra irrigada, seja através de assentados que conseguiram viabilizar o cultivo ou através de agricultores regionais que enxergaram o assentamento instalado no perímetro irrigado como uma alternativa para o desenvolvimento da fruticultura em meio ao semiárido, através do mercado de terras informal.

Palavras-Chaves: Concentração da Terra, Perímetros Irrigados, Projeto Jaíba, Mercado de Terras.

1. INTRODUÇÃO

O acesso à terra em uma sociedade marcada pela concentração fundiária é tema amplamente discutido dentre os chamados *policy makers* e estudiosos da agropecuária e das políticas públicas no Brasil, mesmo quando entendido como uma questão de pautas de governo ou de partidos políticos. Porém, em meio a polarização que o tema é submetido na atualidade, é preciso considerar a importância do acesso à terra em ações de combate à pobreza e de segurança alimentar. Dean (1971), demonstrou que a concentração da propriedade é um dos impactos sociais e econômicos mais marcantes no Brasil.

E neste contexto, temos uma realidade adjacente as demandas pelo acesso à terra, que ainda se coloca no caso brasileiro como um campo de disputa, agricultura em larga escala x agricultura

¹ - Graduada em Ciências Econômicas pela PUCCAMPINAS, Mestra em Desenvolvimento Econômico pelo IE/UNICAMP e Doutoranda em Desenvolvimento Econômico pelo IE/UNICAMP. Filiação: Instituto de Economia – UNICAMP.

familiar. E o termo “ainda” foi utilizado com o real intuito de transportarmos ao passado recente, em que o acesso à terra ocupou os espaços de discussão dos campos da política, economia, do ativismo social e das ações em prol do desenvolvimento.

Mas, e quando posta tal análise em uma geografia social de extrema pobreza e carência até mesmo das chuvas, como é a realidade do semiárido brasileiro? Como tornar possível o acesso à terra e água? Mediante a este contexto foram formulados os programas em prol da irrigação no semiárido, em que, a pauta de desenvolvimento agrícola atendeu a políticas de expansão agrícola e de acesso à terra, fazendo com que em um perímetro irrigado, famílias da região que não tinham acesso à terra, pudessem vir a se tornarem produtores agrícolas e integrados a um mercado específico, no qual concorreriam com empresários agrícolas, detentores de parcelas de terras irrigadas dentro do mesmo perímetro.

E sob a lógica de mercado, as famílias assentadas deveriam desenvolver o cultivo agrícola. Este é o cenário preliminar conferido as famílias da Etapa I do Projeto Jaíba – objeto deste estudo de caso-, assentadas por meio de um processo de colonização, proposto para o perímetro irrigado, em que o objetivo principal era reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento econômico mediante ao cultivo da fruticultura irrigada.

Dadas tais condições, a motivação principal da pesquisa se estabeleceu sob a perspectiva de compreender as mudanças na composição fundiária da Etapa I do Projeto Jaíba ao longo dos anos, mediante a uma hipótese de concentração da posse da terra, em meio a uma área de assentamento. Ressalvamos aqui, que não é de interesse da pesquisa tratar da questão agrária em sua totalidade, restringindo a análise de maneira específica a Etapa I do Projeto Jaíba e as relações de posse e uso da terra que se constituíram através de um processo de transferência de direitos em meio a um mercado informal de terras.

Através de pesquisa de campo, esforços foram empenhados para conceber respostas à seguinte questão: Apesar de legalmente ser impossível a venda de lotes, por que há um processo de concentração da terra em assentamentos rurais de perímetros irrigados? A hipótese formulada foi de a que permaneceram na terra alguns poucos produtores bem-sucedidos que encontraram oportunidades em um determinado nicho de mercado, incorrendo estes na compra de lotes vizinhos daqueles que optaram em deixar a parcela de terra recebida.

2. PROJETO JAÍBA: CONCEPÇÃO INICIAL E ASPECTOS FORMAIS DA IMPLANTAÇÃO

Pautado em uma política nacional para o desenvolvimento agrícola, combate as secas e expansão da fronteira agrícola, o Projeto Jaíba foi considerado como um projeto público de irrigação de grande potencial transformador para a região Norte do estado de Minas Gerais, periodicamente castigada pela seca, pobreza extrema, economia incipiente e isolamento territorial. Previa-se a modernização da agricultura local, integração econômica e aumento da renda dos trabalhadores, a

partir de uma produção agrícola moderna pautada na fruticultura em áreas irrigadas a partir do rio São Francisco e suas vertentes.

Concebido em decorrência do sucesso de um projeto piloto de irrigação em terras devolutas na Mata do Jaíba, o Projeto Jaíba assumiu projeção nacional baseado em um conjunto de aportes financeiros voltados para o desenvolvimento agrícola, que teve a execução da infraestrutura iniciada em 1979, com o intuito de construir-se o maior perímetro irrigado da América Latina capaz de contribuir para o abastecimento do Sudeste brasileiro. Assim sendo, a etapa de conformação do empreendimento que viria a ser o Projeto Jaíba coincidiu com o período em que o desenvolvimento da agricultura irrigada crescia em todo o Brasil, e mediante a este cenário de criação de programas de fomento para o desenvolvimento da região nordeste, no ano de 1979, através do Convênio nº59/79², firmado entre o Ministério do Interior e Estado de Minas Gerais, determinou que as ações de desenvolvimento, estudos, projetos e obras de engenharia do então denominado Distrito Agroindustrial Jaíba e Projeto de Irrigação do Mocambinho, seriam de responsabilidade da CODEVASF, com apoio e assistência técnica da Ruralminas. Por meio deste instrumento, ficou estabelecido que dos 230.000 hectares, lotados para compor o perímetro irrigado, 100.000 hectares seriam destinados para execução das obras de infraestrutura coletiva de irrigação e loteamentos destinados a pequenos produtores e empresários. Esta área, somada a mais 130.000 ha de terras devolutas, tornaria um projeto de grande irrigação pública, conforme os moldes previstos no Plano Nacional de Irrigação.

O perímetro irrigável do Jaíba, foi planejado para se constituir como um polo de desenvolvimento regional a partir da agricultura irrigada, pautada em estância superior pela prática da fruticultura, cultura selecionada com base na adaptação do solo e às condições climáticas do vale do São Francisco, estando as fruteiras tropicais como: abacate, acerola, banana, goiaba, mamão e manga como perfeitas para o cultivo na região (PLANVASF, 1989, pg.128).

O Projeto Jaíba, foi dividido em quatro etapas de implantação (Etapa I, II, III e IV), sendo que dos 100.000 ha considerados como aptos a irrigação, optou-se por irrigar aproximadamente 66.0000 ha e destinar os 34.000 ha restantes em áreas de proteção ambiental, reserva legal, infraestrutura de canais e bombeamento de água e administração do perímetro irrigável.

A única etapa concluída do empreendimento de irrigação, Projeto Jaíba, foi a Etapa I, e por este motivo, tornou-se objeto de análise desta pesquisa, haja visto que as demais etapas não são passíveis de análise exploratória, dadas as condições parciais de operação.

² - A versão deste documento, consta como anexo a este trabalho.

3. ESTUDO DE CASO: PROJETO JAÍBA – ETAPA I - ACESSO À TERRA EM MEIO A UM CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

(...) estaria ocorrendo um processo de concentração da posse da terra na Etapa I do Projeto Jaíba? (...). Resultante de uma conversa com agricultores da região, surgiu o interesse por esta pesquisa. Motivada em compreender os movimentos de transformação da estrutura fundiária que ali ocorriam, histórias de quem permaneceu, de quem comprou, de quem saiu, foram o instrumento principal para a composição desta pesquisa. Um fato já era conhecido: muitos assentados do Projeto Jaíba, não permaneceram em suas terras e ocorre no Projeto Jaíba a aquisição de lotes, destinados à área de assentamentos, comercializados na informalidade.

Por meio de visita realizada em setembro de 2017, junto a CODEVASF (sede de Montes Claros) e Distrito de Irrigação Jaíba (sede em Mocambinho), foram realizadas entrevistas com os diretores responsáveis pelos dois órgãos com o objetivo de alcançar informações acerca das mudanças na estrutura fundiária do Projeto Jaíba ao longo dos mais de 30 anos de implantação. Através das entrevistas e informações disponibilizadas pelos representantes, foi possível identificar que de fato, ocorrera um reordenamento da composição fundiária da Etapa I do Projeto Jaíba, justificado pela negociação informal das parcelas de terras recebidas pelos assentados, que resultara na modificação da distribuição da posse dentre os ocupantes daquela área, com situações de posse de lotes em quantidades superior a aquelas definidas legalmente para implantação e gestão do perímetro irrigado.

Porém, segundo os próprios representantes dos órgãos responsáveis pela gestão do perímetro, este processo não foi captado pelos órgãos responsáveis através de levantamento fundiário consolidado, mas sim, através de informações emitidas a cunho não oficial dos técnicos que realizam visitas in loco aos assentados. Questionados acerca da existência de uma rotina de fiscalização e acompanhamento dos assentados, os representantes foram categóricos em afirmar que tais procedimentos não são realizados, restando apenas o acompanhamento dos técnicos da Emater, que tem o objetivo específico de acompanhar e fortalecer o plantio e comercialização empreendida pelos assentados.

Ainda, acerca das mudanças que ocorreram na distribuição da posse dos lotes destinados aos assentados do Projeto Jaíba, foi questionado qual seria o retrato atual do assentamento, e na mesma frequência, as afirmações provenientes da CODEVASF, quanto do DIJ, indicaram que é real a negociação de lotes entre os assentados, bem como, entre assentados e indivíduos externos ao perímetro de irrigação, de modo que *aproximadamente de 30% dos lotes ainda estariam em posse dos assentados originários.*

O estudo apresentado por Couto (2016), através de uma amostra composta por 165 lotes da gleba F da Etapa I do Jaíba revelou que 35,15% eram proprietários com titularidade (CCU ou Matrícula), 33,33% deste grupo eram fruto de processos de aquisição via contrato de compra e venda,

14,55% eram lotes explorados por arrendatários e 16,97% dos lotes eram explorados por familiares. Logo, a afirmação apresentada pela CODEVASF foi corroborada através do estudo.

No entanto, o desejo deste estudo era avançar sobre a questão do domínio dos lotes e apresentar maiores afirmações acerca de como estava distribuída a posse dos lotes no assentamento implantado na Etapa I.

Indícios decorrentes das afirmações feitas pelos técnicos entrevistados e através da percepção da pesquisadora ao realizar a visita ao assentamento em outubro/2017, indicavam a alteração da composição fundiária do assentamento, porém, a pesquisa bibliográfica sobre o Projeto Jaíba foi realizada e não foram encontradas fontes de dados oficiais que demonstrassem tais mudanças, nem ao menos dissertações ou teses que tratassem de maneira profunda deste tema. Logo era preciso demonstrar e entender os porquês destas modificações, bem como, de que forma elas estavam ocorrendo.

E assim ficou claro que apenas uma pesquisa de campo, realizada a partir de entrevistas diferentes atores sociais envolvidos ao perímetro irrigado, bem como, aqueles considerados como os protagonistas deste processo: agricultores da Etapa I, seria fundamental para conferir respostas ao questionamento realizado, bem como, para comprovação ou negação da hipótese sugerida.

3.1. Metodologia para o estudo

A metodologia utilizada para esta etapa da pesquisa, foi a combinação do levantamento bibliográfico acerca da Etapa I do Projeto Jaíba junto aos órgãos responsáveis por sua concepção, implantação e execução atual e pesquisa de campo. Esta fase de pesquisa compreendeu-se entre os meses de outubro a dezembro de 2017.

Os critérios estabelecidos para a realização da pesquisa de campo foram estipulados em etapas. A primeira, foi composta pela coleta de dados secundários acerca do processo de seleção para o assentamento e estrutura fundiária da Etapa I do Projeto de Irrigação Jaíba. Através da visita a CODEVASF – 1ª Superintendência em Montes Claros-MG e DIJ na cidade de Jaíba, foram realizadas entrevistas com funcionários responsáveis pela coordenação fundiária, gestão de dados e serviços, sendo que relatórios, cópias de convênios e contratos, foram disponibilizados por estes órgãos³.

A segunda etapa compreendeu o estudo de campo nas glebas que compõem a Etapa I do perímetro irrigado. Entrevistas foram realizadas mediante a formulação prévia de questionário semiestruturado com questões direcionadas a caracterização do irrigante selecionado. Nesta etapa de pesquisa, já era de conhecimento da pesquisadora a existência da prática de negociação de lotes na Etapa I, logo, o questionário foi formulado de modo a identificar o irrigante selecionado mediante a condição de formalidade dos lotes.

³ - Apesar do assentamento das famílias na Etapa I do Projeto Jaíba ter sido realizado pela Ruralminas, esta autarquia do governo de Minas Gerais teve suas atividades encerradas, restando no momento atual apenas a CODEVASF sob a coordenação da Etapa I, até que o governo de Minas Gerais, designe uma nova gerência ao Projeto Jaíba.

3.2. Estrutura Fundiária do Projeto Jaíba-Etapa I

A etapa I do Projeto Jaíba, considerada a área bruta, ocupa uma superfície total de 32.959,33 hectares, sendo demarcada em dez glebas dispostas ao longo dos canais de irrigação. Seis destas glebas, A, B, C3, C2, D e F eram consideradas devolutas, portanto, pertenciam ao Estado e foram destinadas as famílias assentadas em processo de colonização. A gleba C2 é uma área pertencente aos municípios de Jaíba e Matias Cardoso, e foi destinada a pequenos e médios empresários. A gleba 4, é composta por propriedades particulares, pré-existentes ao projeto de irrigação, e foram beneficiadas através do transporte de águas dos canais que abastecem as glebas A e B. As glebas C1, C4 e E são glebas pertencentes a empresas privadas. A gleba D, é ocupada pelo perímetro de Mocaminho, projeto piloto do Projeto Jaíba (CODEVASF, mimeo). Vide QUADRO 1:

Quadro 01 – Ocupação do Perímetro Irrigável – Etapa I

GLEBA	ÁREAS (ha)		N.º DE LOTES
	BRUTA	IRRIGÁVEL	
A	6.038,21	4.296,79	845
B	2.829,26	2.055,85	399
C3	488,63	295,02	57
D	2.669,87	1.038,79	201
F	2.336,16	1.660,23	326
Subtotal	14.362,13	9.346,68	1.828
C2 (Pequenos e Médios Empresários)	9.557,20	8.042,90	325
Subtotal	9.557,20	8.042,90	325
Área de Particulares beneficiados pela infraestrutura instalada na Etapa I			
C1 e C4 (particular)	3.832,10	3.200,00	-
E (Brasnica ⁴)	661,5	280	-
4 (particular)	4.546,40	3.800,00	-
Subtotal	9.040,00	7.280,00	-
Total Etapa I	32.959,33	24.669,58	2.153

Fonte: adaptado* DIJ.

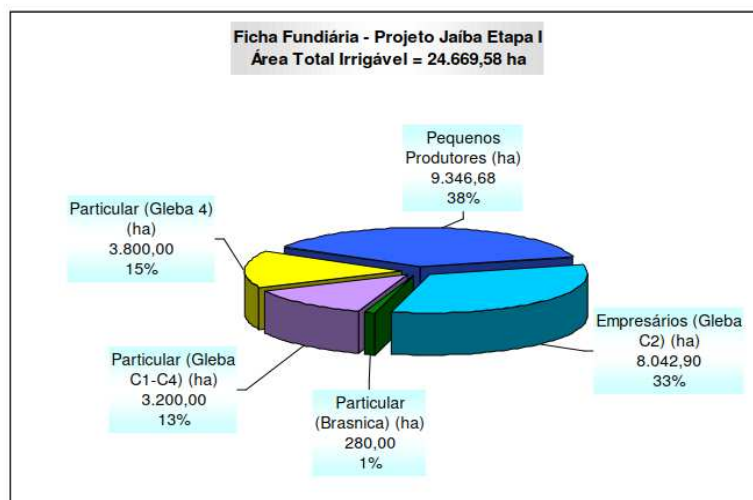
Quando observado o quadro acima, percebe-se que o projeto original para a Etapa I do Projeto Jaíba, já previa em uma única área, através da separação por lotes, a interação entre famílias assentadas e empresas, de modo que sob o contexto de uma estrutura fundiária moderna, baseada em sistemas de irrigação, passariam a conviver dois modos de produção diferentes, o primeiro baseado na produção familiar, portador de situações específicas e particulares, que ao mesmo tempo em que é “proprietário dos meios de produção” também é responsável pelo trabalho utilizado na produção e que produz em grande parte para o consumo próprio (WANDERLEY,2000), e o segundo modo de produção, aquele dotado de capital, que utiliza mão de obra remunerada, produz para o mercado e detêm do conhecimento prévio necessário a ampliação da produtividade.

A Etapa 1 do Projeto Jaíba detinha em sua estrutura fundiária ocupada, 38% da área irrigável destinada as famílias agricultoras/pequenos produtores, 33% da área irrigável ocupada pelos

⁴ - Empreendimento agrícola do ramo da fruticultura, especializada na produção de bananas, com forte atuação no Projeto Jaíba.

Pequenos e Médios Empresários, sendo o empreendimento agrícola Brasnica e as áreas particulares responsáveis por 29% da área irrigável. Dentre a parcela destinada ao assentamento dos colonos, se fazem presentes os núcleos de apoio (com escritórios da CODEVASF, DIJ, Emater, escolas e posto de saúde), estação de bombeamento e infraestrutura elétrica, vide FIGURA 01:

Figura 01 – Ficha Fundiária – Projeto Jaíba Etapa I



Fonte: DIJ

Através da Figura 14, é possível compreender que desde a concepção formal da Etapa I, já estava presente a assimetria da posse da terra dentre aqueles que tornariam seus proprietários, pois a soma da área irrigável destinada aos chamados particulares representa 62% (15.322,90 ha) da área total irrigável que compõe a Etapa I, enquanto a área irrigável destinada aos pequenos produtores, ou ainda, aos assentados, é de 38% (9.346,68 ha).

O quadro 02, logo abaixo, espelha a realidade fundiária da Etapa I e valida a máxima nacional de que “muitos têm pouco e poucos tem muito” quanto à distribuição da terra, bem como, reitera os argumentos apresentados até o momento, de que estaria concentrada a posse da terra no perímetro irrigado.

Quadro 02 – Quadro de Distribuição dos Lotes – Etapa I

Quadro de Distribuição dos Lotes - Perímetro Irrigável Etapa I		
Tipo de Produtores	Área Irrigável(ha)	Nº de Lotes
Pequenos Produtores	9.346,68	1828
Médios Empresários/Produtores	8.042,90 ha	325
Grandes Empresários/Produtores	7280,00 há	3

Fonte: Adaptação base de dados DIJ

Logo, desde a fase inicial de operacionalização da Etapa I, o padrão de elevada concentração fundiária foi reiterado no interior do perímetro irrigado Projeto Jaíba.

Apresentada a análise geral acerca da distribuição da posse da terra na Etapa I do Projeto Jaíba, o próximo passo será realizar o estudo da situação fundiária da área destinada aos colonos assentados na Etapa I, constituindo o objeto principal desta pesquisa a partir dos levantamentos e entrevistas efetuadas durante a pesquisa de campo.

3.2. Análise da Estrutura Fundiária do Projeto Jaíba Etapa I: Colonização Irrigada

De acordo com o Quadro 1, a Etapa I do Projeto Jaíba, área destinada aos pequenos agricultores, ocupa uma área total bruta de 14.362,20 ha. Contudo, descontadas as áreas comuns destinadas a infraestrutura de irrigação, a área total irrigável é de 9.346,68 ha, divididos em 1826 lotes familiares de até 05 hectares.

Contudo, a estrutura fundiária da Etapa I do Projeto Jaíba, em especial da área destinada a colonização/assentamento dos irrigantes, pode ser considerada como uma contradição no período atual, pois os dados SICOB, disponibilizados pela CODEVASF, não retratam a estrutura fundiária observada, pois durante o período de pesquisa de campo, foi recorrente a identificação pela pesquisadora, de cercas que contornavam áreas superiores a 5 ou 10 hectares de terra irrigada.

Durante a pesquisa de campo, muitas dificuldades foram encontradas, dentre elas, entrevistar aqueles que saíram, apenas, uma entrevista/observação foi alcançada, pois geralmente voltam para a cidade de origem (a maioria do Norte de Minas Gerais) ou vão para as cidades maiores da região em busca de melhores oportunidades; ampliar o número de observações, pois alguns entrevistados não disponibilizaram as informações pessoais ou sobre o processo de compra, qual a motivação principal da aquisição, dentre outros, apenas disseram que possuíam lotes no perímetro e quantidade; acessar aos lotes que estão localizados nas extremidades dos perímetros, pois as estradas são de terra e em péssimas condições de tráfego em carro comum. De todo modo, todos aqueles agricultores que tivemos a oportunidade de entrevistar, nem que fosse de modo muito informal dada a desconfiança de muitos, informaram que é crescente a compra de lotes por uma mesma pessoa e que a prática é considerada como normal, pois, na medida que a atividade dá certo, compra-se mais lotes quando a oportunidade aparece.

Dadas tais condições e a metodologia de pesquisa definida, as entrevistas foram feitas mediante a definição de unidade de negócio, ou ainda, quantidade de lotes para o mesmo irrigante, formalizado por meio da Concessão de Direito Real de Uso - CDRU e Contrato de Compra e Venda, também chamado de Contrato de Gaveta, por não dispor de registro oficial no cartório de títulos.

Portanto, foram entrevistados 21 agricultores na Etapa I, que possibilitaram mediante a análise do domínio originário o alcance de 120 lotes de até 05 hectares, 6,56% dos 1826 lotes que compõem a Etapa I e 6,78% dos 1769 considerados como ocupados pela CODEVASF em novembro de 2017.

A distribuição das observações dentre as glebas foi ordenada mediante o quadro 03:

Quadro 03 – Distribuição por Gleba dos Lotes Analisados – Projeto Jaíba Etapa I

Observações - Lotes por Gleba:	Quantidade Total de lotes	Quantidade de lotes observados durante a pesquisa	(%) Percentual
Gleba A	845	67	7,92
Gleba B	399	23	5,76
Gleba C	57	3	5,26

Gleba D	199	4	2,01 ⁵
Gleba F	326	23	7,05
Total:	1826	120	

Fonte: Pesquisa de Campo

A condição de formalidade dos 120 lotes analisados foi um fator que chamou a atenção durante o processo de leitura dos dados e apresentou distribuição conforme expresso no Quadro 04:

Quadro 04 - Condição Formalidade dos Lotes Analisados – Projeto Jaíba Etapa I

Condição de Formalidade	
Condição de Formalidade dos Lotes	Qtde
Pequeno Irrigante – CDRU – Concessão de Direito Real de Uso	9
Contrato de Compra e Venda com Registro no Cartório de Notas	110
Contrato de Compra e Venda sem Registro – gaveta	1
Pequeno Irrigante Portador de Matrícula do Imóvel	0
Total:	120

Fonte: Pesquisa de Campo

É possível perceber através do quadro 04, que a condição de formalidade dos lotes analisados é temerária, sendo que apenas nove lotes pertencem a irrigantes assentados, detentores da Concessão de Direito Real de Uso - CDRU expedido pela Ruralminas, logo, ainda não cumpriram com a totalidade do pagamento dos valores referente ao K1, K2 e amortização do lote. Os lotes em condição de Contrato de Compra e Venda com Registro no Cartório de Notas, foram de 110 no total, representando mais de 91,6% da amostra, ratificando a condição de normalidade da prática de compra e venda dos lotes agrícolas na Etapa I, mesmo que diante da irregularidade do ato. Isto posto, é possível concluir que nenhuma das observações dispunham de Registro no Cartório de Títulos. Em tese, ninguém é dono do lote ou dos lotes que ocupam, possuem apenas a posse.

A questão da formalidade da posse dos lotes da Etapa I, é um imbróglio que se desenvolveu desde a primeira fase do assentamento, ainda na década de 1980. Devido a diversas motivações, como endividamento, falta de aptidão, desinteresse, entre outros, assentados não permaneceram nos lotes que receberam, negociando no mercado informal o direito à terra que receberam. Tais negociações muitas vezes foram feitas sob o chamado contrato de gaveta com registro em cartório de notas, trocas em veículos, casas na cidade ou até mesmo em áreas de sequeiro (vide discurso registrado nas entrevistas coletadas).

O que de fato percebe-se ao visitar o perímetro irrigado, é que existe ali uma realidade bem diferente daquela apresentada pela CODEVASF em relatórios oficiais. A presença de produtores agrícolas que não foram selecionados por meio do processo de assentamento nos lotes da Etapa I é uma prática considerada como *comum* no perímetro irrigado; a compra de um lote localizado no assentamento, em tempos atuais, é vista como uma questão de oportunidade de negócio, contrariando

⁵ - A dificuldade obter entrevistas nesta gleba foi superior as demais, marcada pelo receio em conceder informações a pesquisa. Logo, a meta de alcançar 5% da amostra não foi alcançada para a gleba D.

a premissa inicial e a condição legal que privilegiava o assentamento de famílias que não tinham acesso à terra.

Um outro fator identificado durante a visita no perímetro irrigado, foi a questão do arrendamento da terra. Apesar de pouco comum, nos questionários propusemos a seguinte questão: “O Sr. (a) arrendaria o seu lote? ”, e muitos responderam positivamente, inclusive dois entrevistados, pequenos irrigantes selecionados pela CODEVASF, ambos usufruem da aposentadoria rural e compartilharam que arrendam o lote que possuem na atualidade, pois não detém mais da força necessária para realizar o plantio e seus filhos não quiseram permanecer cultivando a terra. Logo, o arrendamento lhes serve como uma maneira de complementar a renda de forma segura por um determinado período de tempo. Portanto, em análise primária acerca do perímetro irrigado, que teve seus primeiros assentados em 1989 e a idade destes primeiros assentados, compreende-se que muitos destes já estão em fase de aposentadoria, dado que mais de trinta anos se passaram, podendo muitos casos similares, se repetirem no perímetro irrigado.

A distribuição dos lotes analisados durante a fase de pesquisa alcançou uma representatividade considerável quanto ao número de observações necessárias para análise da estrutura fundiária da Etapa I, dada as dificuldades encontradas, bem como, os limites da pesquisa (acesso aos lotes localizados nas extremidades do perímetro irrigado, entrevistas aos colonos, financiamento da pesquisa, dentre outros). Dos 120 lotes aos quais obtivemos acesso, todos como anteriormente dito, eram provenientes da Concessão de Direito Real de Uso - CDRU, vinculados a 120 colonos irrigantes diferentes, logo, o número de observações espelhou uma distribuição fundiária inicial, de 1 lote de 05 hectares para 1 irrigante perante a condição formal e legal de quando as famílias foram assentadas.

Assim sendo, foram alcançados os indícios necessários para que a hipótese de concentração fundiária em um assentamento, pudesse ser validada, conforme o quadro 05.

Quadro 05⁶ – Caracterização e Distribuição da Posse dos Lotes Analisados – Projeto Jaíba Etapa I

Entrevistados	Condição do Domínio do Lote	Quantidade de Lotes que possui na Etapa I	Área Total (ha)
1	Produtor Agrícola	07 lotes	35
2	Colono Irrigante	03 lotes*	15
3	Produtor Agrícola	05 lotes	25
4	Produtor Agrícola	04 lotes	20
5	Produtor Agrícola	08 lotes	40
6	Colono Irrigante	03 lotes	15
7	Produtor Agrícola	03 lotes	15
8	Produtor Agrícola	07 lotes	35

⁶ - Legenda para o quadro:

1. Foi considerado como produtor agrícola aquele que acessou a terra por meio da aquisição informal do lote, podendo ser também considerado como o *new settler* ou *new colonist*.
2. O termo colono irrigante tratou de caracterizar o irrigante selecionado através da Ruralminas para ocupar a Etapa I.

*O entrevistado acessou 1 lote através do processo de seleção realizado pela Ruralminas e com o passar do tempo adquiriu mais 2 lotes, através da negociação informal com outros assentados.

9	Produtor Agrícola	02 lotes	10
10	Produtor Agrícola	01 lote	5
11	Colono Irrigante	01 lote	5
12	Colono Irrigante	01 lote	5
13	Colono Irrigante	01 lote	5
14	Colono Irrigante	01 lote	5
15	Produtor Agrícola	<u>05 lotes</u>	25
16	Colono Irrigante	03 lotes	15
17	Produtor Agrícola	<u>20 lotes</u>	<u>100</u>
18	Produtor Agrícola	<u>12 lotes</u>	<u>60</u>
19	Produtor Agrícola	<u>15 lotes</u>	<u>75</u>
20	Produtor Agrícola	<u>10 lotes</u>	<u>50</u>
21	Produtor Agrícola	<u>08 lotes</u>	40

Fonte: Pesquisa de Campo

Considerando o limite estabelecido pela CODEVASF e RURALMINAS de lotes a serem ocupados por cada colono assentado (4 lotes), é possível compreender através do quadro 05, que dos 21 entrevistados, 14 foram classificados como produtores agrícolas, pois acessaram as terras via a negociação informal dos lotes. Destes 14 produtores agrícolas, 10 excedem o limite máximo da posse de lotes por indivíduos, contrariando o objetivo inicial do perímetro irrigado para a Etapa I, que era promover uma distribuição mais igualitária dentre os colonos. Os quatro restantes, apenas 1 produtor agrícola detém de 1 lote, os demais possuem ao menos 02 lotes em sua posse.

Ainda com base no quadro 05, quando analisada a distribuição da posse dos 7 entrevistados que se identificaram como colonos irrigantes, 4 afirmaram possuir 1 lote. Dois colonos apresentaram mais de 1 lote em sua posse, mediante a informação de que os lotes adicionais foram adquiridos via negociação informal com outros colonos que desistiram do cultivo na Etapa I e venderam seus lotes. Apenas 1 colono irrigante possui 03 lotes agrícolas, todos mediante Concessão de Direito Real de Uso - CDRU. Logo, quando da formulação do problema de pesquisa, os pressupostos sugeridos de fato retratam parte da formatação da estrutura fundiária da Etapa I assumida ao longo dos anos, de modo que alguns colonos, efetivamente adquiriram áreas de vizinhos que desistiram do cultivo, e esta aquisição tornou-se possível, conforme identificado através dos questionários, por meio do sucesso no cultivo da fruticultura irrigada.

Para ilustrar melhor o conjunto de informações apresentadas no quadro 05, a próxima demonstração da distribuição da posse entre os entrevistados da pesquisa será realizada através da estratificação de área (ha), conforme quadro 06:

Quadro 06 – Percentuais do Número de Estabelecimentos segundo os estratos de área (ha) em relação aos totais. Projeto Jaíba Etapa I.

Estratos	Número	%
0 – 10	6	28,57
10 – 20	5	23,81
20 – 50	7	33,33
50 – 100	3	14,29
100+	-	-
Total	21	100

Fonte: Pesquisa de Campo – Distribuição com Base nos Termos Utilizados pelo IBGE.

Quando observado o quadro acima, percebe-se que a maior parte dos estabelecimentos, 33,33% agrupam-se no estrato que varia de 20 a 50 ha, e a participação de 14,29% dos estabelecimentos no estrato 50 a 100 ha merece atenção. A soma destes dois estratos em termos de área representa 47,62% do total da pesquisa, demonstrando a mudança no padrão da composição fundiária dentro da área destinada ao assentamento, uma vez que o limite de lotes em posse de um mesmo indivíduo e/ou cpf deveria ser de no máximo 20 hectares; logo a totalidade da distribuição que atende a esta regulamentação, deveria situar-se entre os estratos 0 a 10 e 10 a 20 hectares, o que não ocorre na amostra coletada, apesar de representarem a maioria - 52,38% dos estabelecimentos.

Por meio da distribuição da posse dos lotes retratada, é possível afirmar que tem ocorrido um processo de concentração da posse da terra na Etapa I do Projeto Jaíba, ainda que se consideradas as restrições do número de observações alcançados por meio da pesquisa de campo. Aqueles denominados como produtores agrícolas possuem área que variam entre 07 lotes - 35 hectares, chegando até o caso mais abrangente de 20 lotes - 100 hectares, em posse de um único agricultor, fato que segundo entrevistados não é isolado.

Em buscar de demonstrar de forma mais clara o peso da distribuição fundiária observada, apresenta-se na sequência, o cálculo do índice de Gini – que tem a finalidade de medir a desigualdade da posse da terra para o presente estudo.

Analisada a totalidade da amostra (120 lotes agrícolas observados), o nível calculado para o Índice de Gini das observações, ficou em torno de 0,493, que de acordo com Câmara (1949), é classificada como uma concentração média da posse da terra, com valores próximos a aquele identificado para o semiárido mineiro, 0,536 conforme Censo Agropecuário (2006)⁷. Se comparado com a economia fundiária brasileira, que entre 1967 e 2000, apresentou concentração fundiária em torno de 0,80, o valor de 0,493, pode ser considerado como baixo. Entretanto, estamos tratando do nível de concentração da posse da terra em uma área que foi destinada a famílias agricultoras, por meio de uma ação de colonização específica para o perímetro irrigado, que em sua concepção previa a garantia do acesso à terra e aos meios de produção (irrigação), em que o acúmulo de parcelas superiores a 20 hectares não é permitido do ponto de vista legal e regulamentar do assentamento.

E tais resultados são explicados com base nos processos de compra e venda informal dos lotes (vide entrevistas), onde foi possível perceber que esta atividade se iniciou na década de 1990, intensificou nos anos 2000 e ainda ocorre em um ritmo compassado na atualidade, em que a compra de um lote adicional é vista como uma oportunidade de ampliar a produção em meio a um ambiente de expansão da fruticultura irrigada.

⁷ - Logo, os movimentos de transformação da estrutura fundiária do assentamento podem refletir as mesmas condições do cenário regional, o que carece de estudo específico.

De todo modo, por intermédio das entrevistas de opinião realizadas com os seis representantes da CODEVASF, IMA, Emater, DIJ, Associação de Produtores da Gleba A e Prefeitura Municipal de Jaíba, a hipótese de concentração também foi corroborada por todos os entrevistados, e assumiu as mesmas condições verificadas nas entrevistas dos agricultores, de que este processo não tem sido realizado a toque de caixa, mas sim, ao longo do tempo, na medida em que o perímetro irrigado tem se consolidado.

CONCLUSÃO

Portanto, poderíamos presumir que o processo de colonização realizado no perímetro irrigável Projeto Jaíba Etapa I, agiu em atendimento a necessidade de reforma agrária para promoção do acesso à terra, bem como, para o desenvolvimento da sociedade local e regional. Contudo, tal condição não vigorou, pois compreendeu-se, que de fato, o acesso à terra e à irrigação não foram suficientes para o sucesso da Etapa I, visto que condições como: processo de seleção mediante o perfil necessário para o cultivo irrigado, assistência técnica suficiente desde a fase inicial do assentamento, acesso ao crédito, e condições mínimas para moradia, educação e saúde, não poderiam estar ausentes.

Segundo Greenhalgh (1996, p. 4), há uma resistência em efetivar a reforma agrária no Brasil, de modo que para muitos grupos políticos e sociais, a reforma agrária pode ter perdido o sentido, mas continua como uma necessidade entre os trabalhadores rurais e até mesmo a população urbana, originária do rural, que enseja o retorno ou a conquista de sua parcela de terra. E esta necessidade, se coloca como uma alternativa para o desenvolvimento socioeconômico nacional. Mas também é sabido, que a reforma agrária não pode ser empreendida apenas através de uma mera distribuição de lotes como se observa em muitos assentamentos do território nacional e para o caso apresentado neste estudo. É preciso que ocorra uma mudança radical na estrutura política e social do campo, para que o assentado venha ser dotado de maior autonomia (para o caso do Projeto Jaíba, o cultivo foi direcionado e a CODEVASF e RURALMINAS fixaram incentivos e estrutura de irrigação próprias a fruticultura, reduzindo o poder de barganha de muitos assentados em cultivar e comercializar o fruto ao qual dispunha de aptidão e/ou interesse).

De acordo com Silveira:

(...) a reforma agrária é entendida como uma política social a fim de atingir a redução da desigualdade no meio rural. Isso significa dizer que ela envolve não só a distribuição racional de terra, mas também a modificação das relações de trabalho e do relacionamento do homem no meio. Enfim, pressupõe mudanças no meio rural de forma a oferecer condições de uma vida digna no campo (SILVEIRA, 2003, p.97).

Logo, o propósito final de uma política que promove a distribuição da terra e o acesso a água em meio ao semiárido deveria ser a fixação do homem no campo. E como instrumentos para efetivar a desejada permanência, infraestruturas básicas como serviços públicos (saúde, educação e assistência

técnica suficiente), acesso ao crédito e estradas rurais se fazem necessários, caso contrário, torna-se o intento da atividade rural pelo assentado, penosa e infrutífera, dispensado os casos em que os selecionados dispuserem de capital social e monetário suficiente para instaurar o cultivo.

Trazida tal análise para o caso observado neste estudo, a hipótese inicial desta pesquisa de que permaneceram em seus lotes aqueles assentados que obtiveram sucesso no cultivo irrigado e que mediante a desistência de assentados vizinhos adquiriram lotes adicionais em um mercado informal, pode ser confirmada. Mas também revelam que em grande maioria, as negociações dos lotes foram realizadas entre colonos e produtores agrícolas provenientes das áreas de sequeiro da região, motivados pelo aumento da oferta da terra irrigada, negociadas a um preço abaixo do mercado.

Na medida que entes externos adquiriram lotes em uma área direcionada a agricultura familiar, a parcela que permanece assentada, assistiu à substituição de seus pares por indivíduos especializados no cultivo da fruticultura ou de indivíduos que dispõem do capital financeiro necessário para empreender este cultivo, demonstrando a dualidade entre irrigantes assentados e produtores agrícolas (new colonist) na área destinada aos selecionados. Esta dualidade por sua vez, revela a ingerência do Estado em não efetivar a devida fiscalização da posse dos lotes do assentamento, bem como, a ingerência do Estado em executar uma política que não coaduna e não propicia o desenvolvimento do assentado.

De todo modo, as mudanças na composição fundiária do assentamento Etapa I Projeto Jaíba, podem ser vistas como resultados de um conjunto de ações que não primaram pela sustentação dos assentados na área recebida, pois, desde a concepção inicial do perímetro irrigado, não fazia parte do interesse maior do Estado dinamizar a concentração da posse da terra na região, mas sim, transformar o perímetro irrigado em uma esfera de desenvolvimento agrícola capaz de integrar semiárido mineiro mais integrado ao restante da economia estadual. O que de fato se observou, foi uma distribuição de lotes a famílias previamente selecionadas, em cumprimento a uma necessidade de financiamento (Banco Mundial) para o funcionamento do perímetro irrigável. E esta seleção cumpriu seu papel: direcionar lotes a famílias que não dispunham do acesso à terra, contudo, não foi capaz de prever ou subsidiar as condições que promoveriam a permanência dos selecionados nos lotes recebidos.

A pesquisa de campo foi primordial para conferir evidências de que este movimento de concentração da posse da terra não tem acontecido de forma aleatória, mas que é delineado ao longo de um processo falho de assentamento das famílias selecionadas (pautado em um perfil de assentados que não atendiam aos requisitos necessários para o cultivo irrigado), ingerência da infraestrutura necessária para permanência dos assentados (assistência técnica, escolas, postos de saúde, mobilidade, dentre outros) e primordialmente, a definição prévia do cultivo a ser empreendido pelos colonos, a fruticultura, fato que submeteu os assentados a uma situação análoga a uma camisa de força, pois grande parte não detinha de conhecimentos na lida da terra, e aqueles que dispunham

da experiência para com o cultivo agrícola, estavam pautados pela lógica do cultivo de sequeiro, amplamente exercida no semiárido nacional.

E diante das dificuldades enfrentadas pelos irrigantes selecionados, a presença dos produtores agrícolas, tornar-se-ia como “*comum*” dentre o assentamento, em um movimento de negociação informal de lotes (compra e venda) a um baixo custo, permeada pela informalidade e orientada para a concentração da posse da terra em uma área de colonização, que passou a contar com a soma de um lote por produtor agrícola, a cada assentado desistente da atividade rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CÂMARA, L. A concentração da propriedade agrária no Brasil. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, V.7, nº. 77, p. 37 - 58, 1949.

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Alto Parnaíba. Relatório Anual de 1983. Brasília, 1984, 110 p.

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Alto Parnaíba. História do Projeto Jaíba. MIMEO.

CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO. RURALMINAS. Distrito de Irrigação. Perímetro irrigado de Jaíba. Jaíba, s.d. (Manual informativo).

COUTO, D. Análise do Cenário Agrícola para Delineamento do Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural – Caso Perímetro Irrigado Jaíba, Sistema 5, 6, 7 e 8. UFLA, 2016, Lavras. Trabalho de Conclusão de Curso – Extensão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável.

DEAN, WARREN – “Latifundia and land policy in nineteenth century Brazil”. Hispanic American Historical Review, v.51, nº4, 1971.

PLANVASF. Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco. Programa para o Desenvolvimento da Irrigação (1989-2000). Brasília, junho de 1989. Cooperação Técnica: CODEVASF/SUDENE/OEA. Disponível em

[:https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=ad&id=556264&biblioteca=vazio&busca=autoridade:PLANO%20DIRETOR%20PARA%20O%20DESENVOLVIMENTO%20DO%20VALE%20DO%20SAO%20FRANCISCO.&qFacets=autoridade:PLANO%20DIRETOR%20PARA%20O%20DESENVOLVIMENTO%20DO%20VALE%20DO%20SAO%20FRANCISCO.&sort=&paginacao=t&paginaAtual=1](https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=ad&id=556264&biblioteca=vazio&busca=autoridade:PLANO%20DIRETOR%20PARA%20O%20DESENVOLVIMENTO%20DO%20VALE%20DO%20SAO%20FRANCISCO.&qFacets=autoridade:PLANO%20DIRETOR%20PARA%20O%20DESENVOLVIMENTO%20DO%20VALE%20DO%20SAO%20FRANCISCO.&sort=&paginacao=t&paginaAtual=1). Acesso em: 01/07/2017.

RODRIGUES, L. Investimento agrícola e o grande projeto jaíba: uma interpretação: 1970-1996. (tese de doutorado) 337 pp. São Paulo: FFLCH/USP, 1998.

RODRIGUES, L., Cardoso, J. M. A., & Botelho, T. R. Formação social e econômica do norte de Minas. Montes Claros-MG: Unimontes, 2000.

SOARES, C. C. O caráter social e as perspectivas de adaptação da pequena produção inserida em projetos de concepção técnica: o caso do Projeto Jaíba. Lavras: UFLA, 1999. Dissertação de Mestrado.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. In: X World Congress of Rural Sociology e XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Rio de Janeiro, Brasil, 2000.

POVOS INDÍGENAS DO SUL DA BAHIA E DIREITOS HUMANOS: LUTA PELA TERRA, SOBREVIVÊNCIA, CULTURA E TRADIÇÕES

Altemar Felberg¹

Elismar Fernandes dos Santos²

RESUMO

Neste artigo, trazemos um breve panorama da trajetória de luta dos povos indígenas brasileiros, pelo reconhecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização a sua identidade, suas formas de organização e suas instituições; bem como um resumo da legislação indígena vigente, nacional e internacional, seus avanços e retrocessos na missão de promover, garantir e defender os direitos dos povos originários. Ainda, a partir da análise de documentos disponibilizados pela Federação Indígena das Nações Pataxó e Tupinambá do Extremo Sul da Bahia (FINPAT), apresentamos um retrato dos conflitos fundiários em curso na região, envolvendo a disputa de terras entre índios e fazendeiros, nos Territórios Pataxó Barra Velha, Kay/Pequi, Coroa Vermelha, Mata Medonha e nos Territórios Tupinambá de Olivença, Belmonte e Itapebi, enfatizando, sobretudo, a inoperância do Estado na tratativa da questão. A proposta do trabalho é, além de problematizar o fenômeno da demarcação de terras indígenas no território nacional, contribuir com a causa indígena e suas bandeiras – suas lutas pelo direito a terra, modos de sobrevivência, cultura e tradições.

Palavras-chave: Povos Indígenas. Terra Indígena. Direitos Indígenas

Direitos Indígenas: notas introdutórias

Desde o início da colonização brasileira, com o desenvolvimento das *plantacio*³, até a década de 1970, os povos indígenas eram considerados como uma categoria social transitória; ou seja, todas as políticas direcionadas aos povos originários tinham como objetivo sua “integração à comunhão nacional”, seja através da catequização, colonização, ou até mesmo da escravização – uma ideologia territorial fundamentada no estabelecimento e expansão dos Estados-nação (ALMEIDA, 2008).

Em sua antropologia sobre as terras tradicionais no Brasil, Paul Little (2002) destaca que dentre todos os povos tradicionais, “os povos indígenas foram os primeiros a obter o reconhecimento de suas diferenças étnicas e territoriais” (p. 13). Para se ter uma ideia, o Serviço de Proteção dos Índios (SPI), no decorrer dos 57 anos de sua existência (1910-1967), demarcou 54 áreas indígenas, dentro de uma política

¹ Mestre em Educação (ULHT) e Mestrando do Programa de Pós-graduação em Estado e Sociedade, da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). E-mail: felberg_imt@hotmail.com.

² Mestrando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio ambiente da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: elismar_fernandes@hotmail.com.

³ Sistema agrícola muito comum no processo de colonização das Américas, baseado em uma monocultura de exportação mediante a utilização de latifúndios e mão de obra escrava.

em que cada terra era “muito menos uma reserva territorial do que uma reserva de mão-de-obra” (OLIVEIRA, 1983, p. 19). Nesse mesmo período, foi criado o Parque Nacional do Xingu, em 1961, que para Menezes (2000), surgiu mais como estratégia militar de desbravamento e ocupação da Amazônia.

A lei nacional mais recente, que de forma mais específica trata dos direitos indígenas, é o Estatuto do Índio (Lei 6.001, de 1973) que, embora tenha ficado desatualizado com a nova Constituição, ainda não foi substituído. Nesta lei, todas as ações visam a integração do índio à comunhão nacional, promovendo “a via componesa como modo privilegiado de integração das populações indígenas na sociedade brasileira” (OLIVEIRA, 1983, p. 05).

Com a Constituição de 1988 – fruto dos movimentos sociais das décadas de 70 e 80 e fortemente influenciada pelas teorias do pluralismo jurídico, conferindo proteção a diferentes expressões étnicas – os povos indígenas tiveram suas reivindicações territoriais fortalecidas e formalizadas, sendo legalmente considerados pelo Estado Brasileiro como povos distintos, sujeitos de direitos especiais; sendo reconhecidas suas organizações sociais, econômicas e políticas específicas e, estipulado que o Estado deve respeitá-los enquanto povos tradicionais.

Conforme Oliveira (1999), em 12 anos da promulgação da CF/88, das 563 terras indígenas⁴ identificadas no país, 317 (56,5%) tiveram suas cartas declatórias emitidas e homologadas; onde só no Nordeste o número de grupos indígenas reconhecidos passaram de 10 na década de 1950 para 23 em 1994.

Segundo o Art. 231 da Constituição Federal/88, “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”, onde:

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. § 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. § 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada

⁴ “Terras Indígenas” é uma categoria jurídica que originalmente foi estabelecida pelo Estado brasileiro para lidar com povos indígenas dentro do marco da tutela (LITTLE, 2002, p. 13).

participação nos resultados da lavra, na forma da lei. § 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis. § 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco. § 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé. (BRASIL, 1988).

Em âmbito internacional também surgem tratados, acordos e convenções de proteção especial aos povos indígenas de todo o mundo: a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, sobre Povos Indígenas e Tribais, adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989, que destaca em seus Incisos do Art. 3 que “os povos indígenas e tribais deverão gozar plenamente dos direitos humanos e liberdades fundamentais, sem obstáculos ou discriminação” e; a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, aprovada em 13 de setembro de 2007, que reforça em Art. 5 que “os povos indígenas têm o direito a conservar e fortalecer suas próprias instituições políticas, econômicas, sociais e culturais, mantendo ao mesmo tempo seu direito de participar plenamente, se assim o desejarem, na vida política, econômica, social e cultural do Estado”.

Dessa forma, influenciada pelo movimento político internacional de reconhecimento dos direitos étnicos, foi instituída no Brasil a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), por meio do Decreto Presidencial nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, com o objetivo de “promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições”. Assim, conforme a PNPCT, os Povos Indígenas representam

(...) grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição. (BRASIL, 2007).

Portanto, nesta perspectiva da peculiaridade enquanto sujeitos de direitos, os povos indígenas não podem mais estar mais fadados ao desaparecimento étnico-cultural, ou mesmo serem alvos de políticas generalistas e ações de dizimação de seus territórios. Espera-se, ao contrário, uma convivência mais respeitosa, onde o Estado Brasileiro não tenha mais como objetivo a integração destes povos à comunhão nacional, visto que, conforme alerta Santos (2003, p. 56) estes “têm o direito de ser iguais quando a diferença os inferioriza; e o direito de ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza. Uma igualdade que reconheça as diferenças, e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades”.

Terras Indígenas e Direitos Humanos e Indígenas: uma legislação específica

A Constituição Federal de 1988 e Leis Complementares são claras em estabelecer os direitos dos Povos Indígenas Brasileiros, principalmente o Direito a Terra e Defesa Jurídica:

Art. 4º. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: II – prevalências dos direitos humanos; III – autodeterminação dos povos; VII – solução pacífica dos conflitos.

Art. 231º. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Art. 232º. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

Art. 67º. A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias CF).

Ainda, em conformidade ao Estatuto do Índio (Lei nº 6.001, de 19/12/1973):

Art. 2º. Cumpre à União, aos Estados e aos Municípios, bem como aos órgãos das respectivas administrações indiretas, nos limites de sua competência, para a proteção das comunidades indígenas e a preservação dos seus direitos. ... IX – garantir aos índios e comunidades indígenas, nos termos da Constituição, a posse permanente das terras que habitam, reconhecendo-lhes a direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes.

Art. 25º. O reconhecimento do direito dos índios e grupos tribais à posse permanente das terras por eles habitadas, nos termos do artigo 198 da Constituição Federal, independerá de sua demarcação, e será assegurado pelo órgão federal de assistência aos silvícolas, atendendo à situação atual e ao consenso histórico sobre a antiguidade da ocupação, sem prejuízo das medidas cabíveis que, na omissão ou erro do referido órgão, tomar qualquer dos Poderes da República.

Para os indígenas, apesar de o Brasil ser signatário de Convenções, Tratados e Acordos Internacionais, o Estado não cumpre com os seus acordos políticos e fundamentais, de garantir a integridade física, preservação da vida e direitos dos Povos Indígenas.

A Convenção nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, adotada em Genebra - Suíça, em 27 de junho de 1989, aprovado pelo Decreto Legislativo nº. 143, de 20 de Junho de 2002, promulgada pelo Decreto Presidencial nº. 5.051, de 19 de Abril de 2004, prevê:

Artigo 3º da Convenção 169 OIT. 2. Não deverá ser empregada nenhuma forma de força ou de coerção que viole os direitos humanos e as liberdades fundamentais dos povos interessados, inclusive os direitos contidos na presente Convenção.

Artigo 6º da Convenção 169 OIT. 1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão: consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente; 2. As consultas realizadas na aplicação desta Convenção deverão ser efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas.

Artigo 14º da Convenção 169 OIT. Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, nos casos apropriados, deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência. Nesse particular, deverá ser dada especial atenção à situação dos povos nômades e dos agricultores itinerantes. Os governos deverão adotar as medidas que sejam necessárias para determinar as terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse.

Já a Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas – 107ª Sessão Plenária da ONU, de 13 de setembro de 2007, dispõe em seus artigos 1º, 7º e 26º:

Artigo 1º. Os indígenas têm direito, como povos ou como pessoas, ao desfrute pleno de todos os direitos humanos e as liberdades fundamentais reconhecidas pela Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal de Direitos Humanos e a normativa internacional dos direitos humanos.

Artigo 7º. 1. As pessoas indígenas têm direito à vida, à integridade física e mental, à liberdade e à segurança da pessoa. 2. Os povos indígenas têm direito de viver em liberdade, paz e segurança como povos distintos e não serão submetidos a nenhum ato de genocídio, nem a nenhum outro ato de violência, incluindo a mudança de local forçada de crianças de um grupo a outro grupo.

Artigo 26º. 1. Os povos indígenas têm direito as terras, territórios e recursos que tradicionalmente tem possuído, ocupado ou de outra forma utilizado ou adquirido. 2. Os povos indígenas têm direito de possuir, utilizar, desenvolver e controlar as terras, territórios e recursos que possuem em razão da propriedade tradicional ou outra forma tradicional de ocupação ou utilização, assim como aqueles que haviam adquirido de outra forma. 3. Os Estados assegurarão o reconhecimento e proteção jurídica dessas terras, territórios e recursos. Este reconhecimento respeitará devidamente os costumes, as tradições e os sistemas de posse da terra dos povos indígenas de que se trate.

Na contramão do que prevê e assegura o ordenamento jurídico que dispõe sobre os direitos dos povos originários do nosso país, nacional e internacionalmente, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), destaca algumas das principais iniciativas em curso, de aprovação de legislação contrária aos povos indígenas. Do Poder Executivo

O já denominado pelos indígenas como Parecer Anti-demarcação 001/2017, da Advocacia-Geral da União/Temer; a paralisação dos procedimentos de demarcação das terras indígenas; o estrangulamento orçamentário, aprofundado pela Emenda Constitucional 95, que congelou o orçamento e a instrumentalização política da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) aos interesses do fundamentalismo religioso. (CIMI, 2018).

Do Poder Legislativo:

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/2000 que busca alterar o processo de demarcação em prejuízo dos povos; o Projeto de Lei 3729/2004 que estabelece mudanças na lei ambiental; o Projeto de Lei 1610/1996, que legaliza a exploração mineral em terras indígenas. Um levantamento realizado Cimi identificou que há, hoje, 33 proposições anti-indígenas em tramitação no Congresso e no Senado. Somadas às propostas apensadas por tratarem de temas semelhantes, ultrapassam uma centena. Em sua maioria, são propostas feitas por ruralistas e pretende alterar critérios para demarcação ou liberar exploração de recursos em terras indígenas. (CIMI, 2018).

Do Poder Judiciário:

a negativa do acesso à justiça aos povos por parte de alguns Ministros; a sombra do Marco Temporal; e as recorrentes decisões de reintegrações de posse e de anulação de procedimentos de demarcação, estas últimas tomadas, principalmente, nas primeiras instâncias. (CIMI, 2018).

Salvo as iniciativas da tese do marco temporal, que propõe limitar os direitos assegurados na CF/88 no que diz respeito à demarcação de terras indígenas, o panorama acima apresentado, na interpretação do CIMI, e comungado pelos indígenas e indigenistas de todo o país, evidencia “que faz parte da estratégia do agronegócio e seus representantes locais a promoção, de fato e de forma ilegal, de uma nova fase de esbulho territorial contra os povos” (CIMI, 2018).

De forma clara, em todo o território nacional “estão sendo alastradas as práticas de loteamento, apossamento e exploração, por não-índios, de terras indígenas devidamente registradas em nome da União e que estavam na posse pacífica dos povos” (Ibidem).

Terras Indígenas do Sul da Bahia: um retrato da violação dos direitos indígenas

Com base em informações repassadas pela Federação Indígena das Nações Pataxó e Tupinambá do Extremo Sul da Bahia (FINPAT), representada pelos caciques, lideranças e instituições indígenas da Bahia, muitas foram as iniciativas empreendidas no sentido de denunciar aos organismos internacionais a violação dos direitos humanos e direitos indígenas vivenciada pelos indígenas no território brasileiro; com ênfase, em particular, na omissão e falta de vontade política e responsabilidade institucional na demarcação das terras indígenas, o que contribuiu e vem contribuindo, significativamente, para a crescente onda de conflitos fundiários no Sul e Extremo Sul da Bahia, envolvendo a disputa de terras entre índios e produtores rurais não indígenas nos Territórios Pataxó Barra Velha, Kay/Pequi, Coroa Vermelha, Mata Medonha e Territórios Tupinambá de Olivença, Belmonte e Itapebi/BA.

Segundo a FINPAT, a falta de decisão, posição e vontade política do Governo Federal na emissão de Portarias Declaratórias, Decretos e conclusão de relatórios antropológicos, têm ocasionado vários assassinatos de índios e produtores rurais, criminalização de lideranças indígenas, discriminação e incitação de violências

contra os Povos Indígenas, dano ao patrimônio público e privado, insegurança pública e estado de sítio à população indígena.

Segundo o presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Dom Roque Paloschi, em denúncia feita em assembleia geral da CNBB, em abril/2018, todas essas ações que compõem uma estratégia nacional de ameaça à vida e futuro dos povos indígenas do Brasil – orquestrada pelo Estado brasileiro em atendimento aos interesses da bancada ruralista e grandes corporações privadas – tem ocasionado uma onda crescente de violações e violências, como mostram os dados:

Em 2016 foram assassinados 56 indígenas; outras 23 tentativas de assassinato; 10 ameaças de morte; 11 lesões corporais e 17 casos de racismo e discriminação étnico cultural. Outro dado alarmante é o de suicídio, que chegou em 2016 a 106 casos. Foram, ainda 735 casos de mortes na infância, grande maioria causada por falta de assistência governamental e desnutrição grave. (CIMI, 2018).

Para o presidente do CIMI (2018), o governo brasileiro parece negligenciar os fatos, agindo, ao contrário, “[...] no sentido de agravar ainda mais as violações”. Na avaliação das lideranças Pataxó, o Brasil vive à beira da deflagração de uma guerra civil contra os Povos Indígenas, os quais estão na luta pela demarcação territorial - direito fundamental para sobrevivência das etnias, suas reproduções física e cultural, e preservação do meio ambiente, das línguas, costumes e tradições destas populações.

O Território Tradicional Pataxó Barra Velha

Está localizado nos municípios de Porto Seguro e Prado/BA, sendo composto por 17 comunidades indígenas (nº flutuante), com população de cerca de 5.800 índios, onde está situado o ponto de referência histórica do Brasil, o Monte Pascoal, pedra avistada do alto mar pelos portugueses, no ano de 1500, no controverso “Descobrimento do Brasil”. A partir de 1961, com a criação do Parque Nacional do Monte Pascoal, foi objeto permanente de disputa entre os índios e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), tendo os primeiros enfrentado um longo período de privações provocado pela proibição de utilização econômica do seu próprio território, situação esta que motivou uma grande dispersão dos Pataxó, compelidos a buscar meios de subsistência em outras áreas.

O encaminhamento de uma solução para esse problema se prolongou por vinte anos, quando em 1980, a FUNAI e o IBDF chegaram a um acordo, sendo cedido para usufruto dos Pataxó uma área de apenas 8.720 hectares dos 22.500 que compõem o Parque. Além de ser esta uma área extremamente reduzida para as necessidades da sociedade Pataxó, abrange, em sua maioria, terrenos impróprios para a agricultura (brejos, faixas arenosas e campos), o que tem provocado grandes manifestações de insatisfação e revolta por parte do Povo Pataxó.

A partir do ano 1999, houveram dezenas de retomadas (ocupações) de áreas pelos indígenas, a fim de chamar atenção do Estado Brasileiro para a revisão dos limites da Terra Indígena Pataxó Barra Velha. O reestudo antropológico foi realizado pela FUNAI e publicado no Diário Oficial do Estado e União em 2008, com área de 54.000 hectares. Em 2014, os indígenas do Território Barra Velha, com população crescente (total de 17 aldeias), realizaram novas ocupações com o propósito de pedir agilidade da Presidência da República e Ministério da Justiça na emissão da Portaria Declaratória da Terra Indígena Barra Velha.

Nessa disputa territorial, os conflitos e ataques aos indígenas intensificaram-se, chegando a agressões violentas por parte dos fazendeiros e seus jagunços. Segundo relatos dos indígenas, na madrugada do dia 03 de Maio de 2014, um veículo que prestava serviço à Saúde Indígena (SESAI) foi alvejado com 17 perfurações de projétil de arma de fogo de grosso calibre, no momento em que conduzia uma paciente indígena em trabalho de parto da Aldeia de Boca da Mata para o Hospital da Cidade de Itamaraju/BA. Diante dessa experiência traumática e desesperadora, os ocupantes do veículo da saúde se embrenharam no mato para salvar suas vidas enquanto aguardaram por socorro. No dia 06 de Maio de 2014, ainda conforme relatos, mais uma tentativa de assassinato de indígenas ocorreu na área, onde foram disparados tiros de arma de fogo contra dois índios que transitavam em uma motocicleta na estrada vicinal de acesso aos povoados e cidades daquele território.

Apesar dos fatos, o Governo Brasileiro, após seis anos de reconhecimento oficial do território pela FUNAI, publicado nos meios de comunicações pertinentes, ainda não fez a emissão de portaria declaratória para a resolução do conflito. Ao contrário, no dia 24/11/2014, monta uma mega operação policial com 300 homens (Polícias Federal, Militar e Civil do Estado da Bahia) e grupos de operações especializadas (CIPA e CAEMA) e 70 viaturas, para cumprir mandado judicial de reintegração de posse, retirando à força e expulsando centenas de famílias indígenas de suas terras

tradicionais. Segundo os indígenas, os policiais chegaram de forma violenta nas áreas ocupadas, inclusive sem acompanhamento do órgão oficial de proteção ao índio (FUNAI), disparando tiros contra homens, mulheres e crianças que ali residiam, colocando terror na população indígena local.

O Território Indígena Kay/Pequi

Localizado no município de Prado/BA, possui área de 28.000 hectares de extensão, composto por 08 comunidades indígenas, com cerca de 1200 índios. No ano 1999, por ocasião das comemorações dos 500 anos do Brasil, os Pataxó desta região fizeram várias retomadas (ocupações) em seu território tradicional, com a finalidade de conquistar oficialmente a demarcação de suas terras. Desde a época, passados quase 20 anos, o processo ainda passa por estudo antropológico para reconhecimento oficial pelo Estado Brasileiro. Atualmente o processo fundiário está em análise na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Advocacia Geral da União (AGU), para posterior publicação no Diário Oficial do Estado e União e cumprimento de demais trâmites administrativos.

Em várias áreas deste território, há mandado liminar de reintegração de posse pela Justiça Federal da Subseção Judiciária de Teixeira de Freitas/BA, bem como notificação à FUNAI para agilização da conclusão do processo de demarcação territorial. A grande questão é que 18 anos já se passaram e até o momento o território ainda não foi regularizado. Enquanto isso, as famílias ficam sem condições mínimas de sobrevivência, excluídas das políticas públicas de promoção de saúde, educação e infraestrutura, dentre outras.

Sobre a questão, cabe destacar que, por “força da Constituição de 1988 (art. 22, inc. XIV), o ato de legislar sobre direitos indígenas é privativo da União Federal, ou seja, cabe unicamente ao Congresso Nacional, através de suas duas casas legislativas – Câmara e Senado”(CIMI, 2018).

A Terra Indígena Pataxó Coroa Vermelha

A Terra Indígena Pataxó Coroa Vermelha, localizada no município de Santa Cruz Cabralia, com população superior a 6.000 índios, é fruto do processo de

demarcação iniciado no ano de 1985, com proposta inicial de 10.000 hectares, concluído em parte no ano de 1998, com destinação de área de 1.493 hectares, sendo 827 de preservação ambiental, 589 hectares de área de agricultura familiar e 77 hectares de área residencial e instalação de comércio local.

Nos últimos anos ocorreram várias retomadas (ocupações) de áreas pelos indígenas. Em virtude disso, no dia 28 de Novembro de 2014, as Polícias Federal e Estadual (CAEMA e CIVIL), com 150 homens e aparato de guerra, cumpriram mandado de reintegração de posse, expulsaram e desabrigaram 88 famílias indígenas da Aldeia Pataxó Aroeira e Reserva Mutari. A primeira, com estudos antropológicos e delimitação concluída, com despacho assinado pelo Ministro de Estado da Justiça para aquisição por interesse social, na criação de reserva indígena e; a segunda, localizada na embocadura do Rio Mutari, que segundo relatos históricos, foi palco da celebração da 2ª Missa no Brasil e onde o navegador português, Pedro Álvares Cabral, em 1500, abasteceu as suas naus de água potável. Dessa forma, há fortes indícios, fundamentos e comprovações históricas de ocupação tradicional dessas terras pelos indígenas. O processo desta segunda área encontra-se em fase de conclusão de estudo antropológico pela FUNAI para demarcação como território tradicional indígena.

Ainda no TI de Coroa Vermelha, outra área retomada é onde se encontra instalada a Aldeia Pataxó Juerana, localizada no município de Porto Seguro/BA, em que, no dia 29 de março de 2011, a Polícia Federal de Porto Seguro/BA, em cumprimento de mandado judicial de reintegração de posse, expulsou 12 famílias indígenas de área ocupada, deixando as famílias totalmente desabrigadas. Esta comunidade indígena é composta por 48 famílias com aproximadamente 250 índios, e está situada em um raio de 12 km do local histórico de “Descobrimento do Brasil” e palco da celebração das 1ª e 2ª missas pelos portugueses.

A Terra Indígena Pataxó Mata Medonha

A Terra Indígena Pataxó Mata Medonha, localizada no município de Santa Cruz Cabrália/BA, é composta por 70 famílias indígenas e com população de cerca de 350 índios. No dia 28/11/2014, a Polícia Federal de Porto Seguro/BA, com 150 policiais e 40 viaturas (Federal, Militar e Civil), cumpriu mandado de reintegração de

posse na área de revisão de limites da TI, em que dezenas de famílias ficaram desabrigadas. Neste caso, o processo de regularização fundiária encontra-se em fase de conclusão de relatório antropológico pela FUNAI. Em Junho de 2014 houve um deslocamento de 15 famílias indígenas da Aldeia Mata Medonha para outra área limítrofe do território, na formação da Aldeia Pataxó Araticum, proposta esta para aquisição de terras por interesse social, como Reserva Indígena.

O Território Tupinambá de Olivença

O Território Tupinambá de Olivença é composto por 23 comunidades, com população de cerca de 7.000 índios e área em estudo de 47.376 hectares, compreendido entre os municípios de Ilhéus, Una e Buerarema, Litoral Sul do Estado da Bahia. Em 2001, os Tupinambá de Olivença foram reconhecidos oficialmente como indígenas pela FUNAI. A primeira fase de demarcação do seu território foi concluída em abril de 2009, com a publicação do resumo do relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença no Diário Oficial do Estado e União.

Na luta pela Terra, cerca de 20 índios tupinambá já foram assassinados e lideranças indígenas criminalizadas pelos órgãos e instituições dos Governos Federal e Estadual. Destaca-se a prisão arbitrária do Cacique Babau Tupinambá no Aeroporto Internacional de Brasília, quando iria viajar ao Vaticano para encontro com o Papa Francisco, a fim de denunciar a violação dos direitos humanos e direitos indígenas pelo Governo Brasileiro. Para o Povo Tupinambá, a prisão teve por objetivo intimidar os indígenas na luta por seus direitos territoriais e tradicionais, assim como impedir que denúncias fossem feitas contra o Governo Brasileiro aos organismos internacionais.

Nos dias 24 e 25 de Agosto de 2013, produtores rurais e moradores da região do município de Buerarema/BA interditaram a Rod. BR 101, na entrada da cidade, para protestar contra a demarcação do Território Tupinambá de Olivença. Neste episódio, os manifestantes queimaram um veículo que estava a serviço da saúde indígena, em que três indígenas foram agredidos fisicamente; um veículo do Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia da Bahia (IFBA) também foi queimado, e um professor indígena agredido fisicamente; 10 casas de indígenas no povoado vizinho

queimadas; a Cesta do Povo do Governo da Bahia saqueada e depredada; agências bancárias depredadas e vários atos violentos e assalto de mercadoria a indígenas. Tudo isso atribuído pelos indígenas à omissão do Governo Brasileiro na emissão de portaria declaratória do Território Tupinambá e indenização das benfeitorias dos posseiros, cuja morosidade governamental tem causado conflitos, assassinatos e insegurança pública. A partir desta data, o Governo Federal invocou a Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e instalou a Força Nacional de Segurança Pública e Exército Brasileiro dentro das Terras Tupinambá, com o argumento de fazer a pacificação da área para assinatura da Portaria Declaratória, violando ainda mais os direitos e molestando as comunidades do Povo Tupinambá.

A violação dos Direitos Humanos e o crescente aumento da violência contra as comunidades tradicionais no Brasil estão preocupando até as organizações internacionais, que participaram de reuniões com o Governo Estadual em Salvador, no dia 31/10, e de audiência pública no dia 1º/11/2014 no Sul do Estado. Diversos embaixadores da União Europeia e representantes da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República marcaram presença, além da Secretária Estadual da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos da Bahia. A comitiva da União Europeia, com a presença de 09 Embaixadas (Bélgica, Suécia, Reino Unido, Eslovênia, Finlândia, Espanha, França, Holanda, Irlanda), 02 Consulados e a chefe da delegação da União Europeia, ouviram atentamente os relatos de violência física psicológica e cultural; criminalização de lideranças; judicialização das lutas; desrespeito às culturas e povos; preconceito; genocídios; crimes contra a natureza; avanços de empreendimentos com o capital europeu sobre territórios tradicionais; violação de direitos; assim como descumprimento e ataques a direitos constitucionais duramente conquistados.

O Território Tupinambá de Itapebi

O Território Tupinambá de Itapebi é composto por 70 famílias e população de 350 indígenas, distribuídas em duas comunidades: Vereme e Encanto da Patioba, localizadas no município de Itapebi. O primeiro levantamento antropológico não constatou como território tradicional, porém está previsto pela FUNAI uma nova avaliação deste estudo preliminar de reconhecimento e delimitação territorial. Em

2011 e 2012, a Polícia Federal cumpriu mandado liminar de reintegração de posse na Aldeia Vereme, composta por 12 famílias, mas os indígenas tinham se deslocando da área por ameaça de pistoleiros. Algumas famílias foram viver nas periferias da cidade de Eunápolis/BA e outras na Aldeia Encanto da Patioba. No dia 07 de Março de 2013, um grupo de cerca de 30 pistoleiros invadiram a comunidade Tupinambá Encanto da Patioba, tocaram fogo e queimaram 28 casas, agrediram fisicamente lideranças, mataram animais domésticos e de estimação (galinhas, patos e cachorros) e deixaram desabrigadas todas as famílias da aldeia, as quais estão vivendo nas periferias das cidades e comunidades próximas que lhes deram abrigos. Na luta pela terra, várias lideranças e membros destas comunidades já foram brutalmente assassinados. Até o momento, nenhuma solução foi dada pelo Governo Federal Brasileiro para assistência social e realocação das famílias. Por parte da Presidência da FUNAI, não existe previsão e planejamento de formação de Grupo de Trabalho – GT para iniciar os processos de reestudos das áreas pleiteadas pelos indígenas como território tradicional. Enquanto isso, as famílias indígenas estão vivendo criminalizadas, discriminadas e em situação de vulnerabilidade social e cultural.

O Território Tupinambá de Belmonte

O Território Indígena Tupinambá de Belmonte, com área de 9.521 hectares, é composto por 41 famílias e população superior a 200 indígenas. Desde 2002 a Comunidade da Aldeia Tupinambá Patiburi luta para o reconhecimento do seu território. Em 2006, as famílias indígenas foram expulsas da área pela Polícia Federal, no cumprimento de mandado de reintegração de posse, abandonando casas, roçados e criações. No final de 2013, foi publicado no Diário Oficial do Estado e União, o relatório antropológico de identificação e delimitação territorial, sendo comprovada a tradicionalidade da área. Todavia, mesmo com reconhecimento do órgão oficial de proteção e assistência aos povos indígenas brasileiros (FUNAI), no mês de novembro de 2014, a Polícia Federal e Oficial de Justiça compareceram na comunidade com mandado liminar de reintegração de posse, negociando no máximo 15 dias para todas as famílias desocuparem a área. Na aldeia Patiburi, além das casas, existe toda uma infraestrutura de sobrevivência dos indígenas: escola, posto de saúde, centro

cultural e roçados. Encontram-se implantados, também, projetos de ovinocultura, com galpão, 150 matrizes e equipamentos agrícolas.

Considerações Finais

Fica evidente que, em caminho contrário às conquistas alcançadas na década de 1980, atualmente o Estado Brasileiro tem criado instrumentos jurídicos nas Três Esferas de Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) que contrariam a Constituição Federal Brasileira e Acordos Internacionais. Grupos de parlamentares das bancadas ruralistas do Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal, têm proposto em grande quantidade, projetos e medidas legislativas que ferem os direitos humanos e direitos indígenas, com destaque para: a Portaria 303/AGU – Advocacia Geral da União (Executivo), a PECs 038/99, 215/2000, PLs 227/2012 e 237/2013 (Legislativo) e a Petição 3388/STF (Judiciário).

Destaca-se, ainda, que o Poder Judiciário nas Varas Federais de 1ª Instância tem emitido dezenas de decisões judiciais em liminar de reintegração de posse contra os povos indígenas no Estado da Bahia, expulsando-os de seus territórios tradicionais reconhecidos pela FUNAI, particularmente os Juízes Federais das Seções e Subseções Judiciárias das cidades de Ilhéus, Itabuna, Eunápolis e Teixeira de Freitas/BA. Decisões que não levam em consideração a tradicionalidade territorial, muito menos a vulnerabilidade social e a insegurança e integridade física dos indígenas, entre estes crianças, mulheres e anciões.

Diante do descumprimento de leis e violação de direitos fundamentais na preservação da vida, como ora exposto, as instituições representativas indígenas de todo o país alertam e pedem apoio da sociedade brasileira, bem como das organizações internacionais, com o intuito de estabelecer junto ao Estado Brasileiro medidas no cumprimento das convenções e acordos internacionais na garantia dos direitos humanos e direitos dos povos indígenas brasileiros; pois a falta de resolução na demarcação das terras tradicionais indígenas tem comprometido, sobremaneira, o direito à sobrevivência, cultura e tradições destes povos.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombo. Terras indígenas, “babaquais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundo de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** 2 ed. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2008.

CONSELHO MISSIONÁRIO INDIGENISTA (CIMI). “Presidente do Cimi denuncia violações de direitos dos povos indígenas na Assembléia Geral da CNBB”. 20/04/2018. Disponível em <<https://www.cimi.org.br/2018/04/presidente-do-cimi-denuncia-violacoes-de-direitos-dos-povos-indigenas-na-assembleia-geral-da-cnbb>>. Acesso em: 24 mai. 2018.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade.** Brasília: Série antropologia, 2002. Disponível em: <<http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/PaulLittle.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2013.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Terras indígenas no Brasil: uma tentativa de abordagem sociológica. **Boletim do Museu Nacional**, n. 44: 1-28. Rio de Janeiro, 1983.

_____, org. **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

MENEZES, Maria, Lúcia P. **Parque Indígena do Xingu: a construção de um território estatal.** Campinas: Unicamp, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. **Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Legislação Indigenista Fundamental:

Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas – ONU - 13.09.2007. Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT – Decreto n. 5.051, de 19.04.2004. Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos - ONU – Decreto nº 592, de 06.07.1992. Pacto Internacional Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - ONU – Decreto n 591, de 06.07.1992.

Convenção Americana sobre Direitos Humanos - OEA - Pacto de São José da Costa Rica - Decreto n. 678, de 06.11.1992.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Estatuto do Índio – Lei n 6.001, de 19.12.1973.

O arrendamento de terras: análise da diversidade de atores no Meio Oeste Catarinense

Ana Cecília Guedes¹
Ademir Antonio Cazella²
Adinor José Capellesso³

Resumo: O objetivo é demonstrar a heterogeneidade de atores envolvidos no arrendamento rural no Meio Oeste Catarinense. Os dados foram levantados com entrevistas. Os resultados identificaram tais categorias, entre os arrendatários: Agricultores Familiares Consolidados, Agricultores Familiares Vulneráveis Socioeconomicamente e os Agricultores Capitalistas, entre os arrendadores: Agricultores Familiares Aposentados, Agricultores Familiares Sem Sucessores, Proprietários de Terras Absenteístas e Indígenas.

Palavras-chave: acesso a terra; tipos ideais; contratos agrários

¹ Universidade Federal de Santa Catarina – Doutoranda em Agroecossistemas – aninhaguedes86@hotmail.com

² Universidade Federal de Santa Catarina- Doutor em Science de l’Homme et de la Société – Centre d’Etudes Supérieures d’Aménagement -Tours/França – aacazella@gmail.com

³ Instituto Federal de Santa Catarina – Doutor em Agroecossistemas – adinor.capellesso@ifsc.edu.br

INTRODUÇÃO

A questão agrária brasileira é caracterizada pela elevada concentração de terras. As análises enfatizam a presença de segmentos sociais marginalizados tributários de uma distribuição seletiva de terras iniciada pela coroa portuguesa. A aristocracia agrária manteve a posse das terras quando da proclamação da república em 1889, não se registrando rupturas na estrutura de poder (BONNAL *et al.*, 2008). Segundo os dados censitários da estrutura fundiária brasileira de 2006, os proprietários de grandes áreas (> 1000 ha) representam um grupo de 0,9% dos produtores que detém 44,4% das terras, enquanto os estabelecimentos com menos de 100 ha representa 90,8% do total e detém 21,4% da área (IBGE, 2006).

Com a promulgação da Lei de Terras em 1850 estabeleceram-se as condições iniciais para a formação de um mercado de terras no país. Entre as principais definições de seu marco legal destaca-se que o acesso a terra só poderia ocorrer por meio da compra e venda. Tal norma criou severas restrições aos escravos e imigrantes pobres, desprovidos de economias, favoreceu a expansão dos latifúndios e restringiu os avanços das formas familiares de agricultura. A ausência de um sistema público eficaz de cadastro e de regularização fundiária desembocou em diversos conflitos e migrações, especialmente, relacionadas a casos de grilagem (MARTINS, 1981; ALMEIDA, 2002; LASKOS *et al.*, 2016).

Embora persista a concentração de terras no país, Castro (2013) ressalta que o arrendamento se constitui em via alternativa de acesso a terra utilizada por um reduzido número de agricultores com pouca ou nenhuma terra. Essa afirmação é corroborada por Almeida (2009), para quem o arrendamento é um mecanismo de pouca expressão como forma de acesso a terra para pequenos e médios produtores. Para esse autor, o arrendamento estaria restrito ao contexto institucional (socioeconômico, político, cultural) dos produtores mais capitalizados e experientes, que usam seu capital para investir em máquinas e equipamentos em detrimento de imobilizá-los na aquisição de terras, condição que lhes permite se inserir nas cadeias produtivas mais dinâmicas (ALMEIDA, 2009).

Diversos estudos afirmam que a relação de arrendamento entre proprietários e arrendatários de terras é pouco expressiva e, normalmente, existe uma assimetria de poder em favor dos grandes proprietários (REYDON & PLATA, 2006; BAUINAIN,

2007; SALINAS, 2009). Apesar desse tipo de relação ainda persistir no meio rural, uma parcela da agricultura familiar brasileira recorre a esse mecanismo para ampliar e viabilizar os seus negócios agropecuários.

O presente artigo busca analisar algumas lacunas nas investigações sobre o tema do arrendamento, com ênfase na diversidade de atores sociais que recorrem a esse mecanismo de acesso a terra. O objetivo é demonstrar a heterogeneidade de atores envolvidos nos contratos de arrendamento rural, tomando por base a realidade empírica da região Meio Oeste do estado de Santa Catarina. Para tanto, elabora-se uma tipologia dos principais atores sociais implicados com arrendamentos de terras.

O público alvo deste estudo é composto por agricultores e proprietários de terras absenteeístas envolvidos nos contratos de arrendamento. A escolha da região do estudo de caso levou em consideração a persistência de uma grande diversidade social de categorias de agricultores, sendo selecionados seis municípios da região: Bom Jesus, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Ipuacu, Vargeão e Xanxerê. A coleta de dados primários adotou por base um roteiro de entrevistas semiestruturadas composto por questões abertas e fechadas. O período de realização foi entre setembro de 2016 e julho de 2017. Do total de 34 entrevistas, vinte foram direcionados a arrendatários (61%) e quatorze a arrendadores (39%).

O artigo está estruturado em três partes, além desta introdução. A primeira discorre sobre a conceituação teórica dos tipos ideais e a criação da tipologia de atores envolvidos em arrendamento no MOC. A segunda parte analisa os dados empíricos de cada tipo ideal. Por fim, na última parte discute a heterogeneidade de atores sociais que recorrem ao arrendamento de terras.

2. OS TIPO IDEAIS

O uso de tipologias é uma prática recorrente nas ciências sociais. O “tipo ideal” foi uma formulação concebida originalmente por Max Weber (1913), na qual se identificam características para diferenciar os atores ou fenômenos sociais. De acordo com esse autor, uma das principais características do tipo ideal é que ele não corresponde completamente à realidade. Ou seja, embora se possa complexificar a tipologia para ficar mais próximo da realidade objetiva, nunca será possível combinar todos os fatores presentes na realidade.

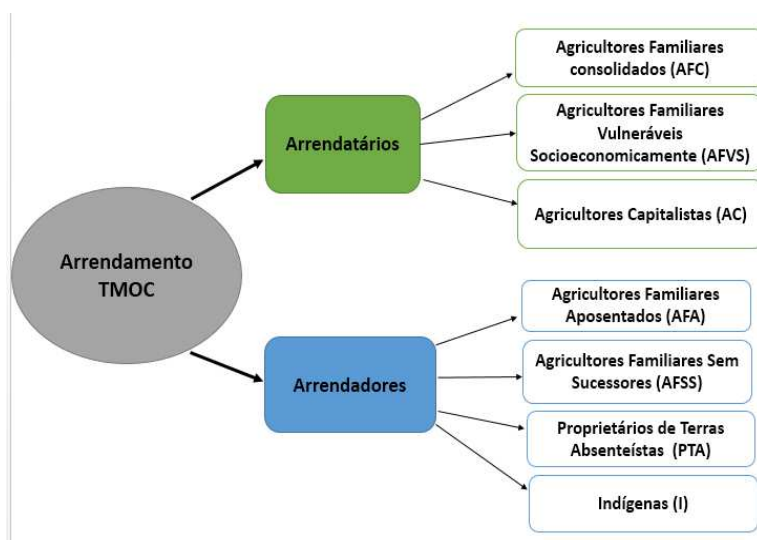
Trata-se, desse modo, de uma abstração que pode servir como um “guia” conceitual na análise da variedade de fenômenos que ocorrem na realidade. É uma

conceituação destinada a conferir consistência lógica e não contraditória, que se constrói a partir da abstração de uma ou mais dimensões da realidade (WEBER, 1991). O tipo ideal busca ser generalizável entre os atores ou fenômenos, funcionando apenas como uma referência para se compreender uma realidade dada.

Em síntese, a criação de tipologias de atores contribui significativamente para as análises sociais, pois permite comparar grupos que possuem diferentes características. No presente estudo, a tipologia proposta parte da distinção de duas categorias implicadas com a prática do arrendamento de terras adotada pelo estatuto da terra. O arrendatário consiste na pessoa ou conjunto familiar, representado pelo seu chefe, que recebe ou toma por aluguel os bens de terceiros. O arrendador de terras, por sua vez, é aquele que disponibiliza os seus bens para o arrendamento de terceiros (ESTATUTO DA TERRA, 1964).

A construção tipológica relativa à diferenciação interna parte de dados empíricos levantados no Meio Oeste Catarinense. A Figura 1, a seguir, apresenta de forma sintética esses tipos ideais de arrendatários e arrendadores de terras, sendo que as razões de tal diferenciação serão aprofundados no próximo tópico.

Figura 1: Tipos ideais de atores sociais envolvidos nos contratos arrendamento do TMOC



Fonte: elaborado pelos autores (2017)

Entre os arrendatários, a criação de tipos levou em consideração o caráter familiar ou não dos estabelecimentos, diferenciando-os internamente pela razão explicativa do recurso ao arrendamento. Três tipos ideais foram construídos:

Agricultores Familiares Consolidados (AFC)⁴, Agricultores Familiares Vulneráveis Socioeconomicamente (AFVS) e Agricultores Capitalistas (AC). Já entre os agricultores e proprietários de terras, que disponibilizam as suas terras para arrendamento, a tipologia levou em consideração as motivações e condições socioeconômicas que levam tais agricultores a não cultivar suas terras e a optar por esse recurso. Quatro tipos ideais foram identificados: Agricultores Familiares Aposentados (AFA), Agricultores Familiares Sem Sucessores (AFSS), Proprietários de Terras Abstencionistas (PTA) e indígenas (I).

A seguir será detalhada as bases teóricas dos tipos ideais, tanto de quem toma terras de terceiros, quanto de quem cede terras para arrendamento.

2.1 Os arrendatários

A categoria Agricultores Capitalistas (AC) é um tipo composto por empresas agrícolas que arrendam terras para produção agropecuária, utilizando mão de obra assalariada. Essa denominação mobiliza conceitos marxistas formulados para explicar a economia política da Inglaterra na década de 1850, momento histórico que se caracterizava principalmente pelo “cercamento” das terras⁵. Para Marx (1984), a renda capitalista da terra apresentava relações entre três classes na sociedade burguesa: os operários assalariados, os arrendatários capitalistas e os proprietários de terras.

Na lógica desse autor, uma parte da mais-valia⁶ criada pelo trabalho dos operários assalariados era apropriada pelos arrendatários capitalistas, constituindo-se no lucro médio sob o capital que permanecia com o arrendatário. A outra parte da mais-valia, que se constituía em um excedente sobre esse lucro médio, era entregue pelo arrendatário de forma obrigatória ao proprietário da terra na forma de arrendamento ou da renda da terra. Dessa forma, a renda capitalista da terra corresponde à parte da mais-valia que restava depois do desconto do lucro médio correspondente ao capital investido

⁴ Essa terminologia não possui ligação direta com a classificação do estudo FAO/INCRA (1995), que de forma pioneira classificou a agricultura familiar brasileira em três tipos de unidades de produção, a saber: familiar “consolidada” com área de terra média de 50 ha, em “transição” com área média de 8 ha e “periférica” com área média de 2 ha.

⁵ A Lei de Cercamentos de terras consistiu em uma ação de privatização de terras de uso comum dos camponeses, por meio do cercamento desses locais pelos senhores feudais. Esses últimos deixavam, assim, de ser os detentores da posse de terras para se tornar os seus proprietários. Já os camponeses que utilizavam as terras viram-se privados dessa fonte de recursos.

⁶ O conceito de mais valia representa a soma do trabalho não pago, sendo o que motiva o capitalista a investir na produção (MARX, 1980).

na economia pelo arrendatário. No MOC, essa categoria se expressa principalmente por agricultores que apresentam elevados ganhos financeiros, a exemplo de produtores especializados no plantio de soja em zonas mecanizáveis existentes na região.

Em paralelo aos empreendimentos que contratam mão de obra assalariada permanente observa-se o grupo de agricultores que realizam a gestão e o trabalho na terra predominantemente com sua família, por isso denominados de familiares. Entre os que arrendam terras com essa característica é possível diferenciá-los internamente em dois grupos. Um constituído por agricultores detentores de áreas de terra que permitem obter boas condições econômicas para a família, que buscam no arrendamento uma forma de ampliar as áreas e a otimizar o uso de seus equipamentos. O outro agrupa os agricultores com poucas áreas, geralmente descapitalizados, e que encontram no arrendamento uma das poucas opções de acesso a alguma área de terra.

Assim, a categoria Agricultores Familiares Consolidados (AFC) caracteriza-se por apresentar elevado dinamismo socioeconômico. Segundo Picolotto (2012), no Brasil as políticas públicas para a agricultura familiar têm procurado atender especialmente esse perfil de agricultores, criando novas oportunidades para o seu desenvolvimento. Entre essas políticas destacam-se o crédito rural, a garantia de preços mínimos, os subsídios à produção e a difusão de inovações tecnológicas, além do seguro agrícola (ALMEIDA, 2012; CAPELLESSO, 2016). A capitalização dessas famílias recebeu forte contribuição das políticas públicas implementadas nas duas últimas décadas, o que contribuiu para ampliar o arrendamento por essa categoria de agricultores.

A categoria Agricultores Familiares Vulneráveis Socioeconomicamente (AFVS) é caracterizada por agricultores que recorrem a contratos precários de arrendamento de pequenas áreas para períodos de uma safra. Essa informalidade resulta em migração de locais na busca constante por novas áreas, o que acaba por gerar insegurança na continuidade de suas atividades agropecuárias (CAZELLA; SOTO, 2011). Analisando o meio rural do MOC, Melo (2015) destaca a recorrência de contratos precários de arrendamento, em pequenas áreas, firmados com duração para o período de uma safra. A maior parte dos agricultores desta categoria difere dos demais por sua origem étnica.

.2.2 Os arrendadores

O tipo ideal Agricultores Familiares Aposentados (AFA) é composto por agricultores proprietários de terras agricultáveis que cessaram ou estão em vias de parar as atividades agropecuárias em decorrência da aposentadoria como agricultor junto ao

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)⁷. Esses agricultores, por razões diversas, não possuem herdeiros interessados em dar continuidade ao negócio agropecuário da família e tendem a ofertar as suas terras para arrendamento. Trata-se de uma forma de manter o patrimônio familiar e complementar a renda da aposentadoria.

Em paralelo aos agricultores familiares aposentados e sem sucessores encontra-se um grupo que tende a seguir para o mesmo caminho. São os Agricultores Familiares Sem Sucessores (AFSS), que ainda não atingiram a idade mínima para se aposentarem formalmente junto ao INSS. O motivo principal para disponibilizar as suas terras é a conjugação de idade avançada com a falta de expectativa de um sucessor em dar continuidade ao negócio agropecuário da família. Esse fato explica, também, a decisão de não mais investir em máquinas e implementos na unidade produtiva, sendo o recurso do arrendamento uma alternativa econômica rentável (CASTRO, 2013). Como a atividade agrícola caracteriza-se pela necessidade de constantes e crescentes investimentos, esses agricultores destacam que não compensa investir os últimos anos de sua vida produtiva para estruturar uma propriedade que não terá um sucessor familiar.

Outra categoria são os Proprietários de Terras Absenteístas (PTA), assim denominados por Marx (1850) em sua análise sobre a Comuna de Paris. Com base no trabalho de Marx, Costa (2016) destaca que a propriedade absenteísta se caracteriza como um hábito bastante presente na economia capitalista, na qual o dono de terras não trabalha nem administra pessoalmente o negócio. Com base na análise de Pacheco (2006), os PTA podem ser caracterizados como proprietários de terras que não as exploram diretamente para fins produtivos.

Por fim, o caso do arrendamento de áreas de Terras Indígenas (TI) refere-se a uma prática relativamente antiga, que ocorre desde a primeira metade do século XX. Segundo a Lei nº 6.001/73 trata-se de uma prática ilegal, através da qual os indígenas disponibilizam a terra para agricultores capitalizados da região, desde que na produção final uma porcentagem estipulada seja repassada aos índios. Essa é uma prática que vem ocorrendo entre os índios Kaingang existentes na região de estudo desde a instalação

⁷ Reestruturada pela Constituição de 1988, o sistema público de aposentadoria rural beneficia, atualmente, cerca de 5,3 milhões de famílias rurais, com quase nove milhões de benefícios. Para receber um salário mínimo, os agricultores precisam comprovar o tempo de serviço de até 15 anos no meio rural e ter idade acima de 55 anos no caso das mulheres e 60 anos para os homens (CAZELLA et al., 2016).

dos Postos Indígenas⁸, onde os chefes estabelecem acordos de arrendamento (ALMEIDA, 2015). Arrenda-se áreas mecanizáveis para lavouras e pastagens anuais. Agricultores, tanto da categoria AC, quanto AFC, recorrem a essa prática para aumentar os seus rendimentos nos municípios da região que têm TI.

3. AS PARTICULARIDADES DOS ARRENDAMENTOS NO MEIO OESTE CATARINENSE

A coleta de dados sobre práticas de arrendamentos no Meio Oeste Catarinense buscou identificar a diversidade de situações em que esse fenômeno ocorre. As informações sistematizadas incluem área de terra total, área de terra inserida nos contratos de arrendamento, acesso ou não a políticas públicas de caráter produtivo⁹, participação em Organização Profissional Agrícola¹⁰ (OPA) e formas de pagamentos (Quadro 1). Através dessas informações, busca-se traçar um perfil e observar a heterogeneidade de relações e equações entre arrendadores e arrendatários, as quais regulam o uso do recurso terra entre os públicos que recorrerem ao arrendamento.

Quadro 1: Características de tamanho, acesso a políticas públicas, OPA e forma de pagamento de arrendadores e arrendatários no TMO

Categoria		Área de terra implicada com arrendamento (ha)	Área total da UPA (ha)	Acesso a Políticas Públicas	OPA	Forma de Pagamento
Arrendatários	AFC	De 4 a 30	De 11 a 101	Sim	Sim	Sacas de soja ou porcentagem ¹¹ dos rendimentos
	AFVS	De 1 até 9	Até 9	Não	Não	Sacas de soja ou porcentagem ou prestação de serviços
	AC	De 5 a mais de 200	De 95 a 680	Sim	Sim	Sacas de soja ou

⁸ Os Postos Indígenas começaram a ser instalados no TI Xapéco na década de 1940 e “eram limitados quanto a recursos financeiros, técnicos e intelectuais, baseando suas ações em medidas assistencialistas mínimas, arrendamento das terras para não-indígenas e extração predatória da madeira, além de não conseguir evitar a pressão dos que alegavam ter a propriedade de partes da reserva” (LISBOA, 2010, p.64).

⁹ Cazella et al (2016) ressaltam que a realidade atual das políticas públicas no Brasil apresenta uma clara dicotomia entre as de caráter produtivo e aquelas destinadas à assistência social dos agricultores familiares. As de caráter produtivo beneficiam unidades familiares que aderiram ao uso de tecnologias e práticas agronômicas convencionais destinadas a maximizar a produtividade, sem estabelecer contrapartidas concernentes aos impactos socioambientais. Já as políticas de caráter assistencialista apresentam, como foco central, a assistência social de estabelecimentos mais frágeis e que não têm interfaces com as iniciativas de inclusão produtiva.

¹⁰ Utiliza-se a abordagem de OPA de Maresca (1983), elaborada originalmente para a realidade francesa, com as devidas adaptações para o caso brasileiro. Dentre as principais OPA atuantes no meio rural da região de estudo encontram-se a Epagri, STR, ONG, Cooperativas e empresas agroindustriais diversas.

¹¹ No arrendamento a remuneração é por preço certo, líquido e pré-determinado, independente dos riscos ou do lucro do arrendatário. Já no caso da parceria rural, há o requisito da partilha de riscos, dos frutos, produtos ou lucros que as partes estipularem.

						porcentagem dos rendimentos
Arrendadores	AFA	8 a 40	20 a 50	Não	Sim	Sacas de soja ou porcentagem dos rendimentos
	AFSS	11 a 200	10 a 150	Sim	Sim	Sacas de soja ou porcentagem dos rendimentos
	PTA	10 a 180	10 a 180	Não	Sim	Sacas de soja ou porcentagem dos rendimentos
	I	10 a mais 200	10 a 200	Não	Sim	Porcentagem dos rendimentos

Fonte: elaborado pelos autores (2017)

Legenda: AFC: Agricultores Familiares Consolidados; AFVS: Agricultores Familiares Vulneráveis Socioeconomicamente; AC: Agricultores Capitalistas; AFA: Agricultores Familiares Aposentados; AFSS: Agricultores Familiares Sem Sucessores; PTA: Proprietário de Terras Abstencionistas; I: Indígenas

A predominância da categoria Agricultores Familiares Consolidados entre os 20 arrendatários - 12 casos correspondem a esta categoria- se deve ao fato da maioria das unidades agrícolas da região ser constituída por unidades familiares integradas às principais agroindústrias de carnes (aves e suínos), leite e de grãos (soja e milho). Isso reflete no elevado dinamismo socioeconômico, ditado por agroindústrias, que têm na agricultura familiar a principal fonte fornecedora de matéria-prima. Além disso, a maior parte dos informantes-chave consultados remetia a esta categoria de agricultores por se tratar do público privilegiado pelos atendimentos das principais OPA.

Os Agricultores Familiares Consolidados estão integrados às principais cadeias produtivas existentes na região e dispõem de mão de obra familiar, por vezes, complementada com trabalho assalariado sazonal. O tamanho médio de terras próprias da unidade de produção varia de 26 a 50 hectares, ou seja, não ultrapassa os quatro módulos fiscais¹², que os caracterizam como familiares pela legislação que normatiza as políticas públicas no país. A maioria já acessou algum tipo de política pública, sendo a mais citada o programa de crédito denominado Pronaf Mais Alimentos¹³. As Organizações Profissionais Agrícolas mais lembradas são as cooperativas de crédito, as cooperativas leiteiras e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

¹²O módulo fiscal trata-se de uma unidade de medida de área (expressa em hectares) fixada diferentemente para cada município, e corresponde à área mínima necessária a uma propriedade rural para que sua exploração seja economicamente viável. O tamanho do módulo fiscal nos municípios pesquisados varia de 18 a 20 hectares

¹³ O Mais Alimentos Produção Primária é uma linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que financia investimentos em infraestrutura produtiva da unidade agrícola familiar. Por meio desta linha de crédito são financiados projetos individuais de até R\$ 150 mil e coletivos de até R\$ 750 mil, com juros de 2% ao ano, até três anos de carência e dez anos para pagar (BRASIL, s/d).

A maioria dos AFC afirmou possuir sucessores em idade ativa para dar continuidade aos trabalhos da unidade de produção. O recurso ao arrendamento é justamente utilizado para ocupar essa mão de obra e otimizar a capacidade operacional das máquinas disponíveis, além de incentivar os filhos a permanecer ou voltar para meio rural. As principais culturas utilizadas no cultivo de terras arrendadas são soja e produção de pastagem para o gado leiteiro.

Os AFC entrevistados utilizam o recurso do arrendamento de terras há menos de 15 anos. Entre os argumentos utilizados para justificar essa busca por terras ressalta-se o aumento da infraestrutura de máquinas, o que tem correlação direta com a melhoria no acesso a políticas públicas de crédito rural. Em síntese, as máquinas ficam subutilizadas e o arrendamento configura-se na possibilidade de otimizar o seu uso, visto que a compra de novas áreas representaria uma grande imobilização de capital. Ou seja, são agricultores tecnificados e integrados a mercados agropecuários competitivos, que recorrem ao arrendamento de terra para ampliar seus negócios.

O tipo ideal dos AFVS caracteriza-se por não possuir terras próprias. As terras que arrendam têm tamanho reduzido, caracterizados como minifúndios¹⁴ no Estatuto da Terra. Fazem contratos de arrendamento dessas pequenas áreas com agricultores mais capitalizados ou com parentes. Geralmente são terras não mecanizáveis, que não despertam interesse entre os AC ou AFC. De modo geral, não acessam nenhum tipo de políticas públicas produtivas e nem participam ou recebem orientação técnica de OPA.

Contudo, deve-se destacar que muitos desses contratos têm um caráter proforma, ou seja, configuram-se como mecanismo para burlar a legislação trabalhista e a fiscalização do ministério do trabalho. Os AFVS aceitam esse tipo de relação com produtores rurais viáveis economicamente para fins de obtenção do bloco de notas de produtor rural, o que lhes assegura o direito à aposentadoria rural no médio prazo. Por sua vez, os AFC e AC ressaltaram dois benefícios para a realização desses contratos com os AFVS: diminuição da tarifação tributária da produção agropecuária¹⁵ e contornar a legislação trabalhista relacionada ao assalariamento rural. Em outras palavras, os dois lados têm benefícios com esse tipo de operação: os agricultores capitalizados pagam menos imposto sobre o valor da produção e tributos trabalhistas,

¹⁴ Minifúndio caracteriza-se como um imóvel com área cultivável inferior ao módulo fiscal

¹⁵ Alguns agricultores capitalizados declaram parte da produção agropecuária nos nomes de agricultores com os quais mantêm contratos fictícios de arrendamento com o propósito de reduzir o pagamento de impostos.

enquanto os agricultores descapitalizados, que na prática são assalariados ou diaristas rurais, asseguram o direito à previdência rural.

Almeida e Buainain (2013) constatam que esta é uma prática relativamente antiga e comum em áreas rurais, onde o proprietário “cede” a terra, moradia, animais, sementes e as vezes dinheiro e o “arrendatário” ou “parceiro” entra com o trabalho. Esses autores ressaltam duas principais características desse tipo de contrato. Nessas situações, os AC e AFC podem, ao mesmo tempo, ser arrendatários e arrendadores. Ou seja, tomam terras mecanizáveis de terceiros para cultivar, enquanto disponibilizam parte de suas terras, normalmente não mecanizáveis para os AFVS.

Os Agricultores Capitalistas apresentam como principais características arrendar muitas áreas de terras e apresentar mão de obra contratada de forma regular, quando comparados com os AFC. As unidades produtivas com terras próprias possuem um tamanho médio maior que 100 hectares, o que lhes restringe o acesso a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Todos afirmam já terem acessado políticas públicas de custeio e investimento, sendo o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp)¹⁶ o mais recorrente. A maior parte assinalou ter vínculos com alguma OPA, com destaque para as cooperativas de crédito.

Os Agricultores Familiares Aposentados têm como principais características serem beneficiados pela previdência social e não apresentarem sucessores para dar continuidade às atividades produtivas dos seus estabelecimentos. Cedem, normalmente, para terceiros toda a parte agricultável de suas terras e moram na sede da propriedade. A maior parte já acessou a política de crédito rural, em especial as linhas de crédito do Pronaf. Praticamente a totalidade é sócia de cooperativas de crédito. Essa categoria, opta pelo arrendamento para manter o patrimônio, pois consideram a vida no campo melhor que na cidade.

Segundo Castro (2017), o ato de se tornar arrendador representa não só uma oportunidade de manter o patrimônio familiar, mas também de preservar o estatuto social de agricultor. Nesses casos não deixam de residir no estabelecimento e continuam sendo “caracterizados” pelos seus pares e representantes de organizações profissionais agrícolas como agricultores. Quase sempre mantêm uma produção para autoconsumo relevante.

¹⁶ O Pronamp é um crédito destinado ao médio produtor rural para o financiamento das despesas de produção na sua atividade. Com ele é possível financiar bens novos, como máquinas, equipamentos, caminhões e embarcações, estruturas de armazenagem e outros serviços necessários ao empreendimento (BRASIL, s/d).

Os Agricultores Familiares Sem Sucessores têm como principais características não apresentarem herdeiros que desejem dar continuidade nos trabalhos da unidade produtiva, optando por dispor as suas terras para arrendamento de terceiros. Se diferenciam da categoria anterior dos agricultores aposentados por ainda não estarem usufruindo do benefício da previdência social, pois não têm a idade mínima exigida. A isso se soma o fato de não poderem realizar contratos de arrendamento de mais de 50% de suas unidades produtivas, pois temem perder futuramente o benefício da previdência social. A maioria cede uma parte das terras e planta na outra parte, além de residir na sede da unidade produtiva. A maior parte recorre crédito de custeio para manter a produção no estabelecimento. Entre as OPA, participam com maior destaque das cooperativas e dos sindicatos dos trabalhadores rurais, principal organização implicada na elaboração dos pedidos de aposentadoria rural.

Os AFSS geralmente não dispõem de um parque de máquinas estruturado. A precariedade de infraestrutura está relacionada ao fato de não ter sucessor a quem deixar o investimento e a dificuldades de pagá-los dispondo de pequenas áreas, pois faltaria mão de obra para ampliar as áreas cultivadas via arrendamento. A isso se somam problemas de acesso às políticas públicas de crédito subsidiado por não disporem de título de propriedade de terra. Por sua vez, a terceirização dos serviços de máquinas gera uma dependência de terceiros, o que amplia o risco. Nesses casos, como relata um AFSS, o arrendamento se torna mais interessante:

O tipo ideal denominado Proprietário de Terras Absenteístas apresenta como principal característica não residir na unidade produtiva, pois ela foi obtida por herança ou compra aliada à falta de infraestrutura. Além disso não têm o hábito de viver no meio rural. Esses proprietários consideram a terra um bem que não desvaloriza e que gera uma renda fixa por meio do seu arrendamento. Eles cedem toda a unidade produtiva, que vai desde as terras agricultáveis à sede. A maior parte nunca acessou política pública de crédito rural e só participa de cooperativas de crédito rural. Essa categoria utiliza o recurso ao arrendamento para não se desfazer do patrimônio familiar.

O arrendamento em Terras Indígenas se encontra em processo de investigação judicial na região de estudo. A realização de entrevistas com os atores sociais implicados nos contratos de arrendamento se revelaram delicadas. As informações sobre esse tipo de arrendamento foram obtidas junto a lideranças da Terra Indígena e da

Cooperativa Agropecuária e de Alimentos Indígena Xapecó (Cooperindígena)¹⁷. Apesar da existência dessa Cooperativa, os contratos são realizados de forma individual. Já ocorreram diversas controvérsias em função desse recurso por parte das lideranças indígenas. O ano de 2018 pode ser o último que a justiça permitirá esse tipo de transação de terras entre indígenas e agricultores.

Em terras indígenas verifica-se a prática de contratos de arrendamento e contratos de prestação de serviços. Segundo a exigência da Lei, atualmente, todos os contratos são realizados no valor de 25% da produção obtida, sendo que, deste valor, 15% são repassados aos indígenas e os outros 10% a um fundo da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Os indígenas entrevistados relataram uma grande dificuldade em acessar políticas públicas de crédito rural, pois necessitam de um avalista externo, já que não possuem o título de posse da terra, que legalmente é da União. Com relação à participação em OPA, a Cooperindígena é a principal organização, mas conta com somente 25 sócios, o que representa 15% das famílias da TI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo de caso analisou elementos da heterogeneidade dos contratos de arrendamento de terras agrícolas no meio rural com o objetivo de traçar uma tipologia de arrendatários e arrendadores. As entrevistas revelaram elementos econômicos e sociais que condicionam os contratos agrários de arrendamento rural. Neste sentido, observou-se que o arrendamento no Meio Oeste Catarinense apresenta uma grande heterogeneidade de formato e atores sociais envolvidos com esse mecanismo de acesso a terra.

Foi possível a identificação de sete categorias que adotam o recurso do arrendamento, considerando os que tomam terra de terceiros e os que cedem suas terras. Entre os agricultores e proprietários de terras identificados como arrendadores identificou-se quatro tipos ideais: a) os Agricultores Familiares Aposentados; b) os Agricultores Familiares Sem Sucessores, c) Proprietários de Terras Absenteístas; d) Indígenas.

A diferença entre os dois primeiros grupos é que o primeiro já possui o benefício da aposentadoria rural, enquanto o segundo ainda falta alguns anos para se aposentar. Ambas as categorias não têm sucessores para dar continuidade aos trabalhos na unidade

¹⁷ Em 1999, a Cooperindígena foi constituída com o propósito principal de regular os cultivos de terras da TI por parte de não-índios. Mais recentemente, a cooperativa tem procurado organizar os indígenas no sentido de substituir a prática do arrendamento pelo cultivo direto.

produtiva. Ressalta-se que tais arrendadores optam pela opção do arrendamento de terras como forma de manter vínculo com a agricultura, não vendendo seu patrimônio. Os PTA são pessoas que herdaram ou adquiriram as suas propriedades rurais, mas não residem nas mesmas. Morando distante, sem infraestrutura ou não vendo viabilidade para o cultivo de pequenas áreas, veem no arrendamento uma forma de manter um capital que não deprecia ao longo do tempo. Há também na categoria dos arrendadores a particularidade dos Indígenas, que por falta de acesso a políticas públicas e/ou de tradição no cultivo para fins comerciais acabam por não possuir infraestrutura para produção. Dessa forma, enquanto a lei permite, são levados a dispor suas terras para terceiros por meio do arrendamento.

Os agricultores que estão tomando terras de terceiros foram classificados em três tipos ideais: a) Agricultores Capitalistas; b) Agricultores Familiares Consolidados; e c) Agricultores Familiares Vulneráveis Socioeconomicamente. Os dois primeiros apresentam capacidade operacional ociosa (mão de obra + máquinas), a qual é redirecionada ao arrendamento como forma rentabilizar sua utilização. Diante do cenário de envelhecimento da população e ausência de sucessores na agricultura familiar, o arrendamento representa um recurso eficaz para quem investiu na modernização das unidades produtivas.

Os AFVS representam um grupo de agricultores familiares descapitalizados que recorrem ao recurso do arrendamento para acessar o bloco de notas do produtor rural e, com isso, se aposentarem como agricultores. Por vezes, plantam pequenas quantidades de terras, o que lhes permite obter alimentos para o consumo e alguma renda extra. A isso se soma o trabalho como diaristas para o proprietário da terra, sendo o contrato de arrendamento geralmente uma forma de mascarar o trabalho assalariado. Esse grupo representa a continuidade das formas tradicionais de arrendamento, tão criticadas no passado. Sua principal diferença é que, por vezes, essas famílias têm na atualidade mais liberdade de escolha entre ficar no campo e sair para exercer outras ocupações, o que reduz a assimetria de poder entre os proprietários e trabalhadores.

Por fim, o estudo chama a atenção para a possibilidade de crescimento dos contratos de arrendamento, principalmente, em razão do envelhecimento de uma parcela importante de agricultores familiares. O tema da sucessão representa um assunto que começa a ser analisado pelas OPA. Ressalta-se assim que estudar as formas de acesso a terra, principalmente, no que se refere ao arrendamento terá grande importância explicativa em regiões onde há forte presença da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, C.S. **Tempo, memória e narrativa kaingang no oeste catarinense: a tradição kaingang e a proteção tutelar no contexto da transformação da paisagem na terra indígena xapecó.** 542f. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em História, 2015.
- ALMEIDA, P.J; BUAINAIN, M.A. **Os contratos de arrendamento e parceria no Brasil.** Rev. direito GV vol.9 no.1 São Paulo Jan./Jun 2013.
- ALMEIDA, P, J; BUAINAIN, A. M . Land leasing and sharecropping in Brazil: Determinants, modus operandi and future perspectives. *Land Use Policy* , v. 52, p. 206-220, março/2016.
- BRASIL. Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. *Estatuto da Terra.* Lei nº.4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Brasília: MIRAD, 1985.
- BONNAL, P. et al. A trajetória histórica das políticas agrícolas e rurais: o nível nacional. In: BONNAL, Philippe (Org.). **Construção do Estado e trajetória de evolução das políticas agrícolas no Brasil (1889-2009).** Document de travail du projet Production des Politiques Autous du Développement Durable - N° 03/08. 2008. p. 4-9
- CAPELLESSO, A.J. **Crédito e seguro da agricultura familiar: políticas públicas de apoio à sustentabilidade ou de subsídio a sistemas produtivos de baixa eficiência?** Doutorado (Tese) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, (2016).
- CASTRO, L. F. P. **O arrendamento rural na agricultura familiar: dimensões e lógicas** 198F. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, 2013.
- CASTRO, L.F.P. **Dimensões e lógicas do arrendamento rural na agricultura familiar: um estudo de caso.** Rev. Agro. Amb., v. 10, n. 2, p. 437-457, abr./jun. 2017
- CAZELLA, A. et., al. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. *Revista Política e Sociologia.* Florianópolis, V.15, n.37, p.49-79, (2016). Setembro/2017.
- CAZELLA, A.A. **Governança Fundiária: caracterizar melhor para melhor apoiar.** In: VII Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2016, Natal. Olhares conflitantes sobre o mundo rural: territorialidades, conhecimentos e ações de desenvolvimento. Natal: Rede de Estudos Rurais, 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2006.
- MARX, K. (1848/1895). **O Capital.** Volume III, Tomo I. In: *Marx*, Coleção “Os Economistas”. São Paulo, Abril Cultural.
- MARX, K. Carta à K. Schmidt. In: MARX, K; ENGELS, F. *A Comuna de Paris.* Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979.
- REYDON, B.P.; PLATA, L.A. (Coord.). **Intervenção estatal no mercado de terras: a experiência recente no Brasil.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000. 172 p. (Estudos NEAD, 3).

Das terras paradas ao movimento da terra:
a construção da legitimidade da posse da terra por meio da conversão do Cerrado em lavouras de soja em assentamentos rurais do Mato Grosso¹

Cristiano Desconsi²

Resumo: No Brasil as análises das disputas pela posse da terra, comumente centram-se nos conflitos associados ao controle da propriedade por meio da posse de títulos jurídicos. Contudo, em determinadas regiões brasileiras, o controle da posse da terra também requer uma análise sobre outros mecanismos que conformam os processos de legitimação da posse observando as práticas dos agentes. Nessa perspectiva, esse trabalho pretende examinar as transformações nas práticas de uso de uma extensa área de terras situadas no meio norte do Mato Grosso, de modo a evidenciar os atributos considerados pelos mesmos para (des)legitimar a posse da terra de seus pretensos detentores. Para tal, toma-se como referência um conjunto de cinco assentamentos de Reforma Agrária criados entre 1995 e 2002 em uma extensa área de terras situada entre os Rios Arinos e Verde no meio norte de Mato Grosso, onde entre 2005 a 2015 as lavouras de soja se consolidaram como forma de uso predominante. A reflexão demonstra que as práticas de uso que constituem o processo de conversão do Cerrado em lavouras de soja é de onde derivam classificações e nomeações de lotes, fazendas, municípios e regiões a partir de categorias (nativas) temporais – parada, devagar, acelerado – que informam quem está credenciado ou não para controlar a posse da terra. A lavoura de soja é compreendida como expressão máxima da ”movimentação da terra” e, portanto, não acompanhar esse modelo produtivo e o ritmo das práticas agrícolas que o constituem torna-se uma ameaça no reconhecimento social dos assentados, enquanto requerentes do título definitivo dos seus lotes.

Palavras chave: terra, práticas de uso, legitimidade, posse

Introdução

O norte do Mato Grosso se consolidou, nas décadas recentes, como uma das principais regiões produtoras de *commodities* agrícolas, especialmente, soja e milho em unidades produtivas de grande escala (WESZ, 2011). Essa modalidade produtiva não só é a forma predominante do uso do solo, como também é no seu entorno que gravitam as questões fundiárias atuais manifestas nas múltiplas disputas pela posse da terra (OLIVEIRA, 2016). A lavoura de soja é assumida por grandes produtores, empresários e órgãos de classe como a expressão mais eficiente de uso da terra, com efeito, as práticas agrícolas a ela associadas é de onde derivam os atributos para legitimar sua posse.

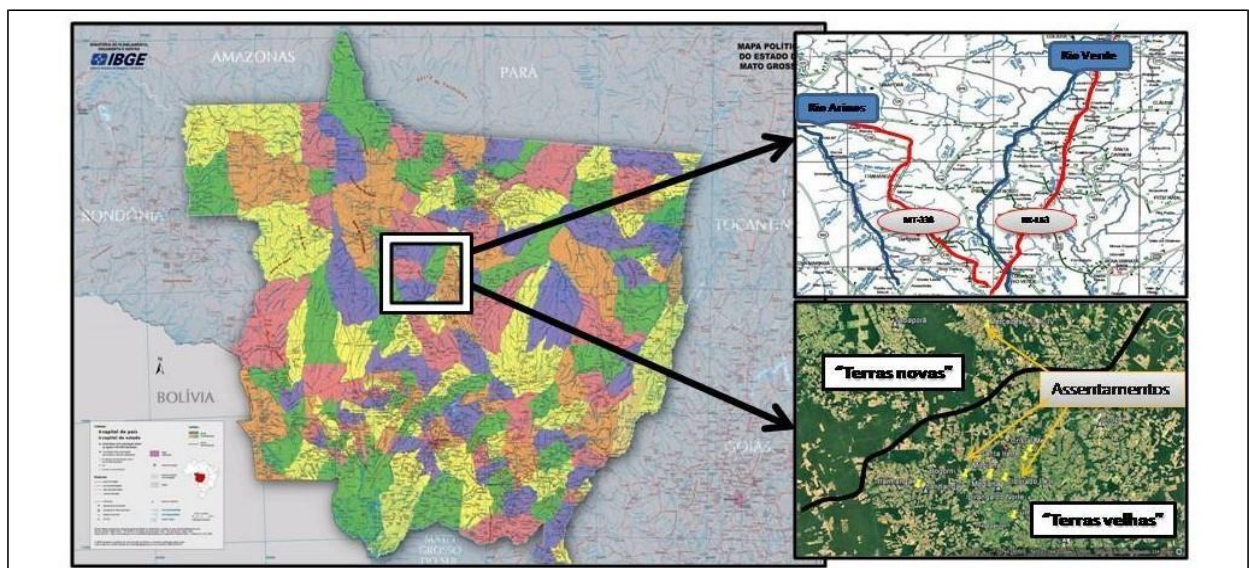
Strathern (2004) a partir de um outro universo social, sugeriu tomar as relações sociais como ponto de partida para pensar as conformações que asseguram a posse da terra. A legitimidade da posse da terra, quando examinada não somente no âmbito das disputas

¹ Esse trabalho é resultado da pesquisa de tese defendida no PPGSA/UFRJ a qual teve apoio da FAPERJ por meio da Bolsa Doutorado Nota -10 em 2014-15. Para conhecer a pesquisa completa ver DESCONSI (2017)

² Doutor em Antropologia pelo PPGSA/UFRJ, membro do Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar – NAF/UFSC, professor do Centro Universitário Municipal São José USJ/SC. Email: crdesconsi@gmail.com

normativo-jurídicas, exige uma análise mais atenta às práticas de uso do solo e sobre como os próprios agentes envolvidos nas disputas pela terra classificam tais práticas e os aqueles que as executam. Inspirando-se na autora, observa-se que no norte do Mato Grosso, as práticas agrícolas associadas a efetivação do ciclo anual das lavouras de soja e a transformação das terras para essa modalidade produtiva aparecem associados à noções de movimento orientam processos de (des) legitimação de práticas de uso exercidas sobre determinada área de terra. As categorias nativas “parada/o”, “devagar”, “acelerada/o” ou “rápido” vinculadas a oposições como “novo” e o “velho” constituem categorias temporais mobilizadas pelos agentes nessas disputas (DESCONSI, 2017, p. 90-98), por isso, acompanham os diversos níveis de análise presentes texto no sentido de examinar as transformações desse território.

Partindo deste debate, esse trabalho pretende examinar as transformações nas práticas de uso de uma extensa área de terras situadas no meio norte do Mato Grosso, de modo a evidenciar os atributos considerados pelos mesmos para (des) legitimar a posse da terra de seus pretensos detentores. Para tal, toma-se como referência um conjunto de cinco assentamentos de Reforma Agrária criados entre 1995 e 2002³ em uma extensa área de terras situada entre os Rios Arinos e Verde no meio norte de Mato Grosso.



Mapa 1: Localização do território em análise em Mato Grosso, as principais estradas e rios e os assentamentos rurais entre terras 'novas' e "velhas"

Fonte: Fonte do autor, adaptado de mapa do IBGE, DNIT e INCRA

Nessa área, as lavouras de soja tornaram-se predominantes nos últimos 15 anos em termos de forma de uso do solo, substituindo áreas de vegetação nativa e “áreas degradadas”,

³ Tratam-se dos projetos de assentamento Mercedes, Eldorado I, Cristal Mel, Mogiana I, Bogorni, Furnas III e Itanhangá situados nos municípios de Ipiranga do Norte, Itanhangá e Tabaporã. Os lotes variam entre 50 a 100 hectares, totalizando uma área de 114.372 hectares.

tanto em grandes fazendas como em lotes dos assentamentos de Reforma Agrária. Os dados etnográficos foram obtidos em pesquisa de campo realizada entre 2008 a 2014 associados à pesquisa de doutorado.

Além da presente introdução, o artigo apresenta quatro seções; a 1ª examina os processos de reocupação do território em análise em período anterior a criação dos projetos de assentamentos de Reforma Agrária dos anos 1990, definido pelos interlocutores como tempo em “tudo aqui estava parado”. A 2ª seção demonstra como a instalação de assentamentos rurais e as práticas de uso do solo passam a orientar o ritmo mais geral de todo o território, tencionando fazendeiros do entorno a “movimentar a terra” para evitar sua “ocupação”. Contudo, depois de alguns são as fazendas produtoras de soja em larga escala que passam a orientar o ritmo e a modalidade de uso do solo, inclusive entre os assentados rurais. Veremos na 3ª seção detalha as práticas de uso do solo mais freqüentes possuem pouca variação, seu grau e intensidade são distintos quando se compara a sua execução entre fazendeiros e assentados. A partir disso, na última seção, argumenta-se que, para os assentados, garantir que seus lotes estejam ocupados por lavouras de soja ou em conversão para tal também foi uma forma de dispor dos atributos mais valorizados pelos diversos agentes (inclusive do INCRA) e, assim, assegurar a titularidade definitiva do lote.

1. “As fazendas só tinham as divisas e os papéis”: as terras paradas

Até a década de 1980 entre o Rio Arinos e Rio Verde, norte do Mato Grosso havia uma área de aproximadamente 1,2 milhões de hectares onde, segundo registros, haviam poucos residentes, embora esse espaço já estivesse fracionado em propriedades fundiárias, chamadas de fazendas desde as décadas de 1950 e 1960 (FERNANDEZ, 2007, p. 137-142). Fazendo referência a todo esse território, um dos moradores mais antigos fala do período anterior a criação dos projetos de assentamentos [1995]. “Eu cuidava de toda essa área”, declarou Seu Chico, 75 anos, caseiro em uma fazenda localizada em Ipiranga do Norte.

Para demarcar as diferenças entre as fazendas existentes na década de 1980 e hoje, o entrevistado definiu: “naquela época, as fazendas só tinham as divisas e o papel”. Segundo ele, as fazendas eram reconhecidas por meio de demarcações de seus limites, geralmente, picadas abertas manualmente ou pequenas estradas precárias (raramente com cercas) que estabeleciam alguma delimitação territorial. Sobre esses limites, seus proprietários ou requerentes empreendiam verdadeiras lutas no âmbito dos cartórios e instâncias responsáveis para validar os papéis (escrituras, procurações, contratos), que estabeleceriam a propriedade fundiária. Os relatos coletados em campo sugerem que até o início da década de 1990, nessa

área residiam sobre suas posses alguns poucos fazendeiros vindos do norte do Paraná que adquiriram terras depois de 1984. Além deles, haviam espalhados pela área alguns capatazes e empregados que “cuidavam” de outras fazendas até o início de 1990. Após 1985, devido aos projetos de colonização que estavam em andamento a 100 km da área, alguns proprietários passaram a intensificar sua presença nas terras adquiridas, por meio de viagens periódicas.

Apesar da importância dos mecanismos jurídicos para garantir a posse da terra, esta envolvia, necessariamente, algum tipo de presença daqueles que reivindicavam as mesmas. A legitimidade da posse e do uso, desde muito tempo, não pode ser dissociada do reconhecimento da presença dos requerentes ou detentores considerada legítima pelo grupo social. A própria legitimidade jurídica em Mato Grosso se constituiu historicamente, a partir do reconhecimento da posse com a presença dos requerentes pela moradia e cultivo por no mínimo um ano. A presença precisava ser reconhecida pelo grupo social (vizinhos e pessoas influentes residentes na área onde se localizava a posse), como prova nos cartórios ou perante órgãos do Estado responsáveis (MORENO, 2007, p. 204).

A tarefa de “cuidar da terra” envolvia ações visando controlar a circulação das pessoas. Nessas áreas, a circulação de estranhos de modo algum era interpretada como um ato desinteressado, sem algum propósito, mas sim como um interesse de “invadir” as terras, ou, dito em outro termo, “grilar”. Essa tarefa não se restringia ao interior das fazendas, mas envolvia a circulação em toda uma área mais ampla e algum tipo de conexão constante entre os caseiros, peões e capatazes, que, a depender da situação, agiam conjuntamente. “Cuidar da terra” significava manter a posse da terra.

Tanto seu Chico Mineiro como os primeiros assentados que chegaram até a área depois de 1992 foram unânimes em destacar que toda a região estava “parada”. O termo servia para falar sobre um ritmo produzido pelo conjunto dos agentes, uma dimensão temporal atribuída a um determinado lugar. Ele deve ser entendido em oposição aos termos associados ao movimento – “devagar”, “rápido”, “acelerado” – e o conjunto de atributos e características que marcariam o período posterior à criação dos assentamentos. A vegetação nativa do Cerrado talvez seja o principal indicativo de tal estado e simboliza a ausência de movimento como produto da ação humana sobre a natureza. Assim, a existência de residentes sobre a área e tarefas em execução – como desmatamento, queima da área, abertura de picadas, formação de pequenas roças, abertura de estradas – eram alguns dos sinais que denotam presença humana e algum movimento da terra e, em consequência, tendiam a contribuir para descredenciar a área do interesse de intrusos.

As propriedades estabelecidas “só na divisa” eram produtos da política de ocupação das terras desencadeadas pelo Estado nas décadas de 1950 e 1960, ou seja, são anteriores aos projetos de colonização [1970-1989]. Nesse período, as terras estavam sobre tutela do Estado do Mato Grosso, cabendo a ele a política de ocupação do território. O Departamento de Terras e Colonização (DTC), órgão do governo estadual de Mato Grosso, foi encarregado da política de ocupação, envolvendo as primeiras experiências de colonização e de toda a política de concessão de terras, que privilegiou a emissão de títulos de propriedade a partir de grandes extensões de terra (TAVARES DOS SANTOS, 1993, MORENO, 2007, SORJ, 2008). Assim, ao longo dos anos 1950, o governo estadual alienou um total de quatro milhões de hectares em vinte glebas de 200 a 400 mil hectares cada uma (BARROZO, 2010, p. 13), sobre as quais os empresários e fazendeiros deixaram como reserva de valor até o final da década de 1970, quando se intensificaram os projetos de colonização privados.

Heinst (2008) observou que no vale do Rio Arinos existiam projetos de produção de seringa com incentivos de programas governamentais. Entre 1968 e 1970, foi construída a primeira estrada que ligava o sul ao norte do Mato Grosso. Saindo do então município de Diamantino, seguindo traçado aproximado ao rio Arinos – a estrada baiana – MT-338 alcançou o norte do estado, precisamente onde se situa o município de Porto dos Gaúchos. A MT-338 era um dos poucos caminhos terrestres para chegar às terras localizadas entre o rio Arinos e rio Verde, onde se situam os atuais municípios de Ipiranga do Norte, Tapurah e Itanhangá. Dessa forma, antes de 1995, o acesso a essas terras localizadas na margem esquerda do Rio Verde, não se dava pela BR-163, como acontece atualmente.

Em suma, é possível afirmar que, em termos geográficos, até a década de 1990, as terras onde foram implantados a maior parte dos projetos de assentamentos de Reforma Agrária estavam situadas em áreas mais afastadas em relação a qualquer aglomerado urbano e das principais malhas viárias no estado. Assim sendo, eram terras de menor valor econômico e seus proprietários mantinham como reserva de valor em detrimento de atividades de exploração agropecuária. O entendimento de que se tratava de “terras paradas” acendia um alerta para a possibilidade da “entrada de intrusos” que poderiam marcar presença sobre esse espaço e lutar pelo reconhecimento como reais detentores da posse, ao estabelecerem formas de uso que implicavam na “movimentação da terra”.

2. A movimentação da terra: os assentamentos rurais pós 1990

As lutas pela terra encampadas pelos trabalhadores em Mato Grosso nas últimas décadas envolveram disputas por nominar glebas e fazendas como “terras paradas”, atributo

relativo ao tipo e ritmo das práticas de uso que se opõem a outras consideradas como “acelerados” pelos agentes. Sorj (2008, p. 90) e Barrozo (2010, p.11) lembram que a política de reocupação sempre se constituiu em uma política dupla que, de um lado, atraía trabalhadores e colonos para as novas terras interessadas nas unidades parcelares da colonização e assentamentos; de outro lado, atraíam empresários e proprietários de terras de outras regiões por meio dos incentivos fiscais e das possibilidades de especulação fundiária, e não de estabelecer explorações agrícolas.

A maioria dos empresários que participaram da fase da ocupação promovida pelo Estado nas décadas de 1950 a 1960 usufruiu dos subsídios governamentais, da concessão das terras que, segundo alguns autores, justificavam a importância da propriedade fundiária reconhecida juridicamente (SORJ, 2008, p. 90-91). Todavia, quando as diversas modalidades de incentivo e créditos subvencionados pelo Estado a grandes projetos agropecuários declinaram, os proprietários apostaram nos projetos de colonização (TAVARES DOS SANTOS, 1993, p. 54-60). Para eles, tais projetos se constituíam em meio para valorizar as terras aumentando o preço da venda e desfrutar de nova fase de acesso a recursos financeiros. Mesmo que a abrangência dos projetos de colonização fosse restrita, quando pensada sob sua inserção em glebas maiores, eles tinham a função de criar novos núcleos estrategicamente distribuídos no espaço. Os núcleos atraíam colonos e trabalhadores estabelecendo um “movimento” em determinadas áreas consideradas “paradas”. Tal “movimento” produzia interessados nas terras do entorno da área do projeto em espiral (DESCONSI, 2011).

Entretanto, com a criação do I PNRA em 1985, cresceu a pressão sobre o governo federal para a execução de uma política de reforma agrária e o fim das políticas de colonização vigentes até o final da década de 1980 (PALMEIRA; LEITE, 1998). As glebas públicas ou mesmo fazendas “paradas” eram justamente as terras consideradas passíveis de serem ocupadas pelos trabalhadores que empreendiam acampamentos e ocupações no estado e, assim, tornava-se cada vez mais difícil manter a propriedade livre de intrusos, somente com capatazes e peões, mesmo com o uso da violência. Embora as terras de “chapadas” estivessem situadas fora das áreas mais conflituosas, a pressão sobre as fazendas “paradas” não tardou a se manifestar.

As informações que obtivemos indicam que essa área, onde hoje é situam-se os assentamentos pesquisados – situados nas áreas administrativas dos municípios de Ipiranga do Norte, Itanhagá, Tapurah e Tabaporã, - compunham as glebas destinadas à “Casa Maçom do Rio de Janeiro”. Tal grupo empresarial teria obtido concessão dessas terras ainda na década de 1960, com intuito de desenvolver um grande projeto agropecuário (BARROZO, 2010). Mais

tarde, o grupo empresarial permitiu que várias empresas colonizadoras fossem adquirindo as terras mediando a venda em projetos de colonização, todos autorizados pelo Estado. Assim, a Colonizadora Tapurah e, mais tarde, a Colonizadora E. A. Eldorado, vão ser registradas para executar os projetos de colonização nas glebas, abrindo uma nova fase de reocupação nas décadas de 1970 e 1980 no meio norte do Mato Grosso.

Um dos principais projetos de assentamentos dessa área origina-se de terras geridas pela Colonizadora E. A. Eldorado. Quando essa encerrou suas atividades em 1990, ao invés de pagar os direitos aos seus principais funcionários, concedeu-lhes extensões de terras por meio de procurações que davam plenos poderes aos seus detentores para vendê-las. Com interesse em seguir seus negócios, esses homens ofereceram as áreas para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que adquiriu os 34 mil hectares de terra em 1991, compondo parte da política de assentamento do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA). Sobre essa área, é criado o projeto de assentamento Eldorado I, considerado o marco fundador de Ipiranga do Norte. “Então, graças à falência da Casa Maçom que teve esse assentamento e nasceu Ipiranga”, afirmou Chico. As terras dos dois outros funcionários por serem lindeiras ao projeto do assentamento tiveram o mesmo destino. Os assentamentos inauguraram uma nova fase do “movimento das terras” situadas entre o Rio Verde e o Rio Arinos, conforme afirmou um entrevistado:

Aqui onde hoje é Ipiranga e Itanhangá, tava tudo parado. Depois que nós chegamos [1992], as fazendas, com medo dos assentados, começaram a abrir as terras, e aí foi rapidão (Ivo, assentado Ipiranga do Norte, 08/08/2008).

Tal modificação se deu a partir das terras reformadas e colocaria os assentados como protagonistas da movimentação da terra e da circulação de pessoas numa área considerada “parada”. Como resultado, foram considerados como ameaças por muitos fazendeiros que, gradativamente, passaram a operar novas estratégias para assegurar a posse da terra, tendo em vista que somente a vigilância de capatazes e os títulos jurídicos se mostravam insuficientes. O relato de Chico Mineiro expunha a estratégia adotada na fazenda em que trabalhava diante da chegada dos assentados:

Quando eles [assentados] entraram ali e começaram a abrir, nós aqui na fazenda mandamos abrir 150 hectares no mesmo ano. Isso pra movimentar, mostrar que nós estávamos aqui. Íamos colocar pastagem, mas não vingou porque a terra era fraca e seca. Queria arrendar para alguém plantar, mas ainda não tinha ninguém interessado naquela época [referente a 1993] (Administrador de fazenda, 29/10/2013).

O entrevistado exprime a necessidade de acompanhar o novo ritmo que foi sendo instaurado pelos assentados. “Cuidar da terra” exigiria adotar outros mecanismos que pudessem emitir sinais constantes da presença ativa dos fazendeiros sobre suas terras. “Movimentar a terra parada” passa a ser o caminho trilhado, ainda que isso não tivesse como finalidade última a implantação de lavouras, como seríamos facilmente conduzidos a pensar, mas sim emitir sinais para demarcar presença dos fazendeiros. Isso se confirma ao observar que, após a abertura dos 150 hectares, ela não foi cultivada, o que levaria, mais tarde, a considerar essas mesmas terras novamente como “terra parada”.

Rapidamente, o “movimento das terras” produzido pelos assentamentos modificou rapidamente a dinâmica de várias regiões brasileiras (LEITE et. al., 2004), produzindo reações, especialmente dos proprietários do seu entorno. Aqueles que não seguiram o ritmo associado à “abertura das áreas” acabaram vendendo alguns deles para o próprio INCRA dando origem a projetos de assentamentos menores. Outros ainda que mantinham tais terras como reserva de valor apostaram na estruturação de suas fazendas. Depois do ano de 2000, multiplicaram-se os casos de fazendeiros e produtores que realizaram, efetivamente, a abertura de área e implantaram lavouras sobre as “terras novas”. “Cuidar da terra” ganha novos significados associados ao “trabalho”, especialmente, dar sequência às tarefas relacionadas à abertura das áreas e à implantação de lavouras.

Para os assentados, era fundamental legitimar-se sobre o direito recebido pelo INCRA, o que implicava em se fazer presente sobre essa terra, transformar a “terra bruta” em “terra nova”, algo que será detalhado na próxima seção. As fazendas, por sua vez, não só continuaram a predominar em termos de extensão territorial, mas se estruturaram em momento posterior à criação dos assentamentos, passaram, nos anos recentes, a orientar o ritmo de uma área territorial mais ampla, a partir das lavouras de soja, influenciando as práticas de uso da terra nos assentamentos.

3. Terras novas e terras velhas: práticas de uso

A expansão agrícola não pode ser vista somente pelo crescimento da área plantada, mas pelo movimento de transformação e produção do espaço social, de formas específicas de ocupação e uso da terra e da construção de relações sociais (HEREDIA, 1989). Nesse sentido, o tempo de uso da terra é um elemento relevante de análise, pois é associado a ele que se estruturam práticas e percepções dos diversos agentes. Os qualitativos atribuídos à terra – “nova” e “velha” – associam-se ao tempo de uso, tomando como ponto de partida a vegetação nativa, e o tempo de ocupação, segundo determinados padrões. Em regra, as terras situadas

mais ao norte – onde se localiza o assentamento Mercedes (ver Mapa 1) eram consideradas “terras novas”, em 2013/14, pelos entrevistados, quando comparadas com os assentamentos mais ao sul designados como “terras velhas”. Esse pressuposto tornou-se observável na medida em que as práticas de uso das terras produziam especificidades no processo de transformação das formas predominantes de uso da terra sob as quais se vinculam as percepções temporais dos agentes.

Nos assentamentos examinados, os produtos que compõem as lavouras eram a soja, o milho e o arroz, com predomínio dos dois primeiros. O arroz marcava sua presença nas “terras novas”, geralmente como no primeiro e segundos anos de implantação de lavoura, seja após a abertura das áreas, seja após transformação das pastagens em lavoura. Na medida em que se reduziam as áreas nessa condição, reduziam-se as áreas cultivadas com esse produto, e, efetivamente, ele não era encontrado nas “terras velhas”.

A distinção entre as práticas de uso do solo nas “terras novas” em relação às “velhas” relaciona-se ao conjunto de tarefas que compõem o que se chama de “abertura de áreas”. Por isso, cabe detalhar ao leitor as diversas atividades que caracterizam a mesma. No Quadro 1, reunimos o conjunto de tarefas e suas características a partir das informações obtidas no trabalho de campo.

TAREFAS	CARACTERÍSTICAS	
1. “Quebrar” (o Cerrado)	Realizada com dois tratores esteirapositionados a uma distância de 20 a 30 metros. Entre eles há uma corrente pesada (“correntão”). Os tratores movem-se juntos, e a corrente vai “quebrando” e derrubando a vegetação.	Mecanizado
2. Queima da área	Consiste em queimar a vegetação existente objetivando a limpeza da área.	Braçal
3. Enleiramento	Feita com tratores de pneus acoplados com um equipamento na dianteira chamado de “garfo”. Consiste em amontoar troncos finos, galhos, raízes em grandes leiras. Essas “leiras” serão queimadas várias vezes até seu desaparecimento.	Mecanizado
4. Catação de raízes 1	Consiste em retirar da área as raízes que vão aparecendo após o enleiramento. A tarefa é “braçal” e geralmente é feita por grupos de pessoas que “catam os paus” e amontoam nas leiras para depois serem queimados.	Braçal
5. Gradagem	Após a primeira catação de raízes, é feita uma gradagem pesada sobre a área com o objetivo de remover todas as raízes que ainda estão na terra.	Mecanizado
6. Catação de raízes 2	Idem ao item 4. A cada novo revolvimento da terra feiro com os tratores, aparecem raízes, que devem ser retiradas, amontoadas e queimadas.	Braçal
7. Enleiramento	Idem ao item 3.	Mecanização
8. Gradagem	Idem ao item 5.	Mecanização
9. Catação de raízes 3	Idem ao item 4. Em geral, fazem-se de duas a três catações de raízes, sendo que a cada uma delas, a quantidade e raízes diminui.	Braçal
10. Aplicar calcário na área e adubos químicos	Após essa tarefa, o calcário é espalhado sobre o solo visando à correção da acidez. Em seguida, nova gradagem é feita na área que é considerada uma “área pronta” para os primeiros cultivos agrícolas.	Mecanizado
11. Drenagem (nos brejos)	Nas áreas de “brejo”, acrescenta-se ainda a tarefa de abertura de valas profundas sobre o solo visando à drenagem da água.	Mecanizado

Quadro 1: Abertura de áreas: tarefas e características

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados de campo

Para realizar a tarefa de “quebrar o Cerrado”, geralmente, eram contratados prestadores de serviços especializados que atuam na região, que possuíam máquinas pesadas para essa finalidade. Em terras onde existia a “mata fechada” pode haver associada à tarefa de “quebrar a mata” um desmate seletivo que consiste em derrubar as árvores mais grossas com a utilização de motosserras. Para as demais atividades mecanizadas, utilizavam-se tratores velhos de pequeno e médio porte. Quanto mais lento fosse o processo de “abertura da área”, menor era a necessidade de contratação de pessoal para essa tarefa. Um ou dois homens davam conta de fazer as tarefas mecanizadas. No caso da catação de raízes, geralmente, contratavam-se trabalhadores sazonais, ainda que encontramos muitos casos em que a “abertura de área” envolveu nas tarefas braçais somente os membros da família.

Considerava-se que uma área estava desmatada quando a mesma passou pelas tarefas 1 e 2 do Quadro 1. Quando o objetivo era a criação de gado, após essas duas tarefas, eram lançadas sementes de capim após a queimada e construídas cercas no entorno da área. Observamos que nem sempre a semeadura de pastagem implicava no ato de criar gado sobre essa mesma área, isso porque o capim tinha uma segunda finalidade em terras novas. Em um ano (sem pastoreio), o capim alcançava mais de um metro de altura. Esse capim permitia maior agressividade do fogo por ocasião de uma nova queima a ser realizada na estação seca seguinte, diminuindo ainda mais os restos da vegetação do Cerrado e facilitando a limpeza da área e acelerando, sem muito esforço e necessidade de recursos, a meta de amansar a terra.

Salientamos que nem sempre o processo de “abertura de áreas” era feito por completo como mostra o Quadro 1. Muitas áreas foram “quebradas” depois ficaram paradas por vários anos. Geralmente, nesses casos se usava “passar o fogo” uma vez ao ano, de modo a evitar a regeneração da vegetação nativa⁴. As tarefas de “abertura de áreas” eram realizadas entre os meses de abril a setembro, caracterizados pela ausência de chuvas. Esse período facilitaria a execução das tarefas que tinham por princípio eliminar a vegetação natural. Fazer o revolvimento da terra, catar raízes ou queimar toda a área ou somente as leiras eram tarefas prejudicadas pelo tempo chuvoso. Ademais, nesses meses, não haviam produtos agrícolas nas lavouras que demandam o envolvimento de trabalho.

⁴ Todas essas áreas que passaram pela tarefa 1 e 2 de nossa tabela, nos anos recentes passaram a ser chamadas de “áreas degradadas” ou “pastagens degradadas”, especialmente por técnicos.

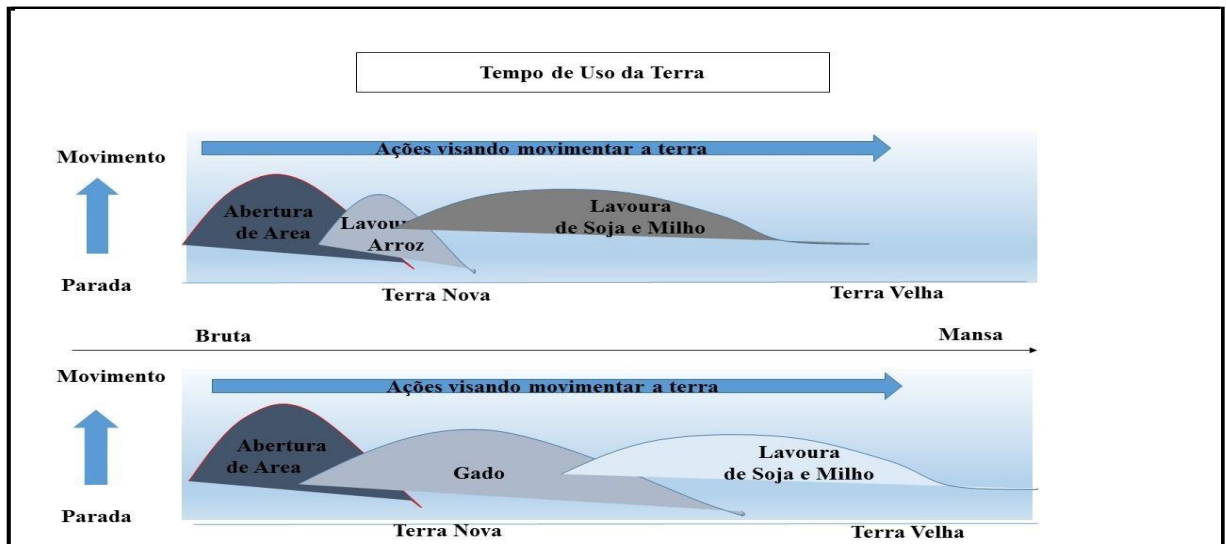


Figura 1: Tempo de uso da terra

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados de campo

Na representação da Figura 1, construída a partir das percepções dos assentados, entra em jogo a necessidade de “movimentar a terra” por meio de práticas de uso. As tarefas da abertura de áreas constituíam-se em uma espécie de primeira onda, que gerava o movimento e retirava a terra de seu ponto estagnado (“parado”) e natural. Em seguida, estavam as atividades relacionadas aos ciclos agrícolas do arroz e, depois, das lavouras de soja e milho. Em muitas áreas, o gado também exercia esse papel de gerar movimento sobre a terra (ver segunda ilustração na mesma Figura). Logo, o movimento em cada uma dessas etapas apresenta maior intensidade (cf. curva ascendente e, em seguida, decrescente) nos primeiros anos e depois esse movimento tende a diminuir e estabilizar. De qualquer maneira, o ato designado pelos assentados como “plantar” era a forma de manter permanentemente a terra em movimento tanto nas terras novas como nas velhas.

“Terra bruta” era a designação utilizada para terras que já passaram por algum tipo de intervenção humana sobre a vegetação nativa, como, por exemplo: i) áreas onde foi passado fogo uma ou mais vezes; ii) áreas “quebradas”, ou seja, onde foram feitas operações de derrubada da vegetação utilizando dois tratores com uma corrente; iii) áreas com pastagens formadas em meio a troncos derrubados e queimados. O adjetivo “bruto” trazia consigo o seu oposto, o “manso”, para fazer referência a áreas com mais de 10 anos de implantação de lavouras de soja. “Manso” parecia estar mais relacionado ao termo “terra velha”, demarcando certo tempo de produção agrícola mecanizada. O termo “terra nova” considerava o período de tempo intermediário, entre o “bruto” e o “velho”. A área começava a ser chamada de “terra

nova” a partir do primeiro ano de cultivo agrícola até o sexto ou sétimo ano quando ininterruptos (também valendo caso o uso seja a criação de gado).

Havia uma enorme variação entre o ritmo de execução das tarefas de abertura de áreas por distintos agentes. No trabalho de campo de 2014, pudemos conhecer uma área coberta de vegetação nativa do Cerrado, parte de uma fazenda nas proximidades da rodovia MT-010. Precisamente 30 dias depois, sobre toda aquela área havia uma lavoura de arroz recém-formada, o que sugeria que, em pouco menos de quatro semanas, todas as etapas mencionadas no Quadro haviam sido executadas. Mas no caso dos assentados, por mais que haja variações no ritmo e forma que as tarefas eram executadas, o processo de abertura de área levava entre 2 a 5 anos. Geralmente, numa estação seca (abril-junho), era feita a tarefa de “quebrar o Cerrado”, pois isso permitia que no final da estação seca (agosto-setembro) se realizasse a primeira “queima da área”. Na estação seca seguinte, davam-se prosseguimento as tarefas do enleiramento, as várias catações de raízes e gradagens, visando, em última instância, deixar a terra pronta para a semeadura do arroz nos primeiros meses da estação da chuva. Por exemplo, seu De Carli realizou a quebra do Cerrado em 60 hectares de seu lote de uma só vez. Nas áreas quebradas onde não foi dada sequência nas tarefas de abertura, utilizava-se a prática da queima anual, impedindo a regeneração da vegetação nativa. Nesses termos, o fato de executar a mesma sequência de tarefas associada a abertura de área que um fazendeiro, por exemplo, não o eximia de este ser classificado por outros como um assentado “muito devagar” e sua terra ser classificada como “parada”. Com efeito, esse atributo permitia que, a partir não só da modalidade de práticas de uso do solo utilizada pelo assentado, mas do ritmo que esse executava, houvesse um questionamento sobre a legitimidade que lhe foi atribuída pelo INCRA no processo de cessão do lote no assentamento.

4. À guisa de conclusão: a legitimidade da posse é assegurada pela lavoura de soja

Na visão predominante na região, agricultura é sinônimo da exploração agrícola dos produtos dominantes, a citar, a soja, o milho, o algodão e o arroz. Outros tipos de produtos, embora agronomicamente classificados como agrícolas, não eram considerados como tal pelos agentes. Os produtos predominantes da agricultura estavam associados ao espaço das lavouras, local onde se materializava a exploração agrícola *stricto sensu*, por meio da aplicação intensa de mecanização e insumos modernos e sobre a qual se construíam noções próprias de produtividade e trabalho. A lavoura estava em oposição à criação de gado, sinônimo de “terra parada”. Também estava em oposição a “roça”, sendo esta associada aos

pequenos cultivos situados, geralmente, próximos as casas, com outros produtos como mandioca, arroz, feijão, abóbora, abacaxi, e à realização do trabalho manual.

O ato de conduzir lavouras é o que permite, nesse contexto, definir-se (ou buscar reconhecimento) como “aquele que planta”, de onde deriva a ideia do agente responsável, “o produtor”, distinguindo-se entre os assentados. Foi durante a pesquisa que comumente fazíamos a pergunta aos entrevistados, “o senhor planta?”, e comumente a resposta de muitos era “eu não planto”. Mas em uma visita a um deles que residia sobre seu lote, repetimos essa pergunta e tivemos como resposta “eu não planto”, mesmo tendo, diante de nós, uma pequena área de feijão, mandioca, melancia, batata e hortaliças – as roças. Então, nos damos conta que estávamos diante de um significado específico do que era considerado “plantar”, que não era uma simples definição de um ou outro cultivo. “Plantar” era relativo à lavoura, aos produtos soja e milho, os mesmos produtos dominantes em toda a região. Nesses termos, sobre essa definição do “plantar” se assentavam os atributos que legitimavam quem deveria dispor da posse e do uso da terra. Por isso, alguns assentados costumavam acusar outros assentados que não envolvidos com lavouras de soja como “os que não plantavam”, logo eles não teriam a legitimidade da posse e uso das terras das “chapadas” e nos assentamentos constituídos ali.

Por muitos anos, acompanhar a movimentação das terras segundo as práticas de uso dominantes se constituía a estratégia para a maioria dos assentados. Realizar a abertura das terras e/ou transformar pastagens e lavouras se constituía o caminho por excelência para ter um “lote produtivo”. Isso colaborou para que inúmeros assentados estabelecessem arranjos com familiares, vizinhos e fazendeiros visando acompanhar o ritmo da abertura das terras e implantação de lavouras em seus lotes de terra. Dentre outras coisas, estava em jogo a legitimidade da posse, produzida a partir do uso dessa própria terra.

O produtivo supõe a terra “em movimento”. A lavoura de soja é a expressão maior do “movimento da terra” no contexto atual. Se observarmos o caso do assentamento Mercedes quando a maioria dos assentados estava trabalhando com a criação de gado como atividade dominante, naquele contexto, até cinco anos atrás, essa era a forma de “manter a terra em movimento” e considerada legítima por todos ali. Quando vários dentre eles passam a ser ocupados pela soja, é esta que passa a ser a referência de práticas de uso, que geram o movimento da terra; com efeito, o gado passa a ser visto como sinônimo de “terra parada”. Ora, a classificação de um lote, uma zona do assentamento a partir desse qualitativo, é reconhecer como não legítimos aqueles que fazem uso ou controlam essas terras, cria-se então um ambiente para a apropriação das terras por diversos meios.

Vimos que os assentamentos foram criados justamente sobre glebas ou propriedades territoriais classificadas por diversos agentes como “terras paradas” na década de 1990. Por conseguinte, a criação dos assentamentos foi responsável por “movimentar a terra”. Todavia, quando o modelo das grandes fazendas passa a informar o ritmo e as práticas de uso na região – no contexto analisado, particularmente, a partir do ano 2000, no momento em que os assentados eventualmente mexiam com outras atividades produtivas e/ou estavam realizando a transformação de seus lotes gradativamente de acordo com suas condições – é que as terras passam a ser classificadas por outros agentes, inclusive técnicos do INCRA, como “terras paradas”. Ocorre que a implantação de projetos de assentamentos é acompanhada de parâmetros de avaliação do (in) sucesso a partir de critérios associados à “viabilidade econômica” (ESTERCI; MEDEIROS; FRANCO; LEITE, 1992).

Estamos argumentando que a legitimidade social da posse, tanto para a sua manutenção no âmbito das relações sociais ao qual o assentado integra como para conquistar o título definitivo de sua parcela, evoca uma concepção particular de terra produtiva, da terra em movimento. Essa concepção sobre o “produtivo” produzia como seu oposto o “não produtivo”, abrangendo qualquer outra forma de produção que escapasse dos produtos predominantes. Não por acaso, mexer com outros produtos (feijão, batata, mandioca, hortaliças, frutas, por exemplo) era o mesmo que “não plantar”. É importante considerar que essa concepção de produtivo que aparenta certa construção técnica, por ser mensurável e avaliada, tornava-se a mola mestra para justificar a “função social” da lavoura, afinal, se a vida das pessoas no contexto estudado está vinculada direta ou indiretamente a ela, ainda que por falta de alternativas, não é difícil associar sua importância social (geração de empregos, sustento de economias domésticas, movimentação da economia local e nacional, etc.).

Contudo, defender essa concepção de “terra produtiva” também era defender as relações sociais que a sustentam. Sobre esse aspecto, nesse contexto em particular, plantar soja ou, ao menos, ter sua terra ocupada pela soja, mesmo que cedida para outros, consistia em um dos principais dispositivos para legitimar-se como usuário da terra e assim pleitear o reconhecimento do direito de posse, objetivado também na concessão do título de propriedade, depois de muitos anos. Periodicamente, o INCRA avaliava como os assentados estavam conduzindo seus lotes, e isso era parte de um processo mais longo para consolidar (ou não) a titulação definitiva da parcela de terra; a tensão referente ao momento em que “quando o INCRA vier” fazer as vistorias para encaminhar a titulação definitiva. Ao que parece, desde a criação dos assentamentos, o que orientou a sua regulação, ao menos nesses

situados sobre as “chapadas”, foi o incentivo para que os assentados desenvolvessem a “lavoura”, conforme relato:

E nós tinha que plantar, fazer agricultura, lavoura, tinha que ir atrás das firmas. E o INCRA pressionava, tem que trabalhar, tem que plantar, tem que ocupar a terra. Eles vinham sempre dar uma olhada. (Arnaldo, assentado Ipiranga do Norte, 22/09/2014).

É difícil precisar o impacto disso, e não é intenção fazê-lo, mas apenas assinalar que ele colaborou para que a soja ocupasse em poucos anos as terras do assentamento. A legitimidade da posse era fruto da legitimidade do uso. Tratava-se de uma concepção de uso, referia a uma ideia do que era a agricultura e, em consequência, do que era “plantar”, que servia de modelo para os assentados. Se não tinham os meios para fazê-lo, conforme já destacamos neste trabalho, cediam (ou deveriam ceder) a terra a outros. “Movimentar a terra” era uma condição para alcançar a legitimidade da posse. Nesses termos, a legitimidade entre os assentados e demais agentes desse universo social e, particularmente, diante dos funcionários do INCRA tinha na lavoura de soja sua referência.

Referências bibliográficas

- BARROZO, J. C. A questão agrária no Mato Grosso: a persistência da grande propriedade. In: _____ (org) **Mato Grosso: (re) ocupação da terra na fronteira amazônica (século XX)**. Cuiabá, EdUFMT, São Leopoldo, Editora Unisinos, 2010.
- BERNARDES, J. Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna. In: BERNARDES, J; FREIRE FILHO, O. (Orgs). **Geografia da Soja: BR-163 fronteiras em mutação**. Rio de Janeiro, Arquimedes Edições, 2006. p. 13-38.
- DESCONSI, C. **A marcha dos pequenos proprietários rurais: trajetórias de migrantes do Sul para o Mato Grosso**. Rio de Janeiro, Coleção Sociedade e Economia do Agronegócio I, E-Papers, 2011.
- DESCONSI, C. **O controle da lavoura: a construção de relações sociais e a produção de soja entre assentados do meio norte de Mato Grosso**. Rio de Janeiro, PPGSA/UFRJ, 2017. [Tese de doutorado]
- ESTERCI, N; MEDEIROS, L; FRANCO, M; LEITE, S. Assentamentos Rurais: um convite ao debate. **Revista da ABRA – Assentar, assentados, assentamentos**, nº 3, Vol. 22, set/dez, 1992, p. 4-15
- FERNANDEZ, A. J. C. **Do Cerrado à Amazônia: das estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso**, Porto Alegre, PGDR/UFRGS, 2007 [Tese de doutorado].
- HEINST, A. Mato Grosso e a comercialização de seus “espaços vazios” durante as décadas de 1950 e 1960. In: BARROZO, J. C. (org.). **Mato Grosso do sonho a utopia da terra**, Cuiabá, EdUFMT, 2008.
- HEREDIA, B. **Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas**. São Paulo, Marco Zero/MCT/CNPq, 1989.

- HEREDIA, B; PALMEIRA, M; LEITE, S. Sociedade e Economia do Agronegócio no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 25, nº 74, 2010. p. 159-176.
- LEITE, S; HEREDIA, B; MEDEIROS, L et. al. **Impactos dos assentamentos rurais: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: IICA, NEAD; São Paulo: Unesp, 2004.
- MORENO, G. **Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla 1892-1992**. Cuiabá. EduUFMT, Entrelinhas, 2007.
- OLIVEIRA, O. L. T. The geopolitics of Brazilian Soybeans. **The Journal of Peasant Studies**. Issue 2: Soy Production in South America: Globalization and New Agroindustrial Landscapes Vol 43, 2016, p. 348-372
- PALMEIRA, M; LEITE, S.. Debate econômico, processos sociais e lutas políticas. In: COSTA, L F.; SANTOS, R. N. (orgs.), **Política e reforma agrária**, Rio de Janeiro, Mauad, 1998.
- SORJ, B.. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**, Rio de Janeiro, Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.
- STRATHERN, M. Introduction: Rationales of Ownership. In: KALINOE, L; LEACH, J. (eds.). **Rationales of ownership: transactions and claims to ownership in contemporary Papua New Guinea**, 2004.
- TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Matuchos: exclusão e luta do Sul para a Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- WESZ Jr., V. J. **Dinâmicas e estratégias das agroindústrias de soja no Brasil**. Rio de Janeiro, E-Papers, Coleção Sociedade e Economia do Agronegócio, vol. IV, 2011.

A LUTA CAMPONESA PELA TERRA NO MUNICÍPIO DE GOIÁS-GOIÁS E O USO DO DIREITO EM UMA CONFORMAÇÃO SOCIAL CONTRA HEGEMÔNICA

Edma José Reis¹

Resumo: Este artigo visa interpretar as mobilizações políticas e auto-organização de grupos camponeses remanescentes, em articulação tática e estratégica pela posse e uso da terra e seus direitos fundamentais, entre 1985 e 2004, no município de Goiás. A metodologia proposta viabiliza-se pela análise de conflitos instituídos pelas relações de forças entre as classes agrárias fundamentais, mediante abordagem qualitativa concomitante ao uso de fontes documentais em uma triangulação com as teorias de referência. A perspectiva teórica dessa abordagem do fenômeno da mediação „orgânica“ em contraste com a „tradicional“ nos antagonismos pela terra, baseia-se na concepção dialética gramsciana e na conceituação de campesinato, a partir de uma audição sensível e interpretativa da fala camponesa conjugada com o emaranhado dos processos legais. Auscultadas as falas protagônicas dos camponeses e de seus antagonistas atualiza-se o teor das contradições dos enfrentamentos políticos e judiciais fundiário no plano local e regional, engendrados sob a luta histórica pela terra. Estes grupos e ou classes sociais transportam-se a si mesmos à situação e/ou condição de novos sujeitos de direito no campo, sujeitos que, para efeito de análise sociológica, aparecem submetidos ao quadro categorial como „novos movimentos sociais“.

Palavras-chave: Luta pela terra. Mediação. Movimento Social Rural.

O fenômeno político e jurídico em que se transforma a resistência camponesa remanescente, no município de Goiás, bem como em todas as regiões brasileiras durante a década de 1980 e subsequentes, requer a construção de um instrumental teórico- metodológico que implique uma interface entre a sociologia e o direito. Essa faceta da luta entre as classes fundamentais no campo, em que se verifica a constituição de novas interlocuções, mediações e a elaboração de mecanismos sociais de luta indicia por si mesma, sua filiação ao horizonte interpretativos da linha Movimentos Sociais, Poder Político e Transformação Social, do Programa de Pós-graduação em Sociologia – UFG. A intencionalidade teórico- metodológica enfática é a de estabelecer um diálogo entre autores clássicos e contemporâneos da Sociologia e autores que abordam, em específico, o fenômeno jurídico, imbricado com as normas sociais não “obrigatórias”. E ao avançar nessa

¹ Docente curso de Direito, UFG Regional Goiás, doutoranda PPGS-UFG/2017. Goiânia-Goiás-Brasil. Email: edma.ufg@gmail.com.

caracterização sócia jurídica das relações agrárias, o objeto delimitado nessa investigação, a pretensão é ampliá-la até atingir o nexos ou articulação entre as situações empíricas entendidas como conflitos sociais e enfrentamentos entre grupos que também constituem as classes sociais rurais. Isso se dá no sentido de distinguir o imbricar entre os interesses específicos do que possa ser distintivo dessas classes sociais em litígio e os móveis imediatos de uma gama maior de indivíduos e grupos que sejam expressivos dos novos movimentos sociais no campo. Acredita-se, seja o aspecto interessante e novidade, a exigência de se requerer um quadro teórico-metodológico que possa abarcar essa complexidade.

A perspectiva de autoria nesse aspecto, responde a uma inquietação existencial, política e profissional de uma vida em trânsito a um futuro teoricamente metamórfico e cambiante. Bem como a desta investigação é atentar-se à pluralidade empírica e teórica do fenômeno da mercadorização da terra em que os atores sociais são expurgados de seus direitos sobre os sentidos históricos estabelecidos. Nesse sentido, se afirma a proposta de entrecruzar as interpretações do materialismo histórico consagrado e de abordagens do quadro interpretativo, denominado por “novos movimentos sociais”, para recuperar ou compor uma síntese do que seja intrínseco às contradições entre as classes sociais no campo e as questões relativas aos direitos fundamentais, e de diferenciação identitária recorrentes às questões dos denominados “novos movimentos sociais” de cunho rural.

É pretensão dessa abordagem sociológica, no plano geral, investigar o uso contra hegemônico do direito positivo pelos camponeses remanescentes, no município de Goiás (1980/2004), para ter acesso a terra em flagrante antagonismo à autoridade de proprietários rurais, e, do Estado, em uma aliança orgânica com setores da Libertação da Igreja.

Interpretação teórico-metodológica

Para caracterizar cientificamente este objeto, a pretensão é de estabelecer um diálogo interpretativo, que entrecruze alguns conceitos e categorias de Antônio Gramsci com determinados aportes sociológicos de José de Souza Martins e de Boaventura de Sousa Santos, que poderão explicitar que uma interface entre a sociologia e o direito possibilita uma interpretação à resistência camponesa local pela terra. Em simultâneo, também esclarecer a escaramuça política e jurídica de um

quadro empírico contextualizado das relações entre grupos e classes proprietárias no processo de expropriações rurais em disputa pela terra.

O itinerário crítico-dialético parte da concepção de Karl Marx e Friedrich Engels, observando contribuições de León Trotsky, V. Lenin e, especificamente, da elaboração teórico-metodológica de Antônio Gramsci, com vistas a uma compreensão-explicação ao quadro das lutas concretas entre as classes sociais no Brasil, no contexto da imposição de uma estrutura de modernização que se antecipa à radicalização das classes subalternas.

No aspecto da identificação à modalidade ou especificidade do processo de revolução burguesa no Brasil, a perspectiva é a abordagem sociológica de Florestan Fernandes, autor que juntamente com José de Souza Martins, possibilita uma aproximação compreensiva e crítica explicitadora à continuidade entrecortada (espasmos de resistência camponesa) da „revolução passiva“ e burguesa brasileira, especificamente no campo. Essa abordagem teórica com uma problematização dialética comum, que possibilita um acerrar-se aos distintos e históricos processos sociais de luta pela emancipação humana conforme a organização e autonomização dos grupos sociais rurais, que, historicamente, sofrem e vivem a experiência da subalternidade política, econômica e cultural.

Para aprofundar a compreensão sobre o protagonismo dos setores camponeses brasileiros da maioria das distintas regiões do território nacional e, especificamente, o dos remanescentes camponeses da região goiana objeto desta investigação, José de Souza Martins, sociólogo brasileiro, é o autor que conceitua ou caracteriza os camponeses como grupos remanescentes, situando-os no quadro de sua historicidade organizativa e de auto representação identitária, como um dos “atores modernos”, que viabilizam “a possibilidade de o camponês falar sua própria linguagem de classe, o que perturba os esquemas de interpretação, as posições particulares e a lógica férrea e enferrujada do economicismo desenvolvimentista” (1995, p. 12).

Martins aponta, sociologicamente, como a normatividade posta pelo Estado brasileiro têm se configurado histórica e politicamente em uma mediação consoante à própria estruturação da sociedade capitalista contemporânea, a qual atuaria na junção entre o estrutural e o conjuntural, operando uma ligação entre a instância superior e externa aos conflitos pela terra. Assim é que a teorização de Martins ao ser confrontado com a “teoria da dialética negativa do Estado”, desenvolvida por

Boaventura de Sousa Santos, possibilita uma perspectiva de abertura ou diálogo entre abordagens teóricas que se propõem, seja como perspectiva „reformista“ seja como perspectiva dialética.

O aspecto em que Santos oferece relevo é ao papel do Estado e do Direito na configuração do contraponto jurídico estatal como fator anterior, superposto e monopolizador às esferas de ações e de autoridade próprias aos sujeitos e movimentos sociais que buscam um protagonismo no seio da sociedade civil. Em Martins e Gramsci, coloca-se a perspectiva de uma anterioridade e superposição da sociedade e das classes trabalhadoras, em virtude de suas ações instituintes da sociabilidade e da política, pelo trabalho.

Essa discussão teórica é adotada para esclarecer questões e problemas engendrados na luta camponesa pela terra, a partir do uso do direito, na qual se situam distintos agentes que se representam como „orgânicos“, seja das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, membros da Comissão Pastoral da Terra – CPT ou bispos, advogados, militantes e/ou personalidades públicas ligadas à Congregação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB ou ativistas da „Teologia da Libertação“ dentre outros, que se projetam como agentes políticos dos segmentos subalternos e assumem a assessoria técnica e política dos grupos de camponeses locais, desde meados da década de 1970.

Para tratar os aspectos jurídicos dos conflitos agrários considera-se a abordagem da sociologia jurídica contemporânea, em Boaventura de Sousa Santos, cuja interpretação da relação entre a sociologia e o direito é a que maior fecundidade aporta à problemática em questão. É um instrumental ou um discurso científico que serve como antítese à discussão do protagonismo remanescente camponês – o discurso dos grupos contra hegemônicos como atores contemporâneos dos processos emancipatórios – que Santos assume ao afirmar-se como representativo de uma linha crítica da elaboração pós-moderna e, em simultâneo, reformista no campo epistemológico e político. Sua interpretação da conflitualidade social, de caráter contra hegemônica, aplicada aos processos emancipatórios dos países de economia capitalista dependente é instrutiva ao fornecer uma leitura dinâmica aos novos movimentos sociais. A discussão de Santos acerca do uso da legalidade estatal pelos grupos “subalternos” ao postular que esta assume um caráter contra hegemônico, sustenta-se no fato de que os conflitos locais pela terra se configura em

uma das contradições sociais ao nível da estrutura profunda da formação social brasileira, e nesse sentido é elucidativa.

Outro aporte relevante em Santos (1982b) é a elaboração do conceito de dialética negativa do Estado, ao explicitar que as mediações dos agentes do Estado, seja na busca da manutenção do *status quo*, seja na busca do fim da dissuasão ou amenização dos conflitos, ou ainda pela afirmação da sociabilidade noutra direção que não a capitalista. Portanto, verificar se é passível de confirmação a hipótese da dialética negativa do Estado (SANTOS, 1982a), como um “modelo teórico da legalidade nos Estados capitalistas”, que atravessaria persistente e, profundamente, Estados e sociedades capitalistas avançadas, expressando-se como uma “crise do sistema judicial”. No plano empírico essa “crise do sistema judicial” pode ser observada desde a década de 1980, a partir dos conflitos e processos de desapropriações judiciais da terra no município de Goiás - Goiás, em cujo bojo se verificaria uma mediação do Estado junto aos conflitos camponeses seja no sentido de “mantê-los em níveis tensionais funcionalmente compatíveis com os limites estruturais impostos pelo processo de acumulação e pelas relações sociais de produção”, como sinaliza Sousa Santos (1982b, p. 24-25).

Se for confirmada essa hipótese de Santos, tendo presente que o Estado liberal assumiu o monopólio da criação e da adjudicação do direito – reduzindo este ao direito estatal – será validada a sua tese de que a tensão entre a regulação social e a emancipação social apenas acrescentaria mais um objeto à regulação jurídica estatal em curso (SANTOS, 2002, p. 02), desapossando o teor político das disputas pela terra. Essa perspectiva é também a de Souza Júnior (2011, p. 58), que em diálogo com Santos, propõe,

[...] mapear o contexto do acesso à justiça [...] o produto autêntico do direito, que não se confunde com a lei, passa a ser, quando se traduzir em „transgressões concretas“, produto sempre de uma „negociação“ e de „um juízo político“ de sujeitos coletivos de direito. O Estado visto concretamente se relaciona com os movimentos sociais de duas formas pelo menos: criando estratégias de criminalização; ou aceitando a participação como parte do cenário democrático ou – seja, aceitando as estratégias de politização do processo social para constituição, garantia e efetivação de direitos e percebendo-os como sujeitos de direito.

A par com essa antítese considera-se que a perspectiva do materialismo histórico, seja o componente do quadro teórico de maior alcance explicativo dessa investigação. Assim é que a concepção e conceitos de Antônio Gramsci desvelarão

as debilidades de organização e ação dos grupos sociais e/ou classes sociais em seus processos históricos e econômico-culturais de lutas pela independência e como classes autônomas, cuja ênfase recai sobre o amplo e longo processo de constituição dos grupos subalternos, o papel dos intelectuais (tradicionais, “orgânicos”), dos interditos das elites, e do consenso subjulgado das massas destituídas em meio a um bloco histórico de poder que as subjugam e expropriam.

As evidências empíricas observadas nessa investigação salientam que a mediação de intelectuais, no período, assume no discurso e na prática, uma orientação política de respaldo ao modo camponês de posse e uso da terra. Do mesmo modo que se erige uma „representação” autoritária dirigida à consecução de uma regularização fundiária interessada seja pela representação patronal seja por agentes do Estado. Não seriam as iniciativas dos intelectuais muito mais uma tentativa de (re)composição e/ou novo arranjo político com os grupos detentores do poder político e estatal, haja vistas se originarem de grupos não camponeses? Esse indício fático e empírico pode ser iluminado pelo conceito de intelectual de Gramsci, como sugere Duriguetto (2014),

[...] todo o estrato social que exerce funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, seja no da cultura e no político-administrativo [...]. Para analisar a função político-social dos intelectuais, é preciso investigar e examinar sua atitude psicológica em relação às classes fundamentais que eles põem em contato nos diversos campos: têm uma atitude “paternalista” para com as classes instrumentais ou se consideram uma expressão orgânica destas classes? Têm uma atitude “servil” para com as classes dirigentes ou se consideram, eles próprios, dirigentes, parte integrante das classes dirigentes? (2014, p. 37; C 19, § 26, p. 2041/v. 5, p. 93).

A iniciativa ou tendência dos grupos sociais subalternos de insurgir-se se vincula ou condiciona-se às iniciativas de rupturas por parte dos sujeitos pertencentes aos próprios grupos dominantes, como compreendido por Gramsci (2002), e disso ter derivado sua precaução metodológica quanto à organização da luta político-ideológica pela independência da classe trabalhadora, esse critério metodológico continua essencial para indiciar as ações ou iniciativas emancipatórias dos grupos sociais subalternos das sociedades dadas?

A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica. É indubitável que, na atividade histórica destes grupos, existe tendência à unificação, ainda que em termos provisórios, mas esta tendência é continuamente rompida pelas iniciativas dos grupos dominantes e, portanto, só pode ser demonstrada com o ciclo histórico encerrado, se este

se encerra com sucesso. Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória “permanente” rompe, e não imediatamente a subordinação. Na realidade, mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta (pode se demonstrar essa verdade com a Revolução Francesa, pelo menos até 1830) (GRAMSCI, 2002, p. 135).

José de Sousa Martins (1989) sobre a mobilização camponesa no período estudado, também afirma que o “período pós-ditatorial é marcado pelo progressivo protagonismo da sociedade civil em relação ao Estado”, sob o fluxo irredutível dos movimentos sociais rurais e urbanos, refletidos como distintas faces dos novos sujeitos sociais. Esse movimento da sociedade civil se desenvolve no âmbito de uma “história lenta”, o que seria típico da sociedade brasileira, refletindo a persistência de obstáculos políticos, culturais e econômicos engendrados em percursos anteriores das lutas de classes. Nesse processo, os setores econômicos dominantes, como elites políticas, garantiriam seus interesses e a postergação das soluções aos problemas do acesso à participação econômica, política e jurídica dos setores subalternos urbanos e rurais,

[...] compromisso dos partidos com as estruturas de dominação tradicional e seus vínculos também variáveis com o patrimonialismo [...] não lhes permite a renúncia necessária ao compromisso com o primado do Estado para aceitarem e compreenderem o advento do primado da sociedade nas relações políticas. (MARTINS, 2000: 15).

Em outras palavras nega-se ao camponês aquilo que se possibilita às massas trabalhadoras urbanas, desde a década de 1930, a regulamentação das relações trabalhistas consoantes alguns direitos fundamentais. Em que pese os impedimentos (falta de regulamentação laboral e jurídica), houve inserção parcial e quase marginal à modernização social e política das elites de setores rurais, devido propiciaram “espaço para que os pobres da terra se apossassem das concepções e das relações sociais próprias do mundo patrimonial e agrário”, reiteradas posteriormente nos processos da globalização capitalista, posto que:

[...] o capitalismo globalizado trouxe enormes benefícios às elites, à classe média e à elite da classe trabalhadora. Mas, abandonou na beira da estrada do progresso multidões de deserdados e sem destino, mergulhados em formas perversas de sobrevivência. São os indevidamente chamados de excluídos, porque incluídos foram nas funções residuais e subalternas da cloaca de um sistema econômico que não parece ter como funcionar e sobreviver sem iniquidades e injustiças (MARTINS, 2000: 16).

Esse processo integrante e desintegrante, em simultâneo, são perversos para além das questões estruturais, por manter camponeses e demais trabalhadores rurais presos numa desqualificação social, simbólica e estigmatizadora como subalternos ignorantes e analfabetos. Essa representação desqualificadora levada a cabo pelos proprietários agrários é também revestida de resquícios da mentalidade escravagista, cuja repercussão além de pressentida é vivida atualizadamente, pela massa da população rural, nos espaços públicos e privados do Brasil contemporâneo.

Em relação aos termos campesinato e camponês, Martins (1984, p. 91-93), concebe uma distinção entre o “campesinato brasileiro” e a categoria “trabalhador rural”, ao afirmar que, “trabalhador rural é aquele que é mediado pelo salário, sendo suas lutas de cunho trabalhista relativas ao local de trabalho, enquanto que posseiros são camponeses que ocupam a terra livremente, tenha ela dono ou não, e não possuem documentos legais de propriedade.” Para o autor, a figura do posseiro é o trabalhador a qualquer título, expulso do lugar por “grileiros”, “fazendeiros”, “grandes empresas” ou outros, é aquele que recusou se instalar na cidade. A luta pela terra, para o camponês, é concebida como a luta pelo seu “instrumento de trabalho”, o que envolve, necessariamente, as relações de propriedade que é a origem do “problema da expropriação e não o da exploração” assalariada.

No âmbito da luta camponesa se apresenta a questão da legitimidade da propriedade, uma vez que é o camponês o ocupante da terra, a pessoa que nela trabalha e a transforma para produzir o sustento próprio e o da família. Ao camponês não interessa apenas o estatuto legal da posse, pois “Não legítima é a terra vazia, ou até mesmo ocupada indevidamente e improdutivamente com pastagens extensivas e com baixa produtividade” (Martins, 1984, p. 93). Nesse sentido também Martins é o autor que situa a distinção ou caracterização do significado ou sentido da “terra de trabalho” e da “terra de negócio”, ao afirmar que a terra de trabalho é a que diz respeito, diretamente, à forma jurídica do direito de propriedade e atinge o cerne dos interesses da classe proprietária.

Para Martins (2000, p. 19), as interpretações sociológicas acerca dos mediadores da questão da resistência camponesa pela terra tendem a permanecer na superfície, quando estes reivindicam ou aparecem como responsáveis pelo protagonismo da luta pela terra. Conforme salienta Martins, o problema é que estes não possibilitam aos camponeses aperfeiçoarem sua competência política, fato este que leva à situação de que se “priva os grupos populares de tomarem consciência de sua verdadeira e eficaz

identidade histórica e, portanto, de se tornarem de fato sujeitos da História”. Nesse sentido, torna-se necessário contrastar a fala dos protagonistas da resistência camponesa de Goiás com os enunciados de agentes pastorais e outros, que se assumem como agentes organizadores das ações, eventos e mesmo da formação dos grupos camponeses na região estudada.

Interpretação dos conflitos judiciais ou o empírico em questão

Em uma interpretação crítica ao fenômeno do uso do direito positivo pelos camponeses remanescentes, configurado como aporte normativo-legal preferencial de resolução a litígios não individualizados, percebe-se que estes o manuseiam como mecanismo judicial coletivo para resolução de conflitos político e trabalhista contra um proprietário particular, percebido e concebido como pertencente à classe social portadora da autoridade sócio jurídica que, como tal é reconhecida como legítima pelo próprio direito positivo. Eis algo de fato inédito em uma sociedade liberal e capitalista subalterna, neste caso, a sociedade brasileira como um todo e não apenas local, a qual se vê interligada às relações políticas e jurídicas, em conflitos abertos, no Brasil.

A reivindicação de um quadro teórico que articule interpretações do materialismo histórico, que dialogue com alguns autores, que cunharam conceitos e abordagens dos denominados „novos movimentos sociais”, torna-se necessária para abarcar relações sociais características da configuração das classes sociais. Observadas em concreto, durante um percurso de tempo de médio alcance no período contemporâneo, indiciam lastro histórico, de cuja observação emergem não apenas interesses particulares e específicos a cada um dos segmentos sociais envolvidos como também é identificável teor de interesses das classes que avultam dos projetos políticos e jurídicos distintos e opostos, fulcrado na disputa por uma concepção e práticas sociais da propriedade, do uso da terra e das relações sociais que transcendem o contexto da sociabilidade conflagrada.

A expressividade destes projetos antagônicos do movimento social rural desvela por um lado a face autoral do remanescente campesinato goiano e de outro a face patronal rural latifundiária, singulares e novas, prefiguradas nas entidades ou polos classistas: a União Democrática Ruralista-UDR, local, regional e nacional e o Movimentos dos Trabalhadores Rurais, Sindicais (FETAEG), e também, de maior expressividade, o Movimento dos Sem-Terra (MST).

Especificando ainda mais também analisar se as denúncias de violências, perdas e danos contra os camponeses expressos nos cadernos Conflitos no Campo – Comissão Pastoral da Terra (CPT) – fundamentam o quadro de demanda política e jurídica dos processos judiciais desapropriatórios da terra no município da Cidade de Goiás; se possui alguma relevância ou papel os mediadores agentes pastorais da Diocese da Cidade de Goiás; se o acesso ao direito positivo pelos camponeses, no município de Goiás no período demarcado, desencadeou mobilização dos proprietários agrários os levando à criação da forte e incisiva associação patronal rural, denominada União Democrática Ruralista – UDR; enfim se as desapropriações das terras, 23 no total, das quais indicamos quatro processos judiciais - INCRA/GO por ações impetradas pelos camponeses, operou-se especificamente pela mediação do direito positivo ou fatores de cunho político e social intervindo com ênfase e persuasão preponderantes.

Essa investigação justifica-se por aportar contribuição científica e sociojurídica (acho que pela nova ortografia?) sócia jurídica ao esclarecer e atualizar o teor das contradições e enfrentamentos políticos entre grupos remanescentes camponeses e proprietários fundiários (plano local/regional), engendrados na luta histórica pela terra. Esta ocorrência se reporta ao período em que estes grupos e classes sociais, transportam-se a si mesmos à situação e/ou condição de novos sujeitos de direito no campo. Sujeitos que para efeito de análise sociológica aparecem submetidos ao quadro categorial como „novos movimentos sociais“, especificados como estudo de casos alargados do movimento social rural, no Estado de Goiás. Isto em uma perspectiva sócia jurídica qualitativa, para auscultar a enunciação da voz protagônica, em contraste e na mediação com seus interlocutores orgânicos, explicitando no plano histórico e sócio jurídico o modo de utilização e/ou conformação das lutas e demandas pelo acesso ao direito (privado e público) coletivo de uso da terra. Tal demanda seria uma tentativa de garantir o argumento da função social da terra e de seu uso político pela representatividade camponesa de uso e legalização da terra. Se os conflitos explicitam no cotidiano das lutas e processos judiciais interpostos pelos camponeses remanescentes (subalternos e litigantes), a assimilação do direito do Estado capitalista como instrumento racional de defesa do direito ao trabalho, em específico, como camponeses que exigem acesso legal a terra no Estado de Goiás, como condição e perspectiva de vida. Tem-se que estes conflitos pela terra por se referir a um drama social de longo alcance histórico e social, estão como uma das lutas

de emancipação humana contemporânea, que por si mesmos justificam esse estudo, e principalmente por incidir-se sobre a candente questão imorredoura da transição campo-cidade e/ou cidade-campo.

Ao persistirem essas questões, parcialmente exploradas como cerne da problemática da mercadorização da terra, coloca-se no plano do estudo da sociologia e demais ciências sociais contemporâneas, série de exigências que articulem abordagens empíricas e as teorias disponíveis. Exige-se mapeamento local de situações, aspectos, limites e alcances do desenvolvimento do capitalismo subordinado no campo, nas regiões e em todo o território nacional. Essa investigação insurge-se contra a insuficiência de dados empíricos e abordam os antagonismos, confrontos entre os grupos rurais na perspectiva dos camponeses e dos proprietários de terras (mediação agentes do Estado), na Cidade de Goiás.

Estas lutas refletem a organização política no sentido de um consistente movimento das classes rurais subalternas que, como tal, aparecem subterrâneos ou escamoteados pelo olhar sociológico e a história oficial. Uma importante questão que se coloca é a de que se tais conflitos desaguam em resistências sociais, políticas e jurídicas e se são responsáveis pela ação organizada patronal no campo, em Goiás, com a criação da União Democrática Ruralista (UDR), entidade política e de resistência inclusive paramilitar? Os novos discursos enunciados como falas dos camponeses, podem ser analisados como protagônicos aos camponeses locais, isto é, como demonstrativo de uma organização social e política da classe trabalhadora goiana, a exigir uma sistematização sociológica?

Estas questões não esclarecidas solicitam uma investigação que parta de uma concepção teórica e metodológica que se acerque das estruturas ou situações sociais referidas ao universo sociológico das classes sociais no contexto local. Uma vez que essa situação conflitiva se configura, renitentemente, desde fins do século XIX, em todo o território goiano, a partir da abolição do trabalho escravo, a historiografia regional aponta que em plena década de 1930 e até 1960, continuavam a serem negociadas, na praça do mercado da Cidade de Goiás, as dívidas dos trabalhadores “agregados” das fazendas daquele município.

De modo análogo, tem-se que inumeráveis grupos de camponeses e trabalhadores rurais assalariados e em situação de expectativa de trabalho – distintamente categorizados, situados no empírico da experiência social – vêm assumindo uma presença marcante nas lutas de resistências políticas no campo brasileiro. Nestas, a

reforma agrária é a maior exigência dos grupos de trabalhadores do campo, derivando desse contexto, uma resistência de teor camponês pela terra no Brasil que, portanto, suscita constante atualização à pauta política e jurídica do Estado nacional. O projeto do Estado e da classe proprietária rural passa ao largo do atendimento dessa exigência (insepulta) da problemática agrária. Este é um dos aspectos do domínio do capital urbano sobre a terra na área rural que, nos países capitalistas centrais foi resolvido concomitante ao aparecimento das contradições entre as classes. No campo brasileiro, este aspecto continua a prefigurar-se como „questão“ ou problema social, político e jurídico emblemático e paradoxal. Aspecto que, provavelmente, seja uma particularidade da forma de constituição e manutenção do seu modo de produção capitalista e subalterno.

Nesse processo evidencia-se que a terra, como recurso natural irreproduzível, naturalmente, persiste no tempo e no espaço, como o móvel de litígio jurídico, político e judicial mais importante entre os grupos e classes sociais exploradores da força de trabalho e dos bens naturais disponíveis e indisponíveis, para manutenção da forma privada de seu domínio para fins de rentabilidade capitalista. A continuidade desse paradoxo entre grupos e classes sociais agrárias e urbanas – produzido e reproduzido historicamente – expressa os limites da propriedade e uso privado da terra, e como tal fator interliga e unifica o campo à cidade, no desenvolvimento capitalista contemporâneo.

Na oposição política e jurídica entre a forma privada e mercantil subalterna da terra e o uso tradicional da terra de trabalho, estes atores sociais demandam alterações, supressões e mesmo criações genuínas de institutos jurídicos, e também normatividades de uma nova sociabilidade. Os conflitos pela terra, em análise, podem expressar faces antagônicas das classes sociais fundamentais após o engendramento de alterações capitalistas avassaladoras na propriedade, na posse e, especificamente, nos termos do uso social da terra como bem material irreproduzível. Esse processo conflituoso visa a garantia ou efetividade do princípio da função social da terra, assim como o do uso legal da terra como mercadoria. Por isso se exige ao Estado, isto é, a seus agentes burocráticos e administrativos que tutele, nas ações judiciais concretas, a função da terra como provedora alimentar, fonte de trabalho das diversas categorias rurais respeitando o elemento identitário do trabalho camponês familiar.

Preliminarmente, afirma-se que os grupos camponeses remanescentes observados, ao desenvolveram (aparentemente) uma auto-organização e mobilização político-jurídica, no sentido de resolver o histórico problema da ocupação não titulada da terra - apossamento tradicional em Goiás - se constituíram em um dos importantes artífices sociais e políticos de uma articulação negociada e consciente entre as populações rurais e urbanas brasileiras. Nesse sentido indicaram alguns rumos alternativos de sociabilidade local, regional, nacional e mundial e como tais são passíveis de autoria de alcance universal.

Considerações finais

A terra, no âmbito das comunidades e sociedades estruturadas pelas atividades agrárias, está carregada de uma simbologia ou de sacralidade transcendente. Sendo que tal transcendência ao se configurar, presentemente, no imaginário social da maioria dos sujeitos sociais investigados, atravessa-lhes o cotidiano em suas relações sociais e conjuga-se à função social da terra como um dos objetos sagrados de uso humanos mais importantes. Dessa perspectiva, concebem a terra como um bem, produto e/ou riqueza necessário à vida, ao trabalho e ao objeto primacial que maiores tonalidades de sagrado comporta. Essa valoração sacra da terra comparece no fenômeno estudado impactando-o, moldando-o e interferindo nos argumentos políticos-jurídicos da maioria dos sujeitos que a qualificam, seja como terra de trabalho não titulada (posse), seja como terra-propriedade ou mercadoria titulada.

Para o camponês a luta é pela terra concebida como “instrumento de trabalho”, o que envolve, necessariamente, as relações de propriedade que é a origem do “problema da expropriação e não o da exploração” assalariada. Pode-se afirmar que é no âmbito da resistência pelo modo camponês de uso da terra que a questão da legitimidade da propriedade se configura fortemente, uma vez que é o camponês o ocupante da terra, isto é, a pessoa que nela trabalha e a transforma para produzir o alimento ou sustento próprio da família e de abastecimento. Configurada essa a realidade do trato e uso da terra é também este fato, o que legitima sua posse e a razão pela qual aos camponeses não interessa apenas o estatuto legal da posse, passando estes a uma reversão do argumento de legitimidade postulado pelos proprietários escudados no direito posto pelo Estado.

As falas dos protagonistas dos conflitos e resistência camponesa salientam o papel dos agentes mediadores arregimentados na municipalidade de Goiás, destacando que uma questão fundamental de tal processo seria o uso ou não uso contra-hegemônico do direito. Nos conflitos sociais agrários prolongados, historicamente no Brasil, pela deliberada mediação dos protagonistas tradicionais envolvidos destaca-se o papel explícito de agentes do Estado, por meio de estatutos jurídicos que apetrecha um dos protagonistas dos litígios judiciais, os grandes proprietários rurais, fornecendo-lhes mecanismos políticos e instrumentos jurídicos hábeis de resolução de tais conflitos. Os quais, em simultâneo, atualizam reforçando o princípio de propriedade privada como um dos postulados doutrinários liberais de maior importância ao descurar-se dos esclarecimentos institucionais acerca do princípio da função social da propriedade. Nesse aspecto cresce a relevância do papel e do apoio dos intelectuais e da opinião pública aos camponeses, indiciando-lhes condições favoráveis a um novo bloco histórico no sentido gramsciano.

Referências

- DURIGUETTO, Maria Lúcia. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n118/a04n118.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2018.
- GRAMSCI, Antonio. Às margens da história. (História dos grupos sociais subalternos). (Caderno 25). In GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 5, 2002. p. 129-145.
- GRAMSCI, Antonio. Risorgimento italiano. (Caderno 19). In: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 5. 2002. p.11-128.
- MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- MENDES, José. “**Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas.**” Disponível em: <http://mtis2.ds.iscte.pt/texto/JMM_Perguntarobservar.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2012.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. O direito e a comunidade: as transformações recentes da natureza do poder do Estado nos países capitalistas avançados. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n. 10 p. 09-40, 1982a.

UMA VIDA EM BUSCA DE SENTIDOS DE JUSTIÇA: A TRAJETÓRIA DA QUILOMBOLA CATARINA FLORES

Eleandra Raquel da Silva Koch¹

Resumo: Este trabalho aborda a trajetória de luta e de resistência da quilombola Catarina Flores, em busca dos direitos territoriais de seus ancestrais escravizados, os quais receberam um legado através de um Inventário de 1917. Entretanto, as terras destinadas foram esbulhadas e os familiares jamais tiveram acesso ao cumprimento do Testamento. Em 2017, esse legado, pelo qual lutaram a vida inteira, foi confirmado. Tal situação é ilustrativa da invisibilização dos seus direitos e saberes.

Palavras-chave: quilombolas ; resistência ; invisibilização.

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho versa, de modo geral, sobre a temática quilombola - políticas de identificação, reconhecimento e titulação de comunidades remanescentes da “escravização“ (BISPO, 2015) negra no Brasil, e de forma mais específica sobre os processos de invisibilização jurídica dos sujeitos sociais em luta por acesso à terra e ao reconhecimento de suas trajetórias de resistência, de suas experiências e de seus saberes. Realizei essa abordagem a partir da referência à trajetória da quilombola Catarina Flores, que é guardiã da memória de seus ancestrais escravizados numa cidade dominada pelo latifúndio no interior do estado do Rio Grande do Sul. Ela e seu marido falecido João (também seu primo) lutaram a vida inteira para ter acesso aos documentos cartoriais que comprovam que os seus ancestrais receberam uma doação de terras de uma senhora de escravos, que teve suas terras defendidas pelos ancestrais quilombolas na “Revolução Federalista“, após teria adotado os irmãos Pedro e Adão. No entanto, esse legado de um Inventário de 1917 (Arquivo Judicial do Rio Grande do Sul, 1917)) não lhes foi entregue.

Assim, através da violência - que é evidenciada no assassinato de um Inventariante, um não- quilombola que por força tomou esse lugar - o direito a esse legado dos quilombolas foi apagado da história da ocupação territorial e fundiária da região de Caçapava dos Sul, pois o seu avô e tio-avô que constavam como herdeiros foram coagidos e enganados por senhores detentores de terras na região que levaram área a registro sem o conhecimento dos quilombolas. E durante muito e muitos anos, Catarina e seu esposo João realizaram contínuos périplos até o cartório do Judiciário de Caçapava do Sul,

¹ Eleandra Raquel da Silva Koch, é mestre em sociologia, doutoranda em Desenvolvimento Rural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: eleandrars@yahoo.com.br.

inclusive varias vezes em conversas com juízas e juizes da Comarca, buscando apresentar o fragmento do documento antigo que seu avô deixou e buscar algum tipo de acesso ao Inventário.

Os quilombolas têm o conhecimento de seus ancestrais de que área de ocupação tradicional e de direito era de mais de 100 módulos fiscais em medidas a serem convertidas às atuais. Não há confirmação pelo INCRA sobre as dimensões do território que ainda está em estudos, contudo, os dados do Inventario apontam para uma área infinitamente maior do que essa em que eles subsistem hoje. No entanto, Catarina, seus descendentes e a parentela ocupam menos de 1,5 hectares, num lugar fora do território ancestral, pois já à época de seu pai, a casa deles foi incendiada e eles foram expulsos do local. Atualmente, a Catarina, os descendentes e a suas parentelas vivem em relações de afinidade em uma área próxima área legada, possivelmente persistam lá como uma forma de resistir no entorno de seu território de direito negado.

Essas notas analíticas têm por objetivo trazer visibilidade a uma significativa trajetória de resistência dessa quilombola e seu marido, em busca por reconhecimento dos direitos de seus ancestrais negros. Acredito que essa análise pode cumprir uma função heurística, no sentido de que a partir da luta incessante da Catarina, por direitos de justiça, pode-se ilustrar essa situação de subjugação jurídica e política que os remanescentes de quilombos estão submetidos no Brasil. Por outro lado, dar visibilidade ao protagonismo desses sujeitos sociais em luta, através da tentativa de trazer suas vozes a partir do texto.

Do ponto de vista teórico e metodológico, apoiei-me nas abordagens das Epistemologias del Sur (SANTOS, 2014), as quais visam dar voz a saberes historicamente subalternizados, a partir da valorização de conhecimentos localizados e ligados a contextos específicos, partindo da compreensão de que os protagonistas da ação social também são protagonistas da produção do conhecimento (SANTOS, 2012; MENESES, 2016). Também reputo as análises dos autores e das autoras que concebem a dimensão de territorialidade negra quilombola intrinsecamente vinculada ao sentido de identidade e de resistência étnica (CHAGAS, 2012) dos sujeitos sociais protagonistas, em luta por reconhecimento.

Ambas dimensões, acima referidas, são inseparáveis na análise sobre direitos territoriais quilombolas, pois as terras, ou lugares (ESCOBAR, 2005) dos e das remanescentes de quilombos (BRASIL, 1988) versam sobre territórios conquistados e perpetuados ao longo do tempo, ou em luta para recuperação, pelas sucessivas

gerações de famílias, ligadas pela consanguinidade e compadrios, lutando em prol da manutenção de seus hábitos nos mesmos lugares que seus antepassados, a partir de uma territorialidade específica (ROCHA, 2004; ALMEIDA, 2012). Da mesma forma, a resistência quilombola possui gramáticas e epistemologias densas que são forjadas nas relações de reciprocidade e identidade com esses territórios, as quais também são invisibilizadas.

2 RECURSOS ANALÍTICOS

Primeiramente, eu considero importante situar o meu lugar de enunciação na análise desenvolvida. Eu trabalho como Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário, Habilitação: Antropologia, no INCRA e atuo no acompanhamento dos relatórios técnicos e demais ações de identificação, delimitação e titulação de territórios quilombolas com processos abertos na autarquia no estado do Rio Grande do Sul. A partir deste ofício conheci a Comunidade Quilombola da Picada das Vassouras e a quilombola Catarina Flores. Nesse trabalho desenvolvido, realizei inserção em campo, numa perspectiva etnográfica, que buscou a convivência com o cotidiano na Comunidade. Nesse período que conheço a Catarina, a visitei algumas vezes e também recebi inúmeras ligações telefônicas suas, as quais propiciaram-me diálogos profícuos e uma escuta significativa. Durante esse tempo, realizei anotações num diário de campo, as quais são base para os apontamentos que trago neste texto e, bem como, informei a minha interlocutora da minha intenção de escrever sobre a sua história e nossos diálogos.

Não deixo de desconsiderar que a minha relação com a protagonista citada foi, de alguma forma, mediada pelo meu papel institucional também exercido. Contudo, acredito que isso não inviabiliza a minha possibilidade de propor uma abordagem do tema. De alguma forma, sinto-me convocada em registrar essa experiência vivida de Catarina, afinal a mesma envolve uma potência enunciativa que durante muito tempo foi silenciada e desconsiderada.

A realização dessa pesquisa de natureza etnográfica propiciou-me refletir acerca das noções usuais de interpretação em ciências sociais e, nesse desafio, busquei apoiar-me nas abordagens que sublinham o quanto as abordagens acrílicas se revelam reducionistas, ao “(...)achatar o reconhecimento da cultura como uma mera afirmação da diferença que pode ser sistematizada em sistemas horizontais de classificação (ex: x significa y e o y expressa-se em x , dentro do conjunto z) (SEGATO,

2016: 35). Para Segato, a base prática do trabalho dx antropólogx tem sido historicamente atribuir significados ao pensamento do nativo , sem que ele próprio também se reconheça como um nativo, assim, apesar de incorporar as múltiplas dimensões da cultura e da sociedade, a chamada descrição densa reduz-se a proposições lineares. Para a autora, é a persistência agnóstica da pluralidade no interior das verdades que torna possível o dialogo intercultural autêntico.

As perspectivas do conceito de quilombos deste ensaio consideram que o termo foi cunhado no horizonte colonial, que caracterizava essas formações sociais como reduzidas a espaços de fuga de escravizados. Contudo, a literatura antropológica (ARRUTI, 2008) tem evidenciado que há uma ressemantização desse conceito; o que não quer dizer que não existam parâmetros objetivos que caracterizem as comunidades quilombolas, contudo não reduzem-se a um entendimento estanque. Certamente, o pressuposto está numa origem comum presumida na escravização de seus ancestrais, do que decorrem destinos compartilhados; mas disso não deve derivar uma “frigorificação“(O DWYER, 2002) dessas formações sociais, as quais não são uma mera realidade idílica do passado, e, sim, são relações sociais do presente.

Nesse sentido, são elucidativas do reducionismo acrítico da questão quilombola aquelas abordagens que tentam desconstituir esses direitos e, bem como, atacar as políticas de reconhecimento que deles derivam. Frequentemente nos deparamos com tentativas de substancialização das trajetórias de ocupação quilombola, numa nítida tentativa de achatar essas formações sociais ao conceito colonial de quilombo, e de estigmatizá-las como populações inaptas e isoladas.

Da mesma forma, muitas de nossas pesquisas em ciências sociais ficam aprisionadas no que Mario Rufer cunhou como a metáfora extrativista . Prática que fica evidenciada naquelas análises, relativas à reconstituição e a emergência da visibilidade de trajetórias de resistência quilombola, em que os sentidos dos arquivos não são questionados. Explico: frequentemente, nas contestações aos trabalhos técnicos dos relatórios antropológicos-sócios-históricos das comunidades quilombolas, nos deparamos com a acusação de uma insuficiência de registros cartoriais de propriedade ou civis. O que é autoexplicado diante do passivo de vulnerabilidade social, territorial, patrimonial e de direitos a que essas populações estão submetidas. Os registros e mapas existentes, em muitos casos, jamais registraram as suas presenças e ocupação desses territórios, porque eles e elas foram historicamente e solenemente desconsiderados. A

escassez de acesso a esses recursos, muitas vezes, se converte em não reconhecimentos dessas formações sociais que constituem uma realidade fática ancestral e secular.

Esses registros oficiais, assim, cumprem o papel, destacado por Rufer, de ferramentas dos saberes hegemônicos que legitimam as histórias de quem não estão à margem da linha abissal, esses que são tomados como aqueles que “possuem história” em detrimento “daqueles que possuem cultura”, esses que são invisibilizados e subalternizados, diante da ausência desses registros, ou do não acesso aos mesmos. Assim, “*da não reflexão etnográfica dos arquivos decorre uma leitura a contrapelo que deixa intacta a metáfora extrativista, diante do poder silenciador que advém desses repositórios, em que os subalternizados não detêm poder algum de enunciação*” (RUFER, 2016:175). No caso desta experiência de pesquisa, a partir da análise da trajetória de resistência da quilombola Catarina, isso fica muito evidenciado, na medida em que os direitos documentais, cartoriais e de propriedade de seus ancestrais foram silenciados por mais de 80 (oitenta) anos.

Urge assim, como alternativa a essa lógica extrativista, o exercício etnográfico do fazer desses arquivos, a partir da revisitação com um novo olhar e com perguntas epistemológicas tais como propõe Rufer: “*Isso pode ser somente um arquivo? O que esse documento silencia e oculta*”. Faz-se necessário assim, realizar uma leitura arquivística desconstruída, com vista de reencaixar as perguntas acerca de como os sujeitos são reconstruídos, monitorados e parcializados por esses registros. Portanto, o arquivo (e os registros históricos), nesse giro etnográfico, deve ser adensado em termos de uma realidade social, como ação ritual que inclui simbolização e não como um lugar asséptico e imparcial.

3 PERCEPÇÕES SOBRE UMA TRAJETÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA

Desde que conheci a quilombola Catarina Flores, em 2012, ela repete a assertiva de que durante teve uma revelação de sua avó que lhe disse onde estavam os documentos que comprovavam as afirmações de seu avô sobre a ‘dádiva’ recebida. Ela sempre demonstrou uma relação de afeto vinculada ao desejo de dar continuidade à narrativa da luta pelos direitos às terras que aprendeu com seu avô, isso fica nítido no trecho transcrito a seguir:

Eu ia para o campo com o meu avô quando ele tinha rés, tinha tudo, porque era tudo mato aquilo ali como eu mostrei, tinha os campestres, aí meu avô dizia isso aqui é meu , aquilo ali é do Adão e tem a parte do Olímpio. Ali ele começava a falar para mim, eu acho que nem meu pai, que era filho dele, ele não explicou tanto quanto pra mim. A única neta mais moça que ele dizia as coisas era para mim. (Entrevista (1), Catarina Flores, 2017)

Catarina também contextualizou, durante a entrevista, as circunstâncias que a impulsionaram a iniciar a luta em busca do legado do testamento pelo qual seu avô a ensinou a lutar:

Aí quando o meu avô morreu a minha vó foi fazer o Inventário dela com o meu pai, mas meu pai ia lá e não achava nada, ele ia nos escritórios, mas eu sabia que tinha esses documentos(sic), uma parte do documento (sic) conseguimos salvar quando fomos expulsos de lá , quando o meu pai ficou doente botaram fogo na nossa casa, quando nós fomos lá para fazer outro ranchinho embragaram de nós entrar pra dentro. Meu pai nasceu ali, se criou ali, como minhas tias todas, e nós fomos impedidos (Idem).

Diante das suas convicções, ela e seu marido João, muitas e muitas vezes, foram ao Judiciário em busca dessa documentação e obtiveram pouco acesso, sem, contudo, jamais ter conseguido copiar os documentos do Inventário, ou tê-los em posse.

Daí eu comecei a recorrer daqui e dali e quando foi eu tive uma revelação, pra mim não foi um sonho, foi uma revelação: eu tava com sono e aquela mão me pegou na minha mão assim e disse: - minha filha sou eu { a avó Joana}, eu vim dizer que o Inventário que eu não pude fazer, tu vai lá no Fórum que tá na gaveta número1, que é da finada Joana, e eu fui. Cheguei lá e primeiro perguntei se não existia usocampião (sic) dessas terras, e a juíza me perguntou quem te mandou aqui fazer o inventário? Aí o final Dalto que era desembargador disse ela não tá dizendo que quer fazer, ela quer saber se existe (...) . Aí ela perguntou o nome e eu disse Pedro Flores Moreira, Adão Flores de Paula e Olímpio Flores Fernandes. Aí ela disse: - tá aqui desde de tal época e só sai para os que são os donos, ou da primeira, segunda ou quarta geração (Idem).

Em 2016, onze anos após a abertura do processo de regularização fundiária, e há mais de 60 (sessenta) anos de luta incessante, através da pesquisa do relatório antropológico, sócio-histórico de caracterização econômica e ambiental da Comunidade quilombola do Faxinal, considerando a convicção inabalável dessa liderança quilombola, o INCRA solicitou ao poder judiciário o acesso à aludida documentação. Ela se dirigiu ao Setor Quilombola do INCRA e apresentou o único documento que ela tinha em posse: uma cópia de um fragmento da certidão das terras de sua avó Joana (INCRA, 2018). Pois bem, após o acesso ao Inventário do Arquivo Judicial do Rio Grande do Sul, tal e qual Catarina tem repetido, sem ser ouvida, atendida, respeitada por décadas, estavam lá registradas as informações sobre o legado deixado a seus ancestrais e, da mesma forma, o registro dos diversos processos de violência e os esbulhos sofridos.

Essa validação de suas convicções, que lamentavelmente somente foi obtida cinco décadas após o início de sua luta por seus direitos, foi deveras importante para que a quilombola Catarina Flores tivesse a sua trajetória de luta reconhecida, contudo esse meio de acesso È revelador da invisibilização e do silenciamento dos seus direitos ao longo do tempo, se configurando também uma espécie de epistemicídio de seus saberes, na medida de que a sua convicção e seus conhecimentos foram historicamente desdenhados e desconsiderados. E essa subalternização sustentou e legitimou o esbulho de seus direitos e também de seus ancestrais.

Do ponto de vista do andamento do processo de reconhecimento das terras da quilombola Catarina e de seus ancestrais, a elaboração do relatório foi o primeiro passo do Estado brasileiro, devendo ainda serem processados um conjunto de outras peças e atos administrativos, os quais são constantemente contestados pelos setores contrários à implementação e ao avanço dessa política pública de reparação e de desenvolvimento do estado brasileiro.

Em 2017, a quilombola Catarina teve acesso ao Relatório elaborado pelo INCRA, o qual ela e a Comunidade Quilombola do Faxinal aprovaram. Diante desse produto, ela reafirmou a imensa batalha que foi para ela e seu marido falecido a luta por esse legado de terras historicamente silenciado. A seguir transcrevo um trecho de seu depoimento da reunião em que o Relatório foi apresentado e aprovado o documento:

Posteriormente a aprovação, a versão final foi enviada via transporta da Prefeitura Municipal, ocasião em que ela teve o seu exemplar temporariamente ‘retido’ por um Órgão municipal, sob a alegação de que necessitavam fazer uma cópia do exemplar. Ao que ela reagiu afirmando que não deixaria o documento em posse de outros, disse, pois :- esse documento é meu, é sobre a minha história, a nossa história.

Neste momento, há uma significativa diminuição orçamentaria da política quilombola e o andamento do conjunto dos processos de regularização fundiária estão em estado de paralisia. E, mais uma vez, a quilombola Catarina estão testando a sua resiliência: diante do não andamento das novas fases administrativas do Processo, ela permanece incansável na luta pelos seus direitos; recentemente eu recebi uma ligação sua e ela indagou-me: “ - estou ligando para saber quando vão resolver”.

4 NOTAS SOBRE O CONTEXTO POLÍTICO DO DIREITO QUILOMBOLA

As políticas de reconhecimento étnico-racial e territorial quilombolas são sustentadas a partir da existência de um direito assegurado na Constituição Federal de 1988, num contexto político de reabertura democrática em que foi garantido um rol ampliado de direitos sociais e coletivos que estavam até então invisíveis (BRASIL, 1988; ARRUTTI, 2008; FIGUEIREDO, 2008; JARDIM e LOPEZ, 2013). Dentre os quais, a partir da luta do movimento negro, o direito da titulação definitiva das terras dos remanescentes de quilombos (os e as quilombolas), consignada no Artigo 68 da Ação das Disposições Contrárias e Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

A partir desse marco constitucional, o Estado avançou no reconhecimento e na efetivação de algumas políticas públicas em relação aos direitos territoriais previstos. Entretanto, ainda há um hiato muito significativo entre o direito fundamental garantido constitucionalmente e o cumprimento da obrigação do Estado Brasileiro em titular as terras dos remanescentes de quilombos. E, bem como, há inúmeras contestações de setores contrários à ampliação da política pública, os quais desenvolveram nos últimos anos inúmeros expedientes jurídicos, administrativos e políticos que visam obstaculizar o prosseguimento e a ampliação dessas políticas.

Contudo, após quatorze anos de tramitação no Supremo Superior Federal (STF), o Decreto 4887/2003 – que regulamenta o direito constitucional de titulação das terras Quilombolas, assegurado no artigo 68 da Ação das Disposições Contrárias e Transitórias – foi confirmado como constitucional. O Acórdão do STF () afasta qualquer temporização em relação ao direito de autorreconhecimento e autoidentificação, assegurado aos povos indígenas e tribais na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT (OIT, 2011). Nem mesmo o chamado “marco temporal” - que condicionava a ocupação das terras em 1988 e desconsiderava os esbulhos, turbações e vulnerabilidades territoriais que esses povos estão submetidos – teve acolhida.

Assim, provavelmente por conta do tamanho da dívida do estado brasileiro com a população negra, vivemos um momento de reafirmação das políticas de reconhecimento dos direitos dos e das quilombolas no Brasil, embora do ponto de vista do orçamento do Estado brasileiro há um grande enfraquecimento do avanço administrativo desses direitos. Por muito tempo o questionamento ao Decreto quilombola representou uma “espada”

sobre a política pública e serviu também para que o estado brasileiro paralisasse ou cedesse aos interesses dos setores do agronegócio que enfrentam a política de titulação coletiva dos territórios. Tais setores contestam a política pública porque ela garante, mediante a titulação coletiva, que esses territórios não voltem para o mercado de terras.

Contudo, diante da decisão do STF está aberta uma nova janela de oportunidades para a afirmação da obrigação constitucional da titulação das terras de remanescentes de quilombos do Brasil. Há espaço para a luta quilombola seguir resistindo, como o fez até então.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O protagonismo da quilombola Catarina ilustra o confluir de uma trajetória individual e familiar que encontrou uma luta coletiva com sua parentela e seus vizinhos quilombolas, os quais também sofreram esbulhos de seus acessos e direitos territoriais historicamente, e que foram, no presente, congregados a partir da Associação Quilombola da Picada das Vassouras, a qual foi construída pelos próprios e que cumpriu o papel de uma espécie de “sujeito coletivo”. Essa organização política possibilitou que eles acessassem o Ministério Público Federal (MPF) e O INCRÁ, em busca de sentidos de justiça territorial e existencial.

Lamentavelmente, a saga dessa quilombola e da Associação Quilombola da Picada das Vassouras, por seus direitos, ainda não cessou e terão que continuar enfrentando a morosidade e, em vários momentos, a omissão do estado brasileiro em avançar nos seus direitos.

Situações de vulnerabilidade de direitos, tais como as que ficam evidenciadas em trajetórias de resistência como a da quilombola Catarina e sua parentela, nos permitem escrutinar a realidade social do presente de subordinação, de invisibilidade e de marginalidade em que permanecem as comunidades remanescentes de quilombo no Brasil, deixando nítido como ainda precisa-se avançar muito para que possamos superar a formação escravocrata que formou a chamada cultura nacional e o Estado brasileiro.

Por outro lado, tais formas de perseverança demonstram a potência desses sujeitos sociais em luta. Um antídoto, talvez, para nos ‘libertarmos’ da visão etnocêntrica do conhecimentos extrativistas que julgam a validade dos outros saberes unicamente a partir de suas lentes, é reconhecer que todo o conhecimento é “localizado” e circunstanciado (HARAWAY,1995), e portanto, as análises sobre formas de lutas e resistência quilombola, por exemplo, necessitam ser edificadas a partir de

critérios que reconheçam os sujeitos sociais como sujeitos e não objeto do conhecimento produzido.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno (2002). Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org). Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, p.43-81.

_____.(2012) Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a proteção e Protecionismo. *Caderno CRH* (UFBA. Impresso), v. 25, p. 63-71..

ARRUTI, José Maurício (2008). “Quilombos”. In: Raça: Perspectivas Antropológicas. [org.Osmundo Pinho]. ABA / Ed. Unicamp / EDUFBA.

BRASIL. Constituição de 1988 (1988). Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília.

_____. (2003). Decreto 4887/2003, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Brasília.

BISPO, Antônio dos Santos (2015). *Colonização, Quilombos modos e significação*. Brasília. Editora UNB.

CHAGAS, Míriam (2012). Da invisibilidade jurídica aos direitos de coletividades: fazer antropológico em terra de quilombos. In: Desenvolvimento, Reconhecimento de direitos e conflitos territoriais. Brasília. ABA.

Entrevista1. Quilombola (2017). .Catarina Flores. Realizada em maio de 2017. Caçapava do Sul.

ESCOBAR, Arturo (2005).O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou hipodesenvolvimento. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro. 2005. pp.133-168.

HARAWAY, Donna.(1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu* (5), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, pp.7-41.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2018). Processos Administrativos SR/11.Nº54220003037/2013-57 e SR/11 Nº 54220.003036/2013-11. Porto Alegre.

MENESES, Maria Paula (2016). “Os sentidos da descolonização: uma análise a partir de Moçambique”,*OPIS*, 16, 1, 26.-44.

O'DWYER, Eliane Cantarino (2002)(org.). Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV.

ROCHA, Cristiany Miranda (2004). Histórias de Famílias Escravas. Campinas. Editora da Unicamp.

RUFER, Mario (2016). “El archivo. De la metáfora extractiva a la ruptura poscolonial”. En Mario Rufer y Frida Gorbach (eds). (In) disciplinar la investigación. Archivo, trabajo de campo y escritura. México. Siglo XXI-UAM.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2007) “Puede el derecho ser emancipatorio?”, In Derecho y emancipación. Quito: Centro de Estudios y Difusión del Derecho Constitucional.

_____ (2012.) Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Revista Crítica de Ciências Sociais Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, n. 78, p. 3-46.

_____.SANTOS, B. de S (2014). Epistemologies of the South: Justice Against Epistemicide. Boulder: Paradigm Publishers.

SEGATO, Rita (2016). “Una paradoja del relativismo. El discurso racional de la antropología frente a lo sagrado”. En Mario Rufer y Frida Gorbach (eds). (In) disciplinar la investigación. Archivo, trabajo de campo y escritura. México. Siglo XXI-UAM.

USO DA TERRA POR COMUNIDADES TRADICIONAIS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Elisa Quint de Souza de Oliveira¹

Pedro Martins²

Resumo

O Estado Democrático de Direito instituído pela Constituição Federal de 1988 definiu a necessidade de implementação de políticas públicas voltadas para populações marginalizadas visando o bem-estar social. A Carta Magna previu, ainda, proteção à cultura salvaguardando as comunidades tradicionais e garantindo a continuidade dos seus modos de ser e viver. Essa proteção, naturalmente, compreende o uso de um território sem o qual essas práticas tradicionais não ocorreriam. A realidade, porém, é diversa da previsão normativa. Grande parte dessas comunidades, devido às pressões econômicas, discriminatórias, excludentes e fundiárias, se encontra lutando e resistindo, não obstante a intenção de silenciá-las, como ocorre com a Comunidade Tradicional dos Areais da Ribanceira, em Imbituba, litoral sul do Estado de Santa Catarina. Conhecer as razões pelas quais a legislação para proteção dos meios de vida dos povos tradicionais em um país multicultural como o Brasil é constantemente ignorada pode auxiliar, acredita-se, na criação de instrumentos mais eficazes e capazes de mudar essa realidade.

Palavras-chave: Estado Democrático de Direito. Direito à Terra. Comunidades Tradicionais.

Introdução

Tratar da questão dos direitos dos povos tradicionais no Brasil tem se revelado um desafio para profissionais e estudantes das mais variadas áreas. Antropólogos, juristas, sociólogos, geógrafos, entre tantos outros que compõem o quadro multidisciplinar característico do tema, questionam a indiferença e, por vezes, a recusa na aplicação da legislação que protege as comunidades tradicionais no país.

Pensou-se, logo após a promulgação do texto constitucional, que as discussões sobre a necessidade de salvaguarda das ocupações tradicionais da terra no Brasil fossem ter

¹ Doutoranda e Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, Graduada em Direito. E-mail: elisa21355@gmail.com.

² Doutor em Antropologia pela Universidade de São Paulo - USP, Professor do Programa de Pós graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental - PPGPLAN da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. E-mail: weltermartins@yahoo.com.br.

um fim uma vez que, ao menos teoricamente, havia uma previsão legal de garantia dos direitos fundamentais necessários para tanto.

O que pode ser observado, no entanto, passados trinta anos do texto constitucional, é que a realidade é muito diversa da previsão legal. Se, de um lado, há interesse político em não garantir as terras necessárias para que populações tradicionais garantam seus meios de vida há, por outro lado, justificativas jurídicas para não fazê-lo, consubstanciadas no fato de não haver instrumentos legais adequados de efetividade do texto normativo e, ainda mais grave, em razão da garantia do direito à propriedade privada ou ao mito do desenvolvimento econômico.

Quando a Constituição Federal de 1988 instituiu o Estado Democrático de Direito, entendido como uma ampliação do sentido da democracia além dos direitos civis e políticos, alcançando, também, o aspecto econômico e social estendidos a todos os cidadãos, houve uma oposição clara ao modelo liberal de exclusão. Na prática, porém, a ordem excludente da falta de comprometimento social permanece.

É preciso referir que, contra a força contrária que instituiu o Estado Democrático de Direito, ocorreram, no cenário legislativo nacional, publicações normativas que conferiram legitimidade à salvaguarda dos direitos dos povos tradicionais, mas que pouco ou quase nada modificaram o estado de invisibilidade em que ainda se encontram essas comunidades.

O caso da Comunidade Tradicional dos Areais da Ribanceira, formada por agricultores itinerantes e pescadores artesanais, em Imbituba, litoral sul do Estado de Santa Catarina, exemplifica perfeitamente como a questão da garantia de direitos fundamentais estampada na Carta Magna é tratada no país. As terras ocupadas ancestralmente pela Comunidade foram tomadas por grandes projetos de desenvolvimento que transformaram terras públicas em privadas ameaçando a continuidade dos conhecimentos tradicionais, impedindo o livre acesso aos recursos naturais e sua conservação que, inclusive, possibilitaram a preservação de importantes ecossistemas da região.

A perspectiva deste artigo é refletir sobre a necessidade de transformação real e efetiva do Estado de Direito que se caracterizava, antes da constituinte que culminou com a Carta Magna de 1988, pela submissão do cidadão a uma lei geral e abstrata, em um Estado Democrático que se submeta à vontade popular e aos fins propostos pelo cidadão.

2. Estado Democrático de Direito x Uso Tradicional da Terra

Para compreender o Estado Democrático de Direito é necessário partir do pressuposto de que a Constituição Federal de 1988 integrou três concepções distintas de Estado: o de direito, o democrático e o social³, que representaram uma unidade e significaram um novo conceito, teoricamente, disposto a gerar uma transformação no Brasil. Ao deliberar pelo Estado Democrático o constituinte propôs um modelo de organização política na qual se presume garantidos a liberdade, a igualdade, o pluralismo político e a justiça social.

Para Silva (1990), um Estado Democrático de Direito não significa apenas a união dos conceitos de Democracia e Direito:

Consiste, na verdade, na criação de um conceito novo, que leva em conta os conceitos dos elementos componentes, mas supera na medida em que incorpora um componente revolucionário de transformação do *status quo* (p.105).

A reunião, portanto, de princípios tradicionalmente entendidos como pertencendo ao Estado de Direito, como liberdades individuais, políticas e econômicas, e aqueles pertencentes ao Estado Social, como os direitos de participação, forneceram ao Estado uma nova direção para a concretização de uma sociedade mais justa, livre e solidária (Araújo, 1998).

Alguns princípios constitucionais são importantes para a compreensão da problemática relacionada à efetividade do direito das comunidades tradicionais à luz do Estado Democrático de Direito como, por exemplo, o princípio democrático⁴, o princípio da justiça social⁵, o princípio da igualdade⁶ e o sistema de direitos fundamentais⁷. Este último, talvez o mais relevante para o assunto abordado, contempla desde os direitos individuais, passando pelos coletivos, sociais e culturais.

A ordem estabelecida a partir de 1988 visa impedir a discriminação evitando que alguns recebam melhor tratamento que outros. Neste sentido, deve a lei se dirigir a todos de forma indistinta. Ocorre que essa igualdade disposta na norma quase sempre não

³ Evolução resultante da existência de diversas formas de Estado anteriores, inicialmente, o Estado liberal, cuja preocupação era dar ampla liberdade para o exercício das atividades exercidas pela burguesia, que reconhecia os direitos individuais, mas tinha a ideia de que o mercado regulava-se por si só. Em seguida o Estado Social colocou ao lado dos direitos individuais os direitos sociais e econômicos e o Estado Contemporâneo incorporou a intervenção estatal na ordem econômica (Araújo, 1998).

⁴ Art. 1º da Constituição Federal de 1988.

⁵ Art. 170, caput e 193 da Constituição Federal de 1988.

⁶ Art. 5º, caput, inc. I da Constituição Federal de 1988.

⁷ Títulos II, VII e VIII da Constituição Federal de 1988.

corresponde a uma igualdade real. Quando se trata de garantir o uso tradicional da terra, principalmente em virtude das desigualdades de condições materiais que determinam possibilidades diferenciadas, há, na verdade, a total impossibilidade do exercício dos direitos formalmente assegurados. Sobre este ponto, Dallari (1991) descreve a diferença entre o direito formal e sua efetividade:

A concepção de igualdade como igualdade de possibilidades corrige essas distorções, pois admite a existência de relativas desigualdades, [...] aferindo-se este através da contribuição de cada um à sociedade. O que não se admite é a desigualdade no ponto de partida, que assegura tudo a alguns, desde a melhor condição econômica até o melhor preparo intelectual negando tudo a outros (p.258).

Nesse ínterim, perceber o Estado como um mero provedor de garantias é um equívoco, uma vez que ele não só deve garantir, como deve ser instrumento de transformação, incorporando à igualdade formal - entendida aqui como a legislação existente - um fundo social de garantias das condições mínimas de vida digna. Não basta, portanto, que a previsão legislativa ocorra de forma completa e exaustiva. É preciso, para que o Estado Democrático de Direito se faça realmente presente, a instrumentalização dos governos para as transformações necessárias.

A diversidade fundiária do Brasil está ligada à diversidade sociocultural extraordinária e essa heterogeneidade inclui terras dos mais variados grupos (Little, 2002), cujas diferenças desafiam a aplicação de políticas públicas.

A cidade, segundo Lefebvre (1991), “tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas” (p.47). Assim, planejar o território onde se inserem diferentes grupos, de modo a desconsiderar o conjunto de interesses de quem nele se insere, não garante a efetividades dos direitos assegurados.

A dissociação, portanto, entre a regra e a realidade presente na norma formal, produz textos inúteis sem qualquer possibilidade de resolução dos problemas que se apresentam. Segundo Souza (2006), “Depositar muitas expectativas em planos, leis e técnicas em si, deixando em segundo plano a análise da dinâmica da sociedade, é incorrer em um contraditório ‘tecnocratismo de esquerda’” (p.33).

Sobre a simples elaboração de normas descoladas da realidade, Maricato (1996) considera:

A generalização da cidadania e do direito acarreta transformações no mercado privado, na propriedade da terra e na relação entre os capitais

que participam da produção do espaço. Por isto a superação da exclusão social no espaço exige profundas transformações na sociedade, não bastando, embora seja importante, garantir no texto da lei os direitos fundamentais dos quais está privada a maioria da população brasileira (p.38).

No que se refere às questões relacionadas às comunidades tradicionais, portanto, fica evidente o fato de que há uma incompletude das atividades do Estado. Há, apenas, uma igualdade formal, disposta no texto constitucional que é estéril diante da realidade multicultural do país. As variadas previsões normativas mais específicas, sobre a necessidade de salvaguarda dos direitos visando o respeito às tradições desses povos em contraponto com a continuidade cada vez mais crescente de suas dificuldades de sobrevivência, atestam este fato.

3. Garantias legislativas aos povos tradicionais

As garantias formais aos povos tradicionais, prevista na Constituição Federal Brasileira de 1988, foram tratadas também por normas internacionais. As previsões estabeleceram mecanismos de proteção aos elementos culturais, materiais e imateriais, tendo sido incorporadas pelo sistema jurídico brasileiro como: a Convenção sobre Diversidade Biológica⁸, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial⁹, a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais¹⁰ e, talvez a mais expressiva delas, a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT¹¹.

A auto identidade dessas populações tradicionais, segundo a Convenção 169 da OIT, é um critério fundamental, mesmo que subjetivo, para a definição dos povos, não sendo possível ao Estado ou grupo social negar a identidade de uma comunidade se como tal ele próprio se reconheça. O texto normativo prevê a consulta e a participação dos povos interessados como um direito dos mesmos de decidirem sobre suas próprias

⁸ Aprovada pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 2 de 03 de fevereiro de 1994 prevendo o respeito à preservação e manutenção do conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica.

⁹ Aprovada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 22, de 01 de fevereiro de 2006, que amplia a esfera de proteção de acervos culturais também no plano imaterial.

¹⁰ Aprovada pelo Decreto Legislativo nº 485, de 20 de dezembro de 2006, determina o respeito e proteção dos sistemas de conhecimentos tradicionais, bem como reconhece a contribuição desses conhecimentos para a proteção ambiental e a gestão dos recursos naturais.

¹¹ Aprovada pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 143 de 20 de junho de 2002 prevendo criar um instrumento internacional que, vinculado aos direitos dos povos culturalmente tradicionais, pode ser aplicável aos povos em países independentes que apresentem condições sociais, culturais e econômicas distinguindo-se de outros segmentos da população nacional.

prioridades de desenvolvimento. Há, igualmente, o reconhecimento do direito de posse e propriedade e a previsão das medidas a serem tomadas para a salvaguarda desses direitos em relação à terra e ao território que as comunidades tradicionais ocupam ou utilizam coletivamente.

No que se refere às previsões brasileiras, a Carta Magna de 1988, como já referido, iniciou o tratamento da cultura e dos bens culturais e destinou uma seção específica ao assunto reconhecendo e protegendo o pluralismo cultural e a diversidade de valores dos grupos étnicos existentes, conforme previsão do artigo 216¹². A ordem constitucional vigente, portanto, reconhece o multiculturalismo e formalmente protege os diferentes grupos que formam o patrimônio cultural brasileiro. Sobre a previsão, Leivas (2014) entende:

Uma interpretação sistemática do texto constitucional permite que se entenda que a expressão “sociedade pluralista e sem preconceitos” que consta no preâmbulo da Constituição compreenda também o pluralismo cultural e a igualdade entre todas as culturas existentes no território nacional (p.6).

Quanto à regulamentação infraconstitucional, é relevante referir o Decreto de 27 de dezembro de 2004 que foi substituído posteriormente pelo Decreto 13 de julho de 2006, resultantes do I Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais, sendo este último substituído pelo Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016, que institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais.

O Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, é previsão, de igual modo, importante nesse contexto porque preconiza os territórios tradicionais como espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos, estabelecendo como objetivo geral o desenvolvimento sustentável com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia de seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à identidade, às formas de organização e às instituições¹³.

¹² Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

¹³ Possui, ainda, como objetivos específicos: 1. a garantia aos povos e comunidades tradicionais de seus territórios e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica (inciso I do artigo 3º); 2. a solução e/ou minimização dos conflitos gerados pela

A previsão da conceituação jurídica de povos e comunidades tradicionais disposta no Decreto 6.040/2007¹⁴ é passível de interpretações e inclusões, posto que norma aberta. A restrição do conceito jamais poderia considerar a pluralidade desses povos, precisando envolver coletividades presentes em todo país, além daquelas que aparecem somente em determinados locais. No entanto, a forma de aplicação da regularização fundiária atualmente no Brasil para a preservação dos povos tradicionais remonta de sistemáticas vigentes na primeira metade do século XX onde não havia a preocupação em estabelecer uma relação entre uma população e o território em que habitava.

No Poder Judiciário vê-se que os procedimentos judiciais não foram pensados para proteger os povos tradicionais e há certa resistência em lidar com os direitos das minorias pelos operadores do Direito afeitos a entender a justiça à luz de valores que se contrapõem à organização desses grupos sociais.

O Estado brasileiro, nas três esferas de poder existentes - Executivo, Legislativo e Judiciário - parece acreditar, por vezes, que basta a existência formal de direitos para que o problema se entenda como resolvido. Sobre esta realidade brasileira Chauí (2001) apresenta o que aqui se chama de esforço em propagar uma determinada narrativa como “mito”, não somente no sentido etimológico mas, sobretudo, antropológico, como uma espécie de explicação ou justificativa para certa realidade. Tal propósito traz uma solução imaginária para os conflitos “que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade” (p.9).

É possível afirmar, portanto, que o Brasil possui garantias constitucionais elementares para proteger o uso da terra tradicional, as comunidades e a reprodução de seus conhecimentos. O desafio imposto é a participação do Estado na equação que compõe o verdadeiro Estado Democrático de Direito: a previsão formal pela lei e a instrumentalização dos governos que está, salvo melhor juízo, intimamente ligada a uma concepção preconceituosa de parte da sociedade que entende a cultura dessas comunidades como antiquadas e inábeis ao desenvolvimento e às mudanças sociais pretendidas pela maioria.

implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em seus territórios tradicionais e o estímulo à criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável (inciso II do artigo 3º); 3. garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos: inciso IV do artigo 3º.

¹⁴ Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

4. O caso dos Areais da Ribanceira

A comunidade apontada como exemplo da problemática levantada vive às margens da área portuária do Município de Imbituba, litoral sul do Estado de Santa Catarina. A região caracteriza-se pela atividade agrícola, dividida em pequenas lavouras de uso tradicional, intercaladas por butiazeiros¹⁵ e outras espécies, além da prática da pesca artesanal.

Os relatos sobre a origem desse grupo estão associados à existência de laços de parentesco entre famílias descendentes de imigrantes açorianos e indígenas que remontam a um processo histórico de uso e ocupação da faixa litorânea no sul de Santa Catarina desde o século XIX. Essas famílias desenvolveram ao longo de anos práticas de uso e apropriação dos recursos naturais pautadas em regras e valores morais de ocupação da terra de forma coletiva que possibilitou a acumulação de formas de manejo da biodiversidade e a preservação de ecossistemas da região (Mombelli, 2013).

As atividades do município de Imbituba até a década de 1970 eram essencialmente ligadas à agricultura itinerante e à pesca artesanal, sendo que na área urbana se concentravam atividades ligadas ao funcionamento do Porto e à indústria cerâmica impulsionados pela chegada de Henrique Lage¹⁶, empresário que mudou o cenário econômico da região. No cenário estadual, porém, o governo de Santa Catarina implantava o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Imbituba – PDDI que motivou a declaração de utilidade pública de áreas para servir à instalação do complexo industrial, oferecendo a área no entorno do porto à utilização de empresas interessadas.

O início dos processos de desapropriação das terras no entorno do Porto constituiu o primeiro passo para a desterritorialização (Haesbaert, 2016) das famílias pertencentes à Comunidade uma vez que não possuíam documentos que comprovassem a propriedade ou a posse e foram forçadas a deixar para trás moradias e os cultivos de subsistência. As indenizações tinham valores módicos e o Estado não deu espaço para negociações. A promessa feita aos agricultores e pescadores tradicionais e que, supostamente, movia o ímpeto estadual, era a criação de numerosas vagas de

¹⁵ Espécie de palmeira cujo nome científico é *Butia Catarinensis*. Sua ocorrência é endêmica da restinga do sul do Brasil, mais especificamente no litoral centro sul de Santa Catarina. É considerada uma espécie ameaçada de extinção de acordo com a Resolução do CONSEMA N° 51, de 05 de dezembro de 2014 que reconhece a Lista Oficial das Espécies da Flora Ameaçada de Extinção no Estado de Santa Catarina.

¹⁶ Empresário carioca que contribuiu para o desenvolvimento econômico do sul catarinense e que procurou criar uma infraestrutura industrial carbonífera com a utilização do carvão

empregos que seriam geradas pelo complexo industrial. O tempo passou e a promessa não foi concretizada permanecendo as famílias em condições precárias de moradia, sem terra para a própria subsistência e ocupando terrenos irregulares lindeiros à área em que viviam.

O processo de privatização das terras também ocorreu, já que a desapropriação, inicialmente realizada pelo Estado para atender ao Porto, se transformou no primeiro passo para que as terras se tornassem privadas e passassem a compor o patrimônio de grandes empresas.

Com a finalidade de preservação do seu modo de vida os integrantes da Comunidade dos Areais da Ribanceira se organizam, como podem, em busca de mecanismos que reconheçam a ocupação tradicional da terra e a regularização e proteção ambiental das áreas daquela região, muito embora já tenham perdido grande parte do território que ocupavam há mais de um século.

As tentativas de defesa dos direitos da Comunidade foram muitas e variadas, inclusive, com a tentativa de criação de unidades de conservação como Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável ou Assentamento Rural, cujos procedimentos se arrastam sem qualquer solução há alguns anos (Mombelli, 2013).

Devido à criação da Nova Cartografia Social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil, em 2010, potencializaram-se os processos de mobilização do descoberto na região. Sobre sua influência no desenvolvimento do sul Catarinense (Bossle, 1981) grupo e sua luta pelos mecanismos legais para assegurar o reconhecimento do seu território tradicionalmente ocupado.

É interessante perceber - ilustrando a desconsideração do Estado Democrático de Direito na prática – que, no caso da Comunidade dos Areais da Ribanceira, os registros evidenciam experiências históricas continuadas de expropriação de terras utilizadas coletivamente há mais de um século. Muito embora as investidas para a desterritorialização da comunidade pelo Estado tenham se dado a partir da década de 1970 - portanto, antes da Constituinte de 1988, mesmo após a promulgação da Carta as ilegalidades contra os direitos da comunidade se perpetuam, ano após ano, e de uma forma contumaz, não obstante as Convenções Internacionais às quais o Brasil se filiou e a legislação infraconstitucional nacional existente.

5. Considerações finais

O Estado Democrático de Direito instituído pela Constituição Federal de 1988 deliberou sobre a necessidade de implementação de políticas públicas voltadas às populações marginalizadas uma vez que inaugurou um novo conceito que deveria reconhecer a questão da igualdade como uma meta a ser garantida para a viabilidade de condições mínimas de vida à comunidade e ao cidadão. .

A Carta Magna apresentou, na mesma forma, a necessidade da proteção à cultura salvaguardando as comunidades tradicionais e garantindo a continuidade dos seus modos de ser e viver entendendo, inclusive, que essa proteção compreenderia a existência de uma terra, considerando que é por meio de práticas tradicionais que se constitui um território a ser protegido.

A realidade do país, trinta anos após a instituição da nova ordem apresentada pelo Estado Democrático de Direito instituído em 1988, porém, é muito diversa da previsão normativa existente.

Os povos tradicionais permanecem em situação de hipossuficiência, marginalizados e, por vezes, em uma condição de invisibilidade frente às políticas públicas aplicadas no país, sofrendo pressões econômicas, discriminatórias e excludentes apesar de toda previsão legal existente.

Vale destacar, excluídas as ações que são visíveis, como desapropriação de terras, venda de territórios ocupados para grandes empresas ou desterritorialização das comunidades, há as ações veladas ou omissões que são constituídas da falta de respeito, da falta de incentivo e da falta de conhecimento que faz do desmantelamento de uma comunidade o primeiro passo para seu desaparecimento.

Não se pode desconsiderar que a ausência de reconhecimento dessas comunidades pode gerar um processo de expulsão não apenas por políticas públicas inadequadas mas também pela exaustão e pelo esgotamento das suas condições de sobrevivência. É preciso considerar a afinidade dessas pessoas, ao longo do tempo, com a natureza e com a terra que não se trata apenas de um lugar, mas de uma complexa interação simbólica, constituindo um território, que se expressa, por exemplo, na agricultura tradicional itinerante e nas técnicas da pesca artesanal não predatórias considerando os barcos industriais, como é o caso da Comunidade dos Areais da Ribanceira.

No atual Estado Democrático de Direito, portanto, o respeito e legitimidade das formas de compreensão e vivência do Brasil não podem fazer mais parte apenas

da constituição de textos normativos mas, sim, habitar em todas as áreas da vida do brasileiro. Apesar do sofrimento e das perdas sentidas pelos povos tradicionais desde o tempo da promulgação da garantia formal de seus direitos em 1988, a ameaça de classificar suas formas de vida heteronimamente permanece forte, continua ditando regras e motivando discriminações. Não obstante passados trinta anos do primeiro passo para reconhecer a importância desses povos para o Brasil, não será tarde para tornar o texto normativo uma realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Luiz Ernani Bonesso de. **O acesso a terra no Estado democrático de direito**. Frederico Westphalen: EDIURI, 1998.

CHAUÍ, M. **Brasil, Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 2001.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo, Saraiva: 1991.

LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo Leivas. Direitos dos povos e comunidades tradicionais na Constituição Federal como direitos fundamentais. **Revista SEPesq**, Porto Alegre: 2014. Pp. 1-6.

BOSSLE, Ondina Pereira. **Henrique Lage e o desenvolvimento sul catarinense**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1981.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade in: **Série Antropologia**. Brasília, 2002. Pp. 2-32.

MARICATO, E. **Metrópole na Periferia do Capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. Estudos Urbanos Série Arte e Estudos Urbanos. São Paulo: Hucitec, 1996.

MOMBELLI, Raquel. Comunidade Tradicional dos Areais da Ribanceira. Imbituba (SC): desenvolvimento, territorialidade e construção de direitos. **Revista Estudos Sociológicos**, Araraquara: v. 18, n. 35, 2013. Pp. 325-345.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A Prisão e a Ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.

A Fazenda Cabaceiras e a narrativa camponesa em uma ação possessória

Emmanuel Oguri Freitas¹

Ana Maria Motta Ribeiro²

RESUMO

Este trabalho é fruto de uma pesquisa que abordou a utilização da categoria trabalho escravo como elemento principal utilizado na luta pela permanência na Fazenda Cabaceiras, no Sudeste do Pará. Trata-se da primeira fazenda desapropriada por degradação ambiental e trabalho escravo no Brasil. Em Cabaceiras, analisamos alguns processos que se apresentam como campo de disputa entre trabalhadores e proprietários. O princípio da função social da propriedade passava a ser apresentado como base moral/legal de ambas as partes. Através da investigação feita nos debates e nas descrições apresentadas nos autos, pretendemos refletir acerca da disputa entre posições evidenciando as estratégias de ambos os sujeitos, revelando o movimento de apropriação da narrativa camponesa pelo discurso oficial do Estado/INCRA/PGR.

Palavras-chave: Fazenda Cabaceiras; trabalho escravo; narrativa camponesa

¹ Professor do Curso de Direito da Universidade Estadual de Feira de Santana- UEFS/BA; Membro do Observatório Fundiário Fluminense; Doutor em Sociologia e Direito pelo PPGSD-UFF; emmanuel.of@gmail.com

² Professora de Sociologia da Universidade Federal Fluminense; Líder do Observatório Fundiário Fluminense; Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; anamribeiro@outlook.com

INTRODUÇÃO

O presente estudo percorreu história de luta pela terra que envolve o imóvel, bem como a atuação dos diversos atores que participam desse universo. CPT, MST, INCRA, OIT, Ministério Público do Trabalho, trabalhadores escravizados e proprietários se encontram neste cenário de disputa, onde propriedade e trabalho são mediados pelo instituto constitucional da função social da propriedade. Neste artigo, tratamos, especialmente, da ação possessória nº 028.1998.1.001033-1, interposta pelos fazendeiros para impedir a entrada dos sem-terra na área.

As construções representativas apresentadas pelos debates judiciais apontam para uma luta pela hegemonia da definição e significação da propriedade/terra. Nesse processo, a imagem narrada surge com intenção de “falar por si só”, pretendendo/pressupondo um campo semântico próprio/compartilhado que responderá automaticamente à descrição apresentada.

A possibilidade de protagonismo de uma narrativa camponesa torna-se viável no processo judicial, quando o conceito de trabalho escravo contemporâneo passa a oferecer ao movimento de luta pela terra um sentido de vida possível: combater a injustiça do latifúndio. Afinal de contas, acreditamos, assim como Thompson (1997, p.354), que “o direito pode ser retórico, mas não necessariamente uma retórica vazia”, visto que é uma estratégia que vem sendo utilizada pelos movimentos sociais em geral.

1. Cabaceiras e a narrativa da luta a partir do processo judicial

Mulheres e homens que ocuparam as terras da antiga Fazenda Cabaceiras, no sudeste do Pará, no ano de 1998, têm contado para nós uma história de luta e resistência que pode ser considerada vitoriosa, já que foram capazes de fazer a primeira desapropriação por reincidência na prática de escravizar trabalhadores. Aqui assumimos a descrição do processo de lutas como uma narrativa, ou contra narrativa, onde subalternizados alcançam através da ação coletiva, entre perdas e conquistas, uma modificação efetiva de sua situação anterior.

Nessa perspectiva, acreditamos poder distinguir de forma mais apurada a luta de classes, em detrimento da ação de cada classe em separado. Assim, desse embate, veremos em que medida saem modificados tanto os sem-terra, quanto os fazendeiros.

Insistimos na tarefa de construção de uma forma de apreensão do real “em movimento”, agenciado por sujeitos vivos que produzem uma história que se condensa em documentos, permitindo acesso para compreensão do cientista social.

No processo judicial, onde nos é facilitada a observação da luta de classes, nos são oferecidos elementos importantes (estratégias, resistências e imagens/narrativas) para compreensão das formas de sociabilidade reproduzidas pela sociedade capitalista. Optamos pela análise, tendo como ponto de partida o método do materialismo histórico dialético, e, através dele, abordaremos o campo jurídico e o processo de construção de imagens do movimento social de luta pela terra, que, ao cabo, influenciou a produção de uma “narrativa oficial” sobre função social da propriedade, conforme procuraremos apresentar. Nos processos judiciais referentes ao imóvel estudado, procuraremos perceber as versões dos grupos envolvidos no conflito fundiário. Vasculhando a história a contrapelo, pretendemos analisar a narrativa camponesa. Que história é contada por aqueles a quem o progresso insiste em querer apagar?

O processo histórico consolidado e vitorioso, geralmente beneficiando as classes dominantes, de acordo com Benjamin (2012), é produto de luta, na qual os oprimidos também produziram o resultado, aqui será considerado como narrativa oficial, ou história oficial. Há um consenso de que a história da propriedade da terra no Brasil sempre esteve ligada ao domínio de vastos territórios por setores das classes dominantes, restando a boa parte do campesinato as sobras, terras desprezadas e os “contratos” tradicionais de uso da terra, pautados pela lógica do favor e do compadrio (MOTTA, 1998; SIGAUD, 1996; MOURA, 1978).

A contra narrativa, da forma que estamos propondo, se refere ao processo de luta pela terra organizada pelos subalternizados em atos, práticas e reflexões e não como modelo sistêmico fechado em si. Ela é uma agência política dos subalternizados na tentativa de se estabelecer e ganhar a luta contra, ou sobre, a narrativa oficial. A partir da narrativa oficial, buscaremos extrair a produção própria dos camponeses, que se pretende emancipatória, visto que o caso Cabaceiras é um dos poucos exemplos em que essa contra narrativa consegue imprimir um conteúdo à narrativa oficial.

Da ação possessória referente ao imóvel, onde o juiz determinou três reintegrações de posse em favor dos ex-proprietários da Fazenda Cabaceiras, podemos

colher a contra narrativa. Nestes tipos de ação, quando interpostas em varas cíveis comuns, basta a interpelação judicial acompanhada do título de propriedade, que os juízes, majoritariamente, tendem a conceder a liminar de reintegração de posse. Em estudo recente sobre as varas agrárias da região, ficou comprovado que a especialização pode romper com este padrão (QUINTANS, 2011).

Os autos processuais apresentam variadas imagens que se multiplicam. De um lado, sem terras desenhavam as figuras de proprietários mesquinhos que teriam se apropriado de terras públicas com o uso da violência. De outro lado, os proprietários falavam em uma situação de desordem geral e caos criado pela ação dos “invasores” a fazendas em todo o estado e pelo país. O poder público se divide, dependendo da esfera de exercício. Delegados e juízes parecem se sentir mais tocados pelo discurso patronal. Promotores se desviam de envolvimento nas ações possessórias, mas atuam de maneira irresoluta nas ações penais.

No embate entre duas visões sobre a terra, os proprietários se pretendem semeadores de progresso, enquanto o MST se propõe a modificar a maneira como o desenvolvimento das forças produtivas se relaciona com as questões relativas à luta pela terra. Este é um dos debates centrais que pretendemos desenvolver, uma vez que o caso analisado possibilita a percepção do antagonismo entre a visão de uso da terra para a produção familiar de gêneros alimentícios para subsistência e venda no mercado local, com o respeito às questões trabalhistas e ambientais, em oposição a uma visão de apropriação da terra com base no título de propriedade para destinação a formas de produção pretensamente modernas, com incremento tecnológico, monocultora e voltada para o mercado internacional.

2. O cenário da pesquisa no espaço de lutas e festas

O caminho que liga Marabá até Eldorado dos Carajás é cheio de fazendas emblemáticas na localidade, algumas por conta das histórias de luta, outras pelas dimensões inimagináveis e quase todas pela violência que reproduziram. Entre elas, encontra-se a Cabaceiras, conhecida em toda a região por conta da centralidade dada pelos noticiários, em razão das reportagens sobre a ocupação da terra em 1998 e das diversas denúncias de trabalho escravo, acompanhadas da descoberta de um cemitério clandestino na área.

A região sudeste do Pará teve suas primeiras denúncias acerca da violência estrutural em que vive na década de 70. A carta de Dom Pedro Casaldáliga, que data de 10 de outubro de 1971, apontando os custos humanos impostos por latifundiários e projetos de colonização iniciados nos tempos sombrios dos governos militares, foi a primeira iniciativa para dar visibilidade ao grave problema na região (CASALDÁLIGA, 1971). A criação da CPT foi determinante para o início do combate ao trabalho escravo na região, tendo em figuras como Xavier Plassat, Frei Henri DesRosiers e Ricardo Rezende Figueira alguns dos mais combativos religiosos dispostos a enfrentar a situação.

Desde essa época até os dias atuais, a articulação e a assessoria têm sido as formas de intervenções políticas mais significativas realizadas pela CPT. Entretanto, a denúncia da situação de miserabilidade e escravidão dos trabalhadores rurais atribuiu ao papel de mediadores de seus agentes um elemento a mais: passariam a produzir e divulgar dados sobre violência e escravidão no campo. Relatórios e cadernos de conflitos no campo passaram a ser publicados a partir de 1985, tendo fornecido uma base de dados utilizada até os dias atuais em pesquisas acadêmicas e pela militância. No que tange à questão do trabalho escravo, essa iniciativa começou a produzir efeitos a partir da década de 1990.

Antes da chegada do MST ao Estado do Pará, a luta por terras empreendida por posseiros era a expressa por três elementos nas fronteiras amazônicas: o homem, a arma e o lote (GUERRA, 2013). Os fluxos de chegada de camponeses, trabalhadores, fazendeiros, empreiteiros e infraestrutura se intensificaram na década 1970 (IANNI, 1979, p.15). Com isso, ficou muito evidente a perversa apropriação do trabalho realizada pelas empreitadas, chamando atenção dos membros das pastorais.

Com a chegada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no Estado do Pará em 1989, a CPT local ganharia um aliado na tarefa de denunciar condições de exploração do trabalho escravo contemporâneo. Apesar da dificuldade de territorialização do MST na região Norte, a chegada do movimento naquela área trouxe novidades em relação à ocupação do espaço público no que tange à questão agrária. Os trabalhadores sem-terra passaram a ocupar as fazendas nas beiras das estradas, ao invés da tradicional ocupação escondida dos olhos dos fazendeiros, sustentadas pela posse da terra e pela defesa armada.

O cenário composto por diversos sujeitos que denunciavam a existência do trabalho escravo e a injustiça dos latifúndios improdutivos resultou na possibilidade de ocupação da Fazenda Cabaceiras. Com o apoio técnico, através da assessoria de advogados e técnicos agrícolas, militantes do MST ocuparam o imóvel em 26 de março de 1999. Deram início a uma batalha judicial de nove anos, até a imissão na posse, onde a fé na resistência e na luta propiciou a conquista da terra.

O primeiro contato com o processo judicial da ação possessória nº 028.1998.1.001033-1 foi muito proveitoso, pois passei a conhecer alguns dos sujeitos que escreveram a história da ocupação. A referência aos processos judiciais como forma de reconstrução da história de Cabaceiras será uma constante no nosso estudo. Diversos autores têm explorado essa metodologia, onde, se sabe, deve-se proceder à mediação entre o que é registrado no processo judicial e o que se coloca como fala dos sujeitos participantes. A dificuldade em se obter dados sobre a atuação dos oprimidos tem sido sanada com a observação de suas falas em processos judiciais, literatura popular e notícias da imprensa (GINZBURG, 2006; MOTTA, 1998; THOMPSON, 1987).

O caso de Cabaceiras foi noticiado como a primeira fazenda desapropriada por existência reiterada de trabalho escravo e degradação ambiental. Seu nome figurou em alguns noticiários em dois momentos, em outubro de 2004, quando foi assinado o decreto de expropriação, e em dezembro de 2008, quando finalmente ocorreu a imissão na posse do INCRA, regularizando a situação dos que permaneceram na ocupação. A repercussão foi nacional e ocupou páginas de sites e jornais especializados em todo espectro de publicações, desde jornais de grande circulação, passando por sites de organizações de direitos humanos, até páginas virtuais de cunho jurídico³.

Tendo como base elementos de resgate dessa história, nos filiamos aos problemas trazidos por Benjamin (2012), que em seu ensaio intitulado “Sobre o conceito de História”, nos propõe que a tarefa da historiografia crítica seria o estudo na perspectiva dos oprimidos. Uma sociedade somente poderia se considerar liberada, quando resgatar a

3 O site Repórter Brasil acompanhou todos os momentos do processo de desapropriação, além de reportagens no site JusBrasil, Folha Online entre outros. Disponíveis em:
<http://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/418198/pela-primeira-vez-trabalho-escravo-leva-a-desapropriacao>
<http://reporterbrasil.org.br/2008/12/avanca-desapropriacao-inedita-de-terra-por-interesse-social/>
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1812200817.htm>
Acessados em 12/05/2016.

história dos subalternizados, daqueles que no processo da luta de classes, tornaram-se sujeitos da prática que constrói a história, bem como sujeitos do conhecimento histórico.

Aqui, apresentamos o outro sujeito a quem os movimentos sociais da região pretendiam antagonizar, representado pela família Mutran, que tem sido reconhecida na região pela violência com que trata a terra e os trabalhadores que participam de suas empreitadas. Ainda povoa o imaginário e as místicas dos movimentos sociais a história do menino Zé Pereira, que, em 1989 aos 17 anos, foi alvejado e morto por tentar fugir da fazenda Espírito Santo, de propriedade de Benedito Mutran, onde se encontrava escravizado. O caso chegou a Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2003, dando visibilidade ao estado de violência e barbárie que impera na região⁴.

Os Mutran são membros da sociedade paraense que alcançaram a riqueza material e política, uma vez que, além de serem proprietários de terras e imóveis em toda extensão do estado, assumiram, por vezes, cargos políticos no legislativo e no executivo. Nagib e Vavá (PMDB) foram deputados estaduais, sendo que o primeiro ainda foi vereador e o segundo elegeu-se prefeito de Marabá. Guido Mutran (PFL) foi empossado como vereador de Marabá como suplente de Nagib. Anderson Mutran Júnior (PMDB) e Osvaldo Mutran Júnior (PMDB-PFL) também exerceram vereanças no município de Marabá.

A família Mutran foi um dos antagonistas escolhidos pelo MST, pois simbolizaria o patrimonialismo e a violência típicos do cenário rural amazônico. O enfrentamento desse sujeito revelaria a necessidade de luta constante e a urgência de uma nova forma de combate que pudesse dar conta de desconstruir poderes e relações espúrias construídas ao longo do tempo no processo de colonização da região.

3. A forma-movimento em novos enfrentamentos na configuração de uma narrativa camponesa

Encarando de frente o elemento da luta de classes, o MST apresenta à sociedade paraense a forma-movimento que passa a construir diversas imagens. As imagens

4 O caso do processo da morte do menino Zé Pereira foi resolvido com a petição número 11.289, onde o Estado brasileiro se comprometeu a continuar tentando cumprir os mandados de prisão contra os acusados pelo crime. Cf. <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Os-negocios-da-familia-Mutran/5/1169> Acessado em 12/05/2016.

patrocinadas por parte da mídia e pelo discurso dos fazendeiros aparecem no processo judicial sob a forma de “barbárie”, “desrespeito ao Direito Pátrio”, “atitude agressiva, violenta e desrespeitosa”, assim como tantas outras que surgem nas diversas peças processuais e administrativas analisadas. O papel da imprensa paraense é bastante dividido, pois algumas vezes reforça o papel transgressor do movimento e em alguns poucos momentos apresenta a família Mutran como reconhecidamente violenta.

Acreditamos, assim como Benjamin (2012), que somente a humanidade redimida obterá o seu passado completo, ou seja: “somente para a humanidade redimida o seu passado tornou-se citável, em cada um de seus momentos” (p.242). O estudo da ocupação da fazenda Cabaceiras pode oferecer uma lição para o presente, ora que se encontra impregnado de passado, permitindo que o futuro se concretize enquanto cenário de oportunidade de mudança.

Para dialogar com os elementos que conferem legitimidade no campo jurídico, categorias como função social da propriedade, trabalho escravo, propriedade privada e a questão ambiental passaram a oferecer a pauta das disputas. Apesar de se tratar de estudo de caso, temos constatado que as mesmas categorias aparecem em debates locais e nacionais, permitindo, a partir do caso específico, pensar a questão agrária e a atuação de movimentos sociais num aspecto mais amplo.

Podemos destacar o interdito proibitório que foi interposto pelo fazendeiro que nos oferece um cenário importante para perceber a tensão entre os discursos e a sensibilidade do Judiciário para sopesar as pretensões. O interdito proibitório é um tipo de ação que visa impedir o que os agentes do campo jurídico classificam como turbação ou esbulho da posse, conforme se pode perceber na leitura do artigo 932 do Código Civil. No processo número 028.1998.1.001033-1, o juiz prontamente atendeu ao pedido do autor em um tipo de decisão que tem certa regularidade nos tribunais brasileiros.

A decisão do juiz tem por base dois fundamentos, um de natureza jurídica e outro de natureza social. No campo jurídico, basta provar a posse e o “justo receio” ou possibilidade de turbação. O “justo receio” consistiria na necessidade de demonstrar ao magistrado que alguns elementos da realidade indicariam a iminência da prática de qualquer ato que venha a impedir o livre exercício da posse de um imóvel. Em relação a

esse quadro, o juiz parece ter ficado bem à vontade para explicitar a percepção dos requisitos.

No que tange ao elemento social, o juiz apresenta a subjetividade de sua percepção do mundo para definir o justo receio alegado pelo autor e dispensar a oitiva dos “requeridos”, no caso, os ocupantes. Assim, o juiz justifica textualmente sua decisão de deferimento da liminar e expedição de mandado proibitório: “nesta região em especial e no País inteiro, lamentavelmente, vive-se nessa onda de invasões e desrespeito a propriedade quer do particular, quer do Governo”.

Ainda na primeira decisão do processo, podemos identificar no discurso elementos de desqualificação dos trabalhadores rurais através do uso de uma retórica bastante ideologizada que lança mão de determinadas qualificações pejorativas: “desestabilização fundiária”; “declaração audaciosa, irresponsável e inconsequente”; “atitude agressiva, violenta e desrespeitosa”; bem como alusão à necessidade de se impedir que se repita o caso Eldorado dos Carajás. Esta decisão data de 27 de março de 1998. Ocorre que o movimento social ocupou de fato a Fazenda Cabaceiras em 26 de março de 1999, reabrindo o debate judicial.

Procuramos, por outro lado, compreender que componentes são resgatados pelos ocupantes para construir sua própria narrativa. A forma como os argumentos são tratados pretende evidenciar o núcleo dos discursos, que, apresentado como fala própria do movimento, termina por se configurar narrativa oficial, rompendo com a forma anterior, centrada nas falas dos proprietários.

Com um ano e dois meses de ocupação da fazenda Cabaceiras, estamos produzindo o que essa fazenda nunca produziu. Estamos cumprindo com uma função social que antes não cumpria. Avançamos não somente na produção de alimentos como também na educação de novo povo (Sic) (Ação possessória, p.590).

Podemos observar, portanto, no trecho de entrevista apresentada nos autos processuais que, no contexto das disputas por significados, o MST se apropria de elementos como função social, produtividade, acesso à educação e agricultura de subsistência para legitimar ou conceder dignidade pública e grandeza social para sua participação (Rosa, 2012, p.102).

Através de notícias de jornal, o advogado dos requeridos (os ocupantes do imóvel) tenta demonstrar três elementos que poderiam reverter a decisão do juiz: os ocupantes do imóvel não são os mesmos da disputa que ocorrera um ano antes, impossibilitando que a ação de interdito proibitório fosse convertida em reintegração de posse; a propriedade é injusta, pois tratam-se de terras públicas que estavam sendo questionadas pelo Provimento 05/77 da Corregedoria de Justiça do Estado do Pará, em razão da possibilidade de se tratar de objeto de grilagem; e, por fim, porque a reintegração pode ser muito penosa para as famílias na área, com possibilidade de resultar em atos de violência contra os ocupantes. Este último traço tem relação, ainda, com a ideia de estado de necessidade, uma vez que o único caminho possível para as famílias de sem-terra é do acesso à propriedade pela ocupação. Diante dos elementos trazidos na petição, solicita que seja revogado o mandado liminar de reintegração de posse, bem como a intimação do Ministério Público para participar da ação judicial.

A reportagem seguinte apresenta a situação dos acampados na fazenda Cabaceiras. Os sem terras estavam com pouca comida e, devido ao tamanho da ocupação, só restavam mantimentos para mais 4 dias em 30 de março de 1999. Sobreviviam quebrando coco do babaçu e da caça de pequenos animais silvestres que podiam ser encontrados nas matas da fazenda. O clima de tensão seria muito grande, de maneira que a segurança dos acampados vinha sendo reforçada no rodízio característico das ocupações dos sem-terra. Era grande o receio de que o gerente Genêncio Chimoka estivesse organizando uma milícia para proceder a uma desocupação.

Os depoimentos dos acampados dão conta da extrema necessidade que viviam e falam da esperança de que aquela atitude radical pudesse garantir uma “terra para plantar” e “fazer criação”. Buscavam no MST “uma solução para saciar a fome e uma forma de melhorar de vida.” De acordo com a reportagem, muitos seriam desempregados cadastrados nos municípios de Conceição do Araguaia, Jacundá, Itupiranga, São Domingos do Araguaia e Marabá.

No dia 16 de dezembro de 1999, o advogado do MST solicita a “juntada” de um novo documento constituído pela revista “Caros Amigos”, que traz uma reportagem sobre um cemitério clandestino, possivelmente de trabalhadores escravizados, encontrado no interior da fazenda Cabaceiras. A partir desse momento, entra na disputa simbólica

mais um elemento determinante no caso: a imagem do trabalho escravo utilizado na ocupação territorial do sudeste do Pará.

A reportagem intitulada “Longe dos olhos dos grandes centros...” ressalta o clima de tensão da região sul do Pará e utiliza a metáfora do “barril de pólvora”. Sobre o cemitério clandestino, a reportagem resgata a descoberta dos corpos que ocorrera em junho daquele ano, através de uma denúncia feita pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI) e pela CPT. No cemitério clandestino teriam sido encontradas 13 ossadas entre trabalhadores castanheiros, trabalhadores de derrubada e familiares. Os assassinatos teriam ocorrido do período de 1983 a 1995 por pistoleiros contratados para fazer a vigilância da fazenda. A denúncia havia sido feita por um trabalhador que conseguiu escapar da fazenda.

De acordo com a testemunha entrevistada por Caros Amigos, alguns corpos haviam sido queimados e, portanto, não foram enterrados. Outros seriam levados de barco pelo rio Sororó para serem enterrados como indigentes no cemitério de “São Miguel”, em Marabá. As árvores próximas ao cemitério clandestino teriam sido utilizadas para pendurar os trabalhadores, onde eram torturados e mortos. O denunciante revela que até mesmo uma criança havia sido assassinada na fazenda.

Na narrativa da reportagem, nem mesmo o trabalho escravo foi capaz de modificar a atuação da Secretaria de Segurança Pública do Pará em relação à situação da fazenda. De acordo com Paulo Sette Câmara, responsável pela pasta no governo de Almir Gabriel, o mesmo que era governador na época do massacre de Eldorado dos Carajás, tratava-se de uma armação do MST, que contava com a anuência de “entidades que denunciam qualquer coisa de forma irresponsável”. Para ele, segundo a reportagem, que reproduz entrevista concedida ao jornal “O Liberal” em 18 de julho de 1999, o MST teria alterado um cemitério “de mais de décadas”, escondendo as cruzes que identificavam as sepulturas.

No dia 9 de julho de 1999, uma equipe da polícia federal iniciou as escavações no local tendo encontrado duas ossadas com peças de roupas e cordas que teriam sido usadas para amarrar os indivíduos. O trabalho teria sido interrompido para que se trouxesse um perito criminal e um médico legista da cidade de Marabá, com intuito de auxiliar nas identificações. Às 17:30 horas daquele mesmo dia, os trabalhos foram

reiniciados, tendo sido encontrado mais um corpo na cova onde haviam encontrado os outros dois cadáveres. Os policiais encontraram, ainda, o corpo de uma criança, corroborando o relato do denunciante. No dia seguinte, foram encontradas mais três ossadas pela manhã. De acordo com o Instituto Médico Legal de Belém, não havia aparato técnico para analisar as ossadas na região. Até a edição da revista, não havia ocorrido nenhum avanço nas investigações.

O regime de escravidão por dívida seria utilizado na fazenda de maneira continuada. Quando os trabalhadores conseguiam um saldo de remuneração e pediam para ir embora, eram pagos e, depois, assassinados por pistoleiros que traziam o dinheiro de volta. Fala-se das mortes e do cemitério de trabalhadores, alegando não saber o nome de todos, pois seria difícil conhecer tantos trabalhadores de uma fazenda tão grande. Um trabalhador entrevistado conta que chegou a presenciar uma caminhonete, conhecida como “onça preta”, cheia de corpos cobertos com folhas de bananeira. Ao olhar debaixo das folhas e notar os corpos, foi repreendido pelos pistoleiros. Enumera ainda os nomes dos pistoleiros que prestavam serviço na fazenda: Sebastião da Teresona e João Passos, já mortos, Felão, Deodato e Pezão, que ainda estariam vivos. Revela que Quincas Bonfim, famoso pistoleiro de Imperatriz no Maranhão, vinha para a região para fazer trabalhos por encomenda.

A apresentação das denúncias de trabalho escravo e de existência de um cemitério clandestino no interior da fazenda modificaram a correlação e forças. Outros elementos como a produção de gêneros alimentícios pelos ocupantes e a construção de uma escola comunitária (Escola Carlos Marighella) de ensino básico no local, que outrora era utilizado como dormitório de trabalhadores escravizados, foram fundamentais para segurar a concessão de novas liminares de reintegração de posse⁵. A permanência na terra, a mudança de governo no plano federal (Governo Lula) e a construção de uma narrativa camponesa que conseguiu se fazer legítima e ser assumida como narrativa oficial possibilitaram a desapropriação de Cabaceiras e a criação do Projeto de Assentamento Rural 26 de Março.

⁵ De acordo com informantes que trabalham na escola, o local onde foi instalada a escola teria sido construído por conta das reiteradas denúncias de ocorrência de trabalho escravo em que os trabalhadores eram encontrados em abrigos de taipa com cobertura de palhas e sem acesso a fontes de água potável e banheiros.

Considerações finais

A luta por Cabaceiras oferece elementos para uma reflexão sobre a idealização da técnica, que na visão de Benjamin também estaria no cerne da possível morte da narrativa. Até a entrada do MST, a fazenda era conhecida pela criação de gado e por ser uma das primeiras empresas a trabalhar com fertilização *in vitro* na região. Aparentemente, os índices de produtividade eram excelentes e o progresso parecia instalado, encobrindo as contradições inerentes ao processo de aprimoramento e modernização da pecuária.

A denúncia feita pelos trabalhadores rurais sem-terra apresentou “uma outra história possível”, uma narrativa camponesa questionadora, que foi capaz de deslegitimar as práticas predatórias da empresa da família Mutran. Enfrentando o discurso modernizador da técnica, o MST reconstrói espaço para o surgimento de uma nova narrativa. Utilizando o processo judicial para fazer esse enfrentamento, possibilita-se o surgimento de novas jurisprudências, abrindo caminho para possíveis modificações na forma de operacionalização da justiça e da noção de justo.

A narrativa proposta pelo conjunto composto por juristas e movimentos sociais traz como fio condutor a função social da propriedade. Sua dimensão trabalhista passa a ser reconhecida como legítima e capaz de problematizar o caráter absoluto da propriedade. O processo como documento histórico nos aponta o caminho de percepção da proposta narrativa que revela o papel do movimento social na construção de suas práticas frente à disputa das ações do Estado. No caso apresentado, a narrativa de Cabaceiras aponta ainda para uma disputa da estratégia de desapropriação, mas, também, para uma tentativa de contar a sua própria história. Trata-se de disputa por hegemonia e da possibilidade de construção de uma narrativa pautada pelo materialismo histórico, onde o ser social camponês torna-se narrador e narrativa.

Com este artigo, nossa contribuição para os estudos em movimentos sociais se resolve no oferecimento de um conjunto metodológico, centrado na ideia de construção de narrativas, a partir da tradição da Teoria Crítica que pode ser utilizado pelos estudos históricos e sociológicos na América Latina. Acreditamos iniciar a construção de uma maneira inovadora de observar ação coletiva, para um debate que passa a ter que encarar novas configurações sobre os movimentos sociais. Estes, cada vez mais, se tornam

portadores/produtores de narrativas, hoje, fartamente disputadas e compartilhadas no mundo virtual da rede mundial de computadores. Resgatamos histórias e experiências de sujeitos vivos em luta, que podem nos oferecer lições importantes, na contramão do atual cenário de militância de sofá, proporcionada pelo avanço da interconectividade.

Bibliografia

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

CASALDÁLIGA, Pedro. *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. São Félix do Araguaia, 1971. Disponível em: <http://www.servicioskoinonia.org/Casaldaliga/cartas/1971CartaPastoral.pdf> Acessado em 16/05/2016.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. *O posseiro da fronteira*. Belém: Editora Pakatatu, 2013.

IANNI, Octavio. *Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: conflitos de terras e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Rio de Janeiro, Vício Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

MOURA, Margarida Maria. *Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural*. São Paulo: Hucitec, 1978.

PARÁ. Tribunal de Justiça. *Ação Possessória nº028.1998.1.001033-1*, da Vara Agrária de Marabá.

QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana. *Poder judiciário e conflitos de terra: a experiência da vara agrária do sudeste paraense*. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2011.

ROSA, Marcelo. REFORMA AGRÁRIA E LAND REFORM: movimentos sociais e o sentido de ser um sem-terra no Brasil e na África do Sul. In: *CADERNO CRH*, v. 25, n. 64. Salvador: 2012, p. 99-114. <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v25n64/08.pdf> Data de acesso em 07/07/2015.

SIGAUD, Lygia. Direito e coerção moral no mundo dos engenhos. *Estudos Históricos*, v. 9, n. 18, p. 361-388, 1996.

Sítios consultados:

http://www.incra.gov.br/institucional_abertura Acessado em 16/05/2016

<http://reporterbrasil.org.br/2008/12/avanca-desapropriacao-inedita-de-terra-por-interesse-social/> Acessado em 12/05/2016.

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1812200817.htm> Acessado em 12/05/2016.

<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Os-negocios-da-familia-Mutran/5/1169>
Acessado em 12/05/2016.

“Declaro que sou senhor e possuidor”: os registros de terras possuídas e seu uso como fonte às pesquisas em História Agrária e História da Propriedade no Brasil

Flávia Paula Darossi¹

Resumo: A Lei das Terras de 1850 promulgou em seu 13º artigo a obrigatoriedade do registro das terras possuídas no Império brasileiro. Realizarei uma breve investigação sobre as dimensões teórica e metodológica destes registros às pesquisas em História Agrária e História da Propriedade, e apresentarei algumas considerações iniciais sobre aqueles lavrados em Lages (município correspondente à região do Planalto de Santa Catarina no século XIX), em conjunto com outros tipos documentais produzidos pela execução da mesma Lei na província.

Palavras-chave: registros das terras possuídas, Lei das Terras, Santa Catarina, Planalto.

Os registros das terras possuídas (ou registros paroquiais de terras, registros do vigário) são resultado da execução do artigo nº 13 da Lei nº 601, de 18 set. de 1850, e do capítulo nº 9 do Regulamento nº 1318, de 30 jan. de 1854. Sua elaboração e organização foram atribuídas aos vigários das paróquias, por freguesias, mediante a declaração dos próprios possuidores ou proprietários, que deveriam informar a freguesia em que estivesse situada a terra, a denominação do possuidor e da situação do terreno (se o tivesse), sua extensão (se fosse conhecida), e seus limites. Foram estabelecidos três prazos pelo Ministério dos Negócios do Império tanto para que proprietários e possuidores registrassem suas terras, como para que os vigários remetessem os respectivos livros de registros à Repartição Especial das Terras Públicas: o primeiro era de dois anos a contar de 1854, o segundo de um ano e o terceiro de apenas três meses.

Apesar de ser obrigatório, o registro paroquial não conferia direito algum ao possuidor da terra registrada. O objetivo do Governo era fazer com que todas as declarações constituíssem o registro geral das terras possuídas, de modo que fosse viabilizada a medição, a demarcação e a legitimação efetiva das terras já ocupadas e fossem extremadas das devolutas destinadas à venda e à colonização. Em tese, as terras devolutas seriam definidas pelo resultado deste processo de registro e legitimação das terras possuídas, ou seja, pela ausência de reivindicação de ocupação. O que não houvesse sido apropriado por particulares, tornar-se-ia devoluto, sob o domínio do Estado.

Estavam sujeitos à multa e até à prisão os possuidores que deixassem de declarar terras ou que o fizessem com informações falsas. No entanto, ficou regulamentado que “(...) se os exemplares não contive[ssem] as informações necessárias (...) [e] as partes insisti[ssem] no registro de suas declarações pelo modo por que se acha[ssem] feitas, os vigários não poder[iam] recusá-las”.² E o aviso de 22 de dez. daquele ano apregoou que “a declaração para o registro, apresentada por aquele que tenha abandonado a posse de um sítio

¹ Discente de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre, Graduada e Licenciada pela mesma universidade. E-mail: flavia.darossi@gmail.com.

² BRASIL, Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854. *Manda executar a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850*. “Do registro das terras possuídas”, art. nº 102.

adquirido por compra, deve ser aceita, por que aos vigários não compete avaliar a legitimidade das posses”.³ Em 1855, o diretor da Repartição Geral das Terras Públicas explicou que “não [eram] obrigados os possuidores a exhibir títulos ou documentos no ato do registro, e deve[ria]m ser aceitas as declarações por mais duvidoso e contestado que [fosse] o direito de quem as apresenta[sse]”.⁴ Portanto, como não foram exigidas quaisquer provas documentais ou testemunhais que confirmassem a validade dos registros, os possuidores de terras puderam declarar efetivamente as afirmações que lhes convieram. Para James Holston, “não é difícil imaginar a ficção que era a escrita no Registro do Vigário”.⁵

Em *Modernização frustrada: a política de terras no Império*, José Murilo de Carvalho, baseado em relatórios dos Ministérios do Império e da Agricultura, da Repartição Geral das Terras Públicas e dos presidentes de província, destacou o malogro e a ineficiência da Lei de Terras no país, a precariedade dos trabalhos para sua execução e o não cumprimento de seus principais enunciados por parte das elites agrárias regionais como a obrigatoriedade de realização dos registros das terras possuídas.⁶ Segundo ele, o motivo residia na intenção dos grandes senhores e possuidores de terras de não limitarem a expansão de seus domínios através da regularização, uma vez que deveriam medi-los e demarcá-los. Esta perspectiva se consolidou na historiografia brasileira e ficou conhecida como *o veto dos barões*. De acordo com autor,

Até mesmo quanto ao registro paroquial das terras houve resistências e dificuldades. O governo queixava-se da lentidão do processo, da resistência dos párocos em promover o registro e em remeter os livros, e da arbitrariedade das declarações. Em 1878 um dos ministros mais interessados no problema, Sinimbu, reconhecia que „o registro de terras possuídas é serviço abandonado“.⁷

Nos relatórios oficiais de Santa Catarina das décadas de 1860, 1870 e 1880 existiram narrativas semelhantes por parte das autoridades provinciais. Em contrapartida, não desconsideremos o fato de haver um número significativo de registros de terras possuídas no acervo do Arquivo Público do Estado, a exemplo daqueles 513 lavrados no município de Lages entre 1854 e 1857.⁸ E, a partir de uma pesquisa ampliada e direcionada à região, não desconsideremos do mesmo modo a extensa documentação existente relacionada à aplicação da Lei das Terras, como requerimentos de compra de terras devolutas e de legitimações de posses, e processos judiciais envolvendo os dispositivos da Lei, além de relatórios de

³ TEIXEIRA DE FREITAS JR., Augusto. *Terras e colonização*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Livreiro-Editor 71, 1882, p. 126.

⁴ *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da nona legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira de Couto Ferraz*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1855, p. 35.

⁵ HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 192.

⁶ CARVALHO, José Murilo de. “Modernização frustrada: a política de terras no Império”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 1, n. 1, 1981.

⁷ *Ibidem*, p. 48.

⁸ Cf. Anexo A. Faziam parte do termo de Lages no século XIX as freguesias de Nossa Senhora do Patrocínio dos Bagaes, São João Batista dos Campos Novos, São Joaquim do Cruzeiro da Costa da Serra e Nossa Senhora da Conceição de Coritybanos. Habitada por indígenas das etnias *Xokleng* e *Kaingang*, Lages foi oficialmente colonizada por bandeirantes e tropeiros paulistas em meados do século XVIII, como parte do caminho de tropas de muas das províncias platinas e do Rio Grande do Sul à feira anual de Sorocaba. Sua estrutura administrativa foi implantada em 1771 pela capitania de São Paulo, quando foi elevada à categoria de vila e instituída a Câmara Municipal. Em 1820 foi transferida da jurisdição paulista à de Santa Catarina.

autoridades regionais e municipais como juizes comissários de terras (cargo criado pelo Regulamento de 1854), juizes de direito, juizes municipais, delegados e subdelegados de polícia, arrematados pela Lei para serem os “conservadores das terras devolutas” em suas jurisdições. Estes documentos são indispensáveis à História Agrária e à História da Propriedade no Brasil, haja vista que, por exemplo, os processos judiciais de embargo e despejo viabilizam uma análise do peso das relações sociais no acesso à terra, e nos proporcionam uma amostragem qualitativa para a compreensão dos embates entre diferentes concepções de direitos de acesso à propriedade da terra; e os relatórios de autoridades geralmente apresentam relatos sobre a existência de terras devolutas e posses nas freguesias e distritos, a condição social de populações destituídas de terras próprias, muitas das quais migrantes interprovinciais agregadas, assim como suas estratégias de trabalho e subsistência. Portanto, existe a possibilidade de um estudo crítico que relacione os registros das terras possuídas a este amplo conjunto de fontes históricas, ampliando o debate iniciado por Carvalho, e questionando, para além da ineficiência da Lei, as condições de sua repercussão nas diferentes regiões do Império.

Na historiografia brasileira, os registros das terras possuídas foram apresentados por Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira Silva como uma das principais fontes de pesquisas em História Agrária, especialmente aos estudos voltados às estruturas fundiárias do país no Oitocentos. Os autores consideraram problemático o uso de abordagens seriais e quantitativas devido às declarações não seguirem uma forma padronizada e os tipos de dados declarados variarem sobremaneira dentre os registros. Apesar disso, sugeriram a possibilidade de “um esboço de cadastro de terras”, cujo ponto central residiria na identificação “da forma de apropriação da terra (sítio, fazenda de gado, porção, etc.) e na relação jurídica (terras próprias, terras comuns, antiga sesmaria, herança, posse direta)”.⁹

O livro baseado na dissertação de mestrado de Hebe Mattos deu continuidade ao debate de Linhares e Teixeira Silva acerca dos registros das terras possuídas. Em *Ao sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*, Mattos tratou da produção agrícola de Capivary-RJ e o encaminhamento regional sobre a crise do trabalho escravo com a proibição do tráfico em 1850. Notadamente acerca dos registros das terras, a autora focou a extensão dos terrenos declarados e relacionou este elemento a estratégias de concentração fundiária e de apropriação de terras devolutas, pois verificou que a preocupação dos declarantes “encontrava-se em legalizar determinadas extensões de terras sem vinculá-las à extensão da ocupação efetiva”,¹⁰ contendo apenas a medida de testada e fundos. A forma dos registros em Capivary “legou, antes de um quadro da ocupação agrícola do município, uma imagem da envergadura dos planos de expansão de seus pioneiros mais abastados”¹¹ sobre áreas agricultáveis. Segundo a autora, “em termos práticos, não havendo duplicidade de

⁹ LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira. “A pesquisa em História da Agricultura no Brasil: questões de método e de fontes”. In: *A história da agricultura brasileira: debates e controvérsias*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981, p. 94. Sobre a metodologia de pesquisa em História Agrária brasileira, cf. CARDOSO, Ciro Flammarion. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

¹⁰ MATTOS, Hebe. *Ao sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009.

¹¹ *Ibidem*, p. 21.

declaração, os registros paroquiais valerem, juntamente com as escrituras registradas nos cartórios locais, como verdadeiros títulos de propriedade”.¹²

A tese de doutorado de Márcia Motta também contribuiu sobremaneira ao avanço das pesquisas em História Agrária e especialmente em História Social da Propriedade no país. *Nas fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX* aborda disputas fundiárias experienciadas no município de Paraíba do Sul-RJ com base em processos de embargo e despejo, de medições de terras e em registros de terras possuídas. No capítulo *A Lei de Terras e seus significados*, Motta destacou que a decisão de registrar ou não terras “estava provavelmente relacionada a uma dúvida, ou seja, se o registro de terras lhes seria vantajoso”,¹³ servindo como instrumento de poder “na decisão acerca do domínio sobre as terras de outrem ou sobre seus dependentes”¹⁴ por meio da descrição da extensão ou confrontantes, assim como os utilizando para validar históricos dominiais forjados na justiça. Seu estudo e o de Mattos destacaram para a província do Rio de Janeiro a transformação operada sobre a funcionalidade legal e jurídica dos registros – em muitos casos, adaptados de levantamento fundiário informacional a título de domínio de propriedade.

Isto nos direciona também a desconsiderá-los enquanto um retrato incontestado da estrutura fundiária das regiões onde foram lavrados.¹⁵ Em conformidade com Motta, Paulo Zarth constatou que os registros das terras no Rio Grande do Sul “apresenta[m] alguns problemas que devem ser considerados: os posseiros pobres raramente comparece[ra]m ao pároco para prestar informações; o tamanho da área é muito imprecisamente indicado e mesmo na maioria dos casos não consta informação a respeito” –, mas ressaltou que são uma fonte importante “para formar um quadro da estrutura fundiária e do processo de ocupação da terra”.¹⁶

Tanto a Lei das Terras quanto os próprios registros paroquiais devem ser interpretados enquanto “campos de disputas”, na acepção de Motta. A autora observou que muitos historiadores quantificaram de maneira sistemática informações contidas nos registros inviabilizando uma análise mais contextual e dinâmica acerca do acesso à terra: “qualquer informação quantitativa não pode nos fazer esquecer de que estamos falando de indivíduos e (...) decisões e ações” que dependiam de variáveis relacionadas às experiências específicas da região em estudo.¹⁷

O conteúdo dos registros que os pretensos possuidores de terras resolveram declarar

¹² *Ibidem*, pp. 18-19.

¹³ MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. 2ª Ed. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 174.

¹⁴ *Ibidem*, p. 175.

¹⁵ Esta questão está inserida na revisão metodológica iniciada por Yedda Linhares e Teixeira Silva acerca dos problemas decorrentes da quantificação dos dados declarados nos registros. No que se refere ao sul do Império, entre o fim da década de 1990 e início dos anos 2000, historiadores do Rio Grande do Sul estudaram a possibilidade do uso serial e quantitativo destes registros para a definição de um panorama da estrutura fundiária dos municípios que estudavam. Cf. GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-Grandense oitocentista*. Porto Alegre, UFRGS, Dissertação, 2005, p.73-75.

¹⁶ ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto Gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 1997, p. 13. Em sua tese de doutorado, o autor destacou que “esse registro pode ser considerado o primeiro senso geral sobre a propriedade rural do país (...). No entanto, (...) estavam longe do número real das propriedades existentes”. ZARTH, Paulo. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Unijuí, 2002, p. 63.

¹⁷ MOTTA, Márcia M. M., 2008, *Op. cit.*, p 177.

aos agentes do Governo no Brasil era fruto de relações sociais complexas e difíceis de serem acessadas pela sistematicidade dos registros. A multiplicidade de práticas de acesso, uso e propriedade sobre uma mesma parcela de terra, ou de determinadas partes de um terreno maior, dificilmente pôde ser transcrita no quesito “situação da terra” exigido aos registros sem margem de simplificação. Ademais, no Brasil da metade do século XIX não existia arraigado o hábito de autodeclaração de patrimônio fundiário ao Governo. Quando requisitados pelo Estado, procedimentos deste tipo eram percebidos com desconfiança e receio pela população. Portanto, o ato de fazê-los deve nos dizer algo sobre a “situação” e a relação das pessoas com a terra naquele contexto e as expectativas junto àquela Lei e àquele Governo. Afinal, os registros foram planejados pelo próprio Governo, e os declarantes deveriam seguir minimamente um roteiro informativo normatizado pela Lei.

Ao normatizar o acesso exclusivo pela compra e pela burocracia, validou-se na Lei uma concepção específica e recente de propriedade da terra – particular, individual, absoluta, que deveria ser gestada a partir de um título legal que comprovasse tal propriedade. Portanto, os registros originavam-se de intensões de propriedade viabilizadas pelo próprio aparato do Estado. Por esta razão, o elemento da possível ficcionalidade narrativa na escolha e criação das informações que constituiriam as declarações é imprescindível ao estudo destes registros, em virtude da possibilidade de criação de atos e circunstâncias específicas que, potencialmente, poderiam redundar na validação de direitos, quando citados e utilizados junto a outros documentos para além das Repartições Especiais das Terras Públicas (onde deveriam finalmente ser remetidos), como em processos judiciais sobre terras e divisas de propriedades. Por isso a formalização e o conteúdo dos registros variaram sobremaneira conforme as intensões dos requerentes. Como terras registradas na paróquia de Lages foram reclamadas através de processos administrativos e judiciais, existe, inclusive, a possibilidade de diferentes registros declararem um mesmo terreno ou parcelas dele, na medida em que os declarantes – embargantes e embargados – consideravam-se no direito de registrá-las e legalizá-las como suas propriedades.

Quais as intensões e relações sociais existentes nos contextos local, regional e nacional de produção dos registros, para além do sentido estrito de cumprimento da Lei? A Repartição Especial de Terras Públicas de Santa Catarina foi criada em 1856, apesar da produção dos registros ter sido iniciada dois anos antes, como resultado da pronta execução do Decreto nº 1.318 de 30 de jan. de 1854, que regulamentou a aplicação da Lei no Império. Em março de 1854, o presidente de Santa Catarina João José Coutinho remeteu um exemplar do Decreto ao pároco da comarca de Lages, o português Antonio Luiz Esteves de Carvalho, “a fim de dar a devida execução por todos os meios ao seu alcance” ao registro das terras possuídas.¹⁸ Esteves de Carvalho foi enviado no início da década de 1850 pelo bispado do Rio de Janeiro à Lages, onde passou a residir no Quarteirão da vila e logo tornou-se eleitor. Foi naturalizado brasileiro em 1856, quando tinha vinte e cinco anos.

Ele nomeou como escrivão dos registros o major Antonio Saturnino de Souza e Oliveira, natural do Rio de Janeiro e residente em Lages pelo menos desde 1832, ano em que recebeu a patente de major da Guarda Nacional de Lages. Ele era Cavaleiro das Ordens

¹⁸ BRASIL, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Registro da correspondência para execução da Lei de Terras da presidência da província, fl. 03.

Imperiais de Cristo e da Rosa, filho do coronel do Corpo de Engenheiros Aureliano de Souza e Oliveira, governador de Armas em Santa Catarina, e irmão do Visconde de Sepetiba, que foi presidente de São Paulo e Rio de Janeiro, além de ministro da Justiça e dos Negócios Estrangeiros, senador, etc. Em Lages, Saturnino de Souza e Oliveira foi delegado de polícia em 1843 e o primeiro deputado do município a compor a Assembleia Legislativa Provincial em 1850.¹⁹ Serviu como 2º substituto de juiz municipal em 1854, como vereador e presidente da Câmara Municipal de 1847-53, e somente como vereador de 1856-57. Entre 1856-73, desempenhou temporariamente as funções de secretário da Câmara e substituto de subdelegado de polícia. Quando esteve incumbido do registro das declarações das terras possuídas entre 1854-57, também foi coletor de impostos da Câmara. Ele era genro do fazendeiro/criador e tenente coronel Manoel Rodrigues de Souza, criador e líder do Partido Conservador em Lages (este era filho de Matheus José de Souza, integrante da comitiva do capitão-mor regente Antonio Correia Pinto, que fundou oficialmente a vila de Lages em 1766). Em virtude de sua família pertencer aos mais altos escalões da política e administração imperial e do grande número de atribuições e cargos que acumulou em Lages, Saturnino de Souza e Oliveira possivelmente desfrutava de vastíssimo conhecimento e experiência sobre a estrutura e as veredas de funcionamento da burocracia e justiça imperial.

Questão nodal que toca a execução da Lei das Terras no Império é a disposição da Reforma do Código do Processo Criminal de 1841, que previu a possibilidade de cargos jurídicos e policiais serem ocupados por substitutos nomeados pelo presidente da província nos lugares onde não fossem “absolutamente precisos”, ou quando fosse necessária a substituição por motivos diversos como impedimento de causa ou afastamento por questões particulares. Comporiam a lista de substitutos “seis cidadãos notáveis do próprio lugar pela sua fortuna, inteligência e boa conduta”. Isto explica parte do acúmulo de empregos pelo escrivão dos registros Saturnino de Souza e Oliveira como delegado e subdelegado de polícia e substituto de juiz municipal, exceto nos casos da vereança e da deputação, que ingressou por meio de eleições indiretas.

A atividade notarial estava inserida neste contexto, uma vez que funcionava por nomeação através da hierarquia burocrática do Governo. Em Lages, assim como grande parte dos juízes municipais, a maioria que assumiu as subdelegacias de polícia se tratava de médios e grandes fazendeiros, criadores e comerciantes de gado que, com relativa frequência, eram nomeados a diferentes cargos locais. Em grande parte do tempo, estas eram os indivíduos que administravam localmente o policiamento e a justiça. Pela Lei das Terras, subdelegados de polícia e substitutos foram habilitados a avaliar a legalidade de posses em terras devolutas e a remeter informações circunstanciadas a juízes municipais.²⁰

¹⁹ PIAZZA, Walter F., *Dicionário político catarinense*. 2ª Ed. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994, p. 498; COSTA, Licurgo. *O continente das Lagens: sua história e influência no sertão da terra firme*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982, vol. 03, p. 1220.

²⁰ DAROSSO, Flávia Paula. *A Lei de Terras em Santa Catarina e a consolidação do Estado Imperial Brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, UFSC, 2017, p. 93-101. Além de ser politicamente funcional, a nomeação de substitutos leigos da localidade aos cargos de juiz e delegado deve ser interpretada como parte do processo de consolidação do Estado independente, pós-1822, no qual a construção da burocracia nacional e a padronização da justiça tomava forma com a criação e a divisão de comarcas para as quais eram nomeados juízes e promotores, em um contexto de sentida falta de bacharéis em Direito. Portanto, ao mesmo tempo que havia um fluxo de novas leis sendo promulgadas e reformadas (haja vista a Lei das Terras, a Lei Eusébio, a Reforma do Código do Processo Criminal), a profissionalização da justiça estava em plena marcha de construção na metade

Na prática, significa dizer que a Lei das Terras foi aplicada de variadas maneiras dependendo do contexto local da política judiciária, na qual a definição de sentenças e deferimentos fora submetida à situação política dominante e às relações sociais engendradas por grupos de poder locais e regionais com o Governo na Corte. Inserida no pacote Conservador da década de 1840, a estrutura burocrática criada para executar a Lei das Terras contribuiu à manutenção do sistema de poder do Estado Imperial Brasileiro durante a segunda metade do século XIX, juntamente com a Lei de Interpretação do Ato Adicional e a Reforma do Código do Processo Criminal de 1840 e 1841.²¹

Tornou-se politicamente funcional à medida que o Governo de Situação encabeçado na província pelo presidente, barganhava apoio político à vitória nas eleições pelos mecanismos de nomeação aos cargos públicos responsáveis pela aplicação da Lei de Terras na província (juízes comissários de terras, agrimensores, delegado e fiscais da Repartição Especial...), de negociação sobre deferimentos de concessões de terras (legitimação de posses, venda de terras devolutas...) e de sentenças judiciais relacionados a direitos de propriedade em disputa. Para tornar exequível este projeto político, os setores burocráticos responsáveis pela aplicação da Lei foram descentralizados, o que permitiu maior intervenção de diferentes empregados sobre a Lei e ampliou as possibilidades para que a mesma fosse acomodada de acordo com os interesses do Governo e de grupos de poder político regionais e locais. Toda a documentação produzida pela aplicação da Lei das Terras nas localidades do Império foi resultado (e deve ser lida pela ótica) desta cultura política clientelista, inclusive a produção dos registros das terras possuídas e sua ressignificação na justiça imperial.

Proposta metodológica de análise das fontes

A partir das observações suprarreferidas, proponho um estudo dos registros das terras possuídas que notabilize a repercussão, a maturidade de compreensão e as apropriações sociais da Lei das Terras nas freguesias. O método inicial se baseia no levantamento do conteúdo que os declarantes resolveram apresentar nos registros, por meio da serialização dos dados e a ponderação de elementos repetitivos. Desta forma, torna-se possível identificar de um padrão de comportamento em relação aos registros e à própria Lei das Terras.

O referido método serial fundamentou-se na classificação das informações requeridas pelo Regulamento dos registros de 1854, a saber, 1) a **situação** das terras (fazenda, posse, sesmaria, terras lavradas, campo, mato, ou *misto de campos e matos*, etc.); 2) a **extensão**; 3) os **limites**, tanto naturais como nominais, e a indicação de existência de terras devolutas no entorno; além disso, 4) a **forma de apropriação** (através de herança ou meação, compra, concessão, arrematação, posse por ocupação primária ou *de favor*, etc.); 5) as **atividades agrícolas**, como criação, cultura efetiva, junto a benfeitorias e casa de morada, etc.; e 6) o índice de **alfabetismo** e a necessidade de assinatura a rogo por outrem. Este procedimento

do século XIX. A própria linguagem e a hermenêutica jurídica foram objetivo de tentativas de padronização em oposição ao pluralismo que imperava (as obras de Augusto Teixeira de Freitas Jr. e José M. Pereira de Vasconcellos sobre a execução da Lei das Terras são exemplos do trabalho de juriconsultos neste sentido).

²¹ Cf. DAROSS, Flávia Paula, *op. cit.*, 2017.

serial antecede o exercício heurístico de articular as diferentes categorias supracitadas cruzando os dados obtidos, como segue:

- A situação das terras foi declarada em grande parte dos registros? Qual a porcentagem dentre as situações das terras? No caso da principal situação declarada, foram indicadas as extensões das terras nos respectivos registros? E seus limites? E suas formas de apropriação? Existe a indicação de atividades agrícolas?

- Qual a proporção de registros que apresentou a forma de apropriação das terras? Entre estes, qual é a forma mais citada? Também foram declaradas suas extensões e limites? Qual o índice de omissão dentre as diferentes formas de apropriação?

- Qual a incidência da informação da extensão das terras? Foram declaradas de forma objetiva ou aproximada? (por ex.: *uma légua de comprimento mais ou menos, e de largo outro tanto*). Considerando a área de 50 ha como o limite de extensão de uma pequena *propriedade*, qual o índice de omissão da forma de aquisição das terras dentre diferentes parcelas? Áreas correspondentes a uma sesmaria (4.356 ha) ou uma sesmaria de campo (13.068 ha) existiram nos registros? Tiveram suas formas de ocupação declaradas? E as áreas menores? É possível identificar as atividades agrícolas dentre as distintas extensões de terras? Etc.

Os dados obtidos através da classificação construída nos oferecem uma representação da experiência dos habitantes do termo em relação às declarações dos registros. Além disso, em sentido diametralmente oposto, o questionamento de aspectos do Regulamento de 1854 que foram omitidos ou menos declarados torna-se igualmente importante. Estes índices de omissões, assim como as declarações irregulares e imprecisas, geralmente dizem respeito à delimitação da área e dos limites das terras, e precisam ser considerados pelo menos em três aspectos: 1) o costume mais ou menos arraigado da não mensuração das terras no período anterior à promulgação da Lei das Terras; 2) a tentativa de sujeição da extensão dos domínios fundiários à extensão do poder social do proprietário, do “senhor e possuidor” das terras sobre outrem e não especificamente sobre um espaço individual circunscrito; e 3) a possibilidade destas omissões de informações de áreas e limites servirem de estratégias de escamoteamento de práticas tornadas ilegais a partir de 1850, como a ocupação de terras devolutas ou de terceiros, ou de intenções de posse regulamentada sem qualquer ato de ocupação efetiva como morada habitual e cultura efetiva que as legitimasse.²²

Seguidamente, proponho o aprofundamento do paradigma construído serialmente, a partir do cruzamento de fontes locais que contemplam o tema do acesso à terra pela Lei, articulando-o a informações presentes, por exemplo, em processos de embargo e despejo, requerimentos de compra de terras devolutas e legitimação de posses, relatórios, ofícios e correspondências das Câmaras Municipais, relatórios de juízes comissários de terras e da Repartição Especial, que se refiram direta ou indiretamente a informações citadas ou

²² O conceito de estratégia empregado no texto está associado ao sentido atribuído por Giovanni Levi em *A herança imaterial...*, qual seja, de estratégias mediadas por expectativas e incertezas relacionadas ao contexto e ao futuro, que, no caso do presente estudo, gira em torno de relações (por vezes conflitantes) de acesso à terra e de discussões sobre uma legislação recente e imprecisa como a Lei de 1850. A conotação de uma “racionalidade seletiva” pautada na ambiguidade e incoerência das leis proposta por Levi para o caso de Santena, complexifica o debate sobre as estratégias da população rural brasileira, que procurar condicionar as leis a seus interesses particulares frente à imposição do regime moderno e privado da propriedade. LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Tradução de Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 45.

relacionadas aos registros das terras, ou que tratem especificamente da sua produção na província e na região de Lages, fornecendo-lhe complemento e contextualização.

A títulos de exemplos, constam a seguir a solicitação de esclarecimentos sobre a execução da Lei das Terras por parte do primeiro juiz comissário de Lages ao presidente provincial em 1856 (1); um relatório circunstanciado do mesmo ano do subdelegado suplente da freguesia de Campos Novos; seguido de outro relatório de outro juiz comissário do termo ao presidente provincial em 1862:

- (1) [...] Sendo o terreno deste Município, pela maior parte composto de campos, e não havendo matos lavrados em grande parte das Fazendas de criar, são os proprietários destas Fazendas obrigados a procurarem os matos devolutos nas serras mais próximas para plantar milho e feijão para sua subsistência, e como nestes matos é impossível a morada habitual pelo perigo do gentio, ali se demoram todos os anos o tempo somente necessário para fazer suas plantações e colheitas, conservando para este fim n^o aqueles matos, somente ranchos e paióis. Querendo agora estes proprietários legitimarem as posses que ocupam nos matos devolutos, e exigindo a Lei para estas legitimações a morada habitual, desejo saber se estes ranchos e paióis, no meio de cultura efetiva podem ser considerados como morada habitual? [...].²³
- (2) Tenho a honra levar ao conhecimento de V. Ex.cia as tristes circunstancias em que se acham alguns habitantes deste distrito a pouco aqui chegados por que vendo-se privados de poderem trabalhar nas matas devolutas, tenham naturalmente de saírem desta Freguesia para outra parte e desta arte acontece que tão cedo senão povoará esta nascente Freguesia, acontecendo igualmente que hum dos habitantes desta Freguesia achara uns faxinais entranhados na serra geral, e como tenha ele suas criações, podendo para ai retirá-las, se vê privado em consequência do que determina a Lei das Terras, sendo-se incompatível resolver [?] de semelhantes natureza, portanto impetro a V. Ex.cia me inteligencie, se se pode ou não consentir a aqueles que não tenham matos agrícolas, e nem campos, se aposses destes terrenos sujeitando-se tais posseiros a legitimação ordenada pela Lei. Bem sei que esta exigência é contraria ao verdadeiro espirito da Lei N^o 601; porém V. Ex.cia a quem o Governo Imperial confiou os destinos desta Província talvez possa a beneficio de seus habitantes propagar ideias da bem reconhecida benevolência de V. Ex.cia a este respeito [...].²⁴
- (3) [...] Tenho a honra de levar ao alto conhecimento de V. Ex.cia que, não obstante ter mandado constar por Editais o prazo de quatro meses que foi marcado por V^a Ex.cia para a revalidação e legitimação das posses e sesmarias sujeitas a estas formalidades neste município, e, além disso, o artigo 58 do Regulamento de 30 de Janeiro de 1854, fazendo ver as penas que lhes impõe o mesmo artigo, ainda nenhum, até a presente data, se apresentou a cumprir os preceitos da lei de 18 de Setembro de 1850, apesar de se achar grande parte nestas circunstancias. Informa-se em que muitos d^o entre os particulares, tendo ciência da execução da mesma lei, colocam-se em firme proposito de não cumprir os preceitos

²³ BRASIL, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Offícios de juízes comissários para presidente de província 1856-63. Livro 01, s/p. Obs.: optou-se por manter a escrita original dos documentos manuscritos.

²⁴ *Idem*. Offícios das subdelegacias de polícia para presidente de província. Livro 1849-1850, p. 127.

dela, esperando que hajam disposições em contrario, e, ainda mesmo que não hajam, dizem eles, que não pode o Governo reconhecer como devolutas suas propriedades, o que tudo levo ao conhecimento de V. Ex.cia, a fim de providenciar de maneira que, ou que seja aberto um prazo razoável, obrigando a todos aqueles que se acharem nas condições da lei, sejam prontos a satisfazer os preceitos dela, para que posteriormente não possam reclamar coisa alguma, ou como entender melhor V. Ex.cia em sua sabedoria. Qualquer deliberação de V. Ex.cia servirá de governo ao serviço de minha jurisdição.²⁵

Como base nos três excertos, percebemos como o acesso a informações adicionais contribui para a significação das experiências que tangenciaram a realização dos registros no termo de Lages, haja vista a localização de terras lavradas nas freguesias, a produção de alimentos de primeira necessidade para fazendas, práticas consuetudinárias de posse e usufruto de terras devolutas e faxinais, a existência de lavradores sem terras próprias, e condicionantes específicos como embates com etnias indígenas, migrações interprovinciais e interpretações divergentes da Lei das Terras por parte da população.

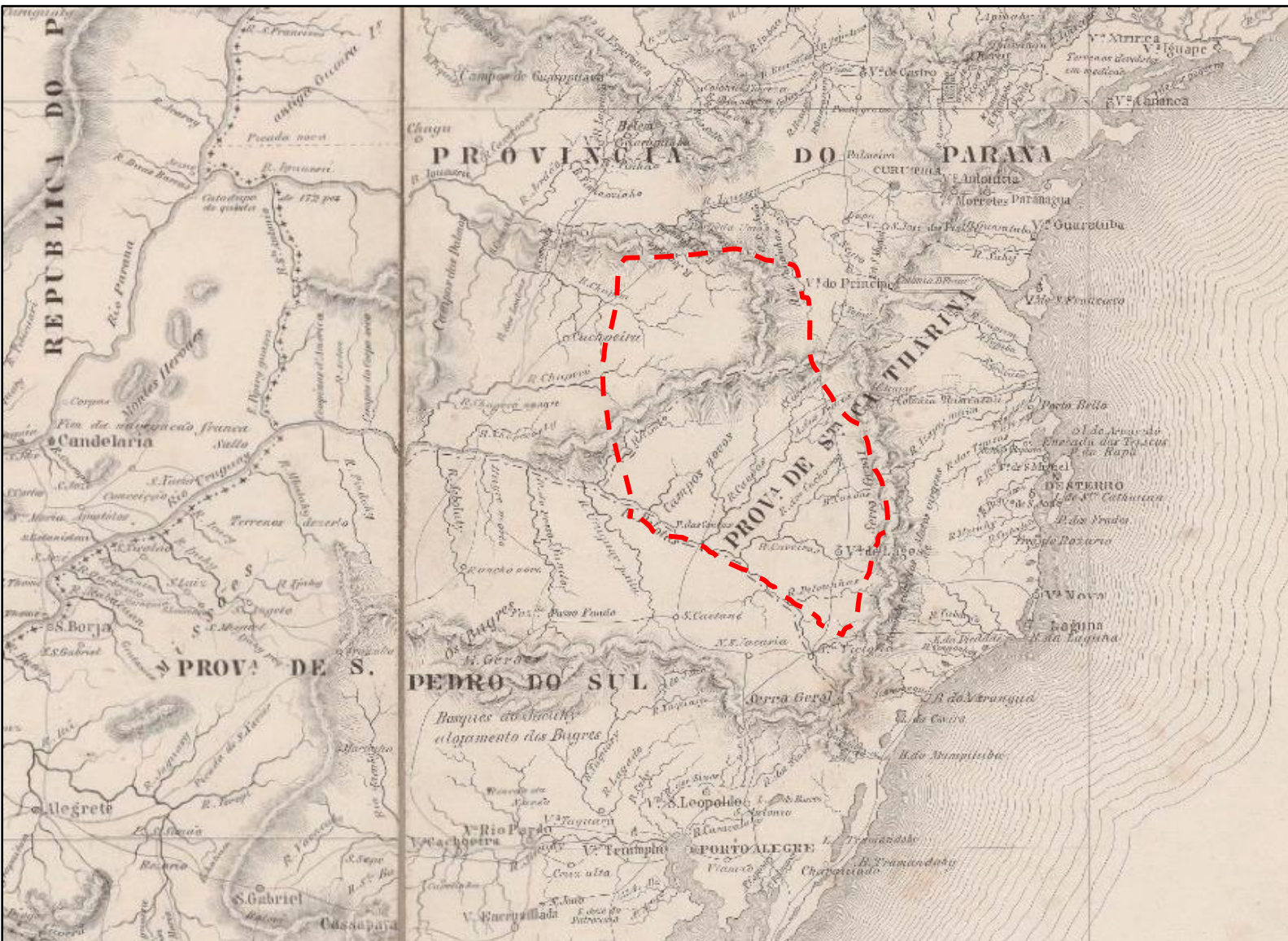
A julgar pela discrepância nas formas de execução da Lei dentre as 24 províncias do Império e a realidade multifacetada intraprovincial catarinense, podemos considerar a microanálise o método historiográfico mais construtivo de pesquisa à História da Propriedade no país. Isso porque a Micro-história parte do princípio da alternância da escala de observação dos objetos de análise, e nos capacita a investigar as formas que a Lei de Terras adquiriu no nível micro das diferentes regiões do Império até a queda da Monarquia em 1889. Jacques Revel explicou que a partir do enfoque inicial em experiências localizadas e singulares, objetiva-se compreender as diversas formas pelas quais o nível macro-histórico, “estrutural”, é enquadrado no nível micro, “vivido” pelos indivíduos, ao passo que “cada ato histórico participa, de maneira próxima ou distante, de processos – e portanto se inscreve em contextos – de dimensões e níveis variáveis, do mais local ao mais global”.²⁶

Em conclusão, observa-se que a proposta de articulação dos registros das terras possuídas à História Agrária e à História da Propriedade está diretamente relacionada aos exercícios experimentais de entrecruzamento de diferentes fontes históricas referentes à execução da Lei das Terras na província, bem como a proposição de problemáticas consoantes às informações específicas da seleção documental e o esforço de reconstrução de significados e experiências (em sentido amplo, biográfico ou prosopográfico) associados à produção dos registros, em que desenvolvem-se perguntas gerais e respostas locais.

²⁵ *Idem*. Ofícios dos juízes comissários para presidente de província 1856-63. Livro 01, s/p.

²⁶ REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. In: *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. RJ: FGV, 1998, p. 28.

ANEXO A – Províncias sulinas do Império do Brasil



No centro, a província de Santa Catarina e, em vermelho, a região do Planalto (*grosso modo*). *Nova carta corográfica do Império do Brasil*. Coronel engenheiro Conrado Jacob de Niemeyer, Capitão do Estado Maior José Joaquim d Lima e Silva, 1º Ten. de eng. Antonio Augusto Monteiro de Barros. Ano: 1857. Girado 90° para direita. Acervo digital da Biblioteca Nacional da França. Acesso em 17 de março de 2018. <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b53098527m/f1.item.r=Atlas%20Br%C3%A9silCarte%20Br%C3%A9silPortulan%20Br%C3%A9sil.zoom>.

Referências bibliográficas

- BURNS, Kathryn. *Into the Archive: Writing and Power in Colonial Peru*. Durham: Duke University Press, 2010.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ Relume-Dumará, 1996.
- _____. “Modernização frustrada: a política de terras no Império”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 1, n. 1, 1981.
- CONGOST, Rosa. *Tierras, Leyes, Historia: “estudios sobre la gran obra de la propiedad”*. Barcelona: Crítica, 2007.
- COSTA, Licurgo. *O continente das Lagens: sua história e influência no sertão da terra firme*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.
- DAROSSO, Flávia Paula. *A Lei de Terras em Santa Catarina e a consolidação do Estado Imperial Brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, UFSC, 2017.
- GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-Grandense oitocentista*. Porto Alegre, UFRGS, PPGH, Dissertação de Mestrado, 2005.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Tradução de Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *A história da agricultura brasileira: debates e controvérsias*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.
- MATTOS, Hebe. *Ao sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009.
- MOTTA, Márcia M. M. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito a terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/Vício de Leitura, 1998.
- PIAZZA, Walter F., *Dicionário político catarinense*. 2ª Ed. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994.
- REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. RJ: FGV, 1998.
- ROSE, Carol M. *Property & Persuasion: essays on the History, theory, and rhetoric of ownership*. Boulder: Westview Press (*New perspectives on Law, Culture, and Society*), 1994.
- SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e Latifúndio: efeitos da Lei de Terras de 1850*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.
- VASCONCELLOS, J. M. P. *Livro das terras ou coleção da Lei, Regulamentos e Ordens*. Segunda Edição. Rio de Janeiro: Laemmert, 1860.
- TEIXEIRA DE FREITAS JR., Augusto. *Terras e colonização*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Livreiro-Editor 71, 1882.
- VARELA, Laura B. *Das sesmarias à propriedade moderna: um estudo de História do Direito Brasileiro*. Rio de Janeiro: Renovar (Biblioteca de Teses), 2005.
- ZARTH, Paulo. *História Agrária do Planalto Gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.
- _____. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Unijuí, 2002.

A OCUPAÇÃO DAS TERRAS DO SUDOESTE DE MATO GROSSO

José Pereira Filho¹

RESUMO

O presente artigo é resultado de análises de uma pesquisa de doutorado em andamento tendo como título: “RESISTÊNCIA COTIDIANA: um estudo a partir da produção da vida material e imaterial dos sítiantes da Comunidade Córrego das Pedras no Município de Tangará da Serra (MT)”. Para a presente reflexão, analisaremos o processo de ocupação das terras do Município de Tangará da Serra, enfocando a ocupação das terras da Comunidade Córrego das Pedras, em um contexto de colonização do Estado de Mato Grosso, a partir da década de 50, procurando demonstrar como as famílias sítiantes ocuparam, permanecem e trabalham em minis e pequenas propriedades denominadas sítios, produzindo e reproduzindo uma dinâmica própria de vida e gerando cultura. A nosso ver, constitui-se em um espaço de resistência ao modelo de desenvolvimento proposto para o Estado e região, baseado na concentração de terras, modernamente nominado como agronegócio, calcado na produção de monoculturas de soja, milho e criação extensiva do gado. O desenvolvimento da pesquisa se dá principalmente através da história oral, sendo as observações presenciais e as entrevistas os principais instrumentos de geração de dados, combinado com levantamento documental e aplicação de questionário.

PALAVRAS-CHAVE: Migração. Mato Grosso. Ocupação.

¹ Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos. Pedagogo e Mestre em Educação. Endereço eletrônico: zepereiraunemat@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O processo de colonização do Município de Tangará da Serra situado no sudoeste do Estado de Mato Grosso iniciou-se no final da década de 1950 tendo como uma das características principais a existência de minis, pequenas e médias² propriedades rurais denominadas sítios, com a conseqüente formação de inúmeras comunidades rurais.

Mapa 01 – Mapa do Estado de Mato Grosso, identificando o Município de Tangará da Serra.



Fonte: MATO GROSSO MAPA, 2016.

A Comunidade Córrego das Pedras, situada a 12 km do eixo central da cidade, constitui-se em uma das primeiras ocupações rurais iniciada na primeira metade da década de 60, quando para lá migraram grupos de mineiros, paulistas e paranaenses, em busca de melhores condições de vida.

² Em relação ao tamanho das áreas, os imóveis rurais são classificados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em minifúndio ou mini propriedade, em se tratando de imóvel rural com área inferior a 1 (um) módulo fiscal; pequena propriedade com área compreendida entre um a quatro módulos fiscais; média propriedade, com área compreendida entre quatro a 15 módulos fiscais; e, grande propriedade compreendendo áreas com tamanho superiores a 15 módulos rurais. Essa classificação é definida pela Lei 8. 629 de 25 de fevereiro de 1993, variando o tamanho do módulo fiscal, em função do tipo de exploração econômica da área rural de cada Município brasileiro, disponibilizando uma o INCRA, uma tabela de enquadramento. No caso específico do Município de Tangará da Serra o módulo fiscal corresponde a 80 ha.

Trata-se de um *locus* que preserva parte da população remanescente do processo migratório inicial, desalojada em função da modernização no campo no centro-sul do país, encontrando no sudoeste de Mato Grosso, no hoje Município de Tangará da Serra, terras a serem ocupadas, reproduzindo um modo de vida caipira, entrelaçado com o contexto de modernidade, mudando suas práticas produtivas, ao longo do tempo, para sobreviverem e permanecerem na terra.

Há então, de nossa parte, a preocupação em mostrar e analisar em que circunstâncias se deu o processo de migração para o sudoeste do Estado de Mato Grosso, precisamente no Município de Tangará da Serra, em um contexto de ocupação permeado pelas grandes fazendas e atividades de produção do agronegócio.

Mapa 02 – Mapa do Município de Tangará da Serra.



Fonte: MAPA DO MUNICÍPIO DE TANGARA DA SERRA, 2016.

Conforme fontes do IBGE (2016), o Município de Tangará da Serra localiza-se no bioma Cerrado e Amazônia, com área de 11.323,685 km², com população estimada de 96.932 habitantes para o ano de 2016, sendo que 52,2020%, correspondente a 5.911,185 km² de seu território é formado por reservas indígenas da “Etnia Paresi”³, devidamente demarcadas, conformando com a existência de significativo quantitativo de minis, pequenas e médias propriedades rurais. O quadro abaixo permite perceber a forte presença das minis, pequenas e médias propriedades no Município de Tangará da Serra:

³ Paresi ou Parecis – Nome dado pelos brancos para identificar a Etnia “Haliti”, que significa povo. O Município de Tangará da Serra tem 52,2020% de seu território de terras indígenas da Etnia Haliti ou Paresi, distribuídos em quatro polígonos distintos, sendo que um polígono está localizado nas confrontações com o Município de Barra do Bugres, estando parte do polígono localizado no Município de Tangará da Serra e parte no Município de Barra do Bugres.

Quadro 01 – Demonstrativo do número de unidades rurais em relação ao tamanho em hectares.

Área	Número	Área dos
	estab.	estab.
	Unidades	Hectares
Até 10 ha	284	1.061
De 10 a menos de 20 ha	139	1.916
De 20 a menos de 50 ha	721	24.120
De 50 a menos de 100 ha	104	7.009
De 100 a menos de 200 ha	63	8.361
De 200 a menos de 500 ha	61	19.496
De 500 a menos de 1000 ha	46	33.011
De 1000 a menos de 2500 ha	34	53.525
De 2500 ha e mais	30	241.103
Produtor sem área	2	ND
Total	1.484	389.602
Fonte: IBGE		

Fonte: IBGE, 2016.

Nesse contexto, a presente reflexão propõe demonstrar como e em que cenário se deu a colonização da região da região do Município de Tangará da Serra, no contexto da colonização e desenvolvimento do Estado do Mato Grosso.

2 A OCUPAÇÃO DAS TERRAS DO SUDOESTE DE MATO GROSSO NO CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO MATOGROSSENSE

A história de luta pelo acesso e permanência à terra não é recente. É fruto do processo de colonização do território brasileiro, que teve por base a concentração de enormes áreas de terras nas mãos das elites rurais e políticas, processo que se estendeu quando da abertura das fronteiras de exploração econômica nos diversos ciclos, da cana de açúcar à moderna monocultura da soja e criação do boi que hoje experienciamos.

A ocupação do Estado de Mato Grosso, se desenvolveu a partir das políticas de ocupação do território brasileiro, nos séculos XVIII, XIX e XX, como parte das determinações econômicas orientadas pela Coroa Portuguesa, e, após a Proclamação da República, pelas estratégias de ocupação pautadas pelo governo federal brasileiro.

O início do processo de colonização do Estado de Mato Grosso, compatibiliza-se com o processo de exploração mineral iniciada no início do século XVIII, primeiramente com o ouro e posteriormente com o diamante, abundantes em vários Estados brasileiros, incluindo Mato Grosso. Uma atividade que tem capacidade mobilizadora de pessoas para os chamados garimpos, locais de exploração, em função da sedução pela riqueza rápida, e ainda, por possibilitar a exploração manual, exigindo poucos investimentos.

Sobre o impacto populacional nas áreas de exploração garimpeira, Guimarães Neto (2006, p. 42), faz uma abordagem, a partir de uma analogia com as ocupações no faroeste norte-americano.

Em termos de ocupação ininterrupta, apesar da fragmentação, da fluidez e das rápidas mudanças de um lugar para outro, os deslocamentos acentuam-se, a partir da década de 1920. Nas descrições ufanistas chega-se a configurar o movimento para os garimpos como algo que se aproxima do espetáculo das “carroças de colonos” que se colocam a caminho, que o cinema norte-americano imortalizou, fundando os “povoados do faroeste”, dando ensejo a notícias que circulam pela capital do país, como essa: Engenheiro Morbeck (Lageado) era a pequena capital da nova Califórnia que emergia no coração dos sertões do Brasil Central. Nessa mesma linha de encenação figurativa, o rio Araguaia aparece enaltecido como “o Mississipi do oeste brasileiro”, levando os nortistas em marcha a cumprirem o seu papel edificador de novos bandeirantes: não tanto no sentido de alargar fronteiras, mas no de descobrir, segundo esta representação, os territórios desconhecidos do Brasil, trazendo à civilização os “vastos sertões”.

A descoberta de ouro e diamante em Mato Grosso, iniciada pela região de Poconé e Guiratinga, foi estendida posteriormente a Cuiabá e da lá para Diamantino, Alto Paraguai, Nortelândia, Arenápolis e Santo Afonso⁴, colocando a Coroa portuguesa, a lupa da exploração em terras mato-grossenses.

A exploração artesanal e o rigor na concessão de áreas de exploração em desfavor da população trabalhadora e pobre, combinada com as grandes extensões de áreas de exploração que implicava em um limitado controle sobre as regiões produtoras de ouro e diamante, acabou por estimular o crescimento da atividade de exploração mineral através do garimpeiro autônomo, o contraventor, fora do controle da Coroa.

Conforme Barrozo (2007), a extração mineral em Mato Grosso iniciou-se por volta de 1719, sendo interrompida em meados do século XIX, em função de um conjunto de circunstâncias, como o achado de diamantes, o que provocou o fechamento dos garimpos por parte da Coroa devido as dificuldades de controlar a exploração dessa preciosa pedra, de expressivo valor, conjuminado com outros fatores, como: a) dificuldade de acesso ao centro-sul; b) conflitos entre brasileiros e portugueses; c) conflitos políticos internos que desestabilizavam as relações sociais e econômicas na Província; d) reposição de mão-de-obra com o fim do trabalho escravo; e) e, ainda, pelas dificuldades de permanência dos garimpeiros em regiões de difícil acesso e suprimento de produtos essenciais para o consumo, combinado com doenças típicas da região, como é o caso da malária.

Guimarães Neto (2006) aborda também a resistência das populações indígenas, pois a colonização não foi pacífica, mas violenta e sangrenta, considerada como um dos entraves para

⁴ Os Municípios de Diamantino, Alto Paraguai, Nortelândia, Arenápolis e Santo Afonso, estão localizados no sudoeste do Estado, também identificada como região Médio-Norte, próximos ao Município de Tangará da Serra.

o retardamento da exploração em Mato Grosso em suas várias regiões. Na região do Araguaia, a forte resistência Bororo, no região de Barra do Bugres, que inclui as terras do Município de Tangará da Serra, a resistência Umutina e Parecis.

Se a exploração mineral em Mato Grosso foi o caminho para o desenvolvimento, foi também o caminho para o avanço privado sobre as posses de terras, inicialmente através das sesmarias e posteriormente pela concessão de terras dada pela Coroa Portuguesa para a exploração garimpeira, constituindo os ricos do garimpo, do comércio e serviços prestados nas regiões garimpeiras, nas primeiras elites agrárias e políticas, em conjunto com a estrutura militar e a burocracia advinda da capitania.

Esse primeiro ciclo de exploração mineral em Mato Grosso apontado por Barrozo (2007), estendeu-se até por volta do início do século XIX, quando entra em decadência e gera uma pulverização das concentrações humanas das regiões garimpeiras e pobreza no Estado.

A crise do garimpo estimulou o incremento de outras atividades econômicas, destacando entre elas a cana-de-açúcar, voltada à produção de açúcar, álcool e cachaça e o extrativismo vegetal. “O norte redefiniu suas forças produtivas tendo por base a produção açucareira e o extrativismo, atividades estimuladas pela utilização de uma nova aquavia[...], [...]a abertura da navegação pelo rio Paraguai (1856)”. (MORENO, 2007, p. 36/37).

O sul-mato-grossense teve uma outra dinâmica de desenvolvimento, a partir da região norte de São Paulo, com predomínio da atividade pecuária. Conforme Moreno (2007), as incursões vindas de São Paulo, foram responsáveis pelo desalojamento das populações nativas daquela região, com a apropriação e implantação de grandes fazendas, voltada à criação de gado. “O desenvolvimento da pecuária foi responsável, no século XX, pela constituição da elite política da região sul do estado” (MORENO, 2007, p. 40).

Norte e sul-mato-grossense, historicamente se antagonizaram em relação às disputas políticas, calcadas nas oligarquias rurais que se formaram ao longo do processo de exploração das terras mato-grossenses: o norte com uma oligarquia que se originou no garimpo e se expandiu para o domínio das terras, voltadas à produção açucareira; e o sul, com uma oligarquia que formou-se a partir dos domínio das terras, com características de exploração pecuária e de exploração de ervas naturais.

Conforme Barrozo (2007) a retomada da atividade garimpeira nas regiões de Diamantino e Alto Paraguai, extensiva às regiões de Nortelândia, Arenápolis e Santo Afonso, deu-se em meados do século XX, praticamente após 100 anos de abandono da atividade.

Aqui importa ressaltar que, durante o período de desmobilização da atividade garimpeira, em algumas regiões, como é o caso da região sudoeste, sua dispersão acabou por

influenciar o início de outra atividade e estimulou o avanço para as áreas de matas: era a cata da poaia⁵, planta rasteira nativa das matas tropicais, principalmente na beira dos córregos e rios. A exploração da poaia foi importante, pois permitiu fixar boa parte da população remanescente do garimpo, e, estimulou o conhecimento e abertura de novas fronteiras, até então desconhecidas. Possibilitou o conhecimento de grande parte das áreas do Município de Tangará da Serra, região de terras férteis, posteriormente ocupadas através de projetos de colonização privados.

Em meados do século XX, a região passou por um paradoxo, de um lado o reinício da exploração mineral consorciada com a exploração da poaia, conjugada com iniciativas de assentamentos privados de minis e pequenos produtores rurais, como é o caso de parte do Município de Tangará da Serra, e por outro lado, a implantação de um projeto modernizante de exploração do campo, estimulada por uma política governamental de incentivos (financiamentos a juros modestos e isenções fiscais) às atividades de agricultura e pecuária em conjunto com a exploração madeireira, privilegiando o latifúndio rural.

Ao longo do processo de colonização, as populações tradicionais de poaeiros foram dizimadas e expulsas das terras que ocupavam, empurradas por fazendeiros, pelas empresas loteadoras e loteadores autônomos das áreas rurais que ocuparam.

3 O CARÁTER MODERNIZANTE DA AGRICULTA NO CENTRO-SUL BRASILEIRO, O CAMINHO DO NORTE E A RESISTÊNCIA DOS SITIANTES

O sudeste brasileiro, em meados do século XX passou pelo processo de planificação do desenvolvimento econômico nacional, com fulcro no processo de modernização da atividade econômica, com significativos reflexos no campo.

No Brasil, o debate da modernização identificada à industrialização já vinha ocorrendo desde os anos 50, quando a dicotomia dos dois Brasis acirrou-se em torno do velho, arcaico, atrasado, identificados ao rural, e do novo desenvolvido, industrializado, identificados ao urbano. Portanto, a implantação do regime militar representou a vitória da tese da modernização. Uma das primeiras medidas jurídicas desse período foi a criação do Estatuto da Terra pela Lei n. 4.504 (de 30.11.1964), por intermédio da qual visava-se, prioritariamente, à modernização do campo por meio do aumento da produção e produtividade. (SILVA, 1999, p. 35).

⁵ Conforme Marien (2008), trata-se de um arbusto pequeno de significativo valor medicinal, o que lhe confere um alto valor comercial, destinado principalmente ao mercado europeu. Era abundante nas regiões de matas tropicais, principalmente nas beiras dos rios e banhados. Sua exploração era realizada com extrema dificuldade, pois exigia dos poaeiros enfrentar as densas florestas em período chuvoso, expondo-se às doenças típicas das florestas tropicais como a malária e a leishmaniose, além de mosquitos, pernilongos e exposição a animais peçonhentos como cobras e aranhas. Sua exploração era concentrada no período chuvoso pois o arbusto devia ser arrancado com as raízes, necessitando que a terra estivesse úmida para sua extração. O valor medicinal concentrava-se nas raízes, razão pela qual, era necessário arrancar o arbusto puxando-o com as mãos. Não era possível efetuar a exploração no período de seca, quando não havia umidade na terra, impedimento para que o arbusto fosse arrancado com suas raízes.

A modernização com viés capitalista no sudeste, baseada na concentração de terras para a implantação de monoculturas como as florestas exóticas para produção de celulose e a implantação das lavouras de cana-de-açúcar para suprir as indústrias do setor sucroalcooleiro, combinado ainda com o processo de maquinização das práticas agrícolas no campo, gerou uma multidão de expropriados das terras.

“No período de 1960-1980, foram expulsos 2,5 milhões de pessoas do campo paulista” [...]. (SILVA, 1999, p. 63), contingente que acabou tendo como alternativas a migração para os grandes centros, onde se desenvolvia a todo vapor o processo de modernização urbana via industrialização ou a migração para outras regiões brasileiras, tendo Mato Grosso como um dos caminhos, na busca de conquistar um pedaço de terra.

O arcabouço de Leis que regulava a relação do homem com a terra, notadamente a Lei nº. 601 de 18.09.1850 do período imperial, o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) de 1963 e o Estatuto da Terra (ET) de 1964, e no caso de Mato Grosso, o conjunto de leis estaduais: as Leis Estaduais nº 20 e nº 24 de 1892; o regulamento nº. 38 de 1893 vigente até 1902, quando foi substituído pelo Decreto nº. 130, de 14 de junho; o Decreto-Lei nº. 161 de 1939; e, a Lei nº 336 de 6/12/1949 (código de terras de 1949), tiveram como efeito prático serem instrumentos em favor do processo de ampliação do latifúndio rural, marginalizando os camponeses de duas formas: a) expulsando-os de suas terras, ou da possibilidade de trabalharem até mesmo como meeiros e arrendatários; e, b) criando barreiras impeditivas para o acesso deles à terra.

A ocupação das terras mato-grossenses constitui-se em uma réplica do modelo nacional, iniciada no período imperial pela Coroa portuguesa e posteriormente, continuada pelo Governo da República. “As formas históricas de acesso à terra em Mato Grosso e sua institucionalização em propriedade privada estão ligadas aos diferentes momentos do processo de ocupação e formação do território nacional”. (MORENO, 2007, p. 23).

Aponta Moreno (2007) que o ordenamento jurídico e político que deu sustentação às ocupações territoriais em Mato Grosso estavam dentro do processo de planificação econômica nacional, com um viés capitalista desenvolvimentista, sendo o poder político, ocupado pelas oligarquias econômicas e militares, o principal instrumento de planificação da ordem econômica estabelecida, favorecendo a concentração de terras às elites rurais do Estado.

Com o advento da república, em 1889, o pacto federativo transferiu para os Estados a prerrogativa de legalização das terras rurais, passando o mesmo, a partir de então, ser o responsável por implementar as políticas de regularização e concessão de terras. No caso específico de Mato Grosso, estava estabelecido a relação de poder, formado pelas elites do sul

e do norte, constituída basicamente por militares, burocratas, comerciantes, grandes proprietários e grandes posseiros de terras (as oligarquias rurais).

Com a constituição de 1891, no artigo 64, regulamentada pela Lei de Terras do Estado, de 1892, as terras devolutas, até então sob a jurisdição federal, passaram para a jurisdição estadual. A partir daquela lei, a elite política e econômica do estado foi se apropriando privadamente das terras públicas situadas no Estado de Mato Grosso. (BARROZO, 2010, p. 11).

Para tanto, tratou o Governo de Mato Grosso com base na Lei nº 601 de 1850, denominada Lei de Terras, e nas Leis Estaduais nº 20 e nº 24 em 1892, de regulamentar o processo de concessão das terras do Estado. A Lei nº 20 conforme Moreno (2007) tratou dos processos de regularização fundiária e Lei nº 24 criou um órgão estadual específico para a regulamentação, a “Diretoria de Obras Públicas, Terra, Minas e Colonização”.

Essa regulamentação, em conteúdo, tem semelhança com a Lei nº 550, de 20 de dezembro de 1949, do Estado de Minas Gerais, na medida em que prioriza a regulamentação de áreas já ocupadas: “a Lei nº. 20 dispunha sobre os processos de revalidação das sesmarias, legitimação das posse e venda das terras devolutas [...] (MORENO, 2007, p. 65). Do ponto de vista prático, significou o avanço das oligarquias, utilizando-se do aparato do Estado, sobre as terras devolutas do Estado.

Semelhante ao que ocorreu em São Paulo, narrado por Silva (1999), a Lei nº 20 obstaculizou o acesso e permanência na terra aos pequenos trabalhadores rurais, por dificuldades de enfrentar a burocracia para a regulamentação de suas posses, e até, de requerer posses, apesar da Lei garantir a gratuidade na concessão de área de até 50 hectares. “O total geral de terras alienadas, conforme dados levantados de 1822 a 1929, correspondeu a 48.942.292,5 hectares[...]. Interessante verificar que as concessões gratuitas, concedidas no mesmo período, num total de 149 concessões, não chegaram a somar 5.000 hectares de terras” (MORENO, 2007, p. 73), uma média de 33,56 hectares por produtor ou família.

Esses dados são explicativos das relações sociais no campo, e do privilégio histórico que as elites políticas e econômicas tiveram no processo de ocupação do território brasileiro, fenômeno tipicamente nacional, porém, com forte incidência no Estado de Mato Grosso. Do total de terras alienadas para agentes privados, somente 0,01% destinou-se a minis e pequenas propriedades.

A remodelação da forma de acesso à terra a partir da década de 50 deu-se praticamente através de vendas, em função do interesse e da necessidade do Estado em arrecadar. É nesse contexto que se processou o avanço para a região sudoeste do Estado, e aqui, estamos falando precisamente da região de Tangará da Serra que se coloca entre as Serras Itapirapuã e do Parecis.

No início da década de 60 iniciou-se o processo de colonização do hoje município de Tangará da Serra, região de terras férteis, portanto promissora, e dentro deste cenário de colonização da região, a Comunidade Córrego das Pedras, para onde dirigiram-se famílias oriundas de Minas Gerais e São Paulo, para desbravarem uma densa mata, com derrubadas e implantação das chamadas lavouras de toco, de subsistência, principalmente arroz, feijão e milho, e, posteriormente, a lavoura de café.

A região de Tangará da Serra, apesar da proximidade com a região outrora garimpeira e de ser banhada por um dos principais afluentes do Rio Paraguai, o Rio Sepotuba, portanto, com acesso fluvial garantido, diferenciava-se muito da região garimpeira. Pela composição de suas terras, estava fora do foco da exploração garimpeira, portanto, não sendo alvo do processo de exploração iniciado em Mato Grosso no século XVIII. Caracteriza-se por ser área de transição entre o cerrado e a floresta amazônica, com uma parte significativa de suas terras compostas pelas florestas tropicais, com grandes extensões de terras férteis, com potencial agrícola, porém, à época, inexplorada e inóspita.

As características regionais são importantes para compreender o atraso no processo de abertura de grande parte da região sudoeste de Mato Grosso, particularmente a extensão de terras localizadas entre as Serras do Itapirapuã e do Parecis (espaço geográfico onde localiza-se a maior parte do território do hoje Município de Tangará da Serra), terras banhadas pelo Rio Sepotuba e seus afluentes, componentes da Bacia do Paraguai. Tratavam-se de região fora da rota de exploração garimpeira, portanto, durante muito tempo fora do foco de exploração do Estado Brasileiro.

No início as terras foram apropriadas por empresas imobiliárias do Estado de São Paulo. No caso da região de Tangará da Serra, nas terras entre as Serras do Itapirapuã e do Parecis (parte baixa), o processo de colonização se deu principalmente através da Empresa “SITA Sociedade Comercial e Imobiliária Tupã para a Agricultura”, que adquiriu as terras diretamente do Estado ou de terceiros que já haviam adquirido do Estado, para posteriormente serem fracionadas e comercializadas.

Conforme levantamentos cartorários, encontramos registros de quatro matrículas do Município de Tangará da Serra que compõem a Comunidade Córrego das pedras, alienadas pelo Estado a terceiros privados, no período compreendido entre os anos de 1953 a 1955, com as seguintes denominações e tamanho em hectares: a) Gleba Juntinho, área com 6.021,00 ha; b) Gleba sem denominação, área com 10.000 ha; c) Gleba Boa Esperança, área com 3.972,00 ha; d) e Gleba Santa Fé, área originalmente com 5.860 ha. Nessa área, após sete anos de aquisição, foi feita uma revisão para 9.870 há.

Em relação à revisão da área identificada no item “d” acima, ampliando-a em 59,37 %, correspondente a 4.010 ha, a venda pelo Estado ocorreu em 19 de novembro de 1953 e a averbação da ampliação em 13 de abril de 1960, portanto, mais de sete anos após a primeira aquisição. Moreno (2007) já apontava para tratativas fraudulentas no interior dos órgãos de regularização fundiária do Estado de Mato Grosso, com o propósito de ampliar o quantitativo das áreas adquiridas do Estado, que já se constituíam em latifúndios. Foi uma forma de em conluio com agentes do Estado, avançar sobre as áreas devolutas do Estado.

Das quatro áreas acima, duas foram adquiridas por descendentes japoneses, fato que considero relevante. Oliveira (2012) já chamava a atenção para a presença de descendentes japoneses nas aquisições de terras do Município de Tangará da Serra no início da década de 50, incorporando uma área total adquirida por japoneses e seus descendentes de 184.531 ha.

A partir dessa situação, procurei buscar matrículas de outras regiões do Município, onde foi identificada a Gleba Pitanga, área com 6.091,00 ha e a Gleba São Paulino, área com 6.221 ha, adquiridas do Estado de Mato Grosso por japoneses ou seus descendentes, nos anos de 1954 e 1952, respectivamente.

Relata Oliveira (2012) que Kubo Sakuyoshi, agrimensor paranaense veio para a região de Tangará da Serra em 1956 para conferir e marcar as terras adquiridas pelos japoneses. Na ocasião, entrou em conflito com posseiros, que em emboscada no vizinho Município de Nova Olímpia, quando o mesmo retornava para o Estado do Paraná, foi assassinado.

O assassinato premeditado do primeiro japonês a que sem tem notícia de ter colocado os pés na terra dos tangarás, pode ter desestimulado a migração japonesa para a região, que em função do risco, acabaram por vender suas posses a preço vil ou abandoná-las, abrindo espaços para muitos litígios por posse e propriedade de terras.

Desde a origem, a ocupação do território do Município no baixo parecis não foi tranquilo. A grilagem e os litígios por disputas de terras, até com mortes, fez parte do processo de colonização.

Muitos sitiantes, migraram do centro-sul em direção ao norte, no período da abertura da fronteira agrícola da região de Tangará da Serra. Das famílias migrantes do interior de São Paulo e Minas Gerais para a região de Tangará da Serra, muitas são advindas dos desalojamentos das lavouras de café, possuidoras de pequenas propriedades ou que tocavam roças como meeiros ou arrendatários.

Os primeiros migrantes que ocuparam as terras, foram majoritariamente mineiros e paulistas, com formas de vida e características culturais em comum, visto que a ocupação do território mineiro no século XVII e XVIII se desenvolve nas regiões garimpeiras, a partir do

avanço das bandeiras, o que, pela natureza migratória e de exploração, consistia em absoluta aventura, frente aos desafios de explorar e habitar áreas inóspitas, de difícil acesso e com severas limitações alimentares, condições determinantes para a constituição do “caipira”⁶ (CANDIDO, 1982), homem adaptado às condições mais adversas de sobrevivência. É essa constituição história de formação de um tipo de povo que vai repercutir no processo migratório para Mato Grosso, particularmente na Comunidade Córrego das Pedras.

Os migrantes trouxeram consigo um aprendizado tradicional da arte de lavrar manualmente a terra crua, próprio de quem tem a trajetória de vida com vínculos históricos na terra. Era o saber-fazer, apontado por Woortmann e Woortmann (1997), que o processo de colonização demandava para a abertura das fronteiras do norte.

O trabalho era todo manual. Primeiramente derrubar a mata e roçar com machado e foice, após, queimar a roçada e implantar as lavouras brancas (arroz, milho, feijão), para posteriormente, após a colheita que era manual, implantar a lavoura de café ou pasto.

No desafio de conquistar a terra, os trabalhadores rurais eram alçados às condições sub-humanas de vida, em função de doenças próprias da floresta tropical como a malária e leishmaniose e da absoluta ausência de condições estruturais como estradas, moradia, hospital, comércio e energia elétrica, entre outros. O desafio era sobreviver em uma região inóspita.

Aquí eu plantei em 1966, na hora de colher veio a malária e eu perdi tudo, quase morremos. No outro ano, em 1967 eu não tinha nada para fazer uma roça boa, fiz uma rocinha pequena, só para o gasto. Em 1968 eu fiz uma roça melhor, uma boa roça, eu fui para Tangará fazer uma compra de mantimentos, comprei uns 25 quilos de cereais e tinha que trazer nas costas, pois eu não tinha nada para transportar. Em 1969 eu comprei duas éguas muito boas e um carrinho novo, foi uma coisa louca de boa, e eu pensei, agora vou melhorar a situação. Quando foi em 1970 já pegou outra malária, aquela que morreu muita gente. Eu tinha uns cinco alqueires de arroz plantado ali perto da igreja, baseado em uns 600 sacos de arroz. Foi o arroz madurar e a malária nos pegou, eu e a família. Fomos todos para a cidade e ficamos em um ranchinho velho por uns 30 dias. Quando eu voltei não tinha mais nada, o arroz já tinha madurado e caído, tinha apodrecido tudo. Foi eu trabalhar para os outros de novo. Foi uns oito anos de dificuldades. (Entrevista com o sitiante Senhor Arestides em outubro de 2017).

Desde a migração e ocupação da área iniciada na primeira metade da década de 60, os sítiantes conseguiram sobreviver em suas propriedades, hoje já na terceira geração. Ao longo do tempo, além do enfrentamento das intempéries, como ausência de mercado, falta de mantimentos e remédios, ausência de infraestrutura básica como transporte, moradia, energia elétrica, entre outras dificuldades, tiveram que reordenar suas práticas produtivas.

⁶ Segundo Candido (1982) o “caipira” é fruto de uma composição racial tipicamente brasileira de Bandeirantes e indígenas, com características culturais específicas. No nosso caso, fazemos a distinção somente para fins de distinguir a migração para a Comunidade Córrego das Pedras dos grupos de Minas Gerais e de São Paulo, que apresentam, em muitos aspectos, características sociais e culturais semelhantes, por serem “caipiras”.

As lavouras brancas (arroz, milho e feijão), faziam parte do processo inicial de derrubada, queimada e implantação das mesmas, para posteriormente implantar a lavoura de café, que teve seu ciclo por um prolongado período, porém, esgotou-se, em função, principalmente, das inadequações climáticas e dificuldades de comercialização.

O fim do ciclo do café exigiu novas práticas e novos saberes e, para permanecerem em suas terras, tiveram que construir alternativas de se relacionarem com a terra, construindo novos saberes. Tiveram que reordenar as práticas produtivas, adequando a produção às necessidades de comercialização na feira e tiveram que se estabelecer como feirantes. Agora, além de novas práticas produtivas, o sitiante transformara-se em comerciante, passando a vender o resultado de sua produção diretamente na feira.

A substituição da lavoura café deu-se de forma gradual. Os sítiantes foram criando e investindo em outras alternativas produtivas, à medida que foram diminuindo os cafezais. Um dos caminhos foi consorciar as produções de hortifrutigranjeiros e legumes com a pecuária de leite e corte.

Woortmann e Woortmann (1997, p. 177), já alertavam para o fato de que “[...] o saber-fazer camponês não é estático. Através de gerações ele acumula experiência e pode, em certos momentos, retomar técnicas desenvolvidas no passado [...]”. A experiência dos agricultores da Comunidade Córrego das Pedras, demonstrou a capacidade dos sítiantes de produzir novos saberes-fazer, e ampliar o conhecimento sobre a relação com a terra.

A luta por parte dos sítiantes da Comunidade Córrego das Pedras é cotidiana, sendo que ao longo do tempo, foi preciso reinventar as práticas produtivas para sobreviverem e permanecerem em seus sítios. Passaram a praticar a policultura: hortifrutigranjeiros, legumes e pecuária, associado a produção industrial artesanal dos derivados da produção e comercializarem diretamente na feira.

A trajetória dos sítiantes da Comunidade Córrego das Pedras constitui-se em uma forma de resistência, organizada a partir da realidade em que e vivem. Diante da impossibilidade de continuar a produção e reprodução das condições de vida nos locais de origem, a migração do camponês com sua família para regiões a serem colonizadas, foi a alternativa utilizada. A mudança de práticas produtivas ao longo do tempo, a nosso ver, também constituiu-se como parte da resistência. Conforme SCOTT (2002, p. 30), “o objetivo, afinal, da grande expressão da resistência camponesa não é diretamente derrubar ou transformar o sistema de dominação, mas, sobretudo, sobreviver – hoje, esta semana, esta estação – dentro dele”. Foi o que os sítiantes fizeram e estão fazendo ao longo do tempo.

Conformando com Scott (2002), não se trata de uma resistência, organizada, ideologizada, verificada em movimentos mais amplos, que tem um caráter político, mas uma resistência cotidiana, imbricada no cotidiano dos sitiantes, constitutiva de suas vidas. “[...] Podemos dizer que tais atividades são, em resumo, formas de luta quase que inteiramente voltadas para a esfera local. [...] [...] Implica apenas que essas formas de resistência são estratégias cotidianas permanentes das classes rurais subordinadas que vivem em difíceis condições”. (SCOTT, 2002, p. 24).

Foi assim a trajetória de vida dos sitiantes e suas famílias, migrantes do centro-sul brasileiro, que resistiram e permanecem em suas terras, produzindo e reproduzindo vida material e imaterial no contexto das relações sociais individual e comunitária.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise proposta levou-nos a aprofundar discussões em torno do processo de ocupação das terras mato-grossenses, com foco no Município de Tangará da Serra, na região sudoeste. O local teve o processo de colonização e ocupação tardia em função das especificidades de uma região que não comportava a exploração mineral, principal atividade que foi âncora para o processo de colonização e desenvolvimento do Estado.

Importante ressaltar que a explicitação do processo de ocupação das terras mato-grossenses, só pode ocorrer, no contexto da compreensão de um cenário macro de ocupação das terras brasileiras e da modernização do campo, particularmente no centro-sul brasileiro, importante fato gerador dos processos migratórios.

Procuramos evidenciar a relação de um cenário nacional de ocupação do campo, talhado por privilégios às elites agrárias, determinante para um modelo com base no latifúndio e suas implicações em um Estado continental, rico em produção mineral e terras férteis propícias à prática da agricultura, pecuária e extração madeireira.

Além disso, um outro aspecto apontado, foram os efeitos da política de modernização do campo implementado no centro-sul brasileiro, e seus efeitos no sudoeste do Estado de Mato Grosso, especificamente na ocupação das terras do Município de Tangará da Serra, em função das migração das regiões mineiras, paulistas e paranaenses, palco dos processos de modernização, que expulsou milhares de camponeses do campo.

Evidenciamos que a migração se transformou em um desafio, porque as famílias não tinham noção do que iriam encontrar: região inóspita, sem atividade de comércio, portanto, sem o que comprar e sem mecanismos para vender suas produções, sem infraestrutura, expostos à

trágicas doenças, enfim, sem às mínimas condições de sobrevivência humana, resistiram, conquistaram a terra e nela permanecem, tendo que ao logo do tempo, se reinventar, em função da necessidade de alteração dos mecanismos de produzir suas sobrevivências.

Por último, apontamos a trajetória de vida dos sitiantes como uma resistência cotidiana, apontada por Scott (2002), que se processa no dia, que se deu desde a migração no início da década de 60, estendendo-se por mais de 50 anos, até contemporaneamente, redescobrimo meios e formas de produção, e descobrimo o caminho da feira para a comercialização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROZO, João Carlos. **Em busca da pedra que brilha como estrela: garimpos e garimpeiros do Alto Paraguai-Diamantino**. Cuiabá: Tanta Tinta, 2007.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 6. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da mineração: memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira do metade do século XX**. Cuiabá: EDUFMT, 2006.

IBGE Cidades@. Tangará da Serra. Disponível em: www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em: 24 nov. 2106.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Classificação de imóveis rurais**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>. Acesso em: 24 de abril de 2016.

MAPA DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA. Disponível em: www.google.com.br/mapadetangaradaserra. Acesso em: 24 de abril de 2016.

MARIEN, Alfredo. **Era um poeiro**. Cuiabá: Academia Matogrossense de Letras, 2008.

MATO GROSSO MAPA. 2016. Disponível em: www.google.com.br/search?q=mapa+de+mato+grosso. Acesso em: 24 de abril de 2016.

MORENO, Gislaene. **Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla/1892/1992**. Cuiabá: EDUFMT, 2007.

OLIVEIRA, Carlos Ednei de. **História de Tangará da Serra**. Tangará da Serra: Sanches, 2012.

SCOTT, James C. **Formas cotidianas da resistência camponesa**. Tradução de Marilda A. de Menezes e Lemuel Guerra. Raízes, Campina Grande; v. 21, n. 01, p. 10-31, jan.– jun. 2002.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: UNESP, 1999.

WOORTNANN, Ellen F; WOORTMANN, Klass. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: UNB, 1997.

TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO SEMIÁRIDO NORDESTINO: CONSTRUINDO POSSIBILIDADES PARA NOVAS NARRATIVAS

Kaliane de Freitas Maia¹

Ramonildes Alves Gomes²

Resumo

O objetivo do presente artigo é analisar as transformações processuais na estrutura fundiária do sertão semiárido, observando particularmente as relações entre a grande e a pequena propriedade e, as teses clássicas que conformaram uma imagem do Nordeste como lugar do latifúndio. O diálogo com certa literatura nos desafia a problematizar as dinâmicas que levaram a fragmentação das grandes propriedades. O desafio enfrentado na escrita desse artigo decorre de um esforço de pesquisa quali-quantitativo, mais fortemente embasado em dados secundários (IBGE, INCRA), aliado ao trabalho empírico realizado na região do sertão paraibano, especificamente na microrregião da Serra do Teixeira, guiados pelas seguintes questões: Quais elementos possibilitaram a constituição da imagem do sertão semiárido como espaço do latifúndio, e da grande propriedade? Quais estratégias vinculam a grande propriedade ao aparecimento de minifúndios e pequenas propriedades apropriadas por trabalhadores livres e pobres?. Até esse momento da pesquisa pudemos constatar que a pequena agricultura no sertão é, tanto herdeira das formas de ocupação e colonização, quanto sempre existiram como um traço dessa mesma ocupação, mas que historicamente foi invisibilidade pelas narrativas dominantes.

Palavras-chave: estrutura fundiária; semiárido nordestino; mudança social

Introdução.

Refletir sobre a estrutura fundiária do semiárido nordestino implica um esforço de analisar processos de mudança relacionados à propriedade e uso da terra, como concessão, acesso e disponibilidade de recursos, exploração, abandono e desocupação. Não pretendemos analisar os processos seculares que contribuíram para a formulação de uma chave de explicação que tem como pressuposto a ocupação da terra no interior do Nordeste, ou no sertão, como resultante de uma trajetória hegemônica, de cessão de títulos, através do instituto sesmarial. Segundo esse pressuposto, uma das consequências

¹ Doutora em Sociologia, Bolsista PNPd no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UACS/CH da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: kalianemaia@yahoo.com.br

² Doutora em Sociologia, Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UACS/CH da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: rnildes@hotmail.com

dessa dinâmica de acesso à terra e de colonização foi a formação de grandes propriedades rurais, concentração de terras e de poder, emergência e fortalecimento de elites conservadoras e autoritárias e, muitas vezes, violentas, cuja expressão simbólica estaria representada na figura do coronel.

Os elementos que fundamentaram esse pressuposto encontraram amparo em textos literários, crônicas, registros de genealogias familiares, literatura de cordel, entre outros, a exemplo das obras de autores como, Euclides da Cunha, Ariano Suassuna, João Cabral de Melo Neto, André João Antonil. Os escritos destes autores se propagaram e influenciaram a construção de teses acadêmicas em diferentes campos disciplinares, tendo como expoentes, estudiosos como: Capistrano de Abreu, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Manuel Correia de Andrade, Alberto Passos Guimarães, entre outros.

Nunes (2016) assinala que as descrições inspiradas nessas teses podem ser sumarizadas em dois grandes blocos de narrativas. Um deles, com forte apelo nos historiadores de família, chegando a influenciar inclusive o IBGE, quando da produção da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, ao associar origem/povoamento/colonização à figura de um senhor sesmeiro que seria o responsável pela origem de uma freguesia, um povoado, uma vila.

Outro conjunto de narrativas está embasado em argumentos de pesquisadores que se debruçaram sobre o sertão semiárido e que explicam o processo de ocupação pela ação do sesmeiro, explorador, que escravizou e exterminou as populações indígenas e, posteriormente os negros vindos da África, para ao final reforçar um processo de concentração da terra, exploração de mão de obra, concentração de poder político, tudo isso evidentemente agravado e favorecido pelo flagelo da seca (NUNES, 2016). A influência dessa narrativa pode ser identificada nos escritos de Guillermo Palacios (2004), Francisco de Oliveira (1981), Celso Furtado (2007) e Alberto Passos Guimarães (1977) e Marcel Bursztyn (1985).

Sem negar o valor das explicações que tomaram como fundamento essas narrativas, nesse artigo temos como objetivo, perceber e analisar as transformações na estrutura fundiária do semiárido nordestino, especificamente no sertão paraibano, bem como as conexões destas com a presença da pequena propriedade, tendo como base, dados obtidos através de pesquisa de campo e em bancos de dados secundários (SIDRA/IBGE), desenvolveremos reflexões a partir da problematização das seguintes indagações: Quais elementos possibilitaram a constituição da imagem do sertão semiárido como espaço do

latifúndio, e da grande propriedade? e, Que condições históricas e econômicas contribuíram para intensificar o processo de desestruturação das grandes propriedades?

Como já o dissemos, a metodologia adotada se apoiou em dados quantitativos, a partir de fontes secundárias - Censo Agrícola de 1960 e os Censos Agropecuários de 1970,1975,1980,1985, 1995/96 e 2006. Mais também em narrativas, obtidas com uso de entrevistas semi-estruturadas, realizadas com pequenos proprietários e gestores públicos de diferentes municípios do estado da Paraíba, tendo como recorte prioritário municípios da microrregião da Serra do Teixeira, a coleta dos dados secundários foi a década de 1960, já a delimitação espacial para as análises micro foi o sertão paraibano. Estas escolhas se justificam por tratar-se de uma região onde a pequena propriedade, atualmente dominada pela presença da agricultura familiar é dominante na Paraíba. A partir dos dados dos censos, agrícola e agropecuários, do IBGE verifica-se que no sertão paraibano e em algumas das suas microrregiões, especificamente a microrregião da Serra do Teixeira, está havendo processos de transformações fundiária, social e econômica desde meados da década de 1960, processos que certamente tiveram início muito antes, mas que ainda não analisamos os dados que possibilitem fazer afirmações.

Traçamos como fio condutor para desenvolver esse artigo a hipótese de que em determinadas áreas do Nordeste semiárido o processo de fragmentação da grande propriedade teria ocorrido ainda no século XIX. Assim como demonstrou Nunes (2016) o processo de ocupação do sertão nordestino se deu de forma contínua e incompleta, ocorreram processos de abertura e fechamento de fronteiras, promovidos primeiramente pela introdução da atividade pecuária de forma extensiva, a qual subsidiava a alimentação das áreas de plantation; pela expansão da cotonicultura ao longo do século XIX, em consórcio com a criação de gado e a constituição de novos grupos de proprietários, assim como a conversão de uns grupos sociais em outros (cultivadores livres e pobres, bem como tropeiros e almocreves) em proprietários, possibilitando ascensão e mobilidade social. Tal como aconteceu em áreas como o Cariri cearense, o Pajeú pernambucano e os Sertões da Borborema; outra possibilidade ainda consistiria no fato de certas áreas terem sido privilegiadas com uma topografia que favorecera a criação de esconderijos para escravos fugidos e alforriados, a exemplo dos quilombos, ou povoados longínquos marcados pela presença de negros. Essas hipóteses criaram um campo de possibilidades favorável à pequena propriedade (sítios, vilarejos, povoados), pequenas unidades, hoje reconhecidas como agricultura de familiar.

1. Das teses clássicas ao não dito sobre a estrutura fundiária no Sertão semiárido

O caráter marcadamente assimétrico de distribuição de terras no semiárido nordestino e o vagaroso processo de desconcentração destas, permite que alguns estudiosos, continuem a definir esse espaço como lugar do latifúndio e da tradição. Todavia queremos ressaltar que a grande propriedade não parece ser mais o elemento estruturante fundamental que organiza as relações sociais nesta região. É importante reconhecer também que ela não desapareceu e que, em certas regiões, resiste como elemento definidor de sua paisagem fundiária, mesmo após três décadas da chamada crise do sistema latifúndio/algodão/pecuária/moradia.

Através da pesquisa que estamos realizando na microrregião da Serra do Teixeira, sertão paraibano, podemos inferir que nessa região houve uma tendência diferenciada da que aconteceu em outros sertões nordestinos, onde prevaleciam grandes propriedades e o sistema latifundiário responsável pela tríade algodão/pecuária/moradia. Desde tempos remotos encontra-se na Serra do Teixeira, pequenos agrupamentos de moradores que cultivavam a terra e que detinham a posse de pequenas áreas, produzindo e morando em suas próprias terras. A partir de algumas narrativas, ficou evidenciado que, o sistema de moradia, o qual sempre alimentou o latifúndio, não foi predominante nessa região. Com essa afirmativa não queremos negar sua existência e importância em outras regiões do semiárido, mas, apenas alertar que o sistema latifúndio/pecuária/moradia não teve predominância em todos os sertões nordestinos como afirmam algumas teses clássicas das ciências sociais (ABREU, 1976; ANDRADE, 1986; FURTADO, 2007).

Quando nos referimos às teses clássicas, ressaltamos as narrativas sobre o Nordeste que trataram dos processos de colonização, ocupação e suas respectivas interpretações dos sistemas sociais e econômicos, acostados na chave analítica que define esse espaço como lugar do latifúndio pecuarista, fazendo referência a concessão de terras através do sistema sesmarial (Capistrano de Andrade, Manuel Correia de Andrade e Caio Prado Junior). Francisco de Oliveira (1981) também conformou suas análises sobre o Nordeste nessa mesma chave, embora tenha dado mais atenção ao tripé latifúndio/algodão/pecuária e a conformação de uma nova elite agrária, chamada por ele de coronéis do algodão.

Para Oliveira (1981), o sertão nordestino foi emoldurado em oposição à região litorânea, baseada na *plantation*. Esse outro Nordeste, que foi constituído em finais do século XIX e início do século XX, assentava suas bases sociais e econômicas em torno

da cultura do algodão em consórcio com a pecuária. Sistema que consolidou o controle político do Nordeste nos latifundiários, nos coronéis da pecuária e não mais nas mãos da elite açucareira do “velho Nordeste”.

Enquanto o Nordeste “açucareiro” semiburguês tinha sua expansão cortada pela simbiose dialética da constituição de outra “região” com o capital internacional, um outro Nordeste emergia gradualmente, submetido e reiterado pelas mesmas leis de determinação de sua relação com o capital internacional: o Nordeste “algodoeiro-pecuário”. A imagem do Nordeste, que as crônicas dos viajantes de fins do Século XVIII e princípios do Século XIX descreveram em termos da opulência dos “barões” do açúcar, e que depois iria inspirar a nostálgica pseudosociologia de Gilberto Freyre, começou a ser substituída pela imagem do Nordeste dos latifundiários do sertão, dos “coronéis”; imagem rústica, pobre, contrastando com as dos salões e saraus do Nordeste “açucareiro” (OLIVEIRA, 1981, p.35).

Oliveira (1981) chama atenção para a reprodução e expansão da estrutura fundiária e sua consolidação em latifúndios, que perduram segundo sua análise, até praticamente a década de 1950 do século XX. Compartilho com Nunes (2016) da crítica que ele elabora sobre a análise de Oliveira (1981), de que houve um esforço na tentativa de fugir a tese dualista e reinterpretar os processos sociais do interior do Nordeste pelo viés do avanço do capitalismo, todavia não obteve êxito, por manter as velhas teses latifundistas formuladas no passado, impossibilitando-o de reconhecer processos históricos de desconcentração fundiária e a emergência de outros grupos sociais que despontaram com o advento da produção do algodão e que permitiram o redesenho do processo de ocupação do semiárido que fuja a tese do sesmarialismo. “Nem refletiu sobre a origem social diversificada da elite agrária sertaneja do século XX” (NUNES, 2016: p.86).

Posteriormente a essa literatura, reconhecida e veiculada, a respeito do Nordeste, poucos esforços analíticos foram empreendidos para entender as lógicas e o sistema social que imperava nos vilarejos e regiões interioranas do Nordeste. Partindo dessa premissa, o nosso intuito é refletir sobre a pequena propriedade no semiárido a partir de duas perspectivas. De um lado, recuperando os dados da estrutura fundiária do estado da Paraíba, da mesorregião do sertão paraibano e da microrregião da Serra do Teixeira, através da análise de dados quantitativos disponibilizados pela plataforma do IBGE, através dos censos agrícolas e agropecuários desde a década de 1960 até o último censo em 2006. E de outro lado, observando a presença dos pequenos estabelecimentos rurais na microrregião da Serra do Teixeira, com maior predisposição para atividade agrícola diversificada, e menor ocorrência da pecuária, provavelmente determinada pela

localização, já que a maior parte da microrregião corresponde a um conjunto de serras com declive muito íngreme, cujo o relevo é muito acidentado e com fortes ondulações, dificultando uma maior expansão da pecuária extensiva e a utilização de máquinas e tratores, em geral indispensáveis para a agricultura intensiva.

Mario Lacerda de Melo (1958/2012) já tinha descrito a região do Pajeú pernambucano e da Serra do Teixeira (sertão paraibano), ambas localizadas nos sertões da Borborema³, áreas consideradas mais úmidas e que apresentam o predomínio de pequenas propriedades e atividades agrícolas mais diversificadas, diferente da outra metade do sertão seco. Segundo o autor, a região da Serra do Teixeira caracterizava-se por um tipo de sociedade rural e uma estrutura agrária e econômica que as distinguem das regiões de pastoreio extensivo das caatingas, ou seja, dos Sertões dos Cariris Velhos e do Sertão do Piranhas (MELO, 1958/2012). Todavia esse fato ficou obnubilado durante várias décadas dos séculos XIX e XX.

Sem muitos detalhes, e sem constatação empírica, Moreira e Targino (1997) já haviam apurado em estudos anteriores, as tendências - da fragmentação de terras e do predomínio da atividade agrícola - quando escreveram a obra “Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba”, segundo os autores

Merece destaque a maior concentração da produção alimentar nas áreas de exceção, como os brejos de altitude existentes no Sertão, a exemplo de Monte Horebe, Bonito de Santa Fé, Teixeira. Nessas manchas verdes, houve uma maior concentração da produção e da população, bem como um padrão de distribuição de terras menos concentrado do que nas demais áreas sertanejas (MOREIRA e TARGINO, 1997, p.78).

Mesmo com essa diferenciação em relação as outras áreas sertanejas, a microrregião da Serra de Teixeira ficou factualmente conhecida pela preeminência da agricultura de ciclos (algodão, sisal, feijão, milho etc), associada à pecuária extensiva. Atuando como atividade de suporte, a pecuária não sai de cena com o declínio do algodão e/ou do sisal, contudo esta não mantém os mesmos tipos de relações de trabalho, ou seja,

³ Neste artigo, estamos usando a expressão “Sertões da Borborema” referindo-se às áreas montanhosas localizadas na divisa entre os estados de Pernambuco e Paraíba. Nesta região, estão os pontos mais elevados destes estados: o Pico do Papagaio, em Triunfo (PE), com 1260 m e o Pico do Jabre, em Maturéia (PB), com 1.197 m. Nunes (2016) em sua tese de doutorado utilizou como foco empírico do seu trabalho os “Sertões da Borborema” localidades que compreende as microrregiões do Pajeú (PE), Cariri Ocidental (PB), Serra do Teixeira (PB) e Sertão do Moxotó (PE) - áreas situadas nas divisas entre os estados de Pernambuco e Paraíba, encravadas no Planalto da Borborema, escolhidas devido às proximidades e similaridades não só geográfica, edafo-climáticas e fundiárias, mas principalmente, pelas ramificações genealógicas e políticas que ultrapassam esses limites administrativos.

o sistema de morada predominante nas grandes propriedades. Isso não quer dizer que não existisse nessa microrregião grandes propriedades e famílias proprietárias de terras e de poder político, porém estas não eram expressivas se comparadas a quantidade de pequenos estabelecimentos agrícolas.

Como já dito, a concentração fundiária ainda se constitui em uma narrativa dominante na descrição do Nordeste brasileiro, contudo é necessário problematizar essa narrativa e afirmar que há vários sertões semiáridos, identificados a partir de dinâmicas de colonização e povoamento diferenciados e formas de mobilização sociais, produtivas e econômicas variadas. E não uma única narrativa, contada em torno do mito sesmarial e de suas fazendas de gado, fazendo referência aos grandes latifúndios, o que de certa forma, ainda inspira estudos acadêmicos e perdura como chave explicativa. Todavia, buscaremos demonstrar na pesquisa que está em curso que, talvez não faça mais sentido explicar os lugares sociais de diversas áreas sertanejas através do predomínio do latifúndio.

Para esse artigo estamos considerando apenas os dados da estrutura fundiária do Nordeste para tentar entender as mudanças que aconteceram e que ainda estão em curso. De todo modo, os números do censo agropecuário 2006, revelam que um total de 2.454.060 estabelecimentos agropecuários, dos quais 87,57% medem até 100ha, todavia só representa 31,40% da área recenseada. No entanto, o número de estabelecimentos com mais de 500ha expressa apenas 0,84%, porém corresponde a 41,78% da área cadastrada e os estabelecimentos produtivos que medem entre 100ha e 500ha somam 4,20%, equivalendo aos outros 26,82% da área mapeada pelo IBGE. Ao somarmos os valores referentes ao número de estabelecimentos sentimos a falta de 7,39% deles, os quais foram identificados pela metodologia do IBGE como produtores sem área, entendemos que este contingente de produtores, ao responderem o questionário do IBGE relataram que não dependiam de uma área específica e produziam em áreas de terceiros, não possuindo a posse das terras, como por exemplo, produtores de mel, produtores em leitos de rios, produtores em faixa de proteção ou acostamento de estradas, atividades de extração, coleta ou apanha de produtos obtidos em matas naturais (IBGE, 2009).

Os dados não deixam dúvidas de que a estrutura fundiária do Nordeste continua concentrada ainda no século XX, embora outras regiões interioranas tenham passado por processos de desconcentração no passado e algumas, ainda experimentam processos de fragmentação da propriedade ao longo do século XX, os quais têm como consequência a emergência de novas e diversificadas dinâmicas sociais, econômicas e produtivas, parte

destas impulsionadas e/ou dependentes da retomada do papel do movimento sindical após o final da ditadura militar (FAVARETO, 2006; PICOLOTTO, 2014), do desempenho do Estado e das políticas públicas voltadas para à agricultura familiar (GRISA, 2012; GRISA e SCHNEIDER, 2015).

Tomando como exemplo a estrutura fundiária do estado da Paraíba, em uma comparação temporal entre o censo agrícola de 1960 e os censos agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/1996 e 2006, e com base na tipologia adotada pelo IBGE – Grupo de Área Total -, optamos pela construção dos seguintes estratos, os quais foram categorizados⁴ como, 0,1 a menos de 100ha (pequena propriedade); 100ha à menos de 500ha (média propriedade); 500ha à mais ha (grande propriedade).

Observa-se que a estrutura fundiária da Paraíba foi palco de processos de desconcentração ao longo do século XIX e continua passando por transformações ao longo das últimas décadas, espaço temporal que optamos por trabalhar nesse artigo. Fazendo uma comparação entre os Censos⁵ de 1960 e 2006, a área dos estabelecimentos que medem até 100ha passou por uma mudança substancial de 34% para 39%, esse aumento percentual de 5% da área, ao longo de cinco décadas se torna expressivo e relevante para análise dos processos de fragmentação da propriedade. Ao confrontar esse estrato (pequenos estabelecimentos) com os médios e grandes estabelecimentos, constatamos que o aumento das áreas que medem até 100ha, foi resultado do esfacelamento de grandes extensões de terras, já que o estrato dos estabelecimentos que medem acima de 500ha diminuiu 6% (Ver Gráfico I).

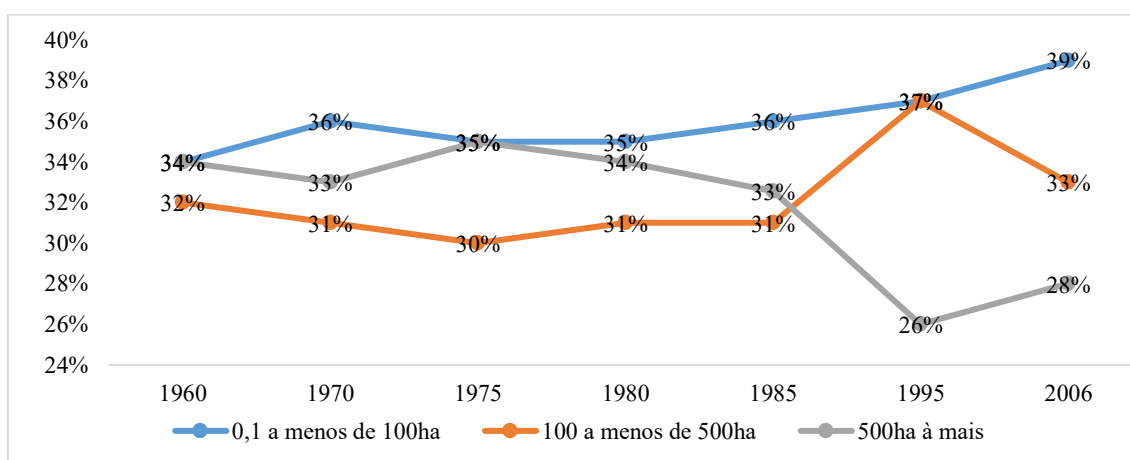
Esse duplo movimento, da conformação da estrutura fundiária, observado na Paraíba pode ser uma consequência de variados processos, tais como: a) A crise do sistema latifúndio/pecuária/algodão na década de 1980 e início dos anos 1990, que

⁴ Escolhemos trabalhar com a base de dados do IBGE e com a tabela denominada “Grupo de área total”, todavia a partir das tabelas do IBGE reagrupamos os estratos que medem de 0,1 a menos de 100ha; 100ha à menos de 500ha; 500ha à mais ha. Como queríamos fazer uma comparação temporal entre vários censos, e a base de dados não dispunha dessa tabela em todos os censos em questão, mas apenas no censo de 2006, resolvemos assim, elaborar nossa tabela de dados pensando de forma que aproximasse esses estratos a tipologia de módulos rurais utilizada pelo INCRA. Optamos por essa metodologia para que pudéssemos comparar os dados das unidades federativas desde a década de 1960 até 2006, para assim uniformizar uma medida para todas as variáveis.

⁵ O primeiro recenseamento da agricultura no Brasil foi realizado em 1920, foi denominado de Censo agrícola. Depois foi realizado os censos em 1940, 1950 e 1960, também denominados de censos agrícolas. Os cadastros posteriores passaram a se chamar censos agropecuários e foram realizados em 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/1996 e 2006. A cada realização de coletas novos procedimentos iam sendo incorporados para assim abranger todas as atividades agropecuárias desenvolvidas no país.

inviabilizou economicamente a manutenção da grande propriedade, levando os proprietários a se desfazerem de suas terras, facilitando o fracionamento e o subsequente processo de compra por pequenos proprietários e trabalhadores rurais que não possuíam terras; b) Decorrente do item anterior é possível assinalar também a emergência de um mercado de terras, que facilitou a venda e a compra, seja por causa do baixo preço da terra, seja por causa da fraca condição do solo, seja ainda, pela ausência de recursos hídricos; c) Fracionamento e a divisão por sucessão e herança; d) Absenteísmo e as desapropriações para fins de reforma agrária, instigados pela obstinação dos movimentos sociais a partir da luta e resistência dos trabalhadores rurais sem terra; e) Emergência das políticas públicas e a criação do PRONAF na segunda metade da década de 1990, com o intuito de promover o desenvolvimento da agricultura familiar.

Gráfico 1 - Grupo de área total nos censos de 1960 a 2006 - Paraíba



Fonte: Censo Agrícola de 1960 e censo agropecuário de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/1996 e 2006

Outro aspecto que queremos enfatizar através do gráfico 1 é a relação existente entre as médias e grandes propriedades, como se elas caminhassem juntas, uma dando sustentação a outra. Os proprietários que estão nesses dois estratos adotam estratégias e ações equivalentes. Na maioria das vezes, esses correspondem a proprietários mais independentes em relação ao crédito, a investimentos e inovação tecnológica e a empreendedorismos. Ao mesmo tempo, se optam pelo crédito, esse é facilitado devido a suas relações econômicas e sociais com as agências financiadoras. Outro ponto que alicerça e preserva a junção desses dois estratos de proprietários, como um dando suporte ao outro, é a questão econômica, como observado em (MAIA, 2013), a maioria desses proprietários possuem outras profissões e rendas extras, não vivendo apenas da

exploração das atividades produtivas, na maioria dos casos, esses proprietários são comerciantes, juizes, médicos e funcionários públicos, atividades essas, que dão suporte e manutenção as atividades desempenhadas na propriedade.

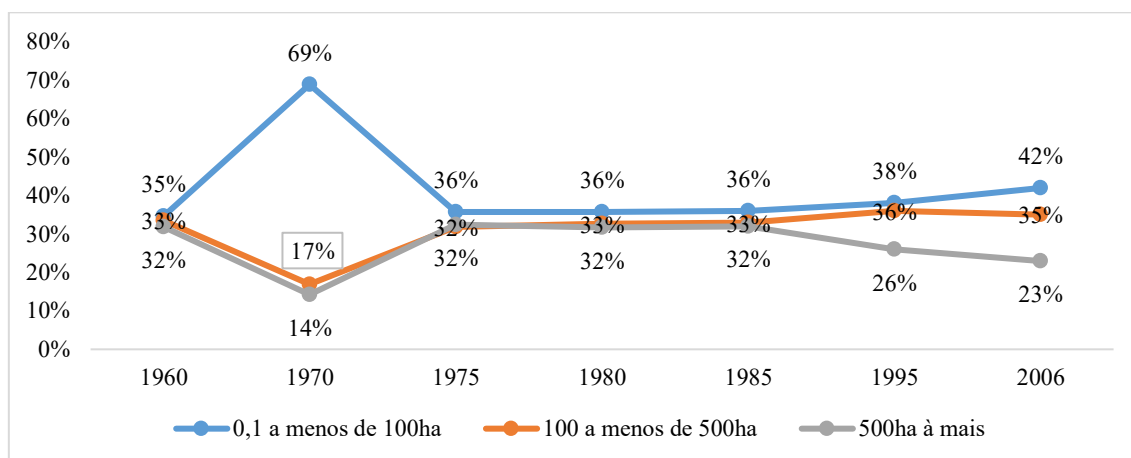
O Sertão Paraibano corresponde a uma das 4 mesorregiões do Estado da Paraíba, possui uma área de 22.720,482 Km², equivalente a 40,01% do território estadual. É formado por sete microrregiões (Catolé do Rocha, Cajazeiras, Sousa, Patos Piancó, Itaporanga e Serra de Teixeira) e 83 municípios agrupados. A motivação econômica e social do sertão foi uma combinação pecuária/algodão/culturas alimentares, tripé que marcou a organização do espaço agrário sertanejo na Paraíba, mas não o único. Identificamos diversos processos de povoamento, os quais já mencionamos anteriormente. A mesorregião do sertão paraibano é a que mais concentra propriedades com até 100ha, as quais estamos considerando pequenas propriedades. Com exceção das microrregiões de Patos e Catolé do Rocha, os dados do último censo agropecuário revelam que, em muitas localidades, mais da metade da área agrícola total já é ocupada por pequenos estabelecimentos rurais. Nas microrregiões do sertão paraibano, temos como exemplos desta tendência, com mais de 50% da área ocupada por pequenas propriedades, as microrregiões de Cajazeiras, Serra de Teixeira, Itaporanga, Sousa e Piancó. Esses indicadores parecem apontar para uma estabilização ou melhoria no padrão da posse da terra no Estado.

Para a mesorregião do Sertão Paraibano (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**), os dados, acerca da estrutura fundiária revelam que há uma maior fragmentação das terras se comparado ao Estado da Paraíba. Através da elaboração dessa série histórica podemos inferir que, com exceção do censo agropecuário de 1970, houve uma distorção dos dados, talvez por mudança na metodologia de captação, ou por uma fissura na formatação dos dados, registramos uma inflexão de 69% das propriedades que medem até 100ha na mesorregião do sertão paraibano e um índice de apenas 14% da área dos estabelecimentos que medem acima de 500ha. Devido a esse desacerto dos dados, os quais não encontramos evidências no campo empírico que justificassem tal discrepância, para efeito de análise decidimos considerar a partir do censo de 1975.

Então, como podemos visualizar no gráfico 2, os estabelecimentos que possuem até 100ha tiveram uma evolução progressiva e nos últimos dois censos agropecuários registrou-se uma alteração gradativa, representando no último censo (2006), uma fatia de 42% da área dos estabelecimentos rurais da região. Uma das hipóteses para explicar o avanço na fragmentação da estrutura fundiária sertaneja foi a incorporação de novas

formas de acesso à terra, especialmente a partir da lei da agricultura familiar e da política nacional de crédito fundiário.

Gráfico 2 - Grupo de área total nos censos de 1960 a 2006 - Mesorregião do Sertão Paraibano



Fonte: Censo Agrícola de 1960 e censo agropecuário de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/1996 e 2006

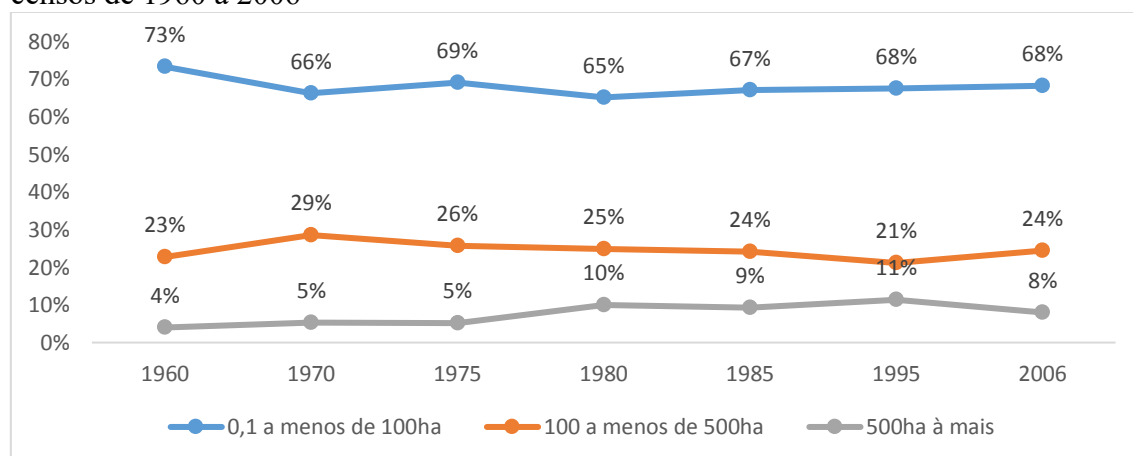
Ainda olhando para a série histórica que integra o mosaico da composição fundiária do sertão paraibano, ao tempo que se observa o aumento das áreas que medem até 100ha, verifica-se um declínio da área dos estabelecimentos que medem acima de 500ha, particularmente a partir do censo agropecuário de 1985, passando pelo censo de 1995/1996 e revelando seu ápice no censo de 2006. Buscando explicações para esse fato, sustentamos a hipótese que isso se deva a questões fundamentais para se compreender o processo de fragmentação da estrutura fundiária do sertão semiárido paraibano. Primeiro, a desestruturação do sistema algodão/pecuária/moradia desencadeado na década de 1980, que implicou numa sequência de fatores – políticos, econômicos e sociais - que desmobilizou alguns projetos da grande propriedade sertaneja, provocando o absentismo, o aumento dos contratos de parceria, ou mesmo a disposição para a venda de grandes propriedades rurais. Frente a crise agrícola e tendo que quitar dívidas constituídas no período áureo, se sentiram desamparados pelo Estado, não encontrando alternativas viáveis para sustentarem suas propriedades economicamente, daí colocaram à disposição do mercado de terras.

Observando a Microrregião da Serra do Teixeira (Gráfico 3) os dados apontam para uma regularidade relacionada aos estabelecimentos que medem até 100ha, assinalando um pequeno declínio das pequenas propriedades recenseadas entre 1960 e 2006. Uma simetria entre as médias propriedades e uma ascensão dos estabelecimentos que medem

mais de 500ha. Uma das nossas hipóteses para esse acréscimo no número de propriedades acima de 500ha, se deve a provável compra de terras em períodos pós desestruturação do sistema latifúndio/moradia, entre as décadas de 1980 e 1990, quando o preço da terra possivelmente teria declinado propiciando a compra para os que quisessem investir. Todavia esses 7% que correspondem as propriedades com mais de 500ha se limitam a 21 estabelecimentos agropecuários em toda a microrregião da Serra do Teixeira. Mesmo com esse pequeno aumento no número de propriedades que medem mais de 500ha, a microrregião da Serra do Teixeira é a área que registra o maior número de pequenos estabelecimentos agropecuários e o menor número de grandes propriedades em todo o sertão paraibano, corroborando para a construção da narrativa de que em determinadas regiões do semiárido nordestino, desde a década de 1960 e, talvez, até mesmo muito antes venha acontecendo uma fragmentação da estrutura fundiária.

Comparando os dados do Censo Agrícola de 1960 com os do Censo Agropecuário de 2006 observa-se que a estrutura fundiária da microrregião da Serra do Teixeira continuou apresentando uma tendência para a fragmentação das terras, conseqüentemente para a permanência de pequenas propriedades do tipo minifúndios.

Gráfico 3 – Comparação da estrutura fundiária da Microrregião da Serra do Teixeira nos censos de 1960 a 2006



Fonte: Censo Agrícola de 1960 e censo agropecuário de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/1996 e 2006

Segundo relatos de agricultores, que como eles mesmos dizem “nasceram e se criaram” nessa microrregião, a grande propriedade nunca foi característica dominante na paisagem de alguns municípios, sendo a sucessão de terras entre descendentes de um mesmo grupo familiar a forma mais comum de minifundização e da origem das chamadas pequenas propriedades familiares.

A narrativa mais recorrente para justificar este processo é a sucessão de terras, sendo as grandes propriedades subdivididas e passadas como herança de uma geração para outra, assim como, a compra e a venda de terras entre familiares para reagrupar parcelas anteriormente divididas. Ainda sem elementos que assegurem a confirmação dessas hipóteses o fato é que a agricultura familiar está fortemente presente na região e se diversifica abrindo possibilidades para a experimentação de diferentes estratégias produtivas. Fato que se confirmou na pesquisa empírica, quando nos deparamos com perfis diversos de agricultores familiares, os quais adotam variadas estratégias de produção, aspecto que iremos aprofundar mais a frente.

Considerações finais

Nossa pretensão com este artigo, a partir da pesquisa empírica, foi problematizar dados secundários para analisar as conexões entre a dinâmica da estrutura fundiária e a emergência da agricultura familiar no semiárido nordestino. Despidos do interesse de produzir relações causais constatamos que a tendência a fragmentação das terras nessa região que estamos chamando de sertões da Borborema vem de longa data. Lançamos algumas hipóteses para esclarecer a composição da estrutura fundiária e a permanência e resistência da pequena propriedade, posteriormente reconhecida como agricultura familiar, como estratégia para tecer um fio condutor para o aprofundamento dos achados de pesquisas.

Reconhecemos para à guisa de conclusão que na primeira metade do século XX, nas microrregiões pesquisadas, as ideias-unidade que imputam ao latifúndio, à concentração da terra, ao sistema de moradia e as secas como causas para a pobreza rural e para as desigualdades, entre o sertão interiorano e outras regiões centrais do semiárido nordestino, não devem ser generalizadas, conformando uma imagem, sem possibilidades de contestação quando se trata de descrever e analisar o sertão. A pequena propriedade, tida como unidade camponesa e, atualmente como agricultura familiar, resistiu e se fez como grupo social, antes mesmo do seu reconhecimento político pelo Estado, por estudiosos e formuladores de políticas.

A partir do observado reafirmamos a importância da continuidade das pesquisas no Nordeste semiárido, em particular no sertão, uma vez que se os dados censitários foram indispensáveis para demonstrar que a grande propriedade e o latifúndio de origem sesmarial, em certas regiões do semiárido nordestino não sobreviveu mais que dois

séculos, assim como conviveu e suportou a presença da pequena propriedade desde a colonização, hipótese que ainda está por ser investigada.

Referências

- ABREU, J. C. **Capítulos de história colonial: 1500 – 1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília, INL, 1976. 258 p.
- ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste**: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986. 239 p.
- BURSZTYN, M. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1985. 177 p.
- FAVARETO, A. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 62, p. 27-44, out. 2006.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: companhia das letras, 2007. 351 p.
- FURTADO, C. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. 2. ed. Recife: SUDENE, 1967.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**: produção e institucionalização das ideias. 2012. 280 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- GRISA, C. e S. SCHNEIDER. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. Em: Grisa, C. e S. Schneider. (orgs.) **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Editora da UFRGS. Porto Alegre. 2015.
- IBGE. **Censo Agrícola 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.
- _____. **Censo Agropecuário 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.
- _____. **Censo Agropecuário 1975**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.
- _____. **Censo Agropecuário 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.
- _____. **Censo Agropecuário 1985**. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.
- _____. **Censo Agropecuário 1995/1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.
- _____. **Censo Agropecuário 2006**. Agricultura Familiar. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Brasília/Rio de Janeiro: MDA/MPOG, 2009.
- LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Record, 1993. 432 p.
- MAIA, K. F. **O “Agronegócio sertanejo”**: (re)pecuarização e grande propriedade rural na Microrregião de Catolé do Rocha (PB), Semiárido nordestino. 219f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2013.

MARTINS, J.S. (Org.) **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. 2^a ed. São Paulo, Hucitec, 1986.

MELO, Mario Lacerda de. **Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba**. 2^a ed. Recife: CEPE, 1958/2012.

MOREIRA, E. e TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, 1996.

NUNES, A. M. B. **Currais, cangalhas e vapores: dinâmicas de fronteira e conformação das estruturas social e fundiária nos “Sertões da Borborema” (1780-1920)**. 429f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2016.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamentos e conflito de classes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 137p.

PALACIOS, G. **Campesinato e escravidão no Brasil – agricultores livres e pobres na capitania de Pernambuco (1700-1817)**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, 380 p.

PICOLOTTO, E. L. A formação de um sindicalismo de agricultores familiares no Sul do Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, n. 35, p. 204-236, jan./abr. 2014.

SILVA, M. S. **Trabalhadores-migrantes nos canaviais paulistas: sociabilidades, condições de trabalho e formas de resistência!** 321f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2012.

SOUSA, R. B. e TARGINO, I. **Perfil Da Produção Familiar Rural Na Paraíba**. XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. In: **O mundo rural como um espaço de vida**. Porto Alegre: EUFRGS, p.185-200. 2009.

POPULAÇÕES TRADICIONAIS, RESISTÊNCIA E TERRITÓRIO: UM ESTUDO DA EXPERIÊNCIA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA SANTO ANTONIO DOS PRETOS

Khety Elane Holanda de Oliveira¹
Maycom Douglas Ferreira do Nascimento²

Resumo

Este artigo se propõe fazer uma reflexão dos fatores de resistência camponesa na comunidade quilombola Santo Antonio dos Pretos, localizada no município de Codó – MA. A resistência quilombola refere-se a ações coletivas de mobilização que buscam preservar a herança simbólica e territorial que foram expressas pelos formadores de quilombos mesmo sobre constantes ameaças e agressões físicas tendo como marco inicial o século XVI. O estudo é resultado da monografia defendida no curso de Licenciatura Plena em Ciências Agrárias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPA) do Maranhão.

Palavras-chave: Populações tradicionais; Resistência e Território

INTRODUÇÃO

A formação de quilombos foi à maneira mais propícia para garantir a estabilidade social dos negros que buscavam se libertar da exploração física e das péssimas condições de vida que a escravidão acarretava. A partir disso, podemos compreender um conceito de território que de acordo com Haesbaert (2004, p. 78) “compõe de forma indissociável a reprodução de grupos sociais, no sentido de que as relações sociais são espaciais ou geograficamente mediadas”.

Em relação às condições geográficas que influenciavam na formação de quilombos Fiabani (2005, p. 253) comenta que um “território com relevo favorável - densas matas, presença de rios, montanhas escarpadas, pântanos e mangues – facilitava o

¹ Graduada em Ciências Agrárias, Especialista em Extensão Rural, Sistemas Agroalimentares e Ações em Desenvolvimento na UFPA, Mestranda em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (INEAF/UFPA/EMBRAPA), khetyholiveira@gmail.com

² Graduando em Pedagogia, Universidade do Estado do Pará (UEPA), Bolsista de Iniciação Científica do CNPQ, Membro do Grupo de Estudos Interdisciplinares em Biodiversidade, Sociedade e Educação na Amazônia (BioSE/UFPA) maycomuepa@gmail.com

estabelecimento e a estabilidade de um quilombo dificultando sua identificação-repressão”.

Buscando promover a identificação de fatores de resistência quilombola, enfocamos neste trabalho a comunidade remanescente de quilombo Santo Antônio dos Pretos, localizada na zona rural do município de Codó no Estado do Maranhão, que é composta por aproximadamente 196 famílias (G1, 2012).

O artigo está dividido em três sessões temáticas, além desta breve introdução e das considerações finais. Na primeira sessão abordamos as dificuldades que vivenciam as populações tradicionais em território nacional em relação a ausência da demarcação de terras, aos conflitos sociais etc. No segundo momento, discorremos sobre a importância e o significado do território quilombola para obtenção dos recursos naturais, da manutenção dos modos de vida, dentre outras coisas. Na última sessão discutimos as políticas públicas para as comunidades remanescente de quilombos, tendo como foco delimitante a Constituição Federal de 1988 e seus mecanismos para reforçar a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a atuação da Fundação Cultural Palmares junto às comunidades quilombolas

1. POPULAÇÕES TRADICIONAIS E AS DIFICULDADES QUE VIVENCIAM

Podemos perceber as dificuldades enfrentadas por populações tradicionais para obter direito de posse dos seus territórios através das contribuições de Martins (1981, p. 16) em seu trabalho intitulado “Os Camponeses e a Política no Brasil”. O autor aponta que ao buscar a titulação das terras onde residem e realizam seus cultivos e criações, as populações camponesas, muitas vezes se tornam alvo de “reações de classe”: agressões e violências, ou tentativas de aliciamento, de acomodação, de subordinação”.

Ainda que estejam se expondo a séries de dificuldades que envolvem atos violentos, Oliveira (2001) coloca que a população camponesa luta para se manter no campo, de onde, mesmo com incentivos insuficientes por parte dos órgãos governamentais, ainda fornecem a maioria dos alimentos essenciais à sociedade e com uma diversidade que supera a importância dos grandes projetos de monoculturas.

Muitas das populações camponesas favorecem toda a sociedade quando assumem a responsabilidade do abastecimento de mercados locais e de outras regiões do país com seus cultivos e criações de animais, fato que ainda deve ser incentivado por programas governamentais.

Nacionalmente, estas populações representam 31 milhões de pessoas, cerca de 16,5% da população nacional, segundo Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD, 2007). Sendo denominadas pelo Governo Federal como “povos ou comunidades tradicionais” no Decreto nº 6.040, de fevereiro de 2007. E “população do campo e da floresta” quando mencionadas na Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta -PNSIPCF³ do Ministério da Saúde que as classifica por grupos de:

[...] camponeses, os agricultores familiares⁴, trabalhadores rurais assentados, acampados, assalariados e temporários, que residam ou não no campo; comunidades remanescentes de quilombos; populações que habitam ou usam reservas extrativistas; populações ribeirinhas; populações atingidas por barragens; e outras comunidades tradicionais (DECRETO nº 6.040/2007).

Estudos realizados por Little (2002, p. 02) revelam que as populações tradicionais brasileiras, passaram por um longo período sem obter reconhecimento oficial do Estado sobre o direito à posse de terras, sendo consideradas pelo autor como componentes da “diversidade fundiária”. Essa lentidão no processo de reconhecimento, por parte do Estado perpassa a questão de redistribuição de terras, tornando-se problemática centrada nos “processos de ocupação e afirmação territorial, os quais remetem, dentro do marco legal do Estado, às Políticas de Ordenamento e Reconhecimento Territorial”.

Desse modo, o campesinato brasileiro desenvolveu modos de resistência para se manter no campo e produzindo que de acordo com Wanderley (1996, p. 8) refletem em “lutas por um espaço produtivo, pela constituição do patrimônio familiar e pela estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho da família.”

Oliveira (2001), em seus estudos sobre o campesinato no Brasil critica esta pressão capitalista sobre os territórios de camponeses e entre eles aponta que na Região Nordeste, historicamente muitas populações vivenciam conflitos em defesa de suas terras.

³ Esta política foi elaborada pelo Grupo da Terra, sendo instituído pelo Ministério da Saúde através da Portaria nº 2.460 de 12 de dezembro de 2005, este grupo foi composto de representantes de órgãos governamentais, movimentos sociais e convidados. Para mais informações vide o sítio: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area.cfm?id_area=1049. Consultado em: 24 set. 2013. Este programa foi criado a fim de promover a garantia de acesso ao direito de atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por populações tradicionais no Brasil.

⁴ A prática de produção familiar de alimentos é classificada em políticas governamentais no país como “agricultura familiar”. Contudo, Martins (1981) afirma que as famílias que desenvolvem estas práticas ao longo de gerações, devem receber maior consideração sobre a sua realidade e, sobretudo da sua história de lutas e com isso, as denomina de “camponeses”, pois assim, seriam contempladas as suas formas peculiares de materialismo. A partir desta valorização cultural, atribuída às denominações referentes ao “campesinato” é que optamos por seu uso neste trabalho.

Entre estas parcelas de camponeses somam os indígenas, posseiros e remanescentes de quilombos que são percebidos como “entraves” ao desenvolvimento capitalista.

No Maranhão as populações tradicionais são representadas por comunidades remanescentes de quilombos, camponeses e por “outros grupos tradicionais – os extrativistas, os descendentes dos índios, os ribeirinhos e os posseiros antigos”. (PEDROSA, 2013).

As populações tradicionais no Maranhão segundo Almeida e Campelo (2013) enfrentam grandes problemas relacionados a implantações de grandes projetos, como é o caso dos projetos voltados para extrativismo mineral, hidrelétricas, portos, rodovias, hidrovias e ferrovias. Esses empreendimentos públicos e privados pressionam territórios e reservas ambientais, comprometendo seriamente na qualidade de vida de camponeses, indígenas e quilombolas devido a alterações causadas em seus ambientes.

Quando não ocorre a proteção dos territórios de populações tradicionais, utilizam-se como suporte democrático a formação de movimentos sociais, onde comumente seus integrantes se expõem tanto a negociações como também a riscos de vida. Todavia, estes problemas enfrentados por populações tradicionais podem ser amenizados ou até mesmo evitados desde que haja maior comprometimento dos órgãos e organizações de apoio responsáveis por estas populações. Medidas de restrição ou proibição de projetos que interfiram negativamente na qualidade de vida destas populações devem ser efetivadas, assim como, a promoção de programas assistenciais de acordo com os interesses das mesmas.

2. SIGNIFICADOS E IMPORTÂNCIA DE TERRITÓRIO QUILOMBOLA

As populações remanescentes⁵ de quilombos se apropriam de territórios onde expressam formas de vida que as diferenciam das demais populações, em relação aos aspectos culturais, religiosos e ambientais. Além disso, ainda são detentoras da necessidade de lutas para alcance de reconhecimento de suas terras em pelo menos um determinado período de suas histórias.

⁵ Além da denominação de remanescentes de quilombos, também existem outras expressões que designam grupos sociais descendentes de escravos africanos trazidos para o Brasil durante o período colonial, como: mocambo, terra de preto, terra de santo e comunidades negras rurais. Disponível em: <http://www.grin.com/en/e-book/86580/oquilombo-forma-de-resistencia-historica-dos-escravos>. Acesso em: 26 fev. 2014.

A busca por reconhecimento de terras por parte das populações tradicionais é baseada na necessidade de apropriação do espaço que expressa, segundo Haesbaert (2004), noções sobre processos de afirmação de território e territorialidade.

O território é responsável por inspirar a identificação positiva e a efetiva de “apropriação”. Possuindo representações que não se restringem ao “poder político”, pois expressam “tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”. Servindo como um “lar” e “fonte de matéria-prima” cuja importância se diferencia entre as populações (HAESBAERT, 2004, p. 01).

A territorialidade é a forma de representação que abrange as questões “políticas” e “relações econômicas e culturais”, estando estreitamente relacionadas à maneira como: “as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HAESBAERT, 2004, p. 03).

As comunidades remanescentes de quilombo somam mais de 3.500, em 24 estados, das quais 1.200 contam com a titulação de suas terras (FIDELIS, 2010, p. 02). Ainda de acordo com Fidelis (2010, p. 03) “o estado do Maranhão se destaca com 743 comunidades Quilombolas seguida pela Bahia com 469 comunidades, o Pará com 403 e Minas Gerais com 204 e no Paraná, estado onde se localiza o Vale do Ribeira, é possível contar hoje com 90 comunidades Quilombolas”. E esses números aumentam ao longo do tempo à medida que mais comunidades fazem uso de autoatribuição presente no decreto 4.887/2003. Vejamos:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (DECRETO 4.887/2003, apud FIDELIS, 2010).

De acordo Diegues (2004, p. 266), as comunidades remanescentes de quilombos possuem noções semelhantes sobre território, mas se formaram a partir de situações diferenciadas como: “fugas, doações, heranças e até compras de terras em pleno vigor do sistema escravista no país”. Estas formações permitiram a fixação desta população em área comum e conseqüentemente, formações de laços comunitários e de solidariedade entre seus habitantes. E enfatiza que a terra “define suas formas de organização, como grupos negros de origem escrava, que se tornaram camponeses e possuidores de terras” (p. 265).

Ainda segundo Diegues (2004), as noções de território de populações remanescente de quilombos são caracterizadas conforme as significações que lhe são atribuídas, que com o tempo passam a ter um valor simbólico. Ao pesquisar a comunidade Santo Antônio dos Pretos e ter contato com seu ambiente físico e cultural, reconhecia-se a importância de consideração pelo contexto histórico de sua formação para compreender as necessidades de resistências neste território. Haesbaert (2004), explica esta constatação ao dizer que:

É imprescindível, portanto, que contextualizemos historicamente o “território” com o qual estamos trabalhando. Se nossa leitura for integradora, o território respondendo pelo conjunto de nossas experiências ou, em outras palavras, relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço, os elementos-chave responsáveis por essas relações diferem consideravelmente ao longo do tempo (HAESBAERT, 2004, p. 78).

Ao investigar fatores históricos que indicam a resistência quilombola, podemos citar os apontados por Moreira (2009), quando diz que:

Entre as formas de resistência podem ser citadas: a prática do trabalho lento, a quebra de ferramentas, o incêndio de plantações, o assassinato de senhores de terras e feitores, o suicídio, bem como a fuga individual ou coletiva, independente de idade ou de sexo, para lugares denominados de quilombos, onde estes formavam grupos de escravos fugidos (MOREIRA, 2009, p. 47).

No que diz respeito a recentes formas de resistência Almeida e Campelo (2013), relatam que em 2011 o Ministério Público Federal (MPF) do Maranhão entrou com uma Ação Civil Pública contra a empresa VALE e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), por causa de danos que estavam sendo causados por obras de duplicação de 2,4 quilômetros em territórios quilombolas no município de Itapecuru Mirim e coloca que:

Os estudos realizados pela Vale omitiram uma série de dados sobre a região, e laudos realizados pela FCP e o INCRA, que apontavam para necessidade de aprofundamento das pesquisas sobre os territórios quilombolas. No documento da Vale entregue ao IBAMA na época, havia somente uma mera menção da existência de Monge Belo e Santa Rosa dos Pretos (ALMEIDA e CAMPELO, 2013, s/p).

Após esta ação, o MPF mediou um acordo com a empresa Vale que se comprometeu a “realizar estudos visando à recuperação ambiental de rios e igarapés atingidos pela via férrea; a construir viadutos e melhorar passagens de nível para assegurar a travessia de moradores e veículos; recuperar cursos de água atingidos; realizar a medição da poluição do ar e sonora”. (ALMEIDA e CAMPELO, 2013, s/p).

No entanto, Almeida e Campelo (2013, s/p) dizem que este acordo não vem sendo cumprido por esta empresa, “as obras continuam na cidade de Itapecuru Mirim, assim como, os problemas e a falta de respeito às populações atingidas”. E ainda aponta os atuais danos que acontecem com as comunidades quilombolas neste município:

[...] as estradas vicinais estão destruídas e o trem tem ficado até três dias parados num desvio, o que impede o direito de ir e vir das pessoas. Os quilombolas indicam como passivos do projeto a destruição de igarapés, a poluição das águas, a ocorrência de atropelamentos constantes de pessoas e animais, mudança no modo de vida das comunidades quilombolas e o comprometimento da segurança alimentar pela perda do território e dos recursos hídricos (ALMEIDA e CAMPELO, 2013, s/p).

O território para comunidades remanescentes de quilombos possui ampla significação, e, conseqüentemente, importância social. No entanto, em muitos casos, os interesses econômicos e ou políticos suprimiram ou estão prestes a causar violações de direitos destas populações.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) tem uma política iniciada em 1919 e desde essa época, vem dando importância em seus textos, sobre a situação da população indígena por esta representar uma grande parte da força de trabalho. Somente depois de vários estudos e realização de Convenções, se obteve a Convenção de nº 107 de 1957 que gerou o documento que tratava das populações indígenas e incluía as tribais, considerando seus direitos a posse de terras, saúde, condições de trabalho e educação.

Em 1989, na 76ª Conferência Internacional do Trabalho, foi constituída a Convenção de nº 169 sobre povos indígenas e tribais. Que ocorreu após, o recebimento de muitas críticas por parte das populações indígenas e tribais que queriam a revisão da Convenção nº 107 devido a constatações de que este documento não garantia a participação destas populações, na criação e aplicação de projetos voltados para elas, assim como, a perpetuação de suas tradições.

A Convenção de nº 169 é formada por 44 artigos entre eles é apontado no Artigo 4º, medidas de proteção às “instituições, bens, trabalho, culturas e meio ambiente” para povos indígenas e tribais. Como também, se afirma no Artigo 7º que: “os governos deverão tomar medidas, em regime de cooperação com os povos interessados, para proteger e preservar o meio ambiente nos territórios habitados por eles”. Essas medidas propiciam maiores condições de valorização para populações de remanescentes de

quilombos por reconhecer que apresentam suas especificidades e que por isso, necessitam de proteção para os recursos que as compõem.

Em relação à questão sobre proteção de território, que ainda é motivo de preocupações para muitas populações indígenas e tribais, Little (2002, p. 21) considera que os “direitos diferenciados dos povos indígenas e/ou tradicionais cresceu de forma acelerada, notavelmente em referência a questões fundiárias e territoriais” entre os anos de 1986 e 2002, ressaltando que “um dos instrumentos mais importantes nesse campo é a Convenção 169”.

A população da Comunidade Santo Antônio dos Pretos, localizada no município de Codó, no Estado do Maranhão é remanescente de quilombo, sendo incluída nos direitos apresentados na Convenção de nº169, por pertencer a um povo tribal, que de acordo com esta Convenção, possuem condições econômicas, sociais e culturais que as diferencia de outras populações.

3.1. A Constituição Federal de 1988 e seus mecanismos para reforçar a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

A Constituição Federal de 1988 foi um recurso que de acordo com o Relatório Nacional de Acompanhamento (RNA, 2010) vinha sendo buscado durante décadas como forma de se “redemocratizar” o país, obrigando os Estados a conduzir e financiar políticas sociais que atendam todas as demandas sociais e que promovesse uma sociedade menos injusta.

Assim como a Convenção de nº 169 da OIT, tem como princípio fundamental a garantia do desenvolvimento dos povos. Apresentando em seu texto:

Art. 5.º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...].

Art. 6.º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Em relação aos direitos de comunidades remanescentes de quilombos sobre a posse de seus territórios Sousa (2011) coloca que o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988 é um importante instrumento político por reconhecer os direitos dessa população que buscava através de muitas lutas, meios legais, para se tornarem proprietárias de suas terras. Ressalta ainda

que a luta das comunidades quilombolas não é apenas por espaço físico, mas também pelo “direito à História, abrindo novas possibilidades de justiça e igualdade social” (SOUSA, 2011, p. 43).

Fidelis (2010), explica que o órgão responsável pela aplicação do artigo 68 da Constituição Federal de 1988, é o INCRA, através da Instrução Normativa nº 20 de 2005 desta Constituição. E que deste modo se cria um mecanismo legal que reforça a Convenção de nº169 da OIT.

Podemos perceber que a Constituição Federal de 1988 é um importante recurso que impõe significativas garantias para que as populações tradicionais possam obter o reconhecimento de seus territórios e preservação de suas culturas.

3.2 Atuação da Fundação Cultural Palmares junto às comunidades quilombolas

A FCP⁶ é uma instituição pública federal que foi fundada no dia 22 de agosto de 1988 na presidência de José Sarney, estando vinculada ao Ministério da Cultura (MinC), estando voltada para “promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira”. É um importante instrumento político que tem as funções formalizar a existência de comunidades remanescentes de quilombos, prestar assessoria judicial, desenvolver políticas públicas, programas e projetos voltados para a promoção de cidadania.

A FCP também é responsável pela “promoção e preservação das manifestações culturais negras e no apoio e difusão da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da História da África e Afro-brasileira nas escolas”. E uma das formas de difusão desta Lei ocorre a partir da distribuição de publicações sobre a temática de incentivo a preservação da cultura afro-brasileira junto a professores e estudantes.

A participação da FCP, junto ao processo de certificação de terras quilombolas ocorre a partir da análise do pedido de autodefinição, realizado por comunidades remanescentes de quilombos para que seja emitida a Certidão de Registro Geral no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos.

3.3 A competência do INCRA para a titulação de territórios quilombolas

O INCRA é o órgão federal que por meio do Decreto nº 4.887, de 2003, assume a competência para emitir titulação de territórios quilombolas, através da sua Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, da Coordenação Geral de Regularização de

⁶ Para mais informações a respeito da FCP vide o sítio: <http://www.palmares.gov.br/quem-e-quem/>. Consultado em: 20 nov. 2013.

Territórios Quilombolas e nas Superintendências Regionais, os Serviços de Regularização de Territórios Quilombolas. Esta responsabilidade parte da Instrução Normativa Nº 57, que se encarrega do processo de legalização de territórios remanescentes de quilombos, ao especificar que:

Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desinstituição, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

O Maranhão é um estado com maior número de comunidades remanescentes de quilombos no país, tendo como desafio expedir títulos a estas comunidades. Dados do Balanço 2011 de terras quilombolas, organizado pela Comissão Pró-Índio de São Paulo, apontam que ele é o segundo estado que mais emitiu titulação no país entre os anos de 1995 e 2011, mesmo não contando com a atuação efetiva do INCRA. Contudo, este mesmo balanço diz que muitas comunidades ainda aguardam atendimento para regularização de suas terras.

As populações remanescentes de quilombos possuem o direito fundamental a regularização de seus territórios, o que de acordo com Germani e Oliveira (2006, p. 59) através do texto intitulado “O INCRA e os desafios para regulamentação de territórios quilombolas” explicitam que esta ação representa “a conclusão do processo inacabado de abolição com a reparação da dívida histórica existente”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tratar das populações tradicionais e da resistência quilombola no Maranhão, dos contrastes sociais, políticos e culturais, percebemos os significados e a importância da territorialidade quilombola, em especial, da comunidade Santo Antônio dos Pretos. Assim, como pudemos identificar as principais Políticas Públicas para Comunidades Remanescentes de Quilombos que tem como função legalizar a posse de seus territórios.

Ao verificar os dilemas a que são submetidos os quilombolas do Brasil, aqui representados pelos moradores da comunidade Santo Antônio dos Pretos, percebemos que a luta dos afrodescendentes ainda tem muitas barreiras para superar, desde a regulamentação territorial até mesmo a permanência destes em seus lugares, com dignidade, acesso a moradia, trabalho, assistência técnica, educação, saúde e lazer

Referencias

ALMEIDA, Rogério; CAMPELO, Lilia. Projetos de mineração da Vale pressionam territórios quilombolas no Maranhão e Pará. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/14488>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

DIEGUES, Antônio Carlos e VIANA, Virgílio M. (orgs.). Comunidade Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica. 2ª edição -São Paulo: Hucitec: NUPAUB-USP: CEC, 2004.

FIABANI, Ademir. Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004). 1 edição – São Paulo: Expresso Popular, 2005.

FIDELIS, Lourival de Moraes, et. al. Povos Remanescentes de Quilombos e suas terras tradicionalmente ocupadas: uma reflexão sobre terra, Quilombos e Legislação Agrária. Ponencia apresentada ao VIII Congresso Latino americano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, PE. 2010.

G1 Natureza. 2013 foi o sexto ano mais quente desde 1850, afirma agência da ONU, São Paulo, 05 fev. 2014. Consultado em: <<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2014/02/2013-foi-o-sexto-ano-maisquente-desde-1850-afirma-agencia-da-onu.html>>. Acesso em: 06 fev. 2014.

HAESBAERT, Rogério. Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade. Porto Alegre, setembro de 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogerio_HAESBAERT.pdf>. Acesso em: 16 set. 2013.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: Universidade de Brasília, 2002. Disponível em:<http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/PaulLittle__1.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2013.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

MOREIRA, Alecsandra P. da C. A Luta pela Terra e a Construção do Território Remanescente de Quilombo de Caiana dos Crioulos. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2009

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. Estudos Avançados, IEA/USP São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

PNSIPCF. Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta - Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area.cfm?id_area=1049>. Consultado em: 24 de setembro de 2013.

PEDROSA, Luis A. C. A questão agrária no Maranhão. Disponível em: <http://www.ucg.br/jur/palestras_pdf/LuisACPedrosa.pdf> . Acesso em: 20 ago. 2013.

SOUSA, José Reinaldo Miranda de. Quilombos (palenques), terras de pretos: Identidades em construção. CEU- Jambuí, São Paulo, BR. Artigo publicado na Revista Brasileira do Caribe, São Luís, Vol. XI , nº 22. Jan-Jun 2011, p. 33-57. Disponível em:<<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rbrascaribe/article/view/657>>.

Acesso em: 05 set. 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Out.1996.

Desestruturação e desagregação do Faxinal do Capanema (Prudentópolis-PR)

Monica Mazur¹
Ancelmo Schörner²

Resumo

Esta comunicação é parte da dissertação da autora Monica Mazur intitulada Transformações na paisagem rural da Comunidade de Capanema Prudentópolis-PR: memórias e fotografias, defendida em abril de 2018 no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da UNICENTRO. É parte também das pesquisas desenvolvidas pelo autor Ancelmo Schörner a respeito dos Faxinais do Paraná, seja na Rede Proprietas, seja no Pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, e na pesquisa a respeito dos faxinais no Paraná. Os povos tradicionais do Brasil, entre eles os faxinais, têm vivido um longo processo de conflitos no âmbito da manutenção do território, da preservação ambiental e da conservação do patrimônio (i)material. No Faxinal da Capanema não é diferente. Apesar do criadouro comum ter sido desagregado em 2002, o que ocasionou profundas alterações na sua paisagem, é necessário salientar que alguns aspectos remanescentes do modo de vida tradicional continuam a fazer parte da vida da comunidade, como o modo de vida marcado pelas relações de parentesco e compadrio, ajuda mútua e forte religiosidade. De acordo com relatos dos moradores, o faxinal do Capanema chegou a ocupar uma área estimada em 100 alqueires, porém, nunca chegou a ser reconhecido e cadastrado pelos órgãos públicos como faxinal, fato que contribuiu para sua desagregação. O processo de desagregação do criador comum (onde eram criados à solta porcos, vacas, cabritos e cavalos) foi um processo gradativo, motivado pelo abandono das práticas coletivas, onde cada morador passou a realizar fechos para produzir individualmente nas terras do criador comum. O seu fim levou à redução de animais, declínio do cultivo da erva mate, retirada da mata nativa, derrubadas das árvores para a realização de novas lavouras destinadas a cultivos mais rentáveis como soja e o tabaco.

Palavras-chave: Faxinal, Desestruturação, Desagregação.

¹ Mestra pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da UNICENTRO. E-mail; monicamazur1986@gmail.com.

² Pesquisador da Rede Proprietas e Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Doutor em História, Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UNICENTRO, campus de Irati; ancelmo.schorner13@gmail.com. Parte da pesquisa contou com financiamento da Fundação Araucária (PR), através do Convênio 17/2017, e da CAPES, notadamente através de bolsa de estudos, a quem agradecemos.

Introdução.

Os Faxinais são comunidades camponesas localizadas predominantemente na região Sul do Brasil, estas possuem uma maneira própria e singular de organização, se configurando como território tradicionalmente ocupado. Dentre as características estruturais do sistema Faxinal está o uso comum de recursos naturais, exemplo disso é a divisão de terras, onde estas são divididas entre terras de plantar e terras de criar. Nos últimos 40 anos esses sistemas vêm sofrendo processos que modificam suas estruturas. Os processos de desestruturação e desagregação ocorrem a partir de conflitos gerados por fatores internos e externos aos Faxinais, onde antagonistas passam a exercer pressão para modificação do sistema vigente. Em primeiro momento, com o início de conflitos ocorre o processo de desestruturação, quando são iniciados embates a respeito do funcionamento e modo de vida faxinalense, a desagregação ocorre quando o sistema perde as suas características tradicionais de uso das terras.

Os Faxinais do Paraná vêm sofrendo um processo de desestruturação e desagregação nos últimos 40 anos, a ponto de alguns deles desaparecerem, modificando esse território. Num primeiro momento temos uma situação de desestruturação provocada por um conjunto de antagonistas, como os fazendeiros, chacreiros, migrantes catarinenses e gaúchos, mineradoras, plantadores de pinus, eucaliptos e soja, bem como problemas internos. Num segundo momento ocorre sua desagregação, que é quando o Faxinal deixa de funcionar com pelo menos duas de suas principais características: as terras de plantar e as de criar.

Esses conflitos (destruição de porteiras, de mata-burros, cercos em área de criador comum, matança de animais, envenenamento de aguadas, ameaças a moradores) levaram à passagem de uma sociologia das cercas para um regime de cercas. A “sociologia das cercas” é um conjunto de normas de organização dentro do Faxinal e que se baseia nos princípios comunitários de direitos e de obrigações válidos para todos os moradores e que englobam o caráter coletivo e democrático das decisões, as convenções sobre as cercas de lei, a propriedade das cercas e o critério de atribuição dos responsáveis em caso de danos provocados pelas criações soltas (CHANG, 1988, p. 42-43). Em relação ao “regime de cercas” (MARIN, 2009, p. 215), sua principal característica é a apropriação individual de recursos naturais (bebedouros, nascentes) e a presença de um proprietário, e sua tipologia contempla cercas elétricas, cercas com palanques de pinus tratado e com 8 ou 10 fios de arame, seja farpado ou liso, cercas

com palanques de cimento com até 10 fios de arame (essas, geralmente, cercam grandes plantações de soja).

A partir disso, uma série de conflitos surge ou ganham novos contornos. Os principais conflitos se dão em relação à presença das grandes plantações de soja, pinus, eucaliptos, bem como as de fumo, o que gera uma série de violências contra faxinalenses e seus bens, tais como ameaça contra lideranças; danos, matança e roubo de criação animal; violação dos acessos ao criador comum, incorrendo em destruição, remoção ou colocação litigiosa de mata-burros e/ou portões, bem como conflitos de acesso e uso de recursos naturais, como fechos de espaços de circulação de animais, desmatamento e nascentes contaminadas ou destruídas. No lugar do criadouro comum e das matas típicas do faxinal (erva-mate, pinheiro, canela, guaçatunga, guabiroba, imbuia, ingazeiro, marmeleiro, louro, sapopema, miguel-pintado e araçá) foram aparecendo as grandes lavouras de milho, fumo e soja, e as plantações de eucalipto e pinus. Os mata-burros deixaram de fazer sentido e em seu lugar temos as porteiras, que pode ser considerada um símbolo da propriedade privada da terra. Vejamos agora como isso se deu no caso do Faxinal de Linha Capanema, em Prudentópolis (PR).

Desestruturação e Desagregação do Faxinal de Linha Capanema

A comunidade de Linha Capanema, nome dado em homenagem ao Barão de Capanema está situada no Centro-Oeste do município de Prudentópolis, há uma distância de aproximadamente 20 km do centro. A comunidade foi criada no final do século XIX por imigrantes ucranianos que compraram lotes de terras do governo.

Apesar do criador comunitário do Faxinal de Capanema ter sido desagregado em 2002, fato que ocasionou profundas alterações na paisagem da comunidade. Conforme veremos nas fotografias, é necessário salientar, que alguns aspectos remanescentes do modo de vida tradicional, continuam a fazer parte da vida da comunidade, como o modo de vida marcado pelas relações de parentesco e compadrio, ajuda mútua, forte religiosidade, aspectos culturais específicos, nos costumes, culinária, língua ucraniana, aspectos estes, transmitidos de geração para geração, constituindo uma identidade única e singular.

De acordo com relatos dos moradores, o Faxinal do Capanema chegou a ocupar uma área estimada em 100 alqueires, porém, nunca foi registrado, ou seja, reconhecido e cadastrado pelos órgãos públicos como “sistema faxinal³”, fato que contribuiu para sua desestruturação.

Do antigo faxinal restam somente as lembranças na memória dos moradores que ali residem, da mesma forma as imagens fotográficas, guardadas nas casas dos mesmos, nos fornecem importantes indícios a respeito das características do cotidiano e modo de vida do universo faxinalense e suas transformações no decorrer do tempo. Na imagem 01 é possível vislumbrar uma área aberta, com grande quantidade de mata nativa e muitos animais, como porcos, vacas e cabritos circulando livremente, ou seja, nos mostra o recorte de um espaço e tempo de uma paisagem que não é mais encontrada no faxinal⁴, porém, semelhante a descrita pelos moradores, ajudando a revelar indícios de como era o faxinal.

Imagem 01: Paisagem do antigo criadouro comum – 1990.



Fonte: Arquivo Pessoal do morador Tarás Belo. Fotografia gentilmente cedida à Mônica Mazur.

Apesar do local das moradias ainda ser chamado de faxinal pelos moradores, em referência ao antigo criadouro, é possível perceber um discurso de saudosismo,

³ A expressão “sistema faxinal” está consagrada na literatura desde o final dos anos 1980. Contudo, desde algum tempo viemos utilizando a expressão “modo de vida faxinalense” ou “modo de vida camponês faxinalense”.

⁴ A partir de agora quando usarmos a expressão “faxinal” estaremos nos referindo ao modo de vida, que nesse caso já não existe mais com suas características principais, mas a expressão ainda é usada como parte do nome da comunidade.

memórias que evocam uma paisagem da infância, do antigo modo de vida, sempre descrito como local onde havia árvores e animais circulando livremente, ou seja, uma paisagem própria de cada faxinal.

Uma das moradoras, Sra. Onécima⁵ relata como era a sua infância no faxinal: nasceu e cresceu no faxinal [...] ficava o dia inteiro brincando no faxinal quando era criança, tinha muitas árvores, frutas, erva e era um lugar muito bonito [...] para chegar na casa dos vizinhos tinha que andar pelo carreirinho por onde os porcos do faxinal andavam, era um mato só, escuro, não tinha estrada no meio do faxinal [...] hoje está tudo acabado, foi tudo desmatado, acabou.

A moradora relatou, ainda, que o faxinal do Capanema nunca teve mata-burro, somente dois portões, sendo que um dos portões encontrava-se ao lado da casa de seus pais, conforme retratado na imagem 02, indicando o local exato onde localizava-se.

Imagem 02: Local onde encontrava-se o portão de acesso ao faxinal – 2017.



Fonte: Monica Mazur, 2017.

⁵ A coleta de dados foi realizada no período de Junho de 2016 a outubro de 2017, ao longo de quinze visitas. No decorrer da pesquisa foram realizadas outras entrevistas: Sr. Pedro Mazur, agricultor, entrevistado em 12/11/2016. Em 08/06/2017 foi ouvida a Sra. Joana Dzioba. Sra. Onécima Dzioba foi entrevistada em 01/06/2017. O Sr. Taras Belo foi entrevistado em 24/06/2017.

Após o fim do criador comum restaram tão somente resquícios da cercas do faxinal, conforme pode ser visualizado na imagem 03, que nos mostra pedaços das cercas antigas, que estão em completo abandono, se decompondo em meio ao mato crescido, sem representar a mesma importância que desempenhavam anteriormente na criação dos animais.

Imagem 03: Vestígios das cercas do criadouro comum – 2017.



Fonte: Monica Mazur, 2017.

O processo de desagregação do criador comum ocorreu por volta do ano 2000. Conforme mencionado anteriormente, nenhum dos moradores soube indicar o ano exato, haja vista que foi um processo gradativo, motivado, por exemplo, pelo abandono das práticas coletivas, onde cada morador passou a realizar fechos para produzir individualmente, nas terras que antes eram destinadas ao uso comum. Assim, cada qual passou a cercar a sua terra e aos poucos transformando o espaço em destoca. O crescente aumento das áreas de cultivo resultou na diminuição do espaço para a criação, intensificando problemas como a fuga dos animais para as lavouras, tendo em vista que

muitos moradores não cooperavam para o reparo das cercas, o que culminou na retirada definitiva das mesmas, representando o fim do criadouro comunitário, alterando profundamente a paisagem da comunidade.

O fim do criadouro resultou na redução de animais, declínio do cultivo da erva-mate, bem como, retirada da mata nativa, derrubadas das árvores para a realização de novas lavouras destinadas a cultivos mais rentáveis como soja e o tabaco. Atualmente, a área do antigo criador encontra-se completamente desmatada, transformada em área de plantio agrícola, sem guardar qualquer resquício da paisagem típica de faxinal.

Imagem 04: Área do antigo criadouro transformada em lavoura - 2017.



Fonte: Monica Mazur, 2017.

Na imagem 04 vemos as transformações realizadas na paisagem, a imagem traz espaço que pertencia ao criador comum e hoje foi transformado em uma imensa área de cultivo agrícola. O cemitério da comunidade que, de acordo com as informações prestadas pela senhora Onécima, esteve sempre cercado por árvores, encontra-se atualmente em meio à lavoura de fumo.

Da mesma forma, o espaço anteriormente pertencente ao criadouro continua sendo destacado pelos moradores, principalmente para plantio do fumo, cujo cultivo é desenvolvido próximo das casas dos moradores e das respectivas estufas de secagem das folhas.

Imagem 05: Espaço do antigo criadouro sendo destocado - 2017.



Fonte: Monica Mazur, 2017.

Assim sendo, a partir das imagens coletas, bem como, da fala dos moradores, percebemos como a paisagem foi modificada, pela ação do homem. Da mesma forma que o faxinal e a manutenção do criador comum em funcionamento foram de grande importância, para a manutenção da vegetação nativa. Contudo, a ampliação do espaço destinado ao cultivo agrícola, em terras de faxinal resultou na desagregação do faxinal de Capanema, dessa forma, as terras tradicionalmente ocupadas foram transformadas em lavouras e destinadas para o plantio da soja e do fumo.

Criação de animais no faxinal de Capanema

A criação de animais sempre desempenhou importante papel na comunidade faxinalense de Capanema, tanto para a alimentação dos moradores (no que diz respeito a carne e seus derivados), mas também sob o ponto de vista econômico, tendo em vista que o dinheiro referente à sua venda, no passado, era importante para garantir a permanência das famílias no campo, principalmente em anos em que a safra agrícola não era suficiente para pagar todas as despesas familiares ao longo do ano.

Imagem 06: Animais à solta no criador comum – sem data.



Fonte: Arquivo Pessoal do morador Tarás Belo. Fotografia gentilmente cedida à Mônica Mazur.

Conforme relatos de um dos moradores, o Sr Pedro, no passado a criação de animais representou importante papel na economia familiar, conta que “seu pai vendia cerca de 60 porcos por safra, entre os anos de 1964 e 1970”, os animais eram vendidos na cidade de Ponta Grossa, sendo o transporte realizado de picape e posteriormente, caminhão. Boa parte do dinheiro adquirido com a venda era tido como reserva para eventuais necessidades ou aquisição de mais terras. (Relato do Sr. Pedro cedido a Monica Mazur em 10 de Agosto de 2016).

Os animais eram criados a solta no criador comum e alguns meses antes da venda os porcos eram separados para engorda, e além da alimentação a que tinham acesso no criador, os animais recebiam a complementação de milho.

No que diz respeito à criação de porcos, atualmente, é realizada em pequenas quantidades, o foco não é o mercado, mas o consumo familiar. Os animais continuam sendo criados de forma solta, conforme é possível verificar a partir da imagem 08, contudo, tal prática realiza-se em espaços reduzidos, nos chamados poteiros e mangueirões, compartilhados por parentes ou vizinhos.

Trata-se de uma maneira utilizada pelos moradores da comunidade para reproduzir seu modo de vida tradicional, de criar animais a solta. Apesar de considerado por muitos como ultrapassado e retrógrado, o costume continua a ser reproduzido mesmo após o processo de desagregação do criadouro comunitário.

Dessa maneira, ao longo do dia os animais circulam livremente em poteiros em busca de alimentos e no período da noite os porcos são recolhidos nos chamados mangueirões, que nada mais são do que construções em madeira; são construções situadas próximas às residências, onde os animais recebem complementação na alimentação com milho e ração, também é o local onde são separados para engorda antes do abate.

Imagem 07: Criação de porcos – mangueirão, 2017.



Fonte: Monica Mazur, 2017.

O milho produzido nas roças e destinado para alimentação dos animais é armazenado em paiol de madeira. Ao longo do ano as espigas vão sendo descascadas e debulhadas com a utilização de equipamentos manuais e elétricos, para servir de alimento para os animais. Até mesmo a palha serve de alimentação para o gado, enquanto os grãos servem para alimentar, porcos e galinhas.

Cabe ressaltar que atualmente a criação de animais, principalmente de porcos, deixou de ter viabilidade econômica, tendo em vista que, com a extinção do criadouro e a drástica diminuição das áreas de livre circulação dos animais, ocorreu a diminuição de acesso a alimentos como frutas e vegetais. A partir disto, a criação passou a estar diretamente condicionada a disponibilidade de milho, mandioca e até mesmo compra de ração, o que encarece a atividade. Assim, a prática de criação persiste, visando exclusivamente o consumo familiar, tendo em vista que, trata-se de uma tradição, que faz parte do costume dos faxinalenses há várias gerações.

No atual contexto outros animais como galinhas, ovelhas e vacas também são criados nas propriedades, para sustento das famílias, a partir da obtenção de ovos, leite, requeijão, queijo e carnes. Além disso, as mulheres confeccionam travesseiros com penas bem, como acolchoados com a lã de carneiro.

Imagem 08: Cuidado com os animais no faxinal - 1996.



Fonte: Arquivo Família Michalichen. Fotografia gentilmente cedida à Mônica Mazur.

A criação de cavalos exerceu grande importância para o transporte de pessoas, cargas e no trabalho agrícola, para lavrar e preparar a terra. Contudo, perdeu relevância, tendo em vista advento da agricultura moderna e utilização de máquinas agrícolas.

Fotografias 09 e 10: Carroças no faxinal – 1990.



Fonte: Arquivo Pessoal de Taras Belo, 1990. Fotografias gentilmente cedidas à Mônica Mazur.

Produção agrícola

Nas terras onde se encontrava o criador comunitário a mata nativa, araucárias e erva mate, por exemplo, foram retiradas, e as terras passaram a ser utilizadas para a lavoura mecanizada. Tal substituição se deve a necessidade de ampliação de áreas de cultivo agrícola e aumentar a renda familiar. A imagem 14 nos mostra o espaço que anteriormente fazia parte do criadouro, conforme apontado pela sra. Onécima.

Imagem 11: Área onde se situava o criador - 2017.



Fonte: Monica Mazur, 2017.

Vale destacar que as terras de plantar estão localizadas cada vez mais próximas das casas dos moradores. Até a década de 1990, de acordo com os moradores, as terras de plantar localizavam-se distantes das casas, e para realizar o cultivo agrícola deslocavam-se por diversos quilômetros, levando mantimentos, onde permaneciam ao longo da semana inteira morando em paióis de madeira rudimentares.

Tendo em vista a grande distância existente entre as moradias e as lavouras dos faxinalenses, ir e voltar todos os dias era cansativo. Por esse motivo era comum a existência de um paiol próxima às roças onde eles ficavam de segunda a sexta-feira, ou até mesmo durante intervalos maiores, retornando para suas casas nos finais de semana, ou dias santos. Esses paióis, ou ranchos, podiam ser utilizados tanto para pernoite, para a preparação de alimentos quanto para a armazenagem de produtos colhidos nas roças.

A imagem 12 mostra o paiol do Sr. Halas, antigo morador da comunidade. A sua construção localizava-se a aproximadamente cinco quilômetros do Faxinal de Capanema, em uma área onde moradores realizavam o cultivo de suas roças com a utilização da técnica de coivara. Toda a construção é de madeira lascada.

Fotografia 12: Paiol na Linha Sete de Setembro – 1990.



Fonte: Arquivo Pessoal de Taras Belo, 1990. Fotografia gentilmente cedida à Mônica Mazur.

Imagem 13: Paiol do Sr. Halas – 1985.



Fonte: Arquivo Família Michalichen. Fotografia gentilmente cedida à Mônica Mazur.

Na comunidade de Capanema predomina o cultivo de soja e tabaco. Outras culturas, como o feijão e milho, também são praticadas, contudo em menor escala.

Algumas famílias dedicam-se, ainda, à produção de morangos para complementar a renda familiar. A mão-de-obra empregada no trabalho agrícola é do grupo familiar, com o foco voltado para a comercialização e venda da produção. Muitos produtos que em outros tempos eram plantados visando a subsistência do grupo familiar, tais como: trigo, arroz, cebola, batatas, entre outros, hoje são adquiridos no mercado.

Verificou-se, também, a presença de fornos de carvão vegetal na comunidade, prática que exige o plantio de extensas áreas de eucalipto, que podem gerar problemas como o desgaste do solo e poluição do ar gerada pela fumaça dos fornos.

Todo o trabalho agrícola na comunidade é desenvolvido com a utilização dos mais diversos equipamentos agrícolas, como tratores, plantadeiras, grades, pulverizadores e colheitadeiras. Muitas destas máquinas adquiridas por meio de programas de financiamento subsidiados pelo governo para os pequenos agricultores.

Da mesma forma o plantio agrícola, que ao longo do tempo era realizado com a utilização de instrumentos tradicionais e a técnica de plantio baseada na rotação de terra, utilizando-se a queimada para limpeza do terreno (Lowën Sahr, 2008 p. 218), está cedendo cada vez mais espaço para equipamentos modernos, utilização de insumos e agrotóxicos e lavouras mecanizadas. A tradicional carroça e o plantio de tração animal estão perdendo espaço e sumindo da paisagem da comunidade, os que ainda possuem, deixaram de utilizar, tendo em vista disponibilidade de tratores e carretas, que representam meios de transporte mais eficientes, diante da crescente expansão da área de cultivo agrícola, da necessidade cada vez maior de aumentar a produção e a área de plantio.

Imagem 14: Maquinário agrícola - plantio de milho – 2017.



Fonte: Monica Mazur, 2017.

Palavras finais

Esse texto teve a intenção de mostrar e analisar algumas das transformações na paisagem rural do Faxinal de Capanema, que passou por um processo de desestruturação a partir dos anos 1980, sendo que o criadouro comunitário foi desativado por volta de 2002. Atualmente a criação de animais é feita somente em poteiros e mangueirões de forma individualizada e em alguns acasos até mesmo foi abandonada.

A produção da erva-mate, considerada um dos pilares do faxinal, sofreu forte declínio, assim como a criação de porcos à solta (nesse caso nem existindo mais). Essas atividades “cederam” lugar a produtos que trazem maior rentabilidade financeira, como a soja e a fumicultura, o que resultou na retirada da mata nativa, modificando drasticamente a paisagem das características consideradas como originais e inerentes ao faxinal.

Pode-se “concluir” que a comunidade faxinalense se organiza e reorganiza diante das transformações do mundo moderno, sem com isso deixar de lado tradições e costumes herdados dos antepassados, a comunidade ainda mantém uma forma bastante peculiar de organização com conhecimentos e costumes transmitidos de geração para geração que precisam ser valorizados e preservados.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo W. B. et al. (2009), *Terras de Faxinais*. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas – UEA.

CAMPIGOTO, José Adilçom e SOCHODOLAK, Hélio. **Os faxinais na história da região das araucárias**. In: MOTTA, Márcia Menendes; OLINTO, Beatriz Anselmo; OLIVEIRA, Oseias de. (Orgs.) *História agrária propriedade e conflito*. Guarapuava, UNICENTRO, 2009.

CHANG MAN YU. **Sistema Faxinal**: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná. Londrina: IAPAR, 1988.

LITTLE, Paul Elliot. Desenvolvimento Territorial Sustentável: Desafios e Potencialidades para o século XXI. *Guaju*, Matinhos, v.1, n.2, p.127-143, Jul/Dez. 2015.

NERONE, Maria M. **Terras de plantar, terras de criar**: Sistema Faxinal: Rebouças – 1950-1997. Assis, 2000. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual Paulista.

RETROCESSOS DAS POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO DE DIREITOS TERRITORIAIS E ATUALIZAÇÕES DE REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS DO DIREITO À TERRA

Renata Medeiros Paoliello¹

RESUMO: Em face do presente retrocesso dos processos de reconhecimento dos direitos territoriais quilombolas, impostos a partir da suspensão recente das políticas governamentais, orientadas para a integração à cidadania das populações rurais em diversas modalidades de relação com a terra, o objetivo deste *paper* é discutir como - considerando as mudanças, nestes contextos, em particular entre os remanescentes do vale do Ribeira paulista, dos modos correntes de apropriação e uso da terra e dos recursos, por influxo das normativas do reconhecimento, dirigidas a seu enquadramento jurídico na forma de um direito coletivo e inalienável - se podem redefinir, ou não, alternativas de permanência ou saída, nas localidades e na luta política, no momento em que os beneficiários se defrontam com a paralisação dos processos de reconhecimento e titulação. A abordagem que norteia a pesquisa é a dos contextos em reconhecimento como contexto de mediação, nos quais discursos e práticas construídos nas relações entre agentes e beneficiários redefinem as relações historicamente articuladas entre lei e práticas sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas de Reconhecimento; Posse da Terra; Remanescentes de Quilombos; Relações entre Lei e Práticas Sociais; Usos Sociais das Categorias do Direito.

¹ . Docente na Universidade Estadual Paulista/Campus de Araraquara (FCLAr/UNESP). Doutora em Antropologia Social. paoliello@fclar.unesp.br; reluz8@uol.com.br

Introdução

Na porção paulista do vale do Ribeira de Iguape, especialmente no médio e alto Ribeira, localiza-se um conjunto de comunidades remanescentes de quilombos, trinta e três reconhecidas e, destas, apenas seis já tituladas. O objetivo inicial da pesquisa que informa esse texto é o de discutir as mudanças nos modos correntes de apropriação e uso da terra, com o influxo das políticas de reconhecimento, ali incidentes a partir de finais dos anos de 1990, re-configurando-se então um contexto de mediação (MONTERO, 2006) entre locais e agentes do estado, que já se vem delineando desde os anos de 1980, quando o Plano Nacional de Reforma Agrária reativa projetos estaduais de regularização fundiária na região. Buscando realizar o reconhecimento previsto no artigo n. 68 da Constituição Federal, o governo do estado edita o Decreto n. 9757, em 1997, que, em seu artigo 2º, estabelece, como critério para este reconhecimento e titulação, o caráter coletivo, indivisível e inalienável do direito à terra. Ou melhor, ao território quilombola. No entanto, trabalhando com o conceito de mediação para dar conta dos discursos que se vão construindo e compartilhando, pela via de negociações e conflitos, nas relações entre agentes e beneficiários das políticas em questão, de modo a constituírem uma nova sobreposição de relações e representações a camadas depositadas em momentos anteriores de intervenção estatal, para desenvolvimento, reforma agrária, regulação ambiental, etc., que se entrecruzam num processo de décadas, o que se visa é apreender como estas relações se redefinem num momento de paralisação do reconhecimento e da titulação dessas áreas, que já vinha se configurando desde antes da orientação regressiva das políticas de governo a partir do *impeachment* de Dilma Roussef: se o Decreto 4887, de 2003, regulamentava o artigo n. 68, estabelecendo o caráter coletivo e indivisível do direito ao território quilombola, instruções normativas, como a 57 (anteriormente 49), e portarias do INCRA vinham restringindo a aplicação das normas do decreto, apontando uma tendência a individualizar o direito, considerá-lo similar ao da terra indígena, portanto originário, não usucapido, e exigindo a certificação da Fundação Cultural Palmares.

Em suma, o que se coloca em discussão são os processos que começam a esboçar-se, de modo ainda incerto, numa situação recente de perplexidade e expectativas relativamente aos desdobramentos possíveis do que é percebido como mais um, ao mesmo tempo bem grave, retrocesso do reconhecimento de direitos, da legalização sempre esperada, e da garantia do direito à terra. Terra esta que transita da

terra-patrimônio de grupos de parentes, sitiantes livres, depois posseiros, à terra-território, no caso específico dos negros do Ribeira, pelo menos no que diz respeito ao discurso institucional, do mundo jurídico-político e da academia, em boa parte incorporado localmente.

Levando em conta representações e práticas da terra como patrimônio de grupos de parentes e herdeiros, o texto se iniciará com uma descrição delas, e de sua vigência entre os negros do Ribeira. Continua-se com a atualização da terra-patrimônio, em situações conflituais, por meio das alegações de posse, inclusive em face das desapropriações para fins de reforma agrária, nos anos de 1980, das restrições ambientais e da retomada do projeto das barragens no Ribeira. Até o momento, para os que passam a pertencer às renomeadas comunidades remanescentes de quilombos, em que a condição do reconhecimento, ou seja, de manter a terra e nela manter-se, é territorializar-se, equivalendo a reconhecer-se como sujeito coletivo de um patrimônio indivisível, material e imaterial, é o que a princípio torna possível o acesso a políticas sociais, a direitos efetivos de cidadania, à melhoria das condições de vida e a um projeto para os descendentes. Conclui-se indicando um contexto em que tais possibilidades tendem a se fechar, e em que os caminhos para uma gama de alternativas distintas parece anunciar-se, redirecionando os processos políticos.

Os direitos, sua gênese e descontinuidade

As modalidades do acesso à terra, em uma região de ocupação antiga, como a do Ribeira, para os pequenos cultivadores, distribuem-se desde o apossamento simples, sobre terras devolutas, ou caídas em comisso, no regime sesmarial, passando por doações, em particular a negros libertos, na forma da terra de santo, transmitindo-se por herança e casamento, até a compra e venda, misturando-se habitualmente modos de aquisição e circulação dos patrimônios. Em trabalhos anteriores (PAOLIELLO, 1998;1999), apontei que, guardados os distintos modos e momentos de fundação de direitos a patrimônios territoriais, por grupos que se concebem e relacionam como parentes, entre estes os negros do Ribeira, a remissão é geralmente ao ato de abrir a terra, formando roças e capoeiras, como ato fundador, recorrente e repetido a cada avanço para o sertão, o “comum”, além ou no interior de cada patrimônio praticado como pertencente ao grupo de herdeiros de um ascendente comum. Associei esse direito à condição regional, mas também histórica e mais geral, que é a da disponibilidade de

terras até um período bem recente, disponibilidade esta que não é só a de estoque, quantitativa, mas principalmente jurídica, na medida em que a região conforma-se – pode-se dizer que até hoje – pela indefinição fundiária, enraizada numa dinâmica, sempre reposta, de indiscriminação entre terra pública, mais precisamente, devoluta, e terra privada. Condição generalizada no Brasil, e que ceva o terreno para as estratégias de grilagem, mas que se especifica no caso do vale do Ribeira, em razão das particularidades de sua história agrária: uma das primeiras áreas de povoamento no período colonial, seu povoamento se move para o interior, para o médio e alto Ribeira, em busca de ouro de aluvião. Já no século XVIII, desdobra-se uma segunda rota de povoamento, pelo caminho do sul, pela serra de Paranapiacaba, pela qual chegam escravos das Minas Gerais, especialistas em mineração.

É a partir deste núcleo de ocupação que se constituem os “bairros de pretos”, que posteriormente entram em processo de reconhecimento como remanescentes de quilombos, e que se tornaram também lugar de refúgio e vida para os que escapavam da escravidão. Ivaporunduva, o primeiro a demandar o reconhecimento, e hoje já titulado, é relevante para entender a lógica e a prática que constituem o direito: resultante de uma doação da terra à santa, Nossa Senhora do Rosário, pela viúva de um português minerador, conforme preceito do direito sesmarial, como terra de igreja, nos moldes do direito canônico, indivisível e inalienável, ao contrário do sesmo comum. Doação aos seus escravos, a quem, neste ato, alforria e aquinhoa. Boa parte dos “bairros” mais antigos se desdobra daí, à medida em que as parentelas se subdividem, e se constituem por casamentos com outros negros, “chegantes”, ou não negros das vizinhanças, igualmente detentores de “sítios” por meio de doações ou apossamentos em fundos de sesmarias. Também, no transcurso do tempo, por compra, por herança e por novos apossamentos, tendo em vista dois fatores, por hipótese decisivos, ligados a esta última prática, que, como se sabe, acentua-se entre 1822 e 1850, quando se apresenta o vazio legal entre o direito sesmarial constante das Ordenações e a nova lei de terras do império. O que se torna a tônica no vale do Ribeira, expandido a dinâmica territorial produzida pelos dois fatores que passo a descrever:

- 1) O direito de (quase plena) propriedade, nas Ordenações, no que se refere à terra, funda-se na posse por moradia e cultivo. É o direito que recobre a terra camponesa e sustenta toda a política agrária da coroa portuguesa, direito ao sesmo, distribuído pelos concelhos comunais, cujos únicos requisitos são a

morada e o cultivo, sob pena de comisso, de reversão à “terra comum” do município (RAU, 1982). Transplantado para a colônia, torna-se instrumento de ocupação territorial e constituição do latifúndio, mas regula também as diversas possibilidades de constituição de patrimônios menores e, para além das distantes possibilidades de sua formalização, informa as práticas de ocupação e apossamento, como modo de fundar um direito de propriedade.

- 2) Incorporado às práticas, este preceito jurídico encontra campo propício nas condições de um território aberto, em que os primeiros núcleos de “terra comum” do padroeiro, inalienável e indivisível, conforme a doação nos termos do direito canônico, expandem-se na medida da formação de novos grupos familiares e da limitação da terra nos núcleos de origem. “Terra comum” como virtualidade do grupo de descendentes do ancestral fundador, para onde seus direitos se podem estender, pelo apossamento, que repete o ato fundador na instalação dos novos sítios, projetada, agora, no “sertão”: “terra comum é onde todo mundo pode entrar”, me disse um morador. A categoria das Ordenações é “devoluta”, devolvida ao estado por persistir inculta, compondo o estoque aberto à eventual redistribuição.

Em síntese, esses são os dois fatores constitutivos de uma dinâmica territorial que se busca atualizar em diferentes contextos históricos, e que definem a dinâmica territorial de formação dos “bairros”, e também dos “sítios” que se vão rarefazendo a partir deles. Esta se organiza em um conjunto de relações e práticas que incidem no espaço físico, tramando-o na rede de parentes. Há um patrimônio ancestral, e há os patrimônios que se desdobram dele, os sítios, que pertencem aos grupos conjugais e seus descendentes, por sua vez, entrando no jogo dos casamentos e heranças e, mais recentemente, da compra e venda, o que se torna um mote de conflitos internos, especialmente quando resulta na introdução de grileiros.

Esta lógica prática sofrerá um primeiro abalo. Não com a Lei de Terras, porque a região do Ribeira, em meados do XIX, perde as lavouras de café, deslocadas para o planalto, juntamente com a mão-de-obra escrava, o que, de resto, libera mais terra para o apossamento. O abalo virá a partir do Decreto n. 19924, de 1931, no governo provisório de Getúlio, que põe fim às possibilidades de usucapião no devoluto, ao mesmo tempo em que o estado de São Paulo, por determinação de seu interventor, Adhemar de Barros, desencadeia as ações discriminatórias na região, cujos trâmites

desfavorecem os que não têm escrituras e nem condições de acessos aos canais institucionais para regularizar seus patrimônios. Aí se iniciam processos massivos de grilagem, que, no Ribeira, mais uma vez, encontram um limite nas condições regionais consideradas um empecilho ao desenvolvimento agrícola. Razão pela qual as discriminatórias não são concluídas, repondo-se a dinâmica dos apossamentos, mas restando ambíguos os limites do patrimônio imobiliário do estado, propícios a novas e posteriores políticas e investidas.

Patrimônios em risco, posse e expectativas de titulação

Nestes contatos com agências do estado e outros novos agentes sociais, os moradores dos “bairros” vão redimensionando seus direitos, estratégias e possibilidades de negociação e defesa: incorporam o termo jurídico que os define, “posseiros”, e os caminhos que esta categorização pode lhes permitir trilhar, a usucapião. No entanto, o jogo de forças lhes é, na maior parte das vezes, desfavorável, e a dinâmica territorial se repõe em outros locais, depois da perda da terra. Com a abertura da rodovia BR 116, nos anos de 1960, e o início de atividades mineradoras pelo conglomerado Votorantim, o que é acompanhado do projeto de construção de quatro barragens no Ribeira, bem como com os incentivos fiscais dos governos militares, nos anos de 1970, os conflitos possessórios ali se acirram, ao ponto de o governo do estado, em meados dos anos de 1980, intervir, para fins de regularização fundiária e reforma agrária.

Pode-se dizer, com Sahlins (1990), que sua condição de sitiantes, “donos” de seus patrimônios porque o habitam e cultivam, é re-significada pela auto-definição como “posseiros”, com direitos de posse, que buscam frequentemente comprovar inclusive pelas vendas de parcelas que realizaram, documentadas em “escrituras particulares de venda e compra de direitos hereditários e possessórios”, visando preencher os requisitos legais para obterem o reconhecimento judicial de seus direitos.

Nessa trajetória, pode-se dizer que emerge um *habitus* (BOURDIEU, 1980), cujo elemento central na relação com o contexto social maior é o direito de posse, que a própria lei civil admite como modo de constituição da propriedade, a ser consolidada como domínio titular. Direito que demanda reconhecimento, o que a nova política fundiária dos anos de 1980 pode trazer. Reconhecimento enquanto sitiantes, não assalariados – “não somos sem-terra” -, em condições de produção de alimentos para o mercado, financiados pelo estado. Por outro lado, o que acompanha uma implementação

de reforma agrária é a desapropriação da terra em litígio, e o seu parcelamento, mesmo que para ocupantes que já estão lá, e cujas práticas envolvem o uso e a apropriação de áreas, a “terra comum”, cujos limites são extensos: “...parceiro é igual a parceiro...agora, estou cativo do INCRA. E doze alqueires é pouco, eu tenho cinco filhos, como é que faço para dividir para eles?”. Além disso, fazem-se presentes distintas agências estatais, em boa parte conflitantes entre si no que toca às orientações para execução do projeto. Além de outras, no caso específico, a CPT, que durante muito tempo, e até o presente, tem papel organizativo fundamental na organização das demandas dos moradores.

Em suma, na linguagem da “tradição”, reconfiguram-se, sobretudo a partir desse momento, os modos locais de organização: as relações de autoridade e poder, as práticas associativas, as sociabilidades, a organização familiar, na medida mesma em que o contexto econômico maior simultaneamente vai abrindo possibilidades de alocação das pessoas fora do setor agrícola. E, na medida em que as expectativas geradas a partir das desapropriações se frustram, retomam-se os projetos das barragens, e passam a incidir normas de proteção ambiental que inviabilizam práticas agrícolas e extrativas correntes, o que se concebe como um conjunto de direitos diferenciados, distribuídos de acordo com as posições na grade genealógica, concebidos como familiares e privados, exclusivos daqueles que não são descendentes “dos avós”, que se pode negociar, desde que se evite a introdução de estranhos que avancem nos direitos dos demais, é reequacionado em termos do discurso político da “comunidade” que abarca os direitos de cada um, família ou pessoa individual, no contexto das disputas, reivindicações e da formalização legal do direito à terra. O papel da Pastoral, neste sentido, é decisivo, e ultrapassa, embora não sem arestas, as relações com os católicos, considerando-se a forte e crescente dinâmica de conversões a confissões evangélicas e neopentecostais.

Neste trânsito ampliado para além do nível local, do conjunto de “bairros” e dos municípios pelos quais habitualmente circulam, os novos modos de organização e participação política redefinem o âmbito das relações e do diálogo, pelos menos para aqueles que se envolvem mais nos movimentos – particularmente o Movimento dos Ameaçados por Barragens, MOAB – que é possível definir como um núcleo de mobilização e um aglutinador de uma multiplicidade de demandas. Ao lado disso, estratégias particulares se delineiam, familiares ou individuais, refazendo alianças e oposições, ou estabelecendo novas, informadas por interesses econômicos, político-partidários, religiosos, etc. (PAOLIELLO, 2009).

Quilombolas, mas e as garantias diante da instabilidade normativa e do novo contexto político?

As re-significações envolvidas na construção do discurso do direito à terra ordenam-se, assim, numa pragmática ágil o suficiente para – mediados embora pela Pastoral, que a princípio tem dificuldade para incorporar novas demandas à luta pela terra – incorporar o discurso ambientalista na aliança que se instaura contra as barragens (PAOLIELLO, 2017) e, já nos anos de 1990, o do reconhecimento como remanescentes. De um estranhamento primeiro – “diz que aqui é quilombo”, até uma posição interna hegemônica como quilombolas, e a redefinição de sua terra como “território”, modo de vida que engloba as várias dimensões do social, não só a relação com a terra, reforçam-se a organização em moldes comunitários, a participação necessária e ativa nos processos de identificação e demarcação, e o novo discurso, sempre acionado em situações públicas, pelas lideranças, de que “aqui era quilombo, formado por quem fugia das senzalas de Iguape”.

Emergem também novos conflitos, em que experiências passadas de grilagens a partir de vendas de parcelas são trazidas à baila, não só nas disputas pelo controle das Associações de Moradores, legalmente as titulares do direito ao território, mas nos processos de identificação. E aqui cabe relembrar a dinâmica territorial do apossamento no “comum” por grupos familiares, relevante para identificar os limites das áreas, considerando os sítios e os usos do “comum”, em especial a derrubada de mata e formação de capoeira, ou “capovas”, pelas famílias, que, assim, vão constituindo suas reservas de roça particulares, e que podem ser o embrião dos futuros sítios. Os “comunitaristas”, ligados em geral às associações e à Pastoral, opõem àqueles parentes que indicam as capovas que formaram como suas, o interesse “coletivo”, o direito “coletivo”, aliás, como definido legalmente, acusando-os de serem individualistas, que não colaboram em projetos e se aproveitam de benefícios obtidos em comum, não agricultores e vendedores da terra de parentes. É assim que se reabriu o processo de identificação da comunidade do Galvão, para considerar os direitos específicos às capovas, por grupos do Galvão, suprimidos pelo discurso dos diretores da Associação que recobria dois bairros, Galvão e São Pedro, e que esses diretores apontaram como pertencentes ao São Pedro. Tais disputas deixam clara a tendência, no contexto do reconhecimento, para a ruptura do conjunto de direitos diferenciados (CARVALHO, 2007), definidos em termos de herança, mas negociáveis e maleáveis, diante das

crescentes pressões sobre os patrimônios que conduzem à adesão ao reconhecimento, a princípio, e à posterior incorporação das categorias legais nele envolvidas, diante da inescapável restrição da “terra comum” como área de expansão dos direitos, pelo adensamento das ocupações e explorações circunvizinhas, e do seu fechamento pelas confrontações com os parques estaduais – três – que cercam os territórios quilombolas do médio e alto Ribeira.

As políticas sociais que acompanham o reconhecimento - incentivos à produção pela vida do Pronaf, principalmente, sem levar em conta os aportes decisivos de outros programas, como o Bolsa Família, são percebidas como insuficientes e problemáticas (SCOLES, 2007). A dependência dos projetos, como os de incentivo ao turismo, igualmente, esbarra em limites, sobretudo relativos aos retornos esperados. Este é um espaço rural, como outros, em que estratégias pluriativas, evasão dos jovens, produção e comercialização limitadas compõem a gama de possibilidades e entram a um “desenvolvimento social e sustentável” proposto pelas agências e interpretado pelos moradores nos termos de suas experiências situadas. Quanto ao direito de propriedade, talvez seja significativo considerar os “bairros” que recusaram o reconhecimento, ou por razões de ideologia religiosa – eram evangélicos – ou porque tinham títulos de propriedade, ou ambos. Ou Morro Seco, já na baixada, cuja origem é uma propriedade titulada, mas que, por falta de sucessivos inventários, encontra-se diante da inviabilidade financeira da partilha.

Para os quilombolas do médio e alto Ribeira, o direito se torna coletivo, indivisível e inalienável, na lei e nas auto-representações. No entanto, diante da paralisação dos processos de titulação, reconhecimento e identificação, acompanhada pelo esvaziamento dos programas sociais, novamente frustra-se a expectativa de reconhecimento institucional e público de sua condição, camponesa e quilombola. Experiência específica de um geral histórico, a recusa à integração dos pobres, em particular os pobres rurais, aos direitos de cidadania, entre eles o direito civil à propriedade, que, do seu ponto de vista, expressa-se na condição de “dono” porque herdeiro, ou adquirente, de alguma forma, de direitos de herdeiros. Enquadrada pela nova legislação, como direito coletivo, visando-se com isto ampliar o escopo do direito de propriedade no ordenamento jurídico brasileiro, não se tendo consolidado, no entanto, como política de estado, encontra-se sob novo assalto, mormente porque, embora o vale do Ribeira permaneça como não central para as dinâmicas do agronegócio, pela intensidade das lutas sociais travadas a partir dele, da capacidade

mobilizativa e organizativa dos moradores dos territórios quilombolas, assume peso simbólico para a derrota das políticas de reconhecimento. Resta indagar, com Thompson (1982), se a irrupção de um conjunto legislativo desfavorável ao reconhecimento, pode soar como uma ruptura de relações que, se antes do reconhecimento, eram muito ruins, mas remetiam a uma possibilidade de eficácia, ainda que fraca, na medida em que uma forma legal de constituição de direito de propriedade operava nas práticas, e pragmaticamente, agora parecem conduzir a um esvaziamento de perspectivas de futuro viáveis e esgotamento das condições de vida nos sítios e comunidades, tendentes a se reduzir a locais de moradia, com pouco acesso a equipamentos públicos.

BIBLIOGRAFIA

- ARRUTI, José Maurício. 2007. Uso comum, regularização fundiária e mercado de terras. *Prêmio Territórios Quilombolas 2ª edição*. Brasília. MDA/NEAD, pp. 230-269.
- BOURDIEU, Pierre. 1980. *Le Sens Pratique*. Paris. Éd. du Minuit.
- CARVALHO, Maria Celina. 2007. Os bairros de São Pedro e Galvão/Vale do Ribeira: território e parentesco. *Prêmio Territórios Quilombolas 2ª edição*. Brasília. MDA/NEAD, pp. 194-229.
- HONNETH, Axel & FRASER, Nancy. 2003. *Recognition or Redistribution? A Political-philosophical Exchange*. Londres. Verso.
- MONTERO, Paula (org.). 2006. *Deus na Aldeia*. São Paulo. Globo.
- PAOLIELLO, Renata. 2017. Barragens no Ribeira de Iguape: projetos de desenvolvimento e riscos para o desenvolvimento sustentável. *Revista Século XXI*. Universidade Federal de Santa Maria, vol. 7, n. 1, pp. 95-129.
- _____. 1998. Estratégias possessórias e constituição de espaços sociais no mundo rural brasileiro In NIEMEYER, Ana Maria & GODOI, Emília (orgs). *Além dos Territórios*. Campinas. Mercado de Letras, pp. 201-228.
- _____. 1999. *As Tramas da Herança: da reprodução camponesa às atualizações dos sentidos da transmissão da terra*. Tese de doutoramento. PPGAS/USP.

_____. 2007. Remanescentes de Quilombos: redes sociais e processo político. *Perspectivas*. São Paulo/EdUNESP.

_____. 2009. 'Condição camponesa' e novas identidades entre remanescentes de quilombos *In História Social do Campesinato Brasileiro – diversidade do campesinato: expressões e categorias*, vol. 1. São Paulo. EdUNESP, pp. 229-250.

RAU, Virgínia. 1982. *Sesmarias Medievais Portuguesas*. Lisboa. Editorial Presença.

SAHLINS, Marshall. 1990. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed.

THOMPSON, Edward. 1987. *Senhores e Caçadores: A Origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra.

A PEQUENA PROPRIEDADE COMO MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL NA POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO: ASPECTOS DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA

Rodrigo Kummer¹

Resumo: Este artigo promove uma discussão sobre a ação do Estado no processo de colonização de seus territórios, chamando atenção para o paradoxo da “opção” pela pequena propriedade por um lado, e a manutenção da concentração fundiária por outro. Considera-se o período focado na Primeira Era do Governo Vargas: 1930-1945. Parte-se do pressuposto de que a política de ocupação dos “vazios” nacionais – articulada propagandisticamente como “Marcha para Oeste” – se relaciona com o projeto industrializante da Nova República, com a dinamização da pauta econômica e produtiva e também com a continuidade das alianças com as elites latifundiárias. Busca-se problematizar a colonização na região Sul do Brasil como exemplo de ação coordenada do Estado e do capital privado não rivalizando com os interesses de fazendeiros e grandes proprietários. Aprofunda-se a análise considerando as potencialidades e limites desse “projeto colonizador” do ponto de vista do desenvolvimento econômico e social na região Oeste de Santa Catarina.

Palavras-Chave: Colonização; Pequena propriedade; Oeste catarinense.

¹ Doutorando do Programa de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade – CPDA/UFRRJ. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. E-mail: kummer2004@yahoo.com.br

Introdução

Há uma vívida e acirrada discussão sobre o processo de industrialização no Brasil. São múltiplas variáveis, um emaranhado de dados e a presença marcante de paradigmas rivais que este texto não se propõe a discutir de todo. A questão específica tratada dentro desse grande tema diz respeito a uma possível “opção” pela pequena propriedade rural como indutora, também, da industrialização.

O centro das preocupações epistêmicas reside na conjuntura de colonização e marcha para o Oeste que revestem um discurso de expansão da fronteira agrícola das décadas de 1930 e 1940. Essa expansão, todavia, ocorre sem enfrentar a concentração fundiária marcante na história do país. O “*hinterland*” era o espaço “vazio” a ser conquistado, reafirmando uma ideologia evolucionista que traduzia os “esforços e privações” dos colonizadores em mérito civilizador. Indígenas, caboclos, quilombolas, posseiros, roceiros, enfim, os despossuídos da pátria, tornaram-se preteridos e objetos de uma espécie de bandeirismo varguista.

A opção por tratar de colonização e utilizar como lócus de aprofundamento a região Oeste catarinense tem relação com a simbologia que assumiram as regiões coloniais da região Sul do Brasil. Nesses espaços, a imigração europeia reforçou o estereótipo do colono empreendedor, ordeiro e agente do progresso. Sob financiamento e estruturação estatal, muitas dessas áreas prosperaram economicamente, cumprindo as “funções” adjacentes da agricultura de pequena propriedade. Nas margens desse processo ficaram, de um lado os indesejáveis e despossuídos, de outro o latifúndio intocado.

O artigo está dividido em duas partes. Na primeira, a preocupação discursiva é com o processo de formulação das ações do Estado e dos agentes de capital para promover a colonização ensejando numa dinâmica intermitente de migrações. Essas ações são cotejadas, principalmente nas décadas de 1930 e 1940, enfocando o governo de Getúlio Vargas. Aspira-se debater a hipótese de uma interligação entre a estratégia Nacional-desenvolvimentista de colonização e Marcha para o Oeste com a manutenção dos privilégios das elites agrárias e com a reorganização do eixo produtivo que passava a pender para a industrialização.

Na segunda parte, atribui-se o caráter exemplificador da experiência de colonização organizada na região Oeste de Santa Catarina como perdulária das estratégias do Estado e do interesse do capital. A pequena propriedade, estimulada como objetivo de Estado e como facilitadora da ação mercantil das empresas colonizadoras permitiu, posteriormente, a introdução de um denso pacote modernizante e excludente, dando vazão, também, para o desenvolvimento dos complexos agroindustriais.

Colonização, Migrações e a Ação do Estado

O Brasil viveu longos anos sob juízo monárquico. Com a proclamação de um regime republicano em 1889 se reordenaram as forças políticas, sem, contudo, promoverem uma transformação na estrutura social do país. Convém refletir que na República efetivou-se o primado da Lei de Terras (1850) e a manutenção de uma estrutura agrária desigual. As grandes áreas, ou latifúndios, mantiveram-se com legitimidade invariável durante todo período da República Velha (1889-1930), também porque as oligarquias estaduais – notadamente formadas pela elite agrária – mantinham o poder no plano federal.

Tendeu a imprimir mudanças no plano político a crise cafeeira agravada pelo *Crash* da Bolsa de Valores de Nova York em 1929. As forças políticas e econômicas alicerçadas numa emergente elite urbana se reorganizaram no sentido de fortalecerem às atividades comerciais e industriais. O desenvolvimento econômico fora pensado – ou confundido – como industrialização.

A crise do café foi um desdobramento da Crise de 1929 e impactou diretamente na entrada de capitais no país. Seu efeito imediato foi dificultar as importações, seja de bens duráveis, seja de bens não duráveis. Por outro lado, permitiu que os investimentos internos em industrialização encontrassem razão positiva de ser, ao agregarem possibilidade concreta de consumo. O capital de investimento para essa industrialização nacional provinha, igualmente, da atividade cafeeira. Essa mesma atividade exportadora fora responsável por dinamizar as relações comerciais internas, desenvolvendo um processo de circulação produtiva e dinamizando a economia, além de já ter transformado a força de trabalho em mercadoria, com influência determinante da imigração (MELLO, 1982).

A década de 1930 marca, segundo Fonseca (2012), a efetivação de uma política de Substituição de Importações. Não era fato novo, visto ser uma concepção já em curso, porém timidamente conduzida na política do café-com-leite. Marca-se a passagem, ainda conforme o mesmo autor, de um sistema preponderantemente agroexportador, para um de substituição de importações, via indústria. Além disso, fortalece-se sobremaneira a importância do mercado interno e se coloca em voga o problema da integração produtiva e de consumo nacionais. Sodré (1942), por exemplo, define categoricamente que a diversificação da produção era o caminho para a integração econômica nacional.

A Aliança Liberal, que fomentou as mudanças em pauta no governo Vargas, defendia em essência a diversificação da economia. Estava, paradoxalmente, na contramão das suposições teóricas do Liberalismo que previa um movimento ordenado de especialização

produtiva. Contudo, para Fonseca (2012), a industrialização não foi um movimento alardeado e ensaiado como consensual ou mesmo hegemônico. O país era, nessa época, ainda essencialmente agrário. Havia os defensores de sua “vocação agrária ou agrícola”, vinculados ao pensamento conservador e os nacionalistas simpatizantes de uma industrializa o que promovesse a “independência” do país. Separavam-se as concep es de indústrias “naturais” e “artificiais”. As indústrias naturais seriam aquelas de transforma o de matérias-primas, muitas vezes oriundas do setor agrário – o que era visto com certo entusiasmo pelos defensores da referida voca o primária. Já as indústrias artificiais, responsáveis pela produ o de bens duráveis, eram vistas com certa desconfiança por requisitar protecionismos e recursos estatais. A Aliança Liberal assumiu um tom moderado ao propor uma pauta de diversifica o econ mica.   possível pensar, portanto, que os primeiros anos do governo Vargas foram de expansão da diversifica o da pauta de produ o. Ainda que melindrasse na industrializa o e que fosse já uma estratégia econ mica, como defende Fonseca (2012), essa não seria a única t nica dos esforços varguistas. Está presente a força do setor agrário requestando do Estado sua prote o.

A industrializa o brasileira   questionada como um fator intencional ou, por outro lado, ocasional. Considerando as assertivas de Fonseca,   possível pensar que em alguma medida ambas as questões estão presentes. A crise e uma retra o do mercado exportador, obrigando a orienta o de investimentos internos – de caráter não intencional – são inegáveis como indutoras da industrializa o. Entretanto,   visível, segundo ele, a proeminência do caráter intencional que se verifica pelos esforços na substitui o de importa es e na diversifica o produtiva. A questão   que esse processo não se desenrolou com um caráter revolucionário. Convém lembrar que a base econ mica nesse período ainda era agrária e tinha no café forte esteio, mesmo às expensas de sua crise e de sua gradual perda de espaço. Nas próprias palavras de Fonseca, a equipe de governo de Vargas “encampava um projeto industrializante perfeitamente delineado”, embora circunscrito, num primeiro momento,   diversifica o da pauta produtiva. Nesse sentido, a tese   de que o projeto “começou a ser gestado e a ganhar adeptos já nos primeiros anos da década de 1930, e não apenas na década de 1940, com a guerra” (FONSECA, 2012, p. 851).

Na concep o de Celso Furtado (1961), há uma altera o no chamado “modelo de crescimento para fora”, baseado na preeminência das exporta es primárias e que vigorou por todo o período colonial puxado pela cana-de-açúcar e café. A guinada produtiva, embora com uma gênese tímida, se dá num “modelo de crescimento para dentro”, deslocando o centro dinâmico da economia nacional para as questões internas. Isso não significou a

depreciação das exportações primárias, nem mesmo a desconsideração do papel proeminente desempenhado, à época, pelo café - reordenou as forças produtivas instaurando uma conjuntura de preocupação com os desafios e possibilidades de novas estratégias de crescimento, nas quais o mercado interno tornou-se protagonista.

Outro autor que trata desse processo, por vezes controverso, é João Manuel Cardoso de Mello (1982). Ele trata de uma “industrialização retardatária”, em analogia ao descompasso propositivo comparado com os centros industriais mundiais com temporalidades anteriores ao caso brasileiro e latino-americano. No caso brasileiro, vários são os condicionamentos e agências de influência para a industrialização. Mello os considera num processo de encadeamento: a crise das exportações de café; a crise financeira de 1929; a importância de um mercado interno amplo e sequioso; o processo de imigração e maior oferta de mão de obra assalariada; o crescimento da colonização agrícola e promoção de uma agricultura comercial; por fim, e em menor escala, a ação de coordenação e os investimentos estatais.

Mello problematiza que uma densa força de trabalho urbano a ser empregada nas crescentes atividades industriais demandaria uma oferta de alimentos significativa, constante e acessível. A saída inicial era a importação, dado que não havia até então no país uma agricultura comercial, pautada na pequena propriedade e em escala suficiente para atender a demanda. Era, portanto, extremamente oportuna a constituição de uma “produção mercantil de alimentos”, que era vista salutarmente na expansão de uma agricultura de pequenos proprietários.

A complementaridade entre indústria e agricultura não supõe fato exatamente novo, contudo é novo nas circunstâncias do Brasil, onde ambas eram incipientes no sentido interno e mercantil do termo. Todavia, considerando a pauta da diversificação, há uma preocupação pertinente quanto à melhoria da produção agrícola. Nesse caso, em relação à melhoria da capacidade produtiva e da variação de cultivares e criações. A interligação produtiva entre a base agrícola e a indústria é notória tanto no sentido da oferta de matérias-primas e da obtenção de divisas, quanto pelo fato de tornar-se também consumidora da indústria. Seria a efetivação da complementaridade entre o setor primário e secundário. Fonseca destaca que esse era um elemento chave do projeto desenvolvimentista, já que “a modernização agrícola integra o projeto, mas só se efetivará se o setor primário fizer uso intenso de máquinas e equipamentos industriais; estes não devem ser importados, mas produzidos dentro do país, substituindo as importações” (FONSECA, 2012, p. 855).

A complementaridade, porém, esbarrava na conjuntura do campo brasileiro. Uma massa de agricultores pobres, em geral posseiros e meeiros formando um conjunto invisível, e de outro lado uma grande concentração de terras subordinadas ao latifúndio associada a uma vastidão de

territórios a serem ocupados. A dinâmica política de uma modernização econômica do país não considerou nem os posseiros pobres, nem o problema imediato do latifúndio. A solução alardeada foi a conquista das “terras vazias”, que, mais uma vez atestando o conservadorismo, demonstrou a incoerência para com um conjunto social já estigmatizado e estrategicamente negligenciado.

No contexto da colonização se articulou a visão de Marcha para o Oeste, que se configura como um mecanismo de propaganda de Estado e de engajamento social. É uma concepção de fortalecimento do país, de sua unidade e nacionalidade. A intenção em promover a dita marcha não era, em si, uma ideia nova. Vincula-se ao domínio do território brasileiro, em garantir a posse pela existência produtiva e busca desenvolver o crescimento econômico inerente à abertura de novas frentes de trabalho e consumo.

Em suma, esse projeto acercava-se de um desejo ainda colonial de fazer coincidirem as fronteiras políticas e econômicas, além da preocupação de nacionalizá-las. Reforçava, assim, um princípio semântico de fazer da expansão da fronteira agrícola uma bandeira de progresso e civilização. A inspiração vinha também da experiência da “Conquista do Oeste” norte-americano.

Vargas define a marcha como uma busca nacional e que dela todos se beneficiariam. Em seu discurso de 31 de dezembro de 1937 apresentou-a como um projeto a ser executado pelo executivo e assumido como um objetivo de todos os brasileiros.

O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro, que transbordou na Europa e fez da América o continente das cobiças e tentativas aventurosas. E lá teremos de ir buscar, dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial. (VARGAS, 2011, p. 370).

Cassiano Ricardo (1941) é enfático – e em muitos casos romântico – ao associar a Marcha para o Oeste como uma forma de bandeirismo. Defende, na verdade, a promoção de “novos bandeirantes” para tal intento: “a grandeza do país exige o espírito bandeirante para a sua própria conquista – dado o imperialismo brasileiro, que é o nosso “expansionismo interno” – e o fenômeno bandeira terá, por acaso deixado de existir?” (RICARDO, 1941, p. 129). Ele questiona a possibilidade de manter a vastidão geográfica sem os préstimos do bandeirismo, como se a unidade territorial fosse a ele, exclusivamente, devida. O seu bandeirismo é alusivo e ensejado pelo Estado Novo, ao qual numa definição elogiosa chama ser “várias vezes bandeirante” (1941, p. 132), seja pelo retorno às origens nacionais, seja pela busca de unidade e prosperidade.

Para esse autor, a marcha é a conquista do *hinterland* – interior, sertão –, interligando-o ao expansionismo imperialista interno do Brasil. Utiliza-se de alocações deterministas ao descrever o movimento demográfico como uma ação inevitável: “um caminho aberto é uma direção imposta” (RICARDO, 1941, p. 129). Nesse sentido, lança mão da dicotomia “leste-oeste”, ressaltando fatores negativos em relação ao primeiro e positivos ao segundo, afirmando ser o Oeste a antítese do litoral. Já para Neiva (1942), a colonização se justificava pela baixa densidade populacional do país (4,594 hab./km² em 1928). A visão de Getúlio Vargas era também, em certo sentido, a de resolver o “problema da densidade” e fortalecer a industrialização com a conquista do “*hinterland*”.

No mesmo caminho argumentativo, Péricles Melo Carvalho (1942), em texto contemporâneo ao de Ricardo e na condição de Diretor de Serviço no Departamento Nacional de Imigração, pontua a conquista do *hinterland* como um resultado da ação do governo, promovendo a marcha com segurança e patriotismo. A conquista do Oeste significava ao próprio Brasil conquistar-se. Sua leitura sobre o litoral conquistado e as áreas do sertão a serem conquistadas era a de que estaria ocorrendo um movimento de retorno ao Leste – fala até de uma espécie de “Marcha para o Leste”. Preocupa-se nisso com a migração rural-urbana e o esvaziamento de áreas então pouco povoadas. Ele via nesse movimento um desequilíbrio na composição entre trabalhadores rurais e urbanos. Aos primeiros, inclusive, tece grande elogios, num afã, talvez, de justificar o processo de colonização.

No entendimento de Carvalho, os benefícios da modernidade não chegavam à grande massa rural, o que se tornava um fator de repulsão do campo e ao mesmo tempo atração para o meio urbano. Além disso, esses desequilíbrios estariam alicerçados nas diferenças salariais entre campo e cidade, já que no caso do meio rural os proventos seriam incertos e arriscados. A legislação trabalhista e seus benefícios lastreados para os operários da cidade teriam atraído os trabalhadores rurais. Ele denuncia a falta de escolas, bancos, assistência técnica, espaços de diversão que melhorassem a vida da população rural. Sem elas, a família seria desagregada pelo afastamento de seus membros em busca de novas atividades em outros locais, sendo estes também os centros urbanos do litoral. No entanto, via a política de Vargas como um “sentido profundo das forças estimuladas para a reversão das populações ao interior”. (CARVALHO, 1941, p. 19).

A colonização era tratada por Lincoln Nodari como relativa a um “grande problema, econômico, político e social” (1940, p. 464), donde o econômico seria preponderante. Considerando esse fator, preocupava-se primordialmente com os mecanismos de assistência técnica aos colonos, indicando inclusive com quais culturas deveriam trabalhar, buscando

aquelas de maior rendimento econômico. A escolha das atividades deveria ter como primado a obtenção de mercado. Além de alimentos para o agricultor deveriam ser pensadas na possibilidade de servirem de matéria-prima para a indústria. No mesmo caminho, defendia que se buscassem novas oportunidades de industrialização com base nas possibilidades produtivas da agricultura. Para tal, defende a ação prioritária do Estado e não apenas do mercado. Caberia ao Estado promover ação conjunta para articular os meios técnicos e produtivos integrando agricultura e indústria.

O referido autor alerta para o fato de que a incorporação de mão de obra agrícola assalariada não era o mesmo que promover colonização. O assalariamento seria, nesse caso, depreciativo. “É, aliás, fato ao alcance da observação comum que a mão de obra agrícola assalariada deixa o trabalhador sem estímulo, sem aspirações; enquanto a colonização, ao mesmo passo enseja maior produção e a baixo custo, cria o vínculo entre o homem e a terra” (NODARI, 1940, p. 467). Pode-se pensar, portanto, que o latifúndio não permite tais vínculos e tais qualidades. Valorizando as colônias, apontava que o desafio, sempre presente, de elas fazerem-se prosperar economicamente era um problema de articulação entre a produção e o consumo.

Essa concepção, além de se basear no pressuposto da teoria econômica Fisiocrata, impele a subserviência do setor industrial em relação ao setor agrícola. Dessa perspectiva deveriam demandar-se investimentos prioritários no alcance da infraestrutura e do sistema comercial até as áreas rurais.

Para sua consecução, a infraestrutura foi uma preocupação constante para facilitar e até mesmo permitir a colonização. Neiva (1947) reconhece a importância das linhas férreas na consecução do propósito. Escobar (1941) é mais ousado; defendia que a colonização do Oeste brasileiro fosse realizada por meio de uma grande obra de interligação fluvial entre a Bacia Hidrográfica do Rio da Prata e a Bacia do Rio Amazonas. Todavia, em muitos casos esse problema era resolvido pelo trabalho dos próprios colonos ao adentrarem nas novas áreas. No caso da região Oeste de Santa Catarina, por exemplo, a construção das estradas vicinais era repassada àqueles que adquirissem lotes, significando abatimento no valor a ser pago.

Grande estudioso das dinâmicas de colonização no Brasil, Alcir Lenharo (1986) defende que a política de colonização e seu slogan de Marcha para o Oeste estavam integrados a uma estratégia de projetos corporativistas para fazer frente a crise econômica de 1929. Foi corrente a utilização de uma propaganda ideológica e política. Buscava-se construir um sentimento de unidade no “marchar juntos”. A conquista de territórios se ligava à vitória de uma nova ordem social, de um novo regime político encabeçado pelo Estado Novo e proporcionado pela figura

de Getúlio Vargas. O autor destaca ainda que as políticas trabalhistas no governo Vargas não contemplaram da mesma forma os trabalhadores rurais e urbanos. Dessa forma, a leitura política dos desequilíbrios entre rural e urbano e o êxodo das populações do campo ameaçavam as conquistas urbanas. O eixo de preocupação era, pois, o urbano.

Para além de uma resposta lógico-estrutural de abertura da fronteira agrícola e de garantia do território, a Marcha estava carregada de elementos simbólicos e míticos. O principal deles era o da integração e de uma suposta vitória da nação, que se mostrava forte e poderosa, capaz de superar seus problemas, quando não passava uma impressão de já tê-lo feito. É o que define Lenharo, ao defender que o movimento se lastreava na percepção social de união do povo brasileiro e que esses “progressos” eram alusivos a todos, sem distinção. Isso dava margem para legitimar um Estado, agora “Novo”, motivado por valores comunitários e de partilha.

Conquanto ao processo efetivo de colonização, Ricardo (1941) preocupava-se com a seleção dos “novos bandeirantes”. Embora não indique especificamente os mais habilitados, chama a atenção para a necessidade do espírito da bandeira e para a dinâmica agrícola das novas fronteiras. Nesse sentido, corrobora com os demais autores já citados qualificando a pequena propriedade. Fala até de uma bandeira transformada em família.

Segundo Neiva (1942), Getúlio Vargas reconhecia as experiências de imigração e colonização no Sul como exitosas e pendentes para outros espaços. Também Carvalho (1941) defendia que a experiência dos estados do Sul é preponderante para pensar a colonização de forma geral no país. Nestes locais, o ritmo da ocupação e da produção agrícola era acompanhado de infraestrutura e investimentos o que permitia seu crescimento e mesmo a industrialização.

É importante problematizar a opção do Estado e das empresas colonizadoras por estimular a colonização por meio da pequena propriedade. Claro está que essa “preferência” não foi resultante de uma predileção pelo modelo, mas por sua viabilidade e execução, tendo em vista que, ao alocar colonos em pequenos lotes se facilitava a diminuição do valor do bem e assim a sua venda; lotes menores permitiam o ajuntamento da população e a formação de comunidades que poderiam suprir, via reciprocidade, as deficiências estruturais iniciais; logisticamente, ao vender mais lotes, a possibilidade de lucratividade e especulação com as áreas “por vender” eram maiores. Para além dos elementos monetários mais imediatos, é possível pensar em fatores mais estratégicos e ligados à macroeconomia e elementos de sociabilidade.

A predileção pela pequena propriedade tem razões claras com as perspectivas de

desenvolvimento industrial: “a afirmação de pequena propriedade como requisito de desenvolvimento industrial é discurso corrente do próprio Vargas” (LENHARO, 1986, p. 17). Há um consenso de que haveria uma ampliação do consumo industrial no campo por meio da pequena propriedade, já que era – na época – mais eficiente no sentido do rendimento do trabalho e da produção.

A pequena propriedade, na concepção de Gregory (2008), é, por um lado, uma herança do processo de imigração e de um *modus operandi* dos colonos, e, por outro, uma permissão do latifúndio, que não aceitou a inviabilizá-la diretamente. O Estado, nessa percepção, teria sido mais um beneficiário da colonização do que um promotor. Por fim, o migrante seria um “instrumento de interesses contraditórios” por servir ao capitalismo liberal como portador de um *modus operandi* já atrelado à dinâmica de mercado e também à ação conservadora que pregava o secularismo, ao comunitarismo, às relações tradicionais, e não se sentia, por esses grupos, ameaçada.

A defesa de um programa político varguista incluía o retorno ao campo, o financiamento para acesso à terra, a pequena propriedade, enfim a colonização. Entretanto, essa saída pela estratégia da colonização é, na verdade, uma forma de não enfrentar o latifúndio. Mesmo depreciando-o discursivamente, as medidas políticas não tinham uma natureza combativa. As críticas feitas ao latifúndio eram veladas e se dirigiam àqueles ditos improdutivos. Por seu lado, os latifundiários se defendiam dizendo estarem mais propensos e dispostos a promoverem a industrialização. Os industriais, por outro lado, tendiam a incentivar a pequena propriedade, já que esta lhes seria mais benéfica.

A estratégia de enfrentamento – se é que assim pode ser definida – ao latifúndio seria a de corroer sua velha ordem com o investimento das energias do Estado na pequena propriedade. Essa seria responsável por instaurar uma “realidade agrícola que o desenvolvimento industrial do país exigia” (LENHARO, 1986, p. 21). Em discurso de 1º de maio de 1941, Getúlio Vargas discorre sobre a interligação entre a agricultura e a indústria, ressaltando a importância da população rural, chamando a atenção para a necessidade de aumentar o poder aquisitivo desta e assim permitir-lhe absorver a “crescente produção industrial” (VARGAS, 2011, p. 436).

Outra crítica que se faz à política de colonização é a forma seletiva e oportunista como ocorria. Representava, segundo Lenharo (1986), uma forma de controlar o acesso à terra; orientar os fluxos migratórios de acordo com interesses comerciais ou manobras políticas; cercar e expulsar posseiros; inviabilizar os modos de vida tradicionais; criar um “novo trabalhador rural brasileiro” afeito à dinâmica de mercado. Um sistema de poder e de violência

simbólica pautado na cooperação entre o Estado, as elites agrárias e as grandes corporações agrícolas.

De acordo com Lenharo, no Estado Novo é o Estado o indutor da economia e corretor dos problemas e gargalos. A orientação era de integrar economicamente o país, seja do ponto de vista da produção, seja do consumo e circulação. O setor agroindustrial é valorizado nesse contexto. Se para Vargas o verdadeiro sentido de brasilidade é a Marcha para Oeste, essa marcha estaria alicerçada na colonização e na industrialização. Há uma “associação entre o crescimento da pequena propriedade e o desenvolvimento de uma economia de mercado, favorecedora do incremento da produção industrial” (LENHARO, 1986, p. 25). Ainda seguindo Lenharo, o colono deveria torna-se então um proprietário, um técnico, um articulador econômico. Esses aspectos permitiriam a racionalização e a modernização, fatores de colaboração com o setor industrial. Visto de outra forma, se pode dizer que o fazendeiro e o trabalhador assalariado, colono ou camarada tem relações provisórias e instáveis com a terra e com a agricultura. O pequeno proprietário, ao contrário, tem uma ligação perene com ela.

A crítica de Caio Prado Jr. (1944), contudo, traz a ideia de “recolonização”, isto é, a necessidade da ação do Estado para promover uma reforma na divisão das terras. Destaca que a tarefa do Estado seria recolonizar territórios já consolidados, mas mal aproveitados e desigualmente ocupados. As áreas de ação da Marcha para o Oeste deveriam ser mantidas como reserva e utilizadas oportunamente. Prado Jr. critica o que chamou de “caça ao húmus”, ou seja, a busca irresponsável por novas terras férteis e o sucessivo abandono e pauperização das áreas antes exploradas. A ação do Estado deveria ser sistemática e abrangente. Dotar os territórios de infraestrutura, promover o cooperativismo – e este paulatinamente tomaria alguns papéis do Estado por força de sua autonomia.

No entanto, não foi esse o caminho trilhado pelo Estado. Se o fizesse teria, invariavelmente, que enfrentar a elite agrária e promover a reforma agrária. Considerando a existência das áreas devolutas, a saída menos onerosa, politicamente falando, era explorá-las e encadeá-las num argumento econômico da expansão constante, ainda que carente de eficiência. O Governo Vargas capitalizava, assim, suas barganhas políticas e lastreava seus supostos princípios liberais na aliança, controversa e não constrangida, com o conservadorismo.

A Colonização e a Pequena Propriedade no Oeste de Santa Catarina

A região Oeste de Santa Catarina é tipicamente uma área de aspecto e de paisagem rural. Caracteriza-se pela prevalência de pequenas unidades agrícolas familiares. Situa-se entre a fronteira com a Argentina a oeste, a divisa com o Rio Grande do Sul ao sul, com o Paraná ao norte e com a Região Serrana e Região Norte ao leste. Compõe atualmente uma população aproximada de 1,2 milhões de habitantes, dispersos numa área de 27.288, 763 km².

A ocupação oficial do território que a compõe esteve circunscrita, a priori, a litígios geopolíticos entre Brasil e Argentina (Questão de Palmas – 1895) e a litígios geopolíticos entre o Paraná e Santa Catarina (Guerra do Contestado – 1912-1916). Após o fim da Guerra do Contestado, o território foi subdividido em dois municípios: Chapecó e Cruzeiro, atual Joaçaba (1917).

A partir daí coube ao estado de Santa Catarina ocupar o território definido como “vazio demográfico”, e repassou a companhias colonizadoras a tarefa de colonizá-los. Havia um modelo de colonização - separação de minifúndios agrícolas que deveriam ser ocupados por “colonos de origem”, como eram chamados os imigrantes ou descendentes de imigrantes europeus (prioritariamente italianos e alemães).

A ação de colonização é tratada por Arthur Ferreira da Costa (1931) como uma nova bandeira, responsável por trazer e promover a civilização. Ele utiliza o termo “obreiros da civilização” para caracterizar os colonos. Da ação desses colonos é possível considerar aspectos evidentes do progresso econômico desenrolado em comparação com o período que os antecede. Sem dúvida, a dinâmica produtiva foi sensivelmente alterada e o crescimento econômico uma realização vertiginosa. A visão colonial dos migrantes era, segundo Radin (1996), uma percepção de tornarem-se proprietários e de acumular riquezas através do trabalho árduo. Esse processo os conduziu a uma espécie de hegemonia discursiva na região. Sua suposta “ação civilizadora” tornou-se um valor reproduzido como legado ou, segundo Márcio Both da Silva, como discurso moralizante: “a história do povoamento é contada como se fosse obra única e somente dos grupos que levam o ‘progresso’ a tais regiões, geralmente identificados com os imigrantes europeus” (SILVA, 2011, p. 68). Na mesma direção interpretativa e pouco crítica, vai a visão – controvertida – de Carneiro, para quem a colonização no Oeste de Santa Catarina foi obra de “modernos bandeirantes” e que foi “uma expansão ordenada, regular, civilizada, sem roubos de terras e sem crimes de morte” (CARNEIRO, 1950, p. 54).

Contudo, essas áreas não estavam vazias, desabitadas, como se queria fazer acreditar. A ocupação oficial do Oeste catarinense promoveu, em verdade, um impacto fortemente

dramático ante às populações originárias, sejam os indígenas, sejam os caboclos posseiros. Como bem lembra José de Souza Martins (2009), esse é um contexto de fronteira conflitiva. Disto se pode afirmar que as populações indígenas e caboclas foram invisibilizadas e exterminadas. Renilda Vicenzi (1996), por exemplo, trata a ação das companhias colonizadoras como promotoras da expulsão deliberada dos sujeitos indesejados, a chamada “limpeza de terras”. Nesse caso, é notório o uso da violência física e de um clima constante de ameaça.

Foi com a “Revolução de 1930” e o governo de Getúlio Vargas que ocorreu uma maior potencialização da expansão e consolidação econômica de territórios “devolutos”. A política agrícola que se desenvolveu entre 1930-1945 foi preponderante para a expansão de ocupação dessas áreas e para a formatação de um “projeto colonizador” de pequenas propriedades que se manteve ancorado num projeto “Nacional Desenvolvimentista”. Essa conjuntura ajuda a pensar o papel e os processos desencadeados por este Estado Nacional e pelas unidades da federação – no caso Santa Catarina – para potencializar um modelo industrializante que mantinha rugosas e variantes formas de extensão com o meio rural.

Nesse contexto, Lourival Câmara (1940) argumenta as qualidades do colono e critica o latifúndio e a população rural “realmente” brasileira. Segundo ele, a industrialização no estado de Santa Catarina seria obra principal dos colonos alemães e italianos, num processo organizado por fases: doméstica, manufatura, fábrica. A colonização tornou dinâmica a economia do estado, entretanto ainda havia um vazio demográfico no Oeste, local de “excelentes e manifestas possibilidades para a agricultura” (CÂMARA, 1940, p. 713). O autor alerta que não bastaria, para tal, instalar uma população. A população não significaria progresso - fato que demandaria selecionar os colonos pelo critério das aptidões agrícolas. Para Orlando Valverde (1951), a colonização de Santa Catarina sofria influência dos poucos recursos que o estado tinha disponíveis para promovê-la. Por este motivo, a ação de empresas privadas teve maior importância.

No Oeste catarinense o movimento de colonização havia se tornado efetivo a partir da década de 1920 (PRIM, 1996; SILVESTRO, 1995). Prim destaca que o movimento não se caracteriza exatamente como uma “Marcha para o Oeste” por se tratar de um eixo sul-norte. É possível concordar com a autora, ressaltando as prescrições de ordem geográfica. Porém, as características do processo mantêm aspectos em comum com o movimento de ocupação do Oeste.

As diferenças, além do sentido do eixo de deslocamento, se relacionam ao fato de ser esta colonização fruto prioritário de um *continuum* do movimento verificado no Rio Grande do Sul ainda no século XIX, englobando também a imigração. A lógica de similaridade se reveste

quando analisados os esforços do estado em ver as áreas colonizadas em associação com empresas privadas. É, portanto, possível afirmar, sem imprecisão de grande monta, que o Oeste catarinense viveu um movimento que, se não objeto da perspectiva estrita da política federal e varguista, foi parte de processo análogo àquele.

Percebe-se que ocorreu o fechamento da fronteira agrícola no Rio Grande do Sul ao atingir-se o Rio Uruguai, tanto a oeste, quanto ao norte. As áreas do Sul estavam também “fechadas” pelo latifúndio. Mais tarde, isso também ocorre em Santa Catarina e no Paraná, considerando que as áreas de latifúndio na região do Planalto catarinense e do Centro Sul paranaense não foram objeto de intervenção do Estado ou de quaisquer políticas de fragmentação.

A dialética da dita ocupação fez um movimento inicial em direção ao Vale do Rio do Peixe, principalmente pela ação da *Brazil Railway Company* (empresa construtora da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e, por isso, detentora de boa parte das terras da região) e pela existência da dita estrada como fator facilitador da migração. Posteriormente, o deslocamento ganhou cada vez mais as áreas ao oeste e ao norte, chegando à barreira fronteira com a Argentina e alcançando o Paraná, no qual essa fronteira tornou-se, mais uma vez, contígua (PRIM, 1996).

A região do Oeste de Santa Catarina teve um maior afluxo de migrantes a partir da década de 1930, momento em que ainda haviam locais aptos à colonização no Rio Grande do Sul, contudo a migração se justificava pelo preço das terras em Santa Catarina e Paraná. Carneiro (1950) afirma que quando o colono possuía recursos suficientes, adquiria lotes no Rio Grande do Sul; quando os recursos eram escassos, buscava outras áreas. Gregory (2008), por outro lado, destaca o processo de “enxamagem”, que era a constituição de grandes fluxos orientados por empresas colonizadoras ou colonos pioneiros e que arrastavam novas fileiras atrás de si. Levavam também as relações capitalistas e o desenvolvimento econômico associados aos valores familiares e comunitários do trabalho e da prosperidade.

Nessa conjuntura, o colono, como destaca Vicenzi (2008), tinha maior autonomia e dependia, primordialmente, de sua força de trabalho. Não estava constrangido entre relações de dependência a um patrão ou coronel. Tinha uma relação contratual com as companhias colonizadoras apenas quando adquiria o lote de forma parcelada. Era possível que mantivesse relações de dívida e préstimos com algum comerciante local que poderia vender-lhe suprimentos para pagamentos anualizados e condicionados às safras. Tinham, assim, uma organização proativa em relação à produção de excedentes e à mercantilização.

Se por um lado o processo de colonização na região Sul do Brasil guarda elementos de inovação, por outro mantém intactas as áreas dominadas pelo latifúndio. Nas palavras de Carneiro: “nem no Rio Grande do Sul nem em Santa Catarina a imigração invadiu as terras de campo. Essas, à chegada dos primeiros imigrantes não-lusitanos, já estavam ocupadas e divididas em instâncias, onde se criava o gado” (1950, p. 39). Muitas dessas áreas, inclusive, acabaram por estagnar-se economicamente. Da mesma forma, faz a crítica Cortês (1954), para quem a colonização e a pequena propriedade são derivativas dos processos de reprodução social, ao contrário do latifúndio que se fecha em si.

Para Silvestro (1995), a colonização no Sul do Brasil foi uma política do governo federal republicano, alicerçada em fatores geopolíticos e econômicos. Converte para essa assertiva o depoimento de Ernesto Bertaso – dono de uma das maiores colonizadoras a agir na região – para quem a existência de um governo “forte, pacifista e protetor da sua classe” animou os colonos a buscarem novas áreas para explorar e mesmo tomar posse definitiva de lotes comprados já na década de 1920, mas ainda não ocupados (BERTASO, 1940, apud VICENZI, 2008). Essa parece ter sido também uma estratégia de complementação entre a economia do latifúndio e o mercado interno de abastecimento básico. As áreas destinadas à colonização não eram as de interesse do latifúndio e permitiam, assim, a intervenção de outras estratégias comerciais. Além disso, as colonizadoras eram, em geral, sediadas nas regiões coloniais do Rio Grande do Sul, o que fez carrear para lá os capitais obtidos com a venda dos lotes e não permanecendo em reinvestimentos na própria região Oeste. Fato que corrobora também com a maior expressividade industrial que as colônias velhas mantêm até hoje, vide o caso de Caxias do Sul.

Desconsi (2008) intervém na discussão da continuidade dessas migrações, afirmando que há uma espécie de experiência notável nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina quanto ao desenvolvimento e ocupação dos “vazios” demográficos. Visto que o processo se deu por meio da “pequena propriedade particular policultora”, com uma seleção dos migrantes, ou seja, com a valorização dos ativos humanos ligados a uma maior vinculação aos ditames de mercado, além da valorização moral com suas – não menos questionáveis – predileções para a ordem, a retidão e o trabalho. Percebe-se ser uma leitura étnica que deprecia as populações nacionais e valoriza os colonos brancos europeus. Como Desconsi destaca, “o agente humano é considerado ponto-chave para desencadear o projeto de desenvolvimento pretendido com base numa policultura que produziria excedentes para a indústria” (2008, p. 87).

Outro fator que explicaria o desinteresse do capital latifundiário são as características das terras da região. De acordo com Prim (1996), aproximadamente 70% das terras do Oeste

catarinense são impróprias para agricultura por serem onduladas, montanhosas e pedregosas. Ainda assim, as unidades produtoras constituídas foram, em sua maioria, pequenas propriedades. A autora defende que em torno de 90% delas teriam menos que 50 hectares. Destas, 1/3 seriam minifúndios com menos de 20 hectares. As atividades produtivas desses colonos se dividiam entre um primado agrícola e uma essência pecuária. Tratava-se de uma estratégia valorativa polivalente porque ambas eram muito significativas para a manutenção das famílias, vinculando-se à sobrevivência imediata e às potencialidades comerciais que resguardavam as oportunidades de prosperidade.

No processo de concessão de terras pelo do estado de Santa Catarina, reservava-se um percentual de 10% para fins industriais, principalmente aqueles ligados à extração. Preponderava a indústria madeireira e ervateira (VICENZI, 2008). Essas atividades não eram exatamente longevas. A extração da erva-mate era sazonal e a indústria madeireira se esgotou rapidamente, dada a ação predatória e a necessidade de desmatamento extensivo para abertura de áreas cultiváveis.

Por outro lado, conforme Prim (1996), a criação de suínos, numa dinâmica de policultura, aos poucos tornou-se atividade comercialmente rentável. Estruturou-se num intercâmbio com a região Sudeste. Inicialmente, os animais eram conduzidos vivos até São Paulo. Posteriormente, eram processados em pequenos abatedouros que deram base, mais tarde, para a organização dos frigoríficos e complexos agroindustriais. A base industrial da região se assentou paulatinamente entre a pecuária (suínos e aves – mais tarde, pecuária leiteira) e a agricultura (milho, feijão, trigo – mais tarde, soja).

O processo de colonização da região foi longo e contínuo, atingindo seu auge entre as décadas de 1950 e 1960. Em 1970, a fronteira agrícola do Oeste catarinense teria se esgotado, contabilizando a entrada de aproximadamente 160.000 colonos (PRIM, 1996), e forçando muitos a migrarem para novas áreas no Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Goiás, entre outros a oeste e a norte. Nesse caso, muitos foram influenciados pelas políticas de colonização desenvolvidas pelos governos militares e que deram margem, mais tarde, ao fortalecimento do agronegócio

O minifúndio que, a priori, foi fator de sucesso da colonização passou a ser motor de novas migrações dada a complexidade de expansão reprodutiva das unidades familiares em espaço já saturado. Desta forma, o sistema colonial em si depõe a perspectiva de novas migrações, seja para outras colônias, seja para o meio urbano. É possível discutir esse contrassenso como um fatalismo ou como um *modus operandi*, isto é, como um caráter identitário do colono que se mostra afeito aos deslocamentos. Todavia, há de se considerar o

elemento de precarização e empobrecimento na decisão de saída, além da não existência de perspectivas de reforma agrária. É um paradoxo da necessidade de manter a migração para garantir a condição de agricultor proprietário, o que não é, contudo, oportunidade para todos. A migração não se dá sem um mínimo de capitais disponíveis para uma nova fixação, o que leva a considerar que é, também, um processo seletivo e excludente.

Com o processo de modernização da agricultura as transformações foram inexoráveis. Aplicaram-se na genética animal e vegetal, na mecanização, no uso de fertilizantes e agrotóxicos, na assistência técnica e para subsidiar todo esse pacote de acesso ao crédito rural (que atingiu seu ápice durante o Regime Militar). A modernização empregou a chamada “seletividade” dos agricultores, que na verdade foi um processo de segregação daqueles incapazes de adequarem-se aos pacotes tecnológicos e ao inerente endividamento. Produziu-se, então, novos marginalizados: trabalhadores temporários no meio rural, trabalhadores precarizados no meio urbano, ou mesmo agricultores migrantes pobres em novas frentes.

Considerações Finais

É possível afirmar a relação direta que a política de colonização empreendida no país tem com a atual dinâmica agrária. A colonização foi uma estratégia que permitiu a convivência com o latifúndio e, nesse sentido, o reforçou como entidade também de complementaridade ao primado industrial. Bebem, vigorosamente, nessa fonte os pressupostos do agronegócio.

Diametralmente, a relação da agricultura e a indústria foi resultado direto desse estreitamento fomentado na década de 1930. A formação dos complexos agroindustriais na década de 1960 guarda gênese nesse discurso de complementaridade e formou, a seu modo, um conjunto de ativos produtivos financeiros capazes de misturar capitalismo financeiro, capitalismo industrial e capitalismo agrário.

No Oeste catarinense, local deste ensaio de exemplificação, o processo de colonização promoveu, a priori, a desestabilização e supressão das populações locais - fato correlato a outros incontáveis episódios no Brasil e determinados pela invisibilidade dos “indesejados”. A expensas desse genocídio institucional, a promoção da pequena propriedade tendeu a promover fatores positivos quanto ao uso da terra e à possibilidade de promoção de uma vida digna aos seus atores. Todavia, esse mecanismo permitiu a indução e ajustamento a um modelo produtivo associado aos princípios modernizantes e aos grandes conglomerados mercantis. O resultado direto foi a perda substancial da autonomia entre os agricultores e a sumária supressão de elementos vitais para manutenção de um *modus operandi* e seus valores culturais.

Por fim, a colonização, agora associada a um contexto de modernização, mostra-se ininterrupta e fomentando um curso de novas experiências na fronteira agrícola. Os resultados parecem ser otimistas quanto aos aspectos de crescimento e dinamização econômica. Contudo, são novamente problemáticos e catastróficos quanto aos elementos sociais e ambientais. O embate parece manter-se em forte curso contraditório.

Referências Bibliográficas

CÂMARA, L. (1940). Estrangeiros em Santa Catarina. *Revista de Imigração e Colonização*, Rio de Janeiro, ano I, vol. 4.

CARNEIRO, J. F. (1950). *Imigração e Colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil.

CORTÊS, G. M. (1954). *Migração e colonização no Brasil*. Separata da Revista do Serviço Público, Rio de Janeiro.

COSTA, A. F. (1931). *O Oeste Catharinense: visões e sugestões de um excursionista*. Rio de Janeiro: Villas Boas e Cia.

DESCONSI, C. (2008). *A marcha dos “pequenos” proprietários rurais no Mato Grosso: um estudo a partir das trajetórias dos migrantes do Sul para a microrregião do Alto Teles Pires*. Dissertação (mestrado). CPDA– UFRRJ.

ESCOBAR, I. (1941). *A Marcha para Oeste: Couto de Magalhães e Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: Editora A Noite.

FONSECA, P.C.D. (2012). A Revolução de 1930 e a economia brasileira. *Revista Economia*, Brasília, v. 13, n.3b, set.dez. [pp. 843-866].

FURTADO, C. (1961). *Formação econômica do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.

GREGORY, V. (2008). *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: Migrações no Oeste do Paraná (1930-1970)*. 2. ed. Cascavel/PR: EDUNIOESTE.

MARTINS, J. S. (2009). *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto.

MELLO, J. M. C. (1982). *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense.

NEIVA, A. H. (1942). *Getúlio Vargas e o problema da Imigração e da Colonização*. Conferência no Instituto Nacional de Ciência Política em 13 de dezembro de 1941. Rio de Janeiro: INPC.

_____. (1947). Aspectos Geográficos da Imigração e Colonização do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 2, ano IX, abril/junho. [pp. 93-114].

NODARI, L. (1940). Algumas considerações sobre as colonizações: o caso específico do Brasil. *Revista de Imigração e Colonização*, Rio de Janeiro, ano I, n. 3, julho. [pp. 464-474].

OLIVEIRA, B. (1943). As populações brasileiras e seus movimentos. *Revista Cultura Política*, ano 3, n. 28, junho. [pp. 68-74].

- PRADO JR., C. (1944). *Problemas de povoamento e a pequena propriedade*. Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio/ Boletim Geográfico, n. 12, março.
- PRIM, L. F. (1996). *Agricultura de grupo e projeto camponês: avanços e limites na construção da cidadania – o movimento de cooperação agrícola no Oeste catarinense*. Dissertação. (Mestrado em Sociologia Política). 155 fls., Florianópolis: UFSC/PPGSP.
- RADIN, J. C. (1996). *Italianos e Ítalo-Brasileiros na Colonização do Oeste Catarinense*. Joaçaba: UNOESC.
- RICARDO, C. (1941). O Estado Novo e o sentido bandeirante. *Revista Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, mar.
- SILVA, M. A. B. (2011). *Babel do novo mundo: povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925)*. Guarapuava: Unicentro/Niterói, UFF.
- SODRÉ, N. W. (1942). Fronteira Móvel: à margem do pensamento do Presidente Getúlio Vargas. *Revista Cultura Política*, ano 2, n. 18, agosto. [pp. 93-103].
- SILVESTRO, M. L. (1995). *Transformações da agricultura familiar e estratégias de reprodução: o caso do Oeste de Santa Catarina*. Dissertação, CPDA/UFRRJ.
- VALVERDE, O. (1951). *A colonização do Sul do Brasil e problemas correlatos*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra.
- VARGAS, G. (2011). *Getúlio Vargas*: Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS NA APROPRIAÇÃO TERRITORIAL NA AMAZÔNIA

Ywri Cortez Ferreira¹

RESUMO

Este trabalho pretende analisar as estratégias empresariais na apropriação do controle territorial na Amazônia. Entende-se por estratégias empresariais as ações que viabilizam as privatizações das terras incorporando-as ao mercado, pressionando o Estado na aprovação de leis que facilitam a apropriação territorial. Percebemos que a violência também é um recurso dos grupos empresariais na apropriação territorial, por meio da eliminação e intimidação dos sujeitos que reivindicam o território.

Palavras-chave: Estratégias empresariais; Apropriação territorial; Amazônia.

INTRODUÇÃO

O processo de controle territorial na Amazônia impulsiona dois projetos distintos. Por um lado, há os grupos empresariais que pretendem controlar o território para apropriar-se dos recursos naturais e mercantilizá-los. De outro temos outro projeto territorial, expresso nos povos tradicionais² que reivindicam o território para a sua reprodução social, com “regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis” (Little, 2004).

Para o controle efetivo do território, os grupos empresariais adotam estratégias de controle territorial pautadas em ações no legislativo, atuando como bancada parlamentar e pressionando governos para aprovação de medidas de seus interesses. Também atuam no judiciário, ora pressionando por aprovação de leis que mercantilizam as terras, ora

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia-PDTSA, na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará-Unifesspa. Email: ywricortez@unifesspa.edu.br.

2 Paul E. Little sustenta que o conceito de “Povos Tradicionais” remete a “um mecanismo analítico capaz de juntar fatores como a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis [...]” (Little, 2004).

pressionando para barrar projetos de leis que garantem reconhecimento territorial aos povos tradicionais. Entende-se por estratégia empresarial as medidas que visam o controle do território com objetivo de incorporá-los ao mercado, no quadro de apropriação dos recursos naturais. Os grupos empresariais adotam assim estratégias com propósitos de:

[...] remover obstáculos jurídico-formais e políticos administrativos que impedem o ingresso de novas extensões de terra no mercado. Verificam-se inúmeras ações tanto no legislativo quanto no judiciário, visando neutralizar quaisquer mecanismos que impeçam liberar terras para atos de compra e venda ou que delimitem o uso de apenas uma parte da área correspondente aos imóveis rurais. (ALMEIDA; ACEVEDO MARÍN, 2010, p. 06-07).

Este trabalho também compartilhará da noção elaborada por Alfredo Wagner e Rosa de Acevedo Marín no que denominam de “agroestratégia”:

[...] a articulação do agronegócio na mercantilização das terras utilizando de “meios cada vez mais sofisticados para retirar da imobilização as terras da reforma agrária e colocá-las a serviço do capital, mediante comandos exógenos” (ALMEIDA; ACEVEDO MARÍN, 2010, p. 07).

É preciso ressaltar que as estratégias empresariais abordadas por Alfredo Wagner e Rosa de Acevedo Marín (2010), no que denominam de “Agroestratégias” parte das ações dos grupos empresariais tanto no âmbito legislativo como no judiciário com objetivos de incorporar as terras ao mercado (Ibid). Este trabalho parte do pressuposto que além das estratégias abordadas pelos autores há outras, como a violência, não como consequência de conflitos no campo, mas como recurso de controle e intimidação aos movimentos sociais que reivindicam a terra.

É também considerada como estratégia dos grupos empresariais o que Henri Acselrad (2010) denomina de “chantagem locacional” onde o discurso de geração de empregos e rendas compensam os danos ambientais dos empreendimentos.

Evidenciará no decorrer deste trabalho as recentes medidas, aprovadas pelo governo Federal que viabilizam a apropriação do território por grupos empresariais. Também é objetivo deste trabalho considerar os processos de resistências dos Povos tradicionais na disputa por seus territórios.

MEDIDAS JURÍDICAS DE APROPRIAÇÃO TERRITORIAL

No dia 28 de setembro de 2017 o então presidente Michel Temer assinou parecer “vinculante”, ou seja, válido para toda a administração pública, onde entende que os povos indígenas “têm o direito à terra” desde que a área pretendida estivesse ocupada pelos indígenas na data da promulgação da Constituição Federal”. Esse entendimento jurídico, chamado de “marco temporal”, dificulta o reconhecimento de terras indígenas que não estavam ocupadas por esses povos antes da constituição de 1988. “O parecer é assinado por Temer no momento em que ele busca apoio parlamentar no Congresso para escapar de uma denúncia de suposta corrupção”³ Segue o quadro das recentes medidas aprovadas, ou em processo de aprovação, pelo governo federal em benefício do agronegócio.

Quadro nº 01: Medidas aprovadas ou em processo de aprovação:

Instrumentos jurídicos – nº	Autor	Teor
PEC 2154	Dep. Almir Sá-PPB5/RR	Retira do executivo a exclusividade de demarcação de terras indígenas, tendo o congresso nacional o poder de demarcação.
PL 8062/14	Dep. Alceu Moreira PMDB-RS	Regulamenta o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais.
PL 490/2007	Dep. Homero Pereira-PR/MT	Estabelece que a demarcação de área indígena será feita mediante lei específica. Altera a Lei nº 6.001, de 1973
PL 2311/2007	Dep. Edio Lopes-	Regulamenta a demarcação das terras indígenas.

3CF. Folha de São Paulo, 28 de setembro de 2017.

4 O relator foi o deputado e ministro da agricultura Osmar Serraglio (PMDB-PR), vinculado à bancada ruralista.

5 Partido Progressista Brasileiro. Em 2003 o partido mudou para a sigla PP (Partido Progressista).

	PMDB/PR	Estabelece critérios para identificação e delimitação das terras indígenas ⁶ .
PL n° 34, de 2015	Dep. Luis Carlos Heinze-PP/RS	Altera a Lei de Biossegurança para liberar os produtores de alimentos de informar ao consumidor sobre a presença de componentes transgênicos quando esta se der em porcentagem inferior a 1% da composição total do produto alimentício.
PL do Senado n° 626, de 2011	Sen. Flexa Ribeiro-PSDB/PA	Dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências.
PL n° 759, de 2016	Presidência da República	Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União, e dá outras providências.
PL n° 4059/2012	Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural	Critérios de aquisição de áreas rurais e suas utilizações, por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras.

Fonte: Organizado pelo autor.

⁶CF. Disponível em: Site da Câmara.

Outras medidas jurídicas aprovadas de impacto significativo na reconfiguração fundiária na Amazônia foi o Programa Terra Legal, vinculado ao então Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) criado em 2009 através da Lei 11.952, tendo como objetivo regularizar áreas fundiárias de ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, de até 15 módulos fiscais e 1,5 mil hectares (BRENDA; BARRETO, 2010). De acordo com o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) o programa prevê as seguintes fases: “cadastramento de posses, georreferenciamento, vistoria (em alguns casos previstos em lei), emissão de títulos e monitoramento pós-titulação. Esse relatório analisa as quatro fases iniciais do programa em seu primeiro ano de atuação” (Ibid, p. 09).

A medida provisória que antecede a lei 11.952/2010, a MP 458/2009, foi motivo de várias críticas, inclusive uma Ação do Ministério Público Federal foi movida, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), uma vez que para acelerar o processo de titulação a lei isenta uma vistoria obrigatória para terras abaixo de quatro módulos fiscais. Isso implica, por exemplo, em titular sem uma vistoria prévia territórios de povos e comunidades tradicionais (Ibid, p. 10).

A medida provisória foi inclusive apelidada de “MP da grilagem”, uma vez que, apesar de a lei ter uma série de restrições para obtenção de terras por funcionários públicos vinculados a programas agrários, a lei não restringe a obtenção de várias terras pelos mesmos familiares. “É frequente encontrar solicitações de regularização de vários imóveis vizinhos, todos pertencentes a familiares (por exemplo, pais e filhos, tios e sobrinhos)”. (Ibid, p. 15). Foi justamente essa ausência de vistoria um dos fatores para a ação movida pelo MPF. Ainda de acordo com o relatório do IMAZON houve inúmeras “facilidades para a regularização das posses ilegais, como descontos no preço da terra e longo prazo para pagamento. Críticos apontaram que a MP poderia estimular a continuação da apropriação ilegal de terras públicas” (Ibid p. 11).

Dessa forma, sob o discurso de regularização fundiária das terras da união, expresso na lei 11.952/2010, o que ocorre é a apropriação territorial por grupos empresariais das áreas públicas, se prevalecendo de leis e aparatos do Estado.

O Programa Terra Legal, foi alvo de investigação coordenada pela Polícia Federal ao MDA. A operação “Terra Legítima” contou com a participação de 70 policiais federais tinha como propósito desarticular funcionários públicos que cobravam propinas para regularizar terras sem os critérios estabelecidos pelo “Terra Legal”.⁷

Há também a discussão de outros projetos de leis, entre eles o PL 3729/04 que modifica as regras de licenciamento ambiental, flexibilizando os procedimentos para a concessão de licenciamento ambiental na execução de obras, “exime empreendimentos agropecuários da exigência de licenciamento e dá prazo máximo [dez meses] para que os órgãos ambientais decidam sobre o pedido dos empreendedores”⁸. Este projeto foi amplamente criticado por ambientalistas que o consideraram um retrocesso na legislação ambiental. De acordo com o diretor da ONG SOS Mata Atlântica, Mário Mantovani, afirma que “houve um acerto entre o governo e a bancada ruralista para retirar a exigência de licenciamento. Outros setores querem o mesmo, como a mineração e a geração de energia, por isso o projeto não nos atende”. O deputado Federal Alessandro Molon (Rede-RJ), coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista (FPA), também fez críticas ao projeto onde afirma: “desmonta o licenciamento ambiental ao não mais exigilo para atividades agrícolas ou pecuárias, ao permitir uma espécie de guerra fiscal ambiental entre os estados e ao possibilitar que o crédito seja concedido aos empreendimentos mesmo sem licença”.

A VIOLÊNCIA COMO ESTRATÉGIA DE APROPRIAÇÃO TERRITORIAL

Outros dispositivos estratégicos de apropriação do território pelos grupos empresariais é a violência como forma de dominação contra os movimentos sociais que reivindicam o território, através da intimidação e da exposição da violência no campo. A violência não é, portanto, um acidente ou mesmo uma consequência do conflito no campo, mas é uma ação consciente que tem como propósito a reprodução dos grupos detentores do poder territorial.

⁷ CF. Diário do Pará, 28 de julho de 2015.

⁸ CF. Câmara Legislativa, 13 de setembro de 2017.

José Vicente Tavares dos Santos define violência como um “procedimento racional que envolve, em sua própria racionalidade, o arbítrio, na medida que o desencadear da violência produz efeitos incontroláveis e imprevisíveis” (SANTOS, 1993). Ainda cita outras manifestações de violência, como a “violência programada” exercida pelos projetos de colonização. “Trata-se da irracionalidade ecológica, agrônômica e econômica, imanente à racionalidade político-ideológica dos programas de colonização” (Ibid). A “violência simbólica”, manifestada nos discursos oficiais: “Discurso da colonização que gerava uma mensagem favorável às novas terras, induzindo a população a partir”. Também manifestada nas “mortes anunciadas” ou das “juradas”. (SANTOS, 1993).

De acordo com o relatório de mortes no campo, elaborado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), no ano de 2017 foram 70 pessoas assassinadas, o Estado do Pará é líder no ranking, com 21 pessoas. Já as ameaças de mortes totalizaram 227 pessoas, sendo 41 apenas no estado do Pará⁹. Além da violência física, de eliminação de lideranças camponesas, percebe-se a criminalização dos movimentos sociais. Recentemente entrou em discussão a lei que tipifica os movimentos como organização criminosa, sendo, inclusive, aplicado a lei de organização criminosa em lideranças do MST no Estado de Goiás e Paraná em 2017.

As classes dominantes agrárias adotam estratégias de acumulação utilizando a violência como parte dessas estratégias, tendo o suplício do corpo¹⁰ no espaço agrário como, de acordo com Santos (1993) “recriação das formas de punição, como efeito do processo de modernização da agricultura” como resposta aos grupos que contestam a reprodução de dominação.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA POR RECONHECIMENTO DE SEUS TERRITÓRIOS

9 Cf. Comissão Pastoral da Terra (CPT), relatório de mortes e ameaças no campo.

10 José Vicente Tavares dos Santos cita Michel Foucault sobre a tecnologia de poder que exerce sobre os homens, com o fim de, ao modificar os corpos, de pessoas e grupos sociais, provoca um efeito de demonstração para silenciar, punir e intimidar através da exposição do corpo. Exemplo visível no campo onde as vítimas são deixadas na estrada como forma de intimidação. Não há a preocupação em esconder o crime, ao contrário, o objetivo é expor. Em 2011 o assassinato do casal de extrativistas Maria do Espírito Santo e José Cláudio Ribeiro, tiveram essas características.

Os atores locais que disputam o controle do território adotam como estratégia a aliança com grupos sociais com pautas ambientais, atraindo segmentos sociais que lutam pela preservação ambiental, como os ambientalistas, dinamizando a reivindicação territorial incorporando a proteção ambiental. Exemplo dessa estratégia de aliança é a criação das reservas extrativistas onde incorporam um “instrumento legal que permite aliar a luta por controle territorial com a busca da manutenção de modos de vida e de ambientes” (ALVES; SANT'ANA JÚNIOR, 1993).

Alguns exemplos da aliança dos atores locais e os movimentos ambientalistas ocorreram entre os seringueiros, uma vez que ao lutar contra a derrubada da floresta estão ao mesmo tempo lutando não somente pela sua reprodução social, mas pela preservação ambiental, atraindo, portanto, os movimentos ambientalistas.

Outra estratégia de aliança entre os atores locais e outros atores de projeção nacional e internacional é manifestada nos discursos ambientais dos povos indígenas na luta pela demarcação de seu território. O exemplo dessa articulação pode-se observar no discurso do líder dos Yanomamis Davi Kopenawa onde a “ecologização do discurso político dos representantes indígenas que faz eco, por via das ONGs, à ascensão do ambientalismo na sensibilidade política dos países industrializados” (ALBERT, 1995). Ou seja, os indígenas utilizam de um discurso que preocupa a cultura ocidental, a crise ambiental, poluição etc. para projetar a reivindicação do seu território, conseguindo com isso sensibilizar outros atores.

Na medida em que os grupos empresariais se apropriam do território, fazendo uso, sobretudo, da violência, os atores dos movimentos sociais respondem a essas medidas. Os camponeses, por exemplo, ocupam o território em disputa, acampam, ocupam órgãos públicos e rodovias.

Recentemente o acampamento Helenira Rezende¹¹ palco de disputa entre o MST e o grupo empresarial ligado ao banqueiro Daniel Dantas. Os atores adotam estratégias na disputa da referida propriedade. Em nota divulgada pela Universidade Federal do Sul e

¹¹A fazenda Cedro, do grupo Oportunity, ligada ao banqueiro Daniel Dantas encontra-se na cidade de Marabá, na BR 222 sentido Marabá-Eldorado dos Carajás. O Movimento dos Sem-Terra (MST) instalou acampamento em parte da fazenda desde o ano de 2009.

Sudeste do Pará-UNIFESSPA, um grupo de pesquisadores elaboraram um texto relatório afirmando que funcionários contratados pela empresa pressionam as famílias acampadas para que deixem o local, utilizando para isso seguranças armados como estratégia de intimidação. Além disso outros modos violentos foram adotados, por exemplo, o despejo de produtos agrotóxicos em direção ao acampamento. Enquanto isso os movimentos sociais adotam como estratégia a ocupação da fazenda e de órgãos públicos, a aliança com outros atores, como Universidades, advogados e lideranças religiosas.

CONCLUSÃO

Os grupos empresariais utilizam estratégias diversas para controlar o território e apropriar-se dos recursos naturais e expandir-se. Estratégias jurídicas; políticas; uso da violência. Entretanto, os povos que sobrevivem do território amazônico: índios, Quebradeiras de coco babaçu, Camponeses, em suma, os povos tradicionais, ao serem violentados, espoliados de seus territórios, esses povos não assistem ao conflito como coadjuvante, mas como ator participativo que se reinventam na luta pelo território. Adotam alianças com outros atores, dinamizando a suas pautas reivindicatórias.

É preciso, portanto, refletir a dinâmica dos conflitos sociais na Amazônia e suas especificidades, onde as relações envolvem outros arcabouços que não se limitam a contradição Capital-trabalho, mas elementos étnicos e territoriais. Percebemos que o conflito entre os atores está longe de se limitar as dinâmicas das sociedades industrializadas, mas concentra-se, sobretudo, nas disputas pelo controle dos recursos naturais, o que, por sua vez, mobiliza atores de diferentes reivindicações e culturas.

O conflito na Amazônia se manifesta em características distintas das sociedades industriais contemporâneas. Nesses lugares há um conflito manifestado na relação Capital-trabalho, ou seja, o antagonismo entre os trabalhadores que reivindicam melhores condições de reprodução social e as classes dominantes que buscam aumento da exploração do trabalho para aumentar a taxa de lucro. Na Amazônia o conflito não se manifesta diretamente nessa relação, mas na disputa por recursos naturais, onde o Capital se apropria do território, a terra como exploração de recursos, sobretudo, minerais, ou

mesmo para a especulação. Contra isso os atores antagônicos não são estritamente trabalhadores, mas também grupos étnicos, indígenas, quilombolas, povos tradicionais que também reivindicam o território. Também os camponeses não têm uma relação de assalariamento, mas representam grupos que não estão subordinados diretamente ao capital, na condição de trabalhadores que vendem sua força de trabalho, mas sujeitos que também reivindicam o território para a sua reprodução física e social. Em suma, o conflito social se manifesta na disputa pelo uso dos recursos naturais, disputa por territorialização.

REFERÊNCIAS

BRITO, Brenda e BARRETO, Paulo. **Primeiro ano do Programa Terra Legal: avaliação e recomendações**. Belém, PA: IMAZON, 2010.

DIÁRIO DO PARÁ ONLINE, 2016. **Servidores do INCRA são presos acusados de Fraude**. Disponível em: <<http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-338706-servidores-do-incra-saopresos-acusados-de-fraude.html>>. Acesso em 16 de jan. 2016.

SANTOS, José Vicente Tavares. A cidadania dilacerada: Revista Crítica de Ciências Sociais, Nº 37, 1993.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de lei 4059/2012**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=548018>>. Acesso em 07 de junho, 2018.

_____**PEC 215/2000**. Proposta de Emenda à Constituição. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14562>. Acesso em 07 de junho, 2018.

_____**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 759, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-759-22-dezembro-2016-784124-norma-pe.html>. Acesso em 07 de junho, 2018.

_____**PL 490/2007** Projeto de Lei. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=345311>. Acesso em 07 de junho, 2018.

_____**PL 2311/2007** Projeto de Lei. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=374468>. Acesso em 07 de junho, 2018.

_____Projeto regulamenta o licenciamento ambiental. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/MEIO-AMBIENTE/481972-PROJETO-REGULAMENTA-O-LICENCIAMENTO-AMBIENTAL.html>. Acesso em 07 de junho, 2018.

Projeto de Lei da Câmara n° 34, de 2015. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/120996>. Acesso em 07 de junho, 2018.

_____Projeto de Lei do Senado n° 626, de 2011. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/102721>. Acesso em 07 de junho, 2018.

Em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111952.htm>. Acesso em 15 de nov. 2015.

Em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Mpv/458.htm>. Acesso em 15 de nov. 2015.

Em: <<http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.aspx?id=397081&tipo=TP&descric>



GT 2 – Ruralidades, Meio Ambiente e Conflitualidades

REFLEXOS SOCIOPOLÍTICOS CONTEMPORÂNEOS NA CONFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JACUNDÁ – PA A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ

Alana Pereira da Silva¹
Célia Regina Congilio²

RESUMO

A construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí – PA iniciada na década de 1970, período de regime militar no Brasil, deu prosseguimento à planos de exploração de recursos naturais da Amazônia com incentivos fiscais para os Grandes Projetos que se instalaram na região. Aconteceram diversos conflitos econômicos, sociais, políticos e ambientais que, interligados, afetaram severamente as populações residentes no entorno da barragem. No caso da construção da barragem, existem relatos que descrevem desde o uso indevido do “agente laranja” para desfolhamento das árvores da região em que seria o lago, contaminando águas e peixes, até o deslocamento compulsório de populações ribeirinhas, indígenas, camponesas, que tiveram de deixar suas terras, plantações, culturas, para viver em locais de incertezas que modificaram totalmente os seus modos de vida.

Palavras-Chaves: Hidrelétrica, Estado, Conflitos Ambientais.

¹ Graduanda no curso de Bacharelado Ciências Sociais, Bolsista PIBIC/UNIFESSPA-2017, UNIFESSPA, Marabá – PA, Brasil.

² Profa. na UNIFESSPA - Instituto de Ciências Humanas, coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Mudança Social no Sudeste Paraense - UNIFESSPA e membro do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais - PUC-SP.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa refere-se ao Plano de Trabalho apresentado ao PIBIC/UNIFESSPA-2017, cujo projeto interinstitucional é coordenado pelo IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Aprovado pelo CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), tem como título geral “*As lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subseqüentes à redemocratização do país*”.

O projeto tem como escopo geral recuperar a memória das populações atingidas no que diz respeito aos impactos sobre as condições de suas vidas, uma vez que os estudos à época foram muitas vezes restringidos pela censura a que foram submetidos pelo regime militar, à época de construção da barragem. No plano de trabalho que dá nome a este artigo e se incorpora ao projeto, buscamos a compreensão dessa memória em sua contemporaneidade. A pesquisa de campo foi realizada no município de Jacundá- PA, município próximo à Tucuruí e que teve seu território de origem totalmente submerso. As populações, predominantemente ribeirinhas, tiveram suas dinâmicas de vidas interrompidas com a chegada da ELETRONORTE, que trazia pelo governo, um discurso de “desenvolvimento” e “progresso” para a região.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Após algumas leituras como Acselrad (1991, 2004, 2015), Bosi (1994), Magalhães (1992), entre outros, para conhecer melhor o tema, iniciamos o campo com a técnica conhecida por “bola de neve”, que consiste em fazer contatos iniciais e a partir deles descobrir novos personagens, caminhando para uma abordagem mais ampla sobre as opiniões dos moradores. A observação participante também foi utilizada durante as entrevistas com os atingidos, essa é uma técnica de investigação social em que o pesquisador compartilha as atividades, ocasiões, interesses de uma determinada comunidade com objetivo de captar experiências subjetivas.

A história oral também tem sido utilizada, uma vez que, de acordo com Silva (2015), trata-se de uma metodologia qualitativa, situada no terreno das experiências

humanas que traduzem visões particulares de processos coletivos. Delgado (2006, p.15), atesta as entrevistas como um procedimento metodológico que, somado a outras fontes e documentos, registra:

Através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, consensuais. Não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas, sim, o registro de depoimento sobre essa história vivida.

O acervo histórico (jornais, documentos oficiais da Eletronorte, artigos, revistas, documentos de produção de movimentos sociais) existentes no CEPASP-Centro de Educação, Pesquisa, e Assessoria Sindical e Popular, situado em Marabá –PA, nos permitiu explorar os documentos relacionados à barragem e, como contrapartida, colaboramos na organização do acervo, uma vez que o material se encontrava disperso em meio a outros assuntos. Separamos dos demais e colocamos em ordem por data e tipo de documento em pasta que identificamos como UHE ELETRONORTE.

DA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ ÀS CONSEQUÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE JACUNDÁ

A Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Sul do estado do Pará começa a ter reflexos em estudos sobre a biodiversidade das áreas que seriam afetadas, ainda na década de sessenta. O golpe militar de 1964 possibilitou a instalação de vários empreendimentos na Amazônia brasileira, a exemplo do Projeto Grande Carajás e com ele a vinda de outras empresas multinacionais. Fazia-se necessário uma fonte de energia elétrica para impulsionar a produção desses empreendimentos de expansão capitalista na região.

Propagandas da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) fortalecem esse processo com ideias como “chega de lendas, vamos faturar”, numa concepção deturpada e estereotipada sobre a região amazônica compreendida pelo Estado como um vazio demográfico, um espaço aberto, disposto a ser conquistado e explorado. Na campanha, frases como “muitas pessoas estão sendo capazes, hoje, de tirar proveito das riquezas da Amazônia com o aplauso e incentivo da SUDAM” e “você terá todo apoio do Governo Federal e dos Governos dos Estados que compõem a Amazônia” mostram como se deu essa ação “empreendedora” (Acserald, 1991).

No contexto Amazônico, conflitos territoriais começaram a acirrar com as grandes obras de desenvolvimento capitalista que, ao desconsiderar totalmente as populações já

existentes, atraiu uma grande quantidade de migrantes com as promessas de terras e/ou de melhores condições de sobrevivência. Conforme Hébette (2004, p.31), “foi naqueles anos que se definiram as bases do ‘modelo’ de uma industrialização brasileira atrelada às economias das grandes potências ocidentais, coube ao Governo Kubitschek (1955-60) atender a essa necessidade e desencadear o processo de integração da Amazônia à economia nacionalmente dominante”.

Vieram também os investidores do grande capital que, incentivados financeiramente pelo Estado, se propunham a “desenvolver”, melhor dizendo, explorar a região. Através de diversos programas, chamados de colonização, contingentes de trabalhadores sem posses foram chamados para povoar a Amazônia que o Estado considerou “desabitada”. Garantiu assim força de trabalho a baixo custo que se somou aos habitantes tradicionais da região desalojadas pelos empreendimentos e se tornavam disponíveis ao maciço volume de obras de infraestrutura que, adicionando-se aos incentivos fiscais e aos tantos outros benefícios cedidos, garantiu a presença de grandes empresários capitalistas, nacionais e internacionais.

O Governo Militar tratou logo de implantar leis, instituições e estudos destinados ao favorecimento da acumulação. Inicialmente instituiu o Estatuto da Terra, que em parceria com os ‘incentivos fiscais’ representaram uma verdadeira devastação da floresta. Dois setores interessavam aos parceiros a serviço da acumulação, Governo Militar e capital estrangeiro associados: os recursos minerais e os energéticos. A exploração dos primeiros dependia do desenvolvimento dos segundos. Para encaminhar as demandas, o Governo Militar, através do decreto-lei 63.962/68, criou o Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia, sob responsabilidade das Centrais Elétricas do Brasil (ELETROBRAS), que a partir de 1973 ficou a cargo das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE), subsidiárias da ELETROBRAS (Cruz, 2015, p.21).

Acserald (1991) explica que a implantação da UHE de Tucuruí se deu em uma conjuntura de um Estado de regime autoritário e a construção desse projeto se desenvolveu sem consulta à população. Famílias rurais e ribeirinhas tiveram suas condições de existência alteradas pelas medidas preparatórias do enchimento do reservatório e inundação de seus espaços tradicionais, passando a conviver com a infertilidade dos solos, a falta de recursos de água próximos aos lotes, o desconhecimento pelos técnicos das práticas agrícolas dos povos ribeirinhos, a falta de estradas para acesso aos lotes em que as famílias eram transferidas e também dificuldades para chegar em hospitais, postos de saúde e escolas.

Acserald (op.cit.) considera que o planejamento autoritário do processo de construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Tucuruí desqualificou e desapropriou com indenizações, muitas vezes irrisórias, os grupos sociais atingidos. As áreas inundadas foram tidas como propriedades privadas e assim se desconsiderou as diferentes relações socioculturais existentes no local. Para o autor, a única relação social que permeou a apropriação dessa área pela empresa foi a da propriedade jurídica sobre a terra, considerada apenas como mercadoria, agora individualizada, contra o uso coletivo que se fazia dela. Diante disso, a construção da barragem causou danos a diversas Vilas, comunidades, municípios, dentre eles a antiga Jacundá, que surge em 1892, às margens do rio Tocantins, com pouco mais de três mil habitantes.

Contribuindo para a esquematização da história de Jacundá, Leopoldino Martins Dias descreve em seu livro: "*História da Antiga e Nova Jacundá*" que o município é um pedaço da Amazônia que nasceu a margem direita do Rio Tocantins no centro da floresta verdejante, fundada e desbravada por gente humilde, brava e hospitaleira (Leopoldino, 2013). A cidade teve seu município de origem totalmente submerso, de forma que as populações predominantemente ribeirinhas tiveram suas dinâmicas de vidas interrompidas e tiveram de se deslocar para a Vila Arraia, localizada às margens da denominada rodovia Paulo Fonteles, a PA-150, que passa pelos municípios de Goianésia do Pará, Jacundá, Nova Ipixuna até chegar em Marabá, esta última já com uma dinâmica social e econômica constituída.

Leopoldino, (ou seu Leó, como é conhecido em Jacundá) relata também que a intervenção da Eletronorte, ao longo de trinta e três anos, mantém ainda boa parcela dos expropriados sob sonegação, fraudes, estelionatos e inconstitucionalidade, uma vez que nunca receberam indenizações, mesmo com o reconhecimento de atingidos. Explica ainda a dificuldade de alguns moradores receberem indenização por serem analfabetos e não conseguirem cumprir os requisitos jurídicos de suas demandas. Muitos assinaram digitalmente documentos em que assumiam que a empresa os indenizara e tiveram que deixar as terras sem nunca ter recebido o que estava escrito no papel.

O descaso ambiental também esteve presente; Acserald (2014) escreve que sempre se verificou, no caso do meio ambiente, disputas por apropriação dos rios entre populações ribeirinhas e os projetos Hidroelétricos, gerando assim os conflitos ambientais. O autor caracteriza como conflitos ambientais os acontecimentos que envolvem grupos sociais com diferentes modos de apropriação, uso e significação do

território. Logo, a nomeação do espaço material como “meio ambiente” redefine as bases de legitimidade relativa das diferentes práticas de apropriação do mundo material.

“A concentração da posse sobre os elementos da base material da sociedade através de grandes projetos de apropriação do espaço e do meio ambiente material produziu grandes impactos e efeitos de desestruturação de ecossistemas, ao mesmo tempo em que os pequenos produtores, populações ribeirinhas e deslocados compulsórios foram concentrados em áreas exíguas, com terras menos férteis, devendo intensificar ritmos da exploração de suas áreas, ocasionando, por ambos os processos conjugados, perda de biodiversidade, comprometimento de disponibilidade de água, da fertilidade dos solos etc.” (ACSELRAD, 2004, p.14)

A pesquisa documental realizada no Centro de Educação Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP), localizada no Município de Marabá – PA disponibiliza documentos gerais sobre a construção da barragem de Tucuruí. Uma delas é sobre o “agente laranja”, um herbicida utilizado no desfolhamento das árvores para que as comportas da Hidrelétrica pudessem ser fechadas e o enchimento do reservatório de água pudesse ser feito. O “agente laranja” é composto por uma dioxina utilizada pelo exército dos Estados Unidos na guerra do Vietnã para desfolharem as árvores e encontrar seus inimigos; altamente cancerígena, deixou sequelas na população Vietnamita e até mesmo nos soldados norte-americanos.

O uso do “agente laranja”, durante e depois do enchimento do lago, trouxe consequências tanto para a natureza, quanto para a população do entorno do lago. No ecossistema aquático provocou a extinção de várias espécies de peixes e diminuição na proliferação de outras. Nos humanos, trouxe infecção e má formação de fetos, crianças com microcefalia, abortos “espontâneos”, câncer, viroses, sem contar no surto de mosquitos que espalhou malária para toda a região do baixo Tocantins (à jusante da barragem). Analisar os conflitos ambientais é perceber também como eles refletem na vida social, partindo da perspectiva de que o “meio ambiente” não está separado do trabalhador.

Em pesquisa exploratória de campo, com jovens que não vivenciaram o período nos quais suas famílias foram protagonistas, indagados sobre o conhecimento que tinham sobre esse período, alguns responderam que ouviram histórias de que a população achava que o fato da nova localidade estar à beira da PA-150 seria positivo, pois acreditavam que pelo fácil acesso ao município e o “progresso” que empresas e o Estado prometiam, este iria de desenvolver com rapidez e eficiência, o que não ocorreu, uma vez que proliferaram

bairros periféricos pobres e sem políticas de saúde, emprego, lazer ou qualquer condição digna de sobrevivência. Outros falam do distanciamento das populações da Antiga Jacundá com o rio, desde suas práticas econômicas de subsistência, higiene, lazer, ao sentimento de respeito e amor com as águas, trazendo a reflexão de que um projeto como esse não deve tratar apenas dos aspectos materiais da existência dos atingidos, mas também de toda uma subjetividade inerente aos seus modos de vida.

Leoeze, filho de Leopoldino, nasceu e morou na antiga Jacundá até os 14 anos, quando sua família teve que se deslocar para a Vila Arraia, na Nova Jacundá. Ele conta sobre a dificuldade de adaptação dos jovens nas novas formas de convivência e sociabilização, que sente muita falta do rio, das brincadeiras que fazia com seus amigos, e lamenta que as crianças de hoje não tenham essa relação com a natureza e os rios.

Outro aspecto a se considerar é que nesse período a extração de madeira também estava em alta e que várias madeireiras se instalaram na Amazônia. No processo de enchimento do lago, a ELETRONORTE permitiu e facilitou a retirada apenas das árvores que tinham madeiras de alto custo monetário, reaproveitáveis para venda, favorecendo aos grandes madeireiros da região. Muitos dos trabalhadores que perderam suas atividades de subsistência junto ao rio, muitas vezes idosos que passaram a vida inteira como pescadores e jovens sem experiência na área, com uma vida inteira pela frente, deixam os estudos para trabalhar nas madeireiras e contribuir com as despesas da família, submissos a trabalhos distantes da sua antiga realidade.

O ESTADO COMO PROPULSOR DA EXPANSÃO CAPITALISTA

A perspectiva da construção da barragem de Tucuruí nos leva a refletir sobre a atuação do Estado. Montenegro (2012) cita Wood (2007) para explicar que, no plano ideológico, o sistema capitalista se apresenta como uma estrutura onde o político e o econômico se apresentam como elementos separados. Isso se reflete e interfere diretamente na construção da ideologia desenvolvimentista, uma vez que nas democracias modernas o “econômico” (mercado) estaria, assim, protegido do político. Esse entendimento produz uma teoria da democracia que distingue o tema do poder político da distribuição de propriedade. A democracia se situaria no campo da Política e sua dinâmica representativa. A propriedade, e o uso que se faz dela, pertenceriam à esfera da Economia.

Wood explica que na separação dessas esferas (político e econômico) está presente uma realidade e uma dissimulação. A realidade é que as esferas econômicas (a troca) se materializam nas instituições concretas do mercado, daí então, aparentemente

apartadas da política; já a dissimulação está relacionada à origem política das instituições camuflada desde quando a burguesia assume o poder na passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. O poder, transferido para o Estado Liberal, organiza este de tal forma que, coercitivamente, garante e legitima, no âmbito jurídico, a propriedade privada do uso da terra, do trabalho e dos meios de produção. A aparente democracia está na representatividade e no fato de que qualquer membro da sociedade pode, quando “capacitado”, ocupar cargos na burocracia do governo e no próprio parlamento.

Essa separação ideológica entre o político e o econômico, além de estar relacionado às instituições presentes no capitalismo, também se relaciona com o processo histórico de expropriação dos meios de produção dos trabalhadores que, nessa situação, acabam por vender seu único bem maior, a força de trabalho, para sobreviver. Chauí (2000, p.537), completa:

É preciso, portanto, que os interesses comuns entre os proprietários dos meios de produção e a força para dominar os não-proprietários sejam estabelecidos de maneira tal que pareçam corretos, legítimos e válidos para todos. Para isso, criam o Estado como poder separado da sociedade, portador do direito e das leis, dotado de força para usar a violência na repressão de tudo quanto pareça perigoso à estrutura econômica existente. (CHAUÍ, 2000, p. 537).

Nessa divisão entre dirigente e produtor, entre apropriadores de meios de produção e aqueles que de fato produzem riquezas - os trabalhadores -, se constitui a desigualdade imensa nas condições de vida que permeiam o capitalismo e joga no abismo das incertezas os transformados em desapropriados.

A construção de uma Hidrelétrica como a de Tucuruí requer alta demanda de força de trabalho e, ao serem despojados dos meios de trabalho, os expropriados são obrigados a procurar outros meios de encaminharem suas vidas em subempregos ou de acordo com as condições oferecidas pelos empregadores. O Estado, no que diz respeito aos grandes projetos, desempenhou papel estruturante a respeito da internacionalização e ao desenvolvimento do capitalismo na região:

Foi, sobretudo, a partir da ditadura militar, que o Estado brasileiro criou as condições institucionais para aquela internacionalização, através do aproveitamento dos recursos naturais da Amazônia pela via dos grandes projetos, demarcando um novo momento na história da Região. As empresas **transnacionais** aqui instaladas, beneficiadas pelos incentivos fiscais e outros benefícios deste período de desregulamentação, privatização e flexibilização, organizam a produção de matéria-prima a baixo custo (mão de obra barata, energia subsidiada, infraestrutura

oferecida pelo Estado fiscalização ambiental incipiente e etc.), remetendo-a aos países hegemônicos, nos quais é processada e tornada mercadoria, alimentando assim, ciclo de produção e acumulação de capital. (Nascimento, 2006, p.14) [grifo da autora].

Marx e Engels (1998, p.74), afirmam que o Estado é “[...] a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns [...]”, e isso ocorre no âmbito da luta de classes. Em contrapartida a essa intensificação do avanço capitalista na região, passou-se haver mobilizações contra a ELN, como a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Comissão dos Atingidos pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí (CATU), entre outras organizações. Sendo assim, trabalhadores participavam dessas manifestações direcionando-se às instituições do Estado localizadas em Brasília reivindicando seus direitos. Posteriormente, surgem lideranças de movimentos sociais como o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) no município de Tucuruí, organizando-se também em prol de combater esses empreendimentos que fazem parte do Programa Grande Carajás, onde a violência é, por sua vez, ora aberta, ora velada. A resistência sempre esteve presente, dando visibilidade aos efeitos causados aos trabalhadores e conquistando posições na luta histórica entre estes e os expropriadores das riquezas que produzem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da Hidrelétrica de Tucuruí nos direciona para uma reflexão sobre a presença do Estado e da estrutura em que se baseia a ideologia capitalista. O resgate dessa memória também contribui para pensarmos sobre os conflitos ambientais, sociais e econômicos conectados no que diz respeito aos impactos da expansão do capitalismo na sociedade amazônica. Jacundá atualmente possui cerca de 57.000 habitantes, formada por pessoas de outros estados e cidades que chegaram à região em busca de empregos que se prometiam fartos à época da construção dos grandes projetos minerários e que foram desaparecendo a partir de que as obras que exigiam maior número de braços iam se finalizando. Existem ainda bairros formados por famílias originárias, que se deslocaram para o município na etapa da inundação da Antiga Jacundá. A maioria da população vive em condições precárias, com alto índice de desemprego e de vulnerabilidade.

Pensar na História da UHE Tucuruí é perceber que, mesmo passados anos e várias pesquisas terem sido realizadas, ainda há um vasto campo a ser explorado e perceber a opressão que ainda reverbera na tentativa de silenciar e apagar as memórias desse período no atual regime democrático. Existem, ainda hoje, famílias que não receberam

indenizações, muitas que vivem em situações precárias e pagam altas taxas de energia mesmo morando próximas à barragem. A problemática em questão é pensar se são situações criadas por regimes políticos autoritários, tipo a ditadura militar em que se criou a UHT ou é a própria estrutura do Estado capitalista e a ideologia em que o sistema se baseia que as provocam. Se antes o inimigo era visível, violento, egocêntrico, oportunista, agressivo, hoje, ele parece se encontrar mascarado, escondendo-se atrás de uma suposta democracia.

No presente, a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, nas proximidades de Altamira, projetada em vigência do governo Lula e inaugurada pela presidenta Dilma Rousseff, em 2016, é um exemplo claro do que sobra de “progresso” às populações que residem ou foram removidas pela construção de uma grande barragem, mesmo em períodos chamados democráticos. A história se repetiu: florestas foram destruídas e a podridão delas trouxe doenças, milhares de trabalhadores migraram para a região por empregos de curta duração e hoje inflam bairros empobrecidos sem políticas sociais, quilômetros de rios tiveram sua vazão reduzida, extinguindo várias espécies de peixes. Grupos ambientalistas alertam que os impactos socioambientais da construção de Belo Monte, até hoje não foram totalmente estudados e esclarecidos. Os de Tucuruí também não, mais de 30 anos passados!

Planejamentos governamentais indicam ainda dezenas de outras barragens a serem construídas na Amazônia, uma delas no município de Marabá, com impactos a serem sentidos em diversos municípios no seu entorno, dentre esses, Nova Ipixuna e Palestina do Pará, onde residem populações já deslocadas devido a implantação da hidrelétrica de Tucuruí e que terão novamente suas vidas reviradas.

A história tem mostrado que a implantação de grandes projetos na região sul e sudeste do Pará tem provocado disparidades entre os custos e os benefícios, com enormes desigualdades entre as populações empobrecidas e aqueles que desfrutam efetivamente desses benefícios. As discussões aqui apresentadas, ainda em pesquisa inicial, nos indicam uma realidade complexa que faz emergir relações estreitas a serem refletidas sobre questões econômicas, ambientais, as lutas de classe e a quem serve e quem se beneficia com o desenvolvimento econômico. A memória dos atingidos pela UHE ainda está em aberto e muito há ainda a se pesquisar sobre a expansão do capitalismo na Amazônia, os impactos que causa e as lutas sociais que inspira. Conhecer, visibilizar e resistir são memórias a não serem apagadas jamais!

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **Planejamento autoritário e desordem socioambiental na Amazônia: crônica do deslocamento de populações de Tucuruí**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: 25 (4): 53-68, out/dez. 1991.

ACSELRAD, H. **As práticas espaciais e o campo de conflitos ambientais**. In:____. (org.) Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004.

ACSERALD, H. Projeto aprovado pela CAPES - **Memórias brasileiras: conflitos sociais**, EDITAL N° 12/2015.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo. Companhia das letras, 1994.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CRUZ, Thiago M. da. **Mineração e Campesinato em Canaã dos Carajás: o avanço cruel do capital no sudeste paraense**. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia. Unifesspa: Marabá, 2015.

DELGADO, L. A. N. **História Oral – memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DIAS, Leopoldino. **História da antiga e nova Jacundá**. Jacundá- PA. Ed 2013.

HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Vol. I. Belém: EDUFPA, 2004.

MAGALHÃES, S. **TUCURUÍ - UMA ANÁLISE DA VISÃO DO ESTADO SOBRE O CAMPESINATO**. Boi. Mus. Para. Emitia Goeldi, sér. AntropoL, 1992.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. São Paulo: Hucitec, 1986.

Marxismo e Ciências Sociais do 35o Encontro Anual da Anpocs, em outubro de 2011.

MONTENEGRO, Darlan. **A separação entre o econômico e o político e a questão da democracia no pensamento de Ellen M. Wood**. Grupo de Trabalho Marxismo e Ciências Sociais do 35o Encontro Anual da Anpocs, em outubro de 2011

NASCIMENTO, Nadia Socorro F. **A Amazônia e desenvolvimento capitalista: elementos para uma compreensão da “questão social” na região**. Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, Luiz de Oliveira. **Atores na construção de um território: uma análise dos perfis dos assentados do projeto de assentamento (PA)**. Paulo Fonteles (Cuxiú) em São Domingos do Araguaia-Pará, 2015.

WOOD, M.E. **Capitalismo e democracia**. A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas. Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2007.

ALGUNS ELEMENTOS SOBRE A REALIDADE AGRÁRIA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL: BREVE SÍNTESE TEÓRICA

Autores: Alessandra Regina Müller Germani¹, Ana Paula Schervinski Villwock²,
Jacir João Chies³

Resumo

O presente artigo apresenta os resultados de um levantamento bibliográfico que teve como objetivo principal apresentar uma breve reflexão teórica sobre alguns elementos da realidade agrária e suas implicações para o desenvolvimento rural. Pois, a realidade agrária brasileira vivenciou períodos de significativas transformações em termos sociais, técnico-produtivos e ambientais, especialmente a partir dos anos 50. Essas mudanças desencadearam uma série de estudos e debates que geraram diferentes formas de interpretação. Neste contexto, a noção de desenvolvimento rural surge como uma estratégia teórica para orientar a formulação das políticas públicas, principalmente voltadas à agricultura familiar, buscando enfrentar os limites atribuídos ao estímulo da modernização agrícola.

Palavras-chave: realidade agrária; modernização; agricultura familiar;

¹ Professora Magistério Superior na UFFS e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural na UFSM. E-mail: alessandragermani@hotmail.com.

² Engenheira Agrônoma e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural na UFSM. E-mail: ana.agronomia@gmail.com.

³ Engenheiro Agrônomo. Professor e Coordenador Geral no Instituto EDUCAR no município de Pontão/RS. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL. E-mail: jacirchies@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A realidade agrária brasileira vivenciou períodos de significativas transformações em termos sociais, técnico-produtivos e ambientais, especialmente a partir dos anos 1950. De um lado pressionada pela aceleração do processo de industrialização e urbanização e, de outro, pela imposição dos novos padrões tecnológicos baseados na Revolução Verde, gerando um importante e rápido processo de mudanças no mundo rural brasileiro. Assim, esse espaço se transforma e se reconfigura, incorporando não só os novos processos produtivos, mas também produzindo novas e complexas questões sociais e ambientais (MIGUEL *et al*, 2014).

Essas mudanças desencadearam uma série de estudos e debates que geraram diferentes formas de interpretação sobre elas e que está diretamente ligada com a concepção de desenvolvimento e não somente à estrutura agrícola. Freitas, Freitas e Dias (2012) referem que foram principalmente as consequências negativas dessas mudanças que impulsionaram as diferentes revisões conceituais sobre o desenvolvimento e que em comum, essas novas narrativas buscam argumentar a multidimensionalidade desse processo.

Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo apresentar uma síntese teórica sobre alguns elementos da realidade agrária e suas implicações para o desenvolvimento rural, resultado de um levantamento bibliográfico pertinente à temática. Tendo em vista a amplitude das abordagens de cada um dos temas, optou-se por apresentar nesta síntese apenas alguns elementos de interesse pessoal-acadêmico, descritos na sequência.

2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL

O processo de modernização da agricultura no Brasil, que provocou uma série de mudanças no país, foi influenciado pelas experiências de progresso técnico, ligados ao uso de maquinários e insumos, com o intuito de promover o desenvolvimento rural a partir do incremento da produtividade, a exemplo das experiências dos Estados Unidos e a Europa na década de 1950. Neste contexto, a ideia de desenvolvimento rural vivenciada estava diretamente relacionada à promoção do desenvolvimento agrícola. Conseqüentemente, o crescimento da produção agrícola se tornou o principal indicador de crescimento econômico no campo dos países que aderiram ao pacote tecnológico da Revolução Verde (MATOS e PÊSSOA, 2011).

Conforme a visão do governo brasileiro da época, a implantação deste novo modelo de produção, pautado nos princípios da Revolução Verde, se configurou como uma estratégia para

a superação do “atraso” do mundo rural em relação às sociedades modernas, pois proporcionaria o aumento da produtividade da terra e do trabalho e, conseqüentemente, contribuiria para o desenvolvimento econômico do país. Ou seja, inicia-se nesse momento o período de modernização da agricultura no Brasil, tendo o Estado como principal indutor e financiador desse processo (MATOS e PÊSSOA, 2011; FREITAS, FREITAS e DIAS, 2012).

Mesmo existindo posicionamentos contrários a adoção desta estratégia de modernização agrícola no país, esse processo teve início na região sul, ainda nos anos 50, mas rapidamente chegou a outras regiões. Passados dez anos de investimento, foi possível identificar o rápido crescimento da produção das culturas que eram incentivadas pelo governo, principalmente a produção de commodities, que acabou tomando o espaço de diversas culturas tradicionais das regiões, justificada por ser produções de interesse do mercado externo e de alto rendimento. Ressalta-se que nessa época, os ganhos com o aumento da produtividade foram expressivos no Brasil (MATOS e PÊSSOA, 2011; SILVA e BOTELHO, 2015).

Neste período, o desenvolvimento da política de extensão rural esteve diretamente relacionado com o processo de modernização da agricultura, por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado em 1965, com a finalidade de servir como um mecanismo fomentador e financiador da política de modernização. A liberação do crédito estava diretamente atrelada à assistência técnica oficial, o que resultou na expansão dos serviços em todo o país. Essa forma de desenvolver a extensão rural de maneira verticalizada foi caracterizada como a fase do difusionismo produtivista, tendo em Everett M. Rogers a sustentação teórica para a transmissão dos saberes técnicos aos produtores rurais no Brasil (NEUMANN, ZARNOTT e DALBIANCO, 2016; SILVA e BOTELHO, 2015).

Paralelo aos resultados alcançados com a modernização da agricultura no Brasil, uma série de questões e debates foram emergindo em relação às transformações provocadas por esse processo, com vista ao caráter desigual, excludente e contraditório de sua implementação, que favorecia alguns produtores, produtos e espaços em detrimento de outros (MATOS e PÊSSOA, 2011; SILVA e BOTELHO, 2015).

Salienta-se, de acordo com a afirmação de Graziano da Silva (1982), que o processo de modernização vivenciado no Brasil, estimulado e financiado pelo Estado, de uma maneira geral foi conservador, por estar pautado no pacote tecnológico da Revolução Verde e por não ter beneficiado a todos os produtores, desencadeando contradições sociais (GRAZIANO DA SILVA, 1982; MATOS e PÊSSOA, 2011; SILVA e BOTELHO, 2015).

No período de 1960 a 1980, milhares de pessoas migraram para as cidades e o êxodo rural tornou-se um dos maiores problemas identificados com a modernização agrícola. Pois

como a maioria dos recursos era disponibilizada para os grandes produtores, estes puderam investir e foram reduzindo o espaço de arrendatários, parceiros e de pequenos produtores, provocando assim o êxodo rural. Os que permaneceram no campo se vincularam as grandes propriedades como força de trabalho e outros se organizaram para reivindicarem por melhores condições de permanência no campo (MATOS e PÊSSOA, 2011; SILVA e BOTELHO, 2015).

Além disso, nesse período foram alteradas não somente as relações sociais, mas também as relações de produção, para com a família e também para com o mercado. A modernização da agricultura brasileira é, para Graziano da Silva (2001), um processo que atrela a agricultura do país a uma indústria desenvolvida e ao comércio internacional, e que exclui grande parte dos produtores. Ou seja, a lógica moderna da estrutura agrícola se alicerça em paradigmas político econômicos, os quais não respondem às solicitações sociais no campo.

Para Graziano da Silva (2001), o Estado foi omissivo em propor políticas que pudessem prevenir ou atenuar os efeitos sociais referentes à transformação do padrão tecnológico de produção. As ações voltadas exclusivamente para o desenvolvimento agrícola, não foram acompanhadas pelo tão almejado desenvolvimento rural. Uma das principais razões para isso foi o fato de ter privilegiado as dimensões tecnológicas e econômicas em detrimento das mudanças sociais e políticas.

Neste contexto, conforme Picolotto (2014), a agricultura de base familiar, quando pensada sob a ótica socioeconômica, foi relegada pelo Estado e pelos setores dominantes a uma condição subsidiária aos interesses da grande exploração agropecuária, que foi considerada, ao longo do tempo, como a única capaz de gerar divisas para o país através da exportação de produtos agrícolas de interesse internacional. Nas regiões consideradas estratégicas para a produção destas culturas de exportação, coube à exploração familiar funções secundárias, tais como: produzir alimentos para o mercado interno e servir de mão-de-obra reserva para os momentos de trabalho intenso nas grandes áreas de produção.

Essa situação de crise econômica do Estado aliada aos efeitos da globalização, da abertura comercial e da legitimidade gerada por estudos que apontavam o protagonismo das agriculturas de base familiar como sustentáculo da produção e geração de emprego e renda, fez com que em meados da década de 1980, os pequenos produtores comesçassem a se organizar, conquistando espaço junto ao sindicalismo dos trabalhadores rurais, articulando assim, novas lideranças e visibilizando as suas demandas por meio de mobilizações que reivindicavam políticas diferenciadas de desenvolvimento rural (MEDEIROS, 2010; PICOLOTTO, 2014; NIERDELE, FIALHO e CONTERATO, 2015).

As organizações sindicais do campo ao assumirem a agricultura familiar como identidade política passou a defendê-la como um projeto de agricultura a ser desenvolvida no país. Assim, a agricultura de base familiar que até então era considerada pela academia e pelo Estado como um setor social que estava em vias de desaparecimento passa a ser alvo de políticas específicas do Estado e de trabalhos acadêmicos e de órgãos do Estado. Presencia-se assim, a emergência de uma nova categoria política e social no meio rural, a agricultura familiar, como resultado de uma ampla luta desenvolvida pelos diversos atores, especialmente os movimentos sindicais do campo (MEDEIROS, 2010; PICOLOTTO, 2014; NIERDELE, FIALHO e CONTERATO, 2015).

3. AGRICULTURA FAMILIAR: UMA NOVA CATEGORIA POLÍTICA E SOCIAL NO MEIO RURAL

A década de 1990 é marcada pela consolidação da luta pelo reconhecimento da agricultura familiar no país e teve como um de seus resultados a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, em 1995, como uma linha de crédito rural voltada aos agricultores familiares. Mesmo com a mudança de governo em 2003, este Programa permaneceu sendo o principal instrumento de política agrícola direcionada a esse público. De 2003 e 2010 observa-se que houve uma ampliação no valor disponível, bem como, uma diversificação nas modalidades de financiamento, envolvendo Mulher, Jovem, Agroindústria, Agroecologia, Semiárido, Floresta, Eco, Turismo Rural, Pesca e Mais Alimentos (NEUMANN, ZARNOTT e DALBIANCO, 2016, PICOLOTTO, 2014; BIANCHINI, 2015).

Para além do PRONAF, os movimentos sociais, sindicatos e outras organizações de trabalhadores também reivindicavam por um serviço de extensão rural público para a agricultura familiar, pois com a crise econômica vivenciada na década de 80, o governo federal, compreendendo que as estruturas públicas de extensão rural não tinham mais contribuições devido ao elevado grau de modernidade das práticas agrícolas, transferiu para os estados, municípios, entidades privadas e associações de agricultores a responsabilidade de financiar e desenvolver os serviços de extensão rural, dando início ao processo de privatização dos mesmos (NEUMANN, ZARNOTT e DALBIANCO, 2016).

Mais adiante, essa demanda é contemplada com a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER, em 2003, que em suas diretrizes prevê o desenvolvimento de dois programas, um disponibilizando assistência técnica gratuita aos agricultores familiares - ATER e o outro aos assentados pela política de reforma agrária - ATES.

A PNATER institucionaliza a mudança de um Estado executor da política de extensão rural para um Estado fomentador de atores privados e públicos. Desta forma, o pluralismo institucional na extensão rural passa a ser uma terceira via, diferente da fase do Estado executor e da privatização dos serviços públicos (NEUMANN, ZARNOTT e DALBIANCO, 2016).

Outro aspecto importante desse período de reconhecimento da agricultura familiar foi à criação, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, com a responsabilidade de tratar das questões relacionadas à agricultura familiar e à reforma agrária, enquanto o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA se envolvia com as atividades agropecuárias empresariais. A constituição desses dois ministérios demonstrava a tensão e os conflitos existentes entre esses dois tipos de agricultura que, embora não sejam independentes em sua dinâmica, são portadores de propostas antagônicas de desenvolvimento rural (MEDEIROS, 2010; PICOLOTTO, 2014; NIERDELE, FIALHO e CONTERATO, 2015).

A agricultura familiar é oficialmente reconhecida em 2006, com a criação da Lei nº 11.326, chamada Lei da Agricultura Familiar. No Artigo 3º, o agricultor familiar é conceituado como aquele que pratica atividades no meio rural, de acordo com os seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. A promulgação desta lei estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2006; PICOLOTTO, 2014).

A Lei da Agricultura Familiar serviu para fortalecer as bases legais de reconhecimento da agricultura familiar, englobando nela a diversidade de situações de trabalho familiar rural existente no país. Porém, a unificação acaba escondendo as diferenças existentes no meio rural brasileiro ao associar esta diversidade de situações à categoria agricultura familiar. Essa situação tem gerado, nos últimos anos, movimentações no sentido de que suas particularidades possam ser reconhecidas e que seja objeto de políticas públicas específicas, como é o caso dos pescadores, quilombolas, entre outros (FREITAS, FREITAS e DIAS, 2012; PICOLOTTO, 2014)

Para a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – FETRAF, a agricultura familiar corresponde a um modelo organizacional da agropecuária pautado em unidades familiares de

produção, onde o grupo familiar, em geral, é o proprietário dos meios de produção, desenvolvendo o planejamento, a gestão e execução das atividades produtivas, utilizando para isso força de trabalho predominantemente familiar. Tornando-se assim um modelo mais vantajoso social, econômico e ambientalmente quando comparado ao modelo de exploração patronal. Por isso, defendem o fortalecimento da agricultura familiar como centro de um projeto de desenvolvimento rural para o país (PICOLOTTO, 2014).

Porém, este direcionamento e reconhecimento da agricultura familiar para os aspectos produtivos e de integração aos mercados também gera contradições e atritos no âmbito das organizações sindicais. A Via Campesina, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA tem atuado na construção de projetos com vistas a proporcionar uma maior autonomia dos agricultores/camponeses e outros grupos do campo, tais como: indígenas, quilombolas, etc. Muitos destes foram aliados em diversas lutas contra os latifundiários, mas não aderem ao modelo de agricultura familiar conhecida como colona, centrado na produção para os mercados e na propriedade familiar. Estes grupos têm formado atores políticos próprios e ensaiado rupturas com o sindicalismo e o modelo da agricultura familiar (MEDEIROS, 2010; PICOLOTTO, 2014).

Além disso, é válido ressaltar que agricultura familiar é uma categoria historicamente construída, com ampla penetração nos meios acadêmicos, nos movimentos sociais e nas políticas públicas, que adquiriu novas significações. Assim, ao buscar na literatura as contribuições para uma delimitação da categorização da agricultura familiar, encontram-se três principais correntes: (1) uma que considera que a moderna agricultura familiar é uma nova categoria desvinculada dos precedentes (2) outra que defende que a agricultura familiar brasileira é um conceito em evolução, ou seja, que tem significativas raízes históricas com o campesinato, em diferentes manifestações (3) e por último, uma que considera a agricultura familiar uma expressão consensual meramente descritiva (não conceitual) e não problematizável, com um número crescente de ações governamentais a ela dirigidas e não associada a nenhuma teoria do desenvolvimento rural. Ou seja, a agricultura familiar abrange muitas categorias sociais, sendo que as características norteadoras de um agricultor familiar é o trabalho da família diretamente no estabelecimento rural e a posse dos meios de produção.

4. MUDANÇAS NO ENFOQUE SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL

4.1. NOVO RURAL BRASILEIRO

Todas as transformações sociais, políticas e econômicas que vinham ocorrendo no âmbito do Estado, dos atores da sociedade civil e nas análises de estudiosos, a partir da década de 90, contribuíram para que mudanças no entendimento e enfoques sobre o desenvolvimento rural fossem ganhando espaço no cenário brasileiro. Os principais fatores que contribuíram para essas mudanças foram: a trajetória das discussões em torno da agricultura familiar e de seu potencial como modelo social, econômico e produtivo para a sociedade brasileira; a crescente influência e ação do Estado no meio rural, que se deu através das políticas para a agricultura familiar e de ações relacionadas à reforma agrária, segurança alimentar, entre outras; as mudanças no âmbito político e ideológico acerca das diferenças existentes entre o universo dos produtores da agricultura brasileira e por fim o tema relacionado à sustentabilidade ambiental (SCHNEIDER, 2010).

Sobre este último, o autor refere que a sustentabilidade ambiental é um tema que extrapola o debate sobre desenvolvimento rural, e que houve uma confluência no debate em virtude de que os dois temas emergiram no cenário social, político e intelectual ao mesmo tempo. As críticas ao modelo agrícola da Revolução Verde, somadas as contribuições do ativismo político dos ecologistas e dos estudiosos do desenvolvimento sustentável contribuíram para a adoção da terminologia desenvolvimento rural sustentável (SCHNEIDER, 2010).

As contribuições de José Eli da Veiga, pesquisador da Universidade de São Paulo - USP, ao debate e construção de uma nova perspectiva de desenvolvimento rural para o país são muito significativas. Quando estava à frente da Secretária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável do país, em 2001, ele provocou uma série de discussões e reflexões por meio da publicação de um texto, elaborado com a colaboração de pós-graduandos, intitulado “O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento”, no qual propõe contribuições para a definição de uma estratégia de desenvolvimento para um novo Brasil rural, mais amplo e complexo que aquele apontado pelos indicadores do IBGE (BIANCHINI, 2001; VEIGA, 2001; SCHNEIDER, 2010).

Além de José Eli da Veiga, outros pesquisadores como José Francisco Graziano da Silva, Ricardo Abramovay, Zander Navarro, Guilherme Delgado, Maria de Nazareth Wanderley e outros em nível nacional e internacional, também têm realizado importantes contribuições para a compreensão dos diferentes aspectos que envolvem as mudanças no mundo rural (BIANCHINI, 2001; VEIGA, 2001).

Neste contexto, os trabalhos e pesquisas sobre desenvolvimento rural realizados no âmbito do Projeto Rurbano, criado e coordenado pelo professor José Francisco Graziano da Silva, e que envolve vários pesquisadores e instituições no país, se tornaram reconhecidos, tanto no âmbito acadêmico como no político-institucional, por terem demonstrado que o meio rural já não podia mais ser considerado exclusivamente agrícola (SCHNEIDER, 2010).

E que o surgimento de um novo rural brasileiro ocorreu quando o processo de modernização conservadora se completou, por volta do final da década de 80, resultando em uma nova configuração econômica e demográfica no meio rural, que tem como característica o crescimento da população rural ocupada em atividade não-agrícola e a redução crescente das diferenças entre o rural e o urbano. O rural se desconecta da agricultura que passa a ser apenas uma de suas atividades (GRAZIANO DA SILVA, 2001; SCHNEIDER, 2010).

Esse novo rural passa a ser constituído por três grupos de atividades: a agropecuária moderna ligada as agroindústrias; atividades não agrícolas ligadas à moradia, lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços e por fim um conjunto de novas atividades agropecuárias, alavancadas por nichos de mercado. Também fazem parte deste rural os chamados por Graziano da Silva de “*sem-sem*”, que configuram um rural precário e atrasado; constituído pelos excluídos e desorganizados que, além de não terem a terra, emprego, educação, saúde e renda, não teriam sequer uma organização social que os mobilizasse. A face desse novo rural brasileiro seriam de famílias pluriativas⁴, que combinam atividades agrícolas e não-agrícolas e promovem a integração intersetorial e interespacial (GRAZIANO DA SILVA, 2001; SCHNEIDER, 2010).

Desta forma, segundo os estudos realizados sob a coordenação de Graziano da Silva, a solução viável para o histórico problema agrário decorrente da modernização poderia ser pela geração de trabalho e renda em atividades não agrícolas ou, quando isto não for possível, pelas políticas sociais compensatórias, destinadas a parcelas da população rural que vivem em condições de pobreza e vulnerabilidade social. Essas políticas sociais e compensatórias somadas às políticas para um novo rural brasileiro, que incluem políticas de habitação, de turismo rural, de regularização das relações trabalhistas e de urbanização do rural, entre outras, comporiam o quadro geral das ações de desenvolvimento rural (GRAZIANO DA SILVA, 2001; SCHNEIDER, 2010).

⁴ Pluriatividade é um fenômeno através do qual, membro da família de agricultores que habitem o meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, mantendo a moradia no campo e uma ligação com a agricultura e a vida no espaço rural (SCHNEIDER, 2003, p 91).

Desta maneira, as diversas características deste novo rural brasileiro passaram gradativamente a serem incorporadas pelos formuladores de políticas públicas no país. Um exemplo disso é o histórico de mudanças ocorridas no âmbito do PRONAF, que foi incluindo com o passar dos anos outras linhas de crédito para responder a demandas diversificadas de recursos para o desenvolvimento rural. A própria noção de desenvolvimento territorial ou enfoque territorial assimilada pelo MDA procura incorporar esses novos elementos que compõem o conceito de ruralidade na atualidade. Isso demonstra que para além de construções teóricas, essas mudanças conceituais sobre o rural não poderiam ficar de fora dos planejamentos e dos processos de intervenção do Estado. (FREITAS, FREITAS e DIAS, 2012).

4.2 NOVO MUNDO RURAL

Além do novo rural brasileiro, segundo Schneider (2010), outra vertente de pensamento sobre o desenvolvimento rural se destaca, através de estudos em torno dos condicionantes e das potencialidades dos processos de mudança social vivido no meio rural. Embora seus pesquisadores não se organizem em torno de uma agenda de pesquisa comum, eles reiteram que há limites e dificuldades que remetem à própria formação do tecido social brasileiro que impediriam as mudanças mais gerais nas instituições, nas organizações sociais e no Estado.

Nesta vertente, os trabalhos desenvolvidos por Zander Navarro e demais colegas revelam as principais dificuldades e apontam os limites dos processos de transformação em uma sociedade essencialmente conservadora. Centrando seus estudos sobre a emancipação social que emerge, a partir dos movimentos sociais da década de 1980, as produções mais recentes revelam um desencantamento e um ceticismo em relação ao potencial da emancipação social para o desenvolvimento rural. Sustenta que os atores sociais rurais seriam politicamente frágeis e não estariam preparados e nem sempre interessados em promover mudanças em virtude de sua base social estar assentada na instabilidade, principalmente financeira e na subordinação a agentes externos (SCHNEIDER, 2010).

Zander Navarro ainda refere em seus estudos que o caráter revolucionário e transformador dos movimentos sociais, assim como de outros atores, com o passar dos anos foram sendo esvaziados, que estão confinados em discursos retóricos ligados a uma ideologia ultrapassada, e que estariam em contradição com as próprias práticas que vigoram no interior destas organizações (SCHNEIDER, 2010).

Frente a este contexto, o meio rural brasileiro é visto por Zander Navarro e demais pesquisadores dessa vertente de pensamento, como um espaço de produção agrícola, utilizando

critérios financeiros para a análise, muitos deles relacionados ao interesse do mercado ou dos grandes investidores do rural, reforçando uma interpretação tradicional e financeirizada de mundo rural. Para esses estudiosos, nas condições atuais do processo de desenvolvimento agrícola, o conhecimento é o principal fator de diferenciação entre os agricultores, ou seja, é a adoção de tecnologia que explica o atraso e pobreza monetária da maioria dos agricultores.

Esta posição interpretativa se consolida, mais recentemente, em duas publicações, no artigo chamado “Sete teses sobre o mundo rural brasileiro” elaborado por Buainain et. al. (2013) e no livro “O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola”, organizado pelos mesmos autores e publicado pela EMBRAPA em 2014.

As sete teses visam interpretar a situação atual e as tendências do desenvolvimento da agropecuária e das regiões rurais brasileiras, portanto são proposições elaboradas com foco nas dimensões tecnológicas e econômicas, pois na visão dos autores Buainain *et. al* (2013), estas são decisivas para o desenvolvimento agrícola. Mencionam que outras teses de caráter sociocultural seriam igualmente relevantes, porém de caráter secundário as apresentadas. Destacam que a mudança nos indicadores econômicos deve-se ao aperfeiçoamento contínuo de um ambiente de inovações, difundindo-se conhecimentos e novos aparatos técnicos, estimulando-se com isso a busca incessante pela produtividade, pela produção de riqueza (BUAINAIN *et al* 2013)

Estas teses foram analisadas pelo pesquisador Lauro Mattei, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, em um artigo publicado em 2015, no qual identificou três argumentos centrais que giram em torno da elaboração dessas teses: primeiro que não se tem mais uma questão agrária relevante no contexto atual, o que tornaria a reforma agrária uma luta do passado; em segundo que a produção agropecuária do país é totalmente dominada pela agricultura moderna, a qual é determinada por um pequeno número de grandes agricultores que são eficientes economicamente e o terceiro é que a ação do Estado não é mais necessária, pois é incapaz de atender aos desafios da nova ordem e que os agentes privados são eficazes e não devem ser incomodados pela ação governamental (NEUMANN, ZARNOTT e DALBIANCO, 2016; MATTEI, 2015)

Na sua análise, o autor destaca que a elaboração das sete teses serve para apresentar e defender um argumento central dos autores, a confirmação da supremacia da agricultura moderna em relação aos demais tipos de agricultura. Depois de expor as inconsistências e contradições das teses, o autor ressalta a importância desse debate, porém salienta que o mesmo deveria ser promovido considerando a complexa realidade que envolve o mundo rural brasileiro

e sem a exclusão de determinados segmentos sociais que o constituem (NEUMANN, ZARNOTT e DALBIANCO, 2016; MATTEI, 2015).

A influência desta vertente de pensamento sobre o novo mundo rural, no cenário político pode ser verificado na criação, em 2013, da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER. Essa Agência foi criada com a finalidade de ser uma estratégia de aperfeiçoamento da dinâmica organizativa da PNATER, visando à promoção de uma maior agilidade aos processos de contratação das entidades de extensão rural, de um sistema articulado de capacitação técnica e de uma unidade responsável pelo monitoramento e acompanhamento dos serviços prestados aos agricultores. Porém, em sua gênese consta que a via tecnológica é a principal aliada para a solução dos problemas existentes no meio rural, vindo ao encontro da visão de desenvolvimento defendida pelos autores que compuseram as sete teses (NEUMANN, ZARNOTT e DALBIANCO, 2016).

Por este motivo, autores como Neumann, Zarnott e Dalbianco (2016), alertam que a estruturação dos serviços da Agência nestes moldes contribuirá para a desestruturação da dinâmica organizativa preconizada pela PNATER, pois preveem na sua implementação que agricultura familiar, bem como, os assentamentos da reforma agrária deixarão de ser prioridade da política pública de extensão rural. Diferente da PNATER, que se articulou em torno do ideário que percorre o desenvolvimento rural sustentável e da agroecologia, a ANATER teve como justificativa central para a sua criação a transferência tecnológica, fundamentado no diagnóstico de que a gama de conhecimentos gerados pelas instituições de pesquisa não chegam à maioria dos agricultores.

Outra mudança verificada em relação à PNATER é a inclusão dos agricultores médios, enquadrados no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural - PRONAMP, conforme critérios constantes do Manual de Crédito Rural - MCR do Banco Central do Brasil, por reivindicação da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, que é um dos representantes da sociedade civil na ANATER e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, que é um dos representantes governamentais no Conselho Assessor e no Conselho Administrativo da Agência, deixando de ter como público exclusivo a agricultura familiar e os assentados da reforma agrária (NEUMANN, ZARNOTT e DALBIANCO, 2016).

No que se refere ao médio produtor rural, este é um tema que se encontra inserido nas discussões sobre a emergência de uma nova classe média no país, difundida pelo economista Marcelo Cortes Neri, que é professor da Fundação Getúlio Vargas. No livro “A nova classe média o lado brilhante da base da pirâmide”, publicado em 2012, o autor destaca que os avanços sociais em curso no país proporcionaram que 40% da população fosse incorporada a classe C,

e que tais avanços contemplaram, principalmente, os grupos sociais menos favorecidos como mulheres, negros, analfabetos e pessoas de baixa escolaridade (BRASIL, 2014; DE JESUS OLIVEIRA, 2015).

Diante disso, vem sendo difundida a ideia de que o Brasil estaria se tornando, ou tornado, um país de classe média, repercutindo, por exemplo, no comportamento da população no que diz respeito aos hábitos de consumo, estilo de vida, visões de mundo e aspirações. Para Neri, a constituição dessa nova classe média tem ajudado a quebrar o chamado ciclo geracional da pobreza, sendo o símbolo dessa nova classe média o vínculo formal de trabalho por meio da carteira assinada (SCALON e SALATA, 2012; DE JESUS OLIVEIRA, 2015).

Na metodologia adotada por Neri essa nova classe média representa quase a metade da população nacional. No entanto, o conceito de nova classe média baseado no rendimento médio não tem sido aceito passivamente por outros estudiosos, que referem que existem outras maneiras de se mensurar a classe média, especialmente aquelas ligadas a sociologia, que poderiam ajudar a interpretar os recentes movimentos das classes médias no interior da estrutura social brasileira (SCALON e SALATA, 2012; DE JESUS OLIVEIRA, 2015).

De acordo com Nierdele, Fialho e Conterato (2015) a emergência de um novo ator político e social chamado médio produtor rural, tem movimentado o cenário acadêmico e institucional. Já incorporado pela ação do Estado, em particular no chamado Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural – PRONAMP, os autores salientam a importância de se produzir um entendimento sobre seu significado, não apenas do ponto de vista econômico, mas da identidade sociopolítica que ele assume/suporta.

Portanto, neste contexto, de constantes mudanças e transformações, as distintas concepções, ideias, discursos e narrativas construídas têm influenciado as decisões tomadas a respeito de como promover o desenvolvimento rural de maneira mais efetiva. Entende-se que essas distintas representações sobre o desenvolvimento rural nem sempre são contraditórias, mas buscam afirmar posicionamentos diferenciados, que se sustentam em visões de mundo diferentes e que procuram provocar mudanças em determinadas realidades, promovendo, por meio da ação o que concebem por desenvolvimento (FREITAS; FREITAS e DIAS, 2012). No entanto, José Eli da Veiga (2001) nos chama a atenção de que a divergência existente entre as diferentes vertentes de pensamento sobre o desenvolvimento rural tem dificultado as tentativas de se elaborar uma nova agenda de desenvolvimento convergente para o país.

5 CONCLUSÃO

A partir desta síntese teórica torna-se evidente que o processo de modernização da agricultura desencadeou uma série de mudanças e transformações no país, alterando não só as condições técnico produtivas, mas também as condições sociais e ambientais do país. Além disso, essa mudança reconfigurou e impulsionou o desenvolvimento de uma série de estudos e pesquisa que sustentam as diferentes visões/interpretações sobre o mundo rural. Neste contexto, a noção de desenvolvimento rural surge como uma estratégia teórica para orientar a formulação das políticas públicas, conjuntamente com a criação da categoria agricultura familiar, buscando enfrentar os limites atribuídos ao estímulo da modernização agrícola.

Nos dias atuais, o debate fica em torno das discussões de desenvolvimento do rural brasileiro, em duas vertentes de pensamentos bem definidas, mas que, em termos de políticas públicas, encontram dificuldades de materializar a elaboração de uma agenda de desenvolvimento para o rural brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIANCHINI, Valter. **Vinte anos do PRONAF, 1995 – 2015: Avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015.

BUAINAIN, A. M; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, J. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, v. 22, n. 2, p. 105-121, 2013.

BRASIL, Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Diário Oficial da União, dia 25/07/2006.

BRASIL. Assuntos estratégicos - Social e renda - **A Classe Média Brasileira**. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, nº 1, nov. 2014.

DE JESUS OLIVEIRA, Ualace Roberto. A controvérsia da nova classe média brasileira. *Estação Científica (UNIFAP)*, v. 3, n. 2, p. 07-20, 2015.

FREITAS, Alan F. de; FREITAS, Alair Ferreira de; DIAS, Marcelo Miná. Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas. **Rev. Adm. Pública**, v. 46, n. 6, p. 1575-1597, 2012.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp-Instituto de Economia, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, José Francisco. O novo rural brasileiro. **Revista Nova Economia**. Belo Horizonte: v.7, n. 1, maio 1997.

MATOS, Patrícia Francisca; PÊSSOA, Vera Lúcia Salazar. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Geo UERJ**, v. 2, n. 22, p. 290-322, 2011.

MATTEI, Lauro. Considerações acerca de teses recentes sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 52, Supl. 1, p. S105-S124, 2014.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. Agricultura familiar no Brasil: aspectos da formação de uma categoria política. Las agriculturas familiares del Mercosur. Trayectorias, amenazas y desafíos. **Colección Trabajo, integración y Sociedad Ciccus**, Buenos Aires, 2010.

NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DE DESENVOLVIMENTO. **José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário / Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001.

NEUMANN, Pedro Selvino; ZARNOTT, Alisson Vicente; DALBIANCO, Vinicius Piccin. **ANATER: Avanço ou retrocesso para o Sistema Nacional de ATER ?** Palestra 54º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Universidade Federal de Alagoas (UFAL) - 14 e 17 de agosto de 2016.

NIEDERLE, Paulo André; FIALHO, Marco Antônio Verardi; CONTERATO, Marcelo Antônio. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil - aprendizagens, esquecimentos e novidades. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v.. 52, Supl. 1, 2014.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 63-84, 2014.

SCALON, Celi; SALATA, André. Uma nova classe média no Brasil da última década?: o debate a partir da perspectiva sociológica. **Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, p. 387-407, 2012.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de economia política**, v. 30, n. 3, p. 511-531, 2010.

SILVA, Gustavo Bianchi; BOTELHO, Maria Izabel V. O processo histórico da modernização da agricultura no Brasil (1960-1979). **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 3, n. 1, 2015.

VEIGA, José Eli et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. NEAD. Série Textos para Discussão, n. 1, ago. 2001.

REFLEXOS DA QUESTÃO AGRÁRIA E AMBIENTAL NA LUTA PELO TERRITÓRIO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS¹

Aline Miranda Barbosa²

RESUMO

A presente pesquisa trata sobre a emergência de Povos e Comunidades Tradicionais no cenário das lutas sociais no Brasil como um processo de emergência de sujeitos sociais conformando identidades coletivas e territoriais que afirmam a diferença na luta pelo território. A concepção de povos e comunidades tradicionais trata de uma construção conceitual que deriva de experiências de lutas que destacam a necessidade do direito à igualdade na diferença diante da especificidade de cada grupo. Especificidades que levam esses grupos a se autodenominarem com múltiplos nomes/identidades, tais como: seringueiros, quilombolas, faxinalenses, pescadores artesanais, quebradeiras de coco de babaçu, pantaneiros, geraizeiros, entre muitos outros. Essas identidades são construídas em contextos políticos determinados e que geralmente estão associados a conflitos socioambientais gerados pelo processo de acumulação de capital e pelo enfrentamento/resistência ao processo de expansão espoliatória do capitalismo moderno colonial. O objetivo geral deste trabalho é analisar e compreender como o processo de emergência e organização de diferentes povos e comunidades tradicionais na luta pelo território evocam dimensões que interpelam tanto a questão agrária brasileira quanto a questão ambiental. Especificamente, este trabalho visa analisar dois casos emblemáticos que envolvem duas comunidades tradicionais do sul do Brasil em luta pelo território: os Agricultores(as) e Pescadores(as) Artesanais dos Areais da Ribanceira (município de Imbituba – Santa Catarina) e o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Paraná (município de Guaraqueçaba – Paraná). O enfoque teórico e os principais conceitos que orientaram e permitiram o desenvolvimento da presente pesquisa são: povos e comunidades tradicionais, território, territorialidade, identidade e diferença, descolonialidade. Metodologicamente a pesquisa procurou combinar uma análise ampla sobre a questão dos povos e comunidades tradicionais em escala nacional com uma análise focada em dois casos emblemáticos. Dessa forma foram realizados: pesquisa bibliográfica, teórica e documental; consulta a cartas e declarações dos movimentos sociais; entrevistas e conversas informais acompanhando o cotidiano das comunidades; assim como, participação em reuniões, encontros e eventos organizados por essas comunidades. Verificamos assim, que há uma tensão territorial em jogo envolvendo a territorialidade hegemônica do capital e as múltiplas territorialidades que compõem o território nacional. A reivindicação por território suscitada por esses movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais, anunciam que estaríamos diante de uma questão territorial que combina, articula e resignifica o debate sobre a questão agrária e a questão ambiental.

Palavras-chave: Identidades; Conflitos e Território.

¹ Resultados da pesquisa de mestrado defendida em 2014 na Universidade Federal Fluminense (UFF) sob o título “Povos e Comunidades Tradicionais em luta pelo território: interseções e tensões entre a questão agrária e a questão ambiental”. Discussão apresentada no XV Encuentro de Geógrafos de América Latina (EGAL), realizado em Cuba no ano de 2015.

² Doutoranda do Programa de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e professora do Instituto Federal do Paraná (IFPR). Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: aline.barbosa@ifpr.edu.br

1. INTRODUÇÃO

É expressivo o número de povos e comunidades tradicionais que se encontram mobilizados e organizados em movimentos sociais por meio de identidades territoriais, travando conflitos que não se resumem somente à luta pela terra como espaço físico de trabalho e de reprodução material da vida, ou à luta por políticas ambientais que reconheçam a importância de suas práticas de manejo e conservação da natureza. Trata-se de conflitos travados pelo território, pois combinam a luta pela terra e pelo acesso aos recursos naturais (mares, rios, florestas etc.) com a luta por seu modo de vida que os caracterizam como seringueiro, faxinalense, ribeirinho, quilombola, pescador artesanal etc.

Politicamente mobilizados e articulados por meio de identidades coletivas e, sobretudo, territoriais, a luta pelo modo de vida corresponde a uma luta pela afirmação da territorialidade do grupo, da sua identidade territorial e especialmente do seu território tradicional. Territórios tradicionalmente ocupados com práticas de uso comum passadas de geração a geração.

Segundo Almeida (2008), as políticas ambientais e agrárias ressentem, neste sentido, da incorporação dos fatores étnicos e identitários nos seus instrumentos de intervenção direta e daqueles outros recursos técnicos que lhes possam permitir uma compreensão mais precisa das modalidades de uso comum vigentes. Dessa forma, conforme foi discutido nos capítulos anteriores, podemos afirmar que são os próprios sujeitos sociais que estão dando sinais da necessidade de ressignificação do debate agrário e ambiental, ao passo que evocam suas territorialidades politizando a natureza e a cultura no processo de luta e de reivindicação por direitos territoriais.

O processo de r-existência e luta da comunidade tradicional de Agricultores(as) e Pescadores(as) Artesanais dos Areias da Ribanceira, no litoral catarinense, e da comunidade de pescadores e pescadoras artesanais que vivem no entorno e interior do Parque Nacional do Superagui (PNS), no litoral paranaense, são casos de mobilização política de povos e comunidades tradicionais que levantam questões que permeiam tanto o debate agrário quanto o debate ambiental. Ambos os casos mostram comunidades tradicionais que passam a se organizar politicamente por meio da afirmação de uma identidade coletiva e de suas territorialidades para reivindicar direitos territoriais.

Trata-se de processos de afirmação identitária e territorial que se configuram como elementos de r-existência das duas comunidades, afinal, como salienta Porto-Gonçalves (2008), falar de movimentos de r-existência é falar de movimentos que lutam para resistirem a determinadas pressões e, principalmente, que lutam por uma determinada forma de existência, um determinado modo de vida, por modos diferenciados de agir e de pensar que constituem a territorialidade desses diferentes grupos.

Nesse sentido, procuraremos abordar a relação interdependente de existência e resistência dos(as) agricultores(as) e pescadores(as) dos Areais da Ribanceira e dos pescadores e pescadoras artesanais do litoral do Paraná que, apesar de suas singularidades, passam por processos semelhantes de invisibilização e de não reconhecimento, enfrentando situações de extrema adversidade e conflito

que ameaçam suas formas tradicionais de ocupação e uso dos recursos naturais, o que, por outro lado, impulsionam a mobilização, organização e resistência dessas comunidades.

Retomando a ideia de r-existência, proposta por Porto-Gonçalves (2008), podemos dizer que a própria existência de cada uma dessas comunidades é uma forma de resistência tanto ao modelo agrário concentrador de riqueza e de poder que legitima a mercantilização e apropriação privada da terra em detrimento de diferentes forma de uso comum da terra, quanto ao modelo de preservação ambiental que insiste em separar sociedade e natureza. Nesse contexto, a resistência política em si torna-se um elemento que alimenta a unidade do grupo e a sua própria continuidade de existência.

Desse modo, ressaltamos que na constituição de um debate teórico e político sobre povos e comunidades tradicionais, a noção de “tradicional” não pode miopeamente ser reduzida à noção de oposição ao “moderno”, significando sinônimo de atraso, estagnação e de um passado distante; da mesma forma, ressaltamos que a identidade e a diferença elucidadas por esses sujeitos políticos não podem ser interpretadas como essencialismo e fixidez. Tanto a noção de tradicional quanto a identidade/diferença configuram-se como algo estratégico, estando em estruturas, conexões e relações mais amplas de poder da sociedade, sendo produto e produtora de lutas sociais.

2. IDENTIDADE E DIFERENÇA NA LUTA PELO TERRITÓRIO

A dominação, a exploração, a invisibilização e o silenciamento de diferentes povos e culturas, principalmente no que veio a ser denominado e atualmente reconhecido por América Latina (espaço), está associado e/ou tem suas origens na experiência da dominação colonial (tempo). O colonialismo foi uma das mais efetivas estratégias de negação e subalternização do “Outro” e de negação da diferença, e que hoje se faz presente e permeia o atual padrão de poder hegemônico mundial: o capitalismo.

O colonialismo teve sua base constituinte no eurocentrismo, pautado em ideários de modernidade e raça (superiores e inferiores), principais bases para a criação de concepções dicotômicas e hierárquicas (cultura / natureza; conhecimento científico / conhecimento não-científico; homem / mulher; civilizado / primitivo; capital / trabalho; branco / negro; Norte / Sul; Ocidente / Oriente etc.), que legitimaria a dominação de diferentes sociedades.

Aníbal Quijano (2005) e outros, como Edgardo Lander (2005) e Walter Mignolo (1995), trazem a ideia de colonialidade do poder e do saber como crítica ao eurocentrismo para explicar como a América constituiu-se no primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial (lembrando que a dominação colonial é, simultaneamente, material e simbólica) e, desse modo, na primeira expressão da modernidade. Segundo Porto-Gonçalves (2005), a *colonialidade do saber* revela que há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias. Nesse sentido, Sousa Santos (2007) enfatiza que não é possível alcançar a justiça social se não houver justiça cognitiva, uma vez

que a violência cognitiva permitiu a violência física, material/simbólica que sustentou e fundamentou a violência colonial.

E como ressalta Porto-Gonçalves (2006a, p.165):

[...] dizer colonialidade é dizer, também, que há outras matrizes de racionalidade subalternizadas resistindo, r-existindo, desde de que a dominação colonial se estabeleceu e que, hoje, vêm ganhando visibilidade.

No final do século XX emergem diversos movimentos sociais que iniciaram um processo de questionamento das representações, discursos e ideologias hegemônicas construídas sobre diferentes povos, diferentes comunidades e diferentes culturas. Longe da pretensão de fazer uma análise genérica e homogeneizante, é válido destacar que muitos desses movimentos abrem caminho e/ou podem significar uma luta contra o ideário moderno/colonial/capitalista.

No caso brasileiro, a emergência de “novas” vozes e de “novos” sujeitos políticos ganha visibilidade, sobretudo no final da década de 1980, com o protagonismo dos povos indígenas, de comunidades quilombolas e do movimento dos seringueiros da Amazônia. Cruz (2013) chega a usar a expressão “novos/velhos protagonistas” para enfatizar sua compreensão de que a construção dessas “novas” identidades coletivas estão relacionadas e surgem de “velhas” condições sociais e étnicas de subalternização. Trata-se, então, da emergência de grupos já existentes e subjugados pelas “velhas” e “novas” condições de domínio do poder.

A emergência desses “novos” sujeitos políticos está associada a um movimento de autoafirmação identitária, no qual politizam a identidade por meio da constituição de identidades coletivas e territoriais. Esses movimentos apontam que um processo emancipatório implica no reconhecimento da diferença. A politização da identidade questiona as relações de poder e impede que a diferença identitária dilua-se na desigualdade.

Boaventura de Sousa Santos (2001) entende as identidades como produtos de “jogos de espelhos”, sempre relacionais e raramente recíprocas, únicas e construídas enquanto relação de poder, pois “quem tem o poder de declarar a diferença tem o poder para a declarar superior às outras diferenças em que se espelha” (SANTOS, 2001, p.46). Para o autor, a identidade é originariamente um modo de dominação assente num modo de produção de poder, o qual ele designa por “diferenciação desigual”. Assim, o autor destaca que na contramão do processo de criação de identidades dominantes e homogeneizantes, no processo relacional e no jogo de poder que envolve a constituição de identidades (e diferenças), podem ocorrer processos de constituição do que ele denomina de “identidades subalternas”:

As identidades subalternas são sempre derivadas e correspondem à situação em que o poder de declarar a diferença se combina com o poder para resistir ao poder que a declara inferior. Na identidade subalterna, a declaração da diferença é sempre uma tentativa de apropriar uma diferença declarada inferior de modo a reduzir ou a eliminar a sua inferioridade. Sem resistência não há identidade subalterna, há apenas subalternidade (SANTOS, 2001, p.46).

A constituição de identidades subalternas é resultante de um “jogo de espelhos”, é através da relação com o seu “exterior constitutivo”, com o “outro” antagônico que ameaça suas formas de existências e seus distintos modos de vida, que diversas identidades de povos e comunidades tradicionais passam a ser criadas e construídas enquanto identidades políticas de resistência frente a uma estigmatização que os inferioriza.

Essa ideia de “identidades subalternas” apresentada por Santos (2001) pode nos ajudar a compreender o atual cenário político das lutas sociais, no qual sujeitos subalternizados e hegemonicamente categorizados como índio, negro, ocupante ou simplesmente de comunidades primitivas, dentre outras denominações homogeneizantes, passam a elencar a identidade e a diferença em suas lutas e a ressignificar as próprias categorias usadas para os subalternizar.

A partir da politização de termos e denominações de uso local diretamente associados a práticas culturais de diferentes grupos, ocorre um processo de politização da cultura e de construção de identidades sociais, coletivas e, sobretudo, políticas. Denominações de uso local são re-significadas pelos próprios grupos historicamente subalternizados e, assim, termos como: seringueiros, ribeirinhos, pescador artesanal, caiçara, pantaneiro, faxinalense etc. ganham um sentido político e destacam seus sujeitos como sujeitos da ação na luta por direitos. Dessa forma, emergem movimentos sociais politicamente organizados em diferentes identidades coletivas, identidades que resultam de embates concretos nas suas relações sociais com seus antagonistas históricos (ALMEIDA, 2008).

Outro elemento que está embutido ao acionamento dessas identidades coletivas diz respeito ao papel do território na constituição daquilo que Haesbaert (1999) denomina de “identidades territoriais”. O território como aglutinador de dimensões materiais e simbólicas pode exercer um importante papel na constituição de determinadas identidades. A identidade territorial é aquela em que o poder simbólico tem como referente central um recorte ou uma característica espacial, geográfica, que pode resultar na construção de uma identidade pelo/com o território e que, por outro lado, esse concreto (material) de dimensão espacial depende de uma apropriação simbólica para a constituição de um território e de uma identidade territorial.

Além do território, podemos destacar a territorialidade como elemento chave na constituição do que Haesbaert (1999) denomina de “identidades territoriais”. Partir da concepção de que a territorialidade é parte constitutiva do território é dizer, conforme Porto-Gonçalves (2003), que não há um território sem territorialidade e que não tenha sido resultado de um processo de territorialização. Nesse sentido, junto a esse movimento de afirmação da diferença e, sobretudo, de identidades territoriais, está atrelado também, nos contextos de conflitos agrários e socioambientais, um movimento de afirmação de territorialidades.

A afirmação de territorialidades, de identidades territoriais e da diferença tornam-se elementos de re-existência dos povos e comunidades tradicionais. Levantam a questão da identidade/diferença e buscam afirmar suas identidades/diferenças por e através do direito ao território. Segundo Cruz (2013),

são lutas por direitos territoriais, em que o território funciona como uma espécie de condensador de direitos, visto que a dimensão simbólica e material da luta se somam no território.

3. RESISTÊNCIA E LUTA

Em seus estudos, Little (2002, p.2) afirma que a imensa diversidade sociocultural que existe no Brasil é acompanhada de uma extraordinária diversidade fundiária. O autor utiliza o termo “diversidade fundiária” para referir-se justamente aos diversos povos e comunidades tradicionais que existem no país, onde cada grupo possui formas próprias de inter-relacionamento com os seus respectivos ambientes geográficos. Revelando e mantendo práticas comunitárias de uso comum de bens naturais como terra, água e florestas.

Poderíamos acrescentar à noção de “diversidade fundiária”, a ideia de múltiplas territorialidades para ressaltar que os diferentes usos da terra estão associados a distintos modos de vida que constituem a territorialidade de um determinado grupo. Assim dizer que os diferentes povos e comunidades tradicionais mais do que demonstrarem que estaríamos diante de uma diversidade fundiária, mostram que estamos diante de múltiplas territorialidades (territorialidade seringueira, territorialidade quilombola, territorialidade indígena, territorialidade faxinalense etc.) no qual esses sujeitos estão travando lutas pelo reconhecimento de seus territórios e respectivamente de suas territorialidades.

Estes “novos” movimentos sociais, sobretudo povos e comunidades tradicionais, em suas lutas e re-existência nos chamam atenção para as múltiplas territorialidades que conformam o território brasileiro, para as diferentes formas de uso comum e, assim, para racionalidades “Outras” que foram historicamente subalternizadas. Pautam a igualdade e a justiça social por meio do reconhecimento da diferença e da redistribuição de recursos materiais, sociais, políticos, culturais e simbólicos.

Little (2002) destaca que até recentemente essa diversidade fundiária foi pouco conhecida no país e, mais ainda, pouco reconhecida oficialmente pelo próprio Estado brasileiro. O pouco conhecimento e reconhecimento dessas múltiplas territorialidades mais do que terem sido em algum momento da história estratégia de sobrevivência de diferentes grupos sociais foram, sobretudo, e ainda são, resultantes da invisibilização produzida e sustentada pelo capitalismo e o colonialismo que lhe é constituinte.

Tanto no contexto agrário e ambiental, as múltiplas territorialidades que conformam o território brasileiro têm sido ignoradas e por vezes compreendidas como espaços vazios e disponíveis tanto para o avanço do capital por meio da implantação de empreendimentos agroindustriais quanto para a implementação de áreas protegidas restritivas. Rompendo o silenciamento sobre as questões étnicas culturais atreladas à luta pela terra e pelo território, esses povos e comunidades organizados em movimentos sociais que acionam identidades territoriais em suas lutas estão ressignificando o debate

da questão agrária e ambiental, apontando caminhos outros que interpelam o debate agrário e ambiental numa perspectiva territorial.

Seja no âmbito da questão agrária, marcada por um padrão de poder que concentra riqueza sustentada por um modelo agrário-agrícola-político que desde as *plantations* ao agronegócio segue mantendo uma estrutura fundiária altamente concentradora e de intensos conflitos no campo; ou então no âmbito da questão ambiental, marcada pela consolidação da falsa dicotomia que separa sociedade e natureza e que insiste em ignorar a importância de saberes outros e do modo de vida de diferentes povos e comunidades na conservação da biodiversidade, podemos afirmar que a continuidade da colonialidade do poder e do saber segue atualizando tanto o processo histórico de cinco séculos de violência do latifúndio moderno-colonial (PORTO-GONÇALVES e ALENTEJANO, 2009), quanto o processo de epistemicídio massivo que nos legou uma riqueza imensa de experiências cognitivas desperdiçadas (SANTOS, 2007).

A luta pelo território configura-se no entrelaçamento entre as demandas por redistribuição e reconhecimento, a reivindicação territorial está se tornando mais explícita no discurso dos movimentos sociais e contribuído com a articulação entre diferentes movimentos sociais³. São os próprios sujeitos sociais que estão dando sinais da necessidade de ressignificação do debate agrário e ambiental, a reforma agrária segue sendo pautada como prioridade na luta dos movimentos sociais do campo e somada a ela está a luta por direitos territoriais. Dessa forma, a luta por terra, território, dignidade e a própria questão ambiental vão apontando para caminhos outros.

4. SEMELHANÇAS NA DIFERENÇA

Diante deste contexto em que múltiplas territorialidades estão sendo politizadas e dando origem a identidades coletivas específicas numa estratégia de luta e de reivindicação pelo território, procuramos ilustrar a análise desse estudo destacando dois processos distintos de mobilização e luta de comunidades tradicionais na região sul do Brasil. De certa forma, e diante de suas especificidades, tratam-se de dois casos que dialogam com vários outros e que nos possibilita encontrar o que há de comum na diferença.

4.1 Agricultores(as) e Pescadores(as) Artesanais dos Areais da Ribanceira

A comunidade tradicional de Agricultores e Pescadores Artesanais dos Areais da Ribanceira está situada no município de Imbituba, litoral de Santa Catarina. A agricultura itinerante, o extrativismo vegetal, a pesca artesanal e os engenhos de farinha são expressões do modo de vida e da

³ Exemplo disso pode ser constatado na leitura da declaração final do “Encontro dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas”, realizado em Brasília em agosto de 2012. Disponível em: <<http://encontrounitario.wordpress.com/declaracao-do-encontro/>>. Acesso jun. 2018.

territorialidade dessa comunidade que desenvolve suas práticas tradicionais sob a lógica do uso comum da terra.

A trajetória de luta pela terra e pelo território da comunidade tradicional dos Areais da Ribanceira é marcada por um processo perverso que transforma terras de uso comum em terras de domínio estatal e, posteriormente, em terras de domínio de empresas de capital privado. Tal processo se efetiva a partir de projeções de desenvolvimento calcadas, principalmente, em interesses industriais, portuários e especulativos imobiliários, onde se busca “superar” quaisquer aspectos agrários pelo viés da urbanização e industrialização.

Os agricultores e pescadores artesanais dos Areais da Ribanceira têm se deparado ao longo das últimas décadas com tensas e intensas situações de conflitos e de violência que ameaçam o direito da comunidade de seguir com suas práticas tradicionais. Podemos dizer que esse processo passa a se consolidar em Imbituba a partir da década de 1970, quando o Ministério do Interior, através da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) e do Governo do Estado de Santa Catarina, determinou a implantação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Imbituba (PDDI). Tratava-se principalmente de um projeto de ampliação do complexo carbonífero⁴ de Santa Catarina, por meio da instalação de novas indústrias do setor.

Neste contexto, o governo do Estado de Santa Catarina criou a Companhia Distritos Industrial Sul Catarinense (CODISC), que se tornou a responsável pela implantação e desapropriações necessárias para a instalação de indústrias que comporiam o complexo industrial carboquímico. A execução das desapropriações ignorou os sistemas de apropriação comum dos recursos naturais e as famílias que usufruíam dessas terras na qualidade de posseiros, sem título de propriedade da terra.

A implantação de propriedades de domínio estatal sobre territórios de uso tradicional, como no caso dos Areais da Ribanceira se deu, sobretudo com o intuito de criar áreas de ocupação industrial. Das inúmeras indústrias previstas para Imbituba, como parte da ampliação do complexo carbonífero de Santa Catarina, foi instalada apenas uma: a Indústria Carboquímica Catarinense (ICC), indústria estatal que funcionou por 13 anos, tempo suficiente para causar grandes impactos sociais e ambientais. De toda área desapropriada pela CODISC que compreende os Areais da Ribanceira, a ICC se apropriou de apenas uma parte dessas terras para a deposição dos resíduos gerados pela empresa e restante da área não foi destinado a um uso específico. Dessa forma, mesmo após a desapropriação, a comunidade continuou com a prática da agricultura itinerante na área, se organizando sob a lógica do uso comum da terra.

⁴ O fato de que na cidade de Imbituba havia um porto (Porto Henrique Lage) e uma malha ferroviária (Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina), que interligava a cidade à região carbonífera, contribuiu para que Imbituba fosse a cidade escolhida para viabilizar a ampliação do complexo carbonífero catarinense. Dessa forma, diferentes terras foram desapropriadas pelo governo com o fim de viabilizar a implementação do PDDI, para instalar no município indústrias que aproveitassem os resíduos provenientes do beneficiamento do carvão (BARBOSA, 2011).

A ICC faliu em 1992 e no ano 2000 teve todos os seus bens destinados à empresa Petrobrás Gás S/A (GASPETRO). Em maio do mesmo ano, a GASPETRO vendeu todos os bens recebidos da ICC à empresa ENGESSUL Indústria e Comércio LTDA, sem licitação pública⁵. Assim, a área dos Areais da Ribanceira, que esteve por cerca de 20 anos sob o domínio estatal (CODISC, ICC e GASPETRO, respectivamente), passou para o domínio privado com a venda à ENGESSUL. É, portanto, principalmente a partir deste momento, que a prática tradicional nos Areais da Ribanceira passou a ser efetivamente ameaçada e os conflitos se intensificaram.

As ações decorrentes da privatização motivaram a comunidade a se organizar politicamente e criar a Associação Comunitária Rural de Imbituba (ACORDI), entidade que passa a representar institucionalmente e defender os direitos dos agricultores e pescadores artesanais dos Areais da Ribanceira. Por meio da ACORDI, a comunidade passou a se organizar politicamente, a fazer manifestações e a recorrer aos órgãos governamentais, às entidades e movimentos sociais para buscar apoio e denunciar toda pressão e violência que essas famílias estavam sofrendo.

No entanto, mesmo com todas as mobilizações e articulações feitas pela ACORDI em defesa do território tradicional, ocorreu, no dia 28 de julho de 2010, a ação de despejo envolvendo cerca de 250 hectares de terras dos Areais da Ribanceira. A ação de despejo foi o ápice da constante violência (simbólica e material) que essa comunidade sofreu nos últimos anos e causou imenso abalo emocional, psicológico, material e econômico às famílias. O uso tradicional da comunidade ficou restrito a uma pequena área, de aproximadamente 24 hectares que não foi objeto da reintegração de posse. O restante do seu território de uso tradicional está cerceado e poucos meses após a ação de despejo uma empresa de cimentos da Votorantim foi construída no local.

As práticas tradicionais dos Agricultores e Pescadores Artesanais dos Areais da Ribanceira correspondem às formas de r-existência que, somadas ao processo de organização política da comunidade, foram agregando força à luta pelo território. Desde a fundação da ACORDI, os agricultores e pescadores passaram efetivamente a adotar estratégias políticas no âmbito normativo com o fim de garantir o reconhecimento e o direito de uso de seu território tradicional.

Como parte desse processo, podemos destacar o acionamento da identidade de comunidade tradicional e, mais especificamente, o acionamento de políticas públicas que deram origem a dois processos, um de cunho ambiental e outro de cunho agrário. Esses dois instrumentos políticos acionados pela comunidade correspondem à reivindicação pela criação de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, a “RDS dos Areais da Ribanceira” e a reivindicação pela criação de um Assentamento de Reforma Agrária para promover a regularização fundiária desse território tradicional.

⁵ Fato que é questionado pelo Ministério Público Federal por meio da Ação Civil Pública nº2006.72.16.000828-9 que visa a nulidade da venda dos imóveis à ENGESSUL.

Assim, no ano de 2005, a ACORDI passa a pautar a criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) junto ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), se apropriando de um discurso ambiental que concilia a existência de grande biodiversidade na região com a presença da comunidade e que possibilitaria a garantia de permanência nos Areias da Ribanceira. Em 2008, a ACORDI passa a reivindicar a criação de um Assentamento Rural via Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) também como uma estratégia de garantir o direito ao território. Tanto a reivindicação por criação de uma UC quanto de um Assentamento podem se configurar como caminhos “outros”, como estratégias políticas adotadas pela comunidade, cujo principal objetivo é garantir as condições materiais e simbólicas de produção e reprodução social do grupo, ou seja, garantir o direito sobre o território.

4.2 Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná

As comunidades tradicionais de pescadores e pescadoras artesanais e de caiçaras da Ilha do Superagui e da Ilha das Peças estão inseridas em um contexto fortemente atrelado às políticas preservacionistas ambientais que interferem direta e indiretamente na continuidade das práticas tradicionais dessas comunidades, e a partir da implementação dessas políticas criaram-se e intensificam-se as restrições de acesso e uso dos recursos naturais.

Duarte (2013) destaca que em 1970 a Ilha de Superagui é inscrita como Patrimônio Natural e Histórico do Paraná pela Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná. A autora salienta que, todavia, o seu reconhecimento e tombamento ocorre apenas no ano de 1985 e a partir de então, já próximo à criação do Parque Nacional de Superagui, que este tombamento passa a impor uma série de restrições ao desenvolvimento de atividades de subsistência das comunidades residentes das ilhas.

As restrições ao acesso e uso dos recursos naturais passam a se intensificar na região, sobretudo a partir da década de 1980. De acordo com Teixeira (2003), é a partir de meados dos anos 80 que ações políticas relacionadas à preservação ambiental passam a fazer parte da realidade local e a atingir diretamente as diferentes comunidades rurais/pesqueiras de Guaraqueçaba. Segundo a autora, desde então legislações de vários órgãos de controle se sobrepõem criando um conjunto de restrições ambientais na região, do qual fazem parte as seguintes unidades de conservação federais (UC): Estação Ecológica de Guaraqueçaba, criada em 1982, a APA de Guaraqueçaba, criada em 1985, o Parque Nacional do Superagui, criado em 1989, e a REBIO Bom Jesus, criada em 2012.

O Parque Nacional do Superagui foi criado pelo Decreto nº 97.688 de 25 de abril de 1989 e ampliado pelo Decreto nº 9.513 em 20 de novembro de 1997, abrangendo parte da área do Complexo Estuarino Lagunar de Iguape – Cananéia (SP) e Paranaguá (PR)⁶. É a partir desta sobreposição do Parque com territórios tradicionalmente ocupados por diferentes comunidades de caiçaras e de

⁶ Em 1997 a área do Parque Nacional do Superagui foi ampliada.

pescadores(as) artesanais da Ilha do Superagui e da Ilha das Peças, que as restrições às práticas tradicionais das comunidades aumentam. Com isso, intensificam-se os conflitos entre os órgãos ambientais (Instituto Ambiental do Paraná - IAP, Força Verde e IBAMA⁷) e as diferentes comunidades que vivem nas ilhas (SOLÁ PÉREZ, 2012).

Há dezesseis comunidades nas ilhas (cinco na Ilha das Peças, sete no Superagui e quatro na área continental de Guaraqueçaba⁸), tanto as que estão no interior do parque quanto as localizadas no seu entorno são impactadas e têm os seus territórios sobrepostos pela UC, uma vez que a territorialidade destas comunidades não se restringe aos limites da vila (onde estão localizadas suas habitações). O território tradicionalmente ocupado por essas comunidades é amplo e dinâmico, se estende aos diversos espaços onde realizam as práticas produtivas (pontos de pesca, extrativismo vegetal, roçado, caça etc.) e também aos espaços sociais e culturais (festas religiosas, fandango etc.).

A diversidade de conflitos que assolam as diferentes comunidades localizadas no interior e entorno do Parque Nacional do Superagui está diretamente associada às restrições criadas pela UC, como também à expansão da atividade da pesca industrial e à criação de leis ambientais que comprometem a prática da pesca artesanal (restrições de malha de rede de pesca, de milhas para a pesca artesanal etc.). Se, por um lado esses conflitos colocam em ameaça o modo de vida das comunidades, por outro lado cria o contexto propício para a organização e mobilização das comunidades na luta por seus direitos.

Dentre as diferentes formas de organização social presente nessas comunidades destaca-se a emergência e organização do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná (MOPEAR) em meados de 2008 (SOLÁ PÉREZ, 2012). O MOPEAR está articulado com a Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná e com o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP) e nesse contexto, o movimento assume um papel fundamental na organização política e na luta por direitos territoriais envolvendo comunidades caiçaras e de pescadores e pescadoras artesanais, sobretudo nas comunidades atingidas pelo Parque Nacional do Superagui.

A organização e mobilização política por meio da identidade coletiva de Pescadores Artesanais e/ou Caiçaras resultaram na criação do MOPEAR e na apropriação da categoria de povos e comunidades tradicionais como instrumentos políticos de luta e resistência dessas comunidades. A organização de um abaixo-assinado de autodefinição demonstra também como essas comunidades estão se apropriando de um debate de luta por direitos, sobretudo por direitos territoriais que implicam em uma luta pelo reconhecimento de suas práticas e de seus territórios.

⁷ Posteriormente, com a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), quando este assumiu a responsabilidade pela gestão de Unidades de Conservação Federais, o Parque Nacional de Superagui passou a ser gerido pelo ICMBio.

⁸ Mapas disponíveis em: BARBOSA, Aline Miranda. Povos e comunidades tradicionais em luta pelo território: interseções e tensões entre a questão agrária e a questão ambiental. Niterói, 2014. 170 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, 2014.

O abaixo-assinado conta com mais de 450 assinaturas e foi criado como uma resposta aos estudos realizados pelo ICMBio para a criação do Plano de Manejo⁹ do Parque Nacional de Superagui. Em tais estudos, as comunidades do interior e entorno do parque não são consideradas como comunidades tradicionais e, ao contrário, são constantemente mencionadas e caracterizadas sob o estereótipo de populações em declínio, como remanescentes de uma cultura em decadência.

Além do mais, verificou-se uma série de problemas que demonstram a omissão de informações relevantes, principalmente no que diz respeito às práticas das comunidades e suas necessidades. Tais problemas foram evidenciados no “Encontro sobre a violação de direitos humanos provocados pelos Parques Nacionais em territórios de comunidades caiçaras e pescadores e pescadoras artesanais no Paraná”, realizado no dia 06 de dezembro de 2013 na comunidade de Vila do Superagui, organizado pelo MOPEAR e o MPP, onde denunciaram todas as pressões sofrida pelas comunidades diante das restrições ambientais.

Além de toda mobilização frente ao processo de construção do Plano de Manejo e das restrições ambientais que ao longo desses anos vêm coibindo e criminalizando as práticas tradicionais dessas comunidades, é de fundamental importância destacar que desde 2010 o MOPEAR passa a lutar pela criação de uma Reserva Extrativista (RESEX). No entanto, até o momento o processo de criação da RESEX não teve avanços significativos e, inclusive, essa demanda da comunidade não foi mencionada em nenhum momento nos estudos encomendados pelo próprio ICMBio para a elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional de Superagui.

Podemos dizer, assim, que as comunidades tradicionais do interior e entorno do Parque Nacional do Superagui estão fazendo ecoar a sua voz que durante muito tempo não foi escutada e por vezes até silenciada. Essas vozes “Outras” estão anunciando em suas lutas uma questão territorial que permeia tanto a questão da terra quanto o âmbito das políticas ambientais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diferentes identidades de povos e comunidades tradicionais estão emergindo diante de conflitos gerados pelo processo de acumulação de capital assim como, pelo enfrentamento e existência ao seu modo de expansão espoliatório.

Trata-se em ambos os casos abordados nesse texto, da negação pelo Estado de formas de uso comum e práticas tradicionais na terra e no mar. Nos Areais da Ribanceira após as desapropriações que ocorreram em meados da década de 1970, com o fim de criar um complexo industrial carboquímico, essa área passou a ser destinada pelo Estado para fins industriais. No entanto, as famílias que já cultivavam nessas terras seguiram com seus cultivos, criando e fortalecendo sistemas de uso comum.

⁹ O Plano de Manejo é um documento que orienta as ações de zoneamento e uso da Unidade de Conservação, um documento estratégico que determina o uso e gestão do território. Sendo uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, o Plano de Manejo se torna um elemento ainda mais estratégico e de disputa, posto que a UC em questão tem como princípio a não presença de moradores em sua área de abrangência.

Mais recentemente, o plano diretor do município, considerou toda a região dos Areais como urbana, negligenciando as práticas e uso tradicional agrícola presentes na área. De modo semelhante, o próprio Laudo Agrônômico de Fiscalização (LAF) elaborado pelo INCRA em 2010 com o fim de analisar a viabilidade agrícola da área para o estabelecimento de um projeto de assentamento da reforma agrária contribui para a invisibilização e não reconhecimento da comunidade e de suas práticas tradicionais.

Em Guaraqueçaba, por sua vez, a criação de unidades de conservação de proteção integral, como o Parque Nacional do Superagui, também se conformou em uma forma de negação por parte do Estado das práticas tradicionais estabelecidas nessa região. A criação de uma área de proteção integral que não permite a presença de seres humanos no seu interior e que gera uma série de restrições ao uso dos recursos naturais no seu entorno é, certamente, uma forma de negar as práticas e uso tradicional estabelecido nessa região, envolvendo principalmente e de forma combinada a terra e o mar.

Tanto nos Areais da Ribanceira como no interior e entorno do Parque Nacional do Superagui, as comunidades tradicionais foram e estão sendo negligenciadas pelo Estado, que não reconhece seus territórios e conseqüentemente suas territorialidades. As pressões resultantes do interesse em transformar os Areais da Ribanceira em uma área urbana/industrial, beneficiando a instalação de empresas associadas ao projeto de expansão portuária em Imbituba, tem resultado em uma forte ameaça a continuidade das práticas tradicionais (o uso comum da terra e conseqüentemente, o cultivo de roças e extrativismo vegetal) nos Areais da Ribanceira. Em Guaraqueçaba, as pressões resultantes principalmente das restrições ambientais do Parque Nacional do Superagui, têm resultado no cerceamento das práticas tradicionais e saída de moradores das ilhas para as periferias urbanas.

A questão agrária e, sobretudo, a questão da terra em Imbituba está imbricada com esse novo ciclo de avanço do capital que prioriza um modelo agrário-agrícola dirigido por um bloco de poder hegemônico no qual o agronegócio está aliado a setores estruturantes do poder econômico e político do país tal como os setores de mineração, energia, portuário, comunicação e de construção pesada de infraestruturas. No litoral paranaense a problemática agrária torna-se mais expressiva a partir de meados da década de 1960 quando o Estado passa a colocar em prática uma política de incentivos fiscais visando para a região o desenvolvimento de atividades econômicas como o plantio de monoculturas de árvores para matéria prima de madeira ou de papel e celulose e a criação de búfalos. Diante desse contexto, a criação de uma política de proteção ambiental para a região a partir de 1980 consistiria em uma importante ferramenta de combate à exploração intensiva dos recursos naturais e a conseqüente degradação ambiental que estava ocorrendo no litoral. No entanto, a referida política de proteção ambiental adotada pelos governos federal e estadual, impôs fortes limites ao uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais. A criação de UCs de proteção integral além de não ter resolvido a problemática da terra, acentuou-a, visto que, além de não reconhecerem as múltiplas territorialidades existentes, criminalizaram as comunidades tradicionais.

A questão ambiental é problematizada em ambos casos pelas próprias comunidades tradicionais. Essas comunidades ambientalizam seu discurso ao falar de suas práticas, politizam sua cultura para afirmar suas territorialidades e se apropriam das questões ecológicas por uma vertente própria. A ambientalização do discurso significa nestes casos, uma estratégia política para afirmar o que elas sempre fizeram, um modo de vida que implica no conhecimento e interação com a natureza. Nos Areais da Ribanceira esse discurso fica mais evidente quando a comunidade começa a se organizar e reivindicar a criação de uma RDS, pautando a relevância daquele ecossistema e de como suas práticas contribuem com a conservação da biodiversidade. A ambientalização do discurso das comunidades do entorno e interior do PARNA do Superagui é resultado do processo de mobilização e resistência dessas comunidades frente às restrições ambientais instauradas na região. A reivindicação por parte da comunidade da Vila de Superagui pela criação de uma RESEX marinha pode ser considerada uma forma de ambientalização da luta pelo território. E toda a mobilização envolvendo as comunidades por meio do MOPEAR/MPP reivindicando participação efetiva na elaboração do plano de manejo do Parque Nacional do Superagui, são exemplos de como essas comunidades estão exaltando que suas práticas e a conservação da natureza são compatíveis.

Dentre os caminhos outros que as comunidades vêm apontando em busca de garantir seu território, nos Areais da Ribanceira a proposta de criação de uma RDS e de um Assentamento da Reforma Agrária buscam enfrentar a questão fundiária, que neste caso envolve interesses de empresas privadas. Em Guaraqueçaba, no interior e entorno do PARNA de Superagui, a organização e mobilização da comunidade frente ao seu direito de participar efetivamente da construção do plano de manejo enfrenta também a questão da terra/fundiária na medida em que dentre os aspectos ressaltados pelas comunidades está a reivindicação pelo direito de plantar. A reivindicação pelo direito de seguirem com suas práticas tradicionais na terra e no mar é, sobretudo uma reivindicação pelo território. Tanto a elaboração do plano de manejo quanto a criação de uma RESEX seguem em disputa, podem tanto consolidarem na garantia do direito ao território dessas comunidades como podem dar continuidade a invisibilidade e não reconhecimento de suas práticas por parte do Estado (moderno capitalista).

Podemos afirmar que essas comunidades estão colocando em debate as terras de uso comum, suas práticas, seus saberes, suas identidades/diferenças, seus territórios e suas múltiplas territorialidades. Essas questões por sua vez, colocam em debate e obriga que se repense a questão agrária e a questão ambiental nos seus encontros, desencontros e confrontos que culminam em uma questão que é, sobretudo, territorial.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

BARBOSA, Aline Miranda. **Agricultores e pescadores dos Arais da Ribanceira, Imbituba – Santa Catarina: uso comum da terra e território tradicional.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

BORSATTO, R. S. et al. Problemas agrários do litoral paranaense: abordagem histórica. **Revista Scientia Agraria**. Curitiba: UFPR, v.8, n. 4, 2007, 421 – 430. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/agraria/article/view/9891/8065>>. Acesso em: jul de 2014.

CRUZ, Valter do Carmo. Das Lutas por Redistribuição de Terra às Lutas pelo Reconhecimento de Territórios: uma nova gramática das lutas sociais? In: ACSELRAD, Henri. (Org.) **Cartografia social, terra e território**. 1. ed., Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013, v. 1, 119-176.

DUARTE, Leticia Ayumi. Argonautas do Superagüi: identidade, território e conflito em um Parque Nacional brasileiro. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) – Centro de Ciências Humanas e de Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: RODENDHAL, Z. CORRÊA, R. L. (Orgs). **Manifestações Culturais no Espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999, 169 – 190.

LANDER, Edgardo. (org.), **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>>. Acesso em: nov de 2013.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: DAN/UnB, 2002. (Série Antropologia, 322). Disponível em: < <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie322empdf.pdf>>. Acesso em: ago de 2012.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Portugal, 2008, n. 80, 71-114. Disponível em: < <http://dialnet.unirioja.es/servlet/ejemplar?codigo=203921>>. Acesso em jul de 2013.

MIGNOLO, Walter D. **Occidentalización, Imperialismo, Globalización: herencias coloniales y teorías poscoloniales**. Revista Iberoamericana, 1995, pp 27-40.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista (O Seringal) à territorialidade seringueira (A Reserva Extrativista)**. Brasília: MMA/IBAMA, 2003.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da edição em português. In: Lander, Edgardo (org.). **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. 3 – 5. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>>. Acesso em: nov de 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECENA, Ana Esther. **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006a. 151 – 197.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter e ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos. In:

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In Lander, Edgardo (org.). **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. 107 – 130. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>>. Acesso em: nov de 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade. In: RAMALHO, Maria Irene; RIBEIRO, Antonio Sousa (Orgs.). **Entre ser e estar: raízes, percursos e discursos de identidade**. Porto: Edições Afrontamento, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.78, 2007, p.3-46.

SOLÁ PÉREZ, Mercedes. **Comunidade tradicional de pescadores e pescadoras artesanais da Vila do Superagüi-PR na disputa pela vida: conflitos e resistências territoriais frente à implantação de políticas públicas de desenvolvimento**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia do Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

TEIXEIRA, Cristina. **O Processo (Social) de Proteção Ambiental em Guaraqueçaba: uma contribuição da análise sociológica ao conhecimento da relação entre a sociedade e o meio ambiente**. GT Relações Sociais e Meio Ambiente. XI Congresso Brasileiro de Sociologia. Campinas: UNICAMP, 2003.

AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL: OPORTUNIDADES E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO - LEI FEDERAL 12.651/2012

Ana Luisa Araújo de Oliveira¹

Resumo: O Código Florestal, Lei Federal 12.651/2012, se configura como a principal ação pública brasileira com o objetivo de proteger a vegetação nativa em posses e propriedades privadas. Passados 06 anos desde sua publicação, com exceção da inscrição no Cadastro Ambiental Rural, o estágio de desenvolvimento dos instrumentos dessa ação pública ambiental pouco evoluiu para as áreas ocupadas pelo grupo social formado pelos agricultores familiares. Nesse sentido, esse artigo tem o objetivo de refletir sobre as oportunidades e desafios para a agricultura familiar e o Estado na implementação do Código Florestal. Para tanto, foi utilizada a metodologia de revisão bibliográfica e a consulta aos marcos regulatórios da referida ação pública. Os resultados demonstram que, o Cadastro Ambiental Rural tem o potencial de localizar espacialmente a agricultura familiar, assim como fornecer um diagnóstico das situações ambientais dessas propriedades, porém há o desafio de como o Estado vai tratar a heterogeneidade da agricultura familiar nesse instrumento. Ao mesmo tempo, diante da necessidade de recuperação das áreas de preservação permanente e reserva legal, o Código Florestal instituiu tratamento diferenciado para essas propriedades na etapa de adesão ao Programa de Regularização Ambiental, abrindo a possibilidade de recuperação com sistemas agroflorestais, o que deve incentivar a diversificação da propriedade, que em muitos casos, após a retirada da vegetação nativa, está sendo utilizada para o cultivo de apenas uma cultura agrícola (monocultivos). Além disso, o marco regulatório determina que o poder público deve prestar apoio técnico e jurídico para a regularização dessas áreas, gerando o desafio do Estado responder com outras políticas públicas, por exemplo de ATER, crédito, mercados para as cadeias produtivas agroflorestais, entre outras.

Palavras chaves: Políticas públicas ambientais; Preservação ambiental; Agricultura familiar.

¹ Engenheira Agrônoma, Mestre em Engenharia Agrícola, na área de Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: aluisamt@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

O Código Florestal, Lei Federal 12.651/2012, se configura como a principal ação pública brasileira com o objetivo de proteger a vegetação nativa em posses e propriedades privadas, contribuindo para assegurar o artigo 225 da Constituição Federal o qual determina que, “*todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações*” (BRASIL, 1988).

O primeiro Código Florestal brasileiro data de 1934, tendo sua revogação em 1965, porém ambas versões não obtiveram sucesso na implementação ao longo dos anos. No dia 25 de maio de 2012, após 12 anos de discussão, foi publicada a terceira versão do Código e, desde então, atores sociais com diferentes interesses e organizações governamentais responsáveis por sua implementação vêm envidando esforços para que isso ocorra.

No entanto, passados 06 anos desde sua publicação, o estágio de desenvolvimento dos instrumentos criados para a regularização ambiental das propriedades e posses rurais, fundamentais para o sucesso dessa ação pública ambiental, com exceção do Cadastro Ambiental Rural da agricultura familiar convencional (propriedades privadas com até quatro módulos fiscais), pouco evoluiu, principalmente em relação aos assentamentos de reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

Importante ressaltar que, diversas pesquisas indicam a histórica importância da agricultura familiar no Brasil (KAGEYAMA e BERGAMASCO, 1990; VEIGA 1995; FAO/INCRA, 1996; GUANZIROLI *et al.*, 2001; SCHNEIDER, 2016; NIEDERLE, 2017) e a falta de implementação do Código Florestal coloca suas áreas em situação de irregularidade ambiental, o que pode ter efeitos diversos.

Nesse sentido, esse artigo tem o objetivo de refletir as oportunidades e desafios que as instituições (no sentido sociológico) e os instrumentos do Código Florestal promovem para o desenvolvimento da agricultura familiar. Para tanto partiu-se dos seguintes questionamentos: Como as instituições do Código Florestal se referem à agricultura familiar? O que pode ser considerado uma oportunidade e quais desafios a implementação de seus principais instrumentos (CAR e PRA) trazem para esse público e para o Estado?

2. METODOLOGIA ADOTADA

Richardson *et al.* (2009, p. 70) define método de pesquisa como “a *escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômenos*”. Diante disso, para

uma melhor adequação do método à pesquisa realizada, optou-se por utilizar método qualitativo.

Richardson *et al.*, (2009) destacam que um dos diferenciais do método qualitativo reside no fato de não empregar um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema. Ou seja, as informações coletadas não são reduzidas a unidades de medidas ou categorias homogêneas, o que é tido como uma potencialidade para esse estudo.

Por tratar-se de pesquisa exploratória, optou-se por utilizar fontes de dados secundários que, de acordo com Vieira Neto (2004) são aquelas que se constituem em um agente intermediário entre o foco da análise e o pesquisador. Dessa forma, a pesquisa foi embasada em uma revisão da literatura sobre agricultura familiar, desenvolvimento rural e Código Florestal, assim como os marcos legais que instituíram essa ação pública e seus instrumentos.

3. A AGRICULTURA FAMILIAR NO CÓDIGO FLORESTAL

O Código Florestal, no artigo 3º inciso V, define agricultura familiar como “*pequena propriedade ou posse rural familiar: aquela explorada mediante o trabalho pessoal do agricultor familiar e empreendedor familiar rural, incluindo os assentamentos e projetos de reforma agrária, e que atenda ao disposto no art. 3º da Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006*” (BRASIL, 2012a).

Além de reconhecer o conceito instituído na Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006), o atual Código Florestal inovou em relação aos marcos legais ambientais anteriores ao destinar um capítulo específico para este importante grupo social - que compõe o “mundo rural” brasileiro (WANDERLEY, 2009) -, o Capítulo XII que compreende os artigos 52 ao 58.

Ao mesmo tempo, essa ação pública consolidou no território nacional a obrigatoriedade de diversos instrumentos de ação pública, alguns pela sua reafirmação, como

² Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

o Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE), outros pela sua institucionalização em âmbito nacional, por exemplo, o Cadastro Ambiental Rural (CAR)³.

O Instrumento de Ação Pública (IAP) é definido por Lascoumes e Le Gales (2012, p. 21) como “*um dispositivo ao mesmo tempo técnico e social que organiza relações sociais específicas entre o poder público e seus destinatários em função das representações e das significações das quais é portador*”. Ou seja, além de serem instrumentos técnicos importantes para a implementação da ação pública, os mesmos também possuem o poder de (re) organizar relações sociais, assumir representações e significados, os quais podem se configurar como oportunidades para o reconhecimento do grupo social formado pela agricultura familiar e/ou novos desafios para seu desenvolvimento.

Entre os diversos instrumentos do Código Florestal, dois têm recebido maior atenção de pesquisadores, instituições ambientalistas e dos governos federal, estaduais e municipais: o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA), sendo os instrumentos que mais avançaram em estágio de implementação, conforme pode ser constatado no Termômetro do Código Florestal⁴ (OBSERVATÓRIO DO CÓDIGO FLORESTAL, 2018). A seguir vamos ver como as instituições desses instrumentos se relacionam com a agricultura familiar.

3.1. O Cadastro Ambiental Rural: Inscrição

A criação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) na ação pública federal é dada no artigo 29 do marco legal. Por definição, o CAR é um

Art. 29. [...] registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento (BRASIL, 2012a).

E sua inscrição

1º [...] deverá ser feita, preferencialmente, no órgão ambiental municipal ou estadual, que, nos termos do regulamento, exigirá do proprietário ou possuidor rural:

I - identificação do proprietário ou possuidor rural;

II - comprovação da propriedade ou posse;

III - identificação do imóvel por meio de planta e memorial descritivo, contendo a indicação das coordenadas geográficas com pelo menos um ponto de amarração do perímetro do imóvel, informando a localização dos

³ O Cadastro Ambiental Rural existe desde 2008 no estado de Mato Grosso como instrumento do Programa MT Legal, assim como no estado do Pará, integrando a Política Estadual de Florestas e do Meio Ambiente.

⁴ O Termômetro do Código Florestal é uma ferramenta criada e gerenciada pelo Observatório do Código Florestal, uma rede que conta com 27 instituições da sociedade civil que acompanha e incentiva o cumprimento da Lei 12.651/2012 em todo o país. Pode ser acessado no link: <https://termometroflorestal.org.br/plataforma> (OBSERVATÓRIO DO CÓDIGO FLORESTAL, 2018).

remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Preservação Permanente⁵, das Áreas de Uso Restrito⁶, das áreas consolidadas⁷ e, caso existente, também da localização da Reserva Legal⁸ (BRASIL, 2012a).

No tocante a posse ou propriedade rural familiar, incluindo os assentamentos de reforma agrária e os territórios de povos e comunidades tradicionais, o artigo 55 determina que, para a efetivação dessas inscrições no CAR seja observado procedimento simplificado.

Art. 55. A **inscrição no CAR dos imóveis** a que se refere o **inciso V do art. 3º observará procedimento simplificado** no qual será obrigatória apenas a apresentação dos documentos mencionados nos incisos I e II do § 1º do art. 29 e de croqui indicando o perímetro do imóvel, as Áreas de Preservação Permanente e os remanescentes que formam a Reserva Legal (BRASIL, 2012a - Grifo da autora).

Como a maior parte das ações públicas, o Código Florestal passou por diversos incrementos graduais desde sua publicação no Diário Oficial, em que podemos destacar a Lei 12.727 e o Decreto 7.830, ambos de outubro de 2012, que vieram a complementar esse marco legal relativo à proteção da vegetação nativa em propriedades privadas brasileiras. Além desses, a Instrução Normativa nº 02 do Ministério do Meio Ambiente de maio de 2014 definiu procedimentos gerais do Cadastro Ambiental Rural, que não estavam presentes nos marcos regulatórios mencionados anteriormente.

O capítulo IV dessa Instrução Normativa trata exclusivamente dos Regimes Especiais Simplificados do CAR, sendo as Seções I e II referente aos assentamentos de reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, respectivamente. Nesse marco legal, do artigo 52 ao 57 estabelece-se a responsabilidade do poder público, principalmente do órgão fundiário e órgão ambiental, com as inscrições dos assentamentos de reforma agrária no CAR, a análise das informações declaradas, adesão ao PRA e recuperação da área, se for o caso. Além disso, do

⁵ Área de Preservação Permanente (APP) é definida no Código Florestal como “*área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas*” (BRASIL, 2012a).

⁶ São consideradas áreas de uso restrito **pantais e planícies pantaneiras**, em que é permitida a exploração ecologicamente sustentável, devendo-se considerar as recomendações técnicas dos órgãos oficiais de pesquisa, ficando novas supressões de vegetação nativa para uso alternativo do solo condicionadas à autorização do órgão estadual do meio ambiente. E, em **áreas de inclinação entre 25º e 45º**, serão permitidos o manejo florestal sustentável e o exercício de atividades agrossilvipastoris, bem como a manutenção da infraestrutura física associada ao desenvolvimento das atividades, observadas boas práticas agrônômicas, sendo vedada a conversão de novas áreas, excetuadas as hipóteses de utilidade pública e interesse social (BRASIL, 2012a – grifo da autora)

⁷ “*Área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio* (BRASIL, 2012a).

⁸ Área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada de acordo com o bioma, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa (BRASIL, 2012a).

artigo 58 ao 60 estabelece-se que a inscrição no referido instrumento dos territórios de povos e comunidades tradicionais é responsabilidade da instituição competente (por exemplo, o INCRA no caso das comunidades quilombolas) ou entidade representativa da comunidade tradicional, como associações.

Já no caso da agricultura familiar convencional (propriedades privadas com até quatro módulos fiscais), o texto do Código Florestal aponta para que a inscrição do imóvel rural no CAR seja feita, preferencialmente, no órgão ambiental municipal ou estadual.

No entanto, para que haja inscrição, é preciso que o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) – ou Sistemas Estaduais no caso dos estados que possuem sistemas próprios - esteja preparado para receber informações das diversas formas de uso e ocupação do solo das posses e propriedades rurais cuja gestão é familiar, o que ainda é um desafio para a implementação do Código Florestal para esse grupo social, principalmente os assentamentos de reforma agrária e os povos e comunidades tradicionais.

De acordo com uma pesquisa realizada em 2017 pelo Instituto Centro de Vida analisando informações do estado de Mato Grosso (OLIVEIRA, THUAULT e BUTTURI, 2017), apenas para agricultura familiar convencional o sistema e os procedimentos de inscrição no CAR estavam claros, contribuindo para que haja elevado número de cadastramentos realizados por esses atores sociais, no entanto é importante lembrar que, salvo algumas exceções, grande parte desses proprietários pagaram empresas privadas (as vezes altos valores) para a inscrição, deixando de usar a prerrogativa de que poderiam solicitar o apoio do poder público para essa ação.

Já no caso de assentamentos, a referida pesquisa identificou que era possível fazer o cadastro do perímetro do imóvel, porém não se sabia como seria feita a análise das informações e a adesão ao PRA, se fosse o caso. Para povos e comunidades tradicionais a situação era ainda pior, pois apesar de haver um sistema de inscrição, as comunidades não se reconheciam nele e muitos ajustes devem ser realizados para atender essa diversidade (OLIVEIRA, THUAULT e BUTTURI, 2017). Desde então, esse cenário não mudou.

Diante disso, se por um lado o Cadastro Ambiental Rural tem o potencial de fornecer um diagnóstico da situação ambiental dessas posses e propriedades, localizar espacialmente a agricultura familiar, o que também pode contribuir para uma atuação mais focalizada dos movimentos sociais e sindicais, por outro lado, o Estado possui dois grandes desafios: 1) como tratar a heterogeneidade da agricultura familiar nesse instrumento? 2) como assegurar o apoio técnico e jurídico para a regularização desses imóveis, uma vez que os marcos legais

determinam que é responsabilidade do Estado contribuir com a inscrição no CAR desse grupo social.

3.2. O Cadastro Ambiental Rural: Análise

Após a inscrição no CAR, os órgãos ambientais estaduais devem realizar a análise das informações declaradas pelo informante. No procedimento de análise são verificadas a veracidade das informações, a ocorrência de sobreposições com imóveis vizinhos e a existência de passivos ambientais (danos causados à natureza em desacordo com os marcos legais).

Caso seja constatada a existência de passivos ambientais, o posseiro ou proprietário pode responder pelo crime ambiental conforme preceito da Lei n.º 9.605/1998, mais conhecida como Lei de Crimes Ambientais. Especificamente no caso da agricultura familiar, houve um “perdão” do desmatamento realizado até a data de 22 de julho de 2008 e, portanto, no que se refere a esse tipo de crime ambiental, considera-se apenas as conversões realizadas após esse marco temporal, como determina o artigo 67 do Código Florestal.

Art. 67. Nos imóveis rurais que detinham, em 22 de julho de 2008, área de até 4 (quatro) módulos fiscais e que possuam remanescente de vegetação nativa em percentuais inferiores ao previsto no art. 12, a Reserva Legal será constituída com a área ocupada com a vegetação nativa existente em 22 de julho de 2008, vedadas novas conversões para uso alternativo do solo (BRASIL, 2012a).

Ao mesmo tempo que essa instituição abriu novas oportunidades para a agricultura familiar, reconhecendo a importância dos tipos de explorações realizadas nas áreas convertidas antes de 22 de julho de 2008 (sejam cultivos agrícolas, pecuária, construções de benfeitorias, atividades recreativas, entre outras), um novo desafio para o Estado é: como identificar as áreas de agricultura familiar?

Se considerado apenas o critério da área (até 04 módulos fiscais), um grande número de imóveis que não pertence a agricultura familiar receberá esse benefício e não precisarão recuperar o passivo ambiental de seus imóveis. De acordo com Sparovek *et al.* (2011), essa instituição é justificável e interessante do ponto de vista do desenvolvimento rural das áreas de agricultura familiar, porém, duas questões precisam ser profundamente analisadas: 1) a efetiva capacidade do Estado em identificar e fiscalizar as áreas remanescentes de vegetação nesses imóveis e, 2) a extensão da medida, ou seja, se é razoável ou não fixar em quatro módulos fiscais a área das propriedades rurais que passariam a ser isentas de recomposição da Reserva Legal.

Além disso, outro desafio é como evitar que grandes posseiros ou proprietários desmembre a matrícula de seus imóveis em áreas menores para obter o “perdão” referente às áreas de uso consolidado em 22 de julho de 2008?

Parece-me que a resposta para esses questionamentos pode ser obtida com a realização de um cruzamento dos dados do Cadastro Ambiental Rural com os dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e outras bases (por exemplo, do INCRA, do ICMBio, da Fundação Palmares, etc) que identificam as áreas pertencentes a agricultura familiar no Brasil. Na sequência, poder-se-ia analisar caso a caso. Porém é necessário que os órgãos ambientais tenham capacidades estatais compatíveis com o tamanho do desafio que possuem, por exemplo, profissionais com formação para além das ciências florestais, ambientais ou agrárias, que detém conhecimento quanto a diversidade de formas de uso e ocupação dos povos e comunidades tradicionais, das diversas modalidades de assentamentos de reforma agrária dos órgãos fundiários, enfim, da heterogeneidade da agricultura familiar.

O certo é que, para além do critério do tamanho da área das posses e propriedades rurais é preciso considerar outras informações, conforme preconiza a Lei da Agricultura Familiar: mão de obra utilizada ser predominantemente da própria família nas atividades econômicas do imóvel rural; possua percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do imóvel e; posses e propriedades cuja gestão seja da família.

3.3. O Programa de Regularização Ambiental

Um segundo instrumento do Código Florestal é o Programa de Regularização Ambiental (PRA) que, diferente do CAR, é de responsabilidade dos governos estaduais criar instituições próprias alinhadas com as normas gerais nacional. A determinação para a implantação desse instrumento é dada no artigo 59 Lei Federal 12.651/2012, porém é o Decreto Federal 7.830, de 17 de outubro de 2012 que estabelece as normas gerais aos Programas de Regularização Ambiental.

Art. 9º Serão instituídos, no âmbito da União, dos Estados e do Distrito Federal, Programas de Regularização Ambiental - PRAs, que compreenderão o conjunto de ações ou iniciativas a serem desenvolvidas por proprietários e posseiros rurais com o objetivo de adequar e promover a regularização ambiental com vistas ao cumprimento do disposto no Capítulo XIII da Lei no 12.651, de 2012 (BRASIL, 2012b).

A adesão ao PRA está condicionada a inscrição no Cadastro Ambiental Rural e a outros documentos, como a assinatura de um termo de compromisso para a recuperação da

área e o projeto de recomposição da área degradada ou alterada, indicando como será feita a recuperação, seja de áreas de preservação permanente e/ou reserva legal.

Para as propriedades pertencentes a agricultura familiar, o Código Florestal instituiu tratamento diferenciado e criou a possibilidade de recuperação com sistemas agroflorestais, o que abre uma oportunidade para a diversificação da área, que em muitos casos, após a conversão da floresta foi utilizada para o cultivo de apenas uma cultura agrícola (monocultivos). Além disso, os agricultores familiares podem requerer o apoio técnico do governo estadual para a recomposição da reserva legal.

Art. 54. Para cumprimento da manutenção da área de reserva legal nos imóveis a que se refere o inciso V do art. 3º, **poderão ser computados os plantios de árvores frutíferas, ornamentais ou industriais, compostos por espécies exóticas, cultivadas em sistema intercalar ou em consórcio com espécies nativas da região em sistemas agroflorestais.**

Parágrafo único. **O poder público estadual deverá prestar apoio técnico para a recomposição da vegetação da Reserva Legal** nos imóveis a que se refere o inciso V do art. 3º (BRASIL, 2012a – grifo da autora)

Nos imóveis pertencentes a agricultura familiar, a recomposição das Áreas de Preservação Permanente poderá ser feita, isolada ou conjuntamente, utilizando métodos de condução de regeneração natural de espécies nativas, plantio de espécies nativas, plantio de espécies nativas conjugado com a condução da regeneração natural de espécies nativas; e plantio intercalado de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo, exóticas com nativas de ocorrência regional, em até 50% da área total a ser recomposta (BRASIL, 2012b).

Além disso, o Código Florestal estabelece uma série de critérios para a definição de área consolidada em Áreas Preservação Permanente a ser recomposta, instituindo o chamado “efeito escadinha” (Tabela 01), assim como foi autorizada a continuidade de atividades agrossilvipastoris, ecoturismo e turismo rural em áreas consolidadas até 22 de julho de 2008.

Tabela 01. Largura mínima de APP para imóveis com até 04 módulos fiscais cujas áreas foram consolidadas em 22 de julho de 2008.

Tamanho do imóvel (módulos fiscais)		Até 01	Maior que 01 até 02	Maior que 02 até 04
		Metros (m)		
Largura mínima da APP	Rios	5	8	15
	Nascentes e olhos d'água perenes	15	15	15
	Lagos e lagoas naturais	5	8	15
	Veredas	30	30	30

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme mencionado anteriormente, para adesão e cumprimento das instituições do Programa de Regularização Ambiental, os marcos legais do Código Florestal determinam que o poder público deve prestar apoio técnico e jurídico para as posses e propriedades rurais pertencentes a agricultura familiar, gerando o desafio do Estado dar respostas com outras políticas públicas, por exemplo de ATER, crédito, construção e fortalecimento de mercados para as cadeias produtivas agroflorestais, entre outras.

4. PARA ALÉM DO CAR E DO PRA

O histórico e importância da agricultura familiar brasileira já foi analisada em diversas pesquisas (KAGEYAMA e BERGAMASCO, 1990; SOUSA *et al.*, 2006; KAGEYAMA, BERGAMASCO e OLIVEIRA, 2013; MATTEI, 2014; SCHNEIDER, 2016; NIEDERLE, 2017) e incorporar sua diversidade e heterogeneidade é um dos grandes desafios das políticas públicas ambientais. Porém, quando os instrumentos de ação pública passam a ser condicionantes para o acesso à outras políticas públicas podem ter o efeito de retardá-lo e/ou até mesmo impedi-lo por parte desse grupo social, vindo a criar uma “inviabilização social programada” (MASCARELLO e SANTOS, 2015 citado por SANTOS e DORNELAS, 2015) e no pior dos casos, contribuir para que esse público desapareça das ações do Estado.

Estar com o imóvel inscrito no CAR, atualmente é condição obrigatória para acesso à políticas de crédito, comercializar para grandes mercados (como frigoríficos) e para obter uma licença ambiental de qualquer empreendimento ou atividade desenvolvida na propriedade.

Tendo em vista que, após seis anos da promulgação do marco legal do Código Florestal, até o momento muitos desafios ainda precisarão ser superados para a agricultura familiar, surge o questionamento: o que vai acontecer com esses imóveis caso o CAR e o PRA continuem sem incorporar sua diversidade e heterogeneidade?

Além disso, se já é comprovada a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento rural brasileiro, produção de alimentos e reprodução social, quais os interesses que estão por detrás das ideias e das instituições dos instrumentos do Código Florestal? Quais os efeitos de curto, médio e longo prazo resultantes do insucesso na implementação do Código Florestal nas posses e propriedades do grupo social formado pela agricultura familiar?

Parece-me que, essas são questões de pesquisa que necessitam de um estudo interdisciplinar com contribuições teóricas-metodológicas das Ciências Agrárias, Ciências Sociais, Ciência Política, Sociologia (Rural e Ambiental), Antropologia, Direito, História, Geografia, entre outras áreas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O marco regulatório do terceiro Código Florestal brasileiro inovou ao dedicar um capítulo para o grupo social formado pela agricultura familiar, assim como ao instituir no território nacional diversos instrumentos de ação pública, entre eles o CAR e o PRA, tratados nesse texto.

Se por um lado, essas questões podem significar oportunidades para o reconhecimento e desenvolvimento desse grupo social, localizar espacialmente a agricultura familiar, assim como fornecer um diagnóstico das situações ambientais dessas propriedades e fomentar a recuperação de áreas degradadas com sistemas agroflorestais. Por outro lado, novos desafios foram impostos e precisarão ser superados para que o efeito não seja oposto. Nesse artigo discutimos alguns desafios como: o do Estado tratar a heterogeneidade da agricultura familiar no CAR, do Estado contribuir com apoio técnico e jurídico, assim como com ações públicas complementares (ATER, crédito, mercados para as cadeias produtivas agroflorestais).

Atualmente, a inscrição no CAR se configura como condicionantes para o acesso a outras ações públicas e alguns mercados, de modo que, caso a inscrição das propriedades da agricultura familiar não seja efetivada, pode vir a gerar um “efeito dominó” que limite e/ou até mesmo inviabilize o desenvolvimento rural da agricultura familiar.

Parece-me que para além do CAR e do PRA, há uma necessidade urgente de desenvolvimento de estudos empíricos, com abordagem interdisciplinar, que investiguem os efeitos da implementação do Código Florestal no desenvolvimento da agricultura familiar. Assim como, é necessário maior engajamento dos movimentos sociais nas articulações para implementação dessa ação pública ambiental e decisões políticas estatais que contribuam para afirmar a importância da agricultura familiar brasileira.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Dispõe sobre o texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 10 de maio de 2018.

_____. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006: Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2006/lei/11326.htm>. Acesso em 10 de maio de 2018.

_____. **Lei nº 12.651**, de 25 de maio de 2012a. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm. Acesso em 15 de maio de 2018.

_____. **Decreto nº 7.830**, de 17 de outubro de 2012b: Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7830.htm>. Acesso em: 17 de maio de 2018.

BRASIL/MMA. **Instrução Normativa Nº 2/MMA**, de 06 de maio de 2014. Dispõe sobre os procedimentos para a integração, execução e compatibilização do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) e define os procedimentos gerais do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Disponível: http://www.car.gov.br/leis/IN_CAR.pdf. Acesso em 15 de maio de 2018.

FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Projeto UFT/BRA/036/BRA. Agosto de 1996.

GUANZIROLLI; *et al.* **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288p.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M.P. A estrutura da produção no campo em 1980. **Perspectivas**, São Paulo, 12/13, p. 55-72. 1990.

KAGEYAMA, A. A; BERGAMASCO, S. M. P. P; OLIVEIRA, J. T. A. Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do Censo de 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v.51, n.1, 2013.

LASCOUMES, P.; LE GALÉS, P. Ação pública abordada pelos seus instrumentos. **Revista da Pós em Ciências Sociais**, v. 9, n. 18, 2012.

OBSERVATÓRIO DO CÓDIGO FLORESTAL (OCF). Termômetro do Código Florestal. Disponível em: <https://termometroflorestal.org.br/>. Acesso em: 28 de maio de 2018.

OLIVEIRA, A. L. A.; THUAULT, A.; BUTTURI, W. Agricultura familiar e regularização ambiental no estado de Mato Grosso. **Série Transparência Florestal**. Nº 7, ano 5. Disponível em <https://www.icv.org.br/wp-content/uploads/2017/03/transp-N7-site-1.pdf>. Acesso em: 17 de maio de 2018.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporânea. **Revista de Economia do Nordeste**, número especial Agricultura Familiar, 2014.

NIEDERLE, P.A. A institucionalização da agricultura familiar no Mercosul: da definição normativa aos sistemas nacionais de registro. **Novos Cadernos NAEA**, v. 20, p. 67-94, 2017.

SANTOS, C.F.; DORNELAS, R.S. Distâncias e proximidades na lógica da desigualdade ambiental. **NORUS – Novos Rumos Sociológicos**, v. 3, n. 4, jul - dez 2015.

SCHNEIDER, S. **Family farming in Latin America and the Caribbean**: looking for new paths of rural development and food security. International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC - IG) UNDP, v. 137, 1. 2016.

SPAROVEK, G.; BARRETO, A.; KLUG, I; PAPP, L.; LINO, J. A revisão do Código Florestal Brasileiro. **Novos estudos CEBRAP**, 89, março 2011. pp. 111-135.

SOUSA, I. S. F. *et al.* **Agricultura Familiar na Dinâmica da Pesquisa Agropecuária**. Brasília: Embrapa Informática Tecnológica, 2006. 434p.

RICHARDSON, R. J. *et al.* **Pesquisa Social: Métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999. 334p.

VEIGA, J. E. Delimitando a Agricultura Familiar. **Reforma Agrária**, v.25, mai/dez. 1995, p. 128-141.

WANDERLEY, M. N. D. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

UM DILEMA NA SUSTENTABILIDADE DO PAMPA BRASILEIRO: RESISTÊNCIA E INCLUSÃO PRODUTIVA NA PECUÁRIA FAMILIAR

André Alfredo Coelho¹; Andréia Nunes Sá Brito¹; Vicente Celestino Pires Silveira²

Resumo

No Bioma Pampa brasileiro, a partir dos anos 2000, políticas de fomento a produtividade incluíram a categoria da Pecuária Familiar, até então invisibilizada e dependente dos recursos locais. No paradigma da modernidade, estaria o processo de sustentabilidade no Pampa albergando um dilema: ou os remanescentes do Bioma perdem seus manejadores pela obsolescência social ou estes são absorvidos pelo projeto hegemônico que os torna obsoletos, deixando os relictos campestres mais vulneráveis?

Palavras chave: campos, campeiros, desenvolvimento rural.

Introdução

A metade sul do estado do Rio Grande do Sul constitui a região do Bioma Pampa brasileiro. Tratando-se essa região de um conjunto de ecossistemas sumariamente campestres, sua socioeconomia se desenvolveu fortemente alicerçada na atividade pecuária. Essa, por sua vez, de grande peculiaridade, é reconhecida por seu potencial de conciliação entre produção e conservação ambiental, conforme eternizado no discurso do ambientalista José A. Lutzenberger (1926-2002): *“Em sua forma atual o Pampa é uma das raras paisagens preciosas do Planeta em que a exploração humana se encontra em relativa harmonia com o ecossistema.”*

O processo de consolidação das sociedades pós-colombianas do Pampa brasileiro teve sua origem na distribuição de latifúndios, denominados “sesmarias” (cerca de 13 mil hectares de extensão) no século 18; com a função inicial de ocupação territorial e demarcação de fronteiras. No decorrer dos séculos a exploração do gado asselvajado existente, remanescente das Missões Jesuíticas extintas no século 17, resultou no surgimento das “estâncias” e da classe estancieira.

¹Doutorando(a) Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Emails: andrecoelho.zot@gmail.com - andreialegrete@gmail.com

²Professor do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural – Centro de Ciências Rurais – UFSM. Email: vcpsilveira@gmail.com

Outra categoria social coexiste historicamente nesse território e foi mencionada por estudos sociológicos do Pampa a partir dos anos 2000. Denominada de Pecuária Familiar e tem como principal característica o trabalho com a pecuária de corte bovina/ovina e o uso predominante da mão-de-obra familiar. Conforme Ribeiro (2016):

“(...) apesar de existente em número significativo – estimado por Ribeiro (2002 e 2003) em cerca de 20.000 famílias na região do Pampa brasileiro – não vinha sendo, historicamente, reconhecido pelas entidades representativas da sociedade rural rio-grandense e pelos governos devido a sua pouca organização, a sua pouca representatividade política e por se tratar de uma categoria social, até então, pouco descrita e estudada. De certa forma, até os anos 2000 (e de certa forma até hoje), foram “invisíveis” à sociedade. Este desconhecimento também se estendeu aos meios acadêmicos, pois, até recentemente não houve interesse e nem estudos sobre este público.”

Esse mesmo autor, pioneiro na descrição do referido tipo social no Rio Grande do Sul, caracteriza-lhe basicamente por famílias pequenas, com pouca estrutura de maquinário e benfeitorias, majoritariamente em área própria e pouco ou nenhum uso do sistema financeiro. Além disso, contam com práticas como a da reciprocidade (“troca de serviços”), mas inserida em um fraco tecido social (redes, representação, associações, etc); estiveram relativamente alheios ou vivenciaram de maneira incompleta o processo de modernização agrícola.

Esse processo, vivenciado sobretudo pela produção pecuária característica das unidades de produção empresariais, passou por diversas fases: implantação e adaptação das charqueadas no século 19, a instalação dos frigoríficos, a criação das associações rurais e feiras agropecuárias, a introdução do gado europeu e forrageiras exóticas (ESPÍNDOLA, 2002). Buscou-se nessa trajetória modernizante, essencialmente a especialização produtiva e o progresso técnico como alicerces para o progresso econômico e, supostamente, para o conseqüente progresso social. No entanto, essas expectativas de desenvolvimento a partir de fatores econômicos e produtivos não foram mantidas na região da Campanha³, sobretudo a partir da década de 90, sendo essa uma das regiões do Rio Grande do Sul com menor dinamismo socioeconômico (CHELOTTI, 2011).

³Metade sul do RS.

Como consequência dessa modernização (oriunda da Revolução Verde⁴) a dinâmica socioeconômica do Pampa sofre modificações expressivas. Num primeiro momento, através da cultura do arroz na década de 1970, entretanto, neste caso, as áreas ocupadas foram basicamente as áreas possíveis de serem irrigadas, com fomento basicamente nacional. A agricultura avança também na década de 2000, com políticas públicas de mercados internacionais fomentando a sojicultura (SILVEIRA; GONZÁLEZ; FONSECA, 2017) e silvicultura na região, sendo um dos fatores predisponentes às alterações de paisagem e das relações de produção e mercado. Neste cenário, o projeto de desenvolvimento hegemônico, que até então agia com arbitrariedade em relação a Pecuária Familiar, passa a incorporá-la na sua proposta de modernização.

Instaura-se portanto, sobretudo nas décadas seguintes, o discurso do desenvolvimento em seu viés econômico, com políticas públicas de fomento à produtividade e industrialização. Porém ao resgatarmos os discursos proferidos desde as primeiras reuniões de lideranças mundiais (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio 92, Convenção-Quadro, Protocolo de Kyoto, etc) para discussão do destino da humanidade, tornou-se consensual que a sustentabilidade, como adjetivo necessário ao desenvolvimento, se atinge com a busca pela equidade entre os pilares: econômico ↔ ambiental ↔ social.

Nessa perspectiva, a sociedade rural do Pampa apresenta evidências de insustentabilidade, frente ao desequilíbrio decorrente do cenário socioeconômico contemporâneo, com suas ações majoritariamente pautadas no eixo da economia. Em tal contexto de notória reconfiguração socioespacial, erigiremos um dilema da contemporaneidade para a sustentabilidade no bioma Pampa brasileiro; trazendo à luz da reflexão a natural resistência da Pecuária Familiar ao projeto de desenvolvimento vigente e a sua inserção como agentes econômicos mais ativos nas cadeias produtivas.

Um dilema na sustentabilidade do Pampa brasileiro

Diversos estudos (BORBA, 2016; BORBA; TRINDADE, 2009; NICOLA;

⁴Fenômeno vivenciado no Brasil principalmente nas décadas de 70 e 80. Consta do incremento tecnológico e industrialização dos processos produtivos e de transformação na agricultura, com o objetivo do aumento da produtividade das culturas e criações. Viabilizado por intermédio da modificação genética, motorização e uso de agroquímicos aliada ao financiamento bancário e serviços de assistência técnica e extensão rural.

CHARÃO, 2016; RIBEIRO; QUADROS, 2015) têm apontado a potencialidade de atores sociais que manejam diretamente os Campos Sulinos⁵ para a promoção da sustentabilidade nestes ambientes. Contudo, muitos enunciados que dão visibilidade à Pecuária Familiar, atribuindo-lhes características camponesas, apresentam uma lacuna na compreensão histórica desses atores como espoliados pela estrutura territorialmente predominante nos Campos: a da estância; assim como pela lógica econômica do setor pecuário dominante; propondo ou aceitando, muitas vezes, a continuidade dessa relação desproporcional como alternativa de desenvolvimento (por meio de políticas de fomento à produtividade).

Ademais a lógica modernizante que gerou o padrão de produção industrial excludente para esses atores sociais, foi a mesma que no Brasil preteriu a reestruturação fundiária em nome da produção em escala das *commodities* agrícolas nas grandes propriedades. Assim grande parte dos remanescentes campestres ficaram situados em regiões que apresentam barreiras geográficas naturais (basicamente solos rasos e relevo acidentado) ao projeto de modernização, conforme aparente no mapeamento realizado por Trindade; Volk; Rocha (2016). Nestes relictos há forte presença da Pecuária Familiar (SÁ BRITO, 2011).

Percebe-se neste contexto, que na perspectiva de equilíbrio entre os eixos que suportam a sustentabilidade, a Pecuária Familiar detém proeminência no “ambiental”, com desenvolvimento desproporcional dos dois eixos restantes, resultando em duas vias de invisibilidade (social e econômica) dessa categoria social. Esta não se identifica como categoria diferenciada (camponesa). Neste ponto de vista o Estado também não a vê, nem destina ações e políticas públicas específicas. De outra parte, como não participam ativamente dos circuitos dos mercados e em geral estão no meio da cadeia produtiva (produção de carneiros ao invés da terminação e venda para o abate), não são vistos como agentes econômicos.

Apesar de bastante representativa, até 2003 essa categoria social não era oficialmente reconhecida no Brasil, especialmente no Sul, onde a agricultura familiar é mais comumente associada à figura do colono imigrante. A partir de então, com estudos iniciados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), passa a ser

⁵Ecossistemas campestres do RS e SC inseridos nos biomas Pampa e Mata Atlântica.

retratada em publicações e posteriormente contemplada por assistência técnica local. Nesse ínterim, a relação da Pecuária Familiar com o seu ambiente de trabalho e reprodução social começa a ser valorizada, tendo em vista o potencial de conservação ambiental identificado nesse processo histórico, ascendendo à ótica científica atributos como: os conhecimentos endógenos, as estratégias autônomas, a prestação de serviços ambientais e ecossistêmicos.

Losekann; Follman; Degrandi (2016), analisaram a qualidade da água que sai da bacia hidrográfica do rio Ibicuí, situada em grande volume na Área de Proteção Ambiental (APA) do Ibirapuitã, única APA do Bioma Pampa (região de expressivo contingente de Pecuária Familiar). Verificou-se que a água que sai da APA adentra às cidades com alta qualidade, deixando-as com grau de poluição quantificado. Além disso, a manutenção dos campos pela prática da atividade pecuária, também pode garantir a qualidade de serviços ambientais e ecossistêmicos, conforme demonstrado em Volk et al., (2017); ao passo que a intensificação pode ser prejudicial a esses processos.

Seguindo essa tendência científica mundial, que aponta para a sustentabilidade como desafio para todas as áreas do conhecimento, as ações e pesquisas voltadas à Pecuária Familiar também trazem esse conteúdo em seus discursos. Contudo, cabe refletir sobre quais são os aspectos (eixos, dimensões ou enfoques) da sustentabilidade que estão sendo considerados quando mencionamos os campeiros; e, complementarmente, observar até onde esse discurso tem sua práxis e torna sustentável a reprodução social desses manejadores do Pampa.

Nicola; Charão (2016), afirmam que o processo de desenvolvimento rural sustentável à agricultura camponesa é multidimensional e complexo, sendo um grande desafio à extensão rural. Porém, na ótica instrumental, onde projetos de desenvolvimento são pensados dentro do paradigma da modernização, existe uma inclinação ao assistencialismo agrotécnico como fator preponderante. Ademais, essa perspectiva ignora o fato dos conflitos presentes nos territórios (estejam esses declarados ou não), que configuram as relações sociais e a sua ocupação, tornando-o extremamente desigual o espaço ocupado pelas diferentes categorias sociais. Ou seja, apesar de os discursos atuais sobre desenvolvimento estarem blindados sob a égide da sustentabilidade, permanece como grande narrativa (herdada da lógica moderna/modernizante) o aspecto econômico

nas relações socioambientais.

Para Gell-Mann apud Veiga (2008), são sete as transições interligadas para se alcançar a sustentabilidade, a nível global, no século 21: 1) Estabilização da população globalmente e na maioria das regiões; 2) Práticas econômicas com: cobrança de custos reais, crescimento em qualidade em vez de quantidade, modo de vida a partir dos dividendos da natureza e não do capital; 3) Tecnologias com baixo impacto ambiental; 4) Distribuição equitativa da riqueza; 5) Instituições globais e transnacionais mais fortes; 6) Público bem informado sobre os desafios múltiplos e interligados do futuro; 7) Predomínio de atitudes que favoreçam unidade na diversidade (cooperação, competição não-violenta entre tradições culturais diferentes e Nações-Estados, bem como entre seres humanos e outros da biosfera).

Nota-se que o componente ambiental aparece isoladamente em apenas uma das transições necessárias, pois para as demais ele está intrincado nas novas relações a serem estabelecidas entre a humanidade e seu meio. Tal abordagem nos conduz ao pensamento complexo, no qual, segundo Morin (2014), o todo está na parte, bem como a parte está no todo; não sendo possível abordagens pautadas no desmembramento dos eixos da sustentabilidade, mas sim nas suas complexificadas relações.

Ainda seria possível observar diferentes dimensões para o adjetivo sustentável: ética, cultural e temporal. Para esta última é, necessário atentar que estão ancorados nela os três eixos principais: econômico, social e ambiental (LANDAIS, 1998). Ou seja, é necessário que as condições econômicas, sociais e ambientais perdurem através do tempo, tenham reprodutibilidade. E, sob essa ótica, se faz mister o questionamento sobre ações que visam a sustentabilidade mas que têm um foco na situação presente e/ou a médio prazo. Tais ações pontuais, que não estejam baseadas na aprendizagem significativa e no empoderamento, visando a autonomia de indivíduos e coletivos, dificilmente poderiam ser adjetivadas de sustentáveis.

Portanto, um dilema da sustentabilidade no Bioma Pampa aqui erigido, consiste no rumo tomado pelo projeto de desenvolvimento hegemônico onde o aspecto econômico se tornou dominante, enquanto que os problemas sociais e ambientais se fazem evidentes. Muitas regiões de agropecuária empresarial apresentam expressiva modificação paisagística. E, por parte da Pecuária Familiar, nota-se a preservação

ambiental coexistindo com o êxodo rural e demais problemas sociais.

“No mundo pecuário, várias formas de criar bovinos e ovinos, nunca foram analisadas antes de desaparecer, isso porque não havia pessoas para registrar, ou mais simplesmente, não havia interesse. No mesmo sentido que a queda da biodiversidade, as práticas agropecuárias tradicionais precisam de muito tempo para serem construídas, mas desaparecem rapidamente e com alta frequência, especialmente quando não há uma nova geração para reproduzir os saberes locais, caso da pecuária familiar do Rio Grande do Sul, caracterizada pela idade elevada dos produtores e a falta de jovens pecuaristas.” (TOURRAND, 2016)

Resistência e inserção produtiva na Pecuária Familiar

Cotrim (2003), argumentava que a Pecuária Familiar não era beneficiada por políticas públicas voltadas para a Agricultura Familiar. Tal questão decorre da ausência de reconhecimento desses com a categoria familiar, faltando *“parâmetros e conceitos que definam os limites entre este tipo de agricultor familiar, o patronal e o empresarial”*.

Esse panorama não se modificou de modo marcante na última década, sendo que a *“ascensão da categoria social dos pecuaristas familiares”* mencionada por Nicola; Charão, (2016), ainda é um fenômeno acadêmico, tendo influenciado de maneira muito tímida algumas políticas voltadas a este público; que continua majoritariamente sem organização e representação política como categoria social.

Os principais trabalhos que caracterizam inicialmente esta categoria social citados por Ribeiro (2009), trazem em comum alguns elementos importantes a serem destacados: alto grau de participação da mão-de-obra familiar; diversificação de produtos dentro da própria atividade bovina/ovina; autonomia em relação ao mercado quanto ao período e tipo de produtos para venda; trocas de serviço entre os produtores; deficiente infraestrutura dos estabelecimentos; diferentes origens (agregados das estâncias, heranças e aquisição de terras), mas com lógica de condução das atividades de bovinocultura espelhada nas propriedades empresariais

Essa autonomia relativa constitui o que denominamos aqui como *“resistência⁶”*. O uso de conhecimentos majoritariamente internos, pouco influenciados pela modernização, tendo em vista a pouca presença do Estado e da iniciativa privada no contato direto, permitiu-lhes reproduzir seus sistemas sem grandes modificações na forma de trabalho.

⁶ No sentido de *“resistência adaptativa”*, termo utilizado na biologia no intuito de expressar a capacidade do indivíduo em se adaptar às mudanças do meio em que habita.

Estas características remetem a outros importantes estudos sobre categorias sociais no campo e, principalmente aqueles que se referem ao campesinato. Cujas origens no Brasil, para Cunha (2012), deu-se por três formas:

“a) proveniente de antigas zonas agroexportadoras, como as áreas de antigos engenhos de cana-de-açúcar, algodozeiras e cafezeiras - quando se formaram arranjos entre proprietários e foreiros, colonos ou arrendatários, trabalhadores camponeses que moram no interior da propriedade – e se originam núcleos camponeses nos arredores destas propriedades, em “terras livres; b) o denominado campesinato de fronteira, que consistiu na implantação de núcleos camponeses que garantiram o povoamento de áreas distantes, muitas vezes ligados à expulsão de povos indígenas; e c) o campesinato que mais se aproxima do modelo europeu, que ocorreu no sul do país, em consequência do incentivo, por meio de doação de terras pelo Estado Imperial a imigrantes assentados em colônias.” (CUNHA, 2012)

Farinatti (2007), demonstra a partir de pesquisa documental na Fronteira Sul do RS, a coexistência histórica da Pecuária Familiar: *“para parte expressiva dos que se assalariavam nas estâncias de Alegrete, ao menos na primeira metade do século XIX, a produção familiar era uma realidade ou um horizonte”*. Esses criadores possuíam rebanhos de até 500 reses e trabalhavam com os filhos em suas áreas. Alguns eram oriundos de famílias de grandes criadores que se descapitalizaram e criavam em áreas de herança sucessiva. Outros eram os que conquistavam ou procuravam manter a condição de autônomo, com ou sem a propriedade de terra.

Outros estudos apontam para o envelhecimento, masculinização e ausência de sucessores nas áreas de Pecuária Familiar (COSTA et al., 2009.) Costa (2014), sobre o fenômeno do celibato na região da Campanha, reflete:

“Os solteirões do espaço rural do município costumam ser agricultores familiares que se dedicam à pecuária de corte ou peões que trabalham como assalariados nas fazendas. (...) Dessa forma, fica claro que a solteirice não é meramente uma decisão individual, considerando que, por exemplo, não encontrei fazendeiros solteirões. As restritivas condições socioeconômicas de famílias de agricultores favorecem a solteirice em Alegrete.”

Ou seja, são muitos os indícios de que a condição socioeconômica seja um determinante para a falta de possibilidades da reprodução social da Pecuária Familiar. Contudo, também são poucas as alterações vivenciadas no ambiente da Pecuária Familiar em relação ao resultado produtivo de seus sistemas, impactando na geração de renda e na participação pouco vantajosa de seus agentes no circuito econômico-produtivo convencional.

Nicola; Charão (2016), caracterizam tal circuito da cadeia produtiva da carne

bovina a partir da abordagem de “regime sociotécnico”, pela qual destacam: o padrão industrial baseado em grande estruturas, nas monoculturas, uso de agroquímicos, máquinas e genética especializada. Tudo ancorado nos acordos de representação política nos três poderes. Essa lógica predominante nos mercados da carne pode ser excludente para a Pecuária Familiar, desqualificando seus produtos e processos, reforçando o seu isolamento (dificuldades com vias de acesso e baixo dinamismo social das localidades onde estão).

“Cabe salientar, ainda, que o regime sociotécnico prevalente se consolida através de atributos cognitivos, culturais e sociais arraigados na mente das pessoas, desde fazedores de política, passando pelos cientistas e técnicos (e suas heurísticas), até os consumidores finais (impactados pelo marketing balizado por um convencimento das vantagens higiênico-sanitárias dos processos de industrialização da carne).” (NICOLA; CHARÃO, 2016)

As questões inerentes às dimensões da sustentabilidade mencionadas até aqui, entrelaçam ao menos os eixos econômico e social. Para entender como estes se inter-relacionam, no regime sociotécnico supracitado, é necessário colocar a cada etapa dos processos alguns questionamentos: Quem faz esse processo acontecer? São os mesmos atores presentes em todas as etapas? Quem possui e quem maneja os ambientes? E com essas indagações e suas possíveis respostas destacamos que o manejo dos agroecossistemas, que acaba por alterá-los significativamente ou conservá-los, é feito pelo trabalho autônomo ou assalariado. Por estes também se produzem conhecimentos sobre os sistemas produtivos pecuários e relações ecossistêmicas ali presentes, que precisam ser consideradas como a base intelectual para a edificação de “regimes sociotécnicos” sincronizados à Pecuária Familiar.

Além disso, existem diversas demandas sociais contexto-específicas, cotidianamente postas em evidência acerca da sustentabilidade rural no Pampa brasileiro. Estas, embora muitas vezes não assumidas, são prioritárias dentro do eixo social da sustentabilidade, lembrando-se que este é imbricado aos demais eixos (ambiental e econômico). Como, na Pecuária Familiar, a questão ambiental está em evidência e as peculiaridades sociais "camufladas", o braço atuante do projeto de desenvolvimento é "econômico". Portanto a resistência dos rurais à modernização pode ser oriunda dos mais diversos fatores sociais.

Por fim, consideramos que tal resistência pode ser vista de duas maneiras: como

grupo social resistente/adaptado ao meio socioambiental que vive, e concomitantemente como donos de compreensível razão à não adesão completa ao processo de modernização. Assim a inclusão produtiva, com tecnologias exógenas, por vezes descontextualizadas aos diversos modos de produção da Pecuária Familiar, substituem e/ou ocultam a necessidade de projetos de desenvolvimento sincronizados com as demandas locais.

Considerações finais

A Pecuária Familiar, resistente ao processo de modernização, continua exercendo sua atividade mais sincronizada às condições socioambientais do que com as diretrizes de mercado. Observando-se os padrões descritos pelos diversos autores, é clara a relação intrínseca entre o modo de exploração, convivência entre grupos sociais, ecossistemas, processos produtivos e econômicos. Como então analisar separadamente esses aspectos? Como tratar de dimensões da sustentabilidade desconsiderando a tríade inseparável (econômico \longleftrightarrow ambiental \longleftrightarrow social) do desenvolvimento sustentável?

Retirar o foco principal do aspecto econômico é válido para que se destaque a importância das demais dimensões do desenvolvimento. Contudo, é imprescindível que as tratemos do ponto de vista da complexidade (vide Edgar Morin), tendo esclarecidamente que essas divisões são apenas abstrações da organização do conhecimento para interpretar a realidade, na qual é indissociável.

Por isso é imprescindível atentar para as condições sócio \longleftrightarrow econômico \longleftrightarrow ambientais em projetos de desenvolvimento para regiões onde haja Pecuária Familiar, muitas vezes desprovida de condições básicas de direito. Como salienta Veiga (2008), parafraseando Murray Gell-Mann (ganhador do prêmio Nobel de Física de 1969): a palavra “sustentável”, pode conter um significado literal perigoso, pois algumas situações podem ser mantidas ou “sustentadas” por muito tempo, mesmo que não sejam desejáveis para a humanidade. Ou seja, o que se está procurando “*abarca um tantinho de desejabilidade junto com a sustentabilidade*”. Logo ao tratarmos de políticas públicas, que condições desejamos construir para o campo, os campeiros e os frutos produzidos por essa combinação?

Dentro do paradigma da modernidade nos sistemas agrários, estaria o processo de

sustentabilidade do Pampa albergando um dilema: ou os remanescentes do Bioma perdem seus manejadores pela obsolescência social ou os manejadores são absorvidos pelo projeto hegemônico que os torna obsoletos, deixando os relictos campestres do Pampa ainda mais vulneráveis? Seria coerente depositar esforços de atuação em projetos de desenvolvimento à Pecuária Familiar com a mesma lógica da modernização que os restringiu como “relictos socioambientais”?

Deixemos tais indagações à luz da reflexão, finalizando na sequência com a pertinente sentença de Malaquin (2008): *A sustentabilidade de um sistema pecuário pode ser valorada em relação a sua capacidade de gerar bem estar social.*⁷

REFERÊNCIAS

BORBA, M. F. S. Desenvolvimento territorial endógeno: o caso do Alto Camaquã. In: Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre - RS: UFRGS, 2016. p. 187–214.

BORBA, M.; TRINDADE, J. P. P. Desafios para conservação e a valorização da pecuária sustentável. In: PILLAR, V. D. P. et al. (Eds.). Campos sulinos: Conservação e uso sustentável da diversidade. Brasília: MMA, 2009. p. 393–403.

CHELOTTI, M. C. Produção Desigual do Espaço e Dinâmica Regional da Agropecuária na Campanha Gaúcha (Brasil), OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia. v. 2, n. 6, p. 36–37, abr 2011.

COSTA, C. “SOMOS SOLTEIRÕES”: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA SOLTEIRICE NA AGRICULTURA FAMILIAR DE ALEGRETE/RS. Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós- Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria - RS, 2014.

COSTA, C. et al. O ESVAZIAMENTO DO PAMPA GAÚCHO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ENVELHECIMENTO E DA MASCULINIZAÇÃO RURAL NA APA DO

⁷ Livre tradução dos autores.

IBIRAPUITÃ. . In: 47 CONGRESSO SOBER. Porto Alegre - RS: 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/991.pdf>>

COTRIM, M. S. 'PECUÁRIA FAMILIAR' NA REGIÃO DA 'SERRA DO SUDESTE' DO RIO GRANDE DO SUL: UM ESTUDO SOBRE A ORIGEM E A SITUAÇÃO SOCIOAGROECONÔMICA DO PECUARISTA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS. Dissertação de Mestrado - Porto Alegre: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2003.

CUNHA, M. G. C. CAMPESINATO BRASILEIRO: ORIGENS E RESSIGNIFICAÇÕES DE UM MODO DE VIDA TRADICIONAL. . In: LX ERG. Montes Claros - MG: 2012

ESPÍNDOLA, C. J. As agroindústrias de carne do Sul do Brasil. Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Geografia Humana, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH- USP São Paulo, 2002.

FARINATTI, L. A. E. Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). Tese de Doutorado - UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

LANDAIS, É. Dossier de l'environnement de l'INRA. agriculture durable: les fondements d'un nouveau contrat social ?, v. 27, p. 23-40, 1998.

LOSEKANN, M. B.; FOLLMAN, F. M.; DEGRANDI, S. M. Estratégia de manutenção da quali-quantidade da água na Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí, RS. 5º Fórum Internacional Ecoinnovar. Anais... In: 1º CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO. Santa Maria - RS: 12 ago 2016

MALQUIN, I. Revista Plan Agropecuario. La Sostenibilidad de los Sistemas Ganaderos Familiares, v. 127, agosto de 2008.

MORIN, E. Ciência com Consciência. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

NICOLA, N. P.; CHARÃO, F. Extensão Rural DEAER - CCR - UFSM. TRANSIÇÕES EM DIREÇÃO AO USO SUSTENTÁVEL E CONSERVAÇÃO DOS CAMPOS SULINOS GAÚCHOS: O LUGAR DA PECUÁRIA FAMILIAR, v. 23, mar. 2016.

RIBEIRO, C. M. Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares das região da Campanha do Rio Grande do Sul. parte da tese de doutorado, 2009. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/estudomodovidapecuaristasfamiliaresregiaocampanhars.pdf>.

RIBEIRO, C. M. O modo de vida dos pecuaristas familiares no pampa brasileiro. In: Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre - RS: UFRGS, 2016. p. 87–108.

RIBEIRO, C. M.; QUADROS, F. L. F. DE. Valor histórico e econômico da pecuária. In: Os Campos do Sul. Porto Alegre: PILLAR, V. D.; LANGE, O., 2015. p. 19–22.

SÁ BRITO, A. N. ENTRE O CORREDOR E A ESTÂNCIA: DINÂMICAS SOCIAIS E PRODUTIVAS NA APA DO RIO IBIRAPUITÃ. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural como requisito para a titulação de Mestre em Extensão Rural. Santa Maria - RS, 2011.

SILVEIRA, V. C. P.; GONZÁLEZ, J. A.; FONSECA, E. L. Land use changes after the periodcommodities rising price in the Rio Grande do Sul State, Brazil.Ciência Rural. v. 47, 2017.

TOURRAND, J. F. Prefácio. In: Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre - RS: UFRGS, 2016. p. 7–9.

TRINDADE, J. P. P.; VOLK, L. B. DA; ROCHA, D. Informações georreferenciadas: uma perspectiva para tomada de decisão. A pecuária de corte como solução à crise. Anais... In: XI JORNADA NESPRO. Porto Alegre: UFRGS, e 27 de setembro 2016

VEIGA, J. E. DA. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VOLK, L. B. DA et al. Funções ecossistêmicas em vegetação campestre de dupla estrutura acentuada. XXIV Reunión del Grupo Técnico e Forrajas del Cono Sur, p. 106–108, 2017.

Juventudes extrativistas: percepções sobre o viver na RESEX Chico Mendes

Anselmo Gonçalves da Silva¹

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio/MMA

Resumo

As Reservas Extrativistas têm sido um modelo utilizado para reconhecer e delinear legalmente modos particulares do “humano” “ser” e “viver” suas relações sociais, culturais, políticas e econômicas num determinado espaço e tempo – considerando a sustentabilidade do ambiente e o modo de vida tradicional. O presente artigo se propõe analisar as percepções de jovens moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes sobre pontos positivos e negativos de se viver numa reserva extrativista, e sobre suas perceptivas para o futuro de suas colocações.

Palavras chaves: Populações Tradicionais, Reservas Extrativistas, Identidade.

1. Introdução

Chico Mendes foi assassinado em 22 de dezembro de 1988; e, em 30 de janeiro de 1990 criou-se o instituto das Reservas Extrativistas. No contexto daquela época, as Reservas Extrativistas foram definidas como “espaços territoriais” de “interesse ecológico e social”, com caráter de “exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista”. (BRASIL, 1990).

Atualmente no Brasil existem 90 Reservas Extrativistas, 62 federais e 28 estaduais, correspondendo a aproximadamente 144.610 km² (CNUC, 2016) – dimensão superior aos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Sergipe e Alagoas juntos – 139.637 km² (IBGE, 2017). Na região amazônica foram estabelecidas 47 Reservas Extrativistas – posicionadas como fatores de conversação sociocultural e ambiental. Para Allegretti (2014) se elas “não tivessem sido instituídas, os seringueiros – hoje chamados de extrativistas – teriam saído da floresta e ido para as periferias das cidades, e os recursos naturais da floresta teriam se transformado em matérias-primas e não em meio de vida”.

Em 12 de março de 1990 foi criada a Reserva Extrativista Chico Mendes - RECM, no Acre, abrangendo 48 seringais em uma área de aproximadamente 970.570 hectares –

¹ Trabalho realizado no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia (MPGAP), do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), sob orientação da Professora Dra. Rita de Cássia Mesquita.

na região “palco” dos conflitos em que seringueiros requeriam o reconhecimento do direito de ocupar seus territórios.

Desde a criação das primeiras Reservas Extrativistas em 1990: Alto Juruá e Chico Mendes, no Acre; Rio Ouro Preto, em Rondônia; e, Rio Cajari, no Amapá; conjunções de processos influenciam as populações tradicionais e as sociedades em geral – o que ocasiona múltiplos fenômenos, e efeitos expressos física e culturalmente.

Atualmente parece que as Reservas Extrativistas, diferenciadamente em cada contexto local, se desenvolvem em uma nova fase: a do desafio da sucessão de uma nova geração. De acordo com Allegretti (2014), a continuidade do projeto se atrela a “dar” condições sociais, estruturais e econômicas para que esta geração de jovens “permaneça na floresta”; acessem educação que fomente a continuidade aprimorada de sua cultura, modos de vida e economia; concretizem o “modelo econômico sustentável”, e sejam encorajados a “assumir o papel de liderança desempenhado por seus pais e avós nas últimas décadas”.

Acredita-se que, o conjunto de condições físico/materiais e influências culturais vivenciadas pelas juventudes “tradicionais” no contemporâneo têm afetado sua visão de mundo e seus projetos de vida. Isso tem caracterizado a sucessão geracional como um período crises e mudanças profundas na estrutura sociocultural destes grupos. No caso da Reserva Extrativista Chico Mendes, se percebe, além de mudanças culturais profundas, efeitos como: migrações de jovens para centros urbanos próximos; alterações no padrão de percepção e produção do espaço por jovens que seguem residindo nos seringais, fenômeno que pode ser exemplificado pelo avanço da pecuária (HOELY, 2015), etc. Essas transformações afetam a efetividade dos objetivos de conservação ambiental e sociocultural relacionados à criação das Reservas Extrativistas.

Neste artigo, apresenta-se resultados de uma pesquisa que se propôs analisar 2 grupos de estudantes do 2º ano do Ensino Médio, de duas escolas de comunidades diferentes da Reserva Extrativistas Chico Mendes:

- 1) Escola Municipal Baixa Verde, no Seringal Icuriã, Assis Brasil/AC;
- 2) Escola Municipal União, no Seringal Floresta, Xapuri/AC.

Eles responderam questões sobre os seguintes temas:

- a. *Percepções positivas e negativas de se viver numa Reserva Extrativista,*
- b. *Expectativas para o futuro de suas colocações, e*

Os resultados possibilitaram esboçar cenários para as duas comunidades e indicar fatores que influenciaram o seu desenvolvimento no percurso histórico. Espera-se assim, a partir deste estudo de caso, produzir subsídios para ampliar a compreensão da reprodução empírica de um modo “Reserva Extrativista” de ser e viver – afeto a reprodução social de populações tradicionais.

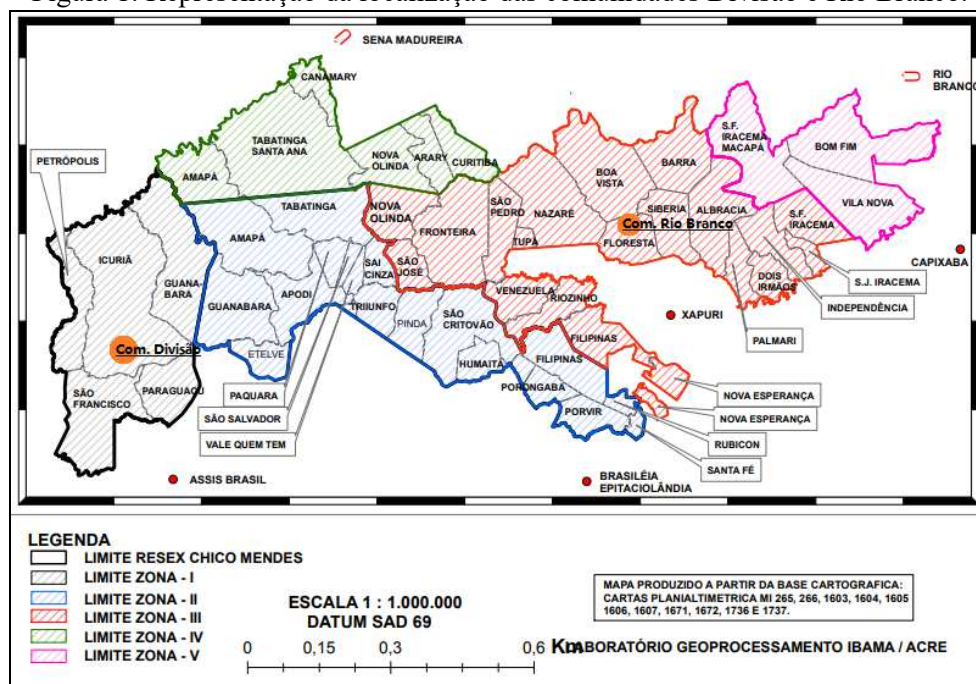
2. A Reserva Extrativista Chico Mendes

A Reserva Extrativista Chico Mendes possui área aproximada de 970.570 hectares, com um território que abrange parte de 3 das 5 regiões do Estado do Acre, incluindo os municípios de Assis Brasil, Brasiléia, Capixaba, Epitaciolândia, Rio Branco, Sena Madureira e Xapuri. Segundo cadastro censitário realizado em 2009 sua população é de 8666 moradores cadastrados. Possui ordenamento territorial composto por 1.766 unidades de ocupação (entre colocações de seringa, ocupações ribeirinhas e outras formas de ocupação menos representativas), contidas em 48 seringais. Possui Plano de Manejo, Plano de Utilização, Conselho Deliberativo, Cadastro de Moradores, e tem seu uso e ocupação concedidos à 5 Associações de Moradores, de acordo com a zona geopolítica, sendo: Assis Brasil - AMOPREAB, Brasiléia e Epitaciolândia – AMOPREBE, Xapuri – AMOPREX, Capixaba e Rio Branco – AMOPRECARB, Sena Madureira – AMOPRESEMA.

As comunidades estudadas: Divisão/Assis Brasil e Rio Branco/Xapuri.

Escolheu-se 2 das 76 comunidades da RECM: A comunidade Divisão, no Seringal Icuriã, município de Assis Brasil; e, a comunidade Rio Branco, no Seringal Floresta, no município de Xapuri. A localização de ambas pode ser verificada na figura seguinte, que também representa a estrutura geopolítica da RECM.

Figura 1: Representação da localização das comunidades Divisão e Rio Branco.



As duas comunidades têm acesso por estrada não pavimentada em distância similar até os seus respectivos núcleos urbanos de influência (Assis Brasil e Xapuri). Ambas comunidades têm escolas equivalentes, sendo as principais de suas zonas geopolíticas. O perfil de ocupação espacial no modelo de colocações tradicionais de seringa, a configuração e as dinâmicas comunitárias também são similares. Têm relativa centralidade e protagonismo nos processos de tomada de decisão das suas zonas geopolíticas, abrigando quase sempre reuniões com várias comunidades relacionadas as suas respectivas associações concessionárias e outros atores sociais. Percebe-se que ambas comunidades são formadas por populações derivadas da origem social e prática de produção de borracha no sistema de seringais; o que faz dos grupos estudados relativamente equivalentes.

3. Metodologia

Foi realizada 1 oficina participativa com os estudantes do 2º ano do Ensino Médio em cada uma das escolas das comunidades; aplicando-se as seguintes questões:

- Cite 3 pontos positivos de se viver numa Reserva Extrativista?
- Cite 3 pontos negativos de se viver numa Reserva Extrativista?
- Como você imagina sua colocação no futuro?

As respostas apresentadas individualmente em tarjetas tiveram seu conteúdo analisado, agrupando-se citações que poderiam formar grupos homogêneos de ideias, que foram objeto de contagem do número de ocorrências no universo da amostra.

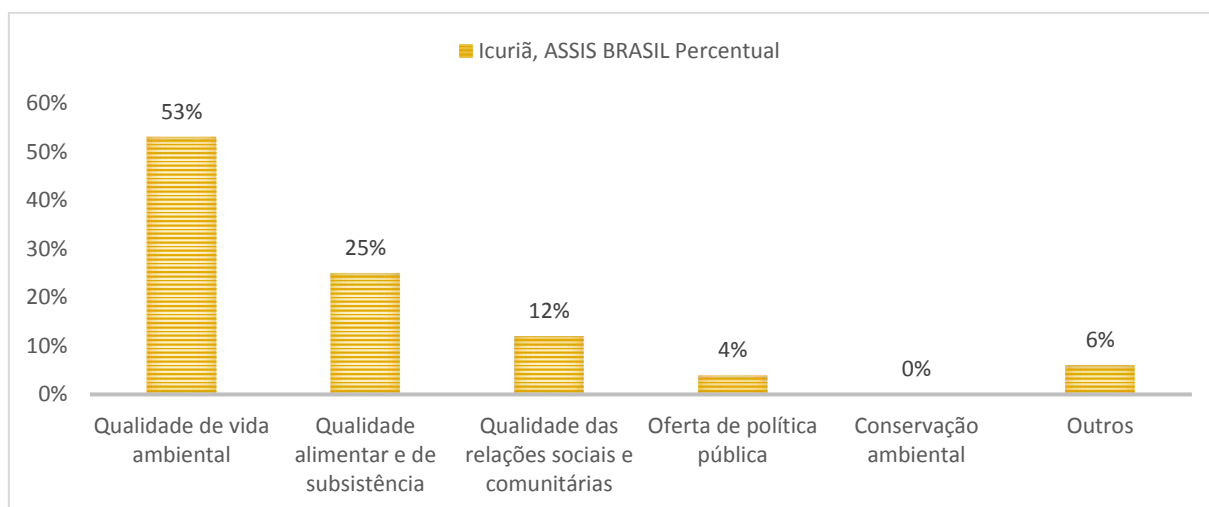
Participaram das oficinas e elaboraram as redações 16 jovens da comunidade Divisão e 14 jovens da comunidade Rio Branco.

4. Resultados e Discussão:

4.1. Pontos positivos de se viver numa Reserva Extrativista.

Os jovens da comunidade Divisão apresentaram 51 ideias sobre pontos considerados positivos de se viver em uma Reserva Extrativista. Classificou-se as justificativas em categorias apresentadas no gráfico seguinte.

Figura 2: Gráfico – Pontos positivos de se morar em uma RESEX (comunidade Divisão)



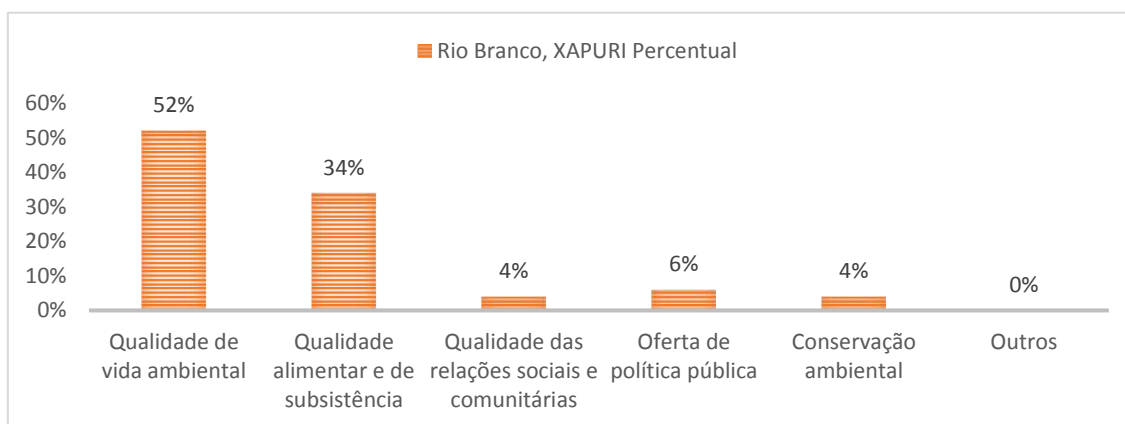
Fonte: Dados empíricos da pesquisa (2016).

Viver numa Reserva Extrativista, segundo eles, é positivo pela vivência de elementos de matriz natural e de um ambiente bucólico, como o “*ar puro*”, “*água natural*”, “*sem poluições*”, “*sem barulho*”, “*tranquilo*”; estes foram classificados como “Qualidade de vida ambiental”, e foi tema de 53% das citações dos jovens. Em segunda posição eles afirmam que viver na Reserva é bom porque podem “*ter a própria colheita*”, “*produzir o próprio alimento*”, “*não tem muito gasto*”, esses elementos foram

classificados como “Qualidade alimentar e de subsistência” aparecendo em 25% das citações. E o terceiro tema mais citado foi a “qualidade das relações sociais e comunitárias”, apresentado por expressões como “*somos todos amigos*”, “*colaborando uns com os outros*”. É interessante que de algum modo, em muitas das afirmações, a resposta sobre viver em uma reserva extrativista traga consigo um elemento indicativo de que o jovem está apresentando um contraste entre o viver na Reserva e o viver na cidade. Quando o jovem fala “*não tem violência como na cidade*”, “*um lugar calmo*”, “*gasta menos financeiramente*”, “*é mais frio*”, “*não precisa comprar alimento*”, “*mais fartura*”, dentre muitas outras expressões apresentadas pelos jovens da Divisão, existe em algum grau uma relação comparativa perceptível, entre viver no pequeno núcleo urbano de Assis Brasil e viver nas colocações dos seringais da Reserva Extrativista.

Para os jovens da comunidade Rio Branco os pontos positivos de se viver numa Reserva Extrativista foram apresentados com estrutura muito similar a Divisão, conforme gráfico apresentado a seguir:

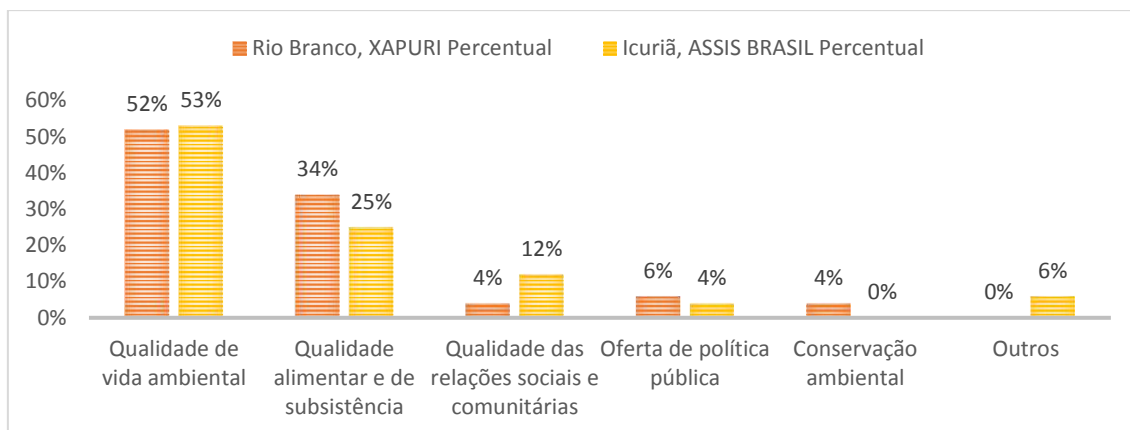
Figura 3: Gráfico – Pontos positivos de se morar em uma RESEX (comunidade Rio Branco)



Fonte: Dados empíricos da pesquisa (2016).

A comparação das duas comunidades pode ser percebida no gráfico seguinte:

Figura 4: Gráfico – Pontos positivos (comparação entre Rio Branco e Divisão)



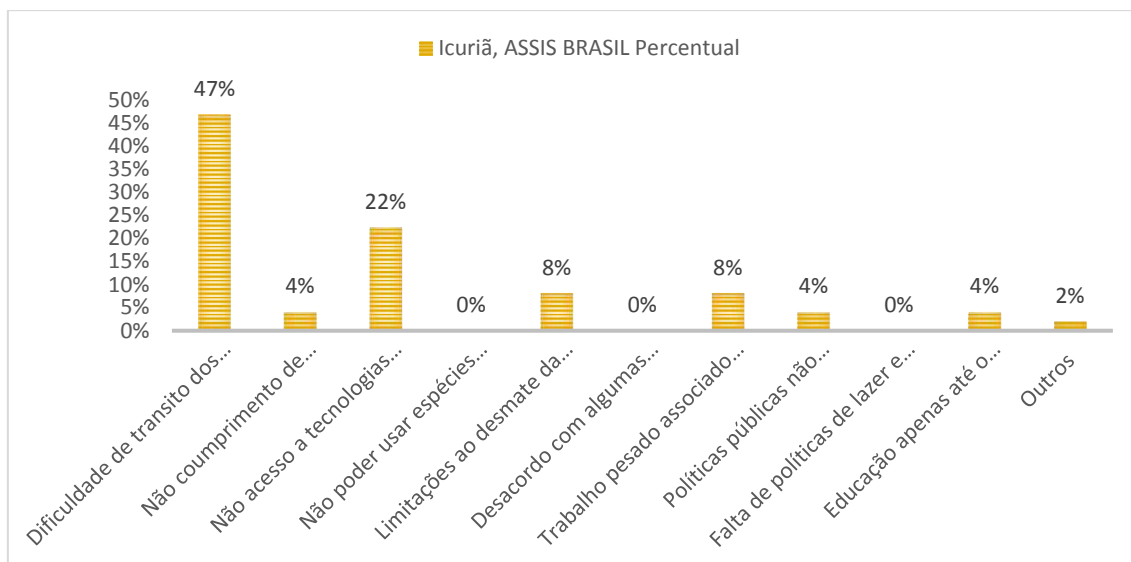
Fonte: Dados empíricos da pesquisa (2016).

Apesar das percepções próximas, os textos das citações nos revelam através de vários rastros um tom valorativo adicional aos elementos naturais, sejam para vivência ou para uso, chegando em alguns pontos aparecer apenas como valor de conservação/“*preservação*” na comunidade Rio Branco. Com relação a qualidade alimentar, a relação primária apresentada pela comunidade Divisão se relaciona com abundância e possibilidade de produzir o alimento num contraste com a alimento na cidade que tem que ser comprado (o que torna a vida mais difícil). Já na comunidade Rio Branco o valor de produzir o alimento se relaciona muito com a representação de alimento saudável, “*próprio*”. A “qualidade das relações sociais e comunitárias” foram citadas em ambas comunidades, acredita-se que a maior ocorrência na comunidade Divisão (12%) em relação comunidade Rio Branco (4%), deveu-se a alocação elevada de valor na percepção da “oferta de política pública” e na “conservação ambiental” e não numa diferenciação relevante da qualidade das relações sociais nos dois contextos.

4.2. Pontos negativos de se viver numa Reserva Extrativista.

A comunidade Divisão apresentou 49 citações consideradas pontos negativos de se morar numa Reserva Extrativista. Elas se referem principalmente a experiência de se viver naquela comunidade específica. Pode-se observar a classificação através do gráfico seguinte:

Figura 5: Gráfico – Pontos negativos de se morar em uma RESEX (comunidade Divisão)



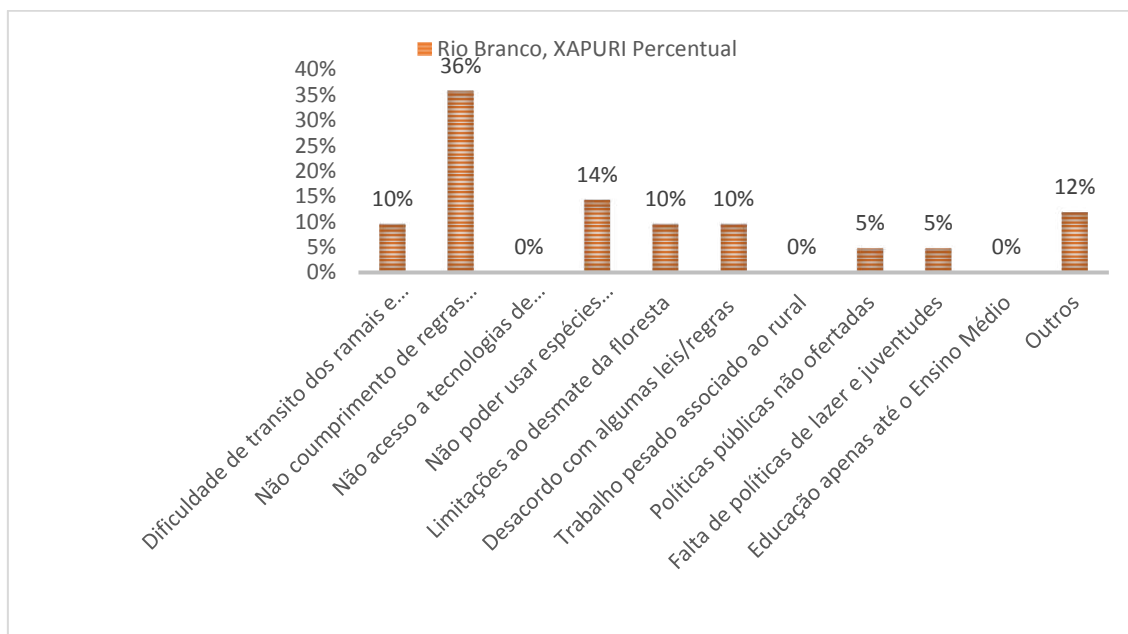
Fonte: Dados empíricos da pesquisa (2016).

O ponto negativo percebido como mais relevante para os jovens da Divisão se relaciona com a dificuldade de trafegabilidade do ramal (estrada não pavimentada) que liga a comunidade e o centro urbano de Assis Brasil e a dificuldade de transporte; representando 47% das citações. Morar na Divisão e ir até a cidade não é tarefa simples; sobretudo na época das chuvas, pelas peculiaridades do tipo de solo o ramal fica quase que intrafegável. Este ramal é o principal da Zona Geopolítica de Assis Brasil, há fluxo de “toyotas” e outros carros estilo caminhonete que fazem fretes ou linha, cobrando por passageiros e/ou bagagens (mas só na época de seca), raramente esses veículos se arriscam nas épocas de chuva, o que faz a comunidade ter um alto grau de isolamento principalmente durante 4 meses mais chuvosos do ano. Neste contexto, o transporte particular é um elemento muito valorizado e desejado, principalmente as motos. Em segundo lugar, como ponto negativo de se morar na Reserva, os jovens apresentaram o não “acesso a tecnologias de comunicação”, talvez esse tema tenha estado presente de algum modo nas discussões locais recentemente, pois ele não apareceu na comunidade Rio Branco, ou talvez a necessidade percebida de relação com a urbanidade e um mundo externo seja significativa por vários motivos para aqueles jovens. Esses dois itens, “dificuldade de trânsito” e “não acesso a tecnologias” representam juntos 69% das citações, e ambos remetem a uma necessidade de relação com um externo, que está no urbano de Assis Brasil, ou talvez com conexões em outras espacialidades possibilitadas a partir do núcleo urbano. É importante também falar que, sobre isso, parte das famílias geralmente vivem na cidade, avós já anciãos, ou tias/tios, primos/primas, irmãos/irmãs, etc. Ainda, sobre os pontos negativos, alguns daqueles jovens percebem diferentemente

as leis ambientais, para (2) é negativo que alguns não cumpram as regras ambientais, já para outros (4) é negativo a imposição de regras que limitam o desmate da floresta. A representação do trabalho rural foi citada por 4 jovens como algo relacionado ao “pesado” e penoso. E, alguns também percebem a falta de implementação de políticas, principalmente saúde e educação como aspectos negativos.

Se nos pontos positivos houve relativa convergência entre as duas comunidades, nas percepções dos pontos negativos foi diferente, conforme apresentado no gráfico seguinte:

Figura 6: Gráfico – Pontos negativos de se morar em uma RESEX (comunidade Rio Branco)



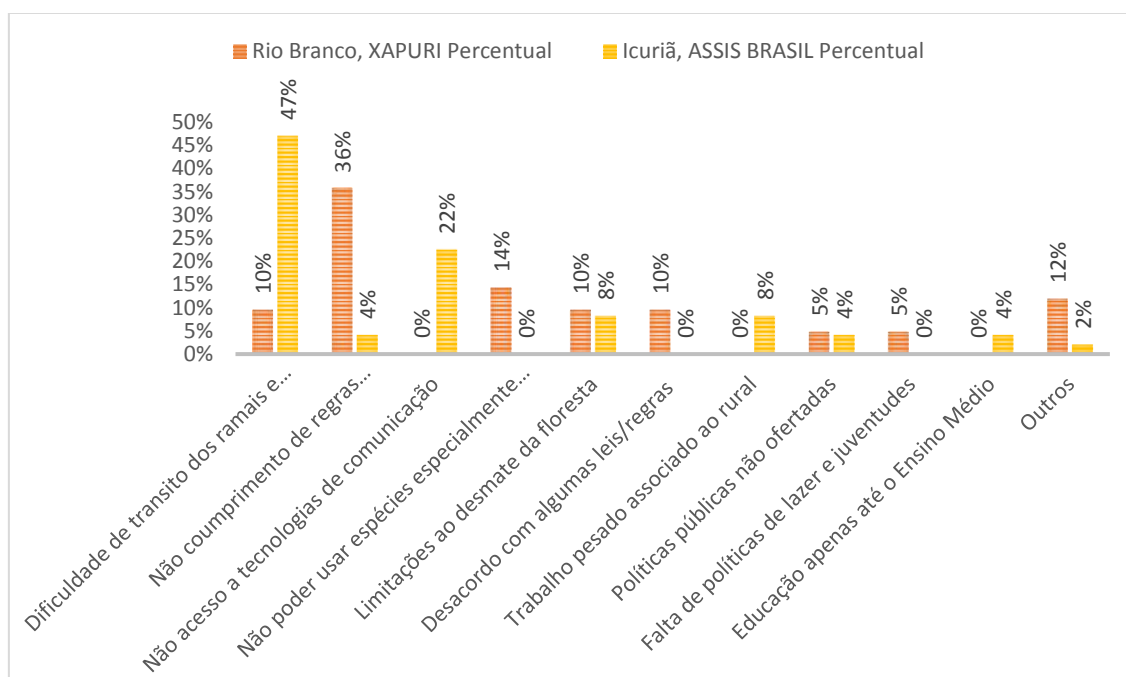
Fonte: Dados empíricos da pesquisa (2016).

Para os jovens da comunidade Rio Branco o principal ponto negativo de se morar numa Reserva Extrativista, com 36% das citações, é a percepção de que muitos moradores não cumprem as regras ambientais e do Plano de Utilização; em Assis Brasil esse item representou apenas 4% das citações. Embora isso signifique a importância do valor do ambiente e de ideias tradicionais transportadas para o conceito de RESEX; também na comunidade Rio Branco, 10% das citações afirmaram que as regras que limitam o desmatamento da floresta são um aspecto negativo de se viver na Reserva. Esse contraste revela que naquela comunidade também há, em nível menor, um debate sobre a representação do desmatamento. 14% dos jovens dizem estar em desacordo com algumas

regras vigentes na Reserva, que pela discussão não se relacionam ao desmatamento, mas regras de uso, como direito de posse, etc. Uma discussão significativa, é a proibição de uso de espécies madeireiras especialmente protegidas como o mogno e a castanheira; no campo ético do morador, essas árvores em suas colocações são deles, e eles entendem que devem escolher se devem usá-las ou não, como no caso de castanheiras improdutivas, mortas ou caídas; e dos mognos também; pois para eles, construir uma casa, uma estrutura comunitária, tem que ser com a melhor madeira possível. Junto com essa discussão, vem a relação os moradores tem com o núcleo urbano de Xapuri, assim como em Assis Brasil, existem processos sazonais ou em casos específicos em que as famílias se dividem entre a Reserva e o núcleo urbano, isso ocorre tanto em Xapuri como em Assis Brasil; e as famílias de Xapuri, que veem suas madeiras manejadas saírem para fora da Reserva, vendidas, querem ter o direito de construir casas na cidade com a madeira se suas colocações – esse conjunto representou 14% das citações. As demais citações foram variadas, sendo difícil classificá-las. Embora a dificuldade de transporte tenha aparecido com 10% das citações, fica claro nos textos, que os jovens se referiam a outras comunidades e apenas 1 jovem se referiu ao ramal em que mora.

O gráfico seguinte apresenta um contraste dos pontos negativos segundo os dois grupos de jovens.

Figura 9: Gráfico – Pontos negativos de se morar em uma RESEX (comunidade comparadas)



Fonte: Dados empíricos da pesquisa (2016).

Percebe-se que a distinção de percepção de negatividade para dois grupos, se relaciona com o contexto de condições. Objetivamente, a trafegabilidade entre cidade e comunidade é facilitada em Xapuri em relação a Assis Brasil; as possibilidades e oferta de veículos, tanto particulares quanto de transportes coletivos, é superior em Xapuri em relação a comunidade de Assis Brasil. Porém percebe-se também foco direcional ao urbano mais acentuado na comunidade da Divisão em relação a comunidade Rio Branco. O olhar da comunidade de Assis Brasil se apresenta menos direcionado a questões e dilemas internos, como o expresso pela questão do uso de madeiras “especialmente proibidas”, “desacordo com normas”, etc., presentes na comunidade de Xapuri. O olhar para elementos, tanto de valor de conservação quanto de valor de uso relacionados a natureza, novamente aparecem como caracterizadores de distinção entre as duas comunidades, ganhando formas, como a preocupação de 36% das citações da comunidade de Xapuri com o não cumprimento de “regras ambientais e do Plano de Utilização”. A percepção das práticas de trabalho rural aparece distinta nas duas comunidades; para 8% dos jovens de Assis Brasil, ele se associa com algo penoso, o que não aparece para os jovens de Xapuri. Os jovens de Assis Brasil se preocupam mais com o tema educação (4%), pois para eles há um campo de opções muito menos acessíveis do que para os jovens de Xapuri, que contam com um campus do IFAC no seu núcleo urbano, onde vários moradores da Reserva daquela zona estudam; já para o jovem de Xapuri a preocupação aparece em “políticas de lazer e juventude” (5%).

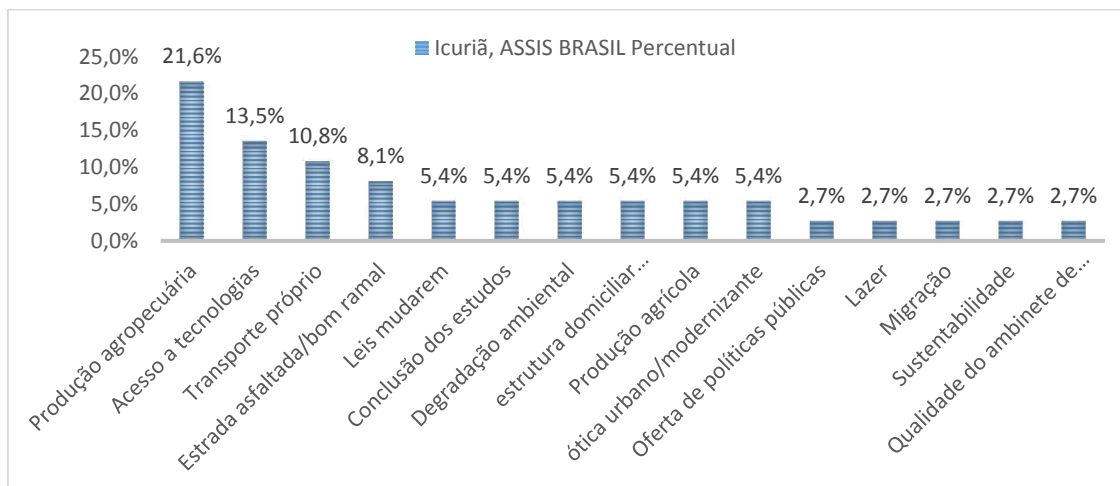
4.3. Minha colocação no futuro?

Quando se questiona sobre o futuro das colocações, se objetiva apreender de como o indivíduo percebe o seu espaço habitado, as condições e oportunidades percebidas, e as intencionalidades e estratégias formuladas. Esse conjunto permite vislumbrar de relance as tendências de intervenção/adaptação/produção sobre o espaço. Isso nos permite traçar cenários para o futuro das comunidades, e de como esse porvir se relaciona com a reprodução de um modo Reserva Extrativista de “ser” e “viver”.

Com relação a comunidade Divisão, foi difícil categorizar as ideias apresentadas, pela diversidade do conteúdo. Quanto se perguntou para aqueles jovens sobre a colocação, as respostas se entrecruzaram com vários aspectos diversos sobre os futuros

individuais, desejos e oportunidades. A sistematização das citações está apresentada no gráfico seguinte:

Figura 10: Gráfico – Como você imagina sua colocação no futuro? (comunidade Divisão)



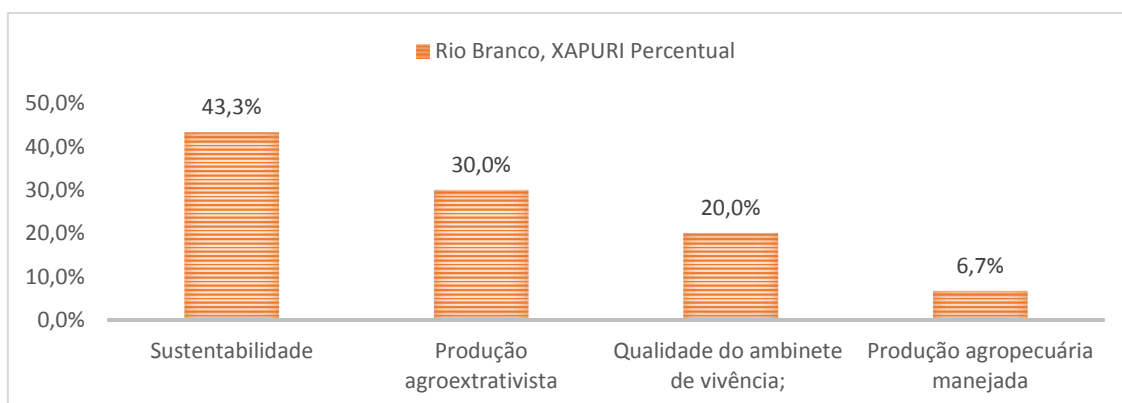
Fonte: Dados empíricos da pesquisa (2016).

Para aqueles jovens, ao falar do espaço, 21,6% citaram práticas de produção relacionadas a agropecuária. É algo muito evidente, e visto como positivo. Alguns trechos nos apresentam os “tônus” das afirmações, como os trechos seguintes: *“minha colocação esteja tipo uma fazenda”, “quase uma fazenda cheia de gado”, “uma fazenda muito grande e bonita”, “estar criando bastante gado”,* etc. Por alguns momentos, alguns indivíduos (5,4%) citam as leis como empecilho e a expectativa de possíveis mudanças: *“tenha melhorado mais as leis”, “que as leis mudem para o bem de cada família”*. Essa tendência a expansão da pecuária na comunidade é complementada com atividades agrícolas diversas, como *“plantações de diferentes tipos, fruteiras, verduras”,* e *“criação de galinhas, porcos”*. A proximidade da fronteira com o Peru, por onde, desde a construção da Estrada do Pacífico têm se ampliado os fluxos de exportações brasileiras e oportunidades de comércio para a produção local, como das galinhas caipiras e peixes de pisciculturas, este contexto aparece levemente influente, como na seguinte citação: *“minha colocação exportadora de carne de criação de galinha. Só vou ter muita galinha”*. Dois elementos que aparecem como elementos negativos de se morar em uma Reserva, para a comunidade Divisão, tem seus resolutivos projetados para o futuro das colocações – as dificuldades de transporte e comunicação. Assim, para 13,5% dos jovens, o futuro das colocações inclui elementos tecnológicos; para eles, a representação de

tecnologia inclui além de ferramentas de comunicação, “*rede telefônica e internet*”, uma percepção afeta ao processo e status de desenvolvimento das colocações, apresentada em trechos como “muito bonita, ter animais domésticos, uma tecnologia bem avançada”, “eu imagino que ela vai estar bem, com uma tecnologia bem avançada”. Para aqueles jovens da Divisão, a crise do transporte para a cidade, seja de pessoas ou produtos, aparece em 8,1% das citações, através de expressões como: “*meio de transporte, ramais, espero que estejam todos piçarrados*”, “*espero já tenha estrada asfaltada até lá*”. E, o tema do transporte se relaciona com o desejo individual do “*transporte próprio*”, aparecendo como prioridade em 10,8% das citações. O futuro das colocações para aqueles jovens se desenha com uma feição de um “viver bem” e superação do que se percebe como “dificuldades”; isso se ancora nos espaços individuais centralmente na produção da pecuária, e secundariamente em plantações e criações diversas; e num contexto dos espaços coletivos na melhoria das condições gerais de vida, com opções para o transporte, meios de comunicação, acesso à serviços de educação e saúde, opções de lazer, etc. Elementos classificados como “agroextrativismo” não foram citados no futuro daquelas colocações.

Com relação a comunidade Rio Branco, há uma consonância em um discurso quase que consensual em relação as colocações, relacionado sobretudo as práticas de uso das áreas e de sua relação com a renda, a sustentabilidade e a qualidade de vida. É como se não tivessem muitas dúvidas, como se no campo das representações os significados e as visões de mundo fossem mais definidos, quase resolvidos, em contraste com a comunidade da Divisão. Nesse contexto, foi possível classificar todas as citações em apenas 4 categorias, conforme apresenta o gráfico seguinte:

Figura 11: Gráfico – Como você imagina sua colocação no futuro? (comunidade Rio Branco)



Fonte: Dados empíricos da pesquisa (2016).

43,3% das citações sobre o futuro da colocação se relacionam com aspectos de sustentabilidade, representados por expressões como: “*que meu lugar continue preservado*”, “*imagino minha colocação bem preservada, com desmate dentro do limite*”, “*imagino uma colocação produtiva, de forma sustentável ou seja se queimadas e sem desmatamentos*”. A ideia de sustentabilidade, relacionada a vida saudável, respeito a natureza, se apresenta como um conjunto bem delineado para aqueles jovens, com características comuns, quase um discurso. Com relação as práticas de uso da floresta e do solo, percebe-se uma tendência a ressignificação/contextualização do extrativismo, onde se mantem o látex e a castanha, ao mesmo tempo que ganha fôlego adicional com plantio, através de reflorestamento produtivo, consorciado de seringueiras, castanheiras e frutíferas, que é apresentado pelos jovens com animo relacionando-o ao futuro; isso, juntamente com produção diversificada de criações e plantações; podemos perceber esse conjunto em 30% das citações, como as seguintes, relacionadas as colocações:

[...] transformar em um lugar produtivo e sustentável que tenha seringa, açudes, bois, plantação de abacaxi, banana, diversificar”, “minha colocação a 20 anos vai estar produzindo muitos recursos como látex, açai, graviola e peixe, etc.

[...] imagino minha colocação rodeada de seringueiras e castanheiras que plantamos já algum tempo, todas produzindo e gerando lucro.

[...] imagino a minha colocação com uma infraestrutura socialmente e financeiramente estáveis, com açudes, plantações manejadas, alguns bois, floresta conservada, plantações das mais variadas espécies e manejo da terra de forma sustentável, sem dívidas. Ter a consciência que as próximas gerações irão se beneficiar também.

Para aqueles jovens, esse futuro das colocações possibilita um ambiente de vida saudável e “boa qualidade de vida”, em 20% das citações essa ideia apareceu. Ainda, o gado, aparece, porém distintamente do significado e função da ocorrente na comunidade da Divisão; aqui o gado é envolto na necessidade percebida de conservação, onde para que figure, há uma necessidade ética de que seja “manejado”, dentro dos limites, conciliado com a conservação e outras atividades; isso é percebido em trechos como: “*criação de boi manejado*”, “*boa criação de gados e também preservada porque sendo organizado não precisa derrubar muito a floresta*”. Esse status da pecuária percebido neste item, sobre o futuro das colocações, contraste levemente, com aparições em outras questões, como na anterior, sobre os pontos negativos de se morar numa Reserva, onde

alguns jovens apresentaram questões sobre leis que protegem a floresta. Percebe-se que esta discussão é algo que busca inserção no contexto daquela comunidade, porém se percebe um combate do coletivo a este tipo de visão; sendo aceita, no nível ético, apenas a pecuária manejada, dentro dos limites legais e consorciada com outros produtos.

5. Referências Bibliográficas

HOELLE, J. Rainforest Cowboys. The Rise of Ranching and Cattle Culture in Western Amazonia. Austin, University of Texas Press, 2015, 196 p.

SILVA, A. G. Ethos Seringueiro: Cenários dos Jovens da Reserva Extrativista Chico Mendes. Dissertação de Mestrado Profissional em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia – INPA. Manaus, 2017.

Eucalipto, água e sociedade: a construção de representações no Vale do Paraíba Paulista¹

Clarissa de Araújo Barreto²; Sílvio Frosini de Barros Ferraz³

Resumo

O plantio de árvores para finalidades industriais é um tipo de uso do solo que gera controvérsias em vários países, inclusive no Brasil. As plantações alteram paisagens e seus efeitos nem sempre correspondem às perspectivas daqueles que convivem nos territórios rurais. Esta pesquisa conduzida em três municípios valeparaibanos investigou como as plantações de eucalipto e a relação delas com as vazões de cursos d'água são concebidas utilizando a teoria das representações sociais como chave analítica. A análise das entrevistas semiestruturadas revelou que as plantações são diversamente representadas e percepções negativas predominam quanto à relação das plantações com as vazões. Os resultados e análises preliminares evidenciam dinâmicas socioambientais nos territórios rurais e a necessidade de maior atenção em relação aos usos do solo e aos efeitos da baixa disponibilidade hídrica na região.

Palavras-chave: Representações sociais; Eucaliptocultura; Vale do Paraíba Paulista

¹Este trabalho foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) por meio dos processos 2014/14366-0 e 2017/ 01192-1.

²Bióloga, Mestre em Ciência Ambiental (PROCAM/USP) e Doutoranda no Programa Interunidades de Pós- Graduação em Ecologia Aplicada (ESALQ/CENA/USP), E-mail: cissabarreto@gmail.com

³Engenheiro florestal e Professor do Departamento de Ciências Florestais (ESALQ/USP), E-mail: silvio.ferraz@usp.br

Introdução

*E plantou eucaliptos nas terras que não se prestavam para cultura.*⁴

Extraído do conto “Jeca Tatu – a ressurreição”, o trecho acima descreve uma das consequências da transformação de Jeca Tatu, um caipira pobre e preguiçoso que após receber tratamento médico e sanitário torna-se um hábil produtor rural. Curado e recuperado em suas forças, reergue sua produção, multiplica suas criações e converte-se em um exemplo. Como um dos elementos que retratam este quadro de crescimento e modernidade, Lobato⁵ narrou que Jeca Tatu também plantou eucalipto em suas terras. Assim, já em 1918, o escritor percebia a presença do eucalipto no Vale do Paraíba, retratando seu plantio como uma ação positiva e modernizadora.

No entanto, foi apenas na década de 1950 que a produção de madeira no Vale do Paraíba por meio do plantio de árvores do gênero *Eucalyptus*⁶ ganhou outros contornos para além de sua utilidade no cotidiano das propriedades rurais. Nessa época, como resultado de políticas públicas nacionais, houve a instalação de várias indústrias na região, entre elas a indústria de celulose e papel, a qual depende de grande quantidade de madeira como matéria prima no seu processo produtivo. A partir de então, iniciou-se em vários municípios o estabelecimento de plantações de eucalipto para abastecê-la.

O Vale do Paraíba, umas das primeiras áreas ocupadas por não indígenas no Estado de São Paulo, foi palco de importantes acontecimentos históricos. A região foi local de passagem do ouro que saía das minas rumo ao Rio de Janeiro, contribuiu com a produção nacional de café para exportação no século XIX, e a partir do século XX destacou-se na criação de gado, destinada principalmente para a produção de leite (Zuquim, 2007). O processo de industrialização iniciado a partir de meados do século XX gerou fortes transformações socioeconômicas na região. Como por exemplo, os fluxos de migração de municípios predominantemente rurais para outros urbano-industriais, os quais levaram à redução da população rural de 55% (1950) para 5,8% (2010) (Silva et al., 2016).

Nesse cenário de mudanças, as plantações de eucalipto para fins industriais, ao converterem os usos do solo, também transformaram as paisagens e as dinâmicas socioeconômicas e ambientais locais. Esses plantios implicam em um uso intensivo do solo

⁴Lobato, M. *Problema Vital, Jeca Tatu e outros textos*. São Paulo: Globo, 2010.

⁵Nascido em 1882 na cidade de Taubaté, Vale do Paraíba paulista, o escritor José Bento Monteiro Lobato criou personagens importantes para a literatura brasileira, entre eles o emblemático caipira Jeca Tatu.

⁶No Brasil algumas espécies do gênero *Eucalyptus* são cultivadas (e.g. *E. grandis*, *E. urophylla*, *E. camaldulensis*, *E. tereticornis*, *E. robusta*, *E. resinifera*, *E. pellita*, *E. dunnii*, *E. benthamii*, *E. globulus*). Também são produzidos híbridos a partir destas espécies (Gonçalves et al. 2013).

apoiado em uma cadeia de tecnologias (química, genética e mecânica) e atividades laborais de plantio, corte e transporte de madeira que os tornam singulares e contrastantes com as demais atividades rurais. Portanto, afetam comunidades rurais alterando suas realidades material e simbólica.

No Brasil e em outros países onde há a expansão de áreas destinadas a plantações de árvores para fins industriais a população percebe tanto os efeitos negativos quanto os efeitos positivos advindos da atividade. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo apresentar e analisar preliminarmente como as plantações de eucalipto são concebidas no universo simbólico de indivíduos que convivem em territórios rurais valeparaibanos. Devido a limitações, optou-se por focalizar neste trabalho a apresentação e análise dos entendimentos a respeito da relação plantação de eucalipto e vazão de cursos d'água.

Entende-se que compreender essas visões é uma forma de dar voz a indivíduos que possuem experiências fundamentadas em territórios ocupados por plantações de eucalipto e que, por isso, lidam com as consequências advindas dessa atividade. Este trabalho integra uma pesquisa de doutorado em andamento cujo objetivo principal é identificar e analisar como a relação plantação de eucalipto e vazão de cursos d'água é representada em territórios rurais. Como chave interpretativa para os significados construídos e partilhados socialmente será mobilizada a teoria das representações sociais.

Referencial teórico

Representação social é um termo complexo considerado tanto como um fenômeno em si mesmo quanto como um referencial teórico cujo potencial heurístico é relevante para o estudo do conhecimento e dos processos sociais contemporâneos (Anjos e Caldas, 2014). Diversos temas e áreas de pesquisa utilizam-se da representação social, empregando uma ampla variedade de métodos oriundos da psicologia e das ciências sociais, assim como análises qualitativas e quantitativas, pois não é um referencial teórico limitado a uma metodologia (Flick et al., 2015; Spink, 1993).

As visões acerca de objetos sociais, tais como as plantações de eucalipto, são entendidas como compreensões construídas socialmente. Estão, conseqüentemente, além do que pode ser chamado de percepções ou opiniões individuais, pois são construídas e delineadas por meio de processos de troca e interação no seio da sociedade; são representações sociais (Wagner e Hayes, 2005). Nesse sentido, a teoria das representações sociais é uma teoria sobre a construção social, pois além de serem construídas socialmente, as representações, isto é “o conhecimento que as pessoas têm do seu universo”, tornam-se fatos nos mundos dos indivíduos (Wagner, 2000, p.11), constituem parte da sua realidade.

A noção de representação é parte de uma relação dialética entre o sujeito e o contexto social no qual ele está inserido (Bernardo, 2001). Ou seja, a representação social é um tipo de conhecimento diretamente ligado às condições de sua produção. É um produto da sociedade em que ela surge e na qual ela também se transforma, e ambos, representação e condições de produção, se modificam mutuamente (Spink, 1993). Nesse sentido, analisar representações em territórios rurais e as condições em que são produzidas, isto é, o contexto social em que elas emergem, circulam e transformam-se, desvela dinâmicas socioambientais nesses territórios.

As maneiras como agimos e nos comunicamos em relação aos objetos sociais são influenciadas pelas formas como distintos grupos os compreendem. Tal compreensão, ou seja, a construção de representações, consiste em tornar familiar algo que não é familiar. Nessa perspectiva, dois processos interdependentes estão constituídos na formação de representações sociais: a ancoragem e a objetivação (Moscovici, 2000).

A ancoragem consiste em classificar e denominar algo de acordo com categorias familiares presentes em nossa memória. Na construção de representações a “neutralidade é proibida pela própria lógica do sistema, onde cada objeto e ser devem ter um valor positivo ou negativo e assumir um dado lugar em uma hierarquia claramente graduada” (Moscovici, 2000, p.49). O processo de objetivação, por sua vez, consiste em “descobrir a qualidade icônica de uma ideia ou ser imprecisos para reproduzir um conceito em uma imagem” (Moscovici, 2000, p.49), isto é dar forma, tornar concreto o conhecimento que se possui sobre o objeto.

Nessa pesquisa, os processos de ancoragem e objetivação e as condições nas quais as representações sociais são produzidas são utilizados para analisar e discutir as representações da relação eucalipto e água. Ao mesmo tempo, procura-se evidenciar dinâmicas socioambientais nos territórios rurais.

Procedimentos metodológicos

Áreas de estudo

As áreas desse estudo, três municípios valeparaibanos, ilustram a heterogeneidade e complexidade dessa região, a qual é dividida em duas sub-regiões, o Alto Vale do Paraíba e o Médio Vale do Paraíba. Os municípios de Santa Branca e Cunha localizam-se no Alto Vale, sub-região constituída pelos municípios menos desenvolvidos economicamente, onde a industrialização e a urbanização não foram tão expressivas. O município de Caçapava, por outro

lado, localiza-se no Médio Vale, sub-região que concentra a maior parte das indústrias, serviços, população e capital (Itani et al, 2011) (Figura 1).

Nos três municípios as principais atividades agropecuárias são a bovinocultura de corte e a bovinocultura de leite. Além das plantações de eucalipto, as áreas ocupadas pela rizicultura e pela cana-de-açúcar destacam-se em Caçapava. Em Cunha destacam-se as plantações de milho. A tabela 1 apresenta algumas características dos municípios e a área ocupada pela eucaliptocultura.

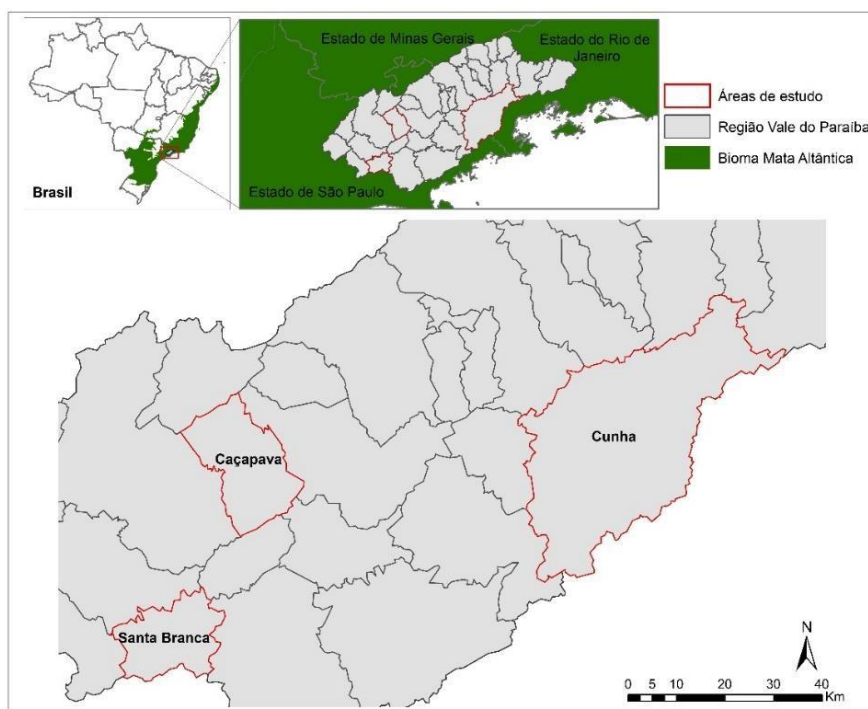


Figura 1 – Áreas de estudo

Tabela 1 – Características dos municípios⁷

	Caçapava	Santa Branca	Cunha
Área (km ²)	368,99	272,24	1.407,25
População	84.752	14.059	21.621
Urbanização (%)	86	88	56
Eucalipto (ha / %)	2.418 (6,55)	4.000 (14,69)	1.234 (0,88)

Coleta e análise de dados

A fim de identificar como a relação plantação de eucalipto e vazão de cursos d'água é representada em territórios rurais, objetivo da pesquisa na qual este trabalho está integrado,

⁷Fonte: IBGE, 2010; 2015

foram conduzidas entrevistas semiestruturadas entre janeiro e março de 2016 com o auxílio de um roteiro de entrevista previamente testado composto por questões abertas e fechadas.

As questões abertas proporcionaram aos entrevistados oportunidades para se expressarem espontaneamente e levantarem temas para questões que não foram consideradas na elaboração do roteiro (Adler e Clark, 2011). Dessa maneira, tópicos levantados pelos entrevistados foram explorados em maior profundidade e conteúdos de outras representações relacionadas com as plantações foram acessados.

O roteiro foi construído com questões que buscam caracterizar os indivíduos entrevistados e as propriedades rurais nas quais eles se encontravam. As outras questões compuseram três blocos temáticos relacionados com as transformações gerais e nos usos do solo ocorridas nas propriedades rurais visitadas e no seu entorno, a situação dos recursos hídricos nas propriedades e as plantações de eucalipto. Questões mais gerais antecederam questões específicas com o fito de oferecer oportunidades para o aparecimento espontâneo, menos diretivo, de conteúdos abordados nas questões específicas. A estrutura do roteiro foi construída visando a emergência de representações em meio a descrições empíricas dos contextos espaço-temporais (Tabela 2).

Tabela 2 - Tópicos e aspectos abordados nas entrevistas

Tópicos	Aspectos abordados
Dados sociodemográficos	Sexo, idade, estado civil, local de nascimento e de residência, tempo no município e na propriedade rural, escolaridade, ocupação, participação em grupo organizado, fontes de informação sobre acontecimentos locais e para cuidar da propriedade rural.
Dados da propriedade rural	Área, atividade econômica, presença de plantação de árvore, mão-de-obra, assistência técnica.
Mudanças gerais e do uso do solo	Mudanças gerais locais, mudanças do uso do solo locais, mudanças do uso do solo na propriedade, preferências em relação aos usos do solo anteriores e atuais no local e na propriedade rural.
Recursos hídricos	Fontes de água, usos da água, mudanças nas fontes de água, interferência do vizinho na água, interferência do entrevistado na água, prejuízos causados pelas mudanças na água, soluções para as mudanças na água.
Plantação de eucalipto	Estabelecimento das plantações de eucalipto, impactos das plantações de eucalipto na água, contato com a empresa que utiliza a madeira do eucalipto, relação trabalhista de membro da família com a empresa, opinião sobre a empresa.

Sugestões de funcionários da Casa da Agricultura⁸ em cada município e a amostragem denominada bola de neve⁹ foram os meios pelos quais houve a aproximação de pessoas que convivem nas áreas rurais para a realização das entrevistas. Foram entrevistados 90 indivíduos em 90 propriedades rurais, 30 em cada município. As entrevistas duraram entre 30 minutos e 2 horas e aquelas cujos entrevistados permitiram, foram gravadas. Um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade de São Paulo foi aplicado nas entrevistas.

Os critérios utilizados para a escolha dos entrevistados foram: distância das propriedades rurais em relação às plantações de eucalipto (metade localizava-se próxima e a outra metade mais afastada das plantações) e ausência de plantações comerciais de eucalipto nas propriedades, isto é, os indivíduos não deveriam possuir vínculo econômico com este uso do solo. Procurou-se contemplar a diversidade de contextos dos territórios rurais conduzindo entrevistas em diferentes porções dos territórios.

As entrevistas gravadas foram transcritas e posteriormente todas foram analisadas a fim de revelar as representações sobre a relação plantação de eucalipto e vazão de cursos d'água, assim como as demais representações em torno do objeto plantações de eucalipto. Para atingir esse objetivo, a análise temática (Braun e Clarke, 2006) foi utilizada para identificar padrões nas formas pelas quais as plantações de eucalipto foram descritas.

A seguir, na seção dos resultados, serão apresentadas todas as representações das plantações de eucalipto, mas apenas aquelas relacionadas com os efeitos das plantações nas vazões serão analisadas. As falas dos entrevistados estão identificadas com a abreviação do nome do município onde foi realizada a entrevista (Caçapava (CP), Santa Branca (SB), Cunha (CN)), número identificador, idade e ocupação do entrevistado.

Resultados e discussão

Considerando a totalidade das entrevistas, verificou-se que as representações das plantações de eucalipto podem ser agrupadas em dois conjuntos temáticos: representações socioeconômicas e representações ambientais (Figura 2).

As plantações foram amplamente representadas como uma atividade que mudou o uso do solo nos territórios, principalmente por aqueles indivíduos que se encontravam mais

⁸Casa da Agricultura é o escritório municipal da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), instituição ligada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

⁹Procedimento de amostragem não probabilística que envolve a utilização de membros do grupo de interesse para identificar outros membros do grupo (Adler e Clark, 2011, p.125).

próximos delas. Em relação às outras representações socioeconômicas, efeitos positivos e negativos foram relatados. Efeitos positivos estão relacionados com geração de emprego, geração de renda para proprietários rurais que possuem plantações em suas propriedades e com produtos que são gerados a partir das árvores de eucalipto. Os efeitos negativos estão associados com desemprego ou a não geração de emprego, queda da geração de renda devido à desvalorização da comercialização da madeira, prejuízos para agentes inseridos na atividade pecuária, migração e outros efeitos locais. Em referência aos efeitos ambientais, predominaram representações negativas associadas à influência das plantações de eucalipto na vazão de cursos d'água. Efeitos negativos no solo e na fauna também foram mencionados.

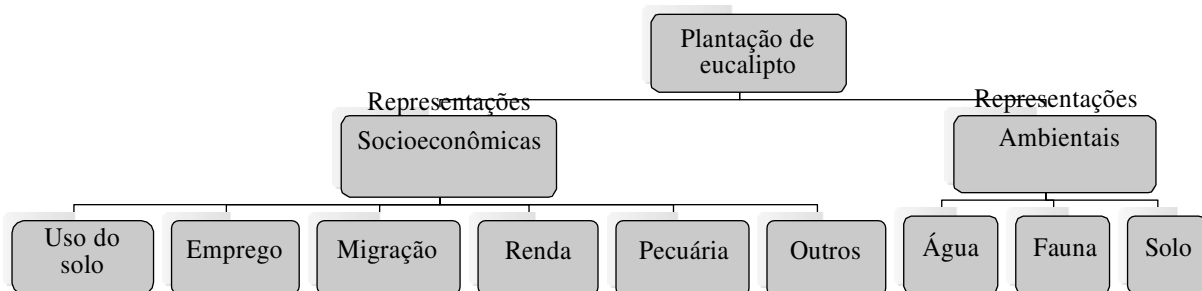


Figura 2 – Esquema do campo representacional do objeto “plantação de eucalipto”

Eucalipto e água

As representações referentes à conexão existente entre plantação de eucalipto e vazão de cursos d'água, foco das entrevistas, predominaram em relação às outras representações ambientais e socioeconômicas. Essas representações foram identificadas analisando-se todo o conteúdo das entrevistas em associação com as respostas que foram dadas para as perguntas “O(A) senhor(a) acha que o plantio de eucalipto modificou as fontes de água (nascentes, riachos, poços, etc.) da região? Como? ”.

As representações da relação eucalipto e água foram ancoradas em dois grupos. A maioria dos entrevistados nos três municípios (63,3% em Caçapava; 80% em Santa Branca e 73,3% em Cunha) manifestou um tipo de representação segundo a qual a relação plantação de eucalipto e água seria negativa, pois as plantações teriam reduzido ou estariam reduzindo as vazões dos cursos d'água locais ou seriam capazes de provocar tal efeito. A maior parte desses 65 indivíduos, 58,5%, estavam em propriedades rurais próximas a plantações de eucalipto.

Por outro lado, os outros entrevistados (36,7% em Caçapava; 20% em Santa Branca e 26,7% em Cunha) manifestaram um tipo de representação contrária à ideia segundo a qual as plantações de eucalipto reduzem as vazões. A maior parte desses 25 indivíduos, 72%, estava em propriedades rurais que se encontravam mais distantes das plantações. A maioria

desconhecia o efeito negativo das plantações nas vazões das fontes de água da região e, de acordo com um pequeno grupo, as plantações não reduziram as vazões na região.

Como parte do processo de construção das representações, a relação eucalipto e água foi objetivada, ou seja, foi convertida em imagens concretas e familiares, por meio de uma série de expressões, tais como: “puxa muita água”; “consome muita água”; “exige muita água”; “suga a água”; “reduz a água”; “prejudica a água”; “ocupa muita água”; “acaba com a água”; “diminui a água”.

A seguir serão apresentados e posteriormente discutidos trechos de entrevistas que compõem uma amostra representativa das formas pelas quais a relação eucalipto e água é representada pela maioria dos entrevistados nos territórios rurais dos municípios de Caçapava, Santa Branca e Cunha. As falas geralmente são relatos de fatos e observações que ligam a redução da disponibilidade hídrica às plantações.

Nos três municípios, houve indivíduos que apoiaram suas representações afirmando que as plantações de eucalipto estariam reduzindo as vazões de riachos e/ou nascentes nas propriedades rurais em que eles se localizavam ou em outros lugares próximos às propriedades. Outras justificativas tais como a grande área das plantações, os locais onde parte delas estavam (margem de córregos e nascentes) e a quantidade de água consumida pela árvore de eucalipto também foram mencionadas nos três locais de pesquisa como fundamentos para as representações.

Antes o eucalipteiro estava secando (córrego que passa pela propriedade), eles estavam plantando bem *perto dos córregos*, tiraram os eucaliptos do brejo e aumentou a água. Se não plantar *muito eucalipto* não prejudica. Vi no Globo Rural que eucalipto puxa *20 litros de água* por dia quando está crescendo. (CP8, 38, trabalhador rural)

[...] pra mim o principal predador é o eucalipto porque *a quantidade que se planta é muito* [...] *a raiz do eucalipto vai até 25 metro de profundidade*. Ele busca água lá embaixo. E o consumo de um pé de eucalipto é até *6, 8 litros dia*. Aí você calcula, você planta aí numa fazenda 10 milhões, 15 milhões de pés de eucalipto, quanto que não consome de água dia? Então a água da superfície some. A gente andava aqui, os caminhões de leite, tem a fazendinha lá em cima, a gente passava dentro dela. Então em cada grota que a gente fala, você passava dentro de uma água, aqui pra cima mesmo, pro lado do meu sogro, pro lado de Guararema, aqui atrás tinha lugar que *era brejo*, você nem passava quase, hoje *secou tudo* [...] aqui mesmo se você for, você pegar essas grota e começar a observar você não vê mais água, elas secaram. (SB23, 57, aposentado)

Depois que plantou eucalipto *secou* bem, tinha umas represas grandes lá perto, as represas tudo *secaram*, antes da seca (escassez hídrica em 2014 e 2015) [...] Porque ele *cresce muito rápido*, é uma árvore que cresce muito rápido. Então ela precisa de água pra poder crescer e ela puxa longe, ela *vai até o lençol pra puxar*, quer dizer que ele puxa mais que até as outras próprias árvores. Então como você tem *grande quantidade* plantada, eu acho que ele vai ajudar a diminuir. Onde eu plantei em outro terreno há 25 anos, plantei num

brejo, na época ele *secou o brejo*, agora ele já voltou todo. Agora já está aquele barrão todo de novo, que a árvore é grossona, grandona. Secou quando estava crescendo, agora está aquele barro de novo. (CN11, 32, comerciante urbano)

Em Santa Branca e Cunha, entrevistados que já trabalharam em plantações de eucalipto apoiaram suas representações em situações que observaram nos locais de plantio:

Modifica porque eu trabalhei uns 10 anos atrás, *trabalhei cortando eucalipto* lá na Rocinha (bairro rural de Cunha). Onde nós trabalhávamos, *onde tinha bastante eucalipto não tinha água*, não tinha água nem pra beber, eu percebi isso, lá tem muito menos água do que pra cá e com certeza é o eucalipto, lá tem bastante eucalipto. (CN7, 40, trabalhador rural)

[...]onde fizeram plantio de eucalipto, onde plantou secou. Porque o eucalipto *puxa o que tem de água na terra*, ele resseca a terra. Eu não podia falar porque eu era empregado [...] eu não podia criticar. Eu debatia com eles. Aí teve o japonês, um dia, “não, porque o eucalipto não puxa água” eu falei, posso explicar? E me deram liberdade. Corta aquele pé de eucalipto ali. Corta ele, põe no barranco e vira ele de cabeça pra baixo e põe uma lata. Dentro de duas horas só do eucalipto que chorou deu *40 litros de água*. Ele sugou tudo da terra [...] Ah, precisa fazer um estudo mais aprofundado, mas não sei o que, sabe? E a gente não podia propagar essa ideia, tinha que propagar a ideia deles, porque a gente era empregado deles. Que secava as nascentes secava [...] a gente tinha que obedecer às ordens do IBAMA, beirando a nascente 50 metros ao redor não pode plantar eucalipto. Não plantava, [...] secava porque as *raízes dele são todas profundas*. A nascente secava, o riacho secava também. (SB21, 65, comerciante de gado)

Eu trabalhei na J¹⁰ (empresa terceirizada pela F) e vi eucalipto interferir na água em Igaratá. (SB5, 27, caseiro)

Outro entrevistado, empregado em uma propriedade onde há bovinocultura de corte, localizada em Santa Branca, que também já trabalhou na colheita de eucalipto para empresa produtora de celulose em municípios valeparaibanos, manifesta abaixo sua percepção em relação à redução das vazões de água locais. Ele utiliza como argumento a observação da influência das dinâmicas de plantio e colheita nas alterações da quantidade de água, argumento também utilizado por outros entrevistados em Caçapava e Santa Branca. Também tece comentários em relação aos bons rendimentos proporcionados pela eucaliptocultura e seu atual declínio, os quais também foram feitos por outros entrevistados nos três municípios.

Aqui tem muita água, mas foi muito melhor. Nossa mãe do céu, as águas estão acabando. Essa água aqui nasce lá na cabeceira daquela serra lá em cima, mas hoje pode ir ali, um pouquinho de água. Esse dono da outra fazenda ali emprestou a água da fazenda pra levar ali, agora ainda planta eucalipto, eucalipto *acaba com a água*. Acaba. Eu trabalhei muito em eucalipteiro [...] a V comprou onde tinha aquelas caixas, lugar de cabeceira, de mina, até para os fundos assim, está tudo sequinho, acabou, é eucalipto, não tem outra coisa. Como é que antes não acabava? Isso aí é geral, plantou eucalipto acabou. Pode ver aqui, onde não planta eucalipto tem água de mina. Vai nesses outros lugares onde planta eucalipto e não tem uma gota d'água. É eucalipto mesmo. Até eles

¹⁰Os nomes das empresas estão abreviados.

sabem, mas é o que dá dinheiro pra eles. Não tem outro ramo, uai. Leite não tem valor, então eles partem pro que dá dinheiro, está certo. Agora caiu muito, está acabando também [...] Ali em Caçapava quando cortava o eucalipto, eucalipto novo que foi ali plantado, a água voltou, era lugar bom de água, a água voltou. Aí a V mata aqui e planta outro novo, porque ela não desbrota mais, a gente via a água voltava naquele lugar que era bom de água, entendeu, mas aí plantava e secava de novo. Eucalipto vem com a força e seca. Que nem ali, cortaram ali aquelas brotas, daqui uns dias vai puxando a água. Não tem pra onde pular, é eucalipto mesmo. Tem muita gente que fala, é queimada, isso aqui, que nada, é eucalipto. (SB29, 54, empregado rural)

Alguns entrevistados mencionaram que atualmente há uma lei que proíbe o plantio de eucalipto próximo às nascentes, por isso essa ação não estaria sendo mais praticada. Outros afirmaram que a empresa estaria cultivando as árvores “longe da água”, “do jeito certo”, indicando que teria ocorrido uma mudança na forma pela qual os plantios estariam sendo estabelecidos.

Curiosamente, essas observações foram feitas tanto para apoiar representações segundo as quais as plantações não reduziram as vazões quanto para apoiar outras que indicavam o contrário. Essa segunda situação predominou em relação à primeira e ocorreu apenas no grupo entrevistado em Santa Branca. A seguinte fala de um desses indivíduos ilustra uma compreensão comum a todos eles: o modo como as plantações eram estabelecidas anteriormente teria sido responsável por reduções de vazões de cursos d’água que poderiam ser observadas até o presente, mesmo após mudança técnica considerada positiva para a disponibilidade hídrica.

Modificou muito. Eu me lembro quando eu tinha um gado, eu ia buscar aquele lírio do brejo. Eu ia buscar ali nessa fazenda Santa Branca. Eu ia buscar e o riacho era uma belezinha, aquela água límpida, bonita, e hoje tem lá um fiapinho e vai secar...é a tendência, se já não secou. Então mexeu muito. O plantio de eucalipto mexeu demais.[...] o vizinho lá já plantou lá pra baixo, plantou bastante. E outros plantaram aí na beira da represa também. [...] acho que também precisa ver, porque *primeiro plantava eucalipto o riachinho estava aqui plantava aqui na beira*. Hoje tem legislação, não pode plantar em menos de 100 metros, parece que é. Então, já *preserva um pouco mais, mas aquilo que já foi, já foi, não tem mais jeito*. (SB27, 79, produtor rural)

Em Cunha, duas situações envolvendo redução de vazões e reação da empresa, semelhantes à relatada anteriormente pelo trabalhador rural CP8, foram relatadas por quem as vivenciou e por outros indivíduos que de alguma forma as conheciam. A primeira, trata-se de um produtor rural que relatou ter se queixado em emissora de televisão regional a respeito do ressecamento da nascente localizada em sua propriedade. Segundo ele, a plantação de eucalipto situada próxima à nascente teria sido responsável pelo impacto. Após a queixa, a empresa responsável pela plantação teria oferecido a ele a instalação de um poço, o qual ele teria se recusado a aceitar, pois preferia captar água em nascente localizada na propriedade rural

vizinha. De acordo com ele, após o incidente a empresa teria retirado as árvores de eucalipto que estavam plantadas nas proximidades da nascente.

A segunda situação envolvendo plantações de eucalipto, redução de vazões e reação da empresa é apresentada abaixo com os relatos de dois entrevistados que nasceram e residem em bairro onde há uma das maiores plantações de eucalipto do município. Além do impacto na água, eles descrevem mudanças no uso do solo e suas consequências em relação à oferta de emprego e permanência no local. Tais situações foram relatadas por outros indivíduos nos três municípios e são refletidas em representações negativas sobre a eucaliptocultura, as quais, portanto, não se restringiram à relação eucalipto e água.

Antes do eucalipto [...] tinha água, eu percebi. Tinha uns brejos aqui. Antigamente na terra nossa nem passava a pé, não tinha como, afundava, e agora secou, está tudo enxuto.[...]Quando eu era nova tinha muita lavoura, milho e feijão nesse eucalipto De primeira, o povo plantava muito nesse campo de eucalipto. Depois que veio os fazendeiros e vendeu, daí virou eucalipto. Era bastante dono aqui, tinha bastante dono de propriedade aqui. Tiravam mais leite os mais ricos, nessas fazendas que viraram eucalipto. Tirava muito. Na verdade, quando eu casei eu morava na fazenda que foi vendida pra esse eucalipto, e lá tirava muito leite. Meu marido tirava muito leite, o leite ia pra cooperativa em Cunha, depois eles mudaram pra Guará [...] Antes eles davam bastante serviço pro povo aqui da região e agora não tem como. Muita gente mudou, foi embora pra cidade. (CN12, 43, dona de casa)

Aqui a principal mudança que teve foi essa plantação de eucalipto, mas de bom não foi não, *foi pra ruim*, acabou. Aqui era uma cidadinha, era uma vila aqui, acabou. *Acabou serviço, acabou emprego, acabou a água*, secou as nascentes nossas. Porque a água principal que nós usamos eles fizeram um poço ali pra mandar água pra nós. (CN18, 31, produtor rural)

Em outro momento da entrevista, este produtor rural comenta que as reduções de vazões de cursos d'água estariam ocorrendo em vários locais, mas ali a causa seria as plantações de eucalipto. Sua interpretação é baseada em outros discursos e na reação da empresa materializada na construção de poço artesiano¹¹: “a turma fala que foi por causa do eucalipto. E, no entanto, que a firma tem o compromisso, até que fez esse poço. Alguma coisa deve ter mesmo, se não ela não fazia, de graça ela não fazia”.

Essas duas situações em Cunha somam-se a outra ocorrida em Caçapava e igualmente comentada por alguns entrevistados nesse município. Segundo entrevistado que se identifica como engenheiro agrônomo especializado em zootecnia leiteira, 95 anos de idade e dono de propriedade dedicada à bovinocultura de leite vizinha de plantação de eucalipto:

Quando eu vim pra cá tinha 300 litros por minuto, o córrego. *Encheu de eucalipto aí e baixou pra zero*. Eu fiz até um trabalho aí. *Medi a água* durante

¹¹O poço artesiano foi construído pela empresa próximo à escola estadual do bairro e abastece algumas propriedades.

uma porção de anos (13) e *leve para a promotora*. Ela me deu toda razão, mas depois eu vi que não adiantava eu lutar porque quem é dono aqui é gente de mais poder econômico que eu e não adiantava, eu não ia conseguir.

Vários entrevistados que manifestaram os dois tipos de representações a respeito da relação eucalipto e água, nos três municípios, mencionaram que pessoas na região comentam que as plantações reduzem / não reduzem as vazões. Para isso, utilizaram expressões tais como “a turma fala” e “o povo fala”. A existência desses comentários indica que discursos públicos a respeito da relação eucalipto e água circulam nos grupos pesquisados.

Alia-se a esse fato a constatação de que, em geral, as plantações de eucalipto foram amplamente descritas e conceituadas, ancoradas e objetivadas, portanto é uma atividade bastante conhecida pelos grupos entrevistados nos três municípios. Nesse sentido, os conhecimentos acerca das plantações são socializados, ou seja, são construídos socialmente, e as plantações constituem um objeto socialmente relevante nas três áreas de estudo.

Em relação às condições de produção, as quais auxiliam na estruturação de contextos sociais que influenciam a construção de representações, cabe destacar que foram observados nos três municípios: 1) presença de discursos públicos sobre as plantações de eucalipto; 2) estabelecimento das plantações em locais onde anteriormente havia bovinocultura de leite; 3) redução da disponibilidade hídrica ao longo dos anos e durante os episódios de escassez hídrica ocorridos em 2014 e 2015 ; 4) alteração nos modos de condução das plantações de eucalipto devido a mudanças normativas; 5) ações da empresa que arrenda e possui propriedades rurais para adquirir madeira de eucalipto para a produção de celulose em alguns casos de redução de vazões de fontes de água.

Considerações Finais

Diante do que foi exposto neste trabalho, vale pontuar algumas considerações finais:

- As representações das plantações de eucalipto, especificamente aquelas referentes à relação eucalipto e água, associadas às suas condições de produção evidenciam dinâmicas socioambientais nos territórios rurais dos municípios de Caçapava, Santa Branca e Cunha.

- Apesar da dominância de representações negativas da relação eucalipto e água, a existência de distintas interpretações sobre as plantações de eucalipto pode promover disputas pela definição deste uso solo como um problema socioambiental.

- A baixa disponibilidade hídrica e suas consequências para as populações em territórios rurais devem ser levadas em consideração na formulação de políticas públicas e nas instâncias de governanças locais.

Referências bibliográficas

Adler, E. S.; Clark, R. *An invitation to social research: how it's done*. Wadsworth, Cengage Learning, 2011.

Anjos, F. S.; Caldas, N. V. From measuring the rural to the rural to measure: Social representations in perspective. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos* 21 (2): 385-402, 2014.

Bernardo, M. H *Riscos na Usina Química: os Acidentes e a Contaminação nas Representações dos Trabalhadores*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2001.

Braun, V.; Clarke, V. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology* 3: 77-101, 2006.

Flick, U.; Foster, J.; Caillaud, S. Researching social representations. In: Sammut, G.; Andreouli, E.; Gaskell, G.; Valsiner, J. *The Cambridge Handbook of Social Representations*. Cambridge University Press, p. 64-80, 2015.

Gonçalves, J.L.M., Alvares, C.A., Higa, A.H., Silva, L.D., Alfenas, A.C., Stahl, J., de Barros Ferraz, S.F., de Paula Lima, W., Brancalion, P.H.S., Hubner, A., Bouillet, J.D., Laclau, J., Nouvellon, Y., Epron, D. Integrating genetic and silvicultural strategies to minimize abiotic and biotic constraints in Brazilian eucalypt plantations. *Forest Ecology Management* 301: 6–27, 2013.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) *Censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro:IBGE, 2010.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) *Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2015*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

Itani, M. R.; Barros, C. M., Figueiredo; F. E. L.; Andrade, M. R. M.; Mansor, M. T. C.; Mangabeira, R. L.; Carvalho, V. S. *Subsídios ao planejamento ambiental: Unidade de Gerenciamento de Recursos hídricos Paraíba do Sul*. SAM, São Paulo, 2011.

Moscovici, S. The phenomenon of social representations. In: Moscovici, S. *Social representations – Explorations in social psychology*. Cambridge: Polity Press, p. 18-77, 2000.

Silva, R. F. B.;Batistella, M.; Moran, E. F. Drivers of land change: human-environment interactions and the Atlantic forest transition in the Paraíba Valley, Brazil. *Land Use Policy* 58: 133-144, 2016.

Spink, M. J. P. O estudo empírico das representações sociais. Spink, M. J. P. (org.) *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. Editora Brasiliense,1993.

Wagner, W. Sócio-gênese e características das representações sociais. In Moreira, A. S. P.; Oliveira, D. C. (orgs.) *Estudos interdisciplinares de representação social*. Goiânia: AB, 2000.

Wagner, W.; Hayes, N. *Everyday discourse and common sense: the theory of social representations*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

Zuquim, M. L. *Os caminhos do rural: uma questão agrária e ambiental*. São Paulo: SENAC, 2007.

**ANÁLISE DA GOVERNANÇA DE RECURSOS DE USO COMUM:
O CASO DOS REGIMES DE ACESSO NA PESCARIA ARTESANAL DO BAGRE NO RIO
GRANDE DO SUL, BRASIL**

Diogo Camargo Pires¹; Gabriela Coelho-de-Souza²

RESUMO

Temática relativamente recente introduzida no debate acadêmico, a gestão compartilhada de recursos de uso comum se apresenta como alternativa para muitas populações que dependem de recursos comunais, ou “*pool resources*”, para sua sobrevivência e continuidade. Baseada em uma forma de apropriação diferenciada, porém há muito praticada, este regime, em muitos casos, permite a exploração de certos recursos, visando um ponto ótimo de utilização sem seu posterior esgotamento. É justamente a sustentabilidade no uso do recurso uma das características centrais desta maneira de gerir tais bens naturais. O trabalho apresenta a contribuição de Elinor Ostrom, uma das pioneiras no assunto. A seguir o aporte de Fikret Berkes, apresentando aspectos da teoria dos sistemas socioecológicos. Por fim, enfoque brasileiro da Etnoconservação, a partir do trabalho de Antonio Carlos Diegues, que analisa o contexto de povos e comunidades tradicionais voltado ao debate sobre a diversidade cultural e biológica, e mostra como um conjunto de conhecimentos e práticas de populações tradicionais pode contribuir para a conservação dos recursos naturais. Partindo para a análise de um caso prático sob o ponto de vista da gestão de recursos de uso comum, o trabalho aborda a proibição da pesca do bagre do Rio Grande do Sul e a atuação de um fórum de pescadores, o Fórum Delta do Jacuí, em busca de soluções para resolver o conflito instalado após a restrição da pesca de uma das principais espécies capturadas no estuário onde se encontram tais pescadores artesanais. Mesmo com o vasto leque de possibilidades, algumas características podem ser elencadas como promissoras na gestão dos “*pool resources*”. A constituição de instituições sólidas, a articulação entre os responsáveis pela gestão e o reconhecimento dos direitos de acesso das populações são pontos cruciais para a gestão participativa se efetivar, situação distante da vislumbrada no caso por último aqui citado.

Palavras chave: Gestão Compartilhada, Recursos de Uso Comum, Pesca Artesanal.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Mestrando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural (diogocamargopires@gmail.com).

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (gabrielacoelho2018@gmail.com)

ANÁLISE DA GOVERNANÇA DE RECURSOS DE USO COMUM: O CASO DOS REGIMES DE ACESSO NA PESCARIA ARTESANAL DO BAGRE NO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

INTRODUÇÃO

Temática relativamente recente introduzida no debate acadêmico, a gestão compartilhada de recursos de uso comum se apresenta como alternativa para muitas populações que dependem de recursos comunais, ou “*pool resources*”, para sua sobrevivência e continuidade. Baseada em uma forma de apropriação diferenciada, porém há muito praticada, este regime, em muitos casos, permite a exploração de certos recursos, visando um ponto ótimo de utilização sem seu posterior esgotamento. Como explanado adiante, é justamente a sustentabilidade no uso do recurso uma das características centrais desta maneira de gerir tais bens naturais.

Fundamentalmente, os recursos de uso comum se diferenciam de outros recursos naturais, como aqueles advindos da agricultura tradicional ou recursos minerais, pois detém duas características fundamentais (BERKES, VIEIRA & SEIXAS, 2005).

A primeira é que o controle ou exclusão ao acesso aos recursos é potencialmente problemático. Ao contrário de recursos com direito de propriedade bem definidos, como os recursos minerais, os recursos de uso comum são pouco passíveis de limitações em seu acesso. Uma mina de ferro, por exemplo, detém um proprietário, normalmente uma mineradora, que ao estabelecer acordos com o estado, passa a extrair o recurso em questão como bem entende, sem outros envolvidos e sem necessitar pensar na sustentabilidade ambiental do processo. Os recursos naturais de uso comum, que são por exemplo, recursos florestais ou recursos pesqueiros, envolvem outra gama de situações e atores, o que exige diferentes abordagens a depender do contexto.

A outra característica é que o usuário do recurso comum, ao fazer uso de tal recurso, subtrai uma porção que também é propriedade de todos os outros usuários. Por esta questão é que se faz necessária uma maneira de atender aos interesses de todos os usuários sem esvair a fonte de recursos. Além dos exemplos já citados, podemos também incluir como recursos de uso comum as áreas de pastagem comunitárias, os animais selvagens, os sistemas de irrigação e as águas subterrâneas (Idem, 2005).

Ao se deparar com situações peculiares envolvendo populações que tinham com a natureza uma relação diferenciada de uso e trocas, alguns autores se voltaram a desvendar por quais caminhos a gestão destes recursos naturais deveria passar para se aumentar a possibilidade de êxito, ou seja, de se garantir o bom uso destes sem comprometer sua capacidade de regeneração. Este trabalho tem por objetivo analisar o caso da proibição da pesca do bagre, no norte da Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul, por meio da abordagem da gestão compartilhada de recursos comuns.

Primeiramente são apresentados os trabalhos estruturantes da temática do uso e acesso aos recursos comuns, no qual este ensaio está alicerçado. Inicialmente é apresentada a

abordagem da contribuição de Elinor Ostrom, uma das pioneiras no assunto. A seguir o aporte de Fikret Berkes, apresentando aspectos da teoria dos sistemas socioecológicos. Por fim, enfoque brasileiro da Etnoconservação, a partir do trabalho de Antonio Carlos Diegues, que analisa o contexto de povos e comunidades tradicionais voltado ao debate sobre a diversidade cultural e biológica, e mostra como um conjunto de conhecimentos e práticas de populações tradicionais pode contribuir para a conservação dos recursos naturais. Em seguida, é abordada a proibição da pesca do bagre no RS sob o ponto de vista da gestão (não) compartilhada dos recursos de uso comum, analisando os aspectos do regime de acesso ao pescado no norte da Lagoa dos Patos e os espaços de governança.

GESTÃO COMPARTILHADA DOS RECURSOS NATURAIS: OS APORTES DE OSTROM, BERKES E DIEGUES

A primeira mulher a ganhar um prêmio Nobel, Elinor Ostrom, trouxe ao campo econômico uma espécie de “terceira via” na discussão sobre os recursos de uso comum, a chamada gestão compartilhada. Através de seus estudos, Elinor superou a dicotomia entre “propriedade privada” e propriedade pública” ao tratar de recursos naturais e através de seu trabalho, trouxe exemplos concretos de que nem sempre submeter o controle de tais recursos ao estado ou à livre iniciativa traz os melhores resultados, tanto para a conservação e continuidade dos recursos naturais, quanto à sua exploração “sustentável”.

Até então, quando a economia ortodoxa tratava de recursos naturais, sempre entravam em cena os paradigmas então vigentes, apresentados por Laoriola (2012) como “A tragédia dos comuns” e o “dilema do prisioneiro”. Estes pontos de vista hipotéticos partem de generalizações, muito comuns na economia, de que os seres humanos sempre se movem no sentido de obterem o máximo de benefício com o mínimo de esforço.

A “tragédia dos comuns” é uma breve história popularizada por Garret Hardin no ano de 1968. Nela, o autor apresenta o caso de uma área de pastagem compartilhada por vários pastores, que movidos por interesses individuais, começam a aumentar seus rebanhos a ponto de esgotarem a pastagem. A partir deste exemplo se argumenta que é inviável o uso sustentável de um recurso quando não há controle formal sobre seu acesso.

Apesar de muitas vezes o retrato trazido na tragédia dos comuns se mostrar verdadeiro, Ostrom conseguiu apontar alguns erros inscritos neste modelo geral, pois algumas das ideias que fundamentam tal caso podem se mostrar equivocadas ao se analisar casos reais.

Um dos mais marcantes apontamentos que a autora enfatizou foi sobre a confusão feita por Hardin, que ao descrever a tragédia dos comuns, levou em conta que sobre o pasto compartilhado pelos pastores não existia qualquer regra formal ou informal sobre sua utilização, focando portanto no “livre acesso” ao pasto, e não tratando o mesmo como um recurso comum propriamente dito. É neste ponto que a interpretação sobre a “propriedade comum” toma forma, pois a experiência empírica mostra que é normal que as coletividades envolvidas no uso dos meios naturais estabeleçam regras e acordos sobre o uso e o não uso

destes recursos, levadas a cabo por sua comunicação e pelos costumes (OSTROM, 1990). Portanto, segundo a própria autora:

“Propriedade comum” ou “regime de propriedade comum” referem-se aos arranjos de direitos de propriedade nos quais grupos de usuários dividem direitos e responsabilidades sobre os recursos. O termo “propriedade” está relacionado a instituições sociais e não a qualidades naturais ou físicas inerentes aos recursos. (OSTROM e McKEAN, 2001, p. 80).

Ainda no debate sobre a inovação trazida pelos estudos de Ostrom sobre gestão compartilhada, a outra interpretação que acabou sendo contestada foi o chamado “dilema do prisioneiro”, formulado pelo também ganhador do prêmio Nobel de economia, John Nash. No “dilema”, é apresentada uma situação hipotética para ilustrar uma matriz. A história consiste na prisão de dois suspeitos de roubo, que ficam incomunicáveis entre si e têm de escolher entre delatar o companheiro e ter a própria pena abrandada, não delatar e esperar que o outro ladrão também não delate (seria imputada uma pena média a ambos), e se a delação vier de ambos a pena imputada seria maior.

Este dilema traz reflexões muito interessantes ao se questionar até onde iria o limite entre cooperação e o benefício próprio, porém se sustenta sobre uma hipótese onde não há possibilidade de comunicação, portanto não reflete na prática situações onde tal dilema faria sentido. O “dilema” tem sua origem na “Teoria do Jogos”, e comumente se desenvolve em rodada única, que somado à falta de comunicação, representa uma simplificação desproporcional à complexidade dos fatos e circunstâncias que envolvem a gestão comum de recursos da natureza (OSTROM & TUCKER, 2009).

Ao questionar e apontar fragilidades nos referidos paradigmas econômicos, Elinor procurou, nas últimas três décadas de sua vida, desenvolver trabalhos que baseassem a sua experiência empírica com metodologias da própria economia neoclássica, a fim de utilizar os parâmetros aceitos por seus colegas economistas para comprovar que é possível uma terceira via sobre o uso e gestão dos recursos naturais. Tendo como foco a aplicação do “dilema do prisioneiro” em hipóteses mais realistas, os primeiros resultados comprovaram que a ausência de comunicação compromete integralmente a possibilidade de cooperação, mesmo se avaliando situações de rodadas seguidas, resultando assim nos cenários trágicos que os economistas ortodoxos trazem. Porém, ao se introduzir a comunicação, nas situações de rodada única houve uma tímida melhora nos resultados. Já nas situações de rodadas seguidas com comunicação o avanço foi de 50% para situações de benefício mútuo (LAURANELA *apud* OSTROM, 2009).

Neste sentido, Ostrom foi refinando a pesquisa e adicionando outras variáveis na análise, como o pagamento pela comunicação (que diminuiu a incidência de cooperação) ou quando se estava em jogo valores maiores que os usuais. Neste refinamento os estudos mostraram também que o papel das instituições não era fundamental para a cooperação, bastando a comunicação para que ela acontecesse, e que quando as instituições não eram

externas, a possibilidade do firmar acordos de benefícios mútuos cresceu notavelmente, chegando a 80% dos casos (OSTROM & TUCKER, 2009).

Nesta linha, a autora seguiu tentando demonstrar como as instituições, formais e informais, têm um papel central na governança dos bens comuns. Em suas palavras, a gestão dos recursos passava pelo construção de acordos comuns e a formação de instituições responsáveis por gerir e dar continuidade ao esforço mútuo de se explorar o recurso sempre levando em conta a continuidade do mesmo:

O “regime de propriedade comum” ou “propriedade comum” se dá sobre recursos de acesso comum que passaram (e passam) a ser regulados por um grupo de forma coletiva com regras de manejo de inclusão e exclusão de usuários, atingindo áreas florestais, pesqueiras, hidrográficas, de pastagens ao longo de várias regiões do planeta (...) se a humanidade depende da máxima exploração sustentável oferecida por um sistema de recursos, torna-se essencial um mútuo, cuidadoso e bem sintonizado uso dos mesmos. Regimes de propriedade comum são, essencialmente, maneiras de institucionalizar e orquestrar esse tipo de sintonia fina no uso de sistemas de recursos, quando estes são pressionados em direção a seus limites (OSTROM e McKEAN, Idem, p. 86).

Com as bases teóricas e metodológicas sobre a gestão participativa dos recursos de uso comum, outros estudiosos se debruçaram sobre o tema e seguiram produzindo trabalhos na temática, a fim de gerar um arcabouço consistente para que esta “terceira via” se consolidasse nas instituições e na academia.

Um fator relevante na temática e muito citado pela própria Elionor é o caráter interdisciplinar que permeia os estudos sobre a gestão dos recursos de uso comum. Envolvendo sociedades humanas e o uso que estas fazem sobre recursos naturais, os trabalhos levados a cabo após 1980 apresentam interfaces entre economia, ciências sociais, geografia, entre outros campos do saber, que dificilmente permitem identificar plenamente onde termina a contribuição de uma disciplina e começa a outra. Justamente por este fator, são diversas as origens dos pesquisadores que se voltam ao tema e também é vasto o léxico utilizado para abordá-lo.

Tendo como origem o termo “*common-pool resources*”, conforme as pesquisas desenvolvidas foram abrangendo diferentes lugares do globo, novos termos e conceitos foram sendo adicionados. Um dos pesquisadores que mais contribuiu e persiste contribuindo ao tema é o professor canadense Fikret Berkes.

Principal pensador por trás do conceito de Sistemas Socioecológicos, Berkes também enxerga nas populações que da natureza dependem para sua subsistência, o meio de se obter as melhores maneiras de fazer a gestão de recursos naturais. Com muitos pontos em comum com a linha de pensamento trazida por Ostrom, Berkes, em seu livro “Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiência” traz inicialmente a evolução no entendimento da relação ser humano-natureza. Mais uma vez tendo como ponto de partida a economia ortodoxa, Fikret argumenta que no princípio, os economistas tendiam a

certa centralização da existência humana no assunto, chamando atenção à tecnologia e o nível organizacional humano como diferenciais que nos colocavam “acima” dos outros seres. Visão semelhante é compartilhada por alguns ecologistas humanos, sobretudo nas décadas de 60 e 70, que viam justamente na tecnologia e na organização os principais meios que permitiam a interação entre a sociedade e o ambiente. Nota-se que ainda havia certo reducionismo na concepção sobre as diferentes relações possíveis entre a sociedade e a natureza.

Avançando na análise, Berkes introduz também a concepção utilizada pela economia ecológica, que nomeia “Capital Natural” e “Capital Criado pelo Homem” as duas principais esferas na interação ser humano-natureza, chegando às vezes a ignorar outras faces desta relação, como as instituições (BERKES, VIEIRA & SEIXAS, 2005). Porém também é introduzido o conceito de Capital Cultural, que representa os valores intangíveis ligados às sociedades humanas, como as crenças e os costumes.

Com isto posto, o autor vai mostrando como podem se relacionar estas três esferas, dando como resultado que o capital criado pelo homem, fruto da relação capital cultural-capital natural, pode alterar profundamente as interações entre as sociedades e a natureza. A pergunta central é apresentada da seguinte forma: “Como interagiriam estes três tipos de capital sob diferentes regimes de apropriação?”

Logicamente a experiência acumulada pelo autor não consegue responder com totalidade o referido questionamento, mas algumas hipóteses são apresentadas, girando em torno de possíveis alterações constantes nos sistemas humanos-ecológicos vindos de experiências de sucesso na gestão de recursos naturais. A partir daí é problematizado como o capital cultural complexifica a discussão, porque a sociedade humana apresenta inúmeras maneiras de se relacionar com o meio ambiente, algumas benéficas à natureza, outras nem tanto, mas Berkes enfim conclui que a metáfora elaborada por Hardin, a já citada “Tragédia dos Comuns”, é poderosa em sua capacidade de ilustrar uma situação possível, porém falha ao ignorar a possibilidade de se existirem instituições geridas pelos usuários de recursos comuns que podem regular e otimizar seu uso.

Ao invés de usar a metáfora da “tragédia”, Berkes (2005) fala através de outra metáfora, a da “Brigada de Bombeiros”, onde certa comunidade, na iminência do esgotamento de seu recurso, ou frente a alguma intempérie que prejudique a quantidade ou(e) o acesso a tal recurso, começa a se comportar como uma brigada de bombeiros pronta a combater o “incêndio” que se acerca. Esta característica é interessante pois remete à resiliência, traço fundamental de um sistema ecológico, que é a capacidade do sistema em suportar choques e continuar com seu perfeito funcionamento após certa re-organização. Outra análise interessante contida na obra de Berkes é a utilização de experiências reais dos quatro diferentes regimes de apropriação de recursos de uso comum (livre acesso, gestão estatal, gestão privada e gestão participativa) para checar a veracidade de certas crenças atribuídas à aplicação das quatro diferentes maneiras referidas.

Iniciando pelo livre acesso, o autor utiliza os estudos de Fenny *et al* (1990) para citar casos, sobretudo em países colonizados, onde ocorreu a sobre-exploração de recursos naturais. Emblemático neste caso, a caça à baleia foi uma atividade que ilustra bem o risco que o livre acesso pode acarretar para espécies animais que representam fonte de recursos

diversos aos humanos. No caso das baleias (que forneciam óleo e carne), por viverem livres no ambiente marinho, era difícil elaborar qualquer regulação sobre seu acesso. Até recentemente, quando se constatou a possibilidade de extinção das espécies mais exploradas comercialmente, não havia qualquer regulação do tipo, que vieram a se realizar no âmbito de acordos internacionais nas últimas décadas, trazendo desta forma segurança à perpetuação destes animais. Ainda sobre o livre acesso, é lembrado que muitos dos casos onde aconteceu o esgotamento de recursos em regimes de livre acesso o contexto era de colonização, onde o ganho econômico do dominador era a figura central, não a exploração feita por uma população local, diferenciando-se da situação hipotética apresentada na “Tragédia”.

Se tratando da privatização dos recursos, o autor lembra que este modelo é atualmente o adotado na imensa maioria das terras agricultáveis, sobretudo após o colapso da União Soviética. Ao estabelecer a gestão privada da terra o acesso se torna restrito a quem detém a sua posse e curiosamente, é uma boa alternativa para a manutenção de estoques florestais de acordo com as legislações locais, que normalmente determinam áreas de reserva dentro de propriedades privadas. Apesar da idealização proposta pelos economistas ortodoxos à este regime de apropriação, Berkes (2005) aponta alguns pontos frágeis à sustentabilidade dos recursos e para isso utiliza o exemplo das Quotas Individuais Transferíveis (ITQ's, na sigla em inglês), presente na pesca em algumas regiões do hemisfério norte. As ITQ's pertencem aos donos dos barcos, que representam “pedaços” de toda a massa capturada durante as temporadas de pescaria. Estas cotas de estoque pesqueiro podem ser comercializadas livremente entre os proprietários de embarcações e por isso se argumenta que este regime aumenta a eficiência econômica da atividade. Porém, como lembra Berkes, este regime permite que poucos proprietários adquiram a maior parte das ITQ's, causando assim desequilíbrios, ao permitir que um número reduzido de indivíduos tome conta de toda uma atividade. Além do mais, as ITQ's apresentam falhas em algumas situações específicas, como na imprevisibilidade da existência ou não de cardumes em determinada região, causando prejuízos financeiros aos grandes possuidores de quotas.

Como gancho para introduzir a discussão sobre a propriedade comunal, o autor faz um paralelo sobre a dificuldade na exclusão de acesso ao recurso, presente tanto na gestão privada como na comunal, apesar de se mostrar bem mais conflituosa no primeiro caso. No caso da gestão comunal, a exclusão é direcionada aos não pertencentes aos grupos que detém direito de acesso ao recurso. É recorrente, segundo o autor, que no caso da gestão comunal, os processos de exclusão não contam com respaldo legal, e talvez por isso seja tão marcante e efetiva a ação das comunidades em fazer valer seu direito originário de propriedade. Ainda é lembrado que esta prática representa muitas vezes uma maneira de fazer frente aos avanços que as mudanças tecnológicas e econômicas trazem sobre os territórios destas populações. É sugerido pelo autor, baseado na literatura existente, que talvez a chave do sucesso para a gestão comunal seja o amparo legal em se garantir a exclusão através da iniciativa dos próprios usuários e gestores dos recursos comuns. Como exemplo de sucesso deste tipo de empreitada é citado o caso de algumas regiões costeiras do Japão, onde o estado reconheceu o direito dos pescadores em regular o acesso às regiões de pesca e a quem têm o direito de exercer a atividade.

Como último caso Berkes (2005) fala sobre a gestão estatal, fundamental, segundo o mesmo, quando os recursos dizem respeito ao bem comum de uma maneira ampliada, importando à sociedade em geral, não à uma população específica. As Bacias Hidrográficas são os exemplos utilizados ao sublinhar a importância da propriedade estatal sobre determinados recursos. O estado, quando conta com aportes financeiros e recursos humanos, se mostra eficaz na garantia dos processos de exclusão necessários à salvaguarda de recursos naturais, porém não isenta-o da instalação de conflitos em alguns casos e nas falhas nos processos de gestão em outros. Como exemplo das dificuldades em estabelecer a gestão estatal, o autor utiliza exemplos encontrados no continente africano e asiático. Primeiro com o caso dos Parques Nacionais do Quênia, que contam com boa estrutura e apoio financeiro internacional, porém penam para combater os bem organizados grupos de caçadores de rinocerontes que atuam nas extensas áreas dos Parques. O outro exemplo, é o caso das áreas florestais do Nepal. Temendo grandes perdas no estoque florestal do país, o governo transformou todas as florestas, em áreas de propriedade estatal. Ao passar abruptamente o regime de apropriação de comunal para estatal, entendeu-se que a partir de então as florestas eram de livre acesso, causando rápida degradação e forçando o governo a reverter a decisão, restabelecendo os direitos de apropriação comunal.

Berkes, com sua análise sobre os quatro “modelos” de regimes apresentados, chega a algumas conclusões sobre as características que cada caso de sucesso carrega nos diferentes modelos, assim como aponta fraquezas apresentadas nos casos de insucesso. Boa interlocução entre as instituições envolvidas e acordos bem arranjados aumentam as chances de sucesso, enquanto conflitos e instituições frágeis as diminuem.

Além disso, o autor reconhece que em muitos casos, os diferentes regimes se misturam e não raro se mostram eficientes, como na co-gestão, onde o estado e as populações locais dividem a responsabilidade sobre os recursos. Como última contribuição, Fikret faz uma provocação sobre a possibilidade dos saberes que as populações locais carregam, saber esse fruto da convivência com os sistemas naturais e passados de geração em geração, serem integrados às legislações e acordos firmados. Segundo o autor, por vezes o saber científico, que normalmente embasa as legislações, carrega certo tom utilitarista e comete o equívoco de colocar o ser humano como figura central no processo. Berkes sugere a consulta às populações para que, independente do regime, as regras que regulamentam o acesso aos recursos contem com o saber acumulado por aqueles que fazem uso direto dos bens em questão.

É justamente neste último argumento utilizado por Berkes que encontramos paralelo com o último autor a ser brevemente apresentado nesta revisão, Antônio Carlos Diegues. Com uma extensa produção sobre populações tradicionais e suas práticas, Diegues vê na discussão sobre os modos de apropriação de recursos de uso comum uma maneira de reafirmar a importância da permanência das populações em seus lugares de origem. Trazendo os conceitos sobre os “*pool resources*” para o caso brasileiro, Antônio revela as duas faces da moeda dos recursos comuns no Brasil: enquanto temos uma legislação que prevê a Reserva Extrativista como categoria de unidade de conservação (UC), ainda encontramos muitas

dificuldades em conciliar a presença humana e o uso dos recursos naturais em outras categorias de UC's.

Segundo Diegues (2001), o debate brasileiro sobre os direitos das comunidades tradicionais em acessar os recursos em seus territórios só tomou corpo após a redemocratização. Com maiores possibilidades no nível organizacional, a partir de 1988 houve um aumento exponencial no surgimento de entidades representativas das populações que até então pouco podiam fazer quando se viam alijadas de seus espaços e prejudicadas em seus modos de vida. Portanto, a criação da categoria “reserva extrativista” é então fruto direto dessa maior representatividade envolvendo os direitos em acessar recursos comuns. Com origem na atuação dos seringueiros amazônicos e em sua luta, a reserva extrativista pode até ser enxergada como o reconhecimento definitivo, por parte do estado, da capacidade das comunidades em gerir seus recursos de maneira comunal.

Voltando as origens dos sistemas de uso de recursos comuns, o autor utiliza o exemplo dos “caíçaras” do litoral sul de São Paulo. Após um período de dinamismo econômico no século XVIII, seguido de um profundo declínio, a região assistiu o esvaziamento dos grandes proprietários de terra, mas a população mais pobre que já residia na área permaneceu. Incorporando práticas indígenas, como a agricultura itinerante e desenvolvendo, com o passar do tempo, práticas ajustadas ao entorno, esta população deu origem à cultura caiçara. Marcados pelo respeito mútuo, o *ethos* local se perpetuava através dos costumes, crenças e tradições (DIEGUES, 2001). O regime comunal se fazia presente sobre as áreas de cultivo, os estuários lagunares e os mangues. Antônio Carlos reforça que não se tratava de livre acesso, pois havia a restrição de uso para os não pertencentes à comunidade, situação por vezes relevada pelo estabelecimento dos “compadrios”, laços familiares que permitiam o acesso aos recursos por pessoas não pertencentes à coletividade.

Por sua consistente produção sobre pesca artesanal, Diegues utiliza muitos exemplos envolvendo a pesca para demonstrar situações empíricas de gestão comunal de recursos e suas particularidades. Um exemplo da diversidade dos modos que se estabelecem é a chamada pesca “de marcação” ou “de caminho e cabeça”. Frequente no litoral do nordeste, esta modalidade de pesca se baseia na localização de rochedos submersos, normalmente locais abundantes em recursos pesqueiros. As localizações se baseiam em um complexo sistema de identificação de morros, correntes e outras referências e normalmente são mantidos em segredo pelos pescadores, cabendo aos “mestres” indicar o caminho. Porém, quando um pescador descobre sozinho um rochedo submerso, por algum tempo ele manterá sua descoberta em segredo frente a possibilidade de pesca abundante e sem concorrência. Esta prática chama a atenção pela maneira que se estabelece a exclusão de acesso ao recurso, por meio de segredos e ajuda a ilustrar a diversidade e a complexidade nas situações que envolvem a gestão comunal de recursos de uso comum.

Avançando no assunto, Antônio Carlos ainda lembra sobre a dificuldade do reconhecimento do direito à propriedade nos casos de conflito envolvendo populações tradicionais. Frequentemente enquadrados como “posseiros”, as populações constantemente tem seus direitos de uso usurpados frente a grandes empreendimentos, normalmente vindos na esteira de incentivos fiscais por parte do estado. E por outro lado, também são

pressionados no âmbito da criação de unidades de conservação de acesso restritivo, que muitas vezes são criadas a partir de pressões internacionais. Fazendo alusão a já citada obra de Hardin, Diegues fala da “tragédia dos comunitários”, onde atualmente quem mais corre riscos de esgotamento não são os recursos de uso comum, mas seus usuários.

O autor ainda utiliza outro caso, o da Estação Ecológica de Mamirauá, para mostrar os benefícios e a eficiência que a gestão participativa pode apresentar se bem orquestrada. Localizada no estado do Amazonas e detentora de uma área superior a um milhão de hectares, a E. E. de Mamirauá não expulsou as populações que se encontravam dentro de seus limites no processo de implementação da UC. Apesar da categoria (estação ecológica) não permitir a presença humana, os gestores da unidade decidiram incluir os ribeirinhos nos processos decisórios. Por meio de assembleias, os gestores consultam as comunidades e através desta metodologia, conseguiram definir coletivamente as regras para a pesca nas lagoas inscritas na área da estação. De grande importância sob ponto de vista ecológico e socioeconômico, as lagoas foram divididas em 4 categorias de uso: Lagoas de procriação intocáveis (onde a pesca não é permitida), Lagoas de manutenção (onde a pesca de subsistência é permitida), Lagoas de comercialização (onde a pesca comercial é permitida) e as Lagoas das sedes (destinadas à pesca que abastece as sedes dos municípios da região). Os ribeirinhos ainda decidiram as punições destinadas a quem descumprir as regras e ficaram a cargo da fiscalização, visto o tamanho da UC.

Diegues enxerga na experiência da E.E. de Mamirauá os oito princípios apontados por Ostrom (1990) na efetividade da gestão comunal de recursos comuns: a) limites territoriais definidos (a área da E.E. de Mamirauá); b) coerência entre a apropriação e normas de uso dos recursos (decididas coletivamente, as normas definem quais práticas são permitidas ou não); c) arranjos para escolhas coletivas (as assembleias, onde participam os ribeirinhos e os gestores da UC); d) monitoramento pelos comunitários (função crucial desenvolvida pelos ribeirinhos); e) sistema de sanções (definidas em assembleia, vão desde advertências até multas previstas pela legislação ambiental); f) mecanismos para solução de conflitos (as assembleias também desempenham tal função); g) reconhecimento dos direitos de organização (apesar da categoria não permitir a presença humana, os gestores incluíram os ribeirinhos na gestão e determinaram a eles funções centrais na administração da área).

É notável como este exemplo promissor é fruto da co-gestão entre os comunitários e os funcionários da entidade responsável pela gestão da unidade, uma Organização Não Governamental (ONG). Este fato corrobora os apontamentos que Berkes formulou, dizendo que a boa interlocução entre instituições e acordos bem arranjados aumentam as chances de sucesso em iniciativas de gestão comunal (BERKES, 2005). Diegues consegue afirmar, por meio dos exemplos utilizados, que experiências de gestão comunitária são possíveis também no caso brasileiro e por fim, traz a reflexão sobre o potencial que Brasil detém no assunto, devido à diversidade natural e cultural presente no país. Dando continuidade ao trabalho, agora já apresentadas as bases teórico-práticas que nortearão a análise a seguir, seguiremos acompanhando um exemplo recente de espaços de governança que lograram êxito em se estabelecer no contexto da pesca artesanal do Rio Grande do Sul, mas com limitações comuns a outros casos brasileiros.

O CASO DA PROIBIÇÃO DA PESCA DO BAGRE NO RIO GRANDE DO SUL E A ATUAÇÃO DO FÓRUM DOS PESCADORES DO DELTA DO JACUÍ

Antes de abordar o problema relacionado à proibição da pesca do bagre no Rio Grande do Sul é necessário que se faça uma breve apresentação de uma instituição dos pescadores artesanais no estado, o Fórum do Delta do Jacuí. O referido fórum funciona como uma entidade de representação social de pescadores artesanais, que, entre outros objetivos, busca viabilizar a gestão compartilhada da pesca na região norte da Lagoa dos Patos, no Lago Guaíba e no entorno do Delta do Rio Jacuí. Esta experiência mostra a articulação deste grupo de pescadores de participar ativamente das instâncias deliberativas que muitas vezes incidem modificações (nem sempre positivas) em sua atividade.

A pesca artesanal no Rio Grande do Sul, assim como em outras regiões, se encontra em um processo de constante fragilização. Pressões antrópicas como a poluição e a mineração, aliadas a uma legislação ambiental restritiva, entre outros fatores, acabam por negativamente pressionar esta atividade tradicional, resultando muitas vezes na descontinuidade geracional da pesca e abandono por parte daqueles que ainda a praticam.

Nos últimos anos se observa uma melhor coesão entre os pescadores no sentido de sua organização e, por parte de alguns setores da sociedade a valorização da pesca artesanal. Como exemplo direto de uma organização fortalecida entre os pescadores é o Fórum do Delta do Rio Jacuí. Organizados à aproximadamente 8 anos, este fórum congrega diferentes associações e colônias de pesca localizadas na região do Delta do Rio Jacuí, Lago Guaíba e a região norte da Lagoa dos Patos. Criado em um primeiro momento por necessidade de contrapor a atividade pesqueira predatória praticada na região e fazer frente às restrições ambientais advindas da sobreposição dos territórios pesqueiros pelo Parque Estadual do Delta do Rio Jacuí (PAULA, 2013), o Fórum tem adquirido reconhecimento como um importante instrumento de organização e representação social dos pescadores da região dos 18 municípios que compõem o Fórum.

A gestão compartilhada da pesca é uma prática relativamente recente nos espaços de participação dos pescadores, tendo estes algumas particularidades que no início representam obstáculos à sua própria organização e à gestão compartilhada. Diferente do modo de vida dos agricultores e de outras populações tradicionais, os pescadores artesanais são em suma os últimos grupos sociais que dependem de recursos naturais móveis (DIEGUES, 1983) para sua sobrevivência e reprodução social. Por esta situação, o que se vê dentro das comunidades é, ao mesmo tempo, um senso de competição por tais recursos, mesmo compartilhando-se a noção de pertencimento a sua comunidade. Pela questão da competição, a cultura associativista, muito presente na agricultura familiar, por exemplo, não tinha paralelo em meio às comunidades pesqueiras, sendo a fragilização aliada às pressões externas o principal motivo da organização das colônias de pesca por meio de associações e posteriormente por meio de fóruns.

A gestão de recursos comuns, como argumenta Berkes (1994), traz uma série de implicações devido à excepcionalidade da condição de tais recursos, como já exposto

anteriormente. Tipificados pelo autor entre quatro tipos ideais, a gestão de recursos naturais de uso compartilhado fornece exemplos e ferramentas para a equidade do uso e da regulação de tais recursos (se enquadradas da maneira correta). Os quatro tipos ideais de acesso aos recursos são: Livre Acesso, onde não há qualquer regulação do acesso ao recurso; Propriedade Privada, que significa que o recurso passa a ter um proprietário e este regula o uso; Propriedade Estatal, onde o estado passa ser o possuidor dos direitos sobre os recursos; e, por fim, o Uso Comunal, onde a gestão é feita a partir de um grupo, que pode decidir sobre quem tem o direito ao uso (BERKES, 1994). O próprio autor reconhece que tais exemplos são tipos ideais, e que na prática o que se observa são processos de gestão que estabelecem os regimes de acesso.

A figura do Fórum representou um salto na efetividade da representação social dos pescadores que anteriormente pouco se articulavam. Na contramão das pressões externas, o fórum do Delta do Jacuí surgiu por iniciativa da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e de um grupo de pescadores das colônias Z4 e Z5, que vislumbrou a possibilidade de assumir uma postura ativa frente ao colocado às comunidades pesqueiras como um todo, mas particularmente àquelas presente no entorno do Parque Estadual do Delta do Rio Jacuí (PAULA, 2013).

Como detalhado em trabalhos anteriores, há diversos casos documentados de conflitos envolvendo os pescadores do Delta do Rio Jacuí com a mineração, unidades de conservação, a poluição urbana e industrial advinda dos cultivos de arroz do entorno da região (BAPTISTA, 2008; PAULA, 2013; GONZAGA, 2017). Muitos destes conflitos acabam por envolver diferentes atores e esferas de poder, aumentando ainda mais o enfraquecimento das comunidades pesqueiras. A exemplo disso, a mineração, segundo os pescadores, é fonte do desaparecimento dos alevinos, uma vez que são absorvidos pela dragagem de areia do fundo do rio, destruindo muitos locais de desova de peixes.

Da mesma forma, a poluição é identificada a partir de três fontes primárias: as indústrias, os aglomerados urbanos e a agricultura. A contaminação dos corpos d'água por dejetos industriais advém principalmente dos curtumes da região dos Vale dos Sinos, tendo inclusive extinto a pesca em muitos arroios e trechos deste mesmo rio, segundo o relato de pescadores (GONZAGA, 2017). Já a poluição urbana é sobretudo devido ao despejo inadequado de esgoto doméstico vindo principalmente da região metropolitana de Porto Alegre. E a contaminação que tem como fonte a agricultura, vêm principalmente dos agrotóxicos aplicados nas plantações de arroz, uma cultura intensamente cultivada nas planícies que cercam os rios de toda a região.

Voltando-se para os conflitos de ordem ambiental, eles se iniciaram, segundo Paula (2013), com a sobreposição de unidades de conservação com territórios pesqueiros. Tendo como exemplo primeiro a criação do Parque Estadual do Delta do Jacuí, esta área, intensamente utilizada pelos pescadores há gerações para a captura de peixes, teve como efeito imediato a desterritorialização de um espaço fundamental para diversos pescadores que ali mantinham seus acampamentos e utilizavam as ilhas como refúgio durante tempestades. O conflito com o Parque teve diversos capítulos documentados em trabalhos (CHIAPETTI, 2005; PAULA, 2013) e mostra um primeiro cenário onde a atuação do Fórum foi

determinante como figura mediadora entre a legislação ambiental e a prática tradicional de pesca.

Outro exemplo de conflitos envolvendo territórios pesqueiros e UCs é o caso da Reserva Biológica do Lami (RBL), em Porto Alegre. Devido a sobreposição que trouxe à tona um processo de desterritorialização com a comunidade pesqueira que leva o mesmo nome. No caso do Lami, as restrições vieram após a mudança na administração da Reserva, de tal maneira que até a construção de um ancoradouro foi negada, trazendo mais problemas à comunidade, pois isso impediu os pescadores de atracarem seus barcos. Este conflito está documentado em Baptista (2008), que realizou um trabalho na região a fim de coletar percepções dos pescadores sobre a RBL, e o conhecimento dos mesmos sobre a flora local.

Mais recentemente, outra questão ligada à legislação ambiental se abateu sobre a pesca artesanal no Rio Grande do Sul: na última revisão da lista das espécies ameaçadas de extinção, foram incluídas duas sub-espécies do peixe bagre (*Genidens barbatus* e *Genidens planifrons*). Com a classificação de espécie ameaçada de extinção, tais espécies de bagre tiveram a pesca proibida em todo o estado, acarretando um novo conflito, porque a captura do bagre é uma das mais recorrentes atividades da pesca artesanal, sobretudo na área compreendida pelo Fórum Delta do Jacuí.

Este novo conflito veio à tona no início de 2016 (GONZAGA, 2017), após entrar em vigor o decreto Nº 51.797, que dava encaminhamento à revisão da lista de espécies ameaçadas. Como consequência, os pescadores artesanais, que já tinham uma série de questões pressionando-os negativamente, passaram a conviver com o risco de serem autuados pela fiscalização ambiental, já que conjuntamente à proibição, foi estipulada uma multa a ser paga pelo pescador flagrado com bagres. Como relata Gonzaga (2017), foram vários os episódios de constrangimento e coerção ocorridos sobretudo pela ação da Patrulha Ambiental da Brigada Militar (PATRAM) em ações de fiscalização nas áreas de pesca.

Nestes incidentes, parte dos pescadores sentem-se criminalizados ao exercer a atividade da qual dependem e que por ela significam suas próprias vidas. Ademais, a proibição da captura do Bagre gerou forte contestação da categoria, já que é geral a percepção, por parte dos pescadores, que a espécie é a mais abundante dentro do estuário da Lagoa dos Patos, não fazendo sentido portanto a sua inclusão em uma lista de espécies ameaçadas de extinção.

Neste ponto pode-se observar a fraca interlocução entre as instituições envolvidas na atividade pesqueira do estado do Rio Grande do Sul. Mesmo com atuação constante, o Fórum do Delta do Jacuí obteve pouco ou nenhum espaço para se discutir as consequências da inclusão do bagre na lista de espécies ameaçadas. A própria metodologia que levou à decisão da proibição da pesca do bagre gera controvérsias, pois os dados utilizados pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) e a Fundação Zoobotânica (FZB) são dados de desembarques pesqueiros catalogados pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA), a partir de 1970, nos municípios de Rio Grande e Tramandaí. Por serem dados secundários, sem garantias de veracidade e de municípios distantes, a decisão de se incluir o bagre como espécie ameaçada pareceu arbitrária e sem paralelo da realidade vivida pelos pescadores da região do Delta do Jacuí.

Por não ter contado com trabalhos de campo e acompanhamento de desembarques recentes na região, os pescadores que compõem o Fórum, sugeriram que, se os técnicos da Fundação Zoobotânica acompanhassem as pescarias e o cotidiano de sua atividade, jamais iriam incluir estes peixes na lista de ameaçados, porque atualmente é a espécie mais abundante, trazendo incompreensão dos reais motivos da proibição e desconfiança sobre os órgãos ambientais (GONZAGA, 2017). No âmbito do Fórum, a pesca do bagre, desde sua proibição, tem tido papel central em todas as reuniões da coordenação e plenárias ocorridas. Com a crescente pressão sobre as comunidades, a coordenação busca por vias diferentes contornar essa situação, tal qual já se efetuou em outros momentos de conflito, sobretudo envolvendo conflitos ambientais.

Recentemente o Fórum esteve presente na elaboração do Plano de Ação Nacional para a conservação dos ecossistemas das lagoas costeiras do Sul do Brasil (PAN Lagoas do Sul), iniciativa do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que têm como propósito a garantia da conservação de tais ecossistemas lagunares a partir da atuação pré-existente de diferentes entidades que têm em comum a proximidade com as lagoas (STEENBOCK *et al*, 2017). Esta experiência inovadora deu ao Fórum do Delta do Jacuí a oportunidade de participação em um espaço deliberativo, onde seus representantes puderam ali expressar seus pontos de vista e percepções de como uma política de conservação pode contribuir ao mesmo tempo para a manutenção da pesca artesanal.

Representando um lampejo de esperança para os pescadores, a participação na elaboração do PAN Lagoas do Sul pode ser observada como um avanço da categoria em sua luta para balancear as forças entre pescadores e legislação ambiental. No caso aqui brevemente apresentado, fica materializado o apontamento que Diegues (2001) fez, já citado no trabalho, que atualmente quem está em risco de extinção não é o recurso de uso comum, mas as populações que deles dependem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições de Ostrom, Berkes e Diegues abordadas neste trabalho, pode-se vislumbrar a complexidade envolvida na gestão de recursos de uso comum e como o caso da proibição da pesca do bagre pode ser entendido como uma ação de gestão não participativa sobre os uso de tais recursos. Mesmo com o vasto leque de possibilidades, algumas características podem ser elencadas como promissoras na gestão dos “*pool resources*”. A constituição de instituições sólidas, a articulação entre os responsáveis pela gestão e o reconhecimento dos direitos de acesso das populações são pontos cruciais para a gestão participativa se efetivar, situação distante da vislumbrada no caso por último aqui citado.

Uma ação que certamente facilitaria a formalização da gestão comunal seria a obrigatoriedade de inclusão das populações tradicionais nas tomadas de decisão que envolvam seus territórios e os recursos de uso comum, porém essa sugestão se mostra longe da realidade. A enormidade de possibilidades e de situações em que a temática se insere faz deste campo de estudo um terreno fértil para o surgimento de ferramentas teóricas e práticas

que possam auxiliar a eficiência dos diferentes regimes de apropriação de recursos comuns, enfatizando a gestão participativa como possibilidade real e satisfatória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, M. M. Etnobotânica de uma comunidade de pescadores artesanais e suas percepções sobre a Reserva Ecológica do Lami, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Biológicas) - Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

BERKES, F.; VIEIRA, P. F. & SEIXAS, C. S. Gestão integrada e participativa dos recursos naturais. Florianópolis. APED Editora. 2005.

DIEGUES, A. C. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES, A. C. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, André de Castro C (Org). Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo. Napaub-USP, 2001. p. 98-123.

FENNY, D.; BERKES, F.; MCCAY, B. J.& ACHESON, J.M. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, André de Castro C (Org). Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo. Napaub-USP, 2001. p. 17-42.

GONZAGA, F. A. No limiar da lista vermelha: conflito ambiental e fricção epistemológica em torno da proibição da pesca do bagre no Rio Grande do Sul. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). 2017

LAORIOLA, V. Elinor Ostrom: um nobel heterodoxo e rosa verde. Sinal de esperança? In: Edição Especial do Boletim da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica. Brasília, n. 21. 2009, p. 3-8.

STEMBOCK, W.; BARRETO, C. T.; MELLO, R.S. P.; BASSI, J.; COELHO-DE-SOUZA, G.; SANTOS, R. A. dos; BAGGIO, M. R. Plano de Ação Nacional para a conservação de sistemas lacustres e lagunares do sul do Brasil – PAN Lagoas do Sul: o início de um caminho. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE CIÊNCIAS DO MAR, 17, 2017, Balneário Camboriú. Anais... Balneário Camboriú, AOCEANO, 2017.

OSTROM, E. Governing the commons. Cambridge. Cambridge University Press. 1990.

OSTROM, E.; TUCKER, C. Pesquisa multidisciplinar relacionando instituições e transformações florestais. In: MORAN, Emilio; OSTROM, Elinor (Org.). Ecossistemas florestais: interações homem-ambiente. São Paulo: Editora Senac; Edusp, 2009. p. 109-138.

PAULA, C. Q. de. Gestão compartilhada dos territórios de pesca artesanal: Fórum Delta do Jacuí (RS). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado em Geografia. 2013.

HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ: MEMÓRIAS DO DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO DOS MORADORES DA CIDADE DE JACUNDÁ-PA

Erika J. S. Curvina¹ (erikacurvina@unifesspa.edu.br)
Edma S. S. Moreira² (edma@unifesspa.edu.br)

RESUMO: O trabalho tem como objetivo compreender o processo de deslocamento compulsório dos moradores da cidade de Jacundá, promovido pela Hidrelétrica de Tucuruí no início dos anos 80. Parte-se da memória desses moradores, sobre os efeitos que essa hidrelétrica causou às suas vidas com o total alagamento de sua cidade. Como recurso teórico-metodológico discutiremos as categorias: memória, analisada por Halbwachs (2017), deslocamento compulsório por Martins (1993), Magalhães (2007) e Hebéte (2004). Outrossim, utilizamos as narrativas orais de moradores expropriados de Jacundá e dos habitantes da Vila Arraias, por compreender que pela memória revelar-se-á história que não está escrita, vivida no cotidiano com suas perdas e dores por esses sujeitos. Essas narrativas foram coletadas em trabalho de campo realizado em dias intermitentes, no mês de dezembro de 2017. Nossa análise aponta que, em um contexto ditatorial, a empresa Eletronorte e o Estado não consideraram as populações locais de Jacundá e Arraias, promovendo assim, de forma violenta, a expropriação e a violação de seus direitos sociais, pelos quais os expropriados lutam até o momento, mesmo tendo a clareza de que muitas perdas não podem ser compensadas por constituírem valor não monetário. Ademais, uma das características desse deslocamento é a constituição de um novo conflito entre Jacundá e Arraias, que coloca em evidência a violência e o autoritarismo inerentes ao deslocamento compulsório, assim como o processo de invisibilização das populações atingidas, que vivenciam efeitos devastadores para além do contabilizado e anunciado pelo empreendimento.

Palavras-Chave: Amazônia; Deslocamento Compulsório; Hidrelétrica de Tucuruí.

¹ UNIFESSPA, Economista, Mestranda do Programa de Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia/PDTSA, erikacurvina@unifesspa.edu.br

² UNIFESSPA, Socióloga, Doutora no Programa de Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia/PDTSA, edma@unifesspa.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho faz parte das reflexões que compõem a dissertação de mestrado³, ainda em construção, no Programa de Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA) cujo objeto de investigação é compreender os efeitos que a barragem da hidrelétrica de Tucuruí provocou à vida das populações amazônicas, a partir dos deslocamentos compulsórios por ela promovido.

O processo de construção da Hidrelétrica de Tucuruí foi traumático e violento para as populações amazônicas, pois as retirou de seus territórios, não considerando seus modos de vidas, seus saberes, suas práticas religiosas e suas relações sociais. Esse contexto é analisado como deslocamento compulsório de expropriados de barragens. Consequente, as categorias deslocamento compulsório e expropriados serão refletidas a partir de Magalhães (2004) e Martins (1993), estudiosos de problemas referentes aos impactos dos empreendimentos de “desenvolvimento” implementados na Amazônia, a partir dos anos 70, no regime militar. Esse modelo de “desenvolvimento” é definido por Martins como um “desenvolvimento desigual” em que o econômico e o social se separam e se contrapõem (MARTINS, 1993).

Para compreender esse processo de deslocamento será relevante recorrermos a categoria de análise memória estudada por Halbwachs (2017), pois através dela pode-se revelar a história vivenciada pelos sujeitos atingidos e expropriados pela barragem, traduzindo assim os efeitos que a inundação da cidade de Jacundá provocou à vida de seus moradores e dos habitantes da Vila Arraias.

Nesse trabalho partiremos das reflexões dos atores acima referidos para compreender o processo de deslocamento e expropriação da população de Jacundá, submersa pelo lago da barragem de Tucuruí, no início dos anos 80. Para reconstrução da memória de como ocorreu esse processo utilizaremos narrativas orais e referenciais bibliográficos que refletem sobre o objeto em epígrafe.

Na primeira parte do trabalho há uma breve descrição da cidade de Jacundá da sua origem e do seu contexto social antes da barragem. Assim como da Vila de Arraias, espaço definido pela ELETRONORTE e pelo Estado, para instalar os expropriados de Jacundá. Seguindo nossa reflexão faremos uma análise das categorias, deslocamento compulsório,

³ Esse trabalho faz parte de um projeto maior intitulado “As lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subsequentes à redemocratização do país”. Financiado pela CAPES. Agradeço a CAPES a concessão de uma bolsa de mestrado.

memória e história, para compreender a importância da reconstrução desse contexto. Há uma descrição de como dá-se a chegada dos representantes do governo federal e os funcionários da ELETRONORTE com a notícia da construção da hidrelétrica, de forma autoritária e afirmando como tudo deveria acontecer e como todos tinham que agir. O fenômeno do deslocamento compulsório torna-se uma realidade cruel e desumana àquela população, suas terras, seus bens, a natureza, todos submersos.

A construção de hidrelétricas na Amazônia responde aos interesses do sistema capitalista, cujo objetivo é o lucro através da exploração da natureza e da expropriação humana. Um sistema que não considera os interesses, os sonhos e projetos das populações locais que sofrem com as perdas de sua identidade e de sua história, portando de suas condições de reprodução social. O deslocamento compulsório, assim, é um processo violento de devastação da natureza e de exclusão social na Amazônia.

2. JACUNDÁ ANTES DO LAGO DE TUCURUÍ, ARRAIAS ANTES DE JACUNDÁ

O nome Jacundá significa um peixe característico da região das cachoeiras de capitariquara, localizadas no rio Tocantins. Também, tem explicação em um tipo de dança que fazia parte dos rituais das tribos dos índios gaviões presentes na região sudeste do Pará. (SILVEIRA, 2001).

Jacundá era localizada na região sudeste do Pará, às margens do rio Tocantins. Sua fundação ocorre no ano de 1915. Com o ciclo de exploração da borracha começa a ser povoada por trabalhadores da extração de borracha, o principal comércio da região naquele período. Após esse ciclo da borracha, ocorreu a descoberta dos garimpos de diamante na região, pessoas e famílias inteiras chegavam de todas as partes, principalmente da região nordeste do país. O ciclo da Castanha, também impulsiona um aumento na população de Jacundá. O povoado estava inserido no grande território chamado “Polígono dos Castanhais⁴”.

No apogeu do ciclo da castanha, alguns comerciantes de Jacundá se destacaram na intermediação comercial com Marabá, esses mesmos, se tornaram em seguida os personagens políticos da cidade, após sua emancipação, em 1961. Conforme destaca Silveira: “a grande maioria dos castanhais era controlada pelos comerciantes de Marabá, eram os principais

⁴ Grandes áreas de castanhais, nas quais famílias tradicionais de Marabá, ao longo da história, usaram como instrumentos políticos e econômicos para aumentar os seus domínios. (EMMI, 1999).

arrendatários ou “donos” dos castanhais jacundaenses, configurando um verdadeiro monopólio”. (SILVEIRA, 2001).

Através dos relatos dos moradores, Jacundá é traduzida como uma cidade pacata, formada por ribeirinhos, pescadores, garimpeiros, catadores de castanha e alguns poucos comerciantes. Possuía apenas duas ruas principais, o colégio Coronel João Pinheiro, a Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, localizado no centro da cidade, e um campinho de futebol ao final de uma das ruas. Todos tinham terra para cultivo e sustento da família, o excedente era utilizado para as trocas.

A cidade possuía uma forte relação com a natureza, com o rio e a floresta. O rio para os moradores assume maior destaque, nele eram realizadas as brincadeiras das crianças, os banhos dos moradores, era a entrada e saída da cidade, dele tiravam seu principal alimento, o peixe, com a venda dos pescados obtinham renda. Era o rio que direcionava a vida e o modo de reprodução de Jacundá.

Sentimentos de lamento e saudades de um passado estão presentes nas narrativas dos atingidos quando falam de Jacundá, dos momentos de lazer, da vida em comunidade, dos momentos de confraternização religiosa nos festejos de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Uma vida pacata, na qual dores e alegrias eram divididas por todos:

as pessoas não tinham vaidade, ganância para ter casa boa, patrimônio. O que eles queriam era tá com a barriguinha cheia do seu açaí, com a pesca ou a caça que era em abundância, só queriam está com a barriguinha cheia e tava tudo bom, mas era gostoso, todo mundo era amigo, todos conhecidos, muitas casas não tinham portas e as que tinham era de esteira, não tinha esse negócio de ladrão, nunca se registrou um roubo, todos vizinhos e amigos, assim era a vida de Jacundá. (DIAS, 2017).

E ainda:

Jacundá era pra gente um pedacinho do céu, todos ganhavam seu sustento. Éramos felizes, as pessoas que saíam para estudar fora, voltavam nas férias de julho durante os festejos da Padroeira da Cidade, era uma confraternização de toda a comunidade (DONA NERCY, 2017).

Os relatos dos moradores sobre essa Jacundá mobilizam uma memória de um tempo passado considerado bom, muito presente nas lembranças e nos desejos de resgatar uma vida que lhes fora retirada.

Arraias era uma vila que começou às margens do rio Arraia, origem de seu nome, configurou-se a partir da “invasão” de fazendas e terras devolutas, localizada no Km 88 da PA – 150, rodovia que começa a ser construída no ano de 1977 e vai redirecionar o crescimento e desenvolvimento de Arraias. A ocupação expansionista proposta pelo governo militar para a Amazônia, alicerçada no discurso de integração e desenvolvimento conduziu todo o processo

de ocupação, reconfigurando toda a dinâmica do local. A vila de Arraias teve a PA-150 cortando-a ao centro e tornando-a via principal. Arraias, assim como outras vilas e cidades que estavam sendo cortadas ou ficavam à beira das rodovias que estavam em construção por toda a Amazônia, passava a se relacionar de forma diferente com o rio, já não o viam mais como orientador do seu modo de vida, “as cidades ainda localizadas à beira d’água, mas com um sentido diferente [...] a água como manancial; a estrada é que liga e comunica” (HÉBETTE, 2004, p.53). Um vertiginoso contingente de imigrantes-posseiros é atraído para a Amazônia, assim também, para a vila Arraias. Conforme Silveira (2001, p.89), “as pessoas se estabeleciam, ocupando terras devolutas ou adquirindo a preços baixos as benfeitorias dos posseiros”. Santos faz uma compreensão da composição e origem da Vila Arraias como espaço importante de sobrevivência e luta pela terra:

as dificuldades enfrentadas nesse processo como o fato de ocuparem uma região no “coração da selva amazônica”. Da falta de infraestrutura, da pobreza material que compunha esse espaço, da dificuldade de locomoção devido às péssimas condições das estradas, da violência marcada pelo sangue de posseiros nos vários quilômetros da rodovia PA-150. (2007, p.73).

A História de Arraias pode ser compreendida a partir da reflexão de José de Souza Martins, quando ele analisa as regiões de fronteiras, como espaços de conflitos, “uma história de destruição, mas também de resistências, de revolta, de protestos, de sonho e de esperança [...] a fronteira é essencialmente *o lugar da alteridade*⁵” (2016, p.132), o que é confirmado por Hébette (2004, p.87), “a zona mais quente de conflito é a situada próximo à Vila de Arraias, onde grileiros do Maranhão praticavam uma série de desmandos”.

O cotidiano dessa população era de muito trabalho, durante o dia eles entravam na mata, abrindo roça, plantando mandioca, abóbora, feijão, arroz, o que garantiria o sustento da família e a noite trabalhavam na construção de suas casas e na abertura de ruas, assim aos poucos iam estruturando a vila. A Igreja católica é instalada em Arraias, com a chegada da Equipe da Pastoral da Terra para trabalhos pela PA-150, “os padres Paulo Joanil, Humberto Hialland e a irmã Dorothy Stang, [...] desenvolveram trabalhos juntos aos moradores da rodovia no momento em que a região passava pelo conflituoso embate da luta pela posse da terra”. (SANTOS, 2007, p.85)

A estrutura dos acampamentos do Departamento Estadual de Rodagens do Pará (DER-PA) se instala em 1977 e tem como missão a abertura da Pa-150, em muito contribuiu para o crescimento da vila, devido o surgimento do comércio, das serrarias que se instalavam e de toda

⁵ Grifo do autor

a estrutura que se voltava para atender as necessidades do acampamento. Hébette, faz uma análise da vila de Arraias depois da instalação dos acampamentos e da abertura da PA-150:

embora enfrentando uma série de dificuldades, a Vila está funcionando como pólo de povoamento, com seu núcleo urbano inchando rapidamente sem estar preparado para atender às necessidades da população. A defasagem entre os serviços oferecidos e a demanda torna-se mais calamitosa quando se pensa que a Vila deveria servir de apoio aos moradores dos demais núcleos urbanos e à grande parte da população rural da PA-150. (HEBÉTTE 2004, p.105).

Fazendo uma compreensão da reflexão de Hébette, tem-se que mesmo a ELETRONORTE sendo apoiada pelo Estado, as promessas de vida em espaço de desenvolvimento e crescimento, não foram cumpridas em sua integralidade. Arraias se tornava um núcleo urbano inchado, pela quantidade de gente que chegava em busca de terras prometidas, assim como dos expropriados de Jacundá.

3. A HISTÓRIA DE JACUNDÁ PELA MEMÓRIA DE SUA POPULAÇÃO

A reconstrução da história de Jacundá, nos leva a desvelar a realidade destacando a memória, para melhor compreender a história coletiva. Assim, perceber como as histórias particulares, como as ações dos sujeitos são determinadas e assumem sentido, a partir dos processos históricos. É na vida deles, no seu cotidiano, que a história se desenrola, e vai sendo decifrada, conforme Martins “ a História não será corretamente decifrada pelos pesquisadores se não estiver referida a esse âmbito particular que é o do sujeito e da história local, isto é, ao modo de viver a História”. (MARTINS, 2017).

A História desses sujeitos configura o reviver dos fatos e a possibilidade das gerações atuais ao reconhecê-los tornarem-se protagonistas de sua própria história, lutando por reconhecimento e direitos violados pelo Estado e pela ELETRONORTE, empresa responsável pela construção da barragem de Tucuruí.

Nesse sentido Martins nos ajuda a compreender a história de Jacundá a partir dos relatos de seus moradores, já que ele entende a História também como uma construção da memória. Para esse autor, a memória “[...] não é um substituto do documento escrito, mas é reveladora de realidades que não estão registradas nesse tipo de documento” (MARTINS, 2017).

Estão intimamente ligadas, a história do local com a história geral, entretanto é na particularidade do local, que a história vai dando sentido ao sujeito, às suas ações, na forma como ele vive e se coloca diante dela. A partir dos relatos, os moradores de Jacundá se colocam na história da cidade submersa, eles se sentem pertencentes ao local e seu deslocamento passa

a se constituir uma violência cometida pelo Estado e pela empresa. Evocando a memória, os sujeitos tomam consciência a respeito da dominação e do processo de expropriação/exploração produzidos por esses grandes projetos, nos quais eles são inseridos sem qualquer possibilidade de voz ou liberdade de escolha. É importante que reconheçam suas condições de protagonistas dessa História, e, portanto, portadores de direitos, de lugar e reconhecimento.

Revelar a memória individual e coletiva dos moradores de Jacundá é esclarecer uma realidade histórica conflituosa, é recuperar e compreender lembranças que se tornaram fronteiras, limites, acontecimentos que findaram sociabilidades, tradições e acordos. Compreender esse processo da chegada da hidrelétrica, como diz Martins (1993) – do estranho, proporciona revelar o passado dos moradores a partir da sua memória. Guardam suas memórias individuais de forma que ao se unirem tornam-se memórias coletivas históricas. O passado deles já não é mais tão olhado de maneira individual, de alguma forma estará sempre atrelado a um contexto coletivo, a uma história vivida por todo um coletivo. Em contraposição a memória coletiva não é capaz de explicar o que foi vivenciar essa história na solidão individual, na incerteza familiar, na lembrança de uma imagem que só um viu. Recorremos então a Halbwachs para melhor compreensão dessa memória:

Haveria motivos para distinguir duas memórias, que chamaríamos, por exemplo, uma interior ou interna, a outra exterior – ou então uma memória pessoal e a outra, memória social. Mais exatamente ainda, diríamos memória autobiográfica e memória histórica. A primeira receberia ajuda da segunda, já que afinal de contas a história de nossa vida faz parte da história em geral. A segunda, naturalmente, seria bem mais extensa do que a primeira. (2017, p.73)

A partir de Halbwachs compreendemos a importância da memória no contexto do deslocamento compulsório e nos reportamos à narrativa do Sr. Leoze: “a minha luta é para que essa História não seja esquecida. É a memória de um povo, é a história da minha vida”. Configurando a memória como um instrumento de luta e resistência.

4. A HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ, A CHEGADA DO ESTRANHO

A hidrelétrica de Tucuruí foi planejada e construída no período da ditadura militar (1976 - 1984). Fazia parte do Programa Grande Carajás, um projeto de caráter desenvolvimentista elaborado pelo Governo militar, voltado principalmente para Amazônia, e tinha como discurso de sustentação, o desenvolvimento e a segurança nacional (PINTO, 2011 pg.25). Os impactos ambientais, políticos e sócio econômicos provocados são sentidos, até hoje, pela natureza e pelas populações atingidas. A barragem de Tucuruí possui 2.430 km² de

extensão, o empreendimento mais caro já construído na Amazônia, o pesquisador e jornalista que muito aprofundou seus estudos nesse empreendimento, Lúcio Flávio Pinto, calcula que foram gastos aproximadamente US\$ 10 bilhões na sua construção. Na montante, área de 500 km acima da UHT, sete municípios foram atingidos, composta por: Jacundá, Tucuruí, Breu Branco, Nova Ipixuna, Novo Repartimento, Goianésia e Itupiranga. A jusante, área de 170 km abaixo da UHT, composta por três municípios: Baião, Mocajuba e Cametá. O único município totalmente submerso pelo lago foi Jacundá.

Nos anos de 1977 e 1978 a ELETRONORTE chega em Jacundá, fazendo um cadastramento da população e de todos seus pertences materiais. O medo se fez presente! A dinâmica de instalação da hidrelétrica de Tucuruí para aquela cidade transforma completamente suas vidas e de forma violenta. Os moradores passam a viver em um período de constantes ordens, a liberdade lhes foi tirada, nem plantar para o sustento da família podiam mais. Na narrativa da Dona Nercy ela descreve esse período:

Eles entravam nas nossas casas, media o tamanho de tudo, casa, terreno, roça, anotavam tudo que tinha dentro da casa, quantos porcos, quantas galinhas, até quantos pés de fruta e quais eram eles anotavam, diziam que tudo aquilo que tínhamos seria pago, mas que no pagamento só iam pagar pelas coisas que tivessem naquela lista, então tava todo mundo proibido de tirar ou colocar qualquer coisa a mais, nem um prego era pra bater numa parede, que não pagariam por ele. (DONA NERCY, 2017)

Esse contexto é analisado profundamente por Martins (1993) através de uma categoria analítica que ele define “O Estranho”, ao se referir aos processos de encontros e desencontros, de estranhamento, da dificuldade de aceitação do outro, no caso, outros sujeitos. O autor conceitua de estranho todos os atores que contribuem para a aniquilação dos marginalizados, transformando-os, homens e mulheres, em vítimas, que no caso de Jacundá, são homens, mulheres, crianças e a natureza, desconsiderados na planificação e implementação dos chamados “grandes projetos de desenvolvimento” na Amazônia que com todo seu aparato jurídico, burocrático e técnico, com pressa na retirada estabelece e define uma nova ordem um novo caminho a ser seguido pela população: sair do seu local e ir para um lugar desconhecido. Como narrado por Dona Nercy, a empresa chega já com tudo predeterminado e planejado:

Era um governo militar, e ninguém se colocou contra, ou questionou, existia o medo, a incerteza, a gente não sabia como agir, no início ninguém questionou por direitos, não houve resistência. E depois que abriram a rodovia transamazônica, diminuiu muito o transporte pelo rio e isso diminuiu o movimento na cidade, a gente sentia que ficamos meio isolados. Então, muita gente achou que era a oportunidade de ter uma vida melhor, em um lugar com mais estrutura (DONA NERCY, 2017)

Ela explica que, boa parte dos moradores aceitaram inicialmente as propostas da ELETRONORTE, que tinha um discurso de vida melhor, com direitos garantidos, habitação, saúde, educação e lazer, portanto com a oportunidade de recomeçarem uma nova e moderna vida. Para essa narradora a justificativa da aceitação pacífica das propostas e do deslocamento pela maioria da população é resultado das falsas promessas, ou seja, da ideologia empresarial imposta à população. Ela compreende que essa aceitação era permeada por incertezas e temor pela mudança, de deixarem suas terras, seus hábitos, suas histórias, no entanto, a oportunidade de proporcionar uma vida com mais possibilidades para seus filhos era bem vista para a grande maioria.

Vale ressaltar que em outras narrativas se relata a existência de resistências às determinações da empresa; algumas famílias se recusaram a aceitar viver longe de seu território, de seu rio, de suas terras. Não foi consenso, portanto, entre as famílias, sobretudo de origem da região, que sempre tiveram sua história e contexto de vida ribeirinha, saírem do local, elas se recusaram e, ali permaneceram até o último momento do alagamento; sem opção, partiram para as ilhas mais próximas ou para as cidades às margens do rio, como Itupiranga e Tucuruí.

As famílias cuja trajetória histórica se diferenciavam, eram as migrantes que foram para Jacundá em busca de condições melhores de vida, durante os ciclos do caucho, da castanha, do diamante, e mudar de lugar não se constituía um problema desconhecido, pois já haviam vivenciado processos de mudanças, de abandono da sua própria história, de desestruturação familiar, de reprodução social, de fragilização psicológica e emocional.

5. O DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO DA POPULAÇÃO DE JACUNDÁ

Ao analisar o processo de deslocamento compulsório de populações e a forma ditatorial dos grandes projetos, Martins descreve:

Não se trata de introduzir nada na vida dessas populações, mas de tirar-lhes o que tem de vital para sua sobrevivência, não só econômica: terras e territórios, meios e condições de existência material, social cultural e política. É como se elas não existissem ou, existindo, não tivessem direito ao reconhecimento de sua humanidade. (1993, p.63)

Nesse sentido Martins reflete os governos militares como:

Uma espécie de sucessão republicana do absolutismo monárquico. Têm sido governos baseados na restrição dos direitos civis, na restrição da participação política, ao mesmo tempo que são governos desenvolvimentistas e modernizadores. (1993, p.63)

Para os entrevistados a rapidez e perspicácia da ELETRONORTE em obter assinaturas dos contratos e o estabelecimento de “acordos” unilaterais de indenização, favoreceram a empresa já que a grande maioria dos moradores eram incapazes de ler e compreender as laudas dos contratos. Enquanto seus bens materiais foram destruídos e suas vidas coletivas foram desestruturadas a empresa garantia a produção de energia aos projetos de “desenvolvimento”.

Nesse processo fica evidente dois projetos em disputa em um período de repressão política, onde qualquer manifestação considerada “desobediente” era sofreada. O projeto do capital liderado, no local, pela empresa ELETRONORTE que promove o deslocamento compulsório, em meados de 1979, o descaso e a forma improvisada com que o Estado executa suas obras, “sem a preocupação de preparar uma infraestrutura mínima que abrigue seus moradores. Isso torna-se mais grave quando a alocação das pessoas não é voluntária, mas induzida pelo próprio governo” (HEBETTE. 2004, p. 103)

O impacto produzido pelo estranho e regido por um regime ditador promove ocupações de terras, expropriação, destruição de sociabilidades, devasta a natureza, sufoca culturas, amordaça vozes.

O deslocamento compulsório, definido por Magalhães (2004), estudiosa dos impactos da hidrelétrica de Tucuruí às populações locais, se constituem em processos obrigatórios de migrações, no qual transferem a população ribeirinha que morava nas áreas que seriam submersas pelo lago de Tucuruí, para áreas que não atingidas, e planejadamente, ficavam à beira da estrada PA 150 que estava em construção. O deslocamento é um marco divisório na história de vida dos sujeitos atingidos, tudo passa a ser antes ou depois do deslocamento.

A população deslocada para Arraias, se vê em uma dinâmica de vida bem diferente da sua de origem, já não mais havia o rio como centro condutor da dinâmica do local, nesse momento, era a estrada PA 150, o que provocava uma mudança completamente diferente para os modos de reprodução social. A narrativa de Dona Nercy, em relação a esse período da mudança expressa o que foi o deslocamento compulsório, “era muito sofrimento, muita luta, não sei como os pais sustentaram suas famílias, só sei que nós sobrevivemos”.

Os expropriados de Jacundá na vila Arraias, não eram os sujeitos principais, eram um grupo em minoria, lá já havia uma outra população, com uma dinâmica de vida diferente da qual os jacundaenses eram acostumados, a natureza oferecia boa parte do que lhes era suficiente para viver. Era a estrada PA-150 que fazia girar aquela região, o rio ao qual eles estavam adaptados e viviam em torno dele foi-lhes retirado. Toda uma nova configuração de vida era imposta àquela população, suas histórias de vida eram reduzidas a lembranças, e para não causar mais sofrimento tentavam não dar voz a elas, silenciavam suas memórias, como estratégia de

sobrevivência. Para uma melhor compreensão do que é esse rompimento da própria história de vida e da história vivida em coletividade provocada pelo deslocamento compulsório Halbwachs corrobora com exímia sensibilidade:

Não é o indivíduo isolado, é o indivíduo enquanto grupo, é o grupo em si que, dessa maneira, permanece sujeito à influência da natureza material e participa de seu equilíbrio. Mesmo que pudesse acreditar que não é bem isso, quando os membros do grupo estão dispersos e nada encontram em seu novo ambiente material que recorde sua casa e os quartos que deixaram, quando permanecem unidos pelo espaço é porque pensam nessa casa e nesses quartos...o local recebeu a marca de um grupo, e vice-versa...cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, pelo menos no que nela havia de mais estável...a partir do rompimento dos laços que os prendiam ao lugar, este não será mais o mesmo grupo, nem a mesma memória coletiva. (2017, p.160-161)

Nas narrativas dos deslocados, o afastamento do grupo e o rompimento das relações, são apontados como um dos aspectos que mais impactaram no novo contexto de vida. Diferentemente, para o capital, poder dominante, o que está em análise em jogo na elaboração e implementação dos grandes projetos é a agregação de valores econômicos e políticos, mesmo que esses projetos promovam destruição da natureza e do homem e sua exclusão social.

Considerando os efeitos da UHT, em Jacundá, à luz da teoria da dádiva de Mauss (2007), refletimos que a totalidade da vida social de sua população deslocada e os bens dela produzidos não poderão ser compensados pela Eletronorte, pois o valor das coisas carregam em si significados e sentidos simbólicos, difícil de serem contabilizados e compensados pela lógica mercantil da Eletronorte.

O projeto de vida da população deslocada sofre mudança total. Se o sonho dos habitantes de Jacundá era prosperar de acordo com o seu modo de vida, na relação com a natureza, com as suas manifestações religiosas, com o alagamento, ele terá de ser (re) elaborado de acordo com as novas condições que lhes foram impostas. Contratos, negociações, leis, formulários, foram instrumentos que a população foi obrigada a aprender. No geral um comportamento burocrático lhes foi exigido.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões até o momento realizadas, sobre a construção da hidrelétrica de Tucuruí e a inundação de Jacundá, conseqüentemente no deslocamento traumático dos moradores, nos permite revelar o processo de abandono e perdas que não podem ser compensadas por

possuírem valor para além de um valor monetário que essa população vivenciou e vivencia até hoje. Assim como, possibilita a análise e compreensão de como ocorreu uma desestruturação e (re) estruturação na vila de Arraias ao se tornar Jacundá.

Essas reflexões nos têm permitido, um avançar no que se refere à definição do grupo de atingidos pela construção da Hidrelétrica de Tucuruí, o qual sugerimos que poderia ser (re) definido, Arraias não faz parte desse grupo que já está dado em documentos oficiais, no entanto, identificamos que ela também é uma atingida, expropriada das suas lutas, do seu contexto simbólico, da sua história.

Essa população deslocada e expropriada, é inclusa de forma ditatorial, sem direito ou opções, em um modelo de desenvolvimento sem compromisso social, em que a dignidade humana não tem relevância, tudo em prol dos grandes lucros e da estruturação da região para que ela atenda às necessidades do mercado internacional.

Um trabalho de relevância para o programa acadêmico do qual fazemos parte, que busca sistematizar e compreender os processos que acontecem na Amazônia, que modificam a dinâmica social e territorial da região, assim como, para a sociedade em geral, já que a construção da Barragem de Marabá poderá reproduzir o mesmo processo violento de devastação da natureza, de exclusão social e aniquilação do homem.

REFERÊNCIAS

- DIAS, Leopoldino Martins. **História da Antiga e Nova Jacundá**. Jacundá, 2013.
- EMMI, Marília. **A Oligarquia do Tocantins e o Domínio dos Castanhais**. Belém, UFPA/NAEA 1999.
- HEBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004. Vol. II e III.
- _____. Jean, ABELÉM, Auriléa, PARAENSE, Marceli, EMMI, Marília. “Cruzando uma zona de fronteira em conflitos: O leste do médio Tocantins”. In: **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coléitiva**. São Paulo. Centauro Editora, 2017
- MAGALHÃES, Sônia Maria B. **Exemplo Tucuruí - uma política de relocação em contexto**. IN Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988.
- MAGALHÃES, Sônia Maria B. **Lamento e Dor: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens**. Belém, 2007. Tese (Doutorado), Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Brasi; Universidade Paris 13, França, 2007.
- MARTINS, José de Souza. **A Chegada do Estranho**. São Paulo. Editora Hucitec, 1993.
- _____. **Fronteira a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo. Contexto, 2016.
- _____. **Expropriação e Violência, a questão política no campo**. São Paulo. Editora Hucitec, 1982.
- _____. **A Sociabilidade do Homem Simples**. São Paulo. Editora Contexto, 2017.

MAUSS, Marcel (2003), **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify.

PINTO, Lúcio Flávio. **Tucuruí, a barragem da ditadura**. Belém. Smith Produções, 2010

SANTOS, Edileuza dos. **Vila Arraias: Espaço de sobrevivência, morte e núcleo de organização na luta pela terra na PA - 150 (1970-1985)**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Belém (PA), 2007.

SILVEIRA, Claudionor Gomes da. **Uma Cidade Submersa: memória e história de Jacundá (1915 – 1983)**. Belém. Editora Paka-Tatu, 2001.

VELHO, Otavio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**, 2ª Edição, Rio de Janeiro, Zahar Editora, 198

Relações cidade-campo e a produção de ruralidades e da natureza na metrópole de Belo Horizonte a partir da análise do espaço rural do município de Brumadinho

Felipe Pimentel Palha¹

Resumo

Através de uma pesquisa no espaço rural do município de Brumadinho, situado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, apresentamos um debate acerca das relações entre campo e cidade, sobretudo em um espaço metropolitano onde a produção do espaço é fortemente influenciada pelos processos de urbanização. Por isso, as relações socioespaciais estabelecidas entre o campo e a cidade tornaram-se bastante complexas se comparadas com períodos históricos anteriores. Ademais, em espaços metropolitanos a própria pertinência dessas relações é posta em xeque. Em Brumadinho a presença de atividades de mineração, instalação de condomínios horizontais fechados e o turismo pressionam o espaço rural. Essas transformações foram acompanhadas pela elaboração de discursos e representações que procuram associar natureza e ruralidade em oposição às cidades e o caos. Ademais, por não incluir efetivamente os camponeses e os moradores mais pobres do campo em ações que visam transformar o espaço rural nesse contexto metropolitano podemos afirmar que a condição de subalternidade dessa população tende a permanecer caso não sejam desenvolvidas ações que procurem ampliar a cidadania.

Palavras chaves: Cidade-campo; ruralidades; natureza.

¹ Doutorando do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais e Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. pimentelpalha@gmail.com

Introdução

Esse artigo é fruto do projeto de pesquisa que desenvolvo no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais sob a orientação do Professor Klemens Augustinus Laschefski. Trata-se de uma pesquisa qualitativa sobre as relações socioespaciais estabelecidas entre campo e cidade no âmbito da produção do espaço metropolitano diante da constituição da era urbana (LEFEBVRE, 1991).

O foco da análise centra-se nas relações que o espaço rural do município de Brumadinho estabelece com o espaço metropolitano. Esse município está situado na região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e apresenta grande extensão territorial, permitindo acessá-lo por duas vias: ao sul pela BR-040 e a oeste pela BR-381. Faz divisa com 13 municípios, dentre eles, Belo Horizonte e Nova Lima e situa-se ao norte da região do Quadrilátero Ferrífero-Aquífero apresentando uma economia tradicionalmente associada às atividades de mineração. Entretanto, observa-se sua importância, junto com outros municípios, como Mário Campos, Sarzedo e Ibirité, para a produção de alimentos que abastecem a RMBH, formando um importante “cinturão verde” para o abastecimento de Be. Além disso, seu espaço rural é fortemente valorizado por agentes imobiliários para construção de condomínios residenciais horizontais destinados às classes média e alta, principalmente em sua porção leste, a qual se tem acesso pela BR-040. Há, ainda, no município o Instituto Inhotim, aberto em 2006 para visitação do público em geral. Conquanto, as oportunidades de emprego e renda no município giram em torno das empresas de mineração, dos condomínios residenciais, da prefeitura local, do Inhotim, das atividades de agropecuária e do comércio local.

Através de diferentes técnicas de investigação inerentes à pesquisa qualitativa como entrevistas, observações participantes, registros fotográficos e revisão bibliográfica esse artigo tem como objetivo contribuir para o debate acerca das relações que possam ser tecidas entre campo-cidade, ruralidades e conflitos socioambientais.

1. Diversidade de usos do espaço rural no contexto metropolitano

Pudemos observar que as atividades econômicas ligadas à mineração, aos condomínios residenciais e ao Inhotim pressionam o espaço rural do município na medida em que colocam em questão algumas situações, como: a população residente no campo de Brumadinho conseguirá se integrar à dinâmica espacial da metrópole? Como os jovens

do campo, oriundos de famílias de agricultores e pecuaristas, lidam com os novos desafios e oportunidades decorrentes dessas atividades? E, finalmente, o espaço rural está prestes a desaparecer?

Conjectura-se que contemporaneamente, as relações estabelecidas entre a cidade e o campo se transformaram tornando o espaço rural, anteriormente identificado com a produção agropecuária destinada ao abastecimento das cidades próximas, a se configurar como um espaço de lazer a serviço dos cidadãos. Essa transformação é importante, pois supõe-se que esse é um exemplo de como a luta de classes é conduzida sob a hegemonia de uma parcela da sociedade, já que há fortes indícios de que ela não contribuiu para a melhoria da qualidade de vida dos rurícolas, pois serve aos interesses do capital imobiliário, do setor de serviços e do consumo das classes média e alta da cidade. Concebe-se, portanto, um espaço destinado ao lazer, ao repouso, aos esportes, à reenergização dos cidadãos baseado em amenidades naturais com fortes traços de ruralidade.

Além de Brumadinho estar situado no contexto metropolitano de Belo Horizonte a análise de seu espaço rural se justifica pelo fato de se situar no Quadrilátero Ferrífero-Aquífero apontando, inclusive, para um quadro de dependência econômica decorrente do modelo aplicado pelo Brasil que pode ser caracterizado, dentre outras coisas, por uma desenfreada modernização acompanhada pelo solapamento de políticas públicas direcionadas à direitos mínimos, porém vitais para um grande número de pessoas (ZHOURI; VALENCIO, 2014). Todavia, deve-se destacar “[...] o ilusionismo marqueteiro que tenta incrustar no imaginário os propalados avanços econômicos, políticos e sociais aos quais, contudo, o cotidiano” (ZHOURI; VALENCIO, 2014, p. 13) dos mais pobres, dentre eles os que habitam o espaço rural, desmente. As promessas das empresas mineradoras estão nesse contexto pelo fato de propagandear suas pretensas capacidades de gerarem alternativas de renda para a população mais pobre.

Grande parte das estratégias atuais dos negócios que se ligam à mineração, aos empreendimentos imobiliários residenciais e ao turismo tem se baseado no casamento entre economia e ecologia que, de alguma forma, esverdeou o empresariado (ZHOURI; KLEMENS, 2010, p. 14). A ideologia do desenvolvimento sustentável (FREITAS; DEL GAUDIO, 2015) não indicou mudanças profundas, pois se encaixa “[...] numa racionalidade produtiva que visa à abertura de novos mercados” (ZHOURI; KLEMENS, 2010, p. 14) como as tecnologias ambientalmente corretas aplicadas nos mais amplos segmentos e a crescente valorização, principalmente por parte dos cidadãos, da natureza

destinada ao lazer e contemplação representada como rara. Além do mais, a valorização da natureza e do espaço rural é acompanhada pela valorização das tradições culturais da população rural, mesmo que idealizadas.

2. Vetor sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte

As atividades de mineração na RMBH são desenvolvidas em sua porção mais ao sul, que se encontra no Quadrilátero Ferrífero-Aquífero, região do estado de Minas Gerais mais abundante em minérios e que foi a maior jazida de ferro até a descoberta da Província Mineral do Carajás na década de 1970. De acordo com Santos (2015, p. 147) a região “[...] vem sendo desde a descoberta de suas reservas, a primeira região concentradora de investimentos da indústria extrativa mineral no Brasil, em particular aqueles relacionados à exploração de ferro”.

Essa porção da RMBH apresenta características que lhes são singulares. Conquanto, a RMBH pode ser regionalizada através de vetores de expansão (Diniz; Gomes, 2015, p. 33). Brumadinho insere-se no vetor sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Além de Brumadinho, compõem o vetor sul, os municípios de Nova Lima, Raposos e Rio Acima.

O vetor sul de expansão da metrópole de Belo Horizonte se consolidou nos anos de 1990 marcado pela instalação de loteamentos fechados e empreendimentos imobiliários complexos com foco no município de Nova Lima, seguido da expansão para os outros municípios que o compõem (DINIZ; MENDONÇA, 2015, p. 37, 38) como Brumadinho. Esses empreendimentos imobiliários surgiram com vistas a atender aos interesses dos moradores de Belo Horizonte, de alta renda, desejosos em ter segundas residências destinadas aos lazers de final de semana ou outros momentos em que se encontrem fora do trabalho, como feriados e férias.

Deve-se somar à produção do espaço no vetor sul da RMBH a participação dos capitais do setor minerário que passaram a investir no ramo imobiliário através de loteamentos fechados (COSTA, 2006, p.101). De acordo com Laschefski (2006, p. 315) “[...] essas mineradoras descobriram um filão: o mercado imobiliário em áreas de grande beleza cênica, negócio lucrativo, que superou as expectativas econômicas da própria atividade de mineração”.

Contudo, deve-se levar em consideração que a partir dos anos de 1990 um elevado número de pessoas pertencentes às camadas mais pobres da sociedade passou a

migrar para os municípios do vetor sul da RMBH. Essas pessoas buscaram se instalar próximas às áreas dos condomínios residenciais a fim de trabalharem na construção civil e nos serviços domésticos (Mendonça; Perpétuo, 2006, p. 26).

2.1. Representações da natureza e do rural no vetor sul da RMBH

O vetor sul de expansão da metrópole vem sendo representado, principalmente pelos empreendedores imobiliários e aqueles ligados às atividades de turismo, como o lugar da natureza preservada e de um espaço rural prestes a desaparecer, além de se associar a expansão da população de alta renda da capital do estado de Minas Gerais. De acordo com Andrade; Mendonça; Diniz (2015, p. 24) “Conspiram favoravelmente para essa valorização imobiliária os atributos ambientais e paisagísticos da região”. Ou, como se observou, ressaltam as representações acerca de uma natureza preservada e de rara beleza com a qual convive um tradicional modo de vida, portador da ruralidade, já bastante raro.

O vetor sul da RMBH conta com várias unidades de conservação. Destaca-se a Área de Proteção Ambiental Sul – APA-sul² por ser a mais abrangente. Todavia, o vetor sul é uma região com usos da terra em conflito decorrente da presença de atividades de mineração, instalação de loteamentos fechados e abundante presença de recursos hídricos. Entretanto, nesse contexto, de aparente conflito de usos da terra, alguns interesses passaram a convergir, amenizando-os. As mineradoras e o capital imobiliário passaram a se apropriar dos mecanismos de preservação ambiental “[...] transformando-os em mercadoria e agregando valor à terra e ao produto” (COSTA, 2006, p. 120). Camargos (2004) afirma que as empresas de mineração identificaram que a valorização imobiliária/fundiária da região seria considerável e perceberam que após o descomissionamento das minas uma “segunda safra” de rendimentos poderia ser obtida com “[...] a implantação de loteamentos de alto luxo, o que era absorvido positivamente no processo de licenciamento ambiental dessas atividades” (CAMARGOS, 2004, p. 140).

Para Faria (2016, p. 25-26)

a (re)produção do espaço no Eixo Sul de Belo Horizonte explicita, portanto, algumas tendências ou táticas contemporâneas de reprodução do capital que articulam a capitalização de rendas fundiárias e a produção de novas mercadorias associadas aos discursos e representações acerca da natureza, nos quais comparece uma natureza

² Instituída pelo Decreto Estadual número 35.624, de 8 de junho de 1994.

romantizada e ao mesmo tempo racionalizada, que, contraditoriamente, tanto renuncia aos efeitos da urbanização quanto contribui para reforçá-los.

Nos anos de 1990, moradores dos loteamentos fechados do vetor sul da RMBH, mobilizados em torno das questões ambientais, atualizaram o discurso do movimento ecológico presente em Belo Horizonte nos anos de 1970 que ressaltava a “[...] importância iconográfica dos contornos das montanhas ao sul da capital – salvem nossas montanhas, era o lema do protesto belo-horizontino” (CAMARGOS, 2004, p. 137) com vistas a conseguirem implementar a Área de Proteção Ambiental – Sul (APA-Sul). Contudo, Camargos (2004, p. 137-138) afirma que, simultaneamente a essa mobilização dos moradores dos loteamentos fechados, os “povoados” da região passaram a ser representados como portadores de valor natural, exótico e tradicional. Ainda segundo Camargos (2004, p. 137), os antigos e novos moradores das classes mais pobres desconheciam qualquer iniciativa de implementação de uma unidade de conservação no local onde vivem. Todavia, “pode-se dizer que de sujeitos (excluídos ou auto-excluídos) esses moradores passavam a ser visualizados como ‘objeto de proteção’. Os habitantes também estavam sendo ‘naturalizados’” (CAMARGOS, 2004, p. 138). Os aspectos culturais das populações rurais da região, associados ao espaço produzido por elas ao longo do tempo, passaram a ser valorizados com o objetivo de serem comercializados como produtos para os turistas citadinos. Contudo, em grande parte dos casos o que se vê é a representação das populações rurais como portadoras de modos de vida em vias de extinção.

Conforme o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH (PDDI-RMBH) os espaços rurais da metrópole tendem a ser ocupados apenas por

[...] segundas residências de fim-de-semana de moradores da capital, e novas residências de migrantes recém-chegados e advindos de BH (como aposentados), dentre outras formas de urbanização extensiva e expulsão da ruralidade para áreas mais distantes (UFMG, 2011, p. 249).

Essa é a mesma tendência de transformação dos espaços rurais da RMBH identificada por Camargos (2004, p.136), quando já se imputava, nos anos de 1990, aos habitantes rurais do vetor sul da RMBH o peso de serem os últimos portadores da ruralidade em vias de extinção.

Sob a análise do PDDI-RMBH, os espaços rurais da RMBH estão prestes a

desaparecer e, por isso, urge valorizá-los e protege-los. Dentre as proposições do PDDI-RMBH, feitas com esse intuito, destacam-se as que se vinculam aos aspectos culturais das populações rurais. O Projeto de Fortalecimento da Ruralidade e dos Modos de Vida Tradicionais previsto pela Política Metropolitana Integrada de Gestão da Paisagem e Valorização da Diversidade Cultural “[...] foi concebido a partir da necessidade de reconhecer e fortalecer os modos de vida tradicionais e os aspectos da ruralidade ainda presentes na região metropolitana” (UFMG, 2011, p. 817). Ainda dentro da Política Metropolitana Integrada de Gestão da Paisagem e Valorização da Diversidade Cultural há o Projeto de Apoio às Expressões da Ruralidade na RMBH. As ações elencadas por esse projeto, para incentivar e amparar as comunidades que vivem no campo, giram em torno do associativismo, de aspectos ligados a produção e comercialização e do turismo de base comunitária (UFMG, 2011, p. 895-896).

O vetor sul da RMBH pode ser caracterizado, portanto, pela forte presença de empreendimentos imobiliários nos quais reside a população de alta renda de Belo Horizonte que migrou para os municípios que compõem esse vetor em decorrência de seus “atrativos naturais” interpretados como de “rara beleza” ou de “beleza cênica”. Diante disso, foram implantados loteamentos fechados e empreendimentos imobiliários complexos (como o Alphaville Lagoa dos Ingleses e o Vale dos Cristais - Anglo Gold South América e Odebrecht), além de sítios de recreio e segundas residências. Mas é fundamental ressaltar que é nesse vetor de expansão metropolitana que se concentram as atividades de mineração mais próximas à capital, pois é a porção norte do Quadrilátero Ferrífero-Aquífero.

3. Dependência das atividades de mineração

Segundo Euclides (2013), mesmo diante da existência de inúmeros conflitos decorrentes dos diversos usos do solo no Quadrilátero Ferrífero-Aquífero – ou seja, minerário, moradia e lazer, produção agropecuária ou turismo – os municípios optam pela manutenção e/ou ampliação das atividades minerárias em seus territórios, já que recolhem impostos como o ICMS “município minerador” e a CFEM. Ainda de acordo com Euclides (2013, p. 1087) “Considerando as alíquotas referentes ao ferro, o vulto da produção realizada no Quadrilátero Ferrífero-Aquífero e os preços internacionais do produto, pode-se conceber as grandezas dos valores da CFEM que os municípios ali situados recebem”. As empresas mineradoras que atuam no quadrilátero Ferrífero-

Aquífero tem grande poder de convencimento, pois se valem do argumento do desenvolvimento econômico e da geração de postos de trabalho e, ainda, “[...] tem a seu favor a CFEM, que pode multiplicar a arrecadação municipal, o que tende a angariar a simpatia dos governos locais” (EUCLYDES, 2013, p. 1090).

Contudo a CFEM e outros tributos não são suficientes para tornar as atividades de mineração capazes de contribuir, de fato, com o desenvolvimento dos municípios do Quadrilátero Ferrífero-Aquífero. Ainda mais se levar em consideração que o Brasil é um dos países mais liberais do mundo em Taxação Mineral (SANTOS, 2013, p.79). Ademais, Santos (2013) demonstrou que as atividades de mineração, voltadas para a exportação, apresentam menor carga tributária se comparadas com as que se destinam ao abastecimento do mercado interno.

De acordo com Santos (2013) e Milanez; Santos (2013) o Brasil optou por se reposicionar na Divisão Internacional do Trabalho ao ocupar, novamente, uma posição de fornecedor de matérias-primas no mercado mundial, ampliando os incentivos às atividades econômicas ligadas à produção de *commodities*, principalmente, agrícolas e minerais, “em detrimento de uma economia diversificada, complexa e funcionalmente integrada, centrada no dinamismo do setor secundário” (SANTOS, 2013, p.82). Portanto, a reprimarização da economia nacional é o aspecto basilar para se compreender a situação de dependência econômica do país e que tem a “[...] atividade extrativa mineral como o seu principal mecanismo” (SANTOS, 2013, p.83).

No contexto de reprimarização da economia nacional em detrimento de sua diversificação, Santos (2013, p. 86) afirma que “[...] a atividade extrativa mineral tende a simplificar e tornar dependentes as economias territoriais associadas as suas redes de produção” e, por isso, devem ser ampliadas as discussões sobre a forma como se dá a exploração mineral no país, incluindo a necessidade de repensar fundos sociais e a captura e transferência de rendas minerais aos atingidos pela mineração.

Conforme Gudynas (2009), o extrativismo, como modelo de desenvolvimento econômico, faz parte da história econômica e política dos países latino-americanos. E, mesmo diante dos impactos negativos que causou, e ainda causa, foi “reeditado” no Brasil a partir dos anos de 2003. O modelo de desenvolvimento extrativista, que se baseou, praticamente, apenas na exploração mineral e petrolífera, também foi o responsável por aprofundar um modelo de agricultura que se encontra sob o molde dos latifúndios do agronegócio.

O neo-extrativismo ou extrativismo progressista pode ser definido como um

estilo de desarrollo basado en la apropiación de la Naturaleza, que alimenta un entramado productivo escasamente diversificado y muy dependiente de una inserción internacional como proveedores de materias primas, y que si bien el Estado juega un papel más activo, y logra una mayor legitimación por medio de la redistribución de algunos de los excedentes generados por ese extractivismo, de todos modos se repiten los impactos sociales y ambientales negativos (GUDYNAS, 2009, p. 188).³

Segundo Milanez; Santos (2013, p. 126) o consenso diante do modelo neoextrativista está alicerçado em argumentos que procuram afirmar que a exploração dos recursos naturais, em países como o Brasil, não deve ser barrada, já que atende o “interesse nacional” e, com isso, os “inconvenientes pontuais” causados por sua exploração devem ser superados. Outro argumento bastante utilizado se fundamenta na ideia de que determinados países, como o Brasil, teriam sido beneficiados, em uma suposta competição global, por disporem em seus territórios riquezas naturais em abundância e, por isso, não poderiam deixar de explora-las, senão estariam incorrendo em desperdício, perdendo oportunidades de crescimento econômico.

Esse modelo de desenvolvimento econômico nacional, aplicado pelos países da América do Sul, esteve fortemente alicerçado nos altos preços das *commodities* ao longo da primeira década dos anos 2000 (GUDYNAS, 2009; MILANEZ; SANTOS, 2013). Todavia, o mercado de *commodities* é extremamente volátil, tendo em conta o elevado grau de instabilidade dos preços dos produtos primários (MILANEZ; SANTOS, 2013, p. 131). Doravante, o que ocorrerá, apenas mostrará o que está posto desde o início, ou seja, a enorme volatilidade de uma economia dependente da exploração de recursos naturais, como se construiu nos países da América Latina, através do extrativismo, seja ele em sua versão tradicional ou em sua versão progressista recente, ampliará as tensões econômicas e socioambientais já existentes.

³ Estilo de desenvolvimento baseado na apropriação da natureza, que alimenta uma estrutura produtiva escassamente diversificada e muito dependente da inserção internacional como fornecedores de matérias primas e, mesmo que o Estado apresente um papel mais ativo, e logre uma maior legitimização por meio da redistribuição de alguns dos excedentes gerados por esse extrativismo, de todo o modo, os impactos sociais e ambientais negativos se repetem (GUDYNAS, 2009, p. 188, tradução nossa)

4. APA-Sul RMBH: produção de ruralidades e da natureza diante das relações entre campo e cidade.

A APA-Sul RMBH incide sobre uma região que se situa nos municípios de Belo Horizonte, Brumadinho, Caeté, Ibirité, Itabirito, Nova Lima, Raposos, Rio Acima e Santa Bárbara. Em 2001, através da Lei estadual n.º 13.960, de 26 de julho de 2001 foram incluídas regiões pertencentes aos municípios de Barão de Cocais, Catas Altas, Mário Campos e Sarzedo.

Conforme analisaram Freitas (2004) e Camargos (2004), a mobilização dos moradores dos loteamentos fechados situados no vetor sul da RMBH, com fortes vínculos urbanos e compondo a classe média e alta da sociedade foi o fator fundamental para a institucionalização da APA-Sul RMBH. Os moradores desses loteamentos residenciais passaram a se preocupar com os efeitos negativos decorrentes das atividades das empresas de mineração e dos empreendedores imobiliários, “[...] acostumados a pôr e dispor sobre a produção do espaço” (FREITAS, 2006, p. 171). Ademais, esses moradores se mobilizaram para fazer valer a representação de natureza que os motivou a morar no vetor sul. As pessoas que se mudaram para os enclaves situados na região sul da RMBH tentam reduzir os desgastes da vida moderna valorizando a contemplação da natureza como uma estratégia para se obter maior qualidade de vida. Se isolam, com o objetivo de fugirem da violência e da poluição que “[...] discursivamente confinou-se nos centros e periferias distantes” (FREITAS, 2006, p. 170).

Camargos (2004, p. 136) destaca que no processo de criação da APA Sul RMBH, diferentes representações da natureza, às vezes contraditórias e conflituosas, foram mobilizadas a fim de fazer com que os interesses de determinados grupos se tornassem universais. Foram mobilizadas representações sobre a estagnação econômica que a instituição de uma APA traria para a região em decorrência de sua riqueza mineral, principalmente em ferro. Tal representação foi conduzida pelas prefeituras dos municípios que se localizam na área da APA e, também, pelas empresas mineradoras. Mas a relação entre as representações e seus mobilizadores não foi estática. A título de exemplo: viu-se que as mesmas mineradoras que representaram a preservação da natureza como obstáculo às suas atividades econômicas perceberam que poderiam encampar o discurso e a representação da natureza sob proteção, através da implementação da APA-Sul RMBH, ao preverem as áreas de menor ocorrência mineral ou antecipando-se ao descomissionamento de suas minas e, com isso, tornando-se empresas enquadradas no

hall das ambientalmente responsáveis, além de, obterem, o que se convencionou chamar por “segunda safra” através de empreendimentos imobiliários das áreas não destinadas à mineração, decorrentes do descomissionamento ou da baixa ocorrência de minérios.

Se mobilizaram, portanto, para o estabelecimento da APA Sul moradores dos condomínios fechados, ONGs, empresas mineradoras, prefeituras e outras instâncias do Estado. Mas, os trabalhadores mais pobres, os habitantes rurais e os moradores dos diversos povoados da região não participaram e até desconheciam o movimento de constituição da APA Sul (CAMARGOS, 2004, p. 137). Porém, essas pessoas já eram afetadas por transformações decorrentes desse processo, pois passaram a ser representados como portadores de uma ruralidade que deveria ser preservada creditando aos mesmos uma íntima relação com a natureza, a simplicidade do viver, a guarda das tradições do campo, dentre outras características que lhes foram imputadas a fim de construir uma representação de ruralidade que pudesse ser convertida em produto cultural para ser comercializado. Inclusive, não precedeu a criação da APA-Sul RMBH a conscientização ambiental de populações rurais, fato considerado usual nos processos de criação de unidades de conservação, pois, como já foi afirmado, ela resultou da pressão de moradores dos loteamentos residenciais mobilizados em torno da luta pela preservação dos elementos que foram utilizados para construir a representação de natureza que lhes atraíram quando decidiram se mudar para região.

Através dos conceitos de “campo”, “*doxa*” e “*habitus*”, desenvolvidos por Bourdieu, Laschefski; Costa (2008) identificaram que o estímulo ao turismo ecológico e ao turismo rural, como estratégia para o desenvolvimento local, foi feito pelos agentes (tanto a *ortodoxia* quanto a *heterodoxia*) que disputavam o poder e a hierarquia do campo da produção do espaço da APA-Sul RMBH, sem levar em consideração os interesses e desejos dos moradores mais antigos (do campo e da cidade) que, portanto, figuram como excluídos do jogo. Além do mais, as representações elaboradas no contexto de implementação da APA-Sul RMBH incidem sobre o espaço rural dessa região com o objetivo de torna-lo produto para ser consumido através do turismo rural ou ecológico. Como alternativas ao desenvolvimento local esses mesmos agentes (da *heterodoxia* e da *ortodoxia*) propõem alternativas para a geração de emprego e renda das populações rurais de Brumadinho com a oferta de empregos nas empresas mineradoras e nos loteamentos fechados e suas residências.

Contudo, os empregos que serão gerados pelas atividades ligadas ao turismo rural e ecológico, associados aos empregos que poderão ser gerados nos loteamentos

residenciais e nas empresas mineradoras, contribuem para amenizar conflitos e ampliar o consenso, pois tendem a afastar um grande número de pessoas das atividades de agropecuária e que poderiam, portanto, identificar com maior facilidade os impactos negativos sobre a natureza (por exemplo, sobre os recursos hídricos, como diminuição do volume das águas ou a perda de suas qualidades). Além disto, a produção de um espaço rural destinado às atividades turísticas não ressaltará os conflitos ambientais nem os impactos decorrentes da instalação dos loteamentos fechados e das empresas mineradoras, pois se destina ao descanso e ao lazer.

Considerações finais

É possível afirmar que Brumadinho se insere em um contexto socioespacial marcado por muitas contradições. O espaço rural deste município é marcado pelas atividades de mineração, todavia, atrai muitos moradores das cidades, principalmente de Belo Horizonte, que anseiam construir suas segundas residências, chácaras ou sítios de lazer. Inclusive, diversos cidadãos se mudaram definitivamente para um dos diversos loteamentos fechados estabelecidos no espaço rural de Brumadinho. Portanto, a proximidade da cidade de Belo Horizonte – representada como caótica, poluída, violenta, dentre outros atributos extremamente negativos – e a presença das atividades de mineração, com seu elevado grau de degradação ambiental, é utilizada para associar o espaço rural de Brumadinho à natureza, apesar desse espaço ter sido transformado pelas atividades de agricultura e pecuária desenvolvidas por muitas gerações. Lembrando que a história desse município é marcada pela agropecuária, já que desempenha a função de produtor de alimentos, desde o século XVII, quando expedições de bandeirantes chegaram à região.

Ademais, a presença de unidades de conservação contribui para a construção da imagem de um espaço rural associada à preservação e conservação da natureza. Destarte, é possível afirmar que a representação do espaço rural de Brumadinho como ambiente natural e, até certo ponto, considerado como ambiente intocado pelas atividades econômicas, se apoia em representações negativas da cidade e na intensa degradação causada pelas empresas mineradoras. Diante desse quadro é possível identificar que a valorização do espaço rural associado à natureza vincula-se aos interesses das atividades de turismo e dos empreendedores imobiliários colocados como capazes de gerar desenvolvimento local. Contudo, seria fundamental atentar-se para as demandas

provenientes dos camponeses procurando contribuir para ampliar a autonomia desses sujeitos.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, L.T.; MENDONÇA, J.G.; DINIZ, A.M.A. (Ed.) **Belo Horizonte: transformações na ordem urbana**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2015.

BARBOSA, Jorge Luiz. A mobilidade urbana no processo de metropolização: um ensaio crítico sobre as condições da produção social do espaço urbano no contemporâneo. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R.C. **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 171 - 186.

CAMARGOS, Regina. Nascimento da APA Sul-RMBH: o poder da polêmica. In: ACSELRAD, Henri. (Org.) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Henrique Böll, 2004. p. 131-146.

COELHO, Tádzio Peters. Mineração e dependência no quadrilátero Ferrífero-Aquífero. **Intratextos**, Rio de Janeiro, Número Especial 03, p.128-146, 2012.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. Expansão metropolitana e periferias. In: COSTA, Heloisa Soares de Moura. (Org.) **A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no eixo sul**. Belo Horizonte, Editora Com Arte, 2006. p. 13 – 18.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. Mercado imobiliário, Estado e natureza na produção do espaço metropolitano. In: COSTA, Heloisa Soares de Moura. (Org.) **A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no eixo sul**. Belo Horizonte, Editora Com Arte, 2006. p. 101 – 124.

DEL GAUDIO, Rogata Soares.; FREITAS, Eliano de Souza Martins. Crise ecológica, escassez hídrica e ideologias: uma análise crítica da Carta de 2070. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v.27, n. 3, p. 439-452, set.-dez. 2015.

DINIZ, A.M.A.; ANDRADE, L.T. Metropolização e hierarquização das relações entre os municípios da RMBH. In: ANDRADE, L.T.; MENDONÇA, J.G.; DINIZ, A.M.A. (Ed.) **Belo Horizonte: transformações na ordem urbana**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2015. p. 120 – 144.

EUCLYDES, Ana Carolina Pinheiro. Contradições da política ambiental por meio de incentivos financeiros: os casos do ICMS ecológico e da CFEM nos municípios do Quadrilátero Ferrífero-Aquífero (Minas Gerais, Brasil). **Revista Árvore**, Viçosa, v.37, n. 6, nov.-dez., p.1083-1092, 2013.

EUCLYDES, Ana Carolina Pinheiro. **Proteção da natureza e produção da natureza: política, ideologias e diversidade na criação de unidades de conservação na periferia sul**

da metrópole belo-horizontina. 2012. 238 f. Dissertação (Mestrado em Geografia em Organização do Espaço) – IGC, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

FARIA, Laura Amaral. **A produção do espaço no eixo sul da metrópole de Belo Horizonte**: o Instituto Inhotim (Brumadinho-MG) e o fetichismo da natureza. 2016. 118 f. Dissertação (Mestrado em Geografia em Organização do Espaço) – IGC, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

FERREIRA, A. et al. Introdução... ou as primeiras aproximações. In: FERREIRA, Álvaro. et al. **Metropolização do espaço**: gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. p. 9 - 13.

FERREIRA, Álvaro. Metropolização do espaço, cotidiano e ação: uma contribuição teórico-metodológica. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R.C. **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 69 - 84 .

FREITAS, Eliano de Souza Martins. **A reprodução social da metrópole em Belo Horizonte**: APA Sul RMBH, mapeando novas raridades, 2004. 275 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004

FREITAS, Eliano de Souza Martins. O movimento ecológico e a (re)produção social da metrópole ao sul de Belo Horizonte. In: COSTA, Heloisa Soares de Moura. (Org.) **A expansão metropolitana em Belo Horizonte**: dinâmica e especificidades no eixo sul. Belo Horizonte, Editora Com Arte, 2006. p.163 – 194.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. In: CAAP; CLAES. Extractivismo, política y sociedad. Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latino Americano de Ecología Social, p.187-225, 2009.

LASCHEFSKI, Klemens Augustinus. A sustentabilidade geográfica de condomínios na Zona Metropolitana de Belo Horizonte. In: COSTA, Heloisa Soares de Moura. (Org.) **A expansão metropolitana em Belo Horizonte**: dinâmica e especificidades no eixo sul. Belo Horizonte, Editora Com Arte, 2006. p. 313 – 338.

LASCHEFSKI, Klemens.; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Segregação social como externalização de conflitos ambientais: a elitização do meio ambiente na APA-Sul, Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Ambiente e Sociedade** (Campinas), v. 11, p. 307-322, jul-dez. 2008.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução e prefácio: Sérgio Manuel Merêncio Martins. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

LEFEBVRE, Henri. The production of space. Blackwell Publishing. 1991.

LENCIONI, Sandra. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In: FERREIRA, Álvaro. et al. **Metropolização do espaço**: gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. p. 9 - 13.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 10, p. 119-148, 2013.

Moradores pedem que Samarco fique em Mariana mesmo após desastre. *GI Minas Gerais*. 21 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2015/11/moradores-pedem-que-samarco-fique-em-mariana-mesmo-apos-desastre.html>> . Acesso em 19 de agosto de 2016.

Protesto em apoio à Samarco é feito em frente à Prefeitura de Mariana. *GI Minas Gerais*. 18 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/protesto-em-apoio-samarco-e-feito-em-frente-prefeitura-de-mariana.html>>. Acesso em 19 de agosto de 2016.

RIBEIRO, Flávio. Prefeito de Mariana fala em procurar outra mineradora, caso Samarco encerre atividades. *Vértices*. 5 de junho de 2016. Disponível em: <<http://verticesinconfidentes.com.br/prefeito-de-mariana-fala-em-procurar-outra-mineradora-caso-samarco-encerre-atividades/2292>> . Acesso em 19 de agosto de 2016.

SANTOS, Rodrigo Salles Pereira. Da estratégia corporativa à ação economicamente relevante: a CSN e a contestação social na mineração de ferro. **REPOCS**, v.12, n.24, p. 143 – 166, jul.- dez. 2015.

SANTOS, Rodrigo Salles Pereira. Mineração no Brasil: por um debate amplo sobre a captura das rendas minerais. **Revista Não Vale**, Açailândia, v. 2, p. 75 - 89, 01 abr. 2013.

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte** – PDDI – RMBH. Produto 6 – Relatório final – Definição das Propostas de Políticas Setoriais, Projetos e Investimentos Prioritários (em seis volumes). Belo Horizonte: UFMG, 2011.

ZHOURI, Andréa.; BOLADOS, Paola.; CASTRO, Edna. Introdução. In: _____ (Org.). **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Annablume, 2016. p. 9-19.

ZHOURI, Andréa.; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: _____ (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 11-31.

ZHOURI, Andréa.; VALENCIO, Norma. Apresentação. In: _____ (Org.). **Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 9-20.

Aprendizados sobre sementes crioulas na caatinga cearense: um estudo sobre natureza, agricultura e práticas

Helena Rodrigues Lopes¹

Resumo

O presente texto possui como objeto as muitas formas pelas quais a natureza emerge. Seguindo as sementes, a tentativa envolve trazer a natureza para o debate, com vistas a criar espaços para uma epistemologia ecológica que permita perceber o *estar vivo* e a continuidade entre natureza e sociedade (INGOLD, 2015). As discussões do artigo atravessam, sobretudo, dois mundos - o das sementes crioulas da agricultura familiar e o das sementes da ciência, trazendo para a reflexão a produção de sementes em laboratórios e as relações de mercantilização. A proposta analítica foi iluminada por meio de uma pesquisa de campo realizada na caatinga cearense, microrregião de Sobral, a qual buscou captar as práticas, ditos e feitos (SCHATZKI, 2011), organizadas pelos(as) agricultores(as) no que se refere às sementes crioulas.

Palavras-chaves: sementes, natureza, práticas

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ. Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ. Correio eletrônico: helenaco.agro@gmail.com

1 - APRESENTAÇÃO

O texto aqui apresentado é parte do processo de escrita de uma tese de doutorado, desta forma não se pretende discutir de forma exaustiva as problemáticas. A proposta, ao contrário, é suscitar questões sobre a emergência de naturezas, iluminadas por um estudo empírico. O esforço envolve compreender como as sementes crioulas organizadas pelos(as) agricultores(as) através de práticas, não apenas as agrícolas, mas as de reprodução da vida social, mobilizam naturezas. O objetivo principal assim é capturar a emergência de naturezas a partir das práticas, tratando de pensar a própria natureza da sementes, e também de outros entes associadas como água, terra, pessoas. A adoção analítica de "emergência de naturezas" remete aos estudos de Tim Ingold sobre epistemologia ecológica, no âmbito de abarcar discussões que tratem com centralidade a continuidade entre mundos naturais e sociais.

A pesquisa de campo foi realizada na microrregião de Sobral, no estado do Ceará, o encontro com agricultores(as) familiares e sementes crioulas abriu espaços para uma série de reflexões, tendo como referência não apenas o *lócus* da pesquisa, mas a cena pública e histórica nas quais as sementes emergem como problemas, tomando como eixos orientadores principais as relações com a ciência e com o mercado. Como apresentado, além das orientações por estes dois eixos, o presente texto abarcará reflexões sobre as práticas associadas às sementes crioulas que co-organizam agricultores(as) familiares e atores não humanos². Os(as) agricultores(as) que contribuíram para esta pesquisa participam da Rede de Intercâmbio de Sementes (RIS), formada em 2003 e que objetiva adensar os fluxos entre os atores, possibilitando intercâmbios de conhecimentos, práticas e claro, de sementes.

A partir da ideia de tradução, de Callon (2008), seguirei as sementes, que, embora pequenas, ligam pontos e produzem diversas circulações em uma rede complexa. Na microrregião de Sobral, historicamente, as sementes designadas como crioulas, caracterizadas como "da gente", "de gerações", "naturais", "dos nossos pais e avós", "adaptadas", "da vida", tem sido mobilizadas pelos(as) agricultores(as) como estratégia de produção e reprodução social. Sementes que, ao ganharem designações tão humanas - "da gente", me fazem pensar, como coloca Descola (2016) em referência ao povo indígena Achuar, até onde a expressão "seres da natureza" faz sentido? Na

²Utilizarei este termo para me referir a entes da natureza, na tentativa de escapar, pelo o menos em alguns momentos, de uma narrativa totalizante como "a natureza".

lógica do autor o desafio parece centrado em pensar as maneiras de viver a condição humana, imaginando relações diferentes entre humanos e não humanos.

As sementes serão a porta de entrada para captar as práticas agenciadas pelos(as) agricultores(as) e instigar discussões sobre ciência e mercado envolvidos na fabricação de sementes de laboratório. A tentativa é de trazer humanos e não humanos para o mesmo plano de análise "em vez de utilizar a natureza como o fundo da tela sobre a qual se destacariam outros fenômenos - por exemplo, as culturas -, nós vamos observar *de quantas maneiras diferentes* pode ser *composto* o multiverso (...)" (LATOUR, 2016: 185).

2- RELAÇÕES ENTRE NATUREZAS E SOCIEDADES

2.1- Reflexões sobre naturezas e sociedades: experimentando teorias

Apesar deste trabalho narrar um pouco da história dos(as) agricultores(as) familiares da região de Sobral no Ceará, inicio a reflexão com uma janela no centro do Rio de Janeiro/RJ. A janela da minha casa. À sua frente há uma grande figueira, que aqui do quarto andar, a copa já vai bem acima. A árvore da minha vista me faz lembrar os cajueiros do Ceará, que são também enormes, e, durante a época da seca neste estado, verão, são compreendidos pelos(as) agricultores(as) como uma fonte de renda fundamental. A árvore da minha janela e os cajueiros me encantam porque não são nem natureza e nem sociedade, embora sejam ambos, seriam, entre muitas designações possíveis, árvores-cidade e árvores-fonte de renda.

A grande divisão entre natureza e sociedade consolidou-se, de acordo com Descola (2010), a partir da decolagem das ciências e das técnicas no século XVII na Europa. A natureza passa a ser concebida como um todo, cujas peças podem ser ajustadas e controladas uma a uma, nas palavras do autor:

Esse movimento, além de tardio na história da humanidade, só se produziu uma única vez. Para retomar uma fórmula muito conhecida de Descartes (...) o homem se fez então "mestre e senhor a natureza". Resultou daí um extraordinário desenvolvimento das ciências e das técnicas, mas também a exploração desenfreada de uma natureza composta, a partir de então, de objetos sem ligação com os humanos: plantas, animais, terras, água e rochas convertidos em meros recursos que podemos usar e dos quais podemos tirar proveito. (DESCOLA, 2016: 23)

"O penso, logo existo" de Descartes, por sua vez, condiciona a existência ao pensamento, um reposicionamento daqueles que podem conhecer em contraposição ao que é conhecido. Ingold (2012) tensiona as prerrogativas cartesianas à medida que

propõe uma epistemologia ecológica baseada na vida, em estar vivo. O autor discute que a superação da assimetria entre sujeitos e objetos necessita de um deslocamento da visão centrada no humano. Nesta ótica, o autor propõe discussões sobre as diferenças entre objetos e coisas como possibilidade de trazer as coisas de volta à vida. Os objetos são compreendidos como superfícies congeladas e externas que se apresentam a nós encerrados enquanto mundos confinados; as coisas, numa prerrogativa ontológica simétrica, estão abertas, suas superfícies transbordam, pois estão sempre acontecendo (INGOLD, 2012). As coisas se tornam objetos quando são extraídas dos processos, quando, ao invés de costuradas no tecido do mundo, são posicionadas *no* mundo ou contra o mundo.

Embora Tim Ingold e Bruno Latour possuam distintas teorias sobre a composição de mundos; linhas e teoria do ator-rede, respectivamente, ambos autores debruçam-se sobre concepções analíticas simétricas entre natureza e sociedade. Em Ingold (2015) a tomada de posição sobre a vida das coisas propõe um convite para o acontecer, o *ser* humano é uma realização produtiva, na qual o fazer é inseparável das coisas que são produzidas e estão invariavelmente também produzindo os seres humanos. Situado sob uma perspectiva crítica do mundo encerrado dos objetos Ingold discute o reposicionamento do sujeito humano no âmbito de viver e sentir o transbordamento que está ininterruptamente emanando das coisas:

Ser senciante, ao contrário, é abrir-se a um mundo, render-se ao seu abraço, e ressoar em seu interior a sua iluminações e reverberações. Banhado na luz, submerso no som e arrebatado em sentimento, o corpo senciante, ao mesmo tempo produtor e percebido, traça os caminhos do devir do mundo no curso mesmo da contribuição para sua contínua renovação (INGOLD, 2017: 38)

Em Latour (2016) as formulações teóricas também abarcam contraposições ao pensamento cartesiano, especialmente sobre a *res cogitans* e a *res extensas*. A primeira representa o mundo do pensamento, das ideias e, a segunda, por sua vez, refere-se ao mundo da matéria, todavia enquanto uma extensão das ideias. Latour (2016) compreende que há aí uma operação complexa; na mesma chave de oposição entre matéria e ideia, existe uma ligação, a qual flui do pensamento, que é livre, para o mundo material, que está inscrito, delimitado pelo enfoque racional. A condição organizada por tal divisão é a necessidade de escolher entre dois lados (LATOUR, 2016).

Na recusa do conhecimento produzido de forma individual, *Cogito*, o livro de Latour (2016) é intitulado *Cogitamus*, objetivando trazer para as discussões as associações estabelecidas entre atores humanos e atores não humanos. Assim, na

perspectiva do autor, trata-se de seres híbridos permanentemente atravessados pelo mundo da natureza e pelo mundo social "a continuidade de um curso de ação raramente consiste de conexões entre humanos (para quais, de resto, as habilidades sociais básicas seriam suficientes) ou entre objetos, mas, com muito maior probabilidade, ziguezagueia entre umas e outras" (LATOUR, 2012: 113).

Não se trata neste artigo de assumir uma posição teórica de Ingold ou de Latour, mas de mobilizar a partir destas duas reflexões uma lente analítica relacional entre humanos e não humanos, um reposicionamento epistêmico das formas de conhecer e conceber mundos. Em seus estudos, Carvalho (2014) apresenta uma reflexão sobre a perspectiva das pedras. Para a autora, é evidente a impossibilidade de dizer qual é a perspectiva das pedras pois seria admitir uma posição biocêntrica de definição de *status* de sujeito humano às pedras. Assim o que a autora propõe enquanto perspectiva das pedras é deixar-se afetar por elas, é *perceber* o mundo no qual vivemos, mesmo que essa vida seja constantemente silenciada pela visão humano-centrada. Nesta ótica, é importante frisar que o desafio que se coloca nos estudos sobre natureza e sociedade, não é o de incorporar a natureza à sociedade, mas de repensar quais são os lugares que os seres humanos tem ocupado que permitiram e ainda permitem que a natureza esteja separada.

2.2 - Sementes: saber, ciência e mercantilização

A perspectiva das pedras possibilita questionamentos sobre ordens que são tidas como evidentes. No livro "Sementes do povo: lutas para proteção e reprodução da vida"³, de 2016, produzido e assinado como Vários Autores, as discussões abarcam as heterogeneidades das formas de vida em contraposição à vida homogeneizada produzida pela sociedade moderna. Para os autores a sociedade moderna caracteriza-se por três mitos: a conquista da natureza, a separação entre o natural e o cultural; a supremacia da ciência e; a industrialização dos sistemas de produção. No item anterior busquei abarcar algumas ideias iniciais sobre a dualidade entre natureza e mundo social, me aterei aqui aos outros dois mitos, que estão invariavelmente associados ao primeiro.

³ Tradução minha, o título original em espanhol: "SEMILLAS DEL PUEBLO Luchas y resistencias para el resguardo y reproducción de la vida".

Enquanto reflexão introdutória sobre o desenvolvimento das técnicas e da ciência na Europa a partir do século XVII apresentarei a análise de Latour (2016) sobre o astrônomo Galileu e a identificação das crateras lunares. Galileu por meio da confecção de lentes identificou que as partes escuras da lua eram sombras, assim como as montanhas sombreiam as planícies. Nos diários do cientista está grafado o desenho, reconhecida descoberta astronômica, porém logo abaixo, estão cálculos de um esboço de horóscopo também construído por Galileu. O astrônomo também se transladava em astrólogo. Como discute Latour (2016), a maior parte dos tratados científicos desde o século XIX tem apresentado o desenho apenas com a parte de cima, fomentando uma ciência que é pura, imune às influências "místicas" ou "subjetivas".

A preeminência do pensamento e a demarcação da objetividade científica permitiram inventar a natureza como um campo de experimentos e cientificamente formulada, todavia isso "só foi possível quando a natureza passou a ser algo exterior aos humanos na Europa do final da Renascença" (DESCOLA, 2016: 41). Em meio às técnicas a natureza científica emergiria como causa da realidade, à ciência caberia retirar o véu místico e explicar como a natureza é. Todavia, para Latour e Wolgar (1997) há aí uma antítese; na verdade, a natureza construída pela ciência é muito mais uma consequência, um objeto de realidade virtual organizado por redes de humanos, não humanos, métodos, artefatos.

É nesta lógica que se assenta a problemática das sementes neste trabalho. Numa concepção foucaultiana cabe aqui pensar quando e, sobretudo, como, o problema das sementes se torna um problema. Como estratégia de reflexão irei me ater ao contexto brasileiro e as conexões internacionais envoltas às sementes transgênicas⁴, fazendo também uma retrospectiva histórica ao momento conhecido como internacionalização da agricultura e de propagação das sementes híbridas⁵.

No Brasil, em 1998, foi aprovado pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), órgão vinculado ao Ministério da Ciência e da Tecnologia, o plantio e uso comercial da soja transgênica *Roundup Ready (RR)*, da Monsanto⁶.

⁴ Definição da Embrapa: Transgênico é sinônimo para a expressão "Organismo Geneticamente Modificado" (OGM). É um organismo que recebeu um gene de outro organismo doador. Essa alteração no seu Ácido Desoxirribonucléico (DNA) permite que mostre uma característica que não tinha antes. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-transgenicos> Acesso: 12/06/2018

⁵ Sementes melhoradas pelo cruzamento de raças visando características pré-definidas, podem ser armazenadas e cultivadas em safra posterior, porém perdem o "vigor híbrido" uma vez que as características das sementes não são completamente repassadas (MAGNAVACA e PARENTONI, 1990).

⁶ Empresa fundada em 1901 para fabricar sacarina⁶; após a Segunda Guerra passa a investir e fabricar agroquímicos. Um dos produtos mais conhecidos da empresa é o herbicida Roundup⁶. Os estudos sobre

Entretanto a liberação foi suspensa judicialmente no ano 2000, em ação mobilizada pela frente contrária, formada pelo Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) e pelo Greenpeace. Nesta disputa judicial a União se juntou à Monsanto para recorrer contra a decisão do Tribunal Regional Federal, como explica Fernandes (2005). Embora, como destaca o autor, nenhum organismo geneticamente modificado fosse proibido no Brasil, no final do anos 90 a transgenia emerge como problema na cena pública.

Apesar da luta contrária à liberação dos transgênicos, mobilizada por uma série de atores como Organizações Não Governamentais (ONGs), movimentos sociais, instituições estatais e da sociedade civil, o uso e produção de transgênicos no Brasil foi liberado em 2005, por meio da Lei nº 11.105 de Março de 2005⁷ (FERNANDES, 2005). A partir desta institucionalização, poderia seguir para uma série de discussões, porém vou me deter especificamente em duas - o estabelecimento da propriedade privada sobre as sementes e o reajuste da natureza.

A palavra "sementes" só aparece na Lei nº 11.105/2005 duas vezes. Uma vez é para dizer que está liberado o plantio de soja geneticamente modificada tolerante ao glifosato⁸ e outra para dizer que é proibida a comercialização da produção na qualidade de sementes. Como explica a Cartilha⁹ da Organização de Direitos Humanos Terra de Direitos, a proibição da comercialização das sementes, assim como do armazenamento para produção na safra posterior, deve-se ao patenteamento das sementes transgênicas, ou em outras palavras, à exclusividade do inventor de explorar sua invenção. Essa conformação passou então a implicar a necessidade de pagamento de *royalties* pelos(as) agricultores(as) a cada safra¹⁰. A lei que versa sobre patentes no Brasil é a 9.279/1997, produzida sobre grandes pressões dos Estados Unidos e de empresas estrangeiras. No âmbito dos transgênicos identifica-se assim uma convergência entre natureza inventada em laboratório, cerceamentos e mercantilização. Dardot e Laval (2017) tratam do patenteamento sobre a lógica do "cercamento do domínio intelectual" (p.123). De

transgênicos iniciaram em 1982 e em 1996 a primeira semente geneticamente modificada foi comercializada nos Estados Unidos. Disponível em: <http://www.monsantoglobal.com/global/br/quem-somos/Pages/historia.aspx> Acesso: 14/05/2018

⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111105.htm Acesso: 12/06/2018

⁸ É o princípio ativo do agrotóxico Roundup.

⁹ Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/cartilha_transgenicos_terradedireitos_bollbrasil.pdf Acesso: 13/06/2018

¹⁰ A primeira geração de soja transgênica, Roundup Ready, tinha um custo de R\$ 22 por hectare; a Intacta, segunda geração, tem o valor de R\$ 115. Disponível em: goo.gl/nQ5DXa Acesso: 13/06/2018

acordo com os autores há uma guerra instituída pelos países desenvolvidos para envolver os diferentes campos da vida, por meio de patentes exclusivas:

O Nafta, em 1992, e depois o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (ADPIC ou Trips, na sigla em inglês), em 1994, quando foi criada a OMC [Organização Mundial do Comércio], são dois momentos decisivos, seguidos por uma longa série de acordos bilaterais que vão na mesma direção. Esses acordos são dirigidos contra as tendências "desenvolvimentistas" dos antigos países colonizados que, nos anos 1960 e 1970, fizeram a legislação evoluir a seu favor, com intuito de acelerar as transferências de tecnologia e os avanços no campo da saúde pública. Derrubando o movimento a partir dos anos 1980, os países mais poderosos se dotaram de meios de pressão e instrumentos de sanção para impor regras que lhes garantissem a remuneração de suas rendas tecnológicas e de suas marcas de prestígio. (DARDOT e LAVAL, 2017: 123).

Em uma cronologia mais precisa, o que se conforma no Brasil anteriormente às sementes geneticamente modificadas é o modelo tecnológico de produção agrícola mecânico-químico-genético, difundido por meio da Revolução Verde no período Pós Segunda Guerra (ALBERGONI E PELAEZ, 2007). Dois movimentos complementares são fundamentais para o estabelecimento da Revolução Verde e assim da internacionalização das formas de fazer agricultura. O primeiro é a fusão entre agricultura e indústria, e o segundo é a relação entre Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para a agricultura (ALBERGONI E PELAEZ, 2007; PATEL, 2013).

Tendo como foco as sementes é possível identificar alguns movimentos no âmbito da ciência e da agronomia. As primeiras interferências da ciência sobre as sementes conduzem aos estudos de Norman Borlaug sobre melhoramento e produção de sementes híbridas, desenvolvidas no Mexican Agricultural Program (MAP) ainda na década de 1940. Estas sementes melhoradas foram propagadas na sequência para diversos países por fundações norte-americanas (principalmente a Fundação Rockefeller e a Fundação Ford em parceria com o governo dos Estados Unidos), através da criação de centros e programas internacionais de pesquisa (PATEL, 2013).

Historicamente, o melhoramento de variedades¹¹ é feito pelas populações camponesas tradicionais que selecionam a cada safra sementes que serão replantadas e grãos que serão utilizados para a alimentação. Quando inicia o período do plantio os(as) agricultores(as) semeiam as sementes e também fazem campos de experimentações misturando, por exemplo, com explica um agricultor familiar da região de Sobral "o milho sabugo fino com o milho agulha e aí produz uma variedade que é boa para

¹¹ Diferentemente dos híbridos, as sementes melhoradas podem ser armazenadas e reproduzidas sem perderem as características genéticas das sementes "mães" (MAGNAVACA e PARENTONI, 1990).

algumas coisas e não para outras, tem que ir experimentando". Escutando este agricultor o indaguei sobre o tempo, no sentido de tentar compreender a temporalidade deste ciclo de produção, experimentação e colheita. Uma pergunta curiosa de pesquisadora foi tomada como surpresa pelo agricultor, como se não fizesse sentido, a resposta para ele que era tão óbvia - "desde sempre".

No mundo das sementes campesinas o primeiro choque se deu com a propagação das sementes híbridas pela Revolução Verde. Segundo Toledo e Barrera-Bassols (2008) houve uma erosão genética por meio da disseminação destas sementes. Pantaleão e Freitas Sobrinho (2007) discutem como o estado de Goiás, uma das áreas prioritárias de desenvolvimento do agronegócio¹², passou por processos de desintegração da biodiversidade devido à introdução de variedades de milho híbridas nos anos 1980. Chama atenção a colocação dos autores sobre a fragilização produzida tanto no âmbito dos sistemas alimentares, quanto das formas de fazer agricultura. As sementes híbridas rearranjaram as relações entre natureza e sociedade forçando as famílias a adquirirem insumos que garantissem a produção, como adubos químicos e agrotóxicos, provocando desintegrações nas práticas históricas.

Apesar das especificidades entre sementes híbridas e transgênicas serem fundamentais, o esforço do texto assenta-se em trazer para o plano analítico a emergência de uma natureza cada vez mais separada dos atores humanos, à medida que o padrão agrícola difundido pela Revolução Verde segue em continuidade (PATEL, 2013). As sementes produzidas em laboratórios e as articulações voltadas para o mercado fazem emergir naturezas-objetos, estanques em suas superfícies e passíveis de sofrerem intervenções e serem conhecidas, "se considerarmos que o meio ambiente, a atmosfera, as plantas e as rochas são exteriores a nós, isso tudo se torna um terreno de investigação, pesquisa" (DESCOLA, 2016: 40). Nesta lógica, para Latour (2016), acontece com a natureza o mesmo que com a *res extensa* - torna-se uma política de extensão e expansão. No esquema da grande divisão poderíamos afirmar que há uma mercantilização da natureza, quando, por exemplo, 95% do mercado de sementes, incluindo as transgênicas, é dominado por três empresas a Monsanto, a DuPont e a Novartis (LONDRES, 2017); todavia, sob a ótica relacional, as impossibilidades de separar natureza e sociedade, "uma vez que o corpo vivo está primordialmente e irrevogavelmente costurado no tecido do mundo, nossa percepção do mundo não é nem

¹² De acordo Pantaleão e Freitas Sobrinho (2007) a maior parte das áreas camponesas no estado está cercada por latifúndios de cana, soja, algodão ou eucalipto.

mais nem menos do que a percepção do mundo de si mesmo - em e através de nós" (INGOLD, 2015: 38) nos remetem a uma mercantilização do mundo com um todo, dos *multiversos*, do *estar vivo*.

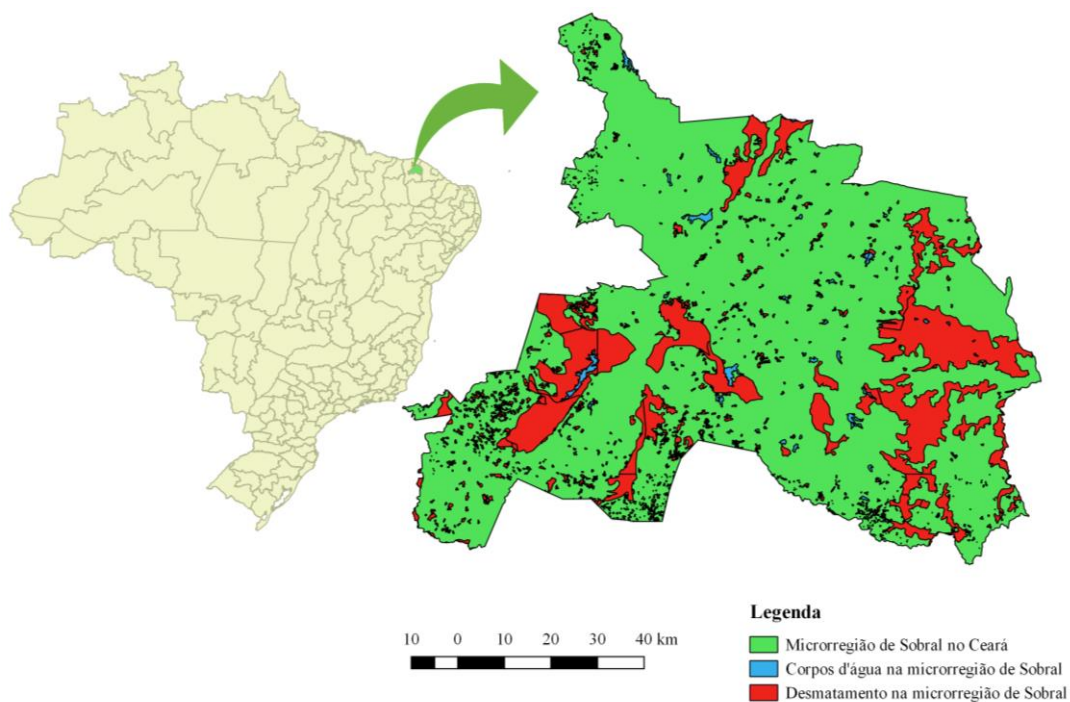
3- RELAÇÕES SOCIAIS E ECOLÓGICAS NA CAATINGA

3.1- Paisagem e formas de viver: relato etnográfico

Durante a escrita do texto e das reflexões propostas busquei, no sentido bourdiano, uma vigilância epistemológica com intuito de não transformar em pólos, quase como profano e sagrado, a ciência e o mercado de um lado e a agricultura familiar de outro. A ideia não é romantizar a agricultura familiar como "mais natural", mas compreender quais são as especificidades da natureza que emana a partir da relação com estes atores. A proposta vai de encontro ao que Guimarães Rosa¹³ propõe como real - a travessia, por isso a centralidade analítica aqui se volta às práticas, ditos e feitos (Schatzki, 2015), organizadas cotidianamente pelos atores. A proposta é captar como discute Ingold (2015) que humanos e não humanos imprimem transformações de si mesmos e do mundo à medida que "crescendo no mundo, o mundo cresce neles" (p.30).

A pesquisa de campo foi realizada mais precisamente na microrregião de Sobral na caatinga cearense, abaixo o mapa com a localização.

Mapa 01: Localização da microrregião de Sobral no Ceará



¹³ Em referência ao livro Grande Sertão: Veredas, escrito por João Guimarães Rosa em 1956.

Quando fui à região de Sobral, outubro de 2017, era verão, época de estiagem na caatinga, assim a descrição analítica estará focada na emergência de naturezas durante esta estação. Durante este período a paisagem é marcada pela cor cinza, o sol forte e a escassez de água. A mandioca, embora em menor produtividade do que no inverno, é uma das culturas que alimenta os(as) agricultores(as) neste período. Os pequenos açudes estão secos e é possível ver a terra rachada pelo sol. Durante a seca os agroecossistemas precisam demonstrar máxima resiliência, a água armazenada pela cisterna é utilizada minuciosamente para que as plantas consigam sobreviver até as próximas chuvas, este cuidado é narrado pelos(as) agricultores(as) "estou colocando uma água todo dia nesse pézinho para ele aguentar esperar a chuva e crescer mais". Assim como com as plantas, o verão também impõe um cuidado especial com os animais, "as criações" - bodes, galinhas e porcos -, que são alimentos para as famílias e também podem ser vendidos e trocados. Nesta ótica, as cisternas compõem a paisagem ecológica de forma fundamental ao representarem a possibilidade de sobrevivência das plantas, das criações e dos(as) agricultores(as).

O caju é um fruto que enche os olhos durante a estiagem. Ao olhar para a paisagem seca do verão é possível avistar manchas verdes formadas pelos cajueiros. Há os cajueiros antigos, que são árvores altas e com troncos grossos, tão comum é ver balanços amarrados a estes e crianças em sua copa; estas árvores são oriundas de plantações remotas, difíceis de serem datadas, são frutos de "uma terra que pertencia a outros donos". Há ainda os cajueiros precoces, que são aqueles mais jovens, que, embora pequenos, já produzem cajus.

Os cajueiros representam possibilidades de renda e de alimento durante a seca, para alguns: "se não tem caju, não tem renda na seca". Enquanto estratégia de renda, o principal produto é a castanha de caju crua, que custa cerca de \$1,70/Kg, é comum encontrar nas casas dos(as) agricultores(as) sacos de 50Kg cheios de castanhas de caju que serão buscadas por atravessadores. Enquanto alimento, o caju é comido cru e também nas mais diversas formas: doce, compota, pasta, suco, cajuína, carne, rapadura, mel, sementes torradas. É ainda a principal fonte de alimentos para as criações durante a seca.

Além da fonte de renda oriunda do caju e das criações, também os carnaubais, típicos da paisagem de verão, conferem uma renda sazonal aos(as) agricultores(as). Estas plantações pertencem a terceiros ou aos "patrões", nas quais os(as) agricultores(as) trabalham por diárias cortando as folhas, que serão vendidas para a

extração de cera. A carnaúba está presente na bandeira do Ceará e é tida como um dos símbolos de resistência à seca. Além de trabalharem nos carnaubais, os(as) agricultores(as) também utilizam as folhas de carnaúba para tecerem chapéus, que os(as) protegem do sol, e para peças de artesanatos, atividades quase que exclusivamente praticada por mulheres.

No que se refere ao uso da terra os(as) agricultores(as) narram que 99% deles(as) não possuem terra própria, vivendo por meio de arrendamentos em "terras dos patrões". Essa condição de "terras de patrões" historicamente intensifica a luta pela terra, levando à criação de assentamentos e acampamentos na região. Os(as) agricultores(as) se percebem morando durante anos, "várias gerações", em terras em que constroem suas vidas, mas que não lhes pertencem, observando, entretanto, a concentração de terras na região.

A dificuldade de acesso à terra traz os desafios de uso da água. Os(as) agricultores(as) narraram que há "patrões" que não aceitam que sejam instaladas cisternas nas casas, "eles têm medo de que se colocar cisterna na nossa casa, aquela terra fica para gente". Além disso, é bastante presente na fala dos(as) agricultores(as) "a cerca na água", "eles [proprietários] cercam os açudes e os rios e aí água é só para beber e cozinhar, não dá para molhar uma planta". Para os(as) agricultores(as) que vivem em suas terras próprias e para àqueles(as) que conseguiram instalar, mesmo em terra de "patrões", as cisternas representam acesso e "mudança de vida", à medida que permitem a produção e a reprodução social da família.

3.2 - Mundos em continuidade: sementes e agricultores(as) familiares

A descrição da paisagem social e ecológica anterior objetiva situar um dos mundos nos quais circulam as sementes. Tratarei de forma mais específica nesta seção sobre as sementes chamadas crioulas. No âmbito da Rede de Intercâmbio de Sementes (RIS) essa é uma nomenclatura usual, que todavia possui várias traduções. Como me explicaram os(as) agricultores(as), as sementes não representam apenas um bem que anualmente é plantado, colhido, comido e armazenado, é parte de uma referência histórica do que é *ser, tornar-se* agricultor(a). De acordo com um agricultor, "sementes crioulas são aquelas que são da gente", num processo de imbricação constante preservar as sementes indica também preservar o(a) agricultor(a) e sua família, conhecer suas origens - "encontrar as nossas próprias sementes, a nossa história, a nossa raiz". As

sementes crioulas representam àquilo pelo que vale se organizar coletivamente - "é a semente da luta contra o monopólio das empresas de sementes".

As práticas agrícolas associadas às sementes crioulas envolvem, resumidamente, o plantio, a colheita, a separação dos grãos que servirão de alimentos para a família e para as criações, a seleção das sementes para plantio na safra posterior e o armazenamento. O plantio é feito durante as primeiras chuvas, entre janeiro e março; a colheita, por sua vez, acontece nos meses de junho e julho, e, o inverno, como me explicaram diversas vezes, é época de fartura. Guardar as sementes para a próxima safra é uma estratégia de garantia de produção e reprodução social praticada historicamente pelos(as) agricultores(as) residentes da caatinga. Isto se deve, como me disseram, ao enfretamento das secas. Os(as) agricultores(as) da caatinga convivem anualmente com a incerteza das chuvas para início da próxima safra. A ausência de chuva ou baixas precipitações podem impedir o desenvolvimento das plantas depois de semeadas, por isso há um cuidado especial em manter sempre parte das sementes armazenadas para garantir que, quando as chuvas vierem em quantidade adequada, se possa plantar. Em situações extremas, como contaram os(as) agricultores(as), as sementes armazenadas podem servir de alimentos, o que afeta a disponibilidade para o plantio, mas resolve o problema imediato da fome.

Por meio da prática histórica e necessária de armazenamento de sementes foram se conformando estratégias coletivas de armazenamento, as Casas de Sementes. Hoje há na RIS 81 Casas de Sementes, que são abastecidas e geridas por agricultores(as). A primeira casa de sementes foi fundada em 1983 pela parceria entre agricultores(as) locais, a Oxfam Brasil, a Cáritas Diocesana e a ONG Esplar.

Como colocado anteriormente a preservação das sementes crioulas é também uma forma de luta contra o monopólio das empresas de sementes. Na perspectiva de Scott (2013) pode-se pensar que há uma organização de práticas de resistência, caracterizada pela subversão da lógica imposta na cena pública. Assim o que se identifica é que os(as) agricultores(as) seguem disputando pelo direito de preservar suas sementes porque essas garantem tanto a agrobiodiversidade, quanto a dignidade e autonomia de ser agricultor(a). A questão da autonomia é um dos pontos fundamentais identificados durante a pesquisa de campo. Os(as) agricultores(as) explicam que podem comprar sementes e/ou podem recebê-las do governo cearense¹⁴. Todavia, a compra

¹⁴ Política pública do estado do Ceará chamada Hora de plantar.

implica custos, que prendem os(as) agricultores(as) a débitos. As sementes via governo, por outro lado, "vem quando a chuva já passou, aí não adianta plantar". Além disso, as sementes oriundas destes dois canais "não estão adaptadas à caatinga como as nossas, precisam de química e agrotóxicos", "não produzem o milho como nós gostamos", "são apenas de uma variedade", "já vem cheia de agrotóxicos".

Este poderia ser o parágrafo que enfim eu diria qual é a natureza da caatinga, que, logo, explicaria a confluência das práticas e a importância das sementes crioulas. Mas assim como em Latour (2016) a perspectiva do artigo é "substituir o que parece oferecer uma explicação pelo que, ao contrário, convém explicar" (p.185). A natureza que emerge das práticas associadas às sementes são muitas. Há uma continuidade entre ser agricultor(a), viver, plantar, se alimentar, cuidar das criações, sementes, habitar, o conhecimento sobre as estações, sobre o solo e o sol da caatinga, as cisternas, a água, o lutar pela terra e pela agrobiodiversidade. Continuidades que fazem a água emergir como natureza, seja caindo do céu em forma de chuva fazendo as sementes germinarem, seja armazenada em uma cisterna para cozinhar, lavar roupas, regar a pequenas gotas as plantas do quintal. A condição de *ser* humano e emergência de naturezas no estudo sobre sementes crioulas poderiam ser tratadas por meio da finalidade, que é plantar, porém, no fazer, todo o mundo é mobilizado, pois a vida, nos devires e na reciprocidade entre humanos e não humanos, sempre ultrapassa as finalidades (INGOLD, 2015).

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões sobre sementes de laboratório e crioulas é possível evidenciar mundos em disputas que imputam perspectivas distintas sobre as continuidades entre sociedade e natureza. O foco empírico e analítico sobre as sementes crioulas permite criar espaços de discussões sobre as subjetividades acionadas nas práticas de resistência cotidiana, apontando importantes agendas de pesquisa no âmbito ontológico e político, uma vez que a composição de mundos de/por determinados grupos pode implicar a (im)possibilidade de viver de outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERGONI, Leide; PELAZ, Vitor. **Da revolução verde à agrobiotecnologia: ruptura ou continuidade de paradigmas?** *Revista de Economia* 33(1), 31-5, 2007.

CALLON, Michel. **Dos estudos de laboratório aos estudos de coletivos heterogêneos, passando pelos gerenciamentos econômicos.** Sociologias, Porto Alegre, ano 10, nº 19, jan./jun. 2008.

CARVALHO, Isabel. **A perspectiva das pedras:** considerações sobre os novos materialismos e as epistemologias ecológicas. Pesquisa em Educação Ambiental, vol. 9, n. 1 – págs. 69-79, 2014.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Cristian. **Comum:** ensaio sobre a revolução no século XXI; tradução Mariana Echalar. 1. ed. - São Paulo: 2017.

DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas, outras culturas.** São Paulo: Editora 34, 2016.

INGOLD, Tim. **Estar vivo:** ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

_____. **Trazendo as coisas de volta à vida:** emaranhados criativos num mundo de materiais. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 18, n. 37, jan./jun. 2012.

LATOUR Bruno; WOOLGAR Steve. **A vida de laboratório:** a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LATOUR, Bruno. **Cogitamus:** seis cartas sobre as humanidades científicas. São Paulo: Editora 34, 2016.

LONDRES, Flávia. **Transgênicos no Brasil: as verdadeiras consequências.** 2017. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/fea/ortega/agenda21/candeia.htm>>;

FERNANDES, Gabriel. Estudo de caso - **O Companheiro liberou:** o caso dos transgênicos no governo Lula. Relatório de Projeto publicado pelo IBASE, 2005. Disponível em: <http://aspta.org.br/campanha/o-companheiro-liberou/>

MAGNAVACA, Ricardo; PARENTONI. **Cultivares x Híbridos,** conceitos básicos. Inf. Asropec., Belo Horizonte, v. 14, n. 165, p. 5-8, 1990.

PANTELEÃO Michele; FREITAS SOBRINHO, José. **Sementes da vida:** camponeses resgatando as sementes crioulas em Goiás. Revista Agriculturas - v. 4 - no 3 - outubro de 2007

PATEL, Raj. **The long Green Revolution.** *Journal of Peasant Studies*, 2013, pp. 1-63.

SCOTT, James. **Os dominados e arte da resistência:** discursos ocultos. Lisboa: Letra Livre, 2013.

TOLEDO, Victor M. BARRERA-BASSOL Narciso. **A memória biocultural, a importância ecológica das sabedorias tradicionais.** Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2015.

VARIOS AUTORES. **SEMILLAS DEL PUEBLO:** Luchas y resistencias para el resguardo y reproducción de la vida". Caracas: LAESTRELLARROJA, 2016.

“CADA UM VÊ DE UM JEITO”: AS DIFERENTES PERCEPÇÕES DOS RIBEIRINHOS ATINGIDOS PELA HIDROVIA TAPAJÓS-AMAZONAS.

Jaqueline Raquel Cardoso Mesquita¹
Lívia de Freitas Navegantes Alves²

As estratégias governamentais e empresariais voltadas para a Amazônia Brasileira na década de 70, sempre demonstraram que havia o interesse pela exploração dos recursos naturais da região. Cada vez mais há investimentos em estratégias de escoamento da produção de grãos, principalmente de soja do Centro-Oeste, com finalidade de redução de custos através da intermodalidade de modais de transporte. O transporte fluvial é a alternativa ideal para o transporte de grãos, visto que consome menos combustível quando comparado, por exemplo, com o transporte ferroviário. A hidrovía Tapajós-Amazonas se demonstra como um exemplo de expansão das vias de escoamento, sendo utilizada para transporte da produção de commodities oriundas do Mato Grosso. Esta pesquisa foi construída a partir dos princípios e métodos da abordagem sistêmica, analisando-se aspectos tanto quantitativos quanto qualitativos. Realizaram-se entrevistas históricas com informantes-chaves para compreensão da origem da Ilha do Capim e sua trajetória ao longo do tempo até os dias atuais, englobando aspectos produtivos, socioambientais e econômicos. Realizaram-se três oficinas para análise de conflitos socioambientais, em três setores, sendo esses recortes realizados para melhor especializar a diversidade de percepções. Verificou-se que existem diversas percepções sobre os impactos causados pela instalação e utilização da Hidrovía Tapajós Amazonas, entre os ribeirinhos da Ilha do Capim. Essa diversidade está ligada tanto a elementos individuais (no nível de unidade familiar) como coletivos. Os elementos individuais constituem o próprio histórico de formação das unidades familiares, seu acesso aos lotes, seus objetivos quanto futuro da família. Os elementos coletivos dizem respeito a participação da associação do PAE, e de outras formas de organização que permitem a discussão sobre as realidades vivenciadas mediante a transformação da rotina das famílias diante a utilização do furo do Capim como parte da hidrovía.

Palavras-chaves: Ribeirinhos; Hidrovía; Conflitos.

¹ Mestranda em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará. Tecnóloga Agroindustrial de Alimentos. Email: jaquelinercmesquita@gmail.com

² Docente do Programa de Pós Graduação em Agriculturas Amazônicas da Universidade Federal do Pará, Doutora em Agroecossistemas. Email: lnavegantes@ufpa.br

1. INTRODUÇÃO

As estratégias governamentais e empresariais voltadas para a Amazônia Brasileira na década de 70, sempre demonstraram que havia o interesse pela exploração dos recursos naturais da região (CASTRO, 2012). A articulação de sujeitos que possuem como objetivo comum, a maximização da geração de lucro realizada pela implementação do capital a qualquer custo, está cada vez mais organizada de modo a tentar desqualificar qualquer outra forma de desenvolvimento.

Estudos como o Correa e Ramos (2010) demonstram que cada vez mais há investimentos em estratégias de escoamento da produção de grãos, principalmente de soja do Centro-Oeste, com finalidade de redução de custos através da intermodalidade de modais de transporte. O transporte fluvial é a alternativa ideal para o transporte de grãos, visto que consome menos combustível quando comparado, por exemplo, com o transporte ferroviário (COSTA, 2008). A hidrovia Tapajós-Amazonas se demonstra como um exemplo de expansão das vias de escoamento, sendo utilizada para transporte da produção de commodities oriundas do Mato Grosso.

Nas duas últimas décadas do século XX, a discussão sobre os problemas ambientais tem mobilizado entidades a nível global, e não só da sociedade civil organizada, mas de vários outros setores como meios de comunicação, e órgãos governamentais. À medida que se ampliou e aprofundou o debate em torno da problemática ambiental, principalmente pela implantação de grandes projetos que não levam em consideração a existência de povos e comunidades tradicionais, os conflitos se tornaram mais perceptíveis aos olhos da sociedade como um todo e a busca de soluções, mais exigentes quanto às especificidades de cada região (ALONSO e COSTA, 2000).

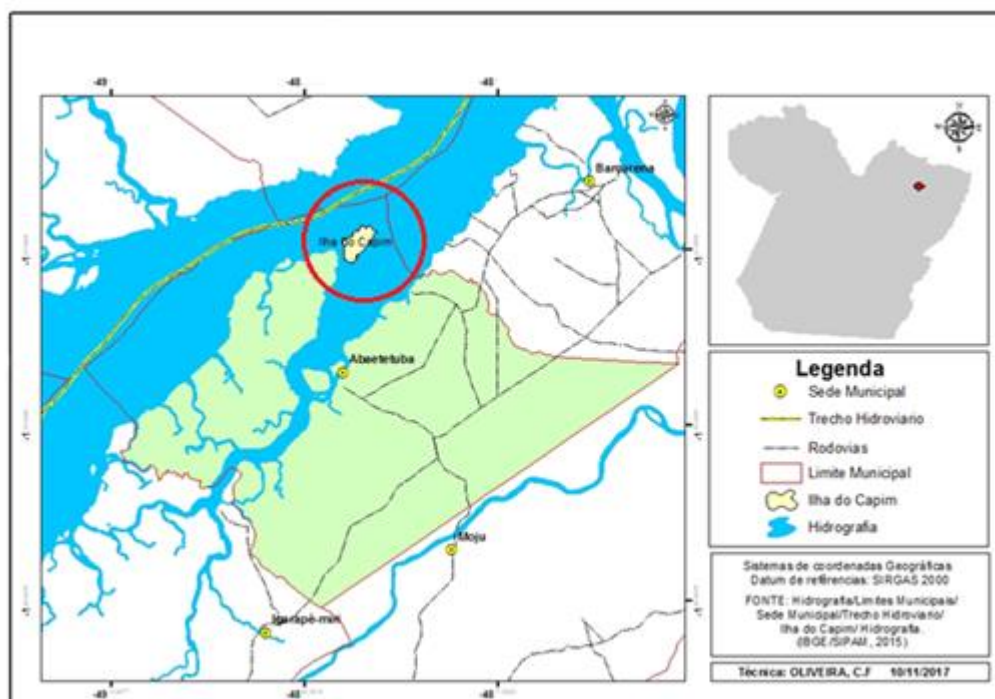
Dentro dos diferentes grupos sociais atingidos pelos grandes empreendimentos, há diversas percepções sobre a mesma situação enfrentada. O objetivo dessa pesquisa é entender como se constroem essas diferentes percepções e quais são os elementos que as baseiam.

2. CONHECENDO OS ENVOLVIDOS NO CONFLITO SOCIOAMBIENTAL

2.1 A Ilha do Capim e os ribeirinhos

A pesquisa se realizou na Ilha do Capim (S 01°34.971' W 048°52.932') situada no município de Abaetetuba (Figura 1), estado do Pará, localizado no território do Baixo Tocantins, a 62 km da cidade de Belém. Este município é composto por 75 ilhas com áreas de várzea e terras firmes e sua população se reproduz socialmente sob o modo de vida ribeirinho, marcado pela dependência da acessibilidade fluvial, da pesca, do extrativismo e da agricultura (CARDOSO *et al.*, 2007).

Figura 1: Mapa de Localização da Ilha do Capim, Abaetetuba – Pará.



Fonte: Carolina Oliveira Furtado, 2017.

O povoamento desta localidade data do século XVIII, quando a filha de um fazendeiro da Ilha Grande de Joanes (atual Ilha do Marajó) iria se casar e recebeu de presente de casamento de seu pai a Ilha do Capintuba³ e mais 100 escravos. O nome da herdeira da ilha era Antonia Pereira de Lima Azevedo e de seu esposo Antonio de Souza Azevedo. Eles se estabeleceram numa região conhecida localmente como “Fazenda”, nas margens do furo do Capim, essa região hoje ainda é conhecida por este nome e fica situada no setor Marintuba.

A principal atividade produtiva nesse período eram a pesca, o plantio de cana-de-açúcar e de arroz. Também havia o extrativismo de madeira, principalmente para construção de

³ Essa denominação foi utilizada até o ano de 1840, sendo após isso chamada de Ilha do Capim.

moradias e embarcações. As atividades produtivas eram realizadas pela mão de obra escrava, já a comercialização era realizada por Antonio Azevedo, principalmente em Belém e em Portugal.

Em uma das viagens realizadas para comercialização do açúcar produzido na ilha, Antonio foi acometido por varíola, e faleceu durante a viagem. Seu corpo foi jogado ao mar, ao passo que sua mala de viagem foi enviada a sua viúva.

Há fortes suspeitas de que através dos objetos e roupas contidos na mala, Antonia também foi contaminada, pois veio a falecer com os mesmos sintomas de seu esposo. Ela foi sepultada na própria ilha, e muitas outras pessoas começaram a falecer com os mesmos sintomas, tanto parentes que chegaram à ilha por conta de seu falecimento, quanto escravos.

Foi nesta época que os moradores fugiram, tanto os colonos (filhos de Antonia e Antonio) quanto os escravos, e se estabeleceram em outras ilhas na região de Abaetetuba. Apenas Armínio Azevedo (um dos filhos do casal), se recusou a deixar a ilha e permaneceu morando sozinho ali, por cerca de 10 anos.

Aos poucos, novos moradores iam chegando para habitar a ilha, sendo que eles tinham que aceitar as regras impostas por Armínio, sobre o uso dos recursos naturais disponíveis, bem como as áreas que iriam se estabelecer, que eram escolhidas por ele próprio.

Os irmãos de Armínio voltaram a habitar a ilha no período em que o látex da seringueira (*Hevea brasiliensis*) começou a ser extraído e comercializado. Ao passo que os descendentes de escravos também retornaram para trabalhar nos seringais e instalaram suas moradias as margens do rio Caratateua e na Costa da ilha.

Nesta época havia também extrativismo de sementes da floresta, como andiroba (*Carapa guianensis*), mururu (*Astrocaryum murumuru*) e ucuuba (*Virola surinamensis*). O açaí (*Euterpe oleracea*) era extraído e compunha a base da alimentação dos ribeirinhos, também já começava a ser cultivado em áreas próximas as residências, para facilitar sua obtenção. Além disso, contavam com a diversidade de espécies de peixes, e de animais que eram caçados também para fins alimentícios.

A ilha do Capim é, atualmente, um Projeto AgroExtrativista (PAE) sob responsabilidade do Instituto Nacional da Reforma Agrária (INCRA), sendo intitulado em 16/12/2015 com nome de PAE Santo Antonio II, por ser este Santo padroeiro da ilha e por já ter outra ilha nas vizinhanças com o mesmo nome de santo. Tem capacidade para assentar 127 famílias, mas possui hoje 118 famílias assentadas, segundo pesquisa de campo.

Consta como infraestrutura pública na Ilha do Capim uma escola de ensino estadual que abrange até o ensino médio, e atua no Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME); um posto de saúde que não está funcionando, pois a obra não foi finalizada; 2 igrejas católicas e 4

igrejas evangélicas; 3 pontes de madeira e 1 de alvenaria; e um barracão comunitário da igreja católica

2.2 Os grandes empreendimentos e o agronegócio na região

A partir da década de 1980 foi construído, no Município de Barcarena (PA), o complexo industrial-portuário, que faz parte das ações pensadas dentro do Programa Grande Carajás (PGC)⁴. Esse complexo abrangeu a instalação de empresas para produção de energia, transformação primária de minérios e funcionamento de portos de exportação (HAZEU, 2016) e fica localizado de frente do setor denominado de Costa da ilha, na Ilha do Capim, em Abaetetuba.

As empresas multinacionais procuram estabelecer meios de acumulação capitalista onde a circulação de seus produtos seja facilitada, tanto em termos operacionais quanto em termos econômicos, sendo estes últimos ainda mais salientados. Aliado a isso, a implementação do Projeto Arco Norte (PAN)⁵ fez com que Barcarena ocupasse um papel essencial na região Norte em relação aos mercados da mineração e agronegócio.

Nesse sentido, desde 2015 a produção de grãos, principalmente a soja, produzida no estado de Mato Grosso, passou a ser transportada para o Município de Itaituba (PA), percorrendo uma faixa de 1.100 km de estrada, sendo então transportada em balsas até o Município de Barcarena (PA), para depois ser embarcada em navios e exportada. Essa intermodalidade de transportes reduziu os custos e o tempo médio de chegada aos principais compradores internacionais, como Estados Unidos e China.

As empresas transportadoras sentiam muita dificuldade em estacionar as balsas para esperar o desembarque em Barcarena, pois as águas do Rio Pará, apresentam nesse trecho uma grande movimentação, resultando em muita maresia. Foi então que a partir de 2014 começaram a utilizar o furo do Capim, que possui baixa movimentação das águas, para estacionar as embarcações.

⁴ Projeto de exploração mineral iniciado na década de 1970, que contou com a implementação de grandes obras para seu desenvolvimento como hidrelétricas, ferrovias e portos.

⁵ Projeto do Estado Brasileiro em parceria com as empresas do agronegócio, que potencializa a região Norte como região portuária para diminuir custos de transporte de grãos para o mercado externo.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa foi construída a partir dos princípios e métodos da abordagem sistêmica, analisando-se aspectos tanto quantitativos quanto qualitativos (BRUMER *et al*, 2008). A relevância da abordagem sistêmica para este tipo de estudo pode ser vislumbrada nos preceitos de Vieira e Maimon (1993) ao elencarem que o enfoque sistêmico contribui para compreensão dos processos de transformação de sistemas ecossociais capazes de engendrar prejuízos socioambientais mais ou menos irreversíveis.

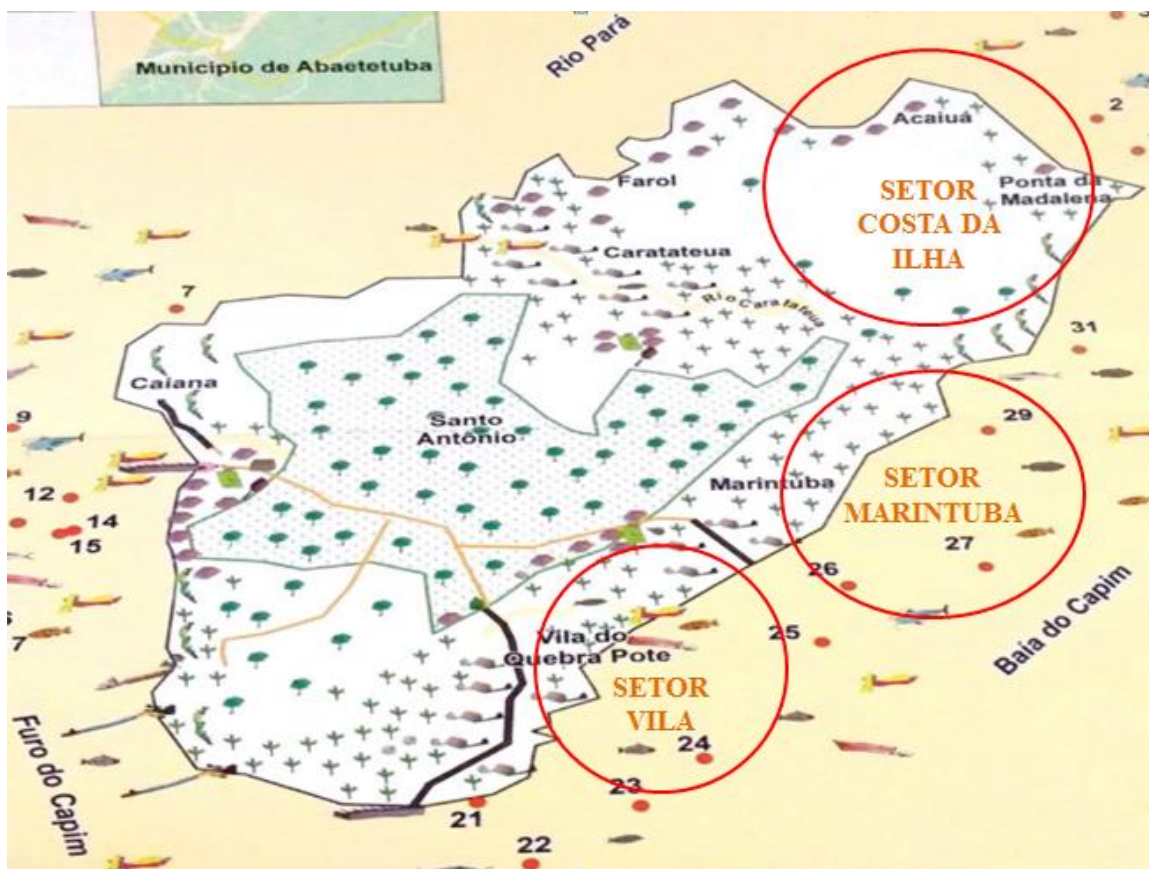
Realizaram-se entrevistas históricas com informantes chaves para compreensão da origem da Ilha do Capim e sua trajetória ao longo do tempo até os dias atuais, englobando aspectos produtivos, socioambientais e econômicos. As entrevistas realizadas foram do tipo semi-estruturadas como proposto por Michelat (1987) que permitem níveis mais profundos de informações da percepção do entrevistado sobre as questões tratadas.

Aplicou-se 38 questionários junto aos ribeirinhos (as) da Ilha Capim, para entendimento das suas percepções sobre a instalação e utilização da Hidrovia, de forma que eles pudessem se posicionar a respeito deste assunto.

Realizaram-se três oficinas para análise de conflitos socioambientais, baseadas na metodologia Facilitação para gestão de conflitos socioambientais proposta por Assad, Litre & Nascimento (2009), que conta como característica principal a flexibilidade, para entendimento das causas, natureza e evolução de conflitos.

Para demonstrar a espacialização geográfica das diferentes percepções dos conflitos socioambientais existentes, optamos por fazer recortes espaciais por setores da ilha (Figura 2), de forma a facilitar a aplicação da metodologia e conseguir obter maior abrangência e envolvimento de ribeirinhos de diferentes locais da ilha. Assim, a Ilha foi dividida em diferentes setores, que correspondem às localidades reconhecidas pelos ribeirinhos, a saber: 1) “Vila”, 2) “Marintuba” e 3) “Costa da Ilha”. Essa nomenclatura é utilizada pelos próprios ribeirinhos, para divisão de grupos de trabalho dentro das igrejas, e pelos agentes comunitários de saúde.

Figura 2: Setores da Ilha do Capim onde foram realizadas oficinas integrantes da metodologia da pesquisa de campo.



Fonte: Adaptado de Boletim Cartografia da Cartografia Social Nº 8, 2017.

A Figura 2 demonstra também onde fica localizado o Furo do Capim, que é onde recentemente barças carregadas de soja tem estacionado para evitar as grandes mareas da Baía do Marajó, sendo esta uma consequência da instalação de portos na região e da implementação da Hidrovia que liga Marituba à Barcarena. Desde 2015 a associação da Ilha Capim tem impetrado denúncias, inclusive junto ao Ministério Público Federal, para relatar os danos causados pelas balsas, como a limitação de suas áreas de pesca, a insegurança de navegação no furo, a contaminação da água através dos dejetos produzidos nas balsas.

4. AS DIFERENTES PERCEPÇÕES

Tabela 1: Resultados das oficinas por setores na Ilha do Capim.

SETORES	MOMENTOS HISTÓRICOS	CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS	SUJEITOS ENVOLVIDOS
VILA	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Construção da ponte; ➤ Construção da escola; ➤ Naufrágio do navio Dom Luiz XV primeiro; ➤ Falecimento do Sérgio; ➤ Acidente com o Pita; 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Problemas de saúde (queda de cabelo, problemas na visão, coceira na pele, problemas estomacais); ➤ Açaí secando antes do tempo de colheita; ➤ Diminuição do pescado. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Governo Estadual; ➤ Empresas; ➤ Ribeirinhos; ➤ Prefeitura Municipal de Abaetetuba.
MARINTUBA	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Surgimento da Comunidade Eclesial de Base (CEB); ➤ Surgimento da associação da ilha; ➤ Luta pela saúde; ➤ Tentativa de compra de terra; ➤ Instalação do complexo Albrás/Alunorte. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Circulação de pessoas estranhas na ilha; ➤ Ataque na cultura; ➤ Violência na ilha; ➤ Circulação de drogas; ➤ Problemas de saúde (alergias, coceiras, estômago, queda de cabelo); ➤ Poluição da água e ar; ➤ Diminuição do pescado; ➤ Seca do miriti; ➤ Seca do açaí. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Governo do Estado; ➤ Governo Federal; ➤ Multinacionais; ➤ Comunidade Eclesial de Base (CEB); ➤ Associação do PAE.
COSTA DA ILHA	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Naufrágio do navio Dom Luiz XV primeiro; ➤ Naufrágio dos bois; ➤ Construção da igreja Monte Moriá; ➤ Funcionamento do anexo escolar; 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Insegurança na ilha; ➤ Diminuição do pescado; ➤ Água poluída; ➤ Ar poluído; 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Prefeitura Municipal de Abaetetuba; ➤ Empresas; ➤ Associação da ilha; ➤ Paulo Feitosa; ➤ Igreja Evangélica;

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

SETOR VILA

Verifica-se que na oficina realizada neste setor os momentos históricos são ligados mais as questões que impactaram a vida das famílias residentes nesta área, tanto positivamente quanto negativamente, porém com nenhuma relação com a chegada dos grandes projetos.

Sobre os conflitos socioambientais, há uma expressividade em questões cujas famílias se sintam atingidas fisicamente, seja por problemas de saúde, seja por problemas com suas principais fontes de alimentação, o acaí e o pescado. Também deve ser ressaltado que os participantes se expressaram como atingidos pelo complexo industrial-portuário em Vila do Conde, Barcarena-PA.

Ao tratar sobre os sujeitos envolvidos, percebe-se que não há total clareza do papel do governo como incentivador na ação local das empresas. Não constou nenhuma entidade fortalecedora da organização dos ribeirinhos como sujeito envolvido nesses conflitos.

SETOR MARINTUBA

Os momentos históricos relatados estão fortemente relacionados com a chegada dos grandes projetos e com o surgimento de entidades que apoiam os ribeirinhos em suas lutas de resistência contra os empreendimentos, como por exemplo, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) que luta entre outras coisas pela permanência e respeito aos modos de vida dos povos das terras e águas.

Os conflitos socioambientais relatados expressam que os participantes compreendem que, para além de danos causados ao meio ambiente, a circulação e estacionamento das barcaças de grãos no furo do Capim reproduz um ataque ao modo de vida ribeirinho, que não se limita aos aspectos físicos, mas também aos aspectos emocionais dos que ali vivem, como por exemplo, ao ser relatado que faz parte da rotina tomar banho no furo do Capim e usar essa água para escovar os dentes, o que não está sendo feito com frequência devido a poluição.

Ao tratar dos sujeitos envolvidos, há claro discernimento dos participantes em relação às manobras governamentais que são traçadas para desterritorializar os povos e comunidades tradicionais, pois houve relatos de que todo processo de aceitação do furo do Capim como parte da hidrovia está sendo apoiado pelo governo do estado, sem qualquer consentimento das comunidades que nele vivem. Surgem novamente as entidades que atuam a favor dos ribeirinhos, como sujeitos fundamentais para apoio ao movimento de resistência.

SETOR COSTA DA ILHA

Assim como no setor Vila, os momentos históricos dizem respeito a ocasiões que atingiram mais especificamente as famílias deste setor, e não aos moradores da ilha como um todo. Um momento que pode ser relatado como algo que tenha impactado um maior número de famílias na ilha, foi o naufrágio de um navio com 5 mil bois vivos ocorrido dia 06/10/2015 no porto de Conde em Barcarena –PA. Muitas famílias desse setor relatam que aguardam a indenização que será destinada as famílias atingidas, pois tal desastre casou a morte de muitos peixes e prejudicou grandemente a pesca na área.

Sobre os conflitos socioambientais, a maioria dos relatos se referem aos efeitos físicos sofridos pelas famílias residentes neste setor, afetando as maiores fontes de alimentação. Foi dado destaque para insegurança na ilha, visto que por ser um setor mais afastado, há muitos casos de pirataria⁶.

Ao tratar dos sujeitos envolvidos, percebe-se, mais uma vez, a referência à associação do PAE como incentivadora à luta pela garantia de direitos aos ribeirinhos.

⁶ Nome dado à ação praticada por meliantes que assaltam embarcações nos rios da Amazônia, para roubarem material de pesca, dinheiro, motor ou até a própria embarcação.

Tabela 2: Relação dos ribeirinhos com a associação do PAE e com o futuro da Ilha Capim por setores.

QUESTIONAMENTO	RESPOSTAS	VILA	MARINTUBA	COSTA DA ILHA
Algum membro da família é sócio da associação do PAE?	SIM	89,5%	89%	80%
	NÃO	10,5%	11%	20%
Participa com que frequência das reuniões da associação?	RARAMENTE	21%	11,1%	100%
	DE VEZ EM QUANDO	52,6%	11,1%	0
	FREQUENTEMENTE	26,4%	77,8%	0
Futuramente você e sua família pretendem continuar morando na ilha?	SIM	84,2%	100%	100%
	NÃO	15,8%	0	0
Como você vê o futuro da ilha nos próximos anos?	PÉSSIMO	15,9%	22,2%	100%
	RUIM	57,8%	33,3%	0
	BOM	26,31%	44,4%	0
	ÓTIMO	0	0	0

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Pode-se observar através da tabela 2 que o maior percentual de associados se encontra no setor Marintuba, assim como o maior índice de participação nas reuniões da associação PAE Santo Antonio II. Cabe ressaltar que a diretoria da associação é composta por pessoas, em sua maioria do setor Marintuba, que representam os descendentes da família dos colonizadores da ilha, os Azevedo.

O único local que apresentou famílias que não pretendem continuar morando na ilha foi no setor Vila, sendo que os entrevistados colocaram a questão financeira como insustentável, e que iriam procurar melhores condições de vida na cidade, visto que a venda de açaí, atividade geradora de renda para os ribeirinhos, não estava conseguindo suprir a necessidade das famílias, já que suas áreas são menores.

Sobre o questionamento quanto ao futuro da ilha, verificou-se que no setor Costa da Ilha todas as famílias responderam acreditar num péssimo futuro, pois não conseguem enxergar uma forma da situação melhorar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se que existem diversas percepções sobre os impactos causados pela instalação e utilização da Hidrovia Tapajós Amazonas, entre os ribeirinhos da Ilha da Capim. Essa diversidade está ligada tanto a elementos individuais (no nível de unidade familiar) como coletivos.

Os elementos individuais constituem o próprio histórico de formação das unidades familiares, seu acesso aos lotes, seus objetivos quanto futuro da família. Os elementos coletivos dizem respeito a participação da associação do PAE, e de outras formas de organização que permitem a discussão sobre as realidades vivenciadas mediante a transformação da rotina das famílias diante a utilização do furo do Capim como parte da hidrovia.

6. REFERENCIAS

ALONSO, A.; COSTA, V. **Por uma Sociologia dos Conflitos Ambientais no Brasil**. Paper apresentado no Encontro do Grupo Meio Ambiente e Desenvolvimento da CLACSO. Rio de Janeiro, 2000.

ASSAD, L. T.; LITRE, G., & DO NASCIMENTO. **A vida por um feixe de lenha: experimento metodológico de gestão de conflitos socioambientais** – Brasília, DF : Editora IABS – Instituto Ambiental Brasil Sustentável em coedição com Editorial Abaré, 2009.

Boletim Cartografia da Cartografia Social: uma síntese das experiências - Ribeirinhos da Ilha do Capim: frente aos grandes empreendimentos do Baixo Tocantins – N. 8. Coordenação geral: Alfredo Wagner Berno de Almeida, Rosa Elizabeth Acevedo Marin, Cynthia de Carvalho Martins. – Manaus: UEA Edições, 2017.

BRUMER, A; ROSENFELD, C. L; HOLZMANN, L; SANTOS, T. S. A elaboração de projeto de pesquisa em ciências sociais. In: GUAZZELLI, C. A.; PINTO, C. R. J. B. (Ogr.). **Ciências humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 125-147.

CARDOSO, A. C. D.; LIMA, J. J. F.; BASTOS, A. P. V.; GOMES, V. Planos Diretores no tucupi: a experiência de elaboração de planos diretores na região do Baixo Tocantins, Estado do Pará. In: CARDOSO, A. C. D.; CARVALHO, G. Planos Diretores Participativos: experiências amazônicas. Belém: EDUFPA, 2007a, p. 15-52.

CASTRO, E. (2012). **Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana**. *Caderno CRH*, 25(64), 45-62. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792012000100004>. Acesso em: 16 de Agosto de 2017.

CORREA, V. H. C., & RAMOS, P. (2010). **A precariedade do transporte rodoviário brasileiro para o escoamento da produção de soja do Centro-Oeste: situação e perspectivas**. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 48(2), 447-472.

COSTA, M. V. V. **Expansão do agronegócio e logística de transporte em Mato Grosso**. In: XV Encontro Nacional de Geógrafo, 2008, São Paulo. Anais do XV Encontro Nacional de Geógrafos, 2008.

HAZEU, M. (2016). Deslocamentos forçados no complexo industrial-urbanístico-portuário de Barcarena, PARÁ. *Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social*, 1(1).

MICHELAT, G. Sobre a utilização de entrevista não diretiva em sociologia. In: THIOLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5. Ed. São Paulo: Polis, 1987. p. 191-212.

VIEIRA, P. F.; MAIMON, D. (Org.); Associação de Pesquisa e Ensino em Ecologia e Desenvolvimento; Universidade Federal do Pará Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. **As Ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade**. Rio de Janeiro: APED; Belém: UFPA, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 1993. 298 p.

O Bioma Caatinga e os Estabelecimentos Rurais Camponeses: Um olhar sobre as perspectivas e os desafios na atualidade

João Rafael Gomes de Moraes¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo investigar as perspectivas e soluções presentes na produção acadêmica recente sobre as estratégias de sobrevivência (econômica, produtiva e ambiental) dos estabelecimentos rurais camponeses circunscritos no bioma caatinga de clima semiárido, com áreas susceptíveis a desertificação e com alto índice de pobreza rural através de atividades agrícolas e não-agrícolas, bem como, de políticas públicas. O presente ensaio buscará articular e conjugar as questões ambientais do bioma com a demanda de inclusão socioprodutiva (segurança alimentar e geração de renda) do campesinato como estratégia de combate a pobreza rural e promoção do bem-estar socioambiental.

Palavras Chaves: Bioma Caatinga, Semiárido, Campesinato

The Caatinga Biome and the Peasant Rural Establishments: A look at the perspectives and challenges of today

Abstract

The objective of this article is to investigate the perspectives and solutions present in the recent academic production on survival strategies (economic, productive and environmental) of rural settlements circumscribed in the caatinga biome of semiarid climate, with areas susceptible to desertification and high poverty index rural activities through agricultural and non-agricultural activities, as well as public policies. This essay will seek to articulate and combine environmental issues of the biome with the demand for socio-productive inclusion (food security and income generation) of the peasantry as a strategy to combat rural poverty and promote social and environmental well-being.

Keyword: Caatinga Biome, Semiarid, Peasantry

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFPE), graduado em ciências sociais (ênfase em sociologia rural) pela UFRPE, com experiência em elaboração, execução, monitoramento e avaliação de projetos sociais e de assistência técnica para agricultores familiares e comunidades tradicionais. Endereço eletrônico joao.rafael@yahoo.com.br.

1 Introdução

O bioma Caatinga de clima semiárido e os estabelecimentos rurais camponeses (ou familiares) que nela coexistem, revestem-se de grande importância para o debate acadêmico e governamental na atualidade. Em primeiro lugar, a Caatinga é o único bioma genuinamente brasileiro, ocupando quase 10% do território do país, sendo a região semiárida mais habitada do mundo e que na atualidade já se encontra com 46,6% de sua vegetação desmatada. Em segundo lugar, a agricultura camponesa circunscrita no bioma é parte majoritária dos 42,26% dos estabelecimentos rurais do país localizados no Nordeste, ocupando apenas 37% da área total disponível da região (conforme dados Censo Agropecuário 2006), onde não por acaso se concentram os menores índices de produtividade e abriga quase a metade da população rural empobrecida do país.

Considerando esses fatores, Silva e Costa (2014) avaliam que significativa parte da região Nordeste é caracterizada, primeiro, no plano ambiental (edafoclimático) pela existência de solos rasos e alcalinos, alta insolação, deficiência hídrica e secas periódicas, e segundo, no plano socioeconômico pela predominância de numa estrutura fundiária altamente concentrada, onde grande parte da população rural habita e produz em minifúndios (ou através de relações precárias de acesso a terra), com baixo grau de escolaridade, ausência de capital e o uso de tecnologias de produção inapropriadas. Dentro desse contexto os pesquisados consideram que

Essas características tendem a condicionar um tipo de exploração agrícola que não dá suporte à sobrevivência de uma família média de quatro pessoas. Assim, tentativas de sobrevivência desse contingente populacional resultam em seria degradação ambiental num espaço de baixa resiliência, dada a fragilidade do bioma Caatinga (Ibid, 2014, pag. 950)

Sobre essa realidade, Navarro e Campos (2014) ao estudar a pequena produção rural no Brasil e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro, assinalam de forma incisiva que

Trata-se de uma vasta região que imediatamente levanta um problema que é principalmente social – a pobreza rural [...] o tema tem prioridade sobre os demais relacionados à produção agrícola [...] com o passar dos anos, em face das mudanças climáticas, o problema da produção agrícola e a sua viabilidade (econômica e ambiental), considerando esse grande conjunto de pequenos produtores do Nordeste rural, se torna um dos maiores desafios que o país atualmente se defronta (Ibid, 2014, pag. 39-40)

Sobre o contexto da viabilidade dos pequenos e médios estabelecimentos rurais no Brasil, os pesquisadores Helfand, Pereira e Soares (2014, pág. 537,538) revelam, por um lado, que “há pouca evidência de que os pequenos e médios estabelecimentos estão diminuindo”. Por outro lado, identificam “uma concentração do valor da produção em estabelecimentos com mais de 1.000ha”, no entanto, “9,5% dos estabelecimentos foram responsáveis por mais que 86% do valor bruto da produção agropecuária no Brasil em 2006. Esses estabelecimentos produziram pelo menos 10 salários mínimos ao mês” e ressaltam que “89% desses estabelecimentos eram pequenos e médios, definidos aqui como os que têm menos de 500ha”. Esses dados demonstram o alto nível de concentração tecnológica, produtividade e receita da agricultura brasileira, ao passo que “mais de 3,5 milhões de estabelecimentos produziram zero ou muito pouco”. E concluem ao final da pesquisa sobre a situação desse significativo extrato da agricultura brasileira, colocando que

aproximadamente 60% de todos os estabelecimentos, produzia mais de zero, mas menos de 2 SM por mês. Esse grupo era formado por produtores mais velhos e com menor nível de educação e, provavelmente, tinha poucas oportunidades fora da agricultura. Eles podem estar marginalizados, mas não tem outras perspectivas (Ibid, 2014, pag. 555).

A eficiência e produtividade dessa pequena fração de estabelecimentos rurais brasileiros terminam por “produz um padrão de viabilidade econômica que passa a ser referência a todos os estabelecimentos agrícolas, que tenham atingido ou não [pela modernização]” (WANDERLEY, 2011, pág. 31 – grifo nosso). No entanto, é salutar considerar o camponês como um ator social específico, isso significa “afirmar que sua reprodução não se explica apenas pela subordinação ao capital, mas também pela sua própria capacidade de resistência e adaptação” (WANDERLEY, 2011, pag. 83) pois

a adoção da renda monetária proveniente da atividade agropecuária como critério distintivo dos estabelecimentos se contrapõe ao reconhecimento das especificidades dessa agricultura familiar que se reproduz em condições particularmente hostis na realidade brasileira (WANDERLEY, 2017, pag. 78).

Desta forma, o bioma cristaliza uma das mais relevantes questões rurais das sociedades modernas, que versa sobre

à necessidade de inserir plenamente os espaços e as populações rurais na dinâmica econômica e social moderna, e de assegurar a preservação dos recursos naturais presentes no meio rural como um patrimônio de toda a sociedade (WANDERLEY, 2017, pag. 113).

Por tanto, esse estudo tem como objetivo investigar as perspectivas e soluções presentes na produção acadêmica recente sobre as estratégias de sobrevivência (econômica, produtiva e ambiental) dos estabelecimentos rurais camponeses circunscritos no bioma caatinga de clima semiárido com áreas susceptíveis a desertificação com alto índice de pobreza rural através de atividades agrícolas e não-agrícolas, bem como, de políticas públicas.

E a partir do enunciado, o presente ensaio buscará articular e conjugar as questões ambientais do bioma com a demanda de inclusão socioproductiva (segurança alimentar e geração de renda) do campesinato como estratégia de combate a pobreza rural e promoção do bem-estar socioambiental.

2 A definição do Lugar

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio do Mapa de Biomas do Brasil (2004) define a área aproximada Bioma Caatinga em 844.453 Km² de extensão, representando 9,92% do território nacional. O bioma abrange significa área territorial dos Estados brasileiros, a exemplo do Ceará (100%), do Rio Grande do Norte (95%), da Paraíba (92%), de Pernambuco (83%) do Piauí (63%), Bahia (54%), de Sergipe (49%), de Alagoas (48%), além de pequenas porções de Minas Gerais (2%) e do Maranhão (1%).

O Mapa dos Biomas Brasileiros (IBGE, 2004) conceituou o termo Bioma como sendo

um conjunto de vida (vegetal e animal) constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, o que resulta em uma diversidade biológica própria.

Sampaio (2010) a partir de uma ampla pesquisa bibliografia expõe que as definições e conceituações na maioria dos escritos do Bioma Caatinga orbitam sobre três pontos

(i) a vegetação que cobre uma área grande e mais ou menos contínua, no Nordeste do Brasil, submetida a um clima semi-árido, bordejada por áreas de clima mais úmido; (ii) a

vegetação desta área, com plantas que apresentam características relacionadas à adaptação à deficiência hídrica [...] (iii) a vegetação com algumas espécies endêmicas a esta área semi-árida e com algumas espécies que ocorrem nesta área e em outras áreas secas mais distantes, mas não nas áreas circunvizinhas. (ibid, pág. 29)

Para o pesquisador essas definições carregam em si uma série de implicações, por um lado, em alguns casos, a utilização dessas definições para delimitação realçaria determinadas características essenciais (clima semiárido, vegetação adaptada), mais por outro lado, deixaria passar despercebido as próprias especificidades existentes no bioma (vegetações não adaptadas, solos úmidos, clima e precipitações distintas conforme a região específica do bioma ou até mesmo desconsiderar as serras e as chapadas que nela se encontram), ou seja, o bioma é um conjunto de continuidades e descontinuidades.

A própria delimitação do Bioma Caatinga concorre e se confunde com a delimitação do Semiárido Nordeste definido pela ata do Conselho Deliberativo da SUDENE de nº 107, de 27/07/2017 e de nº 115, de 23/11/2017. Neste documento a SUDENE caracteriza a região semiárida a partir de três critérios: i) de precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm; ii) Índice de Aridez de Thornthwaite igual ou inferior a 0,50 e iii) Percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano. A partir destes critérios a SUDENE enquadrou cerca de 1.262 municípios pertencentes aos Estados do Nordeste também são abrangidos pelo Bioma Caatinga.

O MMA buscando intervir em outros fenômenos ambientais desta região, recentemente vem trabalhando também com outra abordagem para formulação de políticas públicas específicas, denominado as Áreas Susceptíveis a Desertificação (ASD). Essa definição e delimitação

envolve o Semiárido e áreas do seu entorno, penetrando nos biomas do Cerrado e do Agreste, consideradas áreas subúmidas secas (MMA, 2007). São, ao todo, 1494 municípios, com 1.323.975,4 km² e 34,8 milhões de habitantes, em 11 Estados da Federação (CGEE, 2016, pág. 11-12)

Essa tripla abordagem governamental adotada (Bioma Caatinga, Região Semiárida e Áreas Susceptíveis a Desertificação), evidencia em certa medida uma visão fragmentada e parcial dos fenômenos ambientais existentes que orbitam quase que na mesma área geográfica (ou mesmo a expressão de um único fenômeno). Deste modo, é relevante considerar que no quadro atual, qualquer definição que busque cristalizar ou ressaltar determinada característica específica, malogrará seus intentos, pois

a diversidade de fisionomias presentes no domínio das caatingas dificulta o enquadramento em qualquer tipologia e sempre haverá áreas de exceção [...] a situação atual é que a um entendimento geral do que é a Caatinga, seja no sentido meramente vegetacional, seja no mais amplo do bioma (SAMPAIO, 2010, pág. 30)

Observamos que as definições e delimitações da região orbitam sobre recortes ambientais, ora privilegiando aspectos vegetativos, outras, ressaltando aspectos climáticos, noutros momentos, destacando as condições dos solos. Isso demonstra, em certa medida, que são os atores sociais que classificam e ordenam os problemas ambientais, a definição dos riscos e soluções ambientais são produtos finais de um processo social, de legitimação e negociação dinâmica, nas esferas pública e privada, quase sempre refletindo a natureza política da agenda (HANNIGAN 1995; GUIVANT

1998; FERREIRA 2006). De certo modo, propondo uma abordagem fragmentada em problemas ambientais para interferir numa questão socioambiental sistêmica.

Na busca de uma definição mais sistêmica do lugar que estudamos, mesmo que seja um termo inacabado, e talvez extenso e inapropriado, mas busca de alguma forma condensar as características particulares e desafiadoras do *locus*, desta forma, adotamos o termo: *bioma caatinga de clima semiárido com áreas susceptíveis a desertificação e alto índice de pobreza rural*.

3 A questão dos estabelecimentos rurais campesinos

O Censo Agropecuário 2006 identificou no Brasil a existência de 5.175.489 estabelecimentos agropecuários, deste montante total, cerca de 84,4% (4.367.902) está sobre gestão da agricultura familiar (conforme definido pela Lei 11.326 de julho de 2006). Deste substrato, mais da metade dos estabelecimentos rurais (42,26%) estão no Nordeste, em sua grande maioria circunscrita no bioma da Caatinga. Em termos de área do estabelecimento em posse da agricultura familiar no Nordeste, cerca de 2,5 milhões de estabelecimentos (48%) tinham área igual ou menor que 10 ha, e cerca de 1 milhão de estabelecimentos tinham área menor ou igual a 2 ha, ocupando apenas 5% da área agrícola nordestina (BUAINAIN; GARCIA, 2013, pág. 46,45). No semiárido nordestino estima-se existir 1.713.529 estabelecimentos, desses, 465 mil tinham área igual ou inferior a dois hectares e 347 mil tinham mais de dois até cinco hectares (BUAINAIN; GARCIA, 2013b, pág. 153). Estima-se que 65% estabelecimentos do semiárido são minifúndios com menos de cinco hectares (SILVA; COSTA, 2014, pág. 959) Essas dimensões estão muito abaixo das dimensões do Módulo Fiscal (MF) da região, que varia (por município) de 12 a 90 hectares, conforme sugerido pelo Instituto de Colonização de Reforma Agrária (INCRA) como unidade de área mínima para garantir a subsistência da família (BUAINAIN; GARCIA, 2013b, pág. 154).

Mesmo o cenário do bioma caatinga de clima semiárido nordestino ser composto majoritariamente de estabelecimentos campesinos de baixa produtividade e retorno econômico, na região também abriga territórios de uma agricultura inserida em cadeias produtivas internacionais, ou seja, existem

empreendimentos de grande porte e elevado grau de inovação tecnológica vinculados as cadeias de fruticultura irrigada, flores, avicultura, piscicultura e produção de grãos (com destaque para a expansão da soja, principalmente na Bahia, no maranhão e no Piauí), aos quais podem se integrar alguns poucos e pequenos estabelecimentos agrícolas e minifúndios de 5 ha (SILVA; COSTA, 2014, pág. 966-967)

Essa inserção em mercados dinâmicos de alto fluxo de produção, circulação e consumo, coexiste com os estabelecimentos rurais campesinos (de menor área e rendimento econômico). O noutro lado da moeda, o Valor Bruto da Produção (VBP) campesina não atinge a margem de R\$ 133,00 por pessoa ocupada, fazendo com que a renda agrícola gerada pelos pequenos estabelecimentos nordestinos seja inferior a linha da pobreza (BUAINAIN; GARCIA, 2013, pág. 47), em outro momento ressaltam que “talvez seja possível afirmar que praticamente todas as pessoas ocupadas em estabelecimentos de menor porte nordestinos que dependam apenas da renda agropecuária estejam na condição de pobreza extrema” (BUAINAIN; GARCIA, 2013b, pág. 147).

Para os autores (BUAINAIN; GARCIA, 2013, 2013b) a pobreza rural nos estabelecimentos de menor porte no semiárido não se explica apenas pelo rigor do regime climático (acesso restrito a água) ou pela distribuição fundiária desigual (minifúndios), conformam-se em fatores preponderantes, mais não os únicos. Os autores explicam que um conjunto de outros fatores podem influenciar esse quadro, tais como, o contexto local pouco dinâmico (mercados agrícolas e não- agrícolas estagnados), o baixo nível educacional (44% dos chefes dos estabelecimentos são analfabetos), as tecnologias produtivas inadequadas ou de baixa performance aplicada (40% dos estabelecimentos não utilizam nenhum tipo de força de tração), origem das rendas não agrícolas provenientes de aposentadorias e programas de transferência de renda, escassa infraestrutura (apenas 59% tiveram acesso a energia elétrica, estradas vicinais precárias, estrutura de transporte precária) acesso a crédito (em sua maioria limitada ao acesso a linha de microcrédito do Pronaf-B) e a orientação técnica (apenas 6% receberam assistência técnica), compõe um cenário mais amplo dos fatores que produzem a “inviabilidade” dos estabelecimentos de menor porte.

Agregasse a esse conjunto de fatores, a variabilidade, a pouca fertilidade e a inexpressiva profundidade dos solos (SAMPAIO, 2010), considerando também que “apenas 2% da área do Nordeste é passível de irrigação” (SILVA; COSTA, 2014, pag. 956).

Mesmo sobre essas circunstâncias, foi verificado que os estabelecimentos com até dez hectares (60% das unidades no semiárido), ocupando apenas 5,6% da área disponível, geraram 35% do VBP agrícola da região. Em contrapartida 83 mil estabelecimentos com área superior a cem hectares, ocupando 57% da área total, contribuíram apenas para 22,8% do VBP respectivamente, desta forma, fica claro que “os estabelecimentos de menor porte exploram a terra de forma muito mais intensiva que os maiores” logo sem seguida complementam, “porem ainda assim não logram gerar níveis de rendimento suficiente para manter a população ocupada acima do nível da pobreza” (BUAINAIN; GARCIA, 2013b, pág. 154).

Na busca de um enquadramento mais detalhado do conjunto dos estabelecimentos rurais camponeses empobrecidos, os pesquisadores Silva e Costa (2014) buscaram tipificar os estabelecimentos tendo como um dos parâmetros a regra de enquadramento ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), distinguindo assim os estabelecimentos “pronafianos” (A, B, C, D, E) e os “não pronafianos” em quatro categorias. A primeira categoria definida como *estabelecimentos integrados ao agronegócio sertanejo* é constituída por poucos agricultores pronafianos (D, E) e os não pronafianos, representando apenas 7,73% dos estabelecimentos da região que são responsáveis por 60% do valor bruto produzido. Estão inseridos nas cadeias do leite (bovino e cabra), bem como em cadeias mais tradicionais como a cana-de-açúcar, o algodão e a pecuária. Os autores avaliam também a emergência da cadeia produtiva da apicultura. A segunda categoria definida como *estabelecimentos integrados aos polos dinâmicos*, conformam-se num pequena parcela de estabelecimentos que estão alocados em regiões com melhores condições edafoclimáticas, ou com alto grau de investimentos tecnológicos (polos de agricultura irrigada) ou próximos a grande centros urbanos dinâmicos (produção 419

hortifrutigranjeiro). A terceira categoria definida como *estabelecimentos reformados*, é composta principalmente por assentamentos da reforma agrária (pronafricanos A), representam 9,70% dos estabelecimentos, são detentores de 12,23% da área total e respondem por 13,13% do valor bruto da produção da região. Os pesquisadores avaliam os agricultores alocados nesses projetos de assentamento, possuem áreas um pouco mais aproximadas aos percentuais mínimos sugeridos pela MF, sendo mais característicos desse público as experiências de agricultura orgânica ou agroecológica. E por fim, a quarta categoria, definida como *estabelecimentos agricolamente inviáveis*, sendo o grupo majoritário de agricultores (pronafricanos B) que representam 71,69% dos estabelecimentos e ocupam 65,4% da área total, mas inseridos em sua maioria em áreas que orbitam de zero a dois hectares e outros entre dois a cinco, possuem enormes dificuldades para adoção de tecnologias e métodos de aumento da produtividade, por um lado, produto da área reduzida e dos imprevistos climáticos que dificultam a escala da produção, ocasionando baixa capitalização, por outro lado, esses estabelecimentos são produtos da ausência de assistência técnica e descompromisso governamental.

Para uma pequena porção desses estabelecimentos de menor porte, a adoção de tecnologias que visem o aumento da produtividade e a eficiência da unidade produtiva pode ser uma saída, uma possibilidade de estimular a renda de alguns estabelecimentos para próximo ou acima da linha da pobreza, mas para grande a maioria dos estabelecimentos empobrecidos economicamente, a saída não passa unicamente pela via da produção agrícola, pois

nem todos os produtores rurais alcançarão a viabilidade apenas como agricultores, mas talvez parte desses produtores possa elevar seu grau de bem estar a partir da adoção de múltiplas estratégias que permitam a geração de rendas complementares, além do apoio do Estado. (BUAINAIN; GARCIA, 2013, pág. 65).

No caso da agricultura camponesa do semiárido, a pluriatividade, ou seja, o trabalho externo (a renda não-agrícola) a unidade de produção “é na maioria dos casos, a condição primeira para a sua permanência no campo” (WANDERLEY, 2017, pag. 72).

Para alguns pesquisadores, a pluriatividade tem significados e motivações diferenciadas, em contextos dinâmicos, as rendas externas oferecem “oportunidades positivas”, noutros casos, em contextos mais complexos, como no caso dos agricultores do semiárido, a pluriatividade antes de ter um caráter virtuoso para reprodução da unidade produtiva, conforma-se quase como uma “válvula de escape” (BUAINAIN; GARCIA, 2013, pág. 37). No caso em particular do semiárido, a instabilidade econômica dos estabelecimentos de menor porte, pode ser produto da “ausência ou fragilidade da oferta de atividades não-agrícolas no espaço local” (WANDERLEY, 2009, pag. 79). Essa ausência de oportunidades de trabalhos não-agrícolas no mercado local, fazem com que as estratégias de sobrevivência dos agricultores empobrecidos perpassem “por um lado, pelas intensas e indispensáveis relações com o comércio local, representado, sobretudo, pelas feiras das pequenas cidades e por outro lado, pela migração temporária, inclusive para regiões distantes” (WANDERLEY, 2000, pag. 35).

Essa migração em muitos casos, com a “falta de infraestrutura urbana, na falta de empregos suficientes na indústria e nos serviços, o êxodo do agricultor pobre se transformará em desemprego ou em atividades sub-remunerada, ou seja, em pobreza urbana”, produto de certa forma pelo baixo nível educacional e pelo limite de absorção dos setores secundários e terciários da economia. Deste modo, tanto o regime instável do clima do bioma caatinga, bem como, “as quedas dos preços agrícolas e de ganhos dos agricultores pobres levam ao aumento do desemprego” (MAZOYER; ROUDART, 2001, pág. 493).

Para concluir essa etapa de nosso estudo é importante vislumbrar o quadro atual do crédito rural, por ser esse um dos mais relevantes instrumentos para estruturação e desenvolvimento dos estabelecimentos rurais camponeses através de estratégias de renda agrícolas e não-agrícolas. Mattei (2015) nos fornece um quadro geral do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), observando dados dos financiamentos cedidos pelo Plano-Safra de 1996 a 2012. O autor avalia que houve uma retração no número de contratos firmados no período estudado, considera que esse movimento pode ser explicado

pelo aumento da participação dos grupos de agricultores já consolidados de maior renda (até 2008 classificados como grupos C, D, E, e daí em diante chamados genericamente de “agricultores familiares”) como beneficiários prioritários do programa em detrimento dos outros grupos de menor renda (Ibid, 2015, pág. 13)

Sua análise mira também para a distribuição irregular do crédito entre as regiões do Brasil, com grande concentração na região Sul e Sudeste, e pouca aderência na região Norte e Nordeste. No entanto, na região Nordeste “verifica-se que a partir de 2006 ocorreu uma drástica redução da participação dessa região no montante total dos recursos disponibilizados”. A grande maioria do público nordestino se enquadra no perfil do PRONAF-B, uma linha de microcrédito, tendo como valor máximo para financiamento de até R\$ 4.000,00 (Plano Safra 2016-2017) com prazo de reembolso de 02 (dois) anos e para os agricultores circunscritos na região semiárida, um bônus de adimplência de 40% sobre o valor. Existem outras linhas de PRONAF disponíveis (Semiárido, Mulher, Jovens, etc) mais possuem grande dificuldades para massificação do acesso. Mattei ressalta

o programa, embasado também no critério de renda anual dos agricultores familiares, deixou de fora desde o início uma parcela expressiva de agricultores familiares consideradas de baixa renda, a qual não se enquadrava nas normas institucionais (Ibid, 2015, pág. 15)

Especificamente em relação ao grupo B do programa, o pesquisador conclui que

apesar de ter expandido sua participação ao longo dos anos, ainda se mantém num patamar extremamente baixo (6% do montante total). Esse aspecto é relevante se levarmos em consideração que nesse grupo localizam-se 55% do total de estabelecimentos agropecuários familiares do país (Ibid, 2015, pág. 16)

Desta forma considera que “a parte mais vulnerável da agricultura familiar brasileira, representada aqui pelos grupos A, A+C e B, participa com menos de 11% do total dos recursos disponibilizados, embora represente 77% dos agricultores familiares”.

No tempo presente, a lógica operacional do PRONAF, associada aos interesses bancários, acaba servindo de instrumento de exclusão de importantes segmentos da própria agricultura familiar e de fortalecimento desse próprio modelo dominante (Ibid, 2015, pág. 18)

Em certa medida esses são os desafios socioeconômicos dos estabelecimentos rurais camponeses, conformando-se num quadro desafiador, e até muitas vezes inóspito, para a reprodução desse estrato majoritário de nossa população rural.

4 Um olhar sobre a possibilidade de articulação da viabilidade socioeconômica e ambiental dos estabelecimentos rurais camponeses

O IBGE por intermédio da publicação dos *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável* (IDS, 2015), demonstrou que 46,6% da vegetação do Bioma Caatinga já foi desflorestada. Entre os 10 (dez) Estados da região Nordeste que partilham o bioma, seis unidades federativas já desmataram de suas respectivas áreas, mais que média geral do bioma (46,6%). Em primeiro lugar encontra-se o Estado de Alagoas (82,6%), seguido por Sergipe (68,5%), Pernambuco (54,9%), Bahia (53,3%), Minas Gerais (52,5%) e Rio Grande do Norte (46,9%). Em contrapartida, na região estão presentes apenas 7,1% do número total (127 unidades) das Unidades de Conservação da Natureza (UC's) no Nordeste, abrangendo uma área de 63.258 km², cobrindo apenas 7,4% da área total do bioma (844.453 km²), levando em consideração as UC's sobre responsabilidades dos governos estaduais e o governo federal.

Em relação às áreas de Reserva Legal (RL) e as Áreas de Preservação Permanente (APP) os pesquisadores Barretto, Lima, Maule e Martins (2014, pág. 254-255) afirmam que “não é possível estimar de forma consistente o tamanho da área que deverá ser recuperada pela agricultura familiar” pois até o presente momento não existem instrumentos adequados para levantamento de dados que possibilitem uma “representação acurada de déficits de RL e APP depende, a priori, da delimitação da malha fundiária” brasileira. Na ausência de instrumentos adequados, os autores recorreram a simulações (modelos) aplicadas por Sparovek. Nessa simulação os dados agregados “mostram que o percentual de RL a ser recuperado depois da media é 6% para as regiões com predominância da agricultura familiar e 21% para a agricultura não familiar”. Outro elemento interessante apresentado é que a agricultura familiar possui um déficit maior de RLs e APPs apenas na região sul do país, nos restantes das regiões, o déficit da agricultura não familiar representa a maior parte. Em relação às APPs, não é apresentado nenhum percentual, apenas ressaltam que “há um déficit de APP em toda a faixa que se estende desde o sul até o nordeste”. Os pesquisadores avaliam que existe uma desvinculação histórica entre adequação ambiental e viabilidade econômica, para eles, mesmo levando em consideração o fato de que a agricultura familiar desenha “uma geografia específica, ocupando tendencialmente áreas marginais, não a vinculou a uma maior adequação ambiental”. Deste modo, para a pequena propriedade de exploração familiar o conceito de viabilidade ambiental é “desvinculado tanto do processo histórico da expansão agropecuária como das políticas públicas vigentes” concluem (Ibid, 2014, pág. 250).

Essa pressão sobre os recursos ambientais do Bioma Caatinga, para Paupitz (2010), se explica pelo fato de que

Os recursos florestais da região servem a uma multiplicidade de fins, estando presentes na alimentação, habitação, vestuário, lazer e saúde das populações, através do fornecimento de

bens e serviços das florestas na forma de frutos, fibras corantes, ervas medicinais, madeira para construção, lenha, água e ar puro. A contínua pressão humana sobre esse recurso torna, às vezes, difícil entender que a região possa ainda conter cerca de 42% dos remanescentes florestais do bioma Caatinga. Uma das possibilidades de resposta a esta questão quiçá esteja no caráter resiliente da vegetação das zonas semi-áridas”. (ibid, 2010, pag. 59-60)

O autor avalia que no semiárido nos períodos de estiagem prolongada, “a reserva florestal – o chamado „pedaço de mato” – transforma-se, em muitos casos, em elemento de mitigação dos efeitos da seca” desta maneira, “a reserva florestal se transforma numa pequena caixa que lhe permite um certo alívio financeiro, durante os períodos mais críticos do ano” considera (ibid, 2010, pag. 61). É importante salientar que as pesquisas com foco meramente econômico, mesmo mensurando o valor econômico do patrimônio fundiário e ambiental dos estabelecimentos, pouco dialoga com as formas de uso que as famílias camponesas fazem dos recursos naturais, e como essa relação contribui para suporte as necessidades das pessoas ou até um possível incremento na receita familiar. O consumo de pequenos e médios animais, frutos e de ervas medicinais são elementos que colaboram para a resistência e reprodução dessa categoria social.

No que se refere à agricultura itinerante, Sampaio (2010), considera que deixou um legado de áreas degradadas, e nesse sentido ele avalia que

As baixas produtividades têm levado ao abandono gradativo desse tipo de agricultura nas áreas menos favorecidas, cedendo lugar à pecuária e à produção de lenha, que tem se expandindo. São formas de uso mais sustentáveis e a elas se deve a preservação de grande parte do que ainda resta de vegetação nativa. Entretanto, a formação de pastos plantados, geralmente com espécies exóticas, tem provocado a redução na vegetação nativa, principalmente nas áreas de maior disponibilidade hídrica. A produção de lenha, com cortes repetidos em ciclos demasiado curtos, em algumas áreas mais críticas como o entorno de grande centros consumidores, está reduzindo a diversidade florística. O desaparecimento de espécies-chave pode levar a períodos de carência de alimentos para alguns grupos de animais e à drástica redução de suas populações. Assim fica evidente que as práticas de pecuária e de extração de lenha precisam ser melhor estudadas. (ibid, 2010, pag. 42)

Outro fenômeno que se agrega a esses fatores é a existência de ASD. As condições naturais conjugadas com atividades antrópicas desenvolvidas de forma inadequada e intensa vem contribuindo para o surgimento do fenômeno da desertificação, que já pode ser considerado uma realidade viva no Bioma Caatinga e com grande potenciais de expansão (caso nada seja feito). Esse conjunto de fatores contribui para potencializar e acelerar os efeitos das mudanças climáticas, intensificando os ciclos de estiagem e a perda de biodiversidade, gerando cada vez mais condições inóspitas para o desenvolvimento das atividades econômicas e a sobrevivência das sociedades (vegetal, animal e humana) residentes.

Dentro desse contexto complexo, é importante pensar os impactos do novo Código Florestal. Em pesquisa desenvolvida por Barretto, Lima, Maule e Martins (2014, pág. 236-237, 244) os autores avaliam que o novo código apresenta alguns benefícios para a agricultura familiar. Nas áreas de APPs ficam autorizados “ao plantio de culturas temporárias e sazonais de ciclo curto na faixa de terra que fica exposta no período de vazante dos rios ou lagos”, tendo como regra a não supressão de novas áreas vegetativas e que se tomem as medidas para proteção da fauna através de manejo adequado. Quanto as RLs deve ser coberta com vegetação nativa e os procedimentos de regularização serão simplificados para os agricultores familiares, no que se refere a aprovação do plano de manejo florestal. Nessas áreas “a coleta de produtos florestais não-madeireiros como 423

frutos, castanhas, folhas e sementes é livre e deverá observar técnicas que não prejudiquem as espécies em questão”. Outro elemento importante é que essas áreas poderão ser recompostas com até 50% de espécies nativas de ocorrência regional e exóticas. Desta forma, a RL poderá dialogar e compor o conjunto de estratégias de sobrevivência das famílias. Os autores por outro lado, avaliam e mensuram os altos custos para realizar o processo de recuperação ambiental.

De modo geral, considerando o conjunto de desafios socioambientais encarnados nos estabelecimentos rurais camponeses no bioma caatinga, o grande desafio é dotar as formulações de políticas públicas agroambientais, num contínuo exercício e vigília de condensação de ações fragmentadas em uma ação sistêmica e sistemática no espaço e no tempo.

5 Para construção de um futuro Sustentável dos estabelecimentos rurais camponeses e do Bioma Caatinga

Nessa parte do estudo buscaremos sintetizar as principais visões de futuro e propostas formuladas na produção acadêmica analisada para a convivência e o enfrentamento dos desafios vivenciados pelos estabelecimentos rurais camponeses no bioma Caatinga de clima semiárido.

Os pesquisadores Buainin e Garcia (2013, pág. 62) a partir de estudos concluem que mesmo se os minifúndios no estado atual aplicassem seus fatores produtivos no nível máximo, não conseguiram sair da linha da pobreza. Desta forma, sugerem que além de uma política agrícola que promova um alto rendimento produtivo (não explicam qual modelo produtivo a ser adotado, se o convencional ou algum alternativo) conjugado com uma política agrária (consideram a sugestão complexa para sua operacionalização) de redimensionamento dos tamanhos dos estabelecimentos rurais, assim “os estabelecimentos nordestinos com menos de dois hectares dobrassem o tamanho e passassem para o grupo de dois a cinco hectares”. Avaliam que a combinação entre incremento de área mais produtividade poderia dar bons resultados, mas mesmo assim “o nível de pobreza, pelo menos no Nordeste, continuaria elevado” em certo modo consideram que “tal mudança não parece estar ao alcance e nem ser viável para a maioria dos estabelecimentos”.

Por outro lado, reconhecem a importância das políticas sociais de transferência de renda, e ressaltam sua importância, além de sugerirem uma reorientação das políticas agrícolas voltadas para a produção ao mercado, realizando assim uma reconversão visando “reforçar as políticas de autoconsumo, redução de riscos e vulnerabilidades e integrar a unidade de produção a residência” (ibid, 2013, pág. 64) num abordagem que contemple e articule rendas agrícolas e não agrícolas. Em determinado momento sugerem até a formulação de programas de “migração cidadã”, que na verdade seria alguma forma intervenção que buscasse regular ou dar suporte ao próprio fluxo migratório já existente, mas não detalham essa proposta. Avaliam também que o público prioritário para formulação das ações devem ser as mulheres e os jovens rurais.

“O tema da inclusão produtiva assume hoje uma grande importância” (WANDERLEY, 2017, pág. 80). Como inclusão produtiva, primeiro temos que compreender que é uma estratégia de criar a segurança alimentar e nutricional das famílias camponesas mais empobrecidas, a utilização de tecnologias apropriadas propiciará um espaço de aprendizado sobre a adoção de estratégias e

demanijos produtivos, e a partir de sua produção excedente (mesmo que residual) montar suas vias de acessos a mercados de proximidade e local.

No tocante as tecnologias apropriadas, segundo Baptista (2016, pág. 37) “demonstram a capacidade dos/das agricultores/as e dos mais pobres de produzir conhecimento, de construir estradas e caminhos que os coloque à frente de seus destinos e demonstrem que não são os pacotes tecnológicos, gerados onde quer que seja”. São exemplos dessas tecnologias, no plano da produção, a agroecologia, a permacultura, irrigação por gotejamento, manejo sustentável, bancos de sementes crioulas, no plano da infraestrutura, biodigestores, cisternas, no plano organizativo, os fundos rotativos e os mutirões por exemplo. Nessa perspectiva Silva e Costa (2014) vislumbram como seriam esses estabelecimentos, “com cisterna, horta e quintal e com moradores beneficiados por aposentadoria, pensão e bolsa família, como única forma de preservação do bioma” (ibid, 2014, pág. 971). E de maneira enfática afirmam em favor de uma agricultura camponesa “numa perspectiva agroecológica por considerar que essa proposta nutre-se muito pouco dos conhecimentos técnico-científico e não aponta para a necessidade de um dialogo permanente com os meios institucionais de investigação”, e ressaltam que

elementos como a produção e conservação de sementes nativas, controle biológico e produção natural de defensivos possam ser tratados modernamente de forma científica e tecnicamente avança por organismos oficiais de pesquisa, a exemplo como já faz a Embrapa” (ibid, 2014, pag. 974).

Nesse ponto em particular, sobre a adoção de sistemas produtivos agroecológicos, torna-se relevante observar as considerações realizadas por Aubin (2017, pág. 276, 288, 291). A agroecologia “representa uma quebra de paradigma, pois procura diminuir a dependência e a produção de externalidades (insumos) e a saída de elementos internos ao sistema (poluição)”. Com base em pesquisas, considera que esse sistema de produção “pode ser tão produtivo quanto a agricultura convencional ou até mais, visto que os gastos em *inputs* energéticos e em produtos *fitossanitários* são bem inferiores“. O autor propõe que a agroecologia conduz a uma “mudança radical na nossa maneira de nos relacionar com os outros, humanos e não humanos”. De certo modo nos deixa claro que a agroecologia não é algo que se instala automaticamente numa unidade produtiva, como se fosse uma planta industrial, ou muito menos um “pacote tecnológico”.

A adoção da agroecologia, permacultura ou agroflorestal conforma-se em tecnologias produtivas mais adaptadas a realidade produtiva do bioma Caatinga. Pois a abordagem não leva em conta apenas as áreas cultiváveis, busca também criar estratégias complementares que dialogam com as APPs e RLs. Nesse sentido, é importante ter claro,

A tecnologia é um dos elementos que afetam diretamente o funcionamento das economias camponesas, sendo muitas vezes responsável por transformações profundas tanto no nível interno da unidade produtiva como ao nível de suas relações com a sociedade capitalista (SILVA; KAGEYAMA; ROMÃO; NETO; PINTO, 1983, pág. 21).

Outra possibilidade de renda e dinamização socioeconômica é vislumbrada por meio de ações que visem à preservação e conservação ambiental da Caatinga nas áreas impróprias, tendo como objetivo fomentar o “comercio de carbono, preservação da biodiversidade, turismo, recreação, provimento de outros serviços ecossistêmicos etc. amparados, por exemplo em esquemas de

Pagamento por Serviços Ambientais (PSA“s”) (BUAININ; GARCIA, 2013, pág. 65), dessa forma, “transformando-os em verdadeiros „pastoradores do bioma Caatinga”” (SILVA; COSTA, 2014, pág. 971). Agrega-se a isso, um anova oportunidade de negocio gerado com a criação do novo Código Florestal, que ao exigir recomposição das áreas de APP“s e RL“s, cria uma grande demanda para produção de mudas de espécies (nativas ou não). Os pesquisadores Barretto, Lima, Maule e Martins (2014, pág. 261) demonstram que um das principais despesas dentro do Custo Operacional Total da recomposição são despesas com mudas, que atualmente essa mercadoria sofre uma relativa escassez de oferta no mercado. Para os autores “a disponibilidade de mudas é outro ponto que pode impactar na recuperação das APP“s” avaliam. E sobre esse gargalo em especifico, pode residir também uma oportunidade de negócios para os estabelecimentos camponeses - a criação de bancos de mudas (ou sementeiras).

Em certa medida, os pesquisadores apontam a importância do crédito para o fomento tanto de uma produção agropecuária mais sustentável, bem como, para a recomposição ambiental do Bioma. No entanto, como demonstrado por Mattei (2015) o PRONAF tem se demonstrado relativamente ausente e não adaptado aos camponeses do Bioma Caatinga. Na sua grande maioria enquadrada na linha de crédito do PRONAF-B, não conseguem acessar volume de recursos significativos do programa, e nem tão pouco dialogar (acessar) as demais linhas de crédito disponibilizadas pelo programa. No tocante a linha do PRONAF-B, Magalhães e Abramovay (2006, pág. 21, 22) formularam algumas recomendações e sugestões que poderiam aperfeiçoar a operacionalização da linha de microcrédito, e achamos relevante apresentar algumas delas. Como primeira recomendação, sugerem à criação de mecanismos de monitoramento e avaliação permanentes e independentes, consideram que a “avaliação dever ser discutido não só com os atores voltados à implantação imediata do programa, mas com todos os protagonistas da vida local de onde ele se realiza”, essa medida teria com objetivo central tirar a “monotonia no uso dos recursos” ao mesmo tempo que propicie processos de “comparação, de aprendizagem, de troca de experiências tão útil quando se trata de promover iniciativas inovadoras”. A segunda sugestão fazer com que a linha de crédito do PRONAF-B faça parte de um conjunto de programas e ações governamentais, “trata-se de fazer com que o crédito seja apenas parte de um objetivo mais geral que é a redução da desigualdade e o fim da pobreza absoluta nas regiões rurais”. E acrescentamos, e que de certa maneira também seja um instrumento de fomento da preservação ambiental. Uma terceira sugestão é que o programa seja mais simplificado, menos burocratizado, avaliam que o processo de simplificação pode ser mais eficaz do que o atual processo de multiplicação das linhas de crédito (Pronaf Jovem, Mulher, Semiárido), que “não é sentida em campo como desdobramento específico de um programa”. Outra sugestão é que sejam fomentadas metodologias de acesso ao crédito, a exemplo do AGROAMIGO.

De certa maneira, esse conjunto de elementos, sugestões e visões de futuro para que possam se tornar realidade, esbarra num gargalo identificado por todos os pesquisadores, que é assistência técnica e extensão rural (WANDERLEY, 2017; BUAININ, GARCIA, 2003, 2003b, SILVA, 426

COSTA, 2014). No caso específico do Bioma Caatinga de clima semiárido essa dimensão toma proporções monumentais. A maioria dos estabelecimentos rurais camponeses não possuem recursos para financiamento desse serviço, ficando quase que diretamente dependente de recursos federais que são majoritariamente executados pelas empresas estatais e de maneira mais residual pelas organizações não-governamentais. A fragmentação, a descontinuidade e a pontualidade têm marcado as ações governamentais. Em algumas situações e circunstâncias, as ações do Estado brasileiro variam em sua intensidade e regularidade tanto quanto o próprio clima semiárido. Não apenas o regime climático, como as próprias ações governamentais, configuram-se em como variáveis dessa equação no tempo e no espaço no bioma caatinga de clima semiárido com áreas susceptíveis de desertificação e com altos índices de pobreza rural.

Isso significa dizer que precisamos

reforçar os serviços públicos de pesquisa agrícola, nacionais e internacionais, e orientá-los de maneira que eles respondam prioritariamente às necessidades dos camponeses das regiões em dificuldades, com a preocupação da viabilidade ecológica dos ecossistemas cultivados (renovação de fertilidade...) assim como de sua viabilidade econômica e social (aumento e repartição sustentável do bem-estar...) (MAZOYER; ROUDART, 2010, pág. 35).

6 Considerações Finais

Ao fim deste breve estudo, fica evidente a multiplicidade de mecanismos de interação, cooperação, conflito e mutação dos estabelecimentos camponeses em relação ao bioma caatinga de clima semiárido com áreas susceptíveis a desertificação com seus respectivos níveis de produtividade e renda. É importante destacar que a região no período de 2012 a 2017 passou pela maior estiagem já registra nos últimos 100 anos, gerando impactos significativos na esfera produtiva, social, econômica e ambiental. Tais fatos (e efeitos), que naturalmente não poderiam ser registrados no Censo Agropecuário 2006, mas que serão revelados pelo novo Censo Agropecuário 2016. O IBGE iniciou as atividades de campo no dia 02 de outubro de 2017 com previsão para divulgação dos primeiros resultados na segunda metade de 2018. Após duas prorrogações, também está previsto o encerramento do prazo do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para o fim do mês de maio de 2018. Esses dados serão fundamentais para o aprofundamento de futuros estudos que busquem discutir a viabilidades social, econômica e ambiental dos estabelecimentos rurais camponeses no bioma caatinga de clima semiárido, tendo em vistas a construção de caminhos e possibilidades de construção de cenários de bem estar socioambiental para o conjunto dos seres que coabitam o ecossistema. Dentre tantos elementos e condicionantes levantados para conformação do quadro dos estabelecimentos rurais camponeses no bioma caatinga, em futuros estudos buscaremos aprofundar nossa atenção sobre dois pontos em particular desse setor: o crédito e a assistência técnica. E esperamos que com esse pequeno ensaio, possamos estimular cada vez mais um horizonte de debates e construção de conhecimentos para possam nos fornecer caminhos e soluções que conjuguem a conservação e recomposição ambiental com segurança alimentar e inclusão produtiva dos estabelecimentos rurais camponeses no bioma caatinga de clima semiárido.

7 Referências Bibliográficas

AUBIN. Ludovic. **O paradigma agroecológico e as crises da sociedade contemporânea: contribuições sociantropológicas na perspectiva da teoria mimética.** Desenvolv. Meio Ambiente. v 41, p. 270-294, Agosto, 2017.

BAPTISTA. Naidison de Quintella. **As tecnologias sociais e seu papel na transformação da sociedade.** IN: SANTOS. Ana Paula; CUNHA. Anderws Rafael Bruno de Araújo; DENIS. Allana Anjos Coutinho; MARIN. Alorin Martin Peres. Vivências e práticas para a coabitação no semiárido brasileiro: ensaios e reflexões. Campina Grande. INSA. 2016

BARRETTO, Alberto G. O. Pereira; LIMA. Rodrigo Carvalho de Abreu; MAULE. Rodrigo Fernando; MARTINS. Sergio Paganini. **Efeitos da aplicação do novo Código Florestal sobre o pequeno produtor e a viabilidade ambiental da agricultura familiar.** IN: NAVARRO. Zander; CAMPOS. Silvia Kanadi. A “pequena produção rural” no Brasil e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: Ganhar tempo é possível? Brasília, CGEE, 2013.

BUAINAN. Antônio Márcio; GARCIA. Junior Ruiz. **Os pequenos produtores rurais mais pobres ainda tem alguma chance como agricultores?** IN: NAVARRO. Zander; CAMPOS. Silvia Kanadi. A “pequena produção rural” no Brasil e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: Ganhar tempo é possível? Brasília, CGEE, 2013.

BUAINAN. Antônio Márcio; GARCIA. Junior Ruiz. **Contextos locais ou regionais: importância para a viabilidade econômica dos pequenos produtores** IN: NAVARRO. Zander; CAMPOS. Silvia Kanadi. A “pequena produção rural” no Brasil e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: Ganhar tempo é possível? Brasília, CGEE, 2013.

CGEE. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos Desertificação. **Degradação da terra e secas no Brasil.** Brasília, 2016.

FERREIRA. Leila da Costa. **Ideias Para Uma Sociologia da Questão Ambiental no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2006. Pág. 95.

GUIVANT. Julia S. **A Trajetória das Análises de Risco: Da Periferia ao Centro da Teoria Social.** *BIB - Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais.* Rio de Janeiro, n.º46. 2 semestre. pp. 3-38, 1998. HANNIGAN. John A. **Sociologia Ambiental: A Formação de uma Perspectiva Social.** Lisboa. Instituto Piaget.1997.pág. 11.

HELFAND. Steven M; PEREIRA. Vanessa da Fonseca; SOARES. Wagner Lopes. **Pequenos e Médios produtores na agricultura brasileira: situações e perspectivas.** In: BUAINAN. Antônio Márcio; ALVES. Eliseu; SILVEIRA. José Maria de; NAVARRO. Zander (editores técnicos). O mundo rural do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília-DF, Embrapa, 2014.

MAGALHÃES. Reginaldo; ABRAMOVAY. Ricardo. **Acesso, uso e sustentabilidade do PRONAF-B.** Consultoria Plural, 2006

MAZOYER. Marcel; ROUDART. Laurence. **Historias das agriculturas: do neolítico à crise contemporânea.** Tradução: Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira, Editora UNESP, São Paulo, NEAD, 2010.

NAVARRO. Zander; CAMPOS. Silvia Kanadi. **A “pequena produção rural” no Brasil e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro.** Revista de Extensão e Estudos Rurais. V.3, N.1, Pag. 25-92, 2014.

PAUPITZ. Júlio. **Elementos da estrutura fundiária e uso da terra no semi-árido brasileiro.** In: GARIGLIO. Maria Auxiliadora; SAMPAIO. Everardo Valadares de Sá Barretto; CESTARO. Luís Antônio; KAGEYAMA. Paulo Yoshio (orgs). Uso sustentável e conservação dos recursos florestais da caatinga. Brasília-DF, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Serviço Florestal Brasileiro, 2010.

SAMPAIO. Everardo Valadares de Sá Barretto. **Características e Possibilidades**. In: GARIGLIO. Maria Auxiliadora; SAMPAIO. Everardo Valadares de Sá Barretto; CESTARO. Luís Antônio; KAGEYAMA. Paulo Yoshio (orgs). Uso sustentável e conservação dos recursos florestais da caatinga. Brasília-DF, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Serviço Florestal Brasileiro, 2010.

SILVA. Aldenôr Gomes da; COSTA. Fernando Bastos. **Os estabelecimentos rurais de menor porte econômico do Semiárido nordestino frente às novas tendências da agropecuária brasileira**. In: BUAINAN. Antônio Márcio; ALVES. Eliseu; SILVEIRA. José Maria de; NAVARRO. Zander (editores técnicos). O mundo rural do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília-DF, Embrapa, 2014.

WANDERLEY. Maria de Nazaré Baudel. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo**. Estudos sociedade e agricultura, Rio de Janeiro, n. 15, 2000.

_____. Maria Nazare Baudel. **A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n1, Pag. 29-37 Editora da UFPR, 2000.

_____. Maria de Nazaré Baudel. **Um Saber Necessário: Os estudos rurais no Brasil**. Campinas-SP, Editora Unicamp, 2011.

_____. Maria Nazare Baudel. **O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade**. Estud.soc.agric, Rio de Janeiro, Vol. 17, N1, Pag. 60-85, 2009.

_____. Maria Nazaré Baudel. **”Franja periférica”, “pobres do campo”, Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares**. IN: DELGADO. Guilherme Costa; BERGAMASCO. Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs). Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

Contrapondo acordos entre pessoas e parques nos contextos brasileiro e sul-africano. O caso da comunidade quilombola Ivaporunduva e dos Bhangazi.

Autora: Joyce Gotlib

Resumo: No cenário contemporâneo dos países latino-americanos e africanos, tornaram-se costumeiros os conflitos envolvendo entidades ambientalistas e movimentos sociais de luta pela terra. Nesses casos, , nota-se a hegemonia dos projetos de conservação, deixando à deriva comunidades tradicionais que deveriam ter tido reconhecidos os direitos ao território de seus ancestrais (ESCOBAR, 1995). Apresentaremos neste *paper* os resultados da pesquisa realizada no doutorado (2010-2016) acerca das estratégias engendradas por atores estatais a fim de solucionar conflitos envolvendo projetos de desenvolvimento concorrentes: a criação de parques e a reparação histórica de comunidades negras por meio da titulação de seus territórios. Optou-se pelo estudo aprofundado de dois casos: o processo de titulação da comunidade quilombola de Ivaporunduva, localizada no Vale do Ribeira, titulada integralmente em 2010, e da comunidade Bhangazi, situada na província de Kwazulu-Natal, AFS, titulada em 2003. Procuraremos enfatizar que esta identidade não assegurou o livre manejo de suas terras. Tanto no Brasil quanto na África do Sul, é nítida a dificuldade dos técnicos de implementar os projetos arquitetados para estas comunidades e fazê-las, sobretudo, seguir as leis ambientais; além de imposição inerente ao programa de transformá-las em associações empreendedoras. A conversão em *nativos ecológicos* (ULLOA, 2004) faz-se sob uma perspectiva de conservação pautada num conceito de ambiente que mais se assemelha aos valores modernos e ocidentais, excluindo outras visões de mundo sobre o lugar demandado e suas agências, fazendo naufragar, desde sua concepção, as propostas de empreendimento desenhadas pelos técnicos.

Palavras-chave: Restituição de terras, Conservação ambiental, Populações tradicionais.

Notas introdutórias

No cenário contemporâneo dos países latino-americanos e africanos, tornaram-se costumeiros os conflitos envolvendo entidades ambientalistas e movimentos sociais de luta pela terra. A intrincada disputa entre estes sujeitos convertem-se em dilemas, em certa medida insolúveis, para os atores estatais que lidam com as políticas públicas agrárias. Nesses casos, marcados pela sobreposição de demandas entre aqueles que reclamam o direito a terra e aqueles que ensinam um ambiente conservado, nota-se a hegemonia dos projetos de conservação, deixando à deriva comunidades tradicionais que deveriam ter tido reconhecidos os direitos ao território de seus ancestrais (ESCOBAR, 1995).

Apresentaremos neste *paper* os resultados da pesquisa realizada no doutorado (2010-2016) acerca das estratégias engendradas por atores estatais a fim de solucionar conflitos envolvendo projetos de desenvolvimento concorrentes: a criação de parques e a reparação histórica de comunidades negras por meio da titulação de seus territórios. Optou-se pelo estudo aprofundado de dois casos: o processo de titulação da comunidade quilombola de Ivaporunduva, localizada no Vale do Ribeira, titulada integralmente em 2010, e da comunidade Bhangazi, situada na província de Kwazulu-Natal, AFS, titulada em 2003.

No Brasil, o processo de reconhecimento e titulação de terras tradicionalmente ocupadas por remanescentes de quilombos foi formalizado com a constituição brasileira de 1988. Na África do Sul, o projeto político de reparação histórica tornou-se parte da agenda do Estado em 1994, quando o ANC (African National Congress), representado por Nelson Mandela, tornou-se governo. Esse projeto vincula-se à reparação da lei mais danosa do apartheid: Native Land Act de 1913, que proibiu a população nativa de possuir, seja por meio de compra ou aluguel, terras fora dos limites das *reservas*. Dentre as várias formas para reparar historicamente as injustiças alavancadas por esse ato, a principal delas foi ao Ato de Restituição de 1994, primeira legislação do governo do ANC, a qual prescrevia a restituição das terras à população forçosamente removidas das terras de seus ancestrais.

As políticas de titulação das terras ocupadas por comunidades negras rurais, aqui e lá, enfrentam, desde sua fundação, disputas com as instituições de conservação ambiental, que veem a presença de populações humanas em áreas protegidas como uma ameaça a esses ecossistemas.

O processo de burocratização do conceito antropológico de **populações tradicionais** é fruto de uma estratégia dos movimentos sociais a fim de sanar conflitos entre a luta pela reforma agrária e conservação ambiental. Esta saída conceitual exprimiou, em larga medida, as demandas históricas daqueles que mantêm um vínculo tradicional com a terra que ocupam. Tal feito, que converteu posseiros em “nativos ecológicos”, em alguma medida, colaborou para que estes sujeitos se tornassem visíveis ao Estado, já que ao atribuir a estes grupos uma identidade ecológica (guardião da floresta), torna-se possível a titulação de seus territórios. Como afirmou ALMEIDA:

Nas duas últimas décadas estamos assistindo em todo o País, e notadamente na Amazônia, ao advento de novos padrões de relação política no campo e na cidade. Os movimentos sociais no campo, que desde 1970 vem se consolidando fora dos marcos tradicionais do controle clientelístico e tendo nos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais uma de suas expressões maiores, conhecem no momento atual, ou seja, desde 1988-89, certos desdobramentos, cujas formas de associação e luta escapam ao sentido estrito de uma entidade sindical, incorporando fatores étnicos, elementos de consciência ecológica e critérios de gênero e de autodefinição coletiva, que concorrem para relativizar as divisões político-administrativas e a maneira convencional de pautar e de encaminhar demandas aos poderes públicos (ALMEIDA; 2004).

Assim, nos dois contextos estudados, o vínculo tradicional com o território foi essencial para que tanto os Banghazi quanto a comunidade quilombola de Ivaporunduva tornarem-se beneficiários públicos. No entanto, procuraremos enfatizar que esta identidade não assegurou o livre manejo de suas terras. Tanto no Brasil quanto na África do Sul, é nítida a dificuldade dos técnicos de implementar os projetos arquitetados para estas comunidades e fazê-las, sobretudo, seguir as leis ambientais; além de imposição inerente ao programa de transformá-las em associações empreendedoras. A conversão em *nativos ecológicos* (ULLOA, 2004) faz-se sob uma perspectiva de conservação pautada num conceito de ambiente que mais se assemelha aos valores modernos e ocidentais, excluindo outras visões de mundo sobre o lugar demandado e suas agências, fazendo naufragar, desde sua concepção, as propostas de empreendimento desenhadas pelos técnicos. Procuraremos demonstrar que o sucesso destes empreendimentos, quando ocorrem, está relacionado ao perfil de suas lideranças e aos sentidos que empregam ao engajamento político no movimento social de luta pela terra.

1. Os acordos com Ivaporubduva

1.1 . Resolvendo as fronteiras com o parque: o processo de desafetação

A comunidade de Ivaporunduva localiza-se na região paradisíaca do Vale do Ribeira, escondida às margens do Rio Ribeira do Iguape, no município de Eldorado Paulista, sudoeste de São Paulo¹.

Em 1998, ano em que foi publicado o laudo antropológico da comunidade quilombola Ivaporunduva pelo FITESP, o território do grupo encontrava-se sobreposto a duas unidades de proteção integral: o PEI (Parque Estadual Intervales) e o Parque estadual do Jacupiranga. Nesse caso, apesar do reconhecimento de seu território frente ao Estado, as UCs significavam um impedimento grave à manutenção daquelas comunidades, já que estas estavam submetidas às imposições das legislações ambientais vigentes.

A mudança nos limites das UCs foi prescrita por meio dos decretos 43.651 e 44.293, publicados em 1998 e 1999, respectivamente. Anos mais tarde, em 2008, foi publicado a Lei do Mosaico do Jacupiranga, publicada em 2008, dispõe sobre a reclassificação das categorias das UCs do PEJ, visando o reconhecimento das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos e a permissão do manejo territorial sustentável, nos termos do artigo 68, do ato das disposições constitucionais transitórias da Constituição Federal.

¹ Em 1995, parte das terras da comunidade fora delimitada como área do Parque Estadual Intervales, impedindo a feitura de roças e a extração de palmito. O processo de reconhecimento, delimitação, regularização fundiária e titulação da comunidade de Ivaporunduva iniciou-se em fins dos oitenta, a partir do engajamento das suas lideranças pelo reconhecimento público de sua condição de remanescente de quilombo. As terras pleiteadas por Ivaporunduva pertenciam à empresa Alagoinha empreendimentos e ao governo estadual paulista, sendo necessárias ações de regularização fundiária nos âmbitos estadual e federal. A primeira vitória desse coletivo foi a aceitação de seu pleito pelas autoridades estatais em 1995, findando com a titulação integral da terra reivindicada em 2010.

Caminhos da desafetação		
PL 0260 de Beatriz Pardi do PT	1998	Proposta de exclusão dos Parques Estaduais de Jacupiranga e Intervalos, das áreas ocupadas por remanescentes das Comunidades dos Quilombos
Decreto 43.651	1998	Decreto que as terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos não farão mais parte do perímetro da APA Serra do Mar
Decreto 44.293	1999	Decreto que as terras reconhecidas como de propriedade definitiva dos remanescentes das comunidades quilombolas não fazem mais parte do PEI
Lei SNUC	2000	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
PL 0583 de Renato Simões do PT	1999	alteração dos limites dos parques estaduais de Jacupiranga e Intervalos, visando o reconhecimento da aquisição do domínio das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, nos termos do artigo 68 do ato das disposições constitucionais transitórias da CF
Lei 10850 (PL 0583)	2001	alteração dos limites dos parques estaduais de Jacupiranga e Intervalos, visando o reconhecimento da aquisição do domínio das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, nos termos do artigo 68 do ato das disposições constitucionais transitórias da CF
Lei da Mata Atlântica	2006	Institui o Bioma Mata Atlântica
Lei Mosaico do Jacupiranga	2008	Altera os limites dos parques e APAs e cria um mosaico de unidades de conservação (vide mapa)

Ao questionar à analista agrária do FITESP, que na época participou do processo de *desafetação*² de Ivaporunduva, sobre como se deu a mudança nos limites dos parques, a servidora justificou:

No início dos trabalhos havia um grupo gestor que se reunia, mas o controle sobre os técnicos era bem menor que hoje em dia. Se havia uma área de parque sobreposta à reivindicação dos quilombolas, havia um pouco de liberdade para fazer a demarcação das terras dos remanescentes. Hoje em dia, esta demarcação tornou-se bem mais conflituosa (Entrevista com analista em assuntos fundiários do FITESP, março de 2011).

A liberdade de atuação dos servidores pode ser atribuída a diversos fatores: ao caráter inédito das iniciativas de regularização fundiária, endereçadas aos quilombolas no Estado, à falta de normas relativas à sua execução, à vontade política do governador Covas em efetivar esses direitos e, por último, aos sujeitos que ocupavam cargos de alto escalão na Secretaria de Meio Ambiente e na Secretaria da Justiça.

Mesmo com a desafetação, a Fundação Florestal continuou negando direitos aos quilombolas, alijando os mesmos das condições inerentes à permanência daquelas comunidades em seus territórios. Os dados colhidos nas entrevistas realizadas com técnicos do FITESP apontam para a existência de impasses burocráticos e ideológicos em executar as ações propostas nos projetos e nas diretrizes estabelecidas pelo Grupo gestor de Quilombos, inclusive a de licenciamento das roças

² O processo de desafetação deve ser entendido como o ato administrativo da burocracia estatal, a partir do qual um órgão da administração pública torna um bem apropriável.

1.2. As parcerias com o ISA: a capacitação para o “desenvolvimento sustentável”

Veremos agora como foi desenhado o projeto de capacitação em desenvolvimento sustentável da comunidade de Ivaporunduva incluindo a escolha de seu *carro chefe*: a produção de banana orgânica.

O ISA (Instituto Socioambiental), entidade reconhecida pela *expertise* no campo socioambiental foi selecionado para desenvolver o PGAPDE (Projeto Gestão Ambiental Participativa e Desenvolvimento Econômico) da Comunidade Ivaporunduva, custeado pelo MMA (Ministério de Meio Ambiente). O Projeto em questão estava amparado na premissa de que as comunidades quilombolas do VR não possuíam, até aquele momento, alternativas capazes de assegurar o desenvolvimento socioeconômico de suas populações, o que colocaria em risco, de acordo com PEDROSO, “a permanência no campo e equilíbrio ambiental da maior área contínua de Mata Atlântica do país” (2008: 35).

Com relação às propostas do *Termo de Cooperação*, observa-se que o objetivo do acordo foi transferir a *expertise* dos técnicos contratados pela entidade para os coordenadores locais dos projetos a serem desenvolvidos pela comunidade. As atividades de capacitação técnica englobaram:

- Plano de gestão ecológica e econômica do território quilombola,
- Enriquecimento de áreas degradadas com o palmitreiro juçara (*Euterpe edulis*), englobando no total 200 hectares de terra.
- Agregação de valor aos produtos das atividades já desenvolvidas na comunidade (cultura da banana, certificação orgânica dos produtos agrícolas, utilização da fibra da bananeira na confecção do artesanato);
- Melhoria do ambiente do núcleo urbano da comunidade com investimentos em infraestrutura, a saber: compra de um caminhão de médio porte para o transporte e comercialização da banana³, 30 teares para confecção do artesanato⁴, construção de um galpão e construção da casa de artesanato⁵ e, por último, a confecção da identidade visual da associação.

De acordo com a ficha do PGAPDE, o trabalho de capacitação foi feito na forma de:

³ De acordo com MELO (2008), o Projeto de comercialização da banana orgânica, desenvolvido na comunidade pelo ISA, teve a participação do FITESP de Eldorado, que facilitou a emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf, o que permitiu a formalização do projeto junto à CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento). Concomitante a isso, o Projeto Artesanato recebeu a ajuda de Marta Negrão, do FITESP, como apoio técnico (MELO, 2010).

⁴ A atividade artesanal com a palha de bananeira, da forma como é feita atualmente, se iniciou em 1997, após um curso de capacitação dado pelos pesquisadores da ESALQ para os moradores do quilombo. Em 2001, 10 moradores desenvolviam produtos a partir da fibra da bananeira como atividade comercial (PEDROSO, 2008).

⁵ A Casa do artesanato foi construída no primeiro semestre de 2002.

- Seminários com a comunidade sobre técnicas de agricultura orgânica,
- Oficinas,
- Feiras de artesanato,
- Atividades de educação ambiental e
- Produção de apostilas.

1.4. As parcerias com o ITESP: a capacitação para o “turismo”

O curso de capacitação para monitores ambientais foi realizado em 2001, pago com fundos do FITESP. Ao final, formaram-se quatro monitores ambientais para atuar dentro e fora da comunidade. O foco do curso era a Espeleologia, já que a região concentra um grande número de cavernas. A Caverna do Diabo, um dos atrativos turísticos da cidade, localiza-se a pouco mais de cinco quilômetros da comunidade, oferecendo oportunidade de trabalho, em curto prazo, para os moradores de Ivaporunduva. Nesse caso, a capacitação visava profissionalizar indivíduos da comunidade, a fim de aprimorar as atividades de turismo que a comunidade oferecia desde 1997 para instituições educacionais.

Além do curso, a entidade estatal iniciou a construção de um hotel em Ivaporunduva, para receber excursões de estudantes interessados na vida comunitária dos quilombos, projeto financiado pelo Programa “Equipamentos Comunitários”.

Só pelo programa Equipamentos Comunitários, foram investidos R\$ 203 mil no fornecimento de material para construção de seis agroindústrias e de dois centros comunitários em assentamentos. Inédito em áreas quilombolas, um centro de recepção de visitantes também vai ser construído em Ivaporunduva, município de Eldorado (FATOS da TERRA, 2002:14).

De acordo com o periódico publicado pelo FITESP, os beneficiários do projeto poderiam decidir qual equipamento se adequaria melhor às necessidades da comunidade. Diferente dos demais grupos contemplados, que optaram em gastar o recurso em habitação e equipamentos agrícolas, os representantes de Ivaporunduva decidiram aprimorar os serviços de hospedagem oferecidos aos turistas, que antes eram hospedados na casa dos moradores. Durante entrevista com a analista da entidade, ela destacou a capacidade organizativa da comunidade:

Os moradores de Ivaporunduva já eram cabeça feita, já sabiam de seus direitos, já haviam se organizado anteriormente. Anteriormente, era preciso dizer, alertá-los sobre seus direitos. Agora, eles vêm dizer o que querem para nós”.

1.5. Os investimentos da Associação

O quilombo de Ivaporunduva destaca-se dos demais quilombos pelo grau de organização e autonomia relativa frente às entidades estatais e organizações não governamentais.

Este quilombo é reconhecido tanto no âmbito local, como nos âmbitos nacionais e internacionais. Isso pode ser observado não só na literatura sobre as comunidades quilombolas do VR, mas também no discurso dos políticos e servidores públicos inseridos nessa contenda. As lideranças são vistas como porta-vozes dos quilombolas do VR e, regularmente, são convidadas para eventos nacionais e internacionais, que abordam a temática negra e quilombola.

Durante a investigação pude perceber que a Associação vem se empenhando para participar dos editais de fomento, disponibilizados pelo governo federal, por meio do Ministério de Desenvolvimento Agrário e do de Meio Ambiente. Anteriormente, os recursos federais chegavam à comunidade por meio das ONGs, que mediavam a relação entre as agências financiadoras e a comunidade. De acordo com o presidente da Associação (em exercício em 2013), os líderes da Associação, *atualmente mais jovens do que aqueles que ocuparam esses cargos há dez anos*, têm optado por driblar as entidades intermediárias, passando a elaborar seus próprios projetos, candidatando-se nos editais que encaixam as propostas ensejadas pela Associação.

Assim, podemos dizer que a estratégia recente de elaboração de projetos de fomento e desenvolvimento reposicionou Ivaporunduva na arena de disputas local, tornando-a concorrente dos recursos disputados pelas ONGs. Segundo o presidente do grupo, “a Associação aprendeu o caminho das pedras e vem funcionando como sua própria ONG”. Nesse caso, além de beneficiárias, cada vez mais, a Associação vem buscando firmar parcerias e projetos, posicionando-se como uma articuladora e mediadora. Ao observarmos o *modus operandi* das atividades etnoturísticas desenvolvidas atualmente em Ivaporunduva, percebemos que a Associação tornou-se o principal mediador da comunidade, autonomizando-se, em certa medida, do ISA e do FITESP.

Em 2009, o ISA inaugurou, em conjunto com nove comunidades quilombolas do VR, o Circuito Quilombola, que tem como proposta o turismo de base comunitária. O intuito era incentivar a atividade turística nos quilombos, colaborando para o aumento da renda das famílias quilombolas. Apesar de Ivaporunduva fazer parte do circuito, a maior parte das atividades turísticas desenvolvidas na comunidade ocorre em parceria com o SESC e a CONAB, que articulam a ida de grupo de estudantes para o quilombo.

Com relação à autonomia relativa frente ao FITESP, o que salta aos olhos é a articulação interna dos membros para profissionalizar os mais novos, investindo na

formação de um corpo de profissionais especialistas em e turismo, dispensando a entrada de agentes externos.

Durante os quinze anos de investimentos internos e externos com o turismo cultural, o Quilombo organizou seu território, ergueu equipamentos para a recepção dos turistas e elaborou passeios, rotas e trilhas dentro do Quilombo com a intenção de destacar a cultura e histórica da comunidade, procurando driblar os impedimentos agro-extrativistas impostos pela lei ambiental.

2. O acordos de restituição com os Bhangazi.

No outro lado do atlântico, a terra reivindicada pelos Bhangazi recai também sobre um cenário paradisíaco: o norte da província de Kwazulu-Natal, hoje denominado Parque Úmido Isimangaliso que congrega floresta úmidas, lagos e praias exuberantes. No sudeste do Lago St Lucia, próximo ao lago Bhangazi, na região de Nkokhweni, viveram cerca de 500 famílias do clã Mbuyazi por, no mínimo, seis gerações. Em 1956, a área foi declarada um *Black spot* e seus moradores receberam a primeira notícia de remoção. A área, delimitada como Parque estatal St Lucia, seria utilizada para a plantação de pinheiros e para uso turístico da população branca. A reivindicação desse grupo tornou-se pública por meio da batalha entre movimentos em defesa da conservação ambiental e interessados na exploração mineral de titânio nas dunas que separam o Lago St Lucia do mar. O relatório de Impacto Ambiental (1993) produzido a partir desse embate e os comentários subsequentes expuseram a história de ocupação e remoção dos Bhangazi, incluso suas demandas, obtidas durante as investigações feitas pelos especialistas contratados para a construção do documento. Em 1995, a Comissão de Restituição de Terras de KwaZulu Natal aceitou o pedido protocolado no órgão e deu início ao processo de restituição. Em setembro de 1999, foram assinados os acordos entre os Bhangazi, a autoridade do parque e a Comissão de Terras. Sem quaisquer direitos de propriedade sobre a terra reivindicada, cada família recebeu uma compensação financeira e uma área (na qual foi enterrada Lokotwayo), destinada a construção de um museu e um hotel.

Após o acordo de *settlement* assinado entre os Bhangazi e o Departamento Nacional de Assuntos Fundiários, iniciou-se o processo denominado *post settlement support*, fase em que a Trust converte-se em beneficiária de projetos visando o desenvolvimento econômico da comunidade. De acordo com o acordo de *settlement* assinado em 1999, a

comunidade teria direito a exploração hoteleira da terra titulada, a construção de um centro cultural para a preservação das memórias da comunidade e de seu patrimônio cultural, auxílio para a produção e escoamento do artesanato produzido pelas famílias (leia-se mulheres) e venda nas lojas do parque. A execução desses projetos envolveu também a entrada de instituições parceiras como empresas privadas e ONGs.

2.1. O acordo com o Departamento nacional de terras.

Em setembro de 1999, a Associação Bhangazi assinou o acordo formal de (titulação) *settlement* com o DLA. O acordo firmado com os *claimants* foi feito aos moldes de um título formal de propriedade, determinando um valor total pela terra reclamada. A partir desse valor, dividiu-se o montante entre as famílias beneficiárias. O valor total acertado foi de R 16.680.000,00, dividido por 556 famílias, ou seja, aproximadamente R 30.000 por família⁶.

No caso Bhangazi, o tipo de *settlement* acordado no memorando englobava: a compensação financeira, a participação da associação no desenvolvimento da região sem a restauração do título formal da terra e o pequeno lote titulado em nome da associação denominado Sítio de Herança.

2.2. Os acordos com o órgão ambiental.

O segundo acordo firmado com os *claimants* Bhangazi foi assinado entre os reclamantes e a entidade ambiental de KwaZulu-Natal. De acordo com o documento, a *Trust Bhangazi* seria o beneficiário principal da arrecadação monetária proveniente da tarifa de entrada paga pelos turistas. O dinheiro seria distribuído da seguinte forma: 70% para a *Trust*, 20% para a autoridade tribal Mpokonyoni e 10% para a entidade ambiental.

Com relação aos direitos de uso e ocupação, de acordo com o memorando, a entidade ambiental seria responsável por demarcar um pequeno lote de terra para a construção de um sítio histórico em homenagem aos ancestrais dos Mbuyazi e a proteção de outros sítios, como aqueles onde se situam os túmulos dos ancestrais.

Segundo o acordo, o parque só permitiria a entrada dos antigos residentes em horas previamente agendadas e o manejo de ervas tradicionais só poderia ocorrer em

⁶ John conta que se encontrava com os *claimants* pelo menos uma vez ao mês para tentar chegar a um acordo quanto ao *settlement*. Segundo ele, havia muita discordância entre os *claimants*. Phineas Mbuyazi era o único que defendia o retorno para a terra ancestral. O resto dos *trustees* queriam a compensação financeira e uma parcela dos recursos recebidos pelo parque.

determinadas épocas do ano, mediante prévia autorização da autoridade. A caça estava proibida. A carne proveniente dos animais exterminados por caçadores ou por autoridades do parque poderia ser comprada pelos beneficiários a preços mais baixos.

A insistência em um plano de conservação pautado na natureza intocada pode estar relacionada à falta de rotatividade dos funcionários da entidade ambiental (Leia-se NPB), que manteve seu *staff* praticamente intacto, mesmo após a mudança de governo em 1994. De acordo com Walker, a *sunset clause*⁷ tornou-se um obstáculo de peso na execução da nova política de reparação das injustiças encabeçadas pelo ANC. Mesmo que o antigo NPB fosse conhecido como uma entidade menos ortodoxa e que defendesse projetos mais democráticos que aqueles zelados pelo Partido Nacional, seu modelo de conservacionismo era incompatível com a política de restituição de terras, tão cara ao ANC.

3.3 O acordo com a autoridade Isimangaliso

Verifica-se a partir de 1998, uma mudança paulatina no regramento e manejo dos parques nacionais sul-africanos, confirmada a partir da promulgação de dois atos: o Ato de Gerenciamento Ambiental (National Environmental Management Act) e o Ato de Patrimônios Mundiais. O primeiro tinha como premissa o empoderamento local e a co-participação da população local nos projetos de desenvolvimento e turismo levados a cabo em áreas protegidas e a segunda legislação incorporou os direitos culturais, financeiros e políticos dos beneficiários das políticas de restituição.

Embasadas nestas medidas e no reconhecimento mundial da área como patrimônio da humanidade, cria-se o GSLWP (Greater St Lucia Wetland Park), renomeado Parque Úmido Isimangaliso⁸ (Isimangaliso Wetland Park). Em 2000, foi criado um aparato burocrático denominado Isimangaliso Authority, para assumir a gestão desse complexo de áreas protegidas, incluindo nessa contenda a responsabilização sobre a implementação dos acordos firmados com mais 14 *claims* de restituição, como os Bhangazi.

⁷ O termo *sunset clause* refere-se ao compromisso firmado entre o ANC e o partido Nacional que governou a África do Sul até 1993, para que o novo governo não substituísse de forma drástica os cargos no governo. O acordo era que isso fosse feito de forma gradual, mantendo parte do antigo governo no poder por mais cinco anos.

⁸ O complexo mudou de nome, acompanhando as mudanças linguísticas levadas à cabo com o fim do apartheid, sendo renomeado Isimangaliso Wetland Park. De acordo com o presidente da Trust Bhangazi, o novo nome foi dado por Mandela. Em 1999, ele teria sobrevoado a região e afirmado que esse lugar era “um milagre” (Isimangaliso em IsiZulu) .

Em síntese, este novo órgão refez o acordo antigo existente entre os Bhangazi e a entidade ambiental provincial. Novas cláusulas foram adicionadas ao antigo documento assinado em 1997, dentre elas:

- ✓ A mudança geográfica do sítio histórico dos Bhangazi e a ampliação da área dedicada aos ancestrais da comunidade;
- ✓ A contratação de uma empresa privada especializada para a construção do museu e do *lodge* no sítio histórico destinado à *Trust*;
- ✓ Ênfase na responsabilidade da autoridade do parque Isimangaliso em prover oportunidades de emprego e educação para os *claimants*;
- ✓ O reconhecimento da *Trust*, pela Autoridade, como um parceiro obrigatório, no que tange às atividades turísticas desenvolvidas no parque.

Segundo as normativas acordadas, o hotel, assim como o museu, seria co-gerenciado pela *Trust* e pela autoridade do parque, por meio de uma parceria entre as duas entidades. Além desses novos compromissos, conforme o conteúdo da nova legislação, a entidade gestora da AP deveria prover aos grupos afetados pela criação do parque, incluindo os Bhangazi, oportunidades de emprego e contribuir para a melhoria das condições de vida da população local. Um dos programas desenvolvidos pelo Isimangaliso é o programa de acesso ao nível superior realizado pela entidade:

3.4.O empreendimento hoteleiro

A ONG selecionada para dar suporte aos Bhangazi, no processo de decisão do projeto a ser desenvolvido em seu sítio histórico, foi a ASF (Africa Safari Foundation). A entidade não era novata: o diretor da entidade, Peter John, já havia trabalhado com os Bhangazi ao lado de Eddie Kock, no início dos anos 2000, na produção de um filme sobre os dilemas do grupo, intitulado Buffalo Thorn.

De acordo com entrevista realizada com Peter em 2013, o empreendimento hoteleiro no sítio histórico dos Bhangazi teria aproximadamente 25 apartamentos, e os Bhangazi teriam também direito de realizar atividades turísticas no parque, como caminhadas monitoradas com os turistas e passeios de barco no lago, nas quais seriam dadas informações sobre a história do grupo que viveu naquelas terras e sua relação histórica e cultural com a região oriental do lago St Lucia, evidenciando suas tradições. John sugeriu ao grupo convidar uma terceira entidade parceira para a reforma do *Lodge*, especializada em projetos de desenvolvimento sustentáveis na área de agricultura e turismo para grupos beneficiários de políticas estatais. A empresa Vumelanga

concordou em trabalhar para os Bhangazi, provendo cerca de R\$ 600.000 Rands, mas ainda dependiam de uma resposta do Isimangaliso⁹. O processo de modernização do *lodge* encontrava-se embargado, aguardando a publicação de EIA/RIMA acerca dos impactos do hotel no ecossistema do parque. Segundo Peter:

Existe um embargo do Isimangaliso para a realização do empreendimento e, devido ao seu poder político imenso, nada está sendo feito. O processo só caminha quando há visita de algum político ou quando o governo nacional pressiona o órgão. Não existe vontade em caminhar com a questão.

3. Considerações: Acordos em perspectiva

Durante a investigação, percebemos inúmeras semelhanças entre os acordos tecidos entre as entidades estatais e ONGs e as comunidades Ivaporunduva e Bhangazi, com destaque para: as restrições de uso agrícola do território, a inserção das lideranças locais na gestão dos parques e a elaboração de propostas de empreendimentos turísticos aos beneficiários destas políticas públicas, além da difusão e imposição do conceito de *desenvolvimento sustentável*.

Os acordos entre Ivaporunduva e o ISA e aqueles firmados entre os Bhangazi e as entidades ambientais demonstram a hegemonia das ideias conservacionistas acerca do ambiente, podendo ser uma chave para compreender o fracasso destes projetos. Estes estão pautados em visões de mundo sobre a natureza e o funcionamento do meio que diferem consideravelmente das conceituações nativas acerca do funcionamento dos seres que englobam sua realidade vivida. Como exemplo, podemos citar a proibição da feitura de roças em sistemas de coivara e os cursos de capacitação para a produção de banana orgânica em Ivaporunduva. As ideias de pureza e perigo embutidas nestas propostas referem-se a sistemas ontológicos eurocêntricos divergentes das noções de pureza e perigo difundidas entre os quilombolas do Vale do Ribeira. No caso Bhangazi a ruína dos projetos de desenvolvimento desenhado pelos ambientalistas está indubitavelmente relacionada com a divergência das cosmologias nativas e ocidentais acerca do ambiente e sua conservação. Enquanto para os Bhangazi, o vínculo frequente entre seus líderes clânicos e os animais do lago Bhangazi são essenciais para sua sobrevivência e os parentes mortos¹⁰; para os ambientalistas, a permanência humana ao

⁹ Informações cedidas por Peter John durante entrevista realizada com o ativista, em maio de 2013, no escritório da Africa Safari Foundation.

¹⁰“ The lake dweller – the hippopotamus of Lake Bhangazi- has a special relationship with our family. It is one of the secrets of th Mbuyazi family. We communicated with the hippo regularly. But now that I am no longer at Bhangazi, that it is difficult. This is now the second year that I have not been able to go to the lake and talk to them” (Bhangazi, entrevista feita por Walker em 2003 apud WALKER, 2008)).

redor do lago causaria a destruição do ecossistema. Neste caso, as matrizes ontológicas associadas às restrições de uso e a imposição de períodos determinados para a caça distanciam-se das concepções nativas acerca dos períodos de caça e sua periodicidade, apenas para citar um exemplo. Além disso, nota-se que, mesmo tendo as terras tituladas, a maioria das restrições de uso permanece inalterada. Ou seja, a titularidade da terra não significou nestes casos a liberdade de usufruto e das decisões concernentes aos seus usos. De acordo Iáskara Saldanha, do NUPAUB:

O veto à caracterização oficial das populações tradicionais na lei que instituiu o Snuc no Brasil, ficou demonstrado que as iniciativas públicas são ainda muito incipientes no que se refere a dar garantias a essas comunidades, especialmente tratando-se de não-indígenas (FILHO, 2005).

Mais uma vez notamos como a hegemonia dos modos de pensar da ciência ocidental incide sobre as populações originárias excluindo-as da modernidade, e conseqüentemente, da participação na definição das matrizes discursivas sobre natureza e cultura (LATOURET, 2004).

Contrapondo os dois casos, nota-se que o empoderamento político de Ivaporunduva e também o reconhecimento dado pelo Estado às populações tradicionais colaboraram para a permanência da comunidade do território que ocupam, diferentemente do caso Bhangazi. O engajamento de seus líderes não foi suficiente para derrubar as restrições impostas pelos ambientalistas, que historicamente mantêm uma relação próxima com o Estado, datada do início do período colonial.

Percebe-se ainda que o relativo sucesso do empreendimento turístico em Ivaporunduva pode estar associado ao engajamento político de suas lideranças, no nível escolar e técnico destes sujeitos e na faixa etária dos militantes quilombolas. A associação quilombola, no momento de realização da pesquisa, era formada por lideranças jovens, a maioria delas com ensino médio completo, com diploma de técnico ou superior, motivadas pelo desenvolvimento econômico de sua comunidade e em frear a migração de seus membros mais jovens para a cidade.

No caso sul-africano, os *trustees* representantes dos Bhangazi tem faixa etária entre 40 e 60 anos e mantêm uma desconfiança entre si, devido em larga medida ao rompimento dos laços das famílias que compõem a *claim Bhangazi* (haja vista o longo tempo passado da remoção). Com relação à faixa de idade, ROSA (2004) em suas pesquisas sobre o movimento sem terra sul-africano (o *landless people movement*) vem

chamando atenção para as diferenças de idade entre os militantes sem terra brasileiro e sul-africano, explicadas a partir dos sentidos imputados ao engajamento político pelos sem terra em cada um destes contextos.

Outro ponto de destaque é o contraste entre os empreendimentos hoteleiros em vigor nas comunidades tituladas, Em Ivaporunduva, as dificuldades vem sendo superadas pela organização e união de seus líderes, pela antiguidade da comunidade e pelo alinhamento político de suas lideranças. Nota-se que a Associação vem desenvolvendo táticas para criar autonomia tanto da ONG como do Estado. No caso Bhangazi, as barreiras impostas pelos ambientalistas dentro e fora do Estado, dificultam a autonomia da *trust*. Os impedimentos narrados por Peter John parecem indicar que não há uma vontade política da autoridade do parque em romper os laços de dependência construído com os beneficiários públicos, demonstrando que estas políticas públicas funcionam, em sua maioria, para manter o poder do estado sobre os indivíduos (FERGUSON, 1990) Nas reuniões que participei entre trustees e representantes do governo, ficou claro que parte das estratégias da autoridade Isimangaliso era fomentar a competitividade entre as lideranças de cada *trust*.

4. Referências Bibliográficas

ALMEIDA Wagner Berno De, Alfredo. **Terras tradicionalmente ocupadas. Processos de territorialização e movimentos sociais.** Revista brasileira de estudos urbanos e regionais, v. 6, n. 1, 2004.

ARTURO, Escobar. **Encountering development: the making and unmaking of the third world.** Princeton Studies in Culture/Power/History. Princeton University Press. Princeton. New Jersey, 1995.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 1996.

FERGUSON, James. **The anti-politics machine.** the anthropology of the state: a reader, p. 270-86, 1990.

FILHO, Maurício Monteiro. **Modernidade não dá espaço a saberes tradicionais.** Reportagem publicada em 01/04/2005. Disponível em HTTP: <http://reporterbrasil.org.br/2005/04/modernidade-nao-da-espaco-a-saberes-tradicionais/>.

LATOUR, Bruno. LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos.** Editora 34, 1994

ROSA, Marcelo Carvalho. **Landless experiences: youth and social movements in Brazil and South Africa.** Disponível em http: http://ceas.iscte.pt/ethnografeast/papers/marcelo_rosa.pdf

ULLOA, Astrid. **La construcción del nativo ecológico: complejidades, paradojas y dilemas de la relación entre los movimientos indígenas y el ambientalismo en Colombia.** Instituto Colombiano de Antropología e Historia (ICANH), 2004.

O Dilema do Pampa ou Campo Natural / *Rangeland*

Complexidade do desenvolvimento devido à concorrência pela terra e os recursos naturais

Juliana G. Moreira¹, Marie Opplert², Rodrigo G. Maciel³

Resumo: Baseado na análise das dinâmicas atuais dos campos naturais em diversas regiões do planeta há um esforço dos autores para tentar mostrar as mudanças que vêm ocorrendo nos últimos anos no Pampa brasileiro como parte de um processo global com o objetivo de produzir mais para apoiar o desenvolvimento do mundo rural, porém desconsiderando algumas regras básicas de sustentabilidade, em especial do componente ambiental, principalmente sobre quais os impactos e reflexos na sociedade gaúcha. O desenvolvimento da soja e das plantações de eucaliptos no Pampa da Argentina e do Uruguai, e mais recentemente no Pampa rio-grandense brasileiro, além da cultura intensiva de arroz é a versão pampiana da dinâmica global afetando os campos naturais. Principalmente por razões econômicas nacionais, apenas alguns países (como a China e membros da União Europeia) conseguiram implementar políticas públicas capazes de enfrentar esta dinâmica, devido a importância da necessidade de recuperar e manter seus campos naturais. Entretanto, para muitos países, o dilema é de um lado, o desenvolvimento baseado na produção agrícola intensiva necessitando a destruição dos ecossistemas de campos naturais sem conhecer o potencial daqueles ecossistemas, e, de outro lado, os caminhos para agregar valor aos campos naturais através de suas funções econômicas, ambientais e sociais levando em consideração o peso importantíssimo das políticas públicas adotadas.

Palavras-Chaves: Campo Natural; Pecuária; Sustentabilidade

Introdução

Com base nas complexas mudanças que vêm ocorrendo no cenário agrário global das últimas décadas, o chamado Dilema do *Rangeland* ou Campo Natural surge como um fenômeno de ocorrência em diferentes locais do mundo, onde áreas de pastagens nativas, ou não melhoradas, passam a sofrer alterações estruturais por pressões econômicas e culturais.

Campo natural ou *rangeland* é um sócio-ecossistema predominantemente natural cujos componentes principais são solo, vegetação, paisagens, animais e a sociedade humana ou sociedades que vivem neles. Os campos naturais são significativos globalmente em termos de superfície. De fato, eles cobrem quase um terço da superfície do planeta, frequentemente nas áreas mais secas, mais frias ou úmidas, ou em terras não aráveis onde geralmente predomina a pecuária pastoral (Dong *et al.*, 2016). Ao nível nacional ou regional, são muitas vezes os interiores, na periferia ou longe dos centros econômicos, urbanos e políticos, como evidenciado por seus nomes: *bush* para os Australianos, *brousse* para os Africanos do Oeste, várzea na Amazônia brasileira, pastos alto ou de cima ou de altitude no caso das áreas de montanha (mais de um terço do total dos campos naturais na escala global) e acessíveis unicamente uma parte do ano por causa da neve, do frio, das enchentes, etc. O Pampa, um dos maiores campos naturais na América Latina e na escala global mostra-se dentro desse contexto e carece de um olhar apurado sobre tais processos. Neste

¹ Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Mestranda; julianamoreira1985@gmail.com

² Institut National Supérieur des Sciences Agronomiques, AgroSup Dijon ; Mestrado em Sistema agrário e território; marie.opplert@agrodijon.fr

³ Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Doutorando; rodrigo.gisler@gmail.com

sentido, o território do Pampa gaúcho foi definido como delimitação de análise para a realização deste estudo .

O Pampa é uma savana herbácea, cobrindo 75 milhões de hectares, dos quais quase um quarto é o Uruguai, cerca de 10% no estado do Rio Grande do Sul (Brasil) e dois terços na Argentina. A precipitação anual é de 1300 mm, dando uma complexa rede de córregos, excelente para o abastecimento de água para o gado (Saravia, 2016). A palavra Pampa vem do quíchua. Terra plana ou levemente ondulada, a paisagem é caracterizada por vastas planícies cobertas de vegetação rasteira (Pereira, 2014). Na Argentina, no Brasil e no Uruguai o Pampa foi colonizado por fazendas de diferentes tamanhos, a grande maioria dos quais são de tipo familiar, (Pereira 2014; Saravia, 2016). Até o final do século 20, o sistema dominante baseava-se na pecuária, muitas vezes em associação com uma ou duas culturas anuais (trigo, cevada, girassol, linho,...), em grande parte para exportação.

Há duas ou três décadas o Pampa tem atraído o agronegócio interessado no retorno do investimento atrelado a crescente demanda do mercado internacional sustentado pela China e Ásia do Sudeste, e ao alto nível de produção autorizado pelo uso de novas tecnologias. Soja, celulose e madeira provenientes de plantações de eucalipto e arroz, especificamente no caso do pampa brasileiro e no Norte do Uruguai, têm se tornado as principais produções (Pereira 2014, Saravia *et al.*, 2016). Esta intensificação envolve a destruição do ecossistema de pastagem natural para o cultivo, principalmente com base em insumos químicos, resultando em fortes impactos ambientais, especialmente na biodiversidade, no ciclo da água, na erosão, poluição do solo e das águas subterrâneas. A pecuária tradicional está declinando frente ao avanço da química agrícola, ficando confinada às áreas menos férteis ainda não exploradas pelos avanços tecnológicos.

Por outro lado, a pecuária leiteira intensiva está crescendo, sustentada pela forte demanda internacional, bem como os *feed-lots* de milhares a dezenas de milhares de cabeças de gado, alimentadas por subprodutos e insumos do agronegócio. Saravia et al. (2016) mostra a complexidade da dinâmica atual, na qual, por um lado a intensificação da agricultura beneficia não só os investidores, mas também muitos produtores familiares por meio da locação de terras, subcontratação para o trabalho rural, emprego direto e indireto (especialmente para os agricultores jovens) tanto na produção como na transformação e comercialização. Por outro lado, há uma forte regressão do sócio-ecossistêmico pampiano, porque não só o ecossistema é destruído para o cultivo de lavouras temporárias, com os impactos ambientais já mencionados, mas o êxodo rural é forte.

Mesmo que uma parte da população tenha migrado para a cidade, mantém-se um trabalho rural, geralmente no agronegócio. Essa complexidade se reflete nos discursos dos atores locais

como defensores da "modernidade" cujos nomes são soja e eucalipto, para quem as dinâmicas atuais são um benefício para a região. Por outro lado, existem os atores que enfrentam as vulnerabilidades representadas pela expansão do agronegócio, como mudanças climáticas, desregulamentação dos serviços públicos, baixo interesse dos jovens na pecuária extensiva e, em geral, na agricultura tradicional acentuadas nas duas últimas décadas na região (Levrouw *et al.*, 2007; Malaquin *et al.*, 2012; Matte, 2013; Pereira, 2014; Waquil *et al.*, 2015 e Saravia *et al.*, 2016).

Diante do exposto, para o atendimento do objetivo geral deste estudo, o artigo apresenta-se estruturado, a partir desta introdução, contendo a definição e caracterização do *rangeland*, ou campo natural, e uma breve apresentação do Pampa gaúcho como um exemplo de um sócio ecossistema caracterizado pela predominância de campos naturais e da pecuária como prática agrícola predominante, bem como as novas dinâmicas que afetam a sustentabilidade do Pampa. Na sequência é apresentada a problemática contemporânea do campo natural, destacando os aspectos econômicos, ambientais e políticos das questões que envolvem o tema, são expostas as principais mudanças de paradigmas que envolvem tal problemática no intuito de pensar o *rangeland* de forma sustentável. Ao destacar as interfaces entre o campo natural, a produção pecuária e o sócio ecossistema, são apontadas as principais vulnerabilidades frente aos movimentos de mudanças globais bem como os atuais debates onde a pecuária está inserida como forma de lidar com as vulnerabilidades.

O caso da produção pecuária em áreas de várzea, na Amazônia brasileira, é exposto como característico do dilema do campo natural, aproximando-se fortemente da situação do Pampa gaúcho. A fim de apontar elementos analíticos para a interpretação do dilema do campo natural, a abordagem territorial é indicada no último tópico do texto, seguindo das considerações finais do artigo.

Problemática atual do campo natural ou *rangeland*

O Pampa brasileiro hoje é considerado pouco atrativo e com baixos índices de produtividade para os sistemas de produção pecuária, esse fato se reflete em uma série de problemas de âmbito econômico, político e ambiental acabando por enfraquecer ainda mais a prática da pecuária extensiva praticada a mais de dois séculos nesse território, facilitando a entrada de novas atividades agrícolas que estão sendo demandadas pelo mercado internacional.

A **problemática econômica** do campo natural, que se encontra plenamente no caso do pampa brasileiro, está intimamente ligada ao “*pastoralismo*” ou pecuária extensiva - modo de exploração dos recursos naturais, bastante criticado durante décadas por sua baixa produtividade, falta de tecnicidade e rusticidade, ao mesmo tempo em que se reconhece seu alto

valor sociocultural, bem como uma ampla gama de práticas relativas aos animais e o componente vegetal. Hoje parece claro que a degradação dos pastos e suas consequências em termos de erosão e perda de biodiversidade é multifatorial e, portanto, complexa (Kamili *et al.*, 2011; Dong *et al.*, 2016). A inversão do processo é, portanto, também complexa, plural e lenta, apenas por causa dos ciclos ecológicos em que está inserida.

No entanto, ainda é relevante, especialmente porque está sendo tensionado pela mudança climática, já que muitos campos naturais já são amplamente afetados ou têm perspectivas pouco atrativas, como o *Sahel* e as franjas do norte do Saara, Ásia Central e pastagens da América do Norte, Patagônia, etc. (Dong *et al.*, 2016). Ao contrário, em alguns campos naturais, os sistemas de produção já estão desenvolvendo e aplicando tecnologias avançadas em grande escala, incluindo sensoriamento remoto, uso de *drones*, energia solar e outras diversas novas tecnologias de informação e comunicação. Entretanto, no caso do Pampa brasileiro, a baixa produtividade e pouca atratividade aparecem como os dois maiores desafios dos sistemas de produção de pecuária extensiva, considerados desatualizados e muito tradicionais, especialmente por jovens sedentos por modernidade.

O surgimento da **questão ambiental** em todo o mundo nas últimas três décadas levou a uma espécie de demonização da pecuária, inicialmente localizada e depois globalizada, principalmente destacando suas emissões de gases de efeito estufa com alto impacto nas mudanças climáticas (Steinfeld *et al.*, 2006), a destruição da biodiversidade, caso da Amazônia (Wood, 2015) e os conflitos sociais que a pecuária pode gerar, particularmente em termos de marginalização e exclusão social dos mais fracos, especialmente no caso da América do Sul (Morales *et al.*, 2016). Os campos naturais, anteriormente considerados como "natureza", em particular devido ao seu desenvolvimento pela pecuária, sofreram com essas críticas, caso principalmente do bioma Pampa, tanto na Argentina e no Uruguai como no Brasil. E até hoje os próprios pecuaristas gaúchos e os atores locais envolvidos na atividade pecuária não entendem bem como esse conjunto de fatores levaram a fazer da pecuária extensiva um dos vilões da exploração agrária no mundo rural. Muitos pensam que é simplesmente um golpe para derrotar a pecuária extensiva e recuperar as terras para outras atividades. Ao nível global, para enfrentar as críticas, a comunidade da pecuária extensiva argumentou muito cedo sobre as numerosas e interessantes funções da pecuária (Steindeld *et al.*, 2010) – os mesmos que a criticaram alguns anos antes – nos campos naturais, tanto na área social como cultural, econômica, ambiental e paisagística (Gerber *et al.*, 2010). No entanto, apesar do potencial real do pastoralismo, da pecuária extensiva (Nutgeren & Le Como, 2016) e do campo natural em geral (Dong *et al.*, 2016), a sua fraqueza do ponto de vista ambiental é agravado por seu fraco peso econômico anteriormente mencionado.

No pampa brasileiro, do ponto de vista **político**, a pouca atratividade da pecuária extensiva, uma suposta baixa produtividade, e as críticas ambientais chegando do nível global levam à **448**

fraqueza da política pública para o campo natural quando se sabe que são nestes momentos de crise que o fator político pode ser muito eficiente e dar força e peso para influenciar até mudar uma dinâmica.

Em alguns campos naturais, as políticas públicas são bastante inovadoras do ponto de vista social e ambiental. Nesses casos, o poder público considera que recuperar o valor do campo natural é essencial para a sobrevivência da nação. É o caso dos campos naturais da China que cobrem aproximadamente 45% a 68% da superfície nacional, ou seja, entre 4,5 e 6,8 milhões de km², quase a metade dos dois terços de um bilhão de hectares. A maior parte da China urbana, industrial e agrícola (com irrigação) depende basicamente da água de dois grandes rios que são o Rio Amarelo e o Rio Yangtzé, alimentando respectivamente o norte e o sul do país. Devido à importância dos campos naturais no ciclo da água que abastece estes dois rios, o governo do país implantou desde o fim dos anos sessenta um conjunto de políticas públicas visando reduzir a degradação e a recuperação desses campos naturais (Long *et al.*, 2013). Hoje esse conjunto de políticas públicas, chamado HCRS para (*Household Community Responsibility System*), permite manter uma vida sustentável nos campos naturais, ou seja, com boas condições de vida do ponto de vista social, a curto e longo prazo, uma boa perspectiva econômica para as atividades tradicionais no campo natural, especialmente a pecuária ovina e bovina (iaques), sem degradar mais o bioma, até o recuperar. Um conjunto similar de políticas públicas, chamado MAE para medidas Agro-Ambiental/Environment, foi adotado pela União Europeia a partir do início dos anos 80 com o objetivo de dar valor para os campos naturais considerando os valores sociais e ambientais deles além dos valores econômicos unicamente levando em conta por grande parte dos atores.

O campo natural vítima da concorrência pelo solo e pela água

Como já descrito para o Pampa no início deste texto, nas últimas décadas o campo natural em qualquer região do mundo atrai investidores que buscam espaço para produzir, um investimento que, por um lado, concorre com atividades pré-existentes, principalmente a pecuária extensiva, e, por outro lado, na maioria das vezes requer a transformação do ecossistema natural de savana, pastagem ou estepe e, portanto, sua destruição. Com isso, há implicações em termos de impacto ambiental sobre a água e a biodiversidade, e principalmente os impactos sociais para a população local. Na linha de frente das atividades agrícolas mais visadas pelos investidores estão a soja no Pampa (como já descrito), a cevada/trigo e a canola na Grande Pradera do Oeste canadense e estadunidense, o amendoim no Sahel na África do Oeste, ou frente à irrigação na China e no norte da África) como se os campos naturais fossem terras virgens para colonizar ou recolonizar, muitas vezes desconsiderando as atividades existentes nos campos naturais, no caso do Pampa a atividade pecuária.

A pecuária contribui para diversos sistemas agroalimentares em todo o mundo, desempenhando muitos papéis para diferentes grupos de pessoas. Do ponto de vista da sustentabilidade do setor pecuário global, existem quatro aspectos importantes e inter-relacionados: segurança alimentar e nutricional; meios de subsistência e crescimento; saúde e bem-estar animal, clima e uso dos recursos naturais (FAO, 2018).

O desenvolvimento do setor pecuário global orientado pela Agenda 2030 das Nações Unidas (ONU) para o Desenvolvimento Sustentável, cuja diversidade e múltiplas funções são reconhecidas e contabilizadas na formulação de políticas pode atuar como um importante veículo para a redução da pobreza contribuindo para a segurança alimentar por meio da intensificação sustentável e acesso de pequenos produtores ao mercado, e também contribui fortemente para o crescimento econômico dos países de baixa e média renda. O papel da pecuária como um amortecedor contra choques econômicos e climáticos para populações vulneráveis pode ser otimizado (FAO, 2018).

A FAO sugere que para alcançar um setor pecuário sustentável é necessário adotar uma abordagem integrada para promover a sustentabilidade dos sistemas pecuários, levando em consideração, em conjunto, as dimensões social, econômica, sanitária e ambiental. Para tanto, na dimensão social é necessário trabalhar por um consenso e ação conjunta, através do diálogo *multi-stakeholder*, onde as vozes de cada *stakeholder* sejam igualmente ouvidas. Na dimensão econômica é necessário construir, implementar e disseminar ferramentas e diretrizes para facilitar a identificação e adoção de práticas sustentáveis que devem ser baseados em evidências, implementação monitorada, revisada e continuamente aprimorada. Na dimensão ambiental é preciso fortalecer a capacidade de apoiar práticas sustentáveis e proporcionar condições favoráveis. E para a dimensão política é fundamental desenvolver e fortalecer instituições e políticas que promovam a pecuária sustentável. Isso exigirá investimentos no setor, criando incentivos para boas práticas e legislação contra práticas prejudiciais de manejo (FAO, 2018).

Nesse sentido, uma abordagem que emerge em meio aos debates sobre sustentabilidade é a abordagem de *Nexus* que destaca a interdependência da água, energia e segurança alimentar e os recursos naturais que sustentam essa segurança - água, solo e terra (HOFF, 2011).

Com base em uma melhor compreensão da interdependência da política de água, energia e clima, essa nova abordagem identifica respostas mutuamente benéficas e fornece uma estrutura informada e transparente para determinar as compensações e sinergias que atendem à demanda sem comprometer a sustentabilidade, partindo de quatro princípios orientadores que são centrais: investir para sustentar os serviços ecossistêmicos; criar mais com menos e acelerar o acesso, incluindo os mais pobres (HOFF, 2011). Nessa perspectiva, as atividades desenvolvidas que otimizam os recursos disponíveis, como a pecuária extensiva praticada no Pampa, pode ser valorizadas a partir de uma visão integrada dos serviços ecossistêmicos.

Mudança de paradigma entre o uso do recurso e o recurso usado para criar novo recurso

Em 2008, durante o congresso internacional dos campos naturais (8th IRC/*International Rangeland Congress*) em Hohhot, Mongólia interior, China, foi debatida a mudança de paradigma entre a noção de recurso suficiente a ser usada e, eventualmente preservada, e, a noção de integridade funcional na qual o uso de recurso pode ser usado para produzir novos recursos que enriquecem o sistema sem perder nenhum recurso inicial, sejam eles ambiental, social ou econômico (Hubert & Ison, 2011). Com foco na sustentabilidade, Thompson (1997) fala da “*Suficiência do Recurso*” como do nível do que cada recurso pode ser usado na produção. Em outras palavras, uma norma do recurso teria que ser estabelecida, não devendo ser ultrapassada para manter a sustentabilidade, especialmente a nível suficiente para as gerações futuras. Baseada nessas normas, conjuntos de políticas públicas podem ser elaborados para garantir a sustentabilidade do sistema.

O conceito de “*Integridade Funcional*” considera que qualquer sistema, especialmente no setor agrário, é complexo e não pode ser baseado unicamente sobre normas lineares. Até hoje, apesar dos avanços significativos, a pesquisa agrária pouco conhece sobre a complexidade de qualquer ecossistema, incluindo as interações entre os componentes físicos, biológicos do solo e os fatores como água, temperatura, insolação, etc., sem falar dos componentes sociais que afetam diretamente e indiretamente o ecossistema (Hubert & Ison, 2011). Além disso, os sistemas são diversos e dinâmicos, o que significa que as normas deveriam ser adaptadas ao contexto local e atualizadas de maneira permanente. Hubert & Ison (2011) consideram que as interações entre os componentes do sócio-ecossistema podem criar novas práticas e inovações afetando os processos ecológicos, sociais e econômicos, especialmente qualquer recurso pode ser usado - respeitando o quadro da *Suficiência do Recurso* – para criar novos recursos. Neste caso, o objetivo das políticas públicas é de favorecer essas novas práticas e inovações para reforçar a resiliência do sócio-ecossistema.

Uma abordagem de *Nexus* também pode apoiar a transição para uma Economia Verde, que visa entre outros fatores, a eficiência do uso de recursos e maior coerência política. Dada a crescente interconectividade entre os setores no espaço e no tempo, a redução das externalidades econômicas, sociais e ambientais negativas pode aumentar a eficiência geral do uso de recursos, proporcionar benefícios adicionais e garantir os direitos humanos à água e à alimentação. A política convencional e a tomada de decisões nos "silos" precisam, portanto, dar lugar a uma abordagem que reduz as trocas e cria sinergias entre os setores.

Campo natural, pecuária e sócio-ecossistema: Vulnerabilidade frente às mudanças globais

A produtividade e a disponibilidade de água, energia e terra variam enormemente entre regiões e sistemas de produção. Existe um grande potencial para aumentar a eficiência geral do uso de recursos e os benefícios na produção e consumo, por ex. abordando a agricultura intensiva (que geralmente tem maior produtividade de água, mas menor produtividade de energia do que outras formas de agricultura) ou produtos de carne intensivos em água e energia. A abordagem *Nexus* pode ser um impulso para aumentar a eficiência geral do uso de recursos, abordando as externalidades entre os setores. Não obstante, evitar a degradar a terra economiza água e energia, reduzindo o uso de fertilizantes que consomem muita energia e aumenta o armazenamento de água no solo e a recarga das águas subterrâneas (HOFF, 2011). Com base na eficiência do sistema, foco da abordagem *Nexus*, e não na produtividade de setores isolados, a interação do gado com o campo natural e com os atores locais colabora para aumentar a eficiência geral do uso de recursos e os benefícios na produção e consumo.

Os campos naturais contribuem para a conservação dos territórios, particularmente através da manutenção da paisagem, abertura e restauração (Alary *et al.*, 2011; Bittencourt Machado, 2009). Consequentemente, a presença de animais e sua distribuição no campo e a infraestrutura da pecuária, influenciam a paisagem rural, devido a interação do gado com a biodiversidade, os ciclos da água e os nutrientes do solo, afeta o seu território. Além disso, os ruminantes podem usar terras não aráveis que não podem ser cultivadas por causa do declive, altitude, clima ou baixo valor da colheita (Blanfort *et al.*, 2015), por exemplo, através do pastoreio a produção pecuária extensiva contribui para a produção de bens e serviços ecossistêmicos relacionados com o solo, a água e o ar. A pecuária não é importante apenas na gestão da paisagem, ela também aparece como um componente essencial do patrimônio, tradição e conhecimento local (Faye & Duteurtre, 2009) desempenhando um papel importante nas relações sociais e ações coletivas, duas áreas que são relevantes para o desenvolvimento de políticas públicas (Tourrand *et al.*, 2015). A pecuária tem uma função social essencial através da construção de redes locais de criadores. Assim, a pecuária contribui para a estruturação política das comunidades pastoris (Alary *et al.*, 2011).

A produção animal é um fator chave na economia mundial, de acordo com Faye & Duteurtre (2009) e Alary *et al.* (2011). Primeiro, há o animal como produtor de muitos bens ou produtos (carne, leite, couro, lã, ovos, etc.) encontrados nas várias dietas e necessidades primárias da maioria das sociedades, fazendo levantar um dos pilares da segurança alimentar. Então, ao mesmo tempo em que a produção de bens, a pecuária representa um capital com várias funções de tesouraria, poupança, seguro e gestão de risco, garantia, mas também status social e econômico. Finalmente, o animal é um produtor de serviços, particularmente para a agricultura através da fertilização, do trabalho e da valorização de subprodutos, mas também no transporte, na manutenção de paisagens, na economia do lazer. Além disso, por sua mobilidade, o animal permite a valorização de recursos

sazonais, geralmente em conexão com as chuvas, ou acessível apenas em determinadas épocas do ano, por exemplo, casos dos campos de altitude e da várzea na Amazônia brasileira. O rebanho, portanto, aparece como uma ferramenta eficiente para se adaptar a um ambiente difícil (Alary *et al.*, 2011), desenvolvendo um recurso que quase somente ele pode aproveitar (Tourrand *et al.*, 2015). Além disso, a associação de espécies e raças permite uma melhor avaliação desses mesmos recursos, refletindo a riqueza do conhecimento local gerado pela pecuária.

A pecuária é confrontada com várias dificuldades ou ameaças relacionadas com a mudança global. O primeiro se refere às variações de preço relacionadas à globalização da economia (Dong *et al.*, 2016). Tanto as variações de preço quanto os preços baixos que enfraquecem as fazendas porque destroem os projetos de médio e longo prazo inerentes à produção animal (Tourrand *et al.*, 2015). A segunda é a competição por terra, como já foi descrito, em linha com a crescente demanda por produtos agrícolas, resultando no avanço da fronteira agrícola sobre os campos naturais, e isto em todo o mundo, tanto na América do Sul e na América Norte da África, África e Ásia. Isso resultou na explosão dos preços da terra nas últimas duas décadas (Saravia *et al.*, 2016), o que torna a pecuária em pastagem natural ainda mais fragilizada, já que sua produtividade por unidade de área é baixa se comparada a outros sistemas de produção. Além disso, as regulamentações ambientais locais, e também a demanda dos consumidores são fatores mudam constantemente e os produtores precisam se adaptar (Tourrand *et al.*, 2015). De fato, as políticas públicas e o interesse demonstrado pelos consumidores moldam a relação entre o produtor e sua pecuária, modificando a gestão do campo (Torres Alvarez, 2013). Finalmente, a mudança climática provavelmente levará a condições difíceis, contribuindo para a vulnerabilidade da pecuária (Tourrand *et al.*, 2015).

Campo natural e pecuária no caso específico da várzea

A várzea é a área inundada pelas águas de um rio, quando a água recua, tornando-se um terreno agrícola da mais alta ordem, porque fertilizado cada vez pela contribuição de sedimentos da inundação rasgado upstream. Há várzeas ao longo todos os rios, tanto nos climas temperados do que tropicais, especialmente no caso brasileiro ao longo do Amazonas e afluentes onde eles totalizam vários milhões de hectares em toda a bacia, incluindo a ilha de Marajó e no Baixo Amazonas (Serrão, 1999). Primeiros colonizadores perceberam o valor destes campos naturais para o gado, e, conseqüentemente, a sua oferta de carne, leite, couro e peles, mas também para construir suas economias e para capitalizar as receitas de outras atividades, particularmente no comércio e exploração de recursos naturais (Ludovino 1996, Folhes 2016). Assim, as várzeas tornou-se o local de estabelecimento de estruturas terrestres tanto complexas e originais porque, em primeiro lugar, sobre direitos tradicionais de terras alteradas progressivamente populações ameríndias, em grande parte, informalmente, padrões trazidos por ondas sucessivas de colonos. Além disso, o processo de

inundação requer acesso à terra firme na propriedade, comum, aluguel, troca ou presente, ou fornecer forragem para alimentar rebanhos durante o período das enchentes (Folhes, 2016).

O desafio da várzea é múltiplo porque afeta vários desafios hoje em dia. Não é antes de tudo uma forte questão ambiental através da localização de várzeas no coração da bacia amazônica, e todas as questões de conservação e gestão sustentável dos recursos naturais. Embora os campos naturais não cobrem florestas de inundação, a ligação é tênue entre várzea e firme terra, como mostrado bem Folhes (2016) e Barbosa *et al.*, (2015). Qualquer ação na várzea pode, portanto, ter efeitos sobre os sistemas da empresa e, portanto, afetar o desmatamento. Além disso, a várzea é um ecossistema particularmente rico em biodiversidade devido ao seu duplo componente a respeito da água. Depois, há o desafio, tanto geográfico, sócio-demográfico e econômico do forte crescimento da população levando a uma crescente demanda para o abastecimento de cidades e vilas, que se estendem localmente em terras agrícolas. Esta é toda a questão das mudanças no uso da terra nas áreas rurais dependentes de vários fatores relacionados à mudança global. A água também é uma questão importante, e não apenas por sua importância em nível global. Na verdade, a mesma água que fertiliza a terra inundada também garante a drenagem de diversos poluentes agrícolas, incluindo pesticidas, bem como resíduos não reciclados de urbanização que a biodiversidade impacta e são encontrados em várzeas.

A água, que de acordo com Hoff (2011) só recentemente recebeu atenção no debate da Economia Verde, é um insumo essencial para todo o crescimento da biomassa e, portanto, para todos os serviços ecossistêmicos e empregos e meios de subsistência associados. Recursos hídricos melhorados e ecossistemas intactos (“infraestrutura natural”) podem se reforçar mutuamente e gerar benefícios adicionais. A água, a energia e a segurança alimentar tornaram-se questões globais que não estão mais contidas nos limites nacionais ou das bacias hidrográficas. À medida que a população humana cresce, as economias se desenvolvem e a globalização se acelera, a interdependência de países e regiões torna-se cada vez mais evidente. Isso pode levar a mais competição de recursos e conflitos em potencial ou maior colaboração e co-gerenciamento.

A água desempenha um papel central no *Nexus*, como ilustram as expressões “água fluindo nas veias da economia” ou “água: a corrente sanguínea da biosfera”. A última expressão implica que a água não é substituível na produção de biomassa e a biomassa, por sua vez, é um recurso central para energia e segurança alimentar em uma economia verde. A água atua como uma variável de estado e, ao mesmo tempo, uma variável de controle da mudança, e é colocada centralmente no *Nexus*. Embora a água seja um recurso renovável e, globalmente, haja água suficiente para alimentar uma população crescente e mais rica, a demanda supera temporariamente ou permanentemente a disponibilidade em mais e mais regiões do mundo, principalmente no rompimento de “bolhas de água” regionais, como visto em partes da Índia, China e região MENA (Médio Oriente e Norte da África) (HOFF, 2011).

Além disso, assim como o pampa e outro campo natural, várzea é mais do que um simples campo natural: é um sócio-ecossistema pastagem, complexa, antiga quanto remonta a liquidação antecipada do continente, sujeita a várias pressões gerando forte dinâmica agrária (Folhes, 2016) levando, em última análise, a importantes efeitos sociais e ambientais.

Relevância da abordagem através do "território", conceito de análise e ação em nível local

A escala territorial é relevante para entender a diversidade e a dinâmica dos sistemas agrários. No caso das pastagens, permite focar nas funções de criação e articulação com o desenvolvimento territorial. Assim, parece interessante usar o nível local ou territorial para examinar e estudar o futuro da pecuária extensiva. Com efeito, as diferentes escolhas feitas pelas empresas, em especial pela elaboração das políticas, terão impacto na organização e transformação do território (Tourrand *et al.*, 2015). A palavra território do latim define uma região ou área geográfica, na maioria das vezes sem fronteiras claras e delimitadas, nas quais as relações são organizadas e lideradas por grupos ou populações particulares, incluindo assim uma dimensão cultural e social (Torre & Vollet, 2016). Um território é um campo disciplinar que associa natureza e sociedade e fatores em seu relacionamento. É de fato uma dimensão física e espacial, socialmente construída (Brunet *et al.*, 1992, Tourrand *et al.*, 2015).

O desenvolvimento territorial é assim percebido como um meio de imaginar soluções para responder a questões territoriais, a fim de alcançar objetivos comuns. Os projetos desenvolvidos devem estar em todas as dimensões, devido ao seu impacto ambiental, econômico e social (Torre & Vollet, 2013). De fato, o desenvolvimento deve levar em conta a situação histórica de nossos estudos de caso, Pampa e Várzea, suas diferentes gerações e a distribuição de riqueza. É necessário, portanto, permitir que a população tenha acesso aos bens comuns, os lucros produzidos e continuar a ação ao longo do tempo (Ribeiro, 2009). Além disso, o desenvolvimento local depende de um processo coletivo de inovação, a fim de enfrentar os diversos desafios relacionados ao território. O uso de uma abordagem participativa parece necessário para desenvolver uma iniciativa compartilhada pela comunidade local. De fato, envolver a população local ajudará a incluir sua vontade no projeto, bem como o desenvolvimento do potencial humano e a produtividade das famílias rurais (Ribeiro, 2009).

Considerações Finais

Os campos naturais do Pampa brasileiro, argentino e uruguaio, e os outros campos naturais do planeta estão enfrentando a concorrência da agricultura intensiva, especialmente a soja, o eucalipto e o arroz, baseado no uso intensivo dos recursos naturais e insumos químicos. A implantação dessa agricultura necessita a destruição dos ecossistemas pampianos naturais que tem diversas funções ambientais, especialmente no ciclo da água, sequestrando carbono, controlando a

erosão dos solos e mantendo a biodiversidade. O problema maior é que essa destruição dos ecossistemas pampianos está acontecendo sem conhecer realmente o potencial econômico, ambiental a curto e longo prazo daqueles ecossistemas, sobretudo no contexto de mudanças climáticas. Além disso, o componente humano do sócio-ecossistema Pampa até hoje não foi levado em consideração. Seria importante e urgente que como em países como China ou União Europeia, políticas públicas adequadas fossem implementadas para evitar que o pampa se transforme unicamente em uma lembrança do passado para as gerações futuras. Para além do panorama apresentado nesse estudo da complexidade do desenvolvimento devido à concorrência pela terra e os recursos naturais, atual dilema do Pampa ou Campo Natural/*Rangeland*, os autores procuraram trazer novas abordagens para fortalecer o debate sobre a sustentabilidade da pecuária em campo natural.

Referências

ALARY V., DUTEURTRE G., FAYE B., 2011. Élevages et sociétés : les rôles multiples de l'élevage dans les pays tropicaux. In : Numéro spécial, Elevage en régions chaudes. Coulon J.B., Lecomte P., Boval M., Perez J.M. (Eds). INRA Prod. Anim., 24, 145-156.

BARBOSA, T.M.F., VEIGA, J.B. (da), TOURRAND, J.F. 2015. A pecuária dos caboclos marajoaras. In. WOOD, C.H., TOURRAND, J.F., TONI, F. *Pecuária, uso da terra e desmatamento na Amazônia. Um estudo comparativo do Brasil, do Peru e do Equador*. Ed. Univ. Brasília, Brasil, p167-180.

BITTENCOURT MACHADO G., 2009. *Familial agriculture functions and diversification of the activities in the sertão semi-aride of the State of Bahia (Brazil)*. Mémoire de thèse. Sciences of the Universe. AgroParis-Tech, 2009.

BLANFORT, V., VIGNE, M., VAYSSIERES, J., LASSEUR, J., ICKOWICZ, A., LECOMTE, P., 2015. Les rôles agronomiques de l'élevage dans la contribution à l'adaptation et l'atténuation du changement climatique au Nord et au Sud. *Agronomie Environnement et Sociétés*, 5,1, 87-95.

BRUNET, R., FERRAZ, R., THERY, H. 1992. *Les Mots de la géographie, dictionnaire critique, Reclus-La Documentation française*, 518 p.

DONG, S., KASSAM, A.K., TOURRAND, J.F., BOONE, R.B (Eds) 2016. *Building Resilience of Human-Nature Systems of Pastoralism in Developing World*. Springer, 308p.

FAO 2018. *Shaping the future of livestock: sustainably, responsibly, efficiently*. Berlin, 18p.

FAYE, B. & DUTEURTRE, G. (Eds) 2009. *L'élevage, richesse des pauvres*. Ed. QUAE, 288p.

FOLHES, R.T. 2016. O Lago Grande do Curuai. História fundiária, usos da terra e relações de poder numa área de transição várzea-terra firme na Amazônia. *Inst. Geociências, MPEG-Embrapa Amazônia Oriental-UFPA*, Belém-PA, Brasil, 299p.

GERBER, P., MOONEY, H.A., DIJKMAN, J., TARAWALI, S., HANN, C. 2010. *Livestock in a changing landscape. Experiences and regional perspectives. Volume 2*. Ed. Island Press. 210p. (<http://www.fao.org/docrep/013/am075e/am075e00.pdf>)

HOFF, H. (2011). *Understanding the Nexus*. Background Paper for the Bonn2011 Conference: The

Water, Energy and Food Security Nexus. Stockholm Environment Institute, Stockholm, 52p.

HUBERT, B. & ISON, R. 2011. Institutionalizing understanding: from resource sufficiency to functional integrity. In. *KAMMILI, T et al. (Eds) 2011. A paradigm shift in livestock management: from resource sufficiency to functional integrity. Cardère Editor Lirac, France, p11-22.*

KAMMILI, T., HUBERT, B., TOURRAND, J.F. (Eds) 2011. A paradigm shift in livestock management: from resource sufficiency to functional integrity. *Cardère Editor Lirac, France, 272p.* ISBN : 978-2-914053-57-0 (<http://cardere.fr/doc/EXTRAIT-Hohhot.pdf>)

LEVROUW, F., MORALES, H., ARBELETTCHE, P., MALAQUIN, I., TOURRAND, J., DEDIEU, B., 2007. Les élevages uruguayens, le long terme et les incertitudes : une diversité de stratégies pour se maintenir dans la production, *Rencontres Recherches Ruminants*, 14(1), pp. 413–416.

LONG, R., QI, X., DING, L., HUBERT, B., TOURRAND, J.F. 2014. Les Pasteurs du Toit du Monde Face au Changement : Les Monts du Qilian, Plateau Tibétain, Chine. In. *BONNAL, P., Bosc, P.M., BELIERES, J.F., SOURISSEAU, J.M., VALETTE, E., GASSELIN, P. 2014. Diversité des agricultures familiales : exister, se transformer, devenir, QUAE, Versailles, France, p15-25.*

LUDOVINO, R.M.R. 1996. Agricultura e Pecuária em Marajó. (Pará, Brasil). Diagnóstico dos sistemas de produção da agricultura familiar. *ISA Lisboa - Univ. Téc. Lisboa, Portugal, 174p.*

MALAQUIN, I., WAQUIL, P., MORALES, H., 2012. Social sustainability of livestock farms. The case of Basalt region-Uruguay. *Agrociencias*, 16,1,198-202.

MATTE, A., 2013. Vulnerabilidade, capacitações e meios de vida dos pecuaristas de corte da campanha meridional e Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MORALES, H., Coronato, F.R., Carvalho, S.A., Saravia, A., Schweitzer, A., Burlamaqui, A.B., Tourrand, J.F. 2016. Building New Human-Natural Systems for sustainable pastures management in South America. In. *DONG, S. et al. (Eds) 2016. Building Resilience of Human-Nature Systems of Pastoralism in Developing World. Springer, p177-208.*

NUGTEREN, H & LE CÔME, C. Libérer le potentiel du pastoralisme pour développer l’Afrique de l’Ouest. KIT (<http://www.kit.nl/sed/>) ou (<http://www.snv.org/>), 94p. (ISBN 978-94-6022-431-7)

PEREIRA, V.C., 2014. Elementos para pensar a contribuição de Desenvolvimento Rural para conservação do bioma Pampa. *Mundo Agrário*, 15,28.

RIBEIRO, C.M., 2009. Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da Região da Campanha do Rio Grande do Sul (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre: UFRGS.

SARAVIA, A., 2016. Ganaderos y Sociedad del Norte de Uruguay Frente al Cambio Global. Tesis de Doctorado, AgroParisTech, ED ABIES, France, 2016. 203p.

SERRÃO, E.A.S. 1999. Pastagens nativas da Amazônia. In. *CAMARÃO, A.P. & SOUZA FILHO, A.P. Embrapa Amazônia Oriental, Belém-PA, Brasil, 150p.*

STEINFELD, H., GERBER, P., WASSENAAR, T., CASTEL, V., ROSALES, M., HANN, C. 2006. Livestock’s Long shadow. Environmental issues and options. *FAO Report, 380 p.* (www.fao.org/docrep/010/a0701e/a0701e00.HTM)

STEINFELD, H., MOONEY, H.A., SCHNEIDER, F., NEVILLE, L.E. (Eds.), 2010. Livestock in a Changing Landscape. Volume 1: Drivers, Consequences, and Responses. Washington DC: Island Press. (http://books.google.fr/books?id=lug9AF-wVR8C&redir_esc=y)

THOMPSON, P. 1997. The Varieties of Sustainability in Livestock Farming. In. *Livestock Farming Systems : More Than Food Production*, J.T. Sørensen, Ed., Wageningen Press, Wageningen, The Netherlands, p5-15.

TORRE, A., VOLLET, D. Partenariats pour le développement territorial. Editions Quae. Paris : Quae, 2016, 256 (Update Sciences et technologies).

TORRE, A., WALLET, F. Les enjeux du développement régional et territorial en zones rurales. L'Harmattan. Paris : L'Harmattan, 2013, 274 (Administration et Aménagement du Territoire).

TORRES ALVAREZ, M.F., 2013. Guardianes de la pradera, el origen de la legitimidad de la ganadería en Uruguay. Tesis de maestría en sociología.

TOURRAND, J. F., WAQUIL, P., SRAIRI, T., HUBERT, B., 2015. Livestock farming embedded in local development: Functional perspective to alleviate vulnerability of rural communities. *Rev. Elev. et de Médecine Vétérinaire des Pays Trop.* 68, 51–53.

United Nation Environment Programme, 2009. Guidelines for Social Life Cycle Assessment of Products.

WAQUIL, P., NESKE, M., RIBEIRO, C., SCHLICK, F., ANDREATTA, T., PERLEBERG, C., BORBA, M., TRINDADE, J., CARRIQUIRY, R., MALAQUIN, I., SARAVIA, A., GONZALES, M., CLAUDINO, L., 2015. 'Vulnerability of family livestock farming in Brazil and Uruguay : a comparative analysis in the Livramento-Rivera border', *Revue Elev. et de Médecine Vétérinaire des Pays Tropicaux*, 68, 55–59.

WOOD, C.H., 2015. Methodological Introduction to the Study of Cattle Ranching, Land Use, and Deforestation in Brazil, Peru and Ecuador. In : Organizado por Charles H Wood, Jean François Tourrand, Fabiano Toni (eds). *Pecuária, uso da terra e desmatamento na Amazônia: um estudo comparativo do Brasil, do Equador e do Peru*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 15-48.

QUESTÃO AGRÁRIA E O AGRONEGÓCIO NO VALE DO JEQUITINHONHA/MG: Entre a superexploração e a resistência

Mariane Rodrigues Silva¹

Ângela Aparecida Santos²

RESUMO:

Historicamente o Vale do Jequitinhonha é marcado pela superexploração de seu território, tendência que se intensificou a partir da prevalência da questão agrária e do modelo agrícola pautado no agronegócio. Pensando as particularidades do Vale e os rebatimentos da questão agrária e do agronegócio enquanto pilares da acumulação capitalista, buscamos neste trabalho situar o papel do Estado frente o agronegócio, bem como os programas direcionados aos segmentos familiares no Vale do Jequitinhonha.

Palavras Chaves: Questão Agrária, Agronegócio, Vale do Jequitinhonha.

¹ Assistente Social (UFVJM/2013) e discente no Programa de Mestrado Interdisciplinar em Estudos Rurais pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM (marimariane98@hotmail.com).

² Engenheira agrônoma pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Especialista em Ead pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG e discente no Programa de Mestrado Interdisciplinar em Estudos Rurais pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM (angelaafirveagro@yahoo.com.br)

INTRODUÇÃO:

Analisar a problemática da questão agrária é compreender que tal temática se faz arraigada na sociedade brasileira. Assim, é necessário considerar o processo de formação do Brasil nos aspectos econômicos, sociais e culturais uma vez que historicamente é caracterizado pela superexploração da força de trabalho e dos recursos naturais.

Neste sentido, é preciso ressaltar que a prevalência do agronegócio enquanto modelo de agricultura dominante “focado na produção de *comodities* agrícolas para exportação, pautado na superexploração da força de trabalho e dos recursos naturais” (RAMALHO, 2017) é fruto de uma herança de três séculos de exploração do Brasil colônia que servia ao abastecimento da metrópole em Portugal. No caso do “Jequitinhonha entrou para os registros da história no século XVIII, quando era área de mineração exclusiva ou de concessão da Coroa portuguesa” (RIBEIRO, 2007, p.1081).

É a partir destas colocações que comungamos da opinião de Wood (1988) de que o modo de produção capitalista é oriundo do campo e não do meio urbano como acreditavam as sociedades ocidentais. E a expropriação do campesinato das terras e apropriação pelas oligarquias agrárias, possibilitou o processo de acumulação primitiva do capital e a consolidação do capitalismo como sistema dominador em todo o meio rural, concentrador dos meios de produção e por consequência, da riqueza socialmente produzida. Este processo culminou no modelo agrícola que vem imperando no Brasil, o chamado agronegócio introjetado no campo no pós-guerra (1950 – 1970).

Considerando que a consolidação do capitalismo no campo foi corroborada pelos pacotes tecnológicos da Revolução Verde que legitimaram a chamada agricultura convencional ou agronegócio, os incrementos tecnológicos consistiram num processo que se convencionou chamar de modernização conservadora, isto porque se fez inacessível para muitos dos agricultores familiares. Neste período, os incentivos estatais se voltaram para aqueles proprietários que possuíam um volume maior de terras nas quais puderam acompanhar o movimento de modernização.

A modernização da agricultura baseada no agronegócio foi possível graças à cumplicidade entre Estado Brasileiro e as elites agrárias, na qual verificamos que ao longo da constituição histórica do Brasil que ao deixar de ser colônia de Portugal passando a condição de república, foi comandado pelas oligarquias agrárias dos Estados de São Paulo e Minas

Gerais, período conhecido como “Café com Leite” nos tempos da Velha Republica. “A atuação do Estado brasileiro historicamente tem sido a de fomentar o desenvolvimento capitalista no campo, criando as bases para a sua consolidação” (CHRISTOFFOLI, 2005, p. 115).

As consequências podem ser verificadas no aprofundamento das desigualdades sociais, na proletarização de agricultores rurais expropriados, no crescente êxodo rural e nas assimetrias profundas entre o moderno e o tido como rudimentar (e até mesmo empecilho para uma agricultura economicamente viável altamente voltada para a lógica mercadológica). No campo brasileiro tais assimetrias se materializam nos conflitos políticos e ideológicos pela disputa de terras e na imensidão de monocultivos que circundam as propriedades de base familiar.

Percebe-se que ao se amarrar o fio da história, aqui apontada brevemente, vemos que o agronegócio enquanto modelo agrícola hegemônico foi viabilizado e legitimado pelo Estado nacional (e pela intocável questão agrária brasileira, na qual não existe um projeto efetivo de reforma agrária) que para além dos rebatimentos econômicos, sociais e culturais, gera uma problemática a ser considerada: a questão ambiental e alimentar, pois na lógica do agronegócio, a terra perde sua função social primordial que é a terra enquanto meio de reprodução social se transformando em um negócio lucrativo que possibilita a acumulação do capital beneficiando uma classe social em detrimento de outra, aprofundando as desigualdades sociais.

Na contemporaneidade Brasileira, impera uma tríplice aliança entre o Estado nacional, as oligarquias agrárias e os setores transnacionais que exercem grande influência no mercado nacional, tendência que se acentuou nas últimas décadas.

Na atualidade o agravamento da questão agrária no Brasil está relacionada, com a hegemonia do modelo de desenvolvimento da agricultura, o agronegócio. Relançado em 2000, no governo Fernando Henrique Cardoso como carro chefe da política agrícola, tendo continuidade nos governos seguintes, esse modelo se expressa pela articulação entre expropriação e superexploração do trabalho e dos recursos naturais. Sendo essa, uma estratégia que não implica apenas na expansão do latifúndio e da monocultura, mas também na imposição de uma forte especialização na produção de *commodities* agrícola e mineral, voltados à exportação e na oposição de qualquer iniciativa de democratização do mundo rural [...] (RAMALHO, 2017, p. 02-03).

Em meio a uma questão agrária eminente e um modelo agrícola industrial e conservador que coloca a agricultura de base familiar em situação de subalternização, opressão e pobreza, tem-se o protagonismo e a força dos movimentos sociais de resistência

frente à superexploração do capital via agronegócio no campo brasileiro. Trata-se dos movimentos que defendem o uso social da terra e da agricultura familiar enquanto modelo agrícola sustentável, ecológico e economicamente viável. Dentre eles destacamos a Pastoral dos Migrantes; Comissão Pastoral da Terra; o movimento sindical de trabalhadores rurais e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de grande relevância nacional.

Estes movimentos sociais tiveram sua voz abafada no período da ditadura militar, mas a partir da década de 1980 suscitou o debate sobre a reforma agrária defendendo a necessidade de se fazer a reforma de base no Brasil, pressionando o Estado. Visto que no campo as desigualdades sociais se acentuavam ao passo que os monocultivos se alastravam pelo território rural por meio da expropriação das famílias de suas terras. Cabe colocar que as ações do MST não se pautaram apenas no cenário político, mais também contribuiu de forma significativa na cooperação e legitimação dos assentados expandindo a militância o que faz deste movimento um importante agente protagonista na luta da terra no Brasil. (MEDEIROS, 2005).

Abordar a questão agrária brasileira fez com que trouxéssemos tal discussão para a realidade do Vale do Jequitinhonha, buscando compreender o papel do Estado enquanto regulador das contradições existentes entre o agronegócio e agricultura familiar por meio políticas públicas e os segmentos da agricultura familiar enquanto resistência frente à superexploração do capital via agronegócio, considerando que nos últimos anos o monocultivo de eucalipto se instaurou e se proliferou no Vale do Jequitinhonha seguido também da pecuária e outras culturas como o café.

A partir deste plano de fundo, vemos que a questão agrária se manifesta como uma expressão particular da questão social no campo brasileiro (Ramalho, 2017 apud Sant'Ana, 2012) numa conjuntura história de repressão e exploração da terra no Brasil. Neste sentido, o trabalho ora apresentado busca para além de uma breve introdução, debater a temática sobre a questão agrária enquanto pilar das desigualdades sociais no campo brasileiro tendo no agronegócio o alicerce para a acumulação do capital. A seguir, o debate se situará nos rebatimentos da questão agrária e do agronegócio para a realidade do vale do Jequitinhonha que ainda se faz subjugado ao passo que se mantém as estruturas fundiárias conservadoras no Brasil.

O AGRONEGOCIO E SEUS REBATIMENTOS NO VALE DO JEQUITINHONHA

Compreender o agronegócio e seus rebatimentos no Vale do Jequitinhonha implica situar em primeiro momento o papel central do estado “na indução deste processo de especialização principalmente durante o período que compreende as décadas de 1970 e 1980” (SILVA, 2014, p. 28) ao promover a especialização progressiva, sobretudo das culturas de eucalipto. O modelo de desenvolvimento da agricultura no Brasil está historicamente ligado aos interesses do capital sendo legitimado pelo Estado (Delgado, 2005) por meio do discurso de se alargar a modernização da agricultura no campo. Processo este que conforme discutido anteriormente se deu de modo conservador, aprofundando as desigualdades sociais no campo.

Posto isto, cabe enfatizar que a questão agrária e seus rebatimentos no Vale do Jequitinhonha perpassam pelas formas históricas de exploração das condições naturais e da apropriação do território. “Desde o início de sua colonização, o território mineiro vem sendo palco de intensa atividade econômica, produtora de severas transformações nas suas condições naturais e nas formas sociais de apropriação desse território” (ZHOURI E ZUCARELLI, 2008 p.08).

Moura (1988) nos traz uma reflexão sobre o Vale do Jequitinhonha, discorrendo inicialmente sobre os rótulos dirigidos ao mesmo como “ferida de subdesenvolvimento em Minas Gerais”.

Conhecida nas repartições estaduais como área da pobreza absoluta e de estagnação secular e até, em conversas mais francas, como região de mestiços ignorantes, dotados de indolência intrínseca ao trabalho agrícola [...] discrepando do conjunto do Estado em que a prosperidade da população é confirmadora do trabalho em silêncio. (MOURA, 1988, P.01),

Segundo Ribeiro et.al (2008), a associação do Jequitinhonha enquanto vale da pobreza é recente, compreendendo as décadas de 1960/70, período que remonta o chamado milagre econômico, na qual se vivia no Brasil um momento de grande efervescência da industrialização e dos programas de desenvolvimento. O Vale do Jequitinhonha destoava das regiões economicamente ativas, motivando assim, a criação do Primeiro Plano Mineiro de Desenvolvimento em 1971 em virtude de sua baixa produtividade agrícola e dos baixos indicadores sociais.

Situando brevemente o Vale do Jequitinhonha, o mesmo está localizado no nordeste de Minas Gerais e ocupa uma área de 79 mil km², possuiu uma população de

aproximadamente 980 mil habitantes na qual mais de dois terços são residentes na zona rural (IBGE/2010). Banhado pelo rio Jequitinhonha, o Vale é composto por 75 (setenta e cinco) municípios e está dividido em Alto Jequitinhonha (compreende as microrregiões de Diamantina e Capelinha que possuem melhores indicadores sociais), médio Jequitinhonha (parte média do Vale abrangendo as regiões de Pedra Azul e Araçuaí) e baixo Jequitinhonha (compreende a microrregião de Almenara).

O Vale possuiu uma grande extensão territorial, na qual as características econômicas, culturais vão diferir conforme cada microrregião, devendo considerar que:

Há diferenças sociais entre as microrregiões que compõe o Vale do Jequitinhonha que têm raízes históricas. O Alto Jequitinhonha atraiu a atenção dos grandes centros desde a época colonial até a República Velha, enquanto o Médio Jequitinhonha permaneceu isolado, sem estradas, comunicando-se internamente através de um primitivo transporte fluvial, alternado pelo cavalo de sela, pela tropa de burros e carro de bois. Com a decadência do ciclo do ouro, a população do Alto Jequitinhonha, em busca de alternativas de exploração econômica, deslocou-se para o Médio Jequitinhonha e ali se fixou em latifúndios dedicados à pecuária extensiva, ainda hoje a principal base econômica da região. A partir da década de 1950 outras culturas foram introduzidas, como o algodão e o reflorestamento, sem, contudo desarticular as atividades que ainda hoje compõe a base econômica da região. (PTDRS, 2010, p. 21).

Moura (1988) ressalta que com a virada para o século XIX, a região manteve o histórico de exploração do período colonial e por consequência as desigualdades sociais e violência no campo. Com a supressão da terra e das mudanças do padrão da agricultura de subsistência para vastas áreas de monocultivo, este período foi marcado pela expropriação de famílias de suas terras para a plantação e proliferação da atividade de monoculturas, sobretudo do eucalipto.

Este processo de expropriação gerou crescente êxodo rural, considerando que o cercamento de terras devolutas em favor de grandes fazendas, fez com que os agricultores se colocassem em regimes de parcerias, ou como meeiros junto aos proprietários de terra para produzirem seus alimentos. Neste contexto, Moura (1988) afirma que as fazendas foram grandes responsáveis pelo crescente êxodo rural no Jequitinhonha e acrescenta que o fazendeiro legitimou sua posse sobre a terra devoluta ao conceder sua utilização por meio de contratos temporários ao agricultor familiar ausentando o vínculo do mesmo com a terra.

A terra não mais pertenceria a quem planta e colhe, seria regulada pela lógica mercantil de contratos temporários, e uma vez instaurada esta condição, as relações dos ocupantes se transformariam em relação de trabalho rural.

A autora supracitada enfatiza que estas relações entre fazendeiro e agricultor são tidas como favor e benevolência, pois nas sociedades rurais se tem como forte característica as relações marcadas pelo compadrio. Sobre esta ótica, Moura (1988) traz a concepção da violência do favor e a violência do contrato no processo de expropriação dos agricultores da terra e ao trazer a tona tais pontos, demonstra os traços enraizados do modo de produção capitalista nas regiões ditas como subdesenvolvidas como o Vale do Jequitinhonha.

A análise feita por Moura (1988) sobre a perspectiva de cerceamento da terra através das fazendas é de extrema importância, pois revela as relações de poder através das relações de apadrinhamento e compadrio existentes no campo, sendo uma violência sutil, muitas das vezes velada aos agricultores, ao passo que também gera embates severos aos que se posicionam contrários aos cercamentos de terras devolutas pelas fazendas.

Com base nisto, faz-se imperativo abordar os conflitos oriundos do processo de expropriação e exploração de terras no Jequitinhonha. Para tanto recorreremos aos estudos de Zhouri e Zucarelli (2008) que demonstram o mapa de conflitos ambientais em Minas Gerais, destacando o Vale do Jequitinhonha como uma das áreas de grande incidência destes conflitos.

[...] o colapso do esforço desenvolvimentista da modernização recuperadora mineira, ocorrido na passagem da década de 1970 para a de 1980, determinou a intensificação da produção e exportação de commodities, com vistas ao pagamento do serviço da dívida pública. Isso representou um aprofundamento da mercantilização de territórios, a exemplo da expansão das monoculturas [...] tais processos implicam a emergência de uma miríade de conflitos ambientais, nos quais se envolvem empresas mineradoras, siderúrgicas, produtoras de celulose, distribuidores de energia elétrica, empreiteiras, grandes agricultores, latifundiários, ONGs, camponeses, sociedades indígenas, pescadores, movimentos sociais urbanos etc. (ZHOURI E ZUCARELLI, 2008 p.08).

Nas análises feitas por Zhouri e Zucarelli (2008), a Mesorregião do Vale do Jequitinhonha tem nas atividades de saneamento, seguidas da mineração e da monocultura os principais focos de conflitos. Dentre os históricos de conflitos nas mesorregiões do Estado de Minas Gerais, o Vale ocupa a sexta colocação. Isto demonstra a resistência dos segmentos rurais contra a superexploração oriundas de empresas de mineração, de eucalipto, agroindústria, barragens, dentre outras, que se instalam respaldados pelo Estado.

Zhouri e Zucarelli (2008) colocam que os conflitos ambientais se destacam pela pluralidade dos segmentos sociais envolvidos na construção dos projetos sociais. Os conflitos tendem a se reproduzirem e se multiplicarem na medida em que são mantidos os mecanismos

que aprofundam as desigualdades de distribuição e acesso a terra frente às práticas dominantes de apropriação dos recursos naturais.

No caso do Vale do Jequitinhonha, os autores ressaltam que as reflorestadoras trataram de ocupar as áreas mais altas e planas antes utilizadas por agricultores locais como uso comum para áreas de extrativismo vegetal e criação de gado. Por serem terras devolutas, tais empresas não encontram empecilhos por parte do Estado para a exploração de suas empresas. “Uma extensão territorial de mais de um milhão e meio de hectares do Vale do Jequitinhonha foi ocupada pela monocultura do eucalipto com fins exclusivos às indústrias de celulose e de carvão, alijando pequenos agricultores de suas glebas de terra” (ZHOURI E ZUCARELLI, 2008 p.11 apud WRM, 2002).

[...] A substituição gradativa do bioma Cerrado pelo eucalipto vem acarretando múltiplos problemas para o ecossistema e para as comunidades que vivem cercadas pela monocultura [...] os problemas elencados são: proibição de acesso às áreas de chapadas que antes pertenciam e eram utilizadas pelas comunidades rurais para a criação de gado na solta coletiva e extrativismo de lenha, frutos e plantas medicinais; conflitos pela delimitação de divisas; diminuição do volume de água e/ou extinção de córregos e ribeirões que são/eram utilizados pelas comunidades ribeirinhas; desmatamento do cerrado e das cabeceiras de nascentes; mortalidade de animais silvestres; processos erosivos e carreamento de solo para os córregos e veredas ocasionados pela construção da malha viária das áreas de plantio; assoreamento das nascentes e cursos d'água devido a movimentação intensiva de solo na área de chapada e bordas; contaminação das águas superficiais, do lençol freático e do solo pelo uso excessivo de agrotóxicos; além da intoxicação dos trabalhadores, inclusive crianças, pela fumaça dos fornos utilizados na fabricação de carvão [...] (ZHOURI E ZUCARELLI, 2008 p.12).

Nesse processo, as famílias rurais se percebem ilhadas pela monocultura de eucalipto e ameaçadas pelos projetos desenvolvimentistas do Estado por meio da instalação de mineradoras, reflorestadoras e de hidrelétricas. Na década de 1980 o Estado lançou o Programa Novo Jequitinhonha que consistia na construção de dezesseis hidrelétricas, sendo que destas, onze seriam no rio Jequitinhonha.

Observa-se que o papel do Estado frente à problemática dos conflitos se resume em ações compensatórias para as comunidades rurais, ocultando à verdadeira problemática histórica: a concentração fundiária. As contradições são legitimadas ao passo que o Estado se posiciona como mediador dos conflitos através de políticas públicas paliativas, mantendo inalterada a questão agrária brasileira.

Tomando por base os estudos de Ribeiro et.al (2008), verificamos que a partir dos anos de 1990, ocorreu um crescimento de programas de desenvolvimento para os segmentos

rurais, o aprofundamento de alguns já existentes e a inovação da gestão pública em outros. Segundo os autores, os que atingem diretamente os trabalhadores rurais podem ser categorizados em três grupos: “a) os programas modernizantes de grande escala que permaneceram; b) os programas específicos para agricultura familiar que foram aprofundados; c) os programas de gestão participativa, inovadores das políticas públicas”. (RIBEIRO et.al, 2008, p. 1089).

Os programas modernizantes consistiram na criação de empregos temporários na qual o governo incentivou a mão de obra do trabalhador rural para as atividades nas empresas de reflorestamento de eucalipto e nas barragens. Foi uma estratégia contraditória do Estado ao impulsionar geração de emprego e renda em empresas responsáveis pela expropriação das terras e expulsão de comunidades interias. Estes trabalhos temporários nas reflorestadoras e mineradoras seriam para minimizar o êxodo rural.

Os programas específicos para a agricultura familiar foram aqueles de estímulo a produção ou transferência direta de renda aos agricultores. Segundo Ribeiro et.al, (2008, p. 1089) estes programas surgiram com um viés paliativo para amenizar os impactos da modernização agrícola na década de 1970 “nas regiões consideradas periféricas, por meio da distribuição de benefícios como equipamentos produtivos para melhoria da infraestrutura comunitária e assistência social”. Em 1980 estes programas foram redesenhados e operacionalizados pelas Empresas Técnicas de Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER/MG) ou pelas Secretarias Estaduais de Trabalho.

No fim da década de 80 e início de 90 com o processo de redemocratização e universalização dos direitos sociais, no campo previdenciário foi garantida para a população rural o acesso às aposentadorias e pensões e também foi lançado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF consistindo na concessão de crédito para fomentar a produção agrícola uma vez que o campo já dispunha de aposentados e pensionistas para acessarem e quitarem o empréstimo. Nos anos 2000, os programas de transferência de rendas que foram incorporados ao programa Bolsa Família.

Esses programas criaram benefícios duradouros. Colocaram equipamentos de beneficiamento à disposição das comunidades rurais – as denominadas *fabriquetas* comunitárias – que reduziram a penosidade do trabalho, aumentaram a produção, a produtividade e a renda familiar pela agregação de valor a uma pauta produtiva tradicional vendida no comércio local: farinhas de milho e mandioca, polvilho, mel, rapadura, açúcar-mascavo e cachaça [...] (RIBEIRO et.al, 2008, p. 1090).

Sobre as transferências de renda, aposentadorias e pensões destacam os autores que estes levaram os agricultores beneficiados a terem mais segurança para acessar o PRONAF, com isso verificou-se que:

[...] Aposentadorias e pensões elevaram – ou criaram, onde não havia – rendas monetárias; dando mais liquidez às famílias com terra, estimularam o comércio urbano e o consumo dos produtos tradicionais da lavoura e da indústria doméstica nas feiras livres. Mas essas rendas influenciam também a produção, pois famílias rurais com rendas de transferências respondem por boa parte da produção comercializada em feiras municipais [...] (RIBEIRO et.al, 2008, p. 1090).

Por fim, os programas de gestão compartilhada como o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), consistiram na participação comunitária e na escolha das prioridades locais. Nestes programas vigoravam a participação dos agentes oficiais como gestores, os representantes dos sindicatos rurais e os próprios beneficiários. Embora estes programas participativos fossem necessários (haja vista o reconhecimento da importância dada à participação dos atores envolvidos na efetivação de políticas públicas), enfrentaram problemas devido à sobreposição de ideias e ações de uns sobre os outros para a liberação dos recursos, assim, estes programas acabam não tendo o alcance esperado.

É verificado que foram lançados programas de fomento a produção e geração de renda para os segmentos rurais no Vale do Jequitinhonha e dentre as três principais propostas, os programas de transferência de renda, aposentadorias e pensões foram os que de fato contribuíram para uma amenização da pobreza no campo, pois a questão agrária, a concentração de terra para o agronegócio permaneceu inalteradas no meio rural Brasileiro.

Vimos através da histórica que são mantidas as estruturas fundiárias no Brasil e por consequência o quadro de desigualdades sociais no meio. O Estado Brasileiro optou por um projeto de desenvolvimento nacional de fomento ao agronegócio facilitando e/ou criando as bases necessárias para sua sustentação como modelo agrícola hegemônico. Neste contexto, o Vale do Jequitinhonha é fortemente marcado por esta tendência e ao passo que são criados programas de incentivo para os trabalhadores do campo, são também fornecidos todos os mecanismos para a afirmação e prevalência do agronegócio no Vale. Desta forma, concluímos que a questão agrária arraigada no campo brasileiro se manifesta no Vale do Jequitinhonha e é materializada a partir do agronegócio e da histórica questão social.

BREVES CONSIDERAÇÕES

Corroboramos com Ramalho (2017) de que na formação social e histórica do Vale do Jequitinhonha, têm na questão agrária elementos determinantes para se compreender a condição de trabalho e de vida dos trabalhadores rurais. Vemos que o modelo adotado pelo Estado (agronegócio) “não visa o desenvolvimento sustentável e social. O mesmo resulta em um processo contínuo de expropriação e de acirramento da superexploração da força de trabalho e dos recursos naturais” (RAMALHO, 2017, p.08)

Verificamos ainda que o Vale do Jequitinhonha é uma região marcada pelo contraste. Na qual se tem por um lado uma população em grande parte rural em situação de pobreza extrema e um meio ambiente acometido intensamente pelas atividades de exploração causadoras de grandes impactos ambientais. Por outro lado, o vale possuiu inúmeras riquezas naturais e cultural sendo um patrimônio histórico de referência para o Estado de Minas Gerais e para o Brasil, com um povo que resiste a todas as formas de violência e de superexploração no campo.

Os investimentos públicos e privados favoreceram o processo expansionista do agronegócio (grandes grupos econômicos nacionais e transnacionais), possibilitando cada vez mais o acesso as melhores terras e recursos hídricos que são condições essenciais para gestão do agronegócio e manutenção da concentração fundiária. Nas ultimas décadas não se viu ou ouviu por parte do Estado o comprometimento com uma política de Reforma Agrária efetiva para o campo Brasileiro.

Desta forma, aqueles que não possuem acesso a terra, acabam por se submeter à ordem do capital: submissão e exploração do trabalhador. É importante destacar que neste processo há correlações de forças, onde os movimentos sociais lutam e reivindicam o acesso a terra. O Estado por sua vez possibilita a acumulação do capital via agricultura, atuando na mediação das contradições sociais e dos conflitos lançando políticas públicas paliativas que visam silenciar os movimentos sociais que lutam pelo acesso à renda.

Salientamos que a questão da terra no Brasil é um elemento estrutural do poder das elites agrárias e das lutas de classes, na qual a reorganização do espaço brasileiro perpassa pela natureza dos conflitos e da polarização entre interesses políticos, entre as estratégias de classes que se opõem ao capital e as lutas dos movimentos sociais pelo acesso a terra. (THOMAZ, 2010).

Por fim, ressaltamos que o Vale do Jequitinhonha historicamente se fez lócus “privilegiado” das formas de dominação, desde o período colonial até a atualidade sob uma nova roupagem para a superexploração, forjada sobre as bases desenvolvimentistas do agronegócio em uma região considerada como subdesenvolvida. Os impactos são severos e podem ser verificados nas assimetrias econômicas, sociais e culturais, pois se trata da cultura de um povo que tem vínculo com a terra, que se baseia no trabalho familiar e nos laços comunitários de solidariedade e ajuda mútua e que historicamente tem sido impedido de usufruir da terra enquanto um bem necessário á reprodução social.

Ressaltamos que se no agronegócio impera uma “agricultura sem agricultor”, na produção agrícola familiar, “para o agricultor, a propriedade possui uma dimensão simbólica pautada no sustento e na reprodução do grupo familiar. Muitas vezes a propriedade representa a continuidade de um saber que vem sendo ensinado por gerações” (DOULA, et.al , 2012, p. 07). A partir destas narrativas, finalizamos dizendo que o debate não para por aqui dada sua magnitude e importância para o campo brasileiro e para o Vale do Jequitinhonha que ainda necessita de políticas públicas efetivas que busquem de fato melhorar as condições de sobrevivência no campo. Contudo, a verdadeira transformação perpassa pela necessária e urgente reforma agrária.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **Questão agrária no Brasil do século XXI: uma abordagem a partir da Geografia.** *Revista Terra Livre*, São Paulo, ano 27, v. 1, n. 36, p. 69-95, 2011.

BORBA, Carlos Alberto Vieira. **Capitalismo e renda da terra: estudo sobre o processo de formação da propriedade capitalista da terra.** Anais do Seminário Nacional de Teoria Marxista, Uberlândia, maio de 2014.

CHISTOFFOLLI, Pedro Ivan: **A evolução recente da questão agrária e os limites das políticas públicas no governo Lula para o meio rural (2005)** in: Estudos de direito cooperativo e cidadania/ Organizador José Antonio Perez Gediel. – Curitiba: Programa de pós-graduação em direito da UFPR, n.1 (2007). 244 p.

DELGADO, G.C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília (DF): IPEA, 2005.

DOULA, Sheila Maria; DUTRA, Carina; LASCHEFSHI, Klemens Augustinus: **A legislação ambiental como foco de conflitos: uma análise a partir das representações sociais da natureza dos pequenos agricultores em Minas Gerais, Brasil** - Soc. nat. vol.24 no.3 Uberlândia set./dez. 2012

ELIAS, Michelly F. M.: **A questão agrária e os movimentos sociais populares no Vale do Mucuri**. In: 7º Encontro Nacional de Política Social, 2012, Vitória. Trabalho e Lutas Sociais no mundo hoje, 2012.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. **Sem terra, assentados, agricultores familiares, considerações sobre os conflitos sociais** – in: Una Nueva Ruralidad en América Latina? Coordenador: Emilio Taddei; Assistente Coordenador: Sabrina González; Área de Difusão: Coordenador: Jorge A. Fraga - Edição Digital: Libronauta Argentina S. A., 2005. 408 páginas.

GORENDER, Jacob. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo Brasileiro**: in: A Questão Agrária na década de 90. Coord.: João Pedro Stédile; Jacob Gorenter... [et al.]. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MOURA, Margarida Maria. **Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. Capítulo 1 e 2.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter at. al. **Bye bye Brasil, aqui estamos: a reinvenção da questão agrária no Brasil**. (Relatório CPT 2015)- in: Conflitos no Campo – Brasil 2015 [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade - Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2015. 240 páginas.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais**. Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis, v. 1, n. 1, 2004, p. 01-55.

Portal do Jequitinhonha. Disponível em < <https://www2.ufmg.br/polojequitinhonha/O-Vale/Sobre-o-Vale>>. Acesso em 25/05/2018.

PTDRS. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS): Documento de qualificação: Território da cidadania Médio Jequitinhonha. 2010. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio057.pdf>. Acesso em: 10 maio 2013.

RAMALHO, Claudilene da Costa. **A questão agrária nos Vales Jequitinhonha e Mucuri.** Anais do 5º Encontro Internacional de Política Social e 12º Encontro Nacional de Política Social, Vitória (ES, Brasil), Junho de 2017.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flavia Maria; SILVESTRE, Luiz Henrique; CALIXTO, Juliana Sena; ASSIS, Thiago de Paula; AYRES, Eduardo Barbosa. **Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha.** Revista RER, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 1075-1102, 2007.

SILVA, Daniel Ferreira da. **Sistemas Agrários e Agricultura no alto Jequitinhonha – MG.** Tese de Doutorado em Extensão Rural. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, 2014, 241 p.

THOMAZ J, A. **O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI.** *Campo-Território*, Uberlândia, v. 5, n. 10, p. 92-122, ago. 2010.

WOOD, Ellen Meiksins. **As origens agrárias do capitalismo.** Rev. Monthly Review, v. 50, n. 3, jul./ago. 1998.

ZHOURI, Andréa & ZUCARELLI, Marcos Cristiano. **Mapa dos conflitos ambientais no Estado de Minas Gerais: notas preliminares de uma pesquisa em andamento.** In: Anais... IV Encontro Nacional da ANPPAS, jun. 2008, p. 01-15.

PERCEPÇÃO DA NATUREZA: TRABALHO E MORAL NO PENSAMENTO CAMPONÊS

Marivaldo Aparecido de Carvalho¹

Rosana Passos Cambraia²

Pesquisa teórica de base estruturalista marxista que concebe o trabalho como a capacidade de simbolizar e transformar o mundo que habitamos. Buscou demonstrar os aspectos éticos do trabalho camponês e sua capacidade resistência aos modelos hegemônicos de economia preconizado pelo mercado capitalista, que são representados pelas extensas monoculturas de eucalipto ou criação de parques de preservação. O estudo focou a percepção do lavrador/a sobre a natureza e sua relação com a terra de trabalho. Apoio: Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) APQ 02797-14/2014.

Palavras chaves: camponês, natureza, trabalho.

¹ Professor Associado do Departamento de Ciências Básicas, Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde, UFVJM, Diamantina, Minas Gerais. Doutorado em Sociologia, UNESP Araraquara, SP. E-mail: marivascarvalho@gmail.com

² Professora Associada do Departamento de Farmácia, Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde, UFVJM, Diamantina, Minas Gerais. Doutorado em Psicobiologia, USP Ribeirão Preto, SP. E-mail: rosacambraia@hotmail.com

Introdução

Este trabalho é uma reflexão teórica oriunda de pesquisas junto a comunidades rurais do Alto Vale Jequitinhonha (Minas Gerais), na região de Itamarandiba (Comunidade Padre João Afonso) e de Veredinha. O processo de interferência ocasionado pelo monocultivo de eucalipto, ou da criação de parques de conservação, provocaram na população lavradora uma reavaliação de seu próprio modo de vida e de suas práticas tradicionais. A reavaliação das práticas tradicionais, em cotejo com as práticas dos recém chegados (parques, monoculturas), indica a validade do modo de vida que permitiu, durante gerações, a sua reprodução socioambiental. Demonstrar que a racionalidade do modo de vida do agricultor familiar, assim como seu imaginário e seus valores sociais, resultam num processo de afirmação de sua identidade cultural e resistência aos modelos sócio-econômicos que ferem princípios éticos e culturais próprios das comunidades de agricultores/as familiares.

A forma de organização social do trabalho na comunidade camponesa tradicional é fundamentada na família e também no trabalho coletivo com outras famílias; a força de trabalho familiar ainda hoje se faz presente, já o trabalho coletivo (mutirão) ficou esporádico, este, quando acontece, envolve a comunidade em seu todo. Já a troca de dias (outra modalidade de organização de trabalho no mundo rural) representa um combinado entre uma ou mais famílias. A relação estabelecida na categoria de 'trabalho trocado' se dava devido ao fato de não terem relação direta com o dinheiro, enquanto forma de pagamento. O 'pagamento', se assim podemos dizer, se dava pela troca do trabalho. Esta forma de organização do trabalho solidificou uma lógica de ocupação do solo, forma de plantio, colheita, a 'limpa' das plantações, etc., que permeou a organização da família e as alianças de parentesco, constituídas pelos casamentos. Esta forma de organização social do trabalho fundamentada pela troca, seja de trabalho, ou troca de bens como sementes e alimentos, criou no grupo uma moral coletiva, uma noção de pertencimento sócio-cultural dos membros do grupo, pois esta forma de organização social do trabalho permitiu ao grupo certa 'autonomia' socioeconômica e cultural em relação à sociedade envolvente, apesar dos laços de dependência como um corolário da ordem social estabelecida. Ou seja, o grupo, para se manter socialmente ativo com valores próprios, forjou modelos econômicos e culturais que permitiu uma resistência social e cultural que se mantém até os dias de hoje.

As pesquisas trabalham com a concepção teórica estruturalista marxista (GODELIER, 2001) que concebe o trabalho como a capacidade de simbolizar e transformar o mundo que habitamos. Buscam nesse contexto demonstrar os aspectos éticos do trabalho camponês e sua capacidade resistência aos modelos hegemônicos de economia preconizado pelo mercado capitalista, que no nosso caso são representados pela extensivas monoculturas de eucalipto ou criação de parques de preservação, que envolvem a região pesquisada. Esta resistência está vinculada diretamente com o trabalho do lavrador, pois só quem planta é quem pode trocar (troca como atitude ética). O trabalho do lavrador estrutura uma ética camponesa que se traduz: com a troca do suor do lavrador para com a terra e o fruto como a resposta da terra para com o trabalho do lavrador; essa noção de troca entre natureza e humano e seu aspecto ético religioso acaba por incluir todos.

É a troca, como fundamento social e de identidade cultural, que dá o sentido de comunidade e ao lugar onde se vive. Nossos dados de campo indicam que o trabalho do lavrador com a terra de cultivo, e com a terra natureza, busca em sua intimidade a compreensão de complementaridade do seu trabalho com a organização que o mundo da natureza já traz consigo como elemento dado, que não cabe ser transformado ou questionado pelo lavrador, pois a natureza e suas regras são criações do divino. Assim as técnicas de plantio são técnicas que primam pelo diálogo entre o trabalho do lavrador e a terra de cultivo e a natureza envolvente, mediado por uma ética de base religiosa, pois a finalidade última do trabalho é gerar alimento. A posse do alimento por meio do trabalho camponês é compreendida como a troca entre humano com a terra, essa noção de troca se reproduz na comunidade via troca entre seus membros. Assim a troca, enquanto compreensão do trabalho camponês, e como uma expressão ética religiosa, que se dá entre seus membros, e desses para com a natureza, além de criar formas de resistência aos modelos hegemônicos de economia, caminha para a superação ontológica entre o humano e a natureza. Ou seja, essa ética da troca também inclui a natureza como um sujeito, que deve ser levado em conta para a organização social da comunidade.

Comunidades tradicionais

Quando falamos de comunidades tradicionais camponesas e sua forma de organização do trabalho, demonstramos a condição humana que reflete o encontro da cultura com a natureza, entre o que fazemos e o que nos é permitido fazer/simbolizar

em relação a nossa materialidade corporal e do mundo que nos envolve. Assim o ser humano se encontra com o mundo simbólico e o mundo material, uma dialética necessária entre o dito humano (o mundo aprendido e transformado) e o que concebemos como natureza.

O estar no mundo e ser permeado por ele parece ser uma condição de todas as culturas, de todas as pessoas humanas, e nesse caso, até das ‘pessoas não humanas’. Porém o animal humano que aqui focamos ao se abstrair (pela cultura) de seu próprio corpo (a natureza que carregamos), se posiciona de forma delicada na encruzilhada que permeia a vida como a conhecemos, pois ao privilegiar a sua capacidade de abstrair, simbolizar e se comunicar pela linguagem, em detrimento de seu aspecto somático e do mundo dado em sua materialidade, pode colocar em risco sua própria existência simbólica e somática; por outro lado, pensar a vida humana como apenas a herança de sequências genéticas que, para alguns pesquisadores, determinam até os sentimentos humanos mais simbólicos, como a paixão, só para citar um exemplo, tende a reduzir a experiência da vida humana num mundo pré-determinado e determinante de nossa condição.

Existe um passado/presente forjado pela memória e fazeres da comunidade, revelados pela oralidade, das suas pessoas. A oralidade nos fornece: “...os gestos acompanhados da palavra e as relações com os espaços por eles criados. A memória tem esse duplo caráter de que fala Halbachs, exprime a autoconsciência individual e coletiva, do grupo, no entanto refere-se às experiências, às ideias, aos sentimentos compartilhados.” (GARCIA; SCAMARAL, 1996, p. 201).

As experiências, ideias e sentimentos são compartilhados na relação afetiva que envolve os moradores da comunidade, principalmente os laços familiares e também com laços de vizinhança, que se revelam na linguagem cotidiana, nas festas religiosas e na organização do trabalho. Esse compartilhamento identifica o grupo, expressa a identidade cultural da comunidade. Essa identidade expressa um saber estruturado e aceito, por ser baseado na experiência, seja na família ou na vizinhança. Mas é fundamentalmente na organização do trabalho que as relações sociais da comunidade se caracteriza. Sendo a família o elo mais forte. “Esta forma de saber apoiado na experiência também determina as diferenças nos tipos de trabalho. As relações entre familiares e vizinhos “iguais” se dão nas formas de trocas de serviços, de produtos, no trabalho “à meia”...” (GARCIA; SCAMARAL, 1996, p. 202).

Tendo como parâmetros as ideias acima colocadas nos propomos discutir a relação entre o ser humano e o seu lugar no mundo, e como essa relação é mediada pelo seu trabalho, ou melhor, pela forma como o ser humano organiza socialmente seu trabalho.

Costume, experiência e resistência

A experiência é um tema fundamental para se pensar o mundo contemporâneo, como podemos pensar num existir sem experiência, como suportar o mundo sem a experiência e o valorar da mesma, Agambem (2005) nos lembra baseado em Walter Benjamin (1933) que:

Todo discurso sobre a experiência deve partir atualmente da constatação de que ela não é mais algo que ainda nos seja dado fazer. Pois, assim como foi privado da sua biografia, o homem contemporâneo foi expropriado de sua experiência: aliás, a incapacidade de fazer e transmitir experiências talvez seja um dos poucos dados certos de que disponha sobre si mesmo. Benjamin, que já em 1933 havia diagnosticado com precisão esta <pobreza de experiência> da época moderna, indicava suas causas na catástrofe da guerra mundial... (AGAMBEM, 2005, p. 21).

Mais adiante o autor se refere sobre como é insuportável viver o cotidiano sem o sentido da experiência:

“É esta incapacidade de traduzir-se em experiência que torna hoje insuportável – como em momento algum no passado – a existência cotidiana, e não uma pretensa má qualidade ou insignificância da vida contemporânea confrontada com o passado...” (AGAMBEM, 2005, p. 22). Mais a frente o autor enfoca o sentido da experiência e a noção de autoridade:

Todo evento, por mais comum e insignificante, tornava-se a partícula de impureza em torno da qual a experiência adensava, como uma pérola, a própria autoridade. Porque a experiência tem o seu necessário correlato não no conhecimento, mas na autoridade, ou seja, na palavra e no conto, e hoje ninguém mais parece dispor de autoridade suficiente para garantir uma experiência, e se dela dispõe, nem ao menos o aflora a ideia de fundamentar em uma experiência a própria autoridade. Ao contrário, o que caracteriza o tempo presente é que toda autoridade tem o seu fundamento no <inexperienciável> (...) Daí o desaparecimento da máxima e do provérbio, que eram as formas nas quais a experiência se colocava como autoridade. (AGAMBEM, 2005, p. 22-23)

Assim a experiência expressava palavras que eram transmitidas por contos, causos e relatos do passado, do vivido, para orientar o caminhar no presente e na

projeção de futuro. A palavra como a síntese do viver, como a constituição e a organização do viver. Palavra e trabalho categorias ordenadoras das comunidades que nomeamos de tradicionais. A palavra como moral estruturante do ato do trabalho e da forma social de organização do trabalho e por consequência na relação com o meio ambiente, com a natureza.

No que se refere as populações tradicionais do campo como lavradores, camponeses e caipiras, os saberes e fazeres em relação aos elementos tidos como naturais, se apoiam no conhecimento elaborado, acumulado e transmitido socialmente através das conversas entre pais, mães e filhos/as. Na beira do fogão a lenha, no momento do plantio, enfim, no dia a dia da vida.

A relação com a natureza, no sentido de responder as necessidades das pessoas de uma dada comunidade, reflete um saber estruturado empiricamente, ou seja, na experiência do trabalho cotidiano; que, por sua vez se relaciona com uma visão religiosa do mundo, forjando assim uma lógica própria de se relacionar com natureza. Pois:

...para nós (sociedade humana) qualquer dimensão da natureza será sempre um ambiente percebido através de uma cultura, e também um 'lugar de viver' construído como uma dimensão da natureza tornada parte de um modo humano de vida. Isto é, uma dimensão de meio ambiente transformado e culturalmente socializado, para de alguma maneira fazer parte dos mundos sociais que construímos para viver e para conviver. Mundos de vida que criamos e aos quais atribuímos sentidos. Ideias e valores, preceitos e princípios compartilhados e dados a nós mesmos, aos nossos outros e ao mundo onde partilhamos nossas vidas e destinos. (BRANDÃO, 2015, p. 73)

Troca de sementes e as terras de plantio como fator da experiência

As trocas dos alimentos que são plantados pelos agricultores tradicionais também ocorre com as sementes, uma das características da agricultura tradicional é a autonomia da semente, essa autonomia da semente que se planta se insere num processo social mais amplo, pois para haver essa autonomia se faz necessário armazenar e trocar com outros lavradores, principalmente quando ocorre de não haver uma produção do alimento plantado, como por exemplo milho ou feijão que não produzem bem. Nesse sentido na comunidade são encontrados duas espécies de milho e duas de feijão que são consideradas como sementes tradicionais, que o lavrador conserva que são: o milho palha roxa e sabuguim. Quando um lavrador 'perde' a semente, ele tenta encontrar com outro lavrador. Segundo informações das

comunidades, o milho palha roxa não caruncha fácil, mas o milho novo (comprado para plantar) caruncha muito fácil, não aguenta muito tempo guardado. Neste sentido as sementes tradicionais guardadas não representam simplesmente uma economia de dinheiro, mas também uma opção de uma semente melhor. E a troca de sementes não só ocorre quando alguém perde a semente, ocorre mesmo quando todos possuem a semente, pois plantam em locais diferentes, o que ajuda no processo de produção do plantio. No plantio de hortas também há uso de sementes próprias, como no caso de alface, almeirão, mostarda e repolho, além de ramas como no caso de batatas.

No que se refere as terras de plantio, as comunidades tem o conhecimento do seu meio e os melhores locais para plantio das culturas como mandioca e feijão, por exemplo. Para a mandioca: terra alta com pouca raiz, terra mais solta, para soltar mandioca com mais facilidade. Feijão: terra de leito de rio, terra mais fresca, onde o esterco natural fica, vai para aquele lugar. O lugar onde a terra é mais alimentada, segundo as falas da comunidade, ou seja, áreas mais férteis naturalmente, a comunidade vai buscando esses lugares para o plantio de feijão. O esterco mais utilizado é o de vaca, queimar não é bom pois o esterco perde a força. Deixa-se o esterco curtir, até sair vapor, e vai misturando com terra; esterco puro não é bom, pois está ‘quente’, pois só quando mistura com a terra o mesmo esfria. Se colocar o esterco ‘quente’ a planta sofre e pode até morrer.

Antigamente, quando a terra de plantio não era muito boa, faziam-se profundos valos que eram bem esterçados onde se plantavam bananas e outras culturas, que apresentavam assim uma ótima produção. O importante era saber tratar a terra, alimentá-la para dessa forma poder se alimentar, dessa forma o trabalho na terra era um ato de ‘educar’ a terra, para que a mesma produza. Esse trabalho do lavrador era compreendido como uma troca entre o trabalho, suor do lavrador, com a terra, ela (a terra) retornava o suor (do lavrador) como alimentos.

Convém lembrar que o uso econômico mercadológico das chapadas, enquanto plantio de monoculturas, foi implementado pelos grandes fazendeiros, latifundiários. Isto conflita com a percepção do trabalho comunitário. Assim e diante de seus espaços naturais as comunidades tradicionais possuem conhecimentos e um saber fazer que se traduz em sua capacidade de organizar seu ‘mundo’. Mundo esse que se caracteriza como uma crítica radical ao capital, pois o modo de vida, os costumes, dessas comunidades, se associam a uma economia moral.

...o processo do capitalismo e a conduta não econômica baseada nos costumes estão em conflito, um conflito consciente e ativo, como que numa resistência aos novos padrões de consumo ('necessidades'), às inovações técnicas ou a racionalização do trabalho que ameaçam desintegrar os costumes e, algumas vezes, também a organização familiar dos papéis produtivos. (THOMPSON, 1998, p.21, grifo nosso).

Notamos nessa passagem de Thompson a importância que o mesmo dá a noção de costumes. Para este autor essa noção é fundamental para compreendermos os processos de resistência ou de aparente conformismo nas relações entre a cultura popular, representadas no nosso estudo pelas comunidades tradicionais, e a ideia de progresso e de técnica que invade os modos de vidas dessas comunidades. Para Thompson:

Os costumes realizam algo – não são formulações abstratas dos significados nem a busca dos significados, embora possam transmitir um significado. Os costumes estão claramente associados e arraigados às realidades materiais e sociais da vida e do trabalho, embora não derivem simplesmente dessas realidades, nem as reexpressem. Os costumes podem fornecer o contexto em que as pessoas talvez façam o que seria mais difícil de fazer de modo direto [...], eles podem preservar a necessidade da ação coletiva, do ajuste coletivo de interesses, da expressão coletiva de sentimentos e emoções dentro do terreno e domínio dos que deles co-participam, servindo como uma fronteira para excluir os forasteiros. (THOMPSON, 1998, p. 22)

Percepção da natureza³ pela comunidade, parques e monocultura de eucalipto

Notamos essa ‘maneira de pensar’ quando observamos como comunidades tradicionais do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais representam socialmente as áreas de terras denominadas de chapadas. As chapadas são ‘utilizadas’, se assim podemos dizer, para atividades econômicas, porém essa ‘utilização’ é orientada por uma ética religiosa. Já que a perspectiva da religiosidade popular indica que a mesma *“se realiza como uma forma de conhecimento do real, como uma prática que ao mesmo tempo reforça e nega esse real, combina fatalismo (conformismo) e desejo de mudança (inconformismo), o milagre sendo sua pedra de toque.”* (CHAUI, 2014, p. 75, grifo nosso).

No Vale do Jequitinhonha as comunidades dizem que as chapadas não pertenciam a ninguém, foi Deus quem fez, sendo assim todos podiam usufruir. Percebemos nessa afirmação dita pelas comunidades tradicionais do Vale do

³ A relação do sujeito com o cuidar/habitar/experenciar o mundo vivido Ingold (2015).

Jequitinhonha uma contraposição à noção de propriedade, que fundamenta a ordem do capital. O que vemos saltar nessa noção dita pelas comunidades, através de sua reflexão religiosa, é a valorização da posse e não da propriedade; é nesse sentido que podemos pensar a cultura popular como uma cultura rebelde; nos dizeres de Thompson:

As práticas e as normas se reproduzem ao longo das gerações na atmosfera lentamente diversificada dos costumes. As tradições se perpetuam em grande parte mediante a transmissão oral, com seu repertório de anedotas e narrativas exemplares. [...] Essa cultura transmite com vigor – e possivelmente também gera – desempenhos ritualísticos ou estilizados, na recreação ou em formas de protesto. É até possível que a mobilidade geográfica, juntamente com a crescente alfabetização, tenha ampliado a gama dessas formas e as tenha distribuídos mais amplamente (THOMPSON, 1998, p. 18, grifo nosso)

Desse modo, conclui o autor: “*Por isso a cultura popular é rebelde, mas o é em defesa dos costumes. Esses pertencem ao povo, e alguns deles se baseiam realmente em reivindicações muito recentes*” (IDEM, p.19., grifo nosso)

Nas palavras de um morador da comunidade Padre João Afonso, distrito de Itamarandiba no Vale do Jequitinhonha, ao comentar sobre a chegada do eucalipto, declara que a natureza foi Deus quem criou:

*Bom. Eu acredito, no meu modo de pensar, eu acredito que antigamente era difícil a madeira pra construção de uma casa e tudo, aí até que o eucalipto trouxe algo de bom, mas eu acho que ele deu um desequilíbrio por causa que é muito. **Tudo muito passa da conta, né?** Então eu acredito que por ser muito grande a área acho que trouxe (desequilíbrio), nós (da comunidade Padre João Afonso) ainda não estamos sentindo não, mas estamos começando a sentir um desequilíbrio na natureza, porque é uma planta só, o eucalipto é uma planta só, ali não vegeta nada entre o eucalipto. Então tem aí uma área de trinta quilômetros, e nesses trinta quilômetros não encontra nada.*

*Só o eucalipto. E as vezes passa um bicho ali, mas ele não acha nada de comer, porque na verdade, **Deus criou o mato nativo, e ali é um lugar assim, que dá uma fruta num mês, um pau que dá fruta em outro mês, e por aí passa a ter alimentação o ano inteiro, né?** A gente tá começando a sentir, e por aí vem que a natureza é completa, e a partir do momento que falta uma coisa começa a faltar as coisas, porque é uma coisa ligada com a outra, né? (morador V.)*

Compreendemos que essa fala de um morador, que é representativa em relação ao conjunto dos moradores/as da comunidade, reflete um pensar rebelde como dito por Thompson (1998), pois indica uma rebeldia e ao mesmo tempo a confirmação da tradição dos costumes que pertencem ao seu povo, orientada por uma ética religiosa

Chauí (2014). Ao mesmo tempo indica uma percepção da natureza, do mato nativo, como criação de Deus e também como um espaço de complementariedade entre as ‘coisas’ e dessa forma é um espaço que alimenta por existir nela diversidade, uma diversidade que se complementa porque uma “coisa é ligada na outra”. Se opondo dessa forma as grandes monoculturas de eucalipto, ou seja, o morador não confunde as plantios extensivos de eucalipto como natureza. Assim a percepção de natureza indicada pelo morador é simbolizada por uma ação criadora de Deus e dessa forma perfeita. Legítima assim a sua percepção da natureza em oposição as grandes monoculturas de eucalipto.

Thompson continua afirmando que os processos de rebeldia, resistência, ou seja, toda ação popular era coadunada por uma noção legitimadora sustentada no fato das pessoas acreditarem que defendiam direitos e costumes tradicionais e com o apoio do consenso mais amplo da comunidade. Esse consenso popular indicava as práticas legítimas e não legítimas na atividade do mercado, baseada nas normas e obrigações sociais/econômicas peculiares aos vários grupos da comunidade, o conjunto dessas normas derivaria numa noção de “economia moral dos pobres” quando o respeito, que formam essa moral, não era respeitado pelo mercado e poder político, era o motivo que fundamentava a ação direta da comunidade (THOMPSON, 1998, p. 52).

Em uma de nossas entrevistas com um morador da comunidade Padre João Afonso, indagamos o porquê dele ter deixado o trabalho na plantação de eucalipto. Ele trabalhava no corte da plantação, trabalhava na época com o machado, ele considerava o trabalho duro, mas o que mais lhe incomodava era comer a comida fria que para ele não era uma comida sadia.

*Eu na verdade, quando eu saí, eu até fiz um acordo porque na verdade era o seguinte, naquela época o serviço era muito pesado, porque era de machado, e a gente trabalhava com comida fria. Hoje não é mais não, mas naquela época era, a gente levava a comida na marmita e ali a gente esquentava ela na hora. (...) **com o passar do tempo a gente pega o dinheiro mas perde a saúde, então eu pensei assim: eu vou sair enquanto é cedo. Então eu peguei e saí, mais por causa disso. (morador V.)***

Em nossa conversa indagamos sobre o novo trabalho que ele assumiu para conseguir sua renda, para manter sua vida. Com que ele trabalhava e como se relacionava com os frutos do seu trabalho. O que nos chamou a atenção é que em suas respostas, o seu trabalho em relação direta com a natureza, principalmente os plantios, as roças, não era destinado a renda, a ter dinheiro, mas sim distribuir, trocar. A sua

renda, o dinheiro que precisava, vinha dos trabalhos como diarista.

Plantar uma rocinha aí, uma plantação de alguma coisinha: mandioca, cana, um pomarzinho, mas coisa simples.

Não vendo, as vezes quando a gente traz, reparte com alguém, mas vender, mesmo, não. Sempre a gente faz (planta) é pra repartir. Não sou aposentado não, mas a renda que a gente tem mesmo é que as vezes a gente trabalha um dia pra um, outro dia para outro. Essa que é a renda da gente. Prefiro assim. Porque as vezes a gente trabalha um dia pro outro aí, a gente chega, a pessoa lá não faz conta da comida, né? Pega e dá a comida pra gente, a gente come a comida quentinha. Comida que vai fazer bem pra gente, né? E a gente vai levando. (morador V)

Esta fala do morador indica o que Thompson denomina de “economia moral dos pobres”, a pobreza aqui não significa passar necessidades ou perda da identidade do sujeito, mas sim uma postura moral e de resistência a uma prática econômica trazida pelo mercado, que fere os princípios e costumes de uma dada comunidade, principalmente nas relações que envolvem os moradores/as assim como sua relação com a natureza envolvente. Essa moral se traduz pelo ato da troca, da troca que vem da percepção do movimento da natureza, é como se o trabalho realizado junto a natureza devesse traduzir a perfeição da natureza, ou seja, uma coisa está ligada na outra. O fruto do trabalho junto a natureza se coaduna com o tempo de plantar e de colher, assim como existe um tempo em que uma árvore floresce e dá frutos, um fluxo contínuo do alimento permeado pelo trabalho. Quando o lavrador trabalha na terra, ele realiza uma troca com a terra, ele alimenta a terra e a terra o alimenta, e parece que esse alimento, assim produzido, segundo uma ética pautada na troca não pode ser vendido, mas sim repartido, pois quem recebe também dá. Em tudo isso há uma forma de rebeldia de resistência em relação ao modo que o mercado pautado no capital preconiza o sentido do trabalho humano.

[...] a troca restaura simbolicamente um tempo mitificado e procura trazer para dentro desse tempo os “tempos modernos”, o “tempo de transformação”, expressão local de uma “grande transformação” que aqueles protagonistas tentam domesticar. A troca entre os homens é a continuidade das trocas com a natureza, pois é a troca de alimentos (que resultam da troca com a terra) e de trabalho (que constrói a terra e produz alimentos). O espaço camponês é, portanto, um espaço moral. (WOORTMANN, 1990, p. 36)

Trabalho camponês como um espaço moral

Porém essa economia moral do agricultor acontece entre aqueles que mantêm a prática do cultivo, então de certa forma acontece entre as pessoas que tem

mais de 40 anos de idade e com pessoas que mantiveram a prática de cultivar e trabalhar na roça, já que essa forma de trabalho organiza o mundo vivido. O trabalho se apresenta como uma categoria holística, que não busca só a renda mas sim uma forma de convívio, de comportamento ético religioso que caracteriza o modo de ser e viver de comunidades que se relacionam com a terra e não buscam simplesmente serem donas ou dominá-las. Como ilustra a fala, que se segue, de outro morador da comunidade:

*É uma coisa, é uma das questões que quando diminui a prática da agricultura familiar, prejudica muito isso, né? Porque uma prática, ela influencia na outra, né? **Se você não produz, você não tem, né? Pra você doar, pra você trocar...** Então assim, é isso aí mesmo que muda e que muitas vezes preocupa a gente. Porque em uma prática dessas você está desenvolvendo até uma prática de solidariedade, né? Entre as pessoas, e quando você isola isso, vai ficando aquela coisa só do comprar, né? Então assim, parece que vai afastando as pessoas até, e diminui mesmo esse interesse talvez em produzir, né? Porque a pessoa que produz só no interesse em vender, ele já pensa: ah, não vou dar nada pra ninguém não porque isso aqui é pra vender, então já interfere. E quando você planta pouco, mesmo para a subsistência da família, você tá pensando só na alimentação mesmo, se sobrar você vende, mas não tá com aquele interesse comercial, né? Então você tem muito mais aberturas pra fazer essas práticas, né? De doação. Então eu acho que isso é muito interessante.*

Nesse sentido e segundo relatos coletados, a plantação do eucalipto interferiu mais no modo de vida do que os parques, pois o eucalipto mudou o modo da comunidade trabalhar com a terra e com os plantios realizados, mudando dessa forma a cultura do lugar. Para as comunidades rurais do campo que mantém a família como a forma fundamental da organização do trabalho, uma interferência externa que altera essa organização acaba por influenciar em outros aspectos da vida. Como ilustra a fala de V.:

A plantação do eucalipto, ela teve uma influência maior na minha vida mais diretamente que a chegada do parque. Porque a plantação de eucalipto mudou, de uma certa forma, a cultura da comunidade. Quando era uma cultura mais de plantação mesmo de alimento, que o pessoal plantava pra o alimento da própria família. Muita gente deixou de plantar o milho, o feijão a mandioca e entre outros, pra plantar o eucalipto. Então alterou de uma certa forma, essa cultura do lugar. E com isso também já foi chegando as máquinas, já o motosserra, que não existia. Hoje já tem muitas máquinas pra coletar a madeira, descascar... Então de uma certa forma, mudou bastante, até a forma de trabalho do povo da comunidade.

Apesar dessa forte interferência a cultura local se refaz se reinventa, porém

essas reinvenções, esse refazer da cultura local, está intimamente ligado as famílias que ainda mantém o plantio do alimento familiar, do plantio que se doa, que se troca entre as pessoas, do ato de visitar um amigo ou amiga, de visitar os compadres e comadres e levar um pouco de feijão, dito, como feijão dos antigos, de levar pouco de arroz, chamado arroz de pilão, de levar verduras, raízes, que não se vendem mas que traduzem um tempo que precisa ser valorado e lembrado. Pois a agricultura familiar é um tipo de agricultura que tem fartura, mas o dinheiro vivo é pouco. A falta desse dinheiro vivo afasta os jovens das práticas do plantio familiar, esse dilema que habita as comunidades baseadas na agricultura familiar é dos grandes desafios para uma prática econômica das novas gerações. Compreendemos o trabalho, enquanto categoria central, devido sua forma de organização, como o elemento fundamental do modo de ser de uma dada comunidade. Como bem ilustra a fala de V. que se segue:

...quando era as plantações de alimento, tinha aquelas épocas das capinas de roça, e no dia que terminava fazia aquelas festas, aquelas cantorias, que era típica daquela época mesmo. Então assim, com a diminuição dessas práticas foi diminuindo também. Os jovens já passou a trabalhar mais nessas plantações de eucalipto e já foi perdendo aqueles costumes dos pais, os pais foram morrendo, e então essa cultura, de uma forma, está morrendo. Essas festas de comemoração na colheita, as festas juninas, de marcar pra fazer um roçado e à tarde fazer fogueira e já aproveitar aquilo tudo, né! Dentro daquela cultura já foi diminuindo, porque o pessoal já foi mudando as práticas de trabalho.

Quando um jovem começa a trabalhar em uma prática fora, que ele começa a receber o dinheiro vivo, ele já interessa mais por aquilo. Então de repente, mesmo que ele perde o emprego, ele já não sente muito atraído por plantação, que ele não vai ter aquele dinheiro. Ele vai ter o alimento, mas não vai ter o dinheiro. Então ele já sai pra fora pra trabalhar, ou procura outro patrão ali na região mesmo pra lidar com outra prática. Na plantação do eucalipto mesmo... Então assim, já desvincula bastante. Não que tenha perdido por completo. E a gente sente essa dificuldade de manter os filhos na prática da agricultura familiar. Dispersam, né! Nem todos ficam.

Entre o dinheiro e a comida, entre o alimento e o ter, chegamos numa oposição compreendida e levantada pelos próprios camponeses lavradores, uma noção que norteia a vida dessas comunidades e seus projetos de vida: Como manter a ética da troca forjada na relação do trabalho com a terra, do alimento, e seu consumo na comunidade que se estrutura numa ética onde se encontra o trabalho, o espiritual e a natureza? Assim a percepção da natureza se faz fundamental nessa oposição alimento x dinheiro. Quais desses elementos respeitaria mais a natureza, enquanto meio de vida

e produção? Segundo os moradores/as não há dúvida de que o trabalho com a terra de plantio, apesar de transformar o meio que se habita, respeita mais os ritmos da natureza, se faz necessário o cuidar. Pois o plantio do alimento envolve uma leitura necessária da terra, da água, das matas, ou seja, do mundo natural envolvente.

Conclusão

A relação entre a terra e o lavrador (fundamentada no trabalho nas roças, criações de animais e coletas), demonstra uma particularidade no modo de ser da população rural no Vale do Jequitinhonha e que permeia comportamentos e valores dessas sociedades. No trabalho com a terra esta é sentida como um ser com vida própria, que sente cansaço, que precisa ser alimentada, que precisa ser conhecida. Esses saberes são fundamentais para a realização do plantio e da colheita, e como são saberes que produzem alimentos fundamentais para a reprodução cultural e física da comunidade, são saberes que são vivenciados pela via do religioso, do que Deus manda e do comportamento ético entre o trabalhador e o seu meio de trabalho.

Em conversas com lavradores do Alto Jequitinhonha, percebemos como os mesmos concebem o que é natural e o que não é. Primeiro existe um aspecto religioso: tudo na natureza foi Deus quem fez, sendo assim, na natureza, uma coisa está ligada na outra, enquanto uma flor nasce numa árvore, em outra nasce o fruto, enquanto uma é rasteira outra cresce alto. Mas tem uma coisa muito importante, nem tudo que parece natureza é natureza. As famílias agricultoras não percebem as extensivas plantações de eucalipto como natureza, como coisa que foi Deus quem fez. O que se destaca nessa visão é que em plantação de eucalipto só tem eucalipto, não existe a diversidade que Deus criou. É uma planta que só vive com ela mesmo e isso não é natureza. Mas se fazemos uma comparação entre o olhar dos lavradores com alguém que vive nos grandes centros urbanos, para este último as extensos monocultivos de eucalipto são natureza, pois são árvores, verdes e nascidas no solo. Essa visão urbana do que seria natureza demonstra a condição humana de quem fala, uma condição que se caracteriza pelo apartamento do seu meio ambiente, pelo distanciamento entre a ação humana e sua produção e o mundo dito natural. Já para os lavradores, que vivem mais próximos do seu meio ambiente, a natureza é concebida de uma forma holística e complementar com a ação humana.

O sentido de estar vivo transcende a materialidade, a vida não é um momento, mais uma eternidade. Neste sentido as religiões são formas de como os povos

manifestam sua espiritualidade. Assim, quando observamos formas locais de espiritualidades, tocamos nos mecanismos sociais e culturais que organizam o modo de ser e pensar e de estar no mundo das comunidades envolvidas em nossa reflexão teórica.

Nas distâncias de estradas de terra e de asfalto se encontram localidades que possuem comunidades humanas que vivem seu modo de ser, que possuem valores, costumes e hábitos que diferem da população urbana. Comunidades que buscam organizar e manter sua visão de mundo, não como uma oposição ao mundo urbano, mas como uma outra maneira de ser e viver a condição humana nesse mundo, com semelhanças e diferenças, assim se dá no aspecto da espiritualidade das comunidades rurais aqui envolvidas.

A maneira como as comunidades rurais organizam sua vida religiosa demonstra as respostas sociais dadas as necessidades culturais, como a espiritualidade. A constituição da vida religiosa, em nossos estudos, das comunidades rurais, revelam em primeiro lugar uma atitude autônoma para a constituição de espaços religiosos como igrejas e capelas. Na maioria das vezes as construções das igrejas e capelas se davam pelo mutirão, pela associação dos moradores e com doação do terreno, doação de materiais, trabalho e alimentação coletiva.

Referencias bibliográficas

- AGAMBEM, Giorgio. Infância e história: destruição da experiência e origem da história. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Nós os humanos: do mundo à vida, da vida à cultura. São Paulo: Cortez, 2015.
- CHAUÍ, Marilena. Conformismo e resistência. Belo Horizonte: Autêntica Editora, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.
- GARCIA; SCAMARAL. Saber e cultura na família rural. In: (Re)introduzindo história oral no Brasil. Org. José Carlos Sebe Bom Meihy, São Paulo, Xamã, 1996.
- GODELIER, Maurice. O enigma do dom. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- INGOLD, Tim. Estar Vivo: Ensaio sobre movimento conhecimento e descrição. Petrópolis: Vozes, 2015
- THOMPSON, E. P. Costumes em comum - estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

A INTERFACE DO HABITAR E A ARQUITETURA RURAL VERNÁCULA

Mayan Maharishi ¹; Marivaldo Aparecido de Carvalho²

Resumo

O presente trabalho é parte integrante da pesquisa: Narrativas Orais: Saberes e Fazeres da Arquitetura Vernacular em São Gonçalo do Rio das Pedras–MG e entorno. A pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais da UFVJM. Apresenta-se uma reflexão sobre as interfaces do Habitar, a arquitetura rural vernácua e a relevância que materiais e processos ocupam em nossas vidas. Evidencia-se uma crise em relação às construções e ao habitar. Verifica-se as funções ambientais dos espaços rurais na perspectiva da construção como um modo de adaptar os materiais locais e sua relação com o ambiente.

Palavras-chave: habitar, arquitetura vernácua, terra

¹ Mestranda da Pós- graduação interdisciplinar em Estudos Rurais, PPGER-UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Educadora do Campo, especialista em artes visuais. Email: mayan.maharishi@gmail.com

² Docente no DCB, SASA e na Pós graduação interdisciplinar em Estudos Rurais, UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Doutor em Sociologia com ênfase em comunidades tradicionais e povos indígenas. Email: marivascarvalho@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo é parte da pesquisa as Narrativas Orais: Saberes e Fazeres da Arquitetura Vernacular na Comunidade de São Gonçalo do Rio das Pedras – MG e entorno. A pesquisa tem a finalidade de identificar as memórias que regem o saber e o fazer em relação ao labor, o papel da transmissão oral desses conhecimentos a ocupação dos espaços e principalmente verificar os conhecimentos empíricos, acerca do saber local sobre as construções de casas, espaços de trabalho e ranchos. O distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras está localizado no município de Serro, no estado de Minas Gerais. O distrito faz parte da Serra do Espinhaço e está localizado no Alto Vale Jequitinhonha, data do séc. XVIII e tem aproximadamente 1.500 habitantes, de acordo com o IBGE, 2010.

A arquitetura vernácula possui uma ligação vital com o local, sua base é alicerçada em materiais locais e se orienta também pelas condições locais de clima, espaço e organização social. Utilizam-se diferentes materiais que com tecnologias próprias, são beneficiados e aplicados de maneira manufaturada. O uso de materiais como pedras, madeiras, terra, bambu, fibras, envolvem tecnologias específicas a esses materiais e sobretudo tecnologias que não necessitavam de energias como a energia elétrica ou o uso de combustíveis fósseis. Em cada local existem seus recursos naturais inerentes ao ambiente e o fazer humano se constitui conforme existe a experimentação e multiplicação desses saberes. Que envolve o dizer (oralidade) e a ação aprendida e recriada.

Neste artigo apresenta-se uma reflexão sobre a interface do Habitar enquanto uma contribuição para se pensar a arquitetura rural vernácula da região e as dinâmicas vivenciadas atualmente em relação às construções e modos de vida. Evidencia-se uma crise em relação às construções e ao habitar. Atualmente a região tem vivenciado uma significativa alteração em relação a ocupação dos espaços e de sua arquitetura. Analisa-se a importância dos processos e das trajetórias em um tempo que verifica-se uma objetificação da vida e uma valorização da materialidade.

OBJETIVO

Apresentar uma reflexão teórica sobre o Habitar e sua interrelação com os processos e materiais na arquitetura vernácula.

Refletir sobre os processos de transformação social diante das relações estabelecidas frente à globalização.

Pensar os espaços rurais na perspectiva da construção como um modo de adaptar os materiais locais e sua relação com o ambiente.

METODOLOGIA ADOTADA

Utilizou-se pesquisa bibliográfica e dados de campo da pesquisa Narrativas Oraís: Saberes e Fazeres da Arquitetura Vernacular na Comunidade de São Gonçalo do Rio das Pedras e entorno, pesquisa em desenvolvimento na UFVJM, dados obtidos por meio de pesquisas bibliográficas, pesquisa participante com entrevistas semiestruturadas, utilizou-se caderno de campo, caminhadas etnográficas e registros fotográficos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pode-se dizer que definir o que é Habitar não é tarefa simples, alguns pensadores desenvolveram reflexões acerca do Habitar. Pretende-se aqui uma reflexão sobre alguns apontamentos filosóficos de Martin Heidegger e do antropólogo Tim Ingold, ambos com um arcabouço teórico intenso.

O exercício é de lançarmos um olhar em relação ao que expõe tais pensadores e expor o diálogo reflexivo que contribui para pensarmos em uma perspectiva mais ampla, as construções com materiais locais em São Gonçalo do Rio das Pedras, que podemos chamar de arquitetura rural vernácula. São construções estabelecidas com técnicas que a muitos séculos estão presentes em nossa cultura, e que utilizam dos recursos disponíveis onde se vive, como por exemplo a terra, a palha, a pedra, entre outros materiais. Segundo Weimer (2012) a arquitetura popular com materiais naturais é criativa, possui adaptabilidade, é dotada de simplicidade, plasticidade e possui vínculo com a natureza. Em São Gonçalo encontra-se variados tipos construtivos vernáculos como pau a pique, adobe, pedra seca, carpintaria rústica, uso de fibras naturais em forros, telhados etc.

As construções vernáculas pressupõem um conhecimento autóctone, um envolvimento intrínseco entre ser humano e meio de vida. Analisa-se a seguir como o Habitar é possível a partir deste envolvimento e entendimento de unidade necessário para uma vida autônoma e dotada de essência.

Martin Heidegger pondera pontos muito interessantes em sua conferência em 1951, de nome “*Construir habitar pensar*” (“*Bauen Wohnen Denken*”). Heidegger define que o habitar está intrinsecamente relacionado ao que ele chama de quaternidade (céu, terra, divindade e mortais), afirma que construir é em si habitar e que o lugar se difere de espaços, uma vez que, lugares são habitados e espaços podem ser apenas extensões, caso não perpassam a quaternidade. Para Heidegger há uma crise tão grave quanto aos problemas maiores relacionados a habitações, é que não sabemos mais Habitar. Habitar para Heidegger está vinculado ao cuidar, ou seja, zelar, resguardar, demorar-se. Entende-se que a chave desse cuidar é no sentido de ter tempo.

A quaternidade resumidamente na colocação de Heidegger (2002) tem a terra como sustentação, a que frutifica, a da fauna, flora, das pedras das águas. O céu como aquele que traz o sol, a lua, a passagem do dia, a claridade, a escuridão, as mudanças climáticas, estações, cores. Os divinos dão sinais de divindade e através do sagrado se manifestam ou se retiram. Os mortais são os homens, em sua capacidade de morte como morte, que estão entre a terra e o céu e diante das divindades. Para Heidegger (2014, p.3) “Esta unidade dos quatro, chamamos de quaternidade. Os mortais estão na quaternidade ao habitar. O viés fundamental do habitar é o cuidar (zelar por). Os mortais habitam no modo como cuidam da quaternidade em sua essência.”¹

Cuidar da quaternidade é estar com quaternidade, é compreender cada parte dessa unidade em sua essência, é respeitar e unir-se a quaternidade se entendendo como parte dela. Assim, a terra não é um fim para exploração, os tempos não devem ser invertidos e manipulados pelo relógio, dia é dia, noite é noite, cada estação é uma com potenciais diferentes. Para Heidegger deve-se compreender a terra como terra, céu como céu, as divindades como as divindades, ser capaz da morte como morte na sua essência. É cuidar da vida pelo que é, e não formatar pelo que não é. Retomemos essa reflexão, o quão ligados a quaternidade (Terra, Céu, Divindades, Mortais) nós estamos? Em que medida nos afastamos dela e da essência das coisas?

Diante desta maneira de compreender o habitar, Heidegger (2014) afirma que a autenticidade revela a essência, mantendo a autenticidade se habita, por assim estar preenchido de quaternidade. O habitar transcende o material. Tomaremos isso mais a frente com as contribuições de Ingold (2015).

¹ Tradução nossa

Habitamos muito além do que construímos, o habitar não é restrito a construção, podemos inclusive construir e não habitar e habitar sem construir. A construção vernácula pode-se dizer ser preenchida de essência e autenticidade. Dentro da visão de Heidegger (2014) habitamos “as coisas em sua essência” quando temos vínculo, história, memória, vivência.

O autor cita como exemplo uma ponte, que atinge sua essência sendo apenas ponte, é autêntica e nos permite uma conexão com a quaternidade, uma vez que está envolta pela terra, céu, pelas divindades e mortais, assim nos permite essa conexão com a inteireza da ponte como ponte e ela nos permite habitar a quaternidade. Quando visitamos o cheiro do café estamos em um “lugar”, lugar é diferente de espaço para Heidegger (2014) e não está geometricamente definido, mas pode também ser geometricamente definido ou estar em nossa memória, pois está relacionado à essência desse lugar/coisa, o café ou a ponte. Se habitamos, nos demoramos nesse lugar, se nos demoramos habitamos. A ponte é esse lugar, que antes sem ela não era possível Habitar.

Heidegger analisa a partir da linguagem alguns verbos, de maneira a compreendê-los profundamente em seu sentido, construir por exemplo, significava habitar. Para Heidegger construir já é em si mesmo habitar, pois pode ser em si um lugar.

...enquanto não pensarmos que todo construir é em si mesmo um habitar, não poderemos nem uma só vez questionar de maneira suficiente e muito menos decidir de modo apropriado o que o construir de construções é em seu vigor de essência. Não habitamos porque construímos. Ao contrário. Construímos e chegamos a construir à medida que habitamos, ou seja, à medida que somos como aqueles que habitam. (HEIDEGGER, 2002, p.3)

Verifica-se aqui um ponto de encontro entre Heidegger e Ingold, quando Ingold (2015) apresenta a importância vital dos processos, como veremos adiante, é exatamente o que Heidegger (2002) diz neste trecho. Enquanto não entendermos que não há uma separação, como por exemplo, aqui está o construir e ali está habitar, mas que ambos, estão em simbiose nos processos e não apenas pelas finalidades, só aí entenderemos que é pela quaternidade que estaremos em unidade. Um exemplo é dado por Heidegger em *Construir Habitar Pensar*:

Pensemos, por um momento, numa casa camponesa típica da Floresta Negra, que um habitar camponês ainda sabia construir há duzentos anos atrás. O que edificou essa casa foi a insistência da capacidade de deixar terra e céu, divinos e mortais serem, com simplicidade, nas coisas. Essa capacidade situou a casa camponesa na encostada montanha, protegida contra os ventos e contra o sol do meio-dia, entre

as esteiras dos prados, na proximidade da fonte. Essa capacidade concedeu-lhe o telhado de madeira, o amplo vão, a inclinação íngreme das asas do telhado a fim de suportar o peso da neve e de proteger suficientemente os cômodos contra as longas tormentas das noites de inverno. Essa capacidade não esqueceu o oratório atrás da mesa comensal. Deu espaço aos lugares sagrados que são berço da criança e a "árvore dos mortos", expressão usada ali para designar o caixão do morto. (HEIDEGGER, 2002, p.9)

Vejamos, uma autêntica construção tem essência, a essência da quaternidade está na construção da casa do camponês, deixou-se habitar, abrigou a quaternidade nos processos, nos materiais, no fazer e nele mesmo, aqui estamos falando especificamente de uma construção, mas é bom lembrarmos que não se habita apenas construções, o camponês demorou-se em cada processo, deu-se tempo para vivenciar, e habitou não porque construiu, como vimos antes, só se pode construir por ter habitado. Vejamos mais profundamente o que Heidegger (2002) diz sobre essa unidade entre pensar e construir:

O caminho de pensamento aqui ensaiado deve testemunhar, por outro lado, que o pensar, assim como o construir, pertence ao habitar, se bem que de modo diverso. Construir e pensar são, cada um a seu modo, indispensáveis para o habitar. Ambos são, no entanto, insuficientes para o habitar se cada um se mantiver isolado, cuidando do que é seu ao invés de escutar um ao outro. Essa escuta só acontece se ambos, construir e pensar, pertencem ao habitar, permanecem em seus limites e sabem que tanto um como outro provém da obra de uma longa experiência e de um exercício incessante. (HEIDEGGER, 2002, p.10)

O pensar e construir são necessários para se habitar, não separadamente, somente se inteiros, presentes em quaternidade, habitam, o habitar é potencializado e possível quando não há ruptura, é o que Ingold nos atenta quanto diz que não há rupturas, divisões entre material e imaterial, entre 2 mundos, ou da mente sobre o corpo. Só percebendo que não somos rupturas e não estamos à parte da quaternidade é que podemos habitar, nos demorar em nossa jornada. Podemos esmiuçar um diálogo mais nítido entre as ideias de Heidegger e Ingold, pois ambos verificam que a plenitude e a essência só existe quanto há então unidade. Ingold (2015) contribui com outro olhar interessante, chamando nossa atenção para a percepção, suas referências partem de Gibson e de Merleau-Ponty.

Ser sensiente, ao contrário, é abrir-se ao mundo, render-se ao seu abraço, e ressoar em seu ser interior a suas iluminações e reverberações. Banhado na luz, submerso no som e arrebatado em sentimento, o corpo senciente, ao mesmo tempo percebedor e produtor, traça os caminhos do devir do mundo no curso mesmo da

contribuição para a sua contínua renovação. Aqui certamente, repousa a essência do que significa habitar. (INGOLD, 2015, p.38)

Nas colocações de Ingold (2015) entende-se o habitar como caminhada, ser percebedor e produtor é viver sua jornada com consciência de unidade, é fazer o habitar, sendo o habitar, através do habitar, é a quaternidade não separada, mas presenciada em cada coisa, como ela é. Para Ingold, cada um tem sua essência e seu próprio movimento, como um feixe linhas, que está em constância e nessa constância que a vida se faz.

É para Ingold o percurso, o principal, a jornada é que interessa, o caminho e não as projeções, idealizações ou finalidades que importam. Esse pensamento de Ingold (2015) está em oposição a um pensamento muito comum de enxergar tudo e todos já prevendo, idealizando os resultados. Uma questão que nos interessa, trazida por Ingold (2015) é o que ele chama de Perspectiva do Habitar, “...uma maneira de superar a divisão arraigada entre “dois mundos” da natureza e da sociedade, e de reinserir o ser humano e o devir no interior da continuidade do mundo da vida.”(2015, P.26), para ele o mundo como um todo está em mesma instância, comungando as possibilidades deste.

Tim Ingold (2015) também se coloca em uma forte reflexão sobre construção e habitação, relata que foi estimulado por Marx a essas reflexões, ao pensar as relações diretas e indiretas da produção, e não Heidegger, embora Heidegger tenha inspirado suas reflexões sobre o habitar. Ingold chegou à algumas conclusões, uma delas diz:

Criticamente, então, a habitação não é meramente a ocupação de estruturas já construídas: não está para a construção como o consumo está para a produção. Significa antes essa imersão dos seres nas correntes do mundo da vida, sem a qual atividades como concepção, construção e ocupação simplesmente não poderiam acontecer. (INGOLD, 2015, p.34)

Para Ingold (2015) essa perspectiva não está relacionada apenas a meios e fins, e tem uma atenção especial, compreendendo o processo sobre o produto, para ele isso não nega que se constroem coisas, mas é uma maneira de entender construção por uma perspectiva de processo, o que difere do que ele chama de perspectiva da construção que estaria presa ao modelo de produção em que se busca apenas atingir um resultado idealizado. Na perspectiva da habitação o processo de trabalhar os materiais, não se esgotando em somente produzir, vai além de idealizar e materializar. Abaixo uma explicação complementar interessante realizada por Ingold (2015):

...a perspectiva da habitação situa o tecelão no meio de um mundo de materiais, que ele, literalmente, extrai ao produzir o trabalho. Ele é, a este respeito, um produtor, no sentido original do termo. Através desta

última perspectiva esperei mudar a antropologia geral, e o estudo da cultura material em particular, para longe da fixação com objetos e imagens, e em direção a uma melhor apreciação dos fluxos materiais e correntes de consciência sensorial nos quais tanto as ideias como as coisas tomam forma reciprocamente. (INGOLD, 2015, p.35)

Aqui mora uma chave de contribuição de Tim Ingold (2015), atentarmos aos materiais e aos processos, assim estaremos com a atenção no percurso e não no ponto final. Analisa-se que Heidegger (2014) também está nos alertando desse ponto quando diz que nossa crise é não saber Habitar, isso porque estamos idealizando mais do que realizando, e é o fazer, o trabalho, os processos, que nos permitem habitar e estar na essência das coisas.

Pode-se verificar nas imagens abaixo aspectos da arquitetura rural vernácula que apresenta-se em São Gonçalo, bem como seu diálogo com a quaternidade a partir de seus elementos e processos implicados.



Figura 1: Elementos Simbólicos (crédito: Mayan Maharishi)



Figura 2: Fazenda da companhia (crédito: Mayan Maharishi)



Figura 3: Forno de farinha (crédito: Mayan Maharishi)



Figura 4: Dona Marilene, ao pé do fogão (crédito: Mayan Maharishi)

No trajeto do pensamento apresentado por Ingold (2015), o autor faz uma leitura dedicada sobre nossa relação ocidental com a modernidade. Em *A cultura do Chão: o mundo percebido através dos pés*, Ingold (2015) discorre sobre bipedismo do humano, botas e sapatos e como o processo civilizatório foi limitante ao corpo, a mente e ao sensorial, através da opressão dos pés, valorização do sedentarismo e meios de locomoção que independem do caminhante. Seria essa opressão, fruto de um mundo moderno que se faz pronto, dado, onde tudo está facilitado para não se/si pensar integralmente.

Tim Ingold relata como andar a pé foi ridicularizado no ocidente dentro do nosso processo civilizatório, sempre colocado à margem, e tachando de menor valor. Assim como demais atividades ligadas ao que é chamado de “primitivo”. Ingold (2015, p.74) diz que “Graças a suas mãos e suas botas pesadas o homem civilizado, ao que parece, é cada centímetro um cientista em cima, mas uma máquina em baixo.” Tanto as botas quando as estradas pavimentadas que Ingold (2015) relata, nos distanciam de vivenciarmos nossos processos e inteireza corpórea.

Porque tirar do homem/mulher seu andar, seu contato com a terra? Na arquitetura rural vernácula autêntica não se faz uma casa de barro calçado, é preciso pisar o barro, senti-lo com os pés, é preciso agachar-se, movimentar-se, essa casa não acontece sem ser vivenciada em seu processo. E qual a origem desse trabalho? É “primitiva”, e a “civilização” quer ignorar o “primitivo” escondê-lo objetificando o mundo. Distanciando-nos das nossas possibilidades do fazer, que estão ligadas ao trabalho com os materiais, algo que está relacionado com nossa história, mas a parte da história que tenta-se, a muito custo, apagar-se.

Em *O manual do Arquiteto dos pés descalços*, livro do Johan Van Legen, ao contrário, mostra-se o registro da riqueza e diversidade que existe nos “pés descalços” quando se trata de construções pelo mundo, o livro expõe tamanha sabedoria dos conhecimentos endógenos e autóctones. Os pés descalços representam na verdade a sabedoria do Habitar. Para Ingold (2015, p.90) “...poderia ser dito que andar é uma atividade altamente inteligente. Essa inteligência, no entanto, não está localizada exclusivamente na cabeça, mas é distribuída por todo o campo das relações compostas pela presença do ser humano no mundo habitado.”

A civilização podou o homem/Mulher de sua essência. Priorizamos sentidos em detrimento de outros, partes do corpo em detrimento de outra, botas ao invés dos pés descalços. Criamos uma ruptura sensitiva, ignoramos as possibilidades mais potentes do corpo, paramos de explorar através do corpo. Tudo está previsto, encaixado, não precisamos mais pensar com o corpo. É esse o alerta de Ingold (2015, p.94) “...nossos primeiros antepassados não deram passos largos sobre a terra com botas pesadas, mas caminharam sobre ela levemente, com destreza e, principalmente, com os pés descalços.”

Para pensarmos as construções com materiais locais, arquitetura rural vernácula, vamos adentrar agora a um mergulho intenso do escritor Tim Ingold (2015), em que o autor

nos convoca a colocar nossa atenção aos Materiais. O que seria essa atenção em Materiais? Ingold (2015) notou que muita atenção foi dada ao material e materialidade enquanto um divisor de águas entre um universo e outro, não se compreendeu os materiais e seus processos e os processos sobre a produção, priorizou-se a perspectiva de consumo. Para Ingold (2015) não há 2 universos ou divisões, no trecho seguinte é possível compreender o que Ingold nos tem a dizer sobre *o caminho*:

Conforme as pessoas, no curso de suas vidas cotidianas, fazem o seu caminho a pé por um terreno familiar, assim os seus caminhos, texturas e contornos, variáveis através das estações do ano, são incorporados em suas próprias capacidades corporificadas de movimento, consciência e resposta. (INGOLD, 2015, p.90)

O autor discorre sobre a importância dos fluxos de materiais e suas transformações, e nos alerta da necessidade de pararmos de transformar coisas em objetos. De acordo com Ingold (2015), os materiais são ativos, mas foram reduzidos a objeto, e conduzidos a ser uma matéria morta, o que não são em essência. O mental para ele não é separado do material, o processo sobre a produção é como o mental sobre o material, mas não como divisões, e sim como amplitudes, como ele mesmo diz transborda, vaza, não está confinado, os materiais não estão confinados, assim como a mente não está confinada ao corpo. Para Ingold (2015) corpo, mente, materiais, estão assim diluídos no mundo, se entrelaçam, e transbordam. Um mundo concreto, cristalizado em que nada flui, objetificado, se assim o fosse não haveria vida. Vejamos o que Ingold (2015) tem a nos dizer sobre os materiais:

Ao falar do mundo dos materiais, em vez de o mundo material, o meu propósito tem sido o de escapar dessa oscilação, tanto devolvendo as pessoas ao lugar que pertencem, dentro do continuum da vida orgânica, e reconhecendo que esta vida mesma sofre contínua geração em correntes de materiais. (INGOLD, 2015, p.67)

O trabalho com os materiais, o conhecimento experimental das coisas em si, é o conhecer os materiais em seu fluir, o que torna especialmente intrigante as construções com materiais locais, é esse conhecer em especial, os fluxos, misturas, texturas, lugares, que fazem, a partir da ação, uma percepção expandida que não se divide em material e imaterial, transitivo ou intransitivo, em nenhum dos dados de entrevistas da pesquisa Narrativas Orais: Saberes e Fazeres da Arquitetura Vernacular na Comunidade de São Gonçalo do Rio das Pedras e entorno, obtidos sobre construções com materiais locais em São Gonçalo do Rio das Pedras, não verifica-se a separação entre material e imaterial nos depoimentos.

Analisa-se pelos dados que o barro branco, conhecido regionalmente como tabatinga, não é enquanto material argiloso desvinculado de seu cheiro ou de sua brancura, não é ainda desvinculado do trabalho que se tem com ele. O barro branco é em si esse todo, não começa aqui ou termina ali. Ingold (2012, p.27) inspirado nas colocações de Deleuze e Guatarri afirma “...defenderei que esse foco nos processos vitais exige que abordemos não a materialidade enquanto tal, mas os fluxos de *materiais*.”

Nada é só duro ou mole, instável ou estável, o mundo não é divisível em 2 mundos, nem sobre o aspecto animal - homem como disse Ingold (2015), e nem sobre as coisas ou sobre o mundo como mundo. Ingold (2012) põe-se perplexo sobre como conseguimos criar um mundo de objetos, estático e preso, se no tocante da vida o importante é o percurso e não os fins. É também a observação de Heidegger (2014) quando nos diz que precisamos aprender a Habitar, ora, se tudo for objetificado como Habitar será possível? No trecho seguinte Ingold (2012) fala dessa perspectiva:

Embora nós possamos ocupar um mundo repleto de objetos, para o ocupante os conteúdos do mundo parecem já se encontrar trancados em suas formas finais, fechados em si mesmos. É como se eles tivessem nos dado as costas. Habitar o mundo, ao contrário, é se juntar ao processo de formação. E o mundo que se abre aos habitantes é fundamentalmente um ambiente sem objetos – numa palavra. (INGOLD, 2012, p.31)

Cada vez mais na construção civil o que se tem industrialmente buscado é a previsão, estabilidade, padronização, busca-se algo fixado, premeditado nos seus detalhes, não pelo cuidado do trabalho, mas pela insistência em objetificar a vida, através de uma construção, e de certa maneira amarrá-la a uma forma. Mas os construtores que se dedicam ao trabalho autêntico com materiais locais, encontram sua fluidez e assim como a planta rompe o asfalto em um exemplo dado por Ingold (2012), insiste em nascer, pois está no fluxo da vida, o construtor trabalhador de materiais encontra a seu modo, como um experimentador, uma forma de fluir dos materiais na construção. Para Ingold (2012) nesse tipo de relação trabalho e materiais, há consciência e participação sensorial, porque há uma prática ligada à habilidade e memória, além de uma concentração única na relação com os materiais, para o autor o gestual empregado que gera as histórias através dessas práticas com processos.

Nas construções vernáculas o que chamamos de “Mesclas” é o verifica-se como misturas entre diferentes formas de construções e materiais, por exemplo, uma parede de adobe, ganha um reboco de cimento, passou por processos diversos, que acontecem

justamente porque não há nada estático e protegido ou particularizado o suficiente para não se atingir, se atingir é uma condição neste mundo, ser atingido pelo outro, pelo vento, pela loja, pelos pensamentos, pelo cimento, ser atingido é parte da simbiose em que nos encontramos. Não temos dado espaço para os materiais na modernidade e nas teorias segundo Ingold (2015), mas os materiais também vazam, transbordam e embora haja muito movimento para o apagamento dos materiais, eles estão aí resistindo, e existindo no continuum da vida, eles se fazem presente, pois Habitam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao Neoliberalismo alterou-se as maneiras de lidar com a vida, os meios de produção, os espaços geográficos, a economia, o trabalho, as relações sociais e também alterou-se a maneira de se construir. Podemos verificar que alterar a maneira de construir é interferir diretamente em uma cultura e em seus processos internos. As problemáticas que circundam a alteração nos meios de produção relacionados às construções vernáculas são muitas, entre elas a propriedade privada, a expropriação de terras, a industrialização, a concentração de capital, os preconceitos, a especialização do trabalho, a manipulação midiática e a exploração de mão de obra.

Essas problemáticas elencadas alteraram as dinâmicas de vida. Constituíram como estratégia capitalista um mercado de construção civil baseado em materiais externos, fabricados em grandes complexos industriais, em larga escala e ambientes controlados, com base em energias não renováveis. Alimentou-se assim um mercado que em consequência alimentaria outros setores mercadológicos. Visaram uniformidade, homogeneização e produção em série. A mídia por sua vez disseminou esses materiais e processos industriais como os mais adequados e melhores.

Com o advento industrialização, modernização e da globalização muitas comunidades que detinham maior autonomia em seus modos de vida, modos de reprodução e modos de produção foram afetadas drasticamente por esses processos. Os processos de transformação foram abruptos e muitos saberes, informações e relações sociais se perderam, mas mesmo no enfrentamento desses desafios muitas comunidades acionaram a capacidade de transformação e adaptação, mostraram-se resilientes e resistentes nesse processo criando novas formas de interação com os processos globais e industriais.

Esses processos não se deram de maneira uniforme, assim algumas comunidades mantêm-se com uma arquitetura rural vernácula menos mista ou mais mista, em relação à materiais externos, ou mais espacializada ou menos espacializada se pensarmos na migração. Encontrar e compreender as relações que se estabeleceram frente as mudanças advindas da modernização torna-se chave de compressão de nossa história e cultura.

É preciso valorizar os conhecimentos endógenos, os saberes empíricos, esse conhecimento nos constitui enquanto povo. Os processos neoliberais são controladores, focados nas relações de capitais e sabotam nossa capacidade de articulação social, capacidade essa revelada nos processos endógenos, de conhecimentos empíricos, que se constituem em outra lógica de pensamento em que o capital não é centralidade, mas sim a capacidade resiliência comunitária.

Verifica-se que os saberes e fazeres em relação às construções vernáculas precisam de atenção, seus processos e métodos, a capacidade de narrar como alertou Walter Benjamin (1994) tem sido diluída, a capacidade de experiência frente a globalização tem sido também diluída e torna-se frente à esses desafios essencial que tentemos utilizar de outros métodos de reprodução para garantir a experiência, a informação, e a continuidade de um saber revelador em termos de resiliência nos tempos atuais

Precisamos pensar uma casa como um organismo vivo, um ambiente que permita o fluxo de materiais, o fluxo da quaternidade, mas só é possível se nos percebermos também enquanto fluxo em nossa condição humana. Em pleno mundo moderno ocidental vivemos sem dúvida uma relação dicotômica com nossos ritmos e percepção da vida, em que nossa atenção se distanciou dos processos, do fazer, estamos terceirizando não somente demandas, mas também nosso modo de viver. É urgente aprendermos habitar em primeiro lugar a nós mesmos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Benjamin, W. (1994). *Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas. Vol.1.* São Paulo: Ed. Brasiliense. 7ªed

Heidegger, M. (2014). Construir, habitar, pensar. Fotocopioteca.N.39. Disponível em <http://www.lugaradudas.org/archivo/publicaciones/fotocopioteca/39_heidegger.pdf>

Heidegger, M. (2002). Construir, habitar, pensar. In: Ensaio e conferências. Tradução: Marcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes.

Ingold, T. (2015). Estar Vivo: Ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição. Ed. Vozes.

Ingold, T. (2012). Trazendo vida às coisas: Emaranhados Criativos em um mundo de materiais. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, ano 18, n. 37, p. 25-44. Tradução: Letícia Cesarino.

Weimer, G. (2012). Arquitetura popular brasileira. São Paulo: Martins Fontes, 2ª edição.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem especialmente a Comunidade de São Gonçalo do Rio das Pedras-MG, ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais – PPGER/UFVJM, à Pós reitoria de pós graduação – PRPPG/UFVJM. Agradecem o apoio da bolsa institucional da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e ao apoio da FAPEMIG - APQ 02707-14/2014 e ao Comitê de ética em Pesquisa CEP/UFVJM. Os autores manifestam carinho e gratidão a todos e a todas que de alguma maneira contribuíram para a construção deste trabalho.

Usos e conflitos por água no Rio Paraíba em face da transposição do Rio São Francisco: segurança hídrica e segurança alimentar no semiárido

PAULO C. O. DINIZ¹

RENATO S. MALUF²

Resumo

Esse texto analisa o impacto da obra de transposição das águas do rio São Francisco sobre as populações locais a partir de momento da inauguração da eixo Leste, em Monteiro/PB. A intenção é refletir sobre a transposição num contexto de segurança hídrica e alimentar e e nutricional sua capacidade de provê-las. Além dos noticiários e de análise documental, uma pesquisa empírica foi realizada com populações ribeirinhas (do canal e do rio Paraíba) para tentar entender a dimensão dos impactos positivos e negativos na vida deles. Apesar do uso político da obra, reproduzindo práticas anteriores da “indústria da seca”, seu impacto para a cidade de Campina Grande e entorno foi fundamental para que essas cidades saíssem de colapso hídrico de quase três anos. A questão mais problemática tem a ver, justamente, com o acesso à água para os diversos tipos de famílias impactadas com a obra: os indenizados, ribeirinhos e assentados. A conclusão é que a segurança hídrica, garantida pela transposição, tem um caráter concorrencial. Isto é, ela será garantida a alguns grupos sociais, em detrimentos de outros.

Palavras-Chaves:

Transposição do rio São Francisco; Segurança hídrica e alimentar; Conflitos por água.

1 Pós-Doutorando do CPDA/UFRRJ. Dr. em Sociólogo e Professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA/UFCG). E-mail: pcodiniz@uol.com.br

2 Dr. em Economia e Professor Titular do CPDA/UFRRJ. E-mail: rsmaluf@gmail.com

1 – Introdução

O projeto de transposição das águas do rio São Francisco, depois de décadas levantando controvérsias a favor e contra, finalmente começa a ser concretizado, tornando-se uma realidade para as populações do Nordeste. Rebatizado de Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), a obra está estruturada em dois eixos: eixo Norte e eixo Leste (BRASIL, 2005a). Sem pretender dar conta de todas as controvérsias em torno do PISF, iniciamos mencionando uma avaliação feita por especialistas, que diferencia os dois eixos propostos e sustenta que o eixo Leste é mais justificável, tendo em vista a situação crônica dos estados de Pernambuco (região do Agreste) e Paraíba (região do Cariri, Campina Grande e cidades do entorno); contudo, “quanto ao eixo Norte pesam contra sua racionalidade muito mais questões quanto às reais necessidades, ao alcance social, à viabilidade econômica e gerencial” (SBPC, 2004, p. 13).

Justamente o eixo Leste foi a primeira parte do PISF a ficar pronta. As águas chegaram ao final do eixo – um conjunto de canais, aquedutos, estações elevatórias, barragens, etc – em 08 de março de 2017 depois de percorrerem mais de 200 quilômetros, do ponto de captação (em Floresta/PE) até a bacia do rio Paraíba (em Monteiro/PB). (BRASIL, 2005a). Pensada há mais de um século, a obra foi iniciada em 2007 e tem como principal objetivo a oferta de água para uma população estimada (em 2007) em 12 milhões de pessoas do Nordeste Setentrional (Paraíba, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte).

O PISF caracteriza-se como sendo uma obra de transferência de água entre bacias, levando água da Região Hidrográfica do Rio São Francisco (região doadora) para a Região Hidrográfica Atlântico Oriental³ (região receptora). Essa região receptora está quase que totalmente localizada no Semiárido, apresentando períodos críticos de estiagens prolongadas, resultado de baixa pluviosidade e alta evaporação. Nesse sentido, ela se enquadra como um território vulnerável, chegando, em alguns anos, a registrar taxas negativas em termos de balanço hídrico, como foram os anos de 2012 e 2013, por exemplo (ANA, 2015, p. 54-55).

A questão sobre vulnerabilidade hídrica de determinadas regiões pode ser analisada em termos de qualidade e quantidade de água. Essa análise se expressa no quanto o ser humano precisa de água potável para viver com dignidade, isto é, para viver com segurança hídrica.⁴ Segundo Bolson e Haonat (2016, p. 233), mesmo com o avanço da Política Nacional dos Recursos Hídricos (Lei N° 9.433/1997) e todos os instrumentos pensados nela, a busca pela segurança hídrica continua a ser um dos grandes desafios da “governança da água” nos tempos atuais. Nesse sentido, a segurança hídrica

3 De acordo com a Resolução nº 32/2003, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, a “Divisão Hidrográfica Nacional” é composta de 12 Regiões Hidrográficas, considerando-se “o espaço territorial brasileiro compreendido por uma bacia, grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas com características naturais, sociais e econômicas homogêneas ou similares, com vistas a orientar o planejamento e o gerenciamento dos recursos hídricos.” (ANA, 2015, p. 15).

4 Segundo a Organização Mundial da Saúde, “a quantidade de água, qualitativamente aproveitável, suficiente à vida para usos domésticos é de 50 litros ao dia por pessoa - um pouco mais de 18 m³ por ano; admite-se, excepcionalmente, que, nos países pobres, 25 litros sejam suficientes” (PETRELLA, 2004, p. 12, apud BOLSON e HAONAT, 2016, p. 233).

pode ser definida como a capacidade de oferecer água em quantidade e qualidade à população, garantindo a oferta de água para o abastecimento humano e também para as atividades produtivas. Não é demais lembrar que a ausência de água compromete a saúde humana e a segurança alimentar e nutricional, além de interferir no próprio ciclo natural da vida, seja ela humana ou não humana. No semiárido, pode-se dizer que o acesso à água e, portanto, a segurança hídrica, estão intimamente ligadas à questão da segurança alimentar e nutricional (SAN). O desafio de promover a SAN e a soberania alimentar, nesse território, segue em paralelo ao desafio inicial da promoção da segurança hídrica para a diversidade da população do semiárido.

Importante ressaltar que no Brasil, desde o início do século XXI, executa-se um programa de construção de cisternas familiares com o objetivo de descentralização e democratização da água às populações dispersas no semiárido⁵, entretanto o tema segurança hídrica começa a ganhar visibilidade na agenda governamental a partir do ano de 2011 com edição do decreto federal que instituiu o Programa Água para Todos. Aqui estava presente a ideia de “universalização do acesso à água” (embora não faça referência ao conceito de segurança hídrica), tendo como foco as áreas rurais, provendo água para consumo humano e para a produção agrícola e alimentar. O decreto visava ainda o “pleno **desenvolvimento humano e à segurança alimentar e nutricional de famílias** em situação de vulnerabilidade social.” (BRASIL, 2011, s/p) [grifos nossos]

Mas antes disso, a relação água e SAN ganhou proeminência nos debates promovidos no âmbito do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), desde meados dos anos 2000. Naquela ocasião, por conta da III Conferência Nacional de SAN (em 2007), o CONSEA firma posição sobre “o acesso e usos da água no contexto da soberania e da segurança alimentar e nutricional” colocando que, apesar das múltiplas dimensões, “o acesso à água de qualidade é um direito humano básico que necessita ser efetivado para toda a população” (CONSEA, 2008, p. 01). No que se refere ao semiárido, o CONSEA vai dizer que a fome e a sede são um produto humano, social e político; região marcada por políticas e ações governamentais direcionadas a obras de grande porte como de grandes açudes.

“Como resultado deste esforço há um potencial de armazenamento de água da ordem de 37 bilhões de metros cúbicos, só no semiárido setentrional. Entretanto, ofertas concentradas de água só têm vocação para atender demandas concentradas como a das cidades/indústrias e perímetros irrigados. Permanecem problemas graves de distribuição e gestão desta água.” (CONSEA, 2008, p. 04).

Enfim, dentre as recomendações propostas pelo CONSEA, uma delas fala, portanto, “que seja intensificado o processo de democratização do acesso à água” (CONSEA, 2008, p. 06). Apesar do debate no CONSEA sobre o acesso à água tenha sido muito mais fundamentado numa crítica à concepção da transposição e à ausência da perspectiva da revitalização do rio São

5 Ressalte-se que o Programa Um Milhão de Cisternas – P1MC –, iniciado ainda nos anos 2000, visa atender basicamente a população rural dispersa no semiárido, no sentido da descentralização e democratização da água. (ASABRASIL, 2018). Contudo, sua análise aqui foge ao objetivo proposto no texto.

Francisco (CONSEA, 2007, p. 14), é inegável que a chegada das águas do “Velho Chico” à bacia do rio Paraíba simboliza um marco importante nos esforços do “combate à seca” e ao enfrentamento à insegurança hídrica das populações dessa região, sobretudo às populações urbanas. As águas transpostas chegaram num momento de grande seca, entre 2012 e 2017 (considerada a maior dos últimos 50 anos). O fato é que a seca e a falta de água no semiárido persistem como um dos maiores desafios na consecução de políticas públicas de prevenção e minimização dos danos provocados pela insegurança hídrica nessa região. Esse cenário de vulnerabilidade hídrica é atestado em pesquisas e estudos recentes e o quadro piorou nos últimos anos em razão de um novo fator que, hoje, deve ser considerado: as mudanças climáticas. (BOLSON e HAONAT, 2016).

É nesse contexto que precisa ser analisada a obra de transposição do Rio São Francisco. A chegada das águas à bacia do Rio Paraíba colocou novas questões no polêmico e controverso debate, não só no Nordeste, mais em todo o país.⁶ É disso que trata esse texto: elencar algumas questões sobre o uso, abusos e (novos) conflitos que vão surgir a partir da chegada das águas da transposição do rio São Francisco à bacia do rio Paraíba, em março de 2017.

Para isso, além de visitas e observações *in loco*, foi feito um trabalho de campo entre os dias 10 e 12 de abril de 2018, percorrendo o trecho do eixo Leste na Paraíba e o leito do rio Paraíba, visitando comunidades e ribeirinhos impactados pela transposição. Uma segunda estratégia metodológica diz respeito ao processo de monitoramento de notícias na imprensa local, regional e, por vezes, nacional, sobre o “caminho” percorrido pelas águas da transposição no leito do rio Paraíba até sua chegada ao açude de Boqueirão, considerado “destino final” da obra (conforme veremos). Dentro desse monitoramento, um levantamento mais sistemático foi realizado ao longo de quase dois meses (março e abril de 2017), embora as reportagens exaltando e/ou problematizando a obra continuem sendo uma rotina nos noticiários nacionais, regionais e locais e, portanto, objeto de monitoramento. Outra fonte de informações, como terceira estratégia metodológica, foram os documentos técnicos sobre o PISF, tendo por base as páginas do ministério da Integração Nacional (MIN) e da Agência Nacional de Águas (ANA), dentre outros.

Esse texto está dividido em 6 seções, sendo uma seção introdutória (acima) e outra conclusiva, além das referências. A segunda seção trata dos usos políticos em torno do projeto; a terceira, trata do direito à água por parte das cidades; a quarta seção, por fim, aborda os impactos sobre os assentados e ribeirinhos ao longo do canal e do rio Paraíba. Uma ressalva final: esse texto é parte preliminar do projeto de pesquisa no âmbito de estágio pós-doutoral (CPDA/UFRRJ) e carece ainda do aprofundamento de algumas questões, bem como de um trabalho empírico complementar.

6 VICTOR, F. e KNAPP, E. Em meio a maior seca, transposição do rio São Francisco divide nordestinos. **Folha de São Paulo**. 19/03/2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1867771-em-meio-a-maior-seca-transposicao-do-rio-sao-francisco-divide-nordestinos.shtml>>. Acesso em: 09 Mar. 2017.

2 – Entre pais e padrinhos: disputa política em torno do projeto

Afinal, a quem pode ser creditada a obra da transposição? Sobre a “paternidade” do PISF, tanto o presidente que fez a inauguração da obra, Michel Temer, como o ex-presidente Lula que, em 2007 autorizou seu início, reivindicaram essa paternidade. No caso do presidente Michel Temer, foi ele quem inaugurou a obra (eixo Leste) em 10 de março de 2007, com ampla participação de políticos regionais, a exemplo do governador da Paraíba. O discurso do presidente Temer dizia que ninguém poderia ter a paternidade da obra – nem mesmo ele!

Nesse mesmo caráter, os ex-presidentes Lula e Dilma também fizeram uma “inauguração popular” da chegada das águas da transposição, uma semana depois da inauguração oficial, em 19 de março, recheada de simbologia (dia de São José, santo associado às chuvas em grande parte do nordeste). Contando com uma grande comitiva de políticos estaduais e regionais e do apoio do governo da Paraíba e de outros políticos apoiadores, o ex-presidente Lula, em seu discurso na “inauguração popular” da obra, não fez cerimônia em reivindicar a paternidade da transposição: “quem estava no poder estudava, não nada fazia”.⁷ Ou seja, o fato de tirar a obra do papel vai ser o principal capital usado pelo ex-presidente Lula para legitimar sua paternidade.

Verdade que antes do início das obras da transposição, o então presidente Lula, ao decidir pela sua execução, enfrentou uma série de protestos pedindo a não realização da obra de transposição. O caso que talvez tenha tido maior repercussão, inclusive fora do Brasil, foi a famosa greve de fome do bispo da Diocese de Barra, Dom Luiz Cappio (cf: SILVA, 2017). O fato curioso foi que “Temer inaugura Transposição, mas moradores e Monteiro agradecem a Lula”, noticia um dos principais jornais do estado de Pernambuco.⁸

Ainda sobre essa disputa política para ver afinal a quem pertence a paternidade da obra, gostaríamos de destacar dois outros personagens: Cássio Cunha Lima e Marcondes Gadelha, ambos políticos paraibanos. O primeiro, atual senador da república pelo estado da Paraíba, também foi governador de estado e superintendente da Sudene entre 1992 e 1994. Em suas redes sociais, o político passou a falar da importância da obra para os nordestinos, dizendo que “ela só saiu” graças a seus apelos ao governo. Contudo, ele passou a ser bastante criticado, uma vez “que o senador foi contra a realização da obra no passado”.⁹ Por conta disso, começou a circular nas redes sociais uma reportagem em que o então superintendente da Sudene na época, Cássio Cunha Lima “desaconselhava” a obra tendo em vista o alto custo que envolvia um projeto dessa natureza.

Em relação a Marcondes Gadelha, nas redes sociais, ele se manifestou dizendo: “como

7 MIRANDA, A. Temer inaugura transposição, mas moradores agradecem a Lula. **Blog do Jamildo**. 10/03/2017 Disponível em: <<http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2017/03/10/temer-inaugura-transposicao-mas-moradores-de-monteiro-agradecem-lula/>>. Acesso em: 13 Nov. 2017.

8 Cf: MIRANDA, A. **Blog do Jamildo**. 10/03/2017. Acima.

9 Cássio afirma que Transposição do São Francisco é graças aos seus apelos. **Agora PB**. 05/03/2017 Disponível em: <<http://www.resumopb.com/noticia/cassio-afirma-que-transposicao-do-sao-francisco-e-gracas-aos-seus-apelos.html>> Acesso em: 01 Abr. 2017.

é gratificante ver a realização de um sonho que durou mais de 20 anos”.¹⁰ O político está fazendo referência ao período em que era deputado federal e que, em 1996, colaborou para criação de um grupo de trabalho na Câmara Federal para discutir o projeto de transposição. (SILVA e OLIVEIRA, 2016, p. 124). Segundo o ex-deputado, foi ele quem tirou o projeto da gaveta e o recolocou na pauta política. Por conta disso, na cidade de Campina Grande, a grande beneficiada das águas, nesse momento, um *outdoor* com a foto do político, dizia: “A transposição tem cara. Obrigado Marcondes Gadelha”.¹¹

Outro político que tentou tirar proveito dessa situação foi o então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. Em visita pelo Nordeste,¹² ele fez um ato de doação das bombas que foram usadas em São Paulo por conta do racionamento, ocorrido entre 2014 e 2016.¹³ Para o então governador, os nordestinos saberão como usar da melhor forma possível as bombas que serviram a São Paulo na época do racionamento.

Enfim, permanece o debate sobre a reivindicação da paternidade da obra. No ano de 2018, certamente esse ponto será objeto de propaganda política dos candidatos, uma vez que sempre que se faz – constrói – algo para o semiárido, cobra-se a conta posteriormente por meio do voto. Repetem-se as práticas clientelistas, do novo coronelismo – desse vez de estado – conforme definido por Burzstin e Chacon (2011).

3 – Quem tem direito à água da transposição?

Para além da questão da paternidade e de uso político da obra de transposição do Rio São Francisco, outro de ponto de conflito tem a ver com o uso das águas, depois da chegada à bacia do Rio Paraíba. De certa forma, as águas da transposição, no eixo Leste, tinham como destino final o açude de Boqueirão (pelo menos nesse momento), reservatório responsável pelo abastecimento de 19 cidades da Paraíba (cerca de um milhão de pessoas), dentre elas Campina Grande, segunda maior cidade do estado, com mais de 400 mil habitantes. O açude de Boqueirão estava com menos de 3% de sua capacidade e, desde 2014, não recebia nenhuma recarga de água proveniente das chuvas, o que fez com que as cidades abastecidas por ele começassem a sofrer racionamento de água desde o final daquele ano.¹⁴

10 Rede Social oficial do político. **Facebook**. Acesso em: 01 Dez. 2017.

11 Marcondes Gadelha sobre a Transposição do Rio São Francisco: ‘tudo começou em Sousa’. **Paraíba.com.br** 10/03/2017. Disponível em: <http://www.paraiba.com.br/2017/03/10/46434-marcondes-gadelha-sobre-a-transposicao-do-rio-sao-francisco-tudo-comecou-em-sousa> Acesso em: 01 Dez. 2017

12 De olho em 2018, Geraldo Alckmin doa bombas hidráulicas ao Nordeste. **Radio Jornal NE 10**. 27/12/2016. Disponível em: <http://radiojornal.ne10.uol.com.br/audioteca/2016/12/27/de-olho-em-2018-geraldo-alckmin-doa-bombas-hidraulicas-ao-nordeste-51494>. Acesso em: 28 Fev. 2018.

13 Crise hídrica no estado de São Paulo em 2014–2016. **Wikipedia**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Crise_h%C3%ADdrica_no_estado_de_S%C3%A3o_Paulo_em_2014%E2%80%932016. Acesso em: 03 Mai. 2018.

14 LIRA, Artur. Com 3% do volume de água, açude de Boqueirão chega ao limite na pior crise da história. **G1 Paraíba**. 12/04/2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/com-3-do-volume-de-agua-boqueirao-chega-ao-limite-na-pior-crise-da-historia.ghtml> Acesso em: 17 Nov. 2017.

Depois de chegar a Monteiro (açude Poções), a água da transposição percorreu mais de cem quilométricos rio abaixo até chegar ao açude Boqueirão em 18 de abril de 2017 (após 40 dias).¹⁵

Nesse percurso, a chegada das águas é celebrada com novas festividades e velhos discursos da redenção da população frente à seca. Em Monteiro, por exemplo, em ato de inauguração da obra, a prefeita diz que “a história de Monteiro será contada antes e depois da transposição”. E que agora ela iria fazer os contatos necessários para atrair indústrias e empresas para o município.¹⁶

Em Camalaú, cidade a jusante de Monteiro, sede do segundo açude a receber água da transposição, foi relatado que o prefeito prometeu que só liberaria a água após o açude de seu município chegar a 70% da capacidade total (que era de 48 milhões de metros cúbicos) e que, assim, recuperaria a aquicultura praticada no açude Camalaú (em promessa à associação de pescadoras e pescadores daquele município). Contudo, nada disso aconteceu, pois para que a água chegasse mais rápido ao açude de Boqueirão, foi feita uma abertura emergencial (a cargo do DNOCS), rebaixando o nível do vertedouro. A água chegou ao açude em Camalaú dia 20 de março e, em seguida, dia 30, começou a percorrer o rio Paraíba rumo ao açude de Boqueirão (ficando o açude de Camalaú apenas com 15% de sua capacidade total). Em Caraúbas e São Domingos, respectivamente, outras duas cidades ribeirinhas do rio Paraíba, a passagem das águas da transposição também foi motivo de festividades pelos políticos locais que aproveitaram o momento para falar de uma “nova história” para os municípios.

Ocorre que a urgência da transposição era a cidade de Campina Grande e os municípios do entorno. Não havia plano “B” para essas cidades e a água chegou num momento extremo, no limite do reservatório que abastecia a todas essas cidades. A urgência por água forçou os gestores a tomarem medidas extremas com nos casos de Monteiro e Camalaú: “rasgar o açude” (como foi dito) como forma de apressar a chegada à Campina Grande. Essas medidas deixaram a população, principalmente em Monteiro, um tanto revoltada, pois foram feitas antes do açude atingir o nível suficiente para abastecer a cidade que, por sua vez, via na transposição a esperança de acabar com a crise hídrica do município.¹⁷ Essa situação chegou a acirrar-se ainda mais ao final de março: em função da falta de água nas torneiras de suas residências, vários moradores ameaçaram interromper o fluxo das águas da transposição do Rio São Francisco para a cidade de Campina Grande, alegando que eles também tem direito à água.¹⁸ Essa questão foi apaziguada logo em seguida, com a

15 _____, Águas da transposição chegam à bacia do açude de Boqueirão, no Cariri da Paraíba. **G1 Paraíba**. 12/04/2017 Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/aguas-da-transposicao-chegam-ao-acude-de-boqueirao-no-cariri-da-paraiba.ghtml>> Acesso em: 13 Abr. 2017

16 BARBOSA, J. Prefeita diz que transposição é divisor de águas para Monteiro. **Jornal da Paraíba**. 10/03/2017. Acesso em: <<http://www.jornaldaparaiba.com.br/politica/prefeita-diz-que-transposicao-e-divisor-de-aguas-para-monteiro.html>>. 13 Abr. 2017

17 Rasgaram o açude de Poções para a água chegar mais rápido à Campina Grande. **Cariri Ligado**. [s/d]. Disponível em: <<http://caririligado.com.br/rasgaram-o-acude-de-pocoas-para-agua-chegar-mais-rapido-a-campina-grande-2/>> Acesso em: 01 Abr. 2017.

18 Sem água em casa, população de Monteiro ameaça fechar comportas da transposição. **De Olho no Cariri**. 23/03/2017. Disponível em: <<http://deolhonocariri.com.br/geral/sem-agua-em-casa-populacao-de-monteiro-ameaca-fechar-comportas-da-transposicao>> Acesso em: 01 Abr. 2017.

intervenção do gerente da companhia de água do estado (CAGEPA), afirmando em noticiário local, que até o final de abril “seria resolvida a questão do abastecimento da cidade de Monteiro”.¹⁹

No dia da chegada das águas ao açude de Boqueirão, outro palanque se montou. A chegada das águas foi marcada por uma visita técnica do ministro da Integração Nacional, Hélder Barbalho, “além de lideranças de vários segmentos políticos da Paraíba, a exemplo de prefeitos municipais e do senador Cássio Cunha Lima”, bem como do prefeito de Campina Grande.

“(…) as lideranças políticas participaram de um momento de oração, mas, em seguida, aconteceram breves discursos. O prefeito Romero Rodrigues [de Campina Grande] definiu esta quinta-feira como 'um dia de emoção e de alegria pela fé que se renova e pela estabilidade hídrica', aproveitando para elogiar o ministro Hélder Barbalho pela sua dedicação em tornar possível a conclusão das obras de transposição, além de enaltecer a importância da classe política paraibana em prol deste projeto redentor para o semiárido nordestino”.²⁰

Cerca de quatro meses depois (em agosto de 2017), foi noticiado que o açude de Boqueirão havia saído do volume morto (acima de 8% de sua capacidade total). Esse foi o momento em que se decretou o fim do racionamento de água em Campina Grande e entorno, depois de quase três anos.²¹

O curioso é que para usar a água da transposição do rio São Francisco para abastecimento das cidades do Cariri, a CAGEPA teve que construir uma obra de captação da água no rio Paraíba, uma vez que os açudes Poções (em Monteiro) e Camalaú eram sistemas locais de abastecimento. Isso significa que a adutora para levar água a maioria das cidades do Cariri tinha como reservatórios o açude Cordeiro (no Congo) e, depois que este secou, o açude de Sumé. Feita a obra no “Sítio Conceição”, localidade entre os municípios de Sumé e Congo, a água da transposição começou a librada para abastecer o Cariri, apenas no mês de junho.²² Portanto, depois de três meses de chegada das águas da transposição na região do Cariri (em Monteiro) é que a população vê a sinalização de uso da água, num momento de grande escassez hídrica, uma vez que o sistema de abastecimento estava parado (em colapso desde o final do ano de 2016) e muitas famílias compravam água aos “pipeiros” ao custo variando entre 20 e 30 reais por mil litros do líquido necessário à vida. Enquanto isso, Campina Grande já usava a água desde o final de mês de abril, ou seja quase dois meses antes.

19 Monteiro será abastecida pelo açude de Poções e cidades do Cariri pela adutora do Congo até final de abril. **De Olho no Cariri**. 24/03/2017 Disponível em: <<http://deolhonocariri.com.br/geral/monteiro-sera-abastecida-atraves-do-acude-de-pocoes-e-cidades-do-cariri-pela-adutora-do-congo-ate-final-de-abril>>. Acesso em: 01 Abr. 2017

20 Prefeito de Campina Grande acompanha ministro em visita à bacia de Boqueirão. **Paraíba On Line**. 13/04/2017 Disponível em: <<https://paraibaonline.com.br/2017/04/prefeito-de-campina-grande-acompanha-ministro-em-visita-a-bacia-de-boqueirao/>> Acesso em: 20 Abr. 2017.

21 MAISONNAVE, F. e KNAPP, E. Após 1 ano, transposição do São Francisco já retira 1 milhão do colapso. **Folha de São Paulo**. 11/03/2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/apos-1-ano-transposicao-do-sao-francisco-ja-retira-1-milhao-do-colapso.shtml#erramos>>. Acesso em: 15 Mar. 2018.

22 Começam testes para levar águas da transposição a cidades do Cariri. **Paraíba Informa**. 11/06/2017. Disponível em: <<http://www.paraibainforma.com.br/comecam-testes-para-levar-aguas-da-transposicao-a-cidades-do-cariri/>>. Acesso em: 19 Abri. 2018

4– Ribeirinhos e Assentados

O Projeto Básico Ambiental (PBA), dentre seus 38 programas socioambientais, o que se refere à indenizações de terras e benfeitorias (PBA 07), citava 1.889 propriedades atingidas diretamente pelas obras da transposição (1.132, no eixo Norte e 757, no eixo Leste):

“(...) serão atingidos mais de 25 mil hectares de áreas de imóveis rurais, considerando as faixas de 200 metros ao longo dos canais e 100 metros acima da cota máxima dos reservatórios, definidas como aquelas a serem necessariamente desapropriadas para a execução das obras.” (BRASIL, 2005b, p. 01).

No caso de Monteiro, na Paraíba, única cidade do estado cortada pelas obras do eixo Leste da transposição, seriam 102 propriedades atingidas, abrangendo pouco mais de 150 hectares de terra. (BRASIL, 2005b, p. 02).

O programa de indenizações, por sua vez, tinha uma forte interrelação com o programa de reassentamento de populações (PBA 08). Esse programa com base em “Cadastro Fundiário” e “Estudo Socioeconômico da Área Diretamente Afetada”, realizados em 2004, dentre outros levantamentos, estabeleceu uma base de critérios de elegibilidade, quantificando as famílias elegíveis ao reassentamento. Nesse caso da cidade de Monteiro, as famílias proprietárias e não proprietárias residentes nas áreas a serem desapropriadas que deveriam ser realocadas em função do empreendimento seriam de apenas 16 famílias. Destas, oito seriam de auto-reassentamento (a se fixarem em áreas remanescentes da sua antiga propriedade ou em outro local) e o restante (oito) seria reassentadas em novas áreas, nenhuma delas eram proprietárias anteriormente, segundo o programa de reassentamento. (BRASIL, 2005c, p. 16)

No caso de ressentimentos, segundo informações contidas na página do Ministério da Integração (MIN), foram reassentadas cerca de 800 famílias em 18 vilas produtivas rurais (VPRs), concebidas com essa finalidade.²³

Tendo por base esses dados e a partir do trabalho de campo, foi elaborada uma tipologia dos impactados pelo eixo Leste da transposição do rio São Francisco. Restringindo-se apenas a parte de canais do estado da Paraíba (cerca de 20 quilômetros) e ao leito do rio Paraíba (a partir da cidade de Monteiro), identificaram-se cinco tipos de famílias que foram atingidas diretamente com o projeto: (1) os ribeirinhos desapropriados; (2) os ribeirinhos da “beira” do canal; (3) os assentados da VPR Lafayette (única vila localizada na Paraíba, no eixo Leste); (4) os ribeirinhos do rio Paraíba; e (5) os irrigantes do açude de Boqueirão.

Sobre as **famílias desapropriadas**, muitas se sentiram injustiçadas em relação às indenizações, destacando-se três situações. A primeira, em relação ao valor da terra, foi informado que os parâmetros de valoração da propriedade foram bem abaixo das expectativas das famílias, não levando em conta todas as instalações e benfeitorias (como cercas, currais, árvores frutíferas, etc), segundo as famílias visitadas. Foi relatado um caso, por exemplo, de que a família tinha uma

23 Ministério da Integração Nacional. **Vilas Produtivas Rurais**. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/web/projeto-sao-francisco/vilas-produtivas-rurais>>. Acesso em: 09 Mai. 2018.

pequena propriedade à margem do rio Paraíba, nos arredores de Monteiro. A desapropriação ocorreu porque o canal passaria por dentro da propriedade e a indenização oferecida foi de 9 mil reais que, segundo um membro da família, sequer daria para comprar um terreno na cidade para fazer uma nova casa. Essa família tinha um rebanho com cerca de 20 animais de leite, uma estrutura de currais e pastagem (plantada no leito do rio Paraíba) suficiente para os animais. Como a família pode fazer a opção, então decidiu ir morar na VPR Lafayette. Não foi possível saber se a família tinha o título de propriedade, naquele momento (ficando para um segundo momento da pesquisa), pois isso pode significar maior valorização da indenização.

Em outra situação de desapropriação, a família relatou que teve que pedir dinheiro emprestado para resolver a documentação da propriedade, para ter o direito à indenização. Nesse caso, a família não tinha opção de ir para a VPR, contudo, no momento em que a casa ia ser demolida, um dos membros ficou a frente das máquinas e disse que só sairia se fosse para a vila. Com essa atitude extrema, a família conseguiu ir para a VPR. Nesse caso, é possível deduzir que a família estava inelegível a ser reassentada na vila. Saliente-se que um dos critérios para inelegibilidade era o valor da indenização ser superior a 30 mil reais. (BRASIL, 2005c).

Vitrificou-se ainda uma situação em que a família foi indenizada, mas informou uma série de transtornos após a desapropriação. O relato diz que em 2004, os técnicos passaram fazendo as medições e, nesse caso específico, a casa não seria demolida pois ficava “fora” da área do canal. Nesse ínterim, a família fez uma “boa” reforma da casa (pintura, cerâmica, etc), gastando todas as economias que tinha feito para comprar um veículo. Porém, no ano seguinte, em 2005, foi avisada que teria que abandonar a casa, pois ela seria demolida. Foi relatado que era uma família com relativa infraestrutura produtiva: poço tubular que tinha bastante água; produção de hortaliças que, por sua vez, eram vendidas ao PNAE; aviário com 200 aves; e um rebanho bovino com 30 animais. Após a obra da transposição, toda essa infraestrutura foi desmontada e família chegou a “passar necessidade”. Não estão podendo produzir aos níveis anteriores porque não tem mais água no poço; tiveram que vender os animais, pois na nova propriedade não tinha suporte de forragem e estrutura para criação; e água para consumo está sendo ofertada por meio de carro-pipa, sob responsabilidade da prefeitura de Monteiro. A conclusão é que a transposição “não significa nada; não serviu de nada” para a família, disse um dos membros. A dedução nesse caso é que a família é auto-assentada, ou seja, deslocou-se para a área remanescente da propriedade, contudo, ainda não conseguiu se estruturar suficientemente aos padrões anteriores e por isso sua condição de vida decaiu.

Um segundo grupo de famílias atingidas pela transposição são os **ribeirinhos que ficaram à margem do canal**. Nesse caso, a grande questão apontada tem a ver com o acesso à água. A comunidade rural visitada (Pau D'arco, em Monteiro) fica nas cabeceiras do rio Paraíba, que embora fosse intermitente, permitia um regular acesso a água, especialmente por meio de poços tubulares ou

cacimbões, cavados no leito do rio ou em áreas de baixio. Com a obra de escavação do canal da transposição, inclusive de um túnel, entre Paraíba e Pernambuco (divisor de águas entre as regiões hidrográficas do Rio São Francisco com o Atlântico Oriental), a movimentação do terreno provocada pelas explosões das rochas e a profundidade do canal (cerca de 20 metros), os poços e cacimbões se esgotaram enquanto fonte de água para os ribeirinhos. Alguns deles tiveram que aprofundar os poços para até 50 metros (informado nos depoimentos), sem a garantia de ter água. Além disso, apesar do canal passar ao lado de casas de muitas famílias (cerca de 200 metros de distância), elas não têm o direito de acessar a água transposta. Assim, sem água da transposição, sem água das fontes tradicionais anteriores, resta esperar pelo carro-pipa. De modo que muitas famílias da comunidade Pau D'arco, por onde passa o canal da transposição, são abastecidas por carro-pipa, sob responsabilidade da prefeitura de Monteiro. O pior foi perceber que muitas famílias não têm estruturas adequadas para se colocar água (como cisternas, por exemplo), então o carro-pipa chega com a água e a coloca em um “buraco” (que fora cavado para receber uma cisterna que não veio) para depois ser usada pelas famílias – situação que havia sido presenciada há muito tempo, no ano de 1998, por conta de uma grave seca no semiárido.

Foi informado, por fim, que os lugares onde tradicionalmente eram usados para lazer (o banho no rio, na época das chuvas), para acesso à água (para consumo e produção), para ser usada pelos animais (dessedentação), todos esses lugares foram degradados em função das escavações dos canais ou serviram como depósito do material retirado das escavações e entulhado ao largo do rio Paraíba, na comunidade rural de Pau D'arco, desestruturando todas as estratégias comunitárias desenvolvidas ao longo do tempo no sentido de prover a segurança hídrica das famílias que ali viviam há muito tempo. Destaque-se que o projeto ambiental da construção (PBA 02) recomenda que as áreas “bota-fora” para os materiais provenientes de escavações sejam depositados em locais próprios, evitando-se os “topos de morros, áreas de encosta, **margens de corpos d'água e talvegues**”, (BRASIL, 2005a, p. 45, grifos nossos), recomendações que não foram levadas em consideração nessa situação, pelo menos até o momento.

O terceiro tipo, são as famílias **assentadas nas VPRs**. Na vila Lafayette (antigo nome da fazenda desapropriada), foram assentadas 61 famílias, em aproximadamente 620 hectares de terra. Segundo informações colhidas, as famílias chegaram à vila em março de 2016 e cada família teve direito a uma casa (99 metros quadrados), em uma área de meio hectare para ser usada pela família (muitos fizeram hortas, ou aviários, ou pequenos roçados, etc.). Além dessa área, as famílias têm 4 hectares para uso produtivo (agricultura de sequeiro e/ou criação de animal) e uma hectare para ser usada com agricultura irrigada, segundo os moradores, com a água da transposição, embora ainda não sabem em que momento eles poderão usá-la.

Como a VPR foi instalada recentemente, as famílias ainda estão se adaptando e estruturando

suas áreas. Contudo, mais uma vez, toda queixa recai sobre o acesso à água por parte das famílias. Primeiramente, assim como as ribeirinhas, citadas acima, elas não tem o direito de acessar a água do canal da transposição. Disseram que ficaram mais de 30 dias sem água, no momento de chegada à VPR. Por conta disso, a associação dos moradores acionou o Ministério Público e, só assim, conseguiram que a vila fosse abastecida por carro-pipa, uma vez que ela não dispõe de nenhum fonte de água que seja adequada ao consumo humano. Há um poço antigo, contudo a água é “salobra” e não serve para consumo humano. No projeto, o abastecimento da vila deve ser proveniente do sistema público, mas foi relatado que a CAGEPA ainda não providenciou as “ligações” porque a rede hidráulica (instalada pela empresa construtora da vila) não segue o padrão usada pela companhia de água. As famílias não sabem ao certo quando terão água de qualidade, como foi prometido na ida à VPR. O que poderia mitigar um pouco a situação de vulnerabilidade na segurança hídrica da vila, seria a construção de cisternas para captação de água de chuva (seguindo os parâmetros do programa desenvolvido em todo o semiárido brasileiro²⁴), mas o projeto da VPR Lafayette não contemplou a construção de cisternas.

Dentre as 61 famílias assentadas, a maior parte (26) era dos ribeirinhos de comunidades próximas a Pau D'arco; outros 18 vieram da “rua”, ou seja, moravam na margem do rio Paraíba nos arredores de Monteiro; e 17 famílias vieram de Pernambuco, basicamente de Sertânia.

Por outro lado, para os **ribeirinhos do rio Paraíba** (quarto grupo de famílias) os impactos foram de duas naturezas. Primeiro, quem tinha alguma tipo de irrigação, seja por poços ou cacimbões escavados no leito do rio, teve que restringir a área irrigada para meio hectare. O argumento era que a partir da transposição, o rio Paraíba que era intermitente, passou a ser perene, graças à água transposta. Então, caso a fonte de água para irrigação fosse no leito do rio Paraíba, não tinha mais como diferenciar essa fonte primária de água. Essa condição repercutiu nacionalmente, num rede de televisão, noticiando a situação de um produtor de banana que tinha três hectares irrigado.²⁵ A partir de emissão de uma portaria (ver abaixo), normatizando o uso da água da transposição no rio Paraíba, ele foi obrigado a reduzir a área, sob pena de ser multado e ter bombas apreendidas.

Noutras situações, alguns ribeirinhos foram beneficiados com a água. Ou seja, apesar de seu uso ser prioritariamente para abastecimento humano e animal, posteriormente a água começou a liberada para a irrigação de pequenas áreas, ao longo do Rio Paraíba. Essa liberação correspondia a meio hectare por cada produtor, sendo regulamentada por resolução que estabeleceu as “condições de uso de recursos hídricos superficiais e subterrâneos para o Sistema Hídrico Rio Paraíba – Boqueirão, durante o período de pré-operação do PISF (até o dia 26/03/2018), no Estado da

24 Cf. ASA BRASIL. P1MC: Programa um Milhão de Cisternas. Disponível em: <<http://asabrasil.org.br/acoes/p1mc>>. Acesso em: 09 Mai. 2018.

25 Transposição do rio São Francisco muda a vida no sertão da Paraíba. **Globo Rural**. 19/11/2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/globo-rural/noticia/2017/11/transposicao-do-rio-sao-francisco-muda-vida-no-sertao-da-paraiba.html>>. Acesso em: 21 Nov. 2017

Paraíba”. Assim, além de autorizar a CAGEPA a fazer a retirada de 1300 litros por segundo para consumo humano, a resolução autorizava também a retirada de água para dessedentação animal e atividades de subsistência, sendo limitada ao proprietário/usuário a uma área de meio hectare, até 8 horas e meio por dia, para fazer irrigação localizada em culturas temporárias no âmbito da agricultura agroecológica familiar. Essa resolução foi possível graças a duas reuniões com usuários e órgãos envolvidos na gestão do projeto, ocorridas na cidade de Boqueirão em abril e junho de 2017. (ANA e AESA-PB, 2017). Ao final do ano de 2017, uma reportagem apontava para uma quantidade de 340 hectares irrigadas na Paraíba (de um potencial de 500 hectares permitidas) com as águas da transposição.

Por fim, em relação aos **irrigantes da bacia do açude de Boqueirão**, era o retorno à atividade a grande expectativa, depois de serem obrigados a parar com a irrigação, tendo em vista seu baixo volume de águas nos anos que antecederam a transposição. Entretanto, esses também deveriam seguir a mesma norma da resolução, citada acima (podendo irrigar apenas meio hectare de terra).²⁶

Embora a vida de alguns ribeirinhos, aparentemente, tenha ficado um pouco mais fácil, ainda tinham os casos não contemplados pelo PISF a serem resolvidos. Por exemplo, no início de 2018, próximo a completar um ano da transposição, ainda havia populações rurais dispersas sofrendo com a falta de água para consumo humano e dessedentação animal (lembrando que as chuvas começaram a cair entre março e abril desse ano). O caso do assentamento de reforma agrária Novo Mundo, no município de Camalaú (cidade onde está situado um dos açudes por onde passam as águas da transposição) merece destaque. O assentamento está a cerca de dois quilômetros do rio Paraíba, mas as famílias assentadas estão sem abastecimento de água. O fato foi que, por conta da seca, elas estavam sendo abastecidas por meio de carros-pipa, contudo com as águas da transposição a “operação” foi suspensa no município e nada foi feito para ofertar água às famílias do assentamento. Aliás, apesar de toda a propaganda em torno do projeto em acabar com o sofrimento de 12 milhões de pessoas, já era sabido que o PISF não pretendia “ser uma resposta para 100% da população do Nordeste”, disse o então ministro Ciro Gomes, em 2004 em audiência no Senado Federal. “(...) Este projeto equipa, sob o ponto de vista da segurança hídrica, 12 milhões dos 20 milhões de habitantes do semiárido, **mas não contempla as populações difusas, que são grandes, mas minoritárias.**” (SILVA, 2017, p. 243, grifos nossos). Um grupo de especialistas também já havia alertado sobre essa questão do atendimento das necessidades de água para consumo humano e animal às populações dispersas no semiárido (tanto fora da bacia do São Francisco como no seu interior): “tecnicamente não há como atender esse contingente populacional com água do São Francisco (...)”. (SBPC, 2004, p. 12)

26 Para uma melhor compreensão da história dos irrigantes da bacia do açude de Boqueirão, conferir Oliveira (2017).

Outro elemento a destacar é que a chegada das águas da transposição, trouxe consigo também uma relativa valorização fundiária provocada pelo crescente interesse pelas terras ribeirinhas. Três situações, foram identificadas a partir do campo. A primeira diz respeito a uma família que vendeu um hectare e meio, à margem do rio Paraíba, por 19 mil reais. Dois anos antes, a família tentou vender o mesmo terreno por apenas 5 mil reais e não conseguiu. Portanto, uma valorização de quase 300% depois da chegada das águas. O segundo exemplo veio do município de Camalaú, em que a prefeitura “foi procurada” por uma empresa de Santa Catarina disposta a pagar "qualquer valor" por áreas às margens do rio Paraíba. Por último, o interesse de empresas do ramo têxtil de Santa Cruz do Capibaribe (PE), município a 130 quilômetros de Monteiro, que fizeram sondagens com alguns pequenos proprietários de terras à margem do rio Paraíba. Aquela cidade compõe um dos maiores pólos de fabricação de jeans do país, uma atividade altamente exigente em água, especialmente na lavagem e tintura (duas etapas do processo de fabricação).²⁷ Deduz-se que elas pretendem instalar alguma unidade de processamento do produto nas margens do rio Paraíba, aproveitando a disponibilidade de água para uso industrial o que vai de encontro ao uso previsto (consumo humano e animal e produção para subsistência), conforme visto acima.

5 – Conclusões

A conclusão inicialmente a destacar é a situação da cidade de Campina Grande e as cidades do entorno, pois graças às águas da transposição, a população de quase um milhão de habitantes pode ter um alívio em relação à insegurança hídrica (acionamento de água) vivenciada por quase de três anos. A partir da transposição, a condição de vida das pessoas teve uma relativa melhora tendo em vista eliminar custos extras na compra de água para uso diário que afeta mais fortemente os grupos mais vulneráveis e de baixa renda. Pode-se dizer que as cidades abastecidas pelo açude de Boqueirão (incluindo Campina Grande) foram literalmente salvas de uma catástrofe hídrica.

Contudo, a urgência por “salvar” a população abastecida pelo açude de Boqueirão, fez com que outro grupo populacional – no caso, a população do Cariri – assumisse um custo muito alto, pois ficou cerca de seis meses sem nenhum tipo de abastecimento público de água (salvando-se casos raros de carros-pipa que distribuíam água em pontos das cidades), sendo obrigada a comprar a água de uso diário (consumo, alimentação e higiene pessoal). A impressão foi de uma decisão deliberada por priorizar Campina Grande e, somente depois, as outras cidades.

Situação ainda mais difícil é a da população dispersa (basicamente rural) que não tem perspectiva de acesso e uso da água da transposição. Os próprios ribeirinhos do canal da transposição – os que foram deslocados ou aqueles que ainda permaneceram às margens – estão enfrentando dificuldades sobre o acesso à água, tornando-se os despossuídos da água. Imagina-se que as

27 FALCÃO, M. Transposição leva água e valorização fundiária à Paraíba. **Valor Econômico**. 09/03/2018. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/5373559/transposicao-leva-agua-e-valorizacao-fundiaria-paraiba>>. Acesso em: 14 Mar. 2018.

populações mais distantes ao canal não serão inseridas em qualquer ação dentro do projeto. Já os poucos ribeirinhos que conseguiram o direito de irrigar, certamente haverá melhor possibilidade de agregar renda e segurança alimentar e nutricional para eles e suas famílias, seja produzindo seu próprio alimento, seja gerando renda e, portanto, fazendo aquisições nos mercados locais.

Por fim, assim como muitas obras anteriores no semiárido, com a transposição se veem novamente os políticos querendo colher os frutos da obra. É uma volta aos princípios da “indústria da seca”, em que as elites econômicas e políticas se beneficiavam de modo rotineiro da vulnerabilidade de grupos sociais. Todos querem a paternidade da transposição. Órfãos ficam as populações urbanas e rurais que acreditaram que a transposição seria a “redenção” para resolver o problema da seca no Nordeste Setentrional.

O fato é que a transposição garante a segurança hídrica de forma concorrencial, isto é, ele será garantida para determinada parcela da população ou grupo social, em detrimento de outro. E antes de apaziguar e resolver o problema de insegurança hídrica e alimentar das populações, já tem levado a outros conflitos sobre o uso das águas, especialmente por grupos sociais que não estavam previstos como beneficiários do projeto. Mas essa discussão é para outro momento.

6 – Referências

- ANA (BRASIL) – Agência Nacional de Águas. (2015). **Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil:** regiões hidrográficas brasileiras. Edição Especial. Brasília: ANA. Disponível em: <<http://www.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos/regioeshidrograficas2014.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2017.
- ANA (BRASIL) – Agência Nacional de Águas e AESA (PARAÍBA) – Agência Executiva de Gestão das Águas. (2017). **Resolução nº 1292 de 17/07/2017.** Disponível: <<http://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2017/1292-2017.pdf>>. Acesso em: 09 Mai. 2018.
- AESA (PARAÍBA) – Agência Executiva de Gestão das Águas. (2018) **Volume de Açudes.** Disponível em: <http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/monitoramento/volume-acude/?id_acude=531>. Acesso em: 09 Mai. 2018.
- ASA-BRASIL. Articulação no Semiárido Brasileiro. (2018). P1MC: Programa Um Milhão de Cisternas. Disponível em: <<http://asabrasil.org.br/acoes/p1mc>>. Acesso em: 26 Mai. 2018.
- BOLSON, Simone Hegele e HAONAT, Angela Issa. (2016). A governança da água, a vulnerabilidade hídrica e os impactos das mudanças climáticas no Brasil. **Veredas do Direito.** Belo Horizonte, v.13, n. 25. 2016. Disponível em: Acesso em: 21 Nov. 2017.
- BRASIL. (2005a). **Projeto São Francisco:** água a quem tem sede. Plano Ambiental de Construção (PBA 02). Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/documents/10157/3675235/PBA02.pdf/cac7fcf7-b914-4f6d-bac8-6a3a0f6f9694>>. Acesso em: 08 Mai. 2018.
- _____. (2005b). **Projeto São Francisco:** água a quem tem sede. Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias (PBA 07). Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/documents/10157/3675235/PBA07.pdf/7645b1db-1dfb-466c-9acd-c84e29060b9e>>. Acesso em: 08 Mai. 2018.
- _____. (2005c). **Projeto São Francisco:** água a quem tem sede. Programa de Reassentamento das Populações (PBA 08). Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/documents/10157/3675235/PBA08.pdf/156621fb-b0f0-4c86-ba04->

[4497c750bca2](#)>. Acesso em: 08 Mai. 2018.

_____. (2011). **Decreto Nº 7.535 de 26 de julho de 2011**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2011/Decreto/D7535.htm>. Acesso em: 09 Mai. 2018.

BURSZTYN, Marcel; CHACON, Suely Salgueiro. (2011). Ligações perigosas: proteção social e clientelismo no Semiárido Nordeste. **Estudos Sociedade e Agricultura**. V. 19, No 1. Rio de Janeiro: CPDA, 2011. Disponível em: <<https://revistaesa.com/V3/ojs-3.1.1/index.php/esa/article/view/335/331>>. Acesso em: 13 Fev. 2011.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. (2007). **III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**: por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional. Relatório final. Disponível em:

<<http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/arquivos-de-conferencias/3a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/relatorio-final-iii-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional.pdf>>. Acesso em: 09 Mai. 2018.

_____. (2008). **O acesso e os usos da água no contexto da soberania e da segurança alimentar e nutricional**. Documento elaborado pelo grupo de trabalho sobre Água da Comissão Permanente 2 (CP2) do CONSEA para plenária (05/09/2008). Disponível em:

<<http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/plenarias/documentos/2008/acesso-e-usos-da-agua-no-contexto-da-soberania-e-da-seguranca-alimentar-e-nutricional-09.2008/view>>. Acesso em: 26 Abr. 2018.

OLIVEIRA, Fabiano Custódio de. (2017). **Contribuições da Ciência Geográfica para a Leitura e Compreensão da Dinâmica de Territórios**: uma proposta teórico-metodológica. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro.

SBPC. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Regional Pernambuco. (2204). **Encontro Internacional sobre transferências de águas entre grandes bacias hidrográficas**. Recife. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/8724046-Encontro-internacional-sobre-transferencia-de-aguas-entre-grandes-bacias-hidrograficas.html>>. Acesso em: 24 Mar. 2018.

SILVA, Ana Carolina A. B. da. (2017). **As águas do rio São Francisco**: disputas, conflitos e representações do mundo rural. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas/SP.

SILVA, José Irivaldo A. O. e OLIVEIRA, John Brehmer de S. A. de. (2016). Água, meio ambiente e desenvolvimento: “ecologização” de projetos hídricos. *Raízes*, v. 36, n. 01. Campina Grande: UFCG. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo_386.pdf>. Acesso em: 26 Mai. 2018.

POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO NA AMAZÔNIA E A CRIAÇÃO DO MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA TERRA DO MEIO, PARÁ

Roberta Rowsy Amorim de Castro¹; Ricardo Eduardo de Freitas Maia²

RESUMO

Este trabalho busca refletir sobre as políticas de integração da Amazônia, com foco na região sudoeste do Pará, e os processos sociais, ambientais e políticos provenientes e resultantes das mesmas, relacionando os seus reflexos como possíveis “motivadores” ou “impulsionadores” para a criação das áreas protegidas do Mosaico de Unidades de Conservação da Terra do Meio, região amazônica brasileira. Para realização dessas reflexões foram feitas pesquisas bibliográficas, cuja técnica de coleta de dados foi o fichamento em livros, teses, dissertações e artigos de periódicos. Após o golpe militar de 1964, a Amazônia passou a ser alvo da política desenvolvimentista, como foi a Política Nacional de Colonização da Amazônia, lançada em 1970 como parte do Programa de Integração Nacional (PIN), e a abertura da rodovia Transamazônica (BR-230), processos que desencadearam a entrada de grandes levas de migrantes para a região e empresas interessadas na exploração dos recursos naturais. Em paralelo, na região conhecida como Terra do Meio, populações tradicionais convivem e disputam o controle do território e dos recursos com grandes empresas madeireiras, fazendeiros e grileiros, atores estes que se estabelecem na região usurpando grandes áreas de terra, impulsionados pelas políticas de incentivo fiscais e povoamento supracitadas, incidindo em crescentes conflitos fundiários e ambientais. Tais cenários motivaram movimentos sociais, órgãos governamentais e não governamentais e moradores a iniciarem no ano de 1999 um movimento de busca da proteção da natureza e das comunidades tradicionais locais, sendo criadas após diversas lutas e reivindicações as primeiras áreas do Mosaico de Unidades de Conservação da Terra do Meio, Pará. Com a criação das áreas protegidas, diversas atividades de fiscalização começaram a ser planejadas e realizadas culminando na expulsão de ocupantes ilegais (fazendeiros, grileiros, posseiros e madeireiros) e garantindo o direito a posse da terra pelas populações tradicionais habitantes da região.

Palavras-chave: Áreas Protegidas. Biodiversidade. Ribeirinhos.

¹Professora UFPA/Campus de Abaetetuba, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas/UFSC, mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável/UFPA.

²Professor UFPA/Campus de Abaetetuba, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/CISADE/FCE/UFRGS, mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável/UFPA.

1 INTRODUÇÃO

A região amazônica é tida como uma grande reserva da biodiversidade, não somente do Brasil, mas de toda a humanidade (SCHWEICKARDT, 2003; PORTO-GONÇALVES, 2005), portanto, considera-se que com o processo de povoamento e incorporação da Amazônia ao espaço nacional, principalmente a partir da década de 1970 (ALBERT, 1992; BECKER, 2004), as populações tradicionais passaram “a fazer parte da racionalização burocrática e administrativa própria da estrutura estatal, mas sem o devido preparo para isso” (SILVA; SIMONIAN, 2015, p. 170).

Assim, as Unidades de Conservação³ surgem como uma alternativa ao desenvolvimento moldado pelas políticas anteriores⁴ que preconizavam a adaptação da natureza para satisfação de demandas de mercados econômicos, procurando, desse modo, romper com a visão dicotômica entre sociedade e natureza, uma vez que a própria legislação brasileira que rege sobre as Unidades de Conservação passou a valorizar determinadas atividades humanas, deixando subentender que os seres humanos e a natureza podem manter relações mais integradoras, sendo geralmente as populações tradicionais residentes nestas áreas, promovedoras da conservação dos recursos naturais (CASTRO, 2013).

Diante disso, este trabalho objetiva refletir sobre as políticas de integração da Amazônia, com foco na região sudoeste do Pará, e os processos sociais, ambientais e políticos provenientes e resultantes das mesmas, relacionando os seus reflexos como possíveis “motivadores” ou “impulsionadores” para a criação das áreas protegidas do Mosaico de Unidades de Conservação da Terra do Meio, estado do Pará.

O artigo é fruto de uma pesquisa bibliográfica, onde foram realizados levantamentos preliminares de autores que escreveram sobre o tema. A técnica de coleta de dados foi o

³ No Brasil, as áreas protegidas incluem diversas categorias como terras indígenas (TI) e unidades de conservação (UC) que integram o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Essas últimas são divididas em dois grupos, conforme sua categoria de manejo: as unidades de Proteção Integral (Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Parque Estadual, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre) e as unidades de Uso Sustentável (Área de Proteção Ambiental, Área de Proteção Ambiental Estadual, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Floresta Estadual, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural e Reserva Extrativista).

⁴ Após 1964, o Estado brasileiro orientou-se para a formulação de políticas que estivessem diretamente relacionadas com a promoção do desenvolvimento e acumulação do capitalismo, a modernização das instituições econômico-financeiras e a industrialização. De acordo com Matias-Pereira (1997), o processo decisório relacionado a formulação de políticas públicas envolvia diversos segmentos da elite empresarial, nacional e estrangeira, a alta tecnoburocracia estatal e, inclusive, alguns segmentos da sociedade cooptados. No que corresponde ao processo de desenvolvimento e ocupação da Amazônia, as decisões do Estado, colaboraram para o surgimento de políticas públicas, cujos critérios e normas eram desconhecidos pela maior parte da população, cuja direção estava para o atendimento de interesses e conveniências de grupos influentes, que por elas se beneficiavam.

fichamento em livros, teses, dissertações e artigos de periódicos, com o objetivo de realizar um estudo exploratório. Logo após foram analisadas e interpretadas as informações, de modo que a literatura foi agrupada, sobressaindo os autores que realizam pesquisas relacionadas aos processos de povoamento da Amazônia bem como a criação de áreas protegidas, especialmente as Reservas Extrativistas.

2 OCUPAÇÃO REGIONAL DA TRANSAMAZÔNICA E ALTAMIRA: POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA E DOMINAÇÃO DA NATUREZA

A ocupação da Amazônia, sobretudo em suas áreas de fronteira agrícola, traz consigo um histórico de utilização de lógicas de exploração do meio natural altamente predatórias, o que refletiu em impactos de grandes dimensões, como por exemplo, grandes porções de florestas desmatadas, queimadas, rios e igarapés assoreados, implantação de pastagens extensivas, degradação de solos, entre outros. Esses efeitos são resultantes da ação antrópica na região, principalmente, a partir dos ciclos econômicos da borracha e do ouro, bem como das políticas de incentivo ao povoamento e migração, concomitante à implantação de obras de grande infraestrutura. Estas últimas, se desenvolvendo em maior quantidade, sobretudo, a partir dos anos de 1960.

Após o golpe militar de 1964, a Amazônia passou a ser alvo de intensa política de desenvolvimento econômico a partir da ocupação demográfica (ALBERT, 1992). A imagem de Amazônia divulgada pelo governo neste período era de uma nova “terra de oportunidades”, a espera de ousados aventureiros que viessem desbravá-la, celebrando o domínio dos homens sobre a natureza, simbolizada pela motosserra e por grandes obras como a rodovia Transamazônica (OLIVEIRA, 2005).

Essa política inspirada pelo lema de segurança nacional desencadeou nos anos 1960 e 1970 em consecutivos planos regionais⁵, como a Operação Amazônia, o Plano de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), que tinham como objetivos: desenvolver a infraestrutura regional através da construção de estradas, aeroportos e fortalecimento das telecomunicações; conceder incentivos fiscais e linhas de crédito a fim de atrair grandes empresas para a região; abrir e

⁵ De acordo com Normand (1991, p. 165) “as populações nativas, tanto indígenas como ribeirinhas, foram esquecidas nestes planos, talvez por desconhecimento, pois nunca houve um censo populacional naquelas áreas rurais. Este fato condiz com o slogan reiterado sobre a densidade populacional da Amazônia: vazio demográfico”.

subsidiar programas de incentivo a colonização e implementar projetos de cunho mineral, florestal e agropastoril (ALBERT, 1992).

Um dos planos que teve maior repercussão foi a Política Nacional de Colonização da Amazônia, lançada em 1970 como parte do PIN, a partir da qual foram atraídas grandes levas de migrantes para a mesma. Esta política foi criada visando promover o povoamento da região já que esta era considerada um “vazio demográfico” e refletia também a necessidade de dar respostas aos problemas gerados pela seca no nordeste (OLIVEIRA, 1988), uma vez que era apresentada como uma válvula de escape para o nordeste super povoado e castigado pelas fortes secas (SMITH, 1977).

Dentre as estratégias para alcançar essas metas, destaca-se a construção da rodovia Transamazônica (BR-230), que teve como objetivo promover um elo de acesso à região a fim de aliviar o clima de tensão causado pelas disputas por terra que se multiplicavam em várias regiões do país, já que o governo não se propunha a realizar a reforma agrária há muito demandada (SCHWEICKARDT, 2003). Além disso, tinha como objetivo funcionar como estratégia de desenvolvimento e segurança nacional, visando combater supostos planos de internacionalização da Amazônia (OLIVEIRA, 1988), pois na visão do governo militar, a região era alvo de grandes perigos devido a cobiça internacional em função da sua riqueza em recursos, principalmente minerais (SMITH, 1977).

O Estado na região atuava sob a figura do INCRA, que se propôs a promover uma colonização à beira da rodovia Transamazônica, estabelecendo loteamentos para aqueles que chegavam. No entanto, com o passar do tempo, em decorrência da falta de capacidade logística e operacional do INCRA que não teve mais condições de monitorar e subsidiar a grande quantidade de migrantes que chegavam, visto que além dos migrantes subsidiados pelo governo, começaram a chegar à região outras famílias, que atraídas pela grande quantidade de terras disponíveis, foram por conta própria, não recebendo qualquer tipo de incentivo do Estado, processo que foi chamado de migração espontânea. Sobre esse processo, Conceição (2001), discorre que se caracterizou como ação colonizatória própria, onde os fluxos se deram principalmente para áreas de fronteira e para as adjacências dos grandes projetos, o que provocou diversos conflitos fundiários.

Dentre os projetos de colonização⁶, o que ficou mais famoso e era considerado pelo governo como “vitrine” para os demais foi o Projeto Integrado de Colonização - PIC

⁶ “Em 1970, foram criados três Projetos Integrados de Colonização (PICs) em áreas cortadas pelas rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém”. Nessas áreas foram estabelecidos os PICs de Marabá, Altamira e Itaituba.

Altamira, “que era uma faixa de terra com largura de 20 a 24 km, atravessada no meio pela Transamazônica, com extensão de 480 km (240 km para cada lado a partir da cidade de Altamira)” (HAMELIN, 1992, p. 167). A rodovia Transamazônica servia como “espinha dorsal”, sendo que a cada 5 km de distância eram abertas estradas vicinais com uma extensão de 10 a 12 km, nas margens das quais eram demarcados lotes de terra de 100 ha (OLIVEIRA, 1988; HAMELIN, 1992; BECKER, 2001). Entretanto, o projeto só foi efetuado no trecho situado a oeste de Altamira, em direção a Itaituba, onde foram construídas agrovilas, postos de saúde e escolas.

Juntamente com a política de colonização, o Estado lançou mão da política de incentivos fiscais, o que impulsionou a entrada de muitas empresas nacionais e internacionais na Amazônia que, subsidiadas pelo governo por meio da isenção de impostos, passaram a atuar na região. De acordo com Oliveira (1988), a partir da adesão do empresariado à operação de governo deu margem para o surgimento dos processos de expropriação das terras indígenas, terras de posseiros, florestas, recursos minerais, isto é, a Amazônia em sua totalidade.

Esses modelos de ocupação impulsionados pelo lema de desenvolvimento e integração divulgado pelo governo estavam ligados à lógica do processo de expansão e reprodução do capital. Assim, a integração da Amazônia não estava somente relacionada ao preenchimento de um suposto vazio demográfico, mas também à busca de crescimento econômico (OLIVEIRA, 1988). Para muitos a busca desse crescimento se deu através da exploração intensiva dos recursos naturais, pois entre as pessoas que chegaram à região atraídas pelos *slogans* propagandistas do governo, estavam potenciais pecuaristas que mais tarde tornaram-se donos de grandes extensões territoriais, que foram em grande parte desmatadas para a criação extensiva de gado, implantação de monocultivos de cana-de-açúcar, cacau, pimenta-do-reino e café e outras atividades, que resultaram na destruição de grandes áreas da floresta amazônica, aliados ao surgimento de diversas serrarias que se dedicavam a exploração de madeiras nobres como o cedro (*Cedrela fiailis* Vell.) e o mogno (*Swietenia macrophylla* King.) (SILVA, 2010).

Desse modo, percebe-se que sob esta ótica, pensava-se em um desenvolvimento por meio da apropriação e controle da natureza, onde os seres humanos e a natureza ocupavam distintos papéis, o de explorador e o de objeto a ser explorado, respectivamente. A natureza estava a serviço do homem, que oportunamente podia dispor dos seus recursos. Assim,

As ações do INCRA, nessa fase, também se fizeram presentes em outros PICs na sua maioria em Rondônia (MATIAS-PEREIRA, 1997, p. 79).

homem e natureza estavam em campos opostos, e o primeiro acreditava estar controlando o segundo, que para ele possuía recursos inesgotáveis.

Muitas das famílias de migrantes (colonos ou posseiros) passaram por intensas dificuldades, pois chegaram a uma região cujo clima, ecossistemas, topografia e doenças tropicais eram para eles desconhecidas. Diversas dessas famílias tiveram que adentrar as áreas de floresta densa e desenvolver atividades baseadas na exploração dos recursos naturais por meio de distintos tipos de uso do solo, como a agricultura, pecuária, extrativismo e exploração madeireira (SILVA, 2010).

Além da ocupação geopolítica por diversos atores do nordeste e centro-sul brasileiro, os lugarejos ou pequenas cidades da região cresceram econômica e espacialmente, como é o caso de Altamira (SILVA, 2007), a qual passou por dois momentos históricos distintos que tiveram grande influência na formação de seus habitantes. Pode-se dizer que, como em diversas cidades amazônicas, Altamira teve, durante algum tempo, sua economia baseada na borracha durante dois ciclos, que atraíram diversos nordestinos à região. Foi, neste contexto que surgiram as primeiras povoações não-indígenas nas áreas onde hoje estão estabelecidas Unidades de Conservação.

Além disso, a partir de 1970, novamente, por intermédio do governo federal, o município serviu como porta de entrada para o povoamento regional, o que atraiu não somente novos habitantes, como também, grandes empresas, fazendeiros e grileiros, atores estes que, devido ao uso intenso que faziam dos recursos naturais, tiveram grande influência para ação de habitantes locais e movimentos sociais em prol da criação de áreas protegidas, como será contextualizado adiante.

3 CONTEXTUALIZANDO A CRIAÇÃO DO MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA TERRA DO MEIO

Mesmo após uma intensa dinâmica de exploração dos recursos naturais, impulsionada pelos processos de povoamento e integração da Amazônia, algumas áreas de influência da Transamazônica permaneceram praticamente alheias a este processo. Dentre elas, uma região que abrange parte dos municípios de Altamira, São Félix do Xingu e Trairão, onde permanece uma área considerável de floresta “protegida de uma colonização mais agressiva graças ao

difícil acesso e à presença de populações tradicionais”⁷. Essa área é conhecida, atualmente, como Terra do Meio⁸ (SILVA, 2010, p. 22).

A região da Terra do Meio passou por diversos processos que resultaram na configuração do lugar e na formação de sua população. A região está localizada entre os eixos rodoviários Cuiabá-Santarém (BR-163), à oeste; Transamazônica (BR-230), ao norte; e BR-158, à leste (Figura 1), estradas estas, planejadas e construídas nas décadas de 1970 e 1980, visando integrar as regiões consideradas “isoladas” àquelas industrializadas do sul e sudeste brasileiros.

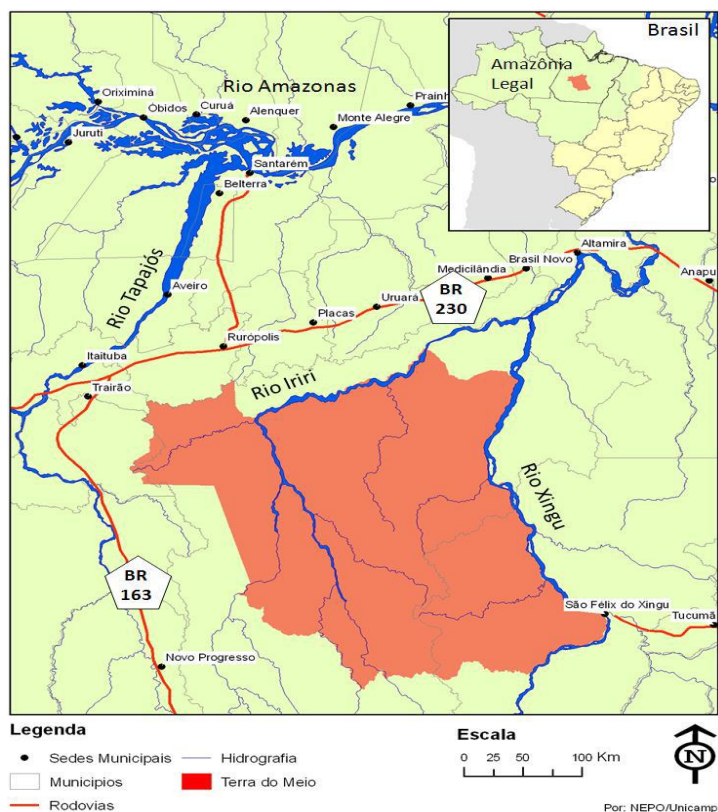


Figura 1 - Mapa da Terra do Meio com as áreas de influência dos eixos rodoviários formados pelas BR-163, BR-230 e BR-158 (entre São Félix e Tucumã).
Fonte: NEPO/Unicamp apud Dagnino et al. (2010).

A Terra do Meio começou a ser ocupada por populações não-indígenas no final do século XIX, se tornando um importante centro de exploração de produtos extrativistas como

⁷ De acordo com Velásquez; Boas; Schwartzman (2006), o *status* adquirido pela Terra do Meio como uma área relativamente conservada deve-se também a força de atuação dos movimentos sociais sediados, principalmente, no município de Altamira, em virtude destes se preocuparem tanto com o futuro dos produtores rurais nas áreas de colonização da rodovia Transamazônica, como, também, com o futuro da bacia do rio Xingu e da floresta Amazônica.

⁸ A Terra do Meio localiza-se no sudoeste do estado do Pará, no interflúvio Xingu – Iriri, representa 6% das terras do estado e abrange 38,62% do território do município de Altamira, 19,25% de São Félix do Xingu e uma pequena porção de Trairão, municípios que se desenvolveram ao longo das rodovias BR 163 – Cuiabá-Santarém – e da BR 230 – Transamazônica (VELÁSQUEZ; BOAS; SCHWARTZMAN, 2006).

seringa, caucho (*Castilla ulei*) e castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa* H.B.K.). Nesse período, a exploração de borracha ocupou toda a região⁹, avançando ao longo dos rios, de acordo com o modelo clássico de patronagem e aviamento¹⁰. Este modelo de ocupação se manteve também durante o segundo ciclo da borracha, induzido pela Segunda Guerra Mundial e em algumas localidades da Amazônia ainda permanece até os dias atuais. Esta fase intensificou o processo migratório para a Amazônia e fez com que diversos migrantes, principalmente oriundos do Nordeste, adentrassem a região a procura de emprego. Estes migrantes ficaram conhecidos como “soldados da borracha”. A partir de 1960, paralelamente a extração do látex, os moradores realizavam a colheita de castanha durante o inverno. A partir de 1950 a região teve sua economia marcada pelas atividades de garimpo e pelo intenso tráfico de peles, provenientes das caças de “gato”¹¹. No entanto, com a proibição das atividades de caça e comércio de animais silvestres pelo novo Código Florestal de 1965 e pela Lei de Proteção à Fauna, de 1967, a caça aos “gatos” foi proibida na região (SILVA, 2010).

Em 1971, com os projetos de colonização e com os projetos de incentivos fiscais para a Amazônia, a chegada de migrantes e empresas estava em pleno vapor, o que refletiu em uma enorme expansão de frentes especulativas à procura por terras devolutas às margens das rodovias federais, promovendo um verdadeiro caos fundiário nestas regiões, uma vez que além dos migrantes subsidiados pelo Estado, chegavam também migrantes espontâneos, o que aumentou a disputa por terras, conforme já mencionado no tópico anterior. Assim, na região da rodovia Transamazônica, áreas distantes de suas margens como a Terra do Meio se transformaram em alvo de conflitos fundiários e de disputa por recursos naturais. Nem mesmo a dificuldade de acesso à Terra do Meio, que é feita principalmente por meio da extensa rede de rios e igarapés, impediu a migração para lá, mesmo que em pequena escala, principalmente em virtude da possibilidade de exploração das jazidas minerais locais (BRASIL, 2012).

⁹ De acordo com Normand (1991, p. 165), “essa penetração, por causa do aumento na demanda da borracha, cresceu em número e abrangência geográfica. Foi nessa procura por látex que o Iriri e o médio Xingu ganharam povoados e povoadores, cujas procedências incluíam o Nordeste, o Sul e o Centro-Oeste do Brasil, com o ocasional estrangeiro: espanhol, italiano, português...”.

¹⁰ Modelo de servidão por dívida, que perpetuou na Amazônia durante os ciclos da Borracha, e passou a regular as relações sociais dos trabalhadores dos seringais. “Ele se firmou como um modelo de relacionamento entre o trabalhador e o patrão derivado da dominação do tipo patrimonial. No aviamento, o núcleo da relação de trabalho parece se constituir em variações de um duplo sistema de crédito sem dinheiro, bancário e comercial, em que os juros são cobrados extorsivamente ao longo da cadeia de financiamentos que vai da casa exportadora de borracha ao trabalhador do seringal” (MARTINS, 1997, p. 98).

¹¹ Essa atividade pode ser compreendida como a retirada e o tráfico de peles, principalmente de ariranhas e felinos selvagens (SILVA, 2010).

O crescimento das cidades provocado pelo aumento populacional promovido na década de 1970 pela construção da rodovia Transamazônica trouxe juntamente com a leva de migrantes, diversos especuladores de terra e madeireiros, que aproveitaram para se estabelecer na região ao abrirem estradas e vicinais para retirada de madeira. Da rodovia principal (BR-230) partem estradas vicinais (travessões) em direção à Terra do Meio, facilitando a ocupação nesta região e o ingresso de grileiros, que por muito tempo coagiram os moradores locais (SILVA, 2010).

No período de colonização e abertura das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, concomitantemente ao período de crescimento da cidade de São Félix do Xingu, abriram espaço para a entrada na região da Terra do Meio do modelo de exploração do solo baseado na pecuária. A pecuária serviu como “escudo” para atividades ilegais como a grilagem de grandes extensões de terra e a exploração madeireira. A pressão advinda dos grileiros obrigou muitos ribeirinhos da Terra do Meio a se retirarem de suas áreas e a deslocarem-se para as periferias das cidades (PONTES JÚNIOR et al., 2004; BRASIL, 2012), o que pode ser interpretado como uma tentativa de entrada da fronteira para uma região mais isolada, habitada por populações tradicionais.

A crescente situação de conflitos fundiários e ambientais na região Transamazônica fez despertar no movimento social regional, coordenado pela Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), o interesse pela proteção das florestas visando o desenvolvimento sustentável, visto que a mesma já atuava em prol da busca de consolidação dos direitos das classes sociais menos favorecidas da Transamazônica. Os movimentos sociais, então, uniram-se a órgãos governamentais, organizações não governamentais (ONGs) e moradores da região em prol da proteção da natureza e das comunidades tradicionais. A partir de 1999 começou uma nova luta social que demandava a criação de áreas protegidas na região, com o objetivo de criar “um pulmão verde” dentro da Terra do Meio (SOUZA, 2006 apud BRASIL, 2012).

Em 2002, sob coordenação do Instituto Socioambiental (ISA), em parceria conjunta com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), com participação da FVPP e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), iniciou-se um estudo a pedido do Ministério do Meio Ambiente (MMA), visando respaldar tecnicamente a criação de um Mosaico de Unidades de Conservação na Terra do Meio (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2003).

De acordo com Dagnino et al. (2010), paralelamente a este estudo, o MMA publicou, em 2003, um relatório contendo as áreas prioritárias para a conservação no país. A parte do relatório com mapa (Figura 2) relacionado à região amazônica havia sido elaborado quatro anos antes, em 1999, durante uma reunião realizada na cidade da Macapá, sob coordenação de

ONGs como ISA, IPAM, Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), Conservation International (CI/Brasil).

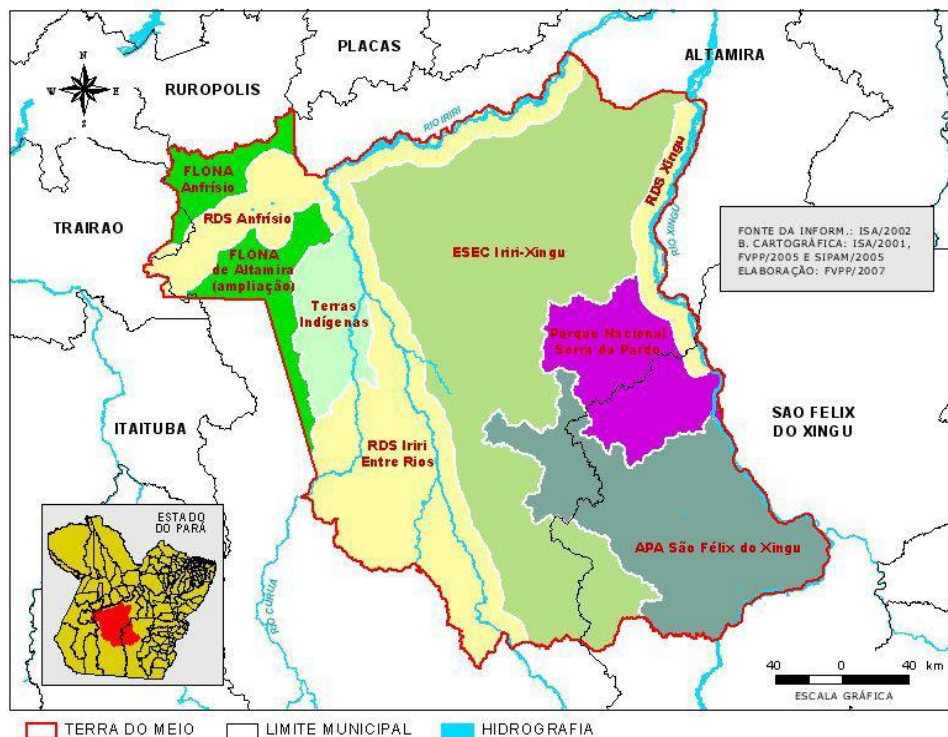


Figura 2 - Proposta inicial para criação do Mosaico de Unidades de Conservação da Terra do Meio. Fonte: SILVA (2007, p. 72).

Verifica-se que a proposta inicial passou por transformações relevantes, como aponta Silva (2007), pois, *a priori*, pensava-se em uma Floresta Nacional (FLONA) com dois possíveis nomes (Transamazônica ou Anfrísio), além de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) ou uma Reserva Extrativista (RESEX) e parte da área ao sul destinada à ampliação da FLONA Altamira, criada anteriormente.

Entretanto, em 2001, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) juntamente com o IMAZON elaboraram um mapa em que apresentaram como proposta contrária à criação do mosaico, a criação de um único tipo de UC, uma Floresta Nacional (a Floresta Nacional da Região do Iriti). Desse modo, “somada à Flona de Altamira, criada em 1988, e às duas Terras Indígenas, Kuruaya e Xipayá, criadas respectivamente em abril e dezembro de 2006, esse polígono seria uma enorme Flona e deveria ser criada em curto prazo por ser de alta prioridade” (MENEZES, 2001 apud DAGNINO et al. 2010, p. 6), conforme mostra a Figura 3. Contudo, tal proposta não foi adiante e readequações foram feitas pelos órgãos responsáveis pelo planejamento e pouco a

pouco o Mosaico obteve seu formato. Com a homologação das áreas, as UCs foram delimitadas conforme pode ser visualizado na Figura 4.

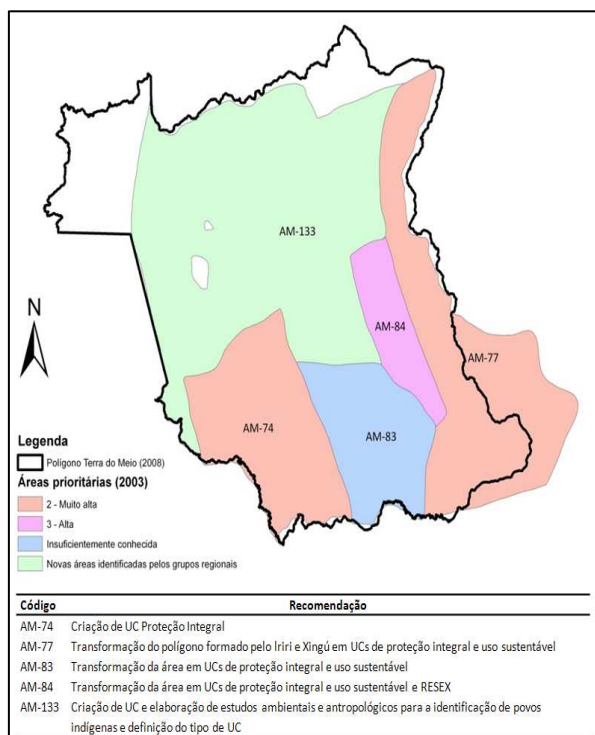


Figura 3 - Proposta de polígono da Terra do Meio sobreposto às áreas prioritárias para conservação do MMA.

Fonte: Dagnino et al. (2010, p. 7).

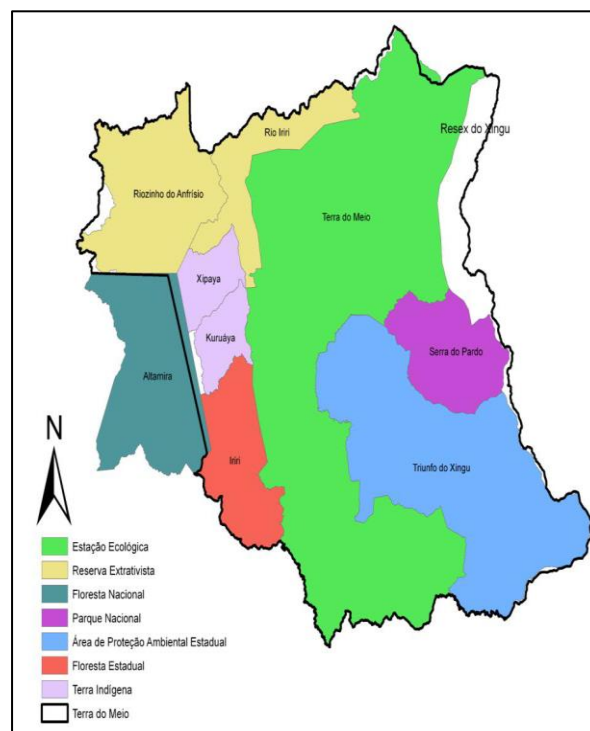


Figura 4 - Proposta final das Delimitações das Unidades de Conservação do Mosaico da Terra do Meio.

Fonte: Dagnino et al. (2010, p. 8).

A partir desse cenário podemos evidenciar que a atuação planejada de ONGs¹² e órgãos governamentais juntamente com moradores da região da Terra do Meio obtiveram resultados positivos. Em 2004, foram criadas as Reservas Extrativistas Riozinho do Anfrísio e Verde para Sempre (esta última localizada em área distante do mosaico) e juntamente com a criação dessas RESEXs aumentaram as ameaças aos dirigentes, religiosos, lideranças locais e ativistas que estavam empenhados em prol da conservação dos recursos naturais e da criação de um mosaico de unidades de conservação para a região. Em 2005, foram criados o Parque Nacional da Serra do Pardo e a Estação Ecológica da Terra do Meio e no ano seguinte, a RESEX do Rio Iriri.

Para alcançar o objetivo proposto para o Mosaico da Terra do Meio, faltava a criação de mais uma Unidade de Conservação e em 8 de novembro de 2004, após alguns estudos realizados pelos órgãos responsáveis, foi solicitada a criação da Reserva de Desenvolvimento

¹² De acordo com informações do Plano de Manejo da RESEX Rio Xingu, diversas ONGs estiveram direta ou indiretamente relacionadas com a criação do Mosaico de Unidades de Conservação da Terra do Meio e com a criação da RESEX Rio Xingu. Dentre as ONGs envolvidas, destacam-se: o ISA, o World Wildlife Fund (WWF), o GREENPEACE, a FVPP, a CPT e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Campo e da Cidade de Altamira (MMTCCA).

Sustentável (RDS Médio Xingu). Porém, em 2005, esta área passou a ser tratada como Reserva Extrativista, em documento do Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) encaminhado ao MMA (BRASIL, 2012).

Após vários manifestos e articulação entre instituições, ONGs, prefeitos e moradores da região, o MMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) reanalisaram a proposta e consideraram que a melhor categoria que contemplaria as necessidades da região seria uma Reserva Extrativista. Desse modo, em 5 de junho de 2008, por decreto do presidente Lula foi criada a Reserva Extrativista Rio Xingu, que considerava

o reconhecimento dos direitos e da proteção das populações tradicionais, a presença de espécies não madeiras economicamente importantes, como castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa* H.B.K), andiroba (*Carapa guianensis* Aubl), copaíba (*Copaifera* sp) e seringa (*Hevea brasiliensis* Willd), e a necessidade de garantir às populações o uso de 10 km das margens dos rios, considerado pelos estudos como área de influência das populações ribeirinhas, preservando o patrimônio arqueológico e conservando os ecossistemas e os recursos naturais (BRASIL, 2012, p. 17).

Com a criação das Unidades, diversas atividades de fiscalização começaram a ser planejadas e realizadas pelo governo federal, por meio de órgãos como o IBAMA, o ICMBio e a Polícia Federal (PF). De acordo com as informações do Plano de Manejo da RESEX Rio Xingu, no período compreendido entre 2002 e 2005 foram estabelecidas quatro fazendas no interior da Reserva. No entanto, o Ministério Público Federal (MPF) propôs ação à Justiça Federal para retirada imediata dos fazendeiros, visando a segurança das populações e das lideranças locais. Fazendeiros e grileiros foram acusados pelo MPF de ameaças aos moradores e lideranças das comunidades. Esse processo desencadeou na autuação de três fazendeiros pelo IBAMA devido aos grandes desmatamentos que promoviam na área.

Além de expulsar os ocupantes ilegais (fazendeiros, grileiros, posseiros e madeireiros), as fiscalizações objetivaram também a retirada de gado e limitar a entrada de novos usurpadores de terras, garantindo, desse modo, um processo de empoderamento das comunidades tradicionais, ao estabelecer seus direitos de ocupar e usar os recursos naturais, uma vez que:

até a criação das UCs, os grileiros entravam nas propriedades dos ribeirinhos, na sua maioria analfabetos, mostrando papéis falsos, através dos quais se identificavam como donos das terras que a população tradicional tinha ocupado por anos. Muitos moradores foram expulsos das suas terras ameaçados de morte, outros tantos fizeram acordos de venda a preços injustos e que nunca chegaram a ser pagos (SILVA, 2010, p. 99).

Desse modo, analisa-se que a criação das Unidades de Conservação da Terra do Meio, especialmente as Reservas Extrativistas, onde se permite o uso dos recursos naturais pelas populações locais, acabaram oferecendo a oportunidade de retorno para muitas famílias, outrora coagidas por grileiros a abandonarem seus lares. As RESEXs abriram a possibilidade dessas famílias retomarem seu modo de vida, baseado no extrativismo, na agricultura de subsistência, na pesca e na caça, agora, protegidas pela lei contra invasões de posseiros e grileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Terra do Meio, embora não tenha sofrido, *a priori* (1960-1970), grandes impactos decorrentes das políticas públicas de povoamento da Amazônia, a falta de controle do Estado quando da intensificação da migração, aliado a construção da rodovia Transamazônica (BR-230), facilitando o acesso a novas áreas, somado aos incentivos fiscais para o estabelecimento de empresas na região e a usurpação de terras por especuladores, madeireiros e grileiros que foram atraídos pelos slogans propagandistas parecem ter refletido, *a posteriori*, em intensa pressão fundiária, conflito por terras e ameaça aos modos de vida das populações tradicionais habitantes dessa região. Esse cenário de conflitos e incertezas para os habitantes da Terra do Meio levou os mesmos, junto a organizações governamentais e não governamentais a buscarem seus direitos de uso e garantia a terra, sendo estes atores preponderantes para que parasse a pressão sobre os recursos naturais e modos de vida das famílias locais.

Tal conjuntura leva a refletirmos sobre os processos contraditórios das políticas públicas brasileiras, e a falta de políticas de Estado e não de governo, pois no caso da Amazônia as ações estatais iniciais favoreceram e fomentaram a visão da natureza como empecilho ao desenvolvimento e, mais recentemente, muito provavelmente em função das pressões de movimentos ambientalistas e sociais, os discursos e políticas se redirecionaram para garantir, minimamente, a proteção dos recursos naturais ainda existentes, sendo as Unidades de Conservação a materialização dessa demanda. Contudo, resta saber qual a perenidade desses instrumentos de proteção ambiental e *modus vivendi* de populações tradicionais que os habitam, considerando que a conjuntura política e a história mostram que as ações estatais se modificaram bastante e em muito pouco tempo.

REFERÊNCIAS

- ALBERT, B. Terras indígenas, política ambiental e geopolítica militar no desenvolvimento da Amazônia: a propósito do caso Yanomami. In: LÉNA, P.; OLIVEIRA, A. E. (Orgs.). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. 2. ed. Belém: CEJUP; Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992. p. 37-58. (Coleção Eduardo Galvão).
- BECKER, B. K. Revisão das Políticas de Ocupação Amazônica: É Possível identificar Modelos para projetar Cenários? **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 12, n. 12, p. 135-159, set. 2001.
- BRASIL. Plano de Manejo da Reserva Extrativista Rio Xingu. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 164 p. 2012. Aprovado pela Portaria nº 62, de 18 de maio de 2012. Brasília: DOU de 21/5/2012. Disponível em:<<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/PM-RESEX-Rio-Xingu-2012.pdf>>.
- CASTRO, R. R. A. Comunidades tradicionais e unidades de conservação no Pará: a influência da criação da Reserva Extrativista Rio Xingu - Terra do Meio, nos modos de vida das famílias locais. 167 f. Belém, Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, UFPA, 2013.
- CONCEIÇÃO, M. F. C. Populações tradicionais, sociabilidade e reordenação social na Amazônia. In: COSTA, M. J. J. (Orgs.). **Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2001, p. 141-164.
- DAGNINO, R. S. et al. A ação dos atores envolvidos no processo de criação de Unidades de Conservação na região da Terra do Meio (Estado do Pará). ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 5, 2010, Florianópolis – SC. **Anais...** Florianópolis: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2010.
- HAMELIN, P. O fracasso anunciado. In: LÉNA, P.; OLIVEIRA, A. E. (Orgs.). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. 2. ed. Belém: CEJUP; Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992. p. 161-176. (Coleção Eduardo Galvão).
- MARTINS, J. S. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão. In: MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 79-112.
- MATIAS-PEREIRA, J. O processo de ocupação e de desenvolvimento da Amazônia: a implementação de políticas públicas e seus efeitos sobre o meio ambiente. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 134, n. 34, p. 75-85, abr./jun. 1997.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Estudos preliminares e formulação de uma proposta técnica para a implantação de um mosaico de Unidades de Conservação no Médio Xingu.** Instituto Socioambiental: São Paulo. 2003.

NORMAND, A. M. K. A força da água – para onde, para quem vai?. In: HEBETTE, J. (Org.). **O cerco esta se fechando.** O impacto do grande capital na Amazônia. Rio de Janeiro: Vozes/Fase/NAEA/UFPR, 1991, v. 01, p. 163-175.

OLIVEIRA, A. U. **Integrar para não entregar:** políticas públicas e Amazônia. Campinas, SP: Papyrus, 1988. 107 p.

OLIVEIRA, A. U. BR-163 Cuiabá-Santarém: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: TORRES, M. (Org.). **Amazônia Revelada:** os descaminhos ao longo da BR-163. 1. ed. Brasília: CNPq, 2005, v.1, p. 67-183.

PONTES JUNIOR, F.; CASTRO, E.; ARAÚJO, R.; MENEZES, M. A. **Terra do Meio:** Poder, Violência e Desenvolvimento. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação, 2004, 35 p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

SCHWEICKARDT, K. Reforma Agrária e política ambiental na Amazônia: encontros e desencontros. In: ESTERCI, N.; VALLE, R.S.T. (Orgs.). **Reforma Agrária e Meio Ambiente.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003. p. 81-87.

SILVA, J. B.; SIMONIAN, L. T. L. População tradicional, reservas extrativistas e racionalidade estatal na Amazônia brasileira. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 33, p. 163-175, abr. 2015.

SILVA, M. R. **Estratégias de conservação da floresta amazônica brasileira:** importância das unidades de conservação e das florestas privadas na redução do desmatamento. 2010. 115 f. Dissertação (VIII Maestría en Conservación y Gestión del Medio Natural) - Universidad Internacional de Andalucía, Espanha, 2010.

SILVA, P. A. **Contextualização Sócio-Ambiental da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio: um estudo de caso – Altamira, PA.** 2007. 231 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais) – Universidade Federal do Amazonas, 2007.

SMITH, N. O modelo brasileiro de assentamento na rodovia Transamazônica: agrovilas, agrópolis e rurópolis. **Cadernos do NAEA**, n. 4, p. 71-79, 1977.

VELÁSQUEZ, C.; BOAS, A. V.; SCHWARTZMAN, S. Desafio para a gestão ambiental integrada em território de fronteira agrícola no oeste do Pará. **RAP**, Rio de Janeiro, 40(6), p. 1061-1075. 2006.

AGRICULTURA FAMILIAR E MANEJO DE RECURSOS NATURAIS NA BACIA HIDROGRÁFICA PIANCÓ-PIRANHAS-AÇU

Roberto de Sousa Miranda¹
Aldo Manoel Branquinho Nunes²
Laiany Tássila Ferreira³

RESUMO

O presente trabalho teve por finalidade analisar as práticas agropecuárias e de manejo dos recursos naturais realizadas nas comunidades ribeirinhas de sete municípios localizados na Bacia Hidrográfica Piancó-Piranhas-Açu, na porção referente ao Estado da Paraíba. A atenção dirigiu-se em compreender como as estratégias produtivas dos agricultores muitas vezes entram em contradição com as exigências legais de preservação e conservação da natureza, processo que foi interpretado como gerador de conflitos ambientais. Os procedimentos metodológicos consistiram na formulação de um perfil agrário e agrícola regional a partir de consulta ao Sistema IBGE de Recuperação Automática para mensurar a participação da agricultura familiar no quadro produtivo local e na realização de entrevistas, a fim observar as práticas produtivas frente às limitações impostas pela legislação ambiental vigente, no que concerne às Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal. Os resultados demonstraram que a escolha dos indivíduos em descumprir a legislação ambiental insere-se num quadro complexo que envolve ineficiência das medidas de fiscalização e reconhecimento dessas áreas, por parte dos agricultores, como sendo as mais propícias à produção.

Palavras-chave: Conflitos Ambientais; Estratégias Produtivas; Legislação Ambiental.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é vista por boa parte da academia dedicada ao estudo do meio rural como um segmento que desenvolve práticas ambientalmente “mais corretas” se comparadas com as estratégias produtivas desenvolvidas pela agricultura não familiar. No entanto, é comum ocorrer por parte de agricultores familiares descumprimentos ou não adequações às normas ambientais, o que não significa dizer que não possuam consciência ou práticas ambientalmente adequadas.

Alguns trabalhos, como os de Cunha, Silva e Nunes (2008), Cunha, Nunes e Miranda (2006) e Nunes (2008), interpretaram as contradições e o uso efetivo dos recursos naturais como conflitos ambientais e demonstraram casos em que agricultores familiares, eventualmente, descumpriam a legislação ambiental quando utilizavam as Áreas de

¹ Doutor em Ciências Sociais, Professor da Unidade Acadêmica de Ciências e Tecnologia Ambiental da UFCG, Pombal, PB, e-mail: robertosmiranda@yahoo.com.br.

² Doutor em Ciências Sociais. Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB, e-mail: varzeavermelha@bol.com.br

³ Engenharia Ambiental, Unidade Acadêmica de Ciências e Tecnologia Ambiental, UFCG, Pombal, PB, e-mail: laianyassila@hotmail.com.

Preservação Permanente (APPs) e Áreas de Reserva Legal (ARLs)⁴ para plantar culturas alimentares e criar animais, mas que em relação a outras normas, no que se referem ao manejo madeireiro das ARLs e da proibição de caça, pesca e queimadas tinha uma gestão muito eficiente.

A legislação ambiental possui medidas de proteção e preservação do meio ambiente como as APPs e ARLs, que podem ser vistas como barreiras pelos agricultores familiares, por reduzir os espaços tradicionalmente destinados à agropecuária (margens de rios, vazantes de açudes, “mangas”⁵ e pastagens naturais), o que limita a produção familiar nas propriedades (RIBAS *et. al.*, 2007). Nesse sentido, surgem conflitos entre as leis de proteção e preservação ambiental e os agricultores familiares que não aceitam os requisitos impostos no que concerne ao uso das APPs e das ARLs, por considerarem essas áreas (especialmente em relação às APPs) como as mais apropriadas para produção, devido à fertilidade e fácil acesso à água.

Diante disto, o presente trabalho teve como principal objetivo analisar as estratégias de produção agropecuária e de gestão ambiental adotada pelos agricultores familiares do Sertão Paraibano, localizados na Bacia Hidrográfica Piranhas-Açu; problematizar os constrangimentos e as soluções que os agricultores familiares desenvolvem para enfrentar e conviver com os mecanismos de preservação e conservação da natureza previstos na legislação ambiental vigente, especialmente no que diz respeito às áreas de preservação permanente e de reserva legal.

Para tanto, expõe-se, do ponto de vista legal e teórico, a relação entre o as exigências legais de preservação e conservação da natureza e o conceito de agricultura familiar. O novo Código Florestal Brasileiro, instituído pela Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012, é quem define os requisitos de proteção e preservação do meio ambiente, estabelecendo diversas maneiras para atingir tais medidas, fazendo uso de regulamentações e conceitos, onde no artigo 1º da referida lei, é ressaltado que:

Art. 1º A Esta Lei estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos. (BRASIL, 2012).

⁴ A legislação ambiental em vigor isenta os agricultores familiares da obrigatoriedade das ARLs, com exceção dos que estão em áreas de assentamento rural, por isso análise desses dois dispositivos legais em estabelecimentos agropecuários familiares.

⁵ Nos estados de Pernambuco e Paraíba entende-se por “mangas” as áreas de mata (caatinga) relativamente preservadas que são utilizadas como reserva de pastagens para animais criados em sistema extensivo ou semi- intensivo.

Para melhores esclarecimentos, alguns conceitos são elucidados no artigo 3 da referida lei:

Art. 3º (...)

II - Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;
III - Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa; (BRASIL, 2012).

A legislação ambiental é fundamental para regular as relações socioambientais e garantir a conservação da biodiversidade e a proteção da flora e da fauna. Contudo, o processo de elaboração do Novo Código Florestal Brasileiro não foi pautado em uma discussão ampla com os setores da sociedade afetados diretamente pela legislação, especialmente os grupos sociais de baixa representatividade no Congresso Nacional, agricultores familiares e ambientalistas. O resultado desse processo foi geração de conflitos a partir de uma “conscientização ecológica” vertical, derivada dos interesses distintos (PEREIRA, 2013).

Os agricultores familiares, são assim conceituados, por dispor de uma renda proveniente principalmente da agropecuária, onde prevalece a mão-de-obra familiar, e por possuir uma área igual ou inferior a quatro módulos fiscais (DUVAL *et al.*, 2015). No entanto há a necessidade de modificações e incentivos por intermédio das políticas públicas, visando uma consolidação das bases familiares para incentivar as práticas agropecuárias e a manutenção da família no campo (WANDERLEY, 2003).

Do ponto de vista legal-institucional tem-se a Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, define o agricultor familiar, onde no artigo 3º estabelece que:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006).

Os agricultores familiares são reconhecidos pela produção de diferentes tipos de produtos fundamentais não só para alimentação da própria família, mas também para a população em geral, ao disponibilizar esses produtos para o mercado, sendo, portanto, uma categoria de grande importância para a segurança alimentar e a preservação da natureza (FINATTO; SALAMONI, 2008). Além disso, a agricultura familiar contribui para a geração de emprego e pode ser considerada um fator importante para a redução do êxodo rural e para a geração de riquezas na economia nacional (GUILHOTO *et al.*, 2007).

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), instituído pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, destaca que a agricultura familiar é a principal fornecedora de alimentos para assegurar o direito de todo indivíduo a possuir uma alimentação adequada e estabelecer a origem dos alimentos que serão distribuídos para a população:

Art. 4º A segurança alimentar e nutricional abrange:

I – a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda. (BRASIL, 2006).

Assim sendo, fica estabelecido na legislação brasileira que os produtos provenientes do trabalho dos agricultores de cunho familiar como um dos pressupostos para garantir a segurança alimentar e nutricional da população. A produção agrícola familiar possui papel primordial na produção de alimentos fundamentais para a população, no entanto, fazer agricultura gera inúmeros desafios, por vezes impostos ao meio ambiente, e para combatê-los é necessário adquirir novos conhecimentos sobre o ambiente, em aspectos físicos, biológicos e humanos (ASSAD; ALMEIDA, 2005).

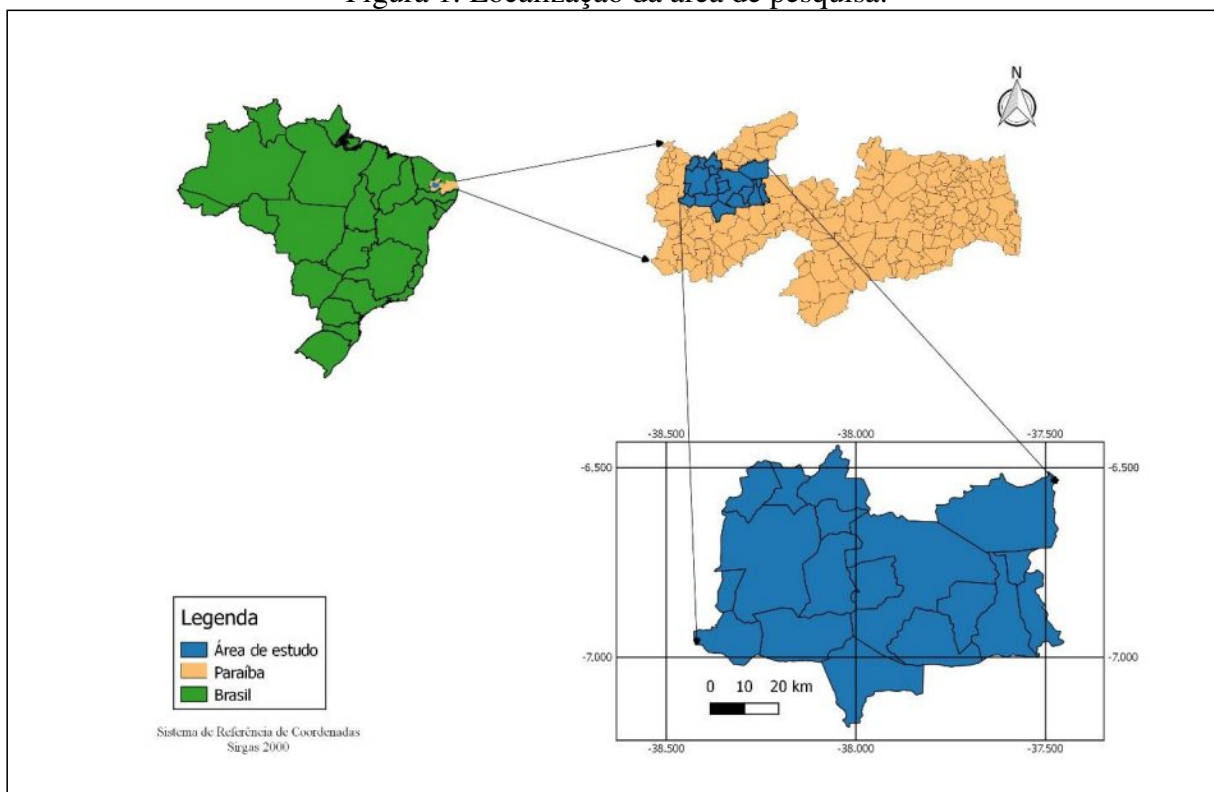
MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa⁶ foi realizada na Mesorregião do Sertão Paraibano, nas Microrregiões de Piancó e Sousa (ver Figura 1), contempladas pela Bacia Hidrográfica Piranhas-Açu que possui 7.509 estabelecimentos agropecuários, sendo 6.333 de agricultores familiares e 1.176 de agricultores não familiares, ocupando áreas de 139.030 ha e 181.503 ha, respectivamente.

⁶ Se insere em uma pesquisa “Análise da relação entre agricultura familiar e políticas de proteção e preservação ambiental no semiárido nordestino” financiada pelo Edital Universal do CNPq, Chamada 14/2014.

(IBGE, 2006). Contudo, o trabalho de campo propriamente dito se concentrou nos municípios que concentram o maior número de agricultores familiares nas margens dos rios Piancó e Piranhas: Aparecida, Cajazeirinhas, Coremas, Nazarezinho, Paulista, Pombal e Sousa.

Figura 1. Localização da área de pesquisa.



Fonte: Os autores.

O primeiro procedimento adotado foi a consulta ao Sistema IBGE de Recuperação de Automática, para sistematizar dados que permitissem a elaboração de um perfil acerca do quadro fundiário e das características da agricultura familiar dos municípios estudados. Para definir as comunidades ribeirinhas a serem estudadas se consultou os escritórios regionais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER-PB) que atendem os municípios pesquisados, em 2015, e a base cartográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para corrigir distorções nas localizações (IBGE, 2016).

Entre setembro de 2016 e agosto de 2017 foram realizadas visitas aos agricultores familiares das comunidades ribeirinhas e 91 entrevistas a partir de um roteiro semiestruturado, a fim de obter informações sobre: as principais fontes de renda, as práticas produtivas e de preservação ambiental, se utilizavam produtivamente as APPs e ARLs, o nível de compreensão a respeito da legislação ambiental, as soluções adotadas para conviver com as exigências de preservação e proteção do meio ambiente e a presença e atuação dos órgãos de fiscalização. As perguntas eram feitas de modo genérico e com linguagem simples para que os

agricultores tivessem total entendimento e se sentissem à vontade para falar com o máximo de detalhe possível sobre os temas abordados.

A partir das transcrições, o esforço se deu no sentido da produção de dados estatísticos, com base nas recorrências de respostas semelhantes, para a construção de gráficos e tabelas utilizadas na compreensão de relações socialmente inscritas no que se refere ao conhecimento da legislação ambiental e às ações de uso e manejo de recursos naturais, por parte dos agricultores e nos procedimentos de fiscalização e capacitação, por parte dos órgãos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os municípios pesquisados apresentam uma disparidade em relação à quantidade dos estabelecimentos agropecuários familiares quando comparados aos estabelecimentos agropecuários não familiares. Seguindo uma lógica nacional e estadual, a quantidade de estabelecimentos familiares é muito superior aos estabelecimentos não familiares, os números de estabelecimentos chegam a mais de 80% do total (em todos os municípios) na categoria pertencente à agricultura familiar (ver Tabela 1).

Tabela 1: Número de estabelecimentos agropecuários

REGIÃO	TOTAL	FAMILIAR		NÃO FAMILIAR	
Brasil	5.175.636	4.366.267	84,36%	809.369	15,64%
Nordeste	2.454.060	2.187.131	89,12%	266.929	10,88%
Paraíba	167.286	148.069	88,51%	19.217	11,49%
Município de Aparecida	229	185	80,79%	44	19,21%
Município de Cajazeirinhas	344	281	81,69%	63	18,31%
Município de Coremas	1.036	891	86,00%	145	14,00%
Município de Nazarezinho	290	264	91,03%	26	8,97%
Município de Paulista	927	812	87,59%	115	12,41%
Município de Pombal	1.297	1.072	82,65%	225	17,35%
Município de Sousa	1.033	862	83,45%	171	16,55%

Fonte: SIDRA/IBGE (2006).

No que se refere à área dos estabelecimentos, a realidade de alguns municípios estudados destoa um pouco da realidade nacional. Como se verifica no Tabela 2, no município de Nazarezinho, predomina a agricultura familiar no domínio sobre a terra, já no município de Pombal, ocorre uma espécie de equilíbrio entre a agricultura familiar e a não familiar. Esses dados sugerem que na microrregião, o setor/segmento da agricultura familiar é mais expressivo quando se compara com a realidade nacional e regional.

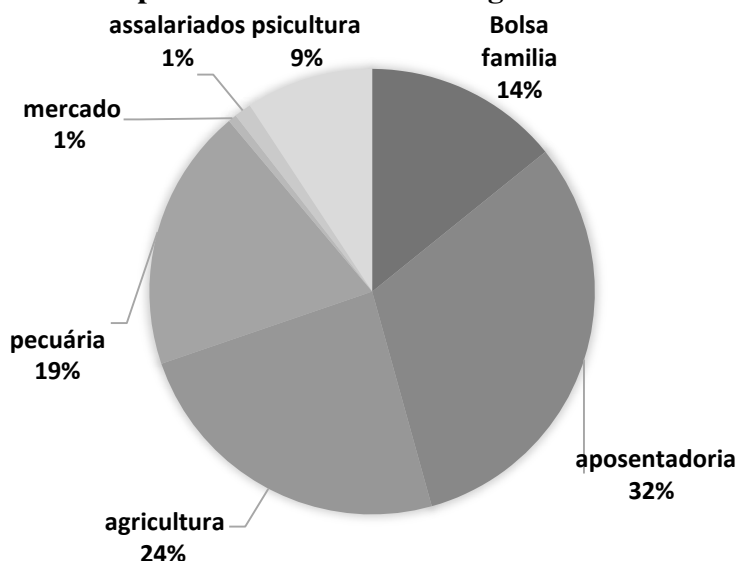
Tabela 2: Área dos estabelecimentos agropecuários (hectares e percentual)

REGIÃO	TOTAL	FAMILIAR		NÃO FAMILIAR	
Brasil	333.680.037	80.102.694	24,01%	253.577.343	75,99%
Nordeste	76.074.411	28.315.052	37,22%	47.759.359	62,78%
Paraíba	3.787.404	1.596.656	42,16%	2.190.749	57,84%
Município de Aparecida	13.673	5.673	41,49%	8.000	58,51%
Município de Cajazeirinhas	24.664	8.762	35,53%	15.902	64,47%
Município de Coremas	24.553	10.751	43,78%	13.803	56,22%
Município de Nazarezinho	6.764	4.625	68,37%	2.140	31,63%
Município de Paulista	44.176	20.614	44,66%	23.561	53,34%
Município de Pombal	66.640	33.067	49,62%	33.573	50,38%
Município de Sousa	34.578	11.561	33,44%	23.017	66,56%

Fonte: SIDRA/IBGE (2006).

Os agricultores familiares visitados eram em sua maioria, proprietários do estabelecimento agropecuário, representando 77% dos entrevistados, e uma pequena parte, equivalente a 23% do total eram arrendatários, moravam na propriedade sob as condições de cultivar e dividir a produção com os donos da terra. No Gráfico 1, pode-se observar quais as principais fontes de renda dos agricultores entrevistados, chamando atenção o fato de a maior parte da renda é proveniente de aposentadoria, o que evidencia a maior importância da aposentadoria na composição da renda em comparação com as atividades agrícolas. Esse aspecto pode ser inferido a partir da análise das entrevistas de modo a evidenciar um processo de substituição da fonte de renda familiar nos últimos 40 anos.

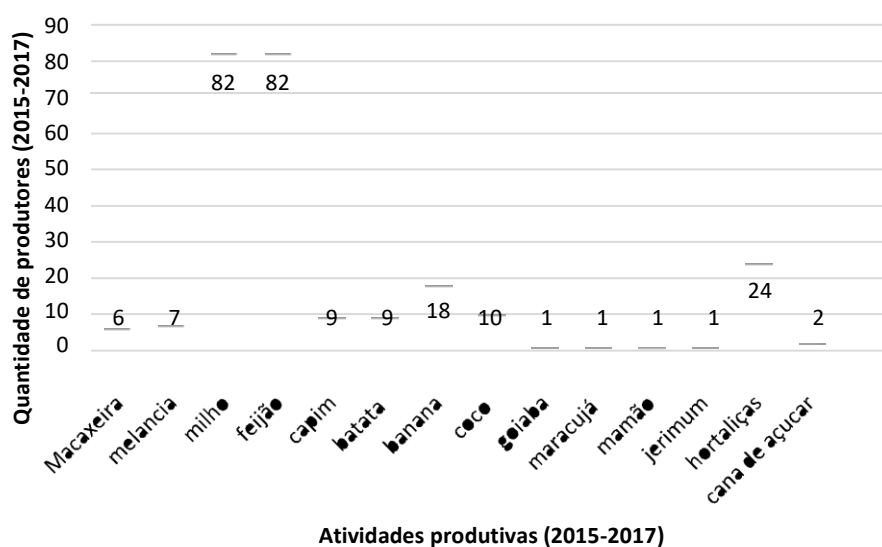
Gráfico 1: Principais fontes de renda dos agricultores familiares



Fonte: Os autores.

Com base nos relatos dos agricultores, foi possível obter dados quantitativos sobre as atividades produtivas das comunidades visitadas. No Gráfico 2, apresenta-se uma disparidade entre cultivo de milho e feijão, em relação aos demais tipos de cultivo. Essas duas culturas são predominantes nas comunidades foco do estudo, noventa por cento das famílias entrevistadas responderam que plantam milho e feijão com principais culturas. Esse aspecto provavelmente está relacionado com dois processos: (1) a conversão de agricultores familiares irrigantes em agricultores de sequeiro; (2) a introversão desses agricultores à subsistência.

Gráfico 2: Principais atividades produtivas.



Fonte: Os autores.

Nos relatos dos agricultores é comum a referência a um passado em que a irrigação era prospera e predominante. Assim, muitos agricultores reclamam de uma intensa redução da produtividade das culturas irrigadas no último período de grande seca (2011-2017). Os relatos tratam de conflitos entre os agricultores familiares e os agentes dos órgãos gestores dos recursos hídricos no Estado da Paraíba – Agência Executiva de Gestão de águas da Paraíba (AESA) e Agência Nacional de Águas (ANA) – que tem proibido, nesse período, a irrigação com água proveniente dos rios Piancó e Piranhas. Na fala abaixo o agricultor expõe sua insatisfação frente à proibição da prática de irrigação, o que o impossibilitava de fazer plantios e produzir capim para utilização na pecuária:

É claro que a gente se sente prejudicados, não pode mais fazer o plantio, nem plantar capim para os animais, pois eles não deixam aguar com a água do rio, só podemos esperar pela chuva. (Entrevista. Agricultor familiar).

Sobre o cumprimento ou não da legislação ambiental procurou-se, inicialmente, verificar o grau de conhecimento sobre um aspecto em particular, a existência da norma que trata das APPs e ARLs. Verificaram-se níveis de conhecimentos diferentes sobre o tema abordado: (1) 37% dos agricultores entrevistados não possuíam qualquer conhecimento a respeito de APP e ARL; (2) 33% sabiam sobre o que estava sendo explanado e; (3) 30% possuíam apenas conhecimento superficial que era proveniente de informações repassadas entre os próprios membros das comunidades rurais. Verifica-se que apenas um terço dos entrevistados conhecem efetivamente as normas e dois tercios ou não conhecem ou só conhecem superficialmente. Abaixo, no excerto da transcrição de entrevista, expõe-se o caso de um agricultor que tem um conhecimento superficial a respeito das APPs e ARLs.

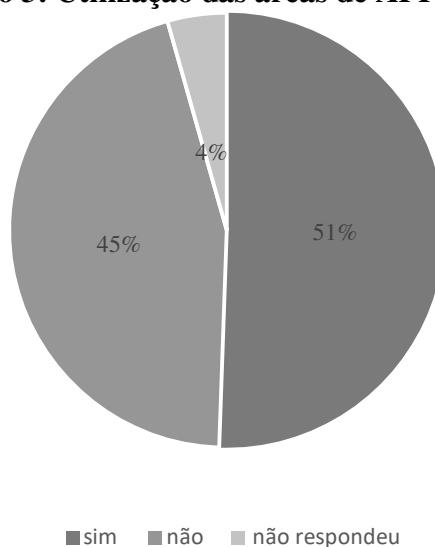
O que nós sabemos é que quando eles vierem fazer a medicação irão retirar um pedaço para preservação, neste caso para reserva. E a dificuldade pode aumentar. Por que as terras são pequenas e as terras são só para plantio mesmo. Nosso cultivo sempre foi pouco devido ao pequeno espaço de terra. Nós não tínhamos como tirar o Tabuleiro, plantávamos próximo aqui da casa. (Entrevista. Agricultor familiar, comunidade Almas).

Já em trecho da transcrição de outra entrevista, percebe-se o descontentamento do agricultor frente à legislação, e os efeitos negativos que a mesma pode ocasionar na sua produção. Percebe-se, nesse caso, que o produtor tem conhecimento da legislação, no entanto, não a vê como legítima, pois considera mais importante produzir nessas áreas legalmente protegidas do que cumprir a legislação.

Eles querem acabar com tudo, porque os esquemas que eles fazem é para acabar com tudo, acabar com o pouco que tem, ninguém pode colocar bomba dentro do rio. Eu nasci e me criei aqui e agora tem essa de não poder plantar perto do rio, e eu vou fazer o que? Vou entregar nas mãos de quem? Não é para plantar por quê? Não tem condições, a gente tem que plantar. (Entrevista. Agricultor familiar, comunidade Bilhar).

Nesse sentido, outro dado chama a atenção. Quando se analisa o Gráfico 3, percebe-se que 51% dos agricultores fazem uso das áreas legalmente protegidas, o que implica dizer que parte daqueles que conhecem (mesmo que só parcialmente) a legislação ambiental (63% do total de entrevistados) não respeita as limitações impostas pela lei. Em peso, nas falas dos entrevistados que conhecem a legislação, transmite-se a ideia de que as áreas próximas ao rio (APPs) são justamente as mais férteis e que, por isso, devem ser exploradas.

Gráfico 3: Utilização das áreas de APP e ARL.



Fonte: Os autores.

Em momento posterior, ao longo das entrevistas, foram repassadas pelo entrevistador, informações mínimas sobre as exigências e o significado das APPs e ARLs para averiguar a opinião dos agricultores sobre uma possível implementação, nas propriedades onde os mesmos residem. Verificou-se que 50% dos agricultores afirmaram que esta implantação prejudicaria a produção agropecuária por reduzirem o espaço disponível. Do restante dos entrevistados, 14% não responderam nada, e 36% afirmaram que as APPs e ARLs não prejudicariam a produção agropecuária a depender do tamanho da área disponível na propriedade para as atividades produtivas. Que significa dizer que, para esses agricultores, as propriedades pequenas ou com limitada quantidade de terra (agricultável e irrigável), a manutenção das APPs e ARLs não seria adequada.

Vários agricultores afirmam que só passaram a conhecer as APP e a ARL, quando tiveram que realizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR)⁷, que visa dentre seus objetivos determinar e delimitar as APPs e ARLs nas propriedades rurais. É o que se observa no trecho abaixo, onde também se verifica a insatisfação do agricultor com essas exigências que, segundo ele, limitam a produção familiar.

Conheço, já fiz o cadastramento ambiental rural, aqui tem um espaço de reserva, mas ainda não criou mato, eles deixaram separado, e tem outra parte perto do rio, mas as vezes precisamos dessa parte perto rio para trabalhar com vazante e acaba isso acaba prejudicando... essa área de reserva dá problema pois diminui o espaço

⁷ O Cadastro Ambiental Rural compõe a política de apoio à regularização ambiental que é executada de acordo com a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que criou o CAR em âmbito nacional e é regulamentado por meio do Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012.

para plantar, a terra já é pequena, e diminui ainda mais, já diminui a plantação. (Entrevista. Agricultor familiar).

A partir da realização das entrevistas, obtivemos dados que remetem à atuação (ou não atuação) do IBAMA e da EMATER-PB nas comunidades visitadas, no que se refere à transmissão de informações sobre a legislação ambiental vigente. Entre os agricultores familiares entrevistados, 72% relatam a inexistência, por parte do IBAMA, de qualquer ação de fiscalização do uso dos recursos naturais. Eles afirmaram que o IBAMA nunca visitou a comunidades.

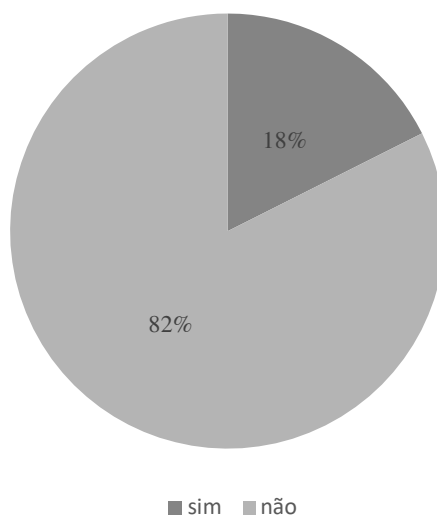
Apenas 26% dos entrevistados afirmaram que o IBAMA já prestou serviços de fiscalização, no entanto, em grande parte dos casos, essa fiscalização era destinada apenas a coibir à caça ilegal, a realização de queimadas, desmatamento e extração de areia, mas nunca para transmitir informações sobre a preservação e conservação das APPs e ARLs. Os 2% restantes absteve-se ao que estava sendo questionado, não fornecendo informações sobre as atividades realizadas pelo IBAMA na região.

Ao tratar da EMATER-PB, 52% dos entrevistados afirmam que nunca receberam qualquer tipo de assistência, 36% já receberam assistência técnica em algum momento, 8% relatam que a EMATER visita as comunidades apenas para cadastramento do seguro safra, e os 4% restantes abstiveram-se de responder ao que estava sendo abordado. Na fala abaixo transcrita, o agricultor expõe que a ação da EMATER-PB se limita a tratar do seguro safra e que nunca tratou, nas suas visitas, das APPs e das ARLs, além disso, afirma que sabe por ouvir dizer de seus pares sobre a proibição e da sanção que se impõe ao plantar nessas áreas.

Não. A EMATER só aparecia quando era para dar o Seguro Safra, mas nunca com orientação. E sobre a APP e ARL, só ouvi comentários, mas eles nunca apareceram aqui não, só sei que não pode desmatar perto do rio, 100m e não pode “brocar” para plantar uma roça se não vai e leva multa. (Entrevista. Agricultor familiar).

Os relatos a respeito do conhecimento sobre a legislação ambiental por parte dos agricultores podem estar relacionados com a ineficiência do IBAMA e da EMATER-PB no que concerne as orientações, fiscalizações e assistências no âmbito das áreas protegidas por lei. O Gráfico 3 confirma a ineficiência dos órgãos na transmissão de informações a respeito da legislação ambiental, quando expõe que 82% dos agricultores não receberam qualquer tipo de informação sobre as APPs e ARLs.

Gráfico 3: Informação do IBAMA ou da EMATER-PB sobre APPs e ARLs



Fonte: Os autores.

Por outro lado, apenas 18% dos agricultores afirma que já receberam informações sobre a preservação e conservação das APPs e ARLs. No trecho abaixo, um agricultor esclarece sobre a falta de assistência da EMATER e confirma a participação do IBAMA em fornecer informações gerais sobre as leis de proteção e preservação do meio ambiente. Ao mesmo tempo o agricultor deixa transparecer que está cumprindo a legislação ambiental, não por reconhecer a necessidade de preservar e conservar essas áreas, mas por temer as sanções previstas em lei.

O IBAMA já passou aqui avisando falando do desmatamento e estamos parando 100% com medo de multa. Nem “coivara” pode descer nessas “capoeiras” aqui. Antigamente nos desmatávamos bem “desmatadinho” para criar. Sendo que se a gente for pego pelo IBAMA não vamos ter condições de dá vinte mil no ano e paga quinze ou vinte para o IBAMA [...]. É difícil a EMATER vim aqui, quem vem sempre aqui é o IBAMA que passa uma lição aqui para gente. E vamos aprendendo e cumprindo a lei. Ninguém vai passar por cima da lei para se complicar. (Entrevista. Agricultor familiar).

Um fato preocupante presente na vida dos agricultores familiares, é a opinião dos mesmos frente a assistência destinada aos agricultores, como foi elucidado por um dos agricultores familiares entrevistados.

Qual a classificação que você dá para um agricultor? Porque para mim a agricultura está na estaca zero, porque a gente não tem mais ajuda do município, nem do estado e nem federal, estamos praticamente sozinhos, por isso que aconselho meus filhos para estudar e não seguir o rumo do pai, porque a agricultura está na estaca zero. (Entrevista. Agricultor familiar).

Deste modo, a falta de assistência disponibilizada pelos gestores fornece um cenário desfavorável aos pequenos produtores, que acabam abandonando a vida no campo, impedindo o repasse de seu conhecimento para as gerações futuras, e conseqüentemente, reduzindo o número de indivíduos voltados as práticas agrícolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse trabalho, foi possível concluir que os agricultores familiares ribeirinhos dos municípios estudados ou desconhecem ou não estão familiarizados com a legislação ambiental vigente, no que concerne as APPs e ARLs e que, como consequência desse desconhecimento, a maioria utiliza as áreas legalmente protegidas. Verificou-se também a insatisfação dos entrevistados quanto as APPs e ARLs, por afirmarem que a obrigatoriedade de conservar e preservar essas áreas reduz o espaço destinado a agropecuária, além de impossibilitar o cultivo agrícola nas áreas próximas ao rio, consideradas pelos agricultores como o local mais produtivo das propriedades.

Em relação ao descumprimento da legislação ambiental por parte dos agricultores familiares, pode-se verificar a existência de uma problemática que envolve a falta de informações repassadas pela EMATER e pelo IBAMA sobre as áreas legalmente protegidas, bem como a ausência de fiscalização nas APPs e ARLs. Além disso, fica evidenciado que alguns agricultores que possuem conhecimento sobre a legislação ambiental vigente, não deixaram de produzir nas áreas protegidas por lei. Assim, sugere-se que eles preferem infringir a lei a parar de produzir nessas áreas.

REFERÊNCIAS

ASSAD, M. L. L e ALMEIDA, J. Agricultura e sustentabilidade contexto, desafios e cenários. **Revista Ciência & Ambiente**, Santa Maria (RS), n. 29, p.15-30, jul./dez. 2004.

BRASIL. **Lei nº. 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em 12 jun. 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm>. Acesso em 28 set. 2016.

BRASIL. **Lei n. 12.651**, de 25 de Maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de

14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm> Acesso em 28 set. 2016.

CUNHA, L. H.; NUNES, A. M. B.; MIRANDA, R. S. Colapso e reconstrução dos regimes de propriedade e o manejo dos recursos naturais em áreas de assentamento. In: ENCONTRO DA REDE RURAL, 1., 2006, Niterói. **Anais...** Niterói: UFF, 2006.

CUNHA, L. H.; SILVA, J. I. A. O.; NUNES, A. M. B. A proteção da Natureza em assentamentos rurais e nas RPPN's: conflitos ambientais e processos de territorialização. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 27, n. 1, p. 80-96, jan./jun. 2008.

DUVAL, H. C.; FERRANTE, V. L. S. B.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Sobre o uso da teoria do campesinato na contemporaneidade; **Raízes**, v.35, n.1, 2015.

FINATTO, R. A.; SALAMONI, G. Agricultura Familiar e Agroecologia: Perfil da Produção de Base Agroecológica do Município de Pelotas/RS. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 20, p. 199-217, set./dez. 2008.

GUILHOTO, J. J. M; ICHIHARA, S. M; SILVEIRA, F. G; DINIZ, B. P. C; AZZONI, C. R; MOREIRA, G. R. C. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados. **Brasília: NEAD**, 2007.

IBGE. **Mapas**. Disponível em: <<http://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/mapas-municipais.html>>. Acesso em 13 maio de 2016.

NUNES, A. M. B. **A (re)pecuarização do semiárido nordestino**: reconversões produtivas entre agricultores familiares do Pajeú (PE). 2011. 202f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

PEREIRA, V. C. O novo código florestal brasileiro: dilemas da consciência ecológica em torno da proteção ambiental. **Ambiente & educação**, v. 18, 2013.

RIBAS, R. P; SEVERO, C. M; MIGUEL, L. A. Agricultura familiar, extrativismo e sustentabilidade: o caso dos “samambaieiros” do litoral norte do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 205-226, 2007.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, 2003.

ESTUDO COMPARATIVO DO PROCESSO DE INTENSIFICAÇÃO DO MANEJO DE AÇAIZAIS (*EUTERPE OLERACEA MART.*) NAS COMUNIDADES SANTO ANTÔNIO E ITAMIMBUCA, NO ESTUÁRIO AMAZÔNICO.

Rosileia da Costa Carvalho¹; Lívia de Freitas Navegantes Alves² e Ana Paula Dias Costa³

RESUMO

O açaí (*Euterpe oleracea mart.*) apresenta grande importância socioeconômica e cultural para populações ribeirinhas, além de fazer parte dos hábitos alimentares da população local assegura alimentação e produto para a comercialização, com a supervalorização do produto no mercado nacional e internacional a demanda cresce de maneira exponencial e o produto, que antes era voltado para autoconsumo, passou também a ser comercializado. No intuito de suprir a demanda e gerar renda, os ribeirinhos têm intensificado as práticas de manejo objetivando maior produção do fruto. Através de levantamento bibliográfico e realização de pesquisas de campo, este trabalho apresenta um estudo comparativo do processo de intensificação do manejo de açaizais em duas comunidades, Santo Antônio e Itamimbuca, no município de Igarapé Miri – Pará, uma das regiões de maior produção de açaí no estado. O estudo mostra que, embora geograficamente próximas, o processo de intensificação do manejo ocorreu e vem ocorrendo de forma diferenciada nas comunidades devido a fatores externos, especialmente os ciclos econômicos, e a fatores internos como a difusão das práticas de manejo nas comunidades.

PALAVRAS-CHAVE: açaí, desenvolvimento sustentável, manejo de açaizais, ribeirinho.

ABSTRACT

Açaí (*Euterpe oleracea Mart.*) Has great socio-economic and cultural importance for coastal communities, and is part of the eating habits of local people ensure food and product to market, with the overvaluation of the product in the domestic and international market demand grows exponentially and the product, which was previously targeted for self, also has

¹ Eng^a Agrônoma, Mestranda em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, UFPA/NCADR/PPGAA, rosileiacostacarvalho@yahoo.com.br

² Prof^a. Dr^a. Pesquisadora Assistente, UFPA/NCADR/PPGAA, lnavegantes@ufpa.br

³ Eng^a Florestal, Doutoranda em Ciências Florestais, UFRA, apd.costa@terra.com.br

been marketed. In order to meet demand and generate income, have stepped riparian management practices aimed at increased production of the fruit. Through literature and conduct field research, this work presents a comparative study of intensification of açai management process in two communities, Santo Antonio and Itamimbuca in the municipality of Igarapé Miri - Para, one of the regions with the highest production of açai in the state. The study shows that although geographically close, the management intensification process has occurred and is occurring in different ways in the communities due to external factors, especially the business cycle, and internal factors such as the spread of management practices in communities.

Keywords: acai, sustainable development, management of acai, riverside

INTRODUÇÃO

O açai (*Euterpe Oleracea* Mart.) é uma palmeira peculiar da Amazônia com características próprias da espécie, adepta ao ambiente de várzea e distribuída de forma mais densa na região do estuário amazônico, se destaca pela abundância e por ser a base da alimentação, especialmente das populações tradicionais, a produção e o consumo do fruto fazem parte dos hábitos culturais (NOGUEIRA; HOMMA,1998).

O apelo comercial pelo açai têm transformado o fruto na principal fonte de renda da população ribeirinha, a crescente demanda, originária da expansão nos mercados nacionais e internacionais fez com que o açai anteriormente destinando apenas para autoconsumo, fosse utilizado também para comercialização (NOGUEIRA et al., 2013; VALLES, 2013).

Antes de sua ascensão no mercado, o açai originava poucas mudanças no meio ambiente natural, pois a abundância natural das palmeiras promovia produção suficiente para atender a necessidade de consumo familiar. Mesmo com pouca intervenção do homem, o manejo de açazais já era praticado ao redor da casa, uma área que é comumente denominada pelos ribeirinhos como “reserva”.

Esse manejo já era voltado à produção de frutos, constatando como mencionado por Marinho (2005) que não existe “extrativismo puro” no açai.

O extrativismo do açai não constitui nenhum tipo de “extrativismo puro”. Pelo contrário, desenvolve-se articuladamente com as diversas formas de manejo que, neste caso, não o descaracteriza e, tão pouco, demarcam seu enfraquecimento, mas representam um salto de qualidade dentro da própria atividade extrativista, resultante do conhecimento e do “olhar” da população ribeirinha sobre os açazais. (Marinho, 2005, pag.164)

De acordo com Brondizio (1992) o açaí se tornou o principal produto da economia regional, ocasionando, deste modo, o aumento das áreas de manejo de açazais. Com a supervalorização do produto no mercado, os ribeirinhos do estuário amazônico continuam avançando nas práticas de intensificação do manejo, principalmente através do adensamento das plantas de açazeiro, objetivando elevar a capacidade produtiva dos açazais.

Neste contexto, este trabalho apresenta um estudo comparativo sobre o processo de intensificação do manejo de açazais em duas comunidades ribeirinhas no município de Igarapé Miri-Pará, evidenciando quais fatores foram e tem sido responsável pelo avanço deste processo.

MATERIAL E MÉTODOS

Área de estudo

O trabalho foi desenvolvido nas comunidades Santo Antônio e Itamimbuca, ambas situadas no município de Igarapé Miri, cidade localizada no do Território do Baixo Tocantins, que pertence a Mesorregião Nordeste Paraense e a Microrregião de Cametá. A cidade fica localizada a 78 km (setenta e oito quilômetros) da capital paraense, possui uma demografia de 58.077 (cinquenta e oito mil setenta e sete) habitantes.

A comunidade Santo é considerada referência regional na produção de açaí, é nela que está situado um dos quatro maiores portos do município e da região, a comunidade também é referência em organização política/social pois abriga duas cooperativas CAEPIM E COODEMI que contribuem no processo de organização dos agricultores e facilita as negociações entre as empresas e os produtores, muitas das famílias entrevistadas pertencem a uma das cooperativas.

A comunidade Itamimbuca tem algumas particularidades, uma parte do rio pertence ao município de Igarapé Miri e outra faz fronteira com o município de Abaetetuba⁴, apesar disso, a maioria dos habitantes se considera mirienses e tem maior relação com o primeiro município. Poucos moradores da comunidade evidenciaram os conflitos sociais e econômicos sofridos na região, o processo de ocupação se deu de forma tardia em relação a comunidade Santo Antônio, e as famílias vieram de diversas localidades e municípios, apenas alguns ribeirinhos produtores de açaí fazem parte das cooperativas CAEPIM E COODEMI a maioria trabalha de forma dissociada a alguma organização.

⁴ Município localizado a 51.44 km da capital paraense e conta com uma população 141.100 habitantes (IBGE, 2010), tem uma importância demográfica bem mais expressiva, sendo inclusive um polo regional.

As comunidades estão localizadas aproximadamente a cerca de 10 a 15 km da sede do município de Igarapé Miri. O acesso às mesmas pode ser feito por terra, utilizando as rodovias PA 151 e PA 407 ou através dos rios e “furos”. Ambas as comunidades fazem parte de Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE).

A comunidade Santo Antônio faz parte do PAE Ilha Mutirão Japuretê, criado em 2005 e inserido no Programa de Apoio à Conservação Ambiental e no Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais do Governo Federal, está sob ingerência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Além disso, outra parte da comunidade Santo Antônio está inserida em outro Projeto de Assentamento, vinculado ao Governo do Estado do Pará, através do Programa Estadual de Agro extrativismo (PEAEX), denominado PAEX Emanuel. Esse assentamento foi criado em 2008 e instituído pelo Instituto de Terras do Pará/INTERPA, com 390 (trezentos e noventa) famílias beneficiárias, destes aproximadamente 41 (quarenta e um) são da comunidade Santo Antônio (Costa et al., 2014.)

Parte da comunidade Itamimbuca que está localizada no município de Igarapé-Miri está inserida no PAE Ilha Mutirão Japuretê, a outra margem faz fronteira com o município de Abaetetuba e pertence ao PAE Ilha Piquiarana. Projeto de Assentamento, criado no ano de 2006, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e abrange, até o momento, 212 famílias.

Procedimentos metodológicos

Para realização deste trabalho foram utilizados levantamentos bibliográficos, dados primários e secundários. A coleta de dados primários teve como base metodológica o diagnóstico de sistemas agrários, realizado na comunidade Itamimbuca, por meio de aplicação de 50 questionários e 10 entrevistas. Essas ferramentas foram aplicadas por um grupo de discentes do curso de especialização em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agroambiental na Amazônia – DAZ, turma 2015, da Universidade Federal do Pará.

A coleta dos dados ocorreu no período de abril a agosto de 2015, durante este período foram também empregados os métodos de análise da paisagem e observação direta. A etapa da análise da paisagem e a observação direta foram importantes para imersão e estabelecimento de um vínculo com a comunidade, criando-se uma relação entre sujeito e pesquisador.

Posteriormente, através de aplicação de questionários com 50 famílias, composto de perguntas abertas e fechadas, foram coletadas informações mais objetivas, buscando caracterizar o sistema de produção dos ribeirinhos e abordar questões relacionadas as práticas de manejo dos açazais. Após o levantamento dos dados foi realizada a sistematização das informações.

Além dos questionários, foram realizadas 10 entrevistas, 5 destas com lideranças de organizações locais, buscando compreender a importância e a influência das organizações nas comunidades, e outras 5 entrevistas com famílias que estão há mais tempo na comunidade, buscando-se resgatar o histórico de ocupação da comunidade.

Além disso, foram utilizados dados do diagnóstico agro socioambiental realizado na comunidade Santo Antônio, em 2014, onde foram adotados os mesmos procedimentos metodológicos do diagnóstico realizado em Itamimbuca, e acima descrito.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Processo Histórico de intensificação da produção de açaí

O processo de intensificação do manejo de açazais ocorreu em diferentes momentos nas comunidades estudadas, devido a alguns fatores externos e internos. Os fatores externos estão relacionados principalmente com as lutas contemporâneas pela posse de terras na Amazônia, na região em estudo as questões fundiárias possuem forte relação com os ciclos econômicos. Desde a década de 1960 o município de Igarapé Miri vem passando por profundas mudanças em sua economia, passando por diversos ciclos econômicos como o extrativismo da borracha e da madeira, o plantio e processamento da cana-de-açúcar, as olarias e atualmente a produção de açaí.

Uma das mudanças mais marcantes para a economia do município de Igarapé-Miri foi o declínio da cana-de-açúcar. Segundo Cunha (2006), dos 54 engenhos que produziam açúcar e cachaça, em 1975, apenas nove restaram em 1983, e na década de 1990 praticamente desapareceram. Com a falência dos engenhos, muitos trabalhadores ficaram desempregados e a região passou por um momento difícil, pois muitas famílias dependiam exclusivamente dessa atividade.

Os donos de engenhos mudaram-se, então, para Belém, deixando grandes áreas de terras ociosas, a maioria ficando sob domínio dos trabalhadores. Com o levantamento de dados, foi possível perceber que das 60 famílias entrevistadas na comunidade Santo Antônio, 31 obtiveram a área em que moram através de posse no ano 1990. Enquanto a maioria das famílias que estão há mais tempo na comunidade Itamimbuca possuem as terras na modalidade de compra ou herança, esse fator influenciou diretamente no processo de ocupação das comunidades.

No período de declínio da cana-de-açúcar, sem ter como sustentar suas famílias, muitos trabalhadores migraram para as cidades próximas, outros buscaram como alternativa a atividade de extração de palmito de açaí, pois na época não havia demanda de mercado suficiente para o fruto. Segundo Cialdella e Navegantes (2014) essa exploração predatória do

palmito se deu, principalmente, em um momento específico de declínio do principal produto agrícola regional, que naquele momento era a cana de açúcar. Então, muitos agricultores recorreram à exploração intensiva dos recursos naturais para superar uma crise momentânea, essa atividade de caráter predatório colocou os açazais da região sob ameaça, pois a exploração realizada comprometia a rebrota e o desenvolvimento dos açazais.

Quando as famílias perceberam que poderiam ficar sem a base de sua alimentação, investiram em novas técnicas para mudar a forma de produção e assim, na década de 1990, ocorreu um processo de recuperação das áreas de açazais nativos, que levava em consideração as práticas tradicionais de manejo dos açazais, com pouca intervenção humana (CUNHA, 2006).

No intuito de criar uma organização capaz de buscar alternativas para superar o momento de crise causado pelo declínio da produção de cana-de-açúcar, os trabalhadores fundaram o Centro de formação Roberto Remigi, conhecido como Associação Mutirão, que surgiu com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico do município através da produção rural, essa associação de início a uma mudança na dinâmica e economia da região.

A associação Mutirão criou diversas parcerias que possibilitaram aos associados o aprimoramento das técnicas relacionadas a produção de açaí, além da realização de diversos cursos, também foi possível a conquista do selo de certificação orgânica.

O Mutirão foi um ato de ousadia, de tentar desenvolver a economia do município e melhorar a vida e a renda dos trabalhadores rurais. A regra era: o açaí era a saída econômica após a cana-de-açúcar. Hoje, podemos dizer que o Mutirão pode servir de experiência e referência. Foi uma iniciativa dos trabalhadores, sem apoio nenhum do poder público, que nunca deu prioridade para o desenvolvimento da área rural. (Cunha, 2006 p.16)

Isso culminou na abertura de novos mercados, em 2003, o município começou a exportar açaí para os Estados Unidos da América – EUA por meio da empresa internacional SAMBAZON, aproveitando-se da divulgação e da supervalorização do açaí no mercado nacional, do avanço do trabalho e da organização dos produtores da região do baixo Tocantins. O início das exportações ampliou as oportunidades de negócios para a produção familiar e abriu as portas no mercado externo.

A organização conquistada pelos ribeirinhos propiciou a criação de duas cooperativas fundamentais para o fortalecimento do município e especialmente da comunidade Santo Antônio, a Cooperativa Agrícola dos Empreendedores Populares de Igarapé- Miri (CAEPIM) que fica situada na comunidade e tem como sócios em sua maioria moradores da própria localidade, além desta também foi criada a Cooperativa de Desenvolvimento do Município de

Igarapé-Miri - CODEMI, onde os sócios da Associação Mutirão que comercializavam açaí certificado filiaram-se.

A comunidade Santo Antônio, situada próxima da associação que fica no rio Meruú, acompanhou e participou ativamente desse processo de organização social para enfrentar as mudanças produtivas necessárias para superar a crise da cana-de-açúcar e se adaptar a um mercado de açaí em ascensão, crescendo de forma conjunta com o município. Assim, as famílias dessa comunidade passaram a dedicar-se prioritariamente a produção de açaí. O fruto se apresentou como uma alternativa de geração de renda para as famílias, tendo adquirido alto valor no mercado e tendo-se compra garantida e facilitada, o que estimulou o processo de intensificação do manejo.

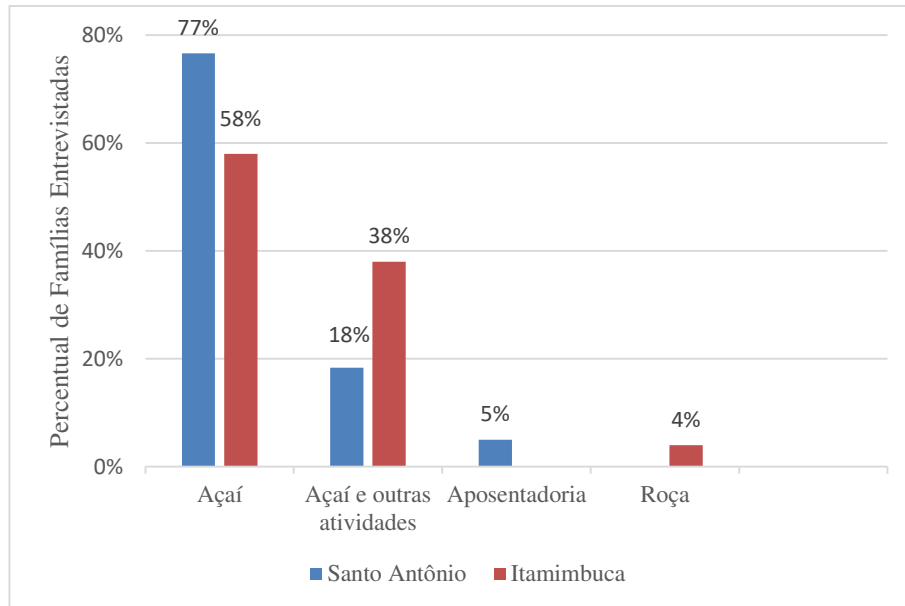
Por outro lado, o processo de ocupação da comunidade Itamimbuca ocorreu de forma diferenciada o que também influenciou no processo de intensificação do manejo do açaizais. A comunidade foi povoada por famílias que vieram de diversas localidades. Muitas delas não sabiam trabalhar com açaí e/ou não foram envolvidas na Associação Mutirão, logo as práticas utilizadas na produção do açaí foram adquiridas por meio de conhecimentos práticos, repassados pelos pais ou até mesmo por vizinhos. Dessa forma, o estímulo para a produção intensiva do açaí foi realizado de maneira tardia, se compararmos com a comunidade de Santo Antônio.

Diferença entre as práticas de manejo de açaizais e diversidade florística das comunidades

O manejo de açaizais é atividade prioritária praticada pelos ribeirinhos nas duas comunidades e também principal fonte de renda das famílias, o gráfico 1 mostra essa realidade. Em Santo Antônio o grau de dependência dessa atividade é ainda maior, isso demonstra a importância da mesma para a economia e manutenção das famílias, algumas famílias possuem além do açaí, outras atividades, em sua maioria como forma de complemento de renda, dentre elas o comércio, vendas de roupas, carpintarias e prestação de serviços.

Apenas na comunidade Itamimbuca há registros de famílias que possuem como principal atividade e fonte de renda a roça, onde as famílias cultivam pequenas culturas como milho, feijão e mandioca, esta última, utilizada na produção de farinha.

Gráfico 1. Principais fontes de renda das famílias das comunidades de Santo Antônio e Itamimbuca.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

A safra do açaí, que na região ocorre no período de agosto a dezembro, é o momento mais importante para a economia familiar pois representa maior obtenção de renda. Deste modo, o manejo do açaí voltado ao aumento da produção de frutos é uma estratégia importante para aumentar a aquisição de renda e garantir capital suficiente para o ano todo. (FERNANDES et al., 2015).

Com o aumento da demanda do produto, muitas famílias começaram a intensificar as práticas de manejo no intuito de aprimorar a produção de açaí. Para as duas comunidades estudadas esse processo de intensificação ocorreu de modo diferenciado, pois, a comunidade Santo Antônio, além dos conhecimentos empíricos, teve acesso a fontes de informações externa à comunidade, por meio da intervenção de diversos atores como os técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER-PA), além de diversas parcerias que foram estabelecidas por meio da Associação Mutirão como as instituições de ensino Instituto Federal do Pará (IFPA) e Universidade Federal do Pará (UFPA), as quais junto com as famílias construíram propostas e técnicas de manejo adaptadas a realidade dos ribeirinhos com o objetivo de promover o aumento da produção e consequentemente o aumento da renda.

Na comunidade Itamimbuca, apesar do açaí também ser a principal atividade das famílias e de fundamental importância para economia familiar, as práticas utilizadas no manejo baseiam-se principalmente no conhecimento empírico e repassado pelos pais por várias gerações. Entre as famílias entrevistadas apenas 12% têm ou já tiveram algum tipo de

assistência técnica, diferentemente da comunidade Santo Antônio onde 94% das famílias entrevistadas acessam ou já acessaram algum apoio técnico.

Além disso, a média de tempo em que os ribeirinhos estão instalados na comunidade Santo Antônio é de 35 anos, enquanto que dos moradores da comunidade Itamimbuca é de apenas 20 anos. Famílias que vivem a mais tempo no local possuem maior segurança para investimento em seus lotes e ainda apresentam um amplo conhecimento sobre as espécies florestais e suas utilidades (FARIAS, 2012).

Observou-se, também, que ribeirinhos das duas comunidades pretendem aumentar a produção de açaí, utilizando o manejo dos açazais como principal estratégia. Entre as práticas de manejo mais utilizadas temos: 1) o raleamento, que consiste no corte de espécies visando a abertura do dossel; 2) enriquecimento com mudas nativas de açazeiro, que promove o adensamento dos açazeiros, visando maior produção de frutos, é feito apenas na área do lote dedicado ao açazal e é praticado de forma mais intensiva pelos ribeirinhos da comunidade Santo Antônio; 3) roçagem e desbastes, que juntas visam a limpeza dos açazais; e 4) a reversão de safra; que é a quebra da sazonalidade da produção de açaí.

Pode-se dizer então, que as práticas de manejo realizadas nas duas comunidades são as mesmas, algumas delas bem difundidas em ambas, como é o caso do raleamento da mata e da roçagem. Outras práticas, como o enriquecimento com mudas nativas, possuem níveis de adoção diferenciados entre as comunidades.

O enriquecimento com mudas nativas de açaí é realizado principalmente pelos ribeirinhos da comunidade Santo Antônio, feito com mudas do próprio lote, o ribeirinho corta com o terçado em torno da muda e a retira juntamente com um bloco de terra para que as raízes não sejam danificadas até chegar a nova área do plantio. Em seguida, as mudas são transportadas para áreas que possuem menos açazeiros e muita incidência solar, o plantio ocorre principalmente na entressafra do açaí. Essa prática é realizada com o objetivo de aumentar de produção de frutos na mesma área, assim, Santo Antônio tem uma produção mais intensiva de açaí por unidade de área de açazal. A tabela 1 mostra a relação dos ribeirinhos entrevistados por comunidade que realizam as práticas de manejo descritas acima.

Tabela 1 – Percentual de famílias que realizam as práticas de manejo do açazal, nas comunidades Santo Antônio e Itamimbuca.

	Comunidade S. Antônio60 famílias	Comunidade Itamimbuca50 famílias
Práticas de manejo dos açazais		
Raleamento da mata	95%	94%
Enriquecimento com mudas nativas	78%	14%

Roçagem	95%	98%
Desbastes	82%	94%
Reversão de safra	3%	12%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

A reversão de safra é praticada pelos ribeirinhos das duas comunidades em intensidades diferentes, a prática ocorre com a finalidade de abastecer o mercado no período em que a oferta do produto é menor e o preço é maior, proporcionando assim maior renda às famílias. Mesmo com a possibilidade de obter mais lucro, apenas 12% das famílias entrevistadas da comunidade Itamimbuca e 3% de Santo Antônio realizam essa prática, o restante das famílias preferem manter o ciclo de produção natural do açaí, pois não consideram um bom negócio, tendo vista que é necessário realizar todo ano a prática. Algumas famílias relataram que o açaizal perde a força com a realização de tal prática.

O Manejo dos açaizais é realizado no período de entressafra do açaí, utilizando principalmente mão-de-obra familiar, eventualmente, contrata-se mão-de-obra externa sob forma de pagamento de diárias. Como não há muitos maquinários nas comunidades, o trabalho vem sendo realizado de maneira tradicional, de forma braçal.

Mesmo que as práticas de manejo adotadas pelas comunidades sejam as mesmas, as intensidades com que ocorrem demonstram que os sistemas de manejo de açaizal praticado em ambas as comunidades são realizados de diferentes formas. Isso é consequência das estratégias de várias propostas de manejo de açaizal, visando obtenção de êxito na produção de frutos (Azevedo e Kato, 2015).

O processo de intensificação do manejo tem modificado a paisagem das comunidades em estudo, isso pode ser observado por meio da riqueza de espécies encontradas nos lotes, especialmente nas áreas manejadas de forma intensiva, com maior intervenção na floresta, onde retiram-se todas as espécies dando prioridade apenas ao açaizeiro, o que representa uma maior homogeneidade da paisagem.

Na comunidade Itamimbuca, as práticas de manejo de açaizais vislumbram a homogeneização da paisagem, devido a priorização da permanência de uma única espécie no lote: a palmeira (*Euterpe oleracea* Mart.). O manejo é conduzido de forma a eliminar espécies que não apresentem valor econômico, visando abertura de novas áreas de açaizal e conseqüentemente maior extração dos frutos, essa condição pode comprometer a base da agricultura familiar, pois segundo Costa et al., (2014) a base desta agricultura é a diversificação produtiva. A forte inserção dos ribeirinhos no mercado de açaí acaba por desestabilizar a

diversificação das atividades produtivas, aumentando o risco de dependência de uma única atividade produtiva, o açaí.

Muitos ribeirinhos já percebem os impactos causados pela intensificação da produção de açaí como mostra o relato abaixo.

Minha filha, aqui na nossa comunidade tão tirando tudo, a gente não vê como tinha antes, se queria uma fruta você ia no quintal e pegava, agora “pra” você encontrar é uma dificuldade, daqui uns tempos você só vai encontrar açaí por aí, que é o que “tá” dando dinheiro, “né”? Se quiser uma fruta vai ter que comprar em outro lugar que não vai ter quem tenha. (Antônio- ribeirinho, morador da comunidade Itamimbuca, localizada à margem do rio Itamimbuca fronteira com o município de Abaetetuba (Pa), casado, nasceu e cresceu nessa comunidade, tem 64 anos e já trabalha com açaí há 30 anos).

Na comunidade Santo Antônio, embora também esteja ocorrendo o processo de intensificação do manejo, a diversidade florestal é maior, isto ocorre porque os ribeirinhos dessa comunidade já ultrapassaram essa fase do processo de intensificação (eliminação das espécies, priorizando o monocultivo). As famílias de Santo Antônio também praticavam, há bem pouco tempo atrás, o manejo direcionado a exploração intensiva dos açaizais no intuito de aumentar a capacidade produtiva dos açaizais, que culminava na eliminação de muitas espécies e redução da densidade de vegetação. Porém, ao perceberem que esse processo comprometia a biodiversidade através do empobrecimento da floresta, levando a insustentabilidade até mesmo dos açaizais, os próprios ribeirinhos de Santo Antônio passaram a manejar seus açaizais considerando a ocorrência, a regeneração e até o replantio de outras espécies nas áreas de açaizais, garantindo o uso múltiplo das áreas e a diversificação da produção.

A principal espécie explorada tem sido o açaizeiro, porém, ela encontra-se associada a outras espécies florestais nativas, como andirobeira (*Carapa guianensis* Aubl.), Muru-muru (*Astrocaryum murumuru* Mart.), virola (*Virola surinamensis* (Rol. ex Rottb.) Warb), Mututi (*Discocarpus* sp), ucuuba (*Virola surinamensis*). Na pesquisa, foi encontrada uma diversidade maior de espécies associadas ao açaizeiro em Santo Antônio do que em Itamimbuca (ver Quadro 1).

Quadro 1. Ocorrência de espécies florestais associadas ao açaí encontradas nos lotes das famílias ribeirinhas entrevistadas das comunidades Santo Antônio e Itamimbuca.

Nº da Espécie	Espécies florestais encontradas no lote (Nome vulgar)	Nome científico	Santo Antônio	Itamimbuca
1	Acapú	<i>Vouacapoua americana</i> Aubl.	X	
2	Ananin	<i>Symphonia globulifera</i>	X	X

3	Andiroba	<i>Carapa guianensis</i>	X	X
4	Apuí	<i>Coussapoa magnifolia</i>		X
5	Assacu	<i>Hura crepitans</i>	X	
6	Cedro	<i>Cedrela odorata L.</i>	X	X
7	Cumarú	<i>Dipteryx odorata (Aubl.) Willd.</i>	X	
8	Cupiúba	<i>Goupia glabra Aubl.</i>	X	
9	Facão	(<i>Clitoria fairchildiana</i> R.A. Howard)	X	X
10	Genipapeiro	<i>Genipa americana L.</i>		X
11	Inajá	<i>Maximiliana maripa</i>	X	
12	Ingazeiro	(<i>Inga edulis</i> Mart.),	X	X
13	Marupá	<i>Simarouba Amara</i>	X	
14	Murumuru	<i>Astrocaryum murumuru Mart.</i>	X	X
15	Mututi	<i>Discocarpus sp</i>	X	X
16	Parapará	<i>Jacaranda Copaia (Aubl.) D. Don.</i>	X	
17	Pau mulato	<i>Calycophyllum spruceanum (Benth.) Hook. f. ex K. Schum</i>	X	X
18	Samaumeira	<i>Ceiba pentandra (L.) Gaertn</i>	X	X
19	Sapucaia	<i>Lecythis pisonis Cambess.</i>	X	
20	Seringueira	<i>Hevea brasiliensis</i>	X	X
21	Seriúba	<i>Avicennia schauerianna Stapf & Leechm</i>	X	
22	Sucupira	<i>Pterodon emarginatus</i>	X	
23	Taperabá	<i>Spondias mombin L.</i>	X	X
24	Ucuubeira	<i>Virola surinamensis</i>	X	X
25	Virola	<i>Virola surinamensis (Rol. ex Rottb.) Warb</i>	X	X

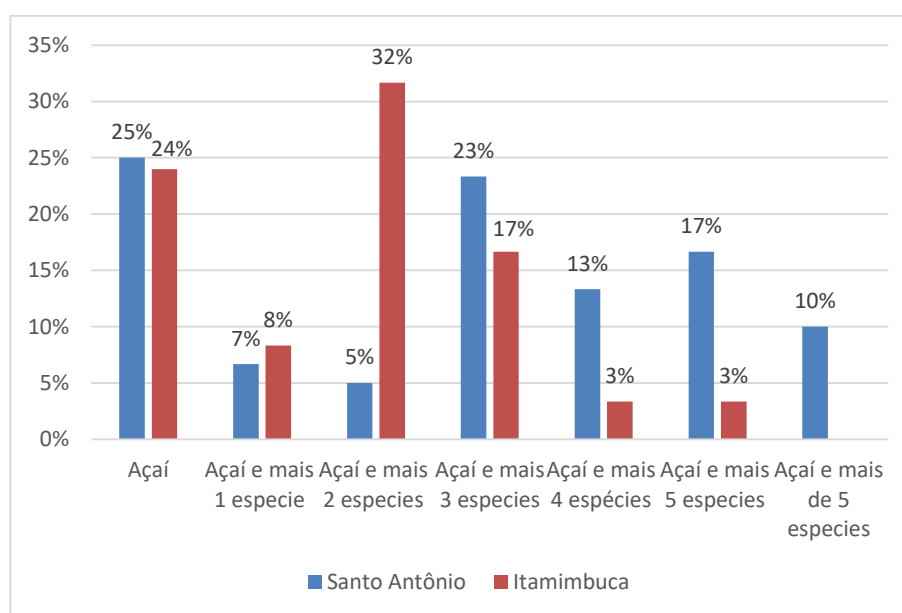
Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

As espécies florestais apresentam múltiplos usos pelos ribeirinhos, algumas são utilizadas para extração de óleo, como no caso da andiroba, outras têm seus frutos retirados para elaboração de cosméticos, e é praticada também a retirada de madeira para construção de casas e, por vezes, para ser comercializada.

No caso das espécies frutíferas, os frutos são empregados para consumo das famílias, vendendo apenas o excedente, abaixo temos um gráfico que mostra a diversidade dos lotes, associando o açazeiro com espécies frutíferas.

As principais espécies frutíferas encontradas associadas ao açazeiro nas duas comunidades foram: cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* (Willd. ex Spreng.) Schum), cacau (*Theobroma cacao* L.), banana (*Musa* sp. div.), Buriti (*Mauritia flexuosa* Mart.), acerola (*Malpighia emarginata*), coco (*Cocos nucifera* L.) entre outras, e espécies

Gráfico 02. Diversidade produtiva dos lotes considerando o açai associado a espécies frutíferas em Santo Antônio e Itamimbuca, Igarapé-Miri – Pará.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Nas duas comunidades o açazeiro foi encontrado associado principalmente a espécies frutíferas como: cupuaçuzeiro, cacaueiro, coqueiro, goiabeira, toranjeira, bananeira, mangueira; outras espécies foram encontradas em menor ocorrência. Enquanto em Itamimbuca a maioria dos lotes tem no máximo duas espécies frutíferas associadas ao açai, em Santo Antônio encontra-se uma proporção maior de lotes tendo o açai associados a três, quatro, cinco ou mais espécies frutíferas, este último caso foi encontrado somente na comunidade de Santo Antônio.

CONCLUSÃO

Podemos afirmar que o processo de intensificação ocorre de forma diferenciada nas duas comunidades, devido a fatores externos, ligados principalmente aos ciclos produtivos da região, a assistência técnica, e a fatores internos à comunidade, onde sobressaem, principalmente, a da organização política e social. A diferença no processo de intensificação está relacionada, principalmente, a intensidade das práticas e a diversificação dos lotes, sendo que, atualmente,

Santo Antônio encontra-se em um nível de intensificação de produção de açaí por unidade de área menor do que Itamimbuca.

É possível aferir que o manejo é atividade de suma importância para as famílias, e que as mesmas consideram aspectos diferentes para compor suas estratégias de manejar os açazais, na comunidade Santo Antônio o avanço na produção do açaí continua ocorrendo, e as famílias começaram a considerar a necessidade de ampliar o manejo associando outras espécies à produção de açaí, garantindo assim a diversificação da produção e a sustentabilidade dos açazais. Além da manutenção da biodiversidade, essa iniciativa é importante para a autonomia das famílias que reduzem a dependência econômica de um único produto.

Os ribeirinhos da comunidade Itamimbuca ainda não perceberam a importância da diversificação de espécies, e, portanto, da diversificação produtiva, pois ainda estão em uma fase inicial do processo de intensificação da produção de açaí e não houve tempo para perceberem os problemas ligados aos casos extremos desse processo. As práticas intensivas voltadas a exploração intensiva podem ocasionar problemas como: surgimento de pragas, erosão das margens dos rios, queda dos frutos, além de comprometer a renda familiar no período da entressafra, por isso a diversificação florestal e frutífera deve ser estimulada, pois além de possibilitar geração de renda para as famílias no período da entressafra, e garante a manutenção de espécies nativas na floresta e em última instância, essa diversificação garante a manutenção da produtividade do próprio açaí, a mais longo prazo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, James Ribeiro de; KATO, Osvaldo Ryohei. Tema de manejo de açazais nativos praticado por ribeirinhos das ilhas de Paquetá e ilha grande, Belém, Pará. Disponível em: <<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/409228/1/23.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2015.

BRONDÍZIO, E. S., C. A. M. SAFAR, E A. D. SIQUEIRA. The urban market of açaí fruit (*Euterpe oleracea* Mart.) and rural land use change: ethnographic insights into the role of price and land tenure constraining agricultural choices in the Amazon estuary. **Urban. Ecosystems**, v. 6, p. 67–97, 2002

CIALDELLA, N; NAVEGANTES, L. de F. A. O ouro negro “açaí” irá beneficiar a agricultura familiar na Amazônia Oriental? Reflexões sobre mudanças recentes nas práticas de produção de açaí. In: Anais do X Congresso da Sociedade Brasileira de Sistema de Produção. Foz do Iguaçu, PR. 2014.

COSTA, A. P. D. ; NAVEGANTES, L. F. A. ; MARTINS, P. F. S. . Efeito do manejo intensivo do açaí (*Euterpe oleracea*) na diversidade de atividades produtivas na comunidade de Santo Antônio, município de Igarapé - Miri/PA. In: VI Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2014, Campinas. VI Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2014. v. 6.

CUNHA, Elaide Martins da. Mutirão e trabalhadoras de Igarapé-Miri: açaí como alternativa econômica no contexto de gênero. Belém: Papers do Naea, 2006.

FARIAS, Juliana Eveline dos Santos. Manejo de açaizais, riqueza florística e uso tradicional de espécies de várzeas do estuário amazônico. 2012. 102 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Biodiversidade Tropical, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2012

FERNANDES, Danilo Araújo et al. O circuito inferior da economia urbana na Amazônia: um estudo sobre o papel do mercado de batedores artesanais de açaí na economia da região metropolitana de Belém. In: encontro nacional da associação brasileira de estudos regionais e urbanos, 13. 2015, Curitiba. Anais. Curitiba: Aber, 2015. p. 1 - 20.

MARINHO, José Antônio Magalhães. Dinâmica das relações socioeconômicas e ecológicas no extrativismo do açaí: o caso do médio rio pracuúba, São Sebastião da Boa Vista, Marajó (Pa). 2005. 175 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005

NOGUEIRA, O. L.; HOMMA, A. K. O. Análise econômica de sistemas de manejo de açaizais nativos no estuário amazônico. Belém: Embrapa-CPATU, 1998. 38p. (Embrapa-CPATU. Documentos, 128).

NOGUEIRA, A. K. M.; SANTANA, A. C.; GARCIA, W. S. A dinâmica do mercado de açaí fruto no Estado do Pará: de 1994 a 2009. Rev. Ceres, vol. 60, n. 3, p. 324-331, 2013.

VALLES, Carlos Mariano Alvez. Impacto da dinâmica da demanda dos frutos de açaí nas relações socioeconômicas e composição florística no estuário amazônico. 2013. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

VILAR, R. R. L. et al. Kato e Tipificação de unidades agrícolas familiares: o caso da comunidade de Nova Califórnia, Capitão Poço, Pará. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 4. 2001, Belém. Anais ... Belém: SBSP/UFPANEAF/EMBRAPA, 2001. 1 CD- ROOM.

WANDERLEY, M.N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro, 1996.

PESCADORES ‘AMIGOS DOS BOTOS’ E DOIS PROJETOS INSTITUCIONAIS: UMA EXPERIÊNCIA NO CAMINHO DO ETNODESENVOLVIMENTO?

Tanussa Pereira Simas¹

Marlise Amália Reinehr Dal Forno²

RESUMO: Na barra do Rio Tramandaí, pescadores profissionais artesanais praticam a “pesca cooperativa” com o auxílio de golfinhos que adentram o canal em busca de alimento e com um movimento de cabeça ou cauda apontam o local onde está o cardume. O trabalho debaterá dados de dois projetos universitários (que vêm trabalhando com esses pescadores desde 2014) alinhados às proposições de Little (2002) e Stavenhagen (1985) acerca do etnodesenvolvimento, a partir de aspectos como “sujeitos ecológicos”, valorização de tradições culturais e participação política.

Palavras-chave: Pescador Amigo dos Botos; Pesca Cooperativa; Etnodesenvolvimento.

¹ Cientista Social, mestranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), email: tanussasimas@gmail.com

² Geógrafa, professora doutora no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), email: marlise.forno@ufrgs.br

1 INTRODUÇÃO

A barra do Rio Tramandaí, canal que liga a Lagoa do Armazém ao mar, se localiza a cerca de 120 quilômetros da capital do Rio Grande do Sul (RS) - Porto Alegre - e divide os municípios de Imbé e Tramandaí. Nesse local, pescadores profissionais artesanais exercem sua atividade há pelo menos cinco décadas, de uma forma bastante peculiar. Utilizando-se de uma tarrafa³, eles capturam tainhas e outros peixes com o auxílio de golfinhos que adentram o canal em busca de alimento⁴ e com um movimento de cabeça ou cauda apontam o local onde está o cardume. O pescador, então, lança sua rede que ao bater na água, dispersa o cardume, liberando o alimento para os dois (pescadores e golfinhos). Essa interação, conhecida como “pesca cooperativa”, entre pescadores e golfinhos foi observada também em Laguna, Santa Catarina e na Mauritània, África. (ZAPPES *et al.*, 2011).

O presente trabalho buscará identificar em que medida a trajetória percorrida pelo grupo da Pesca Cooperativa permite afirmar que estão no caminho do etnodesenvolvimento, a partir da atuação de dois projetos de Instituições de Ensino Superior (IES). Para tanto, a discussão apresentada a seguir se utilizará das principais definições de etnodesenvolvimento para Little (2002) e Stavenhagen (1985). A próxima seção apresentará uma contextualização sobre o surgimento do etnodesenvolvimento e as aproximações possíveis com o grupo da Pesca Cooperativa. Na seção seguinte serão feitas análises através de dados dos projetos universitários e de três aspectos trazidos por Little (2002) e Stavenhagen (1985), que são: “sujeitos ecológicos”, valorização das tradições culturais e participação política.

O grupo de atores enfocados para o trabalho que se pretende desenvolver são dez pescadores artesanais de tarrafa os quais residem nos municípios de Imbé e Tramandaí, pescam em cooperação com os golfinhos regularmente e participam dos projetos “Botos da Barra” (Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos - CECLIMAR/UFRGS) e “Fortalecimento da Pesca Artesanal Cooperativa e de Empreendimentos de Economia Solidária na Cadeia Produtiva do Peixe em Imbé e Tramandaí/RS” (Instituto Federal de

³ Tipo de petrecho de pesca, que é uma rede circular com pesos de chumbos nas extremidades e um cabo de resgate no centro. Cf. COTRIM, Décio. Agroecologia, Sustentabilidade e os Pescadores Artesanais: o caso de Tramandaí (RS). 2008. 198f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

⁴ Pesquisadores apontam que os golfinhos da espécie nariz-de-garrafa utilizam a barra do Rio Tramandaí para socializar, ensinar os filhotes, se alimentar e descansar. Cf. GIACOMO, A. B. D. Análise do padrão de ocupação dos botos, *Tursiops truncatus* (Montagu, 1821), no estuário de Tramandaí, sul do Brasil, a partir do estudo de foto identificação. 32 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Imbé, 2010. KLEINZ, S. *Behavior and occurrence of a resident Tursiops Truncatus group in Tramandaí estuary, south Brazil*. 62 f. Dissertação (Mestrado) - Université de Poitiers, Poitiers, France, 2012.

Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS/Campus Restinga, Porto Alegre).

O projeto de pesquisa e extensão “Botos da Barra”, financiado pela Petrobras Transporte S.A. - Transpetro e iniciado no ano de 2015, surgiu com a proposta de monitoramento da população residente de golfinhos nariz-de-garrafa na barra do Rio Tramandaí e tem entre seus principais eixos de atuação, a educação ambiental e a valorização da “pesca cooperativa”.

Fortalecimento da Pesca Artesanal Cooperativa é um projeto de extensão financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que teve início no ano de 2014 a partir de uma demanda da Emater (Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural), a qual solicitava apoio técnico e científico para trabalhar com os pescadores da Barra. Bolsista deste projeto no período de fevereiro de 2016 à janeiro de 2017, passei a atuar como colaboradora a partir de então. Pela intersecção de objetivos comuns aos dois projetos trabalhei em conjunto com a equipe do “Botos da Barra”.

No período de março a julho de 2016 foi realizado levantamento com todos os pescadores de tarrafa disponíveis na Barra de Imbé e Tramandaí, através da aplicação de questionários com perguntas fechadas e abertas. O objetivo era identificar aqueles pescadores artesanais com conhecimento sobre os botos e que com eles pescassem cooperativamente para, a partir daí, iniciar um trabalho de valorização desses atores.

Até julho de 2016 haviam sido entrevistados quarenta e dois pescadores, entre os quais, inicialmente, foram identificados oito “pescadores dos botos”. Depois que o grupo reuniu-se pela primeira vez, apontou mais dois pescadores que consideravam também como “pescadores do boto”. Em uma estratégia de visibilidade para esses atores, o “Botos da Barra” desenvolveu um logotipo com o nome “pescador amigo dos botos” para utilização em suas roupas e acessórios de trabalho.

A participação em reuniões com eles e as atividades do dia-a-dia em campo permitiram perceber que se inicia uma mudança de comportamento entre o grupo. Após a distribuição das camisetas, bonés e macacões identificados com o nome “pescador amigo dos botos” eles exibem orgulhosos suas vestes, assim como foi possível notar em algumas falas o uso da expressão “nós” para se referir a este novo grupo ou a certeza de poder dizer: “aquele lá não é “pescador do boto”, esse aqui sim”.

A autoafirmação do grupo enquanto “pescadores do boto” é algo anterior ao início dos dois projetos. Refere-se a um conhecimento da pesca cooperativa que lhes foi repassado pelos

pais, avós e outros familiares, tradicionalmente. Trata-se da habilidade em saber identificar os movimentos dos botos quando entram no canal procurando os cardumes e indicam o local e o momento certo de jogar a rede; trata-se de classificar os animais entre os que melhor sabem “trabalhar” ou “pescar”, segundo as palavras deles, e os botos filhotes, que estão aprendendo a “pescar” ou só querem brincar.

O atual cenário em que se encontram esses pescadores artesanais - de desvalorização da profissão, invisibilidade e falta de reconhecimento de sua cultura tradicional, ausência de incentivos pelo Poder Público e a pujança da pesca industrial – é desfavorável se pensarmos no grupo a partir da perspectiva do etnodesenvolvimento. Nesse sentido, questiona-se: em que medida pode-se afirmar que os caminhos dos pescadores, aliados à parceria com os dois projetos universitários a partir do ano 2014, vão em direção aos preceitos do etnodesenvolvimento?

2 ETNODESENVOLVIMENTO COMO ALTERNATIVA AO DESENVOLVIMENTISMO

Os debates sobre desenvolvimento surgidos após o término da Segunda Guerra Mundial foram marcados inicialmente pela teoria da modernização. Amparados em uma concepção evolucionista de linearidade, cientistas acreditavam que países considerados “atrasados” (sem desenvolvimento industrial) deveriam atingir o mesmo estágio de desenvolvimento das nações de “Primeiro Mundo”. Após os anos 1960, predominou a teoria da dependência: os países “subdesenvolvidos” estariam nessa situação por reflexo do sistema econômico internacional colonialista e, portanto, dependeriam de ajuda externa para alcançar o pleno desenvolvimento (LITTLE, 2002; STAVENHAGEN, 1985).

A partir dos anos 1970, passou-se a rejeitar o modelo desenvolvimentista imposto por países estrangeiros (teoria da dependência), admitindo que não era possível nem desejável atingir os mesmos níveis de industrialização. Iniciou-se, então, uma busca por estratégias alternativas de desenvolvimento para os países de “Terceiro Mundo”. Entre elas surgiu o etnodesenvolvimento (STAVENHAGEN, 1985).

De acordo com Stavenhagen (1985, p. 42-43), o etnodesenvolvimento deve ser concebido “como um processo dinâmico e criativo [...] no qual as comunidades étnicas possam encontrar iguais oportunidades de desenvolvimento social, econômico e cultural dentro da estrutura mais ampla”.

Little (2002) destaca que etnodesenvolvimento tem duas acepções clássicas na literatura. Uma que se refere ao desenvolvimento econômico de um grupo étnico e outra ao desenvolvimento da etnicidade de um grupo social. O autor propõe, então, que o etnodesenvolvimento conjugue de ambas as interpretações para que os grupos sociais possam assegurar sua autonomia cultural (traduzida na forma de reivindicações políticas) e sua integração na economia local.

Embora não seja declarado um Estado multicultural, o Brasil reconhece a sua diversidade cultural através da Constituição Federal de 1988 e com a ratificação da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), garante o respeito e a proteção das culturas e costumes tradicionais dos povos indígenas e tribais.

Em 2007, através do Decreto 6.040, o Governo Federal instituiu a Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, a qual incluiu os pescadores artesanais na categoria. Em seu artigo 3º, inciso I, povos e comunidades tradicionais são assim definidos:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa,

ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

No caso específico dos pescadores artesanais (foco principal do ensaio) e para melhor compreensão destes grupos como comunidades tradicionais tem-se a seguinte definição:

Os pescadores possuem um conhecimento aprofundado das águas e da terra, bem como dos fenômenos relacionados, como ventos, fases da lua e marés. Este conhecimento essencial para o cotidiano da pesca contribui para diminuir os riscos do trabalho nas águas, assim como para o manejo sustentável dos ecossistemas [...] o pescador é a pessoa que vive e trabalha nestes espaços, integrando os ambientes aquáticos e terrestres. Ser pescador, portanto, significa ser dono de um patrimônio de conhecimentos, de técnicas, de lições sobre a pesca e de como entender a vida ligado à natureza (COELHO-DE-SOUZA, PERUCCHI, 2015, p. 15).

Embora o conceito de etnodesenvolvimento seja mais frequentemente utilizado para análises de povos indígenas e afrodescendentes ele pode ser também aplicado para outras comunidades tradicionais as quais não precisam ter todos os membros pertencentes à mesma etnia, mas cultura e organização social próprias.

3 PESCADORES ‘AMIGOS DOS BOTOS’ E DOIS PROJETOS INSTITUCIONAIS: UMA EXPERIÊNCIA NO CAMINHO DO ETNODESENVOLVIMENTO?

Para responder à questão central deste ensaio apoiar-se-á em alguns aspectos trazidos por Stavenhagen (1985) e Little (2002) como forma de amparar as análises sobre os caminhos que os pescadores “amigos dos botos” vêm trilhando desde 2014 e suas ligações com o entendimento acerca do etnodesenvolvimento.

3.1 PONTO DE VISTA ECOLÓGICO

Stavenhagen (1985) afirma que abordagens do etnodesenvolvimento devem partir de um ponto de vista ecológico, de respeito ao meio ambiente. A escolha da tarrafa como petrecho de pesca pelos pescadores “amigos dos botos” é uma opção das mais salutares para o meio. Sendo uma rede seletiva (se utilizada no tamanho de malha correto para cada época do ano, de acordo com a reprodução das espécies) ela captura apenas peixes que já estão em tamanho adulto:

Além disso, diversas características contribuem para que a pesca artesanal de tarrafa seja considerada como prática sustentável: a caracterização desta atividade como sendo de subsistência ou de, no máximo, comércio local; a exploração dos recursos pesqueiros pelo pequeno pescador através de embarcações pequenas geralmente não motorizadas (*e.g.* canoas e caiaques) ou pelo posicionamento dos indivíduos nas margens; e pela seletividade das tarrafas que, com malhas adequadas, podem capturar apenas indivíduos de peixes adultos e apenas espécies de interesse comercial (SANCHES, 2004; DIEGUES, 1983; 2000 *apud* ILHA, 2016).

Além desse fator, é comum presenciar os pescadores de tarrafa da Barra devolvendo algumas espécies ao mar, por serem indivíduos ainda jovens ou por serem tipos de pescado com baixa comercialização⁵.

Pescador - Tu não foi na época e não viu o boto lá? Os botos tavam tudo lá e mataram tudo! E aí... e aqui ó, o quê acontece? Nós ajudamo a cuidar do meio ambiente, nós cuidamos aqui, o pescador profissional ajuda a cuidar, entendeu? Às vezes tem gente ali que tá com monte de peixe miudinho ali e o que nós fazemos? Nós chegamos e lá e: “Ô, não pode pegar! Vai lá e solta!” e a pessoa diz: “Ah mas quem é tu?” Tá aqui a minha licença do Ibama ó, pode ir soltando! E a pessoa diz: “Ah, mas tu trabalha pro Ibama?” “Não trabalho, cara, mas pode ir soltando, pode ir soltando aí!” (TRECHO DE ENTREVISTA CONCEDIDA AO PROJETO FORTALECIMENTO DA PESCA ARTESANAL COOPERATIVA E DE EMPREENDIMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA CADEIA PRODUTIVA DO PEIXE EM IMBÉ E TRAMANDAÍ/RS, 2016).

⁵ O “estar em campo” no período que vai desde 2016 me permitiu verificar muitas das informações que serão aqui trazidas, mas que ainda não foram sistematizadas pelos projetos Botos da Barra e Fortalecimento da Pesca Cooperativa.

A bióloga Elisa Berlitz Ilha (2016), utilizando-se de termo proposto por Isabel Cristina de Moura Carvalho (2012)⁶ caracteriza os pescadores “amigos dos botos” como sujeitos ecológicos.

Os pescadores artesanais de tarrafa [...] apresentam um vasto conhecimento biológico sobre o seu espaço relacional. Não só sobre a biologia reprodutiva, migratória e a morfologia das espécies, mas também como elas interagem com as marés, ventos, períodos do ano e até mesmo com outras espécies. [...] É, em diversas significações, a apresentação desses sujeitos-narradores enquanto **sujeitos ecológicos**, isto é, sujeitos que possuem uma existência ecologicamente orientada, que compreendem e discutem os dilemas que surgem em seu contexto socioambiental [...]. As atitudes que orientam as decisões e os posicionamentos dos sujeitos ecológicos em seu espaço relacional são dadas de forma a respeitar a diversidade [...] (ILHA, 2016, p.77).

São inúmeras as falas dos pescadores “amigos dos botos” que permitem afirmar que suas práticas de pesca são ecologicamente orientadas. No trecho a seguir, um dos pescadores relata o cuidado em utilizar o tamanho correto de malha para pescar tainhas⁷.

Entrevistador - O pescador fala que preferem uma tarrafa de sete, de cinco, dependendo...

Pescador 1 - É! Depende né? Depende, depende o tamanho da tarrafa, né? Malha sete, malha seis, malha... porque a tarrafa, a malha pra nós aqui, a malha mesmo que que, que (*pescador repetindo as palavras*) é o ideal pra nós pescar aqui em Tramandaí, é a malha seis.

Entrevistador - Malha seis.

Pescador 1 - É! Malha seis, é a malha o suficiente pra nós aqui, né? Mas assim, pra nós na época da Tainha, o que nós fizemo? Nós pescamos com a malha sete. Que nem essa aqui ó, essa aqui é a malha sete. Essa aqui hoje, essa aqui tem hoje, tem quatro dia d'água. Né? Eu pesquei dois dias com ela, eu guardei agora no meio de maio e abril, e eu pego e pesco a tarrafa de malha sete [...] (TRECHO DE ENTREVISTA CONCEDIDA AO PROJETO FORTALECIMENTO DA PESCA ARTESANAL COOPERATIVA E DE EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA CADEIA PRODUTIVA DO PEIXE EM IMBÉ E TRAMANDAÍ/RS, 2017).

3.2 VALORIZAÇÃO DAS TRADIÇÕES CULTURAIS

Pelas análises feitas a partir de entrevistas abertas realizadas pela equipe do Projeto Fortalecimento da Pesca Artesanal Cooperativa identifica-se que a questão de valorizar as tradições culturais existentes - apontada por Stavenhagen (1985) como um dos aspectos a serem observados para pensar o etnodesenvolvimento – aparece nas falas dos pescadores

⁶ Cf. CARVALHO, I.C.M. 2012. Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico. 6a edição. São Paulo: Cortez. 255p.

⁷ Segundo a Instrução Normativa 17/2004, do Ministério do Meio Ambiente, o tamanho mínimo de malha para pesca com tarrafa é seis. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2004/in_mma_17_2004_criteriospescabaciahidrograficadoriotramandai_rs.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2018.

como uma situação ambígua, de conflito. Ao mesmo tempo em que eles ajudam a preservar o meio e gostariam que a pesca cooperativa se perpetuasse, as condições para tal não são favoráveis:

Pescador 2: Tudo errado, tudo errado, sabe assim ó... sem comentários! Sem comentários! Eles vem prender o pai ensinando o filhinho a pescar, o pai com a criança. Vim incentivar, vim incentivar né? Qual é o turismo que tem aqui? Não tem nada, não tem nada, a prefeitura não limpa nada, não faz nada pra agradar, a fiscalização nada funciona. [...]

Entrevistador: Senhor acha que tem futuro essa pesca?

Pescador 2: Não, não! Se viver exclusivamente só da pesca morre de fome, pessoa que diz que vive só da pesca é mentiroso. Único que vive exclusivamente da pesca é o meu irmão. Ele pesca com rede na lagoa, ele bota mil metros tira mil metros sozinho, ele põe todo dia com setenta e dois anos, esse é o que vive da pesca o resto é menti... o resto que disse que vive é mentiroso (TRECHO DE ENTREVISTA CONCEDIDA AO PROJETO FORTALECIMENTO DA PESCA ARTESANAL COOPERATIVA E DE EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA CADEIA PRODUTIVA DO PEIXE EM IMBÉ E TRAMANDAÍ/RS, 2016).

Nota-se uma ameaça real de extinção dos saberes da pesca cooperativa. O grupo é pequeno e apesar de gostar muito do que fazem os pescadores “amigos dos botos” não desejam que seus filhos sigam o mesmo caminho, pois não veem um futuro promissor na atividade. No questionário aplicado pelas equipes dos Projetos, durante os meses de março a julho de 2016, quando perguntados “se tivesse chance de escolher outra profissão, você escolheria?” três deles responderam que sim. No entanto, todos responderam que não à pergunta “você apoia/apoiaria seus filhos a serem pescadores?”.

Um dos elementos que os leva a pensar desta forma é a diminuição dos estoques pesqueiros, desde vinte há trinta anos atrás. Dos dez pescadores “amigos dos botos”, apenas um acha que as quantidades capturadas permanecem constantes com o passar dos anos (esta era outra pergunta do questionário):

Pescador 3 - Era peixe de montão porque naquela época tinha peixe de montão. Aí depois veio muita rede, muita bagunça e um chafurdo e vai diminuindo né, as coisas. Mas naquela época tinha bastante, bastante peixe aí, agora diminuiu bastante por causa dessas coisas aí, um chafurdo, eu não sei o quê que é, é rede, muita bagunça né? Tinha baliza, tinha respeito, hoje em dia tá tudo virado numa coisa né? Agora a gente não sabe nem o que falar.

Entrevistador - Dava mais peixe antes?

Pescador 3 – Bah! Muito mais, né? (TRECHO DE ENTREVISTA CONCEDIDA AO PROJETO FORTALECIMENTO DA PESCA ARTESANAL COOPERATIVA E DE EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA CADEIA PRODUTIVA DO PEIXE EM IMBÉ E TRAMANDAÍ/RS, 2017).

Diversos outros aspectos dificultam a preservação cultural da pesca cooperativa como: a disputa pelo espaço físico da Barra por turistas, comerciantes, Transpetro, ramo imobiliário e outros pescadores; a ilegalidade de pescadores amadores que pescam com tarrafas⁸; a poluição e degradação ambiental; a falta de fiscalização e punição para as arbitrariedades cometidas pela indústria pesqueira e os casos de corrupção no Seguro Defeso.

Por outro lado, há o esforço de alguns setores da sociedade em reger a utilização do espaço na Barra⁹ e preservar a pesca cooperativa. Nesse sentido, os projetos “Botos da Barra” e “Fortalecimento da Pesca Artesanal Cooperativa” têm promovido algumas atividades e ações para a divulgação desta pesca e visibilidade para os pescadores “amigos dos botos”.

Em julho de 2016, os projetos apresentaram o resumo expandido “Pesca Cooperativa no Estuário do Rio Tramandaí: fortalecimento e valorização do pescador artesanal de tarrafa”, durante o evento “Territórios e Agroflorestas em Rede”, como forma de levar o debate para o meio acadêmico.

Foi realizado um curso interdisciplinar de formação em educação ambiental para os professores de escolas municipais e estaduais de Imbé e Tramandaí, o qual abordou aspectos biológicos, histórico-culturais e educacionais sobre os botos, a Barra e região. Participaram 33 professores de diversas áreas do conhecimento.

Placas informativas sobre os botos e a “pesca cooperativa” foram afixadas dos dois lados da Barra (Tramandaí e Imbé), no mês de agosto de 2016. No verão do ano seguinte foram realizadas várias *blitz* ambientais na beira da praia, junto com os pescadores, divulgando sobre a importância da Barra para o ecossistema local e como valor sociocultural.

Além dos exemplos citados, várias outras atividades foram realizadas com crianças, visando à educação ambiental e com os próprios pescadores “amigos dos botos”, para sua formação. Os impactos das ações ainda não foram avaliados, mas demonstram o esforço das equipes dos projetos e o envolvimento de outros grupos da sociedade (prefeituras, professores, etc.) em dar visibilidade aos botos e à pesca cooperativa.

⁸ Segundo a Instrução Normativa nº 17, do Ministério de Meio Ambiente, somente os pescadores profissionais artesanais portadores de registro geral de pesca e licença ambiental de pesca podem pescar de tarrafa. Para os amadores é permitido o uso de linha de mão ou vara, linha e anzol, carretilha ou molinete com no máximo 3 anzóis simples. Embora esta seja uma legislação amplamente difundida entre os setores envolvidos com a pesca praticamente não há fiscalização da Patrulha Ambiental no local, o que contribui para que a prática irregular se mantenha e os pescadores profissionais sejam prejudicados.

⁹ A partir do ano 2011, as pessoas que se utilizavam de jet ski, lanchas e equipamentos de *kite surf* para adentrar o canal foram proibidas de fazê-lo. O Poder Executivo de Imbé, através da Lei nº 1.328/2011 determinou que o canal da Barra deve ser considerado Área Especial, permitindo apenas a saída de embarcações do Rio Tramandaí e a pesca de tarrafa e caniço. Em Tramandaí a legislação é do ano de 2015 (1.129/2015) e faz o regramento de uso da zona costeira do município, ficando a utilização do canal da Barra restrito às embarcações do TEDUT, às embarcações classificadas pela Marinha do Brasil como para Navegação em Mar Aberto e às embarcações dos residentes à Avenida Beira-Rio em deslocamento para a lagoa.

Entende-se que a autonomia cultural proposta por Little (2002, p.8) enquanto “guia principal para o estabelecimento das condições necessárias para a implementação do etnodesenvolvimento” trata também de reconhecimento: interno deles, enquanto grupo portador de uma tradição e saberes específicos (autorreconhecimento) e da sociedade do entorno para com eles.

Dessa forma, com o apoio dos pescadores, os projetos “Botos da Barra” e “Fortalecimento da Pesca Artesanal Cooperativa” têm proporcionado a divulgação da pesca com os botos destacando a sua importância para manutenção da biodiversidade local. Assim, almejam alcançar o reconhecimento desses pescadores como grupo que tem uma cultura própria diante da sociedade mais ampla (reconhecimento externo).

Internamente, o grupo tem vivenciado a autogestão desde as primeiras reuniões com as equipes dos projetos, incluindo ou rejeitando sugestões de outros pescadores para fazer parte do grupo (autoatribuição, reconhecimento interno), definindo os temas que queriam debater nas capacitações, priorizando suas demandas (protetores solares, material de pesca, roupas para pescar, etc.) e posicionando-se politicamente diante de temas afetos à pesca cooperativa e à Barra. “[...] a autonomia cultural implica ter uma participação direta nas decisões sobre o destino dos recursos naturais contidos no seu território e, igualmente importante, controle sobre os recursos culturais do grupo [...]” (LITTLE, 2002, p.9).

3.3 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Outro fator apontado por Stavenhagen (1985, p. 19) como fundamental para o etnodesenvolvimento é a participação dos cidadãos em todas as etapas do processo de desenvolvimento: levantamento de demandas, planejamento, execução e avaliação: “O desenvolvimento deve ser deslocado dos escritórios dos burocratas para o seu verdadeiro lugar: as bases. Isto coloca, naturalmente, o problema do poder político, que é, talvez, a questão fundamental do desenvolvimento hoje”.

Paralelamente, Little (2002) aponta que para a autonomia cultural acontecer é necessário que ela se desenvolva nos planos político, econômico e simbólico. Aqui, destacar-se-á o primeiro deles. Nos questionários aplicados com os pescadores “amigos dos botos”, todos eles responderam positivamente a duas questões importantes relacionadas à participação política: “você possui vínculo com alguma associação ou entidade representativa de pesca?” e “você participa de reuniões e discussões sobre pesca na cidade?”. Alguns deles destacaram que consideram essa participação importante para estarem bem informados.

Essa postura de participação ativa e comprometimento deles é percebida nas reuniões e encontros que os profissionais dos projetos propõem. De cerca de 20 compromissos agendados, somente um deles não aconteceu por falta de quorum.

Outra observação que é importante destacar é que à medida que eles foram conhecendo os profissionais dos projetos e se aproximando, muitas vezes, questionaram e substituíram pontos de pauta estabelecidos para as reuniões. Este foi um aspecto comemorado pelas equipes, visto que a autogestão é um dos pilares do projeto “Fortalecimento da Pesca Artesanal Cooperativa”. A partir de então, passaram todos a trazer suas demandas; a construir, coletivamente, as próximas ações dos projetos, sobretudo deste último; a participar das atividades nas quais eles não eram o público-alvo e; a avaliar as práticas que foram feitas com eles como capacitações, sugerindo novos temas e formatos.

Dessa forma, acredita-se que o grupo está exercendo sua autonomia no campo político, de forma ativa, segundo os preceitos de Stavenhagen (1985).

4 CONCLUSÃO

Embora os autores referência deste ensaio tenham construído a teoria do etnodesenvolvimento em um contexto amplo, dos Estados-nação, acredita-se que por se tratar de desenvolvimento, ela caiba, também, nos microespaços sociais. Assim, buscou-se observar quais características e fatores vivenciados pelos pescadores “amigos dos botos” em parceria com dois projetos de IES, demonstram que eles poderiam fazer parte de uma estratégia de etnodesenvolvimento.

A compreensão de que esses pescadores possuem um saber específico (a pesca cooperativa) transmitido geracionalmente é fato incontestado, assim como a autoatribuição que desde o ano 2014 eles vêm exercendo mais fortemente.

A sua caracterização no meio acadêmico enquanto “sujeitos ecológicos”, que conhecem e protegem o ecossistema local, reforça o entendimento dos autores utilizados e da legislação brasileira que os reconhece enquanto população tradicional, também, por terem uma relação diferenciada com a natureza, com o meio em que vivem.

Sobre a valorização da Pesca Cooperativa como cultura específica do grupo sabe-se que os desafios são grandes, tendo em vista a disputa que há pelo território da Barra. Porém, acredita-se que a parceria estabelecida pelos profissionais dos projetos e a interlocução com os pescadores e outros atores tem rendido bons frutos no sentido do regramento dos espaços de uso da Barra (a proibição dos esportes náuticos) e de fortalecimento desses sujeitos para a conservação da biodiversidade. Empoderados, eles estão firmes para ir atrás de seus direitos, levar suas demandas para os níveis competentes e, assim, construir o seu etnodesenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Decreto 6.040**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 20 jan. 2018.
- COELHO-DE-SOUZA, G., PERUCCHI, L. (Orgs.). **Cartilha do Pescador Artesanal: etnoecologia, direitos e territórios na bacia do rio Tramandaí**. Maquiné: Via Sapiens, 2015.
- ILHA, Elisa B. **Pescadores e Botos: histórias de uma conexão em rede**. 92f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) - Instituto de Biociências e Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- LITTLE, Paul E. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. **Tellus**, ano 2, n. 3, p. 33-52, out. 2002.
- SANFELICE, Daniela. **Projeto de Fortalecimento da Pesca Artesanal Cooperativa e de Empreendimentos de Economia Solidária na Cadeia Produtiva do Peixe em Tramandaí e Imbé/RS**. 2014.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário Antropológico**, n.84, p. 11-44, 1985.
- ZAPPES, C. A. et al. Human-dolphin (*Tursiops truncatus* Montagu, 1821) cooperative fishery and its influence on cast net fishing activities in Barra de Imbé/Tramandaí, Southern Brazil. **Ocean & Coastal Management**, Cambridge, v. 54, n. 5, p. 427-432, 2011.

A GOVERNANÇA DOS RECURSOS NATURAIS NAS FRONTEIRAS AGRÍCOLAS DOS CERRADOS NORDESTINOS DO BRASIL

Valter Lúcio de Oliveira¹

Eve Anne Bühler²

Resumo

Analisaremos, a partir de dados empíricos, a relação entre operadores políticos do Estado e as elites do agronegócio buscando compreender a dinâmica de elaboração das leis e normas que regulam o avanço agrícola no Cerrado. Destacaremos que a *regularização* de propriedades em situação irregular é parte fundamental do processo de *regulação* da expansão agrícola. Observa-se que ao atuar em diversas escalas para interferir na forma de controle e legalização das propriedades, o agronegócio se beneficia dos mecanismos de regulação ambiental e fundiário. Na medida em que controlam tais mecanismos e os direcionam aos interesses do setor, alcança-se a segurança jurídica e a legitimidade ambiental indispensáveis à consolidação de um mercado fundiário regional e à inserção dos produtores no mercado agroalimentar. No entanto, as consequências ambientais do desmatamento do Cerrado permanecem minimizadas pelos produtores agrícolas e pelo poder público ou consideradas efeitos do progresso que eles se dizem representantes. Neste contexto a forma com a qual o avanço agrícola está sendo regulado, envolvendo as arbitragens entre conservação e exploração da natureza, pode ser interpretado como um momento peculiar da governança ambiental brasileira. Momento em que se evidencia um processo de neoliberalização da natureza definido pela forma com que agentes econômicos se posicionam frente às leis e normas e as traduzem na exploração dos recursos naturais e na consequente alteração da dinâmica dos ciclos biológico e hidrológicos.

Palavras-chave: Governança ambiental, neoliberalização da natureza, Cerrados Nordestinos

¹ Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais e Programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e Sociologia e Direito (PPGSD) - Universidade Federal Fluminense – UFF. E-mail:

valteroliveira@id.uff.br

² Departamento de Geografia e Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) - Universidade Federal do Rio de Janeiro– UFRJ. E-mail: eve.buhler@gmail.com

Introdução³

No Brasil, o que se produz atualmente sobre o Cerrado, guarda paralelo como o que se passou no século 19 com a mata atlântica. Impulsionado por lógicas muito semelhantes, havia tanto o imperativo econômico, quanto o imperativo moral. Inclusive o discurso de sustentar a economia nacional, como se verifica atualmente, também estava em voga naquele período. Conforme apontado por Dean (1996, p. 183,184) “O governo imperial desejava ampliar o comércio porque praticamente toda a sua receita derivava de taxas de importação” e, nesse sentido, “o império tinha, como axioma que, uma vez satisfeitas as demandas dos proprietários de terra, estes em troca obteriam divisas para cobrir as despesas do Estado”. Neste caso o café está para a Mata Atlântica assim como a soja está para o Cerrado. Conforme descrição de Dean (1996, p.195,196), o café encontrou um ambiente ideal para o seu desenvolvimento no Rio de Janeiro e suas características ecológicas impuseram limites físicos à expansão para outras regiões. “O café avançou, portanto, pelas terras altas, de geração para geração, nada deixando em seu rastro além de montanhas desnudadas”.

É isso o que fundamentalmente vem ocorrendo em grandes áreas do Cerrado. Fortalecidos pelo discurso de que são o principal suporte da economia nacional e investindo no marketing da eficiência, do aprimoramento e da indispensabilidade⁴, a agricultura empresarial que se estabeleceu e continua se expandido por uma vasta região dominada pelos Cerrados nordestinos o tem feito às custas de importantes efeitos sobre tal ambiente. O que se constata é que na mesma medida em que se nota a valorização e expansão do agronegócio fica notório a depreciação e redução das áreas de Cerrado. Esse movimento contou com a colaboração imprescindível de agentes controladores do Estado, das suas agências de pesquisas e dos setores industriais relacionados à agropecuária. Apenas a partir da atuação de tais agentes foi possível introduzir as áreas do Cerrado nas atuais cadeias globais de valor.

³ Este artigo também foi enviado para o 56º Congresso Internacional de Americanistas que ocorrerá entre os dias 15 e 20 de julho de 2018 em Salamanca-Espanha. Por se tratar de públicos diferentes, consideramos pertinente apresentá-lo e discutir seu conteúdo em ambos os espaços.

⁴ Durante várias semanas a Rede Globo, principal rede de telecomunicação do Brasil, produziu e divulgou em horário nobre da TV aberta, diferentes versões de uma propaganda muito bem elaborada e de alta qualidade visual, que sempre iniciavam com a seguinte frase: “Agro: a Indústria-Riqueza do Brasil” e sempre finalizavam com o mesmo mote: “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”. Conforme diretor de marketing da Rede Globo, o objetivo da propaganda era fortalecer a marca do “agro” e criar empatia e segurança na população em geral; “a ideia é fazer com que o brasileiro tenha orgulho do agro”. “Queremos mostrar que a riqueza gerada pelo agronegócio movimenta os outros setores da economia”. Conforme: <http://www.startagro.agr.br/por-que-o-agronegocio-precisa-de-uma-comunicacao-moderna/>

No entanto, a representação social das questões ambientais contemporâneas fez com que se notasse uma espetacular expansão da sensibilidade ecológica que, por sua vez, faz com que quase todo mundo se diga ecologista (ALPHANDÉRY et al, 1992). Frente a tal “consenso” se tornou improvável qualquer agente, público ou privado, expor, de forma impune, discursos ou práticas depreciativas do meio ambiente. Nota-se, ao contrário, um esforço dos diversos agentes envolvidos com as diferentes cadeias produtivas de eufemizar suas práticas de modo a incorporar um sentido de responsabilidade ambiental. Em relação ao agronegócio que se expandiu para o Cerrado, essa perspectiva se apoiou, a princípio, na ideia de que a Amazônia seria preservada, mesmo que em detrimento do Cerrado. Atualmente a sensibilidade ecológica também fez com que a “opinião pública” se despertasse para a importância ecossistêmica do Cerrado e, assim, tanto os agentes do agronegócio quanto os operadores do Estado se voltassem, ao menos de forma discursiva, para a sua proteção ou formulação de justificativas para seu uso.

É nesse sentido que este artigo busca analisar a constituição de uma governança ambiental estabelecida a partir da relação entre atores localizados na estrutura de funcionamento do Estado e as elites do agronegócio buscando compreender a dinâmica de elaboração das leis e normas que regulam e, ao mesmo tempo, promovem o avanço agrícola no Cerrado. Trata-se de refletir acerca dos mecanismos legais e operacionais que remetem a uma perspectiva de governança ambiental que articula o apelo ambiental difuso na sociedade à promoção dos interesses dos atores ligados às cadeias produtivas. Estabelece-se um processo de neoliberalização da natureza definido pela forma com que agentes econômicos se posicionam frente às leis e normas e incorporam as necessidades ambientais e traduzem esta conjunção na exploração dos recursos naturais.

Neoliberalização da natureza e o discurso ambiental do agronegócio

Apesar de serem essenciais ao funcionamento do mundo globalizado contemporâneo, os países da América Latina e Caribe participam das cadeias globais agregando pouco valor aos seus produtos. Inserem-se na origem de tais cadeias exportando bens e produtos intensivos em recursos naturais que servirão a processos produtivos dotados de maior valor agregado em países economicamente centrais. (ESTEVADEORDAL et al, 2013). Vale destacar que dos 10 principais produtos exportados pelo Brasil em 2011, sete são produtos primários ou produtos pouco processados baseados em recursos naturais. Destes, metade são provenientes da agricultura e apenas um dentre estes cinco recebe algum processamento

inicial⁵. A predominância destes produtos na economia do país se ampliou significativamente a partir de 2009 quando se intensificou as relações comerciais com a China. Dos produtos que o Brasil exporta para este país quase 90% são bens primários e dois terços de toda a exportação para a China é constituído de soja e minério de ferro (STURGEON ET AL, 2013). Esse modelo de desenvolvimento que envolve relações de poder multiescalares valorizam os espaços conforme o valor dos recursos naturais exploráveis.

A centralidade dos produtos primários na pauta comercial da América Latina inspirou Svampa (2012) a sugerir que estávamos vivendo uma espécie de “consenso das commodities” em alusão ao que foi o Consenso de Washington cujo foco estava voltado para a valorização financeira. Esta autora identifica que ingressamos em uma nova ordem econômica e política impulsionada fortemente pelos preços das commodities e pela pressão do consumo nos países em desenvolvimento. Tal diagnóstico vai no sentido do que aponta Brandão (2017, p.51) ao considerar que nos

principais países da América Latina, os temas da desindustrialização, reprimarização, neoextrativismo, entrega do patrimônio comum e/ou público à “iniciativa privada” forânea, a expansão dos enclaves de exploração de recursos naturais, a especialização regressiva em bens primários, dentre outros fenômenos, estão todos de volta e se reatualizam na velha narrativa da necessidade de modernização desses países, imposta pela presente rodada de neoliberalização, que varre todo o continente neste ano de 2016.

Se este processo já foi marcante nos governos progressistas na década de 2000, ele vem se intensificando com os novos governos de verniz ainda mais neoliberal e politicamente conservadores vigentes atualmente, nos quais a participação e influência dos ruralistas fica bastante notória.

No entanto, falar de “neoliberalismo” pode mais atrapalhar a compreensão de determinados fenômenos, pois ao definir como neoliberal a política econômica de governos muito diferentes, viu-se diante de dificuldades heurísticas na utilização de tal conceito⁶. Sendo assim, nos parece mais interessante pensar em processos que implicam práticas de neoliberalização, como sugere Noel Castree (2008a, 2008b), do que aplicar um conceito geral para definir práticas estatais diversas e muitas vezes contraditórias. Assim, mesmo em países que atribuíram maior importância ao Estado na condução de processos econômicos e

⁵ Para maiores detalhes ver Sturgeon et al (2013) http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/115_AEJBKS.pdf.pdf

⁶ Tais ponderações estão sistematizadas em Maillet (2015)

produtivos, como foi o caso de vários países latino americano, com destaque para o Brasil, pode-se identificar a aplicação setorial de políticas econômicas e difusão de determinadas lógicas que remetem a um processo de neoliberalização. Consideramos, portanto, analiticamente produtivo pensar as práticas dos agentes do agronegócio e seus efeitos sobre os recursos naturais a partir dos mecanismos estruturais e específicos que remetem, ao menos em determinado sentido, ao neoliberalismo.

Nas regiões de fronteira agrícola dominadas pelo agronegócio as questões ligadas ao processo de neoliberalização da natureza e do rural são particularmente manifestas. O Estado, após ter ocupado o papel de maior promotor do avanço da agricultura para o Centro Oeste, destinando pesados investimento no reequilíbrio territorial, na pesquisa, no financiamento da produção e infraestruturas, alterou sua estratégia nos últimos anos. Sem abandonar totalmente as ferramentas até então empregadas, ele busca desde os anos 1990 repassar parte destas iniciativas para o setor privado. Considerando que a neoliberalização não é um processo linear, cada Estado o experimenta de forma particular (BRENNER et al. 2010). Dessa forma, observa-se a articulação de regras gerais, que vão além das fronteiras e se impõe como tendência, com as características locais específicas de caráter históricos, territoriais e políticos que os conduzem a efetuar certas adaptações, por tentativa e erro, e a constituir sua originalidade. Analisaremos em seguida, os processos em jogo nestas regiões colocando o foco no papel dos atores públicos e privados inserido numa dinâmica de governança ambiental, bem como sobre a produção de discursos e normas que sustentam a apropriação privada e frequentemente ilegal do Cerrado por elites agrárias integradas ao mercado mundial de commodities.

Segurança jurídica e governança ambiental: a dinâmica de regularização e regulação da expansão agrícola.

O conceito de governança ambiental remete a um processo de interação entre grupos de pessoas e instituições que, a partir de arranjos institucionais, administram seus interesses e influenciam os meios pelos quais decisões e ações formais e informais são tomadas em relação aos usos da natureza (BRIDGE; PERREAULT, 2009). A partir dessa perspectiva pode-se analisar a permeabilidade do Estado às influências de diferentes atores.

Ainda que seja possível formular tipos ideais que remetem aos polos definidos pelo mercado ou pelo Estado, o que se verifica na prática, são experiências híbridas tensionadas pelos atores que se embrenham nesse processo. Especificamente no que se refere à

governança ambiental, as tentativas de estabelecer um mercado do meio ambiente não podem se efetivar sem um enquadramento institucional voluntarista centrado no Estado e no seu aparelho regulatório. Trata-se de um enquadramento que se efetiva a partir da “colaboração” de atores econômicos diretamente interessados. Os instrumentos de governança ambiental que se apoiam sobre uma retórica do mercado podem ser defendidos em nome do liberalismo e da eficiência econômica, mas eles são, ao mesmo tempo, uma forma de proteção dos interesses da elite econômica (Bull et al., 2014) ao modificar, em profundidade, o pensamento e a gestão da natureza.

Nesse sentido, as fronteiras agrícolas se efetivam como “chaves espaço-temporal” importantes no processo de incorporação de recursos naturais ao circuito econômico e suas transformação em fonte de acumulação do capital (Martins, 2009; Machado, 1994; Bernardes, 2005). A dinâmica que se estabelece nessas regiões além de conflitiva, “renova” os atores, intensifica a utilização de recursos e tem no Estado um ator em estreita relação com os atores privados locais e, de forma coordenada, ou não, vão definindo o ritmo do avanço da agricultura. A dinâmica estabelecida a partir desse processo de governança possibilita pouca margem de manobra para se impor regulações ambientais mais eficientes e eficazes. Assim, estes espaços de monocultura que substituíram a vegetação natural criando vastos territórios dominados pelo agronegócio vão constituindo o que Hecht (2005) define como “zonas de sacrifício”.

Com a atuação direta do Estado, as novas regiões agrícolas consolidam dessa forma o poder de atores do agronegócio em diferentes escalas, tanto nos espaços públicos quanto privados, e produzem formas corporativistas de organização e de utilização do espaço que favoresem a acumulação do capital (Frederico et Almeida, 2016).

Associados aos aspectos discutidos acima, dois eventos tiveram um papel importante em favor da mercantilização do Cerrado e contribuem para o estabelecimento de um novo quadro de referências normativas para os atores do setor: a revisão do Código Florestal e a edição de uma lei de regularização fundiária no estado do Piauí. Se o Código Florestal introduz alteração no uso do solo, a lei de regularização fundiária permite a conversão de terras devolutas em terras privadas. São dois processos que introduzem ou reforçam mecanismos de privatização e mercantilização da natureza.

A apropriação privada e a mercantilização já fomenta a emergência de novos mercados e vem mobilizando vários atores, mesmo que a regulamentação da lei ainda não tenha sido concluída. Uma importante alteração introduzida com o novo código tem relação com a negociação de áreas para a compensação de reserva legal possibilitada pelas Cotas de Reserva

Ambiental (CRA). Trata-se de um mecanismo que permite a venda ou a servidão de áreas para o fim de regularização ambiental. Se até então uma área de terra com florestas era menos valorizada economicamente em relação a uma área completamente desmatada, com os mecanismos de compensação propostos no novo código as áreas de florestas passam também a ter algum interesse econômico. Do ponto de vista do mercado, isso vem sendo tratado como a abertura de novas oportunidades de negócios⁷.

Tal possibilidade aberta com o novo código e, no geral, a própria lei, é defendida como algo que veio para “modernizar” a relação entre produção e meio ambiente. O discurso da modernização vai associado à lógica da eficiência produtiva e à lógica da segurança jurídica. É perceptível a importância da regulação e da regularização tanto no que se refere às questões ambientais quanto às fundiárias. Na verdade, as duas questões estão intimamente relacionadas. As questões relacionadas à segurança jurídica e aos processos de regulamentação e regularização ficam bem destacados nas falas de dois técnicos do Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) ao apresentarem o trabalho de regularização fundiária que estavam desenvolvendo:

a meta do INTERPI [é] implementar a regularização fundiária (...) no Piauí todo. Segurança jurídica: os proprietários visando a ampliação do processo produtivo, a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Dar respostas aos processos judiciais. (...) O juiz já está mandando esses processos para cá, que sabe que a gente tá trabalhando na região. (...) Nada melhor que nós que estamos trabalhando na área para dar um parecer jurídico e técnico nessas áreas.

Como a gente já estava com esse projeto de regularização fundiária, houve a necessidade da gente estar criando o centro de geotecnologia fundiária ambiental e aí esse centro, todo o equipamento necessário para gente ter esse banco de dados e o objetivo principal é a gente fazer a regularização fundiária casada com a regularização ambiental, nenhum processo de regularização fundiária pode ser concluído sem que essa área esteja ambientalmente regular. O INTERPI é aqui no terceiro andar, e a secretaria de Meio Ambiente, é aqui no 4 andar. Para isso foi publicado portaria, decretos que regulamentam todo esse trabalho.

É recorrente na história do Brasil notar situações em que a “modernização” caminha

⁷ Ver as reportagens em:

<http://www.ecconsolucoesambientais.com.br/oportunidades-em-areas-rurais-com-floresta-volume-xxvii-ago-2017/>

<http://exame.abril.com.br/negocios/dino/cresce-a-procura-por-areas-rurais-para-compensacao-ambiental-no-brasil/>

lado a lado com o atraso (MARTINS, 2009) e em muitas dessas situações seus próprios agentes se valem de práticas pouco modernas para alcançar seus objetivos de “modernização”. Conforme os técnicos do INTERPI afirmaram em entrevista que nos concederam, a quase totalidade das terras do estado do Piauí tem origem em grilagem, sobretudo aquelas do Cerrado ocupadas pela agricultura empresarial. Esta constatação fez com que agentes do Estado aliados e/ou pressionados pelos atores dominantes diretamente interessados, investissem no processo de regularização fundiária. Esta regularização vem sendo feita claramente em favor dos produtores e não do Estado. É legalização de terras que foram adquiridas de forma fraudulenta e altamente conflitiva, conforme extrato da entrevista realizada com um técnico do INPERPI.

Entrevistador: E a quantidade de terras do Cerrado, vocês tem uma ideia de quanto é?

Entrevistada: Ao todo não. Esse é outro dado que a gente pegou, a falta de regularização, principalmente no Cerrado, o dr. Eliomoar, juiz da Vara Agrária, hoje tem mais de 2 milhões de conflitos agrários judicializados, o aumento de grilagem de terras, corrupção estadual. O INTERPI é um órgão que alguns anos atrás houve coisa assim feias, cartórios, justiça, tensão social permanente, insegurança jurídica, muitos investidores tem vontade de vir, hoje já tem, várias indústrias que tá vindo que está se instalando no PI, porque já tem uma segurança jurídica, mas era muito difícil.

Os conflitos agrários também se acentuaram em função do novo Código Florestal. São as consequências não premeditada desta lei. Em uma das áreas em que realizamos nossa pesquisa empírica havia um conflito deflagrado entre os colonos sulistas que chegaram naquela área no final da década de 1990, e pretensos proprietários que se apossaram de áreas de florestas destinadas à Reserva Legal mantida em sistema de “condomínio” por parte dos produtores de Nova Santa Rita, um distrito chamado pertencente ao município de Uruçuí, localizado no sul do estado do Piauí. Os agricultores de Nova Santa Rosa foram atraídos para aquela região por um dos maiores grileiros do estado. Conforme depoimento colhido junto a uma tabeliã do município de Uruçuí, a origem daquela área está em uma propriedade de 10 mil hectares (que também tinha origem ilegal), adquirida pelo citado grileiro. A partir dessa área ele entrou na justiça com sucessivos processos de retificação até transformar 10 mil ha em 35 mil ha. Evidencia, portanto, uma prática que conta com a contribuição do próprio poder judiciário. Assim, a área em que tais agricultores se estabeleceram e ali estão desde então está

completamente irregular, pois não é reconhecida pelo Estado. Esta área é uma das que vem sendo regularizada pelo INTERPI.

Pois bem, a área em que estes agricultores se estabeleceram são áreas irregulares, mas de uso consolidado, o que tem levado os agentes do Estado a promover a regularização em nome dos atuais ocupantes. Como mencionado, o conflito em que estão envolvidos se concentra na área que destinaram para Reserva Legal e a hipótese que nos parece a mais plausível é que com o novo Código Florestal, o produtor agrícola pode produzir nas áreas mais aptas para a agricultura que pratica, que são também as mais valorizadas economicamente, e destinar para a Reserva Legal um área sem interesse produtivo distante de sua propriedade, mas, como define a lei, pertencente ao mesmo bioma. Assim, nas áreas de Reserva Legal que se localizam em regiões valorizadas pela grande agricultura intensiva em tecnologias é onde os conflitos se intensificam.

Além disso, vigora a lógica colonizadora de que a terra coberta pela vegetação nativa, aquela que caracteriza o Cerrado, não tem dono e nem gera valor e, portanto, segundo tal lógica, deveria ser apropriada. Dessa forma, é ali onde os conflitos se localizam e se acirram. Como fica claro nos depoimentos abaixo obtidos dos operadores diretos do processo de regularização fundiária, áreas que foram desmatadas e incluídas no processo produtivo são áreas consideradas pacificadas:

Entrevistador: É onde estão esses grandes (produtores) que tem conflito?

Entrevistado: Não, os conflitos estão em terra sem nada. Terras a ser desbravadas. Quando você vê plantação de soja, já está tudo apaziguado. (...) Uma área de conflito grande é em Uruçuí, essas áreas aqui....(mostrando no mapa)

Entrevistada: Lá em Baixa Grande do Ribeiro, aquele conflito recente, lá no Brejo Seco.

Entrevistador: Lá onde morreu duas pessoas?

Entrevistado: Isso, pessoas brigando por terra. Cercando uma terra maior que outro, aí começam as brigas, mas depois que está definido plantado soja ai não tem conflito não.

Entrevistador: Essas áreas abertas permeadas por essas áreas escuras, essas áreas escuras são áreas potenciais?

Entrevistado: Exatamente. (...) Ou ela está sendo especulada, ou ela está em processo de regularização ou não tem documento, ou não está reconhecida ainda.

Entrevistada: Ou em processo de licença ambiental para poder derrubar, entendeu?

Entrevistado: A maior parte dessa área aqui tá em conflito.

Entrevistadora: Entre quem é quem?

Entrevistado: Na verdade é um grupo de outra fazenda próxima que tá dizendo que é dele e teve outro grupo que se diz se dono.

A regularização das irregularidades: o discurso ambientalmente contraditório da eficiência

Ocorre, como vimos, uma assimilação de práticas do setor privado pelo público visando com isso atender à lógica da eficiência, no sentido de uma “nova gestão pública” (MARCH, 2013). Esta lógica tem uma relação direta com o processo de privatização e, nesse sentido, não há o desaparecimento do Estado, mas a adoção por este de lógicas próprias do setor privado para atender aos interesses privados. Evidência que reafirma tal perspectiva é o fato verificado a campo em que especialistas do Banco Mundial assessoram certas iniciativas relacionadas aos processos de regularização.

Nas regiões em que o agronegócio tem avançado, sobretudo nos Cerrados nordestinos, as terras que eram devolutas e tinham uso coletivo e extensivo, são convertidas em terras privadas e formalizadas em nome dos que a dominaram. Nessas áreas além da terra, outros elementos da natureza são convertidos em ativos imprescindíveis ao avanço deste tipo de agricultura produtora de commodities. É o caso das chuvas. Mais do que a terra, o que se compra nessas regiões, conforme é recorrentemente apontado pelos agricultores, é a chuva. Áreas com alto índice pluviométrico tem seu valor várias vezes multiplicado, significando, portanto, a precificação e a mercantilização das chuvas. O mesmo vale para o relevo. As áreas que interessam para este tipo de agricultura são aquelas áreas cujo relevo favorece o processo de mecanificação da produção. Área com tal característica terá menos chances de manter sua vegetação nativa em pé⁸. Em certas regiões a água dos rios também é utilizada para irrigação produzindo efeitos ambientais cuja responsabilidade será compartilhada com a população em geral⁹. Observa-se, assim, um processo de controle de recursos que não eram até então

⁸ Em relação a esta constatação o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (mais conhecida como Bancada Ruralista) Nilson Leitão afirmou que manter a floresta em pé é um custo no sentido de que há cuidados que precisam ser tomados para tal. Mas também fica evidente que terra nua é o contrário! Ver entrevista em: <http://www.dw.com/pt-br/manter-a-floresta-em-pe-C3%A9-C3%A9-custo-diz-chefe-da-bancada-ruralista/a-40148688>

⁹ Em uma zona de alto uso dos pivôs centrais em Luis Eduardo Magalhães (BA) houve um período de escassez de água que afetou a produção e o uso urbano. A AIBA (Associação do Irrigantes da Bahia) recomendou a interrupção da irrigação mas ressaltou o seguinte: “esta é uma iniciativa racional da categoria, e não uma decisão imposta por autoridades, mesmo porque todos os irrigantes da região estão legalizados, pois possuem outorgas concedidas pelos órgãos ambientais competentes. O que queremos com isso é contribuir para minimizar os efeitos da estiagem. Contudo, outros segmentos da sociedade que contribuem para a baixa vazão dos rios, fazendo uso indiscriminado da água, precisam fazer a parte deles”, explicou o diretor de Águas da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), Cisino Lopes.” Chama a atenção o discurso de auto-responsabilização indicando a prescindibilidade do Estado. Ainda conforma a mesma publicação “Para o presidente da Aiba, Júlio

controlados ou estavam disponíveis para uso comum ou sob o domínio do Estado (Castree, 2008a).

Através de evidências empíricas, nota-se uma nova configuração das instituições de gestão e de tomada de decisões que March (2013, p.143) descreve como significando a introdução de princípios (por exemplo: eficiência), métodos (por exemplo: análise de custo-benefício) e objetivos comerciais (por exemplo: a maximização dos benefícios). Com o processo de mercantilização dos recursos naturais, o recurso deixa de ser um bem público e passa a ser um bem comercializável convertendo seus usuários a clientes individuais. Assim, as alterações organizacionais e legais tem possibilitado o processo de privatização da natureza enquanto as alterações institucionais (normas, valores) possibilita a sua comercialização. Se até então determinados bens naturais não eram representados socialmente como bens comercializações, há um claro processo de alterações dessa representação de maneira que tais bens entram no circuito da comercialização. Isso fica demonstrado nos casos aqui analisadas relacionados à questão fundiária e particularmente em relação à possibilidade de comercialização da reserva legal.

Conclusão

Fica o questionamento acerca do futuro destes sistemas e da evolução da governança ambiental que delimite novas regulações. Há uma pressão social interna e externa ao país, apoiada pelos mercados consumidores, para se intensificar o controle sobre a abertura de terras e a conservação dos serviços ecossistêmicos do Cerrado. O tratamento destas questões foi, por enquanto, deixado sob a agenda neoliberal, flexibilizando o Código Florestal e estabelecendo sua implementação de forma descentralizada, privilegiando as ações voluntárias dos agentes do setor. Diante das situações críticas exacerbadas por um modelo de precária regulação, do acirramento das tensões sociais associadas à falta de água, da consolidação dos movimentos ambientalistas, poderia se esperar uma reavaliação pelo poder público dos instrumentos da gestão ambiental em contexto agropecuário. Porém, as crises “cíclicas” de caráter político e econômico e a importância do setor na economia nacional não

Cézar Busato, este é um mal necessário: escolher entre economizar água ou elevar a produção. “Propomos, por iniciativa própria, deixar de irrigar aproximadamente 60% da área. Os outros 40% não podem ser interrompidos por se tratar de culturas perenes, como o café; ou mais sensíveis a falta d’água, como a produção de sementes. Essa atitude é um indicativo de que praticamos uma agricultura responsável e sustentável”. Nota-se que mesmo no limite do recurso, parte importante das áreas em produção não poderão deixar de irrigar. Ainda assim, o discurso da responsabilidade e da sustentabilidade são ostentados. Ver: <http://aiba.org.br/noticias/agricultores-do-oeste-da-bahia-reduzem-mais-da-metade-da-area-irrigada-devido-escassez-hidrica/#.Wg28iIhrzIU>

apontam para tal movimento. Pode-se considerar que o próprio setor se veja provocado a introduzir novas lógicas de atuação que poderiam relaxar, ao menos temporariamente, a pressão sobre a região diante, por exemplo, da constatação empírica de rendimentos abaixo dos esperados, de certa “debandada” dos investimentos externos ao setor em consideração às taxas de lucro abaixo do esperado ou às dificuldades para vender a terra em contexto de queda no preço das commodities. No entanto, além dessa possibilidade continuar inscrita em quadro neoliberal, portanto dependente dos interesses dos agentes econômicos, as experiências passadas mostram que, em tempos de crise, o setor procura reverter a diminuição dos seus lucros pela incorporação de novas terras, mesmo que sem a presença significativa de capitais externos ao setor agrícola. Não nos parece, nesse sentido, que em um futuro próximo as áreas de Cerrado contarão com práticas auspiciosas que visem a sua conservação.

A dinâmica de acumulação capitalista exige cada vez mais a incorporação ao processo produtivo de novas áreas e novos recursos. Por ser o elo inicial da cadeia global de valor, a ampliação da demanda por matéria prima pressiona a agricultura a aumentar constantemente a produção, seja intensificando o processo produtivo, seja expandido para novas áreas e, como vimos, os efeitos sobre a natureza são incontestáveis. Diante da maior sensibilidade ecológica da população e do apelo global por um maior controle sobre a destruição dos recursos naturais, novas práticas e novos discursos são introduzidos pelos agentes do “desenvolvimento”. Observa-se, assim, o aparente paradoxo do qual fala Castree (2008a), em que a neoliberalização da natureza implica a sua conservação e as suas duas antíteses, a destruição (o desmatamento e esgotamento dos recursos naturais) e a criação (como os novos produtos obtidos a partir da manipulação genética). Nesse sentido, o meio ambiente pode ser mobilizado tanto para reafirmar o processo produtivo introduzindo, mesmo diante das evidências em contrário, o discurso da sustentabilidade, como servir para questionar e impor alterações em tal processo. A complexa articulação entre diversos elementos discursivos e não discursivos pode pender para um ou outro resultado. Isso fica demonstrado, como apontado ao longo do texto, para o que ocorre nos Cerrados, por um lado, e na Amazônia por outro.

No caso das fronteiras agrícolas dos Cerrados nordestino, as agriculturas que ali se desenvolvem tem em sua origem processos conflituosos e irregulares relacionados à posse da terra e à questão ambiental. A estratégia de produzir o “fato consumado” tanto em relação à questão fundiária quanto em relação à questão ambiental, ou seja, promover o desmatamento e dominar a área a incluindo no processo produtivo antes de qualquer preocupação com a legalidade, se beneficie diretamente da ausência ou da conivência do Estado. Passados tantos anos, os meios e os processos gerados pelo Estado aceitam de forma relativamente passiva

que “não tinham outra alternativa a não ser”¹⁰ regularizar o que se consolidou de forma totalmente irregular e fraudulenta. A racionalidade que informa tais procedimentos tem por base uma série de aspectos que remetem a uma dinâmica de neoliberalização da natureza e do meio rural: o discurso da insegurança jurídica, da necessária “modernização” das questões ambiental e fundiária, o marketing econômico e político do setor, o peso do setor na economia nacional e o discurso da eficiência tecnológica e de gestão.

A regularização do que foi produzido de forma irregular é um dos mecanismos estruturais da neoliberalização dos espaços rurais e da natureza. O que pode parecer contraditório com o esquema mais básico do neoliberalismo, é, na verdade, o que garante a privatização em patamares altamente favoráveis ao setor privado em detrimento do público. Trata-se, com efeito, de subverter regras legalmente estabelecidas e produzir uma nova regulação. Enquanto a regra estabelecida não atende aos interesses dos grupos dominantes, vale o *laisse faire*, que imprime de forma pragmática a desregulação em suas práticas até que uma nova regulamentação se estabeleça em outros moldes. Isso é claramente notável nos casos de revisão do código florestal e fundiário¹¹ (para o caso do Piauí).

Bibliografia

Alphandéry, P; Bitoun, P.; Dupont, Y. (1992) O equívoco ecológico: riscos políticos. São Paulo: Ed. Brasiliense.

Bernardes, Julia Adão. 2005 « Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR-163 matogrossense » in *Geografia da soja – BR-163: fronteiras em mutação*, dirigido por Julia Adão Bernardes & Osni de Luna Freire Filho, 13-37. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições.

Brandão, C. A. (2017) Crise e rodadas de neoliberalização: impactos nos espaços metropolitanos e no mundo do trabalho no Brasil. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 19, n. 38, pp. 45-69, jan/abr 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cm/v19n38/2236-9996-cm-19-38-0045.pdf> Acessado em 01/06/2018.

Brenner, Neil, Jamie Peck, Nik Theodore. 2010 « Variegated Neoliberalization: Geographies, Modalities, Pathways » *Global Networks*. 10/2: 182–222

¹⁰ As aspas indicam que obviamente outras alternativas seriam possíveis e mais condizendo com os interesses públicos, mas o custo político certamente seria muito alto.

¹¹ Vale lembrar que a lei 13.465 sancionada no dia 11 de julho de 2017, é uma lei nacional que flexibiliza a regularização de terras pertencentes à União e possibilita a venda de lotes obtidos via programa de assentamentos rurais. Esta lei tem origem em uma medida provisória que ficou conhecida como a MP da Grilagem em função de legalizar terras obtidas ilegalmente concedendo anistia à grilagem ocorrida antes de 2011 e fixa valores que podem ser inferiores a 10% do valor de mercado. Trata-se, portanto de movimento que não está restrito ao estado do Piauí.

Bridge, G. and Perreault, T. (2009). Environmental Governance. In *A Companion to Environmental Geography* (eds N. Castree, D. Demeritt, D. Liverman and B. Rhoads). doi:10.1002/9781444305722.ch28

Bull, Benedicte & Mariel Cristina Aguilar-Stoen. 2014 «Environmental Politics in Latin America: Elite dynamics, the left tide and sustainable development»

Castree, N. (2008a) «Neoliberalising nature: the logics of deregulation and reregulation». *Environment and Planning A*. 40 : 131-152.

Castree, N. (2008b) Neoliberalising nature: Processes effects and evaluations. *Environment and Planning A*. 40 : 153-173.

Dean, W. (1996) *A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras.

Estevadeordal, A., Blide, J., Suominen, K. (2013) As cadeias globais de valor são mesmo globais? Políticas para acelerar o acesso de países às redes de produção internacional. *RBCE*, 115, 6-25.

Goldblatt, D. (1998) *Teoria social e ambiente*. Lisboa: Ed. Instituto Piaget.

Hecht, Susanna B., 2005. «Soybeans, Development and Conservation on the Amazon Frontier». *Development and Change* 36(2) : 375–404

Machado, Lia Osorio. 1994 «A Fronteira Agrícola na Amazônia Brasileira». *Revista Brasileira de Geografia* 54: 27-55.

March, Hug. (2013). «Neoliberalismo y medio ambiente : una aproximacion desde la geografía crítica» *Documents d'anàlisi geogràfica*. 59/1 : 137-153.

Martins, J. S. (2009) *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Editora Contexto.

Sturgeon, T, Gereffi, G., Guinn, A., Zylberberg E.O (2013) Brasil nas cadeias globais de valor: implicações para a política industrial e de comércio. *RBCE*, 115, 26-41.

Svampa, M. (2012). Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. *Observatorio Social de América Latina* XIII 32: 15-38.



**GT 3 – A multisetorialidade do rural: ação pública, dinâmicas
e atores correspondentes**

A LUTA PELA TERRA E OS MECANISMOS REPRODUÇÃO E (RE) SIGNIFICAÇÃO DO CAMPESINATO NO VALE DO JUARI -TO

SOUZA, Adelma Ferreira¹
BERGAMASCO, Sonia M. P.P²

Resumo

Este artigo objetiva analisar o processo de ocupação do território vale do Juari, a luta dos camponeses para acessar a terra e os arranjos que vêm sendo engendrados por estes agentes para manter-se nesta estrutura social, garantindo a sua existência social ao longo de seis décadas. Faz-se uma reflexão buscando apreender as estratégias de constituição e reprodução social e cultural do campesinato, a partir da História de vida e trajetórias sociais 6 (seis) famílias por três gerações. O *modus operandi* dos camponeses do noroeste do Tocantins permitiu engendramento de estratégias objetivas e subjetivas, que possibilitaram a reocupação da terra e a criação de vários assentamentos rurais. A constituição dos assentamentos rurais promoveu profundas mudanças neste espaço social nas últimas décadas, diminuiu a distância social das famílias camponesas com a sociedade envolvente, ocasionou perspectivas de melhoria de vida que permitiram, às novas gerações, perspectivas de ver o campo como um projeto de vida.

Palavras chaves: Campesinato, Reprodução Social, Assentamentos Rurais

1. Introdução

As análises sobre os camponeses expostos a processos de expropriação na fronteira tendem situá-los em posições sociais, ora estimulados pelos agentes sociais a lutar pela terra, ora sujeitos à proletarianização, desconsiderando suas lutas cotidianas no interior do mundo social. Logo, são insuficientes para explicar a diversidade de práticas na região amazônica. Análises assim são arbitrarias, reproduzem, paradoxalmente, noções deterministas que refletem uma “[...] pré-noção do camponês como um sujeito relativamente incapaz de pensar e agir sobre as suas próprias práticas no mundo” (FELIX, 2009, p. 241), como se fosse imobilizado em sua área de ação.

Como se pode deduzir, tal análise impõe ao campesinato uma posição de inércia ante os acontecimentos, desconsidera a ideia que os camponeses têm do mundo social e das posições que ocupam na hierarquia social, cuja tendência é negar a experiência de resistência, enfatizar a situação de sujeição à ideologia dominante e desconsiderar as lutas individuais e coletivas nesse campo social.

No entanto, convém ressaltar a tenacidade e capacidade de resistência dos camponeses brasileiros pela heterogeneidade social e multiplicidade de práticas, engendrando diversas estratégias para continuar a existir. A trajetória das famílias camponesas no vale do Juari não é muito diferente.

¹ Professora Dra. IFTO. Antropóloga INCRA e-mail: adelma.souza@ifto.edu.br

² Profa. Titular Feagri/Unicamp. E-mail: sonia@agr.unicamp.br

Para as famílias Soares, Reis, Rocha, Lima e Marujadas e outras centenas, a luta pelo acesso à terra e a reprodução de seu modo de vida vem sendo longa e árdua.

Nos últimos 60 anos, os camponeses do vale do Juari testemunharam transformações socioeconômicas, políticas e culturais no espaço agrário, sofrendo, das mais diversas formas, as consequências dessas transformações para as condições materiais e no seu modo de vida. Os processos sociais de expansão territorial do capital e de reordenamento produtivo-econômico da agricultura, a redefinição do processo de produção e a intensificação do desenvolvimento técnico ativaram a interação do espaço agrário com o mundo urbano, mudaram o modo de (re)produção material e espiritual dos povos do campo — diria Ianni (2002).

Segundo Bourdieu (2002a, p. 1), “[...] uma das perguntas mais importantes sobre o mundo social é saber por que e como esse mundo dura, persevera em ser; como se perpetua a ordem social, ou seja, o conjunto de relações de ordem que o constituem? ”³. Com efeito, este trabalho se desenvolveu imbuído desse questionamento, buscando entender que mecanismo deu conformação às relações de poder e dominação no vale do Juari e quais elementos, engendrados pelos camponeses, que os permitiram reconfigurar esse campo social

Este artigo é derivado de uma pesquisa de campo realizada entre 2013-2016, no contexto de um doutorado em Ciências Sociais defendido em 2017, quando nos propusermos a examinar as estratégias de reprodução social das famílias camponesas que residem nos assentamentos rurais do vale do Juari.

Não se trata de considerar os camponeses do Juari como uma amostra “representativa” do conjunto de camponeses dos assentamentos rurais, e menos ainda de camponeses brasileiros. A situação social encontrada no vale do Juari apresenta especificidades próprias que, na nossa análise, são relevantes à apreensão de novas práticas sociais do campesinato.

2. Metodologia

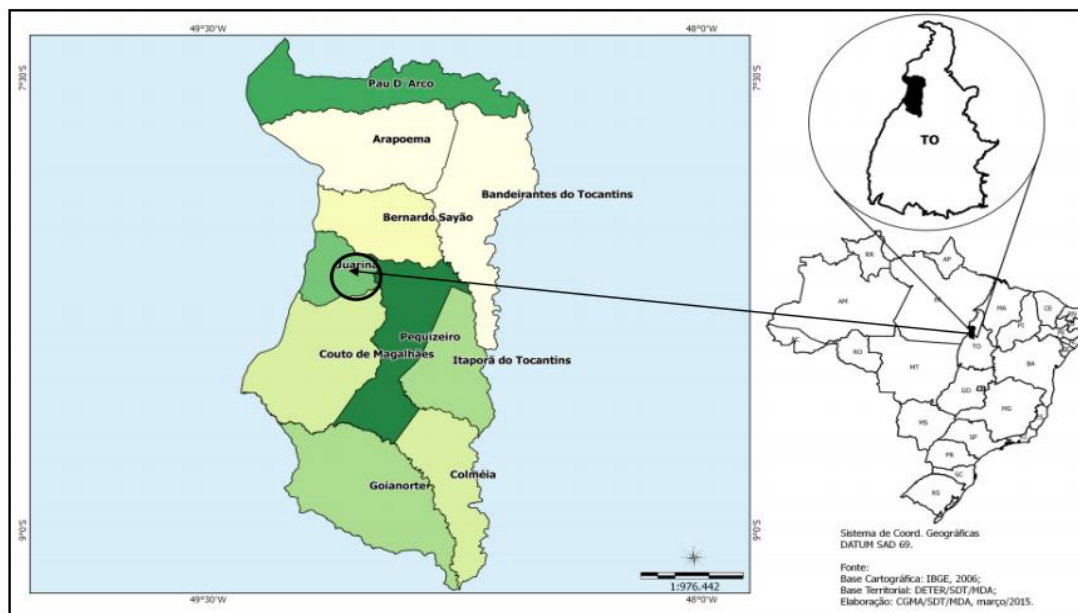
2.1. O lugar da pesquisa: o vale do Juari

O vale do Juari se localiza na região Meio-Araguaia entre 4 municípios pequenos: Pequiizeiro, Couto de Magalhães, Juarina e Bernardo Sayão, cuja população rural ultrapassa a urbana. No total de 16.750 mil habitantes, 9.256, ou seja, 55, 2% vivem no campo, na sua maioria nos assentamentos rurais que existem nesta região.

³ No original em espanhol se lê: “Una de las preguntas más importante respecto del mundo social es la saber por qué y cómo este mundo, persevera en el ser; cómo se perpetua el orden social, es decir, el conjunto de relaciones de orden que lo constituyen”.

A formação territorial do vale do Juari está ligada à chegada de imigração nordestinos para a região desde o início dos anos 40, para trabalhar nas minas de cristal e na produção de alimentos para

FIGURA 1. Território do médio Araguaia, seus municípios e a localização do vale do Juari.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA (2015).

autoconsumo nas terras da mata, ocupando as terras devolutas. Nasciam, assim, os primeiros povoadamentos do norte goiano que redundaram nas cidades de Pequizeiro e Itaporã do Tocantins, as quais impulsionaram a organização política de Couto de Magalhães, nas proximidades do rio Araguaia.

Os conflitos de terras no vale do Juari remontam à década de 60, com a chegada do capital agrário, com as fazendas pecuaristas, impulsionadas pelas políticas estatais de ocupação de terras na Amazônia e da abertura da BR-153 ligando o Centro-Sul ao Norte. A expansão da pecuária bovina gerou concentração fundiária, cessando a disponibilidade de terras devolutas. As atividades de grilagem de terras se estabeleceram com vigor na região, a ponto de provocar a expulsão de camponeses de suas terras, ocasionando processos intermitentes de luta pela terra em vigor na região. Noutros termos, ao longo das décadas de 80, 90 e 2000, a região em torno do vale se reconfigurou com o protagonismo do campesinato na ocupação desse espaço, que lhe foi bloqueado com a chegada das fazendas pecuaristas.

2.2 A escolha metodológica

Para apreender as trajetórias sociais e as estratégias camponesas de reprodução social no território e processos sociais que levaram as novas gerações à ressignificação de seus projetos de vida no vale do Juari, elegemos como tática metodológica a História de vida.

O objetivo não era fazer uma biografia das famílias, tampouco uma genealogia de seus entes, mas analisar as trajetórias de vida, captar elementos que permitissem compreender as transformações

sociais, as ligaduras sociais e as lógicas operativas das famílias camponesas que guiaram suas práticas em seis décadas e analisar se tais lógicas continuam a operar no meio rural no vale do Juari. Leia-se trajetória, aqui, como a mobilidade de indivíduos ou grupos sociais que se deslocam em uma estrutura social. Para Bourdieu (1996; 2013), esse feixe de percurso nunca é estático; antes, compreende a dinâmica de posições variadas ocupadas pelos agentes, conforme os capitais que possuem ou movimentam dentro de campo.

Em “Ilusão biográfica” (2013), Bourdieu analisa a história de vida como relato biográfico, não redutível a uma sequência cronológica de fatos e acontecimentos coerentes, encadeáveis e que transcorrem em harmonia. Antes, deve ser compreendida como construção, consciente ou não, realizada pelos agentes acerca das suas colocações ou deslocamentos dentro de um campo. Com base nessa perspectiva, história de vida é entendida, aqui, como artefato socialmente construído que “[...] leva à construção da noção de trajetória e como série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes” (p. 81).

Desta feita, buscou-se identificar, entre famílias camponesas dos assentamentos rurais no vale do Juari, aquelas com mais de uma geração vivendo na região (ver quadro 1), permitindo, assim, a compreensão das transformações sociais ocorridas nesse espaço agrário e como tais mudanças incidiram na vida de tais famílias.

QUADRO 1. Lista de famílias, locais de residência e ano de conquista da terra

FAMÍLIA	ASSENTAMENTO 1ª GERAÇÃO/ANO	ASSENTAMENTO 2ª GERAÇÃO/ANO	ASSENTAMENTO 3ª GERAÇÃO/ANO
<i>Soares⁸</i>	Juari, 1989	Progresso, 1999	Provincia, 2013
<i>Marujada 1</i>	Progresso, 1999	Vale do Barreira, 2009	—
<i>Marujada 2</i>	Progresso, 1999	Vale do Barreira, 2008	—
<i>Lima</i>	Progresso, 1999	Progresso, 2004 Provincia, 2013	—
<i>Reis</i>	Progresso, 1999	Progresso, 1999	Provincia, 2013
<i>Rocha</i>	Nossa Senhora Aparecida, 1989 Vitória, 1999	Vitória, 1999/2005 Conquista, 2008	—

Fonte: dados da pesquisa de campo

No total, foram entrevistadas 62 pessoas das famílias Soares, Rocha, Reis, Marujadas e os Lima, sendo da primeira geração foram 10 — pais e mães na faixa etária 52–71. Da segunda geração, foram 7 — filhos e filhas na faixa etária 18–29 anos; e mais 36 — 37 filhos, filhas e cônjuges com idades entre 30 e 53 anos. Da terceira geração, foram nove pessoas — seis netos e três cônjuges com idade entre 24 e 26 anos.

3. De Geração em Geração: Famílias na luta por um pedaço de chão.

Nasci em Carolina [MA], nasci em 47, na cidade. Minha mãe era de Carolina e meu pai era de Maranhão. Eu lembro quando saí do Maranhão para vim pro Goiás — que antes aqui era Goiás —, eu tinha a base de 5 anos. Naquele tempo não tinha nada

(...).Era chapada... Só que depois de muitos anos — eu já era moçotinha, — [que] começou a passar essa BR aí [rodovia Belém–Brasília].(...) a *terra era liberada!* Todo mundo [que] chegava morava onde você quisesse. [...] não era esse rolo que tem hoje. A pessoa chegava, achava um lugarzinho, uma cabeceirinha, um corguinho, ali fazia um ranchinho e ia tocar roça e a vida qualquer maneira. Alguns eram parentes, outros eram conhecidos. [...] [Sobre ter dado briga] Não! Graças a Deus, nunca deu briga. Ninguém era dono não, muié! Você morava naquele lugar... um pedaço de roça aqui, pedaço roça pra açula. Todo mundo tocava sua roça, colhia milho, colhia seu arroz, não tinha esse negócio de dizer: “Esse aqui é meu”. Derrubava a mata e punha sua rocinha. (2015, entrevista). (grifo nosso).

O relato de assentados, como Benedita Soares dos Santos (69 anos), materializa as orientações econômicas, sociais e simbólicas que configuraram as relações fundiárias no Brasil, explicitam o fato das ocupações de terras no Brasil, anteriormente à chegada da expansão capitalista no campo e podem ser apreendidas nas ocorrências de um tempo específico — da década de 40 em diante — e um espaço específico — as terras no vale do Juari, TO.

Dona Benedita não é a única a se referir desse modo a ocupação da terra no vale do Juari. Outros membros das primeiras gerações entrevistadas reafirmaram que, na primeira metade do século XX, as terras do antigo norte de Goiás (hoje, Tocantins) eram ainda “liberadas”. Essa condição possibilitava, às famílias camponesas, se “situarem” e assegurarem suas condições de existência social. A terra era percebida pelos camponeses como direito de todos associado à “imagem de um bem ilimitado” — como dizem Velho (1972) e Musumeci (1988).

No que se refere à reprodução sociocultural camponesa, a transmissão de conhecimentos e processos de socialização estavam circunscritos à vida local, mediados por relações cotidianas e práticas de reciprocidade entre moradores. A aprendizagem das crianças, como iniciação nas habilitações dos adultos, começava desde cedo: meninos e meninas já auxiliavam os pais nas atividades produtivas e de consumo, aprendiam técnicas produtivas em atividades domésticas para garantir a reprodução material e social da família. Essa forma de instrução se abre à compreensão à luz de Thompson (1998, p. 18), para quem ocorre a transmissão não só de técnicas particulares, mas também “[...] de experiências sociais ou de sabedoria comum da coletividade” — a transmissão do *habitus* camponês entre gerações, diriam Bourdieu (1962) e Champagne (1986).

Concomitante à expansão pecuarista para região, entre os anos 60 e 80, chegaram novos impulsos migratórios de lugares variadas. Dessa vez, o estímulo foram as políticas estatais de colonização e a abertura de frentes de trabalhos na formação de fazendas de grande porte. Esses processos migratórios foram favorecidos por fatores como a abertura da rodovia Belém–Brasília (BR-153) e a mediação de ações estatais, que sinalizaram a doação de terras a famílias camponesas para aliviar tensões no meio rural de outras regiões e implantar políticas de desenvolvimento planejado para a Amazônia. Não por acaso, com investimentos econômicos de monta, incluindo créditos e incentivos fiscais para projetos agropecuários e de infraestrutura.

Esse cenário incitou a ocupação da fronteira por capitalistas e camponeses de todos os matizes, redimensionando a configuração deste espaço social. Havia descompasso entre a implantação dos projetos, as políticas estatais e os fluxos migratórios para região amazônica, o que, propiciou as disputas violentas pela terra. Contudo, o que fizeram os camponeses em respostas às situações limites impostos a seu modo de vida pelos fazendeiros pecuarista? Para responder a esta questão, fez-se necessário examinar os diversos percursos percorridos pelas famílias neste espaço social, caracterizado como um “campo de força” (THOMPSON, 1998; BOURDIEU, 2011; 2013), estado de tensões sociais entre latifundiários e camponeses.

Os camponeses não sabiam ler— como relata dona Benedita – não tinham informação, conhecimento de trâmites legais e cartoriais, desconheciam categorias do sistema jurídico⁴. Eram intimidados pela maneira de agir da classe dominante, os agentes mais fortes e influentes do poder político local, foram então coagidos a esvaziar suas terras para dar lugar ao gado, como se lê no relato do Chico Montel (65,anos).

Traziam documentos falsos, e o indivíduo que morava ali, se não aceitasse o que eles diziam... uma proposta oferecida... aquele tava crucificado, né!? Tinha que sair. Meu pai foi um desses, saiu sem nada porque não tinha com quem brigar. Alguns foram indenizados. Meu pai, não! Alguns caíram na cantada, receberiam migalhas. A maioria, como meu pai, não recebeu nada. Aqueles que endureceram o topete tiveram que sair pra não morrer, né!?

A transformação da posse em fazendas de criação de gado modificou a dinâmica na apropriação de terras, prática orientada antes por códigos camponeses do direito costumeiro de ocupar as terras “liberadas” pelo fruto do trabalho, passa ser regida por uma lógica capitalista da propriedade privada, suscitando a perda da autonomia de controlar os recursos mínimos e indispensáveis para a condição camponesa: terra e trabalho familiar, que são condição básica para a reprodução física, econômica e social (MOURA, 1988a e b).

Após a formação das fazendas — no fim dos anos 70 —, e o fim da concessão de terras para plantar, as famílias começaram a ser expulsas das terras. Migraram, então, para cidades no entorno do vale do Juari, somando-se aos trabalhadores temporários nas periferias das cidades, ficando sujeitas ao único trabalho disponível: tornar-se peão. Os camponeses retornaram ao trabalho nas fazendas, mas na condição de trabalhadores temporários em situação de “semiescravidão”, relata Marcos Marujadas (37 anos).

A conversão dos agregados em peões modificou o modo de vida das famílias. Foi o fim do acesso à casa e à terra, da apropriação do produto do trabalho familiar e do controle das decisões sobre o tempo e ritmo do trabalho do grupo doméstico. Também representou a desagregação e o enfraquecimento das possibilidades materiais e simbólicas de apreensão das estruturas básicas da

⁴ Idem. (1988).

condição camponesa. As consequências das alterações no regime de trabalho, em curto prazo, foram o aumento da população urbana nos municípios da região, a “descamponização” das comunidades rurais e a proletarização extrema das famílias. Atingiram a segurança alimentar e puseram em risco a reprodução física dos membros.

A vida nas pequenas cidades da região desenvolveu a consciência de disparidade social entre os níveis de vida das famílias “descamponizadas” e citadinos. Expostos a essas situações aviltantes, os filhos e filhas de Antônio (60 anos) e Raimundo Marujadas (71 anos) internalizaram categorias sociais urbanas de julgamento e passaram a ter uma imagem desvalorizada de si - a mais profunda forma de dominação simbólica – tal qual no processo descrito por Bourdieu (BOURDIEU; SAYAD, 1964; BOURDIEU, 2004b, 2006b). O relato de Leonardo Marujada (34 anos) permite afirmar isso.

Lá no Felício [escola], nós sofria bullying [risos]. Lá tinha um negócio de chamar a gente “da vila”, “a turma dos da vila”. A vila era um setor mais discriminado de Colinas. É tanto que na hora do recreio nós não se enturmava, não! Era aquele montinho “dos da vila” ali. A gente era bem discriminado. Eu me senti envergonhado mais no primeiro ano, quando estudei a quinta série.

Na ausência dos maridos, as mulheres tinham de permanecer em casa, com a família. Assim, conviveram com o “desespero” constante da insegurança alimentar: situação que as coagiram ao trabalho assalariado, para assegurar uma parte da renda familiar, trabalhando em serviços domésticos, lavando roupa para terceiros, enfrentando a histórica dupla de jornada de trabalho: histórica, porque já desempenhavam dupla jornada de trabalho, no espaço produtivo e reprodutivo na unidade camponesa, apesar de, mesmo em condições semelhantes, suas atividades produtivas serem percebidas pelos homens como ajuda (HEREDIA, 1979).

Esse “espírito de família” (BOURDIEU, 2013) adotado por cada membro permite compreender um paradoxo nos dramas sociais das famílias. Por um lado, houve ruptura com o ambiente de trabalho e espaço de moradia e a readequação da divisão sexual do trabalho, forçando a reorganização da unidade familiar camponesa; por outro lado, fortaleceram-se os laços de união entre seus membros, permitindo a transmissão do senso de honra e o dever de solidariedade familiar às novas gerações. Unidade básica e espinha nodal da estrutura social camponesa, a família é um valor, um bem simbólico que deve ser preservado a todo custo. Essa experiência de apreensão simbólica do mundo social camponês pelos filhos é materializada no relato de Marcos Marujada (36):

Meu pai me deu essa lição, que a família, em hipótese alguma, por pior situação que tu viva, ela tem que ter os alicerces firmes e nunca desintegrar. E [ele dizia] “Eu não vou te abandonar, vou proteger vocês até vocês tiver maior de idade”. Isso, pra mim... meu pai é um herói (2015, entrevista).

Ao longo das suas trajetórias de ascensão e declínio na estrutura agrária, os camponeses do vale do Juari foram excluídos do projeto de “desenvolvimento” da Amazônia. No período de dois decênios, conheceram um processo de desenraizamento profundo. Eliminados das possibilidades

urbanas de arrumar trabalho formal, viveram em condições de miséria e exclusão nas periferias. De tal modo, foram coagidos a fazer a reconversão de suas trajetórias, a engendrar práticas e disposições que orientaram sua tomada de posição como agentes de luta pelo direito a terra, para reconquistá-la e, assim, limitou a reprodução ampliada do capital, produzindo condições básicas para recriar a condição camponesa.

3.1 Avalanche de ocupações de terras — a reocupação do vale do Juari via assentamentos rurais

Por quase duas décadas, os camponeses do Juari ficaram subjugados ao poder e à dominação dos latifundiários agropecuaristas, submetidos à dominação material e simbólica, dispersa nas práticas de sujeição por dívida, em um universo social marcado pela violência e coerção das classes subalternas, por desigualdades sociais e por descaso do Estado com as necessidades da população. Conforme Bourdieu (1983; 2007; 2011), a luta política — a passagem de uma “classe no papel” para uma classe mobilizada — requer tempo para maturar as condições objetivas, compreender o “jogo” social que se desenrola e a posição nele ocupada e permitir, aos indivíduos ou grupos, construir pontos de vistas e estratégias para manter ou transformar o espaço social.

Perante o quadro que se delineia — de opressão, subjugação e proletarização a que foram submetidos — os camponeses aceitaram, a princípio, a “ordem das coisas”. No entanto, as transformações políticas e sociais que ocorreram no Brasil, em meados dos anos 80 — fim o governo militar e o movimento de redemocratização, impulsionado por organizações sociais e partidos políticos de bases populares — e o arrefecimento dos subsídios financeiros governamentais para projetos agropecuaristas na Amazônia alteraram o espaço agrário da região do médio Araguaia.

Ampliaram-se as tensões sociais no campo na Amazônia Legal, eclodidas em meados de 70, por posseiros contra a expulsão de suas terras. Abriram-se brechas para novos focos de resistência camponesa pelo direito de acesso à terra em áreas do norte goiano⁵, tais como Bico do Papagaio, São Geraldo e Juarina, Tocantins; Conceição do Araguaia, Redenção, Marabá e Xambioá, no sul do Pará;⁶ e o norte de Mato Grosso.⁷ Havia uma apreensão tácita de oportunidades que se delineava mais densamente após a criação do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), pelo governo José Sarney, em meados dos anos 80.

Contudo, a luta pela terra no vale do Juari não foi gestada por um movimento social ou pela Igreja. Sua gênese encontrava-se na necessidade de ter um “pedaço de chão” — diria o assentado

⁵ Sobre os conflitos de terra no norte de Goiás, ver Sader (1986); dentre os mais recentes, ver Mechi (2012), Lima (2015), Chaves (2015) e Lima (2015).

⁶ Entre vários trabalhos, apontamos Ianni (1978), Martins (1980; 1981; 2009); trabalhos mais recentes incluem os de Pereira (2015)

⁷ Ver Esteci (1987), Picolli (2006) e Martins (1980; 2009).

Jovelino Alves, sair de uma situação de “semiescravidão” — na expressão de Pedro Araújo Jardim para garantir a “sobrevivência da família” — como disse Francisco Reis (71). No entanto, as proposições sobre o “espontaneísmo” das lutas camponesas são insuficientes para explicar processos que se desenrolaram no interior do espaço agrário do antigo norte goiano, a partir do decênio de 80. Como se vê em Thompson (2010, 1981), as classes sociais ou a experiência de classe não surgem em hora específica, presumível. São fenômenos sócio-históricos elaborado por homens e mulheres que se articulam segundo suas experiências e se orientam pela cultura, elemento de junção entre estrutura e processo, entre determinações objetivas e disposições subjetivas; elemento que define e redefine pensamentos, intenções e ações.

O processo de reocupação do vale do Juari pode ser definido por três fases (ver figura 1): a primeira marca o início da luta na região e compreende os anos 1985–9, representa a conquista de dois assentamentos rurais: Juari e Nossa Senhora Aparecida, criados pelo governo federal; a segunda, vai de 1995 a 2000, quando surgem uma série de ocupações, acarretando a criação de mais 15 assentamentos na região do entorno (só no território do Vale, foram quatro: Vitória, Mata Azul I, Progresso e Conquista); a terceira — a mais atual — inicia-se em 2003, período da retração da política de assentamento rural pelo governo federal. Ainda assim, ocorreram novas ocupações, no Vale, que resultaram em mais dois assentamentos: Vale do Barreira (2007) e Província (2008); na região de seu entorno, foram criados mais 11. No total, no entorno ao vale do Juari forma criados 27 assentamentos rurais, com 2.098 famílias assentadas em uma área de 107.282,293 hectares.

Fig. 1 - Reocupação do vale do Juari: 1983-2008



Fonte: dados da pesquisa de campo.

4. O sentido da terra e a ressignificação de ser camponês às novas gerações.

Para jovens e adultos de hoje, filhos e netos das Famílias Soares, Reis, Lima, Rocha e Marujadas, que nasceram ou cresceram nos assentamentos do vale do Juari, a terra- lote, “chácaras” ou “sítios”, como definem, é um espaço de liberdade, da possibilidade de reunir a família em torno do trabalho, onde poder dispor da “fartura” e da diversidade e qualidade dos alimentos. Esses aspectos são perceptíveis na fala e Leonardo Marujada (34) sobre a vida no assentamento: “Hoje, a vida tá bem melhor aqui, graças a Deus! Tenho duas filhas, e elas não passam isso que nós passamos. Hoje, você come carne todos os dias, tem uma galinha, tem um porco, tem ovos...” (2015, entrevista).

Diferente de estudos sobre migração camponesa e sucessão rural, Bourdieu (1962; 2006), Moura (1978), Champgne (2002, [1986]), Camarano e Abramovay (1999), Garcia Júnior (1989), Stropasolas (2006), Bessiére (2010), Castro (2013), Wanderley (2013) e os dados preliminares do Censo Agropecuário 2017⁸, a preocupação com a “saída” dos jovens no campo não se fez sentir no decorrer da pesquisa. A presença de crianças e jovens é constante no cotidiano dos assentamentos rurais, reforçando os laços familiares e a identidade social de pertencimento ao território.

A reconfiguração do território do vale do Juari, com a constituição de dezenas de assentamentos rurais, alguns adjacentes, deu novas conformações a este microcosmo social formando redes de sociabilidade que fortalece a rede de interconhecimentos. O assentamento rural, para os jovens, é um “lugar de vida”, onde “se vive e vê o mundo” (WANDERLEY, 2013), de articulação dos assentamentos com as cidades vizinhas, possibilitando integrar elementos da vida urbana aos espaços intrínsecos da vida cotidiana: escolarização — muito valorizada entre as famílias —, ampliação da rede de amizades, trabalho, diversão, namoro, compras, serviços médicos e bancários etc. Essa dinâmica da vida cotidiana, conectada com a vida na cidade, é facilitada pela aquisição de veículos motorizados — carros e motos — e da distância entre os assentamentos rurais e as cidades da região — média de 30 quilômetros.

As novas dinâmicas demográficas trouxeram uma outra perspectiva de rural às novas gerações. Ambos os sexos percebem o campo como “negócio possível” (CHAMPAGNE, 1986). Dados estatísticos sobre a população no território do vale dão densidade a essa observação. Nos cinco municípios circundantes, 54% da população reside no campo: sua composição inclui média de 25%

⁸ Matéria da Câmara aponta que os jovens não querem ficar no campo, e este pode ser um dos principais obstáculos ao crescimento da agricultura familiar. Matéria publicada no site da Câmara dos Deputado sobre os dados preliminares do Censo Agropecuário de 2017, no dia 25 de maio de 2018, disponível em <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/AGROPECUARIA/558036-CENSO-APONTA-DIFICULDADE-EM-MANTER-JOVENS-NO-CAMPO-COMO-OBSTACULO-AO-CRESCIMENTO-DA-AGRICULTURA-FAMILIAR.html>

de crianças na faixa etária 0–9 anos e 48% de adolescentes e jovens na faixa etária 10–29 anos. Somam 73% da população rural. Nesta última faixa etária, 43% são do sexo feminino (IBGE, 2010).

A pesquisa constatou que a região em torno do vale do Juari tem particularidades que afetam a decisão de “ficar ou sair” do campo em meio a novas gerações de assentados. Por um lado, há pujança na vida rural, decorrente do número de assentamentos rurais (27), os quais agregam uma população de 6,2 mil residentes, superior à população urbana de municípios circundantes, o desenvolvimento dos assentamentos com a implantação das políticas para meio rural (PRONAF, habitação, PAA, Programa Luz para Todos) melhoria na qualidade de vida da família em forma de renda mensal, com a venda do leite e das políticas sociais para meio rural (Bolsa família, aposentadoria, auxílio maternidade, melhoria da educação e saúde no assentamento); por outro lado, a capacidade incipiente do tecido urbano de integrar a força de trabalho camponesa excedente — ante a ausência de desenvolvimento industrial e escassez de serviços urbanos ou espaços de lazer, nesses municípios — desestimula a emigração dos jovens, já que a economia dos quatro municípios que circundam o vale do Juari está baseada na agropecuária (quase 25%), na administração e nos serviços públicos municipais (quase 51%) (IBGE, 2010). As cidades têm população inferior a dez mil habitantes. Faltam instituições como universidades públicas — as que existem, são instituições privadas cujos custos mensais são incompatíveis com a renda familiar, desestimulando os jovens a continuar a formação escolar no ensino superior.

No geral, ao terminar o ensino médio no município-sede, os jovens se veem ante um dilema: casar-se e buscar alternativas para seguir a profissão do pai, ou migrar à procura de emprego urbano para continuar a formação educacional. Nesse contexto, nem sempre é possível alinhar os sonhos ou as expectativas de formação profissional na realidade concreta vivenciadas pelos jovens. Essa impossibilidade tende a definir a continuidade de estratégias para permanecer no campo.

Para as famílias de prole numerosa e pouco capital econômico disponível, o mecanismo acionado para acessar à terra, foi ocupar latifúndios improdutivos, arranjo que já atravessa até três gerações familiares e tem garantido aos mais novos a reprodução sociocultural da condição de camponês no vale do Juari. Caso como de Marilene Marujada (33), e seu primo Marcos Marujada (36) anos que juntamente com outras 30 famílias que em 2007 ocuparam a fazenda Vale do Barreira, hoje assentamento. Ou ainda de João de Deus Reis (39), Marta Reis (52) filhos de Francisco Reis (71) e sua neta Juliana Reis (27); de Júlio (24) e Jonas Soares (25), filhos de Mateus Soares e Vania Santos (23) sua sobrinha; também de Laércio Lima (29), filho de Raimundo Lima que em 2008 juntos com mais 80 famílias ocuparam a fazenda Província, atualmente assentamento Província.

Questionados sobre as motivações para lutar pela terra, os jovens relataram que era para sair da condição de empregados, do trabalho desgastante nas fazendas pecuaristas da região, ou dos su-

bempregos que encontram na "rua". Mesmo percebendo o trabalho árduo no campo e com as dificuldades de gerar renda no início dos assentamentos, os jovens mensuram que terão melhores condições de vida no campo. É onde podem viver e criar os filhos dignamente. Conforme avaliam, na cidade teriam dificuldades para adquirir bens (terra, casa, carro, moto), ter autonomia e melhorar o patrimônio, tal qual fizeram seus pais e avós. O assentamento rural se associa com local de possibilidades, realização do projeto de vida — seria uma "herança desejada" (CHAMPAGNE, 1986), inclusive entre mulheres, que vêm assegurando a sucessão rural na região do vale do Juari. Tais aspirações podem permeia os relatos de vários jovens, homens e mulheres.

Penso assim... as posses, pra que quem quiser começar a vida tem futuro. O meu pai era peão novo quando começou, hoje meu pai vive a vida dele de boa. Tem a renda do leite e tem o gadinho. Não é mais peão de ninguém! É difícil, se o cara não tiver aquela força de vontade... não fica! (Gilson BARBOSA-29 anos, 2015, entrevista).

Ser assentada é bom demais... a gente tem onde falar: "Aquilo ali é meu! Eu vivo naquilo ali". Dar uma renda boa pra gente. Agora no começo não dá não, né!? Mas futuramente com fé em Deus, vai dar! (SANTOS, Vania- 23 anos, 2015, entrevista).

Trabalhamos tantos anos pros outros e se perguntar assim: "O que você tem, trouxe? Nada! [...] Nós estamos dois anos aqui, já temos nove cabeça de gado, que podemos dizer assim: é nosso! (Juliana REIS-27 anos, 2015, entrevista).

Eu acho bom mexer com a terra. E também eu vi muitas famílias melhorar de vida né!? Na cidade é assim: você ter um emprego, você conseguir uma casa, já é quase no final da vida. A gente já tem o lugar pra morar. Pode plantar o básico pra sobreviver e ainda pode trabalhar fora pra ter uma renda, até ter estabilidade pra ficar só na dentro terra. Meu pai já tava... meu vô era assentado. Eu vi as pessoas prosperaram aqui no Progresso, saiu mais financiamento (PEREIRA, Luíz-24 anos, 2015, entrevista).

Considerações Finais

A luta e conquista da terra e a constituição de dezenas de assentamentos rurais, no vale do Juari, representaram, para as famílias, a possibilidade de reconstituir a condição camponesa, rearticular o lugar de morada com lugar de trabalho, reestruturar a dignidade e a honra das famílias, enfim, assegurar a seus membros um patamar de segurança.

O estudo das famílias no vale do Juari mostra que, entre gerações descendentes (homens e mulheres), o cálculo que norteia a decisão de permanecer no campo se baseia nas probabilidades objetivas de crescimento profissional, de acesso ao trabalho e possibilidades crescimento pessoal. Também se baseia nas possibilidades reais de futuro melhor, com a conquista do patrimônio fundiário, a expectativa de geração de renda, o acesso a políticas públicas para o meio rural. Contudo, o estatuto social de "ser camponês", negociado entre as novas gerações, passa pela percepção de acesso a direitos, renda, educação e conquista de dignidade e cidadania, na compressão do campo como um

lugar melhor para viver. Associadas com a qualidade de vida nos assentamentos rurais, essas condições projetam o modo de vida camponês como herança não só possível, mas também viável.

No entanto, a permanência dos (das) jovens no campo e sucessão da condição camponesa, neste território, está ameaçada, devido à ação do Estado brasileiro nos últimos dois anos, com retração das políticas públicas voltadas para as populações do campo: titularização dos lotes, nos assentamentos rurais, sem criar mecanismo que garanta, aos descendentes, o direito à terra, corte no orçamento de políticas públicas para o setor da agricultura familiar, sucateamento dos programas e órgão públicos de apoio ao desenvolvimento sustentável - PAA, Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, corte nos créditos, para o fortalecimento da agricultura familiar, extinção do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário, congelamento do orçamento da saúde e da educação. Enfim, há, em curso, um desmonte das políticas públicas conquistadas pelos movimentos sociais na última década, que coloca um entrave a conquista da dignidade, cidadania e direitos historicamente negados aos povos de campo.

Referências Bibliográficas

CASTRO, Elisa Guaraná. **Entre ficar e sair**: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013

BESSIÈRE, Céline. **De génération en génération**: arrangements de famille dans les entreprises viticoles de Cognac. Paris: Raisons d'Agir, 2010.

BOURDIEU, Pierre. SAYAD, Abdelmalek. **Lé déracinement**. La crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie. Paris: Éditions de Minuit, 1964

BOURDIEU, Pierre. **Célibat et condition paysanne**. Études rurales, n. 5/6, p. 32–135, 1962

_____. **Estrategias de reproducción y modo de dominación**. Colección Pedagógica Universitaria, n. 37–8, enero–junio/julio–diciembre, 2002a.

_____. **Razões práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papius, 2013.

CHAMPAGNE, Patrick. **l'heritage refusé**. La crise de la reproduction sociale de la paysannerie française (1950–2000). Paris: Seuil, 2002.

FELIX, Gil Almeida. Os viras- mundo e a condição camponesa. In: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida M. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. São Paulo: ed. UNESP, 2009.

IANNI, Otavio. O mundo agrário _____. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 33–50

MOURA, Margarida M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1988a.

_____. **Os deserdados da terra**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1988b

MUSUMECI, Leonarda. O mito da terra liberta: colonização “espontânea”, campesinato e patronagem na Amazônia Oriental. **Vértice**, ed. Revista dos Tribunais: ANPOCS, 1988.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: UFSC, 2006.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**. Editora Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Juventude rural: vida no campo e projeto para o futuro**. Recife: ed. UFPE, 2013.

REFERENCIAIS DE AGRICULTURA FAMILIAR: encontros e desencontros entre a diversidade e o reconhecimento institucional

Adinor José Capellesso¹; Ademir Antonio Cazella²

Grupo de trabalho

A multisetorialidade do rural: ação pública, dinâmicas e atores correspondentes

Resumo

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre as confluências e desencontros de diferentes referências de agricultura familiar com vistas a subsidiar as análises de políticas públicas que fazem parte do processo de reconhecimento institucional dessa categoria social no Brasil. Para isso são resgatadas tipologias de agricultura que orientam as fases de elaboração e análise da ação pública, com destaque para: a) a tipologia construída pelo *Centre International de la Recherche Agronomique pour le Développement* (Cirad, 2013), de caráter mais recente e internacional; b) a categorização adotada na legislação brasileira sobre o tema; c) a tipologia de Lamarche et al (1998), que passou a ser referência em diversos trabalhos acadêmicos; d) da tipologia de Ploeg (2006), que enfatiza a dimensão camponesa e a distinção entre os mais e menos integrados aos mercados; e e) a formulação de Abramovay (1990), que representou a introdução do tema no país e deu base à estruturação de políticas públicas. Desconsiderando a ordem cronológica, a estruturação teórica prioriza a correlação entre essas formulações com vistas a enfatizar as diferenças e semelhanças relevantes que podem ser mobilizadas nas análises da ação pública. A discussão dessas distintas abordagens aponta para o contraste entre a dimensão internacional e a adotada na legislação brasileira. A normatização das políticas públicas nacional para a agricultura familiar brasileira não reflete a realidade global. O resgate dos conceitos e expressões do campesinato evidencia a baixa expressão do que se denomina campesinato clássico no Brasil, mas destaca a sua importância na construção das tipologias ao enfatizar elementos relevantes de distanciamento em relação aos mercados. O olhar sobre a agricultura brasileira exige que se considere a multiplicidade de expressões da agricultura familiar nas tipologias desse segmento social, buscando enfatizar pontos comuns e divergentes. Destaca-se que as formulações dão pouca importância para a dimensão das áreas e mais para as formas de relação laboral e a dimensão de integração aos mercados. Nessa direção, demonstra-se que as políticas públicas modernizantes tendem a conduzir os agricultores familiares à condição de empresas familiares, altamente integradas aos mercados, enquanto desconsidera-se elementos de afastamento e autonomia que poderiam lhes dar mais margem de manobra diante das adversidades dos mercados. Ou seja, está a se conduzir os agricultores a um grau de dependência similar ao que ocorre em países da Europa, no qual o Estado passa a ser responsável por amortecer as adversidades dos mercados. Tal condição exige que as análises da ação pública passem a colocar o grau de integração aos mercados no centro da reflexão, com vistas a antecipar-se ao risco de completa dependência.

Palavras chave: agricultura familiar; tipologia; ação pública; política pública.

¹ Engenheiro Agrônomo. Mestre e Doutor em Agroecossistemas. Professor do curso de Agronomia do Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus São Miguel do Oeste, SC, Brasil; e-mail: adinor.capellesso@ifsc.edu.br

² Engenheiro Agrônomo. Mestre em Sociologia do Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Doutor em *Sciences de l'Homme et de la Société* pelo *Centre d'Études Supérieures d'Aménagement* – Tours, França; Professor do Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural e do Programa de Pós-graduação em Agrossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil; e-mail: ademir.cazella@ufsc.br

1. A diversidade da agricultura familiar mundial

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) sistematizou e disponibilizou dados da estrutura fundiária de 84 países levantados no período compreendido entre 1996 e 2005. Embora existam diferentes classes de agrupamento entre esses países, a amostra composta por 438 milhões de unidades produtivas oferece uma fotografia da estrutura fundiária mundial para o ano 2000 (FAO, 2010). Analisando esses dados, Bélières et al. (2013) verificaram que 72,6% desses estabelecimentos agrícolas tinham menos de um hectare. Na categoria de até dois hectares incluíam-se 85% dos estabelecimentos e 14% da área, havendo maior concentração de minifúndios na Ásia. Enquanto nos 84 países as áreas inferiores a cinco hectares representavam 95% dos estabelecimentos, no Brasil, esse recorte abrange apenas 35,6%, aos quais se somam 4,9% de estabelecimentos sem área. Se o tamanho da área não basta para classificar o agricultor como familiar, a maioria desses minifúndios se enquadra em tal categoria segundo as distintas classificações existentes³.

Em 2014, considerado o Ano Internacional da Agricultura Familiar, o governo francês encomendou ao *Centre International de la Recherche Agronomique pour le Développement* (Cirad) um estudo com a finalidade de delimitar e caracterizar essa categoria social no mundo. Tendo por base as experiências acompanhadas em diversos países, Bélières et al. (2013) chegaram a um ponto comum: as ligações orgânicas entre a família e a unidade produtiva. A partir do referencial conceitual elaborado por Chayanov⁴, esses autores destacam como expressão dessas ligações: a) a inclusão do capital produtivo no patrimônio familiar; b) a articulação entre as lógicas de reprodução familiar e produtivas; c) a interação entre trocas monetárias e de reciprocidade; d) o trabalho familiar sem remuneração; e e) as diferentes finalidades da produção (autoconsumo⁵, comercialização, investimento e acumulação).

Em um esforço de síntese que atenda à necessidade operacional do conceito para a ação pública, Bélières et al. (2013) consideram agricultura familiar a unidade agropecuária que não utiliza trabalho assalariado permanente, pois entendem que a preocupação com o pagamento de um salário mensal altera a racionalidade socioeconômica e cultural do empreendimento. No lado oposto dessa classificação encontra-se a “empresa agrícola”, que utiliza trabalho exclusivamente assalariado. Entre essas há uma categoria intermediária, que os autores denominam “exploração patronal”, a qual mescla as duas relações laborais (familiar e contratado). Em virtude do caráter abrangente adotado

³ No Brasil existem muitos moradores que residem em pequenas áreas no rural, os quais não vivem da agricultura. Porém, essa não é a realidade de outros países, como a China, em que predomina pequenas áreas com base agrícola.

⁴ Alexander Chayanov (1888-1937) foi um dos maiores estudiosos do campesinato russo no final do Século XIX e início do Século XX, com destaque para a obra “La Organización de la Unidad Económica Campesina”, publicada em 1925.

⁵ O autoconsumo é um conceito utilizado para se referir à produção de alimentos destinados ao consumo da própria família (GRISA, GAZOLLA, SCHNEIDER, 2010). Já o conceito de autoprodução teria um caráter mais amplo, na medida que considera todos os alimentos, ferramentas e insumos produzidos na unidade familiar e utilizados pela família e no processo produtivo (PLOEG, 2006).

nessa tipologia, que reflete a diversidade de formas de produção agrícola familiar no mundo, os autores apontam para a necessidade de elaborar delimitações mais apropriadas para contemplar o contexto de cada país. Para o caso brasileiro, de dimensões continentais e diferentes trajetórias socioculturais, a diversidade dessa categoria continua a exigir uma conceituação genérica, o que implica em buscar nas diferentes tipologias elementos que orientem a reflexão sobre a ação pública.

O Brasil foi um dos primeiros países da América Latina a adotar o termo “agricultor familiar” na operacionalização da ação pública. A criação de políticas públicas específicas para esse segmento começou na década de 1990, mas sua instituição legal é mais recente. As Leis 11.326/2006 e 12.512/2011 definem como agricultor familiar aquele que, concomitantemente, explora estabelecimento agropecuário com até quatro módulos fiscais⁶, administra e trabalha predominantemente com sua família, obtendo das atividades econômicas do empreendimento um percentual mínimo da renda familiar, atualmente fixado pela legislação em 50%. Para além desses critérios, a legislação incluiu na categoria de agricultores familiares os assentados da reforma agrária, pescadores artesanais, quilombolas, extrativistas e comunidades indígenas (BRASIL, 2006; 2011).

Em suas principais diferenças com relação à classificação proposta por Bélières et al. (2013), a operacionalização da ação pública no Brasil: a) admite o emprego de força de trabalho contratada (empregados permanentes), desde que essa não supere a força de trabalho familiar⁷, o que tende a ampliar os potenciais beneficiários pela inclusão de agricultores que fariam parte da “exploração patronal”; e b) utiliza critérios relacionados a dimensão de área, limites e origens da renda e participação na gestão, os quais podem restringir o acesso às políticas públicas para alguns estabelecimentos classificados pelos autores acima como “exploração familiar”. Destacadas essas diferenças, os agricultores classificados como familiares pela legislação brasileira constituem um grupo heterogêneo de formas de produção agrícola baseadas na família. Seguindo essa definição legal, o Censo Agropecuário de 2006 classificou 4.367.902 estabelecimentos como familiares (84,4%) de um total de 5.175.489, ocupando 24,3% da área total (IBGE, 2009).

Com diferentes denominações regionais, as unidades familiares brasileiras têm origem predominante no modo de produção camponês. A gradativa redução do isolamento relativo, que caracterizava essas comunidades tradicionais, advém da criação de certa infraestrutura de transportes e comunicação, o que acelera sua integração sociocultural e econômica a partir dos anos 1960. Contudo, essa integração ocorre de forma parcial e desigual, pois as forças econômicas e sociais dos atores de cada local se expressam diferentemente face ao global (REIS, 2007). Trata-se de um

⁶ A Lei nº 6.746 de 1979 definiu o módulo fiscal como área mínima para viabilizar economicamente uma unidade produtiva em um dado município, constituindo-se em uma média calculada com base nas explorações e rendas obtidas. Em 2015, a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados passou a discutir a possibilidade de estender de quatro para seis módulos fiscais o público beneficiário de políticas públicas específicas para a agricultura familiar, mas não houve mudança até o momento.

⁷ Como a família é composta, geralmente, por dois membros, a convenção tem se expresso pela aceitação de até dois assalariados permanentes ou seu equivalente em trabalhos sazonais.

processo dialético em que não há só diferenças regionais, mas também entre estabelecimentos vizinhos, visto que a unidade camponesa mantém certa flexibilidade diante dos fatores externos. Como destaca Wanderley (2014), a aglutinação da diversidade social resultante desse processo de transformação se deu, recentemente, com base no conceito de agricultura familiar, mas sem perder sua base em laços familiares e de vizinhança que caracterizam o campesinato.

2. O conceito de campesinato

Para Mendras (1978), considerado um dos fundadores da sociologia rural francesa, o camponês clássico tem sua existência imbricada nas sociedades em que está inserido. Historicamente, a baixa capacidade de transporte e comunicação com o restante do mundo resultou em certo isolamento, com reflexos sobre sua dinâmica econômica e sociocultural. Logo, esse autor trabalha com o conceito de “sociedades camponesas”⁸, que seriam caracterizadas pela: a) autonomia demográfica e sociocultural parcial em relação à sociedade global; b) estruturação com base nos grupos domésticos (famílias); c) sociedades de interconhecimento, onde todos se conhecem nos distintos aspectos de suas personalidades e a vida social é profundamente marcada por relações sociais de reciprocidade; d) sistema econômico de autarquia relativa baseado na produção local, inclusive dos meios de produção, havendo poucas trocas com a sociedade global; e e) a realização do transporte de produtos e de informações com o ambiente externo via mediadores (comerciantes), normalmente com assimetria de informações e de poder.

A constituição de um campesinato segundo o modelo clássico europeu no Brasil é alvo de antigas controvérsias. Enquanto Caio Prado Jr.(1966) defende a tese da não formação dessa categoria social no país, José de Souza Martins (1981) entende por camponeses brasileiros o grupo de agricultores que ficou excluído do pacto político que gestou o fim da escravidão. A principal explicação para essas diferenças está associada à passagem da escravidão para o regime de trabalho assalariado. Nessa direção, Cunha (2012) diferencia três origens de camponeses brasileiros, sendo que somente um se aproxima mais do modelo clássico:

[a]) proveniente de antigas zonas agroexportadoras, como as áreas de antigos engenhos de cana-de-açúcar, algodozeiras e cafezeiras - quando se formaram arranjos entre proprietários e foreiros, colonos ou arrendatários, trabalhadores camponeses que moram no interior da propriedade – e se originam núcleos camponeses nos arredores dessas propriedades, em “terras livres”; [b]) o denominado campesinato de fronteira, que consistiu na implantação de núcleos camponeses que garantiram o povoamento de áreas distantes, muitas vezes ligados à expulsão de povos indígenas (...); e [c]) o campesinato que mais se aproxima do modelo europeu, que ocorreu no sul do país, em consequência do incentivo, por meio de doação de terras pelo Estado Imperial, a imigrantes assentados em colônias (CUNHA, 2012, p. 3-4).

⁸ A expressão “sociedades camponesas” passa a ser adotada no interior das ciências sociais especialmente nos estudos antropológicos realizados por Robert Redfield nos anos 1940. Tal expressão caiu em desuso e, segundo Abramovay (2007), seria até impróprio, pois não é possível encontrar regras próprias de funcionamento que a diferencie de outras sociedades (capitalistas, socialistas, feudais). Nesse caso, esse autor defende que o termo aparentemente mais apropriado seria comunidades camponesas.

Analisando a adoção prática desse conceito, Wanderley (2014) destaca que o termo camponês tem duas conotações no Brasil. A primeira o associa com formas tradicionais de produção, caracterizadas pela pequena escala, emprego escasso de recursos produtivos e baixa integração aos mercados e às cidades, sendo por vezes considerado expressão de atraso econômico e social. Nesse caso, para expandir as liberdades e alcançar o desenvolvimento, as características camponesas deveriam ser superadas via integração aos mercados. A segunda conotação tem um caráter “político”, que advém do seu emprego nas lutas por reforma agrária nas décadas de 1950 e 1960, com destaque para as ações políticas das Ligas Camponesas⁹. O ideário político dessas Ligas foi resgatado por movimentos sociais contemporâneos de luta pela reforma agrária. Além do caráter subversivo, essa segunda conotação incorporou elementos dos preceitos da sustentabilidade, defendendo uma relação amistosa com a natureza e a superioridade moral das trocas de reciprocidade em relação às trocas mercantis excludentes. Esse entendimento é mobilizado por esses movimentos sociais para criar uma identidade que se aproxima das demandas contemporâneas de desenvolvimento sustentável.

Nesses termos, o conceito de camponês passou a ser concebido na atualidade não como retorno ao passado, mas como referencial complementar - na medida que características de origem camponesa permitem enfrentar contradições da integração aos mercados (PLOEG, 2006). A origem dessa formulação remonta a Ellis (1988), para quem o camponês clássico se caracteriza pela dimensão familiar e pela integração parcial a mercados imperfeitos ou incompletos. A dimensão parcial se fundamenta em dois elementos: a) a unidade camponesa realiza produção e consumo, atendendo grande parte de suas necessidades produtivas e familiares sem trocas mercantis (autoprodução e reciprocidade); b) essa elevada autonomia lhe confere flexibilidade na relação com os mercados, na medida em que os afastamentos temporários não comprometem sua reprodução social. Quando amplia-se a integração, as trocas ocorrem em mercados imperfeitos (incompletos), adjetivação que se refere à inconformidade das transações com a impessoalidade proposta na teoria econômica clássica¹⁰. Ou seja, o mercado seria baseado em relações pessoais e caracterizado pelo número restrito de intermediários (comerciantes), inexistindo a ampla opção de escolhas que fundamenta a racionalidade do *Homo economicus*¹¹. Essa forte vinculação do indivíduo à estrutura sociocultural local restringe inclusive as opções de escolha e as oportunidades para trilhar uma vida diferente de seus pais.

⁹ As Ligas Camponesas deflagraram um movimento social na região Nordeste do país a partir de 1946 com o objetivo de defender a realização da reforma agrária e a representação dos interesses dos trabalhadores rurais no Brasil. Em virtude de sua origem e organização estarem ligadas ao Partido Comunista do Brasil (PCB), partido pelo qual Francisco Julião, principal liderança do movimento, foi deputado estadual e federal, suas propostas e ações foram associadas ao referencial socialista/comunista. Embora essas organizações já sofressem repressão do Estado desde sua origem, com o Golpe Militar de 1964, grande parte das lideranças do partido e das Ligas foi presa, assassinada e/ou exilada.

¹⁰ Tal afirmação não implica dizer que existam mercados perfeitos, mas busca destacar a discordância de Ellis (1988) em relação ao conceito ideal e hipotético da teoria neoclássica da existência desses mercados.

¹¹ Além do interconhecimento, que restringe a impessoalidade das transações, muitas transações se caracterizam pela ausência do uso do dinheiro, realizada mediante cadernetas. Dessa forma, as próprias transações são interconectadas, não havendo a circulação de dinheiro e seu efeito atomizador (SIMMEL, 1998).

Embora se relacione com a sociedade, recebendo influências de ordem econômica, política e cultural na estrutura social em que está inserida, a unidade camponesa busca manter flexibilidades para enfrentar contingências que possam surgir. Em sua busca por autonomia, o modo de produção camponês é caracterizado pela combinação do cultivo de lavouras e criações voltadas à comercialização¹², obtenção de dinheiro para adquirir mercadorias e serviços necessários à família, com atividades geradoras de alimentos destinadas ao autoconsumo. Essa destinação das lavouras e criações “para o gasto” é marcada pela duplicidade de funções verificada na alternatividade autoconsumo/venda. Ou seja, pode destinar-se ao consumo direto na unidade produtiva (família, animais) ou ser comercializada para obter recursos que garantem a aquisição de itens imprescindíveis à família (HERÉDIA, 1979; GARCIA JR, 1989; WANDERLEY, 1999).

Para diminuir os riscos diante das oscilações de mercado, o camponês produz seus insumos e mantém atividades passíveis de alternatividade mesmo que a rentabilidade esperada por área seja inferior àquela obtida com as culturas e criações destinadas à venda. Nesses termos, destaca-se que a comercialização do “excedente camponês” se refere às atividades destinadas inicialmente ao autoconsumo. Em certos casos, essa venda se destina a transformar em moeda os alimentos que poderiam ser perdidos em ausência de infraestruturas de conservação e beneficiamento (silos, galpões, agroindústrias etc.). Com mais intensidade no Nordeste brasileiro, a venda de animais também está associada à falta de alimentos diante da seca (WANDERLEY, 1999; GARCIA; HERÉDIA, 2009). Em outros casos, a negociação da produção “para o gasto” persiste como alternativa em ocasiões que seus preços tornam-se vantajosos, sendo substituídos por opções disponíveis na unidade produtiva, ou até mesmo no mercado. A venda pode ocorrer ainda em situações desfavoráveis, mas forçadas para enfrentar dificuldades financeiras (fixas ou ocasionais), a exemplo do pagamento por serviços de saúde¹³.

Embora entenda-se que o modelo clássico de camponês tenha baixa expressão no caso brasileiro atual, a mobilização desse conceito permite evidenciar características que continuam presentes na agricultura familiar. Como destaca-se a seguir, para além das diferenças de origens na história de formação e de culturas dos povos que constituíram as formas tradicionais de produção agropecuária, verifica-se a existência de distintas trajetórias de integração com a sociedade global, o que explica grande parte da diversidade social presente no interior da agricultura familiar brasileira.

¹² No Sul do Brasil é comum os agricultores chamarem essa atividade de “carro chefe” no sentido que uma atividade representa a principal fonte de renda, a qual se somam outras complementares.

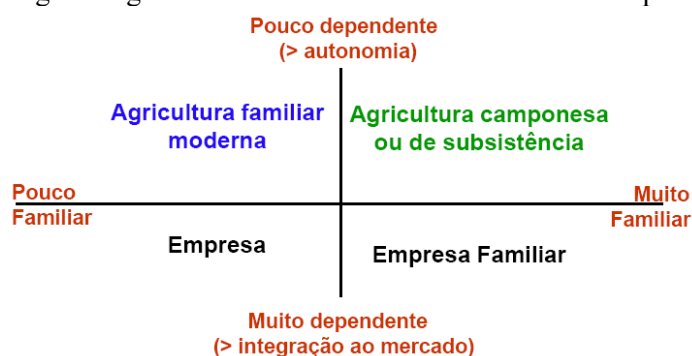
¹³ Em casos de dificuldades econômicas ou área reduzida, os estudos apontam ainda para o uso complementar do trabalho remunerado externo. Esse fenômeno, denominado na atualidade de pluriatividade, ou trabalho acessório na formulação original de Chayanov, é caracterizado pela obtenção concomitante de rendas agrícolas e não agrícolas por integrantes de uma mesma família de agricultores. Os estudos conduzidos na última década evidenciam que a renda não agrícola cumpre papel complementar às rendas agropecuárias para viabilizar a continuidade e viabilidade de muitos estabelecimentos familiares (SCHNEIDER, 2005).

3. A heterogeneidade da agricultura familiar e sua distinção em tipologias

O debate conceitual brevemente apresentado acima permite apontar a existência de rupturas e continuidades entre o campesinato e agricultura familiar (WANDERLEY, 1999), as quais explicam, em grande parte, a sua heterogeneidade (WANDERLEY, 2014). Para contemplar essa diversidade, o referencial apresentado a seguir mobiliza autores que evidenciam a dualidade entre autonomia e integração aos mercados. A autonomia se refere à capacidade de autodeterminação, não devendo ser confundida com autarcia absoluta. Ou seja, representa níveis de maior capacidade da família agricultora definir e suprir seus sistemas produtivos a partir dos fatores internos da unidade produtiva – recursos humanos e naturais. A isso se soma a possibilidade de criar novos mercados e aglutinar forças, via organização, para atuar nos já existentes. Por sua vez, a integração aos mercados, que nunca é total, representa a ampliação das definições de origem externa, em que se intensifica o uso de meios técnicos (insumos, serviços etc.) adquiridos nos mercados, bem como o acesso a crédito e informações¹⁴.

Na perspectiva de evidenciar a diversidade da agricultura familiar parte-se da tipologia de estabelecimentos construída por Lamarche *et al.* (1998). Esse autor é um “discípulo” de Mendras e um dos primeiros autores a formular uma tipologia dos diferentes tipos de agricultores, com ênfase na diversidade da agricultura familiar. A tipologia construída por Lamarche e colaboradores adota como principais variáveis a “autonomia” em relação aos mercados e o grau de “participação familiar” para definir quatro tipos ideais com níveis intermediários (**Figura 1**)¹⁵. A “agricultura camponesa ou de subsistência” caracteriza-se pela baixa integração aos mercados e forte dimensão familiar, muito próxima ao conceito clássico. Mantendo o caráter familiar, mas integrando-se fortemente aos mercados está a “empresa familiar”. Já no caso da “empresa” agrícola, a integração ao mercado ocorre associada à baixa presença da família, que pode ocorrer em distintos tamanhos de área e escala produtiva.

Figura 1 – Tipologia da agricultura familiar baseada em autonomia e presença da família.



Fonte: Adaptado de Lamarche (1998).

¹⁴ Embora a integração aos mercados ocorra também na comercialização da produção, as análises aqui apresentadas têm como foco a contribuição da ação pública para a definição dos fatores de produção. Um estudo sobre a resiliência socioambiental diante dos mercados, outra dimensão que se correlaciona com a sustentabilidade, encontra-se em Capellesso e Cazella (2015).

¹⁵ Destaca-se que as obras de Lamarche adotam como base os estudos de Mendras, o que explica o fato de sua tipologia enfatizar as diferenças resultantes desse processo de integração aos mercados.

Segundo essa classificação, a “agricultura familiar moderna” se caracteriza pela menor presença da família e maior autonomia, representando 45% da agricultura familiar brasileira na época do estudo¹⁶. Merece destaque que a baixa presença da família se refere à redução do trabalho via emprego de algumas tecnologias poupadoras de mão de obra no campo, não devendo ser confundida com substituição pelo trabalho assalariado. Já a manutenção de elementos de autonomia camponesa corresponde à valorização de insumos e meios de produção próprios (autoprodução), bem como da produção para o autoconsumo. Ao valorizar essa característica de origem camponesa, o agricultor familiar moderno é, segundo Lamarche, o modelo melhor estruturado para lidar com as inconsistências dos mercados, visto que a menor dependência facilita as adaptações.

O estabelecimento familiar moderno define-se como uma unidade de produção menos intensiva, financeiramente pouco comprometida e, principalmente, muito retraída em relação ao mercado; com efeito, a maior parte de suas produções é parcialmente reutilizada para as necessidades da unidade de produção ou autoconsumidas pela família; nunca é totalmente comercializada. (...) Podemos admitir, no que diz respeito às variáveis consideradas, que o estabelecimento familiar moderno funciona sensivelmente como estabelecimento de tipo camponês, com mais técnica e mais necessidades (LAMARCHE, 1998, p. 314).

Os níveis de integração aos mercados e as relações de trabalho também são mobilizados na tipologia construída por Ploeg (2006) para analisar a agricultura da Europa ocidental, região do mundo onde a modernização técnica ocorrera de forma mais acentuada. Esse autor diferencia os estabelecimentos em três categorias: a) agricultura camponesa: trabalho como não sendo uma mercadoria (familiar) e integração parcial a mercados imperfeitos; b) agricultura empresarial: trabalho familiar como uma não mercadoria associado a formas mais integradas ao mercado de insumos. Essa categoria corresponde à empresa familiar de Lamarche; e c) como forma não familiar, a agricultura capitalista, que mobiliza o trabalho como uma mercadoria (**Figura 2**). Para o autor, essa tipologia permite superar as abordagens dualistas (grande/pequeno; empresarial/familiar). Ao manter o trabalho como uma não mercadoria, a agricultura familiar é analisada segundo a dualidade entre distintos níveis de integração aos mercados. Nesse caso, a “agricultura familiar moderna” de Lamarche pode ser assumida como a interface¹⁷ entre a agricultura camponesa e empresarial.

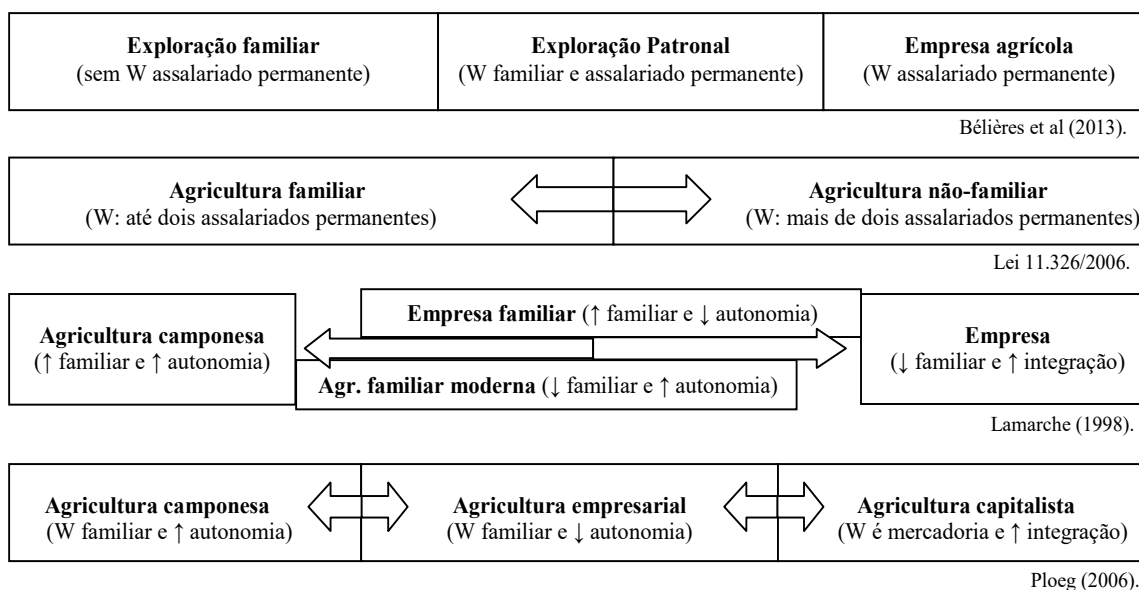
Embora a tipologia proposta por Ploeg (2006) seja mobilizada pela possibilidade de evidenciar a relação autonomia/integração aos mercados, entende-se que as denominações atribuídas às distintas categorias pode gerar confusão. No primeiro caso, a “agricultura camponesa” não pode ser confundida com o conceito clássico de campesinato de Chayanov, pois há rupturas e

¹⁶ Deve-se atentar para possíveis distorções nos percentuais apresentados por Lamarche (1998) em virtude das características dos estudos de caso realizados no Brasil. Embora a pesquisa tenha buscado captar a realidade de quatro regiões do país, na região Nordeste abarcou agricultores de zonas irrigadas, que não representam a situação de vida da maior parte dos agricultores familiares nordestinos.

¹⁷ A noção de interface social, formulada por Norman Long, aponta para intersecções entre diferentes modos de vida, campos sociais e níveis organizacionais, nas quais podem ser identificadas descontinuidades sociais discrepantes, representadas por diferentes interesses e apoiadas em distintos recursos (LONG, 2001).

continuidades em relação a tais sociedades. Já em relação à “agricultura empresarial”, a sua classificação se aproxima do que Lamarche (1998) denominou “empresa familiar”. Ao enfatizar a dimensão familiar, essa última é uma expressão aparentemente mais adequada para diferenciá-la da “agricultura capitalista” – ou “empresa” de Lamarche.

Figura 2 – Sistematização comparativa de três tipologias de agricultores e a legislação brasileira levando-se em consideração as modalidades de trabalho (W) e níveis (↑: elevada; ↓: baixa) de autonomia e integração aos mercados.



FONTE: elaboração dos autores a partir de Bélières et al. (2013), Brasil (2006), Lamarche (1998) e Ploeg (2006).

As elaborações de Ploeg (2006) e Lamarche (1998), respeitadas suas diferenças, enfatizam a dimensão familiar associado à dualidade entre integração e autonomia. Essa distinção permite analisar diferenças nos referenciais de ação pública direcionadas à agricultura familiar, no sentido da promoção da autonomia e/ou da integração ao mercado. Ou seja, em sua distinção interna é mobilizada a dualidade dos conceitos de “agricultura camponesa” e “empresa familiar”, entendendo-se a “agricultura familiar moderna” como um nível intermediário (LAMARCHE, 1998).

Com base nas tipologias de Ploeg e Lamarche é possível afirmar que o referencial modernizante orienta a elaboração de políticas públicas estritamente promotoras da integração aos mercados, aproximando os “agricultores familiares modernos” da “empresa familiar”. Em sentido oposto, ao propor o distanciamento, principalmente, do mercado de insumos e a reconexão com a natureza, as formas de agricultura concebidas em oposição ao referencial modernizante, a exemplo da agroecologia, valorizam a autonomia, configurando-se em referencial alternativo que resgata elementos da “agricultura camponesa” (CAPELLESSO, CAZELLA & ROVER, 2016).

No contexto de isolamento relativo e de forte autonomia que caracterizavam as comunidades camponesas brasileiras até meados do Século XX, a criação de políticas públicas destinadas a

promover o gradativo acesso aos meios de produção nos mercados, a exemplo do crédito rural, contribuiu para a incorporação de tecnologias pontuais, o que auxiliou a converter o “camponês” em “agricultor familiar moderno” (LAMARCHE, 1998). Contudo, esse não é caso dos “pacotes tecnológicos” modernizantes, em que o conjunto de técnicas exógenas à unidade camponesa deveria ser adotado de forma indissociável, sem considerar as possibilidades de sinergia com os recursos próprios (autonomia). Mesmo quando a integração ao mercado de insumos ocorre de forma gradativa, a perpetuação unívoca e contínua da orientação modernizante na ação pública tende a exacerbar a integração, forçando a perda de características camponesas, que podem contribuir com sua sustentabilidade econômica, social e ambiental. A questão passa a ser como incorporar em uma política pública a valorização dos recursos locais, de forma a evitar a exacerbação da integração aos mercados.

4. O referencial modernizante e a antecipação pró-ativa frente aos acontecimentos

A penetração do conceito de agricultura familiar no Brasil tem como destaque a obra de Abramovay (1990/2007)¹⁸. Esse autor buscou em países capitalistas desenvolvidos exemplos para afirmar a importância das formas familiares de produção agropecuária. Com base no contexto europeu dos anos 1980, em que a modernização técnica ocorrera de forma mais acentuada, o autor diferencia as formas familiares em “camponês” e “agricultor familiar moderno”. Essa última, ao receber apoio do Estado, se tornou extremamente produtiva. Ou seja, em oposição às teorias que previam o desaparecimento inevitável das formas de produção agrícola de base familiar, essa é apresentada como a melhor opção para garantir a oferta de alimentos a baixos custos para as sociedades modernas, fato que justificaria sua reprodução socioeconômica graças a fortes subsídios embutidos nas políticas públicas específicas.

Destaca-se aqui uma importante diferença conceitual entre Lamarche (1998) e Abramovay (2007). O primeiro autor valoriza a agricultura familiar moderna pela manutenção de níveis elevados de autonomia diante dos mercados, o que lhe garantiria resiliência diante das oscilações. Já para Abramovay, o adjetivo “moderno” se refere à elevada capacidade produtiva desse tipo de agricultura quando da associação entre políticas públicas e integração a mercados competitivos. Logo, o entendimento de Abramovay sobre a agricultura familiar moderna se aproxima do que Lamarche classifica como “empresa familiar”. Nesse caso, cabe ao Estado oferecer segurança e apoio a tais agricultores via políticas públicas para incorporar inovações e insumos modernos, necessários para a elevação da produtividade.

¹⁸ Embora apareça aqui com data recente, a obra tem origem na tese de doutorado do autor defendida em 1990, contexto em que a agricultura familiar não contava com políticas públicas específicas. Em 1992 teve-se a primeira edição da tese em formato de livro.

Seguindo a tipologia de Lamarche (1998), em regiões de agricultura familiar dinâmica, verifica-se que a ação pública contribui para a conversão dos “agricultores familiares modernos” em “empresários familiares”. Ou, segundo Abramovay (2007), a conversão de “camponeses” em “agricultores familiares modernos” apoiados pelo Estado para se tornarem altamente produtivos. Na região Sul do Brasil, a pressão nessa direção tem sido favorecida pelo aquecimento do mercado de trabalho, com reflexos sobre a elevação dos preços da mão de obra e redução da sua disponibilidade entre agricultores familiares. A redução do trabalho realizado na unidade produtiva por membros externos à família e da própria família ocorre, especialmente, pelo êxodo rural dos jovens e o envelhecimento da população rural, o que resulta em: a) abandono/redução de atividades antes executadas pela força de trabalho familiar e de assalariados temporários; e/ou b) ampliação dos investimentos em tecnologias de automação e mecanização e substituição de insumos próprios, o que recebeu importante contribuição das políticas públicas.

Em consonância com as análises conduzidas por Abramovay (2007), Guanziroli e Di Sabbato (2014) defendem que, dada sua capacidade de gerar elevado valor bruto na produção agropecuária, o grupo de agricultores “familiar empresarial” seria capaz de competir no seio do agronegócio, junto com os agricultores empresariais eficientes. Assim como no caso europeu analisado por Abramovay (2007), essa integração ao mercado de insumos e máquinas (ou serviços mecanizados) seria parcialmente sustentada pela operacionalização de políticas públicas específicas, especialmente, de crédito rural e seguro agrícola. Divergindo desse otimismo, Capellesso (2016) apresenta dados empíricos da região Extremo Oeste Catarinense, que problematizam tais resultados em três esferas principais: a) econômica, em termos de rentabilidade por área e riscos; b) sociais, relacionadas, especialmente, ao processo de seleção excludente de produtores; e c) ambientais, decorrentes dos impactos desse modelo produtivo sobre os recursos naturais.

Diante desse quadro, a busca por resiliência socioambiental passa pela criação de mecanismos que permitam antecipar-se de maneira pró-ativa aos acontecimentos considerados adversos (JEAN, 2007). Nesse caso, cabe uma analogia com o contexto da Europa Ocidental recente, onde a opção pelo aprofundamento da integração aos mercados foi promovida pelo Estado. Segundo Ploeg (2006), em virtude da perda de autonomia que lhes conferia flexibilidade, uma parcela de famílias agricultoras altamente integradas busca se defender de ditames dos mercados por meio da diversificação de atividades, fenômeno que esse autor denomina de recampesinização. Não se trata de uma ruptura e volta às sociedades camponesas, mas de uma tentativa de resgatar características camponesas que permitem criar essa complementaridade com a integração a distintos mercados. Segundo a tipologia de Lamarche (1998), teríamos uma tendência de retorno da empresa familiar para a condição de agricultura familiar moderna. No caso brasileiro, a antecipação das evoluções

aponta para a necessidade de incorporar na ação pública possibilidades de valorizar estratégias orientadas pela autonomia, com vistas a criar sistemas produtivos mais eficientes e seguros.

Em termos de expressão prática da recampesinização, Ploeg (2006) estima que 80% das famílias de agricultores da Europa Ocidental têm adotado ao menos uma das seguintes estratégias: a) oferta de produtos e serviços que permite atuar em novos mercados; b) maior distanciamento em relação ao mercado de insumos industriais (aumento da autonomia); c) mobilização de estratégias que reconectam a agricultura com a natureza; d) adoção da pluriatividade; e) recurso a formas de cooperação; e f) reintrodução da artesanidade (articulação entre trabalho intelectual e manual). Em sua análise preliminar do caso brasileiro, esse autor aponta que a recampesinização estaria mais vinculada aos movimentos sociais, especialmente às dinâmicas dos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Em essência, o enfrentamento dos ditames do mercado agroalimentar hegemônico por meio das estratégias de recampesinização similares às apontadas acima não é uma novidade no caso brasileiro e nem se restringe às dinâmicas dos assentamentos do MST. A criação de novos produtos e serviços é verificada no crescimento do turismo rural, das agroindústrias familiares, da pluriatividade (prestação serviços de máquinas, trabalho formal etc.), dos circuitos curtos de comercialização e da promoção da agroecologia (SCHNEIDER, 2005; ANJOS, 2003; DAROLT et al., 2016). A reaproximação com a natureza é verificada, especialmente, nas experiências de produção de base ecológica (ALTIERI; NICHOLLS, 2012). As formas de cooperação passam pela criação de grupos informais, associações e cooperativas de agricultores para apoiar a comercialização de produtos, de associações de máquinas para reduzir os custos de aquisição e do cooperativismo de crédito rural (BÚRIGO, 2010; ESTEVAM & MIOR, 2014).

Os elementos apresentados ao longo deste trabalho lançam questionamentos sobre a pertinência do referencial setorial modernizante, que visa converter os agricultores familiares em empresas altamente integradas aos mercados competitivos. Entre os que alcançam essa modernização, Capellesso, Cazella e Rover (2016) apontam para a perda de resiliência frente aos ditames dos mercados e a adoção de um modelo técnico incoerente com os preceitos da sustentabilidade ambiental. Em paralelo, aos considerados “inaptos” resta um vácuo de políticas públicas setoriais, que agrava os problemas sociais e a demanda por políticas de caráter assistencial (CAZELLA et al., 2017). Nesse caso, os excluídos não são poucos, visto que a maior parte dos agricultores familiares brasileiros não consegue acessar as políticas públicas de crédito rural e seguro agrícola (CAPELLESSO, 2016). Em que pese Grisa e Schneider (2014) apontarem para o surgimento no Brasil de uma terceira geração de políticas públicas baseadas na criação de mercados para segurança alimentar e sustentabilidade ambiental, a abrangência dessas políticas é bem inferior à do crédito rural. Além disso, em muitos casos, essas novas políticas públicas são acessadas por

tradicionais beneficiários do crédito rural, condição que contribui para o fortalecimento de suas estratégias de reprodução social, mas não representa aumento do público potencial apoiado pelo Estado (CAZELLA et al., 2017).

5. Considerações finais

A presente análise destaca o contraste entre diferentes tipologias que procuram analisar e enquadrar para fins de acesso a políticas públicas a diversidade social da agricultura familiar. Embora constata-se a baixa expressão do campesinato clássico no Brasil, a abordagem desse tema evidencia a necessidade de considerar um certo afastamento de parcela de agricultores em relação aos mercados. Sem uma origem comum e única, o olhar sobre a agricultura brasileira exige o resgate da multiplicidade de expressões da agricultura familiar nas tipologias de agricultura, buscando enfatizar pontos comuns e divergentes. Destaca-se que as formulações dão pouca importância para a dimensão das áreas e mais para as formas de relação laboral e a dimensão de integração aos mercados. Tendo por base essas formulações, pode-se apontar que as políticas públicas modernizantes tendem a conduzir os agricultores familiares à condição de empresas familiares, altamente integradas aos mercados, enquanto elementos de afastamento e autonomia que poderiam dar mais margem de manobra diante das adversidades dos mercados são desconsiderados. Ou seja, percebe-se um claro processo de condução de parcela dos agricultores familiares a um grau de dependência similar ao que ocorre em países da Europa, no qual o Estado passa a ser responsável por amortecer as adversidades do mercado. Tal condição exige que as análises da ação pública incorporem o grau de integração aos mercados no centro da reflexão, com vistas a antecipar-se ao risco de completa dependência.

Além disso, no caso brasileiro, a geração de agricultores familiares que iniciou sua unidade agrícola durante o processo de modernização da agricultura nos anos 1970 e 1980 encontra-se em idade avançada, muitos com problemas de sucessão dos seus estabelecimentos. A diminuição de força de trabalho no interior dessas unidades agrícolas, familiar e assalariada, representa mais um ingrediente desse complexo processo de pensar em gerar mais autonomia frente aos mercados. A nova geração que dará continuidade a essas unidades produtivas tende a adotar mudanças substanciais na forma de agricultura praticada até então. Logo, o caso europeu de recampesinação, apontado por Ploeg, pode não representar uma tendência significativa para o caso brasileiro. Ao estar em um estágio de menor integração quando comparado ao velho continente, esses agricultores tendem continuar a perder autonomia com o avanço da modernização.

6. BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. (1992) **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3.ed. São Paulo: Edusp, 2007, 296p.

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C.. **Agroecología: única esperanza para la soberanía alimentaria y la resiliencia socioecológica: Una contribución a las discusiones de Rio+20 sobre temas en la interface del hambre, la agricultura, y la justicia ambiental y social.** SOCLA, Junio de 2012.

ANJOS, F. S. dos. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil.** Pelotas: ADUFPEL, 2003.

BÉLIÈRES, J-F. et al. **Les agricultures familiales du monde: définitions, contributions e politiques publiques.** Montpellier, 2013. 281p.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 26 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário oficial da União**, nº 141, 25 de julho de 2006, Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. 2011. **Diário Oficial da União**, nº 199, 17 de outubro de 2011, Seção 1, p. 1-3.

BÚRIGO, F. **Finanças e Solidariedade: cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil.** Chapecó: Argos, 2010. 454p.

CAPELLESSO, A. J.; CAZELLA, A. A. Entre a especialização produtiva e a agroecologia: estratégias de reprodução social de agricultores familiares da Região Extremo Oeste Catarinense. **Revista Sustentabilidade em Debate**, v. 6, n. 2, p. 33-50, 2015

CAPELLESSO, A. J.; CAZELLA, A. A.; ROVER, O. J. Ambiguidade de referenciais tecnológicos da ação pública no meio rural: agricultura familiar e limites à sustentabilidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. V. 36, pp.167-187, 2016.

CAPELLESSO, A. J. **Crédito e seguro da agricultura familiar: políticas públicas de apoio à sustentabilidade ou de subsídio a sistemas produtivos de baixa eficiência?**, 2016. 357p. Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas (Tese de doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

CAZELLA, A. A. *et al.* Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política & Sociedade**, v. 15, 2016, pp. 49-79.

CUNHA, M. das G. C. Campesinato brasileiro: origens e ressignificações de um modo de vida tradicional. In.: **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária.** Anais... Montes Claros, 2012

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A. ALENCAR, M. de C. F.; ABREU, L. S.; Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. **Ambiente & Sociedade**. v. XIX, n. 2. p. 1-22. 2016.

ELLIS, F. **Peasant Economics – Farm Households and Agrarian Development.** Cambridge, Cambridge University, 1988.

ESTEVAM, D. de O.; MIOR, L.C. (Org.). **Inovação na agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina.** Florianópolis, SC: Insular, 2014. 296p

FAO. 2000 World Census of Agriculture. Main Results and Metadata by Country (1996-2005). Rome, FAO, **FAO Statistical Development Series**, 12, 2010. 246 p.

GARCIA, A. R.; HEREDIA, B. A. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. **Diversidade do campesinato: expressões e categorias – Volume 2: estratégias de reprodução social.** São Paulo, Editora UNESP, 2009. p. 213-243.

- GARCIA JR, A. R. **O Sul: caminho do roçado** – Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Ed. Marco Zero. 1989, 285p.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural** [online]. 2014, vol.52, suppl.1, pp. 125-146.
- GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A "produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Rev. Agroalimentaria**. Vol. 16, Nº 31; jul-dic, 2010.
- GUANZIROLI, C. E.; DI SABBATO, A. Existe na agricultura brasileira um setor que corresponde ao "family farming" americano? **Rev. Econ. Sociol. Rural** Vol.52, supl.1, Brasília, 2014, p. S085-S104.
- HERÉDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil**. Ed. Paz e Terra, 1979, 164p.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2006: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 777p.
- JEAN, B. Du développement regional au développemant territorial durable: vers um développement territorial solidaire pour réussir lê développement des territoires ruraux. **I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável**. UFSC. Florianópolis. 2007.
- LAMARCHE, H. Por uma teoria da agricultura familiar. In: LAMARCHE, H. (coord.) **Agricultura Familiar: comparação internacional – do mito à realidade**. Campinas. Ed. Unicamp, 1998, p.303-336.
- LONG, N. **Development Sociology: Actor Perspectives**, Routledge, 2001.
- MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MENDRAS, H. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. 265p.
- PLOEG, J. D. V. der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006. p. 13-54.
- PRADO JR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- REIS, J. Diferenciação e mudança: do rural ao território. IN: _____. **Ensaio de economia impura**. Coimbra: Ed. Almedina, 2007. pp. 193-209
- SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade e o desenvolvimento brasileiro. **Cadernos do Ceam**, Brasília, UnB/Ceam/Neagri, nº17, 2005, pp.23-42.
- SIMMEL, G. O dinheiro na cultura moderna. SOUZA, J; ÖELZE, B. (orgs.). **Simmel e a modernidade**. Brasília: Unb, 1998, pp.23-40.
- WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J.C. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo, EdUPF, 1999. pp.23-56.
- WANDERLEY, M. de N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Rev. Econ. Sociol. Rural** [online]. 2014, vol.52, S.1, pp. 25-44.

A atuação do Sindicato Unificado dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai do RS (SUTRAF-AU) na implementação do Programa nacional de habitação rural na Região Alto Uruguai – RS - 2001 a 2015

Alcemir Antonio Bagnara¹
Douglas Cenci²
Zenicleia Angelita Deggerone³
Andreia Carla Cichet⁴
Taise Pasa⁵

Resumo

O Sindicato Unificado dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Alto Uruguai - SUTRAF-AU, historicamente organizou e articulou os agricultores e agricultoras familiares da região do Alto Uruguai, norte do Estado do Rio Grande do Sul. A melhoria na qualidade de vida, orientou o sindicato a construir pautas de políticas públicas, mobilizações e negociações. A conquista das políticas públicas desafiou o sindicato a contribuir na implementação e execução das mesmas. Neste contexto se constituiu o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e a discussão sobre sua implementação. Ao assumir a implementação o sindicato contribui para que se agilizasse os encaminhamentos e garantissem o acesso aos seus associados. O presente estudo visa apresentar o resultado da implementação do PNHR e a participação do SUTRAF-AU na implementação desta política pública na Região Alto Uruguai (RS). Para obter os resultados usou-se o método de estudo bibliográfico e o levantamento de dados junto ao SUTRAF-AU e a Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar (COOPERHAF). Verificou-se com a realização deste estudo que foi fundamental a presença e a participação do SUTRAF-AU na implementação do PNHR. Identificou-se que foram mais de três mil unidades habitacionais construídas ou reformadas nos municípios de atuação do SUTRAF-AU, o que refletiu na melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares associados ao SUTRAF-AU.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Habitação rural. Políticas Públicas.

¹ Acadêmico do Curso de Administração (UERGS); Bacharel em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial (UERGS); Pós-graduado em Produção e Gestão Agrícola (URI) e Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável pela (UERGS). E-mail: alcebagnara@gmail.com

² Coordenador do Sindicato Unificado dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai (SUTRAF-AU); Especialista em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável (UERGS); Bacharel em Administração (UNOPAR); Colaborador do Projeto de Extensão: Multiplicadores de conhecimentos da agricultura familiar; E-mail: douglassutraf@hotmail.com;

³ Doutoranda em Desenvolvimento Rural (UFRGS); Mestra em Ambiente e Desenvolvimento (UNIVATES); Bacharel em Administração (UERGS). Atua como Docente na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) – Unidade em Erechim. E-mail: zenicleia-deggerone@uergs.edu.br

⁴ Mestranda em Ciência e Tecnologia Ambiental (UFFS); Bacharel em Tecnologia em Meio Ambiente (UERGS) – Unidade em Erechim. E-mail: andreiacc.17@hotmail.com

⁵ Acadêmica do Curso de Administração da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - Unidade em Erechim; Bolsista do projeto extensão: Multiplicadores de conhecimentos da agricultura familiar; E-mail: taise-pasa@uergs.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A permanência das famílias no meio rural tem acentuado os atuais debates em torno do desenvolvimento rural brasileiro. O tema tornou-se foco de discussão e implementação de inúmeros programas e políticas públicas sociais nas últimas décadas (2003 a 2016). A luta dos agricultores familiares e suas organizações idealizaram programas, apresentaram pautas, realizaram mobilizações e essas reivindicações tencionaram para que o Estado Brasileiro organizasse a execução dessas políticas. Porém, devido à dificuldade existente para que estas políticas chegassem aos beneficiários, o Estado estabeleceu parcerias com as organizações sociais da agricultura familiar na implementação e execução destes programas.

As ações desenvolvidas antes dos anos de 2003 a 2015, vêm ao encontro do desenvolvimento e da inclusão social das famílias rurais, representando uma mudança nos rumos e encaminhamentos para com a agricultura familiar. Entre as novas políticas públicas implementadas pelo Estado para a agricultura familiar, está o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR (BOLTER, SCHNEIDER, HAAS, 2015).

É possível constatar que a política de habitação rural e uma série de outras se tornaram realidade. Isso foi resultado da luta sindical e da percepção e planejamento governamental, que passa a mudar a forma de condução do Estado brasileiro. Este processo foi construído coletivamente por milhares de agricultores familiares organizados em torno de suas organizações que desenvolveram o papel reivindicatório e propositivo nas políticas de Estado em relação ao meio rural.

Nesse sentido, o presente artigo visa analisar a evolução do programa de habitação rural na Região Alto Uruguai - Rio Grande Do Sul e a participação do SUTRAF-AU (Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai –RS) teve na sua proposição e implementação desta política no meio rural.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste artigo consiste em um estudo exploratório, que envolveu o resgate bibliográfico sobre o tema, além de pesquisas documentais junto às entidades: SUTRAF-AU; Federação dos trabalhadores na agricultura familiar da Região Sul (FETRAF-SUL); Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar (COOPERHAF), e a realização de entrevistas com dirigentes sindicais. A análise das informações coletadas ocorreu através da análise de conteúdo. As informações a cerca da implementação do programa de habitação rural estabeleceu-se com corte temporal o ano de 2001 a 2015.

2. A CRIAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL

Os programas de habitação mesmo estando regulamentado em Lei, até o ano de 2003, quase não haviam sido realizados investimentos do poder público em habitação rural. Segundo Bolter, Schneider, Hass (2015, p. 97) as ações, políticas e programas públicos de habitação até então existentes não conseguiam ser acessados pelos pequenos e médios agricultores, visto que os mesmos enfrentavam problemas burocráticos e também porque as condições exigidas eram semelhantes aos programas habitacionais urbanos.

O debate proposto pelas organizações e movimentos sociais condicionaram os governos a repensarem a problemática da habitação e entender o espaço rural com suas especificidades. Neste intuito, em 1999, foi criado um grupo de trabalho, vinculado ao Estado do Rio Grande do Sul, para dialogar sobre a problemática. O grupo produziu um esboço de projeto e ainda no mesmo ano foi instituído o Programa Estadual de Habitação Rural - PHRRS. Este programa foi desenvolvido pelo governo do Estado de RS em parceria com FETRAF-SUL e COOPERHAF, e viabilizaram a construção de 378 unidades habitacionais no Estado do Rio Grande do Sul (COOPERHAF, 2015).

Essa experiência permitiu levar ao governo federal, através do ex-governador Olívio Dutra, a ideia de um programa habitacional semelhante. Foi então que surgiu o PHR (Programa de Habitação Rural), vinculado ao Programa Nacional de Habitação, e em 2003 com o intuito de melhorar a qualidade de vida e tirar da condição de vulnerabilidade socioeconômica os agricultores familiares brasileiros.

Segundo Bolter, Schneider, Haas (2015), o PHR iniciou com três modalidades de contratos: i) Programa de subsidio a habitação de interesse social (PSH); ii) Carta de crédito com operações coletivas, FGTS (CCFGTS); e iii) Credito Solidário (FDS), constatando-se que, nesse período, o Programa funcionava com recursos periféricos e incertos, e esta formatação inicial manteve-se até o ano 2009.

O PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural foi criado no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, através da Lei 11.977/2009 e com a finalidade de possibilitar ao agricultor familiar, trabalhador rural e comunidades tradicionais o acesso à moradia digna no campo, seja construindo uma nova casa ou reformando/ampliando/concluindo uma existente. Segundo Bolter, Schneider, Haas (2015), a partir dessa nova configuração, o Programa passou a contar com recursos diretos do Orçamento Geral da União – OGU. Além disso, o Programa passou a ser operacionalizado pela Caixa, por meio da Superintendência de Habitação Rural (SUHAR) e do Banco do Brasil (BB).

Ao mesmo tempo que nasce e se consolida a luta pela habitação rural, se consolidam as instituições FETRAF-SUL, o SUTRAF-AU e COOPERHAF. Essas entidades, embora tenham essa denominação, a sua organização e funcionamento datam meados da década de 1980.

3. A CONSTITUIÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DO ALTO URUGUAI – SUTRAF – AU COMO ATOR REGIONAL

A organização dos trabalhadores do meio rural, na região Alto Uruguai – Rio Grande do Sul, e a consolidação dos sindicatos, cooperativas e outras organizações ocorrem dentro de um contexto histórico regional e de grandes mudanças socioeconômicas na agricultura.

Segundo Zanella (2004) em 1962, é o ano do surgimento dos sindicatos de trabalhadores rurais na região. Além dos sindicatos, eram desenvolvidas outras formas de organização, como as cooperativas e associações. No período em que o regime militar comandou o País, a ação sindical foi reprimida e os sindicatos foram transformados em grandes ambulatórios médicos e dentários, desvirtuando o do seu verdadeiro papel.

No final dos anos 1970 e início da década de 1980, surgem os movimentos pela democratização do Brasil. Junto com os movimentos nacionais, na região Alto Uruguai ressurgem a discussão e ações em torno do papel do sindicato. Conforme Seminotti (2014), este autor destaca a atuação da Igreja Católica progressista, através das Comunidades Eclesiais de Base, como espaço alternativo de militância contra o regime militar e em prol da construção da consciência política, pela justiça social e de direitos. Esse movimento de questionamento ao sindicalismo atrelado ao Estado e assistencialista, passa a ter a denominação de “novo sindicalismo”, segundo Sandoval (1994).

Na década de 1990, segundo Zanella (2004), o termo agricultura familiar passa a ter a adoção nacional e regionalmente, como recorte e diferenciação dos termos agricultura patronal e trabalhador rural. A agricultura familiar passa a ser o público prioritário de atuação do sindicalismo Cutista e Fetagiano pela luta por políticas públicas. No final da década de 1990, a região Alto Uruguai passa a ter a hegemonia dos sindicatos Cutistas. O debate regional apresentava desafios maiores de unificação da ação sindical, de fortalecimento da luta regional e a otimização da estrutura física e financeira. Surge então o debate pela regionalização que se efetivou pela construção do primeiro sindicato regional, o Sindicato Unificado dos Trabalhadores na Agricultura familiar (SUTRAF) da região de Getúlio Vargas.

Após esse primeiro passo, o debate foi aprofundado e em 28 de março de 2001, em que foi criada a FETRAF-SUL/CUT, que em suas resoluções apresenta uma proposta para a construção de

um processo de regionalização dos sindicatos. Seguindo a definição, os dirigentes decidem pela realização do I Congresso Sindical da Agricultura Familiar do Alto Uruguai, o qual aconteceu em março de 2003 e aprovou a criação do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai – SUTRAF-AU com uma área de abrangência em vinte e seis municípios da Região, e aproximadamente 10 mil associados.

Desta forma, o SUTRAF-AU nasce fortalecido em termos de representação, e com muita organização local, fruto do trabalho das sedes sindicais municipais. O SUTRAF-AU se apresenta como ator regional propositor do debate sobre desenvolvimento e de proposição de políticas públicas.

O SUTRAF-AU se constitui no ano de 2003, fruto do trabalho de muitas mãos de homens e mulheres que se envolveram na luta contra a ditadura militar, e atuam na construção das oposições sindicais, em associações e nos próprios sindicatos municipais. Embora a fundação seja feita em 2003, a organização ocorria através da direção regional do Alto Uruguai e sua atuação se dava através dos sindicatos municipais envolvidos.

4. A PARTICIPAÇÃO DO SINDICATO UNIFICADO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DO ALTO URUGUAI NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO RURAL.

Uma das maiores preocupações do SUTRAF-AU, sempre foi o acesso às políticas públicas, haja vista a dificuldade de implementação das mesmas, por parte de governo, pois o mesmo não tinha mecanismos necessários para garantir a sua efetivação. Atualmente ao verificar a implementação massiva de várias políticas públicas, é difícil imaginar o quanto este processo era burocrático e moroso, o que impedia a implementação das ações que viessem em benefício dos agricultores familiares. Citando um exemplo, para os agricultores familiares terem acesso ao crédito bancário, foi necessário criar cooperativas de crédito da agricultura familiar para desburocratizar o acesso, mas mesmo assim, houveram muitas dificuldades, devido às exigências dos agentes financeiros estatais.

O papel da Organização Sindical foi fundamental para propor melhorias na área rural e na conquista das políticas públicas. Elas só existem devido à organização e mobilização dos agricultores familiares sobre o governo federal. Muitas vezes, os agricultores e sindicatos se mobilizaram e fecharam o acesso às agências bancárias e os Ministérios Federais em Brasília, a fim de agilizar as liberações de recursos, reduzir juros do crédito e, conseqüentemente, garantir mais recursos para agricultura familiar.

No caso da habitação não foi diferente, o SUTRAF-AU participou efetivamente na luta pela criação do Programa de Nacional de Habitação Rural (PHR e PNHR) tanto na elaboração, na

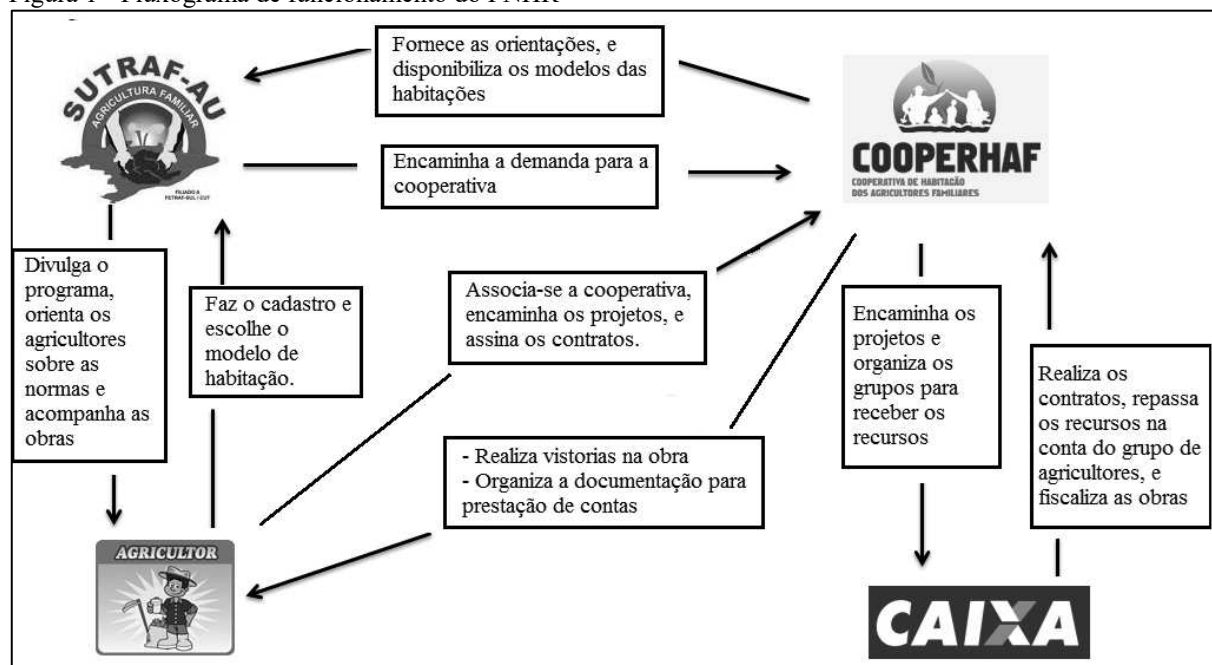
proposição de pauta, na mobilização, na conquista, bem como em reuniões de divulgação e na implementação junto ao público beneficiário.

O SUTRAF-AU participou e contribuiu significativamente na criação e consolidação da COOPERHAF. Essa articulação permitiu que ao mesmo tempo em que, os programas de habitação fossem sendo implementados, os ajustes nos programas, a desburocratização e o acesso fosse facilitado aos interessados.

A atuação do SUTRAF-AU foi fundamental na implementação do programa de habitação rural. O Sindicato foi responsável pela divulgação do programa junto aos agricultores familiares, além de realizar a orientação aos agricultores sobre normas e regras do programa. Ele também fazia o cadastro dos agricultores no sistema, e repassava as demandas por habitação rural para COOPERHAF. A cooperativa elaborava o projeto arquitetônico da habitação, e informava o agricultor via SUTRAF-AU. O sindicato acompanhava os agricultores na assinatura dos contratos junto aos órgãos oficiais, acompanhava a execução e fiscalização das obras, além de autorizar a liberação dos recursos financeiros.

A figura abaixo mostra a dinâmica de funcionamento do PNHR na sua execução na parceria com o Governo Federal, Caixa, COOPERHAF e SUTRAF-AU.

Figura 1 - Fluxograma de funcionamento do PNHR



Fonte: Adaptado de Bolter (2013)

Para que a habitação rural se tornasse realidade, existia um longo caminho a ser percorrido e o envolvimento do SUTRAF-AU foi determinante em todas as fases. Primeiramente o agricultor deveria ter acesso à informação que o fez conhecer o programa de habitação rural. Esta informação foi disseminada através das reuniões, assembleias, programas de rádio, informativos e entre outros meios de comunicação do SUTRAF-AU.

O segundo passo foi quando o agricultor resolveu participar do programa e se dirigiu até o sindicato para conhecer os procedimentos necessários para o encaminhamento. Conhecendo todo o funcionamento do programa, a família se inscrevia mediante a avaliação de enquadramento⁶, e a partir deste momento o sindicato organizava toda a documentação para formar um grupo⁷.

Seguindo o procedimento, o sindicato apresentava a demanda e a documentação exigida para a cooperativa dar continuidade ao processo. Nesse momento o agricultor deveria se associar a cooperativa de habitação rural que iria disponibilizar um corpo técnico para organizar o projeto de habitação e outros documentos necessários ao encaminhamento do projeto de habitação.

Depois de finalizado o projeto, o mesmo era encaminhado ao agente financeiro⁸, o qual analisava a documentação e emitia os contratos do programa de habitação. Os contratos eram assinados em uma reunião articulada pelo sindicato, com a presença dos agricultores, da cooperativa e do agente financeiro. Nesta reunião, era realizada a primeira orientação sobre os procedimentos de compra dos materiais a serem utilizados na construção, o funcionamento da execução da obra, que eram acompanhadas pelo sindicato e pela equipe de engenharia da cooperativa.

A prestação de contas era realizada pela cooperativa de habitação com suporte do sindicato, que envolviam a organização das notas, a produção de relatórios técnicos até a comprovação da execução final da obra.

O agente financeiro tinha a responsabilidade de fiscalizar todo o processo e realizar o pagamento que era realizado diretamente ao fornecedor.

Destaca-se que uma das mais importantes iniciativas da Cooperativa foi a implementação de normas e ações que visavam ir além das construções e das reformas habitacionais. Um dos exemplos de inclusão e valorização social foi o projeto Caprichando a Morada, que oferecia aos beneficiários informações sobre a reestruturação e o embelezamento da casa e de seu entorno, bem como uma mudança na atuação das famílias, com ênfase na implementação de hortas, jardins, plantio de árvores

⁶ O enquadramento se refere aos termos da Lei 11.977/2009 que rege o programa de habitação rural.

⁷ O grupo se refere a uma norma do programa que não permite o encaminhamento de forma individual, portanto formam-se grupos para possibilitar o acesso.

⁸ O agente financeiro na maioria das vezes se refere a Caixa Econômica Federal, podendo ser o Banco do Brasil.

frutíferas e produção de alimentos de autoconsumo visando à soberania alimentar da família, os cuidados com o meio ambiente através do saneamento básico, abastecimento de água, instalações sanitárias para tratamento do esgoto, destino do lixo, dentre outras ações de educação ambiental.

5. O RESULTADO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: HABITAÇÃO RURAL NO ALTO URUGUAI – RS

A implementação dos programas de habitação junto aos beneficiários, a participação do SUTRAF-AU foi determinante, pois ao conquistar o programa piloto no Estado do RS, denominado Pró-Comunidade, permitiu imediatamente a organização dos agricultores e a viabilização da operacionalização dos programas. Os dados pesquisados revelam que as 378 habitações desenvolvidas de forma experimental e emergencial no Estado do Rio Grande do Sul, 136 residências foram implementadas nos municípios de atuação do SUTRAF-AU.

Nos anos de 2002 a 2003, não foram desenvolvidos projetos novos, somente a execução do Pró-Comunidade, que ocorreu em parceria com COOPERHAF. A retomada ocorre a partir de 2004 com os primeiros programas a nível nacional.

Os controles das documentações das habitações até o ano de 2006, foi deficitário, uma vez que não possuía um sistema de informática que permitia o armazenamento quantitativo das informações. Portanto, alguns dos dados apresentados deste período, são considerados aproximados, uma vez que em alguns casos eram anotados no ano da contratação e outros casos da execução da obra, que, na época, podia ser de mais de 12 meses. Mesmo com essa imprecisão nas unidades habitacionais, pode-se afirmar que o SUTRAF-AU contribuiu para consolidar os programas de habitação e sua implementação junto às famílias de agricultores familiares. Até 2006, foram aproximadamente 1.100 habitações novas ou reformas, que o SUTRAF-AU intermediou e, ao implementar, garantiu moradia digna a essas famílias.

Os dados⁹ a partir de 2007 são considerados exatos, por isso na tabela 1, podem-se observar uma crescente contratação e execução de obras.

⁹ Dados fornecidos pela Cooperhaf – Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares e sistematizados pelos autores.

Tabela 1 - Comparação da evolução de unidades habitacionais no Alto Uruguai (AU) comparado ao Estado do RS

ANO / HAB	AU	RS
2001	136	378
2004	254	708
2005	468	1.468
2006	224	799
2007	41	1.125
2008	728	1.729
2009	135	1.556
2010	42	194
2011	144	679
2012	383	1.169
2013	345	957
2014	160	505
2015	67	213
TOTAL GERAL	3.127	11.480

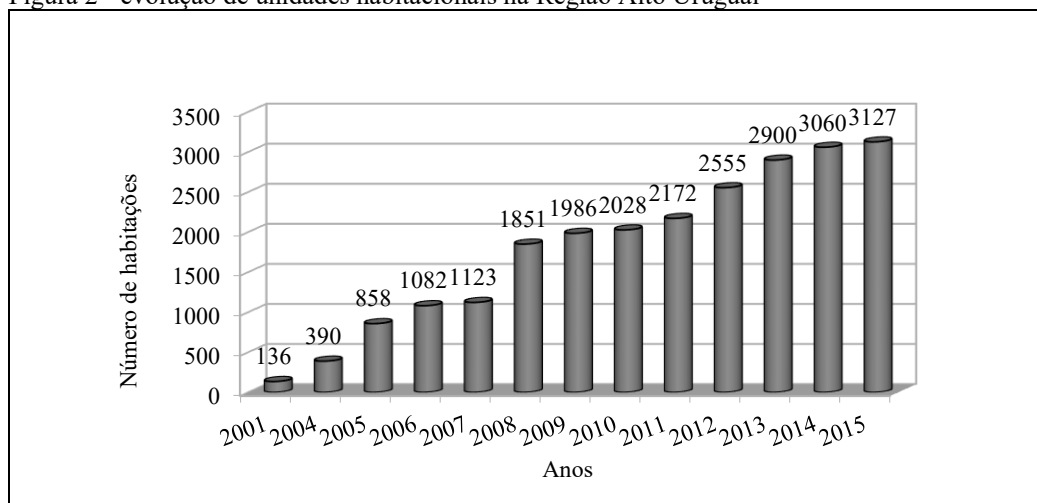
Fonte: Cooperhaf (2015)

Os dados apresentados na tabela trazem algumas variações nas contratações e percentuais relativos ao período de 2001 a 2015. Não foram estudados os motivos destas variações, mas pode-se afirmar que o número de habitações é superior à de outras regiões, que atuam como sindicato individualmente. No Alto Uruguai, o Sutraf-AU organizou a implementação deste programa de habitação em 20 municípios.

Com base nestes dados, a média do programa de habitações alcançados na região foram em torno de 150 habitações para cada município. Isso perfaz o beneficiamento de mais de 600 pessoas nos municípios, pois as familiares apresentam uma média de 4 pessoas por família.

A figura 2, visualiza-se a evolução no decorrer de 13 anos de implementação dos programas habitacionais, a variação de ano a ano das 3.127 unidades habitacionais contratadas e executadas no Alto Uruguai, com a participação determinante do SUTRAF-AU.

Figura 2 - evolução de unidades habitacionais na Região Alto Uruguai



Fonte: Cooperhaf (2015)

Para além dos números estáticos, a grande relevância do trabalho do SUTRAF-AU e suas parceiras, está na satisfação dos agricultores familiares beneficiados e suas famílias.

Conforme pode ser visualizado nas figuras 3 e 4, revelam o antes e o depois da construção de uma das residências edificada com os recursos do programa nacional de habitação rural.

Figura 3 – Residência localizada no interior do município de Aratiba (Antes do Programa)



Fonte: Acervo do Sutraf-Aratiba (RS) (2013)

Figura 4 – Residência localizada no interior do município de Aratiba (Depois do Programa)



Só a simples comparação entre o antes e o depois, pode-se perceber a importância do trabalho de organização. Para além da casa nova ou reforma, a COOPARHAF e o SUTRAF AU desenvolveram junto às famílias beneficiadas, o projeto Caprichando a Morada. Esse projeto auxiliou com informações e práticas o embelezamento da casa e dos arredores, com implantação de hortas e

jardins, pomares, cuidados com meio ambiente, saneamento básico, melhorando a qualidade de vida dos beneficiários.

Em um estudo realizado por Atiyel (2016) com agricultores familiares beneficiados por esta política pública, apontou que além da efetivação do sonho da casa própria, o programa possibilitou o que os agricultores consideraram ter “dignidade” ao dispor de uma residência aconchegante para viver. Além disso, a autora verificou os agricultores associaram o PNHR com a sensação de “alegria” e por estarem alcançando a possibilidade e morar em uma nova residência.

A autora ainda identificou que a partir da construção da casa ou reforma alcançada pelo programa, isso possibilitou a permanência dos filhos (jovens) morando e trabalhando na área rural; diminuição de doenças respiratórias entre os membros das famílias, consequência talvez, de uma habitação mais bem estruturada fisicamente; ainda há o aumento da aquisição de bens, como móveis e eletrodomésticos para a casa nova, pois a partir da nova moradia vem a vontade dos beneficiários em obter “tudo novo” para completar o ambiente doméstico (ATIYEL, 2016).

Por fim, destaca-se que a atuação do SutraF-AU foi preponderante para a divulgação e orientação desta política pública para os agricultores familiares associados. Pois, através desse importante programa muitos agricultores se sentiram representados e tiveram acesso as suas reivindicações, enquanto atores engajados em encontrar soluções para os problemas que afetam a agricultura familiar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a implementação dos diversos programas de habitação para o meio rural, que hoje atende por PNHR, pode-se perceber que foi fundamental a participação do SUTRAF-AU. Primeiramente pelo requisito de os agricultores familiares estarem organizados em grupo e também pela logística implementada entre sindicato e FETRAF/COOPERHAF, onde a parceria permitiu que o fluxo de informações fosse mais ágil e os procedimentos garantidos entre governo (Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil) e entidade organizadora (COOPERHAF).

Verificou-se que esta política pública permitiu a construção ou reforma de mais de três mil unidades habitacionais no Alto Uruguai, especificamente na base de atuação do SUTRAF-AU. Isso mostra o compromisso da organização sindical, além de garantia de moradia digna, ou de melhor qualidade de vida para essas famílias atingindo aproximadamente 12 mil pessoas.

Identificou-se também que este programa trouxe além das 3.127 casas novas, oportunizou a concretização de um sonho, ou seja, permitiu que muitos tivessem dignidade de morar no campo com qualidade de vida e isso permitiu que os filhos permanecem nas propriedades rurais, além da melhoria nas condições de saúde e a busca por novos projetos para a família continuar residindo no meio rural.

Por fim, destaca-se que a atuação do Sutraf-AU foi preponderante para a divulgação e orientação desta política pública para os agricultores familiares associados. Pois, através desse importante programa muitos agricultores se sentiram representados e tiveram acesso as suas reivindicações, enquanto atores engajados em encontrar soluções para os problemas que afetam a agricultura familiar.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATIYEL, C. **Análise da atuação dos atores no desenvolvimento do programa nacional de habitação rural no município de Cachoeira Do Sul/RS**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural). Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

BOLTER, J. A. G. **Interfaces e Cogestão nas Políticas para Agricultura Familiar: uma análise do Programa Nacional de Habitação Rural**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

BOLTER, J. A. G.; SCHNEIDER, S.; HAAS, J. M. O programa nacional de habitação rural como estratégia de desenvolvimento rural. **In: GRISA, C. SCHNEIDER, S. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

COOPERHAF. **Relatório da atuação da cooperativa na construção e reformas de casas pelo Programa Nacional de Habitação Rural – Dados Internos**. 2015.

SANDOVAL, S. **Os Trabalhadores Param: greves e mudanças sociais no Brasil (1945-1990)**. Ática, 1994

SEMINOTTI, J.J. **A dinâmica Sociopolítica na Agricultura familiar**. Os Agricultores Familiares e a representação política do Sutraf no Alto Uruguai Gaúcho. UPF, 2014.

_____. **A Igreja Católica na Formação do Novo sindicalismo rural na região do Alto Uruguai do RS**. UFPR, 2009.

ZANELLA, A. **A trajetória do sindicalismo no Alto Uruguai gaúcho (1937-2003)** Passo Fundo: UPF, 2004.

“Dessecar esses campos é uma judiaria”: aspectos do avanço da soja sobre o bioma Pampa

Alessandra Matte¹, Juliana Gomes Moreira¹, Marcelo Antônio Conterato¹

Resumo

A porção sul do estado do Rio Grande do Sul, que compreende a área do bioma Pampa, vem passando por recentes transformações produtivas. Tradicionalmente conhecida pela vocação para criação pecuária, em vista das pastagens naturais do bioma, tem sido palco do avanço do cultivo da soja como novo território agrícola. Diante desse cenário, o objetivo deste artigo é compreender como os pecuaristas familiares – principal categoria social responsável pela criação de animais sobre o bioma Pampa – têm se relacionado com o avanço dessa atividade sobre áreas típicas de criação pecuária. Metodologicamente essa pesquisa foi do tipo descritiva explicativa, utilizando como principal técnica de coleta de informações a entrevista em profundidade com pecuaristas familiares do município de Dom Pedrito, local em que é registrado maior crescimento do cultivo de áreas com soja. A seleção dos entrevistados aconteceu por meio de indicações de informantes-chave locais e pecuaristas familiares, totalizando 12 entrevistados no município, entre 2017 e 2018. Os principais resultados apresentados nessa pesquisa sobre as avaliações dos pecuaristas familiares centraram-se em três grupos principais: 1) aqueles que não estão satisfeitos com a presença da atividade em seu contexto, 2) aqueles que estão satisfeitos e veem benefícios a partir dela, e, por último, 3) um pequeno grupo que observa que pode haver situações que se enquadram entre as duas avaliações. Constata-se a necessidade urgente de estudos sobre o avanço dessa atividade no bioma Pampa, analisando a relação com os mercados de animais, da carne e de grãos.

Palavras-chave: Dinâmicas produtivas, soja, Pampa.

Introdução

No Brasil, o bioma Pampa está restrito ao estado do Rio Grande do Sul, compreendendo 63% do território estadual e 2,07% do território brasileiro (IBGE, 2005). O Pampa, atualmente, é considerado o segundo bioma mais ameaçado do país, atrás apenas do bioma Mata Atlântica (ATLAS, 2015). Trata-se de um patrimônio natural, genético e cultural de importância nacional e global, mas que é considerado o segundo bioma mais ameaçado do país (ATLAS, 2015). Visto que está em curso um processo de reconversão produtiva, com a retirada da criação pecuária, atividade tradicional realizada sobre as pastagens naturais, em detrimento ao avanço do cultivo de lavouras e do plantio de árvores exóticas.

Desde a colonização ibérica, a pecuária extensiva sobre os campos nativos do bioma Pampa, tem sido a principal atividade econômica da região. Além de proporcionar resultados econômicos importantes, têm permitido a conservação dos campos e ensejado o desenvolvimento de uma cultura singular, de caráter transnacional representada pela figura do gaúcho (MMA, 218). Durante séculos, os criadores de gado do bioma Pampa no Brasil, Uruguai e Argentina combinaram a pecuária a pasto, com o sol como principal fonte de energia e o gado como o motor central, sistema que coexistiu, com relativo sucesso, com a vulnerabilidade dos solos em muitas áreas do Pampa (ARBELETICHE, 2010).

Na década de 1950, o primeiro período de modernização no campo marcado pela urbanização do Brasil, influenciou de certa forma positivamente, sobre a pecuária praticada na

¹ Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); alessandramatte@yahoo.com.br; julianamoreira1985@gmail.com; marcelo.conterato@ufrgs.br

região da Campanha, que teve como possibilidade atender ao aumento da demanda de carne em mercados consumidores em expansão (BARRETO, 2011). Entretanto, segundo o autor, a pecuária já enfrentava crises e a paisagem típica da campanha gaúcha já sofria alterações significativas devido à expansão da agricultura empresarial, quando as terras destinadas à pecuária tradicional deram lugar ao cultivo de arroz irrigado e a soja em terras arrendadas, vindo a ser denominado de “despecuarização espacial”. Entre 1965 e 1975, houve crescimento agrícola por meio da expansão da soja, da pecuária de corte, da pecuária leiteira e do cultivo de trigo e arroz, o que levou o Rio Grande do Sul a se tornar o “celeiro do Brasil” (ARBELETCHÉ, 2010).

Nas últimas décadas um acelerado processo de transformação vem sendo observado na área compreendida pelo bioma Pampa, e diversos fatores contribuem para a crescente perda de campos nativos do bioma. O mais influente é o preço internacional dos produtos agrícolas, especialmente da soja. Por conta dos rendimentos monetários obtidos em anos de clima favorável, muitos proprietários rurais vêm substituindo a pecuária pela agricultura. De modo que, o avanço da lavoura de grãos sobre áreas típicas de criação pecuária tem se multiplicado com velocidade. Isso é observado em dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), ao apontar que, para 2016, a estimativa de produção de soja para o Estado do Rio Grande do Sul foi de 16,3 milhões de toneladas, o que representa alta de 3,8% em comparação com a safra anterior. Contudo, esse aumento da produção se deve, principalmente, ao aumento de 4,0% na área plantada principalmente no sul do Estado, já que o rendimento médio cresceu apenas 0,1% (IBGE, 2016). A área plantada de soja no Rio Grande do Sul era de 3.890.903 hectares em 2007; em 2014, alcançou 4.990.042 hectares, crescimento de mais de 28,2% em sete anos (IBGE, 2015). Em dados estimados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS, 2016) divulgados em março de 2016, consta que a área plantada com soja no Estado é de 5,47 milhões de hectares, crescimento de 9,6% em relação à área de 2014.

Esse cenário associado a fatores como a falta de políticas e incentivos para a prática das atividades pastoris que conservem a biodiversidade, a fragilidade da cadeia produtiva da carne e o processo de sucessão familiar, perdendo o vínculo com o campo, concorrem para que se observe a descaracterização massiva das paisagens campestres e conseqüentemente perda de biodiversidade (MATTE, 2013; PILLAR et al., 2015). Diante desse cenário, o objetivo desse artigo é compreender como os pecuaristas familiares – principal categoria social responsável pela criação de animais sobre o bioma Pampa – têm se relacionado com o avanço dessa atividade sobre áreas típicas de criação pecuária. Para isso, o artigo está organizado

em quatro seções, para além dessa introdução. A primeira compreende a definição do pecuarista familiar e do processo de mudança produtiva em curso no bioma Pampa. Na sequência, é apresentado o método que orientou a realização deste estudo. Na quarta seção os resultados são apresentados, analisados e correlacionados com a literatura já existente. Por fim, são tecidas algumas considerações finais.

Pecuária familiar e a mudança produtiva sobre o bioma Pampa

A pecuária familiar, enquanto categoria social tradicional do Pampa representa forma de produção que mantém vivo modos de produzir que conservam a atividade pecuária e as pastagens naturais. Os pecuaristas familiares têm recebido o devido reconhecimento e valorização como categoria social que sempre esteve presente nesse contexto, ainda que, por muito tempo, tenha ficado invisibilizada. A exemplo, está o lançamento, em 2016, do livro “*Pecuária Familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento*”, que reúne o conjunto de estudos desenvolvidos sobre essa categoria social na última década e meia, desvelando suas condições de vida e caracterizando-a como um ator social diferenciado étnica e culturalmente, ligado a um conjunto de fenômenos históricos (WAQUIL et al., 2016). Em sua essência, o pecuarista familiar tem como tradição a criação de animais, detendo domínio e conhecimento sobre essa prática, como ter sido reconhecido por um conjunto de estudos desenvolvidos com essa categoria social (WAQUIL et al., 2016).

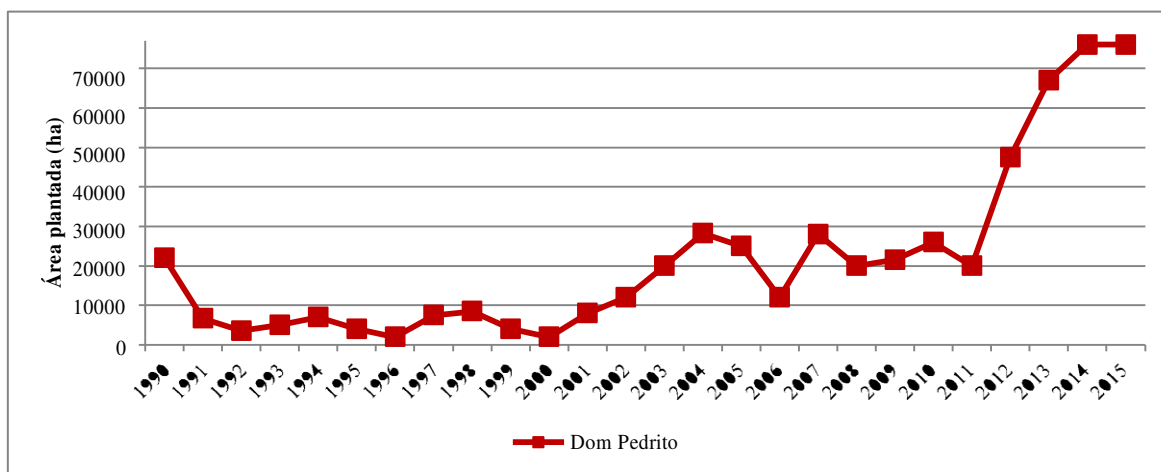
Essa categoria social assume importante representação social e produtiva. Sobre isso, em âmbito mundial, de acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2014), a produção de gado é a atividade que ocupa maior área de terras agrícolas no mundo, distribuída em distintas regiões do planeta. Ainda segundo essa organização, a atividade pecuária é realizada, principalmente, por pequenos produtores em diversas regiões, como no continente africano. Além disso, possui relação direta com a produção de grãos e com o cultivo e manutenção de pastagens naturais.

A formação histórica e sociocultural dos pecuaristas familiares influencia sobre as motivações desses produtores em serem pecuaristas. Isso é observado em resultados de estudo realizado por Miguel et al. (2007) em todo o Estado do Rio Grande do Sul, por meio das quais se constata que, entre os principais fatores motivacionais desses produtores, estão a tradição, com 26%, a satisfação, com 25%, e a segurança, com 14%. Assim, segundo Matte (2017), esses pecuaristas familiares mantêm modos de vida distintos, imbuídos por aspectos

tradicionais reproduzidos desde a ocupação e a colonização do Estado, envolvidos em mercados próprios e na criação de novos espaços de comercialização. Para a autora, são produtores que têm operado em menor escala, com menos intensidade e menor emprego de tecnologias, algo distinto do que vem ocorrendo na pecuária como um todo.

Com objetivo de compreender a relação da pecuária familiar com o avanço de áreas cultivadas com soja, foi escolhido o município de Dom Pedrito, localizado no sul do Estado, compreendendo área do bioma Pampa, como contexto para análise dessas mudanças. Como ilustrado no Gráfico 1, a área destinada ao cultivo da soja está crescendo, o que vem ocorrendo principalmente a partir de 2000, apresentando brusco aumento nos últimos cinco anos. Para o período compreendido entre 2011 e 2015, a ocupação dessa atividade representou crescimento de 280% para Dom Pedrito. Fica evidente que Dom Pedrito marcadamente é o município com maior área cultivada se comparado a outros municípios abrangidos pelo bioma Pampa, como pode ser visualizado no Gráfico a seguir, favorecido por um conjunto de fatores, dentre os quais a topografia de solos planos e a presença de agricultores que já realizavam esse cultivo antes mesmo desse acentuado crescimento.

Gráfico 1 – Área de soja plantada (hectare) no município de Dom Pedrito



Fonte: Elaborado pelos autores com base em IBGE (2016).

No entanto, a quantidade média de soja produzida apresenta oscilações que nem sempre acompanham o crescimento da área de terra cultivada. No caso do município de Dom Pedrito, esse apresenta crescimento da área cultivada de 2013 para 2014, no entanto a quantidade produzida cai na proporção de 19,3% (de 180.900 toneladas para 145.920 toneladas). Esses resultados permitem evidenciar o impacto do longo período de restrição hídrica no verão de 2005. Essa situação pode ser observada por uma redução na área plantada em 2006 para todos os municípios, conseqüentemente, na quantidade de soja produzida em

2005 e 2006. Se comparada à atividade pecuária, o cultivo de soja é mais vulnerável a mudanças climáticas, aspecto encontrado entre os argumentos daqueles pecuaristas que têm cautela em relação ao cultivo dessa leguminosa.

A produção de soja pode ser entendida a partir de diferentes discursos, desde os mais “unilaterais”, que afirmam com veemência que sua produção em grande escala pode gerar desenvolvimento econômico, desconsiderando os problemas sociais e ambientais, até os mais críticos que consideram a monocultura da soja um pilar para o subdesenvolvimento e a dependência de muitos países, como o Brasil, de um cenário internacional que estabelece as regras do atual sistema agroalimentar. Por isso, entender quais discursos têm figurado entre pecuaristas familiares desse município, a respeito do cultivo da soja, inspirou a realização deste estudo. Assim, na próxima seção apresentamos as balizas que conduziram o método de estudo.

Método

O método de pesquisa foi do tipo descritivo explicativo, em que os fatos e fenômenos são observados, analisados e interpretados, a fim de identificar os principais fatores determinantes para a ocorrência dos fenômenos. Quanto à abordagem da pesquisa o estudo foi definido como qualitativo, uma vez que essa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social e empenha-se em trazer aspectos da realidade que não podem ser quantificados, concentrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (CÓRDOVA; SILVEIRA, 2009).

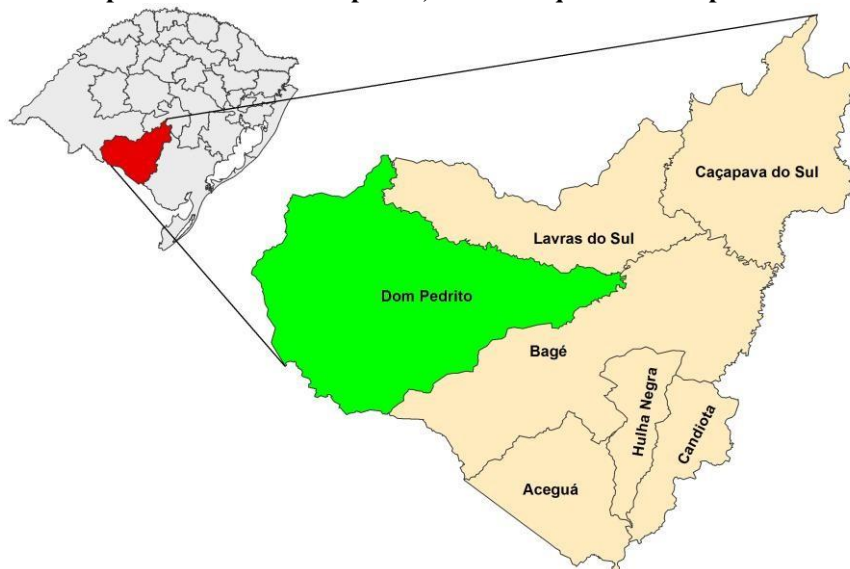
Para tanto, a principal técnica de coleta de informações foi a entrevista, a qual tem como principal característica envolver um processo de conversação orientada, que tem por objetivo obter, recuperar e registrar experiências de vida armazenadas na memória dos atores sociais, compreendendo as perspectivas acerca de um tema (SAUTU et al., 2005). Assim, o tipo de entrevista selecionado é a denominada entrevista em profundidade, na qual se obtêm informações sobre determinado problema por meio de um conjunto de temas relacionados, o que permite ao entrevistado realizar uma livre descrição e ao entrevistador, sondar razões e motivos para suas ações (GÓMEZ et al., 1996). A seleção dos entrevistados aconteceu por meio de indicações de informantes-chave locais e pecuaristas familiares ou por meio de contatos que foram sendo constituídos no decorrer da pesquisa, gerando novas indicações. As principais questões presentes na entrevista se referiam as transformações nos sistemas produtivos observadas pelos pecuaristas familiares, sobretudo sobre as implicações diante do

avanco do cultivo da soja. Assim, foram realizadas 12 entrevistas com pecuaristas familiares do município, entre 2017 e 2018.

Para isso, Dom Pedrito foi o município eleito para a realização dessa pesquisa em vista do recente e acentuado crescimento das áreas com cultivo de soja (Figura 1). O município de Dom Pedrito possui uma área de 5.190,238 Km², com uma população de 38.898 de habitantes, com densidade demográfica de 7,68 hab./km² sendo que 90 % da população reside na área urbana e apenas 9,37 % vive na zona rural (IBGE, 2016). Ainda que apenas 3.643 dos habitantes de Dom Pedrito residam na zona rural, a economia do município é baseada na produção agropecuária, em que os produtos agrícolas mais expressivos para a economia são o arroz, a soja e a pecuária.

De acordo com o IBGE (2016a), o crescimento da quantidade produzida de 1990 a 2015 foi superior a 245,5%, ocupando atualmente 76 mil hectares do município. Neto e Bezzi (2009), ao analisarem as dinâmicas espaciais na Campanha gaúcha, destacam que esses municípios têm experimentado transformações no espaço produtivo, os quais alteram o tradicional binômio arroz-pecuária bovina de corte, pela coexistência do avanço da soja.

Figura 1 – Mapa do COREDE Campanha, com destaque ao município de Dom Pedrito



Fonte: Elaborado pelos autores.

Somado a esse contexto, Dom Pedrito é um município conhecido pela expressiva presença de cabanhas produtoras de bovinos e ovinos de raças registradas, o que implica relação direta com o fornecimento de reprodutores para além do limite municipal. Em 2006, Dom Pedrito possuía 84,5% das propriedades que realizavam a criação pecuária com menos

de 500 hectares², as quais ocupavam 26,8% da área do município (IBGE, 2006a;b). De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006, 31,2% do efetivo do rebanho bovino do município encontrava-se em estabelecimentos com até 500 hectares, os quais representavam 79% das propriedades. Na ovinocultura, 39,9% do rebanho encontrava-se em 76,4% dos estabelecimentos com até 500 hectares. A caprinocultura, por sua vez, apresentava baixa expressividade no município, identificada em 11 estabelecimentos rurais apenas.

Para a análise dos resultados, fez-se uso da análise de conteúdo. De acordo com Richardson (2009), essa técnica de análise é utilizada visando a se compreender e aprofundar as características de um discurso, por meios gramaticais, fonológicos, cognitivos e ideológicos, destacando os momentos considerados mais importantes, buscando compreender o que está por trás daquele discurso. Na próxima seção estão apresentados os resultados e as análises.

Avanço no cultivo da soja sobre o bioma Pampa: concepções e interpretações de pecuaristas familiares

Ao analisar os discursos dos pecuaristas familiares entrevistados, é possível constatar que a inserção do cultivo da soja enquanto atividade produtiva na região, e, para alguns, em suas propriedades na forma de arrendamento, tem influenciado diretamente sobre a criação pecuária. Esses resultados apontam que o cultivo da soja não é realizado tão somente por agricultores e em grandes extensões de área de terra, mas demonstram que ele também tem adentrado estabelecimentos de pecuária familiar, mesmo que em menor escala produtiva. Conforme Vennet, Schneider e Dessen (2016), mais de 30% dos produtores de soja no Estado do Rio Grande do Sul são agricultores familiares, que são negligenciados por haver uma concepção de que a produção de soja é quase que exclusivamente empresarial. Corroborando com os autores, Mier e Cacho (2016) reforçam que os diferentes estilos de agricultura que realizam o cultivo da soja não podem ser ignorados, pois as ações dessas distintas categorias de produtores refletem-se nas mudanças de trajetórias de longo prazo da produção agrária. Em ambos os estudos, constata-se a necessidade de romper com essa dicotomia, verificando oportunidades de diferenciação para os produtores de estilo

² A escolha do recorte de estrato de 500 hectares para análise dos dados ocorre diante das opções disponíveis no IBGE, que estabelece recorte de até 200 hectares, e depois somente de 200 a 500 hectares. Conforme proposto na Lei nº 13.515, de 13 de setembro de 2010 (RIO GRANDE DO SUL, 2010), no quesito tamanho de área, são consideradas propriedades de pecuária familiar aquelas com até 300 hectares. Por não haver esse recorte nos dados do IBGE, foi opção apresentar os dados de propriedades com até 500 hectares a título de ilustração.

familiar, principalmente se houver incentivos para uma produção de forma mais sustentável, o que ainda é incipiente.

Sem dúvida, esse cenário de expansão da soja e sua incorporação no contexto da pecuária familiar não fica restrito apenas à realização do cultivo, mas à própria interação da pecuária com a atividade. Isso ocorre porque, após a retirada da soja, com o propósito de oferecer uma cobertura ao solo até o cultivo seguinte, os agricultores realizam o plantio de aveia e de azevém especialmente. Essas pastagens têm sido utilizadas na alimentação para animais durante os meses de inverno, o que representa uma opção de áreas de arrendamento para os pecuaristas familiares e/ou um novo canal de comercialização, em que os cultivadores da soja optam por realizar a engorda de animais sobre as áreas que estarão cobertas por pastagens. O plantio da soja é comumente realizado no período iniciado em setembro-outubro, e a colheita ocorre a partir de março, podendo iniciar ao fim de fevereiro e terminar ao fim de maio. A esse respeito, há indícios de novas reconfigurações mercantis em torno do mercado de animais, sobretudo causadas pelo avanço das lavouras de soja (MATTE, 2017).

Assim, questionados sobre a presença do cultivo da soja e sobre a relação com a criação pecuária, as avaliações dos pecuaristas familiares centram-se em três grupos principais: há aqueles que não estão satisfeitos com a presença da atividade em seu contexto, aqueles que estão satisfeitos e veem benefícios a partir dela, e, por último, um pequeno grupo que observa que pode haver situações que se enquadram entre as duas avaliações anteriores.

Em essência, há uma linha tênue entre os pecuaristas familiares na avaliação sobre o cultivo da soja, em que é possível constatar que, enquanto alguns estão seguros de sua opinião, outros estão cercados por incertezas e têm buscado, na interação com outros atores sociais, argumentos para estabelecer uma interpretação sobre a relação do cultivo da soja com a criação pecuária.

A expansão do cultivo da soja é compreendida predominantemente como não satisfatória para boa parte dos pecuaristas familiares pesquisados. Entre os argumentos que conformam a interpretação de que a soja não reflete benefícios para a atividade, estão: diminuição de áreas de campo nativo para arrendamento para a pecuária; supressão do campo nativo e conseqüente incerteza sobre o uso dessa área caso o cultivo da leguminosa seja interrompido; utilização de agroquímicos e seus reflexos sobre perda da biodiversidade de fauna e de flora; redução de pecuária ovina e bovina; aumento no custo de produção (sementes); e envio pelos agricultores de fêmeas bovinas para abate, o que pode ser um risco

em longo prazo, visto que estas serem as responsáveis pela reprodução dos animais.

Tais argumentos estão ilustrados nos discursos a seguir.

Minhas porteira lá fora são pequeninha, pra não entrar nenhuma colheitadeira. Eu tinha uma propriedade mais longe, só que começou a ficar rodeada de soja. Chegava a ser feio, porque o resto era só lavoura e o meu não. *Chegaram a me dizer que eu tava enfeitando o campo do cara, porque o meu era nativão, ficava feio pra ele, mas pra mim não era feio. O lavoureiro é o concorrente da pecuária* (Pecuarista Familiar 17, Dom Pedrito, grifo nosso).

Mas hoje quase que 90% dos lavoureiro estão criando gado também, porque muitos dizem que se vão mal de colheita tem o gado. Quase ninguém é só plantador (Pecuarista Familiar 3, Dom Pedrito).

A soja tem chegado. Bah, a pecuária diminuiu muito. [...] Depois da soja, *essa coisa de dessecar, só vem porcaria, ganxumba, caruru.* E pra tu recompor um campo desses, não é fácil. (Pecuarista Familiar 1, Dom Pedrito).

Dessecar esses campos é uma judiaria. Esses veneno da soja são brabissimo, prá dessecar, veneno da lagarta. [...] A tendência é voltar a pecuária, e tomara que voltasse, não sou contra a lavoura porque o pessoal precisa dar emprego prá o pessoal e isso aí é bom né, mas eu acho que um pouco mais da pecuária tinha que voltar, até prá preservação, se não vai terminando tudo (Pecuarista Familiar 12, Dom Pedrito, 2017).

Se antes a prática do arrendamento de áreas de campo era encontrada com maior frequência entre os pecuaristas familiares, atualmente ela tem reduzido consideravelmente diante da concorrência com o cultivo da soja. Segundo Matte (2013), a dificuldade em encontrar área temporária para a pecuária representa uma vulnerabilidade para 57% dos pecuaristas, em decorrência do avanço de atividades como cultivo da soja e da silvicultura sobre as áreas de campo nativo. Para os pecuaristas familiares, está em jogo o futuro do campo nativo nas áreas em que a soja tem avançado, o intenso uso de agroquímicos nesse cultivo e seus resquícios no ambiente (água, fauna, flora) e a crescente redução no número de pecuaristas, e, portanto, no número de animais.

Com base nisso, entre as incertezas que acometem os pecuaristas, centra-se a que diz respeito à forma como essas áreas hoje cultivadas com soja estarão no momento em que o cultivo deixar de ser realizado sobre os campos, caso isso ocorra. Conforme relato desses produtores, o campo nativo acaba perdendo sua diversidade de espécies forrageiras, retomando o crescimento apenas de plantas que não possuem muita palatabilidade aos animais, consideradas espécies daninhas. O repovoamento da fauna levaria anos, bem como um processo de constante rodízio de animais, para que, assim, contribuíssem com a disseminação de sementes transportadas de outras áreas. Entretanto, pouco ou nada se sabe acerca dessa situação. De acordo com Valls et al. (2009, p. 147), um eventual retorno desses campos “será sempre marcado por um enorme rebaixamento de sua

produtividade original, abertura à entrada fácil de espécies invasoras e perspectivas muito baixas de sustentabilidade futura”.

Tal problemática relativa ao cultivo da soja também é encontrada em estudo realizado por Gonzáles Ruiz e Sacco dos Anjos (2015) no Uruguai, tendo por base a região de Cerro Largo, limite com o Brasil, que registra o relato de produtores familiares tradicionais que estão rodeados pelo cultivo da soja, caracterizando um contexto hostil para eles. Os autores destacam que, nas regiões de instalação de empreendimentos dedicados sobretudo ao cultivo da soja e da silvicultura, tais atividades representam uma ameaça para as formas tradicionais de produção familiar no Uruguai. Entre as estratégias para resistir e se adaptar, estão as que envolvem o exercício da pluriatividade, a produção voltada para o autoconsumo, as vantagens econômicas derivadas do contexto geográfico fronteiro e os recursos de transferências governamentais (GONZÁLES RUIZ; SACCO DOS ANJOS, 2015).

Além disso, tem ocorrido crescente redução do rebanho ovino, a exemplo do argumento do Pecuarista Familiar 6 (Dom Pedrito) “Agricultura está tirando a ovelha, os ovinos que estão sobrando estão em área de mato, tão tirando a ovelha pra lá.” Ou seja, o avanço do cultivo da soja tem refletido sobre a pecuária familiar de diferentes maneiras, modificando as atividades e os mercados acessados.

No grupo satisfeito com a presença e o avanço do cultivo da soja, os argumentos estão sustentados principalmente com base em elementos econômicos. Primeiro, constata-se um satisfatório retorno financeiro do arrendamento de parte da área de terra para o cultivo da soja. Segundo, a arrecadação de impostos para o município tem aumentado à medida que aumenta a produção de soja. O terceiro argumento está no aumento da demanda por animais, resultante principalmente do crescimento de pastagens cultivadas, localizadas em áreas de cultivo de soja. Derivado do anterior, o quarto argumento arvora-se no aumento do preço pago pelos animais. De alguma forma, os discursos que orientam a interpretação de que a presença da soja implica retorno satisfatório aos pecuaristas familiares e aos mercados que acessam estão pautados em uma interpretação de desenvolvimento econômico, denotando afastamento com relação a aspectos ambientais.

Corroborando com tais resultados, estudo de Matte (2013) destaca que, para 78% dos pecuaristas entrevistados, a soja não possui nenhuma importância e não representa situação que possa causar vulnerabilidade. Silva et al. (2014), ao analisar aspectos econômicos de propriedades que desenvolvem a pecuária no Brasil, constatam que são comumente

encontrados comparativos de rentabilidade entre produção de soja e pecuária, em que os produtores salientam a segunda como não remuneradora, se comparada à primeira. Mesmo assim, os autores mostram que os produtores permanecem com a pecuária tendo como aspecto motivador o baixo risco da atividade, argumento encontrado em 100% das 193 propriedades analisadas em seu estudo. Entre as justificativas, está o exemplo relativo a períodos de seca, em que ocorre a perda quase total da produção no caso de lavouras, momento em que a rentabilidade é parcialmente garantida na pecuária mediante suplementação e redução da lotação (SILVA et al., 2014).

Para esses produtores, não são levados em consideração aspectos ambientais, como os argumentos encontrados no outro grupo. As falas a seguir ilustram esses argumentos.

Eu acho que isso é muito bom para o município, isso é muito bom, porque geram bastante imposto para o município. Para a pecuária não tem influencia nenhuma, não muda nada (Pecuarista Familiar 18, Dom Pedrito).

Hoje tu não consegue mais campo pra arrendar, porque tu coloca por cabeça e chega o plantador de soja e ele oferece para aquele proprietário da terra, três vezes mais o que o produtor de gado ta te pagando. E tu é obrigado a arrendar pra ele, porque tu vai deixar de ganhar aquela baita receita ali, adiantado e tudo (Pecuarista Familiar 4, Dom Pedrito).

Em meio ao discurso de benefícios econômicos com a atividade, também pairam aspectos que causam incertezas, como a disponibilidade de campo nativo a longo prazo e a própria oferta de animais, em especial fêmeas bovinas e rebanho ovino. No entanto, alguns produtores sustentam que, mesmo assim, a atividade retribui benefícios. Segundo estudo realizado por Wesz Jr. (2016), nos países do Cone Sul, quais sejam Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, os grandes líderes mundiais da soja, representados por um pequeno grupo de empresas, têm sido agentes de promoção de um rápido e intenso processo de internacionalização desse mercado que, entretanto, está cada vez mais dependente de uma consolidada base de relações de proximidade, confiança e reciprocidade com os atores locais. Por isso, à medida que identificam espaços propícios ao cultivo da soja, essas empresas movem-se em direção a esses locais, com seu marketing, suas imponentes estruturas e ações de consolidação por meio da construção de laços locais, como vêm ocorrendo no sul do Rio Grande do Sul. Em um contexto mais geral, de acordo com a OCDE/FAO (2014), o continente americano é atualmente o responsável por cerca de 86% de toda soja produzida no mundo, uma das principais *commodities* negociadas nos mercados internacionais, em que o Brasil está como 2º colocado no ranking mundial, gerando aproximadamente 27% do total produzido no mundo.

Estudo realizado no âmbito do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) aponta que a rentabilidade dos sojicultores, em especial do Rio Grande do Sul, está próxima a zero (GUEDES, 2017). Conforme apontado, apesar da supersafra, o preço pago pelo produto caiu, em detrimento do aumento no custo total e nos gastos variáveis, resultando em uma receita que não cobre os investimentos (GUEDES, 2017). Ainda segundo esse estudo, o principal fator dessa situação é o aumento na utilização de defensivos. Sem dúvida, esses dados contestam os argumentos apresentados pelos pecuaristas familiares de que a soja possa ser mais rentável que a pecuária.

Por fim, um pequeno grupo não tem certeza sobre os impactos que o cultivo da soja possa estar causando. Assim como defendem a ideia de que o cultivo desse grão possa representar uma concorrência com a pecuária, avaliam também que seu retorno econômico pode ser positivo ao município.

Em essência, há que se considerar que existe uma diversidade de atividades produtivas sendo implantadas no território do bioma Pampa por diferentes motivos, e a soja pertence a esse leque. Essa atividade está estabelecendo uma relação com o mercado de animais, ao absorver um significativo contingente para a terminação em áreas com pastagem cultivada. No caso da soja, conforme alguns pecuaristas, a atividade de cultivo desse grão, não em excesso, pode ser positiva para a pecuária e para a região. Estes posicionam-se em oposição a um entendimento de que esse cultivo provoca impactos negativos sobre setores relacionados à pecuária, como disputa por área de terra, pressão à modernização da atividade pecuária e, em grande escala, produção de uma *commodity* com destino à exportação em detrimento a uma tendência de importação de proteína animal. Essas questões merecem ser investigadas para além das relações ambientais (água, solos, fauna e flora) e da atividade com o ambiente.

No caso da presença de lavouras de soja, a atividade tem revelado um cenário contestatório e polêmico que divide percepções entre os pecuaristas. Segundo estes, o cultivo possui um ciclo produtivo curto, o que permite ao pecuarista tirar alguma forma de benefício dessa condição, seja por meio da venda de animais para o agricultor, que irá invernar (realizar a engorda), seja por meio do arrendamento da área de pastagem após a colheita. Contudo, paradoxalmente, a longo prazo, há um cenário de incerteza e insegurança, provocado por dúvidas no que concerne à regeneração do campo nativo após o plantio da lavoura, aos impactos ambientais e à saúde humana diante do excessivo uso de agrotóxicos, e aos questionamentos sobre quem permanecerá na pecuária para realizar a cria de animais (reprodução). De maneira geral, para alguns pecuaristas familiares, as lavouras de soja

representam uma oportunidade que agrega e que compõe a renda do estabelecimento quando do arrendamento de área de terra para o cultivo, enquanto, para outros pecuaristas, as lavouras representam uma situação que gera riscos diversos, como já mencionado.

Corroborando com a fala do pecuarista, Arbeletche (2010) afirma que do ponto de vista financeiro, a soja, assim como outros produtos básicos, tornou-se uma alternativa de investimento para o mercado financeiro internacional. Além de sua alta rentabilidade, as plantações são ampliadas pelo uso de novas tecnologias associadas à semeadura direta e ao uso de grãos geneticamente modificados, e pela facilidade e flexibilidade de sua comercialização, uma vez que podem ser comercializados antecipadamente ou armazenados, de acordo com a cotação do mercado internacional.

Considerações finais

O cultivo de soja no bioma Pampa vem influenciando nas práticas da pecuária familiar, de diferentes formas e a partir de diferentes perspectivas. Na percepção dos pecuaristas familiares, como observado, as opiniões se dividem. Para alguns, o avanço da soja consiste de ameaça sobre a continuidade da atividade pecuária na medida em que reduz a área de pastagens naturais e o número de pecuaristas a realizarem a criação de animais. Entre as principais preocupações dos pecuaristas familiares é a conservação do campo nativo, demonstrando a forte ligação com as características naturais daquele espaço, o que pode ser um importante fator para o desenvolvimento de políticas públicas de valorização de práticas tradicionais ligadas ao lugar. Para outros, consequência do cultivo da soja é o aumento de pastagens cultivadas durante o inverno, período de escassez de alimentos, além disso, permite maior arrecadação de impostos para o município.

Assim, não só o sistema produtivo da pecuária familiar é influenciado pelo avanço do cultivo da soja, como também o “lavoureiro” é influenciado pela pecuária, visto que passam a realizar a terminação de animais nas áreas de cultivo de soja, por meio do cultivo de pastagens. Embora haja um crescente debate sobre as consequências do monocultivo da soja entre os atores locais do bioma Pampa, é possível observar que o *status quo* favorece a consolidação do “complexo soja” na região. Por isso, é urgente a necessidade de estudos sobre essa recente e rápida mudança em curso sobre o sul do Rio Grande do Sul, visto que essas novas dinâmicas produtivas podem influenciar sobre os mercados de animais, da carne e de grãos.

Referências

- ARBELETCHÉ, Pedro; LITRE, Gabriela; HERMES, Morales. **Ganaderia familiar y transformaciones territoriales: El impacto de la avance de las monoculturas en el Bioma Pampa.** Disponível em <http://www.augm-cadr.org.ar/archivos/8va-bienal/rm3_rm22i.html>. Acesso em: 26 mar. 2018.
- Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br>>. Acesso em: 29 mar. 2018.
- BARRETO, Vitor Angelo Villar. **Dom Pedrito, cidade e campo: a modernização agrícola e a cidade local.** 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- CÓRDOVA, Fernanda Peixoto; SILVEIRA, Denise Tolfo. A pesquisa Científica. In: **Métodos de pesquisa.** GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). UFRGS. 1º Ed. Porto Alegre, 2009.
- GONZALES RUIZ, Jimena; SACCO DOS ANJOS, Flávio. “Estrategias de reproducción social de la producción familiar en la región fronteriza de Cerro Largo, Uruguay”. **Agrociencia Uruguay**, Montevideo, v. 19, n. 2, p.101-109, Jul./Dic. 2015.
- GUEDES, Carol. Estudo garante que rentabilidade do sojicultor está próxima a zero. **Canal Rural: a força do campo.** 2017. Disponível em: <<http://www.projetosojabrasil.com.br/estudo-garante-que-rentabilidade-do-sojicultor-esta-proxima-a-zero/>>. Acesso em: 30 mar. 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Pecuária Municipal.** 2015. Tabela 3939 - Efetivo dos rebanhos, por tipo de rebanho. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3939>>. Acesso em: 17 jan. 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produção da Pecuária Municipal 2015.** Sidra. Tabela 1612 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias. Soja (em grão). Área plantada (Hectares) e Quantidade produzida (Toneladas). Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1612>>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- LEÃES, Ana Paula Steiner. **Análise da Indústria de Carne Bovina no Rio Grande do Sul: Movimentação de Bovinos para Abate entre as Mesorregiões Geográficas e Concentração da Indústria.** 2015. Mestrado (Dissertação em Agronegócios) – Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- MATTE, Alessandra. **Convenções e mercados da pecuária familiar no sul do Rio Grande do Sul, Brasil.** 2017. 292f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2017.
- MATTE, Alessandra. **Convenções e mercados da pecuária familiar no sul do Rio Grande do Sul, Brasil.** 2017. 292 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2017.
- MATTE, Alessandra. **Vulnerabilidade, capacitações e meios de vida dos pecuaristas de corte da Campanha Meridional e Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul.** 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- MIER, Mateo; CACHO, Terán Giménez. Soybean agri-food systems dynamics and the diversity of farming styles on the agricultural frontier in Mato Grosso, Brazil. **The Journal of Peasant Studies**, London, v. 43, n. 2, p. 419-441, Mar. 2016.

- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE- MMA. **Pampa**. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/biomas/pampa>>. Acesso em 28 mar. 2018.
- ORGANIZACIÓN PARA LA COOPERACIÓN Y EL DESARROLLO ECONÓMICOS OCDE. ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA – FAO. **Perspectivas Agrícolas 2014-2013**. OECD, 2014. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i3818s.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2015.
- PILLAR, Valério De.P. et al. O futuro dos campos: Conversão e fragmentação. **In: Campos do Sul**. Pillar, V.D.P.; LANGE, O. (org.). Editora UFRGS. Porto Alegre, 2015.
- PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e Impérios Alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.
- RADOMSKY, G. F. W. **Certificação Participativa e Regimes de Propriedade intelectual**. 2010. Tese (Doutor em antropologia social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- VALLS, José Francisco et al. “O patrimônio florístico dos Campos: potencialidades de uso e a conservação de seus recursos genéticos”. In: PILLAR, Valério De P. et al. (Org.). **Campos Sulinos - conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009. p. 139-154.
- VENNET, Bert Vander; SCHNEIDER, Sergio; DESSEIN, Joost. “Different farming styles behind the homogenous soy production in southern Brazil”. **The Journal of Peasant Studies**, London, v. 43, n. 2, p. 396-418, Mar. 2016.
- WESZ JR., Valdemar João. “Strategies and hybrid dynamics of soy transnational companies in the Southern Cone”. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 2, p. 286-312, Mar. 2016.
- GÓMEZ, Gregorio Rodríguez et al. **Metodología de la investigación cualitativa**. S.L.: Ediciones Aljibe, 1996. (Colección Biblioteca de Educación)
- MIGUEL, Lovois de Andrade et al. Caracterização socioeconômica e produtiva da bovinocultura de corte no estado do Rio Grande do Sul. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 14, n. 2, p. 95-123, fev. 2007.
- SAUTU, Ruth et al. **Manual de Metodología: construcción del marco teórico, formulación de ls objetivos y elección de la metodología**. 1. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales/CLASCO, 2005. (Colección Campus Virtual)
- SILVA, Mariane Crespolini dos et al. A rentabilidade da pecuária de corte no Brasil. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 505-517, jul./dez. 2014.
- WAQUIL, Paulo Dabdab et al. **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. (Série Estudos Rurais)

DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO RURAL NO/DO ASSENTAMENTO LULÃO: um desenvolvimento medido a partir da autonomia dos sujeitos

Altemar Felberg¹
Geovani de Jesus Silva²

Resumo: A partir de pesquisa realizada no Assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Luís Inácio Lula da Silva, localizado em Santa Cruz Cabrália, Extremo Sul do Estado da Bahia, que buscou compreender de que modo os indicadores de desenvolvimento refletem o grau de autonomia de seus moradores, homens e mulheres do campo, apresentamos, neste artigo, as características sociais, políticas, econômicas, ambientais e culturais da referida comunidade, ou seja, seu inventário social, bem como os seus indicadores de desenvolvimento, tomando por referência as recentes discussões sobre o assunto, as quais lançam novos olhares no campo do desenvolvimento no contexto da reestruturação capitalista e do desenvolvimento rural no Brasil, considerando sua história, seus significados e contradições. O desenvolvimento comunitário é identificado por meio de indicadores que ultrapassam o mero crescimento econômico, levando em consideração aspectos avaliativos como acesso a oportunidades sociais, facilidades econômicas e liberdades políticas, oportunizado pela ampliação das capacidades e liberdades individuais. Os resultados aqui apresentados são frutos de uma pesquisa qualiquantitativa, tendo como instrumentos de coleta de informação: o questionário, entrevistas semi-estruturadas e grupos focais.

Palavras-Chave: MST. Políticas Públicas. Desenvolvimento Comunitário Rural.

Desenvolvimento Comunitário Rural: histórico, definição e características

Segundo Silva e Arns (2002), a ideia de desenvolvimento comunitário como uma ação governamental surgiu no pós-guerra, período da história em que se deu a divisão do mundo nos blocos de capitalistas e socialistas. Conforme os autores, surgiu também no início da guerra-fria, como uma estratégia dos países capitalistas para assegurar a ordem social. A ação prática proposta para o desenvolvimento comunitário, fundamentou-se na ideia de que “a pobreza tornava os povos receptivos à propaganda comunista e de que a ajuda aos povos subdesenvolvidos reverteria em benefícios econômicos aos Estados Unidos” (SILVA; ARNS, 2002, p.6).

Foi somente a partir dos anos 50, que a Organização das Nações Unidas (ONU) se empenhou em divulgar mais sistematicamente o desenvolvimento comunitário como um

processo através do qual cada povo participa do planejamento e da realização de programas que se destinam a elevar o padrão de suas vidas. Isso implica na colaboração indispensável entre os governos e o povo para tornar eficazes os esquemas de desenvolvimento viáveis e equilibrados (AMMANN, 1981, p. 148).

¹ Mestre em Educação (ULHT: 2016) e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade, do Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) – Porto Seguro – Bahia. E-mail: felberg_int@hotmail.com

² Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Eunápolis – Bahia. E-mail: geovanideporto@yahoo.com.br

Silva e Arns (2002, p. 6) ainda revelam que o conceito de desenvolvimento começou a ganhar destaque no Brasil a partir da década de 40, com os primeiros projetos voltados ao “incremento da produção de alimentos e a educação rural e industrial”, e com a criação de algumas instituições governamentais, com destaque para a Associação de Crédito e Assistência Social (ACAR), em 1948, e as Campanhas de Educação Rural (CNER) e o Serviço Social Rural, nas décadas de 40 e 50.

Já no início da década de 60, ainda conforme os autores, a prática do desenvolvimento comunitário avançou, notadamente com o fortalecimento do Movimento de Educação de Base (MEB), originado da Igreja de Natal (RN), órgão do Estado responsável por ministrar a educação nas comunidades e organizá-las socialmente.

A partir de 1964, com as mudanças no rumo político do país, em virtude do golpe militar, que reprimiu os movimentos sociais, é que o desenvolvimento comunitário seguiu outros caminhos, “passando ao contexto de *‘integração social’* que via a participação popular como meio de *‘ajustar, cooptar, colaborar’* com as diretrizes traçadas pelo Estado em programas que passaram a privilegiar os aspectos quantitativos do desenvolvimento”. (Ibid.)

Foi a partir de então, de acordo com o II Plano Nacional de Desenvolvimento, que o desenvolvimento comunitário passou a ser visto como um

processo pelo qual os responsáveis locais são induzidos, por equipe técnica, a escolherem alternativas de desenvolvimento mutuamente coerentes e que se integrem nas diretrizes emanadas das instâncias superiores do governo (SILVA; ARNS, 2002, p. 6).

Como retratam os autores, o processo de mudança nos objetivos do desenvolvimento comunitário, dando aos seus programas nova orientação política, não se deu, entretanto, de forma pacífica. Ocorreram muitos conflitos nesta transição, principalmente devido ao fato do Serviço Social Rural não ter aceitado muito bem esta reestruturação do desenvolvimento comunitário em bases diferentes daquelas preconizadas pelo órgão, o qual concebia o desenvolvimento comunitário como uma pedagogia de participação. Diferentemente, o que predominou foi “uma concepção prática de participação e articulação que tinha como objetivo resultados estabelecidos que deixavam de fora questões estruturais do desenvolvimento” (SILVA; ARNS, 2002, p.7).

Mais adiante, na década de 1970, segundo os mesmos autores, foi que os programas de desenvolvimento comunitário foram substituídos pelo Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos, “consolidando sua estratégia de transformar as ações de comunidades em atividades

comunitárias de integração social como lazer, treinamento profissional, previdência e assistência jurídica” (Ibid.).

Seguindo esta trajetória, continua os autores, foi que a noção de desenvolvimento comunitário ficou carregada de preconceitos, uma vez que este passou a ser entendido como encobridor de “diferenças de classe e das desigualdades sociais” (Ibid.). Em resumo, o desenvolvimento comunitário foi considerado pelo governo da época como uma

estratégia governamental de cooptação e desarticulação nos movimentos sociais. Já o serviço social passou a ser compreendido como conjunto de práticas assistencialistas, de caráter paliativo com o objetivo de encobrir as questões estruturais da dinâmica social. (Ibid.)

Por isso, pela trajetória equivocada do desenvolvimento comunitário, particularmente no meio rural, é que, para resolver as desigualdades sociais existentes neste meio, sobretudo erradicar o problema da pobreza, o desenvolvimento rural deve ser uma prioridade, segundo Weigand Jr. et al. (2003, p. 8-9). Na visão dos autores,

A experiência nacional e internacional dos organismos de promoção do desenvolvimento em áreas rurais tem mostrado apenas insucessos e sucessos limitados. Apesar de mais de 50 anos de ações de organismos internacionais de promoção do desenvolvimento em áreas rurais, o número de pobres rurais ainda cresce, e a proporção de pobres nas áreas rurais é maior que nas áreas urbanas. A diferença de renda entre populações rurais e urbanas é agravada ainda pela falta de oportunidades e de acesso a educação e saúde.

Todavia, ainda de acordo com os autores, apesar de todas as dificuldades enfrentadas na tentativa de promoção do desenvolvimento comunitário rural, com seus sucessos e insucessos, as estratégias adotadas no sentido de promover o desenvolvimento em territórios fragilizados “têm mostrado que a participação das populações locais no diagnóstico dos problemas, e no planejamento e implementação de soluções torna as políticas e programas de desenvolvimento mais eficazes” (WEIGAND JR. et al., 2003, p. 9). Segundo os autores, “programas de desenvolvimento em que as populações locais participam encontram melhor aceitação, utilizam melhor os recursos locais e lidam mais frequentemente com os problemas mais importantes para as populações locais” (Ibid.). Nesta perspectiva, Silva e Arns (2002, p. 8), utilizando-se da metáfora do “casulo”, dizem que o desenvolvimento comunitário pode ser entendido como:

[...] o processo através do qual a comunidade amadurece em relação a si mesma e a seus potenciais, rompe seus casulos e se transforma em novas possibilidades de ser. A comunidade pré-existe ao técnico ou ao programa. Para o bem e para o mal, sua história, sua trajetória, seus significados, nos precedem, configurando cada uma delas como ser único.

Neste contexto de transformação, os autores destacam que, assim como a borboleta rompe seu casulo e alça voo, da mesma forma a comunidade tem a capacidade de amadurecer, de definir e controlar suas próprias prioridades para a mudança rumo a um modelo de desenvolvimento real, sustentável, justo e igualitário.

O sentido de comunidade a que nos referimos, trata-se de “uma relação social quando e na medida em que a atitude na ação social repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo” (WEBER, 1972, p. 25). Segundo Bauman (2003, p. 15-16), “é um sentimento recíproco e vinculante - a vontade real e própria daqueles que se unem; e é graças a esse entendimento e somente a esse entendimento, que na comunidade as pessoas permanecem essencialmente unidas a despeito de todos os fatores que as separam”. Essa ideia é corroborada por Areca, sujeito da pesquisa realizada:

Não é que o líder vai interferir assim no que a comunidade quer fazer, não é uma interferência, há sim uma orientação, agora você pode, a sua vida é a sua vida, se nós buscamos pela independência, né, (++)... agora depende também do que você vai atrapalhar [...] (ARECA, excerto extraído do Grupo Focal nº 01, realizado em maio de 2016, p. 9-10).

Ainda conforme Bauman (2003, p. 19), este tipo de comunidade, constituída a partir de um pacto social, como o que caracteriza as áreas de assentamento, “nunca será imune à reflexão, contestação e discussão” permanentes. Vimos, na pesquisa realizada, que esse pacto social é selado entre assentados e lideranças, na forma de regimento, após ampla discussão em assembleia, como destacado nos relatos abaixo:

[...] porque aqui tem tipo um papel, o que deve e o que não pode, tipo assim, um documento de regimento falando tudo o que pode e não pode, aí você entra nas normas daquele documento e faz só o certo, porque se você sai fora da norma, você tá desrespeitando a nossa coordenação (MACAÚBA, excerto extraído do Grupo Focal nº 02, realizado em maio de 2016, p. 8).

Em assembleia (++) tem algumas coisas que tem atas registradas que tudo que não pode aqui, por exemplo, quem mora aqui, pegar sua casa e alugar pra outra pessoa que vem de fora, que a gente nem conhece, aí não pode, porque vai trazer um monte de problema pra gente, trazer filhos com problemas com drogas, com roubo, com uma série de coisas, aí a gente não aceita (GUARIROBA, excerto extraído do Grupo Focal nº 01, realizado em maio de 2016, p. 10).

Bauman (2003) também afirma que a comunidade de entendimento comum, mesmo que alcançada, permanecerá sempre frágil, suscetível e vulnerável, exigindo a constância de forças atuantes no sentido de vigiar, reforçar e defender sua ordem e organicidade.

Podemos considerar que as acepções de desenvolvimento rural e desenvolvimento comunitário coadunam para a construção do que se entende por desenvolvimento endógeno, que traz em seu significado a questão da territorialidade.

Indicadores de Desenvolvimento do Assentamento Luís Inácio Lula da Silva

O Assentamento Lulão, antiga Fazenda Coroa Cabrália, com área total aproximada de 650 hectares, está localizado no Município de Santa Cruz Cabrália, Costa do Descobrimento, Extremo Sul da Bahia, na altura do Km 22, às margens da rodovia BR 367, a 167m de altura, com latitude de 1638328135 e longitude de 39.38086867, encontrando-se a 46 km de Porto Seguro (BR 367), 03 km de Vera Cruz (BR 367) e 23 km de Eunápolis. (FELBERG, 2016)

Em levantamento realizado, o Assentamento possui 57 famílias assentadas³ e uma população estimada em 228 habitantes (média de 04 pessoas por família), que vivem sob um sistema de moradia organizado em Agrovila, possuindo, cada assentado, uma área de produção individual de 5,00 hectares (3,4 de terra livre e 1,6 de reserva legal) e a possibilidade de participação em atividades coletivas de produção. Possui uma agroindústria de beneficiamento de frutas, inaugurada em 2014, mas ainda não funcionando plenamente, resultado da participação da Associação em um Edital lançado em 2013, pela Veracel Celulose S.A, em parceria com o Governo do Estado da Bahia. (FELBERG, 2016).

Além do cultivo e beneficiamento de frutas, aproximadamente 25 pessoas vivem da comercialização de verduras, nas feiras locais de Eunápolis, Coroa Vermelha e Cabrália.

Na comunidade é possível encontrar: 02 Bares (Bar do Grilo e Bar do Gilvan), 02 Vendas (Venda da Maria e Venda do Grilo), 01 Igreja Católica (São José), 01 Igreja Evangélica (Assembleia de Deus), 01 Escola (Escola Municipal Paulo Freire), 01 Padaria (Magnólia Cerqueira) e 01 Posto de Saúde em construção. A comunidade possui venda de produtos e serviços de forma autônoma, com visitas domiciliares, como a oferta de roupas e acessórios, produtos da Avon e Natura, bijuteria, serviços de manicure e cabeleireira etc.

Quanto à atividade agropecuária, pesqueira e de extração, é possível identificar na comunidade: a criação de gado leiteiro, sendo o produto (leite *in natura*) comercializado fora da comunidade; a piscicultura, sendo o produto comercializado na comunidade e fora dela; e a criação de porco, galinha, ganso, codorna, marreco e pato, todos utilizados apenas para consumo próprio das famílias. Além da criação de animais, os moradores do *Lulão* vivem da agricultura familiar, cultivando, individualmente, culturas de subsistência como: banana, mandioca, pimenta do reino, milho, feijão, grãos em geral e horticultura.

Já as plantações de café colonial sequeiro e árvores frutíferas (goiaba, banana, manga, maracujá, abacaxi e açaí), são de natureza coletiva, viabilizadas por intermédio da

³ Segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde / Unidade Básica de Saúde (2016)

implementação de projeto financiado pela Fundação Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES). Neste projeto de produção coletiva, 09 hectares são destinados ao cultivo de café colonial, em regime sequeiro, 53 hectares destinados a áreas de pastagens, a exemplo da palma, e 06 hectares para plantio irrigado de goiaba, banana, manga, maracujá, abacaxi e açaí, produtos a serem utilizados futuramente, pela agroindústria.

Na comunidade ainda é possível encontrar pessoas que trabalham com a extração da piaçava ou que pescam artesanalmente, para sustento da família, nas águas do Rio Ipiranga e Riacho Grande ou em uma das 09 represas existentes na propriedade do Assentamento.

Atualmente, segundo Jazian Santos (2015), o assentamento vive um momento de transição da agricultura convencional para uma agricultura agroecológica, embora alguns assentados ainda apresentem resistências às novas tecnologias, alegando, especialmente, a falta de conhecimentos técnicos na área, além da ausência de assistência técnica.

Com o objetivo de incentivar a prática da agroecologia no Assentamento e atender às necessidades dos assentados, a direção do MST firmou parceria com o Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde (CEPDES), no sentido de desenvolver um projeto-piloto de lotes agroecológicos, com 15 assentados, visando incentivar a prática na comunidade e referenciar outras iniciativas voltadas à produção agroecológica.

Ainda segundo Santos (2015), este grupo vem sendo constantemente capacitado na área, e participando de intercâmbios com outros assentados do Estado da Bahia, com o objetivo de trocar experiências e compartilhar conhecimentos em agroecologia, além de contarem com assistência técnica permanente, assegurada pelo CEPDES.

Para o presidente da Associação, embora o assentamento já tenha quase 10 anos, os assentados ainda não conseguiram acessar o crédito para produção agrícola, no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), mas isso não tem sido fator limitante para que os mesmos produzam em seus lotes, tendo hoje muita produção de banana, mandioca, hortaliças, milho, feijão, café, dentre outras culturas.

No que se refere aos programas de qualificação profissional existentes no local, a comunidade informou que já foi beneficiada pelo SENAR, no ano de 2007, com os Cursos de Piscicultura, Vaqueiro, Galinha Caipira, Apicultura e Derivados da Mandioca. Já o SEBRAE ofereceu o Curso de Cultura e Cooperação, e a EMBRAPA desenvolveu um programa de qualificação profissional sobre a época de Plantio e Indução Floral do Abacaxizeiro, no Assentamento Imbiruçu de Dentro, no ano de 2004.

Concernente à estrutura de comunicação, a comunidade possui Internet via rádio (Intranet e Braz Ford), serviço da TV SKY, Embratel, GVT e Claro. Também possui sinal de

celular, das Operadoras TIM, VIVO, OI e Claro, sendo este sinal acessível em alguns pontos da comunidade. Não possui telefone público, sinal de telefone fixo, serviço de correios e nem caixa postal. Os moradores sintonizam as rádios locais: Rádio Porto Brasil FM (88.7), de Porto Seguro, Rádio Cidade FM (97.5), de Porto Seguro / Santa Cruz Cabrália, e Rádio Arraiana FM (104,9), de Porto Seguro / Arraial D´Ajuda.

Todos os moradores da comunidade possuem energia elétrica. Esta se encontra instalada na comunidade desde 2009, graças ao Programa Luz para Todos, do Governo Federal. Cada família assentada foi beneficiada com 02 padrões de energia, sendo 01 instalado na casa e outro no lote individual. A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA) é responsável pela distribuição e manutenção da rede. Os moradores informaram que não ocorrem picos de energia e nem a falta da mesma, tendo um valor médio de aproximadamente R\$ 100,00 reais de consumo.

Na área da saúde, o atendimento à população local é realizado em uma casa localizada na Agrovila, que foi modificada para atender provisoriamente às necessidades da comunidade, até que a construção da Unidade Básica de Saúde (UBS) seja concluída. O atendimento é realizado 03 vezes na semana (quarta-feira, quinta-feira e sexta-feira), por uma equipe formada por 01 Médico, 01 Enfermeira, 02 Técnicos de Enfermagem, 01 Auxiliar de Serviços Gerais, 01 Agente Comunitário de Saúde (Endemias) e 01 motorista. Atualmente a estrutura do pronto atendimento é composta por 01 carro, locado pela Secretaria Municipal de Saúde de Santa Cruz Cabrália, 01 sala de recepção, 01 sala de vacina, 01 sala do consultório, 01 farmácia, 01 sala de triagem e 01 banheiro.

A equipe presta os seguintes serviços à comunidade: Acolhimento; Acompanhamento da Gestante e do Bebê (Pré-natal e Puericultura); Curativo, Dispensação de Medicamentos Básicos; Dispensação de Preservativos e Contraceptivos; Consulta de enfermagem; Consulta médica; Exame preventivo (câncer de colo de útero); Grupo de educação em saúde; Imunização (vacinas); Nebulização; Planejamento familiar; Teste de gravidez (TIG); Marcação de exames e consultas especializadas; Triagem neonatal e pré-natal (teste do pezinho e teste da mamãe); NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família); Consulta odontológica; Tratamento Odontológico e Ultrassom, 01 vez ao mês.

Existem, ainda, as campanhas de vacinação, dengue, meningite, febre amarela, cólera, DSTs, HIV, Sífilis, Hepatite, Saúde Bucal, Saúde da Família, Orientação Sexual, Alimentação Saudável, Saúde da Gestante. Todas as campanhas são realizadas pela equipe do posto de atendimento, localizado na comunidade.

O lazer, diversão e socialização na comunidade ficam por conta de 02 Bares (Bar do Grilo e Bar do Gilvan), 02 Vendas (Venda da Maria e Venda do Grilo), 01 Igreja Católica (São José), 01 Igreja Evangélica (Assembleia de Deus), além de 01 Campo de Futebol de Areia, 01 Campo de Futebol Gramado e 01 quadra poliesportiva que se encontra em fase de construção, em área próxima à Escola.

Como costume tradicional, a comunidade comemora o dia do Padroeiro, São José Operário, no dia 01 de Maio, além da criação do Assentamento, no dia 23 de setembro.

A comunidade possui uma Escola denominada Escola Municipal Paulo Freire, criada em 2006, subordinada à Secretaria de Educação de Santa Cruz de Cabralia e vinculada ao setor de educação do MST, atendendo à política, diretrizes e linhas pedagógicas das escolas do Movimento, onde se registra 265 alunos matriculados e frequentando, assim distribuídos: 209 alunos matriculados no Pré-escolar, Fundamental I (1º a 5º ano) e Fundamental II (6º a 9º ano), nos períodos da manhã (07h30min/11h30min) e tarde (13h00min/17h00min); 56 jovens e adultos no período noturno (18h20min/21h30min), atendidos pelo Programa EJA, com o 1º e 2º ciclos do Ensino Médio. Ainda, 34 alunos se locomovem para o distrito de Vera Cruz para estudarem o Ensino Médio.

A equipe da Escola é formada por 10 professores, 03 merendeiras, 03 serventes, 03 vigias, 01 diretor, 01 vice-diretor, 01 coordenador, 02 inspetores e 01 secretária. A estrutura da escola é formada por 06 salas de aula, 01 sala da secretaria, 01 sala da direção, 01 sala da biblioteca, 01 cozinha, 01 almoxarifado, 03 banheiros masculino, 03 banheiros feminino, 01 banheiro para deficiente e 01 banheiro para funcionário.

O transporte dos alunos é realizado por 02 micro-ônibus e 02 ônibus, que locomovem as crianças da própria comunidade, do acampamento Macadame, Trancoso, Vera Cruz e fazendas próximas ao Assentamento, transportando cerca de 170 crianças no período da manhã (06h30min / 12h00min) e no período da tarde (12h30min / 17h45min).

Aos 34 alunos que fazem o Ensino Médio no Povoado de Vera Cruz, Município de Porto Seguro, também é disponibilizado transporte escolar.

Em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), que contempla uma educação diferenciada, a escola desenvolve projetos de agroecologia, água, lixo etc., além de encontros dos sem-terrinha⁴, realizados por meio de oficinas, pelos próprios alunos do Ensino Fundamental II.

⁴ *Sem Terrinha* é uma expressão que identifica as crianças vinculadas ao MST. O nome surgiu por iniciativa das crianças que participaram do Primeiro Encontro Estadual das Crianças Sem Terra de São Paulo, em 1997 (CALDART, 2001)

Para Jazian Santos (2015, p. 28), a história da Escola Paulo Freire se confunde com a própria história do Assentamento *Lulão*, pois se trata de uma escola construída pela força coletiva, onde “os seus sujeitos se formam e se reformam a cada dia, na perspectiva da luta”. Isso é demonstrado no PPP da escola:

Um dos fatores que contribuíram e continuam contribuindo no bom andamento e crescimento da escola é a participação e o envolvimento dos pais/mães e toda comunidade no trabalho coletivo, a Associação de Pais e Mestres, e na organização dos eventos festivos da escola, buscando implementar um dos nossos princípios que é o reconhecimento de que a escola está dentro do assentamento, bem como o assentamento está dentro da Escola. Ressaltamos também o envolvimento direto da Associação do Assentamento que é uma grande parceira da escola. (PPP, Escola Municipal Paulo Freire, p. 09).

Toda a organização social, política e econômica do Assentamento são gestadas pela Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Luís Inácio Lula da Silva⁵.

Registra-se que todas as conquistas do Assentamento são fruto dessa luta coletiva e foram viabilizadas por meio da associação local, com destaque para: a aquisição de itens de mecanização agrícola junto ao INCRA; o acesso ao crédito para a compra de vacas leiteiras; a construção da unidade básica de saúde (PSF *Lulão*), que atende o assentamento e as comunidades vizinhas; a construção da estrutura física da Escola Municipal Paulo Freire, que atende a crianças, adolescentes, jovens e adultos do assentamento e comunidades vizinhas; a aprovação da construção da quadra poliesportiva; a construção da sede comunitária da associação; a construção da Agroindústria Simplificada de Hortifruticultura; a construção da cozinha comunitária de doces e compotas; a implantação da unidade de abastecimento e tratamento de água, com a perfuração do poço artesiano, melhorando o abastecimento de água na comunidade; a instalação da energia elétrica para todas as famílias do assentamento; a construção e ampliação de unidades habitacionais, dentre outras.

No que diz respeito à relação da comunidade com o meio ambiente, o Assentamento *Lulão* possui áreas de preservação da Mata Atlântica e áreas de Reserva Legal, onde tem um núcleo de gestão ambiental com 17 mulheres, as quais são beneficiadas pelo Programa Bolsa Verde, um Programa de Apoio à Conservação Ambiental, lançado em setembro de 2011, que concede a cada trimestre um benefício de R\$ 300,00 às famílias em situação de extrema pobreza, que vivem em áreas consideradas prioritárias para conservação ambiental.

A água na comunidade é captada através de dois poços artesianos, sendo 01 perfurado a 63m de profundidade e o outro perfurado a 126m. A mesma é armazenada em 03 caixas

⁵ Organização da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ, fundada no dia 01 de março de 2006 e registrada no dia 07 de agosto de 2006.

d'água centrais, de 40 mil litros cada, sendo a água distribuída por gravidade, via encanamento para todas as residências da comunidade. O Assentamento ainda possui 13 nascentes d'água em suas áreas de preservação e conservação ambiental.

Segundo relatos dos moradores, a água não é boa para o consumo humano, pois apresenta ferrugem em sua composição, de acordo com a última análise de potabilidade realizada há mais ou menos 02 anos. Conforme relatos dos entrevistados, e como está comprovado no gráfico a seguir, questão 3.6.3 (acesso), há insuficiência de água potável para atender à demanda local, visto que o poço não está mais comportando a demanda dos moradores da comunidade, necessitando de ampliação.

Todos os moradores possuem fossa séptica em suas residências, e no que diz respeito à destinação dos resíduos, a comunidade não possui aterro sanitário, e não existe coleta de lixo por parte da Prefeitura. Sendo assim, os moradores realizam a queima do seu resíduo nos quintais, sendo feito sem qualquer prevenção e cuidado, poluindo o solo e o meio ambiente.

Assim, com base nestes dados e informações coletados no Assentamento *Lulão*, foi possível atribuir a ele um índice de desenvolvimento comunitário, ou melhor, mensurar seu grau de vulnerabilidade social. É o que veremos no quadro a seguir:

Quadro 01 – Índice de desenvolvimento comunitário rural do Assentamento *Lulão*

ID	COMUNIDADE	MUNICÍPIO	IDH 2012										
1	Assentamento "Lulão"	Santa Cruz Cabralia	0,654										
EDUCAÇÃO			SAÚDE	QUALIDADE DE VIDA				ECONOMIA		ORGANIZAÇÃO SOCIAL		ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	CONCEITO DA VULNERABILIDADE
Fundamental I (Anos Iniciais, equivalente do 1º ao 5º ano)	Fundamental II (Anos Finais, equivalente do 6º ao 9º ano)	Ensino Médio	UBS / ESF	Energia	Telefonia	Água	Acesso	Agroindústrias Coletivas	Indústrias Privadas	Associação	Cooperativa		
X	X	X	X	X	X	X	X	X	-	X	-	6,540	MÍNIMA

FONTE: FELBERG et al. (2017, p. 158)

Para cada equipamento disponível, bem como para a presença de instituições que fortalecem o desenvolvimento comunitário, foi atribuída um "X" que equivale a um ponto. Os

pontos atribuídos a cada indicador foram multiplicados pelo Índice de Desenvolvimento Humano do Município de Santa Cruz Cabralia, posição 2012, chegando o Assentamento Luis Inácio Lula da Silva ao conceito de vulnerabilidade MÍNIMA. Os conceitos são enquadrados em: MÁXIMO (0 – 2,796); MÉDIO (2,797 – 5,592) ou MÍNIMO (5,593 – 8,389).

Vale lembrar que os parâmetros ou indicadores para mensurar o nível de vulnerabilidade da comunidade foram baseados no Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), onde são mensurados indicadores nas áreas de educação (verificando a presença de escolas que atendem o Ensino Fundamental I e II e o Ensino Médio), saúde (verificando presença de unidades básicas de saúde) e qualidade de vida (verificando a disponibilidade de energia elétrica, telefonia, água encanada e acesso). Houve a necessidade de mensurar também o nível economia (presença de agroindústrias coletivas e indústrias privadas) e organização social (presença de associações e cooperativas).

Os indicadores da infraestrutura local estão diretamente relacionados ao desenvolvimento do Assentamento *Lulão*, pelo menos a parte visível e comumente avaliada, sobretudo por aqueles que dela usufruem. Daí a importância de se realizar sua avaliação junto aos sujeitos, a fim de relacionar suas percepções com o apurado no inventário social.

Em relação à comunicação, 53,33% dos sujeitos afirmam ser satisfatória, e 40% diz que está em melhoramento, o que é confirmado nos relatos: “Tem, todo mundo tem acesso hoje” (BABAÇU, excerto extraído do Grupo Focal nº 02, realizado em maio de 2016, p. 6). “Nós temos internet, telefone, televisão, rádio, boca a boca, bilhete - tudo funciona” (GUARIROBA, excerto extraído do Grupo Focal nº 01, realizado em maio de 2016, p. 7).

Referente à disponibilidade e qualidade da infraestrutura de energia elétrica na comunidade, 73,33% demonstram satisfação, alguns afirmando o seguinte: “Temos sim, luz para todos” (ARECA, excerto extraído do Grupo Focal nº 01, realizado em maio de 2016, p. 7). “Tem energia na casa e no lote, dois padrão cada um tem” (GUARIROBA, excerto extraído do Grupo Focal nº 01, realizado em maio de 2016, p. 7).

Quanto a estradas e transportes, 23,33% alegam que precisa melhorar. E nos relatos, ouvimos: “A estrada é boa, de dois em dois anos o INCRA dá uma pinceladazinha, às vezes a gente arruma com a prefeitura ali também, pra ajeitar” (GUARIROBA, excerto extraído do Grupo Focal nº 01, realizado em maio de 2016, p. 7). “A escoação é muito boa” (ARECA, excerto extraído do Grupo Focal nº 01, realizado em maio de 2016, p. 7).

Ao ser questionados acerca da infraestrutura de saúde na comunidade, 36,67% dos sujeitos disseram que o equipamento disponível não atende a todos, mas que isso está mudando. Estes resultados refletem com fidedignidade a realidade local, uma vez que, como já dissemos, o atendimento em saúde é atualmente realizado de forma provisória, em uma casa coletiva da Associação, enquanto uma grande estrutura de referência em saúde

é construída na comunidade, o PSF11, conforme descrito no inventário social e muito bem descrito pelos sujeitos, a exemplo do relato abaixo:

Estamos aí na luta, pra melhorar cada vez mais, né, mas aí a gente já tem uma conquista grandiosa, que é o que **nós conseguimos aqui, né, talvez pelo empenho do nome do presidente**, aí no assentamento também, né, e a gente dentro dessa luta, **que é uma luta desde a formação do movimento** também, né, em relação à saúde, e a gente vem melhorando isso a cada dia. Então hoje a gente tem aí o PSF11, né, aqui dentro de uma área de reforma agrária, que isso é uma vitória imensa, **porque pelo menos aqui no Extremo Sul isso não existe em nenhum outro assentamento**, só nesse assentamento, que está tendo pela primeira vez um PSF /.../ Vai atender os pequenos produtores do entorno, uma saúde diferenciada, isso que nós queremos, **um atendimento de saúde diferenciado para o homem do campo, que ele é excluído o tempo inteiro** [...] a dificuldade do acesso na cidade, por sermos de um município distante [...] então, assim, **essa dificuldade de acesso também fez com que a gente lutasse muito mais**, então a gente foi aí com a Lei 8.080, garantir que o trabalhador rural, ele também precisa de um atendimento que venha até ele, e não ele ir até o atendimento (ARECA, excerto extraído do Grupo Focal nº 01, realizado em maio de 2016, p. 7).

Fica evidente que a conquista da implantação da unidade básica de saúde, dentro do Assentamento, foi resultado de muita luta social e articulação política, por parte das lideranças do MST. O direito básico a uma saúde diferenciada foi reivindicado junto ao governo federal, a fim de atender às especificidades do homem e mulher do campo, que não encontram nos centros urbanos o atendimento adequado à sua condição de trabalhador rural, com todas as suas limitações de locomoção e dificuldades para se manter nas cidades.

No que diz respeito a opções de esporte, lazer e entretenimento dentro da comunidade, 23,33% são categóricos em afirmar que não atendem aos assentados, mas que está melhorando (30%), como relatado por um dos sujeitos: “Tá faltando uma área adequada. Agora que vai começar a construção da quadra, que a gente não tinha, e os meninos que treinam futebol ali no campo, só que o campo não é apropriado/.../” (BABAÇU, excerto extraído do Grupo Focal nº 02, realizado em maio de 2016, p. 6).

No que diz respeito à Educação, especificadamente, Guariroba informa:

[...] essa estrutura hoje é uma vitória, porque antes era uma casinha feita de palha de coco, de palmeirão, que a gente pegava na mata aí e fazia a escola. O posto de saúde também era de vara. Começou dando aula debaixo de um pé de árvore, depois fez um barraquinho de palha, depois fez um de lona, e depois temos aí essa estrutura que temos hoje (GUARIROBA, excerto extraído do Grupo Focal nº 01, realizado em maio de 2016, p. 8).

Com base no relato acima, é possível saber como se deu a conquista de uma infraestrutura de educação de qualidade e referência dentro do Assentamento. E 86,67% dos sujeitos demonstram estar satisfeitos, com os resultados. Toda essa conquista representa bem a força da mobilização social e política dos sem-terra, que demonstram buscar, a todo o momento, melhorias para o seu povo.

Fazendo uso novamente do pensamento de Jazian Santos (2015, p. 28), a história da Escola Paulo Freire se confunde com a própria história do Assentamento *Lulão*, pois se trata de uma escola construída pela força coletiva, onde “os seus sujeitos se formam e se reformam a

cada dia na perspectiva da luta”. Este processo de formação, vivenciando a luta e o movimento social, é pautado em formas próprias de organização social e de utilização dos recursos existentes nas próprias áreas de assentamento – na maioria recursos limitados e escassos – como condição para sua reprodução cultural, social e econômica.

Se tomarmos a oferta de serviços públicos na localidade, como indicador de desenvolvimento local, podemos inferir que o Assentamento Luis Inácio Lula da Silva é desenvolvido, se comparado a outros assentamentos rurais da região. Nas palavras de Guariroba, o Assentamento “é pra ser uma referência; é um negócio lento, demora, mas ainda vai ser uma referência” (GUARIBOBA, excerto extraído do Grupo Focal nº 01, realizado em maio de 2016, p. 8). Segundo as lideranças locais, os indicadores de desenvolvimento do Assentamento são resultado da luta, perseverança e determinação do grupo, resultado de uma mobilização coletiva: “quadra, posto, escola, a agroindústria [...] conseguimos” (ARECA, excerto extraído do Grupo Focal nº 01, realizado em maio de 2016, p. 8).

Assim, o modelo de desenvolvimento encontrado no Assentamento Luís Inácio Lula da Silva se aproxima bastante do desenvolvimento como liberdade discutido por Amartya Sen (2008, p. 19), para o qual “[...] a liberdade de participação ou dissensão política ou as oportunidades de receber educação básica, são ou não são conducentes ao desenvolvimento”. Também se alinha ao tipo de desenvolvimento defendido por Schneider (2004), o qual se dá através da combinação de várias ações, iniciativas, escolhas, enfim, práticas e estratégias sociais próprias da comunidade.

Algumas conclusões

A pesquisa revelou que no Assentamento existe uma clara diferenciação entre os objetivos das produções individual e coletiva dentro da área, sem, contudo, ser atribuído qualquer grau de superioridade a um ou a outro, apenas de função. Enquanto a primeira produção está relacionada à composição da renda pessoal e familiar, necessária ao provento das necessidades da família e à busca por uma melhor qualidade de vida, a segunda tem uma função mais social, formativa, voltada à manutenção da cultura do associativismo.

Percebemos, ainda, que existe uma grande defesa dos processos coletivos de produção e de articulação, e mobilização social na reivindicação por políticas públicas, destacando-se a importância da união para a comunidade, a qual é atribuída à maioria dos indicadores de desenvolvimento percebidos: escola, posto de saúde, agroindústria etc.

A despeito dos processos de qualificação profissional, é creditado mérito ao MST, mesmo na busca/realização de cursos privados, ficando claro que as conquistas individuais são resultado da trajetória de participação social no Movimento.

Outra constatação da pesquisa é a de que é praticamente unânime, entre os assentados, a ideia de que a *práxis* da luta pela terra, pelo trabalho e por condições de uma vida digna, tem

relação direta e inseparável com a sua educação e a de seus filhos, com o reconhecimento de que o MST tem influência positiva no modo como eles e seus filhos aprendem e vivem dentro e fora do Assentamento. Confirmamos que a educação, seja formal ou não, tem especial relevância e influência no desenvolvimento sócio-econômico-cultural e ambiental do Assentamento, destacando-se o princípio educativo do próprio MST, como agente promotor da expansão das liberdades e capacidades dos sem-terra, formando-os para a autonomia e para o exercício da cidadania.

Uma última constatação é a de que há intensa e qualificada participação e envolvimento de todo o contingente comunitário nos assuntos de interesse coletivo - homens, mulheres, idosos, crianças, adolescentes e jovens. À mulher, é assegurado seu espaço igualitário em todos os processos de luta, às vezes com destaque; aos idosos, é valorizada e atribuída a responsabilidade por garantir as áreas de assentamento, quando dos processos de ocupação de terras, pelo MST; e aos jovens é dado apoio à participação, e incentivada cada vez mais a busca pela formação e qualificação, visando a sua permanência no campo e sua afirmação identitária como sem-terra.

A pesquisa também revela que uma das estratégias para o desenvolvimento e sua avaliação é a importância e valorização da participação e da autonomia dos indivíduos, transformando-os em sujeitos de ação, o que pode ser entendido como a busca de um maior grau de conscientização e interferência no processo de dinamização socioeconômica e cultural da localidade, através da ação coletiva e organizada.

Referências

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do Desenvolvimento Comunitário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade** – a busca por segurança no mundo atual. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

CALDART, Roseli Salete. **MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo**. Estud. av. vol.15 nº 43. São Paulo: Set./Dec. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300016>. Acesso em: 11 nov. 2009.

FELBERG, Altemar. **Autonomia e Desenvolvimento Comunitário no/do Campo: contradições e consensos no Assentamento Luís Inácio Lula da Silva, do Movimento Sem Terra – MST – em Santa Cruz Cabralia - Bahia/Brasil**. 2016. 173f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2016.

FELBERG, A.; SANTOS, E. F.; SILVA, G. J. NOVAS ABORDAGENS METODOLÓGICAS PARA A PESQUISA DE CAMPO EM COMUNIDADES RURAIS: UM ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA DO MST. **Seminário Gepráxis**, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 6, n. 6, p 147-164, 2017. Disponível em: < file:///C:/Users/Altemar/Downloads/7207-25426-1-PB.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2018.

SANTOS, Jazian Mota dos. **Agroecologia na Escola Municipal Paulo Freire Santa Cruz Cabralia BA: estudo da relação comunidade escola**. São Paulo: USP, 2015.

SCHNEIDER, Sergio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p. 88-125, jan./jun. 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a06.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2008.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes, São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SILVA, Maria Teresa Ramos da; ARNS, Paulo César. Desenvolvimento Comunitário. Empreende. Projeto BNDES - Desenvolvimento Local – Cooperação Técnica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). 2002. Disponível em <<http://www.empreende.org.br/pdf/Programas%20e%20Pol%C3%ADticas%20Sociais/Dese%20nvolvimento%20Comunitario.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2011.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília, UNB, 1972, vol. I.

WEIGAND JUNIOR, R.; VIANA, C. F. G.; SHIKI, S. F. N.; DUNCAN, M.; ENEIAS, L. Experiências brasileiras de desenvolvimento territorial rural sustentável. In: **Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia**, 1, Fortaleza, 2003.

Mediação e mudança social: um campo de possibilidades criado pelo paradigma da Convivência com o Semiárido

Ana Paula S dos Santos¹

Ramonildes A Gomes²

Resumo

Compreendendo que a mediação social, enquanto objeto de estudo sociológico, tem sido fundamental para entender em diferentes setores institucionais, os caminhos e situações práticas de formas de organização social, este trabalho visa analisar o processo de mediação construído na implementação de um projeto de pesquisa e intervenção numa comunidade rural do semiárido paraibano. Nossas análises estão direcionadas aos agentes profissionais envolvidos no projeto, neste caso, pesquisadores do Instituto Nacional do Semiárido (Insa), cujo esforço é apontado para promoção de mudanças sociais concretas que fortaleçam a agricultura familiar, na perspectiva do paradigma da convivência com o semiárido. Considerando que a experiência empírica alvo dessa reflexão foi realizada no período de 2013 a 2015 tomamos como material para análise documentos, relatórios e artigos. As considerações finais apontam para a necessidade dos mediadores institucionais desenvolverem uma sensibilidade, que possibilite humanizar as pesquisas e criar processos para uma mudança efetiva, seja na cultura institucional, seja na intervenção pública.

Palavras-chave: Mediação Social, Convivência com o Semiárido, Assentamento Vitória.

¹Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: ppaulassana@gmail.com

²Professora no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal em Campina Grande (PPGCS/UFCG). E-mail:rnildes@hotmail.com

Iniciando o diálogo

Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra³... Paulo Freire

A mediação social como objeto de estudo sociológico tem provocado reflexões importantes. Atualmente, o papel da mediação e dos agentes mediadores vem sendo cada vez mais reconhecido “pelo caráter formal, oficial ou profissional da aplicação de procedimentos técnicos de interseção e integração sociais” (Neves, 2008, p.10), tornando-se fundamental compreender os caminhos e situações práticas de formas de organização social advindas de instituições governamentais ou não governamentais, que constroem grupos-alvo de políticas e ações de caráter público, mas também a ordem social. Nessa chave de interpretação buscamos analisar o processo de mediação construído na implementação de um projeto de pesquisa e intervenção numa comunidade rural do semiárido paraibano, em particular, o Assentamento Vitória, situado no município de Campina Grande, Paraíba.

O semiárido⁴ paraibano é formado por 194 municípios, dos 223 municípios do estado, uma área de 51.335 Km², e 2.498.117 habitantes. Está inserido numa região composta por 1.262 municípios pertencentes a 10 estados, delimitados oficialmente pelo Ministério da Integração para fins administrativos, que inclui Alagoas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Maranhão e Minas Gerais, ocupando uma área de mais 1 milhão de Km². A população chega a 27.870.241 milhões de pessoas, 56% na área urbana e 38% na área rural (IBGE; INSA, 2017)⁵. Esta vasta região - Semiárido brasileiro - é marcada historicamente por uma estrutura social construída sobretudo por elites (econômicas, agrárias e políticas) que deram continuidade, desde a colonização, a processos de concentração de terra, águas, riquezas e poder político, que gerou dependência da maior parte da população, especialmente do campo, cujas condições de vida vincula-se a pobreza e a miséria. Durante décadas, o paradigma de Combate à Seca orientou práticas e políticas perpetradas por agentes do governo federal que criaram e alimentaram o que ficou conhecida como “Indústria da Seca”.

Partindo da lógica de combate à seca para superar o atraso e modernizar os sertões, o Estado brasileiro criou instituições que passaram a executar políticas públicas estruturais e

³ Freire (2002, p.46).

⁴ O conceito técnico de semiárido aparece pela primeira vez na Constituição de 1988, Art. 159, que implementa o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e passa a ser definido como região de abrangência da atuação da SUDENE. O conjunto de municípios que compõe a região semiárida do Brasil atende a um dos seguintes critérios: precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetro; índice de aridez de até 0,5 (relação entre precipitação e evapotranspiração no período de 1961-1990); e risco de seca maior que 60% tomando como referência o período entre 1970 e 1990 (SILVA, 2007; MIN, 2005; MARIN *et. al.*, 2013).

⁵ https://portal.insa.gov.br/imagens/imagens-noticias/2017/11/MAPA_POPULACAO_2017.pdf

emergenciais, fortemente centradas na solução hídrica, porém, ao serem capturadas pelas elites dominantes locais, beneficiaram os latifundiários com os investimentos em grandes obras de açudagem, irrigação e barragens. As próprias frentes de emergência eram tomadas pelas oligarquias como fontes de empoderamento, que além de obras e trabalhadores fantasmas, os coronéis priorizavam seus eleitores reais, de modo que estas frentes se “...constituíram na forma típica de acumulação primitiva das oligarquias sertanejas que usufruíam econômica e politicamente...” (ALBUQUERQUE Jr., 2001; OLIVEIRA, 1981, p.55).

No final dos anos 1990, emerge um novo paradigma da Convivência com o Semiárido, protagonizado pela sociedade civil, posteriormente incorporado por diversas instituições públicas de pesquisa e desenvolvimento. É no cerne da discussão do Desenvolvimento Sustentável⁶ que surge um terreno fértil para se pensar e organizar esta nova alternativa para a região, pautada numa relação “harmoniosa” entre o ser humano e o ambiente, na perspectiva de mudanças de caráter permanente para assegurar o fortalecimento da agricultura familiar e a convivência digna dos camponeses com a semiaridez. Ora, se é possível viver em áreas de neve e gelo, é possível conviver com as condições de clima semiárido de forma harmônica e sustentável, a partir de práticas adaptadas de conservação e armazenamento (MALVEZZI, 2007; DUQUE, 2008; MARIN *et.al.*, 2013).

Esse novo paradigma, presente hoje em vários campos da pesquisa e da vivência social, opera um deslocamento na construção imagética sobre o Nordeste, e expressões como sertão, polígono das secas, caatinga, estiagem, desertificação, são incorporados e ressignificados pelo debate sobre o semiárido brasileiro, categoria que sai do lugar de mero recorte físico geográfico e adquire um sentido político e social. O semiárido “inviável”, inóspito, região problema, fabricado ao longo das décadas, passa a ser visto como lugar de potencialidades, bom para se viver, rico em biodiversidade, porém pouco conhecido: não é único e homogêneo, pois existem vários semiáridos no Brasil, na América Latina e no mundo; é rico em conhecimentos e práticas locais, que foram menosprezadas em nome dos “pacotes” e das “receitas” tecnológicas. Nesse universo de significações e ressignificações, os mediadores sociais e políticos são constituídos em diferentes setores institucionais para realizar projetos que mobilizam categorias como desenvolvimento e políticas públicas, com a finalidade de promover mudanças sociais

⁶ O Desenvolvimento Sustentável, em particular, tem influência anglo-saxônica e é um conceito utilizado pela Internacional Union for Conservation Nature (IUCN), em sua conferência mundial sobre a conservação e o desenvolvimento, em Ottawa/Canadá, em 1986. Neste mesmo ano a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas (ONU), publicou o chamado Relatório de Brundtland, que retoma este conceito e o define como capaz “de garantir que ele atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas” (CMMAD, 1991, p.09).

concretas no meio rural. Assim, nossas reflexões se darão a partir do processo de implementação do “Projeto Águas: Segurança Hídrica em Assentamentos Rurais do Semiárido brasileiro”⁷, cuja a atuação se deu no Assentamento Vitória e foi desenvolvido pelo Instituto Nacional do Semiárido (Insa)⁸, unidade de pesquisa vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, no período de 2013 a 2015⁹. Tomamos duas questões para nortear o debate: como se deu o processo de mediação e quais instrumentos foram aplicados? Como foram vivenciadas as representações delegadas institucionalmente, considerando a relação mediadores e mediados? Sustentamos nossas análises com base na pesquisa documental referida ao projeto, assim como relatórios e artigos.

Compreendemos que as instituições pensadas para o semiárido nordestino, trouxeram em seus processos jogos, orquestrados a partir de interesses das elites locais e de agentes internacionais, dentro de um ciclo de dependência científica e tecnológica, conformando estruturas socioeconômicas, políticas e culturais de reprodução das desigualdades e concentração de terras e poder à medida que favoreceram práticas locais de mandonismo e coronelismo. A crítica a estes aspectos está no cerne do debate da Convivência com o Semiárido, de modo que a perspectiva de um novo projeto para a região visa traduzir em ações concretas os anseios da população mais afetada por estas estruturas. Por isto mesmo, são um campo rico e indispensável para análises sociológicas, possibilitando uma reflexão crítica sobre o papel dos mediadores sociais e institucionais no processo de promoção de ações que visam melhorar a vida de populações camponesas.

Interações construídas com e no campo: possibilidades a partir de uma experiência de pesquisa e intervenção

Uma diferença importante a ser destacada quando falamos de mediadores. Neves (2008) aponta dois tipos: aqueles que vivem *pela* mediação - prefeitos, vereadores, professores, padres etc; e aqueles que vivem *da* mediação - dirigentes sindicais, funcionários públicos ou de organizações não-governamentais, classificados como agentes mediadores profissionais, termo que vem ganhando mais expressão devido as mudanças no papel do Estado e da sociedade civil.

⁷ Para facilitar a leitura iremos nos referir a partir de agora apenas como projeto “Águas”.

⁸ O Insa foi criado em 2004 e regulamentado em 2006 por meio da Lei nº 10.860, como uma das unidades de pesquisa do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.

⁹ A autora participou como pesquisadora social deste projeto. As questões que suscitaram a partir da vivência como pesquisadora do Insa ao longo de aproximadamente cinco anos, resultaram no projeto de tese, que está sendo desenvolvido sob a orientação da Professora Ramonildes A Gomes, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFCG).

“Os agentes situados na posição de mediadores são importantes para constituição de espaços contextuais de ação política, orientada pela busca de justiça social, pela luta para diminuição do grau de alteração no padrão referencial de consolidação de desigualdades socioeconômicas”. Estes mediadores, com competências específicas, são “alocados para dar existência às representações delegadas e a administração e intervenção públicas” (p.10-28). Para efeitos deste trabalho, consideramos os agentes profissionais, neste caso, pesquisadores do Insa envolvidos numa ação pública estatal, qual seja, o projeto “Águas”.

O Estado aqui é entendido não como um bloco monolítico, que está a serviço dos interesses hegemônicos de uma classe, mas sim uma arena complexa de conexões e interesses entre diferentes atores envolvidos no processo de formulação de políticas públicas. Compartilhando do mesmo pensamento de Meneses e Gomes (2014, p.190) que se baseiam em Muller (2000, p.194), a visão sobre a política pública deve ir além da resolução de problemas. Numa dimensão cognitiva, a política pública deve ser percebida “como intercâmbio de formas de representação social e construção de quadros de interpretação do mundo”. Nesta direção, os cientistas/pesquisadores são:

...atores sociais confrontados permanentemente pela produção de ideários e regulamentações (...) no centro dos espaços de definição das chamadas políticas públicas:-tanto como destinatários, mas também corresponsáveis pela elaboração de agendas. (...) como avaliadores ou pressupostos *experts*, qualificando e requalificando o debate político e acadêmico sobre as políticas públicas (GOMES, 2014, p.128).

O Insa, instituição governamental, foi concebido com o intuito de somar na desconstrução da imagem negativa e única do Semiárido brasileiro, valorizar suas potencialidades, além de promover articulação e pesquisas aplicadas à realidade de modo a subsidiar políticas públicas de interesse da sociedade. Sua missão é “Viabilizar soluções interinstitucionais para a realização de ações de pesquisa, formação, difusão e formulação de políticas para a convivência sustentável do Semiárido brasileiro, a partir das potencialidades socioeconômicas e ambientais da região”¹⁰. O Instituto compõe hoje o conjunto de instituições importantes do Semiárido brasileiro, formadas por mais de duzentos institutos e universidades, que vem contribuindo para a construção de conhecimentos e quadros técnicos-científicos, mais de três mil organizações sociais vinculadas à Asa Brasil, além de diversas organizações espalhadas pelos dez estados da região¹¹.

¹⁰ <https://portal.insa.gov.br/sobre-o-insa> Acesso em 10 de junho 2018.

¹¹ Partindo de uma filosofia que assume a semiaridez como vantagem e inspirados em critérios e princípios de inclusão social, em 2007, foi elaborado o Planejamento Estratégico do Insa, contando com a “participação de 65 Instituições e 1.652 técnicos, especialistas e interessados na temática ‘Semi-Árido’”, de todos os estados da região (INSA, 2007, p.7). Como o concurso para formação do quadro permanente de pesquisadores foi realizado no ano

As áreas prioritárias de ação são desertificação, sistemas de produção, biodiversidade, tecnologia social, gestão da informação e conhecimento, popularização da ciência e recursos hídricos. Nesta última área, dedica esforços em pesquisas relacionadas as águas residuárias e de chuva, e entre as ações desenvolvidas nos anos de 2013 a 2015 destaca-se o projeto “Águas” que objetivou “desenvolver estudos de viabilidade técnica, econômica, ambiental e social das tecnologias de captação de água de chuva e de reuso, com intuito de dotar comunidades rurais de sistemas simplificados de abastecimento de água e de reuso”¹² (Santos, 2014, p.39). A proposta de pesquisa e intervenção numa unidade piloto teve como grupo-alvo as famílias agricultoras do Assentamento Vitória¹³, selecionadas após alguns diálogos com atores institucionais, considerando facilidades operacionais como proximidade, presença de instituições parceiras, potencial de aproveitamento de infraestrutura existente. Um elemento fundamental nesse contexto é que a região semiárida vem enfrentando desde 2012 um longo período de seca.

Os assentamentos rurais, em particular, são constituídos a partir da luta e da conquista da terra, mas não só isso. São necessárias condições que garantam a reprodução social e material das famílias. Um dos recursos essenciais é a água, seja para produção agrícola, uso doméstico ou para beber. Em áreas semiáridas, devido ao fator climático, esse recurso ou é escasso ou existe em quantidade e qualidade não adequadas para uma ou todas essas finalidades. O que aponta para relevância de projetos com essa propositura. No caso do Assentamento Vitória, localizado na zona rural de Campina Grande, a 18 km da cidade, ainda hoje não existe o atendimento do serviço público de abastecimento de água, o que na época da pesquisa obrigava as 32 famílias residentes a percorrer de 4 a 6 quilômetros para acessar águas do poço ou do açude mais próximo, pois as únicas 4 cisternas (com capacidade para 16 mil litros de água cada) abastecidas com carros pipa, eram insuficientes para atender pelo menos a primeira necessidade – água para beber – de aproximadamente 112 habitantes, em sua maioria adultos e crianças.

seguinte, estes atores não participaram do processo de planejamento. Para os idealizadores do Insa, além da execução de pesquisas estratégicas, o papel de articulador é fundamental para agregar diferentes grupos (público e privado) existentes dentro e fora da região. O Insa conta hoje com um quadro de 25 servidores efetivos, destes, 8 são pesquisadores, em sua maioria com formação em Ciências Naturais; aproximadamente 40 pesquisadores bolsistas e uma equipe de 40 trabalhadores terceirizados.

¹² O Projeto Águas contou com o apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá-PB), por intermédio da Assessoria Técnica, Social e Ambiental (Ates) promovida pela Cooperativa de Trabalho Múltiplo e Apoio às Organizações de Autopromoção (Coonap), e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBaiano).

¹³ Possui uma área total de 1230,7854 ha e uma área de reserva legal de 265,3333 ha, 4 agrovilas. O Assentamento foi criado em 2010 a partir da divisão do Assentamento Venâncio Tomé de Araújo, mas isso não ocorreu sem conflitos.

O primeiro contato dos pesquisadores (agrônomos, engenheiros agrícolas e biólogos) com a comunidade foi articulado pela Cooperativa Trabalho Múltiplo de Apoio às Organizações de Auto Promoção (Coonap), contratada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para prestar assessoria técnica e social às famílias, que mobilizou lideranças e demais assentados para uma reunião com a finalidade de apresentar o projeto.



Reunião realizada em março de 2013.
Foto: Ana Paula Santos, 2013.

Em meio as falas dos participantes, duas se destacaram:

... uma mulher encurvou o corpo para frente, levantou o dedo indicador da mão direita e começou a falar: *“estamos aqui a mais de dez anos nesse sofrimento e ninguém olha pra nós. Lá onde vocês ficam tem água, vocês tem salário, emprego, anda bem vestido. A gente está cansado de promessa...”* Por alguns segundos, após sua declaração, o silêncio prevaleceu. O que dizer diante daquela provocação? (SANTOS *et. al*, 2017, p.248).

Diz outro participante:

Em tom alto e em meio a palavras rebuscadas, fez uma afirmação: *“Não interpretem mal: somos pessoas sem voz e excluídos. Você [pesquisador do Insa] tem mais oportunidades de conversar com as autoridades. Quem mora aqui? Nós não temos vez e voz”*. Logo, o vice-presidente da Associação à época se manifestou: *O assentado é valorizado sim! Onde chegamos somos respeitados pelas pessoas”*. Após a atividade o vice-presidente informou: *“Seu José não é assentado. A irmã dele tem uma casa aqui no assentamento, mas só vive fechada. Dizem que ele é advogado. Junto com a irmã vive dizendo que já falou com fulano e sicrano para trazer água da Cagepa¹⁴”* (SANTOS *et. al*, 2017, p.250).

Os pesquisadores saem do encontro com mais perguntas que respostas. Como pensar em reuso de água onde este recurso, simplesmente não existe? Como lidar com diversos conflitos e jogos de interesses? É possível isolar uma ação específica e seus resultados? Voluntariamente os assentados expressaram a expectativa de que a presença dos pesquisadores/cientistas, levaria a melhoria das condições de vida, revelando nas falas a necessidade, *a priori*, da água, mas ao mesmo tempo de ações articuladas e mobilizadoras de diferentes políticas públicas.

Estava claro que não adiantava chegar com conhecimento técnico e aplicar numa comunidade rural o que foi iniciado em laboratórios ou campos experimentais. Sem negar a relevância das pesquisas desse nível, é preciso compreender que a abordagem com comunidades exige métodos, procedimentos e técnicas distintas. Se a perspectiva for de transformação social, da convivência com o Semiárido, faz-se necessário respeitar o conhecimento local, (re)conhecer as histórias dos indivíduos e da

¹⁴ Cagepa - Companhia de Água e Esgotos da Paraíba.

comunidade, a relação dessas histórias com o futuro sonhado. E mais, apontar propostas com caráter de *replicação* de modelos pode representar apenas soluções pontuais, específicas e limitadas. É diferente da *reaplicação* em que se constrói o tempo todo, envolve conhecimentos que se reconstruem com a participação dos indivíduos que interagem na sua multiplicação, em um processo de transformação social. Essas reflexões e experiências estão, portanto, apontando para possibilidades de mudança de cultura institucional, de compreensão da relevância da humanização das pesquisas e de processos (SANTOS *et. al*, 2017, p.253).

A sociedade e a ciência são indissociáveis (Latour, 1997), havendo um alinhamento de interesses, uma translação heterogênea dos dois lados. Sem apoio, recursos, negociações, por exemplo, não há pesquisa, e por isto mesmo a produção do conhecimento é um processo diverso e relacional. Nesta trilha “é importante perceber que os cientistas têm a capacidade de performatizar os discursos e práticas sociais, moldar o comportamento e as ideias dos mais variados sujeitos, pois são agentes essenciais para o enquadramento do mundo em termos que possibilitem a manutenção da vontade de verdade de seu discurso” (PAULINO, 2017, p.29).

Fruto das primeiras provocações dos assentados, um passo fundamental foi ampliar a equipe, incluindo pesquisadores da área social, o que possibilitou a realização de um diagnóstico socioeconômico, ambiental e da infra-estrutura, com uso de instrumentos como questionário, entrevistas semi-estruturadas. Observações, anotações e registros (falas e imagens) permanentes foram essenciais para a definição do caminho que seria percorrido. O próprio campo empírico nos instava a repensar posturas, valores, além de apreender e rever técnicas, métodos e conceitos, muitos deles articulados em áreas de conhecimento como sociologia, história e educação. Posteriormente, profissionais de outras áreas como comunicação social, arte e mídia, educação popular foram incorporados a equipe para contribuir com diferentes atividades demandadas por crianças, jovens e mulheres, que paralelamente foram compondo um conjunto articulado de ações em torno do tema água e questões inter-relacionadas.

Vejamos o relato de uma das pesquisadoras,

...a realização de um curso teórico-prático sobre o “Método de Revisão de Experiências com vista ao Futuro (REI-F)¹⁵”, oferecido pelo Insa durante o período de junho a setembro [2013]. Particpei do curso e tive a oportunidade de mais uma vez rever conceitos, apreender e criar novos, buscar novas formas de pensamento e

¹⁵ “um método de pesquisas da história recente, propõe uma trilha para construir seu conhecimento e teoria aos setores com interesses em jogo envolvidos numa etapa ou situação perto e relevante, encarando esse passado recente com um futuro aceitável para todos’. O método reconhece as diferentes sentilógicas e busca produzir com altos níveis de participação interpretações, teorização, aprendizagem e propostas que contribuíam (sic) para mudar as situações indesejadas por parte dos setores participantes”. Luis Felipe Ulloa (2013). Acesso: outubro de 2013 - http://www.linkedin.com/groups/REIF-Revis%C3%A3o-Experi%C3%AAs-com-vista-5042080?trk=myg_ugrp_ovr

ações, sempre na prática e na reflexão sobre/da prática. Considerei importante envolver no curso também os técnicos da Coonap que atuam no Assentamento Vitória e que já vinham dialogando em todos os momentos. Fizemos o convite e os dois profissionais (Assistente Social e Técnico Agrícola) iniciaram o curso conosco. Tivemos a oportunidade rica de nos capacitar metodologicamente e ao mesmo tempo focar nossas atenções no trabalho realizado nesta comunidade, fortalecendo a parceria que se firmava. Buscamos envolver todos os atores (sociais e institucionais) que de alguma forma atuavam na comunidade. A aplicação do método contribuiu para a formação de um grupo de mulheres. Nesse processo de formação e aprendizagem, tentamos alinhar discursos e práticas, avançar na qualificação do trabalho enquanto agentes comprometidos com as transformações sociais, a partir do conhecimento técnico, da sensibilidade, e aproveitar ao máximo todas as condições que as instituições oferecem. Afinal, nosso compromisso é com a população do semiárido tão afetada pelas políticas concentradoras e desiguais. O momento histórico é outro e a convivência com o semiárido nos guia com um novo pensar e fazer no semiárido. Assim, avançamos na intencionalidade política da pesquisa e experiências a serem implantadas na comunidade, que é uma experiência que podemos a partir dela aprender compartilhando os saberes e construindo conjuntamente caminhos.

No processo e nas interações permanentes entre mediadores e mediados, o projeto foi sendo ajustado, alimentado pelas discussões permanentes da equipe, a partir de elementos apresentados e vivenciados no campo empírico. Negociar, combinar, compartilhar, sonhar, empoderar, construção coletiva, transformação social, respeito as diferenças, são algumas das expressões que também passaram a fazer parte do vocabulário dos pesquisadores. Pensar e praticar a mediação no contexto analisado, iluminada pelo paradigma da convivência com o semiárido, pressupôs o esforço de assumi-la como processo social e dialético, rompendo com a tendência de transformá-la em algo mecanicista e vazia de sentido crítico.

A análise de processos de mudanças a partir do papel ativo de mediadores e mediados permite que se abandone a idéia. É do entendimento da ação recíproca entre mediadores e mediados que se pode compreender o conjunto de forças sociais em jogo de leis preexistentes e desconhecidas para os atores; ou que só os mediadores possam revelar (NEVES, 2008, p.39).

No percurso da experiência diversas atividades foram pensadas buscando o diálogo contínuo: reuniões, oficinas, formação de comissões, mutirão, articulações com diferentes instituições para restabelecimento de rede elétrica, formação de um grupo de mulheres, que posteriormente construíram junto a Coonap uma UD-Unidade Produtiva, reformas, capacitações, oficinas, diálogos, intercâmbios, eventos, relatórios, diário de campo, produção áudio visual, foram instrumentos utilizados, buscando envolver os agentes. Devido a organização social e política frágil e o histórico de conflitos em torno do acesso à terra e a políticas e programas no âmbito da reforma agrária, atividades de fortalecimento da associação comunitários e do grupo gestor foram fundamentais.



Visita dos assentados ao Insa, em abril de 2013, para conhecer o projeto experimental de captação e reuso de água.



Reunião entre parceiros para discutir rumos das ações.



Assentamento Vitória: Sistema coletivo de captação e armazenamento de água de chuva, com capacidade de 260 mil litros de água. Reforma realizada pela comunidade e participação efetiva de todos os parceiros.

Fotos: Ana Paula Santos, 2013-2015.

O Insa, antes visto pelos assentados que passavam com frequência na porta, apenas através de suas paredes de concreto, se abriu para a comunidade e organizou encontros permanentes, aproximando-a da instituição e abrindo diálogos para o compartilhamento de experiências, da visibilidade e dizibilidade. Desde a solicitação de mudas, sementes, buscar orientações, participar de reuniões, oficinas e outros eventos, ora como ouvinte, ora como convidados compartilhando suas experiências.

Trata-se de um território vivo, dinâmico, heterogêneo, que agrega cultura, conhecimentos, por conseguinte as mudanças ocorrem no processo, na interação, no envolvimento. As dificuldades e potencialidades que se apresentam nas comunidades variam bastante e podem estar no acesso a bens materiais, de organização, de conflitos, institucional, jurídica etc. ou todas elas, sendo relativas às formas de expressão, de causas ou de enfrentamento. Por isto reafirmamos ser fundamental conhecer a realidade, observando o cenário, a história da comunidade iniciativas, os diferentes atores (internos e externos). É preciso construir um caminho que vai servir para nortear os pesquisadores/agentes mediadores, mas que ao mesmo tempo se constrói no processo.

Fechar-abrindo: possibilidades da mediação

A mediação experienciada pelos pesquisadores aqui descrita e analisada, revela que a pesquisa não deve ser simplesmente uma lista de fatos não relacionados entre si; devem ser analisados para entender a comunidade como um sistema social. Como foi posto, promover o acesso a segurança hídrica é fundamental e urgente como garantia do direito à cidadania, mas as estratégias para definir e assegurar a qualidade de vida das famílias devem ser construídas de modo compartilhado, através de trocas entre iguais. A experiência de mediação revelou ainda

que as políticas públicas, nesse caso, as ações que visam efetivar o paradigma da convivência com o semiárido, devem ir além da resolução de problemas, uma vez que está apoiada em problemas e realidades, que são ao mesmo tempo interior e exterior ao pesquisador/cientista, cujas práticas e ideologias promovem um movimento dialético.

O paradigma da convivência com o semiárido de fato é um marco na história da região, e constantemente tem pautado temas para cientistas/pesquisadores de diferentes áreas, particularmente, os quais vem orientando suas produções de conhecimentos, de uma ciência e tecnologia no e para o desenvolvimento do semiárido brasileiro. Portanto, “A crítica permanente dos elementos ideológicos mobilizados nas políticas de desenvolvimento parece um ponto de partida para o engajamento dos cientistas sociais nos processos de transformação social” (Cunha; Paulino, 2014, p.29). É preciso também problematizar esse novo paradigma da convivência com o semiárido, para não cair no que os autores chamam de “conservantismo” e no “excepcionalismo dos pobres” e, a partir desses pressupostos manter parte da população como um grupo diferenciado, reforçando a ideia de adaptação as especificidades.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE Jr., D. M. de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2ª ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

CUNHA, L. H.; PAULINO, J. S. **Convivência com o semiárido: um novo paradigma para Políticas Públicas no Nordeste?** *In*: Quadros e programas institucionais em Políticas Públicas. NEVES, D. P.; GOMES, R. A.; LEAL, P. F. (orgs.). Campina Grande: EDUEPB, 2014.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2a ed. Tradução de Our common future. 1a ed. 1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DUQUE, G. **“Conviver com a seca”: contribuição da Articulação do Semi-Árido/ASA para o desenvolvimento sustentável**. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n.17. Editora UFPR, jan./jun., 2008. p. 133-140.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**-21ª Edição- São Paulo. Editora Paz e Terra, 2002.

GOMES, R. **Modos de Objetivação de Programas Públicos: o PAA em foco**. *In*: Quadros e programas institucionais em Políticas Públicas. NEVES, D. P.; GOMES, R. A.; LEAL, P. F. (orgs.). Campina Grande: EDUEPB, 2014.

INSA. INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO. **Relatório de Atividades 2007-2011 - Viabilizando soluções para o desenvolvimento sustentável do Semiárido brasileiro**. Campina Grande: INSA/MCTI, s/d.

LATOUR, B; WOOLGAR, S. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido - uma visão holística**. Brasília: Confea, 2007.

MARIN, A. M. P. *et. al.* **O Semiárido brasileiro; riquezas, diversidades e saberes.** Coleção (Re)conhecendo o Semiárido. Campina Grande: INSA/MCTI, 2013.

MENEZES, V; GOMES, R. **Mediação social em projetos de desenvolvimento: os ADRS e a caprinocultura leiteira no cariri paraibano.** *In:* Quadros e programas institucionais em Políticas Públicas. NEVES, D. P.; GOMES, R. A.; LEAL, P. F. (orgs.). Campina Grande: EDUEPB, 2014.

MIN. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Nova Delimitação do Semi-Árido Brasileiro.** Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. Mediação social e mediadores políticos. *In:* NEVES, Delma Pessanha (org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p.21-44.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes.** 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PAULINO, J. S. **O campo científico e a agroecologia no Brasil: atores, discursos e políticas públicas.** Tese de doutorado-Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande: UFCG, 2017.

SANTOS, Ana Paula S. **Assentamento Vitória – o que é esta comunidade? A luta pela sobrevivência, cenário, atores e a história.** Relatório final de pesquisa. Campina Grande: INSA/MCTI, 2013.

_____*et. al.* **Relatório de atividades 2013 – Convivência com o Semiárido: compromisso e construção coletiva.** Campina Grande: INSA/MCTI, 2014.

_____*et. al.* **O Assentamento Vitória-PB: construindo um modelo de convivência com o semiárido.** *In:* SILVA, Edson. H.; SANTOS, Carlos A. B.; OLIVEIRA, Edivania G da S. (orgs.). História Ambiental: recursos naturais e povos tradicionais no semiárido nordestino. Curitiba: Appris, 2017.

_____*et. al.* **Potencialidades e desafios para convivência com o semiárido: um estudo de caso em uma comunidade rural.** *In:* SILVA, Edson. H.; SANTOS, Carlos A. B.; OLIVEIRA, Edivania G da S. (orgs.). História Ambiental: recursos naturais e povos tradicionais no semiárido nordestino. Curitiba: Appris, 2017.

SILVA, R. M. A. **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: políticas públicas e transição paradigmática.** Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v.38, nº3, jul-set, 2007.

Sites consultados

www.insa.gov.br

www.ibge.gov.br

<http://www.incra.gov.br/pb>

A vivência da pobreza no Território Meio Oeste Contestado de Santa Catarina¹

Andréia Tecchio²
Geneviève Cortes³
Monique Medeiros⁴

Resumo

A definição da noção de pobreza e de quem são as pessoas pobres a serem assistidas pelo Estado, geralmente, é feita por governos e pessoas não pobres, tendo como critério, a renda. Assim, as políticas públicas de enfrentamento da pobreza não consideram as diversas situações vivenciadas pelas populações pobres. A partir dessa perspectiva, este artigo tem como objetivo compreender a importância da heterogeneidade da pobreza para a proposição de políticas públicas de enfrentamento dessa condição social, por meio da análise de como vivem famílias do Território Meio Oeste Contestado de Santa Catarina assistidas pelo Programa Bolsa Família (PBF). Para tanto, realizou-se uma pesquisa de campo, entre abril e maio de 2016, em dez municípios desse Território, quando se entrevistou quarenta famílias beneficiadas pelo PBF. Os resultados da pesquisa indicam que a pobreza atual está associada ao histórico de ocupação do oeste catarinense, sendo as etnias indígena e cabocla as mais expropriadas de suas terras e as mais afetadas pela pobreza. De maneira geral, as famílias pobres são privadas do acesso aos serviços públicos, como por exemplo, abastecimento de água potável, rede de esgoto, energia elétrica, coleta de lixo, educação escolar, transporte público, bem como de condições adequadas de moradia. Em relação ao trabalho remunerado e ao acesso à Previdência Social, as mulheres são mais vulneráveis em relação aos homens, uma vez que na divisão do trabalho por gênero, são incumbidas das atividades domésticas. Os vínculos sociais mantidos pelas famílias pobres se constitui em uma importante estratégia de enfrentamento da pobreza. Por fim, ressalta-se que a compreensão da diversidade de situações vividas pelas famílias pobres no Território pesquisado pode contribuir para a proposição de políticas públicas mais adequadas ao enfrentamento da pobreza, uma vez que as políticas públicas brasileiras operacionalizadas para esta finalidade foram elaboradas a partir de uma visão homogênea em detrimento da heterogeneidade de situações vividas pelos pobres.

Palavras chave: vivência da pobreza; populações pobres; políticas públicas.

¹ Este artigo está baseado em temas desenvolvidos na tese de doutorado elaborada pela primeira autora.

² Bolsista de Extensão Universitária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na Universidade do Centro-Oeste (Unicentro). Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Correio eletrônico: deiatecchio@yahoo.com.br.

³ Doutora em Geografia. Professora de Geografia na Université Paul Valéry Montpellier 3. Pesquisadora da *Unité mixte de recherche (URM) 5281 Acteurs, ressources et territoires dans le développement (ART-Dev)*, França. Correio eletrônico: genevieve.cortes@univ-montp3.fr.

⁴ Doutora em Agroecossistemas pelo PPGA/UFSC. Professora na Universidade Federal do Pará (UFPA). Correio eletrônico: mmedeiros@ymail.com.

Introdução

O Brasil saiu do Mapa da Fome em 2014, quando passou a integrar a lista de países que têm menos de 5% da população ingerindo quantidades de calorias abaixo do recomendado (FAO, 2014). Além disso, ao longo dos últimos anos, diversos estudos apontam para a redução da pobreza e da extrema pobreza. Por exemplo, a pesquisa conduzida por Soares *et al.* (2016) indica que entre 2004 e 2013, a extrema pobreza passou de 7,6% para 4,0%. A pobreza, por sua vez, caiu de 22,4% em 2004 para 8,9% em 2013. Isso se deve a um conjunto de fatores, com destaque para o fato de o País ter, a partir de 2003, intensificado os investimentos financeiros e as estratégias de articulação entre as políticas macroeconômicas, setoriais e territoriais. Nesse contexto, foi instituído um conjunto de políticas públicas que objetiva, entre outros, o enfrentamento da pobreza e a garantia da segurança alimentar e nutricional previstas no Programa Fome Zero, com destaque para o Programa Bolsa Família (PBF) lançado em 2003. O PBF se tornou a principal política pública brasileira de enfrentamento da pobreza.

Todavia, a definição do termo “pobreza”, bem como da noção de quem são as pessoas pobres a serem assistidas pelo Estado, de acordo com Simmel (2011), depende de como a sociedade e os governos as concebem. Assim sendo, a identificação e a classificação dos pobres é resultado de critérios definidos pelos governos e pelas pessoas não pobres, geralmente a partir da renda. Dada a abrangência nacional de programas dessa natureza, uma percepção simplista e uniforme dos pobres é privilegiada em detrimento da heterogeneidade de situações por eles vivenciadas (PAUGAM, 2013; SIMMEL, 2011; RAHENEMA, 2004).

O Brasil é reconhecido no cenário internacional por identificar e quantificar a pobreza, não obstante, quase nada se sabe sobre como os pobres a vivenciam (COHN, 2012). Com o propósito de refletir a importância da heterogeneidade da pobreza para a proposição de políticas públicas para o seu enfrentamento, este artigo analisa como vivem famílias assistidas pelo PBF. Para tanto, adotamos como recorte empírico, o Território Meio Oeste Contestado⁵, localizado no oeste de Santa Catarina. A escolha desse Território fundamenta-se no fato dos sistemas produtivos da agricultura familiar existentes serem considerados modelos para o estado e para o País. Apesar disso, um contingente expressivo de famílias rurais vive em condição de pobreza, com destaque

⁵ Para maiores informações sobre o Território Meio Oeste Contestado, consultar Tecchio (2012; 2017).

para as populações indígenas e caboclas⁶. Historicamente, essas populações tinham como particularidade o uso da terra apenas para se sustentarem. Desde o início do século passado sofreram diversas formas de expropriação desse meio de produção. A Figura 01 apresenta a localização geográfica de Santa Catarina no Brasil, do Território no estado, bem como dos 29 municípios que o integram.

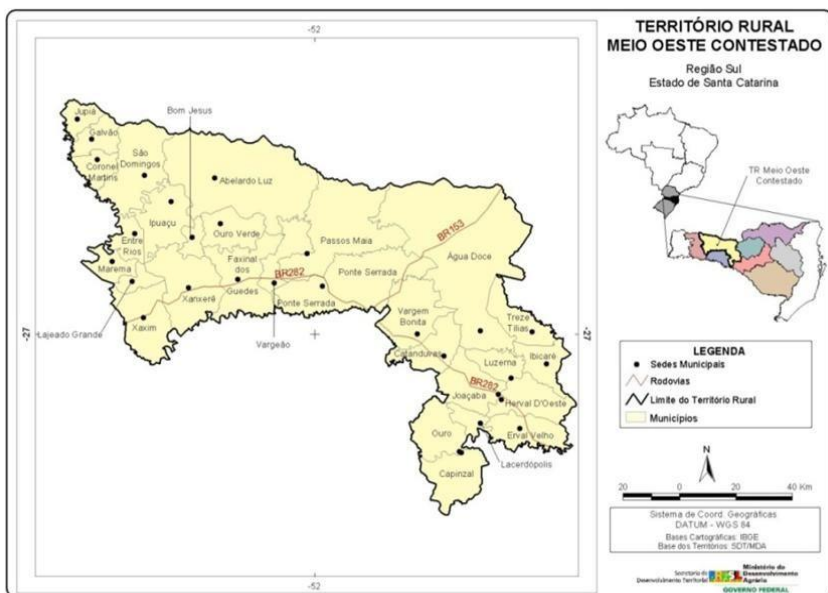


Figura 01: localização geográfica de Santa Catarina no Brasil, do Território no estado e dos municípios no interior do Território.

Fonte: SDT (2006).

Entre abril e maio de 2016, uma pesquisa de campo foi realizada em dez municípios do Território, selecionados segundo a diversidade de contextos sociais, econômicos e demográficos⁷. No total, foram realizadas quarenta entrevistas semiestruturadas envolvendo famílias beneficiadas pelo PBF, escolhidas por meio dos critérios de espacialização (proximidade e distanciamento dos serviços públicos) e da representatividade das condições de pobreza existentes em cada município.

Para além desta introdução e das considerações finais, este artigo está dividido em quatro seções. A primeira aborda diversas características das famílias pobres, a saber : origem étnica, descendência, composição familiar, educação escolar, acesso aos bens e serviços públicos e condições da moradia. A segunda trata das ocupações laborais e do acesso a Previdência Social, com ênfase nas diferenças de acesso entre mulheres e homens. A terceira apresenta as diversas formas pelas quais as populações pobres acessam a terra e lotes. A quarta evidencia as relações sociais estabelecidas por famílias pobres e a importância para a sua reprodução social.

⁶ População constituída pela miscigenação de indígenas com espanhóis, portugueses e africanos.

⁷ Os municípios contemplados pela pesquisa foram os seguintes: Abelardo Luz, Coronel Martins, Entre Rios, Erval Velho, Faxinal do Guedes, Joaçaba, Luzerna, Ouro, Vargem Bonita e Xanxerê.

1 - Caracterização das famílias

O entendimento sobre o fenômeno da pobreza no Território Meio Oeste Contestado passa, inicialmente, pelo estudo da origem étnica, descendência, composição familiar, educação escolar, acesso aos bens e serviços públicos e condições da moradia das famílias entrevistadas. Entre as quarenta famílias que integraram a pesquisa, trinta e cinco se declararam pertencer à etnia cabocla, três são indígenas e duas são descendentes de imigrantes europeus (italianos e alemães). Elas são originárias do oeste de Santa Catarina e das mesorregiões limítrofes do sudoeste e centro-sul do estado do Paraná. Praticamente todas as famílias entrevistadas são descendentes de agricultores proprietários ou posseiros de pequenas quantidades de terras ou de lotes, agregados, ervateiros e de indígenas.

Tais famílias são compostas, em média, por cinco pessoas, sendo maior do que a média nacional, que era de 3,34 pessoas em 2010 (IBGE, 2010). O estudo de Rego e Pinzani (2013) realizado no nordeste brasileiro sugere que as famílias pobres são mais numerosas devido às desinformações sobre o controle de natalidade. Além disso, algumas religiões, como as evangélicas e o catolicismo romano, condenam o uso de métodos anticonceptivos, influenciando as mulheres a não os adotarem. Das famílias entrevistadas, doze são monoparentais. Nesses casos, apenas a mulher, geralmente a mãe, é responsável por prover o sustento⁸ da família, sendo a maioria “separada”, estado civil de quem não vive mais com o(a) companheiro(a).

Em relação à educação escolar é significativa a quantidade de pessoas que são as principais provedoras do sustento das famílias pobres e que possuem baixo grau de escolaridade. A maioria não completou o Ensino Fundamental I, que corresponde ao primeiro estágio de educação escolar, ou simplesmente não foram alfabetizadas. De maneira geral, as mulheres foram mais privadas do que os homens no que concerne ao acesso à educação escolar. A necessidade de trabalhar ainda quando crianças e a falta de acesso às condições materiais (transporte, vestuário, material didático) foram os principais motivos pelos quais não estudaram, ou estudaram muito pouco. Nota-se que o ensino público gratuito garantido na Constituição Federal de 1988 não foi

⁸ Considera-se como provedores os indivíduos responsáveis pelo sustento material das famílias. No âmbito das famílias entrevistadas, os principais responsáveis pela renda eram as mulheres, no caso das famílias monoparentais, ou a mulher e o seu cônjuge.

suficiente para que os provedores do sustento das famílias entrevistadas frequentassem a escola na idade adequada ou quando adultos.

No que concerne à educação das crianças, os pais ou os responsáveis demonstraram preocupação em relação ao bom comportamento na escola, ao cumprimento dos horários e à frequência escolar, bem como sobre o estudo complementar em casa. Não obstante, não foram poucas as menções sobre as dificuldades que as crianças e os adolescentes possuem em relação à aprendizagem e ao fato que a maioria dos adolescentes abandona a escola após completar dezessete anos. A partir dessa idade deixam de ser beneficiados pelo PBF, mesmo sem terem completado o Ensino Médio. Segundo os entrevistados, esses jovens passam a se dedicar a trabalhos braçais, quase sempre informais, para cooperar nas despesas domésticas ou para comprar bens de sua preferência, como roupas, calçados e telefone celular. Todavia, por ser uma das condicionalidades de acesso ao Bolsa Família, à frequência escolar explica o maior grau de escolaridade das crianças e adolescentes em comparação ao dos pais.

De maneira geral, as famílias entrevistadas que habitam zonas urbanas dos municípios não classificadas como áreas de risco ambiental⁹ dispõem de água potável encanada em suas residências, fornecida por empresas públicas. Por sua vez, as famílias residentes em áreas de risco ambiental e praticamente todas as que habitam no meio rural estão privadas da prestação pública desse serviço. Essas famílias utilizam água proveniente de fontes sem proteção, com instalações precárias ou transportada em baldes. É comum parcerias com vizinhos, que cedem água para o consumo humano. O estudo de Falavinha e Degenhardt (2014) comprovou que a qualidade da água da maioria das fontes sem proteção é imprópria ao consumo humano, por apresentar quantidades elevadas de coliformes fecal. Isso significa que as famílias carentes da prestação desse serviço público estão mais vulneráveis às doenças provocadas pelo consumo de água imprópria.

Quase todas as famílias entrevistadas dispunham de energia elétrica residencial, mas poucas possuem o título de propriedade do imóvel rural ou a escritura do lote onde residem. Isso as impede o acesso ao Programa Tarifa Social de Energia Elétrica e o Programa Luz Para Todos¹⁰, uma vez que a condição de proprietário é pré-requisito. A exemplo do acesso à água, as parcerias com vizinhos são frequentes também para

⁹ Áreas de risco ambiental são aquelas onde não é recomendado a construção de casas ou instalações, uma vez que são propícias a desastres naturais como por exemplo, desmoronamento e inundações.

¹⁰ Esses Programas foram implementados, respectivamente, em 2002 e 2003 pelo Governo Federal, para assistir famílias de baixa renda.

a energia elétrica, mediante acordo de divisão do valor mensal a ser pago. O custo mensal do consumo de energia elétrica é significativo no orçamento doméstico de todas as famílias entrevistadas, mesmo daquelas que obtiveram redução do valor por meio do Programa Tarifa Social de Energia Elétrica. Outro serviço público deficitário para essas famílias é o acesso aos meios de transporte. De maneira geral, os moradores de comunidades rurais ou bairros distantes dos centros urbanos são os mais vulneráveis, pois os horários, os itinerários e os preços das passagens não condizem com as suas necessidades e situação econômica.

Para estabelecer a relação entre a pobreza e as condições da moradia, analisou-se o critério material da construção das casas, seu estado de conservação e a sua adequação às necessidades da família. Quase todas as famílias entrevistadas que residem em casas edificadas em alvenaria, foram beneficiadas pela Política Nacional de Habitação de Interesse Social (PNHIS). Essas famílias mencionaram não haver problemas relacionados ao seu estado de conservação, o que era motivo de orgulho para elas. De acordo com Rego e Pinzani (2013), o estado de conservação das casas influencia na autoestima das famílias, principalmente das mulheres, por meio do ganho de dignidade ao poderem melhorar a residência através da aquisição de alguns móveis, eletrodomésticos, ou da pintura.

As famílias que habitavam em casas mistas construídas com madeira e alvenaria consideraram o estado de conservação das suas residências como “médio”. Essas casas mistas dispunham de forro nas paredes e no teto, mas por necessitarem de reformas não proporcionavam às famílias o conforto térmico, nem a proteção contra a entrada de água das chuvas. Por sua vez, as famílias que moravam em casas edificadas em madeira de qualidade precária e em casas construídas basicamente com tapume, não dispunham de forro no teto e nas paredes, nem de divisórias internas. Estas quando existiam eram de tecidos. Além disso, as coberturas tinham problemas na estrutura, o que resultava, em muitos casos, no vazamento de água da chuva pelo telhado.

As casas em péssimo estado de conservação têm forte correlação com o estado de saúde da família. No Meio Oeste Contestado, a temperatura fica negativa durante parte do inverno, logo uma casa que não as protege do frio, do vento e da chuva, não propicia conforto térmico, prejudicando a saúde dos moradores. A correlação do aumento da incidência de doenças respiratórias com a falta de conforto térmico em habitações mais precárias foi verificada em outros estudos científicos, a exemplo da pesquisa realizada por Utimura (2010).

Nenhuma família está totalmente satisfeita em relação às condições da sua moradia. As famílias que são proprietárias ou que foram assistidas pela PNHIS gostariam de ampliar e/ou reformar as casas, visando acomodar de maneira satisfatória os seus integrantes. Já as que não são proprietárias aguardam ser beneficiadas pela política de habitação.

2 - Ocupações laborais e acesso a Previdência Social: divisão por gênero e a precariedade

A análise da estrutura etária dos principais provedores das famílias inqueridas indica que praticamente todos estão em idade ativa e integram o grupo de pessoas que estão aptas a trabalhar. As mulheres possuem entre 22 e 53 anos e os homens entre 23 e 59 anos. Para Telles (2013), caracterizar ou tipificar situações ocupacionais junto às pessoas pobres é uma tarefa quase impossível, uma vez que os entrevistados se declaram desocupados ou desempregados por não possuir registro de suas ocupações em carteira de trabalho. No entanto, muitas atuam em atividades informais, por vezes, em mais de uma. Neste estudo constatou-se a mesma situação, razão de se optar por utilizar apenas as duas atividades mais importantes no que concerne ao tempo dedicado e à renda obtida.

Na divisão do trabalho por gênero, as mulheres ficam responsáveis pelas atividades domésticas, mesmo se executam uma segunda atividade. Segundo Pedro (2016), a reivindicação da divisão do trabalho doméstico, visto ao longo da história como uma incumbência feminina, passou a ser questionada pelo movimento feminista no Brasil a partir de 1960. Esse movimento defende que as tarefas domésticas sejam compartilhadas entre mulheres e homens e que o Estado invista em estruturas coletivas para socializar alguns desses serviços, a exemplo da construção de creches para as crianças (Ibid.).

A responsabilidade pela execução de atividades domésticas representa, para mais da metade das mulheres entrevistadas, o principal empecilho para se conseguir trabalho remunerado, principalmente, por não poder se ausentar da residência por longos períodos. As mulheres que residem no meio urbano têm mais facilidade para conseguir trabalho remunerado, sendo a faxina em alguns períodos da semana em casas localizadas próximas do local onde moram a principal atividade. Isso facilita conciliar o trabalho com as atividades domésticas e dispensa o uso de transporte. A função de faxineira apresenta-se como um trabalho precário, informal e instável, além de não garantir renda suficiente para as principais necessidades familiares.

As mulheres que residem no meio rural trabalham principalmente na agricultura, produzindo alimentos para o consumo doméstico, atividade que não garante ingresso de renda, mas é importante na economia doméstica, uma vez que os alimentos produzidos não precisam ser adquiridos no mercado. Algumas delas trabalham na condição de diaristas em atividades agropecuárias e, geralmente, são preteridas nas contratações em relação aos homens, devido à alegação de terem menos força física. Com isso, se sujeitam a não receber o pagamento condizente com as tarefas executadas.

Praticamente todos os homens, independentemente de residirem no meio rural ou urbano, trabalham em atividades agropecuárias nas condições de assalariados, por conta própria, empreiteiros ou diaristas. As principais situações de precarização do trabalho ficam por conta da sazonalidade das atividades agropecuárias e das atividades ligadas à construção civil, pois além de não garantirem renda fixa mensal, na maioria das vezes, são exercidas na informalidade.

De maneira geral, as pessoas entrevistadas têm uma vida laboral regida pela insegurança e pela instabilidade, pois não conseguem atuar por muito tempo num mesmo emprego, o que dificulta a permanência numa profissão, o que faz com que intercalem atuação em empregos formais e informais. Para Telles (2013), isso leva os trabalhadores pobres a viverem em situação de precariedade e de vulnerabilidade, independentemente se estão na condição de desempregados, de empregados no mercado formal ou informal, ou ainda, se trabalham por conta própria. Além da precariedade relacionada ao trabalho, segundo Rahnema (2004), as práticas econômicas do mundo moderno desqualificam socialmente os pobres, fazendo-os se sentirem inúteis para a sociedade e perderem a autoconfiança.

As precárias condições de trabalho estão diretamente relacionadas com a privação sofrida por um número significativo de provedores do sustento das famílias entrevistadas aos benefícios previdenciários, em especial, as mulheres. De maneira geral, os homens estão mais amparados pela Previdência Social, pois, como vimos anteriormente, na divisão do trabalho por gênero, não são responsáveis pelas atividades domésticas, logo possuem mais liberdade para ingressar no mercado de trabalho formal.

A solução proposta pelo Governo Federal em 2011 para que mulheres e homens de baixa renda que exercem atividades domésticas acessem os benefícios da Previdência Social foi à criação de um mecanismo legal denominado “Facultativo de Baixa Renda (dona de casa)”. Para ter acesso deve ser feita uma contribuição mensal ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no valor de 5% de um salário mínimo, desde que a

renda familiar mensal - excetuando os recursos recebidos do Bolsa Família - não ultrapasse dois salários-mínimos. Todavia, a minoria das pessoas entrevistadas aderiu a essa forma de contribuição previdenciária devido à falta de dinheiro para fazer esse tipo de contribuição. De maneira geral, as pessoas entrevistadas conhecem os direitos e deveres previdenciários, principalmente por meio das informações prestadas pelas Secretarias de Assistência Social, no entanto mencionam não ser possível retirar do orçamento doméstico R\$ 44,00 por mês, correspondente aos 5% do salário mínimo de 2016 de R\$ 888,00, ano em que a pesquisa de campo foi realizada.

Para Cohn (2012), a previdência social foi construída para assistir os setores formais e urbanos do mercado de trabalho. Quando o sistema foi ampliado com o propósito de incluir populações pobres, as regras mostraram-se incompatíveis com a trajetória de trabalho e de vida vividas ou vivenciadas pelas pessoas. Em suma, em relação à Previdência Social, observou-se, o mesmo ciclo vicioso identificado por Cohn (2012, p. 65 e 66): “[...] ausência de oportunidade de trabalho → aposentadoria/auxílio doença (no geral, negados) → Bolsa Família [...]”.

3 - Formas de acesso à terra e aos lotes: o reflexo da expropriação

No Brasil, a falta de terra ou o seu acesso em condições precárias é um condicionante histórico e estrutural da pobreza rural, conforme indicam os estudos realizados por Mattei e Tecchio (2013); Mattei (2012); Valadares *et al.* (2012) e Mattei e Maluf (2011). Por sua vez, a pobreza urbana também tem enfrentado problemas correlacionados à estrutura fundiária, pois geralmente residem em assentamentos irregulares, muitas vezes construídos em áreas não passíveis de urbanização (MENEGAT, 2009; ROLNIK, 2006).

As famílias rurais que acessaram a terra por meio da aquisição, herança ou concessão de familiares dispõem de pequenas quantidades de terras, em geral, entre 0,5 e 5 hectares. Praticamente nenhuma delas possui o título de propriedade fornecido pelos cartórios de registro de imóveis. Essas famílias ainda não foram beneficiadas por nenhuma ação da política de regularização fundiária o que as priva do acesso a algumas políticas públicas, a exemplo dos programas de habitação rural e Luz Para Todos, cujo título de propriedade é pré-requisito.

O sítio, denominação dada pelos indígenas para a área de terra reservado nas Terras Indígenas para uso familiar, é de aproximadamente 15 hectares. Observamos, no entanto, que a quantidade de terra acessada pelas famílias indígenas entrevistadas era inferior ao previsto, além de estarem desprovidas de infraestrutura necessária

para desenvolver as atividades agropecuárias. As florestas estavam praticamente todas devastadas, fato que restringe a possibilidade de extrair matéria-prima para confeccionar artesanato, uma tradição indígena que poderia proporcionar uma importante fonte de renda.

No meio rural, um número expressivo de famílias pobres reside em pequenos lotes adquiridos, herdados ou doados por ex-patrões, ou ainda, ocupados em vilas rurais e sede de assentamentos da reforma agrária. No caso das famílias rurais do oeste de Santa Catarina, a área mínima para registro em cartório é de 25.000m² ou 30.000m². Dessa maneira, a opção encontrada pela maioria das famílias foi o estabelecimento de um contrato de compra. No meio urbano, as famílias acessaram o lote por meio da PNHIS, herança ou ocupação em área de risco ambiental. A maioria das famílias não possui escritura do lote devido a diversos fatores associados: falta de recursos financeiros para legalizar, área inferior à quantidade mínima exigida por cada município para escritura-la ou por residirem em área de risco ambiental. É comum, tanto na área rural como na urbana, a divisão da casa entre duas famílias e do lote entre duas ou mais famílias.

Em suma, o acesso precário a terra ou ao lote é fruto de um longo processo de expropriação que as famílias pobres, principalmente caboclas e indígenas, vêm sofrendo no Meio Oeste Contestado e ainda não reparadas por políticas públicas.

4 - As dinâmicas das relações sociais

O estudo das relações sociais permite o entendimento dos padrões de sociabilidade em um determinado contexto, ou seja, a compreensão da dimensão social da pobreza. Para o entendimento dessas relações mantidas pelas famílias entrevistadas no Território Meio Oeste Contestado consideramos, de acordo com Marques (2007), os vínculos primários (família, vizinhos e amigos) e os vínculos organizacionais ou institucionais (trabalho, associativismo e igreja).

Praticamente todas as famílias inqueridas mantêm relações sociais imprescindíveis às suas estratégias de reprodução social com familiares, amigos ou vizinhos (vínculos primários) que, na maior parte, também vivem em situação de pobreza. Essas relações consistem basicamente em troca e/ou doação de alimentos, cuidados momentâneos das crianças, doação de roupas e calçados para crianças mais novas, empréstimo de dinheiro e, muitas vezes, a cedência de uma área de terra para residir e, por vezes, para produzir alimentos. Embora menos comum, existe também o compartilhamento de uma mesma residência. Para Castel (2015), a precariedade das condições de trabalho dos mais pobres é, muitas vezes, compensada pela

densidade das redes de proteção próximas. Essas redes, no entanto, se tornam vulneráveis, quando ocorre uma crise econômica e o consequente aumento do desemprego e subemprego. Tal fato foi observado entre as famílias entrevistadas, que já sentiram os efeitos da crise econômica iniciada em 2016 e diminuíram as trocas e/ou os empréstimos de alimentos e de dinheiro. Essa situação vivenciada pelas famílias nos foi explicada, de maneira recorrente, pela expressão que “agora, é cada um para si e Deus por todos”.

Não menos importantes são as relações sociais mantidas com vizinhos, familiares ou patrões que possuem condições econômicas melhores. O estabelecimento de contrato de arrendamento de terras, por exemplo, tem o propósito maior de obter a nota fiscal de produtor rural e, posteriormente, a venda de parte da produção agropecuária em nome do arrendatário. Trata-se de uma estratégia de reprodução social adotada por famílias pobres para acessar os benefícios da previdência social, uma vez que a nota de produtor rural é o documento exigido legalmente para comprovar o tempo de trabalho junto ao órgão previdenciário.

Além disso, como um número significativo de famílias entrevistadas não possui equipamentos adequados para executar o trabalho agrícola, o empréstimo desses materiais é outra forma de relação social estabelecida com famílias melhor estruturadas do ponto de vista econômico. Geralmente, esses empréstimos são “pagos” por intermédio de dias de trabalho, reforçando as relações sociais entre as famílias, uma vez que se beneficia tanto quem ajuda como quem é ajudado. Ressalta-se que essas relações não envolvem transações monetárias.

As famílias entrevistadas praticamente não participam de sindicatos, associações, cooperativas, movimentos sociais e partidos políticos, nem da vida social das comunidades rurais e dos bairros. Ao serem questionados sobre essa não participação, os entrevistados alegaram os mais diversos motivos, a saber: não são convidadas a participar, não se sentem à vontade devido à condição de pobreza ou do preconceito que a sociedade, de maneira geral, tem em relação aos caboclos e indígenas, e falta de transporte.

A única relação institucional que parte das famílias entrevistadas afirmou manter é com as igrejas evangélicas. Uma parcela significativa das famílias afirmou ser originário de famílias católicas, mas optou por frequentar as igrejas evangélicas por se

“sentir bem”, pois convive com pessoas que têm condição social semelhante. Além disso, as igrejas evangélicas fazem doação de roupas, calçados e, em casos de doença na família, contribuem com o pagamento de medicamentos e de faturas de luz e água.

De acordo com Souza (2012), as igrejas evangélicas possuem uma maior autonomia de adaptação à realidade dos locais onde estão inseridas, permitindo ajudar com doações e até mesmo dinheiro as famílias pobres nas suas necessidades imediatas e em situações imprevistas. A adaptação das igrejas à realidade social ocorre também pela presença do templo nos locais de maior concentração de famílias pobres. Diante das dificuldades de transporte, isso facilita a participação nos cultos. No Meio Oeste Contestado, essas igrejas estão presentes nos espaços tanto urbano quanto rural.

Nossas constatações sobre as relações sociais de famílias pobres condizem com alguns resultados do estudo realizado por Marques (2007) de forma exclusiva no contexto urbano. De maneira geral, as pessoas pobres mantêm redes de sociabilidade pouco variadas, mas localizadas, em função da relevância dos custos econômicos para criar e manter os vínculos sociais. Não obstante, a participação em templos religiosos tende a aumentar a sociabilidade das famílias que participam dos cultos, quando comparadas com as que não os frequentam.

Considerações finais

A trajetória das famílias entrevistadas sugere que a pobreza tem raízes profundas na história da ocupação da região oeste de Santa Catarina, quando uma parcela significativa de indígenas e de caboclos foi expropriada de suas terras. Assim sendo, essas famílias encontram dificuldades de se viabilizarem economicamente, pois além da privação do principal meio de produção sofreram privação dos direitos sociais e de serviços públicos.

As mulheres vivem uma condição de maior vulnerabilidade em relação aos homens, já que, na divisão do trabalho por gênero, a execução das atividades domésticas dificulta o exercício de atividades remuneradas. As atividades domésticas exigem a presença praticamente constante nos domicílios. As que trabalham fora de casa, por sua vez, o fazem em tempo parcial e são submetidas à dupla jornada de trabalho. Isso acarreta na falta de autonomia financeira, pois os recursos recebidos pelo PBF não são suficientes para assegurar as necessidades básicas do grupo familiar.

As condições de trabalho de praticamente todas as famílias entrevistadas são precárias, com exceção de algumas pessoas, geralmente homens, que possuem emprego

fixo registrado na carteira de trabalho. Uma parte significativa das pessoas trabalha informalmente na condição de diarista e empreitada. Isso não lhes garante uma renda fixa mensal suficiente, tampouco o acesso aos benefícios da Previdência Social.

No que concerne à educação é notório o esforço que o Brasil tem feito para ampliar o seu acesso, principalmente após a sua garantia como um direito social na Constituição Federal de 1988. O fato da frequência escolar ser uma condicionalidade para as famílias pobres acessarem o PBF criou a cultura dos pais ou responsáveis manterem as crianças e os adolescentes na escola e o desejo que curse o ensino superior. Mas persistem barreiras que o Estado brasileiro precisa superar para que a educação se constitua uma ferramenta transformadora da realidade social para as crianças e os adolescentes que estão em idade escolar, a exemplo de adequar os métodos de ensino à realidade social dos estudantes. Além disso, as principais dificuldades para que jovens e adultos possam frequentar a escola consistem nas jornadas de trabalho noturnas em frigoríficos, na permanência no local de trabalho por determinados períodos, a exemplo do que ocorre com os cortadores de erva-mate, e na falta de transporte das comunidades rurais e dos bairros até as escolas onde esses cursos são ministrados. No caso específico das mulheres, soma-se a isso a incumbência de cuidar das crianças e/ou fazer as atividades domésticas à noite.

As famílias pobres sofrem privações em relação à prestação de serviços públicos, sendo os mais deficitários o abastecimento de água potável e o destino adequado do esgoto. No caso específico das famílias moradoras de áreas de risco ambiental, as dificuldades de acesso a água potável, rede de esgoto, energia elétrica e coleta de lixo são maiores. O transporte público (exceto o escolar) representa outro gargalo frequentemente mencionado pelas famílias, sendo os principais condicionantes: o alto custo das passagens, a inadequação dos horários e dos itinerários, ou até mesmo, a inexistência da prestação desse serviço. Dessa maneira, as pessoas sofrem privações no que concerne à mobilidade rural-urbana, pois o fazem somente em casos de extrema necessidade.

Mesmo sofrendo privação em relação aos transportes, as famílias pobres não vivem isoladas. As relações sociais mantidas com familiares, vizinhos, empregadores e com a igreja, representam importantes estratégias para o enfrentamento da pobreza. A não participação em organizações sociais como, por exemplo, sindicatos e movimentos sociais, faz com que não tenham força política para reivindicar coletivamente as políticas públicas consideradas importantes para a superação da pobreza.

Os resultados da pesquisa aqui apresentados indicam uma diversidade de situações vividas pelas famílias pobres no Território Meio Oeste Contestado. O conhecimento da heterogeneidade da pobreza pode contribuir para a proposição de políticas públicas mais adequadas ao seu enfrentamento. Ademais, o fato de algumas situações de pobreza não terem sido atendidas por políticas públicas básicas sugere que essas políticas foram elaboradas a partir de uma visão simplista em detrimento das diversas situações vividas pelas populações pobres.

Referências

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poletti. Petrópolis: Vozes, 12. ed., 2015. 611 p.

COHN, A. **Cartas ao Presidente Lula**: Bolsa Família e Direitos Sociais. Rio de Janeiro: Pensamento Brasileiro, 2012. 189 p.

FALAVINHA, G.; DEGENHARDT, R. Qualidade microbiológica da água de nascentes e poços da comunidade de Barro Branco, Capinzal, SC. **Unoesc & Ciência**, v. 5, n. 12, p. 209-216, 2014. Disponível em: <https://editora.unoesc.edu.br/index.php/acbs/article/view/5003/pdf_70>. Acesso em: 16 jun. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Banco de dados agregados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MARQUES, E. C. L. **Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo**. 2007. 176 p. Tese (Livre Docência) - Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2007.

MATTEI, L. **Pobreza rural**: um fenômeno histórico-estrutural relacionado à estrutura agrária do país. Boletim nº 41, 2012. Disponível em: <http://oppa.net.br/artigos/portugues/artigo_OPPA_pt_041-01_2012-lauro_mattei.PDF>. Acesso em: 19 ago. 2015.

MATTEI, L.; MALUF, R. S. **Pobreza Rural**: concepções, determinantes e agenda de políticas públicas para seu enfrentamento. Brasília: IICA, Boletim Eletrônico. Fórum DRS, n. 72, 2011. Disponível em: <http://www.iicaforumdrs.org.br/IICA2010/Index.asp?ID_NOTICIA=18884&Menu=Publicacoes&Pagina=Noticias_Mostar>. Acesso em: 15 mai. 2011.

MATTEI, L.; TECCHIO, A. Caracterização e evolução da pobreza nos seis territórios da cidadania selecionados. In: LEITE, S. P. (Org.). **Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil**. Brasília: IICA, 2013, v.19. p. 213-238.

MENEGAT, I. Crise urbana na atualidade: indagações a partir do fenômeno da concentração espacial dos pobres em assentamentos ilegais. In: POGGIESE, H.; EGLER, T. T. C. [Comp.]. **Otro desarrollo urbano**: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/poggiese/>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

- ORGANISATION DES NATIONS UNIES POUR L'ALIMENTATION ET L'AGRICULTURE – FAO. **État de l'insécurité alimentaire dans le monde**. 2014. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i4030f.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2018.
- PAUGAM, S. **Les formes élémentaires de la pauvreté: le lien social**. 3e éd. Paris: Presses Universitaires de France, 2013. 290 p.
- PEDRO, J. M. O feminismo de “segunda onda”: corpo, prazer e trabalho. In: **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1. ed., 2. Reimpressão, 2016, p. 238-259.
- RAHNEMA, M. **Quand la misère chasse la pauvreté**. Paris: Babel, 2004. 458 p.
- REGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2013. 241 p.
- ROLNIK, R. A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país: avanços e desafios . In: IPEA. **Políticas sociais acompanhamento e análise**. Brasília, 2006. p. 199-210. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_12_completo.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2017.
- SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - SDT. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território do Meio Oeste Contestado** (versão preliminar). Xanxerê, 2006.
- SIMMEL, J. **Les pauvres**. Traduit par Bertrand Chokrane. 4e. éd. Paris: Presses Universitaires de France, 2011. 102 p.
- SOARES, S., *et al.* **Perfil da pobreza: Norte Nordeste rurais**. 2016. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/port/Perfil_da_pobreza_Norte_e_Nordeste_rurais.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2018.
- SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. 404 p.
- TECCHIO, A. **Políticas públicas de desenvolvimento territorial e superação da pobreza no meio rural brasileiro: estudo de caso no Território Meio Oeste Contestado (SC)**. 2012. 183 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2012.
- _____. **Pobreza e territorialização da ação pública no Território Meio Oeste Contestado (SC)**. 2017. 289 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2016.
- TELLES, V. S. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2. ed. 167 p.
- UTIMURA, I. **Conforto térmico em habitações de favelas e possíveis correlações com sintomas respiratórios: o caso do “Assentamento Futuro Melhor” - SP**. 2010. 278 p. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2010.
- VALADARES, Alexandre, *et al.* A questão agrária e a pobreza rural no Brasil. In: BUAINAIN, A. M., *et. al* (Org.). **A nova cara da pobreza rural: desafio para as políticas públicas**. Brasília: IICA, v. 16, 2012, p. 259-286.

Tecendo novas territorialidades a partir de estratégias de famílias rurais no contexto de interação com as atividades nas confecções em Pernambuco

Berlano Bênis França de Andrade¹

No agreste setentrional de Pernambuco, Brasil, a emergência do aglomerado de (majoritariamente) micro e pequenas unidades produtivas voltadas para a confecção de vestuários, atualmente conhecido como Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco, tem se relacionado de diversas formas com os espaços rurais. Elas se apresentam desde as diferentes mobilidades dos atores sociais envolvidos a exemplo de migrações permanentes, circulares ou de retorno (quando surge a oportunidade de inserir nas comunidades de origem atividades na produção de vestuários); nos diferentes vínculos entre as atividades agrícolas e não-agrícolas e nas relações de tais atividades com as políticas públicas de fortalecimento do homem no campo mediadas por associações de agricultores, sindicatos de trabalhadores rurais e outras entidades. Procuraremos aqui descrever e analisar como a presença das diferentes atividades vinculadas ao Polo (costura, lavagem de tecidos, acabamentos das peças de roupas, dentre outras funções direta ou indiretamente ligadas) tem incidido na construção de estratégias de famílias rurais e como as entidades representativas destes tem lidado com esta nova situação. Procuraremos fazer isso dando atenção a estratégias que passam pelo uso combinado de financiamentos para o fortalecimento da agricultura familiar para a reprodução do trabalho nas confecções, na "manipulação" dos diferentes papéis sociais em função do acesso a recursos e construção de redes de sociabilidades e nas afirmações coletivas do que se entende por rural e urbano como mecanismo de garantia de investimentos direcionados a estas áreas. Tomamos o município pernambucano de Surubim, através de algumas de suas localidades rurais, como caso de onde realizamos nossas reflexões.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Confecções; Estratégias; Rural; Territorialidade

¹ Universidade Federal de Pernambuco. Mestre e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia desta instituição. Email: berlanobenis@gmail.com

I. A construção do território das confecções em sua troca com os espaços rural e urbano²

A origem do Polo remete originalmente ao município de Santa Cruz do Capibaribe entre as décadas de 1950 e 1960 (RABOSSI, 2008; BURNETT, 2014) onde um conjunto de fatores a exemplo da crise na cotonicultura, a inviabilidade do acesso à terra para a reprodução da agricultura de subsistência e as constantes estiagens levaram homens e mulheres a optarem pela produção e comercialização de produtos derivados dos tecidos descartados pelas indústrias têxteis em São Paulo e na Região Metropolitana de Recife. Foi diante da circulação de pessoas (migrantes para os grandes centros urbanos) que objetos também percorreram longas distâncias³ e foram apropriados e ressignificados de forma a contribuir na reprodução social dos atores envolvidos. Dessa forma que se originou a *Feira da Sulanca*⁴ espaço que concentra a comercialização dos produtos nas cidades pernambucanas de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru, fazendo com que os demais municípios se vinculem ao Polo na condição de lugares mais dedicados à produção das confecções naquilo que Lira (2011) caracteriza como uma divisão territorial do trabalho na região. Assim, como argumenta Vêras de Oliveira (2011), a expansão das atividades do Polo possibilitou que se fosse compondo e recompondo os espaços rural e urbano: quanto mais se afirmou, mais exerceu efeito de atração nas regiões vizinhas de forma a conformar fluxos migratórios. A circulação de mão de obra e de objetos (peças de roupas e instrumentos para a sua realização como máquinas de costura) seja no campo como na cidade permitem a rápida expansão das atividades relacionadas a confecção.

A história do Polo de Confecções é uma história das mobilidades. A sua formação só foi possível porque entre os camponeses do Nordeste brasileiro é generalizada as práticas de migração e combinação de atividades agrícolas com as não-agrícolas. Há uma substancial literatura que mostra como os deslocamentos foram – e são – utilizados como estratégias de reprodução social de unidades familiares. Nas décadas de 1970 e 1980 vários autores apontaram a necessidade de trazer para o debate a compreensão de que a migração deva ser entendida, além de um processo de êxodo rural e transformação em trabalhadores urbanos, em um mecanismo que permite famílias camponesas de a utilizar como forma de manutenção de suas formas de vida. É aqui que se inserem as contribuições de Garcia Jr (1990), Menezes (2002), Scott (1986) e Woortmann (2009). Por meio desses trabalhos, observa-se a necessidade de tomar a perspectiva dos atores sociais produtores das redes que tornam possíveis as

² As reflexões aqui apresentadas foram desenvolvidas inicialmente em nossa pesquisa que resultou na dissertação de mestrado defendida em 2017, mais especificamente em seu capítulo III.

³ O acesso às sobras descartadas pelas indústrias se dava ou quando comerciantes de Santa Cruz do Capibaribe os adquiriam nas fábricas pernambucanas ou quando os meios de transporte interestadual que levavam mão de obra migrante, ao retornar, traziam esses tecidos.

⁴ A palavra *Sulanca* seria uma corruptela das palavras “sul” e “helanca”, ou seja, a helanca vinda do Sul. Essa expressão, como argumentam Vêras de Oliveira (2011) e Silva (2009) passou a marcar os produtos de baixa qualidade, de preços baixos e voltados às populações de baixa renda. A partir dos anos 2000 este aglomerado produtivo passa a se chamar Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco. Essa mudança está relacionada com as estratégias de alguns atores locais, em especial os que conquistaram maior projeção, de tentar desvincular a imagem desse universo da feira da *Sulanca*, considerada por eles relacionada a produtos de baixa qualidade. Essa renomeação procura dar um ar de modernidade ao local.

mobilidades. Com isso, torna-se necessário ir além das abordagens “estruturais” que procuram descrever meramente os processos de desenvolvimento regional e inter-regional anulando a agência dos envolvidos.

A década de 1990 tornou mais nítida uma tendência a uma profunda mudança nas estruturas migratórias na região onde hoje se localiza o Polo. Se antes, mais especificamente entre as décadas de 1940 e 1980, as migrações se caracterizavam por serem mais longas, durando meses e até anos; tinham áreas de origem e destino mais definidas e havia uma cadência entre mobilidades espacial e social, elas passam a ser mais curtas, pendulares e múltiplas nos seus locais de destino e se reforça o descompasso entre mobilidades social e espacial, percebidas deste os anos de 1980. De acordo com Menezes (2009), ao tratar das migrações no Agreste paraibano, a deterioração das condições de trabalho e moradia no Sudeste a partir dos anos de 1970 fez com que o trabalho na *plantation* açucareira em Pernambuco emergisse como meio concorrente de reprodução social. Já Fusco & Vasconcelos (2010) apontam que entre os anos de 1970 e 2000 o Agreste pernambucano destacou-se não só como área de evasão da população como também de atração de emigrantes em termos proporcionais. Por sua vez, devemos destacar as contribuições de Gomes (2002) e Lyra (2005) que procuram abordar as redes sociais que se instalam e promovem a circulação de pessoas e retalhos. No caso de Lyra, a atenção é dada mais especificamente ao processo de retorno de migrantes a Pernambuco entre 1970 e 2000 ao município de Caruaru. Para ela, as redes de relações sociais estabelecidas e consolidadas pelas rotas de ônibus Caruaru-São Paulo-Foz do Iguaçu supõem uma teia de comércio tanto formal como informal que se estabelece entre o sul do país e o Agreste pernambucano que reforça a relação com a família e a própria economia familiar. Gomes (2002), ao investigar a atividade comercial de retalhos no bairro do Brás, em São Paulo, identifica entre os migrantes que iniciaram essa atividade pernambucanos, de Santa Cruz do Capibaribe e cidades circunvizinhas, que surgiram seguindo o fluxo de comércio uma vez que todos os dias saíam caminhões levando toneladas de resíduos e retalhos e no retorno serviram como transporte para os migrantes. Para os migrantes que permaneceram em São Paulo, o comércio de retalhos se converteu em uma das formas ou condições para sua sobrevivência nessa cidade.

Pode-se afirmar, com isso, que o Polo se retroalimenta, em grande medida, das redes de trabalho e consumo informais existentes não só na região como no país. Trata-se de uma dinâmica muito próxima daquilo que Ribeiro (2010) chama de “globalização popular” ou “globalização popular de baixo para cima”, ou seja, considerando aqueles agentes sociais que, em geral, não são considerados nas análises sobre a globalização e que se encontram nos mercados populares produzindo e consumindo produtos acessíveis à maioria da população. Sulaqueiros, sacoleiros, trabalhadores migrantes de cidades vizinhas que se empregam em unidades produtivas precárias e sem regulamentação trabalhista exercem todo um arranjo que tornam esse universo.

O Polo conforma uma região que reconfigura os fluxos migratórios que impactam tanto o campo como a cidade. Diante das crescentes dificuldades encontradas para a reprodução da agricultura familiar, o trabalho nas confecções surge como meio pelo qual é considerado diante da *estratégia doméstica* (SCOTT, 2014) das famílias rurais. E essa opção desdobra impactos nas relações familiares, na estrutura produtiva da propriedade familiar e nas mobilidades.

Para os agricultores de base familiar, as transformações decorrentes da emergência e ampliação das áreas de influência do Polo têm impactado de várias formas as suas formas de vida e de trabalho. As características presentes desse aglomerado de produção e comércio de vestuários como o trabalho familiar, domiciliar e informal permitem um conjunto de interações entre as esferas de produção agrícola e industrial que antes de se excluírem podem se relacionar e possibilitar a reprodução de um em função de outro. Desse modo, diversos arranjos são observados nos espaços rurais: migrações pendulares campo-cidade, retorno para as comunidades de origem diante da possibilidade de exercer o trabalho na costura naquelas localidades, diferentes complementariedades entre a produção agrícola e da confecção dentro do grupo doméstico, etc. Assim, visualiza-se importante tomar os agricultores familiares como referência para compreender as origens e configuração do Polo. Como eles se relacionam com essas transformações, constituindo estratégias para a sua reprodução social, constitui o fio condutor desta pesquisa.

Os agricultores familiares, nesse aspecto, encontram-se em constantes *movimentos* em busca de meios que permitem a manutenção de suas condições de vida. A emergência do Polo reconfigurou padrões de mobilidades entre esses atores, redefinindo fluxos migratórios e possibilitando novas combinações produtivas, em especial a articulação dos trabalhos agrícolas e não-agrícolas no interior da unidade familiar camponesa. Diante dessa situação é que as *estratégias domésticas*, nos seus projetos individuais e familiares, são pensadas e mobilizadas. Do ponto de vista da casa, o *locus* de realização do grupo doméstico (WOORTMANN, 1980), observam-se *saídas*, de forma permanente ou pendular; *retornos*, planejados durante a passagem por uma atividade em outra localidade ou mesmo não planejados quando as comunidades de origem oferecem condições de trabalho; a construção de vicinalidades entre as casas que permitem que a comunidade transborde os seus limites geográficos considerando os que não estão lá e os diversos espaços distantes, mas socialmente vinculados, naquilo que Comerford (2014) qualifica como *comunidade moral*. De maneira mais abrangente, seriam *circulações* promovidas por estes atores que produzem uma territorialidade ao fazer mover pessoas e objetos de forma a garantir meios de reprodução social e construção de projetos de vida.

A formação do território produtivo das confecções passa, então, pelas redes construídas por homens e mulheres. Nesse sentido, é importante considerar as especificidades que aparecem na construção de estratégias entre os agricultores familiares diante desse processo. No nível dos espaços domésticos, é importante destacar como a mão de obra feminina tem sido arregimentada a ponto dela exercer uma significativa expressão entre os que têm se dedicado as atividades na confecção. Nos espaços rurais, o trabalho na costura se configura em opção de ocupação na qual mulheres têm se inserindo, de forma a impactar as próprias relações no interior da unidade familiar, como a conquista de maior autonomia, tanto pessoal como monetária. Essas transformações nos padrões de mobilidade se relacionam com as próprias mudanças no interior das famílias, a exemplo do que diz aos papéis de gênero. No nível dos espaços de ação coletiva (Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Associações de Moradores e Agricultores, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural), o Polo aparece como elemento na qual é considerado na elaboração de estratégias e alternativas que permitam, via articulações com os poderes públicos, o acesso a mecanismos de permanência e fortalecimento do trabalho no campo. Isso tem se manifestado seja quando entram na pauta das reuniões e assembleias dessas entidades demandas para cursos de costura industrial ou quando o

PRONAF, voltado para o fortalecimento da agricultura familiar através de empréstimos a esses atores, é usado para a compra de tecidos e máquinas de costura. Esses exemplos mostram que essas entidades têm reconhecido o desafio de pensar políticas voltadas para as atividades agrícolas em um cenário em que o trabalho nas confecções se converte em opção mais acessível de renda além de uma possibilidade de mudança de vida, especialmente para os jovens.

É diante dessas situações que se deve compreender que a reprodução do capital via o trabalho nas confecções não se dá pela anulação das esferas rurais, de produção agropastoril e de sociabilidades. Se não o contrário: por meio delas é que o trabalho pode ser realizado a custos mais baratos, que as políticas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar podem ser aproveitadas para o desenvolvimento de atividades não-agrícolas, que os espaços das reuniões das entidades dos agricultores, ou seja, de interação social, permitem que contatos sejam feitos e redes relacionadas ao trabalho nas confecções sejam tecidas.

II. Trabalho feminino e crédito rural na redefinição dos papéis de gênero e na produção de uma nova territorialidade

Se a produção de uma territorialidade pode ser compreendida pelas formas como os atores nela implicados agem, é importante considerar como as mudanças no interior de um grupo social refletem nessa produção. Um fio condutor que podemos seguir é analisar como o trabalho e a ação organizada de mulheres rurais implica na conformação de um território.

Ao nível dos espaços domésticos e da arquitetura das casas, o trabalho na confecção tem implicado numa reordenação espacial na qual os papéis de gênero estão relacionados. A indissociabilidade entre o local de trabalho e o local de moradia impõe a questão de como o espaço onde as atividades são realizadas deve ser organizada. A expressividade do trabalho feminino na confecção faz com que as mulheres assumam o protagonismo na reordenação do espaço.

Nesse caso, as transformações nos espaços domésticos expressam as repadronizações e reajustamentos decorrentes da ampliação do trabalho na confecção para as áreas rurais. Nos casos observados em nossa pesquisa, quando, nas unidades familiares, coexistem o trabalho agrícola e da confecção, a divisão entre essas atividades pode ocorrer por gênero, mas em nenhum dos casos reflete uma oposição. Vários homens ajudam as mulheres na costura da mesma forma que estas colaboram nas atividades agrícolas. Em casos em que o trabalho agrícola tem pouco peso no orçamento familiar, essa divisão é menor ainda: homens e mulheres tendem a trabalhar na mesma intensidade nas duas atividades.

Um elemento que influi na divisão de tarefas é o fato delas ocorrerem com mais intensidade em determinadas épocas do ano. O trabalho agrícola ocorre no *inverno*, ou seja, de março a agosto. Excetuando as atividades na criação, não há outra obrigação de grande esforço de mão de obra no restante do ano. Os trabalhadores na confecção, por sua vez, informam que as épocas de maior demanda são em junho e em novembro e dezembro. Espírito Santo (2013) atenta para a temporalização da *Sulanca*, que se expressa numa alternância entre os tempos “bons” e “ruins” da produção. Esse mecanismo indica também uma própria territorialidade, dela parcialmente decorrente. Ainda segundo o autor, a temporalização do trabalho orienta os *sulanqueiros* tanto no planejamento e cálculo do volume de trabalho necessário em cada época, como sobre as necessidades sobre emprego de tecidos, variação de produtos, modelos de peças de vestuário e outras práticas econômicas e ofícios profissionais.

O suceder das diferentes temporalidades, do trabalho da confecção como do trabalho agrícola, faz com que homens e mulheres lidem da melhor forma possível com as atividades. O depoimento de uma interlocutora, residente na comunidade dos Pinhões, explica como essas tarefas são planejadas e executadas:

- *A gente trabalha no **verão** dando ração pros bicho até nove, dez horas. Aí come e vai pra máquina. Aí quando dá quatro horas, aí a gente sai pra fazer alguma coisa com os bichos, aí volta para a máquina. Dez da noite a gente sai da máquina.*

- No **verão**, né?

- No **verão**. No inverno vai pro roçado.

Esse caso demonstra como o tempo é administrado entre as diferentes atividades. Na sua residência, moram também os pais e mais três irmãs, e o plantio (feijão, milho e fava) e criação (aves e gado) ocupam um papel relevante na economia familiar. Com os pais já idosos, e a consequente diminuição do ritmo de trabalho, às filhas cabem a realização dessas diferentes atividades.

No caso de outra interlocutora, esta residente na comunidade do Jucá Ferrado, embora tanto ela como o esposo realizem atividades agrícolas e na produção de shorts e tops, ele tende a se dedicar mais ao cuidado dos animais, enquanto ela assume um maior protagonismo na atividade da confecção. Segundo ela, o marido se dedica mais à criação, embora atue pontualmente colocando elásticos nas peças de roupa no turno da tarde. Na época de **botar roçado**, os dois trabalham na roça, sendo que de dia ela trabalha no roçado e à noite na costura.

Destaca-se ainda que há uma divisão sexual do trabalho nas atividades entre as unidades familiares, apoiada no acesso ao crédito produtivo via empréstimo junto ao Banco do Nordeste do Brasil.⁵ O PRONAF, constitui um mecanismo de financiamento de projetos individuais e coletivos que gera renda tanto aos agricultores familiares como aos assentados da reforma agrária. Através desse empréstimo, pode-se tanto custear a safra como investir em máquinas, equipamentos ou infraestrutura para atividades agropecuárias e não-agropecuárias. Conforme nos relatou um técnico do Proamigo⁶, vários clientes do banco têm realizado empréstimos para adquirir equipamentos para o trabalho na confecção. Segundo ele, um dos propósitos do programa é incentivar a diversificação produtiva entre os agricultores familiares, o que pode incluir atividades não-agrícolas, desde que as atividades agrícolas correspondam no mínimo a 30% do total de atividades realizadas pela unidade familiar. Esse acaba sendo um critério segundo o qual todos os *pronafricanos*, mesmo que se dediquem com maior prioridade à atividade na confecção, têm que executar uma certa fração de atividades agrícolas. De acordo com este técnico, cerca de 10% dos clientes do Proamigo têm direcionado o empréstimo para financiar as atividades na confecção.

Numa mesma família, duas pessoas podem adquirir empréstimos para empreendimentos diferentes. É o caso da família da interlocutora residente em Jucá Ferrado. Com o empréstimo, ela adquiriu máquina e tecidos enquanto o marido pôde comprar animais e construir um curral. Como foi explicado por um representante do BNB durante uma

⁵ Embora o seu objetivo não seja estimular uma divisão sexual do trabalho.

⁶ Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste do Brasil.

apresentação do Proamigo na comunidade do Tabu, um dos objetivos almejados pelo programa é estimular, através dos empréstimos, uma educação financeira.

O empréstimo estabelece também uma outra temporalização na qual os envolvidos se organizam em função das datas pagamento. Dessa forma, incorpora-se mais esse planejamento ao cálculo das famílias que se dedicam ao trabalho na confecção. Diferentemente de outras unidades, os “confeccionistas-pronafianos” não podem se arriscar com as épocas de baixas demandas na produção de vestuário uma vez que suas obrigações com o banco os fazem manter alguma produtividade para as dívidas. Nesses casos, a temporalidade dos prazos do pagamento dos empréstimos subordina o da confecção⁷.

Várias famílias entrevistadas realizaram empréstimos para comprar máquinas, tecidos ou construir salões onde possam realizar as atividades na confecção. Para uma delas, residente na comunidade do Mimoso, pôde-se comprar uma máquina num valor mais alto que até então não podia adquirir com as economias que possuía. Para outro interlocutor do Jucá Ferrado, houve a possibilidade de construir um salão ao lado da sua residência e com isso dissociar um pouco os espaços de produção e de moradia.

Os empréstimos via Proamigo surgem como um canal de financiamento e reprodução das atividades da confecção. Não há dados sobre a quantidade de financiados nesses empreendimentos em todo o Polo, embora Bezerra (2011) e Milanês (2015) registrem o uso dos empréstimos pelos pequenos agricultores-confeccionistas⁸. Mas se pode entender que sua presença constitui uma outra especificidade da sua atuação nas áreas rurais. Quando se relaciona a uma política pública voltada ao fortalecimento de atividades no campo, o trabalho na confecção se converte num elemento a mais na formação de um território rural imbricado com o do aglomerado industrial do Polo.

As mulheres podem, então, ganhar um maior protagonismo no interior da família quando assumem a responsabilidade financeira que vai da relação com o banco ao compromisso firmado com um contratante ou subcontratados das etapas de produção. Em alguns casos a remuneração das unidades produtivas tende a não ser individualizada, ou seja, o pagamento é feito à unidade como um todo cabendo muitas vezes a uma pessoa administrá-la.

A organização de atividades de produção, de consumo, de comercialização, de sucessão e de direito podem refletir numa reordenação das relações familiares (Scott, 2010). Uma determinada forma de trabalho feminino, como pode ser visto aqui, implica em mudanças nas hierarquias no interior das famílias e faz com que mulheres assumam novos papéis na construção de redes sociais de forma que se convertem em peças centrais nas reconfigurações espaciais, promovendo a circulação de pessoas e mercadorias. Com isso, uma territorialidade ganha forma por meio das mãos dessas mulheres que costuram roupas e projetos de vida.

Tratando-se de uma forma de atividade que é marcada pela precarização, as mudanças nas formas vida e trabalho de mulheres rurais ocorrem sob o signo da ambivalência. Ao mesmo

⁷ Peebles (2010) numa revisão sobre a temática do crédito/dívida na antropologia, mostra como a dívida tende a reorientar o tempo e o espaço numa coletividade. Como é visto aqui, os prazos de pagamento da dívida impõem ao futuro um peso organizador do tempo.

⁸ Diferente de Bezerra (2011), Milanês (2015) não especifica se o tipo de empréstimo encontrado na sua pesquisa é direcionado a agricultura familiar.

tempo em que se observa um maior protagonismo delas nas atividades produtivas, as condições de trabalho não necessariamente tendem a ser melhores. Ao procurar observar a sua rotina de trabalho, pode ver que em alguns casos mulheres tendem a assumir uma tripla jornada de trabalho: do trabalho na confecção, na agricultura e nas atividades domésticas. A invisibilidade do trabalho doméstico, a existência de obrigações como a *ajuda* fazem com que a estrutura das unidades familiares seja um apoio para a expansão do trabalho da confecção promovendo ao mesmo tempo uma redefinição dos papéis sociais e aproveitando os existentes para a reprodução de formas precárias de relações laborais.

III. As disputas pelas classificações dos espaços

Em Surubim, observa-se que muitas classificações são relacionais. Ao nos relatarem sobre a qualidade do solo para o plantio, referem-se ao arenoso em oposição ao argiloso. A partir desse par, as referências aos lugares podem remeter à qualidade do solo. Nas conversas, surgem menções de áreas com o solo propício ao desenvolvimento de uma cultura de frutas. Nos debates sobre *alternativas* ocorridos no STR, umas das propostas apresentadas é a do desenvolvimento da produção de caju em um desses lugares. A referência, agora, é acionada em função de mostrar a potencialidade de desenvolvimento no espaço rural.

A afirmação do espaço rural é um ponto sensível para a manutenção de uma identidade própria pelo qual faz existir as organizações voltadas para os atores de um local. Nesse sentido, outra classificação presente é a que define os espaços conhecidos como rural e urbano.

No território rural em Surubim, a antiga oposição *rua versus sítio* não é mais suficiente para abarcar a diversidade desse espaço. Embora ela seja usada nas áreas mais afastadas do centro da cidade, esse par tem sido substituído por *centro/rua versus comunidade*, por ser mais englobante. *Comunidade* permite abarcar: os povoados que cresceram e permitiram o surgimento de novas residências com arquiteturas distintas das antigas casas dos *sítios* e o aumento de formas de trabalho dissociados das atividades agrícolas; áreas na periferia que passam a ser chamadas de *pontas de rua* por incorporar um contingente oriundo do campo e que mantem alguma relação com esse, como os que trabalham sob o regime de *parceria*; e, como é bastante evidente neste caso estudado, os antigos povoados que vão se incorporando aos poucos à cidade e a depender de sua infraestrutura. Nesse último, pode-se entender os motivos pelos quais essas áreas têm sido classificadas como urbanas pela administração municipal. Assim tem sido o caso, por exemplo, das localidades do Jucá Ferrado, Gancho do Galo e Lagoa da Vaca que se transformaram pelos loteamentos para a construção de casas, além de um condomínio residencial nas proximidades.

As classificações rural e urbano tendem a refletir um critério que não abarca a complexidade das relações existentes nesses locais. Apresentam, muitas vezes, apenas o interesse do poder público nos benefícios de uma caracterização em detrimento de outra. Um exemplo é que o IPTU constitui em um imposto recolhido para o município, enquanto o ITR é arrecadado para a União. Outra consequência dessas divisões se refere às políticas públicas. Como foi visto anteriormente, um dos critérios para o acesso ao crédito rural é ter no mínimo 30% de atividades agrícolas realizadas pela unidade familiar.

Como lembra Arruti (2016), a dicotomia rural-urbano tende a oferecer contextos estáticos, quando a necessidade seria a de descrever processos ou estruturas. Analiticamente, a noção *continuum rural-urbano* permite lidar melhor com a complexidade desses espaços.

Wanderley (2001) coloca que essa ideia apresenta duas vertentes. A primeira, privilegia o polo urbano desse continuum compreendido como fonte de progresso e valores dominantes que se opõem ao resto da sociedade. Nesse caso, espaço rural seria entendido como atrasado e que tenderia a se reduzir em função da influência urbana. A segunda vertente, ao contrário, considera o *continuum rural-urbano* como uma relação que faz com que os dois polos sejam integrados. Nesse sentido,

Mesmo ressaltando-se as semelhanças entre os dois extremos e a continuidade entre o rural e o urbano, as relações entre o campo e a cidade não destroem as particularidades dos dois polos e, por conseguinte, não representam o fim do rural; o continuum se desenha entre um polo urbano e um polo rural, distintos entre si e em intenso processo de mudança em suas relações (p. 33)

Esta vertente possibilita compreender a dinâmica territorial que se observa em Surubim. Contudo, deve-se dar atenção às microdisputas sobre o que é rural e urbano por parte dos atores analisados nesta dissertação.

Os vários mecanismos de fortalecimento dos agricultores familiares passam pelas organizações destes: o STR e as associações de moradores e produtores rurais. É através dessas entidades, por exemplo, que se pode tirar os documentos necessários para entrar com o processo de aposentadoria rural. A filiação ao STR ou a Associação é uma ponte que possibilita o acesso a garantias e direitos a um determinado segmento da população. Com isso, a presença dessas entidades nas *comunidades* mais próximas à cidade atua como promotora do fortalecimento de uma identidade rural. Isso se dá de uma forma bastante dinâmica.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável atua na construção de novas associações e no acompanhamento das já existentes. Trata-se de um processo de mão dupla: ajudando a criar e organizar novas entidades nas *comunidades*, amplia a sua base de influência e com isso ganha mais legitimidade perante os órgãos públicos no momento de pleitear o acesso a programas sociais. Assim, incide na mobilização dos atores residentes nas localidades, promovendo ações de interesse coletivo.

Nesse aspecto, a categoria *comunidade* se converte numa noção que melhor se adequa ao *continuum rural-urbano* uma vez que oferece condições a construção das identidades rural e urbana no seu interior. Pode-se agora analisar como os processos decorrentes da incorporação desses espaços ao território produtivo da confecção influem na construção desses territórios rurais.

IV. Dos diferentes papéis atribuídos à ação coletiva

Como atividade não-agrícola, que vem redefinindo territórios e estruturando o mercado de trabalho nas áreas rurais, o trabalho na confecção se constitui em um elemento ambivalente na afirmação de uma determinada ruralidade pelos atores envolvidos. Em uma das formas pelo qual acessamos o campo da pesquisa, via as entidades representativas dos agricultores familiares, as pessoas com quem estabelecemos contato nos apareciam em um primeiro momento como dirigentes destas. Por sua vez, o contato estabelecido através do técnico do Proamigo nos levou a contatar pessoas que necessitam preservar algum nível de atividade agrícola como critério para manter o acesso ao crédito rural. Esses casos mostram como diferentes relações e papéis desempenhados em cada esfera social estão presentes no momento em que a atividade na confecção se torna alternativa de trabalho.

Como nos relatam, “a sorte de muita gente é o empréstimo”. Para muitas pessoas o crédito rural tende a ser o meio mais fácil de fortalecer seu pequeno empreendimento. Em função disso, abrir mão de manter uma atividade agrícola acarreta a perda dessa garantia.

Muitos também são sindicalizados e contam com a futura aposentadoria como uma garantia de estabilidade. Em sua pesquisa, Milanês (2015) destaca que a formalização do trabalho na confecção é percebida de forma ambivalente pelos trabalhadores que encontrou. Segundo a autora, a regulamentação da relação de trabalho pode implicar um obstáculo aos direitos enquanto agricultores. Ainda de acordo com a sua investigação, entre quase a totalidade dos seus entrevistados, assinar a carteira de trabalho é percebido apenas como uma garantia de duas coisas: salário mínimo e aposentadoria. Outros direitos trabalhistas, como férias, seguro desemprego e licença maternidade eram mencionadas por poucas pessoas e mesmo assim sem saber ao certo como o significado e como funcionam. No caso por nós analisados, várias garantias são debatidas e às vezes orientadas para o acompanhamento jurídico dentro dos espaços de representação dos trabalhadores rurais. .

Em relação às pessoas que estão engajadas nos espaços de ação coletiva, a relação com a atividade na confecção surge na construção de pautas nas reuniões. Quando se discute a diversas formas de *alternativas* aos limites da agricultura, surgem propostas como as de cursos de costura industrial como forma de geração de outro tipo de renda.

O que se pode argumentar é que a depender da circunstância um papel ou outro é acionado estrategicamente como forma de garantir a reprodução social da família. Embora algumas pessoas tenham se dedicado prioritariamente à confecção, em determinados momentos ser identificado como agricultor familiar possibilita o acesso a garantias que conjuntamente com o trabalho na costura permitem equilibrar as contas familiares ou garantir a reprodução do trabalho confeccionado.

Van Velsen (2010), argumenta que em uma sociedade o indivíduo terá que optar entre várias normas contraditórias:

Em todas as sociedades existem incongruências e contradições entre os vários conjuntos de normas nos diferentes campos de ação. Um problema que os membros de qualquer sociedade devem resolver é o de viver com tais incongruências por meio da **manipulação de normas**, de forma a que as pessoas possam continuar a viver juntas em uma ordem social. (p. 442)
[destaque nosso]

Pode-se, a partir dessa discussão, demonstrar como as diversas situações em que se encontram os atores aqui estudados os fazem “manipular papéis sociais” de acordo com determinada situação. Uma costureira não é apenas costureira. Ela é mãe, colega de trabalho na confecção, agricultora, delegada sindical, dirigente da associação local e membro de uma comunidade religiosa. Quando a questão central é o meio por onde se pode garantir a sobrevivência, vão sendo acionadas cada uma desses papéis: nos espaços de sociabilidade, procura-se mobilizar as redes; frente às entidades que garantem direitos aos trabalhadores rurais, deve-se se engajar na construção de uma identidade coletiva enquanto agricultora familiar. Assim, o trabalho na confecção encontra uma forma de penetração e reprodução no espaço rural quando é “manipulado” estrategicamente junto com outras situações.

Tal observação reforça a percepção de que a acumulação do capital via o trabalho na confecção nesses espaços ocorre se apoiando em vários mecanismos. Um deles é o aproveitamento da organização social do trabalho que reproduz uma estrutura comum, a *forma sitiante*. O trabalho entre parentes e vizinhos e uma possível reserva de alimentos vinda da pequena produção permitem baratear o custo da força de trabalho. Outro mecanismo é o aproveitamento do microcrédito rural para financiar a atividade na confecção. Por fim, os espaços de sociabilidade atuam como pontos onde são construídas parcerias e redes para o trabalho na confecção. Quanto mais há o esforço para estimular a organização dos agricultores familiares, mais propício fica a construção de eixos por onde circularão informações nas quais permitirão as pessoas melhor atuarem diante das situações encontradas.

Em outra comunidade, Gancho do Galo, pode-se observar como se materializa a construção de uma territorialidade envolvendo diversos agentes e tensões. Acompanhando uma das reuniões ordinárias da Associação de Moradores, pudemos observar como a construção de sua agenda de atividades reflete os diversos meios pelos quais os associados procuram se fortalecer. Nesse espaço são tratados temas diversos como a organização da documentação que comprova a condição de agricultor. Esse documento permite que o seu portador possa entrar com o processo de aposentadoria, licença maternidade ou adquirir o DAP⁹, documento que assegura o produtor rural a obtenção do financiamento pelo PRONAF. Através da associação também são discutidos o acesso a programas e parcerias como as que permitem o corte da terra no *inverno*, a distribuição de sementes e a construção de cisternas.

Nesse caso, a costura surge como demanda para um público local. Interessante observar que durante a reunião em que estava presente, quando foi questionada a ausência dos moradores de uma das *comunidades* que integram a Associação, a resposta dada pela diretora presente foi de que “deviam estar costurando”. Essa observação indica que o trabalho na confecção acaba por influir na rotina da própria Associação, mostrando a ambivalência na construção de uma identidade rural naquela localidade.

V. Conclusões

Os casos aqui brevemente analisados nos mostram um processo de rápidas mudanças sociais e como elas têm sido, por sua vez, reelaboradas por diversos atores. O ponto de vista adotado de privilegiar aqueles que mais diretamente tem se envolvido nessas transformações nos oferece a possibilidade de observar todas as ambiguidades presentes. Vemos, por exemplo, quando o Estado assume a responsabilidade de promoção de um conjunto de políticas de manutenção e fortalecimento de um determinado setor produtivo, nas esferas de muitas famílias estas iniciativas são estrategicamente utilizados para outros fins. São essas (micro) ações que revelam as astúcias (De CERTEAU, 1998) de homens e mulheres que se mobilizam em busca de meios de sobrevivência.

Deve-se destacar também as diversas formas pelas quais o capitalismo encontra para a sua reprodução. Não necessariamente precisa suprimir as relações sociais oriundas de uma ordem moral camponesa, quando pode subordiná-las. Isso implica dizer que há uma interação entre as formas de reprodução do capitalismo e as formas pelas quais os grupos subalternos lidam com essa realidade. Diante dos projetos do capital, que se impõem e tentam delinear

⁹ Declaração de Aptidão ao PRONAF.

uma territorialidade, há que se considerar também os *projetos de vida* (SCOTT, 2013) dos de baixo.

Bibliografia

ARRUTI, José Maurício. (2016), “Entre campo e cidade: quilombos, hibridismos conceituais e vetores de urbanização” In OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. (Org.) *Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988*.

BEZERRA, Elaine M. (2011), *O trabalho a domicilio das mulheres do Cariri Paraibano no Pólo de Confeções do Agreste de Pernambuco*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal de Campina Grande.

BURNETT, Annahid. (2014), “As raízes rurais da Feira da Sulanca no Agreste pernambucano” *Revista Extensão Rural*, DEAER – CCR – UFSM. v.21, n.4, out./dez. Santa Maria. .

COMERFORD, John. (2014), “Vigiar e Narrar: sobre formas de observação, narração e julgamento de movimentações”. *Revista de Antropologia*. 57 (2): 107-142.

De CERTEAU, Michel. (1998), *A invenção do cotidiano I: artes de fazer*. Petrópolis, Vozes: 3ª ed.

ESPIRITO SANTO, Wecisley Ribeiro do. (2013), *Sulanqueiras. O trabalho com vestuário e outros ofícios no Agreste Pernambucano*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FUSCO, Wilson; VASCONCELOS, Valtemira Mendes. (2010), Migrantes e costureiros: trabalhadores do setor de confecções em Toritama-Pe. *Cadernos de Estudos Sociais*. 25 (1): 43-60.

GARCIA JR, Afrânio Raul. (1990), *O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo, Editora Marco Zero; Brasília, Editora UNB.

GOMES, Sueli de Castro. (2002), Dissertação de Mestrado em Geografia. USP.

LIRA, Sonia Maria. (2011). *Muito Além das Feiras da Sulanca: a produção de confecção no Agreste/PE*. Recife, Editora Universitária UFPE.

LYRA, Maria. (2005), “Sulanca X muamba: rede social que alimenta a migração de retorno” *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 19: 144-154.

MENEZES, Marilda A. (2002), *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro, Relume Dumará; João Pessoa, EDUFPB.

_____. (2009), “Migrações: uma experiência histórica do campesinato do Nordeste”, In GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda A; MARIN, Rosa Acevedo (orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v. 2: estratégias de reprodução social*. São Paulo, UNESP; Brasília, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.

MILANÊS, Renata B. (2015), *Costurando roupas e roçados: as linhas que tecem trabalho e gênero no Agreste pernambucano*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

PEEBLES, Gustav. (2010), “The Anthropology of Credit and Debt” *Annu. Rev. Anthropol.* 39: 225 – 40

RABOSSI, Fernando. (2008), “Em la uta de las confecciones”. *Revista Crítica en Desarrollo.* 02: 151-171.

RIBEIRO, Gustavo Lins. (2010), *A Globalização Popular e o Sistema Mundial Não Hegemônico*. Série Antropologia Vol. 432, Brasília: DAN/UnB

SCOTT, Russell Parry. (1986), “A Lógica Migratória Camponesa Sob O Capital” In DUARTE, Renato. (Org.). *Emprego rural e migração na América Latina*. Recife, MASSANGANA.

_____.(2013), “Projetos de desenvolvimento no rio São Francisco: administrando vocações e desigualdades” *Campos* 14(1-2): 15-36.

_____.(2010), “Gênero e geração em contextos rurais: algumas considerações” In SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide, MENEZES, Marilda (Orgs.) *Gênero e geração em contextos rurais*. Recife, Editora Universitária UFPE.

_____. (2014), *Migrações interregionais e estratégia doméstica: Nordestinos, mobilidades e a casa até os anos 1980*. Recife, Editora Universitária UFPE.

SOUZA, Alana Moraes de. (2012), “*A gente trabalha onde a gente vive*”: *A vida social das relações econômicas: parentesco, “conhecimento” e as estratégias econômicas no Agreste das confecções*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

VAN VELSEN, J. (2010), “A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado” In FELDMAN-BIANCO. Bela (org.) *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo, Editora Unesp.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. (2011). “O pólo de confecções do agreste de Pernambuco: ensaiando uma perspectiva de abordagem” In: 35º *Encontro Anual da ANPOCS*, 2011, Caxambu. Anais do 35º Encontro Anual da Anpocs. São Paulo: Anpocs.

WANDERLEY, Maria. N. B.. (2001), “A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural”. In GIARRACCA, Norma. *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

WOORTMANN, Klaas. (1980), “Casa e família operária” In *Anuário Antropológico*. Universidade de Brasília.

_____. (2009), “Migração Família e Campesinato”, In WELCH, Clifford A [et al.] *Camponeses brasileiros: Leituras e interpretações clássicas, vol. I*. São Paulo, UNESP; Brasília, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise sobre a política socioambiental denominada Programa Bolsa Verde (PBV), partindo dos resultados de pesquisa qualitativa realizada, entre 2015 e 2017, sobre a experiência que se desenvolveu na Reserva Extrativista São João da Ponta, localizada no nordeste do estado do Pará. Destaca-se neste trabalho a percepção dos moradores e usuários da Resex sobre o PBV. Caracterizou-se também os aspectos relacionados a implantação do PBV na Unidade de conservação, identificando os agentes sociais envolvidos no processo e os objetivos pressupostos pela política, mostrando que estes nem sempre se coadunam resultando em conflitos em torno do acesso a política, dada as condicionalidades e seletividade do PBV. Inferimos que houve ganho com relação à renda e autonomia, sobretudo para as mulheres, todavia direitos sociais e acesso a serviços públicos precisam ser garantidos para que essa população não fique essencializada como meros beneficiários de políticas públicas. Portanto, analisamos criticamente o PBV enquanto política socioambiental que alia o combate à pobreza e a conservação ambiental, e o qual tem como um de seus objetivos garantir o desenvolvimento dos territórios, através da transferência de renda e a utilização sustentável dos recursos naturais.

Palavras-chaves: Programa Bolsa Verde. Reserva Extrativista. Política socioambiental.

1. Introdução

Neste trabalho, analisamos o Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde (PBV) enquanto política pública que alia o combate à pobreza e a conservação ambiental, partindo da perspectiva dos bolsistas do programa. O PBV tem como objetivos incentivar a conservação de ecossistemas, promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e elevação da renda das populações extremamente pobres que exerçam atividades de conservação e incentivar a participação em ações de capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional.

Apresentam-se também os dados do Programa Brasil Sem Miséria no município de São João da Ponta, relacionando-o com as informações do PBV no Brasil e na Resex São João da Ponta, fazendo a partir daí uma análise sobre a relação estabelecida entre pobreza e meio ambiente com os objetivos da política. Neste trabalho apresento dados quantitativos, qualitativos e entrevistas que foram utilizados para a elaboração de

¹ Universidade Federal do Pará, Mestra em Sociologia pelo Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA/UFPA, carlasiqueiramoreira@gmail.com.

² Universidade Federal do Pará, Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, ptolomeu@gmail.com.

dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA/UFGA, em 2017.

Dessa forma, é importante contextualizar a unidade de conservação em questão. A Reserva Extrativista São João da Ponta, localizada em município homônimo, foi criada através de decreto s/nº, em 13 de dezembro de 2002, e está situada em uma área com 31, 9711 km², ao lado estão localizadas outras duas Resex's, nos municípios de São Caetano de Odivelas e Curuçá. A Resex beneficia 18 comunidades pesqueiras, todas em seu entorno, as quais congregam um universo com mais de 600 famílias, totalizando, aproximadamente, 3.000 pessoas no município de São João da Ponta. (MMA/ICMBio, 2010). A porcentagem da Resex no município é de 95,24%, correspondente a 3.261 hectares de São João da Ponta³

A maioria dos (das) usuários (as)⁴ dos recursos da Resex são caranguejeiros(as), e trabalham com o extrativismo do caranguejo uçá, principal atividade geradora de renda na UC e no município. A pesca artesanal de peixes, na maioria dos casos, é apenas para subsistência e troca entre os moradores. A agricultura também se configura como atividade econômica importante entre os usuários da Resex, especialmente, nos períodos de defeso do caranguejo. (MOREIRA, 2017).

O trabalho está estruturado da seguinte forma: primeiramente faz-se uma breve discussão sobre pobreza e desigualdade. E apresentamos a concepção dos programas de transferência de renda no Brasil. Na segunda parte, apresentamos dados sobre o Programa Brasil Sem Miséria em São João da Ponta e a implementação do PBV na Unidade de Conservação retomando os questionamentos sobre a renda como principal medidor de classe e bem-estar das populações, caracterizamos os beneficiários dos programas, analisando o acesso a política, a concepção sobre o direito de receber os recursos e seus desdobramentos. Por fim, analisamos o PBV e seus impactos na UC, segundo a percepção dos atores sociais envolvidos.

Devido o PBV aliar a característica de transferência de renda condicionada à conservação ambiental, levanta-se questões relativas à gestão e à execução do programa, bem como a concepção das questões específicas que as revestem. Dessa forma, as categorias como direitos sociais, condicionalidade, conservação, sustentabilidade, pobreza, beneficiário, cidadania, autonomia, essencialização,

³Mais informações: <https://uc.socioambiental.org/uc/5980>. Acesso em: 1 nov. 2017.

⁴Usuário é toda pessoa cadastrada pelo ICMBIO, após decisão no Conselho Deliberativo, como extrativista e, portanto, apta a realizar as atividades extrativistas com finalidade econômica.

discriminação, também estão presentes, para subsidiar a análise sobre a percepção dos atores sociais.

2. A renda como fator insuficiente na definição de pobreza e desigualdade

Entendemos neste trabalho que a renda não é fator suficiente para a definição do bem-estar das populações. Dessa forma, as autoras Lavinás (2007) e Arretche (2016) apresentam que a concepção de cidadania que se consolidou no século XX definiu que o acesso a serviços sociais deveria estar desvinculado da renda dos indivíduos. Contudo, no Brasil, verificamos a concepção de políticas públicas que privilegiam a elevação da renda, sem o aumento dos gastos em investimento social.

No Brasil, o fenômeno da pobreza é notadamente percebido nas populações rurais, quando a renda é considerada como fator predominante na definição de pobreza. Todavia, a carência de infraestrutura e acesso a bens e serviços de uso coletivo, que já estão disseminados na maioria dos centros urbanos, são fatores que devem ser considerados no agravamento da situação de pobreza (OLIVEIRA, 2014).

Na perspectiva de Sen (2000), a pobreza consiste na privação das liberdades individuais, como, por exemplo, escolha de emprego, formas de trabalho e liberdade política. A pobreza é a privação de potencialidades básicas mais do que a carência de rendimentos. No entanto, a liberdade depende das opções disponíveis e da atratividade das opções. Para o autor, a desigualdade é um problema que tende a ficar maior quando associado à desigualdade de conversão de renda em capacidades. Dessa forma, a desigualdade interpessoal de renda nos resultados de mercado pode tender a ser ampliada por esse “acoplamento” de baixas rendas com desvantagens na conversão de rendas em capacidades (SEN, 2000, p.144).

Para o autor, os problemas de equidade, sobretudo as graves privações e pobreza, devem sofrer intervenção estatal, incluindo o custeio governamental, semelhante ao que vemos no Brasil com os programas de transferência de renda.

Nesse contexto é que emerge um modelo alternativo de desenvolvimento, denominado neodesenvolvimentista, para a América do Sul e outros continentes considerados subdesenvolvidos, o qual deveria combinar crescimento econômico com uma melhora substancial nos padrões distributivos dos países (CASTELO, 2010).

Dessa maneira, conforme o exposto até então, as políticas de transferência de renda possibilitam identificar as influências de entidades internacionais em sua formulação. Ugá (2011, p.55), em análise feita sobre as recomendações do Banco

Mundial no combate à pobreza, concluiu que a mudança para políticas com cunho mais social, são parte da lógica neoliberalista, políticas focalizadas e compensatórias voltadas para “pobres”.

A partir da década de 1990, identificam-se determinadas ideias relacionadas com as formas de enfrentamento da pobreza no Brasil, como a proposta do Senador Eduardo Suplicy, através do Projeto de Lei nº 80, de 1991, que sugere um Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) em âmbito nacional. A partir dessa década, programas de transferência condicionada de renda começaram a ser efetivados em diferentes municípios brasileiros.

A justificativa dos programas federais de transferência de renda, que entraram para a agenda política brasileira a partir da década de 1990, foi retirar famílias do estado de pobreza e extrema pobreza, promovendo a cidadania, o acesso a serviços públicos e melhoria das condições de vida. No país destaca-se a experiência do Programa Bolsa Família (PBF), instituído em 2003, sob governo do presidente Lula. No governo seguinte, em 2011, a estratégia de combate à pobreza através de programas de transferência de renda continua com o Programa Brasil Sem Miséria, da presidenta Dilma Rouseff. No entanto, vimos que, para ter acesso aos benefícios concedidos pelos programas, no caso de análise deste estudo, especificamente, o Programa Bolsa Verde, são estabelecidas várias condicionalidades e contrapartidas.

Entre as condicionalidades, para ter acesso a política, a família deve proteger a área onde vive e utilizar os recursos naturais de maneira sustentável, caso contrário, perderá o direito à bolsa. As famílias também devem cumprir as condicionalidades do Programa Bolsa Família, pois, recebem os dois benefícios; no segundo as condicionalidades estão relacionadas à educação e à saúde.

De acordo com Santos (2014), a intervenção do Estado com foco nas famílias das camadas pobres tem sido uma estratégia que remonta aos séculos XVIII-XIX. “Assim, é possível afirmar que a família da classe popular é uma construção social que teve como principal pilar as mulheres pobres como donas de casa competentes, boas esposas.” (SANTOS, 2014, p. 481). Podemos observar essa construção social bem presente nos discursos sobre a utilização do recurso oriundo dos benefícios.

2. O Brasil sem Miséria em São João da Ponta

O PBSM possui três eixos de atuação: garantia de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva. O programa é coordenado pelo Ministério do

Desenvolvimento Social e conta com a participação de diversos outros ministérios. O Programa conta, ainda, com a participação de bancos públicos, outros órgãos e entidades federais, parcerias com estados e municípios, setor privado e organizações da sociedade civil (BRASIL, 2012a).

De acordo com o Censo de 2010, São João da Ponta tem 5.265 habitantes; destes, 4.391 estão cadastrados em famílias que possuem registro no CadÚnico. São 1.338 famílias inscritas no Cadastro Único até dezembro de 2016 no município.

Com relação ao PBF, o município tem registrado, até março de 2017, 956 famílias cadastradas, e o valor total de recursos pagos chega a R\$ 231.174 por mês. Nem todas as famílias cadastradas no CadÚnico recebem o Bolsa Família; logo, nem todas as pessoas que possuem esse cadastro recebem algum tipo de recurso em dinheiro do Governo Federal.

O MDS apresenta dados sobre as populações tradicionais que recebem recursos do PBF. De acordo com os relatórios do PBSM, as populações tradicionais aparecem categorizadas como “grupos populacionais tradicionais e específicos” e são divididos em subcategorias.

No âmbito do PBSM, foram desenvolvidas estratégias para ampliar o número de pessoas atendidas pelo programa, como o Busca Ativa e o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR). Segundo o MDS, mais de 1 milhão de documentos foram emitidos, atendendo a 522,9 mil mulheres nos mutirões do PNDTR.

O aumento em 643% no total de famílias identificadas no Cadastro Único como Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (passando de 191,9 mil famílias, em julho de 2011, para 1,42 milhão de famílias, em agosto de 2015) se deve, assim como a identificação de 15,5 mil famílias do Programa, aos 9 mutirões de Busca Ativa para o Bolsa Verde, realizados em 27 municípios, de acordo com os relatórios do PBSM rural.

O desenvolvimento das estratégias de Busca Ativa e do PNDTR surgiu com o objetivo de localizar as pessoas que teriam o perfil para participar dos programas Bolsa Verde e Bolsa Família, mas, que estariam “invisíveis” ao Estado, por não apresentarem registro junto aos órgãos oficiais e morarem em áreas longínquas, de difícil acesso, sendo um dos focos alcançar as populações ribeirinhas. Assim, com a continuação do discurso, presente desde o lançamento do PBV, de chegar onde a pobreza está, o Governo Federal, a partir de 2013, aumentou o número de cadastros no PBV, por meio dos instrumentos citados.

Os dados apresentados mostram os investimentos realizados em assistência social, principalmente, o repasse feito pelo Governo Federal para essa rubrica no município. Embora haja gasto público insuficiente por parte dos municípios e estados em serviços essenciais, os estudos sobre as desigualdades nos gastos públicos de Lavinias (2007) e Arretche (2016) mostram que o Governo Federal destinou poucos recursos a rubricas essenciais, como saneamento e habitação, à medida que aumentou a destinação de recursos para a assistência social e transferência de renda.

Embora tenha aumentado a expansão da cobertura em diversas políticas essenciais, concomitantemente, não ocorreu a universalização do acesso aos serviços, com exceção do setor de energia elétrica. A expansão da cobertura, portanto, seguiu acompanhada pela desigualdade no acesso aos serviços públicos (ARRETCHE, 2016).

3. O PBV na Resex São João da Ponta

O Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde foi instituído pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, a qual designou o MMA como responsável por sua implementação. O PBV foi formulado com foco na população residente em áreas rurais, pois, de acordo com os resultados do Censo 2010, embora, essas áreas concentrassem apenas 15,6% da população brasileira, cerca de metade das pessoas em condição de extrema pobreza (47%) residiam nessas localidades (BRASIL, 2013).

Dessa forma, o Bolsa Verde foi voltado para grupos sociais em situação de extrema pobreza, que vivem em áreas rurais prioritárias, conforme definido pelo Governo Federal, como UC's de uso sustentável (Resex, Flona e RDS) e projetos de assentamentos ambientalmente diferenciados (PAE, PDS e PAF). A Lei 12.512/11 também autoriza a transferência de recursos financeiros e a disponibilização de serviços de assistência técnica a famílias em situação de extrema pobreza, que desenvolvam atividades de conservação de recursos naturais no meio rural.

Para o recebimento do benefício, que corresponde a R\$ 300 por trimestre, é, também, utilizado o cartão do Bolsa Família, ao qual é fixado um adesivo que identifica a pessoa portadora como sendo igualmente atendida pelo PBV. O pagamento do benefício se dá por até dois anos, podendo haver renovação por igual período (BRASIL, 2013).

A verificação do atendimento às condicionantes sociais se dá a partir de cadastro dos potenciais beneficiários, pelo MMA, com informações disponibilizadas pelo ICMBIO, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e

Superintendência de Patrimônio da União (SPU). Esses bancos de dados contêm o registro de famílias residentes em assentamentos, unidades de conservação de uso sustentável e ribeirinhos agroextrativistas, sendo encaminhados esses dados ao MDS, que cruza as informações com os dados do CadÚnico e verifica se a família possui registro, se possui renda menor do que R\$ 70, no início do programa, por pessoa e se é beneficiária do Bolsa Família. Uma vez atendidas tais condições, bem como as condicionantes ambientais (cobertura vegetal da área e existência de instrumento de gestão), a família é qualificada para acessar o Programa Bolsa Verde.

No entanto, a seleção das pessoas que receberão as bolsas é feita pelos gestores em Brasília, pois as áreas cujos moradores estarão aptos a receber e o recurso são definidos pelo Comitê Gestor do Programa Bolsa Verde, um órgão interministerial, composto por representantes de nove órgãos federais. O comitê é a instância decisória do programa, que, além das áreas prioritárias, estabelece os percentuais de cobertura vegetal de cada área, aprova o planejamento e define a sistemática de monitoramento e avaliação (BACHTOLD, 2016).

3.1 O PBV na Resex São João da Ponta: entre usuários, bolsistas e beneficiários

A implementação do PBV a partir do contexto local de realização da pesquisa, a Resex São João da Ponta, traz algumas. Apresentamos brevemente o perfil socioeconômico dos agentes sociais que recebem recursos do PBV, a utilização dos recursos oriundos das bolsas, suas percepções sobre o Programa e as concepções presentes na política, confrontando-as. As análises das percepções sobre o Programa são calcadas nos dados empíricos utilizados na dissertação e nas categorias analíticas presentes nos textos mencionados.

Para a construção do perfil dos atores sociais, foram utilizadas as informações obtidas por meio de entrevistas semiestruturadas e os dados disponibilizados pelas instituições responsáveis pela gestão do PBV e da Resex São João da Ponta.

De acordo com a base de dados do Ministério do Meio Ambiente e das informações fornecidas pelo gestor da Unidade, a maioria dos agentes sociais que recebe recursos do programa na Resex São João da Ponta é composta por mulheres, que representam 75% do total. Isso se deve, também, à Lei nº 13.014 (BRASIL, 2014) determinar que a transferência de recursos financeiros dos Programas Sociais seja feita, preferencialmente, à mulher responsável pela unidade familiar, quando cabível.

Foram entrevistados (as) 15 usuários (as) da Resex, em duas comunidades (Porto Grande e São Francisco), sendo 14 mulheres e um homem, em duas visitas, em 2015 e 2016. O perfil socioeconômico considerou aspectos como idade, número de filhos, escolaridade, cor, religião, tempo de moradia na comunidade da Resex, profissão dos pais e do cônjuge, se houver, e as principais fontes de renda (renda pessoal, familiar, benefícios), ocupação principal, local de trabalho e horas trabalhadas.

De acordo com as respostas, extraíram-se os seguintes dados: todas (os) são adultas (os), na faixa etária entre 29 e 51 anos; a maioria tem de 2 a 4 filhos(as), somente 3 respondentes afirmando ter mais de 5 filhos; quanto à escolaridade, a maioria possui o ensino fundamental completo, e apenas 3 completaram o ensino médio; se identificam como pardas e nasceram nos municípios de São João da Ponta e São Caetano de Odivelas, no estado do Pará; a maioria nasceu nas comunidades onde residem, ou vive há mais de 20 anos nesses locais.

Sobre a renda pessoal, todas as entrevistadas declararam receber menos que um salário mínimo⁵, a maior parte delas possuindo como renda regular apenas os recursos oriundos do PBV e PBF. Destaca-se que todas as entrevistadas recebem as duas bolsas. No caso da renda familiar, apenas uma entrevistada declarou que os rendimentos da família são maiores que um salário mínimo; as demais afirmam que a renda familiar é menor que um salário mínimo ou não souberam estimar o valor.

Com relação à ocupação principal, as entrevistadas declararam exercer as atividades de dona de casa, assim como no manguezal e agricultura. Apesar de a maioria ter declarado ser dona de casa, durante as entrevistas, elas também revelaram que trabalhavam no manguezal, principalmente no verão, e em roças da família. Os cônjuges e os pais, quando não estão aposentados, assim como demais membros da família, por exemplo, os filhos, também trabalham nos manguezais e exercem atividades agrícolas, destacando-se a plantação de mandioca. Todas também afirmam trabalhar o dia inteiro, no período da manhã e da tarde, sobretudo, no manguezal e roça, e no trabalho doméstico, sem haver hora para terminar as atividades. Pode-se observar, nas entrevistas, falas como *tanto faz que a gente trabalhe na roça na agricultura como com caranguejo e [...] no verão às vezes eu até vou no manguezal, pescar*. (bolsista, 2017).

⁵ Considerou-se, nesta pesquisa, o valor do salário mínimo vigente no ano de 2016, R\$ 880,00.

Junto ao benefício do Bolsa Família, o valor de R\$ 300,00 recebido através do Programa Bolsa Verde, embora trimestral, se configura para a maioria das entrevistadas como única fonte de renda pessoal e, em alguns casos, como a principal fonte de renda familiar. Os recursos advindos do trabalho de seus companheiros e do seu trabalho, também com a atividade de caranguejeiros (as), são considerados insuficientes para garantir as condições materiais de existência da família.

Assim, o benefício é usado para suprir as necessidades mais básicas e urgentes, e está sempre relacionado ao uso familiar, como a compra de alimentos, materiais escolares, roupas para os (as) filhos (as) e manutenção da casa, como a compra de eletrodomésticos baratos e pequenas reformas, porém, em menor proporção.

O PBV apresentou, para a maioria das entrevistadas, a possibilidade de uma autonomia financeira, devido a uma renda regular não experimentada antes; isso se evidencia na compra de alimentos, remédios, uniforme e material escolar para os filhos, pagamento de contas (energia elétrica), compra de gás de cozinha, além da possibilidade de melhoras na habitação e qualidade de vida da família, pois algumas conseguiram comprar materiais de construção, como madeira e cimento, enquanto outras conseguiram comprar eletrodomésticos, como fogão.

É possível afirmar, no entanto, que as agentes sociais denominadas beneficiárias do programa conseguiram importante emancipação no espaço privado, uma vez que passam a administrar determinada quantia em dinheiro e poder de consumo. Todavia, como apresenta Santos (2014), o governo local e nacional são os grandes beneficiários com a mobilização das mulheres pobres como elo do Estado e suas famílias.

Segundo a autora, as políticas que priorizam as famílias operam como se não existissem conflitos e desigualdades intrafamiliares, tratando a família como unidade homogênea, isto pode ser considerado, como parte do processo de essencialização da categoria beneficiário. Dessa forma, para Santos (2014), as mulheres que deveriam ser os focos de atendimento dos programas passam a ser vistas apenas como agentes funcionais e representantes dos familiares.

A melhoria nas condições de vida expressa pelas entrevistadas expõe as possibilidades que o PBV apresenta com relação à independência financeira experimentada por essas mulheres e a importância na garantia da segurança alimentar, por exemplo. No entanto, a realidade local apresenta condições de moradia e o acesso a serviços públicos ainda muito precários do ponto de vista desejável para se atingir as

metas estabelecidas na política pública e nos acordos internacionais de meio ambiente e superação da pobreza.

Arrecthe (2015), em artigo sobre a desigualdade no acesso a serviços, afirma que, assim como a renda, o acesso a serviços sociais, apesar de ser associação essencial para a definição do bem-estar, não é suficiente para explicar os motivos que afetam a desigualdade de acesso a serviços, pois o consumo de bens coletivos não depende da capacidade de compra dos indivíduos. Por exemplo, o consumo de energia elétrica, água e esgoto, coleta de lixo, atendimento em saúde e educação requerem oferta a uma distância acessível à residência dos indivíduos. A autora explica que o “lugar onde moram importa para o acesso a esses serviços, ou seja, a distribuição espacial da oferta tem um efeito independente sobre as condições de acesso dos indivíduos” (ARRETCHE, 2015, p. 194).

Feltran (2014) questiona, entre outros fatos, o consumo fomentado a partir de programas sociais como sendo parte do processo de essencialização dessas populações. “Esquadrinhar a “população” e essencializar os recortes produzidos, objetivando-os, seria a função primeira da maquinaria de governo; a partir dessa classificação, pode-se produzir valoração seletiva e desigual de recortes populacionais produzidos”. (FELTRAN, 2014, p. 497).

O fato do recurso não chegar a todos e ser operado com certa seletividade, mesmo entre os considerados pobres, faz com que conflitos e competições apareçam na implantação da política. A falta de controle social e fiscalização também são apontadas como algo que contribui para a corrupção no recebimento de bolsas. O desconhecimento sobre o funcionamento dos programas de transferência condicionada de renda, como o Programa Bolsa Família e o Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde, também contribui para a construção de uma imagem desfavorável dos programas entre a população.

As diferenças e especificidades de uma população podem garantir direitos básicos e próprios de suas demandas, que venham a reparar injustiças históricas cometidas, no entanto, cabe a discussão sobre esse tipo de política, a fim de averiguar se não estão colaborando para a construção de uma imagem distorcida e negativa dessas pessoas, reforçando preconceitos e a visão de que são meras receptoras de benefícios.

Conforme apresentado por Castel (2008), ao abordar as medidas tomadas na França com relação à inclusão da população jovem marcada pelas questões étnicas e raciais. Para o autor, as políticas baseadas nessas diferenças podem ser consideradas

positivas quando buscam promover reparação, inclusão e a ampliação da cidadania; trata-se da discriminação positiva. No entanto, essa discriminação pode se transformar em negativa, quando as diferenças utilizadas para garantir direitos passam a reforçar estigmas. Essa característica específica marca o seu portador com um defeito, do qual não é possível se desvencilhar.

Nesse sentido é que o termo beneficiário, presente na política pública em questão, pode, além de essencializar, discriminar negativamente as populações que são atendidas pelos programas sociais.

Assim como em estudos realizados sobre outros programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família⁶, o PBV mostra potencial para se estabelecer como política pública de cidadania, pois cidadãos que exigem seus direitos e são mais conscientes de seus deveres fortalecem a democracia, com a participação mais efetiva do processo democrático.

Com relação à promoção da cidadania, melhoria nas condições de vida e a elevação da renda da população extremamente pobre rural, vimos que o acesso e a qualidade dos serviços públicos e a inclusão produtiva oferecidos nas comunidades ainda é muito deficiente.

4. Conclusão

A análise da percepção dos (as) usuários (as) sobre a Resex é importante para compreendermos como as políticas públicas chegam até essas pessoas, nesses territórios. Com base em suas experiências de vida, foi destacado nas entrevistas que vários direitos sociais, entendidos apenas como benefícios, só foram usufruídos a partir da criação da UC, como água encanada, moradia/habitação, escola de educação básica e garantia de renda, que deveriam estar ao alcance de todos(as), mesmo reconhecendo-se que haja demandas específicas a ser consideradas.

Portanto as populações rurais devem ser vistas, também, como sujeitos de direitos, e não apenas como possíveis riscos aos ecossistemas, valorizados internacionalmente devido à sua biodiversidade. A pobreza deve ser entendida como fator de risco às populações, e não apenas ao meio ambiente.

A base material para a sobrevivência das populações tradicionais precisa ser garantida, para que possam permanecer nos seus territórios, pois, merecem ter seus

⁶ Ver os trabalho de Rego e Pinzani (2013), Santos (2014) e Zimmermann (2006).

direitos garantidos, qualidade de vida, e devem ser vistos além das possibilidades entre poluidores e guardiões de ecossistemas. Portanto, a manutenção da biodiversidade passa, também, pela garantia de direitos sociais às populações que habitam áreas protegidas.

Compreende-se que a implementação de políticas públicas no Brasil tem demonstrado, até o momento, na execução dos programas sociais, a priorização do eixo da transferência de renda, percepção replicada na experiência no município estudado, tendo em vista que as atividades previstas nos eixos de inclusão produtiva e acesso a serviços precisam ser melhor relacionadas ao objetivo da promoção à cidadania, expresso nos documentos do PBV. Percebemos, assim, que podem ocorrer tensões e conflitos na distribuição dos recursos, causando animosidade entre os agentes sociais beneficiados.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta Tereza da Silva. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. C. B. (Orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC SP, 2001. p. 44-55.

_____. Trazendo o conceito de cidadania de volta: a propósito das desigualdades territoriais. In: ARRETCHE, Marta Tereza da Silva (Org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Ed. Unesp, 2015. p.193-222.

BACHTOLD, Isabele Villwock. Quando o Estado encontra suas margens: considerações etnográficas sobre um mutirão da estratégia de Busca Ativa no estado do Pará. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 22, n. 46, p. 273-301, July/Dec. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832016000200010>. Acesso em: 1 nov. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.512**, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Brasília, DF, 2011a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12512.htm. Acesso em: 1 nov. 2017.

_____. **Lei nº 13.014**, de 21 de julho de 2014. Altera as Leis no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e no 12.512, de 14 de outubro de 2011, para determinar que os benefícios monetários nelas previstos sejam pagos preferencialmente à mulher responsável pela unidade familiar. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Lei/L13014.htm. Acesso em: 1 nov. 2017.

_____. [Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome]. **Plano Brasil Sem Miséria.** [Brasília, DF, 201-]. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/caderno_brasil_se_m_miseria.pdf. Acesso em: 1 nov. 2017.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Bolsa Verde.** [Brasília, DF, 2017]. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/mma-em-numeros/bolsa-verde>. Acesso em: 1 nov. 2017.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **O dia em que a mata sumiu.** [Brasília, DF], 2011b. Cartilha informativa.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. **Biodiversidade brasileira:** avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros. Brasília, DF: MMA/SBF, 2002. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80049/Biodiversidade%20Aquatica/Biodiversidade%205-Zona%20Costeira%20e%20Marinha.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2017.

_____. Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde. **Erradicar a extrema pobreza e conservar o meio ambiente:** histórico, gestão e monitoramento, balanço geral. [Brasília, DF]: MMA, 2013. Disponível em: http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80088/Publicacao_Bolsa_Verde_Jan2013.pdf. Acesso em: 1 nov. 2017.

CASTEL. **A discriminação negativa:** cidadãos ou autóctones? Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2008.

FELTRAN, Gabriel de Santis. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p. 495-512, set./dez. 2014. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/19740>. Acesso em: 1 nov. 2017.

FERREIRA, Welington Morais. **Contribuição do Sistema de Informação Geográfica para a caracterização da Reserva Extrativista Marinha de São João da Ponta.** Belém: UFPA/FGC, 2010.

GONÇALVES, Amanda Cristina Oliveira. **Desenvolvimento territorial em unidades de conservação:** o caso da RESEX marinha de São João da Ponta – PA. Belém, 2012. 119 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/8184>. Acesso em: 1 nov. 2017.

MMA. Caracterização dos aspectos socioambientais e econômicos da reserva extrativista de São João da Ponta e proposta de estudos complementares. Instituto Chico Mendes de conservação da biodiversidade. São João da Ponta, Pará, 2010.

MOREIRA, Carla Cilene Siqueira. **“Entre a conservação ambiental e a transferência de renda”:** o Programa Bolsa Verde em um Resex Marinha na Amazônia. Belém,

2017. 157 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

SANTOS, Yumi Garcia dos. As mulheres como pilar da construção dos programas sociais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p. 479-494, set./dez. 2014. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/19739>. Acesso em: 1 nov. 2017.

“O QUE NÓS QUER É OCUPAR TODOS OS ESPAÇOS”: a participação sociopolítica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Conselhos Gestores

Autora: Claudia Kathyuscia Bispo de Jesus¹

Resumo

O cenário de transformações no mundo rural, nas últimas décadas, implicou na heterogeneidade das forças sociais presente no campo, o que gerou um novo olhar sobre as interpretações dos movimentos sociais rurais. O presente trabalho busca apresentar uma análise do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a partir da sua inserção participativa em espaços deliberativos – nesse caso, em Conselhos Gestores do município de Nossa Senhora da Glória-SE – trazendo uma discussão sobre as motivações, as estratégias e as disputas nesse campo político, além de ressaltar os processos identitários desses atores sociais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que possibilitou a construção do *corpus* empírico, em que se pode destacar algumas considerações, como: a sociabilidade do movimento; as disputas; os impasses; e os processos identitários. Conclui-se que a inserção participativa do MST em conselhos gestores corroborou em novos processos identitários para os integrantes do movimento, que, por sua vez, estão a alterar a dinâmica interna tanto dos conselhos quanto a do próprio MST no que se refere à sua atuação política. Ademais, essa participação sociopolítica é entendida como uma tentativa de permanência e de busca por melhores condições de vida nos assentamentos rurais.

Palavras-chaves: Conselho gestor. MST. Participação.

¹ Doutoranda em ciências sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG). Contato: Claudia_kathyuscia@hotmail.com

Introdução

O cenário de transformações no mundo rural, nas últimas décadas, implicou a heterogeneidade das forças sociais presente no campo, o que gerou um novo olhar sobre as interpretações dos movimentos sociais rurais. Com isso, outras abordagens surgem, para além da clássica marxista em que a explicação se dava pelas determinações econômicas estruturais das ações coletivas, para explicar a pluralidade das novas problematizações que emergiam a partir do final da década de 80.

Dessa forma, as novas abordagens sobre os movimentos sociais (rurais) buscam compreender, não somente o campesinato em si, mas também a questão da cultura e, principalmente, as relações sociais do cotidiano e dos processos identitários específicos de cada movimento que emergem nos embates, aproximações e da contingência destas relações.

Para facilitar o entendimento do texto, optei por dividi-lo em dois momentos: o primeiro discorrerá de uma breve caracterização do processo de transformação no mundo rural, e situar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) neste cenário, bem como suas (novas) estratégias de garantia de permanência e de luta por melhores condições de vida nos assentamentos rurais. Já no segundo momento, destacarei a participação sociopolítica do MST em Conselhos Gestores e como esta inserção participativa vem corroborando para um processo de redefinição identitária dos integrantes do movimento – ressaltando a sociabilidade e os conflitos nesse espaço – que, por sua vez, estão alterando a dinâmica interna tanto dos conselhos como a do próprio movimento no que refere-se à sua atuação política².

As transformações sociais no campo brasileiro e o MST

A estrutura agrária brasileira, a permanência do poder das classes sociais rurais vinculadas aos grandes empreendimentos agropecuários, a pobreza e a negação de direitos sociais que marcaram, historicamente, a vida dos camponeses e demais trabalhadores(as) no campo foram elementos centrais definidores da formação,

² Este trabalho é fruto da minha pesquisa de mestrado realizada pelo Programa de Pós- Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGS/ UFS). Essa pesquisa se propôs a analisar a participação sociopolítica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em conselhos gestores do município de Nossa Senhora da Glória, isto é, examinar se essa prática correspondeu (ou não) a uma nova estratégia política, bem como uma redefinição identitária dos integrantes do movimento MST.

identidade e organização da sociedade brasileira e do seu meio rural. Assim, a história do campesinato brasileiro é registrada pelas marcas de suas lutas na obtenção de um espaço próprio na economia e na sociedade, portanto, de processos sociais de resistência pelo direito de existir, em termos subjetivos, políticos, sociais, culturais e econômicos.

Segundo Wanderley (2009), o Campesinato no Brasil sempre foi um setor “bloqueado historicamente”, especialmente por conta da negação sistemática, em diversas localidades, do acesso dessa população a terra. Tais questões apresentaram-se – com particularidades, complementaridades ou oposições – nas abordagens de valiosos estudiosos da sociedade brasileira, ora enquanto componente importante dos debates existentes na nascente ciências sociais em nosso país, ora demarcando também as leituras da atual geração de estudiosos (as) da sociologia, principalmente a sociologia rural.

Esses estudos estavam inseridos em meio a um efervescente contexto sociopolítico da época (final da década de 60 do século XX), pois era um cenário marcado pelo processo de internacionalização da indústria brasileira, bem como do avanço do capitalismo no campo, que impulsionaram o desenvolvimento da modernização do processo produtivo na agricultura. Desencadeou-se, enquanto reação a essa modernização excludente, uma forte organização dos trabalhadores rurais em vários municípios no país, que repercutiram em âmbito nacional por conta de seus atos políticos na década de 1950 e, principalmente nos primeiros anos de 1960 que antecederam à implantação do Regime Militar em 1964.

A organização política dos camponeses contou com o apoio dos partidos políticos, sobretudo o Partido Comunista Brasileiro (PCB), e da Igreja Católica, os quais reunidos no I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em 1961, formularam, pela primeira vez, uma proposta unitária de reforma agrária brasileira. Era uma síntese de suas interpretações política acerca da questão agrária no país, gerando repercussão na imprensa (rádio e jornal, na época). Destarte, “essas eram as condições em que estava ocorrendo à redefinição política das relações de classes no campo. Isto é, pouco a pouco, verificava-se a metamorfose política do lavrador em camponês” (IANNI, 2004, p. 212), especialmente na condição de elaboração de sua identidade política.

A agenda política desses grupos campesinos expressava questões como: a) reforma agrária; b) livre direito à organização sociopolítica da classe trabalhadora rural; c) extensão de direitos trabalhistas para o campo, bem como previdenciários; d) fim do

sistema de barracão e do cambão nos engenhos; e) políticas públicas ligadas ao desenvolvimento produtivo no campo, fundamentalmente para a pequena produção rural (ANDRADE 2005; MARTINS, 1981). O elenco de aspectos aludidos acima mostra como as áreas rurais estavam incólumes aos direitos de cidadania, particularmente devido ao poder das elites agrárias em negá-los constantemente.

Esse período efervescente permitiu o acirramento dos conflitos no campo, sobretudo, com a criação e ação das Ligas Camponesas³. Em meio à retomada das manifestações populares no período decisivo de encerramento do regime militar (1985), o movimento camponês ganhou (novo) impulso, com destaque para o MST.

De acordo com Stedile e Fernandes (2012), as raízes do surgimento desse movimento foram determinadas por diversos fatores, dentre os principais: a) o aspecto socioeconômico das transformações que a agricultura brasileira sofreu na década de 70 do século passado; b) modernização e industrialização no campo; c) e a era da colonização da região Norte do país. Portanto, o nascimento do MST tem suas raízes nas condições objetivas do desenvolvimento da agricultura, logo, “o MST não surgiu só da vontade do camponês. Ele só pode se constituir como um movimento social importante porque coincidiu com um processo mais amplo de luta pela democratização do país” (STEDILE & FERNANDES, 2012, p. 24).

É necessário destacar que o surgimento do MST possibilitou uma (re)significação do conceito camponês. Isso porque, afirmava-se que o camponês correspondia meramente a um simples produtor agrícola. “Com uma forma de organização própria e uma identidade que foi construída no processo de consolidação do movimento no âmbito nacional e estadual, o sem-terra é a cara mais renovada do campesinato”, afirmou Carvalho (2005, p. 156). Ainda segundo o autor, o MST marca o período de constituição de um novo camponês: o assentado de reforma agrária.

Já, no que se refere, à família rural no projeto de reforma agrária, a mesma acaba assumindo caráter central, pois a criação dos assentamentos é a validação da importância e reconhecimento da família como elemento fundamental para a vida nos assentamentos, já que, “o sujeito da conquista do assentamento de reforma agrária tem um núcleo basicamente familiar, e de família extensa” (MARTINS, 2003, p. 19).

³ As Ligas Camponesas foi um movimento camponês que teve seu início no ano de 1954 em Pernambuco e, posteriormente, na Paraíba, donde emergiram suas principais lideranças: João Pedro Teixeira, Elizabeth Teixeira, Júlia Santana, Francisco Julião e outros(as). As Ligas existiram até 1964, sendo eliminadas, assim como as demais organizações de camponeses e de trabalhadores rurais sindicalizados vinculados à esquerda. Tudo isso levou a um silenciamento da identidade política projetada a partir das ações e dos valores de mundo dos próprios homens do campo (JULIÃO, 1962).

Diante desta conceituação, parte-se a ideia de que a família rural assentada tenta garantir a reprodução social do grupo familiar e, conseqüentemente, a melhoria das condições de vida, uma vez que estas são agentes de modificação social do mundo rural. São essas famílias e as dinâmicas existentes nos assentamentos que têm possibilitado em vários municípios formas de inclusão social antes precarizadas pela ausência da posse da terra. Ademais, são elas que passam a qualificar as políticas dos poderes públicos municipais, cobrando escolas, postos de saúde, melhorias de infraestrutura (BERGAMASCO, 2003; MARTINS, 2004).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

O avanço do desenvolvimento no campo brasileiro, que teve início nos anos 70, do século XX, através da intervenção do governo, ficou marcado pela aliança entre os grandes proprietários de terra e as empresas transnacionais, o que resultou em mudanças na configuração da zona rural. Um exemplo dessa alteração é o modo de organização da produção no campo. A partir disso, a produção agrícola está sob a ótica da racionalidade do capital, em que se caracteriza pela produção em alta escala em áreas contínuas, isto é, o monocultivo. Além disso, essa produção substituiu a mão de obra barata pela mecanização intensiva – com aplicação da biotecnologia e novas técnicas de irrigação – e, por fim, adicionou o uso constante de agrotóxico⁴. Resultando, assim, na criação de mercadorias agrícolas padronizáveis, as denominadas de *commodities*, bem como intensificou a necessidade do acesso e uso do crédito rural (CARVALHO, 2005).

Esse tipo de produção de ponta, por meio da mecanização intensiva, e ligações políticas com os latifundiários, as empresas transnacionais e os bancos, denomina-se de Agronegócio – prática que vem ganhando, nos últimos dez anos, expressiva valorização, por decorrência de sua lucratividade.

Segundo alguns autores, Medeiros (2010), Wanderley (2003) e Martins (1981), o aumento de condições desfavoráveis no campo, como a ampliação da concentração

⁴ Substância química utilizada não só para eliminar pragas em produções, mas, sobretudo como fertilizantes sintéticos. Há quem afirme que essas mudanças na organização da produção agrícola no campo foram mais impactantes do que a própria Revolução Verde, ocorrida nas décadas de 60 e 70 do século passado. Isto porque, “O Brasil, como é sabido, alcançou em 2009 o primeiro lugar no ranking mundial de consumo de agrotóxicos, embora não sejamos, como também é sabido, o principal produtor agrícola mundial.” Como mostrou o Boletim DATALUTA (2011). Disponível em: www.fct.unesp.br/nera <acesso em: 06 de jul. 2014>

fundiária⁵, o impacto socioambiental advindo do uso do agrotóxico, desempregos, expulsão de famílias camponesas e o deslocamento cada vez maior da população rural para os centros urbanos em busca de trabalho e de melhores condições de vida, foram processos que marcaram as décadas de 1970 a 90 do século XX.

Torna-se claro que essa mesma fase de desenvolvimento no campo brasileiro, contraditoriamente, significou à retomada das manifestações populares no período decisivo de encerramento do regime militar, o movimento camponês ganhou (novo) impulso, com destaque para o MST.

A gênese do MST ocorreu mediante um contexto de modificações no campo brasileiro na década de 1970, dos quais podemos destacar quatro processos: a) o aspecto socioeconômico das transformações na agricultura brasileira; b) a modernização no campo, com a entrada da mecanização, que impulsionou o êxodo rural; c) o processo de industrialização, afinal, estava sob o efeito do “milagre econômico”; d) e a colonização na região Norte (especialmente em Rondônia, Pará e Mato Grosso). Em suma, esses quatro processos, apresentados, corresponderam à base social que gerou o MST.

O MST surgiu na região Centro Sul do Brasil, no período de 1984- 1985. O movimento só teve de fato contorno e repercussão nacional a partir dos anos 90 do século XX, devido às vitórias e emblemas dos processos de ocupações de terra da época, a exemplo da ocupação na fazenda Macali, localizada no Rio Grande do Sul (TURATTI, 2005).

É importante destacar que, para além dessas condições objetivas, diante das metamorfoses no campo brasileiro, o MST também teve influência das Ligas Camponesas e, principalmente, do trabalho pastoral das igrejas Católicas e Luterana (STEDILE & FERNANDES, 2012). A forte presença da igreja (progressista) como impulsionadora no surgimento do MST foi decorrente da ideologia da Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁶.

O MST apresenta características de natureza importantes. A primeira, diz respeito à inclusão de todos os membros da família, configurando-se, portanto, uma base

⁵ Sobre a Concentração Latifundiária, dados divulgados pelo Relatório DATA LUTA Brasil (2013) mostra que “a Estrutura Latifundiária brasileira foi ampliada em 6,3 milhões de hectares entre 2011 e 2012. Segundo Eduardo Girardi, coordenador da pesquisa, esse dado equivale ao aumento da área rural sob propriedade ou posse de particulares. Possíveis razões para isso são o aumento de regulamentação de terras, avanços da fronteira agrícola e da grilagem”.

⁶ Surgiu em 1975 em Goiânia, vinculado a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) cuja perspectiva doutrinária foi o da Teologia da Libertação- prática religiosa voltada para a realidade social. Para um maior conhecimento dessa corrente cristã, ver: Boff (2010). Sobre a mediação entre a teologia da Libertação e os movimentos sociais no campo, ler: Iokoi (1996).

familiar⁷. Afinal, é no âmbito familiar que se discute e se organiza a inserção produtiva, laboral, social e moral de seus integrantes; sendo também em função desse referencial que são estabelecidas as estratégias individuais e coletivas, que visam garantir a reprodução social do grupo familiar. Assim, a família rural representa o trabalho (o predomínio da agricultura como base familiar), a segurança (garantia de futuro) e a conservação dos valores, tradições e costumes⁸.

Outra característica presente no MST é a articulação com o movimento sindical. Isso porque, o movimento compreende que os agricultores assentados precisam se vincular aos sindicatos dos trabalhadores rurais como via de acesso à benefícios voltados para a sua produção. No entanto, da mesma forma em que o MST estimula a filiação aos sindicatos rurais, o próprio movimento faz suas ressalvas a isso:

Aprendemos ainda que a luta pela terra não pode se restringir ao seu caráter corporativo, ao elemento sindical. Ela tem de ir mais longe. Se uma família lutar apenas pelo seu pedaço de terra e perder o vínculo com uma organização maior, a luta pela terra não terá futuro. É justamente essa organização maior que fará que a luta pela terra se transforme na luta pela reforma agrária. Aí, já é um estágio superior da luta corporativa. É agregado à luta pela terra o elemento político. (STEDILE & FERNANDES, 2012, p. 37)

É esse elemento político que corresponde ao terceiro elemento característico do MST. Nesse sentido destaca-se que:

Na essência, o MST nasceu como um movimento camponês, que tinha como bandeira as três reivindicações prioritárias: terra; reforma agrária e mudanças gerais na sociedade (STEDILE & FERNANDES, 2012, p. 33).

Essas três características (base familiar- corporativismo- elemento político) compostas no princípio do MST apresentadas aqui serão, no decorrer do texto, revisitadas. Já que a tentativa de garantir a reprodução social do seu grupo e, conseqüentemente, a melhoria das condições de vida, pode justificar a incorporação de integrantes do MST na participação de conselhos gestores.

“Assentado rural-conselheiro gestor”: uma redefinição identitária

⁷ Bergamasco (2003), Loera (2006) e Martins (2003), afirmam que o sujeito da reforma agrária no país tem um núcleo basicamente familiar, de família extensa, e é a partir delas, e de suas experiências cotidianas, que podemos perceber – do ponto de vista sociológico – as próprias mudanças e/ou continuidades de antigas situações de vida no campo.

⁸ Bergamasco et al. (2003), Leite (2004) e Medeiros (1994).

Ao término da análise da participação sociopolítica do MST, é importante analisar em que medida essa experiência participativa do militante do MST- Glória nos conselhos gestores possibilitou uma redefinição identitária destes integrantes do MST e como eles se percebem enquanto conselheiro, identificam as possibilidades e os limites desse (novo) engajamento. Para tanto, destacarei os atores sociais, os motivos e disputas, as normas, e os contextos sociais.

O primeiro destaque é o ator social, ou melhor, os atores sociais articulados a grupos. Nesse sentido, o ator social tratado nesse trabalho refere-se ao MST. Ao passo em que o movimento se inseriu em conselhos gestores, ou outro campo de atuação institucional, precisou desenhar demarcações de diferenças entre os outros atores sociais que já existiam nos conselhos. Dessa maneira, acredita-se que o diferencial, por parte do MST, seja a sua bagagem de formação e atuação política, ou usando de um termo burdiesiano, de seu capital simbólico⁹ no que se refere à experiência em instâncias deliberativas presente no interior do movimento¹⁰. Como foi o caso de um dos entrevistados, que além de ser conselheiro do Centro Dom José Brandão de Castro¹¹ e da Rede de Agricultura do Alto Sertão Sergipano é integrante da setorial de Direitos Humanos.

O segundo destaque centra-se nos motivos da disputa. Essa disputa decorre tanto do processo de diferenciação como também das concorrências internas. A partir do pressuposto de campo político de Bourdieu (2011) – como espaços de relações objetivas e de lutas caracterizadas pela heterogeneidade de disputas – podemos compreender que as disputas entre os diferentes atores sociais são travadas no campo político, isto é, “no

⁹ Entende-se como representação do que você constrói dentro de um espaço social. (BOURDIEU, 2009)

¹⁰ O MST, no aspecto organizacional, apresenta organizações internas através de setoriais temáticas, que são: setor de formação; de educação; de produção; de finanças; projetos; comunicação; relações internacionais; de gênero e de direitos humanos, além das secretarias nacional e estadual (MORISSAWA, 2001).

¹¹ Centro de Assessoria e Serviço aos/as Trabalhadores/as da Terra- Dom José Brandão de Castro- CDJBC A missão institucional do CDJBC é contribuir para o fortalecimento das formas de organização e qualificação dos/as trabalhadores/as rurais sergipanos/as na luta pela superação da exclusão social. Assim voltado para crianças, jovens, mulheres e homens do campo, acreditando no protagonismo destes sujeitos para a construção de políticas públicas que assegurem a cidadania das comunidades rurais. O CDJBC foi fundado em 11 de junho de 1995 por trabalhadores/ as rurais e pessoas envolvidas na luta por uma cidadania e direitos no campo, tendo como objetivo promover a melhoria da qualidade de vida no campo dos sergipanos. O CDJBC tem em D. José Brandão de Castro, primeiro bispo da diocese de Própria-Se, o seu referencial de mística e compromisso em defesa da vida e contra toda forma de exploração dos/as trabalhadores/as do campo. A organização tem o reconhecimento de utilidade pública municipal (2002), estadual (1997) e federal (2003). Está escrita desde 2002 no Conselho Nacional de Assistência Social e é filiado a ABONG. Retirado do Site Oficial do CDJBC. Disponível em:

<http://www.cdjbc.org.br/ler.asp?id=2&titulo=conteudo&onRollOver=%5Btype+Function%5D&onRollOut=%5Btype+Function%5D&onRelease=%5Btype+Function%5D> Acesso: 18 de jan. 2015.

campo de forças e como campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento” (BOURDIEU, 2011 p. 163- 164). Pode-se destacar como exemplo de disputa, o processo eleitoral para participar da nova gestão do conselho, como foi observado em alguns dos relatos dos assentados entrevistados.

No início da gestão [em 2013, no Conselho Estadual de Articulação do Semiárido] se nós não tivesse um número mínimo de militante nosso fica difícil de nós entrar nos conselhos. Então, nós ficamos atentos com as eleições de conselhos pra está presente. Porque muitas entidades faz de tudo possível pra o MST não participar. Então nós temos que ficar muito atento pra poder nunca deixar de ter alguém nosso dentro dos conselhos (MST- CONSELHEIRO3, 2014). A gente evita muito o conflito. A gente vai pro diálogo! (MST- CONSELHEIRO5, 2014)

De tal modo, percebe-se a heterogeneidade de disputas diante desse campo político, pois ocorre tanto com a relação entre a representação governamental como a da sociedade civil.

O destaque para as normas e os princípios sociais justifica-se porque são cruciais para o regulamento das relações sociais na perspectiva da análise dos processos identitários. Esse parâmetro dos processos identitários considera que:

As normas que norteiam as relações sociais podem ser expressas na forma de costumes, tradições, leis ou discursos. Neste caso, a questão do poder reaparece numa condição em que as práticas e normas se reproduzem e estão mutuamente implicadas. Aqui, não estamos considerando que os atores sociais simplesmente se adequam a regras. Ao contrário, partimos do pressuposto de que as normas e os discursos bem como as instituições que as sustentam, são produzidas ‘nas’ e a partir ‘das’ relações de poder. (ENNES; MARCON, 2014, p.17)

Nesse bojo, vale considerar o modo de agir, bem como as normas oficiais presente nos conselhos e que os integrantes do MST tiveram que interiorizar tais princípios sociais neste (novo) campo de atuação. A ideia de interiorização trazida aqui baseia se com a noção de *habitus* de Pierre Bourdieu (2009), ou seja, houve por parte do assentado-conselheiro um processo de interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade. Isto é, a partir da inserção desse ator social nos conselhos, absorveu a dinâmica interna dos conselhos já “normatizada” para, a partir daí, reagir a isso através

do reconhecimento e impulsioná-lo a se inserir no jogo de interesse (de “estar em”) e participar desse jogo de disputa, parafraseando Bourdieu (1996)¹².

Outro destaque é o do contexto social. Este é notório como significativo para o entendimento da inserção do MST nos conselhos. Com o reordenamento na gerência das políticas públicas por parte do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), essa descentralização tornou o conselho como principal canal de acesso às políticas sociais. E considerando a dificuldade de entrada aos recursos públicos por parte das famílias rurais assentadas, pós a conquista da terra, desencadeou no movimento a necessidade de traçar uma nova estratégia de atuação política frente a esse cenário.

Por fim, destaco a identificação do integrante do MST com a experiência de conselheiro, isso ficou perceptível com os relatos dos entrevistados, já que algumas das perguntas semidirigidas eram direcionadas às próprias percepções diante da sua (nova) condição de conselheiro. E as respostas transmitiam domínio sobre o seu papel de conselheiro e, principalmente, o reconhecimento das debilidades que os conselhos se encontram; a seguir ressalto algumas:

O negativo é que a maioria dos conselheiros eles ainda não são conscientes. Não to citando aqui os conselheiros do movimento, pois aqui eles sempre tiveram instrução. Mas na maioria eles são aqueles conselheiros que não debate, que não questionam porque eles não tem bem o conhecimento. As vezes ele num é bem eleito do conselho ele vai porque tá apontado por A ou B. então pra atender a interesses de algumas pessoas que tem outros interesses. Então o conselheiro ele tem que ter formação pra que ele possa lá debater projetos que venha beneficiar a comunidade como um todo e não beneficiar uma ou duas pessoas que tem até certo interesse político (MST- CONSELHEIRO5, 2014).

Uma dificuldade é o local pra gente se reunir. De como se locomover né. Uma das dificuldades é essa. Porque às vezes as reuniões acontece no alto sertão, em Monte Alegre, em Canindé [municípios próximos do Alto Sertão] (MST- CONSELHEIRO3, 2014).

A falta de recursos para sua gestão. A estrutura das leis municipais que os criam, que privilegiam os interesses das gestões municipais (MST- CONSELHEIRO2, 2014).

Em suma, esses elementos destacados são importantes para o entendimento dos processos identitários que o MST iniciou e vem vivenciando, na condição de assentado-

conselheiro, mediante a sua nova socialização, neste caso em conselhos gestores

¹² Essa consideração do *habitus* está relacionada ao entendimento de campo. Afinal, não dá pra pensar em campo sem discutir a noção de *habitus*, isto é, a relação de interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade que perpassa no campo. (BOURDIEU, 2009)

(KATHYUSCIA, 2015). Embora tal socialização – compreendida, segundo Dubar (2005), como um processo de construção de identidades – desencadeasse em novas sociabilidades para esses atores sociais, é necessário destacar que o pertencimento e a identificação com o MST ainda se faz presente nos discursos dos assentados-conselheiros, como pode-se observar:

A participação do MST nos conselhos é importante porque a gente tenta descobrir o que é que tem de bom pro nosso povo e se nós não participar nós somos prejudicados em tudo. Então pra nós é bom porque nos traz conhecimento. Quanto mais a gente participa mais a gente aprende com os conselhos. Agora se nós não lutar a gente não participa dos conselhos (DIR. ESTADUAL, 2014).

Reafirmo a minha referência em nossa formação político-ideológica e a compreensão de que não podemos nos furtar em contribuir nos mais diversos espaços, pois atingimos um nível organizacional enquanto movimento social camponês que nos imprime essa responsabilidade (MST- CONSELHEIRO5, 2014).

Como militante do MST, vejo a participação nos conselhos como a oportunidade de fazer a interlocução dos debates e das ações das políticas públicas com a ação e a mobilização social. Assim, buscar sistematizar as demandas do movimento para debatê-las e construir propostas no que compete às atribuições dos respectivos conselhos, mas também levar ao movimento o que existe e como se estrutura as políticas públicas (MST- CONSELHEIRO5, 2014).

Como parte que compõe o campesinato, o MST deve, a meu ver, ter como tarefa estar nos espaços que debatam e influenciam a tomada de decisão do Estado, para defender e garantir que as camponesas e os camponeses acessem seus direitos. Além da relação com o poder público, a participação nos conselhos permite ao MST se relacionar com a sociedade civil, mostrando nossa capacidade organizativa e contrapondo a imagem que os meios de comunicação fazem de nós (MST- CONSELHEIRO4, 2014).

Portanto, nota-se o reconhecimento da importância de participação nos conselhos. Ademais, há identificação perante essa (nova) atuação que é (e foi gerada) a partir da inserção nesse espaço social de disputa, de normas e de regulação e, que mesmo assim esse ator social, o MST, produz suas diferenciações, seja no tocante à formação e instrução perante a sua base que atua nos conselhos, caracterizando se como o militante político que atua nos conselhos; seja pela afirmação e demarcação de configurações frente aos outros atores sociais contidos nos conselhos.

Considerações finais

A tentativa de análise da participação sociopolítica do MST em conselhos gestores revelou a necessidade de uma extensão da análise, isto por considerar que esse fenômeno ainda é recente, no tocante à análise sociológica. Valeria um aprofundamento dessa realidade operacional frente ao engajamento do MST nos conselhos.

Considera-se que a recriação das práticas participativas do MST é resultante também das transformações ocorridas no campo brasileiro, onde desencadearam nos movimentos sociais do campo, novas formas de resistência, e estratégias de luta para a garantia de sua permanência frente à avalanche de conseqüências doravante a expansão do capitalismo no meio rural.

O cenário de transformações no mundo rural, nas últimas décadas, implicou a heterogeneidade das forças sociais presente no campo, o que gerou um novo olhar sobre as interpretações dos movimentos sociais rurais. Com isso, outras abordagens surgem, para além da clássica marxista em que a explicação se dava pelas determinações econômicas estruturais das ações coletivas, para explicar a pluralidade das novas problematizações que emergiam a partir do final da década de 80.

Dessa forma, as novas abordagens sobre os movimentos sociais (rurais) buscam compreender, não somente o campesinato em si, mas também a questão da cultura e, principalmente, as relações sociais do cotidiano e dos processos identitários específicos de cada movimento que emergem nos embates, aproximações e da contingência destas relações. Nesse sentido, que recorri à análise tanto da participação sociopolítica do MST como também dos processos identitários que foram se (re)criando ao longo dessa vivência participativa.

Por fim, os motivos e finalidades da inserção participativa do MST no mecanismo institucional, que é o conselho gestor, examinados aqui, revelam que a justificativa se dá pelas precárias condições sociais e econômicas em que se encontram os assentamentos rurais pós a conquista da terra. Ademais, identificou-se no conselho o canal de acesso às políticas públicas para beneficiamento das famílias rurais assentadas. Uma vez que, tais políticas são fomentadas e acessadas pelas instâncias deliberativas dos conselhos.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correa de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuições ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, 2005.

BEAUD, S & WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BERGAMASCO, Sônia et al. (orgs.). **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas: Feagri– UNICAMP; Araraquara: Uniara; São Paulo: INCRA, 2003.

BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BOFF, Leonardo. **Como fazer Teologia da Libertação**. 10ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis- RJ: Vozes, 2009.

_____. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.

_____. **O poder simbólico**. 15ª edição, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2011.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

DATALUTA. O **Boletim DATALUTA** (2011). Disponível em: www.fct.unesp.br/nera <acesso em: 06 de jul. 2014>

_____. **Relatório DATA LUTA Brasil** (2013). Disponível em: http://www.editoraunesp.com.br/catedra/publicacoes_noticias.asp?tpl_id=1&id=74 <acesso em: 07 de jul. 2014>

IANNI, Octavio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IOKOI, Zilda. **Igreja e Camponeses**: Teologia da libertação e movimentos sociais no campo Brasil e Peru, 1964- 1986. São Paulo: FAPESP, 1996.

JULIÃO, Francisco. **O que são as ligas camponesas**. São Paulo: Brasiliense, 1962.

KATHYUSCIA, Claudia Bispo de Jesus. **“O que nós quer é ocupar todos os espaços”**: a participação sociopolítica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Conselhos Gestores. São- Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2015 (dissertação- sociologia).

LEITE, Sergio *et al.* **Impacto dos assentamentos**: Um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Fundação Editora UNESP, Nead, 2004.

LOERA, N. R. **A espiral das ocupações de terra**. São Paulo: Polis, 2006.

MARTINS, José de Souza (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1983.

_____. (Org.). **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, out/2004, p. 5-12.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais**. Petrópolis- RJ, 1981.

MEDEIROS, Leonilde *et al.* **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994.

MEDEIROS, Leonildes Servólos de. Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In: CARTER, Miguel. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

STEDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 2ª edição, São Paulo: Expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abramo, 2012.

TURATTI, Maria Cecília Manzoli. **Os filhos da lona preta: identidade e cotidiano em acampamentos do MST**. São Paulo: Alameda, 2005.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. **“Morar e Trabalhar”**: o ideal camponês dos assentados de Pitanga. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 203- 247.

INSTRUMENTOS DE AÇÃO PÚBLICA NO TERRITÓRIO RURAL CAMPOS DE CIMA DA SERRA, RIO GRANDE DO SUL

BOZIKI¹, Damiane, M; BINKOWSKI², Patrícia; HERNANDEZ³, Aline R. C.

RESUMO

As dinâmicas de desenvolvimento econômico do Estado nos últimos anos foram seguidas pelo aumento e diversificação de instrumentos de ação pública, como pelo acúmulo de programas e políticas nos diferentes setores de intervenção do Estado. O Colegiado do Território Rural (CODETER) enquanto espaço de ação pública é formado pelas relações sociais dos agentes que participam da política territorial, esse espaço é legitimado pelo CONDRAF (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável) e, portanto, reconhecido como um dispositivo a ser observado. No Rio Grande do Sul (RS), existem 18 territórios, dentre eles está o Território Rural Campos de Cima da Serra (TRCCS). O mesmo é composto por 13 municípios: Antônio Prado, Bom Jesus, Cambará do Sul, Campestre da Serra, Canela, Caxias do Sul, Ipê, Jaquirana, Monte Alegre dos Campos, São Francisco de Paula, São José dos Ausentes, São Marcos e Vacaria. Esse artigo tem o intuito de descrever e analisar as Câmaras Temáticas (CTs) enquanto instrumentos de ação pública no Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) do TRCCS no Rio Grande do Sul. O estudo teve quatro etapas: análise de dados secundários análise documental, diário de campo e análise dos resultados. Observou-se que as CTs elaboraram diversos projetos, dentre eles o “banco de projetos” que tem por objetivo justamente organizar as demandas do território através das câmaras temáticas. Considerou-se que 2 câmaras temáticas tornaram-se instrumentos de ação pública no CODETER do TRCCS, entre elas a Câmara Temática de Pecuária Familiar (CTPF) e a Câmara Temática de Agroflorestas (CTA). As CTs são exemplo da construção coletiva direcionada para a resolução de problemas socioambientais diários por meio da troca de experiência, do conhecimento e das iniciativas dos próprios atores locais que possibilitam a inclusão social e autonomia. É através delas que temas específicos, selecionados como prioritários, são discutidos e encaminhados no TRCCS pelos diferentes atores sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Câmaras temáticas. Desenvolvimento rural. Políticas de Desenvolvimento Territorial. Políticas públicas.

1. INTRODUÇÃO⁴

¹ Mestre pelo Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). dammyy@gmail.com

² Dra. Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Adjunta e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade da UERGS. Líder do grupo de pesquisa ObservaCampos (Observatório de Políticas e Ambiente). patinski77@yahoo.com.br

³ Dra. Psicologia Social e Metodologia pela UAM, Espanha. Professora Adjunta da UFRGS. Líder do grupo de pesquisa Psicologia Política, Educação e Histórias do Presente. alinehernandez@hotmail.com

⁴ Cabe salientar que esse artigo foi baseado na dissertação intitulada “A Configuração da Política de Desenvolvimento Territorial e a Ação Pública no Território Rural Campos de Cima da Serra, Rio Grande do Sul” de autoria de Damiane Maria Boziki, defendida em junho de 2018 no Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade da UERGS.

A agricultura familiar no Brasil constitui uma forma de produção e trabalho que foi historicamente marginalizada. Tal circunstância é fruto do legado colonial do país e do processo de modernização assimétrico da agricultura nacional implementado com mais força a partir da segunda metade dos anos 1960 (AQUINO e SCHNEIDER, 2015). A modernização da agricultura intensificou essas desigualdades, pois não privilegiou uma parcela de agricultores existentes, marginalizando, por vezes, alguns segmentos de produtores pela falta de acesso ao crédito, à assistência técnica, dentre outros benefícios.

Aquino e Schneider (2015) comentam que no final de 1980, em meio ao processo de redemocratização, os movimentos sociais do campo iniciaram ações no sentido de motivar a criação de políticas para compensar os efeitos nocivos da política econômica do período da ditadura militar (1964-1985). Foi nesse período onde o Brasil se encontrava em um contexto histórico de crise econômica e de reformas liberais, que se iniciaram as experiências e os estudos voltados ao desenvolvimento territorial (DANTAS e COSTA, 2014).

Durante a primeira metade da década de 1990, algumas alterações na forma de gestão do Estado, especialmente com o incremento do papel das recém-criadas agências de regulação e da descentralização de algumas políticas públicas federais, fizeram com que os governos locais ganhassem novas atribuições (SCHNEIDER, 2004). Neste sentido, o debate sobre o desenvolvimento territorial rural se baseava, em primeiro lugar, na observação da persistência relacionada à pobreza rural e a desigualdade regional, e na discussão mais ampla sobre o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade (DELGADO *et al.*, 2007).

Para Delgado *et al.* (2007, p. 06), “a questão do desenvolvimento territorial está ligada à forma como o Estado atua no espaço nacional, ou seja, como se articulam as decisões públicas em todas as escalas da organização administrativa”. Como atuação do Estado, entende-se o conjunto das práticas públicas, visando o aparelhamento do espaço nacional, o arranjo espacial dos serviços públicos, assim como as formas de articulação do Estado com os atores sociais (DELGADO *et al.*, 2007). Buttenbender, Siedenberg e Allebrandt (2011, p.02) afirmam que para definir políticas públicas de desenvolvimento, das estruturas de governo regional e os processos de planejamento e gestão requer o envolvimento do poder público e da sociedade civil, “atuando em diferentes espaços de organização social através de diversos instrumentos e mecanismo de participação”.

No Brasil, com a instituição do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2000, juntamente com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), iniciou-se um espaço importante para elaboração de políticas públicas. Os

programas vinculados ao MDA e à política de desenvolvimento territorial da SDT tinham como objetivo promover o desenvolvimento sustentável em regiões com baixo dinamismo econômico, especialmente no meio rural (MDA, 2015). A estrutura e o modelo da política basearam-se na formação de uma instância local de mobilização, denominada Colegiado de Desenvolvimento Territorial, onde o Estado e a sociedade civil planejam e gerem as políticas públicas conjuntamente em torno da construção de ações destinadas, em especial, aos agricultores familiares, assentados, povos indígenas, quilombolas, pescadores e piscicultores familiares.

As dinâmicas de desenvolvimento econômico do Estado nos últimos anos foram seguidas pelo aumento e diversificação de instrumentos de ação pública, como pelo acúmulo de programas e políticas nos diferentes setores de intervenção do Estado. A análise da ação pública visa observar os dispositivos concretos de política pública como construções sociais consequentes de um jogo complexo entre uma multiplicidade de atores sociais, políticos e econômicos (MASSARDIER, 2003).

No século XX, diversos instrumentos de ação pública passaram a se diversificar assim como os programas e políticas de intervenção do Estado (políticas sociais e militares). A instrumentação da ação pública pode ser entendida como um conjunto de problemas a serem priorizados pelo emprego dos instrumentos (métodos, meios de operar, dispositivos) que admitam concretizar e operacionalizar a ação governamental, assim como os resultados obtidos por estas escolhas (LASCOUMES e LE GALÈS, 2014). As instituições são pautadas por estes instrumentos tendo em vista que são elas que determinam o comportamento dos atores (sobre as os efeitos e relações de força), são relações de poder, onde se pode privilegiar alguns atores e afastar outros, dependendo do instrumento selecionado. São esses instrumentos que determinam, em grande parte das situações, os recursos que devem ser empregados e por quem, assim são capazes de consolidar ações coletivas, e podem tornar mais visível o comportamento dos atores (LASCOUMES e LE GALÈS, 2014).

Esse artigo tem o intuito de descrever e analisar as Câmaras Temáticas (CT) enquanto instrumentos de ação pública no Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) do Território Rural Campos de Cima da Serra (TRCCS) no Rio Grande do Sul (RS).

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Realizou-se uma pesquisa triangulada de tipo exploratória, descritiva e analítica. O fluxo de dados foi composto por 4 etapas, sendo elas: **1º Etapa - Análise de Dados**

Secundários: Foram consultadas bases de dados, repositórios digitais e estatísticas descritivas. **2ª Etapa - Análise Documental:** Foram analisadas as atas, pautas e áudios das reuniões do Colegiado dos Núcleos Técnico e Diretivo que registravam as memórias dos principais eventos oficiais do TRCCS, relatórios dos principais **3ª Etapa - Diário de Campo:** Foram retomadas as descrições, relatos e percepções que estavam descritas no Diário de Campo que elaborei enquanto estive como Assessora de Inclusão Produtiva (ATIP) da política de desenvolvimento territorial dos TRCCS. **4ª Etapa - Análise e Triangulação dos Resultados:** Nesta etapa os dados obtidos anteriormente foram sistematizados, interpretados e analisados, tanto de forma parcial quanto de forma integrada e correlata.

O desenvolvimento de pesquisas de campo com amplo fluxo de dados pode contribuir muito à compreensão do tema em profundidade, ao apresentar em cada fluxo novos elementos que sirvam de reflexão à compreensão da dinâmica dos atores sociais em relação ao poder público, as percepções das (in)certezas, a consolidação ou desmonte de políticas públicas, e ainda, sobre a implementação de instrumentos de ação pública.

3. A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO BRASIL

A política de desenvolvimento territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) iniciou a partir da necessidade da construção de uma estratégia de desenvolvimento rural contemporânea, a qual deveria apresentar um novo olhar sobre o Brasil rural como espaço de vida, da diversidade e do desenvolvimento sustentável. A partir deste contexto, o rural é percebido como espaço de potencialidades em todas as dimensões do desenvolvimento e não apenas do econômico.

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) foi o órgão responsável pelo eixo estratégico do MDA relacionado às políticas de promoção da qualidade de vida e da cidadania no rural brasileiro que, juntamente com as políticas agrárias e agrícolas integraram os 3 eixos estratégicos do MDA. No âmbito da organização interna, a SDT/MDA estava estruturada em 4 eixos estratégicos para a atuação nos territórios rurais: 1) A gestão social nos territórios por meio do apoio ao fortalecimento dos colegiados territoriais; 2) A articulação de políticas públicas para o desenvolvimento territorial; 3) O investimento em infraestrutura e serviços para inclusão sócio-produtiva, especialmente através do programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços dos

Territórios (PROINF); 4) O desenvolvimento de capacidades e competências nos territórios através de iniciativas nas áreas da educação, cultura e inclusão digital.

No Brasil, existem hoje 243 Territórios entre Territórios Rurais (TR) e Territórios da Cidadania (TC) que estão inseridos em 3.653 municípios, correspondendo a 65% dos municípios o Brasil e 76% do território nacional (MDA, 2016). São aproximadamente 22,7 milhões de habitantes em áreas rurais e 75% da população rural do Brasil correspondendo a 81% de agricultores familiares em relação ao total do Brasil (MDA, 2016).

No Rio Grande do Sul existem 18 territórios (entre TRs e TCs), dentre eles está o Território Rural Campos de Cima da Serra que foi reconhecido pelo MDA a partir da Resolução nº 94 de 23 de maio de 2013 do CONDRAF. O mesmo é composto por 13 municípios: Antônio Prado, Bom Jesus, Cambará do Sul, Campestre da Serra, Canela, Caxias do Sul, Ipê, Jaquirana, Monte Alegre dos Campos, São Francisco de Paula, São José dos Ausentes, São Marcos e Vacaria. O território compreende uma área total de 15.501,70 Km² com uma população estimada em 627.501 pessoas, onde grande maioria da população (91,37%) é considerada urbana (FEE, 2015). A Resolução nº 52 do CONDRAF recomenda que o Colegiado Territorial tenha a seguinte organização: Plenárias; Núcleo Diretivo; Núcleo Técnico; e Câmaras temáticas ou Comitês setoriais.

Plenárias: Nível deliberativo máximo, onde as decisões são tomadas com ampla participação das representações territoriais. Cabe ao plenário deliberar sobre os temas estratégicos ao território, definir sua visão de futuro e organizar suas instâncias e respectivas composições.

Núcleo Técnico: nível operacional encarregado de apoio técnico e administrativo às ações territoriais. É composto por representações de entidades com um conhecimento específico sobre temas relevantes às pautas do território, tais como entidades de assistência técnica e extensão rural e instituições de ensino e pesquisa.

Núcleo diretivo: nível decisório gerencial, responsável pela implementação de ações e articulação de parcerias. Trata-se da instância gerencial composta por organizações que fazem parte do plenário do colegiado territorial, com a atribuição de implementar ações e projetos do território a partir das diretrizes estabelecidas pelo plenário.

Câmaras Temáticas ou Comitês Setoriais: são instâncias que contribuem para mobilizar e articular os atores territoriais para a discussão e condução de temáticas específicas. São criados e aprovados pelo plenário e, assim como o núcleo técnico, podem ser compostos por entidades que não integram o plenário, desde que não

exclusivamente. Sua formação favorece o espaço de ação do plenário, contribuindo para a formação de redes de participação que fortalecem a organização de segmentos sociais específicos no colegiado. Geralmente de caráter permanente, as câmaras temáticas são formadas a partir da demanda ou necessidade do colegiado para debater e formule ações e projetos sobre um tema específico.

A partir das decisões realizadas na plenária do dia 15 de outubro de 2015, o CODETER do TRCCS passou a ter 8 câmaras temáticas. A criação destes grupos foi dada a partir do debate fomentado pela assessoria territorial junto ao núcleo diretivo e técnico, e estendido à plenária para debate e deliberação.

Figura 1- Câmaras temáticas do TRCCS



Fonte: CODETER (2015).

4. AS CÂMARAS TEMÁTICAS COMO INSTRUMENTOS DE AÇÃO PÚBLICA

Em torno da ação, interação e reação entre os atores da sociedade civil e do poder público “em alusão a um bem comum” (ÁVILA, 2011) é que se deflagra a ação pública. Segundo Niederle e Grisa (2013, p. 98) “a política de desenvolvimento dos territórios, mesmo tendo uma dinâmica *top-down*, ainda representa uma das principais experiências brasileiras de ação pública amparadas por um abordagem territorial de desenvolvimento”. Tal política tem como premissa básica a elaboração de projetos coletivos a partir da mobilização de diferentes atores locais, situados em diferente fóruns.

Apesar da política de desenvolvimento territorial seguir um “molde” único, ela se adapta a cada território rural levando em consideração exatamente os fatores e

idiosincrasias identitárias, sociais, econômicas, políticas, físicas e ambientais. São estes fatores que irão diferenciar as dinâmicas que se sucedem em um território rural.

Desta forma, a política de desenvolvimento territorial se metamorfoseia e se delinea a partir das características de cada território. Segundo Nierdele e Grisa (2013) a gestão de problemas públicos envolve três aspectos principais:

A formação e estabilização de redes heterogêneas de atores sociais (gestores, agricultores, técnicos, pesquisadores, prefeitos, vereadores, pequenos empresários etc.); a constituição de espaços públicos onde esses atores confrontam ideias e valores com vistas a formar novos compromissos (sobretudo nos Colegiados Territoriais); uma nova institucionalidade que regula as formas emergentes de relações políticas (normas para transparência de recursos públicos aos territórios; recomendação de paridade entre o governo e sociedade civil nos colegiados territoriais). (NIERDELE e GRISA, 2013, p. 96).

Diante deste contexto, destacamos as câmaras temáticas como instrumentos de ação pública, uma vez que elas são utilizadas pelo CODETER para dinamizar o debate e priorizar as ações no TRCCS. Este modelo de governança tem estimulado a participação da sociedade civil e também o Estado. As câmaras temáticas (CTs) são um exemplo de construção coletiva, direcionada para a resolução de problemas socioambientais diários por meio da troca de experiência, de conhecimento, de inclusão social, autonomia, desenvolvimento sustentável e de transformação social por meio de iniciativas dos próprios atores envolvidos.

É através das CTs que temas específicos, selecionados como prioritários são discutidos e encaminhados por diferentes atores sociais. Destaca-se o papel das universidades na construção de projetos. No TRCCS se identificou 2 CTs que desenvolveram ações mais concretas: a Câmara Temática de Pecuária Familiar e a Câmara Temática de Agroflorestas.

3.1 Câmara Temática de Pecuária Familiar (CTPF)

Essa CT foi efetivada a partir da reunião realizada no município de Bom Jesus em 26 de novembro de 2015⁵, onde se discutiu sobre as demandas que precisavam ser trabalhadas dentro do TRCCS, dentre elas: a) Definição do enquadramento do pecuarista familiar do Território Rural Campos de Cima da Serra; b) Definição e caracterização do Queijo Artesanal Serrano (QAS), juntamente com a EMATER/ASCAR; c) Definição e abrangência do Campo Nativo; d) Inspeção Sanitária e Regulamentação dos Serviços de Inspeção Municipais existentes, unificação dos

⁵ Os dados aqui presentes foram retirados das atas das Plenárias do CODETER TRCCS no período de 2015 a 2017.

sistemas de inspeção, Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA⁶), Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI⁷); e) Trabalhos com o campo nativo como ecossistema provedor de água; f) Boas práticas de fabricação do QAS; g) Melhoria e auxílio às Patrulhas Agrícolas dos Municípios e sua implementação.

Posteriormente, em 16 de dezembro de 2015 foi realizada uma nova reunião da CTPF no município de Jaquirana para aprofundar os assuntos anteriormente elencados. Em 25 de abril 2016 houve novamente uma reunião em Bom Jesus, com a assessoria do Deputado Estadual Vinícius Ribeiro para esclarecer o Projeto de Lei 36/2016 que “dispõe sobre a produção e a comercialização do queijo artesanal serrano, no estado do Rio Grande do Sul”. Em 20 de maio de 2016, desta vez em São Francisco de Paula, foi efetivada uma rede de produção e melhoria da produção do QAS, culminando com um possível Programa Territorial do Queijo Artesanal Serrano.

No dia 03 de junho de 2016, no município de Jaquirana, foi realizada reunião para priorizar as demandas propostas na reunião anterior e organização as entidades para participação na audiência pública no município de Bom Jesus, que tinha como tema novamente o QAS. A reunião contou com a presença do Deputado Estadual Vinicius Ribeiro, autor do Projeto de Lei (PL) 63/2016 e do Deputado Federal Alceu Moreira, autor do PL 2404/2015 que “dispõe sobre a elaboração e comercialização de queijos artesanais”.

Os trabalhos de articulação da CTPF no TRCCS resultaram em uma ação multiterritorial, em conjunto com a Câmara Temática de Segurança Alimentar e Nutricional do Território Litoral Norte. Em 01 de junho de 2016 foi realizado o Seminário Desenvolvimento Territorial: Produção de Alimentos de Origem Animal, que tinha como objetivo principal abordar as legislações existentes para este setor, nos diferentes níveis de governança; municípios, estado e união, procurando identificar, fluxos, gargalos, e possíveis soluções para os diferentes municípios, bem como trocar experiências entre territórios rurais próximos, como o dos Campos de Cima da Serra e do Extremo Sul de Santa Catarina. O seminário contou com mais de 100 participantes

⁶ Considera-se “equivalência de serviços de inspeção” o estado no qual as medidas de inspeção higiênico-sanitária e tecnológica, aplicadas por diferentes serviços de inspeção higiênico-sanitária e tecnológica, permitem alcançar os mesmos objetivos de inspeção, fiscalização, inocuidade e qualidade dos produtos. Os produtos registrados e inspecionados pelos serviços aderidos ao SUASA podem ser comercializados em todo território nacional.

⁷ Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem solicitar a equivalência dos seus Serviços de Inspeção com o Serviço Coordenador do SISBI. Para obtê-la, é necessário comprovar que têm condições de avaliar a qualidade e a inocuidade dos produtos de origem animal com a mesma eficiência do Ministério da Agricultura.

de diversos municípios os quais identificaram alguns gargalos (indefinição ou falta de priorização política pelas administrações municipais, estruturas deficientes e falta de normatização nos sistemas de inspeção municipais, inadequada descrição dos procedimentos de controle, contratações sem concurso, pouca autonomia dos técnicos e acúmulo de funções, falta de apoio laboratorial e falta de um sistema de informação integrado) pelas administra sobre a temática debatida.

Além dessas ações, foram realizadas diversas reuniões da coordenação da CT com a assessoria territorial, com a EMATER/ASCAR, além de participações em plenárias do CODETER TRCCS. Verificou-se que mobilização desta CT avançou inclusive em questões de reconhecimento enquanto grupo, visto que hoje o pecuarista familiar é reconhecido pela Lei Federal nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Esta lei considera como empreendedor familiar rural, entre outros requisitos, aquele que “não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais”.

Não obstante, a referida lei acaba não contemplando um número expressivo de pecuaristas, que detém mais de 4 (quatro) módulos fiscais, mas apresentam o modo de produção familiar. Estes agricultores ficam impedidos de acessar políticas públicas, tais como PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e programas de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Os “pecuaristas familiares” apresentam características semelhantes aos agricultores familiares quanto à forma de gerenciamento familiar da propriedade, ao nível de remuneração e aos mercados acessados, mas não contemplam as mesmas necessidades quanto à dimensão da área a ser ocupada para promover uma produção que gere concomitantemente sustentabilidade econômica, ambiental e cultural.

No Rio Grande do Sul, de acordo com o Decreto nº 48.316, de 31 de agosto de 2011, que regulamenta a Lei nº 13.515, de 13 de setembro de 2010, são considerados pecuaristas familiares os produtores que atendem cumulativamente os seguintes critérios: tenham como atividade predominante a cria ou a recria de bovinos e/ou caprinos e/ou bubalinos e/ou ovinos com a finalidade de corte; utilizem na produção trabalho predominantemente familiar, podendo utilizar mão de obra contratada em até 120 dias ao ano; detenham a posse, a qualquer título, de estabelecimento rural com área total, contínua ou não, inferior a 300 hectares, tenham residência no próprio estabelecimento ou em local próximo a ele; obtenham no mínimo 70% da sua renda da atividade pecuária e não-agropecuária do estabelecimento, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

Diante deste impasse em 18 de novembro de 2015, durante a 1ª Conferência Territorial de Assistência Técnica e Extensão Rural dos Campos de Cima da Serra, foi elaborada uma moção de solicitação e revisão da categoria do pecuarista familiar perante o ministério, a qual requeria ao governo federal equiparação do enquadramento do pecuarista familiar conforme Lei nº13.515/2010 do Rio Grande do Sul.

Outro reforço às ações no CODETER do TRCCS foi a parceria estabelecida entre a CTPF e a Universidade Estadual do RS em Caxias do Sul. Por meio dessa parceria foram realizados cursos de boas práticas junto a agroindústrias familiares em Caxias do Sul, sem custo algum aos agricultores.

Diante das experiências vividas a partir da CTPF nos 2 últimos anos fica evidente que grande parte das atividades não necessitaram de recursos financeiros, mas sim de vontade política e organização dos atores sociais envolvidos na realização das ações. A política de desenvolvimento territorial se dá quando os atores locais tomam para si as ações desenvolvidas no território rural se apropriando dos espaços de tomada de decisão e discussão e fortalecendo a gestão social territorial. A gestão social adquire diferentes nuances a partir da forma de governança estabelecida para conduzir a concertação e a demarcação das táticas nesse campo de poder.

3.2 Câmara Temática de Agroflorestas (CTA)

A coordenação dessa CT ficou a cargo de um representante do CETAP (Centro de Tecnologias Alternativas e Populares) do município de Vacaria. Esta entidade trabalhou em conjunto com a assessoria técnica do território rural e o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do RS na construção de um plano para a cadeia produtiva do pinhão. O objetivo do plano era de valorização e uso do pinhão e outros produtos não-madeiráveis da Araucária, assim como a valorização dos atores sociais envolvidos nesta cadeia.

A CTA buscou estimular a efetivação do plano, a partir da organização de reuniões e articulação de atores que já vinham se envolvendo com a temática desde o Curso de Valorização e Uso do Pinhão na Região dos Campos de Cima da Serra, realizado em 30 de outubro de 2015. Outra importante ação efetivada pela CT foi a promoção de produtos da Cadeia Solidária das Frutas Nativas junto ao setor turístico do TRCCS.

Uma das estratégias elaboradas pela CTA para a promoção de eventos no TRCCS foi a implementação de um “banco de projetos”, onde poderiam ser priorizadas as demandas que não eram atendidas via PROINFs ou por políticas de governo. O

“banco de projetos” surgiu a partir de discussões dos representantes da sociedade civil e poder público nas plenárias, onde foram identificados diversos temas: a) Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural; b) Organização dos agricultores familiares; c) Planejamento da produção agrícola; d) Organização para acesso aos mercados (institucionais e convencionais); e) Logística de distribuição da produção agrícola; f) Estruturação regional do processo produtivo.

Uma das atividades do CODETER, do núcleo técnico-diretivo e da assessoria territorial é acessar editais de captação de recursos junto a fontes financiadoras. Dos temas acima identificados foram submetidos alguns projetos para captação de recursos entre 2016 a 2017, entre eles:

Projeto	Proponente	Objetivo	Situação
Constituição de Fóruns Territoriais da Sociobiodiversidade: fomentando a governança local para a valorização, uso e conservação da sociobiodiversidade no Estado do Rio Grande do Sul – Brasil.	CETAP	Fomentar a governança local sobre a sociobiodiversidade, com a ampliação do empoderamento de atores sociais, a partir da constituição de ‘Fóruns Territoriais’ e de uma ‘Rede Estadual’, que promovam protagonismo e interlocução com diferentes instâncias	Não aprovado
Vivências e debates para o fortalecimento da Educação do Campo no TRCCS. Proposto pela Escola Família Agrícola de Caxias do Sul;	EFA-Serra	Promover o debate e a sensibilização sobre educação do campo, sucessão rural e discriminação de gênero, envolvendo a juventude rural, bem como, demais atores sociais que convergem para o desenvolvimento rural, além de gestores públicos dos municípios envolvidos, apresentando perspectivas de caminhos para desenvolver uma educação inclusiva que atenda às necessidades da juventude do campo.	Não aprovado
Promoção e Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Pinhão na Região dos Campos de Cima da Serra: Gerando Protagonismo Social e Conservação Ambiental. Submetido pelo CETAP à Fundação Luterana de Diaconia (FLD).	CETAP	Sensibilizar e Motivar famílias agricultores a se organizarem na perspectiva de promover o uso e conservação do araucária a fim de ampliar suas possibilidades de geração de renda.	Aprovado e em implementação

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

A política de Desenvolvimento Territorial através das câmaras proporcionou a formação e capacitação de agentes sociais, o envolvimento e engajamento de atores nas representações de suas entidades/instituições no Colegiado Territorial, a qualificação no debate e incremento informacional sobre a ação pública, além de impulsionar os múltiplos atores sociais a criarem e organizarem suas próprias demandas para discussão no CODETER TRCCS.

O fato de criarem e organizarem suas próprias demandas faz com que estes múltiplos atores estejam agindo em prol de uma ação pública, onde criam uma agenda política para discutir/tensionar/negociar entre si e junto ao Estado. Através da ação pública o poder se dilui, pois são vários atores sociais envolvidos (Estado, sociedade civil, instituições, governo, movimentos sociais, etc.) formulando e/ou implementando e/ou monitorando e/ou avaliando uma política pública com o intuito de mudança social.

Neste caso, se fortalecem processos participativos, de interação e de empoderamento de certos atores sociais que passam de meros coadjuvantes à protagonistas da formulação/implementação/monitoramento/avaliação das políticas públicas. No TRCCS foi possível perceber que os atores sociais envolvidos no CODETER se empoderaram a partir do momento em que passaram a lutar por demandas locais, mesmo após o desmonte da política de desenvolvimento territorial que se efetivou com a extinção do MDA e dos recursos que estavam juntamente com este ministério. Através deste “território construído” é que os membros passaram a se organizar através do banco de projetos para acessar outras formas de recurso, destaca-se aqui o papel da universidade na animação das intuições para o acesso aos diferentes editais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando a suposto da participação envolvido na ação pública identificamos avanços na organização social do colegiado comparados a anos anteriores (anos que o mesmo não obtinha assessoramento), principalmente na sinergia dos atores do território quanto à efetivação de um território “construído”. Por meio das ações realizadas no CODETER do TRCCS observaram-se a construção de diversos projetos, formalizado no “banco de projetos” cujo objetivo é justamente organizar as demandas do território através das câmaras temáticas, os quais acabam avançando na busca de recursos além de recursos governamentais.

Identificou-se que o CODETER e as CTs apresentam um grande diferencial em relação a outros espaços, como, por exemplo, a participação de grupos das universidades assim como a participação efetiva de grupos prioritários do extinto MDA, (assentamentos da Reforma Agrária, agricultores familiares). Em muitas das discussões verificou-se que nem todas as demandas dependiam de recursos financeiros, mas de questões de organização social e pesquisas relacionadas com meios de produção, como aquelas relacionadas à Câmaras Temática de Pecuária Familiar.

As políticas públicas, com grande frequência, são formuladas e implementadas a partir de uma leitura parcial da realidade, atendendo, no mais das vezes, a alguns setores da sociedade. Precisamos intensificar e empoderar os atores quanto à importância da participação e qualificação desta participação para o planejamento e a efetivação de ações públicas.

É importante, ainda, para uma produção em Ciências Sociais e Humanas na América Latina e no Brasil que se publicizem pesquisas, análises e experiências em ação pública, que descortinem essas relações entre a sociedade civil e o estado na negociação de políticas públicas. A ação pública é uma forma de empoderamento das ações políticas, de fortalecimento dos espaços de participação, deliberação e decisão sobre a “coisa pública”.

Da experiência que trouxemos à tela de análise denota-se que os espaços, as dinâmicas e instrumentos elaborados e desenvolvidos na política de desenvolvimento territorial nos Campos de Cima da Serra, em especial nas Câmaras Temáticas, abriram portas à discussão, análise, formulação e planejamento de políticas públicas condizentes às realidades dos territórios rurais.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. O PRONAF e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015. p. 53-81.
- ÁVILA, M. L. Ação pública territorializada de desenvolvimento rural: o caso do Território das Águas Emendadas. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS). Universidade de Brasília. Brasília.
- BRASIL. Lei Federal 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: . Acesso em: 22 Abr. 2017.
- CONDRAF. **Aprova Recomendações do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF para as Institucionalidades Territoriais de**

Desenvolvimento Rural Sustentável. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/52.%20Aprova%20Recomenda%C3%A7%C3%B5es%20do%20CONDRAF%20para%20as%20Institucionalidades%20Territoriais%20de%20Desenvolvimento%20Rural%20Sustent%C3%A1vel.%20%28formato%20pdf%29.pdf>. Acesso em 22 Abr. 2017.

BRASIL. Decreto Federal nº 8473 de 22 de junho de 2015. BRASIL. Decreto Federal nº 8780 de 27 de maio de 2016. **Estabelece, no âmbito da Administração Pública federal, o percentual mínimo destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8473.htm>. Acesso em: 01 Mai. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Guia para o Planejamento.** Publicado pela SDT/MDA em outubro de 2005.

BÜTTENBENDER, P. L.; SIEDENBERG, D. R.; ALLEBRANDT, S. L. Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES/RS: Articulações Regionais, Referenciais Estratégicos E Considerações Críticas. Anais... I Circuito de Debates Acadêmicos, 2011. Disponível em: . Acesso em: 30 Abr. 2018.

DANTAS, R.; COSTA, M. P. Territórios Rurais no Brasil e Suas Estratégias de Desenvolvimento. **Anais... I Simpósio Mineiro de Geografia.** Instituto de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, 30 de Maio de 2014.

DECKERT, C. T.; ALLEBRANDT, S. L. A efetividade da cidadania no Programa Territórios da Cidadania: um estudo de caso do Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 2, n. 2, p. 139-152, 2013.

DELGADO, G. N; LEITE, S.P. O Pronat e PTC: possibilidades limites e desafios das políticas territoriais para o desenvolvimento Rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015. p. 239-259.

DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. O PRONAT e o PTC: possibilidades, limites e desafios das políticas territoriais para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015. p.239-260.

DELGADO, N. G.; BONNAL, P.; LEITE, S. P. **Desenvolvimento Territorial: Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais.** Rio de Janeiro: Convênio IIAC – OPPA/CPDA/UFRRJ, 2007. Disponível em: <www.eduardoferrao.com.br/.../publicacoes/IICA-OPPA-Desenvolvimento_territorial-Articulacao_de_politicas_publicas_e_atores_sociais.pdf>. Acesso em: 26 Out. 2017.

GRISA, C. **As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva.** Desenvolvimento em Debate, Rio de Janeiro v.1, n.2, p.83-109, janeiro–abril e maio–agosto 2010.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de Políticas Públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre a sociedade e o Estado no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015. p. 19-49.

- LASCOUMES, P; LE GALÈS, P. **Sociología de la Acción Pública**. Centro de Estudos Demográficos e Urbanos. Mexico: El Colegio Del Mexico, 2013. p.1-127.
- NIEDERLE, P. A.; GRISA, C. **Ideias e valores: análise da ação pública a partir das interfaces entre a abordagem cognitiva e a economia das convenções**. Política e Sociedade, Florianópolis, v. 12, n. 23, p. 97-136, jan./abr. 2013.
- MASSARDIEU, G. **Politiques et action publiques**. Paris: Armand Colin, 2003.
- RIO GRANDE DO SUL. Decreto Estadual nº 48316 de 31 de Agosto de 2011. **Regulamenta o Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar - PECFAM, instituído pela Lei nº 13.515, de 13 de setembro de 2010, e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.fetags.org.br/anexo/6675d72ca75727a2de5f.pdf>>. Acesso em: 01 Mai. 2018.
- RIO GRANDE DO SUL. Lei Estadual nº 13515 de 13 de Setembro de 2010. **Institui o Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.fetags.org.br/anexo/68b1a94d9b9b8e791009.pdf>>. Acesso em: 01 Mai. 2018.
- SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, jan/jun. 2004. p. 88-125.e, ano 6, n. 11, jan\jun. p. 88-125, 2004.

O papel dos sindicatos na implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural: questões para debate

Elisa de Jesus Garcia Sensato¹

Resumo

Nas duas últimas décadas, os sindicatos exerceram importante papel na elaboração e implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural. O presente artigo traz algumas reflexões sobre os limites e potencialidades dessa atuação e propõe uma problematização a respeito do modo como o exercício da ação política a partir dos novos instrumentos de gestão de políticas públicas tem ressignificado as relações e práticas de poder dos agricultores familiares no campo político.

Palavras-chave: agricultura familiar; sindicatos; políticas públicas.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais do CPDA-UFRRJ. Endereço eletrônico: elisajgarcia@gmail.com

Introdução

Os sindicatos ocupam expressivo lugar na organização política, econômica e social dos trabalhadores rurais e agricultores familiares do meio rural brasileiro. Nas últimas décadas, boa parte das políticas públicas de desenvolvimento rural relacionadas a acesso a crédito, a regularização fundiária e a mercados institucionais foram implementadas a partir de uma intensa atuação dessas organizações (Silva e Schmitt, 2012; Grisa e Schneider, 2014). É também por meio dos sindicatos que parte importante desses atores sociais têm acesso a informações e orientações sobre diferentes ações governamentais, como a previdência social.

Reconhecidos pelo Estado como a via institucional de representação política dos trabalhadores rurais e agricultores familiares, desde a década de 1960, esses sindicatos vêm passando, ao longo dos últimos anos, por uma série de mudanças que se referem, em grande medida, às transformações ocorridas nas formas de interação entre Estado e sociedade, como a criação de espaços institucionais de participação social e a criação de um novo conjunto de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Coloca-se como central nesse cenário uma análise do papel das organizações sindicais nos processos de implementação de políticas públicas no meio rural a partir da problematização das funções exercidas e das formas de participação e ação política estabelecidas a partir desses processos.

Uma breve análise da história do movimento sindical rural no Brasil permitirá perceber que a relação entre organizações sindicais e Estado é cercada de aspectos contraditórios. No período de Ditadura Militar, os sindicatos atuaram de forma intensa na prestação de serviços à população rural, o que interferiu de diferentes maneiras no exercício de sua função de representação política dos trabalhadores rurais (Medeiros, 1989; Martins, 1990). Nesse período, o exercício pelos sindicatos do papel de executor de políticas públicas e prestador de serviços aparece em importante parte da literatura como uma forma de controle do Estado sobre essas organizações implicando em uma série de limitações ao exercício de seu papel político de representação dos trabalhadores. Ao longo dos anos 1980, inúmeros sindicatos foram fundados em todo país ocorrendo um aumento significativo da capilaridade dessas organizações e sua consolidação como importante representante político de importantes categoriais sociais do espaço rural brasileiro (Medeiros, 1989; Alves, 1989; Antunes, 1995). A partir do final do regime militar, diante de um novo cenário político nacional, novas expectativas surgiram quanto ao papel dos sindicatos, expressas principalmente a partir do *Novo Sindicalismo*, que

trouxe como premissas a não intervenção do Estado, a relativa autonomia em relação aos partidos políticos e o protagonismo dos trabalhadores (Favareto, 2006).

Diante do contexto de redemocratização do Estado e da sociedade e a partir das questões trazidas pelo Novo Sindicalismo, as organizações sindicais passaram a enfrentar um duplo desafio de, ao mesmo tempo, constituir práticas e relações que garantissem seu reconhecimento político no âmbito do Estado sem, no entanto, perder de vista a busca por autonomia e a garantia de vínculos reais com sua base. Em meados dos anos 1990, a disputa pela constituição de políticas públicas específicas para agricultura familiar passou a compor a trajetória dessas organizações.

Nas duas últimas décadas, desde a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1995, parte desses sindicatos, seguindo uma tendência do sindicalismo rural em âmbito nacional, acrescentaram ao conjunto de suas ações uma série de atividades referentes à implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural, entre elas o próprio Pronaf (principal política de crédito voltado para agricultura familiar), políticas de regularização fundiária, como o Programa Nacional de Crédito Fundiário, políticas de acesso à mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, entre outras. Compõe o escopo dessas ações a organização e participação em espaços públicos de gestão e controle dessas políticas, como os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs), os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional, os Colegiados de Desenvolvimento Territorial, criados a partir de 2003, além de um conjunto de diferentes funções relacionadas a sua execução em nível local.

As reflexões apresentadas nesse artigo partem do pressuposto de que o exercício dessas ações aciona uma série de disputas no interior dessas organizações e junto aos demais atores cujo campo político tais políticas envolvem. Propõe-se como questões importantes para investigação desses processos: quais relações e práticas de poder permeiam a atuação sindical nos processos de implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural e de que forma essas políticas públicas têm interferido na construção do papel dos sindicatos nas últimas décadas e de que modo esses sindicatos têm influenciado, em diferentes aspectos, o cumprimento dos objetivos e o alcance dessas políticas.

Organizações sindicais e políticas públicas para agricultura familiar

Embora a Política Nacional da Agricultura Familiar tenha sido regulamentada pelo Estado apenas no ano de 2006, por meio da Lei Nº 11.326, o movimento sindical rural iniciou a articulação em torno do seu reconhecimento desde meados do início dos anos 1990. Essa busca pelo reconhecimento social e político da categoria caminhou junto à disputa, no âmbito da sociedade e do Estado, pela construção de políticas públicas diferenciadas que contemplassem as especificidades desses atores sociais, principalmente quanto à posse da terra, o acesso ao crédito e às relações de trabalho, na contramão de inúmeras políticas cujo escopo privilegiaram, há décadas, grupos sociais ligados aos grandes proprietários de terra e ao patronato.

Parte importante das políticas de desenvolvimento rural criadas no Brasil nos últimos anos tem a agricultura familiar como principal categoria beneficiária agregando, a partir de especificidades sociais e regionais, as demais categorias presentes no rural brasileiro, como assentados da reforma agrária, quilombolas, ribeirinhos, entre outros. A construção dessas políticas públicas esteve presente na pauta de luta dos movimentos sociais de forma prioritária nas últimas décadas. De modo especial, os movimentos ligados ao sindicalismo rural, cuja confederação, a Contag, se destaca como importante ator político no cenário nacional. Boa parte dessas políticas foram coordenadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), cujo período de maior dinamismo ocorreu durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), entre 2003 e 2016. A própria criação do MDA, enquanto um lugar institucional de formulação e gestão dessas políticas, é resultado de um conjunto de reivindicações desses movimentos (Grisa e Schneider, 2014).

O Pronaf inaugura um conjunto de políticas públicas cuja formulação e implementação contou com uma participação ativa dos diferentes movimentos sociais rurais. Criado cerca de dez anos após o início do processo de redemocratização política do país, o programa se constituiu como resultado de um conjunto de reivindicações de movimentos e organizações ligados aos trabalhadores rurais e agricultores familiares que passaram, desde final da década de 1970, a lutar pelo seu reconhecimento enquanto categoria política e por políticas públicas diferenciadas (Grisa e Schneider, 2014).

A presença das entidades de representação do movimento sindical nos processos de elaboração e criação da política pública em nível nacional, no caso do Pronaf, e a intensa capilaridade dos sindicatos possibilitou a essas organizações lugar de destaque nas etapas de execução do programa também em nível local. Os sindicatos, além dos órgãos oficiais da assistência técnica e extensão rural, foram uma das principais

organizações responsáveis pela emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), cuja posse condiciona o acesso às linhas de crédito individuais do programa ². Em relação à linha de financiamento de infraestruturas coletivas do programa, o Pronaf Infraestrutura, sua implementação foi atrelada, e em partes condicionada, à criação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural.³ Os CMDRs, e mais tarde, os colegiados territoriais, surgidos a partir da criação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), se constituíram como os principais espaços institucionais de participação ligado às políticas públicas de desenvolvimento rural em âmbito local. Na formação destes conselhos nos inúmeros municípios do país, do amplo e diversificado conjunto de categorias sociais do meio rural, sobressaíram aquelas inseridas em organizações de representação, como sindicatos, associações e cooperativas, contribuindo ainda mais, para o importante papel que o movimento sindical exerceu, ao longo dos anos, na dinâmica desses conselhos e na implementação dessa política.

Ainda nas ações do programa voltadas para infraestrutura coletiva, o envolvimento das organizações de representação dos agricultores familiares ocorreu tanto nos espaços de participação social como na própria execução de recursos financeiros⁴. Tais organizações foram executoras direta de projetos direcionados a uma grande diversidade de ações, principalmente capacitação, mobilização e formação de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, ribeirinhos, assim como outras categorias sociais beneficiárias do programa. Parte desses recursos foram, portanto, geridos pelas próprias organizações de representação desses atores sociais, o que significa em alguma medida, o surgimento de um conjunto de novas práticas e relações, novas disputas e conflitos, gerados a partir desse novo lugar ocupado pelas organizações sociais, aqui, de modo específico, pelos sindicatos, no processo de gestão das políticas públicas.

Além do Pronaf, importantes políticas públicas voltadas a agricultura familiar, como o Pronat, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Crédito Fundiário, entre outros, possuem um conjunto de ações executadas pelas

² Embora em 2017 o governo federal tenha criado o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), por meio do Decreto Nº 9.064/2017, o acesso ao crédito no âmbito do programa na ocasião da elaboração do presente texto ainda é condicionado pela posse da DAP.

³ A partir de 2003, a linha de crédito Infraestrutura e Serviços, do Pronaf, passou a ser gerido no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat) e a gestão social da aplicação dos seus recursos ficou a cargo do Colegiados Territoriais, espaços de participação social supra municipais.

⁴ Desde o final da década de 1990, até a extinção do MDA, em 2016, o governo federal passou a direcionar parte específica dos recursos do Programa para a execução e gestão das organizações sociais, através das linhas de custeio do antigo Pronaf Infraestrutura, e após sua extinção, por meio do Pronat, a partir de 2003.

organizações sociais, entre elas, os sindicatos. No caso do PAA, as organizações sociais foram executoras de ações essenciais do programa, como elaboração de projetos para acesso aos recursos e indicação de beneficiários, e foram continuamente colocadas diante da necessidade de processos de adequação e organização previstos pela normativa da política (Silva; Schmitt, 2012). Silva e Schmitt destacam que “o enquadramento das organizações como executores da política pública as coloca sob a necessidade de adequação a um conjunto de regulações e normativas instituídas, as quais têm incidência direta sobre a estruturação e atuação cotidiana das mesmas” (Silva; Schmitt, 2012, p. 22).

Portanto, esse conjunto de políticas para a agricultura familiar, que tem no Pronaf importante referencial, possui como característica uma intensa atuação da sociedade civil no seu processo de implementação, resultado de importantes mudanças nas relações entre sociedade e Estado (Silva; Schmitt, 2012; Grisa; Schneider, 2014). As intensas expectativas sobre estas inovações e os novos instrumentos de gestão que cobriram os atores do Estado e da sociedade podem, em alguma medida, ocultar uma série de limitações que cercaram as práticas de gestão social desses processos. Estas políticas públicas, suas proposições e inovações, implicaram numa série de desafios para as organizações sociais. Embora a participação tenha se configurado como pauta de reivindicação dos agricultores familiares, o seu exercício é gerador de conflitos e contradições.

As políticas públicas, sua elaboração e implementação, estão cercadas por disputas relacionadas ao próprio conceito de agricultura familiar, as concepções sobre desenvolvimento e aos diferentes projetos políticos dos agricultores familiares e suas organizações de representação. Torna-se urgente uma análise desses processos a partir questões como: o que motiva os agricultores familiares a se engajar nos processos de gestão das políticas públicas? Como os atores levam suas questões e crenças para os espaços de gestão destas políticas cuja normativa é construída pelo Estado? De que modo os conflitos e disputas se revelam nesses espaços? Qual a real capacidade destes agentes de incidir sobre os resultados destas políticas públicas?

Novas experiências de participação social e dinâmicas de representação política

A presença da sociedade civil organizada e a institucionalização de suas demandas foram fatores fundamentais na conquista de novos direitos sociais e oportunidades de exercício da participação política e da cidadania. Buscando uma renovação nas práticas de gestão das políticas públicas, vários mecanismos de relacionamento entre Estado e

Sociedade civil foram criados nas últimas décadas a partir da descentralização⁵ político-administrativa do Estado brasileiro. Surgem, por exemplo, conselhos de políticas públicas, mesas de concertação, orçamentos participativos, mecanismo de monitoramento, prestações de contas, etc. (Dagnino; Tatagiba, 2007).

Neste rumo, instituiu-se, o Pronaf e com ele a proliferação das experiências dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), e mais tarde, já no âmbito do Pronat, dos Colegiados Territoriais. Tais programas tiveram papel central para a ebulição do debate sobre participação social e da valorização do local como espaço privilegiado para democratização e ampliação do acesso aos processos de controle e gestão das políticas públicas.

Nestes conselhos, a participação acontece por meio de uma organização social cujo escopo do trabalho se refere ao tema e/ou público prioritário da política. É preciso fazer parte, pertencer, a alguma organização social para possuir assento em conselhos gestores de política. A participação ocorre, portanto, a partir da indicação dos agricultores familiares por suas organizações de representação. A trajetória dessas organizações, suas disputas e interesses, relações e práticas de poder, influenciam a dinâmica desses conselhos e, em alguma medida, influenciam também os resultados dessas políticas (Silva; Marques, 2009). Mais que isso, a atuação nos conselhos interfere na dinâmica dessas organizações. Especificamente no caso dos conselhos gestores das políticas públicas de desenvolvimento rural, a presença do sindicato se constituiu como um diferencial para a representação dos agricultores familiares. Embora o modo como ocorre o envolvimento dos STR nos conselhos varie de acordo com a dinâmica social e política de cada município e território, é inegável a atuação intensa dessas organizações nesses espaços nos últimos anos.

No caso do Pronaf e do Pronat, a participação em organizações de representação políticas, como os sindicatos, possibilitou um acesso privilegiado aos instrumentos de gestão dessas públicas. Basso (2009), observa que aqueles agricultores familiares com experiência anterior de organização social e política tiveram acesso diferenciado a esses espaços. Para o autor, o aprendizado gerado por meio do envolvimento em movimentos sociais se constitui como um diferencial para a participação dos agricultores familiares em processo de tomada de decisão no âmbito das políticas públicas.

⁵ Esse processo significa, genericamente, segundo Marta Arretche (1999), a institucionalização, em um plano local, de condições técnicas para gerir políticas públicas. É a unidade de governo que se pretende transferir atribuições.

Andrade afirma que

Dentre todos os elementos diferenciadores da experiência dos conselhos de desenvolvimento rural um aparece marcante: a existência de uma força aglutinadora da representação da sociedade, o sindicato dos trabalhadores rurais, que acompanha de perto todo o processo de implantação do programa, exercendo um certo controle na institucionalização da experiência [...] A Contag, as federações e grande parte dos sindicatos rurais, assumem a condição de parceiros privilegiados do governo e é na condição de parceiros que participam da socialização das informações, da mobilização da categoria nos momentos de decisão, do acompanhamento e fiscalização do uso dos recursos, dos treinamentos etc. (Andrade, 2009, p. 240-247)

O movimento sindical dedicou parte da sua estrutura à agenda de criação e funcionamento desses conselhos, muitas vezes assumindo o papel de articulador e promotor de sua dinâmica de funcionamento. A priorização pelo movimento dessa via institucional de participação social precisa ser debatida e compreendida no que se refere aos custos e ganhos para essas organizações de representação da agricultura familiar em nível local. Silva (2009) afirma que a abertura do processo de discussão possibilitada por meio dos conselhos, embora se constitua como uma importante inovação no sentido da democratização das políticas públicas, “não rompe, de imediato, com relações de poder historicamente constituídas e visceralmente entranhadas na sociedade, mas possibilita que as mesmas sejam identificadas e, num processo de longo prazo, sejam alteradas através do conflito e do aprendizado democrático”. (SILVA, 2009, p. 170)

Moruzzi Marques (2009) destaca que a atuação dos sindicatos nos CMDRs é representativa de diferentes fragilidades existentes no âmbito dessas organizações. O grau de legitimidade da representação política exercida e as relações de poder nas quais elas estão inseridas interferem no lugar que agricultura familiar ocupa no conselho em relação aos demais grupos políticos, em especial na relação com o poder público municipal. A presença por si só dos sindicatos nos conselhos não garante uma participação ativa e autônoma dos agricultores familiares. Para o autor, o papel exercido pelos sindicatos nos conselhos pode realçar as relações de poder historicamente existentes. Além disso, os conflitos existentes em nível local no campo político da agricultura familiar tendem a ser transpostos para esses espaços implicando sobre diferentes aspectos consequências sobre o cumprimento de seu papel.

Nessa direção, estes estudos apontam para a existência de fragilidades relacionadas à participação dos agricultores familiares nesses espaços. Entre elas estão as deficiências na capacidade organizativa desses atores sociais, as relações de dependência

com poder público municipal, o imediatismo e localismo das propostas apresentadas, com dificuldades de intervir de forma mais ampla e articulada em propostas de desenvolvimento rural (Schneider, Silva, Marques, *et al* 2009). Os autores afirmam que a qualidade da liderança exercida por meio dos sindicatos interfere nos resultados das experiências dos conselhos. Principalmente, esses estudos problematizam o caráter da representação dos agricultores familiares indicando que a capacidade ou não de romper com relações de poder já constituídas está vinculada ao papel desempenhado pelas organizações sociais e pode comprometer o exercício de uma participação ativa e autônoma.

Embora o modo como ocorre a atuação dessas organizações e o tipo de participação que os agricultores familiares assumem nos espaços institucionais de gestão das políticas públicas se apresentem de forma bastante heterogênea nos diferentes municípios e territórios do país, um dos aspectos importantes que devem ser considerados para compreensão analítica dessas características e suas variações é a trajetória de organização política desses atores sociais. O modo como esses atores se organizaram ao longo do tempo e as potencialidades e limitações presentes nesse processo podem trazer à luz aspectos da sua posição no campo político e da forma de atuação assumidas nesses espaços.

De outro modo, também é preciso reconhecer e analisar como a participação nesses espaços tem interferido nesses processos organizacionais e na constituição da ação política dos agricultores familiares, cuja experiência de participação em conselhos é relativamente recente. Favareto e Demarco (2009) apontam a importância dos conselhos como espaços promotores de aprendizagem e importante fonte de capital simbólico e político para os agricultores familiares. Os autores destacam que em diferentes regiões, conselheiros representantes da agricultura familiar ocuparam cargos no poder legislativo dos pequenos municípios, indicando que a participação nos conselhos contribuiu para o aumento do poder político desses atores.

Resguardados os perigos de uma análise simplista e instrumental da inserção dos agricultores familiares nos conselhos, é preciso buscar compreender de que modo a experiência de participação nesses novos processos de gestão de políticas públicas têm trazido implicações para a vida política, econômica e social dos agricultores familiares. Ou ainda, em menor medida, como o exercício da ação política nessas esferas de democratização das políticas públicas tem ressignificado as relações e práticas de poder desses agentes no campo político.

Embora os conselhos se constituam como um instrumento de inovação e transformações no campo político proporcionando o surgimento de um amplo conjunto de experiências, alguns aspectos ainda carecem de atenção analítica, principalmente no que se refere as mudanças geradas para os agricultores familiares e suas organizações de representação política. Algumas questões se tornam relevantes como: de que modo a ação política exercida no âmbito dos processos de implementação de política pública em âmbito local interfere na dinâmica dessas organizações? Quais as percepções/interpretações desses agentes sobre essa ação? Como esses atores sociais percebem sua participação em termos de limites e possibilidades para seus próprios interesses e disputas? Quais as percepções desses agricultores e lideranças quanto ao papel exercido nesses espaços e outras ações exercidas nos processos de política pública? Quais suas características?

Considerações finais

Diante do importante papel ocupado pelo movimento sindical rural na discussão acerca do desenvolvimento rural e na elaboração e implementação das políticas públicas, não só a nível nacional, mas principalmente, em nível local, argumenta-se a necessidade de construir questões que permitam investigar os limites e potencialidades da ação política dos agricultores familiares no âmbito dos processos de gestão das políticas públicas de desenvolvimento rural, nas últimas décadas.

A partir da discussão apresentada ao longo do texto, propõe-se as seguintes questões como norteadoras importantes de trabalhos de pesquisa a respeito dessa dinâmica: qual tem sido o papel dos sindicatos na implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural? Quais os principais canais institucionais, e não institucionais, de participação dos trabalhadores rurais e agricultores familiares nesses processos? Por que os sindicatos atuam na implementação dessas políticas? Quais os motivos e interesses estão relacionados a essa atuação? Como ela interfere nas disputas internas pelo poder no âmbito desses movimentos sociais? Quais as mudanças vivenciadas por esses atores sociais, agricultores familiares e lideranças políticas organizados a partir dos sindicatos, em âmbito local, a partir das novas tendências das políticas públicas e das recentes mudanças no cenário político e como isso tem se traduzido em estratégias de atuação, definição de agendas e mudanças institucionais? Em que medida a análise desses processos pode ajudar identificar e compreender aspectos da relação entre movimentos sociais e Estado?

Referências Bibliográficas

- ALVES, M. H. M. *Estado e Oposição no Brasil*. (1964-1984). Tradução de Clóvis Marques. 5ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.
- ANDRADE, I. A. L. Conselhos de Desenvolvimento Rural: um espaço adequado para pensar o desenvolvimento local? In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MORUZZI MARQUES, P. E. (Orgs). *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*. 2ª Edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 233-250.
- ANTUNES, R. *O Novo Movimento Sindicalismo no Brasil*. 2ª Edição Revisada e Ampliada. Campinas, São Paulo: Pontes, 1995.
- BASSO, D. A produção e a gestão das políticas públicas de desenvolvimento rural pelos agricultores familiares de Dois Vizinhos, Paraná. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MORUZZI MARQUES, P. E. (Orgs). *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*. 2ª Edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 201-232.
- DAGNINO, E. TATAGIBA, L. (Orgs.). *Democracia, Sociedade Civil e Participação*. Chapecó: Argos, 2007.
- FAVARETO, Arilson. Agricultores, Trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 21, nº. 62, p.27-45, out/2006.
- GRISA, C. SCHNEIDER, S. (Orgs.). *Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.
- MARTINS, J. S. *Os camponeses e a Política no Brasil: As lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político*. 4ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1990.
- MEDEIROS, L. S. *História dos Movimentos Sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. *Revista de Economia Política*, vol. 30, n. 3 (119), p. 511-531, julho-setembro/2010.
- SCHNEIDER, S; SILVA, M. K.; MORUZZI MARQUES, P. E. (Orgs). *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*. 2ª Edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- SILVA, M. K.; MORUZZI MARQUES, P. E. Democratização e políticas públicas de desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MORUZZI MARQUES, P. E. (Orgs). *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*. 2ª Edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. P. 9-20.

SILVA, M. K. SCHNEIDER, S. A participação dos agricultores nas políticas de desenvolvimento rural: uma análise do Pronaf Infra-estrutura e Serviços no Estado do Rio Grande do Sul (1997-2000). In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo (Orgs). *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*. 2ª Edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. P. 147-174

SILVA, M. K.; SCHMITT, C. J. Políticas em rede: uma análise comparativa das interdependências entre o Programa de Aquisição de Alimentos e as redes associativas no Rio Grande do Sul e na Bahia. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36, 2012, Águas de Lindoya. Anais...Águas de Lindoya: Anpocs, 2012.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: CONSIDERANDO ALGUNS DE SEUS ASPECTOS RELEVANTES

Guillermo Ramón Velásquez Castel¹
Hieda Maria Plagiosa Corona²

RESUMO

Neste artigo pretendeu-se apresentar algumas considerações referentes às políticas públicas em relação com o desenvolvimento da agricultura familiar e os empreendimentos rurais no Brasil. Para tal fim, o estudo apoiou-se na revisão de literatura, considerando algumas publicações e estudos que deram base para as descrições e argumentações que aqui se apresentam. Os resultados se descrevem desde uma perspectiva que valoriza os ganhos deste país sul-americano quanto ao estabelecimento de uma estrutura de programas aqui descritos que se inter-relacionam e complementam entre si, e que ao mesmo tempo têm colocado a este país à vanguarda da promoção da agricultura familiar na região de América Latina e o Caribe. Isto desde um processo que tem envolvido um conjunto de atores sociais, acadêmicos e institucionais, o qual tem permitido inclusive o aperfeiçoamento de tais políticas e instrumentos governamentais.

Palavras-chaves: Agricultura Familiar; Políticas Públicas; Desenvolvimento Rural.

1. INTRODUÇÃO

Os debates sobre a agricultura familiar são recentes no Brasil, para alguns se apresentaram como um fato tardio, considerando que já faz quase um século que, na Europa, vinha-se desenvolvendo teorizações que pretenderam definir esta modalidade agro-produtiva e caracterizar sua importância desde uma perspectiva econômica, política e social. Entre os teóricos desse contexto inicial realça Aleksandr Vasílievich Chayanov, cujas concepções sobre as unidades de agricultura familiar tiveram influência nos estudiosos da temática rural a partir da década dos 1970, e que ainda mantém alguma vigência. É de ressaltar que muitas das definições que hoje se utilizam para diferenciar esta categoria de produção familiar de outros têm seus fundamentos nas concepções chayanovianas.

Parte-se da ideia de que a consideração sobre a agricultura familiar no Brasil, e sua inclusão na agenda pública se fez tardiamente ou de maneira recente, é de destacar que isto não foi uma limitante para o avanço e consolidação de suas políticas. Neste sentido, tem sido determinante como este processo de construção se desenvolveu com a inter-relação de atores sindicais, movimentos sociais, acadêmicos e pesquisadores, universidades, laboratórios de

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Pato Branco, Sociólogo, bolsista CAPES.

² Docente do curso do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) e líder do grupo de pesquisa Cepad da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Pato Branco. Socióloga, Dra em Meio Ambiente, bolsista sênior da Fundação Araucária/SETI.

pesquisa e interesses particulares dos diferentes governos desde a década de 1990, ou após a volta à democracia.

Por outra parte, apresenta-se a valoração internacional do papel da agricultura familiar como um elemento importante para o desenvolvimento rural e a segurança alimentar. Seguindo a afirmação do Raúl Benítez, Subdiretor Geral da FAO e Representante Regional para América Latina y o Caribe: “En nuestra región, el 80% de las explotaciones pertenecen a la agricultura familiar, incluyendo a más de 60 millones de personas, convirtiéndose en la principal fuente de empleo agrícola y rural. (SALCEDO, S; GUZMÁN, L., 2014).

A visão sobre o pequeno agricultor mudou nos últimos anos, e já não é visto como um setor pobre e incapaz de gerar utilidade econômica e desenvolvimento nas áreas rurais. No entanto, devido às suas condições históricas e sua incapacidade competitiva ante os médios e grandes produtores, que são quem têm vindo capitalizando os recursos e acessando maior volume do financiamento agrícola, suas possibilidades são mínimas sem acompanhamento e apoio público e privado.

Este fato ficou comprovado no caso brasileiro, com as ações que se desenvolvem por meio de várias políticas públicas, com especial atenção nesse artigo ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). No entanto, podem-se mencionar também o Programa de Garantia da Colheita (PGS), Seguro Climático para a Agricultura Familiar (SEAF), Programa de Preços de Garantia para a Agricultura Familiar (PGPAF), Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Programa Nacional de Biocombustível para a Agricultura Familiar (PNPB), entre outros, o que demonstrou a capacidade que tem a agricultura familiar de transformar positivamente os indicadores econômicos e sociais das zonas rurais.

O processo de criação das políticas públicas em matéria de agricultura familiar no Brasil, com suas características particulares; os atores envolvidos e o modo no qual tencionaram ao Estado em função da visualização e consideração deste setor sócio-produtivo como elemento que precisa de atenção e acompanhamento para o logro do desenvolvimento rural; a mudança da visão sobre os pequenos empreendimentos produtivos familiares rurais como motores de desenvolvimento e já não como peças incapazes de gerar utilidade econômica e desenvolvimento; a estruturação e inter-relação progressiva de um conjunto de políticas públicas que vão além do financiamento do agricultor familiar, com capacitação e acompanhamento, modernização, facilidades para a comercialização da produção, seguros com respeito a riscos climáticos, subsídios para os agricultores mais vulneráveis; a consideração da heterogeneidade da agricultura familiar e as múltiplas realidades existentes

no campo; entre outros, tem colocado a este país a vanguarda da promoção e desenvolvimento da agricultura familiar na América Latina e o Caribe.

É de ressaltar que esta leitura é feita desde a perspectiva forânea de quem é oriundo de um dos 32 países da região da América Latina e o Caribe, como é o caso da Venezuela, mas onde até agora não existe uma definição clara da ruralidade e dos atores sociais que a integram, uma definição normativa da agricultura familiar, assim como um conjunto de políticas estruturadas e coordenadas em direção a esse setor sócio-produtivo. Nesse sentido, Rivero (2015) descreve entre outras limitações político-institucionais para a agricultura familiar na Venezuela:

[...] falta de una política efectiva de asistencia técnica y de buenos servicios de investigación y sanidad, gran dispersión de esfuerzos y falta de coordinación de las instituciones públicas, problemas de acceso a insumos y repuestos para el mantenimiento de las maquinarias, así como un clima de inseguridad en el medio rural que desestimula producir, trabajar y vivir en el medio rural. (RIVERO, 2015, p. 3)

Contudo, com esse dado não se trata de aprofundar na situação da agricultura familiar na Venezuela, tal citação se traz a modo só de dar baseamento ao antes dito ante a definição do olhar do autor desde trabalho.

2. REFERENCIANDO AS TEORIZAÇÕES INICIAIS SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR NA EUROPA

Os debates sobre as unidades de agricultura camponesa, ou a agricultura familiar iniciaram-se faz já mais de um século na Europa. Neste sentido, já tinha sido definida como uma categoria social ou setorial, e sua importância econômica, política e social tinha sido considerada por autores relevantes de finais do século XIX e inícios do Século XX. Dentro dos autores mais referidos com respeito às primeiras teorizações sobre as unidades camponesas de produção agrícola encontram-se: Karl Marx, Engels, Lenin, Stalin, Chayanov, e Kautsky.

As análises de Marx, principalmente apresentados em seu terceiro livro do Capital e em seu 18 Brumario, se orientaram a explicitar como se produz a dinâmica na qual o capital adentra na agricultura e consegue incidir nesta conseguindo a transformar. Do mesmo modo estabelece uma teorização referente à renda fundiária. Em tal sentido, Cardoso (2007) afirma que nos estudos de Marx, como em Engels, a questão agrária não foi estudada a profundidade, tanto como o foi o estudo do desenvolvimento do capitalismo nas zonas camponesas, e sua influência com respeito ao futuro dos camponeses ou do campesinato. Parte importante das considerações de Marx e Engels, bem como do resto dos pensadores referidos, girava

em torno do papel e a importância que teria o campesinato no processo de transição para o socialismo no lado oriental da Europa.

Nesta ordem de ideias, Engels assinalou na sua obra “O Problema Camponês na França e na Alemanha”, escrita e publicada em 1894, que “Da Irlanda à Sicília, da região de Andaluzia até a Rússia e a Bulgária, o camponês é um elemento essencialíssimo da população, um fator essencial da produção e de poder político.” (ENGELS, 1981, p. 59). Uma das coisas que nesse escrito ressaltava era a dinâmica que já nesse contexto se apresentava entre os grandes produtores, donos de extensões consideráveis de terra, e o pequeno produtor camponês, numa relação que seguindo a sua ótica levava à ruína à agricultura camponesa. Isto ainda que ele afirmasse que “Tanto os grandes proprietários de terras como os pequenos camponeses estão igualmente predestinados à ruína.” (ENGELS, 1981, p. 60).

Sobre tais questões, Kautsky diferenciou-se afirmando que “[...] *não deveríamos esperar, na agricultura, nem o fim da grande nem o da pequena exploração.*” (Kautsky, 1980, p. 6). Para este autor:

[...] a agricultura não produz por si mesma os elementos de que necessita para alcançar o socialismo. [...] a agricultura independente da indústria, quer seja camponesa, quer seja capitalista deixa cada vez mais de ter o seu papel na sociedade. A indústria subjuga a agricultura. Assim, a evolução industrial traça cada vez mais a lei da evolução agrícola. (KAUTSKY, 1980, p. 6).

Kautsky, na questão agrária (1980), caracterizou os agricultores camponeses como uma classe social que constituía uma proporção considerável dos Estados Europeus de seu contexto, os quais eram, desde seu ponto de vista, seres misteriosos, inquietantes e estranhos para os partidos revolucionários e democráticos. Do mesmo modo identificou certos padrões de atuar contraditórios com respeito à luta de seus interesses. Suas reflexões abarcaram questões como a divisão do trabalho no interior de tais unidades camponesas, os efeitos da industrialização agrícola e sua incidência na agricultura rural, bem como as relações entre o campo e a cidade que afetaram e trouxeram mudanças no meio rural. Para este autor o fenômeno antagônico entre classes no meio rural foi acelerado pelo modelo de reprodução capitalista, chegando a mercantilizar a produção do campesinato e transformando sua existência.

Para Lênin (1980), a situação social e econômica do campesinato da Rússia de sua época estava determinada pela economia mercantil, razão pela qual considerava que os camponeses dependiam do mercado, não só para produção de auto-consumo, também para o desenvolvimento em geral de suas atividades produtivas, bem como, para cumprir com o pagamento de impostos. Por outra parte, achava nas reproduções materiais do meio rural todas as contradições inerentes ao modo de produção capitalista, baseadas na divergência e luta de interesses de classes, neste caso protagonizadas pelos camponeses agrícolas e comunitários.

Desde sua óptica, o campesinato patriarcal encontrava-se em um processo de desmontagem e mudança que estavam dando lugar a novos tipos de população camponesa ou rural.

Lênin também estabeleceu uma diferenciação entre os agricultores camponeses como inferiores, médios e superiores, descrevendo com base as suas relações econômicas, marcadas por uma lógica mercantil. Desta maneira definiu uma parte como sendo de um grupo de camponeses ou agricultores proletários e no extremo oposto os agricultores ricos ou burgueses. Do mesmo modo considerou o fenômeno migratório do campo à cidade, o qual segundo sua visão era um elemento importante que impulsionava a desintegração do campo. Igual a Marx, também assinalou o capital comercial usurário como outro fator que jogava um papel preponderante na desintegração rural. (LENIN, 1980, p. 119).

Outro autor relevante com respeito à temática da agricultura camponesa foi Aleksandr Vasílievich Chayánov. Ele fez um diagnóstico aprofundado da realidade e das dinâmicas camponesas da Rússia de inícios do século XX, das quais surgiu sua análise. Isto sobre a base de estudos empíricos que consideraram os problemas de organização da unidade econômica campesina. Nesse sentido, apresentou uma melhor delimitação desta categoria sócio-produtiva, sob a consideração de que é importante o estudo do trabalho familiar com muita exaustividade, em função de estabelecer os elementos dos quais esta se compõe, assim como a base sobre a qual se desenvolve sua atividade econômica, isto para poder fazer frente a qualquer problema próprio desta “unidade de exploração doméstica”. Na definição desta unidade afirma que:

[...] la composición familiar define ante todo los límites máximos y mínimos del volumen de su actividad económica. La fuerza de trabajo de la unidad de explotación doméstica está totalmente determinada por la disponibilidad de miembros capacitados en la familia. Por eso es que el límite más elevado posible para el volumen de la actividad depende del monto de trabajos que puede proporcionar esta fuerza de trabajo utilizada con la máxima intensidad. De la misma manera, el volumen más bajo está determinado por el total de beneficios materiales absolutamente esenciales para la mera existencia de la familia. (CHAYANOV, 1974, p. 47 – 48).

Seguindo a Chayanov, a unidade econômica camponesa como forma organizativa pode ser perfeitamente concebível como distinto sistema econômico, quer dizer, tanto em países feudais e artesanais, como também em economias genuinamente naturais, ou seja, nos sistemas onde estão totalmente ausentes as categorias de trabalho assalariado. Nesse sentido, para cada sistema econômico, assim como para cada fase de seu desenvolvimento, existem variações importantes no papel que cumprem na economia nacional as unidades econômicas camponesas. (CHAYANOV, 1974, p. 34 – 35).

Nas considerações de Engels as pequenas propriedades agrícolas e o modelo da unidade de produção familiar ou camponesa estavam destinados a desaparecer. Por sua parte, a visão de Chayanov não era tão negativa a esse respeito. Em todo caso, ele achava que era

necessária a construção das formas futuras das unidades econômicas camponesas desde a base das formas existentes de exploração agrícola, pelo qual era fundamental realizar os estudos sobre a unidade camponesa da maneira mais profunda possível.

O destino das unidades camponesas não estava dentro das prioridades a estudar por este autor, ainda que desde a sua percepção, ela ainda estaria presente com força na economia nacional russa no curto prazo e mediano prazo. Contudo, destaca-se da apreciação chayanoviana a valoração da exploração camponesa como determinante do porvir do novo agro da Rússia de seu tempo sobre a base da figura do cooperativismo. Em igual sentido, da valoração da aplicação da ciência e as técnicas agrícolas como motores da industrialização do campo o qual, desde a sua ótica, marcaria o desenvolvimento da agricultura com incidência no âmbito social.

Chayanov foi além das críticas para lograr uma verdadeira radiografia da atividade camponesa da sua época. Além das teorizações que atavam os análise das unidades camponesas com as aspirações socialistas de seu contexto, ele considerou as dinâmicas e relações reais destas unidades com o modelo econômico imperante desse contexto. Nesse sentido fez asseverações como a seguinte:

Na atualidade, a unidade econômica camponesa em quase todas as partes está unida ao mercado capitalista de mercadorias; em muitos países sofre a influência do capital, que lhe fez empréstimos, e coexiste com a indústria organizada ao modo capitalista e, em alguns lugares, também com a agricultura capitalista. As empresas camponesas têm inter-relações sociais demasiado complexas com todos estes elementos na economia atual. (CHAYANOV, 1974, p. 42. Tradução livre).

Sem dúvida, este autor marcou um referencial teórico ou uma conceituação importante que ainda vem sendo considerado na atualidade, pese que para alguns estudiosos da temática já não tenha a capacidade de explicar as dinâmicas e relações atuais das unidades econômicas camponesas ou unidades da agricultura familiar. Ele exemplifica em grande medida as discussões e debates que pouco mais de um século já tinham se desenvolvido. O mesmo acontece com os demais pensadores aqui nomeados, ainda que os contextos sociais, as dinâmicas econômicas e as relações políticas tenham mudado consideravelmente, ainda são representados como os principais teóricos que iniciaram os debates sobre a agricultura camponesa.

3. DEFININDO E CONTEXTUALIZANDO A AGRICULTURA FAMILIAR EM BRASIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE A PROMOVEM

Para que se construíssem e ampliassem os debates sobre a agricultura familiar, tanto em América Latina, como no Brasil, decorreu quase um século com respeito às primeiras teorizações sobre tais unidades, tal como se referiu no apartado anterior. Em tal sentido

a definição destas unidades de produção como uma categoria social, bem como sua inclusão dentro das políticas públicas latino-americanas, com base em sua importância econômica, política e social, são de recente data.

A definição das unidades de produção agrícola familiar tem variado no decorrer do século XX. Seguindo a Salcedo et al (2014), citando a Maletta (2011), a definição de agricultura familiar na América Latina apresentou maior relação com o conceito de “unidade econômica familiar”, que se estabeleceu em meados do Século XX, entendida como “[...] una finca de tamaño suficiente para proveer al sustento de una familia y que en su funcionamiento no requiriese de mano de obra asalariada, sino que pudiese ser atendida con la fuerza laboral de la propia familia.” (MALETTA, 2011, apud SALCEDO et al, 2014, p. 19).

Durante o maior período de tempo que abarcou no Século XX, no espaço rural privou a definição de camponeses e não de agricultores familiares. Para a década dos 60 as principais discussões centravam-se nas desigualdades sociais e econômicas que se evidenciavam nestes espaços, das condições que configuravam os latifúndios e a necessidade de planificar e estabelecer reformas agrárias. Nesta ordem de ideias, Salcedo e outros argumentam que:

Con el propósito de resaltar la existencia de una estructura agraria dicotómica e inequitativa, el concepto de campesino se hizo equivalente al de minifundista. Ello condujo a la implementación de procesos de reforma agraria en diversos países de América Latina, lo cual, sin duda, contribuyó a conocer a este sector y su racionalidad económica y social. (SALCEDO et al, 2014, p. 19).

Nas décadas seguintes o pensamento Chayanoviano tem auge na América Latina e é valorizada sua teorização referente às unidades de produção familiar, principalmente com respeito a “[...] su permanencia en la sociedad, así como su racionalidad no capitalista.” (BARRIL; ALMADA, 2007, apud SALCEDO et al, 2014, p. 19).

As definições dadas nos diferentes países da América Latina e o Caribe podem variar de um país a outro. Seguindo a Lamarche (1993), a agricultura ou exploração familiar:

[...] corresponde a uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e trabalho estão intimamente ligados a família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração” (LAMARCHE, 1993, p. 15).

No caso do Brasil, a agricultura familiar, ou especificamente o agricultor familiar, acha uma definição normativa com a promulgação da lei N° 11.326/2006, a qual “Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.” Nesse sentido, em seu artigo 3° define que:

[...] considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II -

utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (Lei N° 11.326/2006, p. 1).

Tal como o afirma Grisa e Flexor (2014), o caso do Brasil com respeito à agricultura familiar é muito diferente a outros países da América Latina e o Caribe, como tem conseguido estabelecer uma estrutura institucional que não só reconhece a identidade destes agricultores, senão que também tenta dar resposta a suas demandas específicas, considerando seu caráter heterogêneo. Assim mesmo, destacam, com base em dados oferecidos pela Organização de Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o Brasil é um dos oito países da América Latina e o Caribe, de um total de 32, que ostenta um conjunto de políticas públicas para a Agricultura Familiar. Outro elemento importante é que conta com um conjunto de dados oficiais e estudos, tanto acadêmicos como governamentais, mais completos e detalhados em comparação com outros países da região.

Na década dos anos 90 iniciaram-se os empreendimentos sobre a agricultura familiar por parte do Estado Brasileiro que dariam como resultado uma estrutura institucional sólida e coerente, sobre a base de um conjunto de políticas públicas. Tais políticas foram-se ampliando e inter-relacionando entre si, conseguindo que este país atingisse uma posição relevante e considerável com respeito ao palco global. De fato, Favareto e Lotta (2017) consideram que:

Observando as experiências nacionais das últimas décadas, tem-se evidenciado um movimento de complexificação no desenho e implementação das políticas brasileiras pós Constituição de 1988 e, especialmente, pós agenda de ampliação de direitos sociais. (FAVARETO; LOTTA, 2017, p. 18).

O início das políticas públicas no Brasil em matéria de agricultura familiar é conceituado, geralmente, a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no ano 1996, através do Decreto 1.946 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. A instauração deste programa considera-se produto da confluência de três processos, a saber: a volta da democracia no país, fato que deu lugar a atuação política de movimentos sindicais do meio rural e movimentos sociais de maneira diferente dos anteriores, desde a perspectiva da construção social, um rol importante com a sua pressão e luta, para que se colocassem na agenda pública uma política agrícola diferenciada; o reconhecimento da importância da agricultura familiar em termos econômicos e sociais, bem como uma nova concepção do meio rural e suas unidades de produção nas academias brasileiras; e os objetivos do governo de Cardoso de consolidar um ambiente econômico e democrático que irá garantir um estado de estabilidade macroeconômica, bem como a estabilidade de ordem social e de governabilidade na área rural, considerando entre os

elementos que pudessem re-configurar o prestígio internacional do país. (GRISA; FLEXOR, 2014, p. 3).

O Pronaf é um sistema de crédito rural que tem por objetivo dar assistência financeira a agricultores familiares, os quais devem gerar recursos para pagar tais créditos e obter rendimentos para satisfazer suas necessidades materiais. Podem ser beneficiários deste programa tanto pessoas naturais como pessoas jurídicas sob as figuras de cooperativas ou associações produtivas.

Os eixos sobre os quais giram as principais ações deste programa são:

[...] 1) negociação e articulação de políticas públicas; 2) instalação e melhoria de infra-estrutura e serviços nos municípios; 3) financiamento da produção da agricultura familiar (custeio e investimento); e 4) capacitação e profissionalização de agricultores familiares e técnicos. (AQUINO; SCHNEIDER, 2010, p. 3).

Por outra parte, os principais recursos deste programa,

[...] están dirigidas a las familias rurales de bajos ingresos, donde el riesgo de la operación es asumido completamente por el gobierno federal o compartido con las agencias de financiamiento. Este sistema, que consiste en varias fuentes de financiamiento, reduce riesgos y proporciona una mayor flexibilidad en términos de garantías reales, lo que permite incluir a los agricultores de bajos ingresos tanto social como económicamente en el sistema financiero y, cuando se llevan a cabo diversas operaciones, recopila datos importantes para los bancos o cooperativas a fin de determinar los riesgos futuros, si desean entrar en operaciones de mayor valor. (MULLER; SANCHES, 2014, p. 426 – 427).

Este programa é valorizado por sua capacidade de cobertura em todo o território brasileiro, o qual, com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, cobre cerca de 95% das cidades e localidades que compõem seu território. Do mesmo modo, suas ações diferenciadas considerando os agricultores familiares como unidades setoriais heterogêneas e diferenciadas são destacáveis. Nesse sentido, as políticas públicas em matéria de agricultura familiar em Brasil contam com uma visão ampla das diferentes realidades da área rural. Isto pode ser explicado pelo fato de que:

[...] A partir dos subsídios dos estudos rurais e dos diálogos com o sindicalismo rural, o Estado institucionalizou uma definição de agricultura familiar na Resolução de criação do PRONAF, criou políticas específicas para esta categoria social e, posteriormente, editou a Lei da Agricultura Familiar. (GRISA; FLEXOR, 2014, p. 6).

Seguindo a Aquino e Schneider (2010):

Desde a criação do PRONAF, a agricultura familiar brasileira passou a ganhar relevo e destaque, quer seja no âmbito dos resultados bem sucedidos da aplicação de crédito rural ou mesmo entre os estudiosos e pesquisadores. De fato, o PRONAF se tornou o programa de referência para um conjunto mais amplo de questões relacionadas ao próprio desenvolvimento rural. Não sem motivo, ao longo dos anos, o governo ampliou o portfólio de “produtos” deste programa, segmentou seu público-alvo em grupos (A, B, C, D e E), incorporou outras políticas e passou a atender demandas específicas dos movimentos sociais (agroecologia, jovens, mulheres, etc.). (AQUINO; SCHNEIDER, 2010, p. 2).

Sobre o fato dos resultados bem sucedidos do aplicativo do crédito rural, o conhecimento do contexto rural brasileiro tinha um rol preponderante nesse sentido, no qual se vincularam investigadores e acadêmicos de diferentes institutos, universidades e laboratórios. Do mesmo modo, valoriza-se a participação dos atores sociais das áreas rurais que explicitaram sua realidade e suas diferentes necessidades. Isto, unido às aspirações e à visão de desenvolvimento sobre a qual se orientaram seus governos e seus elaboradores de políticas públicas, permite o estabelecimento progressivo de novas ações que se orientem a fortalecer tal estrutura. De fato, assim tem sido no caso do Brasil.

Nessa ordem de ideias foi importante a mudança que se produziu sobre a concepção da pobreza no meio rural, bem como do agricultor familiar como incapaz e ineficiente em relação à produção de utilidade econômica, e como elemento fundamental de desenvolvimento. Nesse sentido, Schneider assinala que:

La pobreza rural, que hasta hace poco se asociaba casi exclusivamente con los pequeños productores y con su insuficiente capacidad de producir excedentes comercializables, pasó a ser analizada mediante criterios multidimensionales, especialmente sociales y ambientales. Los investigadores y los formuladores de políticas comenzaron a percibir que más allá de una falta de eficiencia económica, la pobreza rural es una condición social que depende de y está vinculada con la fragilidad y la vulnerabilidad de los medios de vida de los pequeños productores. (SCHNEIDER, 2014, p. 5).

Por outra parte, com respeito aos enfoques, faz-se necessário destacar a inclusão e apropriação do enfoque da multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil, bem como da territorialidade como um aspecto fundamental para o planejamento do desenvolvimento. Seguindo a Cazella et al (2009), as funções que indicam tal funcionalidade da agricultura seriam principalmente: “[...] a) reprodução socioeconômica das famílias rurais; b) promoção da segurança alimentar das famílias rurais e da sociedade; c) manutenção do tecido social e cultural; d) preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.” (CAZELLA et al, 2009, p. 18).

Quanto à valorização do enfoque territorial inserido nas políticas brasileiras para o desenvolvimento rural e agro-familiar, Bonnal e Maluf (2009) realçam que:

[...] o Governo Lula se distingue do anterior pelo maior peso conferido às políticas de reequilibragem social e territorial. Essa orientação se expressa na (i) reativação da preocupação territorial, (ii) ampliação e integração das políticas sociais de combate à pobreza (Bolsa-Família), e (iii) diversificação das linhas de crédito destinadas às famílias rurais. Observa-se, também, que a abordagem territorial integra tanto os enfoques recentes veiculados pelo novo referencial internacional sobre subsidiaridade – como o programa Arranjos Produtivos Locais e o Fórum de Desenvolvimento Territorial da SDT/MDA – quanto os referenciais mais antigos sobre ordenamento territorial e desenvolvimento regional. (BONNAL; MALUF, 2009, p. 87).

O sentido da subsidiaridade orienta as responsabilidades de tomada de decisões para quem melhor maneja os conhecimentos sobre um problema determinado, as melhores

opções para sua solução, e o maior interesse de resolver tal problema. Sobre as orientações das políticas territoriais a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário³, Delgado e Leite (2011), assinalam que:

A intenção dos programas é garantir que os processos de desenvolvimento envolvam múltiplas dimensões, cada qual contribuindo de uma determinada maneira para o conjunto do território em diferentes áreas, como a econômica, sociocultural, político-institucional e ambiental. (DELGADO; LEITE, 2011, p. 433).

A abordagem territorial resulta muito útil na avaliação e planejamento de ações em função das necessidades específicas de determinados territórios com base em suas potencialidades e fragilidades. A justificativa citada por Delgado e Leite (2009), com base na informação descrita pela SDT também inclui aspectos relevantes como o fato de que o espaço rural não se limita ao agrícola; as escalas municipais e estaduais não são totalmente adequadas para o planejamento e a organização de atividades orientadas à promoção do desenvolvimento, porquanto a primeira resulta muito restrita e a segunda excessivamente ampla; as políticas públicas devem ser necessariamente descentralizadas; e por último, o território se apresenta como a unidade na qual se dimensiona da melhor maneira os laços de proximidade entre os indivíduos, grupos sociais e instituições, a partir das quais podem ser estabelecidas iniciativas com o fim de atingir o desenvolvimento.

Com respeito à ampliação das linhas de créditos, por meio do Pronaf executaram-se os esforços necessários para o cumprimento desse objetivo, tentando dar maior acesso às múltiplas atividades que fazem parte da agricultura familiar. Em concordância a isso:

A partir de uma matriz institucional original, uma série de linhas foi criada com este fim: o Pronaf especial custeio (“Pronafinho”), direcionado aos agricultores menos capitalizados (1997); o Pronaf Agroindústria (1998); o Pronaf Floresta (2002); o Pronaf Alimentos (2003); o Pronaf Agroecologia (2003); o Pronaf Turismo Rural (2003); o Pronaf Mulher (2003); o Pronaf Jovem Rural (2003); o Pronaf Semi-Árido (2003); o Pronaf Máquinas e equipamentos (2003); o Pronaf Eco (2007); o Mais Alimentos (2008) e o Pronaf Sustentável (2009). (GRISA; FLEXOR, 2014, p. 8).

Juntamente com a ampliação do financiamento à agricultura familiar, bem como do acesso dos segmentos que a compõem a tais recursos, a estruturação de um conjunto de programas que sustentam e viabilizam as atividades que estas unidades desenvolvem deve ser realçado ou valorado. Isto como um elemento importante das políticas públicas brasileiras para este setor sócio-produtivo. Alguns dos programas que podem ser mencionado, criados com tal objetivo são: Programa de Garantia da Colheita (PGS); Seguro Climático para a Agricultura Familiar (SEAF); Programa de Preços de Garantia para a Agricultura Familiar (PGPAF); Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); Programa de Aquisição de

³ Extinto o MDA pelo atual governo, transformado em Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República do Brasil, criada em 27 de maio de 2016 pelo decreto nº 8.780.

Alimentos da Agricultura Familiar (PAA); Programa Nacional de Biocombustíveis para a Agricultura Familiar (PNPB); O Programa Pronaf Mais Alimentos; Plano Brasil Sem Miséria; Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Selo de Identificação da Participação na Agricultura Familiar (SIPAF).

Em matéria de agricultura familiar, nas políticas públicas do Brasil podem ser vistas desde uma perspectiva holística com base em seu caráter complexo; sua configuração tem obedecido a um processo interativo que se construiu socialmente, pelo qual tem conseguido representar em grande parte os interesses setoriais dos diferentes estratos de agricultores familiares; os resultados que até agora se apresentaram no Censo Agropecuário de 2006, e como estas tem interferido nas condições de vida das populações rurais do país, e considerando as mudanças com respeito os dados do Censo Agropecuário de 1995/1996. Isto quer dizer que nelas se encontram as principais características das políticas públicas, definidas “[...] como ações, práticas, diretrizes políticas, fundadas em leis e empreendidas como funções do Estado por um governo, visando resolver questões gerais e específicas da sociedade”. (HEIDEMANN, 2009, p. 29).

Bem é certo que existe um conjunto de críticas sobre a orientação real que tomam algumas destas políticas públicas, além das suas orientações normativas, assim como determinados pontos fracos que ostentam alguns dos programas que compõem o corpo atual de tais políticas para a agricultura familiar. Considerando o Pronaf, Zaar (2010), faz referência, entre outros, a: o baixo índice de agricultores que conseguem benefício por meio deste programa, menos dos 20% do total de agricultores familiares no Brasil para o ano 2006; a falta de uma distribuição mais equilibrada dos financiamentos no território brasileiro, o qual faz que uns estados e regiões tenham altos índices de beneficiados enquanto em outros os índices sejam quase nulos; como justificativa possível das anteriores, pouca informação e assessoramento sobre o Pronaf e as oportunidades de financiamento, modos de pagamentos, etc.

Por outro lado se apresentam as críticas sobre a maneira na qual as políticas de financiamento enquadradas no Pronaf tem dado espaço e força a um processo de homogeneização ou modernização da agricultura no meio rural que deixa fora aspectos sociais, culturais e ambientais próprios das práticas camponesas. Nesse sentido, Bataglin (2012) afirma que:

O Programa que poderia fortalecer a agricultura familiar, no sentido de torná-la mais autônoma do sistema, e transformá-la numa alternativa socialmente almejada, economicamente produtiva e ambientalmente adequada, ao contrário disto, tem trazido resultados incoerentes com as intenções propostas. (BATAGLIN, 2012, p. 122)

Neste sentido, deve-se também considerar que a idealização do agricultor mais apto para a obtenção do financiamento está dada por critérios inseridos na lógica da reprodução do capital financeiro e capacidades de pagos. Por outro lado, como o caracteriza também Bataglin (2012), na orientação oferecida ao agricultor geralmente na “Emater municipal” para a elaboração do projeto agrícola, necessário para a obtenção do crédito, a visão que guia tal elaboração é própria da modernização do campo. É possível afirmar que tais questões vão fechando as possibilidades de acesso a benefícios aos agricultores mais pequenos, vulneráveis economicamente falando, ou mais voltados as práticas tradicionais, sócio-culturais e ambientais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar tem vindo ganhando grandes espaços nas discussões orientadas ao desenvolvimento rural e à produção de alimentos suficientes para o abastecimento seguro dos mercados nacionais. Estas discussões posicionam-se em espaços internacionais como nacionais. Um exemplo claro é a promoção que tem vindo dando Organização de Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) para que se incluam políticas nas agendas públicas dos diferentes países do globo. Nesse sentido, no ano 2014 foi definido como o “Ano Internacional da Agricultura Familiar” (AIAF). Por outra parte, as pressões setoriais e sociais também são determinantes para colocar à agricultura familiar no centro dos debates das agendas públicas que permitam a elaboração de planos que sustentem e viabilizem suas atividades, tal como se deu no caso brasileiro.

O Brasil, a diferença de vários países da região latino-americana e caribenha, conta com uma definição normativa e objetiva contida em uma lei que define as diretrizes de suas políticas públicas em agricultura familiar. Do mesmo modo, tem desenvolvido um conjunto de programas que vão para além de só outorgar financiamento aos agricultores familiares. Estes incluem acompanhamento e capacitação, modernização, comercialização da produção, seguros com respeito a riscos climáticos, subsídios para os agricultores mais pobres, entre outros. Tais programas consideram a heterogeneidade da agricultura familiar e as múltiplas realidades existentes no campo.

Conquanto existam algumas críticas sobre alguns programas que compõem a estrutura das políticas públicas brasileiras em matéria de agricultura familiar, resulta importante valorizar os acertos que até agora se especificaram. Toda política pública, em seu processo próprio, deve ser avaliada com respeito ao cumprimento e alcance sobre os objetivos para as que foram criadas, nesse sentido podem ser melhoradas em função de superar fraquezas ou corrigir resultados fora do esperado. Isto abre a possibilidade de superar as limitações que possam ainda estar presentes, ou dar resposta às críticas que até agora tem se realizado por

alguns autores ao Pronaf ou ao resto dos elementos que compõem a estrutura de políticas públicas no Brasil.

BIBLIOGRAFÍA

ABRAMOVAY, R; MAGALHÃES, R. O acesso dos agricultores familiares aos mercados de biodiesel: parcerias entre grandes empresas e movimentos sociais. **Texto para Discussão N° 6**. São Paulo: FIPE. 2007, 36p.

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. 12 anos da política de crédito do PRONAF no Brasil: uma reflexão crítica. **VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural**. Porto de Galinhas, 2010, 20p.

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. O PRONAF e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS. 2015, 620p., p. 53-82. (Série Estudos Rurais).

BATAGLIN, J. C. **A Gestão do PRONAF e suas relações com a sustentabilidade da agricultura familiar**. 2012. 149 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2012.

BRASIL. (2005d), Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil. Brasília, MDA/SDT (Documentos Institucionais, 1).

------. Lei N° 11.326, de 24 de julho de 2006. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/837541.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2017.

BONNAL, P; MALUF, R. S. Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. In: CAZELLA, A. A. et al. **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CARDOSO, M. O campesinato e o marxismo: algumas breves considerações de Marx e Engels. In: V Colóquio Internacional Marx e Engels, 2007, Campinas. Disponível em: http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt7/sessa02/Maycon_Berriel.pdf. Acesso em: 20 dec. 2017.

CAZELLA, A. A. et al. **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión SAIC, 1974, 341p.

DELGADO, N. G; LEITE S. P. **Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 54, n° 2, 2011, pp. 431 a 473.

- ENGELS, F. O problema camponês na França e na Alemanha. In: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FAVARETTO, A.; LOTTA, G. Inovações institucionais nas políticas para o desenvolvimento territorial em três estados brasileiros. **Redes**. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 3, setembro-dezembro, 2017, 28p.
- GRISA, C.; FEXOR, G. A construção das políticas para a agricultura familiar no Brasil: entre ideias, interesses e instituições. **52º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Goiânia - GO, 27 a 30 de julho de 2014, 17p.
- HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (org). **Políticas Públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora da UNB, 2009.
- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial Ltda. 1980, 184p.
- LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Editora Unicamp, 1993.
- LENIN, V. I. A desintegração do campesinato. In: **Obras completas escolhidas**. São Paulo: Alfa-omega, 1980.
- MULLER, L; SANCHES, A. Para fortalecer la agricultura familiar: la experiencia de Brasil. In: SALCEDO, S; GUZMÁN, L. (Edit.). **Agricultura familiar en América Latina y el Caribe: recomendaciones de políticas**. Santiago de Chile: Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura. 2014, 497p., p. 423-443.
- RIVERO, R. **Dimensión Regional de la Agricultura Familiar En Venezuela**. 2015. 57 f. Informe - Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura. Caracas, 2015. Disponível em: http://portalsiget.net/ArchivosSIGET/recursos/Archivos/1682015_Dimensi%C3%B3nRegionaldel.pdf Acesso em: 20 mai. 2018.
- SALCEDO, S; GUZMÁN, L. (Edit.). **Agricultura familiar en América Latina y el Caribe: recomendaciones de políticas**. Santiago de Chile: Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura. 2014, 497p.
- SALCEDO, S et al. El concepto de agricultura familiar en América Latina y el Caribe. In: SALCEDO, S; GUZMÁN, L. (Edit.). **Agricultura familiar en América Latina y el Caribe: recomendaciones de políticas**. Santiago de Chile: Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura. 2014, 497p., p. 17-33.
- SCHNEIDER, S. **Informe síntesis. Agricultura familiar en América Latina: un análisis comparativo**. Fondo Interamericano de Desarrollo Agrícola (FIDA). 2014, 36p.
- WANDERLEY, N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo- RS: UPF, 2001, 405 p.
- ZAAR, M. H. Las Políticas Públicas Brasileñas y la Agricultura Familiar: quince años del Programa Nacional de Fortalecimiento da Agricultura Familiar (Pronaf). **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona, España. v. 15, n. 351, fev. 2011. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-351.htm>. Acesso em: 17 mar. 2018.

Cultura e lazer no campo : políticas públicas descentralizadas e praticas dos jovens

Hélène Chauveau¹

Resumo : A questão do acesso às práticas culturais e de lazer para a juventude rural e a importância do seu papel na limitação do êxodo rural e do esvaziamento demográfico e social do campo, apesar de estarem presentes nos discursos dos atores locais e na literatura ainda são muito pouco consideradas nas políticas públicas no Brasil. Com a atenção voltada a essa lacuna, nosso foco é a observação das políticas públicas de desenvolvimento rural e territorial e das iniciativas de descentralização para atender melhor as expectativas de lazer e práticas culturais dos jovens da agricultura familiar. À luz das análises elaboradas, apresenta-se aqui alguns resultados que buscam responder aos seguintes questionamentos: as políticas culturais implementadas estão ou não descentralizadas ? Como elas levam em conta o meio rural ? Verificou-se, igualmente, como os próprios moradores dos territórios analisados se apoderam ou não das ferramentas disponíveis para desenvolver suas práticas culturais, compreendendo-as como maneiras importantes, especialmente para a juventude, de estar comprometido no desenvolvimento do território onde vivem. A análise dessas praticas nos levou a estabelecer uma tipologia que relaciona praticas culturais, modos de viver e características dos territórios que pode ser um ponto de partida para elaboração de políticas públicas adequada a cada situação.

Palavras chaves : Jovens – Cultura – Descentralização

¹ Laboratoire d'Études Rurales (Lyon, França). Doutora em geografia e agroecossistemas da Université Lyon 2 (França) e da Universidade Federal do Santa-Catarina. helenechauveau6@gmail.com

Introdução

Os processos atuais de desenvolvimento estão em crise diante das desigualdades sociais, econômicas, ambientais, políticas e culturais provocadas pela intensa urbanização e globalização verificadas nas sociedades contemporâneas. Em reação a estas condições desiguais e aos impactos gerados, os cidadãos buscam os seus direitos, o reconhecimento e a afirmação das suas identidades, bem como realizam práticas visando a recomposição dos seus territórios locais, em especial dos espaços rurais, que vêm enfrentando inúmeras modificações dos seus papéis nas últimas décadas. No contexto europeu, a cultura vem sendo considerada um elemento importante da recomposição dos territórios, mobilizada especialmente nas metrópoles para mudar a trajetória dos seus bairros em recessão industrial. Mas a cultura também tem sido subestimada como elemento chave nos espaços rurais. Tendo em vista que a sociedade brasileira é uma “sociedade jovem”, e que a faixa etária de 18 a 28 anos é importante e pertinente para entender as evoluções atuais, a problemática estudada, embora esteja inserida nas grandes questões da sociedade moderna atual, constitui-se numa temática particularmente invisível nas pesquisas e nas discussões da sociedade (especialmente nas políticas públicas): mais precisamente, as práticas culturais e de lazer dos jovens que moram no campo.

Assim, a questão do acesso às práticas culturais e de lazer para a juventude rural e a importância do seu papel na limitação do êxodo rural e do esvaziamento demográfico e social do campo, apesar de estarem presentes nos discursos dos atores locais e na literatura (CARNEIRO e CASTRO, 2007; STROPASOLAS, 2006), ainda são muito pouco consideradas nas políticas públicas atuais. Com a atenção voltada a essa lacuna, um dos focos da nossa tese de doutorado foi a observação das políticas públicas de desenvolvimento rural e territorial e das iniciativas de descentralização para atender melhor as expectativas de lazer e práticas culturais dos jovens da agricultura familiar. Para tanto, o trabalho foi desenvolvido em três territórios da Região Sul do Brasil (Microrregiões de Campos de Lages-SC, Extremo Oeste Catarinense-SC e Santa Cruz do Sul - RS). À luz das análises elaboradas, apresenta-se aqui alguns resultados que estão desenvolvidos com maior profundidade na tese (ver referencial na bibliografia) e em artigos e capítulos já publicados (CHAUVEAU, 2014, 2016). Tais resultados buscam responder aos seguintes questionamentos: as políticas culturais implementadas estão ou não descentralizadas? Como elas levam em conta o meio rural? Verificou-se, igualmente, como os próprios moradores dos territórios analisados se apoderam das ferramentas disponíveis para desenvolver suas práticas culturais, compreendendo-as como maneiras importantes, especialmente para a juventude, de estar comprometido no desenvolvimento do território onde vivem. Enfim, a análise dessas práticas nos levou a estabelecer uma tipologia que relaciona práticas culturais, modos de viver e características

dos territórios que pode ser um ponto de partida para elaboração de políticas públicas adequadas a cada situação.

1. As políticas culturais existentes : qual grau de descentralização e consideração do rural ?

Dentre as iniciativas de descentralização analisadas em Santa Catarina considera-se que se incluem algumas políticas públicas culturais como o Programa Nacional Cultura Viva, que auxilia os descentralizados Pontos de Cultura, assim como as políticas desenvolvidas pelos setores Cultura dos municípios e das SDR (Secretaria de Desenvolvimento Regional). Tais políticas ganharam expressividade no Brasil a partir de 2003, quando o país passou, pelo que os pesquisadores chamaram de “era Gilberto Gil / Juca Ferreira”, nomes de dois ministros da Cultura atuantes durante o governo do então Presidente Lula, os quais participaram da “metamorfose das políticas culturais brasileiras” (SANTOS, 2010). Neste contexto, pode-se considerar que os Pontos de Cultura (parte da mais ampla política Cultura Viva) fazem parte do conjunto de políticas focadas no desenvolvimento de zonas rurais que devem ser gerenciadas a partir de uma abordagem territorial que o governo federal passa a disponibilizar ao estado catarinense. Neste sentido, essa territorialização das políticas públicas, ou seja, a inserção de uma lógica territorial nessas políticas, originou os Pontos de Cultura, que procuram reequilibrar a oferta cultural entre centros e periferias, entre litoral e interior, entre rural e o urbano, ajudando a criar iniciativas para atividades culturais em zonas desfavorecidas. O projeto Cultura Viva procura participar da dinâmica de « criação de estratégias para mitigar as desigualdades socioeconômicas e reduzir os elevados níveis de pobreza presentes no país [com] iniciativas de descentralização na gestão de políticas públicas orientadas para a superação de problemas sociais e para o fomento ao desenvolvimento de regiões menos dinâmicas economicamente » (BURIGO, 2014). O objetivo declarado como central nesse programa é « democratizar o acesso aos bens e práticas culturais com objetivo de reduzir a pobreza e as desigualdades sociais » (www.cultura.gov.br).

Todavia, apesar desse objetivo ter sido relativamente alcançado em alguns territórios (CHAUVEAU, 2013), na maior parte dos municípios os únicos Pontos de Cultura existentes estão totalmente voltados ao público urbano. A baixa articulação entre níveis estadual e federal na execução de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural atrapalha de maneira óbvia as atividades dos Pontos de Cultura (à título de exemplo: em 2012, o governo catarinense recebeu os recursos do MinC e nunca os repassou aos Pontos de Cultura, o que ocasionou, para além de protestos das associações, a suspensão de atividades de muitas delas, devido à ausência de recursos para funcionamento).

Alem disso, vale destacar que se constata várias semelhanças entre os métodos de algumas políticas cujo foco é especificamente a descentralização e os métodos desenvolvidos nos Pontos de Cultura. Um exemplo pode ser verificado na operacionalização do Programa Territórios da Cidadania (PTC), “pelo qual são selecionadas regiões prioritárias para o desenvolvimento de ações conjuntas entre diversos órgãos públicos e da sociedade civil organizada” (BURIGO, 2014) incentiva, assim como os editais do Programa Cultura Viva, a colaboração entre setor publico e sociedade civil organizada, como o mostra a existência, por exemplo, de vários Pontos de Cultura ligados ao MST no Santa-Catarina.

Verifica-se em entrevistas com responsáveis dos setores “Cultura” de SDR ou municípios uma debilidade de qualificação e uma falta de preocupação para com uma verdadeira descentralização, que incluiria os espaços rurais. Ademais, percebe-se uma ausência de conhecimento dos técnicos acerca dos atores culturais e rurais dos territórios. Nota-se « a carência de competências locais na área de planejamento, a fraca governança territorial, a dificuldade em lidar com múltiplas dinâmicas escalares dentro de um mesmo recorte territorial, a burocracia, o baixo controle social, dentre outros » (BURIGO, 2014) : tais limitações são ainda mais evidentes quando se fala em políticas culturais, tendo em vista que essas contam em sua execução com menos competências locais e costume, habito, de governança na escala local.

A falta de recursos também é um dos principais obstáculos à ação cultural nos municípios de pequeno porte : « A gente pode fazer projeto, mas desde que não gera um custo ao município, então muito limitado nisso » (entrevista com responsável municipal da área cultural num pequeno municipio do Oeste Catarinense). O setor da cultura sofre com a crise política e econômica, pois é considerado uma variável de ajuste fácil, de possível extinção sem gerar consequências muito expressivas dentro de um curto prazo. Frequentemente, a cultura é deixada de lado, ou exclusivamente orientada ao público dos centros dos municípios, o qual possui maior facilidade em buscar por maior facilidade de acesso as infraestructuras e maior habito de consumo cultural.

Em geral, as políticas públicas para o desenvolvimento rural evoluíram atreladas, sobretudo, aos recursos disponibilizados a partir dos projetos e programas vinculados ao MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), hoje reduzido a uma Secretaria, deixando de lado o lazer, enquanto as políticas culturais, por outro lado, esquecem o rural, ainda que a “era Gil-Ferreira” tenha possibilitado a disponibilização de recursos. Mas o desconhecimento mútuo de quem faz as políticas e dos próprios jovens (os primeiros mal conhecem as problemáticas dos segundos, os quais, por sua vez, não sabem a que eles poderiam ter acesso), faz com que esses recursos muitas vezes não são usados de maneira adequada. Diante dessa lacuna ou da presença inábil ou mesmo contraproducente do Estado, outros atores, reunidos no que se pode chamar de sociedade civil,

tentam trabalhar para a cultura no meio rural e o público jovem (movimentos sociais, setor privado, associações ou grupos amadores).

2. Como os rurais se apoderam, ou não, das políticas culturais ?

Como foi notado para outros tipos de políticas, as políticas culturais também sofrem de « uma forte tendência a centralização dos projetos executados em determinados municípios ou grupos de atores sociais específicos » (BURIGO, 2014), viés muito visível nos Pontos de Cultura encontrados. As constatações de Tecchio (2012) sobre o direcionamento dos recursos do PRONAT pelos grupos sociais mais organizados podem ser relacionadas também às reflexões acerca dos acessos aos Pontos de Cultura. Em geral, esses acessos acabam por serem facilitados aos grupos e indivíduos mais organizados devido à forma do seu edital (considerado como complexo de preencher por vários cidadãos, ver CHAUVEAU, 2017). Dificilmente esse edital é acessível a pessoas da sociedade civil que não sejam acostumadas ou organizadas, como grande parte dos agricultores do campo, em especial os « sem-sem », que não têm acesso às redes dos movimentos sociais nem à mediação social local. A ausência de atuação da gestão municipal no campo é salientada em alguns discursos, o que evidencia um sentimento de exclusão e esquecimento por parte dos entrevistados, tanto para educação, infra-estrutura ou juventude que abada se “desanimando”. É possível visualizar, como consequência desse distanciamento, a falta de compromisso dos moradores no processo democrático e na vida pública, quando essa existe. As entidades que promovem iniciativas culturais, como CTG e SESC, apesar de proporem eventos e promoverem, pontualmente, ações descentralizadas nas comunidades rurais e em parceria com entidades locais, não são percebidas pelos moradores e atores locais (lideranças ou políticos) como fomentadoras de reais oportunidades para moradores do espaço rural acessarem à cultura e lazer. Em seus depoimentos, os moradores e responsáveis locais revelam que tais iniciativas são muito específicas e funcionam de maneira bastante restrita.

Entretanto, percebeu-se que outras iniciativas tentam incluir mais o cidadão, num objetivo de promover uma descentralização democrática. Por exemplo, no município de Xanxerê, graças a sua Lei Municipal do Incentivo à Cultura, destina-se uma porcentagem dos impostos para projetos culturais. Isso vem fazendo com que alguns jovens do interior tenham a oportunidade de desenvolver projetos distintos, como gravação de um CD, por exemplo. Segundo a secretária da cultura desse município, é um mecanismo bem adaptado para essas demandas e é um sucesso, mesmo se aos moradores falta capacitação para apoderarem-se totalmente de tal ferramenta. Nesse sentido, a responsável lamenta a ausência de grupos estruturados de jovens rurais, para os quais ela poderia

elucidar pontos importantes dos editais, o que facilitaria o alcance da iniciativa a seu real público alvo. Essa responsável trabalha de forma mais intensa com as escolas, entretanto, ressalta que, para os mais velhos, ainda encontra maior dificuldade na irradiação de informações, tendo em vista a desapareição de grupos estruturadores e motivadores da juventude no campo, como as pastorais, o que é ratificado em outras entrevistas nessa região. Esse fato é percebido como uma significativa desvantagem para o jovem rural em acessar uma formação e construir uma sociabilidade própria, catalisadas por esse tipo de prática. Ao ser entrevistado, um jovem sindicalista, atuante em Xanxerê, onde conseguiu estabelecer relações sociais e acessar determinados recursos, enfatiza a importância de acesso à informação na consolidação e fortalecimento das relações locais e lamenta a interferência negativa da debilidade atual desses grupos na auto-consideração dos jovens rurais, no que se refere também à educação moldada em costumes culturais puramente « urbanos ».

No sentido de uma maior implicação dos moradores do interior dos municípios, foi visto que elementos de cultura e lazer tradicional rural, como bailes e jogos de futebol, ao receberem apoio, atraem cada vez mais pessoas das « cidades », as quais se envolvem nessas atividades para se divertir nos fins de semana. Alguns municípios também entraram em um processo de patrimonialização da cultura rural (Museu de cultura local, Festa entorno de um produto local, etc...). O resgate de peças aparentemente sem valor ou de práticas esquecidas permitem a uma parte da população sentir-se valorizada e ver-se incluída na constituição cultural dos territórios. Esse sentimento de valorização se expande, inclusive, para jovens que visitam esses locais, vivem esses momentos ou participam desses projetos. Esses elementos de suporte, resgate e patrimonialização vêm se associando a novas práticas de lazer ligadas à área rural, que são cada vez mais desenvolvidas, como trilhas e caminhadas. Esse somatório de iniciativas propicia uma redefinição da relação dos indivíduos com a ruralidade (sendo ainda mais forte a frente do desmanche da atratividade da cidade devido a ausência de investimento na área do lazer). Assim, elementos dessa Nova Ruralidade tornam-se visíveis nas iniciativas em torno das práticas culturais e de lazer, contando marginalmente com um processo de descentralização das políticas ligadas a esse setor (pelo menos até 2016, antes dos eventos políticos terem reconfigurado a situação, inclusive, das políticas públicas destinadas à cultura e lazer.)

A rede de infraestrutura e presença ou não de ação pública tem uma forte influência nas práticas, particularmente nas práticas culturais que, embora não sejam vitais, estão mais condicionadas pela facilidade de acesso do que outras práticas. A oferta disponível influencia as práticas culturais dos jovens: os territórios têm características das quais os habitantes apropriam-se para implementar suas práticas. Esses habitantes, por sua vez, influenciam diretamente em

processos como, por exemplo, a recomposição dos territórios. Constatamos por exemplo a importância dos pequenos equipamentos públicos e o arranjo de uma mobilidade adaptada pelos próprios jovens. Os jovens "dão um jeito" para desenvolver suas práticas culturais apesar de tudo, usando interconhecimento, equipamentos informais (por exemplo os postos de gasolina) e a itinerância das práticas, dando forma a certas hibridações.

3. Um tipologia para orientar a ação pública

Os jovens dos três campos estudados possuem diferentes práticas que revelam maneiras diferentes de habitar e de usar suas práticas culturais para expressar sua identidade, uma identidade que se reivindica em várias escalas. Os laços individuais e coletivos com os territórios influenciam e são influenciados por um conjunto de práticas culturais que transmitem e revelam modos de habitar. Graças à abordagem comparativa feito na tese, nos distinguimos três tipos de relações com o espaço, com os outros e com o fator cultural. Ressalta-se que foi necessário qualificar os atributos próprios de cada território que favorecem ou permitem o surgimento de tais tipos. A análise desses tipos pode ajudar na elaboração de políticas públicas adequada a cada território, com as especificidades que levam seus habitantes a ter uma certa relação com o campo cultural.

A noção de "habitar" cristaliza a questão da relação do homem com seu ambiente e como eles se moldam mutuamente, ao verbalizar a experiência vivida pelo ser humano em seu(s) lugar(es) de vida, seu "modo de habitação" sendo sua maneira de se relacionar com o território em torno dele (GAMBINO e DESMASURE, 2014). Contudo, de um lado os jovens têm formas singulares de estarem ligados a espaços e, por outro, "o modo de habitar é uma parte importante do que faz a diferenciação entre rural e urbano nas representações coletivas" (MATHIEU *apud* JOLLIVET e EIZNER, 1996). Graças a um trabalho de campo múltiplo e à análise de entrevistas foi elaborada uma tipologia que estabelece o vínculo entre a escala de identificação espontânea dos jovens rurais entrevistados no Santa Catarina e Rio Grande do Sul e o uso que eles fazem, conscientemente ou não, das suas práticas culturais para alimentá-la. Cada tipo não reflete a realidade de uma única microrregião, assim como cada microrregião não aloja somente um desses tipos, porém, vimos que algumas características dos territórios tendem a favorecer alguns tipos, tentando responder à pergunta: "por que aqui é assim e lá é diferente"? Se reponder essa pergunta é possível adaptar a ação pública a cada realidade territorial, sendo que uma ação que funciona um determinado lugar e momento não pode ser aplicada em outro lugar e momento sem conhecimento do local.

Podemos resumir assim a tipologia apresentada na página seguinte :

tipo 1 : escala de identificação "universal" (que corresponde a um sentimento de pertencer a

um grupo de indivíduos ligados por uma luta comum), alimentada por uma relação com a cultura vista como ferramenta de luta. O território onde esse tipo é mais evidente é o Extremo Oeste Catarinense, onde os movimentos sociais são fortes, a agricultura familiar muito presente e organizada. A situação geográfica, com uma densidade relativamente alta, a proximidade da fronteira e o afastamento dos centros regionais favorecem este tipo.

tipo 2 : escala de identificação regional (que corresponde a uma reivindicação de pertencer a uma região com uma forte identidade distinta da das regiões vizinhas) alimentada por uma relação com a cultura aqui vista principalmente como instrumento de valorização. A área onde este tipo é mais visível é Campos de Lages, onde os movimentos sociais são menos presentes e onde a agricultura familiar é dependente de um sistema fundiário muito desigual. A baixa densidade e a proximidade relativa do litoral favorecem este tipo.

tipo 3 : escala de identificação que chamei de hiper-local (onde a entidade da comunidade tem precedência sobre as outras escalas), alimentada por uma relação com a cultura vista como um instrumento de sociabilidade. O território onde esse tipo é mais evidente é o de Santa Cruz do Sul, onde tem uma agricultura familiar bastante rica, mas pouco autônoma, submissa à indústria do tabaco. Uma densidade média, com núcleos populacionais, bem como um isolamento de grandes pólos favorecem este tipo.

A mobilização da noção de "modo de habitar" e a consideração das práticas culturais e de lazer em sua apreensão guiam na compreensão dos pontos comuns e as diferenças entre as experiências dos jovens rurais. A tipologia estabelecida revela casos e peculiaridades locais do ponto de vista da ruralidade e da forma como ela é vivida. Assim, compreender o vínculo entre as práticas culturais e de lazer desenvolvidas pela juventude rural e seu sentimento de pertencer a um território com perfil rural permite identificar a complexidade dos modos de habitar e sua evolução em realidades diferentes. Se as categorias ajudam a generalizar e pensar sobre a diversidade, elas não devem reduzi-la a estereótipos e padronizar a heterogeneidade interna de cada caso. Porém, ela ajuda também na possível elaboração de uma ação pública que se adapta a cada realidade territorial, levando em conta não só as especificidades do público jovem que necessita uma dinâmica horizontal (RICHEZ, 2007) mas também as dos lugares e das relações que os moradores tem com o cunho cultural.

		Universal	Regional	Hiper-local
Escala de identificação		Sentimento de pertencimento a um grupo de indivíduos ligados por uma luta comum. Reivindicação da existência de uma grande família camponesa ao redor do mundo e de uma comunidade de interesse com segmentos urbanos também "oprimidos".	Reivindicação do pertencimento a uma região com uma forte identidade e distinta das regiões vizinhas. Ultrapassagem da escala hiper-local ou das outras identidades (por exemplo, de classe ou étnica) e baixa consciência geral.	Identificação espontânea que tem precedência sobre os outros para a entidade da comunidade (mais restrita que o município, portanto, "hiper-local"), que fornece os elementos de pertencimento: grupo de origem, características próprias e diferenciadoras.
Relação com a cultura		Instrumento de luta Práticas culturais e de lazer utilizadas como elementos de expressão federativa e de comunicação dos elementos da luta para fins de emancipação coletiva.	Instrumento de valorização Práticas culturais e de lazer utilizadas para valorizar, economicamente, socialmente e em termos de imagem, o território regional, a fim de torná-lo atraente para o exterior e para si próprio.	Instrumento de sociabilidade Práticas culturais e de lazer utilizadas para unir uma comunidade por conta própria, cultivar e fortalecer os vínculos preexistentes, ligados ao pertencimento à mesma hiper-localidade.
Evento cultural emblemático		Acampamentos Encontro de muitos jovens de diferentes lugares em torno de uma luta comum para fortalecimento dos laços.	Rodeios Evento em torno de uma cultura compartilhada, denominador comum de uma população heterogênea.	Olimpíadas Competição entre comunidades: emulação e teste de coesão interna.
Microrregião onde o tipo mais se manifesta		Extremo Oeste Catarinense	Campos de Lages	Santa Cruz do Sul
Características do território permitindo o a sobre-representação desse tipo	Movimentos sociais	Força dos movimentos sociais, implantação histórica.	Movimentos sociais presentes em menor grau.	Fraqueza dos movimentos sociais, restringidos localmente.
	Perfil da Agricultura Familiar	Agricultura familiar muito presente e organizada, relativamente autônoma. Presença da agroindústria que simboliza a região.	Agricultura familiar de exploração e submissão, alta dependência a um sistema desigual de posse de terras.	A agricultura familiar relativamente consolidada, mas não muito autônoma, sujeita às indústrias de tabaco, mas também moderadamente organizada.
	Cultura local	Forte cultura "colona" de autonomia, fraqueza de uma cultura regional singular e que seja distinta das áreas fronteiriças.	Cultura submissa, mas forte singularidade da cultura regional altamente identificável (araucária, pinhão, rodeio, paisagens, gastronomia).	Valorização das raízes europeias, do pertencimento a uma comunidade, exacerbação das diferenças.
	Densidade, estrutura espacial, localização geográfica	Densidade relativamente alta de agricultores familiares podendo facilmente incluírem-se nas redes. Presença média da juventude.	A baixa densidade diminui os contatos com outros tipos de identificação e reforça a singularidade. Poucos jovens.	Densidade média, valorização dos centros urbanos pequenos e médios, núcleos populacionais. Muitos jovens rurais.
		Proximidade da fronteira argentina. Afastamento dos centros regionais.	Proximidade relativa do litoral (demanda urbana) e identidade geográfica.	Isolamento dos polos principais. Independência em relação com polos médios.

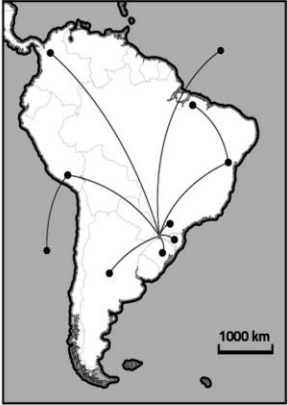
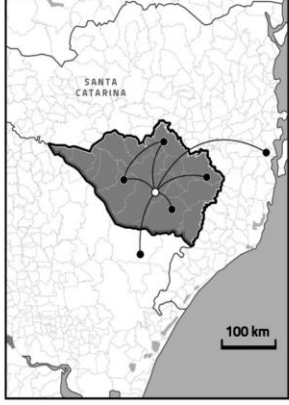
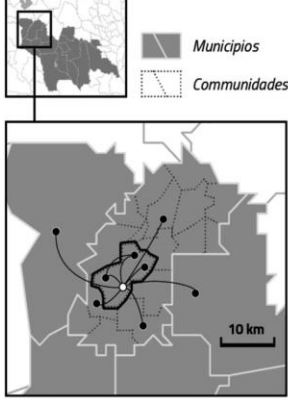
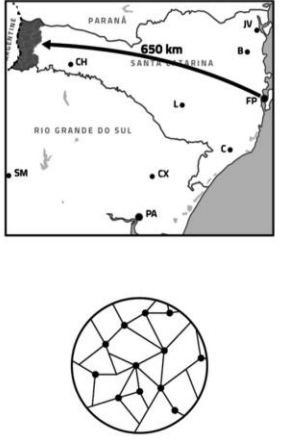
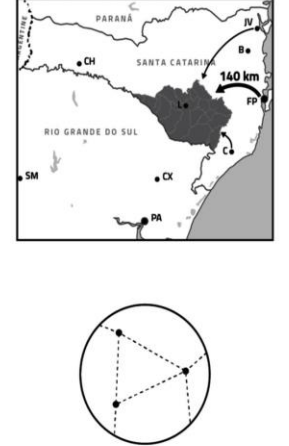
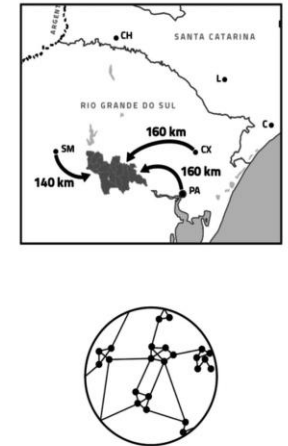
Escala de identificação : Esquemas das escalas de identificação	Universal 	Regional 	Hiper-local 
Relação com a cultura	Instrumento de luta	Instrumento de valorização	Instrumento de sociabilidade
Microrregião onde o tipo mais se manifesta	Extremo Oeste Catarinense	Campos de Lages	Santa Cruz do Sul
Características do território permitindo a sobre-representação desse tipo			

Figura 1: Esquematização da tipologia relacionando escalas de identificação dos jovens rurais, relação com a cultura e características dos territórios permitindo a sobre-representação desse tipo (fonte : CHAUVEAU, 2017)

Elementos de conclusão

No objetivo de superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável (DELGADO; LEITE, 2011), faz-se imprescindível uma melhor articulação de diversas políticas com intuito de criar efeitos territoriais sinérgicos (BONNAL, 2012). Na abrangência dessas políticas, não se pode esquecer as de cunho cultural, haja vista seu papel de grande importância na sustentabilidade e na qualificação do desenvolvimento dos territórios. A cultura trata-se de um recurso territorial específico do meio rural

que deve ser mais valorizado nas pesquisas (DELFOSSÉ, 2003). Com efeito, essa pobreza, para o enfrentamento da qual « a compreensão das condições que constroem e oportunizam a articulação dessas políticas públicas são fundamentais » (BURIGO, 2014), não refere-se somente às restrições econômicas, mas também de acesso à cultura e ao lazer, especialmente pelos jovens rurais. O desenvolvimento rural, compreendido como processo de descentralização do poder político, que visa ampliar os espaços democráticos e empoderar as comunidades e indivíduos (MATTEI; MALUF, 2011, p. 23), não pode ser constituído sem considerar as peculiaridades culturais locais, sobretudo, porque pauta-se em identidades constituídas territorialmente.

Bibliografia

BONNAL, P.; CAZELLA, A. A.; DELGADO, N. G. *Contribuições ao estudo do desenvolvimento territorial rural: reflexões metodológicas a partir do caso brasileiro*. Barcelona, 2012

BURIGO, Fabio (sdd), *Estudo de Iniciativas de Descentralização de Políticas Públicas Voltadas ao Desenvolvimento Rural em Santa Catarina*, Resumo do projeto para a chamada pública FAPESC Nº 01/2014

CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Orgs). *Juventude rural em perspectiva*, Rio de Janeiro : Mauad X, 2007, 311 p.

CHAUVEAU Hélène, dissertação de Master 2 Recherche Études Rurales, *Politiques publiques, acteurs et dynamiques territoriales pour la jeunesse rurale, sa culture et ses loisirs. Etudes de cas dans l'Etat du Santa-Catarina au Bresil*, 2013

_____, *Práticas culturais dos jovens rurais e recomposições dos territórios*, doutorado de geografia e agroecossistemas em andamento, Université Lumière Lyon 2, França, Laboratoire d'Études Rurales, em co-tutela com Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Laboratório de Agricultura Familiar, Orientadores : Stropasolas Valmir e Delfosse Claire, defesa fim de 2017

_____, « O lugar do acesso (ou não - acesso) ao lazer e à cultura na relação que os jovens rurais tem com os territórios do interior catarinense » em DORIGON Clovis e RENK Arlene (sdd), *Juventude Rural, Cultura e Mudança Social*, Edições Argos Universitária, 2014

_____, « Práticas culturais e lazer da juventude rural nas recomposições territoriais das ruralidades de três territórios do Sul do Brasil » em PEIXER Zilma Isabel e CARRARO José Luis (sdd), *Povos do campo, educação e natureza*, Lages (SC) : Grafine, 2016

- DELFOSSÉ C., *Geographie rurale, culture et patrimoine*, HDR, Université de Lille I, 2003
- DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. *Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores*, Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, 2011.
- GAMBINO M. e DESMESURE O., « Habiter les espaces ruraux : les enjeux des formes de mobilité des jeunes. Regards interdisciplinaires », *Noréis* n° 233, p. 25-35, 2014
- MATHIEU N., « Rural et urbain : unité et diversité dans les évolutions des modes d'habiter. » dans JOLLIVET M., EIZNER N. (dir.), *L'Europe et ses campagnes*. Presses FNSP, pp. 187-216, 1996
- MATTEI, L.; MALUF, R. S. Pobreza Rural: concepções, determinantes e agenda de políticas públicas para seu enfrentamento. Brasília: IICA, Boletim Eletrônico. Fórum DRS, n. 72, 2011.
- RICHEZ J.-C., "Six façons bien différentes de voir la jeunesse", dans « Politiques locales de la jeunesse : les jeunes comme ressource », *Territoires*, 2007, pp. 24-25.
- SANTOS, L. G. *A transformação da paisagem cultural brasileira*. Cult, São Paulo, p. 59 - 61, 01 set. 2010.
- STROPASOLAS, Valmir Luiz, *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006, 346 p
- TECCHIO, A. *Políticas Públicas De Desenvolvimento Territorial E Superação Da Pobreza No Meio Rural Brasileiro: Estudo De Caso No Território Meio Oeste Contestado (SC)*, 2012

Iniciativas de redução da pobreza rural em Moçambique: uma visão sobre comunidades de pequenos pescadores

Hélio Maúngue¹

Resumo

Moçambique é uma democracia jovem e em processo de democratização das suas estruturas sociais, económicas e políticas, onde a implementação de políticas públicas para melhoria das condições de vida das populações é um aspecto marcante, num contexto de grandes desigualdades socioeconómicas e elevados índices de pobreza urbana e rural (majoritariamente). Na tentativa de compreender uma das várias ações públicas que o País adota em vista melhorar as condições nas zonas rurais, o presente trabalho debruçasse sobre a importância das políticas públicas do subsector da pesca artesanal, como iniciativas de redução da pobreza rural, especificamente nas comunidades de pequenos pescadores. O objetivo do trabalho é apresentar as principais ações públicas para o subsector da pesca artesanal; Abordar a importância do crédito para o combate à pobreza no meio rural, apontando como funcionam os grupos de Poupança e Crédito Rotativo e o impacto dos mesmos nas comunidades rurais. Constatamos que os grupos de Poupança e Crédito Rotativo são um mecanismo, tentativo, de melhoria das condições de vida das comunidades de pequenos pescadores; mecanismos de retenção das populações nas zonas rurais, isto é, reduz o êxodo rural; são agentes de solidariedade, de inclusão social, bem como de desenvolvimento local; são uma tentativa de redução das desigualdades sociais entre o meio urbano e rural e, permitem uma familiarização dos pequenos pescadores com as dinâmicas do crédito e poupança.

Palavras-chave: Políticas públicas; Pobreza rural; Desenvolvimento.

¹ Doutorando em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina/ Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar (NAF/SPO/UFSC); Centro de Estudos Africanos/Universidade Eduardo Mondlane (CEA/UEM)-Moçambique; Bolsista CNPq/PEC-PG.

1. INTRODUÇÃO

Moçambique é uma nação jovem e em processo de consolidação de suas estruturas democráticas. Depois de sua independência do colonialismo português em 25 de Junho de 1975, o país experimentou períodos de governança de bases marxista-leninista, sendo o Estado o principal ator – economia centralmente planejada. Seguidos de anos de guerra civil² envolvendo a FRELIMO³ e os militares da RENAMO⁴, cujo fim aconteceu em 1992 com a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP). Durante o período da guerra o país assistiu o aparecimento das instituições da *Bretton Woods* (Banco Mundial e FMI) com políticas de ajustamento estrutural⁵, marcando início de uma economia de mercado.

Com o processo de pacificação e AGP no início da década 90 o país começou a reativar os principais setores da economia com o intuito de melhorar as condições sociais e econômicas de seus habitantes, contudo não foi fácil, na medida em que os principais setores de atividade econômica e o controle da terra e das atividades relacionadas (agricultura, pecuária e pescas) estavam sobre domínio português⁶, que com a partida de grande parte deles, depois da independência, deixaram o país vazio de técnicos para as diversas áreas da economia. E o País teve que em pouco tempo procurar pessoal qualificado para as principais áreas de atividade.

O AGP, as eleições de 1994 e o governo democraticamente eleito marcam o início da reativação da economia moçambicana, sendo que várias políticas foram traçadas e adotadas com esse propósito. Dos vários setores de atividade alvo de políticas rumo ao desenvolvimento do País, está o setor das pescas. Assim, o AGP trouxe consigo preocupações de promoção de melhores condições de vida para as comunidades de pescadores artesanais, normalmente muito empobrecidas, (Ministério das Pescas, 2009). Neste sentido, diante destas ações e outras perpetradas em outras áreas de atividade, o processo de transformação das estruturas rurais em Moçambique tornou-se algo visível

² Conhecida como a Guerra dos 16 anos ou Guerra de desestabilização de Moçambique.

³ Frente de Libertação de Moçambique (atualmente o partido no poder desde as primeiras eleições democráticas realizadas em 1994).

⁴ Resistência Nacional Moçambicana (formada por grupo de dissidentes da FRELIMO) – atualmente o segundo maior partido político em Moçambique e o maior da oposição.

⁵ O Programa de Reabilitação Econômica (PRE) como a principal ação na época. A adoção PRE trouxe consigo a necessidade de reajustamento econômico e social, em que o papel do Estado seria redefinido e seria dada maior ênfase ao setor privado para o desenvolvimento do país numa situação econômica de mercado.

⁶ Depois de sua partida Moçambique herdou uma limitada capacidade do setor privado, altos índices de desemprego, fracas instituições públicas, forte dependência de ajuda estrangeira e uma economia perto do colapso.

desde o fim da guerra civil e conseqüente estabelecimento do governo democraticamente eleito.

Para dar resposta a melhoria das condições de vida das comunidades de pescadores artesanais existentes no país, começa o processo de planeamento e implementação de políticas e estratégias para o setor da pesca artesanal visando reduzir o impacto da pobreza absoluta nas comunidades rurais, cujo marco principal foi à consolidação do Plano Estratégico do Subsetor da Pesca Artesanal (PESPA) bem como com a inclusão da pesca artesanal como parte dos esforços de redução da pobreza no Plano de Ação e Redução da Pobreza Absoluta (PARPA⁷).

Neste trabalho propomos discutir sobre as iniciativas para o desenvolvimento do setor de pesca de pequena escala em Moçambique, especificamente sobre a pesca artesanal e as comunidades praticantes, sendo que a pesca artesanal é um subsetor prioritário do setor e é praticada por uma grande maioria da população “pobre”, portanto, vista como meio de melhoria das condições de vida das comunidades de pescadores. Todavia, procuramos especificamente abordar a importância dos grupos de poupança e crédito rotativo para a promoção do desenvolvimento das zonas rurais, bem como para viabilizar a permanência das populações nas zonas rurais e com ele poderem desenvolver projetos específicos para melhorar as condições de vida.

No início da década 90 e próximo ao fim da guerra civil, Moçambique adotou uma nova Constituição da República, a qual garantia a liberdade dos moçambicanos se organizarem em associações e cooperativas, bem como ao desenvolvimento de outras formas de manifestação da sociedade civil. Contudo, pode-se dizer que é um pouco “tênu” a manifestação de associações e/ou cooperativas de “crédito”, mesmo sendo algo permitido pela Constituição da República.

Para elaboração do trabalho contamos com alguns dados (entrevistas) colhidos no ano de 2011 no âmbito de um projeto de pesquisa que estive envolvido⁸, alguns dos instrumentos legais criados para melhorar a atividade e a vida dos seus praticantes, bem como com alguma bibliografia que aborda o assunto. Analisou-se as informações com alguma

⁷ Atualmente designado PARP (Plano de Ação e de Redução da Pobreza).

⁸ No projeto: **“Iniciativa dos Sectores Produtivos para o Desenvolvimento”** Coordenado por Obede Baloi, Centro de Estudos de Democracia e Desenvolvimento (CEDE) e Danish Institute for International Studies (DIIS).

literatura sobre Sociologia da Pobreza e sobre políticas públicas para o meio rural, políticas para o desenvolvimento do meio rural e sobre cooperação no meio rural.

O trabalho está dividido em quatro partes, para além da introdução; temos a seção onde apontamos as principais ações públicas para o subsetor da pesca artesanal; em seguida destacamos a contribuição dos grupos de Poupança e Crédito Rotativo (PCR's) para o desenvolvimento local; e por último as considerações finais.

2. Evolução de Políticas públicas para pesca artesanal

Integradas no recente processo de democratização dos países em vias de desenvolvimento (PVD), como Moçambique, as políticas públicas jogam um papel preponderante no combates as desigualdades sociais, econômicas, políticas que possam surgir.

As políticas públicas surgem como instrumentos governamentais ou de outros atores sociais⁹, que por meio de ações formais ou informais intervêm na sociedade com intuito de resolver ou minimizar problemas sociais básicos como saúde, educação, transporte, segurança pública, saneamento do meio, entre outros. Esta participação de vários atores na concepção de políticas públicas faz com que “a definição de políticas públicas diante dos desafios tão diversificados e complexos mobiliza a participação tanto de atores privados e associativos, como dos atores públicos, conformando conseqüentemente, uma nova arquitetura da ação política”, (Bonnal *et all*, 2011, p. 48).

Para os mesmo autores, “na literatura recente, a conceituação de políticas públicas destaca que se trata de uma ação complexa dentro de uma lógica de sociedade cada vez mais “ingovernável”, sendo que a “ingovernabilidade da sociedade” faz referência à multiplicidade de atores organizados, à diversificação dos fóruns e lugares de interação Estado-Sociedade, ao peso crescente das interações multiníveis, incluindo o nível internacional, na conformação dos problemas de sociedade”, (ibid., p.49).

Tomando esta perspectiva, (Gilles Massardier, *apud* Bonnal *et all*, ibidem.) uma política pública é identificada pela existência de diversos elementos: dispositivos e recursos de ação pública (orçamento, normas jurídicas e instituições especializadas); práticas de intervenção dentro de um setor da sociedade ou de um setor econômico, ou mesmo um projeto; dispositivos oriundos de uma construção social coletiva e complexa por atores

⁹ ONG's nacionais ou estrangeiras, associações, cooperativas, organizações comunitárias de base (OCB), etc.

diversificados (indivíduos, empresas, associações...) ou grupos de atores (movimentos sociais) ou ainda pressão de organizações internacionais (Massardier¹⁰, 2003).

As ações públicas de combate à pobreza rural, no subsetor da pesca artesanal, em Moçambique seguem, em certa medida, a linha proposta pelos atores acima destacados uma vez que as iniciativas de combate à pobreza não são somente uma preocupação do governo, mas também de outros atores sociais. Assim, para as pretensões deste trabalho, entendam-se políticas públicas toda ação governamental ou não, incluindo organismos internacionais e organizações/associações da sociedade civil, associações comunitárias de base, etc., visando o combate à pobreza rural em Moçambique. Para responder as condições de pobreza que as comunidades de pescadores artesanais viviam/vivem desde os meados da década 90 do século passado, Moçambique, com ajuda de parceiros internacionais, começou por experimentar ações tendentes a dar vasão às precárias condições de vida das comunidades de pescadores.

A primeira iniciativa foi o Projeto da Pesca Artesanal de Nampula¹¹ (PPAN) entre os anos 1995-2000, como projeto piloto. Este projeto foi implementado pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrário (FIDA¹²) e a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em parceria com o Ministério da Agricultura e Pescas¹³. Ele foi pensando entre 1991-1992, enquanto Moçambique vivia os últimos momentos da guerra civil e lançado em 1994, com objetivos de aumentar o nível de renda dos pescadores artesanais; contribuir para geração de emprego e melhorar a segurança alimentar das famílias dos pescadores artesanais. Estes objetivos seriam atingidos através: (i) da assistência aos pescadores artesanais pela disponibilização de recursos para as atividades piscatórias; experimentação e fornecimento de serviços de extensão para a pesca; promoção de melhores métodos de processamento e comercialização do pescado; e monitoria e avaliação da acessibilidade de recursos de pesca para os pescadores artesanais; (ii) estabelecimento e reabilitação de infraestruturas rurais: reabilitação de estradas terciárias, provisão de poços de água e construção de postos de saúde; (iii) provisão de serviços financeiros: fornecimento de microcrédito e

¹⁰ MASSARDIER, G. *Politiques et action publiques*. Paris: Armand Colin, 2003.

¹¹ Nampula é a província mais extensa do país, o projeto cobria os distritos de Angoche e Moma, sendo que 1998 incluí-o os distritos de Mongincual, na mesma província, e de Pebane na província da Zambézia.

¹² Em inglês, International Fund for Agricultural Development (IFAD).

¹³ Hoje, 2018, dividido em Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar e Ministério do Mar, águas Interiores e Pescas.

assistência em atividades de poupança; assistência em empréstimos de curta duração para o desenvolvimento de microempresas; e (iv) desenvolvimento institucional, (Baloi *et all*, 2012).

Em 1994, foi igualmente lançado o Plano Diretor para o Setor das Pescas (1994-2005¹⁴) cujos objetivos eram: melhorar o abastecimento do mercado interno em pescado e melhorar as condições de vida das comunidades piscatórias, através do aumento, numa base sustentável, da exploração dos recursos pesqueiros acessíveis à pesca artesanal, (Ministério das Pescas, 2009).

Seguindo o projeto piloto, PPAN, em 2002 dá-se a implementação do Projeto de Pesca Artesanal do Banco de Sofala (2002-2007) (PPABAS¹⁵), cobrindo 17 distritos das províncias de Sofala, Zambézia e Nampula, tornando-se a espinha dorsal do Instituto de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala (IDPPE¹⁶), cujo principal objetivo era um contínuo melhoramento das condições sociais e econômicas das comunidades de pesca artesanal. Estando o projeto organizado em seis componentes: (i) desenvolvimento comunitário; (ii) desenvolvimento da pescaria; (iii) Suporte em estradas e mercados; (iv) serviços financeiros¹⁷; (v) suporte institucional; e (vi) programa de HIV/SIDA, (Baloi *et all*, 2012).

Em 2003, espelhando o PPABAS e expandido os seus propósitos mais para o norte surge o Projeto de Pescar Artesanal do Norte de Nampula e Cabo Delgado (2003-2011) (PPANNCD), entrando como ator-financiador o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), sendo que:

O PPANNCD tem três componentes. A primeira componente que é crédito para impulsionar a produção e assegurar a comercialização do próprio pescado. A segunda componente é infraestruturas e a terceira componente é o reforço da capacidade institucional, mas esta capacidade institucional com três variantes: uma capacidade institucional do setor das pescas, nomeadamente o IDPPE, o Instituto de Investigação Pesqueira (IIP) e a Direção Nacional de Administração Pesqueira (DINAP); outra voltada para às agências implementadoras e a terceira que é a fundamental voltada para as comunidades beneficiárias, (Funcionário do setor das pescas).

Em 2007 inicia o Projeto de Pesca Artesanal de Gaza e Inhambane (2008-2012) (PPAGI), financiado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)

¹⁴ Depois prorrogado para 2008-2018.

¹⁵ As fontes de financiamento eram o FIDA, Agência Norueguesa para o Desenvolvimento (NORAD) e Fundo Belga de Sobrevivência (BSF). Tendo depois sido alargado para 2010.

¹⁶ Instituição sob tutela do Ministério das Pescas.

¹⁷ Inclui a criação dos PCR's e crédito formal.

e Cooperação Italiana. Era o projeto mais curto e os principais objetivos eram: Providenciar suporte para o desenvolvimento do setor pesqueiro; Assistência técnica em técnicas de pesca, processamento do pescado e mercado; Especial atenção para questões de gênero e desenvolvimento social; serviços financeiros; gestão participativa dos recursos pesqueiros e desenvolvimento institucional (IFAD, 2010).

Desenhado em 2006, em 2007 surge o Plano Estratégico do Subsetor da Pesca Artesanal (PESPA¹⁸), com uma visão de 10 anos para o desenvolvimento deste subsetor: Os objetivos são: incremento tecnológico, infraestruturas, ligações com o mercado, unidade dos esforços de pesca, unidade do preço de captura e serviços financeiros, (Ibid.). Doravante, o PESPA passou a ser o instrumento de planejamento sobre todas as intervenções para o subsetor da pesca artesanal.

A última ação sobre o setor da pesca artesanal aconteceu em 2010 com lançamento do Projeto de Promoção da Pesca Artesanal (PROPESCA), cujo alvo é melhorar a renda e a subsistência das famílias pobres envolvidas na pesca artesanal nos polos de crescimento selecionados pelo projeto. Tem quatro componentes: (i) Apoio ao desenvolvimento do elevado valor do pescado; (ii) melhorar a infraestrutura econômica: melhoria das vias de acesso, eletrificação rural, fontes alternativas de energia; (iii) desenvolvimento de serviços financeiros: serviços financeiros de base comunitária (PCR's), apoio financeiro para a cadeia de valor de investimentos, assistência técnica para serviços financeiros; (iv) fortalecimento institucional, iniciativas políticas e gerenciamento de projetos, (ibid.).

Com todas estas ações têm-se a ideia de controle sobre todo o território e população no que diz respeito à pesca artesanal. Sendo ações que pretendem atingir um segmento da população de certo modo pouco privilegiado, podemos questionar se estas políticas sociais conseguiram com uma maior eficiência, repercutindo justamente naquelas áreas do território tradicionalmente menos alcançáveis pelas políticas públicas (Contel, 2011) e reduzir as desigualdades sociais no território moçambicano?

Estas políticas públicas e sociais devem ser vistas como fundamentais para o desenvolvimento das zonas rurais e como alternativas socioeconômicas que contribuam para o desenvolvimento rural, assim como às estratégias e políticas públicas de apoio a sua promoção, (Dorigon *et all*, 2011).

¹⁸ Incluindo-se a pesca artesanal como no Plano de Ação e Redução da Pobreza Absoluta (PARPA).

3. O crédito no combate à pobreza nas comunidades de pescadores artesanais

Como podemos constatar nas políticas públicas planejadas e praticadas para o subsetor da pesca artesanal e para as comunidades praticantes têm de entre outras componentes, a componente crédito, que varia entre crédito formal e informal. Assim, há que ter em conta que a disponibilidade do crédito no meio rural, pode alterar o ritmo de reprodução das vidas dos seus habitantes, (Contel, 2011).

Moçambique tem certa cultura de iniciativas informais (tradicionais) de geração de renda e poupança, sendo mais comumente abordada pelas ciências sociais moçambicanas àquelas que ocorrem no meio urbano. A forma de poupança mais comum no meio urbano é o *xitique*¹⁹, que funciona como redes de solidariedade e/ou grupos de interajuda. Segundo (Quive, 2009) *xitique* é mais conhecido como uma forma de poupança, e muito mais usado na área de micro-finanças. Porém, neste contexto é usado como parte do chamado fundo solidário entre os participantes com vista a fazer face às contingências presentes e futuras, nomeadamente doenças, falecimentos, casamentos, maternidade e outras, dentro de um grupo social específico na comunidade, que tenha se decidido juntar à volta de um determinado risco social²⁰.

O que se tem verificado é que estas práticas sociais de ajuda mútua se mantêm no presente, e estão na base de algumas associações mais “formais” que se têm criado caso das Associações de Poupança e Crédito Rotativo (PCR), que têm sido fundamentais para que os atores envolvidos poupem dinheiro para adquirir bens para a família ou para investirem em atividades geradoras de rendimento, (Casimiro, 2011).

As ASCAS (Accumulated, Savings and Credit Associations) são associações com características mais complexas e flexíveis que a ROSCA²¹ permitindo servir melhor os seus membros e em que: (i) as poupanças podem ser fixas ou variáveis; (ii) não há obrigatoriedade de aceder ao crédito disponível por parte de cada membro, sendo este apenas atribuído aos membros que o solicitarem; (iii) muitas vezes há um fundo disponível para qualquer eventualidade, desastre, alguma forma de seguro, (ibid.).

¹⁹ Xitique é uma palavra Tsonga (uma das várias línguas tradicionais que o país têm) que significa poupança.

²⁰ Prática marcadamente comum entre trabalhadores informais, funcionários públicos de baixa renda, entre famílias, etc.

²¹ Associações de Poupança e Crédito Rotativo.

a) Como funciona o sistema rotativo de crédito no meio rural?

Segundo Búriço (2010, p.38) “as associações de poupança e crédito rotativas (ROSCAS), uma forma de poupança financeira ainda existente em várias partes do mundo, já estavam presentes no Japão há cerca de seiscentos anos”. As ROSCAS, conhecidas como Associações de Poupança e Crédito Rotativo (PCR) no meio rural moçambicano são constituídas por um grupo de indivíduos que fazem contribuições regulares para um fundo comum, que é então emprestado na sua totalidade a um dos membros em cada ciclo dando a esse membro a possibilidade de aceder a uma grande quantidade de capital que doutro modo não seria possível, (Casemiro, 2011).

Os PCR's estão presentes em todas as províncias do País, perfaziam cerca 89 distritos e 196 postos administrativos, enquadrando mais de 5.300 grupos, correspondendo a cerca de 100.000 membros, na maioria mulheres. Os depósitos eram da ordem de 73 milhões de meticais ²², (Carrilho e Teysier, 2011).

Assim, o sistema de PCR²³ é uma técnica econômica que tanto pode funcionar no meio rural ou urbano, com bancos ou longe deles, desde que haja um pequeno grupo de indivíduos interessados em promover o seu desenvolvimento social e econômico através de poupanças. No entanto, no meio rural atinge uma faixa da população normal e totalmente excluída dos serviços financeiros, e muitas vezes associada à maior pobreza (ibid.), possibilitando que se estabeleçam mecanismos de confiança entre os indivíduos que aderem ao PCR.

Para dar início a um PCR é feita a eleição dos elementos que vão gerir a agremiação, nomeadamente um supervisor, dois caixas e dois conferentes que vão fazer os registos dos valores que entram e saem. Tais registos devem ser feitos em cadernos separados, havendo casos em que cada membro fica com um caderno para o seu registo particular, cujo conteúdo deve ser “aprovado” pelos conferentes, supervisor e caixas. Em seguida, e ainda na reunião constituinte, de forma democrática, todos decidem qual deve ser o valor de quota social permanente que deverá ser desembolsada obrigatoriamente por todos a cada encontro, fora das poupanças. Por outro lado, é definido o valor que deve ser cobrado como multa de atraso ou falta.

²² Moeda moçambicana.

²³ Ou Acomulating, Saving and Credit Associations (ASCA) ou Rotating, Saving and Credit Associations (ROSCAS).

No final de cada período de atividade (semana ou mês, dependendo do negócio ou atividade que os membros do grupo desenvolvem), a coletividade reúne para realizar a operação de poupança, sendo que em primeiro lugar é recolhido o valor da quota social e depois o que cada um pretende depositar. O passo seguinte é somar os valores que foram registados nos cadernos (em separado), anunciar o resultado e só depois contar o dinheiro propriamente dito e a soma do que consta nos cadernos deve ser igual ao que está em caixa. Só assim é que a parte referente à poupança encerra. Em seguida, os membros interessados podem solicitar créditos que devem ser restituído num prazo de um, dois ou três meses (dependendo do acordo firmado pelo grupo), acrescido dos respetivos juros que também são determinados pelo coletivo.

Ao final de cada mês, estas operações se repetem obedecendo ao mesmo ritual, com os atrasados a serem multados, a quota social a ser paga obrigatoriamente, os depósitos a serem feitos em função dos rendimentos individuais e os créditos a serem concedidos mediante a capacidade de endividamento individual.

Ao final de 12 meses de PCR, o grupo reúne para o fecho do ciclo e cada um recebe o valor correspondente à poupança realizada ao longo do ano. Quem poupou mil meticais²⁴ por mês, irá receber os seus 12 mil meticais acrescidos de juros, e por aí em diante, pelo que quanto maior é a poupança, maiores serão os ganhos.

A importância percebida através de grupos de PCR é em função da interação solidária que podem criar, destacando a influência para as comunidades nas quais estão inseridos, tornando-as cada vez mais representativas, fomentando o desenvolvimento social das comunidades, podendo se afirmam como responsáveis pela integração social das comunidades rurais, neste caso das comunidades de pescadores artesanais, que antes eram esquecidos pelo sistema financeiro convencional às vezes por residirem no interior de pequenos municípios e por movimentarem pequenas quantias de dinheiro, (Ziger, 2010).

Assim, estes grupos ocupam, em Moçambique, o espaço dos bancos formais, na medida em que a institucionalização de bancos formais no meio rural é muito lenta e/ou quase inexistente, havendo casos que os habitantes do meio rural percorram vários quilômetros para poderem aceder a um banco²⁵. Portanto, sendo serviços destinados aos membros dos

²⁴ O valor varia de grupo para grupo.

²⁵ Fazendo por vezes com que as pessoas enterrem o dinheiro em caixas ou latas, como meio de conservação de moeda no meio rural, na sequência da falta de agências bancárias, motivada basicamente pela falta de infraestruturas, (cf. <http://www.verdade.co.mz/economia/38700-resgatados-15-milhoes-de-meticais>).

grupos, o potencial pode se encontrar no fato de a oferta de serviços e produtos financeiros se realizar justamente pelos seus elementos constitutivos, pois funcionam sem fins lucrativos, coletam e aplicam a poupança no local de atuação e suas características organizacionais estão baseadas na mutualidade e na autogestão, (Búrigo, 2007²⁶ *apud* Castro e Correia de Oliveira, 2010).

b) Impacto dos grupos de PCR na comunidade de pescadores artesanais

A existência de crédito e conseqüente circulação de dinheiro nas comunidades de pescadores artesanais em Moçambique pode fazer com que o crédito se torne um importante instrumento de desenvolvimento local, na medida em que os grupos de PCR podem ser considerados um modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento e bem-estar social, uma vez que visa ser uma tentativa de atender às necessidades do grupo e não o lucro, e é fundamentado na reunião das pessoas e não no capital, (Castro e Correia de Oliveira, 2010).

Como aponta Búrigo (2010, p. 252), “em diversos países, os sistemas oficiais de crédito rural são fundamentais para melhorar a condição social e econômica do homem do campo”. Neste sentido, o meio rural moçambicano, apesar de suas características peculiares, não foge a esta perspectiva desenvolvimentista do campo, não obstante o fato de que a existência do crédito no meio rural precisa levar em conta as características produtivas e ambientais específicas desse meio, como também as componentes socioculturais do referida população, (Ibid.).

A presença de grupos de PCR nas comunidades de pescadores artesanais permitem que os membros tenham a possibilidade de aceder à quantidades de capital que não poderiam de um modo formal e, conseqüentemente, tentarem melhorar as condições de vida das suas famílias como aponta o seguinte depoimento: “esta técnica de poupança comunitária permite aos membros acumularem, de forma contínua e regular (normalmente uma vez por semana), dinheiro que posteriormente [pode ser] investido em outras áreas de negócio e para a melhoria das suas condições de vida e das suas famílias” (Funcionário do setor das pescas), bem como conseguem dar conta de algumas necessidades básicas que não podiam por conta da fraca disponibilidade de crédito na comunidade, ou mesmo pela dificuldade de acederem ao crédito formal, principalmente pela atividade de risco que

²⁶ BURIGO, F. L. Cooperativa de Crédito Rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte? Chapecó: Argos, 2007.

exercem e por não terem as garantias que são exigidas, como nos relata o seguinte pescador: “eu gostaria também de ter um crédito para comprar um barco meu, comprar um motor, só que eu não tenho garantias” (pescador).

Assim, estes grupos de PCR dão a sensação de que resolvem-se alguns problemas básicos como podemos constatar no seguinte depoimento:

Estas poupanças permitem que as pessoas resolvam problemas básicos com saúde, educação, remodelação da habitação, melhoramento da dieta e começaram a surgir alguns negociantes, negócios fundamentalmente ligados ou a comercialização do pescado, ou a comercialização de insumos básicos para alimentação e, então esta atividade pegou até ao ponto de termos grupos de PCR's que criaram as suas ramificações, quer dizer um grupo nasceu depois foi criar mais 2, 3 a sua volta e eles sentem-se orgulhosos, [por dizer] aquele grupo fomos nós que criamos, (Funcionário do setor das pescas).

Fora a possibilidade de resolução de algumas questões sociais básicas e permitir que os pescadores criem formas alternativas de geração de renda, os grupos de PCR têm a tendência de se expandirem e se tornarem uma prática mais presente entre as comunidades de pescadores artesanais ao ponto de inspirar com que novos grupos surjam. E, deste modo, se aplicando as práticas e os modelos mais consolidados no País com o espírito de que é no indivíduo, na família e nos grupos sociais mais próximos que é onde se forjam os futuros vitoriosos da luta contra a pobreza e a miséria e, se fomenta a solidariedade, valor maior para a construção de um Moçambique próspero e desenvolvido, (Carrilho e Teyssier, 2011).

O sucesso dos primeiros grupos e a expansão de sua experiência para os novos grupos pode igualmente servir de familiarização e incorporação da cultura de poupança e crédito nessas comunidades rurais, bem como meio caminho para que possam enfrentar a questão do crédito formal. Isso na medida em que “os PCR's podem ser uma porta aberta para a familiarização dos processos, dos procedimentos de um crédito formal porque eles têm ali todos os elementos como juro, multa, risco e tudo por aí”, (Funcionário do setor das pescas), como constatamos a quando da ilustração do processo de funcionamento dos PCR's.

Estes grupos podem ser vistos como verdadeiras escolas de gestão financeira e de promoção das poupanças. Portanto, é uma base sólida em que se pode desenvolver a futura clientela dos sistemas financeiros orientados à redução da pobreza e que se baseiam nas pequenas iniciativas de indivíduos e famílias com poucos recursos, (Carrilho e Teyssier, 2011).

O fato de atingir famílias com poucos recursos é evidente ao se ver que nas comunidades de pescadores artesanais eram primeiro os patrões²⁷ dos pequenos pescadores artesanais que aderiam, mas depois esses pescadores se viram na necessidade de seguir esse trilho dos PCR's, como demonstra este depoimento: “quando nós começamos com esta atividade de crédito, de PCR's, das associações, os primeiros eram os patrões, mas hoje temos o cenário a inverter-se, que aqueles mesmos pescadores já começam a filiar-se a aqueles grupos ou a criar os seus próprios grupos, isto é indicador de vontade de crescer”, (Funcionário do setor das pescas).

Portanto, há uma consciência por parte dos pescadores mais pobres que aderindo os grupos de poupança e crédito às possibilidades de dispor de recursos financeiros para dar conta das dificuldades sociais básicas que vivem são maiores. Vislumbrando-se aqui que a componente crédito é um mecanismo de inclusão social e de desenvolvimento social das populações mais pobres do meio rural moçambicano, bem como instrumento de desenvolvimento e manutenção das unidades produtivas (Volles et. al, 2010) inerentes à pesca artesanal e melhoria das condições de vida das famílias desses pescadores, bem como das comunidades, no geral, onde os PCR's estão operando. Por outras palavras, o acesso ao crédito e poupança pode gerar um impacto para o desenvolvimento material e social das comunidades em que os PCR's operam, podendo contribuir para melhorar a qualidade de vida de um conjunto cada vez maior de pessoas, (Ziger, 2010), promovendo desenvolvimento e aumento de capital social, (Fioreze e Canterle, 2010).

Considerações finais

O processo de impor mudanças das estruturas sociais nas zonas rurais tem como objetivo promover a melhoria das condições de vidas das pessoas vivendo nessas zonas. Neste sentido, o processo de planejamento e desenvolvimento de políticas públicas que abrangem os segmentos da população mais pobre e localizada nas zonas rurais e longe dos grandes centros urbanos, pode ser considerado mecanismo de inclusão e desenvolvimento social desses grupos inicialmente desfavorecidos. Essas mudanças nas estruturas rurais se refletem quando as ações públicas de combate à pobreza atingem zonas tradicionalmente difíceis de atingir pelas políticas públicas em Moçambique. Portanto, podem atuar como formas de reduzir as desigualdades sociais entre o meio urbano e rural.

²⁷ Não se entenda no sentido capitalista do termo, mas somente por ser proprietário de uma embarcação de pesca e ter alguns pescadores desprovidos de insumos de pesca trabalhando consigo.

Podemos constatar que nas iniciativas levadas a cabo para o subsetor da pesca artesanal em Moçambique, as ações públicas mesmo que dependentes de doações estrangeiras e/ou investimento estrangeiro, na sua maioria, visam desenvolver o meio rural e desse modo fazer com que as populações rurais se mantenham nas suas zonas de origem. Para este fato, o surgimento, desenvolvimento e expansão de grupos de Poupança e Crédito Rotativo, vulgo PCR, muito têm contribuído, isto é, o crédito tem impacto para a permanência das famílias no campo e para viabilizar projetos específicos, quer comunitários e/ou familiares, no entanto, os níveis de pobreza persistem.

Além de poder reter as populações no meio rural, os PCR's procuram ser uma tentativa de incremento da renda dos pescadores artesanais, de disponibilização de capital social, de resposta à ausência do sistema financeiro convencional e de acesso ao crédito, fugindo das garantias exigidas pelo crédito formal, bem como de desenvolvimento local. Ademais, esses grupos podem ser mecanismos de solidariedade e inclusão social, melhorando as condições de vida dos seus membros, das suas famílias e da comunidade rural de modo geral.

Estes grupos podem possibilitar igualmente que os seus membros ganhem experiência e familiarização com aspectos importantes da economia cotidiana de cada indivíduo nos dias que correm – a poupança, bem como uma preparação para experimentarem as vicissitudes do crédito convencional.

Portanto, a presença de políticas públicas para desenvolvimento das zonas rurais, a circulação de moeda nas zonas rurais e as manifestações das comunidades em volta do crédito rural pode se afigurar como mecanismos sociais de promoção da inclusão e coesão social das zonas rurais em Moçambique. Contudo, algumas questões surgem e necessitam de ser aprofundadas, será que o êxodo rural diminuiu nessas zonas? Será que a circulação de dinheiro e existência de alguma renda implica desenvolvimento do meio rural? Será que às comunidades de pescadores artesanais tiveram e têm as condições de vida melhoradas?

Referências bibliográficas

ADMINISTRAÇÃO NACIONAL DAS PESCAS. **Para um sistema descentralizado de gestão de pescarias artesanais de Moçambique**. Moçambique: ADNAP, 2012.

BALOI *et al.* **EPP in Small Scale Fisheries in Mozambique**. DIIS: Denmark, 2012.

BONNAL *et all.* Subsídios metodológicos ao estudo do desenvolvimento territorial rural. In: LEITE, S. DELGADO, N. (Org). **Políticas Públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011. p. 31-60, série desenvolvimento rural sustentável, v.14.

BÚRIGO, Fábio L. **Finanças e Solidariedade**: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. Chapecó: Argos, 2010. (p.61-96).

BÚRIGO, Fábio L. Sistema Nacional de Crédito Rural: uma trajetória de privilégios, crises e oportunidades. In: VOLLES, A. et all. **Ensaio sobre o cooperativismo solidário**. Francisco Beltrão: Infocos/Cresol Baser, 2010. p.226-458.

CASEMIRO, Isabel M. **Mulheres em actividades geradores de rendimentos – experiências de Moçambique**. Comunicação apresentada no XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro, realizado em Salvador da Bahia, 07-10 Agosto de 2011.

CASTRO, Andressa e CORREIA de OLIVEIRA, Ivanira. Lei complementar nº 130/2009: inovações e benefícios ao segmento do cooperativismo de crédito. In: VOLLES, A. et all. **Ensaio sobre o cooperativismo solidário**. Francisco Beltrão: Infocos/Cresol Baser, 2010. p.155-168.

CONTEL, Fábio B. **Territórios e finanças**: técnicas, normas e topologias no Brasil. 2011. São Paulo. (p.426-458).

CARRILHO, João e TEYSSIER, Sophie. **Grupos de poupança e crédito em Moçambique, 10 anos depois**: Realizações, desafios e perspectivas. Moçambique: FARE/PAFR, 2011.

DORIGON *et all.* **As agroindústrias rurais da agricultura familiar de Santa Catarina**. Florianópolis: EPAGRI/CEPA, 2011.

FIGEZE, Adyr A. e CANTERLE, Nilsa Maria G. **A qualidade dos produtos e serviços do Sistema Cresol na manutenção dos associados**. In: VOLLES, A. et all. **Ensaio sobre o cooperativismo solidário**. Francisco Beltrão: Infocos/Cresol Baser, 2010. p.222-236.

IFAD. **Artisanal fisheries promotion Project**. IFAD, 2010. Disponível em: <http://www.ifad.org/operations/projects/design/101/mozambique.pdf>.

MINISTÉRIO DAS PESCAS. **Revisão e Reestruturação do Plano Director 2008-2018**: Relatório de avaliação do Plano Director 1994-2005. Moçambique: DNEP, 2009.

QUIVE, Samuel. **Sistemas formais e informais de protecção social, desenvolvimento em Moçambique**. Comunicação apresentada na II Conferência do IESE “Dinâmicas da pobreza e padrões de acumulação económica”. Maputo, 22 e 23 de abril, 2009.

VOLLES, A. et all. **Ensaio sobre o cooperativismo solidário**. Francisco Beltrão: Infocos/Cresol Baser, 2010.

ZIGER, Wanderley. Inclusão financeira no Brasil: perspectivas e desafios para acesso a serviços financeiros adequados. In: VOLLES, A. et all. **Ensaio sobre o cooperativismo solidário**. Francisco Beltrão: Infocos/Cresol Baser, 2010. p.19-26.

Recursos e ativos territoriais específicos da Serra Catarinense

Leandro Guimarães N. de Paula¹, Ademir Antônio Cazella², Monique Medeiros³, Alan David Claumann⁴

Resumo:

Este artigo tem como objetivo analisar os produtos e serviços específicos do território da Serra Catarinense, à luz do enfoque teórico-metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST). Para tanto, o estudo baseia-se em pesquisas documentais e bibliográficas, além de entrevistas realizadas com atores sociais ligados ao turismo rural, à produção de maçã, vinho de altitude, queijo serrano e o melato da bracatinga.

Palavras chaves: Desenvolvimento territorial sustentável; Cesta de bens e serviços territoriais; Recursos e ativos territoriais.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina; mestrando em Agroecossistemas; leandroguimaraesnunes@gmail.com.

² Universidade Federal de Santa Catarina; doutor em Science de l'Homme et de la Société – Centre D'Etudes Supérieures D'Aménagement; ademir.cazella@ufsc.br.

³ Universidade Federal do Pará; doutora em Agroecossistemas; mmedeiros@ymail.com.

⁴ Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina; mestre em Ciências; alan@sc.sebrae.com.br.

APRESENTAÇÃO

Em meados dos anos 1990, marcados pela crise dos sistemas agrícolas intensivos, uma equipe de pesquisadores da atual Université Alpine de Grenoble (França) iniciou a construção teórica da abordagem cesta de bens e serviços territoriais. Esse processo ressaltou um novo interesse de agricultores, prestadores de serviços e consumidores de zonas rurais desfavorecidas. Os chamados produtos típicos e de qualidade correlacionados à noção de território estão no centro desse processo. Durante suas investigações, os pesquisadores perceberam que a valorização coletiva de recursos específicos territoriais tem papel fundamental na orientação da construção de um dado território. Assim como a articulação entre diferentes atores sociais é necessária para iniciar o processo de construção de produtos e serviços com características específicas (PECQUEUR, 2005; MOLLAR; PECQUEUR, 2007).

Considerando o potencial dessa perspectiva para a leitura de realidades brasileiras, este artigo tem como objetivo analisar os produtos e serviços específicos do território da Serra Catarinense, à luz do enfoque teórico-metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST). Tal objetivo se justifica pela escassa produção científica sobre o conceito da cesta de bens e serviços territoriais no Brasil e, sobretudo, pela carência e fragilidade de diagnósticos territoriais que aportem novos elementos acerca das potencialidades de desenvolvimento de regiões que adotaram parcialmente ou foram excluídas da chamada economia de escala baseada no aumento constante da produtividade.

Por meio da realização de pesquisas documental, bibliográfica, de entrevistas e conversas informais, com atores públicos e privados da Serra Catarinense, no período de dezoito de abril à quatro de maio. Este estudo aponta que a abordagem da CBST se apresenta como um aporte teórico importante para a compreensão das novas definições e ressignificações dos espaços rurais no Brasil. Particularmente no contexto da Serra Catarinense, existem ações coletivas territoriais de atores locais associadas a bens e serviços específicos, a exemplo do turismo rural, maçã, vinho de altitude, queijo serrano, melato da bracatinga, pinhão, carne bovina frescal⁵, goiaba serrana e artesanato de vime, esta abordagem se mostra uma ferramenta de análise promissora. Ainda que exista uma diversidade de ações nesse sentido, este artigo assume como recorte as relações territoriais em torno dos produtos

⁵ Esse tipo de carne remonta ao período do tropeirismo e consiste numa forma de conservar a carne com o uso de sal, porém em menor quantidade quando comparado ao charque.

abrangidos por um projeto inicial de estruturação de Indicações Geográficas (IG), na maçã, nos vinhos finos de altitude, no queijo serrano e no melato de bracinga.

O artigo está organizado em duas partes, para além desta apresentação. A primeira apresenta uma síntese da abordagem teórico-metodológica da CBST, com destaque para as noções de recurso territorial específico e governança territorial. A segunda discute a aplicação empírica desse enfoque na região serrana de Santa Catarina, enfatizando as especificidades dos serviços e produtos e como eles são caracterizados sobre o olhar desta abordagem. Cabe salientar que se trata de uma pesquisa em andamento cuja análise final das informações de campo ainda não foram concluídas⁶.

1. Enfoque teórico-metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais

O conceito de território adotado neste artigo é aquele concebido por Pecqueur (2005). Para a discussão acerca do conceito, esse autor diferencia o território dado do território construído. O território dado é compreendido como um território institucional ou uma divisão administrativa adotada, quase sempre, pelos serviços públicos. Enquanto que o território construído resultaria de processos intencionais de atores sociais, mobilizados para resolver problemas comuns. Nesse sentido, a CBST representa um território construído que articula iniciativas, inicialmente, dispersas de diferentes atores sociais de um território dado (PECQUEUR, 2005).

É na construção desses territórios que as articulações entre os atores privados e públicos evidenciam características próprias como sua cultura, o saber-fazer, a especificidade da matéria prima, dentre outras. Assim, o território construído oferece um conjunto de bens e serviços ímpares aos consumidores (PECQUEUR, 2006). O território é, portanto, o resultado de um processo de construção dos atores locais em torno de projetos coletivos. Em decorrência disso, há uma valorização das economias territoriais que implica na existência de *inputs* territoriais, os quais são subdivididos em recursos e ativos territoriais. A diferença conceitual entre recursos e ativos territoriais é que os primeiros ainda não foram valorizados nos mercados e representam, ao contrário dos ativos, uma potencialidade (PECQUEUR, 2006; LELOUP *et al.*, 2005).

Segundo Colletis e Pecqueur (2005), os recursos e ativos territoriais, podem ser classificados de acordo com sua natureza em genéricos ou específicos. Os recursos ou ativos genéricos são determinados de acordo com seu valor ou o seu potencial. Ou seja, o fator

⁶ Esse artigo é resultante dos esforços iniciais da pesquisa do mestrando Leandro Guimarães Nunes de Paula, dentro do programa de pós-graduação em Agroecossistemas, na Universidade Federal de Santa Catarina.

genérico é independente do processo de produção e do “gênio ou cultura do lugar” onde é produzido. Trata-se, nesse caso, de atributos territoriais transferíveis, tendo como local de troca o mercado.

De forma mais didática Colletis e Pecqueur (2005) apresentam o exemplo da mão de obra para ilustrar recursos e ativos genéricos. Os recursos genéricos podem ser comparados como a mão de obra não qualificada que não está sendo utilizada. Ao se transformar em um ativo genérico não muda sua natureza, pois continua não qualificada, mas passa a ser utilizada e adquire um valor econômico.

Os ativos específicos, por sua vez, têm um caráter diferente dos genéricos, pois a sua valorização se refere à sua condição de uso. Enquanto um ativo genérico é totalmente transferível, um ativo específico implica em um custo de transferência relativamente alto e irreversível. Esse caráter intransferível é resultado de um processo interativo entre diversos atores sociais. Na sua essência, diferentes competências se articulam para produzir novos conhecimentos (PECQUEUR, 2005).

Os ativos genéricos não são capazes de diferenciar um território de outro, uma vez que esse ativo pode ser encontrado em diversos lugares e são susceptíveis a transferências. Para se obter uma diferenciação durável, é necessário que os recursos específicos se institua de uma forma única, sem perder sua originalidade. Quanto menor a suscetibilidade a ameaças de transferências, maior sua especificidade (HIRCZAK *et al.*, 2008).

Assim, o grande desafio do desenvolvimento territorial recai sobre a identificação e apropriação de recursos específicos capazes de nortear a construção de um potencial diferenciador de um território. Para isso, é preciso iniciar um processo de especificação ou ativação dos recursos específicos, transformando-os em ativos específicos. Logo, os recursos específicos merecem uma atenção maior, pois é neles que reside a possibilidade de construção de produtos e serviços com características enraizadas no território (PECQUEUR, 2005). Para Requier-Desjardins (2013), a ativação de recursos específicos configura um processo de transformação territorial resultado da ação coletiva, que mobiliza um conjunto de atores ancorados territorialmente.

O processo de identificação e valorização dos recursos é, portanto, sempre proposital, mesmo que a criação dos recursos possa não ser premeditada. O recurso territorial está atrelado a uma característica de um território, que tem por base a ação humana (intencional e não-intencional) e que pode ser um fator no processo de produção. Os ativos territoriais específicos têm em sua gênese unicamente a atividade intencional do homem, sendo então resultado das estratégias dos atores (COLLETIS; PECQUEUR, 2001). A coordenação dos

atores locais é um pré-requisito para criar condições que favoreçam a identificação de recursos específicos. Conforme Hirzcak *et al.* (2008), a governança do território é um fator fundamental para a construção da cesta de bens e serviços territoriais.

Dessa forma, a “cesta de bens” se baseia em três componentes fundamentais: a) Oferta de bens e serviços privados que se ancoram no território, com bens específicos e complementares que carregam em si a imagem do território; b) Possui demandas específicas ligadas a produtos de alta qualidade, que se diferenciam por terem uma reputação, de acordo com as características do território; c) Os recursos públicos, a paisagem, a biodiversidade e o ambiente valorizam a cesta de bens, fazendo um pano de fundo, incrementando o valor final do produto, cumprindo um papel semelhante aos recursos patrimoniais, como cultura, tradição e história (MOLLARD; PECQUEUER, 2007).

Em síntese, uma CBST consiste em uma oferta compósita de bens e serviços territoriais, que prioriza os mercados locais, estimulando o reconhecimento da qualidade dos produtos e serviços específicos da parte de moradores permanentes, de residências secundárias, turistas e demais usuários. Do ponto de vista metodológico, o enfoque da “cesta” parte da realização de um inventário da “coleção” de recursos e ativos territoriais específicos para, em seguida, organizar mecanismos de novas formas de se relacionar com os mercados. Nesse processo, conhecer e envolver os usuários/consumidores dos bens e serviços da cesta é tão importante quanto construir um sistema de governança territorial de atores públicos e privados.

2. Estudo de caso na Serra Catarinense

O território dado deste estudo corresponde à delimitação administrativa da desativada Agência de Desenvolvimento Regional (ADR) de São Joaquim, que inclui, além desse município, Urupema, Bom Retiro, Rio Rufino, Urubici e Bom Jardim da Serra. Essa estrutura administrativa faz parte da política de descentralização do governo do estado de Santa Catarina iniciada em 2003 (OGANAUSKAS FILHO, 2016). A região possui uma população de cerca de 54 mil habitantes, da qual pouco mais da metade reside em São Joaquim. Desse total, 43% vivem no meio rural e desenvolvem atividades agropecuárias. Trata-se de uma região com tradição na pecuária extensiva decorrente da presença de campos nativos, que, a partir da década de 1960, iniciou um processo bem-sucedido de cultivo de frutas temperadas, com destaque para a maçã.

Os municípios desse território registram as maiores altitudes do estado de Santa Catarina, que variam de 860 a 1.822 metros. No período de inverno, é frequente receber

turistas de outros estados, que têm a expectativa de conhecer a neve. Afinal, trata-se de uma das regiões mais frias do país.

O povoamento da região da Serra Catarinense está associado ao comércio de gado do Rio Grande do Sul com a Região Sudeste, o qual se consolidou durante o ciclo do ouro, no início do século XVIII. O abastecimento de carne do estado de Minas Gerais se dava por meio dos denominados tropeiros⁷, que faziam uma parada de descanso de animais e homens na região (CORDEIRO, 2006). A serra catarinense tem como característica histórica principal a presença de campos nativos e de fazendas para a criação extensiva de gado, com a utilização de pouca mão de obra, deixando como marca a baixa densidade populacional. A cultura das grandes fazendas permaneceu e continua a guiar muitos aspectos culturais de indivíduos, famílias e grupos sociais. A característica de base da região é derivada da cultura tropeira, que permeou a criação das vilas, hoje pequenos municípios, e a estrutura fundiária da região serrana (YAMAGUCHI *et al.*, 2016).

Ao longo do tempo, quatro ciclos econômicos se destacam no processo de conformação socioeconômica da serra catarinense: a pecuária extensiva entre início do Séc. XVIII até a metade do Séc. XX, a extração madeireira nas décadas de 1940 a 1970, a fruticultura de clima temperado iniciada nos anos de 1950 e em franca produção e, mais recentemente, o turismo. Cada um destes ciclos ajudou a construir a história, a cultura e a organização do povo serrano (CORDEIRO, 2006).

2.1 O cenário como principal atrativo: o turismo rural em ascensão

A Serra Catarinense apresenta uma paisagem característica, rica pela sua vegetação nativa, com destaque para a araucária intercalada com as áreas de campos nativos (savanas). A região possui um clima fortemente marcado pelos longos períodos de frio, que perduram por quatro a seis meses, e curto período quente de no máximo três meses. O inverno rigoroso, com temperaturas abaixo de zero e o verão ameno, com temperaturas abaixo de 22°C definem a forma de viver, bem como as características de alguns produtos e serviços existentes na região.

O frio extremo no inverno, cujas temperaturas atingem frequentemente valores negativos, propicia todos os anos a formação de geadas e, ocasionalmente, de neve, fenômeno que explica a notoriedade da região, que desfruta da publicidade gratuita feita pelas mídias nacionais devido ao seu clima. Durante a estação de inverno, a serra catarinense muda sua

⁷ Tropeiros é como eram denominadas as pessoas que faziam os transportes de gado e/ou a comercialização de alimentos entre as regiões do Brasil.

rotina pacata e recebe um grande número de turistas de diversas regiões do Brasil. A formação de grandes cânions e serras amplia a beleza da natureza composta por vastas florestas, uma grande diversidade de pássaros, diferentes mamíferos, cachoeiras, áreas de campo, inscrições rupestres, entre outros atrativos, que permitem aos turistas realizar uma série de atividades de ecoturismo e turismo de aventura. Em dias ensolarados é possível ter uma vista da região litorânea do estado em alguns dos pontos de maior altitude.

Mais recentemente, o enoturismo representa um novo atrativo para os turistas, principalmente para o município de São Joaquim (SILVA; SOMMER, 2005), com visita às vinícolas, além dos exclusivos piqueniques e degustações no interior dos parreirais sob o pôr do sol. A Vindima, festa da colheita da uva, vem se consolidando na região e atraindo um fluxo significativo de turistas entre os meses de maio e abril, com uma programação enogastronômica nas vinícolas. E durante a Vindima ocorre o festival gastronômico denominado Sabores de Altitude, com pratos tradicionais ou releituras de receitas, utilizando ingredientes típicos, que valoriza a gastronomia e resgata a cultura regional. O turismo “criativo e de experiência” também já foi assimilado por algumas empresas na serra. Trata-se de um projeto executado pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (Sebrae/SC), que permitiu a vivência dos turistas no território. Desse projeto surgiu a marca turística “Serra Catarinense em Todos os Sentidos”, a qual vem sendo utilizada por diversas empresas.

Esses atributos territoriais associados ao clima, paisagem e meio ambiente representam um importante “ingrediente” da CBST da serra catarinense. Os atrativos históricos, culturais e naturais do território colocam à disposição dos turistas um leque de opções a ser desfrutado. Nas últimas décadas, o setor de turismo tem ampliado as opções de hospedagem, inclusive do ramo de agroturismo. Algumas famílias de agricultores têm aderido às atividades de acolhimento de turistas como uma alternativa de diversificação de renda. Alguns aproveitam a estrutura de antigas fazendas de gado e as utilizam como hotéis fazenda. Outros investem em infraestrutura nova e direcionam suas atividades de forma a priorizar o acolhimento de turistas em unidades agrícolas familiares (CORDEIRO, 2006).

Algumas organizações em torno do turismo começam a se estruturar na região, dando início à constituição de um sistema de governança territorial da atividade. As principais delas são as seguintes: Associação Bom Jardimense de Turismo Rural (ABTER), Associação Bom Jardimense de Turismo (ABT), Associação do Trade Turístico de Urubici (POUSERRA), grupo informal de guias turísticos, núcleos empresariais de turismo e gastronomia, a Acolhida

na Colônia⁸ e a da Instância de Governança da Serra Catarinense⁹. As articulações intermunicipais ainda são incipientes e, à exceção da vitivinicultura, as iniciativas que associam turismo e produtos típicos da região são praticamente inexistentes. As principais referências ao território passam pelas especificidades do clima, paisagem e meio ambiente, com algumas ações que valorizam a culinária típica da região. Alguns pratos se destacam nas refeições servidas nas pousadas e restaurantes, a exemplo da paçoca de pinhão e o entreveiro¹⁰, ambos tendo o pinhão como ingrediente diferenciado, além daqueles feitos com o frescal.

Neste cenário diferenciado, encontram-se distintos produtos de qualidade territorial, que possuem potencialidade de compor uma cesta de bens. Este artigo terá como foco os produtos a maçã, o vinho de altitude, o queijo serrano e o mel de melato da bracatinga, por serem aqueles relacionados a um processo de IG em andamento.

2.2 Os principais produtos de qualidade territorial e suas governanças

2.2.1 Maçã

A produção de maçã possui uma importância econômica muito grande na região. O cultivo da macieira está associado aos serviços públicos de pesquisa e extensão rural do governo do estado que, na década de 1970, promoveu o Programa de Fruticultura de Clima Temperado. No campo da pesquisa, a instalação de uma estação experimental da atual Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) contou com uma sólida parceria técnica com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) (CORDEIRO, 2006).

O município de São Joaquim é hoje o maior produtor de maçã do estado. O trabalho de adaptação das cultivares gala e fugi é reconhecido por resultar em melhorias da qualidade dos frutos, que se diferenciam pelo maior tamanho, melhor sabor, crocância e coloração, quando comparados aos originários de outras zonas de produção do país, de menor altitude e

⁸ Trata-se de uma associação criada em 1999 no Brasil, composta atualmente por 180 famílias de agricultores orgânicos, que promovem o agroturismo (ecológico). Esta iniciativa tem parceria com a organização *Accueil Paysan* da França criada em 1987

⁹ A Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL) coordena o programa de regionalização do turismo no estado de Santa Catarina, e a partir de 2008 institui dez Instâncias de Governança Regional: Grande Florianópolis, Encantos do Sul, Caminho dos Canyons, Serra Catarinense, Vale Europeu, Caminho dos Príncipes, Vale do Contestado, Grande Oeste, Caminhos da Fronteira e Costa Verde e Mar.

¹⁰ O entreveiro é uma comida típica da Serra Catarinense, que feita a base de pinhão misturada com carne bovina, suína e alguns legumes.

qualidade do frio¹¹, notadamente Fraiburgo (SC) e Vacaria (RS). O microclima existente na região explica, em grande parte, essa qualidade superior.

Embora a produção de maçã ainda seja o principal produto econômico da serra catarinense, para muitos entrevistados, é perceptível que está em curso um processo de estagnação decorrente de variações climáticas, que influenciam a sua produtividade e a qualidade. Além disso, trata-se de um produto com preço estabelecido pelo mercado e que, frequentemente, sofre quedas com a importação de maçãs argentinas. Outro fator ressaltado nas entrevistas é a forte presença de grandes empresas do ramo que se instalaram no município de São Joaquim. Estima-se que essas empresas comercializam 70% da maçã produzida na região, fazendo com que a qualidade superior dos frutos não seja valorizada no mercado, uma vez que a produção local é misturada com frutos de qualidade inferior produzidos em outras regiões.

Diante desse quadro, uma estratégia de proteção e valorização da maçã da região serrana, por meio da implantação de uma Indicação Geográfica (IG) da maçã local, encontra-se em fase inicial de estruturação¹². Essa iniciativa é coordenada pelo Sebrae/SC em parceria com a Epagri e algumas cooperativas¹³. A presença marcante de pequenos e médios produtores explica a criação de quatro cooperativas: Cooperativa Agrícola São Joaquim (Sanjo), Frutas de Ouro, Cooperativa Regional Serrana (Cooperserra) e a Econeve (EMERIQUE, 2008).

À luz do enfoque teórico-metodológico da “cesta de bens”, é possível afirmar que a maçã da serra catarinense figura como ativo territorial genérico, já que seu processo de venda ocorre em mercados que não valorizam suas qualidades diferenciadoras. O processo de construção da IG da maçã recém iniciado pode mudar a condição para ativo específico, pelo menos de uma parcela da produção. Para passar da condição de ativo genérico para ativo específico, entretanto, um longo período precisa ainda ser trilhado, pois não se trata, somente, de colocar um selo de qualidade no produto, mas de que o produto e seu respectivo selo sejam reconhecidos pelos consumidores.

¹¹O clima da região da Serra Catarinense interfere diretamente na qualidade da maçã, devido ao gradiente térmico existente naquela região. A diferença de temperatura entre dia e a noite pode ser de 10 a 14° C, portanto, os produtos metabolizados pela planta durante o dia são armazenados no fruto à noite.

¹² Uma IG, em sua essência, visa valorizar os produtos que apresentam algum tipo de especificidade ou originalidade por meio de um signo de qualidade. Trata-se de uma tradição em países europeus, notadamente França, Espanha, Portugal e Itália, mas que foi instituído no Brasil há pouco mais de 20 anos por meio da Lei de Propriedade Industrial. O Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) é o órgão responsável pela avaliação e reconhecimento dos pedidos de IG.

¹³ O Sebrae-SC está executando o projeto (Serra de Sabores) na região serrana, que tem por meta constituir três IG associadas, respectivamente, à maçã, vinhos de altitude e mel de melato de bracinga.

2.2.2 Vinhos finos de altitude

Outro produto que possui uma trajetória recente na região, mas desponta entre os aqueles que apresentam especificidades territoriais, é o vinho de altitude. As características edafoclimáticas da serra catarinense, a exemplo da maçã, explicam essa notoriedade (LINS, 2008; LOSSO, 2012). A partir de um trabalho da Epagri, identificou-se que o clima e a altitude do município de São Joaquim proporcionavam o amadurecimento mais tardio e, ao mesmo tempo, frutos maiores e escuros, o que permite uma maior qualidade no processo de vinificação. Em virtude desse trabalho, em um curto prazo, São Joaquim passou do anonimato no mapa vitivinícola brasileiro para o município com a maior área plantada com uvas viníferas do estado de Santa Catarina (CORDEIRO, 2006).

Em novembro de 2005 foi criada a Associação Catarinense de Vinhos Finos de Altitude (ACAVITIS), a qual recebe atualmente o nome de Associação Vinho de Altitude - Produtores e Associados. A associação foi formada por 37 associados dos municípios de São Joaquim, Campos Novos, Água Doce, Treze Tilhas, Bocaina do Sul e Caçador, que juntos cultivavam cerca de 279 ha de uvas viníferas. A organização desses proprietários de vinhedos e respectivas vinícolas possibilitou fortalecer e transformar a vitivinicultura em um setor representativo na economia do estado (CORDEIRO, 2006; LINS, 2008).

Essas empresas vinícolas têm como estratégia competitiva a elevada qualidade de seus produtos, dedicando-se à elaboração de vinhos de alto padrão que carregam consigo as características do território, especialmente derivadas da altitude. A associação criada por esses empresários tem três ações prioritárias: a) a consolidação da marca coletiva da associação e a certificação dos vinhos finos de altitude em parceria com a Epagri, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Uva e Vinho e o Sebrae; b) a construção de uma sede em São Joaquim com o apoio da prefeitura de São Joaquim; e c) a implantação do Projeto de Enoturismo com assessoria do Sebrae (LOSSO, 2012). Dentre as ações em curso capitaneadas pela Associação Vinho de Altitude encontram-se no processo de estruturação da IG dos vinhos de altitude e a implantação do Projeto de Enoturismo. Ambos contam com o apoio do Sebrae.

O vinho de altitude pode ser qualificado como um ativo específico da Serra Catarinense, tanto pelas suas características organolépticas singulares, quanto pelo sistema organizacional. Além de registrar uma forte articulação da parte dos atores privados do território envolvidos com a produção de vinho, os atores públicos envolvidos, em especial Epagri e Embrapa, representam uma importante estrutura de apoio ao grupo de empresários.

Entretanto, diferentemente da maçã, não se teve, até o momento, a difusão desse tipo de cultivo para um público mais amplo.

2.2.3 Queijo artesanal serrano

Outro produto serrano com peculiaridades históricas bastante arraigada é o queijo artesanal serrano. Trata-se de um queijo produzido com leite cru integral desde o período do tropeirismo, que propicia uma especificidade no sabor e textura, além de influências propiciadas pelas pastagens nativas. (YAMAGUCHI *et al.*, 2016). Por ser um queijo de fabricação artesanal, produção em pequena escala, tendo o leite cru integral como base, originário de vacas de corte que se alimentam à base de pastagem nativa, pode-se considerar o queijo serrano como um produto específico e com forte ligação histórica da região (CÓRDOVA *et al.*, 2015).

O queijo serrano tem a sua origem nos descendentes portugueses que fizeram parte da colonização da região. Por aproximadamente dois séculos, esse tipo de queijo era transportado em lombo de muares para ser trocado por outras mercadorias que não eram produzidas na região, como sal, café, açúcar, dentre outros (YAMAGUCHI *et al.*, 2016).

À exemplo do que ocorre envolvendo a maçã e os vinhos de altitude, está em curso na região uma iniciativa de criação de uma IG do queijo serrano. Essa iniciativa articula produtores de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, graças a uma parceria que envolve profissionais dos serviços públicos de pesquisa e extensão rural da Epagri, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (Emater-RS), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e, do lado catarinense, da Associação dos Municípios da Região Serrana (AMURES) (CÓRDOVA *et al.*, 2015). O pedido de IG já foi submetido ao INPI e se encontra em processo de avaliação.

O queijo serrano, assim como os demais produtos mencionados anteriormente, é aqui qualificado como um ativo específico, afinal, atualmente, é um produto comercializado no estado inteiro e possui um reconhecimento por parte do consumidor da sua qualidade e especificidade territorial. O processo de criação da IG mobilizou parte dos produtores de queijo, os quais formaram a Associação de Produtores de Queijo Artesanal Serrano da Serra Catarinense (APROSERRA), que agrupa agricultores proprietários de sete queijarias, que ainda se encontram em fase de adequação às normas sanitárias e de qualidade de produção.

2.2.4 Melato de bracinga

Outro produto típico da região é o melato da bracatinga. Esse produto se diferencia dos demais por não ser produzido a partir de floradas, mas da seiva da árvore de bracatinga (*Mimosa scabrella*) atacada por insetos, em especial a cochonilha. A bracatinga é uma árvore nativa da região sul do Brasil presente em zonas de altitude entre 500 e 1500 metros. O melato é produzido a partir das secreções de partes vivas das plantas, que tem sua seiva sugada por cochonilhas. Esse inseto suga e digere a seiva, eliminando gotas de melato (SALOMÉ, 2002). Esse processo ocorre nos meses de inverno quando as floradas naturais são inexistentes. As abelhas têm nessas gotas de melato um importante alimento para esse período de escassez de outras fontes de alimentos.

Todo esse processo propicia um mel de qualidade diferenciada, que apresenta um menor teor de glicose e uma cor escura típica que se assemelha ao melado de cana-de-açúcar, além de não cristalizar, a sua produção ocorre em ciclos bienais, dependendo da ocorrência do ciclo da cochonilha (BONILHA, 2012).

Os aspectos específicos desse produto não eram valorizados pelos produtores locais, que destinavam o melato para o mercado industrial voltado à produção de balas e bolachas (SALOMÉ, 2012). Entretanto, as características específicas do produto foram identificadas por exportadores alemães, que passaram a comprar a produção local. Hoje, a maior parte do melato de bracatinga produzido é exportado para a Alemanha. Alguns produtores entrevistados afirmaram que 95% do que é produzido é vendido para o exterior.

A valorização comercial desse produto pode ganhar um novo impulso com a certificação orgânica e a criação de uma IG. Alguns mercados externos preferem produtos com esse tipo de certificação, que reflete no valor final do mel comercializado (BONILHA, 2012). Porém, a frágil organização dos apicultores serranos explica o fato da maior parte do produto comercializado ser intermediada por entrepostos de outras regiões do estado, sem nenhuma referência ao território de origem. Um entrevistado afirma, inclusive, que esses entrepostos fazem o *blend* com outros méis para aumentar a quantidade exportada como melato de bracatinga, decorrendo na queda de qualidade do produto final.

A iniciativa de IG para esse produto típico de regiões de altitude do Sul do País, coordenada pelo Sebrae, ainda se encontra em fase embrionária. A fragilidade da organização dos apicultores presentes na região certamente aporta um desafio suplementar, mas a iniciativa representa uma forma de criar uma especificidade para o melato da serra catarinense, em relação às produções existentes em outras áreas com características climáticas semelhantes.

Portanto, podemos classificar o melato de bracatinga como um recurso que pode se tornar específico da serra catarinense, mediante sua associação a uma indicação geográfica.

Apesar de apresentar vários aspectos que fazem dele um produto específico, ele ainda é pouco valorizado territorialmente. A ausência de articulação entre os produtores e a não reconhecimento dos atributos territoriais do produto pelos consumidores faz com que esse tipo de mel ainda não se enquadre como um ativo territorial específico. Trata-se, portanto, de um recurso territorial que depende de um processo de ativação da sua especificidade territorial.

Além dos serviços ligados ao turismo e os produtos associados à construção de IG, a região contém outros produtos e serviços típicos, com destaque para a goiaba serrana, o frescal e o artesanato de vime. No quadro deste artigo se privilegiou a análise dos bens e serviços de maior notoriedade territorial e impactos socioeconômicos.

Considerações finais

A Serra Catarinense apresenta recursos territoriais com um alto grau de especificidade, ou seja, que possuem características intrínsecas à cultura e história da região. Diferentes segmentos de atores sociais encontram-se envolvidos com distintas iniciativas de valorização desses recursos. A construção de um sistema de governança territorial representa um elemento chave dentro de um processo de desenvolvimento territorial sustentável que recorre à construção de uma “cesta de bens”. O processo de coordenação permite que os atores locais identifiquem e se apropriem de recursos territoriais específicos e construam uma territorialidade em torno deles. Esse processo não se limita a um espaço administrativo e depende do envolvimento de múltiplos atores, tanto públicos quanto privados, combinado à sua proximidade geográfica e representatividade dentro do seu segmento produtivo ou área de atuação (LELOUP *et al.*, 2005).

Na pesquisa de campo realizada na serra catarinense foi possível identificar a atuação transversal no território de profissionais ligados ao serviço público de pesquisa e extensão da Epagri. Da mesma forma, as diversas ações promovidas pelo Sebrae/SC, com destaque para o projeto em curso denominado Serra de Sabores, colocam os atores públicos como principais agentes do incipiente sistema de governança territorial. As administrações municipais, a exemplo do que ocorre em grande parte do país, apresentam dificuldades de romper com sua circunscrição municipal e pouco aportam na construção de iniciativas intermunicipais a favor da construção da CBST e do desenvolvimento territorial da Serra Catarinense. A Amures representa um lócus privilegiado para promover essa nova escala de articulação, e tem trabalhos nessa direção.

Da mesma forma, a falta de articulações intersetoriais da parte dos atores privados representa o principal desafio a ser superado. As atividades associadas ao turismo rural e à vitivinicultura figuram como embriões nessa direção. As trocas de informações entre as organizações turísticas de Urubici e Bom Jardim da Serra e, as ações conjuntas de produtores de vinho de altitude, podem dar início a um processo de maior abrangência de valorização de serviços e produtos específicos do território.

As iniciativas de construção de quatro IGs - maçã, vinhos finos de altitude, melato e queijo artesanal serrano – podem aportar maior densidade institucional em torno de produtos com qualidade territorial. A valorização desses produtos por meio de um selo diferenciado pode impulsionar o efeito “cesta”. Ou seja, a atração inicial por um produto, possibilita a descoberta de outros produtos e serviços específicos do território. Ademais, o cenário (paisagem, clima, patrimônio histórico, gastronômico e cultural) propicia o aumento desse efeito, que culmina numa renda de qualidade territorial (HIRCZAK, 2008). Ou seja, a serra catarinense representa um laboratório para ações de pesquisa e desenvolvimento do enfoque da CBST. Um programa de formação dos distintos atores implicados com as diferentes iniciativas em curso figura como uma ação chave para que os ingredientes da “cesta” não se mantenham dispersos ou desagregados.

Referências

BONILHA, E. B. P. **Caracterização de cadeia produtiva do mel catarinense: os casos das associações de apicultores de Bom Retiro e da Encosta da Serra**. 2012. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis

COLLETIS, G.; PECQUEUR, B. Politiques technologiques locales et création de ressources spécifiques. **Economie industrielle et économie spatiale. Economica Paris**, p. 445-463, 1995. Disponível em: < https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=%28COLLETIS%3B+PECQUEUR%2C+1995%29&btnG= >. Acesso em: 27 de setembro de 2017.

_____. Inscryption spatiale des firmes, gouvernance des territoires et régulation d’ensemble. **Journées de la proximité**, v. 13, 2001.

_____. Révélation de ressources spécifiques et coordination située. **Economie & Institutions**, p. 51-74, 2005. Disponível em: < <https://ei.revues.org/900> >. Acesso em: 27 de setembro de 2017.

CORDEIRO, W. C. **A vitivinicultura em São Joaquim -SC: Uma nova atividade no município**. 2006. 139 Dissertação Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/89399/235989.pdf?sequence=1&isAllowed=y> >. Acesso em 10 de outubro de 2017.

CÓRDOVA, U. D. A et al. A contribuição do queijo artesanal serrano para o desenvolvimento regional e preservação dos campos de altitude do sul do Brasil. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 11, n. 3, p. 103-114, 2015. Disponível em: < <https://portalseer.ufba.br/index.php/nit/article/view/12037> >. Acesso em: 10 de outubro de 2017.

EMERIQUE, L. P. **O desenvolvimento do setor macieiro no sul do Brasil**. 2008. 147 Dissertação Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/90983> >. Acesso em 01 de outubro de 2017.

HIRCZAK, M. et al. From the Basket of Goods to a More General Model of Territorialized Complex Goods: Concepts, Analysis Grid and Questions. **Canadian Journal of Regional Science**, v. 31, n. 2, 2008.

LELOUP, F.; MOYART, L.; PECQUEUR, B. La gouvernance territoriale comme nouveau mode de coordination territoriale? **Geographie Economie Societe**, v. 7, n. 4, p. 321-331, 2005. ISSN 1295-926X.

LINS, H. N. **Estilização do turismo: Ensaio com foco na serra catarinense**. II Encontro de Economia Catarinense Artigos Científicos. Chapecó 2008.

LOSSO, F. B. O desenvolvimento da vitivinicultura e as possibilidades de implantação de roteiros enoturísticos na Região de São Joaquim. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 6, n. 2, p. 181-200, 2012. Disponível em: < <https://www.rbtur.org/rbtur/article/view/503> >. Acesso em: 04 de outubro de 2017.

MOLLARD, A.; PECQUEUR, B. De l'hypothèse au modèle du panier de biens et de services Histoire succincte d'une recherche. **Economie rurale**, v. 300, p. 110-114, 2007. Disponível em: < <https://economierurale.revues.org/2270> >. Acesso em: 22 de setembro de 2017.

OGANAUSKAS F., V. (2016). **Descentralização administrativa do estado de Santa Catarina: caracterização e resultados (2003-2015)**. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

PECQUEUR, B. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. **Économie rurale**, v. 261, n. 1, p. 37-49, 2001. Disponível em: < http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ecoru_0013-0559_2001_num_261_1_5217 >. Acesso em: 22 de setembro de 2017.

_____. O desenvolvimento territorial: Uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. **Raízes**, v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, 2005. Disponível em: < <https://desenvolvimentoareasperifericasblog.files.wordpress.com/2016/03/desenvolvimento-territorial-pecqueur.pdf> >. Acesso em: 22 de setembro de 2017.

_____. A guinada territorial da economia global. In: AUTORES, V. (Ed.). **Desenvolvimento Territorial Sustentável. Conceitos, experiências e saídos teórico-metodológicos**. EISFORIA. Florianópolis: PPGAGR, 2006. p.81-103.

REQUIER-DESJARDINS, D. SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS E QUALIFICAÇÃO: UMA RELAÇÃO COMPLEXA. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 10, n. 2, p. 95-119, 2013. ISSN 18071384. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/download/1807-1384.2013v10n2p95/25917> >.

SALOMÉ, J. A. **Levantamento e fenologia de plantas apícolas do estado de Santa Catarina**. Florianópolis, 2002. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Recursos Genéticos Vegetais.

SILVA, R.; SOMMER, R. O PRODETUR-SUL e os municípios turísticos do planalto serrano catarinense. **III Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**. Caxias do Sul: 1-22 p. 2005.

YAMAGUCHI, C. K. O queijo artesanal serrano como fator de desenvolvimento nos campos de altitude no sul do Brasil. In: YAMAGUCHI, C. K et al. (Org.) **Visão contemporânea e sustentável da Serra Catarinense**. Lages: Ed. Uniplac, 2016 p. 109-120.

A política de compras institucionais e a vulnerabilidade na Agricultura Familiar

Lilian de Pellegrini Elias¹, Walter Belik²

Resumo

As compras institucionais passam a compor as políticas públicas de apoio à agricultura familiar no Brasil, na década de 2000, como mecanismo de compra de seus produtos que objetiva desenvolver a agricultura familiar e dispor de instrumentos legais para incentivar a estruturação destes agricultores para além do mercado institucional. Um dos instrumentos é a priorização das compras de organizações formais de agricultores. No entanto, a agricultura familiar, marcada pela heterogeneidade, contempla agricultores em aguda vulnerabilidade que acabam não sendo contemplados. Ao discutir as possibilidades de inserção destes agricultores focaremos na compreensão da heterogeneidade da categoria social denominada como agricultura familiar no estado de Santa Catarina.

Palavras-chave: agricultura familiar, compras institucionais.

¹ Doutoranda, Universidade Estadual de Campinas, lilianpellegrini@gmail.com.

² Professor Titular do Instituto de Economia da Unicamp - Universidade Estadual de Campinas, SP. E-mail: belik@unicamp.br.

Introdução

As compras institucionais passam a compor as políticas públicas de apoio à agricultura familiar no Brasil na década de 2000. A modalidade consiste em compras de produtos da agricultura familiar com o intuito de fortalecimento desta categoria social. O argumento por trás desta nova forma de suporte é de que o uso de recurso do governo para aquisições de alimentos seriam poderosos instrumentos de incentivo ao desenvolvimento e ampliação de sistemas de produção sustentáveis (MORGAN; SONNINO, 2008).

No ano de 2002 surgiu o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)³ e sete anos depois, em 2009, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁴ criado em 1954 é remodelado. Os programas passam a ser utilizados como mecanismo de compra de produtos da agricultura familiar. A escolha da agricultura familiar como foco se deu em função da consolidação desta categoria social como grupo com potencial de gerar desenvolvimento rural e social (BRASIL, 2015; GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Na perspectiva de desenvolver a agricultura familiar as políticas de aquisição de alimentos além de disponibilizar recursos para compras de seus produtos também dispuseram instrumentos legais para induzir a estruturação destes agricultores para além do mercado institucional. Um dos instrumentos é a priorização das compras de organizações formais de agricultores (FNDE, 2009). Esta priorização induziu a formação de cooperativas com o intuito de suprir a demanda institucional. Em alguns locais, onde houve esforço conjunto das instituições públicas e de agricultores, é possível observar uma ampliação do número de cooperativas cuja atuação transborda as compras governamentais (ESTEVAN, D. O.; MIOR, 2014).

A razão pela qual os agricultores familiares ganham espaço a ponto de disporem de política pública de inserção nos mercados partem de suas características particulares. O trabalho, em conjunto da família, a presença de atividades não-agrícolas e o forte componente de resiliência, conectado com o fator de que família e unidade de produção, trabalho e moradia, e convívio social coincidem no mesmo local (HLPE, 2013). Dentro deste contexto entende-se que ao fortalecer a agricultura familiar há potencial para fortalecer o desenvolvimento dos locais onde se inserem.

³ Instituído pela Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, e viabilizado a partir de recurso do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, criado pela Lei Complementar nº 111 de 2001.

⁴ Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. O governo federal torna obrigatória a destinação de ao menos 30% do recurso federal destinado ao PNAE para compra de produtos da agricultura familiar.

No entanto, a agricultura familiar, que passa a ter uma definição legal em 2006 com o estabelecimento da Lei da Agricultura Familiar, apesar de ter características comuns, é marcada também pela heterogeneidade. Discutir o avanço da agricultura familiar não pode deixar de considerar que uma parcela destes agricultores possui acesso aos mercados, dispõe de renda, acesso à tecnologia e mão de obra qualificada. Ao mesmo tempo, outra parcela vive em aguda vulnerabilidade, com condições insuficientes para garantir a reprodução social da família - muitas vezes ligada à insuficiência de terra e demais condições essenciais para produção (IBGE, 2006).

A vulnerabilidade entre os agricultores familiares demanda esforços, no entanto, políticas públicas de suporte à produção e à inserção do mercado enfrentam de fortes obstáculos em atendê-los. As compras institucionais priorizam os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, portanto, buscam atender parte dos agricultores em vulnerabilidade (BRASIL, 2015). No entanto, possuem dificuldades em atender a agricultura com baixo nível de renda e demais indicadores de vulnerabilidade.

Este artigo se propõe a avançar na compreensão das limitações, e, possibilidades de as políticas de compras institucionais superarem a barreira que as detém de atuar no combate à vulnerabilidade da agricultura familiar. Ao discutir as possibilidades de inserção destes agricultores focaremos na compreensão da identidade da categoria social, e os impactos desta identidade na capacidade destes agricultores organizarem-se entre si com o intuito de acessar a política pública.

No estado de Santa Catarina é possível observar maior nível de organização por parte dos agricultores familiares, no acesso às políticas públicas e aos mercados. É possível verificar evidências do maior nível organizacional a partir do acesso ao Pronaf por parte dos agricultores familiares catarinenses e dos demais estados da região Sul do Brasil (AQUINO; SCHNEIDER, 2011). Dentre os estabelecimentos de agricultores familiares com contrato do Pronaf, em 2012, Santa Catarina foi o estados que atendeu o maior percentual da categoria social, atingindo 84,4% dos estabelecimentos (WESZ JUNIOR; GRISA; BUCHWEITZ, 2014). A presença de grupos sociais compostos por agricultores familiares que se delineiam em torno do apoio mútuo para o alcance do acesso às compras institucionais e demais objetivos comuns.

Compras institucionais como apoio à agricultura familiar

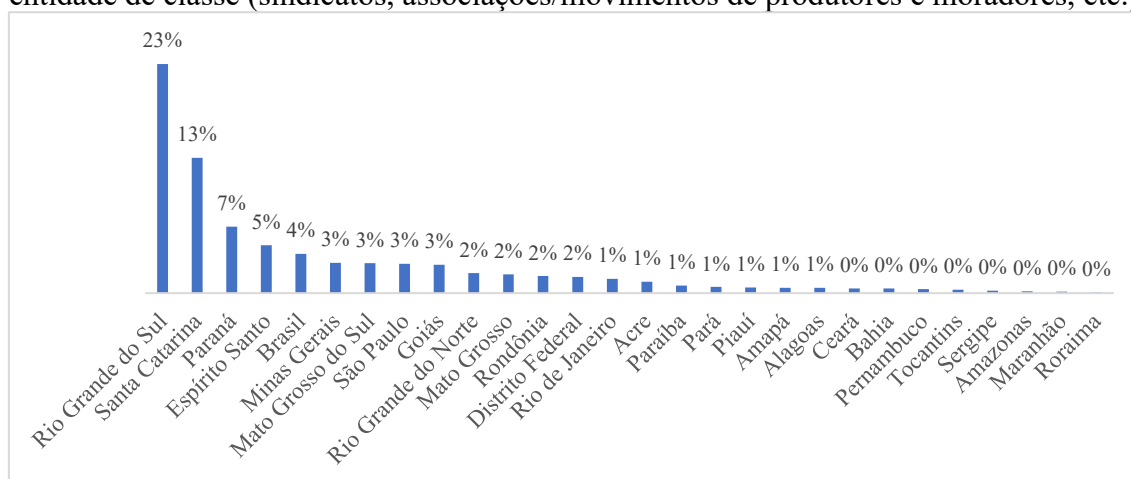
Na década de 2000 o Estado brasileiro assume a posição de criação de novos espaços e de ruptura nos mercados a partir da demanda institucional por alimentos. Os contratos públicos de aquisição de alimentos se mostram como um dos mais “poderosos instrumentos que os governos têm à disposição” (MORGAN; SONNINO, 2008). No passado, as compras governamentais não faziam parte do elenco de políticas voltadas para o desenvolvimento rural (BELIK e FORNAZIER, 2016). O gasto público como reforço econômico como parte da ação dos Estados desde a primeira metade do século XX, a partir do receituário keynesiano, no Brasil era voltado para estabilização de preços para garantir a renda dos grandes produtores (BELIK; CUNHA, 2017).

Compras institucionais como incentivo às organizações formais

As compras institucionais priorizam alguns grupos cuja característica é de dificuldades na inserção nos mercados. Dentre os grupos priorizados estão os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas (BRASIL, 2015). No entanto, possuem dificuldades em atender a agricultura com baixo nível de renda e demais indicadores de vulnerabilidade.

A prioridade dentre os agricultores familiares, exceto os grupos priorizados acima citados, é dada aos agricultores organizados formalmente. Porém, a participação da agricultura familiar brasileira nas organizações formais não é expressiva. A formalização entre os agricultores, como pode-se observar na Figura 1, tem destaque na região Sul, no entanto, é praticamente inexistente na maior parte dos estados brasileiros.

Figura 1 - Número de estabelecimentos cujos agricultores fazem parte de cooperativa e/ou entidade de classe (sindicatos, associações/movimentos de produtores e moradores, etc.)



Fonte: IBGE (2006).

Metodologia

A coleta de informações sobre a atuação da PNAE foi obtida a partir de uma pesquisa de campo feita a partir de entrevistas apoiadas em questionários semiestruturados desenvolvida entre março e julho de 2015 em 31 municípios catarinenses. Nos municípios as entrevistas foram feitas com agricultores familiares e, em municípios maiores, representantes dos agricultores; responsável pela aquisição de alimentos da agricultura familiar pelo PNAE nas Secretarias de Educação; e, funcionário da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (EPAGRI) em função do trabalho de extensão que torna os técnicos da empresa atores com estreita relação com os agricultores e com a realidade local. Os municípios visitados foram selecionados a partir da localização geográfica; quantidade de recursos recebidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para alimentação escolar – critério ligado ao tamanho do município; e, por fim, análise conjunta de indicadores que refletem o nível de desenvolvimento: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), IDHM Educação, taxa de atividade, renda per capita, taxa de ocupação, proporção de população rural, população pobre e índice de Gini (PNUD, 2015).

A escolha do número de municípios respeitou um plano de amostragem a partir da quantidade de recursos recebido pelo FNDE (FNDE, 2015). Os 31 municípios foram escolhidos respeitando distribuição proporcional entre as mesorregiões e nível de desenvolvimento (baixo desenvolvimento, médio desenvolvimento e alto desenvolvimento). Informações adicionais são encontradas em Elias (2016).

A ação pública gerando condições para a superação das barreiras no atendimento aos agricultores com maior vulnerabilidade

A ação pública a partir dos esforços de atores inseridos nas instituições públicas vai além do cumprimento da legislação. Esforços empreendidos por atores que atuam nas secretarias de educação, secretarias de desenvolvimento rural e entidades de pesquisa permitem que, à despeito das dificuldades, agricultores vulneráveis acessem os programas institucionais de compras. Atores que atuam no setor público e cooperativas de agricultores familiares vem entendendo as compras institucionais e, especialmente o PNAE como meio de inclusão de agricultores mais vulneráveis, ou seja, agricultores de menor renda que enfrentam problemas logísticos e de formalização que os barram o acesso à tais políticas de forma autônoma.

Atores que atuam no setor público

A ação pública atua para além do cumprimento da legislação em muitos dos municípios visitados. Alguns municípios têm como atuação a contemplação da maior quantidade de agricultores sem deixar de levar em consideração que as compras institucionais são instrumentos que podem gerar transformações estruturais no sentido de melhoria da renda, melhorias no âmbito produtivo e logístico.

A percepção de representantes de algumas prefeituras, com destaque para Blumenau e Biguaçu, há a percepção da política de compras institucionais como meio de promover o desenvolvimento da agricultura familiar municipal e, com enfoque, nos agricultores com menor renda e menor desempenho nos demais indicadores de desenvolvimento.

A prefeitura de Blumenau efetua as compras de produtos da agricultura familiar a partir do apoio da Secretaria de Desenvolvimento Rural. A Secretaria promove encontros com os agricultores do município com o intuito de apoiar no âmbito produtivo e logístico. As compras são efetuadas apenas de agricultores familiares do município.

Na prefeitura de Biguaçu a atuação frente à legislação é a de que é preferível não efetuar compras do que adquirir produtos de fora do município. A ausência de compra de produtos da agricultura familiar em 2014 se deve à impossibilidade de comprar localmente e à negativa quanto a comprar em outro nível de proximidade (regional, estadual).

Outra questão a ser discutida é a disposição de atores de instituições públicas em dar suporte técnico e operacional para fomentar a participação dos agricultores familiares. Nos municípios de Canoinhas e Mafra são observados projetos auxiliares por parte de órgãos públicos, especialmente da EPAGRI, dando suporte na formalização, diversificação da produção (incluindo produtos com maior valor agregado).

Cooperativas

A CEPAF de Concórdia é um exemplo de cooperativa central em que internamente se prioriza a inserção de cooperados de menor renda nas vendas ao PNAE. A cooperativa atesta que para estes agricultores nenhum tipo de cobrança em função à gastos operacionais é feita com o intuito de gerar o maior estímulo possível à participação destes agricultores. O fortalecimento dos associados seria a razão de tal atuação.

Em Santa Catarina existem cooperativas que possuem condição organizacional para atender os grandes municípios e o estado de Santa Catarina, inclusive em entregas ponto-a-ponto (entregas em cada escola atendida). Entre as organizações que se destacam na sua capacidade de organização da produção e das entregas estão as três cooperativas centrais a Cecaf (Central das Cooperativas da Agricultura Familiar) de Concórdia, acima mencionada; a UCAF (Unidade Central Das Agroindústrias Familiares) que atua junto da APACO (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense) com sede em Chapecó; e CCA (Cooperativa Central de Reforma Agrária de Santa Catarina) com sede em São Miguel do Oeste. A APACO e a CECAF foram visitadas durante a pesquisa e atestaram abranger mais de 100 cooperativas cada, superando 10 mil agricultores associados cada uma. Uma das cooperativas associadas à CCA também foi visitada e informações institucionais atestam também cerca de 10 mil associados à CCA.

A presença e atuação das cooperativas se espalha pelo estado de Santa Catarina, mesmo que tenha maior concentração nas mesorregiões Oeste e Sul Catarinense. As três cooperativas centrais citadas no parágrafo anterior atuam a partir do Oeste Catarinense.

No Sul as cooperativas são de menor tamanho, o que não impede que sejam bastante atuantes. É também no Sul Catarinense que foi possível observar que agricultores envolvidos nas vendas ao PNAE participam de organizações recentes e criadas com o intuito principal de atender as compras institucionais.

Houveram relatos de cooperativas criadas após o surgimento do Programa de Aquisição de Alimentos com o intuito de fortalecer a venda ao programa. A abertura dos

agricultores para a formação de grupos e o apoio de atores de instituições públicas (EPAGRI e prefeituras) resultados na criação de cooperativas – como é relatado no livro de Estevam e Mior (2014).

Conclusões

A possibilidade de fazer uso da política pública para atingir objetivos para além do previsto pelas instituições abre uma brecha para a intensificação dos efeitos e a possibilidade de atuação no aprimoramento a ação pública e na geração de outras ações complementares.

O PNAE é discutido e entendido como uma das oportunidades com maior potencial de inserção da agricultura familiar. As razões contemplam a sua atuação em todo território nacional, seu carácter de política de Estado e a flexibilidade de uma política descentralizada.

Este texto se propôs a elencar alguns elementos necessários na discussão sobre como fazer uso da política pública para gerar resultados cada vez mais efetivos de inserção que atinjam parcelas mais vulneráveis da população. No entanto, a particularidade catarinense de dispor de agricultores que historicamente tem proximidade com o cooperativismo e de instituições de extensão rural atuantes em todos os municípios do estado geram condições especiais de aproveitamento da política.

Este texto se trata de uma abordagem preliminar. Futuros trabalhos pretendem discutir a agricultura familiar em maior profundidade a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017, explorar as características da agricultura familiar e em especial a identidade do agricultor familiar catarinense frente aos agricultores familiares dos demais estados.

Referências bibliográficas

AQUINO, Joacir Rufino; SCHNEIDER, Sergio. 12 Anos Da Política De Crédito Do Pronaf No Brasil (1996-2008): Uma Reflexão Crítica. **Revista De Extensão E Estudos Rurais** v. 1, n. 2, p. 309–347 , 2011.

BELIK, Walter; CUNHA, R. A. de Almeida. A formação de estoques reguladores de grãos no brasil e a política de segurança alimentar. 2017, Santa Maria - RS: [s.n.], 2017.

BELIK, Walter; FORNAZIER, Armando. Raízes. , 2016.

BRASIL. *Resolução nº 4, de 2 de abril de 2015* . [S.l: s.n.]. , 2015

ELIAS, Lilian De Pellegrini. **Impactos Socioeconômicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar na Agricultura Familiar de Santa Catarina**. Universidade Estadual de Campinas, 2016.

ESTEVAN, D. O.; MIOR, L. C. (ORGS). **Inovações na Agricultura Familiar: As cooperativas descentralizadas em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2014. .

FNDE. Ministério da educação fundo nacional de desenvolvimento da educação conselho deliberativo resolução/cd/fnde n. **Resolução/CD/FNDE Nº38** v. 38, n. 1, p. 1–63 , 2009.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Catia Grisa. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **Resr** v. 52, n. 1, p. S125–S146 , 2015.978-85-386-0262-0.

HLPE. High Level Panel of Experts. Investing in smallholder agriculture for food security. **Fao** n. June , 2013.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 777 p. .0103-6157.

MORGAN, Kevin; SONNINO, Roberta. **The School Food Revolution**. London: Earthscan, 2008. 229 p. .9781844074822.

WESZ JUNIOR, Valdemar João; GRISA, Catia; BUCHWEITZ, Vítor Duarte. O desempenho do Pronaf no Brasil : um olhar sobre o público beneficiário e as. **Anais do 52º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural** p. 1–20 , 2014.

RURAL E URBANO EM TERESINA-PI: CONVENÇÕES, REPRESENTAÇÕES, E DESAFIOS À AÇÃO PÚBLICA.

RURAL AND URBAN IN TERESINA: BETWEEN CONVENTIONS AND PERCEPTIONS.

Lisian Priscilla Oliveira Sousa Nascimento¹
Maria Dione Carvalho de Moraes²

Resumo: As relações rurais-urbanas no município de Teresina, capital do Estado do Piauí apontam para fricções e diálogos entre convenções administrativas e representações sociais de rural, urbano, e suas relações, no processo de territorialização, com suas divisões espaciais calcadas no projeto de modernidade espacial marcado por escolhas políticas de urbanização que estabelecem hierarquias entre espaços, lugares e classes populacionais entre -- e no interior de -- territórios rurais e urbanos. O exame de convenções e representações apontam para desafios à ação pública.

Palavras-chave: Rural; Urbano; Ação Pública, Teresina-PI.

Abstract: This article aims to relate the important correlations in the appropriation of the social representations of space, in relation the analytical approximation of the rural-urban territorial constitution of the city of Teresina, capital of the State of Piauí. In this context, one of the principles of territorialization, with its spatial divisions, is the spatial modernity project that is part of political choices within the process of urbanization, as well as the distinctions of population classes within rural territories and urban areas in Brazil, Piauí, and Teresina. Furthermore, We intend to examine conventions and perceptions, with the scope of identifying and understanding the pattern of mobility between the so-called rural and urban areas of the city of Teresina.

Keywords: Territory; Rural; Urban.

INTRODUÇÃO

A base dualista de conceituação da relação entre campo e cidade vem sofrendo inflexões graduais nos planos empírico, teórico e político. Mitos como o da sobreposição de cidade em relação a campo são, em certa medida, no caso brasileiro, destronados, e concepções científicas em seus pressupostos de urbanização do campo como mera extensão da cidade são questionados. Nessa mirada, impõe-se compreender a ação (ou inação) pública do Estado, no sentido de explicitar como este vem lidando com a diversidade de povos rurais e as históricas desigualdades da ação pública no que tange a territórios rurais e urbanos?

Uma primeira tentativa de resposta a esta questão pode ser formulada, apontando a cena política nas quais movimentos sociais de diversas ordens interpelam e enfrentam inações, ações verticalizadas e hierarquizadas no campo das disputas políticas pelo direito à terra, ao reconhecimento de identidades étnicas, de gênero, e de gerações, na esfera pública, assim como a políticas de crédito, segurança, educação formal, cultura, dentre outras. Nesta direção, entendemos que a ação pública é irredutível à mera aplicação de regras. Aliás, estas originam-se de fricções na esfera pública, envolvendo debates, disputas e negociações entre diferentes atores situados em diferentes níveis, nas arenas sociopolítica, cultural e econômica.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas – Universidade Federal do Piauí (UFPI). *E-mail:* lisianpriscilla@hotmail.com

² Doutora, com pós-doutorado. Profa. da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Programas Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) e em Sociologia (PPGS) de *E-mail:* mdione@superig.com.br

Como observa Delvaux (2007), esta ação resulta da acumulação de regulações negociadas e de estratégias emaranhadas de múltiplos atores e sistemas de ação, cujo esquema decisório inscreve-se mais na horizontalidade ou na circularidade, e menos na obediência a uma concepção linear e hierárquica. O autor relaciona o termo governança ao termo ação pública³.

Neste artigo, consideramos uma dimensão importante neste debate: formas socialmente concebidas para urbano e rural no sentido de compreender representações e convenções da divisão social desses espaços no que diz respeito a povos que os habitam e à gestão pública. Consideramos ser, este, um ponto crucial na ação pública, o qual diz respeito tanto a convenções administrativas quanto a representações e afetações de viventes desses territórios simbólicos e sócio-políticos e não apenas geográficos.

O lócus empírico é o município de Teresina, Estado do Piauí, a capital brasileira com a maior área rural do país, o que equivale a 87,38% da área total do município (IBGE, 2010). A divisão socioespacial rural-urbano, no caso teresinense, seguiu, em seus inícios, a lógica do processo de urbanização, no Brasil. O município tem sua institucionalização em 1852, com a transferência da antiga capital do período colonial, Oeiras, para a região onde, então, instalou-se a nova capital, Teresina. O ideário desenvolvimentista desempenhou papel importante na formação dos espaços tidos como urbano e rural, no município, seguindo o padrão referido por Wanderley (2009); Veiga *et al* (2001), Favareto (2007), e Wanderley e Favareto (2013).

No que tange a correlações importantes na apropriação da construção de territórios rurais e urbanos, com vistas à compreensão da constituição territorial rural-urbana do município de Teresina, vemos que um dos princípios da territorialização, com suas divisões espaciais, é o projeto de modernidade e sua construção espacial que faz parte de escolhas políticas no processo de urbanização da cidade, bem como das distinções de classes populacionais no interior de territórios rurais e urbanos. Daí, a importância de examinar o tema da inter-relação espacial em termos materiais e simbólicos, com vistas a compreender, sobretudo, no caso de Teresina, com padrão de grande mobilidade entre as chamadas zonas rural e urbana do município, com muitas localidades rurais vivendo, cotidianamente, a experiência do trânsito rural-urbano seja para trabalhar, recorrer a serviços diversos de atendimento a saúde, educação, comércio, dentre outros. (NASCIMENTO, 2014).

³ Mas vale lembrar que, embora o termo governança “refers to a basically nonhierarchical mode of governing, where non-state, private corporate actors (formal organizations) participate in the formulation and implementation of public policy” (MAINZ, 2003, p.1, *apud*, DELVAUX, 2017, p. 71), a literatura aponta para distinções semânticas entre *governance* e *governança social*.

1 TERESINA: UM TERRITÓRIO URBANO PLANEJADO.

A construção histórica e espacial da cidade de Teresina, capital do Piauí, desde os idos de 1852 tem, como outras cidades do estado, seu ponto inicial em aglomerações urbanas desenvolvidas ao longo dos Rios Poti e Parnaíba. Como escapa aos limites deste trabalho uma reconstrução da história deste município, lembramos apenas que sua primeira povoação era denominada Vila Velha do Poti, hoje, um bairro da cidade, onde se localiza o ponto turístico, denominado “Encontro dos Rios”, com as águas negras do Rio Poti encontrando as águas barrentas do Rio Parnaíba. Segundo a historiografia, a localidade, originalmente habitada por povos Tremembé, fora ocupada pela ação bandeirante e, no século XIX, contava com um contingente populacional considerável, como um entreposto comercial. Esta povoação foi, a partir de 1832, elevada à condição de vila - Vila Velha do Poti - continuando como ponto estratégico de comunicação com o resto da Província. (NUNES e ABREU, 1995).

Lembram Moraes e Pereira (2010) que a Vila Velha do Poti foi considerada insalubre, pelas febres endêmicas decorrentes das cheias dos rios, não sendo vista com bons olhos pelo governo da Província. A localidade, quando da transferência da capital, foi refutada pelo pauperismo da população que sobrevivia da pesca e do trabalho nas tocas comerciais no leito dos rios (CHAVES, 1998; PEREIRA, 2014). A sede da nova capital foi fincada em região de relevo mais alto, a “Chapada do Corisco”, a cerca de seis quilômetros da vila.

A cidade de Teresina nasce planejada⁴ com escolha criteriosa da localização para a construção de praças e edifícios públicos, característica intrínseca à estruturação urbana do território. Seus prédios públicos, segundo Abreu e Lima (2000), foram erguidos seguindo orientações do urbanismo colonial, tendo como “marco zero” a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo, centro de uma quadrilátera em traçados ortogonais com a Praça da Bandeira, com ângulos retos análogos a um tabuleiro de xadrez. Em sua retícula, do ponto cardeal Norte ao Sul, a cidade possui 18 quadras e 3 km. Do ponto cardeal Leste ao Oeste, com 12 quadras, os limites da cidade eram os rios Poti e Parnaíba (VIANA, 2005). Segundo a Prefeitura Municipal de Teresina (PMT), à época, a cidade tinha uma área de 43 km² de habitação. No entanto, dizem Abreu e Lima (2000), não havia hierarquia entre as ruas, a maioria delas fortemente ligada à pujança comercial dos rios.

O Código de Postura de 1867, em seu artigo 7º, determina que “Cada paróquia civil não pode ter menos de 1000 fogos nas cidades e villas onde a população se achar aglomerada, e de

⁴ Outras cidades brasileiras planejadas: Aracaju-SE, em 1855; Belo Horizonte-MG, em 1894; Goiânia-GO, em 1933; Brasília-DF, em 1960; Palmas-TO em 1989. Os núcleos fundacionais das cidades de Salvador-BA, em 1549, São Luís-MA, em 1612, e Recife-PE, também foram projetados. Porém, os traçados de Salvador e Recife tinham malha reticulada flexível e não foram projetadas para substituir outras capitais existentes.

500 fogos, nas povoações ruraes” (PORTO, 1867, p. 3). A paróquia civil – hoje, denominada município –, passou a ser a nova unidade administrativa, agregando várias paróquias eclesiais. Por espaço urbano entendiam-se aqueles que abrigavam até 1000 residências – ou fogos⁵. E, por povoações rurais, aquelas com até 500 fogos. Portanto, o referido código, aponta para a definição espacial de rural e urbano, quando, em seu artigo 8º define que os artigos antecedentes são estabelecidos a partir de fatores como: extensão de área territorial, densidade demográfica, condições econômicas, comodidade dos grupos das povoações, assimilação de especialidades agrícolas e industriais, afinidades comerciais produzidas por necessidades ou conveniência. (PORTO, 1867).

Desde os inícios, a organização espacial de Teresina reflete contradições materiais e simbólicas dos usos do espaço urbano, com um planejamento cuja estrutura habitacional privilegiou uma parcela de habitantes com poder econômico para construir habitações próximas aos prédios públicos na área central, com exclusão de habitantes menos favorecidos, economicamente, classificados como periféricos. O Código de Postura de 1867, em seu Artigo 42, prescreve: “não se permite[m] edificações ou reedificações de casas de palha [pau-a-pique] dentro dos limites da décima quadra urbana.” (CHAVES, 1998, p. 37). Assim, o Poder Público podia afastar a residência da população pobre do centro da cidade⁶.

Na virada para o século XX, a cidade passou a crescer de forma lenta, a partir do entorno do núcleo de urbanização inicial. Mas, embora Teresina já nasça moderna, em termos de ter sido planejada, a cidade não possuía características que a definissem, propriamente, como moderna ou urbana. Era pouco habitada, sem rede de esgoto, transporte público, abastecimento de água, enfim, sem o que se consideravam serviços urbanos. Esse contexto, em uma capital, reflete a marca do que se entende como rural, no imaginário nacional, sobretudo no Nordeste: à época, o Brasil tinha 84% da população na zona rural e apenas 74 cidades com mais de vinte mil habitantes, o que correspondia a 17% da população total. A região Sudeste concentrava 58% das maiores cidades do país.

Nos anos de 1950, com a Política Nacional de Desenvolvimento, conhecida como “50 anos em 5” do, então, presidente Juscelino Kubitschek, ocorreriam ações do Governo do Estado do Piauí, na capital, com investimentos e infraestrutura e, principalmente, como

⁵ À época, era utilizada lenha para preparar refeições em fornadas e lareiras. Então o termo “fogo” passou a significar moradia, casa, habitação, residência.

⁶ Ainda em 1870, Teresina já exercia atração sobre populações pobres do Piauí e de estados vizinhos. Mas, lembra Rodrigues Neto (2005), até 1900, a transferência da capital não promoveu uma urbanização com grande repercussão e expressão. O que talvez se explique pelo baixo dinamismo econômico do município, no período, e do próprio estado cuja localidade com certo dinamismo era a Vila de São João da Parnaíba, atual município de Parnaíba, ao norte, no litoral do estado.

empregador de pessoal técnico e outros funcionários, na cidade. As principais obras voltavam-se à melhoria de abastecimento de água e energia elétrica e dos índices escolares e habitacionais. A expansão urbana contou com obras como pontes sobre os rios, e com ampliação urbana para além do rio Poti, fazendo surgir novos bairros. (VIANA, 2005).

A política municipal habitacional foi a principal impulsionadora da urbanização em Teresina e da expansão do núcleo urbano inicial. O governo município criou instituições, conveniou-se com órgãos federais e, principalmente, favoreceu as classes abastadas com a lucratividade do setor da construção civil. Até os anos 1960, todas as obras eram realizadas por empresas de outros Estados. Com o impulso às construções nos anos de 1980, empresas locais – muitas de famílias com alto poder aquisitivo – investiram na construção civil, à frente do lucrativo processo de verticalização, sobretudo, na zona leste da cidade, que viria a se concretizar nos anos 2000.

Para as classes menos abastadas, a política habitacional, entre 1966 e 2001, investiu na construção de 38.680 unidades de habitação, seguindo COHAB (2002). No entanto, observam Rodrigues Neto e Lima (2007), a política municipal de habitação e, por consequência, de urbanização, adotaria a estratégia de aquisição de terras em regiões sem infraestrutura urbana e distantes das urbanizadas, promovendo a segregação socioespacial das famílias atendidas por programas habitacionais, ao tempo em que valorizava imóveis em seu entorno. A reprodução da forma tradicional de gestão originária da cidade, aliando a urbanização com interesses políticos, desencadeariam ações de enfrentamento ao déficit habitacional e dos impactos sociais e/ou ambientais negativos, sobretudo, pelo desrespeito ao “direito à cidade” (LÉFÈBVRE, 1969; HARVEY, 1994), à ocupação e uso do solo.

A expansão para além-rio e para a zona sul, junto ao aumento populacional para mais de noventa mil habitantes, nos anos de 1960, surgiu o primeiro plano de estruturação para a cidade, elencando metas e promovendo a institucionalização de órgãos públicos municipais, a fim de firmar a infraestrutura básica para transporte, abastecimento e implantação de programas habitacionais que diminuíssem o inchaço da zona urbana central. Mas, certos programas fomentariam mais a especulação imobiliária, a valorização de terras e o desenvolvimento comercial que propriamente, o habitacional com uma política habitacional que produzia bairros desconexos com a realidade urbana, porquanto, todos os serviços urbanos localizavam-se no centro da cidade. O modelo hierárquico – centro-periferia – imperou na territorialização, via ação pública, na zona urbana e permanece, ainda, sobretudo, na relação desta com o rural, no município de Teresina.

2 RELAÇÃO RURAL-URBANO NO MUNICÍPIO DE TERESINA.

No que refere a rural teresinense, pode-se dizer que sua definição, historicamente, deu-se pela atribuição negativa: aquilo que não é urbano, como se pode ler na seguinte afirmação que, com base no Censo de 1970, diz que a população do município “era de 230.168 habitantes. A maioria vivia na zona urbana que nessa época ia do [bairro] Buenos Aires e Poty Velho, na Zona Norte, até o Parque Piauí, na Zona Sul. A Zona Leste ainda tinha muitos sítios e chácaras e eram considerados como pertencentes ao perímetro urbano apenas os bairros Jóquei, Fátima, Noivos, São Cristóvão e Ininga”.⁷[Grifo nosso].

A política habitacional urbana, referida, não impulsionou apenas a concentração de habitantes na cidade, mas também o esvaziamento de áreas rurais do município, assim como de cidades de pequeno porte do interior do Estado do Piauí, e do vizinho Estado do Maranhão. Como um dos resultados desse processo social de migração, estimulado pela política de urbanização, na atualidade, 40% da população urbana do Estado do Piauí habita a capital, em que pese a dimensão física de sua da zona. Entre 1960 e 1980⁸, período em que teve início a política de construção de grandes conjuntos habitacionais e da consolidação da urbanização. Um dos seus resultados foi população urbana passar de 98.329 para 339.042 habitantes; em contraste, no mesmo período, a população rural decresceu de 44.362 habitantes para 38.732. (IBGE, 2010). Sem dúvida, uma ação pública traduzida na referida perspectiva da hierarquização entre centro-periferia, com a conseqüente produção social de novas periferias.

O município de Teresina tem área total de 1.809 km², sendo 228,32 km² definidos como área urbana (12,38% da área total) e 1.580 km² de área rural (87,38% da área total). Nos anos de 1980, a população rural era de 38.732, de lá para cá a população rural cresceu para 46.673 habitantes, cerca de 5,73% da população total (IBGE, 2010) A população urbana entre 1950 e 1980, em Teresina, teve taxa de crescimento populacional superior a 5% ao ano. Hoje, a taxa de crescimento populacional está estabilizada, se relacionada aos números das décadas anteriores. A população atual da cidade é de 850.198 habitantes, sendo a maior cidade do Piauí e a 19ª maior do Brasil.

No entanto, o território teresinense está envolvido em outra dimensão territorial mais ampla, instituída, em 2002, pelo Decreto Federal nº 4.367, de 9 de setembro: a área

⁷ Disponível em: <http://teresinaantiga.com/teresina-1973-1974.php> (postado em 10/04/2015 e atualizado em: 17/02/2017). . Consulta em 20/05/2017

⁸ Nos anos 1970, o município de Teresina definia-se tendo ao norte a localidade Riacho dos Cavalos e o povoado Meruoca e, e, ao sul, os povoados Santa Teresinha e São Francisco. E como municípios limítrofes: União, José de Freitas, Altos, Demerval Lobão, Monsenhor Gil, Palmeirais e Timon (Maranhão). Disponível em: <http://teresinaantiga.com/teresina-1973-1974.php> (postado em 10/04/2015 e atualizado em: 17/02/2017). . Consulta em 20/05/2017.

metropolitana denominada Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina (RIDE). A Grande Teresina é composta por Teresina, e os municípios de Altos, Beneditinos, Coivaras, Curralinhos, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Nazária e União, no Piauí, além de Timon no Maranhão, contando nesta junção mais de 1,15 milhão de habitantes⁹.

A população teresinense, alojada nos 1.580 km², referidos, traduz uma densidade demográfica de 444,2 hab./km² em 115 bairros (perímetro urbano) e cerca de 100 localidades rurais (NASCIMENTO, 2014). Observam-se incongruências quando se lança um olhar à denominada zona rural teresinense. Apesar de se tratar de uma área rural com área física superior à urbana¹⁰, sua população, em termos percentuais, corresponde a apenas 5,73% de habitantes do município. No entanto, para além de esta incongruência simplificar a observação e análise desse rural, ela, de fato, interpela-nos a examinar as relações entre rural, urbano, e ação pública, em um município que, em processo de crescimento acelerado e desordenado, realiza remarcações constantes em seu perímetro urbano. Para tanto, recorrendo à Lei de Uso e Ocupação do Solo no Município de Teresina, regulamentada na Lei Complementar nº 3.560, de 20 de outubro de 2006 sobre uso do solo urbano, e na Lei nº 3.562 – 2006, que define diretrizes de ocupação do solo urbano¹¹. Para constituir o que vem a ser perímetro urbano, o município dispõe da Lei nº 3.559, de 20 de outubro de 2006.

A própria definição do que seja perímetro urbano vem sofrendo redefinições. Com a expansão da malha urbana, e com vistas à cobrança de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), alguns povoados são redefinidos como “área acrescentada”, à zona urbana, a exemplo da Região de Todos os Santos, em 2009, pela Lei nº 3.907- 2009 que “Define o uso do solo na área acrescentada na região de Todos os Santos”¹². De lá para cá, outras localidades têm sido “acrescentadas”. Conforme a Lei de definição do perímetro urbano municipal, existe um princípio de autonomia que respalda, juridicamente, a tributação em “áreas de expansão urbana” as quais são caracterizadas na Lei nº 5172, de 25 de outubro

⁹ Os objetivos declarados da RIDE voltam-se a políticas de infraestrutura, geração de emprego e capacitação profissional, saneamento básico (abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e serviço de limpeza pública), uso e ocupação do solo. Com a RIDE, todas as ações públicas nos municípios passam a ser coordenadas pelo Conselho da Rede de Desenvolvimento, formado pelos prefeitos envolvidos, por representantes da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), pela representação do governo estadual e do Ministério da Integração Nacional. A atuação e instituição da RIDE tem proporção direta à capacidade comercial da capital Teresina. (NASCIMENTO, 2014).

¹⁰ Área total de 1.809 km² sendo 228,32 km² de área urbana, 12,38% da área total e 1.580 km² de área rural, 87,38% da área total. (IBGE, 2010).

¹¹ Por seu turno, a Lei nº 4.955-2016 altera dispositivos da Lei Complementar nº 3.560, de 20/1/2006, definindo as Diretrizes para o Uso do Solo Urbano do Município, “com modificações posteriores na forma que especifica”. (<http://semplan.teresina.pi.gov.br/uso-do-solo/>).

¹² Ver <http://semplan.teresina.pi.gov.br/uso-do-solo/>.

de 1996, artigos 33, parágrafo 2º. Ali, afirma-se que se pode prever a tributação em “lei municipal [que] pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados...” [grifos nossos].

Certamente, tais dispositivos não favorecem definições objetivas de características de espaços rurais e urbanos. De fato, as chamadas regiões de expansão não precisam comprovar capacidade de exercer funções urbanas, e sim, como lembra Wanderley (2009), a existência de características tidas como definidoras de zona urbana em expansão: pavimentação de vias de acesso, abastecimento de água, rede de esgotos sanitários, rede de energia elétrica com distribuição domiciliar, escola de ensino fundamental uma distância máxima de 800m (oitocentos metros) do imóvel considerado, e coleta de lixo domiciliar.

Enquanto Teresina apresenta um conjunto de leis voltadas a definições de espaço urbano, os espaços definidos como rurais no município o são, como de resto ocorre em praticamente todo o Brasil, a partir da sua definição como não-urbanos. Com base nessas definições, o município de Teresina conta com cerca de 100 localidades rurais, com maior concentração populacional na zona rural leste onde se situam 48 das localidades rurais do município. Este conjunto inclui áreas periurbanas, tidas como “franjas rurais-urbanas” (ZABBINI, 2004)¹³, localizadas no entorno da cidade, como zonas de transição rural-urbano.

Nas localidades rurais, infraestrutura limita-se, via de regra, à presença de alguns serviços como escolas de primeiro grau, postos de saúde, telefonia, energia elétrica, linhas de ônibus que, no caso, por exemplo, da localidade Lagoa da Mata (NASCIMENTO, 2014), por nós pesquisada, torna-se indispensável para acesso ao trabalho e a escolas de Ensino Médio, no trânsito cotidiano entre a localidade rural e a cidade de Teresina.

Além do mais, não se pode esquecer que denominações como rural e urbano; campo e cidade, são formas de classificação do mundo social, “categorias do pensamento” (CARNEIRO, 2008), as quais tanto incidem sobre a vida social quanto são, aí, produzidas. Além do que, representações de rural, mesmo da parte de povos rurais, são significadas com base no que Ginzburg (2006) define como “circularidade” entre definições legais, discursos de políticas públicas, discursos acadêmicos, sentidos atribuídos cotidianamente a lugares onde se vive, em meio a identidades, alteridades, símbolos, disjunções e conjunções, enfim, na vida social, no campo das hierarquias do que Bourdieu (2012) conceitua como “poder simbólico”, onde são esgrimidos discursos e práticas de dizentes situados em distintas

¹³ A autora discute questões relativas a periferias metropolitanas, criticando a visão urbanocêntrica, inclusive, para o que tange às áreas periurbanas. (ZABBINI, 2004).

posições no campo de disputa. Na pesquisa empírica (NASCIMENTO, 2014), pudemos apreender sentidos de rural, agenciados por povos rurais, para significar o lugar onde vivem, assim como suas relações com o espaço urbano, para além das definições oficiais.

Considerando a forma pela qual são tratados rural e urbano pela gestão pública municipal, percebe-se descaso histórico da Prefeitura Municipal de Teresina (PMT), no que tange à ação pública em áreas rurais. Enquanto a zona urbana de Teresina é discutida desde 1985¹⁴ –, contemplando vários planos e programas de “desenvolvimento” urbano, no âmbito do saneamento básico, habitacional, assim como da fixação de índices de densidade geográfica –, a zona rural passou, nas últimas décadas, por um movimento de retração populacional. Na trajetória de atuação dos governos municipais, até o ano de 2011, não havia plano ou programa de desenvolvimento para a zona rural no município. Este tipo de planejamento veio a ocorrer em 2011, com a instituição de um Programa de Desenvolvimento Rural (PMT/SDR, 2011) pela Superintendência Municipal de Desenvolvimento Rural (SMDR), tendo por base considerações como as que se seguem, com elementos de um diagnóstico traçado pelo, então, superintendente municipal de desenvolvimento rural, Sergio Vilela¹⁵ que atuou nesta pasta de 2011 a 2012.

Nesse diagnóstico, são referidos problemas tidos como mais importantes. Após lembrar a área física de cerca de 100 mil hectares do rural teresinense, e sua população em torno de 50.000 pessoas, o autor diz que os problemas relativos a esse rural vão “do ordenamento fundiário, passando pela produção agropecuária, até questões de infraestrutura como transporte, sistema viário, fornecimento de água potável, energia elétrica, dentre outros” (VIVELA; 2011, p. 1). E destaca:

[...]. No que tange ao ordenamento fundiário, a maior parte do solo rural de Teresina pertence à União. A par da existência de 22 assentamentos rurais, há regiões como Santa Teresa, por exemplo, com uma área física de 6 mil hectares e uma situação de total ausência de titulação fundiária para quem lá habita. (VILELA; 2011, p.1).

Também em entrevista oral, Sergio Vilela refere esta característica do rural teresinense que tem, por consequência, a exiguidade das atividades agropecuárias. Segundo ele, mesmo

¹⁴ O I Plano Estrutural de Teresina (I PET), de 1977, declara fixar padrões de densidade por zonas do perímetro urbano com 100 hab./ha, considerado como horizonte o ano. Em decorrência, a Lei nº 1.932, de 16 de agosto de 1988, dispõe sobre a instituição do Plano Diretor de Teresina. O II PET complementa a legislação urbana com as Leis nº 1.933, nº 1.935, todas de agosto de 1988. Esse plano tinha por objetivo declarado permitir a evolução urbana na zona Leste da cidade. À época, a densidade demográfica bruta de Teresina era de 40 hab./ha, abaixo dos padrões nacionais. O II PET propõe como meta “atingir 70 hab./ha incentivando ao crescimento vertical, estruturação do sistema viário e serviços urbanos, especialmente o saneamento”. (DIAS, 2003).

¹⁵ O autor é engenheiro agrônomo, mestre em Sociologia Rural, doutor em Ciências Sociais e pesquisador da área de Socioeconômica da Embrapa Meio Norte. Também, atuou como Secretário de Desenvolvimento Rural do Estado do Piauí, no primeiro governo de Wellington Dias.

com grande extensão, a terra, em sua maioria, é privatizada, com titulações em nomes de pessoas físicas ou jurídicas. A realização de projetos produtivos, por parte de quem não tem terra, depende de concessão, arrendamento, e de autorização formal (anuência) para projetos financiados: “um efeito indesejado desta situação é a inviabilidade de mudanças estruturais, pois, no âmbito das políticas públicas, a legislação não permite a construção de infraestrutura permanente em áreas de terceiros sem a anuência do proprietário [...].(Comunicação oral, Sergio Vilela, 2014)¹⁶.

Tudo isto tem impacto direto na vida de habitantes desse rural, muitos dos quais, sem condições de viverem de atividades agropecuárias, até mesmo, de continuarem vivendo no rural. Assim, o fato de possuir a maior zona rural dentre as capitais do Brasil, não faz de Teresina um município de significativa produção agropecuária, tampouco, um lugar de vida e trabalho, o que repercute, diretamente na prática de atividades laborais majoritariamente urbanas, por habitantes do campo. Assim, o autor chama atenção para questões relativas à produção agropecuária, cuja deficiência pode ser relacionada, ainda, à extensão do fluxo rural-urbano, uma vez que a geração de renda é buscada, em larga medida, em empregos e subempregos na zona urbana do município.

Dentre problemas relativos à produção agropecuária, destaca-se o fato de mais de noventa por cento dos produtos hortifrutícolas comercializados na cidade de Teresina serem importados de outros estados. Sobretudo nas localidades da zona rural norte da cidade (povoados de Santa Helena, Morro do Calandí, São Vicente, Campestre Norte, Taboquinha, Canto do Romão, Gaspar e Lagoa de Dentro), há prevalência de atividades não-agrícolas, com a maior parte da população economicamente ativa, trabalhando na zona urbana. No que respeita à estrutura viária, dos quase quinhentos quilômetros de estradas, apenas dez por cento contam com pavimentação asfáltica [...] (Comunicação oral, Sergio Vilela, 2014).

Além desse diagnóstico que converge para situações observadas em pesquisa de campo, no rural teresinense, em especial, na localidade Lagoa da Mata (NASCIMENTO, 2014), o autor faz considerações sobre o que considera como oportunidades de atuação que desafiam a ação e a gestão públicas no território constituído pelo rural teresinense, com seus povos, localidades e assentamentos, com seus campos agrícolas, hortas, criações, atividades agrícolas e não-agrícolas, etc, além da agricultura periurbana e urbana (agricultura de vazante, hortas), em Teresina, a qual envolve muitas famílias oriundas de áreas rurais.

[...] Este breve diagnóstico [...] visa à percepção das – e à atuação nas – oportunidades de dinamizar/construir um processo de desenvolvimento que abrange: mais de 100 comunidades; 22 comunidades de assentamentos com 1.200 famílias assentadas em 12 mil hectares. Ambos os padrões de comunidades com suas respectivas composições de etnias, gêneros, e gerações; 14 comunidades envolvidas

¹⁶ Este e demais trechos citados neste artigo, com base em comunicação oral de Sergio Vilela, resultam de entrevista realizada por Lísian Priscilla Oliveira Sousa Nascimento, em 7 de outubro de 2014.

no “Programa Cinturão Verde”; 15 campos agrícolas municipais; 45 hortas comunitárias urbanas e periurbanas para diversificar e ampliar; - Cerca de 800 famílias vazanteiras, em 36 localidades da zona rural (comunidades Santa Maria da Codipi, Parque Brasil, Boa Esperança, povoados Cebola e Serafim, dentre outros), executando atividades agrícolas em regiões próximas aos rios Poti e Parnaíba, riachos, lagoas e campos irrigados; atividades não-agrícolas a serem potencializadas como geradoras de trabalho, emprego e renda, sobretudo com o foco na instalação das novas gerações; possibilidade de implementação/dinamização do “Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a Merenda Escolar”, e do “Programa Brasil Sem Miséria”, este, com recursos de R\$ 2.400,00 por família beneficiária do “Programa Bolsa Família” para pequenos projetos agrícolas; implantação de hortas e minibibliotecas nas escolas rurais [...] aquisição de patrulha mecanizada para obras de estradas vicinais através de operação de crédito da Prefeitura Municipal de Teresina com o Banco do Brasil [...]; elaboração de projetos para captação de recursos para: patrulhas mecanizadas agrícolas [...]; segurança alimentar; construção de entreposto para produtos da agricultura familiar destinados à merenda escolar; projetos territoriais: infraestrutura e capacitação para a agricultura familiar; programa garantia-safra; orçamento popular; estruturação/dinamização de programas: psicultura, floricultura, bacia leiteira, avicultura, cinturão verde municipal, artesanato, turismo rural, “Programa Universidade no Campo” com formação tecnológica em várias áreas [...] (VILELA; 2011 p. 1 e 2).

No texto, acima, a breve referência a bibliotecas em escolas rurais, ao Programa Universidade no Campo, e a artesanato, aponta para a necessidade de investimentos da ação pública, com povos rurais, através de políticas de educação e de cultura, potencializando experiências em curso e propiciando condições para novas. Dois exemplos aqui referidos, no rural teresinense apontam para forma e percursos distintos da ação pública. Um primeiro, resultante de demanda pautada pelo Grito da Terra Brasil, e levado a cabo pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2003, o Programa de bibliotecas em localidades rurais denominado “Arca das Letras”, implantado em 22 localidade rurais teresinenses (SILVA e MORAES, 2017) e, hoje, em quase-extinção¹⁷. Um segundo, como diz Sousa (2008, p. 106), uma “experiência [estética] de releitura da cultura piauiense a partir da educação e das artes”. O “projeto” nasceu de pesquisas de estudantes da Escola Areolino Leônico da Silva – localizada no povoado Boquinha, na zona sudeste de Teresina – sobre a flora e a fauna local, e sob orientação do professor de História, Francisco da Silva Pereira, também, ator e professor de teatro. De Boquinha, a experiência expandiu-se para outros povoados rurais teresinenses¹⁸, e tornou-se projeto de extensão da Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

Para Sergio Vilela (2011, p. 2), a gestão pública, em termos de compromisso programático, deve investir, ainda, no “[...] tecido institucional, com impulso ao

¹⁷Para detalhes sobre o Programa instituído em 2003, pelo MDA, no primeiro Governo Lula, sua presença e situação atual de abandono, no rural teresinense, ver SILVA e MORAES (2017).

¹⁸ Simplificando, “(...) pode-se definir a cultura casca verde como um conjunto de práticas (artísticas, educativas, sociais, políticas e econômicas) que visam [a] interferir, por meio de uma escola formal, no cotidiano, na política local, na auto-consciência, nos saberes e sonhos de comunidades rurais de Teresina. Apesar de seu efeito simplificador e dos riscos implícitos, essa noção situa sua proposição geral: é um fenômeno da ordem da cultura, da arte e da política.” (SOUSA, 2008, p. 124). Para detalhes, ver Sousa (2008).

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, [...] parcerias com outras secretarias municipais e com órgãos estaduais e federais, e diálogo permanente com as comunidades, suas lideranças e populações”. Assim, a SMDR, para elaborar, em 2011, o primeiro Plano de Desenvolvimento da Zona Rural de Teresina, promoveu debates sobre temas diversos, nas localidades rurais, como modos de vida, acesso à saúde, à educação, mobilidade rural-urbana e transporte, políticas sociais, econômicas e culturais (PMT/SDR, 2011).

Os objetivos declarados visavam à realização de projetos envolvendo cultivos irrigados, sistema de abastecimento de água e de energia elétrica, assistência técnica, políticas de habitação, de distribuição de insumos, de reforma e construção de estradas, de incentivos à comercialização, de estímulo à promoção de festividades locais como as festas juninas, de estímulo ao Programa de Hortas Comunitárias, do município, implantado em 1980¹⁹. Nesta direção, o referido plano, que sucumbiu à mudança de governo municipal, propunha ações de fomento à modernização produtiva, assim como voltadas ao reconhecimento dos modos de vida e à sua potencialização. (PMT/SDR, 2011).

Segundo o ex-gestor da SMDR, à época, investiu-se no apoio a coletivos existentes e à criação de novos, no rural, incluindo a formalização de associações, visando ao reconhecimento de identidades locais, na esfera pública. Disse o entrevistado que esta ação envolveu um processo de mobilização de habitantes da zona rural de Teresina, com resposta positiva de pessoas das localidades rurais “participando dos eventos para discutir temas que foram selecionados e elencados como mais importantes, para elas”. Diz, ainda, que a equipe da SMDR trabalhou em conjunto com habitantes rurais, elaborando projetos de “infraestrutura, transporte, abastecimento de água, energia elétrica, iluminação pública [...] projetos na área econômica, como a instalação de campos agrícolas e [...] na área social, também, como segurança, assistência social, educação e saúde. Esses foram os temas principais da discussão com as comunidades e elas respondiam muito bem” (Comunicação oral. Sergio Vilela, 2014).

De fato, na referida pesquisa (NASCIMENTO, 2014), pudemos verificar como demandas semelhantes são reclamadas por habitantes da Localidade Lagoa da Mata, a partir dos sentidos que atribuem ao lugar onde vivem e à relação com a cidade de Teresina. Para o entrevistado, considerando-se as características do rural teresinense e com base em sua própria experiência na gestão pública municipal, a ação pública deve ter em conta que

¹⁹ Para uma análise crítica sobre o tema, assim como uma proposição de rumos para o Programa, como uma Política de Sistema Agroalimentar Localizado, ver Vilela e Moraes (2013).

[...] em Teresina ainda tem como desenvolver ações do poder público para dinamizar um pouco mais a atividade de produção de alimentos. Seria extremamente – como é que eu diria – seria extremamente importante é oportuno, porque nós temos um mercado consumidor de mais de um milhão de pessoas por dia para a produção de alimentos que estão na porta do estabelecimento agropecuários, certo? Isso viabiliza o que se chama hoje na literatura de um mercado de proximidade. Então, o que por outro lado reduz uma série de custos, viabiliza, melhora, ou seja, permite o consumo de alimentos de mais qualidade porque fica menos tempo em transporte e armazenamento. [...] Então, eu acho, resumindo, que o rural em Teresina tem características que permitem criar grandes / importantes oportunidades do ponto de vista econômico, como das outras dimensões sociais, culturais. Mais isso depende muito da forma como vai ser percebido por quem está na gestão pública e ao mesmo tempo vai depender muito da organização dessas comunidades – uma missão coletiva. (Comunicação oral. Sergio Vilela, 2014).

Sem dúvida, elemento importante no âmbito das relações rural-urbanas teresinenses, além dos fluxos cotidianos, rural-urbano, é o Programa de Hortas Comunitárias, urbanas e periurbanas, iniciado na segunda metade dos anos 1980, como política social para o que a gestão pública denomina “famílias de baixa renda” muitas das quais, instaladas precariamente na periferia urbana a partir da migração do rural. Fenômeno correlato é a referida constante demarcação do perímetro urbano municipal, observando-se, neste, no início dos anos 2000, o aumento de “áreas de expansão”. No contexto, a PMT lançou o “Projeto Multissetorial Integrado Vila-Bairro”, para a utilização de áreas tidas como improdutivas por 2.503 famílias, em 117 ha de hortas. O programa constituía-se através do sistema de co-gestão entre prefeitura e comunidades (VILELA e MORAES, 2013).

Em 2012, havia 46 hortas comunitárias (135,8 ha) e 12 campos agrícolas periurbanos (79,2 ha) em Teresina. Este projeto aumentou o número de famílias atendidas: 2.943 famílias em condições de pobreza em bairros, vilas, favelas e zona de extensão urbana do município. No entanto, como observam Moraes e Vilela (2013), o Programa carece de entrar em consonância com estratégias mundiais de abastecimento dos nichos de alimentação comunitários. A conceituação e interesse por parte da gestão pública e de pesquisadores/as pela atividade direcionam-se no sentido de pensar esta agricultura urbana e periurbana, na perspectiva territorial, como um Sistema Agroalimentar Localizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratamos das relações rurais-urbanas no município de Teresina, capital do Estado do Piauí, problematizando fricções e diálogos entre convenções administrativas e representações sociais de rural, urbano e suas relações. E indicamos como a territorialização, com suas divisões espaciais, tem por base, em termos de ação pública, o projeto de modernidade espacial, que resulta de escolhas políticas, no âmbito do próprio processo de

urbanização, demarcadas pelo estabelecimento de hierarquias entre espaços, lugares e classes populacionais entre -- e no interior de – territórios rurais e urbanos. Buscamos examinar convenções e representações, visando a identificar certos desafios à ação pública no que tange à temática, no município em apreço.

REFERÊNCIAS

- ABREU, I. G. e LIMA, F. I. M. M. Igreja do Amparo: o marco zero de Teresina. **Cadernos de Teresina**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, outubro de 2000, n.º. 32, pp. 20-25.
- BACELLAR, O. I. B.; LIMA, G. P. Causas e tendências do processo migratório piauiense. **Carta CEPRO**. Teresina: Fundação CEPRO, 1990.
- CARNEIRO, M. J. (org.). **Ruralidades Contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.
- CARNEIRO, M. J. (coord.). Do “rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica. *In: Relatório Final do Projeto Pluralidade e Ruralidades: identidades sociais em construção*. Rio de Janeiro, setembro de 2002, pp. 5-23.
- DELVAUX, B. L’action publique, ou analyser la complexité. **Revue de la littérature** (partie 4). Knowledge and Policy in education and health sectors. Brussels, jun., 2007.
- FAVARETTO, A. A longa evolução da relação rural–urbano. Para além de uma abordagem Normativa do desenvolvimento rural. **RURIS**, v. 1, n. 1, Março de 2007, pp. 157-190.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1994.
- IBGE. **Censo demográfico de 2010**. Acesso: www.ibge.gov.br.
- LÉFÈBVRE, H. . **O Direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.
- MONSENHOR CHAVES. **Obra completa**. Teresina: Fundação Cultural Mons. Chaves, 1998.
- MORAES, M. D. C. Ruralidades, campesinato, novo nominalismo: trilhas de um debate sobre o “rural” contemporâneo. *In: ANAIS... XXVIII Congresso Internacional da ALAS*. 6 a 11/9/ 2011, UFPE, Recife-PE. GT05 - Desenvolvimento rural, globalização e crises. 18 p.
- MORAES, M. D. C.; PEREIRA, F. C. Imagens e narrativas do “rural” (sentidos de ruralidades na produção acadêmica da pós-graduação stricto sensu na área de Ciências Humanas, da UFPI, da década de 1990 a 2010). **Projeto de Pesquisa**. Teresina, 2000, 20 p.
- NASCIMENTO; L. P. O. S. “Aqui já e quase cidade” [manuscrito]: sentidos de lugar na relação rural-urbano – o caso de Lagoa da Mata, Teresina-PI. **Dissertação** (Mestrado) – Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Piauí, 2014. 226 p.
- NUNES, M. C. P.; ABREU, I. G. Vilas e cidades do Piauí. *In: SANTANA, R.N. M. (Org.) Piauí: Formação. Desenvolvimento. Perspectivas*. Teresina: Halley, 1995, pp. 83-111.
- PEREIRA, L. C. **A canoa, o barro e o santo: memória e marcadores identitários no Poti Velho, Teresina-PI. Monografia**. Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2014.
- PORTO. **Lei de administração civil**. 1867

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA/SDR. **Programa de Desenvolvimento Rural-PDR**. Teresina, 2011.

ROCHA, F. G; SILVA, C. A. **Vieses analíticos no estudo das relações rurais – urbanas**. Rio Grande do Sul, 2009.

RODRIGUES NETO E. X. **Governo municipal e movimentos sociais na gestão da moradia em Teresina**: um exame das experiências das vilas Alto da Ressurreição e Irmã Dulce. Dissertação. Mestrado em Políticas Públicas – UFPI, Teresina, 2005.

RODRIGUES NETO, E. X.; LIMA, A. J. Governo local e movimentos sociais por moradia: dilemas da gestão urbana. **Revista Textos & Contextos** Porto Alegre v. 6 n. 1 p. 105-125. jan./jun. 2007.

SILVA, M. B.; MORAES, M. D. C. “Arca das letras” itinerários de uma pesquisa no rural teresinense. **Século XXI**, Revista de Ciências Sociais, v.7, no 1, p.189-215, jan./jun. 2017

SOUSA, L. M. Cultura casca-verde: um relato dramático. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 33, n. 19, set./dez. 2008, p. 106-127.

VEIGA, J. E. *et al.* **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Série Textos para Discussão. Brasília: NEAD, 2001.

VEIGA, J. E. **Destino da ruralidade no processo de globalização**. São Paulo, 2004. VILELA, S. L. O. Zona rural de Teresina-PI: contextualizando dificuldades e vislumbrando oportunidades. *In*: Prefeitura Municipal de Teresina/SDR. **Programa de Desenvolvimento Rural-PDR**. Teresina, 2011. Teresina, 2011, 2 p.

VILELA, S. L. O; MORAES, M. D. C. Agricultura urbana e periurbana (uma abordagem territorial a partir da experiência do município de Teresina-PI, Brasil). **VI Congresso Internacional Sistemas Agroalimentares Localizados**. Florianópolis, de 21 a 25 de Maio de 2013.

WANDERLEY, M. N. B. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos Rurais** - Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, 2009.

WANDERLEY, M. N. B; FAVARETO, A. Produto 1 – Estado da arte no Brasil a singularidade do rural brasileiro: implicações para tipologias territoriais e a elaboração de Políticas Públicas. **Relatório Final**. Projeto “Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil” Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola – IICA. Brasília, Fevereiro/2013.

ZABBINI, 2004 Rapporto città-campagne: politiche di salvaguardia del spazio interstizial. **Lombardia Nord-Ovest**. 2/2/2004, p. 23-32. Disponível em: repository.regione.veneto.it/.../bad639f0c22aa41376f2df010ee1f. Consulta em 2/8/2-14.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Luane da Conceição Aguiar¹

Mauro DelGrossi²

RESUMO

Este artigo é uma revisão de literatura sobre a evolução das políticas públicas no semiárido brasileiro. Com baixos índices pluviométrico e distribuição irregular das chuvas, tem-se relatos de secas na região desde o Brasil colônia, quando Capitâneas solicitavam auxílio à Coroa portuguesa. As políticas de desenvolvimento rural reagiram à organização social regional, que a partir da Declaração do Semiárido em 1999, começam a reivindicar a mudança do foco do combate à seca para a convivência com as condições semiáridas da região. As políticas territoriais, de compras institucionais e de erradicação da extrema pobreza inovaram com a busca de articulação das políticas públicas. Entretanto, alguns autores apontam para a indevida apropriação das políticas públicas por classes mais abastadas. As reflexões desta revisão apontam como lacuna ou desafios a incipiente articulação, ou mesmo, desarticulação das políticas públicas de desenvolvimento rural no semiárido nordestino.

Palavras chaves: Políticas Públicas, Semiárido, Convivência com.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Agronegócios (PROPAGA) da UnB. E-mail: luane.aguiar7@gmail.com

² Professor associado da Universidade de Brasília – UnB: E-mail: delgrossi@unb.br

1. INTRODUÇÃO

A região considerada o semiárido do Brasil, é amplamente conhecida como uma das regiões com maior índice de pobreza e necessidades básicas insatisfeitas do país. Essa região semiárida brasileira, caracteriza-se por apresentar “índices pluviométricos anuais abaixo de 800mm e risco de seca maior que 60% (BRASIL, 2014). Dentre as maiores necessidades, está o acesso à água e produção agropecuária para as famílias rurais situadas no semiárido (TRAVASSOS et al., 2013).

Historicamente, o semiárido brasileiro foi marcado por lutas, desigualdades sociais, pobreza e exclusão social; realidade notabilizada desde o período colonial até os dias contemporâneos (CARVALHO, 2012). Tais aspectos são intensificados com as secas prolongadas, que repercutem em impactos negativos diversos para as comunidades ali inseridas, a saber: sociais, econômicos, ambientais, naturais e psicológicos.

Nesse sentido, Camurça et al. (2016), afirma que tais fatores são um desafio a capacidade humana de sobreviver e produzir. Inegavelmente, a ausência de períodos chuvosos e de políticas públicas voltadas ao provimento de ações capazes de enfrentar as adversidades oriundas da estiagem acarreta a inviabilidade do desenvolvimento sustentável das áreas afetadas pela deficiência e irregularidades de chuvas, impondo, secularmente, inúmeras dificuldades à população. Apesar de muitas ações terem sido planejadas para esse impacto, nota-se, entretanto, que essas ações não foram suficientes para suprir tamanho problema. (SANTOS et al., 2014).

Assim, o objetivo do presente estudo é identificar na literatura, o histórico das políticas públicas no semiárido brasileiro, e sua eficácia ao longo dos anos. Buscando conhecer as problemáticas.

Com base nesse objetivo, e com base em uma revisão bibliográfica o presente texto, divide-se em quatro partes: O Semiárido Brasileiro, objetiva caracterizar o semiárido; Políticas Públicas no Semiárido Brasileiro: Uma abordagem histórica; Outras Políticas atuantes no Semiárido; A Problemática das Políticas Públicas no Semiárido; e, por fim, as Considerações finais. De forma geral, busca-se demonstrar as características do semiárido, o histórico das políticas públicas e as características dessas políticas atuantes no semiárido.

2. O SEMIÁRIDO BRASILEIRO

O semiárido se apresenta como uma região de quadros climáticos extremos, o conhecido binômio seca-chuva, sendo os efeitos provocados pelas secas, um dos maiores passivos sociais do país (TRAVASSOS et al., 2013). Nos últimos trinta anos, essa região vem sendo marcada por uma série de acontecimentos sociais a nível nacional e regional, que impulsionaram a ótica da convivência com o semiárido ao invés do combate à seca, com o protagonismo de diversos atores e sujeitos preocupados em transformar a vida deste lugar.

A ausência de períodos chuvosos e carência de políticas públicas voltadas ao provimento de ações capazes de enfrentar as adversidades oriundas da estiagem acarreta a inviabilidade do desenvolvimento sustentável das áreas afetadas pela deficiência e irregularidades de chuvas, impondo, secularmente, inúmeras dificuldades à população (SILVA et al, 2016). Além disso, “muitas ações de combate a esse impacto já foram planejadas, entretanto, essas ações não foram suficientes para suprir tamanho problema” (SANTOS et al., 2014 p. 156).

Nas últimas décadas, em especial, vários estudos têm sido realizados com ênfase na exteriorização da inserção de elementos mitigadores dos efeitos das secas, e em como conviver com o fenômeno (FIGUEIREDO et al, 2016).

De acordo com RIBEIRO (1999), a natureza da região semiárido foi classificada por muitos observadores como improdutiva, hostil e marcada pela fome da população. Logo, revela-se assim um implacável viés determinista na caracterização da região. Como consequência dessa, surgem visões que associavam o clima às mazelas locais, o que evidencia a existência de um determinismo geográfico no imaginário da região, persistindo até os dias atuais. Contudo, essa visão evidencia a presença de um tratamento determinista que contamina, mesmo que, em alguns casos, inconscientemente, boa parte da produção intelectual e cultural sobre a região.

Vale frisar que os primeiros relatos de seca (entre 1723 e 1729) foram transcritos a partir de documentos oficiais enviados ao rei, junto às solicitações de auxílio e alegação do sofrimento vivido na Capitania, em virtude da fome ocasionada pela grande seca. Por conseguinte, tal fato gerou a falta de mão de obra devido a morte dos escravos, deixando os engenhos em ruínas (ALVES, 2003). Este problema, por muitas vezes, recebeu o não reconhecimento ou priorização das autoridades (SILVA et al. 2016).

3. POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: Uma abordagem histórica

No estudo das políticas públicas para o semiárido, Campos (2014), busca dividir a história dessas políticas em fases, ou períodos, para fins de melhor entendimento dos processos. Ressaltando, que não existe um limiar fixo de separação entre os períodos, pois as mudanças ocorrem lentamente em decorrência de debates entre políticos e intelectuais, e da reflexão sobre os resultados das próprias políticas praticadas.

Os períodos destacados por Campos (2014) são: Período 1: Defrontando-se com as secas (1583-1848); Período 2: A busca do conhecimento (1849-1877); Período 3: A hidráulica da solução (1877-1958); Período 4: A política do desenvolvimento em bases regionais (1959-1991); Período 5: O gerenciamento das águas e as políticas sociais (1992).

Santos et al, (2014) chama a atenção para a trajetória marcada por diversos conflitos e eventos relacionados com a escassez de água. Esses conflitos, além de provocar inúmeros problemas de justiça ambiental, causam impactos desiguais nos grupos sociais que há décadas vem sendo castigados com a falta de recursos. Nesse sentido, os autores ressaltam o papel do Estado na formação de políticas para o desenvolvimento do semiárido.

No que tange a classificação dos períodos em que foram instituídas as políticas de seca, destaca-se que o processo teve início ainda no período do Brasil Colônia, “não por existir política de secas, mas por representar o período que a sociedade e o governo tomaram conhecimento do problema”, como abordado por Campos (2014).

Segundo Pontes e Campos (2013), a história das políticas brasileiras no semiárido, tiveram por característica efetivar estratégias para combater a seca. Como marco tem-se a criação do Instituto de Obras Contra as Secas (IOCS), em 1909, que viria a se denominar Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), em 1945. Com toda a importância que tiveram por seus relevantes estudos, suas ações basicamente eram construção de estradas e açudes.

No quadro a baixo, tem-se a organização das políticas públicas por período e, seus respectivos governos:

Tabela 1. Cronologia das Políticas Públicas de Combate a Seca

ANO	EVENTO/INSTITUIÇÃO	GOVERNO
1909	Criado o IOCS, construindo 16 açudes	Nilo Peçanha
1918/1922	Criado o IFOCS	Epitácio Pessoa
1915/1919	Concluídas as represas começadas no Século XIX	Venceslau Brás / Delfim Moreira da Costa Ribeiro / Epitácio Pessoa
1920	Criada a Caixa de Socorro as Secas	Epitácio Pessoa
1922	60% da Paraíba é oficializada como área de seca	Epitácio Pessoa
1932/1935	Campos de concentração / frentes de trabalho	Getúlio Vargas
1936	Delimitado o Polígono das Secas	Getúlio Vargas
1945	Criado o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca)	Getúlio Vargas / Eurico Gaspar Dutra
1946	Delimitado o Polígono das Secas / Criado o Banco do Nordeste	Eurico Gaspar Dutra
1951	Re-delimitação do Polígono das Secas	Getúlio Vargas
1959	Criada a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste)	Juscelino Kubitschek
1969	DNOCS constrói 8.299 poços	Governo Militar
1990	Fechado o DNOCS	Fernando Collor
2001	Fechamento da SUDENE e Criação da ADENE	Fernando Henrique
2008	Reabertura da SUDENE	Luis Inácio Lula da Silva

Fonte: Villa (2000).

Para Silva (2008) as transições paradigmáticas no semiárido estão fincadas no tripé economia, política e conhecimento (saberes e tecnologias), onde se pode: identificar e compreender o crescente pensamento sobre a realidade do semiárido e as alternativas propostas. Estas contribuições estão sendo cada vez mais resgatadas e fortalecidas, principalmente após o advento das questões ambientais e da valorização da cultura local, fundamentando a construção de diversas alternativas de desenvolvimento para o semiárido.

Historicamente, as políticas de combate à seca atuavam com soluções tecnológicas descontextualizadas, sem preocupação com a economia local e desprovidas da atenção aos saberes e práticas locais. Neste aspecto, pode-se englobar o fator sociocultural como elemento

indissociável para utilizar os saberes tradicionais dos atores e sujeitos relacionados: o lugar como oportunidade do evento, como espaço de construção da identidade local, o habitus das comunidades (Pontes e Campos, 2013).

Dessa forma, considera-se que um dos principais fundamentos para a evolução do paradigma da convivência com o semiárido é a inter-relação entre os saberes e práticas tradicionais contextualizados com os conhecimentos científicos e alternativas tecnológicas vinculando às múltiplas dimensões da realidade (conhecidas como tecnologias sociais): ambiental, social, cultural, política e econômica (Pontes e Campos, 2013).

Prosseguindo com a linha histórica das políticas públicas no semiárido, em toda a década de 1980, a redemocratização provocou o renascer da possibilidade de criação de núcleos nodais, em processo de articulação, que venham a criar potencialidades em um país em ebulição, com uma nova Constituição Federal, em 1988 e elegendo, após décadas, um presidente por voto popular, em 1989. Em 1982, um conjunto de iniciativas na perspectiva de valorização do semiárido começaram a ser postas em prática, com a criação e/ou a revalorização de entidades atuantes na região, com práticas que visavam a melhoria da situação de trabalho, em uma perspectiva de médio a longo prazo, em detrimento das frentes de emergência contra a seca. Um exemplo foi a incrementação dos bancos de sementes (Pontes e Campos, 2013). Finalmente, em 1999, é lançada a Declaração do Semiárido, que consolida a ASA enquanto articulação e propõe de início um programa para construir um milhão de cisternas, que seria conhecido como o P1MC.

Com cerca de 15 anos de existência, a ASA é hoje, uma rede de articulação política com mais de mil entidades e representa uma parcela significativa da sociedade civil no contexto do semiárido, incluindo ONG, sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas, movimentos sociais, pastorais, associações, igrejas etc. Mantêm relações com a cooperação internacional e com instâncias de governo, tanto para reivindicação de políticas públicas como para financiamento de programas, em confluência de discussões, avaliações e integrações. Apesar do diálogo e parcerias, não podem participar nem ter assento ou voz nas decisões em assembleias da ASA as esferas públicas e governamentais. A ASA, enquanto rede, não é uma instituição apenas, mas um grupo de organizações que se mobilizam em torno de causas do semiárido, para conseguir mais recursos e espaço político, principalmente na implementação das Tecnologias Sociais (CAMPOS, 2014).

O Programa um Milhão de Cisternas – P1MC tem como pressuposto para a histórica insegurança hídrica para as famílias rurais nordestinas é reflexo de um conjunto de negações: o semiárido sempre foi economicamente surrupiado pelas elites regionais e marcado pela

ausência de políticas públicas e ações estruturadoras para garantir água à sua população. Uma das maiores carências era a família ter um reservatório em sua casa, para ter acesso descentralizado a este recurso hídrico. A partir do resgate de antigas ideias de armazenamento de água em pequenos tanques e no intercâmbio de experiências exitosas em outras regiões do País, lideranças de entidades chegaram à elaboração de um modelo de armazenamento baseado na pluviosidade anual e no consumo médio por família para consumo doméstico, com 16 mil litros, abastecido através de canalização dos telhados por água de chuva. Segundo Pontes e Campos (2013), o P1MC como política pública tem caráter inédito, pois foi construída a partir da sociedade civil organizada em rede.

Pérez-Martin (2007), em uma análise comparativa, das transformações que ocorreram em 10 territórios do semiárido, durante dois períodos de tempo: PI (1973-2001), quando as políticas de “desenvolvimento” visavam quase exclusivamente “combater a seca e seus efeitos”; e PII (2002–2016) quando um conceito de coexistência com formulação de política informada de semi-aridez. Tem-se uma melhoria substancial no acesso à infra-estrutura hídrica. Como tal, a “coexistência” passou do conceito à ação como consequência de transformações estruturais, agroecológicas, sociais e gerenciais, em combinação com o fortalecimento de mecanismos de reciprocidade comunitária.

Dessa forma, a partir das últimas décadas do século XX, mudou-se a forma de se olhar para o Semiárido. Políticas visando melhorar a perspectiva de convivência foram desenvolvidas e implementadas na região (Carvalho et al. 2017).

4. OUTRAS POLÍTICAS ATUANTES NO SEMIÁRIDO

Um dos destaques de atuação no semiárido foram os territórios rurais. Nesse conceito o território é tido como o lugar por excelência da articulação das políticas públicas (Araújo, 2007). Assim o mesmo, trata-se de um ponto de partida relevante para ser explorado, pois recoloca a questão das várias territorializações e a maneira de abordá-las. Como o significado do território é dado, em última instância, pelas populações nele residentes, trata-se de buscar formas institucionais através das quais essas populações possam ordenar e manifestar as suas demandas por políticas públicas (Delgado et al, 2007).

Considerando as demandas da população do local, Delgado, Bonnal e Leite (2007), afirma que é justamente na base local/territorial que se dá, efetivamente, o processo de articulação de políticas. Notícias recentes, informando sobre o cruzamento de programas

sociais e setoriais, como o Bolsa Família, o Luz para Todos, o Programa Nacional de Crédito para a Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Reforma Agrária, a Previdência Social Rural, mostraram que esse “mix” de políticas passou a ser acionado pelos agricultores familiares e assentados rebatendo fortemente no cálculo estratégico dos mesmos sobre sua capacidade de permanência e reprodução nessas áreas (Delgado, Bonnal e Leite, 2007).

Sem a perspectiva territorial, mas procurando a forte articulação das políticas públicas, uma inovação recente nas políticas públicas foi o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) lançado em 2011 pelo Governo Federal, que previa uma rota de inclusão produtiva para as áreas rurais, com especial ênfase para o semiárido. O plano procurava direcionar políticas públicas de forma focalizada e sequencial, de forma a estimular as famílias rurais em situação de extrema pobreza a incrementarem suas atividades produtivas de subsistência.

O pacote de políticas públicas na área rural, com ênfase na inclusão produtiva, previa especialmente (MELO, 2015):

- a) Busca ativa: incluir no Cadastro Único dos Programas Sociais (CADÚNICO) as famílias que porventura ainda não recebiam benefício do Programa Bolsa Família.
- b) Recebimento de benefício especial para superação da extrema pobreza, por meio do Programa Bolsa Família.
- c) Contratação por meio de chamadas especiais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atender as famílias rurais em condição de extrema pobreza, de forma individualizada e contínua, iniciando com diagnóstico e elaboração de projetos produtivos de baixo investimento. Parte das chamadas eram voltadas exclusivamente para mulheres, e povos e comunidades tradicionais.
- d) Água para Todos: levar para as famílias que já tinham cisternas de reserva de água para consumo humano, também tecnologias de água para produção de alimentos e criação de animais.
- e) Fomento para as atividades produtivas rurais: no valor de R\$ 2.400,00 (a fundo perdido), transferidos em 3 parcelas, a fim de viabilizar a implantação dos projetos produtivos desenhados pela assistência técnica, como a compra de insumos e equipamentos. Em 2013, o valor foi elevado para R\$ 3.000,00 para os agricultores com acesso para água para produção no semiárido.
- f) Recebimento de sementes adaptadas ao semiárido produzidas pela Embrapa.

g) Em caso de excedente da produção, para além das necessidades de subsistência das famílias, os técnicos procuravam direcionar a produção para os mercados institucionais do PAA e PNAE.

Considerando as políticas para o semiárido, Buainain e Garcia (2013) destacaram as estratégias de estímulo da demanda por produtos da agricultura familiar. Nesta linha destaca-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, integrado àquelas do Programa Fome Zero. Considerando-se que parcela significativa dessa população vive em pequenos municípios, o programa visa formar estoques de alimentos produzidos pela agricultura familiar ou mesmo realizar a compra direta, a preços mais compatíveis com a realidade local (MDA/SAF, 2011). Foi alterado ainda o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para que no mínimo 30% dos recursos destinados às prefeituras para alimentação escolar sejam utilizados na aquisição de produtos da agricultura familiar, priorizando os assentamentos de reforma agrária e comunidades tradicionais (MDA/SAF, 2011).

Os conhecimentos e práticas contextualizadas estão em debate nas variadas entidades que estudam e atuam no semiárido desenvolvendo técnicas adaptadas à semiaridez, já que a estiagem é uma peculiaridade natural do clima regional. São conhecidas como Tecnologias Sociais e “estão espalhadas por todo lugar, mas, por serem extremamente simples, nem sempre o status de tecnologia lhes é facilmente conferido” (Lassance Jr.; Pedreira, 2004, p. 63). A sua área de atuação é diversa, pode ser na agricultura, segurança hídrica, saúde, educação. Na dimensão científico-tecnológica, as tecnologias sociais estão relacionadas com a Rede de Tecnologia Social (RTS) que estabelecem o seu marco analítico-conceitual e substanciam o seu caráter de rede. As tecnologias aparecem como solução eficaz para problemas sociais e como vetor para adoção de políticas públicas (DAGNINO et al. 2010).

A definição de tecnologia social é multidisciplinar. Contudo, acolhe-se a conceituação dispostos dos documentos da RTS que as compreendem como: produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social. São práticas baseadas na disseminação de soluções para problemas voltados a demandas de alimentação, educação, energia, habitação, renda, recursos hídricos, saúde, meio ambiente, que aliam saber popular, organização social e conhecimento técnico-científico [...] resolvem problemas sociais quando são adequadamente inseridas dentro de um contexto cultural particular [...] e promovem a inclusão social (Selva et al., 2011, p. 05-06).

5. A PROBLEMÁTICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO

A atual discussão das políticas para o desenvolvimento rural, emergem de estratégias aliadas a temática agroecológica, e programas para auxílio da comercialização dos produtos, são tratados como meios de melhoria da produção dos produtores no semiárido e, conseqüentemente o desenvolvimento do território.

Nesse contexto, aconteceram iniciativas em diversos estados, baseado nos princípios da agroecologia, segurança alimentar, educação contextualizada, combate à desertificação, acesso à terra e à água, em um processo de desconstrução da imagem do semiárido com ênfase apenas nas graves conseqüências das secas (Pontes e Campos, 2013).

Corroborando com essa literatura, Pereiras (2016) cita as iniciativas econômicas solidárias como os fundos de pastos; bancos e casas de sementeiras comunitárias; as feiras de agricultura familiar e agroecologia e as redes e cooperativas de beneficiamento e comercialização, bem como as finanças solidárias como os fundos rotativos solidários e as cooperativas de crédito. Essas ações são também entendidas para a academia, como inovações sociais (PEREIRAS, 2016).

Quanto às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar em clima semiárido, devido a grandes períodos de estiagens e seca que dificultam a produção, fez-se necessário uma adaptação destas (Campelo e Hamasaki, 2011). É nessa perspectiva que se destacam a Política de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) e a programas de comercialização de alimentos.

Pontes e Campos (2013) destacam o Programa de Aquisição de Alimentos que vai muito além do que simplesmente viabilizar a comercialização dos alimentos. O programa representa uma garantia de mercado para a agricultura familiar, e, nesse contexto, o governo federal apresenta duas importantes preocupações: enfrentar o problema social e promover a inclusão social no meio rural, fortalecendo a principal atividade econômica. Outro importante programa é o Seguro da Agricultura Familiar (Seaf), que, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário amparou 500 mil famílias (BRASIL, 2010).

Entretanto há uma série de políticas públicas para esse território, como apontam Santos et al (2014), onde as relações de poder das classes dominantes se beneficiaram, indevidamente, com os investimentos e subsídios oferecidos pelo governo, demonstrando que parte dos programas e políticas públicas para o semiárido não têm alcançado seu público alvo.

De forma mais enfática Sousa (2016), propõe uma visão crítica sobre as políticas públicas no semiárido. O autor conclui que “o semiárido carece de Políticas Públicas e

Programas voltados exclusivamente ao atendimento das necessidades de seu povo, o que implica a utilização de instrumentos adequados à sua realidade e que considerem as suas especificidades”. O autor também faz uma crítica quanto à definição da região, o que dificulta a ação de Políticas e Programas e leva a um descompasso entre as agências executoras na eleição da área a ser trabalhada.

Em concordância com o descrito por Sousa (2016), Santos et al (2014), afirmam que as famílias que residem no sertão nordestino carecem cada vez mais de políticas públicas voltadas para as suas particularidades, isto é, que sejam capazes de promover o desenvolvimento sustentável, libertando-se da postura conservadora em relação às reais dificuldades socioeconômica da população e voltada mais aos interesses particulares que por séculos vêm dominando o semiárido nordestino brasileiro.

Portanto, Sousa (2016) conclui que o semiárido carece de Políticas Públicas e Programas voltados exclusivamente ao atendimento das necessidades de seu povo, ou seja, os programas identificados que são quase sempre de cunho nacional ou regional (Nordeste), contemplando o semiárido no Estado de forma estratificada, com o privilégio de um ou outro município isoladamente. Assim, parte das políticas adotadas não contribuíram para que a população do semiárido se desvencilhasse da secular dependência das ações oficiais, não sendo possível a geração de renda de forma autônoma e sustentada (Sousa, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas para o semiárido possuem um contexto histórico que se iniciam por volta de 1723, desencadeadas pelas secas, crises hídricas e forte desigualdade social presente nesse território. A partir dos anos 90s, a partir de forte organização social emergiu um esforço na elaboração de políticas que visam alternativas para o convívio com a seca e para amenizar as desigualdades sociais, seja por meio de programa de criação de cisternas e medidas para captação de água e, até mesmo, políticas que possibilitem o financiamento, condições de crédito para que produtores tenham possibilidade de produzir e comercializar seus produtos alimentícios. Entretanto, alguns autores chamam a atenção para a questão de que a parte dessas políticas ainda não são suficientes para lidar com as problemáticas do semiárido. Nesse sentido, alguns autores ressaltam a importância de formular estratégias que permitam melhor aproveitamento dos recursos locais para o desenvolvimento deste território. Nasceram então, programas específicos com foco nas necessidades locais, como

recomendação de estratégias, a agroecologia, os arranjos produtivos locais e modos de produção sustentáveis, com vista a serem estratégias tecnológicas para crescimento econômico e convívio com a seca. Entre os autores, há o reconhecimento da importância do Estado, formulando e implantando políticas públicas que tenham como objetivo tratar as especificidades do semiárido, formulando estratégias que possibilitem maior acesso à sociedade e que atendam as demandas da população.

Nesta revisão, o apontamento da ausência de integração entre as políticas públicas, mostrou-se importante e atual, como estratégia para ordenar, manifestar, organizar e reconhecer de forma exclusiva as suas demandas por políticas públicas da população.

Para estudos futuros, sugere-se que as pesquisas explorem como as políticas públicas podem favorecer ou limitar a formulação e implantação de estratégias produtivas de convivência com o semiárido, bom como o estudo das interações dessas políticas nos territórios rurais do semiárido brasileiro. Ressalta-se a importância de estudos que analisem as inovações nas políticas e, especialmente na articulação entre as políticas sociais e àquelas voltadas ao estímulo produtivo nas áreas rurais, objetivando não apenas viabilizar a convivência com os períodos de estiagem, mas também reduzir as desigualdades sociais históricas presentes nesse território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, T. B. **Políticas públicas e promoção do desenvolvimento em bases territoriais.** Apresentação no II Fórum Internacional Desenvolvimento Territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais, Salvador, 2007.

ALVES, J. **História das Secas (século XVII a XIX).** Edição Fac-Similar 1953. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 2003.

AZEVÊDO, A. C. Verso e Reverso das Políticas Públicas de Água para o Semiárido Brasileiro. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 2015.

BUAINAIN A. M., GARCIA J. R., “Capítulo V: Pobreza Rural e Desenvolvimento do Semiárido Nordeste: Resistência, Reprodução e Transformação”, In: BUAINAINA.M., DEDECCA C. (orgs.), **A nova cara da pobreza rural: desenvolvimento e a questão regional, Série Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 17, Brasília IICA, fevereiro/2013.

CAMPELO, D. A. As políticas públicas para a agricultura familiar brasileira em clima semiárido: do combate à convivência. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, 2013.

CAMPOS, H. L.; **Convivência com o Semiárido: Potencialidades, Limitações e Ações, Breves Contribuciones del I.E.G. - Nº 24, 2013.**

CAMPOS, J. N. B.; Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, 2014.

CAMURÇA, C. E.; ALENCAR, A.; CIDADE, E. XIMENES, V.; Implicações psicossociais da seca na vida de moradores de um município da zona rural do nordeste do Brasil. **Avances em Psicología Latinoamericana**, 2016.

CARVALHO, O.; As secas e seus impactos. Em Brasil, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, A questão da água no Nordeste / **Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Agência Nacional de Águas**. Brasília: CGEE, 2012.

DAGNINO, R.; BRANDÃO, F.; NOVAES, H. **Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social**. En: Dagnino, Renato (Org.). Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade. Campinas: Komedi, p. 71-112, 2010.

DELGADO, N. G.; BONNAL, P.; LEITE, S. P.; **Desenvolvimento Territorial: Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais**. Rio de Janeiro, 2007.

FIGUEIREDO, S. C. S., SARAIVA JÚNIOR, J. C., FIGUEIREDO, J. S.; **Política de combate dos efeitos da seca no semiárido potiguar: o caso de Riacho do sangue em Macaíba/RN, 2002-2010**. Caderno de Geografia, v. 26, n. 45, 2016.

GALINDO, W. M.; **Intervenção rural e autonomia: a experiência da Articulação no Semiárido (ASA) em Pernambuco**, Recife: EDUFPE, 2008.

GALVÃO, M.C.; LOTTA, G.S. & BAUER, M., 2012. **New Institutional Arrangements for Public Policy Management**. In *16^o IRSPM Meeting*. Roma.

JUNQUEIRA, L. A. P.; A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e Sociedade**, v.13, n.1, p.25-36, 2004.

LASSANCE, J. A.; PEDREIRA, J. S.; **“Tecnologias sociais e políticas públicas”**. En: Brasil. Fundação Banco do Brasil. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Banco do Brasil: Rio de Janeiro, 2004.

PEREIRA, S.; As representações territoriais e o processo de gestão do semiárido brasileiro (Sertão), 1985-2016, **L'Ordinaire des Amériques** [En ligne], 2016.

PÉREZ-MARIN, M.; ROGÉ, P.; ALTIERI M. A.; L. F. U. FORERO.; L. SILVEIRA 4 , V. M. OLIVEIRA; B E. DOMINGUES-LEIVA.; Agroecological and Social Transformations for Coexistence with Semi-Aridity in Brazil Aldrin, **Sustainability**, 2017.

PONTES , E. T. M., CAMPOS. H. L. Convivência com o Semiárido: Potencialidades, Limitações e Ações. **Breves Contribuciones del I.E.G. – nº 24 - Ano 2013.**

RIBEIRO, R. W. Seca e Determinismo: a gênese do discurso do Semi-árido Nordestino. **Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ**. Volume 22, 1999.

SANTOS, A. R. R.; SANTOS, C. A.; SANTOS, A. R.; As relações de poder no Semiárido nordestino. **Revista Ambivalências**. v. 2, n. 4. p. 151 – 164. 2014.

SELVA, V. S. F. et al. (2011). **Caracterização de áreas degradadas no alto trecho do Rio Pajeú para gestão e recuperação com uso de tecnologias sociais**. In: XIV Encontro da rede luso-brasileira de estudos ambientais. Recife. 2013.

SOUSA, I. M.; **Uma Visão Crítica acerca das Políticas Públicas Para o Semiárido**, Revista Realize, Paraíba, 2016.

SILVA, R. M. A. Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido. **Transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Fortaleza: BNB, 2008.

TRAVASSOS, I. S., SOUZA, B. I., SILVA, A. B. Secas, Desertificação e Políticas Públicas no Semiárido Nordestino Brasileiro. **Revista OKARA: Geografia em Debate**, v. 7, n. 1, p. 147 – 164, João Pessoa, 2013.

VILA, M. A. Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo; **Ática**, 2000.

Dinâmicas da juventude rural nos processos participativos das Conferências de Juventude (2015)

Marcos Aurélio Freire da Silva Júnior- UFRN¹

Joana Tereza Vaz de Moura- UFRN²

Resumo

Participação social é um tema bastante trabalhado na academia, diversos estudos relatam o histórico da participação no Brasil e no mundo, apontando suas dificuldades e resultados. A juventude rural, por sua vez, apesar de vir ganhando espaço nos estudos e pesquisas, tem sido analisada a partir da discussão da sucessão rural, ligada às dificuldades do jovem rural para permanecer no campo. Nesse contexto, este presente artigo pretende fazer uma contribuição a partir de uma análise desses dois temas, observando a participação política da juventude rural do Território Mato Grande, Rio Grande do Norte, nos espaços de conferências de juventude que aconteceram no ano de 2015, apontando para as dificuldades e potencialidades encontradas por essa juventude nesse processo. A metodologia utilizada foi a observação participante nas conferências e a realização de entrevistas com delegados e lideranças de juventude do Território do Mato Grande. Como principais resultados, apontamos a significativa participação de jovens rurais e as eleições de propostas voltadas para o meio rural.

Palavras-chave: Juventude Rural, Participação Social, Política.

¹ Mestrando em Estudos Urbanos e Regionais- DPP/UFRN. E-mail: marcosaurelijunior@gmail.com

² Doutora em Ciência Política (UFRGS) - Professora do Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais- DPP/UFRN. E-mail: joanateresa@gmail.com

Introdução

Este presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise da participação política da juventude rural nos processos de deliberação das conferências territorial, estadual e nacional de juventude no ano de 2015, analisando as particularidades que permeiam a realidade da juventude rural e observando a implementação gradativa de mecanismos de participação provenientes do processo de redemocratização do país. Busca-se compreender como os jovens do meio rural se organizaram para poder influenciar os espaços de participação social existentes nos territórios. Como caso empírico busca-se analisar a juventude rural do Território Mato Grande/RN e sua inserção na Conferência Territorial de Juventude do Mato Grande (29/08/15), na Conferência estadual de Juventude do RN (data) e na Conferência Nacional de Juventude (dezembro, 2015).

Portanto, pretendemos oferecer ao leitor um panorama das mobilizações dos jovens ocorridas no Território do Mato Grande até a inserção desses como delegados na Conferência Nacional de Juventude e como atuaram nessas três conferências de maneira a pautar demandas específicas da juventude rural. Trata-se de trazer para o meio acadêmico a discussão sobre juventude rural, participação política e espaços deliberativos, problematizando as formas que esse grupo específico utiliza para pautar determinadas ações e debates.

"Podemos afirmar que juventude rural, até bem pouco tempo, era uma categoria invisível" (CASTRO et al., 2009, p. 19). Ainda de acordo com Castro et al. (2009), os debates e paradigmas que perpassam a discussão acadêmica sobre juventude rural são a migração campo-cidade, hierarquia e subordinação entre campo-cidade, relações de dependência entre os jovens e seus pais e oportunidades de fixação no campo. O acesso dessa juventude às políticas públicas e aos espaços de participação social é limitado devido à ausência de direitos civis básicos, oportunidades educacionais, e pela subordinação histórica e cultural das relações tão presentes na vida dos jovens rurais. Neste sentido, este artigo analisará a presença e atuação da juventude rural do Mato Grande/RN nos espaços institucionais de Conferências de Juventude: territorial, estadual e nacional.

Analisa-se a participação dessa juventude rural nesses espaços através de relatos informais coletados a partir da nossa inserção no processo de construção das

Conferências e de entrevistas em profundidade realizadas com três representantes da juventude do Mato Grande: um representante indígena do RN e coordenador de juventude da microrregional da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME); uma integrante do Fórum de Participação Popular nas Políticas Públicas (FOPP), Rede Xique Xique de comercialização solidária, militante da Marcha Mundial das Mulheres e Assessora Territorial de Gestão Social pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) da UFRN; e uma representante de comunidade rural. Todos são jovens rurais, lideranças de suas respectivas comunidades e estiveram presentes nas conferências como delegados, debatendo políticas públicas, juventude, participação e propostas para a juventude rural.

O artigo está dividido em três partes fundamentais. No primeiro item, apresentamos um breve resgate histórico do conceito de participação social e seu processo no Brasil a partir da redemocratização do país, perpassando pelos mecanismos e políticas públicas que fortaleceram a inserção da sociedade nas tomadas de decisões do Estado, juntamente com uma contextualização das conferências. O segundo item trará uma breve contextualização da juventude rural e dos jovens rurais do território do Mato Grande, e por fim, na terceira parte apresenta-se a análise destes atores sociais no processo das conferências territorial, estadual e nacional, onde se analisa esta participação buscando apontar para as dificuldades, desafios e proposições deliberadas nesses espaços.

1. Participação social no Brasil

De acordo com Lavallo et al. (2011), o conceito de participação é fugidio e suas tentativas de definição são mutáveis. Porém, existem dois valores historicamente ligados à participação, são eles: autodeterminação e igualdade política. A primeira se baseia na capacidade dos cidadãos de compreender suas decisões e suas respectivas consequências. E a igualdade se baseia na garantia de tratamento igualitário em relação aos interesses de determinado grupo. Para o autor, esses dois valores estão interligados e são intrínsecos ao processo de participação social. Segundo Gohn (2004), o caminho para uma sociedade democrática só é viável através da participação dos indivíduos e grupos organizados. Para a autora, uma sociedade

organizada mesmo que localmente (micro), consegue dar início ao processo de transformação na macro sociedade, através do poder e capital social adquiridos em determinado território. No Brasil, após vinte e um anos de um regime militar e autoritário, a pressão dos movimentos sociais, sociedade civil, sindicatos, comunidades eclesiais de base e de diversos grupos organizados que prezavam pela democracia, resultou na Constituição Federal de 1988 que consagrou um processo de redemocratização do país. A Constituição de 88, popularmente conhecida, trouxe diversos legados e conquistas para a estrutura organizativa do Estado, antes não democrática, e para a sociedade brasileira.

A criação e fortalecimento de diversas associações, grupos de moradores, movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, entidades de classe, organizações não governamentais, grupos religiosos e demais grupos que prezavam o convívio democrático, ganharam força na década de 80 e foram imprescindíveis para a construção da identidade democrática de significativa parcela da base da sociedade brasileira, fomentando a participação dos membros desses grupos nos demais espaços de participação, sejam eles institucionalizados ou auto organizados. Todos esses fatores foram fundamentais na mudança gradativa das estruturas de poder no Brasil, onde cada vez mais os brasileiros influenciavam na esfera pública e construía suas identidades sociais.

O movimento democrático que surgia no final da década de 80 também impulsionou a criação de mecanismos institucionais de participação. Os dois maiores e mais consolidados são os Conselhos de Políticas Públicas e as Conferências Nacionais. Embalados pelas positivas experiências internacionais envolvendo os conselhos gestores em diversos países, durante o regime militar no Brasil, os setores da esquerda reivindicavam os conselhos como mecanismos de participação e poder popular naquela época.

Com a Constituição de 1988, os conselhos foram institucionalizados e começaram a fazer parte da gestão participativa do Brasil.

Os conselhos são parte de um novo modelo de gestão pública dos negócios públicos que foi reivindicado pelos movimentos sociais nos anos 1980. Eles fazem parte de um novo modelo de desenvolvimento 5 que está sendo implementado em todo o mundo da gestão pública [...] (GOHN, 2002, p.29)

Gohn (2004) afirma que os conselhos e outros mecanismos de participação não têm como objetivo substituir o Estado, e sim, pressionar para que o mesmo cumpra seu dever, que é garantir direitos e propiciar serviços básicos, como: saúde, educação, e outros, com qualidade e para todos. A institucionalização dos Conselhos, que já existiam no Brasil, mas que ganharam força após 88, foi um importante passo na democratização do acesso e implementação das políticas públicas no país.

Com o passar dos anos, o avanço da consolidação da democracia e de ações que fomentem a participação social gerou inúmeras conquistas para o Brasil. Uma das mais recentes foi a criação da Política Nacional de Participação Social (PNPS), através do decreto de lei nº 8.243, de maio de 2014. A PNPS tem como objetivo fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre o governo federal e sociedade civil.

Dentre essas evoluções o que se pode afirmar é que, mais especificamente a partir de 2002, ocorreu uma expansão na realização de uma série de conferências nacionais.

As conferências nacionais tornaram-se importantes processos na ampliação da participação social no ciclo de políticas públicas no Brasil (AVRITZER, 2012, p. 7). As conferências são espaços públicos institucionalizados de participação social e estão inseridas na agenda Governamental, sendo assim, uma política do Governo Federal, fortalecendo a democracia participativa no Brasil, que ganhou força após a Constituição de 1988. Portanto, as conferências são convocadas pelo Governo Federal, através dos Ministérios e Secretarias, e contam com o apoio da Secretaria Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Articulação Social (SNAS) em sua realização. No decorrer do processo de fortalecimento da democracia no país e na ampliação de espaços de participação social, foram sendo criadas associações de moradores, sindicatos, organizações não governamentais (ONGs), grupos religiosos, movimentos sociais, conselhos, entre outros. Esses espaços cada vez mais consolidados impulsionaram o Estado a apostar nas Conferências como um espaço de deliberações e construções de políticas públicas dos mais variados segmentos que permeiam a sociedade. Assim, as conferências se tornaram as principais instâncias de proposição de novas diretrizes de políticas públicas para compor o Plano Plurianual de ação (PPA) do governo e de monitoramento e avaliação das ações governamentais nas três esferas da Federação (PETINELLI, 2011, p. 231)

Na medida em que estamos falando da participação da juventude rural nas conferências, essas instituições participativas podem ser compreendidas como novas oportunidades políticas de participação e representação societária no desenho das políticas públicas e, portanto, podem gerar também incentivos institucionais para fortalecer os movimentos sociais. Conforme destacam Silva, Rocha e Alves (2012; p.65)", a introdução das IPs (Instituições Participativas) tendem a gerar uma reinterpretação das organizações sobre seu contexto de ação e, particularmente, sobre a eficácia dos repertórios de ação a serem empregados na busca pelos seus objetivos".

Segundo Petinelli (2011), de 1941 a 2015 foram realizadas 158 conferências nacionais, sendo 117 dessas entre os anos 2003 e 2015 (governos Lula e Dilma), atingindo mais de 10 milhões de pessoas entre as etapas municipais, territoriais, estaduais e nacionais, nos 40 eixos de políticas públicas.

As conferências partem da convocatória realizada pelo Governo Federal através de decreto presidencial, apontando o tema e o Ministério ou Secretaria a ser responsável pela temática de cada conferência. Juntamente com a convocatória, a instituição realizadora lança o regimento, que é o conjunto de diretrizes da conferência, eixos temáticos a serem debatidos, número de delegados da sociedade civil e poder público, datas, comissões organizadores, entre outros, e cabe a plenária da conferência aprova-lo ou não, caso não aprove, os delegados devem fazer suas contribuições de mudanças ao regimento original, caso aprovado em plenária, à conferência segue o regimento que foi eleito pelos representantes. Este processo de leitura de regimento, aprovação e elaboração de um novo regimento deve ocorrer em todas as etapas: municipais, territoriais, estaduais e nacionais, de forma a deixar o processo cada vez mais democrático e participativo.

O regimento estabelece, inclusive, o principal objetivo da conferência. Algumas conferências têm como característica a manutenção e aprimoramento de políticas públicas já existentes, como é o caso das Conferências de Saúde, temática que já possui uma política de saúde sólida no país. Em outros casos, como por exemplo, na de política para as Mulheres e Igualdade Racial, o objetivo está relacionado à construção de planos de políticas nacionais para as mulheres e as minorias étnicos raciais, que de acordo com

Pinto (2009), são planos focais. As de Meio Ambiente e Cidades, por sua vez, têm objetivos mais amplos, como fomentar a participação social em espaços locais destinados aos respectivos temas, identificar problemas, reflexão sobre a realidade brasileira, entre outros. Já a conferência de Juventude, como se analisa no decorrer deste estudo, em suas duas primeiras etapas nacionais, obteve como resultado a aprovação da PEC da Juventude, do Estatuto da Juventude e o Plano Juventude Viva. De acordo com Pinto (2009), esses objetivos traçados pelo poder público no regulamento das conferências é um sinal de que o processo ainda carece de certa independência, pois, em algumas conferências existem a preocupação com a elaboração e aprovação de políticas públicas concretas, enquanto em outras, os objetivos ainda são muito subjetivos. Podemos analisar que nos eixos (Mulheres e Igualdade Racial) onde a presença dos movimentos sociais na construção do processo de conferência é significativo, o objetivo tende a ser mais claro: anseio por políticas públicas que garantam os direitos de minorias. Podemos observar certa fragilidade da sociedade civil enquanto delegados em inserir racionalmente suas ideias e inquietações na arena pública, apesar do vasto processo democrático que permeia as etapas locais e nacionais.

Portanto, é necessário compreender que os espaços de conferência constituem uma arena de disputas e lutas no campo político. Analisar a ação e inserção dos atores inseridos nesses espaços é de extrema importância para compreender como as disputas ocorrem desde o início do processo, que são as conferências territoriais, até a etapa nacional. Apesar do espaço democrático e plural, as conferências não são diferentes de outros campos: são marcadas pelas disputas e lutas simbólicas.

2. Jovens rurais como atores políticos

Assim como o meio rural é bastante heterogêneo, a juventude do campo também apresenta suas diversidades e particularidades. A dinâmica rural, carregada por fortes costumes e culturas interfere intrinsecamente no tecido social e na vida do jovem, seja ele envolvido nas atividades agrícolas ou não, o fato de viver no meio rural, já o insere em uma realidade bastante diversificada e plural. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, a juventude rural no Brasil é composta por 8,5 milhões de pessoas. O Estatuto da Juventude, criado em 2013 através da Secretaria Nacional de Juventude, determina a população jovem como sendo aqueles que possuem idade entre 15 e 29 anos, apesar de estudos acadêmicos trazerem a ponderação de que a juventude rural, devido as suas

particularidades, abrange as pessoas com até 35 anos; e que vivam em comunidades rurais, assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais e pequenas cidades que sejam marcadas pelas relações sociais características do meio rural e/ou atividades agrícolas. O Estatuto da Juventude é o instrumento legal - Lei 12.852/2013 - que determina quais são os direitos dos jovens que devem ser garantidos e promovidos pelo Estado brasileiro, independente de quem esteja à frente da gestão dos poderes públicos (BRASIL, 2014). A criação do Estatuto da Juventude foi uma das conquistas que a juventude brasileira obteve nesses últimos anos, onde foi garantida constitucionalmente uma série de direitos, incluindo, segundo o Art. 2º, II, a "valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações". Entretanto, a juventude como um todo ainda encontra entraves que dificultam a garantia desses direitos. Até pouco tempo a academia trazia poucos estudos e pesquisas sobre juventude rural, que visavam em sua maioria analisar a questão da permanência dos jovens no campo. Essa baixa representatividade era vista também em outros espaços, como na esfera pública, movimentos sociais, associações e até mesmo nos espaços que debatem o rural como um todo. 14 Porém, nos anos 2000 a juventude rural passou ganhar maior visibilidade na esfera pública e até mesmo dentro dos próprios movimentos sociais rurais.

Segundo Castro et al. (2009), no início dos anos 2000 a juventude rural passou a ganhar mais visibilidade a partir de espaços próprios de participação. De acordo com a autora, vários movimentos sociais realizaram encontros, congressos e acampamentos, dentre eles: I Congresso Nacional de Juventude Rural (realizados pela Pastoral da Juventude Rural-PJR e MST), Encontros de Juventude do Campo e da Cidade (MST), Acampamentos da Juventude da Agricultura Familiar (Fetraf), Seminário do Programa Jovem Saber (Contag), VI Campamento Latino Americano de Jóvenes (Via Campesina); esses espaços viabilizaram um maior foco na juventude rural, inclusive fortalecendo a participação juvenil nos espaços de direção desses movimentos. Na direção dos avanços participativos dos jovens rurais no início dos anos 2000, durante primeiro governo Lula, a esfera pública passou a institucionalizar a categoria "juventude" a partir da criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) em 2005, garantindo políticas públicas e direitos básicos para a juventude brasileira. A SNJ conta com uma pasta de juventude rural que "[...] surgiu na perspectiva de promover ações que garantam qualidade de vida no

espaço rural para juventude do campo" (BRASIL, 2014) Diante desses avanços institucionais e sociais, a juventude rural no Brasil passou a se organizar de forma mais atuante nos espaços de participação, criando a consciência de si mesmo como atores sociais, reivindicando diversas pautas que são fundamentais para a permanência do jovem no rural no campo, dentre elas, educação contextualizada com a realidade do campo, acesso a políticas públicas voltadas para os jovens rurais, luta pela terra por parte dos filhos de assentados da reforma agrária, cursos profissionalizantes na área agrária, entre outros.

3. Juventude rural do Mato Grande e a participação nas conferências

A juventude do Mato Grande estava presente nos diversos espaços de participação existentes no território, sejam eles institucionalizados pelo poder público ou não³. Nos últimos anos, os jovens do território passaram a se inserir em grupos, associações de moradores, associações produtivas, grupos de teatro, grupos de esporte e lazer, e diversos outros agrupamentos juvenis. Nessa mesma direção, a juventude rural também passou a atuar de forma mais coletiva nas suas comunidades e assentamentos. O fortalecimento de órgãos, entidades, sindicatos e movimentos sociais, impulsionaram a participação social de jovens rurais tanto nos espaços locais quanto nos espaços externos aos assentamentos e comunidades, além da participação em partidos políticos.

O Território do Mato Grande se destacou no processo das conferências. Com um histórico positivo de participação juvenil nos espaços do Território e do estado, o Mato Grande realizou 12 conferências municipais nas cidades de Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Ceará Mirim, Jandaíra, Jardim de Angicos, João Câmara, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Parazinho, Pedra Grande, Poço Branco e Taipu, que contribuíram de forma preparatória para a etapa territorial. De acordo com a representante da Marcha Mundial de Mulheres, uma das organizadoras da etapa, "na reunião do Comitê junto com as outras organizações parceiras nós decidimos dar prioridade naquele momento a realizar o máximo possível de conferências

³Importante destacar que essa pesquisa ocorreu em 2015, momento em que havia uma grande presença da juventude em diversos espaços públicos, institucionalizados ou não. A partir de final de 2016, com o impeachment da Presidente Dilma Roussef, muitas políticas públicas vão ser redesenhadas e espaços começam a ser enfraquecidos, especialmente para o caso das minorias. Portanto, atualmente, a juventude rural do Mato Grande encontra-se em processo de tentativa de reconstrução da sua influência política.

nos municípios". A realização das etapas municipais, mesmo em municípios pequenos, se deu através do comitê de juventude do território que articulou as lideranças municipais, como forma de fortalecimento dos jovens para as etapas 22 seguintes. O resultado dessa mobilização em 10 cidades do território resultou em uma expressiva conferência territorial. Convocada no dia 23 de julho de 2015 pelo Comitê de Juventude do Território do Mato Grande, no dia 29 de agosto o território realizou sua conferência, com o tema "As várias formas de mudar o Mato Grande", na Escola Estadual Senador Jessé Pinto Freire, localizada em Parazinho/RN, com apoio do poder público e diversas instituições parceiras do território. A conferência contou com a presença de 160 participantes, dentre as 45 instituições e atores do poder público presentes.

Foram eleitos para a Conferência Estadual de Juventude/RN, 12 jovens da sociedade civil como delegados titulares e 12 suplentes, 01 representante titular da sociedade civil de Povos e Comunidades Tradicionais, além de 03 titulares e 01 suplente do poder público. De acordo com o relatório final, para os participantes, a realização da II Conferência Territorial do Mato Grande foi "um marco histórico para a juventude do Mato Grande e fortalecerá o Comitê de Juventude". De acordo com a representante da Marcha Mundial das Mulheres e relatora da conferência e membro da Comissão Organizadora Territorial "a realização da conferência mobilizou 11 municípios do Território do Mato Grande e contribuiu com o fortalecimento das experiências da juventude local".

No dia 4 de agosto de 2015, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte através da Secretaria Extraordinária Estadual de Juventude (SEJURN), convocou a III Conferência Estadual de Juventude, que ocorreu nos dias 14 e 15 de novembro do mesmo ano na UFRN e contou com a presença de 23 entidades representantes do poder público e da sociedade civil. A III Conferência Estadual de Juventude foi realizada pela SEJURN (Secretaria Estadual de Juventude do Estado do Rio Grande do Norte) em parceria com a COE (Comissão Organizadora Estadual) e a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania (SEJUC).

A conferência que teve com o tema "As várias formas de mudar o Rio Grande do Norte" contou a presença de 200 participantes, entre delegados e ouvintes e reuniu as juventudes do estado do RN em prol de debater dentro dos mais variados eixos temáticos propostas que contribuam para o avanço da juventude potiguar. Os dois dias

de duração proporcionaram rodas de conversas, grupos de discussão, troca de experiências e intercâmbios entre os jovens dos diversos territórios do estado.

De acordo com o representante da juventude indígena, as juventudes rurais se inseriram de forma positiva em todos os GTs "eu acho que todas as juventudes se sentiram contempladas com os GTs, eu realmente não senti a ausência de nenhuma juventude em nenhum dos GTs, então foi bem proveitoso."

A questão territorial também esteve bastante presente nas propostas, o que demonstra o anseio das juventudes do RN por políticas públicas implementadas de forma que fortaleçam os territórios locais.

O saldo da conferência estadual foi bastante positivo, com boa representatividade dos territórios e das juventudes (do campo, da cidade, comunidades tradicionais, jovens organizados e não organizados em grupos e/ou coletivos, estudantes, gestores, etc.). De acordo com um representante da juventude, "a conferência estadual foi muito importante pra juventude no estado, uma vez que ela praticamente priorizou a participação dos jovens rurais, jovens indígenas, negros e LGBTs". O delegado na etapa estadual e articulador do território acredita a participação nessas juventudes nos espaços de conferências resultou em uma "evolução muito grande e muito importante pra juventude no estado", pois "as conferências praticamente priorizaram essas classes que antes não eram ouvidas".

Diversas propostas provenientes da etapa estadual e da plataforma digital do RN compuseram o caderno final de propostas da etapa nacional. A Conferência Estadual de Juventude elegeu 23 delegados para a etapa seguinte, sendo 18 jovens representantes da sociedade civil e 05 do poder público. Dos 18 delegados da sociedade civil, 05 foram representantes do Mato Grande.

Com o tema "As Várias Formas de Mudar o Brasil" a III Conferência Nacional de Juventude (CNJ) ocorreu entre os dias 16 e 19 de dezembro de 2015 no Estádio Nacional Mané Garrincha, localizado em Brasília/DF. A CNJ contou com a presença de 2.000 participantes entre delegados de todos os estados do país, eleitos nas etapas presenciais e digitais, representantes das 14 delegações internacionais, que vieram ao Brasil com o objetivo de trocar 29 experiências de políticas públicas voltadas para a juventude, ouvintes, e diversos coletivos juvenis.

A conferência foi marcada pela diversidade. Jovens de todas as regiões do Brasil marcaram a III CNJ com seus costumes e culturas. A presença de juventudes de povos e comunidades tradicionais, forte presença de jovens indígenas, negras e negros, jovens do campo, da cidade, jovens LGBT's foi visível na conferência e essas juventudes preencheram os espaços de discussão, grupos de trabalho, plenária e mesas redondas, carregando consigo suas lutas e demandas.

[...] 70% das(os) credenciadas(os) eram jovens negras e negros; toda a delegação com paridade de gênero, metade de mulheres cis/transgênero; 30% das(os) delegadas(os) eleitas(os) por meio da Plataforma Digital que permitiu a chegada de jovens que não teriam como participar por meio das etapas municipais e estaduais [...] (SOUZA, 2016)

As propostas prioritárias da III Conferência Nacional de Juventude foram: a) no eixo "participação" eleita com 112 votos: Garantir a implantação do Sistema Nacional de Juventude composto por órgãos gestores, conselhos e fundos de públicas de juventude, nas três esferas administrativas. O fundo nacional de juventude funcionará com repasses definidos percentualmente entres os três entes federados para direcionar as políticas e ações para a juventude em âmbito nacional, estadual e municipal, eleita com 97 votos; b) no eixo "Território" eleita com 182 votos: Ampliar e acelerar o processo de Reforma Agrária e regularização fundiária, bem como reconhecimento e demarcação de terras pertencentes a povos e comunidades tradicionais, em especial das terras indígenas e quilombolas, acabando com as práticas forçadas de remoção de seus territórios. Assim, viabilizando a regularização da documentação de assentamentos já existentes, permitindo que os jovens tenham condições de permanecer ou regressar as suas terras originais, e serem assim contemplados pelos programas, projetos e ações para a juventude rural; c) no eixo "segurança" também com 209 votos: não à redução da maioria penal, pelo cumprimento efetivo das medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

De acordo com o entrevistado, "as escolhas das propostas foram bem colocadas, priorizando a juventude indígena em relação à reivindicação da remarcação de terra". As propostas dos eixos Participação e Segurança são pautas que abrangem todas as juventudes de forma geral.

A criação Sistema Nacional de Juventude e a não redução da maioria penal são propostas que beneficiariam os jovens brasileiros como um todo. Porém, a proposta

do eixo 33 Território é uma proposta que contempla a juventude rural, através da regularização de assentamentos e reconhecimento e demarcação de terras pertencentes a povos e comunidades tradicionais, contribuindo para o avanço social dessa juventude. A proposta (juntamente com a do eixo Segurança) foi a mais votada da conferência, o que mostra a organização da juventude rural não só nesse, mas em diversos espaços de participação, que tem colocado a pauta da Reforma Agrária cada vez mais em evidência no meio dos jovens, e essa evidencia não é refletida apenas na juventude rural, a eleição dessa proposta como prioritária, mostra que esse debate tem perpassado pela sociedade como um todo.

Em um momento conturbado da política brasileira, com a SNJ sendo reestruturada e agrupada com outras secretarias, a realização da Conferência Nacional de Juventude desempenhou um papel imprescindível na juventude do país, organizando os jovens, propiciando debates pertinentes, ampliando o exercício da cidadania e contribuindo com o desenvolvimento social dos mais de 600 mil jovens envolvidos nas diversas etapas realizadas, com uma metodologia que facilitou a participação em diversos espaços e em momentos diferentes.

A juventude rural por sua vez, realizou com protagonismo seu papel na III Conferência Nacional de Juventude, com um satisfatório número de delegados, permitiu que a juventude rural se organizasse em prol das demandas existentes na vida de um jovem do campo.

Para uma das jovens que conversamos informalmente, a participação da juventude rural no processo das conferências contribuiu para a “construção de uma sociedade inclusiva, onde os jovens constroem política pública”. A construção de possibilidades de acesso a direitos e políticas por parte da juventude rural representa um avanço significativo na luta por reconhecimento dos mesmos enquanto categoria social e política.

Com todas as dificuldades que o jovem rural enfrenta em espaços de participação dentro e fora de suas comunidades, a inserção de jovens rurais em todo o processo mostrou que o jovem tem papel fundamental nas disputas e debates de políticas públicas. Como afirmou uma jovem rural que esteve presente nas conferências: "a juventude rural deixou claro que sabe o que precisa, que luta por seus direitos". A eleição de uma proposta final que visa o desenvolvimento de jovens rurais, e mostra que

o debate na academia e na esfera pública acerca da juventude do campo precisa avançar, o debate sobre êxodo rural agora dá espaço para a discussão de sucessão rural. Não há como pensar desenvolvimento rural sem considerar o papel da juventude nesses processos.

Considerações finais

Em um período conturbado da política brasileira marcado pelo desmonte de políticas públicas sociais e realocação de ministérios e secretarias, incluindo a Secretaria Nacional de Juventude, responsável pela organização das conferências, que foi realocada para o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, a juventude brasileira representada por mais de três mil delegados se reuniu em uma conferência nacional que significou, para além de seu papel institucional, um ato político de resistência da juventude frente aos desafios postos.

Os jovens rurais, antes atores invisíveis aos olhos da sociedade e do Estado, puderam levantar suas próprias demandas e dar voz a suas próprias reivindicações, com papel relevante na condução e articulação das propostas que os representassem. E como resultado, conquistaram uma das três propostas principais. Proposta que reflete a necessidade de considerar o jovem no processo de desenvolvimento rural e que, á época, serviria de subsídio para o Plano Nacional de Juventude. Para uma das jovens entrevistadas, a eleição dessa proposta como prioritária "significou uma grande vitória".

Para o jovem entrevistado, a juventude rural mostrou que "tem condições concretas de pautar ações que garantam seus direitos".

Sem dúvida, os espaços de conferências são espaços políticos de intensa disputa de poder. Todo o processo da III Conferência Nacional de Juventude, desde as mobilizações nos municípios, passando pelos debates até a eleição da proposta da juventude rural, contribuiu para o fortalecimento desses jovens, que viram nas conferências além de um espaço de participação, um novo horizonte na forma de pensar, fazer e disputar políticas públicas.

Referências

AVRITZER, Leonardo. Conferências Nacionais: Ampliando e Redefinindo os Padrões de Participação Social no Brasil. Brasília: Ipea, 2012.

BRASIL. Valessio Brito. Secretaria Nacional de Juventude. O que é? 2014. Disponível em: <<http://juventude.gov.br/juventuderural/o-que-e?lang=es#.V2yD2NwZHbN>>. Acesso em: 09 mar. 2018.

CASTRO, Elisa Guaraná de et al. Os jovens estão indo embora?: Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: MauadEdtraLtda, 2009.

GOHN, Maria da Glória. Conselhos gestores na política social urbana e participação popular. Cadernos Metrópole, São Paulo, n. 7, p. 9-31, jun./jul., 2002.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, mai./ago., 2004.

LAVALLE, Adrian Gurza. Após a Participação: Nota Introdutória. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 1, n. 84, p.13-23, 2011.

PINTO, Céli. As conferências nacionais no governo Lula: limites e possibilidades da construção de uma esfera pública. Encontro Anual da ANPOCS, 30, 2006.

SILVA, M. K; ROCHA, A. G.; ALVES, M. R. Desenvolvimento territorial e associativismo: uma análise comparativa. TOMO, n.20, 2012.

SOUZA, Daniel. O que "resta" da #3ConfJuv? 2016. Disponível em: <<http://juventude.gov.br/juventude/noticias/o-que-resta-da-3confjuv#.V2ynV7grLIU>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

TERRITÓRIO PAMPA: A DINÂMICA TERRITORIAL E UMA POLÍTICA ESTRATÉGICA PLANEJADA A PRIORI

VIEIRA, M. H. M¹
GODOY, Cristiane Maria Tonetto²

RESUMO

A política de desenvolvimento territorial criada pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA parte da necessidade da construção de um novo olhar e estratégia para o rural, onde esse se afirma como um espaço de relações sociais, vida, diversidade e sustentabilidade. Para o fortalecimento e apoio ao ~~da gestão social do~~ desenvolvimento dos territórios rurais brasileiros inicia-se a partir do ano de 2013 a estruturação dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial/NEDETs, vinculados as Instituições de Ensino Superior. O presente trabalho tem como objetivo apresentar o trabalho realizado pelo NEDET do Território Pampa, território rural do Rio Grande do Sul, bem como refletir sobre a importância da política territorial e do capital social para o processo de desenvolvimento endógeno rural.

Palavras-chaves: Território, Pampa, NEDETs, Desenvolvimento Rural

¹ Mestre em Extensão Rural VIEIRA, Maria Helena Matchin – E-mail: matchinlena@gmail.com

² Doutora em Extensão Rural GODOY, Cristiane Maria Tonetto – E-mail: ctgextr@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A noção de territórios ultrapassa o mero espaço físico limitado, ele deve ser compreendido como local onde as interações sociais e os laços afetivos ocorrem. De acordo com Santos e Silveira (2004), podemos entender a territorialidade como aquela noção de pertencer àquilo que nos pertence, pois é através dessa formação da consciência coletiva e do “algo” em comum que os atores passam a se reconhecer, isso facilita a busca coletiva de estratégias e ações para o desenvolvimento dos territórios.

Ainda neste sentido, Saquet (2003) aponta que o território deve ser compreendido como o produto de processos de apropriação e domínio de certo espaço, registrando um campo de forças, de relações de poder. Podemos pensar que o espaço passa a ser valorizado pelos agentes, não sendo somente a natureza, pois adquirirá novos elementos na sua constituição, podendo ser de ordem econômica, social, cultural, política, entre outros. O território torna-se parte da história vivida por uma comunidade que imprime nesse espaço uma identidade, com a qual o indivíduo se reconhece como integrante.

E é nesse contexto que, nos dias de hoje, tem-se visto a aplicação do conceito de territórios nas formulações das políticas públicas, principalmente àquelas voltadas ao meio rural. O aproveitar os laços, o reconhecimento de uma determinada cultura, que expressa assim uma identidade partilhada pela comunidade, têm sido potencial para a mobilização e estruturação da agricultura familiar em vários países, até mesmo como estratégia de desenvolvimento rural.

A abordagem territorial para o desenvolvimento rural deve ser construída a partir das ações entre os indivíduos e o ambiente ou no contexto em que está inserido, desse modo, o conteúdo desse espaço deverá ser entendido como território. O conceito de território não deve permear o entendimento como um espaço físico existente, mas sim deve ser compreendido como uma construção social, um conjunto de relações sociais que irão originar e expressar uma identidade, como também um sentimento de pertencimento compartilhado pelos agentes. (SCHNEIDER, 2004)

Nesse sentido, vem atrelada o capital social, sendo o referente a ser motivado na busca de efetivar seus sistemas de desenvolvimento, homologando o fortalecimento dos territórios e suas relações culturais, econômicas, políticas e institucionais. (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001)

No caso brasileiro, vários documentos foram produzidos visando orientar nesse sentido, como por exemplo, o documento nº. 01, produzido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário/MDA, intitulado “Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil”, de março de 2005. A abordagem sobre desenvolvimento em uma perspectiva territorial tem como objetivo integrar o agricultor familiar à indústria e propiciar condições para que o mesmo agricultor “valorize certo território num conjunto muito variado de atividade e de mercados” (2005, p. 04).

Ainda contribuindo com esta ideia, Froehlich *et al.* (2010), ao refletir sobre a questão dos territórios e o meio rural, afirmam que as construções de territórios constituem uma estratégia de desenvolvimento para aqueles lugares considerados atrasados. Ao buscarmos esta temática em outra obra de Froehlich (2002), o autor assinala que os processos de valorização das regiões rurais tanto por sua cultura ou pela têm seu papel reconhecido pelos novos sentidos e funções que o meio rural pode desempenhar frente a questão do desenvolvimento dessas áreas, contrapondo a ideia de que o rural desapareceria ou mesmo desconstruindo a ideia de atraso.

Dessa forma, novas concepções de desenvolvimento estão sendo propostas através, principalmente, de políticas públicas que englobam as noções de territórios e territorialidade, tendo como categoria de análise sociológica a agricultura familiar e o seu papel para o desenvolvimento rural sustentável.

TERRITÓRIO PAMPA

O Território Pampa se encontra no Bioma Pampa, representado geograficamente na figura 1, estando presente no Estado do Rio Grande do Sul/Brasil, Uruguai e Argentina, conforme a Figura 1. A palavra Pampa de origem indígena e se refere ao ecossistema caracterizado por uma extensão de planície coberto por vegetação rasteira, constituído, principalmente, por vegetação campestre formada por gramíneas, herbáceas e algumas árvores. Nesse amplo espaço geográfico se entrelaçam culturas, costumes, formas de vida que fazem parte da uma história comum, representada na cultura do “gaúcho” e do povo pampeano que transcende fronteiras.

Segundo o payador e poeta Braun (1998) capta o Pampa com este olhar:

[...] a planície sem fim que vai do Rio Grande do Sul aos contrafortes dos Andes na taiga da Cordilheira. É o campo imenso - a pradeira, dos centauros campesinos riograndenses e platinos, titãs da raça campeira. Vem do Quíchua - e quer dizer, o campo aberto - a planura, o descampado - a lonjura, a várzea que se destampa. Nele a liberdade acampa e o civismo não estanca. Animal cabeça branca também é chamado de Pampa (p. 254).



Figura 1 – Delimitação da Região Pampeana
Revista Ecossistemas – Espanha 2004
Fonte: Santino 2004

No Rio Grande do Sul, o bioma pampa ocupa 63%, ou seja, dois terços do território gaúcho, situado na metade sul do Estado. Ele apresenta uma grande heterogeneidade e particularidades que se manifestam na sua formação sociocultural, ambiental e econômica. A população que reside nessa região tem como característica econômica a pecuária familiar, formada por rebanhos bovinos e ovinos, conforme pode ser percebido na Figura 2. Ainda, outras produções podem ser encontradas tais como: lavouras, hortifrutigranjeiros, rebanho leiteiro e pesca, fazendo com que o território seja diversificado em sua produção. (IBGE, 2009).



Figura 2 – Paisagem Pampeana
Fonte: <http://www.brasaodopampa.com.br>

O Território Pampa inicia sua construção dentro da política territorial no ano de 2009, sendo integrado por entidades da região, gestores públicos, movimentos sociais, associações ligadas a agricultura familiar, instituições de ensino e de assistência técnica, que consagram seu reconhecimento como Território Rural do Pampa, no ano de 2014. O Território Rural do Pampa é constituído por 16 municípios, formando uma área de 60.046 Km², com uma população aproximada de 714.000 habitantes. Segundo os dados da Fundação de Economia e Estatística/FEE (2008), o território apresenta um Índice de Desenvolvimento Socioeconômico/IDESE entre **0,700** e **0,799**, caracterizando um médio desenvolvimento.

Em relação aos municípios teremos 12 na região da Fronteira Oeste, sendo eles: Barra do Quaraí, Uruguaiana, Itaqui, São Borja, Maçambará, Manoel Viana, Alegrete, Rosário do Sul, São Gabriel, Santa Margarida do Sul, Quaraí e Santana do Livramento; e 04 na região da Campanha, são eles: Bagé, Dom Pedrito, Caçapava e Lavras do Sul, conforme Figura 3.



Figura 3 – Território Pampa
Fonte: Autora

O território possui algumas singularidades importantes, explicitadas na sua cultura, na sua geografia, nos seus habitantes:

“A Pampa é um país com três bandeiras e um homem que mateia concentrado, seus olhos correm por sobre as fronteiras que o fazem tão unido e separado! A Pampa é um lugar que se transcende, fronteiras são impostas pelas guerras; "y el gaúcho", com certeza, não entende três nomes, três brasões pra mesma terra! O campo a se estender, imenso e plano, alarga o horizonte "mas allá"... Talvez seja por isso que o pampeano enxerga além... De onde está! Assim é o povo fronteiro, tropa, cavalo e tropeiro vão na mesma vez... Pátria e querência na estampa, somos um só nessa pampa, mas se contam três... Por que se contam três? Meu verso vem de Jaime e Aureliano, de Rillo e Retamozo - um céu azul! Sou Bento e Tiaraju, heróis pampeanos da forja desse Rio Grande do Sul! A voz vem de Cafrune e canta assim, a rima de Lugones, minha sina, e a fibra de Jose de San Martín; a História é quem me inscreve na Argentina! Meu canto vem de Osiris, voz antiga da Pampa que em meu sangue não se esvai... Comigo vem Rivera, vem Artigas... Legenda eu sou... No Uruguai! Rumos dessa Pampa Grande, viemos dos versos de Hernandez, somos céu e chão... Todo o pampeano, sem erro, tem muito de Martin Fierro pelo coração... Dentro do coração!(Pampa CD, Joca Martins, 2008).

O Território expressado através dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento dos COREDES (Conselhos Regionais de Desenvolvimento) da Campanha e Fronteira Oeste e do PTDRS (Plano Territorial de Desenvolvimento Rural sustentável do Pré- Território Pampa), e de sua dimensão que devem ser destacadas:

a) Apresenta uma população rural aproximada de 12%, sendo que desde o de 2010 pode ser percebido uma tendência na redução dessa população;

b) uma das menores densidades populacional do Estado do RS, que apresenta uma média de 11,5 habitantes por km²;

c) população rural envelhecida e masculinizada;

d) a estrutura econômica está sustentada nas atividades da pecuária extensiva, praticada tradicionalmente nas estâncias ou fazendas;

e) a produção leiteira a partir dos anos noventa fundamentalmente é incorporada como uma produção básica, pelos assentamentos Reforma Agrária;

f) existe uma grande produção de arroz, soja, silvicultura e nos últimos anos vinhedos e oliveiras;

g) não detém arranjos produtivos locais;

h) seu *modus vivendus* é resultado de uma cultura conservacionista, sustentada na cultura do “gaúcho” e na vida rural das “fazendas” ou “estâncias”

i) as distâncias entre as sedes municipais e as comunidades são extensas, o que dificulta e/ou impossibilita: melhor comunicação, o tráfego, o escoamento das produções e a participação em atividades de interesses coletivos. Como exemplo de uma sede municipal a outra, a menor distância é de 120 km;

j) pela sua formação cultural, forma de reprodução econômica através de pecuária e distância entre vizinhos, pode ser percebida certa resistência ao trabalho cooperativo/associativo;

n) A concentração fundiária advém das “raízes históricas” da ocupação do espaço agrário do RS, fundamentada na política de distribuição de terras “sesmarias, desde o período

imperial. Sustentando sua matriz produtiva que é a pecuária extensiva, praticada nas fazendas ou estâncias. Essa concepção traz um apagamento da existência da agricultura familiar que é resultante da subordinação dos fazendeiros da região, como da implantação dos Assentamentos da Reforma Agrária, não permitindo salientar a relevância social das categorias que a integram, assim como sua importância como categoria política, sendo dinamizadora da economia no Território Rural do Pampa;

o) O Território possui 09 Universidades Federais, 05 Universidades Estaduais, 04 Institutos Federais, 06 Universidades da Região da Campanha, 04 colégios técnicos agrícolas.

Pensando no fortalecimento dos Territórios Rurais e de Cidadania no ano de 2013 o Governo Federal, através de chamadas por editais públicos cria os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial/NEDETs. Os editais eram convênios com Instituições de Ensino Superior, tendo como objetivo auxiliarem os Colegiados Territoriais a se estruturarem e para aqueles Territórios consolidados e Colegiados organizados auxiliarem na construção de projetos e demandas para políticas públicas. Nesse sentido, os NEDETs tinham como função ajudar os Territórios na construção e planejamento do desenvolvimento local e territorial, partindo de conhecimento e identificação de realidade de cada região, prevendo a curto, meio e longo prazo ações e estratégias para o desenvolvimento rural sustentável.

O NEDET PAMPA

Os NEDETs são constituídos no âmbito de uma parceria entre a extinta Secretaria de Desenvolvimento Territorial/SDT (pertencente ao também extinto MDA) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq através da Chamada CNPq/MDA 2013, que abre edital para que projetos sejam apresentados por professores vinculados as Instituições de Ensino Superior. A chamada viabilizava a contratação de assessores territoriais nas áreas: social, produtiva e gênero (a assessoria de gênero dependia do Território, nem todos contavam com esses assessores), além de recursos para mobilização, estruturação e gestão dos Colegiados Territoriais. O projeto previa o prazo para atuação de dois anos dos assessores juntamente aos colegiados, podendo ser prorrogado o período. Entretanto, com a extinção do Ministério não houve renovação dos NEDETs, encerrando assim a atuação e auxílio dos assessores aos Territórios.

O NEDET PAMPA foi coordenado pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul/UERGS, campus Santana do Livramento, desempenhando sua atuação no Território Rural do Pampa, contando com as assessorias de gestão social e de inclusão produtiva, iniciando o trabalho no ano de 2015 e encerrando no ano de 2016. Cabe salientar, que na época o Colegiado Territorial encontrava-se desarticulado e com pouca participação, assim o trabalho dos assessores ficou focado na informação e divulgação sobre a política territorial, bem como na mobilização dos diversos atores do Território.

Nesse sentido, os assessores focaram o trabalho na formação do Colegiado territorial com todas as representações da agricultura familiar (principalmente a participação povos tradicionais e das mulheres), representação das Instituições de Ensino, Gestores Públicos, Associações, Instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural e demais Entidades. Assim, a metodologia escolhida para o primeiro ano foi realizar visitas aos dezesseis municípios com seminários informativos sobre a necessidade da política territorial e do processo endógeno de desenvolvimento, bem como a participação e autogestão do Colegiado. Ao término de 2015, as assessoras conseguiram formar o Colegiado Territorial e aumentar a participação de todos os segmentos nas discussões do Colegiado.

Com o retorno da participação e do Colegiado restituído, o segundo ano de trabalho foi focado no auxílio do planejamento das ações e estratégias para o território. Durante os dois anos de trabalho a equipe enfrentou grandes desafios para a mobilização, informação e construção da participação dos segmentos, conseguindo alcançar a maioria dos objetivos a que se propuseram. Porém, uma das maiores limitações e que deve ser citada, foi o impacto ocorrido no ano de 2016 com a extinção do Ministério de Desenvolvimento, pois todo o apoio e as políticas públicas voltadas aos Territórios foram canceladas, ficando assim diversos segmentos da agricultura familiar sem nenhum apoio ou projetos sem continuidade

Alguns resultados que o NEDET Pampa obteve é de suma importância ressaltar, são eles:

1. Participação do NEDET e do Colegiado no Corede da Campanha. Devemos salientar que os COREDES em sua formação são bastante conflitivos, pois existem diversas relações de poderes das entidades que participam.

2. Realizados encontros entre o Colegiado do Pampa, Ministério de Desenvolvimento Agrário e o Ministério de Ganaderia, Agricultura y Pesca/Uruguai buscando espaços de

diálogos para a construção de uma política territorial binacional entre os municípios com fronteira com o Uruguai. Justificamos essa construção, pois ambos os países possuem uma história conjunta e uma identidade partilhada, a cultura pampeana, que os une.

3. Participação no Consórcio de Desenvolvimento do Pampa Gaúcho, integrado pelos gestores públicos dos municípios que integram o Território Pampa, coordenado pelo município de Bagé;

4. Criação de câmaras temáticas: Pesca artesanal continental e aquicultura, Mulheres e Leite. As câmaras foram criadas pelas demandas dos segmentos e pela relevância desses temas para o desenvolvimento do Território, bem como o número expressivo de famílias envolvidas.

5. No início do trabalho foi percebido o desconhecimento por parte da maioria dos segmentos sobre a política territorial e a possibilidade de um espaço de diálogo e construções de estratégias para o desenvolvimento rural da região.

6. Foi possível verificar no trabalho desenvolvido pela equipe do NEDETPampa, que a gestão pública apresenta o grau de desinformação elevado no que diz respeito à legislação, políticas públicas. Essa desinformação se vinculava diretamente ao processo de participação da representação dos gestores públicos no Colegiado, sendo um fato determinante e limitante para o trabalho de implementação da política territorial na busca do desenvolvimento territorial.

Nesse sentido, ao fim do dois anos de trabalho podemos aferir que a política territorial e um efetivo Colegiado territorial podem sim fortalecer as ações e estratégias a curto e longo prazo para o desenvolvimento rural sustentável. Compreendemos que o Colegiado é um espaço de construção de demandas e de alternativas para potencializar os recursos locais visando à promoção do desenvolvimento rural sustentável e para isso é necessário a ampla e efetiva participação das diversas representações e dos segmentos que compõe o território.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A política territorial se apresenta com uma proposta que considera a realidade e particularidades de cada região, fomentando os diversos segmentos e instituições a

dialogarem e construir um plano de desenvolvimento rural, tendo como foco a agricultura familiar. Dentro da metodologia trabalhada o NEDET Pampa conseguiu trazer os atores sociais para debater e dialogar sobre as demandas e possíveis soluções advindas das necessidades do segmento da agricultura familiar do Pampa.

Nesse sentido, cabe ressaltar que é através do empoderamento das pessoas nos processos institucionais e nas políticas públicas é que pode ser pensando um desenvolvimento rural. Em outras palavras, são esses atores e a sua organização que poderão demandar aos governos (municipais, estaduais e federal) ou as instituições responsáveis pelas políticas públicas e projetos, as suas necessidades e a realidade da agricultura familiar e do rural no Território, somente assim, se terá a eficácia da utilização das políticas públicas e dos projetos para o desenvolvimento rural sustentável. Entretanto, com a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário, que era o grande fomentador da política territorial, deixamos a reflexão para o debate do que acontecerá com as políticas públicas e os projetos que atendiam a perspectiva territorial e o desenvolvimento.. No caso do Território Pampa um pouco dessa continuação foi repassado para as discussões dentro do Consórcio de Desenvolvimento Gaúcho do Pampa, onde o Colegiado Territorial participa, porém cabe ressaltar que o Consórcio possui outros debates e prioridades, alguns antagônicos com as necessidades do rural e da agricultura familiar

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v. 2, n.º IV, p. 379-397, abr./jun. 2000.

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: Antonio César Ortega; Niemeyer Almeida Filho. (Org.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007, p. 19-38.

BERTÊ, A.M.A., LEMOS, B.O., TESTA, G., ZANELLA, M.A.R., OLIVEIRA, S.B. Perfil Socioeconômico - COREDE Campanha. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 26, p. 75-111, fev. 2016

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Contagem Populacional. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 04 de jun. 2016.

BRASIL. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil n.º 1**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, mar. 2005.

BRASIL. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais. Documento de Apoio n.º 2**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, maio 2005.

BRAUN, Jayme Caetano. Pátrias – fogões – lendas – Vocabulário Pampeano. Porto Alegre: Edigal, 1998.

COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO DO PAMPA - **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável pré-Território Rural do Pampa (PTDRS) -- 2012**

FROEHLICH, J. M. **Rural e natureza: a construção social do rural contemporâneo na região central do Rio Grande do Sul**. 2002. 220 f. Tese (Doutorado em desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2002.

FROEHLICH, J. M.; DULLIUS, P. R.; VENDRUSCOLO, R. Território Quarta Colônia/RS: Patrimônio Cultural e Gastronomia em foco. 2008. In: **Transformações Territoriais: experiências e desafios**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010. p. 170-191.

MARTINS, Joca. Poema/canção “Pampa” Disponível em <https://www.lettras.mus.br/joca-martins/1483856/> Acesso em 10 de junho de 2018

SABOURIN, E. Desenvolvimento territorial e abordagem territorial – conceitos, estratégias e atores. In: Sabourin, E., Teixeira, O. A. (Eds.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais – conceitos, controvérsias, experiências**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, p.21-37. 2002. 402 p.

SANTINO. Delimitações da Região do Pampa. **Revista Ecossistemas**, [S.I.], 2004.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 308 p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6ªed., Rio de Janeiro: Record, 2004.

SAQUET, M. A. **Os tempos os territórios da colonização italiana: 0** desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre: Edições EST, 2003.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, nº 11, p. 88-125, jan/jun 2004.

Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Regional da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul 2015/2030 – Disponível em:

<http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/11104708-plano-fronteira-oeste.pdf>

Acesso 10 de junho de 2018

VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001

A constituição da categoria agricultura familiar na Argentina: diálogos com o Brasil no âmbito da Coordenadora das Organizações de Produtores Familiares do Mercosul (Coprofam)

Régis da Cunha Belem¹

Resumo:

Agricultura familiar, termo que tem tido sua utilização ampliada nos países do Mercosul e da América Latina, tem no Brasil importante impulsionador dessa difusão, com usos no campo das políticas públicas, bem como entre pesquisadores e movimentos sociais rurais. Na Argentina, a institucionalização dessa categoria na esfera do estado é atribuída ao protagonismo brasileiro na criação, no ano de 2004, da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar – REAF –, instância oficial do Mercosul. Mas, desde a primeira metade dos anos 1990, uma forte relação entre organizações representativas de agricultores dos países já estava em andamento e a fundação da Coordenadora das Organizações de Produtores Familiares do Mercosul – Coprofam – é expressão daquelas iniciativas em curso. O diálogo entre as organizações e movimentos sociais rurais dos quatro países subsidiou a atuação interna, no âmbito dos estados nacionais, dessas organizações e movimentos. A constituição, na Argentina, da Mesa Nacional de Organizações de Produtores Familiares, em 1995, ocorre no âmbito deste diálogo. Com base na análise de documentos produzidos por essas instâncias de articulação, este trabalho procura apresentar alguns elementos deste processo de diálogo estabelecido, evidenciando o esforço conduzido que encontra no termo agricultura familiar a expressão de projetos compartilhados.

Palavras-chaves: agricultura familiar; sindicalismo rural; políticas públicas

¹ Mestre; doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Docente do bacharelado em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Email: regis.belem@unila.edu.br.

Introdução

Embora a incorporação do termo agricultura familiar no debate público argentino seja identificada por diversos autores² como expressão da atuação do Brasil no âmbito do Mercosul, especialmente pelo protagonismo de seu governo na criação da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar – REAF, no ano de 2004, essa incorporação é resultado de um processo mais longo e complexo. O desenvolvimento do acúmulo realizado no Brasil, e que resultou na conformação dessa noção, ocorreu em diálogo com atores sociais na Argentina (bem como no Uruguai e Paraguai) – ao menos com alguns setores localizados nas organizações e movimentos sociais rurais, na academia e mesmo em setores da estrutura governamental. Esse diálogo serviu para definir campos de possibilidades, unificar compreensões, estabelecer eixos e bandeiras para atuação junto às estruturas governamentais nacionais e regional (Mercosul). As organizações e movimentos rurais, principalmente, mantiveram forte articulação ao longo dos anos 1990.

A atuação do governo brasileiro por meio do Mercosul (e da REAF) foi fundamental por proporcionar a “roupagem oficial” a um processo já em curso, fortalecendo posições presentes entre os movimentos e pensadores do rural.

A inserção das questões relativas à agricultura familiar no âmbito multilateral regional permitiu o fortalecimento de posições minoritárias no âmbito interno, nacional. Assim, este movimento de inserção foi fundamental para o reconhecimento estatal da categoria agricultura familiar. No caso da Argentina, a criação da REAF desencadeou um rápido processo de internalização daquelas diretivas, contando com o apoio e o protagonismo de setores governamentais. O tema passa então a compor a “agenda oficial” – logo, considerada legítima –, se não do conjunto da estrutura governamental setorial, pelo menos de parcelas dessa estrutura que ou já estavam convencidas do acerto desse caminho ou rapidamente aderem a esta perspectiva.

Neste trabalho, propomo-nos a evidenciar alguns elementos, características, eventos, presentes no início do desenvolvimento desse processo, na década anterior à criação da REAF (1994-2004), e que resultou na constituição da categoria agricultura familiar na Argentina. Para tanto, partimos de resultados parciais da pesquisa de tese de doutorado em andamento junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

² Ver, por exemplo: Craviotti (2013); Gisclard, Allaire e Cittadini (2015).

O início do debate sobre Agricultura Familiar na Argentina

Desde o início dos anos 1990, diferentes iniciativas integracionistas ocorreram entre as organizações rurais e sindicais da região, envolvendo também organizações não governamentais. Este é o caso dos eventos de 1991 – Encontro Fronteiriço de Organizações Rurais (Santo Cristo, março)³ e o Ato Público *Hacer nuestra la integración* (Porto Xavier, outubro)⁴ –, da participação das organizações nacionais na Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul⁵, da criação da Rede Interamericana Agricultura e Democracia – RIAD (maio de 1992)⁶ e da Coordenadora das Organizações Representativas dos Produtores Familiares no âmbito do Mercosul – Coprofam (agosto de 1994)⁷. Ao mesmo tempo em que estas diferentes iniciativas possibilitaram o estabelecimento de relações entre pessoas, grupos e organizações de diferentes países, elas também forneceram o suporte (subjeto) para o desencadeamento de processos nacionais. Processos estes, que, se tinham como referência toda uma história de organização, vitórias e derrotas do recente período ditatorial, também passaram a ter uma forte relação com o exterior, com uma nova dinâmica dada pelas relações estabelecidas com outros atores dos países vizinhos, onde tanto eram influenciadas quanto influenciavam os demais processos nacionais.

No caso da Argentina, as articulações realizadas a partir da RIAD cumpriram um importante papel. A análise de alguns números do *ARGENTINA al DÍA*, separata do *RIAD al DÍA*, boletim da Rede Interamericana Agricultura e Democracia, oferece-nos uma visão sobre esse processo.

³ Realizado em Santo Cristo (RS), nos dias 22, 23 e 24 de março de 1991, o Encontro Fronteiriço de Organizações Rurais foi organizado por oito entidades rurais da Argentina, Brasil e Paraguai, reuniu 60 pessoas que representavam 41 entidades da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

⁴ Marcado para o dia 12 de outubro de 1991, primeiro dia do ano 500º da chegada de Cristóvão Colombo ao continente americana, o Ato Público reuniu quatro mil pessoas às margens do Rio Uruguai, divisa com a Argentina, na cidade de Porto Xavier (RS). Seu objetivo era compor uma jornada de lutas contra o modelo de integração proposto pelos governos; um dia de protesto conjunto contra a construção das barragens binacionais; e marcar o início da campanha continental dos 500 anos do descobrimento.

⁵ No âmbito de Mercosul, há um primeiro movimento em que as organizações de agricultores – aquelas de caráter sindical (Contag e DNTR/CUT) – investem seus esforços integracionistas nas articulações realizadas entre as centrais sindicais dos países componentes do Mercosul. Mas, logo em seguida, acabam redirecionando seus esforços para o fortalecimento de espaços de articulação entre movimentos e organizações que atuavam no campo, envolvendo não apenas aquelas de caráter sindical.

⁶ A RIAD envolveu um conjunto de organizações e movimentos sociais de agricultores, camponeses e indígenas, bem como entidades de apoio e assessoria (ONGs) de todo o continente americano, durante cerca de onze anos de atuação. A RIAD foi fundada em maio de 1992.

⁷ Constituída em encontro realizado em Porto Alegre, entre os dias 24 e 26 de agosto de 1994, a Coprofam foi o resultado de um conjunto de encontros de dirigentes de organizações de agricultores do Mercosul, promovidos no âmbito da RIAD, embora sem contar com a participação de ONGs.

Em março de 1994, no *ARGENTINA al DÍA* nº. 4, é reproduzida a *Declaración de Montevideo*, emitida pelo *I Encuentro de Dirigentes de Organizaciones de Pequeños y Medianos Productores del Mercosur* (outubro de 1993), ao mesmo tempo em que apresenta a convocação para o *2º Encuentro de Dirigentes de Organizaciones de Pequeños y Medianos Productores del Mercosur*⁸, previsto para ser realizado em Córdoba, Argentina, entre os dias 2 e 4 de maio de 1994, em torno de seis meses após a realização do primeiro encontro. A matéria principal do boletim faz referência à crise estrutural que atinge os “productores agropecuarios argentinos” e ao lançamento, no ano de 1993, do “Programa Social Agropecuario” (PSA) e do “Programa Federal de Reversión Productiva para la Pequeña y Mediana Empresa Agropecuaria” (Cambio Rural). Tanto o PSA quanto o Cambio Rural são programas governamentais que cumpriram importante papel enquanto iniciativa governamental que visava minimizar os efeitos dos ajustes de corte neoliberal promovidos pelos governos e que caracterizaram a década de 1990 na Argentina. (RIAD, 1994a)

O número seguinte do boletim *ARGENTINA al DÍA*, referente aos meses de abril e maio de 1994 (nº. 5), reproduz a *Declaración de Córdoba*, resultado do *Segundo Encuentro de Dirigentes de Organizaciones de Pequeños y Medianos Productores del Conosur*⁹. É possível observar neste documento redigido no primeiro semestre de 1994 a presença do termo agricultura familiar e políticas diferenciadas (para a agricultura familiar). Além de duas referências constantes no texto, temos em sua conclusão:

Declaración de Córdoba

(...) Ante esta situación los representantes de los productores familiares y trabajadores del campo reivindicamos:

1. Implementación de políticas agrarias que democratizen el acceso a la tierra.
2. Implementación de **políticas diferenciadas** que permitan el acceso al crédito, a la tecnología y asistencia técnica, entre otras, en condiciones adecuadas a las características de la **agricultura familiar**.
3. Participación en la elaboración y ejecución de las políticas que contemplen las propuestas de nuestras organizaciones.
4. Participación en las instancias de discusión y decisión del Mercosur y de otros espacios subregionales.
5. Advertimos la necesidad de contemplar las reivindicaciones presentes en esta declaración, caso contrario, la violencia del actual modelo político neoliberal imperante en nuestros países y que castiga no sólo a la **agricultura familiar**, sino también a otros sectores productivos de la economía, profundizarán los graves conflictos ya existentes.

Córdoba, mayo 3 de 1994.
(RIAD, 1994b, grifos nossos)

⁸ Mantivemos a grafia original presente no boletim.

⁹ Idem.

Então, após seis meses da realização do primeiro encontro de dirigentes de organizações, a denominação de “pequeños y medianos productores” é substituída por “productores familiares” e “agricultura familiar”. As demandas resenhadas, em seu conjunto, continuam a refletir o sentido expresso na anterior Declaração de Montevidéu.

Os termos presentes na Declaração de Córdoba, em maio de 1994, não nos devem causar estranhamento quando associados ao que ocorre, neste mesmo período, no Brasil. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag – participou ativamente dessa instância (juntamente com a Central Única dos Trabalhadores – CUT) bem como desse Segundo Encontro, e, nessa época, a confederação compunha a comissão MAARA¹⁰/Contag, que elaborou o documento *Propostas e recomendações de política agrícola diferenciada para o pequeno produtor rural* (Brasil, 1994). Logo, temos que considerar que, tanto na Argentina quanto no Brasil, o campo de debates ocorria em uma *frente* interna (nacional) e em uma *frente* externa (âmbito do Mercosul); entre organizações e movimentos rurais (caso do Segundo Encontro), e no âmbito de governos (caso da comissão MAARA/Contag).

A edição nº. 6 do boletim *ARGENTINA al DÍA*, agosto e setembro de 1994, dedica a matéria de centro ao aprofundamento da análise do outro programa governamental anteriormente citado, o Programa Social Agropecuário. Torna-se interessante registrar o sentido dado pelo editor à direção da análise do programa – o título da matéria é *Programa Social Agropecuario ¿Base para una Política Diferenciada?*. Assim, na Argentina, no ano anterior à edição do Pronaf no Brasil, um periódico que podemos considerar que tivesse ao menos circulação entre importantes dirigentes de organizações e movimentos sociais rurais, debruçava-se sobre a análise de um recente programa governamental de abrangência nacional questionando se ele indicava a direção de constituir-se em uma política pública diferenciada (sem utilização do termo agricultura familiar nesta matéria).

O *ARGENTINA al DÍA* nº. 8, referente aos meses de fevereiro e março de 1995, registra a fundação da Coprofam (sem referência à sigla).

Coordinación de las Organizaciones de Agricultores Familiares

Los representantes de Organizaciones Representativas de los Agricultores Familiares, reunidos en Porto Alegre, Brasil, entre los días 24 y 26 de agosto de 1994, en el marco del “3er Encuentro de Organizaciones Familiares del MERCOSUR”, consideraron de gran importancia la articulación de las organizaciones sociales de pequeños agricultores de los cuatro países para fortalecer reivindicaciones conjuntas, intercambiar experiencias, realizar movilizaciones coordinadas, sumándolas a las acciones de negociación y, de esa

¹⁰ Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária.

forma y otras que se irán encontrando, ir construyendo una integración profunda, la integración de los pueblos, hasta ahora marginados en la “Unión Aduanera” (incompleta) concretada a partir del 1º enero de 1995.

En ese Encuentro se creó una “Coordinación Ejecutiva”, cuya Coordinación Operativa se encuentra actualmente a cargo de la “Comisión Nacional de Fomento Rural” del Uruguay, quien está promoviendo el Seminario Taller Internacional “La Agricultura Familiar en los Procesos de Integración Regional”, en el que participarán dirigentes y técnicos de las organizaciones representativas de los cuatro países del MERCOSUR, representantes oficiales del Subgrupo de Trabajo 8 (“Política Agrícola”) y expertos en procesos de integración de la Unión Económica Europea y el NAFTA. Se trata así de mejorar la capacidad de propuesta de las organizaciones en las instancias de participación en las que se diseñan y enmarcan las políticas públicas hacia la agricultura familiar de la Región. (RIAD, 1995).

Note-se, então, que ainda antes da edição do Pronaf – que ocorrerá no mês de agosto de 1995¹¹ – os termos agricultores familiares e agricultura familiar já são empregados, havendo inclusive a organização de um seminário sobre “A Agricultura Familiar nos Processos de Integração Regional”. Todavia, se este documento faz referência à “Coordenação das Organizações de Agricultores Familiares”, não será assim que ela será nomeada. Nos debates e documentos produzidos, os termos agricultura familiar e agricultores familiares serão de uso cada vez mais corrente, mas a organização regional passará a ser denominada como “Coordenadora das Organizações Representativas dos **Produtores Familiares** do Mercosul”.

Por fim, no *ARGENTINA al DÍA* surge o registro da principal iniciativa nacional de articulação entre organizações e movimentos sociais rurais ocorrida na década de 1990. O boletim nº. 11, de fevereiro e março de 1996, divulga a realização de encontro da Mesa Nacional Provisória de Organizações Representativas de Pequenos e Médios Produtores, previsto para ocorrer junto com a Assembleia das Organizações Representativas dos Produtores Familiares do Mercosul. A Mesa Nacional foi programada para os dias 7 e 8 de maio de 1996, e a Assembleia, para os dias 8, 9 e 10 de maio de 1996, ambas na cidade de Rosário, Argentina. A coincidência das datas demonstra a forte relação entre as duas iniciativas: o processo regional representado pela atuação da RIAD e a criação da Coprofam incidindo sobre o processo nacional argentino e a criação do que será a *Mesa Nacional de Organizaciones de Productores Familiares*¹².

Na realidade, este encontro da Mesa Nacional Provisória de Organizações Representativas de Pequenos e Médios Produtores correspondeu a um **Segundo Encontro**

¹¹ A Resolução do Banco Central do Brasil nº2.191, de 24 de agosto de 1995, estabelece o início da operacionalização do Pronaf.

¹² Neste momento, com a Mesa utilizando a designação “pequenos e médios produtores” enquanto a Assembleia utilizava a designação “produtores familiares”. Embora o termo “agricultura familiar” tivesse circulação expressiva nesse meio, conforme anteriormente referenciado.

Nacional de Organizações Representativas de Pequenos e Médios Produtores. No ano anterior, em 1995, nos dias 9 e 10 de novembro, na mesma cidade, Rosário, havia ocorrido o *Primer Encuentro Nacional de Organizaciones de Pequeños y Medianos Productores*. (PRIMER..., 1995).

Para esse período, anos de 1995 e 1996, é interessante observar a utilização de diferentes designações perpassando os documentos, e mesmo a denominação dos eventos: *Primer Encuentro Nacional de Organizaciones de Pequeños y Medianos Productores*, novembro de 1995; Mesa Nacional Provisoria de Organizaciones de **Pequeños y Medianos Productores**, Boletim ARGENTINA al DÍA de março de 1996; relatório do Segundo Encuentro Nacional de Organizaciones de los **Productores Familiares**, ocorrido em maio de 1996, cujo título ali registrado é Segundo Encuentro Nacional de Organizaciones de los **Agricultores Familiares**. As designações de pequenos e médios produtores, produtores familiares e agricultores familiares coexistem, chegando a ocorrer a situação acima descrita de o mesmo evento possuir duas denominações em um mesmo documento: como produtores familiares e como agricultores familiares. (PRIMER..., 1995; RIAD, 1996; SEGUNDO..., 1996).

A necessidade do aprofundamento do debate sobre este tema esteve presente desde o Primeiro Encontro, realizado em novembro de 1995. Consta da síntese elaborada:

Cabe destacar que en varios grupos [de discussão] se consideraron las diferencias existentes entre los distintos tipos de productores que trabajan la tierra con su familia, sin asalariados permanentes, **llamados pequeños-medianos productores o productores familiares en esta síntesis. Fue difícil definir el “pequeño productor”**, lo que se vio, por ejemplo, al analizarse el monto mínimo propuesto por algunos para efectuar aportes previsionales e impositivos; los 6.000\$ de ingresos tomados como base fueron vistos como bajos por otros participantes, en tanto algunos afirmaban que eso dependía de los costos de las distintas producciones. Finalmente se observó que **es incorrecto definir** a un tipo de productor determinado **teniendo en cuenta solamente un elemento** como ser: los ingresos, la superficie, el lugar de vivienda, etc.; **Son varios los elementos a tener en cuenta para definir que es un pequeño productor**. (PRIMER..., 1995, grifos nossos).

Este Primeiro Encontro também demandou políticas públicas específicas, articuladas em uma Política Nacional Agropecuária. A proposta de uma Política Nacional Agropecuária para pequenos e médios produtores parece dialogar com os dois programas recentemente lançados –PSA e Cambio Rural –, evidenciando tanto limites percebidos na concepção dos programas quanto a ideia da necessidade de uma política (nacional) diferenciada para os agricultores familiares. O tema será retomado em outros documentos abordados no seguimento.

O Segundo Encontro, realizado em maio de 1996, reforça o conjunto do diagnóstico e propostas do Primeiro Encontro, retomando o tema das denominações. O assunto será tratado enquanto “objetivos e metas” da Mesa Nacional:

Este tema [objetivos e metas] estuvo precedido por una serie de consideraciones de distinto tipo que señalaban, por ejemplo: la necesidad de definir con precisión a quienes se considera pequeños agricultores y a quienes medianos agricultores; a quiénes denominamos productores familiares; qué se entiende por empresa familiar, etc. Ponernos de acuerdo en estos aspectos es prioritario para luego poder definir que tipo de organizaciones integran la MESA NACIONAL. (SEGUNDO..., 1996).

Este conjunto de questões continuarão sendo desenvolvidas e aprofundadas pela Mesa Nacional ao longo da segunda metade da década de 1990 e início dos anos 2000, em estreita relação com as discussões travadas no âmbito das organizações rurais do Mercosul reunidas na Coprofam.

A Mesa Nacional de Organizações de Produtores Familiares

A importância que reveste a criação da Mesa Nacional é dada pelo fato de ser a primeira iniciativa nacional de envergadura visando à articulação entre organizações e movimentos sociais rurais ocorrida ao longo da década de 1990. O período pós-1983, pós-ditadura militar, havia sido dedicado à reconstrução das organizações rurais, dizimadas pelo aparato repressivo. A questão da unificação – ou a construção de unidade – entre as organizações e movimentos sociais rurais argentinos é uma questão que perpassará todo este período, desde o início da década de 1990 até os dias atuais. A questão fica expressa em sua afirmação de que: “La diversidad de situaciones existentes entre los productores familiares se expresa también en un complejo y numeroso conjunto de organizaciones y en múltiples formas de expresar las demandas” (MESA..., 1997a). O tema já compunha o diagnóstico da situação levantado por ocasião do Primer Encuentro Nacional de Organizaciones... (1995). Consta da síntese do encontro: “Falta de organización o división de los pequeños productores; no están organizados o **no adhieren a una sola entidad nacional**, lo lleva a una gran dispersión de esfuerzos” (PRIMER..., 1995, grifos nossos).

No caso do Brasil, podemos considerar que esta questão foi, talvez, minimizada, dada a intervenção estatal por meio da legislação sindical estabelecida no primeiro governo de Getúlio Vargas, ainda nos anos 1930, com inspiração na legislação da Itália fascista. E, as alternativas organizativas que se desenvolveram no Brasil durante os anos 1980 e 1990, em oposição a estrutura oficial representada pela Contag – tal como o MST, DNTR/CUT (Fetraf,

posteriormente), ou, ainda, o MPA¹³ –, fizeram-se enfrentando desde seu início o desafio de nacionalizar-se. E, mesmo com implantações diferenciadas nos estados, acabaram por adquirir uma feição nacional. Este não é o caso do processo argentino. Na Argentina, o exercício de uma maior autonomia de organização ante o estado – pelo menos em termos formais – não encontra paralelo na experiência brasileira de uma unificação da organização (sindical) “de cima para baixo”, unicidade essa determinada por um estado autoritário. Então, os caminhos para a busca de uma unidade de ação acabam sendo muito mais complexos frente à experiência brasileira, pois exigem um esforço constante para renovar cotidianamente os acordos e os consensos básicos firmados entre organizações e movimentos rurais – não apenas de corte sindical –, geralmente com expressão local ou provincial.

Assim, a Mesa Nacional apresenta sua visão sobre este desafio:

A partir de la convicción de que las experiencias, visiones y culturas distintas constituyen la principal riqueza de los productores familiares en Argentina, superando las distancias, los desconocimientos y desconfianzas se fue avanzando en una organización que hasta 1995 sólo alcanzaba el nivel local, zonal o provincial y mostraba múltiples organizaciones con muy diversas características entre sí. (MESA..., 2001a, p.2)

De a poco a poco fuimos conociendo y organizando, y a partir de 1995 algunos comenzamos a coordinar mejor nuestros esfuerzos. Formamos una “Mesa Nacional de Organizaciones de Productores Familiares” democrática, respetuosa de todas las ideas e independiente de los partidos políticos, los gobiernos, las iglesias y las ONG, que nos permitió empezar a tener voz a nivel nacional. Viejas y nuevas organizaciones provinciales, cooperativas, asociaciones locales de distinto tipo, comenzamos a caminar juntas para expresar a quienes hasta ese momento no tenían voz a nivel nacional. (MESA..., 2000)

Foi intenso o processo de debate proporcionado pela Mesa Nacional durante os dois primeiros anos de sua existência (1995-1997), permitindo a convergência de posições entre as diferentes organizações e movimentos. Neste período, foram realizados quatro encontros nacionais, e o quinto foi realizado depois de três anos, no segundo semestre do ano de 2000.

Deste período inicial de atividade da Mesa Nacional, os resultados dos debates e discussões foram expressos em dois documentos: o primeiro, um documento de trabalho, de caráter interno às organizações, denominado *Los productores familiares en Argentina* (1996); o segundo, visando à divulgação do acúmulo realizado pela organização e ao seu posicionamento sobre a situação de seu público, intitulado *Lineamientos Estratégicos e Instrumentos Específicos de Apoyo a la Producción Familiar en el Agro de Argentina* (novembro de 1997).

¹³ MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; DNTR/CUT: Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT; Fetraf: Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar; MPA: Movimento dos Pequenos Agricultores.

O documento “Lineamientos Estratégicos...” (novembro de 1997) responde aos anseios expressos no Segundo Encontro (maio de 1996) e avança no sentido de precisar a posição da Mesa Nacional em relação à definição de “produtor familiar”.

Las explotaciones familiares constituyen el principal medio de supervivencia de una familia rural, mediante la aplicación del trabajo del productor y su familia a una parcela de tierra. No obstante, todos los productores familiares del país no son iguales, lo que debe ser tenido en cuenta en la definición y ejecución de las políticas públicas.

Por eso, algunos de los elementos indicadores a tener en cuenta a la hora de caracterizar a los productores familiares destinatarios son:

- a. **Cuantificación de la relación mano de obra familiar/mano de obra asalariada.** El trabajo familiar no debería ser inferior al 50% de la totalidad requerida en la exploración durante el año y no deberían existir asalariados permanentes.
- b. **Residencia en el predio, centro rural o urbano cercano,** ya que es la condición imprescindible para atender directamente la explotación.
- c. **Nivel de ingresos anual de la familia.** Se debería tomar en cuenta un nivel máximo para poder ser beneficiario de políticas de corte económico productivos, y un mínimo, por debajo del cual, se debería acceder también a políticas sociales a fin de atenuar las distintas situaciones de pobreza existentes.
- d. **Origen de los ingresos obtenidos.** Se debería considerar una proporción de ingresos provenientes de la actividad agropecuaria, que no debería ser inferior al 50% del total de los ingresos del grupo familiar durante el año.
- e. **Cantidad y calidad de los recursos disponibles: tierra y capital.** Se propone tomar como referencia una dotación crítica de factores, con un mínimo y un máximo: este último podría estar dado por aquellos valores que podrían permitir “vivir de la renta” producida, sin trabajar directamente.

Se entiende que ninguno de los indicadores aisladamente resume las características definitivas de los destinatarios, por lo que se proponen a título indicativo y sujeto a variaciones y ajustes, según la naturaleza de los programas o proyectos particulares. (MESA..., 1997b, grifos no original).

Os cinco elementos listados mantêm forte relação de semelhança com aqueles em discussão no Brasil, quando do debate sobre os critérios de enquadramento da agricultura familiar às políticas públicas diferenciadas – caso do Pronaf.

O período entre os anos de 1995 e 2001¹⁴ foi utilizado pelos dirigentes das organizações para desenvolvimento de dois grandes campos de atuação. Primeiramente, para conformar um conjunto de posições comuns sobre o diagnóstico da situação, o aprofundamento do conhecimento mútuo entre as organizações e movimentos sociais rurais, o balanço crítico das políticas públicas existentes, a construção de um entendimento comum sobre a

¹⁴ Época em que se concentra a documentação consultada sobre a Mesa Nacional de Organizações de Produtores Familiares, abrangendo quase sete anos de existência da Mesa.

caracterização dos “produtores familiares” e para a elaboração de propostas e reivindicações. Em segundo lugar, apresentando-se perante a sociedade argentina por meio da divulgação da existência e do acúmulo realizado pela Mesa e, também, por meio de mobilizações localizadas na capital federal (Cidade Autônoma de Buenos Aires) e nas capitais das províncias com maior inserção das organizações participantes da Mesa Nacional.

A leitura do documento *Mesa Nacional de Organizaciones de Productores Familiares – Síntesis de sus objetivos, propuestas y principales actividades: 1995-2001*, publicado em agosto de 2001, permite-nos a identificação dos dois grandes momentos desse período.

O primeiro, dedicado ao debate interno e à constituição da Mesa Nacional, englobando os quatro primeiros Encontros Nacionais de Organizações de Produtores Familiares, tem o seu ápice na publicação do documento *Lineamientos Estratégicos e Instrumentos Específicos de Apoyo a la Producción Familiar en el Agro de Argentina*, quando da realização do 4º Encuentro Nacional de Organizaciones de Productores Familiares (novembro de 1997). O segundo momento é inaugurado com a própria realização do 4º Encontro, dedicado às manifestações públicas e contatos com o Congresso Nacional (deputados e senadores, comissões) e com a Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Alimentação, órgão setorial vinculado ao Ministério da Economia, além de com o estreitamento de relações com organizações e regiões argentinas e de outros países (Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, México). Nos termos do documento *Síntesis de sus objetivos...*:

Se hicieron presentaciones públicas en el Congreso de la Nación y Legislaturas provinciales; se gestionó y propuso ante distintos organismos del Poder Ejecutivo Nacional (Agricultura, Desarrollo Social, Medio Ambiente, etc.); estuvo representada en eventos del MERCOSUR y en reuniones del IICA, FAO, CEPAL, etc.); se apoyó y solicitó también solidaridad de otras organizaciones de campesinos de América y Europa; se presentaron proyectos solicitando financiamiento y asistencia para emprendimientos de diversa índole a nivel provincial y nacional. (MESA..., 2001a, p.2).

Entre os anos de 1997 e 1999 foram realizadas manifestações públicas com o objetivo de dar visibilidade à Mesa Nacional e ao conjunto de suas reivindicações. Em 1997, concomitante à realização do 4º Encontro Nacional, houve o contato com deputados e senadores nacionais, bem como comissões de trabalho e a promoção de um Ato Público na Plaza Congreso.

O *Clarín Rural*, suplemento do jornal *Clarín*, registrou o evento atribuindo o título “Políticas Diferenciadas” à matéria.

Los **pequeños productores** pusieron su mesa en la Capital Federal. Esta semana la Mesa Nacional de Organizaciones de Productores Familiares de la Argentina realizó su Cuarto Encuentro Nacional. Tuvieron tres días movidos.

La citada Mesa, que reúne a más de **30 asociaciones y organizaciones de pequeños productores de todo el país**, fue creada hace dos años y está coordinada por el Movimiento Campesino Santiagueño (MOCASE), el Movimiento Agrario Misionero (MAM) y la Federación Agraria Argentina (FAA). (IGLESIAS, 1997, grifos no original).

No ano de 1998, coincidindo com a data comemorativa do Dia do Agricultor – 8 de setembro –, a Mesa Nacional promoveu a *Jornada Nacional de Lucha por la Tierra, el Hábitat y el Desarrollo*. Uma mobilização foi realizada na Plaza de Mayo, Buenos Aires, e, em outras trinta localidades do país, foram realizadas diversas atividades, tais como assembleias, marchas, exposições, conferências. O evento foi uma promoção da Mesa Nacional e da *Federación de Tierra y Vivienda* da Central de Trabajadores Argentinos – CTA, indicando, para aquele momento, a confluência de atuação entre estas duas organizações. (MESA..., 2001a, p.8).

O documento de síntese da atuação da Mesa Nacional, assim representou este evento:

El 8 de setiembre de 1998. Día del Agricultor, constituyó la primera “Jornada de Lucha” en todo el país; en la Plaza de Mayo de la ciudad de Buenos Aires y en más de 30 lugares de todo el territorio, los productores y sus familias estuvieron presentes para hacer oír sus reclamos. La solidaridad ante las amenazas de expulsión de la tierra y la necesidad de políticas más justas unió a los santiagueños de La Simona, con los misioneros de El Soberbio y Wanda, los jujeños de Tumbaya, los bonaerense de Parque Pereyra Iraola, los crianceros de Neuquén, etc. (MESA..., 2001a, p.2).

Manzanal (2002), evidenciando a importância da participação de representantes da Mesa Nacional nos diferentes fóruns de discussão de políticas públicas e nas manifestações e protestos, destaca eventos ocorridos no ano de 1999.

Por ejemplo en el paro nacional y marcha del 21 de julio de 1999, donde la clave simbólica era llegar a la Capital Federal, a la Plaza de Mayo, para mostrarse y sensibilizar a los referentes nacionales de la difícil realidad del campo argentino y de las economías regionales, siempre ausente de las políticas nacionales. **La presencia de la Mesa en esta manifestación llevó consigo la representatividad de las organizaciones y de los movimientos sociales más alejados y con mayores dificultades para acceder a la Capital Federal.** (MANZANAL, 2002, p. 581, grifos nossos).

A síntese das atividades realizadas pela Mesa Nacional durante estes anos (1995-2001) permite observar a relação estabelecida com os agentes estatais localizados nas estruturas governamentais responsáveis pela política setorial. No legislativo, o contato, reuniões e debates com deputados e senadores do *Congreso de la Nación*; no executivo, reuniões com dirigentes de órgãos e com responsáveis de programas nacionais, que pareciam ter a Mesa Nacional como um interlocutor que representaria as populações com que atuavam. Entre outras atividades relatadas na

síntese, destaco a reunião ocorrida em 10 de maio de 2000, com deputados e seus assessores, para discutir a necessidade de uma lei de “Política diferenciada para los productores familiares”.

Por fim, a proposição de instrumentos para a execução da política diferenciada também expressa o diálogo com o movimento sindical rural brasileiro. Nos documentos da Mesa Nacional publicados nesta época (MESA..., 1997a; MESA..., 1997b), são listados: (a) Política de terras; (b) política de preços; (c) política de Investimento e financiamento; (d) política de geração e transferência de tecnologia; (e) política de educação e capacitação; (f) política de apoio fiscal; (g) política de seguro agrícola e emergência agropecuária; (h) política de fomento à organização dos produtores familiares.

Para evidenciar este diálogo, onde a Coprofam foi o espaço privilegiado de discussão, cabe esclarecer que, nesta época, a Coordenadora promovia ao menos duas reuniões anuais, além de seminários tratando temas específicos. Tendo sido formalizada a sua criação em agosto de 1994, em sua reunião de maio de 1996 – dezoito meses depois –, em Rosário, ao tratar de seu plano de ação, a Coprofam expressava a necessidade de “[a]vanzar con urgencia en la definición de agricultura familiar y su caracterización. Plazo máximo de 6 meses para coordinar una propuesta compartida” (COPROFAM, 1996a). Na reunião seguinte, realizada na mesma cidade de Rosário, em 16 de outubro de 1996, a Coprofam emite a *Declaración de Rosario*, onde consta:

Desde su creación hasta el presente, la Coordinadora ha desarrollado múltiples actividades de elaboración y gestión de propuestas, participación en instancias oficiales, formación de dirigentes y intercambios dentro y fuera de la región, culminando con la preparación del Documento que hoy se presenta **‘Caracterización de la agricultura familiar y propuesta de políticas diferenciadas’**. (COPROFAM, 1996b, grifos nossos).

Saliente-se que para subsidiar esta decisão a Contag apresentou à reunião o documento intitulado “*Políticas diferenciadas para la Producción Familiar en la Integración Regional*”, explicitando que ele era fruto do acúmulo do Grupo de Trabalho sobre Mercosul da CUT e da Contag. (CONTAG, 1996)

Note-se, a Coprofam conforma seu entendimento sobre agricultura familiar, formalizando-o em um documento e divulgando sua existência em uma Declaração, menos de quatro meses após a edição do decreto do Pronaf, que havia sido publicado no dia 28 de junho de 1996. Esses movimentos demonstram a estreita relação de diálogo entre as organizações rurais no âmbito do Mercosul, ocorridas no espaço da Coprofam, e sua incidência sobre as iniciativas políticas dirigidas à sociedade e aos governos nacionais. Este acúmulo da Coprofam irá orientar a formulação pela Mesa Nacional de Organizações de Produtores Familiares da Argentina, no ano

de 1997, de seu documento *Lineamientos Estratégicos e Instrumentos Específicos de Apoyo a la Producción Familiar en el Agro de Argentina*, contendo o conjunto de propostas apresentadas na primeira parte deste item.

Considerações finais

A análise de documentos produzidos ao longo dos anos 1990, seja pela RIAD, pela Coprofam, pela Contag (Brasil) ou pela Mesa Nacional de Organizações de Produtores Familiares (Argentina), em que participaram dirigentes de organizações rurais dos países constituintes do Mercosul, permitiram observar que os termos dos debates empreendidos nesses espaços demonstram uma convergência neste diálogo que definiu campos de possibilidades, unificou compreensões, estabeleceu eixos e bandeiras para atuação junto às estruturas governamentais nacionais e regional (Mercosul). No caso do Brasil, este diálogo é concomitante aos embates nacionais entre, de um lado, Contag e DNTR/CUT, e, de outro lado, as estruturas governamentais setoriais. No caso da Argentina, a constituição e funcionamento da Mesa Nacional forjou uma compreensão comum entre diversas organizações de base regional que buscavam um esforço de incidência sobre a política nacional. Este esforço empreendido pelas organizações rurais do Brasil e Argentina, mas também Uruguai e Paraguai, citando apenas a composição original do Mercosul, encontra no termo agricultura familiar a expressão desses projetos compartilhados.

Sem desmerecer o protagonismo do Brasil como impulsionador da difusão da categoria agricultura familiar entre os países do Mercosul e da América Latina, principalmente após a criação da REAF, no ano de 2004, penso que fica evidente que as organizações e movimentos rurais mantiveram forte articulação ao longo dos anos 1990, onde o termo agricultura familiar teve ampla circulação e foi fonte de preocupação no sentido de precisar sua definição e usos para fins de demandas de políticas públicas diferenciadas junto aos setores governamentais nacionais e no espaço regional do Mercosul.

A contribuição singular aportada pelo Brasil para este conjunto de liderança rurais do Mercosul, durante os anos 1990, talvez encontre sua melhor expressão na oportunidade de exercitar a aplicação de uma política diferenciada para um público específico, consubstanciada no Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Os ensinamentos e experimentações de política pública proporcionados pelo Pronaf, creio, orientaram e fortaleceram os posicionamentos internos, nacionais, deste conjunto de organizações rurais.

Referências bibliográficas e documentos consultados

BRASIL. Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Propostas e recomendações de política agrícola diferenciada para o pequeno produtor rural**. Brasília, MAARA, 1994.

CONTAG. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **Políticas diferenciadas para la Producción Familiar en la Integración Regional**. Rosario, 16 de outubro de 1996. (manuscrito; arquivo eletrônico)

COPROFAM. COORDINADORA DE PRODUCTORES FAMILIARES DEL MERCOSUR. **Conclusiones de los grupos de trabajo del día 10 a la tarde y día 11 a la mañana**. Rosario, 13 de maio de 1996a. (manuscrito; arquivo eletrônico)

COPROFAM. COORDINADORA DE PRODUCTORES FAMILIARES DEL MERCOSUR. **Declaración de Rosario**. Rosario, 16 de outubro de 1996b. (manuscrito; arquivo eletrônico)

CRAVIOTTI, Clara. La situación actual de la agricultura familiar en Argentina: ¿Fortalecimiento institucional y debilitamiento estructural? *XXIX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología*, 2013.

GISCLARD, Marie; ALLAIRE, Gilles e CITTADINI, Roberto. Proceso de institucionalización de la agricultura familiar y nuevo referencial para el desarrollo rural en Argentina. *Mundo Agrario*, v. 16, n. 31, 2015.

IGLESIAS, Jorge. “Políticas Diferenciadas”. *Clarín Rural*, 23 de novembro de 1997. Disponível em: <<http://edant.clarin.com/suplementos/rural/1997/11/23/nota7.htm>>. Acesso em: 13 fev.2018.

MANZANAL, Mabel. Instituciones y gestión del desarrollo rural en Argentina. *Economía, Sociedad y Territorio*, v. 3, n. 12, 2002, p. 557-591.

MESA Nacional de Organizaciones de Productores Familiares. **Declaración**: 4º Encuentro Nacional. Buenos Aires, MAM/Mocase/FAA/Carpa/APF, novembro de 1997a.

MESA Nacional de Organizaciones de Productores Familiares: tierra, trabajo y justicia. **Lineamientos Estratégicos e Instrumentos Específicos de Apoyo a la Producción Familiar en el Agro de Argentina**. S./l., CEPA/RIAD, novembro de 1997b.

MESA Nacional de Organizaciones de Productores Familiares: tierra, trabajo y justicia. **Periódico**, ano 1, n. 1, setembro de 2000.

MESA Nacional de Organizaciones de Productores Familiares: tierra, trabajo y justicia. **Síntesis de sus objetivos, propuestas y principales actividades: 1995-2001**. Buenos Aires, agosto de 2001a.

PRIMER Encuentro Nacional de Organizaciones de Pequeños y Medianos Agricultores. Rosario, novembro de 1995.

RECLAMO por una política agropecuaria. *La Nación*, 9 de setembro de 1998. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/109956-reclamo-por-una-politica-agropecuaria>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

RIAD. *Argentina al Día* (Separata para Argentina del Boletín de la Red Interamericana de Agriculturas y Democracia), n. 4 (fev/mar 1994a); n. 5 (abr/mai 1994b); n. 6 (ago/set 1994c); n. 8 (fev/mar 1995); n. 11 (fev/mar 1996).

SEGUNDO Encuentro Nacional de Organizaciones de los Agricultores Familiares. Rosario, FAA, maio de 1996.



GT 4 – Trabalho rural, mobilidade espacial e expropriação de direitos

A QUESTÃO AGRÁRIA NO SÉCULO XXI: O AGRO QUE EXPOLIA E SUPEREXPLORA OS CAMPONESES E TRABALHADORES RURAIS DE PITANGA/PR.

Adriano Makux de Paula¹, adriano_makux@hotmail.com, Universidade Federal do Paraná;

Jorge Ramón Montenegro Gómez², jorgemon@ufpr.br, Universidade Federal do Paraná;

RESUMO: O presente texto se propõe atualizar os impactos da expansão do capitalismo no campo, especialmente no município de Pitanga/PR, focando como a relação entre capital e trabalho cria espaços de espoliação onde expropria e superexplora os camponeses e trabalhadores. Para tanto, a metodologia utilizada, seguiu os seguintes passos: primeiro foi feita uma pesquisa bibliográfica que acompanhou todo o processo; segundo buscou-se dados estatísticos em agências como IBGE; terceiro foram realizados trabalhos de campo, onde foram entrevistados camponeses e trabalhadores rurais e por fim, houve a sistematização das informações coletadas. Um dos resultados encontrados foi que ao mesmo tempo que o agronegócio cria dificuldades para os camponeses resistirem em seus territórios, os expulsando em muitos casos, ele utiliza da mão de obra ociosa deles para superexplorar, inclusive na condição de escravos contemporâneos.

Palavras-Chave: Agronegócio, Escravidão Contemporânea, Expropriação.

INTRODUÇÃO

Vivemos um momento onde a ordem metabólica do capital ataca com voracidade os diferentes territórios em busca de realizar com o menor custo possível e com o maior lucro a sua reprodução. Para isso, cria espaços extremamente espoliantes, onde a concentração, a violência, a expulsão e a pobreza são as marcas impressas na paisagem desses lugares.

Desta forma, o objetivo deste de texto é analisar como o agronegócio tem expropriado e ao mesmo tempo superexplorado a mão de obra dos camponeses e dos trabalhadores rurais no município de Pitanga, localizado na região Centro-Sul do estado do Paraná. Para tanto, utilizaremos a metodologia qualitativa, na qual seguimos as

1 Discente do programa de Pós-Graduação em Geografia – UFPR

2 Professor Doutor do curso e do programa de Pós Graduação em Geografia - UFPR

seguintes etapas: pesquisa bibliográfica; coleta de dados secundários que ajudaram a identificar o problema de pesquisa, usando as bases do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia - IBGE, do Observatório Digital do Trabalho Escravo e da Organização Internacional do Trabalho – OIT; posteriormente, foi estabelecido contato e conversado com os sujeitos que são exemplos paradigmáticos do problema analisado, os camponeses expropriados e trabalhadores rurais, por meio das técnicas da história oral; Por fim, os dados foram sistematizados, tentando destacar os elementos que mostram a expropriação na fase atual do capitalismo e especificamente em um município de porte pequeno (em relação à população) como Pitanga-PR.

Deste modo, o texto está dividido em dois momentos que se inter-relacionam: primeiro, fazemos uma caracterização do espaço de espoliação criado pelo capital, principalmente, do agronegócio em Pitanga-PR; segundo, fazemos uma análise dos impactos das contradições gerados por esse ambiente expropriante quando camponeses e trabalhadores rurais fazem parte forçosamente do mercado de trabalho.

Um espaço capitalista de espoliação: A contínua expulsão de camponeses em Pitanga/PR

Neste primeiro momento, queremos mostrar de forma breve a intensidade do processo de espoliação sobre os camponeses do município de Pitanga/PR, relacionando-o com outras escalas, como Paraná e Brasil. Nota-se que o sistema capitalista nos dias atuais reinventa suas formas violentas de espoliação para acumular e concentrar capital. Essa reinvenção usa a mesma força imperialista do período colonial, mas agora com maneiras diferenciadas de agir e habitualmente camuflada sobre a ideia de progresso e desenvolvimento. Com esse objetivo, utiliza-se como grande aliado do *marketing*, uma ferramenta capitalista de convencimento e de fetichismo, ou seja, por trás de grandes campanhas publicitárias se esconde a forma violenta de ação nos territórios de vida (PORTO-GONÇALVES, 2017) e a exploração profunda da mão de obra. Esse capitalismo colonial, ocidental, moderno, patriarcal, heterossexual, racista e machista se mostra cada dia que passa mais insustentável, incapaz de convencer que um futuro de equilíbrio e distribuição serão possíveis. O que ele distribui de fato é pobreza, exploração, violência e alienação para a maior parte da humanidade.

Por meio de políticas globais de cunho neoliberal que incentivam a inserção de todos na lógica do “avançado” mercado mundial³, os capitalistas usam a macroestrutura do Estado para promover a subordinação dos trabalhadores, camponeses e comunidades tradicionais por meio de mecanismos de deslegitimação de práticas, saberes e culturas. As ações desenvolvimentistas na “periferia” do mundo, segundo Coronil (2005), têm sido os mecanismos perfeitos para garantir a fonte principal de riquezas naturais e de trabalho barato para os grandes grupos multinacionais promoverem a acumulação capitalista e aprofundarem a exploração do trabalho. Esse processo, ao contrário do que era pregado pelos seus incentivadores só piorou os níveis de pobreza, de destruição da natureza e de concentração de riquezas. Marini (2000), defensor da teoria da dependência e precursor do conceito de superexploração diz que ela se define pela maior exploração da força física do trabalho a um remuneração baixo do seu valor real.

Dessa forma, os capitalistas que operam na “periferia” do mundo, como é o caso do Brasil, buscam formas de extrair a mais-valia pagando salários indignos, aumentando a jornada de trabalho e estruturando a instabilidade dos empregos. Por essa razão, concordamos com Zibechi (2015) quando chama a atenção para a principal característica da acumulação por espoliação na América Latina: a violência. Ao mesmo tempo, existem narrativas do progresso que promovem a mercantilização da vida, do trabalho e da natureza para sustentar uma colonialidade que tem por objetivo manter as desigualdades e injustiças sociais visando promover a exploração e a expropriação.

Esse sistema hegemônico baseado em uma sociedade moderno-colonial legitima as ações do capital na espoliação dos trabalhadores, das comunidades tradicionais e dos camponeses para garantir a perpétua acumulação. Essa ação se desenvolve de maneira geograficamente desigual, produzindo espaços singulares. As pequenas cidades, como Pitanga-PR, são um exemplo. Seguindo esse desenvolvimento desigual, a apropriação do território pelo capital é direcionada para obter a maior taxa de lucro, sugando as riquezas e explorando a mão de obra. Como boa parte das pequenas cidades da região Centro-Sul

³ Podemos citar com exemplo a criação do PRONAF no ano de 1995, o qual foi um dos resultado das pesquisas realizadas em parceria entre Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Banco Mundial e INCRA e tem como objetivo inserir os camponeses no mercado do agronegócio por meio da modernização e produção de *commodities*.

do Paraná, são locais de forte territorialização do agronegócio e do extrativismo vegetal, tendo-se como característica uma forte concentração de terras e pouca oferta de empregos. Assim, concordamos com Harvey (2014) quando afirma que as economias regionais se constituem em mosaico interconectado de desenvolvimentos desiguais, onde algumas tendem a se enriquecer, enquanto outras se empobrecem aos mesmo tempo.

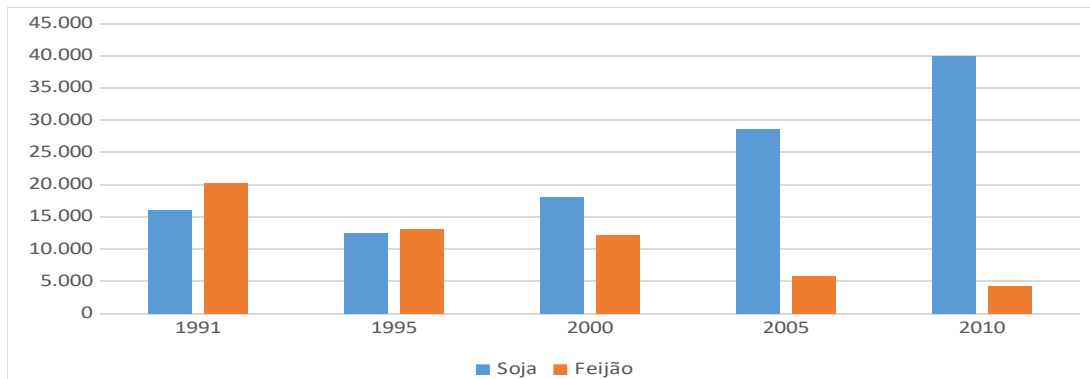
Esse processo descrito por Harvey (2014) é fundamental para entender a precarização e a degradação do trabalho no recorte espacial estudado. Nota-se pelos dados obtidos durante a construção da dissertação que os níveis de pobreza e de esvaziamento populacional estão se acentuando desde a materialização da economia sojeira na região. Este tipo de produção, que atende fundamentalmente aos anseios do mercado internacional de *commodities*, já se mostrou incapaz de gerar riquezas de forma equilibrada para toda a sociedade.

Pitanga, assim como os outros municípios da região Centro-Sul paranaense, passou durante a sua história por alguns ciclos econômicos⁴ até o domínio da economia sojeira. Na região Centro-Sul, houve uma colonização europeia sobre os espaços que eram indígenas e caboclos. Essa forma de ocupar foi permitida graças à extração da erva-mate, que era encontrada em abundância na floresta ombrófila mista com Araucárias. Esta planta era beneficiada fora da região e uma das características da economia associada residia na inclusão dos camponeses diretamente na rede de produção, principalmente, na extração das folhas, ou seja, permitia uma melhor distribuição do capital gerado. Após a crise no setor durante os anos de 1930, a criação de suínos logo ganhou força e manteve a economia regional aquecida. Esta economia também incluía diretamente os camponeses. Neste caso, os camponeses eram responsáveis pela criação dos porcos e engorda. Os animais, eram usados na indústria da banha, a qual ficava localizada em Ponta Grossa-PR, cidade a 100 km de distância da capital. Até este momento a região começa a experimentar um desenvolvimento capitalista cada vez maior. Enquanto a fixação dos imigrantes europeus ganhava força na região, os indígenas e caboclos tinham os seus territórios cada vez mais reduzidos, principalmente durante o

4 Para saber mais sobre os impactos dos ciclos econômicos no município acessar: PAULA, Adriano Makux de, **Faces da expropriação e da desterritorialização camponesa em Pitanga- PR**, Dissertação– (Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-graduação em Geografia), Curitiba, 2015, 309 p.

governo de Moysés Lupion (1947 a 1956 e 1956 a 1960), responsável por criar um verdadeiro caos que gerou vários conflitos agrários entre, indígenas e posseiros contra a ação de madeireiras e grileiros de terras. As safras de suínos experimentam crise em 1950 quando então as madeireiras que já vinham se instalando na região, ganham maior protagonismo. Estas foram responsáveis pela destruição, quase na totalidade, (restam apenas 7%) das florestas nativas do estado. Além desse fato, promoveram a limpa do território para o capital agroindustrial se fixar e impulsionar a expulsão e expropriação da população que chegava a 100 mil habitantes, no caso de Pitanga, hoje possui menos de 35 mil habitantes. O gráfico 1 representa bem como foi rápido o domínio da economia sojeira no município. Em 1991 a cultura da soja ocupava 15 mil ha, enquanto o feijão aproximadamente 20 mil. Já em 2010 a situação se reverte e a soja domina com 40 mil ha contra menos de 5 ha de feijão.

Gráfico 1 - ÁREA OCUPADA PELA PRODUÇÃO DA SOJA E DO FEIJÃO POR HECTARE EM PITANGA/PR

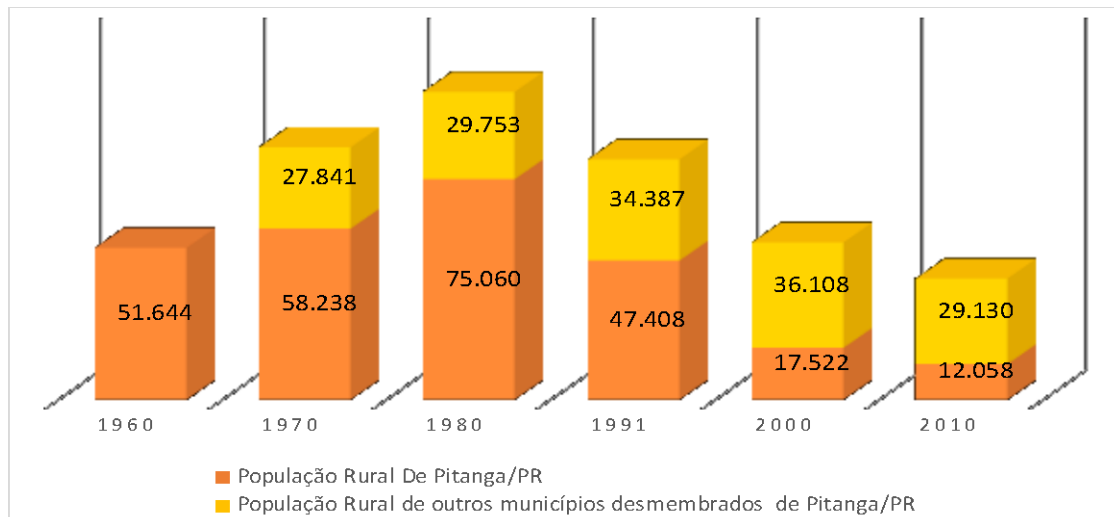


Fonte: IBGE (2010)

A cultura do feijão foi, depois da criação de suínos, o principal item produtivo dos camponeses, por ser uma planta que oferece muitos riscos para os produtores, principalmente, aqueles que produziam em larga escala, portanto, continua sendo predominante presente nas propriedades camponesas. Esse fato revela como foi

avassaladora a modernização espoliadora e mostra uma das razões para crescimento elevado das expulsões no campo como é possível observar nos gráficos 2⁵.

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL DE PITANGA-PR E DOS MUNICÍPIOS DESMEMBRADOS ENTRE OS ANOS DE 1960 A 2010



FONTE:IBGE (2010).

Notamos, com a ajuda do gráfico, como foi acelerada a expulsão da população camponesa que vivia no campo. Esse processo teve um impacto direto na totalidade do município, pois até 1980, 89% dos pitanguenses viviam no espaço rural, dessa forma a população total passou de 85 mil em 1980 para 32 mil em 2010 (IBGE, 2010). O fortalecimento da economia sojeira representou a extinção de postos de trabalho gerados na extração da erva mate e madeira, na criação de suínos e na produção do feijão, como o depoimento do Sr. José, trabalhador rural revela:

Tinha bem mais, agora não tá tendo mais serviço, trabalhei uns vinte anos roça, agora não tem serviço [...] quando aparece algum dia de serviço, eu trabalho pra algum, mais é mais parado, não tem serviço, quando planta feijão agora colhe de colhedeira, tiro o ganho da pessoa que precisava ganhá...

Estamos caminhando cada vez mais para uma agricultura sem agricultores, todo o avanço tecnológico tem representado para o setor o recorte mão de obra. Silva (2004,

5 O Gráfico 2 traz os dados da população de Pitanga e dos municípios que foram sendo desmembrados ao longo da história a saber: Boa Ventura de São Roque/PR, Mato Rico/PR, Palmital/PR, Laranja/PR, Santa Maria do Oeste/PR e Nova Tebas/PR,

p.37) relata como até a mudança na legislação com, por exemplo, o acordo Guariba também fomentou a busca por tecnologia para substituir o trabalho vivo resultando no desemprego de milhares de trabalhadores. Todo o trabalho vivo, segundo Oliveira (2003), é um adiantamento do capitalista ao trabalhador, por essa razão a tendência da era da revolução molecular-digital como ele chama o atual momento técnico-científico é suprimir esse “gasto”, seja pelo aumento da produtividade do trabalho pelas máquinas ou na contratação e/ou dependência dos resultados da venda dos produtos-mercadorias, assim os custos com salários e direitos é reduzido ao mínimo necessário.

Junto com as transformações negativas no mundo do trabalho, ocorreu uma coerção mercadológica que reduziu as possibilidades da economia camponesa se inserir, pois, culturas como soja, milho e trigo possuem um elevado custo de produção, o que inviabiliza que pequenas propriedades consigam lucro para pagar as despesas com a produção, colheita e transporte. O Sr. Sérgio, camponês expropriado e expulso do campo, relata esse processo:

Autor: Já morou no campo no passado? **Sérgio:** Já, já morei. **Autor:** Faz quanto tempo que o Sr. deixou o campo? **Sérgio:** Faz uns 10 anos **Autor:** Por que o Sr. deixou? **Sérgio:** Deixei porque lá, o plantio tá custoso de morar no sitio né, agora estamos indo colhé maçã. **Autor:** E por que o senhor decidiu ir trabalhar na colheita da maçã? **Sr. Sérgio:** Por que aqui na Pitanga cara, tá muito custoso o emprego aqui filho, daí lá nos estamos indo pra lá, porque lá é bom de trabalhá sabe.

A fala do Sr. Sérgio releva os dois processos gerados pela monopolização do território pelo agronegócio: primeiro, a expulsão via impossibilidade de inserção no mercado e conseqüentemente geração de renda; e segundo, a escassez de empregos no local e a necessidade de migrar para ser explorado em contratos precários e temporários pelo grande capital, no caso específico, as grandes empresas de produção de maçã em Fraiburgo/SC. A monopolização do território não só diminuiu drasticamente o emprego e reduziu a possibilidade de inserção dos camponeses no mercado, ela também causou a reversão da mão de obra utilizada. As propriedades grandes e pequenas que estão no mercado do agronegócio não utilizam mais com intensidade a força física do trabalho individual, mas sim as maquinarias que custam valores estratosféricos, com algumas passando da casa do milhão de reais, pertencentes a grupos econômicos com poucos

trabalhadores altamente especializados. O Sr. Jonas, camponês, conta como foi a sua experiência com a produção da soja:

Quando o soja estava bão, o preço pego 50 pila [reais], eu plantava 40 alqueire arrendado né, daí eu saí dois anos eu sai bem, no terceiro já ó.... **Autor:** Mas por que isso aconteceu? **Jonas:** *não porque o soja baixou e você pagava pra fazer tudo, não tinha maquinário, não tinha nada*, daí eu paguei as conta vendi a renda e parei, antes que se quebre né, pelo valor do soja dos 40 alqueire eu paguei o banco, paguei tudo a dívida, paguei o maquinário, comprei um caminhãozinho, depois o soja volto a 30 daí ó...(JONAS, 2014, grifos nosso)

Nesse sentido, concordamos com Paulino (2003, p.109) quando afirma que “[...] convém lembrar que o sentido da monopolização do território pelo capital está exatamente na sujeição da renda da terra [...]”. Dessa forma, percebemos que o capital agroindustrial constrói espaços de espoliação onde camponeses, trabalhadores rurais ou comunidades tradicionais tentam resistir aos processos de exploração e expropriação a que são submetidos, com toda a violência da instabilidade, da ameaça de perder a terra ou da falta de recursos para continuar reproduzindo a vida. Pitanga-PR não escapa a esse processo, ao contrário, a falta de opções de emprego, a dificuldade de um grande mercado consumidor próximo e a falta de políticas públicas que apoiem a geração de renda desses sujeitos, fazem com que a vida esteja marcada continuamente pela fragilidade. Por essa razão concordamos com Silva (2004, p.40) quando ela relata:

[...] constata-se que o projeto modernizador traz em seu bojo *a violência*, entendida não somente como violência física – assassinatos, destruição material e cultural – mas também *como negação de direitos* aos trabalhadores, portanto, de cidadania. O resultado desta dupla violência foram milhares de pessoas *desenraizadas social e culturalmente*, perambulando de um lugar para o outro em busca de sobrevivência, sem eira nem beira, já que foram obrigados a deixar para trás tudo o que possuíam. Transformaram-se em *verdadeiros errantes*. (p.40) (grifos nosso)

Esse processo continua sendo um gotejo contínuo em pequenas cidades como Pitanga-PR. A diferenciação que estabelece o capital agroindustrial polariza muito mais aqueles que continuam comprando/arrendando terras para plantar soja, trigo ou milho, capitalizando-se, acessando a empréstimos, etc. e os que ficam fora desse processo, fragilizados em suas condições de reprodução, vivendo da aposentadoria rural em alguns

casos, de pequenos serviços em outros, até que são empurrados/expropriados para fora das suas terras ou decidem entrar nos circuitos de migração para manter sua terra ou, pelo menos, sua vida.

Bartra (2016) caracteriza todo esse violento processo como a continuidade da acumulação primitiva, com o fortalecimento da concentração, espoliação, expulsão, usurpação e exploração dos camponeses, trabalhadores e das comunidades tradicionais, bem como os bens da natureza que eles usam e cuidam.

Os números da concentração de terras em Pitanga/PR é a mostra de que caminhamos para um cenário onde a expulsão no campo vai continuar. Segundo dados do censo agropecuário de 2006 64% das propriedades do município (até 20 ha) ocupam menos de 10 % das terras, enquanto apenas 6,2% ocupam 56%. Esse fato reflete diretamente na economia e no bem-estar da população em geral, pois 40,9% das famílias pitanguenses são classificadas como pobres, destas 56% residem no campo. Outro dado importante que acabe lembrar ao leitor, Pitanga possui hoje apenas 12 mil habitantes vivendo no espaço rural. Essa situação vem de encontro ao que afirma Thomaz Jr. (2006, p.7):[...] a proporção de pobres no campo é mais do que o dobro da existente nas cidades, 57% e 27% respectivamente, ou em termos absolutos 40 milhões de pobres nos centros urbanos, e 16,5 milhões no meio rural.”

Com esses elementos que trouxemos até o momento conseguimos mostrar como o espaço produzido pelo capital se constitui como espoliador dos camponeses. Essa quantidade elevada de pobres vivendo no campo, em um local que poderia sustentar a sua autonomia financeira e alimentar é um dos principais motivos para reafirmar que a questão agrária no Brasil e no Paraná ainda é latente e precisa urgente de transformações sociais e de políticas públicas para reverter os impactos do agronegócio no campo e na cidade. A atualidade da questão agrária, portanto, serve como sinal da atualidade da espoliação que o capitalismo exerce nesta quadra da história. As formas de expropriação tal vez não tenham mudado tanto, mas sua virulência, sua articulação e os aspectos que hoje são consideramos importantes nessa gramática da violência contra os sujeitos empobrecidos do campo nos colocam no desafio de entender melhor: que questão agrária é essa? Que capitalismo é esse?

Vários autores estão reacendendo as discussões sobre os impactos violentos que o sistema capitalista gera. Podemos citar como exemplos: Bartra (2016), Fontes (2010), Zibechi (2015) e Harvey (2013). Este último defende a necessidade de construir conceitos novos para mostrar a atualidade dessa problemática social, por exemplo o conceito de “espoliação,” para reafirmar que esse contexto gera processos que poderiam ser relegados ao passado, mas são atuais e trazem novas questões para o debate sobre a dinâmica do capital. Neste sentido observamos que o processo de acumulação por espoliação do capital sobre o camponês ocorre de muitas formas como foi mostrado até aqui⁶: extraindo grande parte da sua renda, expulsando de suas terras, dificultando a entrada de seus produtos no mercado, negando a importância da sua cultura e modo de vida. No segundo bloco desse artigo, propomos debater os rebatimentos dessa espoliação sobre os camponeses desterritorializados que entram no mundo do trabalho e são superexplorados pelo mesmo capital que o expulsou de suas terras.

A superexploração no camponês espoliado de Pitanga/PR.

O contínuo processo de expulsão dos camponeses tem trazido consequências como o aumento do número de desempregados, de pobres vivendo nas periferias das grandes, médias e pequenas cidades em condições extremamente degradantes que se tornam “eternos errantes” como relata Silva (2004). A condição de emigrantes passa a fazer parte do cotidiano destes sujeitos, os quais, se tornam alvos privilegiados da superexploração capitalista que vê em seu anseio na busca por uma colocação no mercado de trabalho a oportunidade de espolar a sua força laboral.

Na grande maioria das vezes, camponeses expropriados com idade mais avançada dificilmente possuem formação escolar superior ao ensino fundamental, que muitas vezes nem foi completado. A qualificação já não é mais a saída para suprimir o desemprego, visto que a crise que estamos vivenciando é estrutural (OLIVEIRA, 2003), no entanto, esse sujeito com quase nenhuma formação, quando passa a buscar uma colocação nos setores onde se procuram trabalhadores manuais, acaba acessando apenas os que

⁶ Não conseguimos trazer outras formas de espoliação ou aprofundar as que trouxemos para o debate em razão do espaço do texto. Fazemos o convite para acessar Paula (2015) onde poderão ser encontrados de forma mais profunda os processos de espoliação em Pitanga-PR, especialmente a partir de: da terra, do trabalho, da renda e das políticas públicas.

contratam em condições cada vez mais degradantes. O desemprego acentua os níveis de exploração daqueles que estão mais desprotegidos pelo estado. Em lugares já deprimidos economicamente, como os pequenos municípios, obrigam a que muitos sujeitos tenham na emigração a única saída, seja temporária ou permanente. Em entrevista com um camponês prestes a ir para Santa Catarina colher maçã foi possível perceber a dura realidade que o espaço espoliante de Pitanga impõe para os mais vulneráveis:

Autor: Mas e aqui, por exemplo, na cidade? Quando o senhor não vai pra colheita da maçã o que o Senhor faz? **Sr. Jurandir:** Quando eu não vou pra colheita lá, *eu fico vendendo sorvete na rua aqui, as vezes fazendo... fazendo algum biquinho que aparece ai, servente de pedreiro, só que aqui a gente trabalha, um dia, dois dias por semana.*

Dessa fala podemos observar que o mesmo vive em uma situação de instabilidade, quando não está no período da colheita da maçã, que vai de fevereiro a abril, tem dificuldades para encontrar alguma colocação, sobrando trabalhos precários como o de vendedor de sorvete. Essa mudança rotineira de funções, como trabalhador rural, vendedor ambulante, servente de pedreiro revela a plasticidade do trabalho nos dias atuais, ou seja, o trabalhador em busca do seu sustento procura qualquer tipo de ocupação que lhe gere renda independente de ser a sua profissão ou não. Thomaz Jr. (2013, p.113) aponta que ela reflete as “(...) mudanças rotineiras de tarefas e atividades ao longo do ano ou mais propriamente, a dinâmica geográfica do trabalho e os rearranjos territoriais constantes, expressos na territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Esta plasticidade é permitida dentro do mercado informal e temporário, ou seja, a informalidade é o caminho aberto para que o trabalhador não consiga estabilidade. Esse tipo de ocupação em Pitanga/PR é majoritária, 52% da população em 2010 estava ocupada em empregos informais, o que representa 8.206 pessoas. Dessa forma, concordamos com Oliveira (2003) quando assegura que o “o setor informal apenas anuncia o futuro do setor formal”, ou seja, a realidade que estes trabalhadores já vivenciam há muito tempo, depois de serem expulsos do campo, se tornou realidade para profissionais que estão em todas as cadeias produtivas do capital. A reforma trabalhista⁷

⁷ Lei 13.467 de 13 de julho de 2017.

aprovada no ano de 2017 é a amostra de que estes fatos já são realidade para o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras.

Existe uma outra condição nesses trabalhadores espoliados, a necessidade continua da migração, neste caso a migração para a colheita da maçã. Concordamos com Menezes (2012) quando ressalta que não se pode chamar de temporária uma condição que se perpetua durante muitos anos da vida desses sujeitos:

Esta circularidade não pressupõe a reprodução da mesma situação social. Ao contrário, o caminho de fechar o círculo não é igual ao caminho de iniciá-lo, porque a circularidade não ocorre uma única vez. Em muitos casos, ela acontece durante quase toda a vida destes agentes sociais. Neste sentido, ela é permanente e o migrante temporário é permanente temporário. Este é seu destino. (MENEZES, 2012, p.26)

Este é o caso do Sr. Sidinei e do Sr. Celso :

Autor: Por que o senhor decidiu ir trabalhar na colheita da maçã? **Sidinei:** Ah lá, o problema é que a gente indo lá, a gente tirá um salarinho mais melhor do que lá no campo né... tem mais segurança que nem diz o causo né. **Autor:** O Sr. Já foi outras vezes? **Sidinei:** Eu já fui umas 15 vezes quase já.

Autor Por que o Sr. Decidiu ir trabalhar na colheita da maçã? **Celso** Porque.. Porque eu tenho a minha esposa, tenho meu filho com 1 ano e 5 meses e aqui tá complicado de serviço, aqui não tá aparecendo serviço, não acha serviço aqui em lugar nenhum. **Autor** Já foi outras vezes? **Celso** Já fui sim, com essa vez vai ser 3 vezes. **Autor** E no futuro, o Sr. pensa em permanecer em Pitanga? **Celso** Na verdade penso em deixá, porque esse lugar é muito pequeno e movimentado muito pouco dinheiro e serviço quase não têm, *você é obrigado a sair fora pra se manter.* **Autor** E pra onde o Sr. pretende ir? **Celso** Lá pro norte né?, Campo Mourão, Londrina, Maringá [...] Já fui pra tudo esses lugar aí.

Vemos na fala destes sujeitos que mesmo ainda não experimentando uma migração definitiva para outros lugares, os mesmos sentem uma insegurança em continuar vivendo em Pitanga. A procura por uma “segurança”, que neste caso é financeira, mostra como é difícil garantir a reprodução da família. Celso é enfático quando diz que “não acha serviço” e é forçado a “sair pra fora” em busca de renda, diante deste contexto planeja no futuro se mudar para outra cidade, para lugares que ele mesmo

já “andou” e viu neles a possibilidade de garantir a “segurança” necessária para viver. Nessa perspectiva, concorda-se com Haesbaert quando relata que a mobilidade não é a única determinação para que o sujeito seja desterritorializado, a precarização da sua vida também é “ [...] muitos grupos sociais podem estar desterritorializados sem deslocamentos físicos [...]bastando para isso que vivenciem uma precarização das suas condições básicas de sobrevivência [...] (HASBAERT, 2005, p.39).

Como relatamos anteriormente, a condição de subalternidade em espaços de espoliação é o contexto privilegiado para a superexploração da mão de obra. Analisando os dados do Observatório Digital do Trabalho Escravo Contemporâneo é possível verificar que o migrante é a vítima preferida. O estado do Paraná é o décimo primeiro em número de resgates feitos pelos grupos móveis de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego. Treze trabalhadores pitanguenses foram resgatados nessa condição. Pelos dados disponíveis no observatório foi possível verificar que os mesmos foram resgatados em municípios próximos, como Palmital/PR e Campina do Simão/PR, bem como em outros estados como no município de Navirai/MT. Desses trabalhadores, foram resgatados 9 no setor agropecuário e 4 no de extração florestal. 9 deles se declararam brancos e 1 indígena. Sobre a instrução 5 deles eram analfabetos e 7 não tinha o ensino fundamental completo. Todos eram homens com idade entre 18 a 50 anos. Como podemos analisar com esses dados, atividades próprias do agronegócio e tem como característica comum o baixíssimo grau de instrução. Dessa forma:

[...] o escravo contemporâneo não possui cor definida ou raça identificável. Não é mais mercadoria legalmente vendida nos mercados, é transacionado como coisa descartável, ao arrepio da lei, na negociação entre ‘gatos’ e fazendeiros, arregimentado em municípios onde predominam os índices mais deploráveis de desenvolvimento. (CAMPOS, 2004, p.118).

A situação de exploração, pobreza e vulnerabilidade é o resultado: primeiro, do abandono pelo Estado neoliberal atual que despande de recursos enormes para sustentar setores como o do agronegócio, mas não busca criar e efetivar políticas públicas transformadoras, como a reforma agrária, a distribuição de renda e educação (principalmente, a erradicação do analfabetismo), a garantia territorial dos povos e comunidades tradicionais, o apoio a formas de produção alternativas, com maior

autonomia e respeito pela natureza e pela vida em geral, como a agroecologia; segundo, a perpetuação de uma lógica de poder colonial que permite que dentro da sociedade do século XXI continue a reprodução de relações de trabalho extremamente violentas e que atentam contra a dignidade humana; e terceiro a contínua reprodução de um sistema econômico que concentra recursos e suprime os direitos dos trabalhadores para maximizar os seus lucros por meio da exploração. Essa é dinâmica encontrada em Pitanga: de um lado um agronegócio que espolia e expulsa e do outro o mesmo agronegócio que explora a mão de obra destes sujeitos marcados pela exclusão. Infelizmente, é a situação de muitas pequenas cidades no Paraná e no Brasil.

Considerações finais

No transcorrer do texto foi possível observar como o capital na sua construção espacial foi concentrando terras e modernizando a sua produção, fato que no caso de Pitanga-PR gerou e ainda gera uma grande quantidade de expulsões de camponeses para periferia das grandes, médias e pequenas cidades. O modo de acumulação por espoliação tem como sua estrutura metabólica garantir a sua reprodução tomando posse dos territórios que não estão ou encontram-se só parcialmente disponíveis para produção da mais-valia. Desse fato surgem dois processos: primeiro, uma expulsão de camponeses para outros centros de economia mais dinâmicos, como São Paulo/SP e Joinville; e segundo, a situação de precariedade dos que permanecem residindo em Pitanga-PR, uma parte deles migrando do meio rural para o meio urbano. Estes que permanecem morando no espaço urbano deprimido ou no campo de forma degradante vivem na pobreza, na informalidade e no desemprego contínuo, fato que favorece a sua superexploração, tanto por grandes capitais como é o caso das empresas de produção de maçã em Fraiburgo/SC, quanto na construção civil ou pelo agronegócio local.

Esses processos só ocorrem por falta de políticas públicas transformadoras que promovessem a reforma agrária, a distribuição e geração de renda, a alfabetização e a promoção da qualidade do ensino no campo e na cidade. O que assistimos no contexto atual é um Estado refém das políticas neoliberais que pregam o corte de gastos públicos com as classes mais pobres, visando distribuir os recursos públicos para manter

determinados setores da economia e pagar juros da dívida interna e externa a meia dúzia de banqueiros que corroem o orçamento estatal. Só uma revolução nesse Estado capitalista será capaz de dar dignidade para os camponeses e trabalhadores brasileiros.

Referencias:

- BARTRA, Armando, Con los pies sobre la tierra: Despojo y resistencia en los territorios In: SANTIAGO, Milson Betancourt. **Se hace terruño al andar: las luchas en defensa del territorio**. Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, División de Ciencias Sociales y Humanidades, 2016.
- CAMPOS, M. G. A política nacional para erradicação do trabalho escravo. In: Brasil **Direitos Humanos no Brasil 2004: Relatório da rede social de justiça e direitos humanos**. São Paulo, 2004.
- CORONIL, Fernando. **Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo**. In LANDER, Edgard et alii. A colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciencias sociais. Buenos Aires: CLACSO. 2005 (15 p.).
- HARVEY, David. **Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo**, 1.^a ed. — Quito: Editorial IAEN, 2014.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. Petrópolis: Vozes/ Buenos Aires: Clacso, 2000. Ediciones Era, México, 1991a.
- MENEZES, Marilda Aparecida de, Migrações e Mobilidades: Repensando Teorias, Tipologias e Conceitos In: Teixeira Paulo Eduardo; Costa Antonio Mendes da Braga; Baeninger Rosana, **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. 368 p.
- HAESBAERT, Rogério, **Migração e desterritorialização**, In: PÓVOA NETO, Helion e FERREIRA, Ademir Pacelli, Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- HARVEY, D. **Para entender O capital**; tradução: de Rubens Enderle. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.
- PAULINO, ELIANE TOMIASI, **Terra e vida: A geografia dos camponeses no Norte do Paraná**, 2003, 430f. Tese (Doutorado em Geografia) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes, **A luta pela terra: experiência e memória**. – São Paulo: Unesp, 2004.
- ZIBECHI, Raúl. Movimientos antisistémicos y descolonialidad. In SANDOVAL, Rafael (ed.). **Pensar desde la resistencia anticapitalista y la autonomía**. Cidade de México: CIESAS, 2015. p. 105-120.
- THOMAZ JR. Antonio, **Territórios em disputa e movimento territorial do trabalho e da classe trabalhadora**, Revista Pegada – vol. 14 n.2 1, dezembro/2013
- THOMAZ JÚNIOR, Antonio, **(Des)Realização do trabalho: se camponês, se operário! (Repensar crítico sobre a classe trabalhadora no Brasil)**. In: ALASRU VII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural, 2006, Quito. CD ROM, 2006. v. 1. p. 1-20.

**Ensaio sobre as relações sociais de produção nas estâncias do Rio Grande do Sul
(1960-2017)**

Francis Casagrande Zanella¹

Janaína Betto²

Marcos Botton Piccin³

Felipe Ferrari da Costa⁴

Resumo: Neste trabalho analisamos as relações sociais de produção constituídas nas *estâncias* do Rio Grande do Sul (RS), com enfoque para as condições materiais e simbólicas que se estabeleceram nas relações entre as diferentes categorias de trabalhadores frente aos proprietários de terra designados *estancieiros*. A literatura sobre o tema no RS tem se debruçado sobre as dinâmicas relativas às estâncias no século XIX, prioritariamente. Aqui chamamos atenção para o período entre 1940 e 1980, de forte ascensão social dos estancieiros, considerando que as relações atuais guardam vínculo com tal período. O caráter de “ensaio” se dá na medida em que materializamos neste trabalho um primeiro conjunto de discussões que são conduzidas no âmbito do grupo de pesquisa “Economia e sociedade estancieira: trajetórias conexas e práticas de reprodução social”. O trabalho de campo desta pesquisa foi realizado em São Gabriel, RS, baseado em vinte e uma entrevistas com pessoas que possuem ou tiveram trajetórias sociais como trabalhadores/as, ou seja, com os estratos de baixo do espaço social. Nossos resultados iniciais apontam para insuficiências nas categorias “trabalho assalariado” e “pecuária familiar” a fim de analisar as condições nas quais a reprodução social de grupos familiares de trabalhadores se vincula com as grandes propriedades rurais.

Palavras-chave: trabalhadores rurais; dominação personalizada; grandes propriedades rurais.

¹ Mestre em Extensão Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). franciszanella@gmail.com

² Doutoranda em Extensão Rural no PPGExR/UFSM. janaina.btt@hotmail.com

³ Doutor em Ciências Sociais. Professor Adjunto no Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural e no PPGExR da UFSM. marcospiccin@gmail.com

⁴ Mestrando em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). f_costa08@hotmail.com

1. Introdução

Neste ensaio o intuito é iniciar uma discussão acerca das relações sociais de produção nas estâncias do sul meridional do Brasil, em especial na região chamada Campanha ou Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (RS), especificamente no município de São Gabriel.

As propriedades denominadas *estâncias*, baseadas na criação extensiva de gado, marcaram a ocupação das regiões de campos no estado a partir do século XVIII, sendo que dali emergiu um espaço social onde a figura dos senhores de terra, os *estancieiros*, monopolizou terras, prestígio e poder. Considerando que a literatura sobre o tema no RS tem se debruçado sobre as estâncias até o século XIX, prioritariamente (ZARTH, 2002; CARDOSO, 2003; FARINATTI, 2010; MAESTRI, 2010; entre outros⁵), voltamos nosso olhar para processos que entraram em cena no século XX.

O recorte temporal aqui utilizado ainda carece de precisão, mas considera processos que têm ocorrido e se reconfigurado pelo menos desde a década de 1960 até os dias atuais. Nisso, destacamos que o período entre 1940 e 1980 foi de forte ascensão social dos estancieiros, tendo em vista que esse setor social passou a controlar os preços das carnes devido à implementação de uma rede de frigoríficos com recursos públicos. Tal hegemonia somente entrou em decadência em torno da década de 1990 quando as condições para que eles controlassem os preços foram afetadas pela liberalização de mercados (PICCIN, 2012).

O trabalho de campo que proporcionou este ensaio foi realizado em julho de 2017 a partir de 21 entrevistas com agentes (dezessete homens, duas mulheres e dois casais) que ocupam posições na parte de baixo da estrutura do espaço social, um pólo basicamente composto por trabalhadores/as rurais e/ou pequenos/as proprietários/as. Essas relações que estabelecemos com o campo possuíram um caráter de aproximação em relação ao objeto de estudo, o que denota o caráter exploratório deste trabalho.

Em termos metodológicos, a escrita deste ensaio priorizou o uso de categorias nativas na objetivação das relações sociais, ou seja, palavras que são usadas pelos entrevistados para expressar seu cotidiano, posições, sentidos e ações. Além disso, objetivaram-se suas condições materiais a fim de compreender posições objetivas no espaço social. Procurou-se trazer elementos empíricos de análise com o intuito de auxiliar a explicar padrões recorrentes de relações, conduzindo diálogos com a literatura especializada nas relações de produção em torno de grandes propriedades fundiárias (MARTINS, 2010; GARCIA JR., 1989; WEBER,

⁵ Ressalva deve ser feita para Laudelino Medeiros (1969) que aportou um estudo descritivo sobre peões e capatazes de estâncias, em especial sobre suas condições materiais.

1981). Com um olhar sobre trajetórias sociais específicas em diferentes posições no espaço social percebemos como as categorias se revelam complementares, relativas e não estanques, pondo-as em diálogo frente a conceitos recorrentes na literatura sobre a região da Campanha, entre eles “trabalho assalariado” e “pecuária familiar”.

Um ponto de partida que destacamos desde já, inspirado em Weber (1981), é a inexistência de um padrão fixo em termos de como se configuram as relações sociais nas diferentes estâncias e nos diferentes contextos locais dentro de um mesmo município, por exemplo. Porém, certos elementos gerais têm sido presentes em nossas análises, sendo sobre eles que procuraremos conduzir as discussões.

Algumas questões gerais estiveram presentes nas reflexões que conduziram esta exposição. Entendemos que elas constituem elementos para análise de relações sociais de produção: os trabalhadores de estâncias podem ser rotulados como assalariados? O trabalhador da estância possui apenas a sua força de trabalho ou também possui algum meio de produção? Existe separação visível de jornada de trabalho necessária e excedente no trabalho dos peões? O ramo de trabalho dos peões pode ser considerado homogêneo, não havendo diferenças baseadas na força e habilidade? Configura-se algum tipo de dívida moral/pessoal entre estancieiro e peão? Os mecanismos legais do Estatuto do Trabalhador Rural são reconhecidos pelos trabalhadores desse espaço? Existem mecanismos não capitalistas de acumulação capitalista que se expressam no trabalho nas estâncias?

2. Dinâmicas da força de trabalho: *mensais e diaristas*

A fim de esboçar algumas respostas às questões aqui colocadas, tomaremos nas próximas páginas algumas categorias nativas que se mostraram importantes para definir ocupações atualmente destinadas ao trabalho, sendo elas: *mensal* e *diarista*. Em certa medida procuraremos analisar as dinâmicas de recrutamento da força de trabalho nas estâncias.

O trabalhador *mensal* é de um modo geral aquele que se ocupa como *peão* nas *estâncias*. Identificamos as seguintes funções do *peão* no interior da estância: a) o *campeiro* é aquele que trabalha na *lida*⁶ com o gado, ovelhas e cavalos; b) o *caseiro* é aquele que fica responsável por administrar o galpão onde ficam alojados os *campeiros*, o que muitas vezes envolve preparar refeições e fazer a limpeza do local; c) pode caber ao *caseiro* ou a um *peão*

⁶ A categoria *lida* é dotada de vários sentidos, entre eles: a *lida campeira* seria mais relacionada com o manejo de animais bovinos, eqüinos e ovinos, sejam eles pertencentes a um estancieiro ou não; a *lida* de um modo geral significa qualquer trabalho no âmbito da estância ou fora dela, realizado por qualquer pessoa independentemente do seu gênero.

específico fazer *serviços gerais* como manutenção de instalações da sede da estância; d) o *posteiro* é aquele que reside em uma porção afastada ou isolada da sede da *estância*, o chamado *posto*, sendo que faz a *lida* com os animais tanto no *posto* como junto com os *campeiros*, conforme a demanda.

Cabe destacar que alguns *peões* podem ter outras competências e podem exercê-las em determinados momentos, como as de inseminação artificial, reparo de cercas, preparo de instrumentos de couro para o trabalho. Ou seja, a condição do *peão mensal* não especifica *a priori* o conjunto de atividades que este agente social pode desempenhar. Seu ramo de trabalho é, ao mesmo tempo, homogêneo na noção de *peão* e altamente diversificado nas tarefas cotidianas. Em outras palavras, o *peão* é alguém que *faz de tudo*, algo declarado com grande frequência entre esses trabalhadores. Aliás, *fazer de tudo* não é uma condição apenas do *peão*, mas do conjunto de agentes que ocupam uma posição similar no espaço social.

Os *capatazes* são outra categoria de trabalhadores recorrente, os quais ocupam função de gerência e também de *lida* junto aos demais trabalhadores das estâncias. Os *capatazes* comumente respondem pelo estancieiro em sua ausência (os estancieiros costumam fazer apenas visitas esporádicas na fazenda), sendo que administram a contratação de *peões*, a aquisição de insumos e o manejo de animais. Mais que empregados do estancieiro, os *capatazes* costumam dizer que *cuidam* ou *reparam* a estância. Isso supõe uma relação não apenas formal/legal, como veremos mais adiante.

Note-se que as configurações de trabalhadores *mensais* em cada estância podem ser bastante variáveis. Nos casos que tivemos contato no trabalho de campo, em estâncias possuindo entre 800 ha a 2000 ha, estas costumavam ter um *capataz*, de um a três *peões campeiros*, um ou nenhum *caseiro*, um *posteiro* apenas no caso de ter porção isolada da estância a ser cuidada, uma ou nenhuma *cozinheira*, a qual podia ser *chamada* eventualmente como *diarista* (como veremos adiante).

Outra importante categoria de trabalhadores das estâncias são os *diaristas*, ou seja, trabalhadores remunerados *por dia* de trabalho executado. Esses trabalhadores geralmente são *chamados* quando o trabalho *aperta* na estância, ou seja, em casos eventuais onde o gado é reunido na *mangueira* e onde se fazem atividades de *banho*, *vacinação*, *inseminação*, etc. Além disso, *diaristas* podem ser contratados para fazer atividades de tosquia das ovelhas, os quais são chamados como *esquiladores*. Outra modalidade em que acontece contratação de *diaristas* é na construção civil nas estâncias, como na construção de mangueiras e no feitiço de cercas assumido pelos *alambradores*. Nesses últimos casos é relativamente comum que as atividades sejam remuneradas somente em dinheiro e sob a modalidade de *empreitada*, onde

os trabalhadores não são remunerados *por dia*, mas por atividade realizada, por exemplo: metros construídos de cerca ou de mangueira, quilogramas de lã tosquiada. Os contratados por regime de *empreitada* podem levar consigo outros trabalhadores para executar a atividade, sob sua responsabilidade, que poderão estabelecer entre si alguma forma de divisão do valor recebido pela *empreitada*.

Quando existem mulheres que se ocupam em *estâncias*, sua função geralmente é denominada como *cozinheira*. Para além de *cozinhar*, ou seja, preparar refeições para os demais trabalhadores (e familiares dos estancieiros em suas visitas eventuais), elas geralmente também são responsáveis por serviços domésticos como limpeza dos quartos dos *peões*, lavar suas roupas, bem como limpar a casa e lavar roupas dos familiares dos estancieiros. Uma condição que pareceu comum entre as *cozinheiras* é de serem esposas de *peões caseiros* ou de *capatazes* da estância, residindo nela. No entanto, também identificamos *cozinheiras* que eram moradoras das proximidades das estâncias, sem vínculos matrimoniais com seus trabalhadores. Assim, as mulheres ocupadas em estâncias como *cozinheiras* figuram tanto na condição de *mensais* como *diaristas*. Consideramos que há uma lacuna significativa de investigação nesse âmbito, no sentido de objetivar as relações sociais de produção implicadas no trabalho feminino nas estâncias.

Em relação aos pagamentos feitos ao conjunto de trabalhadores *mensais* existem diversas formas de estabelecer um *trato*, ou seja, um acordo de teor legal e também pessoal entre *peão* e *estancieiro* que envolve dinheiro, alimentação, moradia, instrumentos de trabalho entre outros aspectos. A cessão de áreas para fazer *hortas* ou *cercados* para o *peão* ou *capataz* tem se demonstrado como prática muito rara, tendo sido gradualmente extinta desde a década de 1970. Já a prática de ceder ao *capataz* o acesso aos campos da estância para que ele crie gado próprio não parece ter seguido o mesmo rumo, já que para alguns *capatazes* esta permissão ainda tem sido dada atualmente. O instrumento formal da assinatura de Carteira de Trabalho se apresentou como elemento presente desde a década de 1970, pelo menos, apesar de que isso não tem implicado que os direitos oficializados pelo Estatuto do Trabalhador Rural sejam em seu conjunto acolhidos pelo empregador. A extensão da jornada de trabalho para além das 8 horas diárias sem o pagamento de horas extras, inclusive em domingos e feriados, tem se demonstrado ainda existente e naturalizada como necessária em certos casos. Porém, tem sido reduzida, já que diversas ações judiciais têm sido impetradas por trabalhadores de estâncias contra seus patrões, sobretudo a partir da década de 2000 (PICCIN, 2012).

Feita essa descrição básica das relações sociais de produção nas estâncias, cabem algumas considerações de maior amplitude temporal e teórica. Tanto entre os *capatazes* como entre os *peões*, especialmente os *campeiros*, se entrecruzam relações de trabalho que conservam traços não capitalistas enquanto mecanismos da reprodução capitalista (MARTINS, 2010). Para exemplificar, vejamos algumas falas de um dos *peões* entrevistados:

É, tinha estância velha que tocava, de primeiro a estância não era como agora. Agora tem estância que tu trabalha umas 8 horas. Mesmo que tenha outros serviços, tu não é obrigado a trabalhar mais que 8 horas nas estâncias. A gente trabalha, eu trabalho, não dou bola pra isso aí. Mas tem estância que, se tu trabalhar mais de 8 horas, eles fazem hora extra já, e tem estância que não te deixa trabalhar mais que 8 horas.

Se tu trabalhar com *arreamento* da estância, a estância não te paga por instrumental de *arreio*. Mas bota é obrigatório. E tem estância que não dão ainda, é obrigatório, mas eles se fazem de... têm muitas aí. E o pessoal de estância não é muito exigente né. Por isso que esses guris que trabalhavam aí, foram trabalhar no frigorífico. Agora a pouco eu encontrei um antes, ele me dizia: “não, não adianta, tu vê, na estância posso até ganhar a mesma coisa, ou mais, mas aí tu gasta bota, tu gasta cinto, tu gasta tirador, tu gasta isso e gasta aquilo”, e tem umas que não dão. E tu entra lá no frigorífico e te dão tudo. Tu entra lá, te dão sapato, te dão a roupa, tu não gasta nada ali, chega o fim do mês e te dão a cesta básica. [...] Então o cara ganha, se fizer as contas tu ganha mais, e é verdade. E todos os dias eu estou em casa junto com a família.

Um tratorista aí numa granja, hoje, ele está ganhando melhor que o cara [peão]. E quase todos eles têm uma porcentagem. Tu trabalha aí por um salário que existe na estância que é mais ou menos de 1200 e pouco, aí tu entra em uma granja dessas ganhando isso aí. Mas aí tu ganha, vamos dizer que, de 50 sacos de soja, no fim da colheita, aí tu pega tudo junto aí tu vai ainda ganhar alguma coisinha. [...] eu sei que no fim das contas tu vai ganhar mais lá.

Na descrição do trabalho em estâncias que este peão fez se percebe uma lenta inserção de mecanismos legais no intermédio das relações sociais de produção. Em diversos relatos estes trabalhadores precisaram investir por conta própria de alguns meios de produção sem pagamento retroativo, como no caso dos *arreios*, *cintos* e *botas*. Some-se a isso a constatação de que a extensão da jornada de trabalho sem o pagamento de hora extra pode ser legitimada em termos da honra do peão que “não dá bola pra isso aí”, no sentido de que sabe executar um trabalho mais pesado, mesmo sabendo do direito a receber maior remuneração. Assim, quando o entrevistado nos diz que “não é obrigado a trabalhar mais que 8 horas”, nos remete a pensar na noção de “obrigação” e no que implica em termos legais e pessoais. Note-se a singularidade dessas relações peão-estancieiro, pois possuem lógicas implícitas nas quais existe orgulho em trabalhar mais que 8 horas, colocando em suspenso o regime legal.

Tudo isso acaba se relacionando com percepções de que a posição de peão passou por certa corrosão relativa perante outras ocupações, especialmente as urbanas, em relação à manutenção de seus meios de vida, já que “se fizer as contas” na estância ele percebe que tem

menor remuneração. A constante reclamação das classes dominantes do campo quanto à falta de “boa” mão de obra pode estar associada com essas condições objetivas de remuneração desfavoráveis à escolha ocupacional como *peão*.

Existe certa ambiguidade por parte de alguns *peões* entre os atuais direitos trabalhistas reconhecidos para a categoria frente às concessões que os estancieiros lhes faziam em décadas passadas. Vejamos o relato de um deles que está prestes a se aposentar e nos deu uma representação sobre “como eram as coisas *de primeiro*”:

[...] tinha esses homens velhos, mais antigos aí – agora não tem dessa idade –, mas tinha gente com *ponta de gado*, cem reses, duzentas reses, inverno de gado. Mas também não tinham direito, quando saíam, era aquilo. Direito dele era aquilo que eles arrumavam ali. Mas hoje se deixassem os caras fazerem isso aí, era uma boa (riso). Mas aí foi mudando. Aí foi, tu vê, direitos que não tinha, hoje aparecem.

Consideramos que a fala desse entrevistado representa a internalização restringida de princípios legais nas relações do *peão* com o empregador. Por um lado, nesse relato se destaca que não é mais permitido ter uma *ponta de gado* própria na estância, ou seja, eliminou-se uma possibilidade restringida de acumulação que foi recorrente no passado. Por outro lado, se reconhece que certos direitos trabalhistas estão presentes, que antes não existiam, pois “direito era aquilo que eles arrumavam ali”.

Assim, quando o entrevistado comenta “era uma boa se deixassem fazer” uma *ponta de gado*, revela ambiguidades. Em muitos casos o salário do *peão* não remunera conforme estabelecido pelos direitos trabalhistas. Ao mesmo tempo, a oficialização da relação trabalhista impede a acumulação camponesa restringida, colocando em vias de extinção certas práticas como ter *ponta de gado*. Como resposta às privações desse cenário, os *peões* não tendem a conjecturar mobilizações coletivas como as greves, para angariar maiores salários, mas sim as práticas não capitalistas que historicamente permearam suas relações com estancieiros. Em certo sentido, podemos considerar que se deu aí um constrangimento das possibilidades de reprodução camponesa desses agentes sociais, algo como a emancipação restringida pelas privações materiais que Garcia Jr. (1989) analisou em setores sociais mais pauperizados durante a destruição das relações de dominação da *plantation* no Nordeste.

3. Feições da dominação personalizada: *peões*, *capatazes* e o *compromisso*

Nesta seção faremos algumas considerações sobre a condição do *capataz* nas relações sociais de produção da *estância*, bem como sobre algumas representações que a permeiam. O *capataz* se encontra sob algumas condições de maior poder perante os *peões*, tanto no sentido

da posição de mando, como nas melhores remunerações, e também na possibilidade dada a alguns deles para manejar uma *ponta de gado* próprio na estância. Por outro lado, se encontra sob certas condições similares às do *peão*, como nas extensas jornadas de trabalho e no uso de instrumentos próprios de trabalho. Portanto, a liquidez do seu salário é, em certa medida, fictícia. Porém, devido à possibilidade de manejar sua *ponta de gado*, o *capataz* sente-se em vantagem, como se estivesse dedicando certo montante de trabalho totalmente para si. Por sua vez, o *estancieiro* consegue um trabalhador com altíssima capacidade de gerência técnica e de pessoal por um custo similar ao do *peão*, sendo que se abstém de parcela do pagamento na medida em que permite a ele ter criação própria de gado.

Sendo assim, a condição do *capataz* é ambígua, pois vê que o trabalho que é dedicado para seu patrão também o é para si mesmo, na medida em que o seu gado e o do patrão são manejados de forma conjunta. Em certa medida, o *capataz* paga em gado ao patrão o direito de criar seu próprio gado, muito próximo do que acontecia com os imigrantes na relação de *colonato* em São Paulo. Naquele contexto, Martins (2010) analisou que os colonos viam na produção de café colhida e entregue aos patrões um tributo para que pudessem ter seus próprios cultivos de subsistência e venda. Pode-se comparar que, tanto quanto o colono que plantava café para o patrão de modo consorciado com seus cultivos de subsistência, o *capataz* não vê tão nitidamente a separação entre trabalho para si e para o *estancieiro* conforme seus gados estão distribuídos pelos mesmos campos. No caso do *capataz* se revela com força o que Weber (1981) chamou de “comunidade de interesses”, ou seja, o *capataz* possui o mesmo interesse que o *estancieiro* tem em ver o gado ganhando peso.

Considera-se que o ato de permitir uma *ponta de gado* se mostrou como possível estratégia dos *estancieiros* para aumentar o *compromisso* dos *capatazes*, dada sua constante ausência da estância. Nesse sentido, a categoria *compromisso* apareceu como relação necessária entre *peão/capataz* e *estancieiro*, como parte constitutiva do vínculo entre eles em contraposição ao vínculo intermitente do *diarista*⁷.

O *compromisso* é uma relação pessoal do *mensal* com o *estancieiro*, para além das formalidades contratuais legais. Obviamente a relação entre ambos inclui certas obrigações legais. Mas, sem elas, diz respeito a uma relação pessoal com o patrão, uma honra a cumprir. Nesse sentido se expressa a categoria que designa o trabalho do *capataz*: ele não é mero empregado, ele *cuida* da estância. Essa é uma expressão forte da condição de *compromisso*,

⁷ Até onde notamos a condição de ter ou não um *compromisso* não se revela *a priori* como vantagem ou desvantagem entre *mensais* e *diaristas*. Isso depende de outros fatores tomados em conjunto. Retomaremos esse tema na próxima seção.

onde a contrapartida do estancieiro é a confiança no *capataz*, ou seja, o reconhecimento de seu *compromisso*. Se não fosse o *compromisso*, qualquer pessoa experiente na *lida* poderia ser *capataz*. Portanto, para além de uma função de gerência, *cuidar* exige se sentir responsável pela propriedade privada do patrão como se fosse algo seu, é um completo reconhecimento de sua legitimidade como proprietário, por mais que ele seja ausente.

Ter *compromisso* também é condição necessária para a ascensão social de grupos subordinados no trabalho do campo que têm como escolha a posição de *peão* e que almejam alcançar a de *capataz*. É requisito para ocupar posições de maior prestígio, é o preço para ter melhores condições de remuneração e de ter residindo junto de si a família, de ter uma *ponta de gado* para vendê-la no futuro e de obter renda para adquirir uma *chácara* ou casa na cidade. Enfim um conjunto de benesses relativas que resultam do reconhecimento do *compromisso*.

Portanto, é possível traçar algumas considerações gerais sobre as relações fortemente personalizadas entre *capataz* e estancieiro que se mostraram recorrentes: o peso do *compromisso*, o sentido de *cuidar* a estância, a relação à distância com os patrões, a possibilidade de ter *ponta de gado*.

Para exemplificar como o *capataz* tende a representar sua posição, podemos citar um trecho de entrevista de um deles, onde se demonstrava orgulho de ser “*capataz mesmo*, não era daqueles que tem que esperar o patrão resolver. Eu não, quem resolvia era eu.” Em certa medida, essa citação expressa como existe uma personificação do estancieiro na figura do *capataz*. Em outro caso, o entrevistado relatou como rompeu seu *trato* com um estancieiro quando era o *capataz* de sua estância. Isso se deu quando o filho do estancieiro passou a dar ordens na estância, sem consentimento do *capataz*, o que foi visto como intromissão. Ou seja, o filho não respeitou as regras do jogo e expressou desconfiança no *capataz*, o que pôs fim àquela relação.

4. Autonomia relativa ou subordinação ampliada? Trabalho *por conta* e as *chácaras*

Faremos agora uma breve discussão sobre a forma peculiar como se configura a categoria de trabalhador rural no âmbito estudado. A partir de nossas entrevistas percebemos que, com certa frequência, os trabalhadores de estâncias possuem pequenas propriedades, cuja categoria nativa os denomina como *chácaras*. Junto disso, consideramos que os estabelecimentos agropecuários de até 10 hectares representam 22% do total no município de São Gabriel (IBGE, 2006). Tais dados nos levam a supor que existe uma dinâmica social para

além do indivíduo assalariado na *estância*, que se alia a estratégias familiares de reprodução social com base em pequenas propriedades. Utilizaremos de noções teóricas como autonomia e subordinação na reprodução social do grupo familiar para discutir seus desdobramentos nas relações sociais de produção das *estâncias*.

Quando fizemos uma pergunta dicotômica a alguns de nossos entrevistados, que era: “possui terras ou trabalha em outras propriedades?”, um deles nos respondeu da seguinte maneira: “não, eu tenho um pedacinho de terra, que é a minha *chácara*, onde eu trabalho. E trabalho também *pra fora*, porque pra sobreviver com uma *chacrinha* pequena a gente não sobrevive”. Essa *chácara* de 13 hectares que possui foi adquirida durante a trajetória familiar, não foi herdada. O trabalho nela possui caráter familiar. Perguntamos também se o entrevistado passava mais tempo nas *estâncias* ou na *chácara*, tendo resultado na seguinte resposta: “aí quando eu não estou [na *chácara*] – porque às vezes eu estou cuidando fazenda ou trabalho de peão – aí estou na fazenda. Mas se sair da fazenda, tipo, não deu certo mais com um patrão, aí volto pra lá [*chácara*]”. Ao mesmo tempo, a esposa está continuamente lidando na *chácara* “serviço do dia a dia e ajuda na volta” “criando coisas, fazendo horta, plantando”. Nisso, “a gente tem que estar sempre girando” sem parar pra “tirar dinheiro pra viver”.

A partir dessas falas pode-se considerar que, se a família “não sobrevive” somente com a *chacrinha*, o mesmo seria válido para “sobreviver” somente trabalhando *fora*. Entre *chácara* e *estância* se expressa uma ambivalente complementaridade. Ao mesmo tempo em que a pequena *chácara* viabiliza uma autonomia relativa em relação aos patrões, o que permite romper o contrato quando “não dá certo” com um deles, também possibilita ampliação da subordinação aos grandes proprietários na medida em que as remunerações aos empregados podem ser mais baixas, já que possuem acesso a um meio de produção própria da subsistência. Assim, a exemplo do que se verificou em Weber (1981) e Martins (2010), consideramos que a disponibilidade de trabalhadores que possuem acesso a pequenas parcelas de terra pode permitir ao senhor de terras rebaixar o padrão de remuneração monetária.

Nesse contexto, observa-se a complementaridade entre trabalhar na *estância* e trabalhar na *chácara*, onde a força de trabalho dos membros do grupo familiar é distribuída. A *chácara* é um espaço onde são manejados plantações e animais tanto para consumo da família como para venda de excedentes, particularmente em fazer as *quitandas*, ou seja, atividades geralmente atribuídas às mulheres e que envolvem vendas de alimentos artesanalmente processados, baseados em leite, ovos, frutas e legumes obtidos na *chácara*. A posse da *chácara* e de meios de produção nas mãos da família de trabalhadores acaba gerando o sentido

de autonomia por eles vivenciado, de ser espaço onde “tiram dinheiro pra viver”. Ao mesmo tempo, esse tempo de trabalho vivenciado como algo para si abre brechas para que os estancieiros venham a restringir os salários, já que oferecer parte dos meios de subsistência não estará sob sua responsabilidade, mas da *chácara*.

Encontramos outro caso similar de pequeno proprietário que não percebe dicotomia em relação a trabalhar *pra fora*, o que foi destacado pela categoria *trabalhar por conta*. O entrevistado que chamaremos Adolfo⁸ chegou a “plantar bastante” junto de seus pais em uma propriedade de aproximadamente 100 hectares da família, mas hoje não cultiva milho porque “não vale mais a pena”, considera que “Mais vale trabalhar pra fora do que plantar”. Contudo, não está falando em ser um *mensal*, mas de trabalhar *por dia* em serviços especializados de manejo de gado junto do principal proprietário da localidade, situação na qual considera que “O cara é mais livre. Ser empregado num mês é brabo. Aí o cara não se governa.”. Assim, associa o trabalho *por dia* com vantagem, com “liberdade”.

Portanto, podemos levar em conta que a condição na qual Adolfo opta por uma ocupação enquanto *diarista* é muito distinta daquela dos que dependem exclusivamente do trabalho *por dia* ou *por mês*. De um modo relacional, percebe-se que o trabalho *mensal* ou *diarista* é assumido como tarefa central nos casos de famílias ou de trabalhadores solteiros que possuem maiores restrições para obter outras fontes de renda. E essa condição não se restringe somente ao tamanho da propriedade. Destacamos aqui o caso de Cleber, o qual possui junto de seu pai uma *chácara* de menos de 3 hectares. Cleber já trabalhou *pra fora* como *mensal*, mas atualmente nem mesmo *por dia* ele trabalha, somente *por conta*. Isso se deu conforme passou a trabalhar com produção artesanal de cordas em couro, sendo que abastece estâncias e estabelecimentos comerciais da cidade com seus produtos, sem depender das aquisições de um estabelecimento em específico.

Aqui sentimos a necessidade de fazer uma ressalva sobre a condição de trabalhadores *diaristas*. A condição de escolha por trabalhar como diarista no caso de Adolfo supõe a existência de condições materiais consolidadas. Ao mesmo tempo, existe outro conjunto distinto de trabalhadores *por dia*: possuem acesso restringido à terra, não possuem produção artesanal que lhes garanta autonomia, não têm a mesma relação de *compromisso*/subordinação com os estancieiros como no caso dos *mensais*. Nessa condição existem diferentes trabalhadores: desde aqueles em situação mais pauperizada no espaço social – às vezes

⁸ São fictícios todos os nomes aqui utilizados para se referir aos entrevistados no trabalho de campo.

*moradores de corredor*⁹ – até aqueles que combinam diferentes trabalhos *por dia* e *empreitadas*, junto de pequenas *chácaras*. Assim, o simples fato de trabalhar *por dia* não encerra em si mesmo a condição objetiva na qual um trabalhador está inserido.

Assim, comparando as três trajetórias brevemente apresentadas nesta seção, podemos inferir que conforme houverem maiores margens de autonomia devido à posse de terras suficientes para manejar rebanhos próprios (Adolfo), ou então a produção artesanal de bens de consumo sob condições mercadológicas satisfatórias (Cleber), o trabalhador/pequeno proprietário tenderá a preferir trabalhar *por conta*, “se governar”. Nesse caso, os graus de subordinação aos grandes proprietários serão menores. Do contrário temos a condição do casal apresentado no início da seção, os quais consideram que a *chácara* não garante sua autonomia e, assim, o marido se emprega como *mensal* em estâncias – ou seja, depende do *compromisso*/subordinação.

Tendo em vista respostas como essas, consideramos que em muitas situações não há uma separação fixa entre ter vínculo laboral com estâncias e ser proprietário de pequena parcela de terra, já que essas condições objetivas são complementares de diversas maneiras. Identificamos que existe separação perceptível entre: a) uma família que se ocupe apenas ou predominantemente em sua propriedade, trabalhando *por conta*, o que sob certas lentes teóricas poderá ser classificado como pecuarista familiar, em condição pluriativa; b) uma família que possui uma *chácara* ao mesmo tempo em que um de seus membros possui vínculo empregatício como *peão* de estância, o que sob certas lentes teóricas poderá ser classificado como trabalhador assalariado.

Contudo, tratar dessas categorias de forma fixa apresenta limites. Por exemplo: na visão imediata de um *peão* que não vislumbra, em curto prazo, adquirir terras suficientes para sobreviver apenas delas, alcançar a posição de *capataz* com uma *ponta de gado* pode ser um agradável meio termo e, quiçá, um caminho para enfim ter condições de maior autonomia relativa caso puder adquirir maiores parcelas de terra. Mesmo assim, deve-se considerar que as situações sociais são bastante complexas: até mesmo alguém que seja proprietário de certa parcela de terras (como o caso de Adolfo com 100 hectares) e que possua gado próprio pode optar por um trabalho complementar como *diarista*, em condição que também considera de maior autonomia perante um *mensal*.

⁹ A categoria *moradores de corredor* ou moradores de beira de estrada se refere às famílias que se estabelecem entre a cerca das grandes propriedades e as estradas, onde possuem moradia, pequenos cultivos alimentícios e criações de animais, recorrendo ao trabalho *por mês* ou *por dia* junto aos proprietários do entorno.

5. Algumas considerações

O presente ensaio foi escrito com o intuito de “pôr no papel” algumas discussões desenvolvidas no âmbito do grupo de pesquisa *Economia e sociedade estancieira: trajetórias conexas e práticas de reprodução social* sobre o tema das relações sociais de produção nas estâncias do RS, tendo em vista as lacunas de estudo na literatura em relação à segunda metade do século XX. As inferências e hipóteses conduzidas ao longo deste trabalho apresentam um sentido exploratório, representam questões de estudo que pretendemos dar continuidade em nossas pesquisas.

Quanto à questão geral colocada neste ensaio, do trabalho nas estâncias, consideramos a existência de estruturas que se mantêm e que se retraem ao longo das últimas décadas. Por mais que as condições de acumulação capitalista dos estancieiros tenham se modificado com as mudanças no mercado de carnes após a década de 1990, as relações com os trabalhadores apresentam uma série de continuidades baseadas na força que reside no estatuto pessoal de dominação. Considera-se que uma assimilação restringida de direitos dos trabalhadores por parte dos empregadores está contida na permanência de sentidos ao trabalho baseados na honra e no *compromisso*. No entanto, sinais de que esses princípios estão esgarçados se expressam no reconhecimento de vantagens em ocupações alternativas por parte dos trabalhadores, bem como no acionamento mais frequente de patrões na justiça do trabalho.

Notou-se que o mundo do trabalho nesse espaço social vai muito além de uma ideia simplificada da condição de *peão*. Há um conjunto de trajetórias relativas, complementares, não estanques, onde é válido perceber as condições objetivas (terras, terrenos, contratos, atividades, direitos, tipos de pagamentos) e subjetivas (percepções, sentidos para o trabalho, para autonomia, para o empregador, para as leis) que permeiam cada uma delas, em especial o que os agentes consideram que é necessário fazer em sua posição para seguir vivendo, considerando possibilidades distintas dentro de uma mesma posição geral de *peão*.

Consideramos que essa complexidade de trajetórias revela insuficiências de um uso simplificado da categoria “assalariado” na análise dos *peões* de estância do Rio Grande do Sul e das estratégias de reprodução social que estão em jogo nos grupos familiares aos quais estão vinculados. Ao mesmo tempo, entendemos que sua substituição pela noção de “pecuarista familiar” apresenta outras insuficiências, visto que a vinculação material e simbólica de muitas dessas famílias ao trabalho nas grandes propriedades tende a ser preponderante nas suas estratégias postas em jogo.

Referências

- CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins Meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil. Santa Maria: UFSM, 2010.
- GARCIA JR., Afrânio Raul. **O sul**: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: MCT-CNPq, 1989.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. **Censo Agropecuário**. 2006.
- MAESTRI, Mario. O cativo, o gaúcho e o peão: considerações sobre a fazenda pastoril riograndense (1680-1964). In: MAESTRI, Mario (Org.). **Peões, gaúchos, vaqueiros, cativos campeiros**: estudos sobre a economia pastoril do Brasil. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010, p. 212-300.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9. ed. revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2010.
- MEDEIROS, Laudelino T. **O peão de estância**: um tipo de trabalhador rural. Porto Alegre, Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas/UFRGS – Estudos e Trabalhos mimeografados n° 8, 1969.
- PICCIN, Marcos Botton. **Os senhores da terra e da guerra do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre as estratégias de reprodução social do patronato rural estancieiro. 2012. 457 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2012.
- WEBER, Max. A situação dos trabalhadores rurais na Alemanha nas províncias do Alé-Elba. In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (Orgs.). **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 59-80.
- ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno**: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Unijuí, 2002.

ATUALIZANDO AS RELAÇÕES DE TRABALHO EM UMA GRANDE PROPRIEDADE RURAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO SISTEMA DE MORADIA

Janine Vicente Dias¹
Ramonildes Alves Gomes²

RESUMO:

O presente texto tem como finalidade apresentar as relações de trabalho vinculadas à condição de moradia em uma grande propriedade rural, localizada no médio sertão paraibano. Em sua figuração, a propriedade se apresenta como uma fazenda exprodutora de algodão, sendo atualmente a sede de um complexo agro-industrial que exporta diversos produtos para a Europa, resultante do trabalho de aproximadamente trinta famílias, moradoras do lugar. O objetivo principal deste estudo é analisar as mudanças ocorridas nas relações de trabalho após a falência do ciclo do algodão no sertão da Paraíba, que interferiram no modo de ser e de viver dos diferentes atores, de forma a atualizar as identidades e sociabilidades. Para isso foram realizadas entrevistas com o proprietário e moradores-funcionários da Fazenda-Empresa Tamanduá com o intuito de compreender, a partir da história de vida destes informantes, o processo de *transformação* que envolve a produção/trabalho dos moradores em trabalhadores assalariados da propriedade, e ao mesmo tempo a *permanência* do sistema de moradia nesta propriedade. Os primeiros resultados revelaram que a relação de trabalho reestruturada, em torno do salário e da moradia, estabelece um tipo de economia moral entre o fazendeiro-patrão e os moradores-funcionários, promovendo uma singular gestão na produção da empresa em questão, em que o controle e o disciplinamento do tempo de trabalho são mais facilmente realizados, resultando em uma constante produção, já que o tempo de trabalho e permanência na morada se confunde. Observou-se ainda que as formas de comportamento e os sentimentos de gratidão e confiança anunciados, inferida pelo tempo de morada cedido e pelo empenho do morador junto à propriedade, projetam um tipo de interação entre patrão e funcionário que extrapola as relações de trabalho meramente contratuais, recriando um tipo de sociabilidade permeada por símbolos da tradição, com cronograma de comemorações, laços de vizinhança e uso de capital social.

Palavras-Chave: Trabalho Rural, Sistema de Moradia, Grande Propriedade.

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande; e-mail: janinefdias@gmail.com

² Professora e Pesquisadora da Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande; e-mail: rnildes@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XVIII a produção do algodão em terras brasileiras, e particularmente no Nordeste foi elevada e redefinida. A grande demanda, requerida pela indústria internacional - em especial, a têxtil inglesa, que vivenciava grande progresso tecnológico, exigiu um aumento significativo dessa matéria prima brasileira, levando o agreste e sertão paraibanos a se tornarem regiões centrais na produção desse tipo de cultura.

Nestas duas áreas, o gado e o algodão constituíram a base da economia, sendo que no Agreste, segundo Diane Galizza (1993), a expansão do algodão introduziu novas formas de uso da terra, pois veio a ser uma lavoura de pequenas e médias propriedades, sendo intercalada com as lavouras de subsistência, garantindo assim a participação de pessoas de poucas posses neste tipo de atividade agrícola. Já no Sertão, cujas as áreas sempre estiveram dedicadas ao criatório de animais, especialmente nas grandes propriedades, teve o algodão como um aliado, inclusive na complementação da ração para o gado, haja vista que o caroço e a rama constituíam uma boa alimentação para os bovinos em períodos de seca. Mas, com as variadas demandas do mercado externo, o algodão acabou por representar uma nova e principal fonte de renda para os proprietários e não proprietários (arrendatários, parceiros, trabalhadores rurais) até então restritos à pecuária e as lavouras de subsistência.

No entanto, nas áreas de sertão da Paraíba, não há registros aprofundados sobre o ciclo da economia, especialmente sobre a sociabilidade aí constituída em detrimento da especificidade das relações de trabalho e moradia, bem como das ideias dos trabalhadores rurais e dos proprietários desse tipo de lavoura. O que é ressaltado em certos trabalhos historiográficos é a representatividade econômica do algodão como mercadoria de valor nacional e internacional, em décadas passadas. Dentro dessa perspectiva de investigação, são principalmente as agências governamentais – EMATER, EMBRAPA, que buscam dados para demonstrar o ciclo de ouro do algodão paraibano, outrora presente em abundância na paisagem sertaneja.

E é neste norte, que justificamos a necessidade de estender as investigações sobre a ampliação e consolidação dessa cultura no sertão paraibano, em especial no médio sertão, privilegiando como foco da análise o sistema de moradia, – enquanto uma dos eixos do tripé de sustentação da economia algodoeira, ao mesmo tempo

problematizar a remodelagem das relações de trabalho decorrentes da falência do ciclo do algodão.

Nesse estudo, o objetivo mais geral é problematizar a principal condição de trabalho: a moradia, que foi estruturada nas chamadas fazendas de algodão, grande propriedade rural no sertão, bem como suas transformações e permanências no mundo rural de hoje, verificando através da análise processual a vigência e manutenção deste sistema, que funciona com seu conjunto de regras relativamente fixos e em torno dos quais se estabelece uma economia moral. Assim, para fins desse trabalho optamos pelo estudo de caso, restrito apenas a uma grande propriedade rural, ex-produtora de algodão-mocó – pelo menos até o fim da década de 70, quando todo o ciclo de algodão da região e do estado se fecha e declara falência, e que hoje é a sede de um complexo agroindustrial que exporta produtos para a Europa, resultante do trabalho de aproximadamente trinta famílias, que no passado, foram moradoras na grande propriedade algodoeira. Nessa Fazenda-Empresa fizemos entrevistas com o proprietário e com moradores-funcionários, com o intuito de compreender, a partir da história de vida destes informantes, o processo de transformação da posição de parceria-meeiro - principal condição de trabalho no ciclo do algodão, dos moradores envolvidos para a condição de trabalhador assalariado da propriedade, onde persiste um sistema de “moradia”, reinventado e reestruturado.

2. NOTAS SOBRE A ECONOMIA DO ALGODÃO NO MÉDIO SERTÃO PARAIBANO

Na ainda chamada Parayba do Norte, durante toda a Primeira República, foi a lavoura de algodão que de forma extensiva teve larga expansão pelo Estado, sendo responsável, inclusive, pela composição e reestabelecimento de suas finanças, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 02: Produção Paraibana de Algodão por Área Geográfica, nos anos de 1911 a 1921.

REGIÃO	1911	1912	1913	1916	1921
Costa	1.757.000	1.242.000	1.290.000	1.318.000	224.000
Caatinga/Agreste	5.232.000	6.484.000	4.710.000	8.670.000	2.983.000
Brejo	885.000	713.000	203.000	1.062.000	330.000
Cariri/Sertão	5.676.000	7.537.000	4.361.000	6.630.000	4.198.000
Alto Sertão	6.161.000	7.317.000	5.649.000	11.050.000	14.902.000
Não identificado	6.062.000	6.523.000	4.501.000	-	-
Total	25.773.000	29.816.000	20.714.000	28.730.000	22.637.000

Fonte: LEWIN, Linda. Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993, p.92.

Levando em conta estes resultados, confiantes nos altos valores de cotação do algodão no mercado externo, muitos produtores viram-se estimulados a aumentar a sua produção e mesmo aqueles que se ocupavam de outras lavouras também se inclinaram para o cultivo do algodão, buscando espécies que melhor se adaptassem ao clima e solo da região. No caso do Sertão, a variedade do algodão – conhecido como o mocó, cuja fibra longa era considerada uma das melhores do mundo, foi a que melhor se desenvolveu, em virtude do clima e da qualidade das terras a determinação para o processo de cultivo.

Com a continuidade da expansão e supervalorização do algodão, que só no ano de 1934 contabilizou o montante de 280 mil toneladas, grandes empresas internacionais vieram se estabelecer no estado³ a fim de participar de processos modernos de beneficiamento e enfardamento, como a empresa algodoeira do grupo Kröncke & CIA e a firma Julius von Söhsten & CIA, localizadas na capital e em Cabedelo, por possuírem as famosas prensas hidráulicas. Na região do médio sertão, especificamente no município de Patos se estabeleceu dentre outras empresas: a Companhia Industrial Comercial e Agrícola – CICA, que fabricava óleos vegetais e tortas de caroço de algodão (de grande importância para os pecuaristas locais); as empresas estrangeiras da Anderson Clayton e a Araújo Rique & CIA; a SIDOL, a IPAL, a COCEPA – Cooperativa Central da Paraíba, a Algodoeira Horácio Nóbrega, a CAMPAL – Cooperativa Mista de Patos, um empreendimento privado de fazendeiros da região que se destacou por oferecer o beneficiamento, a prensagem e a exportação do algodão, além da fabricação de óleos vegetais, torta, saboaria e refinaria e que os propagaria com apelos e justificativas singulares, como: “a única genuinamente patoense”; “fornece emprego aos filhos de Patos”; “não distingue o matuto do homem letrado”; e a própria SANBRA⁴, que juntamente com a CICA estabeleceu uma relação peculiar de financiamento junto aos produtores locais, representando um novo formato de crédito rural e potencializando a produção.

Estas empresas eram o reflexo mais visível do nível de investimento que esta região sertaneja demandava, haja vista a oferta da produção em larga escala e sempre crescente. Nesse sentido, a supervalorização do algodão o fez partícipe do projeto de

⁴ Companhia muito conhecida e ainda lembrada é a SANBRA – Sociedade Algodoeira do Nordeste do Brasil, pertencente ao grupo Bunge e Born, de Buenos Ayres, Argentina. Esta possuía uma superestrutura constituída por armazéns, prensas, usinas, fábricas de óleo, além de possuir seu próprio parque para armazenagem e industrialização com balanças com capacidade para pesar um vagão de trem e desvio da linha férrea para o interior do seu parque industrial.

modernização da agricultura implementado pelo Estado brasileiro, impulsionando a modificação de processos tradicionais para aumento da produtividade. Para isso foram criadas iniciativas para a prestação de assistência necessária a população rural, diga-se “empresários rurais”, convidados a se modernizarem (Pinto, 1995). De olho ainda no capital estrangeiro, instituições governamentais sondavam investidores e os incentivava a ir além das etapas de beneficiamento e comercialização do produto, de modo que participassem também do cultivo da matéria-prima, de forma a experimentar novos arranjos produtivos, sementes geneticamente modificadas e outras inovações na produção direcionadas ao concorrido mercado exterior.

Entre tais incursos do estrangeirismo na economia do algodão no médio sertão paraibano se destaca, nos primeiros anos da década de 70, a entrada do empresário suíço Pierre Landolt que animado com a supervalorização do algodão arbóreo, o mocó, se instala na região e adquire uma grande propriedade rural⁵, uma tradicional fazenda, também produtora de algodão. Sobre este tempo, em relação à experimentação da nova fase de reorganização da produção e dos mercados rurais, conta-nos Landolt:

“[...] fui convidado a produzir algodão no Brasil, pelas agências responsáveis do Plano de Desenvolvimento Rural, com isso obtive toda a assistência técnica, todo sustento necessário para transformar uma propriedade rural tradicional de produção decadente, em um complexo agroindustrial, com meios de produção integrados e uma relação sistêmica com o mercado.” (entrevista realizada em 07/07/2017).

Para a execução deste projeto, contudo, foi imperativo uma maior especialização da produção agrícola, bem como uma maior intensificação da divisão social do trabalho, como confirma Guilherme Delgado quando diz que “todo processo de modernização se realiza com intensa diferenciação e mesmo exclusão de grupos sociais” (1985, p.82). De fato, segundo o depoimento de Pierre Landolt sobre o processo de modernização das forças e relações de produção da Fazenda por ele adquirida, que antes tinha sua produção ancorada em contratos de parceria /meação:

“Minha primeira providência assim que lá cheguei foi acabar com a produção do algodão através de contrato com os meeiros, moradores da propriedade. Deixei claro que quem quisesse continuar na propriedade iria trabalhar na lavoura como assalariado. Haveria trabalho para todos. Quase todos os

⁵ A Fazenda foi adquirida pelo empresário Pierre Landolt, em 24 de março de 1977, a partir de compra direta do produtor rural e comerciante Hardman Cavalcante Pinto, que antes a havia adquirido por compra a Cristiano Pereira Cavalcante em 23 de outubro de 1967, adquirido da parte de Antônio Alves de Sousa, em 09 de junho de 1959, conforme escrituras públicas lavradas nas Notas do 2º Ofício do Cartório Dinamérico Wanderley.

moradores ficaram instalados e aceitaram. Outros foram embora da propriedade, pois viam a nova relação de trabalho como uma humilhação. (entrevista realizada em 07/07 de 2017)”.

Acontece que na maioria das propriedades, os produtores de algodão do lugar até então adotavam prioritariamente o sistema de meação, que consistia em contratos de parceria agrícola, instituídos no Brasil desde as últimas décadas do século XIX como forma de dinamizar a produção rural e com isso ampliar o processo de obtenção de lucro da terra, num período de crise do latifúndio em que os proprietários se viam desprovidos da mão-de-obra escrava. Neste tipo de regime, se tinha de um lado os proprietários de terra, chamados de concedentes, e do outro aqueles que não possuíam terras, tornando a parceria mais um mecanismo de manutenção do *status quo* da elite agrária nacional, uma vez que a propriedade continuaria sendo, como diz Raimundo Faoro: “uma afirmação aristocrática para uma grande empresa ou para o domínio de lavradores e vaqueiros” (1997, p. 407). E assim, a terra, e sua posse ou ausência, continuaria a servir de critério para a diferenciação dos sujeitos sociais, definindo ou redefinindo referenciais ou categorias distintivas para cada situação daqueles que se envolvem com este meio de produção, dando prolongamento ao projeto de exploração, dependência e dominação no meio rural.

2.1 As Relações de Produção e Trabalho no Ciclo do Algodão

Considerada como mais uma prática de trabalho rural, ao lado de outras mais recentes, como: o trabalhador de carteira assinada, o trabalhador temporário e o trabalhador diarista, o parceiro/meeiro ainda hoje se faz presente nos muitos espaços rurais. Tal condição de produção/trabalho foi reconhecida através da Lei do Estatuto da Terra de 1964, que na sua origem apresentava esta “abertura” aos camponeses. De acordo com a legislação, este sistema denominado de parceria rural poderia se identificar de forma distintiva em: parceria agrícola; parceria pecuária; parceria agroindustrial; parceria extrativa e parceria mista, quando sua finalidade abrange mais de uma das modalidades de parceria rural.

Ainda para o entendimento da pluralidade de situações que envolvem esta complexa condição de produção/trabalho, Foerste (2005) apresenta dois tipos de parceria, assim determinadas: a de autonomia total do parceiro trabalhador, na gestão e execução da produção; e a de autonomia parcial, em que o controle da maior parte das

atividades cabe ao proprietário. Em tal categorização de condições de produção/trabalho, ainda se verifica a chamada parceria sem autonomia, em que o trabalhador não tem nenhum domínio na produção, colheita, beneficiamento e comercialização dos produtos da parceria, tudo ficando sob o controle do proprietário.

Na microrregião do médio sertão, o acordo firmado na maior parte das parcerias agrícolas era de 50% da produção e não do lucro, ou seja, metade da produção, o que explica o termo meeiro, amplamente empregado neste tipo de situação de produção/trabalho, o qual era entregue ao dono da propriedade. Porém verificou-se no contexto investigado, em relação ao sistema de produção/trabalho em parceria, que por vezes o parceiro outorgado detinha uma margem ao final da safra do algodão, ao que este chamava de “sobra”, e de onde retirava seu “lucro”, sendo ele (o outorgado) responsável pelos insumos utilizados na lavoura com igual percentual firmado no contrato de parceria. A questão é que quem ao fim determinava os insumos a serem aplicados e a quantidade, era o parceiro outorgante. Dessa forma, com um ano de trabalho, o parceiro outorgado poderia chegar ao final da colheita/safra com 0% de lucro, isso quando não terminava com dívidas com o outorgante.

Neste tipo de situação, Candido (1964) *apud* Foerste (2005, p. 56) já descrevia “[...] que pela parceria o trabalhador não chegaria a deter rendimento suficiente para vir um dia a se tornar autônomo, adquirindo terras”. Isso, porque dentro desse sistema de produção/trabalho o lavrador sem terra “some na paisagem”, se configurando enquanto “apêndices passivo do senhor territorial que, em troca da safra, por ele comercializada, lhes fornece, em migalhas encarecidas, os meios de sustentar o modesto plantio” (FAORO, 1996, p. 418). De fato, nas propriedades investigadas na região de Patos, no Médio Sertão Paraibano, se percebe a herança deixada pelo sistema de ocupação das terras através de um desenho figurado: do proprietário com sobras de terras, que não as cultiva, seja por quaisquer motivos, mas que também não permite que outros as explore; e os lavradores e trabalhadores sem terra, alguns denominados meeiros e, em outros casos moradores, situação que se refere aos que buscam a “sombra” que a grande propriedade projeta.

No cenário mais remoto, de acordo com a Secretaria de Agricultura do município de Patos e do escritório da EMATER, a maioria das propriedades produtoras de algodão conduzia parte de suas lavouras utilizando o sistema de parceria/meeiro. E mesmo com o fim do ciclo do “ouro branco”, estima-se que no município existam ainda aproximadamente 1.300 contratos de parceria registrados, o que representa um número

substancialmente grande de pessoas que sobrevivem desse sistema de trabalho. Cabe lembrar que destes, grande parte estende sua morada na propriedade onde estabeleceu contrato, aquela em que o proprietário concedeu a porção de terra para o plantio e/ou criação.

Por este caminho, outra situação por vezes relacionada a esta configuração de produção/trabalho, mas que deve ser compreendida de forma particular é a da representação do morador e sua existência singular, não vinculada à preexistência de contrato de parceria com o patrão/parceiro. Nesta situação, a representação do morador de uma propriedade não se aproxima da condição de ser meeiro, pois a ocupação na propriedade, do fazer sua morada, não passa antes por uma relação de trabalho nestes moldes. É que na gênese de sua identidade social, a noção de espaço, de território é preponderante, pois a sua sobrevivência e de sua família, o seu estar no mundo depende antes de um lugar para se fazer morada e trabalho. Assim, o espaço territorial, a propriedade em que faz morada e trabalha, torna-se em ordem de importância, a mais elementar para sua constituição enquanto grupo social.

No ciclo do algodão, no sertão da Paraíba, esse tipo de sistema sustentou o trabalho nas lavouras, tornando-se indispensável enquanto uma forma de trabalho, inclusive extrapolando todas as possíveis previsões de seu fim, que deveria acompanhar a falência do algodão, mas que ainda é possível encontrar nas propriedades rurais do Médio Sertão. Com especificidades em relação à representação social, os antigos moradores das fazendas de algodão diferiam dos moradores dos engenhos da cana-de-açúcar da Zona da Mata e do Brejo Paraibanos, possuindo um *ethos* particular que somente se ajusta aquele espaço e tempo social por eles constituídos. Sendo esta uma das hipóteses para explicar a inexistência de movimentos e mobilizações como as ligas camponesas, que foram tão presentes na Zona da Mata Paraibana.

De forma geral, a presença do morador, independente da territorialidade e lavoura instituída, desde o início do século XIX, revela a condição da força de um trabalho “livre” em um mercado que não a comportava, sobretudo por ter sido presidido pela escravidão, monocultura e rigidez do patriarcalismo. Por isso que a exploração e violência que incidiam sobre o trabalho escravo aos poucos também se transferem para o trabalhador livre, principalmente quando a utilização da força de trabalho dos moradores não se limita ao espaço e tempo de produção dos engenhos e fazendas de algodão. Ora, os serviços prestados pelos moradores aos grandes proprietários extrapolavam o espaço e o tempo de forma diversa, consistindo desde a

manutenção da segurança da propriedade rural até o emprego da sua força de trabalho na lavoura, pecuária e serviços domésticos (KOSTER, 1978).

Já o grande proprietário, por sua vez, com poder absoluto sobre seus domínios, exigia um tipo específico de relação social com o seu morador, uma espécie de sociabilidade verticalizada, instituída de cima pra baixo, em que o coronel merecia antes de tudo respeito e obediência. Essa superioridade e dominação do patrão/senhor/coronel sob seus trabalhadores/moradores era estabelecida mesmo no cotidiano da vida social, num discurso ideológico de sujeição à terra, no que tange a sua posse ou ausência, através da reprodução da ideia de que: era possível ser proprietário através do trabalho.

É fato, que numa época em que o latifúndio e o poder de seus donos impediam que os homens livres tivessem acesso à pequena propriedade, a possibilidade de vir a ser um proprietário instalava-se com facilidade na consciência dos trabalhadores que viam a moradia como uma aproximação para a realização de tal feito. Isso porque era comum, nos acertos da morada, em particular nas fazendas do sertão (estruturadas em torno do binômio algodão-pecuária) que o morador ao se fixar nas terras do grande proprietário, cuidaria do gado, recebendo como pagamento pelos seus serviços o filhote de vaca, podendo assim iniciar seu projeto de criação de reses. E se o arranjo produtivo progredisse com uma quantidade razoável de animais e dependendo da relação de moradia instituída, o morador ainda poderia arrendar uma pequena porção de terra na propriedade para o aumento de sua criação dos animais – caso, não fosse cedida a faixa de terra pelo proprietário, ou ainda mesmo comprar alguma extensão de terra, tornando-se assim um pequeno proprietário. Infelizmente, o contingente de moradores que conquistaram sua propriedade da terra foi muito pequeno, um número irrisório quando situado no universo do território do médio sertão.

3. A ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE MORADIA: O CASO DA FAZENDA TAMANDUÁ.

Como já anunciado, o sistema de parceria – meeiro não resiste na apropriação da antiga fazenda, realizada pelo empresário suíço Pierre Landolt, tendo àqueles moradores parceiros a forçosa necessidade de se adequar as novas relações de produção e trabalho na propriedade: o de torna-se trabalhador assalariado. Aqueles que resistiram tal condição e buscaram sair da propriedade por acreditarem que perderiam sua autonomia

na produção e liberdade em seu trabalho, relatam a “humilhação” do anúncio do fim dos contratos de meeiro:

“tudo se desmoronou... ninguém ali era rico por fazer “meia” com o patrão, mas já se tinha o costume. E pouco ou muito a gente trabalhava do nosso jeito, do jeito que se dava que Deus ajudava. Chegando um patrão novo, do estrangeiro... o povo ficou receoso, do que esperar dali. Eu mesmo fui embora, eu e minha família. Eu não era mais dali” (Depoimento de Zé Paulo – ex-morador da Fazenda, em 05 de março de 2018).

“Eu saí da Fazenda, porque pra trabalhar alugado eu não queria não. Fui morar ali para plantar, mesmo que de meia. Não queria me sujeitar não. Mas tive que voltar tempos depois, porque não achei outro lugar de morada, a crise do algodão tava chegando, não tava bom pra ninguém. Voltei e tô até hoje e meus meninos tudinho trabalha pra Dr. Pierre, filho, neto, nora... tudo. Eu hoje só faço olhar, né, não tenho mais idade” (Depoimento de Seu Inácio, morador da Fazenda Tamanduá, em 12 de novembro de 2017).

Advém que para estes moradores e ex-moradores a condição de *ser* meeiro, mesmo que não sendo o parceiro proprietário dos meios de produção, lhes conferia certa posição social em relação a outras categorias sociais no mundo do trabalho rural. Seria mesmo um tipo de distinção, organizado a partir de um nível mínimo de liberdade na produção, em que o *tempo* seria seu principal aliado em detrimento do *espaço* particular do outro parceiro. E como detentor deste tempo de cultivo e de colheita, este morador sentia-se de certo modo apropriado do que produziu, mesmo que ainda cedendo parte para o proprietário legítimo da terra, principal meio deste tipo de produção. E é por isso, que ao ver tal situação de “independência” se esvaindo e com ela a possibilidade de produzir para si e/ou mesmo adquirir um pedaço de terra tão preparada por ele e de algum modo também já apropriada, ao menos afetivamente, parece o fazer retornar a uma posição inferior, um passo atrás da condição que representava até o momento para si: a de uma autonomia na produção e no trabalho. Era a seu ver, a reconstituição de uma temida situação anterior, aquela a que chegou à Fazenda: a condição de um sujeito sem “eira, nem beira” (expressão utilizada por Seu Inácio), que referencia a ausência de trabalho e moradia.

A grave crise na produção algodoeira que se pronunciou com maior nitidez no fim da década de 70 (com a diminuição do incentivo e prejuízos causados à lavoura pelo uso de sementes selecionadas, oriundas de região sudeste, e conseqüentemente o não combate à praga do bicudo) e que viria efetivamente sucumbir o sistema econômico cotonicultor da região foi de fato o marco temporal para a uma grande e brusca mudança na vida social nos espaços de sobrevivência das famílias camponesas: a falência das parcerias de meeiro e a expulsão de moradores das propriedades

produtoras, respingando ainda nas relações de trabalho assalariado e sazonal, bem como também da população urbana que se deparou com o fechamento das cooperativas⁶ de beneficiamento e comercialização, promovendo dentre outros efeitos um processo de migração de grupos sociais, rural e urbano para outras regiões do país.

Considerado como uma forma de relação de produção e trabalho que melhor sustentou a economia do algodão nesta região, a plantação “de meia” tornou-se uma resposta para elucidar a questão do uso da grande propriedade de terra e a realização de sua função social de produção. E o tipo de sociabilidade nestes termos instituída, era construída conforme a utilização da terra pelos parceiros, sendo que era na instalação completa do parceiro outorgado na propriedade que estreitava os laços de obrigações e confiança. Nesse caso, o parceiro-morador, tornava-se também parte da propriedade, sendo inserido em encargos e deveres superiores aos daqueles parceiros que não estabeleciam morada. Mas, com o fim do ciclo do algodão no sertão tornou-se inviável manter esse modo de parceria, já que não existia mais a demanda dos mercados para aquela outrora promissora economia, tornando-se inexecutável o estabelecimento da morada, nestas propriedades que deixavam de serem produtoras, para ambas as categorias: proprietário-meeiro e morador-meeiro.

Contudo, requer à atenção que muitas propriedades no médio sertão, as de grande extensão, mesmo findando a relação de trabalho/produção de parceria ainda mantiveram o sistema de moradia, devido principalmente à intercessão dos moradores, que não queriam se “aventurar no mundo afora” e que não possuíam outro lugar para morar, acabando assim por “trabalhar pelo dia” (expressão usada para designar o pagamento da diária trabalhada) e “pelo que aparecia”, continuando assim estabelecidos nas fazendas e ajudando, por sua vez, na manutenção e reestruturação das propriedades que necessitavam de novos arranjos produtivos diante do contexto da crise algodoeira, possibilidade que raramente aconteceu. Na verdade, o que se verificou foi que apesar da falência do sistema de parceria-meeiro, que acompanhou o colapso da economia do algodão, o sistema de moradia não se esfacelou na região, sendo presente em todas as propriedades pesquisadas.

O caso da Fazenda Tamanduá, mais emblemático, se constitui na ocorrência da reconversão das relações de trabalho e produção ainda durante a vigência do ciclo do

algodão, quando seu proprietário, Pierre Landolt, declara findado o sistema de parceria-meeiro e firma o trabalho assalariado, no entanto dando continuidade a permanência do sistema de moradia, que inicialmente sugere numa contradição em relação ao discurso moderno e liberal de produtividade da empresa recém-fundada: a Mocó Agropecuária. Mas, ao imergir na história de reestruturação da fazenda se entende melhor o objetivo da manutenção do sistema de moradia na empresa constituída, já que para Landolt: “não bastava apenas manter os mesmos sujeitos na produção, era preciso também mantê-los na propriedade, pois se via ali um grande acúmulo de conhecimento e de experiência daqueles moradores”. Além do mais, “eles conheciam cada pedaço daquele lugar, do funcionamento e era preciso saber aproveitar aquela memória do lugar” (entrevista em 07/07/2017). Logo, sua proposta de investimento se organizava em torno não só do produto, mas também dos sujeitos que iriam produzir e a relação que estes mantinham com a propriedade.

Após a falência da economia do algodão, a Fazenda diversificou a sua produção, iniciando ciclos de produção de frutas irrigadas e criação de matrizes bovina e caprina. Com a aquisição contínua de extensões de terra de seu entorno a fazenda Tamanduá possui hoje quase 3.000 hectares e está localizada no município de Santa Terezinha, que faz limite com Patos, na microrregião do médio sertão. Tem como objetivo trabalhar com a agricultura/pecuária orgânica e biodinâmica⁷, desenvolvendo o cultivo de frutas como mangas do tipo Tommy Atkins e Keitt, mini melancias e melões orgânicos, fabricação de queijos, que incluem quatro tipos: três de origem europeia - o tipo Saint Paulin, o tipo Reblochon e a Ricota, e um nordestino - o queijo de Coalho; a produção de mel, que possuem diferença de cor, característica de acordo com a florada: Velame, Marmeleiro e Malva Preta; a produção de leite de cabra; a criação e o comércio de reprodutores, matrizes, novilhas bovinas da raça pardo-suíça; a produção do

⁷ Em texto reproduzido pelo site da Fazenda Tamanduá: “A Agricultura Biodinâmica foi difundida a agricultores pelo seu criador austríaco Rudolf Steiner, na forma de conferências em 1924 em Kuberwitz, Alemanha. Steiner foi organizador da obra científica de Goethe, nascendo daí a semente de desenvolvimento da Antroposofia abrangendo as áreas de filosofia, pedagogia, medicina, artes, agricultura, psicologia, música, ciências naturais, botânica, e economia. A partir disso, a Agricultura Biodinâmica surgiu e hoje é praticada no mundo todo. Assim a Fazenda é tratada como um organismo agrícola, proporcionando a integração das várias atividades da propriedade - animal/vegetal, as pessoas e o ambiente que a cerca – para a produção de um alimento equilibrado em sua formação biológica, nutricional e com os ciclos cósmicos. Busca uma relação saudável entre campo e cidade, através da criação de condições para uma agricultura orientada no equilíbrio entre produtor e consumidor. Não se utilizam fertilizantes químicos sintéticos, herbicidas, fungicidas, sementes transgênicas, hormônios ou antibióticos”.

arroz vermelho e a destacada Spirulina, uma microalga muito rica em proteínas e a única a ser produzida no país.

Para o cultivo desta diversidade de produtos, e é preciso ressaltar, foi imperioso o desenvolvimento de um sistema de irrigação específico para o lugar, e que depois foi reproduzido e comercializado para outras propriedades da região Nordeste. Todavia, apesar de técnicas modernas que auxiliam na produção, ele alerta que a propriedade também é afetada pela seca e que dos 3 mil hectares apenas 30 são irrigados, as outras áreas são beneficiadas com a água de açudes, utilizando a estratégia dos ciclos – adaptando a realidade da propriedade a capacidade dos mananciais, utilizando pra isso técnicas tradicionais, próprias do nordeste brasileiro que é a cultura de vazantes que aprendeu aqui com os moradores e que para ele ainda é a melhor solução, pois é “mais natural e original”.

Sobre os trabalhadores que cuidam de toda essa produção e propriedade, Pierre conta que:

“Em 1977, quando aqui cheguei, encontrei uma estrutura humana formada. Era uma fazenda de algodão, que mesmo em fase de declínio mantinha muitos moradores. A gente tentou utilizar essas pessoas, os antigos moradores dessa fazenda são hoje meus funcionários e ainda moradores. Os maiores e melhores e que eu tive maior convivência foram meus vaqueiros e hoje trabalhamos com a segunda geração. E a terceira geração já está nascendo aqui” (Depoimento em 20 de julho de 2017).

E ele acrescenta: “Nós estamos realmente procurando dar apoio a estas famílias. Nós temos perto de 30 famílias morando conosco. Esse pessoal todinho tem carteira assinada, sempre teve. Foi uma coisa que mudei quando cheguei”. Com as visitas de campo, verificou-se que a relação de Pierre com os seus funcionários-moradores da Fazenda é de proximidade, alimentada em diversas situações de presença e animosidade, conferindo participação desde as comemorações familiares até na organização das festividades na propriedade para os que aí residem, intimando a todos a resgatarem as tradições locais. Um de seus principais vaqueiros, por exemplo, comenta orgulhoso: “Foi o dono da fazenda que descobriu que eu era artista pelo dom, ele me incentivou a continuar cantando, fez gravar um CD, me levou para a Europa onde me apresentei em festivais e até comprei todos os instrumentos. Hoje eu faço parte de um trio de forró pé-de-serra chamado Trio Tamanduá, e os componentes são os moradores da Fazenda” (Depoimento em 12 de julho de 2017).



Trio Tamanduá e Quadrilha da Fazenda Tamanduá em julho de 2016.



Pierre Landolt, Alceu Valença e morador na Festa da Manga em outubro de 2016.

Sobre as relações de trabalho com seus moradores-funcionários, todos os membros das famílias moradoras possuem atividades específicas na propriedade, sendo designados conforme suas aptidões, habilidades e competências, adquiridas sejam pela educação formal (escola, universidade) ou pela tradição e herança familiar, como no caso de algumas famílias moradoras que cuidam a duas gerações apenas da ordenha das cabras. Para um maior know-how, necessário às exigências do mercado externo, o proprietário vem custeando cursos (engenharia de alimentos, engenharia de materiais, engenharia agrícola, técnico em agropecuária, agronomia,) tanto para os funcionários como para os filhos dos funcionários que nasceram na propriedade. Muitos deles já concluíram e voltaram para trabalhar na Fazenda, como Fernando, “braço direito” de Landolt, que concluiu seu doutorado recentemente na França. Para uma das moradoras, Sildete Silva: “não existiu e não existe na região nenhum proprietário que beneficie seus trabalhadores como Dr. Pierre Landolt”. Outro morador faz questão de interromper para falar que “na Fazenda ninguém paga água, luz e nem aluguel”.

Ainda sobre a assistência, vinculadas à educação e a saúde, Pierre nos apresenta o grupo escolar municipal, dizendo que “sempre está brigando com os prefeitos para ter professores decentes”. Também apresenta uma enfermeira, que nasceu na Fazenda e hoje trabalha na Maternidade de Patos. Explica que ela comparece duas vezes por semana a propriedade para visitar os trabalhadores e ver os problemas potenciais na família. Por fim, segue dizendo que: “A parte social do negócio é sem dúvida uma coisa

que dá a maior alegria. Hoje é realmente um momento bom, em ver o impacto, ver e sentir o sorriso dos moradores, a felicidade dessa turma toda”. Por fim, cita o último Censo de 2010, explicando que houve também um crescimento considerável de renda per capita em todo o município de Santa Terezinha: 510% em detrimento dos 53% no município de Patos, atribuindo com objetividade tal desempenho a economia produtiva da Fazenda, que também gera outras rendas, como a oferta de trabalho para aqueles que não moram na Fazenda, nos períodos de safra das frutíferas, aguardada pelos trabalhadores sazonais da região.

Pela restrição de espaço, é possível apenas limitarmos nossa reflexão na observação de uma visível dependência dos moradores-trabalhadores à existência da fazenda-empresa, vinculando a condição de sua existência e identidade a vivência nesta propriedade. De forma a cuidar integralmente da produção, da terra, dos caminhos, do lugar, rememorando o passado, vivendo o presente e projetando o futuro apenas e naquela propriedade, mesmo quando o proprietário alerta que “seria bom usar o que se ganha para comprar uma casa para morar”.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL, Congresso Nacional. Lei n. 4504, de 30 de novembro de 1964. Dispões sobre o Estatuto de Terras e dá outras providências. Brasília: 1964.

DELGADO, Guilherme Costa. *Capital financeiro e Agricultura no Brasil – 1965-1985*. Coleção América Latina. São Paulo, Ícone, 1985.

FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 12 ed., São Paulo: Globo, 1997.

GALIZZA, Diane Soares de. *Modernização sem Desenvolvimento na Paraíba 1890-1930*. João Pessoa: Ideia, 1993.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução de Luís da Câmara Cascudo, 2 ed. Recife: Ed. Departamento da Cultura, Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, 1978.

LEWIN, Linda. *Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LUCENA, Damião. *Patos de todos os tempos: a capital do sertão da Paraíba*. João Pessoa: A União, 2015.

PALMEIRA, Moacir. *Casa e Trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional*. Contraponto, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p. 103-114, 1977.

MULHERES RURAIS, MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E TRABALHO ASSALARIADO

Joel Orlando Bevilaqua Marin¹

Laila Mayara Drebes²

Flávia Sousa Oliveira³

Resumo: O objetivo do artigo é analisar a participação de mulheres rurais em migrações internacionais em busca de inserções no mercado de trabalho assalariado no exterior. Com uma abordagem qualitativa, a pesquisa foi realizada no município goiano de Itapuranga, a partir de entrevistas com mulheres rurais, oriundas da agricultura familiar, retornadas de migrações internacionais. De maneira complementar, foram realizadas entrevistas com informantes-chave e levantamento documental. A migração internacional de mulheres rurais é desencadeada pelos limites da reprodução social de agricultores e pela necessidade de construção da autonomia pessoal e financeira. Nos países de destino, as mulheres rurais inserem-se em trabalhos assalariados, como faxineiras, domésticas e cuidadoras, em relações informais e precárias. O conhecimento e o domínio de trabalhos domésticos, incorporados nos processos de socialização familiar, tornam-se fundamentais para as inserções laborais em relações assalariadas, que permitem a construção da autonomia pessoal e até formação de poupança, de tal maneira que globalização da divisão sexual do trabalho causa restrições e, ao mesmo tempo, gera oportunidades para as mulheres rurais de Itapuranga.

Palavras-chave: mulheres rurais; migrações internacionais; trabalho assalariado.

No Brasil, as migrações internacionais intensificaram-se a partir da década de 1980, inicialmente concentradas em fluxos entre Minas Gerais e Estados Unidos. Nos anos seguintes, essas migrações envolveram outros estados brasileiros e direcionadas a muitos outros países. Na década de 1990 e, de maneira mais intensa, na primeira década do século XXI, as populações rurais também embalaram fluxos migratórios internacionais. Até então, essas migrações eram concebidas como fenômeno estritamente urbano, daí que o envolvimento de populações rurais nessas migrações foram invisibilizadas.

No investimento de compreender as migrações internacionais, os cientistas sociais tenderam a analisá-las como fenômenos masculinos e urbanos. Essa limitação foi superada por estudos mais recentes, com a introdução da categoria de gênero na análise da participação de mulheres em processos migratórios internacionais. Nos estudos sociais rurais, o fenômeno das migrações nacionais, experimentadas por trabalhadores de gerações adultas e juvenis, também foi predominantemente abordado como questão propriamente de homens, sendo

¹Doutor em Sociologia; Pós-doutorado pela École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS), Paris, França; Professor Titular da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM. Email: bevilaquamarin@gmail.com

²Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Rio Grande do Sul, Brasil. Email: drebeslm@gmail.com

³Mestra em Agronegócio pela Universidade Federal de Goiás (PPAGRO/UFG). Professora da Faculdade Aliança de Itaberaí – FAIT/GP e da Faculdade de Jussara-FAJ/Go. Email: flaviasousa-oliveira@hotmail.com.

poucos os estudos que especificaram o envolvimento de mulheres rurais nos movimentos migratórios. Quando se particulariza migrações internacionais de populações rurais constatamos duas limitações fundamentais. Primeira, existem poucas pesquisas sobre o tema, dentre os quais destacamos Renk e Cabral (2002), Pereira (2007, 2012), Drebes (2015; 2017), Oliveira (2015; 2017) e Marin (2017a). Segunda, os poucos estudos disponíveis não tiveram preocupação de analisar experiências migratórias internacionais, a partir de um recorte de gênero. Desta forma, a inserção de mulheres rurais em migrações internacionais ainda é questão praticamente ignota.

No investimento de aportar alguns elementos para análise, nosso objetivo é analisar a participação de mulheres rurais em processos migratórios internacionais e suas inserções em relações de trabalho assalariadas no mercado internacional. A pesquisa, com abordagem qualitativa, foi realizada no município de Itapuranga, estado de Goiás. A principal técnica para a produção de dados foi a entrevista com mulheres rurais, que mantinham vínculos com agricultura familiar e que, durante suas juventudes, vivenciaram experiências migratórias internacionais. No momento das entrevistas, realizadas em março de 2014, já eram adultas e haviam retornado ao Brasil. Além disso, foram realizadas entrevistas com informantes-chave: pessoas que pela sua experiência e conhecimento sobre as migrações forneceram importantes dados para a pesquisa. Os dados foram complementados com a pesquisa documental.

Mulheres e migração internacional: os estudos sociais e os números oficiais

Até algumas décadas atrás, os homens eram visualizados verdadeiramente como migrantes internacionais, enquanto que as mulheres não eram percebidas como “protagonistas” das migrações internacionais, mas como “coadjuvantes” ou como caudatárias dos indivíduos do sexo masculino. Em uma seção temática sobre mulheres e migrações da revista Estudos Feministas, Assis e Kosminsky (2007) salientaram como a utilização da categoria “migrante internacional”, inicialmente, encobriu uma série de diferenciações no fenômeno migratório, no que tange, sobretudo, à classe, raça e gênero.

Para Assis (2007), a categoria “migrante internacional” foi construída como uma categoria masculina, criando limites para a compreensão das mulheres como migrantes internacionais, pois, diferentemente dos homens, não eram entendidas enquanto “mão-de-obra” estrangeira. O reconhecimento das mulheres como migrantes internacionais iniciou-se

somente em meados do século XX. Nas décadas de 1970 e 1980, os processos migratórios internacionais envolvendo mulheres – de maneira ativa e independente – começaram a ser reconhecidos, mas ainda sem enfatizar as condições de gênero. Destarte, a partir de meados da década de 1980, os estudos migratórios legitimaram a relevância das relações de poder e de gênero relacionadas às migrações internacionais. De maneira crescente, os estudos dedicados à temática das migrações internacionais incluíram análises de diferentes dimensões das relações de gênero, para particularizar as migrações internacionais de mulheres no contexto da globalização e da reprodução da divisão sexual do trabalho em escala global. A visualização das mulheres nas migrações internacionais, segundo Assis (2007), indicou novos elementos de interesse para os estudos migratórios, problematizando visões até então cristalizadas sobre a inserção de homens e de mulheres nestes processos, especialmente no que diz respeito à imigração e às inserções no mercado de trabalho.

Embora o fenômeno das migrações internacionais femininas não seja devidamente contemplado pelos/as cientistas sociais, os dados oficiais evidenciaram que a emigração de mulheres é maior que a de homens. O IBGE, que no Censo de 2010 introduziu pela primeira vez questões sobre as migrações internacionais, computou somente 491.645 brasileiros vivendo no exterior.⁴ Não obstante as discrepâncias em relação aos números apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores, que em 2016 estimou 3.083.225 brasileiros vivendo no exterior, os dados do IBGE revelam aspectos importantes da participação de brasileiros em processos de migração internacional. Os dados do IBGE apontam que, do total de imigrantes brasileiros, 264.695 (53,88%) eram do sexo feminino e 226.548 (46,06%) eram do sexo masculino. Ou seja, proporcionalmente, as mulheres migram mais para o exterior do que os homens. Quanto à idade, os números revelam outro aspecto da migração internacional de brasileiros: 290.029 (59,03%) dos emigrantes tinham entre 15 e 29 anos de idade, enquanto que os menores de 14 anos representavam 4,4% e os idosos apenas 1,4%. Portanto, as gerações juvenis incorporam-se com mais intensidade em migrações internacionais que os adultos, idosos e crianças, possivelmente embaladas pela busca de oportunidades de trabalho assalariado para a construção de autonomia pessoal e financeira.

⁴ O IBGE reconhecia que o levantamento do número de brasileiros no exterior “é uma das questões mais controversas quando o tema migrações internacionais é abordado”. De fato, é muito difícil qualquer tipo de levantamento populacional de brasileiros que vivem no exterior, tendo em vista que a maior parte dos emigrantes é ilegal e reluta aos levantamentos censitários.

Entre os estados brasileiros, Goiás apresentava elevados percentuais de emigrantes, com 7,2% do total da população apurada pelo Censo do IBGE, ficando atrás de São Paulo (21,6%), Minas Gerais (16,8%) e Paraná (9,3%). Mas, proporcionalmente, Goiás era o estado que mais enviava migrantes para o exterior, com cerca de 5,92 pessoas para cada mil habitantes. As emigrações tornaram-se tão volumosas que, em 1999, o governo de Goiás criou a Secretaria dos Assuntos Internacionais do Estado de Goiás, com o objetivo de prestar assistência consular às famílias de goianos, especialmente em casos de vítimas de desaparecimentos, detenções, acidentes, assassinatos, prostituição, trabalho escravo, dentre outros problemas no exterior (CHIDIAC, 2011). Portanto, em Goiás, as migrações internacionais foram alçadas à questão de política pública.

Tomando como parâmetro o município de Itapuranga, as jovens mulheres rurais tendem a migrar mais do que os jovens rurais. Os dados censitários do IBGE (2010) indicavam, para o município de Itapuranga, uma desproporção entre a população rural masculina e feminina, na faixa situada entre 15 e 29 anos de idade, com o cômputo de 419 rapazes (55,23%) e 338 moças (47,77%). É possível que as migrações femininas, nacionais ou internacionais, gerem essas diferenças na população jovem e rural de Itapuranga. Com base em depoimentos orais, a partir da década de 1990, as famílias de agricultores vivenciaram um novo fluxo migratório orientado para terras estrangeiras, cujos principais protagonistas foram jovens, movidos por sonhos de trabalho, renda e vida digna. Os principais destinos foram os Estados Unidos, Portugal, Espanha, Reino Unido, Alemanha, Itália, França, Suíça e Bélgica e, em algumas situações, Japão.

Os dados oficiais aportam importantes elementos para a compreensão de tendências gerais do fenômeno migratório internacional de mulheres e mesmo do êxodo rural feminino. Não obstante, a pesquisa qualitativa pode oferecer elementos para a compreensão, em profundidade, de aspectos da realidade objetiva e subjetiva que mobilizam as mulheres rurais, especialmente da geração jovem, nos fluxos migratórios internacionais.

Mulheres rurais de Itapuranga: migrações internacionais

Elementos explicativos do fenômeno migratório de mulheres rurais podem ser relacionados com os processos de desenvolvimento de Itapuranga. Na década de 1980, uma agroindústria canavieira instalou-se no município de Itapuranga e estimulou a expansão

do cultivo de cana de açúcar sobre as terras dos agricultores familiares, por meio de contratos de arrendamento ou fornecimento de cana de açúcar. Esse novo cultivo contribuiu para uma desestruturação dos sistemas tradicionais de cultivo de feijão, arroz e milho, as denominadas “lavouras brancas”. Com extinção do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), ao final da década de 1980, a agroindústria instalada entrou em falência, deixando os agricultores em difíceis condições econômicas e produtivas. Para reorganizar seus sistemas produtivos, os agricultores passaram a produzir, com fins mercantis, leite, verduras e frutas, principalmente, mamão, banana e maracujá. Com Plano Nacional de Agroenergia, editado em 2005, a atividade canavieira foi retomada em Itapuranga, causando problemas pela maior demanda por terra para a monocultura canavieira, aumento do consumo de água e poluição dos córregos, bem como emissão de fumaça, fuligens e poeiras, devido ao uso do fogo nos canaviais e ao aumento do trânsito de caminhões e máquinas agrícolas. Esses poluentes depreciam as frutas e verduras dos agricultores familiares e até mesmo a qualidade das pastagens dos bovinos de leite, em decorrência do acúmulo de poeira sobre os campos situados nas proximidades das estradas de chão.

Os limites para a geração de renda nas atividades produtivas mercantis também desencadeiam migrações dos filhos e filhas de agricultores familiares. As desigualdades entre os custos de produção – expressos nas máquinas, equipamentos e insumos industriais –, e os preços dos produtos agrícolas comercializáveis reduzem as margens de ganho dos agricultores familiares. Acrescentam-se ainda os riscos de perdas da produção, em decorrência das intempéries climáticas ou das doenças fitossanitárias das frutas e legumes. Tudo isso resulta no que as mulheres rurais sintetizam, em seus discursos, como “falta de opção na agricultura” e como necessidade de “sair para melhorar de vida”.

Agregam-se ainda questões atinentes às relações intrafamiliares. Na divisão sexual do trabalho, entre as famílias de agricultores familiares, os homens são responsáveis pelo trabalho de produção e administração das atividades mercantis e geradoras de renda. Já as mulheres são responsáveis pelo trabalho de reprodução e suas atividades domésticas, normalmente não-remuneradas. Assim, na divisão sexual do trabalho, as mulheres ocupam um lugar desvalorizado, porque o trabalho de reprodução – por ser gratuito – não é considerado verdadeiramente como um trabalho. Nesse mesmo sentido, pensar que as atividades realizadas no seio da unidade doméstica são gratuitas é naturalizar a divisão sexual do trabalho. Desta maneira, na agricultura familiar de Itapuranga, a divisão é a

base de uma série de desigualdades de gênero, pois ao dividir o trabalho divide também o poder, concentrando-o na esfera masculina. Nesta organização, as mulheres rurais tendem a ser reconhecidas somente como donas de casa e não como agricultoras, o que repercute, inclusive, como motivação às migrações nacionais ou internacionais.

A participação de mulheres rurais em migrações internacionais também guarda estreitas relações com as transformações nos processos de socialização das novas gerações de agricultores familiares de Itapuranga, experimentados desde a última década do século XX. A expansão da rede escolar, dos meios de transporte e dos meios de comunicação e, mais recentemente, das novas tecnologias de informação e comunicação, como o telefone celular e a internet, contribuíram para mudar os valores das mulheres rurais. As noções de tempo e espaço, em décadas anteriores referenciadas pela família e comunidade, atualmente, são transformadas por noções de globalização e de maior mobilidade e agilidade, facilitando acessos a outros espaços sociais e construção de diferenciadas visões de mundo. Conforme estudos de Pereira (2007), em contextos do Vale do Jequitinhonha, os processos de globalização, as novas formas de expansão do capitalismo nas áreas rurais e a incorporação de novos valores e modos de vida transformaram consideravelmente os padrões de consumo, comportamentos e percepções sociais das populações rurais, influenciando, sobretudo, as gerações juvenis rurais.

Enfim, mudanças desencadeadas nas últimas décadas em Itapuranga favorecem as migrações, sobretudo, das jovens mulheres rurais de Itapuranga. Antes de empreenderem as migrações internacionais, elas experimentam as migrações para os centros urbanos, com fins de estudos ou trabalho. Após, com a justificativa de “melhorar de vida”, elas experimentam as migrações internacionais, com justificativas relacionadas ao trabalho assalariado e à conquista da autonomia pessoal e financeira.

A migração internacional é um fenômeno global e complexo, no qual as jovens mulheres rurais não conseguiam dimensionar, com clareza, todos os riscos e problemas com os quais podiam se envolver. À luz da legislação e das políticas de combate à imigração, o ingresso das mulheres rurais nos países de destino se processava na ilegalidade. Os países mais ricos, que foram destinos preferenciais das mulheres rurais migrantes, intensificaram as medidas anti-imigratórias pelo aperfeiçoamento dos dispositivos legais e pela modernização dos instrumentos de controle policial. Portanto, os países estrangeiros representavam não apenas lugares de riquezas, mas também um mundo de restrições, perigos, incertezas e riscos.

As viagens do Brasil aos países de destino ocorreram por duas rotas fundamentais: a legal – com visto de entrada – e a ilegal – sem visto de entrada. O visto é o documento oficial que permite a entrada, previamente concedida pelos consulados ou embaixadas de um país, aos cidadãos estrangeiros, com variações conforme a duração e o objetivo da viagem. Conforme observou Margolis (2013), em estudo de migrações de brasileiros para os Estados Unidos, existem diferenciações nas avaliações de processos de concessões de vistos, pesando negativamente para os cidadãos como menor condição financeira e nível educacional. Tal condicionante implicou, para algumas jovens rurais itapuranguenses, restrições na obtenção de vistos de turista ou de estudante, diversas tentativas até a concessão ou a necessidade de forjar situações potencialmente favoráveis por meio da contratação de empréstimo bancário ou da efetivação de matrícula em curso superior (DREBES, 2015).

Todavia, o visto de entrada não significa, necessariamente, ingresso no país de destino, pois todo passageiro deve passar pelo controle de migração internacional. Para a jovem rural imigrante, o guichê de migração dos aeroportos configura-se como um local muito temido, pois era ambiente de questionamento, de desconfiança e de barreira migratória internacional. De certo modo, o guichê de migração tornava-se decisivo para o projeto das jovens rurais que pretendiam inserções laborais em outros países, na medida em que podia resultar no ingresso no país de destino ou na deportação, com subsequente retorno ao Brasil.

As jovens rurais que conseguiram ultrapassar os limites do aeroporto tornavam-se migrantes ilegais ou não documentados tão logo expirado o prazo de 90 dias do visto de turista. Para aquelas que ingressavam em outro país com pretensões de trabalhar, o lapso de tempo concedido nos vistos de entrada tornava-se exíguo, enquanto que o temor de detenção policial e de deportação permanecia no cotidiano dessas jovens rurais indocumentados.

A rota ilegal foi trilhada pelas jovens rurais que objetivam ingressar nos Estados Unidos. Uma parte da viagem era operada por via aérea até o México, e, a partir das fronteiras entre o México e os Estados Unidos, as travessias combinavam trajetos a pé e de automóvel. O ingresso clandestino por essas fronteiras apresentava, conforme relatos orais de mulheres rurais retornadas, diversos riscos de vida: o calor no deserto de fronteira, as passagens noturnas pelo Rio Grande, as longas caminhadas, as privações de comida e água, os deslocamentos em veículos superlotados, as hospedagens precárias e superlotadas em esconderijos estratégicos, as fugas da polícia de controle da migração ilegal e até as ameaças, extorsões e violências sexuais, praticadas pelos atravessadores e guias que auxiliavam migrantes

ilegais, os denominados “coiotes”. Ao entrar por vias clandestinas, a imigrante ficava destituída de qualquer poder de controle e permanecia vulnerável às condições inóspitas do deserto, à ação policial de combate à imigração e às violências dos “coiotes”.

Como padrão, as jovens rurais envolvidas em rotas ilegais apresentavam menor capital econômico e social e não dispunham de visto de entrada, seja porque lhes foi negado ou porque nem tentaram obtê-lo. Em tais condições, elas costumam recorrer às empresas especializadas em operações migratórias clandestinas. Essas empresas, de acordo com Hugo (1998) e Léon (2012), ofertam serviços diversificados aos migrantes clandestinos, compreendendo empréstimo financeiro, documentação falsa, passagem aérea e terrestre, hospedagem e acomodação para assentamentos, inserções laborais, remessa de dinheiro aos familiares e até agências de adoção e casamento, dentre outros. De todas as formas, essas redes empresariais atuam no sentido de encorajar, desencadear e facilitar experiências migratórias internacionais clandestinas, mercantilizando serviços e conhecimentos úteis nessas atividades ilícitas.

Além de perigosas e arriscadas, as viagens clandestinas tornaram-se mais onerosas às jovens migrantes em relação à entrada por meio de vistos oficiais. Na busca de apurar custos dessas travessias de migrantes mineiros nos Estados Unidos, Yamauié (2008) observou uma variação entre sete e vinte mil dólares, dependendo dos meios e das condições acionados para a realização das travessias ilegais. Nesse cálculo, a segurança e o conforto tornavam-se diretamente proporcionais ao valor do serviço, daí que, quanto menos oneroso o “pacote migratório”, menor a garantia de sucesso na travessia e maior o risco de abuso pelos “coiotes” e de apreensão policial.

Para a concretização de arriscada travessia, as jovens rurais itapuranguenses acionavam, num primeiro momento, os recursos pessoais e familiares para levantar os recursos financeiros. Embora os preparativos sejam marcados pela angústia e incerteza no futuro, conforme estudo de Oliveira (2017), os familiares e candidatos à emigração envolviam-se nos preparativos das viagens, providenciando documentos e contatos, como também os recursos financeiros. Nesse intento, independentemente de as rotas serem legais ou ilegais, sacrificavam-se para mobilizar os recursos disponíveis, como poupanças pessoais e familiares e venda de motos, automóveis, bovinos e até mesmo porções de terra. Quando o recurso apurado não era o bastante, elas recorriam aos agiotas, que costumavam operar com financiamento pessoal, submetendo-se ao pagamento de taxas de juros escorchantes, que

podem atingir cifras de 10% ao mês. Analisando o caso da emigração de valadarenses para Portugal, Machado e Reis (2007) destacam que o valor pago pelos migrantes e suas famílias era um dos pilares de sustentação do contínuo processo emigratório, pois os interessados submetiam-se ao pagamento de taxas de juros exorbitantes e à exigência de penhora de bens móveis e imóveis como garantia do financiamento. De acordo com Oliveira (2017), para o caso da migração internacional de goianos, os migrantes introjetavam a crença de que, pela combinação de trabalho no exterior, parcimônia e remessa de dinheiro, podiam quitar seus débitos contraídos com a família, amigos e agiotas em um prazo de até dois anos e, a partir daí, acumular o desejado dinheiro para os futuros investimentos, tão necessários na conquista da autonomia no retorno ao Brasil.

Mulheres rurais de Itapuranga: inserções no trabalho assalariado

Durante as vivências migratórias internacionais, As mulheres rurais de Itapuranga colocaram centralidade no trabalho. Porém, o caráter central do trabalho nos países de destino não é uma especificidade das mulheres rurais, mas, de uma maneira geral, dos migrantes internacionais. De acordo com Sayad (1998; 2000), a existência dos migrantes internacionais – e também a sua aceitação – está intimamente vinculada ao trabalho. A partir da experiência migratória de argelinos na França, Sayad afirma que a expansão econômica e as transformações da estrutura do mercado de trabalho em escala global, marcada pela elevação dos níveis de qualificação, redução da jornada de trabalho e da vida ativa da força de trabalho de países desenvolvidos, ampliaram as ofertas de empregos para determinados setores que exigem pouca ou nenhuma qualificação. Normalmente, as migrações internacionais ocorrem com intuítos socioeconômicos e a consecução destes subordina-se à necessidade de exercer uma atividade e receber uma remuneração. Porém, os trabalhos acessíveis aos migrantes internacionais não são todos os trabalhos, são “certos” trabalhos, costumeiramente não reconhecidos e não valorizados socioeconomicamente, constituintes do intitulado “mercado de trabalho para imigrantes”.

Desta maneira, durante suas estadias no exterior, as migrantes internacionais oriundas do contexto da agricultura familiar inseriram-se em mercados assalariados marcados pela informalidade, precariedade e insalubridade. A situação indocumentada, o não domínio dos idiomas estrangeiros e os conflitos com outros imigrantes, além da escolaridade reduzida e da ausência de experiência, as tornam muito vulneráveis no mercado de trabalho no exterior.

Esta realidade vai ao encontro das considerações de Sayad (1998, p. 64) sobre os imigrantes argelinos no contexto francês: “os imigrantes recém-chegados, faixa situada na parte inferior da hierarquia interna da população imigrante [...], estão mais inclinados a aceitar os trabalhos mais penosos, menos estáveis, menos remunerados, etc”.

Assim, as migrantes internacionais rurais entrevistadas inseriram-se nas mais variadas atividades. Enquanto que os homens imigrantes incorporavam-se como construtores, entregadores de jornais, entregadores de pizza, garçons, jardineiros, lavadores de pratos, etc., as mulheres inseriam-se como faxineiras, domésticas e cuidadoras de crianças e/ou idosos. Desta maneira, a partir das trajetórias sociais dos migrantes internacionais oriundos da agricultura familiar de Itapuranga, é possível notar não somente a existência de um “mercado de trabalho para imigrantes”, mas a organização deste por meio da divisão sexual do trabalho.

De acordo com Bourdieu (2012), a divisão sexual do trabalho é a forma mais recorrente de manifestação da dominação masculina. A dominação masculina é construída como maneira específica de exercício da violência simbólica, sustentada em um *habitus* de entender o mundo por uma perspectiva androcêntrica. Contudo, a inserção das mulheres rurais em trabalhos domésticos, de faxinas e de cuidados de pessoas reproduz a divisão sexual do trabalho em escala internacional e, conseqüentemente, da dominação masculina. Desta maneira, mesmo deixando o trabalho doméstico no âmbito nacional, as mulheres rurais se inseriram no trabalho doméstico assalariado no âmbito internacional. Paradoxalmente, as atividades consideradas supressoras de suas condições socioeconômicas de autonomia e de reprodução social na agricultura familiar de Itapuranga – desencadeadoras das migrações – foram exatamente as atividades que garantiram a autonomia financeira e reprodução social no exterior.

De acordo com Federici (2002) e Verschuur (2013), a manutenção das mulheres migrantes internacionais nestas atividades vincula-se com a reestruturação do mundo econômico e a ascensão de uma nova divisão internacional do trabalho, desencadeadas desde o final da década de 1970. Devido à globalização e o seu intenso fluxo de mercadorias e de mão-de-obra, o sistema capitalista organizou a extorsão do trabalho de reprodução social na escala internacional. Para o seu próprio desenvolvimento, ele necessitou que a reprodução social fosse reorganizada da maneira mais econômica possível. Por causa disso, as mulheres em migrações internacionais são relevantes, na medida em que representam uma força de trabalho barata e destituída de capacidade de organização e reivindicação social, em um setor

de trabalho informal, sem ou com poucos direitos, que são as causas essenciais do sucesso do sistema capitalista globalizado.

Conforme Verschuur (2013), com essa articulação entre atividades domésticas e atividades capitalistas, inúmeras mulheres de nações em desenvolvimento devem trabalhar como faxineiras, domésticas ou cuidadoras nas nações desenvolvidas, porque elas não têm outra escolha à disposição para assegurar a reprodução social de suas famílias. Ao mesmo tempo, inúmeras mulheres das nações desenvolvidas, sobretudo da classe média, são liberadas do trabalho doméstico, mas ao preço de não ter tempo para família e filhos, para amizades, para relações de comunidade e até mesma para a luta feminista. Refletindo o caso da Espanha, destino de muitas mulheres rurais de Itapuranga, Masanet e Baeninger (2011) afirmam, ao integrar a União Europeia, o país passou por uma reestruturação produtiva que implicou no aumento da incorporação da mulher espanhola no mercado de trabalho, gerando necessidade de contratação de empregadas para os serviços domésticos e cuidados de pessoas, especialmente crianças, idosos e doentes. Desta forma, mulheres brasileiras passaram trabalhar em atividades que as mulheres espanholas, progressivamente, renegavam-se em fazer.

Segundo Verschuur (2013), na reorganização global da reprodução social, o cuidado é entendido como um intercâmbio econômico-afetivo que implica em bens e serviços domésticos ligados à economia capitalista e afetados por dinâmicas e fenômenos globais. As mulheres migrantes que realizam trabalho de reprodução nos países ricos são muito importantes para o sistema de proteção social das nações desenvolvidas e elas enviam dinheiro deste trabalho para as nações de origem para garantir a organização e a reprodução social de suas famílias. É crucial perceber a importância das novas formas de intercâmbio econômico-afetivo transnacionais que se constituem com o intuito de continuar a assegurar esta reprodução à distância. O dinheiro que circula entre os membros de uma família garante não somente um apoio material, mas é igualmente vetor de apoio moral e de reafirmação da inscrição destas mulheres migrantes no círculo familiar. Estes fundos são utilizados em saúde, educação, alimentação, moradia, eletrodomésticos etc. e também em presentes. É quase uma forma de mercantilização dos afetos e do amor para compensar a distância e a ausência durante a experiência migratória .

Mulheres rurais de Itapuranga também se incorporaram na prostituição. Vale lembrar que o estado de Goiás ficou internacionalmente conhecido pelo de tráfico internacional

de pessoas para fins de prostituição. Desde a década de 1990, diversos agentes sociais, nacionais e internacionais, vinculados a instituições de defesa dos direitos humanos, Ministério da Justiça, polícia federal e civil de Goiás e instituições não governamentais mobilizaram-se com o objetivo de debater, conscientizar e propor leis e políticas públicas de enfrentamento dessa prática criminosa, cujas vítimas principais eram mulheres (MARIN, 2017b). De acordo com Lévy e Lieber (2013), a prostituição é também uma modalidade de intercâmbio econômico-afetivo, de caráter sexual.

Em situações particularmente restritivas – seja em decorrência da exclusão do mercado de trabalho, da condição de estrangeiras, de indocumentadas, de não falantes do idioma autóctone ou em razão de seu sexo –, algumas mulheres migrantes visualizaram seus corpos e sua sexualidade como recursos valorizados no mercado da prostituição. A prostituição lhes permite uma forma de autonomia: elas podem fazer a gestão de seu tempo e de seu dinheiro, sendo, portanto, um meio para atingir o objetivo migratório. Na medida em que as relações de trabalho e de gênero são muito desfavoráveis no exterior, algumas mulheres imigrantes fazem da venda do sexo um meio gerador de renda.

Considerações Finais

Neste artigo analisamos a participação de mulheres rurais em processos de migrações internacionais, com a intenção de evidenciar aspectos rural e feminino desse novo fenômeno social. Desde a última década do século XX, mulheres rurais brasileiras incorporaram-se e, não obstante a crise que se assola os países desenvolvidos desde a década passada, continuam incorporando-se como migrantes em busca de trabalho assalariado em terras estrangeiras. É possível que essa realidade ainda mereça maior atenção em futuros estudos sociais, não apenas nos aspectos que as levam migrar ou as condições de inserção no mercado de trabalho, mas também as mudanças que elas desencadeiam quando retornam ao Brasil ou aos seus locais de origem.

Contudo, nas migrações internacionais femininas são encontradas as mais diversas condições de vida e de trabalho, especialmente quando analiticamente se consideram as migrações como experiências vividas. É necessário atentar e sublinhar as diferenças socioeconômicas das mulheres, pois imprimem particularidades aos processos migratórios internacionais, pelas suas condições de classe social, de raça, de idade, de escolaridade, dentre outros fatores. Considerar apenas a condição de gênero não garante a compreensão da

pluralidade social das mulheres migrantes internacionais, bem como das suas múltiplas condições de vida e de trabalho. Ademais, torna-se relevante para os estudos sociais incorporar particularidades e diferenciações da origem rural das mulheres que se inserem nesses fenômenos sociais.

É preciso considerar que as mulheres rurais, em decorrência da socialização familiar e da divisão sexual do trabalho no contexto da agricultura familiar, são educadas para a realização de atividades domésticas. A falta de reconhecimento como trabalhadoras na agricultura reduz a autonomia e as condições socioeconômicas das mulheres rurais, que acabam estimulando migrações nacionais e até internacionais. Contudo, no exterior, as mulheres rurais encontram facilidades para inserções laborais justamente nos trabalhos domésticos. São trabalhos assalariados marcados pela informalidade, precarização, desprestígio social, portanto, rejeitados pelas mulheres autóctones, mas que possibilitam às mulheres rurais a objetivação da autonomia pessoal e financeira, que dificilmente alcançariam se permanecessem nestas mesmas atividades no Brasil. Nesse sentido, para as migrantes internacionais rurais, a imigração é um verdadeiro paradoxo, sendo difícil determinar até que ponto a globalização da divisão sexual do trabalho explora e vitimiza ou favorece a autonomização das mulheres rurais.

As mulheres rurais que migraram internacionalmente da agricultura familiar de Itapuranga encontraram estímulos nos exemplos exitosos de ascensão socioeconômica atingida por familiares, amigas/os e vizinhas/os que tinham emigrado e alcançado melhorias de renda. No mercado de trabalho internacional, em contexto de reestruturação produtiva, abriram-se amplas possibilidades para os imigrantes, embora em ocupações laborais marcadas pela informalidade, precariedade, insalubridade e desprestígio social. Estas oportunidades de trabalho facilitaram inserções laborais para as mulheres rurais de Itapuranga, que não pretendiam reproduzir a profissão das mães, mas que tiveram uma socialização familiar que possibilitou acúmulo de importantes conhecimentos e habilidades nos serviços domésticos, agora demandados por aquele mercado de trabalho no exterior e que as mulheres autóctones renegavam-se executar. Migrar em busca de trabalho torna-se, então, uma decisão importante para a mulher rural obter renda própria, que possibilita a conquista da autonomia pessoal, mesmo em ocupações laborais de baixa qualificação, mal remuneradas e socialmente desvalorizadas.

Referências

- ASSIS, G. O. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Estudos Feministas**, v. 15, n. 3, p. 745-772, set./dez. 2007.
- ASSIS, G. O.; KOSMINSKY, E. Gênero e Migrações Contemporâneas. **Estudos Feministas**, v. 15, n. 3, p. 695-697, set./dez. 2007.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- CHIDIAC, E. Migrações e relações internacionais: entrevista a Elie Chidiac, Secretário de Assuntos Internacionais do Governo do Estado de Goiás. **Revista UFG**, Goiânia, v. 13, n. 10, jul. 2011.
- DREBES, L. M. Itapuranguenses em terras estrangeiras: vivências migratórias internacionais de filhos de agricultores familiares. MARIN, J. O. B. (Org.). **Agricultores familiares em migrações internacionais**. Santa Maria: Editora UFSM, 2017..
- DREBES, L. M. **Jovens rurais em migrações internacionais**. 2015. 192 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.
- FEDERICI, S. Reproduction et lutte féministe dans la nouvelle distribution internationale du travail. In: VERSCHUUR, C.; REYSOO, F. (Orgs.). **Genre, mondialisation et pauvreté**. Paris: L'Harmattan, 2002. p. 45-73.
- HUGO, G. Migrações internacionais não-documentadas: uma tendência global crescente. **Travessia**, São Paulo, v. 11, n. 30, p. 05-12, jan./abr. 1998.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 31 mai. 2018.
- LÉON, R. H. La industria de la migración en el sistema migratorio México-Estados Unidos. **Travaux et Recherches dans les Amériques du Centre**, México, n. 61, p. 41-61, 2012.
- LÉVY, F.; LIEBER, M. La sexualité comme ressource migratoire : les chinoises du Nord à Paris. In: VERSCHUUR, C.; CATARINO, C. **Genre, migrations et globalisation de la reproduction sociale**. Paris: L'Harmattan, 2013. p. 303-318.
- MACHADO, I. J. R.; REIS, E. S. Algumas conclusões acerca do fluxo de valadarenses para Portugal. **Teoria e Pesquisa**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 153-166, jan./jun. 2007.
- MARGOLIS, M. **Goodbye Brazil**: emigrantes brasileiros no mundo. São Paulo: Contexto, 2013.
- MARIN, J. O. B. (Org.). **Agricultores familiares em migrações internacionais**. Santa Maria: Editora UFSM, 2017a.
- MARIN, J. O. B. De Uruaçu a Lleida: vivências de uma família goiana imigrada na Espanha. MARIN, J. O. B. (Org.). **Agricultores familiares em migrações internacionais**. Santa Maria: Editora UFSM, 2017b.
- MASANET, E.; BAENINGER, R. Brasileiros e brasileiras na Espanha: mercado de trabalho, seguridade social e desemprego. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 121, p. 65-89, jul./dez. 2011.

- OLIVEIRA, F. S. Migrações internacionais: viver as partidas, as ausências e os reencontros. In: MARIN, J. O. B. (Org.). **Agricultores familiares em migrações internacionais**. Santa Maria: Ed da UFSM, 2017. p. 191-130.
- OLIVEIRA, F. S. **Migrações rurais e agricultura familiar**: vivências de famílias de Itapuranga/GO. 155 f. 2015. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.
- PEREIRA, J. C. A. Da migração nacional à internacional: enredos e desenredos de jovens rurais na agricultura familiar. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 149-166.
- PEREIRA, J. C. A. **O lugar desmanchado, o lugar recriado?** Enredos e desenredos de jovens rurais na migração internacional. 2012. 298 f. Tese (Doutorado em Sociologia)– Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- RENK, A.; CABRAL, V. J. Campesinidade e migração internacional: novas estratégias dos jovens rurais do Oeste Catarinense. **Esboços**, Florianópolis, v. 10, n. 10, p. 09-28, 2002.
- SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.
- SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. **Travessia**, v.13, n. especial, p. 3-32, jan. 2000.
- VERSCHUUR, C. Reproduction sociale et care comme échange économique-affectif: l’articulation des rapports sociaux dans l’économie domestique et globalisée. In : VERSCHUUR, C.; CATARINO, C. **Genre, migrations et globalisation de la reproduction sociale**. Paris: L’Harmattan, 2013. p. 23-38.
- YAMAUIE, T. L. Dívida e ilegalidade no contexto migratório: uma etnografia em Governador Valadares. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26, 2008, Porto Seguro. **Anais...** Porto Seguro: Seguro: RBA, 2008. p. 1-25.

Meio Ambiente versus Ocupação Agrícola: Avaliação da Execução do Protocolo Agroambiental do Setor Sucroenergético no Estado de São Paulo, Brasil¹

José Giacomo Baccarin²

Regina Aparecida Leite de Camargo³

Grupo 4 - Trabalho rural, mobilidade espacial e expropriação de direitos

Resumo: No final dos anos 1990, dois debates se explicitaram quanto ao método da colheita de cana. Um confrontava os que defendiam a eliminação da queimada dos canaviais para facilitar seu corte, pelos efeitos negativos ambientais e na saúde, com os que propugnavam sua continuidade, argumentando que tal prática permitia o corte manual e manutenção de milhares de empregos nos canaviais. Outro debate se dava em torno da penosidade do corte manual de cana, com alguns julgando que esta atividade deveria ser eliminada com o tempo. Os empresários sucroalcooleiros de São Paulo, antes defensores da queimada, em 2007, evidenciaram a intenção de substituir o corte manual de cana queimada pelo mecânico de cana sem queimar. Aderiram ao Protocolo Agroambiental do Setor Sucroenergético, formulado pelo governo estadual e se comprometeram com a eliminação das queimadas até 2017. Objetivou-se discutir as razões que levaram as empresas sucroalcooleiras do estado de São Paulo a caminharem em direção à plena mecanização da lavoura canavieira, entre 2007 e 2017, e as consequências em termos de ocupação canavieira e sucroalcooleira. Foram usados dados de ocupação formal, coletados pelo Ministério do Trabalho e Emprego. A plena mecanização garantiu controles mais precisos e sistemáticos dos processos de trabalho canavieiro e foi motivada por questões de ordem ambiental, mercadológica, de condições do mercado de trabalho, de capacidade de investimento e de gestão. O número de Canavieiros ocupados em 2017 correspondia a apenas 32% de seu número em 2007, enquanto cresceu o número de pessoas ocupadas nas atividades administrativas, nas operações de máquinas agrícolas, na condução de veículos e na sua manutenção. O saldo foi negativo, de forma que, mesmo com o crescimento da produção setorial, diminuiu o número de pessoas ocupadas nas empresas sucroalcooleiras do estado de São Paulo.

Palavras-chave: Ocupação sucroalcooleira, Mecanização agrícola, Trabalho Agrícola.

¹ Este artigo se beneficiou do desenvolvimento do Projeto de Pesquisa “A Adoção do Paradigma Agroambiental: As Mudanças Tecnológicas na Lavoura Canavieira e seus Impactos na Ocupação Sucroalcooleira e Agropecuária no Estado de São Paulo, entre 2007 e 2014”, sob a coordenação do autor e financiado pela FAPESP/BIOEN.

² Professor Livre Docente do Departamento de Economia, Administração e Educação da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, UNESP, campus de Jaboticabal (SP). Email: baccarin@fcav.unesp.br.

³ Professora Doutora do Departamento de Economia, Administração e Educação da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, UNESP, campus de Jaboticabal (SP). Email: regina@fcav.unesp.br

1. Introdução

Ao final dos anos 1990 se verificava intenso debate sobre a forma de colheita de cana-de-açúcar no estado de São Paulo, basicamente em torno da continuidade ou não da queimada da palha de cana como método facilitador da operação. Segundo Paes (2007), em 1997, 82% dos canaviais paulistas tinham sua colheita realizada de forma manual, após a queima da palhada. Nos 18% restantes, praticava-se a colheita mecânica, em 4% com cana crua e 14% com cana queimada. Ou seja, 96% dos canaviais eram queimados previamente para depois serem cortados, manual ou mecanicamente.

À época, os grandes defensores da queimada eram os empresários sucroalcooleiros (usineiros, na linguagem corrente), que publicamente justificavam a prática como necessária para manutenção da ocupação de centenas de milhares de cortadores de cana-de-açúcar em São Paulo. Esta argumentação, evidentemente, não procedia para a área (de 14% e, portanto, não desprezível) em que se queimava e colhia mecanicamente a cana, agredindo o ambiente e provocando desocupação.

Ainda que se pudesse considerar a possibilidade de não se queimar a cana e fazer a colheita manual, conforme praticado até o final dos anos 1960, tal alternativa encontrava resistência nos empresários e cortadores. Os primeiros porque viam a produtividade do corte cair para menos da metade. Os trabalhadores por entenderem que o corte de cana crua traria mais penosidade e menor salário do que o corte de cana queimada. Portanto, entendia-se que a extinção da queimada, quase que necessariamente, viria acompanhada da substituição do corte manual pelo mecânico.

Gonçalves e Souza (1998) estimaram que, em diferentes cenários, a mecanização do corte de cana desocuparia entre 19% e 65% dos trabalhadores canavieiros ou de 11% a 29% de todos ocupados na agropecuária paulista. Além disso, os autores afirmavam que a adoção maciça das colhedoras dificultaria a permanência no setor de pequenos fornecedores de cana, cujas propriedades não teriam tamanho suficiente para se adaptarem a estas máquinas.

Por outro lado, mesmo que se reconhecessem os efeitos negativos em termos da ocupação agrícola, havia pressão de parte da sociedade civil para que a prática das queimadas fosse interrompida, com argumentos que iam desde a necessidade de se preservar o ambiente e poluir menos o ar, passando pela diminuição de problemas de saúde, dos Canavieiros e da população de maneira geral, até os relacionados com a manifestação de contrariedade com a sujeira urbana provocada pela fuligem da queimada da cana. Ao mesmo tempo, porção expressiva do Ministério Público ajuizava ações solicitando o fim imediato das queimadas. Segundo Eid (1995), de 1991 a 1995, foram movidas 86 ações contra as queimadas da cana

em municípios da região de Ribeirão Preto. Destas, 33 (38%) foram julgadas e 24 (28%) resultaram em sentenças favoráveis à promotoria pública e contra as queimadas.

No campo institucional, leis e normas específicas foram elaboradas, entre as décadas de 1990 e 2000, propondo a redução gradativa das queimadas dos canaviais (OLIVEIRA, 1999). Em São Paulo pode-se destacar a aprovação da Lei 11.241, de 19/09/2002 (ALESP, 2012), que estabeleceu que a eliminação completa da queimada dos canaviais deveria se dar até 2031, em áreas não mecanizáveis ou em imóveis menores que 150 hectares, e até 2021, em áreas mecanizáveis. Uma legislação, portanto, bastante cautelosa, com prazos máximos estabelecidos de 20 ou 30 anos, a partir de 2002, para a eliminação total da queimada.

Outro importante debate se estabeleceu em relação às condições do corte manual de cana e os efeitos provocados na saúde dos trabalhadores. O expediente básico usado pelos empresários para garantir o fornecimento de cana-de-açúcar às agroindústrias sucroalcooleiras era o pagamento por produção do corte manual. Ganhava mais aquele trabalhador que cortasse maior quantidade de cana por dia, de forma que o próprio trabalhador procurava estabelecer um ritmo de trabalho, em dependência de sua resistência e vigor.

Ao mesmo tempo se estabelecia uma série de exigências quanto à qualidade do produto colhido. O corte basal do colmo de cana não deveria ser tão baixo, para não atingir as raízes e prejudicar a brotação dos cortes vindouros, nem tão alto, para que não restasse sacarose sem proveito no campo. Além da altura do corte, os fiscais acompanhavam o despalhamento, eliminação do ponteiro e deposição dos colmos na linha central do eito de trabalho, para que o carregamento mecânico e deposição da cana nos caminhões que a transportaria para as usinas tivesse melhor desempenho. Cana bem cortada e arrumada significava menor quantidade de impurezas vegetais e minerais e maior produtividade industrial na obtenção de açúcar e etanol.

Ao longo dos anos, os empresários procuravam selecionar os cortadores com maior produtividade, melhor qualidade de cana cortada e maior sujeição às determinações da administração (ALVES, 2007). Se não todas, mas várias empresas faziam estudos e estabeleciam programas de treinamento visando aumentar a habilidade e capacidade de produção dos cortadores (NOVAES, 2007).

O corte manual de cana, por si mesmo, era muito penoso, realizado sob forte insolação, com o trabalhador executando milhares de movimentos repetitivos diários, respirando a fuligem da queimada e usando roupas de proteção que aumentavam o suor, a perda de líquido e micronutrientes do corpo. Somava-se a isto o estímulo que o pagamento por produção trazia para que o cortador fosse até o extremo de suas forças, à procura de

aumentar sua remuneração. Como bem relatam Alves (2007) e Moraes Silva et al. (2015), como consequência, não raramente, se constatavam casos de esgotamento físico e desmaios entre os cortadores, com comprometimento da sua vida laboral útil e expectativa de vida.

Ao longo dos anos foram sendo observadas manifestações contrárias dos trabalhadores, em alguns anos greves generalizadas, que impediram, por exemplo, que a largura do eito de trabalho aumentasse de cinco para sete ruas. Também se conquistou o transporte em ônibus das cidades para o local de trabalho em substituição aos chamados caminhões “pau de arara”, além da obrigatoriedade das empresas fornecerem instrumentos e equipamentos de proteção individual de trabalho.

Contudo, uma recorrente reivindicação dos trabalhadores jamais foi atendida, a substituição do pagamento por tonelada pelo pagamento por metro de cana cortada. E os empresários foram beneficiados com o aumento da produtividade dos cortadores de cana-de-açúcar. Dados do IEA (Instituto de Economia Agrícola) mostram que, em 1989, o canavieiro cortava, em média, 6,09 toneladas de cana por dia, valor que passou 7,69 t, em 2000, 26,3% a mais (IEA, 2008).

Outro ponto que se quer destacar é que o predomínio do corte manual de cana implicava em grande diferença na demanda de força de trabalho ao longo do ano. No período da safra, a necessidade de canavieiros era mais do que o dobro daquela da entressafra. Nesta fase, o nível de desemprego dos trabalhadores rurais aumentava nas regiões canavieiras, enquanto que na safra a oferta de força de trabalho local era complementada por migrantes sazonais, vindos dos estados do Semiárido.

Enquanto se mantinha grande contingente de trabalhadores rurais, observou-se, nos anos 1990, mudanças administrativas e tecnológicas profundas nos setores administrativos e industriais de empresas sucroalcooleiras, resultando em diminuição da quantidade de pessoas ocupadas nos escritórios e fabricação de açúcar e etanol. Estudo de Eid (1995) mostra que avançaram ações de informatização e automação industrial, bem como mudanças gerenciais em direção à menor burocracia, melhoria dos processos, redução de atividades hierárquicas e terceirização de uma série de serviços, manutenção de máquinas, segurança e limpeza. Thomaz Júnior (2002) estima uma queda de 50% nas pessoas ocupadas nos escritórios, oficinas e atividades fabris de empresas sucroalcooleiras paulistas, entre o fim dos anos 1980 e metade dos anos 1990.

Diversamente de 1997, em 2007 ficou evidenciado que o discurso dos usineiros havia mudado, tendo-se substituído a defesa da ocupação dos canavieiros pela defesa do meio ambiente, ou seja, a troca da colheita manual de cana queimada pela colheita mecânica de

cana crua. Isto se explicitou publicamente na promulgação, em 2007, do Protocolo Agroambiental do Setor Sucroenergético entre a ÚNICA (União da Indústria de Cana-de-açúcar), representando as agroindústrias, e as Secretarias Estaduais do Meio Ambiente (SEMA) e da Agricultura e Abastecimento (SAA) do Governo do Estado de São Paulo, representantes do setor público. Em 2008, a ORPLANA (Organização dos Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil), representando os fornecedores de cana-de-açúcar, tornou-se também signatária do Protocolo.

Tal Protocolo propunha, entre outras medidas, a antecipação do final das queimadas da cana-de-açúcar no Estado para 2014, em áreas mecanizáveis, e para 2017, em áreas não mecanizáveis ou menores que 150 hectares, prazos sete ou 14 anos mais exíguos do que os previstos na já citada Lei 11.241/2002. Embora a adesão ao Protocolo fosse voluntária, sua edição deixava clara a opção, pelo menos das lideranças dos empresários paulistas, em eliminar, o quanto antes, as queimadas nos canaviais, contribuindo para a melhoria da imagem das empresas, em termos ambientais, ao mesmo tempo em que se aceleraria a mecanização do corte de cana.

A mecanização canavieira, obviamente, iria resultar na diminuição do número de trabalhadores braçais agrícolas e elevar da contratação de operadores de máquinas agrícolas. Outrossim, poderia promover outras alterações não tão óbvias, inicialmente, como o aumento do número de pessoas empregadas nos novos e necessários (sob o ponto de vista empresarial) controles do processo de trabalho e manutenção dos novos tratores, colhedoras e implementos incorporados ao patrimônio das empresas.

O primeiro objetivo do artigo é discutir condicionantes com influência na decisão dos usineiros paulistas de generalizar a mecanização por todo o ciclo da cultura canavieira, do plantio à sua colheita. O segundo objetivo é verificar as consequências da aceleração da mecanização na ocupação canavieira e sucroalcooleira, no período 2007 a 2017, com destaque ao ocorrido com os trabalhadores canavieiros.

Na segunda seção discutem-se as razões que estimularam a opção pela colheita mecânica de cana crua, na terceira abordam-se a origem e o tratamento dos dados estatísticos usados no trabalho, na quarta apresentam-se os resultados de ocupação formal sucroalcooleira em São Paulo. Algumas considerações finais fecham o artigo.

2. Mecanização Canavieira e Controle do Processo de Trabalho

O predomínio do corte manual de cana no final dos anos 1990 pode dar a impressão que não tivessem ocorrido mudanças tecnológicas importantes na colheita desta lavoura por algumas décadas. Isto não procede, podendo-se destacar algumas importantes modificações,

como adoção da queimada dos canaviais no final dos anos 1960, substituição do carregamento manual pelo mecânico da cana cortada e aumento da capacidade de transporte dos caminhões canavieiros. Veiga Filho (1998) estimou que a cana em São Paulo necessitava de 42,0 dias-homens/hectare, em 1961, valor que caiu para 21,5 dh/ha, em 1990. Isto, junto com o aumento da produção/ha, fez com que a produtividade do trabalho passasse de 1.170,7 Kg de cana/dh para 3.050,0 Kg de cana/dh, 160,5% a mais, em 29 anos.

O mais correto é afirmar que uma das etapas da colheita, o corte, continuava sendo feito manualmente, na grande maioria, enquanto nas outras etapas, carregamento e transporte, a mecanização se generalizara. No plantio de cana algo semelhante havia ocorrido, com a deposição e picamento dos colmos de cana continuando sendo feitos de forma manual, embora a abertura e fechamentos dos sulcos e o transporte dos colmos a serem plantados já estivessem totalmente mecanizados. Em outras operações, como o preparo de solo e tratos culturais (controle de ervas daninhas, pragas e doenças) a mecanização era completa.

Para Veiga Filho (1998), a generalização da mecanização em todas as etapas de cultivo canavieiro era uma questão de tempo, podendo se citar como exemplo o que já ocorrera em empresas mais inovadoras, como a Usina São Martinho de Pradópolis (SP). Em 1994, esta agroindústria cortava mecanicamente 70% de sua lavoura canavieira, resultando em mudanças importantes na contratação de trabalhadores rurais. Eid (1995) informa que tal empresa, antes da mecanização, contratava 8.000 trabalhadores na safra e demitia 5.000 deles ao se encerrar a colheita. Após a mecanização, o número de trabalhadores contratados caiu para 2.800, que se mantinham ocupados durante todo o ano.

Como previsto por Veiga Filho (1998), de fato, ocorreu avanço da mecanização. Em 2006, Paes (2007) apontava que 40% dos canaviais paulistas eram cortados mecanicamente, mais do que o dobro do constatado em 1997. E no corte mecânico, sob a vigência de novas normas públicas, havia predomínio de áreas não queimadas previamente, ainda que a colheita mecânica de cana queimada apresentasse melhor desempenho.

Como já afirmado, em 2007, os usineiros paulistas publicizaram a intenção de acelerar a adoção do corte mecânico de cana crua, quando participaram em massa da assinatura do Protocolo Agroambiental. Basta dizer que, em seu primeiro ano de vigência, 90% das agroindústrias sucroalcooleiras paulistas tornaram-se signatárias do Protocolo (SÃO PAULO, 2014). Por sua vez, a adesão dos fornecedores de cana demorou mais e não passou de 50% (BACCARIN, 2016).

Considera-se como causa mais geral ou de última instância da extensão acelerada da mecanização da colheita e também do plantio canavieiro, o propósito de dotar a produção

agrícola dos mesmos controles do processo de trabalho presentes, desde os anos 1990, nas atividades industriais e administrativas, pelos menos nas empresas sucroalcooleiras mais inovadoras.

Algo bastante óbvio, mas que se deve destacar, é que o corte ou colheita de cana é estratégico no planejamento das empresas sucroalcooleiras. Pelo fato da cana não poder ser armazenada, sua quantidade colhida deve guardar grande concatenação com o ritmo de seu processamento industrial. As moendas das usinas e destilarias ditam o ritmo do corte de cana e sua mecanização representaria a eliminação dos controles exercidos sobre o cortador pelos eletrônicos, supostamente, mais precisos instalados nos escritórios e maquinário canavieiro.

Além da questão mais geral, relacionada ao controle do processo de trabalho, pode-se elencar quatro grupos de razões específicas que contribuíram para a aceleração da plena mecanização canavieira. O primeiro diz respeito ao meio ambiente e estratégia mercadológica de empresas sucroalcooleiras. As oportunidades de exportação de etanol se ampliaram profundamente no *boom* dos biocombustíveis, entre 2005-08. O Brasil sem tradição anterior na exportação do produto, passou a exportar 20% da produção nacional, em 2007 (BRASIL/MME, 2008). As perspectivas de então (que, aliás, não se confirmaram), de aumento das exportações nacionais, poderiam ser frustradas, especialmente para países desenvolvidos, mediante a aplicação de barreiras não tarifárias de origem ambiental, mais especificamente contra a manutenção da queimada dos canaviais. Concretamente, queria se firmar a imagem da produção de um combustível renovável e menos poluente que a gasolina, que ficara mais cara. A eliminação das queimadas contribuiria para reforçar esta imagem.

O segundo grupo está relacionado com as condições do mercado de trabalho e legislação trabalhista, entre 2003 e 2014. Neste período, houve crescimento próximo a 40% no rendimento real médio das pessoas ocupadas e redução da taxa de desocupação de 7% para 3% na Região Metropolitana de São Paulo, revelando condições mais favoráveis aos trabalhadores de todo o estado de São Paulo. Portanto, as empresas sucroalcooleiras se defrontaram com menor disponibilidade de trabalhadores e salários mais altos, o que pode ter proporcionado mudanças na relação entre o custo de produção da colheita mecânica e manual, em favor da primeira.

Outro ponto a considerar é a edição, em 2005, pelo Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL/MTE, 2005), da Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura (NR 31). Além de determinações mais gerais, com impactos em todas as empresas, pode-se especificar a exigência de se garantir pausas periódicas aos trabalhadores que exercem em pé suas funções,

como os cortadores de cana, e a proibição do transporte de pessoas em máquinas e equipamentos motorizados e implementos acoplados, inclusive carretas, como ocorria no plantio semimecanizado canavieiro.

O terceiro grupo de razões para aceleração da mecanização canavieira é a elevação da capacidade de investimentos das empresas. Os mercados de etanol e açúcar mostraram-se muito favoráveis, de 2003 a 2009 (BACCARIN, 2016), elevando a renda bruta das empresas. Além disso, na euforia dos mercados de biocombustíveis, grupos internacionais e de outros ramos direcionaram investimentos para montagem, compra ou ampliação de usinas e destilarias. Por sua vez, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) elevou continuamente, com exceção de 2009, seus financiamentos ao setor, de R\$ 603 milhões, em 2004, para R\$ 7.573 milhões, em 2010 (TEIXEIRA, 2014). Estas condições concretas, acompanhadas de expectativas muito favoráveis, contribuíram para a constituição de um ambiente propício a novos investimentos sucroalcooleiros, inclusive em novas tecnologias para a lavoura canavieira.

Por fim, deve-se destacar um conjunto de razões associadas à gestão das empresas sucroalcooleiras. A lavoura canavieira foi sendo adaptada à colheita mecânica, aumentando-se o comprimento dos talhões de cana, promovendo-se alterações nas curvas de nível e terraços para controle de erosão, no preparo de solo (evitando-se ondulações no terreno) e espaçamento entre linha de cana plantada. Na escolha de variedades a serem plantadas, passou-se a considerar aquelas mais adequadas à colheita mecânica, mais eretas e resistentes ao pisoteio, com mais perfilhos e maior brotação das gemas (BELARDO et al., 2015).

Disseminou-se entre as usinas programas de qualificação da força de trabalho, em especial o treinamento de novos operadores de máquinas. Neste sentido, o Projeto RenovAção, coordenado pela UNICA, contribuiu para a capacitação de aproximadamente 20 mil profissionais, entre 2009 e 2012 (UNICA, 2015).

Outro ponto da gestão diz respeito aos custos de produção, com alguns estudos apontando que a colheita mecânica passara a apresentar maior competitividade que a manual. Neste sentido, para 2009, Oliveira e Nachiluk (2011), para grande número de empresas de seis regiões canavieiras de São Paulo, apontaram que o custo do corte mecânico se mostrava entre 2,3% e 17,0% menor que o corte manual, nas diversas situações analisadas.

Além das razões acima, que dizem respeito a políticas públicas de incentivo ou a tomada de decisão administrativa pelos empresários, ações de outras instituições concorreram para ampliação da mecanização canavieira. Destaque-se o papel de entidades de pesquisa agrônoma no desenvolvimento de variedades de cana mais adaptadas à mecanização e a

ação de empresas privadas do ramo automobilístico e entidades de pesquisa no aprimoramento de colhedoras de cana.

O Projeto CANASAT do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) permite avaliar, indiretamente, a extensão da colheita mecânica em São Paulo. Em 2006, a área de cana queimada no Estado foi de 2.132,0 mil ha, 66% da área total de cana cultivada, enquanto estes valores, em 2014, foram, respectivamente, de 560,0 mil ha e 10% (SÃO PAULO, 2016). Estimativa direta da área de colheita mecânica no estado de São Paulo é feita por técnicos do IEA. Com base nestes dados, Fredo et al. (2012, 2015) estimam que a colheita mecânica estava presente em 42% dos canaviais paulistas, em 2007, e alcançou 85%, em 2013.

No plantio, a mecanização também avançou. Segundo dados da UNICA, sistematizados em publicação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE, 2016), a área com plantio totalmente mecanizado passou de 33% da área de cana administrada diretamente por agroindústrias, em 2009, para 75%, em 2014.

3. Fonte e Tratamento dos Dados de Ocupação

As principais informações quantitativas do artigo são aquelas de ocupação formal contidas em dois tipos de relatórios periódicos encaminhados pelas empresas empregadoras ao MTE. Um deles contém os dados de ocupação em 31 de dezembro de determinado ano, chamado de Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). O outro registra, para cada mês, a movimentação (admissão e demissão) das pessoas ocupadas, chamado de Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). A partir das informações da RAIS de um ano qualquer, pode se obter uma estimativa do número de ocupados em determinado mês do ano seguinte, agregando-se os números de admissões e demissões registrados pelo CAGED.

Estimou-se o número de trabalhadores formalmente contratados na lavoura canavieira, comparativamente a outras ocupações sucroalcooleiras e, para tanto, se consideraram a classificação de ocupações e de empresas. Para estas, tomou-se a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), usando-se o nível hierárquico classes de empresas. Da CNAE 2.0, de 2006, consideraram-se as seguintes classes: Cultivo de Cana-de-açúcar, Fabricação do Açúcar em Bruto, Fabricação do Açúcar Refinado e Fabricação de Álcool.

Do conjunto destas quatro classes de empresas sucroalcooleiras foram levantadas informações de ocupação de diversas categorias ocupacionais, a partir da RAIS e do CAGED, mês a mês, de dezembro de 2006 a dezembro de 2017. O fato de se apurar a ocupação mês a mês, e não apenas em um momento do ano, deve-se à conhecida sazonalidade de contratação de pessoas no ramo sucroalcooleiro, cujo número aumenta no período da safra.

Para delimitar as categorias de ocupação, usou-se o Código Brasileiro de Ocupações (CBO), considerando o quarto nível de agregação, o da Família Ocupacional (BRASIL/MTE, 2009). Entre 2007 e 2017 foram registradas entre 370 e 385 famílias ocupacionais nas empresas sucroalcooleiras paulistas. Estas famílias, de acordo com seus descritores, foram classificadas em quatro grupos: Pessoas Ocupadas na Cana-de-Açúcar, Pessoas Ocupadas na Indústria (usinas ou destilarias), Pessoas Ocupadas em Atividades Administrativas, de Transporte e Apoio (escritórios, transporte e reparos de veículos e máquinas, manutenção etc.) e Pessoas Ocupadas não Sucroalcooleiras.

Ainda, as Pessoas Ocupadas na Cana-de-Açúcar foram subdivididas em Trabalhadores Canavieiros não Qualificados, Trabalhadores da Mecanização Agrícola e Outras Pessoas nas Atividades Agrícolas. Os Canavieiros resultam da soma de três famílias ocupacionais, quais sejam Trabalhadores de Apoio à Agricultura, Trabalhadores Agrícolas na Cultura de Gramíneas e Trabalhadores na Exploração Agropecuária em Geral e entende-se que aí estão incluídos os trabalhadores rurais que se dedicam às atividades que não exigem maior qualificação profissional, como o plantio e corte de cana. Já os Trabalhadores da Mecanização Agrícola constituem família específica da CBO, enquanto Outras Pessoas nas Atividades Agrícolas obtém-se pela soma de 15 famílias ocupacionais, em posição de chefia ou com maior qualificação profissional.

4. Modificações na Ocupação Sucroalcooleira

A Tabela 1 mostra que o número total de pessoas ocupadas em empresas sucroalcooleiras em São Paulo reduziu-se em 24,1%, entre 2007 e 2017. Neste período, a área de cana-de-açúcar cresceu 19,2% no Estado e sua produção, 2,5% (CONAB, 2017).

Tabela 1 - Média mensal e variação de pessoas ocupadas em grupos e subgrupos profissionais em empresas sucroalcooleiras no estado de São Paulo, 2007, 2012 e 2017.

Categorias	Média Ocupação Ano			Variação 2007-17	
	2007	2012	2017	Absoluta	%
Pessoas na Agricultura	209.700	158.063	105.359	-117.970	-56,3
<i>Canavieiros</i>	178.510	112.268	56.503	-122.980	-68,9
<i>Pessoas na Mecanização</i>	24.279	37.360	40.766	17.238	71,0
<i>Outras Agrícolas</i>	6.911	8.435	8.089	797	11,5
Pessoas na Indústria	40.186	48.585	42.505	2.401	6,0
Admin., Transporte e Apoio	61.637	87.231	91.216	27.887	45,2
Não Sucroalcooleiros	4.600	5.269	2.833	-1.683	-36,6
Total de Ocupação	316.122	299.148	241.934	-76.338	-24,1

Fonte: BRASIL/MTE (2018).

A redução na ocupação sucroalcooleira foi puxada pela queda no número de Pessoas na Agricultura, que atingiu quase 118 mil pessoas ou 56,3%. Neste grupo, o subgrupo Outras Agrícolas apresentou crescimento e Pessoas na Mecanização, aumento mais expressivo, de

17,2 mil pessoas ou 71,0%. Por sua vez, o número de Canavieiros registrou redução de praticamente 123 mil pessoas, 68,9%. Em 2007, os Canavieiros representavam 57,6% do Total da Ocupação Sucroalcooleira, valor que caiu para 23,3%, em 2017.

As Pessoas na Indústria tiveram crescimento de 6,0%, o que guarda correspondência com o crescimento de 19,5% na produção de açúcar e queda de 5,4% na de etanol (CONAB, 2017). Já as Pessoas no Administrativo, de Transporte e Apoio apresentaram crescimento de 27.887 pessoas ou 45,2%, bem acima do crescimento relativo da produção setorial. O grupo Não Sucroalcooleiro, reduzido desde o início, apresentou tendência de queda.

Além do valor muito alto, há outro aspecto da diminuição do número de cortadores de cana que merece ser novamente comentado. O corte de cana era uma das poucas atividades em que o ritmo de trabalho dependia, até certo ponto, da decisão do trabalhador. Até por isso, a ação das empresas era a de fazer o pagamento por produção e, complementarmente, procurar selecionar aqueles trabalhadores mais hábeis e produtivos. As tarefas manuais que vão se mantendo têm importância estratégica bem menor do que o corte e, em grande parte, são vinculadas às operações mecanizadas. É necessário que pessoas ajudem na limpeza e lubrificação das máquinas, nos carregamentos, na catação de restos de cana cortada deixados no campo por colhedoras mais antigas. E mesmo esta atividade, dos chamados “bituqueiros”, à medida que se aperfeiçoam as colhedoras, deixa de existir. Em empresas de ponta interessa que as perdas na colheita sejam diminuídas ao máximo e não haja recolhimento manual do que fica no campo. Para isto um conjunto de Canavieiros é treinado para medir, de forma amostral, as chamadas “perdas visíveis” em cada área de cana colhida, com as informações assim obtidas sendo usadas para melhorar a regulação das máquinas e no controle de desempenho de seus operadores.

A contrapartida deste fato pode ser verificada no crescimento expressivo do grupo Pessoas no Administrativo, de Transporte e Apoio. Em trabalho anterior, Baccarin (2016), ao subdividir este grupo, mostra que as pessoas ocupadas em atividades de apoio caíram, enquanto cresciam as pessoas no administrativo e transporte. O crescimento dos administrativos indica que aumentaram os controles das empresas sucroalcooleiras sobre os processos de trabalho, inclusive os agrícolas. Aliás, entrevistas realizadas com pessoas ocupadas sucroalcooleiras, em diferentes níveis hierárquicos, deixaram evidente o quanto os controles formais e imediatos de tempo, de precisão, de regularidade, de perdas e qualidade das operações estão incorporados no dia a dia dos seus trabalhos.

No subgrupo Transporte, Baccarin (2016) constatou expressivo crescimento no número de motoristas e mecânicos de manutenção de veículos automotores. Isto era esperado

como consequência da aceleração da mecanização canavieira, mas sua alta intensidade parece estar revelando que processos de terceirização das décadas de 1990 foram mais recentemente revertidos. O aluguel de caminhões de terceiros para transporte de cana foi trocado pela expansão da frota de caminhões próprios, com maior capacidade e carrocerias adaptadas à cana colhida mecanicamente, em toletes e não inteira, como anteriormente.

Quanto aos mecânicos, deve-se considerar que a manutenção e reparos, em especial das colhedoras, devem ser feitos o mais rapidamente possível, de forma a não comprometer o fornecimento de cana-de-açúcar para as moendas das usinas e destilarias. Gerentes Agrícolas e de Recursos Humanos das agroindústrias entrevistados informaram que esta prontidão só é possível com a contratação direta de profissionais, que ficam à disposição das empresas 24 horas diárias, em regime de turnos de trabalho, em vez da contratação de serviços de empresas especializadas em manutenção de veículos e máquinas (BACCARIN, 2016).

Por fim, merecem ser feitos dois comentários adicionais com respeito à ocupação dos Canavieiros. A sazonalidade de sua contratação, ao longo de determinado ano, diminuiu. Em 2007, o número destes trabalhadores contratados no auge da safra canavieira foi mais de duas vezes superior ao que restou contratado em dezembro. Já em 2017, esta diferença foi de apenas 28%. Com isto, a vinda de migrantes sazonais para a safra canavieira em São Paulo praticamente cessou nos últimos anos.

Outro comentário é que, pelo menos até 2014, levantamentos feitos em municípios canavieiros da região de Ribeirão Preto (sp) indicavam que os ex cortadores de cana estavam sendo absorvidos em outros setores, em especial na construção civil e alguns ramos do serviço, o que amenizou os impactos sociais da maciça desocupação dos Canavieiros após a edição do Protocolo Agroambiental do Setor Sucroenergético (BACCARIN, 2016).

5. Considerações Finais

A aceleração da mecanização do plantio e, especialmente, do corte de cana-de-açúcar sem a queima prévia de sua palha no estado de São Paulo, após 2007, fez com que a importância do trabalho manual agrícola caísse consideravelmente. A arregimentação, treinamento e fiscalização do conjunto de cortadores de cana eram fundamentais, até o início do presente século, para garantir às empresas sucroalcooleiras um volume adequado de matéria prima agrícola para ser processado e transformado em etanol, açúcar e outros produtos. Atualmente, não se depende (ou se depende muito pouco) do podão e da habilidade do cortador, posto que em mais de 90% da área com cana no estado o corte se faz mecanicamente. As máquinas possuem GPS e computadores, assegurando maior precisão no

controle do processo de trabalho, não só pelos seus operadores, mas também por administrativos que, em tempo real, acompanham as atividades agrícolas de seus escritórios.

Além de proporcionar controle mais preciso do processo produtivo, a plena mecanização da lavoura canavieira foi estimulada por razões de ordem ambiental, mercadológica, trabalhista, de aumento de capacidade de investimento e de melhoria nas condições de trabalho em São Paulo e contou com uma série de adaptações na gestão das empresas feitas ao longo dos anos.

O número de Canavieiros em São Paulo, em 2017, correspondia a 32% do número de 2007. Ao mesmo tempo, cresceu muito o número de pessoas ocupadas na operação de máquinas agrícolas, na condução de veículo e na sua manutenção, bem como nas ocupações estritamente administrativas. As pessoas ocupadas nas atividades industriais registraram pequeno aumento. No saldo, apesar da expansão produtiva setorial, o número total de pessoas ocupadas nas empresas sucroalcooleiras caiu no estado de São Paulo, entre 2007 e 2017.

Ainda que o mercado de trabalho, pelo menos até 2014, tenha conseguido absorver maior número de trabalhadores, deve-se manter a atenção com o destino dos ex cortadores de cana, inclusive os que migravam sazonalmente para a região canavieira paulista. As ações privadas deram conta de capacitar um número de trabalhadores igual a 20 mil, correspondente ao número de novos operadores de máquinas contratados. Este número representa apenas 1/6 dos 122 mil Canavieiros dispensados, entre 2007 e 2017.

Referências

ALESP (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo). *Texto da Lei n. 11.241, de 19 de setembro de 2002*. Disponível em www.al.sp.gov.br. Acesso em 21 de março de 2012.

ALVES, F. J. C. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo – será este um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro? In NOVAES, R. & ALVES, F. J. C. (Orgs.). *Migrantes - trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro* (Os Heróis do Agronegócio Brasileiro), EDUFSCar, São Carlos, 2007. P. 21 a 54.

BACCARIN, J. G. A indústria abarca a cana-de-açúcar e corta rente o trabalho volante: mudanças tecnológicas recentes na lavoura canavieira e impactos na ocupação agrícola do estado de São Paulo. Tese (livre-docência) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, 2016, 188 p.

BELARDO, G. de C.; ROSA, J. H. M. & MAGALHÃES, P. S. G. Colheita mecanizada de cana-de-açúcar - evolução da colheita mecanizada na cultura da cana-de-açúcar. In:

BELARDO, G. de C.; CASSIA, M. T. & SILVA, R. P. da (Editores). *Processos agrícolas e mecanização da cana-de-açúcar*. Jaboticabal: SBEA, 2015. P. 335-355.

BRASIL (Ministério de Minas e Energia - MME). *Boletim Mensal dos Combustíveis Renováveis*. Brasília: MME, n. 1, jan. 2008.

BRASIL (Ministério do Trabalho e Emprego). Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura (NR 31). Brasília, Diário Oficial da União, n. 43, 4 de março de 2005, seção 1, p. 105-110.

BRASIL (Ministério do Trabalho e Emprego). Classificação Brasileira de Ocupações. Disponível em www.mtecbo.gov.br. Acesso em 13 de novembro de 2009.

BRASIL (Ministério do Trabalho e Emprego). *Programa de Disseminação de Estatística do Trabalho*. Disponível em www.mte.gov.br. Acesso em 12 de junho de 2018.

CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento). *Acompanhamento da safra brasileira - cana-de-açúcar*. Brasília: CONAB, v. 4 - safra 2017/18, n.1- Primeiro levantamento, abril 2017.

EID, F. Progresso técnico, diversificação e organização do trabalho na agroindústria sucroalcooleira. Processo 195/3521-1 CNPq, Relatório de Pesquisa. São Carlos, UFSCAR, 1995.

EPE (Empresa de Pesquisa Energética). Análise de Conjuntura dos Biocombustíveis - Ano 2015. Brasília: MME/EPE, 10 de maio de 2016.

FREDO, C. et al. Cana-de-açúcar: efeitos da mecanização nos empregos. São Paulo, FGV, São Paulo, FGV, *Agroanalysis*, v. 32, n. 4, abril 2012.

FREDO, C. et al. Mecanização na colheita da cana-de-açúcar atinge 84,8% na safra agrícola 2013/14. São Paulo, IEA, *Análise e Indicadores do Agronegócio*, v. 10, n. 2, fevereiro de 2015.

GONÇALVES, J. S. & SOUZA, S. A. M. Proibição da queima de cana no Estado de São Paulo: simulações dos efeitos na área cultivada e na demanda pela força de trabalho. In: *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 28, n. 3, março 1998. P 21 – 34.

IEA (Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo). *Informações estatísticas da agricultura*. Disponível em <http://www.iea.sp.gov.br>. Acesso em 23 de março de 2008.

MORAES SILVA, M. A. de; BUENO, J. D. & MELO, B. M. de. La simbiosis perversa: las máquinas y la degradación del trabajo en el estado de San Pablo, Brasil. In: RIELLA, A. & MASCHERONI, P. (Compiladores). *Assalariados rurales em América Latina*. Buenos Aires (Argentina): Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2015. P. 187-212.

NOVAES, J. R. P. Idas e vindas: disparidade e conexões regionais - um estudo sobre o trabalho temporário de nordestinos na safra da cana paulista. In: NOVAES, R. & ALVES, F. J. C. (Orgs.). *Migrantes - trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro* (Os Heróis do Agronegócio Brasileiro), EDUFSCar, São Carlos, 2007. P. 87 a 118.

OLIVEIRA, A. M. S. de. Perspectivas sobre o setor sucroalcooleiro frente à redução da queimada de cana-de-açúcar, a intensificação do corte mecanizado e a certificação socioambiental. Presidente Prudente, 1999. 7 p. *Mimeografado*.

OLIVEIRA, M. D. M. & NACHILUK, K. Custo de produção de cana-de-açúcar nos diferentes sistemas de produção nas regiões do Estado de São Paulo. In: *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 41, n. 1, janeiro 2011. P. 5 – 33.

PAES, L. A. D. Áreas de expansão do cultivo da cana. In: MACEDO, I. de C. (Org.). *A energia da cana-de-açúcar – doze estudos sobre a agroindústria da cana-de-açúcar no Brasil e sua sustentabilidade*. São Paulo: UNICA, 2007. P 125-133. (2ª. Edição).

SÃO PAULO, Estado de (Secretaria do Meio Ambiente). *Protocolo Agroambiental do Setor Sucroenergético Paulista: dados consolidados das safras 2007/08 a 2013/14*. São Paulo, SEMA, SAA. Dezembro 2014.

SÃO PAULO, Estado de (Secretaria do Meio Ambiente). *Etanol Verde - fechamento safra 2014/15 - dados preliminares*. Disponível em http://www.ambiente.sp.gov.br/etanolverde/files/2015/05/Balan%C3%A7o-da-safra-14_15-Dados-Preliminares.pdf. Acesso em 9 de abril de 2016.

TEIXEIRA, G. da S. Desafios da participação social no agronegócio sucroalcooleiro. Campinas, *RURIS - Revista do Centro de Estudos Rurais*, v. 8, n. 1, 2014. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/1743>. Acesso em 12 de setembro de 2014.

THOMAZ JÚNIOR, A. *Por trás dos canaviais, os “nós” da cana - a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002. 388 p.

VEIGA FILHO, A. A. Mecanização da colheita da cana-de-açúcar no estado de São Paulo: uma fronteira de modernização tecnológica da lavoura. 1998. 127 f. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, agosto de 1998.

UNICA (União da Indústria de Cana-de-açúcar). *Projetos e iniciativas - Projeto Renovação*. Disponível em <http://www.unica.com.br/projeto-renovacao/> Acesso em 23 novembro 2015.

Intervenção estatal e reconfiguração dos processos de trabalho: memórias do antes e do depois da criação da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns

Marcelo Moraes de Andrade¹
Danielle Wagner Silva²

Resumo:

Neste texto discutimos as percepções presentes nas lembranças dos entrevistados sobre as mudanças nos processos de trabalho, a partir da institucionalização de Resex, a análise busca identificar as interposições do Estado neste contexto. Constatou-se que os arranjos institucionais tradicionais foram alterados por mudanças amplas e específicas que impuseram distintas formas de interações entre os moradores da reserva, convertendo relações de cunho pessoais historicamente construídas em relações impessoais, fundamentadas em uma lógica de economia mercantil.

Palavras chaves: Áreas Protegidas, Intervenção Estatal, Estruturas Sociais.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação Sociedade, Natureza e Desenvolvimento, mllblues@yahoo.com.br.

² Docente da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA/IBEF, danicawagner@yahoo.com.br.

1 INTRODUÇÃO

A abundância de recursos naturais na Amazônia é fator que há décadas desperta o interesse de investidores nacionais e internacionais (PORTO-GONÇALVES, 2001; BECKER, 2005). Na microrregião de Santarém, território Baixo Amazonas, Oeste do estado do Pará, os recursos florestais tornaram-se alvo de disputas por serem considerados importante fonte geradora de desenvolvimento econômico. Em vista das possibilidades de exploração desses recursos, o Estado brasileiro buscou meios de fomentar a produção madeireira em grande escala por meio de incentivos governamentais (IORIS, 2014) e de ações de ordenamento do território, tais como a criação e implantação da Floresta Nacional do Tapajós, Flona Tapajós, em 1974. Em 1981, com o início da exportação de madeira, o município de Santarém era responsável por 60% da produção madeireira da região³.

As ações concomitantes das madeireiras Amazonex e Santa Isabel, respectivamente instaladas em comunidade situada na margem esquerda do rio Tapajós e na margem direita do rio Arapiuns (território que no atual contexto pertence à Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns) provocaram acelerada devastação da floresta em decorrência da exploração madeireira feita pelas duas empresas. Preocupados com a ameaça ao controle de seus meios de subsistência baseados no extrativismo e agricultura, no limiar da década de 1990, os moradores das comunidades começaram a articularem-se clamando pelo afastamento dessas empresas como forma de garantir a manutenção de seus modos de vida (OLIVEIRA, 2012).

No decorrer daquela década, o movimento dos moradores locais ganhou força e apoio de outras categorias. Em 1995 decidiram pautar a luta na reivindicação da garantia de um território coletivo para as populações locais (OLIVEIRA, 2012). A alternativa vislumbrada pelos moradores para garantia de sua permanência no território e de seus modos de vida foi a intervenção do Estado através da institucionalização de área protegida na forma de Reserva Extrativista - Resex. Após criarem diversas associações de representações das 82 comunidades que aderiram ao movimento, em 1997 a entidade de representação de todas as associações entrega ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA a solicitação para criação da Reserva (OLIVEIRA, 2012).

Grupos de interesses contrários à criação da Reserva também se mobilizaram na tentativa de minar e frear a reivindicação do movimento, embora tenham ocorrido muitos

³ Essa característica é resultado da instalação de grandes madeireiras, sendo as mais expressivas a Amazonex Exportadora Ltda., a Santa Isabel Agroflorestal Ltda. e a Comercial Madeiras e Exportação S/A (CEMEX) (IORIS, 2014).

conflitos, não obtiveram êxito. Então, através do Decreto presidencial s/n, de 06 de novembro de 1998, publicado no Diário Oficial no dia 09 de novembro, foi criada a primeira Reserva Extrativista do Estado do Pará, com extensão de 647.610 hectares, abrangendo os municípios de Santarém e Aveiro, 68 comunidades e aproximadamente 4.500 famílias (BRASIL, 2014).

Enquanto modelo de intervenção estatal, a Resex referencia-se por vários marcos legais, destacando-se o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, instituído pela lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. O SNUC estabelece a configuração oficial e os objetivos da Resex, é uma categoria de Unidade de Conservação⁴ - UC de uso sustentável:

Uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2000).

A alternativa almejada, mediante a intervenção da autoridade estatal por constituição de uma área protegida, visou garantir a permanência dessas pessoas em suas terras. Porém, os desdobramentos de tal proposição são abrangentes e capazes de dar novo significado às estruturas sociais. Incide sobre os arranjos sociais resultantes do ambiente institucional, expressivos das condições de elaboração de regras sociais que redefinem modos de organização, referenciadores de processos sociais geradores e decorrentes da apropriação dos recursos naturais.

Neste sentido, é importante compreender como os moradores de Resex Tapajós-Arapiuns avaliam e apreendem esses processos de transformações. Elaborado a partir da análise dos relatos dos entrevistados residentes em duas comunidades situadas na referida Resex, objetivamos discutir neste texto as percepções presentes nas lembranças dos entrevistados sobre as mudanças nos processos de trabalho. Tomando como marco referencial a intervenção estatal através da institucionalização da Resex, a análise busca identificar as interposições do Estado neste contexto.

O texto apresenta a seguinte estrutura: introdução, considerações metodológicas, seguidas de uma breve discussão sobre os percursos de vida dos entrevistados. A quarta parte

⁴ Unidades de Conservação é um termo utilizado somente no Brasil. Internacionalmente utiliza-se a terminologia áreas protegidas (PUREZA; PELLIN; PADUA, 2015). Não há consenso sobre a origem do termo e as razões de sua utilização no Brasil. O termo Unidades de Conservação aparece em trabalhos técnicos profissionais a partir de meados da década de 1970. Alguns especialistas acreditam que passou a ser utilizado com intuito de evitar possíveis confusões em relação à nomenclatura „áreas protegidas“ para denominação de parques, reserva, áreas de proteção permanente etc. Os primeiros registros de uso do termo „Unidades de Conservação“ foram encontrados em trabalhos realizados no Peru, mas também não há explicação de sua origem.

alude às lembranças dos moradores sobre ocupações. A quinta seção versa sobre as transformações nas dinâmicas com algumas considerações finais.

2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Este trabalho deriva de pesquisa de campo referente à elaboração de tese de doutorado do primeiro autor⁵. A pesquisa foi realizada entre os meses de Fevereiro e Maio de 2017 nas comunidades Boim e Anã, situadas na Resex Tapajós-Arapiuns. O intuito foi aproximar-se dos moradores e identificar elementos para a compreensão de seus modos de vida, de modo a subsidiar as análises a serem feitas na referida tese. Por meio da pesquisa de campo, tivemos a oportunidade de travar conversas formais e informais com moradores jovens, idosos, agricultores(as), extrativistas, pescadores, militantes de movimentos sociais, seringueiros, professores, donas de casa, agentes de saúde, agente distrital, homens e mulheres, indivíduos dotados de lembranças referentes às diversas fases de suas vidas. Em comum, além de compartilharem o mesmo espaço, possuem percurso de vida relacionado, direta ou indiretamente, ao extrativismo e à agricultura.

Embora tenha sido utilizado roteiro como guia nas entrevistas, optou-se por deixá-los discorrerem sobre as lembranças que lhes viessem à mente, sendo feita intervenção apenas quando o assunto explanado distanciasse demais de temas relacionados à Resex e ou que não ajudasse na compreensão de seus modos de vida. As lembranças que foram aflorando dos relatos orais dos entrevistados remetiam especialmente à infância e à adolescência, utilizando como ponto focal indicativos elementos como a escola, os processos de trabalho, suas saídas e chegadas às comunidades, os hábitos alimentares, as festas, as crenças, suas experiências dentro e fora da Área de Proteção. Tanto no caso dos mais velhos como no caso de uma geração intermediária, ambos tiveram uma experiência de vida antes da criação da Resex, sendo capazes de associar um viver hoje e um viver no período anterior. Portanto, aptos a identificar e avaliar alterações na estrutura das relações sociais a partir deste referencial.

Como subsídio às análises, neste texto utilizam-se fontes orais, partindo-se das experiências e subjetividade dos entrevistados em relação ao seu percurso de vida. Os relatos orais como recurso para compreensão da história de vida de indivíduos marcada por uma intervenção estatal muito específica, a institucionalização de uma área protegida, apresenta-se como interessante recurso metodológico para refletir sobre as ressignificações que a criação

⁵ Doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (PPGSND/UFOPA).

da Resex acarreta. Para Costa (2015, p. 137), as fontes de informações orais são uma metodologia de pesquisa para “[...] criação de fontes para o estudo da história contemporânea, que surgiu em meados do século XX, após a invenção do gravador. Trata-se de entrevistas gravadas com pessoas que testemunharam certos acontecimentos”.

Os primeiros contatos com os moradores entrevistados ocorreram por intermédio de lideranças das comunidades que, já informadas sobre os objetivos da pesquisa, trataram de indicar moradores que, na visão dessas lideranças, seria interessante conversar. Durante a permanência nas comunidades a hospedagem foi em casas de moradores indicados também pelas lideranças. Desta forma houve a oportunidade de convivência com os moradores, participar das atividades por eles desenvolvidas, acompanhá-los em suas rotinas, conhecer seus roçados, seus projetos.

Os relatos orais obtidos nas entrevistas resultaram em mais de 13 horas de gravações. Foram entrevistadas oito pessoas que se identificaram como chefes de família, cinco homens com idades entre 40 a 69 anos e três mulheres com idades entre 35 e 71 anos. Destes, quatro definiram-se como agricultores e/ou agroextrativista, um agente de saúde (mas que mantém atividades agrícolas e extrativas), dois professores, um em atividade e outra aposentada (que pelas limitações da idade havia acabado de se desfazer da criação de gado e da roça) e um agente distrital.

Os relatos foram analisados sob a luz de trabalhos que discutem o modo de vida dos camponeses amazônicos⁶, tais como os de Batista (2009), Witkoski (2010) e Alves (2011).

3 REMEMORAÇÕES DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E DE SOCIABILIDADE NA CONSTRUÇÃO DA INFÂNCIA

Na Resex Tapajós-Arapiuns, o extrativismo e a agricultura constituem-se como as principais atividades que estão na base da organização social do trabalho familiar e que são expressivas do modo de vida local. Esse aspecto referenda análise de Witkoski (2010) sob os camponeses situados nas margens dos rios Solimões e Negro, Estado do Amazonas. Esse autor explica que nas terras, nas florestas e nas águas, consideradas por ele como ambientes do trabalho camponês, são realizadas respectivamente atividades de agricultura, coleta de produtos florestais e pesca, configurando o complexo cotidiano das famílias camponesas.

⁶ Com base nos textos de Wolf (1976), Chayanov (1974), Witkoski (2010), assume-se neste texto que os moradores da Resex são, numa perspectiva acadêmica, camponeses.

No contexto estudado, o trabalho realizado pelos moradores na exploração da seringa e no manejo da roça foi um das primeiras ocupações desempenhadas por alguns dos entrevistados ainda quando criança, operando na transmissão de conhecimento intergeracional. Embora três entrevistados não pratiquem atividade agrícola ou extrativa na atual circunstância, durante sua infância a inserção nas ocupações de reprodução familiar significou responsabilidade adquirida por volta dos sete anos de idade e a reprodução social dos papéis, da relação com o meio e do modo de existência.

Batista (2009) e Alves (2010) em estudos realizados no nordeste paraense, mostram que o ciclo de desenvolvimento e reprodução social da família camponesa estão associados à organização do trabalho dentro da família, tendo cada um o seu papel e sua importância. Os estudos dessas autoras, assim como o contexto discutido neste texto, confirmam o que Chayanov (1974) observara: no âmbito das unidades de produção camponesa, a família é ao mesmo tempo unidade de produção e de consumo, demandando a participação de todos os membros na realização das atividades cotidianas.

Ao descreverem o início da inserção nas atividades laborais, os entrevistados se referiam a uma época que remete à década de 1950, período em que os moradores mais velhos estavam com idade entre 7 e 10 anos, e no caso dos entrevistados mais jovens, à década de 1980, portanto, antes da criação da Resex. Em ambos os casos era corrente as crianças acompanharem os pais nos processos de trabalho.

Eu aprendi a cortar seringa aos sete anos de idade e até hoje, graças a Deus, me sinto inteiro e feliz da vida de ter este pacote de informações, de aprendizagem que herdei dos meus avós, dos meus bisavós, dos meus pais, dos meus padrinhos (Morador da comunidade Boim, 69 anos, agricultor aposentado).

Então valeu a pena a minha infância, pelos trabalhos que tinham. A gente era feliz e não sabia. Apesar de o trabalho ser muito pesado na época. As experiências de trabalho que nossos pais tinham. Mas para mim valeu a pena, porque hoje praticamente de tudo eu sei um pouco (Morador da comunidade Anã, 48 anos, agente de saúde).

Os relatos mostram que a participação da criança nas atividades produtivas era habitual e importante, indicativo de que a família era a responsável pelas atividades reprodutivas. Com base em Chayanov (1974), Witkoski (2010) afirma que “o trabalho e os produtos do trabalho da unidade de produção só são possíveis porque a família funciona como uma espécie de máquina humana produtiva” (WITKOSKI, 2010, p.167).

Embora alguns relatos apontem como crítica a pesada carga de trabalho, as atividades aprendidas e desempenhadas na infância são reconhecidas como uma orientação de valor que

possibilitou acúmulo de conhecimento considerado útil à reprodução que, em alguns casos com o passar dos anos foi acentuada por aqueles que reproduziram as atividades dos pais e em outros, extinguida por aqueles que foram em busca de outras atividades.

Se para os entrevistados da geração mais antiga o trabalho na infância era um hábito, para uma geração intermediária nos dias correntes a utilização da força de trabalho infantil é prática condenada por vários motivos. Depreende-se dos estudos de Remi Lenoir (1998), sobre a construção de categorias sociais, a criança enquanto categoria social é uma construção que depende de seu contexto. A idade cronológica, embora seja um instrumento de avaliação da evolução biológica de indivíduos, não é um dado de consciência universal. É muito mais uma determinação da prática social⁷. Neste sentido, ser considerado jovem demais para desempenhar certas funções vai depender de outras questões que vão além da idade cronológica (LENOIR, 1998). No Brasil, desde a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, instituído pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a criança e o adolescente são sujeitos de direitos e é proibido o trabalho para crianças e adolescentes menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, neste caso a legislação permite que a idade mínima seja 14 (catorze) anos de idade.

No relato reproduzido a seguir é possível observar como a interposição estatal via ECA afeta as atividades familiares.

Nós não temos roça, esse ano a gente vai fazer roça. Porque eu estava com os meninos tudo pequeno e é ruim a gente tá saindo e deixando as crianças. Antes não tinha esse negócio de conselho tutelar. Lembro que nós íamos para a roça, nós ficávamos em casa, ou nós íamos para a roça, pescar e tudo, não tinha problema nenhum. Aqui tem um núcleo do conselho tutelar. Lá no Tucumatuba e quando essas coisas acontecem, eles já estão em cima, se deixar aqui as crianças fica ruim. A gente não quer se complicar (Moradora da comunidade Boim, 35 anos, agricultora, 2017).

Risso et al. (2006, p. 113), membros do grupo de pesquisa sobre a infância no e do campo, observaram que:

Essas crianças têm uma rotina de vida parecida, sendo seus tempos divididos entre o convívio com a família, as brincadeiras (tanto em casa com os irmãos, ou com os amigos fora de casa), os trabalhos/responsabilidades a cumprir em relação à família, à escola e aos estudos, às atividades organizadas pelos movimentos sociais de que fazem parte (que podem ser junto com seus pais e ou específicas a elas), o convívio

⁷ De acordo com Lenoir (1998), a idade é uma construção que parte da necessidade de atendimento das práticas administrativas, surgidas na França do século XVI, como critério de classificação. Tais classificações funcionam como categorias nominais (velhos, jovens, adolescentes), sem configurar grupos sociais definidos. Isso ocorre porque essas categorias variam de importância conforme os costumes, as instituições e a composição da população de sua época.

com a comunidade como um todo, entre outras atividades que vão surgindo no decorrer de seus dias (RISSO et al., 2006, p. 113).

Uma das moradoras entrevistadas, tomando as experiências vividas nos trabalhos com seu pai, em seus relatos faz menção à forma como as crianças socializavam-se nas atividades e do papel que a criança desempenhava na colaboração com os adultos. Embora não aparecesse como obrigação, essas atividades estão associadas com a subsistência da família por meio da participação na atividade realizada também pelo pai. Ao reproduzir suas atribuições nas atividades para atendimento das necessidades da família, a entrevistada, sempre numa perspectiva de divertimento e ludicidade, atribui valorização positiva e saudosa ao resultado da eficácia dessas atividades.

Nesse sentido, a inserção no mundo do trabalho familiar ainda na infância, além de uma estratégia de reprodução social familiar, corrobora com a construção de formas de sociabilidade inerentes ao rural. Ao cumprirem suas tarefas referentes ao extrativismo e à agricultura, as crianças vivenciam a socialização do saber-fazer por meio da socialização do trabalho e compartilham entre si e com os adultos experiências que produzem e reproduzem aspectos da cultura.

Entretanto, mesmo relatando enaltecidas experiências no mundo do trabalho, a entrevistada assume que gostaria que seus filhos tivessem outras experiências: “Mas assim, às vezes eu fico pensando e digo assim, eu não quero para eles o que eu passei, entendeu?” (Moradora da comunidade Boim, 35 anos, agricultora, 2017).

A intervenção estatal pela proposição de Resex demarca a inserção dos moradores no campo burocrático-administrativo do poder público, o qual exige uma adequação à lógica de relações de papéis definida previamente por normas legais (SILVA; SIMONIAN, 2015). Um desses instrumentos que circunscrevem a ação racional/legal do estado é o plano de manejo. Trata-se de um documento técnico pelo qual são previstas as formas de utilização dos recursos naturais, zoneamentos econômicos e ecológicos, metodologias de gestão participativa, controle das ações individuais e familiares, sanções e penalidades, conselhos consultivos e deliberativos e muito mais, fundamentados em leis, decretos e estatutos que passam a servir de parâmetro para as ações dos moradores (SILVA; SIMONIAN, 2015).

Com efeito, os entrevistados fizeram menção ao plano de manejo, especialmente ao comentarem sobre as práticas produtivas e de subsistência. Há uma divisão de opiniões entre os entrevistados sobre a necessidade de solicitação de autorização para o trabalho na roça no órgão gestor da Resex, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade –

ICMBio. Nos trechos transcritos a seguir, são expostos os aspectos em que são ancoradas as opiniões.

Algumas coisas valeram a pena, mas muitas não. Muita lei, muita lei que tem hora que não dá mais para gente.... E agora é o seguinte, têm as leis, eu concordo também com as leis, mas que você, na hora que você precisa eles não dão uma força para gente. Então fica difícil, então para que colocar lei? Porque tem momentos que nós precisamos e você cansa. E já passou, tem mais de 24 horas, já tá com uma semana aí, poxa. Nós moramos dentro de uma reserva, será que não dá para eles virem para resolver os nossos problemas? Até tem momentos que a gente cansa também. Tem que ter autorização até para fazer a roça. E para quê? Isso acho muito errado, porque se é nosso, para que existe isso? (Moradora da comunidade Boim, 65 anos, agricultora aposentada, 2017).

Porque é assim, eu ontem estive na frente de um juiz federal como testemunha de um colega para testemunhar a aposentadoria dele, a minha palavra lá é gravada, ficou gravado, mas o documento escrito, carimbado e assinado ele também pesa no direito, que se diz. Aí a autorização ela vem dá para comprovar que você trabalha e usa da atividade rural fazendo sua roça, está aqui eu provo, eu trabalhei esse ano tem 12 hectare que eu fiz, 12 hectares é 8 tarefas, eu to trabalhando seis tarefas, ou seja, uma hectare e meia, mas tem seis tarefas, tá aqui autorizado e carimbado pelo gestor da Resex (Morador da comunidade Boim, 69 anos, agricultor aposentado).

Além da roça, os relatos orais apontam que após a criação da Resex, a caça passou a ser atividade com uma série de restrições para sua prática. Enquanto para dados moradores essas restrições são tidas como benéficas, outros questionam essas medidas indicando que as mesmas impactaram na cultura da região e propõem revisão do plano de manejo institucionalizado em 2014.

Nos relatos de vários entrevistados nas comunidades, percebe-se que seus modos de vida estiveram muito vinculados às possibilidades para a subsistência oferecidas pelo extrativismo (caça, pesca e coleta), à agricultura e à criação de animais de pequeno, médio e grande porte. A partir de suas lembranças dos entrevistados é construída uma narrativa correspondente à memória social de suas infâncias na medida em que descrevem os exercícios de tais atividades, os hábitos alimentares decorrentes, um e outro que também se constituíam como uma diversão, uma obrigação e um direcionamento.

4. MUDANÇAS NOS PROCESSOS DE TRABALHO E A REORGANIZAÇÃO DO MODO DE VIDA DOS MORADORES

É importante realçar um ponto fundamental a partir das falas dos entrevistados, no que se refere às transformações no trabalho e nas relações de troca. Na época anterior à criação da Resex, dentre as várias relações sociais estabelecidas e estabelecedoras da organização do cotidiano dos moradores, as relações de trocas não estavam assentadas apenas em

regras impostas por um sistema mercantil. Era muito comum a troca de alimento por outro e inclusive a troca de dia de trabalho. Característica marcante desta relação, o puxirum foi por muito tempo a ordem tradicional na qual estava fundamentada a socialização das famílias, prática carregada de significados que foi abalada também pelas transformações no mundo do trabalho e das trocas. Neste contexto, a compreensão de puxirum se aproxima da noção apresentada por Ferreira (2011), em estudo em que a autora descreve essa categoria como uma forma de trabalho realizado de maneira coletiva no preparo de roças, construção de espaços coletivos e privados, limpeza de áreas de uso comum, construção de embarcações etc. O puxirum funciona em forma de rodízio onde a troca de mão de obra beneficia todos os envolvidos, o dono serviço fica na obrigação de participar dos puxiruns daqueles que participaram do seu. É um trabalho agregador de pessoas, os homens se responsabilizam pelo trabalho braçal, enquanto as mulheres se dedicam ao preparo da alimentação e bebidas que serão consumidas no dia de trabalho (FERREIRA, 2011).

Como assinalado pelos entrevistados, a transformação de uma prática tradicional, caracterizada por relações de interdependência através da ajuda mútua que gera uma dívida que deverá ser paga da mesma forma, com o trabalho, a secundarização do puxirum é atribuída à mercantilização desta prática. A introdução de uma economia monetarizada, pode-se dizer que proporcionada por certa „democratização“ do dinheiro, a qual foi promovida pela oferta de trabalho assalariado nas comunidades surtiram efeitos profundos nas relações de trabalho e produção.

A entrada do dinheiro em cena demarcou modificações que estavam em curso e que iriam determinar outros rumos nas regulamentações sociais na comunidade. Primeiro atendendo a demanda das madeireiras, os homens que dedicavam-se eminentemente às práticas extrativas e agrícolas, com o acesso ao recurso financeiro fruto do assalariamento, deixam as práticas produtivas e os que ainda continuaram passaram a pagar outros moradores para fazerem o serviço que antes era realizado através do puxirum, ou pela família.

A fragilização das relações sociais, em especial pela secundarização do puxirum, também afetou o meio ambiente. Como frisado pelos entrevistados, o puxirum para fazer a roça compreendia a realização do aceiro, técnica que permite melhor controle do fogo na limpeza da área. Com o puxirum, eram 40, 50 e até 60 pessoas cuidando a queimada. Com o abandono do puxirum, muitos agricultores deixaram de fazer o aceiro, pois o mesmo exige muito trabalho. De acordo com um entrevistado na comunidade Boim, muitas pessoas que trabalham na roça consideram a realização do aceiro dispendioso demais, alegam que

não possuem tempo, que em muitos casos, para uma única família é pesado demais, levando a não utilização do mesmo. Como consequência, aumentam as queimadas na Reserva.

Posteriormente, num processo de reafirmação dessa dinâmica, o surgimento de instituições do estado para prestação de serviço de educação e saúde, funções administrativas do governo municipal e a distribuição de renda via amparos sociais através de programas como o Bolsa Família, Bolsa Verde, Seguro Defeso, salário maternidade, aposentadoria e seguro desemprego, aumentou a circulação de dinheiro.

Por esses relatos pode-se constatar que as transformações no mundo do trabalho intervêm nas relações sociais das comunidades em dois momentos distintos, antes e após a institucionalização da Resex. As mudanças ocorridas estabeleceram uma ordem que privilegia uma economia mercantil, acarretando numa outra divisão social do trabalho. Antes da criação da Área Protegida prevalecia o trabalho agrícola e extrativo, ou manual. Depois da Resex os trabalhos administrativos, ou de prestação de serviço como agente comunitário de saúde e professor são os principais responsáveis por essa divisão.

A presença de instituições públicas, escolas, posto de saúde na comunidade Boim e unidade básica de saúde em Anã, e subprefeitura na comunidade Boim, são indicativos de interferência na dinâmica local através do aumento da circulação de recurso monetário. Serviços que, a partir da criação da Reserva, tiveram o acesso facilitado porque os moradores passaram a ter outras mediações para reivindicação dessas demandas que grupos sociais de fora de Áreas Protegidas de Uso Sustentável não possuem. Essa perspectiva é um pouco do relato dos moradores que discorreram suas falas com foco na diminuição das atividades agrícolas e extrativas em suas comunidades, conforme trecho transcrito abaixo.

Os funcionários públicos de Boim trabalham na escola, centro de saúde, subprefeitura com o agente distrital, eu no caso. Deixa eu ver aqui, aqui esta a pesquisa que diz quantos funcionários a gente tem aqui em Boim. Porque tem funcionários que moram aqui e trabalham em outras comunidades, entendeu. Olha, temos 19 funcionários, 20 comigo, 20 funcionários públicos aqui em Boim. Fora os aposentados, deixa eu ver quantos são aqui: são 58 aposentados. Por isso que eu digo que nossa comunidade é considerada rica, entendeu, a maioria da população ou é aposentada ou é funcionário, bem poucos trabalham na agricultura. Os que não são aposentados e nem funcionário ganham bolsa família, bolsa verde (Morador da comunidade Boim, 40 anos, Agente distrital, 2017).

Em concordância com o exposto por Neves (2014a), ao afirmar que a noção de política pública assume múltiplos sentidos, observa-se na reconstituição das lembranças dos entrevistados, de modo geral, as mudanças ocorridas pela ação de diversas interposições estatais, muitas através de programas públicos, incidem direta ou indiretamente, sobre o

mundo do trabalho. A configuração de emergentes quadros institucionais de ocupações surgidos após a criação da Resex, especialmente para atender as demandas de prestação de serviços de educação, saúde e administração municipal, na maioria dos casos privilegia os moradores com mais anos de instrução escolar, denota outra divisão social do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como característica geral, os entrevistados possuem a relação com a agricultura e a extração da seringa, atividade que por muito tempo foi a principal da economia local, fato que por vezes tornaram os relatos orais momentos de rememorar as técnicas empregadas para riscar a árvore, o trabalho nos seringais, a satisfação do trabalho e a decepção com o retorno financeiro.

Nos atos de entrevista ou em conversas mais espontâneas, constatou-se que a criação da Resex é um fato que baliza a memória dos moradores. Seus relatos orais apresentam em comum a reprodução de um discurso sobre o passado que contrapõem percepções de conquistas e perdas, que ajudam na compreensão das consequências de processos amplos e específicos na formação histórica da região.

As experiências subjetivas dos entrevistados demonstram que as vivências nos processos de trabalho e atividades produtivas constituem-se como redes de relações sociais, que convergem em percursos de vida que permitem compartilhar lembranças de um modo de vida comum. As experiências relatadas denotam múltiplos sentidos, os quais vão assumindo novos significados com as mudanças.

Nos relatos dos entrevistados, estão presentes aspectos que reafirmam juízo de valor a favor do extrativismo e das práticas agrícolas. No caso dos moradores que praticaram a extração da seringa, os mesmos compartilham uma espécie de crença na atividade. Tanto que, em uma passagem da entrevista, um dos agricultores comenta: “Teve um tempo que eu nem fazia roça porque sabia que com o dinheiro da seringa podia me manter” (Morador da comunidade Anã, 68 anos, agricultor aposentado).

Embora a extração da seringa tenha perdido sua primazia há muitos anos na região, contudo, assim como constatado por Neves (2014b) em estudo realizado com extrativistas da região de Santarém, essa prática não foi integralmente abandonada pelos moradores residentes às margens dos rios. Em concordância com o referido estudo, constatou-se nos relatos que essa prática, de certa forma, ainda é valorizada por alguns moradores e tem se mantido por meio da atuação de atravessadores na comercialização.

Da época da exploração da seringa, além da esperança de uma eventual valorização da atividade, permanecem as lembranças dos entrevistados. Muitos ao se referirem às atividades concernentes à extração, explanam um sentimento de saudade da prática. Enquanto outros continuam riscando por *hobby*, para não perderem a habilidade de riscar a seringueira. Deste modo, as falas dos entrevistados por vezes, ao se remeterem ao extrativismo vegetal da seringa, é permeada por sensações de nostalgia.

Com essa breve reflexão, objetivamos demonstrar as consequências e efeitos da ambiguidade dos processos de intervenção estatal nos modos de vida dos moradores da Resex, os quais reelaboram significações de elementos constitutivos das categorias pelas quais se identificam, agricultor, extrativista, agroextrativista. Foi possível constatar que, no mundo do trabalho, os arranjos institucionais foram alterados pelas mudanças amplas e específicas que impuseram distintas formas de interações, convertendo relações de cunho pessoais historicamente construídas em relações impessoais, reduzidas à lógica da economia mercantil.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, K. S. **Organização do trabalho de famílias agricultoras na comunidade Nossa Senhora de Lorde, Nordeste Paraense**. 2011. 114 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém-PA, 2011. Disponível em: <>. Acesso em: 16 de jun. 2018.

BATISTA, M. G. **Terra de família-família de trabalho: estudo de famílias agricultoras no nordeste paraense**. 2009. 131 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009. Disponível em: <<http://ppgaa.propesp.ufpa.br/index.php/br/teses-e-dissertacoes/dissertacoes>>. Acesso em: 13 de jun. 2018.

BECKER, B. K.. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n.53, p. 71-86, 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10047/11619>>. Acesso em: 15 de jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e dá outras providências. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em : 23 mai. 2016.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente – MMA. **Plano de manejo reserva extrativista Tapajós-Arapicuns** - Volume 1 – Diagnóstico. 2014. Disponível em:

<<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/amazonia/unidades-de-conservacao-amazonia/2045>>. Acesso em: 29 dez. 2014.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Trad. R. M. Rússovich. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 342 p.

COSTA, O. B. R. Tecendo algumas técnicas de história oral: como (re)compreender a identidade do pesquisado. **MONÇÕES Revista do curso de História da UFMS**, v. 2, p. 134-154, 2015. Disponível em: <http://seer.ufms.br/index.php/moncx/article/view/30/pdf_6>. Acesso em: 29 de mai. de 2018.

FERREIRA, T. B. **Manejo, gestão de recursos naturais e luta pela terra pelos Borari de Novo Lugar – TI Maró, Santarém, Pará**. 2011. 198 f. Dissertação (Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável), Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará – UFPA, 2011. Disponível em: <<http://ppgaa.propesq.ufpa.br/index.php/br/teses-e-dissertacoes/dissertacoes/120-2009>>. Acesso em: 13 de jun. 2018.

IORIS, E. M. **Uma floresta de disputas: conflitos sobre espaços, recursos e identidades sociais na Amazônia**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014. 308 p.

LENOIR, R. **Iniciação à prática sociológica**. Cap. II: Objeto sociológico e problema social. Petrópolis : Vozes, 1998. 243 p.

NEVES, D. P. Quadros institucionais e configurações de políticas públicas. In: NEVES, Delma Pessanha; GOMES, Ramonildes; LEAL, Pedro Fonseca. (Org.). **Quadros e programas institucionais em políticas públicas**. 1ed. Campina Grande, Paraíba: EDUEPB, 2014a, v. 1, p. 15-26.

_____. **Mulheres e mercado de trabalho: afiliações e conquista Vol. I / Coleção Mulheres em Santarém: alternativas de vida**. 1. ed. Niterói/Rio de Janeiro: Alternativa/Cnpq, 2014b. v. 1. 352 p.

OLIVEIRA, A. **Conhecer a vida é viver a vida**. Reserva Extrativista Tapajós-Arapuins. Prefeitura Municipal de Santarém, 2012. 123 p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001. v. 1. 178 p.

PUREZA, F.; PELLIN, A.; PADUA, C. **Unidades de Conservação**. 1.ed. – São Paulo: Matrix, 2015. 240 p.

RISSO, E.; et al. A infância e a criança no e do campo. In.: Caldart, Roseli Salette, Paludo, Conceição, Doll, Johannes. **Como se formam os sujeitos do campo?** Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores. / Roseli Salette Caldart, Conceição Paludo, Johannes Doll (organizadores). - Brasília: PRONERA : NEAD, 2006. 160 p. Disponível em: <<http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/como-se-formam-os-sujeitos-do-campo-idosos-adultos.pdf/view>>. Acesso em: 11 de jun. 2018.

SILVA, J. B.; SIMONIAN, L. T. L. População tradicional, Reservas Extrativistas e racionalidade estatal na Amazônia brasileira. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 33, p. 163-175, 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/36473/25142>>. Acesso em: 11 de abr. 2018.

WITKOSKI, A. C. **Terra, floresta e água**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. 2ª. Edição. – São Paulo: Annablume, 2010. 486 p.

WOLF, E. R. **Sociedades camponesas**. São Paulo: Zahar Editores, 1976. 150 p.

Produção, autoconsumo e renda da agricultura familiar camponesa no Território da Serra do Brigadeiro

Maria Cristina Silva de Paiva¹; Mariana Silva de Paiva²; Larissa de Bem Nacif³; Stefany Alves Machado Amorim⁴

No contexto dos estudos sobre a agricultura familiar e do desenvolvimento rural por diferentes paradigmas de desenvolvimento, como os trabalhos de Maria de Nazareth Baudel Wanderley e de Jan Douve van der Ploeg, o objetivo deste artigo é contribuir com os estudos sobre o trabalho camponês e a autonomia da agricultura familiar, a partir da apresentação dos resultados de uma pesquisa empírica realizada em 2015 analisando a composição do produto bruto, a formação da renda monetária bruta, as práticas de autoconsumo e as práticas de comercialização, de 14 famílias residentes no Território da Serra do Brigadeiro, na Zona da Mata de Minas Gerais. Trabalhou-se com a hipótese de que a diversificação da agricultura, o autoconsumo e a diversificação de mercados constituíram-se de ações importantes para a reprodução econômica dos estabelecimentos. A partir das entrevistas e dos dados quantitativos coletados junto aos estabelecimentos rurais nos municípios de Rosário da Limeira, Araponga e Miradouro, concluiu-se que o autoconsumo e a diversificação combinados com as possibilidades de atuação nos mercados curtos e institucionais, atuaram de forma complementar na reprodução econômica da família, mas ainda é preciso aprimorar as oportunidades existentes e explorar novas possibilidades de comercialização para a conquista da autonomia.

Palavras chave: *Agricultura Familiar Camponesa, estratégias produtivas, comercialização.*

¹Professora de Economia e Economia Rural do IF Sudeste MG – Câmpus Muriaé, doutoranda CPDA/UFRRJ. E-mail: mariacristinapaiva088@gmail.com.

² Engenheira Agrônoma do IF Sudeste MG – Câmpus Muriaé, Mestre em Extensão Rural pela UFV. E-mail: mariana.paiva@ifsudestemg.edu.br.

³ Graduanda do IF Sudeste MG – Câmpus Muriaé, no curso de Administração. E-mail: larissa.bem@hotmail.com.

⁴ Graduanda da Universidade Federal de Viçosa, no curso de Engenharia Florestal. E-mail: stefany.amorim@ufv.br.

Introdução

O objetivo deste artigo é contribuir com os estudos sobre o produto do trabalho da agricultura familiar camponesa, a partir da apresentação dos resultados de uma pesquisa empírica realizada em 2015 abordando a composição do produto bruto e a formação da renda monetária bruta de 14 famílias residentes no Território da Serra do Brigadeiro, na Zona da Mata de Minas Gerais.

Os estudos sobre a agricultura familiar tem marcado posição de relevância na área dos estudos sociais e econômicos graças a novos paradigmas aplicados aos estudos do desenvolvimento rural. Dentre as constatações importantes é o reconhecimento da capacidade da agricultura familiar em produzir soberania alimentar e segurança nutricional, gerar empregos, preservar o meio ambiente, preservar as paisagens naturais e preservar culturas (KAGEYAMA, 2008; WANDERLEY, 2009).

Nierdele (2015), ressalta a importância de mudanças na forma de analisar a agricultura familiar camponesa no que se refere a sua capacidade de reprodução social. Segundo o autor, sem desconsiderar a precariedade dos meios de vida de grande parte da agricultura familiar camponesa no Brasil, é preciso apontar para sua capacidade de reprodução econômica e social por meio de alternativas ainda pouco exploradas pelos estudos rurais, como por exemplo, por meio de ocupações e rendas não agrícolas, a construção de novos modelos organizacionais, o desenvolvimento de sistemas produtivos alternativos, do tipo agroecológicos e a capacidade de se organizarem em instituições representativas que conseguem carregar suas demandas para dentro das instâncias de formulação das políticas públicas.

Segundo Wanderley (2009), a agricultura familiar camponesa é um modelo social, cuja dinâmica se relaciona com a forma de vida envolvendo a família, a propriedade, os recursos naturais, os laços com a comunidade e o objetivo maior é a reprodução econômica e social de todo esse sistema. A mesma autora ressalta a importância de se conhecer sobre as diversas formas de reprodução dessas famílias, tendo em vista suas diversas condições, sendo essas ligadas as forma de acesso à terra, aos recursos produtivos e aos mercados.

Neste contexto tornou-se interessante investigar o comportamento econômico de produtores e produtoras da agricultura familiar do Território da Serra do Brigadeiro, questionando especificamente qual seria a composição da produção dessas famílias e de que forma era mobilizada a comercialização dessa produção para a geração de renda monetária.

Nesse sentido realizou-se uma pesquisa buscando identificar a composição da produção bruta e da renda monetária bruta de 14 famílias domiciliadas em três municípios do

Território da Serra do Brigadeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: Araponga, Miradouro e Rosário da Limeira.

Especificamente: a) determinou-se a composição do produto bruto, do autoconsumo e da renda monetária bruta das famílias; b) determinou-se o valor monetário do produto bruto e da renda monetária bruta; c) identificou-se as formas de comercialização para a formação da renda bruta monetária.

Trabalhou-se com a hipótese de que a diversificação da agricultura, o autoconsumo e a diversificação de mercados constituíram-se de ações importantes para a reprodução econômica das famílias.

Metodologia

Perspectiva teórica

Wanderley (2009), diferencia a agricultura familiar como a agricultura na qual a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Afirma que se trata de uma das formas sociais resultantes da estrutura produtiva que associa família, produção e trabalho, cuja dinâmica resulta em formas diferentes de ação econômica e social. Aponta o campesinato tradicional com uma forma particular de agricultura familiar por esta se fundar nas mesmas relações entre propriedade, trabalho e família, e cita Henri Mendras quando este identifica cinco traços característicos da sociedade camponesa:

“uma relativa autonomia face à sociedade global; a importância estrutural dos grupos domésticos; um sistema econômico de autarcia relativa, uma sociedade de interconhecimentos e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global” (MENDRAS, 1976, citado por WARDERLEY, 2009, p. 157).

Aponta também a proposta teórica de Lamarche de que os agricultores familiares são portadores de uma tradição camponesa, mas que devem adaptar-se às condições modernas de produzir e viver em sociedade, uma vez que todos estão inseridos no mercado moderno e recebem a influência da sociedade globalizante (LAMARCHE, 1993, citado por WANDERLEY, 2009).

Acrescenta que, ao considerar a capacidade de resistência e de adaptação dos agricultores ao contexto econômico e social contemporâneo não é mais possível explicar a

presença de agricultores familiares na sociedade atual como simples reprodução do campesinato tradicional, mas que está em curso um processo de mudanças profundas que afetam a forma de produzir e a vida social dos agricultores que não reproduz o modelo clássico da empresa capitalista e sim o modelo familiar. Mesmo integrada ao mercado e respondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar, obedece a uma lógica cuja origem está na tradição camponesa. Portanto a agricultura familiar permanece camponesa na medida em que a família continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e reprodução e as instâncias de tomada de decisão (WANDERLEY, 2009).

Ploeg (2008), caracteriza a “condição camponesa”, pela contínua e incessante busca por autonomia no contexto das relações de dependência, marginalização e privações as quais essa modalidade social permanece sujeita. Tendo em vista essa condição, as produtoras e produtores da agricultura familiar camponesa possuem como objetivos a criação e o desenvolvimento de uma base de recursos autocontrolada e autogerenciada na qual possa estabelecer, de forma permanente e diversificada, a coprodução entre o homem e a natureza viva. Uma coprodução que interage com o mercado, que permite a sobrevivência e a perspectiva de futuro, que se realimenta na base de recursos e que fortalece essa base, que fomenta a autonomia e que reduz a dependência.

Nessa perspectiva, Ploeg (2008), aponta os elementos definidores da condição camponesa: a existência da coprodução, a manutenção e ampliação de uma base de recursos, o trabalho como elemento central na busca por autonomia, os padrões de relações mercantis que permitem a autonomia, a busca da sobrevivência, o fortalecimento continuado da base de recursos, o confronto permanente com a dependência e a privação e a luta constante por autonomia. Essa autonomia está relacionada tanto a segurança sentida pelo camponês de que ele está livre de relações agressivas de exploração e submissão, como a situação na qual o agricultor está livre para agir de forma que a agricultura corresponda aos seus interesses e aspirações. Essa busca por autonomia conta também com a rede local de cooperação, na troca de serviços, de insumos, de material genético, e conta ainda com a pluriatividade, enquanto forma de aquisição de dinheiro que não provenha da dependência dos mecanismos financeiros de crédito.

Nessa condição a coprodução e a manutenção da base de recursos são importantes, e o processo de trabalho é um aspecto diferenciador e central. Uma base de recursos autocontrolada e uma coprodução administrada por camponeses constitui um processo de trabalho específico. Esse processo é o local onde o homem e a natureza viva se encontram e onde os ciclos diferentes são integrados conjuntamente em um todo coerente. Destaca-se para esta pesquisa o que Ploeg (2008), observa sobre as relações entre o campesinato e o mercado,

colocando essa relação como uma das definidoras da condição camponesa Segundo o autor essas relações fazem parte de um conjunto mais amplo de relações que ligam o campesinato ao mundo exterior, e são estruturadas pelos camponeses de forma a permitir o máximo de flexibilidade, mobilidade e capacidade de escapar ao controle. Os recursos materiais e sociais podem ser mobilizados pelos camponeses via mercados diferentes ou produzidos e reproduzidos dentro da propriedade, assim como podem ser obtidos através de transações de mercado e entrar no processo de produção como mercadoria ou ser produzido e reproduzido na própria unidade agrícola, ou ainda através de trocas reguladas socialmente. Ploeg (2008), explica então que a agricultura camponesa é essencialmente baseada em um fluxo relativamente autônomo de recursos produzidos e reproduzidos na própria unidade agrícola e que nesse fluxo, apenas uma parte da produção total é vendida, sendo a outra parte reutilizada na própria unidade agrícola, retornando aos ciclos futuros criando uma forma de autossuficiência, ou autoabastecimento, que não está relacionada somente ao consumo de alimentos da família, mas com o funcionamento da unidade agrícola como um todo.

Ainda segundo Ploeg (2008), o modo camponês de fazer agricultura não pode ser entendido de maneira isolada do contexto social de onde emerge e dentro do qual é continuamente reproduzido, sendo a condição camponesa o eixo entre o campesinato e o contexto social. Ploeg (2008) se refere ao modo camponês de fazer agricultura como uma instituição, que oferece pelo menos alguma autonomia e progresso num ambiente marcado pelas relações de dependência, pela insegurança, pela marginalidade e pela falta de perspectiva. Neste sentido, o modo camponês de fazer agricultura é orientado para a produção e o crescimento do máximo de valor agregado possível, pois os ambientes hostis são enfrentados através da produção de renda independente, usando basicamente, mas não exclusivamente, recursos autocriados e autoremanejados.

Procedimentos metodológicos

Os dados da pesquisa foram apurados por meio de visitas às famílias, momento nos quais foram aplicados os questionários semiestruturados e realizadas as entrevistas. O critério para a escolha das propriedades e da quantidade de visitas derivou de ponderações entre a predisposição das famílias a participarem da pesquisa, as características das famílias e das propriedades e das condições de acesso às propriedades, dentro das possibilidades de tempo e recurso disponibilizados pelo edital que financiou com duas bolsas de nível técnico integrado para o curso de agroecologia, as atividades de pesquisa que resultaram neste trabalho.

A pesquisa foi realizada com 14 famílias nos municípios de Rosário da Limeira (5 estabelecimentos), Araponga (5 estabelecimentos) e Miradouro (4 estabelecimentos). Esses municípios fazem parte do Território da Serra do Brigadeiro, na Zona da Mata de Minas Gerais, além dos municípios de Divino, Ervália, Fervedouro, Muriaé, Pedra Bonita, e Sericita. Segundo Freitas (2011), Araponga e Rosário da Limeira estão entre os cinco municípios do TSB que possuem a maior parte de sua população na zona rural. Miradouro apresenta menos da metade de sua população vivendo nessas áreas. As populações em 2007 eram: Araponga, 8029 habitantes (65,3% na zona rural), Miradouro, 10.197 habitantes (45,7% na zona rural) e Rosário da Limeira, 4151 habitantes (55,8% na zona rural).

Assim como os demais municípios do Território, com exceção de Muriaé, Araponga, Miradouro e Rosário da Limeira possuem IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) abaixo da média do Estado de Minas Gerais (0,773), significativo índice de pobreza (Araponga 51,26%; Miradouro 31,65 e Rosário da Limeira 30,61%) e elevado índice de desigualdade segundo o Índice de Gini (Araponga 0,41; Miradouro 0,41 e Rosário da Limeira 0,36) FREITAS (2011).

Foram visitadas propriedades de até 6 alqueires, de natureza própria, que utilizava na época da pesquisa, predominantemente o trabalho da família, cuja formação variava entre 4 a 8 pessoas (pais, mães e filhos). A fonte de renda, conforme relatado, era originada dos trabalhos da família em seus estabelecimentos, com exceção de quatro casos nos quais a renda era complementada com aposentadoria (um estabelecimento), com bolsa família (dois estabelecimentos) e com o trabalho eventual de pedreiro do esposo (um estabelecimento). Foram aplicados questionários semiestruturados com o objetivo de coletar dados quantitativos, tratados estatisticamente, e entrevistas para a complementação da análise dos resultados.

As famílias pesquisadas residiam e trabalhavam em estabelecimentos rurais próprios e todos os titulares da propriedade possuíam o “DAP”, documento de aptidão ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Também eram filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos respectivos municípios e faziam parte de grupos organizados em torno da Cooperativa da Agricultura Familiar da Região de Muriaé.

As propriedades visitadas localizavam-se nas áreas rurais dos respectivos municípios, a distâncias médias de 10km dos respectivos núcleos urbanos. O acesso aos núcleos urbanos se dá por estrada de terra cascalhadas e a partir desses núcleos é possível ter acesso via asfalto para municípios maiores da Zona da Mata e de outras regiões. As questões das entrevistas se referiram ao dia-a-dia do trabalho da família, sobre as formas de produzir (tipo de trabalho, origem de recursos, tipo de produtos, uso de crédito), sobre o autoconsumo, sobre o histórico da família

naquela propriedade, sobre as expectativas quanto ao futuro, e sobre as formas de comercialização do que produziam. Na maioria das propriedades as questões foram respondidas pela esposa e pelo marido, ou pela esposa e pelos filhos.

As determinações matemáticas e estatísticas seguiram as referências de Lima et al. (2005), especificamente no que se referiu à determinação do produto bruto e da renda monetária do estabelecimento familiar.

O produto bruto (PB) foi a soma dos produtos finais gerados pelas famílias, exclusivamente na unidade produtiva, durante um ano. Envolveu itens como a produção vendida, a produção consumida pela família, a produção estocada, a produção para o pagamento de serviços, e para o seu cálculo foram utilizadas as informações cedidas pelas famílias sobre tudo o que foi produzido durante o ano assim como os preços recebidos. A coleta de dados para a produção foi dividida entre produto bruto animal e produto bruto vegetal e foram levantados também os ganhos com prestação de serviços realizados pela família, em dinheiro ou em produtos. No último caso seria considerado o preço recebido para quantificar o que seria recebido em produto, conforme orienta Lima et al.(2005).

O tempo da agricultura não necessariamente é o mesmo do calendário civil, no entanto, foi preciso estabelecer um corte temporal para a coleta das informações junto às famílias, sendo perguntado a eles o que produziram, colheram, consumiram, trocaram e venderam durante o ano de 2015.

Foi determinado, a partir das respostas, o produto bruto anual das propriedades, em termos monetários, discriminados em produção bruta animal, produção bruta vegetal, produção bruta de prestação de serviços e produção bruta de produtos processados e artesanatos. Foi realizada também a análise da distribuição da produção bruta em venda, autoconsumo, sementes ou recria, troca ou pagamento de prestação de serviços.

Quanto à renda, foi realizada a determinação da renda monetária bruta anual das propriedades, por meio do somatório da quantidade de produto bruto vendido vezes o preço recebido, e de outras fontes de renda em dinheiro (aposentadorias, bolsas assistenciais e recebimentos de salários) recebidas ao longo do ano pelas famílias, conforme orienta o caminho metodológico de Lima et al.(2005).

Os cálculos para o produto bruto e para a renda monetária bruta foram realizados com os preços recebidos em 2015 em termos correntes, conforme o indicado pela família entrevistada para cada produto, serviço, salário ou benefício. Os registros, para cada categoria, foram somados gerando o agregado do ano por categoria. Para a totalização do produto e da renda as categorias foram somadas. Para a indexação os valores resultantes foram convertidos em salários mínimos de

2015. Para um parâmetro de média de produto bruto e de renda monetária bruta mensal, os valores foram divididos por 12 e os valores resultantes foram convertidos em salários mínimos. O valor do salário mínimo nacional do ano de 2015 correspondeu a R\$ 788,00 (DIEESE, 2015).

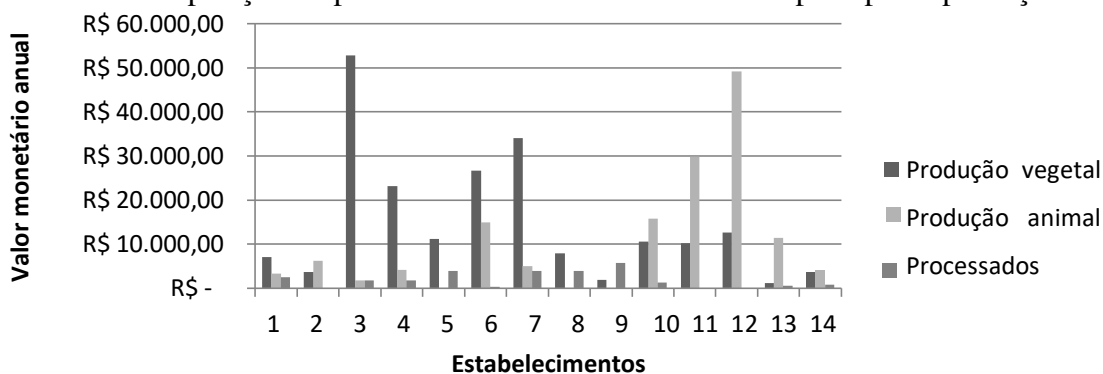
Grisa, Schneider e Conterato (2014) ressaltaram as preocupações necessárias quanto aos estudos que se referem ao autoconsumo, principalmente quanto a definição de autoconsumo e quanto ao tipo de preço utilizado na mensuração. Dentre as metodologias apresentadas pelos autores, foram utilizados neste trabalho: a) a definição de autoconsumo na qual o autoconsumo refere-se a toda produção realizada em um estabelecimento e destinada ao consumo da família, dos animais e a outros usos da atividade produtiva; b) quanto aos preços de referência a serem utilizados, os preços médios recebidos pela família.

Análise dos resultados

A atividade produtiva dos estabelecimentos estudados caracterizou-se pela produção com recursos de terra, trabalho e capital próprios, com a menção, em 10 das 14 propriedades, da troca de serviços em dias de trabalho, especificamente em Rosário da Limeira e em Araponga, e do uso de trabalho de fora da propriedade nas épocas da colheita do café para todas as propriedades.

A diversificação da produção apareceu em quase todas as unidades, sendo composta por produção animal, por produção vegetal, produtos processados e artesanatos, conforme apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Composição do produto bruto dos estabelecimentos por tipo de produção

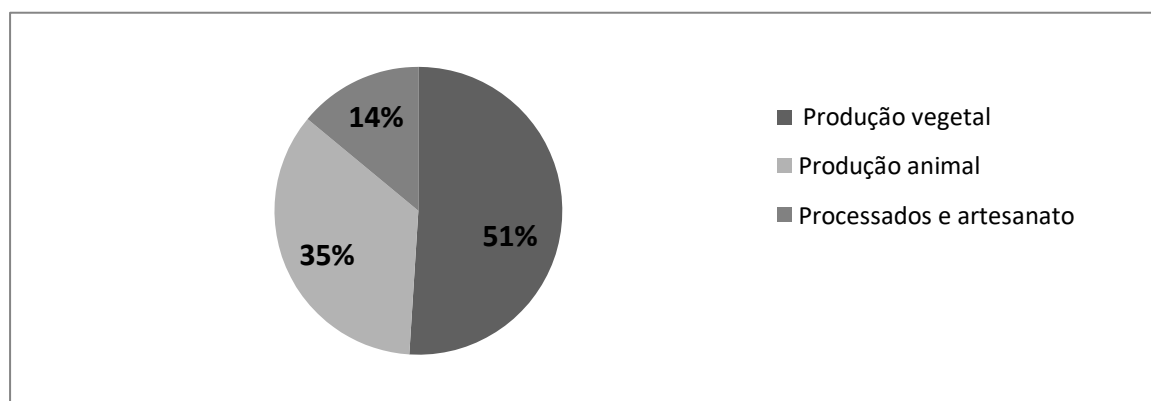


Fonte: elaborado pelas autoras com base nos dados da pesquisa, 2015.

Foi possível perceber a predominância da produção vegetal e da produção animal com relação aos produtos processados e artesanatos, sendo este inexistente ou pouco significativo em três propriedades.

No cálculo agregado da composição do produto bruto para o grupo estudado foi possível chegar aos percentuais médios apresentados na Figura 1, que indicaram a predominância da produção vegetal, e a participação significativa da produção de processados e artesanatos no total da produção bruta das famílias em 2015.

Figura 1 - Composição percentual média do produto bruto anual apurado nas propriedades.



Fonte: elaborado pelas autoras com base nos dados da pesquisa, 2015.

A produção de animais, gado de leite, aves e suínos, foi mencionada quase que especificamente para o abastecimento da família, com exceção do leite. As famílias criaram os animais para o fornecimento de banha, ovos e parte do leite para a produção das quitandas, para a produção de queijos e para a produção de linguiças. Esses processados foram destinados parte para o consumo da família, parte para a venda. As vendas foram realizadas para a vizinhança, para pessoas a passeio, entregue nas escolas, principalmente as quitandas, ou em pequenos estabelecimentos comerciais. No caso do leite, parte significativa da sua produção foi para o comércio, sendo este realizado em parte para a vizinhança, e em grande parte para as cooperativas da região. Na análise quantitativa foi possível destacar o grande peso econômico do leite enquanto gerador de renda monetária bruta da família.

Também foi identificada a produção de horta, para a venda nas feiras, para vizinhos e em associações e para o consumo das famílias. Houve produção de frutas para o consumo das famílias, para a venda nas escolas, associações e vizinhos, e para a produção de doces. Em Araponga as famílias entrevistadas conseguiram entregar os doces nas escolas e em Miradouro os doces foram vendidos em casa e na associação de trabalhadores rurais. O café foi claramente

percebido pela família como uma produção exclusivamente para a geração de renda monetária, sendo guardada uma parcela bastante pequena para o consumo. O milho apareceu como cultura importante para o autoconsumo (fubá para criação e para a família), e o feijão para autoconsumo e venda.

O artesanato esteve presente em quase todos os estabelecimentos, principalmente os feitos de linhas e tecidos, seja como adornos nas casas, seja como fonte de renda extra, vendidos na vizinhança, em associações ou em feiras de exposições.

A Tabela 1 sintetiza os canais de comercialização por tipos de produto, conforme a frequência das respostas das famílias entrevistadas.

Tabela 1 – Destinos mais citados para as vendas dos produtos dos estabelecimentos entrevistados

Produtos	Destino das vendas
Café e leite	Atravessador e cooperativas
Frutas, legumes e verduras	Escola (PNAE), vizinhos
Doces, bolos e demais processados	Escola (PNAE), associação
Artesanato	Feiras de exposições
Feijão	Atravessador, vizinhos, associação

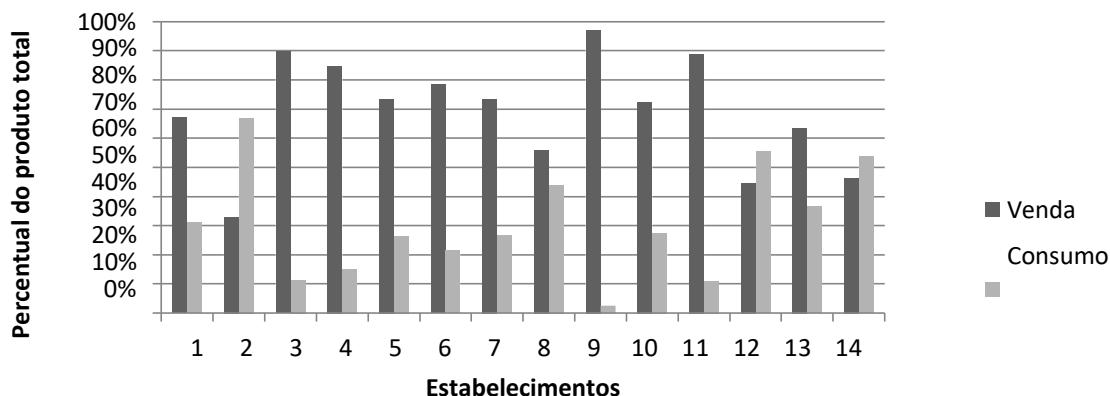
Fonte: elaborado pelas autoras com base nos dados da pesquisa, 2015.

Quanto à relação com as sementes, em poucos casos foi mencionada a guarda de sementes para o plantio seguinte, sendo o caso do feijão, de mudas para a horta e a sementes creoulas de milho em um estabelecimento de Araçuaia.

O autoconsumo também foi identificado no caso da cana para a rapadura, para o açúcar, para a cachaça, que por sua vez teve parte da sua produção retida para o consumo da família. Foi caso também do milho que foi destinado à produção do fubá grosso para a criação e do fubá fino para o consumo doméstico. Eventualmente foi mencionada a venda de parte do fubá fino para o mercado. A mandioca também foi mencionada com frequência, enquanto alimento para a criação, enquanto matéria-prima para a farinha e para o polvilho e para o consumo na forma cozida para a família. Na forma de farinha e de polvilho, também foi relatado que parte era para o consumo da família e parte vendida na vizinhança. Tanto o polvilho quanto o fubá também se tornaram ingredientes para as “quitandas”, para consumo das famílias e para a venda nas vizinhanças, mas com menor intensidade.

O Gráfico 2 mostra uma comparação entre os valores do produto bruto que foi vendido e os valores do que ficou retido para o consumo das famílias em 2015.

Gráfico 2 – Comparação entre o que foi vendido e o que foi consumido do total do produto bruto dos estabelecimentos familiares.



Fonte: elaborado pelas autoras com base nos dados da pesquisa, 2015.

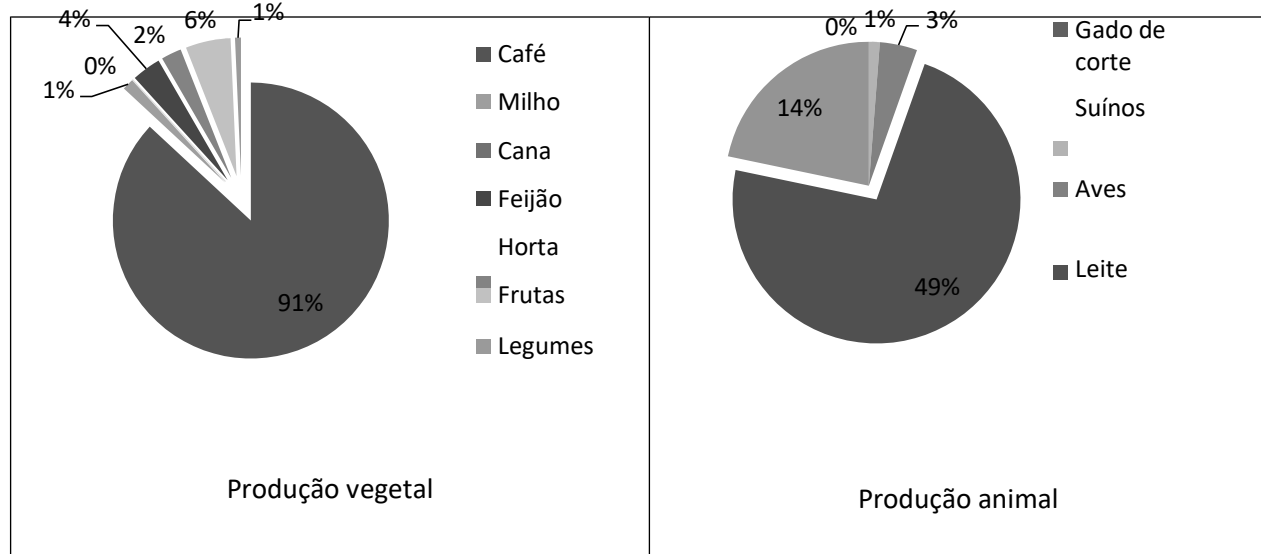
Observa-se que todas as propriedades apresentam percentuais de autoconsumo. Em três casos a família consumiu mais do que vendeu, em três casos a venda e o consumo apresentaram uma diferença em torno de 30% e nos demais casos (8 estabelecimentos) a parte vendida foi significativamente maior do que a parte consumida, entre 40% a 90% do produto total.

A produção com vistas à geração de renda monetária foi importante para as famílias, com a presença da comercialização pela via dos mercados curtos. Por outro lado, a comercialização do leite e/ou do café, para todas as famílias entrevistadas, ocorreu nos mercados longos, marcados pela presença do atravessador.

A Figura 2 mostra a participação percentual média dos produtos na composição da renda monetária bruta das famílias, para a produção vegetal e para a produção animal, evidenciando a importância econômica do café e do leite nos estabelecimentos pesquisados.

Conforme os resultados da pesquisa, da renda gerada por meio da venda da produção bruta vegetal (que corresponde, em média, a 51% do produto bruto total), 91% veio da venda do café. E da renda gerada por meio da venda da produção bruta animal (que corresponde a 35%, em média, do produto total), 49% veio da venda do leite. Portanto, embora haja a diversificação entre as categorias vegetal, animal e processados, na categoria vegetal e na animal existe uma significativa concentração quanto à fonte de renda para as famílias.

Figura 2 – Participação percentual das culturas na renda monetária vegetal e animal



Fonte: elaborado pelas autoras com base nos dados da pesquisa, 2015.

As visitas e as entrevistas permitiram perceber que nos estabelecimentos de Araponga houve maior diversificação entre as categorias vegetal e animal, apesar da forte presença do leite e do café. Em Miradouro houve uma concentração relativamente maior em torno do café, e em Rosário da Limeira, uma concentração relativamente maior em torno do café e do leite. Essas observações comprovaram a importância dessas duas culturas para a reprodução econômica dos estabelecimentos.

Manifestações do tipo “o que é da roça não tem valor”, “nós sabemos produzir mas não sabemos vender”, “precisava ter mais compradores para nossos produtos”, “precisava ter preços para nossos produtos”, foram registradas nas entrevistas e refletiram as insatisfações e os desafios percebidos pelas famílias no que se refere a comercialização de seus produtos. Por outro lado, a diversificação da produção, o aproveitamento da terra, a agregação de valor aos produtos por meio dos processados e a inclusão do artesanato refletiram as estratégias das famílias frente a estes desafios.

No referente à diversificação das atividades nos estabelecimentos rurais, esta revelou também a atuação das mulheres no processo produtivo e na geração de renda, que foi além da parceria enquanto esposas, mas também se materializou na produção e na venda de doces, geleias, pães, artesanatos, ovos, produtos da horta e outros produtos dos quintais.

Para a grande maioria das famílias a renda foi gerada por meio das atividades desenvolvidas nos estabelecimentos. Somente em um caso o esposo trabalhava como pedreiro além dos trabalhos da roça, em três casos foi registrado o recebimento de bolsa família e um caso a aposentadoria, ambas as rendas também combinadas com as atividades da unidade produtiva.

Foi determinado, de forma agregada para o grupo pesquisado, os valores do produto bruto e da renda monetária bruta, com base nas informações obtidas junto as famílias. Os resultados foram listados na Tabela 2 em valores absolutos e em correspondência a salários mínimos mensais.

Tabela 2 – Valores de produto bruto e de renda monetária bruta para total dos estabelecimentos pesquisados

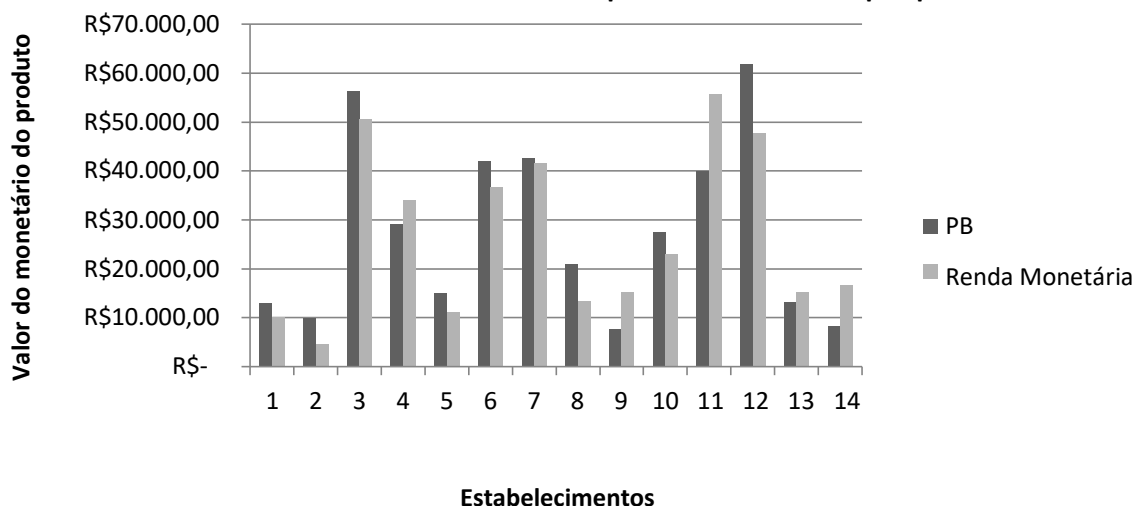
Limites	Produto bruto – em R\$ por ano	Em salários mínimos por mês	Renda monetária bruta – em R\$ por ano	Em salários mínimos por mês
Máxima	61.752,00	6,53	55.764,00	5,90
Média	27.667,40	2,93	26.864,30	2,84
Mínima	7.568,00	0,80	4.627,70	0,49

Fonte: elaborado pelas autoras com base nos dados da pesquisa, 2015.

Na média foi gerado de renda monetária bruta para o grupo o valor de R\$ 27.667,40, o equivalente a média de 2,93 salários mínimos mensais para o ano de 2015. Excluindo os maiores valores para a renda, calculou-se uma equivalência mensal de 1,52 salários mínimos. Mesmo neutralizando o efeito das rendas maiores sobre as médias, a apuração de 1,52 salários mínimos por mês para o estabelecimento rural pode representar a superação de certos desafios em termos de reprodução econômica da agricultura familiar camponesa, quando se toma o salário mínimo como custo de oportunidade para outras atividades fora da agricultura. No entanto, identificou-se também uma família que produziu em seus estabelecimentos menos do que meio salário mínimo, e que buscou fora da propriedade outras fontes, que foi o caso do esposo que trabalhava de pedreiro, além de agricultor.

O Gráfico 3 apresenta os níveis de produto bruto e renda bruta, por estabelecimento, apurados na pesquisa. Foram 7 estabelecimentos com produção e renda abaixo da média dos R\$ 27.600,00 e 7 estabelecimentos com produção e renda acima da média. Uma família apresentou renda monetária bruta na média de meio salário mínimo, o equivalente a aproximadamente R\$ 5.000,00 de renda anual. Uma família apresentou renda acima dos R\$ 60.000,00 anuais e as demais variam entre R\$ 10.000 a R\$ 50.000,00 anuais.

Gráfico 3 - Produto bruto e renda monetária bruta por estabelecimento pesquisado.



Fonte: elaborado pelas autoras com base nos dados da pesquisa, 2015.

Comparando o Gráfico 3 com o Gráfico 1 percebe-se a correlação de rendas maiores com a predominância da concentração na produção vegetal ou da produção animal, evidenciando por um lado o potencial da concentração produtiva em gerar relativamente mais renda, mas por outro lado a vulnerabilidade a que fica submetido o estabelecimento na opção por essa concentração.

Considerações finais

Para os estabelecimentos da agricultura familiar pesquisados no ano de 2015, a produção foi diversificada, composta pela produção animal, vegetal, de processados e de artesanatos, sem deixar de revelar, a preponderância econômica do café e do leite, culturas que apareceram coexistindo em todas as propriedades. O autoconsumo também foi identificado em todos os estabelecimentos, desempenhando o papel de alimentar a família e as criações. A diversificação da produção permitiu também as famílias acessarem diferentes formas de comercialização para além da entrega de produtos para os intermediários do café e para as cooperativas de leite. Possibilitou as famílias participarem de vendas diretas, de mercados organizados por associações, de mercados institucionais, embora esses mercados também apresentem algumas vulnerabilidades.

No entanto, embora o autoconsumo e a diversificação combinados com as possibilidades de atuação nos mercados curtos e institucionais tenham atuado de forma complementar na reprodução econômica das famílias, a sua forte relação com os mercados longos tornou necessária a exploração de novas possibilidades de produção e de comercialização para a conquista da sua autonomia.

Referências Bibliográficas

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Disponível em

< <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2015>>. Acesso em 2015.

FREITAS, Alair Ferreira de. **Dinâmicas sociais e desenvolvimento territorial no Território Serra do Brigadeiro**: atores, redes e instituições. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2015, 246 p.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M.A. O autoconsumo nos estabelecimentos rurais brasileiros. In: CONTERATO, M.A.; RADOMSKY, G.F.W.; SCHNEIDER, S. (Org.) **Pesquisa em Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 2014.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 2008.

LIMA, A. P. et al. **Administração da unidade de produção familiar**. 3a ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

NIERDELE, P.A.; FIALHO, M.A.V.; CONTERATO, M.A. **A pesquisa sobre a agricultura familiar no Brasil** – aprendizagens, esquecimentos e novidades. Revista de Economia e Sociologia Rural, Piracicaba, v. 52, p. S009-S0024, fev., 2015.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e Impérios Alimentares**. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In SCHNEIDER, S. (Org.) **A diversidade da Agricultura Familiar**. 2a ed. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 2009.

A formação do sindicalismo de assalariados rurais em um cenário de mudanças sindicais e trabalhistas

Nadine Gerhardt Lermen ¹
Everton Lazzaretti Picolotto ²

Resumo: A representação sindical dos trabalhadores rurais no Brasil vem passando por mudanças expressivas nas últimas décadas, que se referem a processos como a construção das diferentes identidades coletivas e a disputas dentro e fora da estrutura da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares (Contag). Neste contexto, vem ocorrendo desde 2014 um processo de dissociação sindical da categoria dos assalariados rurais da Contag e foi criada, no ano seguinte, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados Rurais (Contar). Esse trabalho tem como objetivo analisar o processo de criação dessa nova estrutura sindical de representação dos assalariados rurais e a possibilidade de mudanças nas práticas sindicais, bem como os seus limites e desafios, que foram potencializados por questões conjunturais, como a reforma trabalhista e sindical de 2017. A discussão tem como marco teórico a teoria dos campos de Pierre Bourdieu e, para atingir o objetivo proposto, são analisados documentos e entrevistas com os dirigentes sindicais da Contar, da Contag e da Federação dos Trabalhadores Assalariados Rurais no RS (Fetar-RS). Por meio da análise dos documentos e entrevistas, foi possível identificar três questões determinantes para a dissociação, que são os interesses conflitantes entre assalariados rurais e agricultores familiares, a sub-representação dos assalariados dentro da Contag e as disputas pela representação com outros atores sindicais. A partir da consolidação da dissociação, os dirigentes sindicais defendem mudanças nas práticas sindicais, como aproximação da base, a criação de sindicatos específicos e realização de convenções coletivas em nível regional, o estabelecimento de horários diferenciados e a maior presença do sindicato nos locais de trabalho. Tais mudanças vão ao encontro de especificidades da categoria, como a informalidade, o baixo número de filiações ao sindicato e trabalho migrante e sazonal. Entretanto, a tentativa de estabelecimento de novas práticas sindicais esbarra nas proposições da reforma trabalhista e sindical, que reduz os recursos financeiros e o poder de negociação dos sindicatos, limitando sua ação, ao mesmo tempo em que a desconstrução dos direitos trabalhistas fragiliza ainda mais os assalariados rurais.

Palavras-Chave: Sindicalismo rural; assalariados rurais; dissociação sindical; práticas sindicais.

¹ Bacharela em Ciências Econômicas (UFSM), mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFSM), bolsista CAPES, e-mail: nadineg.lermen@gmail.com

² Doutor em Ciências Sociais (UFRRJ), Professor do Departamento de Ciências Sociais e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Extensão Rural (UFSM), e-mail: everton.picolotto@ufsm.br

Introdução

A representação sindical rural sempre foi um desafio no Brasil, por questões como a heterogeneidade dos grupos que vivem e trabalham no campo, as diferentes formas de organização produtiva e relações sociais estabelecidas em cada região do país, a influência das oligarquias agrárias na política nacional, a falta de experiência na mobilização dos trabalhadores rurais, a baixa escolaridade e o isolamento de quem vive no campo. Diferentemente do sindicalismo urbano, que foi regulamentado na década de 1930 com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o sindicalismo dos trabalhadores rurais foi criado, de forma efetiva, no início da década de 1960 na esteira da extensão de direitos trabalhistas para o campo durante o governo João Goulart. Por meio de duas portarias do Ministério do Trabalho (Portaria 209-A, de 25/06/1962 e Portaria 355-A, de 20/11/1962) deu-se início ao reconhecimento de direitos trabalhistas e ao processo de sindicalização que seriam consolidados com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei n. 4.214) em 1963.

O sindicalismo rural adotou o modelo vigente nos espaços urbanos, com características como a unicidade e o imposto sindical, e enquadrou o conjunto dos trabalhadores e moradores do campo em uma categoria única, a de trabalhadores rurais, cuja representação coube a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). De acordo com Picolotto (2014; 2017), esse agrupamento desconsiderou a heterogeneidade, as diferentes identidades e demandas dos diversos grupos do campo. O regramento sindical rural estabelecido pelo Decreto-Lei 1166, de 15 de abril de 1971, enquadrou grupos sociais e situações de trabalho bastante diferentes, tais como: o “assalariado rural”, entendido como a “pessoa física que presta serviço a empregador rural mediante remuneração de qualquer espécie” (Art. 1º, inciso I, alínea a) e o “pequeno produtor”. Esse último é considerado trabalhador quando “proprietário ou não trabalhe individualmente ou em regime de economia familiar”, “ainda que com ajuda eventual de terceiros”, em área igual ou inferior à dimensão do módulo rural³ da respectiva região (Art. 1º, inciso I, alínea b). Algumas décadas depois, a Lei 9701, de 17 de novembro de 1998, ampliou o enquadramento do pequeno produtor para explorações com áreas de até dois módulos rurais da respectiva região (art. 5º), regra vigente até os dias atuais. Ou seja, quem tiver menos do que dois módulos é considerado enquadrado para fins sindicais na categoria de trabalhador rural.

³ O módulo rural é uma medida fixada para cada região, define a propriedade familiar que absorve toda a força de trabalho da família, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico (Lei nº 4.504, de 1964).

Essa forma de organização do sindicalismo rural, juntamente com a modernização agrícola promovida pelo regime militar nas décadas de 1960 e 1970 - que provocou o aumento da desigualdade social rural - provocaram um crescimento dos conflitos no campo. A partir disto, Medeiros (2014) destaca três processos, iniciados na década de 1970, cujos desdobramentos repercutiram na atual configuração do sindicalismo rural: 1) uma mudança de público - o fortalecimento dos chamados “pequenos produtores” (depois identificados como agricultores familiares) e a inserção de suas pautas e demandas no sindicalismo e no debate público, fizeram com que pautas tradicionais como a reforma agrária e os direitos trabalhistas fossem secundarizadas; 2) as disputas com movimentos externos - a emergência de várias organizações não sindicais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), mais horizontalizados e burocraticamente menos amarrados, que passam a disputar com a Contag a representação dos diversos grupos sociais do meio rural; 3) as disputas internas - o surgimento das oposições sindicais, que questionavam o modelo de ação do sindicalismo oficial e alguns de seus princípios, como a unicidade sindical, o que gerou uma série de disputas, que, por sua vez, resultaram na criação de novas estruturas sindicais.

Neste trabalho, discutimos o terceiro processo, através do qual surgiram novas propostas de representação sindical, como a Federação dos Empregados Rurais Assalariados no Estado de São Paulo (Feraesp), criada em 1989, e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), criada em 2001, baseadas no direito de livre associação estabelecido pela Constituição de 1988. Na segunda metade dos anos de 1990, a Feraesp tentou se filiar à Contag, mas o pedido foi negado, agravando a situação de disputas judiciais pela representação dos assalariados rurais. Como o entendimento jurídico foi se consolidado em favor da possibilidade de existência de sindicatos de categorias específicas no âmbito de categorias ecléticas, como a de trabalhador rural, a Feraesp obteve o reconhecimento de diversos de seus sindicatos. Essas disputas, somadas com uma nova normativa do Ministério do Trabalho de 2014 que estabeleceu a possibilidade de existência de duas categorias sindicais específicas no interior da categoria trabalhador rural – quais sejam: agricultores familiares e assalariados rurais – contribuíram para o sistema Contag optar, nos últimos anos, pela dissociação da categoria dos assalariados rurais e apoiar a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados Rurais (Contar), em 2015, com suas respectivas federações e sindicatos (PICOLOTTO; MEDEIROS, 2016; PICOLOTTO, 2017).

A partir deste contexto, que se aproxima de uma situação de pluralidade sindical no campo, com suas disputas e novas estruturas, temos como objetivo compreender, à luz das especificidades das demandas dos assalariados rurais, as possíveis mudanças na representação

e na relação com as bases de trabalhadores a partir das recentes mudanças estruturais, bem como as limitações impostas a tais processos pela aprovação da reforma trabalhista e sindical de 2017. A problematização dessas questões é feita a partir da sociologia crítica de Pierre Bourdieu, especialmente com a perspectiva da teoria dos campos. Compreendemos a dinâmica do sindicalismo rural brasileiro a partir da lógica do campo político, onde, de acordo com Bourdieu, ocorre um jogo duplo, pela representação dos profanos e por ideias-força (BOURDIEU, 1989). Ou seja, o sindicalismo é o espaço onde ocorre a disputa pelas bases de trabalhadores e a luta simbólica por ideias e projetos entre os sindicalistas e suas organizações. A participação nesses processos envolve o desenvolvimento de determinadas estruturas de ação e pensamento, um *habitus*, e o desempenho nesse jogo duplo depende dos capitais mobilizados pelos sindicalistas.

A análise das práticas sociais e da dinâmica sindical foram feitas através da análise de documentos sindicais e de entrevistas semiestruturadas com sindicalistas da Contar, da Contag e da Federação dos Trabalhadores Assalariados Rurais no Rio Grande do Sul (Fetar-RS). Optamos pela não identificação dos entrevistados para evitar qualquer prejuízo de ordem pessoal a eles. O artigo utiliza dados do projeto de pesquisa *A formação do sindicalismo da agricultura familiar no Brasil e a pluralidade sindical no campo* (que contou com financiamento do CNPq) e dados preliminares dos investimentos de pesquisa para elaboração da dissertação da autora.

Além desta introdução, o artigo conta com uma seção sobre as especificidades das demandas dos assalariados rurais e sobre as disputas internas envolvidas na formação da Contar, outra seção sobre as mudanças nas práticas sindicais ocorridas com a mudança na representação e os limites e desafios desse processo e, por fim, a seção final onde retomamos as discussões do artigo de forma conjunta.

Disputas na formação de um sindicalismo de assalariados rurais no campo sindical

A criação de uma estrutura sindical de assalariados rurais foi possível, além das especificidades da categoria, pelas disputas entre sindicalistas por diferentes ideias e formas de construção do movimento sindical. Tais disputas originaram processos como a sub-representação dos assalariados rurais dentro da Contag, as disputas pelas bases de trabalhadores com a Feraesp e os conflitos internos causados pela representação conjunta de assalariados rurais e agricultores familiares.

As diferenças entre as demandas e objetivos dos assalariados rurais e dos agricultores familiares foi evidenciada nas entrevistas realizadas com as lideranças sindicais. Essas diferenças abrangem questões como as mencionadas pelo sindicalista da Fetar-RS, como pode ser visto a seguir:

Claro que se você olhar sob a ótica dos interesses, eles eram e são conflitantes. O agricultor pleiteia dentro do sindicato um Pronaf, que o financiamento chegue na hora certa, que reduza a taxa de juro, que tenha seguro agrícola, que tenha a venda, que tenha todas essas políticas do Pronaf, que só vêm melhorando. Ele quer saúde, quer previdência, quer assistência para a família. O assalariado, a reivindicação dele, a luta dele é por uma carteira assinada, por melhor salário e por emprego decente. Então, veja bem, que isto também, em determinados momentos e alguns lugares, pesou porque ele passou a ser mais latente e, de certa forma, os dois dentro do mesmo sindicato, ele criava um certo conflito. Você tinha que saber muito bem que você estava trabalhando com uma categoria de trabalhadores rurais, conforme define a legislação, mas que são públicos que têm pensamentos opostos, antagônicos (Sindicalista da Fetar, entrevista, 30/06/2016).

Esse conflito entre os interesses dos agricultores familiares e dos assalariados rurais se tornou mais evidente a partir do processo de fortalecimento da agricultura familiar, notadamente, desde a década de 1990. A mobilização dos agricultores familiares teve como resposta a criação de linhas de crédito, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e diversas outras políticas públicas para esta categoria nos governos Lula e Dilma Rousseff. Este apoio possibilitou a melhoria nas condições de vida e o aumento da produção de muitos agricultores familiares. Muitos desses agricultores que deram um salto produtivo e econômico passaram a contratar assalariados rurais para complementar o trabalho familiar em suas propriedades. O problema para os sindicatos de trabalhadores rurais começou com os conflitos trabalhistas entre agricultores familiares e assalariados contratados por eles e com a judicialização desses conflitos. O sindicalista da Contar menciona a intervenção de uma advogada em uma plenária do sindicato, que levanta a dimensão do problema:

Sindicalista: De repente, uma advogada levanta e diz – “Olha, eu estive agora numa audiência e era assim: um trabalhador assalariado, sócio do sindicato, entrou com uma ação contra um agricultor familiar, sócio do sindicato. E isso foi parar na justiça do trabalho. E eu fui na audiência. Quando eu cheguei lá, o juiz já me abordou, dizendo o seguinte: doutora, a senhora está aqui para defender quem? O patrão ou o empregado? Que apesar dos dois serem do mesmo sindicato, mas a lei diz que a senhora tem que defender a parte mais fraca. Quem é a parte mais fraca na relação de trabalho? É o empregado. Se a senhora for defender o agricultor familiar aqui, eu vou entrar na OAB, com uma reclamação contra a senhora. Eu mesmo vou fazer. Porque o seu papel é defender o mais fraco, na relação de trabalho.”

Entrevistador: E ela estava lá para defender o...?

Sindicalista: Ela estava lá para defender o agricultor familiar. O sindicato falou – “Não. Tem que defender ele.” – e tal. E ela chegou – “Olha, eu não posso. O senhor tem que arrumar outro advogado, para eu poder defender o trabalhador, o

empregado. Porque o juiz está certo. A lei é muito clara com relação a isso. Você tem que fazer a defesa da parte mais fraca. A parte mais fraca, na relação de trabalho, é o empregado”. – então, isso já existia dentro dos sindicatos. Existe esse conflito. Que é um conflito... como nós vamos resolver esse conflito, sendo que os dois são sócios do mesmo sindicato? (Sindicalista da Contar, entrevista, 27/07/2016).

No decorrer desses conflitos trabalhistas, o Poder Judiciário firmou o entendimento do ecletismo da categoria sindical trabalhador rural, que engloba as categorias específicas de agricultor familiar e assalariado rural, cujos interesses podem ser distintos. O entendimento sobre o ecletismo da categoria trabalhador rural e sobre a necessidade de separação desta entre as categorias específicas de assalariados rurais e agricultores familiares criou a possibilidade da existência de entidades de representação específicas para cada categoria, sem ferir a unicidade sindical, legalmente estabelecida. Desse modo, foi possível a dissociação sindical, que levou à criação da Contar.

A discussão sobre a dissociação sindical e a posterior opção por esse processo também parece ter tido como motivação uma situação de sub-representação dos assalariados dentro da Contag, evidenciada inclusive por um sindicalista da Contag:

Nós, nesses últimos anos, com a ideia da concepção da agricultura familiar, do Pronaf, da política agrícola, não é que paramos de lutar pelo assalariado. Não. Tanto é que nós temos uma secretaria de assalariados na Contag, temos centenas de convenções coletivas. Mas no nosso discurso, no nosso dia-a-dia, na nossa fala nós falamos muito mais em agricultura familiar do que em assalariado. Nós mesmos começamos a perceber isso. Nós começamos a perceber que muitos sindicatos, a não ser aqueles muito exclusivos em que a sua base é quase 100% o assalariado, deixavam um pouco a desejar essa questão. Então nós mesmos precisamos dar um jeito nisso, não pode. E aí vem sempre o debate: “Não. Não precisa criar dois [sindicatos], basta você ter políticas para ele [o assalariado]” (Sindicalista da Contag 1, entrevista, 25/07/2016).

Esse trecho também mostra que não houve unanimidade em relação a forma de solucionar os problemas internos relativos a situação dos assalariados. Enquanto uma parcela dos sindicalistas era a favor da dissociação dos assalariados, havia os que pensavam que ambas as categorias deveriam permanecer representadas pela Contag e que os conflitos deveriam ser resolvidos com o aumento das políticas para os assalariados. Outro elemento que veio à tona nas entrevistas, foi a preocupação com a perda da contribuição sindical dos assalariados rurais com a dissociação, diminuindo a arrecadação da Contag.

Não era unânime, não foi, mas como a gente supõe que tem um debate mais progressista que dá mais conta do tema e que nosso viés é fazer a representação e a representatividade. Seria cômodo ficarem também os assalariados na Contag. Porque você faz luta social, mas estamos num sistema capitalista. Então se faz luta social com dinheiro, infelizmente. O dinheiro dos assalariados é o dinheiro mais fácil que tem. Por quê? O trabalhador obrigatoriamente pela lei arrecada o valor de

uma diária-ano e passa para sua instância sindical, a contribuição sindical. Seria cômodo, mas pra gente que está propondo esse debate, esse tema, não se fala em comodidade, se fala na vida real dos trabalhadores, os assalariados rurais e os agricultores familiares. Aqui, quando esse tema veio à tona, era que estávamos dividindo pra enfraquecer. Ou seja, éramos irresponsáveis, estávamos cuspiendo no prato que comemos. (Sindicalista da Contag 2, entrevista, 25/07/2016).

O grupo contrário à dissociação fez uso do argumento da importância da unicidade para o movimento sindical e da trajetória da Contag para sustentar sua posição. Contudo, a questão financeira ressurge na discussão sobre a possibilidade de os sindicatos e federações permanecerem representando a categoria eclética de trabalhador rural. Nesses casos, os assalariados permanecem ligados à Contag, mas a sua contribuição vai, de qualquer forma, para a Contar. Essa situação é desvantajosa para a Contag, porque ela permanece com o ônus da representação, mas não recebe a contribuição dos assalariados. Esse fator pode ter pesado na decisão da Contag pela mudança estatutária com a opção pela representação da agricultura familiar.

Tem federações que podem dizer “Não, nós queremos ficar ecléticos”. [...] É, elas tem opção. Você não pode obrigar. Entendeu? E elas, é uma federação eclética, pode ficar ligada à Contag sem nenhum problema. O problema é o seguinte: que do ponto de vista da auto sustentação aquele assalariado rural lá ele, a sua contribuição não irá mais para aquela federação. Aliás, aquela contribuição dele não vem mais para a Contag, vai para a Contar, mesmo que ele continuará eclético e tal, estará ligado lá, mas a contribuição não vai voltar para a Contag vai para a Contar. (Sindicalista da Contag 1, entrevista, 25/07/2016).

Por outro lado, essa opção recente pela dissociação dos assalariados do sistema sindical da Contag teve influências de pressões externas de outros agentes sindicais específicos de assalariados rurais, que vinham disputando as bases há décadas, e por força de decisões judiciais e de novas normativas do Ministério do Trabalho.

A Contag, como agente estabelecido no campo sindical, sempre defendeu a manutenção da unidade da categoria trabalhador rural e se contrapôs frontalmente às propostas que tentavam dividir essa categoria ou mudar as regras da representação sindical rural. No entanto, desde a década de 1980, sindicalistas desafiantes ligados à CUT-rural defendiam a possibilidade de existência de organizações próprias para cada categoria social, sejam agricultores familiares, assalariados rurais e até mesmo trabalhadores sem-terra. Para isso, chegaram a criar o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR/CUT), em 1988, para coordenar esses sindicatos diferenciados. Com a unificação do sindicalismo dos trabalhadores rurais, realizado com a filiação da Contag à CUT em 1995 e a extinção do DNTR, essa proposta foi levada para dentro do sistema Contag. Entretanto, essa proposta nunca foi aceita nos fóruns da Contag, especialmente pela força dos chamados “históricos da

Contag” (grupo dirigente tradicional da confederação), em nome da preservação da unicidade sindical (PICOLOTTO, 2017).

Seguindo essa perspectiva de formação de organizações sindicais próprias, foi lançado, em 16 de abril de 1989, em Jaboticabal-SP, um manifesto de constituição de Sindicatos de Empregados Rurais (SER) e de uma Federação dos Empregados Rurais no Estado de São Paulo (Feraesp), por novas lideranças, mais progressistas e combativas, que se opunham à estrutura e ao modelo de ação da Contag. Dentre os principais argumentos levantados para formação de sindicatos específicos de empregados rurais estava a constatação dos “conflitos de interesses” dentro dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), que agregavam os empregados e os pequenos produtores, muitos dos quais contratavam força de trabalho externas e eram chamados de “pequenos patrões” (COLETTI, 1998). Os STRs tinham sido “tomados” pelos “pequenos patrões”, não eram mais vistos como um espaço de representação dos interesses próprios dos empregados. Assim, a Feraesp, desde a sua criação, vem disputando a representação dos assalariados com a Contag, como é destacado por uma liderança dessa última:

[...] aí também teve uma parte complicada que ajudou muito [na dissociação atual] que foi a história da Feraesp em São Paulo. Do Hélio Neves que criaram lá uma federação, antiga e eles começaram a entrar na justiça contra a gente e eles começaram a ganhar as ações. Tá. E aí nós fomos vendo que se a gente não criasse um movimento ele [Hélio Neves, Feraesp] ganhava as ações, aí ele ia para o Rio Grande do Sul e criava uma federação lá, ganhava as federações e eles iriam levar, digamos, os assalariados para um caminho de muito conflito, de muita briga etc. e tal. Aí então... Se é isso por que nós não vamos propor? (Sindicalista da Contag 1, entrevista, 25/07/2016).

Essas disputas entre as organizações sindicais desaguaram no âmbito jurídico. Como os sindicatos e a própria Feraesp tiveram dificuldades para obter o registro no Ministério do Trabalho, uma vez que este só admitia a categoria de sindicalização “trabalhador rural”, inseparável, a sua legalidade e suas ações de representação sindical foram questionadas. Já no primeiro ano de sua existência, a Feraesp organizou uma grande greve de empregados do setor da cana na região de Ribeirão Preto - SP, quando cerca de 58 mil trabalhadores pararam suas atividades por 15 dias. O setor patronal não aceitou negociar com os Sindicatos dos Empregados Rurais (SERs) e a Feraesp, mas sim com a Fetaesp, a federação do sistema Contag. A Feraesp e seus sindicatos entraram com um pedido de dissídio coletivo no Tribunal Regional do Trabalho de Campinas-SP, mas não obtiveram sucesso. O Tribunal considerou os SERs e a Feraesp como “partes ilegítimas do processo, por lhes faltarem as condições legais de representação sindical” (COLETTI, 1998, p.225). Ao longo da década de 1990 ocorreram diversos outros conflitos judiciais pela representação da categoria dos empregados rurais e

pelas verbas oriundas das contribuições sindicais, como sintetiza um documento: “*A medida que novos Sindicatos de Empregados Rurais eram organizados, novos processos judiciais eram promovidos*” (FERAESP, 2015, p. 19). A situação, aparentemente, só se alterou nos anos 2000, após longas disputas judiciais, quando a Feraesp foi reconhecida como representante legítima da categoria dos empregados rurais do estado de São Paulo, tendo inclusive obtido ganho de causa sobre as contribuições sindicais desta categoria (TRT-SP, 2008). Entre os critérios que embasaram a decisão judicial destacam-se: “No atual momento do ordenamento jurídico brasileiro, há aprofundado *prestígio à autonomia sindical* e se incentiva a constituição de entidades por categorias econômicas ou profissionais *específicas*” (TRT-SP, 2008, p.8, grifos nossos). Com a prevalência deste entendimento, a Feraesp, enquanto entidade específica, foi considerada a legítima representante dos “empregados rurais assalariados” e, portanto, deveria receber as contribuições sindicais da categoria.

Em outro trabalho, Picolotto (2017) mostrou que as decisões judiciais favoráveis à Feraesp e à Fetraf – que, por sua vez, disputa as bases da agricultura familiar – deram-lhes certa segurança jurídica e possibilitaram a consolidação de suas posições no campo como representantes específicas dos assalariados rurais e dos agricultores familiares, respectivamente, enquanto que as federações do sistema Contag seriam representantes ecléticas, dos trabalhadores rurais em geral. O receio de que a Feraesp organizasse o sistema sindical dos assalariados, fez os sindicalistas da Contag agilizarem o processo de dissociação.

Entrevistador: E teve algum movimento interno para fundar uma Federação dos Assalariados?

Sindicalista: Teve. Houve discussões aqui dentro, várias reuniões dos conselhos, os estados, federação, orientação, um congresso aqui, de fundação aqui dentro.

Entrevistador: Mas isso veio só pela determinação do Ministério do Trabalho ou já tinha uma articulação antes?

Sindicalista: Não, [pelas] decisões do Ministério, da Justiça do Trabalho, dizendo que não caberia, cada um fazia se quisesse no caso específico, e como você tinha muita gente querendo correr para fazer isso, então o quê que fez a Contag? Então, vamos se antecipar e chamar os estados e as federações para organizar as cinco federações mínimas, né, e criar uma Confederação de Assalariados com gente próxima da gente e não adversários. Seria pior. Aí então fizeram esse grande acordão, exclusivo, mas só que agora os caras começaram a dizer “Pera aí”, mas agora já existe. (Sindicalista da Contag 3, entrevista, 27/07/2016).

De acordo com o texto base do 12º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (2017), a pressão externa do Poder Judiciário, juntamente com o reconhecimento do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) a entidades de representação específicas, foram os principais determinantes da dissociação.

Contudo, a dissociação criou dois sistemas “autônomos e harmônicos” (Texto base do 12º CNTTR, p.29), como querem fazer crer os documentos e depoimentos das lideranças.

Mudanças nas práticas sindicais e desafios para a representação dos assalariados rurais

Em relação à disputa pelas bases de trabalhadores, os sindicalistas da Contar mencionaram durante as entrevistas as intenções de realizar alterações tanto na forma de organização quanto nas formas de ação sindical, buscando estabelecer práticas sindicais diferentes das realizadas pela Contag. A tentativa de aproximação dos trabalhadores passa por algumas mudanças, que vão ao encontro das especificidades da categoria. Uma das mudanças é em relação ao nível local dos sindicatos, que deixaria de atuar em bases municipais para passar a atuar em nível regional.

Temos um olhar diferente. E aí é bom, porque você tem os sindicatos específicos e as federações, o olhar que a Contag tinha para organizar os assalariados, ele hoje, não é igual ao nosso. Nós pensamos em sindicatos maiores; base regional; nós pensamos em convenções mais gerais (Sindicalista da Contar, entrevista, 27/07/2016).

A organização regional é uma possibilidade de organização que alcança os trabalhadores temporários, que migram para outras cidades em determinados períodos do ano para trabalhar, geralmente no período de colheita. Para Corrêa (2012), os assalariados temporários são a parcela mais vulnerável da categoria uma vez que são mais tolerantes a condições precárias de trabalho. Isso ocorre porque o assalariamento temporário é, em sua maioria, realizado por pequenos produtores, cuja produção é insuficiente para a manutenção da família e da propriedade, o que faz com que esses trabalhadores saiam em busca de emprego e renda e se sujeitem ao que encontram.

Outra mudança proposta se refere à intensificação da presença dos representantes do sindicato nos locais de trabalho, especialmente em momentos como a chegada dos trabalhadores ao local de trabalho e os intervalos da jornada. Além disso, os sindicalistas falaram sobre a realização de um ajuste dos horários de funcionamento dos sindicatos, que passariam a abrir nos dias e horários de folga dos trabalhadores, como os domingos e à noite, abandonando o horário comercial adotado pelos sindicatos da Contag.

Então, a CONTAR, ela é uma entidade em movimento. Tem que sair daqui e ir nos locais. Se ela ficar esperando os conflitos virem aqui para resolver, ela não vai ajudar muito os trabalhadores, não (Sindicalista da Contar, entrevista, 27/07/2016).

A aproximação dos sindicatos em relação aos assalariados rurais também é uma tentativa de contornar dois dos maiores problemas da categoria, que são a informalidade e baixa taxa de sindicalização, que foram mencionados tanto pelo sindicalista da Contar quanto pelo sindicalista da Fetar-RS.

Este é o grande desafio nosso e a bandeira de luta é trabalhar pela redução drástica da informalidade que campeia a área rural do Rio Grande do Sul. Trazer esses trabalhadores em contratos de curta duração, média, longa, por tempo indeterminado, trazer eles para a formalidade para que tenham seus direitos, tanto trabalhistas quanto previdenciários, respeitados e amparados por uma convenção boa coletiva de trabalho, que dê dignidade a eles, um bom ambiente de trabalho. [...] Este é o lema, tem tantos outros, a sindicalização dos mesmos é outra prioridade, a formação, a educação, que o pessoal saiba ao menos ler e escrever, assinar seu nome, para ter a dignidade de ler uma matéria no jornal, uma cartilha do movimento sindical, são ações importantes que nós trabalhamos (Sindicalista da Fetar-RS, entrevista, 30/06/2016).

Dados de uma pesquisa setorial do Dieese, que podem ser observadas na Tabela 1, mostram que a maior parte dos trabalhadores assalariados rurais do Brasil não tem filiação sindical e trabalha em condições informais. Em 2013, do total de trabalhadores assalariados rurais, 85,4% não eram filiados a nenhum sindicato e 59,42% do total trabalhavam informalmente, ou seja, sem carteira assinada e sem as garantias dos direitos básicos do trabalhador. Os dados também demonstram que o número de trabalhadores sindicalizados é maior entre os que trabalham em condições formais, mas, tanto entre os que trabalham em condições formais quanto entre os que trabalham informalmente, mais de 80% não tem filiação sindical.

Tabela 1 – Sindicalização dos trabalhadores assalariados rurais* no Brasil em 2013

Associado a algum sindicato	Assalariados rurais		Assalariados rurais com trabalho formal		Assalariados rurais com trabalho informal	
	Número	%	Número	%	Número	%
Sim	591.191	14,6	304.098	18,5	287.093	11,9
Não	3.468.316	85,4	1.342.925	81,5	2.125.391	88,1
Total	4.059.507	100,0	1.647.023	100,0	2.412.484	100,0

*Com 10 anos de idade ou mais

Fonte: DIEESE (2014)

A baixa taxa de sindicalização dos assalariados rurais pode ser explicada por questões estruturais, como a rigidez da estrutura sindical brasileira, que se integra ao Estado enquanto se afasta dos trabalhadores (BOITO JR., 1991), e por características próprias da categoria, como o trabalho temporário e migratório e a baixa escolaridade, por exemplo. Os assalariados

rurais constituem um grupo muito heterogêneo, composto por assalariados permanentes, temporários e os contratados sazonalmente, o que contribui para a fragmentação da categoria. Além disso, fatores como a distância entre o local de trabalho e o local de moradia no caso dos trabalhadores temporários e a dificuldade de organização e acesso às fazendas e alojamentos também dificultam a organização e a sindicalização dos assalariados rurais (ALVES, 1991; PICOLOTTO; MEDEIROS, 2016).

A baixa taxa de sindicalização entre os assalariados rurais também pode ser pensada em termos de um *habitus* de classe marcado por traços de relações personalizadas, dominantes em sistemas tradicionais como o coronelismo⁴, predominantes até meados do século XX. Nestes sistemas, as relações sociais eram marcadas por questões morais como a honra, o dom e contradom (MAUSS, 2007) e a dívida moral. Um *habitus* marcado pela incorporação do personalismo pode provocar uma certa aversão à questões políticas e dificultar práticas como a inserção no campo político e sindical, uma vez que estes são marcados por noções como a igualdade jurídica e os direitos.

Às dificuldades específicas e estruturais enfrentadas pelos sindicalistas do sistema Contar se unem os desafios conjunturais, como as mudanças instituídas pela reforma trabalhista e sindical, proposta pelo governo de Michel Temer e aprovada em 2017. As mudanças na legislação que mais afetam os assalariados rurais são: a substituição de contratos fixos por temporários/intermitentes, o pagamento por produção “por fora” do salário, o fim do pagamento pela hora de deslocamento por parte da empresa, a prevalência do negociado sobre o legislado, o fim da ultratividade, a possibilidade de negociação individual sem a participação sindical e o fim do imposto sindical.

Em relação a prevalência do negociado sobre o legislado, o sindicalista da Contar adverte sobre suas implicações antes mesmo da aprovação da reforma:

Acordo de convenção, senta lá um grupo de patrão; os advogados; os assessores, e vamos negociar com eles. O governo nunca entrou nesse negócio. Ele nunca participou disso. [...] Você faz uma convenção, e registra no Ministério do Trabalho. O governo só tem ciência do que foi negociado quando você faz o registro no Ministério do Trabalho. Que é o que chama de depósito. Você faz o depósito lá. Protocola lá. Mas antes, o governo não sabe o que nós negociamos, não. Você imagina: você está fazendo com o patrão aqui, que é um negócio que a gente fez a vida inteira, e que agora nessa história da reforma trabalhista; previdenciária, eles querem aprovar isso acima da lei. Eles querem que os efeitos da negociação coletiva estejam acima de algumas garantias legais. Que você possa garantir na convenção.

⁴ O sistema coronelista se caracteriza por relações sociais marcadas por um caráter personalizado e pela troca de favores. O coronelismo e seus valores entram em conflito com os valores democráticos e a persistência desses valores tradicionais afeta o pleno desenvolvimento da democracia. LEAL, V.N. **Coronelismo, enxada e o voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. Sétima Edição, 2012.

Acontece que na Constituição e na CLT, a garantia é permanente, não é? Na convenção, não. Você garante uma coisa aqui durante um ano. Que as convenções, no máximo, no Brasil, elas podem ir a dois anos. Mas a grande maioria é só com um ano. Ora, você vai ter garantia por um ano; depois, a convenção vence, você não negociou de novo? Perdeu tudo. Então, eles estão querendo criar um negócio que retroage, eu não sei nem a quantos anos (Sindicalista da Contar, entrevista, 27/07/2016).

O fim da obrigatoriedade da presença dos sindicatos durante as negociações e o fim da obrigatoriedade do pagamento do imposto sindical pelos trabalhadores são tentativas de reduzir a atuação sindical e de desmonte do movimento pela redução das fontes de arrecadação. Esse processo pode ser compreendido como o “desmonte da tela de proteção social construída sistematicamente a partir de 1930”, a partir do argumento de que a rigidez desse sistema é incompatível com a geração de emprego e com a flexibilidade exigida pelos mercados internacionais na atualidade (CESIT/IE/UNICAMP, 2017, p. 4). A desconstrução de direitos e a fragilização dos sindicatos alcança todos os trabalhadores, urbanos e rurais, porém, ela é ainda mais delicada no caso dos assalariados rurais porque afeta diretamente seus sindicatos em um período de mudanças na representação e de criação e organização da nova estrutura sindical, representando mais um desafio, além dos desafios mencionados anteriormente.

Considerações finais

Ao longo do trabalho foi possível apresentar a dinâmica do sindicalismo rural brasileiro. O sindicalismo faz parte do campo político, nos termos de Bourdieu, sendo um espaço social marcado por uma dupla disputa, a disputa por ideias entre os dirigentes sindicais e a disputa pela representação das bases de trabalhadores. A disputa entre os dirigentes por ideias-força ficou evidente em diversos momentos da trajetória sindical, seja na formação de novos atores sindicais nas últimas décadas do século XX (DNTR/CUT, Feraesp), nas disputas internas na Contag, seja no recente processo de dissociação sindical, uma vez que alguns dirigentes foram favoráveis à dissociação dos assalariados e enquanto outros eram contrários à dissociação e defenderam a criação de mais políticas específicas para os assalariados dentro da Contag. Os primeiros usaram do argumento das diferenças entre assalariados rurais e agricultores familiares e da incompatibilidade dos seus interesses e o sustentaram a partir das decisões judiciais favoráveis às categorias específicas. Os que foram contrários à dissociação fizeram uso do argumento da importância da unicidade sindical para o sucesso nas lutas sociais e o sustentaram a partir da trajetória da Contag, que sempre defendeu a unicidade sindical. O grupo que defendeu a dissociação foi bem sucedido e a agilidade na criação da

Contar parece ter sido motivada principalmente pelo receio de que as lideranças ligadas a Feraesp tomassem a frente desse processo e assumissem o controle da Confederação Nacional dos Assalariados Rurais.

As diferenças entre assalariados rurais e agricultores familiares também ficaram evidentes ao longo da discussão, uma vez que os primeiros estão em uma situação de inserção, permanente ou temporária, na lógica de mercado e na relação capital-trabalho, enquanto os segundos possuem meios de produção e tem maior autonomia na organização da sua produção. Essa diferença é um dos motivadores de conflitos internos nos sindicatos de trabalhadores rurais e um impulsionador da dissociação das categorias e da criação de entidades sindicais específicas.

A demarcação de uma base de trabalhadores mais específica a ser representada, provocou uma tentativa de estabelecer novas práticas sindicais, que perpassam questões como a organização à nível regional, o funcionamento do sindicato em dias e horários diferenciados, a maior presença dos sindicalistas nos locais de trabalho. Essas mudanças visam melhores condições de trabalho, a redução da informalidade e o aumento da taxa de sindicalização dos assalariados rurais, e vão ao encontro das especificidades da categorias, formada, em grande parte, por trabalhadores migrantes, com baixa escolaridade e em situação de vulnerabilidade social.

Além da compreensão dessas especificidades, o aumento da representatividade dos assalariados rurais passa pela superação de questões estruturais, como o característico afastamento entre sindicatos e bases de trabalhadores no Brasil, e de questões conjunturais, como a superação das dificuldades impostas pela reforma trabalhista e sindical de 2017. Agora, a continuidade da luta por direitos depende da capacidade de reinvenção do sindicalismo.

Referências

ALVES, F. J. C. **Modernização da agricultura e sindicalismo**: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto. Campinas-SP: Instituto de Economia. Tese de doutorado, 1991.

BOITO JR., A. **O sindicalismo de Estado no Brasil**. Campinas: Ed. Unicamp, 1991.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. **O senso prático**. Petrópolis: Editora Vozes. Segunda edição, 2011.

CESIT/IE/UNICAMP. Grupo de Trabalho Reforma Trabalhista. Dossiê Reforma Trabalhista. **Contribuição Crítica à Reforma Trabalhista**. Campinas, 2017.

COLETTI, C. **A estrutura sindical no campo**. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

COLETTI, C. **A estrutura sindical no campo**: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto. Campinas-SP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Dissertação de mestrado, 1996.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG). **Texto base do 12º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares**. Brasília-DF, 2017.

CORRÊA, E.G. **A organização sindical dos trabalhadores rurais**: os canavieiros de Cosmópolis/SP. Campinas-SP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Dissertação de mestrado, 2012.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro**. Estudos & Pesquisas, n. 74, 2014.

FERAESP. **Informativo Feraesp**: Feraesp realiza seu sétimo congresso com a participação de 600 trabalhadores. São Paulo: Feraesp, 2015.

MAUSS, Marcel. **Essai sur le don**. Paris: PUF, 2007.

MEDEIROS, L. S. de. O sindicalismo rural nas últimas duas décadas: mudanças e permanências. In: OLIVEIRA, Roberto V.; BRIDI, Maria A.; FERRAZ, Marcos. (org.) **O sindicalismo na era Lula**: paradoxos, perspectivas e olhares. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

PICOLOTTO, E. L. A formação de um sindicalismo de agricultores familiares no Sul do Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, nº 35, 2014.

PICOLOTTO, E. L. Pluralidade sindical no campo? Agricultores familiares e assalariados rurais em um cenário de disputas. **55º Congresso da SOBER** - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Santa Maria - RS, 2017.

PICOLOTTO, E. L.; MEDEIROS, L. S. A representação política no sindicalismo rural: antigos e novos atores. **40º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu-MG, 2016.

TRT-SP. Acórdão nº 20080645660. São Paulo, 2008.

Depois do eito: relações decorrentes do adoecimento no corte de cana

Tainá Reis¹

Resumo

O adoecimento e descarte é destino de muitos cortadores de cana. O presente artigo expõe algumas repercussões desse processo. Por meio de metodologia qualitativa (com observação direta e entrevistas semiestruturadas), observou-se que os trabalhadores vivem em seus cotidianos e relações as consequências do trabalho, especificamente no que tange às relações de gênero e com o Estado. Há uma trama de sociabilidade que, decorrente do espaço/tempo trabalho, se estabelece a partir do adoecimento.

Palavras-chave: corte de cana, adoecimento, sociabilidade

¹ Professora da Universidade Federal do Mato Grosso. Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. Email: tainareisz@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O trabalho no corte de cana foi amplamente estudado (SILVA, 1999, 2006, 2008, 2013, ALVES, 2006, 2007, 2008, ANTUNES, 2013, SCOPINHO, et al, 1999, ALESSI, NAVARRO, 1997, LAAT, 2010, VERÇOZA, 2016, GUANAIS, 2016). As pesquisas mostraram as condições degradantes e precárias de trabalho, com a exposição dos trabalhadores aos riscos de saúde, o pagamento por produção e a imposição de altos ritmos de trabalho. Esse processo pode levar ao adoecimento dos trabalhadores, com a perda da capacidade laboral. As pesquisas tendem a chegar até o momento do adoecimento dos cortadores de cana, demonstrando o caminho que promove o saque da saúde e da vida (LOURENÇO, 2013). A partir desses trabalhos, cabe a pergunta: o que acontece com os cortadores de cana depois do descarte? Este artigo busca apresentar a resposta dessa questão, apontando algumas repercussões subjetivas e sociais do adoecimento no corte de cana².

Muitos cortadores de cana são migrantes, oriundos de regiões pobres do país, como o nordeste de Minas Gerais - no Vale do Jequitinhonha, Maranhão, Ceará, Bahia, Paraíba, etc (SILVA, 2008). Camponeses expropriados têm a migração como saída para garantia de subsistência, o que entendemos como uma mobilidade forçada (GAUDEMAR, 1977). Desse modo, um local de origem dos cortadores de cana adoecidos foi escolhido como campo empírico da pesquisa. A região do Vale do Jequitinhonha passou por um longo processo de intervenção estatal, o que produziu a expropriação do campesinato e a migração para o corte de cana (SILVA, 1999). Por isso, optou-se pelo município de Araçuaí, na região do Médio Vale do Jequitinhonha, para a realização da pesquisa. O método usado foi de base qualitativa, com entrevistas de roteiro semiestruturado e observação direta em campo empírico. Foram entrevistados cortadores de cana adoecidos e seus familiares (mães e esposas), assim como profissionais dos serviços públicos que atendem esse grupo (assistentes sociais, psicólogas, advgado e médicos do SUS, INSS e órgãos da Assistência Social).

Concluimos que, mesmo fora do espaço/tempo de trabalho *stricto sensu*, os cortadores de cana vivem em seus cotidianos, em suas relações, aspectos diretamente relacionados com o trabalho. Contando com a compreensão de trabalho como criador de sociabilidade (MARX, 2010), propomos o pós/trabalho como sociabilidade posterior ao espaço-tempo de trabalho, mas intrinsecamente relacionada a ele. Isto é, o pós/trabalho é constituído por uma sociabilidade estritamente relacionada ao tempo dos eitos de cana, a sociabilidade do trabalho se estende para fora

2 Os resultados são oriundos da tese de doutorado Ceifando a cana... Tecendo a vida. Um estudo sobre o pós/trabalho nos canaviais, defendida no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, sob orientação da Profa Maria Aparecida de Moraes Silva.

do espaço-tempo trabalho. É sobre o pós/trabalho, alguns aspectos da sociabilidade que decorre do trabalho, que este artigo pretende tratar. Para tanto, serão retomadas em linhas gerais os processos que produziram a migração para o corte de cana e as condições de trabalho que geram o adoecimento. Em seguida, serão apresentados aspectos do pós/trabalho no que tange às relações de gênero e as relações com o Estado.

1.2. Migração, corte de cana e adoecimento

A maioria dos cortadores de cana é migrante. Uma vez que as condições materiais de sua subsistência nos locais de origem são ameaçadas por processos de expropriação, devem buscar outro lugar para garantir a reprodução social. O assalariamento aparece como única opção de sobrevivência. A venda da força de trabalho se torna indispensável à vida, e o trabalhador se dirige aos locais em que essa venda é possível. Há uma mobilidade da força de trabalho, uma mobilidade forçada (GAUDEMAR, 1977), pois a venda da força de trabalho é menos uma opção e mais uma necessidade. Após a expropriação, muitos camponeses converteram-se em bóias-frias, dirigindo-se para os canaviais paulistas.

No território do Vale do Jequitinhonha, um longo projeto de desenvolvimento modernizador produziu a migração (LEITE, 2015). Mais especificamente no período do regime militar, esse projeto se intensificou, com políticas de regularização das terras, incentivos ao reflorestamento, à pecuária extensiva e à cafeicultura. Essas políticas representaram a destruição e fraudulenta compra de terras (SILVA, 1999, LEITE, 2015), o que tirou dos camponeses seus meios de vida, empurrando-os para outras formas de reprodução social. Assim, se inicia a migração desses camponeses para o trabalho em outras culturas, como colheita de café, laranja e corte de cana, que se torna *permanentemente temporária* uma vez que ocorre paulatinamente no decorrer dos anos (SILVA, 1999).

Ao chegarem nos eitos de cana, os trabalhadores encontram uma realidade laboral penosa. Residem em alojamentos ou casas alugadas oferecidas pelas usinas, ou alugadas por eles mesmos, nas periferias das pequenas cidades próximas aos canaviais. O sistema de trabalho é chamado de 5x1, isto é, cinco dias de trabalho para um de folga. São, geralmente, responsáveis pela própria alimentação, preparando diariamente a marmita. As atividades iniciam às quatro horas da manhã quando acordam. Devem preparar a marmita, vestir as roupas de trabalho (calça, botina, lenço, boné de proteção/boá árabe, etc), carregar os instrumentos de trabalho (podão, garrafa de água, etc), e caminhar até o ponto de encontro de onde serão transportados até o canavial. O dia finaliza aproximadamente às quatro da tarde, quando chegam à residência. O horário de chegada pode variar de acordo com a distância do canavial à residência. O ex-cortador de cana Wagner, ao narrar o dia

de trabalho, considera não haver liberdade, pois os cortadores têm de preparar os alimentos, vestimentas e instrumentos de trabalho antes de sair. Esse cotidiano necessário antes do embarque no transporte faz com que tenham que acordar em horário mais cedo do que acordariam se a usina oferecesse o material necessário para alimentação e execução do trabalho. A fala do entrevistado sobre a falta de liberdade mostra como os espaços e tempos privados são atravessados pela dinâmica do trabalho.

A execução do corte de cana exige uma série de movimentos, o trabalhador deve abraçar um feixe de cana com um braço, com a outra mão, golpear a cana com o podão ao rés do chão. Essa movimentação exige a curvatura do corpo. São desferidos vários golpes de facão e depois a cana deve ser lançada nas leiras³. Os cortadores de cana desferem, em média, 3498 golpes de facão, o que representa 3080 flexões de coluna, para uma média de 12,9 toneladas cortadas em um dia de trabalho (LAAT, 2010). Além disso, o trabalho é executado sob o sol, com vestimentas pesadas e quentes (botina com biqueira de aço, perneiras de couro até o joelho, calças de brim, camisa de manga comprida com mangote de brim, luvas de raspa de couro, lenço no rosto e pescoço e chapéu, ou boné). A sobrecarga física faz parte do cotidiano dos cortadores de cana, justamente por serem pagos por produção. “Para garantir o salário, que é determinado por produção, é preciso ultrapassar o limite do corpo todo dia, e, na maioria das vezes, em condições de insegurança alimentar. Nos canaviais, é uma maratona por dia de trabalho” (VERÇOZA, 2016, p.124).

O aumento na produção, e o conseqüente incremento no ganho salarial, depende, porque o pagamento é calculado por produção, da capacidade física do cortador de cana (ALVES, 2006, VERÇOZA, 2016). Então, o “esforço realizado pelos trabalhadores é decorrente do processo de trabalho combinado com a forma de pagamento” (ALVES, 2008, p. 2). O pagamento por produção garante à empresa a intensificação do trabalho e aumento das jornadas de trabalho, uma vez que para garantir maiores ganhos os trabalhadores se submetem a altos níveis de esforço laboral físico. O estudo de Laa (2010) aponta que a atividade do corte de cana é penosa

[...] pelo tamanho do ciclo extremamente curto, de 5,7 segundos para o corte de três ruas e de 4,36 segundo para o corte de uma rua. Esse ciclo é composto de várias operações com exigência de força, destreza atenção e habilidade. Cabe ressaltar que os ciclos menores que 30 segundos representam riscos de lesões osteoarticulares (p.166).

Esses movimentos, somados à exposição ao calor, faz com que os trabalhadores suem muito, perdendo sais minerais. A perda de água e sais minerais leva à desidratação e à frequente ocorrência

³ O *eito*, área do canavial que cada trabalhador deve cortar, é composto por cinco linhas de cana plantada, as *ruas*. O trabalho inicia-se pela linha central, onde conforme o corte se realiza, cria-se uma fileira de cana cortada, a *leira*. As canas das demais ruas devem ser também depositadas na *leira*.

de câimbras (ALVES, 2006). Laat (2010), demonstra como o tamanho curto do ciclo de movimento representa riscos de lesões osteoarticulares. Ainda, como mostrou Verçoza (2016), há sobrecarga cardíaca em apenas um dia de trabalho - a maioria dos trabalhadores examinados extrapolou o valor limite de carga cardiovascular. Também, Scopinho *et al* (1999) demonstraram o aumento da ocorrência de doenças cardiovasculares, psicossomáticas e do sistema gastrointestinal entre cortadores de cana.

A dor, que para em algumas categorias profissionais é motivo de suspensão do trabalho, para os cortadores de cana, faz parte do cotidiano. Câimbras, vômitos, tonturas e machucados - cortes nas mãos e pés pelo manuseio do facão – são frequentes, e naturalizados como parte do exercício profissional. Para manter a produção, muitos seguiam trabalhando com dores e caimbras, mesmo quando no nível do *canguari*.⁴ Destacamos que a perda da saúde do trabalhador é resultado de um sistema que superexplora a força de trabalho (RIBEIRO, 2017), e não deve ser vista como questão individual ou puramente ocupacional. Com a intenção de ter um salário maior, os trabalhadores, denotando a internalização da disciplina e do controle, expõem os corpos ao limite. Contudo, mesmo que o aumento da produção traga maior ganho, o salário não corresponde de fato ao valor efetivo do trabalho. Isto é, o salário tem um valor que não garante a reprodução da força de trabalho, é insuficiente para a reprodução do trabalhador e de sua família. A consequência dessa remuneração abaixo do real valor do trabalho é a reprodução precária do trabalhador, ou seja, situação em que acessarão apenas os mínimos para garantir sua sobrevivência. A superexploração, e a consequente reprodução precária, produz um quadro em que os trabalhadores “além de passarem a ter cada vez mais dificuldades para conservar sua força de trabalho em estado normal, se tornarão mais propensos ao desgaste e ao esgotamento prematuro (GUANAIS, 2016, p. 238)”.

Os ex-cortadores de cana entrevistados afirmaram que só tinham problemas de saúde quando “forçavam muito”, porém, também diziam que era preciso “forçar muito” para ter alguma melhoria salarial. Então, na tentativa de alcançar maior produtividade, muitos adoeciam, até mesmo ao ponto de perder a capacidade laboral. Desse modo, por não conseguirem mais atingir as metas de produção das usinas, deixavam de ser contratados para o trabalho na próxima safra ou eram despedidos antes mesmo do fim da safra; foram descartados. Retornam definitivamente à região de origem e lá estabelecem novas relações. Não poder mais trabalhar reposiciona os sujeitos no espaço social. Se o trabalho é elemento constituidor de sociabilidade (MARX, 2010), quando os indivíduos estão fora do espaço-tempo trabalho, tecem uma nova rede de sociabilidade. Mas, essa rede não é desvinculada do espaço-tempo anterior, pelo contrário, a sociabilidade do pós/trabalho é

⁴ *Canguari* é o nome que dado às câimbras que acometem o corpo inteiro do cortador, fazendo com que perca o controle do corpo, podendo vomitar, urinar e defecar. Em outras regiões do país é chamada de birola (São Paulo) ou canguru (Alagoas).

diretamente relacionada com o trabalho. É sobre alguns aspectos desse pós/trabalho que este artigo pretende tratar.

2. PÓS/TRABALHO: A RELAÇÃO DIALÉTICA ENTRE DOIS ESPAÇOS-TEMPO

O termo pós/trabalho, diferente do que se pode imaginar, não pressupõe a superação do trabalho, ou apenas um momento posterior ao trabalho. Na tentativa de fazer essa diferenciação, usamos a barra oblíqua e não o hífen (que tem sentido aditivo). Não trata-se da adição do prefixo pós no sentido corrente que conhecemos, como em pós-verdade, pós-modernidade ou pós-estruturalismo. O uso da barra oblíqua é uma tentativa de inferir que trabalho e tempo se relacionam, mas não aditivamente. Embora o pós/trabalho seja também o momento posterior ao trabalho, não é somente isso. É uma outra sociabilidade que está estritamente vinculada à anterior, vinculada ao trabalho. Conjunto de relações que é, cronologicamente, posterior ao período de trabalho, mas socialmente, são espaços-tempos e relações inteiramente entrelaçadas.

No *pós/trabalho* são consideradas não só as relações de trabalho, mas as relações de sociabilidade criadas a partir do trabalho, e que se estendem, inclusive, para fora do espaço-tempo de trabalho *stricto sensu*. Assim, no caso dos descartados da cana, concebemos o *pós/trabalho* como sendo o momento posterior ao espaço-tempo trabalho, mas diretamente vinculado a esse mesmo espaço-tempo, no qual a sociabilidade é reorganizada através do adoecimento. Isto é, mesmo que longe dos eitos de cana, os ex-cortadores de cana adoecidos têm sua sociabilidade (re)organizada a partir do trabalho – trabalho que sequer podem desempenhar mais. Destarte, há uma relação dialética entre esses dois espaços-tempos. Não se tratam de determinações causais, mas de relações produzidas dialeticamente, e que são advindas de várias esferas sociais, incluindo as relações de gênero, além da esfera econômica propriamente dita. Mostraremos, a seguir, alguns aspectos dessas relações.

2.1 O rearranjo das relações de gênero

No período da safra no corte de cana, as esposas e mães dos trabalhadores permanecem no local de origem. Chamadas viúvas de marido vivo, as mulheres passam a maior parte do ano sozinhas, sendo responsáveis pela manutenção do modo de vida camponês: cuidam da roça, dos filhos e da casa (SILVA, 1999). Quando as mulheres migram para o corte de cana, os filhos são deixados com outros familiares. Os relatos colhidos mostram que a ausência dos pais é parte do cotidiano das famílias dos cortadores de cana - perdem o nascimento, os primeiros passos, as primeiras palavras e outros sinais do crescimento dos filhos. Desse modo, configura-se o que Silva (2014) chamou de apropriação do afeto, os laços afetivos são retirados dos sujeitos, que são convertidos em mera força de trabalho, reduzidos à labor (ARENDDT, 2007). O afeto foi apropriado

pelo trabalho no regime capitalista, os cortadores de cana vivenciam desenraizamento e fraturas nos laços afetivos. O constante ir e vir, característico do trabalho permanentemente migratório (SILVA, 1999), permite recaptura das relações, apesar das fraturas.

O retorno definitivo dos cortadores de cana, ocasionado pelo adoecimento e descarte, reorganiza as relações de gênero, apesar de não invertê-las. Esposas, mães, filhas, tias, irmãs de cortadores de cana adoecidos são identificadas por atributos de gênero como as responsáveis pelo cuidado (cuidam dos filhos, cuidam das roças, etc). A volta dos homens adoecidos (física ou mentalmente) representa um cuidado a mais que deve ser desempenhado por essas mulheres. São elas que vão acompanhar os homens nas consultas médicas, nas tentativas de acesso a algum direito previdenciário no INSS ou nos órgãos de assistência social. Em casos de desenvolvimento de dependência química, são as mulheres que vão lidar com as consequências da adicção, que podem chegar até à violência doméstica. Continuam cuidando da casa, da roça, e, também, dos esposos ou filhos descartados da cana. A mulher, que tem o reforço do papel de cuidadora, deve realizar todo um trabalho emocional para exercer esse cuidado.

No caso das cortadoras de cana descartadas, a configuração das relações é outra. Olga é um exemplo, morou junto com o então marido em uma casa alugada no interior de São Paulo. A residência era dividida com mais oito “peões”. Olga, além de cortar cana, ainda era responsável pela higiene das roupas do esposo e pela alimentação dos “peões”. O marido se acidentou e perdeu a capacidade laboral, divorciaram-se, ele regressou à Araçuaí, ela permaneceu ainda mais um ano cortando cana. Regressou à cidade de origem no Vale do Jequitinhonha para cuidar dos pais idosos e do irmão dependente químico. Desenvolveu durante o trabalho osteoporose e problemas reumáticos, com idade inferior a trinta anos. Convive com dores e automedicação a alguns anos e, apesar de não conseguir realizar atividades domésticas em casa, trabalha como cuidadora de idosos. Afirma não poder deixar de trabalhar, mesmo reconhecendo que sua condição de saúde não é boa, pois é a “mulher e o homem de casa”. Dejours (1987) já apontava que às mulheres não era permitido socialmente o adoecimento, já que o cuidado com os filhos e com a casa permanecem sob sua responsabilidade. O cuidar é essencializado na figura feminina, mesmo quando adoecem. Além disso, Olga é a fonte de subsistência da família, o que faz com que identifique-se como o “homem” da casa.

O homem, forjado na masculinidade e virilidade, tem sua identidade colocada à prova quando vão cortar cana. Os discursos apresentam que todo o esforço feito durante o trabalho (vencer a safra, *aguentar a bronca*) é uma questão de honra: trabalhar para sustentar a família, ou, para os solteiros, ajudar financeiramente os pais e adquirir mercadorias que o reposicionem simbolicamente no grupo social (moto, por exemplo). O homem que era o esteio da família,

encarregado de boa parte (quando não a única) da renda familiar, ao adoecer, não pode mais cumprir com o papel socialmente construído de provedor. O descarte desconstrói a identidade calcada em atributos de gênero como a força, virilidade, coragem. Vencer o eito é permanentemente inviabilizado, aquele que antes era provedor passa a ser cuidado, torna-se dependente. Há uma reorganização das relações de gênero, mas não necessariamente uma inversão dos polos de poder. As relações patriarcais ainda se mantêm, mas em outros termos. A dependência do homem não faz com que as mulheres tornem-se dominantes, os polos de poder não são fixos, mas sua maleabilidade está de acordo com a estrutura social patriarcal.

2.1 As relações com o Estado

Os cortadores de cana adoecidos e suas famílias devem (sobre)viver com as agruras que trouxeram dos canaviais. As esposas ou mães dos descartados da cana são, em geral, as que buscam no Estado meios de garantir a subsistência familiar quando o homem retorna adoecido. Passa-se a ter um vínculo direto com o Estado e seus agentes, em diferentes esferas e por diferentes motivos. A orientação sobre qual órgão buscar é dada tanto por agentes da assistência social como por meio de conversas informais no grupo social. Descreveremos a seguir, brevemente, o caminho - *via sacra*, como denominou o médico do SUS de Araçuaí -, dos cortadores de cana adoecidos em busca de direitos previdenciários.

Os cortadores de cana chegam ao INSS buscando meios de viabilizar sua reprodução familiar, geralmente com a expectativa de adquirir aposentadoria por invalidez, já que em muitos casos têm lesões permanentemente incapacitantes para o trabalho. Contudo, é praxe do INSS não conceder a aposentadoria diretamente. O órgão atua na via da reabilitação profissional, ou seja, na possibilidade de que o quadro clínico do trabalhador se altere e que o mesmo possa retornar ao trabalho após algum tempo. Desse modo, os trabalhadores são direcionados a buscar o auxílio-doença, benefício de caráter temporário (pode ser concedido por alguns meses até um ano). Após o tempo de concessão do benefício, o trabalhador deve realizar novos trâmites para renová-lo. A renovação depende de uma série de fatores, que serão expostos abaixo. Em situações que o auxílio-doença é renovado seguidamente, o trabalhador pode acessar – ou não – a aposentadoria por invalidez.

O trabalhador que requer qualquer benefício previdenciário deve estar na “qualidade de segurado”, isto é, deve, além de provar a contribuição ao INSS, estar dentro do tempo protocolar para requerer o seguro previdenciário (até um ano após a baixa na carteira de trabalho). Assim, a primeira coisa que deve ser provada ao INSS é a qualidade de segurado, por meio da apresentação de carteiras de trabalho que mostrem o tempo de contribuição com a Previdência Social. Só isso já impossibilita

muitos cortadores de cana de acessar os direitos, pois algumas usinas sequer assinam suas carteiras de trabalho, ou as retêm, ou, ainda, não fazem o recolhimento das contribuições previdenciárias. Os cortadores de cana que têm a carteira de trabalho para apresentar, muitas vezes perdem a qualidade de segurado, pois buscam o INSS mais de um ano depois da demissão. Devemos levar em consideração que boa parte dos cortadores de cana desconhece essas regras e informações.

Os trabalhadores que comprovam a contribuição previdenciária e estejam em qualidade de segurado, necessitam atestar o adoecimento incapacitante. Para tanto, devem buscar os médicos especialistas, realizar os exames e apresentar à perícia do INSS. Parecem passos simples, mas aí esbarramos nas limitações dos serviços públicos de saúde. Uma consulta com um especialista pelo SUS, ortopedista, por exemplo, pode demorar meses. Além disso, a realização de exames, como a tomografia, não é simples. Em Araçuaí, até 2015, não havia o equipamento na cidade, os pacientes precisavam se deslocar até duzentos quilômetros para outro município para realizar o exame. Empobrecidos, a maioria dos cortadores de cana adoecidos depende dos serviços do SUS para comprovar o quadro de saúde incapacitante. Em consequência, o acesso ao auxílio-doença - e em decorrência, a subsistência - é dificultado pela própria estrutura do sistema de saúde.

É relevante que, em alguns casos, mesmo com a apresentação da documentação necessária, o INSS pode negar o pedido de auxílio-doença. Profissionais de órgãos da Assistência Social de Araçuaí que ajudam os trabalhadores a montar o processo de requisição do benefício indicaram alguns desses casos.

Muita gente não consegue, passa por uma, duas, três perícias e não consegue. E aí muitas vezes a gente faz, refaz, eles passam por novas avaliações para receber os laudos mais completos possíveis. Porque muitas vezes a gente observa que ela tem a condição, mas quando chega na perícia, ela não passa.

Márcia – psicóloga

Em Aracuaí e em outras cidades do Vale do Jequitinhonha, são diversos os adoecidos que têm o auxílio doença negado, mesmo com laudos médicos que informam a inviabilidade permanente dos pacientes para o trabalho. Nos casos daqueles que conseguem o auxílio-doença, a renovação do benefício é também dificultosa. Os peritos do INSS, e mesmo o médico do SUS, afirmaram que quando os trabalhadores vão bem documentados às perícias, o benefício é concedido. A renovação também só pode ser garantida se for comprovado que, a despeito do tratamento realizado, o adoecimento permanece. Mesmo reconhecendo a dificuldade para realizar certos exames no município, o médico perito ressalta que algumas pessoas *se acomodam* com o auxílio-doença e não buscam o tratamento (fisioterapia) ou realizar a tomografia ou ressonância magnética requerida para a renovação do benefício.

O caso de Nilton traz outro lado dessa situação: teve aprovado o auxílio doença por três meses, mas a renovação não foi concedida. Mora em uma comunidade rural a aproximadamente vinte e cinco quilômetros de distância do centro urbano de Araçuaí, em que não há transporte público para a cidade. Para acessar o local de transporte particular da comunidade, precisa caminhar em torno de uma hora. Esse trajeto, que representa muita dor para Nilton, já que tem a coluna comprometida, é acompanhado pela esposa. Daiane afirma sentir dó do marido, pois apesar de ser novo (33 anos em 2015), vivia com dor e não conseguia caminhar direito nem realizar quase nenhuma atividade física. Quando por alguma eventualidade o transporte particular não passava, ele ia à pé até a cidade, para chegar ao hospital, um percurso de quase cinco horas de caminhada.

O caso de Nilton, que não é raro, mostra que há uma série de empecilhos que envolvem a chegada do paciente até os meios de atendimento de saúde. O fato de grande parte dos cortadores de cana adoecidos residir em comunidades rurais dificulta mais ainda o acesso aos equipamentos públicos urbanos, já que o transporte público não garante de fato a mobilidade. Desse modo, acessar aos consultórios médicos e locais de exame, ainda mais os que devem ser realizados em outros municípios, torna-se financeiramente dispendioso e emocionalmente desgastante. Destarte, mais do que *acomodação* com o auxílio doença, o acesso a esse benefício representa um alívio, pois além de garantir, mesmo que temporariamente, alguma segurança financeira para a família, também é o fim (provisório) do desgaste vivido para acessar o direito. A psicóloga Márcia apresentou que em alguns casos o que urge é a subsistência, e não há como pensar em saúde e em mais nada: “[...] quando a gente recebe uma família que não tem o que comer, ela vai preocupar com o que, se a primeira necessidade básica a ser superada, a ser suprimida, como que ela vai pensar sequer na saúde se ela não tem o que nutrir o corpo?”.

Nos casos de auxílio doença, o adoecido que comprovar a contribuição ao INSS, estiver em qualidade de segurado e comprovar o adoecimento incapacitante (por meio de consultas e exames), poderá, possivelmente, acessar o direito previdenciário. Contudo, quando perdeu a capacidade de segurado, é direcionado a buscar outro benefício, não previdenciário, mas assistencial. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é uma política da Assistência Social de transferência de renda mensal com o intuito de garantir os mínimos sociais no valor de um salário mínimo para pessoas acima de 65 anos ou com deficiência que traga impedimentos físicos ou mentais de longo prazo, que impossibilitem a participação “plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2017). A política, apesar de não previdenciária, é gerida pelo INSS, ou seja, são os mesmos peritos que fazem a avaliação dos pedidos do auxílio doença e do BPC.

Os cortadores de cana que são direcionados ao BPC devem se enquadrar na categoria “deficientes”. Para tanto, devem passar pelo mesmo ciclo requerido no auxílio-doença: consulta com especialista – exames – perícia. Então, para esse benefício também há o obstáculo da morosidade e precariedade do sistema de saúde pública. Há, ainda, outros requisitos que devem ser cumpridos. É necessário que a renda per capita da família seja de até um quarto de salário mínimo. Apenas os que estiverem dentro desse perfil socioeconômico, e que comprovem a deficiência, poderão acessar ao benefício assistencial. Destacamos que depender da assistência social enquadra os trabalhadores adoecidos na categoria de público vulnerável, o que esconde os processos que produziram aquele quadro social vulnerável (expropriação, superexploração, etc). Ainda, há o apagamento da ineficácia da política previdenciária, que empurra trabalhadores detentores de direito à categoria de vulneráveis. O próprio Estado é estruturado de maneira a excluir uma parcela de pessoas de sua proteção.

Nesse sentido, destacamos aqui a fala do advogado Flávio: “O maior cometedor de atos ilícitos com a população é o Estado”. Flávio se referia ao fato de o Estado ser o maior demandado judicialmente do país. Entendemos que o próprio Estado tem atuado ilegalmente contra a população, mas, mais do que isso. A negativa de auxílio doença ou BPC está justificada dentro das regras do INSS. As normas permitem ao Estado atuar de maneira que, no limite, causa a morte (social ou efetiva) dos cidadãos. As regras do INSS deixam de fora da proteção previdenciária e assistencial pessoas que necessitam dessa proteção para viver. Alguns cortadores de cana, conhecendo as dificuldades envolvidas na busca pelos direitos previdenciários, sequer tentam acessar qualquer benefício.

O acesso tanto ao auxílio doença quanto ao BPC se dá por meio de uma pontuação, no primeiro benefício, o formulário de pontuação é preenchido apenas pelo médico, no segundo, em conjunto com o assistente social. Dessa maneira, se o trabalhador não atingir a pontuação necessária, não importa sua necessidade de subsistência, ele não se enquadrará na proteção do Estado. E, não obstante os profissionais da saúde reconhecerem a debilidade física do cortador de cana, e sua inviabilidade para o trabalho, o não enquadramento em outras regras para acessar aos benefícios faz com que a solicitação seja negada. A morosidade e a própria forma de atuação no SUS e do INSS dificultam o acesso à seguridade social. O Estado é organizado de modo a não garantir a vida dessas pessoas, pode controlá-las pela imposição de uma disciplina, mas parece mais deixá-las morrer pelo abandono (FOUCAULT, 2005).

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PÓS/TRABALHO DOS CORTADORES DE CANA

Brevemente, foram apresentados dois aspectos do pós/trabalho dos cortadores de cana

adoecidos: a reorganização das relações de gênero e as novas relações estabelecidas com o Estado. Entendendo as relações de gênero como relações de poder (SAFFIOTTI, 1992), podemos afirmar que o adoecimento traz uma nova configuração para os polos envolvidos. Não se trata de uma inversão das relações de poder entre homens e mulheres, mas reorganização das relações produzida pelo adoecimento e descarte resultante do trabalho na cana. As mulheres têm a função de cuidadora intensificada, e devem desempenhar um trabalho emocional significativo para lidar com a nova situação. Os homens vêm sua identidade baseada em padrões de masculinidade e virilidade fragmentadas. São descartados e não podem mais cumprir o papel que lhes é socialmente atribuído de esteio de família.

Os descartados da cana buscam diferentes órgãos do Estado (Saúde, Previdência, Assistência Social) na tentativa de garantir a reprodução familiar. Tais órgãos podem ser compreendidos, numa perspectiva foucaultiana, como responsáveis por meio da arte de governo pela normatização e disciplina dos corpos. Cabem a eles o fazer viver e deixar morrer (FOUCAULT, 2005, 2006, 2014). Afirmamos que a norma que organiza as relações do Estado com os sujeitos é o trabalho. Os sujeitos e a população são controlados e normatizados para a utilidade dentro do sistema. O adoecimento dos cortadores de cana os reposiciona na relação com o Estado, com as instituições da biopolítica, não são mais úteis ao sistema, são inválidos. Sendo força de trabalho degradada e descartada, posicionam-se sob outra regulamentação. Se antes a biopolítica e a arte de governo os fazia viver – pois fazer viver é normatizar a conduta para o trabalho -, depois do adoecimento, os cortadores de cana descartados são deixados a morrer. Morte social, na medida em que a regulamentação da vida se afrouxa a tal ponto que relega os descartados da cana à marginalização.

Desse modo, podemos afirmar que a sociabilidade do pós/trabalho é vinculada ao trabalho, pois o cortador de cana adoecido vive em seu cotidiano e em suas relações as consequências de relações de trabalho superexploradas. O fim das relações de trabalho, produzido pelo adoecimento e descarte, constitui, como visto no caso dos cortadores de cana, uma outra sociabilidade vinculada exatamente ao espaço-tempo de trabalho, inaugura-se o pós/trabalho, tema não diferente, mas pertencente à Sociologia do Trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALESSI, N. P.; NAVARRO, V. L. Saúde e trabalho rural: o caso dos trabalhadores da cultura canavieira na região de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, 1997.

ALVES, F. Por que morrem os cortadores de cana? **Saúde e Sociedade**. São Paulo. v. 15, n.03, set/dez. 2006.

_____. Processo de trabalho e danos à saúde dos cortadores de cana. **InterfacEHS** – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente. São Paulo, v.3, n.2, abr./ agosto. 2008.

ANTUNES, R. A corrosão do trabalho e a precarização estrutural. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza, NAVARRO, Vera Lúcia. **O avesso do trabalho III**. Saúde do trabalhador e questões contemporâneas. Outras Expressões. São Paulo, 2013.

ARENDDT, H. Labor. In: _____. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1987.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **A história da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital**. Editora Estampa, 1977.

GUANAIS, J. B. Pagamento por produção, intensificação do trabalho e superexploração na agroindústria canavieira brasileira. 2016. **Tese** (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2016.

LAAT, E. F. Trabalho e risco no corte manual de cana-de-açúcar: A maratona perigosa nos canaviais. 2010. **Tese** (Doutorado em engenharia de Produção) - Faculdade de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Metodista de Piracicaba, Santa Bárbara D’oeste, 2010.

LEITE, A. C. G. O campesinato do Vale do Jequitinhonha: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista. 2015. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

LOURENÇO, E. A. S. Alienação e agravos à saúde dos trabalhadores no setor sucroenergético. In _____, NAVARRO, Vera Lúcia. **O avesso do trabalho III**. Saúde do trabalhador e questões contemporâneas. São Paulo: Outras Expressões. 2013.

MARX, K. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

RIBEIRO, H. P. **De que adoecem e morrem os trabalhadores na era dos monopólios (1889-2016)**: sociopatias, produção, violência, trabalho e saúde coletiva. São Paulo: Cenpras, 2017.

SAFFIOTTI, H. I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira, BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SCOPINHO, R.A. et al. Novas tecnologias e saúde do trabalhador: a mecanização do corte da cana-de-açúcar. **Caderno Saúde Pública**, jan/mar, v. 1, n. 15. 1999.

SILVA, M.A.M. **Errantes no fim do século**. São Paulo: Fundação Editora UNESP. 1999.

_____. A morte ronda os canaviais paulistas. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, São Paulo, v. 33, n. 2, ago./dez. 2006.

_____. Mortes e acidentes nas profundezas do “mar de cana” e dos laranjais paulistas. **InterfacEHS** – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente. v.3, n.2. abr-ago/2008.

_____. Sabe o que é ficar *borrado* no eito da cana? **Revista Sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, n.02. 2013.

_____. Quando a máquina “desfila”, os corpos silenciam: tecnologia e degradação do trabalho nos canaviais paulistas. **Contemporânea** – Revista do Programa de pós graduação em Sociologia da UFSCar, São Carlos, n. 04. 2014.

VERÇOZA, L. V. Os saltos de “canguru” nos canaviais alagoanos. Um estudo sobre trabalho e saúde. 2016. **Tese** (Doutorado em Sociologia) - Centro de Educação e Ciências Humanas, UFSCar, São Carlos, 2016.

CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES POR AGRICULTORES FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM/ SANTA CATARINA

Autores:

Zimbábwe Osório Santos¹

Leonardo Campus Teatine Climaco²

Daniela Aparecida Pacifico³

Resumo

Na fruticultura de clima temperado a suplementação da força de trabalho familiar pode ser necessária. Este estudo foi no município de São Joaquim, em 2017. Foram aplicados questionários a agricultores. Os dados foram analisados com estatística descritiva. A maioria dos agricultores recorre à contratação de trabalhadores como forma de viabilizar sua produção. A renda dos agricultores parece influenciar na quantidade e tempo de contratação dos trabalhadores, bem como na troca de dias de trabalho.

Palavras-chaves: Assalariamento; Mão-de-obra; Temporários

Introdução

A agricultura familiar é uma das principais protagonistas na produção de alimentos para o mercado interno e no controle da inflação dos alimentos. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, 84,4% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros são familiares, e estes contribuem com 35% do PIB brasileiro (MDA, 2016). No Brasil, este modelo de agricultura é regulamentado pela Lei nº 11.326/2006, que considera como agricultor familiar ou empreendedor rural aquele que detém título de terra igual ou inferior a 4 módulos fiscais, tem um percentual mínimo de sua renda proveniente da atividade agrícola, gerencia o estabelecimento ou empreendimento com sua família e use força de trabalho predominantemente familiar. Embora haja uma regulamentação, é importante ressaltar que os agricultores familiares não representam uma categoria homogênea. Diversos aspectos socioeconômicos que modificam a estrutura das famílias agricultoras influenciam indiretamente na esfera produtiva. Fenômenos como a queda da fecundidade e êxodo de jovens e mulheres reduzem significativamente a força de trabalho, fazendo com que muitas famílias recorram ao assalariamento de terceiros para viabilizar a produção agrícola. O

¹ Graduando de agronomia na UFSC, zimbabweosorio@gmail.com

² Graduando de agronomia na UFSC, leonardoctc@yahoo.com

³ Professora na UFSC daniela.pacifico@ufsc.br

município de São Joaquim está situado na Serra Catarinense, microrregião de Lages, onde a principal atividade é a fruticultura de clima temperado, com destaque para a cultura da maçã. A cultura da maçã tem como característica manejos específicos que demandam força de trabalho, muitas vezes superior à disponível pela família. Conseqüentemente, muitas famílias agricultoras recorrem ao assalariamento e troca de dias de trabalho⁴. Tendo em vista a conjuntura relatada, este trabalho tem como objetivos apresentar dados relativos à contratação de trabalhadores temporários e permanente. Não é objetivo deste trabalho generalizar os resultados aqui apresentados, mas sim explorar os fatores que podem estar atuando no fenômeno de contratação de mão de obra nas famílias estudadas.

Materiais e métodos

A pesquisa foi conduzido no município de São Joaquim, em março de 2017, durante a disciplina Vivência em Agricultura Familiar (VAF) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Todo semestre, a disciplina é conduzida em um município de Santa Catarina. A cátedra é obrigatória aos estudantes da quarta fase dos cursos de Agronomia e Zootecnia, estes são alocados por 20 dias na unidade produtiva de uma família agricultora com o objetivo de proporcionar ao estudante uma vivência do futuro ambiente de trabalho. Os estudantes receberam um questionário com questões abertas e fechadas e foram instruídos a aplicá-lo ao chefe da família na última semana. O período prolongado de convivência resulta em maior confiabilidade dos dados levantados e, como a disciplina foi conduzida no período de colheita da maçã, os estudantes puderam presenciar fatos relativos à contratação de mão de obra, que também foram usados na discussão deste trabalho. As famílias agricultoras foram escolhidas por indicação da prefeitura de do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, posteriormente as famílias foram visitadas por funcionários da universidade para averiguar se estas tinham condições de receber os estudantes. Esta metodologia provavelmente privilegiou agricultores estabelecidos ou em transição e, conseqüentemente, mais capitalizado. Os produtores não foram selecionados de acordo com os critérios da Lei nº 11.326/2006, sendo que foram aceitos produtores que possuíam propriedades superiores a 4 módulos fiscais desde que a maior parte da renda proveniente da agricultura e cuja a força de trabalho familiar fosse predominante na atividade comercial da família e que esta fosse responsável pela administração do estabelecimento. Os agricultores tinham a possibilidade de não responder o questionário totalmente ou parcialmente, foram alertados que as informações não seriam vinculadas a dados pessoais, e que poderiam ser utilizadas para a produção de material

⁴ Quando agricultores trabalham nas propriedades de outros agricultores com a expectativa de que estes lhe retribuam trabalhando em sua propriedade.

científico. Ao final da disciplina obteve-se 40 questionários que foram tabulados no software Sphinx®, com consequente produção de gráficos, obtendo-se dados gerais das 40 famílias, depois estes foram estratificados em 3 grupos: *a*) os que não contratam mão de obra (GNC – 16 agricultores), *b*) os que contratam apenas funcionários temporários (GCT – 15 agricultores) e *c*) o grupo que contrata funcionários permanentes e temporários (GCPT – 9 agricultores). Destes 3 grupos, foram calculados os dados de médias de renda, número de funcionários permanentes e temporários, tempo de contratação de mão de obra, troca de dias de trabalho, e suas impressões sobre a disponibilidade de mão de obra.

Resultados e discussão

Os chefes da família eram, em sua maioria, do sexo masculino (85%), entre 30 a 55 anos de idade (70%); uma parte expressiva (27,5%) tinha mais de 55 anos e uma minoria, 2,5%, tem menos que 30 anos. Quanto à escolaridade, 35% não concluíram o ensino fundamental e 25% tem a educação fundamental completa. A renda média mensal foi de R\$ 4301,58, as propriedades eram majoritariamente pequenas: 82,5% tinham menos de 200 ha e a média foi de 63,4 ha. A cultura predominante era a maçã e, das 40 famílias, 34 citaram a fruticultura como uma das atividades mais importantes do estabelecimento.

Como pode ser observado na Figura 1, 37,5% das famílias contratam apenas temporários (GCT) e 22,5% contratam tanto trabalhadores temporários quanto permanentes (GCTP), sendo assim, a maior parte dos agricultores (60%) disse contratar trabalhadores. Uma boa parte dos entrevistados recorre à contratação de trabalhadores como mecanismo de viabilizar a produção. Segundo Gazolla (2006), os agricultores já não se alicerçam sobre uma produção diversificada, mas produzem seus cultivos voltados para o mercado e na especialização produtiva. A produção especializada tem como vantagens o maior domínio do produtor sobre a cultura, pois o sistema torna-se padronizado, mas os tratos culturais (colheita, poda, adubação e etc.) ocorrem de maneira concentrada no tempo, de modo que o agricultor recorre ao assalariamento para viabilizar a atividade. Uma quantidade expressiva de agricultores declara não trabalhar (GNC), estes números podem estar superestimados, pois os estudantes relatam que os agricultores têm resistência para responder esse tipo de questionamento.

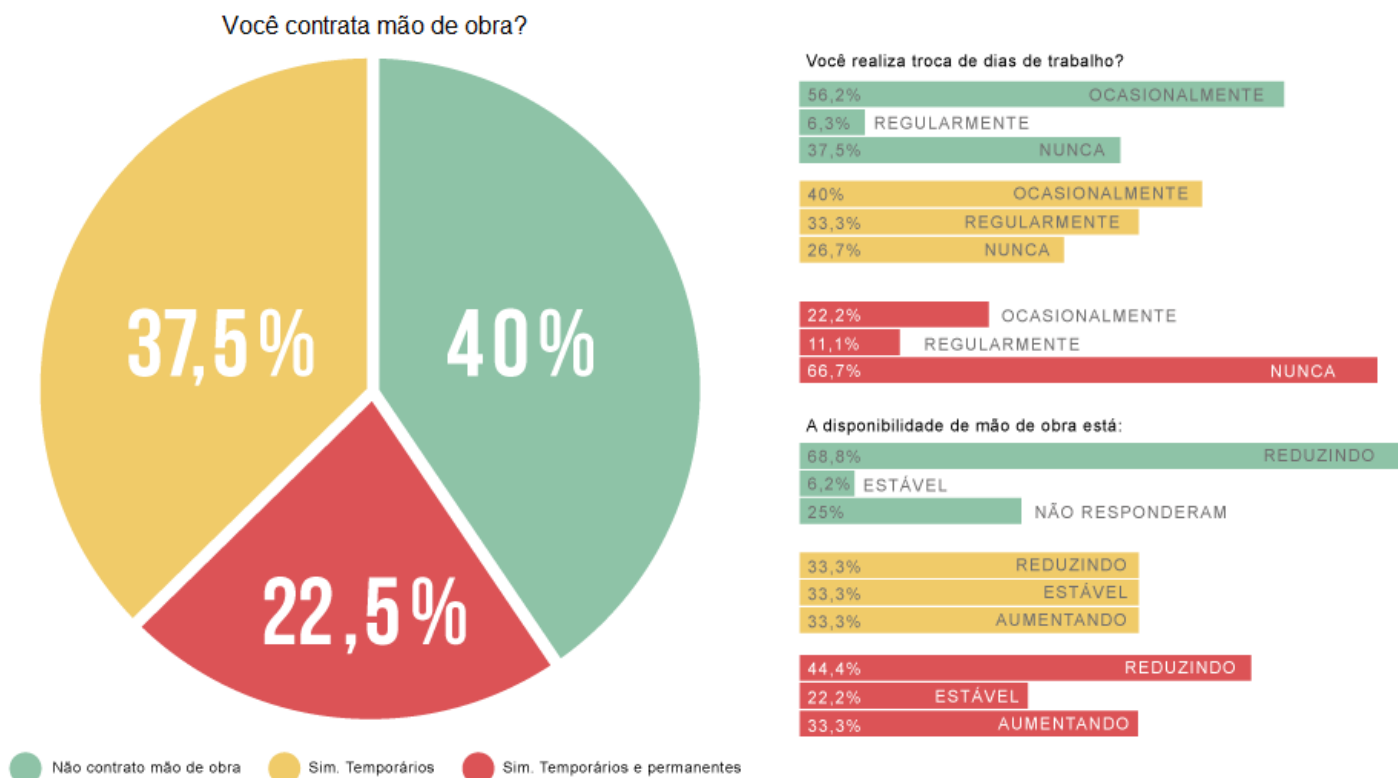


Figura 1 Gráficos de tipo de mão de obra contratada, disponibilidade da e mesma troca de dias de trabalho no município de São Joaquim. Fonte: elaboração própria

Segundo Gemer (2002) No Brasil a agricultura recebeu dois enfoques; no chayanoviano a agricultura familiar é abordada como dotada de lógica própria capaz de resistir às transformações capitalistas, remontando a imagem do camponês feudal, porém 1970 a agricultura familiar passou por um aumento econômico e tecnológico e o agricultor familiar passa a ser caracterizado como um “micro empresário”. Nossos resultados mostram que grande parte dos agricultores entrevistados contratam trabalhadores, contrariando a visão chayanoviana e assumindo que os agricultores familiares, em uma sociedade capitalista, exploram trabalhadores através da *mais-valia*.

O grupo GCTP é relativamente pequeno, fato que pode ser atribuído à sazonalidade do trabalho agrícola, levando os agricultores a preferir o assalariamento temporário. Entretanto, quando comparamos os dados de renda (Tabela 1) com o GCT vemos que sua renda mensal é mais elevada e o grupo GNC tem a menor renda mensal, o que nos leva a inferir que a disponibilidade de capital influencia na decisão da contratação, tanto de temporários quanto de permanentes. Staduto, Shikida e Bacha (2004) relatam que após a Legislação Trabalhista de 1963, se reduziu o número de funcionários fixos nas propriedades, e muitos preferiram recorrer a temporários, como uma forma de burlar a lei. Em São Joaquim, bem como, em diversos outros lugares os contratos de mão de obra são dados pelo “boca a boca” e raramente formalizados. Agricultores pertencentes ao GCTP fazem menos trocas de dias de trabalho

quando comparados com GCT ou GNC, aos primeiros predominou a resposta “nunca troco dias”, no segundo (GCT, GNC) a maioria dos agricultores troca dias. A troca de dias de trabalho pode ser encarada como uma “estratégia de reprodução social”. Para Bourdieu (1994) as estratégias de reprodução social são meios pelo qual as famílias buscam se reproduzir tanto biologicamente, quanto socialmente. Esses meios incluem também estratégias de investimento econômico, para aumentar o capital REDIN (2012), inclusive social. Agricultores com escassez de recursos tem adotado a troca de dias como estratégia de reprodução social, enquanto que famílias que dispõe de capital não necessitam utilizar este mecanismo. É possível observar, também, que os contratantes de permanentes contratam os temporários por período superior ao grupo GCT (Tabela 1).

Tabela 1: Renda, número de trabalhadores permanentes e temporários e tempo de contratação destes para os grupos de agricultores que não contratam mão de obra (GNC), contratam apenas temporários (GCT) e contratam temporários e permanentes (GCTP). Fonte: elaborado pelo autor

Variável	Grupos de agricultores		
	GCTP	GCT	GNC
Renda média mensal (R\$)	6322,50	4269,53	3094,92
Numero médio de temporários (pessoas)	4,5	4	0
Tempo médio de contratação de temporários (dias)	95	85	0
Numero médio de permamentes (pessoas)	4		

A necessidade de grande quantidade de força de trabalho em períodos pontuais cria uma grande demanda por trabalhadores. Caso a oferta não acompanhe essa demanda, os agricultores sentirão dificuldade em obter a mão de obra. A maioria (55,5%) dos agricultores do grupo GCTP acredita que a disponibilidade de mão de obra está estável ou aumentando, porém grande parte (44,4%) afirmou haver uma diminuição da mão de obra, isso pode ser atribuído ao fato que este grupo contrata relativamente mais trabalhadores temporários, sendo a média de 4,55 trabalhadores temporários por família, e faz menos trocas de dias de trabalho. No grupo GCT 66,6% dos respondentes acreditam que a disponibilidade vem aumentando ou está estável, provavelmente porque contratam menos temporários (4,06 temporários por família) e realizam trocas de dias de trabalho com mais frequência. No grupo GNC, a maioria afirmou que a mão de obra está diminuindo, mesmo sem recorrer a esta, isso pode ser atribuído justamente pelo fato do grupo não estar incluído nos sistema de contratação de mão de obra. Muitos dos agricultores que contratam mão de obra recorrem a trabalhadores de fora do estado (foi muito comum perceber jovens paraibanos trabalhando na colheita da maçã) e estes podem ser trazidos por atravessadores (relato dos estudantes). Estes e outros caminhos

para a aquisição de mão de obra fazem com que os empregadores dos grupos GCT e GCTP não tenham uma impressão tão forte de que a mão de obra está reduzindo. Outra fonte de trabalhadores, comumente relatada pelos estudantes, são outros agricultores com menor disponibilidade de capital que como forma de complementar sua renda vendem sua força de trabalho para agricultores estabelecidos.

Conclusões

Grande parte dos agricultores familiares entrevistados recorre à contratação de trabalhadores como forma de viabilizar sua produção. Estes agricultores podem ser divididos em 2 grupos, os que empregam apenas trabalhadores temporários e os que também empregam trabalhadores permanentes. A renda parece influenciar no tipo, quantidade e tempo de contratação dos trabalhadores.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. Stratégies de reproduction et modes de domination. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 105, p. 3-12, dez. 1994

BRASIL. Lei nº 11326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Lei Nº 11.326, de 24 de Julho de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 10 jun. 2017.

GAZOLLA, Marcio. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

GEMER, Claus M. A irrelevância prática da agricultura “familiar” para o emprego agrícola. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 31, n. 1, p.47-62, abr. 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. Agricultura familiar. Disponível em :<<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>>. Acesso em: 08 jun. 2017

STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo; SHIKIDA, Pery Francisco Assis; BACHA, Carlos José Caetano. Alteração na composição da mão de obra assalariada na agropecuária brasileira. **Agric.** São Paulo, v. 51, n. 2, p.57-70, jul/dez. 2004.

REDIN, Ezequiel. Estratégias de reprodução da agricultura familiar: Um campo em permanente construção. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 6, n. 13, p. 155-173, set/dez. 2012.



**GT 5 – Configurações das Políticas Públicas no Rural
Contemporâneo: Explorando novas perspectivas analíticas
num cenário de austeridade, autoritarismo e
desregulamentação**

Operações de compra e venda de terra: o Brasil e suas duas funções nesse mercado

Daniela Dias Kühn¹

Luana dos Santos Hanauer²

Ana Monteiro Costa³

RESUMO: A posição de grande produtor e consumidor de alimentos e agrocumbustíveis, bem como a extensão de área do Brasil, indicam o interesse que o país tem e exerce no mercado de terras. Dessa forma, o trabalho busca analisar a situação do Brasil tanto como um vendedor de terras ao mercado globalizado (que permite a identificação do crescimento dos conflitos e do aumento da violência no campo), quanto como um comprador de terras de outros países, especialmente africanos e latino-americanos (evidenciando seu papel como propagador do mesmo processo ocorrido em áreas nacionais). A base de dados utilizada para a análise das operações com participação de brasileiros (tanto como vendedores como compradores) identifica no mercado global o comércio de grandes áreas. Percebeu-se que o Brasil atua frequentemente tanto figurando como vendedor como comprador de grandes áreas. As grandes extensões de terras no Brasil são compradas por capital nacional associado ao capital estrangeiro, em especial nos estados de São Paulo e Mato Grosso. Como comprador, além de integrar operações no próprio país, os compradores brasileiros adquiriram mais frequentemente áreas no Paraguai e em Moçambique.

PALAVRAS-CHAVE: Mercado de terras. Estrangeirização. Operações brasileiras.

¹ Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). E-mail: daniela.kuhn@ufrgs.br

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). E-mail: luanashanauer@hotmail.com

³ Professora do Departamento de Economia da UFPE. E-mail: ana.mc98@gmail.com

INTRODUÇÃO

O debate sobre a questão agrária brasileira e latino-americana passou por alguns momentos intensos e outros mais arrefecidos. O alinhamento de alguns países ao discurso neoliberal, recheado de tentativas de efetivação de políticas marcadas por discursos de austeridade fiscal e pela liberalização de diversos setores econômicos, pode dar a falsa impressão de que o debate estrutural está ultrapassado e não é mais capaz de contribuir para a reflexão acerca da compreensão do momento atual. Nada mais equivocado. O processo agrário presente no Brasil e em muitos países latino-americanos, debatido desde a invasão europeia, pode visibilizar um conjunto importante de conflitos, bem como fornecer instrumental analítico para a demonstração e interpretação do acirramento das desigualdades e da violência que se estabelece no campo.

Considerando um ambiente ampliado de debate, pensando a escala do processo de financeirização na dita globalização, cada vez mais ganha importância a comercialização de terras (tanto em termos de volume de contratos, como no preço dos ativos). A integração de extensas áreas de terra no processo necessita da esfera mais ampla de negociação, internacionalizada, e de uma série de condições que viabilizem a realização do ciclo de valorização. Nacionalmente, a concentração da estrutura agrária brasileira viabiliza esse processo, entretanto, há um movimento internacional que consolida essa integração através da aquisição de terras por estrangeiros. O movimento de estrangeirização, que envolve o chamado *land grabbing* (e todos os *grabblings* daí decorrentes⁴), em essência, representa um processo violento que submete as pessoas a sofrimentos e, em muitos casos, força o abandono repentino de seus territórios. Esse fenômeno relaciona aqueles países reconhecidos como compradores e aqueles que se colocam como vendedores de terras, nesse ambiente globalizado de comercialização das terras. Num esforço recente, algumas instituições dedicam-se a organizar e apresentar esses dados de compra e venda, no sentido de identificar essas relações territorialmente. A partir da identificação das operações de aquisição de grandes áreas é possível perceber a relação entre compradores e vendedores nos diversos continentes.

O Brasil é um país muito extenso, com um debate agrário que vai além da concentração agrária comumente reconhecida como tema de pesquisa. Ao mesmo

⁴Recentemente multiplicam-se, no ambiente de produção acadêmica, o debate de trabalhos sobre *water grabbing*, *green grabbing* etc.

tempo em que o país é um grande vendedor de terra, também é um comprador importante nesse mercado mundial. Dessa forma, a proposta organizada para esse trabalho tem como objetivo de verificar a situação do Brasil tanto como um vendedor de terras ao mercado globalizado (que permite a identificação do crescimento dos conflitos e do aumento da violência no campo), quanto como um comprador de terras de outros países, especialmente africanos e latino-americanos (evidenciando seu papel como propagador do mesmo processo ocorrido em áreas nacionais). Além disso, é importante demonstrar como uma série de propostas de alterações na gestão pública, mais drasticamente após o Golpe de 2016, alinha o país a esse processo de valorização do mercado da terra, acarretando consequências violentas nas vidas das pessoas atingidas e desterritorializadas. Além desta breve introdução, das Considerações Finais e das Referências, o trabalho apresenta na sua primeira parte uma contextualização de elementos importantes para o debate agrário brasileiro e latino-americano. Em seguida, na segunda seção, o processo de financeirização da natureza, bem como suas conseqüências na vida da população, é apresentado aos leitores.

A terceira seção apresenta a formatação da base de dados utilizada para a caracterização da situação brasileira em relação ao comércio mundial de terras. Por fim, o Brasil é reconhecido como um grande vendedor de terras, entretanto, caracterizado também como um dos grandes compradores. Dessa forma, evidenciando uma posição importante nesse mercado mundial globalizado.

O reconhecimento dessa posição “estratégica” brasileira pode ser importante para a identificação de uma racionalidade neoliberal que tem imperado nas operações relacionadas ao comércio de terras, que é recebida em terras nacionais e que parte do Brasil para seus “parceiros comerciais”. É importante dar visibilidade a essa lógica de reprodução, bem como problematizar suas origens e consequências para cada um dos envolvidos.

ELEMENTOS DA QUESTÃO AGRÁRIA E O MERCADO DE TERRAS

Desde a invasão das terras latino-americanas pelos europeus, os elementos daquilo que em meados do século XX como questão agrária (de forma geral pautado por movimentos sociais e reconhecido pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL)) está em debate. Para além da construção histórica, já evidenciada por diversos autores (GUIMARÃES, 1979; FURTADO, 1987). A construção dos

instrumentos de acesso a terra no Brasil (e em outros países) pode nos levar a refletir sobre a questão da infração dos direitos dos povos da terra. Dessa forma, poder-se-ia pensar em uma "ética" do acesso a terra. A aquisição de terras, processos de *land grabbing* e a estrangeirização apresentam número e relações que crescem ao longo do tempo. Em muitos casos, os números globais assustam, pelo volume de capitais empregado e pela quantidade de terra transacionada envolvida. O acesso a terra via mercados não raramente envolve a prática de violência psicológica e/ou física. Alguns autores alertam que a soberania nacional é ameaçada a medida que o território passa para posse ou controle de estrangeiros (SAUER, 2010).

Sauer (2010), a partir da noção de região de Bourdieu (1998) e das relações entre lugar e identidade de Augé (1994), visa expandir a discussão sobre a terra para além de um fator de produção. O autor parte do princípio que o Estado precisa garantir o direito humano ao território⁵ e que ao colocar a reforma agrária nos termos de ocupar terras improdutivas, reduz a dimensão dos camponeses que também estabelecem com esta uma relação para além da produção⁶. Neste sentido, o mercado de terras precisa ser analisado como um ambiente de forte embate político, em que a vulnerabilidade de populações inteiras é revelada aos mais atentos.

Segundo Mehta et al (2012) o termo *grabbing*⁷ é usado como alusão ao modo injusto de apropriação de terras que tem acontecido recentemente, ainda que a apropriação indevida de terras não seja um fenômeno novo. No contexto global contemporâneo, os motivos e os meios de controle das terras diferem entre os casos, mas as razões para que haja interesse transnacional e doméstico para aquisição terras do Sul incluem a produção de alimentos e combustíveis (agrocombustíveis), produtos de florestas tropicais, apropriação de biodiversidade, plantação de árvores em monocultivo para fins comerciais, pecuária, produção de narcóticos, acesso à água ou a hidrelétricas, exploração de minerais e metais preciosos, petróleo, gás natural, absorção de carbono e proteção de flora, fauna e biodiversidade global (WOLFORD et al, 2013). Além de interesses como posse de áreas para exploração de turismo.

⁵ (...)”Essas ações são fundamentais, pois asseguram um direito humano fundamental de “apropriação territorial”, reprodução social e qualidade de vida no campo, face aos históricos processos de expropriação das populações do campo, ou do “land grabbing” mais comumente conhecido no Brasil como “grilagem de terras” (SAUER, p. 74, 2010).

⁶ Ao tratar da legislação que rege o acesso à terra no Brasil, o autor pontua: (...)”O direito dos agricultores familiares camponeses não se justifica pelo direito de ser e de reprodução social, mas apenas pelo fator produção” (SAUER, p. 76-7, 2010).

⁷ The term grabbing raises disturbing memories of past enclosures and dispossessions (MEHTA, L at al p. 195, 2012).

O relatório da Land Matrix (2012), a partir de dados, revela que a maioria dos investidores são os países mais ricos, importadores de alimentos e que a produção desse processo é direcionada ao mercado externo. Ainda, alguns analistas defendem que se trata de um fenômeno como de bolha especulativa, mas os dados trazidos pelo relatório mostram que a maioria das aquisições acaba por se transformar em projetos reais. O acesso aos recursos naturais, seja pela propriedade, seja pela posse como gestão ou investimento financeiro, que são tomados de pessoas pobres e marginalizadas por outros atores que possuem poder (MEHTA, et al, 2012). A maioria dos negócios recentes é feita em terras de uso comum ou de povos que não possuem titularidade legal. Ainda, esse processo, para alguns estudiosos, não é exclusivo de estrangeiros. Há parcerias entre capital e agentes nacionais e estrangeiros, claras ou obscuras, para aqueles casos onde o capital estrangeiro não pode adquirir terras nacionais.

As parcerias envolvem agentes internos e externos. Isso reduz os custos da administração complexa local e atende a alguns critérios legislativos locais, como aqueles que prevêm a proibição de controle por estrangeiros. Também, há parcerias entre investidores estrangeiros. Segundo Wolford et al (2013), os Estados onde há mais transferências de terras são tidos como frágeis, desorganizados ou ingovernáveis, porque o Estado de direito⁸ não atinge todo o seu território. Sugere-se que a melhoria da governança é a chave para abordar os aspectos mais problemáticos das transferências de terras, como o despejo, o comportamento especulativo, a corrupção e a falta de transparência generalizada. Os autores ressaltam a necessidade de se ter maior conhecimento sobre os Estados, sobre as motivações específicas de cada ator, bem como sobre a capacidade dos governos e das culturas políticas que moldam o caminho da política para a prática. Em sua visão, os negócios da terra não são nada mais, nada menos, do que transformações no terreno em que os Estados são formados.

Mas esse processo não ocorre somente em um ambiente institucional fraco pré-existente. Em alguns casos, ele promove a fragilização da governança sobre as terras e outros recursos naturais. As legislações são modificadas, as regras são flexibilizadas, para que o processo possa se efetivar, dessa forma a estrangeirização alia-se, via mercado de terras, a um processo caracterizado de *land grabbing*. se trata de um fenômeno com características que o diferenciam dos processos anteriores de expansão

⁸ Os Estados soberanos são representados por órgãos formais, como parlamentos, ministérios e chefes executivos, que assumem alguma responsabilidade pela ordem pública e pelo bem-estar, mas todos precisam ser constantemente legitimados por meio de práticas de consentimento e coerção (WOLFORD et al, 2013).

territorial⁹. É um processo de privatização de recursos naturais, por parte de agentes nacionais ou estrangeiros. Muitas vezes, é defendido através de um discurso de oportunidade de negócio, como analisa Sauer (2010), mas, assim como o autor, Mehta et al (2012) não verificam a ocorrência de cenários *win-win*, onde investidores e população ganhariam¹⁰. Aqueles que são diretamente afetados perdem, pois não tem mais liberdade de conviver com aquele recurso natural que faz parte do seu modo de vida para além da esfera produtiva. É um processo de privatização e desregulamentação que se defende em nome da eficiência econômica. Marques (2011, p. 3) parte dos dois processos de acumulação capitalistas, aquele que se dá na reprodução ampliada do capital, e aquele que ocorre pela espoliação (como o processo de privatização, expropriação, proletarianização e financeirização da economia). Marques (2011) afirma que “a questão agrária hoje resulta da consolidação do regime alimentar corporativo e do avanço do processo de estrangeirização da terra, sob o domínio de grandes corporações transacionais” (p. 1).

As mudanças no sistema capitalista terão impacto sobre a produção, circulação e distribuição dos produtos agrícolas. Para Araghi (2009), o regime alimentar é um regime político de relações de valor globais, já que alimentação é intrínseca às relações do valor do capital. No regime alimentar anterior, o desenvolvimentista, o Estado tinha um papel ativo no subsídio e nos mecanismos de manutenção da oferta, procurando baratear a alimentação, atuação importante no processo de acumulação. O novo regime alimentar que se estabelece atualmente se caracteriza pelo monopólio de grandes corporações transnacionais na produção, processamento e distribuição de alimentos. Essa concentração e exclusivismo também ocorrem na produção agrícola, no que tange insumos, químicos, biotecnológicos e mecânicos, bem como no financiamento do setor.

ELEMENTOS METODOLÓGICOS

A base de dados para as operações de compra e venda de terras identificadas no planeta está disponível através de uma organização comprometida com a publicização

⁹ (...) “No início deste século, a estrangeirização da terra é um novo elemento de conjuntura da questão agrária. Contudo, é importante lembrar que a expansão do capital sempre rompeu fronteiras nacionais desde o seu princípio, de modo que a territorialização do capital não é um fenômeno novo.” (FERNANDES, 77, 2011). O autor ressalta como elemento que marca essa nova territorialização do capital, ou que a diferenciam daquela do século XX, o uso da terra para a produção agrocombustíveis.

desses dados (www.landmatrix.org)¹¹. A LandMatrix é uma organização que busca monitorar as operações que envolvem o comércio de grandes áreas, aprimorando o acesso às informações e a transparência em relação a esses negócios. Os dados disponibilizados estão sujeitos a um conjunto de inconsistências e precisam ser aprimorados. Conforme alerta da própria organização, é preciso reconhecer as limitações das informações disponibilizadas, ponderando sempre em relação à dinâmica real (mais complexa) e em relação à própria dificuldade de obtenção das informações em alguns países (como é o caso do Brasil) (NOLTE, CHAMBERLAIN e GIGER, 2016). Neste sentido, ainda que não se possa reconhecer diretamente as informações como a representação da realidade total do que ocorre em relação às operações de comércio de terra, este trabalho evidencia esses dados, buscando dar visibilidade a um processo que é ainda mais amplo do que aquele aqui representado.

As operações que constam na base de dados da organização possuem as seguintes características: envolvem a transferência de direitos de uso ou propriedade de terra, por meio de venda, arrendamento ou concessão; tiveram sua negociação iniciada a partir do ano 2000; cobrem uma área de 200 hectares (ha) ou mais; e implicam em uma extensão potencialmente importante para a conversão de pequenos produtores ou serviços ambientais (NOLTE, CHAMBERLAIN e GIGER, 2016).

São 2.801 operações identificadas, e o Brasil aparece na base geral de dados tanto como vendedor de terras (alvo de investimentos) como comprador de terras (assumindo um papel de investidor). Do total das operações, foram separadas em uma planilha eletrônica aquelas em que havia envolvimento brasileiro (tanto na compra quanto na venda). Em algumas operações em que o país aparece como investidor, a compra de terras é feita em parceria com outros países. Nestes casos, a configuração da base de dados permitiu a identificação de compras de terras exclusivamente com a utilização de investimento nacional (0), com investimento combinado a partir de parceria entre empresas brasileiras e empresas estrangeiras (0,5), e investimentos totalmente estrangeiros (1).

Nas operações em que o Brasil figura como alvo de investimento também foi possível identificar a nacionalidade dos compradores. Tanto como comprador ou como vendedor, a atuação brasileira pode ser apresentada a partir da finalidade e da localização da aquisição. Realizando a separação das operações, foi possível identificar

¹¹ O *download* da base original tratada para esse trabalho foi realizado em 29/maio/2018, através de <https://landmatrix.org/en/get-the-detail/by-investor-country/brazil/>

o estado federativo em relação às operações de venda e os países a que se destina o investimento brasileiro, nas operações de compra. A organização da base de dados também permitiu a identificação do fluxo de operações para o período (2000 a 2015) e dos principais investidores. O tamanho das operações também foi identificado, bem como o atual estágio produtivo da aquisição (assim como aqueles projetos que não iniciaram a produção ainda ou que foram abandonados/cancelados). Em relação às intenções da aquisição, a base de dados permite que cada operação indique mais de uma intenção.

O tratamento da base de dados envolveu a separação das operações em que o Brasil figurava como um dos agentes (ou alvo de investimento ou investidor). Em seguida, foram excluídas as operações em que ocorria alguma inconsistência em relação à operação (como por exemplo, a não especificação do estado da federação em que a operação ocorreu ou aquelas operações que, apesar de haver a intenção, não ocorreram)¹². Como vendedor de terras, o Brasil aparece em 102 operações entre 2000 e 2017, cinco (05) dessas operações foram retiradas por inconsistência de informação na base original. Dessa forma, a base de operações em que o Brasil figura como vendedor de terras é composta por 97 operações.

Em relação às operações de investimento em terras realizadas com recursos brasileiros (compras), foi possível identificar quando o Brasil adquiriu terras em país estrangeiro com recursos exclusivos ou combinados com outro país estrangeiro que não aquele onde a área foi adquirida (1), quando o investimento brasileiro foi combinado com recursos do país em que a área foi adquirida (0,5) (incluindo o caso de terras brasileiras adquiridas com investimento combinado)¹³, e quando a área adquirida foi no Brasil. O Brasil aparece como comprador de área em 80 operações. Uma das operações foi retirada da base de dados porque a intenção não se efetivou, dessa forma, a base de dados que verifica as características do Brasil como comprador de terras é formada por 79 operações.

A próxima seção apresenta e discute os resultados da análise da base de dados configurada.

¹²Na parte da base que se refere à realização de compras de terra no Brasil foram retiradas 05 operações da base original da Landmatrix pelas razões já identificadas.

¹³Essas operações coincidem com aquelas em que a venda de área no Brasil tem comprador brasileiro, seja exclusivo ou combinado com investimento estrangeiro. Para a análise dos resultados, será possível também separar aquelas operações em que o Brasil atuou como estrangeiro na compra de terras (exclusivamente ou com investimento combinado) e quando os estrangeiros adquiriram áreas no Brasil sem a participação de investimento nacional.

BRASIL: VENDENDO E COMPRANDO TERRA

O Brasil é o quinto país em extensão territorial do planeta. Durante muito tempo, e ainda para alguns, essa foi uma das maiores vantagens comparativas do país para o ingresso no comércio internacional. A princípio, tratava-se da utilização desse espaço, reconhecido na teoria econômica como "recurso natural" para a realização de qualquer produção que necessitasse desse tipo de elemento como insumo principal (ou muito importante). Essa realidade ainda justifica e segue compondo discursos normativos, essencialmente se pensarmos na questão da produção de *commodities* e da inserção do Brasil nesse mercado. Entretanto, o processo de financeirização deu à propriedade da terra uma função também de acumulação e há, nos anos mais recentes, uma intensificação do volume de compra e venda de terra dentro dos países (permitindo um acirramento do processo de concentração de terra) e um aumento da comercialização das terras entre os países.

Considerando o conjunto de operações em que o Brasil aparece como vendedor de terra no banco de dados, destaca-se o ano de 2007 como aquele em que as operações foram mais freqüentes. Neste ano ocorreram 22 operações de compras de terras no Brasil.

A compra de terras no Brasil caracteriza-se pela presença do investimento estrangeiro, 43,30% das operações são realizadas por capital exclusivamente estrangeiro e 27,84% combinam capital nacional e capital estrangeiro. Foram adquiridos nas operações 4.661.168 ha. A base identifica que as maiores aquisições de terra no Brasil são operacionalizadas a partir da combinação de capital estrangeiro e de capital nacional, e a média para essas operações é de 73.168,50 ha. É possível identificar que as aquisições exclusivamente estrangeiras possuem uma área média por operação bem abaixo da média geral e bem abaixo da média para as operações que apresentam investimento nacional, combinado ou exclusivo. A dinâmica da valorização da terra, associada a uma política macroeconômica favorável à valorização dos investimentos (bem como uma legislação que vem sendo flexibilizada, mas ainda condiciona e limita o acesso de investimento estrangeiro às terras brasileiras) evidencia uma dinâmica que vai além da estrangeirização, porém é bastante aderente ao processo de *land grabbing* se considerarmos a extensão das áreas comercializadas. A Tabela 01 apresenta os dados relativos as 97 operações de compra de terra no país que compõem a base de dados.

Tabela 01 – Compra de terra no Brasil - Tipo de investimento, operações e área –
Quantidades absolutas e relativas

Tipo de investimento	Quant. Operações	%	Quant. ha	%	Média de ha por operação
Capital nacional	27	27,84	1.621.330	34,59	60.049,26
Combinado	28	28,87	2.048.718	43,95	73.168,50
Capital estrangeiro	42	43,30	1.000.120	21,46	23.812,38
Total de operações	97	100,00	4.661.168	100	48.053,28

Fonte: LANDMATRIX, 2017. Elaborada pelas autoras.

O processo de aquisição de terras no Brasil é bastante heterogêneo na sua distribuição ao longo do território nacional. Alguns estados brasileiros claramente realizam mais operações de compra e venda de terras. A Bahia é o estado brasileiro com o maior número de operações na base de dados (23 operações) e o estado de São Paulo aquele que teve mais áreas compradas (1.427.887 ha, ou seja, 30,63% da área comprada no país). O estado do Mato Grosso é aquele que mais tem terras vendidas para compradores exclusivamente estrangeiros. O principal país comprador de terras no Brasil é a Holanda, que adquiriu no período do conjunto das operações mais de um milhão de hectares ¹⁴. Outro elemento destacado na base de dados é o conjunto de operações de compra de terras ocorridas na região chamada MATOPIBA, considerada a nova fronteira agrícola brasileira. O nome da região está formado a partir de um acróstico que reúne as sílabas iniciais dos estados em evidência (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Essas operações envolvem essencialmente um investimento de origem nacional. A Tabela 02 evidencia como ocorre a distribuição da compra de terras no Brasil a partir das operações identificadas pela base de dados utilizada.

Tabela 02 – Compra de terra no Brasil – Por Estado da federação - Tipo de investimento, operações e área

Estado/ Localização	Quant. Operações	%	Área		% do tipo de invest. em relação à área adquirida		
			Quant. ha	%	% Estrangeiro	%Combinado	%Nacional
Bahia	23	23,71	554.207	11,89	21,41	55,91	22,68
Maranhão	2	2,06	42.420	0,91	23,25	76,75	0
Piauí	4	4,12	94.069	2,02	0	61,08	38,92
Tocantins	5	5,15	143.816	3,09	15,17	3,48	81,35
Tocantins e Bahia	1	1,03	20.508	0,44	100	0	0
Matopiba	35	36,08	855.020	18,34	19,98	47,35	32,67

¹⁴A maior operação de compra envolve terras em São Paulo e no Mato Grosso realizada pela Cosan e a Shell, em 2010, com a finalidade de produzir biocombustíveis. A aquisição foi de mais de 800.000 hectares.

Amazonas	1	1,03	40.000	0,86	100	0	0
Ceará	1	1,03	1.223	0,03	100	0	0
Espírito Santo	1	1,03	10.000	0,21	0	0	100
Goiás	4	4,12	22.154	0,48	61	39	0
Minas Gerais	3	3,09	56.287	1,21	17,77	82,23	0
Mato Grosso do Sul	6	6,19	200.595	4,30	25,22	74,78	0
Mato Grosso	17	17,53	786.218	16,87	61,28	8,81	29,9
Pará	11	11,34	848.762	18,21	0,15	4,34	95,51
Paraná	2	2,06	185.000	3,97	0	100	0
Rondônia	2	2,06	67.222	1,44	0	0	100
Rio Grande do Sul	6	6,19	160.800	3,45	0	8,08	91,92
São Paulo	8	8,25	1.427.887	30,63	6,16	79,14	14,71
Total	97	100	4.661.168	100	21,46	43,95	34,59

Fonte: LANDMATRIX, 2017. Elaborado pelas autoras.

Quanto a intenção de utilização a que se destinam as áreas adquiridas a atividade mais frequente, declarada pelos compradores, é a realização de culturas alimentares. Cada operação pode indicar mais de uma finalidade. A Tabela 03 apresenta a frequência de intenção de utilização das áreas localizadas no Brasil declarada pelos compradores.

Tabela 03 - Compra de terra no Brasil – Intenção de utilização

Atividade Declarada	Frequência da declaração
Biocombustíveis	16,49%
Conservação	1,03%
Cultura agrícola não especificada	1,03%
Culturas alimentares	57,73%
Energia renovável	1,03%
Florestas não especificadas	1,03%
Indústria	1,03%
Madeira e fibra	17,53%
Pecuária	12,37%
Produtos agrícolas não alimentares	9,28%

Fonte: LANDMATRIX, 2017. Elaborado pelas autoras.

A situação do Brasil como comprador no mercado de terras mundial indica que, assim como as operações de venda de território nacional, a compra de terra por brasileiros também é bastante frequente. A maioria das operações, assim como da área adquirida, é representada por uma combinação de investidores brasileiros e estrangeiros. As operações de brasileiros fora do país também ocorreram no período analisado. A Tabela 04 demonstra o tipo de investimento presente tanto em termos da quantidade de operações como em relação à área adquirida.

Tabela 04 – Compra de terra pelo Brasil - Tipo de investimento, operações e área –
Quantidades absolutas e relativas

Tipo de investimento	Quant. Operações	%	Quant. ha	%	Média de ha por operação
Brasileiro no país	28	35,44	1.645.230	31,83	58.758,21
Combinado	36	45,57	2.820.829	54,58	78.356,36
Brasileiro fora do país	15	18,99	702.580	13,59	46.838,67
Total de operações	79	100	5.168.639	100	65.425,81

Fonte: LANDMATRIX, 2017. Elaborado pelas autoras.

Os compradores brasileiros e de investimento combinado, além de adquirirem grandes extensões de terras no Brasil, também adquirem áreas em outros países. O país com mais operações de aquisição realizada por compradores brasileiros é o Paraguai (com cinco operações registradas na base de dados). Entretanto, o país que tem a maior área comprada com a participação de brasileiros é Moçambique (foram 709.000 ha adquiridos). A Tabela 05 apresenta os países em que o Brasil atua como comprador de terras.

Tabela 05 – Compra de terra pelo Brasil no exterior – Por localização - Tipo de investimento, operações e área

Países com áreas adquiridas	Quant. Operações	%	Área		% do tipo de invest. em relação à área adquirida		
			Quant. ha	%	% Brasileiro fora do país	% Combinado	% Brasileiro no país
Angola	3	3,80	36.000	0,70	0	100	n.a.
Brasil	58	73,42	3.701.311	71,65	n.a.	55,55	44,45
Colômbia	1	1,27	13.000	0,25	100	0	n.a.
Gâmbia	1	1,27	200.000	3,87	0	100	n.a.
Ghana	2	2,53	8.695	0,17	2,30	97,70	n.a.
Indonésia	1	1,27	200.000	3,87	0	100	n.a.
Moçambique	2	2,53	709.000	13,73	0	100	n.a.
Nicarágua	1	1,27	7.748	0,15	0	100	n.a.
Nigéria	1	1,27	3.000	0,06	100	0	n.a.
Paraguai	5	6,33	161.283	3,12	100	0	n.a.
Peru	1	1,27	11.531	0,22	100	0	n.a.
Sudão	1	1,27	12.000	0,23	0	100	n.a.
Uruguai	1	1,27	100.000	1,94	100	0	n.a.
Zâmbia	1	1,27	2.071	0,04	0	100	n.a.
Total	79	100	5.168.639	100	13,59	54,58	31,83

n.a = Não se aplica.

Fonte: LANDMATRIX, 2017. Elaborado pelas autoras.

Quanto à intenção de utilização que será dada às áreas adquiridas, percebe-se que a mais frequente refere ao plantio de culturas alimentares. Na Tabela 06 é possível observar a frequência da intenção declarada quando o Brasil é o comprador das terras.

Tabela 06 - Compra de terra pelo Brasil – Intenção de utilização

Atividade Declarada	Frequência da declaração
Biocombustíveis	14,00%
Conservação	1,00%
Cultura agrícola não especificada	4,00%
Culturas alimentares	47,00%
Energia renovável	5,00%
Indústria	1,00%
Madeira e fibra	13,00%
Pecuária	5,00%
Produtos agrícolas não alimentares	9,00%
Turismo	1,00%

Fonte: LANDMATRIX, 2017. Elaborado pelas autoras.

Na tentativa de elucidar semelhanças e diferenças entre a atuação do Brasil no mercado de terras mundial, percebeu-se que o volume de terras envolvendo a combinação de investimentos estrangeiros e nacionais é responsável por um volume importante das aquisições. Entretanto, a separação em relação ao tipo de investimento permitiu identificar localizações diferentes, nesse sentido, o estado brasileiro que mais frequentemente aparece nas operações exclusivas de investimento estrangeiro é Mato Grosso. As operações em que o Brasil aparece como comprador são maiores do que aquelas em que ele aparece como vendedor, mostrando o processo concentrador que o país impõe a alguns outros países. O Quadro 01 procura evidenciar alguns desses elementos.

Quadro 01 – Síntese dos resultados – Brasil: vendedor e comprador de terra (operações identificadas entre 2000 e 20017)

ELEMENTO: Área	BRASIL VENDEDOR - Total	BRASIL VENDEDOR - Aquisição exclusiva de estrangeiros	BRASIL COMPRADOR - Total	BRASIL COMPRADOR - Apenas fora do país
Área comercializada	4.661.168	1.000.120	5.168.639	1.467.328
Tipo de investimento	Combinado (43,95%)	n.a	Combinado (54,58%)	Combinado (52,11%)
Localização mais frequente	São Paulo	Mato Grosso	Mato Grosso do Sul	Moçambique
Média por operação	48.053,28	23.812,38	65.425,81	69.872, 76
Objetivo da aquisição	Culturas Alimentares	Culturas Alimentares	Culturas Alimentares	Culturas Alimentares

n.a = Não se aplica. Elaborado pelas autoras.

O processo de compra e venda de grandes áreas, além da representação quantitativa (em alguma medida objeto desse breve trabalho), precisa ser pensado, descrito e analisado a partir das consequências que poderiam ser evidenciadas na vida

cotidiana da população que sofre com as consequências de um processo violento de expropriação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de financeirização da natureza tem sérias implicações nos modos de vida das populações. O Brasil, e a América Latina como um todo, construiu historicamente um processo de produção e inserção no comércio internacional que, não raro, atende prioritariamente não aos seus interesses, mas àqueles representados pelos seus parceiros comerciais. O processo de comercialização da propriedade de grandes áreas de terra tem representado um processo violento de expropriação e de desterritorialização de grupos populacionais vulneráveis, comumente em condições que são consideradas normativamente como situações de pobreza.

A própria limitação caracterizada do ponto de vista metodológico neste breve trabalho identifica a necessidade de debates e de um compromisso social que visibilize a real concentração de terras no país, bem como o volume de investimento estrangeiro que tem operado na aquisição de territórios brasileiros. As consequências desse processo têm envolvido invariavelmente um aumento da violência no campo.

Percebe-se que, tanto como vendedor como quanto comprador, a intencionalidade da utilização da terra não se altera, o que poderia "deixar pistas" para um trabalho mais aprofundado e detalhado em relação à integração do Brasil nesse processo internacionalizado de reprodução de capital, que tem na Natureza mais uma esfera de valorização. A financeirização da Natureza talvez pudesse ser reconhecida nos compradores e vendedores, mas também no fato de que o processo tem uma lógica clara, de difícil rompimento.

De outra sorte, alerta-se também para as consequências da intervenção brasileira em outros países que pode estar trazendo também efeitos nocivos aos processos de reprodução social de modos e meios de vida não aderentes, ou pelo menos não exclusivos, à reprodução com vistas ao mercado ou à obtenção de lucros.

Certamente trata-se de um trabalho inicial que pode, e deve, ser debatido e aprofundado. É preciso que as consequências do processo brutal de acirramento da concentração agrária brasileira sejam reconhecidas e percebidas como decorrentes de uma situação geral que não tem primado pela manutenção da via das pessoas, mas pela manutenção de um processo que, muitas vezes alinhado a um discurso de

“desenvolvimento”, permite a consolidação de ameaças a modos e meios de vida de populações inteiras.

REFERÊNCIAS

ARAGUI, Farshad. The invisible hand and the visible foot: peasants, dispossession and globalization. In: AKRAM-LODHI, A. Haroon e KAY, Cristóbal. **Peasants and Globalization: political economy, rural transformation and the agrarian question**. Londres/Nova York, Routledge, 2009.

AUGÉ, M. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas, Papirus Editora. 1994.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

LAND MATRIX. **Trasnational land deals for agriculture in the global south: analytical reporter based on the Land Matrix Database**. Authors. ANSEEUW, W.; BOCHE, M; BREU, T.; GIGER, M.; LAY, J.; MESSERLI, P.; NOLTE, K. n. 1. April, 2012.

MARQUES, M. I. M. O novo significado da questão agrária. In: V Simpósio Internacional e VI Simposio Nacional de Geografia Agraria. Anais. Universidade Federal do Pará, Belém: 2011.

MEHTA, L.; VELDWISCH, G. L.; FRANCO, J.. **Introduction to the special issue: water grabbing? Focus on the (re)appropriation of finite water resources**. Water Alternatives, v. 5, n. 2. p. 193-207. 2012.

NOLTE, K.; CHAMBERLAIN, N.; GIGER, M. **International Land Deals for agriculture: Fresh insights from the Land Matrix: Analytical report II**. University of Pretoria, 2016. Disponível através de https://landmatrix.org/media/filer_public/ab/c8/abc8b563-9d74-4a47-9548-cb59e4809b4e/land_matrix_2016_analytical_report_draft_ii.pdf. Arquivo acessado em 29.mai. 2018.

SAUER, S. Demanda mundial por terras: “land grabbing” ou oportunidade de negócios no Brasil? **Rev. De Est. e Pesq. sobre as Ame.**, v. 4, n. 1, p.72-88, 2010.

WOLFORD, W.; BORRAS JR S.M.; HALL, R.; SCOONES, I.; WHITE, B. **Governing global land deals: the role of the State in the rush for land**. Development and Change. 44(2). p. 189-210. 2013.

O retrocesso social e o desmonte das políticas públicas rurais no governo Temer

Edna Maria da Silva¹

Nesse artigo² objetiva-se apresentar um breve resumo das principais medidas adotadas no governo Temer para o meio rural, especificamente, busca-se analisar aquelas que estão relacionadas com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater). Algumas das medidas, consideradas nocivas para a população rural, foram impostas através de decretos e medidas provisórias promulgadas ainda quando Temer exercia a função de presidente interinamente, no período de maio a agosto de 2016, outras foram adotadas no decorrer do seu mandato como presidente. A partir da leitura dos dispositivos legais, das cartas e monções de repúdio, apresentadas pelos representantes dos movimentos sociais, pesquisadores, professores e gestores públicos entende-se que as medidas adotadas pelo governo Temer, que consideram ilegítimo, indicam um amplo retrocesso social, desmonte de políticas públicas e perda de direitos. A redução do volume de recursos financeiros destinados às políticas públicas rurais, nos anos 2017 e 2018 (parcial), demonstra a seletividade do governo no corte do orçamento. Políticas como PAA, PNAE e Pnater tiveram seus orçamentos drasticamente reduzidos nos últimos dois anos.

Palavras-chave: políticas públicas, retrocesso social

¹ Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduada em Economia pela UFBA, e-mail: ednasilv@ufba.br.

² Este artigo, que é um embrião da pesquisa de doutorado que pretendo desenvolver, tem como objetivo abrir espaço para novas referências teóricas e dados sobre a atual conjuntura no âmbito das políticas para o mundo rural.

INTRODUÇÃO

O Brasil havia iniciado, mesmo que timidamente e repleto de limitações, um ciclo de políticas públicas setoriais nos governos FHC I (1995-1998) e FHC II (1999-2002). Essa agenda governamental foi estruturada, desenvolvida e ampliada nos 13 anos de governo do PT (Lula I e Lula II, Dilma I e Dilma *impeachment*), período que vai dos anos 2003 a 2016 (parcial). Mesmo considerando as limitações orçamentárias e as contradições de programas e projetos adotados pelos governos petistas, entende-se que nesse período amplia-se a participação da sociedade civil na construção de políticas públicas para a reversão ou mitigação da pobreza no campo, com o fortalecimento da agricultura familiar e com a ampliação de projetos de reforma agrária.

Admitindo o caráter reformista das políticas públicas, que por essência é limitado, e que as mesmas são permeadas de contradições, e ainda que os programas em execução contam com recursos orçamentários reduzidos frente à ampla demanda social, entende-se que a extinção do MDA e o corte no orçamento público implicam retrocesso nas conquistas sociais. Dentre as políticas públicas e programas orientados para o rural que foram impactadas pelas medidas adotadas destacam-se: o acesso ao crédito via Pronaf, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), as políticas direcionadas para aquisição de alimentos que formam os mercados institucionais – Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) –, as políticas e programas direcionados para a convivência com o semiárido, para a produção agroecológica, para o desenvolvimento sustentável na Amazônia, e políticas mais específicas para jovens e mulheres rurais³.

Merece destaque o fato de que as políticas públicas para o mundo rural foram pensadas, elaboradas, construídas e implantadas de forma participativa, envolvendo representantes de diversos segmentos da sociedade. Esperava-se que essas políticas públicas fossem continuadas e potencializadas, mas, ao contrário percebe-se um amplo retrocesso na construção das políticas e o desmonte de diversos programas destinados ao mundo rural através de normas legais e cortes no orçamento.

³ Para uma análise crítica sobre as políticas públicas rurais (PAA, PNAE, PRONAF) dos governos petistas ver o artigo de Paula, Gómez, Paula e Tracz (2017).

O DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS RURAIS NO GOVERNO TEMER

Com o fim da ditadura militar avança-se na luta pelos direitos sociais, processo que deu origem à retomada das lutas sociais por direitos e exercício da cidadania, culminando tanto na construção de importantes movimentos sociais ao longo de toda a década de 1980, tais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e o Partido dos Trabalhadores (PT), como na consolidação da Constituição Federal de 1988. Na década de 1990 originaram-se os primeiros embriões; foi no recente processo de redemocratização que se criou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), e, por fim a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO). No século XXI a busca por espaços coletivos é intensificada, assim nas reuniões de colegiados, nos fóruns, nos conselhos, com a participação de representantes do poder público e da sociedade, diversas políticas públicas foram pensadas e construídas no coletivo.

No segundo Governo Dilma, que se inicia em janeiro de 2015 – já enfrentando problemas com a não aceitação do seu mandato por parte do candidato derrotado – e finaliza em 31 de agosto de 2016 através de um processo de *impeachment*, as condições políticas e econômicas do país apresentam grande instabilidade decorrentes da crise econômica, que é aprofundada pela aplicação de uma política econômica de ajuste fiscal e pela disputa política interna.

Em um cenário de crise econômica e política o governo em exercício promove um intenso processo de desmonte das políticas públicas. O Vice-Presidente Michel Temer, logo no primeiro dia do seu governo interino, adota medidas restritivas que atingem profundamente diversos segmentos sociais ao desmontar as políticas e programas que vêm sendo implantadas no campo. Essas medidas afetam, sobretudo, a classe trabalhadora e as populações que historicamente foram marginalizadas, tais como os agricultores familiares, assentados de reforma agrária, povos originários da terra, os quilombolas, extrativistas, pescadores, artesãos, dentre outros.

As políticas públicas, admitindo seus sucessos e fracassos, resultam de anos de lutas dos movimentos sociais, das organizações, e da institucionalidade que estava em processo de construção e de aprendizado numa jovem democracia participativa. Na contramão desse processo, o governo Temer inicia com a Medida Provisória (MP) nº 726, de 12 de maio de 2016, que altera a institucionalidade do governo federal⁴, sob o argumento de que é necessário fazer a reforma administrativa para o contingenciamento de gastos. Esse primeiro ato dá conta de revogar, suspender e paralisar diversos programas, políticas públicas e sociais⁵.

A alteração da institucionalidade pode provocar impacto considerável para muitos segmentos da sociedade, especialmente para os beneficiários das políticas públicas lotadas em pastas ministeriais que são extintas ou tem suas atribuições restringidas pela MP, conforme Artigo 1º, Incisos VI e VII (BRASIL, 2016a). Os dois ministérios extintos tratam de temas vinculados à população mais vulnerável, e, portanto, deveriam ser pastas prioritárias nas ações de inclusão econômica e social por parte do Estado.

Art. 1º Ficam extintos:

(...)

VI - Ministério do Desenvolvimento Agrário;

VII - Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos; (...), (BRASIL, 2016a).

Quando o governo extingue o MDA desconsidera a sua importância na promoção da segurança alimentar e nutricional do país, bem como a inclusão de milhares de agricultoras e agricultores familiares no processo de produção. Além disso, o MDA, criado no final dos anos 1990 em resposta à pressão dos movimentos sociais, representa a história de lutas e conquistas dos movimentos sociais rurais. Na concepção dos representantes dos movimentos sociais essa ação traz graves consequências para a população do campo que está diretamente relacionada com o referido Ministério, além disso, indiretamente a população urbana também vai sendo afetada pelos resultados nocivos que essa medida provoca, via redução da produção de alimentos e aumento do êxodo rural, dentre outros.

⁴ A MP posteriormente é convertida na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016.

⁵ Nessa MP são extintos quatro ministérios, três secretarias, a casa militar e a controladoria geral da união, bem como, são transferidas atribuições e competências entre órgãos, e oito ministérios são transformados.

Através da MP nº 726, com a extinção do MDA, as suas estruturas, bem como as do INCRA – que é responsável pela reforma agrária – são transferidas para o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que passa a ser Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), conforme Artigo 2º, inciso VI (BRASIL, 2016a). Nessa nova estrutura institucional, o MDSA e o Ministério da Indústria, Comércio e Serviço (MICS) ficam com as mesmas atribuições; assim causa espanto o MDSA – responsável pelo combate à pobreza – ter como atribuição o comércio exterior e a defesa da concorrência, enquanto que o Programa Bolsa Família (PBS), que era uma atribuição do MDS, não está vinculado a nenhum ministério. Nesse momento apenas duas atribuições são postas exclusivamente para o MDSA: efetivar a reforma agrária e promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares (PASSARINHO; MATOSO, 2016, BRASIL 247).

De acordo com Teresa Campello – em entrevista ao Brasil 247 –, a MP ao tratar das atribuições do MDSA, tem como prioridade a política industrial, sendo suprimidas todas as atribuições sobre a Política Nacional de Assistência Social, sobre a Política Nacional de Renda de Cidadania, que é o PBS, e sobre a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que é constituída pelo programa de cisternas e pelo programa de aquisição de alimentos, dentre outros. Na visão de Teresa Campello com a junção das pastas dos antigos MDS e MDA tem-se as duas áreas enfraquecidas, e isso significa um descaso total com as políticas públicas e sociais. Além disso, a MP traz o INSS para a estrutura do MDSA, tornando inviável a gestão das duas grandes agências – INCRA e INSS – que possuem milhares de servidores e tratam de temas tão diferentes (BRASIL 247).

A MP restringe as ações dos antigos MDS e MDA que abrigavam as principais políticas públicas destinadas aos segmentos da sociedade formados pelas minorias. O MDA tinha a competência para conduzir políticas públicas (numa perspectiva de desenvolvimento, já que produz 70% do que a população consome e participa com 74% dos postos de trabalho) destinadas ao público rural, e sua extinção ou transformação em um departamento ou secretaria mostra o caráter minimizante que é dado para as demandas dos povos rurais.

Sendo o Estado um espaço de condensação de distintas forças políticas, econômicas e sociais, esse processo de desmonte expressa uma reconfiguração de interesses no interior do Estado. E nessa reconfiguração, com a publicação da MP, o presidente interino deixa claro como será o ritmo e a natureza das mudanças no seu governo. O MDA, mesmo com baixa dotação de recursos orçamentários, simbolizava o reconhecimento do Estado pelos 4.366.267 estabelecimentos agropecuários familiares identificados no Censo Agropecuário de 2006, que representa 84,36% do total de estabelecimentos rurais.

A MP provocou a reação de segmentos da sociedade, que se manifestaram em um ato em Brasília contra a extinção do ministério, entre eles, pode-se citar integrantes de movimentos rurais, servidores públicos e gestores do MDA (RBA, 2017). Além disso, o Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), pesquisadores de muitas instituições de ensino e pesquisa, e diversas organizações manifestaram-se, através de carta aberta e monção de repúdio, contra as medidas de retrocesso executadas pelo governo Temer, e em defesa da democracia e dos princípios, diretrizes e políticas para um desenvolvimento rural sustentável e solidário (ALERTA SOCIAL, 2017; ANA, 2016; CNATER, 2017; CONDRAF, 2017; CPDA, 2017). Essas frações de classes entendem a ação do governo como um retrocesso dos direitos e conquistas alcançados no seio do Estado, pois o novo desenho fragiliza a estrutura operacional das políticas públicas

Parte das estruturas que pertenciam ao já extinto MDA foram transferidas do MDSA para a Casa Civil da Presidência da República. Conforme Decreto nº 8.780/2017 (BRASIL, 2016b), pertence a Casa Civil as competências de reforma agrária; de promoção ao desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares; e de delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos e determinação de suas demarcações, a serem homologadas por decreto (MANFRINI, 2017). Dessa forma tem-se um espalhamento pela estrutura do Estado das políticas e programas voltados à agricultura familiar e à reforma agrária, que passam a ser incorporadas de modo periférico a outras estruturas do Estado.

Intini (2017a) faz uma análise das medidas adotadas para o meio rural nos primeiros 40 dias do governo interino e mostra que em curso segue o retrocesso social, o desmonte das políticas públicas rurais e a perda de direitos⁶. Para o autor a extinção do MDA é a expressão do retrocesso social, traz a reboque o desmantelamento de diversas políticas públicas e programas em andamento, pois desde a sua criação o MDA era um espaço aberto para as discussões das demandas, um canal institucional, um espaço em construção no qual participava diferentes segmentos sociais.

Muitos programas foram criados no âmbito do MDA, dentre eles destacam-se: o PRONAF (1996), o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (2003), o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (2004), o Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais (2008) e o Programa Territórios da Cidadania (2008). Além disso, a ação do MDA foi extremamente relevante para a implementação de outros tantos programas, dentre eles pode-se citar: o Programa 1 Milhão de Cisternas Rurais (2003), o Programa de Aquisição de Alimentos (2003) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (2009). O MDA se configurou enquanto o espaço institucional onde se dava as lutas e conquistas dos povos rurais através da representação nos conselhos e participação na elaboração das políticas públicas. Assim, o desmonte do MDA também é o desmonte dessa construção coletiva de políticas e programas com os sujeitos da história envolvidos no processo.

E como se diz no Sertão do Nordeste “desgraça gosta de companhia”, na mesma direção do desmonte das políticas públicas seguem os conceitos de agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais que foram instituídos pela Lei nº 11.326/2006, e regulamentados pelo Decreto nº 6.040/2007. No entendimento do movimento social a referida legislação é um relevante marco histórico que reconhece os sujeitos sociais – antes vistos como pequenos agricultores e trabalhadores rurais – como uma categoria econômica que é relevante para a construção de um projeto de desenvolvimento, e que exige políticas específicas (CONTRAF BRASIL, 2017a).

⁶ Na sequência da extinção do MDA, o governo interino no dia 08 de junho exonera os superintendentes regionais do INCRA, no dia 16 de junho exonera servidores e gestores do MDA, e no dia 28 de junho exonera o diretor do ordenamento agrário. O extinto MDA é incorporado ao MDSA sob o comando de Osmar Terra (PMDB-RS).

No entanto, o Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017, no Artigo 1º, dispõe sobre Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) e regulamenta a Lei nº 11.326/2006, conhecida como Lei da Agricultura Familiar (BRASIL, 2017). Na contramão da recente participação dos movimentos sociais na construção das políticas públicas rurais, esse decreto foi promulgado de forma impositiva, sem diálogo, sem ouvir as considerações das organizações que representam a categoria, portanto pode resultar em retrocesso das conquistas das populações rurais ao alterar o conceito da Agricultura Familiar.

As ações do governo Temer mostram que há um abandono das políticas públicas para o meio rural, e para além do descaso há uma “guinada conservadora” em diversas medidas políticas e estratégia do governo. Ações de aprofundamento de conflitos sociais são tomadas dia a dia pelo executivo federal, a exemplo de decretos que alteram normativos e leis que regulavam a demarcação das terras dos povos indígenas e das comunidades tradicionais. No Quadro 1 apresentam-se as principais medidas legais adotadas pelo governo Temer.

Quadro 1 – Medidas legais adotadas no Governo Temer nos anos de 2016 e 2017

Instrumento	Objeto
Medida Provisória nº 726, de 05/2016	Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.
Portaria nº 185 e nº 186, de 05/2016	Revogação do Minha Casa Minha Vida Entidades
Decreto nº 8.780 ⁷ , de 05/2016	Transfere a Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário do MDSA para a Casa Civil
Decreto nº 8.865, de 09/2016	Transfere a Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário do MDSA para a Casa Civil e dispõe sobre a vinculação do INCRA
Lei nº 13.341, de 09/2016	Altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que

⁷ Revogado pelo Decreto nº 8.865/2016

	dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e revoga a Medida Provisória nº 717, de 16 de março de 2016.
Decreto nº 8.889, de 10/2016	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Casa Civil da Presidência da República, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE
Decreto nº 9.064, de 05/2017	Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais.

Fonte: Brasil (2016, 2017), elaboração própria, 2018.

Paralelamente a essas medidas de retrocessos citadas aprova-se a Proposta de Emenda à Constituição (PEC), denominada PEC 241/2016 na Câmara⁸, que se transforma em PEC 55/2016 no Senado, e é publicada como Emenda Constitucional nº 95/2016, que limita os gastos públicos e torna a situação econômica do país ainda mais preocupante. O ajuste fiscal imposto estabelece o congelamento das despesas primárias do país por 20 anos e agrava os problemas da população rural com o significativo aprofundamento do desmonte das políticas públicas e sociais já em curso.

As demandas da população rural por políticas públicas – crédito, ATER, PAA, PNAE, habitação rural, construção de estradas, dentre outras – aumentam enquanto há uma drástica redução no orçamento público. Como resultado tem-se o aprofundamento entre o hiato existente de demanda por políticas públicas e o atendimento dessa demanda por parte do Estado.

⁸ A PEC altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal.

Com base nos dados do SIOP, sistematizados por Intini (2017b), conforme Quadro 2, ao comparar a dotação do orçamento para 2016 e o Projeto de Lei Orçamentária relativo ao ano de 2017 (PLOA 2017), evidencia-se a brusca redução no volume de recursos para o conjunto de políticas públicas; no total foram R\$ 796.617.190,00 milhões retirados de políticas públicas e programa destinados a apoiar agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais, assentados e assentadas pela reforma agrária. Considerando que a dotação orçamentária para 2016 era insuficiente para atender à demanda da população rural, a drástica redução dos gastos em 2017 torna o cenário ainda mais alarmante.

Quadro 2 – Comparativo entre a dotação orçamentária de 2016 e PLOA 2017

Política	Dotação Governo Dilma (R\$ milhões)	Projeto de Lei do Temer (R\$ milhões)	Diferença (R\$ milhões)
Obtenção de Imóveis Rurais para Criação de Assentamentos da Reforma Agrária	425.501.883	204.240.000	-221.261.883
PAA MDA + MDS	495.472.738	304.046.633	-191.426.105
Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar	490.282.696	333.490.508	-156.792.188
Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	165.171.895	28.470.000	-136.701.895
Inclusão Produtiva Rural	133.061.509	70.000.000	-63.061.509
Promoção da Educação do Campo	27.027.196	11.830.000	-15.197.196
Direitos Sociais e Culturais e à Cidadania - indígenas	15.656.964	11.391.073	-4.265.891
Apoio à Organização Econômica e Promoção da Cidadania de Mulheres Rurais	15.374.877	11.355.421	-4.019.456
Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas	8.003.248	4.100.000	-3.903.248
Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados	18.074.992	15.348.178	-2.726.814
Gestão Ambiental e Etnodesenvolvimento	11.446.702	10.302.031	-1.144.671
Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas, Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais	1.611.150	1.193.925	-417.225

Fonte: SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

Fonte: Extraído de Intini, 2017b

Analisando o PLOA 2017, por política pública, pode-se observar que a redução do volume de recursos é um sinalizador do retrocesso de todas as políticas públicas direcionadas para o rural, nem mesmo os programas que estão relacionados diretamente com a segurança nutricional foram poupados. A drástica redução de aproximadamente R\$ 200 milhões para a aquisição de terras indica que não haverá desapropriação (ou será bem pequeno) no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), esse programa que já passava por dificuldades no Governo Dilma, foi reduzido em aproximadamente 50% o volume de recursos. Outro programa relevante para garantir a renda dos beneficiários direto quanto para a segurança alimentar e nutricional do país que também sofreu alta redução no volume de recursos foi o PAA, nesse programa a redução foi de aproximadamente R\$ 190 milhões (INTINI, 2017b).

O programa de apoio ao desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais foi reduzido em R\$ 417.225,00. Esses segmentos sociais sempre foram marginalizados na sociedade. No programa de ATER a redução foi de cerca de R\$ 156 milhões; considerando a importância desse programa que é estruturante, e dele depende a informação de acesso ao crédito, às tecnologias, à orientação técnica produtiva, dentre outras, haverá um significativo impacto quando se considera que questões econômicas, ambientais e sociais deixam de ser priorizadas.

Se o orçamento de 2017 apresenta cortes significativos nas políticas públicas e sociais, a proposta orçamentária de 2018 aprofunda o retrocesso das referidas políticas. A dimensão dos cortes propostos torna-se visível na primeira versão do PLOA 2018, com mais uma drástica redução dos recursos financeiros muitas políticas públicas essenciais para a população rural ficam inviáveis.

A sociedade civil através de sua representação nos conselhos, apoiada por estudiosos do orçamento público, se manifesta contra a primeira versão do PLOA 2018 e o governo envia uma nova proposta ao Congresso com aporte geral de R\$ 44,5 bilhões ao orçamento geral. No entanto, isso possibilita apenas mitigar alguns cortes nos programas e políticas agrárias, ambientais e sociais, que vêm sendo sucateadas desde 2016 (MENEZES, 2017).

O resultado é que programas e políticas importantes estão destinados a ter um desempenho pífio ou a desaparecer, agravando a precária condição de vida da população rural. Conforme Menezes (2017), o orçamento é uma peça política, pois revela as intenções do governo.

Costuma-se dizer que o orçamento público é como um cobertor curto, que nunca dá para cobrir todo o corpo. Por isso, o momento em que um governo envia sua proposta orçamentária para o próximo ano é especial, porque ele se vê obrigado a colocar a nu suas reais intenções, sem poder se valer de estratégias em que possa esconder os interesses que protege e prioriza. E se obriga, ao mesmo tempo, a dizer quais áreas, programas e grupos sociais são menos importantes para ele (MENEZES, 2017, p.4).

De acordo com Menezes (2017, p.4) o corte no orçamento atinge “as ações estratégicas do investimento social” que são relevantes para mitigar a exclusão nas questões centrais, como o combate à fome e à miséria no Brasil. O PAA, que tem como um dos objetivos a erradicação da fome, conta com apenas R\$ 178 milhões em 2018, a redução em relação ao orçamento de 2017 foi de aproximadamente 46%.

As ações do governo Temer mostram clara tendência de retrocesso de direitos – com provas e convicções – para a sociedade de modo geral e especificamente para população que reside no campo. Além dos dispositivos legais que foram publicados, pode-se recorrer ao orçamento público, como prova contundente, para explicitar o declínio no volume de recursos financeiros destinados à população rural nos anos de 2017 e 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que também nos governos do PT o Estado se constituiu como um espaço de disputa pelo poder, que se apresentou através de diferentes segmentos sociais. De modo genérico, pode-se dizer que de um lado há os que defendem políticas públicas de inclusão, de redistribuição de renda e de reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais, e de outro, os segmentos capitalistas e pró-capitalistas – tais como empresários, banqueiros, ruralistas, dentre outros – que defendem uma política macroeconômica que mantenha a alta taxa de lucros.

Os povos rurais se integram ao sistema econômico na condição de excluído e com a função de reproduzir-se nas condições materiais de existência. Nos governos do PT,

dentro das possibilidades orçamentárias, cria-se um conjunto de políticas públicas e programas que objetivam responder às demandas da população rural, de forma que se possa mitigar alguns elementos impostos pelo sistema e não como uma proposta de superação do sistema, já que se entende política pública como uma medida reformista.

Admitindo o caráter reformista das políticas públicas, que por essência é limitado, e ainda que os programas constassem com recursos orçamentários reduzidos frente à demanda da população, entende-se que o corte no orçamento público e a extinção do MDA implicam retrocesso nas conquistas sociais. Dentre as políticas públicas e programas orientadas para o rural que sofreram cortes no orçamento destacam-se a Pnater, as políticas direcionadas para aquisição de alimentos que formam os mercados institucionais (PAA e PNAE), bem como as políticas direcionadas para a convivência com o semiárido.

Ainda longe de sanar os problemas do campo, mas com uma visível melhora nas condições de vida de parte da população, esperava-se que essas políticas públicas fossem potencializadas, mas, ao contrário percebe-se um amplo retrocesso na construção das políticas e o desmonte de diversos programas destinados ao mundo rural. Ações executadas pelo governo Temer interrompem as políticas públicas de forma direta ou indiretamente e provocam insegurança na população rural.

Tendo em vista o contexto de crise política e institucional do país, verifica-se que o atual governo não enfrentou grandes dificuldades para implantar medidas de caráter tão regressivo. Embora receba críticas internas e externas continua desmontando um conjunto de direitos sociais e inviabilizando qualquer perspectiva de continuidade do processo de inclusão econômica e social da população rural.

REFERÊNCIAS

ALERTA SOCIAL. *Extinto o Ministério do Desenvolvimento Agrário*. Disponível em: <http://alertasocial.com.br/?p=140>. Acesso em: set. 2017.

ANA. *Carta Aberta de Professores Universitários e Pesquisadores contra a Extinção do MDA*. Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/2016/06/01/carta-aberta-de-professores-universitarios-e-pesquisadores-contr-a-extincao-do-mda/>. Acesso em: ago. 2016.

BEGHIN, Nathalie. *Extinção do MDA é mais um tiro no pé de um governo morto-vivo*. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2016/maio/extincao-do-md-a-e-mais-um-tiro-no-pe-de-um-governo-morto-vivo>. Acesso em: jul. 2017.

BRASIL. *Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016*. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv726.htm. Acesso em: ago. 2016a.

BRASIL. *Decreto nº 8.780, de 30 de maio de 2016*. Transfere a Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário do MDSA para a Casa Civil. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8780-27-maio-2016-783152-publicacaooriginal-150428-pe.html>. Acesso em: ago. 2016b.

BRASIL. *Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016*. Altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e revoga a Medida Provisória nº 717, de 16 de março de 2016. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13341-29-setembro-2016-783668-veto-151145-pl.html>. Acesso em: abril de 2018.

BRASIL. *Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017*. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm. Acesso em: abril de 2018.

BRASIL 247. *Teresa Campello: Brasil já retrocedeu 30 anos com Temer em apenas 24 horas*. Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/232320/Tereza-Campello-Brasil-j%C3%A1-retrocedeu-30-anos-com-Temer-em-apenas-24-horas.htm>. Acesso em: ago. 2016.

CNATER. *Carta política da 2 cnater*. Disponível em: <http://www.cnater.gov.br>. Brasília, jun. 2016. Acesso em: 12 de jul. 2017.

CONDRAF. Disponível em: <http://www.cnater.gov.br/cnater/?q=noticias/nota-de-rep%C3%BAdio-%C3%A0-extin%C3%A7%C3%A3o-do-md-a-condraf>. Acesso em: jul. 2017.

CONTRAF BRASIL. *Decreto editado pelo Governo Temer pode ser o desmonte da Agricultura Familiar brasileira*. Disponível em: <http://contrafbrasil.org.br/noticias/decreto-editado-pelo-governo-temer-pode-ser-o-desmonte-da-agricultura-familiar-b-cda7/>. Acesso em: ago. 2017a.

CONTRAF BRASIL. *Contraf Brasil: Conjuntura Política Nacional para a Agricultura Familiar*. Disponível em: <http://contrafbrasil.org.br/noticias/contraf-brasil-conjuntura-politica-nacional-para-a-agricultura-familiar-0c55/>. Acesso em: abril, 2018b.

CPDA. *Carta Aberta do CPDA/UFRRJ contra a Extinção do MDA*. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/cpda/blog/2016/05/24/9015/>. Acesso em: 12 jul. 2017

INTINI, João Marcelo. *40 dias de TEMERridades no Rural Brasileiro*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/07/06/40-dias-de-temerridades-no-rural-brasileiro/?platform=hootsuite>. Acesso em: jul. 2017a.

INTINI, João Marcelo. Um longo retrocesso. Disponível em: <http://www.pagina13.org.br/questao-agraria/um-longo-retrocesso/#.WWbdB4jyu00>. Acesso em: 12 jul. 2017b.

MANFRINI, Sandra. *Temer transfere Incra e secretarias do Desenvolvimento Social e Agrário para Casa Civil*. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral>. Acesso em: jul. 2017.

MENEZES, Francisco. Orçamento 2018, uma carta de intenções aos pobres do Brasil. *Le Monde Diplomatique Brasil*, dezembro 2017, p 4 e 5. (ano II, número 125).

PASSARINHO, Nathalia; MATOSO, Filipe. *Medida Provisória de Temer traz dois ministérios com as mesmas funções*. G1, 13 de maio de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/medida-provisoria-de-temer-traz-dois-ministerios-com-mesmas-funcoes.html>. Acesso em: ago. 2017.

PAULA, Adriano Makux de; GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro; TRACZ, Caroline Aparecida Marchioro. Novo ciclo neoliberal no Brasil: desmontando as políticas públicas para a agricultura camponesa. *Revista Pegada*, v. 18, n. 1, p. 57 a 88, abril, 2017.

RBA. *Manifestantes ocupam prédio do MDA contra a extinção*. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2016/05/em-brasilia-manifestantes-rechacam-a-extincao-do-ministerio-do-desenvolvimento-agrario-8277.html>. Acesso em: set. 2017

CRÉDITO RURAL COMO POLÍTICA PÚBLICA E FRUTO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Etiane Patricia dos Reis da Silva Macêdo¹

RESUMO

Este trabalho tem o intuito de fazer uma breve reflexão sobre as políticas públicas de crédito rural implementadas no Brasil a partir da década de 1960. Neste sentido também, o Estado será abordado como mediador e viabilizador dos processos de intermediação entre a sociedade civil e a consolidação das políticas públicas, no caso deste trabalho, as voltadas especificamente para o campo brasileiro. Diante disto, aqui será visualizada a conquista do crédito direcionado à agricultura familiar a partir da participação popular construída para geração e exposição de demandas.

Palavras-chaves: Estado, participação popular, crédito agrícola

ABSTRACT

This work aims to make a brief reflection on the public policies of rural credit implemented in Brazil from the 1960s this sense also, the state will be addressed as a mediator and facilitator of intermediation processes between civil society and the consolidation public policy, in the case of this paper, aimed specifically for the Brazilian countryside. Given this, here is displayed the credit conquest directed to family agriculture from the popular participation built to generation and exposure demands.

Keywords: State, popular participation, agricultural credit

¹Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará-UFPA; Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia-PDTSa. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. E-mail: etipatricia@gmail.com

1. Introdução

As décadas de 1960 e 1970, marcam o período de forte intervenção estatal na Agricultura, início da efetivação de políticas agrícolas. Este momento é simbolizado pela transformação do meio rural a partir da industrialização. Assim, o Estado assume o processo de capitalização do campo brasileiro em parceria com o capital financeiro e industrial.

As políticas agrícolas foram, inicialmente, organizadas sob a lógica de financiamentos da produção a partir da institucionalização do crédito rural. Nesta perspectiva, este trabalho pretende fazer uma reflexão, levando em consideração a estrutura política do Estado, a participação da Sociedade Civil na institucionalização das políticas públicas e a participação de organizações populares, no que tange as políticas de desenvolvimento rural voltadas à agricultura familiar.

Categoria política, esta, que tem legitimidade a partir da década de 1990, por ser considerada um dos maiores públicos atendido pela ação do estado através das políticas públicas.

A criação do PRONAF marca, politicamente e historicamente, o reconhecimento do Estado à categoria “Agricultura familiar” atendendo às demandas dos movimentos sociais e sindicais com políticas específicas que atendessem as especificidades do público que até então estava alijado das políticas de desenvolvimento existentes, colocando assim, estes agricultores na marginalidade histórica, política e produtiva, causando assim, dificuldades de manutenção ao campo.

Estes programas estabelecem assim, uma forma de mudança dos métodos de participação estatal no mundo rural segundo Abramovay (1999), este instrumento creditício, é proposto como mobilizador, facilitador e regulador das atividades da sociedade civil, complementando-a sem substituí-la. Promovendo assim, investimentos baseados em compromissos negociados entre os beneficiários, os poderes municipais e estaduais e a sociedade civil organizada para possibilitar a implantação, ampliação e relocação de infraestrutura necessária para o fortalecimento da agricultura familiar.

2. Estado e políticas públicas de desenvolvimento rural

No Brasil, após a Ditadura Militar, foi marcado por um processo de abertura política com participação popular e organização da sociedade civil na luta por direitos. Neste contexto, os eixos principais dos movimentos sociais estavam vinculados à democracia, à gestão democrática do Estado através da participação popular, por uma sociedade mais justa e igualitária (PERONI, 2012).

Entretanto, este passou por vários percalços, inicialmente, porque o processo de abertura política se deu a partir de negociações com o poder ditatorial instaurado no Brasil, assim, no mesmo momento em que se construíram avanços de cunho popular, surgiram as forças externas orquestradas pelo Capital para a superação da crise econômica, como por exemplo: o Neoliberalismo, Globalização.

Neste sentido, o Estado assume um papel fundamental na gestão desta nova dinâmica para a superação da crise, injetando no mercado, um fôlego econômico de investimentos financeiros. Sobre isto, Silva lembra que,

O Estado, até a crise capitalista do final dos anos 70, se organizou para compatibilizar as necessidades do processo de acumulação e legitimação, com as demandas sociais por direitos políticos e sociais mínimos. O modelo keynesiano - Estado de bem-estar social, assegurava uma intervenção no processo de acumulação, combinando investimentos na área produtiva, em setores que apresentavam riscos para o Capital, com políticas de proteção social, de modo a garantir o seu papel na reprodução da força de trabalho e sua legitimação diante das camadas populares. (SILVA, s/d, p.36).

Assim, Peroni (2006), sugere que o papel do Estado para com as políticas sociais é alterado, pois com este diagnóstico, duas prescrições: racionalizar recursos e esvaziar o poder das instituições consideradas improdutivas pela lógica do mercado.

Com o decorrer das dinâmicas históricas, políticas e sociais, o Estado alterou suas estratégias. Para o desenvolvimentismo, ele era preponderante, no novo desenvolvimentismo, o setor privado deve: “disponibilizar recursos e suas capacidades gerenciais a favor dos investimentos produtivo. O papel do Estado desenvolvimentismo é: ter capacidade de regular a economia, estimulando um mercado forte e um sistema financeiro a serviço do desenvolvimento e não das atividades especulativas; fazer a gestão pública com eficiência e responsabilidade perante a sociedade; implementar políticas macroeconômicas defensivas e em favor do crescimento; adotar políticas que estimulem a competitividade industrial e melhorar a inserção o país no comércio internacional;

adotar um sistema tributário progressivo visando reduzir as desigualdades de renda (METTEI, 2011, p. 8).

Para Bresser Pereira, o novo desenvolvimento patrocina a reforma do Estado eficiente e efetivo de forma que, o objetivo não é enfraquecer o Estado, mas fortalecê-lo, permitindo uma combinação e complementariedade entre mercado e Estado mínimo, pressuposto básico ao bom funcionamento dos sistemas econômicos e do regime democrático. Aponta o modelo de estado social-liberal como capaz de assumir o papel de estimular e preparar as empresas e o país para a competição generalizada. Desta forma, sua proposta de reforma de Estado brasileiro está baseada em três eixos básicos: a provatização, a publicização e a terceirização. Reforma que significa transitar de um Estado que promove diretamente o desenvolvimento econômico e social para um Estado que atue como regulador e facilitador ou financiador a fundo perdido desse desenvolvimento (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 17, apud. SILVA,s/d).

Para Peroni (2012), ao analisar as ações do Estado, no atual contexto histórico, a saber: concessões, regulação e parcerias público-privadas concretizam um novo modelo de Estado, baseado em relações contratuais com o setor privado e sociedade civil, responsável por definir objetivos de políticas a serem implementadas.

Este reordenamento é denominado Governança Pública, colocando então, o Estado como catalisador, articulador e facilitador do mercado e da sociedade civil. Emergem neste contexto ainda, conceitos como “concertação” (a exemplo do Conselho de desenvolvimento Econômico e Social) e “regulação” (a exemplo da proliferação de agências reguladoras e têm sido usualmente incorporadas e utilizadas pela agência reguladoras da política nos últimos anos. (PECCI, p.08, apud. PERONI, 2012).

Nesse sentido, Peroni (2006), explica que a ideia de governança se justifica por políticas de delegações de atribuições, transformando o Estado em um produtor do bem público, mas ainda, na condição de responsável último por sua produção. Deste modo, esta perspectiva de governança pública, têm-se a organização, rearranjando os atores a três lógicas: Estado, mercado e sociedade civil.

Assim, a busca pela participação social está estruturada na construção de processos democráticos, cooperativos e educativo, de modo que a população, conscientizada de seu papel político-deliberativo, possa influenciar em todos os âmbitos decisórios desde o planejamento, passando pela execução até a avaliação, sendo solidária no empenho para a realização das políticas públicas. Desta forma, é estabelecido o processo de intervenção dos atores sociais na vida pública, visto que, a participação é um

mecanismo de redistribuição do poder que permite aos cidadãos excluídos do processos políticos e econômicos a oportunidade de deliberar sobre o futuro da sociedade, reduzindo assim as lacunas tão presentes nas relações Estado-sociedade.

A noção de “desenvolvimento” vem se fixando ao longo das últimas décadas e se alçou sob um momento de singularidade histórica, iniciando como uma ideia que atrai interesse, fortemente discutidas orientando programas governamentais, instigando sofisticados debates intelectuais em especial, motivando grupos sociais interessados nos benefícios das mudanças associadas a esta noção (NAVARRO, 2000, p.15). Nesses momentos, inscrito nas agendas sociais, o tema do “Desenvolvimento” adentrou o campo da política e assim, passou a permear e a determinar as expectativas e o jogo de disputas sociais.

2.1 Reflexos no Campo

Esta ideia de desenvolvimento nos últimos 50 anos, certamente foi moldada pelo “espírito da época”, com o ímpeto modernizante (e seus significados e trajetórias) orientando também as ações realizadas em nome do desenvolvimento rural. No Brasil, por exemplo, já nos anos 70, sob a condução dos governos militares, um conjunto de programas foi implementado nas regiões mais pobres, sob a égide do desenvolvimento rural (pois em outras regiões era o de “modernização agrícola”). Em tal contexto as transformações social e econômica e a melhoria do bem-estar das populações rurais mais pobres foi entendida como resultado “natural” do processo de mudança produtiva na agricultura. Este último foi meramente identificado como absorção das novas tecnologias do padrão tecnológico então difundido, acarretando aumentos da produção e da produtividade e, assim, uma suposta e virtuosa associação com aumentos de renda familiar, portanto “desenvolvimento rural” (NAVARRO, 2001, p. 17).

Em suma, Alencar (2000) pontua alguns mecanismos criados pelo Estado para a modernização da agricultura: 1) investimentos públicos em infraestrutura (estradas, comunicação, comercialização, dentre outras) 2) estabelecimentos de regionais projetos especiais e programas; 3) encorajamento aos investimentos privados em reflorestamento e à abertura de grandes fazendas nas regiões Centro-Oeste e amazônica; 4) desenvolvimento da agroindústria ; 5) reestruturação da pesquisa agropecuária e da extensão rural; 7) **incremento de crédito rural, com baixas ou nulas taxas de juros**; 8) subsídios para aquisição de insumos modernos, tais como fertilizantes e máquinas. Vale

destacar que o mesmo Estado mantinha sua função de mediador das necessidades do mercado interno e as pressões do mercado externo.

Nos anos 1980, portanto, o poder de decisão do Estado brasileiro foi reduzido, entretanto, a sociedade civil começou a conquistar espaços democraticamente e de participar das esferas de decisão estatais. A construção das políticas relacionadas ao campo, deixaram de ser tarefas especificamente das instituições ligadas ao Estado, incorporando a participação dos diversos atores sociais historicamente, ligados ao mundo rural. Esta participação pode ser compreendida como um processo de conscientização, empoderamento e envolvimento efetivo dos atores sociais na construção do desenvolvimento. Assim, a participação efetiva consiste em formação de organizações como associações, cooperativas, conselhos de gestão, sindicatos, movimentos sociais. A construção de uma perspectiva de desenvolvimento rural só se consolida efetivamente com a participação dos atores sociais efetivamente envolvido.

A elaboração de uma política pública, portanto, envolve mais que um conjunto de decisões; ela envolve atores sociais (homens políticos, funcionários de todos os níveis, grupos de interesse que constroem uma ordem local. Uma ordem social é uma construção política relativamente autônoma que opera, em seu nível, a regulação dos conflitos entre os interessados, e assegura entre eles a articulação e a harmonização de seus interesses e seus fins individuais, assim como dos interesses e fins coletivos. Portanto, é importante analisar que a participação destes na elaboração e na implementação da política ocorre de formas e graus diferentes (GRISA, 2012).

3. Participação popular e conquista do Crédito Rural

As primeiras linhas de crédito rural no Brasil datam de 1930. No entanto, no período entre 1940 a 1960, não houve uma Política Agrícola objetivando a promoção do aumento do emprego e renda.

Devido à pouca relevância atribuída à Agricultura verificou-se um período de crises de produtos alimentares e inquietação urbana. Os poucos investimentos em infraestrutura não foram suficientes para impedir algumas crises de crescimento do setor, e nos anos cinquenta ocorreram aumentos sucessivos dos preços dos produtos agrícolas, culminando com uma crise de provisão de alimento, começa a haver interesse maior em se estabelecer uma política agrícola e creditícia, mais sólida (MEYER et al., 1973).

Ainda segundo Meyer (1973), no início dos anos 1970, um conjunto de medidas fiscais e monetárias, do Ministério da Fazenda e do Banco Central tiveram por objetivo estimular a produção agrícolas do Brasil, fazendo o crédito rural parte deste contexto. Assim, a política agrícola foi estabelecida pela Lei 4829, de 1965, cujas diretrizes eram estimular os investimentos na agricultura, fortalecer a situação financeira dos produtos e adoção de tecnologias modernas no setor rural.

O resultado da nova política de crédito foi o aumento no volume de crédito concedido, bem como o aumento das instituições fornecedoras de empréstimos. O Banco do Brasil passou a ser responsável por 90% dos empréstimos, o que representou uma tendência de diminuição da concentração de crédito entre pequenos grupos (em especial o café) (SPOLADOR, 2001.p, 4).

Até 1964, a participação da Agricultura no crédito total destinado a investimentos da economia era menor que sua participação no PIB (que na época grava em torno de 29%). As medidas adotadas em 1965 tiveram rápido efeito, pois em 1966 a participação da agricultura no crédito total era de 53,3% chegando ao final de 1968 com 71% (TENDLER, 1969, Apud, SPOLADOR, 2001).

Neste sentido, o avanço das políticas de crédito representou novas dinâmicas econômicas diante de crises financeiras ocorridas nos anos subsequentes. Assim,

O objetivo das políticas de crédito, diante das as crises internas e externas, era contornar os desequilíbrios da economia visto que o subsídio implícito poderia manter a rentabilidade das exportações e evitar a elevação dos preços internos. A política de crédito agrícola, na forma que foi conduzida na década de 1970, esgotou todas as suas potencialidades e passou a ser criticada sob o argumento de que seus efeitos eram poucos significativos sobre o crescimento da produção agrícola e sobre as tecnologias adotadas pelos produtores e sobre a elevação da produtividade. (SAYAD, 1978. Apud, SPOLADOR, 2001.p, 7)

Segundo Mata (1982), este período significou uma evidência do desequilíbrio da economia brasileira diante o resto do mundo e internamente a aceleração do processo inflacionário. Com as taxas de juros dos empréstimos agrícolas eram inferiores às cobradas no mercado financeiro, em anos de inflação alta os custos do programa se tornaram muito maiores que os benefícios. Outro efeito perverso do sistema ocorria em relação ao processo distributivo do financiamento, pois as taxas de juros eram mantidas constantes mesmo em períodos de elevação dos preços, de modo que a maior parte dos subsídios acabava sendo distribuída aos grandes proprietários de terra.

Desta forma, diante da fragilidade econômica por que passava o Brasil, o programa de crédito agrícola passou por um processo de retrocesso, perdendo assim, sua eficiência e abrangência de público. Oliveira (1995), explora melhor esta perspectiva:

O entendimento de que uma das causas do processo inflacionário seriam os subsídios ao crédito rural e as emissões monetárias para financiar o programa de financiamento da atividade agrícola, e que estes fatores diminuam a eficiência da política monetária pela existência da conta movimento do Banco do Brasil levou o governo a alterar a política de crédito rural. Em 1984 o fim da conta movimento se constituiu em um dos objetivos da unificação orçamentária, que ocorreria em 1986 (OLIVEIRA, 1995, p. 50).

Essa realidade porém, começou a ser modificada a partir da implantação do Plano Cruzado causando assim, a monetarização da economia. Segundo Servilha (1994), esta situação passou a ser modificada por tais fatores: a) redução da participação das autoridades monetárias; b) custos dos empréstimos próximos dos vigentes no mercado financeiro; c) uso mais intensivo de recursos próprios dos produtores (SERVILHA, 1994.p, 110).

Com o processo de abertura do mercado em 1989, deu-se início ao processo de inserção da economia brasileira no mercado internacional. Tal realidade continuaria ao longo da década de 1990, década a qual, do ponto de vista da economia, pode ser dividido em dois momentos: 1) a redução de tarifas e desvalorização da moeda no governo Collor; 2) abertura comercial e drástica valorização cambial até 1999. Este processo de estabilização dos preços e a gradual saída do governo no financiamento da atividade produtiva como outras características marcantes (MELO, 1997).

3.1 Crédito Rural e Agricultura Familiar

O processo de abertura democrática possibilitou a visibilidade política ao fórum da Agricultura Familiar, ocasião em que foi construído o debate acerca de uma política

agrícola diferenciada” na agenda das ações do Estado. Aliado a isto, outras mudanças relevantes ocorreram no debate científico no sentido de categorizar e reconhecer a potencialidade Econômica da Agricultura familiar. Estes elementos, somados às ideias e interesses dos porta-vozes do fórum da comunicação política, possibilitaram a emergência do PRONAF (GRISA, 2012).

Neste sentido, sinalizado por Sallun Jr. (2003), dois processos alteraram o Estado brasileiro e a ordem social e econômica nacional a partir da segunda metade dos anos 1980: a democratização política (mais expressiva no final dos anos 80 e a liberação econômica (mais aguda nos anos 1990). Estas mudanças impuseram novas formas de fazer política de acordo com novos princípios. Por sua vez, estes processos afetaram também a organização e as ideias do Fórum de Agricultura Familiar, e a interface com o Estado.

O período que vai do final da década de 1980 até meados de 1990 o campo brasileiro foi marcado pela constituição de políticas creditícias voltadas especialmente para a agricultura familiar. Primeiramente instituiu-se, em 1985, o Programa de crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), destinado a agricultores familiares assentados da Reforma Agrária, que viria a ser substituído em 1999 pelo PRONAF A. Em 1993, cria-se, o FNO especial, este, por sua vez, consistia numa linha de crédito especial com condições diferenciadas de crédito para produtores na Amazônia.

A década de 1990, é determinante no sentido de o Estado reconhecer, a partir de demandas específicas a heterogeneidade do campo brasileiro, materializando assim políticas creditícias para uma categoria política que é a Agricultura familiar. Desta forma, estas estratégias políticas e econômica precisaram ser reformuladas para atender à Agricultura patronal e Agricultura familiar.

A pressão política sob o Estado por implementação de uma política de crédito séria, surgiu efetivamente das demandas discutidas pelos próprios camponeses o que ao longo da história garantiu não apenas condições de produção e comercialização, implicava também a possibilidade de construção, paulatina, de sua autonomia.

O agricultor no início da década de 1990, já se firmava enquanto uma forte categoria social, protagonizando mobilizações importantes, como as Jornadas Nacionais de Luta, organizadas pela Contag, CUT Rural, MST e outros movimentos Sociais rurais, e que, a partir de 1995, passou a se transformar no “Grito da Terra Brasil”, mobilização orquestrada nacionalmente coordenada pela CONTAG e pela DNTR/CUT. Que conta,

desde 1995, com a participação de diversas entidades representativas e de apoio à agricultura familiar. Estas mobilizações foram organizadas em vários estados e na capital federal, sendo sempre entregue nessas ocasiões uma pauta de reivindicações aos governos estaduais e federais. (PADILHA, 2008p.79). Tais mobilizações demonstraram a organização em prol da consolidação de um novo modelo de desenvolvimento para o campo pautado em,

Uma reforma agrária e política voltadas para o desenvolvimento da pequena produção, viabilizando a absorção de mão-de-obra e incremento da produção agrícola com prioridade para o abastecimento interno, Respeito ao ecossistema e nova política energética. Garantia de condições dignas e relações de trabalho democráticas, recuperando a cidadania do trabalhador do campo. (I Grito da Terra Brasil, apud, SILVA, 1996, p. 68).

A maior conquista deste movimento foi a possibilidade de mostrar ao Estado, as demandas de uma fração da sociedade historicamente esquecida das políticas públicas voltadas à produção agrícola. As cobranças se davam no âmbito da consolidação de políticas públicas que englobassem outras dimensões que compõem a agricultura, como a sustentabilidade econômica e social.

A “Pauta Nacional de Reivindicações” organizava-se em torno de sete eixos: Reforma Agrária, política agrícola, direitos sociais e trabalhistas, previdência social, saúde e segurança no trabalho, política energética e meio ambiente (Grito da Terra Brasil, 1994). No que tange a política Agrícola as reivindicações versavam sobre: construção de crédito rural diferenciado aos pequenos agricultores, com recursos exclusivos, juros e prazos de pagamentos específicos, simplificação burocrática, ou seja a institucionalização de uma nova forma de classificação de pequeno produtor, equivalente àquela apresentada pela Comissão Técnica MAARA/CONTAG; garantias de comercialização (AGF e EGF); políticas específicas para a borracha, babaçu e para os pescadores artesanais; suspensão e renegociação das dívidas; ampliação do prazo para a desregulação total das tarifas de importação do setor primário no MERCOSUL; destinação de no mínimo 30% dos Fundos Constitucionais para a “pequena agricultura familiar”; e demandas específicas relativas ao PIN, PROTERRA e Financiamento de Máquinas e Equipamentos (FINAME) (GRISA, 2012).

Embora tenha havido muitas conquistas no campo brasileiro, não apenas vislumbrando a agricultura patronal, mas também levando em consideração as especificidades e reconhecimento da Agricultura familiar, faz-se necessário repensar os caminhos percorridos por esta política creditícia durante o passar dos anos.

Segundo o Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais- (DESER) o público do PRONAF possui as características seguintes:

- a) Possuem parte d renda familiar proveniente da atividade agropecuária, variando de acordo com o grupo em que o beneficiário se classifica (30%no grupo B, 60% no grupo C, 70% no grupo D e 80% no grupo E);
- b) Detêm ou exploram estabelecimentos com área de até quatro módulos fiscais, ou até seis módulos quando se tratar de atividades pecuárias;
- c) Exploram a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário;
- d) Utilizam mão-de-obra predominantemente familiar;
- e) Residem no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo;
- f) Possuem renda bruta familiar de até R\$ 60 mil por ano;
- g) Pescadores artesanais, pequenos extrativistas e pequenos aquicultores se incluem no público-alvo do PRONAF.

Com o passar do tempo, foram criados outros grupos dentro do Pronaf, com o objetivo de melhor atender os diferentes contextos sociais e heterogeneidades de público que pode ser apoiada pelo crédito do programa além disto as rendas para enquadramento e os valores-limites de financiamento foram atualizados.

Do ponto de vista operacional o público alvo do PRONAF é estabelecido em grupos, a saber:

- a) Agricultura familiar consolidada (estrato A): Formada por estabelecimentos integrados ao mercado, com acesso às inovações tecnológicas e políticas públicas que funcionam como empresas rurais.
- b) Agricultura familiar me transição (estrato B): constituída por uma parcela da de estabelecimentos com acesso parcial tanto à inovação tecnológica quanto ao mercado, sem acesso à maioria das políticas e programas públicos e que embora não estando estruturados como empresas, possuem viabilidade econômica.
- c) Agricultura familiar periférica (estrato C): formada pelos estabelecimentos sem infraestrutura, economicamente inviáveis, dependentes de políticas de reforma agrária, de crédito, de pesquisa, de assistência técnica para integração produtiva.

A linha de crédito para investimento, foi uma das principais demandas dos movimentos sociais do campo, uma vez que os agricultores não possuíam infraestrutura

produtiva adequada. O crédito para investimento possui um nível de subsídio maior do que de custeio, principalmente no grupo A, B e C.

No início dos anos 2000, considerando os limites da renda bruta e do valor financiado por grupos ou do valor financiado pelo Pronaf em relação ao VBP da Agricultura familiar, verificou-se que o crédito do Pronaf financia parcialmente a agricultura familiar. Por exemplo, no grupo D, os limites renda bruta variam entre R\$16 mil e R\$45 mil e o limite de financiamento para este grupo é de R\$ 8 mil. Considerando que o beneficiário tomaria o valor limite de (R\$ 8 mil), os custos de produção deveriam ser de, no máximo, 50% no caso de menor renda bruta e 17,7% no de maior. Como normalmente os custos variáveis de produção tendem a ficar bem acima desses percentuais, os agricultores lançam mão do autofinanciamento ou entram em outras fontes de financiamento (NUNES, 2007).

Quadro 1: Grupos do Pronaf e limites de financiamento

Grupo	Renda de enquadramento	Limite de financiamento e Investimento
A	Assentados do programa Nacional de Reforma Agrária e beneficiários do programa de Crédito Fundiário	R\$ 16.500,00 E R\$ 18.000, 00 com ATER
B	Até R\$ 3.000, 00	Até R\$ 4.000, 00, com bônus de adimplência de 25% em cada operação de até 1.500, 00
C	R\$ 16.000, 00	R\$ 1.500, 00 a R\$ 6.000, 00
D	R\$ 45.000, 00	R\$ 18.000, 00
E	R\$ 80.000, 00	R\$ 36.000, 00

Fonte: MDA/SAF (2006). Elaboração: DESER

O crédito investimento foi uma das principais demandas dos movimentos sociais do campo, uma vez que, inicialmente, os agricultores não possuíam infraestrutura produtiva. Segundo Nunes (2007), este crédito de investimento possui um nível de subsídio maior do que o de custeio principalmente no grupo A, B e C.

Diante disto, nos primeiros anos de Pronaf, o financiamento para investimento foi pouco utilizado. A ampliação do número de contratos aconteceu nos últimos anos, principalmente com a incorporação e ampliação do Pronaf B como uma linha de crédito voltada a investimentos. Por conta de que muitos projetos foram alocados em execução sem um devido planejamento, as organizações sociais passaram a cobrar do governo a assistência técnica voltada para a execução das atividades dos projetos. Diante da cobrança dos movimentos sociais o governo equacionou o “problema” ampliando o limite

de crédito, sem reembolso, vislumbrando a possibilidade de a iniciativa privada cobrir a lacuna.

A perspectiva estatal, descrita Plano safra da Agricultura familiar 2013/2014, a Agricultura familiar é um setor estratégico para o país e um dos pilares do projeto nacional de desenvolvimento. Por isso, esse conjunto de políticas fortalece o setor, aumenta a produção de alimentos e contribui para o crescimento com estabilidade econômica e social.

Alguns avanços foram conquistados pelo Pronaf desde sua criação: o aumento de contratação a linha de crédito, a diminuição dos encargos e elevação dos níveis de subsídios, inclusão de outros grupos no acesso ao crédito e mecanismos para atendê-los.

4. Considerações finais

As análises das políticas agrícolas conquistadas no Brasil, leva a crer que o Estado é um importante elemento no processo das intervenções de forças políticas e sociais no campo. Intervenções articuladas e pautadas no seio dos diversos movimentos sociais do campo.

As políticas de crédito rural destinadas para a Agricultura familiar, se colocam como referências, haja vista que são políticas construídas a partir de demandas específicas de um público específico formuladas em um momento estratégico da história brasileira que se trata da “abertura democrática”, o que viabiliza a participação de diferentes atores sociais. Isto passa pela modernização da agricultura, na diminuição da pobreza no campo envolvendo a discussão da possibilidade da segurança alimentar.

É válido ressaltar que, embora tenham ocorrido um avanço significativo na construção de políticas de desenvolvimento rural, dentre elas as vinculadas às linhas de crédito, faz-se importante avaliar que muitas destas políticas ainda precisam ser repensadas e reformuladas, para que haja a universalização e a diversificação das linhas de créditos voltadas à produção.

O fortalecimento das políticas de crédito possibilita um fortalecimento e segurança econômica àqueles que as contraem, além da viabilidade do desenvolvimento regional a partir da diversificação produzida pela Agricultura Familiar.

5. Referências

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli da. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do programa nacional de fortalecimento d agricultura familiar (PRONAF). Brasília. IPEA: abril,1998. (Texto para discussão n 641)

BANCO MUNDIAL, **Banco Mundial Brasil: uma parceria de resultados. Ano fiscal 2011.** Brasília (DF): Banco Mundial, 2010.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Programa Nacional de Promoção de Pequenos Produtores Rurais (Produtores de baixa renda) - Proposta para decisão.** Brasília (DF): Secretaria de Desenvolvimento Rural/MAARA, 1998.

COSTA, Francisco de Assis. **Políticas públicas e Dinâmica Agrária.** In: TURA, Letícia; COSTA, Francisco de Assis (Org), Campesinato e Estado na Amazônia: Impactos do FNO no Pará. Brasília Jurídica: FASE, 2000.

GRISA, Catia. **Políticas públicas para a Agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização de ideias.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), Rio de Janeiro, 2012.

MATA, M. Crédito rural: **caracterização do sistema e estimativas dos subsídios implícitos.** Revista Brasileira de Economia, v.36, p. 215-145; jul/set. 1982.

MELO, F.B,A, de. **Agricultura brasileira nos anos 90, o real e o futuro.** Economia Aplicada, v. 2, n.1, p. 163—182, 1998.

MEYER, R.L.; Adams, D; Rask, N.;P.F.C de. **Mercados de crédito no Brasil e os pequenos agricultores no Brasil.** In: Arapujo, P.F.C. de; SCHUH, E. Ed. Desenvolvimento da Agricultura: análise de políticas econômicas. São Paulo. Livraria Editora, 1977, cap. 3, p.151-204.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro.** Estudos avançados. Porto Alegre 2001

PEREREIRA, Luiz Carlos Bresser. A Reforma do Estado doa anos 90: lógica e mecanismos de controle. Cadernos do Ministério da Administração e Reforma do Estado. São Paulo, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A reinvenção solidária e participativa do Estado.** Ministério da Administração e Reforma do Estado. São Paulo,1998.

SAYAD, J. **Crédito Rural no Brasil.** Ministério da Agricultura, Brasília, 1978.

SCHNEIDER, Sérgio; MATTEI, Lauro; GAZZELA, Ademir Antonio, **Histórico, Caracterização e Dinâmica recente do PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar.** Porto LAGRE, 2011.

SILVA, Ilse Gomes. Os desafios da participação popular no contexto da “reforma” do Estado Brasileiro.

SPOLADOR, Humberto Francisco da Silva. **Reflexões sobre a experiência brasileira de Financiamento da agricultura.** Dissertação de mestrado (Mestrado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2002.

NUNES, Sidemar Presotto. **O crédito rural do PRONAF e os recentes instrumentos de políticas agrícolas para a agricultura familiar.** DESER (Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais) /Boletim eletrônico. Conjuntura Agrícola nº 156- FEV. 2007.

**REFLEXOS DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO
RECONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA DE COMUNIDADES
TRADICIONAIS: O CASO DE DUAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO
TERRITÓRIO CENTRO SERRA - RS.**

**Hector dos Santos Facco¹; Lucas Moretz-Sohn David Vieira²; Alisson Vicente
Zarnott³; José Marcos Froehlich⁴.**

Resumo: O presente estudo visa identificar, compreender e discutir a inserção, participação, e o processo de reconhecimento das comunidades quilombolas pelos atores presentes no Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra (CODETER Centro Serra). O Território Centro Serra está localizado no Estado do Rio Grande do Sul - Brasil, com uma área de 3190,28 Km² e uma população total de 79.325 habitantes (IBGE, 2010), sendo compreendido por 12 municípios: Arroio do Tigre, Cerro Branco, Estrela Velha, Ibarama, Jacuizinho, Lagoa Bonita do Sul, Lagoão, Passa Sete, Salto do Jacuí, Segredo, Sobradinho e Tunas. O CODETER Centro Serra é composto por públicos ligados diretamente a agricultura familiar de distintas descendências étnico-culturais, contando assim com a presença de atores de descendência europeia (alemães e italianos majoritariamente), etnias indígenas (guarani e kaingang), como também a presença de atores quilombolas, deste modo apresentando um caráter multicultural. Frente a este contexto, buscou-se entendê-lo a partir da participação das comunidades quilombolas nas Plenárias Territoriais, da distribuição dos recursos que são discutidos e implementados através do CODETER Centro Serra, e por fim problematizou-se os desdobramentos recentes da participação das comunidades no CODETER Centro Serra. Diante das informações, tem-se uma significativa participação das comunidades quilombolas nas atividades do CODETER Centro Serra, e por consequência a construção de um processo de reconhecimento destes atores no território, quanto aos recursos disponibilizados, pode-se notar uma participação que resultou na destinação de 3 projetos dos 14 desenvolvidos no período de 2010 a 2016 para beneficiar as comunidades quilombolas. Por fim, a política de desenvolvimento territorial, somada a participação das comunidades quilombolas possibilitou outros processos de diálogo e articulação das mesmas junto aos atores que atuam no CODETER Centro Serra, especialmente os ligados a Universidade Federal de Santa Maria.

Palavras-chave: Colegiado Territorial; Multiculturalidade; Comunidades Quilombolas;

1 Mestrando no PPG em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria. Agrônomo. hectorfacco@gmail.com;

2 Mestrando no PPG em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria. Agrônomo. lucasmdvieira@gmail.com;

3 Professor na Universidade Federal de Santa Maria. Doutor em Extensão Rural. alisson.zarnott@gmail.com;

4 Professor na Universidade Federal de Santa Maria. Doutor em Ciências Sociais pela UFRRJ. jmarcos.froehlich@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O crescente interesse pela construção de um desenvolvimento mais sustentável e igualitário, nas últimas décadas, produziu diferentes abordagens e propostas para tal. Uma dessas abordagens é a do desenvolvimento territorial, que tem como pilares a articulação de estratégias para o desenvolvimento econômico ancoradas em especificidades locais e diferentes identidades territoriais, a construção de experiências de gestão social participativa e a preocupação com a sustentabilidade ambiental.

No Brasil, a partir de 2003 (até 2016), o desenvolvimento territorial foi adotado como norte para a proposição e operacionalização de diversas políticas públicas voltadas para o rural brasileiro. Institucionalmente foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), ligada ao extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Localmente - nos territórios – foram criados os Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER's), instâncias locais de gestão social e implementação dos instrumentos da política territorial brasileira.

Em destaque, em uma sociedade complexa como a brasileira (formada, por exemplo, a partir de várias etnias) os territórios expressam um complexo cenário multicultural. Nesse sentido, compunha a política territorial brasileira a priorização de alguns grupos sociais específicos como: mulheres rurais, jovens rurais, povos e comunidades tradicionais e assentados da Reforma Agrária. Com esta priorização foi instituída uma tentativa de que os recursos destinados aos territórios alcançassem estes grupos sociais historicamente marginalizados nas políticas públicas.

O Rio Grande do Sul chegou a ter 18 territórios, abrangendo todas as regiões do Estado. Dentre eles, o Território Centro Serra abrange 12 municípios localizados entre as regiões Central, Planalto Médio e Vale do Rio Pardo e é constituído a partir de uma variada gama de atores sociais com as mais distintas origens e formações identitárias, advindas da especificidade da ocupação desta região. Cabe destaque para a marcante presença de comunidades quilombolas, povos indígenas e experiências históricas de reforma agrária.

Criado em 2008, dois anos depois que os dos prefeitos da região, por meio Associação dos Municípios dos Centro Serra (AMCSERRA), solicitaram ao MDA a formalização do Território, onde este atendeu a reivindicação baseando-se: nos índices de desenvolvimento dos municípios e pela identidade na agricultura familiar (SDT, 2009).

Neste universo empírico os autores se moveram a partir das seguintes inquietações: As comunidades quilombolas participam (e como participam?) do CODETER Centro Serra? Se não participam, qual o motivo? Se participam, esse envolvimento reverteu-se em acesso aos

recursos da política territorial? Ainda, se participam e foram beneficiadas por recursos financeiros, quais os impactos/reflexos da participação e dos projetos na/para as comunidades quilombolas?

Com base nessas questões, o presente trabalho objetivou compreender e problematizar como se dá a participação das comunidades quilombolas no CODETER Centro Serra, como estas acessaram os recursos da política territorial e quais os impactos/desdobramentos decorrentes da participação destes atores no Colegiado Territorial.

O trabalho está estruturado com uma revisão teórica sobre a política territorial brasileira, algumas questões sobre comunidades quilombolas e a noção de interculturalidade e multiculturalidade. Posteriormente, é caracterizado o Território Centro Serra e as comunidades quilombolas presentes no mesmo para, depois, discutir a participação dessas no CODETER Centro Serra. As considerações finais, refletem sobre a participação das comunidades quilombolas na política de desenvolvimento territorial, bem como sobre os impactos e reflexos dessa participação na/para as comunidades.

2. MULTICULTURALIDADE E A POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO BRASIL

No período mais recente da história brasileira, ocorreu um processo de descentralização político-administrativa que se refletiu em novos espaços de discussão e implementação das políticas públicas, assim como de novos formatos de operacionalização das políticas públicas, envolvendo atores locais na construção das iniciativas de desenvolvimento.

Especificamente a partir de 2003, o governo brasileiro passou a adotar a perspectiva territorial como o lócus para implementar e articular algumas políticas públicas voltadas para o meio rural, procurando promover o protagonismo dos atores sociais na construção e governança do desenvolvimento nos respectivos territórios (DELGADO e LEITE, 2013). Para operacionalizar essa nova orientação é criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), sob o Decreto nº. 5.033 de 05 de abril de 2004, que aprova a estrutura regimental do Ministério do Desenvolvimento Territorial (FREITAS, 2015).

A abordagem territorial da SDT adotou os seguintes pressupostos: a) que o rural não deve ser resumido ao agrícola; b) a escala municipal restringe muito o planejamento e organização de esforços que buscam a promoção do desenvolvimento enquanto que a escala estadual é muito ampla; c) há uma necessidade de descentralizar as políticas públicas; d) o território é a unidade que melhor mensura os laços de proximidade entre as pessoas, os grupos

sociais e as instituições, instituindo iniciativas direcionadas para o desenvolvimento (DELGADO e LEITE, 2013).

Para a identificação/delimitação dos territórios, foram adotados as seguintes condições:

i) conjunto de municípios com até 50 mil habitantes; ii) conjunto de municípios com densidade populacional menor que 80 habitantes/km²; iii) maior concentração do público prioritário do MDA (agricultores familiares, famílias assentadas pela reforma agrária, agricultores beneficiários do reordenamento agrário, famílias assentadas, o que caracteriza maior intensidade de demanda social; iv) conjunto de municípios integrados com os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), e Mesorregiões, do Ministério da Integração Nacional (DELGADO e LEITE, 2015, p. 249).

Neste sentido, ganha importância à perspectiva da inclusão sócio produtiva na proposição de ações de desenvolvimento a partir das características de cada território, sendo um mecanismo para superar a miséria no meio rural, sobretudo para esses públicos que apresentam maior intensidade de demanda social (MALUF, 2013).

Num processo de descentralização, para a definição das prioridades estratégicas, torna-se importante uma forma de gestão participativa e democrática. Segundo Favareto (2010) a Gestão Social Territorial é fundamental para o desenvolvimento institucional, pois permite explicitar inovadoras formas de participação, negociação, alcance de consensos e democratização das decisões, definindo a natureza, o foco e as prioridades na aplicação de recursos destinados à política de desenvolvimento rural.

Nessa perspectiva, os Colegiados Territoriais (CODETERs) foram o mecanismo institucionalizado para a gestão social dos territórios, devendo estes serem compostos por representantes das três esferas de governo e da sociedade civil.

A criação do Território Centro Serra do Rio Grande do Sul, teve início no ano de 2006, quando a Associação dos Municípios do Centro Serra (AMCSERRA), composta pelos municípios de Arroio do Tigre, Estrela Velha, Novo Cabrais, Jacuizinho, Tunas, Lagoão, Segredo, Sobradinho, Ibarama, Passa Sete, Lagoa Bonita do Sul e Cerro Branco, solicitou a criação e reconhecimento do referido território.

A solicitação de reconhecimento do território foi atendida no ano de 2007, principalmente por sua identidade vinculada a uma produção agropecuária baseada na agricultura familiar (MDA, 2009). Da população total de 79.325 habitantes, 41.976 (52,92%) são residentes da área rural (MDA, 2015), demonstrando a característica rural do território.

Além disto, a região se destaca pela existência dos públicos prioritários dentro da política territorial, como as comunidades indígenas e quilombolas, assentados da reforma agrária, tendo ainda um número expressivo de jovens rurais e mulheres trabalhadoras.

As comunidades tradicionais do território são compostas por povos indígenas, representados por duas etnias, Guarani e Kaingang, localizadas nos municípios de Salto do Jacuí (situadas em três áreas: sendo duas Kaingang e uma Guarani) e Estrela Velha (com uma aldeia pertencente a etnia Guarani) e pelas comunidades quilombolas Júlio Borges (Salto do Jacuí), Rincão dos Caixões (Jacuizinho) e Linha Fão (Arroio do Tigre).

Após várias atividades de organização, sensibilização e articulação, o CODETER do Território Centro Serra foi constituído em janeiro de 2009, sendo formado por 48 membros titulares e respectivos suplentes representando, de maneira paritária, as variadas instituições públicas e da sociedade civil, dos doze municípios integrantes do território (MDA, 2009).

Visando a operacionalização das suas atividades, o CODETER Centro Serra criou o seu próprio regimento, para organizar suas instâncias e trabalhos. Entre as instâncias do CODETER, destaca-se: as Plenárias Territoriais, os Núcleos Técnico e Dirigente e os Comitês Territoriais.

O desenvolvimento das atividades do CODETER foi viabilizado por acesso a recursos de editais - principalmente do MDA - que proveram recursos e/ou projetos de custeio para as atividades vinculadas ao CODETER. No período compreendido entre 2010 e 2015 existia a figura do Assessor Territorial (BRASIL, 2005). A partir de 2014, através da parceria entre diversas instâncias do governo federal, como o MDA, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), foi executada a chamada pública para criação e manutenção dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET's).

No Centro Serra o NEDET esteve vinculado à UFSM, se constituindo no a partir de 2015 com recursos do edital referido acima, e contando com a contratação de 3 assessores territoriais até o final do ano de 2016. Posteriormente o NEDET conta com o financiamento através do edital Fundo de Incentivo à Extensão (FIEX), que reduziu drasticamente os recursos e contando apenas com dois bolsistas de iniciação, além de outros estudantes e docente voluntários.

Já os recursos de investimento no território são oriundos de editais e chamadas do Programa de Apoio a Infraestrutura dos Territórios Rurais (PROINF). Os projetos, valores, destinos, etc. serão apresentados e discutidos mais a frente.

Diante de todo o contexto de criação e execução da política de desenvolvimento territorial, mesmo que os territórios criados possuem afinidades geográficas, culturais, sociais, economias entre outras, a execução desta política se deu em contextos de multiculturalidade, pois se colocou diante de um desafio de reunir diferentes atores territoriais ligados a agricultura familiar como colonos, quilombolas e indígenas. Desta forma se propondo através dos CODETER's construir consensos e ações para gerar um desenvolvimento sustentável no país.

Portanto em um país que em virtude de sua formação social originada em uma diversidade de grupos étnicos que ocuparam seu território nacional, faz-se necessária uma discussão desse contexto multi e intercultural quando o objetivo é refletir sobre a identidade e as alternativas de desenvolvimento dos territórios.

Nesse sentido, nos estudos que trabalham com aspectos culturais, tem-se considerado questões relativas às relações sociais e entre as suas distintas categorias, os meios de opressão, as hierarquias etárias e étnico-raciais, entendendo que a cultura origina e reflete as relações de poder estabelecidas e pode favorecer a reprodução das assimetrias na capacidade dos grupos sociais realizarem suas necessidades. Neste sentido, a cultura não é um campo autônomo, mas um lugar de diferenças e de conflitos (HALL, 2003).

O processo de reconhecimento identitário, de identidades políticas e de políticas identitárias ganham importância na atualidade, estando relacionadas a processos de demarcações de territórios, comunidades e territorialidades físicas, simbólicas e epistêmicas, colocando em tensão e contínuo questionamento a construção “dos outros” (HALL, 1999). A histórica negação e desvalorização das identidades de alguns grupos sociais, gerou um movimento contrário de resistência e de reivindicações de identidade, materializado em processos de luta social pela reapropriação dos meios na (re)definição das respectivas identidades segundo seus próprios critérios, e não somente na apropriação de uma identidade, em muitos casos, produzida ou concedida por grupos dominantes.

Desta forma, a partir dos anos de 1980, emergem muitos movimentos com pautas de caráter étnico político, reivindicando direitos e participação na elaboração e gestão das políticas dos Estados nacionais. Na década de 1990, se afirma um reconhecimento da pluralidade cultural existente nas sociedades latino americanas, dentro de uma corrente reivindicatória de direitos e afirmação das diferenças e das identidades culturais, denominada multiculturalidade.

A multiculturalidade se baseia em uma visão de reconhecimento da diversidade cultural, bem como de exigência de respeito às diferenças. Para Tubino (2002), ela representa

uma tentativa de resolver os problemas derivados das políticas de promoção de igualdade de acesso a direitos, tendo a tolerância como seu princípio orientador.

Já a interculturalidade, vem se apresentando enquanto uma noção em construção, que busca a superação de conflitos, discriminação e exclusão na América Latina, principalmente dos povos e comunidades tradicionais. Se no caso do multiculturalismo a palavra-chave é tolerância, na interculturalidade a palavra-chave é diálogo. A interculturalidade reassume, em parte, o multiculturalismo, no sentido de que há uma necessidade de se considerar o respeito mútuo e as condições de igualdade, para obter o melhor diálogo, mas remetendo a um diálogo mutuamente enriquecedor entre as culturas diversas, o qual se estabelece em condições ou busca por simetria, mesmo que atravessado por conflitos e relações de poder (SALINAS E NÚÑEZ, 2014). Além do respeito mútuo, já apresentado por Tubino (2002), os autores também ressaltam o reconhecimento recíproco da capacidade de criação cultural, social e política, buscando-se as condições para se estabelecer situações permanentes de equidade, equivalência e simetria.

O diálogo intercultural, não implica apenas em reconhecer e respeitar a diversidade, mas também consolidá-la na medida em que contribui para o questionamento dos modelos de desenvolvimento vigentes (TUBINO, 2002). Assim, para Walsh (2009), a interculturalidade deve ser entendida como processo e projeto social, político, ético e epistemológico, constituindo uma proposta que busca romper com a história de hegemonia das representações dominantes e, deste modo, possibilitando expressões para as identidades tradicionalmente excluídas e espaços na sociedade para uma convivência de respeito e legitimidade entre todos os grupos da sociedade.

Partindo dos conceitos de multiculturalidade e interculturalidade, e diante do cenário do CODETER Centro Serra, entendemos que estes conceitos são fundamentais na busca de construir uma reflexão para um entendimento do processo de inclusão e reconhecimento das comunidades quilombolas neste espaço.

3. METODOLOGIA

O método utilizado se baseou na pesquisa e observação participante, conforme Gray (2012), considerando que os autores estão inseridos diretamente na equipe do NEDET - Centro Serra/UFSM e na análise documental.

Visando responder as questões orientadoras da pesquisa foi realizada a análise de documentos referentes ao CODETER Centro Serra, buscando verificar como se dá a participação e o acesso das comunidades quilombolas a política territorial. Para tal, foram

analisadas as atas das Plenárias Territoriais entre os anos de 2015 e 2017 e sistematizadas informações relacionadas a presença dos atores quilombolas, as pautas em debate nas sessões plenárias e as decisões tomadas. Em relação à destinação dos recursos financeiros da política territorial, também foram consultados os extratos presentes no portal do Sistema de Convênios (Siconv) dos projetos elaborados pelo CODETER Centro Serra, especialmente os relacionados aos editais do PROINF.

Por fim, no sentido de tentar compreender os reflexos da política de desenvolvimento territorial nas e para as comunidades quilombolas, analisou-se quais processos foram construídos pelas comunidades a partir de sua participação no CODETER, para o que a vivência dos pesquisadores junto às comunidades através do NEDET/UFSM foi essencial.

4. AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO TERRITÓRIO CENTRO SERRA

Antes de discutir a participação das comunidades quilombolas no CODETER Centro Serra cabe apresentar algumas informações que caracterizam as comunidades presentes no território.

Localizada no quinto distrito de Arroio do Tigre, chamado de Sítio Novo, está a Comunidade Quilombola de Linha Fão. Vivendo na beira do rio dos Caixões (sendo este o marco natural limítrofe do próprio município com as cidades de Salto do Jacuí e Jacuizinho em sua parte setentrional), 15 famílias que possuem algum grau de parentesco e afinidade espiritual ocupam uma área de 11 hectares.

Como metade da área que ocupam não é propícia para agricultura, pois está em um terreno íngreme e com muitos sedimentos rochosos, vivem praticamente do trabalho nas lavouras de fumo dos ‘colonos alemães’ – como são conhecidas as pessoas descendentes dessa etnia no território e com quem historicamente os quilombolas possuem estreitas relações de compadrio e subordinação (BUTI, 2015) - ou de variados serviços temporários no período da entressafra dessa cultura.

As relações sociais estabelecidas colocam à comunidade como opções de trabalho produtivo o plantio na área que ocupam, eventualmente o arrendamento de terras de lindeiros, a produção de artesanato (produzidos com material reciclado, palha de milho ou até mesmo sementes), mas, principalmente, o trabalho como peões, diaristas ou agregados.

Essa situação histórica de precariedade e vulnerabilidade fez com que, em determinado momento, alguns membros comunitários fossem para o município vizinho de Salto do Jacuí, mais propriamente para a localidade de Júlio Borges, distante cerca de 10 km de Linha Fão, para trabalharem na catação (extração) de pedras ágata naquele local, e lá

estabelecendo a segunda comunidade desse estudo, a comunidade quilombola de Júlio Borges.

A partir da migração que ocorreu da comunidade quilombola da Linha Fão, foi se constituindo a comunidade quilombola de Júlio Borges, sendo que ambas mantêm fortes laços de afinidade e espiritualidade, além do parentesco por consanguinidade. A Comunidade Júlio Borges é composta por 40 famílias, estando estabelecidas, atualmente, em uma área de 221 hectares. As famílias de Júlio Borges desenvolvem diversas atividades econômicas, tais como: produção agropecuária para o autoconsumo, artesanato (que se refere à costura de tecido, crochê e tricô), agroindústria de panificados, cultivo de soja e extração da pedra ágata.

Ambas comunidades encontram-se em um contexto econômico empobrecido, com relações sociais de natureza multicultural, mas que conferem as comunidades quilombolas uma condição de subalternidade. No entanto, assim como muitas outras comunidades tradicionais em outros territórios, as comunidades quilombolas de Linha Fão e Júlio Borges possuem valores intrínsecos – materiais e imateriais – que abrem possibilidades para a construção de iniciativas de desenvolvimento e que se apoiadas pelas iniciativas territoriais podem mudar a vida dessas comunidades.

5. O CODETER CENTRO SERRA/RS E AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS.

Nesta seção, busca-se responder as perguntas que nortearam o estudo, quais sejam: (como) ocorre a participação dos atores das comunidades quilombolas dentro do CODETER Centro Serra? As comunidades foram beneficiadas pelos projetos? Quais os impactos na/para as comunidades?

Cabe destacar que a assessoria prestada pelos mediadores da UFSM (via NEDET), possibilitou um processo de mobilização dos atores territoriais e uma nova construção de representação dos públicos para participar do CODETER Centro Serra, envolvendo as comunidades quilombolas no Colegiado, que passaram a ter duas representações com direito a voto, mais dois suplentes para cada representação.

Como o Território Centro Serra possui três comunidades quilombolas, as comunidades de Júlio Borges (Salto do Jacuí) e Rincão dos Caixões (Jacuizinho) indicaram representantes titulares, e a comunidade Linha Fão indicou representantes suplentes para o CODETER (apresentando esta mais dificuldade logística para participar das reuniões). Por essa razão, os participantes mais ativos são aqueles ligados as duas representações com direito a voto na

Plenária Territorial, e em casos extraordinários, ocorreu a participação de membros das três comunidades quilombolas do Território, como mostra a Quadro 1.

Data	Plenárias	Nº de participantes quilombolas	Comunidade		
			Júlio Borges	Rincão dos caixões	Linha Fão
05/08/2015	1	3	2	1	0
04/12/2015	2	1	1	0	0
15/03/2016	3	2	1	1	0
12/04/2016	4	3	1	1	0
10/06/2016	5	2	1	0	1
19/08/2016	6	0	0	0	0
23/11/2016	7	3	1	0	2
22/02/2017	8	1	1	0	0
14/11/2017	9	3	3	0	0

Quadro 1: Participação das representações das associações quilombolas nas plenárias territoriais do CODETER Centro Serra entre os anos de 2015 e 2017

Fonte: Arquivos internos CODETER (2018)

A variação do número de participantes nas Plenárias Territoriais pode ser atribuída a vários fatores, como a dependência de transporte para chegar ao local das Plenárias Territoriais, sendo o caso da comunidade de Rincão dos Caixões, em Jacuizinho-RS, que a participação está condicionada ao auxílio de transporte por terceiros. No caso da participação de representantes da comunidade Linha Fão, considerando que esta não tinha representantes com direito a voto na plenária, sua participação foi mais efetiva em três momentos importantes: o primeiro, na segunda plenária do CODETER Centro Serra, em novembro de 2009; o segundo, quando compareceram a plenária do dia 10 de junho de 2016, onde foi discutida a situação que se encontrava a política territorial (sobretudo sobre os recursos advindos desta), e sobre a formação de redes de trabalhos temáticas; o terceiro momento, estiveram na plenária do dia 23 de novembro de 2016, onde foi pautada a destinação de equipamentos derivados do PROINF 2010.

Além de um espaço de discussão de prioridades, o CODETER gestionou recursos financeiros, ou seja, tornou-se também um espaço de governança de investimentos, conforme estabelecido nos editais do PROINF.

A análise da distribuição dos recursos foi realizada mediante consulta no portal do Sistema de Convênios (Siconv). O CODETER Centro Serra aprovou entre os anos de 2010 e 2016 quatorze projetos com recursos do PROINF, totalizando um investimento de R\$ 2.671.758,05. Como o território, assim como o CODETER Centro Serra, possuem a predominância de públicos ligados a agricultura familiar, a destinação dos recursos também foi majoritariamente voltada à estes públicos, mas como mostra o Quadro 2, as comunidades

quilombolas foram beneficiadas com recursos de três projetos, que juntos, perfazem um total de 669.338,02 mil reais. Porém, dois destes projetos não são exclusivos para as comunidades quilombolas, contemplando também outros públicos.

<i>Ano</i>	<i>Município</i>	<i>Objeto</i>	<i>Valor</i>	<i>Público beneficiado</i>
2010	Sobradinho	Apoio a comunidades quilombolas, aquisição de equipamentos e veículos para Bases de Serviços e implantação de horta comunitária	450.000,00	Quilombolas e Agricultores Familiar em geral
2015	Salto do Jacuí	Melhoria da Infraestrutura Produtiva da Comunidade Remanescentes de Quilombo Júlio Borges por meio da aquisição de implementos agrícolas.	100.000,00	Quilombolas
2016	Salto do Jacuí	Apoiar a estruturação produtiva de empreendimentos coletivos da agricultura familiar	119.338,05	Quilombolas e Assentados de reforma agrária
TOTAL			669.338,05	

Quadro 2: Recursos destinados as comunidades quilombolas nos editais do PROINF no Território Centro Serra entre o período de 2010 e 2016

Fonte : MDA (2015), BRASIL (2017a), BRASIL (2017b)

Pode-se notar uma relação entre a participação dos representantes das comunidades e o acesso aos projetos em discussão no CODETER Centro Serra, onde nos anos de 2015 e 2016, se decidiu por contemplar essas comunidades, coisa que anteriormente só ocorrera em 2010, em um projeto conjunto com outros atores.

O projeto do ano de 2010, contemplava vários atores e diversos municípios, contendo, desta maneira, um total de 9 metas (termo utilizado pela linguagem presente no relatório do Siconv). Dessas metas, duas beneficiaram diretamente as comunidades quilombolas de Júlio Borges e Linha Fão, sendo a primeira beneficiada com aquisição de máquinas de costura, e a segunda, beneficiada pela compra de materiais para a construção de uma estufa agrícola.

Nas propostas dos anos de 2015 e 2016, devido a problemas administrativos na Prefeitura Municipal de Salto do Jacuí, os recursos foram recolhidos pelo MDA e, em consequência, os convênios foram extintos, demonstrando uma fragilidade dos poderes públicos municipais na execução de recursos, que pode estar ligada a diversos fatores (falta de conhecimento? inoperância intencional – preconceito institucional?), necessitando uma análise específica em um momento posterior. Desta maneira, a efetiva materialização do acesso a recursos da política territorial, por parte das comunidades quilombolas do Território Centro Serra, se deu somente aos projetos referentes ao ano de 2010.

A participação das comunidades e a conquista de investimentos territoriais, leva a terceira questão em estudo (*Qual os impactos e os reflexos da participação das comunidades quilombolas na política territorial do Território Centro Serra ?*).

Em relação a essa questão, é possível destacar três impactos de diferentes naturezas. A primeira, está relacionada com o reconhecimento social e político das comunidades quilombolas. Sua participação no CODETER proporcionou seu reconhecimento e construiu cenários interessantes dentro da dinâmica de funcionamento do CODETER Centro Serra, pois o fato de estarem presentes em um espaço de debate e decisões, como nas Plenárias Territoriais, fizeram-se mais visíveis e forçou seu reconhecimento no território, elucidando um contexto de multiculturalidade.

Esse reconhecimento dá origem ao segundo impacto: o acesso a investimentos financeiros voltados ao apoio do desenvolvimento econômico das comunidades. A participação das comunidades proporcionou que os projetos dos anos de 2015 e 2016, gerenciados pelo CODETER Centro Serra, fossem destinados à comunidade quilombola de Júlio Borges.

O terceiro impacto, refere-se as novas relações sociais e institucionais possibilitadas pela participação das comunidades no CODETER Centro Serra. Um exemplo concreto, é a aproximação das comunidades com a UFSM.

A participação das representações das comunidades quilombolas no CODETER permitiu sua aproximação com a UFSM, que através da assessoria do NEDET, construiu diversas ações de extensão universitária (com estudantes de graduação e pós-graduação), tais como: atividades sobre regularização do Bloco Quilombola nas comunidades Júlio Borges e Novo Horizonte (no município de Jacuizinho); seminários de inclusão produtiva, buscando realizar um planejamento das potencialidades produtivas e sócio culturais da comunidade quilombola Júlio Borges, e apresentação de proposta em edital da Incubadora Social (IS) da UFSM.

Em relação à IS, o NEDET assessorou as comunidades de Júlio Borges e Linha Fão a formalizarem propostas para o edital de incubação, sendo as duas propostas acolhidas no final da seleção. A Comunidade de Linha Fão apresentou proposta de viabilizar o funcionamento de uma estufa agrícola comunitária (obtida pelos recursos do PROINF de 2010), com a compra de insumos para sua operacionalização (que não estava previsto nos recursos da política territorial); já a Comunidade Júlio Borges, visou ampliar e qualificar a produção de cultivos tradicionais, panificados e artesanato, assim como constituir, no final do processo de incubação, uma cooperativa de produtos quilombolas.

Mais recentemente (em 2017), e em complementariedade ao processo de incubação, pesquisadores e extensionistas vinculados ao NEDET, aprovaram um projeto junto ao CNPq, cujo objetivo é conhecer, refletir e atuar sobre os processos de mediação e incubação social

em contextos territoriais de multiculturalidade (onde estão presentes quilombolas, indígenas, agricultores familiares, agentes do Estado, extensionistas rurais e universitários), buscando soluções conjuntas e criativas para geração de trabalho e renda, assim como superar a situação de vulnerabilidade social das comunidades quilombolas de Linha Fão e Júlio Borges. Esse projeto prevê também, a aquisição de alguns bens materiais para as respectivas comunidades, que contribuirão com a estruturação produtiva das mesmas

Por fim, considera-se que a política de desenvolvimento territorial pode contribuir em processos de reconhecimento e inclusão dos públicos beneficiários, considerando o caso das comunidades quilombolas apresentadas neste trabalho. Sendo isto mais vigente, na participação das mesmas nos debates e instâncias do Território Centro Serra, o que possibilitou a construção de projetos que foram beneficiárias, resultado das diversas articulações proporcionadas. No entanto, considerando que estão 'imersas' em uma realidade complexa, que envolvem atores de diversas origens étnicas, ainda é latente a necessidade de avançar mais em processos de inclusão e reconhecimento neste contexto multicultural.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, constata-se que ocorreu a participação das comunidades quilombolas nas atividades do CODETER Centro Serra, mas elas não ocorreram sem a participação de agentes de extensão que incentivaram esse processo, assim como do incentivo a participação quando foi preciso comprovar que o território estava constituído por essas comunidades, no momento que estava sendo formalizado.

Os limites financeiros destas comunidades para o deslocamento as reuniões e plenárias são eminentes, por isso o fato da Comunidade Quilombola de Júlio Borges ter conseguido apoio neste sentido, propiciou a sua maior participação nas reuniões e plenárias do CODETER Centro Serra.

O acesso aos recursos disponibilizados pela política territorial materializou-se através da destinação de três projetos, dos 14 desenvolvidos no período de 2010 a 2016. Mesmo assim, um desses projetos não foi executado, em virtude dos problemas administrativos que se encontrava a gestão municipal da comunidade envolvido, sendo esta prejudicada por problemas que não lhe cabiam. Isso mostra que, além da dificuldade de participação nas reuniões e plenárias, que decidem pela destinação dos recursos e fazendo com que poucas vezes sejam beneficiadas, ainda ficam reféns dos problemas administrativos das prefeituras dos municípios que fazem parte.

Derivado de sua participação, com o apoio e ação dos mediadores vinculados ao NEDET Centro Serra, outras ações foram articuladas, especialmente com a UFSM, via seus professores, estudantes e, institucionalmente, via Incubadora Social.

Pelo exposto conclui-se que a participação no CODETER Centro Serra empoderou as comunidades localmente (em relação aos demais públicos do território) e propiciou a oportunidade para um processo de maior engajamento das comunidades na busca de novos caminhos. Esse processo, especialmente, merece destaque, pois essas comunidades assumiram nova postura frente a dura realidade que as cerca, vislumbrando novas possibilidades frente ao passado que até hoje os manteve em situação de vulnerabilidade social, e com a infeliz crença de terem nascido somente para o trabalho penoso.

REFERÊNCIAS

ARRUTI, J. M. Quilombos. In: **Raça: novas perspectivas antropológicas**. PINHO, O.; SANSONE, L. (Orgs.). 2 ed. Salvador: ABA, Edufba, 2008. p. 315-350.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. **Documento do grupo de trabalho sobre comunidades negras rurais**. Rio de Janeiro, 1994.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portal dos Convênios. **Sistema de Gestão de Convênios**. PROPOSTA n. 032515/2015. Disponível em: <<http://portal.convenios.gov.br/aceso-livre>>. Acesso em: 07 mar. 2017a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portal dos Convênios. **Sistema de Gestão de Convênios**. PROPOSTA n. 019835/2016. Disponível em: <<http://portal.convenios.gov.br/aceso-livre>>. Acesso em: 07 mar. 2017b.

_____. Decreto n. 4887 de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 nov. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 17 maio 2016.

_____. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-norma-pl.html>>. Acesso em: 17 maio 2016.

BUTI, R. P. **A Antropologia em Contextos da Política e Ação Quilombola no Brasil Meridional: dois casos para estudo**. 2015. 338 f. Tese (Doutorado Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2015.

DELGADO, N.G.; LEITE, S. P. Atualização das políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro. . In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Orgs.). **Políticas de**

desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza no Brasil. Série Desenvolvimento Rural Sustentável. v. 19. Brasília: IICA, 2013. Cap. 4. p. 125 – 148.

FREITAS, A. F. **Dinâmicas sociais e desenvolvimento territorial no Território Serra do Brigadeiro:** atores, redes e instituições. 2015. 245 f. Tese (Doutorado Administração)– Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

FERREIRA, S. R. B. Quilombolas. In: **Dicionário da Educação do Campo.** CALDART, R. et al. (Orgs.). 2. Ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 645-650.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real.** 2ª ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

HALL, S. **Da Diáspora:** Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. **A Identidade cultural na pós-modernidade.** 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Perfil Territorial, Centro Serra – RS.** Brasília. SDT/MDA, 2015. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_148_Centro%20Serra%20-%20RS.pdf>. Acesso em: 12 abril 2017.

_____. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do Território Centro Serra.** Brasília: SDT/MDA, 2009. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio148.pdf>. Acesso em: 21/6/2017.

MALUF, R. S. Elementos para uma agenda pública de enfrentamento da pobreza e inclusão socioprodutiva no meio rural na ótica do desenvolvimento territorial sustentável. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Orgs.). **Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza no Brasil.** Série Desenvolvimento Rural Sustentável. v. 19. Brasília: IICA, 2013. Cap. 2, p. 57 – 88.

SALINAS, S. C.; NÚÑEZ, J. M. J. Las interculturalidad-es, identidad-es y el diálogo de saberes. **Anais** do IX Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología Rural – ALASRU, Ciudad de México, out. 2014.

TUBINO, F. Entre el multiculturalismo y la interculturalidad: más allá de la discriminación positiva. In: FULLER, N. (ed.): **Interculturalidad y Política.** Desafíos y posibilidades, Red para el Desarrollo de las Ciencias Sociales. Perú, Lima, 2002. p.51-76..

WALSH, C. Interculturalidad crítica y pedagogía de-colonial: apuestas (des) de el in-surgir, re-existir y re-vivir. **UMSA Revista** (entre palabras), vol. 3. 2009.

As organizações de movimentos sociais e o campo estatal: análise da trajetória do sindicalismo rural cutista/Fetraf

Irio Luiz Conti¹
Marcelo Kunrath Silva²
Manuela Finokiet³

Resumo

O trabalho aborda a trajetória do sindicalismo rural cutista que se articula na Fetraf-Sul (2001) e na Fetraf-Brasil (2004). A análise mostra que a multiposicionalidade da Fetraf, através da atuação simultânea em vários campos de ação estatais conformados por diversas políticas públicas e escalas, possibilitou identificar e aproveitar as oportunidades propiciadas por tais campos de ação e demandou diversas mudanças organizativas na Fetraf e suas organizações filiadas.

Introdução

Este trabalho⁴ aborda a trajetória do sindicalismo rural cutista que se articula na Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul), a partir de 2001 e, a partir de 2004, na Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf-Brasil). Mais especificamente, é abordada a relação desta rede de sindicatos com as políticas públicas para a agricultura familiar, tendo como objetivo identificar e analisar as mudanças ocorridas nas organizações de movimentos sociais em virtude de sua participação na formulação e implantação de políticas. Argumenta-se que a inserção e atuação de organizações de movimento social no campo estatal, necessária para a participação em processos de formulação e implantação de políticas públicas, tenderia a

¹ Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professor no Instituto Superior de Filosofia Berthier e conselheiro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, irioconti@gmail.com.

² Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, integrando o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, mksilva@ufrgs.br

³ Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professora EBTT no Instituto Federal do Rio Grande do Sul campus Alvorada, manufinokiet@yahoo.com.br

⁴ A análise desenvolvida se baseia nos resultados da tese de doutorado intitulada “Organizações sociais e políticas públicas: inserção da Fetraf-Sul nas políticas públicas de segurança alimentar e nutricional”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) no ano de 2016 (CONTI, 2016).

demandar ou produzir mudanças mais ou menos significativas em tais organizações, envolvendo aspectos como a estrutura organizativa, os repertórios de ação e a agenda política (objetivos e estratégias) que orienta a atuação das organizações.

A pesquisa que fundamenta a presente análise se estrutura em dois eixos: de um lado, um eixo longitudinal, analisando a trajetória do sindicalismo rural cutista/FetraF ao longo do tempo e as transformações organizativas que derivam de sua crescente inserção na implementação de políticas públicas; de outro, um eixo multiescalar, analisando a atuação simultânea destes agentes em diferentes níveis espaciais (local, regional e nacional) e diferentes políticas públicas, com destaque para as políticas de crédito e habitação rural (que apareceram na pesquisa empírica como as políticas priorizadas pela Fetraf). A partir de um estudo empírico⁵ realizado junto às lideranças da Fetraf e gestores públicos em âmbito nacional, na região Sul e no município de Constantina, no Rio Grande do Sul, serão identificadas oportunidades que se abriram para a atuação da Fetraf na formulação e implementação de políticas públicas e as mudanças ocorridas em função desta atuação, especialmente a partir de 2003.

A análise mostra que a multiposicionalidade da Fetraf, através da atuação simultânea em vários campos de ação estatais conformados por diversas políticas públicas e escalas, possibilitou, de um lado, identificar e aproveitar as oportunidades propiciadas por tais campos de ação. De outro lado, no entanto, esta atuação simultânea demandou diversas mudanças organizativas no sentido de adaptar a Fetraf e suas organizações filiadas às condições particulares de acesso e atuação em diferentes campos de ação estatais.

Na sequência desta introdução, este trabalho contempla uma seção sobre o sindicalismo rural cutista/FetraF e o processo de construção de políticas públicas para a agricultura familiar, que se complexifica e amplia a partir da década de 1990. A seguir se evidencia como as políticas de crédito e habitação rural se constituíram em elementos centrais e estratégicos na estrutura organizativa e na agenda política do sindicalismo rural cutista/FetraF. E, ainda, demonstra-se que o investimento destas organizações de movimentos sociais na formulação e implementação das políticas de crédito e de habitação rural implicou direcionar seus recursos humanos e financeiros para a construção de novas estruturas

⁵ A pesquisa empírica foi realizada no segundo semestre de 2014 e envolveu 63 entrevistadas/os com inserções diversas: Fetraf-Brasil, Fetraf-Sul, Sindicato dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Constantina, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), gestores/as públicos e parlamentares das três esferas de governo.

organizativas e em investir na qualificação técnica e política de seus quadros para operarem essas políticas públicas.

O sindicalismo rural cutista/Fetraf e a construção das políticas públicas para a agricultura familiar

A constituição de políticas públicas para a agricultura familiar em âmbito federal é um processo relativamente recente, no qual as organizações de movimento social tiveram centralidade através do desenvolvimento de repertórios de confronto, da formulação e experimentação de propostas de políticas públicas e de negociações com agentes do Executivo e do Legislativo. Apesar de importantes processos de organização e mobilização ao longo da década de 1980, foi somente a partir da década de 1990 que a agricultura familiar logrou reconhecimento como categoria política, econômica e social em diferentes instâncias da sociedade e, sobretudo, na sua relação com o Estado brasileiro (PICOLOTTO, 2011).

Um marco central neste reconhecimento se expressa na conquista do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), no ano de 1996 (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2009). Por meio deste Programa, o Estado brasileiro reconhece pela primeira vez a especificidade e a legitimidade das demandas dos agricultores familiares enquanto uma categoria específica.

O Pronaf foi resultado de intensas mobilizações sociais, como as Jornadas Nacionais dos Trabalhadores Rurais e os Gritos da Terra Brasil, deflagradas por organizações como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), dentre outras, desde o início da década de 1990. Grisa e Schneider (2015) acentuam que o Pronaf exerceu um papel importante para a emergência de outras políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, como o seguro agrícola, a garantia de preços e a assistência técnica e extensão rural. Ou seja, a partir do Pronaf foram se constituindo outras políticas que acabam por conformar um campo de políticas públicas para a agricultura familiar. Pode-se dizer que o Programa constituiu uma espécie de “porta de entrada” das organizações de movimento social da agricultura familiar, entre as quais o sindicalismo rural cutista, no campo das políticas públicas. É através desta experiência inicial no campo instituído com o Pronaf que irão se constituir relações, recursos e propostas que

irão sustentar o processo de construção e implementação de um leque de políticas públicas subsequentes para a agricultura familiar.

Outra vertente importante da inserção do sindicalismo rural cutista (e, a partir de 2001, da Fetraf) nas políticas públicas advém de sua proximidade político-ideológica e, em muitos casos, da intersecção com o Partido dos Trabalhadores. Foi esta proximidade/intersecção que possibilitou, por exemplo, a realização pela Fetraf-Sul da Caravana da Agricultura Familiar com Lula, em 2001 (ou seja, no mesmo ano de sua fundação). A Caravana, que contou com ampla participação de famílias e organizações da agricultura familiar, se constituiu em um processo de publicização e de demonstração prática de propostas construídas a partir das realidades e experiências dos agricultores/as familiares. Ao conseguir envolver o futuro presidente do país neste processo, a Caravana operou como um instrumento de construção do reconhecimento público e político da Fetraf enquanto representante de uma parcela da agricultura familiar na sua relação com o Estado (FETRAF-SUL, 2001a). Com a vitória de Lula e o início do seu governo, em 2003, abriram-se oportunidades inéditas de participação da Fetraf na proposição, formulação e implementação de políticas para a agricultura familiar.

Em termos de constituição de agendas de políticas públicas para a agricultura familiar, cabe realçar que o sindicalismo rural cutista, no qual a Fetraf se insere, introduziu uma mudança significativa na forma de relação com o Estado a partir da década de 1990. Neste período, observa-se uma substituição das ações centradas no protesto e no confronto por negociações baseadas em pautas propositivas e apoiadas por intensas mobilizações sociais. Desenvolve-se uma metodologia de trabalho em torno da construção dessas pautas: reuniões de base para identificar as demandas centrais dos agricultores; sistematização das demandas nos estados; e, com base nestas sistematizações, elaboração de uma pauta nacional a ser demandada aos governos. A relação com os governos, por sua vez, tende a envolver repertórios de ação variados, com a conjugação de mobilizações sociais de confronto e mesas de negociação entre representantes das organizações mobilizadas e dos órgãos públicos afetos às suas demandas.

O resultado desta mudança na forma de atuação do sindicalismo rural cutista se expressa nas campanhas Grito da Terra Brasil, que teve sua primeira edição em 1994. Realizada a cada ano, esta campanha apresenta uma trajetória que inicia basicamente com um repertório de confronto e gradualmente transmutou-se em relações com o Estado que Giugni

e Passy (1998:84-85) denominam de cooperação conflituosa: nestas relações, as organizações de movimentos sociais combinam cooperação, atuando conjuntamente com o Estado na realização de determinadas ações, e conflito, pressionando interna e/ou externamente o Estado para incorporação de novas demandas e propostas às políticas públicas. Com a decisão de desfiliação da Contag da CUT, em 2009, a Fetraf passou a realizar a Jornada Nacional de Luta da Agricultura Familiar, concebida como um processo de participação social em um repertório que envolve construção de propostas, mobilização, negociação e execução de políticas de interesse da categoria.

A conjugação entre a capacidade de mobilização e de formulação de propostas articuladas no Grito da Terra e a abertura de oportunidades políticas a partir do início do governo Lula resulta no Plano Safra da Agricultura Familiar, introduzido pelo Governo Federal em 2003, e que passou a ter edições anuais a partir de então. O Plano Safra se constituiu em um mecanismo inovador para o governo acolher e responder articuladamente às demandas das organizações que representavam os interesses dos agricultores familiares. Ao mesmo tempo, o Plano Safra se tornou um polo de convergência e culminância dos processos de negociações das pautas de reivindicações do movimento das organizações da agricultura familiar.

Estas pautas de reivindicações, inicialmente mais marcadas por um viés econômico e de política agrícola, adquiriram maior amplitude ao longo do tempo, ao incorporar uma diversidade de temas e de demandas de atores sociais específicos que foram construídas como objetos de políticas públicas no período mais recente. Os temas mais consolidados, como crédito, seguro agrícola, preços diferenciados e previdência social, continuam presentes. Mas observa-se o surgimento de um conjunto de temas que Grisa e Schneider (2015) chamam de políticas de terceira geração. Dentre eles destacam-se: agroecologia, questão ambiental e sustentabilidade, agroindústrias familiares, inspeção sanitária, comercialização, habitação rural, educação e qualificação profissional, assistência técnica, segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento territorial e compras institucionais.

Em meio a essa heterogeneidade de temas que ampliam continuamente o escopo de suas pautas, à exceção de demandas conjunturais e emergenciais, a Fetraf-Sul opera com a lógica de construir demandas e propostas que respondam a aspectos estruturais do campo da agricultura familiar, buscando construir efetivas políticas de Estado e não meramente respostas governamentais conjunturais. Neste sentido, destaca-se a atuação da Fetraf,

juntamente com outras organizações da agricultura familiar, na construção de diversas políticas e legislações instituídas pelo Governo Federal em anos recentes: a Lei da Agricultura Familiar; o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar; o Seguro Agrícola; a Política e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária; a Política Nacional de Habitação Rural; a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; e o Plano Nacional de Convivência com o Semiárido brasileiro. Destacam-se, ainda, diversas proposições que ainda se encontram (ou se encontravam até o momento do Impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016) em negociações, tais como: instituição de um Conselho Nacional de Habitação Rural; criação de um Pronaf sistêmico que promova o desenvolvimento da agricultura familiar; e elaboração de uma legislação sanitária mais acessível e adequada à realidade dos agricultores familiares.

Esta sucinta apresentação da trajetória de relação do sindicalismo rural cutista/Fetraf com as políticas públicas mostra um processo de envolvimento intenso e significativa capacidade de produzir resultados em termos de programas e legislações voltados aos interesses dos agricultores/as familiares. As seções seguintes buscam responder ao problema de pesquisa a partir de uma análise concentrada na relação da Fetraf-Sul com duas políticas que assumiram, ao longo do tempo, maior centralidade na sua atuação: a política de crédito e a política habitacional para a agricultura familiar.

A centralidade da política de crédito na atuação do sindicalismo rural cutista/Fetraf

Apesar do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) existir desde 1965, até a década de 1990 ele era seletivo, focado em agricultores consolidados, em alguns produtos, na agricultura patronal e operacionalizado por meio de um único agente financeiro, o Banco do Brasil. Como destaca um entrevistado: “A gente viveu isso um longo período, até depois que nós já estávamos no sindicato, que os bancos escolhiam os agricultores que tinham condições e os pequenos não tinham vez. Essa era uma das faltas e era preciso chamar a organização e mobilização dos agricultores” (Entrevistado 14). Ou seja, havia insuficiência de recursos e de linhas de crédito, mas, sobretudo, carência de agentes financeiros preparados para operacionalizá-lo de acordo com a realidade e as demandas da agricultura familiar.

Assim, a partir da demanda por crédito, desenvolveram-se fortes mobilizações dos agricultores/as familiares, conforme expressam os relatos abaixo:

Outra luta foi a questão do crédito. Lembro de uma mobilização que a gente teve em 1987, no trevo da rodovia em Sarandi. Naquela mobilização nós tínhamos mais ou menos umas 5 mil pessoas e foi largado um caminhão desgovernado sobre o povo e morreram três agricultores [Lari, Vitalvino e Roseli], bem no trevo. Aquele foi um momento forte da luta pelo crédito (Entrevistado 23).

Paralelamente à utilização de repertórios de confronto, organizações do campo sindical rural cutista do sul do país desenvolviam experiências locais de alternativas de crédito para a agricultura familiar. Uma delas, denominada de Fundo de Crédito Rotativo, foi implementada em 1989 na região Sudoeste do Paraná, por meio de convênio entre a agência de cooperação internacional Misereor e a organização não-governamental Assessorar. Este Fundo era gerido por um conselho de entidades populares e utilizado para financiar pequenos investimentos de diversos grupos informais de agricultores familiares da região (CRESOL BASER, 2015). Outra experiência ocorreu no Oeste catarinense, em 1993, quando agricultores familiares que buscavam melhores condições de crédito fundaram Cooperativas de Crédito Rural em Seara, Quilombo e Curitiba (CRESOL CENTRAL, 2015).

Com a conquista de políticas de crédito direcionadas especificamente aos agricultores/as familiares – o PROVAP em 1994 e, principalmente, o PRONAF em 1996 – e tendo por base experiências prévias como as relatadas acima, funda-se em 1995 o Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol Baser), com sede em Francisco Beltrão. A Cresol Baser nasceu com o objetivo de estruturar um sistema alternativo de crédito com a participação direta das organizações da agricultura familiar:

Dois processos foram decisivos para a criação do Sistema Cresol. O primeiro é que as cooperativas de crédito criavam a possibilidade de reter e aplicar a renda agrícola no meio rural, fazendo com que os agricultores controlassem os recursos para a agricultura, orientando políticas públicas a favor de seus interesses, e ainda participar de programas oficiais de crédito, com o Programa de Valorização da Pequena Propriedade Rural (Provap), cujos recursos podiam ser repassados através de cooperativas de crédito, aplicando as sobras, que correspondiam aos lucros dos bancos, em programas de investimentos na forma de Fundos Rotativos e assim operar com custos menores e de forma menos burocrática. O segundo processo estava relacionado à Constituição Federal de 1988, que previa a participação do cooperativismo de crédito no Sistema Financeiro Nacional. Mas era preciso ainda muita luta para que entrasse em vigor uma nova regulamentação que tornasse efetiva a orientação constitucional em favor do cooperativismo (CRESOL BASER, 2015, p. 1).

Em 1998, por sua vez, surgiram as primeiras cooperativas de crédito em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 2004, seguindo os princípios da descentralização e do

crescimento horizontal, elas constituíram a segunda cooperativa central denominada Cresol Central, com sede em Chapecó e filiadas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e em alguns estados do Nordeste. Em 2014, em decorrência de disputas políticas na Cresol Central, foi fundada a Central Cresol Sicoper, com sede em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. As três centrais se constituem nas áreas de atuação da Fetraf, fazem parte do mesmo Sistema Cresol e integram a Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária (Confesol), mas com administrações autônomas. As duas últimas disputam bases de representação nos estados onde a Fetraf possui atuação.

Para operacionalizar as políticas de crédito, sob o ponto de vista organizativo e das correspondentes estruturas físicas e de pessoal, as três centrais do Sistema Cresol e suas filiadas tiveram que construir estruturas mais robustas que as da própria Fetraf e seus sindicatos nos municípios. Segundo Giugni e Passy (1998:91), “organizações com estruturas formalizadas e profissionalizadas têm maior acesso ao Estado, na medida em que governos e administrações públicas preferem lidar com grupos que têm procedimentos operacionais que reproduzem suas próprias rotinas”. Assim, a inserção e a atuação na implementação da política de crédito demandaram a constituição de estruturas organizativas e administrativas semelhantes àquelas dos agentes financeiros públicos ou privados, apresentando um elevado grau de formalização e profissionalização, definidas como condições para assegurar estabilidade nas transações efetuadas. O sindicalismo rural cutista/Fetraf teve a capacidade de construir organizações com tais características e, assim, acessar oportunidades e recursos vinculados à atuação na implementação da política de crédito à agricultura familiar. Para fazer isto, no entanto, teve que se adequar às regras e lógicas de organização e atuação do campo da política de crédito, construindo uma expressiva estrutura organizativa própria (sistema Cresol) para operar tal política.

Habitação rural para a agricultura familiar

A demanda por habitação adequada no meio rural faz parte da história da agricultura familiar. No entanto, tradicionalmente, as políticas habitacionais eram voltadas ao atendimento de setores urbanos. Apenas a partir do final da década de 1990, a habitação se constituiu em demanda das organizações e movimentos da agricultura familiar como parte

das políticas sociais que propiciam qualidade de vida e favorecem a reprodução das famílias na agricultura familiar. Esta seção traz elementos que ajudam a compreender como a habitação rural passou a integrar as pautas do sindicalismo rural cutista/Fetraf e, particularmente, constituir-se como o segundo campo de política em termos de prioridade de atuação da organização.

A experiência do sindicalismo rural cutista com a política pública de habitação rural começou com iniciativas localizadas, que se expandiram rapidamente pelas oportunidades abertas nesse campo de políticas até então represadas. Em 1999, visando atender reivindicações de assentados da reforma agrária e agricultores familiares, o governo do Estado do Rio Grande do Sul instituiu o Programa Estadual de Habitação Rural (PHRRS), cuja execução estendeu-se até 2003. Segundo Bolter (2013), a operacionalização do PHRRS inovou a forma de conceber e implantar políticas públicas no meio rural, ao estimular o surgimento de organizações específicas da agricultura familiar para participarem da construção das regras, do desenvolvimento e da implementação de programas habitacionais em parceria com os governos.

Entre as organizações que deram origem ao PHRRS encontram-se os sindicatos de Sarandi e Constantina, dos quais surgiu um pequeno grupo de associados que fundou, em 2001, a Cooperativa de Habitação Rural da Agricultura Familiar (Cooperhaf), vinculada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Sarandi - RS, que já integrava a Fetraf-Sul. Segundo um sindicalista empenhado em sua fundação:

A criação da Cooperhaf, em 2001, foi uma importante ferramenta para se chegar no governo do Estado com uma proposta de política de habitação, que hoje é nacional. A Cooperhaf foi fundada no porão do sindicato de Sarandi e hoje é nacional. Somos sócios fundadores dessa cooperativa e hoje ela realiza o sonho de milhares de famílias no sentido de reforma de casa e construção de casa nova. Isso eleva a autoestima da família rural, ainda mais agora com o projeto “Caprichando a Morada”, com a questão da sustentabilidade, com pomar e horta. (Entrevistado 22).

A partir de 2003, o Governo Federal passou a priorizar a política habitacional para a população de baixa renda no meio rural. Entre os fatores que contribuíram para que tais políticas adentrassem na agenda do governo, três foram determinantes segundo os pesquisados: primeiro, o Presidente Lula, por ocasião da Caravana da Agricultura Familiar, viu e ouviu dos próprios agricultores familiares a premente necessidade de o governo implantar um programa nacional de habitação rural (FETRAF-SUL, 2001b); o segundo reside na experiência acumulada pelos movimentos e organizações sociais da agricultura familiar na

construção e cogestão do programa de habitação rural no Rio Grande do Sul nos anos anteriores; e o terceiro fator foi a criação do Ministério das Cidades e a nomeação de ministros comprometidos com a proposta de implementar políticas habitacionais articuladas com o desenvolvimento rural em âmbito nacional (COOPERHAF, 2008a; 2008b). Tais fatores contribuíram para oportunizar a criação de relações de cooperação entre o Estado e a Fetraf em torno da formulação e implementação da política de habitação rural.

Ainda em 2003, o Governo Federal adotou o Programa de Habitação Rural para promover o acesso à habitação das famílias rurais que até então eram alijadas deste direito. O Programa, inicialmente vinculado ao Programa Nacional de Habitação, foi aperfeiçoado com a participação das entidades da agricultura familiar e transformado em Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), em 2009. Vinculado ao Programa Minha Casa, Minha Vida, visava subsidiar a construção de unidades habitacionais aos agricultores/as familiares e trabalhadores/as rurais de todo país com recursos do Orçamento Geral da União e em parceria com organizações sociais.

Em seu 2º Congresso, realizado em 2007, a Fetraf passou a defender que a moradia é um direito humano que deve ser reconhecido, protegido e efetivado pelo Estado por meio de políticas públicas, cujo descumprimento incorre na violação dos direitos humanos (FETRAF-SUL, 2007). A Fetraf interpretou que com o Programa de Habitação Rural se abriam oportunidades não apenas para a resposta às demandas habitacionais dos agricultores/as familiares, mas também para a expansão de sua atuação. Assim, impulsionada pela experiência exitosa de execução de ações de habitação rural no Rio Grande do Sul, a Cooperhaf ampliou sua área de abrangência para operar programas habitacionais em todas as regiões de atuação da Fetraf-Sul, com filiais nos três estados do Sul e sede central em Chapecó. E, seguindo a lógica de expansão nacional adotada pela Fetraf, a partir de 2006 a Cooperativa expandiu sua atuação para além da região Sul, constituindo filiais em outros dez estados. Estas filiais, a partir de 2010, passaram a se tornar cooperativas autônomas vinculadas à Fetraf-Brasil, dedicadas à formulação e execução de projetos habitacionais no rural brasileiro (COOPERHAF, 2015).

Analisando os dados da Tabela 1, abaixo, observa-se que a Fetraf iniciou, por meio da Cooperhaf, a trabalhar com projetos habitacionais localizados em poucos municípios do Rio Grande do Sul, no ano de 2001, com escassos recursos do Programa estadual de habitação Pró-Comunidade. Logo, entre 2004 e 2009, ampliou a execução de projetos dessa natureza

para a região Sul com recursos do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A partir de 2009, com a instituição do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), este passou a ser a fonte principal de recursos para financiar os projetos operacionalizados pela Cooperhaf. A Tabela mostra, ainda, a evolução do número de contratos habitacionais assinados e executados na região Sul desde sua implantação.

Tabela 1 - Contratos habitacionais rurais executados pela Cooperhaf na região Sul do Brasil - Período de 2001 a 2015

PROGRAMAS HABITACIONAIS	ANO	PR	RS	SC	TOTAL
Pró-Comunidade	2001	0	378	0	378
PSH	2004/2005/2006	424	708	1668	2800
FGTS	2004/2005	50	1140	246	1436
FDS	2005/2006	331	328	204	863
FGTS	2006	1196	799	1814	3809
FGTS	2007	951	712	1166	2829
PSH	2007	393	413	844	1650
PSH	2008	861	1229	799	2889
FGTS	2008/2009	564	1505	1331	3400
PSH	2009	100	551	570	1221
PNHR	2010	257	194	207	658
PNHR	2011	552	679	967	2198
PNHR	2012	942	1169	872	2983
PNHR	2013	1887	957	1753	4597
PNHR	2014	690	505	599	1794
PNHR	2015 (até 31/07)	321	212	246	779
TOTAL GERAL		9.519	11.479	13.286	34.284

Fonte: Cooperhaf (2015), organizado pelos autores.

A execução deste expressivo volume de contratos habitacionais pela Cooperhaf evidencia o que Giugni e Passy (1998) chamam de cooperação por delegação de atribuições do Estado para a Cooperhaf. O primeiro se desincumbe de parte de suas atribuições, que então são assumidas por organizações do movimento social que também passam a acessar os recursos correspondentes à execução das mesmas. A Cooperhaf assume tais atribuições e

demonstra sua capacidade de agência no exercício da cogestão da política habitacional. Pode-se dizer que ela se transforma em um ator central no interior da própria Fetraf, na relação com as demais cooperativas que executam essa política e, acima de tudo, alcança reconhecimento político e técnico junto aos órgãos públicos encarregados pela operacionalização da política habitacional no Brasil.

A ação da Cooperhaf na construção e execução da política habitacional foi reconhecida internacionalmente em 2009, quando ela conquistou o prêmio *World Habitat Awards* da organização britânica *Building and Social Housing Foundation*, ligada à Organização das Nações Unidas, que certifica as melhores práticas habitacionais no mundo. No mesmo ano, ela também foi condecorada com o Prêmio da Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, com o projeto “Caprichando a Morada” (COOPERHAF, 2014).

O significado das 34.284 moradias novas e/ou reformadas nas regiões de atuação da Fetraf-Sul, entre 2001 e 2015, pode ser melhor avaliado a partir da informação de que a organização teria 72.382 associados no período. Sabendo que a moradia envolve diversos indivíduos, pode-se concluir que uma parcela bastante significativa das bases da organização foi diretamente favorecida pela atuação da Cooperhaf na implementação da política de habitação rural. Com entusiasmo, uma liderança da Cooperhaf discorre sobre a posição e o significado que a política de habitação rural ocupa na agenda da Fetraf-Sul e sua contribuição para a viabilização da agricultura familiar:

Hoje a habitação é a principal política da Fetraf-Sul. O que os sindicatos mais fazem hoje é no campo da habitação, pois é o lugar onde a família irá viver, está ligado com autoestima, saneamento, produção de alimentos. A conscientização da população quanto ao cuidado com a residência, com o saneamento básico de casa fomos nós que implantamos. Para a agricultura familiar, a casa deve ser um lugar bom, bonito, agradável de estar e confortável. No passado, buscava-se apenas implementação de política agrícola e, quanto à residência, deixava-se de lado. Essa mudança na maneira de pensar o modo de vida é um atrativo para o jovem querer continuar no campo. Hoje a preocupação nas reuniões e debates do sindicato, acho que 80% é a habitação (Entrevistada 30).

Na direção e na estrutura da Fetraf, a preocupação com a habitação não é tão intensa porque a Cooperhaf possui tal incumbência específica, cabendo à primeira ocupar-se com a definição de diretrizes estratégicas para serem operacionalizadas pela Cooperhaf. Por sua vez, nesse período, nos sindicatos ampliaram-se os recursos humanos e técnicos envolvidos com as demandas de implantação dos projetos habitacionais à medida que estes passaram a ocupar maior espaço em suas agendas e nas agendas da Cooperhaf e da Fetraf-Sul.

Em Constantina, por exemplo, o tema ocupa amplo espaço na dinâmica organizativa e há dirigentes e técnicos do sindicato e da Cresol especificamente envolvidos com o acompanhamento da implantação da política habitacional. Conforme uma agricultora familiar, “hoje neste nosso interior você não vê mais casas velhas. Praticamente todas as famílias têm casas novas ou reformadas e isso se deve ao programa de habitação do Sindicato” (Entrevistado 13). Outro dirigente menciona que “hoje, de cada três casas no interior do nosso município, duas possuem investimento público” (Entrevistado 01).

Observando-se os dados da Tabela 2, abaixo, percebe-se que o número de casas novas e reformadas em Constantina até 2015 era de 379 (e 94 famílias aguardavam na lista de espera para acessar o programa). Mesmo que o número não alcance os dois terços salientados pelo entrevistado acima, atinge uma parcela significativa das 975 famílias residentes no meio rural do município de Constantina; ou seja, um resultado ainda assim muito expressivo.

**Tabela 2 - Contratos habitacionais rurais executados em Constantina
- Período de 2001 a 2015**

PROGRAMAS HABITACIONAI S	ANO	CASA NOVA	REFORMA	TOTAL
Pró-Comunidade	2001	33	15	48
PSH	2004/2005/2006	20		20
FGTS	2004/2005			0
FDS	2005/2006			0
FGTS	2006		52	52
FGTS	2007		8	8
PSH	2007			0
PSH	2008		15	15
FGTS	2008/2009		13	13
PSH	2009	26	17	43
PNHR	2010			0
PNHR	2011	14		14
PNHR	2012	8	39	47
PNHR	2013	17	24	41
PNHR	2014	20	22	42
PNHR	2015 (até 31/07)	15	21	36
TOTAL GERAL		153	226	379

Fonte: Cooperhaf e Sintraf Constantina (2015), organizado pelos autores.

Por fim, sobre o investimento da Fetraf-Sul, via a Cooperhaf, na habitação rural como agenda estratégica, cabe ainda destacar que a partir de 2011 a Cooperativa, considerando sua experiência acumulada nos processos de execução da política habitacional, passou também a trabalhar com a habitação popular urbana. Tal mudança está relacionada, entre outros fatores, ao fato de muitos agricultores/as e/ou seus familiares residirem em áreas urbanas dos municípios abrangidos pela organização sindical na base da Cooperhaf.

Conclusões

A reconstrução da trajetória do sindicalismo rural cutista/Fetraf na produção e implementação das políticas de crédito e de habitação rural, realizada nas seções anteriores, traz diversos elementos para responder ao problema de pesquisa apresentado na introdução deste trabalho: compreender as mudanças ocorridas nas organizações de movimentos sociais em virtude de sua participação na formulação e implantação de políticas públicas.

O intenso envolvimento do sindicalismo rural cutista/Fetraf na construção e implementação das políticas de crédito e de habitação rural implicou em direcionar seus recursos prioritariamente para estes fins, demandou investimentos em qualificação técnica de seus quadros para operarem aquelas políticas e exigiu um processo de construção de novas estruturas organizativas (Cresol e Cooperhaf) com condições de atender às condicionalidades que habilitam à atuação na implementação das políticas, entre outros aspectos. Todas estas ações tiveram como contrapartida a restrição das possibilidades de inserir-se em outros campos de políticas com a mesma intensidade. Neste sentido, outras políticas também direcionadas à agricultura familiar, como as políticas de segurança alimentar e nutricional, tiveram um envolvimento muito menos significativo do sindicalismo rural cutista/Fetraf.

Além de limitar a atuação em outros campos de políticas públicas, a atuação prioritária na implementação das políticas de crédito e de habitação rural também limitou os recursos disponíveis para outras inserções e atuações da Fetraf externas ao campo das políticas para a agricultura familiar. Em particular, as demandas da atuação institucional nos campos de políticas públicas limitaram as possibilidades de atuação extrainstitucional, seja nas comunidades locais seja no campo do movimento da agricultura familiar.

Mas esta inserção em múltiplos campos de política pública não pode ser interpretada apenas como fonte de limitações. A reconstrução da trajetória do sindicalismo rural

cutista/FetraF mostra, também, que a inserção múltipla pode ser geradora de recursos que alimentam a atuação simultânea nos diversos campos. Destaca-se, neste sentido, a relação entre a Cresol e a Cooperhaf na implementação dos projetos habitacionais: a estrutura e expertise do Sistema Cresol oportunizou melhores condições de captação e gestão dos recursos para projetos habitacionais, ao mesmo tempo que a estrutura e expertise da Cooperhaf oportunizou melhores condições de implementação de tais projetos. Como salienta um entrevistado:

A habitação foi uma extensão da nossa política de sustentabilidade e o atendimento de uma demanda. Nós tínhamos crédito para qualquer coisa relacionada à produção, menos para a habitação. Nós entramos nos programas de habitação no governo de Olívio Dutra e naquele período criamos a Cooperhaf nos municípios de Constantina e Sarandi. Nós colocávamos a habitação como reforma de casas e devolvíamos 80% dos recursos captados. Em 2003, quando o Olívio assumiu o Ministério das Cidades, ocorreu o primeiro leilão público de casas e as cooperativas de crédito puderam se credenciar com o aval do Banco Central para disputar essas ofertas públicas de casas. Naquela época, a Cresol Baser e a Credinorte ganharam as primeiras casas. Foi assim que começamos o programa de habitação. Eu fiz parte de 2004 a 2008 de um grupo de discussão sobre o programa de habitação, representando o sistema Cresol. Mas como tínhamos criado a Cooperhaf, nós enquanto Cresol potencializamos o ramo do crédito e a Cooperhaf ficou responsável pelo programa de habitação. Nós ganhávamos as casas em nome da Cresol, mas quem executava e acompanhava o projeto era a Cooperhaf. E ainda hoje, 80% das habitações que a Cresol faz são em parceria com a Cooperhaf. (Entrevistado 01).

A análise realizada mostra, assim, que a atuação em diversos campos de políticas públicas demandou e/ou oportunizou mudanças organizativas profundas na Fetraf, que alteraram significativamente a estrutura e a atuação da organização ao longo do tempo. Duas destas mudanças se destacam. A primeira é a construção de estruturas organizativas específicas para a atuação na implementação de políticas públicas, que acabam adquirindo uma dimensão que por vezes ultrapassa a própria estrutura da organização de movimento social original – no caso, a Fetraf. Tais estruturas, por um lado, possibilitam aproveitar as oportunidades e os recursos das políticas públicas para não apenas produzir os bens e serviços relacionados às políticas, mas também fortalecer a própria organização de movimento social. Por outro lado, no entanto, tais estruturas tendem a estabelecer uma relação de dependência em relação às políticas que implementam, o que pode causar instabilidades organizativas em função de mudanças nas políticas

Uma segunda mudança importante é na mudança de escala de atuação das organizações de movimentos sociais. A implementação de uma política pública de âmbito federal oportunizou condições para um processo de nacionalização da Fetraf. Através da

implementação das políticas de crédito e de habitação rural, a Fetraf conseguiu expandir sua atuação para novos municípios e estados, fortalecendo uma rede de escala nacional que se articula na Fetraf-Brasil (depois Contraf-Brasil). Frente aos diversos e profundos obstáculos que as organizações de movimentos sociais enfrentam para operar em escala nacional em um país com dimensões continentais como o Brasil, as políticas públicas federais tiveram um papel fundamental na criação das condições para esta nacionalização.

Conclui-se, assim, que a inserção em diversos campos de políticas públicas não apenas oportunizou o acesso da Fetraf-Sul a recursos, espaços e processos que conformam aqueles campos. Além disto, tal inserção produziu importantes mudanças qualitativas na Fetraf-Sul, alterando sua estrutura organizativa, seus repertórios de ação e suas estratégias.

Para finalizar, apesar de não ter sido objeto de análise neste trabalho, é importante destacar que a inserção da Fetraf-Sul no campo de políticas para a agricultura familiar não somente foi geradora de mudanças na organização, mas também produziu mudanças neste próprio campo e nas políticas. Conforme indica a reconstrução da trajetória do sindicalismo rural cutista/Fetraf nas políticas de crédito e de habitação rural, a partir de recursos, relações, conhecimentos e propostas construídos em experiências prévias, em âmbito societário e/ou em níveis subnacionais de governo, os ativistas e organizações atuaram ativa e propositivamente no sentido de construir instrumentos de políticas que concretizassem seu objetivo de fortalecimento da agricultura familiar e um modelo de agricultura alternativo àquele defendido pelo agentes do agronegócio. Ou seja, estes ativistas não apenas aproveitaram oportunidades institucionalmente dadas, mas disputaram também a própria configuração da institucionalidade do campo de políticas para a agricultura familiar. E, desta forma, produziram importantes mudanças qualitativas neste campo ao longo do período analisado.

REFERÊNCIAS

- BOLTER, J. A. G. *Interfaces e cogestão nas políticas para agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Habitação Rural*. 2013. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- CONTI, I.L. *Organizações Sociais e Políticas Públicas: inserção da Fetraf-Sul nas políticas públicas de segurança alimentar e nutricional*. 2016. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

COOPERATIVA DE HABITAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES -COOPERHAF. *Orientações para a construção habitacional* - Caderno 01. 3 ed. Chapecó, 2008a.

_____. *Organização, cooperativismo e associativismo na agricultura familiar* - Caderno 02. 3 ed. Chapecó, 2008b.

_____. *Cooperativa conquista o mais importante prêmio mundial na área de habitação social*. 2014. Disponível em: <http://www.fetecpr.org.br/cooperativa-conquista-o-mais-importante-premio-mundial-na-area-de-habitacao-social/>. Acesso em: 29 out. 2014.

_____. *Institucional*. 2015. Disponível em: <<http://www.cooperhaf.org.br/institucio>>. Acesso em: 29 out. 2015.

CRESOL BASER. *Nossa história*. Disponível em: <http://www.cresol.com.br/site/conteudo/>. Acesso em: 16 jul. 2015.

CRESOL CENTRAL. *O Sistema Cresol*. Disponível em: <<http://www.cresolcentral.com.br/sistema-cresol-central>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

CRESOL CENTRAL SICOPER. *Histórico*. Disponível em: <<https://cresolsicoper.com.br/historico>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

DOIMO, A. M. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e a participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO SUL - FETRAF-SUL. *Resoluções do Congresso de Fundação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - FETRAF-SUL/CUT*, Chapecó, 28 e 29 de março de 2001a.

_____. *Caravana da Agricultura Familiar: agricultura familiar e a construção de um novo projeto de desenvolvimento sustentável e solidário para o Brasil*, Chapecó, 25 de julho a 03 de agosto de 2001b. (Mimeo)

_____. *A ousadia na luta e na organização: construindo um novo desenvolvimento. Tese do 2º Congresso da FETRAF-SUL/CUT*, Francisco Beltrão, 28 a 30 de março de 2007.

GIUGNI, M.; PASSY, F. Contentious politics in complex societies: New social movements between conflict and cooperation. In: GIUGNI, M.; McADAM, D.; TILLY, C. *From contention to democracy*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 1998.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p. 19-50.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. *As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRJ, 2011.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA; MATTEI, L.. Histórico, Caracterização e Dinâmica Recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MORUZZI MARQUES, P. E. (Orgs.). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 21-49.

SECRETARIA ESPECIAL DA HABITAÇÃO - SEHAB. *A cidadania em construção*. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2001.

CRÉDITO DO PRONAF: ESTUDO DE CASO SOBRE PERCEPÇÕES DE TRABALHADORES DA COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL CRESOL CHAPECÓ

Juliano Luiz Fossá¹

Lauro Mattei²

Dunia Comerlato³

Resumo: O cooperativismo de crédito rural surgiu no país com objetivo de possibilitar o acesso ao crédito rural aos agricultores familiares que historicamente estavam excluídos do sistema tradicional de crédito rural. Este artigo apresenta as percepções dos trabalhadores da Cooperativa Cresol Chapecó em relação à agricultura familiar, ao cooperativismo de crédito e ao Pronaf. Consistindo em uma pesquisa qualitativa, inicialmente fez-se uma revisão de literatura sobre a temática da agricultura familiar e do cooperativismo de crédito. Na sequência foram realizadas dezesseis entrevistas com trabalhadores da Cresol Chapecó. Após sistematização das informações chegou-se aos seguintes resultados: i) reconhecimento dos trabalhadores da Cresol Chapecó que o agricultor familiar é o protagonista da cooperativa; ii) entendimento sobre diferenciação dos serviços prestados pela Cresol Chapecó em relação às demais instituições do sistema bancários tradicional; iii) valorização dos princípios institucionais da cooperativa que visam o desenvolvimento dos agricultores familiares associados; iv) percepção que o programa Pronaf, quando investido adequadamente, é capaz de melhorar as condições de trabalho e renda dos agricultores familiares. Considera-se que as percepções dos sujeitos entrevistados coadunam com os princípios institucionais da Cresol Chapecó, ou seja, de valorização e compromisso com o segmento da agricultura familiar.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Pronaf, Cresol Chapecó.

¹ Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó; Doutorando em Administração - UFSC; j.fossa@unochapeco.edu.br.

² Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Doutor em Ciência Econômica - Unicamp; l.mattei@ufsc.br.

³ Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó; Doutora em Serviço Social – PUC/RS; dunia@unochapeco.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar recebeu reconhecimento e valorização nas estruturas ministeriais dos governos brasileiros de meados dos anos de 1990 até o final de 2015. Esse processo ocorreu por meio da formulação e implementação de políticas públicas que oportunizam, em certa medida, processos inclusivos e dinâmicos capazes de instituir uma nova trajetória de atenção aos agricultores familiares (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

A institucionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) ocorreu principalmente pela ação e lutas dos movimentos sociais de agricultores/as familiares e estudo realizado em parceria pela FAO/INCRA, que teve como objetivo a inclusão no acesso ao crédito em apoio às atividades produtivas. Gazolla e Schneider (2013) apontam que o Pronaf é tido como um marco da intervenção do Estado no estabelecimento de uma política pública específica para agricultura familiar.

Entretanto, o acesso ao programa pelo conjunto de agricultores familiares não ocorreu de forma natural, antes pelo contrário, pois inúmeras barreiras tiveram que ser superadas no decorrer dos anos. Cazella et al. (2016, p. 60) afirmaram que no início do programa Pronaf “uma franja de 35,7% dos estabelecimentos agropecuários identificados como ‘periféricos’ foi excluída do grupo a ser contemplado pelo Estado”.

A partir da expansão do programa Pronaf, o cooperativismo de crédito rural, em especial na região Sul do país, surgiu como um importante canal de acesso aos recursos do programa por parte dos agricultores familiares. O sistema Cresol, por meio de suas cooperativas singulares, se apresenta como alternativa ao modelo bancário tradicional, principalmente pela priorização do atendimento aos agricultores menos capitalizados e que encontravam dificuldades para acessar os recursos.

Neste artigo apresenta-se a percepção dos trabalhadores da cooperativa de crédito Cresol de Chapecó em relação à agricultura familiar, cooperativismo de crédito e Pronaf. O texto contém quatro seções, além dessa breve introdução. Inicialmente, registram-se apontamentos sobre o contexto da agricultura familiar, abordando também considerações sobre o cooperativismo de crédito. Na sequência, apresenta-se os procedimentos metodológicos que orientaram o processo de pesquisa. No terceiro momento, registram-se as percepções dos trabalhadores entrevistados e por fim são tecidas as considerações finais.

2 AGRICULTURA FAMILIAR E O PRONAF

Em relação a agricultura brasileira é necessário considerar sua constituição em dois segmentos antagônicos. Os referenciais teóricos há muitos anos classificam e distinguem a agricultura na dualidade patronal/empresarial e familiar. A primeira caracterizada pelos grandes latifúndios, uso extensivo de insumos químicos, ampla utilização de tecnologia e mão de obra assalariada e orientada para exportações.

A segunda - a agricultura familiar - do ponto de institucional é caracterizada pela Lei n. 11.326/2006 como sendo aquela que: i) não detenha área maior do que quatro módulos fiscais; ii) predominância de mão de obra da própria família nas atividades econômicas; iii) renda familiar predominantemente das atividades econômicas do próprio estabelecimento; iv) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Outra possibilidade para classificar a agricultura familiar é a partir das formas e organização social do seu processo produtivo que essencialmente se caracterizam pelas seguintes características: mão de obra familiar; maior parte da renda advinda do trabalho familiar na propriedade; produção diversificada; e, estabelecimentos rurais familiares.

Na visão de Abramovay (2003), a agricultura familiar apresenta multiplicidade de atores sociais (para além da produção agropecuária), os quais são sustentados pelos laços sociais individuais e de suas organizações. Os estudos sobre a agricultura familiar se justificam e assumem expressivos significados, pois a análise dessa categoria envolve as relações com a sociedade e vão muito além da questão produtiva (Mattei, 2015).

Para Wanderley (2001), a agricultura familiar pode ser compreendida como aquela em que a família é a proprietária dos meios de produção e ao mesmo tempo assume o trabalho na propriedade rural, apresentando, assim, uma significativa diversidade em suas formas sociais.

Segundo Schneider (2009), os estudos da agricultura familiar exigem análises sociológicas de múltiplas dimensões sobre as mais amplas possibilidades de suas formas sociais. Isto porque, conforme Feito (2018, p. 53), a agricultura familiar representa “un sector social y productivo con alta complejidad, que requiere de múltiples acciones simultáneas, así como su inmersión en una estructura articulada de sostén interinstitucional que le permita generar las condiciones para un mejoramiento integral en su calidad de vida.”

É a partir dessas características e a ampla relevância socioeconômica, impulsionado pela Constituição Federal de 1988, que o Estado brasileiro no decorrer dos anos de 1990 inicia a elaboração e implantação de um conjunto de políticas públicas específicas para o segmento de agricultores familiares (GRISA; SCHNEIDER, 2015). Os movimentos sociais do campo, especialmente os sindicatos dos pequenos produtores rurais, elegeram no início da década de 1990 o acesso ao crédito rural como política estratégica de fortalecimento.

O acesso ao crédito rural de forma institucionalizada por meio de uma política pública específica à agricultura familiar ocorreu no Brasil somente após a criação do Pronaf. Mattei (2015, p. 13) afirma que com o Pronaf e as melhorias realizadas ao longo dos anos no programa “houve um processo de inclusão de novos agricultores como beneficiários dessa política pública”. Em complemento, Aquino e Schneider (2015) apontam que o Pronaf, com o passar dos anos, foi entendido, especialmente pelos seus gestores públicos, como política pública capaz de estabelecer uma estratégia em âmbito nacional de ampliação da diversidade social da agricultura familiar no meio rural.

O Pronaf passa a ser o principal instrumento de financiamentos das atividades produtivas do segmento produtivo familiar rural, com taxas de juros abaixo do que tradicionalmente pratica o mercado financeiro tradicional com prazos maiores, subsídios e, também, assegurando condições de pagamento adequadas à realidade da agricultura familiar. Entretanto, o Pronaf, na condição de política pública, ainda possui diversos desafios a serem superados, com destaque para a ampliação do programa aos grupos mais fragilizados.

3 AS COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL E O SISTEMA CRESOL

3.1 Breves notas sobre a trajetória do cooperativismo de crédito rural no Brasil

O surgimento das cooperativas de crédito no Brasil data da primeira década do século XX, cujas iniciativas decorrem de ações da igreja católica na região da Serra Gaúcha. O movimento cooperativista de crédito rural ganha força no decorrer da década de 1980, estabelecendo-se as primeiras iniciativas de oferta de crédito rural para pequenos produtores. Para Búrigo (2010), esse movimento centrava-se nas cooperativas não vinculadas à época ao sistema Organização de Cooperativas Brasileiras (OCB).

Com o retorno do regime democrático no Brasil, as cooperativas de crédito rural se desenvolvem estimuladas pelas pautas reivindicatórias dos movimentos sociais vinculados a terra. As cooperativas de crédito, diferentes dos bancos que, em geral, colocam sérias restrições para a liberação dos financiamentos aos agricultores familiares, podem canalizar os recursos para os agricultores mais descapitalizados, diminuir a burocracia e potencializar projetos com a utilização de tecnologias alternativas.

A partir dos anos 1990, o Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou a organização de bancos cooperativos no Brasil. As primeiras experiências nesse sentido surgem com a criação do Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob) e Banco do Sistema Sicredi

(Bansicredi), articuladas essencialmente por cooperativas tradicionais de produção agrícola. Contudo, a atuação desses bancos foi alvo de críticas por parte dos movimentos sociais no âmbito da agricultura familiar, tendo em vista que a obtenção de lucros, a sustentação financeira e a atuação no mercado financeiro se firmavam como ações prioritárias empreendidas por esses bancos.

A década de 1990 é marcada por uma série de resoluções e portarias que culminaram no estabelecimento de uma nova lei geral (Resolução n. 2.068). Em consequência dessas alterações legais, dois aspectos, devem ser ressaltados: i) separação organizacional entre as cooperativas de crédito rural e agropecuárias; ii) o estabelecimento de políticas de concentração vertical ou integração que resultou em fusões e incorporações de cooperativas menores pelas de maior porte. (BÚRIGO, 2010).

Nos anos 2000, o crescimento verificado na década anterior se manteve, tendo em vista os novos estímulos propiciados pelas Resoluções do Banco Central n.3.106/2003; n. 3.140/2003; n.3.321/2005 e n.3.442/2007. Essas normativas ampliaram as possibilidades de criação das cooperativas de crédito, bem como estabeleceram novas oportunidades de atuação. Para Búrigo (2010), os esforços governamentais e das próprias cooperativas levaram a uma expansão, tanto do número de cooperativas como de associados.

3.2 Sistema de cooperativismo de crédito Cresol: de sua criação aos dias atuais

Em meados da década de 1990 surgiram iniciativas de crédito cooperativo no estado do Paraná, como contraponto ao modelo de financiamento vigente até então nos bancos e cooperativas de crédito tradicionais. Cria-se um novo modelo de cooperativa de crédito rural com interação solidária. Esse sistema surge com objetivo de oportunizar inclusão social e desenvolvimento por meio da oferta de serviços de crédito.

Magri e Gabriel Junior (2011) consideram que o Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária é resultado da luta de famílias agricultoras por acesso ao crédito e pela participação, como sujeitos, num projeto de desenvolvimento local sustentável. Entre 1994 e 1995 são realizados eventos para discutir a ampliação e a profissionalização dos fundos rotativos, além da formulação de novas estratégias para aumentar o então incipiente acesso dos agricultores familiares da região.

A primeira cooperativa de crédito rural com interação solidária foi criada em 1995 no município de Dois Vizinhos (PR). A partir desse marco inicial de criação surgem inúmeras cooperativas nesse mesmo estado, resultando no Sistema Cresol em 1998. A partir de 1998,

esse sistema se expandiu pela região Sul, com a criação de cooperativas de crédito rural com interação solidária nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 2004 foi criada a Cresol Central SC/RS com o objetivo de organizar o sistema, agregando essas cooperativas em sua atuação.

A Cresol Central SC/RS (2018), como organização, tem como visão: ser referência no desenvolvimento local por meio do cooperativismo de crédito solidário, crescendo com foco na Agricultura Familiar, mantendo os diferenciais a partir do princípio da democracia, da profissionalização e do crédito orientado, para que possam atender a todas as necessidades financeiras e de serviços dos associados. Oferecer um modelo de gestão eficiente gerando inclusão financeira e resultado aos cooperados e às cooperativas de forma solidária e sustentável. Sua missão está em “fortalecer e estimular a interação solidária entre agricultores e cooperativa através do crédito orientado e da educação financeira com a construção do conhecimento, visando o desenvolvimento sustentável”.

Os princípios orientadores das ações dessa central são: (a) democracia; (b) articulação com os movimentos populares; (c) gestão pelos agricultores familiares; (d) transparência; (e) solidariedade e cooperação; (f) descentralização; (g) honestidade. Em destaque, o princípio da gestão pelos próprios agricultores familiares resguarda ao sistema de crédito rural com interação solidária a condição para qual foi criado, atender e incluir agricultores familiares tendo como principal objetivo o desenvolvimento da agricultura familiar.

A visão e a missão da Cresol Central SC/RS, com base em seus princípios, firmam o compromisso com desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares associados, preservando a cooperação e a interação solidária no acesso de crédito rural. Para Búrigo (2010), a Cresol, orientada pelos seus princípios, procura atender os agricultores familiares com menor nível de capitalização. Na lógica de Búrigo, Picinatto et al. (2000, p. 25) caracterizam o sistema Cresol como “instituições democráticas, administradas por agricultores familiares e articuladas com os movimentos populares, destinadas a facilitar o acesso ao crédito, canalizar recursos e desburocratizar os créditos rurais”.

Atualmente, a Cresol Central SC/RS possui mais de 87 mil associados, 32 cooperativas singulares de crédito rural e 105 postos de atendimento, abrangendo mais de 500 municípios e com um quadro funcional de 900 trabalhadores diretos. Além disso, a referida central encontra-se em fase de expansão de sua área de atuação, já contando com uma Base na região Nordeste do país, sendo esta região o foco imediato dessa expansão.

A Cooperativa Cresol Chapecó tem em sua área de abrangência os municípios de Chapecó, Cordilheira Alta, Guatambu e Nova Itaberaba. Atualmente, conta com 4.500 mil

associados, sendo que a grande maioria de suas operações financeiras estão vinculadas ao Pronaf. As cooperativas de crédito rural, em especial com interação solidária, têm reconhecida importância sócio-histórica, uma vez em que a partir das décadas de 1980 e 1990 ampliaram a democratização e proporcionaram acesso ao crédito rural a um número maior de agricultores, especialmente, ao segmento rural familiar.

Os princípios institucionais da Cresol Chapecó se manifestam em sua atuação por meio das ações, práticas e programas que a cooperativa desenvolve junto aos seus associados. A condição de ser gerida por agricultores familiares orienta a gestão da Cresol Chapecó, além de garantir a proximidade com os agricultores. Outro aspecto relativo a sua atuação é que as decisões são colegiadas e se orientam por assembleias nas quais todos os associados têm direito de participação e de voto.

Como as operações do Pronaf representam a principal atividade da cooperativa, algumas atividades realizadas pela Cooperativa Cresol Chapecó destacam-se: i) concessão de crédito rural de forma orientada, ou seja, a viabilidade dos investimentos é analisada pela equipe interna antes de efetivada a concessão; ii) preocupação com o desenvolvimento sustentável das propriedades dos associados e da qualidade de vida do grupo familiar; iii) priorização pelo atendimento pessoal e humanizado; iv) compromisso com o desenvolvimento local.

Os programas desenvolvidos pela cooperativa Cresol Chapecó contemplam as áreas de formação, habitação rural, assistência técnica e comunidade. Os programas de formação envolvem as seguintes iniciativas: Cresol Aprende Multiplicadores; Cresol Aprende Novos Colaboradores; Cresol Aprende Pós-graduação; Cresol Aprende Novos Conselheiros. Na área de habitação as ações referem-se ao financiamento de casas novas e de reforma/ampliação por meio do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). O programa Comunidade tem por objetivo estabelecer uma atuação social e política nas comunidades como uma forma de fazer frente aos desafios da conjuntura do segmento da agricultura familiar (CRESOL CENTRAL SC/RS, 2018). A principal estratégia do programa Comunidade são os Agentes Comunitários de Desenvolvimento Cooperativo (ACDC), que, em síntese, são representantes informais da cooperativa nas suas comunidades.

4 AS PERCEPÇÕES DOS TRABALHADORES DA CRESOL CHAPECÓ SOBRE O ACESSO AO CRÉDITO RURAL DO PRONAF

4.1 Procedimentos metodológicos

O estudo realizado assenta-se na abordagem qualitativa, caracterizada como estudo de caso descritivo a partir de um grupo de trabalhadores da cooperativa de crédito rural com interação solidária Cresol Chapecó. Para Yin (2015, p. 24), “o método do estudo de caso permite que os investigadores retenham as características holísticas e significativas dos eventos da vida real”. Na mesma direção, Alves-Mazzotti (2001, p. 650) define estudo de caso como sendo “investigação de uma unidade específica, situada em seu contexto, selecionada segundo critérios predeterminados”.

O estudo de caso descritivo é aquele que apresenta um relato detalhado de determinado fenômeno social, envolvendo o estudo dos fenômenos e procurando ilustrar a complexidade das situações e aspectos que permeiam esses fenômenos. A unidade de análise diz respeito ao quadro de trabalhadores da Cooperativa Cresol Chapecó. A escolha pela Cresol Chapecó se deu em razão de ser a única instituição com interação solidária que atua na região oeste catarinense e por instituir como um dos seus princípios, “o desenvolvimento do segmento da agricultura familiar e a gestão pelos próprios agricultores familiares”.

A coleta de dados da pesquisa de campo se deu por meio de entrevistas que teve como guia um roteiro semiestruturado para realização do trabalho. No período de realização da pesquisa – setembro a novembro de 2017 – o quadro funcional da organização contava com 24 trabalhadores, tendo sido realizadas entrevistas com 16 com trabalhadores. A definição do número de entrevistados se deu pelo princípio da saturação.

Anteriormente ao momento das entrevistas foi realizada a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a partir do aceite do entrevistado foi colhida a assinatura, assim como foi disponibilizado a cada participante uma cópia do documento. A identificação dos trabalhadores não foi revelada, sendo que os mesmos foram identificados da seguinte maneira: Entrevistado “A”, “B”, “C”, “D”, “E”, “F”, “G”, “H”, “I”, “J”, “K”, “L”, “M”, “N”, “O” e “P”.

A análise dos dados coletados foi realizada por meio da análise de conteúdo. A organização do conjunto de informações ocorreu em três momentos distintos: pré-análises; organização e exploração do material; e interpretação dos resultados. Associado a isso, realizou-se um processo de categorização que pode ser entendido como sendo “rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos”. (BARDIN, 2016, p. 147).

4.2 Percepções dos agentes financeiros entrevistados

Inicialmente foi feita a caracterização do conjunto de trabalhadores entrevistados a partir dos seguintes aspectos: faixa etária, função laboral, tempo de atuação profissional e escolaridade. Em relação à faixa etária, esta variou entre 23 e 51 anos, enquanto a média de idade desse grupo de trabalhadores foi próxima aos 35 anos.

Acerca da função laboral desempenhada, foram registradas sete atividades diferentes entre os 16 entrevistados, desde funções operacionais, até funções gerenciais e estratégicas⁴. Entretanto, dois aspectos importantes em relação às funções desempenhadas por estes trabalhadores merecem destaque. O primeiro é decorrente dos próprios depoimentos dos entrevistados e consiste na ajuda mútua entre a equipe de trabalhadores, o que ocasiona para maior parte do grupo atividades laborais multifuncionais. O segundo destaque relaciona-se ao fato de que todas as funções desempenhadas estão ligadas diretamente ou indiretamente à operacionalização do Pronaf.

No que diz respeito à experiência e atuação profissional, o conjunto dos 16 trabalhadores entrevistados possuía um tempo médio na organização de 4,7 anos, variando do menor tempo de “casa” com 0,6 anos para o maior com 17 anos de atuação profissional. Ressalta-se que dos 16 entrevistados, 68,8% estão na organização há mais de três anos.

Em relação à escolaridade, os entrevistados possuem, em linhas gerais, um elevado grau de instrução, ou seja, 81,3% dos trabalhadores entrevistados são portadores de diploma de ensino superior e destes 18,8% possuem especialização *Lato Sensu*. Os demais trabalhadores que não possuem ensino superior, são especializados para o desempenho de suas atividades.

Esse vínculo com a instituição foi aprofundado ao questionarmos sobre suas percepções em relação à atuação profissional na Cresol Chapecó. Os trabalhadores, de uma forma geral, se identificam com a instituição apontando para significativa satisfação em constituírem a equipe funcional da cooperativa. Esses laços são representados por algumas afirmações dos trabalhadores: “A Cresol para nós aqui é uma família, a gente conhece os nossos associados, eles vêm, a gente cumprimenta, fala do dia a dia, aqui todo mundo se preocupa.” (Entrevistado/a/ E); “Para mim trabalhar aqui está fazendo uma diferença bem grande na minha vida, está me trazendo as questões de valores, é bem diferente de onde eu já trabalhei.” (Entrevistado/a/ A); “Eu já gostava de trabalhar na outra cooperativa, quando em vim para cá eu até elogiei, porque era diferente, o ambiente é bom de trabalhar, não tem

⁴ Relação das funções do grupo de entrevistados: Assistente de Produtos e Serviços; Assistente de formação e desenvolvimento; Assistente Operacional de Crédito Agrícola; Auxiliar Administrativo de Produtos e Serviços; Auxiliar de Gestão; Caixa; Diretor-Presidente.

aquela diferença do diretor para o funcionário, agente senta e almoça todo mundo junto.” (Entrevistado/a/ N).

Os vínculos com a instituição são reforçados pelas descrições dos trabalhadores em relação aos laços familiares e a própria história com a agricultura familiar. As afirmações dos entrevistados legitimam essa compreensão: “Eu gosto de trabalhar na Cresol pelos princípios.” (Entrevistado/a/ C); “A Cresol sempre teve junto com os agricultores e isso me faz se sentir em casa aqui.” (Entrevistado/a/ D); “Eu estou trabalhando para os donos da cooperativa que são os agricultores. Se eu estou aqui é porque eles depositaram a confiança em cuidar de uma entidade que é deles.” (Entrevistado/a/ K).

Outro aspecto abordado pelos trabalhadores foi a valorização e o reconhecimento pelas atividades realizadas, bem como o próprio resultado do trabalho realizado pela cooperativa em parceria com o agricultor familiar por meio do Pronaf. O primeiro relato é realizado pelo Entrevistado/a/ F: “Quando você faz o trabalho para o cara, claro que tu faz para muitos, mas nem todos reconhecem o seu trabalho, mas alguém reconhecendo já é um orgulho grande.” O segundo aspecto, em relação à efetividade do trabalho, é exemplificado pelo Entrevistado/a/ P: “[...] São muitos mais casos positivos do que negativos e isso é bem satisfatório”.

Institucionalmente, a Cresol foi criada e é gerida por agricultores familiares, este aspecto é amplamente reconhecido pelos trabalhadores ressaltando a importância destes agricultores na existência da cooperativa. A integração dos trabalhadores da Cresol Chapecó com a importância da agricultura familiar por meio de seus associados apresentou-se como uma realidade institucional, um aspecto pujante que diferencia, qualifica a relação entre o agricultor familiar e o agente financeiro.

Assim como ocorreu o reconhecimento dos entrevistados acerca da importância do agricultor familiar na criação do Sistema Cresol, estes trabalhadores também reconhecem a importância e relevância do segmento como um todo para o conjunto da sociedade. Os relatos dos entrevistados/as C, M e O exemplificam estes relatos: “A agricultura familiar é importantíssima para sociedade, especialmente para o público urbano. É dali que sai o alimento, sai ovo, sai queijo, sai o salame [...]” (Entrevistado/a/ C); “A agricultura familiar tem uma importância em vários aspectos. Primeiro é a produção de alimentos, segundo é a única capaz de produzir alimentos saudáveis. Terceiro, ela é importante para soberania nacional de segurança alimentar.” (Entrevistado/a/ M).

É nesta esteira de discussão em torno da importância da agricultura familiar, especialmente a partir das percepções desses trabalhadores de uma cooperativa de crédito, que

ingressamos no debate sobre a importância do crédito rural e também sobre o cooperativismo de crédito rural. No primeiro momento, solicitamos aos entrevistados suas percepções em relação à importância do crédito rural para o desenvolvimento da agricultura familiar. Segundo o Entrevistado/a/ O, o crédito rural significa: “O coração do agricultor, hoje sem o crédito rural [o agricultor familiar] quase não consegue produzir”.

Para o Entrevistado/a/ P, o acesso ao crédito é: “O desenvolvimento, é através do crédito que os agricultores conseguem se estabelecer e melhorar a renda, seja em tecnologia, seja em melhoramento genético dos animais, os maquinários, isso auxilia muito no desenvolvimento das propriedades”.

Nesta mesma direção, aspectos históricos, necessidades e viabilização de investimentos foram ressaltados. Para o Entrevistado/a/ K foi somente em 2003, “[...] ano que iniciou um ano governo popular no Brasil que se abriram as portas para esses créditos.” Em complemento aponta-se que: “Historicamente não tinha crédito rural, tinha outras linhas com taxas de juros mais altas e que eram direcionados a algumas pessoas [...]. Deu acesso a tecnologias novas, fazendo com que ela (agricultura familiar) se desenvolvesse, gerasse mais renda [...]” (Entrevistado/a/ B).

Sobre as possibilidades e alcances do acesso ao crédito rural por parte dos agricultores familiares, o Entrevistado/a/ H menciona: “De um tempo para cá já mudou bastante, não que o Banco do Brasil não conseguiria ajudar, mas era aquela coisa mais elitizada.” Em consonância, o Entrevistado/a/ E considera o crédito rural como “forma de eles estarem investindo e melhorando a propriedade”. Os efeitos na condição de vida também foram elencados na fala do Entrevistado/a/ L: “Não é mais a mesma coisa, tu vê que melhorou a vida dos agricultores”.

As questões sobre o cooperativismo de crédito também permearam o debate sobre a diferenciação das práticas cotidianas realizadas na cooperativa em relação às demais instituições financeiras do sistema bancário. Em síntese, as percepções dos trabalhadores foram nas seguintes direções: i) atendimento; ii) crédito rural orientado; iii) forma de atuação; e, iv) implicações no desenvolvimento local.

As declarações do Entrevistado/a/ A contemplam dois aspectos. O primeiro em relação ao atendimento: “O que diferencia é o atendimento é a forma até de conversar, de você não forçar eles a comprar um produto que eles não querem. Você vê a necessidade dele e não querer vender por vender, o agricultor leva aquilo que ele precisa!” O segundo em relação ao crédito orientado: “Tem a assistência que a cooperativa oferece, a cooperativa tem técnico agrícola, tem o técnico que auxilia no projeto [...]. Oferece orientação, dá dicas que outros

bancos não.” Ainda em relação à este aspecto, descreve o Entrevistado/a/ P: “Um dos diferenciais nossos é a questão de projetos, agente vê muito a questão da viabilidade”.

Os aspectos sobre a realização de atendimento personalizado e humanizado aos agricultores familiares são registrados pelos seguintes registros: “A gente é mais de casa, eles se sentem mais a vontade, nos outros bancos olham para o lucro e a gente não, a gente olha o atendimento. Não visa tanto o lucro como eles.” (Entrevistado/a/ D); “A gente atende da melhor forma possível e tem bancos que eles nem olham na cara do agricultor.” (Entrevistado/a/ I); “Como os bancos tradicionais visam só o lucro, eles acabam focando só nos grandes, mesmo se você tivesse um projeto bom, inovador, você iria chegar lá no Banco do Brasil e eles não iriam nem te atender, eles vão distribuir o crédito para aquele que já está milionário [...]”.

Em relação à forma de atuação, as percepções dos trabalhadores foram no sentido de legitimação do respeito com o associado. O Entrevistado/a/ J exemplifica a atenção dispensada aos associados: “Aqui a gente procura facilitar os processos, pois a gente sabe que a pessoa está precisando.” A atuação humanizada é narrada pelo Entrevistado/a/ H: “Olha quanto ao atendimento, nas instituições financeiras como um todo é aquela coisa de máquina e mais máquina e nós conversamos, você até escuta os problemas deles, tem que fazer essa parte, é um pouco do nosso diferencial também”.

A diferenciação da Cresol Chapecó também é percebida pela ótica do desenvolvimento local, conforme relata o Entrevistado/a/ M: “Outro fator é a sobra que é repartida entre os associados, eles fazem parte também e nós apoiamos o desenvolvimento local, na cidade na região, onde estão as próprias atividades dos associados.”

As percepções do conjunto de trabalhadores em relação ao Pronaf apontaram para diversas possibilidades, alcances, limitações e preocupações sobre essa política pública. A valorização do Pronaf é ressaltada pelo Entrevistado/a/ B: “O Pronaf hoje se tornou papel fundamental para o desenvolvimento da agricultura familiar. [...] Os Pronaf custeios, que são os mais buscados hoje, fazem com que a produção e o plantio aconteçam.” Em complemento, o Entrevistado/a/ F afirma que: “Desde que existiu a linha do Pronaf, fez com que as propriedades tomassem outro rumo [...]”.

O Entrevistado/a/ A, ao avaliar o programa no âmbito de suas experiências e vivências, ressalta que: “Se não existisse o Pronaf eles [os agricultores] não estariam na organização em tudo que eles conseguiram construir na propriedade. As operações do Pronaf foram um divisor de águas.” (Entrevistado/a/ A). Na visão do Entrevistado/a/ O, os acessos ao Pronaf significam uma melhor condição em termos de renda para o agricultor: “Através do Pronaf ele vai fazer um aviário que vai possibilitar ele ter uma renda boa, através do Pronaf

ele vai fazer o custeio da lavoura e tem o seguro, caso tenha um sinistro ele não vai perder todo o investimento”.

Ao retomar os alcances do programa aos agricultores familiares, segundo a percepção do Entrevistado/a/ L, o Pronaf em certa medida: “Ajudou bastante, a gente anda pelo interior e percebe que ajudou bastante.” Essas melhorias estão ligadas à renda, conforme destaca o Entrevistado/a/ K: “Com o Pronaf eles ganharam fôlego, conseguiram melhorar a renda, conseguiram investir”. Surgiram também proposições no sentido de implementação de melhorias no programa, entre as quais o que o Entrevistado/a/ M sinalizou como Pronaf sistêmico, ou seja, um plano de investimentos via Pronaf de longo prazo para atender as famílias de agricultores.

Outro aspecto relevante presente nas percepções dos trabalhadores da Cresol Chapecó diz respeito ao futuro do programa diante do desmonte das políticas públicas de apoio à agricultura familiar desde o início do governo Michel Temer. Essas preocupações se estabelecem em torno da possível elevação da taxa de juros, montante disponibilizado especialmente nos financiamentos de custeio, como exemplifica o Entrevistado/a/ C: “É preocupante saber que as políticas estão caminhando para um rumo que será esquecido a agricultura familiar”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa oportunizou um espaço para ressaltar a percepção dos trabalhadores da cooperativa Cresol Chapecó em relação ao acesso aos recursos do Pronaf pelos agricultores familiares. Além disso, aspectos como a relevância da agricultura familiar, cooperativismo de crédito e a própria atuação da Cresol Chapecó foram abordados. Essas percepções legitimam o reconhecimento e a valorização socioeconômica da agricultura familiar pela instituição Cresol Chapecó e seu papel de destaque no desenvolvimento rural da região. Na mesma direção, a totalidade dos entrevistados ponderaram as diferenças da atuação da cooperativa Cresol Chapecó em relação ao modelo bancário tradicional. Entre essas diferenças destacam-se o atendimento humanizado, o papel do associado para a cooperativa e a concessão de crédito rural orientado, aspectos estes tratados como orgulho por parte desses trabalhadores.

Em relação ao Pronaf, há o reconhecimento histórico da importância dessa política pública para o segmento familiar e a ciência que esta se deu por meio da luta e movimentos organizados pelos próprios agricultores familiares. Ao Pronaf é atribuída também a garantia de investimentos em infraestrutura e maquinários, que sem as condições oferecidas pelo

programa não seriam alcançados pela maioria dos agricultores familiares, especialmente os menos capitalizados. A conquista desses equipamentos e aquisição de infraestrutura produtiva, conforme apontaram os entrevistados, significou melhoria nas condições de trabalho e também em certa medida no nível de renda dos agricultores familiares.

Acerca do futuro do programa, o acesso aos recursos do Pronaf nos próximos anos tem gerado preocupações entre os trabalhadores da Cresol Chapecó que foram entrevistados, em especial, aos aspectos relativos ao montante de recursos disponibilizados e o risco eminente de elevação da taxa de juros por parte do governo federal.

A possibilidade de um planejamento dos financiamentos no longo prazo foi outra sugestão de melhoria no programa. Nesse sentido, os agricultores, em conjunto com suas famílias, poderiam estabelecer estratégias de desenvolvimento de sua propriedade de modo a garantir a permanência no campo, aumento da produção e aumento do nível de renda. Essas questões significam desafios a serem enfrentados pelo segmento rural familiar frente ao Estado brasileiro. Por fim, os apontamentos apresentados no decorrer deste artigo demonstram a relevância social e econômica da agricultura familiar ao mesmo tempo em que ressalta a importância do Pronaf enquanto política pública de fortalecimento ao segmento rural familiar.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. O planejamento de pesquisas qualitativas. In: _____;
- GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.
- AQUINO, Joacir Rufino; SCHNEIDER, Sergio. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Org.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2015. v. 1, p. 53-81.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRASIL. Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar. **Diário Oficial**. Brasília, DF, 2006.
- BÚRIGO, Fábio Luiz. **Finanças e solidariedade: cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil**. Chapecó: Argos, 2010.

CAZELLA, Ademir Antonio et al. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, Ed. Spe., p. 49-79, 2016.

CRESOL CENTRAL SC/RS. **Institucional**. 2017. Disponível em: <<http://www.cresolcentral.com.br>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

FEITO, Carolina. Aportes del foro de universidades nacionales para la agricultura familiar de argentina al debate previo a la sanción de la ley nacional de agricultura familiar. In: CONFERENCIA REGIONAL DEL GIPPAF, 1., 2018. **Anales...** 2018.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Qual “Fortalecimento” da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 51, n. 1, p. 45-68, jan./mar. 2013.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: _____; _____ (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

MAGRI, Cledir A.; GABRIEL JUNIOR, Egon. **Cresol Dona Emma: 10 anos gerando desenvolvimento sustentável**. Passo Fundo: IFIBE, 2011.

MATTEI, Lauro. Políticas públicas de apoio à agricultura familiar: o caso recente do Pronaf no Brasil. **Raízes**, Campina Grande, v. 35, n. 1, jan./jun. 2015.

PICINATTO, Abner Geraldo et al. **Cartilha do Pronaf Crédito**. Curitiba: Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais, 2000.

SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: EDIUPE, 2001.

Como fica a participação da Agricultura Familiar após 2016?

Nara Eloy Machado Maturino¹
Adriana Vilas Bôas Borges²
Carlos Henrique Leite Borges³

RESUMO

No processo histórico de articulação da Agricultura Familiar, este grupo social e produtivo esteve às margens das ações estatais, especialmente no que se refere à instituição de políticas públicas. Entretanto, a partir da Constituição Federal de 1988, com o processo de redemocratização, formatou-se um cenário social, político e institucional propício à reivindicação de direitos, em que os camponeses intensificaram a atuação social pelo reconhecimento da categoria de trabalhadores rurais como sujeitos de direitos. Este ensaio objetiva lançar linhas de análise para avaliar o processo de participação da Agricultura Familiar na elaboração de políticas públicas a partir do momento político atual, pós Impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016, em que uma das instituições principais de oitiva do pequeno agricultor foi extinta, o Ministério do Desenvolvimento Agrário. A partir desta perspectiva propõe-se a articulação de ideias em torno das temáticas: participação, agricultura familiar, políticas públicas, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. No que pese o surgimento de um embrião de possibilidade de participação, esta acabou se dando de forma enviesada, em que os interesses e determinações da agricultura patronal prevaleceram, o Estado não se voltou para atender demandas do pequeno agricultor e muito menos ouvi-lo efetivamente. A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, em 1999, com um direcionamento mais específico para a Agricultura Familiar, inegavelmente, ampliou a possibilidade de participação social deste setor da economia rural, sendo reforçado a partir da ascensão dos governos petistas posteriormente. Embora o discurso de esgotamento das formas de participação institucional centradas nas políticas públicas esteja presente, mudanças aconteceram, e devem-se buscar novas formas de participação (articulação em redes), novas estratégias (ampliação da atuação local) e metodologias, mas a participação institucional não pode ser perdida de vista, mas na verdade qualificada, esta necessidade se reforça quando se percebe um contexto político tão delicado e desmobilizador como o que está sendo vivenciado no Brasil, seja em quaisquer uns dos grupos sociais.

PALAVRAS-CHAVES: Agricultura Familiar. Participação. MDA.

¹ Professora Adjunta I da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul da Bahia. Mestre em Saúde, Ambiente e Trabalho (UFBA, 2010) e graduada em Direito (UEFS, 2007), naraeloyms@gmail.com.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul da Bahia. Graduação em Administração com habilitação em Recursos Humanos (FTC, 2006) e Pós-graduação em Docência do Ensino Superior e Gestão em Recursos Humanos, adrianaguerrieri@hotmail.com.

³ Professor Assistente do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Santa Cruz e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul da Bahia. Economista, com Especialização em Economia de Empresas, Mestrado em Cultura e Turismo e Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (UESC), chlborges@uesc.br.

Introdução

A partir do componente teórico Tópicos Especiais em Políticas Públicas, componente curricular do leque de disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul da Bahia, foi possível discutir acerca do processo de participação da Agricultura Familiar na elaboração das políticas públicas, considerando o momento político atual que está sendo vivenciado no Brasil. A partir desta perspectiva e tendo em vista os elementos que foram debatidos e pensados até aqui, propõe-se a articulação de ideias em torno das temáticas: participação, agricultura familiar, políticas públicas, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

No processo histórico de vivência da Agricultura Familiar, este grupo social e produtivo sempre esteve às margens das ações propostas pelo Estado, especialmente no que se refere à instituição de políticas públicas. Para Grisa e Schneider (2014, p. 126):

Historicamente, a agricultura familiar ou "os pequenos agricultores" – como eram denominados até cerca de duas décadas atrás – sempre estiveram às margens das ações do Estado brasileiro, não raro incrementando sua fragilidade diante das opções de desenvolvimento perseguidas no País.

Entretanto, a partir da Constituição Federal de 1988, com o processo de redemocratização iniciado, formatou-se um cenário social, político e institucional propício à reivindicação de direitos, em que os camponeses, agricultores, intensificaram sua atuação social pelo reconhecimento da categoria de trabalhadores rurais como sujeitos de direitos, tanto na esfera individual quanto social. Novos espaços para participação social foram apresentados e novas garantias começaram a ser pensadas. Esta trajetória de embates, derrotas e conquistas é longa e deu-se em diversos momentos, e ainda acontece até hoje (PICOLOTTO, 2009).

O movimento de elevação dos trabalhadores rurais à condição de sujeitos de direitos é recente e se amplia quando se tratam de agricultores familiares. A promulgação, nas últimas duas décadas, de políticas públicas específicas para a Agricultura Familiar confirmam a atualidade dessa conquista. Além disso, o advento da redemocratização trouxe com ele a abertura para a participação da sociedade civil, vinculada à Agricultura Familiar, nas discussões e críticas à atuação governamental, em especial buscando a defesa da reforma agrária, a demanda por políticas públicas específicas e por uma legislação trabalhista (GRISA e SCHNEIDER, 2014).

As possibilidades abertas com o debate da constituinte, as negociações para a definição das Leis Agrícola e Agrária, e a emergência dos Conselhos alteraram a forma de interação entre a sociedade civil representativa dos agricultores familiares e o Estado. Os representantes da agricultura passaram a adotar estratégias propositivas e adentraram nas arenas públicas, propondo e

disputando a construção das políticas públicas (GRISA e SCHNEIDER, 2014, p. 130).

No que pese o surgimento de um embrião de possibilidade de participação, esta acabou se dando de uma forma ainda enviesada, em que os interesses e determinações da agricultura patronal (agronegócio propriamente dito) prevaleceram, o Estado não se voltou para atender as demandas do pequeno agricultor e muito menos ouvi-lo efetivamente, além disso, o processo de liberalização da economia durante a década de 90 foi ainda mais prejudicial para a reprodução econômica e social do setor da Agricultura Familiar (PICOLOTTO, 2011).

Este cenário controverso para os agricultores familiares serviu como um elemento a mais de estímulo para que intensificassem e continuassem a sua luta pela participação e inovação nas políticas públicas, mobilizações sociais expressivas ocorreram neste período, como o “Gritos da Terra Brasil” em 1994 (GRISA e SCHNEIDER, 2014).

Neste processo de disputa por políticas públicas e garantias estatais que levassem em consideração a heterogeneidade da Agricultura Familiar, algumas demandas foram atendidas, embora ainda não conseguissem contemplar plenamente todas as especificidades dos grupos de agricultores e que exigiram aprimoramento e discussões posteriores, como exemplo tem-se a instituição do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (BRASIL, 1996), instituição do Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 1999), criação do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos (BRASIL, 2003) e do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar (BRASIL, 2009).

A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, estabelecida pela Lei 11.326/2006 (BRASIL, 2006), definiu o agricultor familiar e o empreendimento familiar rural a partir de quatro critérios objetivos, quais sejam: não deter área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais, utilizar predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Muito embora, esta definição pareça clara, a conceituação do agricultor familiar ainda é cercada por diferenças e controvérsias. Segundo Schneider e Niederle (2008, p. 990), o campo da Agricultura Familiar está diretamente ligado à “uma diversidade de formas de fazer agricultura que diferencia segundo tipos diferentes de famílias, o contexto social, a interação com os diferentes ecossistemas, sua origem histórica, entre outras”.

A Agricultura Familiar é caracterizada pela heterogeneidade, desde peculiaridades regionais das organizações familiares, até diferenças de capacidade de crédito, acesso aos mercados, capacidade de geração de renda e acesso às políticas públicas (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003). Toda esta diversidade exige do Poder Público e da própria Agricultura Familiar uma organização e atuação que levem em consideração todos os elementos de diferenciação, a fim de que as expectativas e necessidades de cada uma das categorias de agricultores familiares sejam contempladas. Num país de amplitude territorial tão extensa como o Brasil, estas dessemelhanças se acentuam, o que torna ainda mais complexo estabelecer um conceito único para a Agricultura Familiar e garantir uma estruturação de políticas públicas diversas, mas igualitárias.

A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 1999, ratificou a abordagem dicotômica dispensada ao setor agrário no Brasil (SABOURIN, 2007; GRISA e SCHNEIDER, 2014), o MDA estaria ligado ao pequeno agricultor, à agricultura familiar, para alguns ligado ao lado “pobre” da agricultura, em contraponto, estaria o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, apoiando a agricultura patronal, o agronegócio brasileiro, ou seja, o lado “rico” da agricultura.

A instituição de um Ministério com um direcionamento mais específico para a Agricultura Familiar, inegavelmente, ampliou a possibilidade de participação social deste setor da economia rural, sendo reforçado a partir da ascensão dos governos petistas posteriormente. Muito embora, em diversos momentos estes espaços de participação tenham servido meramente para manutenção da estrutura estatal hierarquizada, em que as demandas construídas localmente e regionalmente não eram repetidas no âmbito nacional, houve avanços no processo de estabelecer e fortalecer mecanismos de aproximação entre o Estado e a sociedade civil na elaboração das políticas públicas, tentando garantir igualdade e maior legitimidade a este processo (ZIMMERMANN, 2013).

A partir deste breve contexto histórico, este ensaio tem como propósito lançar linhas de análise para avaliar o processo de participação deste setor social na elaboração de políticas públicas a partir do momento político atual, pós Impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016, em que uma das instituições principais de oitiva das demandas do pequeno agricultor foi extinta, o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Uma aproximação entre Estado e Sociedade Civil

A estruturação dos processos de participação democrática no país, até certo momento, mostrou-se como um movimento linear e progressivo em que novos ambientes participativos eram construídos, estratégias de participação estabelecidas e até mesmo surgiam resultados positivos a partir deste projeto democratizante. Contudo, discussões atuais têm apontado para limites e dilemas que permeiam todo este processo, na verdade, ele se daria de forma muito heterogênea e acidentada, tendo, por exemplo, a disputa política como um elemento inerente, antagônico e obstaculizador (DAGNINO, 2004).

Estas disputas políticas vão ocorrer amplamente no âmbito da participação institucional, forma participativa mais estimulada e apresentada como solução para a necessidade de democratização do país. As análises atuais apontam que este modelo democratizante encontra-se eivado de controvérsias e limitações que acabam por impedir que a desejada participação qualificada aconteça.

No entanto, mesmo partindo do pressuposto de que a participação institucional não se apresenta como a melhor alternativa para a ampliação dos processos democráticos, que talvez já se encontre até mesmo esgotada, é preciso também considerar que esta participação ainda se mostra como um caminho possível e que experimentou uma ampliação a partir da ascensão de governos de esquerda ao poder.

No processo de ampliação destes meios de interlocução entre o Estado e a Sociedade Civil “a profusão de conselhos gestores é a mais importante inovação institucional das políticas públicas no Brasil democrático.” (ABRAMOVAY, 2001, p.121). É irrefutável que a instituição destes conselhos abriu a possibilidade para que grupos sociais, que até então não conseguiam se fazer ouvir, adentrassem o campo de discussão das políticas públicas. No entanto, Abramovay (2001) aponta também diversos problemas que, ainda hoje, envolvem o desenvolvimento das atividades destes conselhos: despreparo dos conselheiros, pouca representatividade, pouca participação, apropriação indevida da instância, etc..

Aliado a estes problemas internos aos Conselhos Gestores, há o reconhecimento, como já referenciado, de que o processo de construção democrático é permeado por contradições, arestas e dicotomias e que sofre uma interferência direta das disputas políticas que são distintas e carregam em si projetos políticos diversos (DAGNINO, 2004). Para Dagnino haveria o que ela chama de “confluência perversa”, tendo em vista a presença de dois lados antagônicos, um projeto neoliberal em uma banda e em outra um projeto democratizante (DAGNINO, 2004), em que a figura dos Conselhos Gestores surge como mecanismo de atuação.

Este projeto de democratização também dependerá muito do setor social de que está se tratando e quais os privilégios e interesses farão com que um projeto político se sobressaia mais e seja mais ouvido pelas estruturas estatais. Além disso, estes projetos políticos com forte inclinação neoliberal chegam ao ponto de apropriar-se de elementos condizentes ao outro tipo de projeto político democratizante, utilizando-se das mesmas nomenclaturas (sociedade civil, participação, cidadania, sustentabilidade, agroecologia, etc.) para perpetrar os seus objetivos. Neste sentido, Dagnino (2004, p.147) aponta que:

Assim, grande parte da interlocução entre o projeto neoliberal, que ocupa majoritariamente o aparato do Estado, com o projeto participativo se dá justamente através daqueles setores da sociedade civil que se engajam nessa aposta e passam a atuar nas novas instâncias de participação junto ao Estado. (...)

Assim, o que essa “confluência perversa” determina é um obscurecimento dessas distinções e divergências, por meio de um vocabulário comum e de procedimentos e mecanismos institucionais que guardam uma similaridade significativa.

Grisa e Schneider (2014, p. 140), ao tratarem da discussão referente à relação entre Estado e Sociedade no campo das gerações políticas públicas para Agricultura Familiar, indicou a experiência desta “confluência perversa” observada por Dagnino, em que movimentos sociais e sindicais desse setor passaram a trabalhar conjuntamente, mas estariam a todo o momento em estado de disputa com outras forças, em face dos diversos elementos de tensão e enviesamento que orbitam a relação Estado/Sociedade Civil, tais como eleições, negociações na gestão pública, conjuntura política, pressão dos movimentos sociais e sindicais da agricultura familiar, influência da “coalizão de interesses” do agronegócio etc.

Nesta análise não se trata apenas de considerar que o movimento de disputa e a diversidade do projeto político buscado pela Agricultura Familiar encerram-se na institucionalização dos seus interesses por meio de um Ministério, até mesmo porque, durante a sua atuação ainda persistiam diversos conflitos no âmbito deste órgão, inclusive regionais. É preciso evidenciar que o MDA surge muito mais como uma resposta aos anseios do movimento de luta que almejava uma participação mais qualificada, a partir de uma atuação ativa e propositiva.

O que acontece com a extinção do MDA?

Em 2016, após o Impeachment da Presidente Dilma Rousseff, houve a extinção do MDA, sendo transformado em Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, e compondo a estrutura da Casa Civil, o MDA continuou fora do MAPA, acentuando ainda mais a total disparidade de projetos políticos destes dois Ministérios que, de alguma maneira, referem-se às questões agrícolas do país, mas que não podem se relacionar. Neste caso específico, muito embora fosse desejável que as duas instituições se aproximassem, talvez migrar para a Casa Civil tenha sido mais protetivo para a Agricultura Familiar do que ser “engolido” pela tendenciosidade ao agronegócio que está nas entranhas do MAPA.

Esta estratégia de migração do MDA e rebaixamento da sua categoria a uma secretaria parece, num primeiro momento, apontar para um prejuízo à garantia de participação do setor da Agricultura Familiar nos processos decisórios e construtivos de políticas públicas. Sabe-se que havia problemas no âmbito dos conselhos de desenvolvimento rural, que em grande parte foram criados de súbito, a partir de 1997, como condição para que os municípios pudessem acessar o PRONAF, e que muitas vezes a composição humana destes conselhos sabia sequer qual a razão de existência daquela instância, tornando-se a participação coletiva e democrática a sua última finalidade. Sabe-se também dos ruídos na transmissão daquilo que acontecia no âmbito local, dentro dos conselhos, para o âmbito nacional, mas de alguma maneira existia um canal de comunicação estabelecido, que precisava de aprimoramentos, mas que conseguia atender algumas demandas.

Na conjuntura política atual, de fato, não se sabe ainda que rumos irão tomar a participação do setor da Agricultura Familiar na formulação de políticas públicas, mas se supõe que não será um ambiente tão propício a uma atuação governamental participativa. A organização local, que embasa as lutas e conquistas destes movimentos será um importante elemento para atravessar este momento turbulento, “Isto significa reconhecer e, de uma certa forma, reabilitar o espaço do local, do nacional, como parceiro ativo na construção, na qualificação e no confronto do projeto neoliberal.” (DAGNINO, 2004, p.148).

Embora ainda não se tenha certeza de qual será o caminho que a participação social irá seguir, o mesmo não parece muito auspicioso, pelo menos é o que se pode deduzir de algumas deliberações já adotadas pelo governo atual no se que se refere ao apoio às estruturas de conselhos gestores: determinação de cortes financeiros (no Conselho Nacional da Juventude - Conjuve), total extinção (do Conselho Curador

da Empresa Brasil de Comunicação - EBC), fim da representatividade de 14 entidades integrantes do Fórum Nacional de Educação (FNE) e da Conferência Nacional de Educação (Conae), que foram substituídas por órgãos ligados diretamente ao governo e o fim da participação da sociedade civil no Conselho Nacional de Desburocratização, em março de 2017, e a desmobilização das reuniões do Conselho das Cidades, desde o segundo semestre de 2016 (DOLCE, 2017).

No âmbito da Agricultura Familiar, esses incidentes podem também demonstrar uma tendência de perda de espaços de governança compartilhada e a extinção do MDA pode ter sido o elemento desarticulador do funcionamento dos Conselhos de Desenvolvimento Rural, além de outras consequências negativas para garantia de participação da sociedade civil nos espaços públicos.

Como resultado disso, no caso específico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), conselho superior que compunha a estrutura do MDA e hoje está alocado na Secretaria Especial de Agricultura Familiar, este tem buscado manter sua organização e articulação para não perder o lugar obtido quando da existência do MDA. Alguns eventos recentes demonstram algumas estratégias que têm sido adotadas: na 2ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (2ª CNATER), ocorrida em junho de 2016, gerida pela sociedade civil em vista da extinção do MDA, a Secretária de Mulheres da Confederação Nacional dos Agricultores na Agricultura (Contag), Alessandra Lunas atesta a relação dialógica que se estabelecia com o MDA:

Para nós mulheres agricultoras, o fim do MDA significa um retrocesso imenso, pois este era um Ministério com o qual dialogávamos e que avançava. Eles ouviam o que as Margaridas [referindo-se às mulheres da Marcha das Margaridas] tinham a dizer e a gente tinha espaço para cobrar políticas públicas para mulheres, a exemplo da Ater voltada para as mulheres (ASA BRASIL, 2017).

Nesta Conferência também foi elaborado um manifesto contra a decisão de extinção e que reconheceu claramente o papel de intercâmbio entre o setor da Agricultura Familiar e o poder público:

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso, exerce um papel fundamental na interlocução com a sociedade civil para aprimorar essas políticas, bem como para implementá-las a partir dos Planos Safra da Agricultura Familiar (ASA BRASIL, 2017).

Não se quer aqui induzir o leitor a pensar que a estrutura do MDA era perfeita e esta interlocução se dava de maneira tranquila e não-conflituosa, vários problemas ainda permeavam as instâncias dos conselhos e a transmissão das suas demandas para a ordem nacional, muitas vezes o que era decidido e elaborado em âmbito regional e local sofria distorções impossíveis de atender a qualquer projeto, contudo, não se pode perder de vista o espaço que já havia sido conquistado por meio de lutas e reivindicações, era preciso aprimorar esta canal de participação, a fim de qualificá-la.

Ao analisar as estratégias de ação dos movimentos de Agricultura Familiar para garantir legitimação e reconhecimento para as suas demandas, vê-se que estes atores sociais continuam a fazer uso dos protestos e reivindicações (Gritos da Terra, Marcha das Margaridas, Abril Vermelho, Jornadas de Luta da Agricultura Familiar, Conferências etc.), a fim de garantir ambientes e oportunidades de cogestão e execução compartilhada das políticas públicas. Aqui neste ponto, é possível propor uma linha de análise com base no pensamento de Tatagiba (2014), em que ela destaca o uso da polarização e da violência como estratégias de reivindicações, considerando que tanto com o impeachment, quanto com a quebra de representatividade demonstrada pelo Congresso Nacional (decisões tomadas mesmo com a opinião contrária do eleitorado) estaria sendo “autorizado” o uso dessas estratégias para se garantir que os espaços de participação institucional não fossem completamente inviabilizados.

Entretanto, como medidas emergenciais para que se assegure um fio de comunicação, parece que a violência ainda não é a melhor saída. Mas, talvez o fortalecimento das práticas de participação em âmbito local e regional, ou até mesmo territorial, considerando a estrutura de redes de organização como uma possibilidade de continuidade, mesmo que em menor nível. A própria Tatagiba (2014) apontou que, em certa medida, serão os elementos culturais destes grupos que servirão como fator aglutinador para garantir a existência dos movimentos de reivindicação e consequente manutenção do projeto participativo democratizante, neste caso específico dos grupos de agricultores familiares.

Considerações Finais

É preciso considerar que a participação institucionalizada não é a forma de participação mais eficaz e acessada pelos indivíduos, há, ainda, a necessidade de buscar uma sociedade civil mais educada (não se trata aqui apenas de educação formal) e preparada para participar em todas as instâncias da vida, além da instituição. As pessoas

deixam de participar ou não se interessam, porque não veem efetividade no ato da participação e estes espaços que são criados, acabam por possibilitar que pessoas, a partir de situações particulares, ocupem estes espaços que deveriam ser coletivos.

O vazio que existia na área da Agricultura Familiar, experimentou uma ampliação de políticas voltadas para esta categoria, inclusive com a criação de um Ministério para atender demandas específicas deste setor. Para este grupo, este ambiente institucional se mostrou com um espaço de participação, pois algumas demandas foram atendidas, talvez não da melhor forma possível, mas aconteceu algo que até então não era uma realidade.

Embora o discurso de esgotamento das formas de participação institucional centradas nas políticas públicas esteja presente, mudanças aconteceram, e devem-se buscar novas formas de participação (articulação em redes), novas estratégias (ampliação da atuação local) e metodologias, mas a participação institucional não pode ser perdida de vista, precisa ser qualificada, e esta necessidade se reforça quando se percebe um contexto político tão delicado e desmobilizador como o que está sendo vivenciado atualmente no Brasil, seja em quaisquer uns dos grupos/categorias sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. **Estudos Avançados**, 15 (43), p.121 a 140, 2001.

ASA BRASIL. **Políticas públicas voltadas à agricultura familiar camponesa estão ameaçadas pelo fim do MDA**. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/26-noticias/ultimas-noticias/9536-governo-temer-quer-apagar-agricultura-familiar-e-reforma-agraria-das-pautas-centrais-para-o-pais>> Acesso em: 1 jun. 2017.

RASIL. Decreto n.º 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1 jul. 1996.

_____. Medida Provisória n.º 1.911-12, de 25 de novembro de 1999. Altera dispositivos da Lei no 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 nov. 1999.

_____. Lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 jul. 2003.

_____. Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 jul. 2006.

_____. Lei n.º 11.497, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória n.º 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei n.º 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 jun. 2009.

BUAINAIN, A.M.; ROMEIRO, A.R.; C. GUANZIROLI. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. **Sociologias**, Porto Alegre, RS, ano 5, n.º 10, p. 312-347, jul./dez. 2003.

DAGNINO, E. Construção Democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política e Sociedade**, n.º 5, p. 139-164, out. 2004.

DOLCE, J. Sociedade civil perde espaço no governo Temer, apontam pesquisadores. **Brasil de Fato**, São Paulo, 17 maio 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/05/17/sociedade-civil-perde-espaco-no-governo-temer-apontam-pesquisadores/>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

GRISA, C. e SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Piracicaba, SP, vol. 52, supl. 1, p.S125-S146, 2014.

PICOLOTTO, E.L. A emergência dos “agricultores familiares” como sujeitos de direitos na trajetória do sindicalismo rural brasileiro. **Mundo Agrário**, vol. 9, nº 18, jan./jun. 2009.

_____, E. L. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Rio de Janeiro (RJ), 2011.

SABOURIN, E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751. set./dez. 2007.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócios e recursos naturais. In: FALEIRO, Fábio, G.; FARIAS NETO, A. L.; (Org.). **Agricultura Familiar e Teoria Social**. Planaltina-DF: Embrapa Cerrados, 2008, p. 990-1014.

TATAGIBA, L. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política e Sociedade**, Florianópolis, Vol. 13, n.º 28, p.35-62, set./dez. 2014.

ZIMMERMANN, S. A. Participação social e as políticas públicas para a agricultura no Brasil. **Carta Maior**, 15 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Opinioao/Participacao-social-e-as-politicas-publicas-para-a-agricultura-no-Brasil/27481>>. Acesso em: 30 maio 2017.

A incorporação de princípios de Segurança Alimentar e Nutricional ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): trajetória e perspectivas

Vanessa Schottz¹ e Claudia Job Schmitt²

RESUMO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi instituído no Brasil a partir da década de 1950, tendo como principais objetivos enfrentar a desnutrição infantil e reduzir o “fracasso escolar”. A trajetória percorrida por esta política pública, em suas diferentes fases, foi marcada por inúmeras controvérsias envolvendo a estrutura de governança adotada pelo programa, a qualidade das refeições oferecidas à população escolar, o perfil dos fornecedores, bem como os dispositivos operacionais a serem utilizados na compra e distribuição dos gêneros alimentícios disponibilizados aos estudantes. A necessidade de priorizar alimentos básicos, característicos da cultura brasileira, introduzindo produtos cultivados por pequenos agricultores, já se fazia presente no debate público em torno do PNAE desde a década de 1970. A construção de elos mais efetivos entre a alimentação escolar e a produção familiar enfrentou, no entanto, até muito recentemente, inúmeras dificuldades do ponto de vista de sua operacionalização. O presente trabalho tem como objetivo abordar esforços recentes de incorporação dos princípios da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) aos instrumentos de operacionalização do PNAE e que resultaram na obrigatoriedade de aquisição, a partir de 2009, de um percentual mínimo de 30% de produtos oriundos da agricultura familiar para atendimento à alimentação escolar. Parte-se do pressuposto de que a institucionalização da compra da agricultura familiar com dispensa de licitação no âmbito do PNAE esteve fortemente associada à atuação de uma coalizão de causa articulada em torno da ideia de SAN, que irá se fortalecer, sobretudo a partir dos anos 1990, através de um processo continuado de construção de referências compartilhadas em torno do tema. Esta coalizão, em articulação com uma ampla rede de atores vinculados à agricultura familiar, teve um papel central na aprovação da Lei 11.947/2009 e na sua efetiva regulamentação. Sua atuação foi amplamente beneficiada pela existência de um ambiente de maior permeabilidade do Estado às demandas das organizações da sociedade civil que caracterizou os governos de coalizão liderados pelo Partido dos Trabalhadores (2003-2006), e pela centralidade adquirida pelas políticas de combate à fome, à pobreza e às desigualdades sociais na agenda pública nesse período. Utilizando como referencial teórico o quadro analítico das coalizões de causa, a abordagem cognitiva das políticas públicas - em suas diferentes vertentes - e as contribuições trazidas pela sociologia francesa relacionadas à instrumentação da ação pública, o trabalho busca refletir acerca do processo de institucionalização da compra da agricultura familiar no âmbito do PNAE e sobre os fatores que possibilitaram que as organizações sociais pudessem influenciar, não apenas a aprovação da lei, mas, também, o processo de instrumentação do mecanismo de compra da agricultura familiar. Adicionalmente, considerando as profundas mudanças ocorridas no contexto pós-impeachment, em que se identifica um menor grau de permeabilidade do sistema político e das instituições do Estado às demandas da sociedade civil e à participação das organizações sociais nos processos decisórios, apresenta-se uma avaliação exploratória das implicações deste novo cenário para a consolidação da compra da agricultura familiar no âmbito do PNAE.

Palavras-chave: Programa Nacional de Alimentação Escolar; agricultura familiar; políticas públicas; inovação social; pós-impeachment

¹Professora do curso de Nutrição da UFRJ Campus Macaé. Integrante da equipe de pesquisadores do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CERESAN).

² Professora do CPDA/UFRRJ. Integrante da equipe de pesquisadores do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA).

1. Introdução

Este trabalho busca refletir acerca das combinações de fatores capazes de possibilitar a emergência e a continuidade dos processos de inovação social no âmbito das políticas públicas, considerando, sobretudo, trajetórias de transformação política e institucional que tentam se contrapor às formas dominantes de definição e regulação dos problemas públicos, encontrando suporte na atuação de movimentos sociais e de redes de organizações da sociedade civil. As dinâmicas de inovação social aqui analisadas encontram-se associadas à construção social de quadros conceituais e de estratégias através das quais os atores sociais procuram reinventar objetos, imaginários e projetos hegemônicos, ampliando ou modificando determinadas agendas e institucionalizando, dentro de suas possibilidades, novos instrumentos de intervenção governamental.

Tomamos neste caso específico, como foco de reflexão, os encadeamentos que possibilitaram a incorporação de princípios de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) aos instrumentos de implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com especial atenção ao mecanismo de compra sem licitação de produtos oriundos da agricultura familiar. A incorporação por parte do poder público de propostas construídas ao longo de mais de uma década por uma rede heterogênea de atores, contando com participação de pessoas e organizações com inserção tanto na sociedade civil como em espaços governamentais, materializaram-se, em 2009, na aprovação e regulamentação de uma nova lei que reformulou os princípios e diretrizes do PNAE (Lei 11.947/2009). Este novo marco regulatório estabeleceu, em seu artigo 14, a obrigatoriedade da utilização de até 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)³ na compra, sem licitação, de “gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas”⁴.

Ao longo desse processo a coalizão de causa⁵ que se estruturou, historicamente, em torno da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), articulada a uma ampla rede de atores que atuavam, desde os anos 1990, em favor da agricultura familiar e de seu reconhecimento pelas políticas públicas como uma categoria específica, conseguiu não apenas influenciar a formulação e aprovação da nova Lei do PNAE, como participar de seu processo de regulamentação. A incorporação dos princípios defendidos pela coalizão de SAN aos instrumentos de políticas públicas envolveu um movimento

³ Autarquia federal criada em 1968 e vinculada ao Ministério da Educação. Responsável pela gestão dos recursos oriundos do orçamento da União destinados à alimentação escolar.

⁴ Lei 11.947/2009 que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/11947.htm. Acesso em: 10/06/2018.

⁵ Utilizamos, aqui, o quadro analítico elaborado por Sabatier e Jenkins Smith (1993), Sabatier e Weible (2007), Weible, Sabatier e McQueen (2009), entre outros.

complexo e multidimensional de inovação social que não pode ser apreendido, plenamente, nem por uma abordagem centrada unicamente no Estado e na racionalidade das instituições governamentais, e nem por uma análise voltada, unicamente, para a capacidade de agência das redes e organizações sociais. Concordamos, aqui, com Lascoumes e Le Galès (2012: 15-16) quando sugerem que as dinâmicas relacionadas à construção e institucionalização das políticas públicas podem ser percebidas como um processo interativo envolvendo: os atores sociais; os quadros cognitivos e normativos que dão sentido às suas ações; as instituições (normas, regras e rotinas) em que estão enquadradas as ações públicas; os processos e resultados produzidos ao longo do tempo e que alimentam recursivamente estas interações.

No esforço por construir um quadro conceitual capaz de possibilitar uma análise transversal de experiências alternativas de governança em comunidades urbanas⁶ desenvolvidas no contexto europeu, Moulaert et al (2005: 1978) propõem uma definição operacional do conceito de inovação social que nos parece adequada ao caso aqui analisado. Para estes autores, uma inovação social apresenta um conjunto integrado de características. Define-se, inicialmente por sua natureza contextual e pela dependência em relação à uma determinada trajetória institucional, envolvendo transformações em agendas, agenciamentos e instituições, que caminham na direção de uma maior inclusão grupos ou indivíduos em distintas esferas sociais e em diferentes escalas espaciais. Envolve, acima de tudo, um processo de inovação, com alterações nas relações sociais e nas relações de poder e uma disputa com forças conservadoras que buscam manter determinadas situações de exclusão. Implica em um posicionamento ético em favor da justiça social e que está sujeito a diferentes interpretações.

Trataremos, aqui, a incorporação dos princípios de SAN ao PNAE como um processo de inovação social. Partimos do pressuposto de que as dinâmicas de ação coletiva que levaram à construção deste mecanismo foram amplamente favorecidas pela existência de um ambiente de maior permeabilidade do Estado às demandas das organizações da sociedade civil que caracterizou os governos de coalizão liderados pelo Partido dos Trabalhadores (2003-2006), e pela centralidade adquirida pelas políticas de combate à fome, à pobreza e às desigualdades sociais na agenda pública nesse período. Considerando as drásticas mudanças ocorridas no cenário político com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a interrupção do ciclo político que possibilitou sucessivas reeleições de governos de coalizão liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT)⁷, com repercussões sobre o grau de permeabilidade do sistema político e das instituições do Estado às

⁶ Uma descrição mais aprofundada dos casos que subsidiaram as reflexões destes autores encontra-se disponível em:

<http://users.skynet.be/frank.moulaert/singocom/index2.html>. Acesso em: 12/06/2018.

⁷ Primeiro governo Lula (2003-2006), segundo governo Lula (2007-2010), primeiro mandato Dilma Rousseff (2011-2014), segundo mandato Dilma Rousseff, interrompido pelo impeachment (2015-2016).

demandas da sociedade civil e à participação das organizações sociais nos processos decisórios, nos interrogamos, em meio a um ambiente marcado por profundas incertezas, acerca da continuidade deste processo de inovação social.

Esta pesquisa foi resultado de um trabalho continuado de pesquisa, desenvolvido ao longo de três anos, e que deu origem à tese de doutorado intitulada *Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): controvérsias sobre os instrumentos de compra de alimentos produzidos pela Agricultura Familiar*⁸. A pesquisa envolveu a utilização de diferentes técnicas de pesquisa incluindo observação participante, análise documental e a realização de entrevistas em profundidade. As reflexões que subsidiaram as avaliações relativas à consolidação do mecanismo de compra da agricultura familiar no cenário pós-impeachment envolveram o levantamento de dados secundários e exercícios pontuais de observação participante, desenvolvidos em um período posterior à apresentação da tese.

O presente artigo encontra-se estruturado em três diferentes seções. Resgatamos, inicialmente, a trajetória de incorporação da compra da agricultura familiar na história institucional do PNAE, chamando atenção para o fato de que a necessidade de priorizar alimentos básicos, característicos da cultura brasileira, introduzindo produtos cultivados por pequenos agricultores⁹, já estava presente no debate público em torno do programa desde os anos 1970. Abordamos, na sequência, os processos que possibilitaram a incorporação de princípios de SAN na Lei do PNAE e nos normativos que regulamentaram, no âmbito do programa, a compra da agricultura familiar. Tendo como substrato as análises apresentadas nas seções anteriores, buscamos, por fim, avaliar as perspectivas de continuidade da compra da agricultura familiar, como um processo de inovação social, no período pós-impeachment.

2. A compra da agricultura familiar na trajetória institucional do PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é considerado, atualmente, como o mais antigo programa de alimentação e nutrição no Brasil. Sua trajetória remonta aos anos 1950, com a institucionalização, em 1954, pelo Ministério da Saúde, do Programa Nacional de Merenda Escolar¹⁰ e, posteriormente, em 1955, da Campanha da Merenda Escolar pelo Ministério da Educação¹¹.

⁸ A referida tese foi defendida em 2017 por Vanessa Schottz, primeira autora deste artigo, sob orientação de Claudia Job Schmitt (segunda autora deste trabalho).

⁹ Neste texto a categoria “agricultura familiar” foi considerada como uma construção política e social que emerge, historicamente, através da agência de diferentes atores (movimentos sociais, gestores públicos, acadêmicos), consolidando-se, progressivamente, como uma referência política e institucional no campo das políticas públicas e abarcando diferentes perfis de produtores e identidades sociais. Em períodos anteriores, termos como “pequeno agricultor”, “camponês”, entre outros, foram utilizados, como forma de identificar a produção agrícola de base familiar, em suas distintas formas.

Ao longo de sua trajetória, o PNAE passou por diversas transformações, tanto no que diz respeito às ideias e valores que orientaram a estruturação do programa, como no tange ao seu desenho de implementação. Em linhas gerais, a história institucional desta política pública pode ser dividida em quatro momentos distintos¹²: i) **1954 a 1971** – distribuição de alimentos sob a forma de Campanha Nacional com recursos advindo da ajuda alimentar internacional; ii) **1972 a 1993** – conformação de um programa com recursos nacionais e gestão centralizada no governo federal; iii) **1994 a 2002** - descentralização do programa com transferência de recursos e da gestão para os estados e municípios; iv) **a partir de 2003** – conformação do PNAE como ação estratégica de promoção da SAN.

A criação do PNAE na década de 1950 esteve fortemente vinculada às ações desenvolvidas pelo Estado brasileiro nas áreas de saúde e de nutrição e às parcerias estabelecidas pelo com órgãos de assistência e cooperação internacional incluindo o USAID (Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), entre outros. A distribuição de leite em pó, farinhas industrializadas com adição de nutrientes e, posteriormente, já na década de 1960, refeições compostas por preparações prontas e semiprontas (*almoço escolar*), marcou a oferta de alimentos destinados à população escolar nesse período. A partir de meados da década de 1960, em caráter complementar, o Estado passou a oferecer, também, verduras e legumes distribuídos pelos governos estaduais.

Na década de 1970, sob a égide dos Planos Nacionais de Desenvolvimento implantados pelos governos militares, a então designada Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) passou a se constituir como uma política pública, com recursos nacionais e gestão centralizada no governo federal. Nesse novo ambiente, é possível identificar uma tentativa de incorporação da alimentação escolar à agenda desenvolvimentista. Assume-se, formalmente, como uma prioridade, a utilização de alimentos básicos e próprios da cultura alimentar brasileira, como arroz e feijão, e a compra de produtos cultivados por pequenos produtores, em lugar dos alimentos formulados adquiridos das grandes empresas. Esta nova agenda, planejada durante o chamado “milagre econômico”, mas implementada já em plena crise fiscal do Estado, encontrou como obstáculos para sua execução a baixa disponibilidade de recursos financeiros e a fragilidade institucional dos

¹⁰ As ações deste programa envolviam a distribuição de leite em pó e vitaminas A e D em cápsulas ipossolúveis a escolares que viviam em municípios extremamente pobres da região Nordeste.

¹¹ Tratava-se, neste caso, de uma campanha de abrangência nacional tendo como objetivo a distribuição de leite em pó enriquecido com farinhas de leguminosas e cereais fabricadas por pequenas indústrias nacionais.

¹² Cabe destacar, entre os estudos que procuraram resgatar a trajetória do PNAE, os trabalhos desenvolvidos por COIMBRA (1981); TURPIN (2008); CARVALHO (2009) e; PEIXINHO (2011).

órgãos responsáveis pela sua operacionalização, particularmente do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN).

A aquisição de alimentos fornecidos por pequenos produtores de base familiar, embora já estivesse conceitualmente presente nas diretrizes de implementação do programa, não conseguia se traduzir em dispositivos operacionais capazes de viabilizar a construção de elos mais efetivos entre a produção familiar e a alimentação escolar. Manteve-se, na prática, a estruturação de cardápios constituídos, principalmente, por alimentos “formulados”, em pó, utilizados na preparação de sopas e mingaus com a adição de água. A qualidade nutricional destes alimentos foi, no entanto, duramente criticada por estudiosos da área da nutrição preocupados com o agravamento, no país, do quadro de desnutrição infantil. Cabe observar, ao mesmo tempo, que os critérios estabelecidos pelo INAN para a preparação desses “formulados”, e que se somavam aos desafios envolvidos na implantação de uma logística centralizada de distribuição dos gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar, só conseguiam se enfrentados por empresas de grande porte e que conseguiam importar algumas matérias primas fornecidas por empresas multinacionais. (TURPIN, 2008; CARVALHO, 2009).

A partir do final da década de 1970, em um cenário marcado pela crise econômica e pelo visível desgaste dos governos militares, um novo ciclo de transformações viria a afetar a arquitetura institucional do PNAE. Em 1979 a CNAE passou a se chamar Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Com a criação, em 1983, da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), foi adotado um formato misto de aquisição, que buscava assegurar, simultaneamente, a continuidade da compra de alimentos “formulados” pela FAE, introduzindo, ao mesmo tempo, a compra descentralizada de alimentos básicos em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação (SEEs). Registra-se, ainda, em meados da década de 1980, uma primeira tentativa de municipalização do programa, mas que não conseguiu avançar em função de irregularidades nas prestações de contas por parte dos municípios e descontinuidades no repasse de recursos (TURPIN, 2008).

A nova Constituição Federal aprovada em 1988 teve como uma de suas marcas a transferência de recursos e de competências atribuídas ao governo federal para os estados e municípios, processo que afetou o desenho institucional de diferentes políticas públicas, entre elas o PNAE. O direito dos alunos do ensino fundamental à alimentação escolar, embora reconhecido pela nova carta constitucional, não encontrou amparo efetivo no receituário neoliberal adotado pelo Governo Collor a partir de 1990. Nesse mesmo período, diante das denúncias do Movimento Ética na Política (MEP) em relação à corrupção e ao desmonte das políticas de combate à fome pelo governo eleito, foi aberta, no Congresso Nacional, uma *Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Examinar as Causas da Fome e a Iminente Ameaça à Segurança Alimentar no País (CPI da Fome)*. O PNAE foi, também, auditado pelo Tribunal de Contas da União (TCU),

que identificou diversos problemas e irregularidades na implementação desta política pública incluindo: desvios e fraudes na distribuição de alimentos; usos eleitorais do programa; deterioração dos produtos estocados; cartelização envolvendo setores da indústria de alimentos - com destaque para os responsáveis pelo fornecimento de “formulados” e leite em pó - e, por fim, irregularidades administrativas na aquisição de alimentos. A compra e distribuição de produtos básicos, executada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) foi, igualmente, alvo de críticas, avaliando-se que nessas operações, os recursos destinados ao programa acabavam, na visão do TCU (TCU, 1993), sendo absorvidos pelos cofres da CONAB, comprometendo os objetivos finalísticos do programa.

Verifica-se, nos anos 1990, a exemplo do que ocorreu com outras políticas, um movimento de descentralização do PNAE, que passa ser operado mediante o repasse dos recursos provenientes do Orçamento Geral da União (OGU) aos governos estaduais e municipais através de convênios. Os entes federados envolvidos na execução do programa passaram a ser responsáveis pelo planejamento e execução dos cardápios, que deveriam ser elaborados por um/a nutricionista, buscando respeitar os hábitos alimentares e a vocação agrícola regional e priorizar a aquisição de produtos de cada região, preferencialmente alimentos in natura. Soma-se a isso a estruturação, em caráter obrigatório, dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), compostos por representantes dos professores, dos pais e alunos, de organizações sociais e do poder público, tendo por objetivo acompanhar as ações do programa e fiscalizar sua execução. A ênfase atribuída à origem regional dos alimentos não se traduzia, no entanto, na aquisição de alimentos produzidos por pequenos agricultores. Chama atenção, além disso, o escasso envolvimento das organizações representativas dos trabalhadores no campo ou dos “pequenos produtores” nos debates relacionados à descentralização do PNAE. Participaram, de uma forma mais ativa desse processo, além de gestores públicos, representantes de grupos e entidades do campo da nutrição.

Do ponto de vista prático, a Lei 8.666/1993, responsável pela definição de normas para licitações e contratos estabelecidos pela Administração Pública¹³, apresentava-se como um poderoso obstáculo à participação dos agricultores de base familiar como fornecedores dos alimentos destinados à alimentação escolar. Em primeiro lugar, em função das dificuldades enfrentadas pelos chamados “pequenos produtores” ou “agricultores familiares” no sentido de atender às exigências legais que poderiam viabilizar sua habilitação fiscal, jurídica e econômica para atuar no programa. Em segundo lugar pela sua dificuldade em competir com os preços oferecidos pelas grandes

¹³Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8666cons.htm. Acesso em: 15/06/2018.

empresas envolvidas no fornecimento de produtos, em grande escala, para o atendimento a esse mercado.

A partir de 2003, com a vitória de Lula vinculado ao Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições presidenciais, liderando uma coalizão de forças composta por diferentes partidos, verifica-se uma maior abertura do sistema político à participação social e às demandas vocalizadas pelos movimentos sociais do campo, incluindo aí as organizações da agricultura familiar. Soma-se a isso o fato de que o combate à fome e a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) alcançaram especial destaque na agenda política do primeiro governo Lula com o lançamento do Programa Fome Zero, cujas diretrizes já haviam sido publicizadas em 2001 com a publicação do documento *Projeto Fome Zero – uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil*.

Verifica-se neste contexto uma convergência entre: (i) os diferentes atores ligados à agricultura familiar; (ii) a coalizão de causa que, desde a década de 1990, vinha se articulando em torno do combate à fome e da construção de referências compartilhadas de incorporação da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no âmbito das políticas públicas; (iii) gestores públicos e dirigentes políticos empenhados em dar concretude ao programa de governo que havia sido defendido nas eleições. Argumenta-se, aqui, que o entrelaçamento entre esses diferentes interesses, que passam a convergir na implantação de uma nova agenda de políticas públicas, abriu caminhos para a institucionalização de mecanismos de compra sem licitação de produtos da agricultura familiar no atendimento ao PNAE.

3. A incorporação dos princípios de SAN aos instrumentos de políticas públicas: da lei do PNAE à operacionalização da compra da agricultura familiar

A emergência na trajetória brasileira de um conjunto articulado de atores que passa a incidir de forma organizada no espaço público, denunciando a situação de insegurança alimentar e nutricional existente no país - interpretada como uma violação de direitos - elaborando estudos e propostas destinadas à superação deste quadro de injustiça social, tem sido abordada por diferentes autores (Pessanha, 2002) (Zimmermann, 2011) (Leão e Maluf, 2013) Não cabe aqui retomar esse percurso histórico que remonta às análises formuladas por Josué de Castro sobre as raízes da fome no Brasil (Castro, 1946), passando pela campanha Ação da Cidadania contra a Fome a Miséria e pela Vida liderada pelo sociólogo Herbert de Souza no início dos anos 1990, a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) no governo Itamar Franco, sua posterior extinção, e a recriação do CONSEA, no primeiro Governo Lula em 2003. Nos parece importante salientar, no entanto, que esta coalizão é composta por um conjunto heterogêneo e cambiante

de atores, delineando suas fronteiras em função de diferentes recortes temáticos e conjunturas. Estão presentes nesta articulação os ativistas organizados no Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), associações profissionais ligadas à área de saúde e nutrição, movimentos sociais diversos, organizações vinculadas à agricultura familiar, diferentes tipos de organizações não governamentais, gestores públicos, entre outros segmentos.

Entendemos, aqui, no entanto, que a institucionalização do mecanismo de compra da agricultura familiar no âmbito do PNAE envolveu um universo significativamente mais amplo de pessoas e organizações, com destaque para um conjunto inter-relacionado de atores ligados à agricultura familiar e diversos parlamentares, articulados na Frente Parlamentar de SAN.

No que se refere, especificamente, ao tema da agricultura familiar, diversas análises têm resgatado o processo de emergência desta categoria específica no campo das políticas públicas, a partir da década de 1990, e seu processo de legitimação como segmento responsável pela produção de alimentos destinados ao mercado interno (Picolotto, 2011) (Grisa, 2012) (Grisa e Schneider, 2014). Conforme observado por Grisa e Schneider (2014) é possível identificar na trajetória brasileira, diferentes gerações ou referenciais de política pública voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar. Nos termos sugeridos pelos autores, a formulação de mecanismos específicos capazes de viabilizar a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar no âmbito do PNAE inscreve-se, justamente, em uma terceira geração de políticas voltadas a este setor e que foi fortemente influenciada por princípios relacionados à segurança alimentar e à sustentabilidade ambiental.

A análise da Lei 11.947/2009 aponta, justamente, para uma convergência entre o PNAE com alguns princípios e diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN)¹⁴, na medida em que os objetivos e as diretrizes¹⁵ estabelecidos para o programa buscaram concretizar a perspectiva da alimentação escolar como direito humano e de seu papel estratégico na promoção da alimentação adequada e saudável dos escolares e no apoio ao desenvolvimento sustentável, por meio da aquisição de alimentos locais diversificados produzidos pela agricultura familiar.

Maluf (2009) considera que essas diretrizes, orientadas pelo enfoque intersetorial de SAN, possibilitaram que o PNAE criasse um elo institucional entre a oferta de alimentos saudáveis na

14 Diversos autores analisaram as relações existentes entre os atuais objetivos e diretrizes do programa e a concretização dos princípios de SAN. Ver, por exemplo: MALUF, 2009; ABRANDH, 2012; HAWKES et al, 2016; SCHMITT et al, 2014; MENEZES et al, 2015; PEIXINHO, 2011; TRICHES, 2010; TRICHES, 2015; SIDANER et al., 2012; GRISA et al, 2017; BELIK et al., 2013.

15 O PNAE tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento biopsicosocial, aprendizagem, rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis. Suas diretrizes são: i) inclusão da Educação Alimentar e Nutricional no processo de ensino aprendizagem; ii) oferta de alimentação adequada e saudável; iii) direito humano à alimentação adequada; iv) participação e controle social e; v) apoio ao desenvolvimento local.

escola, o processo de ensino e aprendizagem e a agricultura familiar. Foi em consonância com essas diretrizes que a legislação introduziu algumas inovações no modus operandi do programa, principalmente no que se refere às dinâmicas de aquisições públicas de alimentos (mínimo de 30% da agricultura familiar via chamada pública) e de elaboração dos cardápios, que deveriam pautar-se não só pelo atendimento das necessidades nutricionais dos escolares, mas incorporar as dimensões da sustentabilidade e do respeito à cultura e aos hábitos alimentares¹⁶.

A triangulação dos dados da pesquisa indica que a combinação de alguns fatores tornou possível a construção e a aprovação da Lei do PNAE. A eleição de Lula (PT) para a Presidência da República, em 2002, criou um ambiente favorável à reorientação do PNAE em função: i) da prioridade política conferida ao programa¹⁷ e da nomeação de uma gestora comprometida com o campo da SAN; ii) da adoção de um conjunto de políticas voltadas para a inserção social e produtiva da agricultura familiar, processo este que contribuiu para o fortalecimento desse segmento social e das suas dinâmicas organizativas; iii) da progressiva institucionalização da SAN enquanto política pública e; iv) do fortalecimento de espaços de interlocução entre o Estado e a sociedade civil, com destaque para a recomposição do CONSEA.

O CONSEA exerceu um papel central nesse processo ao promover o diálogo e a interlocução entre diversos atores sociais e diferentes setores de governo e ao considerar a multiplicidade de olhares e interesses no exercício democrático de reorientação do programa. O grupo de trabalho sobre o PNAE (GT PNAE)¹⁸, instituído pelo CONSEA em 2004, foi responsável pela elaboração da primeira versão do Projeto de Lei que, após um longo processo de negociação entre diversos órgãos do governo federal e gestores estaduais e municipais de educação, foi encaminhado pela Casa Civil à Câmara dos Deputados.

Outro fator importante foi a atuação articulada da coalizão de SAN e da agricultura familiar para incidir sobre a Lei do PNAE. Destaca-se que o aprendizado desses atores no âmbito institucional e a experiência positiva com o PAA conferiram as bases para que fosse incluído na legislação um dispositivo garantindo a destinação de recursos para a compra de alimentos da agricultura familiar, com dispensa de licitação. Visando ampliar o debate e o apoio público ao Projeto de Lei e intensificar a pressão sobre o Congresso Nacional foi constituída uma comissão de

¹⁶O FNDE e o MDA argumentaram, em diversos documentos públicos, que a inserção da produção da agricultura familiar na alimentação escolar fortaleceria o papel estratégico do programa na garantia da SAN, possibilitando novas conexões entre a produção e o consumo. As compras da agricultura familiar contribuiriam também para valorizar e gerar renda para a agricultura familiar, reduzir a insegurança alimentar no campo e incentivar a produção diversificada e sustentável de alimentos.

¹⁷ Em 2003 o PNAE passou a compor a agenda de ações estratégicas do Programa Fome Zero.

¹⁸ O GT PNAE era formado por conselheiros da sociedade civil, técnicos e gestores do PNAE e tinha como objetivo de analisar a potencialidade do Programa como estratégia de promoção da alimentação saudável e da educação alimentar e nutricional (EAN)..

mobilização e monitoramento do PNAE¹⁹ que atuou em parceria com a Frente Parlamentar de SAN para a indicação de parlamentares para assumir a presidência e a relatoria das comissões que iriam avaliar o projeto de lei, dentre outras ações de incidência política.

De parte do governo, houve um esforço de diálogo e negociação com a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e com as organizações que representam os Secretários Estaduais e Municipais de Educação, visando obter apoio ao PL. Essa iniciativa foi importante porque contribuiu para moderar a resistência desse campo ao projeto de lei, especialmente no que concerne ao artigo que tratava da compra da agricultura familiar²⁰. Por outro lado, essa negociação se desdobrou em algumas alterações na versão original do PL, por ocasião da edição da Medida Provisória nº 455/2008, com a exclusão do artigo que vedava explicitamente a terceirização da gestão do PNAE e a inclusão de algumas situações em que a compra da agricultura familiar poderia ser dispensada.

A edição de uma Medida Provisória foi uma estratégia adotada pelo governo federal frente aos entraves à tramitação do PL na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado²¹. A edição da MP foi marcada pelo tensionamento na interlocução entre o governo, especialmente a coordenação do PNAE e do MDA, e a comissão de mobilização e o CONSEA, uma vez que os mesmos não participaram do processo de negociação. Tanto na Câmara quanto no Congresso a tramitação da MP transcorreu sem maiores dificuldades. Em junho de 2009 a Lei 11.947 foi sancionada pelo Presidente da República.

Em função do aprendizado institucional, os atores sociais se mobilizaram para incidir sobre a sua regulamentação, especialmente no que concernia à definição dos mecanismos de compra da agricultura familiar. Portanto, houve um esforço em reorientar as diretrizes do PNAE, quanto no sentido de incidir sobre a sua instrumentação, ou seja, sobre o processo de escolha dos instrumentos.

Nessa direção, ao analisar o PNAE pelo ângulo da Instrumentação da Ação Pública, proposta por Lascoumes & Le Galés, buscamos compreender quais foram as dinâmicas, os atores e os processos políticos que resultaram na criação e adoção, pelo programa, de mecanismos voltados especificamente para a aquisição de gêneros oriundos da agricultura familiar. Tais autores questionam a visão tradicional de que os instrumentos são meros dispositivos neutros e pautados em escolhas exclusivamente “técnicas e científicas”, ao considerar que os mesmos são portadores

¹⁹A comissão era formada pelas seguintes organizações: Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Associação Brasileira de Alimentação e Nutrição (ASBRAN), Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

²⁰Ao analisar o processo de construção do PL, Grisa et al (2017) identificaram que os gestores das capitais e de alguns municípios de grande porte se colocaram contrários ao artigo que tornava obrigatória a aquisição de alimentos da agricultura familiar por considerarem que seria de difícil execução.

²¹O relator do PL na CCCJ, Senador Francisco Dornelles (PP-RJ), apresentou parecer contrário aos dispositivos que tratavam da compra da agricultura familiar e da terceirização.

de valores que expressam a visão de mundo dos atores, ao mesmo tempo em que atuam como tipos particulares de instituições que produzem efeitos específicos, reorganizam relações de poder, processos e fluxos de ação (LASCOURMES & LE GALÉS, 2007; 2014).

De fato, a análise da instrumentação do PNAE mostrou que este tem se constituído em um rico processo de articulação, negociação e disputa que envolveu um amplo leque de atores sociais (governamentais e não governamentais) e foi capaz de produzir inovações sociais tanto nas dinâmicas de interação entre Estado e sociedade – à medida que foram constituídos ou fortalecidos alguns espaços de participação social - quanto nos dispositivos de compras públicas.

A regulamentação do artigo 14 da Lei do PNAE dividiu-se em duas etapas. A primeira ocorreu simultaneamente à tramitação da MP no Congresso Nacional, quando foi criado informalmente um grupo de trabalho (GT Agricultura Familiar) formado, basicamente pelos mesmos atores que participaram do processo de formulação e/ou aprovação da lei²². Tão logo a Lei 11.947 foi sancionada, a Resolução que a regulamentava foi publicada pelo FNDE (Resolução CD/FNDE nº 38/2009). Havia uma enorme preocupação tanto por parte do governo quanto da sociedade civil com a imediata regulamentação do artigo 14º. A segunda etapa tem início, em 2010, quando foi instituído formalmente pelo FNDE o Grupo Consultivo (GC PNAE), após intensa pressão das organizações que compuseram o GT AF. Essa demanda também contou com o apoio dos setores de governo que participaram da regulamentação da Lei. Todavia, este foi um longo processo de negociação, pois não havia consenso em relação a essa questão na equipe do CGPAE, tampouco no FNDE.

Alguns membros do GT AF destacaram nas entrevistas o quanto o processo de construção da normativa de compra foi desafiador e ao mesmo tempo bastante enriquecedor, pois foi escrito “*a muitas mãos e mentes que pertenciam a mundos muito diferentes*”. Houve um momento inicial de muitos estranhamentos, uma vez que cada um tentava vocalizar suas demandas que, muitas vezes, representavam interesses distintos e até opostos, em algumas circunstâncias. As entrevistas também sinalizaram que, inicialmente, a CGPAE demonstrou dificuldades em lidar com as controvérsias produzidas nesse espaço, mas que, ao longo do processo, foi se tornando mais permeável ao diálogo e disposta a negociar, especialmente com as propostas apresentadas pela sociedade civil.

De forma geral, as entrevistas com alguns representantes dos movimentos sociais e das redes e organizações que participaram do GT indicaram que os mesmos avaliaram o processo de forma bastante positiva, ainda que inicialmente tenham ocorrido conflitos com alguns setores de governo.

Nas questões mais polêmicas, as redes e movimentos tentavam se articular previamente para chegar

²²Gestores e técnicos de diferentes órgãos de governo (FNDE, MDA, MDS, CONAB e Ministério da Aquicultura e Pesca), organizações de representação dos gestores estaduais e municipais de educação e doze organizações da sociedade

à reunião do GT com uma proposta minimamente acordada. No que concerne aos órgãos de governo, a percepção dos entrevistados é de que existiam muitas tensões e disputas, especialmente entre os representantes da CONAB e do MDA que propunham diferentes caminhos para a operacionalização da compra.

O fato de muitos integrantes, tanto do governo quanto da sociedade civil, participarem conjuntamente de outros espaços de articulação política como CONSEA, a Comissão de Mobilização pela aprovação do PL PNAE e o Grupo Gestor e Comitê Consultivo do PAA foi apontado como um elemento que favoreceu a construção progressiva de laços de confiança e o estabelecimento de uma dinâmica de tratamento das controvérsias. A experiência prévia com o PAA também foi considerada importante, pois possibilitou que o GT partisse de uma referência comum e conseguisse tratar de forma detalhada das questões operacionais. Como resultado desses diversos conflitos e alinhamentos, foi finalmente regulamentada a compra da agricultura familiar, tendo como principal desdobramento uma elevação paulatina do percentual de recursos destinados pelo FNDE à implementação do PNAE investidos na aquisição de produtos comercializados por agricultores familiares e suas organizações: esse percentual evoluiu de 4,9% em 2010 para 24,84% em 2016²³.

4. Alguns apontamentos sobre a continuidade da compra da agricultura familiar pelo PNAE no período pós-impeachment

Até aqui, ficou evidenciado que as mudanças institucionais ocorridas no PNAE durante o período (2003-2016), que compreende os governos de coalizão liderados pelo PT, tiveram como pano de fundo um contexto marcado pela maior permeabilidade do Estado à participação social e pela institucionalização da SAN.

Com o processo de *impeachment* da, então, presidenta Dilma Roussef (PT), que culminou com o seu afastamento definitivo em agosto de 2016, as forças políticas que assumiram a Presidência da República deram início a um intenso processo de desmonte das políticas sociais e de desconstrução de direitos básicos de cidadania, com graves retrocessos nos espaços e dinâmicas de interação entre Estado e sociedade.

Com o objetivo de analisar os primeiros dois anos após o *impeachment*, a FIAN Brasil elaborou a publicação “*Da democratização ao Golpe: avanços e retrocessos na garantia do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição adequadas ao Brasil*”. Identificou-se neste documento que estão em curso retrocessos de diversas ordens que representam graves ameaças à capacidade

²³ Fonte: FNDE. Ver: CONSEA. E.M. nº 002-2017/CONSEA. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/plenarias/exposicoes-de-motivos/2017/e-m-no-002-2017>. Acesso em:

do Estado Brasileiro de garantir proteção social e combater a fome e na promoção de sistemas sustentáveis de produção e consumo de alimentos nutricionalmente adequados, bem como riscos ao processo de estruturação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

A promulgação da Emenda Constitucional 95 (EC 95), em dezembro de 2016, impôs limites muito claros às políticas sociais, representando “*uma ruptura com processos de pactuação voltados para a ampliação da cobertura e a melhoria da qualidade não apenas de proteção social e SAN, mas também de saúde, educação e fortalecimento da agricultura familiar, cultura, entre outros*” (FIAN, 2017:17). Já é possível observar a repercussão na Lei Orçamentária Anual (LOA), que em 2018, apresentou cortes drásticos em diversas políticas e programas estratégicos para a SAN e a agricultura familiar, como o PAA e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)²⁴. Os dados sobre a execução, até o mês de junho de 2018, dos recursos destinados à agricultura familiar são ainda mais alarmantes, pois em alguns casos (PAA, ATER, Regularização fundiária), é próxima de zero²⁵.

Aliado a esse cenário, a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que passa a ter status de uma secretaria especial vinculada à Casa Civil, sinaliza para um processo acelerado de fragilização da institucionalidade da agricultura familiar e de desmonte das políticas públicas diferenciadas para este segmento e a médio prazo na extinção dessa categoria (FIAN (2017).

Nesta direção, ainda que não tenham sido observadas mudanças significativas no PNAE²⁶, uma vez que não houve alteração em seu arcabouço legal tampouco um corte orçamentário - pelo contrário, houve um aumento no valor per capita que é transferido para os municípios e Estados – não se mantiveram as condições que, a partir de 2003, possibilitaram as inovações sociais produzidas no âmbito do programa.

Primeiro, porque os elos que possibilitavam uma participação social mais ativa no monitoramento e instrumentação da compra da agricultura familiar pelo PNAE se fragilizaram. Embora, o grupo consultivo não tenha sido extinto, a ausência de uma dinâmica mais próxima de interlocução e o fato de ainda não ter sido realizada uma reunião em 2018 sinalizam um esvaziamento desse espaço tão estratégico. Em segundo porque a fragilização da institucionalidade da agricultura familiar enfraquece ainda mais a capacidade desse segmento em atender ao mercado

²⁴ De acordo com a Exposição de Motivos nº 002/2017 encaminhada pelo CONSEA à Presidência da República, a LOA 2018 destinou ao PAA apenas R\$ 750 mil reais, ou seja, um corte de 98% em relação ao exercício anterior (2017) que já apresentava um orçamento reduzido e cujo contingenciamento alcançou 52%. No que concerne a PNATER, o orçamento foi reduzido de R\$ R\$ 257 milhões para R\$ 34,2 milhões.

²⁵ Dados disponíveis no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

²⁶ De acordo os dados apresentados pelo FNDE ao CONSEA em novembro de 2017, o percentual dos recursos do PNAE destinados à compra da agricultura familiar alcançou 26% no ano de 2016. Ainda não foram disponibilizadas as informações referentes a execução do programa em 2017.

institucional da alimentação escolar. A compra da agricultura familiar pelo PNAE está conectada com outros instrumentos da ação pública operacionalizados pela área da educação, mas também por outros setores de governo como a vigilância sanitária, a alimentação e nutrição, o desenvolvimento agrário e o abastecimento, conformando-se assim, uma verdadeira teia de instrumentos.

Além disso, é possível que esse cenário de instabilidade e incertezas afete a vontade dos agricultores familiares em ter um vínculo institucional e de mercado com o poder público, o que merece ser aprofundado em outros estudos. E a exemplo do que ocorreu em outros momentos da história do programa, as descontinuidades no repasse de recursos poderão, em um cenário futuro, inibir o aprofundamento ou mesmo a continuidade desse processo de inovação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CARVALHO, D. G. *O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a sustentabilidade: o caso do Distrito Federal*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Brasília: UnB, 2009. 238 p.
- CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. *Exposição de motivos 002/2017*. Brasília: CONSEA.
- FIAN Brasil. *Da democratização ao golpe: avanços e retrocesso na garantia do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas no Brasil*. Brasília: FIAN Brasil, 2017. 75p
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. *RESR*, Piracicaba-SP, v. 52, Supl. 1, pp.1 2014. LASCOUMES, P.; LES GALÈS, P. *Sociologie de l'action publique*. Paris: Armand Colin, 2012. LASCOUMES, P; LE GALÈS, P. Introduction: Understanding Public Policy through Its instruments – From the Nature of instruments to the sociology of Public Policy Instrumentation. *Gouvernance: An International Journal of Policy, Administration, and Institution*, v.20, n.1, pp. 1-21, 2007.
- MALUF, R. *Compras governamentais para a alimentação escolar e a promoção da agricultura familiar*. Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura. n.27. 2009.
- MOULAERT, F.; MARTINELLI, F.; SWYNGEDOUW, E.; GONZÁLEZ, S. Towards alternative models of local innovation. *Urban Studies*, v. 42, n. 11, 2005, p. 1969-1990.
- PEIXINHO, A.M.L. *Um resgate histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE*. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde). São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2011. 133 p
- SABATIER, P.A.; JENKINS-SMITH, H. *Policy change and learning: an advocacy coalition framework*. Boulder: Westview, 1993.
- SABATIER, P.A; WEIBLE, C. M. The advocacy coalition framework: Innovations, and clarifications. In SABATIER, P.A (Ed.). *Theories of the Policy Process*. Boulder: Westview Press, p. 189-220, 2007.
- SCHMITT, C. J.; MALUF, R. S.; BELIK, W. Family farming, institutional markets and innovations in public policy: food and nutritional security as a driver for governmental intervention. In: Paul Hebinck et al. (Org.). *Rural Development and the Construction of New Markets*. 1ed.London: Routledge, 2014, v. 1, p. 61-78.
- SCHOTTZ, V. *Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): controvérsias sobre os instrumentos de compras de alimentos produzidos pela Agricultura Familiar*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017. 228 p.
- TURPIN, M. E. *A alimentação escolar como vetor de desenvolvimento local e garantia de segurança alimentar e nutricional*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2008. 176p.
- WEIBLE, C. M.; SABATIER, P. A.; McQUEEN, K. Themes and variations: taking stock of the Advocacy Coalition Framework. *The Policy Study Journal*, v. 37, n. 1, 2009.

O CONSAD SUDOESTE PAULISTA MEDIANTE UMA MUDANÇA DE CONJUNTURA: REFLEXÕES INICIAIS

Wolney Felipe Antunes Junior¹

Ricardo Serra Borsatto²

RESUMO

O Sudoeste Paulista é uma região que historicamente apresenta condições de desigualdade entre seus habitantes, visualizadas na concentração de terras, na má distribuição de renda e nos menores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) quando comparados ao restante do Estado de São Paulo. Fatos estes que levaram 15 municípios desta região serem considerados um território estratégico e receber, ao longo dos últimos quinze anos, intervenções públicas através dos Programas Fome Zero, Territórios Rurais e Territórios da Cidadania. Neste território foi instituído o Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local do Sudoeste Paulista (CONSAD Sudoeste Paulista), com a participação do poder público e da sociedade civil, o qual exerceu a função de colegiado territorial no âmbito desses programas representando, principalmente, os anseios e as necessidades do universo da Agricultura Familiar. No entanto, mediante uma mudança na conjuntura política e econômica do Brasil, o CONSAD Sudoeste Paulista reformulou sua estrutura e redesenhou seu território, ampliando para 32 municípios, os quais correspondem a 16ª Região Administrativa de São Paulo. A partir disso, este artigo pretende ser o ponto de partida para reflexões, que serão aprofundadas, sobre o que levou a essa mudança, bem como as implicações disso na efetividade e continuidade das ações reivindicadas nas políticas territoriais. As reflexões são a partir da consistência desses desenhos de território, da possível falta de mobilização social associada ao CONSAD Sudoeste Paulista e, por isso, da possível dependência à existência de uma política ou estrutura do Estado que te dê amparo.

Palavras-chave: Sudoeste Paulista; Território; Políticas Públicas.

¹Engº Industrial Madeireiro, mestrando em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências Agrárias, Araras/SP: wolney.antunes@gmail.com

²Professor Doutor na Universidade Federal de São Carlos, Centro Ciências da Natureza, Buri/SP: ricardo.borsatto@ufscar.br

1. INTRODUÇÃO

A elaboração deste artigo tem como ideia ser o ponto de partida para um estudo e discussão que posteriormente serão aprofundados. Para isso, vamos identificar diferentes arranjos institucionais que atuam sobre um desenho de território no Sudoeste Paulista, fazer um breve levantamento das categorias sociais representadas por eles, apresentar o Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local do Sudoeste Paulista (CONSAD Sudoeste Paulista) e sugerir uma reflexão a partir do seu caso. Recentemente, o CONSAD Sudoeste Paulista passou por mudanças estatutárias e ampliou sua abrangência de municípios, o que, mediante sua história e ao atual contexto político e econômico, cabe questionamentos e algumas reflexões.

Neste tópico introdutório o Sudoeste Paulista será apresentado de uma maneira geral, com informações referentes às suas características geográficas, divisões políticas, uma sucinta caracterização histórica e as principais atividades do sistema produtivo atual. Serão introduzidos, também, os programas federais de enfoque territorial que foram aplicados na região e o questionamento deste artigo. No segundo tópico serão levantadas as instituições que atuam na região, seus desenhos de território e a discussão a partir do caso do CONSAD Sudoeste Paulista. No terceiro tópico, para encerrar, as considerações finais e as indicações de aprofundamento no estudo. A construção desta reflexão inicial se baseou em revisões bibliográficas e em consultas de documentos levantados junto ao CONSAD Sudoeste Paulista, associando essas informações com uma leitura crítica da realidade.

O Sudoeste Paulista, entre suas mais variadas dificuldades, tem a carência de informações, estudos e pesquisas publicadas sobre a própria região. Isto, por exemplo, limita uma caracterização histórica aprofundada e diversificada de fontes, no entanto, reforça a necessidade de se pensar e compreender melhor esta porção do estado de São Paulo, a qual, por mais que compartilhe anseios e dificuldades semelhantes, com uma estrutura produtiva relativamente parecida, possui segmentos com particularidades e mais afinidades, as quais colaboram para a construção de diferentes idealizações de território.

Os municípios que compõem esta área percorrem diferentes divisões geográficas e políticas. No caso da divisão por Regiões Geográficas Imediatas do IBGE³, as cidades perpassam as regiões de Itapeva, Itapetininga, Avaré e Piraju. No que tange às Regiões

³IBGE: Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Divisão Regional do Brasil**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm?c=1>

Administrativas do Estado de São Paulo, desde 2014⁴ o Sudoeste Paulista sedia a 16ª Região Administrativa, com Itapeva desempenhando o papel de polo regional (Ver Figura 1).

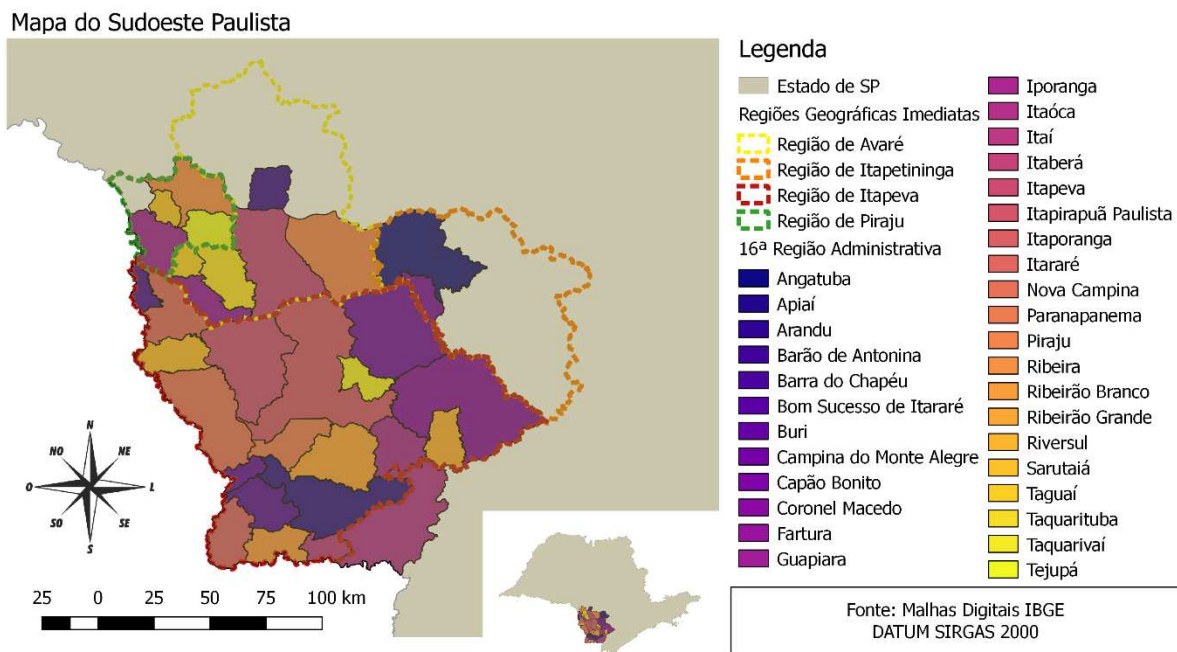


Figura 1. Mapa do Sudoeste Paulista (Fonte: Elaboração própria)

Esta fração do estado situa-se numa zona de transição entre dois importantes biomas, o Cerrado e a Mata Atlântica, com a presença de fragmentos de Mata de Araucária. A região está inserida na Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema e sua configuração geomorfológica trata-se de uma depressão periférica entre o planalto atlântico, planalto ocidental e as cuevas basálticas. Essas características, somadas à estrutura produtiva da região, proporciona paisagens típicas do Sudoeste Paulista, que são os resquícios dos biomas naturais, as formações rochosas, os morros e os cursos fluviais em coexistência com as atividades de silvicultura e mineração, com as unidades de agricultura familiar, pastagens, grandes lavouras, por exemplo de grãos e de laranja, serrarias, agroindústrias, e indústrias de papel e celulose.

O processo de ocupação dessas terras não se diferencia em demasia ao ser comparada com a história do estado de São Paulo, mas teve uma dinâmica particular. A distribuição de terras ocorreu pelo sistema de Sesmarias, o que não garantia que elas fossem efetivamente ocupadas e produzidas, de modo que as terras do Sudoeste Paulista se encontravam em situações praticamente de abandono, ficando sob cuidado de agregados e poucos escravos dos sesmeiros. Na primeira metade do século XVIII a capitania de São Paulo desempenhava uma

⁴ALESP: Assembleia Legislativa Do Estado De São Paulo. Decreto nº 60.135, de 10 de fevereiro de 2014. São Paulo. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=172348>>

tímida produção agrícola e pouca circulação de moedas, a exceção eram as fazendas próximas a capital que começavam a produzir cana-de-açúcar. Essa conjuntura passa a se modificar a partir da segunda metade do século XVIII, quando Morgado de Mateus assume o governo da capitania e, a mando da Coroa, promove uma série de melhorias estruturais para tentar alavancar a economia de São Paulo (CORRÊA, 2013). Pode-se dizer que é neste período que a dinâmica do Sudoeste Paulista inicia um deslocamento do restante de São Paulo.

Em um primeiro momento, abriram-se estradas e vias de ligação entre a capitania e outras partes da colônia, sendo uma delas o caminho que conectava o extremo sul do Brasil com São Paulo. Foi neste período que comerciantes envolvidos no transporte, comercialização da produção e abertura de estradas, como é o caso do sesmeiro Barão de Antonina, do Sudoeste Paulista, fizeram suas fortunas. Por estarem localizadas justamente no trajeto das tropas de muares, que saíam do Sul e tinham como destino as regiões mineradoras e o Rio de Janeiro, as fazendas do Sudoeste Paulista apresentavam como principais atividades a invernada de gado e a comercialização do excedente da agricultura com os viajantes.

De acordo com Corrêa (2013), enquanto se observava, em meados de 1830, um renascimento agrícola para exportação em São Paulo, com as regiões de Itu, Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiá produzindo cana-de-açúcar, o Vale do Paraíba e litoral com cultivos de café, no Sudoeste Paulista basicamente invernava-se e criava-se gado, com produção de alimentos para consumo próprio e, aos arredores de Itaporanga, criação de porcos e produção de toucinho. O Sudoeste Paulista ficou fora do ciclo do café, pois, além de ser conhecida como uma terra fria, imprópria para o cultivo (MARQUES, 2014), o escoamento de qualquer tipo de produção era dificultado, uma vez que as estradas eram precárias e inundavam em tempos de chuva. Um fato importante e que vale ressaltar, é que a estrada de ferro ficou longe dali, fazendo o trajeto de Sorocaba a Ourinhos (a estrada de ferro chegaria em Itapeva apenas em 1909).

Neste contexto, ao transitar pela região, o naturalista francês Saint-Hilaire (1976) observou um ambiente de pobreza e fome, que, segundo sua interpretação, estava relacionado ao não investimento dos lucros dos sesmeiros nas próprias fazendas, uma vez que eles viviam na capital. A partir da Lei de Terras, em 1850, passou a valer a apropriação privada da terra, o que transformou as áreas do Sudoeste Paulista em mercadorias e importante reserva de capital. Principalmente após a abolição do tráfico de escravos, apropriar-se de terras virou um negócio promissor. Muitas dessas apropriações eram determinadas pelo poder econômico de fazendeiros e de negociantes, não pela compra, mas sim ao subornar juízes, falsificar títulos, grilar e organizar capangas. Neste período, verificou-se um movimento paralelo de famílias

oriundas de Minas Gerais e do Vale do Paraíba que foram para a região colonizar as matas (CORRÊA, 2013).

A segunda metade do século XIX foi um momento de aumento da agricultura na região, na qual sempre permaneceu a criação de gado, o que indica a expressiva produção de milho. Se produzia, também, mandioca, feijão, algodão e café, que mesmo não fazendo parte do ciclo econômico, a região produzia para autoconsumo. O Sudoeste Paulista esboçou uma significativa produção de algodão para exportação, mas as vias de escoamento era um fator limitante, tempos mais tarde, já numa quantia menor, produzia para alimentar indústrias de tecelagem que começaram a se instalar em São Paulo e em Sorocaba (CORRÊA, 2013).

Com a chegada da Estrada de Ferro Sorocabana em Itapeva, o corte de lenha para abastecer as locomotivas aumentou e intensificou a derrubada de matas, ocasionando em meados de 1930 uma nova alteração da paisagem (MARQUES, 2014). Nos anos de 1960 foram descobertas as reservas de minério e então se instalaram as primeiras indústrias de extração na região. Na mesma década, já sob o Regime Militar, a lei nº 5.106 de 1966, a qual concedia incentivos fiscais para empreendimentos florestais (BRASIL, 1966) atraiu uma série de investimentos em reflorestamento de eucalipto no Sudoeste Paulista. Atualmente, além do eucalipto, a silvicultura de pinus também é expressiva, servindo de matéria prima para as indústrias de madeira serrada e para a extração de resina. A tradicional cultura de feijão, que ocupava grande parte das plantações no século XX, abriu espaço principalmente para o cultivo de soja, que de 1990 a 2004 aumentou em 926% (BRASIL, 2006).

De um modo geral, a atual estrutura produtiva do Sudoeste Paulista pode ser definida como: grandes e modernas lavouras com cultivo de grãos, como a soja, milho e feijão; lavouras de laranja; unidades de agricultura familiar; pecuária leiteira e de corte; olericultura convencional e orgânica; silvicultura de pinus e eucalipto; indústrias de papel e celulose; madeireiras; indústrias de mineração; agroindústrias do ramo alimentício, e de armazenagem e secagem de grãos.

Historicamente, o Sudoeste Paulista é uma região marcada pela desigualdade social, pela concentração de terras e má distribuição de renda. Nas décadas de 1990 e início dos anos 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano nos quesitos longevidade, educação e renda (IDHM) se apresentavam bem abaixo da média estadual e, em alguns casos, do Brasil⁵. Estes

⁵Consulta realizada na Plataforma Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>

fatos fizeram da região um espaço estratégico para receber ações do Governo Federal, de enfoque territorial, com o objetivo de combater a fome, diminuir as desigualdades e fomentar o desenvolvimento.

No âmbito do Programa Fome Zero, em 2003, foi instituído no Sudoeste Paulista 1 (um) dos 40 CONSADs criados e distribuídos pelo Brasil. No caso do Sudoeste Paulista, foram selecionados 15 municípios⁶ e definido um território. Os CONSADs são arranjos institucionais de caráter propositivo que contam a participação de representantes do poder público e da sociedade civil (ORTEGA, 2007). Passados alguns anos, o mesmo conjunto de municípios foi identificado como Território Rural e incluído no Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais e, em 2009, foi compreendido no Programa Territórios da Cidadania (BRASIL, 2009). Nesses três períodos o CONSAD Sudoeste Paulista permaneceu como o arranjo institucional responsável, bem como o plano de ações construído para o desenvolvimento do território continuou vigente.

Em 2016, o rompimento institucional do Governo da Presidente Dilma Rousseff e a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário geraram um ambiente de incerteza e instabilidade acerca da continuidade das políticas públicas voltadas aos Territórios Rurais e da Cidadania. Neste contexto, no início de 2017, o CONSAD Sudoeste Paulista reformulou seu estatuto e redesenhou seu território, o qual passou a abranger os 32 municípios da 16ª Região Administrativa de São Paulo (CONSAD Sudoeste Paulista, 2017a).

Diante desse cenário, algumas reflexões e questionamentos são levantados, tais como: até que ponto a atuação do CONSAD Sudoeste Paulista pressupõe a existência de uma política que te legitime? Qual a consistência desses desenhos de território, que mudaram de acordo com a conjuntura e que não partiram, essencialmente, de uma mobilização dos próprios atores? E quais as implicações disso para a continuidade de projetos e ações que foram reivindicados dentro das políticas territoriais? Estas são reflexões importantes e serão retornadas no tópico seguinte.

2. DESENHOS DE TERRITÓRIO E O CASO DO CONSAD SUDOESTE PAULISTA

A palavra “território” tem sido amplamente utilizada nas pesquisas acadêmicas e no âmbito da educação, por exemplo em nome de cursos e programas de pós-graduação, assim

⁶Barão de Antonina, Bom Sucesso de Itararé, Buri, Capão Bonito, Coronel Macedo, Guapiara, Itaberá, Itapeva, Itaporanga, Itararé, Nova Campina, Ribeirão Grande, Riversul, Taquarituba e Taquarivaí.

como nas políticas públicas e em instituições que atuam sobre um determinado local. Diante disso, Claude Reynaut (2014) chama atenção para a banalização do termo “território” e dos seus riscos para as diferentes conotações, ambiguidades e desentendimentos. É por isso que até o momento, neste texto, não chamamos o Sudoeste Paulista como “o território Sudoeste Paulista”, pois, como fazíamos sua caracterização como um todo, de maneira ampla, preferimos abordá-lo como “região”, “área”, “espaço”, “local”, em um sentido mais físico. O emprego da palavra se deu apenas no momento de apresentar os programas que foram ali aplicados. O conceito de território demanda cautela e, inclusive, a apresentação de alguns autores que o definem.

Para Albagli (2004), o território não se resume apenas ao material, ao concreto, e envolve um campo de forças, conjunto de relações e interações sociais sobre um espaço geográfico. Segundo o autor, isso se constrói historicamente e inclui as dimensões físicas, econômicas, simbólicas e sócio-políticas. Neste sentido, Souza (2011) acrescenta que o território é definido através das relações de poder, sobre uma área com certas configurações geológicas, com recursos naturais característicos, detentora de uma estrutura produtiva e com ligações de identidade entre atores sociais e um espaço.

Conforme Saquet (2007, p.158) “no território existe uma pluralidade de sujeitos, em relação recíproca, contraditória e de unidade entre si, no e com o lugar e com outros lugares”, tendo como elementos bases “as redes de circulação e comunicação, as relações de poder, as contradições e a identidade”. Na conceituação de Raffestin (1993), o espaço é anterior ao território, isto é, o território se dá a partir das ações e transformações que grupos sociais desempenham sobre um espaço, ocorrendo uma apropriação deste. De acordo com Fernandes (2013), além de apresentar o significado físico, território representa os espaços sociais (dimensões culturais, políticas, econômicas e históricas) e está inserido, também, no âmbito da construção de conhecimentos e da interpretação da realidade, isto é, no universo acadêmico com seus paradigmas, por exemplo, existem territórios.

No Sudoeste Paulista existem diferentes instituições, tais como conselhos, consórcios e associações, que atuam na articulação de atores e na proposição de ações sobre um desenho de território. Cada arranjo possui sua legitimidade perante os segmentos da sociedade que representa, assim como particularidades que delimitam seu espaço de abrangência. Nesta perspectiva, é interessante ressaltar dois pontos: a) dentro de uma região, no caso o Sudoeste Paulista, podem existir diferentes territórios; b) o fato de uma organização integrar um território não necessariamente significa que ela o representa como um todo.

O olhar sobre um território perpassa as divisões geopolíticas e incluem elementos e relações nos âmbitos ambientais, culturais, sociais e políticos, além de interesses em atividades econômicas em comum, carências estruturais semelhantes, entre outros. Essas conjunturas contribuem para a formação de arranjos que agem sobre um determinado espaço e se soma a ideia dita anteriormente, que o Sudoeste Paulista pode compor-se de diferentes desenhos e representações de território.

Como um primeiro exemplo, entre os municípios de Apiaí, Buri, Campina do Monte Alegre, Capão Bonito, Guapiara, Ribeirão Grande e São Miguel Arcanjo há o Consórcio “Circuito Aventura e Lazer”, o qual utiliza os recursos naturais propícios para as práticas de esportes e lazer para estimular o turismo nestas cidades. Neste caso, são municípios que formam um corredor, e que compartilham de características ambientais e de interesses econômicos. Já o Consórcio Intermunicipal Ipê, entre Angatuba, Buri, Campina do Monte Alegre, Guareí, Paranapanema e Quadra, os quais são limítrofes, busca convergir esforços para suprir necessidades comuns de infraestrutura.

Atuam, também, no Sudoeste Paulista o Consórcio de Desenvolvimento das Regiões Sul e Sudeste (CONDERSUL), o Consórcio Intermunicipal do Alto Vale do Paranapanema (AMVAPA), o Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema (CBH-ALPA) e o Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD Sudoeste Paulista), objeto deste estudo.

O CONDERSUL⁷ é um colegiado entre os prefeitos de Apiaí, Barra do Chapéu, Bom Sucesso de Itararé, Buri, Campina do Monte Alegre, Capão Bonito, Guapiara, Itaoca, Itapirapuã Paulista, Itapeva, Itararé, Nova Campina, Ribeirão Branco, Ribeirão Grande, Riversul e Taquarivaí. Com vigência desde 1995, a sua atuação, basicamente, é na articulação política com o governo do Estado para atrair projetos e investimentos nos municípios consorciados.

No âmbito ambiental, o CBH-ALPA⁸ atua no Sudoeste Paulista para a recuperação, preservação e conservação dos recursos hídricos, e tem 36 municípios em sua formação. O comitê conta com representantes do poder público, de empresas estaduais, da Universidade Federal de São Carlos (que possui um campus na cidade de Buri), além de organizações da

⁷ITAPEVA. Deborah Ramos. Câmara Municipal de Itapeva. **Reunião com membros do Condersul é realizada na Câmara.** 2017. Disponível em: <<http://www.camaraitapeva.sp.gov.br/imprensa/noticia/integra/9094/reuniao-com-membros-do-condersul-e-realizada-na-camara/>>

⁸SÃO PAULO. Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo. Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos. **Apresentação:** Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema. Disponível em: <<http://www.sigrh.sp.gov.br/cbhalpa/apresentacao>>

sociedade civil, tais como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), União das Agroindústria Canavieira do Estado de SP (ÚNICA), sindicatos rurais e organizações ambientais. Este comitê fundou-se em 1996 e nele são reunidos os interessados e beneficiários dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do Alto Paranapanema.

Inicialmente como associação e agora como consórcio, o AMVAPA⁹ concentra suas ações nos municípios do Vale do Paranapanema, com atuações principalmente em prol da Agricultura Familiar. Entre seus objetivos tem o planejamento, adoção e exercício de medidas para acelerar o desenvolvimento socioeconômico nas áreas de: agricultura; estudos agrários; desenvolvimento rural; desenvolvimento territorial; desenvolvimento rural sustentável; assessoramento na participação no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); projetos de educação ambiental; e auxílio nas prefeituras para a gestão de resíduos urbanos.

Participam na AMVAPA os municípios de Águas de Santa Bárbara, Avaré, Angatuba, Barão de Antonina, Cerqueira César, Coronel Macedo, Fartura, Itaberá, Itai, Itaporanga, Manduri, Paranapanema, Piraju, Riversul, Sarutaiá, Taguaí, Taquarituba e Tejupá. São cidades cujas atividades econômicas baseiam-se na prestação de serviços, na agricultura (feijão, soja e cafeicultura), pecuária leiteira, de corte e suinocultura. Como supracitado, a AMVAPA articula ações em benefício da agricultura familiar e, inclusive, conta com um assento no Conselho Estadual de Agricultura Familiar – CEDAF.

Das instituições apresentadas até o momento, as que contam com uma composição mais diversificada e heterogênea, ou seja, com participantes que vão além dos representantes das prefeituras, são o CBH-ALPA e AMVALPA. Ambas usam o elemento hídrico para delimitar a área de abrangência, no entanto, a primeira aborda a bacia hidrográfica toda e a segunda os municípios que são banhados pelo Rio Paranapanema e seus afluentes imediatos. O interessante do AMVALPA é que no seu desenho de território, além da dimensão ambiental, são consideradas a estrutura produtiva e as redes de comunicação e circulação que existe entre essas cidades.

Falaremos agora do CONSAD Sudoeste Paulista, o qual foi formalizado no ano de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero, executado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MESA), por meio da Secretaria Extraordinária de Segurança Alimentar e

⁹AMVAPA: Consórcio Intermunicipal Do Alto Vale Do Paranapanema. **Quem Somos**. Disponível em: <http://www.amvapa.com.br/site.php?site_id=1>

Nutricional (CONSAD Sudoeste Paulista, 2017c). Ao todo, no Brasil, foram criados 40 CONSADs e, segundo Ortega (2007), a iniciativa partiu da estratégia de cooperação entre atores locais para promover iniciativas e projetos territoriais que estimulassem a geração de emprego e renda, além que garantissem a segurança alimentar.

A identificação dos possíveis municípios que formariam esses consórcios foi apresentada no “Estudo de Localização Territorial de Potenciais CONSADs no País” elaborado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) e pelo extinto MESA, cujos critérios foram: baixo IDHM; cidades de perfil rural; deficiência de infraestrutura; excluídas dos eixos de acumulação de riqueza; e com forte presença da agricultura familiar (FRANCA, 2003). Este estudo, além de indicar os territórios para compor os CONSADs, pretendia oferecer um novo conceito e uma nova institucionalidade que levasse a metodologia de desenvolvimento local para o nível intermunicipal, pois, até aquele período a maioria das experiências em descentralização de políticas de desenvolvimento tinham sido em níveis municipais (ORTEGA, 2007).

Conforme indicado nos critérios a cima, o território estipulado para constituir o CONSAD Sudoeste Paulista, de 15 municípios, possui características e dinâmicas similares, tanto na estrutura produtiva quanto nas relações e interações, de modo que são 14 municípios rurais que circundam um polo semiurbano, Itapeva, que oferece uma série de serviços, tais como escolas de curso técnico, faculdades e universidade, hospital e clínicas de saúde, agências bancárias, comércios, etc. Entre esses municípios existe uma identidade visualizada no sotaque, nas festas, nas comidas, nas expressões e na própria paisagem, no entanto, ficaram de fora deste delineamento algumas cidades que se integram a essa realidade, por exemplo, Ribeirão Branco, Campina do Monte Alegre e Angatuba. Isso pode ser um primeiro indício da limitação do território dado e não construído.

Já na perspectiva dos Territórios Rurais, foi elaborado para este desenho de território o primeiro Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudoeste Paulista (BRASIL, 2007), contendo um diagnóstico da região e suas principais demandas, o qual serviu de instrumento metodológico para a proposição de ações pelo CONSAD Sudoeste Paulista. Em 2011, agora no âmbito do Programa Territórios da Cidadania, esse plano foi atualizado e levantou quatro eixos estratégicos de atuação: 1. Fortalecimento da agricultura camponesa sustentável e com diversificação da produção; 2. Incremento das políticas sociais e combate às desigualdades; 3. Melhoria da infraestrutura para o desenvolvimento e conservação dos

recursos naturais; 4. Participação e gestão social para o fortalecimento da democracia participativa (MATHEUS, 2016).

Entre as ações promovidas no território sob a gestão do CONSAD Sudoeste Paulista se destacam as articulações com o Programa Luz Para Todos, que abrangeu uma expressiva parcela da população rural, com o Programa Minha Casa Minha Vida Rural, beneficiando duas mil famílias, com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na compra de máquinas, equipamentos e veículos, e com o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PROINF), com investimentos realizados em tanques de coleta e resfriamento de leite (MATHEUS, 2016). De modo geral, o CONSAD Sudoeste Paulista comumente dialogava com políticas do Governo Federal.

Todavia, o cenário nacional para as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural e territorial ficou instável e incerto. Em 2016, uma das primeiras ações após o rompimento institucional do Governo de Dilma Rousseff foi a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), que era um espaço onde se discutiam e construía políticas públicas para o rural brasileiro.

O CONSAD Sudoeste Paulista teve sua origem a partir de uma ação do Governo Federal, amparada em uma política pública de combate à fome e enfrentamento das desigualdades. O território de atuação foi determinado a partir de critérios das diretrizes do Programa Fome Zero e, ao que tudo indica, num movimento *top-down*, com pouca articulação e mobilização dos próprios atores. O colegiado, desde sua fundação, permaneceu trabalhando neste desenho de território e transitando nas políticas federais, tais como Territórios Rurais e Territórios da Cidadania. A partir do momento que a conjuntura se modificou, o CONSAD Sudoeste Paulista se viu na necessidade de alterar sua abrangência:

O Sr. Presidente esclareceu que diante da nova realidade territorial, após quatorze anos de existência e do processo de atuação do Consad no território com o desenvolvimento de políticas públicas, da criação legal do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade e também com a criação da 16ª Região Administrativa, ficou evidente a necessidade de atualização estatutária (CONSAD Sudoeste Paulista, 2017b).

Ao analisar estas circunstâncias, levantam-se questionamentos se o território foi inicialmente mal configurado e que não correspondia ao que de fato seria este território, portanto, a necessidade de alteração, o que pode indicar uma frágil participação e mobilização dos atores e suas respectivas organizações no processo de construção do território. Por sua vez,

essa frágil consciência territorial pode sugerir uma dependência do CONSAD Sudoeste Paulista à existência de uma política ou estrutura do Estado que te dê amparo, como foram, em um primeiro momento, os programas Federais, e, a partir de 2017, a consolidação da 16ª Região Administrativa de São Paulo.

Como consta na atualização estatutária de março de 2017, a Assembleia Geral é o órgão máximo dentro do colegiado, o qual desempenha o papel deliberativo. No documento encontra-se que deve abranger os diferentes segmentos sociais da área de atuação do CONSAD Sudoeste Paulista, nas seguintes proporções: 1 (um) representante Estadual para cada 6 (seis) municípios, mínimo de 1 (um), máximo de 3 (três); até 6 (seis) representantes por município, sendo de um a dois de entes públicos municipais e de um a quatro da sociedade civil organizada; a Assembleia Geral deve respeitar a proporção de 2/3 de representantes da sociedade (CONSAD Sudoeste Paulista, 2017a). Observa-se, a partir deste trecho, a busca por maior aproximação do colegiado com representantes do Estado de São Paulo.

Neste momento, ainda não é possível elaborar afirmativas, apenas reflexões em cima de hipóteses. Posteriormente, elas deverão ser investigadas e testadas. No primeiro desenho de território há indícios de uma dinâmica que o caracteriza como tal, no entanto, ajustes poderiam potencializar sua estrutura, por exemplo, incorporando municípios que pertencem à mesma realidade. O levantamento das outras instituições que atuam no Sudoeste Paulista contribui para o entendimento que na totalidade dessa região coexistem diferentes idealizações de território, o que dificulta visualizar a construção de uma unidade nos 32 municípios, inclusive, nos interesses que o CONSAD Sudoeste Paulista pretende atuar, o AMVAPA já propõe ações semelhantes. Na situação do CBH-ALPA, que aborda a região toda, tem um fator muito específico que são os recursos hídricos.

Caso o CONSAD Sudoeste Paulista esteja mais vinculado com a existência de uma política do que com o próprio território (que, em tese, o teria como um espaço de diálogo e participação), isso o deixa suscetível às mudanças de conjuntura. Um processo *bottom-up* de construção do território (e do seu colegiado) pode indicar um desenho mais consistente, organizado e articulado para atravessar transformações dessa natureza e, ainda, pode oferecer maior garantia de efetividade e continuidade das políticas territoriais. Uma vez que há uma mudança significativa no território, os planos previamente estabelecidos perdem valor e sentido. Ressaltando, mais uma vez, que as situações aqui levantadas têm caráter reflexivo, de uma discussão inicial e que deverá ser explorada.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho que será percorrido a partir deste momento será o de aprofundamento no resgate histórico do CONSAD Sudoeste Paulista, bem como no detalhamento do seu processo inicial de formação. Os indícios obtidos até o momento são de que o colegiado partiu, basicamente, dos critérios estabelecidos pelo Programa Fome Zero, em um movimento *top-down*. É importante tirar a prova se houve mobilização e participação dos atores locais nesse processo inicial e se, ao longo do tempo, foi construída uma sinergia.

Será necessário, também, levantar documentos e informações que relatem com mais clareza os motivos e influências que levaram a ampliar a abrangência do CONSAD Sudoeste Paulista ao nível da 16ª Região Administrativa, incluindo os diálogos e discussões com os municípios que passaram a integrar o colegiado, se houve demanda e adesão por parte de atores e organizações da sociedade civil, assim como buscar quais são as pretensões do CONSAD Sudoeste Paulista neste novo formato, quais as suas visões e interpretações sobre a mudança de conjuntura e a definição que faz de território.

A grande meta é estudar essa mudança ocorrida no CONSAD Sudoeste Paulista tendo em vista que houve uma mudança na conjuntura das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural e territorial, e que a compreensão deste caso dará algumas contribuições para superar limites visualizados em políticas territoriais, como a participação social e consciência territorial, continuidade e efetividade de projetos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBAGALI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: Sebrae, 2004.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 5106, de 02 de setembro de 1966. **Lei de Incentivos Fiscais Concedidos A Empreendimentos Florestais**. Brasília, 1966.

BRASIL. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Territórios da Cidadania: Integração de Políticas Públicas Para Reduzir Desigualdades**. Brasília: 2009.

BRASIL. Paulo Brancher. Secretaria de Desenvolvimento Territorial/Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra Territorial do Território Sudoeste Paulista**. Itapeva: 2006.

CONSAD Sudoeste Paulista. **Estatuto Social da Associação CONSAD Sudoeste Paulista**. Itapeva: 2017a.

CONSAD Sudoeste Paulista. Itapeva. **Ata de Assembleia Geral Ordinária do colegiado CONSAD Sudoeste Paulista**, realizada em 30 de março de 2017, p.1-4. 2017b.

CONSAD Sudoeste Paulista. **Grupo de Trabalho SIM/SUASA**. Itapeva: Apresentação, 2017c. 19 slides, color.

CORRÊA, Dora Shellard. **Paisagens Sobrepostas: índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723-1930)**. Londrina: Eduel, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial. In: STEDILE, João Pedro (Org); ESTEVAM, Douglas (Assistente de pesquisa.). **A Questão Agrária no Brasil: O debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 173-238.

FORNAZIER, Armando. Inserção de produtores rurais familiares de regiões com baixa dinâmica econômica para o mercado da alimentação escolar. 2014. 200 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas (unicamp), Campinas, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286497>>. Acesso em: 09 maio 2018.

FRANCA, L.P. et al. Guia do CONSAD: Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local. Rio de Janeiro, IBAM/DES/NEL, 2003.

MARQUES, Silvia Corrêa. Espaço de resistência e trocas culturais no meio rural brasileiro: Apontamentos sobre o quilombo do Jaó. **Revista de Arqueologia**, p. 217-234, 2014.

MATHEUS, Delwek. Análise da relação da política dos territórios da cidadania e a ação do capital no campo: o caso do território da cidadania do Sudoeste Paulista. 2016. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita

Filho" (UNESP), São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/148854>>. Acesso em: 09 maio 2018.

ORTEGA, Antonio César. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos CONSADs. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 45, n. 2, p. 275-300, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032007000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 Mai. 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. Tradução: Maria Cecília França.

REYNAUT, Claude. A gênese da abordagem territorial e participativa no desenvolvimento rural: raízes conceituais e experiências internacionais. In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel; NIEDERLE, Paulo André. **Participação, Território e Cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil**. Recife: Editora Ufpe, 2014. p. 55-78.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de São Paulo**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1976.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Outras Expressões, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. et al. **Geografia: conceitos e temas**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011.



GT 6 – Continuidades e discontinuidades da repressão e violência no campo

TERRAS MARCADAS PELA LUTA: Repressão, resistência e retomada de mobilizações em Minas Gerais

Arnaldo José Zangelmi¹

Resumo

O presente trabalho visa discutir algumas experiências de retomada de mobilizações em torno de determinadas terras em Minas Gerais, buscando elucidar violações de direitos durante o regime civil-militar nesses contextos, assim como a persistência de formas de mobilização e memórias que tornaram possível a rearticulação dessas lutas à partir da década de 1980. Assim, serão discutidos os conflitos em torno da Fazenda do Ministério (Governador Valadares/MG) e de Cachoeirinha (Varzelândia/MG), ambas de caráter emblemático na luta pela terra no estado.

Palavras-chave: Luta pela terra; Minas Gerais; reforma agrária

¹ Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e doutor pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). E-mail: arnaldozan@yahoo.com.br

TERRAS MARCADAS PELA LUTA: Repressão, resistência e retomada de mobilizações em Minas Gerais

Introdução

A luta pela terra e pela sindicalização no campo adquiriram maior unidade e visibilidade no período que vai da redemocratização de 1945 ao golpe de 1964. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), as Ligas Camponesas e alguns setores da Igreja Católica foram atores fundamentais nesse processo, cada qual com uma concepção diferente sobre os rumos que esses processos de mobilização deveriam tomar). Cada um desses atores, à sua maneira, desenvolveu estratégias de mobilização visando o redimensionamento da estrutura fundiária e das condições de vida e trabalho no campo, disputando a organização das classes populares. Essas foram mediações centrais para a construção de novos sentidos, inserindo os conflitos e as demandas específicas em projetos sociais e políticos mais amplos (MEDEIROS, 2003. MEDEIROS, 2007. NOVAES, 1997).

Nesse processo, destaca-se a constituição da identidade de *camponês*, conferindo unidade e abrangência política para as mobilizações dos trabalhadores rurais, em oposição aos *latifundiários*. Segundo Novaes (1997), a identidade de camponês reuniu várias denominações – morador, colono, caboclo, lavrador etc. – conferindo unidade política aos trabalhadores rurais mobilizados. Neste contexto, essa identificação é essencialmente política, não tendo vigência em todas as esferas da vida dessas pessoas, mas sim nas situações particulares de mobilização dos trabalhadores rurais organizados nesse período. No mesmo processo, como identidade oposta, “a ideia de *latifúndio* englobava unidades de produção bastante diferenciadas entre si: as usinas, os engenhos, os plantios de agave, as fazendas de gado, propriedades inexploradas ou semi-exploradas por seus proprietários, terras do Estado” (NOVAES, 1997, p. 49). Assim, ser *camponês* significava romper com relações tradicionais e engajar-se como ator em lutas políticas mais amplas. Já o *latifúndio*, para os movimentos em ascensão, significava a exploração, o adversário responsável pelas injustiças sofridas pelos trabalhadores rurais.

Assim, essas lutas confluíram para a formação de uma linguagem política, unificando as diversas experiências dos trabalhadores rurais, lançando suas demandas para interações com a imprensa e o campo institucional e situando os camponeses como atores significativos nas disputas entre os projetos de desenvolvimento nacional Com o golpe de 1964 e a forte repressão durante o regime civil-militar há um forte

recrudescimento dessas lutas, que se tornam mais dispersas e veladas. Nesse momento, aumentaram as ações violentas de fazendeiros, grileiros, jagunços, empresas, policiais etc. contra os trabalhadores rurais, visando expulsá-los e desmobilizá-los, tornando as mobilizações extremamente arriscadas. No entanto, podemos observar que persistiram marcas constituídas nos tempos de intensa mobilização, como o sentimento de injustiça, o reconhecimento de direitos, a noção de potencialidade das lutas etc., mantendo, em muitos casos, a luta pela terra, pela legislação trabalhista e pela organização sindical no horizonte dos trabalhadores, pautando suas ações. A descontinuidade imposta pelo regime militar não apagou as experiências e concepções políticas forjadas nas lutas precedentes. Um sinal claro dessa persistência é o reaparecimento, com novos sentidos, da luta pela terra e o revigoramento do movimento sindical à partir do final dos anos de 1970. Em certos casos, essas retomadas se dão, inclusive, em torno das mesmas terras que foram objeto de conflito antes do golpe de 64, demonstrando como essas áreas se tornaram pontos de referência para a manutenção das chamas das lutas acesas.

O presente trabalho visa discutir algumas experiências de retomada de mobilizações em torno de determinadas terras em Minas Gerais, buscando elucidar violações de direitos sofridas durante o regime civil-militar nesses contextos, assim como a persistência de formas de mobilização e memórias que tornaram possível a rearticulação dessas lutas à partir da década de 1980. Assim, serão discutidos os conflitos em torno da Fazenda do Ministério (Governador Valadares/MG) e de Cachoeirinha (Varzelândia/MG), ambas de caráter emblemático na luta pela terra no estado.

Da Fazenda do Ministério ao Assentamento Oziel

No início da década de 1960, a região de Governador Valadares (Vale do Rio Doce/MG) era um dos principais focos de conflito no Brasil. Diante de um grande número de posseiros, meeiros, parceiros, assalariados etc. que haviam sido expulsos das terras e/ou estavam empobrecidos, assim como pela forte atuação do PCB, havia um grande número de trabalhadores rurais intensamente mobilizados. Por outro lado, a reação dos fazendeiros da região também foi intensa e violenta, transformando a região num grande barril de pólvora que, em grande medida, fez parte das articulações que deram origem ao golpe de 64 (CARNEIRO; CIOCCARI, 2011. BORGES, 2004). Essas lutas colocaram a tomada da Fazenda do Ministério (Fazenda Modelo) no horizonte dos trabalhadores rurais:

A conquista das terras pertencentes ao Ministério da Agricultura tornou-se a maior bandeira da luta empreendida pelo sindicato rural de Governador Valadares, que trabalhou com afinco para promover essa desapropriação. Chicão viajou várias vezes para Belo Horizonte, Brasília e Rio de Janeiro para conversar com autoridades federais e estaduais a fim de que essas autorizassem a desapropriação da fazenda. No entanto, o desejo dos camponeses de Governador Valadares de obter a posse dessas terras, não chegou a ser concretizado (CAMISASCA, 2009, p. 98).

Doadas pelo Governo Federal ao Governo de Minas Gerais na década de 1940, visando que se tornasse um centro de pesquisa agropecuária, a Fazenda do Ministério era usada como espaço de criação de gado e empréstimo de maquinário para fazendeiros na década de 1960.

No final do ano de 1963, apesar da desapropriação da fazenda do Ministério da Agricultura não ter sido decretada, cerca de 30 famílias de camponeses passaram a ocupar pacificamente a fazenda e aguardavam o recebimento do título de propriedade a ser emitido pelo governo federal. Devido a essa ocupação, o líder ruralista Josaphat Macedo afirmou que a fazenda federal havia se tornado o quartel general dos comunistas e um foco permanente de agitadores (...) Diante desse fato, a tensão entre as partes parecia se agravar, afinal o número de sindicalizados crescia assustadoramente e os camponeses percebiam que apenas a desapropriação da fazenda do Ministério da Agricultura não seria suficiente para abrigar a todos. Eles começaram então a se mobilizar para que outras terras também fossem desapropriadas (CAMISASCA, 2009, p. 157-158).

Oswaldo Lima Filho, ministro da Agricultura, inspecionou a Fazenda em fevereiro de 1964 e anunciou a desapropriação em favor dos trabalhadores. Nesse período, outras autoridades, como João Pinheiro Neto (Superintendente da SUPRA) e o deputado Israel Pinheiro Filho, também visitaram a área, indicando que outras terras poderiam também ser desapropriadas, como as fazendas Grã-duquesa de Luxemburgo e Frigorífico Anglo².

A notícia da entrega da Fazenda do Ministério para os trabalhadores rurais se espalhou pela região, estando já programada a assinatura do decreto e uma cerimônia de comemoração para o dia 31 de março de 1964, na própria Fazenda, que iria contar com políticos influentes e cerca de 20 mil trabalhadores eram esperados (CARNEIRO & CIOCCARI, 2011). Em 30 de março de 1964 latifundiários seguiram para o bairro Santa

² MINAS GERAIS, GOVERNO DO ESTADO: Relatório/Governo do Estado – Belo Horizonte: COVEMG, 2017. 341p. (Relatório da Comissão da Verdade em Minas Gerais. v. 1)

Teresa (Governador Valadares), onde estava a sede do sindicato, e “abriram fogo sobre os que ali se encontravam” (BORGES, 2004).

O golpe de 64 interrompeu violentamente essas mobilizações, abrindo as portas para a intensa repressão que se seguiu³. A Fazenda do Ministério continuou como símbolo do poder dos fazendeiros da região sobre o patrimônio público, sendo por eles utilizada livremente, assim como passou a lembrar por décadas a derrota violenta sofrida pelos trabalhadores rurais mobilizados. Diante da perseguição e do medo, as lembranças das lutas permaneceram dispersas e silenciadas, sem possibilidade de se reunificarem e emergirem nesse contexto adverso.

Mesmo na década de 1980, já no processo de redemocratização, as mobilizações pela desapropriação dessas terras eram tabu. Apesar de concedida como área experimental para a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), os relatos apontam que fazenda ainda era utilizada pelos fazendeiros, o que reforçava esse temor. Apenas à partir da emergência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em outras regiões, conquistando reconhecimento nacional, essas terras foram novamente ocupadas por 250 famílias em 1994.

Para essa retomada, como pudemos observar⁴, foi fundamental que os atores engajados rearticulassem as antigas memórias, buscando transformar o significado dessas terras. Assim, as ações de mediação, principalmente do MST, buscaram situar a ocupação Oziel Alves Pereira como a retomada, noutra configuração de forças, do antigo conflito. Assim, cada vez mais, essa área passou a significar o direito dos trabalhadores rurais solapado por décadas, objeto de sua luta, uma área que estava destinada para reforma agrária e que, assim, deveria ser ocupada para o fechamento desse ciclo. Assim, buscou-se colocar a Fazenda do Ministério como símbolo de uma batalha perdida, noutro momento, mas que esse quadro poderia ser modificado pela união dos trabalhadores rurais num novo contexto, na qual os trabalhadores rurais mobilizados teriam sucesso. Dessa forma, ao rearticular *reflexivamente* (GIDDENS, 1991) seu olhar para os antigos conflitos na Fazenda do Ministério, esses atores reavaliaram suas memórias, conferindo-as novos

³ Para mais informações sobre as violações nesse contexto ver MINAS GERAIS, GOVERNO DO ESTADO: Relatório/Governo do Estado – Belo Horizonte: COVEMG, 2017. 341p. (Relatório da Comissão da Verdade em Minas Gerais. v. 1)

⁴ Refiro-me a algumas constatações provenientes de minha pesquisa de doutorado, realizada no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ) entre os anos de 2010 e 2014, sob orientação da Prof. Leonilde Sérvolo de Medeiros.

significados, de acordo com o contexto de mobilização que estavam vivenciando, aumentando suas possibilidades de transformação da realidade em que viviam.

Vários adversários agiram para minar essa nova significação em construção, visando a manutenção das relações de poder. Buscavam espalhar o medo entre os trabalhadores, reativar os temores, alicerçados nas memórias sobre a repressão violenta pré-64 e do regime civil-militar. Um momento exemplar sobre essa questão é o da segunda ação de despejo sofrida pelos acampados na Fazenda do Ministério, situação na qual a polícia lançou mão de um aparato desproporcional em relação à possibilidade de enfrentamento dos acampados, valendo-se de muitos homens, cavalaria, cães etc., numa operação que, além de demonstrar força militar, pretendia minar a confiança dos trabalhadores em sua força coletiva. Além de todo esse aparato que visava demonstrar possibilidade de uso da força, o aspecto mais chocante se refere à participação da Banda da Polícia Militar nessa ação de despejo, visando humilhar os trabalhadores rurais mobilizados, ao tocarem música enquanto os sem-terra eram despejados.

No entanto, essas forças não conseguiram impedir o novo avanço dos trabalhadores na região, num contexto favorável em que o MST aumentava sua legitimidade frente à opinião pública e ao Estado. Os sem-terra ocuparam novamente a Fazenda e foram assentados em 1997 (ZANGELMI, 2014).

Expulsão, violência e retomada da luta em Cachoeirinha

Cachoeirinha é uma comunidade que pertencia ao município de Varzelândia⁵, no norte de Minas Gerais, formada por posseiros que ali viviam desde a década de 1940. Poucos meses após o golpe, 32 famílias dessa comunidade sofreram uma primeira expulsão:

1º de setembro de 1964, Sebastião Alves da Silva e Manoelito Maciel de Salles constituem seu advogado o Coronel Giorgino Jorge de Souza, Comandante do 10º Batalhão da Polícia Militar de Montes Claros, e requerem ao Juiz de Direito de São João da Ponte manutenção de posse sobre aproximadamente 6400 hectares de terras na região de Cachoeirinha. Em menos de duas semanas, José Fernandes de Aguiar, o Juquinha Aguiar, Juiz de Paz, determina o desalojamento dos lavradores. Dia 14 de setembro de 1964, um grupo de homens armados, onde se misturaram policiais militares e simples pistoleiros, apresentou-se diante dos agricultores para cumprir o mandado (SANTOS, 1985, p. 47, *grifo da autora*)

⁵ Em 1995 Cachoeirinha passou a fazer parte do município de Verdelandia, criado pela Lei Estadual 12030.

Mesmo não havendo reação dos posseiros, a expulsão foi marcada pela violência. Os posseiros tiveram suas casas queimadas, plantações destruídas e animais mortos. Muitas dessas pessoas foram obrigadas a se alojarem com suas crianças debaixo de árvores por longo período, passando fome e expostos à chuva e ao relento. Pouco tempo depois, amparados pelo argumento de que as terras eram devolutas, os posseiros reocuparam as terras enquanto o processo corria na justiça. Porém, apesar dos títulos de propriedade apresentados pelos fazendeiros serem claramente duvidosos, com claros sinais de grilagem, a justiça foi fortemente tendenciosa a seu favor⁶ (SANTOS, 1985).

Os posseiros foram novamente expulsos violentamente em 1967, juntamente com outras famílias da localidade. Nesse momento, foram desalojadas 212 famílias, sendo perseguidas por mais de uma década, visando evitar que reocupassem Cachoeirinha. Vários desses trabalhadores foram assassinados, outros migraram, se tornaram meeiros ou assalariados, vivendo e trabalhando em condições precárias⁷. Em decorrência dessas privações, mortes relacionadas com sarampo e subnutrição se tornaram comuns, principalmente entre idosos e crianças. Vários jornais da época noticiaram a morte de 64 crianças em decorrência da precarização das condições de vida e trabalho desses posseiros após a expulsão.

No final da década de 1960 e na década de 1970, os posseiros que permaneceram na região buscaram reverter essa situação, recorrendo à justiça e à imprensa, sem, contudo, conseguirem recuperar as terras. Somente na década de 1980, amparados pela atuação intensa de organizações e movimentos sociais em prol da luta pela terra, os posseiros reocuparam Cachoeirinha e conseguiram visibilidade para suas condições e demandas. Por outro lado, vale atentar para as iniciativas e influências políticas anteriores a esse momento de maior visibilidade, mediações que tornaram possível a resistência desses posseiros por quase duas décadas e sua rearticulação.

Diante desse quadro, buscamos investigar⁸ as relações entre o processo vivido em Cachoeirinha e a atuação de organizações e movimentos sociais mobilizados na luta pela

⁶ Intrigante como o tamanho das terras nas documentações apresentadas pelos fazendeiros aumentou ao longo dos anos, sem explicação plausível. Por sua vez, o Coronel Giorgino Jorge de Souza, advogado dos fazendeiros e comandante do batalhão que expulsou e perseguiu os posseiros, também se tornou proprietário de parte das terras em Cachoeirinha, como pagamento por seus serviços. Essa transação é ainda mais suspeita na medida em que Giorgino adquire as mesmas terras duas vezes, uma de Manoelito em 1968, outra da Ruralminas em 1975. Porque compraria duas vezes? Se as terras foram vendidas como devolutas pela Ruralminas em 1975, como poderiam pertencer aos fazendeiros em 1964?

⁷ Em entrevistas cedidas a Santos (1985) alguns posseiros narraram as perseguições cotidianas que sofreram durante anos, como quando eram impedidos de se comunicar entre si e com atores externos, plantar, coletar madeira na região, assim como buscou-se apagar sua memória social.

⁸ Essa pesquisa foi realizada como participação voluntária na Comissão da Verdade de Minas Gerais

terra, desvendando parte das mediações políticas que tornaram possível a resistência dos posseiros na região, suas iniciativas de enfrentamento e a articulação de suas lutas durante as décadas de 1960, 1970 e 1980.

Existem fortes indícios de que, pouco antes do golpe de 64, houve uma tentativa de organização sindical em Cachoeirinha, interrompida pela primeira expulsão, mas que indica que essa comunidade já tinha algum contato com a linguagem política que se constituía no início da década de 1960. Encontramos também informações sobre a atuação da Ação Popular (AP) nesse município. A AP foi uma organização de esquerda criada em 1962 por alguns integrantes da juventude da Ação Católica⁹, principalmente da Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Operária Católica (JOC). Durante a ditadura civil-militar esse grupo atuou clandestinamente e adquiriu concepções marxistas, principalmente maoístas e leninistas, se afastando da Igreja Católica. No início dos anos de 1970, passou a se chamar Ação Popular Marxista Leninista (APML).

Pelo que pudemos perceber, esses militantes realizaram algumas ações de *mediação* (NEVES, 2008) ao articularem, por um lado, as condições de vida e os conflitos pela terra vividos por esses posseiros e, por outro, os objetivos da AP, construindo alguns arranjos de significados para situar essas experiências específicas nas mobilizações políticas contra a ditadura civil-militar. Ao que tudo indica, diante da forte repressão, essas ações não puderam ser desenvolvidas por muito tempo, não obtendo os resultados desejados. No entanto, é plausível que, mesmo indiretamente, as reflexões desencadeadas nessas ações tenham influenciado nas mobilizações dos posseiros durante a década de 1970, assim como a retomada mais explícita de suas lutas na década de 1980. A AP, ao alimentar a desnaturalização das condições de vida e trabalho, o questionamento das relações de poder, noções de direitos, delimitação de adversários, interligação com as lutas pela reforma agrária e contra o regime etc., pode ter plantado sementes que, mesmo em situação adversa, germinaram em ações fragmentadas e dispersas, mantendo viva a luta pela terra na região.

(COVEMG) nos anos de 2016 e 2017 e continua em andamento através do projeto de pesquisa “Conflitos pela terra em Minas Gerais”, realizado desde 2015 na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), com financiamento da FAPEMIG.

⁹ A Ação Católica foi um movimento no interior de Igreja Católica - desenvolvido a partir das primeiras décadas do século XX, inicialmente na Europa, ramificando-se na América Latina - que visava congrega leigos, aproximando essas pessoas da estrutura organizacional e atividades da Igreja. Esses grupos eram divididos em setores - como Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC) - considerados instâncias preparatórias para a inserção na Ação Católica Geral.

A repressão que impediu a continuidade do trabalho da AP também minou as possibilidades de atuação das organizações sindicais junto aos trabalhadores rurais de Cachoeirinha. Em 1968, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) buscou atuar no conflito, rapidamente sendo reprimida. As entidades sindicais, impedidas de atuarem diretamente no conflito, acompanharam à distância e buscaram autoridades públicas e a imprensa para denunciar as injustiças cometidas na região. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg) buscou dar visibilidade ao caso de Cachoeirinha, realizando uma “grave denúncia [...] às autoridades estaduais contra os grileiros (tomadores de terras com documentos ilegais) de Varzelândia, norte de Minas, que conseguem forjar documentos falsos e retirar da terra os camponeses antigos do lugar”¹⁰. No entanto, são raras as menções a essas organizações na documentação referente a esse período, provavelmente em função dos riscos de serem identificados.

Diante da repressão que dificultava a ação de organizações, os trabalhadores criaram formas de resistência, que passavam pela constituição de uma “rede particular de comunicação. As crianças, os cachorros, os sinais dissimulados pelas ruas, pelas casas, são os meios que empregam na organização da resistência” (SANTOS, 1985, p. 58). Assim, baseando-se em relações de solidariedade, desenvolveram estratégias para não serem percebidos pelos fazendeiros e autoridades da região e para conseguirem alguma visibilidade externa para injustiças que estavam sofrendo, buscando chamar atenção da imprensa e do poder público.

Os posseiros buscaram autoridades relativamente afastadas das estreitas relações de poder no Norte de Minas, que envolviam fazendeiros, policiais, juízes, imprensa regional etc.. Em certa medida, conseguiram demonstrar como foram perseguidos por vários anos, alguns sendo assassinados, principalmente entre o final dos anos de 1960 e meados de 1970. Várias notícias relataram a crescente violência no início dos anos de 1970 nessa região¹¹. Essas matérias enfatizam a morosidade estatal para conter os conflitos, como na demora para envio de uma comissão da Secretaria de Segurança que avaliaria os casos relatados. Algumas manchetes são reveladoras: “Enquanto lavrador quase morre no Jaíba, Comissão adia viagem”¹² e “Apurem violência no Vale do Jaíba”¹³.

¹⁰ *Tribuna da Imprensa* (RJ), 29-30 de janeiro de 1972 (Edição 06614, p. 8). Hemeroteca Digital Brasileira.

¹¹ Arquivo Público Mineiro. DOPS/MG. Pasta 5079-Jaíba.

¹² *Diário de Montes Claros*, 20/11/1973. Arquivo Público Mineiro. DOPS/MG. Pasta 5079-Jaíba.

¹³ *Estado de Minas*, 17/10/1973. Arquivo Público Mineiro. DOPS/MG. Pasta 5079-Jaíba.

Um caso abateu fortemente os posseiros de Cachoeirinha. Martinho Fagundes, seu principal líder, foi assassinado numa emboscada em 1975, quando buscava a demarcação das terras. O pistoleiro foi preso e confessou o crime, indicando como mandante Waldir Alves Coutinho, filho de João Antônio, fazendeiro que alegou posse e supostamente vendeu as terras de Cachoeirinha para Manoelito e Sebastião, que expulsaram os posseiros em 1964 e 1967. O pistoleiro sumiu misteriosamente da prisão e o caso foi arquivado (SANTOS, 1985).

Segundo depoimentos coletados por Santos (1985), seis lavradores foram assassinados entre 1968 e 1975, visando desmobilizar e distanciar os posseiros de Cachoeirinha, evitando que voltassem a reivindicar as terras. São citados alguns nomes de posseiros e dos supostos executores e mandantes: Antônio Montes Brito, morto pelo Cabo José Guilherme; Juarez, morto pelo Cabo Luiz; Ursino (Sino), morto por Antônio Preto, pistoleiro de Manoelito. Esses relatos são convergentes com as narrativas coletadas pela CPT, divulgadas numa cartilha¹⁴, assim como em notícias de vários jornais que encontramos. Os trabalhadores relataram também os desaparecimentos dos posseiros Marcionílio e Mariano, bem como vários enforcamentos misteriosos. Nesses casos, os relatos enfatizam como os trabalhadores foram encontrados pendurados em árvores, com bilhetes de suicídio nos bolsos, mesmo sendo analfabetos¹⁵.

Evidentemente, diante do crescimento da violência em Cachoeirinha, a organização desses trabalhadores para reaverem suas terras era extremamente arriscada, sendo realizada de forma fragmentada e oculta, o que dificulta sua identificação. No entanto, três atores tiveram importante papel nesse contexto adverso: o posseiro Martinho Fagundes Lisboa (assassinado), o deputado Marcos Tito (MDB/MG) e o padre José Silveira dos Anjos, vigário de Varzelândia.

Destaca-se a atuação de Martinho Fagundes, principal liderança dos posseiros na primeira metade da década de 1970, especialmente por sua disposição em buscar apoio externo para a causa dos posseiros, recorrendo a diversos jornais e órgãos estatais. Além de ter seu nome identificado em diversas matérias de jornais, Martinho consta também na documentação do DOPS/MG como importante liderança em Cachoeirinha, evidentemente sendo retratado de forma negativa. Levando em conta o tom das críticas e

¹⁴ *Cachoeirinha, terra de esperança*, 1983. Centro de Documentação D. Tomáz Balduino (CEDOC/CPT), pasta 0044, imagem 55 a 63

¹⁵ *Tribuna Operária*, 04/07/1981. Centro de Documentação D. Tomáz Balduino (CEDOC/CPT), pasta 0044, imagem 95.

seu assassinato, fica evidente como a atuação de Martinho incomodou fortemente àqueles que buscavam minar a mobilização em Cachoeirinha.

Em grande medida, Martinho atuou em parceria com o deputado Marcos Tito, ampliando suas possibilidades de acesso ao campo institucional e à imprensa, como pudemos observar em alguns jornais. Numa notícia de 1973, intitulada “Jagunços expulsam 212 famílias rurais em MG”, Martinho Fagundes denunciou a violência e injustiça contra os posseiros de Cachoeirinha. Estando “acompanhado do deputado Marcos Tito”, o posseiro iria solicitar providências das autoridades estaduais para solução para os problemas em Varzelândia, “uma vez que os grileiros estão semeando a intranquilidade e tomando as terras dos posseiros”¹⁶. O Padre José Silveira dos Anjos, vigário de Varzelândia desde 1955, também defendeu os posseiros de Cachoeirinha, apelando para autoridades públicas e comunidades católicas da região, o que também contribuiu para a continuidade de suas demandas.

No dia 8 de abril de 1981, setenta e nove posseiros expulsos ocuparam novamente suas terras em Cachoeirinha, agora com apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), bem como maior respaldo institucional e midiático. A reação dos fazendeiros e policiais foi imediata, prendendo 10 trabalhadores, retirando e ameaçando outros. No entanto, num novo contexto político, no qual o pretexto de eliminação do comunismo já não surtia tanto efeito, as arbitrariedades não podiam ser realizadas de forma explícita, direcionando o conflito principalmente para o campo jurídico e político (SANTOS, 1985).

Nesse contexto, a Fetaemg e a CPT puderam apoiar a organização dos trabalhadores de forma mais intensa, o que trouxe uma nova esperança para os posseiros. Apesar do maior respaldo, as lideranças tiveram que enfrentar constantes ameaças, vigilância, prisões arbitrárias e constrangimentos, como pode ser observado em várias notícias do período¹⁷. A forte repressão ao ato público realizado em 1982 em Cachoeirinha tem caráter emblemático, pois mobilizou um contingente policial enorme, inclusive do DOPS, e uma série de abusos contra os participantes que se deslocaram para o local, visando intimidação e desmobilização¹⁸. A presença do DOPS na região pôde ser

¹⁶ *O Fluminense* (Niterói), 13/10/1973, p. 2. Hemeroteca Digital Brasileira.

¹⁷ Centro de Documentação D. Tomáz Balduino (CEDOC/CPT), pasta 0044, imagens 91, 107 e 108.

¹⁸ Centro de Documentação D. Tomáz Balduino (CEDOC/CPT), pasta 0044, imagens 75, 76, 77, 79, 81 e 84. Ver também Santos (1985)

identificada também no ano seguinte, assim como os contingentes da polícia local e regional, realizando prisões e inibindo as ocupações dos posseiros, enquanto o processo se arrastava na justiça¹⁹.

A lentidão, indefinição e ambiguidade do Estado em relação ao caso de Cachoeirinha fez com que a região fosse marcada pela constante tensão. Apesar dos longos impasses jurídicos e administrativos, alguns deles durando até a atualidade, os posseiros de Cachoeirinha e seus descendentes tiveram conquistas importantes, concretizando assentamentos como o União, o Caitité, o Vitória etc.. No entanto, poucos remanescentes da expulsão na década de 1960 puderam ter o sonho de retorno as suas terras realizado. Assim, a negligência estatal, permitindo que o conflito se arrastasse por tantas décadas sem solução, talvez tenha sido a mais constante e corrosiva forma de violência desferida contra esses posseiros.

Considerações finais

Thompson (1987), estudando a formação da classe trabalhadora inglesa no século XVIII, demonstrou como atores coletivos se constituem ao longo de certos processos históricos, num “fazer-se” concernente à forma como vivenciam suas condições de vida e trabalho, delimitando seus antagonismos e sentimentos de pertencimento. Essas experiências, muitas vezes fragmentadas e dispersas, são preservadas por tradições e rearticuladas nos contextos de enfrentamento mais severo. Essa abordagem ressalta o caráter relacional, processual e ativo da formação dos grupos pelos sujeitos imersos nas situações concretas de luta.

Assim, Thompson mostra como as experiências podem ser conectadas no tempo, sendo mantidas por memórias e tradições rearticuladas em novos sentidos, nos enfrentamentos que se desenham em cada contexto. Seus estudos sobre agitações entre os anos de 1791 e 1795, assim como a apreensão que geraram, ilustram essa força. Mesmo com o enfraquecimento do movimento, lançaram algumas bases importantes para as mobilizações subsequentes:

Pode parecer que este é um registro de frustrações e fracassos. Mas a experiência apresenta um outro lado muito mais positivo. Não apenas uma, mas muitas tradições se originaram desses anos. (...)Essas tradições estão encarnadas não só em ideias, mas em pessoas. Enquanto alguns jacobinos se retiraram e outros – John Gale, Thomas Cooper, Cidadão Lee, John Binns, Daniel Isaac Eatons e muitos mais – emigraram para a América, outros se mantiveram atentos a todas as

¹⁹ Centro de Documentação D. Tomás Balduino (CEDOC/CPT), pasta 0044, imagens 35, 42,43 e 52.

oportunidades para recomeçar a propaganda (THOMPSON, 1987, 198).

Nesse ponto, Thompson ressalta as continuidades no processo de formação da classe, mesmo em contextos de maior repressão, que podem possibilitar certo “amadurecimento” da consciência. Nesses momentos, os esforços são direcionados para a preservação de tradições que permitam que as experiências de organização e enfrentamento sejam transmitidas e rearticuladas em contextos futuros:

Isolados de outras classes, os artífices, artesão e diaristas radicais tiveram obrigatoriamente de alimentar tradições e formas de organização por sua própria conta. Assim, embora os anos de 1791-5 proporcionassem o impulso democrático, é nos anos de repressão que podemos falar de um amadurecimento de uma “consciência operária” diferenciada. Mesmo nos anos mais negros da guerra, o impulso democrático ainda pode ser sentido sob a superfície. Contribuiu para a afirmação dos direitos, para um relance de um milênio plebeu, que nunca se extinguiram. As Leis de Associação (1799-1800) serviram apenas para unir ainda mais as correntes sindicalista e jacobina clandestina. Mesmo sob a febre dos anos da “invasão”, continuam a fomentar novas ideias e novas formas de organização. Há uma alteração radical nas atitudes subpolíticas do povo, para a qual contribuíram as experiências de dezenas de milhares de soldados relutantes (THOMPSON, 1987, 200).

Assim, a atenção se direciona também para as estratégias de resistência nos contextos mais adversos, nos quais o enfrentamento explícito é demasiadamente arriscado. Os dois casos tratados no presente texto, apesar das especificidades, em certa medida indicam essas continuidades e descontinuidades, pois tratam-se de casos nos quais as mobilizações do passado, articuladas em torno de determinadas terras, foram fundamentais para a retomada das lutas de forma mais explícita e com maior potencial de conquista.

Existem especificidades significativas entre essas duas experiências. Os trabalhadores rurais já estavam em Cachoeirinha há décadas, havia um direito prévio às terras, diferentemente do caso da Fazenda do Ministério, no qual as significações sobre esse direito foram construídas no processo de mobilização, possibilitando que fosse ocupada. Em certa medida, essa diferença pode ajudar a entender porque a busca por essas terras permaneceu de forma mais direta e recorrente em Cachoeirinha, mesmo nos anos mais duros do regime militar, sendo reocupada na década de 1980 pelos mesmo grupo de posseiros expulsos na década de 1960.

No que se refere às mobilizações pré-64, os dois casos também diferem, pois em Valadares havia intensas lutas pelo menos desde o início dos anos de 1960, com forte organização do PCB e repercussão nacional. Já em Cachoeirinha houve uma incipiente organização sindical, rapidamente interrompida pela expulsão em 1964, sem que houvesse duradoura interação com organizações e movimentos sociais emergentes naquele contexto.

Os desdobramentos das ações violentas decorrentes do golpe de 64 e da repressão durante o regime militar também foram diferentes, pois as lutas em torno da Fazenda do Ministério foram fortemente dispersadas, deixando apenas suas imagens nas memórias silenciadas durante décadas. Já em Cachoeirinha houve mais continuidade na busca por aquelas terras, mesmo diante da forte repressão, inclusive com vários assassinatos de posseiros. Os posseiros expulsos demandaram aquelas terras através da imprensa, autoridades, redes de solidariedade, assim como pudemos identificar vários atores externos que buscaram potencializar essas lutas. Talvez por isso, o processo em torno de Cachoeirinha tenha sido retomado relativamente cedo, em 1981, sendo uma das primeiras ocupações de terra no estado desde os anos de 1960. A Fazenda do Ministério foi novamente ocupada mais de dez anos depois, o que demonstra a dificuldade em reatar laços de significados desfeitos durante a forte repressão na região.

Por outro lado, existem pontos que aproximam os dois casos, como o fato de, mesmo em momentos diferentes, ambos terem contado com mobilização de organizações e movimentos sociais que buscaram inserir essas lutas específicas nas bandeiras mais amplas, como a reforma agrária, e mantiveram essas terras no horizonte dos trabalhadores rurais envolvidos. Diante desses enfrentamentos ao longo do tempo, as terras do Ministério e de Cachoeirinha adquiriram um valor simbólico enorme, sendo pontos de referência fundamentais para a retomada mais aberta dessas lutas no processo de redemocratização.

Referências

- BORGES, Maria Eliza Linhares. Representação do Universo Rural e luta pela Reforma Agrária no Leste de Minas Gerais. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 303-326, 2004.
- CAMISASCA, Marina Mesquita. **Camponeses mineiros em cena: mobilização, disputas e confrontos (1961-1964)**. 2009. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.
- CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2011. 2º Edição.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Tradução: Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- MEDEIROS, L. S. de. Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60. In: MORAES, João Q.; DEL ROIO, Marcos. **História do Marxismo no Brasil**. V. 4 Campinas: Ed. Unicamp, 2007.
- MEDEIROS, L. S. de. **Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003 (Coleção Brasil Urgente).
- MINAS GERAIS, GOVERNO DO ESTADO: Relatório/Governo do Estado – Belo Horizonte: COVEMG, 2017. 341p. (Relatório da Comissão da Verdade em Minas Gerais. v. 1)
- NEVES, D. P. (Org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.
- NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- SANTOS, Sônia Nicolau dos. **À procura da terra perdida: para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha**. 1985. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas). UFMG, 1985.
- THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- ZANGELMI, A.J. (2014) **Traduções e Bricolagens: mediações em ocupações de terra no Nordeste Mineiro nas décadas de 1980 e 1990**. 2014. 256 p. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Das formas de resistência cotidiana à forma de movimento social: As Ligas Camponesas na Paraíba e em Pernambuco e os confrontos com a violência no campo

Eduardo Guandalini Genaro¹

Ramonildes A Gomes²

Resumo

O artigo tem como objetivo refletir sobre a relação entre as formas de resistência cotidiana dos agentes do sistema de moradia da Zona da Mata em Pernambuco e na Paraíba e a mobilização das Ligas Camponesas, observando as possibilidades históricas de resistência em contraposição as estratégias de submissão e a violência utilizada pelos grandes proprietários. Nesse exercício de investigação nos utilizamos de pesquisas bibliográficas e análise de entrevistas com participantes das Ligas Camponesas (1955-1964) contidas na pesquisa de Maria do Socorro Rangel, sendo as narrativas destes agentes analisadas a partir da abordagem hermenêutica. O artigo conclui que as formas de resistência cotidiana fundamentaram algumas formas de ação coletiva do repertório do movimento social camponês da época. Também se observar que este contexto foi marcado por intensificação da resistência e da organização dos trabalhadores rurais, entretanto o período também apresentou intensificação da violência contra esses agentes, suas organizações e formas de resistência.

Palavras-chave: Ligas Camponesas; Resistência cotidiana; Campesinato

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina, mestrando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. Endereço eletrônico: edugenaro@gmail.com

² Universidade Federal de Campina Grande PPGCS/UFCG, Brasil. rnildes@hotmail.com

1. Introdução: o contexto da expansão da monocultura canavieira

As Ligas Camponesas constituíram associações que participaram do movimento social camponês entre 1955 e 1964, predominantemente no Nordeste, sendo estes permeados por diversas demandas vindas do campesinato e pelos tensionamentos entre as lideranças políticas que disputavam o controle do movimento, destacando-se nesta disputa o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Francisco Julião, advogado e político do Partido Socialista Brasileiro, que foi procurado pelos moradores do Engenho da Galiléia (que em 1955 se torna a primeira Liga Camponesa organizada e que passa a influenciar a mobilização de outras pelo estado de Pernambuco, assim como em outros estados) para prestar ajuda jurídica e, posteriormente, acabou se tornando a maior liderança na mobilização das Ligas. Também toma parte nesta disputa a Igreja Católica que, mesmo com a participação de religiosos favoráveis ao movimento camponês, pressionou pela manutenção do *status quo*. Para entender a emergência deste movimento cabe entender a estrutura social da Zona da Mata nordestina, em especial a dos estados de Pernambuco e da Paraíba, assim como o contexto econômico e político nacional da época.

A estrutura social da Zona da Mata do Nordeste foi composta desde a colonização pelo monopólio fundiário, a monocultura da cana e a exploração do trabalho. A força de trabalho escrava era utilizada na época da colonização e, a partir da Abolição, passou pela transformação do escravo em morador dos engenhos. Contudo, tal estrutura verificou a continuidade das três características elencadas durante séculos, sendo que apenas na metade do século XX esta sofreu mudanças significativas (ANDRADE, 1986 apud MENEZES; MOREIRA; TARGINO, 2011).

O contexto econômico e político das décadas de 50 e 60 foi marcado pela aliança entre as classes dominantes agrárias e industriais nas relações de poder. A Revolução de 30 modificou a composição da classe dominante no poder estatal, de modo a permitir um processo de industrialização que se intensifica no período posterior a Segunda Guerra Mundial. Desde o início deste processo, a política econômica, utilizou o aumento da inflação e o subsídio ao setor agrícola como modo de socializar as perdas e permitir, devido à queda de importações de produtos manufaturados, um acúmulo de capital no setor industrial que teve intenso crescimento através da substituição de importações. O subsídio ao setor agrícola de exportação permitia as classes dominantes agrárias a manutenção de sua posição social, mesmo neste contexto em que as classes capitalistas industriais assumiam a dinâmica do crescimento econômico e a hegemonia política. A manutenção destes subsídios acarretou

disparidades regionais e contradições estruturais ao desenvolvimento capitalista brasileiro, de modo que, mesmo tendo desenvolvido um mercado interno e conseguido razoável produção de bens de capital em território nacional, a dependência de tecnologias vindas de países desenvolvidos persistiu. A importação de bens de capital se intensificou como obstáculo ao crescimento econômico, a partir do momento em que os termos de câmbio se tornaram desfavoráveis ao Brasil em 1955, o que aumentou as tendências inflacionárias e de estagnação (FURTADO, 1964).

As classes capitalistas agrárias, por mais que perdessem parte de seu poder político e econômico, continuavam a manter-se de certo modo empoderadas. O contexto da década de 50 e 60, em que se desenvolveram as Ligas Camponesas, foi composto por um processo de expansão da agricultura canavieira que acentuou os conflitos entre latifundiários (senhores de engenho e usineiros) e as diversas categorias que compunham o campesinato da Zona da Mata, principalmente os moradores. Estes idealizavam um passado em que todos recebiam sítios³, o que indica apenas a existência desta possibilidade, que passa a ser fechada com o aumento da monocultura da cana na década de 50 que contribuiu com o processo de expulsão dos moradores (PALMEIRA, 2009). A produção de cana foi incentivada pelos preços internacionais e pelo investimento do Estado que garantiu aos senhores de engenho do Nordeste uma cota mínima da cana que é comprada pelas usinas. Com isto usineiros e senhores de engenho do Nordeste passaram a ver como vantajosa a expulsão de moradores (AZEVEDO, 1982).

O processo de expulsão dos moradores constituiu-se de maneira a estes serem forçados a manterem relações de assalariamento. Os moradores poderiam desta maneira se transformar em "clandestinos" ou em trabalhadores de rua, que não mais estabeleciam uma relação de moradia em um engenho, mas relações de trabalho temporárias (BASTOS, 1984; PALMEIRA, 2009). A crise no sistema de moradia na Zona da Mata nordestina acarretou modificações na reciprocidade das obrigações entre proprietários e moradores e foi a motivação inicial da mobilização das Ligas Camponesas.

³ O sítio é um pedaço de terra para além do roçado - um pedaço de terra que vem conjuntamente com a casa - e representa o mais importante "prêmio" que o senhor de engenho podia atribuir ao morador. A distribuição de sítios constituía num mecanismo de diferenciação entre os moradores, já que a posse do sítio podia permitir maior vinculação à terra pela permissão de plantar árvores frutíferas e em certos casos até mesmo plantar cana. O recebimento do sítio é o que diferencia o morador foreiro do morador de condição, tendo em vista a considerável modificação de suas atividades devido a possibilidade de trabalhar em seu sítio com certa margem de autonomia (PALMEIRA, 2009).

2. O sistema de moradia na Zona da Mata em Pernambuco e na Paraíba: a contraposição entre dependência e autonomia, resistência cotidiana e violência

Os agentes que estavam inseridos no espaço social do sistema de moradia apresentavam dependência para com a grande propriedade, tendo a comercialização de sua produção, consumo, meios de produção e de sua força de trabalho mediadas pelos grandes proprietários. Palmeira (2009) indica que estas diversas formas de dependência do proprietário estão ligadas, respectivamente, à prioridade do dono da terra em comprar a produção dos arrendatários; ao barracão que constituía um meio de vender produtos a preços elevados (em muitos casos a compra no barracão era imposta pelo pagamento do trabalho não ser em dinheiro mas em vales) aos moradores, acarretando diversas dívidas, saldadas com trabalho na lavoura do grande proprietário, de modo a aumentar a exploração do trabalho dos moradores; à posse de meios de produção pelos latifundiários (como instrumentos e instalações, a exemplo das casas de farinha); e a venda de força de trabalho aos usineiros e senhores de engenho, que era realizada por todas as categorias, até pelos arrendatários e pequenos proprietários devido à dificuldade de alcançar a autossuficiência da produção da unidade familiar em terras menos férteis que as da lavoura de cana. Cabe destacar que os moradores poderiam ser chamados em momentos arbitrários para trabalharem na lavoura do patrão, sendo esta inconstância mais uma maneira do grande proprietário ter o trabalho em suas terras garantido em momentos de necessidade, enquanto o morador tinha o trabalho em seu roçado, ou sítio sempre como incerto. Outra maneira de exploração do trabalho era o cambão, que era a realização de dias de trabalho não remunerado na lavoura do proprietário⁴. Essas diversas relações que foram mencionadas por Moacir Palmeira (2009) podem ser entendidas como relações que, de maneira tanto consciente (enquanto estratégia dos latifundiários) quanto de maneira não planejada, baseada em fatores afetivos e morais irracionais, vinculam os moradores de maneira dependente à grande propriedade.

Deste modo se entende como os arrendatários, parceiros e os moradores - tanto os com sítio quanto os sem sítio - se encontravam vinculados à terra por meio desta relação de poder para com o grande proprietário, tensionando suas possibilidades de uma maior autonomia para com a apropriação dos frutos de seu trabalho contra esta dependência para com a grande

⁴ Palmeira (2009) indica que o cambão era realizado uma vez por ano, entretanto as entrevistas de agentes que foram moradores realizadas por Rangel (2000) dão a entender que o cambão ocorria semanalmente (de modo semelhante ao que Palmeira descreve como condição, enquanto o termo condição é usado pelos entrevistados de Rangel como se referindo ao trabalho pago na lavoura do grande proprietário). O que talvez se trate de uma prática diferenciada em regiões distintas: Palmeira pesquisou em Pernambuco e Rangel na Paraíba.

propriedade. Neste sentido, mesmo o morador sem sítio, que não possuía o sítio para desempenhar uma produção mais abrangente do que o roçado⁵, e o pequeno proprietário, que não estava inserido no latifúndio mas visava esta mesma autonomia e se vinculava de modo dependente à grande propriedade na comercialização e venda de força de trabalho, constituíam um campesinato, se entendermos por esta posição social o vínculo à esta experiência comum na qual a dependência para com a grande propriedade é confrontada por um projeto de autonomia camponesa.

A expansão da monocultura da cana sobre os roçados e sítios dos moradores, assim como sobre a terra de pequenos proprietários foi um processo marcado pela exacerbação dos conflitos que é demonstrativo de mais uma forma fundamental dos grandes proprietários vincularem os moradores as suas terras: a sempre presente possibilidade de recurso à violência física. Porfírio (2016) indica que a repressão no campo era constituída tanto de ações de impacto e ostensivas (como os assassinatos e punições), como por formas mais sutis e cotidianas. A dupla existência desse uso da violência física (que não exclui o constante uso da violência simbólica) antecede ao período das décadas de 50 e 60, mas se intensifica neste contexto em que a expulsão de moradores se colocava como estratégia para os grandes proprietários.

Como já indicado a expulsão dos moradores era favorável aos latifundiários devido à alta dos preços do açúcar e as políticas econômicas estatais de subsídio. Entretanto esta não foi a única estratégia utilizada por estes, visto que o sistema de moradia na Zona da Mata, por mais que tenha entrado em crise, não acabou neste contexto histórico. A não expulsão dos moradores que estavam em terras mais distantes no engenho ou na usina, estava diretamente relacionada ao aumento da dependência destes moradores, por sua vez essa se realizava por diversos meios, sendo o principal deles o aumento do foro.

Rangel (2000), em sua dissertação de mestrado realizou entrevistas com agentes que foram moradores foreiros e que participaram das Ligas Camponesas, duas destas nos interessam para demonstrar o aumento do foro como estratégia dos grandes proprietários: a do

⁵ Cabe observar que os moradores de condição (que não pagavam a renda ou um valor de compra na aquisição da terra, mas diretamente usavam seu trabalho para poderem morar - com apenas um roçado) realizavam um trabalho que, mesmo sendo predominantemente assalariado, não assumia a forma de um capital variável como o do assalariado urbano, já que a relação com o patrão permitia ao último tirar a terra e o trabalho desses trabalhadores, de maneira a retirar parte do que seria a parte da produção com que se remunera o trabalhador. Por isso, as relações paternalistas que propiciam uma dependência na vinculação dos trabalhadores com a terra são centrais para entender essa relação, sendo que esta não pode ser resumida ao trabalho proletário por mais que possa predominar a remuneração em salário (WANDERLEY, 1985).

senhor Severino e a do senhor Nivaldo⁶. A trajetória de Severino indica que logo após a expansão da cana sobre os roçados dos moradores de condição houve aumento considerável do foro, de modo que ele termina o ano endividado. A esta privação se seguiram outras, sendo que Severino havia sido proibido de plantar cana em seu roçado (algo que mesmo antes era permitido a poucos moradores, visto que era uma concessão permitida só a alguns mais próximos ao grande proprietário), e tinha seus filhos homens trabalhando alugados na cana (recebendo salário por trabalhar na lavoura do proprietário), de modo que não conseguia plantar roçado em todo seu sítio (por ter relações de proximidade com o proprietário ele havia conseguido um sítio considerado grande, embora ele não especifique números). Ao não conseguir fazê-lo o administrador manda plantar cana em metade de seu sítio. O não plantio no sítio significava perda de autonomia e de condição de vida, de modo que Severino tenta convencer o administrador a permitir que seus filhos trabalhem em seu sítio e não mais como alugados. O pedido é negado pelo administrador, o que demonstra o controle deste sobre o direcionamento da atividade produtiva da unidade familiar. Severino então indica que, sua situação piora, e ele fica devendo mais um foro, tem seus dias de cambão aumentados, assim como os dias de condição, devido a necessidade de conseguir renda para pagar sua dívida, de modo a ficar cada vez mais “encabrestado” e sem a possibilidade de reclamar pelo medo do uso da violência pelo administrador.

O discurso de Severino indica como o aumento do foro estava associado a outras práticas como, o aumento do cambão (do trabalho na lavoura de cana), que impunha à unidade familiar a situação de trabalharem muito mais na grande lavoura que em seus sítios. Deste modo o aumento do foro era uma estratégia para aumentar a sujeição⁷, ou seja, a dependência e, conseqüentemente, a exploração dos moradores pelos grandes proprietários. De modo que o aumento do rendimento da plantação de cana era associado ao aumento da exploração dos demais arrendatários. Estas diversas estratégias estavam sempre permeadas pela possibilidade do uso da violência física.

A situação de Severino prossegue para um acirramento do conflito. O administrador exige a outra parte do sítio dele, o que gerou grande revolta de Severino, que decide enfrentar o administrador e não sair do sítio. O resultado foi o uso da violência física pelo administrador, que junto a capangas destrói toda plantação de Severino na frente deste, sem

⁶ Rangel (2000) não utiliza os nomes reais destes agentes, assim como não indica o local em que foram moradores. O ocultamento foi uma condição da realização das entrevistas, feitas no início da década de 90.

⁷ Afrânio Garcia Júnior (1989) indica que no Brejo paraibano a distinção entre sujeitos e libertos remetia a distinção, respectivamente, entre agentes em maior dependência para com proprietários e com maiores condições de autonomia para com estes. Termos como encabrestamento remetem a mesma relação.

deixar este último colher sequer as plantações que já estavam em época de colheita (RANGEL, 2000). O desdobramento da trajetória de Severino indica como o uso da violência pelos grandes proprietários era uma possibilidade constante nas relações dentro do engenho, assim como indica o rompimento de um período visto como bom e justo para diversos moradores, ruptura ligada a quebra de reciprocidade das obrigações valorizadas moralmente por estes agentes.

Os discursos dos moradores expressam uma moralidade que toma um conjunto de deveres das partes dominadas e dominantes como um imperativo moral, de modo que a mudança e continuidade destes costumes, constitui alvo das lutas entre classes. A vivência da expulsão do campo e do fechamento de possibilidades ligadas a permanência no campo marcam um contexto de crise dos senhores de engenho e dos usineiros, de modo que permitiu o questionamento da posição social destes. Este questionamento partia da moralidade com relação aos deveres que os dominantes tinham para com os dominados⁸.

A ira moral pode ser percebida nas falas destes agentes, visto que Severino, ao receber a informação de que teria de ceder todo o roçado afirma que a ambição do administrador havia crescido para cima do canto dele, assim como indica “Foi aí que um clarão alumiu o meu juízo e eu pensei, era tudo ou nada, era guerra mesmo. Fiquei ali até o fim. É isso que eu posso lhe dizer” (SEVERINO, Entrevista, RANGEL, 2000, p. 277). A decisão de enfrentar o administrador marca uma ruptura na própria narrativa de Severino, pois esta é construída de modo a não falar de divergências com o proprietário e no máximo associar alguma divergência à figura do administrador (RANGEL, 2000). Entretanto, ele chega até mesmo a indicar responsabilidade do proprietário em seu despejo, de modo que fica nítida a significação de injustiça e a manifestação de uma ira moral. A existência de valorações e moralidades distintas das dos latifundiários, assim como a presença de ira moral por parte dos moradores é forte indicativo da existência de formas de resistência cotidiana⁹ nas práticas destes.

Bastos (1984) demonstra como as concepções dos camponeses e trabalhadores rurais a respeito do trabalho¹⁰, da posse de terra¹¹ e da separação entre lavoura para comprar e para viver¹² refletiam representações sobre a autonomia do trabalho, sendo centrais para o

⁸ A respeito da formação da ira moral nas relações de autoridade ver Barrington Moore Jr (1987)

⁹ Sobre o conceito de resistência cotidiana ver James Scott (2000).

¹⁰ Bastos (1984) afirma que o trabalho subsidiário não era considerado pelos trabalhadores como trabalho. Constatação bastante apoiada na pesquisa de Sigaud (1980).

¹¹ Na visão dos foreiros o proprietário seria o dono do foro e não da terra (BASTOS, 1984).

¹² Bastos (1984) se refere a distinção feita pelos moradores entre a plantação destinada ao consumo ou a uma renda vinda da própria produção, que constitui a lavoura para viver, e a plantação comercial, que é centrada na

entendimento das formas simbólicas destes agentes. Estas significações remetem à transcrição oculta destes agentes e as suas formas de valorizar a moralidade da relação recíproca de obrigações com o proprietário. Estas valorações, ao se oporem às dos latifundiários, indicam a existência de uma ira moral e constituem uma forma de resistência cotidiana, por mais que se manifestem pouco na transcrição pública e dificilmente tomam a forma de um enfrentamento. Entretanto, essas valorações não são as únicas formas de resistência cotidiana a que recorriam os moradores, sendo que as entrevistas mencionadas deixam claro uma das formas mais utilizadas e que será aqui analisada: a negociação. A comparação entre a entrevista de Severino e a de Nivaldo ajuda a esclarecer o uso desta.

Na época da expansão da cana sobre roçados e sítios, Nivaldo também relata o aumento do foro. Ele tinha um sítio menor do que de Severino, o que se reflete no fato de que o sítio que tinha não era suficiente para acompanhar o crescimento da unidade familiar. Os filhos de Nivaldo já não tinham as mesmas possibilidades de adquirirem um sítio pois a oferta destes pelos proprietários estava cada vez menor, sendo que restava a estes o trabalho alugado na cana (RANGEL, 2000). Essa situação revela como o aumento do foro e o fechamento da possibilidade de ter sítios também se aliou a liberação de mão-de-obra dos moradores, foreiros e de sua unidade familiar o que também favoreceu a intensificação da exploração.

O caso de Nivaldo também é revelador do fato de que a ira moral destes agentes não estava ligada simplesmente ao aumento do foro e do trabalho na cana, mas a toda moralidade por ele construída com relação a sua autonomia. Isso fica evidente no fato de que a percepção do conflito com o proprietário se intensifica no relato de uma restrição direta da autoridade de Nivaldo dentro da unidade familiar (de seu papel de patriarca). Ele estava construindo uma casa de taipa dentro do seu sítio para o filho que havia se casado, quando o patrão manda derrubar a construção pois o filho não deveria trabalhar no sítio, mas sim na plantação de cana (RANGEL, 2000). Nivaldo inclusive menciona um verso que fez na época:

O tempo bom acabou-se
Sei que num volta mais
Diminuiu a agricultura

produção de algodão e destina-se ao pagamento do foro e de outros meios de trabalho. Através desta segunda plantação o foreiro vislumbra a possibilidade de economizar e comprar a terra, tendo a perspectiva de se livrar do proprietário. A distinção entre uma plantação para viver, que garante os meios de subsistência – meios de vida -, e uma plantação para comprar – que garante pagamento do foro e outros meios de trabalho – é o ponto nodal sobre o qual o foreiro percebe sua exploração. Cabe ressaltar que a lavoura para viver está mais associada às representações sobre a autonomia do trabalho, enquanto a lavoura para comprar às representações sobre os meios que distanciam o foreiro de conseguir esta autonomia. O aumento do foro se constitui em um obstáculo – ou um fechamento de possibilidade (esta sendo mais representada do que efetivada) - a esta autonomia sobre o qual se organizaram inicialmente os foreiros do Engenho da Galiléia. Afrânio Garcia Jr. (1989) também menciona esta distinção entre lavoura para comprar e para viver em seu estudo sobre o campesinato do Brejo paraibano.

E também os animais
A miséria ficou na frente
A bondade ficou para atrás (NIVALDO, Entrevista, RANGEL, 2000, p. 285)

Percebe-se que nestes versos, a miséria fica como marca do futuro devido à falta de agricultura e criação de animais, as quais são atividades associadas ao trabalho familiar autônomo na terra¹³. Enquanto a bondade fica para o passado, ou seja, a bondade dos patrões que antes era presente na figura ideologicamente construída de um provedor de ajuda, medicamentos, oferta de sítios entre outras obrigações, fica como marca de um passado não mais possível de se reproduzir.

Rangel (2000) indica que Nivaldo continuou nas terras em que morava mesmo com a piora de condições, visto que não via alternativas melhores a não ser ficar. Nivaldo explicita o aumento contínuo da sujeição, sendo que essa constância o incomoda (inclusive pelo fato de ao ter de se dedicar na lavoura do patrão não tinha tanto tempo para se dedicar a sua) de tal modo que ele menciona que certo dia se recusa a ir trabalhar para o patrão. Este o chama para conversar e o expulsa da morada afirmando que Nivaldo o havia desobedecido, dizendo que era melhor sair por bem. Essa situação deixa nítida a intensificação da repressão por parte do proprietário tanto na ameaça de violência que sempre se coloca como pano de fundo, como na prerrogativa de que as obrigações do morador para com ele poderiam aumentar sem a contrapartida das suas obrigações. Essa ausência de contrapartida fica clara na fala de Nivaldo, que afirma que o patrão cada vez mais o sujeitava de modo insuportável. Nivaldo, por sua vez, decide sair e afirma que o faz pois era homem de vergonha e não ficaria em terra de quem não o deseja, visto que não havia mais possibilidade de acordo. Assim fica nítido que para além da violência física, há uma forte violência simbólica que atinge a moralidade de Nivaldo, que se sente afetado de maneira a não ter mais o direito de ali ficar. Entretanto, Nivaldo não faz uma réplica simples da moralidade ideológica do proprietário, visto que apresenta uma ira moral contra a quebra da reciprocidade por este.

A menção de Nivaldo sobre a impossibilidade de haver acordo tem grande importância, visto que é por meio das negociações que o morador consegue colocar suas demandas mesmo que de maneira dissimulada, assim, diferente de Severino, que teve um enfrentamento mais claro contra o administrador, Nivaldo conseguiu recolher a plantação e os animais antes de deixar a terra. O que demonstra a importância do recurso a essa forma de resistência cotidiana, que não implica em mera subordinação ao dominante, visto que a ira

¹³ Afrânio Garcia Júnior (1989) identifica que a agricultura e, em segundo plano a criação de animais, são as atividades com que o camponato do Brejo paraibano identifica sua posição social. O fato de Nivaldo mencionar as duas atividades pode ser entendido pelo fato dele mencionar ter tido criação de animais nesta época.

moral é expressa nestas práticas e nas menções a elas, como fica claro na fala de Nivaldo sobre sua saída da terra e entrada nas Ligas Camponesas:

Ele pagou os menino, deixou nós tirar a mandioca, os animais e os cacho de banana para vender na feira e nós fomos embora, mas a senhora num imagina o que isso pode causar assim no coração de um home. Num pode imaginar. E eu vivia aquela amargura do cão, até que chegou a Liga, aí eu entrei na Liga, que era para aliviar meu coração e ser liberto, finalmente ser liberto. Ter uma terrinha pra trabaiá, uma rocinha, um servicinho assim agradável (NIVALDO, Entrevista, RANGEL, 2000, p.288).

Como é perceptível na fala de Nivaldo, a valorização atribuída à moralidade da reciprocidade entre morador e latifundiário é distinta da valorização ideológica do último. De modo que a ira moral, que já estava presente nas formas de resistência cotidiana, deste morador foi fundamental para sua participação nas Ligas Camponesas. Cabe também observar que Severino também usou da negociação em diversos momentos, conseguindo manter seu sítio por vários anos. Aliás, o próprio fato dele possuir um grande sítio já indicava uma grande margem de negociação com o proprietário, o que explica porque a proximidade para com este se refletia em falas que colocavam o patrão como um bom homem. Se tratava de uma transcrição pública na qual ele se apoiava fortemente para continuar com seu poder de negociação, algo que foreiros mais distantes do proprietário, como Nivaldo não tinham tanto acesso. A negociação de Severino com o administrador, na qual ele pedia a permissão de que seus filhos voltassem a trabalhar no roçado, demonstra como há uma expressão dissimulada de demandas e de valores (de uma transcrição oculta) que se contrapõem aos valores ideológicos dos grandes proprietários. Severino relata as suas falas e as dos administrador nesta negociação:

-Quem lhe deu aquele roçado pra plantar?

-Foi um acordo que eu fiz com o dono- respondi

-Então pronto. O acordo era com você, não era com seu filho. Você tem um roçado muito bom e tá reclamando do quê?

-Tô reclamando não senhor, Deus me livre. Nossa Senhora me defenda de uma hora dessa, mas sem o menino para ajudar vai apodrecer tudo nos pé. O feijão, o milho. A mandioca não, que pode esperar mais um pouco, mas o resto apodrece tudo. E isso é um pecado muito grande,

Aí ele disse:

-Eu preciso do menino no trabalho da cana e pronto, num quero mais discussão (SEVERINO, Entrevista, RANGEL, 2000, p. 275-276)

A demanda de Severino é dissimulada na transcrição pública, de modo que ao ser questionado pelo administrador sobre estar reclamando de suas condições, seu Severino nega a reclamação e a coloca como algo absurdo de ser feito, uma forma simbólica próxima ao discurso ideológico dos grandes proprietários que colocam a reclamação como desobediência e tentam negar a formação das demandas dos moradores. Entretanto, logo em seguida a essa negação, Severino coloca em público uma forma simbólica de sua transcrição oculta: o pecado de não conseguir fazer a colheita antes do aprofundamento da plantação. E se nesta fala há indicação, em forma simbólica apoiada na religião, de um pecado, existe também um pecador, que é o grande proprietário na figura do administrador. Assim Severino coloca sua demanda de precisar recompor o trabalho familiar sobre a terra para conseguir voltar a condição de vida anterior, mas o faz negando que está demandando algo, ou seja, o faz de modo dissimulado, de maneira a demonstrar que a explicitação de valores e interesses contrapostos aos dos grandes proprietários se realizavam na prática de negociação, de modo a esta consistir em uma forma de resistência cotidiana.

A negociação foi uma forma de resistência usada por Severino em diversos momentos, sendo que sua proximidade para com o patrão expressava uma margem maior de uso desse recurso, mas no momento em que há ruptura da reciprocidade por parte do patrão, e que o recurso à negociação é negado (como ocorre na negação de sua demanda pelo administrador), a proximidade de Severino a este se converte em uma ira moral até mais intensa que a dos demais entrevistados, visto que reage com um enfrentamento aberto e público ao administrador, dizendo que não iria sair das terras. Neste momento a repressão pela violência física negou a ele qualquer possibilidade de acordo.

O contexto da década de 50 e 60 se apresentava pelo aumento da repressão e da violência física, que também se expressa na negação e repressão das formas cotidianas de resistência, como a negociação, que fica cada vez mais difícil de ser realizada e de atender a demandas dos moradores. Assim a piora das condições de vida com a expulsão e aumento da sujeição, a perda de posição social, principalmente pelos foreiros, e a violência simbólica contra suas formas de resistência, gerou representações que indicam um fechamento de possibilidades da autonomia almejada por estes. Como é indicado por Severino:

O certo é que o home precisa da terra como a terra precisa da chuva, do sol, do ar, que é pra mode frutificar. O certo é que a terra tem o poder de distribuir, e, prender a terra é inflamável para a humanidade (SEVERINO, Entrevista, RANGEL, 2000, p.280)

A fala de Severino deixa nítido como a terra é valorizada simbolicamente como associada a liberdade e a autonomia de trabalho, o que ocorre devido a não dissociação do trabalho familiar do seu exercício na terra. O contexto histórico em questão foi marcado pelo aumento da repressão e da violência, assim como pelo aumento das formas de resistência cotidiana. Estas, por sua vez, tiveram seu espaço cada vez mais tolhido pela violência e concentração de poder e riqueza dos grandes proprietários

3. A formação de um movimento social camponês: das formas de resistência cotidiana às Ligas Camponesas e a reação violenta dos grandes proprietários

A explicitação de formas de resistência cotidiana contrapostas à intensificação da violência é fundamental para entender o surgimento das Ligas Camponesas e a violência contra sua organização. A expulsão do campo e o aumento da exploração do trabalho foram motivadoras da ira moral dos trabalhadores rurais e camponeses que se vincularam às Ligas, entretanto, se este processo explica o porquê da conjuntura favorecer essa mobilização, ele não explica historicamente como este campesinato, que sempre esteve em grande dependência para com os grandes proprietários, teve acesso a possibilidade de se mobilizar de modo coletivo, público e aberto, ou seja, como foi possível a formação de um movimento social¹⁴ camponês. Boa parte de pesquisadores das Ligas, como Azevedo (1982) e Bastos (1984), dão mais destaque a mobilização política exógena à experiência destes agentes, dando ênfase em partidos e lideranças que buscaram direcionar o movimento camponês da época. Entretanto, cabe destacar que estas experiências foram fundamentais para entender as motivações destes agentes para adentrarem o movimento, assim como para a participação destes na construção das experiências políticas das Ligas. Assim se explica porque a busca de ajuda jurídica na cidade fomentou a organização dos moradores do Engenho da Galiléia em Pernambuco, sendo que a influência de lideranças de partidos e organizações não diminuí o papel deste campesinato neste processo. Afinal foi apenas em um contexto, como o dos anos 50 no Brasil, em que um processo histórico de longa duração havia permitido um aumento das interdependências funcionais¹⁵, no sentido de possibilitarem um aumento das possibilidades sociais disponíveis a estes trabalhadores, que foi possível a realização de um movimento social camponês, do qual as Ligas Camponesas fizeram parte, que questionasse publicamente

¹⁴A definição de movimento social tem por base a perspectiva de Tilly (2010)

¹⁵ A ideia de interdependências funcionais remete ao pensamento de Elias (1999) e a questão de como a ampliação destas acarreta aumento da dependência de todos os agentes (os com mais acesso a recursos de poder assim como os com menos) para com o centro da configuração.

a grande propriedade e pautasse a política estatal por mudanças sociais. Por isso entender a vinculação entre resistência cotidiana e movimento social é fundamental.

Azevedo (1982) indica que o fortalecimento das Ligas até 1962 decorreu dos constantes despejos e da atuação do movimento nestes, o que fortalece a hipótese de que a mobilização se dirigia tendo a posse da terra como questão central. Bastos (1984) entende que as percepções destes grupos se dirigem contra a concentração de renda e, portanto, contra uma forma de expansão do capitalismo. A mobilização das Ligas se voltava, portanto, contra as práticas que quebravam a moralidade e a autonomia do trabalho valorizada por este campesinato, o que permite entender a ligação entre as formas simbólicas deste e o direcionamento da mobilização das Ligas. Entretanto, esta não é a única conexão existente entre as duas formas, sendo que o repertório do movimento social refletia algumas formas de resistência cotidiana.

O repertório de ações coletivas das Ligas Camponesas foi constituído: pela realização de comícios; passeatas; apoio a trabalhadores ameaçados de expulsão; negociações entre proprietários, membros das Ligas e do governo estadual – no caso da luta contra o cambão na Paraíba -; assistência jurídica aos camponeses; disponibilização de serviços de saúde; combate ao analfabetismo; reivindicações pela reforma agrária; a criação de sindicatos; procura de apoios externos – de grupos e movimentos sociais da cidade -; mutirões nas cidades: os camponeses se dirigiam a população urbana para realizar trabalhos, buscando apoio para o movimento; greves; marchas; uso de jornais; ocupações; e tomadas de terra¹⁶ (MENEZES; MOREIRA; TARGINO, 2011; BASTOS, 1984; SOUZA, 1996).

Para esclarecer a relação entre resistência cotidiana e movimento social nos concentraremos em duas ações coletivas que permeavam o repertório das Ligas: os comícios e o apoio a moradores expulsos. A realização de comícios era realizada em espaços propícios para a transcrição oculta, como as feiras¹⁷, o que reflete o uso deste espaço na resistência cotidiana. O apoio a trabalhadores ameaçados de expulsão¹⁸ se tratava da organização de diversos moradores para a negociação com o proprietário, entretanto, ao em vez de ser uma

¹⁶ Sigaud, Rosa e Macedo (2008) destacam como as ocupações como são conhecidas hoje – executadas através da forma acampamento; o que inclui uma série de símbolos e demandas dirigidas ao Estado - não faziam parte do repertório de ação dos movimentos no Nordeste daquele período (1955-1964), sendo as ocupações descritas de outro tipo. Entretanto a pesquisa de Silva (2010) relata uma tomada de terra das Ligas Camponesas, conjunta aos indígenas Xukuru, em que fica nítido a existência de certas semelhanças com a forma acampamento. A diferença histórica central parece residir no fato de que a ocupação de terras na época era uma medida secundária, vista que os moradores já residiam na terra, diferente do contexto atual.

¹⁷ As entrevistas realizadas por Rangel (2000) deixam claro esse uso da feira para a mobilização, sendo que, em Sapé, a feitura de carteirinhas também era realizada na feira.

¹⁸ Assis Lemos de Souza (1996) relata vários casos em que se procederam negociações com os proprietários que ocorriam após diversos moradores se unirem e se dirigirem coletivamente para conversar com o patrão.

conversa individual em que as demandas apareciam de modo bastante dissimulado, esta conversa contava com maior explicitação de demandas e era realizada coletivamente, contando com a presença de lideranças que intermediavam a negociação. Aqui fica nítido a relação entre a resistência cotidiana e a forma movimento assumida pela organização desses trabalhadores: a primeira serviu de base para as possibilidades da segunda.

A mudança na forma de resistência pressionou para modificar a ação dos grandes proprietários. Porfírio (2016) destaca como, no período da mobilização das Ligas, houve intensificação da violência e concentração desta contra as organizações de trabalhadores rurais, o que não diminuiu a violência difusa e cotidiana. Sendo que as classes dominantes, internas e externas, construíram um discurso, apoiado pelos jornais, que colocava qualquer organização de trabalhadores como subversiva e perigosa, de modo a justificar e fortalecer a organização entre grandes proprietários e entre estes e as forças armadas. O que, segundo Montenegro (2004) contribuiu para intensificar a violência estatal e privada contra os camponeses e trabalhadores rurais.

Porfírio (2016) afirma que os jornais indicavam a existência de um problema agrário, mas colocavam a organização de trabalhadores rurais como subversiva, de modo a demonstrar o que Florestan Fernandes (2013) indica como sendo a tendência do capitalismo dependente brasileiro a ter um controle da mudança social exercido pelos grupos dominantes para fins particularistas. As classes capitalistas agrárias utilizaram de seu poder político, econômico e social para evitar qualquer mudança que ameaçasse sua posição social e que tendesse para a desconcentração de riqueza e poder. Desse modo, o poder político destes, como indica Rangel (2000), evitou que o tema da reforma agrária fosse, de fato, votado, na época assim como o poder local destes no exercício da violência privada e estatal, constituíram fortes entraves as possibilidades de democratização da época, pelas quais movimentos e organizações como as Ligas Camponesas lutaram. As Ligas Camponesas aumentaram o tensionamento político em prol desta democratização, entretanto, a possibilidade histórica de que a mobilização dos camponeses e trabalhadores rurais resultasse em diminuição da violência, com ampliação da participação das demandas destes agentes no nível estatal¹⁹, foi negada pelo recurso ao aumento da violência e repressão das classes dominantes, que culminou no golpe militar de 1964 e na extinção das Ligas Camponesas.

Referências Bibliográficas

¹⁹ A democratização como processo requer o que Elias entende como democratização funcional e institucional (REZENDE,2012).

- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Atlas, 1986.
- AZEVEDO, F. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ELIAS, Norbert. **Introdução a sociologia**. Lisboa: 70, 1999.
- FERNANDES, Florestan. **Mudanças Sociais no Brasil**: Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. São Paulo, Global, 2013.
- FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.
- GARCIA JR. Afrânio R. **O Sul: Caminho do Roçado** – Estratégias de Reprodução Camponesa e Transformação Social. Marco Zero: São Paulo, 1989.
- MENEZES, Maria Aparecida; MOREIRA, Emilia R; TARGINO, Ivan; As ligas camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória dos seus protagonistas. **Ruris (Campinas)**, v. 05, p. 83-120, 2011.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. As Ligas Camponesas às vésperas do golpe de 1964. **Proj. História**, São Paulo, (29) tomo 2, p. 391-416, dez. 2004.
- MOORE, B. Jr. **Injustiça**: As bases sociais da obediência e da revolta. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- PALMEIRA, Moacir G. S. Casa e Trabalho: Nota Sobre As Relações Sociais Na Plantation Tradicional. In: Welch, C.A. ; Malagodi, E. ; CAVALCANTI, J. S. B. ; WANDERLEY, M. N. B. . **Camponeses brasileiros**. 1: Leituras e interpretações clássicas. São Paulo - Brasília: UNESP - NEAD/MDA, v. 1. p. 203-215, 2009.
- PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. O tal de Natal: reivindicação por direito trabalhista e assassinatos de camponeses. Pernambuco, 1963. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 29, n.59, p. 745-766, setembro-dezembro, 2016.
- RANGEL, Maria do Socorro. **Medo da morte e esperança de vida**: uma história das Ligas Camponesas. 2000. 387 f. Dissertação (mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2000.
- REZENDE, M. J.. A democratização como um processo de distribuição, deslocamento e equilíbrio de poder em Norbert Elias. **Reflexión Política**, vol. 14, n. 27, p.38-53, 2012.
- SCOTT, James. **Los Dominados y el Arte de la Resistencia**: discursos ocultos. México: Era, 2000
- SIGAUD, L. M.. **A Nação dos Homens**. ANUARIO ANTROPOLOGICO/78, p. 13-116, 1980.
- SIGAUD, Lygia; ROSA, Marcelo; MACEDO, Marcelo Ernandez. Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao Estado: uma análise em perspectiva comparada. **Dados** (Rio de Janeiro), v. 51, p. 107-142, 2008.
- SOUZA, Francisco de Assis Lemos de. **Nordeste, o Vietnã que não houve**: ligas camponesas e o golpe de 64. Londrina: Editora UEL/Editora da UFPB, 1996.
- TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.3, Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 133-160.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth B., O camponês: um trabalhador para o capital. **Cad. Dif. Tecnol.** Brasília: 2(1). Jan/Abr. 1985, p13-78.

Terra e Justiça de Transição no Brasil

Fabricio Teló¹

Resumo: Considerando que a ditadura favoreceu a expulsão de milhares de pessoas das terras onde residiam e trabalhavam e contribuiu para o aumento da concentração fundiária, buscamos analisar de que forma a Justiça de Transição no Brasil vem lidando com a busca pelo esclarecimento desses fatos e que medidas têm sido adotadas no sentido de promover reparação, sobretudo para as populações vítimas de deslocamento forçado, que perderam o acesso à terra. O trabalho busca chamar atenção para a importância não apenas das violências físicas sofridas pelos militantes e seus familiares e vizinhos, mas também das violências mais estruturais, como o não acesso ou o acesso precário à terra. Dito de outra forma: não apenas os direitos políticos e civis violados são dignos de serem reparados, mas também os socioeconômicos e culturais.

Palavras-chave: Questão Agrária, Justiça de Transição, Direitos Socioeconômicos

Introdução

Focada nos fatos ocorridos durante a ditadura militar (1964-1985), a Justiça de Transição no Brasil é marcada por uma atenção especialmente voltada para militantes engajados que sofreram graves violações de direitos humanos. Na definição da Comissão Nacional da Verdade, tais violações são: prisão, tortura, execução, e desaparecimento forçado. Mais recentemente, após a localização de uma extensa documentação relatando abusos contra povos indígenas, a criação de comissões estaduais da verdade, e estudos sobre a repressão sofrida por moradores de favelas, negros, camponeses e população LGBT, houve um importante alargamento das discussões relativas à justiça transicional no país, buscando tratar também das violações mais estruturais (GALTUNG, 1969) sofridas pelas pessoas comuns não engajadas.

Fernandes (2015a) discute esses elementos ao analisar o trabalho da CNV e o conceito de “graves violações de direitos humanos” que guiou a elaboração do relatório. Ele questiona, por exemplo, por que a categoria genocídio não foi adotada como um elemento definidor destas graves violações, já que o assassinato de milhares de indígenas durante as construções de rodovias na região amazônica se caracteriza como tal. Aponta ainda uma ênfase maior dada pela CNV aos direitos civis e políticos em detrimento dos econômicos, sociais e culturais, a despeito da Declaração de Viena de 1993, que concebeu, sem hierarquia de importância, todos os direitos humanos como “universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados”². Estevez, Assumpção e Guimarães

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) - telo.fabricio@gmail.com.

² Para defender esta posição, o autor se inspira nas ideias de Sriram (2014), que critica a abordagem liberal dos processos de paz e de Justiça de Transição por haver pouco espaço para preocupações socioeconômicas.

(2015) também chamaram atenção para a importância de se levar em conta as violações de cunho econômico e social vividas pela classe trabalhadora como um todo, sobretudo os operários.

O objetivo desse artigo é contribuir no sentido desse aprofundamento da reflexão, propondo uma discussão sobre as violências perpetradas pela ditadura que ocorreram no plano estrutural. Nesse sentido, o objeto específico a ser tratado neste trabalho é a questão agrária enquanto um problema estrutural e sua relação com a Justiça de Transição no Brasil. Outros pesquisadores já trataram do tema em relação a outros países³. No Brasil, importantes reflexões sobre o assunto também já foram realizadas, com foco nas terras indígenas⁴. Minha proposta é discutir como as práticas de justiça transicional têm lidado com a violação do direito de acesso à terra nas áreas rurais⁵ como um todo, buscando articular as questões relativas tanto às terras indígenas como às que foram ocupadas pelos colonizadores. Em outras palavras, considerando que a ditadura favoreceu a expulsão de milhares de pessoas das terras onde residiam e trabalhavam e contribuiu para o aumento da concentração fundiária, buscamos analisar de que forma o Estado Brasileiro vem lidando com a busca pelo esclarecimento desses fatos e que medidas tem adotado no sentido de promover reparação, sobretudo para as populações vítimas de deslocamento forçado, que perderam o acesso à terra.

Três dificuldades se destacam no tratamento deste tema: a primeira é o fato de que a desapropriação de terras não é uma particularidade da ditadura, mas expressão das práticas colonialistas presentes em toda a história brasileira, ainda em curso atualmente. A tarefa, portanto, é identificar as nuances estimuladas pelo regime militar, sem esquecer a necessidade de localizá-lo em um tempo histórico maior. A segunda é a ideia muito presente na sociedade de que o regime autoritário já terminou há mais de 30 anos e que a transição já foi concluída, especialmente depois de publicado o relatório da CNV, havendo, portanto, um sentimento de que não é mais necessário debater o tema. Um

Além desses autores, há uma vasta literatura a nível internacional que defende tal perspectiva. Veja-se, por exemplo, Miller (2008), Sharp (2012), Balint, Evansy e Mcmillan (2014), Szoke-Burke (2015) e Balint, Lasslett e Macdonald (2017).

³ Veja-se, por exemplo, os trabalhos de Atuahene (2007), que aponta para a necessidade de restituição das propriedades no contexto pós-apartheid na África do Sul; Woolford (2011), que chama atenção para a importância da terra na definição de genocídio ao tratar do processo colonial no Canadá; e de Corriveau-Bourque (2013), que destaca a continuidade dos problemas agrárias em El Salvador, mesmo após os acordos de paz.

⁴ Destacam-se Fernandes (2015b), Calheiros (2015), Simi (2015) e Silva (2016).

⁵ Como destaca Camargo (1981), a Questão Agrária não se restringe ao meio rural, já que nas cidades também há intensas disputas em torno do acesso à terra, ainda que em menores extensões. Neste trabalho, no entanto, não trataremos dessa dimensão. Para saber mais sobre a justiça de transição relacionada às remoções nas favelas, ver Pedretti (2015).

contra-argumento para esse entendimento pode ser traçado em James e Stanger-Ross (2018), para quem a justiça transicional deve ser considerada como um processo de tentativa permanente de melhorar o modo como a sociedade lida com um passado violento e suas conseqüências no presente. Assim, mecanismos como comissões da verdade, pedidos públicos de perdão e reparações não podem ser vistos como momentos de término, mas como passos para uma melhoria constante. Por último, alguém poderia dizer que o problema foi resolvido com assentamentos rurais realizados durante os anos 1990 e 2000 para atender os sem-terra e, assim, cerca de um milhão de famílias foram assentadas, reduzindo a concentração de terras. Por outro lado, as limitações dessa política (MATTEI, 2012), o ainda alto índice de Gini (cerca de 0,85) e o crescente número de mortos por conflitos de terra mostram que a questão agrária continua sendo uma causa de violência. É por isso que não pode ser destacado de uma discussão de justiça transicional. De fato, como Unruh e Williams (2013) apontam, abordar questões de terra é um elemento fundamental para os processos de solução de conflitos.

O artigo está dividido em três partes: a primeira é uma retrospectiva histórica da Questão Agrária no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985) com foco em camponeses e terras indígenas; depois disso, analiso como a Comissão Nacional da Verdade tratou o assunto e qual foi o papel da Comissão Camponesa da Verdade. Por fim, proponho uma discussão sobre a importância de se pensar em formas de reparação não restritas a simples indenização individual em dinheiro, mas que cobrem coletividades sociais e, portanto, têm maior potencial transformador.

A Questão Agrária durante a ditadura

Com o golpe de 1964, a maior parte das desapropriações efetivadas até então pelo governo João Goulart foram revogadas (a maioria no imediato pós-golpe e outra parte alguns anos depois) e os camponeses que estavam nas ocupações foram expulsos sob violenta atuação do Exército. Ao mesmo tempo, sindicatos sofreram intervenção ou foram fechados e suas lideranças perseguidas. Boa parte delas procuraram uma forma de se esconder temporariamente até “a poeira do golpe baixar”. Outras não tiveram a mesma sorte e acabaram presas (CARNEIRO & CIOCCARI, 2011; MEDEIROS, 2014). Além disso, “casas dos trabalhadores que viviam nas áreas de conflito foram invadidas e reviradas em busca de documentos e armas; famílias foram ameaçadas e coagidas para revelar o paradeiro do pai” (MEDEIROS, 2015, p. 69).

Como apontam, dentre outros pesquisadores, Grynszpan (1987), Sauer e Saraiva (2015), Cioccarelli (2015), Welch (2015) e Medeiros (2015), os proprietários das terras e os grileiros se aproveitaram da situação para associar os camponeses à figura dos “subversivos” e dos comunistas – então sob perseguição do Estado – e, com isso, legitimar suas violências e expulsá-los das terras sem que isso fosse considerada uma prática condenável. Ligado a isso está o que os autores chamaram de uma parceria Estado-latifúndio, na medida em que tal situação favoreceu a expansão dos domínios territoriais daqueles que possuíam uma relação mais próxima com as forças policiais.

Ilustramos esse processo com um caso ocorrido em 1973 na Fazenda Campos Novos, no município de Cabo Frio, no Rio de Janeiro: ao ser acionado para prestar assistência e investigar um assassinato de um posseiro da fazenda, o delegado local afirmou ao repórter de jornal: “naquela fazenda, todos os posseiros são comunistas e agitadores. Só vou lá armado até os dentes. A solução para aquilo lá é um avião americano soltar uma bomba atômica e acabar com aquele pessoal”⁶.

Esta foi uma forma mais direta de garantir a continuidade da concentração fundiária no país. Houve, no entanto, também formas indiretas de promover esse processo. A principal delas foi a política de modernização conservadora que caracterizou a política promovida pela ditadura para agricultura brasileira, um processo que estimulava o desenvolvimento do capitalismo no campo por meio da adoção de novas tecnologias agropecuárias, sem transformar a arcaica estrutura fundiária existente e em um processo de subordinação da agricultura à indústria. Um dos fatores que ajudam a entender esse processo é o fato de que os financiamentos agrícolas (quase sempre destinados apenas aos médios e grandes proprietários) favorecia a compra de terras com o intuito de utilizá-las não para a produção, mas para servirem como reserva de valor tendo em vista a especulação imobiliária (GRAZIANO DA SILVA, 1982). Tal política foi estimulada pelo Estatuto da Terra, aprovado em novembro de 1964, que colocava como modelo ideal para o desenvolvimento agrícola a empresa rural, ou como diz Medeiros (2015, p. 70), “impunha a marca da racionalidade empresarial aos estabelecimentos rurais, que deveriam ser estimulados a busca-la”.

Processo semelhante ocorreu em relação à legislação indígena. Conforme aponta Araújo (2004), algumas iniciativas importantes ocorreram nesse período. Uma delas foi a inclusão na Constituição de 1967 de um dispositivo legal que declarava as terras

⁶ Briga por terra em Cabo Frio tem mais um posseiro ferido. *Jornal do Brasil*, 05/03/1978.

indígenas como patrimônio da União. Na interpretação da autora, tal medida, se não ideal, contribuía para a diminuição do esbulho que tais terras vinham sofrendo sob o patrocínio das unidades federativas. Além disso, garantiu-se aos indígenas o direito à exclusividade de acesso aos recursos naturais disponíveis em suas terras, permitindo-lhes dispor de uma garantia, pelo menos legal, contra as investidas de fazendeiros e empresas mineradoras interessados na exploração de tais recursos. Por fim, a mais importante e paradoxal iniciativa apontada por Araújo foi a anulação de todos os atos judiciais que incidissem sobre as terras indígenas, não cabendo indenização a eventuais prejudicados. Evitava-se, assim, a possibilidade de eventuais proprietários de títulos de terras incidentes sobre áreas indígenas virem a impedir sua demarcação, o que rendeu severas críticas à nova normatização, algumas até mesmo definindo-a como um “atentado à propriedade privada”, justamente o princípio usado pelos operadores do golpe de 1964 como argumento para defender a deposição de João Goulart.

Tais iniciativas, no entanto, não tiveram efeito prático para os indígenas. Poucos anos depois, em 1973, outra inovação foi introduzida: o Estatuto do Índio, vigente até hoje. De acordo com a interpretação de Araújo, a nova legislação estava permeada por uma perspectiva assimilacionista, que considerava os indígenas como “sujeitos em trânsito”, tendendo a tornarem-se não-indígenas. Quanto às suas terras, determinou que todas deveriam ser demarcadas pela Funai e homologadas pela Presidência da República. Há, no entanto, um fator positivo no Estatuto, em seu artigo 25: “O reconhecimento do direito dos índios e grupos tribais à posse permanente das terras por eles habitadas, (...) independe de sua demarcação (...)”, ou seja, dispõe que a demarcação é apenas um reconhecimento de um direito que já existe. O território indígena não dependeria, portanto, da demarcação para existir e a permanência dos índios em suas terras deveria ser garantido mesmo sem o reconhecimento formal pela Funai. O saldo do período militar, no entanto, para os indígenas e suas terras foi negativo, já que a política desenvolvimentista adotada pela ditadura acabou muitas vezes desconsiderando a legislação criada pelos próprios militares, como foi o caso da permissão para que a mineradora Paranapanema explorasse as terras do povo Waimiri-Atroari, no Amazonas (ARAÚJO, 2004).

Outro processo importante que resultou na expulsão de milhares de camponeses e indígenas foi a construção de rodovias. No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, a

Empresa Brasileira de Turismo (Embratur)⁷ elaborou, em 1970, o Plano de Aproveitamento Turístico (Plano Turis), que previu o reordenamento territorial do sul fluminense e resultou na construção da rodovia Rio-Santos (BR 101). De acordo com Silva e Feitosa (2015 p. 296), tal planejamento ressaltou a “vocação turística da região e legitimou o processo de expulsão dos moradores locais, uma vez que serviu como facilitador da apropria o das terras por pretensos proprietários” sobretudo em Angra dos Reis e Paraty. Processo semelhante ocorreu na Baixada Litorânea em municípios como Cabo Frio, São Pedro d’Aldeia, Silva Jardim e Casimiro de Abreu, conforme analisam Maia e Tel  (2015).

Tal política desenvolvimentista foi também uma das principais responsáveis pelo extermínio de diversos povos indígenas. Um dos mais conhecidos   o grupo Waimiri-Atroari, que, entre 1972 e 1977, teve seu território violado por três grandes empreendimentos: a constru o da BR-174, que liga Manaus (capital do Estado do Amazonas) a Boa Vista (capital do Estado de Roraima), a instala o de uma mina de estanho e a implanta o de uma usina hidrelétrica. Milhares deles foram mortos por se negarem a aceitar a política de “pacifica o” proposta para a implementa o de tais obras (BAINES, 1993).

Tais obras são desdobramentos do Plano de Integra o Nacional (PIN), consolidado pelo Decreto n.  1.106/70, que previa a cria o da infra-estrutura necessária para o povoamento das “ reas vazias” do país, sobretudo a região amazônica, com vistas ao povoamento das fronteiras para preservar a “soberania nacional”. Tal perspectiva estava aliada   Doutrina de Segurança Nacional, de cunho fortemente anti-comunista, que via como inimigo qualquer grupo social que representasse obstáculo   expansão do capitalismo no país (ARAÚJO, 2014).

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, com o processo de abertura política embalado pelas lutas pela anistia política e pela redemocratiza o, os movimentos indígenas e camponeses tiveram condi oes de se organizar novamente e voltar a reivindicar publicamente o direito   terra. Havendo rea o de proprietários e grileiros, a violência prosseguiu sendo uma constante para as popula oes do campo. No caso do número de assassinatos, houve inclusive uma intensifica o devido ao recrudescimento dos conflitos. De acordo com Viana (2013), a média anual de mortos entre 1979 e 1985

⁷ Criada em 1966, por meio do Decreto-Lei 55, que criou também o Conselho Nacional de Turismo e definiu uma política nacional para o setor.

foi de 72, enquanto que entre 1969 e 1979, a média de registros foi de 28 assassinatos por ano⁸.

Com a Constituição de 1988, importantes avanços foram conquistadas, sobretudo pelos povos indígenas, que, pelo menos do ponto de vista legal, deixaram de ser tratados de maneira assimilacionista e passaram a ter garantido o direito permanente e exclusivo de usufruto de suas terras (portanto, de não serem removidos), a obrigatoriedade da União de demarcá-las, além de outras garantias. Os camponeses também conseguiram pressionar os constituintes para que fosse inserida na Constituição a ideia da função social da propriedade, ou seja, as terras que não cumprissem sua função (produzir e respeitar os direitos trabalhistas) estariam passíveis de desapropriação.

Ao mesmo tempo em que era elaborada a nova Carta Constitucional na segunda metade da década de 1980, juntamente com as campanhas por eleições diretas e com a criação de novas organizações políticas (partidos, movimentos sociais, comunidades eclesiais de base, etc)⁹, uma série de iniciativas de Justiça de Transição foram sendo adotadas, com especial destaque para as sistematizações das vítimas da ditadura, conforme veremos no item a seguir.

A disputa pela memória e as Comissões da Verdade

A lei que aprovou a criação da CNV (lei 12.528/2011) foi aprovada em novembro de 2011 e os trabalhos se iniciaram no início do ano seguinte, tendo sido concluídos em dezembro de 2014. Como desdobramento, uma série de outras comissões foram criadas a nível de estados, municípios e instituições como universidades e sindicatos. Inseridos nesse contexto, os movimentos sociais do campo, reunidos em congresso unitário em agosto de 2012, definiram como um dos encaminhamentos, a criação de um grupo de apoio à CNV, com o objetivo de chamar atenção para a importância de se tratar não apenas a repressão sofrida pelos militantes engajados na luta contra a ditadura (em sua maioria cidadãos), mas também as pessoas comuns que, mesmo não tendo se engajado, foram vítimas de violência, o que era particularmente verdade no caso dos camponeses. Foi criada então a Comissão Camponesa da Verdade (CCV), formada por pesquisadores ligados à temática dos conflitos agrários e por representantes dos movimentos sociais do

⁸ Há que se levar em conta aqui o problema da subnotificação dos casos durante a década de 1970, período de maior censura e de maior dificuldade para o registro de tais fatos.

⁹ Sobre este processo, ver Sader (1988).

campo, que trabalharam entre 2013 e 2015, elaborando um relatório paralelo ao da CNV, publicado posteriormente pelo Senado Federal (CCV, 2016).

Embora não tenha sido criada uma Comissão Indígena da Verdade, um grupo de pesquisadores de diferentes entidades¹⁰ liderados por Marcelo Zelic, do Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo, de modo semelhante à CCV, elaborou um documento de apoio à CNV intitulado “Povos Indígenas e Ditadura Militar: subsídios à CNV”, cujo entendimento sobre o conceito de violações de direitos humanos era, assim como para a CCV, mais alargado.

Com vistas a atender as demandas da sociedade civil¹¹ para tratar da repressão sobre camponeses e indígenas, foi oficialmente criado na estrutura da CNV um Grupo de Trabalho para trabalhar especificamente com esse tema, o que não necessariamente significou um avanço no sentido de uma compreensão mais adequada sobre a natureza das violações nesse meio. Na resolução que criou o grupo, ficou estabelecido como atribuição do grupo “esclarecer fatos, circunstâncias e autorias de casos de graves violações de direitos humanos, como torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres (...)” (Diário Oficial da União de 05/11/2012), ou seja, ficaram de fora das preocupações da CNV uma série de violências estruturais que causaram intenso sofrimento às populações do campo, como deslocamentos forçados, destruições de benfeitorias, incêndios de casas, aterramento de fontes de água, esvaziamento de reservatórios de água, dentre outras formas de violações de direitos humanos.

Outra limitação decorre do fato de que os trabalhos da CNV foram marcados por uma preocupação com a identificação de situações nas quais houvesse a atuação de agentes do Estado, sendo que no campo as violações acima citadas eram na maioria das vezes praticadas por agentes privados, mas estimulados pela certeza de impunidade em função da já referida parceria Estado-latifúndio. A consequência da adoção dessa perspectiva pela CNV é a invisibilização desse conjunto de outras violências, mais difíceis de serem comprovadas. A respeito disso, Welch (2014), que contribuiu com a elaboração dos relatórios da CCV e da comissão estadual do Estado de São Paulo, escreveu:

Se os “graves” casos estivessem limitados aos assassinatos, estaria perdida para a história uma categoria de violações que julgamos graves, não apenas pelas

¹⁰ Além do Grupo Tortura Nunca Mais, as entidades envolvidas foram a Associação de Juízes para a Democracia, a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, o Armazém Memória, a Koinonia Presença Ecológica e o Instituto de Políticas Relacionais (IPR).

¹¹ Sobre as demandas para que a CNV inserisse em seus trabalhos a repressão contra indígenas, ver entrevista concedida por Marcelo Zelic, colaborador da comissão e ativista dos direitos humanos, à Revista Mediações (LIMA e AZOLA, 2017).

experiências brutais sofridas pelos camponeses¹², mas pela quantidade e amplitude da distribuição deste grupo de violações (WELCH, 2014).

Em seu relatório, a CCV também discutiu esse aspecto:

Um dos debates na CCV é sobre a concepção política do Estado como sujeito de violações de direitos. As discussões trouxeram à tona especificidades da questão camponesa e a necessidade de considerar, na atuação do Estado, não apenas aqueles casos e ações em que agentes estatais agiram como atores diretos, mas também situações de omissão, conluio, acobertamento, ou mesmo a “privatização da ação do Estado”, em que o latifúndio funcionou como um braço privado antes, durante e depois da ditadura civil-militar de 1964 (CCV, 2016, p. 23).

Tal compreensão não obteve eco junto à CNV, como evidencia seu relatório final (vol. II, p. 92) quando, ao mencionar a CCV, apresenta como objetivo desta organização de apoio “dar mais visibilidade aos sujeitos do campo duramente vitimados pelo Estado e seus agentes” passando ao largo, portanto, da discussão sobre a responsabilidade do Estado pela via indireta.

O relatório da CNV evidencia uma compreensão hegemônica na Justiça de Transição no Brasil sobre o “tipo ideal” de vítima: o militante engajado que sofreu abusos *por conta* de suas atividades políticas. Se a razão do abuso não for essa, mesmo que os responsáveis diretos tenham sido agentes estatais, não é atribuído o mesmo grau de importância. Veja-se, por exemplo, que no capítulo sobre violações contra camponeses são apresentadas algumas listas de nomes de camponeses e advogados mortos em decorrência dos conflitos fundiários em casos específicos que tiveram maior visibilidade. Boa parte desses nomes, no entanto, não constam da lista oficial que compõe o terceiro volume do relatório. A CNV não justifica a razão para tal escolha, o que pode ser lido como um sinal implícito (possivelmente não intencional) de certa hierarquização entre as vítimas. Em entrevista à Revista Mediações (LIMA e AZOLA, 2017), o pesquisador Marcelo Zelic, um dos principais entusiastas da inserção do tema na CNV, apresentou compreensão semelhante ao analisar o tratamento recebido pela Questão Indígena na Comissão.

Isso demonstra que, se mesmo no tratamento das violações aos direitos civis e políticos dos camponeses e indígenas já houve limitações, em relação aos socioeconômicos, como a violação ao direito à terra, a lacuna foi ainda maior. Obviamente, o pouco tempo que a CNV dispunha para a realização das pesquisas precisa ser considerado, já que, para se elaborar uma sistematização razoável de todas as vítimas de despejo, por exemplo, seria necessário um investimento muito maior de tempo e de recursos para a apuração desses fatos,

¹² Aqui poderíamos acrescentar aos camponeses todos os grupos sociais vítimas de deslocamentos forçados ou outras violações não enquadradas no tradicional conceito usado pela CNV, especialmente os indígenas.

que em sua maioria são pouquíssimo documentados e dependem quase sempre do recurso aos testemunhos orais dos sobreviventes

Como relatou a própria coordenadora do grupo, a psicanalista Maria Rita Kehl, inicialmente sequer havia consenso entre os membros comissionados a respeito da pertinência de se atribuir tal nível de importância à temática que justificasse tal encaminhamento (TEIXEIRA, SILVA e TELÓ, 2015). O pesquisador Marcelo Zelic acrescenta: “o ambiente na Comissão [Nacional da Verdade] sempre foi um ambiente de questionar que a violência contra os indígenas não era uma violência da ditadura” (LIMA e AZOLA, 2017, p. 355), não devendo, portanto, ser objeto de análise da CNV. Nesse sentido, a despeito das críticas, é importante reconhecer o avanço que representou a simples criação de um GT específico sobre o tema na estrutura oficial do órgão.

Da mesma forma, as recomendações apresentadas, sobretudo em relação aos indígenas são uma importante contribuição. Recomenda-se, por exemplo, que o Estado Brasileiro peça publicamente desculpas aos povos indígenas pelas terras que lhes foram roubadas, que se implemente um processo reparatório coletivo a esses povos, que se reconheça o caráter político e genocida da repressão sofrida por eles para fins de reconhecimento pela Comissão de Anistia e que se crie uma nova comissão da verdade, com foco específico nas violações sofridas pelos indígenas a fim de dar continuidade às investigações que a CNV não pôde abarcar.

Em relação às terras, chama atenção a recomendação para que seja encaminhada a “recuperação ambiental das terras indígenas esbulhadas e degradadas como forma de reparação coletiva pelas graves violações”, bem como a indicação da necessidade de desintrusão das terras indígenas invadidas por grileiros. Não há, no entanto, uma clara recomendação para que tais terras sejam restituídas, tal como propuseram, por exemplo, o acordo de paz de 2011, na Colômbia (MORENO, [et al], 2016) e a Comissão da Verdade e Justiça do Paraguai (2008)¹³.

O debate sobre as comissões da verdade é importante pois elas justificam as iniciativas de reparação às vítimas. No caso brasileiro, esse debate é particularmente necessário considerando-se a existência de uma considerável parcela da população que desconhece o papel fundamental que os mecanismos de grilagem de terra tiveram no sentido de legitimar expulsões arbitrárias e acaba não considerando tais fatos como efetivamente uma

¹³ O Relatório Final e Recomendações da Comissão da Verdade e Justiça do Paraguai estão disponíveis em: http://www.verdadyjusticia-dp.gov.py/informes/informe_final.php. Acesso em 16/04/2018.

violação de direitos humanos e, portanto, não sendo justificável uma reparação, quiçá um processo de restituição de terras.

Reparações

A Justiça de Transição no Brasil não esperou a criação da CNV para pensar em formas de indenizar familiares de mortos e desaparecidos ou ex-presos políticos, ou ainda pessoas que foram demitidas por conta de atividades ou posicionamentos políticos. A primeira iniciativa no sentido de reparar pessoas vítimas de abusos durante a ditadura foi durante o governo de Fernando Collor de Melo e se restringia ao pagamento de indenizações financeiras a pessoas demitidas de seus empregos por conta de perseguição política entre 1946 e 1988 (Decreto 611/1992). Foi apenas com a lei 9.140/1995 que o Estado brasileiro reconheceu como mortas as pessoas desaparecidas por terem participado ou terem sido acusadas de participação em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979 e assumiu sua responsabilidade na causa dessas mortes. A partir da referida lei, foi criada ainda a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), que buscava evidenciar as circunstâncias das mortes e desaparecimentos promovidos por agentes do Estado.

Também em 1995 foi criada a Comissão Especial de Anistia, submetida ao Ministério do Trabalho, que, à semelhança do decreto de Collor, tratava da reparação de trabalhadores demitidos (Decreto 1.500/1995). Posteriormente, uma nova iniciativa (Lei 10.559/2002) criou a Comissão de Anistia, ligada ao Ministério da Justiça, e passou a prever, dentre outros elementos, a reparação econômica e o reconhecimento da condição de anistiados políticos também às demais vítimas de violações durante a ditadura, não apenas aos familiares de mortos e desaparecidos.

Em relação aos camponeses, um estudo feito por Viana (2013) contabilizou 1.196 camponeses e apoiadores mortos ou desaparecidos entre 1961 e 1988¹⁴. Desse conjunto, o autor constatou que apenas 51 apresentaram requerimentos de reparação à CEMDP, dentre os quais apenas 29 tiveram seus direitos reconhecidos. O estudo evidencia o quão distante está a ideia de reparação no universo camponês, já que a grande maioria sequer chegou a realizar o pedido, seja por desconhecer tal direito, seja por falta de condições, uma vez que a elaboração da petição demanda uma série de habilidades para a comprovação dos fatos, além de recursos financeiros de que raramente dispõem.

¹⁴ Tal período foi fixado pela Lei 10.536 de 14 de agosto de 2002, ampliando o período previsto pela Lei 9.140/1995, que ia apenas até 1979.

Já na Comissão de Anistia o cenário é um pouco mais favorável. Embora não haja ainda um levantamento a respeito do número de camponeses que a acessaram, como fez Viana (2013) em relação à CEMDP, é possível visualizar um número mais alto de reconhecimentos. Isso se explica em boa medida porque a Comissão de Anistia não trata apenas de mortos e desaparecidos, mas das diversas formas de violações, de modo que o número de vítimas aptas a demandar reparação aumenta drasticamente. O primeiro e mais emblemático caso de camponeses não militantes que receberam reparação ocorreu em junho de 2009, após a Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia (ATGA) ter efetuado pedido de anistia para 87 camponeses que denunciaram ter sofrido violações por soldados do Exército durante as incursões na região da Guerrilha do Araguaia. Na ocasião, 44 receberam o reconhecimento oficial do Estado como anistiados políticos, com direito a uma quantia em dinheiro (em torno de R\$ 100 mil US\$ 30 mil) e o recebimento vitalício de dois salários mínimos mensais.

Em 2015 a Comissão de Anistia julgou mais 242 requerimentos relacionados ainda aos camponeses da região da Guerrilha do Araguaia, deferindo apenas 41. De acordo com o então presidente do órgão à época, até aquele momento, restavam ainda cerca de 400 processos de camponeses a serem analisados. Tais dados demonstram um avanço importante na Justiça de Transição relacionada aos camponeses, porém evidencia uma predominância de requerentes da região onde ocorreu a Guerrilha do Araguaia, o episódio mais emblemático da ditadura, que constituiu a maior ação militar do Exército Brasileiro após a Segunda Guerra Mundial, ou seja, ainda há uma predominância de reparação para os casos que se enquadram no paradigma das “graves violações” de direitos humanos, já que a tortura foi recorrente nesse episódio para forçar os moradores locais a guiarem os soldados na mata em busca dos guerrilheiros.

Dentre esses moradores forçados a ajudar os militares, havia tanto um grupo indígena, que foi igualmente vítima, os Aikewara, que em 2014, em número de 14, vieram a ser os primeiros indígenas do país a receberem em conjunto a reparação da Comissão de Anistia. De acordo com a interpretação de Calheiros (2015), embora tenha sido importante o reconhecimento público de que o Estado foi responsável pelas violações, o caráter individual da reparação não atendeu a principal reivindicação dos indígenas, qual seja, a demarcação de suas terras. Mais grave do que isso, no caso específico dos indígenas, há ainda outra complexidade a ser considerada. Conforme o autor, os 14 indígenas que receberam a reparação, em virtude do significativo montante em dinheiro

recebido (valores semelhantes aos recebidos pelos demais anistiados), passaram a ter outro padrão de vida, distanciando-se da coletividade da tribo

Antenado a essa crítica, o Grupo de Trabalho Povos Indígenas e Justiça de Transição do Ministério Público Federal (MPF) deu um importante passo no sentido do alargamento deste conceito ao propor à Comissão de Anistia a reparação coletiva a um dos grupos étnicos estudados pelo órgão, os Krenak. A proposta baseou-se no entendimento de que “a vítima”, nesse caso, foi a própria cultura dos Krenak, que os procuradores caracterizaram como um “ser coletivo”. Nesse sentido, mais do que pensar em reparações individuais, “falar em ‘justiça de transição’ para os Krenak (e para os povos indígenas de um modo geral) significa demarcar as suas terras originais e assegurar a eles os meios indispensáveis para a realização de suas formas de vida” (SIMI, 2015, p. 121).

O MPF ajuizou ainda algumas ações civis públicas contra responsáveis por violações contra os povos indígenas, dentre eles órgãos estatais, como a Funai e a União, e privados, como a empresa Ruralminas, além de militares individualmente. No caso dos Waimiri-Atroari, em agosto de 2017, os procuradores solicitaram que a Justiça Federal determinasse à União e a Funai a retificação do Decreto nº 97.837/1989, que excluía do território Waimiri-Atroari o trecho referente à BR-174. Em outras palavras, solicitou a restituição da área. Ao lado disso, requereu o cumprimento da Convenção nº 169/OIT, como, por exemplo, a proibição de implementar qualquer medida legal ou administrativa ou incursões militares no território do grupo seu sem consentimento e a vedação da condução dos direitos indígenas por militares. Solicitou ainda que fosse realizada uma cerimônia pública de pedido de desculpas, indenização de R\$ 50 milhões (aproximadamente US\$ 18 milhões) para a comunidade Waimiri-Atroari a serem aplicados em políticas públicas definidas pelos próprios indígenas, além de uma série de iniciativas relacionadas à preservação da memória do grupo.

Em decisão proferida em janeiro de 2018, embora tenha determinado que estariam proibidas atividades de mineração e instalação de hidrelétricas sem o consentimento dos indígenas, e atendido às solicitações de garantia de proteção aos locais sagrados para o grupo, bem como a realização de uma audiência de conciliação, a Justiça Federal do Amazonas não deferiu o pedido de retificação do decreto que retirava do território Waimiri-Atroari a área da rodovia. Esse exemplo evidencia que, mesmo nas instâncias de decisão externas aos mecanismos tradicionais de Justiça de Transição, como é o caso desta ação do MPF que está transitando na Justiça comum, as tentativas de promover

reparações com maior potencial transformativo encontram dificuldade. Miller (2008) destaca os efeitos simbólicos produzidos quando a Justiça Transicional não lida com questões estruturais:

Ao deixar o desenvolvimento econômico, questões de distribuição de recursos ou desigualdade de poder ou riqueza para tribunais separados ou para o poder executivo, as instituições de justiça transicional implicitamente dizem à sociedade que desenvolvimento e conflito podem ser separados de maneira justa e que a própria desigualdade não deve ser processada ou anistiada (MILLER, 2008, p. 268).

Medidas reparatórias como restituição e demarcação de terras, portanto, especialmente devido a seu maior impacto na estrutura da sociedade, dependem de uma mudança de entendimento a respeito da história da Questão Agrária brasileira, da compreensão da importância do acesso à terra como condição necessária para a existência de grupos sociais como indígenas e camponeses e de uma ampliação, sobretudo por parte dos atores envolvidos com o tema da Justiça de Transição, do conceito de graves violações de direitos humanos, de modo a abarcar também essa dimensão da violência que marcou a história do Brasil.

Considerações finais

A literatura sobre Questão Agrária no Brasil geralmente analisa os conflitos por terra, as legislações e as políticas relacionadas a camponeses, sem muito diálogo com a literatura sobre as terras indígenas. Neste artigo procuramos chamar atenção para o fato de que, embora os territórios dos povos originários tenham uma legislação específica e sejam permeados por dificuldades próprias como o etnocentrismo, por exemplo, que devem ser considerados, a distribuição fundiária no Brasil é marcada por um elevado grau de concentração em boa medida porque não apenas camponeses, mas também indígenas foram expulsos das terras onde viviam e que a ditadura militar foi responsável por intensificar tal processo.

Nesse sentido, procuramos identificar os avanços e limitações da Justiça de Transição no Brasil no tocante a esse aspecto. Ainda que tenha sido um avanço a incorporação desse tema nas discussões, percebe-se um foco ainda centrado nos direitos civis e políticos (de certa forma expressos na ideia de “graves violações”), de modo que uma atenção maior aos direitos econômicos, sociais e culturais se faz necessário a fim de avançar na debate sobre as reparações coletivas e as de maior potencial transformativo, como as restituições de terras.

A democratização do acesso à terra está obviamente longe de ser um objetivo fácil, especialmente no atual ambiente político que o Brasil enfrenta com uma crescente cultura de desrespeito aos direitos humanos em geral e um empoderamento dos que defendem o retorno do regime militar. Por outro lado, os argumentos apresentados neste artigo podem lançar luz sobre a importância da Questão Agrária para a história brasileira e motivar os atores sociais engajados na Justiça Transicional e nas lutas pelos direitos humanos para estimular o debate sobre ela na agenda pública.

Referências

ARAÚJO, Ana V. Terras Indígenas no Brasil: retrospectiva, avanços e desafios do processo de reconhecimento. In: RICARDO, Fany (org.). *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

ARAÚJO, André L. P. *O movimento de apoio à resistência Waimiri-Atroari: ecos de uma ação indigenista católica contra os grandes projetos (1976-1988)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2014.

BAINES, Stephen. O Território dos Waimiri-Atroari e o Indigenismo Empresarial. *Ciências Sociais Hoje - 1993*. São Paulo: Editora HUCITEC e ANPOCS, 1993.

BALINT, Jennifer; EVANSY, Julie; McMILLAN, Nesam. Rethinking Transitional Justice, redressing indigenous harm: a new conceptual approach. In: *The International Journal of Transitional Justice*, Vol. 8, 2014.

BALINT, Jennifer; LASSLETT, Kristian; MACDONALD, Kate. “Post-Conflict” Reconstruction, the Crimes of the Powerful and Transitional Justice. In: *State Crime Journal*, Vol. 6, No. 1, 2017.

_____. *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

CARRANZA, Ruben. Plunder and Pain: should transitional justice engage with corruption and economic crimes? In: *The International Journal of Transitional Justice*, Vol. 2, 2008.

CARNEIRO, Ana e CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão no campo: Brasil, 1962-1985 – camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. 2. ed., Brasília: MDA, 2011.

CIOCCARI, Marta. Reconstruindo memórias traumáticas: camponeses e o regime militar. In: *Retratos dos Assentamentos*. Vol.18, No.2, 2015.

COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. *Relatório Final: violações de direitos no campo*. Brasília: Senado Federal, 2016.

CORRIVEAU-BOURQUE, Alexandre. Beyond land redistribution: Lessons learned from El Salvador’s unfulfilled agrarian revolution. In: UNRUTH, Jon; WILLIAMS, Rhodri. *Land and post-conflict peace building*. London: Earthscan, 2013.

DAVIS, Shelton. *Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ESTEVEZ, Alejandra; ASSUMPÇÃO, Sam R.; GUIMARÃES, Vitor. O caráter de classe da ditadura e a invisibilidade dos trabalhadores. In: *Re-vista Verdade, Memória e Justiça*, V. 9, 2015.

FERNANDES, Pádua. Justiça de transição e o fundamento nos direitos humanos: perplexidades do relatório da Comissão Nacional da Verdade brasileira. In: NAOTO, Celso [et al]. *Para a crítica do direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas*. São Paulo: Outras Expressões; Editorial Dobra, 2015a.

_____. As terras indígenas e a (in)justiça de transição: o Supremo Tribunal Federal e a legitimação dos crimes da ditadura militar. In: *V Seminário Nacional Direitos, Pesquisa e Movimentos Sociais*, Vitória/ES, 2015b.

GALTUNG, Johan. Violence, peace, and peace research. *Journal of peace research*, 6 (3), 1969.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1987.

GUIMARÃES, Elena. *Relatório Figueiredo: entre tempos, narrativas e memórias*. Dissertação (Mestrado em Memória Social). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

LIMA, Edilene C.; AZOLA, Fabiano A. Entrevista com Marcelo Zelic: Sobre o Relatório Figueiredo, os indígenas na Comissão Nacional da Verdade e a defesa dos Direitos Humanos. In: *Revista Mediações*, V. 22 No. 2, 2017.

MAIA, Aline B. e TELÓ, Fabricio. Conflitos fundiários, repressão e resistência camponesa na Baixada Litorânea: o caso da Fazenda Campos Novos. In: MEDEIROS, Leonilde (org.). *Conflitos por terra e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Relatório de Pesquisa, 2015. Disponível em: <http://www.cev-rio.org.br/site/arq/CPDA-UFRJ-Conflitos-por-terra-e-repressao-no-campo-no-RJ.pdf>.

MEDEIROS, Leonilde S. Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar. In: PINHEIRO, Milton (org). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. Transformações nas áreas rurais, disputa por terra e conflitos sociais no Rio de Janeiro (1946-1988). In: MEDEIROS, Leonilde (org.). *Conflitos por terra e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Relatório de Pesquisa, 2015. Disponível em: <http://www.cev-rio.org.br/site/arq/CPDA-UFRJ-Conflitos-por-terra-e-repressao-no-campo-no-RJ.pdf>.

MILLER, Zinaida. Effects of Invisibility: In Search of the ‘Economic’ in Transitional Justice. In: *The International Journal of Transitional Justice*, Vol. 2, 2008.

MORENO, Tulia [et al]. *Restitución de tierras en Colombia : análisis y estudios de caso*. Bogotá: Cinep/PPP, 2016.

PEDRETTI, Lucas. A transição não subiu o morro: reflexões sobre ditadura e a política de remoções de favelas. In: *Anais do Encontro Marx e o Marxismo*. Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2015.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAUER, Sergio e SARAIVA, Regina F. Violência, Repressão e Resistências Camponesas: reflexões e (re)construções a partir da Comissão Camponesa da Verdade. In: *Retratos dos Assentamentos*. V.18, N. 2, 2015.

SHARP, Dustin. Addressing economic violence in times of transition: toward a positive-peace paradigm for transitional justice. In: *Fordham International Law Journal Volume*, 35, Issue 3, 2012.

SILVA, Iby M. e FEITOSA, Annagesse. Conflitos por terra e repressão no campo na região da Costa Verde, Litoral Sul Fluminense. In: MEDEIROS, Leonilde (org.). *Conflitos por terra e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Relatório de Pesquisa, 2015. Disponível em: <http://www.cev-rio.org.br/site/arq/CPDA-UFRRJ-Conflitos-por-terra-e-repressao-no-campo-no-RJ.pdf>.

SILVA, Liane A. L. Justiça de Transição aos Avá Guarani: a necessária política de reparação e restituição de terras pelas violações cometidas durante a ditadura militar. In: SOUZA FILHO, Carlos F. *Os Avá-guarani no oeste do Paraná: (re) existência em Tekoha Guasu Guavira*. Curitiba: Letra da Lei, 2016.

SRIRAM, Chandra L. Liberal Peacebuilding and Transitional Justice: what place for socioeconomic concerns? In: SHARP, Dustin. *Justice and Economic Violence in Transition*. New York: Springer, 2014.

SZOKE-BURKE Sam. Not only 'Context': Why Transitional Justice programs can no longer ignore violations of economic and social rights. In: *Texas International Law Journal*. Vol. 50, Issue 3, 2015.

TEIXEIRA, Marco Antonio. *Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé, RJ*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

TEIXEIRA, Marco A.; SILVA, Iby M.; TELO, Fabricio. Violações de direitos humanos contra camponeses nas Comissões da Verdade. *Re-vista Verdade, Memória e Justiça*, V. 9, 2015.

VIANA, Gilney. *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da Justiça de Transição*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

WELCH, Cliff. Camponeses, a verdade e a história da ditadura em São Paulo: In: *Revista Mundos do Trabalho*. Vol.6, n. 11, 2014.

WOOLFORD, Andrew. Transition and Transposition: Genocide, Land and the British Columbia Treaty Process. In: *New Proposals: Journal of Marxism and Interdisciplinary Inquiry*, Vol. 4, No. 2, 2011.

Título do trabalho: Aspectos históricos da apropriação de terras no Sul e Sudeste do Pará: luta pela terra e violência no campo

Nome dos autores: Haroldo de Souza¹ e Tarcísio Feitosa da Silva²

Resumo: A reconstituição de processos históricos e políticos da formação dos aparelhos de Governo/Estado e os ideários e forças sociais que se apropriam, reconfiguram e transformam as ações “planejadoras” denunciam violências e violações sofridas por homens e mulheres do campo e que intensificaram a luta pela terra no Sul e Sudeste do Pará. O Estado Militar Ditatorial instaurado pós Golpe de 1964 exerceu pelos aforamentos, arrendamentos e contratos de alienação de terras públicas da União o controle sobre as chamadas terras devolutas. A principal justificativa aportada assentou-se no binômio “*segurança-desenvolvimento*” e resultou historicamente em um contingente de agricultores/trabalhadores sem-terra e no acirramento dos conflitos agrários. Conclui-se preliminarmente que o não enfrentamento ao monopólio da terra não caminhou para resolução dos conflitos por parte do Estado e o que se vê é um vazio das ações de aquisições de terras no período entre 2007 e 2017 e uma tendência no aumento dos assassinatos no estado do Pará e nas regiões em questão.

Palavras chaves: Sul e Sudeste do Pará; luta pela terra

¹ Professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa. Doutorando do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ. E-mail: haroldosou@gmail.com.

² Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pelo Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental. E-mail: tarcisio.xingu@gmail.com.

Aspectos históricos da apropriação de terras no Sul e Sudeste do Pará: luta pela terra e violência no campo

No conjunto das reflexões acadêmicas e documentos oficiais críticos à intensificação do processo de ocupação da região amazônica, a partir da década dos anos de 1960 e contornado pela participação autoritária do Estado Militar Ditatorial (1964-1985), há certo consenso que a articulação entre a tríade: (i) abertura de rodovias (Belém-Brasília e Transamazônica), (ii) grandes projetos/obras de infraestruturas (Projeto Grande Carajás - PGC / Usina Hidrelétrica de Tucuruí – UHE Tucuruí) e (iii) incentivos creditícios e isenções fiscais operados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) acabaram por ditar o ritmo e as contradições da formação social, econômica, política e cultural futura do que foi definido como Amazônia Legal³ e uma boa síntese deste processo pode ser apreendido na porção Amazônica Oriental⁴.

As regiões geográficas intermediárias de Marabá/PA e Redenção/PA nesse momento histórico acabam por ingressar no ritmo e no espírito do desenvolvimento capitalista ventilado a partir do Centro-Sul e que se espraia por todo o território nacional, conforme nos lembra Ianni (1979, p.111), reintegram-se, numa escala ampla e profunda, a economia e a sociedade locais com a economia e a sociedade nacionais.

Nesse contexto, a terra, ou melhor, a luta pela terra assume centralidade social, política e econômica no conjunto das relações sociais de produção e reprodução dos diferentes agentes sociais e mote central dos conflitos agrários. Para termos ideia do contexto conflituoso, segundo os registros dos Cadernos dos Conflitos no Campo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Brasil foram anotados para o período de 1960-1985 exatos 108 conflitos agrários, com destaque para o ano de 1985, onde ocorreram 84 conflitos e 54 assassinatos no campo paraense (CPT, 1985).

³ A Lei 1.806, de 06/01/1953 criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA (substituída em 1966 pela SUDAM) e anexou à Amazônia Brasileira, os estados do Maranhão, Goiás e Mato Grosso. Esse dispositivo legal também definiu que esta área seria chamada de Amazônia Legal, não aprofundaremos, mas os limites da Amazônia Legal foram estendidos várias vezes em consequência de mudanças na divisão política do país. A sua forma atual foi definida pela Constituição de 1988, que incluiu Tocantins (parte do antigo Goiás), Roraima e Amapá.

⁴ A porção a qual nos referimos no presente artigo diz respeito ao estado do Pará e é atualmente expressa segundo o IBGE (2018), pelas regiões geográficas intermediárias de Marabá/PA e Redenção/PA (duas das sete do estado do Pará) e composta por seis regiões geográficas imediatas (Redenção/PA, Tucumã/PA-São Felix do Xingu/PA, Xinguara/PA, Parauapebas/PA, Marabá/PA e Tucuruí/PA), em um total de 36 municípios.

Tal contexto, foi historicamente contornado por práticas de grilagens das terras e aforamentos dos castanhais mediados pelo Estado, com envolvimento de policiais militares, verdadeiros exércitos particulares de pistoleiros, promulgações de legislações agrárias e de planejamento estatal, além da devassidão e do arbítrio dos registros de imóveis cartoriais. Tais práticas aparecem como emblemáticas do horizonte das ações de apropriações das terras pelas grandes empresas capitalistas vindas do sul do país, bem como das famílias oligárquicas da região, pois a violência eclode de maneira exorbitante e somente no ano de 1985 tivemos a ocorrência de três chacinas/massacres nessas regiões: (i) Fazenda Surubim – Xinguara/PA (5 assassinatos), (ii) Fazenda Princesa - Marabá/PA (5 assassinatos) e (iii) Castanhal Ubá – São João do Araguaia/PA (8 assassinatos) (CPT, 1985).

Neste artigo, buscaremos reconstituir alguns elementos e aspectos históricos dos conflitos agrários e da luta pela terra no Sul e Sudeste do Pará expressos nas regiões geográficas intermediárias de Marabá/PA e Redenção/PA, com vistas a ressaltar violências e violações sofridas por homens e mulheres do campo. Daremos destaque aos processos históricos e políticos da formação dos aparelhos de Governo/Estado e os ideários e forças sociais presentes que se apropriam, reconfiguram e transformam as ações “planejadoras” e que intensificaram a luta pela terra. Por fim, traremos algumas reflexões preliminares sobre o processo histórico de regularização fundiária em curso.

1. Aspectos históricos da apropriação das terras

Do ponto de vista histórico, vale menção aos trabalhos produzidos por órgãos estatais, tais como Carvalho (1979), onde o autor propõe uma leitura analítica da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da terra realizada pelo Congresso Nacional em 1978, o trabalho do GETAT⁵ (1985) com a descrição dos aspectos fundiários e sociais da sua área de atuação, seguido de algumas proposições, bem como, as pesquisas desenvolvidas sobre a história social da terra, das organizações patronais e da luta pela terra Ianni (1979), Fernandes (1999) e dos conflitos sociais estudados por Schmink e Wood (1985).

⁵ O GETAT – Grupo Executivo das Terras do Araguaia Tocantins foi criado em 1º de fevereiro de 1980, pelo Decreto Lei nº1676, subordinado à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, reestruturado em 12/10/1982, pelo decreto federal nº87700, passa a subordinação direta do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários e quando extinto suas ações foram vinculadas ao MIRAD – Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário, criado pelo Decreto nº 91.214 de 1985.

Os dados e informações a seguir foram agrupados para evidenciar a movimentação dos agentes estatais e privatistas, quanto à apropriação das terras. Naquele período histórico contornado pelo Golpe Militar de 1964, conforme consta nos documentos produzidos por Carvalho (1979) e GETAT (1985), as terras públicas federais somavam 5.679.917ha e as estaduais 5.951.600ha. As federais estavam situadas principalmente no município de São Félix do Xingu, com cerca de 2.230.588ha, Marabá e Itupiranga detinham 2.858.727ha e o restante das terras em áreas mais esparsas distribuídas sobretudo no município de Rondon do Pará. Sobre as terras públicas estaduais estavam registrados aproximadamente 4.950.000ha na região de São Félix do Xingu.

O comando do estado militar ditatorial detinha o controle do exército nacional e tratou de criar condições objetivas em assegurar os processos de expansão e integração da sociedade local à sociedade nacional e o lema propalado aos quatro cantos do país, “*Exército: Segurança e Integração*”, ganhou materialidade, tanto na consecução de estratégias de controle territorial pela instalação dos Batalhões e Brigadas na Amazônia⁶, quanto pela força da lei e sobre este aspecto é inegável o impacto do Decreto Lei federal nº1.164 de 01/04/1971 em toda Amazônia Legal e em especial na área de abrangência da SR-27/INCRA⁷ – Superintendência Regional do INCRA em Marabá.

Este Decreto Lei Federal transferiu para a jurisdição do Governo Federal as terras devolutas situadas na faixa de 100 Km de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal. Importante destacar que o decreto foi sucessivamente alterado em sua abrangência pela lei nº 5917 de 10/09/1973, pelo Decreto lei nº 1473 de 13/07/1976 e pelo Decreto Lei nº 1243 de 30/10/1979, o que configurou a quebra da soberania e do direito dos estados em legislar sobre seu território, assegurados desde a Constituição Republicana de 1881, ou seja, há uma intervenção direta do Estado Militar Ditatorial em

⁶ A 23ª Brigada de Infantaria de Selva foi criada em 09 de junho de 1976, com objetivos claros, expressos nos seus documentos de fundação em atender às necessidades de segurança e integração na Amazônia Brasileira. Antes, em 1973 havia sido criado o 52º Batalhão de Infantaria de Selva (52º BIS), na rodovia Transamazônica, ambos em Marabá/PA.

⁷ Os municípios da área de abrangência da SR/27 do INCRA em Marabá/PA são: Tucuruí, Itupiranga, Jacundá, Pacajá, Novo Repartimento, Breu Branco, Nova Ipixuna, Dom Eliseu, Rondon do Pará, Goianésia do Pará, Bom Jesus do Tocantins, Abel Figueiredo, São Félix do Xingu, Ourilândia do Norte, Tucumã, Cumarú do Norte, Bannach, Parauapebas, Curionópolis, Eldorado do Carajás, Água Azul do Norte, Canaã dos Carajás, Marabá, São João do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia, Palestina do Pará, São Domingos do Araguaia, Redenção, Rio Maria, Xinguara, São Geraldo do Araguaia, Pau D’arco, Sapucaia, Piçarra, Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e Floresta do Araguaia. São mais dois municípios em relação às regiões geográficas intermediárias e imediatas atualmente em voga pela classificação do IBGE (2018): Pacajá e Dom Eliseu.

exercer o controle sobre as chamadas terras devolutas e a principal justificativa aportada assentou-se no binômio “*segurança-desenvolvimento*”.

No que tange às incorporações privatistas, as terras de domínio privado correspondiam a 10.562.188ha documentadas por órgãos federais, estaduais e estavam distribuídas da seguinte forma: GETAT – 3.023.301ha, INCRA – 620.170ha e Estado/ITERPA – 6.918.717ha, o GETAT objetivava num primeiro momento regularizar as ocupações existentes frutos das penetrações advindas do processo de integração da região ao conjunto nacional e do conjunto dos documentos expedidos pelo órgão até aquele momento em 1985, 80,5% das áreas tinham até 100ha, o que correspondia a 27.115 documentos de posse e cerca de 2% dos 386 documentos da época tinham área superior a 500ha.

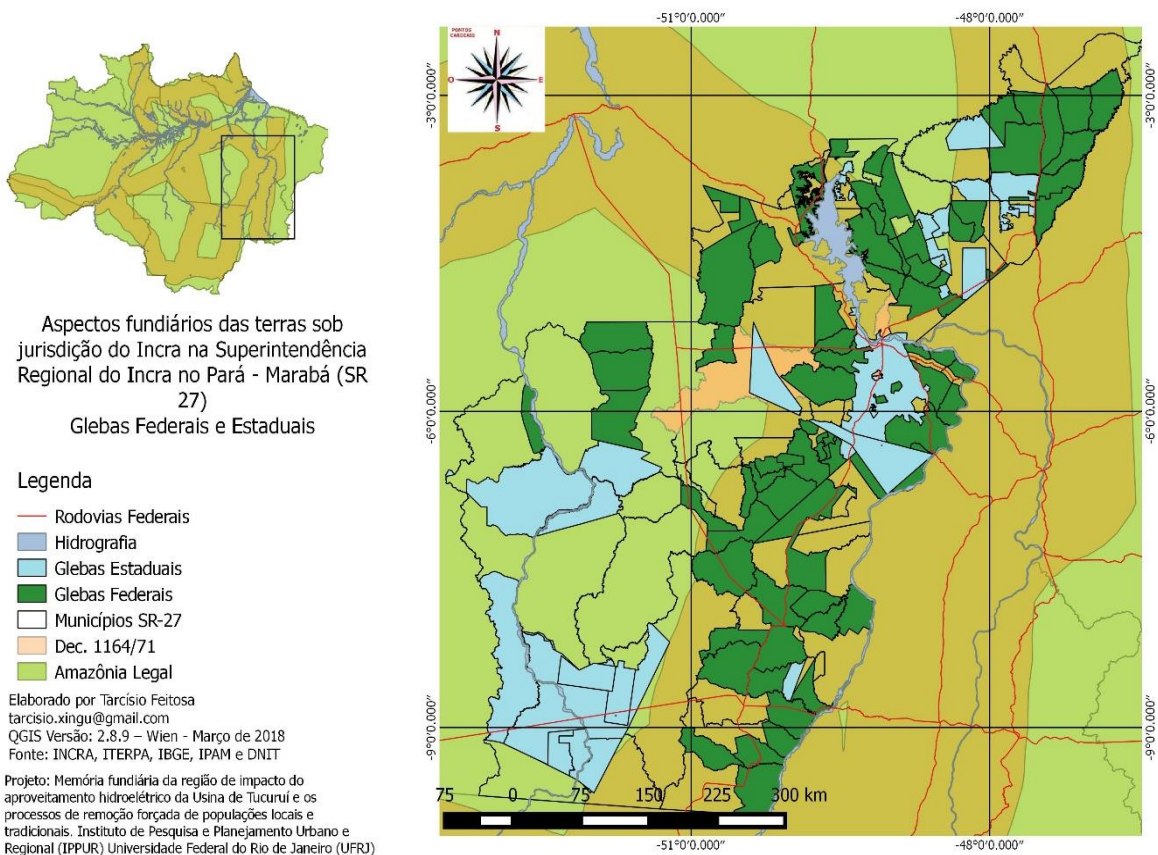
Seguidamente, o GETAT buscou a titulação das terras distribuídas aos pequenos agricultores, através do Programa de Assentamento, que correu concomitantemente à regularização fundiária das áreas ocupadas espontaneamente. Já a área titulada pelo INCRA compreendia a faixa de colonização do PIC Marabá/PA – Projeto de Integrado de Colonização Marabá/PA, desenvolvido ao longo da rodovia Transamazônica, no trecho Marabá/Altamira/PA e as demais áreas estavam distribuídas na região de São Geraldo do Araguaia e Tucuruí.

Com destaque, do total da área documentada pelo Estado, cerca de 800.000ha correspondiam ao Polígono dos Castanhais, travestidas por títulos de aforamentos localizados principalmente nos municípios de Marabá, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia, mais ainda, 4.600.000ha estavam acobertados por títulos definitivos em áreas individuais superiores a 3.000ha, localizados especialmente em São Felix do Xingu, Santana do Araguaia e Loteamento Itaipavas, nos municípios de Conceição do Araguaia e Xinguara e o restante das terras estavam dispersas ao longo das rodovias PA-70, atualmente BR 222 na direção dos municípios de Rondon do Pará e São João do Araguaia.

Sobre as terras devolutas federais, São Felix do Xingu aparece novamente em destaque, juntamente com Marabá, São Domingos do Capim, Paragominas e uma menor parte em Santana do Araguaia, num total de 901.768ha. Havia um conjunto de áreas em situação de judice totalizando cerca de 359.000ha e a maior parte estava em São Felix do Xingu em 29 ocupações como pretensa proprietária individual. Por fim, destacava-se um

conjunto de áreas ditas institucionais (privadas) que totalizavam 5.048.874ha, assim destinadas: 4.154.961ha para FUNAI, 240.000ha ao extinto IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, 152.00ha ao Ministério da Aeronáutica, 1.968ha para o Ministério do Exército, 27.997ha ao Ministério de Minas e Energia e 471.948ha destinadas à CVRD – Companhia Vale do Rio Doce.

O mapa 01 abaixo relacionado evidencia as áreas das terras tidas como glebas federais e estaduais na área de abrangência da SR-27 do INCRA e na faixa de influência do Decreto Lei federal nº1.164 de 01/04/1971, grosso modo, boa parte dessas áreas tiveram títulos de aforamento e/ou arrendamento expedidos ainda no início do século XX para o caso das áreas do Polígono dos Castanhais mais ao Sudeste do estado e de acordo com as reflexões aportadas por Emmi (1999), a principal herança desse período foi a estruturação das oligarquias políticas na região e um contingente de famílias desamparadas que perderam o direito de coletar castanha em áreas públicas.



A intervenção do Estado, garantiu assim, por intermédio do aforamento ou do arrendamento⁸ da maior parte dos castanhais, que a oligarquia (local/regional) da castanha se apropriasse efetivamente das terras e dos recursos naturais, subordinando as famílias do agrário regional ao sistema de aviação, modelo herdado da economia da borracha.

À posteriori, nas décadas de 1960 e 1970 do século passado foram os Contrato de Alienação de Terras Públicas da União (CATP's) que acabaram por influir nas apropriações das terras de Marabá à Conceição do Araguaia, há de se destacar os ritmos distintos dos processos de apropriações das terras, pelos quais as regiões geográficas intermediárias de Marabá e Redenção passaram historicamente, para tal, a leitura de Emmi (1999) para o caso do Polígono dos Castanhais e Ianni (1979) e Fernandes (1999) para o Sul do Pará, ajudam compreender as especificidades de cada região geográfica e em que pese as diferenças dos tempos, ritmos e intensidade, há consenso de que a presença dos agentes privatistas intensificaram-se a partir do Golpe Militar de 1964.

Diante disso, podemos reforçar a ideia de que a terra e as relações sociais no seu entorno, nessas regiões, se constituíram como pilar de sustentação das forças produtivas gestadas no seio do grande movimento de ocupação da Amazônia pós Golpe de 1964 e conforme nos lembra Carvalho (1979), sempre de forma violenta e arbitrária contra a natureza e o homem que a habitava e pela apropriação de grandes áreas de terras por grupos privados, sob uma política econômica guiada pela apropriação de excedentes nacionais aos agentes privatistas – incentivos fiscais e/ou financiamentos vinculados ao Executivo e no cerne da mais clamorosa devassidão, corrupção cartorial, parcialidade de setores do judiciário e arbitrariedade da polícia e das forças armadas consolidavam o poder de coerção e corrupção do Executivo.

Dessa forma, recorrentes práticas de devassidão e arbítrio mascarados pelo discurso do binômio segurança-desenvolvimento vão delineando conflitos sociais de toda ordem e em toda extensão da área de atuação do GETAT e do que hoje está coberto pela Superintendência Regional do INCRA em Marabá/SR-27 englobando as regiões intermediárias de Marabá/PA e Redenção/PA.

⁸ Aforamento e arrendamento foram práticas de títulos agrários concedidos pelos governos locais e estaduais de usufruto das terras públicas no Sudeste Paraense às famílias locais e regionais para que pudessem explorar os castanhais da região. Os títulos concedidos variavam de 20 a 30 anos podendo ser renovados pelo mesmo período. Ao final desse processo vieram os incentivos fiscais da SUDAM como forma de legitimar a posse e o uso dessas terras.

2. Intensificação dos conflitos agrários, agentes estatais e luta pela terra

Os principais fatores dos conflitos de ordem social da luta pela terra apontados nos relatos da equipe do GETAT (1985) elencam questões de ordem burocrática-institucional, por assim dizer, e acabavam restritos aos mecanismos técnicos de demarcação das terras, tais como a ausência da materialidade topográfica de boa parte das áreas, áreas ocupadas pelos detentores de domínio das terras geralmente superiores às aquelas arroladas nos títulos, existência de grandes extensões de áreas cobertas pelos castanhais concentrada sob o domínio de poucos grupos econômicos e oligarquias regionais, o que acarreta um uso parcial das terras e em alguns casos a ausência de ocupação efetiva do detentor de domínio.

No entanto, para além das questões de cunho burocrático-institucional, os conflitos ocorriam entre os diferentes grupos sociais e Ianni (1979) e Schmink e Wood (1992) registraram a morte de centenas de pessoas envolvidas na luta pelo acesso à riqueza agrária, mineral e/ou madeireira, ou seja, a terra-natureza/território disputada entre fazendeiros, posseiros, empresas de colonização privada, garimpeiros, mineradoras e serrarias se constituíram na principal causa dos conflitos agrários de toda ordem social.

Nesse quadro, há de considerarmos, os diversos interesses em jogo, pois o contexto geopolítico do sul e sudeste do Pará foi determinado por posicionamentos ideológicos que alimentavam uma perigosa discussão sobre ausências, carências, ineficiências e necessidades de intervenção do Estado (segurança), que terminou por coincidir com a criação do Programa de Integração Nacional, sustentado pelo que se convencionou chamar de ‘milagre econômico brasileiro’ (desenvolvimentismo) e esta política teve como base a mentalidade predominante do “Eldorado” e envolveu a exploração econômica setorial em praticamente toda extensão territorial da Amazônia (Kohlhepp, 2002).

Tratava-se de um cenário onde as estratégias de planejamento eram concentradas no conceito de ‘polo de crescimento’, previsto no Segundo Plano de Desenvolvimento Nacional – II PND (1975-1979) e baseado em pontos focais setoriais separados, como, por exemplo, extração de recursos minerais ou áreas de criação de gado com possível industrialização, o que justificava diante mão, por exemplo a reserva de grandes áreas específicas destinadas para mineração (27.997ha ao Ministério de Minas e Energia e

471.948ha destinadas à CVRD – Companhia Vale do Rio Doce), além de grandes extensões de terras.

Para termos ideia da envergadura do quadro social conflituoso, quando do início das atividades do GETAT, nos municípios de Conceição do Araguaia, Xinguara, Rio Maria e Redenção foram inscritos no período de 1980 a 1984 o contingente de 7.380 trabalhadores sem-terra, mas somente foram selecionados 5.883 e assentados 4.063, os envolvidos diretamente em conflitos fundiários eram da ordem de 1.848 trabalhadores nas áreas dos municípios de Conceição do Araguaia, Xinguara, Redenção São Felix do Xingu e região de Itaipavas.

Nas regiões abrangidas pelos município de São João do Araguaia e pelo distrito de São Geraldo do Araguaia registrava-se à época um excedente de 2.000 trabalhadores sem-terra concentrados no chamado Polígono dos Castanhais envolvidos nos conflitos fundiários e na região de Tucuruí-Marabá-Serra dos Carajás foram realizados pelo GETAT 8.163 assentamentos no período de 1980 a 1984, além do assentamento de 1.600 agricultores no Projeto de Assentamento de Colonos Carajás II e III, localizado no município de Marabá, no qual foi implantada toda infraestrutura social e de apoio, na forma da legislação específica que regulava a colonização oficial.

O assentamento dos ‘colonos’ no Projeto de Assentamento de Colonos Carajás II e III dá mostras claras da devassidão, arbítrio e violência de toda ordem, pois a área onde foram assentados os ‘colonos’ se caracterizava como de interesse minerário direto requerido pela CVRD nos idos dos anos de 1970 do século passado e que atualmente abriga o maior investimento da indústria extrativa mineral da região e que se acopla diretamente ao Programa Grande Carajás, trata-se do Projeto S 11-D em Canaã dos Carajás, ou seja, esses ‘colonos’ muito possivelmente engrossam as fileiras dos despossuídos atualmente (sem-terra), mas que remontam às origens do processo de ocupação anterior, que à época, somados aos desterrados pela desativação de parte das obras da UHE-Tucuruí, a inundação provocada pela formação do lago da UHE e a paralisação das atividades do garimpo, conformam o seguinte quadro de agricultores/trabalhadores sem-terra, conforme o quadro abaixo.

Quadro 01: Relação entre a localização-região e contingente de famílias sem-terra no sul e sudeste do Pará até 1984.

Região /Área de Influência	Números de Sem Terra
Região de Marabá/Serra Norte	1.500
Eixo Novo Repartimento/Tucuruí	1.500
Áreas Remanescentes da Inundação – Lago UHE	800
Polígono dos Castanhais	250
Sul do Pará	1.848
Áreas de Conflitos Diversas	300
Total de Famílias de Agricultores Sem Terra	6.198

Fonte: Dados do GETAT (1985). Elaboração dos autores.

Em suma, a situação de conflito ocorria entre o posseiro/colono/trabalhador sem-terra que sustentava a terra/natureza de onde provém sua reprodução direta e os fazendeiros⁹ e grileiros das terras. Os primeiros reivindicavam áreas públicas, devolutas e/ou ‘griladas’ pela ocupação de excedentes por parte dos segundos, que além da terra/natureza reivindicavam e defendiam a privatização, a mão de obra necessária para efetivar as atividades produtivas, os incentivos creditícios e isenções fiscais da SUDAM, o maquinário para derrubada da floresta, os meios informacionais (as antenas de telefone e rádios) e de transportes (aviões e estradas) necessários para consecução dos seus objetivos.

Os primeiros contavam para subversão da ordem social dos conflitos fundiários instalados, somente com a solidariedade entre eles e o apoio da Igreja Católica, partidos políticos como o PT e o PC do B, pesquisadores interessados pelo tema da questão agrária e parte do movimento estudantil, já os segundos, erguem uma estrutura perversa, do grileiro que se apossa e mobiliza o pistoleiro para sustentar seus atos e ser apoiado pelos advogados dos fazendeiros e grupos empresariais advindos do Centro-Sul e que adentram

⁹ De acordo com Ianni (1979), incluímos na categoria ‘fazendeiros’ à título de simplificação, tanto os fazendeiros locais/regionais representantes das oligarquias locais/regionais, mas também a grande empresa capitalista advinda do Centro-Sul do país.

as esferas do Estado para que possam decidir o destino das terras/natureza, o domínio dessas áreas e a alocação dos recursos financeiros.

3. Alguns apontamentos sobre o processo de regularização fundiária e os conflitos sociais

No contexto dos anos de 1980, fruto da permanência dos conflitos no meio rural pós Golpe de 1964, diversos autores apontaram e analisaram as demandas políticas dos agentes sociais. Do ponto de vista das lutas políticas e do enfrentamento ao Estado, em relação ao agrário, Palmeira (1989, p.95-97) explicita as complexas interações, tanto do ponto de vista do reconhecimento pelo Estado dos ‘camponeses’ e a partir daí um conjunto de ações na agenda pública direcionadas a esse seguimento, mas também chama atenção como, a partir ‘dessa abertura’, o Estado baliza a atuação destes agentes sociais coletivos (movimentos sociais) os enquadrando, sobretudo através de sua incorporação ao ‘mundo do trabalho’, reconhecidamente como ‘camponeses’ ou ‘trabalhadores rurais’.

No entanto, a política agrária e agropecuária durante o regime militar-ditatorial também criou novos personagens, segundo Medeiros (2004, p.213-214), foram os casos dos trabalhadores deslocados compulsoriamente em função da construção de grandes projetos hidrelétricos (‘atingidos por barragens’); seringueiros e grupos extrativistas (‘povos e comunidades tradicionais’) que atrelaram a luta pela terra à preservação ambiental e os que ficaram sem terra por produto da pauperização e expropriação advindos da ‘modernização conservadora’.

O resultado ao final, no início dos anos de 1990 foram novas formas de ação e organização dos agentes sociais encampando a bandeira de reforma agrária, desde o sindicalismo tradicional dos trabalhadores rurais repensando suas formas de atuação, ao surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST com ocupações massivas em prédios públicos, rodovias e acampamentos de famílias inteiras e não somente de indivíduos e a própria luta dos seringueiros pela criação das Reservas Extrativistas.

Com o advento da abertura política e a crescente reorganização e mobilização do conjunto dos movimentos sociais atuantes no agrário, o processo de regularização fundiária ganha materialidade no seio do Estado, um bom exemplo disso foi a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária fruto do Decreto nº 91.766, de 10 de Outubro de 1985, apresentado à época pelo Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária - MIRAD, com a pretensão de destinar 43 milhões de hectares para o

assentamento de 1,4 milhão de famílias até 1989, mas passados quatro anos, os números alcançados eram modestos perante a meta: apenas 82.689 famílias assentadas em pouco menos de 4,5 milhões de hectares no país.

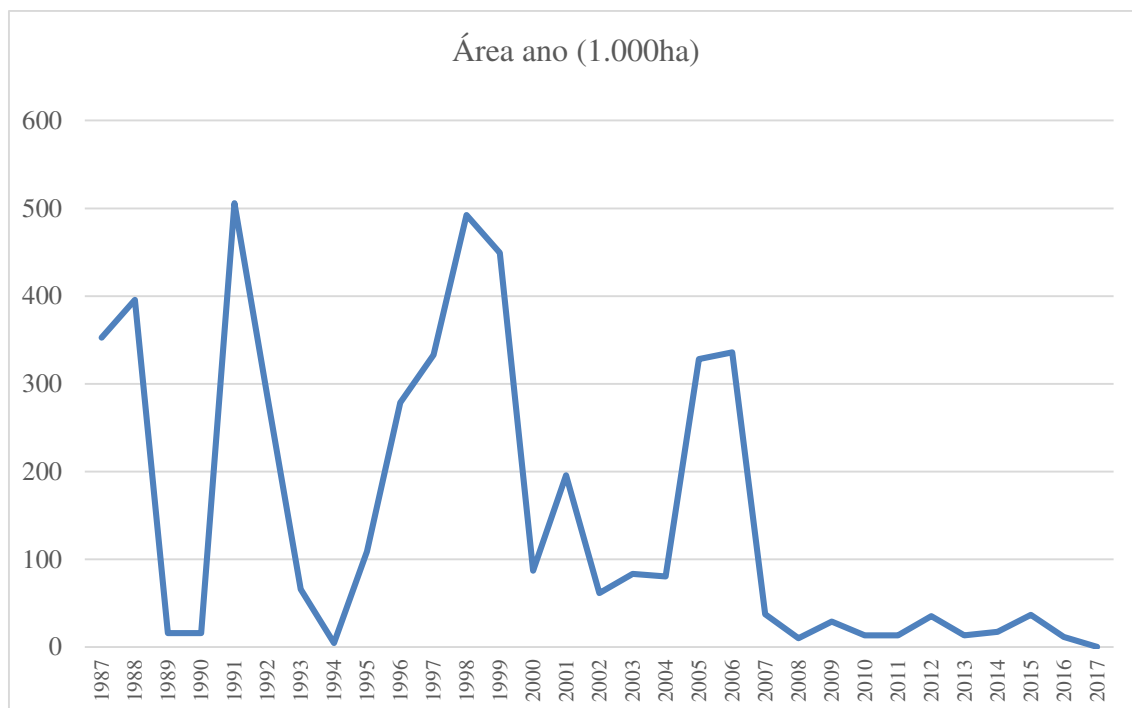
E, no que se refere especificamente a região estudada, no decorrer dos anos de 1980, a luta pela terra vem se reconfigurando, Hébette et al. (2004) evidenciam que foram os próprios migrantes e as formas de organização associativa que permitiram a criação e a retomada dos sindicatos pelegos pelo movimento sindical associado à Contag. Esse fato ampliou as possibilidades de estabelecimento do campesinato no Sudeste Paraense, pois atuou quebrando o isolamento das diversas frentes de conflitos dos posseiros e permitiu aos poucos estabelecer uma nova relação com o Estado, fazendo com que ele reconhecesse os mesmos como interlocutores formais.

Essas transformações foram importantes e permitiram reconfigurações nas estratégias destes pequenos agricultores, soma-se a elas o fato da chegada no início da década de 1990 do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), trazendo consigo na bagagem novas formas de organização social e de acordo com Pereira (2007), essas mudanças nos permitem delimitar, a partir do final da década de 1980 e meados dos anos de 1990, uma nova fase de constituição do campesinato e na reconfiguração da luta pela terra na região, transformando a luta dos posseiros na luta dos sem-terra.

O gráfico 01 abaixo mostra a evolução da área anual obtida pelo INCRA/SR-27 para criação de assentamentos rurais em sua abrangência ao longo dos últimos trinta anos e é possível perceber quatro momentos importantes no que tange à aquisição de terras expressos nos anos de 1991 (consolidação do processo de regularização fundiária via assentamentos rurais), 1998 (governos Fernando Henrique Cardoso), 2006 (governos Lula) e o intervalo dos anos de 2007 a 2017, onde praticamente cessam as aquisições para desapropriações das terras e a consequente criação de assentamentos rurais nas regiões em questão.

Essas regiões são das que possuem maior concentração de projetos de assentamentos no país, o que Leite et al (2004) tratam como ‘manchas’. A criação de assentamentos nessas regiões teve início em 1987, com a obtenção de 348.712 ha destinadas a 4.757 famílias em 06 projetos de assentamentos. Desde então, o processo avançou, chegando no final do ano de 2017 com um número total de 515 assentamentos e 72.209 famílias assentadas em 4.683.230 ha.

Gráfico 01: Área anual obtida pela SR-27 do INCRA para criação de assentamentos rurais durante o período de 1987 a 2017.



Fonte: SIPRA/SR-27: Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária/Superintendência Regional do INCRA em Marabá, atualizado em 21/05/2017. Organização dos autores.

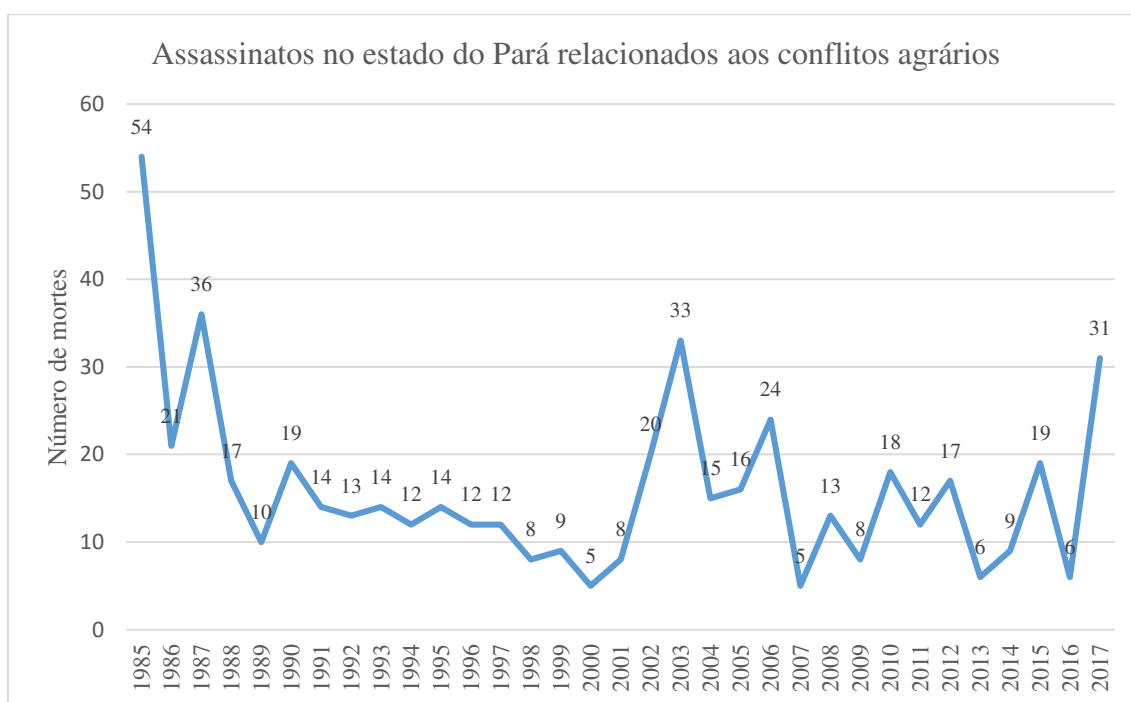
Em que pese os avanços, ao menos quantitativos, há um conjunto de trabalhos críticos às continuidades e descontinuidades dos processos de criação de assentamentos rurais no país e nas regiões em questão e que não trataremos neste artigo, como por exemplo, os debates anteriores produzidos por Alentejano et al. (2006), Michelotti et al (2007) e Ribeiro et al (2011).

Brevemente, os trabalhos acima referenciados identificaram a ocorrência do fenômeno denominado de “descolamento geográfico” orientando a política de criação de assentamentos, tanto na escala nacional, quanto na regional nos diferentes períodos analisados por eles. Os conflitos ocorriam em determinados estados e regiões e os assentamentos estavam sendo criados em outros (as) atribuindo um caráter fictício desse tipo de solução na política de reforma agrária levada adiante nos governos FHC I e II e Lula I e II (Ribeiro et al, 2011) e juntamente com isso, vêm ocorrendo sistemáticas propostas resolutivas enviesados por ações e políticas normativas, como por exemplo a criação do Programa Terra Legal Amazônia¹⁰.

¹⁰ Não será objeto de aprofundamento sobre os significados, mas conforme destacam Ribeiro et al (2011), a interrupção desse processo de “descolamento geográfico” da criação de assentamentos rurais não levou a

Sobre os períodos dos governos Lula-Dilma (2007-2014), pós impeachment e o governo ilegítimo Temer (2016-2018) têm ficado claro desde 2007, ano em que praticamente cessam as aquisições de terras para fins de reforma agrária (gráfico 01), que o não enfrentamento ao monopólio da terra e a expansão dos agronegócios na Amazônia não caminhou para resolução dos conflitos por parte do Estado e o que se vê é um vazio das ações de criação de assentamentos no período entre 2007 e 2017 e uma tendência no aumento dos assassinatos no estado do Pará e nas regiões em questão, conforme pode ser observados no gráfico 02.

Gráfico 02: Número de assassinatos relacionados aos conflitos agrários no estado Pará no período de 1985 a 2017



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Cadernos dos Conflitos no Campo do Brasil, diversos anos. Organização dos autores.

Os resultados alcançados apontam um aumento da concentração fundiária, fortalecimento do mercado de terras e expansão das fronteiras agrícolas e urbanas, beneficiando grileiros, grandes proprietários e incorporadores. O caráter geral do Programa Terra Legal foi expandido para o território nacional e a lei 13.465/2017 (derivada da MP 759, conhecida como MP da Grilagem) expressam um avanço no processo de mercantilização da terra no país, com um conjunto de alterações legais visando aprofundar a lógica de mercado,

que o INCRA enfrentasse o monopólio da terra na região. A resposta do Governo Federal, através deste órgão e do MDA, foi a priorização da política de regularização fundiária, embasado nas Medidas Provisórias – MP/422 (Lei nº 11.763 de 01/08/2008) e MP/458 (Lei nº 11.952 de 25/06/2009), criando o Programa Terra Legal.

liberando maior quantidade de terras para a apropriação privada em grande parte por meio de espoliação. Tais medidas se inserem no conjunto de políticas liberalizantes e retirada de direitos impostas pelo conjunto de forças políticas, que tomaram de assalto as diversas instâncias do aparelho de Estado no Brasil. É a versão fundiária do Golpe e que reverbera no explícito aumento dos conflitos fundiários e assassinatos no campo.

Referências bibliográficas

ALENTEJANO, Paulo Raposo. Os movimentos sociais rurais e a teoria geográfica. XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária. Rio de Janeiro: CD Room, 2006. 25p.

CARVALHO, Horácio Martins de. A Privatização das Terras da Amazônia: relendo a CPI da terra. Relatório mimeo – Maio de 1979.

FERNANDES, Marcionila. Donos de Terras: trajetórias da União Democrática Ruralista – UDR. Belém: NAEA/UFPA, 1999, p. 176.

GETAT. Aspectos Fundiários e Sociais da área de atuação do GETAT. Relatório mimeo – 1985.

HÈBETTE, Jean. A Resistência dos Posseiros. In: HÈBETTE, Jean. Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA 2004. p. 191-196. v. 2.

IANNI, Otávio. A Lute pela Terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Pretrópolis-RJ. Editora Vozes (1979), 236 pg.

KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. Estudos Avançados, São Paulo, v.16, n.45, p.37-61, 2002. Disponível em: <<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n45/v16n45a04.pdf>>>. Acesso em: 01/06/2018.

LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela. Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Edunesp, 2004.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. As Novas Faces do Rural e a Luta Por Terra No Brasil Contemporâneo. Nómadas (Col), núm. 20, 2004, pp. 210-218. Universidad Central.Bogotá, Colombia. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=105117734019>. Acesso em 15 de agosto de 2016.

MICHELOTTI, F. et al. O Agrário em questão. Uma leitura sobre a criação dos assentamentos rurais no Sudeste do Pará. II Encontro da Rede de Estudos Rurais. Tecendo o intercâmbio: O desafio do conhecimento sobre o mundo rural. CD: Rio de Janeiro, 2007. 19p.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e Questão Agrária. Estud. av. vol.3 no.7 São Paulo Sept./Dec. 1989. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141989000300006>.

PEREIRA, Airton dos Reis. Conflitos de terra e violência no sul do Pará (1975-1990). X Encontro Nacional de História Oral. Associação Brasileira de História Oral, Recife (PE). Anais. Recife (PE), 2010.

RIBEIRO, Beatriz M. de F.; SOUZA, Haroldo e MICHELOTTI, Fernando. Criação de Assentamentos no Sul e Sudeste do Pará no Período 2007 – 2010. Anais do SINGA, 2011.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. Conflitos sociais e a formação da Amazônia. Tradução de Noemi Miyasaka Porro e Raimundo Moura. Belém: EDUFPA, 2012. 496 p.

“Homens do tempo de Arraes”: narrativas de resistência à ditadura civil-militar no pós-1964

Regina Coelly Fernandes Saraiva*

Resumo

Este artigo tem como objetivo registrar processos de resistência à ditadura civil-militar pós-1964 a partir de narrativas de “homens do tempo de Arraes”. Esses homens foram camponeses/sindicalistas que atuaram à frente do movimento sindical de trabalhadores rurais na Zona de Mata de Pernambuco, entre 1962 e 1989, e que trazem a memória de como lutaram e resistiram à repressão imposta durante o estado de exceção (1964–1985). A relação com as Ligas Camponesas e como esse movimento social foi importante nas trajetórias políticas de atuação e resistência desses homens é parte da narrativa de suas histórias de vida que se soma às suas lutas, às suas dores e às suas conquistas. Este texto foi elaborado a partir de memórias registradas durante a realização do Seminário Memórias Camponesas de Pernambuco. Este documento tornou possível registrar como a luta e a resistência pautaram as histórias de vidas daqueles homens e como ela foi polifônica (KOURY, 2012). Nessa polifonia, estão presentes elementos remanescentes da Ligas Camponesas e a retomada da luta sindical no campo no enfrentamento ao golpe de estado de 1964.

Palavras-chave: Memórias; camponeses/sindicalistas; resistências.

Introdução

O termo “homens do tempo de Arraes” era uma expressão utilizada pelos grandes proprietários de terra e seus aliados em Pernambuco nos primeiros anos da década de 60 e nos anos 1970 para se referirem aos camponeses considerados “agitadores perigosos”, “comunistas” e “subversivos” que possuíam alguma ligação com as Ligas Camponesas ou com atividades sindicais. Era uma forma de rotulação de qualquer camponês que lutava pelo direito à terra ou por direitos trabalhistas e, por isso, eram violentamente reprimidos.

Reproduz-se neste trabalho a expressão não nesse sentido. Os homens, camponeses/sindicalistas, cujas narrativas são trazidas aqui viveram em Pernambuco no tempo em que Miguel Arraes de Alencar esteve no governo do estado (1963–1964) e ajudaram este a chegar ao poder. Naquele momento, como se verá, o governo Arraes foi

* Universidade de Brasília (UnB). Doutorado em Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB). Pós-Doutorado (em andamento) no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). rcoelly@hotmail.com.

visto como uma vitória por ter incorporado direitos e ter permitido mudanças na condição social dos camponeses. Arraes foi deposto pelo regime militar imposto em 1964.

Utiliza-se aqui o termo “camponês” como uma categoria política que incorpora o arranjo social rural vivido em Pernambuco no período de análise deste texto (1963–1989). Nessa categoria, inclui-se trabalhadores rurais assalariados, foreiros, lavradores, posseiros, arrendatários e sindicalistas que estiveram à frente dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) em Pernambuco, cuja origem é camponesa.

O Seminário Memórias Camponesas de Pernambuco, realizado pelo Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pela Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (Fetape), em 2006, foi totalmente gravado e gerou um “documento audiovisual”. Esse documento tornou possível a escrita deste artigo, que tem, como intenção, (re)construir memórias da luta camponesa em Pernambuco. O registro audiovisual traz relatos de trinta e três lideranças sindicais que estiveram à frente dos STRs da Zona da Mata de Pernambuco, cujas memórias estão fortemente vinculadas à luta por direitos dos camponeses nas regiões onde atuaram.

O texto está dividido em duas partes: na primeira, trago aspectos da relação entre os STRs e as Ligas Camponesas, de como essa relação foi construída, das lutas travadas e das perseguições sofridas pelos camponeses “homens do tempo de Arraes”. Na segunda parte, descrevo como processos de resistência aparecem nas memórias dos sindicalistas e como esses processos foram polifônicos (KOURY, 2012).

Para aprofundar determinados aspectos trazidos pelas memórias dos camponeses (sendo este trabalho somente um porta-voz),¹ outros “documentos de memória” teriam que ser acessados. Para este texto, considerou-se somente as memórias (ou fragmentos de memórias) que foram trazidas ao longo de dois dias de Seminário. Durante a realização do evento, cada fala tinha um tempo determinado, e o mesmo processo ocorreu no debate proposto no final.

O trabalho com memórias apresenta sempre a oportunidade de (re)ver, (re)construir o passado (RICOUER, 2007). Ao registrar as falas, no momento em que as memórias camponesas estão sendo revisitadas pelos seus autores, nota-se como o vigor

¹ A perspectiva do trabalho com memórias adotada neste artigo tem como referência Portelli (2016) e Ricouer (2007). Para ambos, a memória tem relação com o lugar e os significados dentro da vida dos narradores.

da luta é restabelecido. Reler e rever o passado, para aqueles homens, não significou somente ir ao Seminário para “relembrar os velhos tempos”. A memória recoloca no lugar a vitalidade e, ao mesmo tempo, a polifonia de forças que estiveram presentes em Pernambuco nos anos 1950 a 1980, demonstrando também como essa polifonia amedrontava senhores de engenho, usineiros, empresários e o governo militar que se instaurou em 1964. Silenciar foi a regra imposta, mas os camponeses resistiram. Homens simples, de fala simples, mas com muito poder, como veremos nas narrativas aqui registradas.²

1 Ligas Camponesas e Sindicatos de Trabalhadores Rurais

As Ligas Camponesas são um marco na história da luta pela terra no Brasil. Ao longo da década de 1950, camponeses nordestinos se organizaram para lutar por direitos. Em janeiro de 1955, o advogado e então recém-eleito deputado estadual Francisco Julião³ foi recebido com aplausos e foguetes pelos moradores no Engenho Galileia, localizado no município de Vitória de Santo Antão (Pernambuco). Eram camponeses e camponesas celebrando o fato de contar com o apoio de um advogado para defender interesses da Sociedade Agrícola dos Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP). A SAPPP foi organizada para atender a demandas simples, como acesso à educação, e para lutar contra o aumento do valor do foro, pago ao dono do engenho pelo uso da terra (PORFÍRIO, 2013). Ao longo da segunda metade dessa década, organizadas pelos próprios camponeses e lideradas por Julião, essas sociedades agrícolas se espalharam rapidamente pelos engenhos da Zona da Mata de Pernambuco. Esse movimento foi nomeado “Ligas Camponesas” pela imprensa, como uma referência às organizações de trabalhadores rurais ensaiada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) na década anterior (PORFÍRIO, 2012; AZEVEDO, 1982). As ligas tiveram intensa atividade entre os anos de 1955 a 1964, até a queda de João Goulart.

O movimento das Ligas Camponesas, que ganhou notoriedade nacional com Francisco Julião⁴, obteve muitas conquistas. Em 1959, por exemplo, a Assembleia

² Optei por não fazer a indicação dos nomes dos sindicalistas porque o material audiovisual que serviu de base para a escrita deste artigo está passando por processo de acabamento digital para ser disponibilizado em *sites* da internet e nas redes sociais por pesquisadores do Museu Nacional/UFRJ, com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério da Educação.

³ Francisco Julião Arruda de Paula foi deputado estadual em duas legislaturas e deputado federal por Pernambuco em 1962 pelo Partido Socialista Brasileiro. Foi cassado e preso em 1964.

⁴ Entre 1962 e 1964 foram criadas diversas Ligas Camponesas em todo o Brasil. Para o registro dessas entidades do campo ver o jornal *A Liga*. Disponível no Armazém da Memória

Legislativa do Estado de Pernambuco aprovou a desapropriação do Engenho Galileia. No início dos anos 1960, as ligas haviam se espalhado por diversos estados e a luta pela reforma agrária ocupava a agenda política do país (PORFÍRIO, 2013). A “reforma agrária na lei ou na marra” passou a ser a principal pauta política das Ligas Camponesas. A luta pela terra, somada a outras pautas relacionados ao campo, fortaleceu-se entre os camponeses nordestinos, e foram surgindo novas ligas dispostas a lutar pela conquista da terra e pelo fim da exploração dos camponeses no pagamento do foro e outras demandas.⁵ De sujeitos invisíveis, os camponeses do interior de Pernambuco passaram a ocupar jornais e revistas, tornando-se importantes atores políticos no Brasil e no cenário latino-americano da Guerra Fria.

O contexto político da época em Pernambuco contribuiu para que o movimento das Ligas Camponesas ganhasse respaldo político nas suas ações. A atuação política das ligas esteve vinculada a partidos de esquerda e somou-se ao trabalho dos primeiros STRs, que começaram a surgir a partir de 1961. O debate em torno da questão agrária e a luta pela terra, assumido por Julião nos plenários estadual e federal, também colaborou na projeção política do movimento. Esse contexto, fortemente marcado pela presença dos camponeses no cenário político da época, deparou-se com práticas repressivas e violentas contra camponeses, fossem eles lideranças ou não, tal como será visto em seguida.

Os anos que antecederam ao golpe de estado de 1964 foram fortemente marcados pela força coletiva das Ligas Camponesas e dos STRs, que, embora com pautas próprias, se articularam em diversos momentos em defesa dos direitos dos camponeses pernambucanos. A luta era contra os grandes proprietários de terra (usineiros, donos de engenho), que impunham uma realidade de opressão e miséria aos camponeses.

A relação de aproximação entre as Ligas Camponesas e os STRs é trazida por Julião quando fez menção, no livro *Bença Mãe*, de que “o povo é o pai do sindicato, a liga é a mãe, e o sindicato deve dizer benção mãe”, conforme relembra um dos sindicalistas/camponeses.

Nas narrativas dos camponeses que atuaram à frente dos STRs, as ligas aparecem como parte de suas histórias de vida: “Meu pai atuou nas ligas com Julião”;

(<www.armazemmemoria.com.br>). Há registros que indicam o número aproximado de 2.181 ligas em 20 estados brasileiros (BRASIL: NUNCA MAIS, 2014).

⁵ A Liga Camponesa de Sapé, na Paraíba é um exemplo da força e impacto político das ligas naquele período. A Liga de Sapé chegou a ter, em 1962, cerca de 10 mil associados.

“Me lembro do início da luta em Barreiro pela criação do sindicato dos trabalhadores rurais e assalariados. Eu acompanhava meu pai na assembleia. Julião frequentava essas reuniões”. As falas rememoram a presença das ligas na luta das suas famílias e como estiveram presentes no trabalho político desenvolvido nos STRs, demonstrando a “relação de convivência” entre as duas forças políticas da época. As ligas permanecem como um traço remanescente da luta familiar, que, depois, é levada com muita força para o trabalho sindical (ABREU E LIMA, 2003; CAMARGO, 1973; KOURI, 2012). Os camponeses/sindicalistas trazem à memória os momentos que as duas forças políticas atuavam em Pernambuco: “Muitos companheiros lutaram ao lado de Julião, ao lado das ligas camponesas ou ajudaram a formar sindicatos”; “Julião passou a ser advogado do Sindicato de Barreiro e foi ele que ajudou no reconhecimento do Sindicato em 1956”; “Acompanhei as lutas do deputado Francisco Julião, na região do Bom Jardim do Agreste, uma das regiões mais fortes das ligas camponesas, antes de ocupar a presidência do Sindicato”.

O “acompanhamento dessas lutas”, que contou com a presença das ligas e dos SRTs, estava relacionado ao “sentimento cada vez maior de que a exploração aumentava no campo”, relata um sindicalista. Outro nos fala da postura de Julião ao lembrar que ele também dialogou com os sindicatos: “Quem for da liga vai pro sindicato; quem tá no sindicato fique nas ligas. São lutas ao mesmo tempo e não podemos diminuir”.

A formação dos primeiros sindicatos no enfrentamento à exploração dos camponeses é trazida com muita força nas narrativas. O tempo passado ainda está muito vivo na memória e traz o “tempo do barracão” e a luta travada contra essa exploração do homem do campo.

Em 61, nós tínhamos algum conhecimento quando alguém nos visitava. No engenho, onde morava, fui o primeiro delegado sindical, fundado numa base de 21 municípios. Quase não víamos a diretoria, por isso, eram 21 municípios. No município de Palmares tinham 78 propriedades e então 78 delegados, que se reuniam todo mês e comunicavam para o sindicato as reivindicações. Quando era necessário o diretor do Sindicato vinha até a propriedade. A gente ligava o rádio pra ouvir o presidente Goulart.

A luta se transformou em luta contra o sistema do barracão, que fazia com que o trabalhador ficasse sempre escravo. O dono da terra explorando o camponês. Não era uma questão de salário. Se ganhasse 10 ficava devendo, se ganhasse 20 continuava devendo. De qualquer maneira ficava devendo, então tinha que acabar com o sistema do barracão.

Uma coisa que acontecia e acabava com nós camponeses que era o barracão. A gente trabalhava toda uma semana, comprando naquele barracão. No fim de semana, a gente ia receber, o barraqueiro ficava com o dinheiro e a gente

ainda ficava devendo. O que a gente ganhava não dava pra pagar o barracão. Porque não tinha limite de preço, ele vendia no preço que era dele, e nem sequer podia reclamar o peso da mercadoria, que era roubado.

Outra luta travada para garantir direitos foi a questão dos 2 hectares: trabalhadores assalariados tinham direito a 2 hectares para a subsistência e criação de animais de pequeno porte (“uma vaca e um bezerro amarrado na corda”). “O engenho, porém, desconhecia a lei e não queria cumprir. Foi feita uma assembleia para conseguir obter dissídio coletivo e ganhar na justiça o cumprimento da decisão judicial. Quinhentos trabalhadores na assembleia, apenas três votos contra”.

Os sindicalistas atribuem a esse contexto a aproximação dos sindicatos com as Igreja: “das reuniões de irmãos, passando a frequentar comunidades fazendo pregações evangélicas e aproveitando pra falar de sindicato: de reforma agrária, de terra, dos dois hectares de terra”. A Igreja é lembrada e trazida nas falas como ator importante na luta pela formação dos sindicatos.⁶

Momentos de enfrentamento dos camponeses contra a violência praticada pelos patrões (usineiros, donos de engenho e empresários) também foram trazidos. As narrativas registram paralisações que ocorreram mesmo antes de 1960: “sempre houve várias greves no município, mesmo antes de 60”; “Quando Júlio Santana assumiu, Julião teve mais espaço para trabalhar na defesa e participar das questões dos trabalhadores”. Júlio Santana é um dos casos lendários de atuação política nas ligas e, posteriormente, nos STRs. Era temido pelos donos de terra e foi duramente perseguido por eles e pelo regime de exceção instaurado em 1964. Líder nato e aguerrido, foi preso ainda durante o governo Arraes. Sua prisão demonstrou as controvérsias políticas da época.⁷

Ainda que fossem “homens do tempo de Arraes”, os relatos trazem visões distintas, e elas representam como viam o governo da época: “nós lutamos pra entrar Arraes”. A fala de outro sindicalista revela uma visão crítica do contexto político antes do golpe e de como depois esses processos foram se aprofundando.

Costuma-se dizer que a luta começou com Arraes, que a partir de Arraes os trabalhadores começaram as conquistas. Mas isso não é verdade. Ele foi inteligente e viu a grande força dos trabalhadores. Arraes vivia em oposição fortíssima com as Ligas Camponesas e se aliou aos trabalhadores porque o sindicalismo de Pernambuco era forte, muito forte! O golpe militar tentou acabar com o sindicalismo em Pernambuco, no Rio Grande do Norte e no

⁶ Para a relação Igreja e STRs, ver Koury (2012).

⁷ No livro *Tempo de Arraes* (1964) de Antônio Callado, é possível se aprofundar mais sobre o contexto político do governo Arraes e suas contradições, em especial a prisão de Júlio Santana.

Brasil inteiro, mas especialmente em Pernambuco. Nenhum governo é aliado dos trabalhadores, porque sempre há muitas composições políticas quando se chega no poder.

Na época, a luta trabalhista caminhou no mesmo contexto político de outras pautas políticas como a “reforma agrária na lei ou na marra” impulsionada pelas Ligas Camponesas. Os conflitos entre essas frentes políticas coexistiram e são trazidos nas narrativas dos camponeses, ainda que a luta contra o opressor, usineiros e donos de engenho, fosse uma luta comum: “As ligas camponesas queriam tomar a frente do sindicato, e vice-versa. A bandeira de luta do sindicato era o direito dos trabalhadores, da liga, a reforma agrária”.

Medeiros (1989) lembra que as Ligas passaram a figurar no “imaginário sociológico” como um verdadeiro marco de ruptura, a partir do qual era possível proceder entre movimentos “revolucionários” e “reformistas”. Ainda que esse “imaginário”, com seus conteúdos próprios (ligas e STRs), estivessem presentes no mesmo contexto político, processos violentos de repressão contra toda “subversão a ser extirpada”, foram instituídos com a imposição da ditadura civil-militar, a partir de 1º de abril de 1964.⁸

Montenegro (2004) lembra que a repressão foi proporcional à expansão das ligas, pois donos de engenho se armavam para coibir e reprimir as mobilizações. Práticas de violência, prisões, torturas, perseguições de camponeses e lideranças das ligas e do STRs passaram a ser atos praticados para coibir a luta pela terra e por outros direitos.

Ainda no período pré-1964, um caso notório que revela como o movimento das Ligas Camponesas (e o movimento sindical) gerava medo entre os latifundiários no Nordeste foi o assassinato, em 1962, do líder camponês João Pedro Teixeira, que deixou como legado a força política para o movimento camponês e sua luta pela terra. Esse legado ficou expresso principalmente na luta assumida por sua mulher e companheira, Elizabeth Teixeira. Com o assassinato de seu marido, ela se destinou a “marchar na sua luta” e assumiu as Ligas Camponesas na Paraíba, dando ao movimento notabilidade política em todo o Brasil.⁹

⁸ Koury (2012) descreve as diferentes posições da repressão política em relação às Ligas Camponesas e os STRs.

⁹ João Pedro Teixeira, em 2008, teve seu nome inscrito no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília/ DF (Lei nº 13.598, de 8 de janeiro de 2018).

A força e a garra de Elizabeth na luta pela terra também incomodou os grandes proprietários de terra da Paraíba, e ela foi duramente perseguida. Com a imposição do estado de exceção, o movimento das Ligas Camponesas passou a ser um alvo político da estrutura repressiva da ditadura civil-militar instalada. Elizabeth foi obrigada a ficar no anonimato. Durante 16 anos, teve que abrir mão de sua família, de sua vida pessoal e da sua luta.

Com o golpe, a repressão e violência no campo se fortaleceram. A prática anterior dos grandes donos de terra de reprimir os camponeses em seus processos de luta (fechamento à força de sindicatos, expulsão de camponeses das terras, perseguições, assassinatos, ameaças, dentre outras práticas) ganhou respaldo político com o golpe de estado.¹⁰

Nas memórias dos sindicalistas, esse momento é trazido como uma marca da luta, mas também como momento de muita dor, revestida dos traumas que ficaram nas suas vidas e nas vidas de suas famílias. A luta pela terra e por direitos foi o motivo das perseguições. Para aqueles homens, a luta só prosseguiu porque tinham clareza dos seus direitos e consciência da luta. “Novamente o patronato usou força militar, espancou trabalhadores. Perseguição de dirigentes, assassinatos”. Muitos foram presos e depostos dos sindicatos nos dias seguintes ao Golpe.

A intervenção nos sindicatos é trazida nas narrativas que se somam a indignação com o assistencialismo que se instaurou: “O sindicato participou ‘da greve do golpe’ e com isso sofreu intervenção”. Refletindo sobre o golpe, outro sindicalista lembra que

Daí para frente, foi muito difícil a caminhada. Todo dia gente do exército no sindicato; além dos senhores de engenho, usineiro, tinha também o exército, polícia secreta, pra saber o que tava acontecendo. Quando tinha fogo na cana, iam lá investigar: “Quem botou fogo na cana do engenho?” Isso era uma agonia. Quando ia fazer reunião no campo, não podia juntar três, quatro pessoas, que a polícia já ia ver o que era.

Um sindicalista relembra que “com o Golpe teve que se esconder, reaparecendo somente em 66 (ano em que se candidatou à Federação)”.¹¹ Relembra que “apareceu uma gangue e entreviu no sindicato”.

¹⁰ Ver sobre a relação entre os latifundiários e o Estado no processo repressivo aos camponeses no Relatório da Comissão Camponesa da Verdade (SAUER; SARAIVA; MEDEIROS; VIANA; PORTO, 2014).

¹¹ Referência à Fetape.

Outro camponês relembra os sequestros que sofreu nesse período e o enfrentamento às redes de poder local, incluindo uma polícia “comprada”: “Nego safado, juiz é a gente mesmo”. Relata torturas, tentativas de assassinato, ao mesmo tempo em que evoca a figura de Getúlio Vargas para respaldar sua recusa em renunciar à presidência do sindicato que dirigia: “Presidente morre, mas não renuncia”.

Com o golpe, os relatos de mortes e tortura que se ouviam falar marcou a vida de outro camponês que esteve à frente de outro Sindicato: “Pra mim assumir em 65, depois de reabrir, minha mãe se ajoelhou e disse: ‘meu filho, pelo amor de Deus, não vai’. Eu ia ser tesoureiro do Sindicato”.

Observando os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) instaurados pelo regime na Zona da Mata de Pernambuco podemos notar como os STRs e ainda “a presença” das ligas eram forças políticas a serem banidas por serem “subversivas” e “coisas dos homens do tempo de Arraes”. Os IPMs eram peças jurídicas submetidas à Justiça Militar a partir dos “boletins de ocorrência” e “queixas-crime” nas localidades de atuação dos camponeses a partir de acusações de invasão de terras, bloqueio de estradas, oposição ao regime militar e formação de sindicatos ou, ainda, por ser identificado como delegado sindical (BRASIL: NUNCA MAIS, 2014). A extensão dos inquéritos no tempo revela como o regime de exceção perseguiu os camponeses, concluindo muitos processos com a condenação a prisão (STEIN, 1998).

Quadro – Sindicatos rurais de Pernambuco em Inquéritos Policiais Militares (IPMs)

Datas de Início e Término	Entidade Envolvida / Acusação
Outubro 1963 a Maio 1968	STR Barreiros seqüestro Delegado de polícia
Abril 63 a 67	STR de També
Abril 64 a 68	STR de Timbaúba
Março 64-69	Ligas Serinhaem Rio Formoso
Julho 64 a Julho 65	Liga Timbaúba invasão de terras
Junho 64 a Janeiro 68	Liga Timbaúba invasão de terras

Fonte: Adaptado de Stein (1998).

Uma vasta lista de camponeses perseguidos pela ditadura civil-militar foi produzida pelo Relatório Final da Comissão Camponesa da Verdade (2014). Contudo, ainda existem muitos casos a serem trazidos à memória pela importância política na luta pela terra em Pernambuco.

Trago à memória Júlio Santana. Ele foi sistematicamente vigiado e ameaçado até ser morto em dezembro de 1977. Foi condenado a 25 anos de prisão e morreu aos 54 anos, em consequência de lesões cerebrais resultantes de torturas na prisão. Sua atuação nas Ligas Camponesas e sua proximidade com Julião lhe renderam o convite para atuar em outras frentes políticas em Goiás. O convite foi recusado. Não queria ser manobrado por ninguém. Atuou à frente do Sindicato de Serinhaém. Sindicato aguerrido na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais da Zona da Mata de Pernambuco.

Em nome da luta pela terra e pelos direitos dos camponeses, “nomes de companheiros” foram lembrados no seminário. Todos lutaram bravamente:¹² Agápito dos Santos, Biu da Luz, Anacleto Julião, Severino Domingos (o Beija-flor), Sebastião Rodrigues, Marcos Martins da Silva, Sebastião Santiago, José Francisco, Amaro Piá, José Paulo de Assis, José Rodrigues, Anacleto Julião, Júlio Santana, Mariano Joaquim da Silva, Aduino Freire da Cruz, Manoel Gonçalo Ferreira, Severino Manoel Soares, Amaro Félix Pereira, Joaquim Celso Leão, Domingos Inácio da Silva, Albertino José da Silva, dentre tantos outros que morreram na luta pela terra.

2 Resistência e polifonia

Polifonia diz respeito às estratégias de ação e resistência construídas pelos camponeses pernambucanos logo após o golpe de 1964 (KOURY, 2012). Trago aqui a contribuição para o sentido da resistência a memória e sua polifonia. A memória é polifônica ao trazer para o tempo da resistência tudo aquilo que foi acumulado com a experiência vivida pelos camponeses e vai ecoar na sua atuação política diante da necessidade do enfrentamento ao Golpe. A resistência não é tecida somente no ato e no momento de resistir, mas é parte da experiência política vivida. A resistência carrega consigo memórias de luta do tempo vivido.

Nas narrativas, são trazidas greves, paralisações, guerrilhas, retomada do trabalho sindical (STRs, Fetape e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag)¹³, ocupação de terras. Rádio, jornais, assembleias, panfletos,

¹² A lista de nomes foi trazida a partir do Seminário Memória Camponesa de Pernambuco, mas outros nomes foram incluídos a partir de outros registros, como Ciocari e Carneiro (2011) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1987). Para a lista mais completa, ver Relatório Final da Comissão Camponesa da Verdade (2014).

¹³ A Fetape foi fundada em 1962 e, com o Golpe, dos sessenta e seis sindicatos sob seu controle somente quatro não sofreram intervenção. A Contag foi fundada em 1963 e também sofreu intervenção logo após o Golpe.

“reuniões” nos engenhos e outras práticas cotidianas também foram utilizadas como forma de conscientizar os camponeses sobre os direitos e sobre a situação política vivida naquele momento. Selecionou-se aqui as greves para verificar como essa forma de resistência ecoou entre os camponeses e como foram um fio condutor nos enfrentamentos, no plural, diante da repressão política.

A greve é trazida nas memórias como importante instrumento de resistência dos camponeses desde o período anterior ao golpe de 1964: “Sempre houve várias greves no município mesmo antes de 60”; “O sindicato participou da ‘greve do golpe’ e com isso sofreu intervenção”. As paralisações e as greves são pontuadas como um marcador expressivo da luta e são trazidas em diferentes relatos e momentos.

A greve de 1963, ainda no “tempo de Arraes”, é trazida pelos camponeses como parte das lembranças das mobilizações.

Só depois de 63 quando assumiu o governo Arraes que teve um salário: a gente ganhava 500 mil réis por semana, trabalhava até de noite pra ganhar só isso. Depois da posse, veio o primeiro salário, passou a ganhar 410 por dia. Aí saímos da cama de vara. Teve um dia que fizemos uma fogueira só de madeira de cama de vara! Porque a gente já podia ir na cidade pra poder comprar uma cama. Porque eu não conheço um trabalhador antes do governo Arraes que pudesse fazer um crediário na cidade. Duvido! Agora depois da chegada dele, comprou radinho pequeno, já sabia quando era o dia da greve, o radinho tocando, e quando tinha greve já sabia tranquilamente o dia da greve. Olha, o respeito era muito grande [...] Antigamente era cumprida pra valer! Na risca. Nós saíamos de caminhão pra ver se tinha um trabalhador. Era muito importante pra nós aquele período. Os trabalhadores estavam afinados mesmo, a partir do nosso governador.

Eu participei da greve de 63 muito jovem. Levei muita carreira por dentro das canas. O quartel cheio de soldado pra pegar os camponeses. A gente era pra garantir essa paralisação, essa greve pra que os direitos da gente fossem garantidos. Quando via um carro, a gente ganhava as canas, se metia nas canas, escondidos, até que passasse, e a gente ia pra estrada novamente. Muitos companheiros foram e não voltaram mais. Mas eu participei dessa greve. Foi daí em diante que ingressei no movimento sindical.

As narrativas acima revelam como os camponeses da Zona da Mata foram se mobilizando para a conquista daquilo que acreditavam diante da complexa situação política da época. Os “homens do tempo de Arraes” ficavam à mercê da repressão dos latifundiários e da polícia. O governo da época, apesar de decisivo nos resultados políticos da greve de 1963, também sofria pressão dos donos de terra para reprimir as lideranças camponesas. Nesse sentido, um dos casos mais polêmicos foi o de Júlio Santana, tal como visto anteriormente.

O ano de 1967, pós-golpe portanto, também é trazido como um importante momento de resistência. Os relatos relembram situações de como os

sindicatos começaram a ser retomados: “tiram os pela eleição o interventor do Sindicato de Pau D’Alho”.

As paralisações e greves são (re)construídas nas memórias como elementos marcantes da trajetória política dos camponeses/sindicalistas, em especial a greve de 1979, como momento da retomada da luta e força das entidades sindicais. Esse período é lembrado como a “hora da virada” e “unidas [Fetape e Contag] com firmeza” para reagir contra a repressão.

Retomada das lutas em 79. Esse período foi um grande momento. As greves e mobilizações deram força ao movimento e ajudaram o crescimento: greve na Zona da Mata, seca no Sertão, luta das barragens, organização. A história foi retomada; a partir dessas lutas houve uma recuperação da parte do que havia se perdido.

Sobre esse período de retomada e de fortalecimento do movimento sindical, as memórias trazem o 3º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, que se realizou em maio de 1979, em Brasília.

Escutamos os companheiros que tínhamos que avançar na questão política, que tem que andar junto com o movimento sindical, senão não vamos pra lugar nenhum. Tem caminhos, através de greve ou sem greve. Tinham os dissídios coletivos, mas levavam de três, quatro anos, pra julgar. Então pensamos, tem que ser greve, senão não vai dar, não vamos conseguir. Tem que ser curta e grossa. Fazer uma luta, uma greve forte na zona canavieira.

Esse foi o tom para a chamada da primeira greve no campo depois do golpe de 1964 na Zona da Mata pernambucana. Trazem à memória estratégias que adotaram para a greve.

Começamos com 25 atos publicados em editais para fazer as campanhas salariais. O Sindicato de Paudalho falou de parar um dia antes do prazo para vencer a convocação da greve. O [nome], sempre foi muito experiente nisso, disse: “Vamos começar na frente, parar oito dias antes do prazo”. “Era um teste”, segundo ele, “que deu certo”: ninguém trabalhou em São Lourenço, mais de 3 mil trabalhadores: nem o capineiro, nem o pastoral boi. A greve, então, foi encerrada. Segundo ele, os usineiros viram que era sério, e ficaram com medo do que poderia acontecer se deixassem os outros 22 sindicatos pararem também. Pelos dois sindicatos [Paudalho e São Lourenço], eles tiraram o restante. Dia 22 entrou as negociações, e a greve teve um resultado importantíssimo.

Dois momentos importantes são destacados: “63, a primeira greve do campo, quando tiveram quase 80% em cima do salário mínimo e 79, 60% em cima do salário mínimo”.

O ano de 1978 foi lembrado como o “ano que já havia uma mobilização nacional” pelo fim da ditadura e os “brasileiros exilados voltavam para o Brasil”. Fazendo referência ao período da Anistia. Outro sindicalista relembra: “79 foi a

retomada da luta dos salários, da tabela de tarefas, aí nós só fechando, aproveitamos bastante em relação a delegados sindicais, equipes de organizações...”. Dessa greve, resultou:

Aí a coisa estourou. Vidro quebrado, não entrava nem saía ninguém dos engenhos e das usinas, só foi em dois municípios. Os outros ficaram só escutando, vendo. Não tiveram coragem, teve companheiro que chegou na Fetape e voltou, teve medo de lutar... aí no ano seguinte entrou, e até hoje fazemos greve. E tem que ser greve forte. O que pode acontecer? Se ninguém fizer a gente faz. O resultado foi 100 por cento de salário; o que se ganhava não dava pra comprar nem 1kg de sardinha, voltou dando pra comprar sardinha, charque... uma grande vitória na região canavieira. Talvez a maior até hoje. Apesar de ser somente dois sindicatos, os direitos foram estendidos pra outros sindicatos.

A greve de 1979 é trazida, mais uma vez, como a retomada da luta no campo por meio do fortalecimento das organizações sindicais:

[...] Em 79, com uma nova diretoria da Fetape, tem a retomada das lutas coletivas dos trabalhadores. De 74 a 79, a organização era mais individual que coletiva, até porque não podia ter ninguém reunido, por causa dos AI-5 e o AI-9. Discutimos isso no Congresso da Contag. Em 79, era preciso retomar a luta: as campanhas salariais na zona da mata, no sertão, a questão das barragens, dos assentados. Isso mesmo com as dificuldades da época, enfrentando o risco de prisões e a repressão da polícia. Assim, fizemos a primeira greve no campo no Brasil depois de 64.¹⁴

Outro sindicalista lembra como foi a reação dos patrões: “Ao final dos 30 dias, porém, eles disseram aos trabalhadores que ‘o que tem pra vocês é bala, e pro sindicato uma surra’. Os trabalhadores chegavam no sindicato e falavam isso. Aí saía mais uma nota no jornal: ‘acordo não cumprido, greve engatilhada’”.¹⁵

As memórias sinalizam para a força política daqueles sindicalistas/camponeses. Resistir à violência e ao terror impostos na Zona da Mata de Pernambuco e em todo o Brasil passou a ser a condição política daqueles homens. Ainda assim, os registros de violência e perseguição continuaram e persistiram ainda de 1985 a 1987, deixando claro que o fim da ditadura não foi o fim da repressão no campo.

No primeiro ano, os patrões fizeram acordo. No segundo ano, a partir do momento que os trabalhadores se organizaram para cobrar aquilo que estava escrito na convenção, quando viram que o pessoal começou a exigir, já não conseguiu mais negociar, e foi decidido no tribunal. Aí começaram com a violência, da polícia, da milícia privada – ainda pior, clandestina.

Relembrem desse período de como a Fetape viveu um período muito difícil, em que sua sede “parecia uma delegacia de polícia de tanta queixa de violência, assassinato, de todo lugar”. O período é reconhecido como “um período do cão”, regido

¹⁴ Em São Paulo, no mesmo período, foi realizada a primeira greve dos metalúrgicos com Lula.

¹⁵ Ver Sigaud (1980) para mais detalhes sobre a greve de 1979 em Pernambuco.

por ameaças pessoais e agressão física: “Quando o trabalhador ia para a Justiça receber indenização, não deixavam chegar em casa. Quando ia para o sindicato também. Mas o pessoal não desistia não”. Para eles, esse foi um tempo de muita luta e muitas denúncias e era preciso mostrar que o “açúcar tinha gosto de sangue”.

Considerações Finais

Nos registros da luta pela terra e por direitos, a memória tece a polifonia da resistência. Selecionou-se as greves e pôde-se verificar nos registros como elas foram importantes no enfrentamento à ditadura civil-militar. Essa resistência teve uma condição especial nas falas e nas lembranças dos camponeses. As greves foram polifônicas e mobilizaram muitos outros camponeses para o combate à miséria e à fome e pelo respeito ao direito em plena a ditadura.

As tentativas de silenciamento foram muitas, mas os camponeses resistiram com bravura e com força política. Nos registros das memórias, a relação com as Ligas Camponesas em suas trajetórias de vida, revelaram como elementos remanescentes das ligas impulsionaram as lutas políticas travadas pelos camponeses que assumem sindicatos e vão compondo forças de resistência. A força política das Ligas Camponesas também ressoou nos sindicatos e vice-versa, como pode-se observar nos breves relatos trazidos. Muitos outros elementos ainda precisam ser registrados sobre os encontros e desencontros entre as ligas e STRs.

Por fim, a partir do registro das memórias dos camponeses/sindicalistas foi possível observar que aqueles camponeses trazem a resistência em suas histórias de vida, da infância à vida adulta. “Vida dura de ter que dormir em cama de vara”. Ela teceu suas histórias e vai se somar às lutas pela terra, por direitos, pela organização sindical e contra toda a forma de silenciamento do camponês e de sua força. Os “homens do tempo do Arraes” são homens fortes, metiam medo pela atuação política que acumularam a partir de suas experiências de vida. Eram temidos; muitos foram cruelmente mortos, espancados, torturados, ofendidos, expulsos de terras e sofreram todo tipo de violência diante do medo de que sua força ecoasse. Aqueles camponeses, em plena ditadura, demonstraram que resistir era o sentido de existir com dignidade.

Referências

ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Revisitando o campo:** lutas, organizações, contradições – Pernambuco 1962–1987. 2003. Tese (Doutorado em História)– Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

_____. **Construindo o sindicalismo rural:** lutas, partidos e projetos. Recife: Universitária/UFPE/Oito de Março, 2005.

AZEVEDO, Fernando. **As Ligas Camponesas.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BARROS, Francisco Blaudes de Sousa. **Japuara:** um relato das entranhas do conflito. CIOCCARI, Marta (Org.). Brasília: MDA, 2013.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: _____. **Magia e técnica, arte e política** – ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas v. I. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Brasil: Nunca Mais. Um relato para a história. Arquidiocese de São Paulo. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Camponeses mortos e desaparecidos:** excluídos da justiça de transição. VIANA, Gilney Amorim (Coord.). Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2011.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH. **Camponeses mortos e desaparecidos:** excluídos da justiça de transição. VIANA, Gilney (Coord.). Brasília: SDH, 2011.

CALLADO, Antônio. **Tempo de Arraes:** padres e comunistas na revolução sem violência. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1964.

CAMARGO, Aspásia Alcântara de. **Brésil Nord-Est:** mouvements paysans et crise populiste. 1973. Tese (Doctorat de 3eme cycle)–Université de Paris, Paris, 1973.

CIOCCARI, Marta; CARNEIRO, Ana. **Retrato da repressão política no campo** – Brasil (1962–1985) – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2011.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE – CNV. **Acervo e relatórios.** Brasília: CNV, 2015. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/relat%C3%B3rios.html>>. Acesso em: 3 out. 2015.

ENCONTRO NACIONAL UNITÁRIO DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS, POVOS DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS. **Declaração Final.** Brasília, 2012.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. **Entre o velho e os novos movimentos sociais:** a disputa de representações da trajetória político-educativa de Margarida Maria Alves (1933–1983). 2009. Tese (Doutorado)–Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

GAGNEBIN, Jeane M. Walter Benjamin ou a história aberta. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política** – ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas v. I. São Paulo: Brasiliense, 1987.

JULIÃO, Francisco. **O que são as Ligas Camponesas?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

KOURI, Mauro Guilherme Pinheiro. **Práticas instituintes e experiências autoritárias: o sindicalismo rural na Zona da Mata de Pernambuco – 1950-1974.** Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

MARTINS, José de Sousa. **Expropriação e Violência: a questão política no campo.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos Movimentos Sociais no Campo.** Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento – 1964-1990.** Stédile, João P. (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MONTENEGRO, Antonio Torres. As Ligas Camponesas às vésperas do Golpe de 1964. **Projeto História**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 391-416, dez. 2004.

PIRES JUNIOR, Paulo Abrão; CARLET, Flávia; FRANTZ, Daniela; FERREIRA, Kelen M. Model; OLIVEIRA, Vanda Davi Fernandes de. As caravanas da Anistia: um mecanismo privilegiado da justiça de transição brasileira. In: REUNIÃO DO GRUPO DE ESTUDOS SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO, 2, 2010. **Anais...** São Paulo, abril 2010.

PORFÍRIO, Pablo. Memórias da repressão: Pernambuco 1964–1965. In: MONTENEGRO, Antonio T.; RODEGHERO, Carla S.; ARAÚJO, Maria P. (Orgs.). **Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

_____. **De pétalas e pedras: a trajetória política de Francisco Julião.** 2013. Tese (Doutorado em História)–Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

PORTELLI, Alessandro. História oral como arte da escuta. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento.** São Paulo, Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SAUER, Sérgio; SARAIVA, Regina C. F.; MEDEIROS, L. S.; VIANA, G.; PORTO, C. A. (Coords.). Relatório final: violações de direitos no campo – 1946 a 1988. In: COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE – CCV. **Relatório da Comissão Camponesa da Verdade.** Brasília: Senado Federal, 2014.

SARAIVA, Regina C. F.; SAUER, Sérgio. Memória camponesa e a presentificação do passado: Notas sobre a Comissão Camponesa da Verdade. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS: DESIGUALDADE, EXCLUSÃO E CONFLITOS NOS ESPAÇOS RURAIS, 6, 2014. **Anais...** Campinas: Rede de Estudos Rurais, 2014. v. 1. SIGAUD, Lygia. **Greve nos engenhos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

STÉDILE, João Pedro. **História e natureza das Ligas Camponesas**. São Paul: Expressão Popular, 2002.

STEIN, Leila de Menezes. Inquéritos Policiais Militares questão agrária e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Anos 60 e 70. **Revista Estudos de Sociologia**, Vol.3, n. 5, 1998.

VIANA, Gilney A. **Camponeses atingidos por processos na Justiça Militar e o acesso aos direitos da Justiça de Transição**. Brasília, Secretaria de Direitos Humanos, 2014a.

_____. Lista de Camponeses e apoiadores mortos ou desaparecidos de 1961 a 1988, segundo o acesso e usufruto dos direitos da justiça de transição definidos pela Lei 9140/1995. In: COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE – CCV. **Relatório da Comissão Camponesa da Verdade**. Relatório final: violações de direitos no campo – 1946 a 1988. SAUER, S. et al. (Coords.). Brasília: Senado Federal, 2014b.

As percepções de uma militante sobre a violência no processo de estruturação do MST no Nordeste brasileiro (1989-1995)

Rose Elke Debiasi¹

Resumo: Este artigo discute as diferentes faces (e facetas) da violência no Nordeste brasileiro mesmo após o fim da ditadura civil militar (1964-1985). Por meio da metodologia em História Oral, problematizamos uma das entrevistas realizada com uma liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, durante os anos de 1980, deslocou-se da região Sul para outras regiões do país, principalmente para o Nordeste, com a tarefa de estruturar o MST nacionalmente.

Palavras chaves: MST; História Oral; camponeses

¹ Docente do Centro Universitário Municipal de São José (USJ). Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Endereço eletrônico: elkedebiasi@gmail.com

Introdução

No I Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), realizado em 1985, na cidade de Curitiba, Paraná, aprovam-se os princípios do Movimento², a saber: a luta pela reforma agrária, pelo socialismo e pela construção do próprio MST. Entre outras deliberações, o Movimento define a ocupação de terra como a principal forma de luta e principal meio para a obtenção de terras. Alinhado com os propósitos de nacionalização, via deslocamento de militantes, o referido congresso contribuiu para o diagnóstico das realidades regionais, articulações com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT) dos estados nordestinos.

Existia uma avaliação interna no MST de que para se estruturar nacionalmente dever-se-ia apostar na política de deslocamentos de militantes,³ pautando-se na experiência organizativa e produtiva dos colonos da região Sul do país. O envio de lideranças para regiões potencialmente conflituosas, porém com pouca organicidade, é um dos eixos de atuação do Movimento. Podemos observar essa orientação no Plano Nacional do MST, aprovado em 1989, com metas previstas até o ano de 1993, em duas das resoluções do documento: a primeira determina no item 44: “ampliar a capacidade de organização, mobilização e ação, nos estados onde predominam os trabalhadores rurais, especialmente no Nordeste”; e, a outra diretiva, no tópico 50: “Desenvolver uma política de organização massiva e de ampliação do Movimento, segundo as regiões prioritárias e de maior concentração de trabalhadores rurais sem-terra” (MST, 1989).

Para assegurar que o processo de expansão, nacionalização e perenidade fosse exitoso, o MST estabeleceu dois eixos de atuação, interna e externamente: o primeiro que garantisse a disciplina e a coerência ideológica entre os seus integrantes, pautado no centralismo democrático e na direção coletiva, a partir de concepção de partido de Gramsci (SOUZA, 2008; DEBIASI, 2016:2017); e, o segundo eixo, que comportasse um caráter de massas, capaz de manejar o conjunto de categorias e grupos sociais que lutam pelo acesso e permanência na terra (MEDEIROS, 2010). O raciocínio é simples: Não bastava que o MST crescesse, essa expansão deveria seguir mediada por determinados padrões, com o intuito de evitar desvios na condução política e vícios das

² Quando aparecer no texto a expressão Movimento, com a inicial maiúscula, estou me referindo ao MST; nos casos em que estiver com inicial minúscula, trata-se de outros movimentos sociais.

³ Para mais informações ver: DEBIASI, Rose Elke. **Migração, memória e militância**: a estruturação do MST no Nordeste brasileiro (1985-1995). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2016.

lideranças. Por isso, o MST opta pelo envio de militantes alinhados, ou melhor, já calibrados com os posicionamentos do Movimento.

As fontes utilizadas para essa pesquisa são: a entrevista temática, realizada com uma das atrizes desse processo; os documentos internos e publicações do MST (Programas de Reforma Agrária, Plano Nacional do MST (1989); os Cadernos de Formação e Cartilhas); o Jornal Sem Terra; e as Publicações da Igreja Católica e seus organismos auxiliares. Ancorada na metodologia da História Oral (ALBERTI, 2005; FERREIRA, 2002), realizamos oito entrevistas temáticas com militantes do MST que, durante as décadas de 1980 e 1990, migraram da região Sul para os vários estados nordestinos. Em geral, são jovens, filhos de pequenos agricultores e com educação formal obtida nos organismos da Igreja Católica. Para os propósitos deste artigo (e devido à multiplicidade de situações de violência direta e indireta vivenciada ou presenciada pelos entrevistados), elegemos somente uma entrevista, emblemática e bastante ilustrativa, que descreve os diferentes métodos e mecanismos de violência e os distintos olhares sobre o fenômeno. Trata-se da entrevista com Dilei Schiochet⁴.

Dilei nos recebeu em sua casa, em Lagoa Seca, na Paraíba (PB), para a realização da entrevista em junho de 2015. Natural de Joinville (SC), ingressou na vida religiosa na Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, onde teve a oportunidade de participar de algumas atividades com as comunidades rurais, em especial o Jejum pela Reforma Agrária, na cidade de Florianópolis (SC). Esta última teria despertado em Dilei o desejo de transformações diante das desigualdades sociais. Devido à incompatibilidade com suas novas escolhas políticas, optou por abandonar a vida religiosa. Logo após, ingressou no MST. Antes de fixar residência na Paraíba, em 1997, atuou dentro de um formato de circularidade pelos estados nordestinos; dessa forma, esteve presente nas primeiras ocupações de terra em praticamente todos os estados nordestinos.

O artigo organiza-se em dois momentos: no primeiro apresentamos o cenário, as tensões e os grupos políticos que antecederam e atuaram durante o processo de criação e estruturação do MST. Na segunda parte, analisaremos fragmentos do depoimento da militante migrante com o objetivo de verificar a permanência da violência após 1988, na linha da contribuição da Comissão Camponesa da Verdade (CCV). Estes militantes ao

⁴ Utilizamos o nome verdadeiro da entrevistada por compreender que estamos lidando com pessoa pública, sendo comum encontrarmos seu nome em publicações internas, no Jornal Sem Terra e na imprensa falada e escrita dos estados nordestinos, sobretudo na Paraíba. Esta escolha contou com o conhecimento e consentimento da entrevistada.

se deslocarem para outras regiões, principalmente para o Nordeste, se deparam com novas relações com a terra, diferentes formas organizativas e produtivas e outros tipos e graus de violência.

As disputas de projeto e a estruturação do MST

Durante a década de 1980, a distribuição de terras passou a ser vista como viável do ponto de vista econômico, na tentativa de refluir o êxodo rural. No entanto, as terras que foram expropriadas eram pertencentes, sobretudo, aos conglomerados econômicos do Sul (ironicamente onde ocorreram as primeiras ocupações de terra do MST) e não aos “rincões do Maranhão e Acre”, como se almejava inicialmente. Dados os altos índices de concentração fundiária, esboça-se uma proposta de reforma agrária por ocasião da elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), alicerçado no “Estatuto da Terra”, no qual se definiu a “função social” da terra para fins de reforma agrária, ainda que mediante a obrigatoriedade de indenização dos latifúndios desapropriados (MAESTRI, 2005).

O PNRA, apresentado no ano de 1985, buscou resgatar um aspecto central do Estatuto da Terra (1964): “[...] a preocupação em neutralizar alguns setores de grandes proprietários mediante o fio condutor da penalização da propriedade especulativa, desapropriando o que foi definindo como terras improdutivas” (MENDONÇA, 2006, p. 91). Assim, previa a desapropriação das terras por interesse social, cuja indenização poderia ser paga em Títulos da Dívida Agrária (TDAs) e não em dinheiro. De acordo com Márcia Motta (2014), rompia-se com o paradigma da propriedade individual e absoluta. Propunha-se, assim, o princípio da “[...] concessão de uso das terras públicas – devolutas ou não – para fins de colonização e de reforma agrária, garantindo que a terra não seria passível de venda a terceiros” (MOTTA, 2014, p. 14).

Inicialmente, o MST contava com avanços nos critérios de distribuição da propriedade, diante da sinalização positiva do governo federal para discutir a questão da reforma agrária através dos seus instrumentos⁵. No entanto, a proposta do governo contou com uma forte reação dos setores latifundiários e agroindustriais e também de setores liberais, já que naquela conjuntura significaria fornecer “legitimidade” às demandas dos trabalhadores rurais e sem-terra que já estavam adquirindo visibilidade

⁵ Em 1984, o presidente Tancredo Neves chamou o MST para fazer parte da equipe de estudos responsável por elaborar o I PNRA. Nove meses após a edição do PNRA, o MST, ao perceber nenhuma movimentação sobre o tema da reforma agrária, realizou a ocupação da fazenda Annoni, em Sarandi (RS). Houve muita pressão, com uso da Brigada Militar e, pela primeira vez, a intervenção da UDR (TERRA, 1989, p. 10).

no cenário nacional. As pretensões de realizar a reforma agrária, inclusive de setores governamentais, foram sufocadas com a supressão e a alteração de vários pontos da proposta original do PNRA. Essa ofensiva demonstrou o caráter multiforme do latifúndio, resultado da política de estímulo industrial durante a ditadura militar, com o imbricamento de vários setores.

A resposta à organização dos trabalhadores e ao PNRA foi a criação da União Democrática Ruralista (UDR), a qual utilizou inúmeros expedientes para evitar a aprovação de qualquer medida que alterasse a estrutura fundiária no Congresso Nacional e, localmente, fazia uso de “capangas” com ações de intimidação, perseguição, coerção, violência física e mesmo a morte de centenas de camponeses e sindicalistas. Foi recorrente o uso de pistoleiros e capangas no Nordeste. A ditadura agiu com muita violência no Nordeste, principalmente pelo papel desempenhado pelas Ligas Camponesas. Todavia, mesmo vivendo sob o rígido controle dos governos militares, vale lembrar, que as organizações dos trabalhadores e camponeses não esperavam a volta oficial da democracia para expressar suas resistências aos processos de expulsão e de subordinação de que eram vítimas, em contextos e formas distintos (MEDEIROS, 1989, p. 211).

Nesse cenário é que surgem os “sem-terra”. O lastro das “oposições sindicais” se estende para além da atuação nas ações sindicais. De acordo com Medeiros (2004), a formação desse contingente deu-se devido ao processo de pauperização que sofreram os pequenos proprietários e arrendatários na década de 1980. As alterações comportamentais na esfera pública, com a suposta modernização do setor agrário, não se traduziram em melhores condições de vida e trabalho, ainda marcadas pela violência e pelas ameaças (MEDEIROS, 2004). Muitos desses agricultores e seus filhos se recusavam a ingressar nos projetos de colonização nas áreas de fronteira.

Segundo Medeiros (2010), nos últimos quarenta anos os movimentos sociais do campo ocuparam a cena política. Ocorreram resistências por parte dos posseiros, arrendatários e foreiros aos processos de expulsão que estavam ocorrendo nas terras em que trabalhavam a partir das Ligas Camponesas no Nordeste. O processo de redemocratização dos anos 1980, o fim da ditadura civil militar e as sucessivas denúncias da Igreja acerca das condições de vida e de trabalho dos camponeses, principalmente por parte da CPT, contribuíram para uma reorganização dos trabalhadores. A possibilidade de se manter e/ou de conquistar terras, mas principalmente de garantir a manutenção dos seus usos tradicionais, fortaleceu as

discussões acerca de um ideal camponês, então “condenado à extinção” devido ao avanço da chamada modernização agrícola.

Em todo o território nacional, com destaque para as regiões Centro-Oeste e Norte, agentes pastorais, padres e bispos ligados à Igreja Católica e outros pastores pertencentes a outras igrejas cristãs, com inspiração na Teologia da Libertação, atuaram como lideranças, denunciando os casos de violência e apoiando as lutas de posseiros, camponeses e seringueiros. Os religiosos contribuíram na organização política dos trabalhadores, por meio da participação em comissões, associações e sindicatos; e na esfera produtiva, estimularam a realização de mutirões e roças comunitárias, onde desenvolviam os valores políticos cristãos de solidariedade, igualdade e união (SCHREINER, 2012).

O documento “Igreja e problemas da terra” expõe em tom de denúncia a miséria, a exploração e a violência a que os trabalhadores da terra estavam submetidos. O texto critica de forma contundente a política agrícola brasileira, a qual estaria privilegiando as grandes corporações através de incentivos fiscais, contribuindo para a especulação e a concentração fundiária. O referido documento apresenta dados da população rural criticando a sua distribuição e a gradual diminuição no número de lavradores proprietários, conforme observamos:

Em 1950, apenas 19,2% dos lavradores não eram proprietários dos seus estabelecimentos rurais. Em 1975, essa porcentagem tinha subido para 38,1%. Em 1950, para cada lavrador não proprietário havia 4,2 que eram proprietários. Em 1975, para cada lavrador não proprietário havia apenas 1,6 proprietários. (Ibid, p. 279-280).

Para refletir sobre esses dados, apresentamos o quadro descrito por José Alcides Figueiredo Santos (2002) em “Estrutura de posições de classe no Brasil. Mapeamento, mudanças e efeitos na renda”, no qual o Nordeste é a grande região dos autoempregados agrícolas. Segundo os dados apresentados pelo autor, a região engloba 35,5%. A concentração de terras no país sempre mostrou índices muito altos e, por consequência, a cada década mais camponeses sem-terra vagavam pelo país. Uma das formas de medir essa concentração é utilizando o Índice Gini. Com esse índice, podemos ver, no quadro a seguir, a concentração de terras no Brasil durante as décadas de 1970 a 1980.

Quadro 1 - Evolução do Índice Gini por Região e Brasil, 1970 a 1985.

Região	1970	1975	1980	1985
Norte	0,831	0,863	0,841	0,812
Nordeste	0,854	0,862	0,861	0,869
Centro-Oeste	0,876	0,876	0,861	0,857
Sudeste	0,760	0,761	0,769	0,772
Sul	0,725	0,733	0,743	0,747
BRASIL	0,843	0,854	0,857	0,857

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1985.

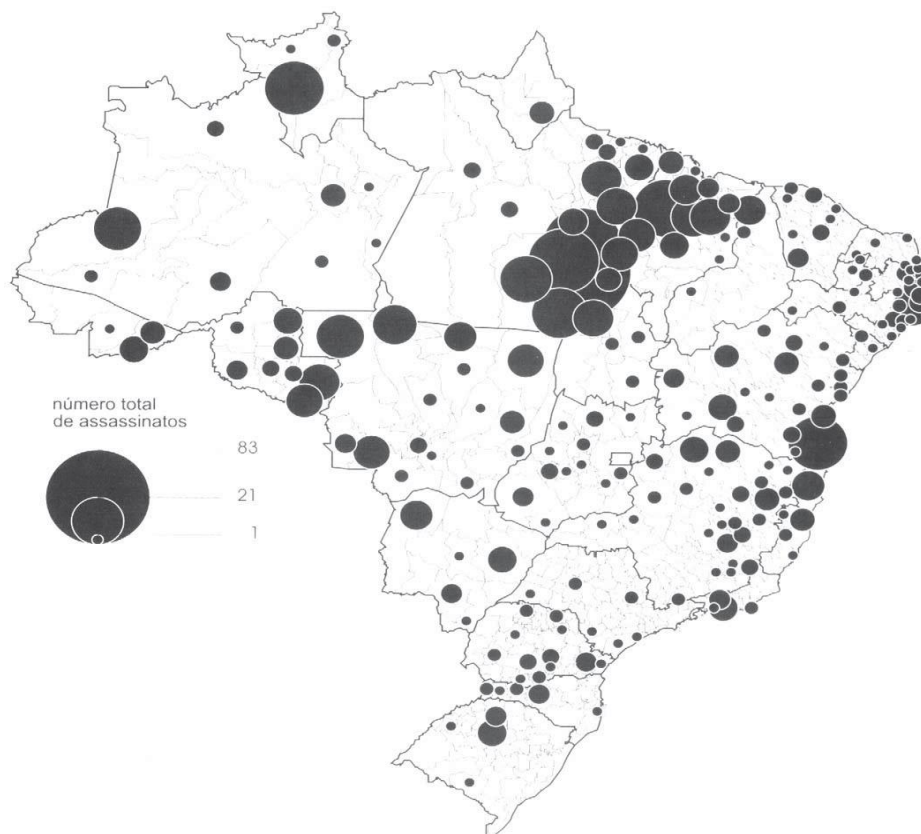
Como colocado pelo quadro, a concentração de terras no Brasil se mostrava (e ainda se mostra) extremamente alta, quando o índice chega muito perto do 1. Para ilustrar isso, podemos dizer que 36,62% dos proprietários rurais em 1970 tinham menos que cinco ha, e o conjunto de suas terras representavam 1,32% das terras de estabelecimentos rurais. Já na outra ponta, estão os proprietários com mais de 100.000ha, que não chegam a uma porcentagem expressiva, mas detinham na época 2,4% das terras. Nos anos seguintes, a concentração fundiária só aumentou – os proprietários com menos de cinco ha passaram a concentrar 1,25% das terras em 1975 e 1,07% em 1980. Já os grandes latifundiários, que chegaram a expressar apenas 0,001% em 1980, detinham 3,91% das terras em 1975 e, cinco anos depois, essa porcentagem subiu para 3,93% (SANTOS, J., 2002).

Quanto aos conflitos ocorridos no campo brasileiro, a CPT apresenta um mapa. Trata-se de conflitos que resultaram em vítimas fatais durante os anos de 1985 a 1996. Nesse intervalo de tempo, muito rapidamente, precisamos situar a crise econômica (que resultou em expulsões dos trabalhadores das fazendas tradicionais); a apresentação da proposta do I PNRA (1985) e a resposta (política, jurídica e armada) da UDR; e a própria atuação do MST, através das ocupações de terras – que resultaram em ameaças, humilhação, despejos, violência e morte de camponeses. Na próxima seção, analisamos o depoimento de Dilei, com o intuito de perceber os contornos e as articulações que as manifestações da violência adquirem no Nordeste brasileiro pelo olhar de uma liderança sulista.

A violência no Nordeste brasileiro: as percepções de uma militante do MST

Conforme podemos observar, abaixo, a maior parte dos conflitos está localizada na Zona da Mata nordestina e na parte do Norte do país.

Figura 1 – Localização dos conflitos agrários.



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Nos conflitos pela posse da terra e processos de resistência são recorrentes os relatos de violação dos direitos humanos dos camponeses e seus apoiadores. Elegemos dois fragmentos do depoimento de Dilei que demonstram como agiam os agentes do Estado e os agentes privados, muitas vezes, de modo articulado:

A gente tinha muito medo era pistoleiro. Porque o pistoleiro, ele mata. Ele vem para matar, ele não vem para dialogar. A polícia ela pode até te prender, torturar, mas ela não te mata. Ela pode até te matar se ele tiver junto com o pistoleiro, mas quem vai fazer o papel final é o pistoleiro. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)

Aí o grupo que veio nos apoiar, os outros ficaram dizendo: Tá vendo? Eu disse pra vocês não se meterem com esse povo do Movimento'. Porque as pessoas apanharam. A irmã Dani, ela apanhou demais, ela foi muito torturada. E as pessoas que voltaram apanharam demais na primeira ocupação. Então as pessoas que vieram apoiar, elas foram extremamente espancadas pelos grupos paramilitares. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)

O medo com relação à presença policial também existia, mas em menor escala. Situação semelhante foi descrita por Ângelo Piori na resistência camponesa em Porecatu, norte do Paraná, na década de 1940. De acordo com o autor, os maiores

embates ocorreram contra os jagunços. A Força Policial, aliada dos grileiros da região, era considerada um inimigo fácil. Com pouco conhecimento da região e técnicas de guerrilha, atuava basicamente na busca e repressão dos posseiros. Com os jagunços, a questão era diferente. De acordo com autor, “eles não só eram temidos, como conheciam detalhadamente a região e lutavam de igual por igual, às vezes, com as mesmas táticas, às vezes com a mesma precisão” (PRIORI, 2012, p. 137). Após meio século da revolta de Porecatu, observamos que os agentes privados seguem atuando de forma semelhante na intimidação, perseguição e repressão dos camponeses, com o conhecimento, conivência e apoio do Estado.

Com o objetivo de estruturar o MST no Nordeste, Dilei, como ela mesma relata, não media esforços na execução de uma tarefa. No fragmento abaixo, a entrevistada descreve em quais condições realizava as vistorias de áreas para posterior ocupação. Para que a informação não vazasse, geralmente ela ia sozinha.

Eu não media [esforços]. Se você for analisar hoje, uma pessoa andar 27 km, às vezes, eu fazia isso, ou 18 km para ir fazer vistoria numa área a pé. Sabe assim...tem que ser determinado. Tem que ser determinado, se não faz. Esse negócio da determinação é central. Tem que ter determinação, se não tu não fazes. E não tinha choro. E tu determinas, tu vai e faz. E a gente fazia em piores condições. Hoje o movimento tem uma estrutura, mas naquela época nós não tínhamos. Nós íamos em cima dos carros alternativos, em cima do caminhão. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)

No seu depoimento fica claro que não existia uma separação de gênero na execução das tarefas, cabendo à liderança destacada o cumprimento delas. É possível, também, intuir certa inflexibilidade no que diz respeito a rever a decisão de ocupar determinada área por não atingir um coeficiente alto de adesão, talvez com a preocupação de demonstrar incertezas, debilidades ou fraquezas. Cabe lembrar que se tratava de uma militância que estava se constituindo em paralelo a constituição do próprio MST, formulando, experimentando e construindo um estilo singular de atuação; ao mesmo tempo, na condição de quadros políticos deslocados, recaía sob eles uma forte cobrança e expectativa por resultados rápidos, incorrendo, assim, muitas vezes, em erros, excessos e desrespeitos às concepções de direito, aos ritmos e às exigências da população sertaneja.

Em outro momento, a entrevistada relata a situação vivida em Cabrobó, sertão pernambucano, região marcada pela violência no período.

Eu não tinha medo, porque eu não conhecia como que funcionava o inimigo. Quando você conhece, você teme. Então, também não primeira ocupação da Paraíba eu não. Bem, eu os vi comentando, mas eu não vi a gravidade da violência. Eu vim tranquila. Assim, dormia já com bota, com a mochilinha na cabeça. Sempre assim, muito atenta, mas eu nunca vi. Depois que eu fui estudar. Meu Deus do céu: Como que eu tive tanta coragem? Então, às vezes a ingenuidade, a ingenuidade de não saber quem é o inimigo. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)

As considerações de Dilei desafiam-nos a confrontar as acusações dirigidas às lideranças sulistas sobre o não respeito às diferenças regionais, com destaque à falta de iniciativa, ao paternalismo e à acomodação dos camponeses nordestinos. Para a entrevistada, diferentemente dos sulistas, os sertanejos conheciam bem as relações de poder no campo. Sabiam por meio da história oral o que havia acontecido com os trabalhadores vinculados às Ligas Camponesas ou envolvidos com greves e demais movimentos de resistência no campo nos anos anteriores (CARNEIRO; CIOCCARI, 2011). A presença da violência, aliada ao sentimento de impunidade, fazia com que as populações locais temessem por suas vidas e de suas famílias, não aderindo às ocupações no ritmo e formato propostos pelo MST. As lideranças sulistas, por sua vez, no ímpeto de cumprir suas tarefas e mesmo por desconhecimento, possuíam outras relações com a terra e lidavam de forma distinta com a violência, como podemos perceber no depoimento de Dilei:

Nós fizemos cada loucura e nós estamos vivos. Que danado! O que explica isso? A inocência, de não saber das coisas. Por que as pessoas que vivem aqui elas tinham medo e elas sabiam. Elas sabiam, elas vivenciaram [...]. Se às vezes a gente conhece muito, a gente não faz também. Começa a criar medo. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)

O desconhecimento da realidade, do histórico de violência e dos riscos a que estavam expostos pode ter garantido a execução das tarefas. No entanto, trata-se de reflexões posteriores, as quais sugerem que a destreza no cumprimento de determinadas tarefas poderia estar associada ao desconhecimento do inimigo, denominado por Dilei como “ingenuidade”. Por outro lado, a ousadia, a coragem e a determinação dos militantes ao realizarem ações em áreas com um histórico de violência, ou sem tradição de luta, funcionavam como exemplos – de disciplina, dedicação, compromisso com a organização e espírito de sacrifício, fundamentais para a aproximação e a incorporação de novos integrantes no MST no contexto estudado.

Acompanhando a sua narrativa fica suficientemente claro que a inserção no Nordeste oportunizou reflexões, críticas e autocríticas por parte de integrantes do MST.

Dilei, por exemplo, busca contextualizar e identificar as origens de determinadas características para evitar naturalizações. Para a entrevistada, a histórica relação de “reciprocidade desigual” e de dependência teria contribuído para que os camponeses aguardassem o recebimento de ordens ou orientações de como proceder. Este perfil se mantém nas relações estabelecidas nos acampamentos, onde os militantes, muitas vezes, são identificados e percebidos como autoridade (WOLFORD, 2010). Em outro momento da entrevista, essa linha argumentativa é ratificada, quando ela afirma que, sem entender a formação histórica, social e política das populações sertanejas, somos conduzidos a pensá-las como acomodadas. A partir desse entendimento, e considerando o quadro de violência direta e indireta a que estavam submetidos, Dilei problematiza o hiato existente entre a realização do I Congresso Nacional do MST, em 1985, e o início do trabalho organizativo na Paraíba, no ano de 1989.

Por que as pessoas foram para o Congresso Nacional, voltaram e não fizeram a ocupação de terra? É por que elas eram incompetentes? Por que elas não tinham compromisso? [...] É muito fácil a gente dizer: nãooooo o povo da Paraíba foi, a gente convidou para o Congresso, dos próprios outros estados, depois voltaram porque é um povo acomodado, porque é um povo que não quer construir o Movimento, não se definiu. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)

O depoimento acima, em tom de crítica, sugere que muitas das “cobranças” sobre o ritmo da expansão do MST resultavam do desconhecimento do histórico de violência da região e da diversidade no mundo rural brasileiro, principalmente no contexto pós-ditadura. Em vários momentos do depoimento, identificamos situações de violência sofrida pelos sem-terra e seus aliados. Trata-se de ameaças, perseguições, intimidações, prisões, agressões físicas e psicológicas e despejos praticados pelos agentes do Estado, ou pelo *jaguncismo* ou pistolagem.

Diante deste quadro, algumas estratégias foram forjadas para garantir a continuidade do trabalho e a própria segurança física da militante. Dilei, conta que ficava “no meio do povo”, optando por não se diferenciar dos demais acampados e/ou assentados: “*Eu sempre preferia estar no meio do povo a estar fora dele. Fora do povo é bem mais perigoso. Isso me dava segurança. Eu preferia mil vezes estar no meio do povo*” (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015). De acordo com a entrevistada, além de estar preocupada com eventuais hierarquizações no trato com os sertanejos, sua postura resultava de uma preocupação com a própria segurança, pois assim ficava

menos visada pelos adversários. Para ela, o suposto anonimato forneceria maior segurança, evitando, assim, os ataques dirigidos aos dirigentes.

Considerações Finais

Os relatos de violência observados datam do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, sendo alguns extremamente recentes. Estes, portanto, não figuram no Relatório da Comissão Camponesa da Verdade (CCV, 2014), criada com a finalidade de apresentar e denunciar os casos de violação dos direitos humanos de os camponeses pelo Estado e agentes privados, durante os anos de 1946 a 1988. A entrevista demonstra, portanto, a continuidade, a manutenção e a persistência das práticas de violação contra os camponeses e seus apoiadores mesmo após o fim da ditadura; e, ainda, que o número de violações é muito maior do que se estima. Soma-se o recorrente silenciamento dessas vozes, contribuindo, assim, para o processo político e social de invisibilização das lutas e resistências camponessas.

Observamos, ainda, no processo de expansão do MST, que o desconhecimento da realidade nordestina e das relações de controle e de dominação vividas pela população local, em grande medida contribuiu para o cumprimento das tarefas da militância no Nordeste. Por outro lado, a leitura inicial, pautada na crença de um desinteresse dos sertanejos em incorporar as fileiras do Movimento, é transformada após a convivência com eles. A militância seguida da migração altera, assim, as referências da liderança e se traduzem em uma nova *mirada* sobre os sertanejos. Hoje, por exemplo, os significados atribuídos a “determinação” e a “coragem” se confundem no depoimento da militante.

Fontes

BRASIL. Poder Legislativo. Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985. Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, [recurso eletrônico]. Brasília, DF, 10 outubro de 1985. Disponível em: <http://portalantigo.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/pnra-plano-nacional-de-reforma-agraria/file/481-i-pnra>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE (CCV). **Relatório Final da Comissão Camponesa da Verdade** – Violações de Direitos no Campo (1946-1988). Brasília, 2014. Disponível em:

<<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/Relat%C3%B3rio%20Final%20Comiss%C3%A3o%20Camponesa%20da%20Verdade%20-%202009dez2014.pdf>>. Acesso: em 6 jun. 2018.

CNBB. 18ª Assembleia da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). **Igreja e problemas da terra**, Itaici, 1980. In: STEDILE, João Pedro (Org.). O debate na esquerda (1960- 1980). v. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Comissão Pastoral da Terra (CPT). **Conflitos no Campo Brasil**. 1995. Disponível em: www.cptnacional.org.br. Acesso em 12 jun. 2018.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Plano Nacional do MST (1989 - 1993). **Caderno de Formação n. 17**. São Paulo: MST, 1989.

SCHIOCHET, Dilei. **Entrevista Oral** [gravada] realizada por Rose Elke Debiassi. Lagoa Seca (PB), 29 jun. 2015. 2h17min.

Referencias bibliográficas

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2005.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARRI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo - Brasil 1962-1985**. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. 2. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2011.

DEBIASI, Rose Elke. **Migração, memória e militância**: a estruturação do MST no Nordeste brasileiro (1985-1995). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016, 313p.

_____. O debate sobre a política de deslocamento de militantes do MST (1985-1993). In: III Seminário Internacional do Tempo Presente, 2017, Florianópolis. **Anais do Seminário Internacional do Tempo Presente**. Florianópolis: UDESC, 2017.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). História Oral: desafios para o século XXI. In: JOUTARD, Philippe. **Desafios à História do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz/Casa de Oswaldo Cruz/ CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 31- 47.

PRIORI, Angelo et al. A revolta camponesa de Porecatu. In: **História do Paraná: séculos XIX e XX** [online]. Maringá: Eduem, 2012. p. 129-141. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-11.pdf>>. Acesso em 7 abr. 2016.

POLLAK Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

MAESTRI, Mário. A aldeia ausente: Índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil 2**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **As novas faces do rural e a luta por terra no Brasil contemporâneo**. Colômbia: Nômadás. Universidad Central Bogotá, 2004.

_____. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

_____. Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade: o MST e a reforma agrária no Brasil**. Tradução: Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 113-136.

MENDONÇA, Sonia Regina de; STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão Agrária no Brasil 5 - A classe dominante agrária: natureza e comportamento – (1964 – 1990)**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MOTTA, Márcia. O atraso da História: campesinato e engajamento (1964-1996). **Passagens - Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**. Rio de Janeiro: vol. 6, n. 1, jan./abr., 2014, p. 4-24. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/revistapassagens/artigos/v6n1a12014.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2014.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. **Estrutura de posições de classe no Brasil**. Mapeamento, mudanças e efeitos na renda. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.

SCHREINER, David Félix. **Entre a exclusão e a utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (Região Sudoeste/Oeste do Paraná)**. USP, 2012. 461f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2012.

SOUZA, José Carlos Lima de. **O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – O moderno príncipe educativo brasileiro na história do tempo presente**. UFF, 2008. 260f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2008.

WOLFORD, Wendy. Assentamentos do MST em Pernambuco: identidade e resistência. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade: o MST e a reforma agrária no Brasil**. Tradução: Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 373-394.



GT 7 – Cidãanias e protagonismos políticos: redefinição de posições sociais das mulheres do campo

Mulheres rurais e saúde mental: implicações do ser mulher rural no Povoado do Angico em Mairi/BA¹

Alexsandra de Souza Fernandes²

Maria Lúcia da Silva Sodré³

Resumo:

O trabalho clínico da primeira autora no CAPS constatou um índice relevante de casos em mulheres do campo com transtorno mental diagnosticadas com depressão e ansiedade. Assim, objetivou-se identificar fatores que podem levar mulheres rurais do Povoado do Angico em Mairi/BA a desenvolverem quadro de transtorno mental, e, seus impactos. Foi realizada pesquisa documental e campo com abordagem qualitativa. Resultados apontaram problemas conjugais como principais fatores para desenvolvimento do TMC.

Palavras-chave: Mulheres Rurais; Transtornos Mentais, Desigualdades de Gênero.

¹ Artigo parte da Dissertação de Mestrado da primeira autora orientada pela segunda autora.

² Psicóloga e Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social – UFRB, alexandrafernandes.psi@gmail.com.br

³ Doutora em Sociologia pela UFPE, Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, mlsodre@ufrb.edu.br

1. Introdução

Apesar da relativa escassez de estudos empíricos voltados para a saúde mental das populações rurais, a literatura vem mostrando que os trabalhadores rurais representam uma parcela da população que possui um risco substancialmente maior que a população geral para o desenvolvimento de problemas em relação à saúde mental e aos Transtornos Mentais Comuns (TMC) (COSTA; LUDEMIR, 2005; FARIA et al., 2000 apud COSTA, 2013 p.01).

São considerados transtornos mentais comuns os transtornos somatoformes, de ansiedade e de depressão. Seus sintomas mais comuns são: insônia, fadiga, irritabilidade, esquecimento, dificuldade de concentração e queixas somáticas. Estudos apontam que os transtornos mentais comuns são mais frequentes nas mulheres, nos mais velhos, nos negros e nos separados ou viúvos (COSTA; LUDERMIR, 2005, p.73). Nesse contexto, as mulheres rurais, objeto deste estudo, foram definidas dentre aquelas atendidas no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de Mairi/Bahia, diagnosticadas com quadro de depressão e ansiedade.

Acredita-se que conhecer a situação da saúde mental das mulheres no campo, se faz importante para compreender se as ações das políticas públicas de saúde mental para atendimento a esta população, em particular, está sendo realizada de forma eficiente, e compreender também se as políticas, de modo geral, para o meio rural tem um enfoque diferenciado em relação às mulheres rurais com transtornos mentais. Tal conhecimento é importante, pois, estudos apontam que quando ocorrem problemas de saúde mental, especificamente, com as mulheres, os núcleos familiares inteiros são afetados com tal situação. Diante de tal problemática, o objetivo geral desta pesquisa foi compreender fatores que podem levar à população estudada a apresentar um quadro de transtorno mental.

Metodologicamente, para esta pesquisa, foi escolhido o Povoado do Angico localizado no município de Mairi-BA por prevalecer uma parcela maior de mulheres que fazem tratamento de depressão e ansiedade no CAPS do município. Para compreender a singularidade da temática, saúde mental das trabalhadoras rurais, adotou-se um estudo descritivo por meio de uma abordagem qualitativa. O método utilizado foi

o de estudo de caso, por permitir uma melhor compreensão da realidade socioeconômica e psicológica do objeto em questão, de forma detalhada. Quanto à coleta de informação foi realizada uma pesquisa documental nos prontuários das mulheres atendidas no CAPS, sendo selecionado um recorte populacional total de 10 mulheres, 6 com diagnóstico de depressão, e 4 com o diagnóstico de ansiedade. Os dados primários foram realizados mediante pesquisa de campo, e, os procedimentos de coleta de dados através de entrevistas semiestruturadas. A maioria das mulheres que participaram desta pesquisa tem idade acima de 47 anos e uma frequência média de 38 atendimentos anuais no CAPS.

2. Tecendo uma análise sobre mulher rural, saúde mental e desigualdade de gênero

As situações do meio rural brasileiro vêm sendo marcada pelas desigualdades sociais, que se expressa quando são comparadas pelas condições da população urbana. Assim, a análise das desigualdades e das condições de vida das mulheres rurais deve levar em conta as precárias condições de vida e de acesso a políticas públicas mínimas nas zonas rurais, especialmente nas regiões mais pobres do país, que afetam sobremaneira as mulheres, aprofundando ainda mais as desigualdades específicas de gênero (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, pg. 02).

E, mesmo com os avanços no campo entende-se que a acessibilidade da mulher do campo aos benefícios, como políticas públicas, ainda é deficiente e precária sob diversos aspectos, sendo a saúde da mulher rural uma questão que necessita ser priorizada.

Sobre a saúde no mundo, estudiosos de diferentes culturas dão diferentes definições à saúde mental.

Os conceitos de saúde mental abrangem, entre outras coisas, o bem-estar subjetivo, a auto eficácia percebida, a autonomia, a competência, a dependência intergeracional e a auto realização do potencial intelectual e emocional da pessoa. Por uma perspectiva transcultural, é quase impossível definir saúde mental de uma forma completa. De modo geral, porém, concorda-se quanto ao fato de que saúde mental é algo mais do que a ausência de transtornos mentais (OMS, 2001, p. 03).

Destaca-se que, a saúde da trabalhadora rural não é vista do mesmo modo que a saúde da mulher trabalhadora urbana, pelas diferenciações, não somente, sobre as condições fisiológicas as quais possuem com mais fácil acesso, e sim, principalmente

suas condições socioeconômicas, marcadas pela pobreza, falta de boas condições de moradia, analfabetismo, estradas, difícil acesso a assistência social e a saúde. Assim, para se ter “saúde”, conforme conceito da OMS, é necessária que as pessoas sejam assistidas na sua integralidade, portanto, nos âmbitos físicos, mental e social.

As trabalhadoras do campo também estão imbricadas à limitação da sua situação de mulher não somente na perspectiva de reprodução e do cuidado com a família, mas também, o cuidado com a terra. Nesse contexto a trabalhadora do campo vivência um duplo processo de discriminação, dentro dos limites impostos pelas condições de produção e reprodução da sua vida como trabalhadora, dentro de um modelo de desenvolvimento econômico que a exclui e oprime duplamente por ser da classe trabalhadora e por ser mulher (SCHWENDLER, 2009 apud PIRES; JESUS, 2012, p. 01).

De acordo com Costa (2014) o tema saúde da mulher tem sido relativamente, pouco estudado, salvo quando relacionadas aos grupos de riscos, como gestantes, adolescentes e idosas, no entanto, não se preocupando dentro de uma perspectiva psicossocial, mais, sobretudo, com base nos fatores biológicos da mulher.

Neste processo de saúde e doenças, fatores sociais, econômicos e culturais estão intimamente ligados e variam no tempo e no espaço. Diante disso pode-se dizer que a realidade do lugar da mulher rural atualmente se encontra ainda assentados em relações desiguais, afetando diretamente a saúde desta, pois as situações de conflitos de papéis, e, de gênero na zona rural interferem diretamente na saúde da mulher. Na maioria das sociedades, as relações de gênero são desiguais. Os desequilíbrios de gênero se refletem nas leis, políticas e práticas sociais, assim, a literatura apresenta relatos de autores sobre situações vivenciadas pela mulher rural, os quais demonstram maiores vulnerabilidades em vários aspectos. Um dos fatores comumente apontado pelos autores refere-se à sobrecarga de trabalho, pois, elas acumulam várias tarefas em diversos espaços. Como pode ser destacado:

O trabalho rural (feminino) ocorre em uma jornada contínua, do amanhecer até tarde da noite, sem tempo para lazer e para si. O espaço também é pouco separado entre a casa e o quintal, muitas vezes sem distinção entre o que é espaço doméstico e aquele destinado ao trabalho produtivo, o que faz com que a sobrecarga de trabalho seja muito maior do que a dos homens, muito embora o reconhecimento social como trabalhadora seja bem menor e os ganhos, em termos de renda, mais reduzidos ainda (SILVA, 2011 apud COSTA, 2014, p.98).

Estes fatores são fortemente presentes de maneira conflitante na vida da mulher rural, e não se pode esquecer a influência das questões psicológicas para com a saúde mental da mulher, pois cada sujeito traz consigo sua subjetividade, isso quer dizer sua forma de ver ou reagir às situações do seu meio.

As diferentes faces da mulher enquanto portadores de transtorno mental podem ser apontados, primeiramente, a dimensão humana, que Carrasco (2002, p. 115), define como sendo “aspectos tão essenciais para a vida como o alimento mais básico”, carregado de subjetividade e por vezes relegado ao segundo plano, são necessidades de afeto e relações, de carinho e cuidados, que compõem o ser. Assim, o desenvolvimento de transtornos mentais pode está ligado também às formas de interação do sujeito, aqui em questão, às formas de interação da mulher rural com os seus vínculos sociais, psicológicos, biológicos e com o meio.

De acordo com Oliveira (2007), as demandas sociais referentes ao sexo feminino colocam as mulheres em desvantagens de todos os tipos. Estas desvantagens constituem riscos e vulnerabilidades não apenas para o desenvolvimento social e econômico destas mulheres, mas, sobretudo, constituem risco para a saúde, e uma saúde mental fragilizada contribui de forma importante para o sofrimento e desenvolvimento de doenças físicas e mentais.

As causas que podem desenvolver sofrimento psíquico são múltiplas, de maneira que somadas podem surgir algum tipo de transtorno mental. Levando em consideração sobre as representações socioculturais “historicamente, a zona rural é um espaço que ainda apresenta taxas lastimáveis de pobreza, de baixos níveis de escolaridade e de atenção do poder público, no que tange ao desenvolvimento social” (SILVA; DIMENSTEIN; LEITE, 2013, p. 268).

Assim, as características das condições de vida da zona rural demonstram um lugar que apesar de muitas conquistas ainda se encontra em condições de vulnerabilidade sociais para as pessoas e, além disso, é um lugar onde existe déficit da atuação do governo em promover saúde e assistência. Diante disso, ficam explicitas as condições precárias que a mulher rural vivencia, representando fatores que podem influenciar no desenvolvimento de problemas mentais. Dentro desta perspectiva, fica latente a partir de algumas pesquisas que a mulher rural possui muitas atribuições e é marcada pelas desigualdades sociais, além da desigualdade de hierarquia e de poder.

Tradicionalmente os ensinamentos do papel do feminino na zona rural são marcados pela educação dos valores e princípios voltada pela autoridade do homem dentro da família. Nesse sentido, observa-se que existem diferenças entre os gêneros, diante dos modelos de comportamentos entre o homem e a mulher. Essas diferenças de acordo a literatura estão ligadas à sua formação, a partir da cultura, que dá ao homem o poder, o papel dominante das relações entre os gêneros.

Dessa forma, a representação do papel da mulher na zona rural advindas de uma construção social deflagrada por uma cultura baseadas em diferentes papéis do homem e da mulher, que se operam, muitas vezes, sobre relações de poder. Nesse sentido:

No meio rural, a desigualdade entre os gêneros associa-se intimamente à divisão do trabalho e a dominação masculina na esfera das relações de trabalho exprime em certo grau o componente sexual da subalternidade que marca a esfera das relações domésticas, tal separação não apenas reforça a anulação do trabalho feminino, como tampouco permite estimar a carga de sobretabalho que se impõe à mulher (IPEA, 2017, p. 25).

Nesse contexto Paulilo (2012, 6) destaca que “as mulheres vêm os campos em volta de sua moradia como uma extensão da casa e não separam o trabalho que fazem nos dois espaços, declarando todas as atividades como trabalho doméstico”. Neste contexto, deve-se considerar a influência histórica do papel da mulher, sendo mais forte no espaço rural, estando às mulheres responsáveis pelo cuidado da família e pela segurança alimentar, tarefas estas construídas socialmente e que exercem uma ação de invisibilidade e precariedade da mulher em outros contextos, por suas funções serem apenas vista como reprodutivas.

Apesar de tudo diante dos movimentos contra a desigualdade, a mulher vem exercendo seu direito a cidadania. Esta por sua vez, é definida de forma geral “[...] como o conjunto de direitos que são normalmente concedidos ao homem, mas não às mulheres”. Neste sentido a organização é um caminho para colocar a mulher “[...] lado a lado do homem” (CARNEIRO, TEIXEIRA, 1995. p.46). Assim, suas ações são resultantes das diferenças estabelecidas entre o homem e a mulher.

Segundo Sales (2007, 2) “A inserção das mulheres rurais no campo político (sindicatos, associações, movimentos sociais, partidos políticos) tem possibilitado um aprendizado coletivo”. E partir dessas novas conquistas a mulher rural tem um papel transformador, posição esta que resulta em novos arranjos de vida. E assim, “permitir romper, em parte, sua invisibilidade”, como destaca Carneiro (1994, 14).No entanto,

segundo Ferrante (1982. p. 97) “[...] o trabalho da mulher no campo, envolvido em uma trama de relações, que o tornam preso às amarras às vezes invisíveis, ainda apresenta-se como um objeto de estudo pouco explorado, mas, nem por isso menos importante”.

Para Carneiro (1994), o fato da mulher “trabalhar fora” é visto como um fator que acentua essa situação. A exclusão do marido do processo produtivo pode implicar na ameaça à perda de sua autoridade como chefe de família, mas não corresponde a um ganho de autoridade pela mulher. A divisão do trabalho é associada diretamente pela dominação masculina.

Outra questão tão importante neste cenário refere-se à análise das políticas públicas à luz das questões de gênero, tal como pensar em que medida a política contribui ou não para reforçar as desigualdades estruturantes, não apenas ao modelo produtivo, mas das relações sociais entre homens e mulheres.

2. Saúde mental e mulher rural: narrativas a partir das mulheres no Povoado do Angico – Mairi/BA

Em campo foi possível observar os principais fatores que podem levar as mulheres rurais do Povoado do Angico em Mairi- BA a desenvolverem um quadro de transtorno mental. Os dados de campo, a partir dos discursos das entrevistadas, destacaram que 50% das mulheres revelam ter um relacionamento conjugal ruim, e afirmaram que os motivos que levaram a desenvolver problemas psicológicos e emocionais foram problemas conjugais.

Outras entrevistadas reforçam este discurso, onde, segundo elas, “[...] o que fez com que eu ficasse doente foi o casamento”; “o que fez eu ficar assim foi problema com meu marido, acho que ele tem outra, me trata mau, só paga as contas e acha que deve fazer só isso”; “[...] acho que o problema foi meu marido, sabe que eu era nervosa e ele não ajudava, era nervoso também.

Contudo, outras entrevistadas afirmaram que isso não foi o fator determinante, afirmando que: “[...] meu relacionamento não é muito bom, mais a gente teve que casar e agora já está os dois velhos, tem que fazer por viver, nunca foi muito bom”. Percebe- nesta declaração que o problema conjugal está presente desde o início do casamento podendo ser um dos fatores estimulantes para o aparecimento do transtorno, ainda que não seja percebido.

Questões sobre gênero ficaram marcadas pelos resultados demonstrando, uma maior proporção em relação aos outros resultados, onde 50% das entrevistadas acreditam terem desenvolvido o transtorno mental decorrente de conflitos conjugais. Durante as entrevistas ficou latente a ideia dos problemas no casamento, como fonte de angústia, decepção e a vivência de discriminação. E, estes aspectos podem representar um aumento de carga emocional para as mulheres.

Em relação às condições de relacionamento familiar, social e profissional em média 90% das entrevistadas revelam estarem satisfeitas com esses vínculos. Ficaram fortemente marcado, quando questionado em relação ao relacionamento com a família desde a infância até os dias atuais, 100% das entrevistadas relatam ser ótimo e bom. Como segue o relato: “sempre foi bom o relacionamento com a família, sempre foi unida, sempre tinha amor pela família, tenho sete irmãs, quando tá doente tá perto, tenho muito amor pela família, quando não ama a família não ama mais ninguém, tem gente que diz que nada de família, não acho assim”.

Em relação ao relacionamento com a comunidade, o trabalho de campo apontou de maneira satisfatória, a boa convivência com as pessoas do povoado, o que ficou evidenciado que há um sentimento de pertencimento ao local e às pessoas do local, os vizinhos.

É sabido que o fator financeiro é importante para o bem-estar, isso pela possibilidade de proporcionar uma qualidade de vida melhor, dados de campo revelaram que 40% das mulheres são provedoras do seu lar e 30% são responsáveis dos familiares, nesta somatória percebe-se que 70% destas mulheres não dependem do seu cônjuge para o sustento da casa, fato relevante, já que o aspecto econômico está ligado à dominação masculina.

Este resultado pode indicar que, é possível que a independência financeira da mulher em relação ao homem possa desenvolver no cônjuge um sentimento de insegurança e conseqüentemente comportamentos agressivos, como observado na teoria.

Outro fato importante na pesquisa é a fonte de renda dessas mulheres. O campo apontou que 80% possuem benefícios governamentais, 50% são transferências do programa como o Bolsa Família e 30% do Benéfico de Prestação Continuada (BPC) e aposentadoria. Nesse sentido, percebe-se que existe emancipação financeira dessas mulheres, podendo desenvolver empoderamento de suas vidas. Os programas governamentais são de grande importância para o desenvolvimento do país e milhares de

peessoas sobrevivem destes recursos, principalmente pessoas que vivem em áreas mais vulneráveis, como a zona rural. Cabe destacar o discurso de uma entrevistada que afirma que: “[...] o que ganho na roça é pouco, acho bom ter o bolsa família, porque se não tivesse era pior”.

Estudos apontaram como já discutidos anteriormente que, são muitos os motivos que podem levar uma pessoa a desenvolver um quadro de transtorno mental, neste estudo foi possível perceber também motivos variados atribuídos pelas mulheres entrevistadas. Uma delas apontou em seu relato que: “[...] o que pode ter contribuído foi à tristeza pela não aceitação da minha opção sexual pela parte de meus pais”. A avaliação sobre esse relato não só revela uma situação de conflito que envolve relação de gênero/opção sexual como também reflete um quadro de discriminação dentro da própria família.

Uma das características do perfil das entrevistadas revelou sobre a sua escolaridade. Em campo foi possível observar que 50% delas possuem o 1º incompleto, 20% delas, conseguiram completar o 1º grau, e, 30% referem-se ao percentual que já tem o 2º grau completo. Assim, constatou-se que a maioria dessas mulheres possui um baixo nível de escolaridade, e que algumas relataram sua frustração por não ter continuado os estudos, como declarou: “[...] não estou satisfeita com o estudo, desejava fazer uma faculdade, mais não pude, hoje é mais fácil, naquela época era mais difícil”. Esse discurso não só reflete a frustração de não ter feito uma faculdade, como também deixa explícito que o acesso à educação antigamente, sobretudo, no campo, era ainda mais precário que os dias atuais.

Em relação à ocupação, quando questionadas sobre qual a sua profissão, assim como, se elas estavam satisfeitas, todas entrevistadas responderam ser agricultoras e declararam que também se sentem realizadas por ter essa atividade, apesar de terem outras atribuições, como, dona de casa, e também empregada doméstica. As entrevistadas declararam que são elas as responsáveis também pela atividade de criação de galinhas e quebra de ouricuri (amêndoa).

Em relação à sua função, especificamente, enquanto agricultora percebeu-se que o trabalho com o plantio é algo extremamente satisfatório para elas, inclusive, podendo atribuir a esta função com caráter terapêutico, ou seja, um tipo de serviço que causa prazer, satisfação e felicidade às mulheres que vivem no povoado. Como relata uma entrevista: “[...] considero boa à profissão, porque é bom plantar, colher, me

dedico em casa todas os dias por 5 horas, e, na roça por 3 horas. Planto melancia, milho, feijão, mandioca, quando vendemos é na feira e o dinheiro mãe fica, para despesas de casa”.

Outra entrevistada relatou que 90% do plantio são destinados ao consumo direto, para o sustento da casa. E dentre a fração que é destinada à venda, em média 70% , é vendida na feira do próprio povoado, que acontece apenas uma vez por semana, sendo que o lucro da venda é para despesas da casa.

A pesquisa de campo apontou ainda que, todas as mulheres possuem várias funções, como o trabalho em casa, na lavoura, como empregada doméstica, entre outros, e, esses fatores, não foram o motivo do desenvolvimento dos transtornos, os relatos refletem que essas funções, sobretudo, as atividades desenvolvidas na agricultura, causam satisfação e prazer, é como se essa atividade tivesse uma função terapêutica, porque mesmo com todas as dificuldades enfrentadas como os sintomas, a falta de recursos financeiros e climáticos, por conta da seca e a falta de água, demonstraram desejo em continuar a plantar.

Portanto, os resultados desta pesquisa, aqui apresentados contrapõem a pesquisa de Costa (2014), quando a autora relata que a tripla jornada de trabalho das mulheres rurais, com a casa, a família, e com o plantio de dia até a noite, sem distinção de hora, é um gerador de problemas emocionais e psicológicos. Por outro lado, ficou visível a falta de conhecimento dos seus direitos e como obter acesso o seu desenvolvimento em função da sua contribuição na agricultura familiar, sobretudo o acesso a políticas públicas.

Em campo foram realizadas perguntas sobre fatores que poderiam influenciar na melhoria da qualidade de vida das mulheres. Em relação ao trabalho na roça, este registrou que 100% delas estão satisfeitas. A sensação de ser aceita pelas pessoas, também teve um percentual elevado com 80% das respostas e as entrevistadas revelam se sentir acolhidas pela comunidade. O fator religião também foi apontado pelas mulheres como aspecto positivo em suas vidas, pois, 100% delas relataram ter uma religião, onde 80% são católicas e 20% evangélicas. Estes fatores em seu conjunto, segundo as entrevistadas, refletem melhores condições de vida. Percebeu-se a predominância religiosa, fato este, que pode influenciar nas atitudes das mesmas, sobre vários aspectos, a crença é fortemente marcada na vida dessas mulheres, a fé em Deus,

traz paz e tranquilidade ajudando assim nos sintomas decorrente dos transtornos, que ocasionam sentimentos de tristeza e pensamentos negativos, além da insônia.

Os dados de campo destacaram ainda que 90% dessas mulheres não vivenciam situações de diversão, e relatam que só vão à igreja, descrições como estas se repetem em outras entrevistas, como relata uma delas: “[...] não me divirto, só vou pra igreja”. É sabida a importância de atividades de lazer para o bem estar das pessoas, pois o lazer traz benefícios para a qualidade de vida, como destacam Carneiro e Kollett “[...] o lazer está ligado a um universo de variações que proporcione bem estar, afastando de si o sentimento de incapacidade, tristeza e abandono que muitas vezes podem levar ao surgimento de processos patológico” (2012, p.09).

Um dos aspectos também apontado nos resultados da pesquisa refere-se à existência de histórico familiar de pessoas com transtornos mentais. 80% responderam que existem familiares com transtornos mentais. Esses dados revelam a possibilidade da interferência de fatores biológicos no desenvolvimento dos transtornos mentais na população estudada. A depressão pode ser desenvolvida por diversos fatores, como perdas, ideias negativas sobre si mesmo, frustrações, entre outros, entretanto para Horta (2012) a conjunção de fatores genéticos e bioquímicos é responsável por desenvolver transtornos mentais, a autora traz como exemplo, o caso de gêmeos, e, ressalta que, se um gêmeo tem depressão, seu irmão terá 46% de chances de desenvolver também.

E nesse sentido, acredita-se que, a influência da convivência com pessoas que vivem com transtornos mentais, ou seja, o fator interacional, pode representar outro aspecto importante, e, ainda pouco pesquisado, pois, o convívio com pessoas que possuem os sintomas pode estimular o outro e desenvolver os mesmos problemas. Neste caso, a família é considerada o grupo mais próximo e íntimo do doente mental e por isto membros da família estão mais vulneráveis emocionalmente, por serem os responsáveis pelos cuidados. Assim, se as mães rurais são diagnosticadas com TMC, o fato do contato direto com seus filhos, sobretudo, deve ser uma preocupação a mais para as políticas públicas.

Por outro lado, familiares que têm dificuldades no entender sobre a doença mental, e seu tratamento, bem como, instabilidade afetiva, por não saber lidar muito bem com as mudanças comportamentais e emocionais da doença mental, e, a sobrecarga pode vir a afetar as condições físicas e emocionais destes. Portanto, conviver com um familiar que

tenha transtorno mental pode ocasionar o desenvolvimento de problemas emocionais e psicológicos.

Neste sentido, o desenvolvimento de transtornos mentais pode ser influenciado por aspectos biológicos, psicológicos e interacionais. Daí a necessidade de desenvolvimento de políticas públicas que garantam possibilidades para minimizar os transtornos, não apenas aos doentes, assim como, aos seus cuidadores, quase sempre, um familiar. Todas relatam suas diferenças na vida antes do desenvolvimento dos transtornos, em todos os aspectos descrevem uma vida melhor e que atualmente aprenderam a lidar com a doença, e se encontram estabilizadas em função da medicação.

A pesquisa apontou ainda que, mesmo com as dificuldades dos sintomas, demonstram se sentir felizes. E, essas mulheres ainda com multifunções na zona rural compreendem que sua atribuição não somente se baseia em ser dona do lar, mas se estende da casa para a lavoura. No entanto, cabe destacar que as formas de trabalho e de vida no meio rural, representada pelas atividades de produção desenvolvidas nos núcleos familiares, apontam que as desigualdades de gênero ainda são persistentes, sobretudo quando se considera o núcleo familiar de forma homogênea, desconsiderando as relações de hierarquia e poder que se fazem presentes no interior da família.

3. Considerações Finais

A pesquisa buscou apontar os aspectos que influenciam no surgimento de transtornos mentais nas mulheres rurais no Povoado do Angico – Mairi/BA. Compreendeu-se que os prejuízos decorrentes dos transtornos mentais, são disseminados em vários ângulos da vida do indivíduo: sofrimento psíquico e somático, discriminação, isolamento social, interrupções nas atividades acadêmicas e laborais, abuso de álcool e drogas, suicídios, homicídios, autoagressões, baixo rendimento ocupacional e acadêmico e aumento de mortalidade, são alguns dos exemplos.

Autores têm apresentado que o problema relacionado à saúde mental ainda enfrenta diversos gargalos em seu atendimento, sobretudo, na área rural, mesmo após a reforma psiquiátrica com a formação dos CAPS.

Os resultados desta investigação proporcionaram compreender o contexto da mulher rural com transtornos mentais, onde foram identificados os principais fatores,

sendo mais latentes os problemas conjugais. Mas, possibilitou, sobretudo, o conhecimento de outros aspectos que direta e indiretamente se relacionam com o desenvolvimento de transtornos mentais em mulheres rurais, entre eles, as formas de trabalho e de vida no campo, nos núcleos familiares, destacaram a presença persistente de desigualdades de gênero, sedimentada nas relações de hierarquia e poder que se fazem presentes no interior das famílias. Neste sentido, há necessidade de políticas públicas mais eficientes, com ações direcionadas, ao atendimento das demandas, que venham impedir que aconteçam maiores prejuízos para o paciente e para os seus familiares.

4. Referências Bibliográficas

CARRASCO, Cristina. A Sustentabilidade da Vida Humana: Um Assunto de Mulheres? **Cadernos SEMPREVIVA**, Porto Alegre: SOF, 2002.

CARNEIRO, Maria, José. TEIXEIRA, Vanessa, Lopes. Mulher rural nos discursos dos mediadores. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 5, novembro 1995, p 45-57.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n., p.11-22, 2 jun. 1994.

CARVALHO, Marília Pinto de. O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPED (1999-2009). Rio de Janeiro: **Rev. Bras. Educ.**, 2011. (16). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000100006>. Acesso em: 14 nov. 2016.

COSTA, A. G. da; LUDERMIR, A. B. Transtornos mentais comuns e apoio social: estudo em comunidade rural da Zona da Mata de Pernambuco, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, Fev. 2005 .

COSTA, Maria da Graça Silveira Gomes da. **Gênero, trabalho e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas na região do mato grande potiguar**.169f, Dissertação (Pós-Graduação em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.Natal.2014.

COSTA, Albanita Gomes da; LUDERMIR, Ana Bernarda. Transtornos mentais comuns e apoio social: estudo em comunidade rural da Zona da Mata de Pernambuco, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p.73-70, jan. 2005.

COSTA, Maria da Graça Silveira Gomes da; prevalência de transtornos mentais comuns entre trabalhadoras rurais assentadas. **In Seminário Internacional Fazendo Gênero**, ano, 2013. Florianópolis.

FARIA, N. M. X. et al. Processo de produção rural e saúde na serra gaúcha: um estudo descritivo. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, Jan. 2000, pp. 115 – 128.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. A situação legal e real da mulher trabalhadora no campo. Perspectivas: **Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 5, n. -, p.97-114, 1982. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1803>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

FERREIRA, Paulo Rogers da Silva. Entre elas: afetividade versus complementaridade. In: Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero. WOORTMANN, Ellen F; HEREDIA, Beatriz; MENASHE, Renata. Brasília: **NEAD**,2006.

HEREDIA, B. M. A.; CITRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. In: **Unifem**. O progresso das mulheres no Brasil, 2006, pp. 186 – 230.

MELO, Lúgia, Albuquerque de. Injustiças de Gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar. In **Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**.2002.Ouro Preto.

OLIVEIRA, Verusca Couto. **Vida de mulher: gênero, pobreza, saúde mental e resiliência**. 284f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Psicologia Clínica e Cultura) Universidade de Brasília.Brasilia.2007

OMS. Relatório sobre a Saúde no Mundo em 2001: **Saúde Mental: nova concepção, nova esperança**. Brasília: Gráfica Brasil, 2001. Disponível em: <<http://www.abebe.org.br/wp-content/uploads/oms2001.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

PAULILO, M. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**. Rio de Janeiro. 1987. 5 (28), p. 64-70.

_____. FAO, Fome e Mulheres Rurais. 2012. **Anais Eletrônicos**. XIII World Congresso Rural Sociology, Lisboa.

PIRES,Vilara Maria Mesquita Mendes; JESUS, Luanna Rodrigues de. Integridade do cuidado em saúde: um olhar para a trabalhadora do campo. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES. Niterói. 2012.

Sales V., C. de M. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, vol. 15, núm. 2, maio-agosto, 2007, pp. 437-443. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, Brasil

SCOTT, R. P.; CORDEIRO, R. In **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: UFPE, 2010, pp. 17 – 27.

SILVA, Victor Hugo Farias da. DIMENSTEIN, Magda, LEITE, Jáder Ferreira. O cuidado em saúde mental em zonas rurais. **Mental** - ano X – n. 19. Barbacena. .jul./dez. 2013.p. 267-285.

Espaços que pesam¹

Ania Pupo Vega²

**O espaço constitui a matriz em que as novas ações substituem as ações passadas.
É, portanto, presente porque é passado e futuro.
Milton Santos (2002)**

Resumo:

O artigo envolve uma reflexão sobre as representações do rural tanto nos discursos e visões sobre o desenvolvimento quanto nas pessoas que habitam seus espaços. Uma comparação entre Cuba e o Brasil é colocada sobre o trabalho das mulheres rurais, a emigração e a desvalorização dos espaços rurais. Propõe um olhar para essa realidade a partir de uma perspectiva de gênero para compreender as diferentes formas de vivenciar os espaços masculino e feminino. Destaca a importância da academia para tornar essas desigualdades visíveis.

Palavras chaves: espaço, ruralidade, gênero

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Formada em Psicologia e Mestre em Psicologia. Endereço eletrônico: aniapupovega@gmail.com

² A autora inspirou-se no livro da conhecida feminista norte-americana Judith Butler intitulado “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo””.

Introdução

A minha preocupação pelos espaços rurais é já de longa data. Os meus diálogos com espaços rurais e as pessoas que os habitam, começaram a (des)(re)construir, aos poucos, a arquitetura das minhas práticas e posições teóricas, mas sempre marcadas por uma forte vocação ruralista.

Nas experiências de pesquisa em Cuba, observei repetidamente algumas questões que chamaram a minha atenção, dentre elas: a negação, das pessoas mais jovens, de seu origem camponês; a existência de preconceitos sob as pessoas que vivem no campo, considerando-as subdesenvolvidas, *guajiras*³; o incremento da emigração para a cidade como indicador de sucesso, ligando o possível retorno, ao fracasso. No entanto, ao me debruçar no (re)conhecimento do contexto brasileiro através de diversas leituras, dentre elas os informes de resultados de pesquisas⁴, achei coincidências com as experiências anteriores.

Isso me leva a refletir sobre questões, relacionadas com o meio rural, que podem marcar essas vivências; sobre as maneiras em que as pessoas (se) e percebem (n)as condições de ruralidade, o qual, geralmente se institui através de relações de poder e hierarquias, no desenvolvimento de políticas, prioridades, onde o rural é colocado em posições desfavorecidas. As percepções que as pessoas têm sobre os espaços rurais que habitam são interessantes, do mesmo modo que, a compreensão do que acontece ao decidirem sair de 'seus espaços', mas é também inquietante conhecer as percepções que as pessoas que habitam os espaços urbanos vão construindo sobre aqueles 'outros' que chegaram para invadir espaços que consideravam próprios.

Aprofundar no debate atual sobre a ruralidade, sobre a existência de vínculos entre discursos acadêmicos, políticos e as práticas que se produzem nessas relações, é uma preocupação legítima que revela múltiplas aproximações e rupturas no diálogo entre os cientistas. Diálogos nos quais transparecem tensões entre aqueles que abordam as 'realidades' desde a academia e aqueles que decidiram a implementação de ações para transformá-las ou aperfeiçoá-las.

Do mesmo modo, é também um assunto complexo a própria compreensão das concepções do rural. O rural é uma noção perpassada pela dimensão política, o que é considerado rural tende a ser relacional e excludente. Ao ser considerando um espaço como urbano, o que resta é rural. Mesmo nesses elementos que podem ser considerados iniciais para a sua compreensão, há uma certa subestimação desses espaços, ao considerar sua existência numa relação de dependência da existência de outro (ou para o outro).

³ É usada para se-referir a pessoas que moram nas áreas rurais, camponesas.

⁴ Para aprofundamentos vide: STROPASOLAS, Valmir Luiz sobre juventude rural: O mundo rural no .+Horizonte dos jovens. Florianópolis Ed. da UFSC, 2006/ Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. Agriculturas. V. 8 – n 1. Março de 2011

Trabalhar com os espaços, como categoria, é fundamental porque é nessa condição espacial onde acontecem os processos e as relações, seja tanto para facilitar ou obstaculizar, quanto para torná-los mais complexos ou simplificá-los, mas eles sempre fornecem matizes diversos para as análises. Os fenômenos sociais ocorrem em relações espaço-temporais, e assim, mudam nas suas dinâmicas porque têm um caráter histórico, social e cultural.

Sob essas condições pretendo ir entrelaçando fios para tecer as inter-relações entre espaço, ruralidade e gênero. Eis categorias compreendidas como construções sociais, nas quais vou tentar colocar a ênfase das reflexões. Categorias que estão se constituindo a partir das minhas relações com os espaços que habito e me habitam: estrangeiros, urbanos, rurais, acadêmicos, feministas; tentando, tece-los cuidadosamente para não ficar presa neles.

Escolhendo fios

No pensamento econômico e social, os fios de espaço, lugar e território, paisagem, estão aos poucos, ganhando destaques e objetivações, na medida em que o trabalho com eles vai estabelecendo determinadas diferenças. Segundo Delgado (2003) o conceito de espaço foi reconstituído e redefinido permanentemente de acordo com o interesse que a produção de conhecimento tem em determinado momento. A existência de várias abordagens para o conceito, umas coincidentes, outras com alguns elementos comuns ou abertamente contraditórias, foram mostrando dois aspectos fundamentais na sua compreensão: um deles delimita o espaço como um dos temas mais importantes das discussões tanto na geografia quanto nas ciências sociais contemporâneas; ao tempo que o marca como um dos mais confusos e contraditórios.

Para Tuan (1983) o espaço é mais abstrato, permite o movimento, enquanto que o lugar é a pausa, e essa pausa ou movimento torna possível que a localização se transforme no lugar. Uma década depois, Soja (1993) afirmou o espaço é produzido socialmente, uma estrutura criada, comparável a outras construções sociais decorrentes das transformações de certas condições inerentes à vida, exatamente da mesma forma que a história humana representa uma transformação social do tempo.

Por sua parte, Albuquerque (1995) enfatiza que o conceito de 'espaço' como suporte geográfico em que as atividades socioeconômicas se desenrolam é geralmente implícito na ideia de homogeneidade e está preocupado com questões como as distâncias, custos de transporte, a aglomeração de atividades ou a polarização do desenvolvimento.

Nesse caminho, Luisa Iñiguez (2002) define o espaço como um produto social, acrescentando que é também um suporte para a vida na sociedade e, ao mesmo tempo, um condicionador de projetos humanos; um referencial simbólico, afetivo e também para organização política. A autora fala sobre espaços - territórios.

Também nesta linha de pensamento, a socióloga Mayra Espina (2001) define o território como o conjunto de relações e redes, econômicas, sociais, culturais, ambientais, políticas e históricas, que convertem esse espaço em uma unidade ou subsistema, conectado a um conjunto de maior generalidade, mas com uma estruturação e conectividade interna próprios, que lhe conferem autonomia relativa e especificidade em sua operação, devido, entre outras razões, às peculiaridades ambientais e aos recursos naturais, às vantagens e limitações que dela derivam, ao tamanho e treinamento de seus recursos humanos, suas tradições e costumes, ao grau de desenvolvimento de sua estrutura econômica, etc. Num outro sentido, Santos (2006) estabelece diferenças entre os conceitos de paisagem, espaço e configuração territorial; para o autor a paisagem é apenas a parte da configuração territorial que pode ser vista, um sistema material e relativamente imutável, enquanto que o espaço é um sistema de valores permanentemente transformado.

O rural como espaço

As formas de visionar e implementar processos de desenvolvimento têm, segundo Mayra Espina, desigualdades que são territorializadas⁵, na medida em que uns territórios têm prioridade nesses processos, em detrimento de outros. Assim, destaca por exemplo nos seus trabalhos que, as áreas rurais do leste de Cuba se classificam entre as mais desfavorecidas e hoje apresentam um aprofundamento das lacunas de desigualdade em relação ao Ocidente, tanto urbano como rural. Segundo penso, existem alguns elementos errados que estão na base dessas desigualdades, um deles é a marcada ênfase dos modelos econômicos em desenvolvimento, mas também a prioridade dos espaços urbanos em detrimento dos contextos rurais, onde o rural foi visto apenas como entidades agrárias que assumiram, às vezes, a suplantação de suas tradições e conhecimentos com o uso de altas tecnologias hostis à saúde humana e ambiental.

Existem outras concepções de desenvolvimento que não têm como alvo refletir sobre os processos que acontecem no meio rural, o que conduz a sua marginalização, de modo que as suas consequências mostraram a necessidade de repensar algumas das categorias e perspectivas teórico-metodológicas que tradicionalmente abordavam seu estudo. Nas análises apoiadas nas dicotomias: urbanas/rurais, industriais/agrícolas, modernas/tradicionais ou atrasadas, o rural é avaliado desde uma perspectiva que pondera uma forte conotação negativa. No entanto, o urbano, a indústria e a modernidade, foram sobrevalorizados, e assim, favorecidos nas implementações dos processos de desenvolvimento.

⁵ A socióloga cubana Mayra Espina faz uso do conceito 'territorialização das desigualdades'. Para aprofundamentos vide: Desigualdad y política social en Cuba hoy. Mayra Espina Prieto. CIPS. Conference "The Future of Social Justice in Cuba" Bellagio Conference Center May 27-29, 2008. Panel "Social Justice in Cuba: Assessment of Current Situation". Disponível em: http://focal.ca/pdf/cuba_Espina%20Prieto_desigualdad%20politica%20social%20Cuba%20hoy_May%2026-29%202008_Bellagio.pdf

A abordagem produtivista ligada à visão tradicional do desenvolvimento não permitiu enxergar a potência dos espaços rurais na pluralidade de suas funções dentro das dinâmicas dos territórios. As transformações sofridas pelo mundo rural exigiram também transformações nas maneiras de se pensar as abordagens e metodologias a partir das quais é estudado. Os discursos que são produzidos nas diferentes ciências sociais, como a Sociologia, Antropologia, Agronomia, Economia e Geografia, contribuíram a compreensão da perspectiva da nomeada 'nova ruralidade'⁶, olhando para o rural não apenas como espaço agrícola, mas também, geográfico, econômico e social, onde sua população desempenha múltiplas funções, que vão além das relacionadas ao trabalho com a terra ou com o gado. Essa compreensão provocou um giro importante, que demanda maneiras diferentes de relacionamento e conceituação do rural.

Por outro lado, as diversas políticas de desenvolvimento, centradas fundamentalmente num modelo tecnológico de racionalidade instrumental, no desenvolvimento da indústria moderna e de uma agricultura subordinada a ela. As consequências do modelo são conhecidas e podem ser sintetizadas da seguinte maneira:

- Tendência ao esvaziamento dos espaços rurais, aumento dos fluxos migratórios e a concentração da população migrante nas periferias urbanas.
- Diminuição da importância econômica e social das áreas rurais e das práticas associadas a elas.
- rural deixa de ser pensado como um espaço para o desenvolvimento social e é projetado a partir das necessidades urbanas e para elas. Os padrões da "Revolução Verde" foram muito valorizados, com independência das consequências ambientais que isso pode provocar.

Os estudos relacionados com o campo, com o rural, desde a Teoria sociológica clássica e mesmo na Sociologia do Desenvolvimento permaneceu como um tópico marginal e foi cunhando conceitos como a sociedade arcaica⁷, que cria a falsa noção de uma comunidade urbana onde as pessoas estão ativamente envolvidas em uma atividade agrícola, ou pelo contrário, a noção de população rural passiva⁸ expondo a ideia de homogeneidade social.

Contudo, as visões do desenvolvimento também desvendaram outras emergências sobre o desenvolvimento rural. No início dos anos noventa⁹,

⁶ No início da década de 1990, em alguns círculos acadêmicos latino-americanos, a noção de uma nova ruralidade foi proposta desde diferentes arestas: como um conceito de guarda-chuva, capaz de identificar os "novos" fenômenos e processos; como uma nova abordagem para descrever e interpretar os "velhos" processos de mudança no mundo rural; como um novo paradigma que tornaria a categoria rural obsoleta nas Ciências Sociais. Uma das principais críticas que foi formulada contra a abordagem da nova ruralidade é o seu escasso desenvolvimento teórico.

⁷ Para aprofundamentos vide: Rodolfo Stepenhagen. Seis teses erradas sobre a América Latina. Em Rev. Independência Política Externa. Editor Civilização brasileira. Rio de Janeiro. Ano 1 não 1 de janeiro de 1965, pp. 67-80.

⁸ Essas ideias são desenvolvidas por Pitirim Sorokin, Carlos Zimmerman e Charles Galpin "Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o mundo urbano". Capítulo 8. Em. Martins, José de S. (org) "Introdução crítica à Sociologia Rural". S. Paulo, 1999.

⁹ Uma dessas abordagens refere-se às estratégias de vida rural, onde a intervenção dos atores é importante e tem sido utilizada com grande força nas análises da pobreza realizadas em instituições

surgiram abordagens que tentam suprimir as deficiências das visões hegemônicas sobre o desenvolvimento nos espaços rurais. Carências que foram consideradas como marcadamente economistas ou deterministas e estruturalistas, destacando a necessidade de aprofundar na compreensão da pobreza rural.

Uma das múltiplas dimensões que impactam a pobreza rural, revelada por Julio A. Berdegué e Silvia Saravia Matusdas, como mais extensa¹⁰ e aguda que a urbana, é precisamente a compreensão do espaço. As maneiras diversas na sua compreensão marcam atravessamentos e vulnerabilidades singulares. Um deles tem a ver com as diversas expressões de uma cultura que carrega matizes patriarcais, o que tende a qualificar as maneiras de se expressarem as relações de homens e mulheres, deixando às últimas em posições marcadas pelas desvantagens em diversas áreas da vida social. Eis esse um outro fio que pretendo desatar.

Um olhar do gênero para os espaços rurais

A irrupção da categoria de gênero nas ciências sociais gerou novas leituras para os diferentes e complexos processos e dinâmicas que há tempo vinham trabalhando e haviam cunhando "verdades". Embora as denúncias das condições de opressão e desigualdade das mulheres sejam o rosto mais conhecido dos estudos feministas e de gênero, suas análises permitiram visibilizar outras desigualdades ou arestas na sua compreensão.

Nesse sentido, o espaço foi se constituindo como outro marcador¹¹ de desigualdades, além das relações de gênero e de outros marcadores sociais como: idade, raça, nível educacional, status econômico, dentre outros. Não só se tornaram visíveis, eles foram colocados no centro de interesse para a pesquisa de diferentes disciplinas, ou atravessando suas análises.

acadêmicas como o Instituto de Estudos do Desenvolvimento (IDS). Inglês) da Universidade de Sussex e da Escola de Estudos de Desenvolvimento da Universidade de East Anglia; por ONGs como a Oxfam, e por agências governamentais de desenvolvimento como o Departamento de Desenvolvimento Internacional (DfID) do governo trabalhista britânico.

¹⁰ Segundo Julio A. Berdegué e Silvia Saravia Matus, integrantes da Oficina Regional da FAO para América Latina e o Caribe, no Jornal Télam do dezembro de 2017, as estatísticas da CEPAL disponíveis para 16 países da região, no 2015 existiam 54 milhões de habitantes rurais pobres. Isso equivale a 47% da população rural desses países e mostra que a taxa de pobreza rural é 60 por cento maior do que a pobreza urbana nesses países. Disponível em: <http://www.telam.com.ar/notas/201712/231036-una-alianza-para-erradicar-la-pobreza-rural.html>

¹¹ Embora as mulheres, de alguma forma, se relacionam com diversas maneiras de se expressarem as discriminações de gênero, existem outros fatores como raça e cor da pele, castas, idade, etnia, idioma, ascendência, orientação sexual, religião, classe socioeconômica, habilidade, cultura, **localização geográfica** e status de migrante, indígena, refugiado, pessoa deslocada, menina ou pessoa vivendo com HIV / AIDS, em uma zona de conflito ou ocupada por uma potência estrangeira, que se combina com determinar a posição social de uma pessoa. A interseccionalidade é uma ferramenta analítica para estudar, compreender e responder às formas em que o gênero se interage com outras identidades e como essas cruzes contribuem para experiências únicas de opressão e privilégio. É, portanto, uma metodologia indispensável para o trabalho nos domínios do desenvolvimento e dos direitos humanos. Para aprofundamentos vide: Interseccionalidad: unaherramientaparalajusticiadegénero ylajusticiaeconómicaem Justiciasocial y cambioeconómico.No.9 agosto2004.Disponível em: <https://www.awid.org/>

A perspectiva de gênero, tomada em seu sentido mais amplo, também significa um reconhecimento da heterogeneidade da população, tanto nas suas necessidades quanto nas suas demandas; portanto, as contribuições das diversas abordagens de gênero ampliam a compreensão e a explicação de questões geográficas. (GÓMEZ, 2012).

Alguns dos estudos feministas compreendem o espaço além da sua materialidade, e reconhecem sua dimensão cultural e subjetiva. Nesse sentido introduzem elementos tais como: as relações públicas e privadas e as relações de poder. O sistema de gênero, segundo Barberi (Barbieri, 1993), é um sistema de poder e refere-se às formas em que é estruturado e exercido nos espaços reconhecidos do mesmo. Estudar um fenômeno desde a perspectiva de gênero, favorece a discussão aguda e científica de questões diversas, desde uma perspectiva complexa e abrangente, que não podem ser visibilizadas a partir de visões mais tradicionais.

Nesse caminho, por exemplo, a geografia feminista, responsável por a incorporação das contribuições teóricas do feminismo para a explicação e interpretação de fatos geográficos (SABATÉ, 1995), favoreceu o desenvolvimento e reestruturação das compreensões tradicionais no campo da geografia. Se a geografia tem como objeto de estudo a localização dos fenômenos no espaço e as relações da sociedade com o meio ambiente, nas últimas décadas suas análises começaram a quebrar a visão androcêntrica e sexista de suas interpretações.

A partir dos estudos de gênero, a análise relacional dos elementos físicos e geográficos começa a ser (re)criada, considerando-os como construções sociais. Doreen Massey (1994) argumenta que, o espaço e o sexo estão envolvidos em sua construção mútua, com cruzamentos profundos e influências mútuas, de modo que o espaço é considerado o espaço de representação de papéis socialmente atribuídos com poder simbólico diferente, e maior ou menor destaque (...) são estruturados com base no gênero em milhares de maneiras diferentes, que variam de cultura para cultura e ao longo do tempo. E essa estruturação genérica do espaço e do lugar reflete simultaneamente as maneiras pelas quais o gênero é construído e compreendido em nossas sociedades e tem efeitos sobre elas.

É em práticas sociais, econômicas e culturais onde as desigualdades de gênero tornam-se mais visíveis, além das suas singularidades nas áreas rurais, onde fenômenos sociais como pobreza, violência, entre outros, adquirem diferentes configurações. Procuo mostrar assim, como as brechas de desigualdade são fortalecidas nas áreas rurais, e as desigualdades entre os gêneros são mais nítidas e persistentes, pois são, segundo penso, 'naturalizadas' pelas maneiras nas quais se estabelecem as relações culturais.

Falar de gênero como uma construção cultural que define as maneiras de se expressarem o 'ser' homens e mulheres, assim como compreender o significado de seu caráter marcadamente relacional, vai além de compreender as relações que são estabelecidas entre os gêneros e dentro

de eles. As relações entre as mulheres e entre os homens em suas diversas expressões são instigantes, provocadoras, (in)tensas, embora se constituem num campo aberto, as vezes, insuficientemente estudadas. Levar em conta o condicionamento cultural aponta para os efeitos que essa construção tem para a compreensão dos corpos e suas múltiplas maneiras de existir, extrapola as análises ao campo das produções de sentidos, superando as noções do feminino e ou masculino, para invadir o mundo das relaciones produtoras de outros possíveis, o mundo das instituições e também das relações espaços/tempos.

Nesses rumos, minhas inquietações se movimentam nos discursos produzidos nos espaços rurais que contêm significados diversos sobre o masculino e o feminino. São discursos que me conduzem a outras análises, porque posicionam homens e mulheres contextualmente, discursos que, ao mesmo tempo que constituem as relações dos sujeitos com os contextos, os constituem. Esses discursos culturalmente construídos, estão perpassados pelas relações complexas e desiguais de poder, que vão tornando uns discursos mais legitimados e valorizados do que outros. Discursos também que acontecem em tempos e em circunstâncias específicas; e matizam as relações, as atividades, as preferências e até as atitudes que se tecem para apresentar um pano que contém os ideais culturais do feminino e do masculino num espaço de relações.

O rural em Cuba e no Brasil: (des)iguales realidades

As pesquisas¹² realizadas no este de Cuba desde o ano de 2009 permitem-me falar de algumas das principais brechas de gênero que foram (re)produzidas nesses espaços rurais e que marcaram as vivências dos homens e mulheres que os habitam.

Segundo os resultados do trabalho, uma das principais consequências que tem para as mulheres que moram nos espaços rurais pesquisados, é o acesso limitado ao emprego remunerado em atividades agrícolas. Uma das causas detectadas nas análises foi a existência de uma cultura patriarcal que domina nesses espaços rurais. Desse modo, os setores produtivos são majormente masculinos, e as próprias mulheres referem que existem poucas fontes de emprego porque desconsideram aquelas relacionadas à agricultura ou o gado, pois, desde a cultura predominantemente patriarcal, considera-se que as atividades da agricultura não são para as mulheres. Essas são percepções que respondem as maneiras, próprias do espaço, de pensar as relações sociais, que foram, e ainda são, incorporadas e (re)produzidas nos seus referentes. Essa visão tem um impacto negativo direto em relação ao rendimento das mulheres e as coloca em situações desfavorecidas, reduzindo as oportunidades para o aproveitamento de oportunidades de emprego e de capacitação.

¹² Para aprofundamentos vide: PUPO Vega, Ania. Una mirada a la pobreza desde el género. Caso de estudio: Monte Alto. Publ. UEPG Ci. Soc. Apl., Ponta Grossa, 21 (2): 151-160, jul./dez. 2013. Disponível em< <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/sociais>>

Existem também fatores culturais ligados a uma maior instabilidade das mulheres no trabalho. Uma delas tem a ver com a noção de que a mulher é responsável das 'outras' pessoas (crianças e pessoas dependentes). Mas todas elas desenvolvem, de maneira paralela ou exclusivamente, trabalhos que finalmente não são remunerados. São trabalhos considerados como 'ajuda', e percebidos como tal por elas também, como resultado da 'naturalização' dos padrões culturais. Nesse sentido, a complexa dinâmica doméstica sobrecarrega às mulheres pela multiplicidade de tarefas que desenvolvem, dentre as quais ganha destaque o atendimento das pessoas dependentes. Eis uma exigência acrescentada pela falta de serviços, nesses contextos, que favoreçam o atendimento das pessoas dependentes, nas idades extremas da vida. O tempo disponível para que as mulheres aproveitem diversas oportunidades e concorram a empregos remunerados e participem de outros eventos comunitários e sociais está condicionado por essas dinâmicas. As mulheres, em sua maioria, percebem o trabalho doméstico como repetitivo e cansativo, consideram que é um trabalho que não termina nunca e ninguém valora.

Outro dos fatores que tecem as relações entre o trabalho e as mulheres, está vinculado com as maneiras em que se estruturam os empregos. As mulheres são colocadas em postos de subordinação com menores ingressos que os homens. É uma particularidade que responde ao emprego das mulheres, geralmente, em postos que não requerem de elevada qualificação, e não a uma remuneração diferente pela realização de desempenhos iguais. É frequente que os postos 'atribuídos' às mulheres sejam os de cozinheiras, secretárias e assistentes de limpeza, (re)produzindo, desse modo, as atividades consideradas culturalmente como 'próprias das mulheres'. Assim, o emprego se constitui como uma extensão das responsabilidades domésticas que realizam as mulheres no seu cotidiano.

Nas comunidades rurais que foram estudadas, algumas mulheres com baixos níveis educacionais e responsáveis pelas suas famílias, assumiram contratações em empregos precários, nos períodos tope das colheitas (costurar sacolas, classificar os produtos da safra, agrupá-los, distribuir refeições), ou seja, realizavam atividades consideradas socialmente como 'femininas', que geravam rendas instáveis e insuficientes, ou pagamento efetuado em 'espécie', através da entrega de produtos diversos, sobretudo alimento.

Os espaços rurais estudados estão marcados também pela emigração. É uma estratégia empreendida, geralmente, pelos mais jovens, ganhando destaque a presença feminina. As mulheres contaram com melhores recursos para sua reinserção em novos espaços, geralmente na periferia urbana. As pessoas mais velhas apoiam a decisão de abandonar os contextos rurais, que assumem seus filhos e parentes, pela pouca valoração dos espaços e as reduzidas possibilidades de desenvolvimento e bem-estar. Como consequência, esses espaços rurais mostram tendências à masculinização e ao envelhecimento.

As narrativas de diferentes atores sociais coincidem em perceber o espaço rural como um obstáculo para o desenvolvimento, ao tempo que fortalece condições de vida precárias. Destacam que uma das manifestações em que essas considerações são concretizadas são, justamente, as migrações. Esses fluxos geraram o esvaziamento dos espaços rurais e a diminuição progressiva de sua população. Referem que as principais motivações que geram as migrações são: a falta de serviços básicos; a busca de oportunidades de fontes de emprego com renda que satisfaça as necessidades básicas; melhorias na mobilidade, alimentação e oportunidades de capacitação e lazer.

Na literatura consultada sob pesquisas realizadas nos espaços rurais no Brasil, encontrei algumas particularidades que podem dialogar com as achadas nas pesquisas apresentadas anteriormente no espaço rural do leste de Cuba. Num artigo recente¹³ Paulilo (2016) coloca a categoria trabalho para apresentar como é construído e reconstruído o peso do trabalho desenvolvido por homens e mulheres e a maior vulnerabilidade delas¹⁴. A autora aborda duas regiões, Brejo e Sertão, e essa comparação resulta-lhe útil para desnaturalizar¹⁵ aquilo entendido como “leve” ou “pesado” com relação ao trabalho. As análises enfatizaram no caráter social e cultural destas atribuições, o qual acontece em função de quem o realiza, definindo uma relação hierárquica que coloca às mulheres em espaços de exclusão e desvantagens, segundo a autora:

...são “leves” as atividades que se prestam à execução da mão de obra feminina e infantil. Importa destacar que essa classificação está associada a diferentes remunerações: maior para o trabalho “pesado” e menor para o trabalho “leve”, mesmo que ambos demandem o mesmo número de horas ou que o esforço físico exigido por um tenha como contraponto a habilidade, a paciência e a rapidez requeridas pelo outro. O que determina o valor da diária é, em suma, o sexo de quem a recebe. (PAULILO, 2016, p. 108)

Um outro tema comum tem a ver com a desvalorização do meio rural, particularmente pelas pessoas mais jovens. Eis um problema presente que conduz ao incremento da migração para as cidades em busca de novas e maiores oportunidades. Segundo Brumer (2006) entre os diversos estudos sobre a temática abordada, dois são de grande recorrência na literatura atual, um deles é a tendência imigratória dos jovens, em grande parte justificada por uma visão relativamente negativa da atividade agrícola e dos benefícios que ela propicia e outra refere-se às características ou problemas existentes na transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares à nova geração. Em decorrência do processo de êxodo¹⁶ rural está o processo de envelhecimento da população. Pode se perceber atualmente um severo

¹³ A autora refere-se ao artigo “O peso do trabalho leve” do livro Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo. PAULILO, Maria Ignez. Editora da UFSC, 2016.

¹⁴ Elas trabalham bastante, não fazem questão de registro, não dão queixa na Justiça, concordam em receber menos por jornada. (PAULILO, 2016, p. 109).

¹⁵ O agudo olhar da autora invita-nos a compreender o caráter situado das percepções em tanto o que é considerado “leve” em uma região, em outra é qualificado como “pesado”.

¹⁶ Ver pesquisas desenvolvidas sob as migrações internas: Abramovay (1998), Carneiro (1999), Stropasolas (2003), Brumer (2004, 2006) e outros.

processo de masculinização do campo, já que as moças estão deixando a zona rural antes e numa proporção maior que os rapazes (ABRAMOVAY et al., 1998).

Algumas das razões expostas pelos jovens são valoradas por Carneiro (1999), ela constata na sua pesquisa que os jovens começam a formular projetos de futuro que incluem a saída com a finalidade de estudar e melhorar de vida. O retorno fica na dependência do ritmo do desenvolvimento local e das alternativas que surgirem. Dessas análises se desprende que o retorno é solo provável. Geralmente os contextos de origem não atendem mais as expectativas dos jovens depois de morar nas cidades.

Stropasolas (2003) se referendo a alguns fatores enfatizados pelos próprios jovens para explicar a emigração para as cidades, aponta:

[...] a falta de oportunidades para o exercício de atividades produtivas e/ou profissionais, no espaço rural, que propiciem independência econômica, gerencial e tutelar da família e, sobretudo, do pai. Expressam, também, que os esforços realizados nos processos de trabalhos não são reconhecidos e valorizados como um trabalho passível de ser remunerado, como outro qualquer. (STROPASOLAS, 2003, p.14)

O autor sinala que neste aspecto interferem alguns padrões culturais que atribuem ao homem, em prejuízo das mulheres e dos jovens, o papel de controlar e gerir o processo decisório das atividades mais rentáveis financeiramente. Em relação às mulheres, especificamente, elas são as mais prejudicadas pelo fato de serem excluídas também da herança da terra. Estes aspectos, reunidos, participam da produção dos "outros", dos esquecidos no mundo rural.

São muitos os pontos de encontro das realidades que marcam os espaços rurais dos países além dos seus regímenes políticos e projetos sociais distintos. Os espaços rurais continuam aportando um peso nada leve para muitas das pessoas que habitam neles.

Considerações finais

Os espaços não abraçam, em si próprios, 'pesos' e 'levezas', elas são condições que vão se construindo nas múltiplas relações de seus desenvolvimentos sociais, históricos, culturais. Essas construções perpassam e configuram as representações físicas e simbólicas que sobre os espaços se tem.

As diversas pesquisas apresentadas sobre espaços rurais confirmaram a existência de cargas excessivas de trabalho, limitações, desvantagens e privações, o que contribui na configuração desse "peso" vivenciado. As percepções que as pessoas têm dos espaços que habitam, oferecem informações valiosas para repensar e projetar políticas.

A cultura patriarcal que prevalece nos espaços rurais matiza a vida de mulheres e homens de maneiras particulares, desvendando desvantagens e

vulnerabilidades para o bem-estar pessoal e social, que ganham suas singularidades em função das condições históricas, sociais com as quais interagem. No entanto, podem-se distinguir semelhanças no marco dessas singularidades, como acontece nas pesquisas apresentadas nos espaços cubanos e brasileiros.

Um olhar sobre essas realidades a partir de uma perspectiva de gênero permite a compreensão de maneiras diferenciadas de perceber e experimentar os espaços, tanto para homens quanto para mulheres. São, desse modo, informações que poderiam propiciar a proposta de ações afirmativas para grupos vulneráveis, onde as mulheres estão sempre representadas. A academia se constitui como um espaço interessante para tornar essas (des)igualdades visíveis.

Bibliografia consultada

ABRAMOVAY, R. et al. Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília, DF: UNESCO, 1998.

_____. Ruralidade e desenvolvimento territorial. Gazeta Mercantil, São Paulo, p. A3. 15 abr. 2000.

ALBURQUERQUE, F. 1995b. Espacio, territorio y desarrollo económico local. ILPES LC/IP/R. 160. Santiago de Chile disponible en: <http://www.ceur.ubiobio.cl/pdf/est-ceur03.pdf>

ARTEAGA Botello, Nelson. La pobreza como espacio de indeterminación. Un análisis desde la biopolítica. Revista internacional de sociología (Ris) Vol. 68, Nº 2, Mayo-Agosto, 271-287, 2010 ISSN: 0034-9712

BRUMER, A. A Problemática dos Jovens Rurais na Pós-modernidade. In: Congresso Latino Americano de Sociología Rural, VII, 20-24 de novembro de 2006. Quito, Ecuador. Anais. Disponível em: <https://es.scribd.com/document/70221237/A-Problematica-dos-Jovens-Rurais-na-Pos-Modernidade-Artigo>. Acesso em: 05.12.2017

CARNEIRO, M. J. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário dos jovens rurais. In: SILVA, F.C.T. da; SANTOS, R.; COSTA, L. F.de C. (Org.). Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CARVALHO, Joyce Gomes de. Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção do autor político. Rio de Janeiro: EDUR,2009

CASTRO, E. G. de. Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria juventude rural. Tese de Doutorado. PPGAS- Museu Nacional, UFRJ,2005

COLLIGNON, Béatrice. “De las virtudes de los espacios domésticos para la Geografía Humana”, en Daniel Hiernaux y Alicia Lindón (coords.). Los giros de la geografía humana. Desafíos y horizontes. México, Anthropos/UAM-

Iztapalapa, 2010 disponible en:
http://www.ciesas.edu.mx/reclus/archivos/coloquio_resumen/Alicia.pdf

DE BARBIERI, Teresita. "Sobre la categoría género. Una introducción teórico- metodológica" en Debates en Sociología N° 18. Pontificia Universidad Católica del Perú, Dpto. de Ciencias Sociales, 1993, pág. 11.

DE LA TEJERA B., R. Garcia B. y A. Santos; 2006; "Desarrollo Rural: Reconstruyendo una utopía", en Ramírez C., et. al.; Desarrollo Rural Regional Hoy, Vol. I : El debate teórico; Universidad Autónoma Chapingo-COECYT_LXX Legislatura; México

DELGADO Mahecha, Ovidio. Debates sobre el espacio en la geografía contemporánea. Bogotá : Universidad Nacional de Colombia, Unibiblos, 2003, 254 p ISBN : 958-701-309-3

ESPINA Prieto, Mayra. Territorialización de las desigualdades y desarrollo local. Reflexiones a partir de la reforma económica cubana. Ponencia preparada para el Seminario Internacional "ONGs, Gobernanza y Desarrollo en América Latina y el Caribe" Montevideo, noviembre 28 al 30 del 2001 disponible en:
<http://www.documentacion.edex.es/docs/1201ESPter.pdf>

GÓMEZ, María Esther. Geografía y género: aportes para un debate. El caso del Noa. La

Aljaba segunda época, Volumen XVI, 2012. Universidad Nacional de Luján

IÑIGUEZ, Luisa. Precedencias y efectos de los procesos de la década del 90 en las desigualdades sociales. en Cuba. Anales de Geografía de la Univ. Complutense. Vol. 22 (2002): 157-185 disponible en:
<http://revistas.ucm.es/index.php/>

MASSEY, Dooren. Space, Place and Gender publicado en Polity Press, Cambridge,1994. MURDOCH, J. & PRATT, A. Rural Studies: Modernism, Postmodernism and the "Postrural".

Journal of Rural Studies. Vol.9 No.4, pp. 411-427,1993. Printed in Great Britain.

MURDOCH, J. e MARSDEN, T. Reconstituting rurality; class, community and power in the development process. London: UCL, 1994. (Restructuring Rural Areas, 2).

PAULILO, Maria Ignez. Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo.. Editora da UFSC, 2016. 383 p.

SABATÉ, Ana; Rodríguez, J. M. & Díaz, M. A. (1995): Mujeres, espacio y sociedad: hacia una geografía del género, Madrid: Síntesis.

SANTOS, M. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São apulo: Hucitec, 4ª Ed., 1996.

_____ A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. ISBN 85-314-0713-3

SILVA, T.F. et al. Qual Espaço para Discutir Gênero? Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v.6, n.1, jan./jul.2015. p.169-183.

SILVA, J.M.; NASCIMENTO E SILVA, M.G.S. Introduzindo as Interseccionalidades como um desafio para a análise espacial no Brasil: em direção às pluriversalidades do saber geográfico. In: NASCIMENTO E SILVA, M.G.S.; SILVA, J.M.(Orgs.) Interseccionalidades, Gênero e Sexualidades na Análise Espacial. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2014. p.17-35.

SOJA, Edward W. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social. Tradução; Vera Ribeiro; revisão técnica, Bertha Becker, Lia Machado.2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

STROPASOLAS, V. L. O movimento (migratório) da juventude rural: em busca do reconhecimento social e da cidadania. Revista Grifos, Chapecó, n. 14, p. 147- 167, 2003.

_____ O mundo rural no Horizonte dos jovens. Florianópolis Ed. da UFSC, 2006.

WANDERLEY, M.N.B. O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre, 2009

O PROTAGONISMO INVISÍVEL DE MULHERES RESIDENTES EM ÁREAS RURAIS DO BRASIL NAS AÇÕES DE SANEAMENTO

Bárbarah Brenda Silva

Sonaly Rezende

Resumo:

As demandas de água para a ingestão, preparo de alimentos, limpeza e higiene, e de soluções para os esgotos sanitários e os resíduos sólidos, quando em condições adversas e de precariedade, são atendidas prioritariamente por mulheres. Um estudo envolvendo as condições de saneamento de algumas famílias de três comunidades rurais brasileiras, Barreiro Amarelo (BA), Nova Esperança (BA) e Seringal Vila Nova (AC), revela que recaí sobre as mulheres a tarefa de buscar água, armazená-la, trata-la e destiná-la aos usos no domicílio, realizar a limpeza da casa e do banheiro e recolher e destinar os resíduos sólidos domiciliares. Nos três contextos predominam soluções individuais de saneamento e as demandas são atendidas, em grande medida, de forma precária e com elevado grau de provisoriedade. As mulheres são afetadas por condições árduas e jornadas exaustivas de trabalho para atenderem às demandas que impactam a sua saúde e comprometem o seu desenvolvimento intelectual, reduzindo suas chances de se profissionalizar e alcançar resultados positivos em termos monetários. Entretanto, o ensejo de participar de processos de mudança é frequente em seus depoimentos, com alusões às suas demandas específicas e sua vontade de alcançar direitos equânimes.

Este estudo foi realizado com base em informações angariadas do processo de construção do Programa Nacional de Saneamento Rural – PNSR, que teve como meta a caracterização da situação sanitária domiciliar e comunitária em 17 localidades brasileiras. Apoiou-se na metodologia qualitativa para a aquisição das informações sobre o saneamento e a forma como é realizado pelas famílias, por meio de entrevistas semiestruturadas, de observação direta e análise de conteúdo.

Palavras-chave: Gênero; Saneamento rural; Mulheres.

Bárbarah Brenda Silva - Universidade Federal de Minas Gerais. Cientista Socioambiental, mestra em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos pela UFMG.
E-mail: barbarahbibs@hotmail.com

Sonaly Rezende - Professora Associada do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental (DESA) da UFMG. Engenheira Civil, mestra em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SMARH-UFMG), doutora em Demografia (CEDEPLAR-UFMG).
E-mail: srezende@desa.ufmg.br

INTRODUÇÃO

Nas áreas rurais brasileiras o acesso às infraestruturas básicas está longe de ser uma realidade. São cerca de 30 milhões de pessoas a conviverem com soluções sanitárias individuais, como a coleta de água em poços ou nascentes, a disposição das excretas em fossas e a queima dos resíduos sólidos. Não raro, tais ações caracterizam serviços e ações de saneamento precários e, ou, inadequados.

Diversos são os tipos de comunidades, culturas e costumes que compõem o rural do Brasil e suas peculiaridades exigem ações específicas de saneamento básico pautadas em uma gestão capaz de sensibilizar e mobilizar os usuários para sua utilização adequada e capaz de prover capacidade técnica e administrativa. O modo de organização social de famílias residentes em áreas rurais do país, a despeito de sua amplitude e grande heterogeneidade, reflete normas comuns de comportamento, peculiares aos atributos culturais de gênero, mesmo que por vezes de forma camuflada nas tarefas que são desempenhadas nos domicílios (GÓMEZ *et al.*, 2015).

Enfatizando-se a realização de atividades correlatas ao saneamento, estudos mostram que enquanto cabem aos homens as tarefas que exigem maior força física, engenhosidade e capacidade de prover o sustento da família, às mulheres cabe a responsabilidade pela distribuição da água na casa, destinando-a à dessedentação, preparação de alimentos, higiene da família, aos animais de pequeno porte, limpeza da casa e à rega das plantas do quintal (SILVA, 2017; HORA *et al.*, 2015; GÓMEZ *et al.*, 2015; CHIFAMBA, 2014). Tais atividades, predominantemente exercidas por mulheres, por vezes comportam a necessidade de grande esforço físico dispendido no transporte da água coletada em açudes, rios ou cacimbas até as residências.

Embora de grande importância para a subsistência nos lares, diversos estudos apontam que as atividades realizadas pelas mulheres no domicílio são invisíveis, especialmente pela impossibilidade de serem monetariamente contabilizadas (PONTES, 2013; BENNETT *et al.*, 2008). As mulheres dispõem mais tempo na realização das atividades relacionadas ao saneamento que os homens (WUTICH *et al.*, 2009). Por vezes, este tempo não é contabilizado como atividade produtiva, sendo considerado apenas uma extensão das obrigações das mulheres (HEREDIA *et al.*, 2006; BUTTO, 2011) e dificultando a possibilidade da mulher fazer outras atividades remuneradas

(BANDEIRA *et al.*, 2005; BENNETT *et al.*, 2008), de lazer e, ou educacionais. A falta de abastecimento de água com canalização interna é o elemento infraestrutural que mais dificulta a realização de atividades domésticas como lavar, cozinhar e cuidar das crianças (HEREDIA *et al.*, 2006; HORA *et al.*, 2015). A inexistência de esgotamento sanitário também constitui um agravante para as mulheres, uma vez que são elas as responsáveis pelo cuidado e, ou tratamento daqueles que são atingidos por doenças relacionadas ao saneamento inadequado, sobretudo pela baixa qualidade dos serviços e soluções, que afetam a segurança da água, em termos de qualidade, quantidade e regularidade, e da coleta e disposição ambientalmente adequada de esgotos e resíduos sólidos (BREWSTER *et al.*, 2006; MELLOR, 2000).

As mulheres são as primeiras a notarem diferenças na água, pelo fato de a utilizarem cotidianamente, para cozinhar, banhar os filhos e promover a limpeza de casa (SEAGER, 1993). São as primeiras também, a notarem quando a água começa a ficar escassa ou sofrem outras alterações (SHONSEY *et al.*, 2012). Há autores que consideram que, pelo fato de as mulheres terem uma relação mais estreita com a água, elas têm acumulado um conhecimento significativo sobre este recurso, incluindo a localização, a avaliação da qualidade e os métodos usados no armazenamento (CHIFAMBA, 2014; BREWSTER *et al.*, 2006). Estes autores ainda salientam que as mulheres são as mais motivadas a garantir a existência de instalações de abastecimento de água e esgotamento sanitário, pois elas sabem, de antemão, a sua necessidade vital, por isso têm se mostrado proativas no planejamento, implantação e operação de programas de saneamento (FISHER, 2008; REDDY *et al.*, 2011). Contudo, embora experiências mostrem o papel fundamental das mulheres frente às ações rotineiras de saneamento (SHONSEY *et al.*, 2012), nas áreas rurais brasileiras, em geral, quem define as técnicas de manejo de água e esgoto são os homens. Existe pouco espaço para as mulheres opinarem e participarem e, quando estes existem, elas são pouco ouvidas, o que resulta em baixa influência na tomada de decisões que afetam a vida da sociedade (NAÇÕES UNIDAS, 2016).

A relevância da promoção da igualdade de direitos entre mulheres e homens frente às questões sanitárias, tanto como usuárias quanto como planejadoras, tem sido destacada no meio acadêmico (HANNAH *et al.*, 2016; TILLEY *et al.*, 2013; FISHER, 2008; KEVANY *et al.*, 2013; GÓMEZ *et al.*, 2015). Enfatiza-se a importância da inclusão das

mulheres em todas as etapas de concepção dos projetos de saneamento - uma vez que elas possuem necessidades distintas dos homens, que devem ser consideradas na sua concepção – visando tornarem-se sustentáveis (SHONSEY *et al.*, 2012; REDDY *et al.*, 2011).

A relevância de se contemplarem políticas públicas voltadas para a redução das diferenças pautadas nas relações de gênero que levam mulheres a assumirem um comportamento que lhes impõem severas consequências vai ao encontro de estudos que apontam que, em localidades nas quais a água é um bem escasso, são as mulheres e as adolescentes que desempenham o papel principal no abastecimento doméstico, pela gestão e na proteção da água (SHONSEY *et al.*, 2012; REDDY *et al.*, 2011; KEVANY *et al.*, 2013; CAMPOS, 2010; JULIO, 2008; UPADHYAY, 2004; HEREDIA *et al.*, 2006; LISBOA *et al.*, 2010; BREWSTER *et al.*, 2006). Entender a rede de relações e peculiaridades do rural brasileiro, no que se refere às questões de gênero, tem se mostrado uma forma de se conduzirem políticas e, ou programas de saneamento rural mais sensíveis às características organizacionais das comunidades, com vistas a que se tornem autossustentáveis, mais coerentes e eficientes no modo de atendê-las (BREWSTER *et al.*, 2006; BENNETT *et al.*, 2008).

O presente artigo buscar evidenciar o protagonismo das mulheres de três comunidades rurais brasileiras em relação às ações de saneamento de seus domicílios, buscando revelar a forma como estas se veem frente às demandas e como enxergam a própria realidade pela lente de seus cônjuges e demais familiares.

METODOLOGIA

Esta pesquisa se inseriu no âmbito do “Projeto para Concepção, Formulação e Gestão do Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR)”, realizado por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais¹ em parceria e com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Os dados obtidos por meio de levantamento de campo do PNSR visaram cumprir o objetivo de identificar as principais soluções de saneamento existentes nas áreas rurais das comunidades estudadas, e, ainda, conhecer as práticas adotadas pelas populações frente à inadequabilidade ou inexistência dos serviços de saneamento.

¹ Resulta também de uma pesquisa de mestrado da primeira autora orientada pela segunda.

Foram selecionados para este trabalho as comunidades Nova Esperança e Barreiro Amarelo, ambas no estado da Bahia, e uma comunidade localizada na macrorregião Norte – Seringal Vila Nova, no estado do Acre. Os campos foram realizados entre os meses de janeiro e fevereiro de 2016, quando os pesquisadores passaram cerca de dez dias em cada uma das localidades.

Foi utilizada a metodologia qualitativa, baseada na Grounded Theory, abordagem que privilegia a formulação teórica a partir de suas observações e diálogos. Esta abordagem concentra-se firmemente na interpretação dos dados, tornando-se secundária a questão da escolha do método de coleta, que foi composto de entrevistas semiestruturadas individuais e coletivas, observação direta, sempre acompanhadas de registros e anotações em caderno de campo. Um roteiro contendo questões gerais e pontos mais específicos a serem observados em relação ao saneamento e sobre gênero foi elaborado em parceria com especialistas das áreas. A análise dos dados começou ainda em campo, seguindo os critérios da análise de conteúdo, como a criação de códigos e categorias elaborados a partir dos temas emergentes no material obtido e pré analisado. A análise foi embasada pelos seguintes temas: a) Tarefas rotineiras de saneamento no domicílio: quais são, quem as realizam e de que maneira. b) Tarefas mais complexas de saneamento no domicílio: quais são, quem as realizam e de que maneira. c) Como as tarefas mais rotineiras e as mais complexas, em termos de conhecimento técnico, são vistas e valorizadas pela família.

Para identificar as falas de acordo com a comunidade na qual elas foram coletadas, utilizou-se os códigos: BA, para comunidade Barreiro Amarelo; NE, para comunidade Nova Esperança; e VN, para o Seringal Vila Nova.

Atendendo à Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, este estudo foi aprovado pelo Comitê de Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais, CAE 49966015.5.0000.5149, em 15 de janeiro de 2016.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Evidências sanitárias das comunidades

As duas comunidades rurais analisadas pertencentes à macrorregião nordeste do Brasil estão inseridas no bioma caatinga. A formação da comunidade Nova Esperança remonta

ao início da década de 1970. Conta com cerca de 140 famílias e aproximadamente 500 moradores. A água que abastece essa comunidade é proveniente de um sistema da Embasa, que funciona de modo intermitente, em regime de rodizio envolvendo outras comunidades. A intermitência afeta a dinâmica dos moradores de Nova Esperança e os leva a recorrer a outras formas de abastecimento de água menos confiáveis, principalmente açudes e caminhões pipa. A maioria das casas possui banheiros com fossas absorventes, que correspondem a buracos escavados no solo, por onde o esgoto percola, sendo comum o seu extravasamento e o escoamento do esgoto pelos quintais e ruas da comunidade. A coleta dos resíduos sólidos é realizada duas vezes por semana, feita por um carroceiro da própria localidade. O resíduo coletado é disposto em um terreno na comunidade, caracterizando-se um lixão. Há também a queima dos resíduos nos quintais das casas.

A comunidade de Barreiro Amarelo possui nove residências e um total de 30 moradores. Dista cerca de 30 km de Oliveira dos Brejinhos, a sede do município ao qual pertence. Existem múltiplas fontes que atendem a comunidade, seguindo uma hierarquia de uso de acordo com a qualidade da água, de beber e cozinhar, considerada de melhor qualidade, e para usos relacionados a higiene e limpeza. A água boa para beber e cozinhar é proveniente de uma nascente distante da comunidade, sendo aduzida por recalque até o reservatório no centro dela. Deste ponto, os moradores a coletam manualmente, em baldes, transportando-a até as casas. A água dessa fonte é distribuída de forma intermitente na comunidade, alternando seu atendimento com o de outras comunidades próximas. Essa solução reconhecida como incapaz de atender à demanda da comunidade e assim, levou à construção de um poço artesiano, cuja água é bombeada para um reservatório elevado e distribuída em torneiras instaladas nos quintais das casas. Essa água é considerada salobra pela população, sendo destinada a outros usos. A água de beber e cozinhar, do reservatório central, é armazenada no domicílio; a água salobra é usada na higiene pessoal e limpeza, em geral, e em outros usos comuns aos domicílios rurais, como a irrigação de plantas e dessedentação de animais. Os locais reservados para os banhos ficam nos fundos das casas, possuem estruturas simples, de madeira ou outro material improvisado, e paredes de colchas de retalhos. É comum a defecação a céu aberto, sem o recobrimento das fezes.

O Seringal Vila Nova, pertencente à região Amazônica, dista aproximadamente 37 km da sede, no município de Capixaba, no estado do Acre. Possui cerca de 80 famílias. O abastecimento de água é de responsabilidade de cada família e as formas de captar, armazenar e distribuir a água é variável nos domicílios da comunidade. Predomina a captação em fontes localizadas próximas às casas, em dispositivos denominados cacimbas; existem captações em igarapés e no rio Acre. As soluções mais comuns são a coleta de água em cacimbas, em baldes e latas, armazenadas no domicílio para o consumo em poucas horas. As idas à cacimba se repetem várias vezes ao dia. Há também domicílios que possuem soluções de água constituídas de bombas, adutoras e reservatórios domésticos. Na maior parte dos domicílios da comunidade existem fossas que recebem apenas excretas. As águas servidas escoam pelo terreno. A defecação a céu aberto é praticada pela maioria das famílias, sem a prática de enterrar as excretas. É comum o banho em igarapés e no rio Acre, mas existe em alguns domicílios um pequeno cômodo anexo à casa, utilizado exclusivamente para este fim.

De quem é a responsabilidade pelas atividades relativas ao saneamento? “É da mulher!”

Os relatos corroboram a identificação de tarefas bem definidas para homens e mulheres, destacando as suas “vocações”:

“Ele [o marido] trabalha na roça. Eu não. Só fico dentro de casa, fazendo comida, lavando roupa... Aqui, às vezes, não acham que é trabalho, mas você trabalha mesmo: você lava um prato, faz uma coisa, torna a fazer de novo.” (NE)

“Minha mulher é a rainha do lar, mas se for para comprar ou vender alguma coisa ela não tem vocação. Quando se pergunta, ela não sabe de nada. Agora dentro da casa, para limpar, zelar, fazer a comida... isso aí é com ela. Cada um tem uma vocação.” (VN)

O papel da mulher em atividades relacionadas ao saneamento, nas três comunidades visitadas, é preponderante. Esta divisão se dá pelo fato de as mulheres permanecerem mais tempo em casa, apesar de também trabalharem no roçado, enquanto os homens dedicam a maior parte de seu tempo produtivo à agricultura de subsistência e de pequeno excedente. Assim, a tarefa é “das mulheres. Porque os homens ficam mais na roça. As mulheres também trabalham na roça, mas essa parte aí é de responsabilidade delas.” (BA)

As mulheres foram frequentemente identificadas com tarefas envolvendo os cuidados sanitários revertidos em bem estar para a família:

“Porque são elas [mulheres] que colocam no filtro, colocam dentro de casa, dá banho nas crianças, é quem cuida (...). Eu acho que elas cuidam mais, levam mais a sério, né?” (NE03).

As observações de campo revelaram que as atividades sanitárias desempenhadas pelas mulheres são vistas, por elas próprias e por seus familiares, como funções naturalmente femininas, pouco valorizadas quando se pensa sem seu caráter essencial para a saúde e a qualidade de vida. E apesar das mulheres reconhecerem que contínua realização de atividades relacionadas ao saneamento lhes trazem impactos negativos, não questionam a divisão das tarefas, ao contrário, a aceitam com resignação, refletindo as normas sociais e culturais que se mantém ativas na sociedade rural arcaica.

Alguns relatos, como os apresentados a seguir, permitem inferir que o manejo da água nos domicílios, pelas mulheres, é uma reprodução social que perpassa gerações.

“Desde pequena eu buscava água. (...) eu nem sei mais quantos quilômetros de distância, mas era longe, caminhava por mais de uma hora. Ia a pé e trazia na cabeça. (...) Tinha que ser cedo, senão eu não aguentava. Tinha hora que as crianças iam e traziam um balde... aliviava mais.” (BA)

“A mãe da gente era quem sempre (pegava água)... a mulher teve esse trabalho de pegar água de manhã cedo, logo antes do sol esquentar e trazer para casa. (...) Era balde, era lata... (...) É, na cabeça. Coloca uma rodilhazinha e traz.” (NE).

Em alguns casos esporádicos foram apontadas situações em que homens assumiam a função de buscar a água, em momentos nos quais as mulheres estavam, por algum motivo, impedidas de realizar tal tarefa, como no pós-parto ou em caso de adoecimento.

O protagonismo feminino na coleta da água é associado ao cansaço extremo oriundo de longas caminhadas sob sol forte e calor intenso, às dores no corpo que verga sob o peso das latas, ao desgaste físico e emocional, ao tempo gasto, ao medo e ao estresse:

“As minhas costas ficam doendo por causa do peso. Eu pego os potes [de água] dali de baixo e chego aqui para morrer. Hoje uma vizinha disse que levava minha água no carrinho porque eu não aguentava trazer [o balde] nas costas.” (BA)

Além de coletarem a água, as mulheres são as responsáveis por reserva-la em recipientes menores, por dividir a quantidade de água adquirida para os diferentes usos; por realizar o tratamento da água, em coadores de pano, em filtros de vela ou utilizando o hipoclorito de sódio, na sua desinfecção. Com isso, têm maior sensibilidade para reconhecer a aparência, o gosto e o odor de uma água de melhor qualidade.

Em relação às soluções de esgotamento sanitário as mulheres são as responsáveis pela limpeza dos banheiros, quando estes estão presentes nos domicílios. Quando a mulher não se sente à vontade para usar a latrina que compõe a solução sanitária, ela tende a não realizar a limpeza frequente do local e ainda incentiva as pessoas da família a não frequentá-lo. As narrativas das mulheres sobre o modelo ideal da estrutura sanitária a ser implantada, em termos de localização no terreno, proximidade da casa, tipo de material utilizado, ventilação adequada e tipo de acabamento, revelam o seu desejo de serem atendidas por soluções adequadas de saneamento, mostrando como elas são mais motivadas a garantirem instalações sanitárias seguras e apropriadas por saberem, de antemão, as necessidades da família e do domicílio. Há muitos relatos sobre uma gama de situações adversas vivenciadas pelas mulheres quando a solução sanitária é ausente ou precária envolvendo o medo, a falta de privacidade e a vergonha de defecarem a céu aberto; o desconforto e a má higiene, principalmente durante o período menstrual, que relacionam com mal cheiro corporal.

Em relação ao manejo dos resíduos sólidos, são sempre elas quem recolhem os resíduos gerados no domicílio. A disposição final adotada nas comunidades – queima, é realizada também pelos homens, mas, na maioria dos casos, pelas mulheres. Desse modo, elas ficam mais expostas à determinados riscos como contaminação e acidentes pelo manuseio desses resíduos.

Repensando as funções e rompendo paradigmas

Nas três comunidades visitadas foi apontado que as mulheres vivem sob uma cultura onde os homens “*mandam nas mulheres e as mulheres vivem mandadas por eles*” (NE) e, dessa forma, eles detêm o poder de decisão. Raros relatos de independência e maior poder de decisão foram registrados, a exemplo da fala a seguir:

“Não, as mulheres são mais submissas. Aqui é uma dependência tão grande que eu não dou conta, é muito ruim pra nós. (...) eu não dou conta de ser assim,

tem que trabalhar, tem que estudar, não pode depender de homem... desculpa você aí, mas não dá para depender (...).” (NE)

Foi percebido que este comportamento remete à cultura estabelecida no contexto familiar e na comunidade, um evidente e persistente resquício da cultura patriarcal. Entre os homens mais jovens é possível notar condutas mais colaborativas em relação a hábitos e práticas de tarefas domésticas.

É evidente a maior participação dos homens nos espaços de decisão, formação e capacitação dentro da comunidade e dos domicílios. Mas há mulheres que expressam que essa condição está sendo modificada, aumentando o nível de participação delas:

“Mas eu ainda agradeço a Deus que eles não impedem mais que as mulheres participem. Porque no princípio era um absurdo. (...) Não, lá em dois mil e tanto ainda. Até hoje ainda existe. Existe mulher que não vai [no centro comunitário] porque o marido não deixa.” (NE)

A preocupação da entrevistada é reflexo das bases da cultura patriarcal (BRANCO *et al.*, 2003; MELO, 2002). As normas de gênero se manifestam de muitas formas diferentes, inclusive nas crenças predominantes sobre o comportamento masculino e feminino apropriado - por exemplo, falar em reuniões públicas diante dos anciãos do sexo masculino, o que acaba por restringir a participação ativa das mulheres (GÓMEZ *et al.*, 2015).

Uma das entrevistadas estabeleceu uma relação interessante entre o tipo de divisão das tarefas e o machismo, segundo ela, arraigado em sua comunidade:

“Quem criou os homens foram as mulheres. E hoje os casais mais jovens já fazem uma divisão de tarefa. (...) Mas nem todos, porque aí tem a sogra que diz ‘ela não casou com meu filho pra ficar na rua’. (NE)

Os homens encaram a divisão das tarefas como uma lógica naturalmente estabelecida, pautada em papéis desempenhados por seus ancestrais. Fica bem definido, por exemplo, que o trabalho que envolve a construção e a manutenção das tecnologias e infraestruturas sanitárias é dos homens. Entretanto, foi possível identificar alguns relatos que remontam à necessidade de uma divisão de tarefas mais equânime, tendo em vista que tanto os homens quanto as mulheres necessitam dos benefícios advindos do saneamento. A divisão de tarefas deveria, assim, se dar pela disponibilidade da pessoa em realizar tais atividades, ou seja, quem estiver mais descansado ou menos atarefado

deveria desempenhá-las. A realidade observada, contudo, não corrobora com esta divisão de tarefas, já que os homens geralmente realizam trabalhos diários fora dos domicílios e suas adjacências. As mulheres são vistas como mais afetadas e sensíveis às questões de higiene e limpeza e, naturalmente, têm maior predisposição em mantê-las.

Quando demandadas se gostariam de participar mais dos espaços de decisão acerca do saneamento, algumas mulheres respondiam que sim, uma vez que estão em maior contato com as atividades relacionadas ao saneamento e compreendem melhor as necessidades da casa e da família. Contudo, quando perguntadas sobre quem da família participava das reuniões na comunidade a resposta era os homens. Alguns dos estudiosos das questões de gênero e políticas públicas no Brasil salientam que, ao colocar as mulheres à margem do processo, tanto do planejamento de programas, quanto do beneficiamento de coletividades, enquanto os homens atuam como protagonistas, o Estado aparece como intensificador das relações patriarcais (MELO, 2003; MELO, 2010; BRANCO *et al.*, 2003; BUTTO, 2011; HEREDIA *et al.*, 2006). Para o Relator Especial sobre o direito humano à água potável segura e ao esgotamento sanitário, mulheres e meninas, especialmente as pobres e moradoras de áreas rurais, devem receber atenção especial das políticas para que avanços na direção da igualdade de gêneros sejam alçados. Entre as mulheres, as visões sobre a qualidade da água e as práticas relacionadas ao abastecimento de água, à destinação adequada dos dejetos e resíduos sólidos expressam significados espirituais, sociais e culturais (KEVANY *et al.*, 2013; SHONSEY *et al.*, 2012). Kevany *et al.*, 2013 destaca estudos que demonstram o quão fundamental foi dar voz às mulheres em comunidades rurais para que os projetos fossem adaptados e se harmonizassem com as reais necessidades daquela população. Hannah *et al.*, (2016), destacam que o empoderamento feminino nas questões de saneamento e higiene desencadeia melhorias que refletem positivamente na saúde e no desenvolvimento local.

As Nações Unidas reconhecem que as desigualdades de gênero existem em todos os países e em vários aspectos da vida social, inclusive na forma dos homens e das mulheres acessarem, administrarem e se beneficiarem das infraestruturas e sistemas de água e esgotamento sanitário, a fim de que possam ter água suficiente para a alimentação e a higiene (NAÇÕES UNIDAS, 2016). Um princípio chave dos Direitos Humanos à Água e ao Esgotamento Sanitário (DHAES) é o da igualdade e da não

discriminação. Leis e políticas que são neutras podem ser discriminatórias para as mulheres, pois não reconhecem o trabalho por elas desempenhado. Considerar que quando todos têm as mesmas necessidades e requerem as mesmas soluções pode significar violação ao conceito da não discriminação, e da igualdade (NAÇÕES UNIDAS, 2016).

Políticas públicas de saneamento em áreas rurais, sensíveis aos papéis envolvidos no atendimento de demandas de saneamento, devem ampliar o acesso a esses serviços, proporcionando mais tempo para o trabalho, estudo, lazer e melhores condições de vida para as mulheres. Uma vez que as atividades desempenhadas pelas mulheres sejam reconhecidas como trabalho, e que elas sejam empoderadas, elas se tornam capazes de desencadear ações na esfera domiciliar que geram impactos positivos na saúde e bem-estar dos moradores e, no nível da comunidade, a sua forte atuação pode contribuir para a elaboração de políticas públicas mais equânimes, resolutivas, sustentáveis e que, sobretudo, promovam a igualdade entre os gêneros.

O *status quo* da mulher de cuidadora e zeladora do lar reflete, paradoxalmente, em desigualdade de oportunidades, poderes e controle desiguais sobre as finanças e outros bens, vez que trabalhando sem renda, possibilita ao outro trabalhar por dinheiro. E, nesse contexto, a omissão do Estado em relação ao direito à água e ao esgotamento sanitário priva essas mulheres de oportunidades relacionadas ao trabalho remunerado, à educação e ao lazer. Além disso, dificulta sua vocalização, e conseqüentemente, tolhe a luta por seus direitos. Assim, a necessidade de favorecer o acesso ao saneamento, sobretudo ao que se refere ao abastecimento de água nas áreas rurais, tem sido destacada como forma de reduzir a vulnerabilidade social de mulheres (HORA *et al.*, 2015; FURTADO, 2008), uma vez que melhorias sanitárias podem ser refletidas não somente na saúde, mas na qualidade de vida, especialmente de mulheres e meninas. O impacto mais positivo é sobre os responsáveis pela coleta de água, dado que o tempo para essa tarefa, por vezes é elevado e exige grande esforço físico e transporte de água por longos percursos.

Embora os demais moradores do domicílio reconheçam que estas atividades cabem às mulheres, elas são entendidas como uma extensão das obrigações culturalmente incumbidas a elas, impedindo que aconteça uma divisão mais igualitária entre os membros da família aptos a realizarem as tarefas relativas ao saneamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O panorama sanitário das três comunidades, a despeito de suas particularidades socioambientais, regidas por dois diferentes biomas, Amazônia e Caatinga, revelou situações similares de precariedade, enfrentadas diariamente pelas mulheres, as mais envolvidas com as tarefas sanitárias nos domicílios. Os efeitos negativos desse modo de vida se manifestam em cansaços físicos e estresses mentais, levando ao adoecimento das mulheres, e lhes impedem o desenvolvimento pessoal e familiar.

Se as mulheres tomassem parte no debate político e influenciassem as decisões, as ações resultantes seriam mais efetivas e certamente trariam maior satisfação a todos os usuários, para que consigam alcançar soluções resolutivas e adequadas às suas realidades e carências, por isso a sua vocalização se faz fundamental diante dos espaços de participação social e decisão, não para intensificar a múltipla jornada de trabalho das mulheres rurais com a sua maior participação nas atividades relacionadas ao saneamento, mas para que as ações alcançadas se tornem perenes e sustentáveis. Contudo, é imperativo que seja assimilada pela sociedade a importância e essencialidade das ações de saneamento, para que todas as pessoas residentes em um domicílio se responsabilizem por elas e elevem a sua participação em atividades vinculadas ao saneamento.

AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem à FUNASA pelo fomento à construção do Programa Nacional de Saneamento Rural, o PNSR, e à UFMG por prover condições físicas e acadêmico-científicas à sua realização. Gratas também às equipes de campo pelas informações primárias levantadas.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, L.; MELO, H. P.. A pobreza e as políticas de gênero no Brasil. In.: *Unidad Mujer y Desarrollo. Proyecto "Governabilidad democrática e igualdad de gênero"*, p. 9 - 43, Santiago de Chile, junho, 2005.

BENNETT, V; RICO, M. N.; POBLETE, S. V.. Water and gender: the unexpected connection that really matters. *Journal of international affairs. Spring/Summer*, vol 61, nº 2, 2008.

BRANCO, A.; SUASSUNA, J.; PICCHIONI, S.. A importância de gênero no contexto da captação da água de chuva: uma breve reflexão. Paper apresentado no "4º Simpósio de Captação e Manejo de Água de Chuva: uma proposta sustentável para o combate à fome e para

- a melhoria da qualidade de vida". Associação Brasileira de Captação e Manejo de Água de Chuva. Juazeiro, Bahia, 2003.
- BREWSTER, M. M.; HERRMANN, T. M.; BLEISCH, B.; PEARL, R.. A Gender Perspective on Water Resources and Sanitation. *Wagadu*, Vol. 3, Spring, 2006.
- BROWN, C.; NEVES-SILVA, P.; HELLER, L. The human right to water and sanitation: a new perspective for public policies. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21 (3), 2016. p. 661-670.
- BUTTO, A. Políticas para as mulheres rurais: autonomia e cidadania. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (Orgs). *Autonomia e cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. p. 192.
- CAMPOS, A.. A água, Gênero e Desenvolvimento. *7º Congresso de estudos africanos*. Lisboa, 2010.
- CARUSO, B.; SEVILIMEDU, B; et al. Gender disparities in water, sanitation, and global health. *The Lancet: Water: sustaining the reservoir*. The Lancet, Volume 385, Issue 9973, 21–27, March 2015. P. 1046.
- CHIFAMBA, E. Mainstreaming gender in pursuit of Minenium Development Goals in water resource governance in Buhera, Zimbabwe. *International Journal of Social Sciences and Manegment*, 2014.
- FLICK, U. Introdução à Pesquisa Qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 405 p., 2011.
- FURTADO, C. A. Estudo Diagnóstico Sobre a Dimensão Género na Gestão Integrada dos Recursos Hídricos em Cabo Verde; *Mimeo*: Praia, Cabo Verde, 2008.
- GÓMEZ, M.; WINKLER, I. Gender Equality, Water Governance and Food Security with a Focus on the Near East and North Africa (NENA). *Global Initiative for Economic, Social and Cultural Rights*. Julho de 2015. Disponível em: <<http://globalinitiative-escr.org/wp-content/uploads/2016/09/150731-FAO-Paper-on-Gender-Equality-Water-Governance-and-Food-Security-final-as-sent.docx>>. Acesso em 19/12/2016.
- HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P.. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *Revista NERA*. Ano 9, nº8. 28p. Presidente Prudente, Janeiro/Junho de 2006.
- HORA, K.; SCALIZE, P.; FURTADO, C.; FERNANDES, L.. Gênero e Gestão Integrada dos Recursos Hídricos e Saneamento: aproximações da realidade caboverdiana e brasileira. *Revista Monografias Ambientais- REMOA*, v. 14, nº1, janeiro-abril, Universidade Federal de Santa Maria, 2015. p.166-175.
- HULLAND, K.R.S.; CHASE, R.P.; et al.. Sanitation, Stress, and Life Stage: A Systematic Data Collection Study among Women in Odisha, India. *PLoS ONE*. 2015.
- JULIO, G.. O papel do gênero na água e no saneamento: uma questão moçambicana. Pambazuka News. Edição 4. *Saneamento e Gênero*, 2008.
- KEVANY, K.; HUISINGHB, D. A review of progress in empowerment of women in rural water management decision-making processes. *Journal of Cleaner Production*, vol. 60, 2013. P. 53-64.
- MELO, L. A. A mulher agricultora: Relação íntima com a água. *Fazendo gênero 9: Diásporas, diversidades, deslocamentos*. 2010.
- MELO, L. A. Relações de Gênero na Agricultura Familiar: O Caso do Pronaf em Afogados da Ingazeira-Pe. Tese de Doutorado em Sociologia, UFPE. Recife, 2003.
- MELLOR, M. Feminismo y ecología. Siglo XX editores. Ed. em espanhol nº 1. México. 2000.
- NAÇÕES UNIDAS. Relatório do Relator Especial sobre o direito humano à água potável segura e ao esgotamento sanitário. Conselho de Direitos Humanos. Trigésima Terceira sessão.

Item 3 da Agenda: Promoção e proteção de todos os direitos humanos, direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, inclusive o direito ao desenvolvimento. Julho, 2016.

PONTES, E. T. A Estreita Relação entre Mulher e Água no Semiárido: o Caso do Programa um Milhão de Cisternas Rurais. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, jan./jul. 2013. p. 14-21.

REDDY, B.; SNEHALATHA, M. Sanitation and Personal Hygiene: What Does It Mean to Poor and Vulnerable Women? *Indian Journal of Gender Studies*. Vol. 18, Nº3, 2011. p. 381-404.

SHONSEY, C., GIERKE, J., Quantifying available water supply in rural Mali based on data collected by and from women, *Journal of Cleaner Production*. 2012.

SEAGER, J. Earth follies: Feminism, politics and the environment. Londres, Earthscan. 1993.

SILVA, B. B. As relações de gênero e o saneamento: um estudo de caso envolvendo três comunidades rurais brasileiras. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SMARH. Universidade Federal de Minas Gerais. 2017.

STEVENSON, E.G.J.; GREENE, L. E.; KENNETH C. M.; AMBELU, A.; TESFAYE, Y. A.; RHEINGANS, R.; HADLEY, C.. Water insecurity in 3 dimensions: An anthropological perspective on water and women's psychosocial distress in Ethiopia. *Social Science & Medicine*. 2012.

TILLEY, E., Bieri, S. & Kohler, P. Sanitation in developing countries: a review through a gender lens. *Journal of Water Sanitation and Hygiene Development*. Ed. 3, 2013. p. 298–314.

UNITED NATIONS. Human rights and access to safe drinking water and sanitation. A/HRC/RES/15/9. Assembleia Geral das Nações Unidas, Conselho de Direitos Humanos. 30 de Setembro de 2010. Disponível em: www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/HRC/RES/15/9. Acessado em 13/12/2017.

UPADHYAY, B.. Gender roles and multiple uses of water in North Gujarat. Working Paper 70. Colombo, Sri Lanka: *International Water Management Institute (IWMI)*, 2004.

WUTICH, A. Intrahousehold Disparities in Women and Men's Experiences of Water Insecurity and Emotional Distress in Urban Bolivia. *Medical Anthropology Quarterly*, Vol. 23, Issue 4, 2009. p. 436–454.

Gênero nas relações de trabalho e elementos da reidentificação quilombola vivenciados por mulheres em uma comunidade rural no Vale do Jequitinhonha, MG

Autor: Bernardo Vaz de Macedo¹

Resumo: Em um quilombo no Vale do Jequitinhonha, elementos de um ambiente moral patriarcal coexistem com práticas matrifocais. Se atributos sociais de gênero se refletem em assimetrias no valor da força de trabalho, por outro lado, em um contexto de migração sazonal, relações afetivas vão se concentrando em torno da figura materna. Na transição identitária compreendida pelo aquilombamento, são expostas tensões geracionais e de gênero nas formas de conduzir assuntos da comunidade, como nos usos da língua.

Palavras-chave: trabalho; matrifocalidade; linguagem.

¹ - Estudante de Doutorado em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS / UFSCar). E-mail: bernardovmac@hotmail.com.

1) Gênero nas relações de trabalho

Córrego Narciso é uma comunidade rural localizada no município de Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais. Obteve a certificação quilombola no início de 2016, em um processo que teve início em 2009, com a apresentação do tema aos moradores e às moradoras por membros da Pastoral do Migrante (SPM) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Em comunidades rurais no Vale do Jequitinhonha, muitas famílias são “chefiadas” por mulheres. Moraes Silva *et al* (2007: 114) pontua que, no “que tange à chefia feminina, vários autores ressaltam que chefia não se confunde com focalidade”, devendo-se “levar em conta que há a coexistência de normas “patriarcais” e práticas “matrifocais”, entendida a matrifocalidade como “uma complexa teia de relações montadas a partir do grupo doméstico onde, mesmo na presença do homem na casa, é favorecido o lado feminino do grupo” (SCOTT, 1990: 38, apud MORAES SILVA *et al*, 2007: 114).

Tendo sempre morado em Córrego Narciso, Cona justifica sua recusa à oferta de um gato (atravessador de migrantes) ao seu marido, Mário, de um sítio no interior de São Paulo para que ele tomasse conta e se mudasse para lá de vez com a família, podendo ter uma horta própria e uma carroça para vender produtos na cidade:

Mário veio pra me buscar, né... [E eu]: “Eu não largo minha mãe, não”. Meu pai tinha ido pra São Paulo, né. Eu torrava massa pros outros, nunca fui empregada... Deixa eu contar [v]ocê: Lia já ficou empregada pros outro... Noxa já ficou empregada pros outro... mas eu, não. Ficava em roda da minha mãe. [Eu] Trabalhava a semana, mas no sábado eu... todo dia eu vinha dormir em casa mais ela, né. Mário achou essa casa lá e veio me buscar, mas... “Eu não vou, não. Não largo minha mãe, não”. [O gato]: [Vo]Cê não paga aluguel, e eu pago [v]ocê o salário... aí [vo]cês vão mexer com horta e eu dou a carroça pra vocês venderem... as verduras na rua... você não paga conta d’água, você não paga conta de luz... você não paga aluguel...”. Diz que a casa era seis cômodos. “Ê, Mário, não largo minha mãe, não. Se você querer ir você vai, mas... vou olhar minha mãe”. [...] Eu olhei minha mãe até [até] na última hora. Se fosse pra mim [eu] dispensar meu marido, eu dispensava, mas não dispensava minha mãe. Num dispensava minha mãe, não. Quando Mário me achou, ela já tinha sofrido. Quando eu fui morar mais Mário, mãe já tinha sofrido muito comigo. Carregou eu na barriga, me criou... me deu peito... Eu vou dispensar minha mãe mod’home[m]...? Que eu já achei ele criado!? Esse jogo aí eu não faço, não. Ele já achou eu criado. Eu tenho que dar valor é quem me criou. Falei errado? Minha mãe que sofreu comigo. Por que que eu vou largar ela jogada e...? Uhm, uhm. Falei com ele “Eu desisto de você. Se você querer ir pra lá você vai, mas... eu não deixo mãe, não. Meu pai foi cruel, que meu pai nem importou com nós, ficou esse tanto de ano pra lá. Mas minha mãe, não. Meu pai foi cruel com nós; ficar cinco anos sem ver os fi[lhos]!? Foi cruel, né. Foi cruel. Não importava com nós, né. Mas minha mãe, não. Deus que põe ela num bom lugar, foi muito boa pra nós. Pai foi irresponsável. Deixou nós aí sofrendo... e eu ajudando criar os outros meninos pequenos... Lia, Juca... Uai! Por isso que eu não dispenso minha mãe... que

eu lutei mais minha mãe. Meu pai foi cruel... demais. [A]Bandonou nós cinco anos!? Falar “Bença, pai”. Minha mãe todo dia de manhã cedo, “Bença, mãe”. De tarde, “Bença, mãe”. Hum!

O trabalho migrante “separa os membros da família. Aos poucos, vai ocorrendo o processo de centralização em torno da figura materna”, em que as relações afetivas se concentram nela. “O pai é visto como distante, alguém que abandonou a família, que deixou de cumprir com suas obrigações de chefe da família” (sobre relações matrifocais, ver também SCOTT, 1990; SMITH, 1973).

Não pude ainda identificar a origem da expressão, mas é comum que se denominem de “viúvas-de-marido-vivo” (ou “viúvas da seca”) as mulheres cujos maridos migram, geralmente de maneira temporária (uma “migração forçada permanentemente temporária”), para trabalhar em atividades como o corte de cana durante a maior parte do ano. Como expressão relacional e representação discursiva, essa denominação carrega consigo a atribuição de um lugar à mulher, como que ao lado do marido, como se sua existência devesse inevitavelmente passar pela mediação do marido que migra, como se fora dessa relação ela não tivesse vida e existência próprias, por si mesma. Parece ser nesse sentido que Moraes Silva (2015) argumenta que essa é uma denominação errônea e

estereotipada que camufla a labuta diária pela sobrevivência, além da negação de suas identidades, definidas a partir de suas condições enquanto “viúvas”, sem os respectivos maridos, portanto, incapazes de serem elas mesmas, camponesas do Vale.

Uma ilustração dos efeitos de verdade que a designação de nomes pode engendrar, envolvendo uma produção e administração de categorizações sobre o outro, se refere a uma senhora que conhecemos, chamada Dona Maria. Antes de o marido, Arnaldo, de personalidade forte, falecer trabalhando na roça, há aproximadamente vinte anos, Dona Maria era conhecida como Maria de João e Lena, nomes de seu pai e de sua mãe. A partir do falecimento do marido, os moradores em sua comunidade passaram a chamá-la de Maria de Arnaldo. Um morador relata, com um sorriso “mais bom” do mundo: “Maria de Arnaldo. Morreu o homem, mas fica a fama. Aí nós apelidou [apelidamos] ela: Maria de Arnaldo”.

Sem que o assunto fosse provocado por nós, Dona Maria, que já trabalhou com tear, fiação e já colheu muito arroz e milho, relatou, em um longo monólogo, que

Não era esposa; era escrava. Não tinha marido; tinha carrasco. Dizia que eu tinha que ir pra roça: “Não; tem que ir...”. Disseram que minha vida ia melhorar [quando ele faleceu]; mas vou levando minha vida aos trancos e barrancos. Ele disse que se eu morresse ele não

ia ficar sem mulher, não. Minha filha disse que se ele trouxesse mulher pra dentro de casa e maltratasse ela, que ela iria morar com tio. Eu disse que ele poderia ir lá e bater nela, pois era bravo.

É como se a fama, o nome e a presença do marido, mesmo após vinte anos de sua “ausência”, pairasse sobre a vida de Dona Maria, marcando seu nome e sua vida, sendo desde então e para sempre viúva de Arnaldo, e não Maria por ela mesma. Conforme observou outra moradora local, “muita mulher morre pela afetividade” e “Tem muita mulher que depois que fica viúva se liberta”. Ainda que ela se sinta constrangida por uma designação que insistem em lhe impor, a fala de Dona Maria, como um desabafo, é uma forma de ela buscar se recriar e se reposicionar na história e escapar ao controle, de redefinir os termos da relação, de encontrar uma abertura ou espaço onde possa se mover, de alargar o campo de ação em que procuram confiná-la, desatribuído e deslocando-se do lugar em que procuram alocá-la.

Há, por outro lado, casos como o de Lurdinha, mãe de cinco filhos homens, com três pais diferentes, que afirma com todas as letras “Eu sou mãe solteira”.

A cisão que o capitalismo opera entre esfera produtiva e esfera reprodutiva, como que em uma designação e redefinição forçada de identidades, lugares e papéis de gênero, se faz notar no nível das relações familiares. É como se a migração forçada, como mediação externa, atuasse como um pivô de separação ou distanciamento entre o migrante e sua família ou comunidade - como que numa atualização da proibição aos escravos de constituírem família. Pela distância e pelo tempo, é comum que filhos e filhas de migrantes não se reconheçam ou se identifiquem com o pai migrante; e durante o período de safra no corte de cana a vida sexual é geralmente afetada pela estafa física. Tainá Reis (REIS, 2016) relata o caso de uma moça, Dona Salete, que passou a ter que dedicar grande parte de seu tempo a cuidar do marido, ex-cortador de cana tornado inválido para o trabalho, além de cuidar dos filhos. O casamento teria virado álbum de fotografias, distante da experiência vivida, e, numa redesignação de seus papéis, identidades e lugares de gênero, a moça se identifica como “o homem e a mulher da casa”.

O que é interessante nessas passagens é expor como as denominações e designações apresentam efeitos de verdade práticos, uma eficácia material, inscrevendo-se em relações de força e poder concretas. É o que argumenta Said (2007) em sua elaboração do Oriente como uma criação do Ocidente e do Orientalismo como um sistema de conhecimento e discurso entrelaçado com as instituições do poder político e socioeconômico e envolvendo relações de

dominação e poder entre o Ocidente e o Oriente. Said identifica o modelo influente da mulher oriental produzido pelo encontro de Flaubert com uma cortesã egípcia, e a situação de força envolvida nessa relação, não como um caso isolado, mas como representando “justamente o padrão de força relativa entre o Leste e o Oeste, e o discurso sobre o Oriente que esse padrão tornou possível” (p33). No referido modelo, a mulher oriental

nunca falava de si mesma, nunca representou suas emoções, presença ou história. *Ele* falava por ela e a representou. Ele era estrangeiro, relativamente rico, do sexo masculino, e esses eram fatos históricos de dominação que lhe permitiram não apenas possuir fisicamente Kuchuk Hanem, mas falar por ela e contar a seus leitores de que maneira ela era “tipicamente oriental (p33).

Alguns capítulos em Hobsbawm (2015) discutem como “tradições” podem ser produzidas, mobilizadas e manipuladas contra certos grupos sociais ou pessoas, instaurando regimes de autoridade e inteligibilidades hierarquizadas (semelhantes à racialização). O caso de “Maria de Arnaldo”, acima, ilustra não só uma dessas formas de “tradições hierarquizadas” como também a forma como o “ambiente moral” de Durkheim não se apresenta como uma entidade abstrata, reificada e *sui generis*, mas enquanto normatizações ao mesmo tempo produzidas, mobilizadas e constantemente atualizadas por sujeitos que muitas vezes pretendem falar e agir em nome de uma coletividade com o efeito de constringer ou condicionar a conduta de certos indivíduos, no caso acima claramente com um efeito de “enquadrar” a mulher após o falecimento do marido.

Em Córrego Narciso, essas normatizações e atributos sociais de gênero se refletem nas relações de trabalho, “impregnam o valor da força de trabalho”, pensado, “não como uma atividade isolada, mas no conjunto de uma totalidade”, permitindo desvendar as relações de dominação e assimetrias reais de gênero entre camponeses homens e mulheres por sob uma igualdade superficial aparente (MORAES SILVA, 1998: 80, 86). “Os atributos de gênero estabelecem critérios rígidos no tocante à divisão sexual do trabalho” (p75).

Homens como Vilmar e Dida desfrutam de uma certa liberdade de movimento ou deslocamento em suas atividades cotidianas multi-orientadas. Rompendo com a linearidade da relação patrão-assalariado, preferem fazer o próprio tempo com serviços diversos na comunidade, tendo o que comer e vestir (“Pai deixou esse pedaço de terra aqui pra gente”), a “ficar de castigo” sentado no mercado o dia todo vendendo farinha no varejo.

Roxa, por outro lado, é muito firme em reafirmar constantemente que são as mulheres da comunidade que têm serviço de compromisso, e não os homens. Como cantineira na escola da comunidade no período da tarde, e tendo na parte da manhã feito almoço, passado barro na fofnalha, lavado vasilhas, arrumado o filho para a escola, tem o compromisso de estar lá todo dia na hora certa, e ainda chegar em casa e varrer terreiro, lavar roupa, pôr para secar, dobrar, varrer e limpar a casa e terreiro, tratar dos porcos:

Aqui é as muié [mulheres] panhando lenha, e os homens dent[ro] de casa... é as muié trabalhando pra trazer feira pra dent[ro] de casa, e os homens dent[ro] de casa. Cadê os homens que têm serviço de compromisso igual muié aqui? Sábado o serviço droba [dobra] [acumulado dos dias de semana]. Termina o dia com braços e pernas doendo. Não compensa pagar alguém para cuidar da casa... Nós que ganhamos um salarinho... nós estamos trocando azeite por mamona... O salário vai todo embora. É serviço, serviço, serviço, serviço... e se eu morrer, ainda tem pensão pra criança... Na escola, eu passo o cartão sai lá o dinheiro. Aqui dent[ro] de casa, é serviço e eu não ganho nada, não... Não sei nem como que eu fico no meu corpo. Se não fosse quilombola, não [a]guentava essa vida de Minas, não. Aqui nós é [somos] mais sofredor[es], mais enfusado. Aqui as muié têm que pular... Eu vou falar na reunião lá [com os deputado]... as muié aqui continua[m] escravo... E é tudo! [todas] Muié não [a]guenta uma vida dessa, não... isso é vida de cão... do capeta.

Se foi dito por um homem da comunidade que “Tanquinho de lavar roupa é para mulher preguiçosa”, para Roxa o tanquinho alivia e a libera para outras atividades: “Tanquinho... cê tá limpando casa, fazendo comida...”.

Moraes Silva (1998), estudando a mesma região, argumenta que, sobrecarregadas as mulheres por tarefas tanto domésticas quanto de criação dos filhos e trabalho na roça, terreiro, horta e animais, nessa organização sexual do trabalho “não há uma dicotomização da jornada de trabalho” entre espaço produtivo e reprodutivo, uma “dupla jornada” - “expressão correspondente às relações de assalariamento, sob o capitalismo” -, mas “uma imbricação das diferentes atividades exercidas” (p82). Os “espaços do tempo das mulheres são quase todos preenchidos, ao passo que os dos homens não”, havendo, assim, “uma jornada justaposta para as mulheres, elas rodam sem parar, e uma jornada única para os homens” (p83).

Além disso, “a participação feminina em todas as fases do processo produtivo agrícola” “não lhes confere o mesmo estatuto que os homens. Ou seja, mesmo exercendo a mesma tarefa, elas não são consideradas iguais a eles. Trabalho idêntico não significa igualdade social [...] entre homens e mulheres” (MORAES SILVA, 1998: 84).

Nair e Rosilene costumam ir à fazenda dos Angicos, vizinha a Córrego Narciso, onde Rosilene nasceu e foi criada com sua família como agregadas, buscar esterco no curral,

trazido em um saco na cabeça com aproximadamente trinta quilos, pois misturado com terra, por um percurso de cerca de dois quilômetros. A “divisão entre trabalho leve e pesado “somente existe em nível das representações sociais” (MORAES SILVA, 1998: 82). Acompanhando-as nesse percurso, Rosilene relata:

Bernardo: Você gostava de morar aqui? [até 2010]
Rosilene: Gostava. Vixe! Eu gosto daqui mais do que onde que eu moro. Lá é muito seco. Plantar nada...
Bernardo: Os agregados recebiam um salário?
Rosilene: Que, meu fi[lho]!? É dia de serviço, minha fia! E era mixaria, né, Russa.... 30 real, 25.
Bernardo: Homem e mulher...
Rosilene: Homem e mulher. Mulher era mais barato que homem.
Bernardo: Quanto era o dia de serviço de mulher?
Rosilene: Era 15... 20 real.
Bernardo: E homem de 25 a 30... E era o mesmo serviço?
Rosilene: Mulher trabalhava plantando capim, plantando cana... Era homem e mulher, tudo junto. Homem, que eles faziam só, era fazer cerca e roçar manga.
Bernardo: Quando era plantar capim e cana, era homem e mulher junto, mas pagava diferente...
Rosilene: É.
Bernardo: Que homem rendia mais?
Rosilene: Uai, deve ser que é, né.
Bernardo: Ou não? Às vezes a mulher trabalhava mais?
Rosilene: Eu acho que a mulher trabalhava mais, né, Russa...

No trabalho das mulheres em arribar garapa, descascar e torrar massa de mandioca e destalar fumo, embora indispensável ao “despacho” da produção, há uma “sobrevalorização do trabalho masculino em relação ao feminino”, que desmascara as “pretensas relações de igualdade entre os dois sexos” (MORAES SILVA, 1998: 84). No caso de torração de massa de mandioca, o valor maior ganho pela mulher é devido a que corresponde a um dia e meio de serviço e quatro alqueires de farinha, totalizando por vezes até quatorze horas de trabalho seguidas:

Cona: Patrão só quer o sangue da gent[e]. Hoje em dia eles assinam a carteira da gent[e]... mas de primeiro!? Comia o sangue da gent[e]. Ninguém assinava carteira da gent[e] aqui na roça. Ninguém. Isnaldo, Leca de Camilim... Roquim... De primeiro... ô, gent[e]... tinha só carrasco... A gent[e] era escravo deles. Eu nunca assinei minha carteira... eu tenho minha carteira aí, ela é branca. Minhas meninas hoje tudo trabalham com carteira assinada.

Cona: Arrancava mandioca e punha aquele tanto de muié [mulher], né... pra descascar... pra torrar, né. Eu ganhava dinheiro de duas cargas e ainda ajudava a outra lá. No tempo era 5 reais por carga, né, eu ganhava 10... Mas daqui lá ne Camilim é longe, né. Todo dia eu ia... eu e Das Dores. De segunda a sexta. Nós [mulheres] íamos pra roça também encher o carro... os homem [ar]rancavam.

Bernardo: E quanto que pagava pra homem?

Cona: Homem ganhava dobrado, né... que das muié, né. As torradeiras lá ganhavam é 30 conto, nessa ocasião. A descascadeira, 15. Todo dia eu levantava cedim [cedinho]... Quando o sol saía já estava lá, 7 hora, ne Camilim.

Bernardo: A torradeira ganhava mais.

Cona: Torradeira ganhava 35, pra tirar 4 alqueires de farinha.

Bernardo: Pagava por dia.

Cona: O dia. Ficava sendo é dia e meio, que levantava de madrugada, né.

Bernardo: E o arrancador...

Cona: As torradeiras ganham o dobro do [ar]rancador. Se o [ar]rancador ganha 15, a torradeira ganha 30. Só que as torradeiras têm que levantar é uma hora da madrugada. Torrar 4 alqueires de farinha!? 4 alqueires. É 4 vezes 50, que um alqueire é 50 pratos. 4 alqueires é 200 pratos [400 litros]. Enquanto ela não dá conta... aquele calorão na beira do fogo... fica em pé o dia inteiro, né... desde madrugada até [até] [a]cabar... Torrar 4 alqueires de farinha... cada uma torra 2. Quando eu descasquei, eu ganhava 5 conto por carga. 4 cargas davam 20 conto. A torradeira ganha 50 conto. Começa uma hora da madrugada. Lá pras 3 horas [15hs] já acabou [14 horas de trabalho]. O [ar]rancador ganha 40.

Bernardo: O arrancador ganha mais que a descascadeira...

Cona: O rancador ganha mais. Que o [ar]rancador é um [pessoa]... descascadeira é 4 [pessoas]... e ele tem que munir a mandioca pra essas 4... O [ar]rancador é mais pesado, né. Encher aqueles balai[os] tudo, né. Entupir aqueles 4 cargueiros [animal] de balaio de jacá... As descascadeiras é só despejar lá e elas vai só puxando... pra descascar.

De maneira semelhante no caso do trabalho com fumo, conforme relato de Roxa:

Bernardo: Era mais mulher que destalava e moiava fumo [em 2006]...?

Roxa: Mais era muié [mulher]. Não tinha quase homem, não. Tinha mais era muié. Homem era dois ou três... ajudando. Homem cortava, pra pendurar na pindoba... mas nós carregava... os homens cortando e nós carregando... Às vezes nós ía[mos] cedo e panháva[mos] o fuma das folhas lá da pindoba, colocava nos balaios, cortava um pouco, já deixava lá pra secar, e nós vínhamos pra chegar e destalar.

Bernardo: As mulheres carregavam também...

Roxa: Ajudava. Carregava as folhas do pé cortado pra pôr na pindoba.

Bernardo: As mulheres faziam o trabalho pesado também...

Roxa: Fazia. Corta...

Bernardo: Então às vezes a mulher trabalhava mais...

Roxa: Uai, trabalhava! Porque nós chegávamos, nós destalávamos, nós íamos [a]marrar, nós fazíamos comida... Aí as muié que estavam trabalhando tinham que fazer comida... lavava vasilha... Cê entendeu? Então as muié trabalham mais! Porque o homem era, vamos supor, só cortar... é só cortar. E muié, não... Muié mexe lá, mexe cá, nós tínhamos que coar café, lavar vasilha de café... Nós chegávamos lá era seis hora... seis da manhã nós já estávamos lá. Nós chegávamos lá, passava lá, tomava café e subia pra roça. Depois nós acabávamos de destalar, nós íamos limpar a casa... barrer [varrer], panhar aqueles talo, carregar, jogar tudo no mato... então as muié trabalha mais, só que eles é não sabem dar valor. Eles não sabem valorizar o trabalho da muié.

Bernardo: O dia da mulher era o mesmo do dia do homem?

Roxa: Não. É... muié eles pagam 10 reais o dia.

Bernardo: E homem?

Roxa: Parece que homem era 15.

Bernardo: E hoje?

Roxa: Hoje muié tá ganhando é 30.

Bernardo: E homem?

Roxa: 40. Tem muitos que é 40. Outros já é 45... mas não é todo mundo que queira pagar os 45, não.

Bernardo: Então a diferença que tinha naquela época de 10 pra 15 continua, né?

Roxa: Continua.
 Bernardo: Isso pra qualquer serviço ou só no fumo?
 Roxa: Qualquer serviço. Nem é todo mundo que queira pagar muié 30 reais o dia.
 Bernardo: Às vezes paga menos? Quanto?
 Roxa: Uns 25...
 Bernardo: E por que que tem essa diferença?
 Roxa: Não sei. Sendo que muié trabalha às vezes até mais que o homem... Muié trabalha mais do que homem.
 Bernardo: Mas pagava direitinho, né.
 Roxa: Pagava o que! Só que assim, um serviço que você via que valia 50 eles te davam 20, sabe; eles falava com você “Eu pago 20”. Eles não dão valor nisso, não.
 Bernardo: É uma exploração que continua...
 Roxa: Do mesmo jeito. Qualquer uma coisa eles não sabem dar valor num dia de serviço, não.

Se “As mulheres sentem as desigualdades”, “os homens referendam as relações discriminatórias” (MORAES SILVA, 1998: 84). Para o mesmo serviço de plantar capim e milho, Sebastiana, Nina e Fia ganharam trinta reais o dia, enquanto Vilmar e Guil ganharam quarenta reais, tendo levado o próprio almoço:

Fia: Pras muié é menos.
 Vilmar: O pessoal aqui tem isso.
 Fia: A muié pode trabalhar o mesmo tanto, mas é mais pouco.
 Vilmar: Já em São Paulo não é assim. Uma diária é uma diária pra todo mundo.
 Fia: Lá essa época está 70 reais a diária.
 Vilmar: Aqui 35 é mió [melhor] do que 50 lá. O tanto que a gente gasta lá... aluguel...
 Vilmar: N’algumas coisa eu acho certo [homem ganhar mais que mulher]. Que o dono do serviço, ele ganha pelo tanto que faz. Que um home tem capacidade de trabalhar mais que uma muié. Não é tudo que ela [a]guenta fazer do mesmo jeito d’um homem, não. Ela não faz a mesma coisa, não. Em São Paulo paga igual porque lá eles olham a qualidade e não o tanto que ele fez...

Moraes Silva (1998) analisa como esses caracteres diferenciadores refletem tanto na “troca de dias”, não capitalista, quanto na venda de força de trabalho, em que “o valor da força de trabalho das mulheres corresponde [...] à metade do valor da força de trabalho dos homens” (p85). A autora argumenta que, embora não se configure uma “apropriação do sobretrabalho de outrem para a obtenção de um mais-valor” em termos de relações capitalistas, essas formas de diferenciação consistem em relações de exploração, envolvendo uma apropriação do sobretrabalho da mulher pelo homem, dono dos meios de produção, ao a mulher ser obrigada a trabalhar em dobro na “troca de dias” (p85). Essa apropriação e a indispensabilidade do trabalho da mulher são evidentes no relato de Pedro:

Pedro: Pra destalar, mulher dá mais despacho. Homem tem esse negócio de fazer um cigarro... Hoje em dia não, tá igual, mas de primeiro o preço da mulher era mais em conta... hoje o mesmo preço dos homem é das mulher. Mulher ganhou a causa da

igualdade. Homem é 40 reais e mulher também é 40, o dia. Antes, tipo assim, o homem era 40 e a mulher era 30. E hoje não está tendo isso não. Eu e João já fiou fumo aqui até dez horas da noite. Tem hora que aperta mesmo... o bagoço arde. Fiava duas, três arrobas de fumo numa tarde. Eu já mexi com camarada aqui, era quase uma firma... 10, 12 camaradas direto... todo dia. Cristóvão é um moço lá de Araçuaí, quando ele chegou aqui “Uai, aqui é uma firma!”. Tem hora que fazia 10, 12 arrobas de fumo numa semana. Naquele tempo era mais barato... era o tempo das muié barato. Mulher era 10 [reais]. Homem era 15. Isso foi em 2006. Em 2006 nós embaçou aí... fez bem fumo.

Bernardo: Dos 12 camaradas, eram quantas mulheres?

Pedro: Eu tinha mais mulher do que homem. Tinha hora que tinha oito, nove mulheres... uma mulherada, moço! Aquela Roxa... Roxa de Marta.. Zi filha de Chico, me [ajudava... Gi de Cona, me [ajudava... aquela é boa destaladeira de fumo, moço!... Ela destalava fumo com força. Preta de Zé Pretinho, Neidinha... me [ajudava.

Para Moraes Silva (1998), o “trabalho não é causa dessa diferenciação. Ele apenas reflete. Trata-se de algo que preexiste, que impregna todo o tecido social e não apenas esta esfera particular”. As relações de gênero são “presentes em todas as esferas e são imbuídas de elementos pensados e reais, no sentido de que refletem o real e também o determinam” (p84).

2) A formação, objetivação (e/ou emergência?) de um novo sujeito político

Principalmente a partir dos anos 1990, governos, sindicatos, federações de agricultura e outras entidades têm tido iniciativas no sentido de buscar um fortalecimento da autonomia de mulheres produtoras rurais. Entre essas iniciativas, incluem-se a implementação de programas como o “PRONAF Mulher” (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e o “ATER Mulheres” (Assistência Técnica e Extensão Rural Setorial) e de “Fundos Rotativos Solidários” (sistema de crédito mútuo ou poupança comunitária gerida coletivamente) com prioridade para mulheres.

Além dessas atividades de incentivo à produção rural familiar, à geração de renda e autonomia econômica de mulheres agricultoras, realizam-se atividades de “formação social” mais voltadas para o debate da identidade da mulher camponesa, por exemplo em comissões de agricultoras rurais em sindicatos, em que mulheres passam “a se enxergarem ou se identificarem como agricultoras ou trabalhadoras rurais e como portadoras de direitos, como direito a salário maternidade, aposentadoria...”, conforme relato de uma membra de uma dessas comissões.

A mudança identitária pela qual se passa a constar nos documentos de mulheres a profissão “lavradora” ou “trabalhadora rural”, ao invés de categorizações como “do lar” ou

“dona de casa”, denota um processo semelhante àquele pelo qual mulheres passam a ter um CPF (Cadastro de Pessoa Física) próprio. Um membro do CAV-Turmalina (Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica) relata que, até os anos 1990, era comum se desestimularem mulheres do Vale do Jequitinhonha a terem CPF, com o entendimento de que elas deveriam usar o CPF do marido, como se dissessem: “Não precisa de seu CPF, seu marido já tem”; títulos de terra, escolhas eleitorais e trabalho formal e reconhecido ficando a cargo do marido, sendo “difícil aposentar, pois o que faziam não era trabalho”.

3) Tornar-se quilombola ou um *dever-ser* quilombola que é também *ser*

Observam-se atualmente mulheres no Vale do Jequitinhonha assumindo a frente de associações de comunidades rurais e de lutas por direitos territoriais, por água e por reconhecimento quilombola. Furtado (2012) entende essas lutas como uma *emergência* de comunidades quilombolas, o seu aquilombamento, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Esse processo de formação de um novo sujeito representando ou não uma “emergência” de um “fundo do poço” (ver adiante), as referidas mudanças ou processos - registro de um CPF próprio, assunção da contribuição individual ao sindicato, a formação de uma consciência de si, de uma auto-definição, auto-objetivação ou auto-identificação como trabalhadora rural e/ou como quilombola, a passagem de uma condição “em si” para “para si”, a atuação e mobilização em lutas por direitos - sinalizam não apenas dinâmicas objetivas de inserção sócio-política e de visibilização ou objetivação de grupos sociais como também processos de formação subjetiva e novas formas de identificação, novas posições subjetivas.

Sem deixar de defender uma certa cautela com relação à criação de uma expectativa e de uma certa celebração da “emergência” de comunidades quilombolas a partir da Constituição de 1988, tenho superado um pouco um preconceito inicial de que objetivação (de identidades, lutas e resistências) - atendo-se à superfície da relação / disputa - se identificaria com dominação, tendo em conta relatos de moradores/as de que “Antes nós vivia no escuro. Agora iluminou”; “Antes a gente ficava aí, como diz, num buraco, escondido, nós vivia no fundo do poço”, “levantou nossa cultura”, “Eles chamam a gente pra participar de reunião fora, vem gente conhecer a comunidade...”.

A maior parte dos/as moradores/as mais idosos/as com os/as quais conversei não demonstrou qualquer identificação com ou mesmo compreensão do que “quilombola” pode significar, estranhando ou desconfiando da linguagem jurídica e desse novo “nome” (às vezes pronunciado como “carambolas”) pelo qual são chamadas(os), dizendo que “Eu acho deferente; eu acho difícil”, que “Não entra na mente”, que “Eu andei indo nessas reunião [sobre quilombolas], mas eu não gravei nada do que elas falavam”, “Eu não sei entrar numa coisa que eu não compreendo”, evidenciando tensões entre o “novo” universo do Direito e a sua vivência enquanto sujeitos da experiência. Cona opina:

Cona: Pra mim tanto faz, como tanto fez, né. Eu nasci na roça... no Narciso. Eu nasci Narciso. Narciso, Lagoa do Boi Morto. Eu já tenho sessenta e... dia domingo eu faço 63 ano. Agora, pra mudar!? Eu não achei isso muito... Mudar a identidade do povo... outro sistema... Falei: “Eu não vou mudar, não. Eu nasci no Narciso, e no Narciso véi eu vou entregar”. Pra mudar pra carambola, eu não vou viver muitos ano mais... Eu vou ficar no que eu estava. Não achei toada, não. Pra mim mudar meus esquema... Meu final de vida já tá curto. Não vou mudar minha identidade, não. Só pros novos... que agora vai continuar pra fent[e]... Eu vou indo é pra trás... cada dia que passa eu vou morrer é logo... Eu já vivi um pedacinho [pedacinho] bão, né. Com 18 anos, 40 anos pode fazer isso. Ajudei... aí nessa tenda... rematei leilão... Mudar minha identidade eu não vou mudar, não. Pra pôr carambola. Diz que um salário pra carambola... Assim eles fala, né... Diz que vai comprar uma coisa, falar que é carambola, tem desconto... Achei toada, não. Já estou véia. Papagai véi num pega língua mar, não. Diz que pra ensinar um papagai véi é difícil, né. Tem que viver na língua que ele tá.

Bernardo: É uma coisa recente, nova, né...

Cona: É por isso que eu já não fui... que eu estou nas coisa véia, né. Cê não viu eu conzinando feijão naquele cardeirão [caldeirão] preto ali? Quantos cardeirão eu tenho pra conzinhar feijão? Eu quero ir é no meu tempo véi, né. No tempo que minha mãe me criou. Já estou no final da vida também. Mudar minha identidad[e] mar, não. Pra carambola, não.

Alguns outros poucos moradores que também nasceram na comunidade, mas que viveram muitos anos em cidades como Cabo Frio ou no Mato Grosso, incorporando elementos de um *ethos* urbano, e tendo retornando à comunidade recentemente de certa forma como “outsiders”, apresentando tensionamentos com muitos outros moradores (“estabelecidos”) após o retorno, são mais enfáticos em recusarem a nova designação “quilombola”, afirmando que “Meu pai morreu com mais de noventa anos e nunca precisou disso”, que “Esse negócio de posse coletiva não existe” (desconfiando de que pretendem tomar as terras dos moradores), “Que Zumbi dos Palmares, o quê! Sai pra lá com Zumbi dos Palmares!”.

Esse estranhamento ou hiato entre duas inteligibilidades muito distintas - entre uma lógica institucional e outra, “tradicional” - e as manifestações de recusa enfática à denominação quilombola, além de me terem instigado, compreendi-os como representando,

tendo em vista o questionamento de Butler (2003) da existência de “mulher” enquanto categoria unitária e coerente, um estilhaçamento de “quilombola” enquanto categoria de mediação política.

Com relação a um formalismo jurídico e ao domínio de uma linguagem jurídica, ou a institucionalização / formalização das lutas, como condições para o acesso a direitos, Carneiro (2005), recorrendo a Bourdieu, identifica, no funcionamento de órgãos ambientais de MG, barreiras linguísticas a uma participação efetiva de grupos sociais em processos decisórios, entre elas a especialidade técnica - como capital específico do campo ambiental - e uma juridificação formalista, que qualifiquem os sujeitos como participantes legítimos, uma valorização e reconhecimento exclusivos da legitimidade de formas documentais em detrimento de manifestações concretas, não formatadas de maneira oficial ou jurídica, como, por exemplo, demandas orais. É interessante, nesse sentido, como algumas lideranças de comunidades quilombolas têm adotado uma linguagem de direitos e um certo formalismo em discursos e notas publicadas na internet, o que Carneiro, com base em Bourdieu, identifica por um domínio operativo da linguagem, dos conceitos, das “normas técnicas e legais” pertinentes, dos rituais, das ‘jurisprudências’, do ‘senso prático’ ou sentido do jogo (Carneiro, 2005).

Nenga, 45 anos, presidente da Associação de Córrego Narciso, por outro lado, não busca formalizar o seu discurso em uma linguagem jurídica. Com relação a suas idas constantes a reuniões em Araçuaí representando a Associação da comunidade, em meio a tensões produzidas na Associação por uma nova forma de militar por parte de um morador jovem, de 20 anos, que se integrou ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), indicando uma forte clivagem geracional e de gênero, Nenga subscreve uma institucionalidade ou um *dever-ser* quilombola de uma maneira que não nega, mas mantém elementos de um *ser* que lhe é anterior, observando:

Eu tenho um jeito de falar; pode rir, mas eu falo. Eu vou falar “você”? Eu não! Eu vou falar é “ocê”! Eu não vou falar bem falado... igual Cléber, Bernardo... Eu vou falar é a nossa língua. Aqueles engravatado na mesa... Eu falo é lá no microfone. Eu vou falar bem falado?! Eu não sei [falar bem falado]. Eu tenho que falar do meu jeito. Se alguém me perguntar o significado de uma palavra que eu não sei, eu vou passar é vergonha. Então eu tenho que falar do meu jeito. A gente tem que fazer com o que a gente tem, e não com o que não tem... Tem que ser com o que a gente é. Não adianta achar poderosa, se é pequenininha. Eu tenho que falar o que eu sou... do sofrimento que eu passo, da minha rotina... E eu não tenho vergonha de falar isso, não... que eu fui criada na crueldade.

Roxa, 48 anos, irmã de Nenga, a reafirma:

Eles [alguns militantes do MAB] é ativo... Faz que sabe, que vai resolver, que vai nas entidade... muda o jeito de falar, fala “você”, “a gente” e não “nós”, queira falar bem falado, e não significa nada disso... Não sabe nem falar nem resolver. Não tem o poder que acha que tem. “Ativo” é quando a pessoa quer ser o que não sabe. Sabe falar, mas não sabe explicar. A pessoa que é simples fala pra gente entender. Nós já nasceu na linguagem que nós é. Nós não fala “Você aceita café?”. Nós fala “Cê quer café?”. Nós não sabe outras palavra pra te cumprimentar. “Ocê vai?”. Não tem que mudar a língua pra falar bem falado. Mantém desde os mais véi... e tem que manter o mandato... nós não sabe até quando... até o fim. Nós tem que ensinar os menino do jeito que nós sabe... sabe falar, né... do mesmo jeito nosso. De que adianta Preto [filho de oito anos de Roxa] falar “você” se ele não sabe cumprimentar mais? Tem que ser do jeito que ele sabe. No falar, no comer, no caminhar... tudo que nós herdou dos nosso antepassado, nós continua... Que isso, Bê, que nós aprendeu veio dos antigo... então é assim que nós tem que ser. E nós tem que ter muita honra e valorizar o que nós som[os]. Neg[ros], cabelos ruim, cabelos duro... o jeito de falar, os nosso trabai... que não é um trabai simples... é pesado... é capinar, plantio, fazer cerca, carregar madeira, lenha... É o fogão à lenha que nós aprendeu. O fogão à gás fica mais esquecido. O mesmo jeito que nós era... continua... E aprendeu mais coisa sobre o quilombola, que nós não sabia também... Que antes não tinha direito... e hoje melhorou mais pra nós, que nós sabe que nós tem o direito... ondé [onde é] que nós pode procurar as entidade... Antes nós era avulso. Hoje as entidade que procura nós. Quem dera nós falar com secretário do governo, com deputado... que já veio na nossa comunidade! Melhorou, não melhorou? Nenga não fica caçando jeito de falar bem falado. Ela tá lutando do jeito que ela pode pra atender a comunidade. Pequeninho desse jeito, nós consegue chegar lá onde nós quer. E nós não tem medo de chegar perto deles e perguntar o que nós não sabe. As pessoa não consegue falar de outra maneira.

É em um sentido semelhante que Furtado (2012) demonstra inquietação com as tensões entre “igualdade formal” e “diferença humana”, em que se tem, por um lado, um Brasil plural e socialmente justo no plano formal da instituição social jurídico-política do Estado Nação e, por outro, uma dificuldade de operacionalização de direitos previstos para comunidades quilombolas, em que seus os “beneficiários” não sabem que os possuem ou não se sabem enquanto sujeitos de direitos. Costa Filho (2014), Mitidieri (2016) e Oliveira (2016) discutem a “mora na questão quilombola” ou um “mais do mesmo” e desafios à implementação dos direitos quilombolas.

4) Bibliografia:

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, Eder Jurandir. A Oligarquização da “Política Ambiental” Mineira. In: ZHOURI, Andréa; LASCHFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org.). *A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

COSTA FILHO, Aderval. Desafios à implementação dos Direitos Quilombolas: uma avaliação crítica pós Constituição Federal de 1988. *Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia*, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.

FURTADO, Marivania Leonor Souza. *Aquilombamento no Maranhão: um Rio Grande de (im)possibilidades*. Tese (doutorado) em Geografia - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2012.

HOBSBAWM, Eric J.. Introdução: A invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric J. & RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. 10ª ed.. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

MITIDIARI, Leandro. Mora na questão quilombola: mais do mesmo. In: OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (Org.). *Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016, p305-314.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. *Matutando...* Sítio internet do Grupo TRAMA - "Terra, Trabalho, Memória e Migração" - UFSCar, 2015. Disponível em: < <http://www.trama.ufscar.br/matutando/> > (acesso: julho 2017)

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Fiandeiras, tecelãs, oleiras... redesenhando as grotas e veredas. *Projeto História*, São Paulo, (16), fev. 1998.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de; MELO, Beatriz Medeiros de; APPOLINÁRIO, ANDRÉIA PERES. A família tal como ela é nos desenhos de crianças. *Ruris*, volume 1, número 1, março 2007.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (Org.). *Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016.

REIS, Tainá Reis de Souza. Fio da navalha: o não-trabalho para ex-cortadores de cana adoecidos. Tese de Doutorado em andamento. PPG-Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2016.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCOTT, R. Parry. O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico. *Cad. Pesq.*, n. 73, p. 38- 47, 1990.

SMITH, Raymond T. The matrifocal family. In: GOOD, J. (ed.). *The character of kinship*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973, p121-144.

Participação como processo educativo: a experiência da Rede de Economia Solidária e Feminista do Rio Grande do Norte

Carine de Jesus Santos

RESUMO

O presente artigo apresenta uma análise a cerca das práticas educativas desenvolvidas no campo da educação não formal, junto a mulheres que vivem em espaços rurais e que compõem grupos produtivos articulados na Rede Xique Xique de Comercialização (RXX), apoiados pelo projeto Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF). Tomando como base a participação das mulheres em processos formativos, procurou-se observar se esta vivência pode contribuir para a construção e desenvolvimento das diversas formas de autonomia e empoderamento das mesmas. Para coleta dos dados foram realizadas entrevistas com mulheres residentes na zona rural do município de São Miguel do Gostoso, no Estado do Rio Grande do Norte, além da participação em reuniões, seminários, encontros e oficinas promovidos pela RXX, RESF e instituições parceiras. A pesquisa demonstrou que a partir dos aprendizados oportunizados nas vivências, mulheres conseguem construir e valorizar sua liberdade, criando formas de apoio e fortalecimento mútuo, destacando a importância do acesso à informações e conhecimentos que lhes propiciam estabelecer novos parâmetros em suas relações sociais, bem como descobrirem-se/assumirem-se como sujeitos de suas próprias histórias.

1. Introdução

Nos dias atuais, é possível perceber algumas mudanças em relação ao lugar da mulher na sociedade, entretanto, elas ainda recebem salários inferiores aos homens, assumem atividades e tarefas consagradas como femininas e tem o seu direito de ir e vir vigiados e controlados, sendo vítima de violências diversas e muitas chegando a ter suas vidas ceifadas. Contrapondo-se a esse cenário, observamos uma maior mobilização entre os movimentos e coletivos feministas na perspectiva de fomentar a inserção das mulheres em espaços públicos e de decisão, como, sindicatos rurais, partidos políticos, fóruns temáticos, conselhos de desenvolvimento, entre outros espaços, somado a isso, também o incentivo ao enfrentamento a processos discriminatórios e de violência, buscando superar a desigualdade de gênero em diversas escalas da vida social e privada, principalmente através do trabalho.

A ausência de políticas públicas direcionadas às mulheres, ou a existência de poucas políticas específicas, acentuam ainda mais as dificuldades enfrentadas por elas. A pouca funcionalidade dos serviços públicos de creche, é um desses grandes exemplos, e quando nos reportamos as questões que envolvem classe ou raça, a situação é ainda mais precarizada.

Muitas mulheres acabam assumindo a tarefa de prover o sustento de seus pares e filhos, e ainda assim precisam lidar com o poder simbólico masculino, sendo obrigadas a conviver com padrões sociais construídos historicamente, acumulando o trabalho doméstico invisível e o trabalho laboral, se desdobrando nas esferas privada e pública, da vida.

Para as mulheres rurais esse processo é ainda mais custoso, pois a maioria planta e cria animais em torno da casa, ao mesmo tempo em que simultaneamente cuidam dos trabalhos domésticos e de cuidados. O produtivo e o reprodutivo se confundem em um só espaço, naturalizando o que cotidianamente é desempenhado pelas mulheres, numa atmosfera de invisibilidade, a ponto de não serem percebidas suas contribuições, no campo econômico e de promoção da segurança alimentar, para família como um todo (SANTOS, 2017).

Segundo Scott, Cordeiro e Marilda (2010, p.17) “os processos que afetam as relações nos contextos rurais demandam um olhar sensível e uma atenção específica que permita desvendar a vivência de uma ruralidade cada vez mais emaranhada em complexas teias de poder e de significação”. As mulheres têm se organizado cada vez mais em movimentos de maneira que se faz necessário compreender os processos e as lógicas que informam esta participação e valorizam as suas reivindicações.

Neste sentido, a economia feminista aliada aos princípios e práticas da economia solidária, busca trazer a produção da vida para o centro do debate econômico, envolvendo a divisão sexual do trabalho e a necessidade de construir outros valores para a sociedade.

O projeto RESF se inscreve nesse horizonte, se propondo através de sua atuação, contribuir para mudar a realidade das mulheres, apostando na estratégia de articulação em rede. Partindo da experiência das mulheres na economia solidária e tendo a economia feminista, que se fundamenta no bem-estar de todas as pessoas, relacionada como eixo estruturante, a rede feminista privilegia construções onde possam se potencializar os ganhos econômicos através de processos participativos (SANTOS, 2017).

A RESF resulta de um projeto que a antecede e que impulsionou a sua idealização, o projeto Brasil Local – Economia Solidária em Desenvolvimento, desenvolvido no período compreendido entre 2010 a 2012, apoiado por recursos da SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária, atualmente Subsecretaria, do MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, voltado ao fortalecimento das iniciativas de geração de trabalho e

renda constituídas por mulheres, de forma associativa e solidária. Com o apoio de parcerias locais, foi realizado em 9 estados do Brasil: Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Pará, abrangendo as 5 regiões do país.

Dessa forma, a partir das demandas que foram identificadas no primeiro projeto, se origina a Rede de Economia solidária e Feminista, constituída para fomentar a auto-organização das mulheres e para mostrar a capacidade de trabalho e de gestão das mulheres na economia solidária. Além disso, também articular projetos que fortaleçam a potencialidade econômica de suas iniciativas e, ao mesmo tempo, para contribuir na formulação de políticas públicas específicas para geração de trabalho e renda para as mulheres (SANTOS, 2017).

No Rio Grande do Norte, a RXX compõe a Rede de Economia Solidária e Feminista, que, por sua vez, tem como pilares de organização o Feminismo, a Economia Solidária e a Agroecologia.

Desde a sua concepção, a RXX sempre se dedicou a formação dos seus membros para que todos e todas pudessem compreender o organismo que vivenciam e fazem parte. Através da participação nesses espaços, as mulheres passaram a se sentir mais valorizadas, fortalecendo sua auto-estima junto com outras companheiras, compartilhando situações diversas, desde conquistas, dificuldades, avanços e também problemas.

Nesse sentido, a experiência da Rede de economia solidaria e feminista do Rio Grande do Norte vem contribuindo para ampliar as potencialidades da RXX, priorizando a realização de ações voltadas para formação e capacitação dos grupos de mulheres de forma qualificada, a partir da educação popular, ao valorizar os saberes de cada uma e reconhecer o trabalho como princípio educativo. A partir dessa dinâmica, é possível proporcionar a troca de informação e conhecimentos coletivos, utilizando-se de metodologias participativas que visam a atuação dessas mulheres enquanto agentes de mudanças nos seus espaços de convívio.

Para este trabalho utilizamos as experiências narradas por mulheres agricultoras que moram em assentamentos rurais do município de São Miguel do Gostoso/RN, onde foi utilizado roteiro semi-estruturado e também observações registradas pela pesquisadora, quando participou de atividades da rede, a saber: as reuniões do conselho diretor e gestor da RXX, reuniões do conselho gestor da RESF nacional, as visitas a feira agroecológica de São Miguel do Gostoso e Mossoró, a participação nas oficinas de viabilidade econômica, associativa, feminista e autogestionária e na oficina de construção do plano de sustentabilidade da RXX e da RESF Nacional. Também a contribuição na construção dos encontros estaduais da RESF RN e dos atos políticos do 8 de março - Dia Internacional da Mulher no estado do Rio Grande do Norte (RN),

participação na elaboração da conferência temática de mulheres da economia solidária no RN, a participação em duas edições da Feira Latino Americana de Economia Solidária em Santa Maria-RS e encontros nacionais de intercâmbio da RESF Nacional. Consideramos cada uma dessas instâncias como espaços de aprendizagem, nos quais as vivências e as participações geram a própria formação.

Iniciativas desta natureza pretendem contribuir para construção da emancipação feminina, do ponto de vista da sustentabilidade dos grupos produtivos e do desenvolvimento de consciência crítica e política, também destaca-se pela importância de se caracterizar como um espaço de aprendizado para construção de valores democráticos, desenvolvimento de cultura cívica e participação social.

Dessa forma, este trabalho objetiva apresentar a reflexão sobre a importância da participação das mulheres em processos formativos, oportunizados pela Rede de Economia Solidária e Feminista a partir da Rede Xique Xique de Comercialização, considerando o espaço da feira agroecológica de São Miguel do Gostoso como um lugar de aprendizados e de cunho educativo em várias instâncias, abordando outros ganhos obtidos pelas mulheres, que se mostrem além dos econômicos.

1. Práticas educativas de economia solidária: Como as mulheres aprendem?

Apesar das suas práticas serem tão antigas quanto à organização da vida social da humanidade, a economia solidária é um tema relativamente novo na academia. Para conceituá-la serão tomados por base os autores Singer (2000) França (1999), e Coraggio (2000), podendo assim ser sintetizada como o conjunto de práticas econômicas baseadas na solidariedade, coletividade e autogestão, que nas franjas do capitalismo, se apresenta como uma alternativa de trabalho e renda para uma parcela significativa da sociedade que se encontra excluída do emprego formal.

A economia solidária, enquanto movimento social, se expressa através de agrupamentos produtivos e associativos, onde os trabalhadores e trabalhadoras atuam nesta nova economia partilhando desejos e valores que diferem dos valores do mercado capitalista. Os empreendimentos econômicos solidários, em sua grande maioria populares, se aglutinam essencialmente em resposta ao processo excludente do mercado de trabalho e subordinam-se fundamentalmente às necessidades da produção da vida na unidade familiar (CORAGGIO, 2000).

O papel educativo, típico dos movimentos, tem como base principal a interação entre as culturas, a semelhança de interesses e valores dos seus membros, a ênfase do respeito às diferenças, da história do outro que reflete a si próprio, despertando novas formas de construção coletiva (ARROYO, 2003).

Caldart (2000) considera o movimento como princípio educativo e como sujeito educador, pois ao empregar metodologias participativas em suas ações, colabora diretamente para a apropriação de conhecimento, desenvolvimento de novas habilidades e empoderamento dos seus integrantes.

Na economia solidária, podemos observar que os processos educativos estão nas diversas experiências constituintes do movimento, como os clubes de trocas, feiras, redes de consumo e comercialização, bancos comunitários, fundos solidários, entre outros. Assim como, também se manifestam, nos espaços políticos, como as reuniões, conferências, assembleias, fóruns e etc.

Na entrevista com as mulheres, elas afirmam que participar de espaços onde se tomam decisões, como os conselhos, fóruns, sindicatos, partidos políticos fez diferença em suas vidas cotidianas e que nem sempre foi assim, pois achavam que o único lugar destinado a elas, era a cozinha, o quarto e a sala de casa, no máximo o quintal. Tratando-se das mulheres rurais essa realidade é ainda mais opressora, como relata M1, agricultura, do grupo juntas venceremos que comercializa na feira agroecológica de São Miguel do Gostoso:

[...] A gente não andava pra canto nenhum era só em casa eu achava que eu era mulher só de casa mesmo né, não tinha direito de sair pra canto nenhum então agora eu conheci meus direitos, nos conhecemos nossos direitos e foi uma..., como é que eu quero dizer, um conhecimento que a gente não tinha antes e então hoje a gente se reconhece como mulher que mulher não é pra ficar.... tá na cozinha fazendo comer lavando roupa é pra andar conversar, participar desses programas sociais... de tudo que a gente quiser né? (M1).

A partir do momento que as mulheres começam a entender a dimensão da participação, os seus horizontes se ampliam e passam a acessar novos conhecimentos. Compreendem que é um direito delas enquanto pessoas.

Assim, o estudo perpassa pela análise das práticas educativas vivenciadas por grupos produtivos de mulheres que compartilham dos princípios da economia solidária, e da economia feminista, em seu fazer laboral, de modo a compreender o impacto destas na participação social e política das mulheres.

Gohn (2014) destaca o sentido educativo da participação, a qual, como prática educativa, forma sujeitos voltados para os interesses coletivos e para as questões da política. Para ela, a participação tende a aumentar à medida que o indivíduo participa, ela se constitui num processo de socialização e faz com que, quanto mais as pessoas participam, mais desejam continuar neste caminho.

Para as mulheres, os espaços de formação podem ser vislumbrados como oportunidades de vivências e aprendizados que podem favorecer na sua constituição enquanto sujeitas, invisibilizadas historicamente na sociedade, encontrando nas práticas 1329

educativas de caráter não formal, desenvolvidas na economia solidária, a possibilidade de aprender novos conhecimentos e restabelecer seu papel social.

Para as mulheres rurais essa é uma necessidade ainda mais premente, pois as duas esferas produtiva e reprodutiva acabam se confundindo, no ambiente do lar ela cuida das tarefas domésticas e de cuidados e no quintal da casa ela cuida dos animais e da produção, se configurando como se fossem uma única função.

Neste sentido, considera-se que a economia solidária pode contribuir significativamente com a economia feminista, sobremaneira, reconhecendo a repetição de padrões naturalizados nas relações tradicionais de trabalho, que acabam sendo recorrentes nas relações ditas solidárias. A partir desse reconhecimento é possível trazer a tona o debate sobre o reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidados como trabalho e como responsabilidade de todos.

As mulheres vão para a economia solidária a partir do lugar onde estão na divisão social do trabalho, se dedicando a atividades nas quais tem conhecimento e experiência e que, portanto, são atividades factíveis nas condições de dificuldade de acesso ao mercado de trabalho. Este trabalho pode ser considerado, assim, quase que extensão do trabalho doméstico e, em boa parte das vezes, é feito na própria casa, com instrumentos e equipamentos pessoais e domésticos, materiais reciclados por elas próprias com doações ou extração da natureza, como é principalmente o caso do artesanato (BONUMÁ, 2015, p. 48).

Uma das formas estratégicas de se organizar na economia solidária é a articulação em rede, que tem como perspectiva o fortalecimento de grupos e pessoas que se encontram em diversos estágios de desenvolvimento e de organização. As redes de economia solidária se colocam como um modelo diferente dentro da estrutura capitalista, não apenas voltado para articular a produção e comercialização, mas também para fortalecer laços de reciprocidade, pertencimento, identidade e a busca por melhores condições de vida, tomando como base seus princípios, onde afirma o compromisso com a valorização do trabalho humano e o bem viver (SANTOS, 2017).

Segundo França e Cunha (2008) as redes têm dois objetivos principais: promover a sustentabilidade dos empreendimentos e fortalecer o potencial de uma região interna e externamente. Além disso, significa uma associação ou articulação de várias pessoas, grupos e/ou iniciativas de economia solidária com intuito de constituir um circuito próprio de relações econômicas e intercâmbio de experiências e saberes formativos.

Em relação aos processos de aprendizagem, Gohn enfatiza o avanço no movimento de mulheres, afirmando que:

Muita coisa foi construída a respeito do lugar da mulher na sociedade, o respeito a seus direitos e a sua retirada da invisibilidade em que ela sempre esteve. Foi um caminho longo de lutas e conquistas. Isso se reflete em leis publicadas, como a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – a Lei Maria da Penha –, em políticas públicas e também em uma nova cultura política em que há valores que, progressivamente, foram se consolidando na sociedade dentro de novas visões. Quando a Lei Maria da Penha surgiu, ninguém sabia o que era; depois, foi se formando um acervo de conhecimento e material a respeito. Então, os movimentos de mulheres passaram a trabalhar o tema da lei (de combate à violência contra as mulheres), por meio de cartilhas, vídeos e palestras, tanto em escala local como na escala nacional (GOHN, 2016, p.63).

Para as mulheres, os espaços de formação se tornam ainda mais importantes, por oportunizar vivências e aprendizados que podem favorecer sua constituição enquanto sujeitas, antes invisibilizadas na sociedade, que em grande maioria enfrenta dificuldades, para conseguir ingressar e permanecer no ensino formal, encontrando na educação não formal, desenvolvida na economia solidária, a possibilidade de aprender novos conhecimentos e restabelecer seu papel social.

Assim, acredita-se que as mulheres têm na Economia Solidária, especificamente se auto-organizando em redes, mais um caminho para tornarem-se sujeitos políticos, pessoas empoderadas e engajadas que, a partir de suas especificidades, podem interferir nas decisões, construir seu presente e seu futuro. Tudo isso atrelado ao ato educativo e político das ações, pautados por meio do diálogo e da reflexão crítica.

2. A feira como espaço das tramas e encontros

Consideramos que as atividades de formação podem contribuir significativamente para a construção de sujeitos emancipados, sobretudo quando a metodologia escolhida prioriza processos que desenvolvam a capacidade de análise crítica e de construção coletiva.

A participação na feira, em reuniões, oficinas, nos fóruns e, nos encontros, possui um forte caráter educativo, uma vez que podem contribuir para o desenvolvimento da percepção e a consciência da cidadania, abrindo caminhos para os processos de aquisição de conhecimentos.

Nas falas das entrevistadas, a feira aparece como um lugar central. Todas as mulheres falaram da feira, de como é levar e trazer coisas, a importância da feira para suas vidas, como surgiu, como se organizam, quais estratégias utilizam e as dinâmicas de interação que acontecem, a partir da troca de experiências e diálogos. A feira é descrita como o lugar dos encontros, da sociabilidade, da política, onde se discute e onde se disputa. Cabe ressaltar, que cada núcleo da RXX possui uma dinâmica própria, respeitando a organicidade dos grupos e as especificidades de cada região.

Todos os núcleos realizam feiras semanais pertencentes ou não às feiras locais dos municípios, com produção de base agroecológica. Em Mossoró, se localiza a sede da RXX, dotada com estrutura mínima, incluindo equipe técnica colaboradora e recentemente conseguiram adquirir um veículo que se desloca para buscar os produtos dos núcleos de municípios vizinhos, como Apodi, Baraúna, Grossos, Tibau e etc, para serem comercializados no núcleo de Mossoró. Os clientes podem encomendar suas cestas previamente, ao saberem quais produtos estarão disponíveis e vão buscá-las todas as sextas-feiras. Essa interação vem permitindo uma diversidade de produtos e um maior escoamento da produção. Além das cestas, também fornecem para o PNAE e o PAA. Para divulgar os produtos, utilizam as redes sociais, *WhatsApp*, *Facebook*, e a plataforma online *Cirandas*.

No núcleo de São Miguel do Gostoso, a comercialização acontece junto com a feira local do município, todas as segundas-feiras, em um espaço, onde são reconhecidas pela produção livre de agrotóxicos. Além dos produtos hortifrutigranjeiros, também comercializam salgados e bolos. Seus clientes em potencial geralmente são os donos de pousadas, hotéis e restaurantes locais, além de fornecerem para o PNAE e o PAA. Os grupos de mulheres são oriundos dos assentamentos de Paraíso, Canto da Ilha e Tabua e da unidade familiar de Mundo Novo. Para chegar toda semana a São Miguel do Gostoso, algumas delas vêm no carro lotação, outras de moto taxi e também de transporte próprio. Uma pessoa contratada monta e desmonta as barracas onde elas dividem os custos deste serviço entre si.

As mulheres reconhecem que a feira é um importante espaço de comercialização e sociabilidade, tanto para elas, quanto para os "buscadores"- termo adaptado por elas quando falam dos consumidores.

Ao falar do significado do espaço da feira, M2 reflete que:

A feira é o melhor que tem na Rede, porque a feira ela não é só feira, ela é um ponto de encontro, é um ponto de fofoca (risos), é um ponto que também transforma a vida das pessoas, por ouvir nossa história, por ter ansiedade de saber de que maneira foi produzido, e conversar diretamente com o produtor. A feira eu digo que é o coração da Rede, porque todos os espaços que a gente vai que tem feira, é alegria, é coisa diferenciado. Não é aquela feira convencional que você vai, compra seu produto, não teve nem contato diretamente com quem tá vendendo, não procura saber de onde foi aquela produção... E a feira da Rede é diferente, você vai lá, as vezes o consumidor não procura nem saber de onde veio a produção, mas a gente que tá na feira fica insistindo: "olhe, essa feira aqui é uma feira diferenciada, esse produto aqui...", outras dizem: "esse produto aqui na minha comunidade eu produzo desse jeito...", aí a pessoa começa: "ah, é? Que bacana", fica procurando saber os restos dos produtos, quem é e como é. Então tem esse diferencial na feira da Rede (M2).

As relações que são criadas e estabelecidas na "arena pública" do espaço da feira, promovem a visibilidade e protagonismo das mulheres. Nesse espaço elas aprendem e realizam, cálculos matemáticos, transações comerciais, e também conversam sobre assuntos diversos para além da própria venda em si, caracterizando outros ganhos.

E uma coisa diferente na feira, é que a gente não costuma chamar "vendedor" e "consumidor", mas sim "produtor" e "buscador", porque o produtor é quem tá lá, mostrando realmente que é seu produto, e o buscador são aquelas pessoas que passa a ser pessoas fiéis, porque vem uma vez na feira, gosta, porque conversou diretamente com o produtor, na feira seguinte ele vem só buscar o produto. Então tem esse diferencial que a gente costuma chamar, o produtor e o buscador (M3).

Eu gosto de tudo, é, da relação, da convivência também, né? É muito bom que na semana que eu não venho, as vezes quem vem é meu filho mais a minha filha, meu marido, quando eu não posso vir, eu fico em casa doidinha, é uma falta danada que sinto daqui(da feira)(M4).

A feira educa na medida que se apresenta como um espaço pedagógico de vivência de saberes, um espaço formador de identidade onde as mulheres vivenciam formas de relações sociais, de sociabilidade e autogestão.

Visando o fortalecimento da experiência da Feira do núcleo da RXX em São Miguel do Gostoso, a RESF realizou oficinas temáticas com objetivo de contribuir para o aprendizado das mulheres tanto em relação aos aspectos comerciais e econômicos, quanto para o exercício da compreensão do lugar que elas ocupam, não só de cuidadora do lar e da família, mais também cuidadoras de suas vidas.

3. Considerações finais

O estudo demonstrou que a vivência em processos educativos pode promover mudanças substanciais na vida das mulheres. A participação em grupos, a articulação em rede, a vivência do espaço da feira, são aspectos que favorecem em grande medida a troca de saberes entre as mulheres e o engajamento em ações coletivas, permitindo a saída da invisibilidade, lugar reservado historicamente a quem sempre ocupou a esfera reprodutiva.

A participação exerce grande influência no comportamento e na percepção das mulheres para que se percebam enquanto sujeitas. Dão-se conta que são cidadãs de direito e que podem se expressar, falar em público e formar opiniões, demonstrando um nível de empoderamento construído neste processo contínuo de sociabilidade. Dessa forma compreende-se que processos formativos de caráter não-formal podem provocar a ampliação da capacidade das mulheres, refletindo em novos comportamentos e posturas, principalmente no seu cotidiano.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. **Pedagogias em movimento - o que temos a aprender dos movimentos sociais?** Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003.

BONUMÁ, Helena. **As mulheres e a economia solidária: a resistência no cotidiano tecendo uma vida melhor**. 2015. TCC Ciências Sociais, UFRS. Disponível em: Acesso em 10 mar. 2017.

FRANÇA FILHO, G. C. **A via sustentável da economia solidária no desenvolvimento local**. Organizações & Sociedade, Brasília, DF, 15.45, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não-Formal e Cultura Política**. 2a ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos**. Investigar em Educação - II^a Série, Número 1, 2014, acesso: maio/2017.

GUAYI. Banco de Dados (documento interno). Porto Alegre, 2017.

MANCE, Euclides André. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001.

RODRIGUES, Ana Cláudia SCOTT, Parry; SARAIVA, Jéza das Chagas. **Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais**. In: CORDEIRO, Rosineire; MENEZES, Marilda; SCOTT, Parry. **Gênero e Geração em Contextos Rurais** – Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010.

SANTOS, Carine de Jesus. **Entrelaçando redes e tramas: a importância das práticas educativas na participação social e política das mulheres**. Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2017.

SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Mulheres, 2010.

SINGER, Paul. **Economia Solidária**. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 116-125.

**“E aí, o que você compra com o dinheiro do Bolsa Família?”:
reflexões sobre consumo, moralidade e autonomia de mulheres rurais**

Carmen Janaina Machado¹

Renata Menasche²

Resumo:

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que, vigente no Brasil há mais de uma década, atende a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. No campo de estudos que se dedica à análise sobre políticas sociais e na perspectiva dos estudos do consumo, este trabalho se propõe a refletir sobre a autonomia de mulheres rurais assentadas diante da moralidade – presente também entre agentes do Estado – concernente ao consumo realizado pelas bolsistas (usualmente ditas beneficiárias) a partir dos recursos recebidos através do Programa. Literatura pertinente e dados de pesquisa a campo realizada evidenciam julgamento moral em relação ao consumo, principalmente no que se refere a bens não relacionados à alimentação, roupas ou material escolar para os filhos. A pesquisa etnográfica foi desenvolvida junto a agentes executores do Programa em âmbito municipal e entre mulheres camponesas que vivem em assentamentos rurais de um município situado na região sul do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Campesinato. Gênero. Consumo.

¹ Doutoranda e mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Email: carmemachado3@yahoo.com.br.

² Doutora em Antropologia, Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGAnt/UFPel) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Email: renata.menasche@pq.cnpq.br.

Introdução

Criado pela Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, o Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda que atende a famílias em situação de pobreza, com renda mensal per capita entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00, e de extrema pobreza, com renda mensal per capita de até R\$ 85,00. Segundo Tereza Campello e Marcelo Neri (2013), o Programa Bolsa Família foi concebido e executado com o objetivo de contribuir para a inclusão social de famílias³ brasileiras em situação de pobreza e fome e estimular um melhor acompanhamento do atendimento do público-alvo nas áreas de saúde e educação. Merece ainda destaque o fato de o Programa, visando contribuir para a autonomia feminina, realizar o pagamento do benefício preferencialmente a mulheres. Vale também comentar que o Programa visa proporcionar autonomia às bolsistas⁴ na medida em que lhes é facultado utilizar os recursos recebidos como considerarem pertinente, sem quaisquer constrangimentos legais.

Em mais de uma década de vigência do Programa estudos apontam avanços em diversas áreas como educação, saúde, assistência social e gênero. No campo do gênero estudos demonstram fortalecimento da autonomia das mulheres, uma vez que são majoritariamente mulheres as titulares do cartão do Programa e administradoras do dinheiro. Walquíria Rego e Alessandro Pinzani (2014), em estudo sobre autonomia, dinheiro e cidadania no PBF, referem-se a “pequenas fendas abertas” para a autonomia das mulheres, na qual “o espectro de escolhas, inclusive morais, começou a se abrir”

³ Na concepção do Programa (MDS, 2015), família corresponde à unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, formando um grupo doméstico que vive sob o mesmo teto e é mantido pela contribuição de seus membros (Lei nº 10.836, de 2004).

⁴ Ao analisar técnicas de governo na América Latina, Lautier (2014) afirma que, em meados da primeira década do século XXI, as críticas às políticas ultrafocalizadas conduziram a uma mudança de “tática de governo dos pobres”, fazendo com que, no encaminhamento de políticas públicas, a “luta contra a pobreza” fosse substituída pela “luta contra a vulnerabilidade”. Para esse autor, adotar o termo vulnerabilidade implica em uma mudança de registro, em que “passa-se da compaixão vitimizadora (o pobre que recebe ajuda) à atenção paternal (o vulnerável que é ajudado a se ajudar e que é protegido enquanto continua frágil)” (LAUTIER, 2014, p. 168). Esse é o contexto do emprego do termo beneficiário. Já Walquíria Rego e Alessandro Pinzani (2014), no prefácio à segunda edição do livro *Vozes do Bolsa Família: autonomia dinheiro e cidadania*, propõem a substituição do termo beneficiário por bolsista devido à carga simbólica negativa que o primeiro termo carrega. Segundo os autores, qualquer pessoa que receba uma bolsa (de estudo, pesquisa, estágio) é denominada bolsista e não beneficiário, tendo em vista que a bolsa remunera uma atividade e não representa uma dívida. Nesse quadro, optamos por utilizar os termos bolsista ou participante em referência às famílias integradas ao Programa Bolsa Família.

(REGO; PINZANI, 2014, p. 203). Evidenciou-se que o direito de escolha é exercido desde os aspectos mais amplos de suas vidas até a possibilidade de eleger entre a compra de um alimento específico, uma roupa ou um produto para o cabelo, isso podendo configurar-se como via de passagem a uma maior liberdade pessoal.

Rego e Pinzani (2014) destacam que o fato de serem as titulares dos cartões e decidirem o destino do dinheiro não retirou essas mulheres da condição de pobreza, mas que a existência de maior segurança na garantia da alimentação da família teve impacto não apenas material, mas também psicológico. E esse processo se dá em dois níveis:

Em um primeiro, as pessoas não precisam mais passar seu tempo pensando exclusivamente em procurar comida suficiente e podem dedicar-se a atividades (inclusive econômicas) diversificadas. Essa é uma forma de autonomização, de libertação da necessidade mais básica e imediata, a saber, da necessidade de alimentar-se. Em segundo nível, ganham mais autonomia ao se tornarem responsáveis pela maneira como o dinheiro da bolsa é usado. (REGO; PINZANI, 2014, p. 205-206).

Ainda, no que se refere à autonomia das mulheres a partir do Programa, os autores destacam seu acesso ao crédito (lojas, supermercados, etc.) e também a possibilidade, diante de uma renda fixa, de libertar-se de relações opressoras, como relações conjugais violentas. Contudo estudos de cunho antropológico e/ou sociológico têm sido desenvolvidos procurando abordar outras dimensões pertinentes à reflexão sobre políticas sociais. É nesse quadro que propomos a reflexão sobre a autonomia das mulheres rurais assentadas diante da moralidade – presente também entre agentes do Estado – concernente ao consumo realizado pelas bolsistas a partir dos recursos recebidos através do Programa.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, foi realizada pesquisa etnográfica, a partir de inserção a campo da primeira autora deste trabalho junto à Secretaria de Assistência Social de um município situado na região sul do Rio Grande do Sul. Essa inserção teve por objetivo o acompanhamento do atendimento no setor do Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico, de modo a possibilitar apreender procedimentos característicos do sistema e, principalmente, observar tratamento e orientações dadas ao público do CadÚnico, em sua maior parte participantes do PBF. Foi nesse contexto que, durante o segundo semestre de 2016 e os primeiros meses de 2017, foram realizadas entrevista com a gestora responsável pelo Bolsa Família na Secretaria Municipal de Assistência Social e observação participante junto às estagiárias que então realizavam o atendimento ao público do CadÚnico. Já no segundo semestre

de 2017, e primeiro semestre de 2018, a pesquisa a campo foi deslocada para o cotidiano de mulheres rurais assentadas bolsistas do Programa, com a realização de observação participante e entrevistas em profundidade.

#FicaAdica: moralidades, consumo e política pública⁵

Em obra inaugural da Antropologia do Consumo, Mary Douglas e Baron Isherwood (2013)⁶ mostram que os estudos realizados até então tendiam a supor que as pessoas adquirem bens por motivações restritas a poucas finalidades: bem-estar material, bem-estar psíquico, exibição. Assim, até meados do século XX, embasados na teoria higiênica ou materialista e na teoria das necessidades por inveja, os economistas acreditavam que a teoria da demanda, baseada no indivíduo isolado, explicava as decisões de consumo. Na perspectiva dos autores citados, em uma perspectiva crítica das visões até então vigentes, pautadas em uma abordagem moral sobre as necessidades humanas, apresentava-se como necessário pensar em consumo como processo social. Assim, ao invés de partir de uma condenação moral do consumo, os autores sugerem perguntar o que faz com que as pessoas queiram bens. Ao propor redefinir o consumo pelo viés antropológico, partem de dois pressupostos: o primeiro, que o consumo não é imposto; o segundo, que o consumo inicia onde termina o mercado. Assim, o consumo é definido como o “uso de posses materiais que está além do comércio e é livre dentro da lei” (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2013, p. 100), uma área de comportamento conformada por regras que são livres, em uma relação em que nem o comércio nem a força se aplicam.

Ao mesmo tempo em que as posses materiais fornecem, por exemplo, comida e abrigo, estabelecem e mantêm relações sociais. Assim, tem-se um duplo papel dos bens, como provedores de subsistência e como marcadores de relações sociais. Como propõem Douglas e Isherwood (2013, p. 106), “esqueçamos que as mercadorias são boas para comer, vestir e abrigar; esqueçamos sua utilidade e tentemos em seu lugar a noção de que as mercadorias são boas para pensar”. É nesse sentido que, ainda segundo os autores citados, não se pode explicar a demanda atentando apenas para as

⁵ Uma versão preliminar e parcial desta discussão compõe o trabalho “O Bolsa Família a partir das margens: um estudo sobre moralidade e consumo entre famílias rurais assentadas”, submetido à discussão na XII Reunión de Antropología del Mercosur, em Posadas (Argentina), em 2017.

⁶ *The world of goods: towards an anthropology of consumption* foi publicado pela primeira vez em 1979.

propriedades físicas dos bens, na medida em que o ser humano necessita de bens para comunicar-se com os demais e para entender o que ocorre em seu entorno. Essas necessidades conformam uma única, na medida em que a comunicação somente é construída em um sistema estruturado de significados.

Também no âmbito dos estudos do consumo, Livia Barbosa e Colin Campbell (2013) apontam que, por trás da oposição entre necessidades básicas e supérfluas, está a possibilidade de grupos sociais e políticos controlarem o consumo alheio, definindo o que se pode e o que se deve consumir. Tal controle é exercido especialmente sobre classes menos favorecidas, contexto em que é tido como legítimo o consumo destinado a suprir carências culturalmente definidas como básicas, sendo considerado inadequado ou irresponsável o consumo orientado à reprodução de certos estilos de vida, percebido como extrapolando as ditas necessidades básicas (BARBOSA; CAMPBELL, 2013). É nesse quadro que podemos entender que a classificação de determinados segmentos sociais como “pobres” estabelece, de antemão e por outros, a maneira como seu dinheiro deve ser gasto, os bens que lhes cabe consumir⁷. Processo esse evidenciado entre mulheres bolsistas do PBF, pois mesmo que não conste especificado na Lei o que devem consumir, é perceptível uma carga moral, por parte de agentes do Estado, sobre o consumo empreendido a partir dos recursos recebidos a partir do Programa.

Figura 1: material divulgação Programa Bolsa Família



Fonte: Facebook – Bolsa Família, 2018.

⁷ Vale aqui ter presente a análise de Bruno Lautier (2014), que mostra que na relação entre o Estado e seus pobres, nada é gratuito, o dinheiro é acompanhado da moral, provocando uma tensão permanente entre objetivos educativos e objetivos financeiros dos recursos dessas políticas.

A imagem acima (Figura 1) reproduz material de divulgação do Programa Bolsa Família (PBF) na rede social Facebook. Com a frase “e aí, o que você compra com o dinheiro do Bolsa Família?”, apresenta mulher com o cartão em mãos, seguida da indicação do *hashtag* #FicaADica, que orienta para a compra de material escolar e mostra ilustrações de alimentos classificados como saudáveis.

Tal processo pode também ser observado em outros materiais de divulgação do Programa, em que é clara a expectativa de que o dinheiro seja investido especialmente em alimentação, além de outros produtos para as crianças, como evidenciado na apresentação de dados sobre o Programa (Figuras 2 e 3), seja a cartilha impressa destinada à orientação de bolsistas (Figura 4) ou, ainda, a ilustração capturada da página do Programa em rede social (Figura 5). Nessas imagens, predominam ilustrações de alimentos que, aos olhos de profissionais da área de saúde, são enquadrados como saudáveis (grãos, frutas, legumes, carnes). Os materiais indicam um olhar moralista sobre o consumo de famílias bolsistas por parte do Estado, ao que se amplia para seus agentes, como demonstram autores a seguir.

Figura 2 – Material de divulgação do PBF.



Fonte: Facebook – Bolsa Família, 2013.

Figura 3 – Material de divulgação do PBF.



Fonte: Brasil, 2013.

Figura 4 – Material de divulgação do PBF.



Fonte: MDS - material impresso, 2010.

Figura 5 – Material divulgação em rede social.



Fonte: Facebook – Bolsa Família, 2016.

Ao analisar a relação entre o dinheiro recebido por participantes do Programa Bolsa Família do município de Alvorada, Rio Grande do Sul, e as moralidades subjacentes a seu uso, Talita Eger (2013) destaca que, para além das críticas ao Programa que circulam na imprensa, o pano de fundo do debate diz respeito à capacidade desses sujeitos administrarem adequadamente tais recursos. A ênfase é colocada em práticas de consumo de bens considerados supérfluos e, também, em supostos desvios e mau uso do dinheiro, indicando entendimento de que haveria usos adequados para tais recursos.

A autora argumenta que, por ser destinado a grupo social cujo comportamento é estigmatizado e monitorado, esse dinheiro se constitui socialmente de modo diferente do que outros, uma vez que é transferido pelo poder público, passando a cargo e sob titularidade preferencial de mulheres e sob condicionalidades de saúde e educação. Desse modo, é um dinheiro “carregado por marcas de classe, gênero e geração e atravessado por sentidos, moralidades, classificações e expectativas socialmente constituídas e permanentemente tensionadas” (EGER, 2013, p. 18).

Em estudos relacionados ao cotidiano de famílias participantes do Programa Bolsa Família em dois grandes centros urbanos, Porto Alegre e Rio de Janeiro, Michele de Lavra Pinto (2013, 2016) pondera que, ainda que não haja qualquer artigo da Lei que estabeleça qual deve ser a destinação do dinheiro recebido do Programa, há um juízo tácito que determina que as bolsistas devam utilizá-lo para adquirir alimentos, bem como seguir determinados parâmetros nutricionais, considerados adequados pela área da saúde. Segundo a autora, é conformada uma hierarquia de necessidades moralmente aceitas ao consumo de populações de baixa renda. Ao dialogar com Barbosa e Campbell (2013), a autora aponta que “o discurso moral que há sobre o consumo atinge particularmente as populações pobres, pois recai sobre elas um etnocentrismo social que subtrai a capacidade, autonomia e liberdade sobre suas escolhas” (PINTO, 2013, p. 166).

Os estudos demonstram, então, uma avaliação moral sobre o consumo realizado a partir do dinheiro originado no PBF, pois, ainda que não esteja especificado na Lei que constituiu o Programa que o benefício deva ser destinado à aquisição de produtos específicos, é perceptível uma expectativa sobre as bolsistas, para não dizer vigilância, para que invistam o dinheiro especialmente em alimentação, além de produtos para as crianças. As observações realizadas a campo evidenciam que essa moralidade está presente entre aqueles/as que executam o Programa. Vejamos.

Em reunião de capacitação sobre o Programa Bolsa Família, organizada, em setembro de 2016, pelas secretarias de Saúde, Educação e Assistência Social do município estudado, dirigida a professores (um representante por escola, rural e urbana) e agentes de saúde (urbanas e rurais), foram identificados elementos que indicam o controle moral de agentes do Estado sobre o consumo de famílias bolsistas. A reunião teve início com a fala da assistente social responsável pelo Programa na Secretaria Municipal de Assistência Social, que apresentou o CadÚnico, as condicionalidades e as variáveis do PBF. Na sequência, com o intuito de sensibilizar o público presente, foi exibido o vídeo *História do povo brasileiro: os filhos do Bolsa Família*⁸. Logo após a exibição, as gestoras do Programa manifestaram-se, solicitando apoio das escolas com relação ao envio da frequência das/os estudantes bolsistas nas datas solicitadas e auxílio das agentes de saúde para que as famílias façam a pesagem e mantenham as vacinações atualizadas.

Na sequência do pronunciamento das gestoras, uma agente de saúde provocou: “assim não precisa trabalhar, né?”, referindo-se ao valor que uma família pode vir a receber no caso de preencher os requisitos de todas as variáveis⁹. Em resposta, a assistente social enfatizou que o Programa “é realmente para dar o café da manhã, dar o caderno, dar o lápis, ele é realmente para quem precisa”. Nesse momento, um burburinho percorreu a sala, em que se encontravam aproximadamente cem pessoas. A fala da assistente social, bem como o burburinho que a sucedeu, deixam transparecer a visão majoritariamente presente no ambiente em relação ao consumo no âmbito do Programa: o dinheiro recebido deve ser gasto em alimentação e material escolar.

⁸ O vídeo, lançado em 2013 – ano em que o Programa Bolsa Família completou dez anos –, apresenta histórias de bolsistas de diferentes regiões do país, relatando transformações em suas vidas a partir da participação no Programa. As falas são de mulheres e homens que retornaram à escola quando adultos, de adolescentes que acessaram a universidade e de crianças em séries iniciais que vislumbram serem professores, médicos, advogados, entre outras profissões. O vídeo está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jRHmDikSQ0c>>.

⁹ O Programa estabelece condicionalidades relacionadas à saúde, educação e assistência social que devem ser atendidas pelas famílias bolsistas. São condicionalidades na área da saúde: acompanhamento do calendário de vacinas, crescimento e desenvolvimento de crianças menores de sete anos, pré-natal para gestantes e acompanhamento de nutrizas. Na área da educação, são condicionalidades: matrícula e frequência escolar mensal mínima de 85% para crianças e adolescentes entre seis e 15 anos e matrícula e frequência escolar mensal mínima de 75% para adolescentes de 16 e 17 anos que usufruam da Variável Jovem. O cadastro no CadÚnico deve ser atualizado a cada dois anos e, caso ocorra mudanças no grupo familiar (troca de endereço, nascimento, morte, separação etc.) e/ou alteração na renda, o cadastro deve ser atualizado. Das modalidades e respectivos valores, constam: bolsa básica de R\$ 85,00; variável vinculada a criança ou adolescente de 0 a 15 anos, a gestante e a nutriz (cada variável com valor de R\$ 39,00, sendo até cinco por família); variável vinculada a adolescente (R\$ 46,00, sendo até dois por família) e variável para superação de extrema pobreza (valor calculado individualmente para cada família).

Professoras e agentes de saúde manifestaram-se a partir da fala da assistente social, denunciando: “compram fumo, cachaça, não compram o material escolar do filho”; “não plantam um pé de couve, não plantam uma batata”; “por que não fazem uma faxina, por que não cortam uma grama?”; “as mães passam fumando e tomando chimarrão”; “tem preservativos nos postos, tem curso de manicure”; “não lembram nem de pesar (as crianças), só reclamam que perderam o Bolsa, mas para receber eles não esquecem”; “o professor já tem muita coisa para fazer na escola e ainda tem que lembrar os pais de pesar os filhos, por favor!”. As manifestações não deixam dúvida em relação à existência de uma moralidade associada à ética do trabalho, dando a perceber um entendimento de que as bolsistas do Programa não trabalham. Igualmente, existe uma espécie de vigilância sobre os bens adquiridos através dos recursos provenientes do Programa, sendo que as pessoas presentes na reunião parecem acreditar que as bolsistas não os utilizam de forma correta. Entende-se que os argumentos utilizados por professoras e agentes de saúde são construídos a partir de seu cotidiano, expressando senso comum, mas também se constituem enquanto discurso de agentes do Estado.

Na sala em que é realizado o cadastro no CadÚnico, sentada ao lado da estagiária – “a moça do Bolsa”, como a ela se referem muitos dos que solicitam ficha na recepção –, a primeira autora deste trabalho participou de conversas realizadas durante o atendimento de mulheres bolsistas do Programa. De modo a inserir-se na conversa, indagava se a bolsista recebia o dinheiro sem problemas e perguntava o que era possível fazer com esse dinheiro ou o que era comprado com esse dinheiro, ao que a maior parte das mulheres respondia utilizar para a aquisição de alimentos, remédios e pagamento da conta de luz, eventualmente também para a compra de gás. Uma das bolsistas relatou: “uso tudo no rancho, só no rancho, quando fico muito apertada, uso para comprar um remédio”.

Já outras bolsistas afirmavam comprar “umas coisinhas” para os filhos, como o caso de uma que disse comprar “um brinquedinho, de vez em quando”, para a filha de sete anos, explicando ser a filha pequena e gostar de brincar, mas logo afirmando que o dinheiro é geralmente gasto na compra de iogurte, bolacha e fruta, tudo para a menina. Outra bolsista, ao citar o que costuma comprar, afirmou: “não compro uma calcinha para mim, é tudo para eles”, referindo-se a alimentos, roupas e material escolar para os filhos. Após tal declaração, contou de uma vizinha que recebe o valor de R\$ 300,00 do Programa e “vem na cidade e se lava de roupa, mas para ela”. A fala em tom de denúncia é indicadora da vigilância que umas exercem sobre as outras, atitude similar

ao que Milena Pereira e Fernanda Ribeiro (2013) presenciaram em pesquisa realizada na periferia de Porto Alegre, em que as mulheres observavam umas às outras para saber o destino dado por cada uma ao recurso recebido. Sendo frequentemente interrogadas sobre o uso do dinheiro, sentindo-se vigiadas, as bolsistas parecem incorporar o olhar vigilante do Estado, cuja moralidade referente ao consumo pode também ser relacionada à recorrência, em suas respostas, à compra de alimentos, roupas e material escolar para os filhos. Essa é a resposta que lhes parece correta a partir do que escutam nas palestras ou nas orientações da nutricionista ou das agentes de saúde, daí ser essa a resposta que dão à “moça do Bolsa”, resposta que as torna merecedoras do dinheiro por sua utilização correta, por seu bom consumo.

Ao serem incluídas como bolsistas do Programa, as participantes devem cumprir as condicionalidades, medidas por porcentagem, como a frequência escolar da criança e do jovem (75% de presença) e pesagem e vacinação, sob controle e em dia. Há a concepção de que, por estarem sendo “assistidas” pelo governo, as bolsistas podem ter suas vidas monitoradas, não raro sendo colocadas sob suspeita, já que, ao manter o governo informado sobre suas vidas, são vistas como aquelas que podem estar omitindo informações. Essa afirmação nos reporta ao depoimento de uma mulher, interlocutora de Michele de Lavra Pinto (2013) em sua pesquisa junto a bolsistas do PBF em uma comunidade do Rio de Janeiro, quando questiona as razões para ter que levar os filhos para pesar todo mês: “parece que a gente trata mal os filhos, por que todo o mês?” (PINTO, 2013, p. 162). O relato dessa mãe remete à conversa entre a estagiária e uma bolsista, na sala do CadÚnico, quando era realizada a atualização de seu cadastro. A mulher contou estar vários meses sem pesar os filhos, mas que a vacinação estava atualizada e que eles estavam bem de saúde. Mas a estagiária advertiu sobre a necessidade de manter a pesagem em dia porque poderia “trancar o Bolsa”. Não basta a mãe dizer que seus filhos estão bem, ela tem que provar ao Estado, através da pesagem por um profissional da área de saúde e a partir dos parâmetros médicos tidos como legítimos.

O mesmo foi observado nas primeiras conversas com as bolsistas nos assentamentos de reforma agrária, quando, ao serem indagadas sobre o que o dinheiro do Programa possibilita comprar, essas mulheres majoritariamente respondiam destinar o recurso à compra de alimentos, pagamento de prestação na loja referente a roupa e calçado e compra de material escolar para os filhos.

Antes de dar continuidade à discussão sobre os bens adquiridos pelas bolsistas a partir do dinheiro do Programa, cabe contextualizar quem são essas bolsistas residentes em assentamentos rurais. Essas mulheres são oriundas de diferentes regiões do Estado do Rio Grande do Sul e estão assentadas no município estudado há mais de 15 anos. Sua idade varia entre 21 e 55 anos e possuem de dois a três filhos, em diferentes estágios: adulto, adolescente e criança ainda em período de amamentação. Em relação ao valor recebido do Programa, varia de R\$70,00 a R\$ 202,00. Elas residem em assentamentos que distam cerca de 70 quilômetros da sede do município, sendo que se deslocam em média uma vez ao mês para a cidade. Nesse dia, além do dinheiro da comercialização do leite ou de outra forma de trabalho, também recebem o dinheiro do Bolsa Família, com o qual realizam as compras do mês e pagam a conta de luz.

O dinheiro do BF é administrado pelas mulheres. Para elas, esse é um dos primeiros dinheiros que administram sem “dar satisfação a ninguém”. Elas relataram que, quando solteiras, trabalhavam como diaristas em lavouras de terceiros, como empregadas domésticas na cidade e criavam galinhas e patos para comercializar ovos e carne, sendo que com o dinheiro resultante compravam roupas, calçados, enfeites e utensílios para o enxoval, uma delas relatou ter trabalhado colhendo fumo para um vizinho, renda que lhe possibilitou alugar o vestido de noiva. Após o casamento, essas mulheres mantiveram a criação de galinhas para comercialização de ovos, produção de queijo, trabalho como diarista em lavouras e na limpeza de casas de terceiros, mas já então o dinheiro, além de não assegurado a cada mês, passou a ser destinado às despesas da família, ou seja, comumente não dispunham de algum dinheiro estritamente seu. Segundo os relatos, com o dinheiro do Bolsa Família passou a ser possível fazer prestações em lojas de roupas e calçados, tendo em vista que passaram a saber o valor de que dispõem a cada mês, ou seja, o dinheiro do Bolsa é um dinheiro garantido.

Ao serem indagadas sobre as possibilidades de consumo a partir do dinheiro do Programa, num primeiro momento as mulheres respondiam ser destinado a alimentação, roupas, calçados e material escolar para os filhos. Mas, quando mencionado que a Lei não especifica o que deve ser comprado com esse dinheiro, que lhes é facultado decidir o que comprar, outros bens de consumo passam a ser mencionados. Uma das mulheres, que já não é bolsista atualmente – com a aposentadoria do marido, a renda familiar ultrapassou o valor estipulado para o enquadramento –, exclamou: “então vou contar, comprei um guarda roupa, mas para o Carlos [filho], um guarda roupa de madeira, está no quarto dele”. E mencionou ainda o cilindro elétrico de sovar pão, a estante da sala,

cobertor, roupa de cama, “tudo na prestação, pagava uma e fazia outra”. Outra assentada relatou fazer prestação de roupas para as crianças e, quando encaixa no orçamento, inclui também uma roupa para ela e, ainda, compra shampoo, creme para cabelo e desodorante, para uso da família. Outras ainda mencionaram pagar luz, comprar gás, colocar gasolina na moto e pagar o caderninho da venda.

Com relação a alimentos, ao citar as “coisinhas” que compram para os filhos, elencam: bolachinha, salgadinho, cereal, iogurte, sardinha (em uma das famílias as meninas adoram sardinhas em lata e a mãe compra todo mês) e o lanche no dia que vão à cidade (principalmente pastel e refrigerante e, no verão, sorvete). Ainda, a maior parte delas contam comprar frutas: “ah! e fruta, sempre compro fruta”.

Estudos comentados (REGO e PINZANI, 2014; CAMPELLO e NERI, 2013) evidenciam como resultado positivo do Programa a autonomia das mulheres bolsistas, “pequenas fendas abertas” como apontam Rego e Pinzani (2014). Autonomia financeira em relação ao conjugue e autonomia de escolha no que se refere ao consumo. Contudo o olhar a partir dos estudos do consumo e a pesquisa empírica realizada evidenciam que o mesmo Estado que preconiza a autonomia das mulheres ao conferir a elas prioridade no cadastro no CadÚnico e titularidade do cartão, efetivamente desenvolve – seja através dos materiais de divulgação do Programa, seja dos valores que informam o olhar dos agentes do Estado (professores, agentes de saúde, assistentes sociais, etc) – um cerceamento em relação ao uso do dinheiro originário do Programa. Há sim um julgamento e controle moral em relação ao consumo, que em nada parece dialogar com o discurso de autonomia proferido pelo Estado.

Referências

BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Collin. O estudo do consumo nas Ciências Sociais contemporâneas. In: BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Collin (Org.). **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2013. p. 21-44.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Manual de gestão do Programa Bolsa Família**. Brasília, 2015. 136 p.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013. 494 p.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013. 296p.

EGER, Talita Jabs. **Dinheiro e moralidade no Bolsa Família**: uma perspectiva etnográfica. 196f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, 2013.

LAUTIER, Bruno. O governo moral dos pobres e a despolitização das políticas públicas na América Latina. *Caderno CRH* [online], Salvador, v. 27, n. 72, p. 463-477, set./dez. 2014.

PEREIRA, Milena Cassal; RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. No areal das mulheres: um benefício em família. **Revista de Ciências Sociais Política & Trabalho**, João Pessoa, n. 38, p. 87-104, abr. 2013.

PINTO, Michele de Lavra. O público e o privado: o “baralhamento” no cotidiano das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. **Revista de Ciências Sociais Política & Trabalho**, João Pessoa, n. 38, p. 157-170, abr. 2013.

_____. **Políticas públicas de transferência de renda**: um estudo sobre o Programa Bolsa Família na favela do Pavão-Pavãozinho. 166 f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós Graduação em História, Política e Bens Culturais, Rio de Janeiro, 2016.

REGO, Walquíria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania, São Paulo: Ed. Unesp, 2014. 241p.

“SEM MEDO DE SER MULHER”: EXPERIÊNCIAS E TRAJETÓRIAS DE MULHERES NOS ESPAÇOS DE LIDERANÇA DO MST

Iolanda Araujo Ferreira dos Santos¹

Este artigo questiona se as mulheres que compõem o MST têm ocupado espaços de direção política e de que forma elas se fazem presentes nos espaços de poder e decisão no interior do MST. A partir de dados de entrevistas com mulheres lideranças do MST, compreende-se que como fruto da mobilização e articulação das mulheres o MST tem evoluído com relação à equidade de gênero nos postos de direção, entretanto, a luta das mulheres para se afirmarem enquanto sujeitos políticos é um esforço contínuo.

Palavras-chave: MST, Mulheres, Participação Política.

¹ Mestra em Extensão Rural e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria. Email: iolanda_uast@yahoo.com.br

1. Introdução

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), enquanto movimento social que tem como foco central a luta por reforma agrária e parte da problemática que envolve a luta de classes e a opressão entre classes, pouco importância deu, nas primeiras décadas de existência, para outras opressões, como a de gênero. As ações políticas do MST (como as ocupações de terra) envolvem homens, mulheres, crianças e idosos e apresentam especificidades em relação a outros movimentos sociais com os quais mantém relação (ESMERALDO, 2013). O diferencial do MST com relação às demais organizações políticas (sindicato, partido político, por exemplo), é que o MST envolve toda a família nas suas lutas e manifestações políticas, sem separar a militância política da relação e condição conjugal. Isso, somado ao discurso de libertação econômica, social e política para a família trabalhadora rural faz com que o MST atraia e acolha mulheres fragilizadas pelo sistema econômico e político, submetidas a migrações com o marido e filhos em busca de terra e trabalho e dignidade para a família. Entretanto, mesmo seguindo essa perspectiva, as questões referentes à opressão de gênero tendem a ser reproduzidas dentro do MST. Esmeraldo (2013) ressalta que a ação política das mulheres sem terra é invisibilizada por sua condição conjugal, por conta da hegemonia de elementos discursivos e ideológicos estruturantes do Movimento, fundamentado em uma visão produtiva e economicista da luta de classes, que por sua vez, se ancora centralmente na figura masculina como o provedor da família e como porta-voz do Movimento.

É visível a participação das mulheres na linha de frente dos confrontos políticos do MST, como nos atos públicos, nas marchas e acampamentos, onde, em geral, a presença de mulheres e crianças é destacada e valorizada. Entretanto, na organização dos acampamentos e posteriormente dos assentamentos é raro enxergar a participação ativa das mulheres, bem como existem poucas mulheres em posições de liderança nos acampamentos, assentamentos e no próprio movimento (DEERE, 2004). Assim, cabe questionar se as mulheres têm ocupado espaços de direção política, quais estes espaços e de que forma se fazem presentes nos espaços de poder e decisão no interior do MST. Nesse sentido, o objetivo desse artigo é identificar que espaço as mulheres têm ocupado

nas instâncias políticas do MST, em cargos de liderança e direção na organicidade² do Movimento e explicar qual a trajetória percorrida e a experiência vivenciada por algumas dessas mulheres até ocuparem os cargos em que se encontram.

Partindo da ideia de que a experiência surge diante das vivências concretas dos indivíduos (THOMPSON, 1981), e também que a experiência, com sua natureza discursiva, deve ser o que se pretende explicar (SCOTT, 1998), a principal fonte de dados para a discussão proposta nesse artigo são as entrevistas abertas realizadas com três mulheres que ocupam cargos de liderança no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Rio Grande do Sul, aqui denominadas como Rosa, Alexandra e Dandara³. A partir da fala dessas mulheres sobre suas vivências e experiências, buscamos identificar como a experiência enquanto mulher sem terra as forjou enquanto sujeitos políticos que ocupam e participam dos espaços de decisão e de poder no Movimento que compõem. Cabe delimitar que nesse trabalho estamos denominando como “liderança” as mulheres que não só apresentam engajamento e participação orgânica no Movimento, mas que assumiram ou assumem cargos de direção em diferentes instâncias do MST.

2. O espaço que as mulheres ocupam na organicidade do Movimento e o processo de conquista desses espaços.

O MST parece ter atentado para a necessidade de construir novas relações de gênero no interior do movimento somente após as mulheres militantes organizarem-se no interior desse movimento (Honório, 2005). De acordo com Gonçalves (2009), a própria dinâmica da luta pela terra levou as mulheres a organizar ações que provocaram questionamentos sobre a estrutura de poder expressa na organicidade do movimento. Furlin (2013) assinala que, ainda nos primórdios da trajetória do MST foram as mulheres que, mobilizadas, tomaram a iniciativa discutir os problemas relacionados à sua participação e aos seus direitos no interior do Movimento. O lugar de subordinação ocupado pelas mulheres trabalhadoras sem terra começou a ser questionado por elas mesmas, já no primeiro Congresso Nacional do MST, em 1985 (FURLIN, 2013): afinal, qual o papel da mulher na luta pela terra? Essas mulheres iniciam no Primeiro

² O termo organicidade se refere à estruturação interna do Movimento, não só quanto às instâncias administrativas e a relação de todas as partes com o todo, mas também diz respeito ao método de trabalho desse movimento social.

³ Para preservar a identidade das mulheres entrevistadas os nomes adotados nesse trabalho são fictícios e fazem referência a nomes de mulheres históricas revolucionárias: Rosa Luxemburgo, Alexandra Kollontai e Dandara.

Congresso Nacional do MST uma articulação interna e formam grupos de mulheres e coletivos no Movimento. Como resultado da articulação encampada pelas mulheres presentes no referido Congresso, foi conquistada a cota de 30% de participação das mulheres nas instâncias de direção do MST e em todas as atividades promovidas pelo Movimento. Além da organização e mobilização interna das mulheres no MST existiu uma influência externa que pressionou o Movimento a inserir as mulheres em espaços de representação política, como assinala Derre (2018) a Via Campesina adotou a política de paridade de gênero e o MST, como um dos principais movimentos vinculados à ela, foi influenciado a fazer o mesmo.

O MST trabalha continuamente para melhorar seu modelo organizativo a fim de um melhor funcionamento de sua estrutura interna, Bernat (2012) aponta que a partir de 2000, no IV Congresso Nacional do MST, o Movimento inicia a implementação de uma nova organicidade para ampliar a participação ativa das famílias nas tomadas de decisões, de acordo com o autor, essa nova organicidade busca quebrar com a ideia de democracia representativa, construindo elos entre a base e as direções e também desmistificando o papel de dirigente, que passa a atuar mais como um coordenador do que como um “chefe”. O esquema da organicidade do MST pode ser explicado da seguinte forma:

A cada 10 famílias formar um núcleo de base, com um coordenador e uma coordenadora, a cada 50 famílias, ou a cada 5 núcleos, 1 militante na direção regional e a cada 500 famílias 1 dirigente estadual. (MST, 2002, p.8)

Bernat (2012) esquematiza a organicidade do MST da seguinte forma: Núcleo de base, formado por dez famílias; Brigada de 50, formada por cinco núcleos de base ou cinquenta famílias; Brigada, formada por dez brigadas de 50, ou 500 famílias; Direção da Brigada; Coordenação da Brigada; Direção Estadual; Coordenação Estadual; Setores.

O Núcleo de Base (NB) é a primeira instância política do Movimento Sem Terra, formado por dez famílias incluindo homens e mulheres e coordenado por dois militantes, sendo obrigatoriamente 1um homem e uma mulher. Em publicação do próprio Movimento (MST, 2001) é explicado que a opção política de se ter uma mulher junto com homem na coordenação é fundamental para qualificar as ações e para conseguir ter uma visão do todo do assentamento, pois o “olhar” masculino limita a visão do todo. Cada Brigada de 50 tem um dirigente que também faz parte da coordenação e da direção da Brigada e ainda da coordenação estadual do Movimento. Também é da brigada de 50 que se tira um representante para cada um dos setores do

MST que são: Educação, Saúde, Frente de Massas, Gênero, Produção, Cooperação e Meio Ambiente (Bernat, 2012).

Percebe-se que o que Bernat (2012) chama de “nova organicidade” do MST representa uma evolução não só do ponto de vista de maior diálogo e articulação entre a base e as lideranças, mas também uma tentativa de reduzir a discrepância de gênero que costumava se apresentar nos espaços de direção do Movimento. A cota de 30% de participação feminina conquistada pelas mulheres no primeiro Congresso Nacional do MST (em 1985) é rediscutida até que em 2000 acaba se institucionalizando como uma norma, uma linha política do Movimento, de que em cada instância seja respeitada a paridade de gênero. Dessa forma, não se fala mais em 30, mas em 50% de mulheres na direção do MST. Sobre isso, Rosa, uma das interlocutoras dessa pesquisa afirma: *“uma das coisas que foi bem importante pra nós, uma foi isso de garantir a participação dos 50% de mulheres nas instâncias, essa foi uma pauta interna, esse foi um ponto fundamental”*. Ainda sobre a conquista da paridade de gênero as falas seguintes, retiradas das entrevistas com as lideranças, ressaltam como a organicidade do Movimento foi transformada para tentar atender a reivindicação das mulheres por participação política:

Aquilo que era cota no início, virou norma. Hoje direção, coordenação dos núcleos de base é um homem e uma mulher. A organicidade do movimento se transformou... direção estadual hoje é um homem e uma mulher em cada região. Direção nacional: um homem e uma mulher de cada estado. O que era antes 24 pessoas, hoje são 48. Porque são 24 estados em que o movimento tá organizado e tem um homem e uma mulher em cada direção, antes era só uma pessoa. (Alexandra)

A gente conseguiu botar uma mulher na direção nacional representando o estado, não apenas um homem, então é importante ter um homem e uma mulher, sempre um homem e uma mulher, duas pessoas em todas as direções estaduais e regionais... ter uma mulher em todos os setores do movimento, eu sou a única mulher do setor de produção, mas tem. Isso lá em 2000 foi fundamental para conseguir, foi um empurrão naquele primeiro momento, tinham pessoas que achavam importante, tinham pessoas que achavam que aquilo não era importante, não era o essencial, mas se abriu o espaço da visibilidade política da capacidade das mulheres, agora tem um monte de mulheres discutindo e contribuindo em tudo, o movimento nem se enxerga mais como seria tirar todas as mulheres e ficar só os homens, não saberia muito o que fazer, perderia toda a essência. (Rosa)

As cotas para mulheres e a paridade de gênero se configuram como medidas emergenciais de redistribuição de poder, como apontado por Nancy Fraser (2007) a noção tridimensional de justiça social é fundamentada no reconhecimento,

redistribuição e representação das mulheres. Para essa autora, só o reconhecimento não basta para superar as condições desiguais enfrentadas pelas mulheres para garantir direitos e participação, é preciso, portanto, que o reconhecimento seja acompanhado de medidas de redistribuição do poder, para que grupos subrepresentados (como as mulheres), possam ter acesso e participar efetivamente dos espaços decisórios.

A questão é que, sem uma efetiva mudança cultural no que tange às relações de gênero, mesmo que se instituam normas que determinem a participação feminina, esta precisa ser constantemente promovida, incentivada e possibilitada, para que não se rescinda em uma escassez de mulheres nos espaços de decisão. Em sua entrevista, Dandara nos aponta que o MST já apresenta alguma dificuldade em manter a paridade de gênero:

Eu tenho a minha crítica, eu não sei te dizer data certa, mas já teve bem melhor nisso [da paridade de gênero nas direções]. Hoje na pirâmide a participação das mulheres desceu bastante. Quem é que tem de mulher hoje? Porque antes era ali um homem e uma mulher, agora não, agora já tá caindo de novo... o porque disso cair eu não sei te dizer, mas sei que já caiu de novo. Uma vez a gente tinha bem mais mulheres nas instâncias, agora tá meio raro as mulheres de novo. Na minha visão eu enxergo assim, faz umas duas direções que eu tenho visto que diminuiu as mulheres. (Dandara)

Importa frisar que a desde a cota e 30% de participação feminina até os dias atuais a participação das mulheres no MST foi conquistada e garantida pela articulação e organização das próprias mulheres que sempre mantiveram algum tipo de organização própria no interior do Movimento. A entrevistada Alexandra relembra como se dava a articulação interna das mulheres para conquista de seus direitos:

Então, o coletivo de mulheres eram as mulheres que se encontravam na direção nacional, por exemplo, porque a maioria ali era homem. Mas daí essas mulheres das instâncias se reuniam e se reuniam à parte, nós se reunia nos quartos. Lá em Jundiáí, meu Deus do céu... A gente fazia reunião da direção, da coordenação nacional, as mulheres que iam se reunir lá. A L. que era secretária ela que chamava as mulheres e era coisas simples, coisas básicas que também a gente não se dava conta, na época, da importância de nós se articular. O que era importante era que tinha que ter as mulheres, nós tinha que tá lá, mas tinha muita resistência por parte das mulheres mesmo. Aí desse coletivo, dessa comissão de mulheres da direção, depois se formou o coletivo porque daí abrangia mais estados em um coletivo. E esse coletivo passou a se reunir e dar mais visibilidade, então nós discutia os pontos nesse coletivo e trazia na instância e aí a gente pautava. Pautava pontos que as mulheres se articulavam antes e levavam os pontos pra dentro a instância. Eu nunca esqueço a questão das cotas. Na época nós discutimos cotas assim: “olha isso aqui não é retroceder, isso aqui é importante pra gente avançar na consciência”. Pra nós pautar o tema da cota foi um ano de reuniões paralelas, e onde se fazia? Quando tinha reunião da direção!

Como visto, dentro do MST as mulheres buscavam se organizar em grupos, comissões e coletivos, e finalmente conseguiram a consolidação de um setor específico: o Setor de Gênero. Gonçalves (2009) comenta que o setor de gênero é o pilar das diferentes formas de organização das mulheres no interior do MST. O setor de gênero é produto das mulheres e foi o ponto de partida para as reflexões acerca da politização e ação das mulheres no Movimento. Esse setor faz parte da organizativa nacional do movimento e é fonte de reflexão e debates constantes nas instâncias regionais do MST. Furlin (2013) destaca que a partir da constituição do Setor de Gênero a perspectiva de gênero ganha mais importância dentro do movimento e passa a ser assumida como tema de reflexão transversal em todos os setores e atividades do MST, buscando construir novas relações sociais entre os homens e mulheres que o compõem.

É evidente que houveram avanços significativos relacionados à participação das mulheres enquanto sujeitos políticos no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, entretanto, à exemplo de como funciona a sociedade em geral, ainda se identificam resistências quanto à participação política das mulheres nas instâncias do MST, especialmente no que se refere às decisões produtivas, como destacam nossas entrevistadas:

Ainda tem limites né, que até hoje nós sentimos. Nas nossas ferramentas de gestão, nas nossas agroindústrias, nossas cooperativas, está sim rescindindo numa predominância masculina e quem dirige as linhas de produção no estado são 100% homens. (Alexandra)

Tem uma região que era pra escolher entre um ou outro para vir pra instância [o homem ou a mulher] né, e aí teve uma campanha pra vir o homem e não vir ela... e no fim venceu ele. Fizeram campanha pra vir o homem, porque o homem é mais fácil de lidar entre os machos né? (Isabel)

Nesse sentido, Paulilo (2004) chama atenção para o fato de que nos movimentos que enfatizam as questões de classe, o modelo de participação política privilegia a participação masculina:

O discurso da igualdade de gênero é consenso, mas não se discute quão desigual é essa igualdade, na medida em que se cobra das mulheres um comportamento masculino e elas acabam por incorporá-lo, sentindo-se culpadas quando não conseguem segui-lo à risca. (PAULILO, 2004. p.239)

O interesse do MST em construir uma política de equidade de gênero parte, de acordo com Debiasi (2017), de dois eixos de ações: um interno, resultado da organização interna das mulheres, que conforme já mencionado se fizeram presente nos

espaços questionando, ocupando e criando novos espaços dentro desse movimento social; e um eixo externo, motivado por questões externas resultado da vinculação do MST com movimentos sociais internacionais, como a Via Campesina, e também por intercâmbios e diálogos com movimentos feministas, cuja influência é percebida na adoção de novas políticas e ações no âmbito da questão de gênero.

3. Trajetória e experiência das lideranças femininas do MST

Tornar visível a experiência de determinado grupo (mulheres, negros, homossexuais) expõe que há mecanismos repressivos, mas não os explica, assim como não determina sua lógica e seu funcionamento, sabe-se que a diferença existe, mas não se compreende como ela é constituída em relação mútua (SCOTT, 1998). Essa mesma autora destaca que é a experiência que constitui o sujeito, e não o sujeito que possui a experiência como um dado, diante disso, a experiência é o que se procura explicar e consequentemente historicizar, e não é ela o fundamento, a origem ou evidência do conhecimento. Ao historicizar a experiência, historiciza-se também as identidades que ela produz buscando explicá-las e não as encarando como óbvias e incontestáveis. De acordo com a perspectiva colocada por Scott (1998), escrever a história deve ir além de construir sujeitos com uma identidade essencializada ao descrever suas experiências para fundamentar isso, pois isso acabaria por criar identidades fixas e ao invés de analisar o processo ideológico da construção do sujeito, acaba por naturalizá-lo. A orientação dada por Scott (1998) é de que se tente compreender os processos discursivos complexos e mutáveis pelos quais identidades são afirmadas e não pensar o sujeito a partir de sua experiência como algo fixo e determinado pois esta não é algo dado pronto e acabado. Nesse sentido encontramos consonância em Thompson (1981, p.189), que assinala que “as maneiras pelas quais qualquer geração viva, em qualquer agora, manipula a experiência, desafiam a previsão e fogem a qualquer definição estreita de determinação”.

Scott (1998) ressalta que os sujeitos são construídos discursivamente, e o discurso é compartilhado coletivamente, de forma que a experiência é tanto coletiva como individual. Portanto, se a experiência é a história do sujeito e a linguagem é o campo onde a história se constitui, ambas não podem ser separadas, deve-se insistir na natureza discursiva da experiência para pensar nos processos de construção do sujeito e produção de identidade.

Seguindo essa perspectiva e entendendo que os sujeitos são constituídos pela sua experiência (e que esta é externada de forma discursiva), vamos apresentar, mesmo que de maneira sucinta, a história de cada uma das dirigentes entrevistadas para essa pesquisa de acordo com o que as próprias interlocutoras destacaram em suas falas.

Dandara é de origem urbana e é parte de uma família de cinco filhos, que ela descreve como sendo “uma família pobre e negra” da qual ela é a única que se interessou pelas questões sociais “de esquerda” e feminista. Há 27 anos, Dandara começou a se aproximar efetivamente do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra por intermédio da Igreja Católica, a qual fazia parte e também nessa época ela cursava faculdade de economia. Segundo ela, o Bispo da Diocese que frequentava levava os jovens da Igreja para conhecer os assentamentos e realizar trabalho voluntário, especialmente com as crianças e idosos doentes. A partir dessa aproximação, Dandara afirma que nunca mais se afastou do MST e foi se tornando cada vez mais orgânica no Movimento, até que casou com uma importante liderança masculina do MST e se tornou assentada, mas faz questão de destacar que não foi pelo casamento que a militância dela iniciou:

Muitos dizem que eu entrei no Movimento Sem Terra por causa do meu esposo, e aí quem me conhecia antes me defende e diz “não, a Dandara já era do Movimento” porque mesmo que eu ainda morasse na cidade eu tava sempre em articulação com o Movimento e ajudando em tudo. Todo mundo diz que foi por causa do espermatozoide que eu entrei no movimento né, mas não foi por causa do espermatozoide. [...] Eu trabalhei no governo Olívio e depois que eu saí do governo Olívio falei que não queria mais trabalhar em governo, não era o que eu queria, mas nesse ínterim eu casei com um Sem Terra, faz 20 anos e já vai fazer 21. E quando eu casei com um Sem Terra foi que eu comecei a participar mais organicamente, porque daí eu fui morar num assentamento e participar mais organicamente, aí saí do governo Olívio e fui trabalhar na organização do Movimento, e eu já vim direto trabalhar com as mulheres que foi sempre um assunto que me interessou. (Dandara)

Rosa se identifica como “suburbana” e explica que entrou para o MST em uma fase que o Movimento estava em transição e o perfil do público que ia para os acampamentos não era apenas de “colonos” (como ocorria nos primeiros tempos), mas também pessoas das periferias das cidades, famílias que já eram vítimas do êxodo rural em décadas anteriores. Ela afirma que conheceu e começou a se aproximar do Movimento Sem Terra em 1994, enquanto cursava o curso técnico em agropecuária, muito por influência de alguns colegas de curso, que eram filhos de assentados da reforma agrária e moravam no assentamento. Rosa destaca que sempre teve vontade de

trabalhar com a agricultura e tinha uma afinidade especial com a agricultura ecológica. Foi a partir daí que ela iniciou o trabalho junto ao MST:

eu tinha uma professora na escola que dava aula e era da cooperativa, aí eu vim fazer meu estágio aqui e aqui eu conheci os assentamentos, porque os assentamentos já tinham uma vontade de entrar pra feira ecológica, então o meu período de estágio e logo eu fui contratada pela cooperativa pra permanecer, foi de trabalhar com os assentamentos pra inclusão deles da produção orgânica, e dali eu conheci o que era o movimento sem terra e entrei pro movimento sem terra, ajudei a organizar os primeiros acampamentos, até porque eu conhecia toda periferia de porto alegre, então eu já ajudava eles a organizar. (Rosa)

Como explica Rosa, o primeiro envolvimento que ela teve com o MST foi profissional, no trabalho com a produção orgânica, mas já em 1998 ela decidiu junto com seu companheiro participar de uma ocupação de terras, onde ficou acampada por 3 anos e meio até conseguirem a terra. Assim, desde 2001, ela é assentada e tem como principal atividade produtiva a produção de sementes e mudas orgânicas.

A terceira entrevistada da pesquisa, Alexandra, é filha de agricultores e se denomina “colona”:

Minha origem é isso, agricultura. Meus pais sempre foram sem terra, o meu pai até hoje diz que o cadastro dele foi na época do Brizola [início da década de 1960] e ele nunca conseguiu a terra e sempre arrendou, em São Domingos do Sul, é um município todo de minifúndios de migração italiana que foram ali se estabelecendo e quem pode comprar sua terrinha comprou e no caso do meu pai e muitos outros não conseguiram e aí sempre arrendou terra. Mas sempre vivemos da agricultura e o que temos veio da agricultura. (Alexandra)

Alexandra destaca que seus pais sempre priorizaram seus estudos e por isso, com 14 anos de idade ela saiu do interior onde vivia para morar em um convento, almejando melhores condições de estudo e formação, e foi a partir daí, em Passo Fundo que ela começou a se aproximar do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que movimentava aquela região na época com a ocupação da fazenda Annoni (meados dos anos de 1980). Ela e outros colegas passaram a frequentar o acampamento para realizar trabalho voluntário, levando doações de roupas, alimentos e medicamentos para as famílias acampadas, e assim foi criando vínculo com o Movimento e a causa pela qual lutavam:

Pra mim aquilo foi determinante [o trabalho voluntário] porque foi um embrião, de ver uma realidade e ver como tu te insere nela. E lá tu via muita mulher e mulher liderança, porque quem é que predominava? Tinha o movimento e todas lideranças vieram da igreja, vieram da pastoral, e aí eu me identificava porque eu tava num ambiente de igreja. Toda vez que a gente ia

lá a gente não queria voltar, queria ficar lá, mas ali foi o embrião...
(Alexandra)

A partir de então, Alexandra manteve um vínculo com o Movimento, mas como alguém externo, que ajudava como voluntária sempre que era solicitada. Dessa forma, quando já residia em Porto Alegre, onde cursava faculdade de Direito, ela foi contatada por um dos Freis que apoiavam o Movimento, para prestar assistência a militantes do MST em um conflito que aconteceu na cidade e ela prontamente se colocou à disposição do Movimento naquele momento:

Foi a partir dali que eu me tornei mais conhecida por quem dirigia o Movimento e nesse meio tempo, nos meses seguintes, foi constituída a Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul, em 1992, e eles precisavam de uma secretária, e ligaram pra mim pra ver se eu topava trabalhar no movimento. E aí eu vim, fui a primeira secretária aqui, lá na recepção. A minha inserção orgânica no MST foi exatamente nesse período. Eu entrei por essa proposta de trabalho, na secretaria da COCEARGS, eu e uma equipe pequena, e seis meses depois saiu um acampamento enorme lá em Caró, e aí nesse meio tempo eu e o meu companheiro já estávamos meio que juntos, namorando, aí me convidaram pra ir pro acampamento e eu disse que queria porque olhando pra frente a cidade não é o que a gente coloca como perspectiva, então falei “eu vou pro movimento”. Aí eu disse pro meu companheiro lá na rodoviária, quando eu tava indo pra um seminário de sistema de produção em Palmeira das Missões eu disse pra ele: “Eu vou, não sei se tu quer ir” e aí ele disse que se eu tava decidindo ele tinha que ir. E aí fomos os dois acampar. Quando eu cheguei no acampamento disseram que precisavam de mim de volta na secretaria do Movimento, aí ele ficou acampado e eu voltei. E ali começou a minha relação orgânica com o MST até hoje. (Alexandra)

Pela apresentação das entrevistadas, percebe-se que cada uma tem uma origem e uma história diferente e se aproximaram do MST de maneiras distintas, por diferentes motivações. Essas mulheres, cada uma a seu modo, foram se estabelecendo enquanto referências no MST. Dandara explica que desde o início de sua vinculação com o MST tinha o intuito de trabalhar com as mulheres, pois já se identificava com a pauta feminista: *“a minha mãe diz que desde a barriga eu já era feminista”*. Durante a sua militância se dedicou especialmente ao Setor de Saúde, do qual foi coordenadora, e ao Setor de Gênero que atualmente coordena em nível estadual. Seguindo uma trajetória diferente, Alexandra iniciou suas atividades no Movimento pela área administrativa, trabalhando na secretaria do MST estadual e posteriormente na Secretaria Nacional, em São Paulo e no escritório nacional em Brasília. Além da parte administrativa Alexandra circulou por vários setores do MST, conforme ela coloca:

Trabalhei no setor de projetos e finanças aí depois eu fui para a área de projetos só internacionais, aí 8 ou 7 anos coordenando projetos em São Paulo,

e na sequência 5 a 6 anos no setor de produção, mais com esse olhar para a agroindústria que nós organizamos no movimento. E a partir de dezembro pra cá o setor de gênero.

Rosa, por sua vez, se vinculou ao Movimento já com o trabalho técnico na produção orgânica, e enquanto militante também trabalhava na mobilização de pessoas da periferia para a formação de acampamentos. Ela se estabeleceu como liderança no Assentamento ao qual reside e também já coordenou o Setor de Gênero. Atualmente Rosa está na coordenação do Setor de Produção, sendo a única mulher a integrar este setor.

4. Reconhecimento e legitimidade das mulheres no Movimento

O processo de autoafirmação das mulheres como sujeitos de direitos sociais e políticos vai na contramão da histórica submissão feminina. Siliprandi (2009) ressalta que os homens (marido, filhos, técnicos, lideranças) sofrem um processo de estranhamento ao perceber as mulheres rompendo a lógica patriarcal e indo além do espaço privado ao qual foram habitualmente relegadas. Segundo essa autora, o estranhamento e a resistência dos homens à decisão das mulheres de atuarem politicamente força-as a utilizarem diversas estratégias de autoafirmação. Como um canal de fortalecimento e empoderamento das mulheres, movimentos sociais como o feminista, se constroem a partir de identidades e interesses comuns, onde as mulheres se sentem a vontade para se mobilizar contra uma situação opressiva (SILIPRANDI, 2009). Nesse processo de estranhamento à mulher enquanto sujeito político, é comum que os homens tentem ignorar ou desconsiderar a opinião das mulheres nos espaços. As mulheres entrevistadas na pesquisa afirmam que no início da organização das mulheres, a maioria dos homens do MST não acreditavam no potencial das mulheres e mesmo que o discurso fosse de “equidade” as falas das mulheres, na grande maioria das vezes, eram desrespeitadas e ignoradas na hora de tomar alguma decisão sobre a organização do Movimento. Sobre isso, Alexandra comenta:

A reação dos homens era desde os que tinham mais sensibilidade até os mais patrolão né, que queriam passar nós na patrolada. Aí nós se preparava, treinava o que ia falar. Era duro assim... porque nós queria sempre ganhar né, e independente da palavra que se falava se gaguejasse, Huum... Deus me livre! Já diziam: “Não sabe falar”!

Apesar das dificuldades para se afirmarem nos espaços políticos do Movimento, as mulheres resistiam e persistiam na auto-organização interna, sempre se preparando para os espaços mistos onde as relações de gênero e poder ficavam acirradas. Nesses espaços as mulheres precisavam colocar suas pautas e enfatizar a importância de sua participação para as ações do Movimento como um todo. É consenso entre as mulheres entrevistadas que o conjunto do MST passou a respeitar mais e considerar a força da militância feminina de outra forma após a ação desenvolvida pelas mulheres da Via Campesina (com protagonismo das mulheres sem terra) na empresa Aracruz Celulose, em 2006. Como relatam:

Na questão, principalmente, de firmar as mulheres enquanto lideranças aptas como qualquer homem, foi muito a partir de 2006, quando teve aquele primeiro 08 de março, onde **as mulheres fizeram lutas sozinhas**, fizeram uma luta forte num período que o movimento tava muito adormecido com relação a isso. [...] [o ato na Aracruz] mostrou a força e a capacidade de organização e resistência, e aí hoje na verdade, as mulheres tem uma tendência de fazer lutas bem mais fortes e de terem mais resistência nas lutas do que os homens, na verdade sempre foi assim, só que nunca ficou visível e declarado, aí **no momento que fizeram luta apenas as mulheres**, desencadeou um processo dentro do movimento, que foi esse de valorizar o 8 de março como um dia de luta dentro do calendário, de refletir essa questão da violência, que começa com as reflexões das nossas violências internas da organização mesmo, mas também pra essa violência maior do capital. E as mulheres acabaram recolocando o MST de novo enquanto movimento de luta e resistência permanente, até o olhar internacional. (Rosa)

No MST nós hoje temos uma militância feminina que determinou os rumos do movimento. A Jornada de 2006 ali da Aracruz celulose ela foi determinante, ela colocou a luta de classes e a luta do campo em outro patamar, em outro nível, e isso não é pouca coisa. E hoje parece que aquele momento ele se faz necessário hoje, pra gente se reposicionar frente a essa disputa de projeto e é de classe mesmo, é de projeto. (Alexandra)

O fato de as mulheres “sozinhas” como destacam as entrevistadas, pensarem, articularem e executarem uma ação política que deu visibilidade internacional para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra é um fato marcante para a participação política das mulheres no MST ser mais incentivada e respeitada. Uma ação desse nível demonstra que as mulheres estão de fato preparadas para a luta pela terra e por um novo projeto de sociedade, sobre isso as entrevistadas afirmam que além da resistência e “teimosia” que seriam “próprias das mulheres”, é fundamental que as mulheres passem por um processo contínuo de formação: *“Atrás disso tu tem que ter formação! Tem que se formar! Porque quem é que se destacou? Quem leu, quem se forma, quem estuda”* (Dandara). Alexandra também ressalta a importância da formação e de se fazer presente nos espaços:

Agora tem um fator que ele não é só pra nós, é pra todo mundo, que é “a informação é poder”. E pra tu ter a informação tu tem que tá no espaço, tu tem que ficar junto, tu tem que acompanhar. Então nós mulheres do MST a gente se deu conta disso, que quanto mais a gente participa, quanto mais está nos espaços você tem a informação. Então o que era gaguejar, hoje tu não gagueja porque tu tem a informação, tu tá num conjunto em todas as áreas... É na relação com a sociedade, em todas as áreas e os ambientes que o MST se relaciona e convive estão as mulheres, então nós temos mais poder porque temos mais informação e isso nos empodera e nos dá segurança. [...] Quanto mais você está presente no processo, mais segurança você tem, mais informação que te dá o poder pra passar adiante e dirigir o processo. E ao longo da história nós mulheres estivemos muito ausentes. Talvez não nos damos conta de que essa formação nossa era fundamental pra gente se empoderar mais, do ponto de vista do poder da palavra, da fluência.

Como pontua Siliprandi (2009), essas mulheres, ao se organizarem nesses movimentos e se colocarem na cena pública, conseguem refazer a própria história e a história do movimento, bem como vão se construindo como “novos sujeitos” e reconfigurando as relações sociais na família e na comunidade. Além disso, conseguem reelaborar e colocar na prática os discursos dos movimentos a que pertencem na medida que vão se constituindo como lideranças.

5. Considerações finais

As mulheres do MST, por se engajarem em um movimento social misto, precisam disputar cotidianamente seu espaço, reconhecimento e legitimidade dentro movimento, pois este não é isento das relações de opressão de gênero presentes na sociedade como um todo. Nesse estudo percebemos que o MST foi evoluindo ao longo do tempo com relação à equidade de gênero nos postos de direção, por pressão e mobilização das mulheres que compõem esse movimento. É interessante perceber como as mulheres ao se organizarem e disputarem espaço dentro do MST tem conseguido transformar as situações de opressão e subordinação, e como podem ser articuladas as pautas dos movimentos sociais rurais e do movimento feminista, superando então o preconceito apontado por Siliprandi (2009), de que “agricultoras são sempre submissas ou de que as propostas do feminismo não tem nada a dizer aos movimentos rurais”.

As lideranças entrevistadas apresentam experiências de vida distintas mas, enfrentam desafios similares para conseguirem se afirmar enquanto sujeitos políticos e obter respeito e reconhecimento dos homens que compõem o Movimento, e é essa similaridade – a opressão de gênero – que as une.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, V. V. P. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. Revista *Política & Sociedade*, v. 15. 2016
- BERNAT, I. G. Um novo jeito de organizar. **A Nova Organicidade em/do Movimento; Luta pela terra, Luta na terra e Identidade Sem Terra na área de influência da Brigada Salvador Allende-MST (Paraná, Brasil)**. Tesis doctoral en Historia. Universitat de Lleida, 2012. 292 p.
- DEBIASI, R. E. Mulheres, Militantes e Migrantes: a estruturação do MST no Nordeste Brasileiro. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (**Anais Eletrônicos**), Florianópolis, 2017.
- DERRE, C. D. El Derecho de la mujer a latierra, los movimientos sociales rurales y el Estado em las reformas agrarias Latinoamericanas del Siglo XXI. In: Kay, C.; Vergara-Camus, L. **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2018.
- ESMERALDO, G. G. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S.de (Orgs.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 237-256.
- FRASER, N. “Mapeando a imaginação feminista”: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista Estudos Feministas**, 15(2), 291-308. 2007
- FURLIN, N. A perspectiva de gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres. In: NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S.de (Orgs.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 257-284.
- GONÇALVES, R. (Re)politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST. Dossiê: contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais, **Mediações**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 198-216, jul./dez. 2009.
- HONÓRIO, R. G. Lutas sociais e relações de gênero: a participação das mulheres no MST. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz**. Londrina: ANPUH, 2005
- MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – PR. **Caderno do Núcleo**. num 5. Curitiba: MST, Outubro/Novembro 2002.
- PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. R. **Estudos Feministas**, v.12, n.1, p. 229-252, jan.-abr./2004.
- SCOTT, J. W. A Invisibilidade da Experiência. **Projeto História 16**, São Paulo, fevereiro de 1998, pp.297-325.
- SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

TRAJETÓRIAS DE JOVENS DIRIGENTES DO MMC/SC: EXPERIÊNCIAS, PERSPECTIVAS E ASPECTOS SOCIAIS FRENTE AO RURAL VIVIDO

Janaina Betto¹

Resumo

Este artigo busca socializar resultados da pesquisa de mestrado da autora. Discorre sobre as trajetórias de jovens dirigentes como forma de compreender processos sociais no espaço rural, pelas perspectivas de gênero e geração. Para tanto, se fez uso de entrevistas com jovens dirigentes, análise de cartilhas/relatórios do MMC e bibliografia especializada. Observaram-se trajetórias relacionadas com a dualidade *ficar/sair*, o que representa mudanças e permanências nas dinâmicas do rural.

Palavras-chave: movimento de mulheres; campesinato; geração.

¹ Mestra em Extensão Rural e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (PPGExR/UFSM). Endereço eletrônico: janaina.btt@hotmail.com.

1. Introdução

Em estudos de Castro *et al.* (2009) evidencia-se que, nos movimentos sociais que fazem parte da Via Campesina (VC) e no movimento sindical, a organização específica da juventude começa a ocorrer a partir dos anos 2000. A autora também demonstra que os processos de organização da juventude tornam-se notórios a partir de eventos regionais e nacionais, os quais passam a se anunciar como “da juventude” (p. 64). No caso do MMC/SC, foi a partir do ano de 2003 que ocorreu de forma sequencial, uma série de eventos específicos de formação para jovens.

A pesquisa de mestrado empreendida pela proponente voltou-se ao interesse nas trajetórias sociais de dirigentes do MMC/SC consideradas *jovens camponesas*. Com isso, a pesquisa realizada demonstrou que as integrantes do MMC entendem que a categoria *jovem camponesa* toma sentido de renovação, como nova geração em suas famílias que se transmuta em nova geração de movimento, similar ao observado por Castro *et al.* (2009, p. 163).

Diante disso, as reflexões deste artigo se dão a partir de uma perspectiva geracional e de gênero, em que, a partir de aspectos das trajetórias da geração de dirigentes em questão, se buscou apreender questões referentes à condição de vida vivenciada pela categoria juventude rural. Além disso, como bem exposto por Brumer e Paulilo (2004) se entende as diferenças de gênero como construídas socialmente, podendo então variar no tempo e no espaço.

Cabe, por fim, salientar que a pretensão foi observar dentro de suas trajetórias a experiência vivida no meio rural e de como as *jovens* observam suas experiências, como as concebem e por fim de que maneira essa vivência, dadas as determinadas posições sociais e a condição dessa geração, influenciam suas escolhas e caminhos trilhados.

2. Uma aproximação com as jovens do MMC/SC

Todas as cinco jovens dirigentes entrevistadas são filhas de pequenos agricultores do estado de Santa Catarina e viveram a maior parte de suas vidas no meio rural. Atualmente, exercem diferentes tarefas relacionadas à militância no MMC/SC. Todas possuem ensino superior, duas residem no meio rural, apenas uma exerce a profissão de agricultora.

Mesmo diante particularidades únicas em suas trajetórias, se observou que essas jovens vivem situações semelhantes em relação à posição social por sua família e no interior da própria família, tipo de agricultura praticada baseada no trabalho familiar e nas relações sociais do campesinato permeadas pela dimensão do poder no que diz respeito aos integrantes do núcleo familiar.

Todas as dirigentes, que participaram dessa pesquisa, cresceram e viveram a maior parte de suas vidas no meio rural e após já ter iniciado o processo de modernização da

agricultura². São descendentes de famílias camponesas que migraram do Rio Grande do Sul há muitas décadas e que se reproduziram socialmente com base no trabalho familiar e em pequenas extensões de terra. A maior parte do trabalho de suas famílias, a partir de certo momento da história no território catarinense, passou a ser a produção para venda em mercados institucionalizados e no formato “integrado” às indústrias de produção animal e vegetal, e nos anos mais recentes a produção integrada de leite.

As situações que foram observadas no estudo dão conta do teor de dificuldades enfrentadas pela pequena produção camponesa na região do Oeste Catarinense a partir do processo de modernização e industrialização que ocorreu nesse espaço social. Em particular, situações de ocorrência de muitos financiamentos, de dívidas com o banco, de escassez de mão-de-obra, de migração para a cidade e de penosidade do trabalho fazem parte das suas experiências.

Outro fato que chama a atenção diz respeito à conversão do modo de produção que, assim como antigamente ocorreu migração de uma produção mais diversificada para o formato de produção vegetal e animal (fumo, suíno e aves) via integração, em tempos atuais, está em curso a reconversão de muitas propriedades no Oeste Catarinense para a produção integrada, mas no sistema de leite. Segundo De Grandi (apud HERNANDEZ, 2010) no estado de SC, com o decorrer do tempo, o leite começou a significar uma alternativa a mais de renda, passando a ser vendido para cooperativas de leite e indústrias de laticínios particulares.

A partir dos relatos analisados pode-se perceber que a reconversão ao sistema leite não tem sido um processo isento das similaridades de processos ocorridos em outras épocas, visto que essa mudança para a produção de leite tem exigido das famílias a vinculação a financiamentos como forma de estruturar o modelo de produção e adequações às exigências do mercado, além do aumento da carga de trabalho - não há “finais de semana” para quem produz leite, de acordo com suas declarações.

As estratégias familiares de reprodução social e a posição social que suas famílias ocupam no meio rural de Santa Catarina têm certa similaridade. São semelhantes no sentido de demonstrarem caminhos trilhados que são, em partes, decorrentes da condição de pequenas propriedades e das origens e processos de ocupação e produção, mas principalmente por terem vivenciado o processo de modernização e industrialização que ocorreu em todo o país, com seus nuances particulares na realidade das famílias das jovens.

². Segundo Poli (2008), foi em meio a esse processo que a abertura de linhas de crédito acessíveis aos pequenos produtores coincidiu com uma série de estímulos à melhoria dos equipamentos e instalações das propriedades e à modernização das técnicas de produção, a exemplo do uso de sementes selecionadas, insumos industriais e mecanização. A contrapartida estava na exigência de qualidade dos produtos e expectativas de produtividade.

3. No horizonte da geração das jovens: as perspectivas diante de aspectos de um rural vivido

A dimensão de poder concebida conforme as diferenças percebidas e que constituem relações sociais de gênero hierarquizadas estão presentes na organização do trabalho no meio rural e, conseqüentemente, em outras questões como padrões de herança, poder de decisão dentro da família, acesso à renda e a terra. Questões relacionadas à terra, ao trabalho e à família emergem nas lembranças das jovens entrevistadas, mesmo que assumam novas nuances (e conflitos) nessa geração. Nesse sentido, filhas de pequenos produtores, desde muito cedo aprenderam como pode ser dura a vida no campo, quanto ainda mais para as mulheres em uma posição dentro da família que gera forte dependência e restrições econômicas e socioculturais.

Nos “jogos” de honra e hierarquia dentro das famílias se sobressai a figura paterna, configurando um coletivismo ordenado por uma dimensão de poder que por décadas foi inquestionável. No entanto, em tempos atuais, as diversas transformações pelas quais passa o meio rural, em diversos aspectos, tem questionado a face “perversa” desse coletivismo interno da família.

É bastante significativa nos relatos a vinculação entre atividade leiteira e mão-de-obra feminina. Nesse sentido, observou-se a responsabilização das jovens e mães para a ordenha das vacas, atividade esta exercida exclusivamente por elas. Conforme Hernández (2010), a produção de leite (principalmente a ordenha) é tradicionalmente considerada uma atividade desenvolvida pelas mulheres e é através do ensinamento de mãe para filha que ocorre o aprendizado das técnicas de produção.

Ao mesmo tempo, além da participação na atividade produtiva principal, se percebeu que mesmo diante de diferentes estratégias produtivas adotadas pelas famílias, as figuras femininas, sobretudo as suas mães, nunca deixaram de se preocupar com a alimentação da família: tomavam para si a responsabilidade pela garantia do plantio e colheita de alimentos consumidos pela família, bem como pela venda de alguns desses produtos para acesso a alguns “trocados”, visto que da produção principal a figura paterna era a única a acessar o recurso financeiro gerado.

Para Stropasolas (2006), geralmente é através da venda direta de produtos beneficiados pelas mulheres e jovens dentro da propriedade familiar que é possível a obtenção da renda própria feminina. Para Renk *et al.* (2010) isso configura uma atividade suplementar das mulheres, caracterizada como economia feminina, para além das atividades desempenhadas de sol a sol e as domésticas.

A busca do acesso à renda própria através do exercício de outra profissão também se apresenta para as jovens. Entre as motivações visualizadas tem-se a garantia de uma renda própria, o reconhecimento profissional, a penosidade do trabalho, as incertezas da atividade agrícola e os casos de adoecimento nas famílias. Ao encontro da afirmação feita por Brumer (2007, p. 38) “a rejeição à atividade agrícola não significa necessariamente rejeição à vida no meio rural”. Em pesquisa realizada por Aguiar e Stropasolas (2010) é recorrente no depoimento de jovens rurais que “estabilidade” e “preço justo” são fatores fundamentais para se trabalhar na agricultura.

Elementos relacionados à falta de acesso a terra para as jovens foram manifestados, sobretudo diante de uma socialização familiar em que esta possibilidade não se mostrou enquanto trajetória possível. Estudo realizado por Brumer (2004) evidencia que o acesso a terra por parte de jovens mulheres historicamente se deu a partir do casamento, visto que não herdavam a terra. Aguiar e Stropasolas (2010) elucidam que a condição ou não de ser sucessor dentro da propriedade familiar é capaz de determinar diferentes formas de inserção e de interesse na relação com a própria propriedade e com o trabalho familiar, pois o fato de não ter essa perspectiva pode afastar e causar desinteresse.

Carneiro (2001) evidencia que as regras de acesso à terra se configuram como uma forma de “espelho” que reflete a real hierarquia interna existente dentro do grupo familiar, de maneira a demonstrar a existência de relações desiguais que reforçam posições diferenciadas entre os gêneros. Para a autora, mesmo diante de um Código Civil que estabelece a igualdade, entre todos os filhos, nos padrões de herança, são as “regras culturais” que valem.

A indignação se torna mais visível na medida em que essas jovens perceberam que para o homem era mais fácil conseguir alguma forma de renda do que para a mulher, devido à responsabilização desta pelo trabalho doméstico dentro das propriedades. Em pesquisa realizada por Castro (2013) foi percebido que as atividades das moças costumam se restringir às atividades desempenhadas pelas mães, predominantemente no espaço doméstico.

Dessa forma, uma das jovens relatou acreditar que, assim como ela, as jovens não querem continuar vivendo nesse processo de submissão e é na “fuga” para a cidade que acabam enxergando uma saída acessível, se livrando da dependência econômica que a maioria vive dentro de suas famílias. Isso vem ao encontro das assertivas feitas por Abramovay (1997) de que as perspectivas que se oferecem no interior das unidades familiares de produção para jovens homens e jovens mulheres estão na raiz do viés de gênero dos processos migratórios.

Ao mesmo tempo, é marcante nas experiências dessas jovens elementos relacionados ao estigma do olhar urbano para com a população rural. Na maior parte de sua vida dizem não

desejar ser uma jovem do campo, forte sentimento de vergonha e de não pertencimento. Os relatos reforçam a existência de uma imagem negativa atribuída ao espaço rural, enquanto espaço atrasado, quando em comparação com o meio urbano, considerado moderno.

Além disso, demonstram que as jovens carregavam a ideia de que o campo não era um lugar rentável para elas, que o trabalho externo se apresentava enquanto possibilidade de autonomia financeira. Entre os principais motivos era o difícil diálogo familiar para conseguir fazer algo em casa, pois sempre se atrela à figura paterna a administração do dinheiro, mesmo que a realidade mostre que todos da família trabalham. Em trabalho realizado por Castro (2013) a autora conclui que “sair de casa” pode significar ao jovem uma ruptura com a posição de dependência econômica e subordinação à família.

Segundo Aguiar e Stropasolas (2010), nessa região, é bastante comum no ideário das jovens a ideia de que sair da casa dos pais é passo fundamental para que consigam conquistar autonomia frente a família e principalmente à autoridade paterna. Nota-se que as perspectivas construídas pelas jovens em grande parte de suas trajetórias carregam as influências de hierarquias do rural que atribuem a essas jovens diferentes papéis e posições na família devido ao fato de serem mulheres.

4. Demais aspectos ligados à experiência de vida das jovens dirigentes

O olhar a partir das experiências permite apreender questões relacionadas ao acesso e importância da educação para jovens, à vida religiosa vivida por elas e seus familiares, além da importância atribuída à noção de comunidade, aos valores e costumes da vida no campo. As experiências de vida dessa geração de dirigentes a partir do olhar para aspectos do processo histórico levam a caminhos explicativos que também demonstram existir rupturas e continuidades com as demais gerações de militantes do MMC/SC.

A comunidade e as instituições formais que se apresentam nela (escola, igreja, clubes, campo de futebol) parecem ter um papel central e bastante significativo na vida e relações sociais das famílias camponesas e também nas experiências de vida das jovens entrevistadas. Em estudo realizado por Tedesco (1999), o autor enfatiza que a comunidade (ou “sociedade da capela”) é o espaço social priorizado na vida social dos agricultores. Pode-se dizer, que é no espaço da comunidade e suas instituições que ocorre uma primeira ampliação das relações sociais para além da família e a própria socialização das jovens.

Os relatos das jovens convergem em diversas questões sobre costumes, vida em comunidade e a religiosidade. De maneira geral, demonstram que desde as lembranças mais remotas da infância a participação dos pais na Igreja Católica é expressiva. Para J.D.1, os pais passaram a ela e aos irmãos essa “responsabilidade” com a questão do cuidado coletivo e com

as próprias coisas da comunidade. Com esse envolvimento forte na comunidade também construíram uma aproximação com a vida religiosa, pastorais e grupos de jovens.

Além desses aspectos, a jovem relata que sua mãe estava “a frente do tempo dela”, se inserindo ativamente nos espaços comunitários, a exemplo dos Clubes de mães, o que fazia com ela fosse considerada uma *liderança* por muitos da comunidade. Parte disso, se deve a aproximação com a Teologia da Libertação. Além disso, seus pais, durante muito tempo, tiveram atuação no sindicato e posteriormente sua mãe passou a atuar no MMC/SC.

Sobre a participação política de sua mãe, J.D.1 explica que as pessoas da comunidade comentavam que sua mãe “não parava em casa” em função de seu envolvimento político e as diversas reuniões, formações e tudo mais que esse envolvimento exigia. No entanto, relata que para ela e os irmãos era muito compreensivo esse processo, pois vem do fato de ter crescido aprendendo uma forma de relação “totalmente diferente” entre pai e mãe.

J.D.5 relata que sua família tem aproximação e participação na Igreja Católica, sendo inclusive a partir dessa aproximação com a vida comunitária que sua mãe passou a assumir diversas tarefas dentro do sindicato. Apesar dela não ter uma participação religiosa tão ativa, frequentava a Igreja por entender que no meio rural as comunidades “giram” em torno da Igreja e era nesse ambiente que encontrava uma forma de participar de formações.

Para J.D.2, a vida religiosa em torno da comunidade em que nasceu foi muito significativa em sua vida, pois sua família tinha participação ativa dentro da comunidade católica, participando de todas as atividades, das festividades e também de grupos de reflexão. Com essa participação em locais como grupos de reflexão, sua mãe participou do MMC/SC na base, ou seja, mais ativamente dentro no âmbito local da comunidade. Ainda sobre a vida religiosa, desde cedo assumiu o compromisso de catequista e passou a participar de grupo de jovens da Pastoral da Juventude e retiros. Com esse intenso envolvimento religioso, despertou o interesse pela vida religiosa enquanto forma de *doação aos oprimidos*, momento em que decidiu estudar na Congregação das Irmãs Franciscanas de Cristo Rei. Após um ano de experiência viu que “não era essa sua opção”.

J.D.4 também chama atenção a aspectos relacionados à vida religiosa e participação comunitária de sua família. Relata que seu avô foi um dos *colonizadores* da comunidade em que residiam e como tal foi membro fundador da Igreja Evangélica de origem alemã, presidente de sindicato e vereador representando sua comunidade. A jovem relata que a vida em comunidade envolvia a todas as famílias e tinha espaços separados de confraternização entre homens ou mulheres, sendo para as mulheres bastante marcante a participação no clube de mães. Além disso, afirma que sua mãe desempenhava diversas funções como diretora da “escolinha”, tesoureira e presidente dessa associação comunitária, além de envolver-se com o

citado Clube de Mães de sua comunidade, o que levou a ser reconhecida pelos demais moradores da comunidade como uma *liderança* local e ter envolvimento com o MMC/SC. Da mesma forma, J.D.3 enfatiza que foi através da participação no Clube de Mães sua mãe passou a ser *liderança* de base do MMC/SC em seu município.

J.D.4 relembra também que foi nos anos de participação mais ativa da sua mãe nos espaços da comunidade e da Igreja, assumindo diversas tarefas, que ela se aproximou mais das atividades desenvolvidas nesses ambientes coletivos e com essa aproximação optou por estudar como aspirante em um convento, ficando um ano interna em uma escola nesse processo de vocacionada. Nesse um ano, além do ensino médio, passou por diversas formações de cunho religioso, o que a fez perceber que, mesmo com grande interesse pelos estudos, não era isso que almejava para seu futuro.

Conforme Carneiro (2001), enviar filhos para o convento era uma prática com a finalidade principal de impedir a fragmentação excessiva do patrimônio familiar, no entanto, aponta que embora a “opção” pela vida religiosa tenha esse forte viés econômico, não se pode restringir o significado dessa prática a isso. Nesse sentido, há aspectos culturais presentes no imaginário social que costumam considerar a opção pela vida religiosa como algo extremamente positivo para uma jovem.

Segundo Renk (2004), na região de origem destas jovens (Oeste Catarinense), o estudo passou a fazer parte das estratégias de reprodução social do campesinato principalmente a partir do trabalho do clero e da profusão de escolas confessionais e comunitárias, mais tarde se consolidando com a expansão do ensino público. No entanto, inicialmente o direcionamento à carreira religiosa entre católicos e evangélicos era bastante expressivo, motivo pelo qual o Sul foi considerado por muito tempo “celeiro de vocações” (RENK, 2004, p. 37).

Outro aspecto que chama atenção no relato das dirigentes diz respeito ao acesso formal à educação no meio rural. Segundo Fagundes e Martini (2003) no processo de alfabetização do meio rural catarinense as escolas multisseriadas desempenharam um papel determinante e quase exclusivo, podendo ser consideradas o maior órgão alfabetizador da história educacional desse estado. Nos relatos das dirigentes entrevistadas é marcante o papel dessas escolas e também as consequências sofridas a partir das mudanças nas políticas educacionais.

De maneira geral, as jovens cursaram anos iniciais em Escolas Multisseriadas, no entanto, fazem parte da geração que vivenciou o início do fechamento dessas escolas, necessitando então concluir estudos, ainda no nível básico, em escolas localizadas no meio

urbano. A partir disso, demonstram experiências marcadas por preconceitos relacionados ao seu espaço de vida, o rural, sobre o modo de se vestirem e falarem, principalmente.

Segundo uma das jovens (J.D.4), há diferenças expressivas entre a experiência de estudar na escola rural e a de estudar na escola urbana. Para a jovem, na escola rural havia muito mais solidariedade entre os colegas. Além disso, outros aspectos tornavam o processo difícil, como as adversidades relacionadas ao processo de deslocamento até a cidade. Mesmo assim, acredita que as dificuldades impostas faziam com que ela e seus colegas oriundos do meio rural tivessem grande responsabilidade pelos estudos, pois era uma oportunidade que muitos dos seus pais não tiveram. Acredita que ela e as outras meninas de sua comunidade eram mais responsáveis com os estudos, pois viam na continuidade de estudos uma oportunidade de construir uma vida melhor futuramente, diferente da de seus pais.

Segundo o estudo realizado por Aguiar e Stropasolas (2010) nas regiões de origem dessas jovens, ter uma “vida melhor” carrega a expectativa de ter uma renda própria, um salário que lhe garanta o sustento, autonomia financeira e a independência dos pais e para a maioria das jovens entrevistadas para alcançar esse objetivo é preciso “ter um estudo”. Além disso, vai ao encontro do que os pais pensam.

Dessa forma, é costumeiro ocorrer incentivos por parte dos pais para o aumento do grau de escolaridade, principalmente das filhas, o que reforça o ideário de que o estudo tem relação direta com melhores condições de vida. Os autores também apontam que o estudo é associado a percepções que representam mobilidade social, quase como uma condição indispensável para garantir uma inserção social mais digna: “para alcançar uma condição diferente do que representa ser agricultor (a), é preciso estudar” (p. 174). Os autores mostram que esse processo tem nuances particularidades em relação às jovens:

Para a moça, dar continuidade aos estudos, fazer um curso superior, significa ter uma profissão, ou seja, ter reconhecimento profissional, condição que se coloca como necessária para que se alcance o reconhecimento social. No caso do rapaz, o reconhecimento social não passa, necessariamente, pelo reconhecimento profissional [...] o mesmo não acontecerá com a moça, que conquistará a condição de agricultora caso venha a se casar com um agricultor, mas não por ser reconhecida socialmente enquanto tal. (AGUIAR e STROPASOLAS, 2010, p. 175).

Com isso, fica evidente que a possibilidade de construir uma profissão a partir do estudo tem relação direta com a desvalorização do trabalho da mulher, e também dos e das jovens, dentro da unidade de produção familiar. Além da forte dependência financeira e em relação à figura paterna, ocorre que a hierarquização dos papéis dentro da família destitui essas jovens de uma identidade profissional enquanto agricultoras. No caso das jovens o que parece fortemente presente é que a busca e a oportunidade de construir uma profissão pela qual sejam reconhecidas é algo bastante evidente. Nesse sentido, todas as entrevistadas acessaram ensino superior.

Para Stropasolas (2006), para as filhas de agricultores além de o estudo representar independência familiar e um possível emprego na cidade, ocorre uma maior valorização do estudo devido ao fato da formação educacional exercer peso sobre os seus planos futuros orientados à “mudança” de sua condição de vida, inclusive através do questionamento de padrões que restringem sua liberdade no meio rural. Para o autor os jovens buscam “obter uma identidade social, uma vontade de afirmar a dignidade do lugar que se ocupa no mundo social” (STROPASOLAS, 2006, p. 171).

Ao contrário dos caminhos trilhados pelas demais jovens (mesmo que também tenha acessado o ensino superior), uma delas (J.D.5) hoje é uma agricultora. A mudança nas relações de poder dentro da família foi crucial para isso:

É difícil esse diálogo familiar pra jovem querer fazer alguma coisa em casa, pra ter uma autonomia, ou trabalho em família né, porque a gente ainda vive muito essa questão do homem do pai da família cuidar, administrar o dinheiro, todo mundo trabalha, mas quem administra é ele, claro que isso vai levar as pessoas embora, se na minha família fosse assim eu não ia querer ficar, não ia mesmo [...] hoje a gente se organizou de outra forma, toda a renda que a gente, que entra lá, a gente consegue juntar tudo isso e dividir em partes, pagar as contas e dividir o que sobra em partes iguais sabe, todo mundo trabalha na medida que da assim e todo mundo consegue ter uma autonomia financeira também (Entrevista Jovem Dirigente 5 – 29/08/15).

Mesmo assim, a jovem demonstra que a mudança na forma de conceber o trabalho familiar e a contribuição dos diferentes membros da família não foi um processo fácil e isento de contradições. Dentro de sua família, a mudança só ocorreu depois de muitos anos de insistência da mãe (militante do MMC/SC) e com o reforço trazido a partir de sua militância:

muito recentemente assim que a gente conseguiu sentar todos juntos, mas isso acontece só quando foi consenso [...] foi um processo até ver que aquilo ali dar certo, por exemplo, ver até os homens se convencerem né que a produção, que as mulheres produzem lá a diversidade, produz na horta, aquilo ali pode dar um retorno, pode ser economicamente viável né, se plantava lá muito feijão, muito milho, mas nunca conseguia ter um retorno financeiro daquilo, tanto que tinha que trabalhar fora e só hoje a gente consegue ver o quanto a diversidade e as formas de mercado também né, conseguem te dar uma autonomia ali dentro. (Entrevista Jovem Dirigente 5 – 29/08/15).

O debate sobre a Agroecologia faz parte das bandeiras que o MMC/SC defende e do Projeto de Agricultura Camponesa construído por suas militantes. No entanto, a dimensão do poder nas relações sociais, a hierarquias de papéis e a forma como o trabalho dos membros da família é concebido dentro das famílias camponesas impedem que muitas mulheres coloquem em prática o que está presente em seus discursos militantes. São aspectos que constroem a barreira principal que impede que muitos outros casos como o de J.D.5 se materializem.

Fica visível que o processo de transição para um modelo de agricultura alternativo exige outras mudanças. Dentro desse modelo foi essencial a construção de uma forma de gestão produtiva e financeira mais horizontal, o que desconstruiu hierarquias por décadas inquestionáveis e permitiu uma real aproximação e inserção da jovem na agricultura. Consequentemente, ela passa a se reconhecer enquanto uma jovem mulher do meio rural que

exerce a profissão de agricultora: “hoje a minha profissão é agricultora e eu não tenho vergonha de dizer isso porque é a minha profissão”.

Mais do que isso: parece ser o entendimento de que o trabalho familiar não é mais um trabalho para o outro, no caso, a figura paterna, mas de fato para todo o conjunto da família. Diante disso, o questionamento da hierarquia interna da família construída com base na dimensão do poder leva a mudanças significativas no próprio entendimento do que caracteriza o campesinato como tal. Nesse caso, a suposição de família enquanto um “todo harmônico”, parte constitutiva das estratégias de reprodução do grupo familiar no campesinato e que mascara as hierarquias internas, perde sua primazia enquanto meio de garantir a manutenção econômica e moral, dando espaço a novas estratégias, em que se reconhece no todo a presença de “várias partes” primordiais a sua manutenção, e que querem ser reconhecidas como tal.

5. Experiências de vida das jovens camponesas: entre mudanças geracionais e trajetórias ascendentes

Jovens mulheres que nasceram, cresceram e viveram boa parte de suas vidas no espaço rural. A vida comunitária, religiosa, as dificuldades e importância do estudo aparecem em todos os relatos. Muitas de suas experiências envolvem lembranças de inseguranças quanto aos ganhos proporcionados pelo trabalho na agricultura e os rumos da própria família frente a um cenário de incertezas para a pequena produção. Além do mais, suas experiências são marcadas pela posição social que ocupam dentro do grupo familiar: além de mulheres também são as *filhas*, reforçando a análise de Stropasolas (2006, p. 243), de que o grupo familiar e sua hierarquização encarregam-se de inculcar nas filhas o espaço da submissão à família.

Os relatos carregam a presença desse *estigma* que segue ao longo das gerações e se materializa nas experiências traduzidas nos reclames sobre a atribuição de papéis específicos às mulheres (como a ordenha e as atividades domésticas), desconsideração do seu trabalho enquanto *trabalho*, presença da violência doméstica no grupo familiar, falta de autonomia. Da mesma forma, se materializam na falta de perspectiva quanto à oportunidade de desenvolver experiências na propriedade e de participar do processo de sucessão, bem como no desejo de construir sua autonomia financeira e familiar “por outros meios” que não a agricultura.

Essas são algumas das questões que “sobrevivem” e aparecem nos relatos de diferentes gerações de mulheres³. Mas essas não são todas as questões (tampouco explicações) quando olhamos para as trajetórias dessas jovens, pois o espaço rural não é imutável ao longo do tempo. Muitas coisas continuam e outras se modificam e sobre isso se

³ Ver estudos Renk (2004); Stropasolas (2006); Aguiar e Stropasolas (2010); Renk et al. (2010).

destacaram dois principais pontos nesse estudo: as mudanças geracionais (nas relações familiares e nas perspectivas individuais) e as trajetórias ascendentes.

A literatura a partir da qual se alicerçou as reflexões associa à economia moral do campesinato a ideia da prevalência de um projeto familiar (pensado para a reprodução do grupo) sobre interesses individuais, principalmente através da desconsideração dos “desejos” das mulheres e jovens e pela preeminência da figura masculina paterna na tomada de decisões. No entanto, foi possível perceber, além das continuidades, muitas modificações (e rupturas), o que tomou como base afirmativa os dados empíricos e reflexões de autores como Renk (2004), Carneiro (2001) e Aguiar e Stropasolas (2010).

Para Renk (2004), a compra de terras por parte dos descendentes europeus no processo de colonização do estado de Santa Catarina permitiu a reprodução desse campesinato e posteriormente possibilitou a emergência de trajetórias ascendentes, inclusive abrindo possibilidade de atuação na política. Para Carneiro (2001), o processo de modernização agrícola e de expansão do mercado através da ampliação da rede de rodovias também permitiu que as famílias desenvolvessem estratégias diferenciadas de reprodução social: acaba a fusão entre o destino da unidade produtiva e o da própria família.

Ao mesmo tempo, considera que é associado à forma de reprodução social padrão (agora enfraquecida) que se mantém relações familiares hierarquizadas e com submissão feminina. E Aguiar e Stropasolas (2010) afirmam que é bastante recorrente nas duas regiões em questão a associação de que “vida melhor” tem relação com “ter um estudo”. No caso das jovens dirigentes entrevistadas parece que todas essas observações se apresentam e significam suas trajetórias. Além disso, isso se relaciona com a atuação do MMC/SC, pois foi a partir da atuação política que possibilidades de estudos no ensino superior se materializaram.

Conforme analisado por Carneiro (2001) há algum tempo as mulheres do meio rural já não veem como fonte para inserção social apenas o casamento ou a carreira religiosa. Duas das jovens que viam a possibilidade de reprodução social através da construção de uma carreira religiosa, a partir do entendimento que esta não era a opção de vida desejada, se sentiram em condições de desistir da escolha feita e de construir novas possibilidades de inserção social, para desenvolver o interesse pulsante pelo estudo.

Nesse sentido, é unânime entre todas as jovens e por parte de suas famílias que o estudo se apresenta como uma possibilidade real de mudança de trajetória familiar. É através do estudo que emerge nos discursos o desejo de construção de uma condição melhor de vida. Ademais, permanecer no meio rural e exercer a profissão de agricultora, em um caso particular, não deteve caráter de obrigação e prevalência de um projeto familiar em detrimento das escolhas individuais. Na realidade, representou que tradições e costumes se

flexibilizam para que a agricultura represente a possibilidade de atendimento aos interesses e anseios individuais de cada um dos membros do grupo familiar. Da mesma forma, tem-se a situação de outra jovem que construiu residência no meio rural, mas exerce outra profissão.

Em partes, essas experiências parecem demonstrar que, após gerações onde o coletivismo familiar ganhava destaque para garantia da reprodução social, atualmente um projeto individual, como a vontade de estudar, ser militante em tempo integral e/ou apenas viver no meio rural, se sobressaem, além de representar alterações nos papéis dentro da família. Além disso, nenhuma das jovens relatou casos muito comuns à geração de suas mães, como o “destino” tão costumeiro do casamento e a reprodução da condição de agricultora através de tal. Considerando o estudo realizado por Gaspareto (2009), entre as jovens entrevistadas que participaram de algum espaço de formação do MMC/SC é recorrente a ideia de não querer viver a mesma vida das mães.

Cabe também destacar que com o advento da modernização agrícola surgiram os *Clube de Mães* (RENK *et al.*, 2010) de que algumas das jovens dirigentes fazem referência sobre a participação de suas mães. Na década de 1980, setores mais progressistas da Igreja Católica contribuíram para que o espaço da comunidade passasse por algumas modificações, representando novos significados e oportunidades para os camponeses de Santa Catarina (POLI, 2008). Conforme os relatos das jovens, suas mães iniciaram o envolvimento com a política (principalmente com o MMC/SC e sindicatos) devido a participação em *Clube de Mães* ou nos espaços da Igreja (como os grupos de reflexão).

Todas as jovens dirigentes entrevistadas relataram um olhar positivo sobre a participação ativa das mães e demais familiares no campo político. Olhar de admiração frente às experiências vivenciadas na agricultura e o contraponto que faziam, sentimento expresso nos dizeres: “eu olhava para minha mãe como uma liderança”, “minha mãe era uma mulher à frente do tempo dela”, “eu olhava pra ela e pensava que queria ser igual”, “a gente não se importava com o que os vizinhos diziam, entendia a importância disso”. Mas também se chama a atenção de que isso não se trata de um padrão. Como bem relatado por uma das jovens “não é toda jovem que acha bonito”, visto que para muitas a participação política da mãe passava a ser associado como algo negativo devido às ausências e comentários maliciosos dos vizinhos e comunidade.

Para Paulilo (2010), o MMC/SC trouxe para as mulheres que participaram do movimento a oportunidade de transformar o que era tido como “lei” em suas vidas em apenas “uma realidade sempre repetida”. Segundo Renk *et al.* (2010) a inserção política de uma geração levou a mudanças nos padrões de socialização, visto que essas mulheres investiram novas perspectivas nos filhos e filhas. Os familiares (figuras femininas) possibilitaram às

jovens o contato com discursos alternativos sobre suas condições de vida e que permitiram o reforço na construção das perspectivas individuais.

Assim, o aspecto principal que ganha destaque é a ocorrência de uma dualidade de questões que influenciam as decisões das jovens, de maneira semelhante ao referido em trabalhos como o de Castro (2013). Isso porque se misturam velhas e novas concepções sobre o espaço rural, a partir das experiências vividas e das significações e simbologias construídas entre o *ficar* e o *sair*, devido a comum persistência da autoridade paterna dentro da família, mas também das mudanças geracionais citadas. No caso das jovens dirigentes há uma convergência entre suas trajetórias individuais e o MMC/SC, visto que para quatro⁴ das cinco jovens a possibilidade de edificar estudos no ensino superior se materializou através do movimento.

6. Considerações finais

Os espaços da comunidade e suas instituições (como a Igreja) representam a ampliação das relações sociais da família camponesa. Frente a isso, percebe-se que as jovens dirigentes representam uma geração socializada em grupos familiares cujos membros possuem alguma experiência e/ou inserção na política através do espaço local.

Diante disso, evidencia-se que quando falam sobre suas vidas no espaço rural elas não falam apenas de histórias de incertezas, perspectivas negativas e de relações hierárquicas, ainda tão presentes no espaço rural. Elas falam também de outros aspectos, como é o caso da participação política dos familiares enquanto lideranças e os discursos atrelados, o que possui relação direta com as mudanças vivenciadas nesse meio a partir da emergência, na década de 1980, do sindicalismo *combativo* e dos movimentos sociais (e os discursos veiculados) e dos novos significados atribuídos aos espaços coletivos da comunidade.

Somam-se a isso as novas possibilidades de reprodução social, onde parece ganhar maior significância a possibilidade de realização de projetos individuais, destacando-se o acesso ao ensino superior, seja por ver na continuidade dos estudos uma forma de construir uma “vida melhor” ou uma forma de viver no rural, mas exercendo outra profissão. Além do mais, essas mudanças apontam para experiências de gestão compartilhada da propriedade rural com participação da mulher e dos jovens e a possibilidade de dedicar parte de suas vidas para a militância em um movimento social.

Assim, reafirma-se a ocorrência de construções de trajetórias que se relacionam com a dualidade *ficar/sair*, comportando e representando mudanças e permanências na dinâmica do

⁴ Todas as cinco jovens iniciaram os estudos no ensino superior, no entanto, uma delas desistiu e buscou outro curso, de maior interesse pessoal, em universidade comunitária.

espaço rural. Nesse estudo, as trajetórias das jovens revelam que o ensino superior acabou sendo um dos aspectos do encontro entre expectativas individuais e a participação política.

Por fim, a elaboração do artigo para socialização dos resultados da pesquisa de mestrado também teve por intuito a busca por inserção em discussões que contribuam para o avanço nas reflexões e análises sobre a crise do modelo de reprodução camponesa clássico, as limitações de categorias analíticas costumeiras e a relevância da interface de correntes teóricas feministas e contextos rurais para elaborações teóricas acerca da vida das mulheres, aproximações que ocorreram de forma modesta durante a experiência do mestrado.

7. Referências Bibliográficas

- AGUIAR, V.V.P; STROPASOLAS, V. L. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, P; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (orgs). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.
- BRUMER, A.; PAULILO, M.I.S. As agricultoras do Sul do Brasil. **R. Estudos Feministas**, v.12, n.1, p.171-174, jan.-abr./2004.
- BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **R. Estudos Feministas**, v.12, n.1, p. 205-227, jan.-abr./2004.
- BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: **Juventude rural em perspectiva**. Mauad X, 2007.
- CARNEIRO, M.J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **R. Estudos feministas**, v. 9, p. 22- 55, 2001.
- CASTRO, E. G. de. et. al. **Os jovens estão indo embora?** Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X/ EDUR, 2009.
- CASTRO, E. G. de. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Rio de Janeiro: Ed. Contra Capa, 2013.
- FAGUNDES, J.; MARTINI, A.C. Políticas educacionais: da escola multisseriada à escola nucleada. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, v. 6, n.1, p. 99-118, 2003.
- GASPARETO, S.A.K. **As jovens do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC): trabalho, família e projetos de vida**. 2009. 178p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, 2009.
- PAULILO, M.I.S. Intelectuais e militantes e as possibilidades de diálogo **R. Estudos Feministas**, v.16, n.3, p. 927-940, set.- dez. /2010.
- PAULILO, M.I.S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **R. Estudos Feministas**, v.12, n.1, p. 229-252, jan.-abr./2004.
- POLI, O.L. **Leituras em movimentos sociais**. 2 ed. Chapecó: Ed. Argos, 2008.
- RENK, A. **Narrativas da Diferença**. Chapecó: Ed. Argos, 2004.
- RENK, A. et. al. Mudanças Socioculturais nas relações de gênero e intergeracionais: o caso do campesinato no Oeste Catarinense. In: SCOTT, P; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (orgs). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.
- SCOTT, P; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (orgs). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.
- SEYFERTH, G. Herança e estrutura familiar camponesa. **Boletim do Museu Nacional**, n. 52. Rio de Janeiro, 1985.
- STROPASOLAS, V.L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**, Ed da UFSC. Florianópolis. 2006.
- TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês**. Passo Fundo: EDIUIFP, 1999.

Mercados institucionais para a agricultura familiar e a participação feminina: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE)

Jéssica Sbroglia da Silva¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar os mercados institucionais destinados à compra de alimentos da agricultura familiar, que visam fortalecer essa categoria social e fornecer alimentos saudáveis as populações consideradas em situação de insegurança alimentar e nutricional. As políticas públicas que são representativas dessa iniciativa do governo brasileiro são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Nesse sentido, pretendo fazer uma breve análise da participação feminina nessas políticas públicas, apontando quais tem sido os limites de acesso a este público. O *lôcus* de pesquisa foi às agricultoras associadas da Cooperativa Cooperfamiliar, sediada no município de Chapecó, no oeste de Santa Catarina e que participam de ambos os programas.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Mercados Institucionais; Mulheres Rurais.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Email: jessica.sbroglia@yahoo.com.br

Introdução

A agricultura familiar, enquanto categoria social, representando formas de viver e produzir no campo foi reconhecida a partir da década de 1990, mas especificamente através da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no ano de 1997, no então governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Resultado das lutas no campo que ganharam folego com a redemocratização do país a partir de 1988, a agricultura familiar conquistou uma série de direitos trabalhistas e previdenciários, além de políticas públicas que os favorecessem mediante ao agronegócio enquanto modelo dominante na agricultura adotado pelo Estado.

Com o governo de Luís Inácio Lula da Silva, a partir de 2003, e um ambiente institucional favorável, uma gama de políticas públicas começam a beneficiar os agricultores e agricultoras familiares, entre elas o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Essas políticas representaram a criação de mercados institucionais que visavam à compra de alimentos da agricultura familiar e os repassasse a população em situação de insegurança alimentar e nutricional, no caso do PAA e para a merenda das crianças em idade escolar, no caso do PNAE.

Contudo, apesar dos ganhos que essas políticas públicas representaram à agricultura familiar, os movimentos de mulheres no campo, que remonta aos anos 1980 no Brasil, começaram a questionar a hierarquia existente dentro dos movimentos mistos, de homens e mulheres, e também a reivindicar políticas públicas com enfoque de gênero visando o empoderamento das mulheres e a diminuição das desigualdades no interior das famílias, como a não valorização do trabalho doméstico e de cuidado e o reconhecimento de sua função como agricultora e não apenas enquanto “ajudante” do lar.

Assim, o objetivo do artigo será analisar dentro das políticas públicas do PAA e do PNAE, como esse enfoque de gênero vem sendo adotado e como as mulheres rurais vem avaliando sua participação e acesso a estes programas. Para isso foi realizado um estudo de caso, na Cooperativa Cooperfamiliar localizada no município de Chapecó, no oeste catarinense com as mulheres que participam de ambos os programas. Essas informações foram coletadas através de entrevistas semi-estruturadas realizadas entre julho e dezembro de 2017.

O artigo estará estruturado em duas partes, a primeira descrevera o funcionamento e condições para acesso aos programas e seus enfoques de gênero e a segunda em como a “lógica das políticas públicas” tem se chocado com a “lógica de produção e reprodução familiar”, concluindo então como esse choque vem escamoteando a forma como essas mulheres acessam esses programas.

Mercados institucionais para a agricultura familiar: o PAA e o PNAE

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foram iniciativas do governo brasileiro para criar mercados que permitissem compras institucionais de alimentos provindos da agricultura familiar.

O PAA foi uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero criado pelo governo Lula, em 2003, que tem como objetivo o abastecimento de equipamentos públicos de segurança alimentar, como restaurantes e cozinhas populares, além de atender as redes socioassistenciais como asilos, hospitais e orfanatos. A compra dos alimentos da agricultura familiar é feita com dispensa de licitação. A operacionalização fica a encargo dos governos estaduais e municipais, além da Companhia Nacional do Abastecimento (CONAB) mediante parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) ².

O PAA conta com cinco modalidades diferentes: Compra Direta, Formação de Estoques, PAA Leite, Compra Institucional e Doação Simultânea. A primeira tem como finalidade a sustentação de preços de uma pauta específica de produtos definida pelo Grupo Gestor do PAA, a constituição de estoques públicos desses produtos e o atendimento de demandas de programas de acesso à alimentação (CARTILHA PAA, 2012, p.16).

A segunda apoia financeiramente a constituição de estoques de alimentos por organizações da agricultura familiar, visando agregação de valor à produção e sustentação de preços. Posteriormente, esses alimentos são destinados aos estoques públicos ou comercializados pela organização de agricultores para devolução dos recursos financeiros ao Poder Público (CARTILHA PAA, 2012, p.18).

² O Ministério do Desenvolvimento Agrário foi incorporado ao Ministério do Desenvolvimento Social após o impeachment da presidente Dilma Rouseff em 2016 e a posse do então vice-presidente Michel Temer.

A terceira contribui com o aumento do consumo de leite pelas famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional e também incentiva a produção leiteira dos agricultores familiares (CARTILHA PAA, 2012, p.20).

A quarta visa garantir que estados, Distrito Federal e municípios, além de órgãos federais também possam comprar alimentos da agricultura familiar, com seus próprios recursos financeiros, dispensando-se a licitação, para atendimento às demandas regulares de consumo de alimentos (CARTILHA PAA, 2012, p.22).

E a quinta, visa à compra de alimentos da agricultura familiares e os repassam as entidades socioassistenciais e a rede pública e filantrópica de ensino (CARTILHA PAA, 2012, p.14).

Já o PNAE é considerado um dos programas mais duradouros e abrangentes do país na área de segurança alimentar e nutricional. As primeiras ações governamentais direcionadas à alimentação e nutrição no Brasil datam da década de 1930, quando a fome e a desnutrição foram reconhecidas como graves problemas de saúde pública no país (PEIXINHO, 2013, p.910).

Nesse sentido, diferente do PAA o PNAE é um programa anterior ao governo Lula, podendo ter sua primeira etapa remontada à década de 1950, caracterizada pelos recursos da UNICEF, na década de 1960 marcada pela proveniência de gêneros alimentícios vindo dos Estados Unidos e na década de 1970 pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA) da ONU (PEIXINHO, 2013, p. 910).

O PNAE passou a ter essa designação a partir de 1979 e graças à lei nº 8.913 de 1994, houve uma descentralização no oferecimento da merenda escolar, permitindo que os governos estaduais e municipais adquirissem gêneros alimentícios da produção local, permitindo então uma alimentação condizente com os hábitos alimentares de cada região do país (PEIXINHO, 2013, p. 911). Contudo, uma conquista importante que favoreceu os agricultores e agricultoras familiares, foi o decreto de lei nº 11.947 de 2009, que definiu a obrigatoriedade de aquisição de que pelo menos 30% dos alimentos fornecidos pela merenda escolar fosse adquirido da agricultura familiar.

Esses dois programas representaram então novos mercados para a agricultura familiar, sobretudo para as mulheres e a comercialização de produtos dos chamados “quintais produtivos”. Este espaço onde estão organizados o horto medicinal, o pomar, os jardins e a reprodução de animais de pequeno porte, além do processamento artesanal de derivados de leite, os sucos, pães, bolos, bolachas, doces e geleias (COLLET e

CIMA, 2015, p.45), permitiram que produtos considerados para o consumo familiar, também fossem comercializados.

Dessa forma, resoluções com enfoque de gênero entraram em vigor nesses programas, visando o reconhecimento e valorização da produção das agricultoras. Como exemplo, temos a resolução nº44 de 2011, do grupo gestor do PAA que:

Estabeleceu que a participação das mulheres fosse considerada como um dos critérios de priorização na seleção dos projetos enviados ao PAA, em todas as suas modalidades; além disso, garante que 5% dos recursos do Programa sejam destinados a organizações formadas por 100% de mulheres ou grupos mistos que tenham mais de 70% de mulheres em sua composição; e também exige que, conforme a modalidade do Programa seja comprovada que um mínimo de 30% a 45% dos integrantes das organizações que apresentam propostas sejam mulheres (SLIPANDRI & CINTRÃO, 2013, p.149).

Houve também uma proposição de alteração de lei nº 11.947, que regulamenta a compra de alimentos da agricultura familiar para o PNAE, instituído que quando os alimentos forem adquiridos da família rural individual, ao menos 50% da compra deverá ser feita em nome da mulher.

Assim, houve um enfoque de gênero tanto no PAA quanto no PNAE, para que as agricultoras pudessem ter acesso de forma mais ampla e equitativa, a essas políticas públicas. As mulheres representavam cerca de 50% em 2014 no total de fornecedores do PAA, sendo que na modalidade compra com doação simultânea esse percentual chegava a 52%³, em 2016, no nordeste, por exemplo, esse percentual passou a ser de 57%⁴.

Contudo, sabemos que um aumento quantitativo, embora desejável, nem sempre reflete uma autonomia efetiva das mulheres. Esse aumento pode se dar mais pelo cumprimento da legislação do que realmente uma democratização no acesso a essas políticas às agricultoras, podendo significar também que as relações familiares de desigualdade de gênero permaneçam da mesma forma.

Assim pretendo demonstrar brevemente essa ideia, na próxima parte, argumentando que “a lógica da política pública” é elaborada de maneira a pensar que as mulheres rurais tem uma racionalidade autônoma dentro da família rural, sendo que na maioria das vezes ela está inserida dentro de uma “lógica de produção e reprodução familiar”. Portanto, a sua participação está ligada mais a uma estratégia pensada conjuntamente

³ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/03/mulheres-representam-50-dos-fornecedores-do-paa-em-2014>> [Acesso em: 24/05/2018].

⁴ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/03/mulheres-representam-metade-dos-fornecedores-do-programa-de-aquisicao-de-alimentos>> [Acesso em: 24/05/2018].

para o aumento da renda da família, do que como fator de autonomia e empoderamento feminino.

A “lógica da política pública” versus a “lógica da família rural”

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem como modalidade mais expressiva a Compra com Doação Simultânea. Essa categoria pode ser operacionalizada tanto pelos governos municipais, quanto pela Companhia Nacional do Abastecimento (CONAB). Quando instrumentalizada pela Conab, há a obrigatoriedade de que os agricultores e agricultoras familiares estejam organizados em cooperativas.

No caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), embora não exista essa obrigatoriedade, quando organizados, o processo torna-se menos burocrático, pois a cooperativa exerce um papel importante ao elaborar os projetos técnicos, para conseguir acessar os editais dos governos municipais.

Dentro das cooperativas da agricultura familiar existentes no estado de Santa Catarina, uma cooperativa que se destacou foi a Cooperfamiliar, localizada no município de Chapecó, no oeste catarinense. Essa proeminência foi verificada, tanto nos dados dispostos no portal de transparência da Conab referente ao PAA ⁵, em relação aos valores comercializados, quanto apontados por gestores públicos, como Maria de Lourdes Nienkoetter, gerente de operações da Conab no estado e Tabajara Marcondes, Coordenador do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola – CEPA, vinculado a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural e Pesqueira de Santa Catarina – EPAGRI.

A Cooperfamiliar foi criada em 1995, segundo a atual presidente, Sandra Bergamin, e teve como objetivo inicial a comercialização da produção leiteira. A cooperativa conta atualmente com 235 famílias associadas que estão com o cadastro ativo. A comercialização com o PAA e o PNAE tem pelo menos onze anos, isto é, eles participam desses programas desde o ano de 2007. Os produtos comercializados são frutas, legumes, verduras e panificados em geral.

Concernente ao número dos que acessam esses programas, segundo a engenheira agrônoma da cooperativa, Adriana Belini, responsável pela elaboração dos projetos, são 115 famílias que fornecem ao PNAE e 51 agricultores que fornecem ao PAA. Ao cruzarem os dados das mulheres que participam de ambos os programas, o número é

⁵ Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1296&t=2>> [Acesso: 25/05/2018].

baixo, com o total de apenas 12 mulheres. Desse número, foram entrevistadas 07 mulheres, através de um questionário semiestruturado, sendo uma aposentada, duas jovens rurais, e quatro na idade entre 40 e 50 anos. As entrevistas foram realizadas no período de julho a dezembro de 2017 no município de Chapecó.

A área de abrangência da cooperativa contempla cinco municípios: Cordilheira Alta, Guatambu, Nova Itaberaba, Arvoredo e Chapecó. Contudo, existem agricultoras entrevistadas que são de outros municípios, como Coronel Freitas, por exemplo. Todas elas afirmaram que as famílias não dependem desses programas para a sobrevivência, embora ele tenha assumido uma importante fonte de rendimentos no começo, atualmente ele cumpre um papel de “renda extra”.

Observou-se que há uma venda do “excedente”, isto é, os produtos que não vendidos em feiras, supermercados, nas agroindústrias ou outros meios de comercialização, são destinados a esses programas, como percebemos na fala a seguir:

Às vezes ajuda, porque, por exemplo, temos um excedente de alface, de almeirão, aí nós entregamos para não perder (B. L., agricultora familiar).

Eles são programas muito bons, se não tivesse tanta burocracia. Ajuda muito na renda da família, nos comercializávamos lá o excedente de produção, o que sobrava, pois não “ia fora” (D. B., jovem agricultora).

Foram programas bons, mesmo que agora nós não estamos comercializando mais. Era uma renda extra que tínhamos os produtos que iam “se perder”, isto é, o excedente nós acabávamos comercializando (D.C., jovem agricultora).

Nas falas acima percebemos então que o programa longe de ser o principal canal de comercialização, representa uma opção aos produtos que não eram absorvidos nem pelo mercado externo, nem para o autoconsumo. Assim, as agricultoras entrevistadas são denominadas, segundo a engenheira agrônoma da cooperativa, de “agricultoras capitalizadas”, ou usando a nomenclatura do Pronaf, os “agricultores consolidados”. Ou seja, são agricultoras que detêm uma organização em nível de produção e comercialização e são independentes desses programas para ter mercado consumidor de seus produtos.

É importante observar que o objetivo desses programas é justamente oferecer alternativas de comercialização a agricultura familiar e não ser o único meio para isso, contudo ele segue igualmente fundamental aos agricultores considerados em “transição” ou “periféricos” que não conseguiram se estabelecer nos mercados convencionais ou alternativos.

Ambos os programas, PAA e PNAE foram apontados de maneira enfática em um aspecto: o preço. O primeiro pelo ângulo negativo e o segundo pelo positivo.

Segundo as agricultoras entrevistadas, o PAA teve uma decaída de preços nos últimos anos, sendo não mais compensatório comercializar com este programa, mesmo como uma fonte de renda extra. Já o PNAE teria bons preços, sendo mais vantajoso, como podemos observar nos trechos a seguir:

Olha o PNAE eu acho bom, é um preço justo, que não é muito e nem pouco, é um valor que vale a pena e valoriza a produção, além disso, os orgânicos têm um acréscimo de 30% a mais nos preços, como é o nosso caso. Já no PAA o preço não é atrativo, nós entregamos porque já estamos inscritos (B.L., agricultora familiar).

Foi o PAA e o PNAE que nos permitiram aumentar nossa agroindústria e fazer a aquisição dos nossos dois veículos para a entrega dos produtos. Esse ano (2017) nós não conseguimos entregar para o PAA, mas ano passado chegamos a entregar até 500 quilos de bolacha. Mas em relação ao preço do PAA, está muito baixo, por isso que nós saímos (S.B., agricultora familiar).

Olha o PAA, eu não tenho muita certeza, mas como é feita com uma base nacional e não por região o valor é baixo, já o PNAE o valor é bom (D. B., jovem agricultora).

Segundo a presidente da cooperativa, Sandra Bergamin e o presidente do sindicato, Anderson Giacomini, a diferenciação dos preços entre os dois programas é resultante do fato de que no PAA os preços são definidos pelo comitê gestor em Brasília, e no PNAE, segundo uma comparação de três orçamentos locais, dessa forma tem preços mais condizentes com a realidade da região.

Ainda que o preço do PAA tenha sido criticado em detrimento do PNAE, ambos representaram uma elevação do aumento da renda familiar. Contudo, o que é importante observar, e de acordo com objetivo desse artigo, é que isso não significa automaticamente um aumento da renda da mulher e, portanto, um fator de autonomia financeira. É nesse ponto que chamo atenção para uma incongruência entre “a lógica da política pública” e “a lógica de produção e reprodução familiar”.

O enfoque de gênero dessas políticas públicas, embora tenha como objetivo a autonomia da mulher e seu empoderamento, através da comercialização de gêneros alimentícios provindos da sua produção, como dos “quintais produtivos”, hortas e os produtos processados como pães, bolos, doces e bolachas, supõe que essa renda seria automaticamente remetida à mulher. Além disso, subentende-se que a participação feminina dependa exclusivamente de uma escolha e lógica pessoal. Isso se choca com que Chayanov (1974) chamaria “lógica de produção e reprodução familiar”.

A lei básica da existência camponesa se daria na maneira como seu comportamento está expresso na máxima “balanço entre trabalho e consumo”. Ou seja,

reside na satisfação das necessidades da família, concebida simultaneamente como uma unidade de produção e consumo. Assim, as necessidades são definidas mediante a chamada *motivação individual*, a disponibilidade de terra, ao tamanho e composição da família, isto é, os membros aptos a trabalharem.

A decisão das agricultoras em participar ou não dessas políticas públicas, residiria mais no pensamento de aumentar a renda familiar, que serviria a satisfação das necessidades e bem-estar da família, do que na motivação de obter uma autonomia financeira. Quando foram demandadas as agriculturas como elas começaram a participar do PAA e do PNAE, algumas respostas vão ao encontro dessa ideia, como mostram os seguintes trechos:

Para nós conseguirmos vender, como havia esse limite anual por DAP⁶, nós passamos a comercializar pela minha DAP também, porque às vezes chegava à metade do ano e já tínhamos atingido o valor máximo de comercialização (D.B., jovem agricultora familiar).

Eu já conhecia os programas através do meu pai que foi coordenador geral do sindicato durante 12 anos e nós entregávamos através da DAP dele, o que não interferia em nada. A partir do momento que comecei a fazer parte do curso, foi criado um bloco de notas do produtor e uma DAP no meu nome e agora temos duas DAPs em casa e comercializamos pelas duas, aumentando assim nosso valor de comercialização (D.C., jovem agricultora).

Como cada família pode adquirir 8mil reais no PAA e 20 mil reais no PNAE, por DAP anualmente, ter mais de uma DAP, significa que esse valor pode dobrar, significando assim um aumento da renda da família. Contudo, essa renda está ligada ao que Chayanov (1974) chamou de princípio do rendimento indivisível. Ou seja, embora o agricultor familiar se incorpore ao processo de acumulação através de sua atividade produtiva, internamente, os resultados da produção continuam sendo percebidos pela família como um rendimento indivisível. Isso é exemplar principalmente na inexistência, em muitos casos, de um valor fixado para o pagamento de cada membro da família, principalmente, mulheres e crianças, sendo o “chefe familiar” responsável pela concentração da renda e decisão sobre o seu uso.

O princípio do rendimento indivisível, pode ser elucidado, nos trechos abaixo, quando foi perguntado as agricultoras se existia alguma fonte de uso pessoal e exclusivo e como era utilizado o dinheiro desses programas:

O Jean (filho mais velho) é quem faz o controle das entradas e saídas e dos salários... na realidade “fazemos tudo junto” (B. L., agricultora familiar).

⁶ DAP é a Declaração de Aptidão ao PRONAF, que qualifica os agricultores e agricultoras como familiares, permitindo-os acessar políticas públicas destinadas a essa categoria.

Não, a renda que vem meu pai “pega tudo para ele”, risos. Especifico para mim não, quando eu peço ele me dá, mas que fica só para mim não. Quando eu estava em casa e nós vendíamos mandioca, o que eu descascava era para mim, mas agora não (D. B., jovem agricultora).

Só minha eu tenho uma pensão que é do meu primeiro esposo que faleceu. Agora dos programas eu “não sei explicar essa parte”, pois é tudo o meu marido quem faz (C. B., agricultora familiar).

Para mim apenas as diárias do sindicato, quando eu saio para dar cursos em nome deles (D.C., jovem agricultora).

Assim, o dinheiro da comercialização desses programas, no âmbito familiar, dificilmente é dividido de maneira equitativa, cabendo ao “chefe familiar” essa decisão. Quando existe uma renda que é de uso exclusivo da mulher, esta provém, em muitos casos, de outras fontes, como pensões, aposentadoria ou salário de empregos exercidos fora da propriedade rural.

Finalmente, é evidente que essas políticas públicas, como o PAA e PNAE que tem como objetivo atender a agricultura familiar são sempre desejáveis. Contudo, é preciso problematizar as hierarquias existentes no interior da família e como isso escamoteia a participação das mulheres. O fato de existir legislações que atentem as problemáticas de gênero é apenas uma parte da solução para que as mulheres possam, se desejarem, acessar esses programas de maneira equitativa. Não há, portanto, garantia de que a existência desses mecanismos legais leve a uma autonomia financeira das mulheres.

É preciso frisar que a “lógica de produção e reprodução familiar” interfere de maneira substancial na participação feminina. Mesmo que o nome da mulher possa ser adicionada como fornecedora desses programas, via legislação, isso não significa que as relações familiares, que determinam papéis de gênero, tiveram uma mudança e esse é um aspecto fundamental quando se fala em empoderamento feminino.

Referências

COLLET, Zenaide; CIMA, Justina. **Produção de autossustento, quintais produtivos na agricultura familiar camponesa: o papel historicamente desempenhado pelas mulheres.** In: Organização Produtiva de mulheres e promoção de autonomia por meio do estímulo a prática agroecológica. Valdete Boni [et al.]. Tubarão: Ed, Copiart, 2015. P. 37-53.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 342 p.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. **A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional.** Revista Ciência & Saúde Coletiva. 2013. P. 909-916.

SLIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. **As Mulheres Rurais e a diversidade de produtos no Programa de Aquisição de Alimentos.** In: Livro de 10 anos do PAA [online]. 2013. P.114-151.

AS MULHERES SEM TERRA E O MST: UMA ANÁLISE A PARTIR DO JORNAL SEM TERRA

Costa, J. de A.¹; Silva, J. O².; Ferreira, F.F³

RESUMO

O presente trabalho objetiva compreender o processo de empoderamento das mulheres sem terra no período de 1984 a 2006, a partir da análise do Jornal Sem Terra, as abordagens sobre a atuação destas mulheres e as orientações dos Congressos Nacionais do MST acerca da organização feminina, partindo da fundação do MST e do perfil das mulheres naquele período, até 2006, ano em que as mulheres da Via Campesina realizam uma ação dentro do viveiro da Aracruz Celulose, ganhando repercussão internacional.

Palavras-chave: Jornal Sem Terra, Mulheres Sem Terra, empoderamento.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural - UFSM, Farmacêutica, julianaalmeidacosta2017@gmail.com;

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural - UFSM, Zootecnista, jzootortiz@gmail.com

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural - UFSM, Tecnóloga em Agropecuária, mestre em Engenharia de Produção, fefiferreira@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho busca compreender a forma como a organização das mulheres Sem Terra foi pautada pelo JST (Jornal Sem Terra) ao longo de sua história e de que forma se estabelecem os diálogos entre o Jornal e as deliberações políticas dos Congressos Nacionais do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) com relação à prática organizativa das mulheres. Iniciamos esta reflexão, com um breve histórico da origem do MST e do próprio jornal, como um instrumento de legitimação das orientações políticas do movimento, assim como um instrumento de contraposição à grande imprensa brasileira.

Após, trazemos uma abordagem sobre as mulheres Sem Terra, na busca por compreender a forma que o JST apresenta, em suas reportagens, entrevistas e matérias, a organização das mulheres do MST ao longo da história do Movimento, relacionando cada período histórico às orientações políticas dos respectivos Congressos Nacionais do MST. Que ocorrem a cada cinco anos desde o ano de 1985 (compreendendo estes como instâncias máximas deste movimento, onde são realizados apontamentos políticos que devem orientar as ações de seus militantes nos cinco anos decorrentes).

O primeiro período a ser estudado é de 1984 a 1990, período de regência do I Congresso Nacional do MST, seguido do II Congresso Nacional (1990-1995), do III Congresso Nacional (1995-2000) e do IV Congresso Nacional (2000-2006). Estes períodos além das orientações políticas de cada Congresso em relação às mulheres, traz o histórico de organização e as principais matérias do JST que abordaram as mulheres Sem Terra e suas temáticas. A opção pelo recorte histórico de 1984 a 2006 se deu em função da execução da ação das Mulheres da Via Campesina, em março de 2006, na Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro, RS. Uma ação de enfrentamento ao capital com repercussão internacional, planejada e executada somente por mulheres da Via Campesina do Brasil, que se tornou um marco histórico nas ações do dia Internacional de Luta das Mulheres, tanto pelo protagonismo feminino vivenciado, quanto pelo caráter de contraposição ao modelo econômico vigente.

O objetivo deste trabalho é compreender como se deu este processo de transformação das mulheres Sem Terra da década de 80, que tinham uma postura muito ponderada e menos politizada na luta pela terra, nestas mulheres que foram protagonistas de uma luta com repercussão internacional, e como o JST pautou esta transformação ao longo destes 22 anos. Assim, foi realizada uma pesquisa documental do Jornal Sem Terra, com posterior análise de

conteúdo das entrevistas e reportagens do Jornal que trouxeram o tema das mulheres de 1984 a 2006.

2 JORNAL SEM TERRA: UM INSTRUMENTO DE LEGITIMAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA

A estrutura agrária brasileira baseada na concentração de terras, foi criada no período colonial e mantida até hoje através do modelo econômico e de políticas governamentais que optaram pela modernização conservadora da agricultura, ao invés de optar pela realização da reestruturação fundiária como modelo de desenvolvimento rural (Newmann, Dalbianco, 2012).

A Lei de Terras de 1850, que prevê como única forma de acesso à terra, a compra, exclui as maiorias sociais do acesso aos meios de produção, mantendo a estrutura agrária do Brasil-Colônia. Muitas foram as lutas e manifestações camponesas de luta pela terra ao longo da História do Brasil, mas somente em 1964, com a aprovação do Estatuto da Terra, se criam condições legais para a democratização da terra e realização da Reforma Agrária no Brasil, porém, a ditadura militar, através do projeto desenvolvimentista e da modernização conservadora, excluiu as famílias de agricultores e calou os movimentos sociais existentes.

No final da década de 70 as ocupações de terra voltam a acontecer no país. Em 1979 ocorre a ocupação das granjas Macali e Brilhante no RS e em 1981 o acampamento da Encruzilhada Natalino foi organizado. As famílias excluídas do acesso a terra passaram a reivindicar seus direitos de forma coletiva e organizada, anunciando um novo momento da luta pela terra no Brasil. Neste contexto, surgiu a necessidade de construção de um instrumento próprio de comunicação, que divulgasse o movimento, seus ideais e a violência sofrida por estes. Assim, começou a ser produzido o Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra e foi distribuído no dia 01 de maio de 1981, 3 anos antes da fundação do MST. Este instrumento de comunicação e formação, como é compreendido pelo MST⁴, de 1981 a 1984 teve como principal função divulgar o movimento dos lavradores que lutavam por reforma agrária naquele momento histórico do Brasil, seus ideais e objetivos para a sociedade.

A mídia tradicional, em um primeiro momento não transmite ao público as informações sobre a organização dos trabalhadores na luta pela terra, à medida que este

⁴ <http://www.mst.org.br/2018/05/15/ha-38-nascia-o-jornal-sem-terra.html>

avança no sentido da organização e protagonismo, torna-se nitidamente contrária à sua atuação.

As notícias da luta pela terra tiveram, naquele momento, este instrumento como principal veículo de comunicação, trazendo informações, construindo e ampliando relações de apoio à reforma agrária na sociedade e aceitando contribuições desta para elaboração dele. Comparado ao que Downing (2004), chama de audiência ativa, que é formada pelo grupo que não apenas absorve passivamente os produtos fornecidos pela mídia, mas que os elabora e os molda.

A partir de 1984, com a criação do MST, o boletim muda de caráter, tornando-se o Jornal Sem Terra (JST), com uma perspectiva mais interna, de formação e diálogo entre componentes do movimento, pautando sua ideologia, suas lutas, suas lideranças e reafirmando as referências políticas e culturais, contribuindo diretamente com a nacionalização do MST. Por ser um instrumento do movimento social e apresentar suas pautas e sua ideologia, questionando as desigualdades sociais, passa a ser conceituado como um instrumento de “Mídia Radical”. Que segundo Dowing (2004), pelos objetivos a que se propõe, construindo reflexão crítica, debate e ação sobre as temáticas abordadas e para Possebon e Soares (2012) pode ser denominado de jornalismo militante.

O jornalismo praticado nesses meios é um contraponto ao da grande imprensa e tem como princípio discutir outras pautas ou rever os assuntos discutidos pela grande mídia através de perspectivas diversificadas, representando outros projetos de sociedade, críticos do sistema político e econômico atual. É um jornalismo vinculado, na maioria das vezes, às instituições, organizações, movimentos sociais, populares e comunitários, ocupando também a função de divulgador das ações destes grupos e das discussões e ideais dos mesmos. Percebe-se que este jornalismo tem como um de seus objetivos despertar consciências, encarando os textos como instrumento de luta social e de fortalecimento de iniciativas populares. (Possebon e Soares, 2012, p.3).

3 AS MULHERES SEM TERRA, O MST E O JORNAL SEM TERRA

3.1 A FUNDAÇÃO DO MST E O 1º CONGRESSO NACIONAL (1985-1990)

Durante o primeiro Congresso Nacional do MST, em janeiro de 1985, em Curitiba, Paraná, com a definição dos princípios do Movimento: a luta pela terra, pela reforma agrária e pelo socialismo; os lemas: “Terra para quem nela trabalha” e “Ocupação é a Única Solução”, torna-se nítida a relação do Movimento com a teoria marxista e a necessidade de reafirmar sua vertente classista.

O MST carrega consigo estigmas sociais, estendidos para seus membros e dirigentes, logo, pelas desigualdades de gênero existentes na sociedade e em função do papel destinado às mulheres historicamente, a decisão de compor este movimento para elas pode ser considerada mais difícil do que para os homens. Porém, foram influenciadas pela relação com setores progressistas da Igreja Católica e tiveram sua decisão reforçada pela histórica exclusão feminina dos direitos à herança de terra, pelas dificuldades econômicas enfrentadas e pela própria legislação que negava a estas o direito civil de acesso a terra. Como afirma Esmeraldo (2007, p. 5):

A expropriação da terra, do trabalho, da renda rural, a falta de condições de sobrevivência no campo e na cidade parece ser a motivação original que leva muitas mulheres a participarem das reuniões para a organização das ocupações. Esse primeiro passo é estratégico para as mulheres adentrarem na luta do Movimento como caminho para a descoberta de novos objetivos de vida para si, para assumirem a condução da própria vida, para a auto realização e para adentrarem na política. Com ou sem marido, autorizadas ou não pelos pais, várias mulheres chegam no Movimento com um capital político acumulado na militância junto à Pastoral da Juventude do Meio Popular/PJMP, às Comunidades Eclesiais de Base/CEBs e aos partidos políticos próximos do ideário do Movimento.

Ainda segundo Esmeraldo (2007), em um primeiro momento o MST, não constrói espaços específicos de organização das mulheres, pois esta poderia fragilizar ou fragmentar a identidade de classe que era buscada pelo movimento. Porém, as mulheres Sem Terra sempre buscaram ocupar espaços políticos dentro do MST e construíram referências femininas nas coordenações, como mostram edições do JST. Como afirma Bourdieu (1989), sobre a transformação cultural a partir das pautas internas, subjetivas existentes dentro dos movimentos sociais, que provocam as transformações nestes a partir das contradições internas que estes apresentam.

O JST de número 42, de fevereiro de 1985, apresenta a reportagem: “Mulheres, ao lado dos homens, sem medo da luta”, afirmando a participação de 300 mulheres no 1º Congresso Nacional do MST, em janeiro de 1985, e a construção de um documento por elas que orientava, entre outras coisas: a participação através de grupos de mulheres municipais, participação no sindicato e na luta pela reforma agrária, a necessidade de conquista de espaço político na sociedade e da ocupação de espaços de ‘igual para igual’ com os companheiros. Divulga a luta das Mulheres Sem Terra e a formação de mulheres na base, a fim de conquistar espaços na coordenação dos estados.

Embora o apontamento de Esmeraldo (2007), sobre a concepção por parte da direção do MST, de que a organização interna das mulheres Sem Terra poderia fragilizar a classe, seja relevante, este período, foi marcado por grande efervescência social, apontando para a construção de direitos da classe trabalhadora a partir de coletivos organizado, o que pode levar a outra análise. A organização das trabalhadoras rurais unificadas significava construir uma aliança para obter direitos, até aquele momento ainda não alcançados, como o reconhecimento da profissão agricultora, aposentadoria e licença maternidade. Existiu naquele momento, por parte da direção do MST, a opção de ação das mulheres Sem Terra com as demais trabalhadoras rurais. Como confirmam as reportagens do JST daquele período, a fim de fortalecer a busca por direitos, especialmente previdenciários e de amparo à saúde. Brumer (2002, p. 67) confirma esta posição por parte dos movimentos sociais do campo, e organizações de trabalhadores rurais como uma estratégia política.

Já no início da década de 80, a inclusão na pauta das reivindicações da extensão da aposentadoria às mulheres trabalhadoras rurais e a mobilização das próprias mulheres foram vistas como uma estratégia política. Essa mobilização, que incluiu encontros com milhares de participantes e caravanas a Brasília, para pressionar os parlamentares que deveriam discutir e aprovar a nova legislação, foi intensa e constituiu um fator importante na aprovação das leis incluídas na Constituição de 1988 (Brumer, 2002, p. 67, apud Brumer 1990, 1993).

O JST apresenta desde 1984 até os anos 90, a orientação de participação das mulheres nos sindicatos. Uma coluna que se chama “Mulher”, aparece no Jornal entre os anos de 1985 até 1989, onde a maioria das reportagens e entrevistas pauta o direito a ser sindicalizada e o reconhecimento de trabalhadora rural enquanto profissão. Este seria o primeiro passo que possibilitaria a conquista de direitos previdenciários. A coluna mostra as lutas, os encontros e a organização das mulheres.

O JST de dezembro de 1984 e janeiro de 1985 destaca a luta das mulheres pela sindicalização, e que a oposição dos dirigentes sindicais em aceitá-las como associadas é um dos principais empecilhos para a efetivação da reivindicação. Em março de 1986, a sindicalização das mulheres trabalhadoras rurais é conquistada, porém, não reconhecida pelas entidades sindicais. Edição de junho e de julho de 1986 mostra a participação das trabalhadoras rurais no Congresso da CUT (Central Única dos Trabalhadores), que buscavam construir uma representação feminina dentro da Central e aglutinar forças para enfrentar os sindicatos que se opunham a aceitá-las como associadas. Em novembro do mesmo ano, em

São Paulo, ocorreu o 1º Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais, tema de reportagem, aponta este encontro como consequência da organização destas a fim de garantir direitos para a categoria.

Durante o 3º Encontro Nacional do MST, ocorrido em Piracicaba/SP, em janeiro de 1987, as mulheres Sem Terra se organizam e “... garantem a inclusão da organização das mulheres como parte da organização interna dos assentados; o estímulo à maior participação das mulheres e a comemoração por todos e a nível nacional do Dia da Mulher Trabalhadora, no Dia Internacional da Mulher, o dia oito de março” (ESMERALDO, 2007, p. 6). A reportagem do JST de fevereiro e março de 1987, legitima a resolução do 3º Encontro Nacional, através de uma entrevista com as mulheres participantes do encontro, do aumento da frequência que passa a apresentar matérias sobre a organização das mulheres dentro dos assentamentos de forma mais efetiva e da divulgação das ações construídas nos dias 08 de março seguintes.

No ano de 1989 é lançado o documento Normas Gerais do MST, no sétimo capítulo trata da articulação das mulheres, que para Esmeraldo (2007), pode ser considerado uma conquista das mulheres Sem Terra, por este ser um documento que reúne as deliberações dos cinco encontros nacionais contendo um capítulo que tenta garantir o estímulo à participação das mulheres em todos os espaços políticos do MST. Apresenta ainda o comprometimento do movimento em combater a discriminação contra as mulheres, o machismo e todas as manifestações que pudessem impedir a igualdade de direitos e condições das mulheres trabalhadoras. E ainda, o compromisso de formar uma equipe de mulheres a nível nacional que buscasse construir o que se poderia chamar de um programa de formação para as mulheres sem terra.

A partir da influência exercida pelo protagonismo dos movimentos mulheres do Brasil e do mundo, as mulheres do MST passam a questionar as categorias sociais de gênero e incluir estes questionamentos dentro da pauta política do Movimento, através da participação e da inclusão das mulheres nos espaços de direção e de tomada de decisão (Esmeraldo, 2007).

3.2 SEGUNDO CONGRESSO NACIONAL DO MST (1990 – 1995)

Em maio de 1990 o MST realizou seu II Congresso Nacional, em Brasília, com o lema “Ocupar, Resistir, Produzir”. Orientando a ação do movimento para as ocupações de terra, a resistência de permanecer nas áreas ocupadas e destinadas a assentamentos, com a

organização produtiva nas áreas de reforma agrária. A partir de 1991 nota-se a redução drástica de reportagens sobre a organização das mulheres no JST, mesmo sobre o dia 08 de março e a própria página Mulheres do informativo deixa de existir. Esta análise vem ao encontro da afirmação de Esmeraldo (2007, p. 6), que cita:

No ano de 1991, as Executivas e Secretarias Estaduais recebem da Secretaria Nacional uma Circular que traz a informação de que não é papel do MST organizar movimento de mulheres, e sim, de envolver as mulheres em todas as atividades e suas instâncias. Orienta a Circular que, para a realização de um trabalho específico de mulheres, a articulação deve se dar no Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores/CUT, que possui linhas políticas específicas para a organização das mulheres.

A justificativa pode estar vinculada ao avanço das pautas neoliberais no País, a partir da derrota nas eleições de 1989, do projeto popular dirigido pelo PT (Partido dos Trabalhadores) para Fernando Collor de Melo e as consequências deste processo para a classe trabalhadora. Consequências estas que incluem o risco da não implantação dos direitos constitucionais conquistados, o aumento do desemprego e o desmantelamento de estruturas estatais públicas. Neste sentido, em momentos de crises, os primeiros recuos vistos são sempre os relativos às minorias políticas, mesmo dentro dos movimentos sociais. Como cita Esmeraldo (2007, p.6), que “...a luta das mulheres por reconhecimento dentro de um movimento social nacional, como o MST, existindo em 24 estados do país e reconhecido em todo o planeta, não se constrói sem tensões e conflitos internos...”

O dia 08 de março de 1992 voltou a ser pautado no JST a partir da mobilização das mulheres em SP, contra o então presidente da República, Fernando Collor de Melo. A audiência das mulheres trabalhadoras em Brasília, com o Ministro da Previdência, que entre as pautas tinha a aposentadoria e salário maternidade para trabalhadoras rurais, reuniu, cerca de 15 mil mulheres trabalhadoras rurais, organizado pela OMA (Organização das Mulheres Agricultoras). Neste período, como deixou de existir a página destinada às mulheres dentro do JST, as entrevistas com mulheres lideranças são mais frequentes, porém, as pautas discutidas são gerais do MST, sem a especificidade da luta e organização das mulheres.

Para Esmeraldo (2007), uma das estratégias adotadas pelas mulheres do MST neste período, em relação à orientação da Secretaria Nacional, foi ampliar a participação das mulheres nas atividades de massa do movimento, buscando a legitimação delas como componentes do MST e da luta de classes. Porém, era necessário que mais mulheres fossem

sensibilizadas e estimuladas a participar. Assim o desenvolvimento de ações e tarefas dentro dos assentamentos vinculadas historicamente às mulheres, como necessidades imediatas das famílias, saúde, educação e cuidado com as crianças começam a ser desenvolvidas. O JST passa a apresentar matérias relacionadas à lutas por educação e saúde dentro dos assentamentos e acampamentos, que em função da divisão sexual do trabalho, são atribuídas historicamente às mulheres e que mais tarde dariam origem aos setores de educação e saúde.

Com o afastamento de Collor de Melo da presidência, Itamar Franco assume, a fim de completar o mandato em meio a muitas manifestações da sociedade brasileira de diferentes classes sociais. O que tornava fundamental seguir pressionando pela efetivação de direitos conquistados na constituição de 1988, como a pauta das mulheres trabalhadoras rurais. Trabalhadoras(es) rurais conquistaram, na constituição de 1988, o direito à um salário mínimo mensal, aposentadoria rural de ambos os sexos com a idade mínima de 55 anos para as mulheres e 60 anos para os homens. Além disso, as mulheres rurais também conquistaram o direito ao salário maternidade, por 120 dias após o nascimento da criança. Porém, Collor, vetou o salário maternidade para as trabalhadoras rurais no ato da regulamentação da legislação previdenciária em 1990. Revogado somente em agosto de 1993 e regulamentado em 1994, graças às fortes pressões exercidas pelas trabalhadoras rurais na busca por seus direitos (Brumer, 2002).

As mobilizações para a efetivação deste direito foram pautadas no JST, em 1993 e 1994. A edição de julho de 1993 traz convocação da base do MST e apoiadores para uma manifestação unificada, no dia 25 de julho, dia do trabalhador rural, para reivindicar direitos constitucionais não promulgados, entre eles, cita a Licença Maternidade Rural. E a edição de abril de 1994 divulga a sanção da lei número 210/91, que rege este direito, pelo presidente da república e comemora a conquista da luta das mulheres. A participação nas lutas e a consequente conquista de direitos consegue, de certa forma, sensibilizar o conjunto do MST para a importância da luta das mulheres, organizadas internamente, buscando uma maior referência dentro do movimento.

Em maio de 1994 o JST, apresenta uma reportagem sobre a importância da participação das mulheres nas instâncias do MST. E divulga a realização do I Encontro de Mulheres Assentadas e Acampadas de Porto Alegre, realizado em parceria com a Emater, com o título “Sem a participação da mulher nossa luta vai pela metade”. Traz os avanços obtidos, as dificuldades de reconhecimento que as mulheres enfrentavam, especialmente no

campo da participação social. A chamada da reportagem foi muito utilizada para reafirmar a importância da participação das mulheres dentro dos espaços coletivos do MST. O MST lança, junto com outros movimentos de mulheres rurais a campanha pela documentação das mulheres. Pois muitas mulheres não conseguiam acessar os benefícios por falta de documentação comprobatória de sua condição de trabalhadora. Condição da maioria das mulheres rurais até os anos 90, sua invisibilidade era tanta, que muitas vezes o único documento que possuíam era certidão de casamento. A conquista dos direitos previdenciários trouxe a necessidade da documentação, o que acabou sendo determinante para muitas, que somente assim tiveram acesso à documentação.

3.3 - 3º CONGRESSO NACIONAL DO MST (1995 – 2000)

Em julho de 1995 o MST realizou seu 3º Congresso Nacional e, novos compromissos são referendados em conjunto com toda a militância. Com os princípios reafirmados, o lema deste congresso, orientador das ações do MST até o ano 2000: “Reforma Agrária, uma Luta de Todos”. Dentre os princípios reafirmados, um deles é “combater todas as formas de preconceito e buscar a participação igualitária das mulheres”.

Em novembro do mesmo ano, uma reportagem no JST pauta o 1º Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais, ocorrido em outubro, em SP. Contou com as diferentes entidades e movimentos sociais de mulheres trabalhadoras rurais, e pautava a necessidade de seguir a luta para não perder os direitos conquistados.

As pautas neoliberais seguiam avançando no país, através da eleição de governo Fernando Henrique Cardoso em 1994, e se constituíam como uma tendência global naquele período. Como forma de resistência ao modelo de desenvolvimento proposto, movimentos sociais do mundo inteiro buscam formas de trocar experiências e dialogar entre si. Neste contexto surge a Via Campesina, que se estrutura como um movimento camponês internacional de resistência ao agronegócio e à globalização, buscando a construção do desenvolvimento sustentável com justiça social e soberania alimentar.

As mulheres se organizam de forma mais efetiva dentro do MST, o que pode ser compreendido, para além do protagonismo das dirigentes e militantes dos Movimentos, como uma necessidade de qualificar a intervenção para dentro da Via Campesina. Que desde seu início, possui movimentos compostos somente por mulheres camponesas (MMC – Brasil,

ANAMURI – Chile), logo, eram construídos espaços específicos dentro da Via para debate de pautas específicas de articulação e formação.

Em março de 1996, pela primeira vez, manifestação de mulheres no dia 08 de março é capa do JST. Além deste, uma entrevista na página 4 da mesma edição, com Ivonete Tonin - Nina (líder do MST nas décadas de 90 e 2000), traz declarações com novas ideias que transitam nos espaços de direção do movimento. Sobre a importância dos espaços de discussão e formação específicos, para um maior protagonismo feminino. Conclui ainda que o machismo existente e naturalizado na sociedade é reproduzido em todos os lugares, inclusive no MST, porém, é papel do movimento criar mecanismos de romper com esta lógica, onde as mulheres não querem ser mais do que os homens, apenas querem equidade. A edição de junho de 96 do JST volta a apresentar a coluna Mulheres, discute a pauta do Encontro de Mulheres Sem Terra, com formações com temática Gênero e Classe. Termina pontuando que não se pode reduzir todas as opressões que existem na sociedade.

Durante o 1º Encontro de Mulheres Sem Terra, foi formado segundo Esmeraldo (2007), o 1º Coletivo Nacional de Mulheres do MST. Elaborado o Plano de Trabalho para orientar as ações do Coletivo, as mulheres saem deste encontro com dois desafios internos: aliança da Luta de Classes com a Luta de Gênero, e o vínculo da luta específica das mulheres ao projeto estratégico do MST. Este deu início a produção de materiais específicos sobre a organização das mulheres e a questão de gênero na forma de cartilhas e textos.

Em 1997, durante o ENERA (Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária) é criada a ciranda infantil no MST. Apesar do JST não fazer uma conexão entre a ciranda e a organização das mulheres, esta se torna uma importante política para a participação das mulheres nas atividades de formação e nas lutas do MST. A campanha pela documentação das trabalhadoras rurais ganha fôlego a nível nacional, vira tema de matéria na edição de agosto de 1997, são distribuídos cartazes e cartilhas, usadas para sensibilização e formação das mulheres do campo.

Em 1998, durante uma reunião do Coletivo Nacional de Mulheres do MST, aponta-se a necessidade da criação de coletivos de gênero a níveis estaduais e nacional, compostos por homens e mulheres. Em julho, reportagens chamam para a Mobilização Nacional das Trabalhadoras Rurais. Entrevista com uma dirigente do Movimento das Trabalhadoras Rurais de SC, sobre a dupla jornada e a divisão sexual do trabalho, como temáticas que deveriam ser discutidas, e da luta que unificava todas as mulheres trabalhadoras do campo e da cidade. A

partir deste momento, nota-se grande mudança na postura das dirigentes frente as entrevistas ao JST, passam a dar ênfase as pautas das mulheres, além das discussões da luta pela terra, incorporam novas discussões para construir elementos de reflexões sobre gênero na base.

Estes cinco anos, foram de muitos avanços na organização das mulheres do MST, e foi neste momento que estratégias de articulação das mulheres segundo Esmeraldo (2007), são colocadas em prática, como a construção de uma política de formação específica para as mulheres dentro do Movimento. O resultado desta ampliação na organização e na formação das mulheres fez com que o MST chegasse fortalecido ao IV Congresso Nacional, buscando a construção de uma sociedade mais justa.

3.4 - 4º CONGRESSO NACIONAL DO MST (2000 – 2006)

O IV Congresso Nacional do MST ocorreu em agosto de 2000, em Brasília, com o lema “Reforma Agrária: Por um Brasil Sem Latifúndio”. Construiu-se uma nova estrutura organizativa para as diferentes instâncias do Movimento Sem Terra, chamada Nova Organicidade. Esta previa a participação de 50% de mulheres em todas as instâncias do MST, além da participação de 50% mulheres em todas as atividades massivas, como o Congresso Nacional do Movimento, com participação de mulheres para compor as caravanas. Como forma de radicalizar a democracia dentro das instâncias do Movimento, buscando ampliar a participação da base do movimento nas instâncias de tomada de decisão e manter, a luta pela reforma agrária em evidência (MST, 2005b). “A nova organicidade deveria influenciar o processo de luta social para alcançar transformações políticas e, também, garantir, direitos iguais para homens e mulheres” (MIRANDA, CUNHA, 2013, p. 365).

O avanço da participação das mulheres nos espaços de direção, de formação e de luta do Movimento através da política afirmativa possibilitou um empoderamento muito grande por parte das dirigentes e militantes do MST, aliada a isto, houve a construção de cirandas infantis em todos os espaços, propiciando a participação das pessoas que tinham filhos, além da possibilidade de confiança na entrega do cuidado das crianças ao coletivo. A organização das Mulheres Sem Terra, passou a ter lugares de destaque no JST, especialmente nos meses de março, pautando as ações do 08 de março nas capas dos jornais. Este contexto traz reflexões sobre a construção de uma nova cultura, com a construção de um novo homem e uma nova mulher, reconstruídos culturalmente, re-significando seus papéis e suas posturas.

Apontando para o que Esmeraldo chama de 'revolução cultural' dentro do Movimento e, como cita:

Como estratégia contingente o debate de gênero se alia à discussão da importância de uma revolução cultural trazida pelos pensadores do Movimento. Por revolução cultural seus teóricos compreendem como sendo a formação e o exercício de valores, de virtudes pautadas na solidariedade, na indignação, no compromisso, na coerência, na confiança, na alegria, na ternura, na consciência estética, na valorização da vida, do trabalho, da cultura original do povo e do estudo (Esmeraldo, 2007, p.12, apud Caderno de Formação nº 26 “A Vez dos Valores”, 1998 e Pra Solettrar a Liberdade nº 1 “Nossos Valores”, 2000).

As lutas no dia 08 de março passaram a ser protagonizadas pelas mulheres em todos os estados em que o MST existe. Com o foco na soberania alimentar e no direito à alimentação saudável. Debate reforçado pela campanha da Via Campesina “Sementes, Patrimônio da Humanidade”, reflete a importância das sementes crioulas na soberania dos povos e compreende as mulheres como suas guardiãs legítimas. O JST traz essa relação entre a construção do Novo Projeto para o Brasil, a partir da soberania nacional e construção da soberania alimentar das famílias camponesas através de matérias que mostram as mulheres do MST conquistando espaço dentro do movimento e avançando na organização interna. Além disso, passam também a discutir o modelo agrícola vigente e o papel das mulheres na agricultura, se apropriam de elementos sobre o sistema econômico, questionam a segurança das sementes geneticamente modificadas para a saúde humana, voltando-se para pautas vinculadas à sustentabilidade.

O JST traz matérias sobre lutadoras, com suas imagens resgatadas buscando construir referências de mulheres militantes para as mulheres Sem Terra. Entre 2001 e 2006 foram apresentadas Rosa Luxemburgo, Olga Benário, Clara Zetkin, Tânia, Nísia Floresta, Dandara, Zeferina, etc. Paralelo a isto, se constroem as simbologias culturais das mulheres camponesas: o chapéu e a cesta de palha, o tecido de chita, as plantas medicinais, as saias rodadas, o facão, a foice e a enxada, o lenço de cabeça, etc.

Em março de 2006, as mulheres do MST, junto com as mulheres da Via Campesina do Brasil realizaram uma grande ação no laboratório da empresa Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro, RS. Que trouxe, principalmente, o significado de luta por soberania alimentar, a disputa de projetos de desenvolvimento que estavam em jogo no estado, entre as transnacionais da celulose e as famílias camponesas interessados em produzir alimentos.

Ocorria em Porto Alegre, a Conferência da FAO, que discutia justamente a soberania alimentar. A ação realizada no laboratório teve caráter de denúncia, mas além disso, teve o caráter simbólico de luta pela vida, pela soberania e pela manutenção dos recursos naturais. Trouxe aos olhos do mundo todo, além da denúncia feita, um protagonismo das Mulheres Sem Terra até então desconhecido, que mudou o sentido atribuído ao 08 de março da Via Campesina no Brasil e no mundo. Estas mulheres não se tornaram este ser político, com tamanho empoderamento, sozinhas, elas se constituíram ao longo do processo de luta pela terra e de conquista de seus espaços políticos enquanto Mulheres Sem Terra.

Embora as mulheres camponesas tenham entrado na luta política na condição de mulheres da classe trabalhadora; é no processo que elas se conscientizaram da necessidade de questionar sua posição subordinada de gênero dentro da igreja, dos sindicatos, e dos movimentos sociais em que participavam. Desse modo, pode-se afirmar que da defesa da participação da mulher na esfera pública, as mulheres Sem Terra avançam lentamente para a compreensão da necessidade da luta de gênero dentro da luta pela terra. (Schwendler, 2015, p.94 apud Lynn Stephen, 1997, p. 223).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o Jornal Sem Terra pode-se compreender que se configura de fato como um grande instrumento de legitimação e divulgação das propostas construídas dentro dos espaços de decisão política do Movimento para com sua base, mas também como um instrumento militante que se contrapõe à mídia convencional a partir das abordagens e das temáticas. As mulheres Sem Terra são pautadas de forma diferente pelo JST em diferentes momentos históricos, mas sempre sincronizadas com as orientações políticas do Movimento.

Estas mulheres se forjaram no processo da luta pela terra, se transformaram e se empoderaram, construíram-se enquanto seres políticos a partir da luta pela terra e das lutas pelo reconhecimento político enquanto mulheres por dentro do MST, que ao mesmo tempo que propiciou às suas militantes a possibilidade de serem transformadas, reconstruídas, resignificadas politicamente, também foi transformado e resignificado a partir da atuação e da organização destas mulheres, especialmente no que tange às temáticas vinculadas às questões de gênero, demonstrando a dialética dos movimentos sociais. O 08 de março de 2006 foi determinante para o reconhecimento do protagonismo das mulheres do MST, além de ter sido um instrumento pedagógico de construção das militantes que fizeram parte desta ação. Ele foi construído, processual e dialogicamente ao longo da história, até que se chegasse a este acúmulo para realização de uma ação daquela natureza pelas mulheres.

Se hoje, em 2018, os movimentos da Via Campesina falam abertamente em Feminismo Camponês, é por que, nas décadas de 80 e 90, mulheres dirigentes e militantes dos movimentos sociais do campo, tiveram o tato e a coragem para introduzir este debate dentro das instâncias dos movimentos camponeses, especialmente, as mulheres Sem Terra, que conseguiram levar esta reflexão para dentro do maior movimento camponês da América Latina, buscando não a construção de um novo movimento dentro dele, mas sim, incorporar novas lutas, no mesmo movimento, por compreender a necessidade destas para que o coletivo avance de forma integral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: BERTRAND, 1989.

DOWNING, J. D. H. MÍDIA RADICAL rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Senac SP, 2004.

ESMERALDO, G. G. S. L. Lutas de Mulheres Sem Terra para a afirmação de novas subjetividades.

FARIAS, M. F. L. Mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

MIRANDA, R.S., Cunha, L.H.H.A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MST: lógica política e lógica prática . Caderno CRH, Salvador, v.26, n. 68, p. 363 – 376, Mai/Ago 2013.

NEUMANN, P.S.; DALBIANCO, V. P. Extensão Rural no Contexto do Pluralismo Institucional – Reflexões a partir dos serviços de Ates aos assentamentos da reforma agrária no RS. In: DIESEL, V.; NEUMANN, P.S.; SÁ, V. C. (orgs.). REFORMA AGRÁRIA E A ATUAÇÃO DO ESTADO NA OFERTA DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Ijuí: UNIJUÍ, 2012.

POSSEBON, A.; SOARES, M. C. Movimento Social e Jornalismo Militante: o Jornal Sem Terra. AVE PALAVRA. Revista Digital do Curso de Letras, UNEMAT, Campus de Alto Araguaia. Ed. Esp. Linguagens e Discursos da Mídia, nov. 2012.

SCHWENDLER, S.F. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 87-109, jan./mar. 2015. Editora UFPR.

Tempo de Cuidar: uma análise sobre o trabalho reprodutivo das mulheres rurais

Karolyna Marin Herrera¹

Resumo

Este trabalho propõe um esforço de análise do trabalho das mulheres rurais por meio de uma reflexão sobre trabalho doméstico e de cuidados, levando em consideração as relações assimétricas que se configuram nas famílias rurais. Voltar o olhar para o trabalho de cuidados implica em revisar a noção de divisão sexual do trabalho, que supõe uma valorização desigual dependendo de quem desenvolva o trabalho; avançar na discussão sobre a natureza do trabalho executado pelas mulheres rurais e recuperar a centralidade do trabalho doméstico e de cuidados para a reprodução da vida.

Palavras-chave: trabalho reprodutivo, trabalho doméstico e de cuidados, gênero

Introdução

A agricultura familiar como atividade social apresenta uma estreita relação entre posição social, profissional e familiar dos agricultores e agricultoras (BRUMER; DOS ANJOS, 2008). A cooperação entre os diversos membros da família na atividade agrícola e/ou nas demais atividades na unidade de produção, que incluem o trabalho produtivo, trabalho doméstico, de cuidado, lazer, sociabilização, dentre outras, costumeiramente indicam nos estudos da área uma harmonia e equilíbrio familiar.

Tal aspecto é corroborado por pesquisas que tratam a família como uma unidade, ou seja, como um coletivo que interage e atua em prol de um objetivo comum. Isso porque na agricultura familiar, a família usualmente conta com a mão de obra dos membros que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento (ABRAMOVAY et.al., 1998), o que leva os pesquisadores a analisar a unidade familiar como um todo coeso. Pensar na família seria, nesta perspectiva, pensar no bem-estar de todas e todos que a compõem.

Esforços como o de Paulilo (1987, 2010, 2016); Stropasolas (2006), Menezes (2012), Abramovay et.al. (1998), dentre outros, colaboraram para ampliar perspectivas analíticas que considerem a unidade familiar também como um espaço de tensões, de relações hierárquicas e de dominações, dos homens sobre as mulheres e dos pais sobre as filhas e filhos. Contudo, embora as contribuições desses autores sejam fundamentais,

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC

ainda não é usual na sociologia rural abordagens que tratem a organização familiar levando em consideração as perspectivas de gênero² e geração.

Nestas relações os papéis sociais são negociados entre os membros com desigualdades de poderes, assim como os interesses, os desejos e as necessidades de cada membro são disputadas e, deste modo, se observam as diferenciações dos papéis sociais, condicionados através de vivências, símbolos e representações que se reproduzem no cotidiano familiar, resultando em uma situação de opressão e subordinação de alguns membros da família.

Essa situação de opressão passa pela naturalização do papel do homem e da mulher, que está vinculada à relação hierárquica dentro das famílias rurais, cuja base material se ancora na divisão sexual do trabalho. Devido à divisão sexual das atividades, usualmente cabe ao homem a participação na esfera pública, representada pela responsabilidade do trabalho produtivo e à mulher, a esfera privada, local das atividades reprodutivas, ou seja, dos trabalhos domésticos e de cuidados.

A divisão sexual do trabalho conforma as formas de sociabilidade na vida cotidiana³ das famílias. O tempo do trabalho faz parte do movimento interno do vivido no dia a dia e neste movimento a lógica do trabalho produtivo se impõe sobre o trabalho reprodutivo (ÁVILA; FERREIRA, 2014).

A reconhecida pesquisa de Ester Boserup (1970) foi precursora em demonstrar que a divisão sexual do trabalho é um elemento das relações de trabalho e, portanto, responsável pela invisibilidade do trabalho reprodutivo, realizado majoritariamente pelas mulheres em nossa sociedade⁴. Nesta dinâmica, o papel das mulheres está comumente assentado na reprodução, justificado pelo argumento da maternidade e na naturalização de seu papel nas atividades domésticas e de cuidados.

O trabalho reprodutivo tem um grande significado para o bem-estar, para a reprodução biológica e social dos indivíduos⁵, porém, como não tem caráter mercantil,

² O conceito gênero é um dos principais instrumentos teórico utilizado pela produção acadêmica feminista e é definido por uma de suas mais relevantes teóricas, Joan Scott (1995), como a organização social da diferença sexual percebida.

³ Por sociabilidade da vida cotidiana compreendo as interações sociais dos indivíduos em seu dia-a-dia. As contribuições de Norbert Elias auxiliarão nas análises das relações na vida cotidiana. Para esse autor, existe uma indissociabilidade entre a vida cotidiana e as mudanças estruturais na sociedade. A vida coletiva dos indivíduos é um aspecto de sua vida cotidiana, que está ancorada nos padrões de experiência e vivência.

⁴ Boserup (1970) apresentou como exemplo a forma como as mulheres são subestimadas na contabilidade do produto nacional.

⁵ Feministas marxistas, como Gayle Rubin e Heidi Hartmann, ressaltam adicionalmente a importância do trabalho reprodutivo para a manutenção da força de trabalho, uma vez que são as mulheres responsáveis

este trabalho é desvalorizado pela sociedade que dele depende para se reproduzir e também é invisível para abordagens econômicas hegemônicas, que ao não considerarem o trabalho reprodutivo passível de geração de valor monetário e, por este motivo de difícil mensuração, o ignoram.

Trabalhos passados e recentes de economistas e cientistas sociais como Hildete Pereira de Melo, Danièle Kergoat, Helena Hirata, Cristina Carrasco, Elizabeth Jelin, Maria Ángeles Durán, Bila Sorj, Cristina Bruschini, dentre outras pesquisadoras, apontam para a constante desigualdade da condição feminina, mesmo com as mudanças que se produziram nas relações de gênero em nossa sociedade nos últimos anos. Conforme afirmam Hirata e Kergoat (2007, p.597), “nessa matéria, tudo muda, mas nada muda”.

Nestas últimas décadas constatamos a inserção de um maior número de mulheres no mercado de trabalho⁶, aumento do grau de escolaridade das mulheres⁷, diminuição do número de filhos por famílias e ampliação de direitos das mulheres, tanto no meio rural quanto no urbano. Contudo, pesquisas empíricas demonstram que o aumento da participação das mulheres na esfera pública não reduz suas obrigações na esfera privada (MELO; CASTILHO, 2009), as mulheres continuam sendo responsabilizadas pelas atividades do âmbito reprodutivo (trabalhos domésticos e de cuidados).

Isso quer dizer que, embora as mulheres historicamente tenham conquistado mais autonomia e tenham tido uma maior inserção no mercado de trabalho, a divisão sexual do trabalho não teve sua estrutura de desigualdade alterada. Dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2014 relevam que 88% das mulheres ocupadas de 16 anos ou mais realizam afazeres domésticos, enquanto que

por garantir a subsistência, o bem-estar e a reprodução biológica e social da força de trabalho por meio das atividades realizadas no âmbito privado.

⁶ Teixeira (2016, p.85) interpretando os dados da PNAD afirma “as mulheres vêm ampliando a sua participação no mercado de trabalho desde os anos de 1970 cujo nível de ocupação, em 1980, já representava um quarto do total de ocupadas no mercado de trabalho (26%), alcançando o percentual de 44%, em 2010, conforme dados dos Censos demográficos de 1980 e 2010. Somente nessa última década o crescimento superou duas décadas inteiras”. Entre as mulheres ocupadas com 16 anos ou mais na zona rural, o relatório da ONU mulheres de 2016 ressalta que 69,8% estavam em atividades agrícolas, em 2003. Esse valor baixa para 57,2%, em 2013. Os dados para o meio rural não são precisos, mas a queda na ocupação agrícola pode ser explicada pela migração rural-urbano.

⁷ Entre 2004 e 2014, as mulheres que detinham mais de 8 anos de estudo passaram de 48% para 64% e o percentual de mulheres sem instrução diminuiu de 8,6% para 5%. Adicionalmente, os dados da PNAD demonstram que as mulheres apresentam escolaridade superior à dos homens (TEIXEIRA, 2016).

este percentual entre os homens é de 46%. Nessas situações, as mulheres têm uma jornada média duas vezes maior do que a observada para os homens (IBGE, 2014)⁸.

De acordo com a PNAD de 2014, as jornadas de trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres rurais, especificamente das mulheres ocupadas em atividades agrícolas, combinando o que se considera trabalho produtivo e afazeres domésticos, totalizavam 52 horas semanais, sendo 29 em trabalho reprodutivo e 23 horas em trabalho produtivo (ONU MULHERES, 2016). Os dados aqui são imprecisos pois, no contexto da inviabilidade e desvalorização do trabalho das mulheres rurais, a declaração sobre a ocupação das mulheres na atividade agrícola é subvalorizada, o trabalho realizado pelas mulheres na esfera produtiva muitas vezes é considerado uma ajuda aos pais e aos cônjuges. Adicionalmente, como a PNAD trabalha com amostras, ela depende da declaração das entrevistadas e é comum no meio rural que “as [próprias] mulheres veem os campos em volta de sua moradia como uma extensão da casa e não separam o trabalho que fazem nos dois espaços, declarando todas as atividades [que realizam] como trabalho doméstico”. (PAULILO, 2013, p.285),

Ao lado disso, têm-se, também, os arranjos institucionais, formais e informais, expressos na presença ou ausência de instituições públicas ou privadas, tais como, creches, escolas, hospitais, postos de saúde, residência de idosos, etc. que poderiam influenciar na dedicação às atividades reprodutivas. A ausência dessas instituições constrange os usos do tempo no trabalho reprodutivo e induz à permanência das desigualdades de gênero, haja vista que geralmente são as mulheres que se responsabilizam pelos afazeres, quando não é possível acesso a essas instituições.

Jelin (2010) menciona inclusive a responsabilidade das mulheres pela correta utilização dos serviços públicos e privados disponíveis para as famílias. São elas as responsáveis por procurar as informações, contatar as instituições, agendar consultas, acompanhar reuniões escolares e, no caso da necessidade de utilizar serviços privados disponíveis, são as mulheres que se responsabilizam por compatibilizar os orçamentos domésticos com eventuais acessos a serviços privados.

Na agricultura familiar, além disso, as tarefas realizadas no cotidiano incluem a produção de alimentos para consumo da família. A produção em hortas, pomares e cuidado com pequenos animais é reconhecidamente tarefa feminina, com participação quase inexpressiva dos homens.

⁸ Os dados da PNAD também denunciam a desigualdade das condições de trabalho e dos rendimentos médios nos trabalhos remunerados.

As mulheres eventualmente podem contar com a contribuição de outras pessoas nas atividades domésticas e de cuidados, ou seja, está presente na vida das mulheres o “modelo da delegação”⁹, expressão cunhada por Hirata e Kergoat (2007). Nesta situação as mulheres delegam os serviços domésticos e de cuidado à (s) outra (s) pessoa (s) de forma gratuita ou remunerada. Contudo, no modelo da delegação, as atividades são delegadas para outras mulheres, geralmente as mães, filhas, sogras, vizinhas ou empregadas domésticas assalariadas.

Mesmo quando existe a opção de diminuir o tempo consumido em afazeres domésticos e de cuidados, as mulheres o fazem confiando a responsabilidade para outras mulheres, o que reforça o caráter feminino desses tipos de atividades. Na dinâmica da desigualdade subjacente a divisão sexual do trabalho,

A distribuição do trabalho doméstico no âmbito da família [...] concentra nas mulheres, e essa característica é transversal às classes de renda. Todavia, quando introduzimos a renda no cenário do cuidado, é possível perceber diferenças entre as mulheres nessa prática social. Aqui, a categoria gênero não dá conta de uma mesma experiência coletiva de mulheres, já que as variações não são nada desprezíveis. Ao contrário, quando introduzimos a categoria classe de renda na análise da prática de cuidado dos homens, o quadro não se modifica; a experiência masculina se sobrepõe às desigualdades de classe. Assim, quando relacionamos gênero e classe de renda, o efeito agregado para homens e mulheres é o oposto: as mulheres se diferenciam entre si e os homens adquirem uma identidade uniforme (SORJ, 2013, p.490)

Ou seja, conforme esclarece Ávila e Ferreira (2014, p. 9) analisando o trabalho de Sorj (2013), “enquanto para as mulheres renda é um fator que afeta o tempo consumido em afazeres domésticos porque permite obter ajuda paga; para os homens, posição de classe e renda são indiferentes, não tem impacto sobre o tempo que gastam nos serviços da casa”. As mulheres de classe alta podem contratar serviços no mercado, as posições dos homens não alteram, pois eles fazem pouco ou quase nada dessas tarefas, sejam eles de classe alta ou baixa.

Assim, as desigualdades de classe e também de raça são um determinante na inserção de mulheres no trabalho assalariado, no trabalho doméstico e de cuidados remunerado ou não. Existe, portanto, contradições que conformam a realidade do mundo do trabalho permeada pela coextensividade e a consubstancialidade das relações sociais marcadas pelas questões de raça, gênero e classe (KERGOAT, 2016). Nesta perspectiva, as categorias de raça, gênero e classe estão imbricadas e são coextensivas nas relações sociais, não podendo ser tratadas em uma perspectiva hierárquica (da classe sobre gênero, do gênero sobre a raça, e vice-versa).

⁹ Importante ressaltar que o modelo da delegação é essencial na vida de algumas mulheres, haja vista que aproximadamente 40% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres (Censo 2010).

Nessa dinâmica, as mulheres negras encontram-se em situação desprivilegiada com relação aos homens negros, às mulheres brancas e, mais desigual ainda é a sua posição com relação aos homens brancos de classe mais elevada. Nas palavras de Soares apud Lima, Rios e França (2013, p.57) ao analisarem a situação das mulheres negras no mercado de trabalho, “as mulheres negras arcam com todo o peso da discriminação de cor e de gênero, e ainda mais um pouco, sofrendo a discriminação setorial-regional-ocupacional que os homens da mesma cor e a discriminação salarial das brancas do mesmo gênero”.

A sobrecarga de trabalho que estão submetidas as mulheres muitas vezes constitui em um impedimento para prosseguir a formação escolar, para usufruir de tempo para si, para utilizar o tempo para lazer, para melhorar a qualificação profissional, ou seja, para construir um projeto de vida independente das necessidades dos membros de suas famílias.

Isso ocorre pois, no âmbito familiar os ingressos monetários, os serviços públicos, o trabalho produtivo familiar, o trabalho doméstico e o cuidados são combinados para que uma melhor qualidade de vida seja possível. Neste ritmo, as mulheres geralmente disponibilizam permanentemente seu tempo para o serviço da família (sendo que em muitas situações esta dedicação se estende para além da família, envolvendo a rede de sociabilidade das mulheres).

Essas interpretações alertam sobre o dilema de como lidar com as exigências do trabalho e das famílias, que são conflitantes e que muitas vezes parecem inconciliáveis, especialmente num contexto de invisibilidade e desvalorização do papel que as mulheres têm em nossa sociedade no que concerne às atividades no âmbito privado.

Algumas considerações sobre o trabalho doméstico e de cuidados

Os trabalhos domésticos e de cuidados envolvem serviços pessoais para outras pessoas, são atividades que se voltam para as necessidades físicas, intelectuais e afetivas e para outras demandas emocionais de cônjuges, filhos e pessoas idosas, doentes ou com deficiências. Não obstante, o cuidado é um componente do trabalho reprodutivo que não equivale ao trabalho doméstico, mas geralmente é realizado junto com outras atividades domésticas¹⁰ (BORIS, 2014). Isso envolve as tarefas de casa, tais como, cozinhar, limpar, lavar, fazer compras, dentre outras e a subsistência pessoal,

¹⁰ Carrasco (2013) também menciona que é difícil uma distinção rígida entre trabalho doméstico e o *care*. Nos bens e serviços produzidos no lar onde não se separam os aspectos afetivo-relacionais da atividade em si, diferentemente dos bens produzidos para o mercado.

tais como dar banho, alimentar, acompanhar, transportar, tratar doenças, dentre outras. A produção sexo-afetiva também pode ser parte do cuidado, que igualmente sugere interdependência, intimidade e valorização mútua. Enfim, os trabalhos domésticos e de cuidados abrangem todos os trabalhos necessários à reprodução da vida cotidiana da família e dos indivíduos que a compõem. O trabalho de cuidados encontra-se entrelaçado com o tecido da vida cotidiana das mulheres, quer elas saiam de casa para trabalhar ou não (BORIS, 2014, p. 102).

Adicionalmente, no meio rural as atividades de trabalhos domésticos e de cuidados invariavelmente englobam os serviços no entorno da casa- o cuidado com as hortas, os pomares e os pequenos animais- pois estes estão diretamente relacionados ao cuidado com a saúde e alimentação das famílias. Isso implica em um processo de produção de alimentos que usualmente valoriza a qualidade e diversidade dos alimentos, materializando-se em uma produção sem uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos e que priorize a variedade de cultivos¹¹.

Neste contexto, os trabalhos doméstico e de cuidados tem uma ampla variedade de significados, implicam em aspectos materiais, afetivos e morais (MARTÍN PALOMO, 2008) e englobam uma transversalidade e enorme complexidade, tais como a identidade social de quem executa as tarefas, a pessoa que se beneficia do resultado das tarefas e que recebe o cuidado, a relação entre a pessoa que cuida e a cuidada, a transmissão de responsabilidades entre as gerações de uma mesma família- ou entre vizinhas e pessoas da rede de sociabilidade-, a natureza do trabalho e do cuidado, o âmbito social onde ocorre as relações, o caráter social e econômico (no caso do trabalho ser remunerado) da relação, assim como as relações assimétricas de um ou de outro.

É fundamental questionar a ampla variedade de significados na construção de saberes e competências, nas negociações sobre as relações e as práticas de trabalho doméstico e de cuidados para desconstruir a tradicional naturalização do papel da mulher. As atividades domésticas e os cuidados, na verdade, vão sendo tecidas progressivamente a partir das práticas cotidianas e das necessidades de cuidado das pessoas.

O interesse em analisar o trabalho das mulheres rurais a partir da perspectiva dos trabalhos domésticos e de cuidados implica em dois níveis de análise: no das políticas públicas e no das práticas cotidianas. Questionando como são repartidos os cuidados

¹¹ Trabalhos como o de Siliprandi (2015) ressaltam o protagonismo das mulheres na produção agroecológica.

entre o Estado, as famílias, os mercados, as redes de sociabilidade; e dentro das famílias, entre gêneros e gerações.

Neste trabalho me centro no segundo nível de análise, no da vida cotidiana, reconstruindo os sentidos que as próprias mulheres dão aos trabalhos domésticos e de cuidado. Através das experiências relatadas pelas mulheres foi possível destacar as variedades dos significados dotados e também entender a significação que estas mulheres dão a esfera em que estão inseridas, que incluem a vida familiar e a presença ou ausência de serviços públicos nas atividades reprodutivas. Sigo a abordagem proposta por Elias (1997), para quem a noção de significação possibilita a compreensão da relação entre indivíduos e sociedade de forma dinâmica, sem que um polo ou outro seja necessariamente privilegiado.

Os trabalhos domésticos e de cuidado, neste sentido, são aqui concebidos a partir da ideia de interdependência dos indivíduos, onde cada sujeito demanda cuidados específicos e oferece diferentes maneiras de atividades do cuidado. As atividades reprodutivas são, portanto, relacionais e não somente porque existe uma pessoa que exerce o trabalho doméstico e de cuidado e outra que os recebem, mas sim porque estas atividades pressupõem uma rede de interligações onde a qualidade do trabalho varia de acordo com a fase de vida dos indivíduos e é provido por uma rede de pessoas, composta em sua maioria por mulheres.

Por meio das experiências relatadas podemos verificar a maneira como as mulheres tratam as relações em que estão inseridas. Nessa abordagem, fiz uso da interpretação de Joan Scott (1998), para quem, “não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência” (SCOTT, 1998, p. 5).

Tempo de trabalho das mulheres rurais

Apresento neste trabalho resultados preliminares de pesquisa de campo realizada entre Julho e Novembro de 2017 nos municípios de Quilombo, Seara e Maravilha do Oeste Catarinense. No processo de pesquisa realizei 10 entrevistas e 5 narrativas de vida. Com exceção de duas adolescentes, as agricultoras entrevistadas eram todas casadas.

Utilizei como técnica de pesquisa a entrevista semi-estruturada e observação não-participante. Foram abordadas nas entrevistas temas relativos à experiência no trabalho de cuidados e doméstico, o tempo do trabalho, a vivência na unidade produtiva familiar, a divisão de tarefas e o significado do trabalho de cuidados e doméstico para as

mulheres. Um roteiro de perguntas foi elaborado como ferramenta para conduzir o diálogo acerca destas questões. As entrevistadas falaram livremente e sem interrupções.

As entrevistas foram realizadas ao longo dos dias que permaneci na casa das agricultoras (entre 3 a 5 dias em cada casa), sendo que as perguntas eram realizadas em momentos oportunos, em geral entre uma tarefa e outra e quase sempre na ausência dos maridos. As análises das entrevistas e das narrativas do vivido são feitas à luz das referências teóricas que orientam a pesquisa a partir do contexto onde as relações sociais analisadas se engendram, ou seja, no cotidiano familiar.

A prática de trabalho das agricultoras entrevistadas que formam sua jornada diária englobam atividades produtivas e reprodutivas. Existe uma clara divisão sexual do trabalho em todas as unidades produtivas familiares. Ela cuida das atividades reprodutivas, dos pequenos animais, da horta, e “ajuda” o marido em outras tarefas produtivas, ele se dedica exclusivamente ao trabalho produtivo. A experiência de trabalho da totalidade das agricultoras entrevistadas representa uma sobrecarga de trabalho que afeta a forma de vida, impedindo-as de ter tempo para si (lazer, socialização, cuidados pessoais, etc), chegando a ponto das agricultoras não se identificarem fora de sua posição social na estrutura familiar, seja como esposa ou como filha, fazendo quase sempre referência às necessidades dos demais membros familiares e quase nunca se posicionando a partir de seus próprios anseios.

A variável tempo foi bastante presente na fala das mulheres ao narrarem suas vidas. Apesar de meu objetivo não ter sido analisar o uso do tempo¹², as mulheres se referiam ao seu papel na esfera produtiva e reprodutiva sempre aludindo a “naquele tempo”, “hoje em dia”, ou separando os relatos das atividades em “manhã”, “tarde” e “noite”, sendo que a separação temporal do dia do trabalho era sempre marcada pelos horários das refeições.

É certo que o tempo é uma convenção humana que ordena e regula a nossa vida em sociedade, tal como menciona Norbert Elias (1998), contudo, o tempo do cuidar é intrínseco na narrativa de vida das mulheres e é sempre relatado como o trabalho que se inicia em uma tenra idade e que nunca se encerra. O controle do tempo aparece nas falas como um paradoxo, ao mesmo tempo que regula e organiza as tarefas do dia, o tempo

¹² Segundo Ramos (2009, p. 862), “[As] pesquisas de usos do tempo almejam captar comportamentos não perceptíveis por pesquisas domiciliares tradicionais, as quais não adentram o universo intradomiciliar e, portanto, não desvelam como ocorre a repartição de trabalho e de recursos, entre eles o tempo, na esfera privada – uma preocupação central dos estudos de gênero”.

do trabalho nem sempre segue o tempo cronológico. Ou seja, as necessidades das pessoas, dos animais e das plantações são inconstantes.

“Trabalho da mulher faz e se desfaz, é contínuo e tem a obrigação de fazer”.

(Entrevistada 3)

“É assim o trabalho das mulheres, não acaba nunca”. (Entrevistada 2)

“A gente limpa tudo, pra daqui a pouco sujar tudo de novo, aí a gente vai e limpa de novo”. (Entrevistada 5)

Neste sentido, a jornada cotidiana do serviço do dia é planejada pelas agricultoras conforme o tempo cronológico, no entanto o planejamento nem sempre se cumpre. Seja porque ao longo do dia surgem demandas por contribuições em outras atividades (produtivas ou reprodutivas), seja porque o planejamento dos demais membros da família é diferente do das mulheres, ou mesmo porque a necessidade do cuidar se apresenta ao longo do dia, sendo necessária a presença¹³ ou atenção das mulheres para outras tarefas.

“Eu até planejo o dia, mas aí vai o marido e planeja diferente, aí tenho que me adaptar a ele, ele precisa de ajuda” (Entrevistada 1)

Pude observar uma negociação na realização das tarefas entre os membros familiares. Contudo, invariavelmente as negociações das tarefas reprodutivas só aconteciam entre os membros do sexo feminino, ou seja, através da delegação de trabalho para as filhas. A negociação da execução das tarefas produtivas era realizada entre homens e mulheres, mas a participação da mulher era sempre encarada como ajuda na atividade e a decisão do que realizar no dia era sempre do marido, mesmo que a mulher não se sentisse à vontade com a atividade que lhe foi designada.

O trabalho de cuidados ocorre principalmente no âmbito da casa, mas não se restringe a este espaço. O cuidar se expande para as atividades em toda propriedade, seja na horta, na roça, no cuidado com os animais e com a propriedade familiar. Os estudos do trabalho de cuidados remetem quase que exclusivamente esta atividade ao âmbito privado¹⁴, contudo o que pude constatar é que o trabalho de cuidados tem sua particularidade no meio rural, ele se estende a todas as esferas, seja ela

¹³ Bessin (2016) chama a atenção para o que ele denomina presença social. Ou seja, a necessidade de presença no caso do trabalho de cuidados nem sempre se cumpre com a presença física, a presença pode à distância. A questão da presença se dá muito mais pela disponibilidade de estar sempre presente do que a presença física em si. Uma mulher pode cuidar dos filhos por uma chamada telefônica ou estar sempre disposta a acudir uma necessidade no meio da madrugada, caso seja necessário.

¹⁴ As pesquisas brasileiras na área compreendem principalmente pesquisas empíricas sobre a realidade das trabalhadoras remuneradas do cuidado, tais como as empregadas domésticas assalariadas, as enfermeiras e as cuidadoras de idosos no âmbito privado (ABREU, HIRATA, LOMBARDI (orgs.), 2016; HIRATA, GUIMARÃES; ARAÚJO, 2012; DOSSIÊ TRABALHO E GÊNERO, REVISTA TEMPO SOCIAL, 2014).

produtiva ou reprodutiva. Essa particularidade está relacionada à natureza do trabalho agrícola em si, ou seja, ao se relacionar com animais e com plantações, estes precisam de cuidados constantes, e também está vinculado ao fato de que parte do fruto do trabalho produtivo é revertido para a família, seja por meio da alimentação, seja através de ingressos monetários essenciais para o sustento da família.

Adicionalmente, conforme as narrativas de vida, foi possível constatar que o trabalho de cuidados não somente vai sendo tecido conforme a necessidade dos outros, ele também depende da atividade produtiva da unidade familiar. Em todos os casos estudados, a principal atividade produtiva das propriedades foi sendo alterada ao longo dos anos, seja porque a atividade produtiva corrente deixou de ser lucrativa, seja porque surgiram oportunidades para realização de outro tipo de produção. E neste movimento, a necessidade da alocação de tempo para os trabalhos domésticos e de cuidados, assim como a natureza dos trabalhos domésticos e de cuidados em si, foram se modificando.

Ademais, pude constatar que a forma como a propriedade foi designada aquela família está diretamente relacionada ao modo como o trabalho de cuidados é forjado na vida das mulheres. No caso de terras provenientes de heranças familiares, quase sempre advindas do marido¹⁵, as mulheres acabam assumindo mais responsabilidades no cuidado do que no caso de terras adquiridas com renda própria. Nestes casos, os sogros e os membros familiares com alguma limitação física ou mental foram morar com o casal na propriedade herdada. Isso quer dizer que os cuidados com os familiares do marido passam a ser cargo das mulheres que foram “beneficiadas” com a herança da terra. Isso quer dizer que a herança da terra (tema tão importante na reprodução social da agricultura familiar) está diretamente vinculada à carga de trabalho reprodutivo e a responsabilidades pelos cuidados dispensados pelas mulheres rurais.

Estas constatações confrontam as prerrogativas de que o trabalho reprodutivo é tarefa feminina por ser inato das mulheres (naturalização do papel da mulher no âmbito privado). Ao ser uma atividade que vai sendo aprendida conforme a necessidade das pessoas, a dedicação ao trabalho produtivo e conforme as responsabilidades que são designadas às mulheres, o trabalho doméstico e de cuidados necessita de um aprendizado que vai se modificando conforme se apresentam as situações de vida. Neste sentido, o trabalho reprodutivo apresenta uma interdependência não somente com quem recebe os cuidados, mas também com a estrutura produtiva da unidade familiar.

¹⁵ Paulilo (2014) chama a atenção para o fato de que os homens são quase sempre os destinatários de heranças das terras da família.

Considerações finais

O estudo sobre os trabalhos doméstico e de cuidados no meio rural implica descortinar aspectos menosprezados no cotidiano doméstico e em fazer de interesse público¹⁶ as questões relativas à reprodução social, ao bem-estar, à dependência, à fragilidade e/ou à carência total, parcial ou temporal da autonomia dos indivíduos. Esta perspectiva parte de uma análise ampla das relações sociais organizadas em torno da vida cotidiana.

Este estudo não se insere nas pesquisas sobre o “uso do tempo”, mas utiliza dados de pesquisa nesse campo como forma de contribuição à análise qualitativa sobre o tempo de trabalho das mulheres rurais, em especial no que concerne ao trabalho de cuidados e doméstico. O foco central das investigações de usos do tempo na área de gênero tem sido lançar luz sobre os trabalhos domésticos e de cuidados. Essas análises tem pretendido mensurar o tempo do trabalho e eventualmente traduzi-lo em termos econômicos, para evitar que este continue sendo apontado como inferior ao tempo de trabalho remunerado; explicitar o quão importantes são as executoras desse trabalho para a provisão de bem-estar e da reprodução biológica e social dos indivíduos; e denunciar a desigualdade de tempo dedicado nestas atividades, especialmente quando voltamos o olhar para a perda de autonomia das mulheres, a escassez de tempo para si e para lazer, a falta de acesso a espaços sociais e a direitos em geral (RAMOS, 2009).

Em que pese a inquestionável relevância dos trabalhos que pretendem registrar a contribuição econômica e social das mulheres pelas análises do uso do tempo, uma das dificuldades teóricas e empíricas tem sido analisar as complexas e diversificadas dimensões que estão imbricadas nas atividades reprodutivas. As análises que se dedicam somente a quantificar as horas dedicadas ou analisadas em jornadas limitam a compreensão do trabalho reprodutivo em sua totalidade, uma vez que as tarefas cotidianas requerem diversos níveis de execução, de qualificação e de responsabilidade. Muitas atividades domésticas e de cuidado se realizam de forma simultânea ou sequencialmente, com uma dedicação constante.

As análises preliminares aqui apresentadas pretende contribuir para que o cotidiano de trabalho das mulheres seja melhor compreendido e, adicionalmente, tem como objetivo contribuir para que as particularidades do trabalho doméstico e de cuidados das mulheres rurais sejam desvendadas em suas complexidades e suas particularidades.

¹⁶ No sentido do que é “público” pode ser visto e reconhecido por todos e todas.

Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo.; SILVESTRO, M. L.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I. T., FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. **Juventude e agricultura familiar**: desafio dos novos padrões sucessórios. 2. ed. Brasília: Unesco, 1998. 104 p.

ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. In:_____. **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: SOS Corpo, 2014. 105 p.

BESSIN, Marc. Política da presença: as questões temporais e sexuadas do cuidado. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 235-246

BESSIN, Marc. Política da presença: as questões temporais e sexuadas do cuidado. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 235-246

BORIS, Eileen. Produção e reprodução: casa e trabalho. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n.1, p. 101-121, jun. 2014.

BOSERUP, E. **Women's role in economic development**. Nova York: Saint Martin's Press, 1970.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista Nera**, São Paulo, v.11, n.12, p.6-17, jan./jun. 2008.

CARRASCO, Cristina. **Estatísticas sob suspeita**: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres. Tradução de J. V. Perez. São Paulo: SOF Sempre Viva, 2012. 160p.

ELIAS, Nobert. **Escritos & ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. 238 p.

_____. **Os alemães**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. 432 p.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. 202 p.

_____. **Introdução a Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1970. 204 p.

_____. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro Zahar, 1998. 163 p.

HERRERA, Karolyna. **Da invisibilidade ao reconhecimento**: uma análise do papel da mulher rural a partir da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. Dissertação. (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. 133 p.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo (Org.). **Cuidado e cuidadoras**: as várias faces do trabalho do care. São Paulo: Atlas, 2012. 236 p.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez., 2007.

JELIN, Elizabeth. **Pan y afectos: la transformación de las familias**. 2. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010. 224 p.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016. p.17-26

ONU MULHERES. **Mais igualdade para as mulheres brasileiras: caminhos de transformação econômica e social**. (Encarte Brasil). Brasília: ONU, 2016.

PAULILO, Maria Ignez. FAO, fome e mulheres rurais. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 56, n. 2, p. 285-310, 2013.

_____. Mulheres Rurais: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: UFSC, 2016. 383 p.

_____. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**. Rio de Janeiro, v. 5, n.28, p. 64-70, 1987.

_____. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 229-252, jan./abr. 2004.

RAMOS, Daniela Peixoto. Pesquisas de usos do tempo: um instrumento para aferir as desigualdades de gênero. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.17, n.3, p. 861-870, set/dez. 2009.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 16, p. 297-325, 1998.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.20, n.2, p.71-99, 1995.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. 351 p.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: UFSC, 2006. 345 p.

MARTÍN PALOMO, María Teresa. Los cuidados y las mujeres en las familias. **Política y Sociedad**, Madrid, v. 45, n. 2, p. 29-48. 2008.

MELO, Hildete Pereira de; CASTILHO, Marta. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, jan./abr. 2009.

MENEZES, Marilda. Aparecida de. Família, juventude e migrações. **Revista Antropológicas**, Recife, v. 23, n.1, p. 119-143, 2012

TEIXEIRA, Marilane Oliveira. Avanços e continuidades para as mulheres no mundo do trabalho (2004-2014). **Revista da ABET**, v. 15, n. 1, p. 84- 99. jan./ jun. 2016.

Mulheres e processos identitários em faxinais da região Centro Sul do Paraná

Marisangela Lins de Almeida

RESUMO:

Este texto procura, a partir das categorias de Processos de Identificação Territorialidade e Território, refletir sobre o processo histórico e político de auto reconhecimento da categoria *Faxinalense*. Ao longo do texto a abordagem enfatizará aspectos relacionados às mulheres faxinalenses no que concerne aos deslocamentos da política de identificação e sua complexa relação com o trabalho nos quintais e os conhecimentos tradicionais empregados no manejo, conservação e manutenção das sementes crioulas.

Palavras-chave: Faxinais; Mulheres; Processos de Identificação; Território.

Introdução.

Este texto¹ é parte das reflexões realizadas na Disciplina Temas e Metodologias em História Global: identidade, etnicidade e território, ministrada pela Professora Juliana Salles Machado (2018), no Programa de Pós-Graduação em História-UFSC. A proposta do texto é analisar categorias de análise, tais como Processos de Identificação, Territorialidade e Território conjugadas às experiências políticas de auto identificação dos (as) faxinalenses, população tradicional² existente na região Centro-sul do Estado do Paraná. Importa-nos problematizar as complexas conexões entre os *Processos identitários* e de territorialização, enfatizando seus deslocamentos a partir das mulheres e seus conhecimentos tradicionais empregados nos espaços dos quintais, no que diz respeito à manejos, utilização, armazenamento e redes de circulação das sementes crioulas.

A análise possui como base dados levantados em eventos organizados pelos próprios faxinalenses e/ou instituições públicas, como I e II Encontro dos Povos

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História (UFSC).

¹As discussões desse texto vinculam-se à minha pesquisa de Doutorado intitulada “Trabalho, terra e família: relações de gênero na dinâmica social faxinalense”, sob orientação do Professor Dr. Paulo Pinheiro Machado. A pesquisa conta com apoio da CAPES, através de bolsa de estudos, a quem agradecemos.

²A categoria dos povos tradicionais brasileiros abrange, por exemplo, indígenas, remanescentes de quilombos, caiçaras, babaçueiros(as), caboclos(as), caipiras, sertanejos(as), quebradeiras de coco, pantaneiros(as), pescadores(as) artesanais, seringueiros(as), vazanteiros(as) e faxinalenses, entre outros. Para Paul Little (2002), a utilização da palavra ‘tradicional’ pode gerar muitas dificuldades devido à sua polissemia e à forte tendência de associá-la com concepções de imobilidade histórica e atraso econômico. Contudo, a importância dada às constantes mudanças históricas provocadas pelos processos seculares de fronteiras em expansão e aos múltiplos tipos de territórios sociais que produziram, mostra que o uso do termo *tradicional* aqui se refere, explicitamente, às realidades plenamente modernas. Assim, a categoria de *povos tradicionais* é um elemento analítico capaz de conjugar fatores como: existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, procura de autonomia cultural, práticas adaptativas sustentáveis.

Faxinalenses de Rio Azul, realizados no Faxinal Lajeado dos Mellos (2015-2016) e organizado pelo Laboratório dos Povos Eslavos e Faxinalenses (LAPEF/UNICENTRO), Feira das Sementes Crioulas, no município de Rio Azul (2015), Encontros do MASA (Movimento Aprendizizes da Sabedoria), que reuniu pessoas detentoras de ofícios tradicionais de cura, dentre elas, faxinalenses (Rebouças, 2017). Além disso utilizamos informações sistematizadas a partir de sucessivas visitas de campo realizadas em quatro faxinais da Região Centro Sul do Paraná, entre os anos de 2014 e 2017: Faxinal Lajeado dos Mellos e Taquari dos Ribeiros (Rio Azul), Faxinal do Salto (Rebouças) e Faxinal do Rio do Couro (Irati). Também utilizaremos o Estatuto da Associação de Moradores da Comunidade de Salto em Rebouças-PR (1996), Escritura pública de instituição do Criador Comum do Faxinal do Salto (1994) e Anais do I Encontro dos Povos dos Faxinais (2005), e entrevistas realizadas com mulheres dos Faxinais acima citados³.

Os faxinais são considerados uma forma de organização camponesa⁴, que possui como característica principal o uso comum da terra, em forma de criadouro comunitário, e da utilização em comum dos recursos naturais nele existentes. O processo de identificação dos Povos Faxinalenses é recente e ocorre num contexto de políticas identitárias mais amplas, soma-se às políticas identitárias dos demais Povos Tradicionais brasileiros.

No caso dos faxinais é necessário problematizar os processos identitários a partir de algumas noções específicas: a) a constituição da identidade faxinalense ocorre através de relações com o território; b) eles foram, e ainda são, orientados a partir da presença de mediadores (universidades e Órgãos estaduais); c) o processo de constituição da identidade “faxinalense” teve, e ainda tem, como parâmetro o ‘*outro*’ semelhante. A aproximação com os Fundo de Pasto (comunidades que convivem com

³É importante destacar que as informações coletadas não constituem um conjunto de dados estatisticamente significativos, mas sim um conjunto de opiniões que permitem detectar tendências sobre a dinâmica dos processos identitários das mulheres nos faxinais. Esta investigação realizou-se a partir de trabalho etnográfico através de dados primários, conversas informais e também entrevistas (três mulheres foram entrevistadas em cada um dos faxinais acima citados) direcionadas à auto identificação, trabalho nos espaços dos quintais (incluindo manejo de sementes crioulas), da roça e no criadouro comum. São, portanto, dados de uma pesquisa inicial e ainda em execução, componente não central, mas integrado à tese de doutoramento. Este trabalho se propõe a contribuir para o debate sobre as dinâmicas das comunidades tradicionais faxinalenses.

⁴Procura-se pensar essa sociedade camponesa para além das questões econômicas. Os faxinais, enquanto modalidade de campesinato, são caracterizados pelo caráter familiar da produção. Nesse sentido, é Chayanov (2014) que fundamenta teoricamente o entendimento sobre a unidade familiar camponesa. Mesmo escrevendo no contexto russo da década de 1920, ele ajuda na reflexão sobre família e cultura nas unidades camponesas modernas.

uma posse de terra semelhante aos faxinais, existentes no sul da Bahia, é um exemplo); d) esses processos de identificação faxinalenses são inscritos no/pelo masculino; e) a necessidade de estabilização do território faxinalense acompanha a vontade de estabilização da Identidade.

Nos faxinais da região Centro sul do Paraná os processos identitários ocorreram a partir de três momentos históricos distintos: a atuação da Rede Faxinal (2004), a constituição da Articulação Puxirão Faxinalense APF (2005) e a formação da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais (2008).

A Rede Faxinal⁵, criada em 2004, investiu na construção do processo de afirmação da identidade e da elaboração de pautas para políticas públicas, através da organização do I Encontro dos Povos dos Faxinais. Realizado em Irati, em 2005, o Encontro teve como lema “*Terras de Faxinal: Resistir em Puxirão pelo Direito de Repartir o Chão*”. O lema assinala um mecanismo analítico capaz de reunir fatores como existência de regimes específicos de propriedade (uso comum do criadouro e de recursos naturais), sentido de pertencimento a um lugar, necessidade urgente de resistência na defesa de seus territórios⁶ e aproximação com outras populações tradicionais que, a partir do trabalho coletivo (puxirão/mutirão) inserem-se na ótica da reciprocidade.

O I encontro reuniu faxinalenses que, buscando a construção da identidade de comunidade tradicional de forma coletiva, elaboraram propostas para conservação de seus territórios tradicionais⁷. O que procuram evidenciar politicamente é a forma diferente de se relacionar com a terra, que passa pela compreensão, por exemplo, do direito de uso comum, que independentemente de qualquer regime jurídico, está

⁵Composta por entidades governamentais (IAP e INCRA), Universidades (UEPG, UNICENTRO, UFPR) e por entidade não governamentais provenientes da sociedade civil (Instituto Equipe de Educadores Populares, Comissão Pastoral da Terra, Terra de Direitos, Instituto Guardiões da Natureza, Associação do Faxinal Saudade Santa Anita, Associação do Faxinal dos Seixas, Associação de Grupos de Agricultores Ecológicos (AGAECO), e Associação de Grupos de Agricultores Ecológicos Francisco de Assis.)

⁶As relações específicas que esses grupos estabelecem com as terras tradicionalmente ocupadas e seus recursos naturais fazem com que esses lugares sejam mais do que terras ou simples bens econômicos: eles assumem a qualificação de território. O território implica dimensões simbólicas. No território estão impressos os acontecimentos ou fatos históricos que mantêm viva a memória do grupo; nele estão enterrados os ancestrais e encontram-se os sítios sagrados; ele determina o modo de vida e a visão de homem e de mundo; o território é também apreendido e vivenciado a partir dos sistemas de conhecimento locais, ou seja, não há povo ou comunidade tradicional que não conheça profundamente seu território (CIMOS/MPMG, 2014).

⁷Apoiados pela Comissão Pastoral da Terra, Movimento dos Pequenos Agricultores, Associação de Grupos de Agricultores Ecológicos São Francisco de Assis, Associação dos Grupos de Agricultores Ecológicos do Turvo, Instituto Ambiental do Paraná, Rede Faxinal e Instituto Equipe de Educadores Populares.

relacionado ao direito costumeiro (CAMPOS, 2000, p. 2). Dessa forma, esse direito de uso comum que caracteriza o território social faxinalense não está somente relacionado a aspectos ambientais⁸ e econômicos, mas a questões culturais e sociais (laços de reciprocidade e parentesco, por exemplo), elementos que atravessam a luta pela afirmação de suas identidades territoriais⁹.

Desse modo, é importante estabelecer conexões teóricas e analíticas entre processos identitários e processos de territorialização¹⁰, que no caso faxinalense apresentam-se interligados, podendo ser traduzidos em identidades territoriais. Essas noções orientaram o processo de constituição coletiva das comunidades faxinalenses. Pressuposto percebido no I Encontro dos Povos de Faxinais, onde organizou-se a *Articulação Puxirão Faxinalense*, órgão de representação política cuja pauta orienta-se em torno de alguns eixos principais, como a construção de planos de uso sustentável do território e o resgate das práticas e conhecimentos tradicionais.

Num terceiro momento, em maio de 2008, no I Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná, em Guarapuava- PR é constituída a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais, a proposta da Rede Puxirão era ampliar e fortalecer parcerias com outros segmentos que tinham na territorialidade sua base identitária constitutiva. Participaram do encontro representantes dos quilombolas, Ilhéus do Rio Paraná, Pescadores(as) Artesanais, Cipozeiras, representações indígenas Xetás, Guarani e Kaingang. Somando-se no II Encontro da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná (2009), o Movimento Aprendizes da Sabedoria (representantes das Benzedeiras), Associação Brasileira de Ciganos do Paraná e o Fórum Paranaense das Religiões de Matriz Africana (VANDRESEN, BUTI e SOUZA, 2014, p. 23).

⁸A ARESUR – Área Especial de Uso Regulamentado é o mecanismo de reconhecimento formal do território faxinalense através de legislação estadual, conforme o Decreto 3.446/97. Sob este enquadramento os faxinais são reconhecidos como “sistemas de produção camponesa que têm como traço marcante o uso coletivo da terra para produção animal e conservação ambiental” (IPARDES, Anuário Físico-Ambiental 2004).

⁹Segundo Cruz (2007, p. 95) as populações “tradicionais” se organizam, ganhando visibilidade e protagonismo, se constituindo e afirmando como sujeitos políticos na luta pelo exercício ou mesmo pela invenção de direitos a partir de suas territorialidades e identidades territoriais. Essas lutas são lutas por redistribuição e por maior igualdade de acesso aos recursos materiais (lutas por “territórios da igualdade”), bem como pelo reconhecimento da legitimidade de diferenças e identidades culturais expressas nos diferentes modos de produzir e nos diferentes modos de viver e de existir de tais populações (lutas por “territórios da diferença”).

¹⁰A noção de *territorialização* é definida como um *processo de reorganização social* que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado. (OLIVEIRA, 1998, p. 55)

A Rede Puxirão tornou-se um espaço de formação e articulação política destes movimentos sociais, propiciando uma possibilidade de diálogo que permite com que lideranças pensem ações para efetivar as políticas públicas para as comunidades tradicionais do Paraná¹¹.

No processo inicial de identificação dos faxinalenses, percebe-se a importância de instituições mediadoras, principalmente da Rede Faxinal que esteve presente no início do processo, atuando na base, indo às comunidades e propiciando, por exemplo, diálogo com os representantes da comunidade tradicional Fundo de Pasto. Além de Universidades e Órgãos estaduais.

A partir desse reconhecimento de si como sociedade tradicional e de sua posição no campo social e político, o diálogo com outras categorias paranaenses de povos tradicionais expressa também a consciência de sua condição numa relação ambígua de aproximar-se/assemelhar-se e distinguir-se face a outras formas e modalidades de apropriação e uso da terra e dos recursos naturais, outras formas de territorialidade. É o processo da tomada de posição do grupo social faxinalense por meio da afirmação identitária baseada em critérios étnicos, territorialidades específicas, construídas e acionadas em situações de conflitos envolvendo a defesa da modalidade de uso comum e do modo de vida faxinal.

Para Barreto (2013, p. 58) ao se trabalhar conceitualmente a questão da identidade assume-se que a sua atribuição possui um sentido duplo no pensamento moderno. Por um lado, ela vem enquanto necessidade para se reconhecer na presença do “outro”. Por outro, ela emerge no processo político de unir sujeito que comungam práticas semelhantes para assumirem uma posição de defesa frente a uma situação de ameaça.

Envoltos em conflitos relacionados à terra, os faxinalenses passam a tivar noções de identidade territorial, que segundo Almeida (2004), atuará como fator de identificação, defesa e força, já que as dimensões físicas e simbólicas se articulam, acionando o sentido de pertencimento. Nesse sentido, o território passa a ser o local onde se constroem laços de identidade.

¹¹Segundo Barreto (2013, p. 58), ao se trabalhar conceitualmente com a questão da identidade, assume-se que a sua atribuição possui um sentido duplo no pensamento moderno. Por um lado, ela vem enquanto necessidade para se reconhecer na presença do “outro”. Por outro, ela emerge no processo político de unir sujeito que comungam práticas semelhantes para assumirem uma posição de defesa frente a uma situação de ameaça. Trata-se a questão da identidade a partir do seu oposto, a alteridade. A evidenciação da concepção de práticas semelhantes, no caso dos faxinais, anula contradições e instabilidades.

Processo que passa diferenciação, elemento central pelo qual a identidade é produzida nos faxinais: produtos orgânicos, contrários à lógica dos transgênicos; formas de plantar que respeite a natureza e seus ciclos, modo de viver camponês, distinto do urbano. Nesse processo são fundamentais as concepções de territorialidade e território.

Os processos faxinalenses de territorialização são atravessados por uma dinâmica histórica e política de confrontos ocorridos em virtude de leituras diferentes sobre a terra e seus regimes de propriedade. Nesses processos, o conceito de cosmografia, definido por Little (2002) como saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território, é fundamental para análise das dinâmicas faxinalenses. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território, a história da ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele.

As Mulheres e os processos de identificação

Como vimos, a existência coletiva da categoria *faxinalense* constitui-se a partir de um projeto de unidade, pressupondo, portanto, a estabilidade de uma identidade e de seu território. Entretanto, nesse caso específico, importa-nos investigar os dinâmicos e fluídos *processos de identificação*, como nos alerta Brubaker e Cooper (2000).

Para as comunidades faxinalenses, a produção política de suas identidades associa-se à relação particular que possuem com seus respectivos territórios. Os processos identitários possuem uma relação particular com o modo como veem, definem e produzem sua territorialidade¹², o que se dá a partir das formas de uso e posse

¹²De acordo com Little (2002, p. 3), a territorialidade é o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território. Para ele, o território surge diretamente de condutas de territorialidade de um grupo social, sendo, portanto, um produto histórico de processos sociais e políticos. Segundo Raffestin (1993, p.158), “[...] a territorialidade reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral”. Desse modo: “[...] a territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (Haesbaert, 2004, p. 3).

da terra, reconhecidas no direito costumeiro, associadas a laços de solidariedade, formas de produzir, conhecimentos tradicionais¹³, entre outros.

De igual modo, é necessário considerar que a produção dessa identidade é relacional, ou seja, ela é marcada e constituída a partir da diferença (traduzida nas expressões “dentro” e “fora”, “nós” e “outros”). Essa diferenciação é organizada a partir de relações assimétricas de poder, sustentada pela exclusão e marcada por um conjunto de discursos silenciadores que escamoteiam múltiplas identidades e toda uma rede de saberes e conhecimentos tradicionais combinados a elas.

Entretanto, seria ingenuidade pensar a construção identitária dos faxinalenses exclusivamente a partir desse antagonismo binário externo¹⁴. Concomitantemente, na dinâmica interna dos faxinais, processa-se contradições. Analisaremos essa lógica a partir de elementos relacionados a duas situações específicas: a) os termos e as implicações da unidade que a identificação coletiva aciona no processo de reconhecimento identitário das mulheres nos espaços do faxinal (quintais, terras de criar, ou criadouro comum, e terras de plantar, ou roças); b) a construção simbólica interna de uma unidade coesa orientada a partir da alteridade nos processos de defesa do território.

Acionar o conceito de território, torna-se para os povos tradicionais uma tática de sobrevivência, já que enfrentam inúmeros obstáculos e estão envoltos em conflitos com diversos antagonistas e lutas entre diferentes forças sociais e interesses distintos. As unidades que as identidades faxinalenses proclamam, para além de serem construídas no interior de um jogo de poder de antagonismos externos, revela contradições e antagonismos internos que atravessam o auto reconhecimento feminino no interior dessas unidades camponesas.

A construção social da identidade feminina faxinalense sucede-se de forma diferente da masculina, e para avançar na discussão é importante compreender alguns aspectos históricos sobre os faxinais e sua representação: histórica, acadêmica e politicamente, a representação social e simbólica dos faxinais é masculino. A categoria

¹³Sobre conhecimentos tradicionais ver: CUNHA, Manuela Carneiro da. Relações e Dissensões entre saberes Tradicionais e Saber Científico. *Revista USP*, São Paulo, n.75, p. 76-84, set./nov. 2007.

¹⁴Antagonistas externos são pessoas “de fora”, que segundo os moradores, compram terras nos faxinais, seja nas áreas de plantar e/ou de criar, e começam a introduzir novos cultivos, como soja, eucalipto e pinus, introduzem cercamentos individuais dentro da área de uso comum, desrespeitando um conjunto de normas consensuais fundadas na tradição e costume e estabelecidas no tecido social. Entretanto, é importante enfatizar que internamente há também moradores que desejam o fim do criadouro comum. As escalas de antagonismos e tensões variam em cada faxinal, dependendo dos processos de desagregação de cada um.

faxinalense foi construída e representada como marcador universal homogeneizante. Ou seja, linguística e discursivamente, entende-se o faxinal como espaço de atuação de homens ou, na melhor das hipóteses, de famílias chefiadas por homens. Nessa interpretação, podemos inferir que *mulheres faxinalenses* é uma categoria silenciosa e/ou silenciada.

Nas visitas de campo, citadas no início do texto, não foi possível perceber o reconhecimento identitário delas com a expressão política *faxinalense*. Os apontamentos de Kuper (2002, p. 297, grifos no original), pode colaborar nessa reflexão, pois ao problematizar o protagonismo na luta multicultural, assinala que, talvez o que ele denomina de *verdadeiro eu* não seja capaz de encontrar a própria voz ou de se reconhecer nas representações que o cercam. A identificação geralmente ocorria com a categoria de trabalhadoras rurais.

Essa consideração é significativa. Nesse contexto é oportuno que a discussão sobre processos de identificação feminina nos faxinais seja teorizada vinculada à categoria *trabalho*, pois sabe-se que o campo brasileiro historicamente projetou-se como espaço do *saber-fazer* masculino, o que acarretou, entre outros aspectos, na desvalorização do trabalho das mulheres nesse espaço¹⁵. Há uma evidente aproximação destas com a categoria trabalhadora rural devido à inferência positiva do termo às atividades rurais femininas.

Paradoxalmente, observado no trabalho etnográfico, outro aspecto do auto reconhecimento, revela que o espaço onde elas se encontram durante as conversas é marcador da identidade acionada. Nos espaços dos quintais, ainda que poucas vezes e de forma “esquiva”, algumas fizeram referência a si mesmas como faxinalenses, o que não aconteceu em outros lugares dos faxinais.

A partir da categoria identidade e trabalho, pode-se pensar que o quintal é o espaço onde sua identidade como mulher trabalhadora da terra nasce, parece ser onde a identificação com o faxinal está ocorrendo. Esse axioma pode ser evidenciado a partir de expressões como: “na maioria [dos casos] nós mulheres do faxinal é que somos responsáveis pelas sementes, as mulheres são responsáveis pelo quintal, trabalhar

¹⁵Sobre a desvalorização do trabalho das mulheres no campo brasileiro ver: HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de; GARCIA, Marie France; GARCIA JR. Afrânio Raul. **O lugar da mulher em unidades camponesas**. In: AGUIAR, Neuma. (org.). Mulheres na força de trabalho na América Latina: Análises qualitativas. Rio de Janeiro: Vozes, 1984; ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. **O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social**. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Lonilde Servolo de. (orgs.). Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013; PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. *Revista Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.

na terra, pelo plantio, pelo conhecimento tradicional, então, nesse sentido, a mulher faxinalense é importante¹⁶”.

O conhecimento tradicional empregado no interior dos quintais, espaço que Oakley (2004) denomina de santuários da agrobiodiversidade, e, conseqüentemente, no manejo e conservação de sementes crioulas¹⁷, pode ser pensado como elemento aglutinador de produção de identidades. Podemos pensar essa lógica a partir de elementos discursivos de uma moradora do faxinal, dona Terezinha:

Ainda segunda fui buscar muda de batata salsa na Maria. Trocamos sementeira de tomate, rama de mandioca. Aqui no faxinal ainda existe muito isso, essa troca de sementes. Trocamos semente de abóbora. Igual tomate, uma semeia antes, daí troca, porque uma tem uma qualidade, a outra tem de outra qualidade, daí troca, entende? Essa época é bastante trocado, por causa que é mais coisas, e é época. Planto alface, repolho, couve flor, tempero, salsinha, cebolinha, várias coisas, varia da época. Mandioca, agora é época de plantar, tomate, melão, pepino, também é hora de plantar, daí é um troca troca de muda da mulherada. Agora é a época que se planta mais as coisas, tem coisa que se plantar fora de época não dá. E tem a lua também. É bom plantar na lua cheia. Se for plantar batata na lua nova broqueia tudo. A batata tem de plantar na mingunte [...] O melão a gente tira a semente, lava e coloca para secar no sol, numa peneira, abóbora e tomate a mesma coisa, coloca num vidro e conserva na geladeira, dura de um ano para o outro. E a maioria das sementes que nós temos é troca que a gente faz, trocamos muda também. Eu aprendi com a mãe, desde nova a gente lidou¹⁸.

Estruturas de reciprocidade, bastante presentes entre as mulheres faxinalenses fortalece vínculos. Além de relacionar-se à autonomia, nesse espaço particular de trabalho (a área de plantar é de domínio masculino) ocorre também a transmissão de saberes específicos, fundamentais para a soberania alimentar. Sendo assim, o quintal é lugar onde as atividades que elas desenvolvem adquirem importância entre elas. O que

¹⁶Dona Elizabete, Faxinal Rio do Couro. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 07 de setembro de 2017.

¹⁷Sobre sementes crioulas e autonomia camponesa ver: SCHORNER, Ancelmo; ALMEIDA, Marisangela Lins de. **Camponeses e sementes crioulas: conservação da biodiversidade e autonomia**. In: Encuentro Internacional Minga para La Paz, El buen vivir y la no violencia. Pasto (Colômbia), junho de 2017. Na reflexão sobre sementes crioulas e saberes, os apontamentos de Shiva (2003, p.23) são elucidativos. Segundo ela, quando o saber local aparece de fato no campo da visão globalizadora, fazem com que desapareça negando-lhe o *status* de um saber sistemático e atribuindo-lhe os adjetivos de “primitivo” e “anticientífico”. Analogamente, o sistema ocidental é considerado o único “científico” e universal. Entretanto, os prefixos “científico” para os sistemas modernos e “anticientífico” para os sistemas tradicionais de saber têm pouca relação com o saber e muita com o poder (SHIVA, 2003, p. 23). Para ela, há uma distorção evidente no que diz respeito as variedades de sementes: as variedades nativas, produzidas e utilizadas pelos agricultores de todo o Terceiro Mundo, são chamadas de “sementes primitivas”, já as variedades criadas pelos especialistas modernos em centros internacionais de pesquisa agrícola ou por grandes empresas transnacionais de sementes são chamadas de “avançadas” ou “de elite” (SHIVA, 2003, p. 67).

¹⁸ Dona Terezinha, entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 07 de setembro de 2017.

plantam, colhem e trocam é motivo de orgulho¹⁹. Nos faxinais, para as mulheres, quintais e trabalho estão nitidamente conectados à identidade.

O trabalho é a chave marcadora de reconhecimento (tanto de trabalhadora rural quanto faxinalense). Reconhecimento que se dá também a partir do outro “de dentro”, os homens e “de fora”, este último pode ser pensado no diálogo abaixo com Dona Elizabeth, moradora do Faxinal Rio do Couro:

- O que a senhora usa nas plantas e verduras do seu quintal? - Uso só esterco de vaca e de galinha, não uso veneno, porque verdura é diferente, é pra comer. Desde o tomate, o do mercado parece um papelão de duro, o meu é molinho. Nós fazemos tudo aqui mesmo, a verdura tem sabor, é mais gostoso²⁰.

No Faxinal Rio do Couro, a rede de trocas de sementes e conhecimentos entre as mulheres é intensa, e comprar sementes, verduras e legumes na cidade não é algo comum para elas, isso ocorre tanto pela distância quanto pelo que elas denominam de “gosto”, indicando preferência pelos alimentos e sementes produzidos por elas.

Como notamos nessa fala, a entrevistada ativa noções de diferenças, *nós* e *elas*, *aqui* e *na cidade*, binarismos que valoram suas atividades. Trabalhar com a problemática dos faxinais através do olhar das mulheres é operar constantemente com oposições binárias, *dentro/fora*, *bom/ruim*, *antigamente/hoje*. *Eles/nós*, categorias dicotômicas que se referem aos homens do faxinal e aqueles de fora de sua circunscrição geográfica.

Esse debate pode ser problematizado com as reflexões de Silva (2005, p. 83), de que oposições binárias não devem ser pensadas como relações simétricas de poder, pois sobre um dos termos há sempre a marcação de privilégios. As mulheres faxinalenses vivenciam duplamente essa assimetria, pois ela se dá com antagonistas externos e cotidianamente nas relações internas. A proposição, portanto, é que os processos constitutivos das identidades das mulheres faxinalenses existem sobrepostas à outra(s), sobre quais serão acionadas dependerá, entre outros aspectos, do espaço social acionado. Entretanto, diferenças não devem ser medidas numa única escala.

No caso das mulheres é preciso pensar identidade e diferença como categorias distintas, mas também análogas e também conflitantes. Isso implicaria em pensar as múltiplas posições do sujeito, pois identidades são sempre inacabadas, em construção, como aponta Woodward (2000).

19A respeito do orgulho camponês ver: PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

20 Dona Elizabete, entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 07 de setembro de 2017.

Contudo, é preciso considerar que essa lógica também está inserida num contexto globalizado que é também universalizante e universalizador, cuja lógica de homogeneização tem atacado os conhecimentos, os modos de vida tradicionais, levando muitas comunidades ao desaparecimento. O desaparecimento do saber local por meio de sua interação com o saber ocidental dominante acontece em muitos planos, por meio de muitos processos. Segundo Shiva (2003, p. 21), os sistemas ocidentais de saber são considerados universais.

Nesse sentido, Cruz (2007) associa as lutas identitárias das populações tradicionais com lutas por territórios da diferença, já que o protagonismo, a organização e a visibilidade ocorre a partir da afirmação como sujeitos políticos na defesa de suas territorialidades e identidades territoriais. São lutas por legitimação da diferença e de identidades culturais, presentes nos modos de viver e existir. A identidade política faxinalense aciona, constantemente, categorias culturais, geralmente relacionadas à saberes e fazeres, seja em relação ao criadouro comum, nos quintais, nas terras de plantar, a partir de formas específicas de fazer/praticar agricultura, por exemplo.

Envoltos em conflitos relacionados à terra, a partir do território se constroem identidades. Nos faxinais, esses processos, utilizam-se frequentemente de elementos assinaladores do passado.

Vejamos o depoimento abaixo:

Antigamente era cheio de animais aqui, tudo solto, muitos porcos. Eu nasci aqui nesse faxinal, criei meus filhos aqui, vou morrer aqui. É muita pena que tá acabando tudo. Primeiro foi por causa de roubos, roubavam os animais, sabe? Era muito prejuízo, daí o povo começou a fechar os animais, começaram a ficar com medo. Depois o problema passou a ser as cercas, por causa da madeira, faziam aquelas cercas de flexame. Era difícil por causa da madeira e o povo foi desanimando. Daí veio “uns de fora” e não queriam mais, queriam fechar. Agora tá quase tudo acabado. Eu tenho saudade desse tempo. Eu quero morrer aqui no faxinal²¹.

No Faxinal Rio do Couro, localizado na área rural de Irati-PR, cujo criadouro comum está bastante restrito (fechado) e o processo de desagregação encontra-se bastante avançado, o passado está fortemente marcado na memória coletiva e é um forte marcador identitário²².

O acionamento do passado assinala para o fato de que as identidades faxinalenses passam por um processo de (re)demarcação de vínculos identitários, nesse

²¹ Dona Bernardete, entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 07 de setembro de 2017.

²²Sobre o aspecto da formação da identidade, Kuper (2002, p. 298) assinala que a identidade não é apenas um assunto pessoal. Ela precisa ser vivida no mundo, num diálogo com outros [...] de um ponto de vista subjetivo, a identidade é descoberta dentro da própria pessoa, e implica identidade com outros. O eu interior descobre seu lugar no mundo ao participar da identidade de uma coletividade [...].”

processo há divergências e tensões internas traduzidas, por exemplo, no afrouxamento de laços comunitários a partir de um processo de desestruturação e desagregação que o Faxinal do Salto, por exemplo, vem vivenciando.

Os binarismos, frequentemente observados nas falas das mulheres são dimensionadas pela relação entre o passado e o presente. A fala abaixo, sobre as atividades cotidianas, pode nos apontar os caminhos sobre a fragilidade interna da lógica unificadora:

Eu não paro, ontem anoiteci e não aguentava de dor nas pernas. Eu trabalho na roça, ajudo, faço de quase tudo. Eu acordo seis horas da manhã, faço café, cuido dos bichos, porco, galinha, boi. Ali encima tem um buraco, *eu tenho de colocar água direto pros porco*, não tá dando pra soltar os porcos, por causa das cercas. Eu gosto de trabalhar no quintal, a gente é costumada, minha mãe ensinou assim, antes era só assim. Agora que dá pra estudar, que nem vocês. Eu tenho só a 4º série. Eu me estresso se ficar só na casa, se saio virar a terra me distraio [...] Na cidade compramos pouca coisa: açúcar, café, sal, fermento, só miudezas [...] Mas meu trabalho é bastante aqui. Agora não está dando para soltar os porcos por causa das cercas, estão em péssimo estado. Daí os porcos escapam. Os grandes dá pra soltar, mas os pequenos não. Quem não tem animais, não quer trabalhar nos mutirões para arrumar as cercas. Os mais velhos não podem mais e os mais novos não se interessam. E tem os rolistas, vem e soltam os animais e deixam, cavalos, principalmente, eles destroem as cercas ²³.

Para existir coletivamente constrói-se a um projeto de unidade para resistência, unifica-se, pressupondo a estabilidade de uma categoria, nesse caso a de faxinalense. Entretanto, internamente, os faxinais enfrentam tensões, verificadas essencialmente no afrouxamento de laços comunitários. Os mutirões para reformas e construção de cercas (geralmente, circundante à área de criadouro comum), são modelares.

Nas reuniões comunitárias, não raramente levanta-se o embaraçoso assunto. As cercas estão velhas e caindo, inviabilizando a solta de animais, e nos mutirões organizados para conserto das mesmas, poucas pessoas aparecem. Algumas alegam não participar pelo fato de não terem animais no criadouro comum. A contrariedade identitária também é manifestada na intenção de alguns moradores(as) dos faxinais de “fechar” os faxinais, ou seja, cercar suas propriedades pondo fim ao criadouro comum e, conseqüentemente, à apropriação comum dos recursos naturais. Para os mais idosos e

²³ Dona Marinda, Faxinal do Salto. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida, em 26 de agosto de 2017.

defensores do modo de vida faxinal, isso acarretaria o “fim do faxinal”. Geralmente há um conflito geracional²⁴.

Logo, o impulso da homogeneização do sentido de uma identidade faxinalense gera tensões, divisões interiores, de gênero, como já analisado, resistências internas dos que consideram o modo de vida atrasado e economicamente inviável. Isso tem gerado conflitos violentos, inclusive com assassinatos, envenenamento de nascentes e consequentemente de animais, entre outras contendas.

Os laços de identificação e pertencimento não são homogêneos, podem ser sobrepostos. A fixidez e a uniformidade da identidade faxinalense são fragilizadas por adversidades. E os significados de quem é o “outro” adquire novas conotações, com as quais estão tendo que lidar.

A partir do depoimento acima também podemos pensar o modo como o afrouxamento dos laços de solidariedade afetaram o trabalho das mulheres, pois com a baixa adesão ao mutirão de conserto das cercas os animais, denominados pés pequenos, principalmente porcos, precisam ser fechados em mangueirões, que se tornam mais uma atividade de responsabilidade das mulheres, que precisam alimentar e dar água aos porcos²⁵. A sugestão inicial é que isso torna-se uma atividade feminina, na maioria dos casos, por serem localizados próximos à casa. O espaço de domínio masculino é a área de plantar.

Considerações finais.

Como explicitado ao longo do texto, a construção social e política da identidade faxinalense é traduzida em termos de diferenciação externa e unidade e coesão no seu interior. A partir desse parâmetro discursivo busca-se fortalecer relações internas e exteriorizar uniformidade como mecanismo de resistência.

No contexto dessas fragmentações identitárias, analisar a construção identitária das mulheres nos faxinais nos fornece subsídios para compreender a fluidez das

²⁴ No ano de 2016 e 2017, participei de reuniões da associação comunitária faxinalense em alguns faxinais. No Faxinal do Salto, a controvérsia se dava em torno da reforma de cercas, sobretudo a baixa adesão comunitária aos mutirões. No Faxinal Lajeado dos Mellos, os embates internos ocorriam principalmente em virtude da vontade de alguns moradores de acabar com o que denominava de sistema faxinal, expressão que não é mais usada, notadamente nos trabalhos produzidos no âmbito do PPGH da UNICENRO, e do LAPEF, que a trocou por modo de vida camponês.

²⁵ Em visita de campo ao Faxinal do Salto, em 2017, percebe-se que os animais chamados ‘pé grandes’, cavalos e bois, principalmente, estavam soltos na área de uso comum, ou área de criar, entretanto, animais de porte pequeno, como porcos, eram raros neste espaço. Isso ocorre em virtude das más condições das cercas que circundam a área de uso comum.

identidades dentro de contextos específicos, focalizando a diferença interna num processo histórico de afirmação coletiva unificadora da categoria faxinalense.

Nos faxinais, elementos de cultura como conhecimentos, valores, modo de viver, costumes, festas, ocupação territorial (pertença e memória), entre outros aspectos, são acionados para dar conta da imagem do arranjo coeso, harmônico e concordante. Esses elementos construirão e/ou fortalecerão situações de resistência.

Procurei ao longo do texto problematizar aspectos da construção política identitária de grupos autointitulados faxinalenses, demonstrando como a alteridade atravessa o processo de auto reconhecimento, como o este projeta um vínculo entre a identidade e o território, que consequentemente ativa noções de ancestralidade e ocupação histórica do território e por fim, como a construção identitária opera internamente, mostrando seus deslocamentos, fluidez em espaços e contextos específicos e nas resultantes decorrentes de um projeto pautado na universalidade e fixidez, projetada externamente. São apontamentos iniciais, sujeitos, portanto, à imprecisões e lacunas.

Referências Bibliográficas.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, vol. 6, n.1, p. 9-32, maio/ 2004.

BARRETO, Marcelo. **Territorialização e tradicionalização**: refletindo sobre a construção da identidade faxinalense no Paraná. 2013. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

BRUBAKER, Rogers e COOPER, Frederick. Beyond “Identity”. *Theory and Society*, vol. 29, n. 1, p. 1-47, 2000. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3108478>>. Acesso em 08 de maio de 2018.

CAMPOS, José Nazareno de [2000]. **As diferentes formas de uso comum da terra no Brasil**. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/04.pdf>>. Acesso em 30 de maio de 2018.

CIMOS (Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais)/MPMG (Ministério Público de Minas Gerais). [2014]. **Direito dos povos e comunidades tradicionais**. 2014. Disponível em: <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/Cartilha-Povos-tradicionais.pdf>>. Acesso em 14 de maio de 2016.

CHAYANOV, Aleksandr Vasilievich. **Teoria dos Sistemas Econômicos não capitalistas (1924)**. In: CARVALHO, Horácio Martins de (org.). Chayanov e o campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CRUZ, Valter do Carmo. **Territórios, Identidades e lutas sociais na Amazônia**. In: ARAUJO, Frederico Guilherme de; HAESBAERT, Rogério (orgs.). Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KUPER, Adam. Cultura. **A visão dos Antropólogos**. In: KUPER, Adam. Cultura, diferença e identidade. EDUSC: Bauru, 2002.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia, n. 174. Brasília: Departamento de Antropologia, 2002.

OAKLEY, Emily. Quintais Domésticos: uma responsabilidade cultural. *Agriculturas*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, p. 37-39, 2004.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. *Mana*, Rio de Janeiro, vol. 4, n.1, p. 44-77, abr. 1998.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart e WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

VANDRESEN, José Carlos, BUTI, Rafael Palermo e SOUZA, Roberto Martins. **Narrativa sobre a sistematização das experiências da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais**. In: SOUZA, Roberto Martins. Org.). Identidades Coletivas e Conflitos Territoriais no Sul do Brasil. Roberto Martins de Souza, Manaus: 2014.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart e WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

Obra impressa.

Anais do I Encontro dos Povos dos Faxinais [2005]. Disponível em: <<http://redefaxinal.tripod.com/sitebuildercontent/sitebuilderfiles/anaisfaxinais.pdf>> Acesso em 21 de maio de 2018.

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO CAMPO: DA INVISIBILIDADE À RESISTÊNCIA

RENATA PIECHA¹; MARIA CATARINA CHITOLINA ZANINI²

Resumo: O reconhecimento do trabalho das mulheres é um entrave enfrentado, até hoje, pelos movimentos feministas. Este reconhecimento é uma ferramenta fundamental para que haja uma diminuição das desigualdades de gênero. No mundo rural, em que traços de patriarcalismo ainda se encontram, o trabalho feminino fica ainda em menor evidência, sendo muitas vezes invisibilizado. No contexto da agricultura familiar é o homem/marido o principal detentor do lucro que advém da atividade produtiva, enquanto a mulher/esposa, apesar de participar ativamente dessa atividade, não usufrui igualmente dessa renda, sendo o seu trabalho, além disso, menosprezado muitas vezes. Esta proposta tem como principal objetivo refletir brevemente acerca da divisão sexual do trabalho no campo e apresentar algumas das técnicas de resistências que são desenvolvidas pelas mulheres rurais, para obterem um ganho que seja, de fato, administrado por elas e assim conquistarem uma maior autonomia.

Palavras-chave: mulheres; divisão sexual do trabalho; campo.

¹ Universidade Federal de Santa Maria. Bacharel em Ciências Sociais (UFSM). Discente do Programa de pós-graduação em Ciências Sociais (UFSM). Email: renatapiecha3@gmail.com

² Universidade Federal de Santa Maria. Doutora em Antropologia (USP). Docente do Departamento de Ciências Sociais (UFSM). Email: zanini.ufsm@gmail.com

1. Introdução:

O contexto da agricultura familiar é marcado pela participação de todos os integrantes da família na atividade produtiva, porém é o homem/marido considerado o principal membro desse grupo e aquele que decide acerca dos destinos da propriedade. Já a mulher/esposa aparece como coadjuvante no que diz respeito ao trabalho e ao papel exercido pela mesma. Esta proposta pretende discutir a divisão sexual do trabalho no campo e refletir acerca de algumas práticas de resistência que são adotadas pelas mulheres rurais, ou seja, quais atividades estas procuram exercer para obter uma fonte de renda que seja por elas usufruída. Aqui, leva-se em conta que o lucro que advém da atividade produtiva – a principal fonte de renda da família camponesa – é administrado, na maior parte das vezes, exclusivamente pelo homem, mesmo que a mulher exerça as mesmas funções junto a essa atividade. Ainda, pretende-se dar visibilidade e o devido reconhecimento ao trabalho feminino exercido no âmbito rural, mais especificamente, no cenário da agricultura familiar.

Para a pesquisa, primeiramente, faz-se necessário a compreensão do termo “gênero”, enquanto teoria crítica, buscando relacionar o termo com as mulheres no contexto rural. Para isso, então, buscaremos analisar mulheres específicas em contextos específicos. Busca-se, também, compreender a construção social e histórica que secundariza o trabalho da mulher dentro das relações familiares e de trabalho, legitimada pela divisão sexual do trabalho. Logo, pretende-se analisar como se dá essa divisão sexual do trabalho no âmbito rural, levando em consideração que para o movimentos feministas, a valorização do trabalho das mulheres - tanto no âmbito público, quanto no privado - ocupa um papel fundamental. Por fim, pretende-se discutir sobre as atividades que são adotadas por estas mulheres visando sua maior autonomia. Aqui, pretende-se fomentar a importância do trabalho feminino exercido no meio rural, tanto junto à atividade produtiva, quanto no âmbito doméstico, para assim, valorizar sua identidade, enquanto mulheres camponesas, fazendo com que estas ocupem, também, o papel de protagonistas/agentes nesse meio.

2. Compreendendo “gênero”:

Dentro do contexto das teorias feministas, o termo “gênero” surgiu como uma maneira de se referir à organização social da relação entre sexos. Mais recentemente, aparece rejeitando o determinismo biológico no uso dos termos “sexo” ou “diferença sexual”, que serviriam como justificativa para diferenciação política e social. Em sua obra “*Gênero: uma categoria útil para análise*” (1989), Joan Scott afirma que o termo “gênero” refere-se às definições normativas da natureza feminina e aos papéis sociais atribuídos às mulheres. Aqui, vale ressaltar que no interior da teoria feminista, o emprego do termo tem um uso também estratégico, uma vez que conforme Scott (1989), “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulher”, parecendo assim, não ser uma ameaça crítica.

Para Scott, “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 21). A diferenciação feminino/masculino é legitimada também através das diferenças biológicas entre homens e mulheres. Porém, Scott afirma que essa “diferença sexual” foi estabelecida não somente como um fato natural, mas também como uma base ontológica para a diferenciação política e social. A autora vai além e afirma que “gênero é um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (SCOTT, 1989, p. 23) legitimando e construindo as relações sociais e justificando, assim, as relações de poder. Scott acredita que é fundamental que está dominação do masculino sobre o feminino pareça segura e fixa, fora de qualquer construção humana, fazendo parte de uma ordem natural e divina. A autora defende que não é a natureza, nem o aspecto biológico, mas sim, a organização social que produz a “diferença sexual”.

Já Linda Nicholson, em sua obra “*Interpretando Gênero*” (1999), sugere que haja uma “substituição de propostas sobre mulheres como tais, ou até sobre mulheres nas “sociedades patriarcais”, por propostas sobre mulheres em contextos específicos” (NICHOLSON, 1999, p.26). Abandonando, então, a ideia de que se pode definir claramente apenas um sentido para “mulher”, o que não significa que ela não tem sentido, mas, sim, o sentido de “mulher” pensado como algo que pode ilustrar as semelhanças e diferenças que se cruzam. Nicholson afirma, também, que aceitar o pressuposto que a natureza é algo dado e comum a todas as culturas é sempre usado para dar credibilidade à generalidade da proposição específica.

Porém, a autora defende que isso é uma generalização equivocada tanto para mulheres quanto para homens.

Anita Brumer e Maria Ignês Paulilo (2004) afirmam que sexo e gênero não estão condicionados um ao outro de maneira reducionista, pois a própria sexualidade é uma diferença construída social, histórica e culturalmente. Ainda segundo as autoras, as especificidades imbricadas em relação ao sexo como uma construção social/cultural é capaz de refletir na ausência ou delimitação de oportunidades que podem ser garantidas às mulheres, porém isso proporcionaria o rompimento da reprodução de um *habitus* cristalizado. Enfim, “gênero”, refere-se a características socialmente construídas que atribui papéis diferentes a homens e mulheres, sendo este uma construção simbólica que designa determinadas características de acordo com o sexo.

2.1. “Gênero” no contexto rural:

As mulheres camponesas encontram-se em um contexto, historicamente, marginalizado e subalternizado. Há um contexto opressor no que diz respeito a valorização de suas atividades e sua identidade, enquanto “mulher” e “camponesa”. Sua existência como agente social não possui o reconhecimento cabível, seja no contexto familiar ou perante a sociedade geral. Zanini e Santos (2013, p. 94) afirmam que “as mulheres ocupam um lugar subordinado na sociedade e o estatuto de objeto nas estruturas de parentesco”. Isso se dá devido ao enraizamento de um sistema de relações de base patriarcal, fazendo com que essas mulheres não possuam uma verdadeira autonomia em suas relações sociais.

Boa parte dos estudos sobre mulheres rurais realizados no Brasil tende a caracterizá-las por seu lugar dentro da unidade de produção, destacando sua condição de trabalhadoras não remuneradas e com baixa valorização (SCHNEIDER, 2010, p. 2). Vale questionar se esse fato não seria um reflexo da cultura patriarcal, que segundo De Grandi (1999) além de ser um sistema de dominação é um sistema de exploração feminina, que sujeita as mulheres a trabalharem em péssimas condições e por salários baixíssimos. Segundo dados (DESER – CEMTR/PR, 1996), o campo é um dos principais reprodutores das desigualdades de gênero, privilegiando o homem/marido enquanto chefe de família e da propriedade. Maria Ignês Paulilo (2003) enfatiza esses estudos afirmando que a propriedade da terra está muito mais ligada ao homem do que a mulher, ou seja, a desigualdade de gênero no meio rural está

diretamente relacionada com a naturalização dos papéis atribuídos a homens e mulheres e as relações hierárquicas que se dão dentro das famílias camponesas, que acabam legitimadas pela divisão sexual do trabalho. Em outras palavras, a hierarquização entre os membros da família se reflete na hierarquização de suas tarefas.³

No meio rural, as mulheres raramente ocupam cargos de destaque, como por exemplo, a gerência e organização do trabalho e a divisão dos benefícios financeiros não são feitos de forma igualitária, mesmo que a mulher exerça as mesmas atividades que o homem junto à produção. Sendo assim, além de participar ativamente da atividade produtiva - que é a principal fonte de renda da família camponesa - a jornada de trabalho dessas mulheres é contínua e extremamente exaustiva, indo além. A carga destas mulheres fica o âmbito doméstico, o cuidado com os filhos, com a horta, com os animais de pequeno porte, a atividade leiteira, entre outras atividades que ultrapassam, demasiadamente, a dupla jornada. As mulheres são, historicamente, vistas a partir do ponto de vista fisiológico, ou seja, são destacadas por sua função sexual – no caso, a de reprodutoras -, sendo isso o que legitima o cumprimento de todas essas funções.

A desigualdade de gênero no campo se manifesta, ainda, segundo Brumer (1996) pela assimétrica distribuição da herança – que é permeada por todo um contexto histórico, econômico e simbólico -, no qual o filho/homem recebe, ao assumir matrimônio, um pedaço de terra, enquanto a filha/mulher leva consigo – indo residir na terra do marido – um enxoval, uma vaca e uma máquina de costura. Brumer (1996) também afirma que as mulheres estavam destinadas apenas para os espaços privados, não se deslocando à espaços públicos. Como várias teóricas feministas vem a anos afirmando, o espaço público é feito por e para os homens, enquanto o espaço privado é destinado às mulheres.

Por fim, vale ressaltar que, conforme afirmam Zanini e Santos (2013), a partir da segunda metade do século XX, com a expansão do movimento feminista e de políticas públicas destinadas às mulheres, as relações de gênero no meio rural passaram por algumas transformações, lentas e graduais. Porém, vale ressaltar que desigualdade de gênero no campo ainda é bastante significativa. Os movimentos feministas vem há anos tentando evidenciar a importância do trabalho feminino, tendo em vista a busca por melhores condições de vida para essas mulheres, assim como, objetivam garantir igualdades. Sendo assim, um ponto

³ Aqui, vale ressaltar, que no meio rural a hierarquia familiar é bastante forte e, se estrutura, segundo Paulilo (1987), segundo o sexo e geração, estando os homens mais velhos ao topo e as mulheres mais jovens à base.

fundamental pra diminuir a desigualdade de gênero, que ainda é bastante nociva no meio rural, seria o reconhecimento e valorização do trabalho dessas mulheres camponesas.

3. Divisão sexual do trabalho no campo:

Então, para compreender o papel da mulher no meio rural e a invisibilidade do trabalho feminino, se faz necessário compreender a divisão sexual do trabalho, que é constituída por duas esferas, distintas, porém antagônicas, possuindo raízes históricas:

A esfera pública (masculina) focada no social, político e econômico-mercantil, amparada em critérios de êxito, poder, direitos de liberdade e propriedade universais, e relacionada fundamentalmente com a satisfação do componente mais objetivo (o único reconhecido) das necessidades humanas. Por outro lado, a esfera privada ou doméstica (feminina) focada no lar, baseada em laços afetivos e sentimentos, desprovida de qualquer ideia de participação social, política ou produtiva e relacionada diretamente com as necessidades subjetivas (sempre esquecidas) das pessoas (CARRASCO, 2003).

Na ótica social, o trabalho masculino tem mais valor do que o feminino. São os homens os responsáveis pelo sustento da família e pela execução de cargos de alto prestígio social, enquanto as mulheres são excluídas do espaço público, ocupando o mero papel de reprodutoras. Às mulheres cabe o âmbito doméstico, as obrigações familiares e a maternidade, sendo essas funções não remuneradas ou reconhecidas socialmente. Erroneamente, o trabalho doméstico é considerado um trabalho de menor importância, ou seja, secundário, isso quando é caracterizado como tal, pois este, muitas vezes, é chamado de “serviço” ou “favor”.

No campo, a divisão sexual do trabalho fica ainda em maior evidência. Aos homens é reservado o reconhecimento público do trabalho produtivo, ou seja, aquele voltado ao mercado, que gera renda para a família. Já o trabalho feminino permanece oculto e obscurecido. A cargo das mulheres ficam as tarefas domésticas e as atividades de reprodução familiar, como cuidar da horta, das pequenas criações, da atividade leiteira, assim como o cuidado com os filhos, sustentando a reprodução do modelo social rural por herança, e o próprio cuidado do esposo, sendo este último talvez a mais importante função da esposa (WOORTMANN, 1995). Segundo Paulilo (1987) e Brumer (1996) o trabalho feminino fora do âmbito doméstico, na grande maioria das vezes, acaba por ser caracterizado como “leve”, “insignificante” e até como “ajuda” à família - termos que subtraem o real valor deste trabalho. Porém, é válido destacar que as mulheres camponesas também participam

ativamente das atividades produtivas sem o devido reconhecimento. Segundo Anita Brumer (1996), como as mulheres ocupam uma posição de subordinação em relação aos seus maridos, seu trabalho é, na grande maioria das vezes, considerado apenas como “ajuda” mesmo se a mulher trabalha tanto quanto o homem ou executa as mesmas atividades que este. Sendo assim, Brumer afirma que as atividades agrícolas exercidas pelas mulheres são vistas como uma extensão intrínseca às suas atribuições de mãe e esposa e, muitas vezes, recebem pouca ou nenhuma remuneração pelas atividades executadas por elas.

Em sua obra, *O Peso do Trabalho Leve* (1987), Paulilo explica como funciona a divisão sexual no campo. A autora destaca a existência de categorias de trabalho dentro das famílias camponesas. Estes seriam divididos entre “trabalho leve”, aquele reproduzido por mulheres e crianças, e “trabalho pesado”, que seriam as atividades reproduzidas, majoritariamente, pelos homens. A autora destaca que a classificação desses trabalhos ocorre de forma diferenciada de acordo com as regiões, ou seja, possui determinantes culturais dependendo da perspectiva social que se analisa. Por exemplo, um trabalho que é considerado “pesado” em determinada região, porém, se for exercido por mulheres e crianças em outra região acaba por ser classificado como “trabalho leve”. Segundo Paulilo, no cotidiano rural, homens e mulheres acabam reproduzindo tarefas “pesadas”, porém, quanto mais proeminente o trabalho executado, mais a mulher encontra-se excluída dele. Nas palavras da autora “o trabalho é leve (e a remuneração é baixa), não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar” (PAULILO, 1987, p. 70). Sendo assim, a autora defende que a lógica da divisão sexual do trabalho naturaliza o lugar da mulher na esfera doméstica (responsável pelo trabalho reprodutivo, não remunerado) e designa ao homem o trabalho produtivo (remunerado). Para complementar o raciocínio de Paulilo, na obra intitulada *Novas Configurações da Divisão Social do Trabalho* (2007), Helena Hirata e Daniele Kergoat afirmam que a divisão sexual do trabalho está relacionada com a representação social do ser mulher e do ser homem, sendo assim, o valor social do trabalho é conferido pelo fato de quem o executa e não pela natureza do trabalho em si.

Segundo Moura (1978), o trabalho familiar é baseado pela lógica produtiva e reprodutiva do grupo, estando fundado na divisão sexual do trabalho. Para compreender melhor como a naturalização da divisão sexual se dá, Pierre Bourdieu (2005) enfatiza que essa divisão sexual do trabalho mostra-se como algo natural, dado e até inevitável. Para o autor, a divisão sexual do trabalho acaba sendo incorporada pela sociedade, pelo corpo e pelo *habitus*,

funcionando como sistema de percepção, ação e pensamento. Há assim, uma concordância entre estruturas objetivas e cognitivas, que leva a uma referência ao mundo, que acaba por apagar as condições sociais que a torna possível, legitimando o arbítrio, como se fosse algo natural e inquestionável.

Outro entrave encontrado pelas mulheres no campo em relação ao trabalho exercido por estas, segundo Anita Brumer (2004), é o fato que a atividade profissional e vida familiar são dadas no mesmo local, fazendo com que as relações entre homens e mulheres sejam tanto como cônjuges ou colaboradores. Paulilo (2003 p. 37) enfatiza essa ideia afirmando que no meio rural “as mulheres veem os campos em volta de sua moradia como uma extensão da casa e não separam o trabalho que fazem nos dois espaços, declarando todas as atividades como trabalho doméstico”. Aqui, vale ressaltar que “o trabalho das mulheres rurais está tão ou mais ‘para além da dupla jornada’ que o das mulheres urbanas”, pois “ele ocorre numa jornada contínua, que vai desde o amanhecer até o anoitecer, resultando numa confusão entre as atividades domésticas e produtivas” (RODRIGUES, 2010, p.72). Sendo assim, as mulheres se envolvem em inúmeras atividades, dando conta da rotina da família até o trabalho que se realiza junto a atividade produtiva.

As funções exercidas por essas mulheres, ultrapassam demasiadamente as práticas vinculadas ao trabalho doméstico, sendo muitas vezes subestimadas, uma vez que, muitas das atividades exercidas por elas não se enquadram nas categorias aceitas e reconhecidas formalmente pela sociedade em torno do conceito de trabalho (FARIAS, 2009). Sendo assim, um grande passo para diminuir as desigualdades de gênero no campo, segundo Maria Ignez Paulilo, seria um pleno reconhecimento do trabalho exercido pelas mulheres rurais. Nas palavras da autora:

A categoria “trabalho”, remunerada ou não, sempre foi relevante para o pensamento feminista. Considerando trabalho as inúmeras atividades desenvolvidas pelas mulheres nas casas e nas pequenas fazendas foi uma forma de torná-lo visível e mais valorizado. Quanto ao trabalho remunerado, ele foi considerado fundamental, então, numa sociedade em que quase tudo é comprado, o acesso da mulher a algum tipo de renda própria poderia torna-la mais independente do marido e mais participativa nas decisões que envolvem tanto o grupo como a sociedade (PAULILO, 2003, p. 3).

Esse reconhecimento deve acontecer tanto nas atividades que são realizadas no âmbito doméstico, quanto as que são realizadas fora dele. Só assim, essas mulheres camponesas possuirão mais autonomia em relação as suas relações sociais.

4. Práticas de Resistência:

As mulheres rurais são, historicamente, marginalizadas. Sua existência enquanto sujeito tende a ser invisível aos olhos da sociedade. A divisão sexual do trabalho contribuiu, ainda mais, para a minimização da identidade da mulher rural em considerar-se também como uma protagonista nas atividades exercidas nesse meio e, ainda, em usufruir, de maneira autônoma, dos lucros que advém dessas atividades. Sendo assim, muitas vezes, estas mulheres buscam uma forma de renda – que seja considerada, de fato, delas – em atividades ditas secundárias, ou seja, aquelas atividades que não se caracterizam como a principal fonte de renda da família.

Tedesco (1999) afirma que a modernização e a urbanização foram processos que redefiniram a instituição familiar camponesa. Houve mudanças no âmbito econômico, político e social, assim como, as técnicas de produção. Essas mudanças rearranjaram, de certa forma, as relações de trabalho que se dão no interior da família camponesa. Têm-se como exemplo, a atividade leiteira que, segundo Paulilo (2009), é uma atividade tradicionalmente feminina, mas que por muito tempo se caracterizou como sendo a principal fonte de renda da família camponesa. Sendo assim, todos os membros da família participam dessa atividade que, mais uma vez, acaba sendo administrada pelos homens, pois são eles que participam de reuniões, de especializações e decidem sobre os assuntos referentes à venda do produto. Nota-se, então, que uma atividade é de responsabilidade das mulheres quando não traz um lucro significativo para a família, pois quando traz, o homem acaba se apropriando e/ou gerenciando. Porém, com todas essas mudanças a atividade leiteira passou, em muitos locais, a não caracterizar a principal fonte de renda da família, voltando a ser uma atividade de total domínio feminino.

Dessa produção leiteira muitas mulheres produzem e comercializam o queijo colonial, que se caracteriza como uma atividade que vai desde a ordenha até a fabricação e conservação deste produto. Simonetti (2011) afirma que no campo a lógica comercial é diferente da urbana, pois os camponeses possuem como forma de troca suas colheitas e outras formas de produtividade. Segundo a autora, estas trocas são muitas vezes consideradas por estes camponeses como injustas. Isso se dá, principalmente, pela histórica desvalorização do trabalho camponês, seja ele exercido por mulheres ou homens. Santos (1981) enfatiza essa ideia afirmando que o bem industrial tem um valor maior do que o produzido pelos colonos. Nota-se, então, que o queijo colonial é uma forma de troca bastante utilizada pelas mulheres

camponesas, porém, como tantos outros produtos, ainda não possui um valor significativo no mercado.

As outras atividades que as mulheres exercem para buscar uma renda se encontram ligadas a produção de artesanato, a costura, a venda de produtos que são cultivados em suas hortas ou quintais, a fabricação de compotas, entre outras. Segundo Brumer (2004), além das mulheres serem as principais responsáveis pelo âmbito doméstico, ficam também encarregadas pelo cultivo de produtos destinados ao consumo da família. Sobre a venda destes produtos elas possuem uma certa autonomia – assim como possuem no âmbito doméstico -, porém a autora afirma que essa autonomia não deve ser superestimada. Principalmente, porque dentro do contexto familiar o trabalho doméstico e as tantas outras atividades exercidas por estas mulheres não são classificadas enquanto trabalho e, ainda, são sustentados pela ótica de que são atividades intrínsecas ao ser mulher.

Além disso, vale ressaltar, que o dinheiro ganho pelas mulheres é menos fundamental do que o ganho pelos homens, pois este último, em uma sociedade patriarcal, é considerado como o único responsável pelo sustento da família, enquanto o lucro que advém do trabalho feminino é visto como complementar (ZELIZER, 1989). Porém, segundo Simonetti (2011), há uma modificação neste contexto, quando o acesso da mulher à renda faz com que esta tenha uma maior participação no contexto familiar, mas vale ressaltar que, como afirma a antropóloga, “a busca dessas mulheres por seu espaço é diária, havendo uma constante procura por alternativas para obtenção de mais rendimentos” (SIMONETTI, 2011, p. 111). Apesar de não valorizadas, estas práticas trazem alguma renda a estas mulheres, fazendo com que possuam alguma independência e participação no núcleo familiar. Porém, em contrapartida, vale questionar se estas atividades não acabam sobrecarregando as mulheres, pois, além de participarem ativamente da atividade produtiva, cuidar da casa, dos filhos, da alimentação, entre tantas outras atividades, estas ainda se dedicam a outras em busca de renda. Isso se dá, pelo fato de haver uma distribuição desigual da renda que advém da atividade produtiva, que se legitima pela forte hierarquização familiar.

Como já foi dito, no mundo rural a esfera familiar e de trabalho são mais conservadoras, destinando às mulheres as posições de subalternidade. Apesar de todas estas barreiras, as mulheres ainda conseguem se colocar e buscar por uma vida mais digna e independente. Essa imposição pode ser caracterizada, segundo Castells (1999), como um tipo de “identidade de resistência”. Segundo o autor essa forma de resistência é a mais significativa, pois se manifesta contra diversos tipos de opressão. Para complementar esse

raciocínio, Ortner (2007) afirma que os atores sociais “resistem” ou “negociam” sua vida social e, assim, acabam por reproduzir um viés cultural ou social diferente do que lhes foi apresentado.

Por fim, vale destacar que a grande maioria das mulheres usam seus lucros para favorecer as despesas com a casa e com o bem-estar dos membros da família (FLORA; SANTOS, 1986). Também procuram investir na emancipação dos filhos, empregando esse dinheiro em seus estudos (ZANINI; SANTOS, 2013). Enfim, vale destacar o quanto estas mulheres, apesar de todas as diversidades, clamam por seu espaço e sua autonomia, desenvolvendo estratégias, superando desafios e modificando – ainda que lentamente - seu meio.

5. Conclusão:

A mulher rural, assim como a urbana, começou a reivindicar por seu lugar dentro da sociedade, buscando sua maior independência. Apesar de algumas mudanças já terem (lentamente) acontecido no campo, abalando as estruturas fixas da família patriarcal e permitindo que a mulher rural ocupasse posições que, até então, eram destinadas apenas aos homens, ainda se está longe de alcançar uma equidade entre os gêneros. Como no campo brasileiro a “cultura patriarcal” ainda possui raízes muito profundas, o reconhecimento do trabalho das mulheres - tanto perante a atividade produtiva, como todas as outras inúmeras atividades que estas mulheres exercem no âmbito doméstico e em torno dele - é uma ferramenta fundamental para a diminuição das desigualdades de gênero. O acesso das mulheres ao dinheiro, em uma sociedade capitalista, é fundamental para que também possam ter acesso a outros recursos, que até hoje estas foram privadas. Recursos estes, que inclusive, possam facilitar a execução de suas tarefas e também, melhorar sua qualidade de vida.

O reconhecimento do trabalho, ainda, é uma maneira de fazer com que estas mulheres possuam autonomia perante suas escolhas, suas relações e seus modos de vida. E ainda mais, reconhecer o trabalho dessas mulheres é reconhece-las, também, enquanto sujeitos, valorizando sua identidade que, historicamente, sofre com uma constante depreciação. Enfim, este pleno reconhecimento é um passo importante para minimizar os danos que todo um sistema exerce sobre esses indivíduos.

6. Referências Bibliográficas:

- BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Trad. Maria Helena Kuhner. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BRUMER, Anita. Mulher e desenvolvimento rural. In: PREVESLAU, Clío; ALMEIDA, F. Rodrigues; ALMEIDA, J. Anécio (Orgs.). Mulher, família e desenvolvimento rural. Santa Maria: EDUFMS, 1996.
- BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revistas de Estudos Feministas, Florianópolis*, v. 2, n. 1, p. 205-227, jan./abr. 2004.
- BRUMER, Anita; PAULILO, Maria Ignez. As agricultoras do Sul do Brasil. In: *Revista de Estudos Feministas. Florianópolis: UFSC*, V. 7, 2004, Nº. 12, p. 171 -174.
- CASTELLS, Manuel. O poder da identidade, São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.
- DE GRANDI, Alessandra. Relações de gênero nas famílias associadas a miniusinas de leite no estado de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1999.
- FARIA, N. Economia feminista e agenda de lutas das mulheres no meio rural. In: BUTTO, A. (Org.). *Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009.
- FARIAS, Maria Dolores M. Nem caladas nem silenciadas: as falas das mulheres trabalhadoras rurais e a desconstrução de sujeitos políticos tradicionais. In: FERREIRA, Maria Luzia Miranda A. et al. (Orgs.). *Os saberes e os poderes das mulheres: A construção do gênero*. São Luís: EDUFMA; Salvador: Redor, 2001.
- FLORA, Cornelia Butler, and SANTOS, Blas. "Women in Farming Systems in Latin America." In: NASH, Helen (Ed.). *Women and Change in Latin America*. Massachusetts: Bergin & Garvey, 1986, p. 208-228.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. *Novas Configurações da Divisão Social do Trabalho*. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, 2007.
- MOURA, Margarida Maria. *Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- NICHOLSON, Linda. *Interpretando Gênero*. Cornell University, 1999.
- ORTNER, Sherry B., *Subjetividade e crítica cultural*. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n.28, p. 375-405, jul./dez. 2007.
- PAULILO, Maria Ignez. A "masculinização" da produção de leite. *Rev. Econ. Sociol. Rural* vol.47 no.1 Brasília Jan./Mar. 2009.
- PAULILO, M. I. O peso do trabalho leve. *Revista Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 5, n.28, 1987.
- PAULILO, Maria Ignez. *Movimientos de Mujeres Agricultoras y los muchos sentidos de la "igualdad de género"*. Trabalho apresentado no 52o. Congreso Internacional de Americanistas. Sevilla – Espanha, 17 a 21 de julho de 2006.
- PAULILO, Maria Ignez. SCHMIDT, W. (Org.). *Agricultura e espaço Rural em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

PAULILO, Maria Inez; DE GRANDI, A.; SILVA, M. M. Mulher e atividade leiteira: a dupla face da exclusão. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

PAULILO, Maria Inez S. Trabalho familiar: Uma categoria de análise esquecida. Revista de Estudos Feministas. Florianópolis: UFSC. V.12, 2004, p. 229-252, jan/abr.

RODRIGUES, Ana Cláudia SCOTT, Parry; SARAIVA, Jeiza das Chagas. Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. In: CORDEIRO, Rosineire; MENEZES, Marilda; SCOTT, Parry. Gênero e Geração em Contextos Rurais – Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Colonos do vinho; estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1981.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. New York, Columbia University Press. 1989. Tradução: Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. Princeton, 1999.

SIMONETTI, Fernanda. “Mamma Mia”: A Compreensão Do Saber Fazer Cotidiano E A Ressignificação Dos Papéis Entre Mulheres Camponesas. Dissertação de Mestrado; UFSM, 2011.

SILVA, Carolina Braz de Castilho; SCHNEIDER. Sérgio. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO; Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.) Gênero e Geração em Contextos Rurais. Florianópolis/SC: Ed. Mulheres, 2010, p. 183 – 207.

TEDESCO, João Carlos. Terra, trabalho e família – racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: Editora UPF. 1999.

WOORTMAM, Ellen. F. Herdeiros, Parentes e Compadres. Editora Universidade de Brasília. São Paulo – Brasília, 1995.

ZANINI, Maria Catarina C.; SANTOS, Miriam de Oliveira. Colônias Italianas no Sul do Brasil: Estigma e Identidade. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS; Leonilde Servolo de (Organizadoras). Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

ZELIZER, Viviana A. The Social Meaning of Money: "Special Monies". The American Journal of Sociology, The University of Chicago, setembro 1989. n° 2, v.95. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2780903>>. Acesso em: 01 nov. 2010.

**“VAI JUNTANDO UM DINHEIRINHO”: AS MULHERES E O
SIGNIFICADO SOCIAL DO DINHEIRO DO PROGRAMA NACIONAL DE
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM MURIAÉ (MG).**

RENATA RAUTA PETARLY¹; ANTÔNIO JOSÉ PEDROSO NETO²

Resumo: O artigo procura compreender os sentidos e significados dados pelos agricultores familiares ao dinheiro recebido do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Tem como perspectiva teórica a sociologia dos “dinheiros especiais” (ZELIZER, 2003). Tem por base empírica onze entrevistas com famílias de agricultores familiares vinculadas à Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar Solidária da Região de Muriaé (MG). As análises indicam que o sentido dado à esse dinheiro é diferente do dado aos outros, provenientes de outras fontes de renda; é classificado e empregado como dinheiro das mulheres, dos jovens, da esfera doméstica e, em alguns casos, recebe valoração pejorativa.

Palavras-chave: política pública, sociologia econômica, gênero do dinheiro

¹ Professora Adjunta I da Universidade Federal do Tocantins. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins. Contato: renatapetarly@uft.edu.br

² Professor Associado da Universidade Federal do Tocantins. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. Contato: ajpedroso@uol.com.br

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a analisar de que forma a sociologia econômica contribui para compreender como os agricultores familiares percebem e se relacionam com o dinheiro proveniente de políticas públicas para fortalecimento da agricultura familiar. Os estudos relacionados à sociologia econômica são aqueles que se dedicam a estudar a esfera social da vida econômica de maneira a compreender que o mercado e a economia não são esferas distantes e independentes da vida social. Os principais autores que contribuem com essa perspectiva são Swedberg (2003 e 2004), Polanyi (1980 e 2012), Bourdieu (2000), Granovetter (1973).

Inseridos nesse hall de estudos é possível encontrar diversas vertentes e objetos de análises diferenciados, por exemplo, a sociologia do dinheiro, os mercados institucionais e as redes sociais. Para este trabalho, a principal contribuição teórica da sociologia econômica é proveniente de Zelizer (2003) com seu estudo intitulado “O significado social do dinheiro: dinheiro especiais”. Para a autora, ao contrário do que a literatura vinha tratando, o dinheiro não é algo apenas utilitário, impessoal, homogêneo. Suas contribuições mostram que o dinheiro tem sentido, significado, é dotado de classificações e hierarquizações e possui gênero, moral, aspectos políticos e culturais.

Como resultado de diversas disputas políticas da sociedade civil organizada por meio dos movimentos sociais do campo, pesquisas científicas e sindicatos de trabalhadores rurais, o Estado brasileiro a partir dos anos 90 empreendeu a tarefa de inserir em suas políticas públicas ações específicas direcionadas ao público da agricultura familiar. Durante essa década, o público abrangido pela agricultura familiar se via em disputa direta por recursos com produtores de grandes extensões de terra e de grandes produções, o que acarretou no alto índice de êxodo rural, endividamento no campo, insegurança alimentar e conflitos de terra (Wanderley, 2009). Foi na segunda metade da década de 90 que, com o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que o Estado, de maneira mais abrangente, disponibilizou recursos direcionados especificamente ao público da agricultura familiar.

Para além do acesso ao crédito produtivo ou a concessão de alternativas tecnológicas para a produção, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) diz respeito à compra de alimentos provenientes do próprio local direcionados para a alimentação escolar a serem servidas diariamente nas creches e escolas públicas municipais. Essa política pública garante a obrigatoriedade de as prefeituras adquirirem

30% da merenda escolar diretamente da agricultura familiar e desburocratiza, conforme poderá ser visto adiante, a relação entre Estado e agricultura familiar.

Nessa pesquisa buscamos compreender qual é o significado social do dinheiro proveniente das políticas públicas para a agricultura familiar, em especial o PNAE, de famílias cooperadas de uma cooperativa agropecuária de Muriaé, MG. Assim, nos questionamos como o dinheiro vindo do PNAE é vivenciado pelas famílias? Ele é um dinheiro com o mesmo sentido e significado de outra renda monetária ou possui sentidos e significados distintos? Para responder essas questões, em janeiro de 2018, realizamos onze entrevistas semi-diretivas com famílias cooperadas à Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar Solidária da Região de Muriaé (COOPAF).

Nas seções que seguem apresentaremos: um referencial teórico sobre a esfera social da vida econômica e sobre o significado social do dinheiro; uma contextualização do objeto de estudo que apresenta as políticas públicas de acesso aos mercados institucionais para a agricultura familiar; os dados e análises da pesquisa para trazer à tona de que forma o dinheiro proveniente do acesso aos mercados institucionais é percebido, designado e utilizado.

2 A ESFERA SOCIAL DA VIDA ECONÔMICA

Partindo do pressuposto teórico que o mercado não é algo alheio à estrutura social (Polanyi, 2000), a compreensão da inserção econômica dos agricultores familiares precisa ser entendida também por meio das relações sociais que eles estabelecem com as instituições sociais ao qual estão inseridos e com os agentes ao qual se relacionam. Para Polanyi (2000, p. 69) “o sistema econômico é mera função da organização social” e defende, então, que é a organização social que orienta as práticas econômicas e não o contrário. Swedberg (2003) assevera ainda que as instituições não devem ser apenas compreendidas como o as regras do jogo mercadológico, mas sim, como resultado das interações sociais que criam essas regras e determinam como esse jogo irá funcionar. Ressalta ainda que essas interações sociais são dotadas de relações de poder e distintos interesses individuais e coletivos.

Após se dedicar aos estudos do funcionamento de diversas civilizações de períodos passados, Polanyi nota o alto teor institucionalista nos seus sistemas econômicos e que, ao contrário do que define a economia para as teorias neoclássicas, não tinham característica alguma de auto regulação, mas sim, o controle social era evidente e socialmente coercitivo. Abramovay também complementa que “para que haja mercados,

são necessárias condições sociais e comportamentais que vão muito além do que se entende habitualmente por auto-interesse dos autores” (ABRAMOVAY, 2004, p. 48). Em seus estudos, ao descrever a forma como as trocas se concretizam na sociedade e os exemplificar no funcionamento dos mercados, Polanyi (2000) mostra como não existe apenas uma maneira independente e auto regulável de funcionamento, como os economistas ortodoxos tentam nos convencer a acreditar. O autor demonstra que o sistema econômico das sociedades primitivas pode ou não ser alterado pela existência ou pela ausência de mercado e/ou de dinheiro, isso porque, ao contrário do que defendem os economistas ortodoxos, a economia não está fora da sociedade, mas sim, está incrustada e faz parte dessa sociedade. Apesar da economia e da divisão do trabalho estar propensa à exterioridade das relações econômicas, essas relações estão mais vinculadas à reciprocidade do que à permuta (com ou sem a presença do dinheiro). Nesse sentido, as relações econômicas que estão incrustadas nas relações sociais podem interferir e sofrer intervenção em e por diversas esferas da vida social, como a familiar, a religiosa, a política, etc.

Essa incrustação pode ser explicada como parte de um fenômeno social total que, para Mauss (2003), abrange todas as instituições da sociedade, incluindo a economia também como uma instituição pertencente à essa sociedade. Nesse sentido, as relações estabelecidas dentro desse fenômeno social total se conectam por meio da reciprocidade vivenciada nessa incrustação. Ao sistematizar as principais características presentes na sociologia econômica, Abramovay (2004) explica que essa perspectiva teórica concebe “os mercados como resultados de formas específicas, enraizadas, socialmente determinadas de interação social, e não como premissa cujo estudo pode ser feito de maneira estritamente dedutiva” (ABRAMOVAY, 2004, p. 44).

Zelizer centra-se na ideia de que é necessário analisar o dinheiro com as lentes teóricas da sociologia, defendendo que não apenas nas sociedades primitivas, mas também na sociedade moderna, o dinheiro tem sexo e tem, portanto, significados diferentes a partir do gênero que o recebe, organiza, poupa e utiliza. A autora utiliza Weber e Simmel para se fundamentar na afirmação de que nas ciências que estudam a economia pelo viés clássico (ortodoxo), a possibilidade de contar o dinheiro foi crucial para garantir a racionalidade aritmética da economia, que além disso, ainda reduziu a qualidade do dinheiro em mera quantidade e ainda “transformou o mundo num problema aritmético” (ZELIZER, 2003, p. 127). A autora defende que a sociedade imprime no dinheiro e na sua própria quantificação, seus valores sociais, morais, afetivos e religiosos,

garantindo, assim, a existência de características culturais, sociais, religiosas e estruturais no ato de quantificar e usar esse dinheiro. A autora segue linha semelhante à teoria de Talcott Parsons que afirma que “o dinheiro constitui uma linguagem simbólica partilhada; não uma mercadoria, mas um significante, desprovido de valor utilitário” (ZELIZER, 2003, p. 131). Relatos de antropólogos mostram que mais importante do que a quantidade de dinheiro é a compreensão de qual dinheiro se está sendo utilizado. Isso significa que origens distintas acarreta ao dinheiro valor distinto. O valor da origem é, assim, definido pelos valores sociais. Dinheiro amaldiçoado, dinheiro ganho, dinheiro conquistado, são origens diferentes. A própria utilização do dinheiro também faz com que o mesmo tenha ou não valor, independente da sua quantidade.

Por defender que o dinheiro também existe fora da esfera do mercado e que o mesmo é determinantemente moldado por fatores culturais, sociais e estruturais, a autora propõe que o conceito de dinheiro especial seja aplicado na compreensão do mundo moderno e que a forma como a cultura e a estrutura social desse mundo rotula esse dinheiro. Isso seria possível por meio da introdução de “distinções, restrições e formas de controle que se tornam tão influentes como os modos de racionamento do dinheiro primitivo” (ZELIZER, 2003, p. 134). Para isso, a autora descreve a existência de diversos tipos de dinheiro, por exemplo, sendo indivisíveis, não fungíveis, não portáteis, subjetivos e qualitativamente heterogêneos, por isso o denomina enquanto “dinheiros especiais” (ZELIZER, 2003).

A autora estudou da década de 1870 a 1930 que demonstram como a divisão familiar do dinheiro é tão assimétrica quanto a divisão de renda nacional. Esses estudos entraram em voga devido à nova sociedade do consumo e a necessidade de se compreender como a renda doméstica era composta, alocada e utilizada. Houve grande dificuldade no levantamento desses dados tanto na classe operária quanto na classe média, devido à moralidade existente no tema dinheiro no espaço privado³.

Conforme Zelizer, durante este mesmo período há diversos questionamentos sobre qual o direito que as mulheres tinham sobre a renda familiar. A própria organização da renda familiar variava de acordo com a classe social ao qual as famílias se enquadravam: nas classes média e alta, o homem era o único responsável pela

³ Em primeiro lugar é importante destacar a dicotomia existente entre espaços público e privado e que, historicamente, foi considerado que o Estado e a Economia eram assuntos do espaço público e que a vida doméstica era assunto destinado ao espaço privado. A necessidade de manutenção da relação de poder existente na sociedade resulta na distinção entre os locais que os indivíduos ocupam nesses dois espaços. Para maior detalhamento, vide Okin (2008).

organização do dinheiro, enquanto que nas classes operárias, a mulher era a responsável por contabilizar e organizar a utilização do dinheiro do marido e dos filhos. Essa situação passa por modificações na entrada no novo século, quando ocorre o aumento da dinheirização da economia americana. “À medida que o montante de rendimentos disponíveis aumentou e que a economia e a cultura do consumo se estabeleceram mais fortemente, o dinheiro da família tornou-se cada vez mais diferenciado, dividindo-se em dinheiro do marido, dinheiro da mulher e dinheiro dos filhos” (ZELIZER, 2003, p. 140).

A autora destaca, inclusive, como a mulher passou a ser responsável pelo dinheiro da família, sem ter direito a este dinheiro. Essa realidade passou, inclusive, a ser tema de diversas piadas teatrais ao considerarem as mulheres como consumidoras, gastadeiras e motivo de falência dos maridos. Ela cita autores que demonstraram diversas estratégias de fraude para utilização do dinheiro do marido que possibilitou às mulheres desta época terem acesso a guardar alguma quantia financeira para si, visto que legalmente (e isso se tornou, inclusive, entraves judiciais entre maridos e esposas) o dono do dinheiro da família permanecia sendo exclusivamente o marido (ZELIZER, 2003).

Conforme a autora, a mesada passou a ser considerada como uma possibilidade de garantir autonomia das mulheres, mas ao mesmo tempo, como a sua definição e quantificação era definida pelo marido, passou a ser má vista para a mulher moderna das classes média e alta. Essa situação invertia de gênero, quando o estudo analisava as famílias operárias. Nesses casos, era a mulher quem definia quanto de dinheiro o homem carregaria consigo e quanto cada um dos filhos receberia de mesada e por quais condições. Em casos de endividamento da família, as mulheres vivenciavam o risco de serem acusadas de má administradoras do lar. Outro acontecimento que os estudos evidenciaram, é que, na maioria dos casos, os homens não repassam para as mulheres administrarem todo o seu dinheiro, mas sim, apenas uma parte e a autora ainda destaca o caráter diferenciado que o dinheiro proveniente da renda auferida pelo trabalho da mulher era distinto do dinheiro proveniente do trabalho masculino (ZELIZER, 2003).

Quando trabalhavam para pessoas exteriores à família, em casa ou recebendo salários, a fronteira entre rendimento e dinheiro a sério mantinha-se, mas adotava características diferentes. Por exemplo, na classe operária, os rendimentos de uma mulher casada, obtidos geralmente por cuidar dos estudantes internos, por trabalhos de costura ou lavanderia ou, entre as famílias camponesas, pela venda de manteiga, ovos e animais de capoeira, não tinham a mesma visibilidade que os vencimentos do seu marido. Como o seu trabalho fazia parte do repertório tradicional de tarefas domésticas desempenhadas

pelas mulheres, o dinheiro que recebia dissolvia-se no dinheiro familiar destinado às despesas da casa e gastava-se geralmente na casa ou na família, em roupa ou comida. (ZELIZER, 2003, p. 151).

Após adentrar as portas de casa, automaticamente o dinheiro proveniente das tarefas das mulheres passavam a fazer parte inalienavelmente da renda familiar. Essa demonstração comprova como que o dinheiro era tratado de maneira diferenciada de acordo com o gênero, que “introduziu outro tipo de distinção não mercantil no fluxo financeiro doméstico: o dinheiro das mulheres não era o mesmo tipo de dinheiro que o dos maridos” (ZELIZER, 2003, p. 154). Neste sentido, a autora aponta que para desenvolver uma teoria social do dinheiro, é necessário explicar as origens e as variações de sua utilização, por meio da descrição das formas em que as estruturas sociais e culturais moldam a sua utilização. Para ela, é necessário que se identifique as utilizações específicas de cada dinheiro; sua forma de regulação dos modos de distribuição; os critérios e formas específicas de se designar as utilizações adequadas; e, as formas em que se estabelecem significados simbólicos especiais para sua valoração (ZELIZER, 2003, p. 157).

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E O ACESSO AOS MERCADOS INSTITUCIONAIS PELA COOPAF

As políticas públicas voltadas para a agricultura familiar são resultado de um processo necessário de injeção de recursos públicos na vida econômica das famílias inseridas nessa categoria. Diversos estudos sobre o espaço rural relatam que houveram diversas mudanças de enfoque da intervenção do Estado neste espaço. Durante as décadas de 60 a 80, o Brasil vivenciava o que se denominava como período da “Modernização da Agricultura”, em que todas as políticas públicas voltadas para o meio rural o interpretavam apenas enquanto espaço de produção agrícola, direcionando seus esforços para o processo de concessão de crédito, desenvolvimento de alta tecnologia, aquisição de insumos químicos e sintéticos e disponibilização de assistência técnica voltada para a grande produção. O principal problema relatado por esses autores foi o empobrecimento dos trabalhadores rurais e das famílias que viviam a pequena agricultura (WANDERLEY, 1999; ALTAFIN, 2007; SCHNEIDER, 2010; GRISA, 2012).

A partir da organização social desses indivíduos na década de 80 e por meio da atuação sindical e dos movimentos sociais é que suas exigências passaram a redirecionar o enfoque estatal das políticas públicas na década de 90. Foi esse contexto que permitiu

a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que visava o fortalecimento desse público por meio do crédito para investimento e custeio da pequena produção. Grisa e Schneider (2014) descrevem que foi a partir dos anos 2000 que o desenvolvimento rural a partir da agricultura familiar foi proposto intersetorialmente em diversos ministérios e posto em pauta em diversas políticas públicas diferenciadas, por exemplo, o Programa Minha Casa Minha Vida Rural, Programa Mais Alimentos, Programa Luz para Todos, Programa de Aquisição de Alimentos e da reformulação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

É nessa nova geração de políticas para a agricultura familiar, como Grisa e Schneider (2014) denominam, que a construção de um novo mercado é pensada por meio das chamadas cadeias curtas de comercialização, em que se oferece a possibilidade de protagonismo dos agricultores ao excluir os atravessadores e diminuir a distância entre vendedores e compradores. Ploeg (2016) destaca a necessidade de se compreender que mais importante do que a existência desse novo modelo de cadeia de comercialização na agricultura (na forma das cadeias curtas) e suas dinâmicas para conquista do tão esperado desenvolvimento rural, é a criação dos novos mercados que surgem nesse ambiente de inovação. Para ele, é a “criação de novos mercados que operam juntamente ou mesmo dentro dos grandes mercados agrícolas e de alimentos e subsequente criação de um espaço econômico que residem no cerne dos atuais processos de desenvolvimento rural” (PLOEG, 2016, p. 23).

O surgimento do PNAE nos moldes atuais foi moldado pela Lei nº 11.947/2009, ao regulamentar alterações referentes ao atendimento da alimentação escolar para os alunos da educação básica nos municípios, que instituiu a obrigatoriedade de aquisição mínima de 30% dos produtos adquiridos serem provenientes da agricultura familiar local. Silva e Silva (2011) destacam que a abertura do leque de possibilidades nos mercados institucionais provocou uma importante necessidade de reestruturação interna dos empreendimentos coletivos rurais. Para os autores, “trata-se de uma adequação técnico-gerecencial às exigências de relações comerciais formais” (SILVA e SILVA, 2011, p. 90) aos quais os empreendimentos rurais coletivos não estavam adaptados, e passaram a ter a necessidade de se adequarem à regularização tributária, sanitária e jurídica exigidas pelo mercado institucional.

4 SOBRE AS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS

Foram feitas onze entrevistas em quatro comunidades diferentes, sendo elas: três famílias na Comunidade dos Mendes (famílias 1, 2 e 3); quatro famílias na Comunidade Água Limpa do Pontão (famílias 4, 5, 6 e 7); três famílias na Comunidade Santa Rosa (famílias 8, 9 e 10) e uma família na Comunidade Independência (família 11). Na Comunidade do Pontão, não foi possível entrevistar o casal devido incompatibilidade de horários. O Quadro 1 a seguir apresenta as principais características de identificação das famílias.

Quadro 1 - Perfil das famílias entrevistadas

	Comunidade de residência	Tamanho da propriedade (aproximado) ⁴	Membros residentes na casa	Renda do PNAE em 2017	Produtos entregues em 2017	Quem acessa na família
Família 1	Mendes	14,52 hectares	3	R\$ 1.261,07	Legumes e frutas	casal
Família 2	Mendes	9,68 hectares	4	R\$ 11.594,50	Legumes, frutas e polpa de frutas	casal
Família 3	Mendes	21,78 hectares	2	R\$ 3.100,00	Frutas, inhame e cebola	esposa
Família 4	Água Limpa do Pontão	9,68 hectares	5	R\$ 9.000,00	Cenoura	filho
Família 5	Água Limpa do Pontão	7,26 hectares	3	não sabe	Verdura de folha, legumes e polpa de frutas	esposa
Família 6	Água Limpa do Pontão	7,26 hectares	2	não sabe	Verdura de folha, batata e abóbora	casal
Família 7	Água Limpa do Pontão	7,26 hectares	3	não sabe	Verdura de folha e legumes	casal
Família 8	Santa Rosa	4,84 hectares	2	R\$ 5.000,00	Banana	esposa
Família 9	Santa Rosa	4,84 hectares	3	R\$ 20.000,00	Legumes e frutas	casal
Família 10	Santa Rosa	8 hectares	2	R\$ 5.000,00	Batata doce, cenoura e abóbora	casal
Família 11	Independência	7,26 hectares	3	R\$ 10.000,00	Banana, abóbora e chuchu	casal

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Excetuando-se as famílias 3 e 4, todas as famílias demonstram compartilhar a gestão e o acesso ao programa. Na família 3, o esposo fazia questão de deixar claro que o acesso era de responsabilidade da esposa.

Já na família 4 a pessoa que acessa o PNAE é um jovem estudante de 21 anos que faz curso superior e ainda mora na propriedade dos pais. A entrevista não pôde ser feita com ele, porque ele estava na cidade ajudando a mãe a fazer as entregas da produção, então foi necessário que a pessoa entrevistada fosse o pai. Seus relatos explicaram que o objetivo do filho é o de fazer uma poupança com o dinheiro recebido com a participação no programa para que, quando se formasse no curso de Engenharia Civil, pudesse abrir seu próprio negócio.

A família 2, apesar do acesso e gestão do programa ser compartilhados entre o casal, a principal entrega da produção para o programa é feita em polpa de frutas, que fica

⁴ O valor foi dado aproximado pelos entrevistados que não sabiam o tamanho exato e todos utilizaram como unidade de medida o alqueire. Para fins de padronização e melhor compreensão para os leitores, a medida foi convertida em hectares.

sob responsabilidade da esposa e da filha de 18 anos. O objetivo de ambas com esse recurso é que a filha possa tirar sua carteira de habilitação e a esposa tem o desejo de trocar os móveis da casa.

Em relação às famílias 5, 6 e 7, foram entrevistadas apenas as esposas, pois os maridos estavam trabalhando na cidade. Eles são irmãos. Um deles, o da família 7 possui inserção econômica melhor do que os outros. Por esse motivo, as duas famílias possuem como renda familiar principal, o trabalho como diarista nas terras dele.

A diversidade da produção presente nas propriedades é resultado de um processo de incentivo das organizações sociais existentes no município para que as famílias não ficassem apenas dependentes da produção do café e pudessem, a partir do que já existia na propriedade para o consumo, também entregar para os programas institucionais. Relatos sobre como eles passaram a ter renda com o que era jogado no lixo foram frequentes nas entrevistas. A diversidade também é frequente no que diz respeito aos canais de comercialização. A família 2 conta que todos os sábados o marido, com o irmão dele, percorre as casas dos moradores da cidade oferecendo os produtos que possuem na propriedade; (frango, porco, verduras, frutas, etc.). Pelos relatos, esse canal de comercialização é a renda que compõe a maior parte da renda da família. A família 10 vende praticamente toda a produção em casa mesmo. A esposa faz tempero caseiro com alho e cebola colhidos pela família, o casal mói o café em uma ‘geringonça’⁵ feita pelo esposo que chamava muito à atenção dos vizinhos e até atraía a visita de moradores de outras comunidades para que aprendessem como montar esse novo maquinário.

Uma convergência encontrada em todas as famílias é a existência do acesso ao PRONAF como fonte corriqueira de investimento para a produção. Não foi demonstrado nenhum tipo de medo, receio ou inadimplência em relação ao programa e os assuntos referentes à essa política pública foram colocados por iniciativas dos entrevistados, no decorrer das conversas informais e, principalmente, no momento de fazerem a apresentação de suas estruturas e de seus canteiros de produção. O dinheiro do PRONAF foi conquistado via cooperativa de crédito, foi utilizado com o apoio da assistência técnica dessa mesma cooperativa e foi investido, efetivamente, na produção.

5 O SIGNIFICADO SOCIAL DO DINHEIRO DO PNAE

⁵ O casal que chamava aquele maquinário de geringonça. A criatividade do esposo fez com ele acoplasse um moedor de café manual ao motor de uma máquina de lavar roupas que já não servia mais para a família.

Zelizer se dedicou à pesquisas voltadas ao processo de construção social da economia, que “emergem de um conjunto de normas formais e informais que regem a sua utilização, localização, origens e quantidade” (ZELIZER, 2003, p. 134). A contribuição da autora possibilita explicar a uniformidade e as diferenças na gestão e utilização dos recursos do PNAE.

Um ponto semelhante nas famílias é que, apesar do dinheiro do PNAE não estar presente nos doze meses do ano⁶, ele é utilizado como pagamento das contas mensais, como energia elétrica, água, supermercado e investimento na produção. Muitas vezes é com ele que parte das famílias também paga os documentos anuais dos veículos.

O dinheiro que as famílias recebem com a venda do café é utilizado como poupança, visto que, como com PNAE conseguem arcar com as contas mensais, a venda do café não precisa ser imediata, sem análise de variações de preços do mercado e à mercê de atravessadores. Uma das vantagens do PNAE, é que deu liberdade e poder de decisão aos agricultores sobre a comercialização do café. Além do café, o gado também é uma espécie de poupança para necessidades mais emergenciais, uma vez que pode ser vendido a qualquer momento.

No caso específico do gênero, as relações de poder existentes entre as famílias, mesmo que não ditas com palavras, puderam ser percebidas pelas observações e pelas análises dos pesquisadores. Ao se sentarem para fazermos a entrevista, os casais sempre se posicionavam da seguinte forma: o marido mais próximo do gravador e do entrevistador e a esposa mais afastada, sempre com a cadeira mais atrás da do marido. Em algumas famílias, no entanto, isso não atrapalhava as esposas de responderem aos questionamentos, igualmente ou até mais que os maridos. Excetuando a família 4, em que o dinheiro do PNAE é direcionado para poupança do filho, os entrevistados explicaram que o dinheiro recebido era para toda a família. Na família 8, quem é responsável por toda a atividade produtiva da família é a esposa, devido à problemas de saúde do marido. A partir das entrevistas, foi possível identificar algumas especificidades na gestão do recurso, descritas no Quadro 2:

Quadro 2 - Características do acesso ao programa

Família	Funcionamento da gestão do recurso
1	Gestão da família, mas apenas o marido possui as informações.
2	Gestão da família, mas o dinheiro proveniente da entrega das polpas de frutas é apenas das mulheres da casa (esposa e filha). A esposa utiliza para a renovação dos

⁶ Só há entrega no PNAE e consequentemente recebimento do PNAE em meses letivos nas escolas, portanto, excetua-se por completo o mês de janeiro e parcialmente os meses de julho e dezembro.

	móveis da casa e a filha acumula como poupança para tirar sua carteira de habilitação.
3	Gestão da família, apesar do acesso ser feito em nome da esposa e haver resistência por parte do marido para acesso à política pública.
4	Acesso feito pelo filho e gerido pelo mesmo.
5	Gestão da família, apesar do acesso e o trabalho todo ser feito pela esposa
6	Gestão da família, mas apenas o marido possui as informações.
7	Gestão da família, mas apenas o marido possui as informações.
8	Gestão da esposa
9	Gestão da família, ambos possuíam todas as informações
10	Gestão da família, ambos possuíam todas as informações
11	Gestão da família, ambos possuíam todas as informações.

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Levando em consideração a teoria social do dinheiro, compreende-se que mais importante do que a quantidade de dinheiro é a compreensão de como o dinheiro está sendo utilizado. Isso significa que origens distintas acarretam ao dinheiro valores distintos. O valor da origem é, assim, definido pelos valores sociais. A poupança do café, por exemplo, possui valor simbólico de garantia de reconhecimento social à algumas famílias. Isso porque além de servir como poupança o café também é visto como item de doação para campanhas religiosas. A família 1 expõe com orgulho um troféu que recebeu da Igreja Católica de Muriaé pela contribuição feita, em sacas de café, à campanha de arrecadação de dinheiro para obras e reformas da Igreja.

O dinheiro do café, por sua vez, é gerido exclusivamente pelos maridos. Enquanto o dinheiro do PNAE, em algumas famílias, é de responsabilidade da juventude ou das mulheres. Algumas frases ditas pelos entrevistados traduzem isso:

a gente comprou a tv nova que a nossa tava velha... sabe como que é que é né, o meu pai fala que mulher não pode ter dinheiro não porque rapidinho esquentar a mão... (Família 2, 2018).

Aí fica é com ela, entendeu? Aí a rede de supermercado é eu que toma conta e alguma lanchonete. Na prefeitura assim, um influi... ela tá de frente e eu tô por trás... mas lá no PNAE, que ela já trabalha lá então... (Família 3, 2018).

vai juntando um dinheirinho... ele fala em montar alguma coisa pra ele... mas ele tá novo ainda... (Família 4, 2018).

É possível compreender de que forma as rendas monetárias que compõem a renda familiar dos entrevistados nessa pesquisa coadunam com as categorias descritas por Zelizer (2003). Apesar de, parentemente, o recurso ser distribuído por toda a família, quem possui as informações concretas sobre ele em todos os casos é o pai da família, mesmo quando sua utilização não é feita pelo mesmo.

Outra observação, é que o dinheiro do PNAE, em algumas famílias, é o “dinheirinho” proveniente de “tudo aquilo que perdia” que complementa a renda, que é direcionado às mulheres e aos filhos, por não ser o dinheiro do montante que banca os grandes investimentos e é confiável para pagar as dívidas. Para esse destino, utiliza-se das estratégias de manutenção de gado e pés de café nas propriedades e de outras formas de comercialização da produção, por exemplo, a venda para redes de supermercados e a venda direto aos consumidores. Nesses casos, a responsabilidade pela gestão da produção, pela comercialização e pela utilização e destinação dos recursos é dos maridos.

Foi possível observar que o dinheiro do PNAE, apesar de não ser explicitamente dinheiro do sexo feminino e dinheiro da juventude em todas as famílias, é um dinheiro de origem fácil, visto que a maior parte dos relatos demonstram que ele tem origem na “produção que perdia”, naquilo que “ia sobrar”. Além dessa característica, ele é o dinheiro de conquista reativamente fácil pois os produtores contam com a logística de comercialização da cooperativa, isto é, a cooperativa busca os produtos na casa de cada um dos produtores e se responsabiliza pela organização e distribuição deles nas escolas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho procuramos descrever de que forma o dinheiro proveniente do PNAE era percebido e vivenciado pelas famílias que o recebiam tendo como lente teórica as contribuições da teoria social do dinheiro de Zelizer (2003). Após um referencial que a sistematiza e descreve as formas como o dinheiro é dotado de significados, valores e carregados de sentido que traduzem as estruturas e relações sociais que o permeiam, foi possível compreender de que forma o dinheiro proveniente do PNAE é percebido e vivenciado pelas famílias entrevistadas.

Além de ter se tornado uma das principais políticas públicas de acesso aos mercados institucionais para a agricultura familiar brasileira, o PNAE se mostrou de acesso desburocratizado e de fácil implementação pelas organizações coletivas que organizam a produção dos cooperados para acesso à política. Além disso, o acesso coletivo gerido pela COOPAF trouxe facilidades que permitem que a produção seja entregue sem despesas de logísticas e sem que a família precise se empenhar em uma nova produção agrícola. Na maioria dos casos, os produtos entregues são aqueles que eram deixados de lado e que não eram vistos como fonte de renda das famílias, como as frutas típicas da região e as hortaliças já produzidas nos pequenos canteiros do entorno da casa.

Assim, como observamos, em alguns casos, o dinheiro que dele resulta é dotado de sentido pejorativo e diminutivo; as famílias o têm como dinheiro para as coisas da casa e, como Zelizer (2003) também observou, seu uso é dissolvido em coisas do mundo doméstico, mais feminino que masculino.

Comparativamente, isso fica mais claro. Seu destino, em todos os casos, é diferente do destino do dinheiro proveniente da venda do café, do gado, de outros produtos hortifrutigranjeiros no mercado convencional. Esse dinheiro é repleto de carga de sentido que o categoriza por meio do gênero, da geração e do trabalho investido na sua produção.

Enfim, o dinheiro do PNAE não é vivenciado pelas famílias da mesma forma que vivenciam os dinheiros provenientes de outras rendas.

O destino do dinheiro do PNAE também varia em função e quem acessa o programa: quando o programa é acessado pelos homens, ele é destinado mais à manutenção da produção e da propriedade rural; quando é acessado pelas mulheres é destinado às questões domésticas, como pagamento de contas mensais e reorganização do lar.

Enfim, os dinheiros das diferentes fontes de renda das famílias, de modo relacional, são dotados de diferentes sentidos, significados e valores sociais. Mas nossas observações não permitem afirmar que as separações são estanques e absolutamente interditas. Elas indicam que é mais recorrente o dinheiro do PNAE ficar/ser empregado no circuito doméstico, de cuidados com o grupo familiar, e, assim, permanecer mais da esfera privada (destinada à esfera feminina). E que é mais recorrente os outros dinheiros ficarem/serem empregados no pagamento de investimentos bancários, nas reformas da propriedade e na aquisição de novos bens.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o Diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social – revista de sociologia da USP**. São Paulo, v16, n2, novembro 2004.

BRASIL. Lei nº 11326, 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 30 de abril de 2018.

BRASIL. Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2002/L10406.htm Acesso em: 04 de fevereiro de 2018.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**: produção e institucionalização das ideias. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ, 2012.

GRISA, C. e SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, p. 125-146, 2014.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EPU, 2003.

PLOEG, J. D. V. D. Mercados aninhados recém-criados: uma introdução teórica. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Org). **Construção de mercados e agricultura familiar**: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2016.

POLANYI, K. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus. 2ed. 2000.

ROCHA, J. H.; SACCO DOS ANJOS, F. **A sociologia econômica e os mercados protegidos: um arcabouço teórico e analítico para o Programa de Aquisição de Alimentos**. *Revista Extensão Rural, DEAER – CCR – UFSM*, vol.20, nº 2, mai - ago de 2013.

SILVA, M. G.; SILVA, S. P. **Para além do acesso: uma análise da relação entre mercados institucionais e empreendimentos de economia solidária no meio rural**. *Mercado de Trabalho*, n. 49. Brasília: IPEA, nov. 2011.

SWEDBERG, R. **Principles of economic sociology**. Princeton: Princeton University Press, 2003.

ZELIZER, V. O significado social do dinheiro. In: MARQUES, R., PEIXOTO, J. (Org.) **A nova sociologia econômica: uma ontologia**. Oeiras: Celta. 2003.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como espaço de vida**: reflexos sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.

FORMAÇÃO E ATUAÇÃO SINDICAL: COMO OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO CONTRIBUEM PARA O EMPODERAMENTO DAS MULHERES NO MEIO RURAL

Taise Pasa¹
Zenicleia Angelita Deggerone²
Cibele Lucia Bombardelli³
Eliziane Franceschi⁴
Jane Francisca Richter da Costa⁵
Douglas Cenci⁶

RESUMO

Este trabalho apresenta a experiência de capacitação social oportunizada pelo projeto de extensão “Multiplicadores de conhecimentos na Agricultura Familiar”, organizado pelo Coletivo de Mulheres, do Sindicato Unificado dos trabalhadores na Agricultura Familiar (SUTRAF – AU) juntamente com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). As atividades do projeto ocorreram entre os meses de maio a dezembro de 2017 e foi ofertado para 28 mulheres agricultoras familiares, que atuam em 15 municípios de base sindical do SUTRAF-AU. O projeto de extensão proporcionou as mulheres informação e formação nos seguintes temas: os impactos da nova proposta do regime de previdência social para as mulheres; o papel do coletivo de mulheres na liderança e motivação no trabalho comunitário; as desigualdades de gênero existentes na sociedade; a importância do autoexame e da prevenção de doenças; a sensibilização socioambiental por meio da separação e reutilização adequada de resíduos, além da geração de renda por meio do resgate de artesanatos rurais. Por fim, infere-se que este projeto de extensão propiciou condições para que as mulheres sejam as protagonistas de uma nova geração, na busca constante por empoderamento visando reduzir as desigualdades de gênero existentes meio rural.

Palavras-chaves: Empoderamento. Agricultoras Familiares. Capacitação.

¹ Acadêmica do Curso de Administração da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - Unidade em Erechim; Bolsista do projeto extensão: Multiplicadores de conhecimentos da agricultura familiar; E-mail: taise-pasa@uergs.edu.br;

² Coordenadora e Professora do Projeto de Extensão: Multiplicadores de conhecimentos da agricultura familiar; Professora do Curso de Administração da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - Unidade em Erechim; Doutoranda em Desenvolvimento Rural (UFRGS); E-mail: zenicleia-deggerone@uergs.edu.br

³ Acadêmica do Curso de Administração da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - Unidade em Erechim; Especialista em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável (UERGS); Bacharel em Tecnologia em Fruticultura (UERGS); E-mail: cibele-bombardelli@uergs.edu.br

⁴ Acadêmica do Curso de Administração da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - Unidade em Erechim; Bolsista deste projeto de extensão: Inclusão Digital na Agricultura Familiar; E-mail: eliziane-franceschi@uergs.edu.br

⁵ Acadêmica do Curso de Pós Graduação – Especialização em Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - Unidade em Erechim; Bacharel em Gestão Ambiental (UERGS); Colaboradora do Projeto de Extensão: Multiplicadores de conhecimentos da agricultura familiar; E-mail: richter_jane@yahoo.com.br

⁶ Coordenador do Sindicato Unificado dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai (SUTRAF-AU); Especialista em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável (UERGS); Bacharel em Administração (UNOPAR); Colaborador do Projeto de Extensão: Multiplicadores de conhecimentos da agricultura familiar; E-mail: douglassutraf@hotmail.com;

1. INTRODUÇÃO

O processo de organização política e de desenvolvimento a partir da perspectiva de gênero, vem ganhando destaque nos espaços produtivos, econômicos sociais e acadêmicos. Historicamente as mulheres ocuparam lugares de menos destaque dentro da sociedade, especialmente no meio rural, porém, com apoio de organizações sociais, políticas, sindicais e da própria união das mulheres, esse contexto vem sendo alterado. A exemplo desse processo, Siqueira (2014), salienta que no Brasil a agricultura familiar exerce grande importância para a economia interna e para o abastecimento de alimentos no país e as mulheres são protagonistas, mas socialmente sua atuação passa despercebida, devido a dominação masculina.

Frente a este cenário, as organizações sindicais possuem uma histórica resistência e oposição, a tais situações. Por meio de uma estrutura sindical desafiadora, as participantes do coletivo iniciaram um processo de organização social, com o objetivo de mobilizar e capacitar mais mulheres para atuar em coletivos organizados e dirigidos por agricultoras familiares. A exemplo disso, na Região Alto Uruguai, porção Norte do Estado do Rio Grande do Sul, as atividades econômicas estão baseadas no trabalho familiar e na policultura. Possuem um histórico de sindicalismo que busca representar a agricultura familiar por meio do Sindicato Unificado dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai (SUTRAF-AU).

A organização sindical e social, promoveu espaços para a discussão de gênero, especialmente, no que se refere a busca pela equiparação de oportunidades, construção de políticas públicas e o reconhecimento social da mulher. Segundo Melo e Lopes (2012), empoderar as mulheres é contribuir com a igualdade de gênero, e estabelecer mudanças nas bases estruturais da sociedade, envolvendo as famílias, escolas e expandindo para o âmbito social. Além disso, para os autores, somente a formação possibilita a aquisição da emancipação individual e também da consciência coletiva, necessária para a superação da dependência social e dominação política (MELO e LOPES, 2012).

Dessa forma, os processos de formação contribuem para o desenvolvimento individual das mulheres, nos diferentes espaços de sociabilidade e condiciona para a apropriação de diversos conhecimentos. A formação se refletirá na construção de capacidades individuais, melhorando a gestão de suas atividades produtivas, econômicas, possibilitando uma maior consciência de sua capacidade de influenciar outras pessoas e de tomar decisões sobre a gestão e organização dos empreendimentos rurais e sobre sua própria vida.

Frente a importância da organização das mulheres e dos processos de formação, este artigo objetiva, apresentar a experiência de capacitação social, proporcionado pelo projeto de extensão:

“Multiplicadores de conhecimentos na Agricultura Familiar”, organizado pelo Coletivo de Mulheres do Sindicato Unificado dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SUTRAF – AU), juntamente com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) – Unidade em Erechim.

Especificamente este trabalho busca:

- apresentar os eixos norteadores e as etapas do processo de formação, organizados pela

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul e pelo Coletivo de Mulheres do SUTRAF-AU;

- demonstrar os aspectos positivos que a capacitação proporcionou, na organização social das participantes;

- apontar as dificuldades que as mulheres identificaram ao participar do processo formativo.

Para atender o objetivo, o presente trabalho foi organizado em quatro seções. Inicialmente é apresentada a introdução e a metodologia utilizada na execução do projeto de extensão. Na segunda seção é apresentado o aporte teórico, que destaca a importância da inclusão social das mulheres para a construção de espaços de igualdade na sociedade. A terceira seção apresenta os resultados e discussões a partir da execução do projeto e como os processos formativos contribuem para o engajamento das mulheres no desenvolvimento local. E por fim, são apresentadas as principais conclusões deste trabalho, bem como as referências bibliográficas consultadas.

2. METODOLOGIA

O método utilizado para o desenvolvimento dos encontros, foi a oficina pedagógica, que segundo Freire (1998, p.127) permite a atuação democrática e participativa do educador com relação aos participantes, sendo que este não se coloca como o único detentor do conhecimento.

O projeto de extensão foi desenvolvido por meio de uma parceria formada entre a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) – Unidade em Erechim com o Sindicato Unificado dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai – SUTRAF-AU, para oferecer um curso de capacitação, com o propósito de formar multiplicadores de informações e conhecimentos na agricultura familiar.

Inicialmente, o SUTRAF-AU realizou a divulgação do curso e as inscrições das agricultoras familiares interessadas em ser uma multiplicadora de conhecimentos em seus municípios de atuação. O deslocamento das mulheres que participaram das sedes municipais até a cidade de Erechim e a alimentação foram organizadas de forma solidária entre os Sindicatos Municipais.

Já a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul ofereceu a infraestrutura (salas de aulas) para desenvolver as atividades, bem como, os professores e outros profissionais colaboradores que ministraram as oficinas e palestras no projeto.

As oficinas tiveram a duração de 8 horas, e ocorreram entre os meses de maio a dezembro de 2017, sendo que foram trabalhados diversos temas relevantes para o desenvolvimento e alto senso de reconhecimento das mulheres agricultoras familiares.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Na sequência será apresentado o aporte teórico, vinculado aos processos de empoderamento, que busca referendar o projeto de extensão “Multiplicadores de Conhecimentos na Agricultura Familiar”.

3.1 O EMPODERAMENTO DAS MULHERES

Ao analisar a conjuntura das mulheres na sociedade, observa-se que estas foram oprimidas desde a antiguidade, por uma cultura patriarcal, marcada pela desigualdade de gênero. Tal situação impôs diversas dificuldades na trajetória pessoal e profissional feminina, que aos poucos foi se modificando, mas ainda enfrenta muitos desafios. O desejo de transformar este cenário deu origem ao conceito de empoderamento feminino, que passa pelo reconhecimento e valorização das mulheres, como forma de alcançar sua emancipação e a igualdade entre os gêneros (MELO e LOPES, 2012).

A palavra empoderamento deriva da tradução do termo *empowerment*, utilizado no meio organizacional para referir-se à atribuição ou transferência de poderes a alguém, como forma de encorajar os indivíduos e equipes a se comprometerem mais com os resultados das organizações (MARTINS, 2003). Contudo, de acordo com Deere e Leal (2002), o termo apresenta diversos significados, dependendo do contexto utilizado, podendo ser interpretado como emancipação e trajetória rumo ao poder sociopolítico ou como a busca pelo domínio sobre a própria vida e futuro do indivíduo.

Na perspectiva feminista o empoderamento de mulheres é caracterizado pelo processo da conquista da autonomia, da autodeterminação, resultando na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero e patriarcal. Neste sentido, o objetivo maior de ações voltadas para este conceito, é propiciar as condições para que elas possam questionar, desestabilizar e se organizar com vistas à erradicação da ordem patriarcal vigente (SARDENBERG, 2009). Conforme Melo e Lopes (2012), se reivindica o fim da dominação masculina e seus privilégios sobre as mulheres, garantindo-lhes autonomia e controle de seus próprios corpos, sexualidade, ideologias e direitos, com a finalidade, segundo Prá (2006), de alcançar a igualdade de gênero, tanto em relação ao acesso a recursos, quanto aos benefícios.

Com relação as mulheres no espaço de trabalho, o empoderamento feminino fundamenta-se, de acordo com Melo e Lopes (2012), na busca pela emancipação, pessoal e financeira, da qual, para Machado (2002) é um desejo tão relevante quanto a maternidade e o matrimônio. Para isso, a mulher empenha-se em preparar-se e qualificar-se para o mercado laboral, a fim de desenvolver sua própria identidade e planejar seu futuro, de acordo com seus desejos e não de outrem (MELO e LOPES, 2012).

O empoderamento feminino perpassa por vários caminhos: pela sociedade, pelo conhecimento dos direitos da mulher, por sua inclusão social, instrução, profissionalização, consciência de cidadania e, também, “por uma transformação no conceito que ela tem dela mesma, em sua autoestima” (FERRARI, 2013, p. 2).

Stromquist (1997), complementando a afirmação acima, defende que ele ocorre por meio da construção de uma auto-imagem e confiança positiva, do desenvolvimento da habilidade para pensar criticamente, da construção da coesão de grupo, da promoção da tomada de decisões e por fim da ação executada por elas.

Dessa forma, pode-se inferir que o enfoque dado ao conceito está relacionado ao fortalecimento dos atores sociais, por meio da existência de oportunidades sociais, políticas e econômicas, no sentido dado por Amartya Sen (2000), de expansão das capacidades humanas e das liberdades reais.

Segundo o autor, a condição de agente dos indivíduos (e em particular a das mulheres) é central para lidar com as privações materiais e não-materiais a que se encontra submetida uma vasta parcela da população humana. Sob essa abordagem, portanto, os indivíduos são vistos como “agentes de mudança, e não como recebedores passivos de benefícios” (SEN, 2000, p.11).

Embora, Sen não utilize a designação de empoderamento, pode-se inferir semelhança a essa noção ao processo que ele descreve, e na relevância concedida ao aspecto de condição de agente individual, entendido como o de alguém que age ocasionando mudanças, sendo guiado por seus próprios valores e objetivos. Nessa condição de agente está embutido o potencial de cada pessoa de cuidar de si mesma, isto é, a posição do indivíduo como sujeito do seu próprio desenvolvimento e a capacidade de influenciar o seu entorno, como catalizador de transformações sociais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O COLETIVO DE MULHERES DO SINDICATO UNIFICADO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR – SUTRAF-AU

A igualdade de direitos e de oportunidades entre as pessoas tem se constituído na missão norteadora de organismos e instituições que pautam as suas ações pelo ideal de construção de uma sociedade democrática e cidadã. Embora esses direitos e garantias estejam presentes na Constituição Federal, as desigualdades persistem, pois, os mesmos ainda encontram muitos obstáculos para se efetivarem e se concretizarem na prática. Isso porque a conquista de direitos decorre não só de sua presença nos diplomas legais, mas também de um processo permanente de conquista das mudanças sociais, com a participação ativa de toda a sociedade

Ao longo da história, as mulheres agricultoras familiares foram persistentes na luta pelos seus direitos, além de buscarem melhores condições de trabalho e de reconhecimento do engajamento no cenário político. Dessa forma, não se pode enquadrá-las na semântica que elas ocupam um papel secundário na sociedade. Mas, sim ressaltar a importância das mulheres ao designar parte de seu tempo, para se dedicar em ações coletivas, por meio da atuação como lideranças sindicais, políticas e comunitárias.

Diante deste contexto, o Sindicato Unificado dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai (SUTRAF – AU), tem como eixo de trabalho discutir o papel da mulher na sociedade, reconhecendo-as como protagonista na geração e cuidado da vida, na garantia da soberania alimentar, do cuidado com a saúde, da gestão e organização da propriedade rural, de geração de renda e na participação política.

O SUTRAF-AU atua em 27 municípios da Região Alto Uruguai (RS), com 24 sedes municipais. O trabalho desenvolvido com as mulheres agricultoras ocorre por meio do Coletivo Regional e dos Coletivos Municipais de Mulheres. O Coletivo de Mulheres tem por objetivo proporcionar as agricultoras o reconhecimento social na afirmação da autoestima, na participação da organização da produção agrícola na propriedade e na construção de políticas públicas para a agricultura familiar. Desta forma, as mulheres mantem sua organização nos sindicatos tendo por meta incentivar mais mulheres a se organizar, lhes envolvendo em discussões por novas políticas públicas, atuando também na organização de ações em prol da agricultura familiar.

Com isso, o Coletivo de Mulheres do SUTRAF-AU juntamente com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Uergs - Unidade em Erechim, desenvolveram no ano de 2017, o projeto de extensão intitulado “Multiplicadores de Conhecimentos na Agricultura Familiar”, que teve por

objetivo desenvolver oficinas de capacitação das mulheres agricultoras familiares, para empoderá-las a atuar nas organizações sindicais, políticas e comunitárias.

Os objetivos específicos do projeto de extensão foram:

(a) Instrumentalizar o Coletivo de Mulheres de como organizar e conduzir reuniões e encontros;

(b) desenvolver a habilidade do trabalho em equipe e formação de lideranças dentro das comunidades para a organização social;

(c) realizar a sensibilização socioambiental entre as participantes;

(d) orientar e incentivar o cultivo e a utilização de plantas biotativas;

(e) instruir as mulheres sobre a importância da saúde e alimentação no meio rural;

(f) incentivar o resgate da produção de artesanatos temáticos rurais.

A formação contou com 28 participantes de 15 municípios da Região Alto Uruguai, sendo que ao final das oficinas foi firmado o compromisso com as mulheres que participaram para que se tornem multiplicadoras, replicando a oficina nos seus municípios de origem, para difundir as informações e conhecimentos obtidos durante os encontros, aproximando o público feminino das organizações sindicais.

4.2 OS EIXOS DE FORMAÇÃO DO PROJETO DE EXTENSÃO

O primeiro eixo de formação propiciado pelo projeto de extensão foi a formação política das participantes, em que ocorreu por meio da exposição e discussão dos seguintes temas: a) Previdência social (o que mudaria na proposta regimental da previdência social para os agricultores familiares e quais seriam os impactos negativos e positivos da implementação da nova lei).

O objetivo dessa etapa foi levar as mulheres a conhecerem os principais temas em discussão no cenário político. A formação política propiciou as participantes um repertório de informações que lhes permitiram compreender as nuances dos debates acerca da reforma da previdência social, no país.

No eixo de formação motivacional foi destacado a importância do papel das mulheres no comportamento a ser adotado para a condução das atividades nos municípios, assim como a relevância do papel que exercem nos coletivos municipais.

As ações desse eixo contemplaram: a) aspectos da liderança e motivação na condução de equipes de trabalho; b) como conduzir oficinas e reuniões dos coletivos; c) a aplicação de dinâmicas de grupo, para animar e sensibilizar os coletivos de mulheres; d) comunicação e desenvoltura para conduzir as atividades. Os resultados dessa etapa puderam ser visualizados por meio do engajamento das participantes em replicar os ensinamentos proporcionados pelo curso as demais mulheres agricultoras que participam nos Coletivos de Mulheres nos municípios.

No eixo motivacional também foram promovidas atividades relacionadas a saúde da mulher, por meio da temática do Outubro Rosa. O objetivo da atividade foi de levar conhecimentos sobre os principais tipos de câncer que acometem as mulheres, explicando sobre os principais fatores, apontado por especialistas, que influenciam no desenvolvimento desta doença, bem como os cuidados para prevenção.

Nesta etapa foram desenvolvidas atividades em 20 municípios de abrangência do SUTRAF-AU, a partir da organização de cada coletivo municipal realizou-se encontros com palestras sobre a saúde da mulher e também oficinas de beleza para as participantes. Além disso, para cada participante da atividade foram entregues uma camiseta e folders que abordaram a importância dos cuidados com a saúde da mulher agricultora rural.

Além dessas atividades municipais, também foi promovido uma atividade regional pelo Coletivo de Mulheres que realizou o II Encontro Regional de Mulheres Agricultoras Familiares tendo como tema “Mulheres lutando por direito, igualdade e respeito”. O evento ocorreu em Erechim (RS), onde participaram cerca de 1000 mulheres agricultoras familiares de todos os municípios que participavam do projeto.

Na atividade foram debatidos os temas relacionados a banalização da violência contra a mulher, o machismo, o feminicídio, o preconceito e a necessidade das mulheres assumirem o protagonismo na busca por uma sociedade melhor. As figuras 1 e 2 apresentam as atividades desenvolvidas neste evento.

Figura 01 – Participantes no II Encontro Regional de Mulheres Agricultoras Familiares Erechim (RS)



Fonte: Dados do projeto (2017).

Figura 02 – Debatedora convidada Cecilia Bernardi convidada expondo no II Encontro Regional de Mulheres Agricultoras Familiares (RS)



As questões ambientais foram abordadas por meio de um eixo específico da formação. Nesta etapa, as mulheres tiveram a oportunidade de debater sobre os problemas ambientais ocasionados pela destinação inadequada de resíduos sólidos e líquidos no meio ambiente.

Segundo Mota Et Al., (2009), o descarte impróprio dos resíduos pode afetar o solo, a água e/ou o ar. A poluição do solo pode alterar suas características físico-químicas, representando uma séria ameaça à saúde pública tornando o ambiente propício para o desenvolvimento de transmissores de doenças. A poluição da água pode alterar as características do ambiente aquático, por meio da percolação do líquido gerado pela decomposição da matéria orgânica presente no lixo, associado com as águas pluviais e nascentes existentes nos locais de descarga dos resíduos. Enquanto que a poluição do ar pode provocar a formação de gases naturais na massa de lixo, pela decomposição dos resíduos com e sem a presença de oxigênio no meio, originando riscos de migração de gás, explosões e até de doenças respiratórias, se estiverem em contato direto com os mesmos.

Por isso, na oficina de sensibilização também foram ministradas informações sobre separação e armazenamento adequado de resíduos, bem como o possível reaproveitamento de alguns resíduos como as embalagens de refrigerante e de vidros, demonstrando como os mesmos podem ser reaproveitados, e serem utilizados no cotidiano familiar, por meio da confecção de puffs de garrafa pet e a decoração de vidros, para a armazenagem de objetos, conforme podem ser visualizados nas figuras abaixo.

Figura 03 – Confecção de puffs de garrafa pet



Figura 04 – Decoração de vidros



Fonte: Dados do projeto (2017).

Os resultados após a realização dessa prática foi o conhecimento adequado de como proceder na separação dos resíduos sólidos, e da importância do reaproveitamento dos materiais. Também se visualizou uma nova fonte de renda, sendo importante para auxiliar na independência financeira, além de perceber o empenho das participantes em desenvolver esta oficina nos coletivos municipais,

levando o debate sobre a necessidade de identificar, separar e descartar os resíduos adequadamente nas propriedades rurais.

O eixo cultural propiciado pelo projeto de extensão ocorreu, por meio da aplicação de duas oficinas de artesanato. A primeira oficina foi a confecção de artesanatos com sementes, em que as participantes desenvolveram um enfeite de geladeira, conhecido também como mandala. A segunda atividade envolveu a temática natalina, com a construção de guirlanda, utilizando materiais disponíveis no meio rural como sementes, flores, cascas, palhas e outros elementos.

O objetivo dessa etapa foi incentivar o resgate da produção de artesanatos temáticos rurais e o desenvolvimento de novas habilidades artesanais. A partir estas oficinas foi possível estimular a troca de experiência entre as participantes, incentivando a confecção de artesanatos como uma forma de gerar renda extra. As figuras abaixo 5 e 6 apresentam os artesanatos desenvolvidos.

Figura 05 – Confecção de enfeite de geladeira – mandala de sementes



Fonte: Dados do projeto (2017).

Figura 06 – Confecção de guirlanda para o Natal



4.3 POTENCIALIDADES E DIFICULDADES IDENTIFICADOS NESTE PROCESSO DE FORMAÇÃO

A proposta deste projeto de extensão de formação de multiplicadores de conhecimento, foi de promover a atuação das participantes na disseminação de informações, formando novas agentes sindicais engajadas no desenvolvimento rural sustentável.

Por isso, um dos primeiros aspectos positivos foi a organização das participantes das oficinas realizadas nos municípios, onde elas buscaram organizar a reunião para passar informações do Coletivo de Mulheres, juntamente com a realização de uma prática para passar os conhecimentos atrelados ao tema da oficina.

Uma das primeiras oficinas replicadas foi a prática que discutiu a sensibilização socioambiental por meio da construção de puffs de garrafa pet e o reaproveitamento de vidros para a decoração de ambientes, conforme podem ser visualizados nas figuras 7 e 8.

Figura 07 – Participante do coletivo ministrando a atividade de confecção de puffs de garrafa pet no município de São Valentim (RS)



Fonte: Dados do projeto (2017).

Figura 08 – Participante do coletivo ministrando a atividade de confecção de puffs de garrafa pet no município de Três Arroios (RS)



A segunda oficina replicada nos municípios foi a confecção de mandalas de sementes e de guirlandas natalinas, conforme figuras 9 e 10.

Figura 09– Participantes do coletivo ministrando a atividade de confecção de mandalas na cidade de Aratiba (RS)



Fonte: Dados do projeto (2017)

Figura 10- Guirlandas de natal ministrada pela participante do coletivo na cidade de Jacutinga (RS)



A partir da replicação destas oficinas foi possível estimular a troca de experiência entre as participantes, incentivando a confecção de artesanatos utilizando os materiais disponíveis no meio rural, potencializando o artesanato rural como uma forma de gerar renda extra.

Os resultados alcançados abrangeram um público diretamente de mais de 200 pessoas, informando e auxiliando na divulgação e discussão da importância do autoexame e dos exames de rotina que devem ser feitos, para diagnosticar a doença com antecedência.

Figura 11 – Atividade Outubro Rosa desenvolvida no centro da cidade Viadutos (RS)



Fonte: Dados do projeto (2017).

Figura 12 – Atividade com palestra na cidade de Campinas do Sul (RS)



Ao decorrer do projeto pode se identificar alguns aspectos que desafiam, o maior envolvimento e participação das mulheres. A grande maioria, não possui consciência sobre sua independência, ou mesmo da importância de sua participação nas atividades da comunidade ou do sindicato. As mulheres acreditam ser somente de sua responsabilidade, os afazeres do lar, o cuidado e atenção dos filhos e marido. Acreditando também que a função da representação e ocupação dos espaços sociais, é de responsabilidade apenas do homem. Nas relações familiares destas mulheres, observa-se como a ordem de gênero patriarcal ainda impera e é mantida cotidianamente por homens e mulheres (SAFFIOTI, 1992).

Apresentam-se ainda como dificuldades na execução do projeto, o deslocamento para o local onde eram desenvolvidas as oficinas, pois a grande maioria das mulheres agricultoras não possuem Carteira Nacional de Habilitação (CNH) o que dificulta a locomoção para o desenvolvimento das atividades. Além disso, outro fator limitante, é a questão da sobrecarga de atividades que elas precisam realizar durante o dia nas propriedades rurais, e que muitas vezes gera um sentimento de impotência, pois precisam estar em diferentes espaços ao mesmo tempo, e por isso, algumas ainda acabam priorizando as atividades na propriedade rural.

A partir dessas limitações identificadas, o Coletivo de Mulheres juntamente com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, pretende dar continuidade ao projeto de extensão, mas realizando atividades com um cronograma pré-definido. A estratégia buscará realizar oficinas de curta

duração e a execução das mesmas a cada dois meses, permitindo as mulheres o planejamento e a priorização dos dias pré-estabelecidos para as atividades de formação

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho permitiu descrever como o curso de extensão “Multiplicadores de conhecimento na agricultura familiar”, foi realizado entre as instituições, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul –UERGS, e o SUTRAF-AU.

Os principais eixos norteadores do projeto foram: formação política, que proporcionou as mulheres o conhecimento sobre as regras da proposta de reforma da previdência social; o segundo eixo foi o motivacional, em que foram trabalhados alguns aspectos de liderança e motivação, além de atividades relacionadas a saúde da mulher, por meio da temática do Outubro Rosa. O terceiro eixo de formação foi desenvolvido entorno das questões ambientais, aonde as participantes debateram sobre os problemas ambientais ocasionados pela destinação inadequada de resíduos sólidos e líquidos no meio ambiente; e por fim o eixo cultural que destacou a importância do resgate de artesanatos que utilizam materiais do cotidiano rural.

As principais potencialidades alcançadas pelo projeto foram percebidas, a partir da organização das participantes e no engajamento para replicar as oficinas nos coletivos municipais. E as maiores dificuldades identificadas, se encontram na formação da consciência das participantes sobre a importância, em romper o padrão e dedicar-se entre os afazeres domésticos e do campo, aos processos de formação. A grande maioria das mulheres ainda não possui consciência sobre sua independência, ou mesmo da importância de sua participação nas atividades da comunidade ou do sindicato, pois existe um grande receio por parte das mulheres em assumir papéis de liderança.

E por fim, a realização deste projeto de extensão foi de extrema importância para as instituições envolvidas, pois foram promovidas ações de sensibilização e de formação para cerca de 200 mulheres agricultoras familiares, e infere-se que estas atividades propiciaram condições para que as participantes do Coletivo de Mulheres sejam as protagonistas de uma nova geração, na busca constante por empoderamento para reduzir as desigualdades de gênero existentes meio rural.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEERE, C.; LEAL, M. **O empoderamento da mulher**: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2002.

FERRARI, R. **O Empoderamento da Mulher**. Disponível em: <<http://www.fap.sc.gov.br/noticias/empoderamento.pdf>>. Acesso em: 19 Fev. 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MACHADO, H. **Identidade empreendedora de mulheres no Paraná**. 188 f. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

MARTINS, C. **Trabalhadores na Reciclagem do Lixo: Dinâmicas Econômicas, Socioambientais e Políticas na Perspectiva de Empoderamento**. 210 f. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

MELO, M.; LOPES, A. **Empoderamento de Mulheres Gerentes: A Construção De Um Modelo Teórico De Análise**. *Revista Gestão E Planejamento*, Salvador: v. 12, n. 3, p. 648-667, 2012.

MOTA, C.J., et al, **Características e Impactos Ambientais Causados pelos Resíduos Sólidos: uma visão conceitual** Autores, 2009.

PRÁ, J. Políticas Públicas, Direitos Humanos e Capital Social. In: BAQUERO, M.; CREMONESE, D. (Org.). **Capital Social: Teoria e Prática**. Editora Unijuí. Ijuí: 2006.

SAFFIOTI, B. I. H. **Gênero, patriarcado, violência**. Editora Fundação Perseu Abramo. 1º edição março, 2004.

SARDENBERG, M.B.C. **Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista**. NEIM/UFBA 2009.

SIQUEIRA, S.S.E.A. **Empoderamento de mulheres agricultoras: possibilidades e limites de um projeto de desenvolvimento rural no semiárido baiano**. Salvador.2014

STROMQUIST, N. **La busqueda del empoderamiento: en qué puede contribuir el campo de la educación**.1997.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

Associativismo das Mulheres Rurais no Semiárido

Tatiana Frey Biehl Brandão¹

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco²

Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa³

Resumo

Este trabalho visa analisar o perfil das integrantes da Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’ e avaliar a percepção das associadas sobre a contribuição da organização social coletiva para a inclusão social e produtiva das mulheres sertanejas. Optou-se por uma metodologia qualitativa, com pesquisa documental e de campo. Conclui-se que as mulheres relacionam o processo de associativismo com a conquista de autonomia e com o atual protagonismo das associadas na esfera socioprodutiva.

Palavras chaves: Associativismo; Mulheres Rurais; Agricultura Familiar Camponesa.

¹ Professora Assistente da UFAL/Campus Sertão; Doutoranda em Engenharia Agrícola pela FEAGRI/UNICAMP; tatianafbrandao@gmail.com

² Professora Titular da FEAGRI/UNICAMP; Doutora em Agronomia pela UNESP; soniaberga@yahoo.com

³ Professor Adjunto da UFAL/Campus Sertão; Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pelo PPGMADE/UFPR; luciano.barbosa@santana.ufal.br

1. Introdução

É importante conhecer o rural brasileiro para além de um setor agropecuário padronizado pela internacionalização do modelo agrícola hegemônico, o agronegócio, onde o agricultor se restringe a ser produtor, especializado em algum tipo de monocultura e completamente atrelado ao mercado, com a finalidade específica de obtenção de lucro.

Este trabalho vislumbra o ambiente rural, como *lócus* onde se estabelecem as relações econômicas, sociais, culturais, ecológicas e produtivas dos agricultores familiares tradicionais, pois como observa Léon (2003), citado pela Paulilo (2016, p. 376):

[...] a agricultura e a produção alimentar se justificam a fins lucrativos, tem incidido negativamente na vida das mulheres, convertendo-as em simples assalariadas e alienando-as da sua relação com a terra, com a agricultura, com os saberes e conhecimentos históricos, especialmente aqueles que, como inventoras da agricultura, têm transmitido de geração em geração.

Assim, a busca em alcançar uma justiça social para os pequenos agricultores passa pelo aumento da renda destes que depende do potencial de inovação e da capacidade de produção coletiva dos produtores, segundo Batalha *et al* (2005). Neste sentido a organização social dos agricultores e agricultoras familiares pode proporcionar uma maior capacidade de obtenção de renda e, também, uma estratégia para a construção de redes sociais.

Neste contexto, Henn (2013), observa que a visibilidade e a participação de mulheres nos movimentos sociais de organizações coletivas vêm ganhando espaço, principalmente, nos assuntos relacionados às necessidades de transformações sociais, em ambientes vinculados à agricultura ecológica e de grupos de agricultores familiares, pois nestes grupos as agricultoras se apresentam como protagonistas na construção da sua própria categoria política e social, assumindo acrescidas responsabilidades familiares e coletivas.

Portanto, este trabalho tem como objetivo analisar o perfil das integrantes da Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’ e avaliar a percepção das associadas sobre a contribuição da organização social coletiva para a inclusão social e produtiva das mulheres sertanejas.

Esta pesquisa tem uma abordagem metodológica qualitativa. Tal abordagem foi selecionada, uma vez que proporciona a possibilidade de adentrar e entender a realidade na qual estão imersas as mulheres rurais pesquisadas. Entretanto, para não identificar as associadas foram utilizadas espécies de flores no lugar do nome das entrevistadas.

Assim, os procedimentos metodológicos adotados foram *(i)* pesquisa documental da ficha cadastral de todas as integrantes da Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’ em abril de 2018; e *(ii)* no segundo semestre de 2015 foram realizadas: *(a)* observações diretas e registros fotográficos na Associação e na área de algumas entrevistadas; *(b)* participação em uma reunião

ordinária e em outras atividades de vivência na Associação; (c) registro em diário de campo; e (d) entrevista, por meio de questionário semiestruturado e com gravação de áudio, com 8 associadas.

A área espacial da pesquisa é o Sertão Sergipano, caracterizado pela predominância do bioma da Caatinga, que ocupa 11% do território nacional e 49% do território do estado de Sergipe, sendo este o único bioma exclusivamente brasileiro (BRASIL, 2009).

Segundo Paulilo (2016), no Norte e Nordeste do Brasil há uma forte dominação dos grandes proprietários de terras, onde as lutas sociais rurais ainda geram situações de violência e morte. A autora observa, ainda, que é na área rural do Nordeste onde se localiza o maior número de pessoas atingidas pela fome. Encontrar-se no Semiárido nordestino a presença de uma gente que vive do trabalho na terra, produzindo em pequenas e médias propriedades e resistindo às intempéries naturais e sociais. Assim, ainda hoje a agricultura de subsistência ocupa um papel estratégico para a existência dessa região (ALBUQUERQUE; CANIELLO, 2015).

É neste cenário sertanejo que está localizada a Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’, universo desta pesquisa. Mais especificamente no povoado de Lagoa da Volta, município de Porto da Folha, no Alto Sertão Sergipano, Porto da Folha possui uma população rural que representa 63,33% da população total do município, apresenta IDH de 0,568 e sua taxa de incidência de pobreza é de 56,71% da população (IBGE, 2010).

Este contexto demonstra a necessidade da atuação, simultânea, de políticas públicas e da construção de um ambiente propício ao protagonismo dos atores sociais locais para romper com essa preocupante realidade local.

2. Reprodução da Agricultura Familiar, Associativismo e as Mulheres Camponesa

Para analisar os resultados da pesquisa foi utilizada algumas abordagens que vem servido de referência ou sendo desenvolvida, atualmente, para analisar o rural brasileiro em sua complexidade. Associado a isto, este trabalho dá ênfase a categoria social camponato. Neste sentido, observa-se que os campesinos brasileiros, são “[...] como grupo social subalterno que busca, na relação com a terra e na produção com base no trabalho familiar, resistir e criar alternativas à opressão, violência e miséria a que são submetidos secularmente no Brasil e em outros países da América Latina” (MAZALLA NETO, 2014, p. 58-59).

Deste modo, os agricultores familiares possuem autonomia e a competência para organizar o processo produtivo e demonstram outras racionalidades que nem sempre visam ganhos econômicos (Wanderley, 2010; Roesler, 2009). Assim, para este trabalho considera-se a categoria de agricultor familiar e de camponês como análogas visto que o agricultor familiar “[...] Sem apoio,

ele conta, como qualquer camponês, apenas, com suas próprias forças, de trabalhadores da terra [...]” (WANDERLEY, 2010, p. 32).

Neste contexto, observa-se que os processos produtivos dos camponeses e camponesas se adaptam ao manejo do sistema socioprodutivo agroecológico, visto que este

[...] não detém como único objetivo apenas a obtenção de um maior nível de renda, mas busca construir uma estratégia reprodutiva que contemple simultaneamente a obtenção de uma melhoria das condições social, econômica e ambiental dos estabelecimentos rurais que, por sua vez, se traduz em uma melhoria na qualidade de vida para os agricultores e para sua família (BARBOSA, 2013, p. 112).

Sendo assim, nota-se que a estratégia reprodutiva adotadas pelas famílias rurais busca a qualidade de vida, que segundo Leff (2001) é o que essencialmente orienta o projeto de vida de cada pessoa e o desenvolvimento de cada comunidade. Neste contexto, destaca-se o papel da mulher na reprodução socioeconômica das famílias rurais e se percebe as agricultoras cada vez mais como atores sociais na busca por uma melhor qualidade de vida, que segundo Sen (2000), vem exercendo um papel de agente ativa das mudanças.

Por outro lado, observa-se que a agroecologia valoriza os atores sociais envolvidos em suas práticas e, também, aborda a importância do papel da mulher para a sustentabilidade social. Siliprandi (2013, p. 331) expõe alguns fatores que favorecem o reconhecimento das mulheres nesses sistemas de produção, destacando

[...] às atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas mulheres dentro da produção familiar (hortas, pomares, pequenos animais, transformação caseira de produtos); a mudança de atitude que é requerida, com relação ao meio natural e às pessoas, em uma perspectiva colaborativa e de valorização da contribuição de todos para o sucesso dos empreendimentos; a necessidade de integração do conjunto de atividades da propriedade (visão sistêmica); a possibilidade de maior participação das mulheres em atividades fora do âmbito doméstico (cursos, eventos, feiras etc.); além do aumento da renda obtida pelas mulheres com os seus produtos, advinda da comercialização em nível local e regional.

Assim, percebe-se o potencial das mulheres para desenvolverem atividades de forma coletiva, espaço este, que contribui para a autonomia, pois as empoderam social e economicamente, tornando as mulheres menos vulneráveis às relações produtivas e econômicas existentes no âmbito do sistema agroalimentar. Neste sentido, Tedesco (2006) relata que os agricultores familiares, ao se organizarem nas formas do cooperativismo e do associativismo, impactam positivamente na obtenção de renda, contribuindo para a melhoria da qualidade do trabalho, da economia e da vida dos pequenos produtores familiares.

Observa-se que as organizações coletivas, como é o caso das associações, tem finalidade social, pois “A expressão ‘cooperativismo’ [...] significa ‘operar conjuntamente’. Daí, a ideia de prestar ajuda, auxílio em prol da sociedade como um todo” (SANTOS *et al*, 2008, p. 1). No contexto dessa temática é importante observar o conceito de economia social, pois “[...] refere-se

a atividades econômicas caracterizadas pela gestão democrática e autônoma das organizações e pela primazia das pessoas sobre o lucro [...] já [...] o de Economia Solidária, entendido como um modo de produção e distribuição que se caracteriza por empreendimentos coletivos [...]” (FARIA; FARIA, 2006, p. 111).

Assim, observa-se que as associações, cooperativas e outros grupos autogestionários, que não tem a finalidade lucrativa são chamados, por Metello (2007), de empreendimentos econômicos solidários (EES). Portanto, “[...] A idéia de economia solidária reflete assim a própria ação desses grupos locais na sua tentativa de autogeração de riqueza, ou seja, de tentativa de resolução das suas problemáticas sociais” (FRANÇA FILHO, 2002, p. 13-14).

Neste contexto, observa-se que o processo de organização coletiva tende a fortalecer os atores sociais envolvidos que passam a autogerir os recursos disponíveis na busca por emancipação e autonomia, o que tende a impactar positivamente na qualidade de vida das famílias rurais.

3. A Organização Social das Mulheres Rurais Sertanejas

Antecedendo a caracterização das mulheres rurais estudadas, faz-se uma breve apresentação da formação e as atividades da Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua história’. Antes de se tornarem Associação, as mulheres formaram um grupo de aproximadamente sessenta participantes que se reunião com as freiras católicas da missão da Divina Providência com o intuito de fortalecer as mulheres e de melhorar as condições de vida das família rurais.

Desde 2003, este grupo de mulheres rurais se mobilizam e com a contribuição, incentivo, qualificação e assessoria para captação de financiadores do *Centro de Assessoria e Serviço aos/as Trabalhadores/as da Terra- Dom José Brandão de Castro- CDJBC*, conseguiram fundar a Associação, adquirir o terreno e construir a infraestrutura básica para sediar o trabalho das mulheres. Assim, em 2007, 30 integrantes do grupo registraram a Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’ que atualmente é composta por 17 mulheres associadas e contam com o trabalho de 7 estagiários (fruto de um convênio da Associação com o Colégio Agrícola, sendo 6 mulheres e um homem) e exercem diversas atividades agrícolas e não-agrícolas, observando os preceitos da agroecologia.

A ONG Dom Helder Câmara, muito atuante no Nordeste brasileiro, também contribuiu para o fortalecimento da Associação de Mulheres, principalmente, por meio de projetos ligados ao manejo e produção agropecuária ecológica no bioma da Caatinga, que proporcionaram uma maior diversificação produtiva e melhor convivência com o Semiárido.

A estrutura institucional da Associação de Mulheres é constituída pelo Conselho Fiscal, que é um órgão consultivo formado por três conselheiras; por Assembleias Ordinárias e

Extraordinárias, que têm caráter deliberativo; e pela Administração da Associação que é composta pela Coordenação Administrativa e Vice-coordenação; Tesoureira e Vice Tesoureira; Primeira e Segunda Secretárias, e a cada dois anos é realizada a eleição das gestoras e do conselho fiscal.

Atualmente na área (de 1 hectare) da Associação, possui uma sede de alvenaria com espaço para realização de reuniões e cursos, uma cozinha comunitária, e um espaço para a estocagem de geleias, doces em compota, balas e picles em conservas, enquanto, que na área externa existem duas cisternas, uma área utilizada para o cultivo de hortaliças, um viveiro de mudas e um espaço com minhocário para a produção de adubo orgânico. Existe, também, três hectares de uma das mulheres associadas que por meio de contrato de comodato é destinada à atividade de apicultura e à estocagem do banco de sementes crioulas da Associação.

Cabe destacar que as atividades produtivas agrícolas e não agrícolas que são desempenhadas de forma coletiva pelas associadas, são: (i) Agrícolas: produção de hortaliças, apicultura, banco de sementes, estufa de mudas; (ii) Agroindustriais: produção de balas de banana recheadas com leite condensado, doces, geleias e compotas; e (iii) Não-agrícolas: comercialização da produção, gestão da Associação, participação em cursos e intercâmbios, representação institucional da Associação, turismo pedagógico.

A pluriatividade observada nas atividades da Associação de Mulheres é intrínseca ao modo de vida e de gestão dos estabelecimentos rurais familiares agroecológicas, e como observa Paulilo (2016, p. 379) “[...] é camponesa a mulher que cultiva sem agrotóxico, [...] a mulher que faz resgate de sementes crioulas e busca produzir grande parte dos alimentos consumidos na propriedade [...]”. Ainda neste contexto, Henn (2013, p. 82) expõe que “As mulheres afiliadas ao projeto de vida na agroecologia, com a diversidade de cultivos e atividades, agregam, na geração de renda, parte do valor, não apenas monetário, mas também de prestígio relativo, no sentido de que recolocam, nos diversos espaços, ‘produtos’ originários de seus saberes [...]”.

Neste sentido, observa-se que a organização coletiva das associadas acaba por proporcionar a inclusão social e produtiva das mulheres sertanejas estudadas neste trabalho, colaborando com a abordagem de que os “[...] processos organizativos de mulheres produtoras tem mostrado que mudanças significativas acontecem na vida delas não apenas no âmbito da produção, mas também nas relações que estabelecem consigo mesmas, na família e na sociedade” (SAID; MOREIRA; SOUZA, 2015, p. 183).

3.1 Caracterização das integrantes da Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’

É indispensável conhecer as mulheres sertanejas estudadas neste trabalho, assim foram analisados os dados das fichas cadastradas das associadas para apresentarmos uma descrição da

trajetória destas mulheres na Associação, faixa etária, estado civil, escolaridade, profissão e o local de origem das associadas. Observou-se, ainda, algumas características das propriedades rurais das agricultoras associadas.

Ressalta-se que das 17 mulheres rurais integrantes da Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’ atualmente 9 fazem parte do grupo que fundou a Associação, 3 ingressaram entre 2009 e 2011 e 5 mulheres são sócias desde 2012, o que demonstra diferentes percursos e tempo de atuação enquanto mulheres associadas.

Percebe-se um perfil heterogêneo no grupo de mulheres associadas, elas apresentam faixa etária que varia entre 24 e 68 anos, sendo apenas uma associada solteira e 2 viúvas, a grande maioria das mulheres são casadas e tem em média 3 filhos por mulher associada (considerando que o número de filhos por mulher da Associação varia de 0 até 9 filhos). Dentre as associadas, 11 mulheres se reconhecem na ocupação de agricultoras, 4 de servidoras públicas e uma estudante, estas ainda percebem a sua ocupação nas atividades da Associação, nos movimentos sociais, como donas de casa e, também, como aposentadas.

A grande maioria das mulheres associadas são sertanejas, sendo apenas uma nascida em Aracajú, capital do Estado de Sergipe. Assim, 10 associadas são de Porto da Folha/SE e 6 são naturais de cidades do Sertão de Alagoas. Uma associada está morando momentaneamente próximo a capital do Estado para cursar faculdade, mas 16 associadas residem no município de Porto da Folha (5 na propriedade rural e 11 no povoado de Lagoa da Volta).

Um dado que chama a atenção é que nenhuma das mulheres associadas é analfabeta, sendo que duas tem ensino superior completo, uma está cursando faculdade e 4 tem ensino médio completo. Segundo a ficha cadastral, 7 mulheres associadas nunca ocuparam cargos na gestão da Associação e 12 já ocuparam cargos de Coordenadora, Vice-Coordenadora, Tesoureira, Secretária ou Conselheira da Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’. Analisou-se, também, que o grau de escolaridade e/ou o tempo de ingresso na Associação, não influenciam na ocupação dos cargos de gestão da Associação de Mulheres.

Sobre a propriedade rural manejadas pelas mulheres: uma associada tem a posse da terra; 14 propriedades rurais a posse pertence ao casal; uma associada (que é servidora pública) só trabalha nas terras da Associação; e outra que é solteira, produz na área do pai (quintal produtivo). Percebe-se assim, que as mulheres têm acesso ao meio de produção, visto que para a grande maioria delas a posse da terra pertence à família, sendo esse um ponto importante a ser tratado, pois segundo Paulilo (2016, p. 16), no feminismo brasileiro “[...] a discussão da distribuição da riqueza e da propriedade tem ficado em segundo plano [...]”.

A exposição das características acerca da escolaridade das mulheres associadas e da posse da terra pertencer à família nos remete a afirmação de Sen (2000) sobre as variáveis de ter direitos de propriedade e ser alfabetizadas que têm alto grau de influência, dentre outros fatores, para a possibilidade de consideração pelo bem-estar e para a aquisição de respeito às mulheres.

Observa-se que a mão de obra utilizada no trabalho da terra é familiar, visto que nas fichas cadastrais das associadas não consta que há mão de obra contratada, exceto uma associada que contrata mão de obra uma vez por ano, para arar a terra e plantar palma. Sobre a produção constata-se que 9 estabelecimentos rurais não contam com certificação orgânica, sabendo que uma dessas é um quintal produtivo, 7 propriedades informam que a produção é certificada através de Organização de Controle Social (OCS).

Nota-se, também, uma participação direta de 8 mulheres integrantes da Associação na comercialização da produção dos seus estabelecimentos rurais. Sendo que a comercialização da produção de 6 das propriedades certificadas é realizada pelas mulheres. Estes dados direcionam para uma maior autonomia das mulheres e participação das associadas em atividades produtivas que geram renda monetária para as famílias, visto que “[...] a participação das mulheres nos processos de comercialização da produção – um dos entraves à geração de renda no campo – ainda é bastante tímida. Em geral, a comercialização (negociação de compra e venda de produtos) tem sido responsabilidade dos homens, assim como decidir sobre o destino da renda da família [...]” (SAID; MOREIRA; SOUZA, 2015, p. 172). Observa-se, ainda, que as mulheres inseridas na Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua história’ exercem diversas atividades produtivas, tanto agrícolas, enquanto agricultoras, como não-agrícolas com a comercialização da produção ou a gestão das atividades da Associação, por exemplo.

No que se refere ao tamanho das propriedades das agricultoras associadas, um fato extremamente relevante são que todos estabelecimentos rurais têm áreas que variam entre 123 tarefas e 3 tarefas. Isto caracteriza os estabelecimentos das Associadas como minifúndios, visto que os imóveis rurais com área inferior a 1 (um) módulo fiscal⁴, são classificados como minifúndios de acordo com o art. 4º da Lei nº 8.629/93, segundo a classificação dos imóveis rurais da página do INCRA. Além disso ocorre o cultivo em quintais produtivos.

⁴ Cabe salientar, que o módulo fiscal é uma unidade de medida agrária usada no Brasil, que corresponde à área mínima necessária para a que a exploração de uma propriedade rural seja economicamente viável. O módulo fiscal foi instituído pela Lei nº 6.746/79 e seu tamanho pode variar 5 a 110 hectares, conforme o município.

Além disso, considerando que, de acordo com a tabela de média agrária, 1 tarefa no Estado de Sergipe corresponde a 0,03 hectares. Então, 123 tarefas (maior propriedade cadastrada entre as Associadas) equivale a 3,68 ha. Logo, para que os estabelecimentos rurais das mulheres associadas fossem considerados economicamente viáveis estes deveriam ter pelo menos 70 hectares (equivalente a 1 módulo fiscal), visto que o módulo fiscal do município de Porto da Folha/SE é de 70 ha, segundo o índice básico do sistema nacional de cadastro Rural do INCRA (2013, p. 131).

Nesta perspectiva, pelos critérios utilizados por Kageyama e Bergamasco (1989) para identificar os tipos de Unidades familiares, constata-se que a propriedade rural de uma associada é identificada como estabelecimento familiar complementado por empregados temporários e os demais estabelecimentos rurais familiares são identificados como puros, visto que não contratam nenhum tipo de trabalho externo à família do produtor.

Pelo exposto, pode-se caracterizar as atoras sociais deste trabalho como agricultoras familiares tradicionais ou camponesas, pois de acordo com a Wanderley (2010) esta categoria social conta com a sua força de trabalho, com o controle dos meios de produção, com o domínio de um saber fazer e com sua capacidade de organizar o processo produtivo e assumir múltiplas atividades simultaneamente.

3.2 A contribuição da Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua história’ para a inclusão social e produtiva das mulheres associadas.

As informações apresentadas neste tópico expõem a percepção das associadas acerca do aporte da organização social coletiva das mulheres para a inclusão socioprodutiva das associadas. Assim, foram consideradas 8 entrevistas realizadas, em 2015, com integrantes da Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’ que atualmente compõem a Associação.

Durante as entrevistas, as mulheres relataram diversas modificações significativas que aconteceram em suas vidas ou na vida das suas famílias após o ingresso na Associação de Mulheres. Podem ser destacados o emprego das palavras ‘conhecimento’ e ‘produtos orgânicos’ que aparecem na fala de 3 associadas, seguida das expressões ‘mudou muito’, ‘ser valorizada ou reconhecida pelas pessoas’ e ‘melhoria na saúde’ que apareceram na fala de duas entrevistadas.

Estas percepções de mudanças na vida das mulheres após terem optado pelo ingresso na Associação pode ser ilustrada na fala da Rosa: “Minha vida, eu acho que mudou muito, [...] me deu incentivo para eu estudar [...] pra ter mais conhecimento, [...] eu mesmo me sinto uma mulher empoderada”. De acordo com o relato da Rosa, nota-se que o conhecimento pode ser visto como libertador para as mulheres. Outra mudança relatada pelas entrevistadas, se refere a preocupação com a saúde e com o sistema de produção: “Foi a saúde da gente, porque a gente não usa droga, sabe. Lá é tudo [...] orgânico, ai já é outra coisa, né” (Lírio).

As falas das entrevistadas tem relação com o que Paulilo (2016, p. 363) expõe acerca da mobilização e da reivindicação das mulheres, pois segundo a autora:

[...] educação e saúde sempre foram problemas de mulheres. [...] se preocupam com a saúde porque cuidam das crianças, idosos e adolescentes [...] Mas se a proposta é reivindicar [...] algo relacionada à saúde e educação, as mulheres lotam as ruas [...] Segundo as próprias mulheres, depois que ‘aprendem a sair de casa’, não aceitam mais ficar passivamente entre quatro paredes [...].

As mulheres entrevistadas relataram outras importantes alterações relacionadas ao processo de coletivização e consideram que a qualidade de vida das associadas mudou bastante após passarem a atuar de forma coletiva, o que interferiu *nas questões produtivas*: como o fato de trabalharem com produtos que respeitam o meio ambiente e colaboram para a saúde das agricultoras e dos consumidores (incluindo a saúde dos familiares), além da geração de renda para as associadas; *nos aspectos socioculturais*: através do incremento da diversidade cultural, assim como pelo aumento da amizade entre as integrantes da Associação, e principalmente pelo fato das associadas serem reconhecidas e valorizadas pela sociedade; e *no crescimento pessoal*: motivação pela busca do conhecimento, seja pelo incentivo a educação formal, seja pela formação complementar que promove a troca de experiências e saberes (principalmente por meio de vivências, cursos e intercâmbios), fatos estes que colaboram para o aumento da autoestima e o empoderamento das mulheres rurais do Sertão Nordeste brasileiro.

Além de verificar as modificações ocorridas nas vidas das mulheres rurais após terem optado em se organizar na forma de Associação é importante, também, compreender o que a Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’ representa para associadas. Desse modo, o quadro 1 abaixo expõe a percepção das entrevistadas.

Quadro 1: A importância da Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’ para as Associadas, Porto da Folha, Sergipe.

Percepção das entrevistadas sobre o que a Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’ representa as associadas.	
Expressões das Entrevistadas	Abrir portas, Representa a libertação do trabalho doméstico, Trabalho comunitário, Trabalho só de mulheres, Aquisição de experiência, Riqueza da troca de conhecimentos.
	Desenvolvimento e crescimento das mulheres, Mais liberdade, Desinibição das mulheres, Um grupo de força feminina, Fortes, Encorajadas, Confiantes, Respeitadas pela comunidade, Mulheres mais empoderadas, Reconhecimento a nível mundial.
	Representa tudo de bom, Momento de esquecer as preocupações, É bem gratificante, Se sente muito bem, Faz bem para ela (a associada), A vida que não teve oportunidade de ter antes, Alegria, amizade e família, Interação social com outras associadas, Viajar, Conhecer pessoas, Participar de eventos.
	Associação é muito respeitada, no grupo, na rua, em casa; A Associação traz benefícios para a comunidade.

Fonte: Pesquisa de campo 2015

Os dados apresentam a importância e as mudanças relacionadas ao processo de organização coletiva para as mulheres entrevistadas, revelando que a Associação representa oportunidades, interações sociais, crescimento intelectual, contentamento pessoal, fortalecimento, trabalho, conquistas e liberdade para as mulheres associadas. Nota-se, o respeito pela Associação tanto na

família como na comunidade, que também acabam por se beneficiar dos resultados obtidos pelo trabalho das mulheres associadas.

Apesar das diversas representações relatadas pelas associadas e expostas acima, a fala da Violeta revela, por exemplo, crescimento pessoal e bem-estar em pertencer a este grupo de mulheres: “[...] através da Associação de Mulheres eu cresci mais [...] peguei mais experiência, [...] se você tiver preocupada com alguma coisa, você lá, vixi, você esquece de tudo [...]”.

Já a Rosa revela o progresso e a emancipação das associadas, ao relatar que a Associação representa o “Desenvolvimento das mulheres, tinha mulher na Associação que nem ao menos falava, nem pra se apresentar, era ruim viu. Hoje em dia já estão todas desenvolvidas [...] você tem mais liberdade pra dizer assim eu sou Rosa [...]”.

Estes fatos deixam claro a contribuição do processo de coletivização na mudança de perfil das mulheres associadas, é notória a conquista da liberdade e o desenvolvimento emocional das entrevistadas, assim como, de realização pessoal, crescimento intelectual e profissional das mulheres rurais.

Paulilo (2016, p. 363) explica a importância do fato das mulheres se reunirem sem a presença dos homens “[...] - que, para elas é inibidora -, faz com que as mulheres socializem seus problemas e angústias percebendo, com isso, que a origem de sofrimentos é mais social que pessoal. Falam sobre medos e vergonhas que nunca contaram a ninguém e começam a vê-los como menos ameaçadores, ao mesmo tempo que aprendem com outras mulheres como enfrenta-los. [...]”

Percebe-se que por meio do processo de associativismo das mulheres há uma notória satisfação pessoal, as associadas sentem-se protagonistas das suas histórias de vida. A mudança de papel dos atores sociais entrevistados refletiu em uma transformação da realidade cultural local, das mulheres sertanejas.

Esta transformação foi possível por meio da construção de uma identidade coletiva de mobilização das mulheres rurais, através da inserção produtiva e econômica das associadas, mas também da atuação das integrantes da Associação nas esferas políticas e sociais, como por exemplo: representação no Conselho da Criança e Adolescente; participação no Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Assistência Social; integrantes no Comitê da Associação da Escola; participação na comissão da Articulação Semiárido Brasileiro – ASA Brasil; e na ASA municipal e estadual (na qual a Coordenadora da Associação é a representante local da entidade).

Cardoso e Vicentim (2014, p. 272) colaboram com essa percepção ao colocarem que “A prática da organização de mulheres tem impactado todo o município, também porque elas vêm

utilizando a capacidade de articulação política adquirida pelo grupo na melhoria da qualidade de vida de todos [...]”.

É importante ressaltar que o reconhecimento do trabalho das mulheres perpassa o âmbito regional, visto que a história da Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’, foi contada em um livro, lançado em 2014, intitulado: *Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil sustentável*, oriundo da premiação da Secretaria Nacional das Mulheres da Presidência da República em 2013 (CARDOSO; VICENTIM, 2014).

Outro aspecto apontado pela pesquisa é que todas as associadas entrevistadas estão satisfeitas ou muito satisfeitas com a Associação de Mulheres ‘Resgatando a Sua História’. As entrevistadas ressaltam que a boa estrutura da Associação, o acesso ao alimento saudável e sem veneno, o melhoramento da saúde e ter alcançado o hábito da comunicação, colaboram para a satisfação das associadas, assim mesmo uma entrevistada completa a fala afirmando que continuam a buscar mais conquistas para o grupo.

Através das informações apresentadas constata-se a importância do engajamento e da mobilização das mulheres rurais sertanejas na construção de um movimento coletivo, pois as associadas percebem que a opção de se organizarem coletivamente na forma de Associação foi importante para a inserção das mulheres rurais de Porto da Folha no cenário produtivo agropecuário regional, para emancipação e autonomia das mulheres no desempenho dos seus modos de vida, assim como, para a inclusão social e política das associadas, o que colabora para o fortalecimento das mulheres rurais e da agricultura familiar, bem como, de seus modos e projetos de vida campesina.

6. Conclusões

A análise do perfil das integrantes da Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’ deixa claro a origem sertaneja das associadas, onde a grande maioria das mulheres é agricultora, mas também desempenham outras atividades, a maior parte é casada, nenhuma da associada é analfabeta e 12 associadas já ocuparam cargo de gestão na Associação.

No que se refere aos estabelecimentos rurais das integrantes da Associação, observa-se que a família tem a posse da terra, contudo, as propriedades são classificadas como minifúndios, sendo menores do que um módulo fiscal do município de Porto da Folha. A mão de obra utilizada nas propriedades é familiar e metade das mulheres associadas participam da comercialização da produção.

Pelo exposto, caracteriza-se as integrantes da Associação de Mulheres como agricultoras familiares tradicionais ou camponesas, visto que esta categoria social conta com a força de trabalho

familiar, assumem múltiplas atividades, possuem o controle dos meios de produção, a capacidade de organizar o processo produtivo e autogerir os recursos locais disponíveis. Desta forma, incorporando ao modo de vida das mulheres associadas os preceitos do sistema agroecológico, o que tende a impactar positivamente na autonomia e qualidade de vida das famílias rurais.

A pesquisa aponta que todas as associadas entrevistadas estão satisfeitas ou muito satisfeitas com a Associação de Mulheres. As mulheres associadas percebem positivamente as alterações na qualidade de vida, proporcionadas pela organização social e destacam: *(i)* que a produção orgânica colabora para a saúde da comunidade; *(ii)* a importância do reconhecimento social do trabalho das associadas; e *(iii)* o desenvolvimento das mulheres, ocasionado pela construção de uma identidade coletiva de mobilização das mulheres rurais sertanejas. Outro fato que colabora com a percepção das associadas acerca das transformações ocorridas é a atuação das associadas nas esferas políticas e colegiadas da sociedade.

Portanto, conclui-se que é notória a contribuição do processo de coletivização na mudança de perfil das mulheres associadas, pois é perceptível a construção de um capital social, o ganho de bem-estar, a emancipação e a autonomia das associadas obtiveram e que, atualmente, se sentem protagonistas da transformação social, política, econômica, produtiva e cultural no ambiente rural do semiárido sergipano, ou seja, são agentes ativas no processo de desenvolvimento de seus territórios de vida.

7. Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, C F. de; CANIELLO, M de M. Migração: a amarga vida de canavieiro do camponês do semiárido. In ALBUQUERQUE, C F. de (org). Olhares: uma abordagem multidisciplinar sobre o semiárido alagoano. Maceió: Edufal, 2015.

BARBOSA, L. C. B. G. **A Pluriatividade na agroecologia como uma alternativa de desenvolvimento para o ambiente rural**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, 2013.

BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, H. M. de; BATALHA, M. O. (Orgs.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2005, p. 43-66.

BRASIL. **Caatinga**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2009/10/biomas-brasileiros>. Acessado em, 27/08/2017

CARDOSO, M.; VICENTIM, F.. Porto da Folha (SE) - Associação de Mulheres Resgatando sua História do Povoado Lagoa da Volta – Grupo de Mulheres: Resgate da história no sertão sergipano. In BRASÍLIA: Governo Federal Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as

Mulheres (SPM). **Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável**. Brasília, 2014. p. 265 - 273.

FARIA, J. H. de; FARIA, J. R. Poder e controle em organizações solidárias. In: PIMENTA, S. M., SARAIVA, L. A. S.; CORRÊA, M. L. (Orgs.). **Terceiro Setor: dilemas e polêmicas**. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 86-116.

FRANÇA FILHO, G. C de. Terceiro setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. In: **Bahia análise & Dados**, SEI, nº1, p. 9-19, junho 2002.

HENN, I. A.. Agroecologia e Relações de Gênero em Projeto Societário. In NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (org). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=280560&search=sergipe|porto-da-folha>>. Acesso em: 07 de novembro de 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Classificação dos Imóveis Rurais**.. Disponível em < <http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>>. Acesso em: 30 de abril de 2018.

_____. **Índice Básico do Sistema Nacional de Cadastro Rural**. 2013, p. 1-149. Disponível em < http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf >. Acesso em: 30 de abril de 2018.

KAGEYAMA, A. ; BERGAMASCO, S. M. P.P. A ESTRUTURA DA PRODUÇÃO NO CAMPO EM 1980. **Perspectivas**, São Paulo, 12/13: 55-72, 1989/90.

LEFF, E. **Saber ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MAZALLA Neto, W. **Agroecologia e movimentos sociais: entre o debate teórico e sua construção pelos agricultores camponeses**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola. Campinas, 2014.

METELLO, D. G. **Os benefícios da associação em cadeias produtivas solidárias: o caso da justa trama – cadeia solidária do algodão agroecológico**. 2007. Dissertação (Programa de Pós-Graduação de Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE) Rio de Janeiro.

PAULILO, M. I. **Mulheres Rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.

ROESLER, D. A. **Racionalidades e práticas administrativas do agricultor familiar no contexto ambiental**: um estudo em três comunidades rurais no sul da Região Metropolitana de Curitiba – Paraná. Tese de Doutorado. Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná, 2009.

SANTOS, A. dos; GOUVEIA, F. H. C.; VIEIRA, P. dos S. **Contabilidade das Sociedades Cooperativas**: Aspectos Gerais e prestação de contas. São Paulo: Atlas, 2008.

SAID, Magnólia Azevedo; MOREIRA, SOUZA, Sarah Luiza de. Mulheres e Agroecologia: Multiplicadoras Agroecológicas Transformando o Semiárido. *In* HORA, Karla; MACEDO, Gustavo; REZENDE, Marcela (Orgs). **Coletânea sobre estudos rurais e gênero**: Prêmio Margarida Alves, 4ª Edição, Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015, p 171 – 190.

SEN, A. K.. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILIPRANDI, E. **Mulheres agricultoras**: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. 2013. Disponível em: <http://www.rimisp.org/wp-content/uploads/2013/05/Paper_Emma_Siliprandi-12.pdf>. Acesso em: 19 set. 2015.

TEDESCO, J.C. (Org). **Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar**: velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de passo fundo. Porto Alegre: Universidade de Passo Fundo, 2006.

WANDERLEY, M. de N. B. A Sociologia Rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. **ALASRU Nueva Época**, nº 5, Revista. Noviembre, 2010. Disponível em: <<http://www.yumpu.com/es/document/view/12983661/alasru-nueva-epoca-no-5-revista-noviembre-2010>>. Acessado em 20/01/16.

Mulheres pescadoras por uma economia feminista: um estudo sobre a prática da pesca artesanal na praia de Muriú – município de Ceará Mirim/RN

Victorya Elizabete Nipo Teixeira de Carvalho¹

Winifred Knox²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo compreender a importância do trabalho exercido pelas mulheres nas atividades da pesca artesanal na praia de Muriú, localizada no município de Ceará Mirim/RN, na perspectiva da economia feminista. A pesca artesanal consiste em uma temática da socioantropologia marítima e uma das vertentes dessa temática é a pesca praticada por mulheres, fruto de uma maior ocupação feminina nestas atividades, resultando em um novo papel social, pois, além de exercerem atividades pesqueiras elas também têm participado da organização social e política dos pescadores, assumindo cargos na direção da Colônia de Pescadores. Dessa forma, a metodologia segue as orientações de uma pesquisa qualitativa, fazendo uso de entrevista semiestruturada e oficina participativa como instrumentos de coleta de dados. Por fim, este artigo sinaliza a importância do papel feminino nesta atividade e enfatiza a necessidade do planejamento de políticas públicas para a melhor inserção das mesmas no setor da pesca.

Palavras-chave: Empoderamento Feminino; Pescadoras Artesanais; Políticas Públicas.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPEUR/UFRN). Graduada em Gestão de Políticas Públicas pela mesma instituição. *Email:* carvalhovictorya11@hotmail.com

² Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Docente do Departamento de Políticas Públicas e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da UFRN. *Email:* winknox@gmail.com

INTRODUÇÃO

Atualmente, a prática da pesca é regulamentada pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, na Lei 11.959 de 2009. Conforme essa lei, a pesca compreende todas as atividades pré e pós captura, como cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização, além dos trabalhos de confecção e de reparos dos instrumentos utilizados na pesca.

A pesca comercial é dividida em artesanal e industrial, em concordância com o artigo 8º dessa lei, a pesca artesanal é praticada de forma autônoma ou em regime de economia familiar, por pescador profissional, com embarcações de pequeno porte e meios de produção próprios ou mediante contratos de parceria. Já a pesca industrial difere, pois pode fazer uso de embarcações de médio ou grande porte e é praticada por pessoas físicas ou jurídicas envolvendo os profissionais com vínculo empregatício.

É no contexto da pesca artesanal que está inserida a problemática do trabalho feminino, dado a vinculação do trabalho à esfera familiar, cabendo à mulher o exercício tanto do trabalho produtivo quanto do reprodutivo, resultando na adoção de um novo papel social, com apropriação de um trabalho historicamente exercido pelos homens. A construção cultural dos gêneros, que atribui diferentes comportamentos a cada sexo, é fortemente influenciada pelo contexto capitalista e de reprodução da força de trabalho, ocasionando a super valorização do trabalho “produtivo”, capaz de gerar renda, em detrimento do trabalho “reprodutivo”, como as atividades relacionadas aos afazeres domésticos e manutenção do lar, as quais culturalmente estão associadas ao gênero feminino.

Essas circunstâncias também são percebidas na atividade pesqueira, na medida que, segundo Knox e Firme (2016), a divisão do trabalho na pesca atribui às mulheres unicamente o trabalho terrestre de confecção de redes e aparatos da pesca, ou no “mar pequeno”³, apontado como mais fácil e de baixo valor econômico, e aos homens o trabalho em alto mar, apreciado como uma atividade de alto esforço, responsável pelo sustento da família.

Assim, a questão de gênero na pesca artesanal é influenciada pela hierarquia que perpassa os demais setores da vida social, por não haver distinção clara entre trabalho, lazer e religiosidade nas vivências em comunidades tradicionais. Nesse sentido, o presente trabalho

³ Aquele em que o trabalho é exercido perto da costa continental, a exemplo das atividades extrativistas e as de aquicultura, como também o cultivo de algas, de coleta de marisco e até de camarão (KNOX, 2007).

objetiva compreender a importância do trabalho exercido pelas mulheres nas atividades da pesca artesanal na praia de Muriú, localizada no município de Ceará Mirim/RN, na perspectiva da economia feminista.

Para tanto, a metodologia da pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, caracterizada por um estudo aprofundado do caso, com o uso de técnicas de entrevista semi estruturada e oficinas participativas. A entrevista é um instrumento caracterizado por questionamentos básicos, capazes de gerar novas hipóteses com base nas explicações do entrevistado, uma vez que, não há padronização das respostas. Dessa maneira, foi realizada uma entrevista com a Presidenta da Colônia de Pescadores Z14, referente as praias de Muriú e Jacumã, visando coletar aspectos relacionados à Colônia e à trajetória de vida da presidenta enquanto pescadora e ocupante de cargo na associação.

Para análise da entrevista foi utilizado o método de análise de conteúdo. Além disso, foi proposta uma oficina com 10 mulheres pescadoras da praia de Muriú com vistas a formar um perfil das mulheres pescadoras da região, no que tange a idade, estado civil, escolaridade e formas de trabalho, bem como captar a reflexão que produzem sobre a família, as atividades femininas, sobre as políticas públicas, entre outras.

A oficina consistiu em um espaço de construção coletiva, articulando teoria e prática. Os procedimentos utilizados durante a oficina permitiram a construção de murais, com uma linguagem facilitada e de forma clara, que possibilitaram a posterior sistematização dos dados e categorização. A abordagem participativa foi de extrema relevância para este trabalho por permitir o diálogo e a apresentação de diferentes visões a respeito dos problemas e dos potenciais da área de estudo.

1 A ECONOMIA FEMINISTA E A PESCA ARTESANAL

A economia feminista é um termo recentemente utilizado para pensar novas formas econômicas, através da interdisciplinaridade, utilizando o gênero como categoria analítica e ponderando os impactos econômicos diferenciados entre homens e mulheres, de forma a compreender o olhar do sujeito invisibilizado, como acrescenta Carrasco (2012). Ao tratar da invisibilidade, os estudos sobre economia feminista questionam a economia clássica.

A economia clássica, por sua vez, focou o trabalho enquanto mercadoria fundamentado na produção de renda, porém sem a inclusão do trabalho doméstico ou de demais atividades

que não produziam renda diretamente no entendimento do sistema econômico global (CARRASCO, 2006). Dessa maneira, com vistas a promover a visibilidade do trabalho relacionado às mulheres, a economia feminista debate a naturalização das posições econômicas das mulheres e sua exclusão do mundo público, dada a manutenção do poder social masculino nesses espaços.

Logo, a prática da pesca artesanal se insere nesse conceito por refletir uma prática econômica que está intimamente relacionada ao modo de vida da comunidade e sua relação com o meio ambiente, além de mostrar a contribuição da prática feminina na pluriatividade das famílias, diversificando as atividades e garantindo a reprodução familiar e dos mecanismos de produção no atual contexto econômico.

Tendo em vista que a pesca artesanal corresponde a um exercício também de regime familiar, se faz importante ressaltar a compreensão de família enquanto campo de atuação das políticas públicas. Família equivale, segundo Scott (2011), a um vasto campo de negociação no qual se destacam categorias como gênero, parentesco, herança, coletividade e identidade. Enquanto objeto de políticas públicas, família está conceituada como instituição representada por laços de integração, solidariedade e reciprocidade. Tais laços influenciam diretamente na prática da pesca, como resalta os trabalhos de Cordell (1989), sendo tão importantes quanto os regulamentos legais. Essa conjuntura acarreta no fortalecimento das tradições e das relações familiares na apropriação do espaço marinho e nas técnicas de trabalho.

Por esse ângulo, considerando que a prática da pesca artesanal pelas mulheres se dá em um ambiente de uma comunidade tradicional, uma das principais características está no modo de vida peculiar e na relação direta da sociedade com o meio ambiente, em que a praia corresponde ao espaço de trabalho e lazer. Nesse contexto, a organização feminina e dos demais pescadores se dá através da Colônia de Pescadores Z14. Essa instituição atua para além de seu papel sindical, com a promoção de cursos, oficinas e palestras para especialização e valorização da profissão. Assim, as mulheres exercem o papel de participantes e expõem suas demandas, juntamente com os homens, ocupando o mesmo espaço público.

Segundo Maneschy, Siqueira e Álvares (2012), a inclusão da mulher enquanto trabalhadora da pesca representa a ocupação desse segmento em outra esfera, além do espaço privado do lar, a do espaço público. Isso tem significado uma conquista por reconhecimento de um trabalho que histórica e culturalmente é invisibilizado, além de significar maior

possibilidade de ganhos, mais espaços de enfrentamentos e um maior exercício da cidadania. O fato do trabalho atribuído a mulher na pesca ser incorporado e reconhecido pelo Estado como parte do trabalho da pesca artesanal, fez com que a atuação feminina incorporasse um empoderamento⁴ no espaço do trabalho – um processo de transformação de pensamentos e representações sobre o lugar onde a mulher pescadora deve estar, o qual demonstra necessidades emergentes de mudança para proporcionar o desenvolvimento.

Dessa forma, esse processo de constituição da mulher enquanto sujeito viabiliza uma modificação nas formas de reprodução do poder, o que na pesca provoca a maior valorização do seu trabalho e o empoderamento social e político desse segmento, rompendo com os paradigmas que corroboram com a depreciação da identidade da mulher pescadora.

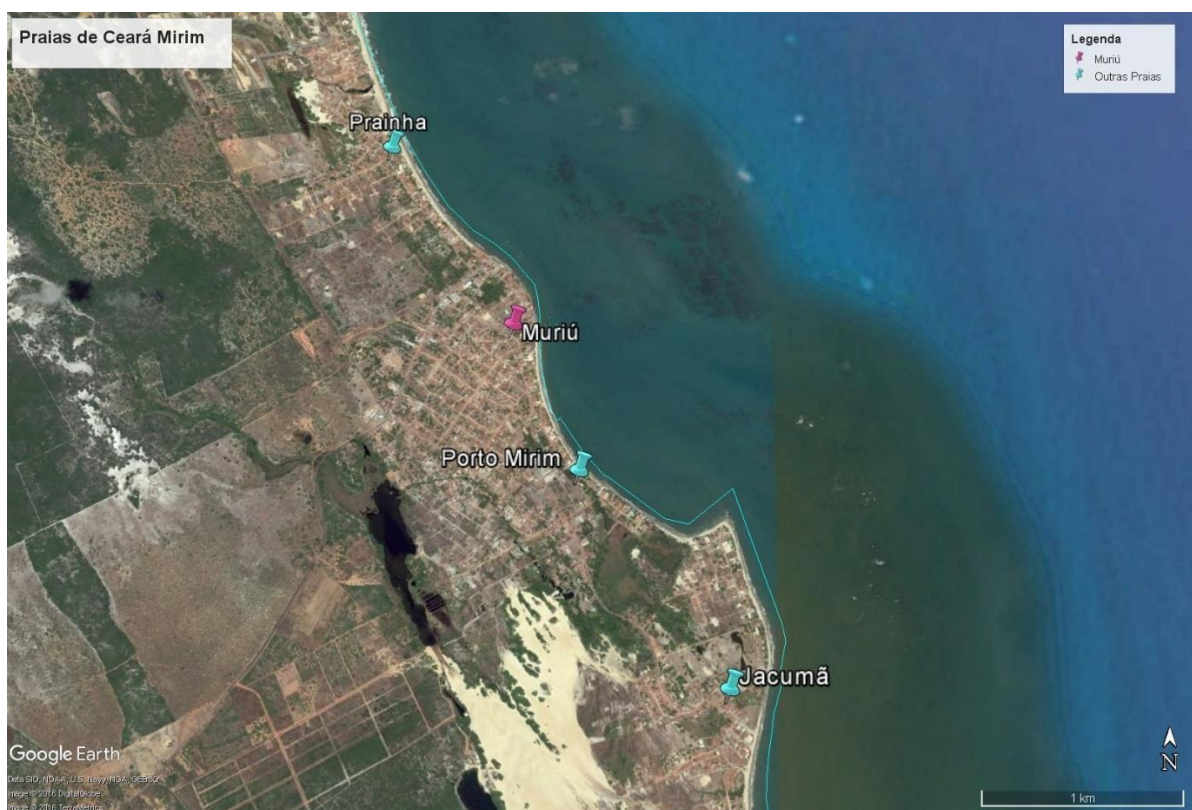
2 AS MULHERES PESCADORAS EM CEARÁ MIRIM/RN

O município de Ceará Mirim é localizado na mesorregião Leste Potiguar e na microrregião de Macaíba no estado do Rio Grande do Norte. Ceará Mirim limita-se a oeste com o município de Taipu, ao sul com São Gonçalo do Amarante e Ielmo Marinho, ao norte com Pureza e Maxaranguape e a leste com Extremoz e o Oceano Atlântico.

Boa parte do seu território está localizado em zona rural, conforme o Plano Diretor do município e, por isso, não possui grande ocupação do solo e infraestrutura básica definida pela legislação municipal. No que tange às atividades econômicas, a região possui como principais práticas os trabalhos relacionados a terra e ao mar, dado a extensa faixa litorânea do município. A praia de Muriú pertence ao município de Ceará Mirim, vizinha das praias de Porto Mirim, Prainha (Coqueiro) e Jacumã formando uma costa litorânea que compõe um dos principais atrativos turísticos do estado. Como pode ser visto na fotografia abaixo.

⁴ Empoderamento está relacionado à autonomia e poder de decisão de determinados grupos e indivíduos na conquista de visibilidade e alcance de recursos que lhes fortaleçam e possibilitem ter voz (HOROCHOVSKI e MEIRELLES, 2007).

Fotografia Aérea 1 - Praias do município de Ceará Mirim



Fonte: Elaboração própria com base no Google Earth, 2016.

Desse modo, a prática da pesca artesanal desenvolve-se, em especial, na praia de Muriú e possui como entidade de representação local desses profissionais a Colônia de Pescadores Z14 com sede na mesma praia. Conforme o Registro Geral da Pesca (RGP), no ano de 2016, o município possuía 286 profissionais cadastrados na prática da pesca artesanal, sendo 72 mulheres, o que correspondia a 28% do universo pesqueiro de Muriú. Das 72 pescadoras, a maior parte se encontra na faixa etária de 47 a 56 anos, equivalente a aproximadamente 45%, nascidas na década de 60, e se dedicam a pesca do peixe e do marisco, complementando a atividade com o camarão.

De acordo com os dados coletados na oficina realizada com 10 mulheres pescadoras é possível constatar que a amostra coincide com as informações coletadas no RGP (2016), em que 34% nasceram na década de 70, estando com idade entre 37 e 46 anos, retratando o segundo espaço de idade mais comum.

Com relação ao estado civil e quantidade de filhos foi visto que das mulheres entrevistadas a maior parte é casada (7 das 10 participantes da oficina) e possui dois filhos (5 das 10). Já em relação aos índices de escolaridade, foi observado que apesar de nenhuma das

entrevistadas possuir ensino superior completo ou incompleto, todas frequentaram a escola e 5 das 10 entrevistadas possuem ensino médio completo e 1, em andamento. Dessa forma, essas mulheres dividem o seu tempo entre a pesca nos parrachos – normalmente praticada três vezes na semana –, comercialização dos produtos coletados, costumeiramente na beira-mar, afazeres domésticos e lazer, o qual também é desfrutado no espaço marítimo.

A Colônia de Pescadores Z14 é também responsável pelas demais praias do município de Ceará Mirim. A Colônia foi instituída em novembro de 1921 e, atualmente, possui 500 pescadores filiados. A estrutura hierárquica dessa associação é composta por doze membros, a saber: presidente, vice presidente, primeiro e segundo tesoureiro e primeiro e segundo secretário, além de um conselho fiscal composto por três conselheiros e seus suplentes.

No momento presente, apenas uma mulher participa da estrutura organizacional da Colônia, na função de presidente, eleita em 2013 e reeleita em 2016. A atual presidenta salientou que ela foi a primeira mulher a presidir a instituição e foi fortemente influenciada pelo seu pai, também pescador, e ex-presidente. Foi constatado um empenho da presidenta, comprovado pelas demais mulheres pescadoras entrevistadas, em incentivar a participação da comunidade e proporcionar um maior acesso aos serviços e às políticas públicas, através de parcerias com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e formação por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), o qual fornecem cursos específicos para mulheres.

No entanto, a presidenta destaca a falta de disponibilidade e interesse para desempenhar esse trabalho em associações, tendo em vista a não remuneração, o que dificulta a existência de uma associação específica para as mulheres da pesca. Aliado a isso, foi reiterado a carência de ações públicas e dificuldades diárias enfrentadas, tais como as necessárias visitas à cidade de Ceará Mirim:

[...] lá fora é muito difícil as coisas, a gente precisa muito da prefeitura mas ela não supre nada para gente [...] é muito difícil para o pessoal ir à Ceará Mirim, porque também é R\$10,00 para ir e R\$10,00 para vim [...] a comunidade de Muriú é muito descansada, não sabe o valor que eles tem e os representantes só olham para o bolso deles, eles não olham para comunidade. (ENTREVISTADA 1, 2016).

Nessa perspectiva, em Muriú, a presença de uma mulher no maior cargo da Colônia não se dá de maneira figurativa. Essa individualidade local implica numa maior representatividade feminina, proporcionando mais oportunidades de participação para as mulheres da comunidade e de contribuição nas decisões. Tal fato pôde ser comprovado nas entrevistas,

pois, ao serem questionadas sobre a frequência nas reuniões da colônia, 8 das 10 mulheres afirmaram que participam de todas as reuniões e se sentem mais confortáveis em frequentar o espaço da Colônia, desde as duas últimas eleições.

3 ANÁLISES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados coletados, foi possível construir um perfil das mulheres pesqueiras do município de Ceará Mirim, sendo em sua maioria mulheres com idade entre 35 a 45 anos, casadas com dois filhos, que exercem a pesca marítima, coletando peixe, marisco e camarão. Corroborando com a abordagem teórica, em Maldonado (1986), a atividade feminina não envolve apenas a parte terrestre, de tratar o pescado e confeccionar instrumentos para pesca, e sim inclui a ida ao mar para coleta, especialmente na pesca do camarão, ainda que não se dê em alto mar.

Ademais, foi verificado um bom índice de escolaridade, contrariando a literatura, pois, de acordo com Furtado e Leitão (2012), em comunidades pesqueiras há desinteresse feminino pela educação e, conseqüentemente, um maior índice de analfabetismo dado a ausência de tempo com as atividades da pesca e trabalho doméstico. Contudo, em Muriú foi observado uma maior conciliação entre trabalho e estudo, dado também a menor quantidade de filhos e no desempenho de outras profissões, para complementaridade de renda, a exemplo da de vendedora, exercida anteriormente pela presidenta da Colônia.

Assim, a inclusão da mulher na pesca artesanal e nos ambientes de discussão configura um importante fator para avaliação da realidade e permite elencar vantagens e desvantagens da prática da pesca, segundo o ponto de vista feminino, contribuindo no processo de elaboração de ações baseadas nos interesses dos atores chaves da problemática de gênero na pesca artesanal: as mulheres pescadoras. Como ponto positivo foi apontado a garantia do alimento para família, a fácil comercialização do camarão e a possibilidade de aposentadoria dada pelo Estado, como pode ser visto no discurso elaborado baseado nas falas das pescadoras participantes da oficina:

A vantagem é que no dia que vai pescar já tem o peixinho [, isto é,] eu já não

compro porque eu pesco [apesar de ser mais vantajoso quando] vende o camarão que o quilo vale bem a pena. [Também é elencado como ponto positivo] ter uma segurança no futuro [, por isso, é comum o sentimento de gratidão] as pessoas que inventaram a aposentadoria pela parte de pescadora.

Desse modo, é notório o quanto o reconhecimento legal da mulher enquanto pescadora proporcionou mudanças no modo de vida das mulheres, com a Lei nº 6.697 de 2000, a qual equipara a mulher que exerce atividade pesqueira e marisqueira de forma artesanal em regime de economia familiar ao pescador artesanal, frente à previdência social e ao seguro desemprego. Entretanto, as mulheres não percebem essa lei como um direito, e sim, agradecem a quem a criou, como uma espécie de favor. Esse mesmo sentimento foi relatado quando questionadas sobre outras políticas públicas que as atendiam, como o Programa Bolsa Família (7 das 10 entrevistadas são beneficiárias do programa).

Também foram elencados pontos negativos na profissão, como o alto custo dos materiais, a constante exposição ao sol, instabilidade no valor do pescado e da oferta de produtos, bem como a não valorização do profissional:

A desvantagem é a desvalorização que ninguém valoriza o pescador em canto nenhum, tem também a desvalorização de alguns peixes [, e a constante exposição ao] sol. [Além disso, é ruim] quando a gente vai pescar e não pega nada. [Sem contar que] tudo custa muito caro, o nylon é caro, o chumbo é caro, a boia é cara e como a gente não sabe remendar e entralhar e a gente vai pagar, se torna mais caro ainda.

A respeito da desvalorização do profissional, apesar do sentimento de representatividade gerado por uma mulher assumir o papel de presidente da Colônia, a cultura de (des)valorização do trabalho feminino por um olhar masculino ainda permanece nos espaços de participação e na comunidade de Muriú. Essa situação pôde ser observada com o questionamento sobre como elas se viam percebidas pelos homens, tanto na relação familiar como no trabalho, as participantes da oficina apontaram o não reconhecimento dos pescadores ao responderem que “mulher de pescador não tem qualidade”, “ninguém é reconhecido na pesca”, “pescador é muito grosso e não valoriza o que tem”.

Esse cenário aliado a não atuação efetiva do Poder Público municipal, na forma de políticas públicas próprias para o atendimento das pescadoras, e o não diálogo com a Colônia, corrobora para que as mulheres permaneçam assumindo um papel social de trabalhadoras parcialmente reconhecidas pelos seus colegas de profissão e maridos, pelas políticas públicas

e pelo Estado. Nesse sentido, embora esse não seja o principal ponto do trabalho, essa pesquisa atenta sobre a importância de espaços públicos feminilizados, ora na abordagem quantitativa, de maior presença de mulheres nestes, ora na abordagem qualitativa, de modificação de pensamentos e valores do grupo a partir da participação das mulheres, apoiado na interpretação de que as duas concepções são complementares.

Em síntese, o presente trabalho reflete sobre a importância do trabalho exercido pelas mulheres nas atividades da pesca artesanal na praia de Muriú, as formas de organização e a representatividade gerada pela ocupação de uma mulher no maior cargo da Colônia de Pescadores. Além do mais, destaca a necessidade do planejamento de políticas públicas para o setor da pesca e, particularmente, para as mulheres pesqueiras, assim como o estímulo a instrumentos que possibilitem o empoderamento feminino e incentivo à participação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. **Lei nº 11.959, de 29 de Junho de 2009.**

CARRASCO, C. **Economía feminista: una apuesta por otra economía.** In: Vara, M. J. (Coord.). Estudios sobre género y economía. Madrid: Akal, 2006.

CARRASCO, C. **Estatísticas sob Suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres.** SOF: São Paulo, 2012.

CORDELL, J.. **Social Marginality and Sea Tenure in Bahia.** In: Cordell, J. (ed.). A Sea of Small Boats. Massachusetts: Cambridge. 418p. 1989.

FURTADO, G. S.; LEITÃO, M. R. F. A. . **Lançando rede tecida e retecida na esperança de garantir peixe e sonho.** In: Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão, Maria Helena Santana Cruz. (Org.). Gênero e Trabalho: diversidades de experiências em educação e comunidades tradicionais. 1ed. Florianópolis: Mulheres, 2012, v. 1, p. 221-236.

HOROCHOVSKI, R. R.; MEIRELLES, G. **Problematizando o conceito de empoderamento.** Movimentos Sociais, Participação e Democracia. UFSC, Florianópolis, Brasil, 2007.

KNOX, W.. **Vivendo do mar: Tradição, memória e mudança na vida pesqueira de Pitangui/RN.** Natal, 2007.

KNOX, W; FIRME, R. M. .**Transparências do feminino: Viabilizando pescadoras no ES.** Revista Gênero, v. 16.2, 1/2016.

MALDONADO, S. C.. **Pescadores do mar.** São Paulo: Ática, 1986.

MANESCHY, M. C.; SIQUEIRA, D.; ÁLVARES, M. L. M.. **Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento.** Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso), v. 20, p. 713-737, 2012.

SCOTT, Parry. **Famílias Brasileiras: poderes, desigualdades e solidariedades.** Recife: Universitária da UFPE, 2011.



GT 8 – Conhecimentos, desafios e possibilidades para o fazer agroecológico no mundo rural

SISTEMA AGRLOFLORESTAL: UMA FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTADA DA ALDEIA GUARANI YGUA PORÃ NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU-SC.

Adriel Mesquita Ramos¹
Lyon Martin Flescher Sojfer²
Marinice Teleginski³

Resumo

A preservação ambiental e o desenvolvimento rural sustentável são temáticas chaves para a promoção da qualidade de vida nas comunidades rurais, requerendo do extensionista dedicação e empenho na transmissão de conhecimentos e tecnologia ao homem do campo. Principalmente quando o extensionista foge do modelo clássico de difusão e busca alternativas horizontais de diálogos. Como alternativa da difusão do conhecimento, a extensão agroecológica favorece o desenvolvimento de metodologias pautado no respeito das especificidades de cada localidade, levando em consideração o modo de vida e os costumes dos moradores. Nessa experiência, foi implantado um sistema florestal agroecológico visando promover melhorias na segurança alimentar da comunidade indígena Yguá Porã no município de Biguaçu-SC, alicerçado em um sistema produtivo sustentável, que permite o resgate, a troca e a disseminação dos conhecimentos tradicionais e científicos conciliado com o desenvolvimento social, econômico e ambiental ecologicamente equilibrado. Concluímos que esse sistema de produção é uma estratégia promotora de sustentabilidade social, econômica e ambiental, aumentando a segurança alimentar da comunidade, assim como a conservação de espécies alimentares tradicionais. Porém é preciso um acompanhamento intenso do extensionista e que o conhecimento local seja aliado ao conhecimento acadêmico, para juntos buscarem metodologia que empodere e motive os indígenas a dar continuidade a transição agroecológica.

Palavras-chave: Agrofloresta, Agroecologia, Comunidade Indígena Guarani, Sustentabilidade

¹ Universidade Federal de Santa Catarina, (Agronomia) e-mail: adriel_ramos@hotmail.com

² Universidade Federal de Santa Catarina, (Agronomia) e-mail: lyon.flescher@hotmail.com

³ Universidade Federal de Santa Catarina, (Doutorado-RVG) e-mail: marinice.teleginski@gmail.com

INTRODUÇÃO

O modo de vida rural no Brasil se transformou profundamente a partir da década de 60, fruto de um conjugado de políticas indutivas baseadas pela ideologia do progresso fomentada pelo Estado, legitimando dessa forma a modernização da agricultura (PETERSEN; DIAS, 2007). Essas medidas adotadas pelo Estado teve a premissa que o homem do campo só superaria o atraso ao qual se encontravam, caso incorporasse as tecnologias modernas. Porém é sabido, que a agricultura baseada nos pacotes tecnológicos fechados que priorizam a baixa diversidade de espécies vegetais, cultivo em grande escala e a utilização de insumos químicos, ao longo dos anos causou grandes impactos negativos na agrobiodiversidade, afetando o modo de vida tradicional do homem do campo.

Como alternativa a esses processos tem-se desenvolvidas sistemas produtivos de base agroecológica, onde os agricultores empregam técnicas que visam à revitalização das estratégias tradicionais voltadas para a conservação, o uso sustentável e o resgate agrobiodiversidade. O desafio para as comunidades camponesas na atualidade, é a busca desse resgate aliado ao desenvolvimento rural sustentável, porém trabalhar as questões sociais, ambientais e econômicas de forma integrada e contínua, requer estratégias e metodologias compatíveis com a realidade local.

De acordo com Almeida (2011), a agrobiodiversidade é a diversidade existente nos agroecossistemas, que abrange as distintas espécies manejadas ou não e tem varias dimensões dentre elas, a diversidade genética, as diferentes culturas das sociedades que manejam esses agroecossistemas e as diferentes tecnologias associadas a elas. A utilização da agrobiodiversidade com uma perspectiva agroecológica na produção de alimento é um elemento chave para a agricultura sustentável, sendo uma estratégia coletiva para o fortalecimento da identidade cultural e organização comunitária (ALMEIDA; RODRIGUES; NORDER, 2014).

Segundo Nodari e Guerra (2015), os sistemas de produção agroecológico se relacionam com a agrobiodiversidade dentro de relações e interações entre aspectos socioculturais, manejo ecológico dos recursos naturais e manejo integrado dos agroecossistemas, que dá origem á noção de sustentabilidade social, econômica e ecológica. Porém, é preciso aprimorar as metodologias e os mecanismos de ações para alcançar o sucesso, ficando a cargo do extensionista e do agricultor encontrar maneiras

de abordagens inovadoras que permita romper a verticalidade do difusionismo tecnológico, favorecendo o diálogo horizontal entre os atores sociais do meio rural.

Um exemplo de agrobiodiversidade pode ser encontrado em Santa Catarina, nas comunidades indígenas, como é o caso das aldeias Guarani, pois o agroecossistema Guarani privilegia o uso, conservação, cultivo e troca de biodiversidade enquanto componentes fundamentais da própria cultura do grupo.

O intercâmbio de sementes é uma atividade integrada ao modo de ser Guarani que fortalece laços de parentesco, promovendo a circulação das variedades no território de ocupação tradicional (MDA, 2007) que vem ao encontro com práticas agroecológicas. Nas comunidades remanescentes Guarani, as atividades agrícolas de subsistência, incluindo rituais, são definidas por dois tempos que equivalem à duas estações, *ara pyau*(calor) e *ara yma*(frio).

Para o povo Guarani, a agricultura é a atividade estrutural da vida comunitária, fazendo parte da organização interna, reciprocidade, rituais, no intercâmbio de sementes e espécies, um sistema amplo que envolve aspectos de organização social e princípios éticos e simbólicos, fundamentados na dinâmica temporal de renovação dos ciclos, que culmina na produção e disponibilidade de alimentos para consumo (LADEIRA, 2008).

Em Biguaçu-SC, há uma comunidade indígena Guarani (etnia *Mbyá*) Yguá Porã que ali reside desde o ano de 2002, na localidade do Amâncio, interior do município de Biguaçu, divisa com as cidades de Tijucas, São João Batista e Antônio Carlos. Este pequeno pedaço de chão é chamado pelos indígenas de *Yvy Ju Miri* ou “Terra Sagrada Amarela”. Esta pequena comunidade é formada atualmente por 17 pessoas adultas mais sete crianças, e sua economia têm como base a produção de artesanatos, geralmente comercializados em Balneário Camboriú-SC e outros centros urbanos. Outros rendimentos provêm do salário de três membros da comunidade que trabalham como agente de saúde, agente de saneamento e agente monitor de fauna, além do recebimento de benefícios de seguridade social. A economia da comunidade é usada para a compra da maioria dos alimentos, sendo eles industrializados, pois a produção dos cultivos de mandioca, batata doce, banana e milho para subsistência é em pequena escala, não atendendo as demanda dos moradores. A partir da percepção de insegurança alimentar e de instabilidade das rendas da comunidade iniciou-se uma proposta de implantação de um sistema de produção de alimentos sustentável com base agroecológica, em que todos os envolvidos se beneficiem dos recursos obtidos.

A proposta partiu da equipe⁴ do projeto, uma vez que já era conhecida a realidade e as necessidades da comunidade, pois já havíamos feito outro projeto social em 2009, quando foi construído um banheiro comunitário na aldeia. A partir do sucesso desse primeiro projeto, houve o estreitamento das relações entre os integrantes da equipe e os moradores da comunidade, estabelecendo-se um laço de confiabilidade, facilitando a aproximação o suficiente para a idealização desse sistema agroflorestal com o apoio dos indígenas.

Considerou-se ainda o desenvolvimento de um modelo de produção agroecológico, respeitando os conhecimentos tradicionais, e a vontade dos moradores quando se referem ao “não uso de agrotóxicos em nenhuma fase da produção”. O desenho mais apropriado, discutido em conjunto com a comunidade e as pessoas envolvidas nessa ação social, foi de um Sistema Agroflorestal (SAF). A implantação desse sistema agroflorestal teve apoio do Fundo Arquidiocesano de Solidariedade em atendimento à Campanha da Fraternidade de 2017 com o tema “Fraternidade: biomas brasileiros e defesa da vida” e lema “Cuidar e guardar a criação (Gn 2,15)”.

Dentro desse contexto o presente trabalho tem o objetivo de relatar o desafio da comunicação para a difusão do conhecimento agroecológico na comunidade indígena guarani Yguá Porã no município de Biguaçu-SC.

MATERIAIS MÉTODOS

O Sistema Agroflorestal de base agroecológica está sendo conduzido em Biguaçu- SC na aldeia Yguá Porã na comunidade do Amâncio, situada a 30 km do centro de Biguaçu/SC, coordenadas UTM 22J 721197mE; 6971516mS, no período de maio 2017 a dezembro de 2018. O local escolhido tem aproximadamente 5.000m², e fica próximo às casas da maioria dos indígenas, se caracterizando como uma área comunitária de plantio na floresta mata atlântica. A metodologia participativa foi escolhida para trabalhar com a comunidade para almejar o objetivo desejado, sendo uma

⁴Adriel Ramos (Graduando em Agronomia-UFSC);
Israel Aquino (Engenheiro Sanitarista da Fundação do Meio Ambiente-FATMA);
Jorge Filho (Graduando em Agronomia-UFSC);
Lyon Sojfer (Graduando em Agronomia-UFSC);
Marcus Medeiros (Graduando em Agronomia-UFSC);
MariniceTeleginski (Doutoranda em Recurso Genéticos Vegetais-UFSC);
Vagner Aquino (Engenheiro Agrônomo da Companhia Nacional de Abastecimento-CONAB).

prática comum da agroecologia, onde o planejamento, organização e execuções das ações são realizados de maneira coletiva, de modo que promova a participação ativa dos indígenas nas tomadas de decisões.

A fase inicial foi à socialização, conscientização e articulação com a comunidade para entender as demandas e necessidades locais, bem como adequar a proposta do SAF à realidade da segurança alimentar das famílias. Para esta fase foram realizados dias de orientação à comunidade em relação à implantação do SAF, mostrando as vantagens e desvantagens, assim como a escolha das culturas mais adequadas à realidade para a composição deste sistema.

Esses encontros foram propostos e conduzidos pela equipe do projeto, objetivando reunir as famílias com interesse em praticar uma agricultura de base agroecológicas, foram realizadas duas reuniões com os interessados, o no período matutino com duração média de três horas. Em ambas as reuniões participaram ativamente quatro famílias, totalizando doze indígenas presentes na organização e planejamento do ponto de partida e chegada do projeto. Nesse momento foram observados através das falas dos indígenas os anseios, problemas, necessidades e as potencialidades existentes na comunidade, assim como suas histórias de vida antes de se estabelecerem naquela localidade e se possuíam interesses na produção agrícola.

Houve o levantamento das culturas agrícolas e espécies florestais que são utilizadas com mais frequência e que tivesse maior aceitação da comunidade para compor o desenho do SAF, assim como o levantamento das sementes, ferramentas, mão de obra disponível e dos parceiros que já ajudavam de alguma forma a aldeia.

Na segunda fase do projeto houve a elaboração da proposta escrita, organização das ações, avaliação das propostas e análise da viabilidade econômica, social e ambiental. Também foram identificados os membros com características de coordenadores na comunidade e parceiros externos, sendo delegadas funções e responsabilidade aos envolvidos para juntos planejar e executar o projeto. Nessa etapa foi feita a escolha da área, demarcação, análise do solo e planejamento do preparo da área escolhida para implantação do SAF.

A elaboração do projeto escrito para submissão ao edital do CNBB⁵, e do cronograma de atividade foi elaborada pela equipe de voluntários engajados nessa ação social, que através das informações coletadas junto aos Guaranis, construiu uma

⁵Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

proposta pautada num modelo agrícola mais sustentável, ficando compatível com o tema⁶ da campanha da fraternidade 2017. O desenho agroflorestal e a disposição das espécies de acordo com seus estratos foram elaborados pelo engenheiro agrônomo Gustavo Tramontim.

A avaliação da proposta e análise de viabilidade do projeto foi discutida com a comunidade em duas reuniões promovida na aldeia enquanto era aguardado o resultado do processo seletivo. As reuniões duraram cerca de três horas e contou novamente com a participação das famílias interessadas e extensionista do projeto.

Nesses encontros concluiu-se que o custo-benefício da implantação do SAF era viável, pois as expectativas com base nas projeções das produções agrícolas eram animadoras, principalmente da banana, gengibre e cúrcuma. E quando considerado o benefício do retorno social do investimento para a comunidade, no qual se tende reduzir a desigualdade social, a degradação ambiental e melhorar o bem estar da comunidade, os indígenas se viram empolgados e esperançosos com os frutos futuros do projeto.

Nesses encontros foram delegados funções a líderes da aldeia, para articularem a mobilização de indígenas em outras comunidades para trabalhar coletivamente durante a implantação do SAF. A escolha da área foi feita através de caminhadas pela aldeia, identificando glebas com fácil acesso e com boa topografia, e fazendo o seu mapeamento, assim como a coleta do solo para análise.

Houve a busca de apoios de parceiros e recursos fora do projeto, que está sendo importante para a consolidação desse sistema, entre os parceiros estão a Epagri de Biguaçu, a MPB Engenharia prestadora de serviço de compensação ambiental para concessionária Autopista Litoral Sul, FUNAI Litoral Sul e Germina. Essa etapa foi importante para a compreensão de todos os envolvidos que o projeto busca uma perspectiva de desenvolvimento agroecológico, que envolve tanto a natureza em si mesma como seus habitantes, sejam eles seres humanos ou animais que habitam e visitam aquela localidade.

No **terceiro momento**, foi o início da concretização das ações planejadas, sendo fundamental a troca de informações e experiências entre o corpo técnico da equipe do projeto, voluntários e os indígenas, que propiciou uma melhor capacitação e formação dos envolvidos, possibilitando o bom andamento do projeto. Nessa etapa os trabalhos foram realizados em mutirões, envolvendo indígenas da comunidade local e vizinhas,

⁶ Biomas brasileiros e a defesa da vida.

contou ainda com o trabalho voluntário de estudantes, profissionais simpatizantes das causas indígenas e praticantes da agroecologia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A implantação do SAF vem possibilitando aos guaranis continuar o cultivo das culturas anuais e perenes de modo mais sustentável, sem uso de queimada e insumos químicos, além disso, foi discutido sobre seleção e conservação das sementes que são usadas no plantio, principalmente das sementes de milho (*avati*), por ser uma cultura sagrada para a comunidade, fazendo parte dos rituais sagrados e da alimentação. Dentre essas espécies, o milho está diretamente ligado à manutenção da coesão social dos Guaranis, sendo usado no batizado das crianças, quando estas recebem seus nomes, sendo importante para a introdução dos índios na sociedade com seu nome de batismo, esse questão foi confirmada por Tempass (2008). Pedri (2006) enfatiza que na maioria dos mitos, rituais e cerimônias religiosas, fica evidente o papel importante da cultura do milho no modo de vida Guarani. Outros temas discutidos durante a implantação do SAF foram calagem, cobertura do solo, rotação de cultura, adubos verdes e mecanização agrícola.

A implantação do SAF na comunidade indígena foi baseada na troca de conhecimento e experiências entre os integrantes do projeto e os Guaranis. Assuntos como a conservação de espécies para alimentação humana e animal, a importância da autonomia em sementes e mudas para a continuidade desse processo de transição agroecológico está sendo paulatinamente trabalhadas no decorrer dos meses.

Por mais que os Guaranis participaram ativamente durante o planejamento das ações, no início da execução houve certa passividade na execução das atividades. Tal inércia se deu pelo desconhecimento e dúvidas sobre o Sistema Agroflorestal e as técnicas que estava sendo inserido naquela realidade. Essa incerteza foi perceptível durante as tarefas repassadas para serem realizadas no decorrer do período em que a equipe técnica do projeto estava ausente da aldeia, porém em algumas oportunidades as tarefas não eram iniciadas.

O principal motivo de não realizarem atividades de manejo e/ou plantio sem a presença da equipe, relatado pelos indígenas, era a insegurança e a incerteza sobre essas técnicas tidas como “novas”. O que é compreensível, pois houve muitas novidades, a começar pela distribuição das culturas que compõe do desenho agroflorestal, que se

diferenciavam dos arranjos espaciais e do maior número de espécies ao qual eles estavam habituados a cultivar. Segundo Noelli (1993), os Guaranis cultivam uma boa diversidade de milho, sendo suas roças caracterizadas por diferentes espécies e variedades de culturas, como a mandioca, feijão, batata doce, amendoim, abóboras, taioba, pimenta e milho, no entanto o desenho tradicionalmente realizado pelos guaranis, difere do proposto nesse sistema de cultivo, por isso a dificuldade de compreensão por parte dos indígenas foi ao mesmo tempo que um desafio, um fator determinante para o avanço e sucesso desse SAF.

Tal situação começou a ser contornada quando a equipe técnica do projeto repensou as formas de transmissão das tecnologias agrícolas, pois percebeu-se não bastava apenas sintetizar, organizar e transmitir, era preciso fazer junto, explicar o porquê de cada passo, e ouvir com atenção os seus pontos de vista sobre as intervenções promovidas na aldeia. Com essa perspectiva, foram realizadas algumas capacitações e levantada a importância da realização de uma roda de conversa ao fim de cada dia de trabalho, para avaliação conjunta sobre o desempenho das atividades desenvolvidas e também para tirar dúvidas, trocar experiências e planejar as próximas tarefas. Ficou claro que, para comunidades tradicionais onde não é comum a prática desse tipo de sistema agrícola, o papel da extensão agroecológica vai muito além de mostrar as ferramentas e tecnologias disponíveis para obter uma boa produção, é preciso empoderá-los dos conhecimentos e das técnicas de modo que eles se tornem autônomos e possam replicá-las no futuro.

Mas para que o empoderamento fosse obtido com êxito foi necessário promover interações entre os extensionista, indígenas e ambientes, facilitando o intercambio dos saberes tradicionais e acadêmicos, de modo que a troca de experiência promova a compreensão da relação existente entre os Guaranis e a agricultura, para que ajustes metodológicos de transmissão do conhecimento possam ser feitos. Nesse projeto a técnica de “aprender fazendo” foi uma ótima forma de transmissão do conhecimento, para romper as barreiras que existiram, pois a partir dessa técnica os guaranis se mostraram confortáveis e seguros, havendo um maior diálogo que permitiu conhecer de modo mais profundo as relações socioambientais que existem na comunidade.

Outro ponto a salientar é a forma de como os índios Guaranis têm a percepção do mundo, a maneira com que eles encaram a realidade torna a execução das atividades mais demorada, pois diferente do homem branco, que trabalha com cronograma e cumprimento de metas, o modo de vida Guarani é mais tranquilo, compassado e sereno.

Houve casos em que uma atividade programada entre eles e a equipe não foi realizada, pois no dia combinado eles relataram que receberam um tipo de “aviso” de que não era um bom dia pra trabalho na terra, isso fez com que a equipe retornasse para casa como forma de respeito a cultura deles.

Os resultados acima descritos foram possíveis a partir do planejamento e execução de oficinas com temas chave para explicar com mais detalhes as dúvidas que surgiram durante a implantação e condução do sistema agroflorestal, com objetivo de empodera-los das técnicas agrícolas e somar os conhecimentos acadêmicos aos conhecimentos tradicionais, de modo que não seja desrespeitada a cultura indígena nesse processo de transição agrícola. Essa capacitação ajudou a comunidade ter uma maior percepção sobre as possíveis glebas que poderiam ser aproveitadas para plantio e aproveitar melhor as áreas produtivas, além de entender com mais clareza interação entre plantas e o ambiente, assim como os manejos adequados das culturas. Mais recentemente tem sido realizado, oficinas com técnico extensionista da Epagri, para orientação sobre o escoamento e comercialização da produção.

CONCLUSÃO

A implantação do sistema florestal agroecológico na comunidade indígena guarani *Yvy Ju Miri* mostrou-se como uma estratégia promotora de sustentabilidade social, econômica e ambiental. Possibilitou a produção de alimentos diversificados e aumento da segurança alimentar da comunidade, assim como a conservação de espécies alimentares tradicionais. Este modo de produção de alimentos também evita a derrubada e queima de floresta, propicia a retenção de carbono no solo, fortalece os laços de coesão social, evita dependência e despesas financeiras com insumos agroquímicos e sementes, há possibilidade de geração de renda através da comercialização da produção excedente, não contamina solo, água e biota com agrotóxicos.

Esta experiência tem potencial de replicação em outras comunidades indígenas Guaranis que se encontram em situação de vulnerabilidade social semelhante, inseridas em pequenas propriedades no ecossistema florestal mata atlântica. No entanto requer um planejamento cauteloso das atividades pelos extensionistas, uma vez que o modo de trabalho e vida Guarani se distingue do não indígena, deixando o trabalho mais desafiador. Além disso, observou-se que o SAF é um sistema de fácil aceitação pelos

indígenas, uma vez que os arranjos são similares aos encontrados na natureza, deixando-os mais familiarizados com o sistema produtivo.

REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, Jalcione (Org.). **Modernização da Agricultura**. 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/56448>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

ALMEIDA, Thiago Valente Vieira de; RODRIGUES, Marciano; NORDER, Luiz Antonio. AGROBIODIVERSIDADE NAS COMUNIDADES GUARANI-NHANDEWA NO NORTE DO PARANÁ: MEMÓRIA E RESGATE. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p.40-58, jun. 2014. Semestral. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/41066>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

LADEIRA, Maria Inês. I.; Espaço geográfico Guarani-Mbyá: significado, constituição e uso. Vol. 01, São Paulo 2008.

MDA/ Ministério de Desenvolvimento Agrário. Documento em defesa da agrobiodiversidade Guarani. Associação Rondon Brasil, 2007. s/p.

NODARI, Rubens Onofre; GUERRA, Miguel Pedro. A agroecologia: estratégias de pesquisa e valores. **Ciência, Valores e Alternativas II: estudos avançados**, São Paulos, v. 29, n. 83, p.183-208, jan. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v29n83/0103-4014-ea-29-83-00183.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

NOELLI, Francisca Silva. **Sem tekohá não há tekó: em busca de um modelo entoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no Delta do Rio Jacuí-RS**. 1993. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em História, Historia Ibero-americana, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993. Disponível em: <https://www.academia.edu/24179682/Sem_tekohá_não_há_tekó_em_busca_de_um_modelo_entoarqueológico_da_aldeia_e_da_subsiistência_Guarani_e_sua_aplicação_a_um_a_área_de_domínio_no_Delta_do_Rio_Jacuí-RS>. Acesso em: 23 maio 2018

PEDRI, Marta Adriana. **A DINÂMICA DO MILHO (Zea mays L.) NOS AGROECOSSISTEMAS INDÍGENAS**. 2006. 90 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Agroecossistemas, Programa de Pós- Graduação em Agorecossistemas,,

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <<http://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-1855/a-dinamica-do-milho-zea-mays-l-nos-agroecossistemas-indigenas>>. Acesso em: 23 maio 2018.

PETERSEN, Paulo; DIAS, Ailton (Org.). **Construção do Conhecimento Agroecológico: Novos Papéis, Novas Identidades**. Brasília 2007: Articulação Nacional da Agroecologia, 2007. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Construcao_do_Conhecimento_Agroecologico.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2018.

TEMPASS, Martín César. **Orerebiú: A relação das práticas alimentares e seus significados com a identidade étnica e a cosmologia Mbyá-Guarani**. 2005. 156 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5187/000511444.pdf?...1>>. Acesso em: 23 maio 2018.

O Potencial da Associação Escola Família Agrícola de Natalândia como facilitadora na constituição de um Sistema Participativo de Garantia no Noroeste de Minas

Aloísia Rodrigues Hirata¹
Luiz Carlos Dias da Rocha²
João Batista Begnami³

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi investigar o potencial da Associação Escola Família Agrícola de Natalândia como facilitadora do processo de constituição de um Sistema Participativo de Garantia na região do Noroeste de Minas. Esta pesquisa utilizou como técnicas para coleta dos dados a análise documental e entrevista semi-estruturada. Por meio da análise comparativa do contexto do Noroeste de Minas com o a região Sul do Estado de Minas Gerais foi possível concluir que a AEFAN tem um potencial para contribuir no processo de constituição de um SPG na região.

Palavras-chave: Agricultura Familiar - Certificação Participativa - Escola Família Agrícola

¹ Doutoranda em Engenharia Agrícola - Feagri/Unicamp - Técnica em Assuntos Educacionais IFSULDEMINAS - aloisia.hirata@ifsuldeminas.edu.br

² Professor IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes - luiz.rocha@ifsuldeminas.edu.br

³ Doutorando em Educação - UFMG -jobabe63@gmail.com

INTRODUÇÃO

A Agroecologia é um movimento crescente que tem mobilizado pessoas da agricultura, academia, instituições de pesquisa, extensão, além de consumidores acerca do tema. Os últimos eventos nacionais ligados à temática evidenciam este interesse acerca da Agroecologia. O X Congresso Brasileiro de Agroecologia, realizado em Brasília em 2017 reuniu cerca de 5.000 pessoas, em sua maioria, acadêmicos. O dobro de pessoas se reuniu ao final de maio e início de Junho em Belo Horizonte-MG durante o IV Encontro Nacional de Agroecologia. E em Curitiba-PR, em junho de 2018 a 17ª Jornada de Agroecologia também reuniu cerca de 10.000 pessoas.

A preocupação com a saúde e com o meio ambiente leva os consumidores a optar pelos alimentos agroecológicos e em especial aqueles que podem oferecer uma garantia de que o processo de produção está de acordo com as normas de produção orgânica, com isso, a certificação passa a ser, muitas vezes, uma condição para o acesso aos mercados de alimentos agroecológicos.

Segundo Cacho *et al.* (2018), apesar do reconhecimento da Agroecologia nos últimos anos, são raros os casos documentados em que a Agroecologia se expandiu de forma massiva em um território. Assim, faz-se necessária a realização de estudos de casos nas regiões onde a Agroecologia tem-se desenvolvido e quais fatores estão contribuindo para esse desenvolvimento, buscando assim, divulgar essas experiências para que as mesmas possam inspirar outras.

Na região do Sul do Estado de Minas Gerais, com o apoio de um projeto de Extensão coordenado por servidores do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) em parceria com a EMATER-MG, foi constituído em 2012 um Sistema Participativo de Garantia (SPG), ou seja, uma rede agroecológica que por meio de um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), representado pela Central de Associações de Agricultores Orgânicos do Sul de Minas (Orgânicos Sul de Minas) está credenciado para proceder a avaliação da conformidade orgânica, mais conhecida por certificação participativa. Esse modelo de certificação tem favorecido a organização social dos agricultores, processos de ensino-aprendizagem construtivistas, multiplicação de práticas agroecológicas simples e eficazes, oportunidade de mercados, além de construção de parcerias com instituições de ensino, pesquisa, extensão e rede de consumidores, que, conforme relatado por Cacho *et al.* (2018) constituem fatores importantes para o que os autores chamam de massificação da Agroecologia.

Nesse sentido, e considerando a AEFAN uma associação de agricultores familiares que tem por objetivo principal realizar a gestão de uma escola que visa a promoção e fortalecimento da agricultura familiar e da Educação do Campo, este trabalho visa estudar o contexto social do

município de Natalândia e se a Associação Escola Família Agrícola de Natalândia, tem potencial para facilitar este processo de constituição de um SPG, assim como aconteceu no Sul de Minas com o apoio de uma entidade de ensino.

Os Sistemas Participativos de Garantia

Segundo a legislação brasileira, para que um produto seja considerado orgânico, ele precisa atender as normas de produção descritas nos regulamentos técnicos da agricultura orgânica. De acordo com a Lei 10.831/2003 o produto precisa ser oriundo de um sistema orgânico de produção, ou seja, aquele em que não utiliza agrotóxicos, sementes transgênicas, adubos químicos ou substâncias sintéticas nocivas ao meio ambiente. Além disso, um sistema de produção orgânica precisa ter como objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável (BRASIL, 2003). A legislação determina também que só pode ser comercializado como orgânico o produto que seja certificado por um organismo de avaliação da conformidade (OAC) credenciado no Ministério da Agricultura⁴. Nesse sentido, são considerados OACs a empresas de certificação por auditoria, também conhecido como certificação de terceira parte e os OPACs, que realizam a certificação participativa.

O OPAC é o organismo que responde legalmente pelo processo de avaliação da conformidade orgânica dos agricultores que fazem parte do SPG. Podemos então dizer que o SPG constitui uma organização social, uma rede agroecológica que reúne várias pessoas e organizações interessadas na certificação orgânica, e para isso, promovem ações para seu fortalecimento desenvolvimento. Por meio do seu OPAC, esta rede agroecológica desenvolve ações chamadas de mecanismos de controle social para assegurar à sociedade a garantia de que um produto, processo ou serviço atende aos procedimentos descritos nos regulamentos técnicos da agricultura orgânica e que foi submetido a avaliação participativa da conformidade. Esta forma de organização social tem como base a confiança e a participação dos seus membros nas diversas ações desenvolvidas. As atividades realizadas promovem o conhecimento da legislação brasileira de produção orgânica e agroecológica, proporcionam a construção coletiva do conhecimento da agroecologia oferecendo mais segurança aos consumidores sobre a qualidade do que é produzido e consumido pela população.

São claras as indicações que a certificação participativa, em comparação à certificação por auditoria, é mais adequada à realidade da agricultura familiar, esta suposição está

⁴ Não necessita de certificação as Organizações de Controle Social, que são grupos de agricultores familiares, que se cadastram no Ministério de Agricultura para realizar exclusivamente comercialização direta aos consumidores, por exemplo em feira livre.

relacionada ao uso de metodologias de avaliação da conformidade que promovem o protagonismo dos agricultores, valorizam o saber tradicional e ainda tem custos mais reduzidos. Nas palavras de Santos (2005)

“A certificação participativa é adequada à realidade e características da agricultura e do empreendimento familiar, pois incentiva o trabalho associativo e as pequenas iniciativas de processamento e comercialização, além de simplificar os registros, fazendo com que a prática – o que é feito na propriedade ou agroindústria “fale mais alto” do que os relatórios e os papéis” (SANTOS, 2005 p. 45).

O número de OPACs credenciados pelo MAPA saltou de 04 em 2011 para 25 em 2018, enquanto o número de certificadoras credenciadas saltou de 05 para 10 no mesmo período. Este dado nos dá indícios que os SPGs podem ser mais inclusivos, em especial para a agricultura familiar, pois suas metodologias de avaliação da conformidade permitem a troca de experiências, que em parte, supre a carência por assistência técnica, além de ser um sistema dos próprios agricultores que não visa lucro, portanto, do ponto de vista financeiro, tende a ser mais acessível.

A metodologia adotada pelos OPACs para o processo de certificação participativa baseada em visitas e intercâmbios exige a participação ativa de todos os membros do sistema, assim como a gestão compartilhada, o diálogo de saberes e a construção do conhecimento agroecológico. Desde o seu surgimento no Sul do País com a Rede Ecovida⁵, o SPG tem possibilitado aos agricultores e agricultoras familiares uma forma de certificação mais adequada às suas realidades. Nesse sentido os aprendizados, as trocas de saberes e o fortalecimento da Agroecologia têm sido relatados como ganhos significativos e, para muitos, esses ganhos podem ser mais importantes que a própria certificação, conforme afirma Hirata (2016).

“Percebe-se, pelos princípios que sustentam os SPGs, que o desejo das pessoas e instituições envolvidas no processo de certificação, vai muito além de emitir um selo, pois buscam criar mecanismos e ferramentas para apoiar uma agricultura que promova o desenvolvimento sustentável, onde a confiança, a participação e a responsabilidade compartilhada, contribuem para a credibilidade do processo de garantia da conformidade orgânica” (HIRATA, 2016 p.56).

Na constituição de um SPG temos os membros do Sistema (agricultores, consumidores, técnicos) e o OPAC, que pode ser representado por uma associação de agricultores, cooperativa, sindicato ou qualquer outro tipo de entidade legalmente constituído para responder junto à sociedade e aos órgãos pelas questões relativas à certificação. No SPG Sul de Minas, o OPAC é representado pela Orgânicos Sul de Minas. Dentro de um SPG, o OPAC é comparado a um

⁵ Associação em rede que desde os anos de 1990 vem debatendo e constituindo estratégias de certificação orgânica pelo sistema participativo. Atualmente são mais de dois mil agricultores(as) nos estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

departamento de certificação da rede. Sua estrutura de funcionamento é formada por, no mínimo, uma comissão de avaliação e um conselho de recursos que são responsáveis por todas as atividades referentes ao processo de avaliação da conformidade, como visitas, reuniões e registros. Para que o SPG possa avaliar a conformidade, seu OPAC precisa estar credenciado no Ministério da Agricultura.

Quando um SPG solicita o credenciamento do OPAC, significa que longo caminho já foi percorrido, pois é necessário boa articulação e diálogo de seus membros na construção de vários documentos constitutivos e operacionais do SPG/OPAC, além da definição de processos e mecanismos de geração de credibilidade da conformidade orgânica. Para que todo este processo seja possível, nota-se pelas experiências de outros SPGs do Brasil, que é necessário o apoio de instituições e profissionais que atuem como facilitadores, mediadores e animadores do processo, visto que é burocrático e exige certa dedicação e conhecimento que nem sempre estão disponíveis e acessíveis aos agricultores familiares.

Exemplificando a importância do apoio na constituição de um SPG, analisaremos o caso do SPG Sul de Minas, que foi o primeiro SPG a ser constituído no Estado de Minas Gerais. A constituição deste SPG, como já foi comentado, nasceu de um projeto de Extensão em 2012 coordenado por servidores do Instituto Federal do Sul de Minas (IFSULDEMINAS) em parceria com a EMATER-MG. O projeto intitulado “Fortalecimento da Agroecologia no Sul de Minas” teve como objetivo principal a aproximação das organizações de agricultores orgânicos e agroecológicos para criação de uma rede de agroecologia que pudesse viabilizar a certificação participativa na região. Em uma pesquisa publicada por Hirata (2016), onde a autora estudou a constituição desta rede, constatou-se, por meio da reconstrução do histórico de formação do SPG Sul de Minas, dois aspectos relevantes que favoreceram sua implantação. O primeiro estava relacionado à presença e comprometimento de organizações de agricultores orgânicos, além da clara experiência e histórico com práticas associativas e de manejo agroecológico destas entidades. Outro aspecto destacado foi o apoio dos parceiros, em especial do IFSULDEMINAS que assumiu, desde o início, o papel de facilitador do processo, viabilizando por meio de projetos, apoio administrativo, técnico e logístico. Verificou-se, ainda, que esse apoio proporcionou redução dos custos, tornando a certificação mais acessível aos agricultores familiares, além de uma maior credibilidade pelo envolvimento de instituições públicas. Por outro lado, a autora também chama a atenção para os benefícios que esta parceria com as associações de agricultores trouxe às instituições parceiras, aproximando técnicos e estudantes da agricultura orgânica e influenciando o discurso e a prática dessas instituições (HIRATA, 2016).

As Escolas Famílias Agrícolas

As Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) são entidades de promoção e fortalecimento da agricultura familiar e da Educação do Campo no Brasil. “A EFA é uma Associação instituída por Famílias, Comunidades, Movimentos Sociais e Sindicais, que desenvolve a Pedagogia da Alternância, promove uma formação integral e libertadora, articulada à produção sustentável da vida, com finalidades educativas comprometidas com um novo projeto de campo e sociedade, baseado em princípios da Agroecologia” (AMEFA, 2018, p. 4).

A Associação EFA é uma organização camponesa, sem finalidades econômicas, onde as famílias e suas comunidades se responsabilizam pela gestão participativa da EFA. Além de fazer a gestão política, administrativa e financeira da escola, esta base associativa compartilha o poder educativo e potencializa o funcionamento metodológico da EFA, por meio do sistema da Pedagogia da Alternância⁶ (BEGNAMI, 2010).

Partindo da realidade para contextualizar a educação, a Alternância valoriza o trabalho, a cultura, fortalece raízes e identidades camponesas, contribui para uma formação humanista, emancipatória, libertadora dos sujeitos do campo. A lógica epistemológica da construção do conhecimento na Pedagogia da Alternância tem aproximações com os princípios da agroecologia (AMEFA, 2018).

Além da base associativa e a Pedagogia da Alternância como meios, o movimento EFA traz em seus princípios duas finalidades educativas fundamentais: “a formação humanista, libertadora, emancipatória dos sujeitos e a produção e reprodução sustentável da vida no campo” (AMEFA, 2018). A sustentabilidade implica articular os processos educativos aos contextos da produção, da cultura, da religiosidade popular e da vida e o trabalho no campo é compreendido como princípio educativo; a produção de alimentos seguros e saudáveis é prioridade; a organização produtiva e cooperativa é estratégica; relações de igualdade e equidade de gênero, etnicorraciais e orientação sexual devem ser respeitados como direitos humanos, segundo Amefa (2018).

A EFA se baseia em uma organização social e a sua força está na capacidade de articulação com os movimentos sociais e aproximações com as lutas junto aos movimentos da Educação do Campo e da Agroecologia na atualidade.

⁶ A Pedagogia da Alternância é um sistema educativo, mais que uma metodologia, que une tempos e espaços de formação teórica e práticas na escola-família-comunidade, utilizando de instrumentos pedagógicos específicos para juntar a realidade concreta da vida, os saberes da prática com os saberes das teorias e fazê-los dialogar para construir novos saberes.

METODOLOGIA

Universo pesquisado

O presente trabalho foi desenvolvido na região do Noroeste do Estado de Minas Gerais, nos municípios de abrangência da Associação da Escola Família Agrícola de Natalândia (AEFAN). Esta associação foi criada em 2003, com sede no Assentamento Saco do Rio Preto, Município de Natalândia-MG. É composta de famílias, pais e mães, educandos(as), egressos, pessoas e entidades aliadas e atua como mantenedora da Escola Família Agrícola (EFAN). A EFAN apresenta, dentre os seus objetivos, o de possibilitar o envolvimento e responsabilização efetiva das famílias no acompanhamento dos Projetos de seus filhos e filhas buscando uma educação para uma consciência ecológica por meio do desenvolvimento de uma agricultura sustentável.

Instrumentos de Coleta e análise de dados

Para o desenvolvimento desta pesquisa de abordagem qualitativa optou-se por adotar o método de estudo de caso onde foi utilizado como técnica para coleta de dados a análise documental de fontes secundárias, entrevista semiestruturada com lideranças e experiências de um profissional ligado a AMEFA.

A análise documental tem uma finalidade específica (SOUZA *et al.*, 2011), sendo neste trabalho o de identificar, verificar e apreciar os documentos sobre o histórico, valores e ações desenvolvidas pelas entidades estudadas (AEFAN e EFAN), preconizando a utilização de uma fonte paralela de informação que foram as entrevistas semiestruturadas para complementar os dados e permitir a contextualização das informações contidas nos documentos. A entrevista semiestruturada foi escolhida neste trabalho como técnica privilegiada de comunicação e coleta de dados. Segundo Minayo (2007), podemos definir a entrevista como uma conversa com finalidade específica em obter dados referentes ao objeto de estudo. A escolha dos entrevistados se deu em função dos cargos de liderança que exercem entidades estudadas, o que lhes conferem importante conhecimento sobre o município investigado, assim como da região de abrangência da associação. Assim, foram convidados para participar da pesquisa o presidente da AEFAN e o coordenador pedagógico da EFAN.

As informações colhidas por meio da análise documental e entrevistas foram analisadas mediante a organização das informações e sistematização dos dados. Em seguida os resultados foram interpretados buscando o sentido mais amplo das respostas, visando compreender as informações mediante a sua ligação a outros conhecimentos obtidos (GIL, 2008).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Contexto Regional

A Associação Escola Família Agrícola de Natalândia (AEFAN) fica na região Noroeste de Minas que é uma das mesorregiões do estado de Minas Gerais. Esta região apresenta um conjunto de características marcantes, com áreas exploradas para atividades econômicas, forte presença de agricultura empresarial para a produção de grãos, presença de perímetros irrigados, pecuária e atuação da agricultura familiar na produção de alimentos diversificados. A região conta com grande extensão territorial e apresenta uma demografia reduzida quando comparada com outras regiões do estado, uma vez que ocupa cerca de 10% da área, mas detém menos de 2% da população do estado, com uma densidade próxima a 5,15 habitantes por km² (IBGE, 2010). É um território em disputa pelo agronegócio e os sem terra. Por isso, ocorre com grandes conflitos em torno da luta pela terra.

Analisando o aspecto da estrutura fundiária na região percebe-se uma forte concentração de terras e, mesmo com esta característica apresentando-se em queda nos últimos anos, ainda motiva a organização de agricultores e agricultoras para as lutas pela terra, como acontece no município de Paracatu-MG, vizinho a Natalândia (GRISOTTO, 2003). Como resultado destas lutas, a presença dos assentamentos rurais é uma realidade marcante na região, que tem fortalecido a agricultura familiar. Conta com presença de mais de 6.000 famílias assentadas no Território Noroeste de Minas, sendo que em Natalândia registra-se 3 assentamentos com 178 famílias (JESUS *et al.*, 2011), demandando ações para a manutenção da coletividade e articulação entre agricultores e comunidades.

Em outras regiões do Brasil e também no estado de Minas, a certificação participativa tem se mostrado mais adequada à agricultura familiar, especialmente em função da sua metodologia, que favorece as práticas associativistas, construção do conhecimento agroecológico, articulação e custos reduzidos. Segundo Hirata (2016), no Sul de Minas a constituição de um SPG foi entendida pelos agricultores como a melhor forma de viabilizar a certificação orgânica para acesso aos mercados específicos, promover a integração entre as associações de produtores orgânicos e destas com as instituições de ensino, pesquisa e extensão, para fortalecer a Agroecologia na região.

Na região Noroeste de Minas, segundo relatos de um dos entrevistados “*A produção regional está voltada para a subsistência e comercialização de pequenas quantidades e as principais culturas são milho, mandioca, feijão e também leite*” (C.V.G., Entrevista, 2018). Apesar do entrevistado não ter relatado a existência de agricultores agroecológicos ou orgânicos

certificados na região, a prática da agricultura de subsistência tende a utilizar manejo agroecológico, uma vez que não se trata de produção comercial em larga escala. A baixa densidade populacional e a grande distância das sedes dos municípios (alguns chegam a 600 km de distância por estradas), configuram como fatores que contribuem para um maior isolamento das pessoas, dificultando a construção de uma identidade e uma maior participação das pessoas em espaços de construção e decisão políticas públicas (JESUS *et al.*, 2011).

Nas redes de SPGs temos a participação como um princípio básico para seu funcionamento. Embora a questão da baixa densidade possa se configurar, numa primeira análise, como um dificultador para a constituição e o funcionamento de um SPG, acredita-se que mesmo em regiões de maior densidade como é o caso do Sul de Minas, o isolamento das comunidades rurais e a baixa participação em processos de mobilização e organização social também ocorrem por diversos outros motivos nos fazendo acreditar que o comodismo e a facilidade também isolam as pessoas. Nesse sentido, o controle social, característica básica de um SPG, realizado mediante visitas às propriedades, intercâmbios para troca de experiências, reuniões e muitas vezes comercialização conjunta, promovem a aproximação e reforça os laços de amizade e confiança entre as famílias participantes da região. Podendo assim contribuir para o rompimento da barreira do isolamento e ainda para maior autonomia e empoderamento das famílias.

As Parcerias

Conforme relatado por Hirata (2016), outro aspecto que favoreceu a constituição do SPG Sul de Minas foi o apoio do IFSULDEMINAS e EMATER-MG. Estes parceiros assumiram desde o início do processo o papel de facilitadores, e por meio de projetos foi possível o suporte técnico e administrativo. A Orgânicos Sul de Minas tem sua sede no Campus Inconfidentes e após a constituição do SPG foi criado o Núcleo de Estudos em Agroecologia e Entomologia “Raiz do Campo” (NEA Raiz do Campo) que desenvolve ações de extensão e pesquisas para apoio a certificação participativa, multiplicação de sementes, educação ambiental e Unidade demonstrativa de um Sistema Agroflorestal. O Campus Inconfidentes também sedia a casa de sementes Mãe Terra da Orgânicos Sul de Minas e com apoio do NEA promove o armazenamento, beneficiamento e multiplicação das sementes orgânicas dos agricultores do SPG. Atualmente, por meio de convênio com o Instituto, a OSM, concede bolsa de estágio para estudante membro do NEA Raiz do Campo que apóia as atividades demandadas nos procedimentos para a certificação. A Emater-MG desenvolve ações de formação e apoio técnico em visitas, participação nos Grupos de trabalho e nas capacitações e fortalecem as discussões em reuniões e dias de campo realizados.

Percebe-se por meio desta experiência que o apoio dos parceiros favoreceu a constituição e ainda contribui no funcionamento e diminuição de custos com pessoal da área técnica, sede e despesas administrativas, o que torna o custo da certificação mais acessível aos agricultores familiares. Neste sentido, buscou-se compreender quais as reais condições e possibilidades a EFAN teria, enquanto colaboradora, para atuar no apoio da AEFAN enquanto instituição responsável pelo OPAC para viabilizar a constituição de um SPG no território do Noroeste de Minas. A seguir, apresentamos uma comparação sistematizada sobre o papel das instituições nas duas regiões.

Quadro 1 – Comparação as entidades parceiras e organizações dos agricultores das regiões do Sul de Noroeste de Minas para constituição de um SPG.

	Sul de Minas	Noroeste de Minas
Entidade de personalidade jurídica que responde como OPAC	Central de Associações de Agricultores Orgânicos do Sul de Minas	Associação Escola Família Agrícola de Natalândia
Entidades Colaboradoras para apoiar na constituição do SPG	IFSULDEMINAS /EMATER-MG	EFAN, Fetaemg, IFNMG
Sede do OPAC	IFSULDEMINAS	EFAN
Apoio técnico do SPG	NEA Raiz do Campo e EMATER-MG	EFAN e IFNMG

No Quadro 1 percebemos que a região Noroeste possui entidades que poderiam assumir o apoio na constituição de um SPG. A EMATER-MG está presente no Sul de Minas, porém, nas entrevistas com as lideranças, esta instituição não foi lembrada, demonstrando ter pouca relação com as entidades dos líderes entrevistados (AEFAN e EFAN).

A Atuação da Associação e da Escola Família Agrícola de Natalândia

Para entender o perfil da AEFAN e da EFAN, assim como o potencial da primeira para se credenciar como um OPAC e da segunda para apoiar a constituição de um possível SPG da região Noroeste de Minas, conforme está sendo estudado e proposto neste trabalho, foram investigadas por meio das entrevistas e da análise documental, informações sobre número de agricultores, sistema de produção adotado, relação com as entidades e organizações de

agricultores e interesse em iniciar este trabalho durante a entrevista, demonstrando o entendimento e a percepção das lideranças em relação a possibilidade da constituição do SPG na região Noroeste de Minas.

A AEFAN possui 13 famílias associadas, sendo 04 do município de Natalândia e 09 agricultores de municípios da região, porém, atende cerca de 20 municípios de origem dos estudantes da EFAN. Além da gestão participativa política, administrativa e financeira da escola, esta associação, por meio da EFAN busca parcerias para viabilizar projetos de desenvolvimento comunitários alinhando as suas ações com instituições da região e do estado de Minas. Dentre as entidades, podem ser citadas as universidades, institutos federais, órgãos de extensão, Amefa, STRs, Fetaemg, Contag, Fetraf, Unicaf, Cáritas de Paracatu, prefeituras municipais, empresas, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), entre outras. Além de já se constituir numa associação regional de agricultores familiares, esta articulação da AEFAN com as entidades demonstra claramente que a associação já tem experiência com trabalhos de desenvolvimento comunitário em rede que pode favorecer o trabalho com a certificação participativa.

A EFAN foi construída no Assentamento Saco do Rio Preto, em uma área total de 14 hectares, com predomínio de cerrado. Para as atividades de produção, foram destinados 08 hectares onde são desenvolvidas diversas atividades produtivas tanto da parte agrícola quanto da pecuária. A produção na propriedade da EFAN, que atualmente se insere num processo de transição agroecológica, visa a segurança alimentar e formação dos estudantes, mas ainda é insuficiente para atender sua própria demanda em termos quantitativos. Sobre a escolha do que e como produzir, o coordenador pedagógico da EFAN afirmou que:

“A produção na EFAN leva em consideração as características e demandas regionais, investindo seus esforços na execução de projetos que tenham relação com as atividades produtivas das famílias dos seus estudantes. Assim, desenvolve projetos voltados para a hortaliças, milho, fruticultura (com destaque para maracujá, goiaba e acerola), apicultura e avicultura” (A.P.A., Entrevista 2018).

A experiência com a prática agroecológica advinda do processo produtivo da escola pode conferir maior credibilidade aos estudantes e monitores da EFAN favorecendo um futuro apoio na transição agroecológica das unidades produtivas dos agricultores da região interessados na certificação participativa.

A EFAN, por suas articulações com os movimentos sociais e as lutas pela consolidação dos assentamentos e da Educação do Campo está aberta ao debate e começa um processo de inclusão da Agroecologia em seu currículo. A discussão teórica ganha terreno e reforça a necessidade de implementação dos princípios da Agroecologia e produção orgânica na prática.

Este movimento exige da EFA o planejamento de processos de transição agroecológica nas unidades didáticas. Aliando conteúdos teóricos e práticos a EFAN potencializa seu trabalho pedagógico na Sessão Escolar e na Estadia Sócio-profissional, conforme nos relata o presidente da AEFAN. *“Aliando conteúdos teóricos e práticos, durante as visitas de estudos realizadas nas casas dos estudantes, a Escola contribui e dialoga com as famílias e comunidades sobre a produção”* (C.V.G., Entrevista, 2018).

Esta experiência de diálogo e construção coletiva do conhecimento agroecológico, aliado à prática do trabalho comunitário e gestão do conhecimento em rede fazem da EFAN uma entidade com grande potencial para apoiar os processos de constituição de um SPG na região, além de já possuir credibilidade e visibilidade no desenvolvimento de práticas agroecológicas.

Aspectos Comparativos na constituição do Sistema Participativo de Garantia do Sul e do Noroeste de Minas

Os SPGs representam a união de pessoas comprometidas com a realização de atividades desenvolvidas em numa estrutura organizativa, regida por princípios, normas de organização e de funcionamento, visando a assegurar a garantia de que um produto, processo ou serviço atende a regulamentos técnicos da agricultura orgânica e que foi submetido a uma avaliação participativa da conformidade (BRASIL, 2009). Seu processo de constituição deve ser precedido de uma caracterização regional como embasamento para a compreensão dos atores existentes. O Quadro 2 a seguir, evidencia as características do sul de Minas (SPG já em funcionamento) e da região Noroeste, buscando relacionar as potencialidades existentes.

Quadro 2 – Características importantes para o processo de constituição de um Sistema Participativo de Garantia presentes no Sul de Minas e Noroeste do Estado.

Característica	Região do Estado de Minas Gerais	
	Sul	Noroeste
Agricultura Familiar	Predominante	Predominante
Organização de agricultores	08 associações e 01 cooperativa de agricultores orgânicos e agroecológicos	01 Associação Escola Família Agrícola com predominância de práticas agroecológicas, 79 assentamentos no território, sendo 03 em Natalândia, outras associações de agricultores familiares
Entidades parceiras	Emater-MG e Instituto Federal do Sul de Minas	Escola Família Agrícola de Natalândia, Instituto Federal do Norte de Minas, UFVJM, Emater, Cáritas, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Fetaemg e Prefeitura Municipal de Natalândia
Comercialização dos produtos	Comércio em feiras livres locais e em cidades de São Paulo	Comércio em feiras livres locais, oportunidades de comercialização em Brasília e outras cidades maiores da região.

Em relação à realidade apresentada pelo Sul de Minas na ocasião da implantação do seu SPG, percebe-se algumas diferenças no contexto regional. Enquanto se registrou a existência de vários grupos organizados com práticas agroecológicas e orgânicas no Sul de Minas, registra-se a presença de vários assentamentos na região Noroeste, que mesmo não sendo orgânicos, têm nas características inerentes à agricultura familiar uma oportunidade para adotarem os manejos agroecológicos. Em relação ao apoio das parcerias, elas se mostram mais articuladas e com maior número de entidades no Noroeste de Minas, porém, no Sul de Minas a EMATER-MG tem uma ação ativa desde o início da constituição do SPG e desenvolve um trabalho de grande relevância. No Noroeste esta parceria entre a AEFAN e EMATER-MG ainda precisa ser construída no âmbito da Agroecologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar os fatores que favoreceram o surgimento do SPG Sul de Minas e analisar a existência ou aproximação destes fatores na região Noroeste, não tivemos a pretensão de afirmar que para se constituir um SPG a região a similaridade ou apresentação das mesmas características são necessárias. Mas ao contrário, queremos afirmar que cada região possui sua particularidade, suas diferenças, potencialidades e desafios, e ainda, intencionamos também, mostrar que é possível se inspirar em estudos de casos exitosos e com isso, conhecer o que favoreceu e compreender a realidade para elaborar um plano de trabalho visando superar as dificuldades e potencializar as oportunidades.

Assim, lançando um olhar sobre a realidade do Noroeste de Minas e contrastando com as características sul mineiras foi constatado que a constituição de um SPG na região Noroeste pode contribuir para a superação de alguns desafios enfrentados pelos agricultores como: o isolamento das comunidades por meio do incentivo à participação inerente a metodologia de avaliação da conformidade orgânica com visitas, intercâmbios e reuniões, a carência de assistência técnica para a transição e produção agroecológica, por meio do apoio de parceiros como a EFAN e EMATER-MG, além dos próprios agricultores, e também o acesso a mercados por meio da certificação e organização de uma rede de produtores agroecológicos.

A pesquisa indicou também que a AEFAN apresenta inserção regional e características que a credencia como possível OPAC e a EFAN como apoiadora no processo de discussão para a constituição de um SPG no Noroeste mineiro. Os aspectos observados indicaram condições favoráveis, evidenciando que a presença de um SPG na região poderá estimular a organicidade, a participação, empoderamento e inclusão dos agricultores familiares e assentados nos processos de certificação e produção orgânica e agroecológica.

Por fim, ressaltamos que este é um estudo preliminar que deve ser aprofundado e discutido com os agricultores e organizações interessadas no processo de certificação participativa. Sugerimos a elaboração de um plano de trabalho que se inicie com um diagnóstico participativo envolvendo todos os atores desta rede e que as entidades estudadas sejam apenas facilitadoras e animadoras deste processo para que os agricultores possam participar e serem os protagonistas desta rede.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMEFA. Associação Mineira das Escolas Família Agrícola. **Folder Institucional**. Belo Horizonte: O Lutador, 2018.

BEGNAMI, J.B. Pedagogia da Alternância. **Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, n.91, p.31-38, 2010.

BRASIL. **Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.831.htm>. Acesso em: 09 Jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Instrução Normativa 019, 2009**. Aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica. Disponível em <<http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=consultarLegislacaoFederal>> Acesso em: 28 abr. 2015.

CACHO, M.M.T.G., GIRALDO, O.F., ALDASORA, M., MORALES, H., FERGUSON, B.G., ROSSET, P., CAMPOS, A.K. & C.(2018): **Bringing agroecology to scale: key drivers and emblematic cases, Agroecology and Sustainable**. Food Systems, DOI: 10.1080/21683565.2018.1443313.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 220p.

GRISOTTO, R.F. **A luta pela terra no Noroeste mineiro: a experiência em Paracatu-MG (1985-2000)**. 2003. 88p.: il. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2003.

HIRATA, A. R. **A Constituição do Sistema Participativo de Garantia sul de Minas e sua contribuição para a Agroecologia na região**. 2016. 196 p.: il. Dissertação (mestrado profissional) Universidade Federal de Lavras, 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do Censo demográfico de 2010**. Disponível em <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=31>>, Acesso em 13 de junho de 2018.

JESUS, C.M.; FERNANDES FLORES, J.F.; RIBEIRO, L.S.M.; CARDOSO, S.A. **Relatório Analítico do Território Rural Noroeste de Minas Edital MDA/SDT/CNPq – Gestão de Territórios Rurais**. Uberlândia, 2011. Disponível em <<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra063.pdf>>. Acesso em 15 de junho de 2018.

MINAYO, M.C. de S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**, 32ª ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2012.

SANTOS, L.C.R. **Certificação participativa em rede: um processo de certificação adequado à agricultura familiar agroecológica no sul do Brasil**. Relatório Técnico Final. Projeto N° 52.0847/01-6/CNPq. 2005. 73p. Disponível em: <http://www.centroecologico.org.br/certificacao_download.php?id_pdfcertificacao=42&tipo=pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2018.

SOUZA, J.; KANTORSKI, L.P.; LUIS, M.A.V. Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental. *Revista Baiana de Enfermagem*, Salvador, v. 25, n. 2, p. 221-228, maio/ago. 2011.

Os usos da natureza e ambiente na comunidade do Guaraguaçu como elementos para uma proposta em torno da agroecologia em Pontal do Paraná - PR

Antonio Marcio Haliski¹

Dimas Floriani²

Nicolas Floriani³

Resumo

Os usos da natureza e ambiente tem sido objeto de análise de vários pesquisadores, pois refletem muitos (des)entendimentos e conflitos. Neste texto iremos abordar a apropriação socioambiental por atores locais em uma comunidade no litoral do Paraná para que, a partir dela, possamos evidenciar aquilo que entendemos como permanências e continuidades de práticas de usos dos recursos naturais ao longo dos anos e que, por este motivo, constitui-se como elemento fundamental para o desenvolvimento de uma proposta de produção agroecológica. Metodologicamente utilizaremos a técnica de grupo focal e como consequência traremos elementos e fatores, como a legislação ambiental, que influenciam nas continuidades ou rupturas de práticas. O resultado preliminar é o que estamos chamando de diagnóstico para a implantação da agroecologia.

Palavras-chaves: território, comunidade, agroecologia

¹ Formado em Geografia pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor do Programa de Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) do Instituto Federal do Paraná-Paranaguá (IFPR). antonio.haliski@ifpr.edu.br

² Formado em Ciências Políticas e Sociais e Doutor pela Universidade Católica de Louvain, UCL, Bélgica. Professor dos Programas de pós-graduação em Sociologia e Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). floriani@ufpr.br

³ Formado em Agronomia e Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná. Professor do programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PPGG). nicolas@uepg.br

1 - O Litoral e o município de Pontal do Paraná

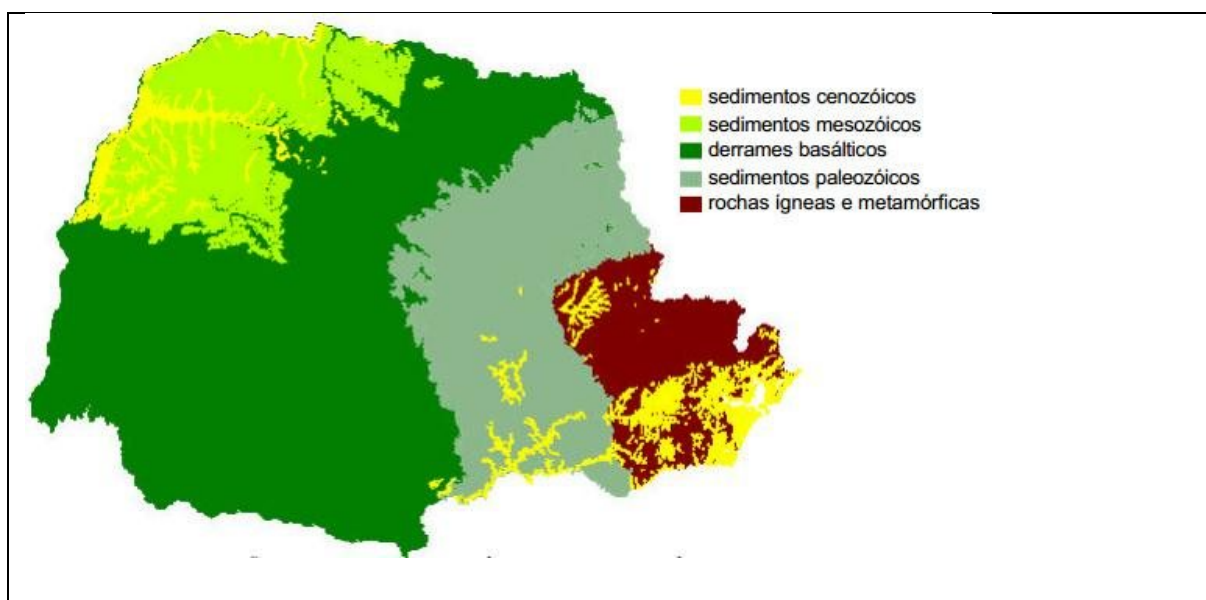
O litoral é composto por sete municípios que apresentam além de áreas territoriais e paisagens muito díspares, uma concentração populacional desigual. Notadamente o município de Paranaguá, que abriga o maior Porto de exportação de grãos do país, é aquele que detém maior número de pessoas. Trata-se da atração pelo forte viés econômico. Já municípios como Pontal do Paraná e Matinhos possuem uma dinâmica voltada mais para o turismo de Sol e Mar.

Tabela 1: população e área

Município	População estimada	Área em km ²
Guaraqueçaba	7.923	2.315,733
Antonina	19.420	876,551
Morretes	16.540	687,541
Paranaguá	152.975	806,225
Pontal do Paraná	25.393	202,159
Matinhos	33.450	116,544
Guaratuba	35.986	1.328,480

Elaborado a partir dos dados dos cadernos de municípios do Iparde, 2018.

Na região a leste dos planaltos, se destaca a Serra do Mar, com 1.500 m de decaimento geográfico apertando a pequena área da planície litorânea em direção ao mar. Os picos mais altos são o Paraná com 1.877 m e o Caratuba com 1.860 m. Essa configuração geográfica provoca uma diversidade de ecossistemas, que incluem desde os ambientes totalmente influenciados pela floresta atlântica até estuários das baías e ainda os limitados pela área costeira. (SILVA, et al, 2013, p.1)



Fonte: <https://www.geocultura.net/parana/>

Na área montanhosa do litoral prevalecem formações da Serra do Mar, como imponente divisor entre o planalto e o litoral. A Serra do Mar é um grande centro dissecado de falhas, formado pelas bordas do

planalto atlântico, constituindo-se em um conjunto de montanhas escarpadas com mais de 1.000 km, que se estendem desde o Rio de Janeiro até o norte de Santa Catarina. (SILVA, et al, 2013, p.1-2)

Por outro lado

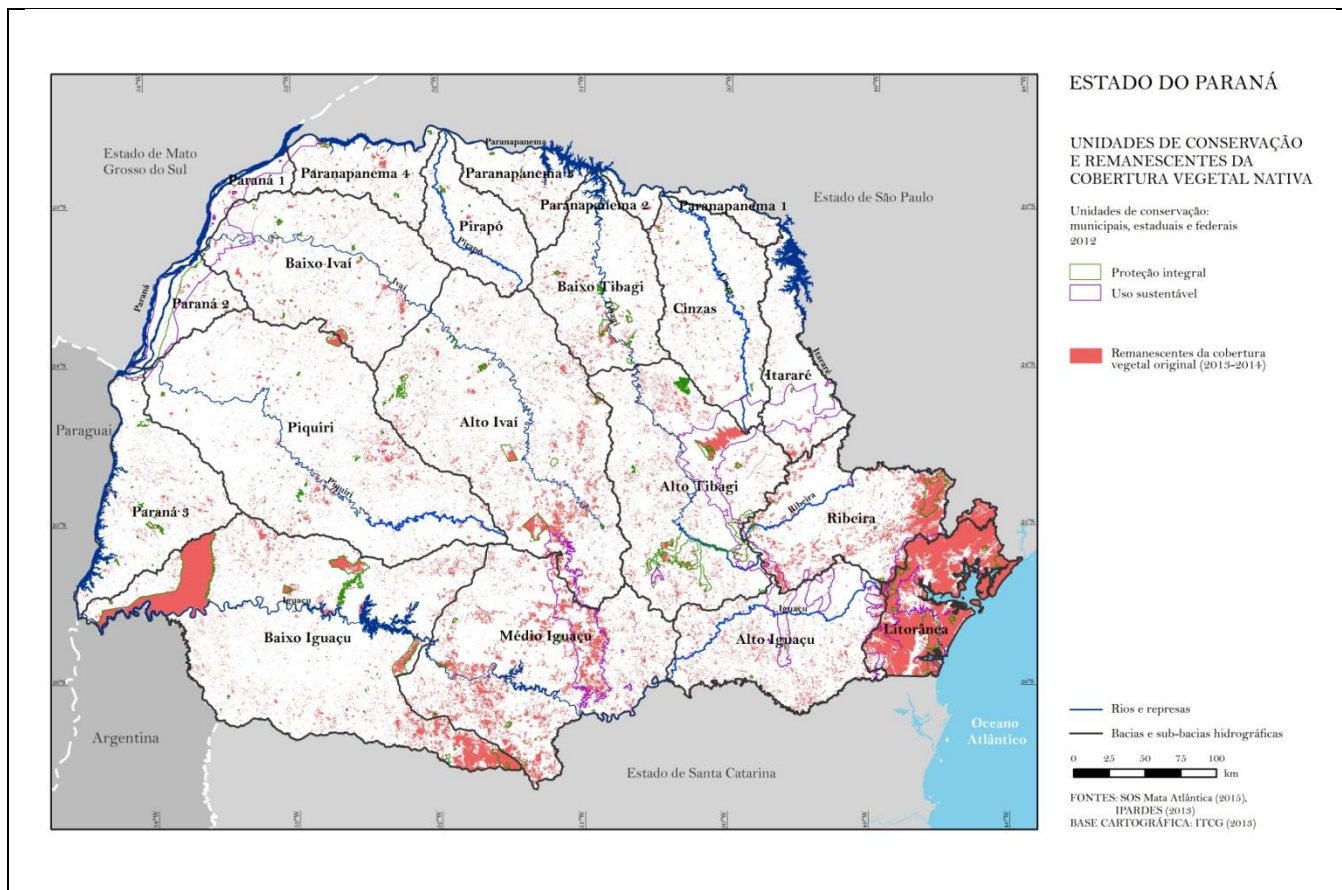
A configuração atual do sistema natural na Planície Litorânea paranaense é uma resposta a processos que ocorreram sobre o embasamento cristalino, principalmente relacionado às variações do nível relativo do mar, durante o período Quaternário, que deixaram como principal resposta, as planícies arenosas fluviais e marinhas de diferentes altitudes. Destaca-se o fato da planície litorânea apresentar dois compartimentos bem distintos: mais próximo à Serra do Mar esta planície é formada principalmente por sedimentos mais argilosos, provenientes do desgaste das montanhas; e na proximidade do Oceano Atlântico a planície litorânea é formada predominantemente por sedimentos mais arenosos de origem marinha. (SILVA, et al, 2013, p.2-3)

Por conta dessa trajetória geológica o que temos no município de Pontal do Paraná é o predomínio do que os populares descrevem como “areião”. Cientificamente é conhecido como Espodossolo, ou seja, solos muito arenosos que possui muita permeabilidade e acúmulo de matéria orgânica no horizonte B. Tem restrições ao uso agrícola (Silva, et al, 2013). Nestes espaços vemos a proliferação de parques, em nosso caso, a Estação Ecológica do Guaraguaçu.

Em menor quantidade temos os Mangues ou Gleissolos Sálcos e “terra de morro” ou Cambissolos. O primeiro possui como característica fundamental o acúmulo de sais e matéria orgânica, justamente por sua proximidade de rios ou baías. O segundo é pouco profundo e possui característica de cultivo variável, conforme o tipo de rocha de origem e relevo (regiões planas ou montanhas). (Silva, et al, 2013)

Esta fragilidade do solo arenoso é uma das justificativas para a implantação de unidades de conservação que segundo Pierri et al (2006) representa cerca de 80% de todo o litoral. Aí já está posto um dos principais elementos que restringem o uso do solo e notadamente um dos principais motivos de conflitos entre comunidades e instituições ambientais. De um lado as comunidades, como de pescadores, justificam a conservação ou preservação por suas práticas e do outro as instituições ambientais justificam que é necessário a implantação de parques ou algo do tipo para não terminar dilapidado com os últimos remanescentes florestais do estado. O tom mais avermelhado do mapa nos mostra que o litoral possui grandes áreas preservadas.

Unidades de conservação e remanescentes de vegetação nativa – Paraná (2013-2014)

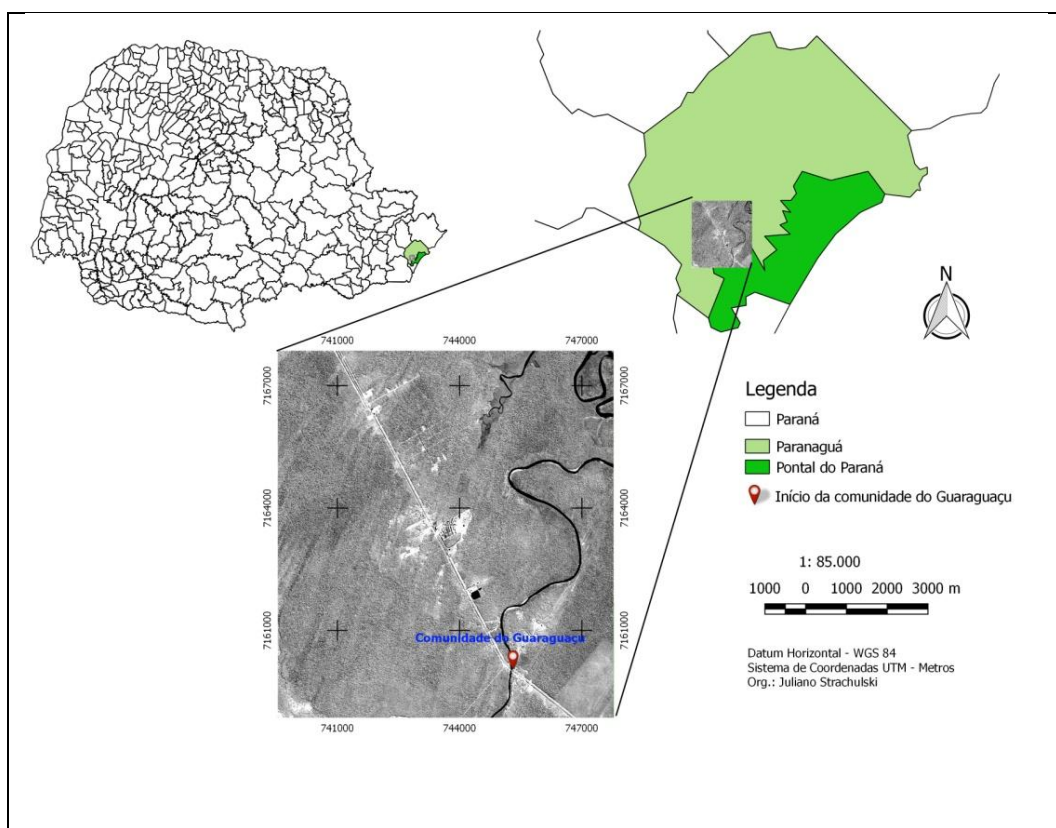


Fonte: Ipar-des, 2018

Uma das formas de compensação para recompensar as áreas em desuso vem pelo ICMS ecológico que em Pontal do Paraná representa 235.112,35 reais do orçamento municipal. Aqui uma das principais questões é o investimento desse dinheiro, visto que não constatamos ações por parte da prefeitura para desenvolver comunidades rurais atingidas, como é o caso do Guaraguaçu.

Em nossa primeira análise trata-se daquilo que Veiga (2001) chama de cidades invisíveis ou imaginárias, visto que negamos a existência do rural. No caso do nosso município temos a preferência pelos balneários. Dos domicílios apresentados pelos dados oficiais do Ipar-des (2018) temos um total de 27.336, sendo que consta apenas 84 rurais. População urbana 20.743 e população rural de 177 pessoas. Certamente isso representa um equívoco, visto que somente no Guaraguaçu encontramos algo em torno de 120 famílias. Em uma conta simples se colocarmos 3 pessoas por família já temos um total de 360 pessoas.

No mapa abaixo podemos ver que o Guaraguaçu é o ponto de entrada do município, atravessado pela PR 407, mas nem isso é o suficiente para ser visto de fato.



A invisibilidade é retratada em números. No geral a produção municipal se distribui da seguinte forma

Tabela 2: Estabelecimentos agropecuários e área

Atividade econômica	estabelecimentos	Área (ha)
cultura temporária	8	87
Horticultura e floricultura	1	x
Lavoura permanente	7	40
Pecuária e criação de outros animais	6	80
Produção florestal de florestas nativas	4	58
Aquicultura	2	X

Sobre a produção animal

Tabela 3: Produção de origem animal

Produtos	Produção	Unidade
leite	20	Mil l
Mel de abelha	7.000	Mil kg
Ovos de galinha	23	Mil dz

Outro fato que nos chama a atenção é a invisibilidade da produção dos pescadores artesanais, até mesmo em documentos como o do Ipardes (2018). Em nossa análise esses atores fazem parte de um mundo campesino moderno, ou seja, pescadores artesanais, quebradeiras de coco, faxinalenses, quilombolas etc, possuem elementos de um campesinato atual e que deve ser interpretado, a exemplo do que Haliski e Brandenburg (2016) trabalharam como elementos de uma condição camponesa ao estudarem agricultores do sul do Paraná. Somente para ilustrar, no caderno de municípios do Ipardes (2018) não aparecem os pescadores Maciel, Barrancos, Ipanema, Pontal do Sul e assim por diante.

Dentre outras coisas, para rompermos com essas ausências em documentos oficiais é que decidimos por mostrar uma parcela do rural em Pontal do Paraná através de uma comunidade.

2 - Metodologia

Até o momento realizamos 29 atividades na comunidade sendo que o primeiro contato ocorreu em 01 de novembro de 2017, depois disso seguimos uma agenda de reuniões para que inicialmente pudéssemos diagnosticar as demandas socioambientais existentes e na sequência pudéssemos nos organizar para encaminhamentos e possíveis resoluções dos conflitos citados por eles. De imediato foram apontados pela comunidade cinco objetivos: desenvolvimento da agroecologia; b) reativação da Associação de moradores; desenvolvimento de um mapa turístico; d) práticas de cultura e lazer; e) melhorias no saneamento e saúde. Este texto se enquadra dentro do *item a*, por isso passaremos a descrever a metodologia de trabalho.

Entendendo a técnica como uma escolha metodológica que nos permite traduzir a realidade, no sentido exposto por Santos (2004), utilizamos aquela do grupo focal, pois trata-se de uma forma de apreendermos coletivamente a realidade.

A metodologia de pesquisa apoiada na técnica dos grupos focais considera os produtos gerados pelas discussões grupais como dados capazes de formular teorias, testar hipóteses e aprofundar o conhecimento sobre um tema específico. (GONDIM, 2003, p.158)

O grupo que analisamos é composto por atores da comunidade rural do Guaraguaçu. Ao todo temos um universo de aproximadamente 120 famílias na comunidade e que exercem distintas atividades como, por exemplo, de moradia e que realizam trabalho em áreas urbanas de Pontal do Paraná e Paranaguá, famílias que

moram em áreas urbanas de outros municípios e apenas possuem uma chácara de lazer, moradores com atividades como o Café Caiçara ou para lazer como é o caso do automodelismo ou mesmo de hospedagem como na propriedade do Ecoguaraguaçu, marinas, casas com comércio na beira da rodovia PR407 e até uma aldeia indígena. Nesse sentido, o nosso grupo é heterogêneo.

Estamos envolvidos com 18 famílias e que frequentam assiduamente as reuniões em torno de 10. Estamos entendendo por família em nossas reuniões a participação de um representante, ou seja, geralmente estamos em grupos que variam de 8 a 12 pessoas. Chegamos nesse número a partir de uma série de convites impressos e também pessoalmente que realizamos, enfim, esses seriam os interessados em nosso projeto e por isso não adotamos critérios como idade, gênero etc. Mesmo assim, estamos com as “principais” lideranças e que possuem o respaldo dos demais, como constatados em assembleias gerais para a comunidade, como aquela em que realizamos a reativação da associação de moradores. A idade dos participantes está entre 20 e 65 anos e a maioria são mulheres, sempre algo em torno de 80 por cento.

Nossa participação é como pesquisador/moderador fazendo com que temas sejam debatidos a partir de um roteiro pré-elaborado, sempre tomando como referência reuniões anteriores e demandas de ações futuras, por exemplo, foi demandado a produção agroecológica e por este motivo nossas atividades (expostas neste texto) foram centradas nas formas de apropriação e utilização da natureza e ambiente na comunidade: como era? o que mudou e o que permanece? Quais os principais conflitos e as possibilidades de resoluções?

Na atuação junto a comunidades os grupos focais estão auxiliando na compreensão dos grupos sociais desfavorecidos e nas ações comunitárias. Ou seja, os pesquisadores encontram nos grupos focais uma técnica que os ajuda na investigação de crenças, valores, atitudes, opiniões e processos de influência grupal, bem como dá suporte para a geração de hipóteses, a construção teórica e a elaboração de instrumentos. Trata-se de uma técnica que pode ser usada quando o foco de análise do pesquisador é o grupo. (GONDIM, 2003, p.160)

É comum neste tipo de metodologia a utilização de filmagens e gravação de áudios, mas em nosso caso optamos pelas notas de campo, justamente pelo ambiente comunitário que estamos inseridos, pois ora é na casa de um, ora na casa de outro, em igreja, às vezes em campo aberto e assim por diante. A riqueza deste tipo de abordagem está na construção coletiva dos temas e o aferimento “em tempo real” do que está sendo

debatido, sem falar que é um processo também de rememorações onde um estimula o(s) outro(s) a se posicionar. É um processo de compartilhamento de saberes e ideias cujo resultado é grupal. Também frisamos que esta técnica não anula outras como aquelas de questionários e entrevistas individuais e assim por diante, trata-se de um formato que pode até mesmo agregar múltiplas metodologias e técnicas.

3 - A comunidade e alguns números do município: diagnóstico

Através das reuniões constatamos que a origem da terra na comunidade está associada a um processo de ocupação por parte dos moradores mais antigos. É muito comum narrativas que enfatizam um ponto fixo para moradia, regulamentado por termos de posse, e um uso de terras que extrapolavam esses limites. Isso relaciona-se ao fato de que a comunidade desenvolveu-se como território de pesca e isso resultava em práticas de usos rotativos de solo dentro de uma área usada. Assim uma pessoa possuía roças em outras partes que não era necessariamente o ponto de sua morada. Ainda hoje vemos práticas similares na Ilha do Mel, no período que corresponde a pesca da tainha. Os moradores saem de suas casas e montam abrigos em pontos estratégicos para a pesca e ali fazem sua pequena roça temporária.

Disso tudo temos ao menos três situações. A primeira é que na atualidade a maioria das casas possuem delimitações por cercas de arames ou tijolos que delimitam os sítios. Isso significa muito, pois casa de pescador não tem, ou melhor, não tinha cercas. A segunda relaciona-se a um fato grave, pois alguns moradores relatam pagar ou saber de pessoas que pagam IPTU nesta área rural. Dito isso a análise preliminar que fazemos é a de que a invisibilidade crônica de um rural em um município praiano intensifica uma espécie de especulação imobiliária onde tudo passa a valer para a “regularização” e valorização dos imóveis. A terceira é a diversidade de novos atores que moram ou tem imóveis para lazer ou até algum empreendimento. Talvez esteja aí a “confusão”, gerada na cabeça desses atores locais, pela necessidade de uma classificação de imóveis rurais ou urbanos. Isso ocorre porque temos marinas, empresa de concreto usinado, pista de automodelismo etc. Trata-se de uma modernização que nos mostra um novo rural e não o urbano por excelência. Isso nos revela novas ruralidades, a exemplo do estudo o IICA (2013) , onde podemos constatar vários rurais em nosso país.

A ausência de trabalho como o citado acima se traduz em números como o do Ipardes (2018), onde aparecem apenas 28 estabelecimentos rurais, distribuídos em 339 hectares, sendo que 27 possuem proprietário e 1 possui ocupante.

Outra situação recorrente nas reuniões é aquela de pertencimento á comunidade. No geral, ao se referirem sobre o passado e o presente, temos o que Elias trabalhou como estabelecidos e outsiders. Trata-se da noção de pertencimento a partir de uma tradição desenvolvida e que tem o tempo de moradia como fundamental. Quando relatam que “os de fora não se misturavam” estão acionando um conjunto de práticas e valores por eles desenvolvidos e que tendiam a permanecer. Por isso chegam a citar muitos casos de casamentos entre primos ou conhecidos. Certamente com o passar do tempo isso foi sofrendo algumas alterações, até pelo aumento do número de moradores na comunidade, e hoje temos o que chamam de “um pouco de tudo”.

Outro fato nessa relação de passado e presente são as práticas de consumo e produção, pois relatam que a maioria das frutas, por exemplo, ainda permanecem na comunidade: goiaba⁴, abacaxi, bacupari⁵, araçá, guapiricica⁶, ingá, tamarindo, camarinha⁷, laranja, laranja, banana, limão, pitanga, papanguera, carambola (recente), caju, guamixama⁸, jaca, abacate, ameixa, jambo, semente de Aroeira (dizem que até o pássaro conhecido por sanhaço gosta). Sobre as frutas o que vemos é um plantio para consumo, por este motivo não temos dados do município.

⁴ Os nomes estão escritos conforme citaram, pois sabemos que existem regionalidades que alteram os nomes de plantas, animais, entre outros.

⁵ Ele é conhecido popularmente por vários nomes tais como baacuri-mirim, bacoparé, bacopari-miúdo, bacuri-miúdo, escropari e limãozinho .disponível em < <https://www.coisasdaroca.com/plantas-medicinais/bacupari.html> >

⁶ Sinônimos: Amaioua brasileira, Amaioua guianensis, Amaioua laureaster, <disponível em <http://flora.ipe.org.br/sp/19> >

⁷ Nome indigena: CAMARI-NHÊMBA vem do Tupi Guarani e significa “folha ou erva de ponta dura que dá frutos doces”. Também é chamada de Groselha do brejo, Camarinha ou Lanterninha da praia. Encontrada em solos arenosos e úmidos. Disponível em < <http://www.colecionandofrutas.org/gaylussaciabras.htm> >

⁸ **Grumixama** (*Eugenia brasiliensis*) é uma árvore nativa da Mata Atlântica, prima da nossa pitanga (*Eugenia uniflora*), ambas da família botânica das **Myrtaceae**, também conhecida como grumixaba, grumixameira, cumbixaba, ibaporoiti. Disponível em < <https://www.greenme.com.br/usuarios/beneficios/4781-grumixama> >

Sobre a carne na dieta alimentar os relatos corroboram a tendência brasileira que é aquela de abastecimento pelos mercados e extinção da carne de caça dos cardápios. Neste último item Cândido (2001) já nos mostrava a importância dessas proteínas para a dieta alimentar, mas frente as restrições ambientais atuais e a facilidade de compra em comércios, temos algumas alterações.

No geral o município nos apresenta a seguinte produção

Tabela 4: Rebanhos

Efetivos	Número
Rebanho de bovinos	46
Rebanho de equinos	61
Galináceos - Total	2.160
Rebanho de suínos - Total	17
Rebanho de ovinos	19
Rebanho de caprinos	48
Rebanho de vacas ordenhadas	13

Dentre as carnes de caça citadas como as mais consumidas temos a capivara, veado, pássaros, peixe, lagarto, tatu, paca. Nas palavras deles “hoje não precisa mais” e “dá dó dos bichinhos”. Como citado anteriormente, as carnes do agronegócio, em especial a bovina e de frango, passaram a ser as mais consumidas. Sobre a criação de animais constatamos pouquíssimas casas com galinhas ou porcos.

No que se refere á pratica de fazer roças, vemos que no município ainda prevalece a tradição do litoral.

Tabela 5: Culturas

Cultura temporária	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento médio kg (ha)
Arroz (em casca)	65	406	6.246
Cana-de-açúcar	3	90	30.000
Mandioca	6	90	15.000
Cultura permanente	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento médio kg (ha)
Banana (cacho)	4	60	15.000
Palmito	4	14	3.500

Os dados acima confirmam as informações que obtivemos em campo. A diferença é que na comunidade não temos plantios para comercialização e sim para o consumo, por isso vamos ver propriedades com 2 pés de café. As roças de “antigamente” eram de abacaxi, mandioca, arroz, café, feijão, banana, cana de açúcar

(pra fazer melado ou cachaça) maracujá, pimenta vermelha e amarela, cheiro verde. Na atualidade o único produto que não vimos foi o arroz.

Dessas pequenas produções também eram fabricadas bebidas como a cerveja, licores de maracujá ou casca de laranja, cachaça, entre outras. Embora tenhamos constatado um estabelecimento que fabrica licores, vemos que a produção de bebidas seguiu a lógica das carnes, ou seja, é mais prático buscar no comércio.

Sobre os saberes locais relacionados ao conhecimento de plantas medicinais e seus usos, constatamos que permanecem várias práticas. No geral as plantas mais citadas foram a Marcela, Capim-limão, Carqueja, Pata de vaca, Guanxuma⁹ (utilizavam até para lavar o cabelo), casca de Bacupari (para infecção), Jerivá com Picão (para combater amarelão), Erva de bicho, Figatil, Penicilina, Mão Santa, Erva doce, Alfa vaca (tempero e chá), cipó Mil Homens (chamam de milome e utilizam para combater vermes), Anis (para cólica), Guaco, folhas de eucalipto e laranja (para tosse), Sálvia (folha de boca); vinagre (para dor de cabeça), Embaúba pra tirar sapinho da boca (cicatrizante). Dentre as práticas que não realizam mais estão a banha de lagarto (curava até bronquite) e para estancar um sangramento era usado açúcar, café e até carvão.

Esses saberes representam uma estratégia de sobrevivência de povos e comunidades no Brasil. Geralmente eles estão associados a benzedeiros, mateiros, curadores etc. É uma relação entre conhecimentos práticos e místicos que resultam no domínio da flora local e seus usos para a cura. No caso do Guaraguaçu temos o fenômeno da expansão das religiões chamadas evangélicas e, segundo os moradores, o número de adeptos já está em torno de 90%. Por conta disso possuem resistências até para falar de benzedeiros, mesmo que relacionem seus saberes a elas, pois como disse uma participante de nosso grupo “eu não sou e não quero ser chamada de bruxa”. Do outro lado o que temos é uma herança indígena e que ainda se faz presente através dos Guaranis que habitam o local.

Finalizamos este momento de diagnóstico apontando três práticas que não são mais realizadas, mas que foram fundamentais para a formação da comunidade. Nos referimos ao Fandango, como entretenimento artístico/musical e manifestação cultural,

⁹ Guanxuma (*Sida sp.*) é uma herbácea originada das Américas; conhecida por vários nomes tais como Vassoura, Chá-da-índia, Guanxuma-branca, Guaxima, Vassoura-de-relógio, Vassoura-do-campo e Vassourinha. Disponível em < <https://www.coisasdaroca.com/plantas-medicinais/guanxuma.html> >

e o que eles chamam de baile. Este último seria o coroamento ou comemoração da prática de mutirão, ou seja, uma ou mais famílias se ajudavam, como por exemplo, na derrubada de uma vegetação ou plantios e ao final realizavam uma grande festa. Já o Fandango foi citado como o ato de ir até uma festa/baile¹⁰. A terceira prática era a troca de produtos. Assim se alguém fosse até a casa de um amigo levava um pedaço de peixe, frutas etc, e retornava com outro produto como um pão, farinha etc. Em resumo, esta última seria uma estratégia para garantir diversidade de alimentos, algo que Candido (2001) já tinha apontado em seu estudo.

Considerações: uma proposta em torno da agroecologia

Finalizamos este texto apontando a agroecologia como proposta do grupo focal e ao mesmo tempo o resultado de nossas reuniões. O entendimento coletivo foi que devemos implantar e/ou potencializar práticas de produção e cultivo na comunidade, de modo que tenhamos aquilo que é trabalhado na atualidade como Segurança e Soberania Alimentar.

As práticas agroecológicas nos remetem à recuperação dos saberes tradicionais, a um passado no qual o humano era dono do seu saber, a um tempo em que seu saber marcava um lugar no mundo e um sentido da existência... como sapateiros, alfaiates ou ferreiros; como músicos e poetas. À época dos saberes próprios. (LEFF, 2002, p.36)

Quando falamos em implantação é para aqueles que tem o desejo de uma pequena horta com temperos, frutas e erva medicinais. Já a potencialização é para aqueles que produzem, como a banana, mas tem dificuldade no manejo. Neste caso a ideia é o fornecimento futuro para escolas, de modo que seja entregue um alimento saudável. Outro caso são daqueles que já possuem uma horta ou quintal medicinal, mas querem apreender técnicas como de compostagem.

No caso da adubação através da compostagem vemos que a mesma se faz necessário e a explicação foi apontada pelos moradores. Trata-se de uma agricultura itinerante “do tempo que era tudo pelo rio”, onde as roças migravam de tempos em tempos conforme o itinerário de pesca ou mesmo daquilo que chamam de período que “ninguém era dono”, ou seja, não tinha cercas a exemplos das casas de pescadores ainda hoje na colônia Maciel, no mesmo município, ou em casos como nos faxinais no centro sul do Paraná. Em resumo, agricultura fixa desgasta mais o solo e isso carece de correção.

¹⁰ Sobre este item vemos antropólogos como Martins (2006) apontando o fandango como festa de fechamento de um cultivo etc, ou seja, o que nossos atores definem como baile. Como não é objeto de nossa análise apenas estamos apontando que independente da prática e sua definição (baile ou fandango), o que temos é a ausência disso na atualidade.

Nesse sentido o que temos é uma valorização e diálogo dos saberes acadêmicos com aqueles da comunidade. Dentre os motivos está o fato de eles aprenderem a manipular os solos e a floresta, de modo que temos o Litoral como a área mais preservado do estado.

Os saberes agroecológicos são uma constelação de conhecimentos, técnicas, saberes e práticas dispersas que respondem às condições ecológicas, econômicas, técnicas e culturais de cada geografia e de cada população. Estes saberes e estas práticas não se unificam em torno de uma ciência: as condições históricas de sua produção estão articuladas em diferentes níveis de produção teórica e de ação política, que abrem o caminho para a aplicação de seus métodos e para a implementação de suas propostas. Os saberes agroecológicos se forjam na interface entre as cosmovisões, teorias e práticas. A Agroecologia, como reação aos modelos agrícolas depredadores, se configura através de um novo campo de saberes práticos para uma agricultura mais sustentável, orientada ao bem comum e ao equilíbrio ecológico do planeta, e como uma ferramenta para a autossustentação e a segurança alimentar das comunidades rurais. (LEFF, 2002, p.37)

Trata-se de uma (re)valorização de saberes a partir de um prisma que não seja a mercadologização de tudo a exemplo do que nos aponta Skewes (2017) ao reivindicar uma indigenização do mundo. Por isso é necessário que ao se praticar agroecologia tenhamos a consciência de que estamos negando a exploração de tudo (das sociedades, povos, recursos naturais...) em prol de uma forma sustentável de se produzir e , mais do que isso, que a produção é cultural, tem uma história e os camponeses são sujeitos desse processo.

Referências

CANDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito: **estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 9. ed. São Paulo: Ed. 34, 2001.

GONDIM.S, M, G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: **desafios metodológicos**. Pandéia, 2003.

LEFF, E. **Agroecologia e Saber Ambiental**. II Seminário Internacional sobre Agroecologia, Porto Alegre, 26 a 28 de novembro de 2001. Traduzido ao português por Francisco Roberto Caporal, em janeiro de 2002. O original, em espanhol, está disponível em www.emater.tche.br. (in) Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002

HALISKI, A, M; BRANDENBURG, A. Da constituição á reprodução de uma certa condição camponesa: **um estudo de caso a partir dos usos dos recursos naturais**. Raízes, v.36, n.1, jan-jun /2016.

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Concepções da Ruralidade Contemporânea: **as singularidades brasileiras**. Carlos Miranda e Heithel Silva (Organizadores da Série) -- Brasília: 2013.

MARTINS, P. Um divertimento trabalhando: **prestígios e rivalidades no fazer fandango da Ilha dos Valadares**. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Universidade Federal do Paraná, 2006.

PARANÁ. Caderno estatístico: **município Pontal do Paraná**. Instituto Paranaense se desenvolvimento econômico e social – IPARDES, 2018.

PARANÁ. **Unidades de conservação e remanescentes de vegetação nativa** – Paraná (2013-2014). Instituto Paranaense se desenvolvimento econômico e social – IPARDES, 2018. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=26>, consultado em 08/06, 2018.

PIERRI, N; ÂNGULO, R, J; SOUZA, M, C de; KIM, M, K. A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: **condicionantes, conflitos e tendências**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 13, p. 137-167, jan./jun. Editora UFPR, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma Sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: **Conhecimento Prudente para uma vida decente**: Um discurso sobre as ciências revisitado (org) Boaventura de Sousa Santos. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Valentin da; FAGUNDES, M, C, V; LIMA, M, Ricardo de; LIMA, V, C; TAVARES, A, K. Conhecendo os principais solos do Litoral do Paraná: **abordagem para educadores do ensino fundamental e médio**. Matinhos (PR): UFPR, 2013.

SKEWES, J, C. **A Indigenizar El mundo**. In: El buen vivir, interculturalidades y mundialización: una mirada desde América Latina. (orgs) Juan Carlos Skewes e Antonio Márcio Haliski. Editora da UFPR, 2017.

VEIGA, J, E da. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campina: autores associados, 2001.

BIOFERTILIZANTES COMO ESTRATÉGIAS DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NA PRODUÇÃO DE QUIABO

Antonio Wagner Pereira Lopes¹
Cesar Giordano Gêmero²
Vera Lúcia S. B. Ferrante³

RESUMO

A legislação que regulamenta a produção de alimentos orgânicos proíbe a utilização de adubos químicos, sintéticos. Diante disto, a agricultura orgânica deve utilizar-se de alternativas de adubação que respeitem os princípios estabelecidos por lei e promovam uma maior sustentabilidade e autonomia dos agroecossistemas. Com isso, o objetivo do presente trabalho é apresentar as alternativas orgânicas de adubação em substituição aos fertilizantes químicos, suas características, formas de aplicação e seus resultados. A metodologia utilizada baseou-se na revisão bibliográfica sobre o tema, além da descrição de uma experiência conduzida em um canteiro de quiabo na horta experimental da Fazenda Escola da Universidade de Araraquara – UNIARA. Estes testes feitos na fazenda escola da Uniara foram reproduzidos em lotes de agricultores parceiros e disseminados entre eles. A realização dos procedimentos descritos neste trabalho ocorreu entre os meses de julho a novembro de 2017 sendo utilizadas diferentes estratégias de adubação orgânica: esterco bovino, compostagem, biofertilizante Vairo, biofertilizante Supermagro e avaliados indicadores como: quantidade de frutos, tamanho e peso em quatro diferentes épocas de colheitas do quiabo. Os dados analisados foram transformados em porcentagem por parcela e colheita e revelam que a adubação com o Supermagro mostra o maior tamanho do fruto com 19.5%, o peso do fruto adubado com esterco bovino+poda apical foi de 17.7% e o número de frutos, de 96 unidades, percentuais significativos demonstradores das perspectivas da transição agroecológica.

Palavras chave: Biofertilizantes, Produção, Quiabo

¹ Universidade de Araraquara - Uniara

² Universidade de Araraquara - Uniara

³ Universidade de Araraquara - Uniara

INTRODUÇÃO

O quiabo, *Abelmoschus esculentus* (L.) Moench, é uma hortaliça da família da Malvaceae que se situa entre as hortícolas de alto valor alimentício, ciclo vegetativo rápido, fácil cultivo e alta rentabilidade e, devido as suas utilidades, tem proporcionado um crescente aumento de produção, destacando-se principalmente a cultivar Santa Cruz-47. O quiabo encontra no Brasil condições excelentes para o seu cultivo, principalmente no que diz respeito ao clima, sendo popularmente cultivado nas regiões Nordeste e Sudeste. A planta apresenta algumas características desejáveis como ciclo rápido, custo de produção economicamente viável, resistência a pragas e alto valor alimentício e nutritivo (MOTA et al., 2000). O alto nível de nitrogênio no solo resulta em grande desenvolvimento vegetativo em detrimento do reprodutivo, fato confirmado por Mota (1984), que constatou que o fornecimento do nitrogênio em dose única foi responsável pelo prolongamento do estágio vegetativo. No quiabeiro, um trato cultural muito popular entre os produtores do Estado do Rio de Janeiro é a poda, a qual é tecnicamente recomendada para obtenção de maior produtividade. A poda é também um importante recurso utilizado para obtenção de resultados na produção, tornando-se uma técnica, pois pode representar aumento na produtividade e maiores lucros. A partir disto, o conhecimento correto das doses e épocas de fornecimento de nitrogênio e de práticas corretas de manejo é de fundamental importância para obtenção de maior produtividade de sementes de quiabo, bem como a utilização da poda apical como fator de estímulo para o aumento dessa produção. Diante do exposto, o presente trabalho teve por objetivo verificar o comportamento de o quiabeiro cultivar Santa Cruz 47, sua resposta à poda apical e a diferentes doses e épocas de aplicações de nitrogênio em cobertura, em relação à produtividade e qualidade das sementes obtidas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Figura 1. Fazenda Escola da Uniara



Fonte: Google, (2018)

A Fazenda Escola da Universidade de Araraquara-Uniara, é uma área disponível para experimentação agrícola – localizada à Rua José Barbieri Neto entre Araraquara a Bueno de Andrada (Distrito de Araraquara). Situada na latitude de 21º42'56.9"S, longitude de 48º11'59.0"W, e altitude de 646m em relação ao nível do mar.

A área foi preparada com levantamento de um canteiro medindo 15.0m X 1.20m, com uso de enxada para descompactação do solo, em seguida fez-se uma abertura de 12 covas em cada parcela com espaçados de 35cm entre plantas e 37cm entre linhas. As parcelas foram constituídas por cinco tipos de adubação: esterco bovino, supermagro+compostagem, vairo + supermagro, supermagro, esterco+poda apical. Em três áreas disponíveis para o Núcleo de Estudos e Extensão em Agroecologia (NEEA) desta fazenda estão sendo desenvolvidos projetos de pesquisa e validação tecnológica nas esferas da genética e da biodiversidade, do manejo dos recursos florestais e do microclima, do manejo orgânico e agroecológico do solo e dos cultivos vegetais, com destaque para a hortifruticultura. As atividades na Fazenda Escola têm íntima relação com a agenda de pesquisa do Programa de Pós- em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Uniara e com os núcleos de pesquisa, abrigando atividades experimentais e de capacitação de recursos humanos. Estes testes feitos na fazenda escola da Uniara foram reproduzidos em lotes de agricultores parceiros através de cursos da capacitação ministrados por membros do NEEA, obtendo resultados semelhantes os quais possibilitaram a comparação e disseminação destas experiências entre outros produtores dos assentamentos Bela Vista do Chibarro e Monte Alegre; especificamente para aqueles produtores com perfil em sistemas de produção em hortifruticultura alternativa; quais iniciaram seu sistema de produção em hortaliça orgânica em processo de realização da conversão da produção convencional.

DISCUSÃO TEÓRICA

A agricultura orgânica é originária da Índia e foi divulgada pelo fitopatologista inglês Albert Howard, no início do século XX. Posteriormente, Lady Eve Balfour em 1946 na Inglaterra, e Jerome Irving Rodale nos EUA, defenderam seus princípios, criando a Agricultura Regenerativa entre os anos 70 e 80, buscando a melhoria da fertilidade do solo, baseando-se no uso de material orgânico (TOMITA, 2009).

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MAPA, 2010), o primeiro artigo da lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003, define produção orgânica agropecuária como:

[...] todo aquele que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos e a proteção do meio ambiente, Ministério do Meio Ambiente (MAPA 2010)

Sendo assim a, prática adotada pelo cultivo orgânico é uma das maneiras para melhorar o solo, as quais evitam e excluem o uso de fertilizantes concentrados e altamente solúveis, assim como agrotóxicos sintéticos, otimizando o uso dos insumos disponíveis na propriedade ou próximos (ALTIERI; NICHOLLS, 2002). Dessa forma, os processos físicos, químicos e biológicos no solo são controlados pela ação do tempo e no espaço, onde qualquer perturbação altera os sistemas biológicos, incidindo sobre a fertilidade e influenciando nos resultados da produção agrícola (CARNEIRO et al., 2009). A agricultura orgânica reduz o revolvimento do solo, favorecendo a recuperação das propriedades físicas e químicas, geralmente deterioradas pelo sistema de cultivo intensivo ou convencional (VERAS et al., 2007).

O sistema orgânico de produção, com suas práticas e formas de manejo alternativas ao sistema convencional, objetivando a sustentabilidade econômica e ecológica dos agroecossistemas, revela o melhor desempenho em termos de qualidade do solo e água (KAMIYAMA et al., 2011). De acordo com Marian e Henkes (2014), o sistema orgânico é uma metodologia de produção agrícola que dispensa o uso de insumos químicos, e se caracteriza por um processo que leva em conta a relação solo/planta/ambiente com o intuito de preservar o meio ambiente, a saúde dos homens e dos animais.

A agricultura convencional caracteriza-se basicamente pelo uso intensivo do solo, monoculturas, irrigação, aplicação de fertilizantes inorgânicos, controle químico de pragas e manipulação genética de plantas cultivadas. Essa agricultura visa enquadrar em dois objetivos, a maximização da produção e o lucro (GLIESSMAN, 2005). É um sistema agrícola cujo processo de produção está baseado no emprego de adubos químicos, agrotóxicos, revolvimento contínuo, e com falta de cobertura do solo e a não observância da capacidade de uso das terras, práticas que podem resultar em diminuição da qualidade do solo (KAMIYAMA et al., 2011).

No entanto, para Silva (2014), o sistema de cultivo convencional é caracterizado pelo intenso uso de grades e arados para preparo do solo, diminuindo a estabilidade dos agregados e continuamente acelerando o processo de decomposição da matéria orgânica existente no solo. O preparo do solo com uso do arado é um processo antrópico. O revolvimento repetido expõe o solo a fatores degradantes como erosão, redução da matéria orgânica, aumento da temperatura e compactação. Esses fatores influenciam diretamente na capacidade de retenção, sucessivamente, umidade relativa do solo.

Os sistemas agrícolas convencionais contribuem para as perdas de carbono orgânico do solo, e dessa forma desenvolvem o processo de degradação química, física e biológica do solo, tendo como produto a redução de produtividade das culturas exploradas, cada vez mais acentuada com o manejo inadequado e o uso contínuo do solo, havendo o declínio da biodiversidade faunística edáfica, microbiológica, da fertilidade e estrutura do solo (XAVIER et al., 2006; TOMITA, 2009) (Quadro 1).

A causa de perdas de produção no manejo convencional provavelmente se deve ao deficiente manejo da diversidade biológica do agroecossistemas, desprezando a conservação e a preservação dos recursos genéticos e ambientais naturais das culturas assim como restringindo a manutenção e conservação da biodiversidade da flora e fauna (TOMITA, 2009). Conforme Lana (2009) além da diminuição das reservas naturais, o uso excessivo de fertilizantes pode contribuir para a contaminação do solo e dos cursos d'água com nitrato, acidificação do solo e emissões de dióxido de carbono (CO_2), óxido nitroso (N_2O) e amônia para a atmosfera. A fertilização com fósforo e nitrogênio causa decréscimo na oxigenação da água pelo excessivo aumento na população de algas tóxicas nos oceanos.

Para Primavesi (2006), a troca dos fatores químicos por orgânicos orgânico e, não caracteriza a um processo agroecológico. Troca-se NPK (fertilizante inorgânico) por composto acreditando que sejam minerais orgânicos de pronta disponibilidade, mas a planta não absorve composto. Na região dos trópicos, devido sua decomposição muito rápida, o uso de palha para cobertura do solo tem o mesmo resultado que os fertilizantes inorgânicos e até melhor, pois a natureza cobre o solo com a decomposição das folhas, formando assim na superfície deste solo uma camada de matéria orgânica por meio da ação do intemperismo e dos microrganismos, deixando o solo e vegetais saudáveis. A agricultura orgânica continua combatendo pragas com venenos ainda que menos tóxicos (Piretroides e Rotenona, embora orgânicos, são proibidos; com inimigos naturais ou

feromônios, as plantas continuam doentes). Usam-se métodos de combate à erosão, em lugar de permeabilizar o solo. Continua-se trabalhando com um solo pessimamente decaído, em lugar de recuperá-lo. Continua-se observando os fatores isolados em lugar de ter um olhar completo. Produzem-se alimentos com um valor biológico muito baixo, com muitas substâncias meio formadas, como, por exemplo, aminoácidos, onde deveriam ter proteínas, em lugar de procurar produzir alimentos de alto valor biológico. Não se consegue manter a saúde vegetal nem a saúde humana embora os alimentos possuam resíduos menos tóxicos. Na agricultura natural ecológica, se corretamente feita, os produtos são superiores aos da agricultura convencional, tanto em tamanho, sabor, aroma e cor, sendo de melhor conservação.

É lógico que a agricultura não pode conservar os ecossistemas naturais, mas ela pode tentar instalar ecossistemas simplificados próprios aos trópicos. Pode-se usar métodos que, no mínimo, tentam manter o máximo de vida diversificada e a saúde do solo. Não é a qualidade química do solo que decide a produção, mas a densidade e diversidade dos indivíduos da comunidade florestal, quando s no “fluxo da sucessão”, ou seja, quando árvores de uma sucessão mais adiantada “puxam” os de uma sucessão mais atrasada (PRIMAVESI, 2006).

A agroecologia enquanto ciência trata da aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de ecossistemas agrícolas, fornecendo bases e subsídios para que esses possam ser utilizados de forma sustentável ao longo do tempo (GLIESSMAN, 2005). Constituir-se em um enfoque teórico e metodológico que, lançando mão de diversas disciplinas científicas, pretende estudar a atividade agrária sob uma perspectiva ecológica (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2009). De maneira geral, a agroecologia engloba o ambiente como um todo, incluindo o lado social, a produção vegetal e a conservação dos recursos naturais para a manutenção da sustentabilidade do agroecossistema (LOSS, 2008).

A associação de leguminosa com outros cultivos contribui com a fixação de nitrogênio no solo e sua absorção, e para a solubilização do fosforo insolúvel buscar a ação das micorrizas e o plantio de outras espécies que estimulam as associações simbióticas (VANDERMEER, 1989). As leguminosas também são muito utilizadas como adubo verde em sistemas orgânicos, provendo alterações significativas na biomassa microbiana do solo, e sua atividade e índices derivados se aproximando de teores encontrados em sistemas de vegetação nativa (DUARTE et al., 2014). Os benefícios da prática da adubação verde relacionam-se diretamente com o ganho de

matéria orgânica no sistema, possibilitando o aporte de nitrogênio via fixação biológica, proporcionando melhoria das propriedades físicas, químicas e biológicas do solo, estimulando assim a atividade microbiana e, conseqüentemente, proporcionando, através da concorrência, redução do potencial de inóculo de agentes patogênicos que vivem no solo, como fungos, bactérias e principalmente os nematoides (ESPÍNDOLA; GUERRA; DE ALMEIDA, 1997; BARRADAS, 2010).

A manutenção dos recursos naturais, a conservação do meio ambiente, a variação dos cultivos e a cooperação das comunidades rurais na criação e divulgação de tecnologias, têm como suporte a aplicação eficaz dos recursos no funcionamento da agricultura orgânica (ALTIERI; NICHOLLS, 2002). A qualidade do solo e o desenvolvimento sustentável do sistema agrícola vêm sendo observados com relevância nos últimos anos, devido ao uso de técnicas que são utilizadas no seu manejo, evitando a sua degradação (ALMEIDA, 2015). O sistema de plantio direto com espécies vegetais, adubação verde e o manejo correto do solo contribuem para formação de matéria orgânica, disponibilização de nutrientes para o plantio de outras culturas e o não revolvimento do solo beneficiam os sistemas agrícolas (CARVALHO; GOEDERT; ARMANDO, 2004; MACHADO; MIELNICZUK, 2009).

Os processos físicos, químicos e biológicos no solo são controlados pela ação do tempo e espaço, assim qualquer perturbação no solo altera os sistemas biológicos, acarretando alteração na sua fertilidade, influenciando a agricultura (CARNEIRO et al., 2009). O manejo agroecológico propicia um ambiente favorável ao desenvolvimento de processos naturais e interações biológicas positivas no solo, por meio da diversificação espacial e temporal do sistema de produção, subsidiando a fertilidade dos solos com menores aportes de insumos externos (LOSS, 2008).

O termo Trofobiose origina-se do grego: *Trophos* (alimento) e *Biosis* (existência de vida). De acordo com essa Teoria, todo organismo vegetal fica vulnerável à infestação de pragas e doenças quando excessos de aminoácidos livres e açúcares redutores estão presentes no sistema metabólico do vegetal (POLITO, 2005). A trofobiose está diretamente relacionada ao manejo agroecológico das culturas, contribuindo para a resistência fisiológica vegetal e sustentabilidade do agroecossistema (VILANOVA, et al., 2009).

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Adubação Alternativa

Compostagem:

É um processo de transformação de matérias grosseiro, como palhada e estrume, em materiais orgânicos utilizáveis na agricultura (SOUZA; REZENDE, 2006). O composto ou compostagem, já vem sendo uma prática utilizada desde muito tempo onde o agricultor utiliza resto de produtos orgânicos, tanto de origem animal como vegetal, para a incorporação ao solo, objetivando melhorar suas capacidades físicas, químicas e microbiológicas em busca de melhores produções (DINIZ FILHO, et al., 2007).

Biofertilizantes:

Os biofertilizantes são preparados a partir da digestão anaeróbica (sistema fechado) ou aeróbica (sistema aberto) materiais orgânicos e minerais visando fornecimento de nutriente (MARROCOS, 2011). Uma das principais características do biofertilizante é a presença de microrganismos responsáveis pela decomposição da matéria orgânica, produção de gás e liberação de metabólitos, especialmente antibióticos e hormônios (Bettiol, et al., 1998).

Esterco bovino:

Segundo Kiehl (1998), na legislação brasileira, os fertilizantes orgânicos são classificados em três categorias: fertilizantes orgânicos simples, composto e fertilizante organo-mineral, estando os esterco animais dentro dos fertilizantes orgânicos simples. O esterco animal possui valor como corretivo do solo e como nutriente para as plantas. Dessa forma, culturas adubadas com composto orgânico (esterco), normalmente apresentam plantas com nutrição mais equilibrada e com melhor desenvolvimento do que aquelas adubadas somente com fertilizantes minerais (KIEHL,1998). Havendo a necessidade, é possível e pôr em prática verificar outras receitas de adubação alternativa e tratos fitossanitários, Burg e Mayer (2006)

Em dezembro de 2014 foi criado o Núcleo de Estudos e Extensão em Agroecologia (NEEA) da Uniara, iniciando-se suas atividades em janeiro de 2015, priorizando as capacitações com produtores rurais dos assentamentos Bela Vista do Chibarro localizado na região de Araraquara-SP e Monte Alegre localizado na região de Araraquara e Motuca-SP. Estas capacitações objetivaram levar propostas e ideias juntamente às novas tecnologias disponíveis nas instituições acadêmicas para somar ao conhecimento prático deste grupo de produtores. Nas capacitações foi mencionada

a importância da retirada de insumos químicos dos pequenos sistemas produtivos (hortifruticultura), a relevância da utilização dos adubos verdes, biofertilizantes, compostagem, utilização de substâncias naturais encontradas em plantas da região com defensivos nos tratamentos fitossanitários, instalação de hortas com ações alternativas, apresentando, desta forma a proposta da viabilidade da transição do sistema de produção de hortaliças convencionais para orgânicos/agroecológicos.

Foi também vivenciado que a implantação da produção agroecológica pode ser escoada por meio de canais de comercialização como feiras e programas de políticas públicas de comercialização, organização de associações e cooperativas, dando destaque assim à importância do selo da Organização de Controle Social (OCS), à educação de jovens do campo, e à preservação de áreas degradadas (SAF's) juntamente com preservação das cabeceiras d'água. A possibilidade de várias frentes de ações possíveis de serem realizadas nos lotes destes produtores também vem sendo experimentado, tais como a criação de frango caipira, resgate dos conhecimentos e importância das plantas medicinais, dentre outras propostas que vieram se somar ao conhecimento dos produtores assentados. Após estas capacitações foi feita uma comparação com os resultados obtidos juntos aos produtores destes dois assentamentos, surgindo assim a ideia de testar as experiências realizadas nestes dois assentamentos com produtores de hortaliças em sistema alternativo, através da repetição do que foi testado em campo na zona rural. Deste modo, foi instalada na Fazenda da Escola da Uniara uma área para a cultura do quiabo em canteiro com medida de 15.0m X 1.20m, com cinco parcelas onde foi possível testar e comparar cinco alternativas diferentes de adubação, visando a produção orgânica do quiabo da variedade Santa Cruz 47. A comparação desta experiência possibilitou embasamento concreto para disseminar entre os produtores rurais os resultados adquiridos com teste na fazenda da Uniara, dando destaque para as vantagens e entraves encontrados em duas áreas distintas, o que proporcionou dados significativos para levar adiante a hipótese da substituição dos insumos químicos para os alternativos, os quais proporcionam aos produtores alimentos não nocivos à saúde, com menor custo de produção, o uso de materiais alternativos comprovadamente, enriquece a nutrição do solo e sanidade das plantas a possibilidade de serem encontrados no lote, gera maior renda dentre outros benefícios da soberania alimentar.

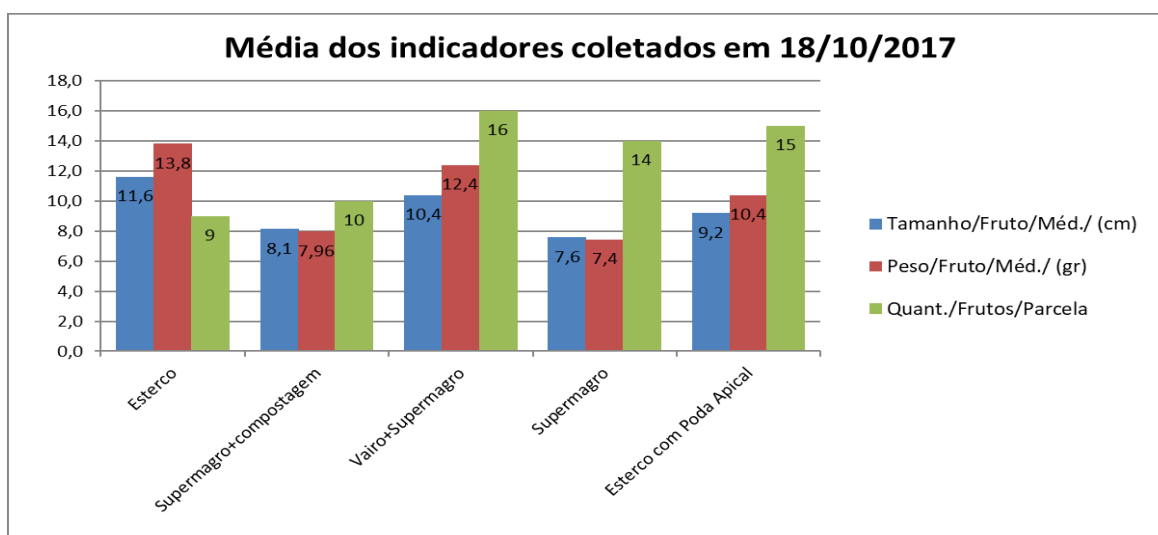
Em relação à produção de quiabo, buscou-se conhecer, principalmente os resultados de produção através do uso de diferentes tipos de adubação. Fez-se uso de

esterco bovino, biofertilizantes, compostagem e poda apical. Foram realizadas quatro colheitas com intervalo de sete dias. Após 105 dias do plantio, realizou-se a primeira colheita, fez-se a medição, pesagem e contagem de frutos, utilizando instrumentos e bancada de laboratório.

A primeira variável analisada foi a adubação com diferentes formulas de adubos alternativos, verificou-se (FIG. 2) a medida, peso de cada fruto expressos em porcentagem e soma da quantidade de frutos colhidos em datas diferentes.

A primeira colheita foi realizada objetivando a obtenção de frutos das cinco parcelas para coletas de dados através das variáveis: tamanho, peso e contagem dos frutos, verificação da resposta dos testes com adubações diferenciadas fazendo uso de adubos alternativos, alguns disponíveis na própria propriedade de produtores assentados dos dois assentamentos da região de Araraquara-SP.

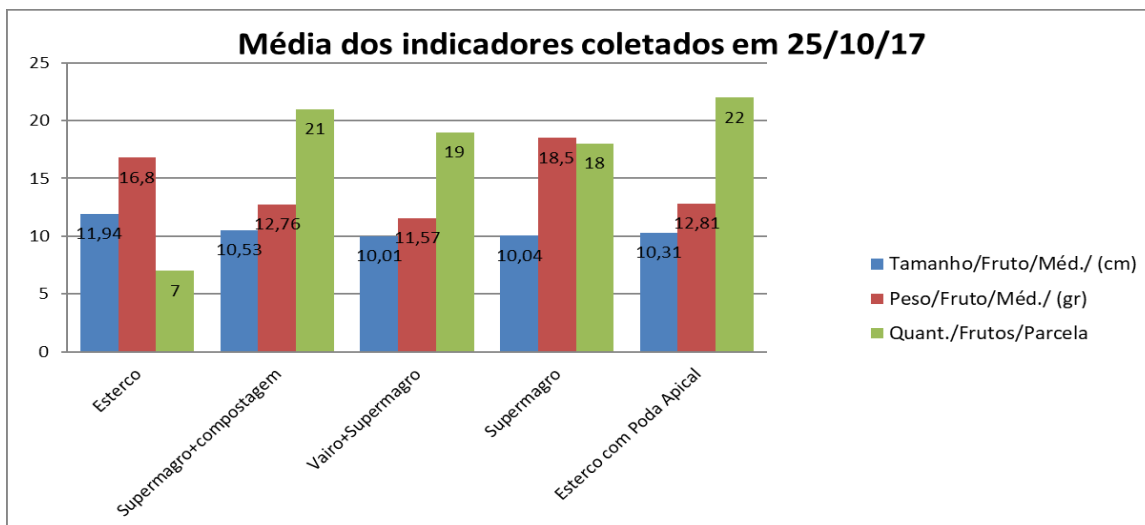
Figura 2. Primeira colheita de frutos do quiabo



Fonte: Pesquisa de campo, (2017)

Os resultados encontrados na primeira colheita do quiabo apresentam o “tamanho e peso em porcentagem” sendo que a adubação com o (esterço) apresenta o maior tamanho de frutos com 11.60% e o menor tamanho foi de 7.60% com uso de (supermagro), o maior e menor peso esterco+supermagro ficaram entre 13.80% e 7.40%, o total foi de 64 unidades.

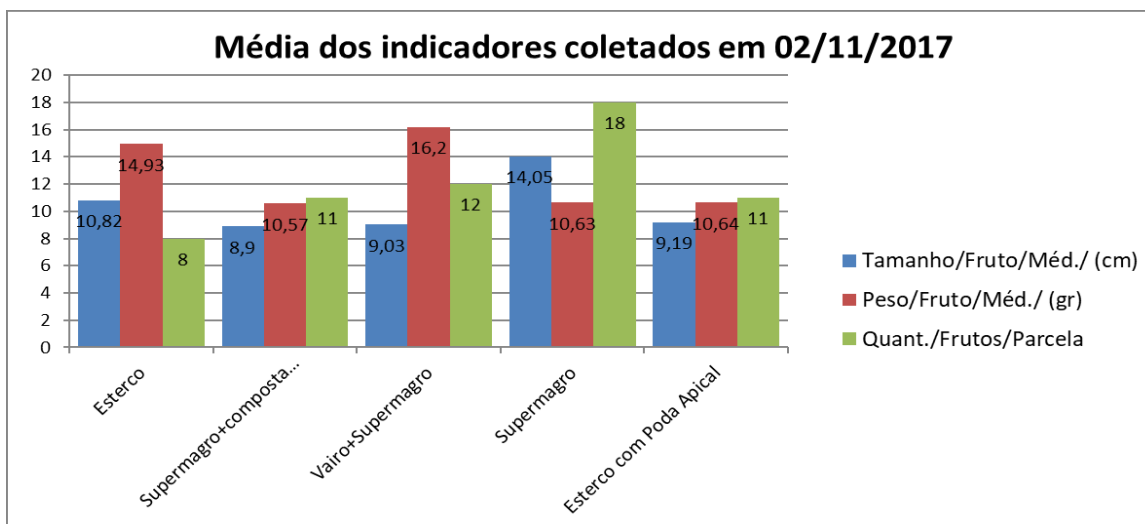
Figura 3. Segunda colheita de frutos do quiabo



Fonte: Pesquisa de campo, (2017)

Nesta colheita obteve-se o maior tamanho e o menor peso de frutos com 11,94%, 10,01% adubados com esterco e vairo+supermagro, o maior e menor peso estão entre 16,80% e 11,57% em um total de 87 frutos.

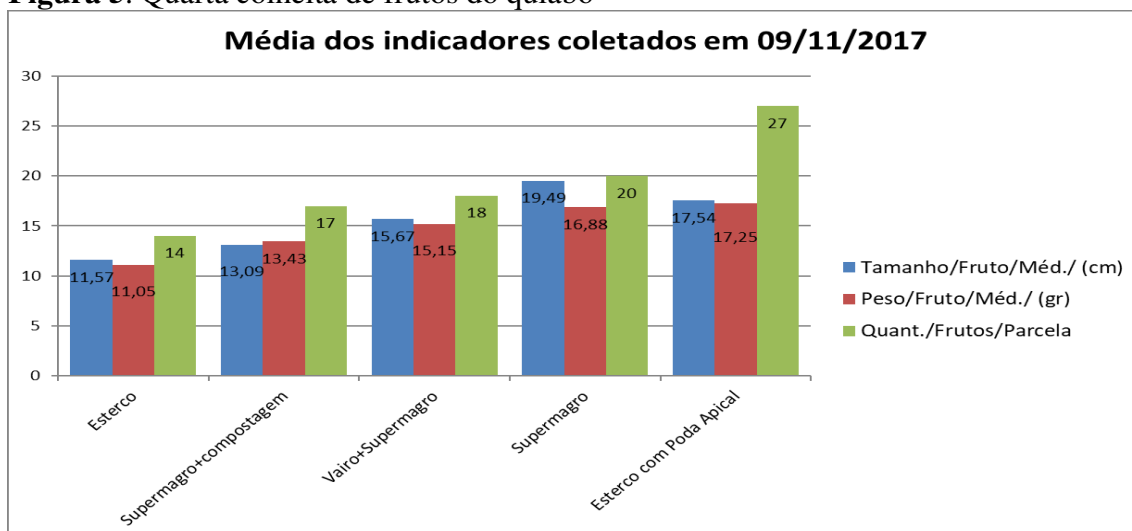
Figura 4. Terceira colheita de frutos do quiabo



Fonte: Pesquisa de campo, (2017)

O maior tamanho e o menor peso na parcela adubada com supermagro, supermagro+compostagem mostra os valores entre 14,05% e 8,9% quanto ao tamanho de frutos e menor peso encontrou-se os valores de 16,2% e 10,57%, nesta colheita o número de frutos foi de 60 unidades.

Figura 5. Quarta colheita de frutos do quiabo



Fonte: Pesquisa de campo, (2017)

Na última colheita o maior e menor tamanho referente a todas as parcelas mostra valores entre 19.49% e 11.57% adubados com supermagro+esterco referente ao maior e menor peso os resultados ficaram entre 17.25% e 19.49 com adubação de esterco+ poda, supermagro, tendo sido colhidos 96 frutos de quiabo.

As cinco adubações utilizada neste teste com quiabo apresentaram um total de 307 frutos do quiabeiro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os melhores resultados obtidos neste teste com cinco diferentes adubações alternativas foram divididos em parcelas para cada tipo de adubação orgânica. As parcelas que apresentaram resultados mais significativos referentes ao maior tamanho dos frutos do quiabo mostra média de 19.4% do total de frutos produzidos na quarta colheita na parcela adubada com o biofertilizante supermagro, o maior peso tem a média de 17.2% dos frutos da mesma colheita para a parcela adubada com esterco+poda apical; cabe a ressalva de que a poda apical é um manejo favorável ao desenvolvimento da planta, após a poda a planta fica com menor concentração de troncos, caules e folhas, ocorrendo maior direcionamento de ácido encontrado na própria planta, “tem função de promover o crescimento da planta”, assim beneficia o tamanho e peso dos frutos.

A adubação que apresenta menores resultados na produção do quiabo foi a terceira colheita, o tamanho dos frutos foi em média de 7.6%, o peso com 7,4%,

adubados com biofertilizante supermagro. Apresentou a menor quantidade de frutos com 60 unidades. As colheitas foram realizadas semanalmente após o ciclo da cultura.

Conclui-se que as parcelas adubadas com formas de adubação orgânica que apresenta neste teste os menores resultados - em comparação ao que utilizou o biofertilizante Supermagro maior em tamanho - podem ser utilizadas na cultura do quiabo. Todas as adubações promoveram produção com nível para consumo próprio e comercialização. Estas adubações são capazes de produzir com menor custo, boa produção, diminuição dos gastos externos, atuam ativamente no enriquecimento da fertilidade do solo. A realização de quatro colheitas dos frutos do quiabo neste teste proporcionou o total de 307 frutos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. C DE.; et al. Influências dos diferentes sistemas de manejo no comportamento da microbiota do solo em áreas sob cultivo de mamão na região de Cruz das Almas, BA. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, v. 8, n. 1, p. 67-75, 2015.

ALTIERI, M. A; NICHOLLS, C. I. **Un método agroecológico rápido para la evaluación de la sustentabilidad de cafetales**. Manejo integrado de plagas y Agroecologia, Costa Rica, V. 64, p. 17-24, 2002.

BETTIOL, W. et al. **Controle de doenças de plantas com biofertilizantes**. Jaguariúna: EMBRAPA-CNPMA, 1998. 22p.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília – DF. 2009. 111 p.

CARNEIRO, M. A. C.; et al. Atributos físicos, químicos e biológicos de solo de Cerrado sob diferentes sistemas de uso e manejo. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, v.33, p.147-157, 2009.

DINIZ FILHO, E. T., et al. A prática da compostagem no manejo sustentável de solos. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 2, n. 2, p. 27-36, 2007.

DUARTE, I.B., et al. Plantas de cobertura e seus efeitos na biomassa microbiana do solo. **Acta Iguazu**, 3, 150- 165, 2014.

ESPÍNDOLA, J. A. A; GUERRA, J G. M; DE ALMEIDA, D. L. Adubação verde: Estratégia para uma agricultura sustentável. **Embrapa Agrobiologia-Documentos (INFOTECA-E)**, 1997.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 653 p.

KAMIYAMA, A., et al. Percepção ambiental dos produtores e qualidade do solo em propriedades orgânicas e convencionais. **Bragantia**, v. 70, n. 1, 2011.

KIEHL, Edmar José. **Manual de Compostagem**. Maturação e Qualidade do Composto. Piracicaba, 1998.

LOSS, A. Frações orgânicas e agregação do solo em diferentes sistemas de produção orgânico. **Frações orgânicas e agregação do solo em diferentes sistemas de produção orgânico**, 2008.

MARIANI, C. M; HENKES, J. A. Agricultura orgânica x agricultura convencional soluções para minimizar o uso de insumos industrializados. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v. 3, n. 2, p. 315-338, 2014.

MARROCOS, S. T. P DE. **Composição de biofertilizante e sua utilização via fertirrigação em meloeiro**. 2011. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Semi-Árido – Mossoró/RN. Programa de Pós-Graduação em Fitotecnia.

MOTA, W. F.; FINGER, F. L.; CASALI, V. W. D. **Olericultura: melhoramento genético do quiabeiro**. Viçosa: UFV, Departamento de Fitotecnia, 2000. 144 p.

POLITO, W. L. The Trofobiose Theory and organic agriculture: the active mobilization of nutrients and the use of rock powder as a tool for sustainability. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, 78 (4): 765-779, 2006.

PRIMAVESI, A. Cartilha do solo. **São Paulo: Fundação Mokiti Okada**, p. 177, 2006.
RAIJ, B. V; **Recomendações de adubação e calagem para o Estado de São Paulo**. Campinas: IAC, 1985. 107p. (Boletim Técnico, 100).

SOUZA, J. L. de; RESENDE, P. Manual de horticultura orgânica. **Aprenda Fácil, Viçosa**, 2006.

TOMITA, C.K. **Manejo em sistemas orgânico e convencional: epidemiologia e controle de doenças em culturas de goiaba, gipsofila e pupunha**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília – Brasília. Programa de Pós-Graduação em Fitopatologia.

VANDERMEER, J. **The ecology of intercropping**. Cambridge University Press, 1989. 237 p.

VERAS, L. DE., et al. Indicadores de qualidade do solo em sistemas de cultivo orgânico e convencional no semi-árido cearense. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, v. 31, n. 5, 2007.

XAVIER, F. A. S. DA., et al. Biomassa microbiana e matéria orgânica leve em solos sob sistemas agrícolas orgânico e convencional na Chapada da Ibiapaba-CE. **Rev. Bras. Cienc. Solo**, v. 30, n. 2, 2006.

Agroecologia e classes sociais, uma abordagem baseada nas obras de György Lukács e Michel Clouscard

Benedito Silva Neto¹

Resumo: No artigo é proposta uma abordagem baseada em György Lukács e Michel Clouscard para a análise dos interesses de classe no campo agroecológico, especialmente os que envolvem o campesinato e a “nova classe média”, na qual se incluem trabalhadores intelectuais como pesquisadores, professores e técnicos. O referencial adotado permitiu observar que a hegemonia das posições político-ideológicas da nova classe média geram tendências na Agroecologia contraditórias com os interesses do campesinato.

Palavras-chave: campo agroecológico; luta de classes; campesinato.

Introdução

Atualmente o termo Agroecologia vem sendo utilizado para designar um amplo campo de práticas sociais que compreende atividades acadêmicas, práticas produtivas e ações de reivindicação política (NORDER et. al., 2016; WEZEL et al., 2009). Apesar da sua heterogeneidade, observa-se certa identidade em tal “campo agroecológico” a partir do seu antagonismo ao padrão tecnológico atualmente hegemônico na agricultura, sustentado por empresas produtoras de insumos e equipamentos de origem industrial, grandes proprietários de terra, indústrias de transformação e grandes redes de comercialização de produtos agropecuários, ou seja, o chamado Agronegócio. Neste sentido, uma grande importância é atribuída no campo agroecológico ao campesinato, cuja agricultura diversificada e desenvolvida em escalas limitadas e, assim, menos agressiva ao ambiente e menos dependente de insumos externos, tem sido considerada como uma das bases da Agroecologia (PETERSEN, 2009). Além disto, destaca-se a importância no campo agroecológico de trabalhadores intelectuais como pesquisadores, professores e técnicos (PETERSEN et. al., 2009).

Do ponto de vista das classes sociais que a protagonizam, portanto, a Agroecologia está longe de ser homogênea. O presente artigo, de caráter exploratório, tem como principal objetivo indicar elementos da obra de György Lukács e Michel Clouscard para a análise de possíveis contradições geradas por esta diversidade, especialmente às relativas aos interesses de classe do campesinato e dos trabalhadores intelectuais, estes últimos sendo considerados neste artigo, juntamente com consumidores de produtos agroecológicos de rendas mais elevadas, como integrantes de uma “nova classe média”. A importância do pensamento de György

¹ Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Cerro Largo, Doutor em Desenvolvimento Agrícola – INA/PG-França, bsilva@uffs.edu.br

Lukács e de Michel Clouscard para a análise desta questão deve-se às contribuições das obras destes autores para o entendimento do posicionamento político-ideológico das classes sociais ao longo do desenvolvimento do capitalismo. No que diz respeito à Agroecologia, nossas hipóteses têm como ponto de partida que o interesse da nova classe média em um novo padrão tecnológico na agricultura restringe-se essencialmente aos seus aspectos sanitários e ecológicos. Esta limitação torna esta classe incapaz de colaborar efetivamente à elaboração de uma proposta global de mudança da agricultura que possibilite que o campesinato venha a se tornar a sua principal base social. Ao contrário, a hegemonia dos interesses da nova classe média tem como resultado a tendência à redução da Agroecologia a uma forma radical de agricultura orgânica que, por meio de um estrito controle dos processos de trabalho e limitando-se a certos nichos de mercado, tende a se integrar à dinâmica do Agronegócio. No artigo procuramos evidenciar que o desinteresse dos trabalhadores intelectuais de contribuir efetivamente à elaboração de um projeto global de mudança da agricultura encontra-se na sua natureza de classe, a qual é analisada no artigo como um produto histórico do capitalismo.

Na primeira parte do artigo é realizada uma breve discussão do seu referencial teórico. Na segunda parte é feita uma síntese da formação histórica das classes sociais no capitalismo, situando nesse processo a nova classe média. Na terceira parte são discutidas as relações do campesinato com a Agroecologia, procurando-se identificar os seus interesses específicos neste campo. Na quarta parte são analisadas as divergências de interesse entre a nova classe média e os camponeses no campo agroecológico e suas consequências sobre a sua relação com o Agronegócio. Ao término são realizadas as considerações finais.

Ideologia, política e classes sociais segundo György Lukács e Michel Clouscard

György Lukács é um dos pensadores que mais influenciaram o materialismo histórico no século XX. Uma contribuição importante proporcionada pela obra de Lukács é a sua análise do processo por ele denominado de “decadência ideológica da burguesia”, ao longo do qual o ideário político-ideológico desta classe social sofre profundas transformações (LARA, 2013; LUKÁCS, 1961). Vários aspectos dessa análise serão discutidos na próxima seção, especialmente para o estudo da nova classe média.

Outro aspecto importante da obra de Lukács é a forma como ele explica a formação da subjetividade humana na sua análise da ontologia do ser social, realizada em um volumoso conjunto de obras (LUKÁCS, 2009, 2011, 2012, 2013). Para Lukács, o que distingue o ser social (isto é, os seres humanos em geral) dos seres simplesmente biológicos é a forma como ocorre a sua relação com a natureza, realizada por meio do trabalho, o qual conjuga dois processos distintos. O primeiro é a definição de uma posição teleológica, ou seja, a concepção do produto a ser obtido pelo trabalho. O segundo é a manipulação dos processos causais que permitem a concretização material do **1557**

objeto anteriormente concebido. É, pois, a partir do processo material e histórico de trabalho que se realiza a distinção entre o sujeito e o objeto pelo ser humano. Esse processo de trabalho não é determinado mecanicamente pelas condições materiais existentes. Quanto maior o domínio dos processos causais pelos seres humanos, maior a diversidade de objetos que podem ser produzidos, assim como dos processos causais que podem ser mobilizados e, portanto, maior a possibilidade de escolha do ser social. As posições teleológicas passam, assim, a compreender certo grau de subjetividade. Para Lukács (2011, p. 205), o desenvolvimento da subjetividade é potencializado pela linguagem e pelo avanço da divisão social do trabalho, pois possibilitam o estabelecimento de posições teleológicas que se exercem sobre outras posições teleológicas, o que acentua a influência da subjetividade no desenvolvimento histórico do ser social.

A cadeia de posições teleológicas está intimamente relacionada à estrutura de poder de uma sociedade (LUKÁCS, 2012, p. 328). No capitalismo, são os proprietários dos meios de produção, ou seja, os capitalistas, que tomam as decisões fundamentais que regem o processo de trabalho. No outro extremo da estrutura de poder estão os trabalhadores que objetivam posições teleológicas a cuja concepção, tipicamente, eles são alijados. Entre estes dois extremos, encontra-se a classe social denominada neste artigo de “nova classe média”, a qual está relacionada à definição de posições teleológicas intermediárias, que vão desde a pesquisa e a transmissão de conhecimentos necessários para o controle dos processos causais de produção até a sustentação ideológica da estrutura social. Esta classe, nem proprietária dos meios de produção nem produtora direta de valor, distingue-se da classe média “tradicional”, formada pela pequena burguesia proprietária dos meios de produção e, em geral, produtora direta de valor. Pela relação direta da nova classe média com a definição de posições teleológicas, a subjetividade adquire uma importância central nas funções por ela desempenhada.

Resultante deste complexo processo de desenvolvimento da subjetividade, o ser social apresenta características que Lukács analisa por meio das categorias da singularidade, da particularidade e da universalidade. Para Lukács (2013, p. 152), o indivíduo é sempre uma singularidade, no sentido de que sempre apresenta especificidades que lhe são próprias. Quando em uma formação social muitas singularidades convergem “estatisticamente”, isto resulta na formação de uma particularidade (LUKÁCS, 2013, p. 78). É importante observar a característica “estatística” da particularidade, pois, como salienta Lukács (2013, p. 78), a singularidade de um indivíduo jamais pode ser reduzida a uma particularidade. Enfim, a categoria da universalidade está relacionada ao fato de todos os indivíduos pertencerem a um “gênero humano”, de caráter universal. A manifestação primeira desta universalidade é representada pela própria espécie humana. Mas esta universalidade “em si”, biológica, ainda não é a realização do ser humano como ser social universal, “para si”. É a partir da convivência e da cooperação concreta, em um processo histórico, que o ser humano pode se manifestar como ser social universal “para si” (LUKÁCS, 2013, p. 278-279).

Michel Clouscard, em um conjunto de obras escritas a partir do início dos anos 1970, analisa a formação e a consolidação da nova classe média, com uma grande ênfase nas repercussões 1558

ideológicas e políticas deste processo (CLOUSCARD, 1981, 1996, 2003, 2017). Em suas obras, o autor estabelece uma estreita relação entre os posicionamentos políticos da nova classe média e os padrões de consumo por ela adotados, o que pode ser observado no conjunto das sociedades capitalistas. Por esta razão, embora centrando suas análises na sociedade francesa, as obras do autor trazem elementos pertinentes para explicar o comportamento político-ideológico da nova classe média em diferentes realidades presentes no capitalismo contemporâneo.

Pode-se afirmar que Clouscard, em suas obras, retoma e atualiza as análises de Lukács da decadência ideológica da burguesia, enfatizando as suas repercussões políticas. Assim como Lukács, Clouscard também atribui uma importância central à práxis, ou seja, as ações conscientes e reflexivas dos indivíduos na sociedade, as quais são condicionadas, mas não mecanicamente determinadas, pela sua classe social. O que Clouscard explicita e enfatiza, indo além de Lukács neste ponto, são as motivações inconscientes por meio das quais a condição de classe exerce sua influência sobre os indivíduos. Para este autor, portanto, práxis e psique são indissociáveis (Clouscard, 2003, p. 131). Mas a psique evocada por Clouscard não é a da Psicanálise (CLOUSCARD, 2003, p. 96). Para Clouscard a psique integra-se à práxis também por meio de um inconsciente coletivo determinado pelas condições sociais do indivíduo. A partir da integração entre práxis e psique, Clouscard (1996) interpreta categorias da antropologia cultural como o totem, o tabu e o potlatch, baseando-se no materialismo histórico. Neste sentido, o emprego da categoria do potlatch desempenha um papel central na obra do autor. Este termo é utilizado na etnografia para designar a cerimônia praticada por certos povos do noroeste da América do Norte na qual produtos possuídos por um dos seus membros são oferecidos à coletividade ou destruídos (MEILLASSOUX, 1980, p. 429). Para Clouscard há uma forma específica deste fenômeno no capitalismo contemporâneo, o “potlatch da mais valia”, do qual a nova classe média é a principal beneficiária. As diferentes formas deste “potlatch da mais valia”, e as funções que ele desempenha nas sociedades capitalistas contemporâneas são questões analisadas em profundidade por Clouscard (1981; 2003).

Enfim, de acordo com Clouscard (1996, 2003), a ambiguidade das relações de produção da nova classe média, que não é nem proprietária dos meios de produção, nem produtora direta de valor, se transmite à sua expressão política. Ao longo da história do capitalismo algumas frações da nova classe média alinham-se aos interesses capitalistas enquanto outras aos interesses de classe do proletariado. Segundo o autor, tais alianças são, no entanto, mutantes e problemáticas, especialmente no que diz respeito às alianças entre frações da nova classe média e o proletariado, as quais podem ser analisadas pela história da social democracia até o momento em que, a partir do final dos anos 1960, a nova classe média consome a sua subordinação aos interesses de classe dos capitalistas, assumindo um caráter “social libertário”. É essa história que procuramos analisar sinteticamente na próxima seção.

As classes sociais no capitalismo e a nova classe média

A Revolução Francesa de 1789 é normalmente considerada como um dos eventos mais representativos da ascensão da burguesia ao poder político. Depois de um período de mudanças que remonta à Renascença europeia no século XIV, consolidam-se a propriedade privada e a formação de uma força de trabalho passível de ser empregada pelo “contrato livre”, celebrado entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores destituídos dos mesmos. Uma nova ética surge nesse processo, baseada na noção de que o trabalho é a fonte da riqueza, legitimando o acesso à mesma. Além disto, de acordo com a ideologia burguesa, a propriedade se constitui no fruto do trabalho acumulado pelo próprio proprietário, e já não pode, como anteriormente no feudalismo, ser justificada pelo direito divino. Assim, nas novas sociedades que emergem com as revoluções burguesas, eticamente o acesso à riqueza se justificaria apenas pela propriedade e pelo trabalho (CLOUSCARD, 2003, p. 49).

O caráter progressista das revoluções burguesas foi inegável. A ideologia burguesa que propõe a razão como meio para promover a liberdade individual e a igualdade de todos perante a lei se opôs, com sucesso, à ideologia do feudalismo, baseada na religião que assegurava o direito divino dos aristocratas e dos clérigos. Surge a Modernidade, tendo como base a separação entre Estado e sociedade civil, com a instituição de um Estado de Direito diante do qual todos os cidadãos seriam iguais. Formam-se assim os valores fundamentais das sociedades modernas, como os de “liberdade, igualdade e fraternidade”, declarados com ardor na Revolução Francesa. É interessante observar que os principais artífices desse ideário foram principalmente representantes da nova classe média (como filósofos, advogados, escritores e cientistas).

Com o passar do tempo, porém, as contradições das sociedades capitalistas com os seus próprios valores tornaram-se cada vez mais flagrantes. A pauperização dos trabalhadores era crescente. Camponeses e artesãos são destituídos dos seus meios de produção originando uma classe operária sujeita a uma extrema pobreza. No ano de 1848, diante de revoltas populares que eclodem em vários países da Europa ocorre uma inflexão no ideário burguês (NETTO, 1978, p. 18). Já consolidada no poder e diante da assustadora irrupção do proletariado na cena política europeia, a burguesia passa à defensiva, deixando de assumir de forma coerente os valores considerados por ela mesma como fundamentais da sociedade. Começa, assim, o processo que Lukács (1961, p. 31) denomina “decadência ideológica da sociedade burguesa.” Progressivamente, as correntes de pensamento hegemônicas nas sociedades capitalistas passam a sofrer uma crescente influência do individualismo metodológico, segundo o qual o funcionamento das sociedades é explicado a partir do comportamento dos indivíduos, concebidos de forma a-histórica e independente do seu contexto social. É interessante observar que foram principalmente integrantes da nova classe média, como Karl Marx, que forneceram as bases para a luta pela instituição de uma sociedade socialista por meio de uma revolução proletária, ideário que se constituirá ao longo de mais de um século em um poderoso mobilizador de homens e mulheres em todo o mundo.

A partir de 1870-1880 o capitalismo entra em sua fase imperialista. A ideologia nacionalista que acompanha a consolidação dos últimos Estados das potências capitalistas europeias provoca divisões no movimento proletário, no qual as posições internacionalistas eram até então largamente hegemônicas (LUXEMBURG, 1976). As relações da nova classe média com os projetos sociais que polarizam as sociedades capitalistas tornam-se mais complexas. A possibilidade de melhorias imediatas da condição dos trabalhadores por meio da sua adesão a um projeto nacional é alegada para justificar uma superação gradual e pacífica do capitalismo. Começa, assim, a ser concebida uma “terceira via”, por meio da qual a decadência ideológica da burguesia se aprofunda e influencia o próprio movimento operário (LUKÁCS, 1961, 45). Ao final da Primeira Guerra Mundial, após décadas de ásperas disputas, este processo atinge um ponto crítico, provocando uma cisão definitiva no movimento socialista (LUXEMBURG, 1976), com a expressão “social democracia” passando a designar as correntes reformistas do marxismo.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, instala-se nos países capitalistas avançados um processo de acumulação intensiva, em que as inovações tecnológicas na indústria básica, ao diminuir o custo de meios de produção como máquinas e outros equipamentos, permitem uma redistribuição sistemática dos ganhos de produtividade por meio de aumentos reais de salários, sem com isto provocar a diminuição das taxas de lucro (HUSSON, 1981; LIPIETZ, 1985). Associado aos efeitos da reconstrução dos países atingidos pela guerra e a um grande desenvolvimento dos serviços públicos, tal “capitalismo fordista”² (HUSSON, 1981; LIPIETZ, 1985) assegurou a conjugação de uma constante expansão do mercado consumidor, uma grande estabilidade da economia e um vigoroso crescimento econômico nos principais países capitalistas ao longo de quase trinta anos. Nesse período ocorre um extraordinário aumento do contingente da nova classe média (CLOUSCARD, 1981), que se torna um elemento cada vez mais importante para a reprodução da sociedade. Ao mesmo tempo, a classe média tradicional sofre um forte declínio.

² Ou “Capitalismo monopolista de Estado”, expressão empregada por Michel Clouscard em suas obras.

O capitalismo fordista e a forma como se configuraram as sociedades não capitalistas nas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial tiveram importantes repercussões sobre as correntes de pensamento nas sociedades capitalistas. Dentre estas, destacam-se as denominadas por Clouscard (1981, p. 81) de “freudo-marxistas”, as quais, segundo o autor, expressam com clareza a ideologia de certas frações das novas classes médias. De acordo com Clouscard (2007), as obras de Herbert Marcuse (1966, 2002) estão entre as mais representativas do freudo-marxismo. Para Marcuse (2002), as sociedades industriais avançadas caracterizam-se como “sociedades de consumo”, às quais a própria classe operária se integrou perdendo, assim, o seu interesse em uma revolução social. Tais sociedades, porém, não deixam de ter como princípio a exploração humana e da natureza, o que só pode ser mantido por meio de um sistema social alienante e totalitário, existente tanto nos países capitalistas avançados como nos países que se consideravam socialistas. No entanto, é no próprio caráter repressor, alienante e totalitário das sociedades industriais avançadas que os freudo-marxistas vislumbram a possibilidade da revolução social. Para Marcuse (1966), com a classe operária integrada à sociedade, a única força revolucionária que poderia se insurgir contra a opressão totalitária das sociedades industriais avançadas encontrava-se na pulsão pela vida, cujas origens últimas encontram-se no desejo sexual. É por isto que os jovens que, segundo o freudo-marxismo, sentem de forma mais intensa a repressão aos seus desejos, seriam a vanguarda desse movimento revolucionário (MARCUSE, 1966). O movimento beatnik surgido nos anos 1950 nos Estados Unidos, a contra-cultura a partir dos anos 1960 e, principalmente, as grandes manifestações estudantis ocorridas em vários países no final dos anos 1960, aparentemente confirmavam as teses freudo-marxistas.

No entanto, Clouscard (2017, p.128) afirma que não houve revolução alguma. Para este autor, nos movimentos da juventude ocorridos após a Segunda Guerra Mundial, inclusive no movimento estudantil de maio de 1968 na França, não havia reais intenções de revolucionar o capitalismo. Na verdade, o que ocorreu neste período foram expressões políticas da nova classe média. De acordo com Clouscard (2017, p. 129), se, por um lado, as manifestações estudantis do final dos anos 1960 simbolizaram a afirmação de uma identidade política específica da nova classe média, por outro lado, tal identidade implicou na sua plena subordinação aos interesses dos capitalistas.

Segundo Clouscard (2017), para compreender este fenômeno é preciso analisar as relações entre consumo e produção no capitalismo fordista. Assim, se a produção em massa de produtos duráveis era uma das principais características do capitalismo fordista, nem por isto ela deu origem a uma “sociedade de consumo”, conforme afirma o freudo-marxismo (CLOUSCARD, 2017, p. 50). Ao contrário, os bens duráveis aos quais os trabalhadores produtores diretos de valor tiveram acesso lhes permitiam apenas manter condições de reprodução social compatíveis com o acelerado

crescimento da acumulação de capital. A diversificação do consumo observada ao longo do desenvolvimento do capitalismo fordista foi largamente reservada às novas classes médias e à burguesia, pois apenas estas apresentavam uma demanda solvável capaz de assegurar a realização do valor adicional gerado (CLOUSCARD, 2017, p. 71).

Porém, como estimular um aumento significativo do consumo de classes que já usufruíam de um consumo relativamente elevado? Como analisa Clouscard (1981), a resposta a esta questão pode ser encontrada observando-se as relações entre produção e consumo, tal como elas são estudadas pela antropologia cultural. Neste sentido, para que a nova classe média pudesse aumentar e diversificar o seu consumo foi necessário superar a “velha” cultura capitalista que subordinava o consumo à propriedade e ao trabalho, substituindo-a por uma nova cultura, aliás, não menos capitalista, na qual o princípio de realidade, que corresponde ao fato de que só é possível consumir o que foi produzido pelo trabalho, teve que ser substituído pelo princípio do desejo, o qual “libera” o consumo, desvinculando-o subjetivamente do trabalho (CLOUSCARD, 1981, p. 18).

A constituição dessa nova cultura exigiu um intenso condicionamento dos indivíduos. É interessante salientar a forma como Clouscard (1981) analisa esta questão, a qual mostra a importância da sua abordagem antropológica. De acordo com o autor a criança é o consumidor não produtor por excelência, sendo o seu comportamento regido pelo princípio do prazer e do desejo. É por isto que, tradicionalmente, apenas os adultos, se considerados produtivos, são aceitos plenamente como membros da sociedade. Dai a existência de ritos de passagem por meio do qual os adolescentes ou jovens adultos devem demonstrar, mesmo que de forma simbólica, a sua capacidade de se tornarem produtivos, subordinando o princípio do desejo ao da realidade (CLOUSCARD, 1981, p. 20). As recompensas pelo sucesso são importantes. Muitas vezes é a passagem à vida adulta que assegura ao jovem o casamento (e o prazer sexual) e, assim, ao poder e ao respeito que apenas os responsáveis por uma família podem possuir. Só então se consuma plenamente a socialização do indivíduo. No capitalismo fordista, as características dos jovens como consumidores não produtores fez deles a principal base social para a elaboração de uma “ideologia do desejo” (CLOUSCARD, 2017). Gerada no capitalismo fordista, tal ideologia progressivamente torna-se hegemônica no conjunto das sociedades capitalistas. Ser jovem passa a ser o ideal de toda uma civilização (CLOUSCARD, 1981). E ser jovem, no capitalismo contemporâneo, é (até certo ponto) ser transgressivo, irresponsável, ostentatório e permissivo para consumir “livremente”, de acordo com os desejos e não segundo as necessidades. A transgressão é a moda, e vice-versa. E como a moda serve, sobretudo, para tornar objetos úteis “obsoletos”, aumento do consumo e contestação à “sociedade de consumo” passam a possuir uma base comum, apoiando-se na mesma ideologia. Por exemplo, o rapaz com seu carro novo que não perde uma boa noitada e o hippie que exerce atividades marginais para não se inserir na “sociedade de consumo” são apenas sinais trocados oriundos

da mesma ideologia do desejo, a qual se sustenta por um acesso privilegiado ao produto do trabalho social, denominado por Clouscard (1996, p. 24; 2017) de “potlatch da mais valia”.

No entanto, a ideologia do desejo era contraditória com o caráter repressor das instituições capitalistas, como a escola, a universidade, o partido, o sindicato e a própria família. É esta contradição que provoca a revolta estudantil de maio de 1968 na França, considerada por Clouscard (2017) como uma simbólica “emancipação política” da nova classe média. No entanto, salienta o autor, a revolta estudantil não foi o único acontecimento importante em 1968. Neste ano a França conheceu a maior greve operária de sua história. As motivações dos operários, porém, eram distintas das do movimento estudantil. A greve dos operários foi motivada principalmente pela imposição de condições de trabalho cada vez mais duras por meio da disseminação de métodos tayloristas (nos quais o operário é apenas um elo na cadeia de produção, efetuando operações de forma mecânica e acelerada) que tornavam os operários apenas um apêndice das máquinas. Neste contexto, a tese de Clouscard (2017) é que a revolta estudantil, ao contrário de se constituir em um movimento aliado ao dos operários (como ela é normalmente considerada), foi uma verdadeira contra-revolução. Assim, enquanto o movimento operário foi praticamente esquecido nos anos que se seguiram, a nova classe média assume uma identidade política própria, a qual Clouscard, (1981) denomina “social democracia libertária”. É a partir de então que a nova classe média explicita sua revolta contra as instituições repressoras, porém, em detrimento da revolução das estruturas da sociedade, assumindo a defesa das particularidades de determinados grupos sociais, mas em detrimento de um projeto emancipatório universal (CLOUSCARD, 2017).

Esse processo, porém, só se torna mais claro posteriormente, com o freudo-marxismo tornando-se cada vez mais “freudo” e cada vez menos “marxista”, até o ponto em que o marxismo é completamente descartado em favor de abordagens ditas “pós-modernas”, com forte influência da psicanálise (CLOUSCARD, 1981, p. 176). Consuma-se, assim, de acordo com Clouscard (1996, p. 70) o abandono definitivo pelas correntes de pensamento dominantes na nova classe média de qualquer referência que lhe permita analisar os conflitos de classe, o que, incapacitando-a a enfrentar a hegemonia neoliberal, a leva, objetivamente (e algumas vezes deliberadamente), a aderir ao neoliberalismo.

Campeinato e Agroecologia

Desde na “forma comunidade”, como Linares (2009a, 2009b) teoriza certas formas de organização camponesa existentes no altiplano andino desde a época da sua colonização pelos europeus, até para os sindicatos que compõe a Confederação Camponesa da França (Confédération Paysanne, 2017), a manutenção de certa autonomia na tomada de decisões se destaca como uma característica essencial dos camponeses. As relações de produção baseadas no parentesco,

decorrentes do uso exclusivo da mão de obra disponível na família, assim, não bastam para caracterizar uma unidade de produção agropecuária familiar como camponesa. Para tanto são necessárias, também, certas condições para que o agricultor possa alocar os recursos disponíveis escolhendo as técnicas que lhe pareçam mais adequadas a partir da sua própria avaliação das condições da unidade de produção.

É justamente esta autonomia que leva os camponeses a adotar sistemas de produção mais compatíveis com a dinâmica dos sistemas naturais (SILVA NETO, 2017). A baixa mobilidade dos recursos produtivos, decorrente da limitação da mão de obra disponível à fornecida pela família, faz com que os camponeses tendam a manter sistemas de produção mais diversificados, de acordo com a própria diversidade dos recursos disponíveis. Isto os leva a adotar uma lógica semelhante à observada nos ecossistemas naturais, a qual, inclusive os induz a evitar a aquisição de insumos fora da unidade da produção (SILVA NETO, 2017, p. 132). Esta lógica da produção camponesa está em direta contradição com a dinâmica da agricultura determinada pelo Agronegócio. Neste ponto é interessante salientar que muitas vezes o interesse dos setores do Agronegócio que se encontram a jusante e a montante da agricultura propriamente dita em exercer um estrito controle sobre os processos produtivos, impondo um elevado consumo de insumos químicos, esta no fato de que isto permite concentrar a produção em poucas unidades produtivas por meio de uma extrema artificialização dos agroecossistemas. No entanto, tal concentração apresenta poucas vantagens econômicas para a sociedade, ao mesmo tempo em que provoca graves prejuízos ao ambiente e à saúde humana. Isto porque ela apenas permite às agroindústrias e aos fornecedores de insumos químicos de se apropriar de uma parcela maior do valor produzido na cadeia produtiva por meio do aumento do uso de insumos por unidade de produção, sem que com isto seja necessário haver diminuição dos custos. Ao contrário, os custos por unidade de produto podem até se elevar devido ao aumento do uso de insumos o que, no entanto, pode ser compensado pelo aumento da escala de produção, permitindo que a renda dos agricultores remanescentes se eleve (SILVA NETO, 2017, p. 183). Assim, a maior apropriação do valor gerado pelas agroindústrias e pelos fornecedores de insumos (que muitas vezes pertencem aos mesmos grupos econômicos) e o aumento da renda dos agricultores remanescentes podem ocorrer sem que haja aumento do valor agregado total gerado na cadeia de produção (SILVA NETO, 2017, p. 185). É importante salientar que, neste processo, a simples possibilidade de uma acelerada acumulação de meios de produção oferecida pelo Agronegócio a uma parcela minoritária dos camponeses, transformando-os em simples agricultores familiares ou até mesmo possibilitando que eles se diferenciem socialmente em agricultores patronais, é um dos principais obstáculos ao estabelecimento de uma consciência de classe camponesa (SILVA NETO; MELLO, 2015).

Os interesses de classe no campo agroecológico

No Brasil, o termo Agroecologia começou a se tornar conhecido ao longo da década de 1980 como uma abordagem que procura proporcionar bases científicas a agricultura alternativa proporcionando, assim, certa unidade conceitual às suas várias correntes (ALTIERI, 1983). Porém, somente no ano 2.000, em seu IV Congresso Nacional que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) assume a Agroecologia como uma bandeira de luta. Após um período de intenso debate sobre a sua política de estímulo à coletivização da produção nos assentamentos de reforma agrária, com plena adesão ao padrão tecnológico dominante, é que o MST decidiu assumir de forma explícita uma identidade camponesa, assim como a Agroecologia para o desenvolvimento de um novo padrão tecnológico nos assentamentos (LUZZI, 2007, p. 125). Foi também nesta época que o MST passou a participar da Via Campesina, consolidando a sua identidade como um movimento camponês (LUZZI, 2007, p. 124). É interessante ressaltar que a adesão à Agroecologia e a identidade camponesa se integraram a luta do MST pelo socialismo, a qual foi assumida pelo desde os primeiros anos (FERNANDES, 2008). Para o MST, portanto, a Agroecologia é um componente da luta de classe dos camponeses pela transformação da sociedade em direção ao socialismo, o que a opõe irredutivelmente ao Agronegócio.

Mas, para a nova classe média, a Agroecologia parece ser, sobretudo, uma forma de acesso a alimentos saudáveis e de preservação ou recuperação do ambiente. Nesta perspectiva, os camponeses são considerados mais como grupos sociais cujas particularidades relativas ao seu “modo de vida” e “saberes” tradicionais devam ser preservadas do que como uma classe social em conflito com o Agronegócio. Esta posição é evidenciada pelo escasso interesse dos representantes da nova classe média em analisar de forma precisa e objetiva as condições materiais de reprodução social do campesinato diante da dominação do Agronegócio nas diversas situações concretas de desenvolvimento da agricultura. Além disto, é notório o pouco interesse suscitado no campo agroecológico pela consideração da transição agroecológica como um verdadeiro processo social, de forma a superar o individualismo metodológico hegemônico na sociedade capitalista. Ao contrário, a transição agroecológica é geralmente considerada apenas no âmbito da unidade de produção (ALTIERI; NICHOLS, 2007; GLIESSMAN; ROSEMAYER, 2010), o que impossibilita a análise dos conflitos de classe que este processo implica.

O resultado disso é uma forte tendência da Agroecologia de se reduzir a uma forma de “agricultura orgânica”, restrita a certos nichos de mercado, com processos produtivos estritamente controlados por meio de um intrincado processo de certificação. E mesmo que o sistema de certificação participativa, por vezes empregado no campo da agroecologia (no qual os próprios grupos de agricultores envolvidos realizam a fiscalização dos processos produtivos), represente um inegável avanço em relação aos sistemas de certificação controlados por empresas privadas, o real controle do processo produtivo é detido pelos técnicos que necessariamente devem acompanhar os

grupos de agricultores. Em todo caso, a perda do controle do processo produtivo pelos agricultores que ocorre na produção orgânica é contraditória com a lógica da agricultura camponesa. Assim, apesar das reiteradas afirmações da indissociabilidade entre Agroecologia e campesinato, a limitação do consumo dos produtos orgânicos a nichos de mercado e a adoção das formas de controle necessárias à sua certificação traz limitações importantes à autonomia dos camponeses, tornando-os simples agricultores familiares. Ao se transformar em uma forma de agricultura orgânica, a Agroecologia tende, assim, apenas a ocupar um nicho no interior do próprio Agronegócio.

Vale ressaltar, porém, que de um ponto de vista estritamente técnico é inegável a importância da agricultura orgânica como forma de gerar conhecimentos técnicos para o desenvolvimento da Agroecologia. Porém, a generalização da Agroecologia dificilmente ocorrerá sem a existência de um projeto social que permita estabelecer estratégias claras e coerentes para a promoção de uma transição do conjunto da agricultura. A construção de tal projeto passa pelo reconhecimento pelo campo agroecológico da centralidade da luta de classe dos camponeses em face ao Agronegócio.

Considerações finais

Baseada essencialmente no pensamento de György Lukács e Michel Clouscard, a discussão realizada no presente artigo evidenciou que as divergências entre os interesses de classe existentes no interior do campo agroecológico podem ser de suma importância para a compreensão das suas verdadeiras relações com o Agronegócio. Neste sentido, apesar das reiteradas críticas formuladas no campo agroecológico ao padrão tecnológico dominante na agricultura, há uma nítida tendência da Agroecologia a se integrar na lógica do Agronegócio. Ora, a contradição entre um discurso contestatário e uma prática conservadora, evidenciada por uma atitude libertária na promoção de certos particularismos, mas que, na prática, é alheia à luta de classes, são características da nova classe média constatadas neste artigo no campo agroecológico e que foram amplamente analisadas por Michel Clouscard, que aprofundou concepções desenvolvidas por György Lukács.

Ao adotar explicitamente uma identidade camponesa, o que ocorreu conjuntamente à sua adesão ao campo agroecológico, o MST assume a luta do campesinato pela sua autonomia como um elemento central para a sua emancipação social (LUZZI, 2007, p. 108; FERNANDES, 2008, p. 146). A partir da discussão realizada no artigo, é possível indicar que pode estar neste ponto a principal contradição entre os interesses de classe dos camponeses e os da nova classe média no interior do campo agroecológico. Ocorre que para os camponeses, tal como expressado pelo MST, a emancipação de todos os seres humanos por meio de uma ampla transformação da ordem social existente parece se mostrar de forma muito mais clara do que para a nova classe média como uma condição necessária para a sua própria emancipação.

Como analisado por Husson (1996, p. 41), a resposta que tem sido privilegiada pelos capitalistas diante do esgotamento da proposta neoliberal para a presente crise é a utilização do seu poder econômico e político para ampliar a sua participação na distribuição da riqueza social, o que em boa parte tem ocorrido (e deverá ocorrer ainda mais) em detrimento da nova classe média. A polarização social tende, assim, a agudizar-se. Neste contexto, a questão que se coloca no campo agroecológico é se os representantes da nova classe média serão capazes de mudar objetivamente a sua posição em relação à burguesia e aliarem-se aos camponeses na construção de uma verdadeira alternativa ao Agronegócio. Embora com a crise as condições objetivas a impulsionem cada vez mais neste sentido, as enormes dificuldades colocadas pelas condições subjetivas dos representantes da nova classe média para uma convergência de interesses com as classes populares não devem ser subestimadas. Em primeiro lugar, porque tal convergência depende, acima de tudo, do reconhecimento por parte desses representantes das consequências, em toda a sua plenitude, do caráter de classe das sociedades capitalistas. Em segundo lugar, a convergência de interesses entre o campesinato e a nova classe média no interior do campo agroecológico requer que esta última se considere como uma integrante do que Cloucard (1996, p. 95; 2003, p. 131) denomina “trabalhador coletivo”, ou seja, que ela assuma com clareza e coerência o caráter social do seu trabalho e a sua identidade como classe trabalhadora diante do capital. De acordo com a discussão realizada neste artigo, ambas as condições têm como pressuposto a reversão de quase um século de crescente subordinação político-ideológica da nova classe média aos interesses dos capitalistas. O fato de essa subordinação ser muitas vezes inconsciente torna esta reversão ainda mais difícil e complexa.

Referências bibliográficas

ALTIERI, M. **Bases científicas para una agricultura sustentable**. Valparaiso : Ediciones CETAL, 1983.

ALTIERI, M.; NICHOLS, C. I. Conversión agroecológica de sistemas convencionales de producción: teoría, estrategias y evaluación. **Ecosistemas – Revista Científica y Técnica de Ecología y Medio Ambiente**, v. 16, n. 1, Enero, 2007. p. 3-12.

CLOUSCARD, M. **Le capitalisme de la séduction : critique de la social-démocracie libérraire**. Paris : Éd. Sociales, 1981.

CLOUSCARD, M. **Les métamorphoses des luttes des classes : pour une alternative progressiste**. Paris : Les temps des cerises, 1996.

CLOUSCARD, M. **Refondation progressiste : face à la contre-révolution libérale**. Paris : L'Harmattan, 2003.

CLOUSCARD, M. **Néo-fascisme et idéologie du désir**. Paris : Éd. Delga, 2017.

CONFÉDÉRATION PAYSANNE. **Agriculture paysanne : nos positions. Une alternative à une**

agriculture destructive, fondée sur le profit. Disponível em https://www.confederationpaysanne.fr/mc_nos_positions.php?mc=5 , acessado em 31 de outubro de 2017.

FERNANDES, E. N. S, **A concepção de socialismo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST.** Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de Alagoas, 2008 (documento não publicado).

GLIESSMAN, S. R.; ROSEMEYER, M. (ed.) **The conversion to sustainable agriculture. Principles, process and practices.** Boca Raton, London, New York : CRC Press, Taylor and Francis Group, 2010.

HUSSON, M. **Misère du capital: une critique du néolibéralisme.** Paris: Syros, 1996.

LINERA, A. G. **La potencia plebeya: acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia.** Bogotá: Siglo del Hombre Editores y Clacso, 2ª ed., 2009a.

LINERA, A. G. **Forma valor y forma comunidad: aproximación teórica-abstracta a los fundamentos civilizatorios que preceden al Ayllu Universal.** La Paz : Clacso, Muela del Diablo Editores y Comuna, 2009b.

LIPIETZ, A. **L’audace ou l’enlèvement : sur les politiques économiques de la gauche.** Paris : Éd. La Découverte, 1985

LARA, R. Notas lukacsianas sobre a decadência ideológica da burguesia. **Revista Katálisis**, v. 16, n. 1, p. 91-100, jan./jun. 2013.

LUKÁCS, G. **Existencialisme ou marxisme?** Paris: Les Éditions Nagel, 1961.

LUKÁCS, G. **Prolégomènes à l’ontologie de l’être social.** Paris : Éd. Delga, 2009.

LUKÁCS, G. **Ontologie de l’être social. Le travail, la reproduction.** Paris : Éd. Delga, 2011.

LUKÁCS, G. **Ontologie de l’être social. L’idéologie, l’aliénation.** Paris : Éd. Delga, 2012.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I.** São Paulo : Boitempo, 2013.

LUXEMBOURG, R. **La crisis de la socialdemocracia.** Barcelona: Editorial Anagrama, 1976.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais.** Tese de doutorado apresentada à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007 (documento não publicado).

MARX, K., **Teorias da Mais Valia.** Volume 1. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.

MARX, K. **Le Capital.** Livre I. In MARX, K. **Oeuvres I.** Economie I. Paris: Gallimard, 1963.

MARCUSE, H. **Eros and Civilization. A Philosophical Inquiry into Freud. With a New Preface by the Author.** Boston: Beacon Press, 1966.

MARCUSE, H. **Unidimensional man: studies in the ideology of advanced industrial societies.** London, New York : Routledge, 2002.

MEILLASSOUX, C. **Potlatch.** *Encyclopaedia universalis*, tomo 13, 1980, p. 424.

- NETTO, J. P. **Lukács e a crítica da filosofia burguesa**. Lisboa: Seara Nova, 1978.
- NORDER, L. A.; LAMINE, C.; BELLON, S.; BRANDENBURG. Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsia. **Ambiente & Sociedade**, v. XIX, n. 3, p. 1-20, jul.-set. 2016.
- PETERSEN, P. (org.) **A agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: ASPTA, p. 85-104, 2009.
- PETERSEN, P.; DAL SOGLIO, F. e CAPORAL, F. R. A construção de uma Ciência a serviço do campesinato. *In*: PETERSEN, P. (org.) **A agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro:ASPTA, p. 85-104, 2009.
- SILVA NETO, B; MELLO, U. P. de. A agroecologia na dinâmica do desenvolvimento rural do Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul: o papel das instituições locais e a integração da Universidade Federal da Fronteira Sul. *In* SILVA, H. B.; CAVALCANTI, D. C.; PEDROSO, A. F. (ed.) **Pesquisa e extensão para a agricultura familiar: no âmbito da política nacional de assistência técnica e extensão rural**. Brasília, DF : Secretaria de Agricultura Familiar – Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.
- SILVA NETO, B. **A questão agroecológica: uma perspectiva ecossocialista**. Curitiba: Ed. CRV, 2017.
- WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T. FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C; Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agron. Sustain. Dev.** 29, p. 503-515, 2009.

CRIAÇÕES DE GALINHAS CAIPIRAS EM ASSENTAMENTOS RURAIS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

César Giordano Gêmero¹
José Maria Gusman Ferraz¹
Henrique Carmona Duval¹

Resumo: As criações de aves em sistemas caipiras são uma das mais expressivas práticas produtivas adotadas nos assentamentos rurais da região central do estado de São Paulo. Neste sentido o objetivo deste trabalho é identificar os desafios e possibilidades destes sistemas promoverem a transição agroecológica e com isso buscar a certificação orgânica de carne e/ou ovos caipiras. São inúmeros pontos de convergência entre as definições vigentes, sendo um dos maiores entraves relacionados a alimentação das aves, que deve ser exclusivamente orgânica, sem a utilização de alimentos transgênicos e promotores de crescimento.

Palavras-Chave: Avicultura; Ovos; Sustentabilidade.

1. Introdução

A criação de galinhas caipiras é uma das práticas produtivas mais expressivas nos assentamentos da região Central do estado de São Paulo. Ela aparece em diferentes escalas de produção, adoção de tecnologias e importância na composição do trabalho e renda das famílias assentadas. Isto torna a atividade extremamente diversificada e heterogênia. Pode ser estratégia exclusiva de autoconsumo da família, até prioridade para comercialização.

Em uma pesquisa desenvolvida na região Central do Estado de São Paulo, onde foram aplicados 60 questionários semiestruturados em sete assentamentos federais das cidades de: Araraquara, Piratininga, Iaras, Colômbia, Descalvado, São Carlos e Ribeirão Preto. A produção avícola dos assentamentos apareceu como a mais expressiva dentre todas estratégias de produção animal. 68% dos entrevistados possuíam aves em seus lotes. Nenhum deles adotava como estratégia a produção industrial/convencional, baseada no confinamento das aves em galpões e gaiolas. Ou seja, 100% de sistemas caipiras de produção² (FERRANTE, DUVAL, GÊMERO, 2011).

Através de um diagnóstico com recorte mais específico, realizado com assentados cooperados da Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Motuca e Região – COOPAM, localizada no núcleo IV do projeto de assentamento Monte Alegre, na região de

¹ Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – PPGDTMA – Universidade de Araraquara – UNIARA.

² O termo caipira refere-se ao sistema de produção adotado, que tem como característica principal o acesso das aves às áreas livres para pastejo.

Araraquara/SP foi possível constatar que das 27 famílias entrevistadas, 69% delas criavam aves no momento da pesquisa. Apenas em três lotes as aves eram produzidas confinadas, mas com densidades e formas de manejo diferentes dos sistemas convencionais, sendo a grande maioria de sistemas caipiras.

Dados da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP da safra 2013/14³ de todos os lotes do assentamento Monte Alegre, que contempla os núcleos I, II, III, IV, V e VI, Silvânia e Bueno de Andrada⁴, a criação de aves mais uma vez teve papel de destaque. O ITESP calcula a soma de renda de autoconsumo, ou seja, estima o valor monetário que o assentado deixou de gastar comprando determinado produto e estima também a soma de renda de venda. A produção animal foi responsável por 21% do valor bruto de toda produção, sendo que a soma de renda de venda da produção avícola chegou a R\$1.240.437,00, e a estimativa de renda de autoconsumo R\$119.361,00 (Caderneta de campo ITESP, 2015).

Apesar da grande importância e representatividade dos sistemas caipiras para as famílias assentadas a atividade é por vezes invisibilizada e até marginalizada. Os dados de produção de carne e ovos disponibilizados pelos órgãos oficiais são coletados apenas em granjas avícolas que possuem 10.000 ou mais cabeças (IBGE, 2018). Com este recorte, geralmente são selecionados apenas os produtores que adotam os sistemas industriais de produção e uma infinidade de sistemas caipiras de menor escala ficam de fora das estatísticas oficiais.

Para além, a legislação sanitária vigente está construída dentro de um paradigma onde o que é vivo e natural é considerado perigoso e os químicos e artificiais como mais seguros ao consumo. Há uma lógica perversa que coloca a segurança sanitária como questão exclusivamente técnica, quando na realidade representa um embate entre campos políticos antagônicos. O atual modelo de legislação e fiscalização sanitárias está muito distante da diversidade e das realidades da produção artesanal e familiar. (Carta Política – ENA, 2014). A inadequação das atuais normas sanitárias ao este modo de produção vem se constituindo como uma das principais barreiras para o acesso da agricultura familiar aos mercados formais.

³ O levantamento de dados de produção agropecuária é feito através da Caderneta de Campo que é um instrumento de trabalho que propõe o levantamento censitário e declaratório de informações dos assentados e dos assentamentos através da aplicação de um questionário. Este levantamento é bianual e trata de dados sociais, dados de produção e de comercialização agropecuária dos assentamentos do Estado assistidos pela Fundação Itesp.

⁴ Os referidos assentamentos abrangem os municípios de Araraquara, Matão e Motuca, possuem uma área total de 5.978,12 hectares e 416 lotes.

Porém, este enorme movimento “informal” de produção e comercialização de carne e ovos caipiras nos assentamentos é fundamental na composição da dieta e geração de renda das famílias. Além de atender a demanda de um mercado consumidor emergente, preocupado com a forma com que os animais são criados e conseqüentemente com a qualidade do alimento que é produzido.

Pelas características principais dos sistemas caipiras, estes, podem ser considerados mais próximos na busca da sustentabilidade da atividade. Para Menezes (2005) eles têm se revelado como importantes “portas de entrada” dos processos de transição. Em geral, a atividade incrementa os níveis de integração entre os subsistemas produtivos nas unidades familiares, o que permite alcance de maior autonomia técnica e econômica pela via da reciclagem interna e do enriquecimento biológico de materiais orgânicos localmente disponíveis.

As galinhas podem desempenhar diversas funções dentro do sistema agrícola. Suas fezes, devidamente manejadas, constituem um excelente fertilizante, capaz de viabilizar a nutrição de uma infinidade de plantas. Os hábitos como ciscar e comer insetos, são particularmente úteis à produção vegetal. Por serem onívoras, podem se alimentar dos restos da alimentação humana, ajudando na reciclagem desses resíduos biológicos (PETERSEN, WEID & FERNANDES, 2009). A avicultura caipira representa ainda, um importante resgate cultural, caracterizando-se como uma atividade fundamental para a conservação da biodiversidade na pequena propriedade rural (SALLES, 2005).

Diante disto, objetiva-se com o presente artigo discutir os desafios e possibilidades dos assentados de reforma agrária da região central do estado de São Paulo promoverem a transição agroecológica dos sistemas caipiras de produção de aves.

A metodologia utilizada fundamenta-se em um acumulado de ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito do núcleo de pesquisa e documentação rural – NUPEDOR e do núcleo de estudos e extensão em agroecologia - NEEA, ambos vinculados ao programa de pós-graduação em desenvolvimento territorial e meio ambiente da Universidade de Araraquara – UNIARA. Com destaque para o diagnóstico já mencionado, realizado através da aplicação de questionários semiestruturados no projeto de assentamento Monte Alegre, com 27 famílias assentadas e os resultados da condução de uma unidade experimental constituída no núcleo VI do assentamento, visando a transição agroecológica dos sistemas caipiras. Além do levantamento bibliográfico em fontes secundárias, documentos e legislações específicas da produção caipira e orgânica e consulta as cadernetas de campo do ITESP.

Fig. 1 – Assentamento Monte Alegre e a localização dos lotes onde foram aplicados os questionários.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

2. Caracterização da avicultura no projeto de assentamento Monte Alegre

A fim de traçar as principais características dos sistemas de produção de aves adotados no projeto de assentamento Monte Alegre (núcleos I, II, III, IV, V, VI, Silvânia e Horto de Bueno de Andrada), tem-se a proposta de divisão das estratégias em quatro definições gerais. Porém, salienta-se que são inúmeros fatores que influem diretamente na atividade, como: composição familiar, acesso a crédito, instalações, genética dos animais, manejo alimentar, manejo higiênico-sanitário, dentre outras, as quais tornam os sistemas diversos e heterogêneos tornando as conceituações lineares fragilizadas. Uma vez que são diferentes graus de adoção de tecnologias e técnicas produtivas e não há uma linha de corte entre as estratégias adotadas.

a) Sistemas industriais integrados as agroindústrias: até o ano de 2012, as integrações entre assentados e agroindústrias processadoras de carne de frango possuía papel de destaque no assentamento Monte Alegre, porém, após sucessivas crises do setor houve a queda das parcerias na região. Hoje em dia, do universo de 416 lotes, apenas 3 deles, localizados no Horto de Bueno de Andrada adotam como estratégia produtiva as

integrações. Este núcleo do assentamento Monte Alegre possui 31 lotes e já contou com mais de 15 granjas em funcionamento, em 11 lotes.

A integração funciona através dos contratos de produção, firmados entre agroindústrias e assentados para produção de frango de corte destinado ao abate. Os assentados investem nas instalações, equipamentos e arcam com os custos operacionais, como água, energia, mão-de-obra e em contrapartida, a agroindústria fornece os insumos necessários à criação, como: as aves de um dia, ração e assistência técnica e ao final do ciclo produtivo, em torno de 42 dias, o assentado tem a responsabilidade de devolver as aves terminadas (engordadas) para a indústria.

Este modelo, de certa forma, acompanhou o conceito de desenvolvimento proposto pela modernização da agricultura, buscando aproximar a produção agropecuária ao processamento/beneficiamento industrial. Esta subordinação da estrutura produtiva do setor agropecuário à lógica de transformação industrial trouxe consequências negativas a vida dos animais, em especial as aves. Que nestes sistemas são confinadas em densidades de no mínimo 10 aves/m² e abatidas entre 35 – 45 dias, dependendo da estratégia de comercialização da agroindústria ou do momento econômico.

Além das crises que assolaram o setor, a constante exigência de tecnificação e automação das granjas por parte das agroindústrias dificulta a inserção dos assentados nesses processos de parceria. São exigidos padrões para exportação, o que necessita de altos investimentos para adequar os galpões e manter-se integrados nos dias atuais. Neste contexto menos de 1% dos lotes do assentamento são integrados as agroindústrias.

b) Sistema industrial de produção de ovos: este sistema aparece em apenas 1 lote, localizado no núcleo III, caracteriza-se pelo confinamento das aves em gaiolas e o beneficiamento dentro do próprio lote, através da classificadora de ovos. Sendo o único no universo do assentamento que possui o selo de inspeção municipal – SIM e comercializa os ovos de maneira formal. Apesar de estar no município de Araraquara/SP, o selo de inspeção pertence ao município de Matão/SP e toda produção é comercializada em padarias, e mercados da cidade.

Os sistemas industriais de produção de ovos são calcados no confinamento e adensamento das aves em gaiolas metálicas, com espaços menores de 450 cm²/ave, as gaiolas são feitas de arames vazados, para que as fezes não se acumulem e são inclinadas, para que os ovos possam rolar até a esteira, evitando perdas. O contato constante com as grades, promovem o sofrimento e o estresse, além de lesões constantes, o que ocasiona

debilidade e conseqüentemente afeta seu sistema imunológico. Um dos grandes problemas da alta concentração de animais presos em gaiolas em espaços extremamente reduzidos é a prática do canibalismo, devido principalmente ao estresse promovido pelo sistema de produção, as aves bicam umas às outras, promovendo feridas e facilitando o aparecimento de doenças.

Para diminuir as conseqüências do canibalismo, a produção convencional de ovos adota o manejo da debicagem, A debicagem é um método em que se remove um terço do bico superior e a extremidade distal do bico inferior. (ARAÚJO et al, 2000). Segundo Mazzuco et al. (1997), é perceptível a dor de curta a longa duração próximo à área debicada e o comprometimento temporário da habilidade da ave em alimentar-se, uma vez que deve haver uma readaptação à nova forma do bico. Para Duncan et al., (1989), o comportamento das aves muda nas primeiras semanas após a debicagem. Possivelmente devido à dor causada por esse procedimento, com isso, o tempo gasto para alimentação e para beber água diminui e o tempo gasto cochilando aumenta.

Outra questão que está constantemente sendo contestada na produção convencional de ovos refere-se ao manejo denominado de muda forçada. Este manejo consiste em alterar a natureza do animal visando o alcance do máximo índice de produtividade da ave. Na natureza, as aves apresentam uma diminuição da função reprodutiva durante o período que se aproxima da muda natural. Esse período representa um processo de modificações fisiológicas tanto internas como externas, renovando a plumagem e preparando o aparelho reprodutivo para o próximo ciclo de postura. O período de muda natural ocorre em cerca de quatro meses, diminuindo a produção de ovos (ARAÚJO et al., 2000). Na produção industrial, para que a ave não passe longos períodos sem botar ovos, a muda natural é induzida, com o intuito de promover o segundo ciclo de postura mais rápido.

Isto ocorre forçando o jejum nas aves, com objetivo de causar uma interrupção da produção de ovos, através da restrição da ração por 14 dias. Com este manejo, elas chegam a perder de 25 a 30% de seu peso corporal, quando ocorre a retomada do fornecimento de alimento e conseqüentemente uma aceleração do processo biológico intrínseco da natureza das aves. Para tanto, a fome provoca uma depressão do estado imunológico e, por conseguinte, pode causar a ocorrência de problemas sanitários – envolvendo a salmonela – em galinhas e ovos destinados ao consumo humano (TEIXEIRA & CARDOSO, 2011).

Dentro deste contexto, tanto os sistemas industriais de produção de ovos como de carne estão sendo constantemente contestados pela sociedade civil, o que confere as produções alternativas uma perspectiva de avançar no mercado consumidor. Inúmeras empresas internacionais e nacionais, como a Brasil Foods - BRF, Burger King, McDonald's, Subway, Spoleto, Bob's, dentre outras de olho nas tendências de mercado assumiram o compromisso publicamente em eliminar o uso de ovos de galinhas criadas em gaiolas a partir de 2025.

c) Sistemas caipiras de produção: com ênfase no autoconsumo: estes representam a grande maioria dos sistemas adotados nos assentamentos. São caracterizados pela baixa adoção de tecnologias e controle da atividade. Geralmente, as aves são criadas de maneira extensiva, soltas por toda extensão do lote, passam o dia se alimentando através do que encontram no terreiro, como: populações de plantas tenras, insetos, minhocas e outros pequenos animais e a noite geralmente se recolhem a um abrigo.

Khatounian (2001) salienta que:

Tradicionalmente, para galinhas caipiras criadas soltas, fornece-se uma pequena quantidade de milho pela manhã e outra à tarde. Essas quantidades muito raramente chegam a atender à metade das necessidades energéticas das aves e menos ainda das suas necessidades protéicas. Desse modo, sua produção depende fortemente do que conseguem obter por conta própria, que por sua vez depende do ritmo da atividade biológica geral.

Neste contexto, a prioridade é a produção de carne e ovos para o autoconsumo das famílias e a comercialização é feita esporadicamente, de maneira informal para consumidores específicos. Este sistema tem como característica principal ser o mais econômico, o retorno financeiro e a eficiência produtiva não estão entre as prioridades do e sim a produção de proteína de qualidade para família a baixo custo.

Na maioria das vezes, estes sistemas também se caracterizam pela utilização de aves denominadas popularmente de pé-duro, canela seca, de terreiro, caipirão, as quais não possuem genética definida, demoram para chegar ao peso ideal de abate, com mais de 120 dias de vida e a produção de ovos não ultrapassa 80 ovos/ave/ano, a postura geralmente é feita em ninhos esparsos e/ou em esconderijos, o que dificulta sua coleta e os deixa passível de predadores.

Estes sistemas não são necessariamente extensivos⁵, podem aparecer em semiextensivo, onde os animais vivem em uma área específica, com limitação física, mas além do galinheiro coberto, possuem uma área de pasto para explorar.

d) Sistemas caipiras de produção: com ênfase na comercialização: embora ocorra o consumo de carne e/ou ovos pela família, a criação é gestada com foco principal na geração de emprego e renda. A produção possui um número relativamente grande de animais sendo criados (mais de 100 aves) quando comparado aos sistemas com ênfase no autoconsumo, possui também maior controle com relação aos aspectos de administração financeira e logística. Utilizam-se raças híbridas de crescimento lento, que são abatidas em média com 100 dias de vida. A produção de ovos é separada da produção destinada ao abate, e as poedeiras híbridas utilizadas podem chegar a altas taxas de postura, cerca de 300 ovos/ave/ano. Os sistemas semiextensivos são os mais utilizados e existe uma preocupação com a sanidade, saúde e bem-estar das aves.

A comercialização se dá de maneira informal, não há no projeto de assentamento Monte Alegre nenhum produtor de frango e/ou ovos caipiras com registro e selo de inspeção, o que o impossibilita de acessar o mercado formal e os mercados institucionais, como PAA e PNAE. Ovos são entregues em feiras livres (figura 2), “escondidos”, ou muitas vezes adquiridos dentro do próprio assentamento, sendo encontrados nasquitandas, padarias e pequenos mercados.

⁵ Sistemas extensivos são aqueles em que as aves são criadas soltas, geralmente sem nenhuma delimitação de espaço físico, apenas um abrigo para que elas possam passar a noite, ficam livres para explorar toda área onde vivem, podendo percorrer longas distâncias atrás do alimento.

Fig. 2 - Ovos embaixo da barraca na feira, comercialização “informal”



Fonte: Autor, 2018.

3. Aspectos legais da produção caipira e orgânica e os caminhos para transição

Atualmente, a norma “ABNT NBR 16389:2015 – Avicultura - Produção, abate, processamento e identificação do frango caipira, colonial ou capoeira” criada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, padronizou a definição dos sistemas caipiras de produção voltados para o abate e a norma ABNT NBR 16437:2016 – “Avicultura - Produção, classificação e identificação do ovo caipira, colonial ou capoeira”, especificou os requisitos para produção, classificação e identificação do ovo caipira no sistema semiextensivo.

A ABNT NBR 16389:2015 define que sistemas caipiras para abate são: “sistema de criação de aves comerciais destinadas à produção de carne, através de raças e linhagens de crescimento lento com acesso às áreas livres para pastejo em sistema semiextensivo e que não recebam, via ração, melhoradores de desempenho e anticoccidianos profilaticamente”.

Para o sistema ser considerado caipira, as aves podem ser criadas em galpões fechados, sem área de pastoreio, até atingirem a idade de 30 dias. Após este período, elas devem ter acesso às áreas externas, denominadas piquetes, devendo ser soltas no período da manhã e recolhidas ao final da tarde, exceto quando as condições climáticas não o permitirem.

A densidade máxima de alojamento é de 35 kg/m² dentro do galpão e, na área externa, deve ser de no mínimo 0,5 m² por ave alojada. Os programas de luz podem ser usados mas devem ser limitados, as aves devem dispor de no mínimo 6 h contínuas de escuro por dia a partir do terceiro dia de idade e serem abatidas com a idade mínima de 70 dias.

Os alimentos destinados aos frangos caipiras não podem conter substâncias proibidas. A suplementação com macro e microminerais é permitida somente para atender às exigências nutricionais. É vedado o uso de todos e quaisquer insumos, produtos e medicamentos veterinários não autorizados ou não registrados para uso em aves conforme a legislação vigente; azul de metileno, formol e violeta de genciana, usados como desinfetantes, antibacterianos e antifúngicos aspergidos sobre as aves e/ou nos aviários, e usados pela ração ou água de bebida; óleos vegetais reciclados (de cozinha industrial ou restaurantes) como ingrediente de rações; antimicrobianos com finalidade preventiva e como melhorador de desempenho.

Para produção de ovos, a norma possui requisitos iguais aos definidos em 2015, porém com algumas especificações para postura, como a proibição da utilização de pigmentantes sintéticos na ração. Além de mudanças na definição e densidade.

Para NBR 16437:2016, sistema de produção de ovo caipira é definido como: “sistema de produção de ovos comerciais oriundos de galinhas e/ou galinhas caipiras com acesso a área de pastejo em sistema semiextensivo e que não recebam aditivos zootécnicos melhoradores de desempenho e anticoccidianos profilaticamente”.

As aves em período de cria e recria podem ser mantidas exclusivamente em galpões fechados. Porém, durante toda fase de produção, as galinhas e/ou galinhas caipiras devem ter acesso às áreas externas, denominadas piquetes, devendo ser soltas no período da manhã e recolhidas ao final da tarde. A densidade máxima no alojamento é de 7 aves por metro quadrado dentro do galpão e, na área externa, deve ser de no mínimo 0,5 m² por ave alojada.

Através dos dados de campo dos sistemas caipiras de produção e das normas ABNT NBR 16389:2015 e NBR 16437:2016 que definem o conceito e as diretrizes produtivas é possível identificar uma série de convergências quando comparado aos sistemas agroecológicos de produção. Regulamentados pela lei nº 10.831, que dispõe sobre a agricultura orgânica e mais especificamente pela Instrução Normativa nº 46 de 6 de Outubro de 2011, a qual estabelece o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção, que conta ainda com supressões aprovadas pela Instrução

Normativa MAPA nº 17, de 18 de junho de 2014 e pela Instrução Normativa MAPA nº 35, de 8 de setembro de 2017.

Em linhas gerais, na produção orgânica de aves são vedados os manejos praticados nos sistemas convencionais de produção. A começar pela proibição de sistemas intensivos/confinados e a retenção permanente em gaiolas, ou qualquer outro método restritivo aos animais. Por lei, as instalações devem obrigatoriamente possuir uma área externa ao barracão de criação, de, no mínimo, 3 (três) m² para cada ave em sistema extensivo ou 1 m² para cada ave em piquetes. A lotação máxima permitida dentro do galpão é de 6 (seis) aves por m² para galinhas de postura e 10 m² para aves de corte

É necessário que os ambientes de criação disponham de áreas que assegurem:

I - aos animais assumirem seus movimentos naturais, o contato social e descanso;

I

I - alimentação, ritual reprodutivo, reprodução e proteção, em condições que garantam a saúde e o bem-estar animal;

III - acesso a pastagem ou área de circulação ao ar livre, com vegetação arbórea suficiente para garantir sombra a todos os animais sem que esses tenham que disputar espaço.

As pastagens devem ser compostas com vegetação arbórea para cumprir sua função ecossistêmica e propiciar sombreamento necessário ao bem-estar da espécie em pastejo. No caso de pastagens cultivadas, dever-se-á adotar o consórcio, ou a rotação de culturas, ou ambos. Em caso de pastagens sem áreas de sombreamento, determina-se um prazo de 5 (cinco) anos para estabelecimento de vegetação arbórea suficiente e, durante este período, poderá ser utilizado sombreamento artificial.

Para produção de ovos, é necessário o provimento de ninhos para postura, que devem ter área de no mínimo 120 cm² para cada 8 (oito) aves e os poleiros devem apresentar, no mínimo, 18 cm lineares por ave.

Todos os animais introduzidos na unidade de produção orgânica devem ter idade mínima em que possam ser recriados sem a presença materna, observando-se que a idade máxima para ingresso de frangos de corte de dois dias de vida e para outras aves de até duas semanas. Quando for necessário introduzir animais no sistema de produção, estes deverão ser provenientes de sistemas orgânicos. Na indisponibilidade de animais de sistemas orgânicos, poderão ser adquiridos animais de unidades de produção não-orgânicas, preferencialmente em conversão para o sistema orgânico⁶, desde que previamente aprovado pelo OAC ou pela OCS, e respeitado o período de conversão.

Na tabela abaixo é possível identificar as diferenças e semelhanças entre os sistemas de produção caipira, orgânico e industrial, no que tange as características dos sistemas de produção, densidade dentro do galpão, densidade área externa, genética das aves, alimentação e programa de luz.

Tabela 1. Características dos sistemas de produção baseado nas legislações vigentes.

	Industrial	Caipira	Orgânico/Agroecológico
Sistemas de produção	Sistemas intensivos, baseados no confinamento das aves em altas densidades.	Corte: fechados, até atingirem a idade de 30 dias. Após, devem ser soltas no período da manhã e recolhidas ao final da tarde; Postura: podem ser mantidas fechadas no período de cria e recria, e durante toda fase de produção devem ter acesso a área externa.	Preferencialmente criados em regime de vida livre; No caso de animais abrigados em instalações, deve ser facultada a eles a possibilidade de saída para área externa com forragem verde por pelo menos 6 (seis) horas no período diurno.
Densidade dentro do galpão	Corte: 39 kg/m ² ; Postura: 475–540 cm ² /ave.	Corte: 35 kg/m ² ; Postura: 7 galinhas por m ² .	Corte: 10 frangos por m ² ; Postura: 6 galinhas por m ² .
Densidade área externa	Não há.	Corte e postura: 0,5 m ² disponível por ave alojada.	Corte (Sistema Rotacionado): 0,5 m ² /ave Sistema extensivo: 2,5 m ² /ave Postura (Sistema Rotacionado): 1 m ² /ave Sistema extensivo: 3 m ² /aves
Genética	Não há restrição de raças ou linhagens	Corte: Linhagens ou raças de aves de crescimento lento, com idade mínima de abate de 70 dias;	Não há restrição de raças ou linhagens, nem especificação para tempo mínimo de abate.

⁶ O período de conversão para que animais, seus produtos e subprodutos possam ser reconhecidos como orgânicos, será de pelo menos três quartos do período de vida em sistema de manejo orgânico para aves de corte e no mínimo 75 (setenta e cinco) dias em sistema de manejo orgânico para aves de postura.

		Postura: Não há restrição de raças ou linhagens.	
Alimentação	Irrestrita, desde que em conformidade com a legislação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.	Proibida a utilização de melhoradores de desempenho, anticoccidianos profilaticamente e óleos vegetais reciclados.	Alimentação da própria unidade de produção ou de outra sob manejo orgânico, em casos de escassez ou em condições especiais será permitida a utilização de alimentos não-orgânicos na proporção da ingestão diária, com base na matéria seca, de até 20% para animais não ruminantes; É permitido o uso de suplementos minerais e vitamínicos, desde que os seus componentes não contenham resíduos contaminantes acima dos limites permitidos e que atendam à legislação específica, sendo vedado o uso de organismos geneticamente modificados e de qualquer substância para aumento de produtividade.
Programa de Luz	Irrestrita, podendo ser fornecido 24 horas de luz/dia	Período mínimo de 6 (seis) horas contínuas de escuro por dia.	Período mínimo de 8 (oito) horas contínuas de escuro por dia.

Fonte: elaborado por autor.

Através da tabela 1, é possível identificar as convergências entre os sistemas caipiras e orgânicos e a diferença do ponto de vista do bem-estar das aves dos sistemas industriais.

4. Considerações Finais

Os sistemas caipiras de criação de aves praticados nos assentamentos rurais possuem potencial na promoção da transição agroecológica de produção de ovos e/ou carne. Embora as legislações possuam algumas divergências, como a possibilidade de utilização de alimentos transgênicos nas criações caipiras, os sistemas vão ao encontro da legislação da produção orgânica em diversos aspectos, como a necessidade de acesso a área externa e densidades parecidas dentro e fora do galpão, além da proibição de antibióticos e promotores de crescimento via ração.

Um agravante que dificulta o desenvolvimento da atividade está relacionado a necessidade de se adequar as normativas específicas para produtos de origem animal, algumas delas são: a obrigatoriedade de manter uma cerca de isolamento que impeça o acesso de animais, com altura mínima de 1 metro, em toda volta do galpão e respectivo piquete e/ou núcleo, com afastamento mínimo de 5 m entre a cerca e o galpão e/ou núcleo. A tela do galpão, que deve dispor de tela com malha não superior a 2,54 cm. Além da necessidade de dispor de vestiário destinado à troca de roupas das pessoas que visitarão o aviário, como o técnico e produtor, e o vestiário deve ser localizado na entrada da granja. O que onera os custos de adequação.

Para produção ser considerada orgânica, a alimentação fornecida aos animais deve ser necessariamente com ingredientes de origem orgânica. Se considerarmos as formulações das dietas amplamente utilizadas para as aves, baseadas no milho e farelo de soja, tem-se uma dificuldade para que os agricultores familiares possam se inserir na atividade.

Para além, as rações industriais disponíveis no mercado, padronizam e limitam a diversidade da alimentação das aves. São compostas basicamente por milho e farelo de soja, hegemonicamente de origem transgênica, e o restante de aminoácidos, vitaminas, minerais, promotores de crescimento, antibióticos, corantes, dentre outros, todos de origem sintética, proibidos por lei, na produção orgânica. Hoje em dia, raramente se encontram rações que não contenham milho e/ou soja transgênica. De acordo com a previsão da consultoria Céleres, especializada na análise do agronegócio, na safra 2016/17, essa tecnologia deverá ser observada em 49 milhões de hectares. Isso significa que as sementes transgênicas estarão em 93,4% da área total onde são produzidos soja, milho (verão e inverno) e algodão no país. Com isso, é cada vez mais difícil encontrar no mercado tais matérias-primas que não sejam geneticamente modificadas.

Referências

ARAÚJO, L. F.; CAFÉ, M.B.; JUNQUEIRA, O.M. et al. **Diferentes níveis de debicagem para frangas comerciais.** *Ars Veterinária*, v.16, p.46-51, 2000.

BRASIL. Instrução Normativa no 46, de 06 de outubro de 2011. **Estabelece o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção, bem como as listas de substâncias e práticas permitidas para uso nos Sistemas Orgânicos de Produção...**, Brasília, 2011.

BRASIL. Lei n. 10.831, de 23 de Dezembro de 2003. **Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm>. Acesso em: 20 de julho de 2017.

DUNCAN, I. J. H.; SLEE, G. S.; SEAWRIGHT, E.; BREWARD, J. Behavioural consequences of partial beak amputation (beak trimming) in poultry. *British Poultry Science*, v. 30, p. 479-488, 1989.

FERRANTE, V. L. S. B.; DUVAL, H. C.; GEMERO, C. G. **Sistemas produtivos e políticas públicas em assentamentos Rurais do estado de São Paulo: similitudes e diferenças entre duas regiões.** *Revista agrária - USP*. São Paulo, No. 14, pp. 23-54, 2011.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura.** Botucatu: Agroecológica, 2001. 348 p.

MAZZUCO, H.; ROSA, P.S.; PAIVA, D.P. **Manejo e produção de poedeiras comerciais.** Concórdia: EMBRAPA, CNPSA, 1997. 67 p.

MENEZES, N.A. Avicultura agroecológica no planalto sul catarinense. **Revista Agriculturas**, v.2, n.4. Rio de Janeiro: AS-PTA, p.24-27, dez/2005.

PETERSEN, Paulo Frederico, WEID, Jean Marc, FERNADES, Gabriel Bianconi. **Agroecologia: reconciliando agricultura e natureza.** Informe Agropecuário Gestão Ambiental na agricultura. Belo Horizonte. v.30, n.252, 2009, 9 p.

SALLES, M. N. G. **Criação de galinhas em sistemas agroecológicos.** Vitória: Incaper, 2005. 284 p.

TEIXEIRA, R. S. C.; CARDOSO, W. M. Muda forçada na avicultura moderna. **Rev. Bras. Reprod. Anim.**, Belo Horizonte, v.35, n.4, p.444-455, out./dez. 2011.

Extensão, agroecologia e mulheres camponesas: estratégias para uma nova ruralidade

Cleber José Bosetti¹
Valdete Boni²

Resumo: A construção de estratégias para uma nova ruralidade encontra na agroecologia um aporte teórico e metodológico que precisa ser avaliado a partir das experiências empíricas realizadas. Na região Oeste da Santa Catarina, uma experiência de extensão realizada pela parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA e a Universidade Federal da Fronteira Sul- UFFS resultou numa ação de extensão voltada para a sistematização do saber agroecológico junto às mulheres camponesas. O processo formativo envolvendo os técnicos extensionistas e as mulheres camponesas buscou solidificar o saber-fazer da agroecologia em prol da valorização do trabalho feminino e da criação de estratégias produtivas agroecológicas coordenadas pelas mulheres. A avaliação dessa experiência nos mostra que a construção de estratégias agroecológicas de desenvolvimento rural precisa ser construída através de metodologias de extensão rural que envolva os técnicos e os agricultores.

Palavras-chave: agroecologia, extensão rural, mulheres camponesas.

¹ Graduado em História e mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisador do Núcleo de estudos sobre Agricultura Familiar/NAF/UFSC; Professor Adjunto do Departamento de Ciências Naturais e Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC Campus de Curitibanos/SC; E-mail: cleber.bosetti@ufsc.br

² Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre e doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora do Núcleo de estudos sobre Agricultura Familiar/NAF/UFSC. Professora do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS Campus Chapecó/SC; E-mail: <valdete.boni@uffs.edu.br

Introdução

A transição agroecológica precisa ir além de uma simples retórica de contraposição ao formato hegemônico de se fazer agricultura. Para que essa retórica fortaleça sua própria legitimidade enquanto sistema produtivo capaz de proporcionar formas concretas de sustentabilidade, nos mais diversos aspectos que este conceito comporta, é urgente avançar em experiências que possam ilustrar sua efetividade.

Toda mudança envolve um processo de aprendizagem que acontece a partir do diálogo entre os agentes sociais interessados em transformar a realidade. A construção de estratégias agroecológicas tem sua viabilidade ampliada quando é reforçada pelo trabalho de extensão rural, isto é, do compartilhamento de saberes que convergem para ações de desenvolvimento. Isso porque as práticas agroecológicas demandam profundas mudanças não somente na forma de produzir na agricultura, mas na concepção de mundo por parte de seus praticantes.

De que forma a extensão rural pode construir tais estratégias? Como o foco nas mulheres camponesas pode ser pedagogicamente um caminho para o avanço das práticas agroecológicas? O objetivo que propomos aqui é fundamentar essas questões demonstrando que através de uma ação integrada de extensão envolvendo diferentes agentes sociais é possível mobilizar o saber-fazer na direção das práticas agroecológicas e da viabilização da agricultura camponesa a partir dessa orientação.

I- Agroecologia e extensão rural

A construção de uma nova ruralidade pressupõe a elaboração de um arcabouço teórico e metodológico capaz de reverter determinadas formas de pensamento colonizadas ao longo do século XX. O modelo agrícola da Revolução Verde e o sistema agroalimentar industrial, construídos e consolidados neste período, estruturaram um saber-fazer simplificador da relação do ser humano com a natureza. O predomínio do olhar instrumental e da coisificação da natureza marcaram o modelo agrícola decorrente desse pensamento e continuam muito efetivos em um país cuja economia está voltada para a produção de commodities. Porém, tal modelo apresenta-se insustentável em vários aspectos e a construção de alternativas ao mesmo implica em um processo educativo que encontra no binômio agroecologia/extensão rural um importante ancoradouro.

A agroecologia em sua dimensão técnico-produtiva envolve algumas características como a diversidade e continuidade espacial e temporal das culturas; a policultura; o uso ótimo do espaço e dos recursos; a reciclagem de nutrientes que enriquecem o solo; a conservação da água; o controle da sucessão e proteção das culturas (ALTIERI, 1989, p.88). Pensar e fazer a agricultura nestes moldes permite uma economia de recursos que possibilita projetar o desenvolvimento socioeconômico em longo prazo com um grau de equilíbrio maior em relação às questões ambientais.

Conceber a relação com a natureza e o processo produtivo com base nesses parâmetros significa construir uma perspectiva de desenvolvimento rural integrada, isto é, capaz de harmonizar as demandas sociais e econômicas com a sustentabilidade ambiental. A viabilização dessa perspectiva de desenvolvimento implica em avançar nas discussões e nas práticas voltadas para a construção de uma agricultura de base ecológica (CAPORAL; COSTABEBER, 2004). Apesar não haver um consenso único em torno do significado do que seria uma agricultura sustentável, a ideia de uma agricultura assentada em bases ecológicas representa uma ruptura com o modelo produtivista assentado fundamentalmente na dimensão econômica e no modelo monocultor agroindustrial. Incluir na perspectiva de desenvolvimento os aspectos socioambientais significa não somente um acréscimo de fatores, mas uma reconsideração de valores éticos.

Do ponto de vista técnico-científico, a agroecologia refere-se a uma forma de se produzir na agricultura observando um manejo dos recursos naturais que se diferencia das práticas convencionais da agricultura moderna, bem como implica num estilo de vida próprio no âmbito da relação do produtor com o mercado e com a natureza (ALTIERI, 1989). Substancialmente o fazer agroecológico é construído a partir do uso ótimo dos recursos existentes no local, manejados pelo saber-fazer do agricultor e com grande autonomia em relação aos processos de controle impostos pelo sistema agroalimentar moderno.

O desenvolvimento das práticas agroecológicas apresenta-se assim como uma alternativa de sustentabilidade para as populações camponesas que vem sendo, gradativamente, excluídas do processo agroalimentar industrial devido às dificuldades de obter os ganhos de escala exigidos pelas agroindústrias que controlam o setor. A construção de estratégias agroecológicas não significa necessariamente sua projeção como um novo modelo hegemônico de se fazer agricultura, mas como uma

possibilidade de reconstrução camponesa para tornar viável sua reprodução enquanto segmento social.

Assim, a agroecologia pode ser considerada como um projeto alternativo de agricultura que opera em uma lógica diferenciada em relação à agricultura produtivista convencional, se considerado o fato de os movimentos sociais que se autodenominam de camponeses projetarem-na em suas lutas políticas. Embora seja usada pelos mais diversos segmentos sociais para atender a diferentes interesses sociopolíticos, a agroecologia, enquanto forma de se produzir e viver, pode ser identificada como um projeto mais sistemático da agricultura camponesa (GUZMÁN; MOLINA, 2005). Dessa maneira, vemos que o saber agroecológico e as demandas socioeconômicas camponesas acabam por convergir.

Somado a isso, a construção de um saber-fazer agroecológico vem de encontro com novas demandas da própria sociedade. As implicações negativas do sistema agroalimentar industrial no que tange à saúde, aos riscos e preocupações dos consumidores com os alimentos, bem como com a própria segurança alimentar, entendida agora também em sua dimensão qualitativa (POULAIN, 2013; POLLAN, 2008), fortalecem a necessidade de se fazer avançar o projeto de uma agricultura que produza alimentos saudáveis para os consumidores. Neste sentido, a agroecologia cumpre não somente a função de autoprodução sustentável, mas de fornecedora de alimentos saudáveis à população.

Promover a convergência entre a orientação da produção camponesa com base na agroecologia e a demanda por alimentos naturais emergente na sociedade perpassa por um processo de reeducação. Isso envolve a “descolonização”³ de determinados saberes presentes tanto nos agricultores formados no saber-fazer da Revolução Verde, quanto dos extensionistas e técnicos que os influenciam nas decisões em torno do processo produtivo. Apesar do saber camponês estar próximo dos aspectos conceituais do saber agroecológico, esta combinação não é automática. Por isso, entendemos que o processo comunicativo da extensão rural é fundamental para solidificar a troca de

³ Alusão à ideia de que a colonização do saber é algo externo e imposto no processo de dominação histórica de uma sociedade sobre outra em que, mesmo após o fim da dominação política propriamente dita, a dominação cultural persiste com base nas ideias e saberes colonizados (SOUZA SANTOS, 2008). Pode-se dizer que a Revolução Verde representou tal processo no que se refere à agricultura nos países tropicais e que uma reversão pode ser operada pela agroecologia, cujos pressupostos da construção dos saberes emergem dos próprios camponeses.

saberes tendo em vista o objetivo de fortalecer as formas de agricultura sustentável e as condições de vida dos camponeses.

Diante disso, entendemos que o avanço da agroecologia depende das metodologias de extensão rural e seus propósitos de construir vias autônomas de desenvolvimento para as populações camponesas. O papel de uma extensão rural capacitada tecnicamente e comprometida pedagogicamente com a melhoria das condições de produção e de vida dos camponeses é fundamental para que os saberes campesinos e os saberes da agroecologia sejam conjugados em uma fórmula transformadora.

O conceito de extensão comporta uma dimensão plural de entendimentos e práticas. Extensão pode ser entendida como um processo de comunicação e educação, que visa interligar agentes e instituições dispostas em campos distintos nas malhas do tecido social. Neste sentido, a extensão consiste em uma ação educativa que se dá pela comunicação entre os agentes. Neste processo comunicativo, ocorre um intercâmbio de saberes e práticas que promove um desenvolvimento recíproco dos participantes do processo.

Extensão como processo comunicativo busca superar as assimetrias de poder, características das abordagens tradicionais de comunicação e educação. O papel do educador não é o de “encher” o educando de “conhecimento”, de ordem técnica ou não, mas sim o de proporcionar, através da relação dialógica educador educando, educando-educador, a organização de um pensamento (FREIRE, 1983). Esta forma de conceber o processo comunicativo e educativo passa pela sensibilização em relação ao outro e aos saberes que este outro possui, ou seja, pela desconstrução de qualquer forma de hierarquia de saberes.

Na medida em que o ato de extensão promove o encontro de agentes, com o intuito de trocar informações e provocar mudanças sociais em termos de atitudes, pode-se dizer que a extensão possui uma dimensão política. Isso porque a promoção da extensão está carregada de intencionalidade por parte dos agentes condutores da ação. As intenções têm em vista a realização de objetivos, a divulgação de ideias e práticas, a interação de experiências que, ao final, podem gerar novos comportamentos nos agentes sociais.

Há uma inextricável correlação entre extensão rural e desenvolvimento. A ideia de extensão rural foi pensada, originalmente, como uma ferramenta para a promoção do

desenvolvimento. É fato conhecido que a concepção de desenvolvimento pensada inicialmente referia-se ao crescimento das forças produtivas, isto é, do desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico (VEIGA, 2010). Esta perspectiva fundamentou a extensão rural durante a Revolução Verde e até hoje é praticada por extensionistas. Porém, durante ao longo do século XX, o conceito de desenvolvimento foi ampliado para contemplar a dimensão qualitativa do resultado do processo produtivo, isto é, nos benefícios que visam potencializar as qualidades e habilidades humanas (SEM, 2009). Nisso, a extensão rural também se metamorfoseou incorporando as dimensões sociais, ambientais e humanas do processo de desenvolvimento.

Neste sentido, a função/missão da ação extensionista tem seu foco de visão ampliado, ultrapassando o aspecto reduzido da técnica para a dimensão territorial do processo. Isto significa pensar não somente a dimensão produtiva, mas todo o ambiente que envolve os agentes sociais. Assim, as metodologias devem priorizar os diagnósticos participativos, a valorização e troca de saberes e a construção coletiva das ações (CAPORAL; COSTABEBER, 2004). A ideia tanto dessa perspectiva de extensão rural quanto dos próprios fundamentos da agroecologia é de que ocorra um estímulo à autonomia das populações camponesas para que estas possam construir suas próprias estratégias para resolver os problemas enfrentados por elas.

Neste sentido, entendemos que há uma convergência entre as proposições de uma extensão rural construtivista com a perspectiva teórica da autonomia que está presente na agroecologia. Ambas buscam revigorar saberes que estão, por vezes, presentes no imaginário social camponês, porém, para serem ativados, precisam de um trabalho pedagógico capaz de racionalizar sua importância econômica, social e ambiental. Essa proposta de convergência entre extensão rural e agroecologia está presente na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural- PNATER desde 2010, documento que orienta as práticas de Assistência Técnica e Extensão Rural- ATER (BRASIL, 2010).

Contudo, a observação da correlação entre a uma nova extensão rural e as proposições agroecológicas que podem estar associadas a ela precisam ser analisadas através de experiências empíricas já desenvolvidas. Com base na contextualização teórica desenvolvida até aqui, faremos agora a análise do projeto de extensão denominado “Organização Produtiva de Mulheres e Promoção de Autonomia por Meio do Estímulo à Prática Agroecológica”, realizado por uma articulação entre o Ministério

do Desenvolvimento Agrário-MDA, a Universidade Federal de Fronteira Sul- UFFS e algumas empresas prestadoras de serviço de ATER em Santa Catarina⁴.

II- Acadêmicos, extensionistas e agricultoras: entre saberes e práticas

Primeiramente, é importante fazermos um esclarecimento em relação aos termos utilizados para designar as mulheres trabalhadoras rurais. Em determinados momentos utilizamos os termos mulheres camponesas para nos referirmos as mulheres pertencentes ao Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) a também ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), pois assim elas se autodenominam. O termo agricultora familiar é mais utilizado entre as mulheres ligadas a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), portanto também optamos por utilizá-lo. Fazer uso dessas duas formas pode parecer redundante, mas optamos por fazê-lo para respeitar a identidade construída pelas mulheres pertencentes a estas diferentes entidades.

O projeto “Organização Produtiva de Mulheres e Promoção de Autonomia por Meio do Estímulo à Prática Agroecológica” tinha como proposta inicial capacitar as extensionistas das entidades prestadoras de ATER. Depois de algumas discussões em 2014, a equipe composta por professoras da UFFS dos campi de Chapecó/SC, Laranjeiras do Sul/PR e Erechim/RS, juntamente com as representantes dos movimentos sociais e a Fetraf dos três estados, enviaram uma nova proposta para a Diretoria de Política para Mulheres Rurais e Quilombolas do Ministério do Desenvolvimento Agrário – DPMRQ/MDA. Nesta proposta, incluímos turmas de mulheres camponesas e agricultoras familiares e de técnicas destas entidades nas ações de formação do projeto. Na concepção da equipe, as mulheres e técnicas destas entidades realizam assistência técnica de forma permanente em suas propriedades e comunidades rurais, ampliando o alcance das políticas de ATER.

Para discutir o exposto acima, o projeto foi organizado em forma de curso com 96 horas de duração. Esse tempo foi dividido em seis módulos de formação que foram realizados em 2015. Os temas foram amplamente discutidos e suas ementas elaboradas

⁴ O projeto foi desenvolvido nos três estados do sul, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Aqui nos propomos a fazer a análise apenas da experiência de Santa Catarina, onde duas entidades prestadoras de ATER participaram do projeto: a Oestebio (Cooperativa mista de produção, industrialização e comercialização de biocombustíveis e produtos agropecuários do Sul do Brasil) e a Unitagri (Cooperativa de trabalho na prestação de serviços agropecuários e ambientais).

pelas coordenadoras da UFFS e das organizações envolvidas. O material que subsidiou a formação foi escrito por autoras/es membros destas entidades e/ou entidades parceiras e encontra-se publicado em (BONI, et all, 2015).

Os seis módulos foram desenvolvidos nos três estados participantes. No Estado de Santa Catarina foram seis turmas, com a seguinte composição: mulheres camponesas pertencentes ao MMC; mulheres camponesas pertencentes ao MST; mulheres agricultoras familiares pertencentes a Fetraf; mulheres dirigentes das três entidades; mulheres das três organizações que atuam como técnicas; e finalmente, a turma de técnicas e técnicos da Oestebio e da Unitagri. As ações de formação ocorreram em três modalidades: as aulas teóricas de cada módulo foram desenvolvidas em Chapecó para as seis turmas, as saídas de campo para aulas práticas e trocas de experiências em diversas propriedades da Região Oeste e o seminário sobre Feminismo e Agroecologia no Campus da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Na primeira parte, que chamamos de módulo I, “Agricultura Familiar e Camponesa: as questões de gênero na organização da Produção”, o principal objetivo foi o de capacitar as mulheres rurais para o debate acerca da sua participação nos espaços da unidade de produção e nas relações com a sociedade. Tanto na organização do processo produtivo como na gestão das unidades de produção, as mulheres tiveram um espaço reduzido. Para tanto, conhecer a história e a participação efetiva das mulheres rurais nesses espaços nos permite avançar na conquista de direitos e de maior participação nas decisões que envolvem todo o espaço de produção, comercialização e participação política.

Essa discussão contribui para a construção de novas visões sobre relações de gênero nas unidades de produção e na sociedade, estimulando o empoderamento das mulheres. As discussões foram amplas, com embasamento teórico acerca dos conceitos de campesinato, agricultura familiar agronegócio. Tanto para as trabalhadoras rurais como para as técnicas e técnicos de ATER, conhecer as categorias de análise que se usam na universidade foi muito importante, pois permite maior segurança para discutir essas temáticas também na prática e na luta dos seus movimentos.

Já o módulo II, cujo tema foi “Produção de autossustento, quintais produtivos na agricultura familiar e camponesa: o papel historicamente desempenhado pelas mulheres”, o principal objetivo foi analisar e reconhecer a importância histórica do

trabalho da mulher para a garantia da soberania e segurança alimentar, o autossustento das famílias, a preservação da diversidade e a continuidade da vida. Neste módulo, mais que a teoria, o que apareceu foram as experiências práticas das mulheres. As saídas de campo contemplaram diferentes espaços, propriedades de tamanhos e produção diferenciadas. Foram momentos de trocas de experiências e, para as técnicas e técnicos foi uma oportunidade de conhecer experiências diversas para auxiliar na formulação das suas metodologias de extensão.

A terceira etapa consistiu no estudo mais teórico sobre o conceito de feminismo. Neste módulo, “Feminismo, agroecologia e sustentabilidade”, o objetivo era analisar criticamente a presença do feminismo, da agroecologia e da sustentabilidade na dinâmica de vida no campo, (re) construindo representações existentes. Compreender as mulheres, constituídas enquanto sujeitos envolvidos no processo formativo, desenvolvendo e ampliando competências, saberes e práticas permeadas por relações de poder construídas ao longo dos processos históricos da humanidade, bem como compreender que o movimento cultural, social, político e ideológico da sociedade, permanentemente em construção, não só influencia os conceitos e as práticas postos socialmente, mas determina suas relações. Este módulo foi um dos mais intensos em termos de debate: primeiro porque trouxe o debate do conceito de feminismo, o que era necessário tanto para as mulheres rurais como para as técnicas e técnicos de ATER; segundo porque fez a relação do feminismo com agroecologia, mostrando o papel desempenhado pelas mulheres na agricultura agroecológica.

Já a quarta etapa, “Plantas medicinais, aromáticas e alimentícias”, mostrou a construção histórica do conhecimento e uso das plantas medicinais nas práticas de cuidados. O cuidado da saúde é um trabalho que, historicamente, foi mais desempenhado pelas mulheres. Assim, a utilização das plantas para a saúde faz parte do cotidiano das mulheres rurais. Com o desenvolvimento da agricultura moderna, muito do conhecimento que era passado de mães para filhas foi se “perdendo”, assim como a variedade das plantas medicinais. É importante conhecer as plantas e seus princípios para o uso adequado na saúde humana e animal e resgatar essa história para que as mulheres se sintam valorizadas em seus conhecimentos. Este foi outro módulo com saídas de campo para conhecer hortos medicinais e distinguir as plantas mais comuns que as famílias costumam ter no meio rural.

O quinto módulo, “Organização produtiva e economia feminista”, teve como finalidade compreender o papel desempenhado pelas mulheres na produção e como elas se inserem nos espaços de produção e comercialização. O desenvolvimento só pode ser compreendido como sustentável e solidário se inserir a mulher no processo de construção. Da mesma forma o modelo de cooperativismo e associativismo que responda às demandas da agricultura de base familiar deve responder às demandas das mulheres rurais. Para tanto é necessário compreender os conceitos de desenvolvimento sustentável e solidário, os princípios do cooperativismo e associativismo e entender o papel desempenhado pelas mulheres nestes espaços e como a discussão da economia feminista contribui nessa compreensão.

E, por fim, a última etapa do curso buscou debater a importância e o papel que as políticas públicas podem desempenhar para o empoderamento das mulheres rurais e tinha como tema o “Acesso às Políticas Públicas pelas mulheres”, com foco em políticas agrárias e agrícolas. Um recente estudo da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), publicado em 2011, mostra que se as mulheres rurais tivessem o mesmo acesso aos recursos que os homens, conseguiriam diminuir a fome no mundo entre 12% e 17%. Para se ter acesso às políticas públicas, as mulheres precisam conhecer o que são e quais as políticas públicas existentes para a agricultura de base familiar e como elas estão contempladas nestas políticas.

Estes seis módulos foram desenvolvidos por professores da Universidade Federal da Fronteira Sul, de outras universidades e organizações sociais. Foram espaços leitura, de aulas expositivas, de intensos debates, de saídas a campo para conhecer experiências práticas, de mística. Enfim, foi um verdadeiro espaço de troca de experiências e saberes, onde o professor ao mesmo tempo em que ensina aprende e os alunos aprendem e ensinam.

Consideramos que a experiência descrita fornece importantes elementos para se construir estratégias metodológicas de convergência entre extensão rural e agroecologia. Primeiro porque coloca os atores na condição de igualdade uns em relação aos outros, aspecto que favorece os fluxos de diálogo e troca de saberes; segundo porque a mobilização do feminismo é um ponto chave para o desenvolvimento do ânimo agroecológico, ou seja, a relação mais íntima das mulheres com a natureza fortalece a construção do saber agroecológico na família camponesa; terceiro porque transita metodologicamente entre o ambiente teórico e o do fazer camponês, aspecto

fundamental para o saber-fazer do extensionista; por fim, por ser uma experiência com capacidade de ser replicada a fim de fortalecer o elo entre a agroecologia e a agricultura camponesa.

Considerações Finais

Historicamente, a ATER desenvolvida junto as mulheres rurais visava somente estimular o trabalho das mulheres em espaços que foram considerados femininos, como a cozinha e os arredores da casa ou em nas áreas de industrialização artesanal de frutas, panificados e artesanatos. A crítica em relação a esse tipo de trabalho é que ele não era utilizado para empoderar as mulheres, ou seja, voltado a transformação dos produtos para que elas obtivessem uma renda adequada para suprir suas necessidades.

Boni (2005), ao pesquisar a participação das mulheres nas agroindústrias artesanais em uma região de Santa Catarina, percebeu a perspectiva de gênero nas agroindústrias através de dois fatores principais: a conciliação do trabalho doméstico com as demais atividades desenvolvidas pelas mulheres no âmbito da unidade produtiva e a relação da produção atual com o que era produzido antes pelas mulheres antes da instalação da unidade de beneficiamento. Em relação à assistência técnica constatou, durante a pesquisa, que esta tem sido falha no que tange à discussão de gênero e que a extensão rural voltada para a mulher praticamente não existia, a não ser para reforçar o seu papel tradicional. Também as políticas públicas e o crédito só previam investimentos para a produção. Não existia naquele momento nenhuma linha de crédito voltada para aliviar o trabalho doméstico no meio rural. Este é um problema exclusivamente das mulheres, sendo dividido apenas entre mães e filhas e sogras e noras, pois há uma espécie de solidariedade geracional.

A agroecologia para as mulheres camponesas vai além da produção de alimentos sem agrotóxicos, adubos químicos ou a utilização de sementes geneticamente modificadas. Para essas mulheres, a agroecologia possibilita uma relação mais intensa com a natureza, respeitando não só o meio ambiente, mas também suas próprias famílias e os consumidores, ao produzirem alimentos saudáveis de forma ecológica e diversificada.

A produção diversificada, para o autossustento, o cuidado com a horta, o pomar, as plantas medicinais, o jardim, tudo isso faz parte da identidade da mulher camponesa. Para além da produção, temos sua participação política, nos movimentos

sociais, nos conselhos, nos sindicatos de trabalhadores rurais e da agricultura familiar. E é por meio da participação nos espaços públicos e nas lutas sociais que as mulheres vêm adquirindo direitos, acesso às políticas públicas e visibilidade.

A produção agroecológica é entendida pelas mulheres em seu aspecto mais amplo. Ela é responsável por uma melhor condição de trabalho, ao eliminar da produção elementos prejudiciais à saúde, como os agrotóxicos e adubos químicos. Mas também é um resgate de valores com a própria natureza ao contribuir para a sua preservação e, como consequência, garantir acesso a alimentos livres de venenos para os consumidores.

O projeto Organização Produtiva de Mulheres e Promoção de Autonomia por Meio do Estímulo à Prática Agroecológica foi um grande desafio desde o início. A começar pelo nome extenso que nos embaralhava toda vez que tínhamos que pronunciá-lo. Mas foi um desafio estimulante em muitos sentidos. Primeiro, por ser um projeto ousado, que previa atender um público grande e em três estados (no âmbito deste texto enfocamos somente a experiência de Santa Catarina), o que envolveu um grande número de pessoas de entidades e universidade. Segundo, porque todas as pessoas envolvidas na coordenação sejam da universidade ou da comunidade externa, tiveram que lidar com realidades diferentes de um mundo rural amplo. Mas também foi desafiador no que se refere a pensar organizações diferentes trabalhando com um objetivo único. Talvez pela sua proposta de capacitar técnicas, técnicos, agricultoras e camponesas em agroecologia e feminismo, o projeto tenha nos colocado em combate pelas dificuldades que se apresentaram ao longo do caminho, mas também nos uniu enquanto mulheres para superarmos as dificuldades e construirmos resultados positivos.

Também é importante destacar o imenso trabalho coletivo de um grande grupo formada por professoras da UFFS, lideranças do MST, Fetraf e MMC dos três estados do Sul, e pela equipe da Diretoria de Políticas para as Mulheres do MDA, das professoras e professores que contribuíram nos cursos e por todas as mulheres e homens que participaram. Foi um grande desafio para as coordenadoras da UFFS, para as coordenadoras dos movimentos e acima de tudo para as mulheres camponesas e técnicas e técnicos de ATER que deixaram seus compromissos, seja na propriedade ou as entidades de assistência técnica, viajaram muitos quilômetros, ficaram fora de casa por dois, três, ou mais dias durante a realização dos seis módulos.

Referências bibliográficas

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

BONI, V.; MARQUES, S. A.; MOHR, N. E. R.; BASTIANI, T. M. (Organizadoras). **Organização produtiva de mulheres e promoção de autonomia por meio de estímulo à prática agroecológica**. Tubarão: Ed. Copiart, 2015.

BONI, Valdete. **Produtivo ou reprodutivo: o trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política/ Universidade Federal de Santa Catarina/ UFSC, Florianópolis. 2005.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER**. Lei nº 12.188 de Janeiro de 2010.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Extensão Rural e agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**. Brasília: MDA, 2009.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e extensão rural**. Contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA, 2004.

FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação). **O Estado Mundial de la Agricultura y la Alimentación**. Roma, FAO, parte I, 2011.

FREIRE, Paulo. **Extensão e comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GUSMÁN, Sevilla e MOLINA, Manuel González de. **A evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

POLLAN, Michael. **Em defesa da comida**. São Paulo: Intrínseca, 2008.

POULAIN, Jean Pierre. **Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar**. Florianópolis: UFSC, 2013.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. Do pós moderno ao pós colonial: e para além de um de outro. **Travessias**, Coimbra, 2008.

SEM, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Rio de Janeiro: Companhia de Bolso, 2014.

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento sustentável: o desafio para o século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS E INOVAÇÕES NA AGROECOLOGIA: A PRÁTICA AGRÍCOLA COMO OBJETO EPISTÊMICO

Prof^a.Dr^a. Daniela Oliveira¹
Prof^a. Dr^a. Flávia Charão Marques²

RESUMO

Neste artigo nossa proposta é apresentar alguns elementos teóricos que consideramos com potencial para a análise da produção de conhecimentos e inovações na agricultura, e em especial nas agriculturas de base ecológica. Partimos da constatação de que na produção de base ecológica o nível de institucionalização da produção de conhecimentos e da atividade inovativa é baixo ou, em alguns casos, quase inexistente e que a pesquisa agropecuária tem se mostrado tímida na sua capacidade de resposta às necessidades do sistema orgânico de produção. Diante disto nossa preocupação é com a *gênese* do conhecimento e nossa pergunta de trabalho é: na ausência de pesquisa formal e institucionalizada como ocorre a produção de conhecimentos e inovações nas agriculturas de base ecológica? O quadro de análise que propomos se fundamenta em duas abordagens analíticas principais, que se inter-relacionam: de um lado, uma abordagem que reconhece e destaca o papel da prática agrícola como *locus* e objeto de produção de novos conhecimentos e inovações; de outro, a abordagem da contextualização de conhecimentos. Destacamos, no entanto, que reconhecer a importância de uma epistemologia da prática na produção de conhecimentos não exime as instituições públicas de P&D (pesquisa e desenvolvimento) de realizar pesquisas em agroecologia. Neste contexto, o desafio passa a ser a produção de conhecimentos a partir de modelos de pesquisa que integrem as práticas e rotinas científicas com práticas informais de produção de conhecimentos e inovações, tais como será debatido no artigo.

Palavras Chaves: Produção de conhecimentos; Inovação; Agroecologia.

1. Introdução

Uma característica marcante da produção de base ecológica³ no Brasil é o caráter informal da inovação e da produção de conhecimentos. Neste caso, assim como de outras agriculturas contra tendentes, que são aquelas que fogem aos padrões e trajetórias tecnológicas instituídas pela modernização da agricultura, o nível de institucionalização da produção de conhecimentos e da atividade inovativa é baixo ou, em alguns casos, quase inexistente. EMBRAPA (2012) afirma que a pesquisa agropecuária tem se mostrado tímida na sua capacidade de resposta às necessidades do sistema orgânico de produção, embora existam alguns projetos e ações de pesquisa isolados, que dão suporte à agricultura orgânica em andamento na programação da Embrapa (EMBRAPA, 2012).

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil. * E-mail de contato: danioliveira02@yahoo.com.br.

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil. * E-mail de contato: flavia.marques@ufrgs.br.

³ A respeito do uso dos termos agricultura ecológica, agricultura orgânica e agroecologia: No Brasil, a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, trata de sistema orgânico de produção agropecuária, e no parágrafo segundo considera que o conceito de sistema orgânico de produção agropecuária abrange os denominados: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura e outros que atendam os princípios estabelecidos pela Lei. Neste artigo, estamos aceitando a proposição apresentada no Marco Referencial em Agroecologia (EMBRAPA, 2006). De acordo com este, quando nos referimos à agroecologia, estamos focalizando um conjunto de princípios e conceitos orientadores de práticas, e quando tratamos de Agriculturas Ecológicas, nos remetemos às manifestações concretas ou à materialização daqueles conceitos.

Em paralelo a esta quase ausência de P&D formal e instituída observa-se uma crescente produção ecológica/orgânica no Brasil e um rico processo de produção de conhecimentos e de acúmulo de inovações, as quais têm se espalhado pelos mais diferentes rincões do país e do mundo, entre os quais cito: os diversos tipos de biofertilizantes, de adubos de solo e de caldas utilizados para controle fitossanitário na produção orgânica⁴. A partir destas constatações nossa pergunta de trabalho é: na ausência de pesquisa formal e institucionalizada, como ocorre a produção de conhecimentos e inovações que vem sendo utilizados na produção agroecológica/orgânica no Brasil?

Estudos recentes têm demonstrado o papel fundamental da produção informal e cotidiana de conhecimento - por parte dos agricultores em processos de conversão agroecológica (MARQUES; SCHMITT; OLIVEIRA, 2017; OLIVEIRA; ARAÚJO, 2013; OLIVEIRA *et al.*, 2011)⁵. No Brasil, o conjunto de estudos presentes no livro organizado por Schneider *et al.* (2013), identifica uma série de práticas e processos que são utilizados pelos agricultores e demais atores do meio rural, para construir alternativas viáveis de desenvolvimento rural, entre os quais a produção de base ecológica, tendo a produção cotidiana de conhecimentos como um dos motores principais.

Ploeg *et al.* (2004), destacam a revalorização do saber dos agricultores frente aos processos de produção agrícola em processos de transição sociotécnica. Destaca, no entanto, que, mesmo frente a uma reconsideração do conhecimento dos agricultores, não se deve excluir a importância e a presença do conhecimento científico na produção de novos conhecimentos em processos de transição. Para os autores, estudos a respeito da produção de novidades pelos agricultores revelam não só a criatividade e a experimentação desenvolvidas por agricultores, como também sua capacidade contínua de absorver e retrabalhar ideias e tecnologias externas, de forma tal que se torna impossível caracterizar um elemento particular como pertencente à ciência popular ou à ciência dos cientistas. Torna-se assim necessário um paradigma mais flexível na ciência, que articule conhecimentos científicos com os saberes cotidianos.

A partir destes e de outros referenciais, neste artigo nossa proposta é apresentar alguns elementos teóricos que consideramos com potencial para a análise da produção de conhecimentos e inovações na agricultura, e em especial nas agriculturas de base ecológica. Aqui nossa preocupação é com a gênese do conhecimento e nossa pergunta de trabalho é: na ausência de pesquisa

⁴ Sobre a *gênese* do Super Magro, um dos principais biofertilizantes utilizados na produção orgânica no Brasil, ver: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/50236/33404>.

⁵ Ainda no campo dos estudos em agroecologia, vários são os autores que valorizam o conhecimento dos agricultores no manejo dos agroecossistemas, entre os quais: ALTIERI, 1989; 1998; 2002; TOLEDO, 1990; 1991; 1992; GUIVANT, 1997; NORGAARD; SIKOR, 1999; SABOURIN, 2002.; ALTIERI; NICHOLS, 2007.

formal e institucionalizada como ocorre a produção de conhecimentos e inovações nas agriculturas de base ecológica? Referente a gênese, o quadro de análise que propomos se fundamenta em duas abordagens analíticas principais, que se inter-relacionam: de um lado, uma abordagem que reconhece e destaca o papel da prática agrícola como *locus* e objeto de produção de novos conhecimentos e inovações; de outro, a abordagem da contextualização de conhecimentos. Aqui, o objetivo não é negar a inovação produzida sob os parâmetros da ciência institucionalizada e introduzida no mundo rural, mas observar, analisar o processo pelo qual ela é transformada, adaptada, contextualizada às estratégias de produção, aos imperativos de recursos disponíveis e aos desejos sociais dos agricultores, especialmente em situações de resistência/contra tendência.

O artigo encontra-se organizado em 3 seções, além desta introdução: na segunda seção apresentamos alguns aspectos sobre a atividade inovativa na agricultura, em especial sobre as concepções teóricas e os modelos de pesquisa presentes no processo de modernização da agricultura nos países em desenvolvimento; na terceira analisamos a produção de conhecimentos e inovações a partir das abordagens analíticas propostas; na última seção apresentamos algumas reflexões e considerações sobre as perspectivas apresentadas e seu potencial de utilização.

2. Alguns aspectos a respeito da atividade inovativa na agricultura: concepções teóricas e modelos de pesquisa

De acordo com Brunori *et al.* (2008), na agricultura, o conceito de inovação formal e institucionalizada foi introduzido, em muitos países, no âmbito de projetos e políticas de modernização do setor. Neste contexto, a institucionalização da inovação na agricultura encerra duas características fundamentais. Primeiro, uma concepção de que a mudança, ou a modernização na agricultura, é condicionada a alterações nos fatores de produção, ou seja, à substituição de fatores tradicionais por modernos - insumos e máquinas (SCHULTZ, 1964). Segundo, e associado ao primeiro aspecto, uma concepção de linearidade, na qual o conhecimento e as inovações são produzidos externamente e transferidos aos ambientes produtivos (HAYAMI & RUTTAN, 1971)

Modelos lineares são aqueles nos quais há um predomínio da influência do pesquisador na identificação de demandas e na definição da agenda de pesquisa. Nestes, as mudanças tecnológicas e os processos de inovação são pouco influenciados pelas forças sociais, sendo, ao invés, mais dependentes do progresso da ciência e da tecnologia. A mudança ocorre sempre de forma predeterminada e unidirecional, iniciando com a realização de pesquisas básicas e terminando com a adoção e disseminação das inovações através dos mercados (MOORS *et al.*, 2004)⁶.

⁶ Diversas são as correntes teóricas que influenciam esta ideia de linearidade e autonomia das mudanças tecnológicas. Do campo da teoria econômica recebem influência da teoria neoclássica do progresso técnico, e suas abordagens *demand-pull* e *technology-push*. São modelos lineares os modelos de oferta de P&D/*science push*, o modelo de demanda de P&D/*market pull*/*demand pull* e o modelo de oferta e de demanda de P&D.

Aqui, o desenvolvimento de inovações é um caminho de mão única, já que os supostos usuários não expressam nem influenciam os caminhos e os resultados das inovações (STUIVER *et al.*, 2004). Modelos lineares inserem-se naquilo que Long (2007) denomina de paradigmas transportacionais. Nestes, o conhecimento é considerado como algo que é produzido externamente e que deve ser transportado/transferido aos ambientes produtivos⁷.

Já nos anos 1980, os modelos lineares passaram a ser questionados. Um primeiro espaço de questionamento refere-se a proposta dos modelos interativos. Modelos interativos são aqueles que reconhecem que a criação, difusão e uso de tecnologias ocorrem num contexto mais complexo que o previsto no fluxo linear e *top-down*, “[...]dado que envolve processos de aprendizado, compartilhamento de conhecimento, políticas e mecanismos de interação e de realimentação”(PAULEMENDES, 2009, p. 19). No Brasil, a perspectiva dos modelos interativos foi introduzida a partir da EMBRAPA durante a década de 1980.

Além da aplicação de modelos interativos, por algumas instituições de pesquisa do país, Moreira e Carmo (2004) identificam dois outros nichos de reflexão sobre os modelos lineares na agricultura: de um lado, a corrente dos sistemas agrários, e de outro a abordagem da pesquisa participativa. A corrente dos sistemas agrários, que surge a partir dos anos 1970, basicamente entre pesquisadores ingleses e franceses, questiona, a partir das teorias de sistemas, as verdades científicas laboratoriais, quando aplicadas a campo. Isso ocorre porque a condição controlada das estações experimentais não é capaz de reproduzir os contextos físicos, naturais, socioeconômicos e culturais, em que as tecnologias são produzidas. A fim de superar estas limitações, os pesquisadores “[...] passaram, então, a ouvir mais os agricultores e a realizar pesquisas nas propriedades rurais” (MOREIRA E CARMO, 2004, p.53).

Mais tarde, nas décadas de 1980 e 1990, também em decorrência de um esforço de contextualização da pesquisa agrícola, outros novos enfoques emergem, entre os quais a proposta de uma agricultura participativa, principalmente quando o público da pesquisa são agricultores familiares. Os defensores de uma pesquisa participativa argumentam, de forma central, que agricultores familiares têm dificuldades de adotar inovações geradas pelos centros de pesquisa agrícola, sobretudo devido a existência de problemas de comunicação entre pesquisadores, extensionistas e agricultores. Desta forma, a participação se torna um conceito altamente popular e, inclusive, pré-requisito para projetos que almejavam apoio de entidades financiadoras.

⁷ No Brasil a institucionalização dos modelos de substituição de fatores tradicionais e dos modelos lineares a partir da organização de um sistema de pesquisa agrícola, de extensão rural e de crédito agrícola. Os objetivos eram a produção de inovações, pelas instituições de pesquisa agrícola, a difusão destas através das instituições de extensão rural e o financiamento da mudança técnica através do sistema de crédito.

Várias metodologias participativas de pesquisa e extensão rural foram formuladas e experimentadas neste período. Estas propostas têm em comum a ênfase na mudança da pesquisa dos laboratórios e estações experimentais para a investigação em propriedades rurais com uma maior participação dos agricultores (PINHEIRO; DE BOEF, 2007). Visando por em prática estas ideias, metodologias como Diagnóstico Rural Participativo (DRP) e o Planejamento Estratégico Participativo (PEP), entre outras, foram desenvolvidas e implementadas nos mais diversos contextos e ações de desenvolvimento.

No Brasil esta proposta tem sido seguida por alguns centros nacionais e estaduais de pesquisa, ou pelo menos por grupos de pesquisadores dentro dos centros de pesquisa (MARQUES, 2009). Ainda, segundo a autora, para além da pesquisa oficial, é no contexto da sociedade civil organizada que experiências de pesquisa participativa ganham destaque, em especial aquelas desenvolvidas pelas organizações que fazem parte da ANA (Articulação Nacional de Agroecologia).

3. Mudanças epistemológicas acerca da produção de conhecimentos na agricultura

Consideramos que os modelos integrados, ou interativos, de pesquisa, as pesquisas em sistemas agrários e os enfoques em pesquisa participativa, apesar de representarem um avanço significativo em relação aos modelos lineares, ainda não são suficientes para a análise da produção de conhecimentos e de inovações na agricultura, em especial entre agricultores familiares, e, mais especificamente ainda, entre agricultores familiares que praticam uma agricultura contra tendente, como é o caso das agriculturas de base ecológica. Estes modelos ainda focam, em demasia, na produção de conhecimentos como prerrogativa da ciência. Mesmo no caso das pesquisas participativas, de forma geral, a preocupação refere-se a melhorar a comunicação entre pesquisadores e agricultores, traduzindo tecnologias de forma a torná-las mais facilmente utilizáveis pelos agricultores.

Para dar conta dos casos que nos propomos a analisar consideramos ser necessário ir além de propostas de novos arranjos, entre produtores e cientistas. Ao invés disso, é preciso reavaliar o fazer ciência e produzir conhecimentos, focando sobre a forma com que o conhecimento e as inovações são produzidos, a partir da criatividade e experiência cotidiana.

3.1 Por uma reavaliação do fazer ciência e produzir conhecimentos

Arce e Long (1994) reconhecem três períodos nos quais o papel e a análise do conhecimento no desenvolvimento são, marcadamente, diferentes. Um primeiro período é aquele no qual a teoria da modernização e a ciência desenvolvimentista predominam como paradigma de mudança social. Neste período, a ciência e o conhecimento são percebidos unicamente como *inputs* introduzidos a partir de fora; aqui há um predomínio dos modelos lineares de produção e uso do conhecimento.

Um segundo período é aquele que tem início a partir dos anos 1980, no qual se instala uma discussão mais normativa a respeito do conhecimento. Promovida no âmbito do discurso da educação

popular, a tônica passa a ser o uso do conhecimento e da ciência para transformar a sociedade (ARCE; LONG, 1994, LONG, 2007). Teóricos tais como Freire e Fals-Borda⁸ preocupavam-se de forma central com a tradução do conhecimento para que este se tornasse compreensível e eficaz no desenvolvimento. É neste contexto que emergem os enfoques de agricultura e pesquisa participativa, mencionados anteriormente.

Mais tarde, a partir de 1990, novamente a relação entre conhecimento e desenvolvimento passa a ser tensionada. Mas, aqui, o debate vai além do uso da ciência para se alcançar uma “boa sociedade”. Novos questionamentos são apresentados e centralizam a discussão. Um primeiro, se refere ao papel do conhecimento nas atividades produtivas. Adentrando no campo da literatura econômica, pode-se observar, a partir deste período, um processo crescente de valorização do conhecimento, como um recurso central no processo de geração de valor na economia, o que leva alguns autores a caracterizarem o período como fase de economia baseada no conhecimento, ou de sistemas de produção intensivos em conhecimento (NONAKA, 2001, AMIN; COHENDET, 2004, ASCHER, 2004)⁹.

Associado à centralidade do conhecimento nas atividades econômicas, emerge uma segunda característica do período, que se refere à necessidade de reavaliação do fazer ciência e das formas de produzir conhecimentos. Para AMIN E COHENDET (2004), uma sociedade do conhecimento é aquela que reconhece o processo de produção e circulação do conhecimento nas organizações como uma determinante chave da capacidade destas de inovar, o que exige, das organizações, um novo posicionamento em relação ao conhecimento. Neste cenário, as organizações deixam de ser consideradas somente como receptores e utilizadores de conhecimentos e passam a ser vistas como *sites* de invenção, inovação e aprendizagem. Neste sentido, Amin e Cohendet (2004) afirmam a necessidade de transição de uma epistemologia da posse do conhecimento, ou do conhecimento possuído, para uma nova epistemologia, baseada na prática e no conhecimento, como algo construído e praticado no curso da vida diária e durante a execução das atividades produtivas.

Trabalhando a partir de uma perspectiva que resgata a importância ou papel dos diferentes tipos de conhecimento na formação da capacidade inovativa das firmas, Amim e Cohendet (2004) propõem o conhecimento como o resultado de um processo coletivo, enraizado socialmente, formado a partir dos constantes *feedbacks* que ocorrem entre os diferentes componentes do processo, no qual o conhecimento científico (ou perito) e o conhecimento tácito¹⁰ são complementares, e não excludentes.

⁸Orlando Fals Borda foi um sociólogo e pesquisador colombiano e um dos fundadores da proposta de pesquisa-ação participativa.

⁹Já no início dos anos 1970 Bell (1973) anunciava o fim das sociedades industriais típicas do capitalismo do século XX e a irreversibilidade da emergência da ciência e da tecnologia na sociedade do conhecimento. A economia dependeria menos do trabalho e do capital e mais do fator conhecimento, indispensável para a competitividade das empresas e para o desenvolvimento das economias regionais e dos estados-nação.

¹⁰Conhecimento tácito é aquele que o indivíduo adquiriu ao longo da vida, que está na cabeça das pessoas. Geralmente é difícil de ser formalizado ou explicado a outra pessoa, pois é subjetivo e inerente as habilidades de uma pessoa, como *know-how*. A palavra tácito vem do latim *tacitus* que significa "não expresso por palavras". Isto se deve ao fato que

Além disto, propõem que o conhecimento ao invés de uma propriedade deve ser visto como uma prática social (o conhecimento como ação, o que leva os autores a proporem uma “epistemologia da prática”).

No campo de estudos sobre o desenvolvimento, mais especificamente no âmbito da sociologia do desenvolvimento, a Perspectiva Orientada ao Ator tem proposto uma análise construcionista dos processos de conhecimento na agricultura¹¹ (LONG, 2007, ARCE; LONG, 1994, ARCE; LONG, 1992). Propõe uma superação dos chamados paradigmas transportacionais, que supõem que os processos de utilização/disseminação de conhecimento envolvem a transferência de corpos de conhecimento de uma unidade social a outra. Ao invés, defende uma visão mais dinâmica, que trata o conhecimento como surgido de um encontro de horizontes, “[...]já que o processamento e a absorção de novos temas de informação, e novos marcos cognitivos ou discursivos, só ocorrem com base em modos de conhecimento e avaliação já existentes, mesmo que sejam reformulados na experiência cotidiana” (LONG, 2007, p.323).

Para os autores da POA o conhecimento emerge de um complexo processo que envolve fatores sociais, culturais e institucionais, e tem como base a estrutura conceitual e os procedimentos já existentes (conhecimento prévio, ou tácito). A partir deste enfoque, o conhecimento passa a ser considerado como o resultado da interação, da negociação, de interfaces e acomodações entre atores e suas vidas diárias. Para Long (2007, p.314), é através de encontros e interações que o conhecimento situado localmente é produzido.

Neste sentido, Arce e Fischer (2007) propõem uma dissolução de tipologias e fronteiras rígidas, entre diferentes tipos de conhecimentos (conhecimento científico x conhecimento dos agricultores, por exemplo), gerando visões mais amplas de como se inter-relacionam as formas de conhecimento científico, ou *expert*, com conhecimentos derivados da prática diária. Para os autores, todo o conhecimento, independente de onde emana, resulta de processos de localização e enraizamento na ação e prática humana. Nas palavras dos autores: “Isto implica uma ênfase sobre como a racionalidade científica, ao invés de ser dissociada da ação humana, é combinada com outros fatores, tais como habilidades, visões de mundo, discursos e práticas” (ARCE; FISCHER, 2007, p.176). Neste sentido o conhecimento, inclusive o conhecimento científico, é resultado de processos de ação criativa e contextualização em cenários e contextos específicos.

lidamos com algo subjetivo, não mensurável, quase impossível de se ensinar, de se passar através de manuais ou mesmo numa sala de aula. Este tipo de conhecimento parece ser mais valioso devido a sua difícil captura, registro e divulgação, exatamente por ele estar ligado as pessoas. É o que algumas pessoas chamam de verdadeiro conhecimento (AMIM; COHENDET, 2004).

¹¹De forma sintética pode-se afirmar que uma abordagem construcionista do conhecimento defende a tese de que a realidade e a natureza não são puramente descritivas e captadas pelos cientistas em seus laboratórios e em suas práticas de pesquisa. Ao invés de uma descrição de fatos, uma interpretação construcionista considera os produtos da ciência como feitos ou construídos, através de um conjunto de operações, decisões e negociações entre cientistas e seus pares (TRIGUEIRO, 2008). Consideram então a pesquisa científica, assim como qualquer outra atividade humana, como uma atividade condicionada por uma ampla diversidade de fatores psicológicos, econômicos, políticos e culturais.

3.2 A prática (agrícola) como uma ação criativa e objeto de conhecimento

Em artigo denominado *Objectual Practice*, publicado no livro *The practice turn in contemporary theory*, Knorr-Cetina (2001) defende, de forma central, que, no contexto da chamada sociedade do conhecimento, torna-se necessário reconhecer que a criação do conhecimento não é mais limitada à ciência e aos *experts*. Para a autora, a transição para uma sociedade do conhecimento envolve mais do que a presença de mais *experts*, mais aparelhos tecnológicos, mais especialistas. [...] *Ela envolve a presença de processos de conhecimento, e nos termos escolhidos aqui, ela envolve a presença de práticas epistêmicas. A partir deste ponto de vista, então, entender a sociedade do conhecimento passa necessariamente pelo reconhecimento e pelo entendimento das práticas de conhecimento* (KNORR-CETINA, 2001, p.177, tradução nossa).

Para que se entenda o papel da prática na produção de conhecimento, a autora propõe, primeiramente, um questionamento sobre a concepção de prática e sua relação com as regras estabelecidas. Para a autora, explicações contemporâneas favorecem uma concepção de prática, em termos de hábitos e rotinas estabelecidos e que se repetem. Nestes casos, a prática requer que os praticantes tenham aprendido alguma coisa que eles, subsequentemente, empregam em situações complexas e de forma regular. Segundo a autora, de forma geral estas teorias são incapazes de analisar o caráter irregular das práticas e de tratá-las como práticas epistêmicas. Nas palavras da autora: “Em contraste, eu vejo prática epistêmica como baseada em uma forma de relação, que, pela natureza de sua dinâmica, transforma ela mesma e as entidades formadas pela relação” (KNORR-CETINA, 2001, p.185, tradução nossa).

O argumento é que mesmo que exista nas atividades humanas uma porção da prática/trabalho que seja apenas rotinizado e baseado em regras estabelecidas, e sem dissociação entre sujeito e objeto, sempre existe uma porção da prática que é centrada no conhecimento e que ocorre quando surgem problemas numa determinada rotina ou quando o trabalho é novo. Em situações como esta o trabalhador sai de uma relação absorvida, ou de uma lida absorvida entre ele e o objeto do seu trabalho, para uma lida deliberada e reflexiva e assim “[...]para uma postura científica de reflexão teórica a respeito das propriedades das entidades” (KNORR-CETINA, 2001, p.184, tradução nossa). Neste momento, a prática deixa de ser rotina e torna-se objeto de produção de novos conhecimentos, podendo então ser reconhecida como uma ação criativa, ou como prática epistêmica inovadora (PEI).

Se a prática é então um processo de pesquisa, o objeto da prática perde o caráter de coisa e passa a ser um objeto científico, ou objeto epistêmico. Um objeto científico de investigação, ou objeto epistêmico, é aquele que está no centro do processo de pesquisa e por isso em processo de ser materialmente definido, de revelar-se indefinidamente, de continuamente adquirir novas propriedades e de mudar as que já estão reveladas. Nas palavras da autora:

Com base nas ideias de Rheinberger, eu quero caracterizar um objeto de conhecimento (objeto epistêmico) em termos da perda na integralidade do ser, o que retira dos objetos a concepção de solidez e o caráter de coisa que eles têm em nossas concepções cotidianas. Desde que objetos epistêmicos estão sempre em processo de serem materialmente definidos, eles continuamente adquirem novas propriedades e mudam, transformam as que já têm. Mas, isto também significa que objetos de conhecimento podem nunca ser totalmente alcançados, revelados (KNORR-CETINA, 2001, p.181, tradução nossa).

Na medida em que os objetos variam, se revelam e se redefinem no curso da prática, a prática também varia e, neste momento, novos conhecimentos são gerados. Neste sentido uma prática epistêmica inovadora é aquela que estabelece uma dinâmica relacional, criativa e construtiva, e talvez conflitual, com seu objeto. Para a autora uma PEI pode ser caracterizada como “[...] disposições humanas para rotinas interativas e a relação com o objeto como relacional, criativa e disruptiva” (KNORR-CETINA, 2001, p.182, tradução nossa).

3.3 Práticas criativas e contextualização do conhecimento

Em relação à prática agrícola como objeto de conhecimento, as análises de Ploeg (1992; 2004) a respeito do trabalho na agricultura indicam alguns elementos importantes. Em artigo intitulado “O processo de trabalho na agricultura” (PLOEG, 1992) o autor contesta a ideia de uma cientificação total dos processos de produção agrícola e destaca a influência das diferentes respostas dos agricultores às tecnologias geradas externamente e às prescrições (rotinas) estabelecidas.

Para Ploeg a internalização de prescrições técnicas na agricultura é sempre contornada por um conjunto de respostas que os agricultores estabelecem aos “imediatos e futuros problemas microscópicos” que emergem da integração do conhecimento científico ao processo de trabalho (PLOEG, 1992). Ou seja, além de os agricultores absorverem tecnologias em diferentes ritmos, toda técnica ao ser utilizada diretamente nos processos de produção passa por um processo de tradução, ou re-configuração, através do qual os agricultores atribuem significado dentro dos seus velhos processos de trabalho e das suas relações sociais de produção.

Autores da economia da inovação introduzem o termo conhecimento contextual que pode ser entendido como o resultado do encontro/interação entre algum tipo de conhecimento codificado/externo com o conhecimento tácito prévio dos indivíduos ou grupos sociais (COLLINS, 2001, NONAKA; TAKEUCHI, 1995, AMIN; CONHENDET, 2004, BELUSSI; PILLOTI, 2000). A ideia de contextualização pressupõe fundamentalmente, que não há diferença, ou hierarquia, entre conhecimento tácito e conhecimento codificado (POLANY, 1958). Ao invés disto, o conhecimento tácito forma uma parte indispensável de todo o conhecimento, pois é ele que dá sentido e que permite

o uso do conhecimento codificado. Ou seja, mesmo que o conhecimento tenha sido articulado em palavras ou fórmulas matemáticas, o conhecimento explícito, para ser usado, deve ser tacitamente entendido e aplicado. “Por isso todo conhecimento é tácito ou enraizado no conhecimento tácito” (POLANY , 1958 apud COLLINS, 2001 p.111, tradução nossa)¹².

Nonaka and Takeuchi (1995) entendem o processo de contextualização como um processo de aprendizagem, que resulta de quatro etapas, ou formas de aprendizagem, que ocorrem nas organizações: socialização, recombinação, externalização e internalização.

A socialização é a troca de conhecimentos tácitos, através de um processo de partilha coletiva de conhecimento. Também é retratado como um processo descentralizado de difusão de conhecimento. Indivíduos aprendem entre si, através da observação, imitação e prática. Um indivíduo pode adquiri-lo diretamente de outros, sem a linguagem, ou seja, pela observação e prática, pela proximidade física. Sua ativação evita a degradação do estoque de conhecimento existente, mas não aumenta o estoque nem gera novos conhecimentos. A socialização é limitada na criação de novos conhecimentos.

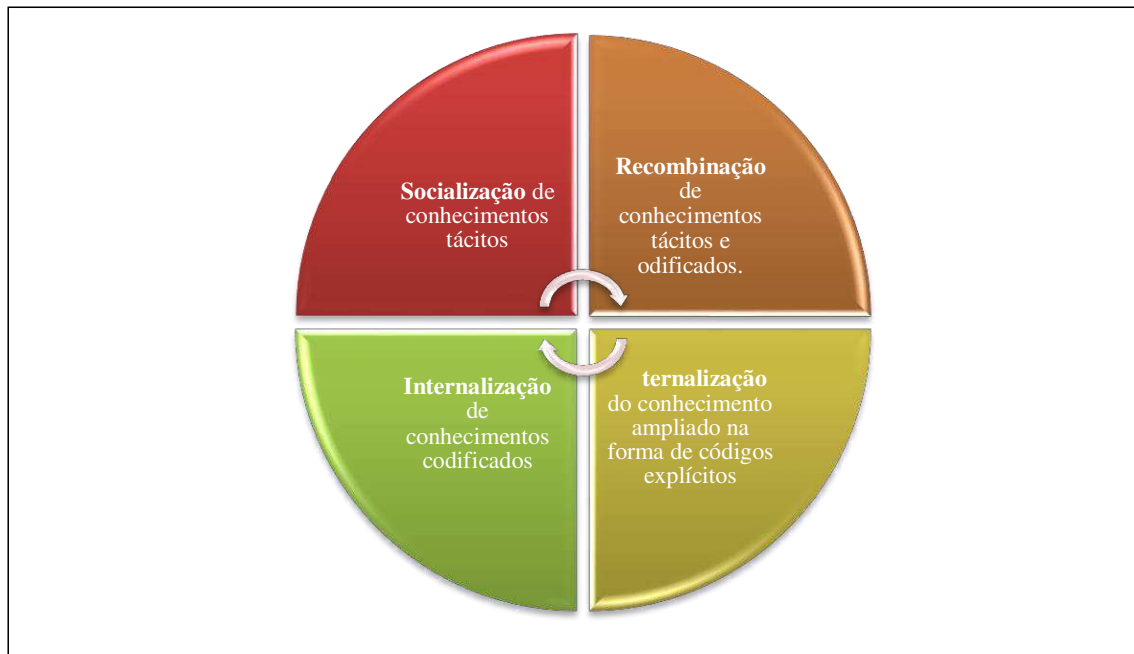
A recombinação refere-se à associação de diferentes tipos de conhecimentos (codificado + tácito) para a criação de novos conhecimentos. É nesta etapa que a contextualização do conhecimento codificado/externo ao conhecimento tácito se realiza. A recombinação ocorre através de um processo de análise, categorização e reconfiguração de conceitos explícitos e externos, junto ao contexto local e ao conhecimento prévio dos indivíduos. Este é o momento, o *site*, das interações, das interfaces e das acomodações entre o conhecimento externo e os atores sociais. Como a combinação de diferentes ideias produz novos conhecimentos, a recombinação aumenta o estoque de conhecimento, assim como modifica o conhecimento prévio de uma dada organização. Neste sentido, a recombinação amplia o nível de conhecimento tácito de um grupo (NONAKA, 1991).

A externalização é entendida como o processo pelo qual os novos conhecimentos produzidos são transformados em conhecimento codificado (textos, artigos, materiais impressos), os quais são publicamente compreensíveis, podendo, assim, ser difundidos em circuitos para além do grupo onde foi gerado.

E, por fim, a internalização descreve o processo através do qual as organizações absorvem o conhecimento externo. A absorção de conhecimento externo é sempre facilitada, quando o conhecimento a ser internalizado está verbalizado/codificado em esquemas e/ou documentos técnicos. Para NONAKA (1991, p.97), a contextualização é um processo em espiral (figura a seguir), que ocorre como um fluxo contínuo no tempo. Neste sentido, o conhecimento contextual pode ser descrito como [...] a produção social de um processo histórico de acumulação de capacidades e competências tecnológicas (BELUSSI; PILLOTI, 2000, p.13-14).

¹² Nesta mesma linha Nonaka e Takeuchi (1995) refutam a hipótese de que todo conhecimento tácito é um residual do conhecimento codificado. Ao invés disto defendem que todo conhecimento codificado para ser usado, requer conhecimento tácito, de forma que estes são essencialmente complementares (NONAKA; TAKEUCHI, 1995).

Figura 01 - Modelo de aprendizagem e acumulação de conhecimento contextual



Fonte: Nonaka (1991, p. xx). Tradução e adaptação nossa.

4. Reflexões, reconfigurações, novos conhecimentos e novas práticas: algumas considerações finais

Roep e Wiskerke (2004) realizam uma análise bastante interessante a respeito das diferenças entre produção de conhecimentos e atividade inovativa na agricultura e em outros setores. Para os autores, as diferenças ocorrem tanto em relação ao *fócus* quanto ao *lócus* da mudança. A diferença de *fócus* refere-se ao fato da produção agrícola ser caracterizada como um tipo especial de coprodução. O conceito de coprodução tem o objetivo de destacar a interface dinâmica e mútua entre transformação social e técnica (LAW, 1986 *apud* MARQUES, 2009). Na agricultura, a especificidade da coprodução refere-se à necessidade de adicionar, ao conjunto dos fatores, e das interações possíveis entre tecnologia e ambiente, as características dos agroecossistemas aos quais a atividade agrícola está submetida, que tanto especificam as possibilidades da produção de conhecimentos e da atividade inovativa quanto são alteradas por elas.

Como consequência, emerge a segunda característica diferenciadora, que é o *lócus* da mudança. Enquanto na indústria a atividade inovativa está localizada principalmente em centros de pesquisa e desenvolvimento, na agricultura o conhecimento e as inovações são o resultado de um trabalho contínuo e cotidiano de ajuste às condições e aos fatores de produção disponíveis. Por exemplo, ao lidar com solos e condições de solo diferenciadas, novas decisões precisam ser tomadas a respeito da adubação a ser utilizada e/ou da quantidade de água a ser irrigada e, neste momento, novos

conhecimentos, em específico sobre aquela gleba de terra e sobre aquelas condições agroecológicas, são formulados.

Outro exemplo: variações na precipitação são potencialmente geradoras de novos conhecimentos na agricultura, já que a umidade do solo e do ar alteram as condições de nutrição das plantas, assim como de incidência de doenças. Novas decisões precisam, então, ser tomadas a respeito da aplicação de defensivos, tais como frequência e quantidades, assim como, a respeito da forma com que a vegetação espontânea e a adubação são manejados. Essas decisões que provavelmente não serão as mesmas para todas as glebas da unidade produtiva, já que podem ocorrer variações de tipo de solo, de disposição solar e também entre os cultivos e necessidades nutricionais destes. Estas condições de precipitação, de umidade de solo e do ar, podem inclusive ser diferenciadas de todas as outras já experienciadas pelo agricultor em anos precedentes na mesma unidade produtiva.

Para que a agricultura se realize, esta ampla gama de fatores é constantemente analisada, revelada, e até mesmo transformada, e isso faz da agricultura um objeto de investigação e de reflexão. Se os objetos variam, pois se revelam e se redefinem no curso da prática, esta também varia e, neste momento, novos conhecimentos são gerados. Assim sendo, a atividade agrícola pode ser considerada como um objeto epistêmico, ou como um objeto científico de investigação, e toda a atividade agrícola, como uma prática epistêmica inovadora.

Ao reconhecer a produção de conhecimento como resultado da prática, não estamos, no entanto, negligenciando o papel das inovações produzidas externamente em ambientes formais de inovação. Porém, para que tecnologias produzidas externamente, e suas respectivas prescrições, sejam usadas na agricultura, elas precisam ser contextualizadas não somente ao conhecimento prévio como às condições e às práticas locais. A abordagem da contextualização do conhecimento privilegia a contextualização como o encontro/interação entre algum tipo de conhecimento codificado/externo com o conhecimento tácito prévio dos indivíduos ou grupos sociais. Para o caso da agricultura, e da agricultura de base ecológica em especial, afirmamos a necessidade de adicionarmos, à espiral de contextualização, as condições agroecológicas locais, como importante *locus* de geração de novos conhecimentos.

Diferente dos ambientes industriais, a partir dos quais os autores elaboram a teoria, na agricultura trabalha-se com uma ampla diversidade de condições ambientais, que variam entre regiões, entre unidades produtivas e por vezes no âmbito da mesma unidade produtiva. Também há as variações entre anos agrícolas e nas necessidades de diferentes variedades, ou raças, dentro de uma mesma espécie vegetal ou animal. Sugerimos também que na agricultura de base ecológica a prática e a contextualização as condições locais assumem ainda maior importância, já que neste tipo de agricultura a diversidade é um princípio.

Assim, ao contextualizá-las na ampla diversidade de fatores locais, novos conhecimentos são produzidos. A dinâmica e a relação entre reflexão sobre a prática e contextualização de conhecimentos externos às condições específicas sustentam a prática criativa e a produção cotidiana de conhecimentos e inovações na agricultura. Esta é a epistemologia da prática na agricultura, e é assim que novos conhecimentos são produzidos através da prática agrícola e da constextualização.

Em artigo publicado em 2017 apresentamos uma análise a respeito do desenvolvimento do biofertilizante Super-Magro, insumo desenvolvido no âmbito da agricultura ecológica de Ipê e Antônio Prado e de ampla utilização nas agriculturas ecológicas no Brasil. Deste processo, destacamos dois aspectos que parecem fundamentais e que nos indicam pistas metodológicas para futuros projetos/ações de estímulo à produção de conhecimentos e inovações a partir da prática: (a) a internalização de conhecimentos, neste caso em especial a Teoria da Trofobiose, proporcionada aos agricultores ecologistas pelos técnicos do Centro Ecológico/Projeto Vacaria, através de atividades de formação teórica; e (b) o fato dos agricultores ecologistas de Ipê e Antônio Prado fazerem parte de associações, e de um núcleo da Rede Ecovida de Agroecologia, o qual foi fundamental para a ativação de um intenso processo de socialização do biofertilizante Super Magro entre as famílias de agricultores ecologistas da região e para a reconfiguração de conhecimentos e proposição de novas formulações.

Reconhecer a importância de uma epistemologia da prática na produção de conhecimentos, no entanto, não exime as instituições públicas de P&D (pesquisa e desenvolvimento) de realizar pesquisas em agroecologia. No caso citado, do biofertilizante Super Magro, é claro o engajamento de alguns atores locais, sejam técnicos ou agricultores, com os objetivos de uma agricultura ecológica. Mas, se pretende-se a expansão da agricultura ecológica, ou de processos de transição agroecológica, para um público mais amplo, torna-se urgente a realização de investimentos em P&D (pesquisa e desenvolvimento) e o acúmulo de conhecimentos e inovações também a partir de ambientes formais e sustentados pelo Estado. Neste contexto, o desafio passa a ser a produção de conhecimentos a partir de modelos de pesquisa que integrem as práticas e rotinas científicas com práticas informais de produção de conhecimentos e inovações.

4. Referências

- Altieri, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Guaíba: Agropecuária, 2002.
- _____. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.
- _____. *Agroecology: a new research and development paradigm for world agriculture*. *Agriculture, Ecosystems and Environment*, 27, 37-46, 1989.
- Altieri, M.; Nichols, C. I. Conversión agroecológica de sistemas convencionales de producción: teoría, estrategias y evaluación. *Ecosistemas. Revista Científica y Técnica de Ecología y Medio Ambiente*, 16(1), 3-12, 2007.

- Amin, A.; Cohendet, P. *Architectures of knowledge: firms, capabilities and communities*. New York: Oxford, 2004.
- Arce, A.; Long, N. The dynamics of knowledge. In: Long, N.; Long, A. (Ed.) *Battlefields of knowledge: The interlocking of theory and practice in social research and development*. Routledge: London, 1992. p. 211-245.
- _____. Re-positioning knowledge in the study of rural development. In: SYMES, D.; JANSEN, A.J. (Ed.) *Agricultural restructuring and rural change in Europe*. Wageningen: Agricultural University Wageningen, 1994. p.75-86.
- Arce, A.; Fischer, E. Criating Natural Knowledge: Agriculture, Science and Experiments. In: Silliotoe P. (Ed.) *Local Science vs. Global Science. Aproachs to Indigenous Knowledge in International Development*: New York: Berghahn Books, 2007. p. 175-1999.
- Bell, D. *The Coming of Post-Industrial Society*. New York: Basic Books, 1973.
- Belussi, F.; Pilotti, L. *Knowledge creation and collective learning in the Italian local production systems*. Padova: Dipartimento de Scienze Economiche Marco Fanno, Università degli Studi di Padova, 2000. Disponível em: <<http://www.decon.unipd.it/assets/pdf/dp/0021.pdf>>. Acesso em: mai. 2012.
- Brunori, G. *et al.* Towards a conceptual framework for agricultural and rural innovation policies. *Projeto Insight*. Clermont-Ferrand, 2008. Disponível em: <http://www.insightproject.net/files/Rapport_insight_WP1_final.pdf>. Acesso em: 15 de jun. 2012.
- Collins, H. M. What is tacit knowledge? In: Schatzki, T. R.; Knorr-Cetina, K. D.; Savigni, E. von (Eds.). *The practice turn in contemporary theory*. London: Routledge, 2001. p. 107-119.
- Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Agricultura Orgânica: Instrumento para a Sustentabilidade dos Sistemas de Produção e Valoração de Produtos Agropecuários*, 2012. Disponível em: www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/622799/1/doc122.pdf. Acesso em: jul.2017.
- Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Marco Referencial em Agroecologia*, 2006. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/107364/4/Marcoreferencial.pdf> Acesso em: jul.2017.
- Guivant, J. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 14 (3), 411-446, 1997. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8979>.
- Hayami, Y.; Ruttan, V. W. *Desenvolvimento agrícola: teoria e experiências internacionais*. Brasília: Embrapa, 1985.
- Knorr-Cetina, K. D. Objectual Practice. In: Schatzki, T. R.; Knorr-Cetina, K. D.; Savigni, E. von (Eds.). *The practice turn in contemporary theory*. London: Routledge, 2001. p. 175-188.
- Long, N. *Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada em el actor*. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social/El Colegio de San Luiz, 2007.
- Marques, F. C. *Velhos conhecimentos, novos desenvolvimentos: transições no regime sócio-técnico da agricultura. A produção de novidades entre agricultores produtores de plantas medicinais no sul do Brasil. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – UFRGS*, 2009.
- Marques, F. C.; Oliveira, D. Agricultura ecológica al sur de Brasil: de alternativa a contratendencia. *Íconos: Revista de Ciencias Sociales*, 54, 87-106, 2016.
- Marques, F. C.; Schmitt, C.J.; Oliveira, D. Unfolding Agencies and Associations of Agroecology Networks in Brazil. In: Sherwood, S.; Arce, A.; Paredes, M. (Ed.). *Food, Agriculture and Social Change: The Everyday Vitality of Latin America*. London: Routledge, 2017. p. 87-106.

- MOORS, E. *et al.* The dynamics of innovation: a multilevel co-evolutionary perspective. In: WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. van der. *Seeds of Transition*. Assen: Van Gorcum, 2004. p. 31-56.
- Norgaard, R. B.; Sikor, T. O. Metodología e práctica de la agroecología. In: Altieri, M. *Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável*. Montevideo: Editora Nordan Comunidad, 1.ed.,1999.
- Nonaka, I; Takeuchi, H. *Criação de conhecimento na empresa: como as empresas Japonesas geram a dinâmica da inovação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1995.
- Nonaka, I. (1991). The Knowledge-creating company. *Harvard Business Review*, 69 (6), 96-104, 1991.
- Oliveira, D. *Produção de conhecimentos e inovações na transição agroecológica: O caso da agricultura ecológica de Ipê e Antônio Prado/RS*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) –UFRGS, 2014.
- Oliveira, D.; Araujo, J. P. Produção de novidades na transição agroecológica. In: Schneider, S; Menezes, M.; Gomes da Silva, A.; Bezerra I (Org.). *Sementes e Brotos da Transição: Inovação, Poder e Desenvolvimento em Áreas Rurais do Brasil*. Editora da UFRGS, 2013, p. 165-192.
- Oliveira, D.; Gazzola, M.; Carvalho, C. X.; Schneider, S. *A produção de novidades: como os agricultores fazem para fazer diferente?* In: Gazzola, M.; Schneider (Org.) *Os atores do Desenvolvimento Rural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 91-113, 2011.
- Mendes, P. J.V. *Organização da P&D agrícola no Brasil: evolução, experiências e perspectivas de um sistema de inovação para a agricultura*. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- Pinheiro, S. L. G., de Boef, W. S. Pesquisas participativas “para” e “com” comunidades rurais: caminhos diferentes para a construção socio-ambiental de conhecimentos agroecológicos. *Revista Brasileira de Agroecologia*, Cruz Alta, v. 2, n. 2, p. 398-401, out. 2007.
- Ploeg, J. D. van der. *et al.* On Regimes, Novelties, Niches and Co-Produção. In: PLOEG, J. D. van der; Wiskerke, J.S.C. *Seeds of transition*. Assen: Van Gorcum, 2004. p. 1-30.
- Roep, D.; Wiskerke, J. S. C. Reflecting on Novelty Production and Niche Management. In: Wiskerke, J. S. C.; Ploeg, J. D. van der. **Seeds of Transition**. Assen: Van Gorcum, 2004. p.1-30.
- Sabourin, E., Manejo da inovação na agricultura familiar no Agreste da Paraíba: o sistema local de conhecimento. In: Silveira, L. *et al.*, *Agricultura Familiar e agroecologia no semi-árido: avanços a partir do Agreste da Paraíba*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002, p.177-199.
- Schneider, S; Menezes, M.; Gomes da Silva, A.; Bezerra I (Org.). *Sementes e Brotos da Transição*. Inovação, Poder e Desenvolvimento em áreas Rurais do Brasil. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, p.240, 2013.
- Schultz, T.W. *A transformação da agricultura tradicional*. Connecticut, EUA, 1964.
- Stuiver, M. *et al.* The power of Experience: farmers’ knowledge and sustainable innovations. In: WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. van der. *Seeds of Transition*. Assen: Van Gorcum, 2004. p. 93-118.
- Trigueiro, M. G. S. **O conteúdo social da tecnologia**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. (Texto para Discussão, 31).

Ações de retorno social como alternativas de desenvolvimento rural e agroecológico em assentamentos da região central do estado de São Paulo

Elisa Racy¹
Daiane Roncato Cardozo²
Augusto Paschoalino³
Gislaine Cristina Pavini⁴
Joviro Adalberto Junior⁵
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante⁶
Manoel Baltasar Baptista da Costa⁷

Resumo

Este trabalho tem por objetivo apresentar os resultados de um projeto voltado ao ensino, pesquisa e extensão à promoção de práticas agroecológicas na agricultura familiar em assentamentos da região central do estado de São Paulo. As metodologias utilizadas foram pesquisa-ação e etnografia, conduzidas por entrevistas, diários de campo, além das capacitações e registros fotográficos. Como resultados, foram criadas diferentes frentes de ações: Hortaliças (monitoramento de sistemas de produção), Feiras (incentivo à transição agroecológica e oferta de alimentos saudáveis), Organismos de Controle Social (garantia de qualidade na produção de orgânicos), Galinhas Caipiras (sistemas caipiras de produção), Sistemas Agroflorestais (implementação de sistemas de produção cafeeira), Caravaninhas agroecológicas (ações socioeducativas para professores e crianças), plantas medicinais (produção, processamento e comercialização) e adubação verde (área experimental), além de curso de capacitação para agentes de assistência técnica rural. Tendo como pressuposto que a pesquisa-ação possibilita a intervenção dentro de uma problemática social e possibilita a construção integrada de saberes, o trabalho se desenvolveu em inúmeras áreas do conhecimento, proporcionando frutos teóricos e técnicos, além de positivos impactos sociais, econômicos, políticos e ambientais na dinâmica dos sujeitos envolvidos: agricultores, estudantes, pesquisadores, técnicos e agentes da esfera pública, privada e não governamental.

¹ Mestranda do Programa em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara, São Paulo, Brasil - elisaracy@hotmail.com

² Pesquisadora de Pós-Doutorado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara, São Paulo, Brasil - daianeccardozo@msn.com

³ Mestrando do Programa em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara, São Paulo, Brasil - augusto.paschoalino@gmail.com

⁴ Doutoranda do Programa em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara, São Paulo, Brasil - gipavini@gmail.com

⁵ Mestrando do Programa em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara, São Paulo, Brasil -

⁶ Coordenadora da Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara, São Paulo, Brasil - vbotta@techs.com.br

⁷ Coordenador do Núcleo de Estudos e Extensão em Agroecologia, Universidade de Araraquara, São Paulo, Brasil - baltasar@uol.br

Palavras-chave: Ensino, Pesquisa-ação, Agroecologia, Agricultura familiar.

Introdução

Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa intitulado “Pesquisa-ação e construção de proposta agroecológica para a agricultura familiar da região central do estado de São Paulo”, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Extensão em Agroecologia – NEEA, formado por discentes, docentes e pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – PPG/DTMA, da Universidade de Araraquara – UNIARA, por meio do Edital CNPq n. 39/2014.

A região de atuação deste projeto constitui os assentamentos rurais localizados nas microrregiões de Araraquara, São Carlos e Ribeirão Preto (Assentamentos Monte Alegre, Horto de Bueno de Andrada, Bela Vista do Chibarro, Horto Guarani, Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS Santa Helena, Mário Covas, Fazenda da Barra e Sepé Tiarajú).

O projeto reveste-se da relevância de estimular a prática da produção diversificada e agroecológica, e não convencional, neste território da região central do estado de São Paulo, caracterizado pela produção de monocultivos de cana-de-açúcar e laranja, intensivos no uso de agrotóxicos e sistemas produtivos com baixa demanda e capacidade de ocupação de força de trabalho, realidade que traz consequências negativas para a segurança alimentar e o balanço energético da produção de alimentos.

Relato de experiência: principais resultados

A demanda oriunda de reunião realizada com assentados rurais da região central do estado São Paulo para conhecer suas necessidades e o caráter inter e multidisciplinar da equipe envolvida neste projeto, levou à criação de diferentes frentes de atuação que na sua execução são sinérgicas: hortaliças, feiras, organismos de controle social (OCSs), galinhas caipiras, sistemas agroflorestais (SAFs), Caravaninhas (finalidade pedagógica), plantas medicinais e ação junto ao Instituto de Biotecnologia da UNIARA (IBIOTEC), além de curso de formação para agentes de Assistência Técnica Rural - ATER, com carga horária de 40h.

Cabe ressaltar o caráter inovador e de vanguarda dos núcleos de ensino e extensão em agroecologia (NEEA), na medida em que os mesmos têm permitido

avançar na proposta do conhecimento crítico numa sólida integração entre ensino, pesquisa e extensão, buscando superar paradigmas ainda presentes na discussão das alternativas de desenvolvimento rural. O principal saldo desses dois anos de projeto pode ser dimensionado pelas inovações e pelo retorno significativo em termos de experiências transversais da produção, beneficiamento e comercialização, no campo da educação e da reprodução social.

A difusão de tais impactos deu-se no âmbito da produção acadêmica dos cursos de capacitação, da promoção e organização de fóruns e simpósios de representatividade nacional. Avanços significativos na edição e no conteúdo da Revista Retratos de Assentamentos, experiências exitosas no processo de formação de jovens pesquisadores cruzam-se numa clara evidência da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Dado nosso entendimento de que o conhecimento deve ter retorno social, a possibilidade de criação de espaços multiplicadores de princípios agroecológicos e as experiências repassadas aos agricultores a partir da prática da agroecologia tem impacto significativo na esfera produtiva, ecológica, social, econômica e política.

As principais tecnologias sociais desenvolvidas no decorrer das ações realizadas, entendidas como um conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida são:

- Identificação de pragas e doenças em hortaliças e alternativas de controle biológico (monitoramento);
- Criação e implementação de uma feira de alimentos saudáveis;
- Implementação de um sistema agroflorestal em um lote no Assentamento Bela Vista do Chibarro;
- Implementação de um sistema silvipastoril no Assentamento Monte Alegre;
- Conversão de uma lavoura cafeeira convencional para um sistema agroflorestal cafeeiro no PDS Santa Helena, no município de São Carlos/SP;
- Implementação de uma unidade experimental de avicultura agroecológica no Assentamento Monte Alegre;

- Implantação de uma área experimental de adubação verde no IBIOTEC da UNIARA;
- Implementação de uma unidade de produção, beneficiamento e comercialização de ervas medicinais no Assentamento Monte Alegre;
- Desenvolvimento de uma caravana agroecológica com alunos da EMEF Hermínio Pagôto no Assentamento Bela Vista;
- Elaboração dos biofertilizantes: Vairo, Supermagro, compostagem e microrganismos eficazes (EMs) e cursos realizados em todos os assentamentos do projeto;

Foram identificadas, sistematizadas e socializadas diferentes abordagens metodológicas para a execução das atividades, envolvendo sistemas agroflorestais, cursos de capacitação e elaboração de diagnósticos.

As atividades de pesquisa-capacitação e intervenção junto aos agricultores e à sociedade são apresentadas abaixo:

1. Frente de Hortaliças

O objetivo foi monitorar os sistemas de produção e a metodologia incluiu dois grupos de produção de orgânicos, analisando seus sistemas produtivos, suas estratégias de comercialização e as ações desenvolvidas para a obtenção do selo de certificação. Nesta frente foram realizados: (i) cursos sobre a produção de compostos, sendo que o acompanhamento e monitoramento permitiram a idealização de novas possibilidades de experimentação, (ii) monitoramento do sistema produtivo, (iii) tratativas com o setor da educação municipal.

Como principais resultados desta frente, destacamos: a distribuição de plantas atuando como defensivos orgânicos e repelente de insetos, a participação dos agricultores na feira “Da Roça para a Mesa”, criada em área pertencente à UNIARA, e ação junto à rede municipal de educação para a instalação de horta educacional.



Figura 1 - Sistema de produção orgânico na Horta Chico Bento – Bela Vista

Fonte: Pesquisa de campo 2016

2. Frente de Feiras

Esta frente foi uma consequência da inserção do NEEA junto aos agricultores assistidos na execução do edital. Sua finalidade foi incentivar e fortalecer a transição agroecológica e também elevar a oferta de alimentos saudáveis a preços justos no município de Araraquara.

A execução ocorreu por meio de reuniões para a sensibilização e motivação dos agricultores que estão em processo de transição agroecológica, havendo uma discussão e aprovação do regulamento. Após, fechou-se um acordo de prática de preços mínimos que, de acordo com pesquisa realizada, ficaram abaixo dos preços praticados no varejo local. Os principais resultados foram o envolvimento de 12 produtores; a comercialização de produtos in natura da agroindústria familiar; a formação dos pesquisadores juniores, pois envolveu realização de diagnósticos; a articulação e o envolvimento de outros setores da UNIARA como também de Araraquara e o aprendizado sobre comercialização.



Figura 2 - Feira de alimentos saudáveis
Fonte: Pesquisa de campo 2018



Figura 3 - Feira de alimentos saudáveis

3. Frente Organização de Controle Social (OCS)

Nesta frente, o objetivo foi auxiliar na regularização da comercialização da produção orgânica. Foram identificados os produtores interessados e auxiliado no encaminhamento para as diferentes etapas necessárias para a consolidação da OCS. Dentre os resultados obtidos vale ressaltar a obtenção da certificação de uma OCS e duas em andamento, participação na feira da UNIARA e da venda institucional através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).



Figura 4 - Entrega das declarações à OCS Orgânicos Bela Vista
Fonte: Pesquisa de campo 2016

4. Frente Galinhas Caipiras

O objetivo desta linha foi promover a produção de galinhas em sistemas agroecológicos. O trabalho está sendo realizado com a Cooperativa de Produtores Assentados de Motuca (COOPAM), envolvendo 27, entre os 50 sócios que se encontram em processo de transição da produção convencional de aves e ovos para uma produção tipo caipira e baseada em alimentos agroecológicos. Esta ação ocorre em parceria com a ESALQ-USP, o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e o Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Campus Matão.

Como resultados desta frente vale destacar que, do total de participantes, 56% deles comercializam parte da produção, sendo a comercialização um dos principais problemas desta atividade, que poderia ser superado com maior participação do poder público local. Outro ponto a destacar foi a constituição de uma unidade experimental dentro em lote de assentamento com caráter demonstrativo de um sistema de produção caipira agroecológico em agrofloresta, o qual tem possibilitado a realização de cursos de capacitação.



Figura 5 - Instalações e sistemas de produção
Fonte: Pesquisa de campo 2018



Figura 6 - Instalações e sistemas de produção
Fonte: Pesquisa de campo 2018

5. Frente Ações educativas e Caravaninhas agroecológicas

Esta frente promove ações educativas com professores e alunos nas escolas de Araraquara/SP para apoiar a construção de valores e saberes ligados à sustentabilidade por meio de visitas a sítios agroecológicos, engajando o setor educacional no apoio à conversão produtiva da agricultura convencional. As ações foram desenvolvidas por meio de reuniões com o setor da educação municipal com a proposta de realizar atividades em sala de aula e em campo através das Caravaninhas agroecológicas e de oficinas culturais que tiveram o apoio do Ministério da Cultura (MC).

O projeto tem parceria com a ESALQ-USP, INCRA-SP, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), Federação da Agricultura Familiar do estado de São Paulo (FAF), IFSP campus Matão, Fundação Mokiti Okada, ONG Iniciativa Verde e com o Serviço social do Comércio - SESC Araraquara. Como resultados dessas ações destacam-se a visita de alunos de 4º e 5º anos a dois lotes do Bela Vista do Chibarro e de crianças do Projeto Curumim-SESC e da Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF Hermínio Pagôto para conhecer as práticas produtivas agroecológicas no assentamento. Ainda, foi organizada uma visita à Fazenda da Toca com produção

agroecológica diversificada, localizada em Itirapina - SP, com a participação de agricultores, alunos e pesquisadores do NEEA.



Figura 7 - Frente Ações educativas e Caravaninhas Agroecológicas

Fonte: Pesquisa de campo 2016

6. Frente de Sistemas Agroflorestais (SAFs)

A proposta é demonstrar perspectivas diferenciadas do sistema de produção via instalação de SAFs em sistema silvipastoril em área de recuperação de pastagem degradada no assentamento Monte Alegre e outro de café em SAF em área de antiga lavoura convencional no assentamento Santa Helena, São Carlos.

Para que fosse possível o desenvolvimento da proposta, foram realizados cursos, e palestras sobre o manejo agroecológico do solo. Como o SAF está em implantação, seus resultados ainda não podem ser mensurados, porém merece destaque, no caso do SAF silvipastoril, o controle da erosão de solos proporcionado.



Figura 8 - Sistema agroflorestal cafeeiro
Fonte: Pesquisa de campo 2016

7. Frente de Plantas Medicinais

O objetivo é recuperar e valorizar o trabalho das mulheres assentadas, resgatando o seus conhecimentos sobre a medicina tradicional e incorporá-los nas práticas agroecológicas. Foi realizado um levantamento junto às cooperadas da COOPAM sobre as plantas medicinais e temperos cultivados e o emprego de cada uma destas culturas.

Este projeto ganhou o reforço do recurso do Projeto Casadinho/PROCAD 2011 com a aquisição de uma desidratadora. Como resultados foram sistematizados os usos no controle de pragas e doenças na agricultura e a efetivação da comercialização desses produtos sob a forma desidratada.



Figura 9 - Processo de embalagem dos produtos pela COOPAM
Fonte: Pesquisa de campo 2016

8. Frente IBIOTEC

O Instituto de Biotecnologia da UNIARA é um centro de Estudos Interdisciplinares cuja missão é desenvolver programas de ensino, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, extensão e serviços.

Nesta área, iniciou-se o plantio de adubos verdes de verão (crotalária, guandu e mucuna preta) e de inverno (tremoço, aveia preta e ervilhaca), para avaliar o comportamento de tais espécies na região e para a produção de sementes que estão sendo distribuídas aos agricultores para serem avaliadas em campo. Iniciou-se também a validação tecnológica sobre o cultivo de hortaliças em manejo agroecológico. Já na fruticultura, instalou-se um pomar diversificado para se avaliar o comportamento das espécies às condições edafoclimáticas locais em manejo agroecológico. Destaque-se o fato de algumas pesquisas, com enfoque na agroecologia, terem sido transformadas em monografias e cujos resultados são apresentados neste relatório.



Figura 10 - Plantio de adubação verde de inverno

Fonte: Pesquisa de campo 2018



Figura 11 - Pomar diversificado
Fonte: Pesquisa de campo 2018



Figura 12 - Hortaliças em experimento com adubação verde
Fonte: Pesquisa de campo 2018

9. Frente de Capacitação para Agentes de ATER

Este curso é produto da parceria entre a coordenação dos três projetos selecionados no estado de São Paulo, neste caso o da Profa. Dra. Julieta Teresa Aier de Oliveira da FEAGRI/UNICAMP, do Prof. Dr. Ricardo Serra Borsatto do CCN/UFSCar e da Profa. Dra. Vera Lucia Silveira Botta Ferrante do NEEA/NUPEDOR/UNIARA.

O curso teórico-prático teve duração de 40 horas, sendo realizado durante cinco dias no mês de dezembro de 2016 e contando com a participação de 25 técnicos com atuação em várias partes do estado de São Paulo e de outros estados.



Figura 13 - Curso de Ater: Criação de pequenos animais em sistemas agroecológicos
Fonte: Pesquisa de campo (2016)

Considerações

Tendo como pressuposto que a metodologia de pesquisa-ação possibilita a intervenção dentro de uma problemática social para a reflexão das ações e a construção de novos saberes, pode-se dizer que as frentes de ações se desenvolveram em inúmeras áreas do conhecimento, proporcionando frutos teóricos, técnicos e impactos sociais, econômicos, políticos e ambientais na dinâmica dos sujeitos envolvidos (agricultores, estudantes, pesquisadores, técnicos e agentes da esfera pública, privada e não governamental).

A experiência do projeto nos colocou como desafio inovar nas metodologias para efetivamente conseguir o envolvimento dos agricultores. Ou seja, buscamos não ficar nos aspectos tradicionais, mas inovar na metodologia e assumir caminhos diferenciados na própria produção acadêmica e técnica, salientando o conhecimento interdisciplinar. Isso foi possível a partir da formação de grupos produtivos com os quais foram realizadas capacitações continuadas e atividades de pesquisa.

Outro avanço foi a consolidação de parcerias, como órgãos gestores, de assistência técnica rural, Cooperativas e Associações de produtores, prefeituras, instituições profissionais brasileiras (Serviço Social do Comércio - SESC e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR) e consumidores das feiras.

Desse modo, tem-se discutido com as comunidades rurais e prefeituras municipais a perspectiva de continuidade das ações desenvolvidas, também no âmbito do abastecimento e da segurança alimentar e nutricional, que abarcam questões relacionadas a cadeias curtas de produção, distribuição, comercialização, equipamentos públicos e comunitários, preparo, consumo e desperdício de alimentos.

Referências

ADALBERTO JUNIOR, J. **Acompanhamento de duas unidades experimentais sobre sistemas agroflorestais em dois assentamentos rurais localizados na região de Araraquara/SP, onde são realizadas atividades de pesquisa, ensino e extensão sobre tais sistemas.** 2016.

ADALBERTO JÚNIOR, J.; COSTA, M.B.B. Avaliação de sistemas agroflorestais cafeeiros em Araraquara. In: **Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais**, 7, 2016, Araraquara/SP, 2016.

_____. _____. Contribuição do processo da transição agroecológica de sistemas agroflorestais em assentamentos na Região Central do Estado de São Paulo. In: **Fórum Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA**, 9, 2016, Araraquara 2016.

AMARAL, D. T.; FERRANTE, V. L. S. Análise da inserção da dimensão ambiental em projetos de reforma agrária na região de Araraquara e Ribeirão Preto: os casos do PA Bela Vista e PDS da Barra B. In: **Fórum Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA**, 8, 2015, Araraquara, 2015.

_____. _____. Possibilidades e entraves na transição agroecológica e na construção de canais de comercialização direta envolvendo produtores assentados na região de Araraquara. In: **Fórum Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA**, 9, 2016, Araraquara, 2016.

SILVA, J. P. et al. O saber em campo: metodologias participativas na implementação de projetos de sistemas agroflorestais. In: **VII Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais**, 7, 2016, Araraquara, 2016.

SILVA, R. P. et al. Pronaf e a produção familiar e práticas sustentáveis de agricultura em um lote do assentamento Monte Alegre - Araraquara-SP. **Retratos de Assentamentos**, v. 18, p. 317-332, 2015.

SILVA, S., FERRANTE, V. L. S. B. A. educação do campo de Araraquara: Notas para uma análise de percurso. In: **Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais**, 7, 2015, Campinas, Unicamp/FEAGRI, 2015.

SIMONI, F. et al. Biofertilizante na produção de alface e na agregação de valores à agricultura familiar. In: **Fórum Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA**, 8, 2015, Araraquara.

SIMONI, F. et al. Diagnóstico de experiências de capacitação e extensão rural agroecológicas no assentamento Bela Vista. In: **Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais**, 7, 2016, Araraquara.

SOTRATTI, M. A.; GALLO, Z.; SOSSAE, F. C. Agricultura familiar e práticas sustentáveis de agricultura em um lote do assentamento Monte Alegre - Araraquara –SP. **Retratos de Assentamentos**, v. 18, p. 321-339, 2015.

TADDEI, C. S. **Efeitos da compostagem a base do esterco bovino e serragem sobre aspectos produtivos da cultura da cebola**. Araraquara: UNIARA, 2016. Originalmente apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Araraquara, 2016.

VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais

GT 2: Ruralidades, Meio Ambiente e Conflitualidades

Coordenadores: Rodrigo Constante Martins (UFSCAR) e Luis Henrique Cunha (UFMG)

Reflexões sobre agricultoras/es de origem urbana no meio rural

Flavia Soares Ramos¹

Esse trabalho apresenta um conjunto de reflexões e questionamentos iniciais sobre a migração de indivíduos de origem urbana para o meio rural, com maior interesse naqueles que trabalham com agricultura. O esforço foi no sentido de compreender como se deu e como foi apreendido o fenômeno inicialmente, especialmente na França e Espanha, bem como as principais características identificadas naqueles contextos que também são/foram verificadas nas pesquisas realizadas sobre o Brasil. De maneira geral, o Brasil segue a tendência dos países europeus no que se refere aos fluxos migratórios, nos destinos preferenciais e nas formas de ocupação laboral, embora a situação fundiária daqueles países seja muito diferenciada, a considerar processos de êxodo rural e reforma agrária.

Palavras chave: agricultura; migração; novas/os agricultoras/es

¹ Graduada em Ciências Sociais, mestra em Sociologia Política, doutoranda no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina, área de concentração: Sociedade e Meio Ambiente, sob orientação da Prof^a Dra. Eunice Sueli Nodari. E-mail: flavia.soares.ramos@gmail.com

Introdução

Em minha pesquisa para o mestrado, busquei verificar o acesso à renda do trabalho por mulheres rurais da Região da Grande Florianópolis (SC) participantes de uma rede ampla de agroecologia. Além das questões que me levaram ao campo naquele momento, outras apareceram durante o percurso e, dentre elas, uma me pareceu especialmente interessante: a presença de pessoas que não tinham origem no meio rural mas que moravam aí, trabalhavam com agricultura e participavam dos grupos produtivos.

Comecei a identificar esses indivíduos antes mesmo da elaboração final da agenda de campo, quando participei de alguns eventos da Rede Ecovida de Agroecologia² e desde então percebi que havia diferenças entre esse grupo e o dos agricultores e agricultoras com os quais eu vinha trabalhando até então³, embora tivessem muitos objetivos semelhantes por participarem da mesma rede. Em conversas informais com esses novos agricultores e agricultoras e também pelas falas das camponesas entrevistadas para aquele trabalho, ficou evidente que essas relações assumem diversas formas, com características mais harmônicas ou conflituosas, a depender dos envolvidos, do local ou do tema abordado, por exemplo.

Diante das limitações daquela pesquisa em tempo e recurso disponível, não pude explorar adequadamente essas diferenças no âmbito do acesso à renda pelas mulheres, de modo que optei em incluir no trabalho apenas aquelas entrevistas de mulheres que compunham famílias mistas ou integralmente de origem rural. No entanto, concluída a dissertação⁴, permaneceu o interesse pelas pessoas urbanas que optam em morar no meio rural e trabalhar com agricultura, para quem a literatura me sugeriu primeiramente o termo neorurais. Com o avanço nas reflexões e o conseqüente reconhecimento de algumas de suas possíveis interpretações semânticas, as quais não serão exploradas agora, me questiono sobre sua adoção para a perspectiva de pesquisa em questão. No entanto, em se tratando de um

² A organização da Rede se dá através de Núcleos Regionais, formados por grupos e associações produtivas locais. O enfoque unificador está na promoção da agroecologia e certificação participativa (ROVER, 2011). Nos últimos anos participei de Encontros Ampliados da Rede Ecovida (bianuais), de Encontros do Núcleo Litoral Catarinense e de reuniões de grupos produtivos específicos.

³ Daqui por diante usarei o termo “camponês/a” para me referir aos agricultores e agricultoras que têm origem no meio rural.

⁴ “Entre a teoria e a prática agroecológica: onde e como estão as mulheres rurais? Um estudo na região da Grande Florianópolis”, defendida em abril de 2016 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora Prof. Dra. Maria Ignez S. Paulilo.

trabalho ainda de aproximação, opto em evitar seu uso quando for de minha alçada falar sobre, mantendo-o no caso de referir ao trabalho de outros pesquisadores, o que ocorrerá com frequência visto a predominância do termo na literatura e a sua importância para entender os elementos centrais que se colocam.

Os urbanos nos rurais⁵ por opção

Em 1981, Michel Chevalier utiliza o termo neorural para descrever o fenômeno de migração de pessoas urbanas para determinadas zonas rurais francesas, indicando uma revitalização do campo, então esvaziado pelo êxodo rural secular (CHEVALIER, 1981). Tal movimento começa a ocorrer a partir de Maio de 68⁶ e tem como precursores especialmente *“jóvenes estudiantes y profesionales que provienen de una classe urbana media y que se organizan em forma de comunas ideologicamente muy radicalizadas, de carácter anarquista en su mayoría”* (FONT, 1988, p. 151). Ademais do desejo de contrapor-se ao sistema capitalista e viver “de outra maneira”, as dificuldades de interação com a comunidade autóctone e o pouco domínio das técnicas agrícolas para manter uma produção rentável foram apontadas como as principais causas para o insucesso quase total da primeira onda migratória de neorurais. Em um segundo momento, a partir de 1974, se observa uma nova configuração do fenômeno, desta vez orientada por ideais do movimento ecologista e por pessoas, especialmente reunidas na forma de casais/famílias, melhor preparadas para viver no meio rural através do trabalho com agricultura e/ou artesanato.

A França pode ser considerada o epicentro do fenômeno e suas experiências certamente inspiraram outros países. Font (*ibidem*) informou que na Espanha, por exemplo, a migração desse tipo começou um pouco depois do que no país vizinho porque na década de 1960 o país ainda não havia concluído seu processo de êxodo rural, de modo a não ter condições objetivas favoráveis. No entanto, quando iniciou esse movimento, seguiu uma

⁵ Usa-se rurais no plural para abarcar a diversidade e heterogeneidade do espaço rural.

⁶ Migrações desse tipo também correram nos Estados Unidos nessa mesma época, inseridas no movimento de contracultura. No entanto, Font (1988) sugere que o gérmen do fenômeno está na dimensão de modernidade implicada no movimento revolucionário francês, e cita um dos grafites das ruas de Paris na época: *“Levantad los adoquines y encontraréis la tierra”* (*ibidem*, p. 151), que segundo a sua interpretação, reivindica o reencontro com a natureza como objeto inseparável pela luta por liberdade.

trajetória semelhante à França em relação às “ondas” migratórias, ou seja, no primeiro momento, o processo esteve mais carregado ideológica e politicamente, organizado especialmente em comunas e até relacionado à cultura *hippie*, e posteriormente, a partir do início dos anos 1980, se firmou de modo mais cotidiano, embora ainda na época da publicação do artigo citado não houvesse dados formais sobre o tema nesse país.

No Brasil, segundo Viola (1987), foi a partir da década de 1970 e entrelaçado com surgimento do movimento ecologista, que tem início as experiências de migração urbano-rural, especialmente baseado na criação de comunidades rurais alternativas por jovens de regiões metropolitanas, mais influenciados pelo movimento de contracultura norte americano do que pelo movimento europeu. Segundo ele, essas primeiras manifestações também enfrentaram dificuldades já identificadas nos outros países:

Em geral, a vida no campo e a realidade do trabalho agrícola eram muito mais duras que o imaginado pelos jovens quando decidiam abandonar as cidades e, por isto, boa parte deles voltaram para as cidades onde iriam convergir na formação dos restaurantes e entrepostos naturistas. Mas os jovens que superaram o primeiro período adaptativo começaram a trilhar um frutífero caminho de aprendizagem de uma nova relação com a natureza que os levaram a posições mais realistas e equilibradas comparadas com o fanatismo inicial. (VIOLA, 1987, sem página)

A migração desse tipo passou a ser tema de pesquisa a partir do fim dos anos 1980 e início dos 1990, com reflexões iniciais de Eduardo Viola (1987) e Gian Mario Giuliani (1990), embora seja preciso reconhecer que, no primeiro caso, o autor (ainda) não utiliza o termo neorural. No início do século XXI, José Eli da Veiga (2002) chamou a atenção acerca da existência real de um fluxo migratório urbano - rural no país, no entanto, ressaltou que os motivos eram desconhecidos, mas que, caso houvesse melhor infra-estrutura, certamente a classe média buscaria mais abrigo no meio rural⁷. Nos anos posteriores, ainda e sempre no âmbito da pesquisa acadêmica, portanto, podemos considerar um esforço em preencher a lacuna identificada por Veiga quanto aos motivos que levam indivíduos de origem urbana a procurar moradia/trabalho nas zonas rurais. Entre eles constam a insatisfação com a vida nas

⁷ Durante a fase de busca documental, não pude encontrar (ainda) dados oficiais que identifiquem esse movimento migratório, e assim, consequentemente, políticas públicas de incentivo e/ou organizações governamentais e não-governamentais de apoio, como nos Estados Unidos, <https://newfarmers.usda.gov>; Europa: <https://ec.europa.eu>; México: <https://neorruralidadmx.wordpress.com>, por exemplo.

grandes cidades, com o trabalho e a busca por mais qualidade de vida e tranquilidade (PAFUNDA, 2016; FREITAS, 2005).

É necessário ressaltar que, ainda no campo das motivações que levam à migração, o ponto de concordância entre os pesquisadores que utilizam o termo neoruralidade, é especialmente quando o movimento decorre de uma escolha deliberada e voluntária dos indivíduos urbanos. Cabe essa ressalva uma vez que, no Brasil, não é exatamente uma novidade deslocamentos do urbano para o rural, tendo ocorrido em diversos períodos e de diversas formas, embora nem todos possam ser compreendidos como neoruralidade, tal como está se tratando aqui, por ora. Giuliani (1990) salienta que a diferença entre tais movimentos está justamente em tratar-se de *necessidade* ou *escolha*, ou seja, os movimentos migratórios urbano-rural mais comuns no país são/foram aqueles fundados na busca por meios de sobrevivência e estavam/estão diretamente relacionados aos ciclos econômicos de produtos específicos (como café, borracha, madeira, cana-de-açúcar, por exemplo) ou políticas migratórias e de expansão da fronteira agrícola⁸. Por sua vez, em pesquisas que mobilizam o termo neoruralidade para definir esse tipo de migração, não são encontrados relatos de motivações relacionadas diretamente ao suprimento de necessidades de base material, mas essas, quase sempre, indicam uma ideia de “revalorização da ruralidade enquanto tempo-espaço-cultura por indivíduos advindos de círculos urbanos” (FREITAS, 2005, p. 18). Essa diferenciação feita por Giuliani e replicada posteriormente enfatiza uma questão de classe, que será retomada adiante. Por enquanto e ainda sob a perspectiva de escolha autônoma - para a realização de um sonho?, passamos para o local objetivo de concretização.

De acordo com a literatura, os migrantes urbanos não vão para qualquer sítio, em qualquer dos sentidos do termo, é preciso que o local ofereça certas condições específicas. No contexto francês, Chevalier (1981, p. 35) observou, por exemplo, que “*La rénovation d'un ancien village a été parfois favorisée par la proximité d'une grande ville*”, mas que as condições climáticas favoráveis do litoral sul também contribuíram para que essa região fosse mais procurada que outras, especialmente na primeira onda migratória⁹. Font (1988), por sua

⁸ Alguns autores, como Marilda Menezes (2012, p. 22), ressaltam, porém, que desde as análises feitas a partir da década de 1980 no Brasil, já se percebia que “(...) a migração de camponeses não era apenas consequência da inviabilidade de suas condições de existência, mas parte integrante de suas próprias práticas de reprodução social. Assim, migrar poderia ser a condição para a permanência da condição camponesa e da moradia no campo”.

⁹ Ainda nos anos 2000, a região continuava atraindo o interesse de novos agricultores e migrantes no geral, conforme Cazella (2001).

vez sobre o contexto espanhol, reforça a importância da paisagem (condições naturais específicas que atraem) e de áreas despovoadas por reduzir a possibilidade de conflito de interesses pelas terras/imóveis. Sobre o Brasil, os estudos identificam principalmente a movimentação nas proximidades das regiões metropolitanas, mas não ressaltam características muito específicas desses locais que sejam consideradas determinantes para a escolha desses indivíduos. Por ora busco enriquecer essa reflexão a partir das minhas experiências pessoais e de pesquisas nos últimos anos no estado catarinense¹⁰.

Nesse contexto, pude verificar a existência de indivíduos de origem urbana no meio rural especialmente na região litorânea, tanto da Grande Florianópolis, como também nos litorais norte e sul, todos locais próximos à rodovia federal (BR101). Em uma análise inicial, podemos considerar que os apontamentos feitos por Chevalier se confirmam: a proximidade de cidades maiores parece favorecer o interesse dos urbanos pelo meio rural, seja por propiciar acesso a infra-estrutura melhor (educação, saúde, lazer), ou possibilidades de atingir um mercado consumidor diferenciado para seus produtos ou serviços. No entanto, definitivamente não estamos falando de áreas despovoadas, mas muito pelo contrário, haja visto que o litoral catarinense cada vez mais se torna alvo de intensas disputas provocadas pelo crescimento das cidades, especulação imobiliária, turismo, ampliação e manutenção de portos, construção de rodovias, demarcações de terras indígenas, abertura de fábricas, maricultura, pesca industrial, entre outros.

Diante dessas considerações, já podemos compreender que o contexto sócio-histórico-econômico é muito diferenciado daqueles relatados nas experiências européias, em que se trata de uma revitalização de um local vazio (ou relativamente esvaziado). Aqui, apesar de cada vez mais espremido, o rural ainda pulsa e busca formas de resistir para manter-se rural, com suas antigas e atualizadas características, de forma que a chegada de novos indivíduos com expectativa não só de fixar residência (disputa territorial) mas também trabalhar com agricultura (disputa econômica e técnica) pode ser um potencial de tensionamento entre os nativos e os de fora.

É necessário ainda algumas ressalvas quanto às atividades laborais desenvolvidas pelos urbanos migrantes. Para autores como Joan Nogué i Font (1988) o trabalho seria não só um componente primordial do que ele chamou de *nova territorialidade*, mas também

¹⁰ Trabalhos de pesquisa/campo, participação em eventos e residência nas regiões norte, oeste, litoral e planalto serrano. Os trabalhos de pesquisa e campo sempre orientados pela Prof^a Dra. Maria Ignez Silveira Paulilo.

característica fundamental do fenômeno da neoruralidade, pois esse não cumpriria apenas uma função econômica, mas também social ou ainda psico-social, visto que na base das experiências neorurais geralmente versa um projeto de trabalho autônomo e/ou alternativo, a longo prazo. Para esse autor (e outros) os neorurais podem ser divididos três subgrupos: os neoartesãos, os neocamponeses, ou outros, no qual estão aqueles que trabalham com ambas as atividades ou com nenhuma delas (por exemplo: turismo rural, terapias naturais, aposentados, entre outros).

Nas pesquisas realizadas no Brasil, essa classificação ocupacional não aparece com tanta ênfase, mas algumas indicações quanto às principais atividades desenvolvidas já foram feitas. Alguns trabalhos sobre neorurais identificaram, por exemplo, indivíduos que mantêm as mesmas atividades laborais desenvolvidas no espaço urbano¹¹. Outros demonstram que o espaço geográfico específico é fundamental para a atividade de trabalho, como turismo rural (VARGAS, 2002), práticas religiosas específicas, artesanato com recursos naturais locais, entre outras. Alguns, porém, focam especialmente nos neorurais que desenvolvem trabalhos na agricultura e pecuária, enfatizando seu envolvimento especialmente com as formas de produção de base ecológica (KARAM, 2004)¹².

Cada uma dessas atividades têm seu papel na construção/transformação da dinâmica local, tendo, assim, grande potencial para contribuir nas interpretações das ruralidades, no entanto, meu interesse de pesquisa sempre esteve mais relacionado com a agricultura, o que me leva a buscar compreender a migração a partir desse setor específico. Dessa maneira, creio que convém recorrer, ainda que inicialmente, aos conceitos de *habitus*, campo e capital, conforme proposto por Pierre Bourdieu (2002), para refletir sobre as relações que emergem do encontro entre camponeses e novos agricultores.

Na perspectiva da sociologia rural, somos chamados a refletir sobre a construção da identidade de agricultor/a, diferenciando (se é que é possível) aquilo que corresponde ao ofício ou atividade sócio-ocupacional, daquilo que corresponde a um modo de vida singular. A dificuldade em fazer essa separação, está no fato de que o trabalho agrícola mais tradicional (como o imaginamos no senso comum) é aprendido via socialização, pelo

¹¹ Certamente a ampliação das redes de comunicação, em especial a internet, possibilitam que uma série de atividades laborais sejam desterritorializadas, de modo que podem ser realizadas de qualquer outro lugar.

¹² Há um trabalho que não apenas entende como neorurais aqueles advindos do meio urbano e que trabalham com agricultura orgânica, mas também como aqueles que, mesmo com origem no meio rural, tenham se convertido para essa forma de produção, sugerindo as categorias neorurais locais e neorurais forasteiros (CODONHO, 2013)

saber-fazer e se entrelaça com as atividades cotidianas. Um modo bem distinto de aprender um ofício nas zonas urbana. Mas o trabalho da agricultura pode se comparar a qualquer trabalho? Seria a dependência direta da natureza um fator de diferenciação? Esses elementos contribuem para constituir um *habitus* camponês? Como aprender a *ser* agricultor? Me interessa saber como essa identidade camponesa é compreendida, assumida e/ou desejada pelos migrantes. O desafio aqui está em equacionar o *habitus* camponês com o *habitus* de migrante (XAVIER, 2010; SPRANDEL, 2013)¹³, visto ser um campo ainda por avançar.

O conceito de campo também será central para a reflexão e análise, e será provocado por compreendê-lo como espaço simbólico e ao mesmo tempo empírico da socialização, onde ocorrem as disputas pela legitimação e detenção de poder. No campo da agricultura brasileira, configura como principal disputa de campo (ou disputa macro) aquela travada entre os camponeses (incluídos aqui agricultores familiares, pequenos agricultores, trabalhadores rurais com e sem terra, extrativistas, entre outros) e o *agrobusiness* (compreendidos na figura dos grandes proprietários e indústrias agroquímicas)¹⁴. No entanto, as disputas ocorrem também no interior dessas categorias, visto que as mesmas não são homogêneas, ou seja, dentro aquilo que chamamos camponeses, há uma gama de distintos atores e interesses, nos quais poderiam ser incluídos os novos agricultores de origem urbana.

Além disso, parte da literatura sobre processos migratórios descreve o papel ativo do migrante para a produção da territorialidade em que está posto, mesmo em casos de migrações forçadas ou motivadas pela busca de condições de sobrevivência (geralmente do rural para o urbano, de países periféricos para países centrais, etc), como indica Maria Aparecida de Menezes (2012). A autora recorre à mexicana Sara Flores, que afirma sobre as pesquisas que vem realizando:

Nos interesa dar cuenta de la organización de colectivos que no solo se trasladan de un lugar (origen) a otro (destino), sino que son capaces de circular, de recorrer espacios y de apropiarse de ellos “produciendo territorios”, participando en la creación de riquezas y

¹³ Inclusive o próprio Bourdieu manifestou interesse na questão da migração a partir dos conceitos de campo e *habitus* (BOURDIEU; SAYAD, 1964, in: XAVIER, 2010)

¹⁴ Essa disputa parece clara no período entre 1999 e 2016, período em que haviam dois ministérios responsáveis pela agricultura brasileira. A saber, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi criado em 1999 e a partir de 2001 assumiu atribuições relacionadas à reforma agrária, regularização fundiária na Amazônia Legal e territórios quilombolas, promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, que teoricamente faziam parte da pauta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Em maio de 2016 o MDA foi extinguido, passando primeiramente a fazer parte do Ministério do Desenvolvimento Social e posteriormente suas competências foram atribuídas à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República.

É inevitável que na construção de novas territorialidades, identidades e riquezas haja choque de interesses entre os nativos e os forasteiros. Nesse aspecto, geralmente a literatura sobre migração indica uma condição “desleal” de disputa, na qual os locais parecem ter a vantagem sobre os estrangeiros por dominar os códigos hegemônicos. Na literatura sobre neoruralidade, por sua vez, não pude deixar de notar a ênfase dada às “oportunidades” de dinamização do meio rural com a vinda de indivíduos do meio urbano, de modo que corrobora-se com a imagem tradicional do rural como atrasado e o urbano como moderno. A pesquisa de Yara Vargas (2002), por exemplo, afirma que o *capital intelectual* dos neorurais instrumentaliza-os para novas formas de expressão empresarial. No entanto, preocupa que não conste considerações acerca da interpretação das alterações e dos impactos pelos camponeses locais. Se considerarmos que o *habitus*, conforme descrito por Bourdieu é, também, um *habitus* de classe, e que difere-se as classes do trabalhador rural e urbano, proponho um olhar diferenciado para esse tipo de migração e, especialmente, sobre as formas em que as relações e interações entre comunidade local e estrangeira podem assumir.

Considerações finais

Embora inicialmente o fenômeno da neoruralidade pareça ter chamado mais atenção dos geógrafos por envolver reflexões sobre território, paisagem, rural x urbano¹⁵, é interessante o tratamento interdisciplinar para apreendê-lo na sua complexidade. Ou seja, mais do que ocupação territorial, o fenômeno é cortado por relações de poder, perspectivas de trabalho, processos migratórios, interações sócio-histórica-culturais, disputas políticas e econômicas, entre outros.

Nessa perspectiva, acredito que uma pesquisa mais profunda sobre o tema precisa aprender com diversas áreas do conhecimento, mas pode também contribuir, como por exemplo com a Sociologia Rural e o campo de estudo sobre migrações, que habitualmente se

¹⁵ Chevalier (1981) refere-se exclusivamente aos geógrafos quando propõe o termo inicialmente, demonstrando seu apreço à essa disciplina pelo estudo do fenômeno: “*Il n'existe, à ma connaissance, ni texte d'ensemble, ni même tentative de recensement partiel de ce type nouveau d'habitat par les géographes*”. (p. 34)

dedicam à análise do movimento rural-urbano ou ancorado na satisfação de necessidades materiais. Dialogar com diferentes áreas é desafiador considerando a forma de aprender a que fomos submetidos, todavia, esse esforço certamente será menor do que o necessário para apreender de forma sensível as relações emergentes no meio rural com a chegada de migrantes de origem urbana.

Referências bibliográficas

BRITO, Angela Xavier de. Habitus de migrante: um conceito que visa captar o cotidiano dos atores em mobilidade espacial. In: Sociedade e Estado. vol.25 no.3 Brasília Sept./Dec. 2010. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922010000300002

Acessado em 26/12/2017

CAZELLA, A. A. . Revitalização das zonas rurais marginalizadas : a construção social da multifuncionalidade agrícola na França. In: XXIX Congresso brasileiro de economia e sociologia rural, 2001, Recife. Competitividade & Globalização: Impactos regionais e locais, 2001. Disponível em: <http://lemate.paginas.ufsc.br/files/2011/12/Cazella.pdf> Acessado em 17/11/17.

CHEVALIER, Michel. Les phénomènes néo-ruraux. In: L'Espace géographique. Année 1981, 10-1, p. 33-47. Disponível em:

http://www.persee.fr/doc/spgeo_0046-2497_1981_num_10_1_3603 Acessado em 11/11/2017

CODONHO, CAMILA GUEDES. “Ser orgânico”: agricultura ecológica e novas ruralidades no sul de Minas Gerais'. 2013. 291 f. Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2013. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/280217/1/Codonho_CamilaGuedes_D.pdf Acessado em 12/11/17

FONT, Joan Nogué i. El fenomeno neorrural. In: Agricultura y sociedad, No 47, 1988, págs. 145-175. Disponível em:

http://www.mapama.gob.es/ministerio/pags/biblioteca/revistas/pdf_ays/a047_06.pdf

Acessado em 27/12/2017

FREITAS, Priscilla Bitencourt. A busca de um novo modo de vida e trabalho: as mudanças no cotidiano dos novos-rurais. 2005. 118 f. Mestrado em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2005. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/101957/234306.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Acessado em 12/11/17

GIULIANI, Gian Mario. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. In: RBCS/Anpocs, n. 14, ano 5, out. 1990. Disponível em:

http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_14/rbcs14_05.htm Acessado em

20/11/17

IBGE. Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil : uma primeira aproximação / IBGE, Coordenação de Geografia. – Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 84p
Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf> Acessado em 09/01/2018

KARAM, Karen. A mulher na agricultura orgânica e novas ruralidades. Revista Estudos feministas, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 303-320, jan./abr. 2004.

MENEZES, Marilda Aparecida de. Migrações e mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos. In: Migrações : implicações passadas, presentes e futuras / Paulo Eduardo Teixeira, Antonio Mendes da Costa Braga, Rosana Baeninger (org.). – Marília: Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2012. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/migracoes2_ebook.pdf Acessado em: 28/12/2017

PAFUNDA, Rosana Akemi. As novas ruralidades no debate paradigmático: estudo de caso sobre os neo-rurais de Jquitiba, São Paulo. 2016. 129 f. Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3803219 Acessado em 12/11/17

RAMOS, Flavia Soares. Entre a teoria e a prática agroecológica: onde e como estão as mulheres rurais? Um estudo na região da Grande Florianópolis. 2016. 158 f. Mestrado em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

ROVER, Oscar. Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia. In: Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 47, N. 1, p. 56-63, jan/abr 2011. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/viewFile/1044/239 Acessado em 10/01/2018

SILVEIRA, Suzana Maria Pozzer da. Rede Ecovida de Agroecologia: uma inovação estratégica para o desenvolvimento territorial sustentável na zona costeira catarinense? In: Revista INTERthesis, Florianópolis, v.10, n.2, p. 181-213, Jul./Dez. 2013. Disponível em: file:///C:/Users/usuario/Downloads/Dialnet- Acessado em 10/01/2018

SPRANDER, Marcia Anita. Algumas observações sobre fronteiras e migrações. In: Ciência e Cultura. Vol. 65, no 1, São Paulo. Jan. 2013. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252013000100011&script=sci_arttext Acessado em 27/12/2017

VARGAS, Yara Tarragó. Os neo-rurais: capital humano estratégico de mudanças. Rio de Janeiro. 2002. 132f. Mestrado em Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16956/Os%20neo->

rurais.pdf?sequence=1 Acessado em 06/01/2018

VEIGA, José Eli da. Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas - São Paulo, Editores Associados, 2002

VIOLA, Eduardo J. (1987), "O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986): do Ambientalismo à Ecolítica". Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 3, vol. 1, fev. São Paulo, Cortez/ANPOCS. Disponível em:

http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_01.htm Acessado em 20/12/2017

AGROECOLOGIA E ALTERNATIVIDADES: a reprodução socioambiental dos agricultores agroecológicos do Núcleo Maria Rosa da Anunciação da Rede Ecovida de Agroecologia

Letícia da Costa e Silva¹, Ana Paula Debastiani Vasco², Tatiana Kaminski³

RESUMO: As diversas intenções para promover a agroecologia como ciência e prática se situam no bojo de experiências alternativas que reagem à crise socioambiental a partir da formulação de arranjos socioprodutivos próprios, promovidos por diferentes grupos sociais. Este artigo objetiva discutir as alternativas construídas no meio rural por agricultores familiares como meios para garantir a sua reprodução socioambiental. Para tanto utiliza-se do caso do Núcleo Maria Rosa da Anunciação da Rede Ecovida de Agroecologia enquanto uma estratégia que viabiliza a existência de um coletivo de agricultores agroecológicos que tem na certificação participativa um de seus eixos de coesão e de ação. Esse caso é explorado por meio de uma pesquisa interdisciplinar realizada no ano de 2016 baseada em observações participantes de cinco reuniões e de uma entrevista semi-estruturada com um dos coordenadores do Núcleo estudado. É possível observar que a agroecologia contribui positivamente nas formulações de estratégias de reprodução socioambiental, já que valoriza a pluralidade do diálogo de saberes, fomenta a criação de organizações alternativas que dão subsídios à agroecologia, além de potencializar um manejo produtivo que considere as especificidades do mundo natural e social do lugar.

Palavras-chave: Alternatividade. Agroecologia. Reprodução Socioambiental.

1. Introdução

Esse trabalho apresenta um recorte de uma pesquisa interdisciplinar realizada por alunas de doutorado do Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR/Brasil), especificamente da Linha de Pesquisa ‘Ruralidades, Ambiente e Sociedade’. Ele tem o objetivo de discutir as alternativas construídas no meio rural, precisamente entre os agricultores familiares agroecológicos, como possibilidade de garantir sua reprodução socioambiental. Para tanto, apresenta o caso ilustrativo do Núcleo Maria Rosa da Anunciação que faz parte da Rede Ecovida de Agroecologia, a qual congrega pessoas e organizações formando grupos e núcleos regionais cujo objetivo é fortalecer e consolidar a proposta da agroecologia, sendo uma de suas estratégias a certificação participativa.

Entende-se por alternativas teorias e práticas que na sua diversidade resistem a modelos opressores. No contexto do rural tais alternativas apontam para iniciativas de

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Email: leticia.csilva01@gmail.com.

2 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Email: ana.dvasco@gmail.com.

3 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Email: tati.kaminski@gmail.com.

enfrentamento das formas homogenizadoras de modernização do campo (ALMEIDA, 2004). Nesse sentido, a agroecologia se faz presente enquanto um projeto alternativo que busca garantir a reprodução socioambiental da agricultura familiar (CORONA e ALMEIDA, 2014).

A metodologia utilizada para realização deste trabalho está inserida no programa de pesquisa interdisciplinar cujo objetivo foi analisar as alternativas de reprodução socioambiental da agricultura familiar na Região Metropolitana de Curitiba (RMC/Brasil) e Litoral do Paraná (LP/Brasil)⁴. Além de possibilitar a revisão de literatura conjunta de três categorias de análise - alternativas, agricultura familiar e reprodução socioambiental -, esse programa estabeleceu um percurso metodológico para a escolha de um *locus* comum de pesquisa: os agricultores ecológicos do Assentamento Contestado localizado no município da Lapa-PR. Esses agricultores são membros do Núcleo Maria Rosa da Anunciação pertencente à estrutura organizativa da Rede Ecovida de Agroecologia, considerada uma experiência alternativa ao modelo hegemônico de modernização da agricultura que busca, por meio da agroecologia e da certificação participativa, garantir a reprodução socioambiental dos seus agricultores membros. Para construção deste artigo foram realizadas observações participantes em reuniões do núcleo e dos grupos que o compõem e, além disso, foi realizada uma entrevista semi-estruturada com o coordenador geral no núcleo.

2. Alternativas e reprodução socioambiental da agricultura familiar

Existe um campo de disputas, materiais e simbólicas, acerca de diferentes modelos de desenvolvimento. Segundo Santos (2002a), o modelo mais alinhado às forças hegemônicas sobrepõe-se a uma pluralidade de experiências ligadas a modelos contra-hegemônicos. Estes últimos, no campo das alternativas, são elaborações heterogêneas de resistência a modelos opressores, a diferentes formas de dominação e reprodução de desigualdades (*ibid*; LEFF, 2006, QUIJANO, 2005). As alternativas representam um esforço para ir “contra o desperdício da experiência” (SANTOS, 2002b), dando visibilidade à experiências que tendem a serem desconsideradas diante de um modelo de desenvolvimento homogenizador.

Ao valorizar as particularidades de experiências alternativas fica possível observar tensões entre a racionalidade substantiva e a racionalidade moderna (SANTOS, 1988, 2002b, 2010; RAYNAUT, 1994) e eurocêntrica (QUIJANO, 2005) cuja prerrogativa está na ideia de um evolucionismo unilateral, na noção de progresso. Trata-se, por exemplo, assevera Santos (2002b), de olhar para o camponês com sua enxada não como um sujeito pré-moderno vivendo na

4 Para maiores informações sobre o Programa Coletivo ver Vasco, Silva, Kaminski (2017).

contemporaneidade, interpretado a partir de escalas de tempo predefinidas. É, continua o autor, lançar o olhar para esse mesmo agricultor com a enxada na mão, e identificar e valorizar experiências que estão para além da razão instrumental eleita pela ciência moderna como a válida e verdadeira. É, nesse caso, perceber a resistência de um modo de vida - apesar do tempo e das forças dominantes - em que passado, presente e futuro se articulam com a potencialidade de sustentar um projeto alternativo (contra-hegemônico) de sociedade.

As experiências alternativas contemporâneas, continua Quijano (2005), representam um novo imaginário anticapitalista que deflagra a crise ambiental, se fundamentando na valorização da diversidade cultural, na autonomia, na emancipação e na reciprocidade existente na relação entre sociedade e natureza (LEFF, 2006). Nesse sentido pensa-se, em desenvolvimentos construídos a partir de lógicas locais, que abarcam simbolismos e valores de bem estar comunitários próprios de uma população, resgatando aspectos tradicionais (passado) ao mesmo tempo em que se relacionam rotineiramente com a sociedade englobante (presente, hegemônica) na busca por projetos que garantam a reprodução social de sociedades (futuro) em que se pese uma relação mais sustentável com a natureza. Nesse contexto, adicionam Ferreira (2013) e Brandenburg (2010a; 2010b), o meio rural se torna relevante por ocupar um espaço privilegiado na interação entre sociedade e natureza, e por abrigar experiências alternativas protagonizadas por agricultores familiares, cujas ações se baseiam em uma racionalidade que lhe é própria (CHAYANOV, 1974; BRANDENBURG, 2010a; 2010b; LEFF, 2006; WANDERLEY, 2009).

A agricultura familiar representa uma categoria relevante no contexto do debate sobre o desenvolvimento e meio ambiente, pois, se compreendida a partir de uma perspectiva histórica, ela concebe resistências e alternativas a diferentes tipos de sociedade (LAMARCHE, 1993; CHAYANOV, 1974; WANDERLEY, 2009). Essa resistência busca garantir a sua reprodução, por meio da articulação de modos de vida mais sustentáveis que põem em tensão a lógica produtivista e utilitarista de mercado, ao possuir relações privilegiadas com seu entorno - laços comunitários, família, natureza - e ao se manifestar, também, por meio de modos de organização peculiares. Resistem e apresentam alternativas, conforme observam Brandenburg (2010a; 2010b) e Ferreira (2013) à crise socioambiental atual.

Por meio de ações alternativas, nesse sentido, buscam a elaboração de estratégias próprias de reprodução social da família. Trata-se de uma reprodução marcada por rupturas e continuidades do modo de vida do camponês, na medida em que o agricultor familiar se relaciona de forma dinâmica com o seu entorno (WANDERLEY, 2009; 2014; FERREIRA, 2013; LAMARCHE, 1993, BRANDENBURG, 2010a, 2010b). Para Raynaut (1994), a reprodução de sociedades humanas, como o é para as sociedades camponesas e da agricultura familiar, articulam

a dimensão material (atividades produtivas, recursos da natureza, etc) e imaterial (representações, ideias, conhecimento, cooperação), não havendo a possibilidade de dissociar uma da outra, como também revelam associações entre diferentes dimensões de suas práticas sociais (econômico, cultural, político e ambiental), conforme mostra Corona (2005) e Corona e Almeida (2014).

Nesse trabalho buscou-se o conceito da reprodução socioambiental a partir da abordagem proposta por Corona e Almeida (2014) em que o termo socioambiental circunscreve-se em ações dentro do campo da alternativas que consideram a relação sociedade e natureza. Assim, este conceito destaca e facilita a compreensão das relações materiais e imateriais no contexto da agricultura familiar, além de ter como objetivo o desentrelaçamento com a exclusividade da racionalidade instrumental e com a concepção utilitarista da relação com os recursos propostos no modelo de desenvolvimento hegemônico.

Ao localizar o debate da reprodução socioambiental e alternativas no meio rural, resgata-se também o conceito de rural socioambiental abordado por Branderburg (2010a; 2010b). Esse novo rural surge como uma reação à colonização do meio rural, dada pelo avanço da lógica urbano-industrial em direção ao campo, marcada no Brasil pela modernização conservadora da agricultura na década de 1970 (FERREIRA, 2013; BRANDENBURG, 2010a; WANDERLEY, 2009), cujas consequências acentuaram a crise socioambiental nesse espaço.

Nesse contexto, continua Branderburg (2010a; 2010b), os novos atores do rural socioambiental resistem à exclusividade da racionalidade instrumental e ressignificam o tradicional, no sentido da natureza e da sociabilidade revalorizadas. Há uma articulação de elementos subjetivos e de suas experiências de vida (BRANDENBURG, 2010b; LEFF, 2006). Assim, articulam a racionalidade e a subjetividade de modo reflexivo no sentido de reconstruir relações socioambientais, apontando para projetos alternativos. Esses agricultores familiares são identificados como atores ecológicos do rural socioambiental, ligados, conforme Branderburg (2010a; 2010b), ao movimento ecológico. Nele a agroecologia se faz presente enquanto um projeto alternativo que busca garantir a reprodução socioambiental da agricultura familiar.

2.1 Agroecologia: alternativa para reprodução socioambiental da agricultura familiar

A agroecologia, segundo Sevilla-Guzmán e Soler (2010), envolve um processo coevolutivo⁵ resultante da interação entre sistemas sociais (conhecimentos, valores, tecnologias e organizações) e ambientais (diversos elementos e seres vivos presentes no meio ambiente).

⁵ O termo coevolução utilizado por Sevilla-Guzman e Soler (2010) refere-se à interação entre o sistema social e o ambiental/natural, a qual ocasiona constantes transformações e mudanças em ambos.

Gliessman e Rosemeyer (2010) complementam ao entendê-la como o estudo de processos econômicos e de agroecossistemas que promove mudanças sociais e ecológicas complexas. É uma perspectiva integradora e não dicotomizada dos processos agrários que reúne outras formas de relação sociedade e natureza, de modo a representar, segundo Brandenburg (2002), modelos alternativos de produção e de modos de vida daquele derivado da colonização do ambiente rural⁶.

No Brasil, a agroecologia não compõe uma categoria social homogênea. Conforme Brandenburg (2002), apesar da grande participação da agricultura familiar, há também o envolvimento de agricultores de elite, neo-rurais, profissionais qualificados, pequenos empresários, empresas associativas, cooperativas de produção e empresas que contratualizam a produção e comercialização de alimentos⁷. O agricultor familiar de matriz ecológica de produção (ALTIERI, 2012; GLIESSMAN e ROSEMEYER, 2010; CAPORAL, 2009) é descrito por Veiga e Brandenburg (2015, p. 200) como um sujeito inserido em um processo de ecologização, em que “ [...] há incorporação, ampla ou seletiva, de uma dimensão ecológica nos discursos e nas práticas sociais”. Assim, um agricultor ecologizado consegue articular dimensões da sustentabilidade em sua unidade de produção ao ser orientado por valores sociais, políticos, culturais e éticos (*ibidem*).

Para o agricultor familiar agroecológico, lembram Sevilla-Guzmán e Soler (2010), a natureza não pode ser apropriada por não ser fruto de seu trabalho, sendo vista como um elemento de preservação e recriação da vida a ser racionalmente cultivado e preservado no intuito de garantir a reprodução social de sua família. Assim, pode-se dizer que a agroecologia valoriza “[...] uma forma de produção que articula um sistema de vida orientado por múltiplas racionalidades (econômica, social, religiosa, afetiva, ética etc.)” (Brandenburg, 2002, p. 22).

No contexto do rural socioambiental apresentado por Brandenburg (2010a, 2010b) muitos dos agricultores familiares agroecológicos podem estar alinhados ao novo ator social reflexivo que, aliado a instituições e outros atores ecológicos do meio rural e urbano, vem resgatando e transformando as relações socioambientais no campo e na cidade no intuito de disputar modelos de agricultura e desenvolvimento rural com os outros atores presentes no meio rural.

É possível perceber a recuperação de modos de vida e modos de produção tradicionais ou a criação de novas práticas em três dimensões, conforme aponta Sevilla-Guzmán e Soler (2010):

⁶ Diferentes autores parecem fazer uso de diferentes termos para os mesmos fenômenos observados, como acontece com Brandenburg (2002) - agricultura ecológica -, Sevilla-Guzmán e Soler (2010) e Gliessman (2000) - agroecologia. No intuito de facilitar a narração e análise aqui realizadas, neste trabalho opta-se pela utilização do termo ‘agroecologia’, já que os autores aqui revisados convergem em muitos aspectos para um mesmo entendimento. Mas essa opção não significa o encerramento do debate em torno dessas diferentes terminologias e conceituações.

⁷ Vale aqui ressaltar, conforme Brandenburg (2002), que a agroecologia não constitui uma forma de reprodução de uma categoria específica, mas refere-se a uma reprodução articulada entre os diferentes atores ecológicos situados no campo e na cidade, sejam eles produtores, consumidores ou técnicos.

na técnico-produtiva, na sociocultural e econômica, e na sociopolítica. Permeando essas três dimensões há o diálogo dos saberes, o qual, continuam os autores, se baseia no conhecimento tradicional e empírico dos agricultores, transmitido oralmente entre as gerações e complementado pelo conhecimento formal e externo, geralmente científico, teórico, experimental e aplicado. Neste sentido, Caporal (2009) concorda que, além da agroecologia fomentar essa integração, o diálogo de saberes torna viável a compreensão e análise do atual modelo de desenvolvimento rural numa perspectiva crítica, ao passo que permite a proposição e estabelecimento de outras estratégias de desenvolvimento a partir de uma abordagem transdisciplinar e holística.

No Brasil, dentre as políticas públicas de apoio à agroecologia, há a Lei 10.831 de 2003, da agricultura orgânica, que engloba outras correntes de agricultura ecológica. Dentre suas disposições há a obrigatoriedade da certificação para a venda de produtos orgânicos, mas permite a sua dispensa para vendas diretas ao consumidor. Neste sentido, o Decreto 6.323 de 2007 regulamenta a lei da agricultura orgânica e prevê três mecanismos de certificação: (i) a certificação por auditoria que abriga o Sistema de Garantia da Terceira Parte (SGTP)⁸ e; (ii) o Sistema Participativo de Garantia (SPG) que permite que o controle da certificação participativa seja realizado por entidade jurídica cadastrada junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Trata-se de um sistema solidário de geração de credibilidade, onde a elaboração e a verificação das normas de produção ecológica são realizadas com a participação efetiva de agricultores e consumidores, buscando o aperfeiçoamento constante e o respeito às características de cada realidade. (REDE ECOVIDA, 2011).

A institucionalização da agroecologia além de favorecer o acesso da sociedade a alimentos de maior qualidade, fomenta a agricultura agroecológica. Mas, deve-se considerar que o processo de institucionalização segue padrões convencionais a medida que exige o cumprimento de determinadas condutas que pode flexibilizar as normas ecológicas que regem os próprios sistemas de produção dos agricultores (BRANDENBURG, 2002). Destarte, tal qual o agricultor familiar que percorre um caminho de rupturas e permanências da figura do camponês diante da modernidade, a agroecologia é constantemente pressionada pelo sistema agroalimentar hegemônico ao mesmo tempo em que consegue manter seu caráter alternativo, por meio de suas estratégias produtivas, comerciais, sociais e culturais locais, resistindo e se recriando na busca de nivelar desigualdades geradas historicamente (SEVILLA-GUZMÁN, 2006).

⁸ O SGTP prevê a certificação por auditoria, cujo foco é na auditoria do produto realizada por uma empresa especializada (PEREZ-CASSARINO, 2012).

Dessa forma, a agroecologia apresenta uma conformação inovadora ao se observar o resgate e manutenção de elementos do tradicional ao mesmo tempo em que nuances da agricultura modernizada são incorporadas e ressignificadas nesses mesmos espaços. Ela procura responder à crise socioambiental na tentativa de não desperdiçar experiências (SANTOS, 2002b) que trazem em seu cerne um modelo de desenvolvimento pautado em lógicas que lhe são próprias. Nesse sentido, representa uma experiência de constante reinvenção, articulando saberes locais, vivências tradicionais, com a possibilidade da criação, da incorporação de novidades seja no processo produtivo, de comercialização ou nos diversos âmbitos da vida de uma comunidade rural.

3. Metodologia da pesquisa: uma construção interdisciplinar

A abordagem interdisciplinar propõe o diálogo das diferentes áreas do conhecimento que tendem a considerar as relações entre a sociedade e a natureza (RAYNAUT, 1994); nesse âmbito, se propôs a abordagem teórica e metodológica desta pesquisa. Ela foi construída no coletivo da linha ‘Ruralidades, Ambiente e Sociedade’ da turma de doutorado XI do PPGMADE. Ela parte de uma reflexão coletiva do grupo de doutorandas realizada nos meses de agosto a dezembro de 2014 e janeiro a setembro de 2015. Tal reflexão partiu de uma temática já histórica no programa, qual seja, a reprodução socioambiental da agricultura familiar na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e Litoral do Paraná e a criação de alternativas que criem condições para tal reprodutibilidade.

A reflexão e pesquisa do grupo de doutorandas, teve como objetivo aprofundar a compreensão da inter-relação entre as alternativas e a reprodução socioambiental da agricultura familiar ecológica nestas regiões, considerando a articulação das perspectivas de futuro, com elementos do presente e do passado. Com o debate e aprofundamento destas categorias - agricultura familiar, reprodução socioambiental e alternativas - e o levantamento preliminar de dados secundários e informações de pesquisas já realizadas, construiu-se uma problemática coletiva que orientou as três etapas subsequentes da pesquisa coletiva cujo objetivo foi delimitar um *locus* comum de pesquisa: diagnóstico social, econômico e ambiental dos municípios que compõem as regiões selecionadas a partir de dados secundários; foram entrevistados informantes qualificados em instituições governamentais e não governamentais da Região Metropolitana de Curitiba e Litoral do Paraná, com o intuito de levantar experiências alternativas de agricultura familiar ecológica; após, foram selecionadas algumas experiências, a partir de critérios previamente definidos, para serem conhecidas *in loco*, com a realização de entrevistas com lideranças ou dirigentes.

Nessa perspectiva, a partir de critérios que levou em conta os interesses de pesquisa individuais das doutorandas, estabelece-se um *locus* comum de pesquisa com base nas entrevistas realizadas nas experiências selecionadas: os agricultores agroecológicos do Assentamento do Contestado no município da Lapa-PR. Trata-se de agricultores e agricultoras ecológicos certificados pela Rede Ecovida de Agroecologia, por meio do Núcleo ‘Maria Rosa da Anunciação’. Dessa maneira, viu-se no espaço do Núcleo Maria Rosa da Anunciação uma experiência relevante para conhecer melhor a dinâmica de organização dos agricultores ecológicos da RMC enquanto uma estratégia alternativa que visa a reprodução socioambiental de seus agricultores familiares.

Os dados utilizados neste trabalho incluem: (i) uma entrevista semi-estruturada com um dos coordenadores do núcleo realizada em janeiro de 2016, cujas informações levantadas abordaram a criação, organização e atividades do núcleo estudado; (ii) a observação participante de duas reuniões do núcleo, ocorridas em fevereiro e abril de 2016; e (iii) de três reuniões de grupos de agricultores pertencente ao Núcleo e localizados no Assentamento Contestado entre abril e maio de 2016. As reuniões do Núcleo congregam os coordenadores dos grupos de agricultores membros, de preferência um homem e uma mulher, e envolve informações quanto a organização em torno da certificação dos grupos, troca de conhecimentos, demandas em torno de capacitação e sobre eventos. As reuniões dos grupos, conformados por 6 à 12 agricultores conforme orientações da Rede Ecovida, discutem e repassam as orientações do núcleo, além de realizar uma visita na propriedade do agricultor que está sediando a reunião a fim de fiscalizar a conformidade ecológica da área.

4. Experiência alternativa na RMC: Núcleo Maria Rosa da Anunciação da Rede Ecovida de Agroecologia

A Rede Ecovida de Agroecologia é credenciada pelo MAPA para conceder a certificação participativa a agricultores que produzam alimentos orgânicos (KAMINSKI *et alli*, 2017). A certificação objetiva, continuam Kaminski *et alli* (2017) e Rede Ecovida (2015a; 2015b), atestar a qualidade ecológica dos produtos e unidades produtivas dos associados, por meio da obtenção do selo Ecovida, permitindo o respeito e valorização da cultura local por meio da aproximação entre agricultores e consumidores e da articulação em Rede⁹. Ela, se organiza em 26 núcleos regionais

⁹ Para informações sobre o contexto de surgimento dessa organização ver Perez-Cassarino (2012). Nesse trabalho o autor descreve qual foi o objetivo inicial da formação da Rede Ecovida, o seu papel político na criação legal da certificação participativa e como isso reorganizou suas atividades e objetivos.

espalhados nos três Estados do Sul do Brasil, os quais são formados por grupos de agricultores de uma mesma região; e congrega, de maneira descentralizada, pessoas e organizações comprometidas com o desenvolvimento da agroecologia, com destaque para aquelas formadas por agricultores familiares, técnicos e consumidores (REDE ECOVIDA, 2015a). O Núcleo Maria Rosa da Anunciação foi criado em 2015 e reúne aproximadamente 250 famílias dos municípios de Antônio Olinto, Contenda, Lapa, Ortigueira, Palmeira, Ponta Grossa, São João do Triunfo e São Mateus do Sul. Atualmente ele conta com 33 grupos, reunindo em torno de 220 agricultores.

A aproximação das pesquisadoras com a realidade do Núcleo Maria Rosa da Anunciação aponta para aspectos importantes sobre como se dá a construção de alternativas por parte desses agricultores e como essas alternativas incorporam o meio ambiente como um aspecto intrínseco à agricultura familiar, mas também aponta para contradições identificadas nas tensões entre lógica alternativa e lógica hegemônica.

Uma das questões recorrentes nas reuniões é a insegurança quanto ao futuro da agricultura familiar no Brasil, tendo em vista a crise econômica e política que o país vem enfrentando. Arrematam-se tais preocupações com o posicionamento de algumas lideranças sobre a capacidade criativa do agricultor familiar em pensar projetos alternativos. Em uma das falas, o representante do Núcleo afirma sobre a não inferiorização de si mesmo, utilizando o termo “agricultor coitadinho”, mostrando que, embora sejam os mais afetados pela crise, a agricultura familiar e, neste caso especificamente, agricultores agroecológicos dão espaço à criatividade. Esta última como uma dimensão importante da agroecologia, na medida em que a forma de produção incorpora novidades, demanda criação, diferentemente, conforme ele, do agricultor convencional que, na maioria das vezes, recebe da instituição financiadora todas as diretrizes sobre suas formas de manejo e produção.

Ademais, observou-se como a opção pelo ecológico não limita-se a uma escolha de produção, mas, incorpora as diversas dimensões da vida do agricultor. Conforme um dos coordenadores de grupo, a agroecologia não se resume à produção de alimentos, mas também à noções de beleza, representa uma forma de “embelezar o mundo”. Além de espalhar e disseminar sementes crioulas como estratégia de enfrentamento do capitalismo, incentiva-se a criação de condições para retomar aos hábitos antigos de cultivar plantas em casa, das ornamentais às medicinais e comestíveis.

No espaço das reuniões também ocorrem trocas de experiências que remetem desde o reaproveitamento, reciclagem e conservação ambiental (criação) ao compartilhamento de desafios e dificuldades seja na comercialização, na produção e na formação de novos grupos (cooperação e solidariedade). Um novo grupo, em específico, chamou a atenção por ser composto somente por

mulheres, o qual, em conjunto com outros que comportam agricultores presentes em comunidades tradicionais, demonstra a diversidade de modos de vida e visões de mundo da agricultura familiar conformadora no Núcleo. Conforme um agricultor na reunião do Núcleo, este espaço alinha-se mais a lógica da cooperação e não da competição, por essa razão há um ambiente propício para o diálogo. É possível perceber o diálogo dos saberes nessas reuniões, ao envolver o conhecimento de técnicos, visto a presença da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e de agricultores qualificados em questões administrativas e de produção ecológica. Em um dado momento em uma das reuniões observadas do Núcleo, foi possível verificar a contestação de práticas de espaçamento entre plantas da agricultura convencional - sendo estas adquiridas em fontes de informações técnicas - por não se adaptarem às condições ecológicas de produção.

Apesar do aspecto econômico não ser a centralidade ou foco primordial nas falas dos agricultores do Núcleo, percebe-se uma preocupação com gastos e renda. Parece que aqueles que mais defendem uma perspectiva da cooperação e da ecologia são os que mais procuram justificar e relativizar gastos necessários para manter a certificação e para preservar a agroecologia. Em alguns momentos, deixam clara a vinculação da certificação somente para aqueles que comercializam produtos, mas esclarecem que também há espaço para a participação na estrutura da Rede Ecovida, mesmo sem selo, daqueles que não comercializam. Ainda, alguns agricultores presentes nas reuniões de grupo observadas revelam a importância do retorno financeiro para que se mantenham na atividade, procurando fazer um balanço entre penosidade do trabalho e rendimentos.

Há uma série de exigências organizativas para garantir o selo Ecovida, como a participação nas reuniões mensais dos grupos, o pagamento das mensalidades, a conformidade da propriedade às regras da Rede Ecovida, não se limitando somente à aspectos produtivos, mas também à destinação do lixo e esgoto da propriedade, a escolha de coordenadores de grupos e dos Núcleos e o preenchimento de documentos. Toda essa estrutura gera algumas mudanças nos modos de vida e de relações, percebidas de maneiras diversas. A título de exemplo, há um resgate da sociabilidade entre agricultores vizinhos, de um mesmo grupo, e entre agricultores de grupos diferentes (reuniões do Núcleo), além da aproximação entre agricultor e consumidor em função dos canais de comercialização acessados (feiras e mercados institucionais) consequentes das estruturas organizativas da Rede Ecovida. Todavia, a exigência burocrática em torno da certificação participativa gera reações aparentemente contraditórias se observadas superficialmente, mas, a partir de um olhar mais cuidadoso podem revelar a complexidade da relação dialética entre alternatividade e hegemonia. Os próximos parágrafos tentam dar conta dessa compreensão.

Para atender as regulamentações legais, exige-se uma série de documentos individuais (ex. plano de manejo e caderno de campo) e de controles de reuniões (ex. lista de presença, fotos e atas), os quais, no Núcleo estudado, são apropriados por uma pequena parcela de agricultores e técnicos. Foi possível observar a falta de apropriação, nos moldes convencionais, pela maioria dos agricultores do Núcleo, mas também a ressignificação e/ou adequação de seu uso por aqueles que, de uma forma diferenciada da lógica instrumental, se apropriaram deles. As adequações foram observadas no testemunho de agricultores na utilização dos jovens da propriedade, os quais tiveram um acesso diferenciado ao ensino em relação aos pais, para preencherem os documentos individuais. A ressignificação pode ser verificada no preenchimento da lista de presença e da ata com assinaturas de agricultores pelos seus apelidos e não pelos seus nomes.

A ‘apropriação ressignificada’ de instrumentos de trabalho, se por um lado é visto como uma inadequação às exigências da Rede Ecovida e, por assim, da lei (baseada em critérios conservadores e hegemônicos), por aqueles agricultores e técnicos mediadores do Núcleo com outras instâncias da Rede; por outro lado, é possível verificar nas falas desses atores (técnicos e agricultores mais apropriados desses instrumentos) que as informações solicitadas em alguns dos documentos vão além de um diagnóstico meramente econômico e abrangem também questões sociais e ambientais, mantendo, assim, critérios alternativos estabelecidos pelo próprios atores da Rede Ecovida. O Plano de Manejo Orgânico (PMO), por exemplo, contempla diversas dimensões da vida do agricultor, especialmente sobre produção. Ele contém cerca de 40 questões que versam desde as práticas agroecológicas do agricultor familiar, conservação ambiental, atividades agrícolas até atividades não-agrícolas socioeconômicas (BARBOSA *et al*, 2012).

Pode-se, preliminarmente, inferir que há uma relação dialética entre as lógicas hegemônicas (parte do formato e modo exigido de preenchimento dos documentos, predominância de uma motivação econômica para alguns) e contra-hegemônicas (uso de apelidos e dos jovens para preenchimento nos/dos documentos, valorização de outras dimensões da agroecologia que não só a econômica) quando há essas adaptações e adequações no uso desses instrumentos de trabalho ou quando o agricultor passa a considerar também outras dimensões da vida ao se inserir na agroecologia.

Entretanto, não se pode negar que a presença dessas amarras burocráticas, fruto da institucionalização da certificação participativa, vêm flexibilizando as normas ecológicas, ao exigirem a conformidade dos agricultores ecológicos à padrões da lógica convencional. No âmbito da Rede Ecovida pode-se dizer que essa flexibilização se deu, segundo Perez-Cassarino (2012), na reconfiguração do perfil de atuação da organização, a qual vê reduzidas suas ações dos campos políticos e técnicos, por centrar-se mais nos aspectos dos cumprimentos legais que

validam a certificação participativa. Especificamente no Núcleo Maria Rosa da Anunciação, é possível verificar que a flexibilização se dá quando os agricultores reorganizam suas atividades e tempo para atender as exigências da certificação participativa, levando alguns deles a reduzirem drasticamente seu tempo dedicado ao trabalho na propriedade para assumir atividades de coordenação, por exemplo.

5. Considerações finais

As alternativas, na contemporaneidade, reagem à crise socioambiental deflagrada pelo desenvolvimento hegemônico e propõem outros modelos de desenvolvimento pautado no respeito à diferença, na autonomia e emancipação, em que o imaginário, a subjetividade e os valores exercem importante papel no comportamento dos atores que os promovem, ainda que estejam ligados de forma dinâmica às forças hegemônicas. Nota-se a capacidade criativa de ressignificação contida nessa relação dialética que faz com que a experiência alternativa mantenha sua essência. Nesse contexto se insere a agricultura familiar, ao representar um modo de vida resistente e alternativo ao hegemônico. Por meio das rupturas e continuidades do camponês, a agricultura familiar tem sobrevivido e se reproduzido em diferentes cenários históricos, sociais e políticos, forjando, muitas vezes, projetos alternativos. Atualmente, no cenário do Rural Socioambiental, no qual o ator ecológico se sobressai, encontra-se a alternativa da agroecologia, entendida enquanto uma forma de reprodução socioambiental da agricultura familiar, colocando em disputa na sociedade um modelo de desenvolvimento mais sustentável e ecológico.

Conquanto, por ser um modelo de desenvolvimento alternativo, a agroecologia resguarda a relação dialética entre hegemonia e contra-hegemonia, absorvendo elementos hegemônicos ao mesmo tempo em que cria a sua alternativa. Dessa forma, dialoga, complexifica, interage, tensiona a racionalidade instrumental-econômica típica da hegemonia com a subjetividade e com a racionalidade substantiva, mais evidente em experiências alternativas. Nesse sentido, por não representar uma categoria social homogênea, mas sim a articulação de diferentes atores, a agroecologia intensifica o diálogo dos saberes, e, assim, aprofunda a relação dialética entre hegemonia/contra-hegemonia e o “tradicional/moderno” ao colocar em contato conhecimentos tradicionais, técnicos e científicos.

Nesse contexto, o Núcleo Maria Rosa da Anunciação apresenta diferentes elementos que corroboram com o entendimento das alternativas enquanto uma forma de reprodução socioambiental da agricultura familiar agroecológica na RMC e evidencia alguns aspectos dessa relação tensionada e dialética entre hegemonia/contra-hegemonia. Nota-se no objeto estudado

elementos alternativos ligados à inovação, criação e ressignificação de instrumentos de trabalho, de formas de manejo produtivo; a cooperação e solidariedade entre seus participantes nas trocas de experiências e ajuda mútua; o resgate da sociabilidade entre os agricultores por meio de reuniões e encontros promovidos pelo Núcleo; o diálogo dos saberes entre conhecimento técnico/científico (instituições de ensino, agricultores capacitados) e tradicional (agricultores); e o destaque das motivações ambientais em suas ações, em que há uma percepção diferenciada da relação sociedade e natureza, colocando em prática ações mais sustentáveis.

Entretanto, percebe-se também as imbricações com a lógica hegemônica na valorização do econômico em certos momentos e por alguns atores, e em torno das amarras burocráticas envolvidas nos moldes organizativos da Rede Ecovida. Por mais que haja a ressignificação, a criação ou uma adequação na utilização e nos moldes dos documentos exigidos, há também uma cobrança para que seu uso siga uma lógica mais instrumental-econômica, alinhando-se às exigências institucionais (Rede Ecovida e MAPA). Bem como a valorização dos aspectos econômicos ficam relativizados pela compreensão da importância de outras dimensões de vida por agricultores mais antigos do Núcleo.

Essa interação com a hegemonia acaba por flexibilizar alguns princípios ecológicos, ao reduzir tempo de agricultores em suas atividades e ao perpetrar a motivação econômica-instrumental em suas ações. Todavia, o caráter alternativo da experiência estudada conserva um espaço de ressignificação do tradicional, presente na criatividade, na inovação, na apropriação diferenciada de instrumentos, no resgate da sociabilidade, ressaltando o aspecto substantivo de suas ações.

Diante dos avanços analíticos proporcionados por este trabalho, levantam-se algumas questões a serem melhor explicadas: Quais aspectos tradicionais podem ser identificados nessa experiência? De que forma eles são ressignificados? De que forma instrumentos e ideias tipicamente hegemônicos são ressignificados pelos agricultores? Como o sentido da participação é apropriado pelos agricultores? Como eles avaliam a sua participação? quais os sentidos das experiências alternativas para o agricultor familiar?

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. Revalorizando a agrobiodiversidade. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.4-5, 2004.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- BARBOSA *et alli*. Construindo Novas Ruralidades a partir da Pluriatividade na Agroecologia: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia. II Simposio Regional de Desenvolvimento Rural: Novas

Ruralidades e Políticas Públicas para a Agricultura, 2012. Aracaju/SE. **Anais...** GEPRU-UFS/NPGeo, 2012. p. 1-12.

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 6, jul./dez. 2002.

_____. A colonização do mundo rural e a emergência de novos atores, **Ruris**, v. 4, n. 1, p. 167-194, mar. 2010a.

_____. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XVIII, n. 2, p. 417-428, jul-dez. 2010b.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. Brasília: Embrapa, 2009. Disponível em <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/911596/1/LVAgroecologia.umaciencia.paraapoiar.pdf>> Acesso em: 05 mai.2016.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974 (1925)

CORONA, Hieda Maria Pagliosa. **As Multidimensões da Reprodução Social da Agricultura Familiar na Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba, 2005. 312 folhas. Tese de doutorado - Universidade Federal do Paraná.

_____; ALMEIDA, Jalcione Pereira de. Teorias críticas, desenvolvimento e reprodução socioambiental: limites e possibilidades. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 29, p. 25-38, abr. 2014.

FERREIRA, A. D. D. Dos sonhos à utopia e à criação de alternativas: o (re)conhecimento da experiência da Cooperafloresta. In: STEENBOCK, W., *et al* (orgs). **Agrofloresta, ecologia e sociedade**. Curitiba: Kairós, 2013.

GLIESSMAN, S. R.; ROSEMEYER, M. **The Conversion to Sustainable Agriculture: principles, processes, and practices**. Boca Raton: CRC Press, 380 p., 2010.

KAMINSKI, T, *et all*. Organizações sociais no Assentamento Contestado, Lapa/PR: alternativas de reprodução socioambiental. In: XXXI Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia - ALAS, 31, 2017, Montevidéo. **Anais ...** Montevidéo: Universidad de la República Uruguay, 2017.

LAMARCHE, H. (Coord.). Introdução Geral. In: _____. **A agricultura familiar**. 1. Comparação internacional: uma realidade multiforme. Campinas, UNICAMP, 1993.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Tradução: CABRAL, L. C. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PEREZ-CASSARINO, J. **A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecológica de Agroecologia**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

QUIJANO, A. Sistema alternativos de produção? In: SOUSA SANTOS, B. de. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RAYNAUT, C. **O desenvolvimento e as lógicas da mudança: a necessidade de uma abordagem holística**. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba: Editora UFPR, n. 1, p.81-104, 1994.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA (REDE ECOVIDA). **Certificação Participativa**. 4 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.ecovida.org.br/banners-destaques/639/>>. Acesso em: 25 Jun. 2014.

_____. **A Rede**. Disponível em: <<http://www.ecovida.org.br/a-rede/>>. Acesso em: 9 Out. 2015a.

_____. **Núcleos**. 09 out. 2011. Disponível em: <<http://www.ecovida.org.br/nucleos/>>. Acesso em: 9 Out. 2015b.

SANTOS, B. de S. **O discurso e o poder**: ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica. Porto Alegre: Fabris, 1988.

_____. **Os processos de globalização**. In: _____ (org.). A globalização e as ciências sociais. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002a. p. 25-102.

_____. [org.] **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

SEVILLA-GUZMAN, E. **De la sociología rural a la agroecología**. Barcelona: Icaria, 2006.

_____; SOLER, M. M. Agroecología y Soberanía Alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria. In: **Patrimonio Cultural en la Ruralidad Andaluza**. Sevilla, España: Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, 2010. p. 190-217

VASCO, A. P. D.; SILVA, L. da C. e; KAMINSKI, T. **Programa da pesquisa coletiva da turma XI de doutorado**: a interrelação entre as alternativas e a reprodução socioambiental e na agricultura familiar ecológica na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e no litoral do Estado do Paraná. Programa de pesquisa coletivo da Linha Ruralidades e Meio Ambiente (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento turma XI) – Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

VEIGA, J. C. B.; BRANDENBURG, A. Ecologização do agricultor familiar: transição e ecoformação rumo a sistemas mais sustentáveis. In: Brandenburg, A.; BILLAUD, J.; LAMINE, C. (Org.) **Redes de Agroecologias: experiências no Brasil e na França**. Curitiba: Kairós Edições, 2015.

WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como espaço de vida**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. (Série Estudos Rurais).

_____. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, v. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600002>. Acessado em: 15 ago. 2015.

SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ARROZ NO RIO GRANDE DO SUL - AVALIAÇÃO ECONOMICA COM BASE NOS SISTEMAS AGRÁRIOS ENTRE O SISTEMA AGROECOLÓGICO/ORGÂNICO E CONVENCIONAL

Autores:

RIBEIRO, Marina Bustamante ¹

FREDDI, Susi Mara²

ASSUMPCÃO, Roberto de³

Resumo

Este artigo apresenta um estudo comparativo entre os sistemas de produção convencional e agroecológico/orgânico em assentamentos da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul, relacionado ao sistema pré-tipificados do arroz grão. A base metodológica utilizada foi a Metodologia de Sistemas Agrários. Foram considerados indicadores quantitativos, principalmente no que se refere a agregação de valor e renda agrícola. Tal estudo é resultado de um projeto realizado entre os anos de 2013 a 2015 e coordenado pelo LECERA/CCA/UFSC. A hipótese sustentada neste artigo, no viés econômico, de que se encontraria maior geração de renda agrícola por unidade de área na produção agroecológica/orgânica, foi confirmada. Os resultados obtidos mostraram que agricultura agroecológica apresenta sustentabilidade econômica, quando comparada com convencional. Observou-se um nível de risco econômico bem maior nos lotes que desenvolvem cultivos convencionais. Por outro lado, a agricultura agroecológica tem na diversificação sua sustentabilidade. A moda das amostras analisadas é de famílias pequenas, que têm a agricultura como principal ocupação. Nesse novo contexto o agricultor torna-se um agente ativo do processo que o leva ao aperfeiçoamento técnico do atual manejo agroecológico dos sistemas agrários.

Palavras-chave: *sistemas agrários, agroecologia; Assentamentos da Reforma Agrária.*

¹ LECERA/UFSC, Mestre em Agroecossistemas , malbustamante@yahoo.com.br

² Mestre em Agroecossistemas, sufreddi@gmail.com

³ IEA, Mestre em Ciências, rassumpcao55@gmail.com

1.Introdução

Segundo dados da CONAB, na safra 2013/2014, o Brasil produziu cerca de 12 milhões de toneladas de arroz, sendo o Rio Grande do Sul responsável por aproximadamente 2/3 desse montante, caracterizando esse estado como o maior produtor nacional desse cereal. Além das condições edafoclimáticas que propiciam altas produtividades, o Rio Grande do Sul possui logística estratégica que facilita a comercialização do produto.

Neste artigo serão apresentados os dados comparativos entre a produção agroecológico/orgânico e convencional de arroz em áreas de assentamento da Reforma Agrária, do Rio Grande do Sul.

As análises comparativas realizadas entre a produção agroecológica/orgânico e convencional é importante, não apenas para apontar aos produtores as possíveis combinações e dados de formação da renda agrícola e conseqüentemente contribuir com indicações para o planejamento das cooperativas e da assistência técnica, mas também para elaboração e implementação de políticas públicas e de abastecimento.

O acompanhamento econômico e social da produção e das famílias assentadas da Reforma Agrária, por meio do cálculo do valor agregado, da renda agrícola e de seus componentes, é um mecanismo para a avaliação das mudanças ocorridas em um determinado período.

Uma das primeiras constatações do projeto que derivou este artigo foi à ausência de estudo econômico que comparasse a produção agroecológica/orgânica nos assentamentos da Reforma Agrária com a produção convencional, tão comum entre agricultores familiares. Pesquisa que revelasse o comportamento desses dois sistemas de produção no que tange a sua capacidade de gerar renda agrícola para o agricultor, agregar valor do ponto de vista da sociedade.

Parte dos casos pesquisados de arroz agroecológico/orgânico é de famílias que deixaram de produzir definitivamente o arroz no sistema convencional, principalmente pela garantia do mercado com maior valor agregado da produção orgânica. No entanto, passa também por um processo político e organizativo para a qual a mudança tecnológica era necessária. Segundo Lasso Gutiérrez (2012), em sua tese de doutorado

“A opção pela produção agroecológica por sua vez, se dá pela combinação de dois fatores diferentes, o risco econômico e o risco à saúde que se estende à compreensão de risco sobre o ambiente.” (LASSO GUTIÉRREZ, 2012).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, do Rio Grande do Sul, vem há pouco mais de 15 anos, por meio de decisão técnica e política da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre Ltda (Cootap) introduzindo no mercado sua produção de arroz orgânico.

A partir do êxito na produção de hortaliças com base na agroecologia e do entendimento de que era preciso ter a autonomia do controle produtivo, decidiu-se: também produzir arroz agroecológico/orgânico. Além disso, o mercado consumidor desse tipo de arroz é crescente, sendo grande parte da produção da Cootap para o mercado externo.

O Rio Grande do Sul se destaca na produção de arroz orgânico e pela sua relevância econômica, a garantia de segurança alimentar e geração de renda para o camponês. Aqui o arroz agroecológico foi denominado de produção orgânica, uma vez que o cereal possui certificação internacional.

2. Procedimentos metodológicos

A principal base para este trabalho foi o emprego da Teoria de Sistemas Agrários de Marcel Mazoyer (1987), em que a mesma é conceituada como “um modo de exploração do meio historicamente constituído, um sistema de forças de produção, um sistema técnico adaptado às condições bioclimáticas de um espaço determinado, que responde às condições e às necessidades sociais do momento. Um modo de exploração do meio que é o produto específico do trabalho agrícola, utilizando uma combinação apropriada de meios de produção inertes e meios vivos para explorar e reproduzir um meio cultivado, resultante das transformações sucessivas sofrida historicamente pelo meio natural”. Em outras palavras, Mazoyer propõe um método que permite comparar a capacidade singular dos sistemas de produção de agregar valor e gerar renda utilizando indicadores de produção por superfície agrícola utilizada, mesmo que ocorram em locais e épocas distintas.

Com base nesse referencial teórico, a pesquisa a campo foi desenvolvida em áreas de assentamento da Reforma Agrária do Rio Grande do Sul entre setembro de 2013 e agosto de 2015.

O agricultor para produzir utiliza bens que são inteiramente consumidos no processo e por isso são denominados de consumo intermediário (CI). Entre esses bens encontramos os adubos, óleo diesel, sementes, agrotóxicos etc., como também as peças

de reposição, lubrificantes, pneus etc., que são consumidas ao utilizar equipamentos próprios e ainda os custos de aluguel de equipamentos ou de contratação de serviços.

O agricultor utiliza bens que não são inteiramente consumidos no processo, mas são parcialmente transformados, pois sofrem desgaste e perdem valor anualmente. Estes são considerados como depreciação do capital fixo (D). Entre esses bens encontram-se as máquinas, implementos, meios de transporte, equipamentos para processamento de produtos, instalações, equipamentos de irrigação, animais de tração, etc.

Outro indicador fundamental para a avaliação econômica refere-se à medição monetária de tudo o que foi produzido na propriedade, que é denominado de produção bruta (PB). Para aferir a produção bruta deve-se considerar uma extensa lista de itens como: a produção das culturas, dos pomares, das hortas, das criações e do extrativismo, além dos objetos de artesanato produzidos no estabelecimento para o consumo da própria família ou para a venda.

Ao acrescentar o seu trabalho aos insumos e ao capital fixo instalado na sua unidade produtiva, o agricultor promove a geração de novas riquezas, agregando valor a essas mercadorias. O valor agregado (VA) do sistema de produção é igual ao valor do que se produziu menos o valor do que se consumiu, então:

$$VA = PB - CI - D.$$

Nesta equação é necessário considerar que para a sociedade, quanto maior o valor agregado, melhor é o aproveitamento dos recursos disponíveis.

Para a pesquisa é necessário que haja a avaliação de cada sistema, sendo necessário compará-los, e para isso deve-se dividir o valor agregado pelo tamanho da área usada na atividade produtiva, o que permite obter o valor agregado (VA) por superfície agrícola utilizada (SAU): VA / SAU .

Existem outros custos que incidem sobre a produção agrícola como: impostos, juros, salários e o arrendamento da terra, os quais não são classificados como bens consumidos e transformados no processo produtivo, por isso, são considerados posteriormente.

Por outro lado, nem todo o valor agregado pelo produtor se destina à sua remuneração ou à de sua família. A terra, por exemplo, não costuma perder valor no decorrer dos anos e, sobretudo, não é consumida no processo produtivo (exceto quando os processos erosivos são violentos). Entretanto, em alguns casos, o produtor é obrigado a arrendar terras e a pagar uma taxa ao dono da propriedade por isso. O custo do

arrendamento, quando pertinente foi computado diminuindo a renda agrícola obtida pelo produtor. O mesmo ocorreu nos casos de pagamento de juros e impostos.

Finalmente, o mesmo tratamento foi dado para o uso da mão de obra, tanto assalariada (permanente ou temporária), como familiar. Cabe salientar, que no caso da mão de obra familiar o valor estimado dos gastos com salário é apropriado pelo agricultor.

Portanto, observa-se que parte do valor agregado é repartida entre trabalhadores assalariados, os proprietários da terra, o banco e o Estado e essas proporções dependem das relações sociais e de poder vigentes. É importante conhecer as proporções da repartição das riquezas geradas na agricultura. Dessa forma:

$$RA = PB - CI - D - S - I - J - RT, \text{ onde:}$$

RA = renda agrícola

PB = produto bruto

CI = consumo intermediário

D = depreciação

S = salários

I = impostos

J = juros

RT = renda da terra (arrendamentos)

Também se deve calcular a renda agrícola por unidade de área, pois permite confrontar a capacidade dos sistemas de produção em relação a esse indicador (RA/SAU), onde:

RA = renda agrícola

SAU = superfície agrícola utilizada

A comparação entre os resultados dos diferentes sistemas de produção e dos diversos tipos de produtores permite avaliar as racionalidades desses últimos e os fundamentos usados na elaboração da tipologia dos sistemas de produção.

Com o intuito de conhecer e compreender o funcionamento do sistema de produção do arroz agroecológico/orgânico foi selecionado uma amostra. Os dados coletados foram submetidos a análise econômica e da produção, utilizando os cálculos de renda agrícola e de agregação de valor em 31 unidades de produção⁴ orgânica de famílias assentadas. As informações e dados apresentados são referentes ao universo

⁴ As 31 unidades produtivas representam 100% da nossa amostra no sistema pré-tipificado do arroz orgânico.

amostral desta pesquisa, ou seja, são referentes às 31 unidades de produção pesquisadas. O propósito central foi aportar informações econômicas que pudessem subsidiar melhorias no processo produtivo, de forma a possibilitar a permanência e reprodução dos agricultores nas unidades produtivas.

A seguir serão apresentados dados quantitativos, sobretudo referentes a avaliação econômica com base na análise dos sistemas agrários para o agricultor pré-tificado como produtor de arroz. Tanto a aplicação dos questionários, quanto a observação do local, permitiu traçar um perfil das unidades produtivas.

3. Resultados e Análises

Os dados aqui apresentados sugerem uma sequência de informações, que parte do croqui da unidade produtiva, segue com a caracterização da produção de arroz, tem continuidade com as demais produções presente e destaca o leite, por estar também presente nos lotes com arroz. Nesse sentido, 48% dos lotes com arroz, apresentam produção de leite e com dados econômicos mais expressivos. O que demonstra a dimensão e a importância do leite e também da diversificação na unidade produtiva.

No que diz respeito à análise dos sistemas agrários para a produção de maior destaque, a unidade produtiva de arroz agroecológico/orgânico que ocorre no RS é composta de uma área entre 10,1 a 20 hectares (77,4%), com áreas de várzea de até 10 ha (61,3%) e de 10,1 a 20 ha (32,3%), e com área seca até 10 ha (83,9%).

A pesquisa também levantou que na maioria dos casos, (51,9%) o tamanho da área de produção no lote ocupa de 6 a 10,99ha. No entanto, aproximadamente 64,5% dos agricultores entrevistados informaram que o tamanho do lote não é suficiente para produzir para autoconsumo e comercializar. Esse dado reforça a necessidade relatada pelos agricultores em dispor de mais área para produzir. Em outras palavras, 38,7% dos agricultores relatam ter necessidade de área entre 1 e 10 ha e 22,6% necessitam entre 11 e 20 ha de área para produzir para autoconsumo e comercialização. No entanto, nenhum dos agricultores arrenda terras de terceiros para produzir.

De forma geral, o cenário desenhado e apresentado na figura 1 focaliza o sistema de produção de arroz orgânico na unidade produtiva. No entanto, o arroz não é o único sistema encontrado dentro dos lotes da Reforma Agrária do RS, apesar de ocupar na média 74% da área. Nas unidades analisadas é possível observar as criações de animais, além de produções vegetais e de processados, destinadas principalmente ao autoconsumo. A pesquisa indicou que se trata de unidades familiares com produção

diversificada, destacando não apenas o arroz, presente em todas as unidades produtivas, mas também produções como a de leite, aves, suínos, peixes, hortaliças, pomar e processados. Portanto, tendem a diversificação e não a especialização. É importante ressaltar que, mesmo sendo um dado de média, 22,5% dos lotes apresenta apenas produção de arroz.

A teoria dos sistemas agrários foi a sustentação teórica utilizada para embasar a comparação da produção de arroz, no RS.

Primeiramente não foram encontradas diferenças em relação ao tamanho das unidades produtivas, pois, a maioria dos produtores de arroz apresentou uma área entre 10,1 a 20 hectares, sendo que os produtores de arroz orgânico possuem área de várzea de até 10 hectares, enquanto que entre os produtores convencionais a área foi de 10,1 a 20 hectares. Já, com relação a área seca ambos tem até 10 ha.

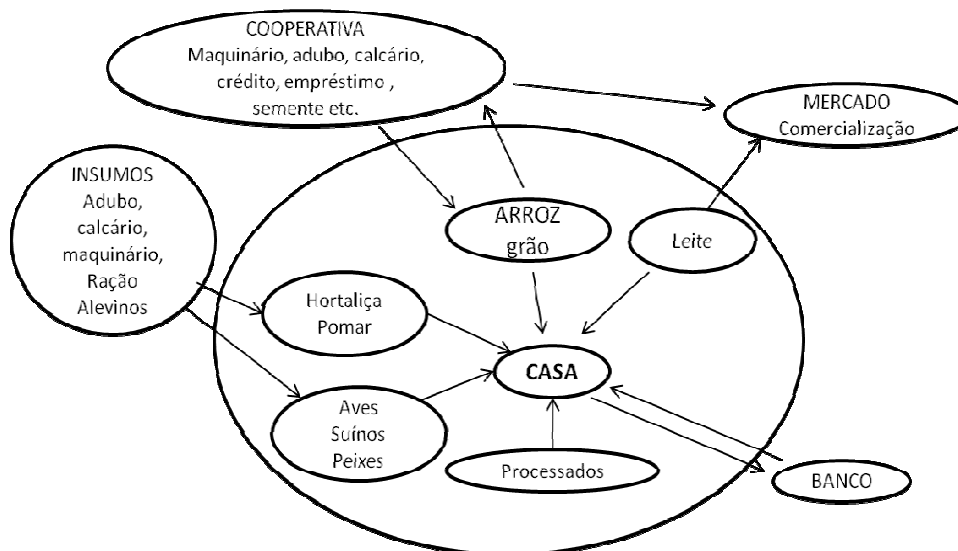
A pesquisa também demonstrou que o tamanho das áreas de produção, no manejo convencional ocupa até 20,99 ha e a área produtiva para o pré-tipificado para arroz orgânico foi de 6 a 10,99 hectares.

Trata-se de lotes com áreas produtivas para os quais mais de 60% dos produtores de arroz no sistema orgânico ou convencional informou não ser suficiente o tamanho atual do lote para produzir para autoconsumo e comercializar. Sendo indicado aumentar a área entre 1 e 10 ha, para 38,7% dos produtores de arroz agroecológico/orgânico e 25% para os produtores de arroz convencional. No entanto, 22,6% dos produtores de arroz orgânico ainda indicam o aumento da área entre 11 e 20 ha e 25% dos produtores de arroz convencional também indicam a necessidade de aumento da área entre 11 e 20 ha.

Quanto ao arrendamento de terras de terceiros, apenas 8,3% dos produtores de arroz convencional relatou realizar esta atividade para o aumento de escala produtiva.

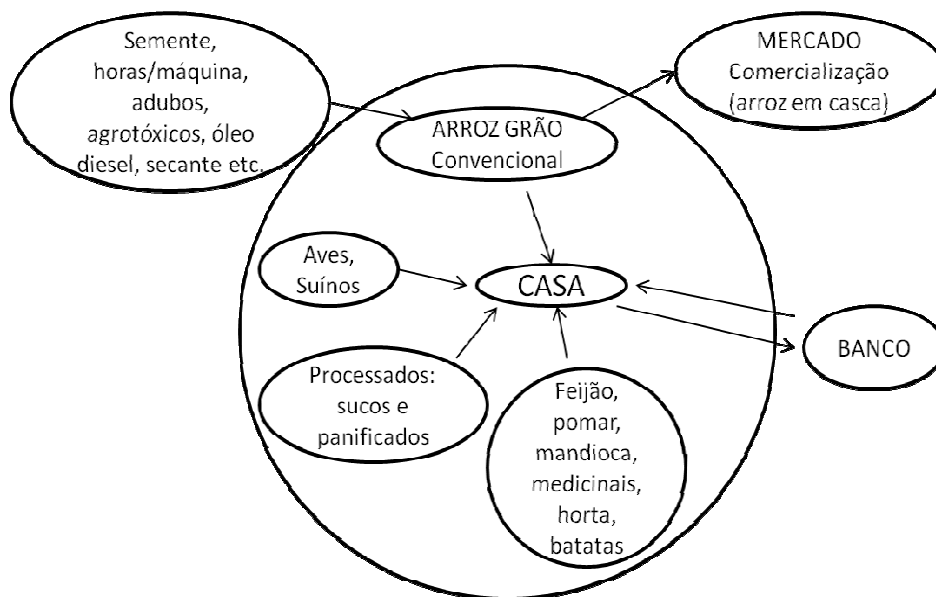
Nos lotes analisados também foi possível observar criações animais, produções vegetais e de processados. Para além da produção de arroz, a pesquisa indica que a produção diversificada nas unidades familiares é destinada principalmente para a comercialização, como demonstrada nas figuras seguintes, para os diferentes tipos de manejo.

Figura 1: Mapa do sistema dos produtores pré-tipificados de arroz orgânico para a amostra pesquisada no RS.



Fonte: pesquisa de campo, 2015.

Figura 2: Mapa do sistema dos produtores pré-tipificados de arroz convencional pesquisado para a amostra pesquisada no RS.



Fonte: pesquisa de campo, 2015.

Observou-se nos dois sistemas que o destino da produção do lote é a comercialização e em alguns casos, o autoconsumo. Entretanto, no convencional, apenas o cereal é destinado à comercialização, enquanto no sistema agroecológico/orgânico comercializa-se além do grão, o leite, possibilitando outra fonte de renda.

O fato de diversificar a comercialização permite ao agricultor diluir o risco com frustração de safras, intempéries ambientais e oscilações de preços no mercado.

Paralelo a isso há uma maior dependência do mercado da unidade produtiva convencional. Esse produtor de arroz utiliza insumos externos, como hora máquina, adubo, agrotóxico, combustível, secante. Por outro lado, o produtor de arroz agroecológico/orgânico adquire insumos via cooperativa (adubo, calcário e semente para a produção de arroz), bem como o maquinário. Para outras produções vegetais e animais são acrescidos a ração e alevinos entre os insumos adquiridos.

A produção de arroz com manejo orgânico ou convencional em 100% das unidades produtivas pesquisadas no estado do RS tem como objetivo comercialização.

Os agricultores convencionais apresentaram uma área média com arroz de 30,7 há. Já os produtores orgânicos desse cereal atingiram uma média de 10,5 ha em relação a esse indicador.

No que diz respeito à produção bruta de arroz convencional o valor encontrado em termos de média foi de R\$ 134.644,83 por ano, ou seja, considerando seu valor de comercialização. Já, o mesmo parâmetro para o arroz orgânico atingiu uma média de R\$ 17.568,25 por ano.

No entanto, o mais importante é a capacidade de agregar valor dos sistemas de produção, que é representado economicamente pela diferença do total da produção bruta, descontado o consumo intermediário e a depreciação de benfeitorias, máquinas e equipamentos.

Deste modo a agregação de valor média da produção de arroz convencional foi de R\$ 33.207,16 e na produção de arroz orgânico o valor médio foi de R\$ 20.629,62, em que pese a diferença de tamanho da área cultivada de 30,7 hectares no convencional, enquanto o orgânico apenas 10,5 ha.

Ainda, no caso do arroz em cultivo convencional foi encontrado um consumo intermediário de R\$ 86.697,48 e depreciação de R\$ 14.740,20, ambos em termos de média e para uma área de 30,7 ha. Para a produção de arroz orgânico o consumo intermediário foi de R\$ 17.568,25 e a depreciação foi de R\$ 2.295,31, em uma área de 10,5 ha, também segundo valores médios.

Todos estes dados médios de produção bruta, consumo intermediário, depreciação e valor agregado do arroz convencional e agroecológico/orgânico encontram-se no quadro a seguir.

Quadro 01: Dados médios de área, produção bruta, consumo intermediário, depreciação e valor agregado do arroz convencional e agroecológico/orgânico para a amostra pesquisada no RS.

	Área de produção de arroz - ha	Produção Bruta - R\$	Consumo intermediário -R\$	Depreciação - R\$	Valor Agregado/ ano – R\$
MÉDIA PARA ARROZ AGROEC/ORG	10,5	40.663,25	17.568,25	2.295,31	20.629,62
MÉDIA PARA ARROZ CONVENCIONAL	30,7	134.644,83	86.697,48	14.740,20	33.207,16

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A princípio, os dados médios do arroz orgânico são mais baixos que na produção convencional. Ainda é possível destacar que tanto o consumo intermediário, quanto a depreciação na produção convencional apresentam respectivamente valores quase cinco vezes maior e pouco mais de seis vezes dos valores consumidos na produção orgânica.

É importante observar que a produção de arroz com manejo convencional mobiliza um volume de recurso consideravelmente alto em relação ao orgânico.

Os valores médios de valor agregado, juros, impostos e renda da terra; renda agrícola do arroz convencional e agroecológico/orgânico estão apresentados na tabela que segue:

Quadro 02: Valores médios de valor agregado, juros, impostos e renda da terra e renda agrícola do arroz convencional e agroecológico/orgânico para a amostra pesquisada no RS.

	Valor Agregado /ha – R\$	J+I+RT – R\$	Renda Agrícola - R\$
MÉDIA PARA ARROZ AGROEC/ORG	2.128,11	947,45	18.904,99
MÉDIA PARA ARROZ CONVENCIONAL	1.374,79	3.137,22	23.784,67

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

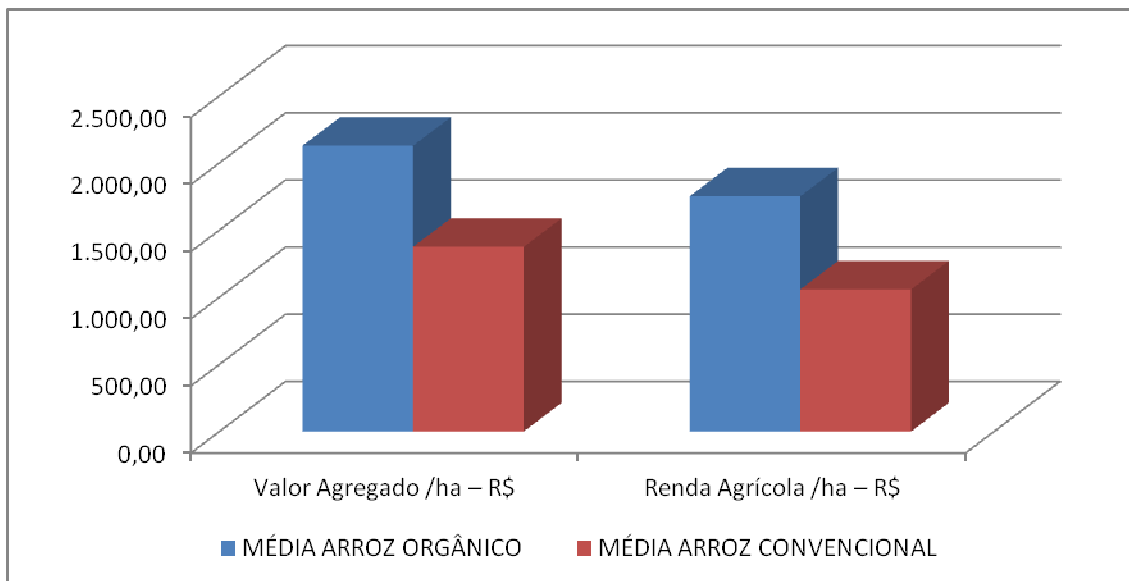
Segundo o quadro, é possível perceber que a soma de juros, impostos e renda da terra no arroz pelo método convencional é um pouco mais do que o triplo do que na produção orgânica, isto é, R\$ 3.137,22 são pagos em média por ano, enquanto que na produção agroecológica/orgânica apenas R\$ 947,45. Em que pese a diferença de área, de 30,7 hectares (convencional) e 10,4 (agroecológico/orgânico). Os dados demonstram que 8,3% dos produtores de arroz convencional tem gasto com arrendamento de terceiros e entre os produtores agroecológico/orgânico não houve esse tipo de despesa. Por outro lado, é possível supor que o pagamento de juros também tem grande influência no valor médio percebido pelos produtores de arroz convencional, tendo em vista que há altos investimentos em estruturas e equipamentos.

Com relação aos valores médios da renda agrícola proporcionada pela produção de arroz, o valor anual do sistema convencional é 21% maior que o valor no manejo agroecológico/orgânico. Contudo, pelos dados já apresentados, é possível perceber que o produtor de arroz convencional busca uma escala maior e conseqüentemente apresenta um risco maior, também, haja vista, o alto consumo intermediário. Em outras palavras, o arroz associada a um alto investimento monetário, utilizando tecnologia típica da revolução verde, torna-se uma atividade de risco bem mais elevado, quando comparado ao mesmo produto cultivado pelo método agroecológico.

Finalizando a comparação entre o modo de produção agroecológico/orgânico e convencional utilizaremos a capacidade de agregação de valor e geração de renda agrícola por unidade de área.

Nesse sentido, em que pese à diferença de tamanho da área cultivada a maior para o sistema convencional, os valores médios de agregação de valor (VA/SAU) e renda agrícola (RA/SAU) se invertem por hectare. No sistema convencional a agregação de valor foi de R\$ 1.374,79 e de R\$ 2.128,11 para a produção de arroz agroecológico/orgânico, ambos por hectare. Já, a renda agrícola, o valor médio na produção convencional foi de R\$ 1.057,77, enquanto que na produção agroecológica/orgânica foi de R\$ 1.751,56, nos dois casos por hectare.

Gráfico 1: Comparativo entre os sistemas de produção de arroz agroecológico/orgânico e convencional em relação a capacidade de agregar valor e gerar renda agrícola por hectare, para a amostra pesquisada no RS.



Fonte: pesquisa de campo, 2015.

Como pode-se observar, por unidade de área os valores de agregação de valor e geração de renda do sistema agroecológico/orgânico são 54% e 65% superior ao convencional, respectivamente. Associa-se a esse potencial da agroecologia um risco menor e maior sustentabilidade social e ambiental, quando comparado com o convencional.

4. Considerações

Os resultados apresentados apontam para propostas que permitem subsidiar estratégias para uma exitosa gestão da produção e comercialização, da produção agroecológica/orgânica de arroz grão. A metodologia dos sistemas agrários demonstrou que os sistemas agroecológicos/orgânicos de arroz grão são mais viáveis economicamente, por apresentar maior geração de renda agrícola por unidade de área. Foi evidenciado ainda que a Agroecologia é uma fortaleza, não somente econômica, mas já notadamente social e ambiental.

5. Referências Bibliográficas

LASSO GUTIÉRREZ, L. A. *Agroecologia e desenvolvimento de assentamentos de reforma agrária: ação coletiva e sistemas locais de conhecimento e inovação na região metropolitana de Porto Alegre*. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humana da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MAZOYER, M. Relatório de síntese. In: Colóquio Dinâmica dos Sistemas Agrários. Paris: INRA, 1987.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_03_01_16_56_00_a_cultura_do_arroz_-_conab.pdf Acesso em: 20 setembro 2016.

Desafios da construção do conhecimento agroecológico com jovens do campo no contexto de assentamentos da reforma agrária na Chapada dos Veadeiros, Nordeste Goiano.

Nina Paula Laranjeira¹, César Adriano de Sousa Barbosa², Nilcionir da Costa Garcez³

RESUMO:

O trabalho trata do curso para jovens com a temática de Agroecologia, no âmbito do projeto “Agroecologia, inovação e sustentabilidade: ressignificando a relação do jovem com o campo”, Chamada nº 19/2014 INCRA/SNJ/CNPq – Fortalecimento da Juventude Rural, executado pelo Núcleo Transdisciplinar de Pesquisa em Alimentação Sustentável e Produção Agroecológica – NASPA, em assentamentos da reforma agrária da Chapada dos Veadeiros. O curso, com 750 horas, baseado na pedagogia freiriana e na pesquisa-ação/participante, permitiu decifrar desafios e potencialidades da Agroecologia para o trabalho com os jovens. A metodologia consistia em diálogo teoria-prática por meio de oficinas, mutirões e do desenvolvimento de projeto agroecológico por cada jovem, na parcela familiar. A permanência dos jovens no curso apresentou desafios que devem ser relacionados com a questão da permanência do jovem no campo e toda a problemática que esta permanência traz. Apesar de questões gerais já conhecida para o êxodo da juventude, a realidade de cada assentamento demonstra que a situação das famílias e sua relação social local, ou seja, a forma como estão inseridas e reconhecidas na sociedade como agricultores familiares fazem grande diferença para que esses jovens valorizem e se envolvam com a Agroecologia, e deem sua contribuição no trabalho familiar. É nas famílias reconhecidas e valorizadas que os jovens mais investem nesse conhecimento e veem a possibilidade de viver no e do campo. Por último, observa-se que, ainda que a Universidade não possa suprimir lacunas deixadas pela ausência do Estado, fica clara a importância do papel da Extensão Universitária, utilizando metodologias participativas e a pesquisa-ação/pesquisa participante, no contexto da Agroecologia, na revalorização e fortalecimento da cultura camponesa.

Palavras Chave: Agroecologia, Educação do Campo, Pedagogia da Práxis.

1 - Professora da Universidade de Brasília, Centro UnB Cerrado – doutora, pesquisadora em Educação não formal – nina.laranjeira@yahoo.com.br

2 - Bolsistas EXP do CNPq, mestre, estudante do curso de especialização em Sciobiodiversidade e Sustentabilidade no Cerrado - sat.altoparaiso@hotmail.com

3 - Bolsistas EXP do CNPq, pedagoga, estudante do curso de especialização em Sciobiodiversidade e Sustentabilidade no Cerrado - nilcionirgarcez@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho trata do desenvolvimento e resultados do projeto “Agroecologia, inovação e sustentabilidade: ressignificando a relação do jovem com o campo”, Chamada nº 19/2014 INCRA/SNJ/CNPq – Fortalecimento da Juventude Rural, executado entre fevereiro de 2015 e julho de 2017, pelo Núcleo Transdisciplinar de Pesquisa em Alimentação Sustentável e Produção Agroecológica – NASPA, núcleo criado em 2014 no âmbito do Programa SSAN-UNASUL (agora extinto), do MCTIC, com foco na Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

A criação do NASPA resultou de trabalho iniciado em 2011 com jovens assentados e suas famílias, em Alto Paraíso de Goiás, e que, com o referido projeto, estendeu-se para os municípios de São João D’Aliança e Colinas do Sul, todos situados na Chapada dos Veadeiros, região de atuação do Centro UnB Cerrado ao qual o Núcleo está vinculado.

O projeto desenvolveu três grandes ações e uma delas, voltada para a juventude, foi o curso “Agroecologia e Sustentabilidade no Cerrado”, com 750 horas/aula, oferecido a jovens dos assentamentos (15 a 29 anos), mas envolvendo as respectivas comunidades, como parte da estratégia pedagógica.

O projeto como um todo e também o curso, tiveram como fio condutor a interação social, no sentido de Freire (1992), assim como diversas estratégias da pedagogia Freiriana. Sobretudo na interação com as comunidades, utilizamos a pesquisa participante e a pesquisa-ação, com enfoque transdisciplinar, o que será detalhado adiante.

Não é possível discutir a produção do conhecimento na Agroecologia com jovens de assentamentos, sem discutir a exclusão social e a necessidade de emancipação das populações do campo. Assim, a pesquisa aqui apresentada buscou levar os jovens a compreender a realidade em que vivem e o papel da agroecologia como forma de resistência no campo.

2. BASE TEÓRICA

Atuando com soberania e segurança alimentar, agroecologia e sustentabilidade, o NASPA vivencia a Agroecologia em seu sentido mais amplo e sistêmico. De acordo com Altieri e Nicholls (2000), a perspectiva agroecológica objetiva melhor aproveitamento e conservação dos recursos naturais, do funcionamento dos ecossistemas e da cultura local, visando o bem-estar da população humana e proporcionando um desenvolvimento ecologicamente correto, socialmente justo e economicamente viável.

Dentro dessa perspectiva, o NASPA tem buscado instalar processos educadores a fim de trabalhar essas dimensões da Agroecologia de forma integrada, caminhando na transição

agroecológica das comunidades focais. A organização social e o empoderamento dessas comunidades são entendidos então como parte desse processo de transição.

Caporal e Costabeber (2004) afirmam que os passos para transição agroecológica têm como objetivo a construção de agriculturas sustentáveis, envolvendo complexos processos socioculturais, econômicos e ecológicos, reforçando a natureza científica da Agroecologia. E assim resumem esse ponto de vista:

O que se está tentando dizer é que, como resultado da aplicação dos princípios da Agroecologia, pode-se alcançar *estilos de agriculturas de base ecológica* e, assim, obter *produtos de qualidade biológica superior*. Mas, para respeitar aqueles princípios, esta agricultura deve atender *requisitos sociais*, considerar *aspectos culturais*, preservar *recursos ambientais*, considerar a *participação política e o empoderamento dos* seus atores, além de permitir a obtenção de *resultados econômicos* favoráveis ao *conjunto da sociedade*, com uma *perspectiva temporal de longo prazo, ou seja, uma agricultura sustentável*. (p.15)

Para Gliessman (2007) o processo de transição agroecológica pode ser representado por uma ordem de passos que indicam o grau de sustentabilidade do empreendimento produtivo. Organizou seu modelo de transição em quatro níveis, sendo o quarto nível aquele em que os agricultores buscam estabelecer uma conexão mais direta entre os produtores e os consumidores para promover a cultura da sustentabilidade, considerando as interações entre todos os componentes do sistema produtivo.

É importante observar que para realizar o quarto nível, a organização social é condição inerente, pois a fragilidade individual das famílias só pode ser revertida pela ação coletiva.

Além disso, mais recentemente, a preocupação com a mudança das condições climáticas vem crescendo a nível mundial e fazendo-se sentir no dia-a-dia de todos mas, sobretudo, dos agricultores. Na região da Chapada dos Veadeiros, o principal efeito dessas mudanças está na mudança do padrão de chuvas, resultando em períodos secos mais intensos e mais prolongados, consequência das práticas da agricultura industrial (monocultura) e da pecuária extensiva, que transformam imensas áreas em vazios de vegetação nativa, impactando os recursos hídricos, além da proliferação de pragas.

Nicholls e Altieri (2017) reforçando a importância de investir na resiliência socioecológica, a fim de garantir a produção de alimentos e a segurança dos próprios agricultores diante dos câmbios do clima, enumeram algumas práticas agroecológicas como capazes de ampliar essa resiliência: diversificação dos ecossistemas sob a forma de policultivo; sistemas agroflorestais (SAF) e sistemas que combinem a agricultura com a pecuária, acompanhados pelo manejo orgânico de solos, da conservação e da coleta de água e de incremento geral da biodiversidade.

Pelo exposto, chamamos a atenção para a mudança de paradigma científico que a Agroecologia representa, exigindo metodologias complexas, com diálogo entre disciplinas e entre

diferentes saberes e culturas que participam da construção desse conhecimento. Assim sendo, torna-se emergente a necessidade de trabalhar com enfoque sistêmico e transdisciplinar. A Pedagogia da Práxis, de acordo com Gadotti (2005), é “*a teoria de uma prática pedagógica que procura não esconder o conflito, a contradição, mas, ao contrário, entende-os como inerentes à existência humana, explicita-os, convive com a contradição e o conflito.*” (p. 239) A compreendemos como a contínua possibilidade de dialogar, refletir e produzir conhecimentos pelo enlace permanente entre a realidade vivida e a necessidade de compreendê-la e transformá-la, ou seja, sob a perspectiva transdisciplinar.

Como metodologia que se adapta às concepções apontadas, trouxemos a pesquisa-ação (THIOLLENT, 2011) e a pesquisa-participante (por exemplo, BRANDÃO, 1985, 1990; FALS BORDA 1990), que possibilita a produção de conhecimento ao longo do processo dialógico de uma aprendizagem que se propõe criticar os contextos em que se insere. Para Thiollent (2011) a pesquisa-ação é pesquisa social com base empírica, concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou resolução de um problema coletivo, no qual pesquisadores e participantes estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. Neste caso, “*A interpretação da realidade observada e as ações transformadoras são objetos de deliberação*” (p. 19), estando aí a natureza argumentativa (deliberativa) da pesquisa-ação.

A ação a que se refere Thiollent é ação não trivial, problemática, que requer investigação para ser elaborada e conduzida. Assim, o pesquisador tem o papel de organizar a investigação em torno da concepção, do desenrolar e da avaliação da ação planejada. Na mesma linha, a pesquisa participante, além de seu potencial de transformação de realidades, traz em si o potencial emancipatório. Vem sendo desenvolvida desde a década de 70 por diversos pesquisadores e, como referência no tema, citamos: Fals Borda, Carlos Rodrigues Brandão e Paulo Freire.

Aqui particularmente, nos interessa contribuir para que as comunidades parceiras se apropriem do contexto social de sua realidade e neste sentido, Brandão (1990) traz uma descrição sobre Pesquisa Participante, em seu aspecto político e social, que encontra eco neste trabalho:

modalidade nova de conhecimento coletivo do Mundo e das condições de vida de pessoas, grupos e classe populares. Conhecimento coletivo, a partir de um trabalho, que recria, de dentro para fora, formas concretas dessas gentes, grupos e classes participarem do direito e do poder de pensarem, produzirem e dirigirem os usos de seu saber a respeito de si próprias. Um conhecimento que, saído da prática política que torna possível e proveitoso o compromisso de grupos populares com grupos de cientistas sociais, por exemplo, seja um instrumento a mais no reforço do poder do povo. Poder que se arma com a participação do intelectual (...) comprometido de algum modo com a causa popular. (p. 9-10)

Thiollent (2006) e Streck e Adams (2014) discutiram o conceito de emancipação ao longo do tempo e das transformações vividas pela sociedade. Os últimos consideraram que a emancipação/libertação “*Relaciona-se à expressão mais elevada das potencialidades humanas que*

articula a dimensão social e a política na perspectiva de construir caminhos instituintes alternativos aos da sociedade burguesa.” (pag. 67). Assinalam a gênese dessa concepção ao marxismo e à teoria crítica da Escola de Frankfurt, fontes também encontradas na concepção de Paulo Freire, cujo trabalho teve foco na emancipação e libertação da condição de opressão vivida por parcelas da sociedade contemporânea.

A escola Freiriana traz, portanto, importantes ensinamentos para a extensão universitária, a nosso ver o componente da academia capaz de reunir ensino, pesquisa e extensão, pois assinalam que, em sua ação educativa, partem da premissa de que:

pesquisa da realidade, capacitação de quadros e aquisição de conhecimentos são dimensões inseparáveis e interligadas de um mesmo itinerário político-pedagógico. Pensamos que a *finalidade de qualquer ação educativa deva ser a produção de novos conhecimentos que aumentem a consciência e a capacidade de iniciativa transformadora dos grupos* com que trabalhamos. (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 1990, p.19, grifo nosso)

Fals Borda (1990) discute a pesquisa participante no âmbito de uma ciência emergente, que se contrapõe à ciência dominante, que se considera única. Chama a atenção para a influência da comunidade científica ocidental sobre a manutenção do *status quo* político e econômico, servindo à manutenção do sistema capitalista.

No caso da agricultura familiar a questão a ser enfrentada para a conquista da emancipação/libertação, passa concretamente pelo que Bruno (2016) descreve como os *“mecanismos de dominação simbólica presentes no discurso das elites agroindustriais”* (p.142) e que se prolifera pela sociedade brasileira como verdade. É o discurso do opressor, que consolidada uma concepção de sociedade estática, do que sempre foi e sempre será, mantendo o agricultor familiar imobilizado por um suposto destino imutável.

Percebe-se, o quão arcaica é a estrutura social que ainda prevalece nas áreas rurais brasileiras, seguindo ainda a mesma lógica opressiva às minorias, vigente em tempos que, para outros países do mundo com potência econômica semelhante à nacional, já são imemoriais. Tal estrutura impactam negativamente a agricultura familiar, em termos sociais e econômicos e tem graves consequências para a juventude que, por falta de oportunidades de vida digna no campo, migra para as cidades.

Anjos e Caldas (2008) sintetizaram esse quadro de retrocesso afirmando que muitos países hoje desenvolvidos fizeram a reforma agrária recentemente (p.ex Japão, Coréia do Sul), enquanto o Brasil optou por atender a setores mais reacionários, implementando modernização conservadora e dolorosa, ao introduzir o pacote tecnológico da revolução verde, subsidiado por um Estado autoritário, levando quase 40 milhões de pessoas do campo para a cidade para viver sem dignidade. As consequências hoje observadas nas populações do campo são o verdadeiro massacre cultural e epistemológico, o que Santos e Meneses (2009) chamam de epistemicídio dos povos do sul. Essa

concepção precisa ser levada em conta na oferta de cursos para as populações do campo, no sentido de promover espaços onde a cultura do campo e as formas de produção de conhecimento possam ter visibilidade.

Trazendo essa situação nacional para o contexto da Chapada dos Veadeiros, no Nordeste Goiano, região tradicionalmente abandonada pelo poder público, a extensão universitária fundamentada na Agroecologia e na pesquisa-ação/pesquisa participante tem papel relevante para contribuir na transformação socioeconômica das famílias assentadas e jovens do campo.

3. O CURSO: “Agroecologia e Sustentabilidade no Cerrado”

O curso ocorreu nos anos de 2015 e 2016 e atendeu a cerca de 45 jovens de assentamentos rurais dos municípios de Alto Paraíso de Goiás (a partir do segundo ano, 2016 – 450 horas), Colinas do Sul e São João D'Aliança, com carga horária total de 750 horas, dividida em 3 módulos: o primeiro em 2015 e, os demais em 2016. Todos os jovens receberam bolsa de estudos para participar do curso.

Foi organizado em atividades presenciais e desenvolvimento de projetos (30% de horas indiretas), dentro do espírito proposto pelo PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, que divide seus cursos em “tempo escola” e “tempo comunidade” (BRASIL, 2004). Neste caso específico, em que os participantes estão cursando o ensino básico, com aulas regulares de segunda à sexta-feira, estes dois momentos intercalaram-se no cotidiano dos educandos, que não podem se afastar por períodos longos, pois tem que comparecer à escola durante quase todo o ano. Reuni-los só durante as férias escolares impediria que o processo educativo se desse de forma contínua, pois o tempo comunidade seria demasiadamente longo, o que, pela nossa experiência, para a faixa de idade atendida não seria adequado.

As aulas presenciais foram divididas em aulas semanais nos assentamentos, e encontros coletivos mensais. Em 2015 esses encontros tiveram duração de dois dias (finais de semana), quando os estudantes dos dois municípios se reuniam na Fazenda Escola Bona Espero, para participar de aulas e oficinas com professores convidados e de atividades interativas entre os jovens dos diferentes municípios.

Em 2016, esses encontros passaram a ocorrer quinzenalmente, somente aos sábados, além dos encontros semanais em cada município, nos assentamentos. Neste ano, foram incluídos jovens do Assentamento Sílvio Rodrigues, de Alto Paraíso. Esses jovens já participavam de projetos da UnB, recebendo bolsa de estudo para desenvolver projetos de Agroecologia.

O curso seguiu linha pedagógica Freiriana (por exemplo, FREIRE, 1987, 2002), e a Pedagogia da Práxis (GADOTTI, 2005) buscando desenvolver a autonomia e o protagonismo

juvenil, partindo da realidade de cada assentamento e sempre voltando para ela, mas conectando-a com contextos regionais, nacionais e mundiais. Utilizou-se de experimentos e mutirões nas casas das famílias, reuniões com a comunidade, recursos didáticos variados e diversas atividades em grupo, no intuito de provocar a reconexão do jovem com a terra, com a vida no campo, com suas comunidades, e com os ritmos naturais. A terra como meio de sobrevivência, de qualidade de vida e de transformação social. A revalorização da profissão de agricultor, a questão da soberania alimentar e a análise do contexto sociopolítico que os cerca foram pontos chave.

3.1. Objetivos do Curso:

- ✓ Estimular a permanência do jovem no campo a partir de processo formativo em Agroecologia e Sustentabilidade envolvendo as respectivas comunidades.
- ✓ Identificar, gerar e difundir práticas inovadoras e tecnologias sociais de base agroecológica, viabilizando a estabilidade de agroecossistemas.
- ✓ Promover, de forma integrada, o resgate cultural, a segurança alimentar e nutricional, o acesso a políticas públicas e o manejo para a conservação ambiental.
- ✓ Fortalecer a identidade e autonomia do jovem, enquanto sujeito do campo, sua capacidade de organização e participação social, e o pertencimento.

3.2. Metodologia e Estrutura do Curso:

A metodologia desenvolvida em ações com jovens desde 2011 foi aprimorada e consolidada. Tem como eixo central o envolvimento do jovem em projeto familiar, ou seja, as famílias passam a participar diretamente do curso. A partir do módulo II, os projetos familiares receberam a turma de estudantes para aulas práticas, que objetivam alavancar cada projeto por meio das oficinas em sistema de mutirão. Ao mesmo tempo, a comunidade foi chamada a participar, procurando unir as aulas do curso a reuniões comunitárias, para tratar de temas de interesse comum.

Dessa forma, o curso tornou-se mais amplo e intensivo, promovendo a integração nos assentamentos e intervindo positivamente nos processos de organização comunitária, com resultados diferentes nas diferentes comunidades.

Em consonância com os princípios político-pedagógicos do PRONERA (BRASIL, 2004, pág. 18) foi utilizada uma abordagem para a ação de formação e de extensão, que possibilitasse: conhecer o contexto local; construir e manter espaços de diálogos entre os produtores e jovens e destes com a equipe de extensão; compreender a linguagem/visão sobre a própria realidade; realizar o exercício da escuta sensível a cerca das mais diversas questões ligadas a tal realidade; estimular reflexões destes sobre seus modos de vida no contexto produtivo e, sobretudo, trabalhar no

fortalecimento dos grupos, por meio do aporte de informações sobre os objetivos que se pretende alcançar, motivando-os para o desenvolvimento de suas potencialidades.

Logo no início do curso, objetivando debater com os estudantes a situação do jovem do campo e a necessidade que a maioria tem de ir para as cidades, foram propostas algumas atividades. A primeira “O que é ser jovem no campo”, provocou a discussão em pequenos grupos, com posterior apresentação e discussões com o grande grupo. A seguir, os jovens foram orientados a levantar, junto aos familiares, a história das famílias e a observar seus cotidianos, com tomada de imagens. Esses materiais eram trazidos para as aulas para discussão e olhar crítico dos próprios jovens. Posteriormente, foi realizada dinâmica que consistiu de construção coletiva de esquema relacionando a cidade e o campo, buscando identificações de “mitos e verdades”.

No final do primeiro módulo, os estudantes foram apoiados e orientados para planejar sua ação agroecológica junto à família. Esse planejamento deu-se no segundo semestre de 2015, em época estratégica já que, iniciada a estação de chuva na região, todos têm condições de realizar plantio, pois até mesmo os que tem pouco acesso à água plantam no tempo das chuvas.

Conforme será detalhado adiante neste relato, por diversos motivos, a evasão de jovens de Colinas do Sul foi muito grande já no primeiro ano, o que motivou a equipe a incluir, no ano de 2016, jovens do Assentamento Sílvia Rodrigues, de Alto Paraíso de Goiás, cuja participação não estava prevista inicialmente. Como já havia ação do NASPA junto aos jovens desse Assentamento, a seleção dos participantes já foi feita com base em apresentação por parte dos interessados, de propostas de projetos agroecológicos em suas parcelas.

A participação desses jovens a partir do módulo II foi bastante positiva para o curso, pois muitos já participavam desde 2015 ou 2014, desenvolvendo projetos familiares de Agroecologia e, além disso, ao contrário dos demais assentamentos, muitas das famílias desses jovens já viviam, ou estavam em momento de começar a gerar renda a partir da agricultura de base agroecológica, participando de feiras em Alto Paraíso. É importante observar que uma das feiras foi criada no ano de 2015, como um dos resultados do projeto que deu origem ao NASPA (chamada nº 82/2013 CNPq/MCTI). O início do ano de 2016 foi um momento de crescimento e otimismo naquele assentamento.

Trabalhamos com equipe de extensionistas do projeto e professores da UnB. A carga horária maior girou em torno da temática dos cultivos e aproveitamento do cerrado, com temáticas de “soberania e segurança alimentar e nutricional” e “água e cerrado” abordadas de forma transversal. Os planejamentos eram semanais, criando intenso processo formativo para toda a equipe. Todas as disciplinas eram dadas, ou nos assentamentos, ou nos encontros mensais, de forma a incluírem professores da UnB, convidados ou do NASPA.

De acordo com a metodologia proposta, procuramos envolver as comunidades de duas formas: visitas às parcelas, onde a família participava da aula, e convidando a comunidade (e não só as famílias dos cursistas) para aulas e diversas atividades, entre elas mutirões. Dessa forma, foram sendo levantadas informações sobre os assentamentos, a partir do olhar dos próprios assentados.

Dessa aproximação, resultou a elaboração de dois projetos, um com o assentamento Mingau, em São João D'Aliança (enviado à Fundação Banco do Brasil, edital voltado à juventude do campo) e outro com o Assentamento Terra Mãe, em Colinas do Sul (Uso sustentável do solo no Terra Mãe - Programa de Pequenos Projetos Eossociais – PPP ECOS, do ISPN). Ambos foram encaminhados pelas associações, mas somente o segundo foi aprovado. O projeto enviado à FBB foi rejeitado em fase eliminatória, pois a Associação não conseguiu apresentar a documentação necessária.

4. AS REALIDADES LOCAIS E APRENDIZADOS

Enumeramos alguns pontos sobre a realidade dos assentamentos e questões importantes identificadas a partir da investigação participativa realizada durante esses dois anos, tanto nas aulas, quanto em encontros e reuniões com as diferentes comunidades, e visitas às famílias.

Assentamentos de Colinas do Sul – Neste município foram envolvidos três assentamentos com características muito similares, criados na mesma época (2009), mas com infraestrutura ainda precária. Não receberam ainda material para construção das casas e não contam com água e energia elétrica de abastecimento público. Além disso, o município também tem condições precárias e o deslocamento dos assentados para a escola é bastante deficiente, quer seja pelas inúmeras falhas do sistema de transporte, quer pelos terríveis horários de saída e chegada, muitas vezes em pontos do assentamento que requerem longas caminhadas até as moradias. Constata-se então a baixa escolaridade e grande dificuldade dos jovens com a leitura, escrita e na compreensão das aulas teóricas. Nestes assentamentos a maioria dos jovens não quer ir para as grandes cidades, mas não conseguem encontrar formas de sobrevivência no campo, o que é assumido de forma explícita por eles. Com uma educação local bastante deficiente, são raros os que conseguem chegar ao nível superior.

Principalmente a falta d'água impede que as famílias vivam da agricultura, obrigando-as a sair em busca de outros trabalhos, difíceis de encontrar. Há famílias que são obrigadas a deixar suas casas nos meses finais da estiagem, por total falta de acesso à água. A maioria das famílias planta roças na época das chuvas, quando obtém boa parte dos alimentos (milho, feijão, abóbora, mandioca, gergelim, entre outros). Costumam também colher e processar frutos do cerrado. Os jovens saem em busca de ocupação, para tentar sair da condição de pobreza, e não vê alternativa para viver na terra. Soma-se a essa situação, o fato dos assentamentos serem grandes e distantes, o

que fez com que o deslocamento para as aulas fosse difícil. Por outro lado, em função de tantas necessidades, nesses assentamentos as comunidades foram mais receptivas à participação e solicitaram a colaboração da Universidade para melhorar suas condições de vida.

Diante do desejo de trabalho conjunto por parte dessas comunidades, apoiamos a elaboração de projeto do Assentamento Terra Mãe, enviado e aprovado pelo Programa PPP ECOS, do ISPN. Fizemos parceira na execução do mesmo, unindo as aulas do curso aos mutirões do projeto comunitário aprovado. Assim, o Assentamento Terra Mãe tem agora uma cozinha comunitária equipada e pronta para uso. Um grupo de mulheres, mesmo que em ritmo lento, está se organizando para processar frutos do Cerrado e levar para comercializar na cidade.

O trabalho junto à comunidade foi iniciado nos três assentamentos, e a partir do segundo semestre de 2016 passou a ter foco em dois deles (Terra Mãe e Boa Esperança), onde, no decorrer do processo, dois grupos de mulheres se formaram, e se juntaram ao curso, compartilhando seus conhecimentos nas aulas. Em função desse potencial e das dificuldades de manter plantios ao longo de todo o ano, o tema do extrativismo foi trabalhado no curso, sobretudo no Módulo III, com foco no aproveitamento de frutos do Cerrado, atividade de grande importância nesses assentamentos.

Essa participação das mulheres resultou na publicação de material educativo, a cartilha “Alimento, Tradição e Sustentabilidade: o uso das Plantas Alimentícias não Convencionais – PANC na Chapada dos Veadeiros”, trazendo receitas usadas na região e características dessas plantas, que está disponível no link <http://naspauhb.wixsite.com/naspa/publicacoes-e-divulgacao>.

Foi também construída de forma participativa a Roda de Alimentos Regional, elaborada a partir da Nova Roda de Alimentos elaborada pela Universidade do Porto (Portugal), utilizando os alimentos consumidos nessas comunidades. A Roda foi inserida em outra publicação didática, a cartilha intitulada “Transição Agroecológica: diálogo e cooperação”, também disponível para *download* no link citado acima. Ficou clara então a riqueza da alimentação dessas comunidades, ainda que com tantas dificuldades de infraestrutura.

Ao final de dois anos e meio de convivência com esses assentamentos podemos concluir que, mesmo que mais de 40 jovens dessas comunidades tenham passado e somente 10 tenham chegado ao final do curso, a experiência foi engrandecedora para estes e que diante das condições de vida dessas comunidades, muito se avançou. Ao final do curso os jovens mostraram estar conscientes do papel do campo na conservação ambiental e de seu papel social como resistência.

Assentamento Mingau - São João D’Aliança – Esse assentamento foi criado em 1996 e, portanto com uma história bem diferente dos demais assentamentos atendidos. Além de jovens do Mingau, onde aconteciam as aulas semanais do curso, em 2015 participaram sete jovens do Acampamento Nelson Mandela, localizado em frente à entrada do Mingau, na GO-118,

aparentemente próximo, mas não era possível o deslocamento a pé, resultando em problemas de deslocamento. No Assentamento Mingau uma parte das famílias vive da monocultura e estas famílias, apesar de incentivarem a participação dos filhos, não acreditam na Agroecologia, vendo o curso como forma de manter o jovem ocupado com estudos e ganhando uma bolsa para suprir necessidades financeiras que nem sempre a família poder atender, apesar dessas famílias terem visivelmente a melhor situação socioeconômica do assentamento. Esses jovens não se envolveram muito com o curso. A outra parte das famílias que aí reside, planta para subsistência apenas e os chefes de família têm outras ocupações fora do assentamento. Na agricultura de subsistência praticada nesse assentamento, não há aplicação intensiva de agrotóxicos e houve abertura maior aos conhecimentos agroecológicos. Essas famílias tiveram visível aumento de produção e introdução de novas técnicas agroecológicas. Somente duas jovens cursistas (irmãs) pertenciam à família de agricultores que vivem realmente da terra, sem uso de agrotóxicos. Essa família teve papel muito importante no curso e ainda hoje, terminado o curso, mantemos vínculos. Relatam salto de qualidade em sua produção e passaram a frequentar a feira em Alto Paraíso. Talvez por essa disparidade de perfis dentro do PA Mingau, a associação do assentamento seja muito fraca e houve pouco interesse da comunidade em participar das atividades do curso. Foram realizados esforços para trabalhar junto com a comunidade, mas não houve coesão suficiente para serem levadas adiante. No final de 2015 uma série de problemas políticos afetaram o Acampamento e os jovens que lá estavam se dispersaram. Alguns foram embora para cidades próximas em busca de trabalho e estudo. Assim, seis entre os sete estudantes deste acampamento deixaram o curso. Soma-se à questão de desestruturação do Nelson Mandela, ao fato de que alguns jovens do Assentamento Mingau terminaram o ensino médio, prestaram o exame do ENEM e foram estudar, ou foram trabalhar em tempo integral. A temática dos agrotóxicos foi amplamente discutida nesse assentamento e mesmo as famílias dedicadas à monocultura chegaram a fazer pequenos cultivos de subsistência, com reduzido uso de agrotóxicos.

Assentamento Sílvio Rodrigues - Alto Paraíso de Goiás – As ações neste assentamento começaram em 2011 e se intensificaram em 2014, com o projeto aprovado na Chamada 82/2013 (CNPq/MCTI). Em 2016, os jovens passaram a fazer parte do curso, mas alguns já eram bolsistas, desenvolvendo projetos de Agroecologia com suas famílias. Como no final de 2015 havia sido criada a Feira Popular da Agricultura Familiar com o apoio do NASPA, havia boa motivação dos jovens cujas famílias haviam ingressado na Feira ou viam a Feira como possibilidade. Assim, os resultados dos projetos de alguns estudantes foram bastante efetivos e imediatos para as famílias, e muitos desses jovens foram importantes na ampliação da produção familiar e passaram a estar mais presentes no trabalho familiar. A parceria entre UnB e Assentamento permanece e está sendo

apoiada por novo projeto (Chamda nº 16/2016 – CNPq/MCTI). Apesar de alguns terem evadido, o engajamento junto às famílias dos que terminaram o curso foi importante.

4.1. A questão da Evasão e o aprendizado dos jovens:

O primeiro desafio para permanência dos jovens no curso foram as exigências burocráticas para o acesso à bolsa de estudo, fator que contribuiu muito para a não permanência de muitos estudantes, que precisavam deste recurso para frequentar as aulas.

A evasão foi elemento preocupante durante todo o curso. Toda a convivência e diálogos estabelecidos, tanto com os cursistas quanto com as famílias e a comunidade, permitiram concluir que uma lista de motivos influenciou a desistência, nas diferentes localidades. Mas para os que finalizaram o curso, foi evidente, na maioria dos casos a mudança de olhar sobre a vida no campo, a conservação do ambiente e a possibilidade de viver da agricultura, ainda que nem todos tenham esse desejo ou vocação.

Na avaliação final realizada pelos estudantes individualmente e também em grupos formados por estudantes dos 3 municípios, no último encontro do curso, foi inserida a pergunta sobre a evasão, como forma de ouvir os próprios jovens de forma mais sistemática, já que o tema havia sido discutido com eles durante todo o curso.

A sistematização dos resultados dessas atividades mostrou que aqueles jovens veem o campo, sobretudo como um lugar seguro para se viver, quer seja pela falta da violência observada nas cidades, ou pela rede de solidariedade, de ajuda mútua, existente entre as pessoas. Como pontos negativos para a vida no campo, apontam a falta de oportunidades de estudo, poucas opções de lazer e dificuldade de deslocamento.

No imaginário de muitos está a ideia de poder estudar e voltar a viver no campo, ainda que não seja para viver da terra. Entretanto, muitos acham que se trata de utopia, pois não enxergam opção de trabalho para os que não gostam do trabalho na terra. Observa-se então a necessidade do desenvolvimento das cadeias produtivas relacionadas à produção da Agricultura Familiar, a fim de ampliar e diversificar a geração de trabalho e renda nas áreas rurais.

Quase todos demonstraram compreender que existe o preconceito contra “as coisas do campo”, entretanto, o papel da mídia para construir essa realidade não era percebido por muitos, sobretudo entre os jovens de Colinas do Sul. Essas discussões, aliadas a sensibilização que a Agroecologia traz sobre o viver na e da terra, colaboraram para reorganizar o sentido de pertencimento desses jovens. Além disso, foram estudados temas como organização e participação social, a construção do conceito de território e as disputas pelos territórios rurais, e a soberania alimentar, colaborando para que construíssem suas compreensões sobre as questões políticas,

econômicas e sociais que levam a situação de preconceito com relação à vida no campo, sobretudo no caso dos agricultores familiares.

Quadro I: Síntese - Fatores e condições de vida dos jovens que participaram do curso e que contribuíram para a rotatividade dos cursistas e o abandono da vida do campo.

	Alto Paraíso de Goiás (Sílvio Rodrigues)	Colinas do Sul (Boa Esperança, Terra Mãe e Córrego do Bonito)	São João D'Aliança (Mingau)
	A dificuldade de permanência do jovem no campo, pela falta de perspectivas e pela desvalorização e preconceitos que existem com relação à vida no campo.		
	Longas distâncias e falta de meios de transportes para deslocamento dos jovens para as aulas e para a cidade para estudar e encontrar amigos.		
	A aptidão pessoal e o desejo de lidar com a terra não estão presentes em todo jovem, somente por ser do campo. Apesar do estudo da Agroecologia tratar de um conjunto de disciplinas que vão muito além da lida direta com a terra, o curso foi realmente mais voltado para o plantio. Além disso, a cadeia produtiva da Agricultura Familiar é frágil e o jovem não consegue visualizar oportunidades além da produção propriamente dita.		
Infraestrutura	Boas condições de vida, com casa, energia elétrica, água para abastecimento doméstico, mas nem sempre para cultivos.	Precárias condições de vida, a maioria sem casa de alvenaria, sem energia elétrica e sem água para abastecimento doméstico o ano todo.	Boas condições de vida, com casa, energia elétrica, água para abastecimento doméstico.
Organização social	Há famílias que eram posseiras e foram incorporadas ao assentamento e há famílias assentadas de diferentes regiões. Há três associações e uma delas é a mais ativa, mas pouco organizada. Estão ligados ao MST, com pouca proximidade. As Feiras das quais participam em Alto Paraíso, ajudaram a promover certa organização.	Cada assentamento tem sua associação, mas as três são precárias, com muitos conflitos internos e muitas dificuldades de reunir os associados. O perfil social e socioeconômico das famílias apresenta maior homogeneidade que nos outros dois municípios e muitas famílias são dessa região. São vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, frágil, vinculado à CONTAG.	Organização e participação social precária. A associação é antiga, mas tem pouca atividade. Pouca homogeneidade de perfis socioeconômicos e culturais das famílias. Estão ligados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais local, que não é forte.
Geração de renda pelas famílias	Boa parte das famílias já consegue tirar parte de sua renda da produção agrícola, principalmente sem o uso de agrotóxicos. Bom mercado consumidor na cidade sede do município. Valorização local da agricultura familiar.	Nenhuma das famílias vive ou tem sua maior renda da terra. Todas dependem de trabalho externo ou da ajuda de familiares. Quase todas desenvolvem algum cultivo de subsistência, sobretudo culturas do período de chuva (as roças) e extrativismo. Forte vínculo com o Cerrado e com essa região.	Só uma família vive da agricultura de base agroecológica. Algumas fazem cultivo de subsistência, mas tem renda a partir de trabalho fora do assentamento de um dos familiares. Outra parte tem renda da monocultura.
Acesso à escola	Escola dentro do assentamento, com gestão e subsídios de organização social, chegando benefícios além das políticas públicas normais. Transporte escolar razoável. A escola não é do campo e acaba por incentivar o êxodo jovem.	Escola na cidade, longas distâncias, transporte escolar muito deficitário (descontínuo) e com horários e trajetos desfavoráveis, sobretudo para crianças. A frequência das crianças e jovens à escola é, por isso, irregular. O ensino é muito precário.	Escola fora do assentamento, mas com trajetos não muito longos e transporte escolar razoável. Não é escola do campo, apesar de ter ensino razoável em relação a outras da região.
Aprendizado observado	Estudantes com famílias engajadas ou que desejavam se engajar na produção e comércio demonstraram aprendizagem importante e ganho na transição agroecológica para as famílias.	Novas técnicas agroecológicas foram bem aceitas e incorporadas, mas não houve mudança perceptível no engajamento na produção familiar, apesar de demonstrarem, na prática, a assimilação de diversos conhecimentos.	Novas técnicas agroecológicas aceitas e incorporadas pelas famílias dedicadas à agricultura de subsistência e à Agroecologia (uma família, que ampliou sua produção).

O quadro I procurou sintetizar a análise do processo vivido durante o curso. A dificuldade para a permanência do jovem no curso foi entendida como reflexo da dificuldade de permanência no campo, mais ou menos grave conforme a condição socioeconômica em que se encontram as famílias. A tradição/cultura familiar de usar ou não agrotóxicos, é determinante na abertura do jovem para a Agroecologia.

5. REFLEXÕES FINAIS:

Sabemos que o êxodo de jovens do campo é um fator preocupante para as famílias e está registrado na literatura sobre o tema da juventude rural. Entretanto, entendemos que é importante que as causas locais sejam investigadas e tratadas com as próprias comunidades. O desinteresse e a falta de perspectiva para a permanência no campo vêm de fatores estruturais, sobretudo da imagem sobre a relação entre campo e cidade difundida na mídia e da relação entre a agricultura familiar e a agricultura industrial, estabelecidas na sociedade brasileira, ainda atrasada no processo de reforma agrária, resultando em baixo reconhecimento da importância econômica e social da agricultura familiar. É preciso considerar entretanto que, diante da diversidade de opções que a vida oferece é normal que muitos jovens realmente não queiram ficar no campo e essa opção precisa ser respeitada, mas que para muitos, a falta de compreensão do contexto, impede que visualizem condições de permanência. A experiência com assentamentos de três diferentes contextos em termos de transição agroecológica, apesar de na mesma região, mostrou que, mesmo considerando diferentes possibilidades de opção de vida para o jovem do campo, é possível perceber que os processos de ensino-aprendizagem em Agroecologia está fortemente condicionado ao contexto de vida em que se inserem e às oportunidades que vislumbram de viver no campo.

A falta de políticas públicas e a precariedade nos processos de implantação dos assentamentos influencia diretamente na motivação desses jovens para a vida no campo. Apesar da Agroecologia trazer em seu contexto uma enorme riqueza para a compreensão de diversos fatores que estão enredados nas questões do campo, não é suficiente para estimular os jovens que estão em condições muito precárias de vida. A lacuna deixada pela ausência do Estado não pode ser preenchida por uma ação de Extensão Universitária. Ressalta-se ainda que muitos dos resultados de uma ação como essa serão percebidos a longo prazo, sobretudo por se tratar de uma faixa etária que está ainda buscando caminhos.

O processo de êxodo rural, ainda que possa ter sido levemente atenuado nos últimos anos diante da visível melhoria nas políticas públicas para a agricultura familiar, permanece sendo preocupante diante de uma estrutura social que não mudou e que se agrava no contexto atual mais recente.

Ressalta-se ainda a importância da Extensão Universitária, utilizando-se de metodologias participativas e pesquisa-ação/pesquisa participante, no contexto da Agroecologia, para revalorização e fortalecimento da cultura camponesa e ganhos para essas comunidades, ainda que abandonadas pelo poder público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALTIERI, M.A.; NICHOLLS, C.I. *Agroecology and the search for a truly sustainable agriculture*. Basic Textbooks for environmental training. Berkeley: Un. of California, 2000.

ANJOS, F.S. dos; CALDAS, N.V. O rural brasileiro: velhas e novas questões em debate. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, 2008. Disponível em: <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/135/100>. Acesso em: 02 out.2017.

BRANDÃO, C. R. Participar-Pesquisar. In: BRANDÃO, C. R. (org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense. 2ª ed. 1985.

_____. Pesquisar-Participar. In: BRANDÃO, C.R. (org.) *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 8ª ed., 1990.

BRASIL, PRONERA: Manual de Operações. Brasília: MDA/INCRA. Portaria INCRA nº 282, 26 de abril de 2004.

BRUNO, R. Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v.24, n.1, p.142-160, abril 2016. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/712>. Acesso em: 17 jan. 2017.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/cartilha/agroecologia-alguns-conceitos-e-princ%C3%ADpios>. Acesso em: 30 set. 2017.

FALS BORDA, O. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C.R. (org.) *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 8ª ed., 1990.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 17ª ed., 1987.

_____. *Extensão ou Comunicação?* Paz e Terra: Rio de Janeiro, 10ª ed., 1992.

_____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra: São Paulo, 25ª ed., 2002.

GADOTTI, M. Pedagogia da Práxis. In: BRASIL, Miniastério do Meio Ambiente. *Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(res) Ambientais e Coletivos de Educadores*. Vol. 1, Brasília: MMA, 2005.

GLIESSMAN, S.R. *Agroecology: The ecology of sustainable food systems*. Boca Raton, FL: CRC Press/Taylor & Francis Publishing Group, 2007.

NICHOLLS, C.I.; ALTIERE, M.A.. Enfrentando el cambio climático: estrategias agroecológicas para la agricultura campesina. In: NICHOLLA, C.I.; ALTIERE, M.A. (eds). *Nuevos caminos para reforzar la resiliencia agroecológica al cambio climático*. Berkley, California: SOCLA, REDAGRES, 2017.

OLIVEIRA, R.D. de; OLIVEIRA, M.D. de. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, C.R. (org.) *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 8ª ed., 1990.

SANTOS, B. S.; MENESES, M.P. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina/CES. 2009.

STRECK, D. R., ADAMS, T. *Pesquisa participativa, emancipação e (des)colonialidade*. Curitiba: CRV, 2014.

THIOLLENT, M. A inserção da pesquisa-ação no contexto da extensão universitária. In: BRANDÃO, C.R. e STRECK, D. R. (org.) *Pesquisa participante: O saber da partilha*. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2ª ed., 2006.

_____. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 2011.

O crescimento dos sistemas agroflorestais como modelo de prática agroecológica

Regina Aparecida Leite de Camargo¹

Resumo: Os sistemas agroflorestais caracterizam-se pela combinação, na mesma área e ao mesmo tempo, de espécies arbóreas e cultivos anuais, com ou sem a presença de animais. A prática, em si, é tão antiga quanto a própria agricultura, e foi provavelmente a forma predominante de cultivo entre os nossos antepassados neolíticos que habitavam regiões de florestas. No Brasil, as comunidades indígenas desenvolveram diferentes combinações de espécies lenhosas e não lenhosas, segundo as características e hábitos alimentares de cada região. Os estudos sistemáticos sobre a associação de arbóreas e cultivos de mercado só ganharam relevância no país na década de 1970, coordenadas pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), motivadas pela expansão da lavoura cacaueira para a Amazônia. O cacau está também na origem do trabalho pioneiro do suíço Ernst Götsch no sul da Bahia, na década de 1980. Mas é nos anos 2000 que os sistemas agroflorestais ganham maior expressividade no estado de São Paulo, com grande aumento na oferta de cursos e oficinas sobre o assunto nos últimos dez anos. Esse trabalho lança um olhar na diversidade de eventos sobre sistemas agroflorestais divulgados por meio de redes sociais no estado de São Paulo nos últimos dois anos, a área de consolidação desse sistema de cultivo como a mais ecológica das práticas agroecológicas e questiona até que ponto a complexidade e exigência de mão de obra das agroflorestas se adequa à realidade de envelhecimento do meio rural e, em particular, dos assentamentos rurais.

Palavras-chave: agricultura sintrópica, agroecologia, agricultura familiar

¹ Regina Aparecida Leite de Camargo, professora assistente do Departamento de Economia, Administração e Educação da FCAV/UNESP/Jaboticabal. Mestre em Ciências Sociais pela UFPB e em Planejamento e Desenvolvimento Sustentável pela FEAGRI/UNICAMP. regina@fcav.unesp.br

1 - Introdução

No ano de 1989 o então “Projeto Tecnologias Alternativas (PTA)”, ligado à ONG Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) lançou a primeira edição do livro “Agroecologia: As Bases Científicas da Agricultura Alternativa”, do professor chileno Miguel A. Altieri. O título era uma tradução direta do inglês “Agroecology: The Scientific Basis of Alternative Agriculture” e exprimia, segundo Paulo Petersen (2012, p.7) “o estágio de elaboração teórico-conceitual (da agroecologia) àquele momento”. Na época o termo agricultura alternativa era um tipo de guarda-chuva genérico, que abrigava as iniciativas e vertentes que desenvolveram formas de cultivo contrárias ao modelo químico-industrial da chamada agricultura moderna.

A mudança do subtítulo dessa obra seminal acompanhou o alargamento conceitual e referencial da agroecologia e sua importância e abrangência social e econômico-produtiva. Na obra original o autor explica que a agroecologia pode ser definida, de forma normativa, como incorporando “ideias mais ambientais e de sentimento social acerca da agricultura”, e no sentido estreito como “o estudo de fenômenos puramente ecológicos que ocorrem no campo das culturas, tais como relações predador/predado, ou competição cultura/invasoras” (ALTIERI, 1989, p.28). Na terceira edição da obra, revisada e ampliada, a nota introdutória de Petersen enfatiza o tripé de acepções em que se firma atualmente a agroecologia: teoria crítica da agricultura industrial e base conceitual e metodológica para o desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis; prática social “adotada explícita ou implicitamente em coerência com a teoria agroecológica” (PETERSEN, 2012, p.7) e movimento social que mobiliza uma diversidade de atores com bandeiras de luta em diferentes graus de correlação direta ou indireta com uma produção agrícola sustentável, tais como: justiça social, questões ambientais, segurança alimentar e nutricional e equidade entre gêneros. Ou seja, ganharam maior ênfase os aspectos sociais e políticos da agroecologia, devido principalmente à sua adoção pelos movimentos sociais.

A incorporação da agroecologia na agenda dos movimentos sociais, segundo Altieri (2012), ganhou força a partir do final dos anos 1990, juntamente com as demandas por segurança e soberania alimentar. O autor enumera como fatores de atratividade da agroecologia: sua capacidade de mobilização social; sua abordagem culturalmente

assimilável que promove a junção de saberes tradicionais e conhecimentos científicos; a viabilidade econômica de seus métodos, baseados no uso de recursos locais e o fato de ser ecológica no sentido de tentar evitar a modificação dos sistemas produtivos existentes, mas promovendo sua diversificação e otimizando seu desempenho.

Para Gliessman a agroecologia funciona como uma espécie de fio condutor que estabelece a conexão entre diferentes áreas do conhecimento: “Por um lado a agroecologia é o estudo de processos econômicos e de agroecossistemas, por outro, é um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável (GLIESSMAN, 2009, p.58). Esses dois aspectos centrais da agroecologia alinham-se com a discussão da segurança alimentar – a necessidade de uma produção agrícola suficiente para alimentar a população atual do planeta, sem comprometer a sobrevivência das gerações futuras e da soberania alimentar, no sentido proposto por Friedmann (2016) que engloba o letramento alimentar da população e o consequente estreitamento das relações campo-cidade.

Baseado nesse levantamento suscito de alguns dos pontos chave da agroecologia é possível afirmar que os sistemas agroflorestais (SAFs) traduzem a essência desses princípios ao retratar a histórica convivência entre o homem e a floresta. Para sobreviver os seres humanos tiveram que aprender a extrair boa parte de seus alimentos da flora e fauna florestal, mas também a utilizar os nutrientes deixados no solo pela decomposição de folhas e ramos, ou pelas cinzas da floresta queimada, para o cultivo de cereais, tubérculos e hortícolas que demandam espaço, luz e terra fértil.

Como coloca Gliessman (2009, p. 492): “Todos os sistemas agroflorestais são bons exemplos de como explorar as vantagens da diversidade e do processo de sucessão para obter alimentos e outros produtos agrícolas”. Mas acreditamos que parte da atratividade desses sistemas reside na mística e encantamento presentes numa floresta. A soberania de algumas espécies arbóreas, a complexidade e diversidade de interações entre espécies vegetais e animais, a fauna e o microclima presentes numa floresta são o palco de histórias, lendas, tradições e cultos na maioria das culturas.

Os sistemas agroflorestais permitem a prática da agricultura e o cultivo de alimentos simultaneamente com a criação de paisagens de impacto visual e ambiental. As muitas combinações possíveis entre elementos arbóreos e herbáceos garantem uma considerável flexibilidade na conceituação e tipificação dos SAFs e também sua

adaptabilidade em diferentes biomas e situações edafoclimáticas, bem como em realidades econômicas e sociais diversas.

2 – SAFs e agricultura sintrópica

Na clássica obra “História das agriculturas do mundo” de Marcel Mazoyer e Laurence Roudat (2010), os autores definem a agricultura como um tipo particular de relação entre espécies: “relação entre uma espécie exploradora e uma ou várias espécies exploradas vivendo num ecossistema cultivado artificialmente” (MAZOYER & ROUDAT, 2010, p.53). Mas diferentemente do que ocorre com outras espécies cultivadoras, como as formigas e térmitas, o ser humano se fez a agricultor e criador após milhões de anos de um processo de hominização e evolução técnica e cultural.

A reposição da fertilidade do solo sempre foi o maior desafio para a perpetuação da exploração agrícola de um determinado ambiente, e condicionador da expansão das populações humanas e da fronteira agrícola. No período neolítico eram os instrumentos de trabalho disponíveis que determinavam o tipo de exploração do território. Os grupos que dispunham dos rudimentos de machados e de um bastão plantador, feitos de pedra, cortavam árvores, queimavam parte da vegetação e cultivavam as clareiras abertas. Os que habitavam as pradarias, impossibilitados de cultivar o solo, se dedicavam à criação animal. O sistema de derrubada-queimada prevaleceu na maioria dos meios arborizados cultiváveis durante milênios e possibilitou a expansão das sociedades agrárias florestais. Mas, embora dependessem da derrubada da maior parte da vegetação nativa, o sistema só provocava um desmatamento irreversível quando o aumento da densidade populacional reduzia de tal forma o tempo de pousio, que impossibilitava a regeneração da vegetação (MAZOYER & ROUDAT, 2010). No Brasil, o avanço da monocultura cafeeira derrubou grandes extensões de mata atlântica nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais em busca de uma fertilidade rapidamente perdida pela falta de proteção do solo e reposição da matéria orgânica.

Curiosamente, foi a expansão territorial de outra commodity de exportação – o cacau – que suscitou o início das pesquisas sobre sistemas agroflorestais no Brasil. Sendo um cultivo de sub bosque, a cultura demanda o consórcio com espécies de desenvolvimento rápido, como a banana, para garantir um sombreamento provisório, e lenhosas como ipê-roxo (*Tabebuia* sp.), mogno (*Swietenia macrophylla*), castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*) e ingá (*Inga* spp.) para garantir permanentemente o

sombreamento necessário. A expansão da cultura para a Amazônia deu início aos primeiros experimentos de consórcios realizados pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) (GAMA, 2003).

Mas foi a partir dos resultados obtidos por Ernst Götsch, também com a cultura do cacau, no sul da Bahia, na década de 1980, e sua divulgação por redes como a formada pela ONG Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) que os sistemas agroflorestais ganharam visibilidade como alternativa de prática agroecológica para produtores familiares; principalmente os assentados da reforma agrária, muitas vezes alocados em áreas de solo degradado e com pouca ou nenhuma oferta de água para irrigação. Em 1998 os princípios e práticas de Ernst Götsch foram sistematizados no livro “Agricultura e Florestas” de Jorge Vivan. Nele o autor expõe o objetivo básico de um sistema agroflorestal:

O princípio fundamental do trabalho é o manejo da sucessão de espécies. Este manejo é feito de modo a não comprometer o fluxo de complexificação da vida que está sendo levado naturalmente. Buscamos então criar junto ao sistema natural as condições de tempo e espaço físico para o desenvolvimento de espécies cultivadas, ou de espécies nativas que forneçam recursos que nos interessam (VIVAN, 1998)

Encontram-se acima os princípios norteadores dos sistemas agroflorestais: interação entre espécies, fluxos energéticos, complexidade, consórcio de espécies nativas com espécies cultivadas, nativas ou exóticas, perenes, semi-perenes ou anuais. Para Gliessman (2009, p. 429) “Existem muitas variações de práticas que caem na categoria de agrofloresta: na agrossilvicultura, árvores são combinadas com culturas; em sistemas silvopastoris, elas são combinadas com produção animal; e, em sistemas agrossilvopastoris, o produtor maneja uma mescla complexa de árvores, culturas e animais”.

Em 2016 o Centro Internacional de Pesquisa Agroflorestal (ICRAF), em conjunto com a diversas entidades nacionais e internacionais, dentre elas a Embrapa, lançou um primoroso guia técnico intitulado “Restauração Ecológica com Sistemas Agroflorestais”. Neles os SAFs recebem a seguinte definição:

Agrofloresta é um nome genérico para sistemas de uso da terra onde espécies lenhosas perenes como árvores, arbustos, palmeiras, bambus, etc. são deliberadamente utilizadas nas mesmas unidades de área com culturas agrícolas e/ou animais, com determinado arranjo espacial e temporal (MICCOLIS, et. al. 2016).

Ou ainda, os SAFs são:

Sistemas baseados na dinâmica, na ecologia e na gestão dos recursos naturais que, por meio da integração de árvores na propriedade e na paisagem agrícola, diversificam e sustentam a produção com maiores benefícios sociais, econômicos e ambientais para todos aqueles que usam o solo em diversas escalas” (MICCOLIS, et. al. 2016)

O segundo conceito incorpora os benefícios sociais e econômicos aos serviços ambientais proporcionados pelos SAFs. Um aspecto particularmente importante quando essa forma de cultivo é apresentada como alternativa para produtores familiares.

Ambas as edições da já mencionada obra de Miguel Altieri trazem um capítulo sobre sistemas agroflorestais, mas na de 1989 o capítulo é escrito por John G. Farrel que os denomina de agrossilvicultura – “sistemas antigos e amplamente praticados de uso da terra, nos quais as árvores são associadas no espaço e no tempo com culturas agrícolas e/ou animais” (ALTIERI, 1989, p.159). Já na edição de 2012. O capítulo é assinado também por Miguel Altieri e a mesma definição acima é usada para sistemas agroflorestais e a agrossilvicultura apresentada como um dos tipos de SAF. Em ambos os casos são ressaltados quatro características principais dos SAFs: estrutura da área com a combinação de árvores, plantas anuais e animais; sustentabilidade, ou capacidade de recuperar e manter a fertilidade do solo; aumento da produtividade, pela otimização do espaço e dos nutrientes e adaptabilidade socioeconômica e cultural, já que os SAFs podem ser adotados por qualquer categoria de produtores, embora sejam particularmente pertinentes para pequenos produtores em áreas marginalizadas.

Por volta de 2014 o pioneiro Ernst Götsch inovou novamente, ao enfatizar ainda mais a importância dos fluxos energéticos nos SAFs e batizar esse tipo de agricultura regeneradora de ambientes degradados, poupadora de energia e baseada nas leis da termodinâmica de agricultura sintrópica. Na sua página na internet são elencadas as diferenças entre as correntes do que já foi genericamente chamado de agricultura alternativa e a agricultura sintrópica: “Uma primeira e simples distinção que poderíamos fazer seria relativa ao fato de que dentro desse universo de conceitos, alguns se referem a sistemas de uso da terra enquanto que outros são sistemas de design e outros ainda uma ciência ou um movimento social e político” (AGENDA GÖTSCH, 2018). Já a agricultura sintrópica englobaria todas essas funções mas acrescentaria seu alto potencial regenerativo: “Na Agricultura Sintrópica o estabelecimento de áreas altamente produtivas e independentes de insumos externos tem como consequência a oferta de serviços ecossistêmicos, com especial destaque para a formação de solo, a regulação do

microclima e o favorecimento do ciclo da água” (AGENDA GÖTSCH, 2018). É o que é chamado por Götsch de recuperação pelo uso.

Agenda Götsch oferece cursos regulares denominados Life In Syntropy: Workshops em Agricultura Sintrópica, e talvez um dos principais legados de Ernst Götsch seja justamente o grande número de agricultores e pesquisadores que foram formados em seus cursos e hoje praticam seus ensinamentos em pequenas e grandes propriedades, familiares e empresariais e promovem, eles também uma série de cursos e oficinas, como veremos a seguir.



Figura 1: Diferença energética da agricultura sintrópica e monocultivos convencionais.

Fonte: Redes sociais, 2018

3 – Agroflorestas “como te gusta”

Todos os autores concordam que existem vários tipos de sistemas agroflorestais, dependendo de seus propósitos e inserção ou não de cultivos anuais e criação de animais. É interessante observar como os sistemas convencionais de manejo incorporaram parte da terminologia e alguns dos princípios dos sistemas agroflorestais, mas enfatizando seus aspectos produtivos. Assim temos o sistema Integração Lavoura Pecuária Floresta - ILPF, pesquisado e difundido pela Embrapa.

Algumas iniciativas merecem destaque como propulsoras e divulgadoras de sistemas agroflorestais no estado de São Paulo: o surgimento de experiências que se tornam “faróis” de referência, a criação de assentamentos na modalidade Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDSs); o aumento da oferta de cursos e oficinas e projetos como o Programa Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS Microbacias

II – Acesso ao Mercado, coordenado pela Secretaria do Meio Ambiente, com recursos do Banco Mundial e do Governo do Estado e o Projeto Ecoforte, da Fundação Banco do Brasil, que financiou a formação de redes de agroecologia.

Dentre as propriedades que se tornaram referência em SAFs temos a Fazenda São Luiz, que engloba o projeto Arte na Terra, em São Joaquim da Barra e a Fazenda da Toca, em Itirapina, uma grande propriedade da família Diniz, antiga acionista majoritária do grupo Pão de Açúcar.



Figura 2: Fazenda da Toca
Fonte: <http://fazendadatoca.com.br/>, 2018



Figura 3: Projeto Arte na Terra
Fonte: <http://brt.ifsp.edu.br/archive/index.php/noticias-81/165-arte-na-terra-uma-proposta-de-educacao-ambiental>

Como pode ser visto nas figuras 1 e 2, ambas iniciativas tem uma proposta educativa e promovem cursos, estágios e outros eventos e vivências.

Dentre os muitos cursos em agroflorestas que vem sendo oferecidos no estado de São Paulo, vale a pena destacar a “especialização” que alguns deles oferecem em combinações específicas em SAFs, como, por exemplo, foco em horticultura. Ou recuperam a tradição indígena da convivência em harmonia com a natureza e a floresta. Ou ainda são oferecidos por grupos de estudantes em cursos universitários.

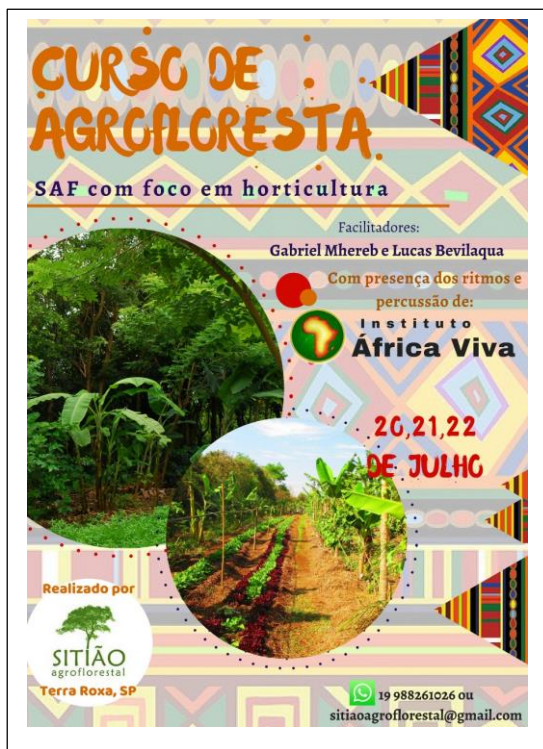


Figura 4: Curso de agrofloresta com foco em horticultura
Fonte: Redes sociais, 2018



Figura 5: Curso em agrofloresta promovido pelo grupo Pés Vermelhos da UFSCar
Fonte: Redes sociais, 2018



Figura 6: Agrofloresta e cultura indígena
Fonte: Redes sociais, 2018



Figura 7: Permacultura e Agrofloresta
Fonte: Redes sociais, 2018

As redes sociais tem sido amplamente utilizadas para divulgar cursos e eventos relacionados com a implantação e manutenção de sistemas agroflorestais. Alguns dos grupos se formam em torno de uma prática, curso ou vivência de agrofloresta em assentamento rural, como é o caso do grupo Agrofloresteiros Sepé, que nasceu e ampliou entre os que participaram de atividades e projetos no assentamento Sepé Tiarajú, em Serrana/SP.

O PDRS Microbacias II – Acesso ao Mercado, era direcionado, especificamente, para a criação de sistemas sustentáveis, e SAFs foram implantados em diversos assentamentos do estado de São Paulo. No caso do Sepé Tiarajú trinta e cinco famílias foram contempladas com SAFs que variaram de 0,5 a 2,0 ha. Como os assentados já conheciam a agrofloresta devido à um projeto de parceria entre o INCRA e a Embrapa Meio Ambiente no início do assentamento, alguns sistemas necessitavam apenas de manejo e/ou enriquecimento para se adequar às normas do projeto.

Em suma, um grande esforço em projetos, cursos e circulação de informações tem sido dispendido para a promoção de sistemas agroflorestais, mas será mesmo essa a melhor ou mais viável alternativa para produtores com restrições de espaço, mercado e mão de obra?

4 - Viabilidade econômica e organização social nos SAFs

Como já visto, um sistema agroflorestal não é um crescimento espontâneo de diferentes espécies lenhosas e não lenhosas, mas um cultivo intenso de combinações desejáveis e complementares de espécies que exercem papel específico no sistema e demandam constante manejo. Por isso, tradicionalmente “os vilarejos de cultivadores florestais são compostos por “famílias”, aparentadas ou não, que constituem, por sua vez, unidades de produção e consumo” (MAZOYER & ROUDAT, 2010, p.147).

Estudos sobre resultados econômicos dos SAFs destacam o peso da mão-de-obra, em atividades relacionadas a tratos culturais e colheita nos custos totais dos SAFs Para GAMA, et.al (2003), esses custos representaram mais de 70% da composição dos custos totais em sistemas analisados no estado de Rondônia.

Já o trabalho de Magalhães et al (2014, p.78) relacionou o retorno econômico com a idade de corte das espécies arbóreas e iniciação de novos cultivos, encontrando uma relação inversamente proporcional, ou seja, “é mais interessante economicamente antecipar o corte das árvores e reiniciar o sistema, implantando novamente a cultura

agrícola, pois a venda desse produto proporcionará aumento no VPL, podendo reduzir os custos de implantação do sistema. Já o trabalho de Neves, et. al. (2014), destaca o custo com mão-de-obra no início da implantação dos sistemas e sua diluição nos anos seguintes. Mesmo assim esse custo representou dois terços dos custos totais em quatro anos de análise.

A falta de interesse dos filhos em continuar com a atividade agrícola e, conseqüentemente, o limite de mão-de-obra em propriedades familiares e lotes de assentamentos é um problema constantemente reportado em pesquisas de campo. Para que os sistemas florestais sejam adequadamente manejados, de forma a cumprir com as funções a que se propõe, outros arranjos de trabalho devem ser buscados, como os mutirões, vivências com estudantes e formação de “famílias” agrofloresteiras.

5 - Considerações finais

Os sistemas agroflorestais parecem estar se firmando como a mais ecológica das práticas agroecológicas. Não há dúvidas sobre os efeitos benéficos desses sistemas na recuperação da áreas degradadas e serviços ambientais prestados. No entanto, mais estudos são necessários sobre a viabilidade econômica desses sistemas. Ainda que uma análise puramente econômica não abarque toda gama de serviços ambientais e sociais que os SAFs aportam, as dificuldades de manejo dos sistemas mais complexos e os limites de mão-de-obra no campo podem atuar como elementos desestimuladores da continuidade de cultivos implantados como agroflorestas.

6 - Referências Bibliográficas

ALTIERI. M. **Agroecologia**. As Bases Científicas da Agricultura Alternativa, Rio de Janeiro: FASE/PTA, 1989.

ALTIERI. M. **Agroecologia**. As Bases Científicas da Agricultura Sustentável. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012

GAMA, M. de M. B., **Análise técnica e econômica de sistemas agroflorestais em Machadinho d'Oeste, Rondônia**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Viçosa, 2003.

GLIESSMAN. S.R. **Agroecologia**. Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2009.

FRIEDMANN, H. Soberania Alimentar na Região de Golden Horseshoe em Ontário, Canadá. In: GRUZ, F.T.; MATTE, A.; SCHNEIDER, S. (Orgs) **Produção, consumo e abastecimento de alimentos**. Desafios e novas estratégias. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

MAGALHÃES, J.G.S.; SILVA, M.L.; SALLES, T.T.; REGO, L.J.S. Análise econômica de sistemas agroflorestais via uso de equações diferenciais. **Revista Árvore**, Viçosa-MG, v.38, n.1, p.73-79, 2014

MAZOYER, M; ROUDAT, L. História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: NEAD, 2010.

MICCOLIS, A.; PENEREIRO, F.M.; MARQUES, H.R.; VIEIRA, D.L.M.; ARCO-VERDE, M.F.; HOFFMANN, M.R.; REHDER, T.; PEREIRA, A.V.B. Restauração ecológica com sistemas agroflorestais. Como conciliar conservação com produção. Opções para Cerrado e Caatinga. ICRAF: Brasília, 2016.

NEVES, M.C.; MORICONI, W.; RAMOS FILHO, L.O.; CANUTO, J.C.; URCHEI, M.A. Avaliação econômica da implantação e manutenção de um Sistema agroflorestal com cultivo diversificado. X Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção (SBSP), Foz do Iguaçu – PR, 14 a 17 de maio de 2014

VIVAN, J.L. Agricultura e Florestas: princípios de uma interação vital. Guaíba: Agropecuária, 1998.

Os desafios dos mercados institucionais para promover a transição agroecológica

Ricardo Serra Borsatto¹; Miguel A Altieri²; Henrique Carmona Duval³; Julian Perez-Cassarino⁴

Resumo: A agroecologia tem despertado o interesse de gestores público ao redor do mundo e políticas para promover sua adoção têm sido implementadas. Entretanto, ao pesquisas avaliando a efetividade destas políticas em expandir a adoção da agroecologia ainda são raras. Com o objetivo de compreender o papel que políticas baseadas em compras públicas e incentivos de preços têm em disseminar a adoção de sistemas baseados em princípios agroecológicos, avaliamos, em um conjunto de 15 municípios que compõem o Território Sudoeste Paulista, os efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que oferece tanto um mercado estruturado para a agricultura familiar quanto um incentivo de preço para produtos orgânicos. Com base em nossas análises, identificamos que políticas voltadas exclusivamente para o desenvolvimento de um mercado institucional que paga um prêmio para alimentos orgânicos oferecem incentivos insuficientes para que um número crescente de agricultores em cada vez mais áreas passem a adotar práticas agroecológicas. Concluímos apontando para os desafios de territorializar a agroecologia baseado somente em uma estratégia de sua institucionalização. Nossos resultados reforçam as percepções de que territorializar a agroecologia é um processo multinível que depende de diferentes fatores que se inter-relacionam.

Palavras-chave: agroecologia; políticas públicas; territorialização

¹ Professor, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – Centro de Ciências da Natureza
ricardo.borsatto@ufscar.br

² Professor Emeritus, University of California – Berkeley - Department of Environmental Science, Policy, and Management

³ Professor, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – Centro de Ciências da Natureza

⁴ Professor, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Laranjeiras do Sul

1. Introdução

Aumenta-se a percepção em nível internacional de que o sistema agroalimentar dominante é incapaz de cumprir com suas promessas de erradicar a fome no mundo, mitigar a pobreza rural, promover o desenvolvimento rural; ademais, de que seu modelo produtivo, baseado em monoculturas plantadas em grandes áreas, gera impactos ambientais e sociais que determinam sua insustentabilidade (McMichael, 2009a; b; Otero, Pechlaner e Gürcan, 2013; Ploeg, van der, 2010). Por outro lado, cresce o reconhecimento de que a adoção de processos de produção de alimentos baseados em princípios agroecológicos e realizados por agricultores familiares e camponeses devem ser a base de um sistema agroalimentar que ajude a solucionar esses problemas (Altieri e Toledo, 2011; FAO, 2018; Giraldo e Rosset, 2018; IPES-Food, 2016; Schutter, 2010).

Apesar desse reconhecimento sobre as direções a serem seguidas, ainda persiste na literatura mundial uma grande lacuna de estudos baseados em experiências empíricas sobre quais são as condições necessárias para que um número significativo de agricultores tenha incentivos suficientes para iniciar processos de transição agroecológica em seus sistemas produtivos (Cacho *et al.*, 2018).

Dentro deste contexto, o Brasil apresenta um rol de iniciativas promovidas pelo poder público que merecem ser melhor estudadas com o objetivo de compreender seus impactos e limitações. Apesar de ser reconhecido pela pujança de sua agricultura industrializada, a qual é responsável por posicioná-lo como um dos maiores exportadores de commodities agrícolas e consumidores de agrotóxicos do mundo (Bojanic, 2017; Jardim e Caldas, 2012); contraditoriamente, o Brasil também se sobressai por possuir uma agricultura familiar com forte presença social, espacial e produtiva, e se destaca em nível mundial por ter desenvolvido e implementado diferentes políticas públicas para este setor, as quais buscam promover a adoção de sistemas produtivos mais sustentáveis baseados em princípios agroecológicos e direcionadas especificamente para a agricultura familiar e camponesa (Candiotto, 2018; Costa, da *et al.*, 2017; FAO e IFAD, 2017; Gliessman, 2014; Petersen, Mussoi e dal Soglio, 2013).

A implementação de tais políticas foi resultado de um processo histórico com origem na década de 1970, dos quais participaram diferentes atores sociais, tais como movimentos sociais rurais, acadêmicos, pesquisadores, extensionistas, ONGs, agricultores. Motivados por diferentes razões, tais atores vêm trabalhando pela promoção de uma agricultura de base ecológica que, dentre outros fatores, prescindia do uso de insumos químicos, que repense todo o modelo da monocultura e que inclua os

agricultores familiares nas agendas do desenvolvimento rural com a finalidade de redesenhar os sistemas agroalimentares.

No decorrer desse processo histórico foram sendo estabelecidas e multiplicadas redes de promoção do conhecimento agroecológico em diferentes níveis espaciais (locais, regionais e territoriais), bem como realizados diferentes esforços de diálogo entre essas redes com o poder público (municipal, estadual, federal). Foi essa coalização de atores que conseguiu influenciar a construção e implementação de políticas públicas de escopo nacional direcionadas a apoiar a adoção de sistemas produtivos baseados em princípios agroecológicos, principalmente junto à agricultura familiar (Costa, da *et al.*, 2017; Moura, 2017; Petersen, Mussoi e dal Soglio, 2013; Schmitt, 2016).

As demandas do movimento agroecológico brasileiro conquistaram um espaço mais amplo na agenda política nacional a partir de 2003, quando assumiu o governo federal uma coalização de centro-esquerda eleita com o apoio de extratos economicamente marginalizados da população brasileira, entre eles os agricultores familiares. Esse cenário político favorável permitiu que se abrissem espaços na seara pública nos quais agentes do movimento agroecológico conseguiram participar, expor suas demandas e influenciar na construção de políticas públicas.

Nessa conjuntura, emergiu o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), voltado para a promoção da segurança alimentar de populações em situação de vulnerabilidade social por meio da constituição de sistemas agroalimentares localizados baseados na agricultura familiar (Maluf *et al.*, 2015; Rocha, 2009). O PAA age simultaneamente como uma política agrícola e social, estabelecendo um mercado institucional que adquire alimentos produzidos por agricultores familiares e camponeses e destinando-os para pessoas sob condição de insegurança alimentar e nutricional que vivem no mesmo território em que o alimento é produzido. Deste modo, o PAA estabelece um mercado institucional para a produção da agricultura familiar, baseado no mecanismo de compras públicas que, em teoria, busca promover sistemas alimentares mais localizados e práticas produtivas mais sustentáveis (Bergamasco, Borsatto e Souza- Esquerdo, 2013; Maluf *et al.*, 2015; Menezes, Porto e Grisa, 2016; Perez-Cassarino *et al.*, 2015; Wittman e Blesh, 2017).

Pela influência do movimento agroecológico, um incentivo de preço para a aquisição de alimentos orgânicos certificados foi introduzido nas regras do PAA, permitindo o pagamento de um sobrepreço de 30% para alimentos orgânicos certificados.

A expectativa dos gestores públicos era de que este incentivo pudesse fomentar a transição agroecológica entre os agricultores familiares participantes do programa.

Apesar do crescente interesse no papel que programas de compras públicas tem em apoiar mudanças no sistema agroalimentar, pesquisas avaliando os impactos de políticas como o PAA na adoção de práticas agroecológicas ainda são raras. Deste modo, sem questionar a relevância do PAA tanto no combate a fome quanto no apoio à agricultura familiar, esta pesquisa teve como objetivo refletir sobre o papel que políticas baseadas em compras públicas e incentivos de preços tem em fomentar a adoção de sistemas produtivos baseados em princípios agroecológicos, para tanto focou-se em compreender o impacto desta política em uma região específica, o Território Sudoeste Paulista.

2. O papel das políticas públicas em territorializar a agroecologia

Considerando que até pouco tempo as propostas do movimento agroecológico eram alvos de ataques, ridicularizadas, ou na melhor das hipóteses completamente ignoradas; o crescente reconhecimento da agroecologia por gestores públicos ao redor do mundo é surpreendente, e a mesmo tempo questionável (Giraldo e Rosset, 2018; Rivera-Ferre, 2018). Se o movimento agroecológico era caracterizado pela dificuldade em construir propostas políticas que fossem além da escala local (Gonzalez de Molina, 2013), nos últimos anos, a agroecologia têm entrado na agenda política de diferentes países. Especialmente na América Latina, diversas política nacionais foram institucionalizadas visando apoiar processos de transição agroecológica (Candiotto, 2018; Caporal e Petersen, 2012; Catacora-Vargas *et al.*, 2017; Intriago *et al.*, 2017; Petersen, Mussoi e Dalsoglio, 2012; Sabourin *et al.*, 2017; Schiavoni, 2015).

Ademais, a agroecologia entrou na agenda de instituições multilaterais responsáveis por direcionar as políticas agrícolas ao redor do mundo como a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO), que tem considerado a agroecologia como uma possível alternativa para resolver as externalidades negativas do sistema agroalimentar dominante (FAO, 2018; Giraldo e Rosset, 2018; Rivera-Ferre, 2018; Rosset e Altieri, 2017).

Porém, como já destacado por Rosset e Altieri (2017), existe uma importante diferença entre o processo de institucionalização da agroecologia (que os autores de língua inglesa tem chamado de *scaling-up*) e o que estamos chamando de territorialização da agroecologia (*scaling-out* em língua inglesa, ou *masificación* em

língua espanhola) que se refere a adoção dos princípios agroecológicos por cada vez mais famílias em territórios cada vez mais amplos.

Não há dúvidas sobre a importância da constituição de uma infraestrutura institucional que apoie a agroecologia (*scaling-up*), mas o que se percebe é que as diferentes políticas que até o momento foram implementadas com o objetivo de fomentar a agroecologia são marginais dentro dos respectivos contextos nacionais, sendo desenvolvidas numa perspectiva de convivência com o modelo industrial de agricultura (Bellon e Ollivier, 2018; Vergara-Camus e Kay, 2017). Esta realidade desvela a falta de interesse ou a incapacidade desses gestores públicos em modificar o sistema agroalimentar dominante, ou mesmo uma falta de compreensão da mudança estrutural que representa a adoção e fortalecimento da agroecologia como estratégia para o desenvolvimento rural.

Via de regra, quando passa a ser institucionalizada pelo setor público, a agroecologia é podada de sua fundamentação política (Bellon e Ollivier, 2018; Caporal, 2011; Petersen, Mussoi e dal Soglio, 2013), assim perdendo sua poderosa abordagem crítica contra as externalidades ocasionadas pelo sistema agroalimentar dominante. Problemas ocasionados pelo processo de institucionalização da agroecologia já foram apontados; por exemplo, a cooptação da agroecologia para servir como estratégia de “esverdeamento” do sistema agroalimentar dominante (Bellon e Ollivier, 2018; Giraldo e Rosset, 2018) e a perda de protagonismo das organizações de agricultores no processo de territorialização da agroecologia (Levidow, Pimbert e Vanloqueren, 2014). Uma crescente cooptação de lideranças e grupos dominantes do movimento agroecológico pelas estruturas de governança e poder também pode ser um significativo problema que merece mais atenção.

O que diferentes evidências empíricas têm apontado até agora é que a institucionalização da agroecologia pelo setor público e o estabelecimento de políticas públicas com o objetivo de fomentar a adoção de práticas agroecológicas têm tido impactos limitados, mesmo quando essas políticas são resultado de um processo de pressão social (Catacora-Vargas *et al.*, 2017; Herrera, Domené-Painenao e Cruces, 2017; Sabourin *et al.*, 2017).

Experiências de sucesso em adoção de práticas agroecológicas por um número significativo de agricultores têm apontado que o processo de massificação não ocorre em função de um único fator, mas que se apoia e expande baseado em vários eixos e sempre com intensa participação de organizações de agricultores em todos esses eixos (Altieri e

Nicholls, 2012; Cacho *et al.*, 2018; Khadse *et al.*, 2018; Rosset e Altieri, 2017; Rover, Gennaro, de e Roselli, 2016).

Cacho *et al.* (2018) ao avaliarem cinco casos de sucesso de territorialização da agroecologia, identificaram oito fatores-chave presentes em todos os casos: a) reconhecimento de uma crise que motivou a busca por alternativas, b) organização social, c) processos educativos construtivistas, d) práticas agroecológicas efetivas, e) discursos mobilizadores, f) aliados externos, g) mercados favoráveis, e h) políticas favoráveis. De acordo com os autores um processo amplo, consistente e resiliente de territorialização da agroecologia resulta da integração de vários desses fatores. Especificamente, em relação ao papel das políticas em territorializar a agroecologia, os autores concluíram que não houve uma política específica que emergiu como essencial nos casos estudados. Ao contrário, os autores afirmam que a combinação de um conjunto de políticas complementares é necessária para criar um ambiente propício para a adoção de práticas agroecológicas em uma escala mais ampla.

3. Metodologia

Área de estudo: Contexto geográfico e socioeconômico

Com o objetivo de investigar como a participação do PAA contribui para a adoção de práticas agroecológicas pelos agricultores familiares, delimitamos o Território Sudoeste Paulista como área de estudo. O Território é composto por um grupo de 15 municípios com perfis similares e coesão social e cultural (Figura 1). A região também é conhecida como “Ramal da Fome”, pois seus municípios exibem baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Outra característica marcante é a significativa presença de agricultores familiares descapitalizados com sistemas de produção diversificados (principalmente grãos, leite, hortaliças), convivendo lado a lado com uma agricultura empresarial altamente tecnificada (Matheus, 2016).

De com o último censo (2010), 31.063 pessoas vivem no território, sendo 21,6% em áreas rurais. Uma parcela significativa deste população rural vive em condições de extrema pobreza, alcançando em alguns municípios 70% de suas população rural. Ademais, o território conta com 7.208 unidades de produção geridas por agricultores familiares, das quais 415 estão em assentamentos rurais; também existe no território uma comunidade quilombola e duas comunidades indígenas.

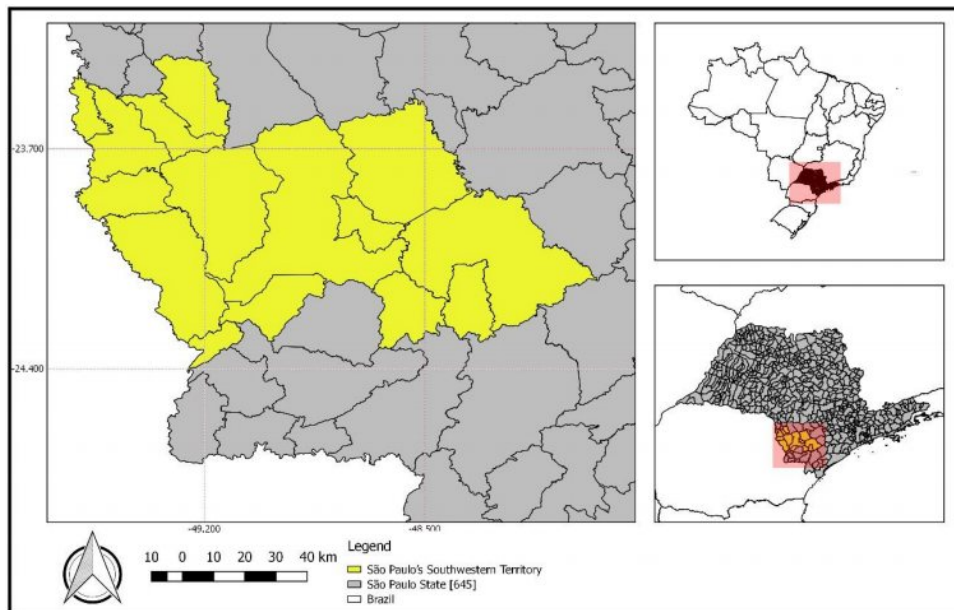


Figura 1. Localização geográfica do Território Sudoeste Paulista, São Paulo, Brasil

Por suas características, a região vem participando de diferentes ações de desenvolvimento territorial. Em 2003, a região fez parte do primeiro conjunto de 40 territórios selecionados dentro do escopo do Programa Fome Zero como prioritários para realização de ações de combate a fome, também fez parte dos programas Território Rurais e Territórios da Cidadania que buscavam apoiar o desenvolvimento social, a organização para produção sustentável, melhorias de infraestrutura e a melhoria do acesso à saúde, saneamentos, água, educação e cultura em territórios com baixo IDH (Matheus, 2016).

Dados e métodos

Com o objetivo de compreender as interações entre o mercado institucional com incentivos de preços oferecido pelo PAA e os processos de transição agroecológica, o primeiro passo de nossa pesquisa foi realizar uma análise longitudinal dos dados relacionados à operacionalização do PAA no Território Sudoeste Paulista, dedicando especial atenção aos volumes de alimentos convencionais e orgânicos comercializados através do programa na modalidade Doação Simultânea. Os dados disponíveis compreendiam um período de seis anos (2010-2015) e foram obtidos da base de dados Transparência Pública do PAA (CONAB, 2017).

O segundo passo foi coletar informações sobre a produção agroecológica no território. Para esse propósito utilizamos o Registro Nacional de Produtores Orgânicos

mantido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2017). Desta base de dados, nós identificamos o universo de agricultores certificados como orgânicos no território, bem como os municípios nos quais cada um está localizado.

Para complementar os dados secundários e obter uma melhor compreensão os impactos e limitações dos incentivos do PAA na adoção de práticas agroecológicas, nós conduzimos entrevistas semiestruturadas com os gestores de cinco organizações de agricultores familiares que entregaram alimentos para o PAA durante o período estudado.

O roteiro adotado para as entrevistas objetivou identificar os principais fatores que restringem a adoção de práticas agroecológica pelos agricultores locais, identificar as ações necessárias para que mais agricultores iniciassem processos de transição agroecológica em seus sistemas de produção, as atividades desenvolvidas para apoiar os associados a adotarem sistemas de produção mais sustentáveis e realizar um mapeamento das opções de comercialização da produção. Também foram abordados nas entrevistas assuntos como o processo de constituição da organização, os principais serviços prestados pela associação, e quais outras ações poderiam incentivar a produção agroecológica no território.

4. Resultados

No período compreendido por este estudo, foram comercializados através do programa mais de 31.000 toneladas de alimentos, que em sua grande maioria foram destinados para as redes socioassistenciais do próprio território, as quais distribuíram esses alimentos em forma de cestas para pessoas em situação de insegurança alimentar ou os utilizaram para prover alimentação escolar.

Os dados secundários também demonstram que agricultores de todos os 15 municípios comercializaram parte de sua produção através do PAA no período estudado. Dos 7.208 agricultores familiares do território identificados pelo último censo, 3.840 ($\approx 53\%$) entregaram sua produção para o programa ao menos uma vez, evidenciando a importância do programa para a agricultura familiar e o interesse desses agricultores em utilizar este canal de escoamento.

Estes dados confirmam que o PAA possui elevado impacto tanto no apoio à agricultura familiar quanto na garantia da segurança alimentar e nutricional do território estudado.

Por outro lado, a análise dos dados indica que o incentivo de preço oferecido pelo PAA pouco tem contribuído para a adoção de sistemas de produção mais sustentáveis. Esperava-se que os agricultores que fornecem alimentos convencionais se sentissem incentivados a iniciarem processos de transição agroecológica para auferirem um preço maior pela sua produção. Assim, a participação de alimentos orgânicos comercializados via o programa deveria aumentar no decorrer do tempo. Entretanto, quando estratificamos o volume de alimentos convencionais e orgânicos comercializados através do programa (Tabela 1), das 31.000 toneladas de alimentos comercializadas por meio do PAA entre 2010 e 2015, a participação da produção orgânica foi de meros 0,8% (≈ 266 toneladas). Este volume ficou abaixo do planejado pelo governo federal no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), que esperava que ao menos 5% do orçamento do PAA até 2015 tivesse sido utilizado para aquisição de produtos orgânicos (CIAPO, 2013).

Tabela 1. Volumes de alimentos convencionais e orgânicos adquiridos pelo PAA no Território Sudoeste Paulista (2010-2015)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL (2010-2015)
Convencional prod. (t)	3,000.89	5,202.42	6,087.27	5,374.01	7,695.17	4,249.98	31,609.73
Organic prod. (t)	52.39	66.43	60.10	42.13	45.58	-	266.62
Conventional + Organic (t)	3,053.28	5,268.85	6,147.36	5,416.14	7,740.74	4,249.98	31,876.36
Organic prod. participation (%)	1.7%	1.3%	1.0%	0.8%	0.6%	0%	0.8%

Source: CONAB (2017)

A análise dos dados também indica que a participação de alimentos orgânicos diminuiu com o tempo. Em 2010, ela correspondia a 1,7% e foi declinando até 2015, quando não houve comercialização de alimentos orgânicos pelo PAA (Figura 2).

Uma situação similar foi observada em nível nacional por Sambuichi et al. (2017) quando eles consolidaram os dados nacionais de compras de alimentos orgânicos pelo PAA. Eles verificaram que as compras ficaram em um patamar abaixo do esperado e não avançaram no tempo, ficando bem abaixo dos 5% esperado pelos gestores públicos.

Quando a aquisição de produtos orgânicos é decomposta por municípios, os dados demonstram que apesar da participação de organizações de agricultores familiares de 11 diferentes municípios, somente organizações de quatro destes comercializaram alguma vez produtos orgânicos (Figura 3). Um padrão similar é observado quando decomposos os dados por organizações de agricultores. O PAA adquiriu alimentos de 30

associações/cooperativas diferentes, e a maioria destas organizações (80%) comercializou sua produção mais de uma vez em diferentes anos; entretanto, somente quatro dessas organizações comercializaram produtos orgânicos no período estudado (Figura 4).

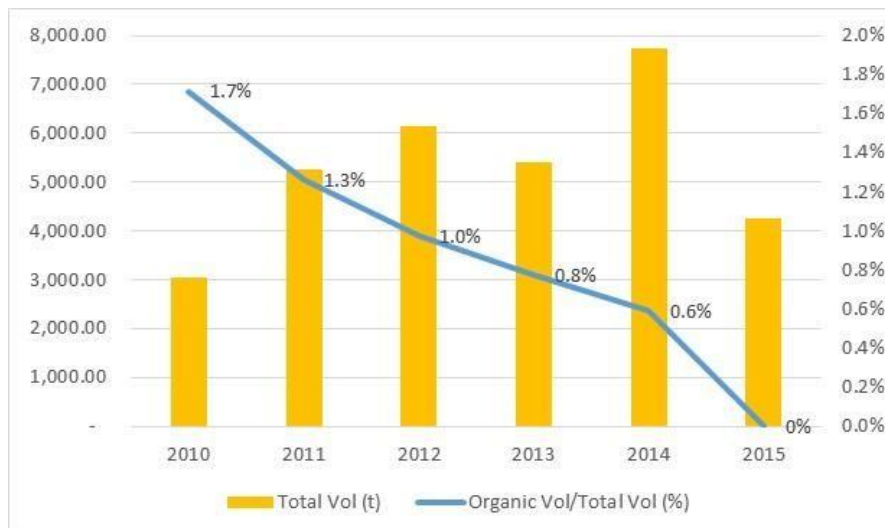


Figura 2. Volume e participação dos alimentos orgânicos comercializados pelo PAA no Território Sudoeste Paulista (2010-2015)

Fonte: CONAB (2017)

Esses dados apontam para os limites do programa em territorializar a adoção de práticas agroecológicas, indicando que somente aqueles agricultores que já estavam envolvidos em desenvolver um sistema de produção mais sustentável se beneficiaram do incentivo de preço. Os dados também sugerem que o incentivo de preço oferecido não tem sido suficiente para atrair novos fornecedores de alimentos orgânicos para o PAA.

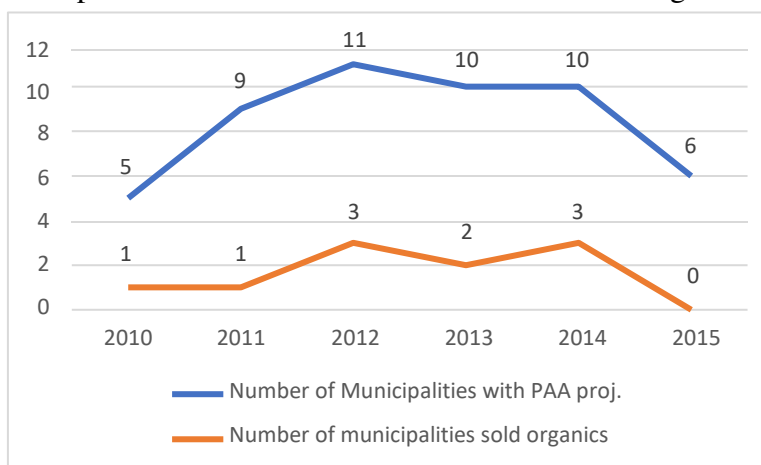


Figura 3. Número de municípios com organizações de agricultores familiares participando do PAA (2010-2015)

Source: CONAB (2017)

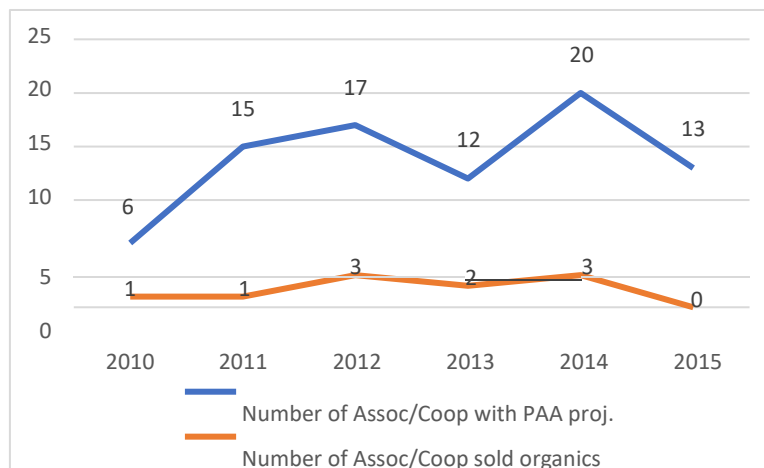


Figura 3. Número de organizações de agricultores familiares participando do PAA (2010-2015)

Fonte: CONAB (2017)

Utilizando o Registro Nacional de Produtores Orgânicos (MAPA, 2017) foram identificados 120 agricultores orgânicos certificados no território, o que pode ser considerado um número significativo, alcançado $\approx 1,3\%$ do total de agricultores da região. Quando os nomes desses agricultores foram cruzados com os nomes de agricultores que entregaram alimentos orgânicos para o PAA, somente 28 desses agricultores (23,33%) comercializaram sua produção através do programa. Ademais, somente 15 (12,50%) pela segunda vez, e somente três pela terceira vez (Figura 4).

Duas interessantes tendências podem ser inferidas a partir desses dados; primeiro, eles revelam que a maioria dos agricultores orgânicos privilegia outros mercados ao invés do PAA; segundo, que o mercado institucional estabelecido pelo PAA não está conquistando a fidelidade dos agricultores orgânicos. Compreendemos que esses dados não são necessariamente negativos, visto que uma das finalidades do programa é justamente oferecer um impulso inicial aos agricultores para que eles passem a acessar outros mercados, por outro lado despertam um sinal de alerta que merece investigações mais aprofundadas.

As informações obtidas durante as entrevistas semiestruturadas realizadas com os gestores das cinco organizações de agricultores familiares selecionadas ajudam a compreender melhor a situação evidenciada pelos dados secundários. Houve um consenso entre os entrevistados que o incentivo de preço oferecido pelo PAA é insuficiente para animar os agricultores a iniciarem processos de transição agroecológica devido a diferentes razões.

A primeira razão apontada foi em relação ao pequeno tamanho do mercado que é criado pelo PAA. Os entrevistados explicaram que os agricultores não veem sentido em mudar seus sistemas de produção somente para acessar um mercado de tamanho limitado como o oferecido pelo PAA. O programa estabelece para cada agricultor uma cota financeira anual de participação, no caso de produção orgânica o volume adquirido pelo programa acaba por ser reduzido proporcionalmente, pois os agricultores recebem mais dinheiro por sua produção. Deste modo, o montante adquirido pelo programa é insuficiente para estimular qualquer modificação nos sistemas de produção.

Aqui há um primeiro indicativo de que por vezes tão importante quanto a oferta de um incentivo de preço, é a viabilização da aquisição de maiores volumes de produtos, que poderia ser viabilizada no PAA, por exemplo, com a elevação do limite anual de aquisição por família para agricultores ecológicos. Problema similar deve ocorrer em relação ao estímulo a outras atividades que visam agregar valor à produção, como no caso de alimentos processados,

A segunda razão é que o incentivo de preço já existe independentemente do PAA. Como a região está localizada próxima a grandes centros urbanos, os entrevistados afirmaram que já existem mercados interessados em adquirir alimentos orgânicos por preços equivalentes ao que o PAA pagaria, porém com uma demanda muito maior, mais estável e com menos burocracia.

Guerra et al. (2017) estudaram a aquisição de alimentos orgânicos da agricultura familiar por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que também paga um prêmio de 30% para alimentos orgânicos, porém em uma região mais distante dos grandes centros. Eles observaram que o programa foi importante para incentivar processos de transição, mas assim como tem ocorrido no Território Sudoeste Paulista, o mercado institucional absorve somente uma pequena parcela da produção.

Os entrevistados também explicitaram que políticas baseadas somente em mercados institucionais não são suficientes para estimular os agricultores a assumirem os riscos de modificar seus sistemas de produção. Segundo eles, tão importante quanto mercados garantidos para o escoamento da produção seria a existência de políticas que proovessem serviços de extensão rural e oferecessem crédito adequado para iniciar processos de transição agroecológica. De acordo com os entrevistados, vários agricultores demonstram interesse em iniciar processos de transição agroecológica, mas não se sentem confiantes em abandonar um sistema de produção do qual já dominam os processos e

conhecem os riscos, para outro em que terão que assumir praticamente sozinhos todos os desafios da transição.

Ademais, o programa possibilitou aos agricultores convencionais a garantia de comercialização de determinados produtos que em geral não eram comercializados e uma renda complementar que elevou a qualidade de vida das famílias. Nesse sentido, o incentivo de preço para produtos orgânicos torna-se um estímulo insuficiente para motivar a transição, tendo em vista que os resultados econômicos obtidos com a comercialização da produção convencional se configuram como mais um fator que desestimula o esforço técnico, social e cultural que representa uma mudança de matriz tecnológica.

Outro fator identificado como limitante do processo de territorialização da agroecologia no território foi a falta de um tecido social mais coeso que una os agricultores em alguns objetivos comuns (Rosset e Altieri, 2017). Os entrevistados afirmaram que a participação dos agricultores nas suas organizações segue uma lógica instrumental, isto é, eles pouco se envolvem nas discussões e processos de gestão, considerando a organização como mais um intermediário para o escoamento de sua produção. Como identificaram Cacho et al. (2018) “A organização social é o meio de cultura sobre o qual a agroecologia cresce”, a qual no Território Sudoeste Paulista parece fraca.

Os entrevistados confirmaram que a maioria das organizações não foi criada a partir de um processo de articulação social dos próprios agricultores; ao contrário, o poder público local foi quem liderou a mobilização dos agricultores, estimulando o estabelecimento dessas associações, no decorrer das duas últimas décadas, com o limitado objetivo de acessar as políticas públicas federais voltadas para a agricultura familiar. Pesquisas sobre as organizações de agricultores familiares dos territórios evidenciam que essa é uma situação típica na região (Fornazier, 2014).

Em suma, os resultados indicam que políticas públicas que abordam estritamente fatores econômicos, como o PAA e outras políticas baseadas em compras públicas, não são suficientes para estabelecer um solo fértil sobre o qual a transição agroecológica possa florescer.

5. Conclusões

A principal conclusão de nossa pesquisa é que políticas voltadas somente ao desenvolvimento de um mercado institucional que paga um sobrepreço para alimentos

orgânicos, não ofereceram incentivos suficientes para territorializar a adoção de práticas agroecológicas entre os agricultores camponeses e familiares no Território Sudoeste Paulista.

Esta conclusão aponta para os desafios de territorializar a agroecologia baseado somente em uma estratégia de sua institucionalização. Alinhado com outros estudos, nossos resultados sugerem que a institucionalização da agroecologia através de políticas públicas não necessariamente criam incentivos suficientes e um poder de mobilização para que mais e mais agricultores adotem práticas agroecológicas (Cacho *et al.*, 2018; Gonzalez de Molina, 2013; Gregolin *et al.*, 2017; Guerra *et al.*, 2017; Perez-Cassarino e Ferreira, 2016; Rover, Gennaro, de e Roselli, 2016).

Por outro lado, políticas públicas podem ser uma importante ferramenta adicional no processo de territorialização da agroecologia desde que algumas condições que limitam suas efetividade sejam compreendidas.

Primeiramente, nós compreendemos que políticas públicas que visem promover a agroecologia somente expressam seu potencial quando já existe um certo grau de organização entre os agricultores e um tecido social através do qual práticas agroecológicas são incentivadas e disseminadas. Assim, a efetividade de políticas públicas em fomentar processos de transição agroecológica depende do nível de mobilização social entre os agricultores camponeses e familiares.

Em segundo lugar, é necessário um conjunto de políticas que abordem diferentes dimensões simultaneamente, tais como distribuição de terras, organização social, créditos para a transição agroecológica, pesquisa, educação, entre outras para incentivar os agricultores a modificarem seus sistemas de produção convencionais. Somente a abertura de mercados institucionais para alimentos orgânicos, ou qualquer outra ação isolada, é insuficiente para territorializar a agroecologia entre os agricultores.

Em terceiro lugar, adicionalmente às políticas amigáveis à agroecologia, é fundamental que os subsídios providos pelo poder público para apoiar o sistema agroalimentar cooperativo sejam revistos (e.g. crédito, seguro, preços). Estes subsídios são o grande pilar que sustenta o sistema agroalimentar dominante.

Finalmente, a experiência brasileira demonstra que mudanças de governo podem repentinamente desestruturar políticas direcionadas ao incentivo da agroecologia. Após a crise política que assolou o Brasil a partir de 2015 e a tomada de poder por um grupo comprometido com o setor agroexportador, as políticas de incentivo à agricultura familiar

sofreram um enorme corte orçamentário, limitando ainda mais sua capacidade de apoiar alguma transformação social.

Nossa pesquisa também indicou que o incentivo pago pelo mercado institucional para produtos orgânicos tende a ser apropriado por agricultores que já haviam iniciado a adoção de princípios, ao invés de servir de incentivo para que novos agricultores modifiquem seus sistemas de produção. Ademais, os agricultores orgânicos que se beneficiaram com as compras públicas, utilizaram esse mercado como uma opção secundária para o escoamento de sua produção, dando preferência a outros mercados como redes de supermercados ou lojas especializadas.

Em suma, nós concluímos que criação de territórios agroecológicos, nos quais predominem agricultores engajados em sistemas de produção baseados em práticas agroecológicas, é um processo multinível e que depende de diferentes fatores inter-relacionados.

Agradecimentos

Os autores agradecem aos gestores das organizações de agricultores familiares por compartilhar suas informações conosco.

Esta pesquisa contou com o apoio do CNPq por meio do processo 427726/2016-6 e o primeiro autor foi apoiado nesta pesquisa pela Função de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) através do processo 2017/04577-1.

Referências

- ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Agroecology Scaling Up for Food Sovereignty and Resiliency. *In*: LICHTFOUSE, E. (Ed.). . **Sustainable Agriculture Reviews**. [s.l.] Springer, Dordrecht, 2012. p. 1–29.
- ALTIERI, M. A.; TOLEDO, V. M. The agroecological revolution in Latin America: Rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. **Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 3, p. 587–612, 2011.
- BELLON, S.; OLLIVIER, G. Institutionalizing agroecology in France: Social circulation changes the meaning of an idea. **Sustainability (Switzerland)**, v. 10, n. 5, 2018.
- BERGAMASCO, S. M. P. P.; BORSATTO, R. S.; SOUZA-ESQUERDO, V. F. DE. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: reflexões a partir de estudos de casos no estado de São Paulo. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**, v. 38, p. 25–49, 2013.
- BOJANIC, A. The Rapid Agricultural Development of Brazil in the Last 20 Years. **EuroChoices**, v. 16, n. 1, p. 5–10, 2017.
- CACHO, M. M. Y T. G. *et al.* Bringing agroecology to scale : An overview of key drivers and emblematic cases. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, 2018.
- CANDIOTTO, L. Z. P. Organic products policy in Brazil. **Land Use Policy**, v. 71, n. December 2017, p. 422–430, 2018.
- CAPORAL, F. R. Lei de Ater: Exclusão da Agroecologia e outras armadilhas. **Agroecologia e**

Desenvolvimento Rural Sustentável, p. 23–33, 2011.

CAPORAL, F. R.; PETERSEN, P. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. **Agroecología**, v. 6, p. 63–74, 2012.

CATACORA-VARGAS, G. *et al.* Brief historical review of agroecology in Bolivia. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 41, n. 3–4, p. 429–447, 2017.

CIAPO. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO**. Brasília: MDS; CIAPO, 2013.

CONAB. **Transparência Pública do PAA**. Disponível em: <<http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=abrirConsulta>>. Acesso em: 31 out. 2017.

COSTA, M. B. B. DA *et al.* Agroecology development in Brazil between 1970 and 2015. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 41, n. 3–4, p. 276–295, 21 abr. 2017.

FAO. **FAO's Work on Agroecology: A pathway to achieving the SDGs**. Rome: FAO, 2018.

FAO; IFAD. **Overcoming Hunger and Rural Poverty: Brazilian Experiences**. Brasília; Rome: FAO/IFAD, 2017.

FORNAZIER, A. **Inserção de produtores rurais familiares de regiões com baixa dinâmica econômica para o mercado da alimentação escolar**. [s.l.] Universidade Estadual de Campinas, 2014.

GIRALDO, O. F.; ROSSET, P. M. Agroecology as a territory in dispute: between institutionality and social movements. **Journal of Peasant Studies**, v. 45, n. 3, p. 545–564, 2018.

GLIESSMAN, S. Networking the National Plan for Agroecology in Brazil. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 38, n. 4, p. 367–368, 2014.

GONZALEZ DE MOLINA, M. Agroecology and politics. how to get sustainability? about the Necessity for a political agroecology. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 37, n. 1, p. 45–59, 2013.

GREGOLIN, G. C. *et al.* Política pública e sustentabilidade: possibilidade de interface no Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE. **Emancipação**, v. 17, n. 2, p. 199–216, 2017.

GUERRA, J. *et al.* Pathways to agroecological management through mediated markets in Santa Catarina, Brazil. **Elem Sci Anth**, v. 5, n. 0, p. 67, 2017.

HERRERA, F. F.; DOMENÉ-PAINENAO, O.; CRUCES, J. M. The history of agroecology in Venezuela: a complex and multifocal process. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 41, n. 3–4, p. 401–415, 2017.

INTRIAGO, R. *et al.* Agroecology in Ecuador: historical processes, achievements, and challenges. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 41, n. 3–4, p. 311–328, 2017.

IPES-FOOD. **From uniformity to diversity: a paradigm shift from industrial agriculture to diversified agroecological systems** International Panel of Experts on Sustainable Food systems. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <http://www.ipes-food.org/images/Reports/UniformityToDiversity_FullReport.pdf>.

JARDIM, A. N. O.; CALDAS, E. D. Brazilian monitoring programs for pesticide residues in food - Results from 2001 to 2010. **Food Control**, v. 25, n. 2, p. 607–616, 2012.

KHADSE, A. *et al.* Taking agroecology to scale: the Zero Budget Natural Farming peasant movement in Karnataka, India. **Journal of Peasant Studies**, v. 45, n. 1, p. 192–219, 2018.

LEVIDOW, L.; PIMBERT, M.; VANLOQUEREN, G. Agroecological Research: Conforming—or Transforming the Dominant Agro-Food Regime? **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 38, n. 10, p. 1127–1155, 2014.

MALUF, R. S. *et al.* Nutrition-sensitive agriculture and the promotion of food and nutrition sovereignty and security in Brazil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 8, p. 2303–2312, 2015.

MAPA. **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>>. Acesso em: 31 dez. 2017.

MATHEUS, D. **Análise da relação da política dos territórios da cidadania e a ação do capital no campo: o caso do território da cidadania do Sudoeste Paulista**. [s.l.] Unesp, 2016.

- MCMICHAEL, P. A food regime analysis of the “world food crisis”. **Agriculture and Human Values**, v. 26, n. 4, p. 281–295, 2009a.
- _____. A food regime genealogy. **Journal of Peasant Studies**, v. 36, n. 1, p. 139–169, 2009b.
- MENEZES, F.; PORTO, S. I.; GRISA, C. **Abastecimento alimentar e compras públicas no brasil: um resgate histórico**. [s.l.] Centro de Excelência contra a Fome, 2016.
- MOURA, I. F. DE. Antecedente e aspectos fundantes da agroecologia e produção orgânica na agenda das políticas públicas no Brasil. In: SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* (Eds.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: IPEA, 2017. p. 25–51.
- OTERO, G.; PECHLANER, G.; GÜRCAN, E. C. The political economy of “food security” and trade: Uneven and combined dependency. **Rural Sociology**, v. 78, n. 3, p. 263–289, 2013.
- PEREZ-CASSARINO, J. *et al.* A promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) por meio do mercado institucional: a experiência brasileira. In: BEZERRA, I.; PEREZ-CASSARINO, J. (Eds.). **Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015. p. 223–246.
- PEREZ-CASSARINO, J.; FERREIRA, A. D. D. Redesenhando os Mercados: a Proposta dos Circuitos de Proximidade. **Espacio Regional**, v. 1, n. 13, p. 49–65, 2016.
- PETERSEN, P.; MUSSOI, E. M.; DAL SOGLIO, F. Institutionalization of the agroecological approach in Brazil: Advances and challenges. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 37, n. 1, p. 103–114, 2013.
- PETERSEN, P.; MUSSOI, E. M.; DALSOGLIO, F. Institutionalization of the Agroecological Approach in Brazil: Advances and Challenges. **Journal of Sustainable Agriculture**, p. 121005074109006, 5 out. 2012.
- PLOEG, J. D. VAN DER. The peasantries of the twenty-first century: The commoditisation debate revisited. **Journal of Peasant Studies**, v. 37, n. 1, p. 1–30, 2010.
- RIVERA-FERRE, M. G. The resignification process of Agroecology: Competing narratives from governments, civil society and intergovernmental organizations. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 00, n. 00, p. 1–20, 2018.
- ROCHA, C. Developments in national policies for food and nutrition security in Brazil. **Development Policy Review**, v. 27, n. 1, p. 51–66, 2009.
- ROSSET, P. M.; ALTIERI, M. A. **Agroecology: science and politics**. Black Point: Fernwood Publishing, 2017.
- ROVER, O.; GENNARO, B. DE; ROSELLI, L. Social Innovation and Sustainable Rural Development: The Case of a Brazilian Agroecology Network. **Sustainability**, v. 9, n. 1, p. 3, 2016.
- SABOURIN, E. *et al.* (EDS.). **Políticas públicas a favor de la agroecología em América Latina y El Caribe**. Porto Alegre: Evangraf/Criação Humana, Rede PP-AL, FAO, 2017.
- SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* Avaliação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica 2013–2015. In: **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil : uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: IPEA, 2017. p. 147–193.
- SCHIAVONI, C. M. Competing Sovereignties, Contested Processes: Insights from the Venezuelan Food Sovereignty Experiment. **Globalizations**, v. 12, n. 4, p. 466–480, 2015.
- SCHMITT, C. J. A transformação das “Ideias Agroecológicas” em instrumentos de políticas públicas: dinâmicas de contestação e institucionalização de novas ideias nas políticas para a agricultura familiar. **Política & Sociedade**, v. 15, n. Edição Especial, p. 16–48, 2016.
- SCHUTTER, O. DE. **Report submitted by the Special Rapporteur on the right to food**. [s.l.: s.n.].
- VERGARA-CAMUS, L.; KAY, C. Agribusiness, peasants, left-wing governments, and the state in Latin America: An overview and theoretical reflections. **Journal of Agrarian Change**, v. 17, n. 2, p. 239–257, 2017.
- WITTMAN, H.; BLESCH, J. Food Sovereignty and Fome Zero: Connecting Public Food Procurement Programmes to Sustainable Rural Development in Brazil. **Journal of Agrarian Change**, v. 17, n. 1, p. 81–105, 2017.



GT 9 – Tecendo o futuro da Rede: experiências de pesquisadores graduandos

TRANSFORMAÇÕES NAS ALIANÇAS, REGULAÇÃO E MERCADO
PARA OS PRODUTOS TRANSGÊNICOS E NÃO TRANSGÊNICOS: O fechamento
da controvérsia?

Caroline Finger Stresser¹

O presente trabalho tem como objetivo compreender como é realizada a rotulagem de produtos transgênicos no Brasil e nos Estados Unidos da América. Utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, tendo como principal fonte de informação a internet. Os resultados encontrados foram que os Estados Unidos partem do princípio da equivalência substancial enquanto que o Brasil parte do princípio da precaução. Ao partir de princípios diferentes os dois países adotam políticas de rotulagem diferentes.

Palavras-chave: Plantas geneticamente modificadas; Rotulagem;

¹ Aluna da graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – carolinestresser@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XX é introduzido em diversos países uma inovação biotecnológica para a agricultura: o transgênico. Essa nova tecnologia surge com o objetivo de melhorar a produtividade na agricultura, por meio de plantas resistentes a pragas, doenças e agrotóxicos.

Ao falarmos de transgênicos estamos no referindo a organismos geneticamente modificados (OGMs). O OGM é uma espécie que possui material genético de outro organismo, além de seu próprio material genético. Podendo conter, inclusive, material genético de outra espécie. Ou seja, é um organismo que teve seu genótipo modificado através de técnicas de engenharia genética. Essa modificação pode ser feito em plantas, animais, bactérias ou em outros organismos.

No processo de transgenia primeiramente se seleciona a característica que se quer transferir para outro organismo, então se isola em laboratório o gene que se quer transferir, em seguida se realiza a clonagem desse gene em bactérias (para obtenção de milhares de cópias desse gene). Após a clonagem se realiza um preparo desse gene, para o mesmo se integrar mais facilmente no novo organismo. Por fim, se introduz esse gene ao organismo desejado.

Por exemplo, para tornar uma planta resistente a uma determinada doença se introduz nessa planta o DNA de uma bactéria, que possui um gene resistente a essa determinada doença. Mas, as plantas não são necessariamente resistentes a pragas e doenças. Utilizando a mesma tecnologia as plantas geneticamente modificadas podem se tornar resistentes a agrotóxicos. Dessa forma ao se aplicar o agrotóxico ele mata todas as outras plantas menos o OGM resistente a ele.

Nos década de 1990 começaram a ser comercializados os produtos transgênicos. O país pioneiros no desenvolvimento dos OGMs na sua comercialização foram os Estados Unidos da América (EUA). A promessa das empresas que introduziram essa tecnologia era que os OGMs aumentariam a produtividade, diminuiriam o tempo de trabalho dos agricultores bem como a necessidade do uso de agrotóxicos. Porém, com o passar do tempo, começaram a surgir as mais diversas desconfianças quanto ao uso dessa tecnologia, além do fato que as promessas em relação ao uso dos OGMs não se tornaram reais.

Assim, mediante a crescente desconfiança em relação aos transgênicos, começaram a surgir movimentos sociais que se contrapõem ao uso dos mesmos. Esse é o caso dos agricultores e consumidores de produtos orgânicos. Uma das exigências para um produto receber a certificação de orgânico é que esse produto não pode ser transgênico. Os movimentos sociais contra os transgênicos estão espelhados pelo mundo em escalas regionais, nacionais e internacionais. Eles se organizam das mais diferentes formas e em diferentes setores da sociedade, estando presente nos espaços rurais e nos espaços urbanos.

Mas o debate acerca dos transgênicos não está apenas no campo dos movimentos sociais. O debate também ocorre nos âmbitos públicos e privados nos mais diferentes países. Atualmente na maioria dos países cabe ao estado regulamentar a produção e a rotulagem dos alimentos que contêm OGMs, mas as realidades são específicas em cada país.

Os OGMs no final do século XX deixaram de ter uma escala nacional, já em 1996 a Argentina liberou a importação e uso dos produtos transgênicos. Com os OGMs sendo utilizados em escala global começaram a surgir regulamentações quanto a sua importação e ao seu uso. Também começaram a surgir identificações nos produtos que contêm transgênicos. Em 1998 a União Europeia estipulou normas para etiquetagem de alimentos geneticamente modificados e no ano seguinte, entrou em vigor o Protocolo de Cartagena, que foi o primeiro acordo internacional a respeito do transporte de OGMs.

No caso do Brasil existe uma rotulagem dos produtos que contêm alimentos geneticamente modificados em sua composição. Essa rotulagem é uma obrigação imposta pelo governo federal. Mas já nos Estados Unidos da América (EUA), o primeiro país a comercializar esses produtos, essa regulação não é uma exigência por parte do estado e ocorre de maneira totalmente diferente.

De acordo com o relatório de 2015 divulgado pelo Serviço Internacional para a Aquisição de Aplicações em Agrobiotecnologia (ISAAA), os Estados Unidos são os maiores produtores de alimentos transgênicos do mundo, seguido pelo Brasil que ocupa o segundo lugar no ranking de produtores de alimentos transgênicos. Ainda segundo a mesma fonte, continua a subir a área cultivada com produtos transgênicos. Atualmente 28 países produzem transgênicos, em uma área total de 181 milhões de hectares em todo o mundo. (JAMES, 2014).

Desta forma podemos observar o espaço relevante que os transgênicos ocupam em toda a cadeia global de alimentação. É relevante analisarmos como a população

recebe essa tecnologia e quais são as medidas tomadas em relação a entrada desses alimentos nos dia-a-dia dos agricultores e consumidores.

Partindo desses fatos o presente trabalho tem por objetivo compreender como é a realizada a regulamentação e a rotulagem de produtos transgênicos em duas realidades distintas: Brasil e EUA.

Mas como podemos pensar essa realidade sociologicamente? Um caminho possível é pensar os transgênicos enquanto um risco técnico científico que aparece na modernidade. Partindo desse pressuposto encontramos a base dessa teoria no pensamento do sociólogo alemão Ulrich Beck (1944 – 2015). A definição de risco, que estrutura a presente pesquisa, esta contida no livro “Sociedade de Risco” de Beck. Podemos afirmar que esta obra, escrita no final do século XX, é o livro de maior impacto do autor, onde ele desenvolve a ideia de “sociedade de risco” sendo essa sua principal tese. A tese da sociedade de risco é desenvolvida não só por Beck mas por outros grandes sociólogos como Niklas Luhmann e Anthony Giddens.

Beck argumentando que anteriormente as nações ocidentais viviam na sociedade industrial, denominada pelo autor de primeira modernidade. Nela a sociedade operava pela lógica da distribuição de riquezas, tendo como principais características a identificação por grandes grupos como as classes sociais além de um monopólio do pensamento científico ligado a uma crença no progresso e na “criação de riquezas”.

Para o autor não vivemos mais nessa lógica da distribuição de riquezas e sim vivemos em uma nova organização que emerge na segunda metade do século XX, a chamada sociedade de risco. A primeira modernidade passa por um processo de deslocamento seguindo os acontecimentos históricos recentes como as duas grandes guerras. É importante frisar que esse deslocamento é uma espécie de continuidade gerando a chamada segunda modernidade e não um momento “pós” como argumentam os defensores das teorias da pós-modernidade.

Na sociedade de risco está operando a lógica da distribuição dos riscos científicos-tecnológicos que são consequências inseparáveis do industrialismo da primeira modernidade. Nela se operava pela lógica positiva de apropriação das riquezas produzidas, já na segunda modernidade se opera pela lógica negativa, onde o risco é algo a ser evitado, negado, ou reinterpretado segundo os interesses de cada grupo envolvido. Uma característica importante da segunda modernidade é sua reflexividade, nas palavras de Beck (2011, p. 24): “o processo de modernização torna-se “reflexivo”, convertendo-se a si mesmo em tema e problema”

Outra diferença importante entre a primeira e a segunda modernidade é que esta última há uma enorme individualização, que para o autor está ligado com a quebra de valores tradicionais. O cidadão pós-revolução industrial está livre para trilhar o seu caminho, refletindo e assim escolhendo estilos de vida mediante formas de consumo e de identificação. Em contraponto, e de forma irônica, está presente o risco em escala global que não pode ser resolvido de forma individual.

Esse risco, tratado acima, na obra de Beck não diz respeito a um risco pessoal, como por exemplo o risco sofrer um acidente quando se pilota uma motocicleta. O risco aqui tratado é o risco científico-tecnológico, como por exemplo, o risco de derramamentos químicos, contaminação por radiação, exposição a agrotóxicos e etc.

Esse risco se diferencia dos riscos do passado por “transcender” o espaço e o tempo, tem um alcance universal e muitas vezes é incalculável e imprevisível. Se afirma que o risco transcende o espaço pois ele alcança lugares além da sua origem geográfica e transcende o tempo no sentido de afetar não só a geração presente como as futuras. Um grande exemplo de risco é o acidente nuclear de Chernobyl ocorrido em 1986 na Ucrânia. Com a explosão de um dos reatores nucleares da usina de Chernobyl uma enorme quantidade de partículas radioativas foi espalhada por toda a Europa e seus efeitos como câncer e deformidades estão presentes até hoje. Chernobyl nos dá uma ideia de como o risco ultrapassa a sua origem geográfica e afeta para além de sua geração.

Um outro aspecto muito importante do risco é que ele é invisível aos leigos e pode ser identificado somente por aparelhos científicos. Por exemplo o risco de contaminação por agrotóxico. Ele é totalmente invisível quando um consumidor compra um produto de origem vegetal contaminado. Só será possível identificar a contaminação mediante uma análise de resíduos químicos, ou seja, mediante o uso de sofisticados aparelhos científicos. A invisibilidade gera um problema, pois sendo o risco de difícil percepção ele fica aberto a processos sociais de definição como argumenta Beck sobre os riscos:

Eles desencadeiam danos sistematicamente definitivos, por vezes irreversíveis, permanecem no mais das vezes fundamentalmente invisíveis, baseiam-se em interpretações causais, apresentam-se, portanto, tão somente no conhecimento (científico ou anticientífico) que se tenha deles, podem ser alterados, diminuídos e estão assim, em

cerca medida, abertos a processos sociais de definição. Dessa forma, instrumentos e posições da definição dos riscos tornam-se posições-chave em termos sociopolíticos.(BECK, 2011, p. 27)

Esse aspecto é definido como a dimensão cognitiva de risco. Assim como ilustrado a cima ela tem dois aspectos, o primeiro é o objetivo de diz respeito a sua produção e o segundo é o subjetivo que diz respeito a sua percepção. Ou seja, um risco pode ser produzido objetivamente, mas pode não ser percebido pois ele está aberto aos processos sociais de definição.

Uma segunda dimensão do risco é a dimensão social. Os riscos não são distribuídos de forma homogeneia pelo globo, o que gera, segundo o autor “situações sociais de ameaça” que por muitas vezes seguem a lógica da desigualdade entre as classes, mas por outro lado os riscos têm um aspecto diferente de destruição em relação as classes. Ele possui um efeito bumerangue, de alguma maneira o risco sempre acaba chegando a quem o gerou, seja por danos à saúde ou por perda de legitimidade ou perda de lucro.

A terceira dimensão do risco é a política. Beck afirma que a percepção de um risco pode gera um terror e não uma organização política.

[...] tentativas de extrair do terror inconcebível ao menos um sentido político não se podem esquivar do fato de que essas recém-surgidas solidariedades objetivas da ameaça até agora não fazem mais do que flutua num vácuo político-organizatório. Ao contrário: elas colidem contra os egoísmos nacionais e contra as organizações partidárias e fundadas nos interesses que ainda predominam no interior das sociedades. Não existe lugar na selva da sociedade corporativa para tais riscos globais que atravessam as fronteiras dos grupos. (BECK, p. 58)

Na minha opinião a questão do vácuo político não é mais tão aplicável nos dias atuais. Hoje contamos com diversas organizações da sociedade civil em âmbito regional, nacional e internacional, que tiveram como grande impulso o movimento ecológico que surge na década 70 no século passado. Além do mais surgiam alguns nichos de mercado, onde a partir da percepção de risco e a da reflexividade os consumidores começam a buscar alternativas como agricultura orgânica, ou até mesmo selos e etc.

Ao termos contato com as teses de Beck podemos perceber como os OGMs estão nessa categoria de risco. Ao falarmos especificamente do risco da engenharia genética podemos encontrar o trabalho do professor John B. Kleba. Em sua tese de doutorado ele aborda o tema específico do risco da engenharia genética. O primeiro ponto que o autor destaca é que ao falarmos desse tipo de risco estamos lidando com cenários hipotéticos. Segundo ele outros tipos de riscos são mais evidentes como as usinas atômicas que já causaram mortes comprovadas, já os transgênicos ainda passam por estudos e não sabemos qual a sua repercussão a longo prazo na saúde humana e no meio ambiente. (KLEBA, 2004, p. 5) Apesar de se tratar de um risco hipotético os OGMs sofrem uma forte rejeição em diversos setores da sociedade.

O autor também aponta que as técnicas de engenharia genéticas levantam questões éticas como:

As novas possibilidades desta técnica permitem reescrever os códigos de informações que definem os seres vivos, mudando nossas noções de vida, natureza e evolução, rompendo com a forma de reprodução biológica que nos é familiar. O indivíduo, cujos pais escolheram o sexo, a cor dos olhos, etc, perde seus componentes aleatórios e passa a ser cada vez mais, produto de escolhas. Emergem com isto, problemas éticos relacionados à biomedicina e à transgenia. (KLEBA, 2004, p. 6)

Um outro fator de risco é quanto a acessibilidade à essa tecnologia. Procedimentos mais simples de engenharia genética são acessíveis a qualquer pessoa com o mínimo de formação na área. Isso representa um risco, pois, muitos indivíduos podem fazer uso dessa tecnologia para os mais diferentes fins. (KLEBA, 2004, p. 6)

Os OGMs trazem à tona a questão de contraste entre direitos: por um lado a proteção à saúde humana e ao meio ambiente em contraponto ao avanço técnico-científico. Essa contraposição gera uma disputa entre indústrias e outros setores da sociedade. Um fato importante quando pensamos nessa disputa de “direitos” e riscos é que: “Se todas as tecnologias comportam riscos, elas não comportam a mesma qualidade e amplitude de riscos. Automóveis não são auto-reprodutíveis como bactérias transgênicas podem ser” (KLEBA, 2004 p. 7)

2 MATERIAIS E MÉTODOS

3

A pesquisa realizada, que deu origem a esse relatório, foi realizada durante os meses de Abril de 2016 á Julho de 2016, período que corresponde ao período em qual fui bolsista de iniciação científica no presente projeto. A maior parte da pesquisa foi realizada nas dependências do Instituto de Pesquisa em Risco e Sustentabilidade – IRIS UFSC, sobre a orientação da professora Julia S. Guivant. Parte da pesquisa realizada tem como base as discussões realizadas com os demais membros do IRIS nas reuniões realizadas pelo grupo.

Para alcançar os objetivos de pesquisa utilizei como metodologia pesquisa bibliográfica. Essa pesquisa bibliográfica foi realizada nas mais diversas fontes, tendo como principal meio de obtenção das informações a internet.

A pesquisa bibliográfica foi de larga abrangência, partindo de trabalhos catedráticos, passando por artigos publicados no meio científico até chegar a revistas e jornais de circulação internacional e nacional. A pesquisa também se deu em documentos oficiais, como legislações nacionais e internacionais.

Foram pesquisados sites oficiais dos governos, assim como sites de redes de supermercados e também sites oficiais de organizações não governamentais (ONGs) envolvidas no tema dos OGM.

Foi realizado por meio da pesquisa em sites um pequeno estudo de caso sobre a rede de supermercados norte americana “WholeFoods” e seu sistema de certificação de produtos que não contem transgênicos, certificação essa realizada pela ONG “The Non-GMO Project”. As informações reunidas sobre o WholeFoods e sobre o The Non-GMO Project foram obtidas exclusivamente pelo meio online.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 MODELOS DE REGULAMENTAÇÃO

Como indicado na introdução do presente trabalho os modelos de regulamentação dos EUA e do Brasil apresentam diferenças consideráveis. A principal diferença diz respeito ao modelo regulatório. Existem dois modelos regulatórios que partem de princípios distintos: o modelo da “equivalência substancial” e o modelo do “princípio da precaução”.

O primeiro modelo, da “equivalência substancial”, é o modelo adotado pelos Estados Unidos da América. Nesse modelo a avaliação acontece no produto final, não sendo avaliado o processo tecnológico da produção desse produto. O que é central nesse modelo é a equivalência substancial, ou seja, se um alimento que contém transgênico apresenta as características do produto não transgênico (cor, textura, composição nutricional e teor de óleo e etc) os dois produtos são considerados equivalentes.

Já o modelo que adota o princípio da precaução corresponde ao modelo adotado pela União Europeia e pelo Brasil. Esse segundo modelo tem uma outra visão dos alimentos transgênicos. Parte-se do pressuposto que não há certeza científica quanto a segurança dos OGMs por esse fato é possível adotar medidas de precaução ao risco que o produto apresenta. Essas medidas não objetivam o impedimento do desenvolvimento dessa tecnologia, mas pretende-se um mecanismo que ao analisar caso a caso trará uma maior garantia de segurança saúde humana, animal e ambiental.

REGULAMENTAÇÃO E ROTULAGEM NOS EUA

No processo de regulamentação norte americana três instituições são responsáveis pela avaliação de segurança dos alimentos que contêm OGMs: Food and Drug Administration (FDA), Environmental Protection Agency (EPA) e o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). (XAVIER; LOPES; PETERS, 2009)

Primeiramente os alimentos transgênicos devem cumprir todos os requisitos da Food and Drug Administration (FDA). Essa agência regula todos os alimentos que serão comercializados no país, sejam eles orgânicos, convencionais ou transgênicos. O alimento transgênico também deve ser aprovado pela Environmental

ProtectionAgency(EPA), essa agencia é responsável pela segurança ambiental dos alimentos com OGMs. O terceiro agente de regulação de alimentos transgênicos é o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). (XAVIER; LOPES; PETERS, 2009)

Como falamos a cima os EUA adotam o princípio da equivalência substancial. Ao partirem desse pressuposto não há a necessidade de rotulagem dos alimentos que contem transgênicos, já que esses equivalem aos produtos convencionais.

Porém, uma parcela da população norte americana não está contente com a falta de rotulagem de produtos transgênicos. A partir desses descontentamentos surgem iniciativas alternativas de rotulagem.

4.2 NOVAS FORMAS DE CERTIFICAÇÃO: WholeFoods e o Non – GMO Project.

Na segunda metade do século XX começam a surgir novas demandas do mercado consumidor. A população começa a se preocupar com o consumo de alimentos com agrotóxicos e assim surgem a demanda por novos nichos de mercado como os orgânicos.

Nesse contexto de preocupação com a saúde e o meio ambiente surge na década de 80 no Texas, EUA, um mercado de alimentos orgânicos que com o passar das décadas se tonar (provavelmente) a maior rede de supermercados orgânicos do mundo, possuindo 431 supermercados. Essa rede vai incorporando as demandas de seus consumidores que buscam alimentos mais saudáveis. Alinhados as demandas dos consumidores² a rede começa no século XXI a se preocupar com a problemática dos transgênicos. (WHOLE FOODS MARKET, 2016)

Eles não prometem eliminar de suas prateleiras os produtos transgênicos (como fizeram em outros casos, como pro exemplo, animais clonados) devido a legislação norte americana que não exige rotulagem. Mas em 2013, essa gigante dos alimentos alternativos, começa um projeto de transparência de alimentos OGMs e se compromete a ter transparência total até 2018. Eles já contam com 36 mil produtos comprovadamente não transgênicos, tendo três formas de identificar esses produtos: por meio do selo USDA organic, além dos produtos da marca “365 everydayvalue” e o Non-GMO Project verified. (WHOLE FOODS MARKET, 2016)

²SeekingFoodIngredientsThatAren't Gene-Altered: http://www.nytimes.com/2013/05/27/business/food-companies-seeking-ingredients-that-arent-gene-altered.html?pagewanted=all&_r=1

É interessante nos determos a esse projeto que se propõem a realizar a certificação produtos não transgênicos. O Non-GMO Project verified é uma organização sem fins lucrativos, é o único projeto da América do Norte de verificação independente de produtos não transgênicos. O projeto teve início em 2003 e hoje conta com mais de 30 mil produtos certificados, estando presentes em mais de 2000 estabelecimentos. Para receber o selo existem alguns procedimentos que o produto deve passar como: rastreamento, segregação teste de ingredientes considerados de alto risco em pontos críticos da cadeia, além dos testes em laboratórios autorizados pelo projeto. (NON-GMO PROJECT, 2016)

A partir desses dados é interessante refletirmos como apesar de o governo norte americano seguir o ideal do equivalente substancial, e assim não identificar alimentos transgênicos, há outra forma dessa certificação acontecer. Os consumidores estão atentos a problemática dos transgênicos e os percebem como um risco, ao ponto de buscarem por alimentos que garantam que não contem transgênicos em sua fórmula.

4.3 REGULAMENTAÇÃO E ROTULAGEM NO BRASIL

Diferentemente dos Estados Unidos o Brasil irá assumir o princípio da precaução. Ou seja, os OGMs são estudados caso a caso, com pareceres técnicos individuais. Isso demanda uma organização própria.

No Brasil atualmente a lei que diz respeito aos OGMs é a lei 11.105 de março de 2005 (que revogou a lei anterior, 8.974, de janeiro de 1995). Essa lei é responsável pela liberação dos OGMs no território nacional, além de ser responsável pela criação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) composta principalmente por especialistas técnicos na área. O papel da CTNBio é:

[...] Prestar apoio técnico e de assessoramento ao Governo Federal na formulação, atualização e implementação da PNB de OGM e seus derivados, bem como no estabelecimento de normas técnicas de segurança e de pareceres técnicos referentes à autorização para atividades que envolvam pesquisa e uso comercial de OGM e seus derivados, com base na avaliação de seu risco zootossanitário, à saúde humana e ao meio ambiente. (BRASIL, 2005).

Ou seja, a CTNBio é principal agente quanto a regulamentação dos transgênicos no país. Além da comissão emitir pareceres técnicos ela também estabelece normas de segurança. A comissão assim assume um papel central, por um lado o papel

científico nos seus pareceres e por outro lado um papel político – legislativo ao estabelecer assessoramento ao governo na formulação das normas para uso dos OGMs.

Nessa mesma lei encontramos no artigo 40 a seguinte afirmação: “Os alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de OGM ou derivados deverão conter informação nesse sentido em seus rótulos, conforme regulamento. ”Assim, reforça-se a rotulagem de alimentos transgênicos no país que já havia sido estabelecida pelo decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003.

No último ano correu uma enorme disputa quanto a obrigatoriedade da rotulagem de alimentos transgênicos no Brasil. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 34/2015, pretendia alterar as regras para rotulagem de transgênicos, com o intuito de não ser mais obrigatório o símbolo que caracteriza a presença de mais de 1% de componentes transgênicos no produto final. O projeto de lei não foi aprovado no senado, mas a discussão continua em aberto.

Houve uma enorme disputa e a sociedade civil se manifestou totalmente contra essa mudança. Vários agentes foram centrais nessa disputa, podemos destacar que o principal agente da mobilização contra o fim da rotulagem foi o Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), sua campanha se baseou no direito do acesso de informação.³

³Idec participa de audiência pública sobre rotulagem de transgênicos: <http://www.idec.org.br/em-acao/em-foco/idec-participa-de-audiencia-publica-sobre-rotulagem-de-transgenicos>

5 CONCLUSÕES

Apesar de minha pesquisa ter se desenvolvido apenas de abril á julho de 2016, pude chegar a conclusões interessantes acerca da rotulagem dos alimentos que contem transgênicos.

É possível perceber como as realidades entre Brasil e Estados Unidos são muito distintas quanto se nos referimos ao princípio que cada governo adota em relação a regulamentação dos alimentos que contem produtos transgênicos.

Os Estados Unidos partem de um princípio de equivalência substancial, sendo mais liberal em relação aos alimentos transgênicos. Partindo desse princípio não se justifica a rotulagem dos alimentos que contem produtos transgênicos por parte do governo. Já o Brasil, parte do princípio da precaução, que vai de encontro com a forma que a União Europeia regula os transgênicos. Ao se partir da precauçãose justifica a rotulagem dos alimentos que contem produtos transgênicos

Apesar de os dois países adotarem princípios diferentes, a opinião pública em ambos os países tende a exigir a rotulagem dos alimentos que contem transgênicos em sua composição. Partindo dessas informações podemos formular a hipótese de que a controvérsia acerca dos transgênicos ainda não está totalmente resolvida. Uma parte da sociedade civil e também da população do campo e da cidade ainda compreende os alimentos transgênicos como um risco a saúde humana e ao meio ambiente.

Assim, nos EUA surgem iniciativas dos consumidores para rotulagens independentes, com critérios rígidos de certificação. Já no Brasil a disputa quanto a rotulagem também não está resolvida, mas apesar das investidas contra o fim da rotulagem a população segue a favor da mesma, tendo como um dos principais agentes dessa disputa o IDEC.

REFERÊNCIAS

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011. 384 p.

BRASIL, **Lei n. 11.105, de 24 de março de 2005**. Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1o do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei no 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória no 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5o, 6o, 7o, 8o, 9o, 10 e 16 da Lei no 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências. Brasília, 24 de março de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11105.htm#art42>. Acesso em: 05 ago. 2016.

JAMES, C. **Status Global das Cultivares Transgênicas Comercializadas**: 2014. 49. Ed, 2014. Disponível em: <<https://www.isaaa.org/resources/publications/briefs/49/executivesummary/pdf/B49-ExecSum-Portuguese-Brazil.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

KLEBA, J. B. **Riscos e Regulamentação de Transgênicos no Brasil**: Genética, Política e Subjetivação. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 28., 2004, Caxambu. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3908&Itemid=217>. Acesso em: 04 jun. 2016.

NON-GMO PROJECT. **Non - GMO Project Standard**. 13. ed. 2016. 37 p. Disponível em: <<http://www.nongmoproject.org/wp-content/uploads/2016/08/Non-GMO-Project-Standard.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2016.

WHOLE FOODS MARKET (United StatesOfAmerica). **Howto shop ifavoidingGMOs**. 2016. Disponível em: <<http://www.wholefoodsmarket.com/gmo-shopping-tips>>. Acesso em: 01 maio 2016.

XAVIER, E. G.; LOPES, D. C. N.; PETERS, M. D. P.. Organismos Geneticamente Modificados. **Archivos de Zootecnia**, Mmm, v. 58, p.15-32, 2009. Trimestral.

**Corpo e sexualidade:
Descobertas e significados entre o campo e a cidade**

Cristiano Kerber*

RESUMO

Esse trabalho realizado de forma exploratória no âmbito da disciplina de Prática de Pesquisa I, tem como objetivo propor reflexões que partem de entrevistas realizadas com jovens oriundos de municípios rurais, que possuem alguma relação com a agricultura familiar, buscando relacionar os significados que os mesmos atribuem a seus corpos, com as experiências de cunho sexual que vivenciaram no campo em contraste com àquelas tidas na cidade.

Palavras-chaves: corpo; sexualidade; rural.

* Graduando de Bel/Lic em Ciências Sociais. Membro do Núcleo de Estudos em Agricultura Familiar (NAF). Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: cristianokerber1@gmail.com

Introdução

O corpo, seus significados e as descobertas da sexualidade são temas que aprecio profundamente, especialmente após ler livros como *História da Sexualidade* (1986), *O Segundo Sexo* (2015) e *Problemas de Gênero* (2003), que povoaram meu imaginário sobre esta “dimensão” dos seres humanos desde muito jovem. A relação entre gênero e sexualidade tem apresentando bastante vigor nas discussões e pesquisas acadêmicas, sobretudo, nos últimos anos. Contudo, paradoxalmente, é um tema pouco explorado no âmbito dos estudos rurais.

Em 2018, quando adentrei o Núcleo de Estudos em Agricultura Familiar (NAF)¹, vi ali a possibilidade de, através de pesquisas, empreender um diálogo entre esses campos de estudo e suas relações, ou seja, estabelecer relações entre os estudos de gênero e sexualidade e os estudos rurais. Efetivamente, tal possibilidade ganhou concretude quando da realização da disciplina de Prática de Pesquisa I do Curso de Ciências Sociais, que realizo no referido núcleo, me exigiu a realização de uma pesquisa empírica de meu interesse, que possuísse relação com o rural. É neste contexto que surge o presente trabalho. Ele foi construído, a partir da interlocução, através de entrevistas, com jovens oriundos do meio rural, atualmente moradores de Florianópolis e estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina, por meio das quais busquei, apreender narrativas e discursos que me possibilitasse empreender algumas reflexões sobre a relação entre ruralidade e sexualidade. Trata-se, portanto, de uma pesquisa exploratória.

Me aproximo dessa temática portanto, para tentar compreender como os traços simbólicos e culturais do Rural, identificados pelos próprios interlocutores desta pesquisa, tiveram poder de influência sobre seus corpos e maneiras de viver suas sexualidades. Assim, utilizo a *curiosidade de que é tomado qualquer sociólogo diante de uma porta fechada atrás da qual ouçam vozes humanas* (BERGER, 1986), para poder abri-la e retratar as realidades destes, de maneira a conceber uma perspectiva teórica sobre as descobertas e significados do corpo e da sexualidade entre o campo e a cidade.

O diálogo que desenvolvo com meus interlocutores, tem, pois, a finalidade, de apreender através de suas falas, os significados que atribuem ao corpo, e como o espaço rural, de onde vieram, contribui na produção desses significados e nas suas reflexões pessoais

1 Núcleo fundado no ano de 1998, que faz parte do Depto. de Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, coordenado pela Dra. Maria Ignez Silveira Paulilo.

e subjetivas sobre o próprio corpo, e por fim, como isto pode ter relação com a vivência de sua sexualidade. Busco aqui também traçar um paralelo com suas atuais experiências na cidade e em como estas contribuem na ressignificação de tais perspectivas.

Para me auxiliar nesse processo, lanço mão de escritos sobre juventude rural, como os da pesquisadora supracitada, dos quais o que mais me interessou foi *As problemáticas do gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina* (2010) realizado em parceria com o Professor Dr. Valmir Luiz Stropasolas, autor também do livro *O mundo rural no horizonte dos jovens* (2006), ambos trabalhos especiais que bordam minhas perspectivas para chegar a um enquadramento e entendimento correto e específico dos sujeitos desta abordagem.

Outra das motivações que me encaminha no sentido de dar forma e conteúdo a este trabalho, é a necessidade que creio haver entre os estudos do rural em tratar da sexualidade. O autor Paulo Rogers Ferreira (2008) identifica nesse sentido um *Corpus Acadêmico* ao referir-se ao que ele chama de Texto Brasileiro sobre o Rural (TB) que teria realizado um serviço de reificação dos corpos camponeses ao ponto de não *dar espaço para o Diverso, para o novo. Homens, mulheres, velhos e crianças camponeses passivos, omissos, cabendo, muitas vezes, em uma única página* acabara por se tornar uma perspectiva hegemônica nos estudos rurais.

Comprometo-me portanto em problematizar aqui para além do crivo tradicional castidade e reprodução (que são comuns inclusive aos jovens deste rural) trabalhando sob o ponto de vista dos conflitos, da imanência da diversidade, do pensar “fora” dos moldes que eu mesmo já tive para mim como certos. O esforço deste trabalho também é o de dar uma contribuição aos estudos da ruralidade na sociedade contemporânea com o objetivo de *abraçar as representações e processos que caracterizam a população rural* e retomar portanto *o rural dos “outros”, dos que são deixados de lado.* (STROPASOLAS, 2006). E, pensando nisso é também importante salientar que estes corpos e significados apresentados no enredo deste trabalho podem servir de reflexão para que àqueles que elaboram as práticas pedagógicas do campo, para que possam além de projetar um ensino-aprendizagem que abarque as questões territoriais, culturais e produtivas do rural, inserirem por meio das novas teorias que surgem acerca dos estudos sobre jovens do rural, engendrar metodologias de compreensão e ação para abordar entre outras coisas a sexualidade por fora do crivo tradicional (castidade e reprodução), para assim auxiliar no processo de desestigmatização e integração do rural *às problemáticas centrais da ciência social contemporânea* (STROPASOLAS, 2006) e em consequência disso, à própria sociedade.

Utilizei como método para a elaboração desta pesquisa, entrevistas gravadas e escritas, todas individuais com perguntas abertas. Os interlocutores deste trabalho foram escolhidos por um caráter de proximidade, todos são oriundos de municípios rurais, sendo que três dos quatro trabalharam na agricultura familiar. Todos são jovens entre 18 e 25 anos e atualmente estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina, moradores de Florianópolis.

Para me referir a eles, escolhi neste trabalho quatro nomes sugeridos pelos próprios, e são:

1. **Willow**, 18 anos, gênero masculino, homossexual, vindo da serra gaúcha, não trabalhou no campo, estudante da área de ciências da informação.
2. **Gomes**, 19 anos, gênero masculino, bissexual, vindo do litoral sul gaúcho, trabalhou no campo (com plantação de hortas), estudante da área de ciências da comunicação.
3. **Leona**, 20 anos, gênero feminino, heterossexual, vinda do norte catarinense, trabalhou no campo, estudante da área de ciências humanas.
4. **Felipe**, 25 anos, gênero masculino, homossexual, vindo da serra gaúcha, trabalhou no campo, estudante da área de Engenharia.

Saliento aqui que este trabalho me é de uma grandeza muito embora seja curto em páginas. O corpo para mim significa muito. Entendo ele como elo, como identidade, como política. Meu corpo e conseqüentemente o entendimento que tenho dele foram moldados pelos livros que li, pelas dores que tive, pelos prazeres que experienciei, pelos amores e afetos que ainda não me construíram por completo, estou em construção, minha sexualidade ainda é uma diária e constante descoberta de mim mesmo. O desafio que está posto aqui figura para mim uma valiosa oportunidade de sentir o campo, entender seus traços e significados, as amiúdes. Talvez os detalhes falem coisas importantes sobre o retrato completo, e sejam o caminho que futuramente eu possa trilhar. Deixo aqui esta problemática que me move na direção da descoberta. Deixo também nestas páginas um pouco de mim e de meus interlocutores, em um singelo mas vigoroso contato em nome das descobertas que possam haver, afinal, *o corpo é uma festa!* (GALEANO, 2004).

1 O que é o corpo?

Fragmento - Leona

É um meio de estadia, de representar quem somos, de nos fazer presente no mundo, é o nosso meio de expressão e de experimentação. O meu corpo representa também minha história, minha vida.

Fragmento - Gomes

O meu corpo é político. Gosto de dizer que ele é meu instrumento de luta, de luta por um espaço que seja meu, e de todos os outros corpos como o meu.

Fragmento - Felipe

O corpo é algo para ser bem-cuidado, em relação a saúde. (...) e também é uma fonte de escravidão, estamos presos aos desejos, às necessidades fisiológicas. Estamos presos dentro dele.

Fragmento - Willow

O corpo e a descoberta dele acontece numa comunidade muito católica, como uma coisa velada, muito escondida, e você sofre um certo tipo de preconceito. Ao chegar lá [município onde morou durante a adolescência] eu já tinha consciência do meu corpo, de como eu era e da minha relação com as pessoas. [...] e percebi meu corpo era diferente.

Certamente essa questão causa uma série de idas e vindas em nossa mente caso paremos para refleti-la, geralmente não pensamos o corpo dissociado de uma perspectiva física e funcional, parece não ser necessário entender seus significados, até mesmo porque esta parece ser uma informação pouco pertinente e útil, mas trago aqui *flashes* das conversas que procuraram provocar os sujeitos a refletirem sobre esta questão. Como estes *corpos* cheios de suas especificidades, que são uma <maneira de estar no mundo>, se dão nos espaços rurais que lhes foram comuns durante infância e adolescência. Como este corpo se apresenta e de que maneira ele é ressignificado pelo lugar, pelo tempo e pelo contexto? O que é o corpo, o que ele fala sobre você, e o que você fala sobre ele?

Leona é a única mulher entre os entrevistados (as) do presente trabalho; ela como muitas jovens mulheres do campo, foi e é <pressionada para ser mãe de família, casada e seguir a clássica história familiar>, fenômeno evidenciado por vários autores que estudam o rural, como WOORTMANN & WOORTMANN (1997) que por meio de suas etnografias no campo,

identificaram como um signo da vivência feminina tanto no imaginário como na realidade, este determinismo que impõe a elas o lugar da casa e da reprodução.

O *corpo* como Leona define é resultado de um aparente amadurecido provocado pelos processos que envolvem certamente o contato com a vida acadêmica onde a partir daí ela o entende como esta maneira de estar e viver o mundo, evidenciando uma mudança que a fez passar desta situação de submetimento à “ordem” tradicional para uma nova concepção, certamente permeada pelo fluxo *campo-cidade* que a trouxe à Universidade Federal de Santa Catarina em 2016, movimento realizado por várias outras jovens mulheres em busca de uma vida melhor, com mais condições de subsistência (AGUIAR; STROPASOLAS, 2010)². Para ela foram estes novos ares da cidade e principalmente de uma instituição como a UFSC que possibilitaram uma saída <da influência midiática e da igreja, associadas ao dia a dia, ao convívio com pessoas também já reprimidas> fazendo com que suas ideias, seu imaginário, fosse condicionado nesta outra direção, que não a comum.

É importante salientar aqui, que Leona não se despede completamente das perspectivas que incorporou no meio rural, o trabalho dentro de uma família nuclear, envolvida diretamente com a agricultura, não é parte de um passado distante como se repudiasse sua vida no rural, pois *a rejeição à atividade agrícola não significa necessariamente rejeição à vida no meio rural.* (BRUMER, 2007)³, ela traz estas marcas do trabalho e da socialização em si, afinal seu corpo representa sua *história*, sua *vida*.

Gomes é um jovem <*magrinho, sempre o menor da turma e dos irmãos também*>, característica que fez com que ele desgostasse de seu corpo por muito tempo. Suas descobertas passaram nitidamente pelo crivo do rural e da diferenciação “sexual” do trabalho. Conforme foi crescendo, em vez de ir com seus três irmãos mais velhos para a *roça*, escolhia ficar e cuidar das coisas *da casa* com a mãe, bem como ia pro comércio com ela <*vender a produção*> que era majoritariamente formada de hortaliças como a alface.

Sua condição física e também preferências sociais que a médio prazo manifestaram ser

2 Página 168 do livro *Gênero e Geração em contextos rurais*, organizado por Parry Scott, Rosineide Cordeiro e Marilda Menezes.
3 Página 38 do livro *Juventude Rural em perspectiva*, organizado por Maria José Carneiro e Elisa Guaraná de Castro

também sexuais, fez com que ele tivesse que sempre estar em posição de resposta aos outros. <Eu brincava de “lutinha” com meus irmãos, eles sempre ganhavam e mostravam que eram mais fortes, tive de escolher outros jeitos de me defender e foi no grito>. O corpo que ele caracteriza como *político* tem relação direta com este movimento que teve de realizar em sua autodefesa, passou a se informar sobre trabalhos relacionadas a gênero, sexualidade e conseqüentemente sobre seu corpo, e ele confere a seus amigos *da cidade* que fez durante o ensino médio, os créditos de muitas coisas que aprendeu, o levando a tornar-se mais seguro em relação a si mesmo, e até hoje ele vem lutando por meio do movimento LGBT, em suas palavras <por um espaço que seja meu, e de todos os outros corpos como o meu>.

A narrativa apresentada por Felipe me deixou momentaneamente estático, o significado do *corpo* para ele tem uma particular relação com o trabalho rural ao qual se submeteu durante a adolescência. Diz ele que <o trabalho na roça traz muito sofrimento>.

Diante deste entendimento retomo AGUIAR & STROPASOLAS (2010) que ao realizarem uma pesquisa entre jovens rurais contemplados pelo Projeto MicroBacias 2⁴ perceberam que havia nos imaginários dos jovens uma clara dicotomia entre *campo* como um lugar de trabalho pesado e de baixa remuneração com poucas possibilidades de ascensão, e a *cidade* que oferecia melhores condições de vida e remuneração, além de ser relacionada a trabalhos mais leves. Me parece que esta é uma realidade comum e por enquanto generalizável considerando o mundo rural brasileiro, que detêm pouca infraestrutura em comparação aos espaços urbanos, além de ser ainda considerado como um apêndice das cidades e não um território com sua própria estrutura e importância.

Felipe antes de estudar na UFSC, graduou-se em Engenharia em uma universidade gaúcha onde teve seus primeiros contatos fora do rural e distante dos familiares apegados tradicionalmente a <cultura católica>, cultura esta que inviabilizou possíveis discussões sobre o corpo, algo que aconteceu da maneira breve na escola, durante o ensino médio, quando ele teve <uma professora de biologia que era aberta a estes assuntos>. “Estes assuntos” mesmo em ambientes urbanos são tratados com certa dificuldade, porém segundo ROSA & MARQUES (2012) o conhecimento de conceitos básicos de anatomia relacionados a sexualidade, são mais frequentes em jovens do meio urbano que do rural.

4 O MICROBACIAS 2 é um projeto de desenvolvimento rural do Estado de Santa Catarina, apoiado com recursos do Banco Mundial/Bird, que tem como meta a promoção do alívio à pobreza através da integração de ações visando o desenvolvimento econômico, ambiental e social do meio rural catarinense.

Para Felipe o corpo ter relação com uma possível *prisão* tem relação também com seu apego às ciências exatas e a tecnologia, inclusive sendo sua área de formação, onde são tratados os corpos humanos como entes cheios de limitações e deficiências, que podem ser superadas gradativamente pelo avanço das descobertas científicas, fato que o mesmo assinalou concordar. Penso aqui que a mentalidade do jovem oriundo do rural que sobeja o urbano, pode nesse caso significar também a clássica ideia presente no imaginário e inclusive em várias teorias sociais que consideram ciência-progresso-urbano em dicotomia à tradição-natureza-rural.

Willow é o único dos entrevistados que nunca trabalhou no meio rural, mas, apesar disso, viveu em um município rural na serra gaúcha com aproximadamente 5 mil habitantes, que cultiva de forma muito fortes tradições católicas e familiares, que ele identifica em muitos momentos da entrevista como <fonte de preconceito>. Para Willow, que teve diversos amigos e colegas no tempo da escola oriundos do campo, o corpo nos contextos rurais e de pequenos municípios campestres passa por processos de descoberta velados, e para pensar isto dialogo com o pesquisador Paulo Rogers Ferreira (2008)⁵ que em sua etnografia em Goiabeiras no sertão do Cariri teve uma intensa aproximação com a realidade dos homens da comunidade que tinham relações sexuais entre si em “segredo”, as quais ele denominou de *Afectos Malditos*, justamente por este tipo de manifestação afetivo-corpórea ser velada, maldita por ser pecado ante a religião, e mal-dita por estar presente nas narrativas do povoado sempre com conotações negativas e depreciativas.

A descoberta do corpo e em consequência disso seus significados para Willow é uma experiência atravessada por uma série de relações invisibilizadas, e mesmo que ele ao chegar a este município onde viveu infância e adolescência já apresentava certa consciência sobre seu corpo, desejos e etc, ele entende que ser <gordinho e afeminado> foi um limitador de suas descobertas, causando muitas vezes certos sofrimentos em decorrência disso, desde as relações comuns do dia a dia, mas também nas relações sexuais com outros homens.

Morando agora em Florianópolis-SC e estudando na UFSC, ele percebe que a mudança de vários hábitos alimentares e a prática de exercícios físicos deram a ele um certo tipo de mudança corporal, que também contribuiu para uma aceitação maior do próprio corpo

⁵Refiro-me aqui ao livro *Os Afectos Mal-ditos: o indizível nas sociedades camponesas*.

dando a oportunidade de contato com um universo de possibilidades e corpos que fizeram com que ele tenha *<uma liberdade maior para ser!>*.

2 Sexualidades Divergentes

Além dos significados do corpo, apresento aqui como tais significados estão em conversa com as descobertas e vivências sexuais dos entrevistados e o meio onde viveram suas adolescências. Para isso admito a ideia de Paiva (2015) de que o rural possui relevante *repressão e conservadorismo às sexualidades divergentes*, procurando pensar aqui também o contraste que eles mesmo identificaram entre o campo e a cidade.

Nas palavras de Willow *<como um jovem homossexual, em uma cidade de interior, muito preconceituosa, desde que eu cheguei lá eu tomei consciência que eu era diferente das outras pessoas>*. Mesmo não vivendo diretamente ligado ao rural, Willow viveu em constante contato com agricultores e filhos de agricultores, pois aquela era a principal atividade econômica da região, e isso fez com que ele participasse desse *ethos rural*, que ele define como muito tradicional, católico e fechado às questões da sexualidade, onde o mesmo fala que estas eram tratadas pelos seus conhecidos como *<relacionadas à pecado>*.

Este contexto certamente o impossibilitaria de viver uma sexualidade aberta e pública sem ter de enfrentar algumas dificuldades. Conforme sua adolescência foi passando e os *<instintos aflorando>*, Willow teve, como ele denomina *<algumas “quase” relações sexuais>* com outros homens homossexuais da região, porém ele diz que todas estas vezes lhe causaram bastante desconforto ao ponto dele considerar-se *<sujo>*; no bojo desta ideia de *sexualidade divergente* (VELHO, 2003) é perfeitamente plausível entender os motivos destes sentimentos. Parecia que algo estava errado, fora do lugar. Outro elemento que lhe incomodava era o sobrepeso e sua feminilidade, *<não tinha voz grossa, era fina, diferente dos outros caras!>*, o que o fazia sofrer certo tipo de discriminação dos próprios homens com os quais se relacionava, pois segundo CORNEJO (2011) *O menino afeminado representa, assim, um segredo nas vozes e pensamento gays, onde causa terror devido a sua indeterminação de gênero*. Portanto, em busca de uma legitimidade social, que é um fator determinante em pequenas comunidades, mesmo que um homem seja homossexual, lhe importa reforçar esteriótipos de gênero, principalmente se não quer ser descoberto.

Diante destas questões, Willow só conseguiu vivenciar sua sexualidade com mais tranquilidade depois que por meio da internet conheceu o paganismo, e mais precisamente a Wicca⁶. A prática, mesmo que individual desta fé nos elementos da natureza, na Deusa-Mãe, e no princípio “*faça o que quiser desde que não faça mal a ninguém*”, lhe abriu um caminho fora da mentalidade católica, caminho este que o impulsionou a buscar uma vida fora deste município, onde segundo ele <*as pessoas não tinham uma visão de futuro distante!*> e por isso acabavam por não buscarem modos diferentes de fazer as coisas.

Vir para Florianópolis e estudar em uma grande universidade significou dentre muitas outras coisas, conhecer pessoas completamente diferentes daquelas que estava acostumado a ver, encontrar muitos que como ele faziam parte da categoria dos *afeminados*, e também finalmente ter sua primeira <*transa de verdade!*>, possibilitando novas descobertas e experimentações das quais a maior delas para ele foi a de descobrir que <*o sexo pode ser bom!*>.

Felipe, também um jovem homossexual retrata sua vivência (ele em contato direto com o rural) como conflituosa em relação a sua sexualidade. Como já dito anteriormente, ele considera seu corpo como uma possível *prisão*, e isto tem relação com os desejos e instintos que são muitas vezes incontroláveis e sofrem limitações. Ao contrário de Willow, que teve algumas experiências de descoberta do corpo e experimentação sexual na adolescência, Felipe só teve essa oportunidade ao distanciar-se do meio rural, quando tornou-se estudante em uma universidade gaúcha de outro município. Lá, passou a conhecer-se melhor e também a viver sua sexualidade, segundo ele explorou <*todas as possibilidades*>.

Felipe diz que o assunto sexualidade era silenciado entre sua família e mesmo em outros espaços tornava-se um tema bastante difícil de ser tratado, salvo com uma professora que teve na adolescência. Este lugar onde morou e que seus pais ainda moram, é fortemente marcado pela religião católica e pelas tradições familiares e de origem europeia, elementos que passaram por um processo de negação por parte dele depois de sua saída daquele meio, levando-o a uma condição de agnosticismo e apego a ciência que demonstra até hoje. Toda a repressão pelo qual passou, tanto por motivos de silenciamento, quanto pela carência de <*modelos de outros homossexuais*>, produziram consequências em sua própria mente e

⁶ Wicca é uma religião xamânica moderna baseada em rituais pagãos antigos, e também pode ser chamada de bruxaria. As crenças wiccanas fazem parte do neopaganismo, onde se enquadram os grupos que acreditam em crenças europeias anteriores ao cristianismo, como a religião celta.

comportamentos, tornou-se segundo ele <*muito ansioso*> e também uma pessoa com bastante <*pressa*> para realizar tais descobertas, além de reproduzir um comportamento que facilmente se enquadra na cis normatividade⁷.

Estas conseqüências foram sendo amenizadas conforme foi explorando suas possibilidades sexuais e compreendendo seus limites, prazeres e desejos. Felipe diz que hoje em dia têm muito menos pressa e ficou mais resistente à mudanças, e até mesmo agora dedica-se mais aos estudos, e manifesta em suas narrativas uma certa recusa ao rural, e isto muito provavelmente encontra conexões com os significados do corpo para ele, pois o rural tem relação com *sofrimento* para ele.

Gomes é o filho mais novo de quatro irmãos, em uma família <*que segue a regra*>, diz ele que sua mãe é <*extremamente submissa*> e o <*pai muito autoritário*>, e entende que esta clara definição de gêneros pelo qual foi submetido na infância e adolescência repercutirem em suas descobertas sexuais. Ainda novo passou pelas quase gerais percepções das pessoas não-heterossexuais, sentiu-se *diferente*, como se destoasse da regra, acometido pela realidade de uma *sexualidade divergente* que no seu caso ainda estava latente. A partir dos 9 anos passou a acompanhar seu pai e seus irmãos nas plantações de hortaliças que eles têm no litoral sul do Rio Grande do Sul, mas conforme foi adentrando a adolescência passou a escolher com certa resistência do pai, os afazeres domésticos, Gomes gostava de limpar a casa, fazer almoço pros irmãos ao lado da mãe e ir à feira e aos comércios <*da cidade para vender os produtos*>, e isto poderia ser perfeitamente normal, mas para os da sua família aquilo era <*serviço pra guria*> e ele estava rompendo mesmo sem saber a um esteriótipo de gênero.

Ao completar 14 anos foi estudar em uma escola estadual na parte urbana do município onde passou a conviver com jovens muito diferentes, sofreu um pouco de preconceito no começo segundo ele, mas depois <*tinha um grupo de uns cinco amigos, um mais diferente que o outro*>, os quais segundo ele tiveram um papel fundamental na compreensão da sua sexualidade que passou a desabrochar nessa época.

⁷ Cis normatividade é um termo utilizado nas teorias queer para se referir a uma expressão ou comportamento adequada ao gênero dado ao nascer, dentro da dicotomia homem x mulher, alinhado ao sexo biológico.

Mesmo tendo se relacionado afetivo sexualmente apenas com garotas enquanto morava no campo, sabia muito bem de suas vontades, apenas não tinha coragem de pôr em prática, ele relembra em uma de suas respostas que *<havia um guri que morava a uns 500 metros de casa, eu achava ele muito bonito, nunca tive coragem nem de conversar com ele, e descobri alguns meses atrás que é gay. Perdi a oportunidade!>*. Apesar de não ter se relacionado com nenhum homem em seu município de origem, ser muito magro e “baixinho”, além de ter uma performance de gênero considerada feminina, fez com que ele fosse alvo de vários estigmas, estigmas estes que lhe impulsionaram tanto dentro de casa como fora a assumir sua bissexualidade. Com o tempo foi ganhando mais coragem e chegou ao entendimento vindo morar em Florianópolis, que o seu corpo era *político*, e em suas palavras: *<... gosto de dizer que ele é meu instrumento de luta, de luta por um espaço que seja meu, e de todos os outros corpos como o meu.>*. Atualmente estudando na Universidade, passou a ter experiências sexuais regulares com ambos os gêneros e tornou-se parte de coletivos políticos em busca de direitos para a população LGBT, da qual orgulhosamente faz parte. Ao ser perguntado sobre a diferença principal que notou entre o campo e a cidade, o que declarou foi o seguinte: *<Para mim existe preconceito em todos os lugares, a única diferença é que no interior dificilmente você vai achar um jeito de escapar dele, em cidades grandes existem lugares mais tolerantes>*.

Fragmento de Leona

A educação a temas relacionados a sexualidade não foram vistos pelos meus pais como sua responsabilidade, quem deveria me explicar sobre isso era a escola. E esse assunto continua sendo tabu, é um grande sacrifício saber algo sobre a “intimidade” deles, até mesmo em relação a minhas demais irmãs.

O silenciamento em relação à temas como a sexualidade parece ter sido uma regra também para Leona, filha de agricultores catarinenses. Mesmo que ela se declare heterossexual, o seu comportamento *à priori* de não aceitar *o casamento e os filhos* como algo decisivo e encerrado, a deixa em um lugar social de certa estigmatização dentro do contexto rural.

Ela afirma que esta sexualidade sempre ligada ao prazer masculino e realização do matrimônio tradicional nunca foi um assunto que a agradasse, principalmente em virtude da

história das mulheres de sua família, sempre submetidas a *<um marido que as controlam, que reprimem sua liberdade de ir e vir, sua capacidade de tomada de decisão, que as deslegitimam e que as usam como objetos>*. Neste contexto, sendo que a descoberta dos homens em relação a sua sexualidade já encontra dificuldades, o que tange as mulheres é permeado ainda por agravantes, além da predisposição ao modelo patriarcal, também há influência midiática que geralmente mostra a mulher oriunda do meio rural *<como tímida, estranha, desajeitada, sofria bullying de seus colegas de escola e sofria também por gostar do “galã” da novela que era disputado também pela “garota da cidade”>*, o que reduz ainda mais as chances dessa jovem do rural de viver sua sexualidade.

Especialmente para Leona, a saída do campo em direção à cidade não teve um vínculo tão grande em vivenciar experiências de cunho sexual como teve aos demais entrevistados, a busca por uma vida “melhor”, por estudos que garantissem uma profissão, figuraram para ela como principal motivação, mas, sem dúvida, como ela mesma diz acerca da vivência da sexualidade no meio urbano, existe *<Uma liberdade muito maior de expressão, de menor ridicularização, de experimentação, de uma proximidade maior>*. Esta maior liberdade de expressão à que ela se refere a levou às reflexões que compõe sua forma de enxergar o seu corpo, não como um ente passivo, o que ela demonstrou que discorda completamente em sua narrativa, mas sim como esta maneira de agir, estar e experimentar o mundo, e o que for possível.

3 Considerações Finais

As descobertas e significados do corpo e da sexualidade entre o campo e a cidade seguem vários caminhos, posso entrevistar vários outros jovens oriundos do rural e creio que encontrarei diante de mim narrativas cada vez mais diferentes, representando a diversidade que há no meio rural, o que pode mudar é que caso eu vá ao próprio ambiente rural realizar pesquisas deste tipo, as resistências sejam maiores (como já foram em parte, no meio urbano), pois os traços simbólicos e culturais do rural podem ser em alguma medida coercitivos, desmobilizando falas mais acentuadas, assertivas e sinceras.

O que ficou mais nítido para mim no decorrer das entrevistas que fiz e das bibliografias que li, foi que muito embora descobertas sexuais podem e vão acontecer no meio rural, elas se dão de maneira muito mais velada que no meio urbano, principalmente por conta das tradições familiares destes espaços, além da forte religiosidade católica impor uma moral

sexual, como identifica Leona ao dizer que <a *figura de Jesus parece nunca ter se relacionado com ninguém, Maria também era virgem mesmo dando a luz a um filho*>.

Discutir os assuntos relacionados à sexualidade e ao corpo não é uma atitude aceita com facilidade, porém à espreita do *ethos rural*, as coisas acontecem, sempre acontecerão, *o rural dos “outros”* (STROPASOLAS, 2006) é real, e precisa ser urgentemente admitido em nossas análises sobre o campo, sob pena dos “outros” e “outras” continuarem sua migração em direção aos grandes centros urbanos para poderem ter uma vida “diferente” e mais “livre”.

Entendo depois deste caminho que fiz, que é de responsabilidade da educação formal a inserção das discussões de gênero e sexualidade na educação do campo, e que devem ser encorajadas a produção de pensamentos que desestigmatizem o sexo, o corpo e as vivências que possam porventura destoar do normal. Acredito que as *sexualidades divergentes* possam deixar de ser tão divergentes assim, mas isto por enquanto é apenas um sonho e quiçá um devaneio do possível futuro. O que nos resta de importante aqui e o que está a meu alcance é dizer que se o urbano é tratado como o lugar da diferença, do conflito e das inter-relações variadas e o rural como o lugar da tradição, do estático e da homogeneidade, afirmo que esta dicotomia clássica, que permeia o imaginário de muitos, como um dia permeou o meu, pelo menos nas páginas dos livros, está com seus dias contados.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e Agricultura Familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Chapecó/Brasília: FAO/INCRA/EPAGRI-SC/Centro de Pesquisa para Pequena Propriedade, 1997b.

BERGER, Peter. **Perspectivas sociológicas: uma visão humanística**. 7.ed. Petrópolis: Vozes, p. 9-64, 1986.

BONI, V; QUARESMA, S. J. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. in: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 1, janeiro-julho/2005. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/%2018027/16976>>. Acesso em: 13/05/2018.

- BRUMER, Anita. **A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade**. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Orgs.). *Juventude Rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 35-51.
- CARNEIRO, M. J. **O ideal rurbano: campo-cidade no imaginário dos jovens rurais**. In: TEIXEIRA DA SILVA, F.C.; SANTOS, R; COSTA, L.F.C. (Orgs.). *Mundo Rural e Política*. Rio de Janeiro: Ed. Campus/Pronex, 1998.
- CORNEJO, G. **La guerra declarada contra el niño afeminado: una autoetnografía “queer”**. In: *Revista de Ciencias Sociales*, 39, 2011, p. 79-95.
- DURKHEIM, Émile. **As Regras Relativas À Observação dos Fatos Sociais**. in: *As Regras do Método Sociológico*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. cap. 2, p. 32.
- FERREIRA, Paulo Rogers. **Os Afectos mal-ditos: O Indizível das Sexualidades Camponesas**.
- GALEANO, Eduardo. **Janela sobre o corpo**. In: *As Palavras andantes*. São Paulo: L&pm Editores, 2004. p. 138.
- PAIVA, P. H. A. da Silva. **Arco-íris no campo: Etnografia da homossexualidade masculina no ambiente rural**. in: *Cadernos de Gênero e Diversidade (UFBA/UNILAB)* - V. 1, N. 1 (2015), p. 75-95.
- ROSA, R. A; MARQUES, A. M. **Educação sexual na adolescência: Meio rural versus meio urbano**. In: *Saúde Reprodutiva: Sexualidade e Sociedade*, 2012, p. 83-90.
- STROPASOLAS, Vilmar Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.
- STROPASOLAS, V, L.; AGUIAR, V, V, P. **As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina**. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Orgs.). *Gênero e Geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.
- VELHO, Gilberto. **Desvio e Divergência: uma crítica da patologia social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- WOORTMANN, K.; WOORTMANN, E. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: EdUnB, 1997.

SHOKONSAI: DILEMAS DA PRESERVAÇÃO DA TRADIÇÃO NIPÔNICA NO OESTE PAULISTA

DAYANA MARIA DA SILVA VANDERLEI*

LUÍS ANTÔNIO BARONE**

Resumo

Este trabalho expressa o conteúdo parcial de uma pesquisa em andamento, que busca entender as manifestações típicas da comunidade nipo-brasileira que acontecem na zona rural, remetendo à vida dos colonos quando chegaram à região de Álvares Machado/SP e, também analisar a organização do Shokonsai (festa tradicional em homenagem aos mortos) nos dias atuais (participantes, promotores e atividades) e sua importância para a comunidade nissei da região e para o município. O universo empírico desta pesquisa é o Cemitério Japonês de Álvares Machado (oeste do Estado de São Paulo), o qual foi tombado em 1980 pelo órgão estadual de defesa do patrimônio (CONDEPHAAT) após mobilização da comunidade nissei local, sendo um dos únicos cemitérios exclusivos da colônia japonesa da América do Sul (há outro no Peru). Pouco tempo depois da abertura do cemitério japonês, em 1919, sentiu-se a necessidade de realizar-se a celebração aos mortos, ritual tradicional no Japão. Em 1921, celebra-se o primeiro Shokonsai – “convite às almas” em japonês. Realizado todos os anos, a partir de então, exclusive no período da 2ª Guerra Mundial, devido às restrições civis impostas aos imigrantes japoneses no Brasil. O “ohaka” (cemitério em japonês) funcionou de 1919 até 1943, quando foi fechado pelas autoridades machadenses por orientação do governo brasileiro. No total, foram enterrados ali 784 mortos. Após o término da 2ª. Guerra, mesmo com o cemitério desativado, o Shokonsai voltou a ser celebrado, tornando-se uma efeméride importante em Álvares Machado, até mesmo pela importância de sua comunidade nissei. O evento hoje ainda é restrito à comunidade nipo-brasileira e o objetivo do trabalho é, também, tornar mais amplo o público participante do evento, na perspectiva do Turismo Cultural.

Palavras-chave: Patrimônio Histórico Cultural; Desenvolvimento Territorial Rural; comunidade nipo-brasileira.

* Bacharel em Teologia pela Faculdade Batista Brasileira e Graduada em Tecnologia de Gestão de Eventos – Fatec Presidente Prudente. E-mail: dayana.vanderlei@fatec.sp.gov.br

** Sociólogo e Docente – FCT/UNESP Campus Presidente Prudente. E-mail: labarone@uol.com.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo tecer considerações sobre as manifestações culturais e sociais típicas da comunidade nipo-brasileira estabelecida na cidade de Álvares Machado – SP.

Especificamente neste trabalho, abordaremos a tradição religiosa nipônica denominada Shokonsai, que quer dizer “Convite às almas para a missa” e expressa rituais relacionados ao dia de finados aqui do Brasil. No Japão, a data é celebrada em 15 de julho, e o evento em si, é realizado no segundo domingo do referente mês.

O Cemitério Típico Japonês de Álvares Machado, é o único do Brasil (existe apenas outro em toda América latina, no Peru) e foi tombado como monumento histórico pelo CONDEPHAAT (Resolução nº 23 de 11 de julho de 1980, publicada no Diário Oficial do dia 12 de julho de 1980). São 784 sepulturas, onde foram enterrados os primeiros imigrantes, e um único brasileiro, por conta de sua solidariedade prestada a três japoneses, vítimas de homicídio (CARARO, 2017).

Este cemitério está localizado na estrada vicinal para o distrito de Coronel Goulart, aproximadamente a dois quilômetros da Rodovia Raposo Tavares (SP-270) e a cinco de Álvares Machado, que na época foi uma zona de expansão cafeeira.

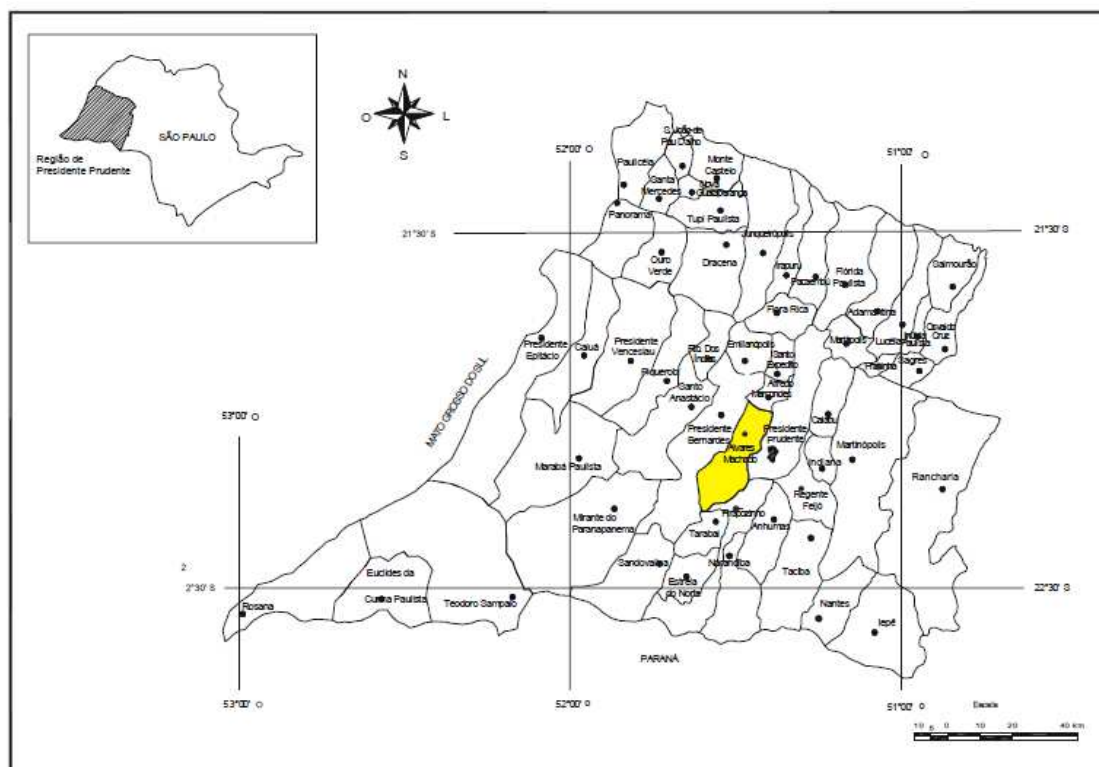
Este trabalho, em estágio preliminar, busca colaborar com uma pesquisa maior sobre os patrimônios materiais tombados ou passíveis de tombamento (BARONE, 2017) e também se desdobrará num estudo específico sobre a gestão do evento por parte da comunidade, bem como as possibilidades de evento turístico regional, em vistas ao desenvolvimento territorial do Pontal do Paranapanema.

ÁLVARES MACHADO E A IMIGRAÇÃO JAPONESA

Álvares Machado tem sua população estimada em 24.813 pessoas¹, das quais um grande número são de famílias de descendentes de japoneses.

A colônia japonesa local integra a Associação Nipo-Brasileira de Álvares Machado, com sede na própria cidade, onde fomentam diversos torneios, jogos, reuniões e encontros entre os membros da comunidade. Nas dependências da associação também há uma escola de língua japonesa para crianças e diversas outras atividades, como o tradicional concurso de canto – o karaokê; realizam também, churrascos beneficentes e jantares com pratos da comida típica japonesa.

¹ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/alvares-machado/panorama>, acesso em 27/05/18.



Mapa 1: Localização do Município de Álvares Machado – SP. Fonte: Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal (2002).

A TRADIÇÃO DO IMIGRANTE E A ORIGEM DO SHOKONSAI

Para entendermos todo o contexto, faz-se necessário retomar alguns anos de história e estórias, muitas delas oriundas de tradições orais, e tantas outras, de fontes escritas por diversos autores, além de pesquisadores da atualidade.

Com a imigração japonesa ao Brasil, alguns costumes e principalmente a rotina dos imigrantes japoneses sofreram grandes impactos, pois viviam em um país totalmente diferente no clima, na linguagem, na alimentação, nos ritos, na educação e em outras esferas. Em sua tese de mestrado, Takenaka (2003) relata as primeiras impressões que esses aventureiros enfrentaram quando chegaram Em Álvares Machado. Além de encontrarem uma paisagem totalmente diferente da que imaginavam (alameda de coqueiros no porto de Santos), o tratamento recebido também deixou a desejar. Tiveram dificuldades no desembarque e transporte de bagagens, após terem deixado a Hospedaria dos Imigrantes, quando vieram em direção ao Oeste Paulista trabalhar nas lavouras de café. Tudo era muito longe, caro e precário, mas ainda assim resistiram bravamente, pois tinham em mente a ideia da emigração temporária, ou seja, trabalhar, acumular recursos, e voltar ao seu país de origem. Contudo, não foi o que aconteceu; a emigração passou a ser permanente por diversos fatores.

Muitos casamentos e famílias foram “arranjados”, sendo muitas famílias compostas, pois era exigência de afim de que se atendesse às necessidades das lavouras de café, que cada família tivesse pelo menos três “elementos” aptos ao serviço. Além da

precariedade das condições de higiene e moradia, os imigrantes ainda tiveram que enfrentar o desengano das propostas de trabalho que outrora foram divulgadas como muito boas, e em formato atrativo, para que viessem trabalhar no país. Infelizmente, muitos fazendeiros e outras pessoas se aproveitaram das diferenças culturais e falta de entendimento do idioma para ludibriar e lograr vantagens sobre os imigrantes de diversas formas, como a questão do pagamento de valores mais baixos que o proposto pelas sacas de café colhidas. Muitos trabalhadores abandonaram as fazendas, e em outros casos, nada restava a não ser submeter-se ao trabalho árduo, incluindo mulheres e crianças, deixando de lado também o lazer aos finais de semana, a fim de conquistar a sonhada independência financeira (TAKENAKA, 2003).



Foto 2: Cartazes utilizados para propaganda convidando os japoneses a emigrarem para o Brasil. Fonte: Museu da Imigração, agosto de 2000. Autoria da foto: Edilene M. M. Takenaka.

A questão da alimentação foi um fator preponderante e agravante na vida dos imigrantes:

A má alimentação devido às diferenças culturais e à dificuldade em diversificar o preparo dos alimentos com produtos mais palatáveis ao japonês trouxe, como consequência, uma subnutrição generalizada, advindo daí, o desenvolvimento defeituoso e a morte de crianças, bem como problemas com diarreias, tuberculose pulmonar, grande incidência de malária e surtos de gripe espanhola, vitimando muitos colonos. As doenças que acometiam os colonos chegavam, por vezes, a infectar famílias inteiras diminuindo o número de braços na lavoura e, conseqüentemente, os ganhos diários (TAKENAKA, 2003, p.46).

O auxílio médico, além dos recursos para arcar com tratamentos em caso de doenças ou acidentes, também era escasso; havia um médico da empreiteira construtora da rodovia, mas ele vinha apenas uma vez por semana, sem dia marcado. Diante da incidência de tantas doenças que levaram a um número grande de mortes, os imigrantes defrontaram-se com mais um entrave: o enterro precisava ser feito em Veado – atual Presidente Prudente – distante 15 quilômetros, uma vez que na colônia do Brejão (onde eram residentes) não havia cemitério e nem condições adequadas de transporte, então, as pessoas transportavam os caixões pela mata, e quando mal retornavam à colônia, já tinham de partir novamente por conta da sucessão de falecimentos (TAKENAKA, 2003).

Diante da problemática, um dos imigrantes, Naoe Ogassawara (que recebeu, quando da saída do seu clã do Japão, uma quantia para ser usada em algum empreendimento em prol dos imigrantes japoneses) comprou uma área de cinco alqueires para a construção de uma escola, e uma parte dessa área, foi desmatada para a realização da construção do cemitério (TAKENAKA, 2003).

Juntamente com a necessidade de enterrar os seus mortos, outra surgiu: o desejo de cultivar e reverenciar seus ancestrais, de acordo com os costumes e ritos realizados em sua terra natal. Dois anos após a fundação do cemitério, na primeira celebração além da missa pela alma dos antepassados, houve uma luta de sumo em homenagem aos mortos e a partir daí, os eventos passaram a ser chamados de Shokonsai. Em 2020, será comemorado o seu centenário, e a cada ano que passa, novas atividades são incorporadas à programação, além da missa celebrada na capela budista do cemitério, apresentações musicais e de danças, comidas típicas e outras atividades recreativas.



Foto 1: Cemitério japonês. Disponível em: <http://media.discovernikkei.org/articles/6100/Cemiterio.jpg>. Acesso em 27 de julho de 2016.



Foto 2: Cerimônia de abertura do Shokonsai. Autoria da foto: Aline Hasegawa, julho de 2015.



Foto 3: Celebração budista na capela do cemitério japonês. Autoria da foto: Marcelo Setoguti, julho de 2016.



Foto 4: Vista do haka (cemitério) com as velas acesas ao anoitecer do Shokonsai.
Autoria da foto: Marcelo Setoguti, julho de 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para discorrer sobre tradição, qualquer que seja ela, é preciso entender suas origens, fatos e acontecimentos aos quais proporcionaram seu início. Um dicionário de significados fala sobre a etimologia e conceituação do termo:

Tradição é uma palavra com origem no termo em latim *traditio*, que significa “entregar” ou “passar adiante”. A tradição é a transmissão de costumes, comportamentos, memórias, rumores, crenças, lendas, para pessoas de uma comunidade, sendo que os elementos transmitidos passam a fazer parte da cultura. Para que algo se estabeleça como tradição, é necessário bastante tempo, para que o hábito seja criado. Diferentes culturas e mesmo diferentes famílias possuem tradições distintas. Algumas celebrações e festas (religiosas ou não) fazem parte da tradição de uma sociedade. Muitas vezes certos indivíduos seguem uma determinada tradição sem sequer pensarem no verdadeiro significado da tradição em questão. No âmbito da etnografia, a tradição revela um conjunto de costumes, crenças, práticas, doutrinas, leis que são transmitidos de geração em geração e que permitem a continuidade de uma cultura ou de um sistema social².

Há tempos a cultura, a sabedoria e as tradições dos povos orientais são passadas geração após geração e são também objeto de estudo de muitos pesquisadores e profissionais das mais diversas áreas do conhecimento e do ensino. Podemos citar várias referências relacionadas à medicina, à cosmética, diferentes tecnologias, técnicas em plantio, edificações, culinárias e afins. Contudo, o que parece mais despertar curiosidade no ser humano, é saber sobre suas origens e como viveram e se desenvolveram seus antepassados.

Em sua obra reunida, Ruth Cardoso³ ressalta o valor e a importância inerentes à cultura japonesa no que diz respeito das associações, clubes e agremiações:

A imigração japonesa no Brasil data do século XX, e os imigrantes, trazendo do Japão do pré-guerra aquele espírito militarista, valorizavam as associações juvenis a tal ponto que elas apareceram em número bem maior que as associações de senhoras, de velhos, de meninos, etc., que também existiam tradicionalmente e que por sua vez, começaram a surgir no Brasil. Entretanto, se conseguiram viver e espalhar-se por todas as zonas de população japonesa, foi não só porque o desejavam, mas também porque se tornaram recursos de integração à sociedade brasileira (CARDOSO, p. 63).

É justamente a associação nipo-brasileira de Álvares Machado que promover atualmente o Shokonsai. Ela representa a luta da comunidade nissei da região para preservar sua tradição e sua identidade enquanto imigrantes que chegaram para “desbravar as terras” do Oeste Paulista.

Percebe-se a participação de um público mais adulto e idoso nos eventos da associação. O afastamento por parte dos jovens é cada vez mais nítido, visto que muitos acabam indo estudar ou trabalhar fora, convertem-se a outras religiões e também rotulam as programações como sendo “coisas de velho”. Esse distanciamento traz preocupações à colônia, pois, a cargo de quem ficará toda a manutenção das tradições japonesas, visto que o quadro de associados está envelhecendo?

² <https://www.significados.com.br/tradicao/>. Acesso em 27/05/18.

Como fator de resgate às tradições japonesas, o Shokonsai foi incluído no calendário de eventos do município, e sua programação e realização são divulgadas e noticiadas em diversos meios jornalísticos, bem como cartazes distribuídos pela cidade e região. No dia do evento, pode-se observar a presença dos descendentes japoneses que são moradores locais, bem como os moradores de outras regiões e brasileiros sem descendência nipônica; muitos comparecem ao evento por curiosidade, como acompanhantes ou para visitar e prestar homenagens aos parentes e também aos desconhecidos, por respeito.

Apesar da diminuição das famílias japonesas no município, os eventos promovidos pela Associação atraem colônias japonesas de cidades vizinhas e até de outros estados, além de simpatizantes da cultura. Nos campeonatos esportivos, nas apresentações de karaokê ou nos eventos de comidas típicas, nota-se uma grande movimentação de pessoas da região, o que fomenta o Turismo Cultural local, trazendo maior visibilidade à cultura e às tradições japonesas, lembrando sempre o espírito dos antepassados e as conquistas de um povo que não mediu esforços quando aqui na região chegou.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARONE, LUÍS A. M. *Patrimônio edificado e políticas de desenvolvimento territorial no Pontal do Paranapanema em questão*. Presidente Prudente – SP: Relatório de Estágio de Pós-Doutorado, FAPESP. 2017.

CARDOSO, Ruth; CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Obra reunida*. 1. ed. São Paulo: Mameluco. 2011.

CARARO, Helena. *Shokonsai: A vida celebrando a morte*. Presidente Prudente – SP: Impress, 2017.

HASEGAWA, A. Y. *Um dia de sol para encontrar os antepassados: o Shokonsai como estudo de caso do obon no Brasil*. Santo André – SP: Dissertação de Doutorado, Doutorado em Ciências Humanas e Sociais, Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas. 2018.

TAKENAKA, E. M. M. *Raízes de um povo: a colônia japonesa de Álvares Machado - SP*. Presidente Prudente – SP: Dissertação de Mestrado, Mestrado em Geografia, FCT/UNESP. 2003.

ENTRE DESAFIOS E ESTRATÉGIAS: A INSERÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR NO MERCADO POTIGUAR¹

Francisco das Chagas Gomes de Queiroz Júnior²

Semilson Marinho da Fonsêca Filho³

Keillany Martinho Maciel⁴

RESUMO: Esta investigação quis compreender como se dá a inserção dos agricultores familiares em duas experiências de circuitos curtos de comercialização desenvolvidas no município de Natal, em especial no que se refere a suas estratégias de conformidade ou resistência, e na construção da confiança, formalizada ou não, em seus produtos. A análise parte de reflexões sobre a construção do mercado e o sentido de confiança trazido por autores como Radomsky (2015), Retière (2014) e Guzzatti, Sampaio e Turnes (2014), conciliado com entrevistas semi-estruturadas feitas com agricultores(as) e institucionalidades implicadas nesses circuitos. Os resultados apontam que estratégias de resistência ao processo de certificação formal têm ganhado força, num momento em que há uma aproximação entre consumidores e produtores, em que os níveis de confiança estabelecidos por meio desse mercado de proximidade substituem com certo grau de vantagem os processos de certificação - o que ressignifica a construção da confiança nos produtos comercializados e na própria relação produtor-consumidor.

PALAVRAS-CHAVE: Circuitos curtos. Agricultura familiar. Confiança.

i. INTRODUÇÃO

A forma como a agricultura familiar no Brasil vem crescendo nos últimos vinte anos tem sido acompanhada de um processo de maior inserção no mercado por meio de diversas formas de comercialização, seja através de feiras, venda direta, articulação com redes de supermercados, mercados institucionais e/ou alternativos (ROZENDO, 2017).

¹ O presente artigo parte de reflexões ainda parciais de um projeto de pesquisa em processo intitulada "Agricultura familiar e mercados: limites e possibilidades dos circuitos curtos enquanto construção de alternativas no meio rural e estratégias de desenvolvimento local" em que os autores dessa proposta são bolsistas.

² Bacharelado em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: chicoqueiroz@ufrn.edu.br.

³ Bacharelado em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: semilson@ufrn.edu.br.

⁴ Bacharelada em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: keillany.martinho@gmail.com.

Esses espaços de comercialização - os Circuitos Curtos (CCs) - vêm sendo cada vez mais entendidos como formas de resistência aos sistemas agroalimentares globalizados e, mesmo não possuindo ainda raízes profundas, já representam um fortalecimento do mercado local, apresentando-se propícios para que esse segmento possa adquirir um maior grau de independência frente às formas convencionais - historicamente prestadas por atravessadores - ao mesmo tempo em que influenciam sob os demais aspectos da vida social e o comportamento dos agentes envolvidos.

A literatura sobre o tema destaca que esses mercados de proximidade estabelecem um novo tipo de relação entre produtor e consumidor baseado na pessoalidade e na confiança. Essas formas ganham força em um contexto de globalização dos sistemas agroalimentares, em que estas referências parecem se perder. Como destaca Hooft, a seguir:

“[...] O número de iniciativas de comercialização mencionado está crescendo a cada dia. Muitas dessas iniciativas incluem formas tradicionais que pareciam esquecidas, mas que estão mais uma vez mostrando seu valor. Em vez de dependência, elas inspiram um sentimento de orgulho e inovação tanto nos agricultores como nos consumidores. As preferências destes últimos e as mudanças nos padrões de comercialização atreladas a essas preferências estão provando ser um caminho viável para um sistema agrícola verdadeiramente sustentável” (Hooft, 2013, p. 37).

Assim, conhecer a origem, o produtor, poder opinar sobre a qualidade do que se está consumindo, enfim, assumir um papel mais ativo no processo de comercialização têm contribuído para ressignificar o papel da circulação dos bens alimentares.

Darolt, Lamine e Brandenburg (2013), afirmam que as vendas diretas encontram-se em evidência, conduzindo-nos a um entendimento mais claro dos circuitos curtos, os quais apontam, assim, para um elevado grau de proximidade entre produtores e consumidores. Nesse sentido, encontramos também outras denominações para esses sistemas, como circuitos de proximidade (AUBRI; CHIFFOLEAU, 2009) ou circuitos locais (MARECHAL, 2008), destacando a ideia de proximidade geográfica e apontando para o “aspecto social/relacional presente na ligação entre consumidor e produtor, nos processos de desenvolvimento local e na *territorialização da alimentação*” – grifo nosso (DAROLT *et al*, 2013, p. 9).

Essas canais de comercialização buscam se inserir nesses mercados a partir de elementos distintivos. A localidade, a proximidade, o apelo a tradição, o *savoir-faire* os selos, aparecem como expressão disso. Para Radomsky (2015), esse diferencial ocorre

a partir de duas estratégias principais: a de conformidade, institucionalizada, e a de resistência, socialmente construída. A primeira refere-se às estratégias que o agricultor deve adotar para adequar-se e se inserir em processos de comercialização convencionais/formalizados. A segunda, em contrapartida, relaciona-se com as diferentes práticas desenvolvidas por agricultores na tentativa de escapar às imposições desses mercados (convencionais) a partir da construção de uma confiança não formalizada entre produtores e consumidores - situação em que a proximidade social, relacional e geográfica dos circuitos curtos é essencial.

Nesse sentido, quanto à conformidade ao mercado, encontramos o selo como principal ferramenta institucionalizada. Assim, seguindo a perspectiva de Radomsky (2015), essa estratégia tem o papel de ressignificar objetos e processos, agregando a eles um valor não apenas econômico, como também simbólico, de forma a tornar o produtor diferente dos demais e materializar uma forma de vida. A este respeito, percebe-se um acentuado grau de fetichismo de mercadoria direcionado ao selo, em que as relações são construídas a partir da objetificação de toda uma forma não apenas de produção, como também de vida, materializada na figura do selo. O autor destaca a eficácia simbólica do selo, que, por sua presença, põe-se a garantir que a mercadoria é fruto de uma produção orgânica e, mais ainda, que sua compra induzirá a hábitos mais saudáveis. Essa forma de certificação tem se tornado cada vez mais presente na comercialização de circuitos curtos, mesmo frente às dificuldades para sua aquisição (como diversos trâmites legais e custos elevados, das quais trataremos mais à frente neste artigo). Ainda segundo Radomsky (2015), os circuitos curtos oferecem e criam uma relação de confiança bem mais pessoal entre produtor e consumidor - tão mais necessária quando não se tem o intermédio do selo - gerando valores socialmente importantes.

Um aspecto essencial para a discussão do caráter social/relacional trazido pela proximidade entre consumidores e produtores é a forma como essa confiança é construída. Por esse ângulo, a

“existência de laços de confiança mútua reforça os mecanismos de cooperação entre os habitantes e favorece o desempenho das instituições políticas; esse mesmo desempenho institucional eficiente atua positivamente sobre o contexto, reduzindo a incerteza e reforçando ainda mais o nível de confiança e cooperação no interior da população” (REIS, 2003, p. 4)

Tendo como referencia esses aspectos, este artigo se propõe a analisar os mecanismos de construção da confiança colocados em curso por agricultores que fazem parte do Centro de

Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Rio Grande do Norte (CECAFES) e da Horta Orgânica do Bairro Capim Macio, no município de Natal.

ii. ASPECTOS OPERACIONAIS DA PESQUISA

A princípio, o recorte territorial selecionado para esta pesquisa foi a Grande Natal, mas, ao longo dos estudos, notou-se que, ao falarmos de mercado, a produção de alimentos tinha como finalidade, principalmente, a comercialização na capital do estado. Assim, apesar da maioria das entrevistas ter sido realizadas na capital do estado, os produtores aqui analisados vêm de diversos locais, tais como Currais Novos, Macaíba e São Gonçalo do Amarante, e se distribuem por pontos estratégicos da cidade.

Em termos de campo, tem-se como principal espaço para levantamento desta pesquisa a Cecafes (Central de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária), construída em 2007, mas que só entrou efetivamente em funcionamento a partir de 27 de março de 2017. Os agricultores familiares, associações e cooperativas que passaram a comercializar seus produtos na Central foram selecionados através de um Edital de Chamada Pública, cujo processo foi concluído em dezembro de 2016. O critério básico para participação é possuir Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa (pessoa física e jurídica). A distribuição para ocupação dos espaços pelos agricultores e agricultoras familiares individuais, bem como pelas associações e cooperativas selecionadas foi definida por sorteio. Atualmente, a central beneficia diretamente 40 famílias da agricultura familiar e 27 organizações jurídicas que comercializam uma pluralidade de produtos, tais como: hortifrutigranjeiro, leite e seus derivados, polpa de frutas, castanha de caju, mel de abelha, artesanato e alimentação regional diversa com produtos da agricultura familiar do estado.

Quanto à metodologia aqui utilizada, destaca-se que foram realizadas, em pontos estratégicos da cidade, como a Cecafes, já citada anteriormente, o SEBRAE/RN (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte) e um quintal produtivo localizado no bairro de Capim Macio, entrevistas semi-estruturadas com agentes sociais de extrema importância para a compreensão das

dinâmicas de circuitos curtos de comercialização, sendo eles: agricultores que produzem de forma orgânica, com ou sem o selo; agricultores que produzem, ainda, de maneira convencional; representantes de cooperativas; e institucionalidades responsáveis por auxiliar esses produtores, como a encarregada pelo setor de mercado agrícola do SEBRAE/RN. Esses procedimentos, então, permitiram a obtenção de informações para construir uma visão geral acerca da situação da agricultura familiar no mercado potiguar, e como esses agricultores estão se adequando ou resistindo às lógicas de mercado.

Enfim, este trabalho apresenta-se dividido em cinco seções. A primeira seção introdutória aborda parte da revisão de literatura que fundamenta as análises sobre construção da confiança, circuitos curtos e caminhos tomados por agricultores e agricultoras familiares em seus processos de incorporação ao mercado. A segunda parte, intitulada “Aspectos operacionais da pesquisa”, trata do processo metodológico desta pesquisa. A terceira, “Desafios enfrentados pelos agricultores nos circuitos curtos potiguares: estratégias de inserção de mercado”, consta com a outra parte da revisão de literatura, agora focada no entendimento das táticas de resistência ou de conformidade escolhidas pelos agricultores para se inserir no mercado. A quarta, “Por dentro dos circuitos curtos potiguares”, articula experiências de agricultores(as) potiguares, bem como falas de representantes estatais do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte (SEBRAE/RN) com o intuito de sinalizar, na prática, como as categorias de análise estudadas desenvolvem-se. A última parte do texto, “À guisa de conclusão”, traz considerações finais acerca do objeto de pesquisa e possíveis saídas a problemas estruturais encontrados ao longo do percurso.

iii. DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS AGRICULTORES NOS CIRCUITOS CURTOS POTIGUARES: ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO DE MERCADO

De acordo com Guzzatti *et al.* (2014) o circuito curto pode ser definido como a comercialização de produtos agrícolas visando o estabelecimento de relações mais diretas entre agricultores e consumidores. No entanto, apesar do forte avanço e inserção do agricultor familiar no mercado por meio dos circuitos curtos, ainda notamos uma série de desafios ligados ao processo produtivo no que tange às exigências de comercialização dos alimentos. A exemplo disso, temos a diferenciação entre os

produtos da agricultura familiar e os que são produzidos seguindo a lógica de produção dos grandes mercados. Nesse caso, de modo mais específico, interessa analisar as estratégias desenvolvidas por agricultores para construírem essa distinção. Assim, sob a ótica do agricultor e partindo da realidade do mercado potiguar, pretende-se analisar o conjunto de estratégias para sua inserção no mercado.

Segundo Retière, as práticas de circuito curto vêm crescendo no Brasil como uma alternativa para o escoamento dos produtos advindos da agricultura familiar, configurando-se como estratégias de resistência às exigências de padronização dos mercados convencionais:

“[...] Sendo assim, o desafio destes sistemas alimentares fundados em circuitos curtos de comercialização é, portanto, articular, através de um tipo de comercialização adequado, as expectativas e demandas dos consumidores (preços acessíveis, direito de controle sobre a qualidade dos alimentos) com as necessidades dos produtores (preços remuneradores, autonomia no sistema de produção” (RETIÈRE, 2014, p. 31).

Nessa perspectiva, Guzzatti *et al.* (2014) esclarecem ainda que esse processo pode ocorrer de forma direta ou indireta, com a interferência de apenas um intermediário. Essa lógica surge como novos arranjos comerciais, e com ela foram encontradas novas dificuldades para o atendimento desse público, exigindo do agricultor adequações para o fornecimento desses produtos:

“[...] Se, por um lado, era um mercado que se abria, de outro, exigia novos arranjos organizacionais (logística de abastecimento, adequação dos produtos, etc.), que demandavam um elevado grau de inovação por parte das famílias rurais, bem como dos demais agentes envolvidos (assistência técnica, diretores de escolas, nutricionistas, merendeiras, alunos, etc.)” (BECKER *et al.* 2013, p. 19).

iv. POR DENTRO DOS CIRCUITOS CURTOS POTIGUARES

Atualmente, há uma crescente busca por uma alimentação mais saudável, o que tem levado cada vez mais pessoas a recorrer aos circuitos curtos agroalimentares, os quais, além de proporcionarem um contato direto entre consumidores e produtores, o que torna visível a procedência desse alimento, muitas vezes também se inserem numa lógica de produção orgânica. Nesse sentido, podemos observar que

“[...] um sistema alternativo de comercialização em CC [circuito curto] pode contribuir para a adoção de hábitos de consumo mais saudáveis e um melhor conhecimento das dificuldades na produção agrícola. (...) Cada vez mais o consumidor consciente busca nos mercados locais produtos ecológicos, de época e com preços justos, mas também quer adquirir produtos com a cara do produtor, em que sejam ressaltadas as características locais das comunidades, como as tradições, o modo de vida, a valorização do saber-fazer, o cuidado com a paisagem, etc” (DAROLT, LAMINE, BRANDEMBURG, 2013:12, 13).

No entanto, por efeito de um grande processo burocrático, muitos desses agricultores encontram-se impossibilitados de acessar outros mercados em razão da exigência do selo de orgânico, e a saída encontrada para escoar sua produção é a comercialização direta, em que o principal vínculo estabelecido entre quem planta o alimento e quem o consome é uma forte confiança não institucionalizada. Exemplo disso é fala da agricultora P1, a qual afirma: “*eu tiro por experiência de 6 anos que tô (sic) aqui aberta ao público: os meus clientes têm uma grande, mas muito profunda, gratidão, amor, porque sabem que eu tenho uma responsabilidade muito grande em transmitir confiança e credibilidade no que eu carrego (...) então, quando eu vou na frente e digo “é, sim” [orgânico], eles acreditam no que eu digo*”. Esse relato é de uma aposentada responsável pela criação e administração de uma horta orgânica urbana no município de Natal. Ela explica que por produzir em ambiente urbano, jamais conseguirá o selo de orgânico, mesmo que sua produção o seja. Ela relata que já recorreu diversas vezes à justiça, mas o selo lhe é negado a partir de alegações sobre a poluição urbana a que sua plantação está exposta, ou mesmo à proximidade de suas terras a fossas, entre tantos outros empecilhos. A ausência de selo não constitui nenhum impedimento as suas vendas.

Segundo relatos dessa agricultora, ela continua vendendo produtos orgânicos de qualidade e colhidos ali mesmo, dentro da cidade, atendendo cerca de 100 pessoas por dia e construindo socialmente uma forte relação de confiança com seus clientes. Em seu relato destaca que os consumidores não buscam apenas produtos saudáveis, mas que a horta é um lugar de descanso, de meditação que as pessoas procuram se relacionar com a natureza de um modo diferente. O público que busca a horta diariamente foi conquistado pouco a pouco e foram os próprios consumidores que fizeram a propaganda

de "boca em boca". Como o espaço da horta é insuficiente para garantir a produção em uma escala capaz de manter a comercialização diária, a agricultora estabeleceu várias parcerias com outros produtores na região metropolitana de Natal. Essa rede permite a oferta quase constante de produtos e tem impulsionado a produção de orgânicos. Atualmente só a horta envolve cerca de 6 produtores de orgânicos.

Por conseguinte, esses agricultores, inseridos justamente em espaços de resistência à lógica de mercado, oferecem aquilo que as pessoas querem sem que se faça necessário recorrer a arcabouços legais - como o selo - os quais, além do tempo, requerem também recursos financeiros que grande parte desses agricultores não possui como é relatado pela agricultora P2: "é caríssimo pra você ter o selo, caríssimo, quem é que pode? É muito caro, mulher, é muito difícil. Porque a gente não tem tecnologia, não tem a técnica (...) seria uma boa que a gente tivesse treinamento, tivesse condições...".

Muitos dos entrevistados mostram que existe, sim, uma busca pelo acesso a outros tipos de mercado, mas, com a demora no procedimento e a exigência de um alto investimento financeiro, alguns acabam abandonando o processo. Eles destacam as dificuldades na busca por esse reconhecimento de mercado, como explana o agricultor P3: "é muito difícil (...) devido à burocracia do próprio governo, que é uma papelada muito difícil".

Faz-se necessário ater-se um pouco mais ao exemplo do agricultor P3, o qual, sem nenhum conhecimento formal ou algum nível de escolaridade, trabalhou sua vida inteira no campo mas, paradoxalmente, está imerso na lógica de mercado que tenta, numa disputa de sentido, tutelar o que é ou não orgânico. Por esse ângulo, P3 demonstra essa disputa em sua fala, quando deixa claro que sua produção, por mais que não leve insumos e agrotóxicos, não é orgânica, sua produção é "natural, porque orgânico só quando tem o selo". É clara, portanto, a maneira com que essa ideia de subalternização da produção não formalizada (sem o selo) está presente em agentes que se encontram tão distantes de uma realidade social em que a conquista desse selo seria possível.

Nessa perspectiva, esquivando-se do rol de estratégias de conformidade, surge o depoimento do agricultor P4, o qual nos faz um relato de sua experiência com a agroecologia e as imposições de mercado à sua produção: "quer dizer, ficam tentando ali, é... tentando ali institucionalizar (...) e a gente sabe que não precisa disso. Nós não temos selo, apesar de já ter feito uma tentativa pra isso, mas as usinas aos redores

impedem que os agricultores tenham selo. Mas isso também não impede que eles continuem fazendo da sua forma tradicional, da sua forma milenar. Pra (sic) eles o que importa realmente é o espaço de direito pra (sic) que eles possam fazer, cultivar, o que eles sempre souberam cultivar”. Esse conhecimento tradicional configura-se, portanto, como um “processo social de aprendizagem e de compartilhamento do conhecimento , que é próprio e único a cada cultura (tradicional) e que se encontra no centro das suas tradições [...]” (CASTELLI; WILKINSON, 2002, p. 6-7).

A implantação desses sistemas locais como uma alternativa não formalizada/institucionalizada requer

“existência de agricultores dinâmicos, criativos e competentes; uma boa comunicação entre todos os stakeholders do território; tempo para alcançar o sucesso, que permita a construção de relações de confiança com a comunidade, consumidores e outros atores; e relações democráticas e colaborativas, com liderança e um sentido forte de direção e estabilidade (Baptista et al., 15).

Estes sistemas locais trazem à tona um novo paradigma para a produção, comercialização e consumo alimentar por meio de um conjunto de proveitos de caráter tanto cultural, quanto econômico e social (MAMAOT, 2013). Nesse sentido, com um mercado mais estável e um pagamento justo por produtos que atendem às necessidades do consumidor, é estabelecido um relacionamento mais saudável entre famílias urbanas e rurais, em que ambos os grupos se beneficiam com a lógica dos circuitos curtos (BORJA, OYARZÚN, ZAMBRANO, LEMA, 2013).

Faz-se relevante destacar também algo que foi observado durante a pesquisa de campo: entre os entrevistados, muitos dos que já possuíam o selo não o deixavam exposto, colocando-os, pelo contrário, debaixo das mesas por não acharem necessária sua utilização. Enquanto alguns setores querem estandardizar o selo, eles o escondem, pois a relação de confiança estabelecida com os consumidores nesse um ano e meio de existência da Cacafes é suficiente para atestar a qualidade dos produtos. Para eles, isso basta. Durante a entrevista com os agricultores fomos interrompidos várias vezes por consumidores que perguntavam sobre os produtos “é orgânico? E a agricultora dizia "é sim, eu garanto”.

A título de exemplo, tem-se o entrevistado P5, produtor em um projeto de assentamento do estado, o qual relata que muitas vezes não consegue pagar o custo da semana para se deslocar até a Cacafes, mas, ainda assim, continua lá todos os dias. Por que? P5 afirma que percebe a relação de confiança que é construída, e estar nesse mercado abre, para eles, outras tantas portas e ganhos que não são incorporados apenas pelo valor monetário.

No que se refere àqueles agricultores que decidem entrar em conformidade com a dialética mercadológica e realmente enveredar pelo caminho da confiança *institucionalizada/formalizada*, observa-se o exemplo do agricultor P6, o qual está em processo de aquisição do selo orgânico e relata o porquê de sua escolha: “a gente começa a ganhar espaço no mercado, por isso a gente tem que ser diferente. E o mercado hoje precisa de gente diferente (...)”. Esse selo é, portanto, encarado como uma ressignificação de objetos e processos, agregando a eles um valor não só econômico, como também simbólico, de forma a tornar o produtor diferente dos demais e materializar toda uma forma de vida (RADOMSKY, 2015).

Quanto aos aspectos institucionais/operacionais desse selo, sua atuação é dada a partir de um processo de aquisição que permite ao agricultor ganhar espaço em diferentes mercados, principalmente no convencional, local em que o selo liga-se diretamente à qualidade do produto e atua como principal agente de confiança. Segundo a consultora de gerenciamento do SEBRAE/RN - órgão responsável por, em boa parte, adequar os agricultores à lógica de mercado, em que a importância do selo se dá porque “você tem um controle maior sobre isso [a produção] em todos os aspectos, seja produtivo, seja de rastreabilidade e seja de acesso ao mercado, certo? (...) como eu coloquei, não existe [para agricultores sem certificação] a obrigatoriedade do acompanhamento técnico, e não existe a validade daquele reconhecimento [a confiança] que ele recebeu. Então, assim, é muito difícil você garantir o controle de qualidade daquele produto (...) Eu digo para eles se você não tem selo de orgânico você não é agricultor orgânico. Orgânico é só com selo”. Noção essa que já foi, inclusive, incorporada por parte dos agricultores. Como mencionado anteriormente, um agricultor dizia “meu produto é natural e não orgânico”.

Com isso podemos notar a constante tentativa de desqualificação, por parte dos representantes institucionais, das formas de produção que fogem às lógicas formalizadas

de adequação. Assim, com a operacionalização orquestrada pelo selo, é realizado um processo de dualização, criando objetos separados de seus produtores, e, com o distanciamento entre quem produz e quem compra o produto, o selo acaba tornando-se a única garantia de que aquele produto é, de fato, fruto de um processo ecológico (RADOMSKY, 2015).

v. À GUIA DE CONCLUSÃO

Analisando a visão do agricultor inserido na lógica dos circuitos curtos de comercialização, não nos deparamos com um único padrão comportamental, seja de conformidade ou de resistência. Pelo contrário, os atores sociais envolvidos nessa pesquisa mostraram que existem diversas formas de se enxergar o mesmo trabalho e os mesmos desafios.

Há desde produtores que, mesmo com todas as dificuldades e empecilhos, estão tão inseridos na lógica de mercado que continuam a fazer de tudo para se conformar a ele, àqueles que demonstram uma notável preocupação em produzir melhor para que seu consumidor tenha um produto de qualidade na mesa, e é esse seu principal objetivo.

Nesse sentido, foi possível observar também que estratégias de resistência ao processo de certificação formal vêm ganhando força, mostrando, por exemplo, que há alternativas ao custoso (temporal e monetariamente) procedimento de obtenção do selo. Percebe-se, então, que a aproximação entre consumidores e produtores, resultado de uma contínua territorialização da alimentação e da valorização do saber-fazer, ressignifica a construção da confiança - não mais fetichizada num selo (objeto) - e da própria relação estabelecida entre os atores envolvidos.

Por fim, vale salientar que nunca é fácil advogar por mudanças políticas substanciais, mas, enxergando, agora, a necessidade de melhores políticas públicas que dêem condições de produção e recompensem de maneira justa os agricultores, notando a incapacidade do modelo vigente de cumprir o que se propôs, o qual por vezes atua na contra-mão, acarretando em resultados profundamente negativos, e a possibilidade de se associar o conhecimento acadêmico a essa luta, levando-o para fora dos muros da

universidade, esse é um debate extremamente necessário que deve continuar a ser travado.

REFERÊNCIAS

- AUBRY, C.; CHIFOLLEAU, Y. **Le développement des circuits courts et l'agriculture périurbaine: histoire, évolution en cours et questions actuelles.** *Innovations Agronomiques*, v.5, p. 53-67, 2009.
- BECKER, Cláudio; ANDERSSON, Fabiana da Silva; MEDEIROS, Paulo Mielke de. Inovação e controle social na produção e comercialização de alimentos ecológicos: institucionalizando a confiança? **Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p.18-21, jun. 2013.
- BORJA, Ross M. et al. Sistemas alimentares locais: um caso de sucesso entre consumidores urbanos do Equador. **Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p.26-31, jun. 2013.
- CASTELLI, P. G.; WILKINSON, J. 2002. **Conhecimento tradicional, inovação e direitos de proteção.** *Estudos Sociedade e Agricultura*, 19(1): 89-112.
- DAROLT, Moacir R.; LAMINE, Claire; BRANDEMBURG, Alfio. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p.08-13, jun. 2013.
- GUZZATTI, T. C.; SAMPAIO, C. A. C.; TURNES, V. A. Novas relações entre agricultores familiares e consumidores: perspectivas recentes no Brasil e na França. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16, n. 3, p. 363-375, 2014.
- HOOFT, Katrien Van't. Antigas tradições, novas práticas. **Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p.32-37, jun. 2013.
- MARECHAL, G. **Les circuits courts alimentaires: bien manger dans les territoires.** Paris: Ed. Educagri, 2008. 216 p.
- RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. **Poder do Selo: Imaginários Ecológicos, Formas de Certificação no Sistema Agroalimentar.** Porto Alegre: UFRGS, 2015.
- REIS, Bruno Pinheiro W.. **Capital social e confiança: questões de teoria e método.** *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2003, n.21, pp.35-49. ISSN 0104-4478.
- RETIÈRE, Morgane Isabelle Hélène. **Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização: modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas.** 2014. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ecologia Aplicada, Universidade de São Paulo (USP). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2014.

ROVER, Oscar José; LAMPA, Felipe Martins. Rede Ecovida de Agroecologia: articulando trocas mercantis com mecanismos de reciprocidade. **Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p.22-25, jun. 2013.

ROZENDO, Cimone. Agricultura familiar e mercados: limites e possibilidades dos circuitos curtos enquanto construção de alternativas no meio rural e estratégias de desenvolvimento local”. Projeto de Pesquisa, UFRN, 2017.

WILKINSON, J. **O estado, a agricultura e a pequena produção**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, 229 p. ISBN: 978-85-9966-271-7.

PERFIL E MOTIVAÇÕES DOS CONSUMIDORES DA FEIRA DE ORGÂNICOS DO SHOPPING IGUATEMI EM PORTO ALEGRE-RS

Maiz Bortolomiol Dias¹ e Paulo Niederle²

Resumo

A emergência dos novos mercados alimentares tem despertado interesse sobre o perfil e as motivações dos consumidores. Por sua vez, em Porto Alegre, a expansão de feiras de alimentos orgânicos nos shoppings centers chama a atenção justamente pelo contexto social diferenciado onde este mercado se desenvolve. Esta pesquisa objetivou compreender os aspectos relacionados ao consumo de produtos orgânicos nestas feiras. Seguindo o proposto por Zaoual (2006), a hipótese do trabalho sugere que o contexto social (a feira no estacionamento de um shopping center) altera a racionalidade dos atores (as motivações dos consumidores), o que o autor define como “racionalidade situada”. As motivações foram levantadas a partir da aplicação de quarenta questionários semiestruturados a consumidores. Os resultados foram contrastados com aqueles encontrados por Betty et al. (2013). A comparação não revelou diferenças significativas entre os contextos, o que indica que a hipótese inicial deve ser refutada ou que os contextos analisados são muito similares.

Palavras-chave: Mercados alimentares, consumidores, feiras.

¹ Aluna de graduação em Agronomia e Bolsista de IC na Universidade Federal do Rio Grande do Sul
maizbortolomiol@hotmail.com

² Professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul
pauloniederle@gmail.com

1. Introdução

As novas dinâmicas de consumo alimentar vêm sendo amplamente discutidas no âmbito da sociologia da agricultura e alimentação. Estes estudos demonstram que, tamanha é a diversidade e a complexidade das motivações de consumo, que é importante compreender o contexto social onde esta prática se realiza. Ademais, como sugere a economia das convenções, a racionalidade dos atores é situada no contexto social e material que lhes circunda (Zaoual, 2006). Assim, é necessário articular a compreensão das motivações dos consumidores com o contexto específico onde suas práticas se desenvolvem, sabendo que, em outro contexto, eles podem alterar seus comportamentos.

No caso do mercado de orgânicos, pesquisa realizada por Kluth et al. (2011) identificou que 72% dos consumidores de produtos orgânicos compram em supermercados, o que mostra o papel dominante destes em relação aos canais alternativos de comercialização (*apud* Guivant, 2003). Mesmo assim, uma parte expressiva destes consumidores complementa suas compras em pequenos varejos, lojas especializadas e feiras. Segundo Guivant (2003), no Brasil, as feiras e lojas de produtos especializados ainda têm um papel secundário, mas tem sido potencializadas por novas estratégias de comercialização que privilegiam circuitos curtos e/ou locais, como as compras coletivas, as cestas de produtos entregues a domicílio, compras pela internet, entre outras. Por sua vez, Darolt (2013) afirma que a maioria dos produtores de base ecológica com bons resultados de comercialização em cadeias curtas, tem utilizado pelo menos dois canais de venda, as feiras e os programas do governo, mas que há uma gama de alternativas que se desenvolvem junto com o crescimento da demanda.

Uma destas novas alternativas de mercado, a qual possui uma configuração um tanto singular e contraditória, são as feiras “livres” realizadas em espaços como os estacionamento dos shoppings centers, algo que, em março de 2018, estava presente em pelo menos cinco empreendimentos do gênero em Porto Alegre. Considerando que este é um espaço pouco usual para este tipo de atividade, haja vista que os shoppings centers têm sido caracterizados como expressão máxima das lógicas de consumo padronizado, impessoal e massificado nas modernas sociedades de consumo (Bourdieu, 1979), ou seja, exatamente o oposto do que propõe as feiras livres, este tipo de experiência torna-se particularmente relevante para a análise social. Com o objetivo de compreender os aspectos relacionados ao consumo de alimentos orgânicos nestes espaços sociais, conduzimos uma pesquisa sobre as motivações de consumo na Feira de Produtos Orgânicos e Coloniais do Shopping Iguatemi, situado em uma área nobre na zona Norte de Porto Alegre.

A hipótese que orientou a pesquisa é fundamentada no conceito de “racionalidade situada” que vem da Teoria dos Sítios de Pertencimento Simbólico de Hassan Zaoual (2006). Este autor constrói um conceito alternativo ao da teoria econômica clássica. Para o autor, compreender o comportamento econômico implica em considerar o contexto em que as pessoas se encontram, bem como o conjunto das dimensões de ações dos agentes. Assim, a racionalidade é indeterminada, varia no espaço e também no tempo. Toda situação, todo estado, toda ação deve ser contextualizada e levada em consideração para compreender o comportamento econômico, incluindo os atores de consumo que, por esta razão, deixar de ser estritamente “econômicos”. Neste sentido, assim, a perspectiva de Zaoual se aproxima da idéia de *embeddedness* que marca os debates da Nova Sociologia Econômica. Em outras palavras, a “racionalidade” não é apenas “limitada”, mas fortemente constrangida pelo contexto social.

Criada em outubro de 2016, a feira analisada é realizada toda terça-feira, das 10h às 16h, por um grupo de produtores familiares e assentados rurais residentes nas proximidades da capital gaúcha. A maioria deles também é feirante em outras feiras livres da cidade. A iniciativa de instalação desta feira partiu do próprio shopping, que cedeu o espaço e contratou

uma promotora para organizar a mesma e realizar a seleção dos feirantes. Inicialmente realizada no estacionamento externo, no início de 2017 a feira foi realocada para o estacionamento coberto, localizado no primeiro piso em frente à rede de supermercado que havia neste local (a qual foi posteriormente fechada). A realocação deu-se a fim de obter proteção das intempéries e melhorar a circulação das pessoas. Atualmente, a feira conta com bancas de hortifrutigranjeiros, cereais, sucos e comidas integrais. Segundo alguns dos feirantes entrevistados, o movimento de consumidores na feira tem sido razoável, porém ainda muito inferior ao que estão acostumados a ver em outras feiras da cidade.

A pesquisa foi realizada por meio da aplicação de um questionário semiestruturado. Foram aplicados 40 questionários entre os dias 21 e 28 de março de 2017. As questões buscaram caracterizar o perfil dos consumidores quanto ao gênero, faixa etária, bairro de residência, escolaridade, ocupação profissional, tempo de consumo de orgânicos, frequência de compra na feira, principal motivação para consumir orgânicos, e principal razão para comprar naquela feira. Uma questão específica usando a Escala de Likert como parâmetro de escolha permitiu mensurar as principais motivações para comprar naquela feira. Neste caso, com vistas a garantir comparabilidade, decidiu-se seguir o mesmo tipo de questão e escala utilizados por Betty et al. (2013) no estudo “O consumo politizado como resposta a crise socioambiental: As justificativas sociais da compra de produtos orgânicos em feiras livres de Curitiba”, o qual busca compreender as motivações dos consumidores em duas feiras orgânicas na cidade de Curitiba - Paraná.

O artigo divide-se em três seções, além desta introdução. Na primeira seção é trazida uma breve discussão sobre as principais diferenças entre os dois modelos de mercados alimentares, os convencionais e os alternativos, assim como um panorama geral das suas respectivas particularidades. Ao mesmo tempo, discute-se brevemente a emergência das práticas de consumo politizado na sociedade atual. Em seguida discute-se o perfil e as motivações dos consumidores na feira estudada. Por fim, a terceira e última seção apresenta algumas considerações finais deste trabalho.

2. Mercados agroalimentares e a emergência do consumo politizado

A agricultura passou por um modelo que levou ao distanciamento entre quem produz e quem consome. A ampliação das cadeias globais de commodities controladas por grandes empresas multinacionais subordina os produtores, tornando-os reféns de um modo industrial de produção. Tendo pouco ou nenhum vínculo com as instituições locais e territoriais, esse sistema convencional de produção de alimentos trabalha em busca de uma homogeneização de processos que vem gerando certa monotonia alimentar, a qual é inimiga da alimentação saudável, além de provocar diversos tipos de danos ambientais e sociais. Atualmente, as redes transnacionais de supermercados são as principais expressões deste modelo (Murdoch, 2000).

Os mercados convencionais trazem consigo uma perda da identidade local, das tradições e costumes que muitos alimentos carregam consigo, fato este que tem se mostrado um ponto negativo deste sistema, visto que a procura dos consumidores por estas características vem aumentando no decorrer do tempo, sem falar na perda da qualidade que os produtos sofrem, devido à longa cadeia pela qual passam até chegar à mesa do consumidor. Além da perda desses valores tradicionais/locais e qualitativos, outros pontos negativos dizem respeito aos efeitos em termos de degradação do meio ambiente e à biodiversidade, além dos problemas de saúde pública. Este último fator, a saúde, vem sendo a principal motivação para que os consumidores busquem alternativas a esse mercado alimentar convencional.

Em meio a este cenário, surgem diversos descontentamentos e com isso o aumento da demanda por produtos diferenciados. A partir disto, emergem os mercados alternativos, os sistemas agroalimentares localizados, que são associados a relações de confiança e reciprocidade entre os atores locais (Niederle, 2009). São mercados locais e territoriais como as feiras livres, onde prevalecem relações de confiança produzidas por um vínculo direto entre produtores e consumidores, vínculo este que tem o papel sociocultural de alimentar a proximidade e afinidade entre os atores dos circuitos de produção e consumo. Estes circuitos

têm contribuído para gerar novas oportunidades para os agricultores familiares, os quais se inserem em novos mercados diferenciados, como os de produtos artesanais, coloniais e agroecológicos (Maluf, 2004).

Segundo Darolt, os circuitos curtos requerem proximidade geográfica e participação ativa do consumidor. Outra característica a se destacar é que em circuitos curtos o agricultor tem maior autonomia, podendo decidir sobre o que produzir, como produzir e para quem vender (Darolt, 2008). Além de possibilitar ao produtor uma melhor remuneração, os preços são mais justos para os consumidores e há redução no impacto ambiental devido, por exemplo, à atenuação do uso de embalagens plásticas e do gasto energético com transporte. Assim como os mercados ecológicos e solidários, os circuitos curtos ainda têm um papel secundário, mas vêm se aprimorando com novas formas de distribuição e comercialização de produtos, como por exemplo, lojas virtuais, venda de cestas, vendas diretas na propriedade, feiras noturnas e, mais recentemente, feiras em grandes centros comerciais, os shoppings centers.

Esses mercados alternativos vêm ganhando cada vez mais espaço nas cidades, pois despertam o interesse da população em conhecer melhor as possibilidades de compra de alimentos e produtos diferenciados que carregam consigo tantas concepções, como a ideia de valor agregado, produto sadio, o “bordão” da sustentabilidade e da ecologia. O conjunto de valores sociais associados a estes mercados deixa cada vez mais claro que o consumo tem se tornado um ato político, social e ecológico (Portilho, 2009). Por conseguinte, o consumidor tem então se tornado protagonista das transformações nos mercados alimentares. Como afirma Petrini (2009), o consumo se torna parte de um ato produtivo e o consumidor se torna um coprodutor.

Ao comprar diretamente, os consumidores expressam seu desejo de apoiar a economia local, bem como estreitar o relacionamento com os produtores (Darolt, 2013). Assim como afirmam Portilho et al. (2011), passa-se a repensar os próprios conceitos de consumo e sociedade de consumo, aos quais tradicionalmente foram associados a valores como individualismo e superficialidade. Agora se observa empiricamente processos que relacionam as práticas de consumo à solidariedade, responsabilidade, participação social e cidadania. Observa-se, ademais, que um simples ato pode ter muitas consequências que afetam não só a vida privada do consumidor, mas tem interferência global (Triches e Schneider, 2014). O consumo tem se tornado um novo mecanismo de expressão da cidadania, um instrumento de manifestação e afirmação da imagem e da identidade pública de cada indivíduo.

A politização do consumo expressa práticas individualistas de seleção ou rejeição de produtos e/ou produtores com base em considerações socioambientais, políticas ou éticas, e com o objetivo de promover algum resultado de cunho político, que afete direta ou indiretamente a produção ou distribuição de bens públicos e seus geradores privados. (Echegaray, 2012).

Os consumidores passaram a utilizar o consumo para manifestar seus valores e crenças, muitas vezes utilizando-o como forma de protesto contra determinadas organizações (Teixeira, 2011). Constantemente, as pessoas compram produtos mais pelo que ele significa do que pelo que ele realmente faz ou serve. Assim, o consumo politizado tem se tornado uma forma mais autônoma de participação política, sendo que esta prática não abarca apenas consumidores engajados a movimentos sociais, mas também aqueles atores sociais “não organizados” e difusamente politizados (Portilho, 2011). Segundo Echegaray (2012), em países da América Latina (Argentina, Brasil e México) esta política por trás dos produtos tem se manifestado por meio do consumo político punitivo e consumo político de premiação, quando se castiga/boicota (deixando de comprar) ou se favorece/apoia (comprando ou recomendando) empresas geradoras de bens públicos.

Autores com Stolle et al. (2005) argumentam que o consumo politizado é um fenômeno relativamente novo e desestruturado, ainda não consolidado nos espaços pesquisados, mas que tem se revelado presente nas justificativas de consumidores que frequentam esses espaços. Segundo dados do Idec (Instituto brasileiro de defesa do consumidor, 2015) já existem mais de 400 feiras orgânicas em 130 cidades brasileiras e 49 grupos de consumo responsável. Autores como Darolt (2012) Kluth et al. (2011), afirmam que menos de 5% dos consumidores brasileiros podem ser considerados conscientes. Como trazem Triches e Schneider (2014), o incentivo a esses movimentos agroalimentares

politizados e às cadeias curtas de comercialização pontuam-se a partir de feiras de pequenos agricultores, dos movimentos agroecológicos, e das aquisições públicas de alimentos como Programa de aquisição de alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os quais são exemplos de políticas de Soberania Alimentar e Nutricional. Para Darolt (2013), os mercados locais e a comercialização em circuitos curtos podem ser a chave para reconectar produtores e consumidores e uma forma de impulsionar o desenvolvimento local. Essa aproximação da comunidade rural e urbana impulsiona a produção de base ecológica e acaba por redirecionar os sistemas de produção para atividades mais sustentáveis. Enfim, para que novas formas de produzir alimentos no meio rural passem a existir, é necessário que paralelamente, e ao mesmo tempo, desenvolva-se uma sociedade que seja capaz de consumir de forma diferente (Triches e Schneider, 2014).

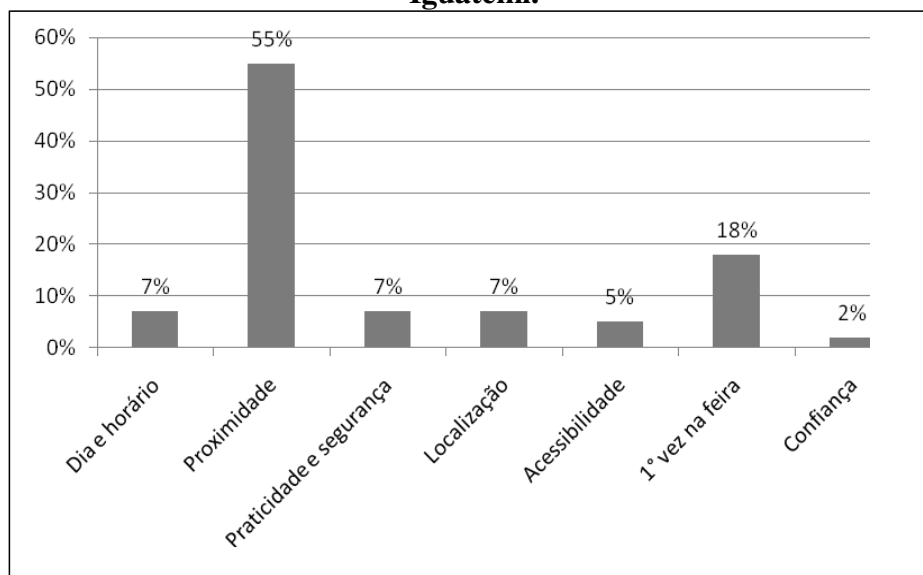
3. As motivações dos consumidores da feira de produtos orgânicos do Shopping Iguatemi de Porto Alegre

Tendo em vista a diversidade e complexidade das motivações humanas de consumo, associadas à evidente e ascendente heterogeneidade dos mercados alimentares, surge o interesse em compreender e estudar o comportamento dos consumidores em um contexto social específico. Neste sentido, este artigo buscou saber se o contexto em que a feira em estudo está situada (ao invés de praças ou ruas, está dentro de um shopping), altera ou não o perfil e também as motivações dos consumidores deste tipo de mercado. Assim sendo, nesta seção serão apresentados e discutidos os resultados encontrados na pesquisa.

No que se refere à caracterização do perfil dos consumidores, podemos destacar a presença de uma grande maioria dos entrevistados do gênero feminino, representando 90% do total, e de adultos, compreendendo a faixa etária dos 25 anos até os 60 anos de idade, o que compreendeu mais de 82% da amostra. Além disso, mais de 77% apresentaram escolaridade superior, o que sugere maior oportunidade e acesso à informação com relação a questões ambientais e de saúde por parte destes consumidores, e, geralmente, maior renda. Este percentual é bastante expressivo quando se trata de consumidores de feiras livres, o que pode ser percebido quando comparamos este resultado com outras pesquisas similares, como aquelas realizadas por Costa et al. (2011) e Padilha et al. (2016), nas quais os percentuais de entrevistados com ensino superior foi de 35% e 31,8%, respectivamente, ou mesmo no trabalho de Betty et al. (2013) nas feiras de Curitiba, onde este percentual foi de 39,5% e 51,6%. No que diz respeito ao tempo de consumo, a maioria dos entrevistados é consumidor da feira há menos de um ano, o que está diretamente relacionado ao início da realização da feira naquele local. Sobre a frequência de compra, grande parte dos entrevistados (48%) frequenta a feira semanalmente, principalmente em virtude da proximidade de casa e do trabalho. Mesmo assim, também é considerável a porcentagem (38%) de entrevistados que a frequentam esporadicamente, incluídos aqui os entrevistados que a visitavam pela primeira vez. Ainda quanto ao perfil dos consumidores, há predominância de consumidores residentes nos bairros próximos, com destaque para o bairro Vila Ipiranga, de onde vêm 20% dos consumidores, e Jardim Itú e Passo D'Areia, 10% cada.

No que tange à principal motivação dos entrevistados para consumir produtos orgânicos nesta feira, o que foi averiguado a partir de uma pergunta aberta sem resposta induzida, é que a maioria dos entrevistados diz ser a proximidade de casa ou do trabalho. Este resultado é similar àquele constatado na pesquisa realizada nas feiras de Curitiba por Betty et al. (2013). Em relação a esta variável, vale à pena lembrar que, por se tratar de uma feira recentemente aberta, é considerável o número de entrevistados que a visitavam pela primeira vez.

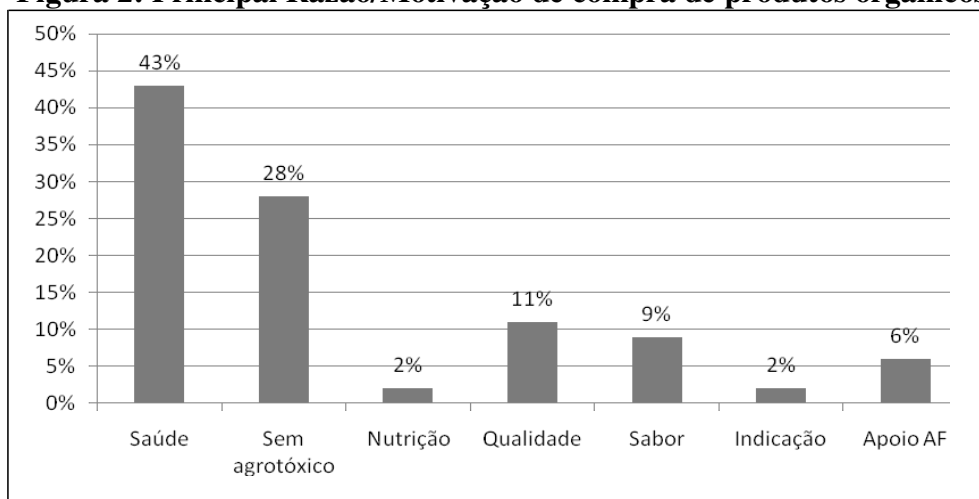
Figura 1: Principal motivação dos consumidores para comprar na feira do Shopping Iguatemi.



Fonte: Pesquisa de campo, Mar/2017.

Por sua vez, as principais razões identificadas para a compra de produtos orgânicos foram: saúde, o fato de estes produtos serem livres de agrotóxicos, bem como sua qualidade, o que vem a corroborar com estudos realizados no Brasil por vários outros autores que buscaram avaliar a preocupação dos consumidores de orgânicos com o meio ambiente, a saúde e os padrões estéticos, como Guivant (2003), Silva (2006) e o próprio estudo de Betty et al. (2013).

Figura 2: Principal Razão/Motivação de compra de produtos orgânicos

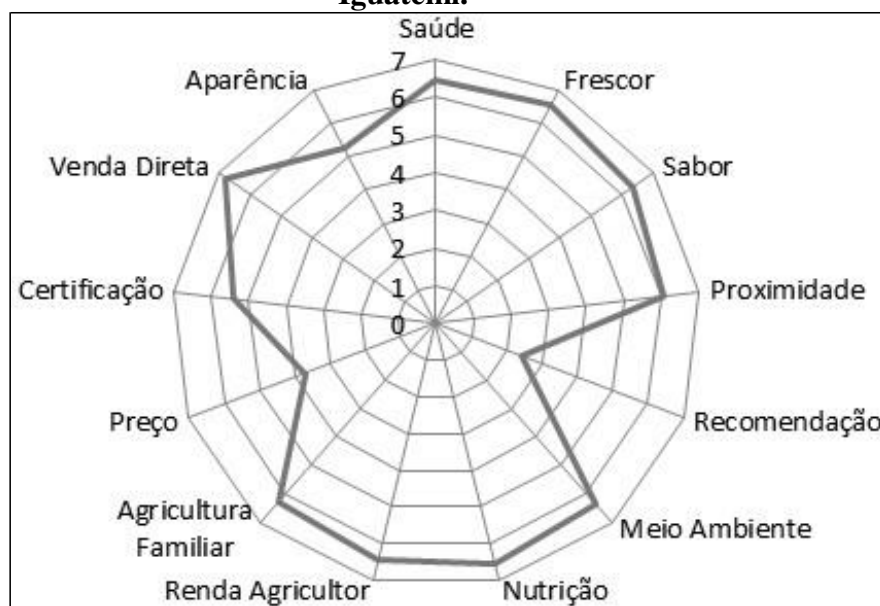


Fonte: Pesquisa de campo, Mar/2017.

Como observado em diversas pesquisas, a preocupação com a saúde é a principal motivação dos consumidores de produtos orgânicos, e esta variável está, muitas vezes, vinculada à preocupação destes com intoxicações por produtos químicos/agrotóxicos, o que pode ser facilmente percebido na Figura 2, tendo em vista que a segunda resposta com maior ranking (escala de Likert) para a principal razão de compra de produtos orgânicos nesta feira é o fato de estes serem livres de agrotóxicos.

Dentre as outras motivações que foram identificadas usando como parâmetro a escala Likert, destaca-se que a variável “proteção do meio ambiente” apresentou-se como relevante para a maioria dos entrevistados. No entanto, este fator não foi levantado por nenhum consumidor na questão aberta que indagava sobre as razões para comprar produtos orgânicos, o que nos leva a considerar que, ao se depararem com esta variável durante a entrevista, os consumidores podem ter sido induzidos a concordarem com algumas sentenças. Este evento contrapõe a crença de que os consumidores de alimentos orgânicos são conscientemente ambientalistas (GUIVANT, 2003). Esta instigação pode ter ocorrido também com as variáveis: a possibilidade de aumento da renda do agricultor, a venda direta e o suporte a agricultura familiar, variáveis estas que também não foram ranqueadas nos estratos superiores pelos entrevistados, mas que foram poucas vezes referidas nas questões abertas.

Figura 3: Motivações gerais para o consumo de orgânicos na feira do shopping Iguatemi.

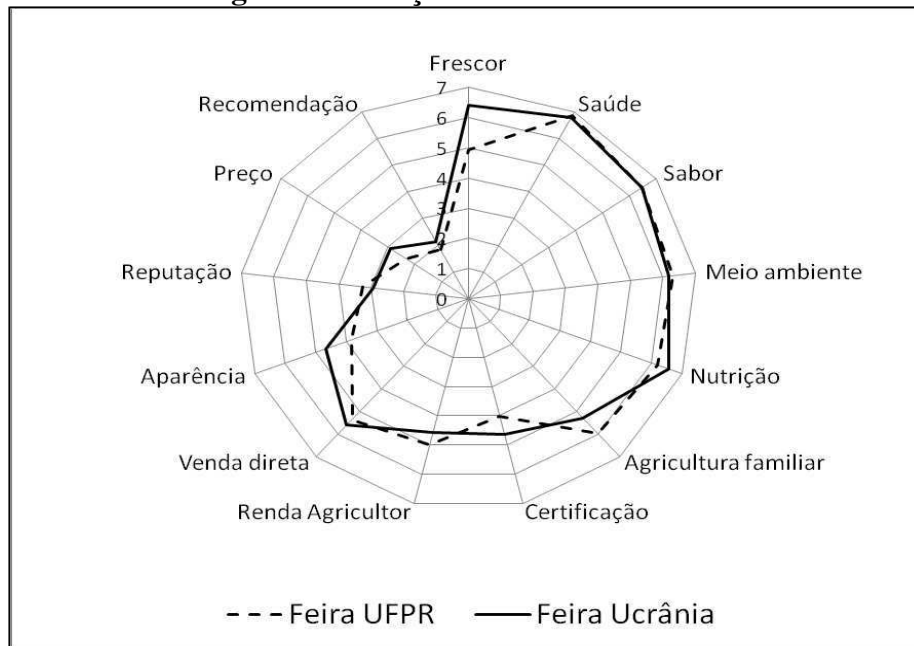


Fonte: Pesquisa de campo, Mar/2017.

Variáveis relacionadas à qualidade dos produtos se sobressaem nas motivações gerais dos consumidores, tais como o frescor e o sabor, que aparecem em ambas as questões (abertas e Likert), bem como a preocupação com os valores nutricionais dos alimentos orgânicos, os quais tendem a ter um conjunto de características que se refletem em um valor nutricional mais equilibrado, muito influenciado pela melhor qualidade do solo em sistemas orgânicos. Por não serem adubadas com fertilizantes sintéticos e pulverizadas com agrotóxicos as plantas cultivadas organicamente tendem a produzir mais compostos (fitoquímicos) benéficos à saúde humana (DAROLT, 2015).

Finalmente, ao comparar os resultados de nossa pesquisa com aquela realizada por Betty et al. (2013) em Curitiba (Figura 4), não se notam diferenças significativas entre os resultados encontrados. Isto sugere que, o contexto social diferenciado não se revelou como definidor das motivações de compra dos consumidores, sendo estas principalmente relacionadas à saúde, além de ficar evidente que a maioria dos consumidores não tem o preço, a aparência e a recomendação como fatores/variáveis importantes e relevantes na sua tomada de decisão e motivação para aquisição desses produtos.

Figura 4 - Motivações gerais para o consumo de orgânicos em feiras orgânicas da UFPR-Agrárias e Praça da Ucrânia em Curitiba/PR



Fonte: Betty et al. (2013).

Em face deste resultado, pode-se refutar a hipótese inicial do trabalho, de que o contexto social altera o perfil e as motivações dos consumidores de produtos orgânicos. No entanto, antes de fazê-lo de forma peremptória, cabe dar continuidade à pesquisa buscando explorar outras feiras inseridas em contextos sociais ainda mais contrastantes. Ou seja, ao invés refutar a hipótese, é necessário considerar que os resultados podem ter sido influenciados pela similaridade entre os contextos que foram comparados.

4. Considerações finais

Cada vez mais os consumidores têm associado qualidade com alimentos naturais, orgânicos e locais, e isto tem levado à institucionalização destes valores em selos e certificações, bem como aberto a possibilidade de convencionalização dos mercados “alternativos”, seja por meio da especialização, seja pelo aumento de escala, o que pode gerar a desvinculação do alimento com o local e com as práticas tradicionais.

Em vários países, os produtos diferenciados (orgânicos) foram rapidamente incorporados pelo setor da agricultura convencional empresarial (WILKINSON, John) e os mercados convencionais têm apresentado grande capacidade de se apropriar dos benefícios que as redes alternativas possuem. Ademais, percebe-se que há uma tendência de elitização da alimentação saudável. Os alimentos orgânicos já estão inseridos em ambientes onde o público, além de ser mais esclarecido, possui maior poder aquisitivo, podendo, então, adquirir esses produtos, como é o exemplo da feira analisada neste estudo de caso.

Que os orgânicos já chegaram às grandes redes de comercialização já é sabido, mas quando chegam aos consumidores por meio de feiras acabam por cumprir um papel social, possibilitando aos consumidores uma relação mais próxima, de convivência, com os produtores, estreitando laços de reciprocidade e confiança. É uma forma de fortalecer os circuitos curtos, os quais garantem um modelo alimentar ecologicamente correto e a democracia alimentar. O incentivo a estas formas de comercialização é “uma forma autônoma e menos hierarquizada de se colocar diante dos problemas da sociedade de consumo” (TEIXEIRA, 2011), é exercer política, é pressionar mudança.

A novidade neste sentido são as feiras realizadas em espaços que, historicamente, são expressões dos sistemas convencionais de distribuição, como é o caso dos shoppings centers. Buscando compreender este novo circuito de trocas econômicas e sociais, este artigo analisou o perfil e a motivação dos consumidores da feira de orgânicos do Shopping Iguatemi em Porto Alegre. O objetivo era compreender se, em virtude do contexto onde se localiza esta feira, um novo tipo de consumidor, com outro perfil e racionalidade, poderia ser distinguido. No entanto, a comparação com os resultados encontrados por Betti et al. (2013) em feiras orgânicas na cidade de Curitiba não nos permitiram verificar este tipo de diferenciação. A continuidade da investigação envolverá a comparação com outras feiras de produtos orgânicos na cidade de Porto Alegre.

4. Referências

- ALMEIDA, L.; NIEDERLE, P.A.; VEZZANI, F.M. (Org). *Agroecologia: Práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013.
- BETTI, P.; FENIMAN, E. ; SCHNEIDER, T. ; NIEDERLE, P. O consumo politizado como resposta à crise socioambiental: as justificativas sociais da compra de produtos orgânicos em feiras-livres de Curitiba. In: ALMEIDA, L. NIEDERLE, P.A. VEZZANI, F.M. (Org.) *Agroecologia: Práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013.
- BOURDIEU, P. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.
- COSTA, D.; ANDRADE, D.; LUIS, S. Análise comportamental dos consumidores de feiras livres na micro-região de Formiga-MG. In: 5ª Jornada Científica e Tecnológica e 2º Simpósio de Pós-Graduação do IFSULDEMINAS, *Anais*. Inconfidentes/MG, 2013.
- DA SILVA, S.M. Pesquisa de mercado do comportamento do consumidor de produtos alimentícios de marcas próprias em uma empresa varejista mundial em Natal/RN. In: XIII SIMPEP - Bauru, SP, *Anais*. Bauru, SP, 2006.
- DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos. In: NIEDERLE, P.A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F.M. (Org.). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kayrós, 2013.
- DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. *Revista Agriculturas*, v. 10, p. 8-13, 2013.
- ECHEGARAY, F. Votando na prateleira: a politização do consumo na América Latina. *Opin. Publica*, v. 18, n. 1, p. 44-67, 2012.
- GUIVANT, J. Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida ego-trip. *Ambiente & Sociedade*, v. 6, n. 2, p. 63-81, 2003.
- KLUTH, B.; BOCCHI JR.,U.; CENSKOWSKY, U. *Pesquisa sobre o comportamento e a percepção do consumidor de alimentos orgânicos no Brasil - 2010*. München, Germany: Organic Services e Jundiaí-SP: Vitalfood, 2011.
- MALUF, RS. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. *Ensaio FEE*, v.25, n.1, p.299-322, 2004.
- MURDOCH, J. Networks: a New Paradigm of Rural Development? *Journal of Rural Studies*, v. 16, p. 407-419, 2000.
- NIEDERLE, P.A. Políticas de valor nos mercados alimentares: movimentos sociais econômicos e a reconstrução das trajetórias sociais dos alimentos agroecológicos. *Revista Século XXI*, v. 4, n. 1, 2014.
- NIEDERLE, P.A.; ALMEIDA, L. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização. In: NIEDERLE, P.A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F.M. (Org.). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kayrós, UFPR, 2013. pp. 23-67.

PADILHA, L.; ROSA, F.; SOUSA, S.; LANES, R. Perfil dos consumidores que frequentam a feira da agricultura familiar no município de Tupanciretã– RS. In: XXIV Seminário de Iniciação Científica da UNIJUÍ, *Anais*. Ijuí, Unijuí, 2016.

PETRINI, C. *Slow Food: princípios de uma nova gastronomia*. São Paulo: SENAC, 2009.

PORTILHO, F.; CASTANEDA, M. Certificação e confiança face-a-face em feiras de produtos orgânicos. *Revista de Economia Agrícola*, v. 58, p. 11-21, 2012.

PORTILHO, F. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. *Revista Política e Sociedade*, v. 8, p. 199-224, 2009.

STOLLE, D; HOOGHE, M.; MICHELETTI, M. Politics in the supermarket: political consumerism as a form of political participation. *International Political Science Review*, v. 26, n. 3, 2005.

TEIXEIRA, C. *Os valores pessoais associados ao consumo político: um estudo exploratório com estudantes universitários*. Monografia. (Graduação em Administração). Porto Alegre: UFRGS, 2011.

TRICHES, Rozane e SCHNEIDER, Sérgio. Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, v. 12, n. 75, 2014.. <http://dx.doi.org/10.11144/Javeriana.cdr12-75.asac>

ZAOUAL H. *Nova Economia das Iniciativas Locais*. Uma introdução ao pensamento pós- global. Rio de Janeiro: DP&A; COPPE/UFRJ, 2006.

WILKINSON, J. *Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

A formação da CONTAR e a luta por reconhecimento dos trabalhadores assalariados rurais¹

*Pamela Kenne²
Everton Picolotto³*

Resumo: Os assalariados rurais historicamente foram uma categoria social subalterna e não reconhecida, encontrando-se socialmente subordinada aos proprietários de terra e aos índices altos de informalidade do trabalho rural, deixando de ter direitos sociais garantidos. Essa condição não deixou de contar a movimentação desses agentes, em luta por reconhecimento e direitos sociais, de modo a incidir em recomposições do tecido social. As organizações de trabalhadores rurais viveram recentemente uma modificação em sua rede sindical: a dissociação da estrutura de representação dos trabalhadores rurais. A partir de 2015, a CONTAG iniciou um processo de dissociação da categoria dos assalariados rurais, sendo estes representados, então, pela CONTAR. Com referência nas entrevistas analisadas para a realização deste trabalho, existe uma perspectiva de que o reconhecimento social e os direitos dos trabalhadores assalariados rurais podem ser ampliados a partir da construção dessa nova entidade sindical.

Palavras chave: sindicalismo, trabalho, reconhecimento.

Introdução

A história do sindicalismo rural é perpassada por processos de disputa de representação da categoria política de trabalhadores rurais, o que contribuiu na consolidação de movimentos sociais e estruturas sindicais hoje atuantes. Nesses processos de disputa está presente a luta por reconhecimento de personagens políticos que reivindicam lugar na história, direitos específicos no mundo do trabalho e a suas pautas dentro de um projeto geral de sociedade. No caso dos trabalhadores assalariados rurais, a atual luta por reconhecimento tem como objetivo a garantia de direitos específicos dentro do sistema de trabalho do meio rural e a sua representação em uma estrutura sindical geral hegemônica pelas pautas dos trabalhadores urbanos e da

¹ Este artigo traz resultados do projeto “A formação do sindicalismo da agricultura familiar no Brasil e a pluralidade sindical no campo”, financiado com recursos do Edital de Ciências Humanas e Sociais – MCTI/ CNPq/MEC/CPES, n. 22/2014.

² Graduanda em Psicologia na Universidade Federal de Santa Maria. Foi bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq. E-mail: pamelakenne@hotmail.com.

³ Professor do Departamento de Ciências Sociais e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: everton.picolotto@ufsm.br

agricultura familiar. A partir desses processos, neste trabalho será analisada a luta por reconhecimento e por justiça social como um dos elementos fundamentais na constituição da CONTAR, em 2015.

No período de 1945 a 1964, marcado pela modernização na agricultura e suas influências nas relações de trabalho, efervesceram organizações de trabalhadores rurais e discussões sobre o programa de desenvolvimento do país. Em resistência à exclusão social imposta, os movimentos de trabalhadores rurais colocaram em pauta a reforma agrária e os direitos trabalhistas, o que, posteriormente, reverberou em conquistas de políticas sociais, principalmente destinadas ao fortalecimento da agricultura familiar. Nesse contexto, em 1964, é formada a Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) (MEDEIROS, 1989).

A organização das entidades sindicais de trabalhadores rurais se deu a partir da “sua identidade de trabalho com a terra” (12º CNTTR, 2017, p.28). Ou seja, englobando todos os sujeitos que trabalham no campo em uma mesma estrutura sindical. Nesse sentido, o sindicalismo rural, capitaneado pela CONTAG, foi estruturado para representar todas as situações de trabalho rural, seja produtores que explorem até dois módulos rurais, seja trabalhadores assalariados. Um dos elementos considerados para esta definição foi o princípio da unicidade sindical: “modelo consolidado na legislação sindical brasileira que restringia a existência de somente uma estrutura sindical por categoria profissional ou econômica [...] administrado diretamente pelo Ministério do Trabalho” (PICOLOTTO, 2017, p. 2). Entretanto, em 2014, o Ministério do Trabalho e Emprego passa a considerar a sindicalização de assalariados rurais e agricultores familiares em estruturas sindicais específicas (PICOLOTTO, 2017).

No entanto, apesar da atual consolidação da agricultura familiar como um projeto e o fortalecimento dos agricultores familiares como personagens políticos ser um marco importante no desenvolvimento rural do Brasil, os assalariados rurais não foram contemplados em suas pautas urgentes, como a resolução do problema dos altos índices de informalidade no trabalho, tampouco foram beneficiados pelas conquistas relativas às políticas sociais para a produção familiar. Além disso, os dirigentes desta categoria alegam que as contradições presentes nas suas relações com os agricultores familiares impossibilitam que a própria representatividade ocorra de forma suficiente dentro da CONTAG.

Diante desse cenário, no 11º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CNTTR) foi aprovada a construção de uma nova

estrutura sindical para representar a categoria específica dos assalariados rurais. Por decorrência, em 2015, no 1º Congresso Extraordinário dos Assalariados e Assalariadas Rurais, formalizou-se a Confederação Nacional de Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (CONTAR).

A metodologia utilizada neste trabalho foi a análise de entrevistas realizadas com dirigentes das entidades de representação dos assalariados rurais realizadas no âmbito do projeto “A formação do sindicalismo da agricultura familiar no Brasil e a pluralidade sindical no campo”, financiado pelo CNPq, de documentos produzidos nos congressos e encontros da categoria e análise de materiais disponibilizados publicamente pela CONTAR.

O Não Reconhecimento dos Trabalhadores Assalariados Rurais: uma história na informalidade

Segundo José de Souza Martins (1979, p.27), é lugar-comum a afirmação por parte de pesquisadores contemporâneos brasileiros de que “a servidão negra foi substituída pelo trabalho escravo” e pelas extenuantes e degradantes jornadas de trabalho assalariado formais e informais. Parte-se dessa premissa para analisar a atual situação do trabalho no meio rural do Brasil, pois o fim do sistema escravista é também o início da expulsão de trabalhadores, os ex-escravos, das relações de produção do campo.

As relações de produção coloniais eram regidas pelo comércio e pelas exportações de mercadoria, não pelas demandas internas do trabalho nas fazendas. A mudança das relações escravistas para relações assalariadas (chamadas de *relações livres*) decorre principalmente da necessidade que aparece aos fazendeiros de solucionar os problemas com a política de circulação a partir da crise de comercialização de escravos. Em 1850 o tráfico negreiro foi proibido, acarretando uma crise na mão-de-obra das fazendas, principalmente nas produções de café em São Paulo (MARTINS, 1979). Esse processo de liberação da mão-de-obra escrava ocorreu conjuntamente com a geração de empregos nas fazendas aos imigrantes europeus (MARTINS, 1979), formando o regime de colonato: composto por trabalhadores internos nas fazendas de café.

O colono, por sua vez, igualmente desprovido de meios de produção, saíra de suas terras para trabalhar nas grandes lavouras como única alternativa. José de Souza Martins descreve tal situação:

[...] o fim da escravidão e o advento do trabalho livre, que ganhou substância na imigração, não foi processo igual para o escravo e para quem não fora escravo, para o imigrante europeu. Com ele, o primeiro ganhou a propriedade da sua força de trabalho, enquanto o segundo, expulso da terra ou dela desprovido, liberado da propriedade, tornou-se livre, isto é, despojado de toda propriedade que não fosse a da sua força de trabalho. Para um, a força de trabalho era o que ganhara com a libertação; para outro, era o que lhe restara (1979, p. 34).

O regime do colonato, segundo Caíres (2008), instaurou-se em São Paulo como um produto necessário para a garantia da força de trabalho de baixo custo para a produção cafeeira.

O Colonato como regime de trabalho foi introduzido na agricultura paulista no século XIX e persistiu até o início da década de 1960, quando foi praticamente extinto. Utilizando o trabalho de imigrantes, sobretudo italianos, espanhóis e portugueses, entre outros, o regime de trabalho permitiu a constituição de um campesinato tutelado necessário à substituição do escravismo que, desde os primeiros anos do século XIX, já se mostrava decadente, tendo sua crise se acirrado a partir de 1850, com a proibição do tráfico negreiro. (CAÍRES, 2008, p. 163)

Demonstrando-se útil ao desenvolvimento do grande capital, o colonato difundiu-se também em fazendas de outro caráter produtivo, como nas plantações de cana-de-açúcar. Justifica-se tal utilidade devido ao fato de que a exploração da mão-de-obra familiar aliada às produções de subsistência foi favorável para a redução de custos de reprodução, pois, além de produzir de forma autônoma os produtos para a própria subsistência (liberando os empregadores de inseri-los nos pagamentos), a utilização do trabalho familiar propiciava um sobretrabalho necessário à manutenção da produção da propriedade. Como observado por Neves:

Tais formas de exploração amparavam-se nas alternativas de utilização de sobretrabalho, mediadas por relações domésticas dos membros da família do trabalhador. A pretexto da *ajuda* ao chefe da família, as esposas e os filhos exerciam um trabalho porque ampliava o número de trabalhadores para atender à reprodução da unidade familiar. (NEVES, 2008, p.139).

Neves (2008) descreve como se desenvolveram as relações de produção que envolveram o colonato. A autora retrata as formas tuteladas das relações de produção que se davam no contexto em que os trabalhadores eram condicionados a uma relação de trabalho baseada em acordos consensuais dos quais beneficiavam largamente os

proprietários das fazendas. Isso ocorria a partir da condição de dependência por parte dos colonos e moradores diante dos fazendeiros. No caso de não cumprimento desses acordos, resistências ou reação às regras, era ocasião de conflitos que poderiam reverberar em até a expulsão do colono ou morador. Dentro desses acordos constava, inclusive, a baixa remuneração.

Quanto às formas de pagamento, os colonos, por exemplo, no caso da cana no Sudeste, recebiam contraprestações por seus serviços, além do valor atribuído aos dias de trabalho prestados com base no salário mínimo vigente e também se somava ao pagamento os ganhos relacionados à “cultura de subsistência, moradia, criação de animais domésticos para consumo e pasto para criação de gado” (CAÍRES, 2008, p. 177). Estas atribuições citadas como forma de pagamento comprimiam os salários, ao mesmo tempo em que os usineiros se apropriavam de uma mais-valia absoluta “com extensão da jornada de trabalho e a intensificação do processo de trabalho” (CAÍRES, 2008, p. 178).

Modernização das relações de trabalho e a permanência da informalidade

Entre 1950 e 1960 a modernização na agricultura atingiu a vida dos colonos. Esse período foi marcado por amplos investimentos de setores do capital estrangeiro na implantação de complexos industriais no Brasil, trazendo a demanda de “modernizar” as relações de trabalho e de captar mão-de-obra para o setor urbano. Uma das medidas que auxiliou na liberação dessa mão-de-obra foi o estabelecimento de regulamentação específica para o trabalho no campo (POMAR, 2009). Essa regulamentação ampliava os custos dos proprietários de fazendas para manter o mesmo contingente de empregados, principalmente os colonos e os moradores no Nordeste, fazendo com que optassem por outras alternativas para manter suas produções. As fazendas passaram a adotar um plano de racionalização do trabalho e a investir em maquinaria, ampliando as áreas destinadas às plantações. Dessa forma, os terrenos utilizados para as produções de subsistência foram reduzidos e os pastos eliminados, pressionando os colonos a entregarem os seus instrumentos de trabalhos. Assim iniciou-se um processo intenso de extinção do colonato e assalariamento. (NEVES, 2009).

A diminuição da ocupação rural é reflexo das mudanças ocorridas no campo, que se caracterizam, entre outros aspectos, pela contínua especialização e mecanização do processo agrícola, com a consequente redução do número de postos de trabalho, uma das expressões mais visíveis da modernização da agricultura. Em 1970, por exemplo, havia pouco mais de 160 mil tratores em

operação no meio rural. Em 2013, eram quase 1,2 milhão. Ressalte-se a elevação de desempenho dessas máquinas, o que implica na demanda de uma mão de obra mais qualificada e escolarizada, ao mesmo tempo em que aumenta a produtividade do trabalho. (DIEESE, 2014, p. 7)

O processo crescente de urbanização e modernização das técnicas produtivas perdura até os dias atuais. Em 1950, a população rural representava 63,8% dos brasileiros, cenário que muda drasticamente em 1970 em que a população urbana chega a ser majoritária. Em 1980, 77% da população já residia em área urbana. Já em 2010 a população urbana passou a representar 85% da população total. (DIEESE, 2014). Esse contexto, de crescente urbanização e inserção de novas técnicas produtivas no meio rural, conta com uma narrativa de ampliação da demanda por recursos naturais e produção de alimentos

Esse cenário coloca os trabalhadores diante de um mundo precário de trabalho. Nos espaços urbanos deparam-se com desemprego e formas desqualificadas de acesso ao salário. Já no âmbito rural, a inserção de maquinaria e tecnologias no processo produtivo afeta a vida da categoria dos assalariados rurais a partir de “exigência de maior rendimento nas tarefas geralmente pagas por produção; ganho de produtividade não transformado em remuneração; mudança nas formas e nos ritmos das tarefas” (DIEESE, 2014, p. 29).

Além disso, a modernização da produção não resolveu problemas antigos no mundo do trabalho, como demonstra os seguintes dados:

O trabalho escravo, por exemplo, é uma realidade em pleno século XXI. De 1995 a 2014 (até maio), foram realizadas 1.587 operações de fiscalização para erradicação do trabalho escravo, em que foram inspecionados 3.773 estabelecimentos e resgatados 46.588 trabalhadores - 44% desse total no meio rural. As principais atividades econômicas do meio rural com maior número de resgatados são: lavouras (temporárias e permanentes), pecuária, reflorestamento, carvão vegetal, extrativismo, cana-de-açúcar e desmatamento. (DIEESE, 2014, p. 26).

Com base nos dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), revela-se que, em 2013, 59,4% dos trabalhadores assalariados estavam na informalidade, ou seja, sem carteira de trabalho assinada. Destes, destaca-se que 72,5% são negros, sendo que do total de trabalhadores assalariados rurais (com e sem carteira assinada) o percentual de negros é de 68,7% (DIEESE, 2014). Tais dados podem ser conferidos na Tabela 1.

Tabela 1. Assalariados ocupados no meio rural e Taxa de Ilegalidade (ou informalidade) pessoas de 10 anos ou mais de idade Brasil – 2013

Região	Empregados com carteira de trabalho assinada	Empregados sem carteira de trabalho assinada	Taxa de ilegalidade/informalidade
Norte	78.315	263.301	77,1%
Nordeste	323.137	1.090.145	77,1%
Sudeste	781.973	633.049	45,3%
Sul	234.088	224.314	48,9%
Centro-Oeste	263.246	184.733	41,2%
Total	1.647.023	2.412.484	59,4%

Fonte: DIEESE (2014)

Um dos principais problemas que se apresentam com a informalidade do trabalho é o baixo rendimento salarial e a precariedade de proteção social do Estado. A valorização salarial nas últimas décadas, especialmente nos governos petistas, foi expressivas, no entanto, bem como ocorre em setores do trabalho urbano, a informalidade não garante ao trabalhador esse rendimento. Segundo estudos do DIEESE (2014) “o Salário Mínimo, em 2013, era de R\$ 678,00, enquanto o trabalhador rural formal recebia salário médio mensal de R\$ 1.120,79, quem estava na informalidade ganhava apenas R\$ 579,20”.

Além das perdas no salário direto, e demais direitos que afetam o ganho salarial, como as horas extras e as férias remuneradas, a informalidade afeta outros direitos básicos como à previdência. Dos trabalhadores sem carteira assinada, 95% não eram contribuintes em 2013 (DIEESE, 2014).

Avalia-se que essas dificuldades enfrentadas pelos assalariados rurais - a falta de políticas sociais, a não garantia de direitos básicos e o alto nível de exploração – impediram formassem organizações sindicais próprias.

CONTAR: Por contrato formal, trabalho decente, salário digno e políticas públicas

A CONTAR teve sua constituição formalizada no 1º Congresso Extraordinário dos Assalariados e Assalariadas Rurais, em 2015. Essa constituição foi resultado de uma discussão que aprovou, no 11º CNTTR, a construção de uma entidade específica para representar a categoria dos assalariados rurais, por meio da dissociação desta categoria da CONTAG. A estrutura dessa nova organização é composta por federações estaduais de trabalhadores assalariados rurais e sindicatos municipais ou regionais, tendo a sede da

confederação localizada em Brasília. A opção da entidade foi por não se filiar, por enquanto, a nenhuma central sindical. Ao todo foram constituídas sete Federações de Trabalhadores Assalariados Rurais até o momento nos estados: Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Rio de Janeiro e Pará.

Segundo Nelson, presidente da FETAR RS, a dissociação ocorreu de forma pacífica e convergente em relação aos objetivos em formar uma entidade específica para os assalariados rurais:

Ele [debate sobre a dissociação] nasceu exatamente de uma condição da gente preservar muito fortemente essa identidade que a FETAG e a CONTAG tinham com os assalariados rurais, para que ficasse nessa linha de atuação, permitindo, com a estrutura própria, organizar os assalariados. Essa discussão foi feita nesse nível, sem ruptura traumática, mas numa discussão de alto nível e de compreensão maior do que qualquer pensamento pessoal ou individual. Não, acima de tudo está o interesse da categoria. Bom, vamos organizar e trabalhar fortemente a agricultura, mas vamos permitir que os assalariados possam também se organizar numa estrutura maior, para dar conta da luta dos assalariados. (Nelson, presidente da FETAR RS, em entrevista em 2016).

Nos documentos analisados é revelado que a formação da entidade teve como motivação fundamental o reconhecimento das injustiças sociais que atingem especificamente a categoria dos assalariados rurais. Estas injustiças, de caráter econômico distributivo, aparecem nas bandeiras defendidas pela entidade: *Por contrato formal, trabalho decente, salário digno e políticas públicas*. Dessa forma, a constituição dessa nova estrutura sindical aparece como possibilidade de conquista do reconhecimento social e do Estado até então não existente. Como afirma Antônio Lucas, presidente da CONTAR, sobre a invisibilidade dos assalariados na estrutura eclética do sindicalismo dos trabalhadores rurais: “E eles [representantes dos Ministérios] não conheciam assalariado. Eles chegavam nas reuniões e tratavam a nós como agricultores” (em entrevista em 2016).

No que diz respeito às pautas elencadas pela categoria dos assalariados rurais, têm caráter redistributivo e são traduzidas na luta por direitos trabalhistas e políticas sociais. Tomam-se aqui as contribuições de Fraser (2007) sobre o não reconhecimento: “significa subordinação social no sentido de ser privado de participar como um igual na vida social” (p. 107). Para a autora, a luta por reconhecimento deve ser travada conjuntamente com a luta por redistribuição econômica, e a valorização cultural deve ser tratada não apenas como uma questão de estima social e construção identitária, mas como uma questão de

lugar estrutural e institucional que determinadas categorias ocupam. Para explicar, Frase propõe o conceito de *status*:

Entender o reconhecimento como uma questão de *status* significa examinar os padrões institucionalizados de valoração cultural em função de seus efeitos sobre a posição relativa dos atores sociais. Se e quando tais padrões constituem os atores como *parceiros*, capazes de participar como iguais, com os outros membros, na vida social, aí nós podemos falar de *reconhecimento recíproco e igualdade de status*. Quando, ao contrário, os padrões institucionalizados de valoração cultural constituem alguns atores como inferiores, excluídos, completamente “os outros” ou simplesmente invisíveis, ou seja, como menos do que parceiros integrais na interação social, então nós podemos falar de *não reconhecimento e subordinação de status*. (2007, p. 108).

Pode-se encontrar no endereço eletrônico⁴ da entidade campanhas sobre os temas: *trabalho escravo, direitos trabalhistas, previdência social e políticas sociais*. Em outro sentido, essas campanhas manifestam também as denúncias de uma categoria que se encontra em uma posição social inferior, ainda em luta por ser reconhecida em relação a direitos básicos e por redistribuição econômica de forma direta (direitos trabalhistas e valorização salarial) e de forma indireta (políticas sociais, previdência social).

Segundo o atual presidente da CONTAR, Antônio Lucas, a confederação passa por um processo de transição. As Federações de Trabalhadores Assalariados Rurais existem, por enquanto, em sete estados do Brasil, sendo que algumas de suas sedes ainda estão funcionando junto às sedes das federações filiadas à CONTAG. Além disso, na maior parte dos sindicatos de trabalhadores rurais do Brasil ainda não houve a dissociação.

Outro elemento relacionado à transição é a concepção sobre o papel das confederações. Em entrevistas realizadas com a secretaria da Regional Centro da FETAG do Rio Grande do Sul, além de presidentes dos sindicatos de trabalhadores rurais da região filiados a esta federação, foi manifestada uma percepção diferente: em que a dissociação na estrutura de representação das categorias pode fragilizar a organização dos trabalhadores rurais e a unidade sindical.

No entanto, apesar de que a dissociação sindical gerou discrepâncias diante da perspectiva da unidade sindical, o presidente afirma que a decisão não fere tal princípio:

4 <<http://www.contar.org.br/>>

Isso não significa que estamos dividindo, não. É como um curso de Direito: ninguém vai fazer o curso de direito junto com o curso de Medicina. Cada curso é específico. Nós aqui, vamos trabalhar cada dia mais; vamos estudar questões específicas. Agora, na luta pela agricultura familiar, nós vamos estar juntos; na luta pela reforma agrária, nós vamos estar juntos, na saúde, estamos juntos; na educação, estamos juntos. Nós vamos para a rua todo mundo junto. (Antônio Lucas, atual presidente da CONTAR, foi secretário de assalariados da CONTAG).

Em um sentido oposto, é apresentado na constituição da CONTAR, a necessidade de uma não fragmentação no programa dos trabalhadores rurais, principalmente na defesa das pautas em comum: fortalecimento da agricultura familiar e a realização de uma reforma agrária.

Vamos lutar por uma agricultura familiar forte, porque nós assalariados queremos ser agricultores familiares, amanhã – então, nós queremos desenvolver a agricultura familiar para nós mesmos.

[...]

Vamos lutar pela reforma agrária. Porque se o cara deixar de ser assalariado, entrar pela reforma agrária e ter um pedaço de terra? Ele tem condições de manter a sua família alimentada; ele tem condições de ter uma vida, vamos dizer assim, com mais liberdade. Empregado não tem liberdade. (Antônio Lucas, presidente da CONTAR, 2016)

Para Fraser (2007), a luta por reconhecimento deve ter como objetivo fim a não diferenciação dos sujeitos a partir da universalização dos direitos, da justiça social e de uma redistribuição econômica. As pautas do fortalecimento da agricultura familiar e realização de uma reforma agrária são universais e fazem parte de um programa distribuição econômica que beneficia a categoria geral dos trabalhadores rurais.

Além disso, nesse processo trava-se uma discussão sobre o atual modelo de organização da estrutura sindical. Foram apresentadas dificuldades para organização de assalariados rurais nos atuais moldes de funcionamento dos sindicatos de trabalhadores rurais. As dificuldades citadas são as distinções na administração do tempo de trabalho, em que diferentemente dos agricultores familiares, alguns assalariados rurais têm de cumprir carga horária diária fixa, dessa forma, não podendo comparecer nas atividades sindicais que ocorrem em seus horários de trabalho. Outro elemento são as migrações em busca de oferta de emprego, relacionadas a demandas das empresas, alta condição de trabalho temporário e intermitente. Além desses elementos, apresenta-se a problemática da situação de moradia, pois muitos dos assalariados rurais moram em espaço urbano ou em moradias distantes das sedes dos sindicatos (DIEESE, 2014).

A partir dessas discussões, a construção da CONTAR também foi permeada por reflexões e proposições sobre a atual estrutura sindical e seus desafios. O presidente da entidade alega que esta apresenta um “olhar diferente” ao da CONTAG sobre a organização dos assalariados rurais: “Nós pensamos em sindicatos maiores; base regional”. Ainda, alega que é necessário que se pense em “outra cultura sindical: uma cultura de mais proximidade com o trabalhador”.

a organização tem que estar no local de trabalho. Cada local de trabalho, a gente tem que eleger uma liderança que olhe e que de tarde vai lá no sindicato e passa para nós. [...] O assalariado rural, diferentemente do agricultor familiar, não pode deixar o seu local de trabalho para participar das atividades do sindicato.

[...]

nós precisamos, nessa área de assalariado, rever todos os conceitos que vinham sendo trabalhados para os assalariados, a partir da nossa organização. Refazer uma série de debates; de conversas, com esses trabalhadores. Nós precisamos disso. Eu chamo isso de um sindicato em movimento. Voltar o debate da organização para o local de trabalho. (Antônio Lucas, presidente da CONTAR)

Tal preocupação está aliada com questões gerais impostas às organizações sindicais do Brasil em um âmbito geral. As lutas por reconhecimentos dos trabalhadores e a construção de estruturas de representação passam por longas discussões relacionadas às potencialidades e fragilidades do atual modelo sindical. Cita-se aqui os desafios relacionados à inserção dos sindicatos nos diversos setores de trabalho em que ainda não se inseriram ou se inseriam parcialmente.

Luta por Reconhecimento e Representação dos Assalariados Rurais

As discussões travadas no 12º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (12º CNTTR, 2017) da CONTAG, em congresso posterior ao que deliberou pela reorganização sindical e dissociação entre agricultores familiares e assalariados rurais, diferenciaram o conceito de *representação* e *representatividade*. O primeiro envolve ter um registro sindical e público formalizado diante do Ministério do Trabalho, tornando a representação dos indivíduos pertencentes à determinada categoria sindical competente ao sindicato registrado. Já a representatividade está no âmbito simbólico da legitimidade que a entidade tem diante da sua base, a partir da prática sindical.

Até 2015, a CONTAG detinha a representação formal de toda a categoria de trabalhadores rurais. Segundo o Decreto-Lei 1.166/71, isso era possível devido ao enquadramento sindical que prevê a definição de trabalhadores rurais como “a) a pessoa física que presta serviço a empregador rural mediante remuneração de qualquer espécie; b) quem, proprietário ou não, trabalhe individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com ajuda eventual de terceiros” (BRASIL, 1971), nesse caso em áreas de terra de até dois módulos fiscais. Todavia, a partir de 2015, com a fundação da CONTAR, acontece a dissociação dos assalariados rurais da estrutura sindical dos trabalhadores rurais.

Um dos elementos que justificam esta dissociação é a possível contradição entre empregadores e empregados no meio rural, presente nas relações de trabalho entre agricultores familiares e assalariados rurais. Esse é um paradoxo que, segundo os dirigentes da categoria dos assalariados rurais, não poderia ser enfrentado dentro da CONTAG. Pois para não perder a condição de segurado especial e poder ampliar a produtividade de sua propriedade, em algumas situações, os agricultores familiares optam pelo contrato informal de assalariados. Soma-se a essas situações, o fato de que a CONTAG é formada por maioria política da categoria de agricultores familiares, incidindo precariamente em benefício dos assalariados rurais diante desse tipo de conflito.

Tem muita gente hoje, trabalhando de empregado, já na agricultura familiar. Por bons períodos, inclusive. Bom, a maioria desses empregados não têm carteira assinada; não têm nenhuma garantia. Porque você imagina: nós pregamos aqui dentro da CONTAG, de forma geral, que tem que lutar pelos direitos dos trabalhadores, sendo que nós mesmos empregamos e não assinamos carteira. [...] quando a gente vai discutir a dissociação, a compreensão das pessoas é com relação a resistência a isso. Quando ele se vê lá, ele fala – ‘Meu Deus! Eu sou empregador? – Ele resiste a não abrir isso. (Antônio Lucas, presidente da CONTAR, 2016)

Um pode ser patrão do outro e há situações onde agricultores, felizmente, se expandiram na atividade. O agricultor, hoje já tem agricultores com dois, três empregados, e que bom. E, muitas vezes, permanece dentro do próprio sindicato, quando não seria mais o seu sindicato. Mas, de qualquer forma, o mantém. Então, nesse caso, que o assalariado possa efetivamente se organizar para defender exclusivamente seus interesses. (Nelson, presidente da FETAR RS, 2016)

Segundo o enquadramento previdenciário previsto na Lei nº 8.213/91 que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, o agricultor familiar, na condição

de segurado especial, pode contratar trabalhadores em até 120 diárias ao ano, podendo ser por períodos intercalados ou por tempo equivalente em horas de trabalho.

a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes. (Brasil, 1991).

De todo modo, a dissociação não corrompeu a construção de uma identidade de trabalhadores, que se reconhecem na luta por direitos sociais e redistribuição econômica de forma universalizante. Isso é identificado nas manifestações por parte dos dirigentes das entidades em que aparecem preocupações com os temas da unidade sindical, do desenvolvimento agricultura familiar e do acesso à terra como um horizonte de todos os trabalhadores rurais, e do combate à exploração humana a partir do trabalho como pauta fundamental da CONTAR.

Essa é a nossa visão. Ampliar os direitos e defender os nossos trabalhadores para que tenham uma vida mais decente, um ambiente favorável e tal. O capital, ele avança ferozmente em algumas regiões e impõe o trabalhador como um custo muito alto. Nós entendemos que o trabalho é um custo, um investimento no componente do processo, na composição do processo produtivo, entendeu? Sem o trabalho, sem o curso do trabalhador, ele não vai desenvolver aquelas tarefas. Por mais que tenha automação, tenha os métodos mecânicos hoje, mas o trabalhador é indispensável ainda na maioria das funções. Então nós entendemos que há muita exploração nesse país afora, para você ter uma ideia, tem estados que a informalidade chega a mais de 90% na área rural. Isto é altamente terrível, isto é exploratório, trabalho análogo ao escravo, muitas vezes nos parece que há um retrocesso com relação ao ambiente de trabalho. O capital, o patronato avança, não tanto no Rio Grande do Sul, mas em outras regiões do país, principalmente no Norte, no Nordeste, no Centro-Oeste, em nome do lucro, cada vez mais exploração, enfim. (Nelson, presidente FETAR RS, 2016).

Dessa forma, pode-se chegar a conclusões de que a dissociação das categorias e fundação de uma confederação específica seria um passo necessário à construção de reconhecimento social e luta por justiça social para a categoria dos assalariados rurais, pois o que motiva a organização desses atores é a inserção de suas pautas em um programa geral em condições de igualdade – não atingida dentro da CONTAG. Tanto no mundo do trabalho, quanto na estrutura sindical, os assalariados rurais viam-se diante de algum tipo de subordinação social.

Considerações Finais

Segundo Picolotto (2011), a transformação dos agricultores familiares em personagens políticos e da agricultura familiar em um projeto de desenvolvimento para o Brasil foi resultado de um “processo complexo de construção de grupos ou categorias sociais rurais inferiorizadas e em luta por fazer reconhecer frente a outros atores e perante o Estado” (p.14). Junto a esse processo, explicitam-se os desafios diante da luta por reconhecimento de outras categorias de trabalhadores rurais que se diferenciam dos agricultores familiares, fundamentalmente, pelo não acesso à terra para produzir. No caso dos assalariados rurais, destaca-se que se encontravam na mesma organização sindical e foram secundarizados perante às demandas e prioridades dos agricultores familiares.

Dessa forma, a CONTAR é constituída a partir de uma demanda de diferenciação de uma categoria que, apesar de ampla no sentido de inserção no mundo do trabalho assalariado rural e no sentido das trajetórias distintas dos grupos regionais, está em luta por reconhecimento social e pela inserção de direitos específicos em um programa geral.

Considera-se que o reconhecimento social reivindicado pelos assalariados rurais está alinhado à necessidade de uma organização econômica que garanta aos atores em questão condições “objetivas de paridade participativa” (FRASER, 2007) a partir de políticas redistributivas. Por fim, CONTAR é apresentada como um instrumento para superar a subordinação social na qual se encontram a maior parte dos assalariados rurais do Brasil.

Referências

BRASIL. Decreto-Lei n. 6969, de 19 de outubro de 1944. **Dispõe sobre os fornecedores de cana que lavram terra alheia e dá outras providências.** Brasília, DF, out 1944.

BRASIL. Decreto-Lei n. 1.166, de 15 de abril de 1971. **Dispõe sobre enquadramento e contribuição sindical rural.** Brasília, DF, abr 1971.

CAÍRES, A. C. R. O Colonato na Usina Tamoio. In: NEVES, D. P.; SILVA, M. A. M. (Orgs). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil.** Vol. 1. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES, 2017, Brasília. **Texto Base.** Brasília, 2017.

DIEESE. **O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro.** São Paulo, out.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2004 a 2009 e 2011 a 2012**. Rio de Janeiro. Disponível em: <www.biblioteca.ibge.gov.br>.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Livraria Editoria de Ciências Humanas/USP, 1979.

NEVES, D. P. Formas Tuteladas de Condição Camponesa: Colonato e Morada na Agroindústria Exportadora. In: NEVES, D. P.; SILVA, M. A. M. (Orgs). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. Vol. 1. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

PICOLOTTO, E. L. **As Mãos que Alimentam a Nação: a agricultura familiar, sindicalismo e política**. 2011. 289 f. Tese (Doutorado Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)-Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2011.

PICOLOTTO, E. L. **Pluralidade Sindical no Campo? Agricultores Familiares e Assalariados Rurais em um Cenário de Disputas**. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 55, 2017, Santa Maria – RS: SOBER, 2017.

POMAR, W. **Os Latifundiários**. São Paulo: Página 13, 2009.

O'DWYER, E. C. Carteira Assinada: “Tradicionalismo do Desespero”? In: NEVES, D. P.; SILVA, M. A. M. (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. Vol. 1. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

MOVIMENTO SLOW FOOD E JUVENTUDE RURAL: AGROECOLOGIA EM QUESTÃO

Patrícia Klock¹

RESUMO

Este artigo se propõe a trazer algumas reflexões sobre a agroecologia a partir do olhar de jovens rurais integrantes do movimento Slow Food. Tomo como base as concepções teóricas da discussão sobre juventude rural de Stropasolas (2006), assim, como a de agroecologia de Siliprandi (2015), em que pode-se perceber que a agroecologia se mostra como um paradigma oposto aquele desenvolvido durante a Revolução Verde, que permanece até os dias de hoje. A pesquisa se deu através de uma análise qualitativa, através de entrevistas realizadas com jovens rurais participantes do Movimento. Percebeu-se que a visão destes jovens são bastante heterogêneas em relação a agroecologia, mas concordam quanto a influência e importância do movimento Slow Food em sua concepção sobre a agroecologia.

Palavras-chave: Juventude rural; Agroecologia; Slow Food.

INTRODUÇÃO

Passam-se os anos e com ele a vida, a juventude, o mundo se transforma e com ele nosso modo de viver, processo que não seria diferente no meio rural, exceto por um “detalhe”: a crescente masculinização e envelhecimento do campo presenciada ao longo do tempo, constatado em alguns estudos por Stropasolas (2006); Abramovay (1998). Os jovens se vão em busca de uma melhor qualidade de vida que, muitas vezes, entendem que só será encontrada no meio urbano. E comigo não foi diferente! Desde que “me lembro por gente” estive no campo, na roça, no meio de uma plantação de fumo ou de milho, “ajudando”; ou em meio a animais como vacas, galinhas, porcos, patos, entre outros. Mas meu mundo não se resumiu a isso. Também havia o espaço da escola, do urbano, do lazer, o meu lazer era urbano. Na escola desde cedo fomos incitados pelos professores a escolher uma profissão que de preferência exigisse um curso universitário.

Após me formar no ensino médio, apoiada por meus pais e professores, ingressei na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, no curso de Ciências Sociais. Logo após meu ingresso, sentindo um forte impacto com a mudança de uma cidade para outra, com a saída do meio rural para o urbano, com uma forma totalmente diferente de viver, podendo

1 - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Graduanda em Ciências Sociais; patriciaklock98@gmail.com

fazer o que eu bem entendesse, e com uma grande liberdade de ir e vir recém-conquistada, entrei em crise. Buscando me reencontrar, preencher o vazio que sentia, me conhecer, pois saí de casa com apenas 17 anos, procurei algo com o que me ocupar, foi quando ingressei com grande curiosidade no Núcleo de Estudos Sobre Agricultura Familiar – NAF.

Concordo com Stropasolas (2006) de que o processo de migração para a cidade, permite aos jovens rurais um contato maior com sistemas variados de valores, que podem ser absorvidos ou rejeitados e, portanto, podem reforçar os laços identitários com a cultura original, ou negá-los. Assim enquanto jovem rural migrante, busquei, dentro do Núcleo e ao longo de meu curso, identificar o que por mim seria rejeitado e o que seria acolhido de minha cultura originária.

No ano de 2017 fui convidada por uma das colegas do núcleo de estudos, a participar de uma oficina de capacitação em ecogastronomia. Esse curso foi uma das ações previstas e promovida pelo Projeto “Alimentos bons, limpos e justos: ampliação e qualificação da participação da Agricultura Familiar brasileira no movimento Slow Food”, coordenado pela UFSC, em parceria com o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA² e com o movimento Slow Food. Ao longo do texto o projeto será chamado de forma abreviada como Projeto “alimentos bons, limpos e justos”.

Durante a capacitação em ecogastronomia tive contato com outros e outras jovens rurais, com histórias e perfis muito diferentes do meu, jovem rural filha de fumicultores. Foi um momento em que, novamente, pude refletir sobre a minha identidade, os valores que atribuí a mim e ao mundo rural de onde vim. A minha história e a minha visão de futuro que em muito se distanciava dos(as) demais jovens, me fez perceber que eu me encontrava em uma espécie de limbo social, incapaz de me reconhecer enquanto jovem rural e, ao mesmo tempo, incapaz de abandonar meu *ethos* rural.

Muitos dos(as) jovens presentes na oficina de capacitação em ecogastronomia já conheciam o movimento Slow Food ou até mesmo já participavam dele, na condição de produtores de alimentos, seja através de fortalezas, convívios ou comunidades do alimento. Participando da oficina percebi que a forma de viver no campo é muito diversa, constituindo sujeitos com visões de mundo variadas, o que me suscitou a vontade de conhecer outros olhares sobre essas diferentes formas de viver rural, dentre as quais o modo de produzir. Assim busco neste artigo compreender a percepção dos(as) jovens rurais, ligados ao

2 O Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, foi fundado em 1999 e extinto em 2016, como uma das medidas do governo que assumiu após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

movimento Slow Food, sobre a agroecologia, justamente pelo fato de a agroecologia se colocar como um paradigma muito diferente do que experienciei como jovem rural filha de fumicultores.

Mas, além de minha curiosidade e busca pessoal este trabalho também se justifica pela carência de estudos relacionado as temáticas que envolvem a relação entre juventude e agroecologia. Drebes e Wizniewsky (2015) ao fazerem a análise dos periódicos Revista Brasileira de Agroecologia e Cadernos de Agroecologia, ambos publicados pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), entre os anos de 2006 e 2013, concluíram que pouco está sendo analisado em relação a agroecologia e a juventude, sendo essa uma temática recente.

Para buscar compreender quais as percepções dos(a) jovens rurais sobre a agroecologia, realizei entrevistas com jovens rurais, participantes da oficina acima mencionada, ligados de alguma forma ao movimento Slow Food, seja através de fortalezas³, convívios⁴ ou de comunidades do alimento⁵. Estes jovens serão identificados a partir de nomes fictícios e eu enquanto jovem rural, também participante da oficina de capacitação em ecogastronomia me coloco também como interlocutora desta pesquisa. O resultado dessa breve incursão ao campo será apresentado mais à frente, antes, porém, esboçarei alguns balizadores teóricos que me permitiram trabalhar com os conceitos de juventude rural e agroecologia.

Sendo este um trabalho de caráter exploratório, em alguns momentos temos mais questões do que respostas, que podem, contudo, vir a contribuir para a elaboração de uma agenda de pesquisa futura.

JUVENTUDE RURAL: ALGUMAS REFLEXÕES

Me oriento aqui pela concepção de juventude rural tal qual construída por Stropasolas

3 As fortalezas são projetos do Slow Food, iniciado em 1999, que busca ajudar os pequenos produtores a resolver suas dificuldades, reunindo produtores isolados e conectando-os com mercados alternativos, mais sensíveis à sua situação e que valorizem os seus produtos. Slow Food Brasil (2007).

4 Os convívios são grupos locais do movimento Slow Food, formados pelos associados de cada lugar. Eles fazem campanhas para proteger alimentos tradicionais; organizam palestras e degustações; encorajam chefs a utilizar alimentos locais ou regionais; fazem visitas a pequenos produtores de alimentos; e também indicam agricultores para participarem de eventos internacionais e levar a educação do gosto às escolas. Slow Food Brasil (2007)

5 A comunidade do alimento é construída por todos os sujeitos que operam no sistema agroalimentar, da produção de matérias-primas à promoção de produtos acabados, caracterizando-se pela qualidade e sustentabilidade das suas produções a produção. As comunidades do alimento podem ser de dois tipos: de território, comunidade que produz alimentos, mas todos interligados geograficamente; e de produto, composta por vários agricultores, criadores, transformadores e distribuidores que contribuem, na produção de um determinado produto proveniente de um território específico. Slow Food Brasil (2007)

(2006). Segundo este autor a juventude rural busca obter uma identidade social, afirmar a dignidade do seu local social, sua utilidade, de ser alguém. Para alcançar este lugar digno o(a) jovem teria de suportar o peso do controle social até o mundo adulto, sendo poucos os seus espaços individuais. É fundamental ao analisar o(a) jovem, o que ele herda de sua família e de suas origens e como se dá a influência estrutural nas representações, naquilo que são e fazem, de que forma se identificam e se movem para a realização dos seus projetos de vida que muitas vezes não se dão no meio rural.

Para Stropasolas (2006), Drebes e Wizniewsky (2015) teoricamente a categoria de juventude é um desafio, já que não possui tradição acadêmica. De acordo com Stropasolas (2006) a idade pode ser ainda um fato manipulado e manipulável socialmente. Os(as) jovens em si não são uma unidade social, um grupo conciso dotado de uma unidade social, de interesses comuns. Portanto, transferir os interesses dos(as) jovens a uma idade biológica, se constitui como uma manipulação. Sendo a juventude uma categoria social prejudicada, pois são depositadas as causas de fracasso ao(a) próprio(a) jovem desconsiderando as influências da produção das condições sociais. Neste trabalho, assim como em Stropasolas (2006) e Silva (2017), entende-se a juventude não como uma, mas como uma pluralidade, devido à diversidade de situações socioculturais constituintes dos sujeitos.

No meio rural as crianças desde cedo aprendem a conviver com o trabalho, muitas vezes o associando com brincadeiras. Segundo Stropasolas (2006), o trabalho acaba se tornando uma ética para a subsistência um meio para ganhar a vida e honrar os seus compromissos. A forma de se colocar o trabalho na infância também varia muito devido a características objetivas e subjetivas de cada família. Para Abramovay (1998) o exercício profissional da agricultura familiar das novas gerações envolve mais que o aprendizado de um ofício é a gestão de um patrimônio que está imobilizado em terras e em capital. É um patrimônio que possui uma espécie de duplo conteúdo social é a base para o negócio mercantil e onde repousa a organização da vida familiar.

É fundamental ao discutirmos juventude rural, adentrarmos em uma grande e atual problemática do mundo rural brasileiro, que é a questão da sucessão rural e a crescente masculinização do campo, já que os que ficam majoritariamente são jovens do sexo masculino. Segundo Stropasolas (2006) um dos fatores que influi para a saída das jovens, seriam as mudanças de gênero e geração na agricultura familiar. Uma das questões de gênero é as jovens rurais buscarem maior liberdade de ir e vir, de independência econômica e de

terem voz ativa na tomada de decisões, aspectos também ressaltados por Abramovay (1998).

De acordo com Aguiar e Rosa (2008) manter a filha fora da gestão da propriedade se deveria a uma “naturalização” da divisão sexual do trabalho dentro do grupo familiar, em que ao homem fica responsável pelo trabalho chamado “produtivo”, agropecuário e a mulher o “reprodutivo” de cuidado da casa, filhos, horta e animais, sendo desvalorizado pela escassa ou pouca valorização da renda. De acordo com o estudo empreendido pelas autoras, sistemas de produção diversificados, a exemplo dos sistemas agroecológicos, tendem a favorecer uma maior participação dos jovens rurais, sobretudo as jovens, na gestão da unidade familiar, nos processos decisórios, favorecendo a conquista da sua autonomia.

Segundo Stropasolas (2011) os principais conflitos geracionais se dão no âmbito do gerenciamento da propriedade, na pouca participação dos(as) filhos(as) na tomada de decisões, na falta de autonomia financeira dos(as) filhos(as), em especial as filhas e na ausência de liberdade e mobilidade espacial. Os(as) jovens por não encontrarem um espaço de atuação, de decisão dentro da propriedade acabam por saírem. Outro fator que tem influência na questão da sucessão rural é a redução de filhos(as), que podem ser explicadas por dificuldades econômicas, pelo esvaziamento do campo, assim como o aumento da expectativa profissional dos pais.

O envelhecimento do campo segundo Abramovay (1998) não se dá pelas oportunidades encontradas no meio urbano, mas sim devido ao lugar subalterno que, principalmente, as jovens continuam a ocupar no interior das famílias rurais. Mas o esvaziamento do campo não se resolve apenas com a ocupação do espaço rural. Esse espaço deve ser ocupado por jovens que o valoriza, ou tenderá cada vez mais ao esvaziamento. É nesse sentido que o movimento Slow Food de acordo com o projeto “alimentos bons, limpos e justos” atua na valorização das agriculturas, dos produtos regionais e do espaço rural como um local de construção de cidadãos ativos; empoderamento da juventude; fortalecimento da permanência do jovem no campo; e formação de novas lideranças.

A questão sucessória na agricultura, de acordo com Abramovay (1998, p.36) surge como um problema a partir do momento em que “[...] a formação de uma nova geração de agricultores perde a naturalidade com que era vivida até então pelas famílias, pelos indivíduos nos processos sucessórios e pela própria sociedade.” Segundo Stropasolas (2011) “[...] o processo sucessório na agricultura familiar implica também a transmissão de um patrimônio histórico e sociocultural.” Apesar dessa transferência de saberes sempre ter estado presente na

agricultura familiar, houve uma ruptura no processo.

Ainda para Abramovay (1998) há uma clara desigualdade entre os gêneros em relação a quem pretende exercer atividades agrícolas, assim as jovens rurais preferem sair do campo, elas desde cedo incentivadas pelos pais a saírem da agricultura, a estudarem.

Outro aspecto importante a ser considerado de acordo com Stropasolas (2006), é o uso de agrotóxicos que são atribuídos muitas vezes a escassez de mão-de-obra e ao cansaço provenientes do envelhecimento dos(as) que ficam o campo, na lida da agricultura. Ao não mais possuírem forças necessárias para arcar com todo o trabalho de, por exemplo, capinar, os agricultores(as) optam pelo uso de herbicidas. O uso indiscriminado de agrotóxicos e a não respeitabilidade do meio ambiente fazem parte de um paradigma que tem se mostrado insustentável, pois tem afetado o clima, provocado doenças e a contaminação do solo, rios, etc.. É se opondo a esse paradigma que a agroecologia surge como uma alternativa sustentável. O tópico seguinte se adentrará na questão da agroecologia.

AGROECOLOGIA, JUVENTUDE RURAL E MOVIMENTO SLOW FOOD

A agroecologia de acordo com Siliprandi (2015) se proporia a um enfoque científico em pensando a sustentabilidade se coloca como alternativa a sistemas considerados insustentáveis, como aqueles proporcionados pela Revolução Verde. Este promoveu um grande aumento na produção agrícola, com o uso de agrotóxicos, fertilizantes químicos, máquinas e a especialização da produção animal e vegetal, causando graves problemas sociais e ambientais.

Para Siliprandi (2015) a agroecologia ficou conhecida a partir da década de 1970, sendo que para alguns ela representa a recuperação de uma herança agrícola que havia sido perdida, já que as práticas agroecológicas eram o resultado de adaptações contínuas dos seres humanos aos ecossistemas. Ela não é uma técnica específica para a produção, como a agricultura orgânica ou biológica, nem um movimento filosófico ou uma agricultura natural. Uma das novidades presentes na agroecologia foi a de trazer os(as) agricultores(as) como protagonistas para o desenvolvimento rural.

Segundo Siliprandi (2015) a agroecologia surgiu como uma busca de solução causada pela degradação consequente da industrialização. O protagonismo dos(as) agricultores(as) é central na agroecologia, na construção de propostas técnicas, devido à capacidade que a agricultura camponesa tem de evoluir respeitando os processos ecológicos. Nesse sentido, a

forma camponesa de produção se mostra favorável a promoção de um desenvolvimento rural em bases sustentáveis.

Para Siliprandi (2015) a agroecologia é uma unidade ecológica, que derivou da ideia de ecossistema e agroecossistemas, que é um tipo de ecossistema modificado pela ação humana por atividades agrícolas. A agroecologia busca estudar e compreender os ecossistemas de forma ampla para melhorar o potencial e a eficiência, buscando minimizar os impactos negativos dessa intervenção. Sempre haverá uma intervenção humana nos ecossistemas, mas no sistema agroecológico se respeitariam os processos ecológicos.

Uma das premissas da agroecologia, para Siliprandi (2015, p.89) “[...] é a análise da coevolução dos sistemas biológicos e sociais e o reconhecimento de que essa evolução teria sido captada pelos agricultores tradicionais (camponeses, indígenas) através de processos de ensaios, tentativas e erros [...]” transmitidos pela cultura. Seria o afastamento dessa cadeia de coevolução, através da ciência moderna que afastou as pessoas do meio ambiente.

No sistema capitalista há uma homogeneização dos processos produtivos e a multiplicidade começou a ser vista como algo atrasado. De acordo com Siliprandi (2015), a agroecologia busca uma maior estabilidade na produção, sustentabilidade e garantia da segurança alimentar, isso poderia se dar pela integralidade das atividades econômicas e socioculturais, tendo como vista o bem-estar das comunidades; um crescimento econômico sustentável; autonomia de gestão e controle; criação de intercâmbio de insumos, etc.; potencialização de circuitos curtos; estímulo dos conhecimentos locais de manejo dos ecossistemas; pluriatividade, seletividade e complementariedade da renda. A concretização dessas atividades se daria pelo empoderamento dos(as) agricultores(as) através de uma construção conjunta e do conhecimento agroecológico.

Para Silva (2017) é na busca de diferentes referenciais que as juventudes rurais buscam a agroecologia, na busca de modelos mais sustentáveis de sociedade, em que o espaço rural tenha um vínculo maior ao urbano, em um processo de retroalimentação. As juventudes rurais têm sido sujeitos da construção agroecológica no Brasil.

Ainda de acordo com Silva (2017), os(as) jovens muitas vezes estão entre o paradoxo, dos projetos pessoais e dos coletivos. De um lado buscam outras profissões, migrar para outros municípios, etc., desejos que variam de contexto para contexto, de acordo com gênero, etnia, condições econômicas, lazer, distância entre o meio rural em relação ao meio urbano. E ao mesmo tempo são chamados a assumirem o papel da reprodução familiar, perpetuando

saberes, culturas e modos de vida agregados a família, ao *ethos* rural. Portanto, para Silva (2017) caracterizar a juventude rural agroecológica não significa que podemos generalizar essas características a outros(as) jovens sem essas vivências. Assim, a perspectiva dos(as) jovens rurais, integrantes do movimento Slow Food, não podem ser generalizadas a todos(as) os(as) jovens, nem mesmo a todos(as) os(as) jovens rurais integrantes do movimento Slow Food.

Silva (2017) entende que a agroecologia é norteadada por muitas transformações, sendo elas políticas, organizativas e produtivas, não tratando de apenas realizar um “esverdeamento” da produção agropecuária, mas também pela ruptura com as monoculturas da mente. A agroecologia lhe parece um campo promissor, no qual muitas mudanças podem ocorrer, ampliando as alternativas de vivências dos(as) jovens rurais para que possam definir ou redefinir as suas escolhas.

Segundo Makuta (2018 [1984]) o movimento Slow Food compreende que a agroecologia promoveria um paradigma oposto ao do uso indiscriminado de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados, que principalmente a partir da Revolução Verde tiveram uma grande expansão na utilização. A agroecologia também possuiria técnicas capazes de produzir alimentos em diferentes escalas, além de ser capaz de produzir alimentos respeitando o bem-estar das pessoas, dos animais e da natureza.

A concepção de Makuta (2018 [1984]), difere das dos demais autores aqui apresentados, pois a agroecologia não promove um paradigma oposto ao paradigma atual, vigente desde a Revolução Verde, ela é o próprio paradigma. A agroecologia surgiu em busca da recuperação de uma herança agrícola que havia sido perdida, em que as práticas agroecológicas se constituíam da adaptação contínua dos seres humanos aos ecossistemas. A agroecologia não é uma técnica específica para produção como afirmado por Makuta (2018 [1984]), ela não está apenas voltada a técnicas de produção capazes de produzir alimentos em diferentes escalas. Ela se constitui como um paradigma que visa fazer com que os agricultores tradicionais, se tornem protagonistas da sua própria história. Portanto, percebe-se que o movimento Slow Food, no âmbito do Projeto “alimentos bons, limpos e justos”, apresenta uma visão restrita da concepção de agroecologia. No próximo tópico será abordado brevemente o que é o movimento Slow Food, o Projeto “alimentos bons, limpos e justos” e por fim as percepções dos(as) jovens rurais integrantes ao movimento Slow Food acerca da agroecologia.

AGROECOLOGIA NA CONCEPÇÃO DOS JOVENS RURAIS INTEGRADOS AO MOVIMENTO SLOW FOOD

O movimento Slow Food segundo Makuta (2018 [1984]) foi fundado por Carlo Petrini na Itália em 1989, tendo surgido como um manifesto contra a primeira loja do McDonald's. Sua oposição ao *fast food* abrange os âmbitos políticos, filosóficos e simbólicos. No Brasil, o Movimento foi fundado em 2000, no Rio de Janeiro. Suas reivindicações se dão contra a crescente padronização de alimentos, pois isso se constitui como uma ameaça a diversidade de produtos locais, assim como a qualidade da alimentação. Defendem a agrobiodiversidade e a cultura alimentar, promovendo a educação alimentar e do gosto em que seja reconhecido e valorizado o alimento bom, limpo e justo para todos, encurtando a cadeia de consumo buscando aproximar os produtos aos consumidores engajados.

Segundo Makuta (2018 [1984]) o movimento Slow Food busca apoiar práticas dos grupos originários, comunidades tradicionais, agricultores familiares e assentados, buscando a implementação da agroecologia, possibilitando assim, a melhor produção, distribuição, consumo e destinação dos resíduos, em busca da qualificação dos alimentos como bons, limpos e justos. O bom se refere ao sabor, saber e prazer dos alimentos. O limpo a forma de produção, uma produção sustentável e ecológica. Já o justo se caracteriza como a justiça social, como a remuneração adequada dada aos(as) agricultores(as).

O Projeto “alimentos bons, limpos e justos” (2015) teve a execução prevista de dois anos (novembro de 2015 a outubro de 2017) e objetivou aumentar e integrar as políticas públicas, apoiando e promovendo a valorização e preservação dos alimentos típicos sob os territórios de concentração da agricultura familiar e assentados rurais, aproximando produtores e consumidores e realizando compras e vendas justas.

O Projeto previa a realização de oficinas de capacitação em ecogastronomia, que preconizaria o reconhecimento da importância do prazer da alimentação, apreciando a variedade de receitas, sabores, lugares e pessoas cultivando e produzindo alimentos. Agindo de forma a defender a biodiversidade agrícola do meio ambiente e da cozinha típica. A oficina de capacitação em ecogastronomia se propunha no âmbito ambiental, fazer a promoção e fortalecimento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade brasileira, fazendo com que os(as) jovens rurais tivessem conhecimentos sobre a conservação, manejo e uso sustentável da biodiversidade.

No âmbito sociocultural, de acordo com o Projeto “alimentos bons, limpos e justos” a oficina de capacitação em ecogastronomia era proposta como uma alternativa de trabalho aos(as) jovens rurais, partindo da valorização das agriculturas, de produtos regionais e do espaço rural construindo cidadãos ativos, proporcionando ainda um empoderamento dos(as) jovens, um fortalecimento em prol da permanência do(a) jovem no campo e a formação de lideranças. No âmbito econômico o Projeto “alimentos bons, limpos e justos”, buscava a geração de renda aos(as) jovens rurais com a diversificação de oportunidades de emprego. E por fim, no âmbito técnico o Projeto “alimentos bons, limpos e justos”, buscava qualificar os(as) jovens para atuarem como agentes locais, como agentes multiplicadores com outros membros das suas comunidades, troca de experiência e ampliação de redes de conhecimento dos(as) jovens rurais. Os(as) jovens entrevistados já vinham atuando no movimento Slow Food o que teve influência sobre as suas percepções do que é a agroecologia.

A oficina de capacitação em Ecogastronomia aconteceu de 4 à 8 de outubro de 2017 em Florianópolis – SC, contando com 36 jovens participantes dos três estados do sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo que nove eram jovens do sexo masculino e 27 eram do sexo feminino. Quatro dos jovens do sexo masculino eram vinculados ao movimento Slow Food e dentre as jovens mulheres esse número era de cinco das 27 jovens. Dentre os nove jovens rurais ligados ao movimento Slow Food, cinco foram entrevistados, sendo que os demais não foram encontrados ou não quiseram ser entrevistados, a entrevista se deu de forma virtual, na qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Os(as) jovens entrevistados(as) já vinham atuando no movimento Slow Food o que teve influência sobre as suas percepções do que é a agroecologia.

Buscando refletir as perspectivas e contextos heterogêneos dos(as) entrevistados(as), estes terão suas falas analisadas em separado.

Apenas uma das jovens rurais (Andréia, 22 anos), que faz parte de uma fortaleza de queijo colonial e de um convívio, relatou ter ocorrido uma mudança na forma da produção da propriedade rural, a partir da ligação de sua família ao movimento Slow Food. Foi acompanhando o movimento Slow Food, que começaram a trabalhar mais com a agroecologia, estando agora na fase final do experimento para trabalhar com o orgânico. Andréia afirma que antes de sua família se ligar ao Slow Food já praticavam um pouco de agroecologia, mas às vezes usavam o convencional. Quando questionada sobre o que compreendia como convencional afirmou se tratar do uso de veneno e produtos tóxicos.

Apesar de não haver como o agricultor produzir alimentos ao mesmo tempo agroecológico e convencional, já que o uso de agrotóxicos contamina uma grande parte do solo e a agroecologia pressupõem que não sejam utilizados agrotóxicos.

A jovem compreende a agroecologia como algo saudável, bom, econômico e que com as coisas que tem da “casa” podem melhorar as coisas e ter uma vida boa, saudável, “como disse o slow bom, limpo e justo”. A jovem também é atuante no Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, movimento que incentiva a prática da agroecologia e a vê como uma forma alternativa de vida.

Os demais jovens rurais entrevistados e suas famílias continuam produzindo os mesmos alimentos anteriores a integração. Aqui nos referimos a jovens rurais e família, por não haver na fala dos jovens distinções claras entre o eu e o nós/família, nos âmbitos do modo de vida e de produção, já que a produção agrícola normalmente se dá em conjunto, em família, como agricultores familiares, não como produtor individual.

Para o jovem rural (Francisco, 29 anos) ligado a um convívio do Slow Food e produtor de verduras orgânicas, entende a agroecologia como “[...] um sistema de produção em que se produz em equilíbrio com a natureza, não só produzindo mas também preservando”. Para ele não é apenas o movimento Slow Food que mudará algo sozinho, depende de um conjunto de fatores, a sociedade tem de estar organizada para que funcione. O desenvolvimento rural sustentável se faz com parceria de grupos de orgânicos, cooperativa de crédito e cooperativa de produção da agricultura familiar. Em nenhum momento de sua fala se utiliza da palavra agroecologia, apesar de ter sido esse o questionamento. Uma das hipóteses suscitadas é a de que este jovem confunde a agroecologia, com a produção orgânica, não compreendendo bem o conceito de agroecologia, pois todas as suas falas se dão em um sentido de produção orgânica, desconsiderando os aspectos políticos, sociais e culturais da agroecologia.

A jovem rural (Fernanda, 21 anos) participante da fortaleza do pinhão e convívio do Slow Food e produtora de verduras agroecológicas e extrativista de pinhão, concebe a agroecologia, como não somente um alimento saudável, mas como um “conjunto, a conservação do meio ambiente, o cuidado com árvores, animais é o conjunto.”. A própria jovem afirma que não trabalham com lavouras enormes. Trabalham com variedades em torno de 15 plantas diversas e utilizam calendários biodinâmicos para os ciclos das plantações.

O jovem rural (Mateus, 25 anos) é participante de uma comunidade do alimento do Slow Food. A família trabalha com agroturismo e produção agroecológica de mel, atualmente está estudando fora, mas pretende retornar ao meio rural para tocar a propriedade. Segundo ele:

[...] a agroecologia é muito mais que uma forma de produzir, mas sim é uma forma de produzir, comercializar e, e viver. Ela engloba desde a produção até a comercialização, que tem que ser justa, justa pro produtor, justa pro consumidor. É a produção ser limpa, não envolver produtos sintéticos e danosos a saúde e que causam danos ao meio ambiente também.

Para Mateus o movimento Slow Food não o ajudou muito na melhor compreensão do que é a agroecologia, já que desde que era criança a família trabalhava com a produção agroecológica. Mateus afirma que talvez o movimento Slow Food tenha lhe ajudado a ter uma melhor compreensão da comercialização. Porque para ele “[...] a gente fica muito focado na, na produção agroecológica e acaba esquecendo que a produção vai muito além do que isso vai pra produção, comercialização, né do preparo.” Para esse jovem o movimento Slow Food atua na:

[...]valorização né, da valorização do modo de produção, do modo do saber fazer, desde variedades crioulas,... a vida no campo né. Valoriza o que o agricultor faz, valoriza dá orgulho do que ele faz, do modo de produzir principalmente, e isso eu acho que é um fator principal né. E com certeza, até pensando assim, é... é um ponto que é positivo que eu levo em consideração. Além disso essa união campo cidade né que facilita a comercialização, facilita a encontrar canais de, de comunicação também com rurais e urbanos.

Para o jovem rural (Eduardo, 20 anos) participante de um convívio do Slow Food, o movimento Slow Food o ajudou a ter uma melhor compreensão da agroecologia, ele é o único dos entrevistados que não produz agroecológico ou orgânico. Para esse jovem a agroecologia é a produção de alimento mais natural.

Quando os jovens foram questionados se o movimento Slow Food ajudou a ter uma maior compreensão sobre a agroecologia, eles foram unânimes em afirmar que sim, o Movimento os ajudou a ter uma maior compreensão do que é a agroecologia. Dois dos entrevistados acrescentaram que, principalmente, os ajudou a compreender mais sobre a comercialização dos produtos agroecológicos.

A jovem rural Andréia relatou que está sendo fundamental a sua relação com o movimento Slow Food para que permaneça no campo, já que começou a ver a vantagem que tem com a agricultura, após ter saído de casa e retornado e ver no que o Movimento havia auxiliado os seus pais. Algumas das vantagens apontadas por ela foram de que na agricultura tem todo o trabalho a ser feito, mas não tem horário para cumprir, tem onde plantar, tem frutas e quase tudo o que precisa, e ressalta que, após a participação na capacitação em ecogastronomia, cortou muitos alimentos industrializados que consumia. Mateus, embora já fosse ligado ao movimento, afirmou que após a capacitação em ecogastronomia,

[...]a princípio a minha atuação era bem pouca, conhecia o movimento mas não tinha muito, não sabia muito como atuar e depois do curso a gente viu como funcionava melhor né, como que essas ações que eles fazem até aqui na cidade disco xepa e essa relação cozinheiro e agricultor, consumidor e agricultor. Atualmente eu não estou atuando muito, a ideia é, até, agora quando eu me formar [universidade], fazer alguns trabalhos na escola de conscientização das crianças, esse tipo de ação. Atualmente eu não estou fazendo isso. Só a gente tá organizando agora a comunidade do alimento[...]"

Em meu caso particular como filha de agricultores, percebi através da oficina de ecogastronomia que o movimento Slow Food, ainda se encontra distante do mundo rural. Essa percepção pode ser ilustrada pelo questionamento que nos foi feito, sobre como se dava a destinação das sobras dos alimentos consumidos. O que prontamente foi respondido que era dado aos animais ou reaproveitado de alguma forma. Essa não é uma problemática rural. Pondo fim ao que se buscava discutir. Uma alternativa seria termos discutido sobre a destinação de lixo reciclável, metais, etc, que são materiais que no meio rural não sabemos como destinar, já que na grande parte dos territórios rurais não há coleta de lixo, esses são jogados ao céu aberto ou queimados. Além disso a oficina poderia ter abordado muito mais da discussão da agroecologia em si, do que temas como o agroturismo e a economia solidária.

Os jovens entrevistados possuem uma percepção bastante heterogênea sobre o que é a agroecologia. E uma perspectiva mais homogênea quanto as influências do movimento Slow Food para a formação de suas concepções sobre a agroecologia. A exceção de dois jovens entrevistados os demais não diferenciaram claramente a agroecologia, da produção orgânica, ou de produções sustentáveis. Os jovens já estruturados na produção agroecológica anteriormente a adentrarem o movimento, se mostraram mais coerentes quando questionados sobre a agroecologia.

CONCLUSÃO

A busca do movimento Slow Food por uma aproximação ao rural brasileiro, está se orientando fortemente a uma tentativa de integração dos jovens rurais, fortalecimento, emancipação, conscientização e valorização do meio rural. Como identificado, apresentado e discutido ao longo do texto, por diversos autores, acerca da agroecologia, percebeu-se que o movimento Slow Food não possui uma noção clara do que ela representa, sendo que a agroecologia é o próprio paradigma proposto a oposição do modelo desenvolvido com a Revolução Verde. Dentro deste cenário a atuação do Movimento ainda se mostra muito restrita e recente.

A juventude rural integrada ao movimento Slow Food apresenta uma percepção bastante heterogêneo sobre o que é a agroecologia, muitos a confundem com a produção orgânica ou com simplesmente a não utilização de agrotóxicos.

Um fato perceptível ao longo da oficina de capacitação em ecogastronomia, foi que apesar do movimento Slow Food afirmar a defesa das práticas agroecológicas, pouco foi discutido sobre a temática da agroecologia. A discussão se deu de forma muito maior sobre o agroturismo e a economia solidária. O movimento Slow Food poderia potencializar ainda mais a discussão sobre práticas agroecológicas com a juventude rural, considerando que a agroecologia vem se mostrando como uma alternativa para os jovens rurais na geração de renda e conseqüentemente maior independência. Este trabalho intencionou-se a um caráter exploratório, de contextualização e abertura a hipóteses que possam vir a ser trabalhadas e respondidas em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Vilênia Venâncio Pôrto; ROSA, Edenilse Pellegrini da. **Sistemas de produção e gênero na agricultura familiar.** 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST3/Porto_Aguiar-Pellegrini_da_Rosa_03.pdf>. Acesso em: 06 de jun. 2018.
- DREBES, Laila Mayara.; WIZNIEWSKY, José Geraldo. **Agroecologia e juventude: um possível campo de investigação científica em ascensão.** Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/viewFile/15785/pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2018.
- MAKUTA, Glenn, 1984. **Biodiversidade, Arca do Gosto e Fortalezas Slow Food: um guia para entender o que são, como se relacionam com o que comemos e como podemos apoiá-las** / Glenn Makuta – São Paulo. Associação Slow Food do Brasil, 2018.
- SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas.** / Emma Siliprandi. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.
- SILVA, José Nunes. **Juventudes Rurais e Agroecologia: um diálogo imprescindível.** 2017. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/9348/pdf>>. Acesso em: 26 de maio de 2018.
- SLOW FOOD BRASIL. **Slow Food Brasil.** 2007. Disponível em: <<http://www.slowfoodbrasil.com>>. Acesso em: 26 de maio 2018.
- STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens.** Florianópolis: Ed.

da UFSC, 2006.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar.** 2011. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/08/artigo-5.pdf>>. Acesso em: 04 de maio 2018.

PROJETO “ALIMENTOS BONS, LIMPOS E JUSTOS”. **Alimentos bons, limpos e justos: ampliação e qualificação da participação da Agricultura Familiar brasileira no movimento Slow Food.** 2015. Disponível em: <https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1893638/mod_resource/content/1/Projeto%20Slow%20Food%2014-09-2015_com%20Anexo%20I%20-%20Divulga%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 04 de jun. 2018.

Percepção dos produtores rurais sobre a implantação do Projeto Agroecológico na vicinal 15/Entre Rios/Roraima¹

Suellen Souza de Oliveira²

Manuela Souza Siqueira Cordeiro³

Resumo

Este artigo analisa a compreensão dos pequenos produtores rurais de Banana de Entre Rios Sul (APRUBERS) Vicinal 15, município de Caroebe, em Roraima, acerca da produção agroecológica/sustentável, isto é, sem uso de agrotóxico/defensivo. A agroecologia é de fundamental importância tanto para os produtores rurais, agricultura familiar, quanto para a sociedade em geral, uma vez que representa uma quebra de paradigma, valorizando os recursos naturais. O artigo verifica o momento de implantação do Projeto Agroecológico da Associação APRUBERS com o apoio da Fundação Banco do Brasil, em uma parceria com outros órgãos federais para disseminar a produção sustentável e na temática da agroecologia e produção sustentável aos produtores rurais da Vicinal 15 Vila Entre Rios. A pesquisa encontra-se em andamento, sendo os procedimentos metodológicos adotados a aplicação de questionário sobre o entendimento prévio dos produtores acerca do tema, bem como entrevistas semiestruturadas para a compreensão da forma de produzir e as possíveis mudanças introduzidas a partir da participação no referido projeto.

Palavras-chave: APRUBERS, Produção Agroecológica/sustentável, Agrotóxico/defensivo.

1 Trabalho apresentado ao VII Encontro da Rede de Estudos Rurais - CONCEPÇÕES DE SOCIEDADE E DIREITOS DE CIDADANIA EM QUESTÃO: NOVOS DESAFIOS PARA O MUNDO RURAL BRASILEIRO. 27 A 30 DE AGOSTO DE 2018, UFSC, FLORIANÓPOLIS/SC

2 Graduada no curso de bacharelado em antropologia/UFRR – morasuellen@hotmail.com

3 UFRR, Doutora em Antropologia Social, manuela.cordeiro@ufr.br

Introdução

Este artigo aborda a temática sobre agroecologia e produção sustentável e o uso de agrotóxicos/defensivos na Vicinal 15, Vila Entre Rios, município de Caroebe, localizado estado de Roraima. A agroecologia, como o próprio nome sugere, fundamenta-se na ecologia e no respeito à natureza e aos ecossistemas naturais:

A agroecologia é uma ciência surgida na década de 1970, como forma de estabelecer uma base teórica para esses diferentes movimentos de agricultura não convencional. É uma ciência que busca o entendimento do funcionamento de agroecossistemas complexos, bem como das diferentes interações presentes nestes, tendo como princípio a conservação e a ampliação da biodiversidade dos sistemas agrícolas como base para produzir auto-regulação e, conseqüentemente, sustentabilidade (ASSIS, 2006, p. 77).

Dessa maneira, pode-se compreender que a agroecologia produz alimentos respeitando a natureza, sem uso de agrotóxico e nem de transgênicos. A prioridade é produzir alimentos saudáveis, entendendo a terra como um bem comum e um ambiente vivo, e não como apenas como um recurso de produção. Os camponeses e camponesas são os mais aptos capazes de produzir alimentos de forma agroecológica para alimentar o mundo, porque cultivam em pequenas áreas e plantam diversas culturas no mesmo espaço, ao mesmo tempo em que preservam a biodiversidade.

As práticas de uso sustentável da biodiversidade pelas comunidades tradicionais e pela agricultura familiar e camponesa asseguram a conservação desses bens comuns, como a terra e a água, de valor inestimável para a sociedade. Desse modo, de acordo, com Schmitt (2016, p.24-25):

Nessa trajetória, temas como o manejo ecológico dos solos, a diversificação dos sistemas de produção agrícola, a erradicação do uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, o resgate e conservação das sementes crioulas e raças localmente adaptadas de animais ganham novos contornos, no dialogo com as lutas de resistência das comunidades camponesas e com os movimentos de critica e contestação aos impactos sociais e ambientais do processo de modernização da agricultura e ao crescente poder das grandes transnacionais sobre o processamento, a produção e o consumo de alimentos.

A agroecologia é de fundamental importância tanto para os produtores rurais, camponeses, agricultura familiar, quanto para a sociedade em geral, uma vez que a maior preocupação é desenvolver a agricultura, valorizando os recursos naturais, as florestas, micro e

macrofauna. Ademais, também é considerada como parte de um modelo de desenvolvimento sustentável, configurando-se numa mudança ideológica, onde valoriza-se o social, priorizando o bem-estar coletivo, assim preservando o meio ambiente. As práticas agroecológicas podem ser utilizadas como práticas de resistência da agricultura familiar, em relação ao processo de exclusão do meio rural e homogeneização das paisagens de cultivo.

As práticas agroecológicas se baseiam na pequena propriedade, na mão de obra familiar, em sistemas produtivos complexos e diversos, adaptados às condições locais e em redes regionais de produção e distribuição de alimentos. Já os produtos orgânicos são aqueles que não fazem uso de produtos químicos sintéticos ou alimentos geneticamente modificados. A filosofia dos alimentos orgânicos não se limita à produção agrícola, estendendo-se também à pecuária (em que o gado deve ser criado sem remédios ou hormônios), e também ao processamento de todos os seus produtos: alimentos orgânicos industrializados também devem ser produzidos sem produtos químicos artificiais, como os corantes e aromatizantes. Portanto, a agroecologia é uma ciência que possui uma concepção holística, congregando tanto conhecimentos tradicionais quanto científicos visando uma agricultura ambientalmente sustentável, economicamente eficiente e socialmente justa.

De acordo com GLIESSMAN (2000, p.56), a agroecologia é o estudo de processos econômicos e de agroecossistemas, como também, é um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que necessitam ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável,

A pesquisa na qual o presente artigo se baseia é realizada na vila de Entre Rios, no município de Caroebe que se localiza ao sudeste do Estado de Roraima, interligado ao município de São João do Baliza através da BR-210. A produção do município está principalmente direcionada para as culturas do arroz, milho, mandioca, laranja e banana. (EMBRAPA, 2014).

O objeto de estudo é a implantação do Projeto Agroecológico da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Banana de Entre Rios Sul (APRUBERS) da Vicinal 15 da vila de Entre Rios, com o apoio da Fundação Banco do Brasil, convênio celebrado em vinte cinco de março do presente ano.

A pesquisa encontra-se em andamento para a produção de uma etnografia sobre o processo de integração da comunidade para a realização do referido projeto. Utilizo-me de entrevistas semiabertas e também de questionários, principalmente acerca do entendimento prévio dos agricultores, com perguntas abertas durante visitas ao campo, bem como diálogos

informais sem roteiros estabelecidos. Inicialmente já foram realizadas três entrevistas na primeira pesquisa de campo em abril deste ano, sobre o entendimento/percepção dos produtores rurais associados acerca da produção agroecológica/sustentável. Posteriormente na segunda pesquisa de campo, em maio deste ano, foi aplicado um questionário com sete produtores associados sobre a utilização de agrotóxicos/defensivos como ferramenta de pesquisa exploratória acerca do conhecimento dos produtores rurais sobre a produção agroecológica/sustentável.

Oliveira (2000) postula que no campo é um bom momento de “olhar, ouvir, escrever” e também sentir. Para que assim possamos compreender os arranjos culturais e relações de trabalho que definem as categorias do saber local.

O objetivo geral deste artigo é verificar a percepção dos Pequenos Produtores Rurais de Banana de Entre Rios Sul (APRUBERS) da Vicinal 15 acerca da produção agroecológica/sustentável, isto é, sem uso de agrotóxico/defensivo nos dois meses que se seguiram à implantação oficial do projeto.

Breve histórico da associação da Vicinal 15

A partir de conversa realizada com seu Celso⁴, coordenador da APRUBERS, retomo um pouco da trajetória da associação. Esta foi criada no dia 20/12/1998 e antes disso tiveram um curso de associativismo e cooperativismo administrado pela OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), que improvisaram uma sala de aula embaixo de um pé de manga na vila de entre rios na propriedade de um fazendeiro da região. Ele mesmo fez parte do conselho fiscal da primeira diretoria, na qual era administrada por uma mulher que se chamava Maria e ela recebeu a proposta do SENARR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - RR), na época do então diretor o senhor Alcides, para criar uma associação, pois os agricultores rurais da vicinal 15 já trabalhavam com a plantação da banana e eram castigados pelos atravessadores. Na época trinta e dois participantes locais fundaram a associação, que trabalharam por volta de um ano no qual não tinham um local fixo para se reunirem a fim de discutirem e debaterem acerca da associação. De vez em quando se reuniam na casa da presidente e alguns produtores cobravam coisa além da associação. Com algumas dificuldades

⁴Todos os nomes são pseudônimos a fim de preservar a identidade dos entrevistados.

enfrentadas ao longo do tempo, alguns dos participantes foram desistindo alegando que não percebiam o crescimento da associação.

Na época o seu Celso era o vice presidente da primeira diretoria e teve que assumir a associação sem documentação, sendo que depois lhe foi repassada a documentação definitiva, depois de quatro anos sem acesso a mesma.

Da associação antiga permaneceram Celso, Josué e Ricardo que eram os primeiros fundadores. E em 2014, conseguiram uma nova diretoria, homologada em 09/06/2014 quando conseguiram registrar a segunda diretoria que elegeu seu Sérgio presidente. Seu Celso se ofereceu para ser coordenador da associação e começou a registrar atas, e passou a ser relator e fazer interlocuções. Ele permaneceu de abril de 2015 a dezembro de 2016, durante esse período conseguiram doações de cadeiras, a construção o barracão para a associação, o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) de 86 mil reais depois do segundo ano de gestão do seu Sérgio. E durante o processo de um novo diretor, seu Celso foi chamado por seu Sérgio e a ele foi dito que ele não era uma pessoa confiável e diante disso ficou entristecido com o ocorrido. Diante disso tinha certa resistência por conta do ano político. E depois de três meses de muita conversa Celso convidou Luís para ser presidente. No início a associação foi desacreditada, pois todos queriam um retorno imediato, fazendo com que as pessoas fossem desistindo do projeto, com um começo de 44 membros, hoje a associação tem cerca de 30 membros.

Processos coletivos na associação da vicinal 15

Nesta seção, retomo dois momentos a partir de conversas realizadas com membros da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Banana de Entre Rios Sul (APRUBERS) nos dias de reunião de associação, para situar a implantação do projeto agroecológico da vicinal 15, bem como o processo de solenização do mesmo. como mencionado anteriormente, a associação mensalmente realiza reuniões plenárias no barracão na área coletiva para tratar de seus assuntos e prestar contas da contabilidade a todos os associados.

Na reunião ocorrida dia 29 de abril de 2018 da APRUBERS, na qual estavam presente o engenheiro agrônomo, coordenador do Projeto Agroecológico, foi realizado o momento de implantação deste projeto pelo Banco do Brasil. A explicação do mesmo era que o projeto visava destinar recursos para a associação, procurando manter um equilíbrio entre homem,

natureza, produção, bem como buscar melhorias para os moradores da Vicinal 15. O agrônomo explicou sobre o assunto com o auxílio de um cavalete onde estavam escritas as informações sobre o projeto, e de como o mesmo funcionaria. Conforme a sua explicação, o projeto agroecológico da vicinal 15 atende aos agricultores familiares que atuam com a produção de bananas nas vicinais de Entre Rios. Ele cita que o projeto não foi feito apenas pela disponibilidade de recurso, mas que tudo implica em gestão e organização dos produtores associados uma vez que todos se uniram para que desse certo, além de sempre resgatar na fala a importância de uma produção sustentável, para assim manter o meio ambiente em um equilíbrio ecológico sem uso de agrotóxico. Ademais, o convênio celebrado com a destinação de 134 mil reais, permitiria a aquisição de um caminhão, além de uma casa de farinha, despoldadeira, carro de mão, balança.

O Projeto Agroecológico será desenvolvido pela Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Banana de Entre Rios Sul (APRUBERS), também contando com assistência técnica da Embrapa e das secretarias de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPPA), do Índio e Municipal de Agricultura do Município de Caroebe, estes últimos parceiros do projeto, a maior preocupação do projeto visa desenvolver a agricultura como base agroecológica, valorizando os recursos naturais.

Na plenária da APRUBERS ocorrida no dia 27 de maio deste ano da qual foram discutidos assuntos colocados em pauta bem como a organização da solenização do projeto agroecológico, que ocorreria no dia seguinte. A plenária contou com a participação de associados, entre outros moradores não somente da vicinal 15, bem como gestores responsáveis pelo projeto seu Celso atual (coordenador), além do diretor, tesoureiro e secretária da coordenação. As mulheres também trabalharam na cozinha, produzindo a refeição para todos, da maneira que comumente ocorre aos domingos. Durante a reunião com a participação dos produtores associados, cada um pôde expor suas ideias, sendo que vários assuntos foram colocados em pauta, como por exemplo, o plantio da banana e da mandioca. Estabeleceram conjuntamente que todo associado terá que plantar mandioca, pois a associação recebera uma casa de farinha para ajudar nos seus custos e também para possibilitar uma melhor geração de renda a todos. Os assuntos abordados nas reuniões referem-se à associação, frisando a importância da participação de todos os moradores sejam associados ou não a fim de verem os resultados alcançados ao longo desses meses na gestão da nova diretoria.

No decorrer da reunião da associação, o engenheiro agrônomo, coordenador do projeto agroecologia chega a vicinal com a sua esposa, pois eles participarão no dia seguinte da solenização de todo o projeto na vicinal 15. Ele assume a fala e começa a explicar sobre o processo de solenização e instituição do projeto. Explica que essa etapa de solenização é exigida pela Fundação Banco do Brasil, parceira do projeto, que contará com a presença dos gerentes e superintendentes do Banco do Brasil de Boa vista de Caroebe e Baliza, prefeito de Caroebe entre outros órgãos e moradores da região, da Vila entre rios e outras vicinais.

Conforme a explicação dele, a iniciativa do projeto também prevê a capacitação dos agricultores familiares, com a realização de oficinas sobre os assuntos: “Sementes florestais tropicais”, “Produção de polpas de frutas”, “Processamento” e “Obtenção de óleos vegetais a partir da castanha do Brasil e da andiroba. Ademais, o projeto agroecológico seguirá dando ênfase ao plantio e aproveitamento do caçari ou camu-camu, fruta rica em vitamina C que são abundantes em Roraima, além das minhocas consideradas gigantes também presentes na região, que contribuem para um solo muito mais fértil e apropriado para o plantio.

O agrônomo enfatiza como é importante que pessoas de fora da vicinal tenham conhecimento da associação e sobre o projeto, com a finalidade de levar o tema para todas as pessoas a respeito da importância de um projeto no qual a maior preocupação visa desenvolver a agricultura como base agroecológica, valorizando os recursos naturais. Destacando também que o Projeto Agroecológico da APRUBERS de Entre Rios foi o único que foi aprovado no Programa de Integração Social (PIS), o único da história de Roraima, seu Sandro, agrônomo coordenador, acredita que isso demonstra a força de Caroebe e Entre Rios e da vicinal 15, mostrando que todos juntos sabem trabalhar melhor. Ele termina sua fala e reforça o convite para que todos participem da solenização, e Celso, presidente da associação, concluiu a reunião falando das prestações de contas da associação e dos recursos que foram arrecadados e também gastos na associação. Os produtores associados presentes se prontificaram a arrumar uma parte da cozinha que ainda estava faltando colocar umas tábuas, além da limpeza do terreno, enquanto as mulheres já iniciavam o preparo da comida para a solenização.

No dia seguinte, a solenização do Projeto Agroecológico da APRUBERS, teve como finalidade a apresentação do projeto para a Fundação Banco do Brasil, autoridades do meio envolvidas com a ação, como também para os moradores da vicinal e região. A solenização ocorreu no dia vinte oito de maio de 2018, e estava marcada para as 9 horas da manhã, mas

devido ao atraso dos convidados, iniciou-se as 10 horas da manhã no barracão da associação, com a presença dos moradores da vicinal 15, crianças, jovens e mulheres, autoridades convidadas, como o coordenador do projeto, agrônomo e mestre em Ciências de Florestas Tropicais e servidor da Secretaria de Estado do Índio, o Secretário de Agricultura de Caroebe, o Prefeito, o técnico da secretaria de agricultura do município e também dos membros responsáveis pela associação que estavam sentados em cadeiras ao lado do barracão. O atual diretor da associação foi convidado a dar boas vindas a todos os convidados presentes, mas como ele mesmo disse não saber se expressar muito bem com as palavras, falou rapidamente e agradeceu a todos. Em uma mesa grande que fora colocada na parte da frente do barracão da associação, os convidados presentes sentaram-se e tiveram a oportunidade de falar e também agradecer de estarem ali.

Logo em seguida, o Prefeito do município de Caroebe pediu a palavra e disse ao diretor para não se preocupar, que com o tempo discursaria muito bem. Ele também agradeceu e disse estar satisfeito e feliz com a trajetória da associação. A solenização contou com a presença especial de uma moça, filha de um associado que abriu o evento com um louvor para agradecer a Deus a todas as conquistas alcançadas pela associação, e ajuda de um rapaz como mestre de cerimônias que fez toda a apresentação, com caixa de som, microfone e data show.

O principal parceiro do projeto a Fundação Banco do Brasil, na pessoa do senhor Superintendente regional, falou acerca do projeto e disse estar satisfeito em poder contribuir para o crescimento da associação e conseqüentemente da região, e tudo que será implantado na mesma.

Dando continuidade ao ato da solenização, Celso retomou o início da associação, e logo em seguida convidou seu Sandro para falar do projeto do qual visa uma produção sustentável e sem uso do agrotóxico, observando a importância de conciliar tanto um uso devido dos recursos naturais como a implantação de um projeto que visa uma melhoria de condição de vida dos produtores rurais, como a parceria da Fundação Banco do Brasil para a obtenção de recursos. Tanto seu Celso, como seu Sandro coordenador do projeto, destacaram a importância do projeto e frisaram como uma vitória para todos os agricultores familiares do sul do estado de Roraima, mostrando que a agricultura familiar dá resultados quando todos se unem "em prol de um bem comum". Evidenciando também o poder do associativismo, pois no início de tudo foram muitas as pessoas que desacreditaram da associação e de todos os

membros que estavam à procura da melhoria da qualidade de vida da vicinal e de todos os moradores da região. A associação tem o desejo de até o final do ano de 2018 fazer a cooperativa da vicinal 15.

A importância da solenização do Projeto Agroecológico da APRUBERS vicinal 15, de acordo com o presidente da associação e também o coordenador é a obtenção de um conhecimento acerca do que trata essa iniciativa. Posteriormente pode levar à implementação de produção sustentável para outras localidades, buscando desenvolver qualidade de vida, produção agrícola sem agrotóxico, diversificando o plantio sem degradar o meio ambiente.

Percepção dos produtores sobre o uso de agrotóxicos e agroecologia

Nessa seção, procuro apresentar as respostas de um questionário aplicado aos produtores rurais da associação da vicinal 15 para compreender inicialmente o conhecimento dos mesmos acerca da utilização/ou não de defensivo/agrotóxico para o plantio. Procurei verificar, ainda de maneira exploratória, a percepção dos indivíduos acerca da agroecologia, bem como do entendimento deles acerca do que presenciaram nas reuniões tanto de apresentação quanto de solenização do projeto.

Foram realizadas quatorze perguntas com sete agricultores. Essas perguntas versavam sobre o uso de agrotóxico, o recebimento de orientação técnica e uso de equipamento para tanto, o conhecimento acerca de produção sustentável e agroecologia.

Dos sete produtores rurais entrevistados, cinco responderam não para o uso de defensivo/agrotóxicos, pois para eles o uso de defensivo implicaria em agredir a natureza, além de poder causar doenças, o que os faria evitar o uso. Dois entrevistados admitiram o uso de defensivo, a fim de limpar a área a ser cultivada. Um deles mostrou o interesse em saber se era possível ter o uso adequado do defensivo, querendo buscar quais procedimentos adotar, a fim de não comprometer a saúde e o meio ambiente.

Em relação à orientação técnica para comprar os defensivos/agrotóxico, dois produtores apenas comentaram que não recebem/ou receberão nenhuma orientação sobre o assunto, mas afirmaram ler os rótulos e bulas dos defensivos/agrotóxicos entendendo os significados dos desenhos impressos nos rótulos das embalagens.

Quanto a utilização de alguma proteção para aplicação dos defensivos/agrotóxicos, os

dois produtores que afirmaram o uso de defensivo/agrotóxico usam roupas que não lhe tem mais serventia, como também luvas e máscaras, e logo após a aplicação dos defensivos/agrotóxicos descartam as roupas e demais equipamentos utilizados durante a aplicação. Além dos próprios produtores, os seus filhos também aplicam os defensivos nos plantios quando necessário, pois eles também ajudam os pais nessa tarefa. Quanto a um lugar de recolhimento de embalagens vazias dos defensivos/agrotóxicos um dos que usam disseram queimar a embalagem, muitas vezes em um buraco feito no quintal da residência

Em relação ao uso da palavra defensivo ou agrotóxico, percebe-se que os produtores rurais tem certa dificuldade de compreensão do uso dos termos. Um produtor associado diz que não teve a oportunidade de conhecer sobre o significado dos termos e sua aplicabilidade – defensivos ou agrotóxicos, notando assim que, muitas vezes, não dominam a nomenclatura técnica. Mas quando perguntados, comentam que utilizam defensivo para um possível uso contra pragas, pois esse é o termo utilizado pelos técnicos do SEBRAE e da SEPLAN. Mesmo assim, os técnicos não deixam claro o significado do termo, conforme a percepção das entrevistas.

Em relação a indagação sobre o entendimento da palavra agroecologia e produção sustentável, durante as conversas informais e a aplicação do questionário, nota-se que muitos não tem total conhecimento sobre o que é agroecologia ou produção sustentável, a não ser através do discurso do coordenador do projeto agroecológico que é repetido quando os produtores são indagados acerca da produção sustentável. Portanto, a produção agroecológica se resume àquela que “é boa para a natureza”, mas sem desenvolver como são as técnicas para seu manejo e a prática cotidiana de uma produção com essa orientação.

Considerações finais

Este artigo buscou refletir sobre o entendimento dos produtores rurais acerca da dinâmica da produção sustentável do Projeto Agroecológico da APRUBERS, sem uso de agrotóxico/defensivos, buscando um equilíbrio entre Homem–Natureza–Ecologia. A produção agroecológica é uma tecnologia social que proporciona aos produtores rurais produção saudável. As práticas agroecológicas além de não usar venenos, não cometem injustiças sociais e nem a violência contra trabalhadores, nem contamina as pessoas, os alimentos, a

água, o solo e o ar. Foram utilizados a observação direta, além das entrevistas e conversas informais, bem como da aplicação do questionário que visa a uma pesquisa exploratória sobre a percepção acerca do uso de agrotóxicos e produção agroecológica

O referido projeto agroecológico, implantado na associação da vicinal 15 em Entre Rios, Roraima, conta também com o apoio de parceiros que auxiliam os produtores rurais, com assistência técnica da Embrapa e das secretarias de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPPA), do Índio e da Secretaria municipal de Agricultura do Município de Caroebe, pois existe a necessidade de que políticas públicas sejam inseridas no meio rural.

Assis (2006) analisa que para uma continuação de produção de modelos agroecológicos, é necessário que tenha interação tanto com o poder público como da sociedade, buscando soluções para os problemas ambientais causados pela agricultura convencional. Vemos que há uma iniciativa em curso nessa direção no caso ora analisado.

As relações estabelecidas pela produção sustentável e os associados mostra como os produtores rurais ainda mantêm um vínculo a terra em especial ao meio em que vivem, estabelecendo um elo de respeito e cuidado a natureza buscando não utilizar agrotóxico/defensivo para uma vida mais saudável. A parceria da Fundação Banco do Brasil junto a APRUBER, proporcionou aos produtores rurais associados e também aos moradores da região aquisições que ajudarão na renda familiar, como também para a expansão dos produtos ali produzidos.

No entanto, os produtores rurais ainda não tem clareza sobre a dinâmica da produção agroecológica, uma vez que expressam falta de conhecimento acerca desse processo produtivo, bem como das alternativas ao uso de agrotóxico. O uso da nomenclatura "defensivo", por influência dos técnicos dos órgãos do poder público municipal que tem contato com os produtores, demonstra que o discurso da produção sustentável não está completamente incorporado. Até o presente momento, fica mais patente a importância dos associados de terem se unido em prol da implantação do projeto agroecológico, mas que representa principalmente acesso a recursos e não a mudança do modelo de produção, reproduzindo o discurso do engenheiro agrônomo sobre a agroecologia, o que não ganhou ainda materialidade nas ações e cotidiano da produção agrícola dos associados da APRUBERS.

REFERÊNCIAS

ASSIS, R. L.. **Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia**. *Economia Aplicada*, vol. 10, n. 1, p. 75-89, jan/mar. 2006. Acessado em 13/06/2018

EMBRAPA. Sistemas Agroflorestais mudam a vida de agricultores familiares no interior de Roraima. Disponível em: [/www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1860214/sistemas-agroflorestais-mudam-a-vida-de-agricultores-familiares-no-interior-de-roraima](http://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1860214/sistemas-agroflorestais-mudam-a-vida-de-agricultores-familiares-no-interior-de-roraima). Acesso em 10 de junho de 2018.

GLIESSMAN, S. R.; **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. 653p.

OLIVEIRA, R. S.. **O trabalho do Antropólogo**. 2.ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo : Ed. UNESP, 2000.

SCHMITT, C. J. **A transformação das ideias agroecológicas em instrumentos de políticas públicas: dinâmicas de contestação e institucionalização de novas ideias nas políticas públicas para a agricultura familiar**. *Revista Política & Sociedade - ISSNe 2175-7984* Florianópolis. Vol.15 - SC – Brasil, 2016.

ETNOCONHECIMENTO AGROECOSSISTÊMICO DO ALTO SÃO MARCOS

Yara Pinho de Lima^I

Manuela Souza Siqueira Cordeiro^{II}

Ricardo André Dantas Neves^{III}

RESUMO

Os agroecossistemas difundidos em grande escala visam à alta produtividade, o aumento da produção e respostas imediatas de retorno financeiro. Esse modelo de agricultura, embasado na “revolução verde” culmina na degradação ambiental e interrupção da interação ecológica. O projeto de pesquisa, no qual esse artigo se baseia, tem como objetivo geral investigar o etnoconhecimento ou conhecimento tradicional nas práticas agroecossistêmicas das regiões do Alto São Marcos, Estado de Roraima.

Palavras-chave: Agroecologia, Amazônia, povos indígenas

^I UFRR, Graduanda em Antropologia, yaramacuxi@hotmail.com, bolsista do Programa Iniciação Científica (PIBIC/UFRR)

^{II} UFRR, Doutora em Antropologia Social, manuela.cordeiro@ufr.br

^{III} IFRR, Mestre em Agroecologia, ricardo.neves@ifrr.edu.br

INTRODUÇÃO

Os agroecossistemas difundidos em grande escala visam à alta produtividade, o aumento da produção e respostas imediatas de retorno financeiro. Esse modelo de agricultura, embasado na “revolução verde” culmina na degradação ambiental e interrupção da interação ecológica. Os danos ambientais e ecológicos somam um prejuízo imensurável, prejuízo esse que não é contabilizado nos custos de produção, sendo a dívida uma herança para o planeta a médio e longo prazo. A Agroecologia surge como quebra de paradigma do atual modelo de produção agrícola, buscando, principalmente “coevolução social e ecológica” (Caporal, Costabeber 2004). Segundo Gliessman (1990), a Agroecologia, sob o ponto de vista da agricultura sustentável, é aquela que, tendo como base uma compreensão holística dos agroecossistemas, seja capaz de atender, de maneira integrada, aos seguintes critérios: a) baixa dependência de insumos comerciais; b) uso de recursos renováveis localmente acessíveis; c) utilização dos impactos benéficos ou benignos do meio ambiente local; d) aceitação e/ou tolerância das condições locais, antes que a dependência da intensa alteração ou tentativa de controle sobre o meio ambiente; e) manutenção a longo prazo da capacidade produtiva; f) preservação da diversidade biológica e cultural; e g) utilização do conhecimento e da cultura da população local. O Estado de Roraima possui uma área de 224.300,50 km² onde 46,37% são áreas indígenas. Os povos indígenas de Roraima têm como base alimentar a produção de alimentos da agricultura de subsistência. Através da epistemologia natural, que consiste na “articulação dos conhecimentos científicos com os saberes cotidianos, constituída de corpus e de práxis” (Gomes 1999), uma investigação sobre as práticas agroecossistêmicas dos povos tradicionais culminará em modelos de produção sustentáveis com as fitofisionomias existentes nas reservas indígenas, e conseqüentemente estabelecer indicadores ecológicos, ambientais e produtivos de capacidade de suporte sustentável do Estado. Segundo Rodrigues *et al* (2014) o etnoconhecimento, como tradição cultural, faz parte de cada população de forma distinta. Vários fatores ambientais, produtivos, alimentares, religiosos e de estrutura social são diretamente influenciadores do etnoconhecimento e sua adaptabilidade no ambiente espacial e temporal. Portanto, o conhecimento tradicional pode passar por transformações vivenciadas em sociedade, são como alertas para observar a própria tradição cultural como processos, resultando em saberes constituídos.

A observação das interações socioculturais projeta-se não somente ao que diz respeito ao tradicional, mas uma atenção em relação às evoluções de uma sociedade. Sendo assim, não despreza a reprodução social, potencializa-se tal fenômeno, visando a diversidade

transformadora de mudança. Sendo esse o fator primordial para certificar que essas sociedades não visam somente a continuidade de sua população (Cohn 2001).

Carneiro da Cunha (2012) cita em relação ao conhecimento tradicional uma possível relação de confiança entre cientistas e populações tradicionais, para que se possa identificar outros e variados tipos de conhecimentos, resultando assim na relação de inúmeros sistemas de conhecimentos.

A ênfase é no mainstreaming dos conhecimentos tradicionais em algumas áreas, como medicina e farmacologia, e nos cuidados com ambientes delicados – o chamado saber ecológico. Mas essa é uma atenção, aliás, duplamente salutar, a produtos mais do que a processos de produção de conhecimento. Digo duplamente salutar porque, enquanto é importante reconhecer e aproveitar os sucessos dos vários sistemas de conhecimentos, creio que se devam manter separados os processos de conhecimento. (Carneiro da Cunha, 2012, p. 441)

A autora retrata a importância da antropologia nos estudos desses sistemas como ciência que é possível conhecê-la:

É exatamente por essas razões que a descrição minuciosa dos sistemas de conhecimentos ditos tradicionais é da maior importância para a antropologia e a filosofia da ciência. Cabe à antropologia entender procedimentos, protocolos, direitos associados, tipos e vocabulários de conhecimento, epistemologias dos diversos tipos – e muito mais. (Carneiro da Cunha, 2012, p. 458)

Poderíamos hoje dizer que os sistemas de conhecimentos ditos tradicionais, na medida em que exploram as possibilidades de ontologias diversas e mundos alternativos, prefiguram questões e merecem análise da filosofia da ciência mais contemporânea. Segundo Empeaire *et al* (2008), pode-se dizer que o conhecimento tradicional é um conjunto de relações entre a natureza e populações.

“O reconhecimento das formas locais de agricultura enquanto patrimônio se fundamenta em vários critérios: a existência de um forte componente intangível, religioso, artístico ou cultural; uma inserção ímpar em uma paisagem social, cultural e ambiental; relações entre ambiente e sociedade, também marcadas por um caráter singular; um funcionamento fundamentado em um conjunto específico de conhecimentos tradicionais (os TEK, traditional ecological knowledge); e, por fim, a participação de instituições locais que promovam a equidade social, em particular nas relações de gênero (Ramakrishnan, s.d.).” (Empeaire *et al*, 2008, p.4)

Portanto, os dois primeiros autores apresentam características peculiares quando se trata de etnoconhecimento, pois relatam que dentro de um determinado sistema de conhecimento tradicional, pode-se ter interferência de um outro conhecimento não visto antes, podemos dizer de tecnologias, aprimorando e apoiando assim o saber local de um povo. Já

Emperaire *et al* (2008) aborda a necessidade de reconhecimento dos sistemas agrícolas para se tornar assim patrimônio imaterial.

O projeto de pesquisa, no qual esse artigo se baseia, tem como objetivo geral investigar o etnoconhecimento ou conhecimento tradicional nas práticas agroecossistêmicas das regiões do Alto São Marcos, Estado de Roraima. Já os objetivos específicos são: a) classificar as formas de produção agrícola; b) classificar as formas de produção agrícola por etnia (Macuxi, Wapichana e Taurepang), em uma abordagem tanto da antropologia quanto da técnica agroecológica. Os povos indígenas estão presentes e realizam práticas agrícolas nos três ecossistemas inseridos no bioma Amazônia do estado de Roraima (Floresta Ombrófila de Terra Firme; Savana e Campinarana).

As etnias Macuxi, Wapichana e Taurepang possuem técnicas de manejo agrícolas diferenciados, de acordo com tradições passadas através das gerações. O manejo de produção agrícola é diferenciado de acordo com os recursos naturais. A região do Alto São Marcos possui fitofisionomia de Savana Estépica, áreas de ecótonos e Floresta de Terra Firme. A pesquisa é realizada na comunidade indígena Boca da Mata, onde eu vivi até cursar o ensino médio, antes de ser aprovada na Universidade Federal de Roraima.

A pesquisa teve início em agosto de 2017. Para a determinação das práticas agroecossistêmicas e o conhecimento tradicional do ponto de vista antropológico, o procedimento metodológico será a entrevista estruturada, onde o estímulo a ser dado a cada entrevistado será o mesmo, isto é, cada informante será questionado sobre as mesmas perguntas previamente estabelecidas e na mesma sequência. As questões serão divididas entre abertas e fechadas com a aplicação presencial do roteiro para identificação das práticas agroecossistêmicas, bem como a realização das entrevistas com os produtores rurais indígenas.

Para o estudo etnoecológico, será utilizada a metodologia “mapeamento comunitário”, que consiste no registro do conhecimento local sobre zonas ecológicas, distribuição de vegetação, e distribuição de recursos úteis, solicitando dos informantes desenhos de um mapa básico com as informações pretendidas.

MANEJO DA TERRA E PRODUÇÃO DE PRODUTORES MACUXI E TAUREPANG

Nesta seção, busco compreender a noção dos produtores indígenas acerca do conhecimento tradicional, utilizando dados de duas entrevistas realizadas nas terras aonde eles cultivam na comunidade Boca da Mata. Um dos produtores indígenas que foram entrevistados

são seu Jadiel, da etnia Macuxi. A terra onde produz está um pouco distante da área central da comunidade indígena Boca da Mata. Atualmente vive sozinho, sendo que as suas filhas por vezes o ajudam com a produção da polpa do cupuaçu e recebem dinheiro em troca de seu trabalho. Ele possui um sistema agroflorestal na terra aonde mora que produz principalmente cupuaçu e açaí, com o incentivo da superintendência da EMBRAPA em seu escritório local. Acerca do plantio de cupuaçu, seu Jadiel comenta:

O pessoal da Embrapa me disseram assim, olha para você plantar o cupu [cupuaçu], você tem que conseguir uma terra plana, que não seja terra alta, porque não se dá bem. Eu plantei lá em cima, lá em cima da serra, lá, se quiser ir ver lá tá lá, tá dentro do mato, não tem adubo nenhum, mais tá verde, verde. Eu acredito assim professor, desde o período que eu plantei lá dentro, eu limpei coisa pouca né, limpei. Então esse roço que eu faço assim, fora as árvores grandes, o que acontece, aquela folhanga que cai, aquela madeira que apodrece todinha, já serve de um orgânico para ele mesmo, para eles mesmo não é não? A gente se sente feliz, não vai pegar química nenhuma do médico do doutor, não sei do que mais lá, pega da natureza mesmo.

A passagem anterior demonstra que o seu Jadiel utiliza uma produção com o manejo sustentável do cupuaçu, sem o uso de agrotóxicos e com técnicas de manejo que utilizam o próprio composto orgânico como adubo. Ao ser perguntado se ele faz compostagem, seu Jadiel responde:

Eu estou fazendo o seguinte, taí, olha, aí é casca de mandioca, que o lixo vai aí para dentro, quem se encarrega de manejar é as galinhas, elas jogam para cá e eu boto para lá, elas jogam para cá, eu boto para lá, quando for agora nessa muda de agora eu vou experimentar essa compostagem de tudo tem aqui dentro. [...] Então eu percebi que a casca da mandioca já ajuda, a fazer outra orgânica para a planta, tá aqui ela funcionando, quando tem mandioca eu joga aqui, as galinhas se encarregam de jogar, eu joga de novo, elas estão fazendo o manejo. Quando for nessa roça aqui, eu vou usar daqui, para prestar atenção como é que vai ficar ela, porque olha, na verdade nunca plantei aqui com adubo da Embrapa de ninguém não, nunca não, eles estão aí por conta deles mesmo, trouxeram uns adubos aí mais só aplica no inverno, né, e tem que ter água.

Ele demonstra conhecimento acerca do uso do lixo orgânico para reverter em adubo para o cupuaçu, açaí, mesmo que não seja exatamente a técnica denominada compostagem, seguindo as orientações agronômicas. De qualquer maneira, ele se orgulha em dizer que nunca precisou de “adubo da Embrapa”, sem utilizar nenhuma “química de doutor” como explicado na fala anterior.

Seu Jadiel conta que iniciou a produção, quando viu a necessidade de sua família, a partir do momento em que ele teve filhos, ele disse que se mudou do outro lado do rio que corta a comunidade indígena da Boca da Mata, denominado Surumu para vir trabalhar na terra. Até aquele momento, ele produzia apenas frutíferas como a laranja, tangerina e limão.

Mas ele viu a oportunidade de produzir utilizando o sistema agroflorestal com o consórcio de açaí e de cupuaçu.

Em visita a outra roça que seu Jadiel produz, na qual ele também utiliza a técnica do Sistema Agroflorestal (SAF). Tem outro espaço da roça que ainda pode ser considerada como de transição, porque ele utilizou uma técnica convencional que foi a queima do solo, somente depois de deixar a terra limpa, ele introduziu as frutíferas, cupuaçu, açaí, pupunha. Agora ele disse que pode mais queimar, se não mata o que ele plantou. Disse que agora já entrou no processo agroecológico nessa terra, sem uso de fertilizantes ou agrotóxicos. Trata-se de um sistema de transição, onde ele também introduziu o feijão-guandu para nitrogenar a terra.

O segundo indígena entrevistado foi Anderson. Durante o caminho da roça dele, fomos em direção aonde era minha antiga casa, ao passar por ela relembrei toda minha infância, juntamente com minha mãe e meus irmãos. Seguindo adiante, passamos em frente ao local onde antes funcionava a Igreja Adventista da comunidade, lugar em que eu e minha família frequentávamos, sendo que hoje está abandonado, o teto ainda é de zinco, feita de tijolo, sem reboco, sem portas. Os membros da congregação construíram outra igreja, mais próxima do centro e bem mais estruturada do que era a de antes.

Passando a área da antiga Igreja Adventista, na estrada de piçarra e debaixo de sol quente, avistamos outras casas. Nessa direção, existem mais famílias da etnia Taurepang. Ele deu uma parada para pegar algumas ferramentas que precisava levar para roça, como terçado e remo, pois para chegar até na sua roça precisávamos atravessar o rio Surumu de canoa. A casa de Anderson fica localizada na área central da comunidade Boca da Mata, mas a roça que administra está do outro lado do rio.

Ao logo do caminho até a beira do rio para atravessarmos, era possível ver uma casa bem afastada do centro; a paisagem é muito linda, estávamos rodeados de grandes serras, e caimbezais. Em momentos, estávamos em uma vegetação típica de “Lavrado” ou Savana, e, em outros momentos, predominava a vegetação de floresta. Chegamos em área de floresta, já sentíamos o lugar mais arejado por conta das árvores uma ao lado da outra, respirávamos um ar mais úmido. O senhor Anderson nos mostrou pegadas de porcão, estávamos em uma área de mata ciliar e logo chegamos à beira do rio.

A canoa já estava a nossa espera, chegamos no rio Surumu, a coloração da água era cinza, o senhor Anderson entrou na canoa e com uma vasilha improvisada feito de garrafa pet, foi tirando uma pequena quantidade de água que havia dentro da canoa. Atravessamos o rio, admirando toda a paisagem que a natureza nos proporciona. Até que chegamos na roça do

senhor Anderson, ele nos mostrou toda sua roça, sentamos em um tronco de árvore bem grande para realizar a entrevista.

A respeito de como foi realizada a escolha do lugar de plantação que estávamos visualizando bem às margens do rio, mas já em uma parte mais alta. Anderson comenta: *“Não, na verdade tem muitas pessoas que fazem no baixinho mesmo, onde a mata encharca, porque ela [...] depois que elas tomam uma altura boa, ela não tem mais problema com isso”*.

Ele trabalha junto com o padraço, em uma área que produz predominantemente banana e macaxeira: *“Ele é o homem do recurso na verdade, a gente faz a broca”*. A respeito da decisão do que produzir, ele comenta que as decisões são tomadas em conjunto com seu padraço: *“Na verdade, a gente fala sobre isso, como tem esse pedaço de mata virgem aí para frente, nós resolvemos fazer uma muda de bananeira para cá, para poder passar futuramente para lá para frente”*.

Ainda em relação ao manejo da terra, Anderson comenta: *“É queimado, tem que ser queimado, essa técnica utilizada pelos nossos pais, nossos ancestrais na verdade, e a gente tem feito da forma que eles fizeram”*. E isso se apresenta como uma das dificuldades: *“Não, mais a questão de, da broca mesmo, fazer a limpeza do local, e depois, afastar um pouco o material orgânico né da vegetação”*. Ao ser indagado, ele comenta que não utiliza nenhum tipo de fertilizante. É possível também perceber que eles realizam o pousio da terra e alternância das áreas de partes diferentes da roça: *“A gente tá fazendo mais para esse lado de lá, essa área aqui nós estamos trabalhando primeira vez, aqui era nossa roça primeiro, como ela já tá numa altura boa, a gente já vai fazer ela para fazer outro tipo de plantio”*. Com relação a utilização de outras técnicas, ele explica que:

A gente tem que, apesar da gente fazer esse tipo de cultura ainda né, queimando, as vezes a gente queima o material melhor, e o outro solo ele fica bem pobre, é por isso que muita das vezes a capoeira é limitada, se a gente só brocasse, plantasse por baixo mesmo, ela daria, até mesmo melhor do que do que ela tá aí, porque o solo ele já foi praticamente queimado tudo, não tem nenhum nutriente mais para ele, para a bananeira dissolver.

Anderson, ao ser indagado se ele visualiza na comunidade uma divisão das áreas de roça por etnia, responde: *“Não, na verdade a gente sempre trabalhou, essa área daqui para cá tem um igarapezinho bem aqui que é a divisa, que meu avô trabalhava desse e meu pai trabalhava desse, e ficou assim, aí lá para frente tinha outra família que trabalhava”*. O trabalho na terra, por muitas vezes, era realizado por meio do ajuri que é o nome dado ao

trabalho coletivo realizado por um grupo de parentes indígenas, no qual era oferecida a comida e a bebida, geralmente o caxiri, para realizar uma determinada tarefa na roça.

POLÍTICAS PÚBLICAS E PRODUÇÃO RURAL NA BOCA DA MATA

Nesta seção, analiso a presença de políticas públicas voltadas à produção agrícola na área da comunidade indígena da Boca da Mata a partir das entrevistas realizadas com Anderson e seu Jadiel. São estes principalmente o Projeto Cupuaçu Forte e o Programa de Aquisição de Alimentos. O projeto ‘Fortalecimento da Produção de Cupuaçu e de seus Subprodutos no Extremo Norte do Brasil’ é uma iniciativa da Embrapa Roraima, em parceria com a Aliança de Integração e Desenvolvimento das Comunidades Indígenas de Roraima (ALIDCIRR), e patrocínio da Petrobras. O Projeto busca incorporar novos conceitos e tecnologias que sejam eficientes para o aumento da produtividade do cupuaçuzeiro no Estado, bem como viabilizar alternativas para a produção, manejo de doenças e processamento do cupuaçuzeiro, trazendo renda, oportunidade de trabalho e desenvolvimento para a pequena propriedade rural.

É um trabalho que tem como área de abrangência a região produtora de cupuaçu no município de Pacaraima. Atuam como parceiros do projeto a Universidade Federal de Roraima (UFRR), a Universidade Estadual de Roraima (UERR), o SEBRAE e a Prefeitura de Pacaraima^{IV}.

Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção^V

Seu Jadiel é o único produtor agrícola da comunidade indígena da Boca da Mata. A respeito de sua interação com a EMBRAPA e se eles foram responsáveis por trazer tecnologia de produção para a comunidade, ele explica:

Geralmente trouxeram, foi fundamental, agora nesse curso que eu tive em Boa vista disseram que tem outra outra qualidade uma tal de vassoura seca. Tenho um sitio maior lá para cima, lá para ponta da serra. Tinha umas 9.000 mudas de cupu, mas na época em que a Embrapa começou a me monitorar disseram que tá muito próximo um do outro, aí fui na besteira de cortar, eu digo não, quem manda nessa carga é Deus gente, é Deus. Toda planta é minha quando eu planto eu digo senhor tá

^{IV} Disponível em : <http://cupuaçuforte.com.br/site/projeto/>, acessado em 15/06/2018 às 17:27h

^V Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>, acessado em 15/06/2018 às 17:28h

entregue nas tuas mãos, pronto, não é não, eu vou confiar em Deus ou no pessoal da Embrapa.

Dessa passagem acima, é possível perceber que seu Jadiel reconhece a importância da EMBRAPA para disseminar tecnologias de produção, no entanto, ele mesmo não concorda com o posicionamento dos técnicos em todo aconselhamento de manejo produtivo. Ele comenta que escolheu trabalhar com o cupuaçu, também por seu valor de troca e a diferença no manejo:

Eu escolhi da razão do seguinte, como eu disse né, olha aí, o milho eu disse, ainda agora eu disse, o milho o feijão, todo ano você tem que lavar, já o cupu [cupuaçu] não, por essa razão, que eu já escolhi ele. O açaí, você plantou ele agora, já está carregando, se não derrubou o pé, logo mais vai carregar de novo, então estou fazendo colheita de novo, por essa razão que eu resolvi plantar o cupu [cupuaçu], a laranja, o limão, né, tudo isso, foi essa finalidade de eu tá aproveitando da safra deles todo período.

Desse modo, a iniciativa de plantar em cupuaçu, com o uso de sistema agroflorestal permite que seu Jadiel tenha uma produção que fornece o ano todo. Sobre o modo como ele soube da possibilidade de trabalhar o com o cupuaçu:

Foi o seguinte, através da [Secretaria de] agricultura né, foi assim olha, porque quando eu comecei a trabalhar, por isso que eu estou dizendo, é bom você plantar, porque você aparece, se você não planta quem vai lhe ver, ninguém não é não? Eu plantei e comecei né, estender minha vendinha, por aqui tudinho, uns comprando outros não, vinha gente de Boa Vista passando a perna em mim, dizendo que não tinha preço, mas queria três sacos quatro sacos, cinco sacos e passava para Boa Vista. Aí no período que aconteceu esse projeto o Dr Samuel de Boa Vista né, vinha aí, aí veio fazer esse tipo de cadastro com as pessoas, levantamento com as pessoas, até por causa que ele vivia aqui no sítio.

O projeto que ele faz referência é o Cupuaçu Forte que foi disseminado pela Secretaria de Agricultura, Embrapa e outros servidores de órgãos públicos de Boa Vista.

Anderson utiliza tanto a limpeza, quanto a queimada para manejar a terra. Mas garante que o acesso a informação sobre produção é muito maior do que na época de seus pais, sabendo que idealmente não deveria utilizar a queimada. Por enquanto, ele não vende a sua produção e nem fornece para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), sendo praticamente de consumo da família. A respeito da dinâmica de trocas da produção, ele comenta:

Entre família. Às vezes chega pessoa de fora da família também, se falar olha, eu tô precisando disso, eu sou assim, eu sempre digo para minha esposa, já muito dos meus familiares não usam isso. Porque as vezes chega uma pessoa e diz: 'eu queria uma farinha mais eu não tenho dinheiro'. Hoje eu prefiro dar a farinha, porque a gente sabe o trabalho que ela dá, é muito trabalho para ser vendida ao preço que ela tá, para mim, no meu ponto de vista.

Portanto, ainda que não esteja fornecendo para o PAA e nem participando de nenhuma política pública, Anderson promove a troca, em vista da dificuldade que menciona sobre o preço justo da venda de seus produtos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as entrevistas e visitas nas roças dos agricultores, o senhor Jadiel possui duas roças, uma utilizando Sistema Agroflorestal, com técnicas Agroecológicas e a outra ele utiliza a queimada. Portanto observa-se que o agricultor de certa forma faz um tipo de experimento do solo, tendo em vista que possui duas roças usando técnicas diferenciadas. Ele une o conhecimento tradicional com o conhecimento científico, pois possui a assistência técnica da instituição EMBRAPA, balizando assim conhecimentos.

O agricultor Anderson não usa técnicas agroecológicas. Utiliza o fogo, conhecimento tradicional que foi passado de seus avós para seus pais e de seus pais para ele. Sua roça não é agroecológica mas também não é convencional, tendo em vista que a cultura da banana permanece na área produzindo por alguns anos. Podemos considerar uma área de transição, porque ele sempre vai estar, como relatou, renovando a roça utilizando a queimada. Então nunca passará de transição para agroecológico. Vale salientar que o produtor utiliza o fogo de forma consciente

Os dois agricultores têm plantações de manivas. A mandioca é a principal base alimentar, pois dela pode se fazer beiju, farinha, caxiri, e tirar tucupi.

Na comunidade Boca da Mata dificilmente vamos encontrar quem não trabalha com mandioca, sendo a principal base alimentar. A mandioca possui grande tolerância com vários tipos diferentes de solos, por este fato, várias etnias fazem produção do tubérculo na Amazônia. Neste caso, os Macuxi e Taurepang.

A antropologia pode contribuir através da observação participante, nas visitas de campo, observando a realidade de cada agricultor, descrevendo os modos de produção, observando, questionando, resultando assim nas escritas de cada conhecimento, e a partir da interação do conhecimento técnico com o tradicional, dizer que o conhecimento técnico não necessariamente irá determinar novas tecnologias, tendo em vista que o conhecimento empírico dos povos indígenas é passado por várias gerações manejando essas áreas estudadas.

REFERÊNCIAS

- CAPORAL, F. R., COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: Alguns conceitos e princípios**. 2004
- COHN, C. **Culturas em transformação: os índios e a civilização**. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 15, n. 2, p. 36-42, 2001.
- CUNHA, A. C., **Questões suscitadas pelo conhecimento tradicional**. 2012
- EMPERAIRE, L., VELTHEM, L. V., OLIVEIRA, A. G. **Patrimônio cultural imaterial e sistema agrícola: O manejo da Diversidade agrícola no Médio Rio Negro Amazonas**. 26^a Reunião Brasileira de Antropologia, ABA, Porto Seguro (BA), 01-04/06/2008
- GLIESSMAN, S. R. (ed.). **Agroecology: researching the ecological basis for sustainable agriculture**. New York: Springer-Verlag, 1990
- GOMES, J. C. C. **As bases epistemológicas da Agroecologia**. 1999
- <http://cupuacuforte.com.br/site/projeto/>, acessado em 15/06/2018 às 17:27h
- <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>, acessado em 15/06/2018 às 17:28h
- RODRIGUES, R. A., RIBEIRO NETO, A. S., SILVA, M. L. F. **Saberes indígenas e ressignificação no processo identitário dos Sateré-Mawé/AM**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 206-229, jul./dez. 2014.

DESENVOLVIMENTO DA MESORREGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS: FORMAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E AVANÇOS DO CINTURÃO VERDE

Yuri Lima Perotto¹

Paula Voigt Espinola²

Resumo: Este trabalho é resultado de um projeto de pesquisa que pretende investigar e refletir sobre a região da Grande Florianópolis em específico no que tange sobre o funcionamento do cinturão verde e sua importância para Estado de Santa Catarina. O estudo resgata como se deu a ocupação da região do cinturão verde da Grande Florianópolis, como esta área se consolidou no setor de hortifrutigranjeiros para o abastecimento do Estado e o que se espera para o futuro da produção na região. No primeiro momento apresenta a importância da vinda do imigrante alemão e seu papel de defesa do território. Analisa o presente da região e a venda das hortaliças pelo Centro de Abastecimento (CEASA). Por fim verifica como a tecnologia pode vir a auxiliar na produção da região do cinturão verde da Grande Florianópolis.

Palavras Chaves: Cinturão Verde; Agricultura familiar; Santa Catarina.

¹ Estudante de Geografia Bacharelado da Universidade do Estado de Santa Catarina – yuriperotto@hotmail.com

² Estudante de Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina - paulavespinola@hotmail.com

1 - A REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS E A PRODUÇÃO DAS HORTALIÇAS

A mesorregião da Grande Florianópolis se situa na região litoral central do estado de Santa Catarina e conta, segundo o censo de 2011, com 1.027.271 habitantes que se distribuem em uma área de 7.156,6 km². A região possui 21 municípios que estão divididos em três microrregiões: Florianópolis, Tijucas e Tabuleiro. A microrregião de Florianópolis é a maior da mesorregião e possui nove municípios (Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Paulo Lopes, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara). A microrregião de Tijucas é composta por sete municípios (Angelina, Canelinha, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, São João Batista e Tijucas) e se situa ao norte da mesorregião, tornando-se microrregião limítrofe com a mesorregião do Vale do Itajaí. Por fim, a microrregião do Tabuleiro é composta pelos municípios de Alfredo Wagner, Águas Mornas, Anitápolis, Rancho Queimado e São Bonifácio.

A maior parte da produção agrícola da mesorregião se destina a alimentos chamados hortifrutigranjeiros, ou seja, de frutas e hortaliças, caracterizando a região como Cinturão Verde. Algumas das cidades dependem massivamente da geração de renda advinda da produção deste setor, em especial os municípios da microrregião do Tabuleiro, que possui a maioria da sua população residente em áreas rurais, sendo os grandes responsáveis por atender a demanda de alimentos perecíveis da região metropolitana de Florianópolis.

A produção da agricultura familiar garante um fortalecimento da produção local que gera uma economia sustentável para a região. Produtos oferecidos na região garantem um alimento in natura mais nutritivo ao consumidor, visto que é colhido em um dia e no dia seguinte está no CEASA para a venda. Isto garante que o alimento chegue fresco para o consumo, tendo passado pelas etapas de maturação e crescimento, garantindo um maior aporte nutricional do alimento. O incentivo a produção local também garante a variabilidade da alimentação e da continuação dos modos e característicos de se alimentar da população. Ao desenvolver a agricultura local estará sendo propiciado um processo que se fundamenta nas dimensões econômicas, políticas, sociais, ambientais e nutricionais, cabendo o apoio a essa logística uma potencialização de recursos, oportunidade e ações para os atores presentes nesses territórios (MOSSMANN, 2017).

2- A EVOLUÇÃO DA MESORREGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - CINTURÃO VERDE

Para analisar a evolução de um determinado espaço geográfico é necessário analisar os processos sociais que os propiciaram, não deixando de lado as características naturais que dão

condições para sua evolução. O desenvolvimento socioeconômico e a formação sócio-espacial do território que compreende o cinturão verde da região da Grande Florianópolis se deram por processos transcorridos ao longo de quatro séculos, envolvendo, inclusive, o contexto da migração de europeus para o Brasil. Tal fato significa dizer que, o estudo deve cingir fatos históricos situados no plano mundial, regional, nacional e local. Combinado a isso, a formação do cinturão verde da Grande Florianópolis também se deve pela combinação geográfica de suas dinâmicas específicas e particularidades naturais (físicas e biológicas), econômicas e sociais (humanos) (CHOLLEY, 1964). Assim, o conjunto desses elementos são fatores importantes para a formação do que hoje é o cinturão.

A região passou a ser ocupada gradativamente, tendo como destaque quatro movimentos principais: as ocupações vicentistas, açoriana, alemã e migração interna (CABRAL, 1970).

A região, litoral, principalmente, tem sua formação sócio-espacial, inicialmente ligada à ocupação de origem açoriana. Desde o século XVIII e até metade do século XIX, a economia da capital do Estado dependia exclusivamente da produção agrícola e pesqueira que existia na ilha e em suas proximidades (MAMINIGONAN, 1966). Nas propriedades pequenas tinha destaque para a produção de mandioca, cana-de-açúcar, amendoim, milho e café. Havia construção de engenhos que serviam para o processamento da farinha de mandioca e também para a produção do açúcar mascavo, melado de cana e cachaça. (CAMPOS, 1991).

Conhecida como pequena produção mercantil açoriana, as produções agrícolas, que serviam de abastecimento no litoral, não alcançaram um desenvolvimento de relações capitalistas de produção (VIEIRA & PEREIRA, 1997). Verificou-se um atraso do trabalho, muito devido à estagnação dos meios de produção citados anteriormente. Acentuado à isso, a dependência com o mercado do Rio de Janeiro e a grande concorrência com a produção sul-rio-grandense, deixava os produtos produzidos no litoral catarinense em desvantagem (HUBENER, 1981). A situação muda, de certa forma, com a chegada dos imigrantes alemães na região da grande Florianópolis, quando passa a haver condições de incentivos para as áreas de ocupação dos imigrantes europeus (CRUZ, 2008).

Quando o Brasil se tornou independente em 1822, colocou-se como necessário à colonização da região sul do país, estando estas sob ataques de argentinos e índios Botocudos (WAIBEL, 1949). Estas áreas não eram ocupadas, e serviam apenas como passagem pelos caminhos dos tropeiros e dos boiadeiros. Esses caminhos eram de extrema importância para o governo federal, pois era um lugar de passagem de mercadoria, não podendo deixar que essa região se desmembrasse do país por eventuais conflitos.

Assim, esta região necessitava de novos tipos de colonos, sendo estes pequenos

proprietários livres e que cultivassem nas terras de mata, que não estivessem interessados no trabalho escravo e tampouco na criação de gado. Esse colono deveria ser tanto um soldado como um agricultor, para defender seu terreno. Esses colonos soldados seriam encontrados na Europa, onde já haviam soldados desengajados dos exércitos de Napoleão além de camponeses pobres que vinham sendo oprimido em suas localidades e que estavam a ponto de emigrar visando buscar um lugar melhor. (WAIBEL, 1949).

Assim, estabeleceram na década de 1820 as primeiras colônias alemãs no sul do Brasil, principalmente nos lugares onde os caminhos tropeiros adentravam a mata. Na região do que hoje é a Grande Florianópolis, ou seja, que ficava próxima a Desterro, houve a colonização alemã que estava vinculada e fixada às margens da estrada que conduziam o tropeirismo. Essas colônias participaram de um mesmo processo colonizatório sulino, no qual a ocupação de “bocas da mata” que serviam para dar segurança ao sistema de caminhos de tropas. O principal acesso ao oeste era a estrada Desterro-Lages quando se consolidou o planalto serrano como território catarinense e desse modo fortalecia o desenvolvimento da região metropolitana da capital.

Tendo características capitalistas em sua formação, os imigrantes alemães realizaram a tarefa de expandir áreas do Brasil Meridional, sendo que em cada região haveria um ritmo local diferente para o seu desenvolvimento devido às especificidades do meio natural ao qual estavam colocados. Dessa forma, o imigrante deveria utilizar seus conhecimentos e experiências adquiridos outrora que foram determinantes para o surgimento do capitalismo na Alemanha (CRUZ, 2008). O governo brasileiro, propositalmente, por meio da imigração alemã provocou mudanças sociais de curto e longo prazo.

Na região da grande Florianópolis, o imigrante alemão teve papel fundamental para a defesa das fronteiras, assistência das tropas de gado e principalmente para a produção alimentar para os centros urbanos mais desenvolvidos (WOORTMANN (2004). Os centros urbanos sofriam frequentemente com problemas endêmicos de abastecimento. Os colonos alemães forneciam uma diversidade nos gêneros de consumo interno da região e os produtos eram destinados, quase que totalmente para o escoamento portuário através da navegação de cabotagem. No século XX, aumentou tal produção, devido ao avanço demográfico em Florianópolis e municípios vizinhos, ou seja, ao atendimento de uma demanda urbana crescente. Para atender a procura que se intensifica, os agricultores cultivavam e forneciam alimentos frescos, especialmente frutas, hortaliças, verduras e tubérculos, além de processar produtos como: geleias de fruta, conservas de hortaliças, massas, biscoitos, pães, açúcar mascavo, cachaça, farinha de mandioca, queijos e embutidos.

Contudo, os meios de ascensão social dos colonos foram diminuindo por diversos fatores:

Acabaram ficando em uma dependência agrícola, não incorporando o modo de produção capitalista em seu desenvolvimento; A baixa fertilidade do solo e a falta de boas estruturas de transporte para auxiliar e trazer rapidez ao escoamento dos excedentes até o litoral seguiu precário até o início do século XX; Havia ainda, ao sul, a limitação com o morro do Cambirela, que inviabilizava uma ocupação mais próxima da faixa litorânea, pois a região apresenta serras filetadas e rios de baixo curso; Não conseguiram desenvolver núcleos populacionais densos, muitas vezes disseminando descendentes em outras direções (Ex: norte de Blumenau, Rio do Sul, Brusque) (KOCH, 1995; SCHMITT, 1979; PIAZZA, 1982). Outro fator importante a se considerar é que havia forte influência dos Campos de Lages que colocavam as colônias próximas à Desterro sob mecanismos de funcionamento do latifúndio pecuarista (CRUZ, 2008). Contudo, esse mesmo mecanismo fez com que alguns produtores conseguissem se desenvolver em pequenos capitalistas.

Apesar das imensas dificuldades, alguns dos pequenos proprietários conseguiam se manter na terra e ascender economicamente devido as relações que mantinham com a passagem das tropas. Ou seja, o pequeno produtor que obtinha condições de ter uma venda na beira da estrada de passagem, tinha o monopólio dos preços e dessa forma ascendia socialmente (CRUZ, 2008). Dessa forma, poucos agricultores conseguiam se manter. Conforme Dobb, em uma perspectiva marxista, quando o produtor conseguisse se tornar um vendedor, também se tornava um pequeno capitalista, não sendo refém apenas da economia agrícola natural.

Com o tempo, e com os problemas enfrentados pelos imigrantes pequenos produtores, o natural a se pensar é que haveria uma destruição das propriedades agrícolas e do seu complexo rural. Porém, o que aconteceu foi uma evolução lenta nas áreas agrícolas devido às especializações do sistema agrícola bem como o desenvolvimento de pequenos negócios. O que faltava era o mercado interno produzir essa demanda, e isto começou a surgir após o desenvolvimento do núcleo central de Florianópolis e das cidades próximas do seu entorno (São José, Palhoça e Biguaçu). Dessa forma, com o surgimento de um mercado consumidor, o meio rural não se extinguiu.

3 - A PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS DO CINTURÃO VERDE DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - PRESENTE E FUTURO

Hoje o cinturão verde da mesorregião da Grande Florianópolis é composto por 21 cidades. Isso mostra que o abastecimento da região metropolitana possui uma enorme variedade de produtos advindos dessas cidades. Os alimentos originados nas cidades que compõem o cinturão verde de acordo com a FECAM (Federação Catarinense dos Municípios) resultaram em uma

produção avaliada em R\$ 228,6 milhões em 2012 segundo a pesquisa de produção agrícola municipal feita pelo IBGE.

O principal produto da Grande Florianópolis são as hortaliças e a região do cinturão verde produz a maior parte das horticulturas do Estado. Segundo a coordenadoria de Assistência Técnica e Extensão Rural da Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) na Grande Florianópolis, existem 10 municípios da região que possuem nas folhas, bulbos e frutos o maior foco da produção rural. Os municípios mais notórios na produção das hortaliças são os municípios de Antônio Carlos, Santo Amaro da Imperatriz, Rancho Queimado, Angelina e Águas Mornas. Estes municípios produzem 80% das hortaliças da região. Dessa produção, sua grande maioria é comercializada nas Centrais de Abastecimentos (CEASA).

Nas tabelas a seguir, é mostrado qual o valor e o volume das hortaliças comercializadas durante os meses dos anos de 2016 e 2017 respectivamente. Além disso, as tabelas trazem os dados das hortaliças importadas para mostrar a diferença entre o que é produzido no Estado e o que vem de fora do estado para ser comercializado no atacado CEASA. O que aparece como valor total e volume total incorpora também os dados das hortaliças importadas. Assim, é possível fazer um comparativo da importância e do volume das hortaliças que são produzidas no Estado e comercializadas no Centro de Abastecimento. Na tabela 2, aparece também a variação entre os meses de 2016 e 2017, mostrando se houve aumento ou diminuição da produção e do valor que são comercializados no CEASA.

Tabela 1 – Comercialização das hortaliças no ano de 2016 no CEASA²

2016	Valor Total (R\$)	Valor Importados (R\$)	Volume Total (Kg)	Volume Importado (Kg)
Janeiro	28.664.111,08	1.207.509,18	14.872.043,66	76.312,53
Fevereiro	27.753.047,21	702.249,83	15.107.108,50	46.478,77
Março	32.135.650,43	970.356,35	19.638.162,61	71.120,25
Abril	20.613.354,92	575.816,67	13.389.549,58	137.885,72
Mai	32.429.459,11	1.113.903,64	12.765.977,12	163.273,09
Junho	33.935.721,31	1.118.207,15	15.125.934,87	62.830,98
Julho	30.390.679,98	1.426.727,17	16.119.054,53	76.196,22
Agosto	29.439.334,94	922.356,54	15.891.931,12	203.401,82
Setembro	28.248.463,82	798.232,49	17.162.518,99	55.782,95
Outubro	26.264.612,42	598.168,86	15.632.444,66	44.520,16
Novembro	25.352.544,01	572.595,00	15.343.069,71	57.804,35

² Tabelas elaborada pelo autor. Dados retirados das estatísticas do site do CEASA.

Dezembro	25.751.795,37	488.564,61	15.999.345,49	47.366,88
----------	---------------	------------	---------------	-----------

Tabela 2 - Comercialização das hortaliças no ano de 2017 no CEASA

2017	Valor Total	Importados	Variação (%)	Volume total(Kg)	Vol importado (Kg)	Variação (%)
Janeiro	18.133.360,11	1.053.528,21	-36,74	17.443.892,82	76.569,56	17,29
Fevereiro	15.225.904,88	968.134,82	-45,14	13.449.513,35	73.667,73	-10,97
Março	18.698.937,08	928.085,04	-41,81	15.591.232,15	64.383,92	-20,61
Abril	18.009.756,90	1.133.817,08	-12,63	12.914.200,26	76.891,13	-3,55
Maiο	18.666.170,79	784.056,91	-42,44	14.096.838,27	97.595,06	10,43
Junho	20.091.852,35	961.054,99	-40,79	13.861.396,34	62.924,95	-8,36
Julho	21.508.898,67	770.063,90	-29,23	13.796.042,40	111.427,80	-14,41
Agosto	21.945.293,97	1.504.473,56	-20,21	15.001.995,42	194.797,53	-5,60
Setembro	20.046.586,42	855.643,88	-29,03	14.706.159,64	73.221,61	-14,31
Outubro	23.162.860,97	489.504,07	-11,81	15.030.520,00	49.213,15	-3,85
Novembro	18.867.646,27	402.583,00	-29,69	14.216.855,54	45.795,19	-7,34
Dezembro	17.098.028,60	772.284,85	-33,60	13.990.836,09	84.165,36	-12,55

Atualmente, a comercialização das horticulturas se dá pelas centrais de abastecimento do Estado de Santa Catarina – CEASA/SC, que disponibiliza a infraestrutura para que produtores, comerciantes, cooperativas e associações possam comercializar os produtos do Estado. A região do cinturão verde concentra grande parte de sua comercialização na unidade do CEASA de São José.

O CEASA foi fundado em 1976 com a intenção de manter o abastecimento contínuo da região metropolitana, onde as grandes redes de supermercado, restaurantes, estabelecimentos alimentícios em geral, pudessem ter acesso a um único espaço para comercialização. É pelo CEASA que os produtores podem comercializar seus produtos de forma mais rápida e direta com seus compradores e garantir assim sua renda. O CEASA tem uma importância significativa para o comércio das horticulturas produzidas na Grande Florianópolis. Contudo, o CEASA, não é o fator exclusivo para o abastecimento da região, que depende, também, dos incentivos e das novas técnicas aplicadas ao campo, que visam facilitar a inserção de novas culturas agrícolas com tempo mais curto de produção e durante quase todo o ano.

A produção de alimentos do cinturão verde da Grande Florianópolis tende a caminhar nos próximos anos para a especialização, adotando cada vez mais a tecnologia no campo. Com isso, pretende-se cultivar culturas que possam obter uma melhora na renda do produtor.

Graças à melhoria das técnicas e incentivos, a água abundante devido a grande presença de pequenas vertentes, garante a irrigação para o cultivo das horticulturas. Hoje em dia, muitos agricultores da região produzem as hortaliças com o uso de irrigação e a proteção com tela, sendo uma forma de cobrir a lavoura das geadas. O dispositivo de irrigação analisa as informações sobre temperatura e umidade, coletadas por sensores, e pode funcionar de duas maneiras: totalmente automatizado ou os produtores rurais acionam o sistema após receberem alertas via celular (CEASA, 2018).

Tendo o intuito de levar mais tecnologia e inovação para o cotidiano do meio rural catarinense, foi criado em 2018 o Núcleo de Inovação Tecnológica para Agricultura Familiar (NITA). Foi elaborado uma parceria entre Governo do Estado de Santa Catarina, Banco Mundial e iniciativa privada para funcionar como elo entre as startups, pequenas e médias empresas que desenvolvem inovações com as cadeias produtivas dos agricultores. Tem como propósito identificar as demandas e verificar se já existe alguma tecnologia que seja capaz de atender e resolver as necessidades do produtor.

Florianópolis vem crescendo como polo tecnológico e isso pode vir a facilitar de alguma forma a introdução da tecnologia no cinturão verde, devido a capital estar inserida na região e dessa forma mais próxima da produção das horticulturas. As tecnologias utilizadas no campo tendem a oferecer melhores condições para as novas gerações, mais estrutura, competitividade, rentabilidade e produtividade para quem produz.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 2ª ed. Florianópolis: 1970.
- CHOLLEY, A. **Observações sobre alguns pontos de vista geográficos**. In: *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, CNG, n.179 e 180, 1964, p.139-145 e 267-276.
- CAMPOS, Nazareno José de. **Terras Comunais na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: edUFSC, 1991.
- CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CEASA/SC - **Agricultores catarinenses testam sistema de irrigação totalmente automatizado**. 2018. Disponível em <<http://www.ceasa.sc.gov.br/index.php/imprensa/noticias/141-agricultores-catarinenses-testam-sistema-de-irrigacao-totalmente-automatizado>>.
- CRUZ, Karina Martins da. **A contribuição de alemães e descendentes para a formação sócio-espacial catarinense: O caso da região metropolitana de Florianópolis (SC) – Dissertação de Mestrado** – UFSC – PPGGEO, Florianópolis, 2008.
- DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. *Studies in the Development of capitalism*. Londres.

1963.

HÜBENER, L. M. **O comércio da cidade do Desterro no século XIX**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1981.

KOCH, E. D. **A Colonização no Médio-Vale do Rio Itajaí do Sul**. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, n.14, 3a fase, Florianópolis, 1995, p. 92-103.

MAMIGONIAN, A. **Vida Regional em Santa Catarina**. In: *Orientação*, IGEO/USP. p 13-16, set. 1966.

MOSSMANN, Márcia Pozzagnol. TEO, Carla Rosane Paz Arruda. **Alimentos da agricultura familiar na alimentação escolar: percepções dos atores sociais sobre a legislação e sua implementação**. *Interações (Campo Grande) vol.18 no.2 Campo Grande Apr./June 2017*.

OGEDA, Alessandra. **O cinturão verde que abastece a Grande Florianópolis. 2014**. Disponível em <[HTTPS://NDONLINE.COM.BR/FLORIANOPOLIS/NOTICIAS/O-CINTURAO-VERDE-QUE-ABASTECE-A-GRANDE-FLORIANOPOLIS](https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/o-cinturao-verde-que-abastece-a-grande-florianopolis)>.

PIAZZA, W. F. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: *BRDE*, junho de 1982.

SCHMITT, E. (OFM). **A primeira comunidade alemã de Santa Catarina**. Florianópolis: Governo do Estado, 1979.

Simpósio sobre imigração e cultura alemãs na grande Florianópolis: História, língua, cultura, gastronomia, arte e música, II. Anais/ Organizado por Max José Müller – Florianópolis: *Instituto Carl Hoepcke*, 2007.

VIEIRA, M. G. E. de D.; PEREIRA, R. M. F. do A. **Formações Sócio-Espaciais Catarinenses: notas preliminares**. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE SANTA CATARINA, I, 1996. *Anais...* Florianópolis, IHGSC, 1997, p. 453-463.

WAIBEL, Leo. **Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil**. *Revista Brasileira de Geografia*. Abril-Junho 1949.

WOORTMANN, E. F. **Imigração, colonização e estrutura agrária**. *Significados da terra*. Brasília: UNB, 2004, p. 69-150.



GT 10 – Redes de Cooperação para Mercados Inclusivos e Sustentáveis

PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA PRODUÇÃO DE BOVINOS EM SANTA CATARINA

Alexandre Luís Giehl¹
Jurandi Teodoro Gugel, Epagri/Cepa²
Marcia Mondardo³
Tabajara Marcondes⁴

Resumo

A bovinocultura de corte é tradicionalmente associada às grandes propriedades. Santa Catarina é deficitária na produção de carne bovina, mas tem aumentado sensivelmente a sua produção, em especial na Região Oeste, caracterizada pela predominância da agricultura familiar. Este artigo apresenta aspectos do perfil dos produtores catarinenses e analisa a participação da agricultura familiar na produção de bovinos de corte. Toma por base o cruzamento dos dados do período 2014 a 2017 das DAPs ativas e das Guias de Trânsito Animal para abate. Esses dados mostram que de 2014 para 2017 houve uma queda de 39,3 mil para 33,3 mil no número de agricultores que destinaram bovinos para abate (-15,4%), e que, na média dos quatro anos, os agricultores familiares representaram 60,2% do número de produtores e foram responsáveis por 27% dos bovinos abatidos no estado. A partir desses e de outros dados apresentados no artigo conclui-se que a agricultura familiar ocupa papel relevante na produção de bovinos, mas que há um processo de concentração da produção de bovinos de corte, inclusive no segmento familiar, com redução do número de produtores e o aumento do número médio de animais. Por fim, avalia-se que a oferta difusa de animais proporcionada pelo modelo de produção estruturado no estado é importante para o atendimento da demanda local de carne, em especial nos pequenos municípios.

Palavras-chave: agricultura familiar; bovinos; carnes.

1. Introdução

Santa Catarina destaca-se na produção agropecuária brasileira, ocupando a 8ª posição na geração do Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária brasileira (MAPA, 2018). Isso se deve especialmente à produção pecuária que responde por 60% do VBP da agropecuária catarinense, sendo que cinco dos dez principais produtos do VBP estadual são de origem animal. Embora mais conhecido pela produção de frangos e suínos, os bovinos também têm relevância na geração de receita da agropecuária. Em 2017, o VBP do leite foi de R\$ 3,58 bilhões e o da carne bovina de R\$ 1,37 bilhão (EPAGRI/CEPA, 2017).

Os dados da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) mostram que em 2017 foram abatidos 550,6 mil bovinos⁵ no estado (EPAGRI/CEPA, 2018). Conforme o cadastro da Cidasc (2016), a bovinocultura está presente nos 295 municípios

¹ Eng. Agrônomo - Epagri/Cepa, alexandregiehl@epagri.sc.gov.br.

² Eng. Agrônomo - Epagri/Cepa, jurandigugel@epagri.sc.gov.br.

³ Eng. Agrônoma, M.Sc. - Epagri/Cepa, mmondardo@epagri.sc.gov.br.

⁴ Eng. Agrônomo, M.Sc. - Epagri/Cepa, tabajara@epagri.sc.gov.br.

⁵Contabilizando-se apenas o abate em estabelecimentos com inspeção sanitária (municipal, estadual ou federal).

catarinenses, com 78,7 mil produtores, dos quais 35,7 mil (45%) com finalidade comercial e 43 mil (55%) sem finalidade comercial (EPAGRI/CEPA, 2017).

O desenvolvimento da produção de carnes no estado está associado à gênese do processo de ocupação do território catarinense. A preponderância de famílias de origem italiana e alemã, a topografia acidentada e a divisão em pequenas áreas para famílias com muitos membros na colonização do Oeste Catarinense, são fatores importantes na estruturação e desenvolvimento das cadeias produtivas de suínos, aves e leite na região.

A bovinocultura de corte teve trajetória distinta. Os primeiros bovinos foram introduzidos no Brasil ainda período colonial, no século XVI, desde a chegada dos europeus, constituindo-se num elemento fundamental da ocupação do atual território do Brasil. No Sul, o gado foi introduzido pelas missões jesuíticas e pelos colonos castelhanos no início do século XVII, primeiramente no Rio Grande do Sul e depois nas regiões de campos nativos de Santa Catarina e do Paraná.

Em Santa Catarina, a bovinocultura de corte se desenvolveu primeiramente no Planalto Sul (também denominada região serrana ou serra catarinense), principalmente em função da presença de pastagens nativas. Essa região era ponto de passagem para as mulas e o charque provenientes do Rio Grande do Sul, que iam em direção às regiões de mineração de ouro e pedras preciosas. Posteriormente houve o desenvolvimento da pecuária na própria região serrana, para abastecer os tropeiros e habitantes das vilas (WEDEKIN, 2017).

Não obstante a relevância histórica da pecuária para a região Serrana, com características de propriedades de maior extensão e tradição na produção de bovinos, Zeni (2001) aponta a gradual substituição dessa atividade por reflorestamentos, para abastecer a indústria de celulose e moveleira. Jacques (2016) reforça isso ao destacar que os sistemas de produção animal da região têm sido velozmente substituídos por cultivos agrícolas e silviculturais, apontando como principal razão para essa conversão a menor rentabilidade da pecuária tradicional comparada às atividades supramencionadas.

Esse processo é parte da explicação do crescimento da bovinocultura de corte no Oeste Catarinense, que assim como as demais carnes, atualmente está concentrada naquela mesorregião, que em 2017 foi responsável por 48,13% da produção estadual de bovinos para abate (EPAGRI/CEPA, 2018). Esse crescimento, contudo, é anterior à redução da participação da região serrana na produção estadual, já que foi a partir de meados dos anos 1980 que essa atividade ganhou impulso mais significativo no Oeste Catarinense, principalmente em decorrência da expansão da pecuária leiteira. Segundo Santos, Marcondes e Cordeiro (2006), a redução de alternativas de renda fez com que muitos agricultores

passassem a dar maior importância à produção leiteira e investissem na atividade. Com isso, a região Oeste passou a registrar taxas de crescimento da produção bastante significativas. Para que se tenha uma ideia, os autores afirmam que no período 1985 a 2002/03, enquanto o crescimento da produção estadual foi de 104%, na Região Oeste atingiu 190%. Com isso, nesse período, a participação dessa região na produção de leite do Estado saltou de 45% para 64%. É provável que o aumento da participação da região no abate de bovinos esteja parcialmente associado a essa expansão, já que os produtores de leite descartam os machos jovens e as vacas improdutivas (para renovação dos plantéis).

Não obstante algumas mudanças observadas recentemente, parte do destaque da produção animal em Santa Catarina deve-se à participação da agricultura familiar nessas cadeias, mesmo no caso da pecuária bovina.

Após a realização do Censo Agropecuário 2006, que identificou a participação da agricultura familiar em todas as atividades agropecuárias, fruto de cooperação entre o IBGE e o MDA, foi produzida a publicação “O Censo Agropecuário 2006 e a Agricultura Familiar no Brasil”. Em relação à Santa Catarina, o estudo mostra que dos 193.663 estabelecimentos agropecuários, 168.544 (87%) eram de agricultores familiares (conforme a Lei nº 11.326/2006⁶), os quais detinham 44% da área, 82% do pessoal ocupado e 64% do VBP dos estabelecimentos agropecuários do estado. Mostrou também a importante participação da agricultura familiar nos principais produtos da agropecuária estadual: 64% do arroz, 73% do feijão, 93% da mandioca e 77% do milho em grão, 87% da produção de leite, 65% do rebanho bovino, 67% do rebanho suíno e 68% do plantel de aves. Esse estudo também revelou que em Santa Catarina haviam 129,3 mil estabelecimentos rurais com presença de bovinos, além de 100 mil com a presença de galinhas e de 73,7 mil com a presença de suínos, seja com finalidade comercial ou para autoconsumo (FRANÇA, DEL GROSSI E MARQUES, 2009).

Embora os bovinos ocupem somente a terceira posição no ranking econômico das carnes no estado, esses dados demonstram a relevância social dessa cadeia produtiva. Assim, e considerando a importância da produção animal na agropecuária catarinense, o grande déficit da produção de carne bovina para o atendimento do consumo estadual, a expressiva participação da agricultura familiar no número de produtores e no rebanho de bovinos apresentava em 2006, a constante necessidade de a agricultura familiar buscar alternativas de

⁶ A lei nº 11.326 (Lei da Agricultura Familiar) traz as bases para os parâmetros utilizados para estabelecer recortes de público na maioria das políticas públicas voltadas a esse segmento. Conforme bem definiu Altafin (2009), a opção adotada no âmbito dessa lei para delimitar o público foi o uso “operacional” do conceito, essencialmente centrado na caracterização geral de um grupo social bastante heterogêneo. Por outro lado, no meio acadêmico propõe-se um tratamento mais analítico e menos operacional ao tema.

ocupação e renda, surgem os questionamentos orientadores deste trabalho: qual é a participação atual da agricultura familiar na produção de bovinos para abate em Santa Catarina? Qual é o perfil dos produtores do estado? Qual é a importância da bovinocultura no âmbito desse segmento?

2. Metodologia

Para responder essas questões, inicialmente identificou-se os produtores que destinaram animais para abate no período de 2014 a 2017, utilizando-se as informações das Guias de Trânsito Animal (GTA) emitidas pela Cidasc, órgão estadual responsável pelas ações de sanidade e vigilância animal e vegetal. A GTA é um documento oficial, obrigatório para o trânsito intraestadual e interestadual de animais, que permite aos serviços de defesa agropecuária acompanharem a circulação, identificando a origem e o destino dos mesmos, bem como a finalidade da movimentação (abate, feiras/exposições, etc.). Foram disponibilizados dados das GTAs emitidas nos últimos 4 anos (2014 a 2017), período em que está em funcionamento o Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense (Sigen+)⁷.

Com o uso do *software* SAS (*Statistical Analysis System*), primeiramente identificou-se o total de produtores que emitiram GTAs com finalidade de abate de bovinos no período em questão. Utilizou-se como parâmetro o número do CPF ou CNPJ do responsável registrado em cada GTA. As repetições não foram contabilizadas, de forma a se obter a quantidade real de pessoas físicas ou jurídicas que destinaram animais para abate a cada ano, sendo considerados apenas os animais abatidos em estabelecimentos com serviço de inspeção federal, estadual ou municipal (SIF, SIE e SIM).

Posteriormente verificou-se quais produtores enquadravam-se na categoria “Agricultor Familiar”, conforme a Lei nº 11.326. Optou-se pela adoção de um conceito operacional, partindo-se do pressuposto de que são agricultores familiares aqueles que possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Isso foi possível com a obtenção, junto à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead)⁸, da relação das DAPs emitidas em Santa Catarina até dezembro de 2017, contendo informações que permitissem identificar se a declaração apresentava o status de “ativa” (vigência, versão e cancelamentos)⁹.

⁷ O Sigen+ foi implantado em 2013, mas só começou a operar efetivamente em fevereiro daquele ano. Assim, embora os dados de 2013 estejam disponíveis, os mesmos são parciais e não permitem uma adequada comparação com os demais anos, razão pela qual se optou por utilizar somente o período 2014 a 2017.

⁸ Órgão que substituiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário, extinto em maio de 2016.

⁹ Segundo a Sead, DAP Ativa é aquela emitida e registrada na base de dados da Secretaria, sem erros ou vícios de emissão, que combina dois “status”: “Última Versão” e “Válida”.

Em relação a esse conjunto de dados, primeiro identificou-se as DAPs ativas a cada ano no período de 2014 a 2017. Na sequência, novamente utilizando-se o *software* SAS, cruzou-se a relação de produtores com DAPs ativas com a relação de produtores que emitiram GTAs com finalidade de abate de bovinos, utilizando-se como parâmetro o(s) número(s) de CPF(s) constante(s) na DAP. No caso de dupla titularidade, o *software* separou cada um dos CPFs constantes na DAP, visto que a GTA poderia ter sido emitida para qualquer um dos cônjuges, a depender de quem constasse como responsável pelos animais no cadastro realizado pela Cidasc.

Em relação à vigência, foi levado em consideração apenas se a DAP apresentava o status de “ativa” em qualquer período do ano analisado e não especificamente no momento da emissão da GTA. Tal procedimento visou viabilizar a análise dos dados disponíveis de forma mais célere, já que permitia estabelecer mais facilmente o conjunto de DAPs ativas a cada ano. Apesar da adoção de um conceito operacional (compreendendo como agricultores familiares os detentores de DAP), entende-se que essa opção metodológica não afeta significativamente a interpretação dos resultados, já que, no curto prazo, são improváveis alterações tão significativas que inviabilizem o enquadramento do produtor nessa categoria.

Após a identificação dos detentores de DAP, procedeu-se a soma dos animais movimentados a cada ano por eles, considerando-se somente os destinados ao abate inspecionado. As demais operações também foram realizadas com uso do SAS.

3. Resultados e discussão

Entre 2014 e 2017, o número de produtores que destinou bovinos para abate caiu de 39,33 mil para 33,28 mil produtores. As quedas mais significativa foram em 2015 e 2016, quando o número de produtores comerciais¹⁰ decresceu 7,23% e 6,05%, respectivamente.

Essas quedas podem estar associadas às dificuldades decorrentes da crise econômica vivenciadas a partir de 2015, que impactou os hábitos de consumo de significativos setores da sociedade. Contudo, diferentemente do que se observou no cenário nacional, em Santa Catarina só se registrou redução no número de animais abatidos no ano de 2016, como veremos adiante. Isso pode estar relacionado ao fato do estado ser deficitário em termos de produção de carne bovina, com cerca de metade da sua demanda sendo atendida por outras unidades da federação (EPAGRI/CEPA, 2015). De qualquer forma, os preços pagos aos

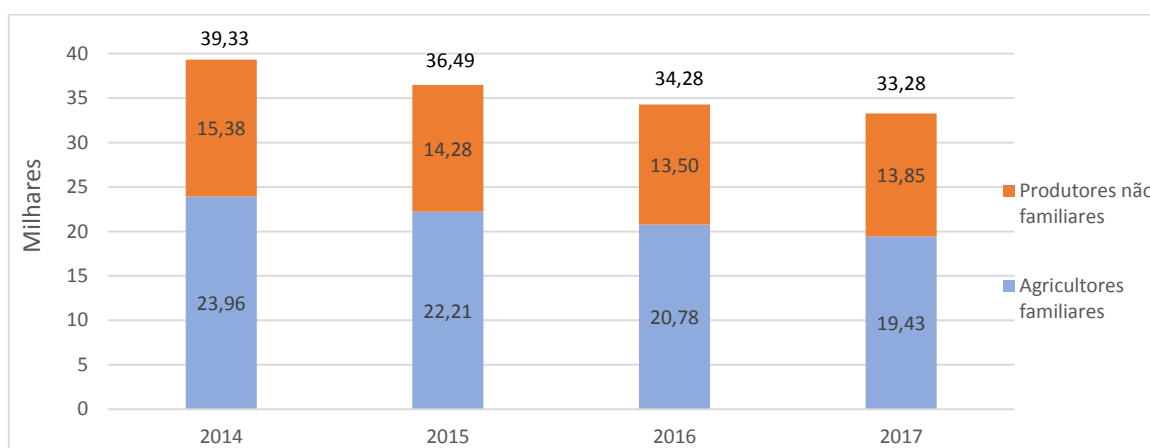
¹⁰ No presente artigo parte-se do pressuposto de que os animais abatidos em estabelecimentos inspecionados (finalidade das GTAs aqui consideradas) são resultantes de operações comerciais. Ressalta-se que em algumas situações não necessariamente há atividade comercial envolvida, como nos casos em que o abate é realizado em estabelecimento com inspeção sanitária e posteriormente os produtos resultantes retornam ao agricultor para consumo deste. Contudo, esses são casos esporádicos.

bovinocultores catarinenses foram pressionados pela tendência de queda nos principais estados produtores, o que reduziu as margens de lucro.

Há que se considerar também que em 2016 o milho atingiu preços recordes, o que acarretou em prejuízo e levou alguns confinadores de bovinos de corte a abandonarem a atividade. Mesmo com o preço do milho retornando a patamares próximos das médias históricas ainda ao final de 2016, em 2017 o setor foi abalado pela deflagração da operação “Carne Fraca”, da Polícia Federal, que prejudicou sua credibilidade e afetou momentaneamente as exportações.

No período de 2014 a 2017, a queda no número de produtores que destinaram animais para abate foi de 18,90% para os agricultores com DAP e de 9,95% para os demais. O único resultado positivo registrado no período foi o aumento de 2,59% no número de produtores sem DAP em 2017, na comparação com o ano anterior. Chama a atenção o fato de nesse ano se observar movimentos distintos entre as duas categorias (Figura 1).

Figura 1 – Bovinocultores que destinaram animais para abate, por categoria e total – Santa Catarina – 2014 a 2017.



Fonte: Elaboração dos autores, partir de dados da Cidasc e Sead

Além da mudança de perfil dos produtores e da concentração da produção, fenômeno que vem sendo observado na maioria das cadeias produtivas da agropecuária nas últimas décadas, outra explicação para esses resultados pode estar associada ao mecanismo utilizado para a identificação dos agricultores familiares.

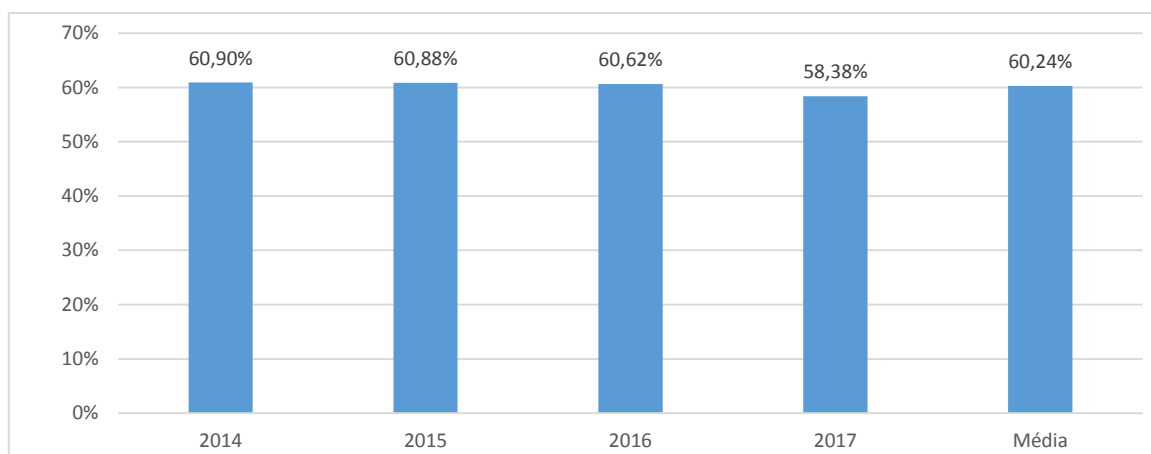
Conforme mencionado anteriormente, adotou-se uma definição operacional de agricultura familiar, considerando enquadrado nessa categoria o produtor vinculado a uma DAP ativa no ano em que se emitiu a GTA com finalidade de abate. Segundo as normas atualmente em vigor, a DAP possui vigência de dois anos. Caso ela expire e o agricultor não busque alguma instituição credenciada para a emissão de novo documento, formalmente ele

deixa de ser considerado agricultor familiar. Além disso, se durante a vigência o agricultor deixar de atender alguma das condições para o enquadramento na categoria¹¹, pode ter a DAP cancelada.

Segundo análises preliminares, a quantidade de DAPs ativas no estado passou de mais de 200 mil em 2015 para cerca de 111 mil ao final de 2016. Tal processo demanda um estudo mais aprofundado, mas é provável que tenha afetado os enquadramentos dos produtores avaliados neste artigo, em especial no ano de 2017. É possível que parcela dos produtores tenha mudado de categoria em função do término da vigência da DAP, sem que isso necessariamente represente alterações significativas nas características do agricultor.

Apesar das quedas em números absolutos, a participação relativa dos agricultores familiares no total de bovinocultores é bastante significativa. Na média dos quatro anos, 60,24% dos produtores que destinaram animais para abate em estabelecimentos inspecionados eram agricultores familiares. A participação de agricultores familiares manteve-se relativamente estável durante a maior parte do período analisado, embora ocorra uma leve tendência de queda (Figura 2).

Figura 2 – Participação da agricultura familiar no total de produtores que destinaram bovinos para abate – Santa Catarina – 2014 a 2017.



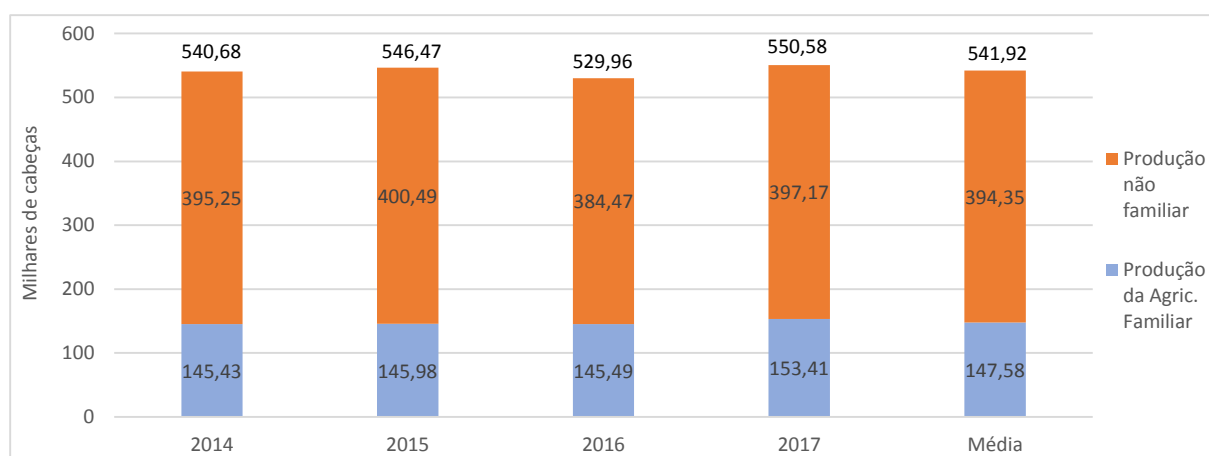
Fonte: Elaboração dos autores, partir de dados da Cidasc e Sead.

¹¹Segundo o Manual de Crédito Rural (BACEN, 2018) são beneficiários do Pronaf os agricultores que atendam essencialmente às seguintes condições: a) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária ou permissionário de áreas públicas; b) residam no estabelecimento ou em local próximo; c) não detenham, a qualquer título, área superior a 4 módulos fiscais; d) no mínimo, 50% da renda bruta familiar seja originada da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; e) tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando mão de obra de terceiros de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor ou igual ao número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar; f) tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecedem a solicitação da DAP, de até R\$360.000,00, considerando neste limite a soma de 100% do VBP, 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele.

A produção estadual de bovinos¹², por sua vez, registrou aumento de 1,83% de 2014 para 2017 (EPAGRI/CEPA, 2018). Houve aumento em todos os anos, exceto em 2016.

A participação da agricultura familiar na produção não é proporcional à sua representatividade no total de produtores. Em termos absolutos, o número de animais oriundos desse segmento manteve-se estável ao longo dos últimos anos, com exceção de uma variação um pouco mais significativa em 2017 (Figura 3).

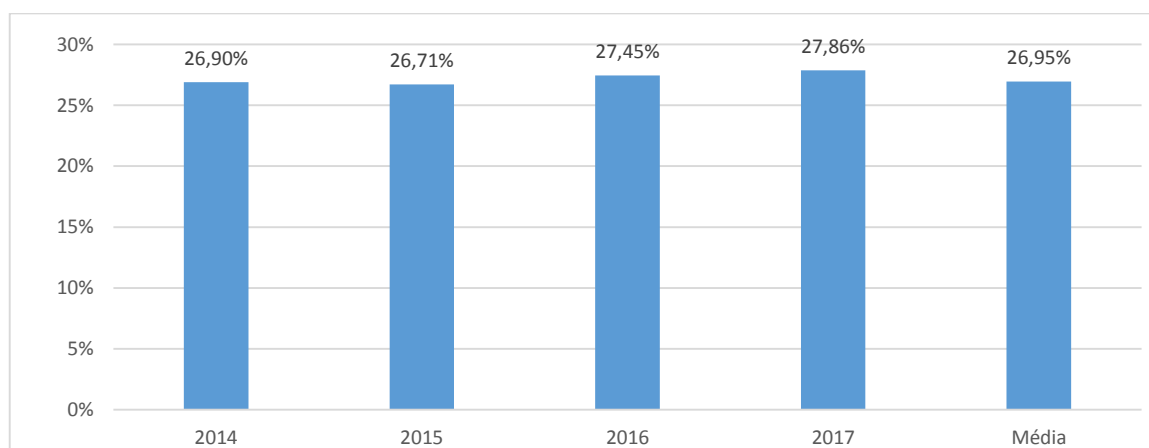
Figura 3 – Bovinos destinados ao abate, por perfil de produtor – Santa Catarina – 2014 a 2017.



Fonte: Elaboração dos autores, partir de dados da Cidasc e Sead.

A participação relativa da agricultura familiar na produção catarinense de bovinos também tem sido estável nos últimos anos, respondendo em média por 26,95% do total de animais abatidos no estado no período.

Figura 4 – Participação da agricultura familiar na produção de bovinos – Santa Catarina – 2014 a 2017.



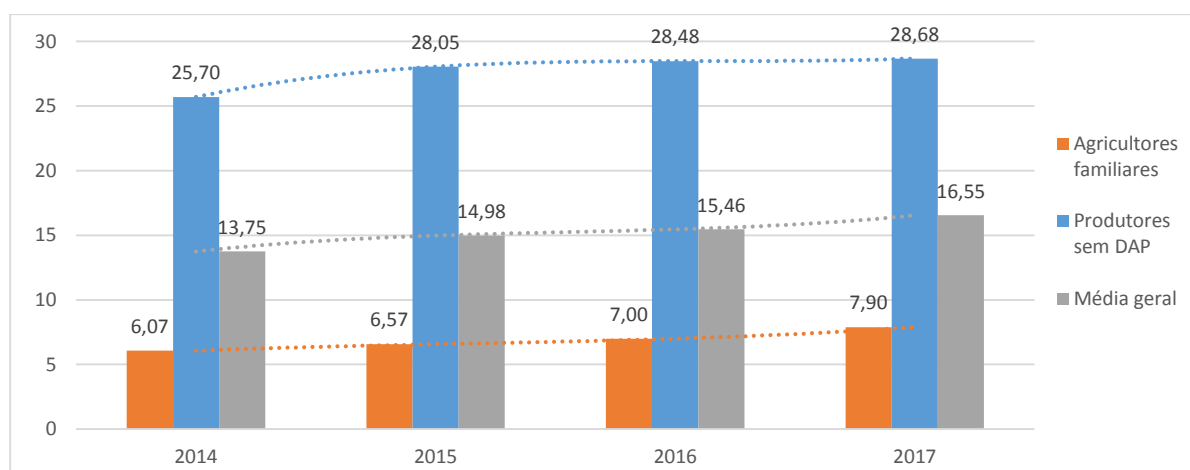
Fonte: Elaboração dos autores, partir de dados da Cidasc e Sead.

¹² No presente artigo considerou-se somente os animais abatidos em estabelecimentos inspecionados, não sendo contabilizados os bovinos abatidos nas propriedades rurais com finalidade de autoconsumo. Em 2016 os abates para autoconsumo representaram 13,04% do total de animais abatidos no estado (EPAGRI/CEPA, 2017).

Se por um lado há redução no número de produtores familiares que destinaram bovinos para o abate (Figura 1), por outro cresce a sua participação no total de abates. Isso indica concentração na produção, mesmo entre os agricultores familiares.

Outro sinal da concentração da produção é que entre 2014 e 2017 o número médio de bovinos abatidos aumentou 30,07% dentre os agricultores familiares, enquanto que os demais produtores tiveram acréscimo de 11,59% na média (Figura 5).

Figura 5 – Número médio de bovinos abatidos por categoria de produtor – Santa Catarina – 2014 a 2017.



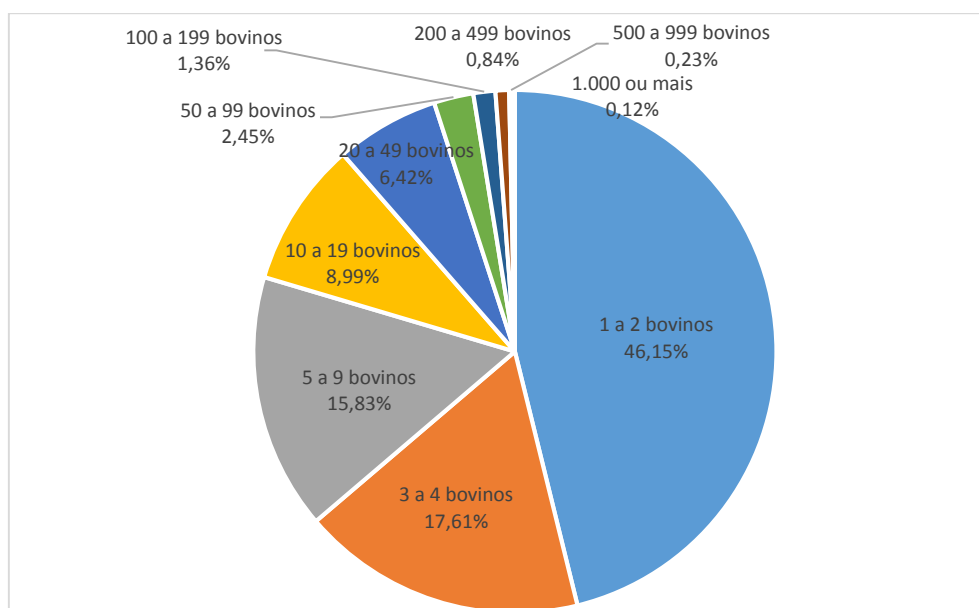
Fonte: Elaboração dos autores, partir de dados da Cidasc e Sead.

Considerando as limitações da utilização de médias para expressar adequadamente a realidade, já que há diferenças significativas no âmbito de cada categoria, optou-se por avaliar a estruturação da bovinocultura catarinense a partir de faixas de produção utilizando-se como referência os nove “grupos de cabeças de bovinos” do Censo 2006, com uma adaptação na categorização. O Censo 2006 tem como extremo superior o grupo de 500 ou mais animais, nesse artigo esse grupo foi dividido numa faixa de 500 a 999 e outra de 1.000 ou mais bovinos.

A média dos quatro anos mostra que produtores que destinaram de 1 a 2 bovinos para abate representam quase metade do contingente (46,15%). Se agregarmos a esses os produtores que comercializaram de 3 a 4 (17,61%) e de 5 a 9 bovinos (15,83%), atinge-se 79,59% do total. Foram mais de 28 mil produtores que destinaram em média menos de 1 bovino/mês, o que indica que, para a maioria, a pecuária de corte provavelmente é uma fonte complementar de renda e não a atividade principal. Por outro lado, os produtores que vendem 100 ou mais animais por ano representam 2,55% do total e, no extremo superior, pouco mais de 40 comercializam 1.000 ou mais animais por ano (Figura 6).

Ao analisar a evolução no período, verifica-se que em 2014 os produtores que destinavam até 9 animais por ano ao abate representavam 81,14% do total, enquanto em 2017 eles eram 77,51%. Essa queda na participação desse segmento indica uma concentração da produção nas faixas mais elevadas. A participação dos produtores que destinaram 100 ou mais animais para abate no período cresceu um pouco: passou de 2,36% para 2,76%. Crescimento maior foi registrado no grupo intermediário (que reúne as faixas de 10 a 99 bovinos), cuja participação passou de 16,50% em 2014 para 19,74% em 2017.

Figura 6 – Participação de cada faixa de produção no total de produtores de bovinos – Santa Catarina – média de 2014 a 2017.



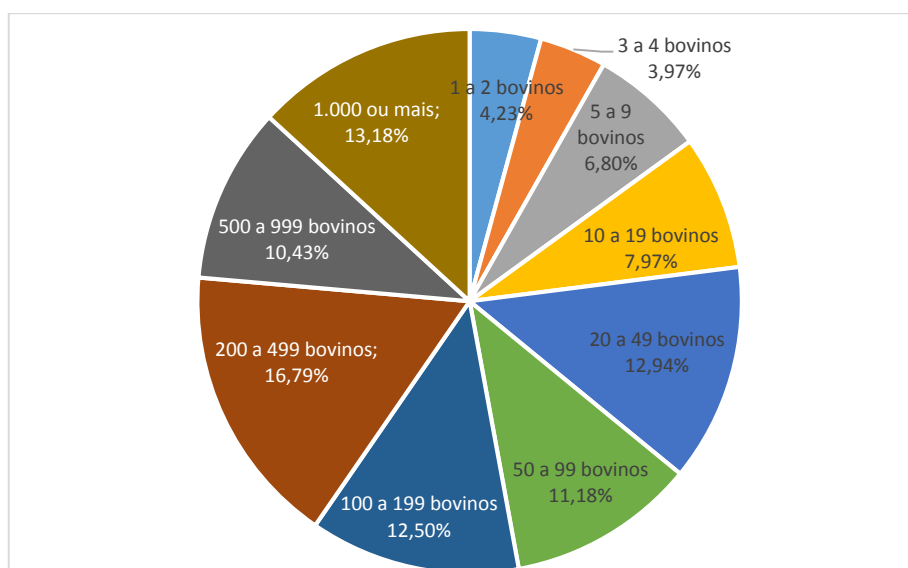
Fonte: Elaboração dos autores, partir de dados da Cidasc e Sead.

A partir dos dados anteriores e fazendo o recorte pelo perfil dos produtores, na média dos quatro anos se constata que 44,61% dos agricultores familiares que destinaram animais para abate estão na faixa de 1 a 2 bovinos. Esse percentual aumenta para 83,24% quando a faixa é ampliada de 1 a 9 animais. No período analisado observou-se uma pequena tendência de redução da participação das faixas menores (1 a 9 bovinos), as quais passaram de uma participação de 84,77% em 2014 para 81,31% em 2017.

Os dados mostram também que os agricultores familiares são os predominantes nas faixas entre 1 e 19 bovinos abatidos (60,96% dos produtores enquadrados nessas faixas possuíam DAP em 2017). A partir daí predominam os produtores sem DAP, em especial nas faixas de 500 a 999 e acima de 1.000 bovinos. Ainda assim, surpreende a presença de 24 produtores detentores de DAP nessas duas faixas (aproximadamente 17% em cada), o que mereceria uma análise mais aprofundada para a compreensão desse fato.

As mudanças são drásticas quando se analisa a participação de cada faixa no total de animais abatidos. Embora representem quase metade do contingente total, os produtores que produzem 1 a 2 bovinos respondem por apenas 4,23% dos animais abatidos. Somando-se as três faixas inferiores (1 a 2, 3 a 4 e 5 a 9 bovinos), atinge-se o percentual de 15,01% do total de animais. Esse valor é muito próximo aos 13,18% dos produtores que comercializam 1.000 ou mais animais (representam apenas 0,12% do total de bovinocultores). Os produtores com 100 ou mais animais são responsáveis por 52,90% do total de abates inspecionados do estado.

Figura 7 – Participação de cada faixa de produção no total de bovinos abatidos – Santa Catarina – média de 2014 a 2017.



Fonte: Elaboração dos autores, partir de dados da Cidasc e Sead.

Esses dados mostram a significativa concentração nessa cadeia produtiva. A forte presença da produção leiteira na pecuária bovina estadual leva a crer que a maioria dos produtores que destinam até 9 bovinos por ano para abate sejam bovinocultores de leite e que os animais abatidos sejam oriundos de descarte para renovação dos plantéis ou do abate de machos jovens. Contudo, essa é uma hipótese cuja comprovação não é possível no presente trabalho, sendo necessárias análises mais detalhadas para ratificá-la ou não.

Ao analisar a evolução da participação de cada faixa ao longo do período considerado, verifica-se que em 2014 os produtores das faixas de 1 até 9 bovinos eram responsáveis por 16,51% dos animais abatidos, percentual que caiu para 13,65% em 2017. Por outro lado, a participação dos produtores que destinaram 100 ou mais animais para abate no período aumentou de 50,89% para 53,27%. Também se registrou aumento no grupo intermediário (faixas de 10 a 99 bovinos), que passou de 32,61% em 2014 para 33,08% em 2017.

Os dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2018) demonstram que 50.569 estabelecimentos agropecuários de Santa Catarina comercializaram bovinos naquele ano. Em 22,46% desses estabelecimentos o número de animais comercializados foi inferior a 10. Esse percentual está bem abaixo dos 79,59% identificados neste estudo. É necessário levar em consideração que embora os recortes de faixas sejam os mesmos, são informações distintas. O Censo trata de animais comercializados, independente da finalidade dos mesmos, enquanto neste artigo apenas são contabilizados os animais destinados ao abate em estabelecimentos inspecionados.

4. Considerações finais

A produção de carnes é responsável pela maior parte do VBP da agropecuária catarinense. Além disso tem grande relevância social, garantindo a geração de renda para grande contingente de produtores.

No caso dos bovinos, em 2017 mais de 33 mil produtores destinaram animais para abate em estabelecimentos inspecionados. Os registros da Cidasc apontam ainda a existência de 43 mil produtores de bovinos sem finalidade comercial em Santa Catarina. A criação de bovinos é a única atividade pecuária registrada em todos os 295 municípios catarinense, não obstante a concentração em algumas regiões específicas.

A produção de bovinos com finalidade de obtenção de carne normalmente é associada a grandes extensões territoriais, tanto em função das características inerentes à atividade quanto do histórico da bovinocultura no Brasil, em geral vinculada ao latifúndio. A atual distribuição geográfica da atividade contribui com essa percepção, já que os maiores produtores são estados caracterizados pela grande presença de grandes propriedades, como é o caso de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás (EPAGRI/CEPA, 2018).

Mesmo em Santa Catarina, quando se faz menção à produção de bovinos, ainda está muito presente no imaginário social o perfil de pecuária desenvolvido na região Serrana do estado, com manejo extensivo e propriedades consideradas de grande escala para os padrões catarinenses. Contudo, nos últimos anos a atividade se ampliou sobretudo nas regiões de predominância da agricultura familiar e propriedades de menor porte, como o Oeste Catarinense, origem de 48,13% dos bovinos abatidos no estado em 2017. A importância daquela região na produção de carne normalmente é atribuída ao deslocamento da pecuária leiteira nas últimas décadas em direção ao Oeste, que atualmente se constitui na principal bacia leiteira do estado e uma das mais relevantes do país.

Contudo, a inexistência de análises mais aprofundadas sobre o perfil da bovinocultura catarinense dificulta a interpretação desse fenômeno, além de criar barreiras para a compreensão do papel da agricultura familiar na produção. Isso estimulou a elaboração desse estudo, que busca lançar luzes e trazer questões para melhorar o entendimento dos processos observados nesse segmento.

Os dados apresentados demonstram a redução no total de produtores que destinaram animais para abate entre 2014 e 2017 (-15,40%), embora a produção estadual tenha crescido no período (1,83%). Com isso, o número médio de animais por produtor passou de 13,7 em 2014 para 16,5 em 2017 (aumento de 20,37%). Esses dados, por si só, indicam uma tendência de concentração no setor.

Não obstante a percepção dominante acerca dessa atividade, verificou-se que agricultura familiar representa 60,24% do total de produtores, na média dos quatro anos. Em termos absolutos, em média 21 mil agricultores familiares destinaram bovinos para abate nesse período, o que é um contingente bastante expressivo (para fins de comparação, há aproximadamente 6 mil agricultores familiares que produzem suínos com finalidade comercial e outros 5 mil que produzem frangos). Com a ressalva que a utilização de conceitos menos operacionais da categoria social “agricultor familiar” deve resultar em números mais significativos. Destaca-se ainda que, mesmo com redução no número total de produtores, a participação relativa da agricultura familiar sofreu pouca alteração ao longo do período.

No número de animais abatidos, a participação da agricultura familiar na produção catarinense de bovinos entre 2014 e 2017 foi de 27,23%, em média. Embora seja inferior ao número de produtores, esse percentual é significativo, principalmente ao se levar em conta as características tradicionalmente associadas a essa atividade. Além disso, registrou-se um pequeno crescimento na participação da agricultura familiar no período considerado, passando-se de 26,90% em 2014 para 27,86% em 2017. Em termos absolutos, em 2017 foram abatidos 153,4 mil bovinos oriundos de propriedades familiares.

A estratificação da produção por faixas expôs de forma mais evidente o grau de concentração existente nessa cadeia produtiva. Na média dos quatro anos analisados, 79,59% dos produtores destinaram ao abate entre 1 e 9 animais, totalizando 15,01% da produção do período. Por outro lado, 2,55% dos produtores comercializaram 100 ou mais animais, sendo responsáveis por 52,90% da produção.

Embora em menor proporção, mesmo no âmbito da agricultura familiar observa-se uma concentração: os agricultores familiares que abateram de 1 a 9 animais abrangem 83,24%

dos produtores dessa categoria e respondem por 26,33% da produção, enquanto as faixas com 100 ou mais animais englobam 1,28% dos produtores e produzem 34,45% dos animais.

Algumas situações necessitam de uma análise mais pormenorizada, como é o caso dos 24 produtores detentores de DAP que comercializaram 500 ou mais animais em 2017 (8 deles comercializaram acima de 1.000 cabeças).

De forma geral, é possível concluir que, embora tenha participação menor do que nas demais cadeias de carnes, a agricultura familiar ocupa papel de relevância na produção de bovinos, com mais de 60% dos produtores e cerca de $\frac{1}{4}$ da produção estadual. Esses percentuais dizem respeito apenas aos animais que se destinam ao abate, não sendo dimensionada a participação de agricultores familiares em outros segmentos da cadeia, como é o caso da produção de novilhos ou novilhas. Também não se incluiu neste estudo a produção destinada para autoconsumo, que em 2016 respondeu por 13,04% do total de bovinos abatidos no estado. É provável que a maioria dos abates para autoconsumo sejam realizados em propriedades familiares. Indicativo disso é o fato de todos os 20 municípios com maior número de abates para tal finalidade estarem localizados na mesorregião Oeste Catarinense, sendo conhecidos pela predominância da agricultura familiar e pela forte presença da pecuária leiteira.

Tradicionalmente a participação da agricultura familiar na produção de carne bovina é associada à produção leiteira, sendo os animais oriundos do descarte dos bovinos em fim de ciclo produtivo e/ou com menor produtividade. Embora não seja possível obter respostas conclusivas com as informações atualmente disponíveis, há alguns indicativos de que essa percepção pode não ser totalmente verdadeira. Exemplo disso é o fato de que os animais provenientes de agricultores familiares que comercializam em média mais de 50 cabeças por ano ser responsável por cerca de 45% da produção dessa categoria. Por outro lado, há que se ressaltar que mais de 83% dos agricultores familiares que destinaram animais para abate no período analisado neste artigo produziram entre 1 a 9 cabeças por ano.

Por fim, diferentemente das cadeias de aves e suínos, a produção de bovinos é voltada essencialmente para o abastecimento do mercado catarinense, uma vez que o estado é deficitário em relação a esse produto. Isso fica evidente, entre outras coisas, pela expressiva participação (80,4%) dos sistemas de inspeção municipal e estadual no total de abates inspecionados realizados no estado (EPAGRI/CEPA, 2017). Tendo em vista a estruturação dessa cadeia produtiva e os custos de logística associados à mesma, é provável os animais oriundos dos produtores que compõem as faixas inferiores da estratificação apresentada nesse artigo sejam abatidos em estabelecimentos localizados no próprio município de origem dos

bovinos ou em municípios próximos. Em se confirmando essa perspectiva, ganha mais relevância o papel da agricultura familiar no abastecimento dos mercados locais. Contudo, a ratificação dessa hipótese demanda análises adicionais que se recomenda que sejam realizados posteriormente.

5. Bibliografia citada

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: UnB, 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual de Crédito Rural**. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/mcr>. Acessado em 29 de maio de 2018.

EPAGRI/CEPA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2014-2015**. V. 1 – Florianópolis: Epagri/Cepa, 2015a. 153 p.

_____. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2016-2017**. V. 1 – Florianópolis: Epagri/Cepa, 2017. 200 p.

_____. **Números da agropecuária catarinense**. Epagri: Florianópolis, 2018. 75 p.

FRANÇA, Caio G.; DEL GROSSI, Mauro E.; MARQUES, Vicente P.M.A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009. 96 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2018.

JACQUES, Aino V.A. Potencial das pastagens naturais nos campos serranos. In: PINTO, Cassiano Eduardo et al (Org.). **Pecuária de corte: Vocação e inovação para o desenvolvimento catarinense**. Florianópolis: Epagri, 2016. p. 48-65.

MAPA. **Valor Bruto da Produção – VBP**. Janeiro/2018. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/valor-bruto-da-producao-agropecuaria-vbp>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2018.

MDA/INCRA/FAO. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto**. Brasília: MDA/Incra, fev. 2000.

PINTO, Cassiano Eduardo; COSTA JUNIOR, Newton Borges da; GARAGORRY, Fabio Cervo. Desafios e oportunidades da pecuária de corte para o desenvolvimento da serra catarinense. In: PINTO, Cassiano Eduardo et al (Org.). **Pecuária de corte: Vocação e inovação para o desenvolvimento catarinense**. Florianópolis: Epagri, 2016. p. 196-209.

SANTOS, O.V.; MARCONDES, T.; CORDEIRO, J.L.F. **Estudo da Cadeia do Leite em Santa Catarina - Prospecção e Demandas**. Florianópolis: Epagri/Cepa, 2006. 55p.

WEDEKIN, Ivan. **Economia da pecuária de corte: fundamentos e o ciclo de preç os**. São Paulo: Wedekin Consultores, 2017. 179 p.

ZENI, Elton. **Caracterização da cadeia produtiva da pecuária bovina de corte no estado de Santa Catarina**. 2001. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Centro Tecnológico, UFSC, Florianópolis, 2001.

Os Convívios *Slow Food* da Grande Florianópolis: uma caracterização organizacional

Ana Clara de Borba Granzotto¹

Carolina Vivan²

Renê Birochi³

Resumo

Os Convívios *Slow Food* são células locais do movimento *Slow Food*, no qual o alimento é visto como ponto central das organizações sociais e humanas, capaz de transformar a relação alimentar a partir de suas estratégias baseadas nos valores 'Bom, Limpo e Justo'. O presente artigo identifica e caracteriza os traços organizacionais de tais agrupamentos - localizados na Grande Florianópolis, que por meio da convivialidade experienciam e disseminam formas alternativas de produção e comercialização alimentar. As lentes teóricas utilizadas foram baseadas na abordagem substantiva das organizações, de Guerreiro Ramos (1989): a lei dos requisitos adequados (tecnologia, tamanho, cognição, espaço e tempo) e na teoria da delimitação de sistemas sociais (economia, isonomia e fenonomia). A pesquisa, exploratória identificou achados relevantes para os campos dos estudos organizacionais na temática sobre a construção de novos mercados de alimentos da sociobiodiversidade, principalmente no que se refere a relação de interdependência entre os requisitos organizacionais e as configurações isonômicas.

Palavra - chave: *Slow Food*; Organizações Substantivas ; Delimitação de Sistemas Sociais.

¹ Graduada em Administração de Empresas pela UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: aclaragg@gmail.com

² Graduada em Administração de Empresas pela UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: vivan.carol@gmail.com

³ Doutor em Administração de Empresas pela FGV- EAESP, Professor da UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: renebirochi@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O movimento *Slow Food* é caracterizado como um movimento social e econômico (WILKINSON, 2008) que promove a valorização das esferas ecológica, econômica e social, por meio de alimentos bons, limpos e justos. É autodenominado como “um movimento de ecogastronomia que acredita no direito universal ao prazer da alimentação e na importância da convivência” foi e continua sendo um movimento que busca atuar numa lógica contrária ao processo de industrialização do alimento.

Suas principais estratégias consistem na conscientização dos consumidores a partir do que chamam de “educação do gosto”; na catalogação de alimentos em vias de extinção (Arca do Gosto); no fortalecimento de suas cadeias produtivas (Fortalezas); e na aliança entre pequenos produtores e grandes *chefs* de cozinha praticantes da “ecogastronomia” (Aliança de Cozinheiros) para valorização desses produtos, dentre outras estratégias.

Dentre essas estratégias encontram-se os Convívios, que realizam encontros periódicos para valorizar o prazer da convivência em torno de alimentos da culinária local, da construção de relacionamentos com os produtores, de campanhas em prol da proteção e valorização dos alimentos tradicionais, dentre outras ações.

Atualmente existem 1500 Convívios do *Slow Food*, em 132 países, compostos em sua totalidade por mais de 100.000 membros. No estado de Santa Catarina, especificamente, existem seis Convívios, três deles na região litorânea, um na região norte e dois na região oeste do estado. Sua forma de organização é declarada como “auto gestonária” mas orientada por um líder; seus membros exercem atividades voluntárias e não possuem um local de convivência fixo, funcionando como nós da rede *Slow Food* em articulação com a comunidade local.

Na intenção de investigar o movimento, com foco na sua estrutura e processos organizacionais, esta pesquisa buscou o aporte teórico do sociólogo brasileiro Alberto Guerreiro Ramos para fundamentar as análises empíricas realizadas. O autor dedicou parte de suas pesquisas ao entendimento de diferentes formas de organização social, que possuem características organizacionais próprias e valores que vão além dos aspectos econômicos.

A teoria de Ramos foi exposta em seu último livro: “A Nova Ciência das Organizações – uma Reconceituação da Riqueza das Nações”, de 1981, onde reúne estudos que visam contrapor a lógica utilitarista das teorias organizacionais, desenvolvendo seu pensamento a partir de uma forma alternativa de conceber a teoria das organizações: a “abordagem substantiva da organização”.

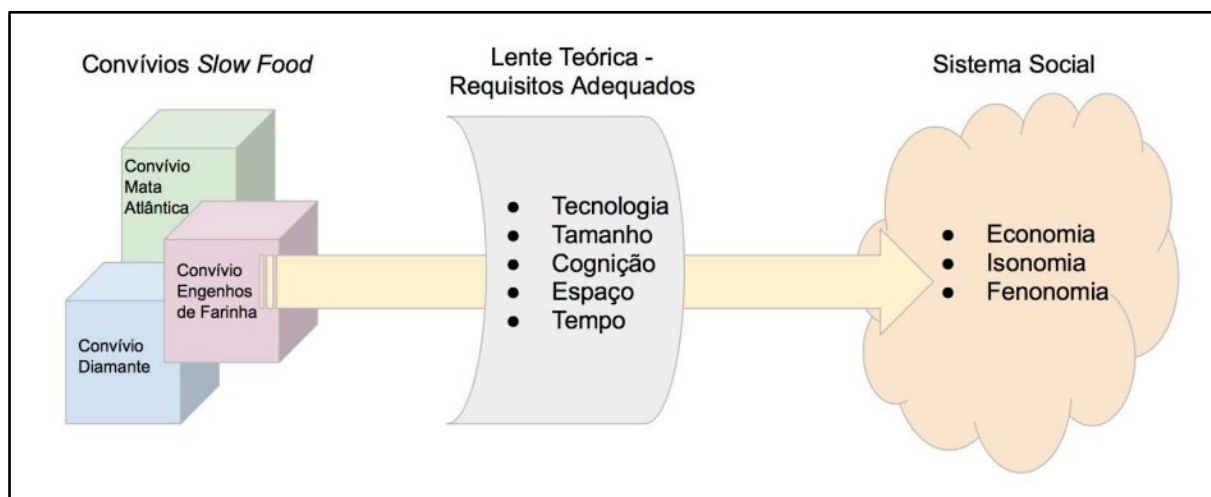
Nesse sentido e com o objetivo de propor atributos próprios para as organizações substantivas, Guerreiro estabeleceu a “lei dos requisitos adequados”, onde determinou cinco

dimensões principais que constituem a configuração basilar dos diferentes sistemas sociais. São elas: tecnologia, tamanho, cognição, espaço e tempo.

Os três principais sistemas sociais elencados por Ramos (1989) são: economia, isonomia e fenonomia. Na economia encaixam-se as organizações que possuem como claros objetivos a produção de bens e/ou serviços, são altamente ordenadas, e estão inseridas em um ambiente produtivo e competitivo regido pelo mercado. Neste ambiente predomina uma racionalidade do tipo instrumental. Já a isonomia ocorre em contextos onde todos os membros são iguais. Ramos (1989) realiza uma analogia com a *pólis* grega, uma associação de iguais, constituída "por amor a uma boa vida" (ARISTÓTELES apud GUERREIRO RAMOS, 1989. p, 150). Por fim, a fenonomia é o sistema onde um único indivíduo ou pequeno grupo unem-se de maneira mais ou menos estável ou esporádica a fim de obter o máximo aproveitamento da opção pessoal em um complexo de baixa subordinação à prescrição operacional formal. Além disso o autor também utiliza dois argumentos complementares: a "orientação individual e comunitária"⁴, em um eixo, e "prescrição contra ausência de normas"⁵ noutro.

Em síntese, a lente teórica para fundamentar as análises empíricas realizadas é representada a seguir:

Figura 1 – Marco Teórico



Fonte: Elaborado pelos autores.

⁴ Tonet (2004) resume o pensamento de Ramos (1989) quando diz que a orientação individual e a orientação comunitária referem-se aos ambientes convencionais de busca pela autorrealização do indivíduo.

⁵ Quanto à prescrição *versus* ausência de normas, Ramos (1989) coloca que, no modelo unidimensional é preciso haver o cumprimento de normas operacionais para que se consiga a execução de qualquer trabalho. Tendo em vista que a auto realização está diretamente relacionada à autonomia do indivíduo, a oportunidade de atualização pessoal é inversamente proporcional ao caráter econômico do trabalho prescritivo, uma vez que ocorre uma oportunidade mínima de escolha pessoal.

A partir da análise de tais atributos organizacionais esta pesquisa identificou padrões organizacionais específicos dos Convívios analisados, pertencentes ao paradigma paraeconômico⁶.

2. ESCOLHAS METODOLÓGICAS

Os procedimentos metodológicos foram empregados por meio de um conjunto típico de procedimentos da abordagem qualitativa e exploratória, por meio de técnicas de documentação direta do tipo intensiva, nos quais dados foram obtidos por meio de observação não participante e entrevistas focalizadas semi-estruturadas, com os seguintes sujeitos: Líder Convívio Mata Atlântica (Entrevistado 1); Ex-líder do Convívio Mata Atlântica (Entrevistado 2); Membro do Convívio Engenhos de Farinha (Entrevistado 3); Ex-líder do Convívio Engenhos de Farinha (Entrevistado 4); Líder do Convívio Diamante (Entrevistado 5); Membro do Convívio Diamante (Entrevistado 6)

Os autores deste artigo também participaram de oficinas realizadas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2016 em conjunto com os Convívios, e utilizaram dados secundários na forma de documentos.

3. ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção são apresentadas os resultados dos três convívios analisados na Grande Florianópolis e a caracterização organizacional a partir da teoria dos Requisitos Adequados e de Delimitação de Sistemas Sociais, de Ramos (1989).

3.1 Convívios

Convívio Mata Atlântica

Em 2012, formado por ex-membros do Convívio Sabor Selvagem, atualmente extinto, formou-se o Convívio Mata Atlântica. O auto-denominado grupo de amantes da Mata Atlântica reúne, segundo o Entrevistado 1, principalmente *chefs* e cozinheiros, mas seu espectro é composto também por pessoas ligadas à diferentes segmentos da sociedade, tais como: advogados, biólogos, *designers*, empreendedores, estudantes, fotógrafos, produtores e apreciadores da gastronomia brasileira.

As “expedições culinárias” - antes realizadas pelo Convívio Sabor Selvagem - continuaram a ser desenvolvidas com a valorização do palmito e do açaí juçara, configurando-se como a primeira ação do Convívio após a sua criação. Assim, os extrativistas, que antes cortavam as árvores para vender o palmito, passaram a cultivar o açaí, melhorando e consolidando a renda de suas famílias, além da preservação do bioma local.

⁶ O Paradigma Paraeconômico para Ramos (1989) representa “visão de sociedade como sendo constituída de uma variedade de enclaves (dentre os quais, o mercado é apenas um) permite a dedicação de outras formas de atividades integrativas.

Conforme o Convívio Mata Atlântica foi ganhando maturidade, outras atividades dos programas globais do *Slow Food* passaram a ser desenvolvidas. A "Educação do Gosto" integra os programas escolares do *Slow Food* constituindo-se desde o treinamento de professores e colaboração no currículo escolar, até a melhora da merenda escolar e organização de programas extra-classe. Unindo esforços ao projeto "Horta na Escola" do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO), o Convívio realizou mais de dez edições dessa oficina até o início de 2016, tendo como objetivo o estímulo sensorial dos alimentos.

Após movimentações internas, o Convívio Mata Atlântica teve sua sede alterada por duas vezes. Além disso, sendo um dos convívios mais antigo de Santa Catarina, alguns de seus membros passaram a integrar a organização nacional do movimento e a liderar o desenvolvimento de diretrizes e princípios do movimento no país.

Convívio Engenhos de Farinha

O Convívio Engenhos de Farinha teve sua origem em 2007 a partir da realização do "1º Encontro do Convívium de Engenho de Farinha", no Engenho dos Andrades, propriedade do primeiro líder do Convívio, em Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis, promovendo a bandeira da valorização dos engenhos de farinha de mandioca.

Com o passar do tempo, em 2010, o Convívio expandiu-se para outros engenhos na região litorânea do estado - por meio dos recursos do projeto do Ministério de Cultura do governo brasileiro, "Ponto de Cultura: Engenhos de Farinha" - em parceria com o CEPAGRO. Os principais resultados desse projeto foram consolidados por meio da valorização dos produtos e saberes dos engenhos de farinha de mandioca da região litorânea de Santa Catarina, dois documentários, um livro de relatos sobre as atividades desenvolvidas e a criação da Rede Catarina *Slow Food*.

Atualmente, o Convívio está em fase de "rearticulação da rede", e não há projetos ativos até o momento ou uma liderança definida. Segundo a Entrevistada 3, na segunda semana de dezembro de 2016 estava programado um encontro para que um novo líder fosse escolhido e definidos os novos rumos do Engenhos de Farinha para 2017.

Convívio Diamante

O Convívio Diamante é o mais recente dentre os analisados, criado em abril de 2016 no município de Major Gercino, na região da Grande Florianópolis, onde está localizado. O objetivo desse Convívio é o de valorizar e resgatar a importância do queijo tradicional de leite cru produzido nas comunidades há mais de um século, bem como o conhecimento e o modo de fazer (*know how*) que é passando de geração em geração e atualmente corre sério risco de extinção.

A comunidade em que o Convívio está inserida é bem articulada politicamente, contando com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Major Gercino, da Prefeitura Municipal, do Banco do Brasil, da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, e da EPAGRI. Assim, a partir do entendimento de que os objetivos do *Slow Food* abrangem a cultura do Queijo Diamante, o Entrevistado 5 e a Entrevistada 6, juntamente com os produtores - criaram o convívio. Uma das primeiras atividades do Convívio em relação ao *Slow Food* foi a participação do Entrevistado 5 e de um produtor do queijo no evento Terra Madre em Turim, na Itália, em setembro de 2017.

3.2 Análise dos Requisitos Adequados

A Lei do Requisitos Adequados determina as premissas de planejamento, dentro de um processo dinâmico e dialético de sua concretização social de seus membros (RAMOS 1989, p.156).

3.2.1 Tecnologia

A tecnologia está presente por meio de mecanismos pelos quais os objetivos são atingidos, sendo o conjunto de normas operacionais e de instrumentos através dos quais se realizam as atividades organizacionais.

O formulário de associação ao Convívio é a primeiro instrumento formal que um indivíduo interessado em se integrar a um convívio interage. A líder do Convívio Engenhos de Farinha – Entrevistada 4 - relata que, por vezes, as pessoas gostam da proposta do *Slow Food* e querem se associar à rede, mas para isso precisam, obrigatoriamente, escolher um Convívio para participar e que apesar de o líder iniciar o contato, esse tipo de associado muitas vezes não interage com o Convívio local.

Após o preenchimento do formulário, um e-mail é enviado ao líder, que o notifica e o direciona para a plataforma online '*Leader Area*', elucidada pela Entrevistada 4 como "Quando a pessoa se torna líder, ganha uma senha para acessar a plataforma [...] onde ela pode gerar uma planilha de excel com o contato e o nome de todas as pessoas que se associaram no site" e assim facilitar a gestão das informações de seus membros. A plataforma Google Drive, e-mails e *whatsapp* também são ferramentas tecnológicas utilizadas por todos os convívios. .

Para a comunicação externa, o entrevistado 5, do Convívio Diamante, abordou que a página do *Facebook* (conta com 249 *likes*) ajudou bastante para a disseminação das atividades do grupo e que é ele quem alimenta a página com frequência. No caso do Convívio Engenho de Farinha em seu período mais ativo atuava frequentemente nas mídias sociais, como a página do *Facebook*, sendo realizadas ações frequentes no *Twitter* e no *blog* do Convívio. O entrevistado 1 comenta a proximidade com a revista mensal Prazeres

da Mesa, que possui uma seção do *Slow Food*, “inclusive nesse mês (outubro de 2016) eu fiz uma entrevista por telefone sobre a reserva extrativista do berbigão”.

As reuniões presenciais e atividades dos convívios também podem ser consideradas como tecnologias organizacionais, uma vez que estão atrelados aos objetivos da organização.

No intuito de dinamizar as atividades, o movimento *Slow Food* internacional inseriu recentemente outra tecnologia, o *Slow Food Planet*, um aplicativo patrocinado pelo LAVAZZA, que tem três funções “tempo para comer, tempo para mim e tempo para comprar”, visando aproximar o consumidores dos estabelecimentos que atuam por meio dos princípios do movimento.

Nesta seção destacamos a presença marcante de quatro tecnologias presentes nos convívios. São elas: formulários de associação; ambiente virtual (*drive*, *leader area*, grupos de e-mail, grupo no *whatsapp*); meios de comunicação; e atividades organizacionais promovidas nos convívios.

3.2.2 Tamanho

A filosofia do *Slow Food* atua “do nível global ao local”, sendo constituída de Convívios, que representam as “células do movimento”. Quando indagado sobre quantas pessoas fazem parte do Convívio Mata Atlântica, o Entrevistado 1 respondeu que hoje em dia existem 35 associados, entretanto apenas dois deles são ativos - ele e o Entrevistado 2.

Entretanto, no início quando foram realizadas as “expedições”, uma delas chegou ao máximo de 25 pessoas e “a mais populosa, que deu até problema logístico”. Esse ponto reforça a ideia de tamanho do convívio como moderada, confrontando o típico “quanto maior, melhor” dos sistemas sociais econômicos

Em relação ao Convívio Engenho de Farinha, a Entrevistada 4 comentou que o tamanho tem em média 30 membros. Ela destacou que nunca houve problema em relação ao tamanho, exceto no que tange a reunião de todos os membros, como relatado a seguir:

[...] todas as pessoas que iam aos encontros e ajudavam, pessoas que estavam mobilizadas pelo tema, a gente considerava que eram do Convívio, independente se a pessoa estava associada ou não [...] até porque muita gente começou a se associar de outras cidades, a pessoa entra no *síte* e ela é obrigada a escolher um convívio. Aí ela vai pelo tema, acha bonitinho e escolhe o Engenho e depois não responde email e não participa dos encontros” (ENTREVISTADA 4).

Em relação ao mais recente dos convívios estudados, o Diamante, diferentemente dos outros, o Entrevistado comentou que ele não fez um trabalho para que todos os

produtores pudessem se associar, pois “o importante é que eles participem, que eles gostem da ideia”. Ele também aponta que os produtores não entendem direito o que é o Movimento pois eles estão mais limitados aos produtos dele. Essa realidade também é apontada pela Entrevistada 4.

Dessa maneira, é perceptível as diferenças significativas do número de membros associados e aqueles que realmente participam das atividades. Sendo assim, os autores identificaram três tipos de membros nos convívios analisados: associados e ativos, associados e inativos e não associados e ativos. Esta configuração difere de convívio para convívio

Em dois dos três convívios analisados, a grande maioria dos membros é composta por “associados e inativos”, um dos motivos para essa situação acontecer, se dá por motivos de inatividade dos próprios convívios. Além disso, também há desconexão sobre a questão geográfica, uma vez que pessoas se inscrevem e não residem perto dos convívios. Em relação aos membros “não associados e ativos”, eles foram justificados por alguns entrevistados por meio de concepções sobre a falta de importância da associação ou seja, não existe a cultura, o incentivo para a prática.

Considerando que para um convívio ser considerado integrante do movimento *Slow Food*, segundo o “Protocolo de Fundação do Convívio” deve-se ter 20 membros ativos (e associados), atualmente os convívios são concebidos como inativos, pois se tratando de membros associados o tamanho é moderado, mas no que se refere aos membros ativos, o tamanho é definido como pequeno.

3.2.3 Cognição

O *Slow Food* é um movimento social e econômico com características cognitivas políticas, próprias de determinados cenários sociais orientados para o bem-estar social:

um sistema cognitivo é essencialmente funcional, quando seu interesse dominante é a produção ou o controle do ambiente; é essencialmente político, quando seu interesse dominante é o estímulo dos padrões do bem-estar social, em seu conjunto; é essencialmente personalístico (*personalogic*), quando o interesse dominante é o desenvolvimento do conhecimento pessoal. (RAMOS, 1989, p. 160-161).

Ainda, segundo Ramos (1989), “os sistema cognitivo funcional predomina nas economias, o sistema cognitivo político, nas isonomias, o sistema cognitivo personalístico, nas fenomenias e, finalmente, o sistema cognitivo deformado é bem característico dos indivíduos e/ou grupos anômicos” (RAMOS, 1989, p. 161).

O Entrevistado 2 reforça a conexão do Movimento quando aponta que:

[...] o alimento é política, é cultura, é igualdade social, é prover ou desprover igualdade social, pode promover ou frear o êxodo rural, pode preservar ou destruir ecossistemas, é uma ferramenta. As redes de *fast food* começaram a utilizar isso para enriquecimento próprio e de poucos, cresceram muito e tem uma destruição absurda sendo causada por isso, então tem que ter um contraponto, o *Slow Food* é um começo (ENTREVISTADO 2).

Sendo assim, são nas atividades práticas que os convívios expressam formalmente o sistema de cognição político, valorizando os produtos da sociobiodiversidade por meio de ações que promovem o bem estar da sociedade em que está inserido.

Nessa mesma direção, o Entrevistado 1 relata algumas dessas atividades realizadas pelo convívio como palestras em relação ao meio ambiente, a alimentação agroecológica para estudantes (IFSC e Faculdade de Gastronomia de Joinville), e a capacitação com agricultores, no sentido de valorização do alimento através de receitas.

Em relação às atividades do Convívio Engenheiros de Farinha, destacam-se a realização de encontros com diversos atores, por meio do projeto “Ponto de Cultura”, fortalecendo a rede e disseminando saberes sobre os Engenheiros. No Convívio Diamante, não há um interesse único e central. Considera-se um sistema de cognição político uma vez que visa, a adequação da legislação de vigilância sanitária às características da agricultura familiar, ou seja, do bem-estar social de um grupo. Porém, ao mesmo tempo, identifica-se traços de sistemas cognitivos funcionais, que visam “a produção ou o controle do ambiente”.

A partir das análises apresentadas, é possível notar nos três convívios, o caráter cognitivo político quando é enfatizada a motivação dos participantes pelo bem-estar comum, bem como o objetivo de cada atividade realizada, que envolvem atividades de educação, valorização e promoção do próprio grupo. Outro ponto visível é a abordagem de rede presente entre os convívios, percebida como resultado do enraizamento social (*embeddedness*) (STEINER, 2006) de seus membros.

3.2.4 Espaço

Para Ramos (1989) a recuperação de espaço para a vida comunitária deveria constituir na atualidade em uma meta prioritária para cidadãos e governos. O modelo de formação do *Slow Food* corrobora com Ramos (1989) pois tem como base a convivência : "estar junto, compartilhando momentos" (ENTREVISTADO 2).

A relação com os espaços dos convívios *Slow Food* não é fixa, uma vez que os membros exercem suas atividades ocasionalmente. Todavia, tal condição pode ser considerada proposital, uma vez que a questão espacial se relaciona com os valores do

Movimento, construída na interação entre consumidores e produtores. Porém, o Entrevistado 2 questiona a ausência de espaços de convivência, como uma espécie de sintoma da escassez de vínculos sociais:

atualmente Santa Catarina vive uma crise de convívios, porque falta convívio entre as pessoas. Porque as grandes lideranças que puxavam de forma positiva esse convívio não se reuniam só pra ter reunião quadrada, fechada, numa sala... a gente não dedica mais tempo pra isso (ENTREVISTADO 2).

Já no Convívio Engenhos de Farinha, a Entrevistada 4 relatou que durante o projeto “Ponto de Cultura” os encontros do convívio se misturavam com a agenda de encontro do projeto:

Tinha de tudo, tinha reunião mais séria para pensar o encontro. Tinha reunião mais descontraída quando a gente ia visitar algum espaço e tinha também no próprio encontro. Às vezes a gente chegava um dia antes na casa do engenho, ia embora um dia depois, ficava ali convivendo com a família, sempre foi tudo misturado. (ENTREVISTADA 4)

No que tange a realidade espacial do Convívio Diamante, nas palavras do Entrevistado 5 as reuniões do grupo acontecem normalmente na casa dos produtores “com um café da tarde com bastante comida”. A primeira delas, registrada no *site* do *Slow Food* Brasil aconteceu na comunidade do Diamante. Quando indagada sobre esse assunto, a entrevistada 6 afirmou que se reúne virtualmente com os membros do convívio.

Sendo assim, os espaços de convivência podem ser considerados **sócio-aproximadores** uma vez que facilitam e encorajam a convivialidade, contrapondo os espaços sócio-afastadores, que mantêm as pessoas separadas, típicos de sistemas econômicos.

3.2.5 Tempo

Segundo Carlo Petrini, fundador do Movimento *Slow Food* “ é inútil forçar os ritmos da vida, a arte de viver consiste em aprender a dar o devido tempo as coisas”. Nesse sentido, o Entrevistado 1 adentra no tema comentando sobre o Movimento “o nome é inglês para ser uma marca mundial e para fazer frente com o *fast food*”. Além disso ele também aponta que a problemática “falta de tempo” é resultante da vida corrida da cidade, onde não se tem muito tempo e nem se importa com o que está comendo, simplesmente se come para satisfazer a fome. Não se questiona sobre a nutrição ou a origem do alimento, resultando em uma alimentação sem informação.

Para entrevistado 2 “a questão do tempo no trabalho no *Slow Food* é difícil de medir porque ele não separa em horas e sim em dias”, ele também apontou que “participar de um convívio é doar parte do seu tempo para algo que não envolve só você [...] é abrir mão de você em um determinado momento para trabalhar só pelo outro”. Além disso, este mesmo entrevistado relatou com empolgação algumas experiências de trocas de saberes com os produtores.

No mesmo sentido, a Entrevistada 3 quando indagada sobre quanto tempo um líder deveria se dedicar semanalmente respondeu que “o tempo varia, ao menos 10 horas”. No entanto, a entrevistada ponderou a relação do voluntariado com o tempo, pois na sua concepção “é preciso muitas pessoas ou tempo e dinheiro sobrando para poder se dedicar”. Ela também usou exemplos de membros que possuem rotinas bastante atarefadas e por este motivo não se fazem mais presentes nas atividades.

A Entrevistada 4, comentou como os demais, sobre a dificuldade de mensurar o tempo: “as vezes a gente ia fazer um evento e ao invés de passar um dia, que era o que eu estava recebendo, eu passava cinco, ia dois antes e saia dois depois”. Ela nos relatou que, assim como os demais envolvidos no Convívio, sempre gostou muito do tema e foi muito militante e assim, como os outros membros, não media esforços para trabalhar um pouco mais, doar um pouco mais do seu tempo.

Já o Entrevistado 5 afirmou que o tempo que ele utiliza para realizar suas atividades do convívio varia bastante, tem uma média de mais ou menos um dia por semana e que é o trabalho que ele faz com mais prazer, que dá ânimo para trabalhar. A Entrevistada 6 afirmou que utiliza suas horas de lazer para realizar o trabalho do convívio, evidenciando gosto pelas atividades.

Conforme a exposição anterior, o requisito temporal relatado por todos os entrevistados foi entendido pelos autores como sendo 'tempo convival'. Tal inferência é baseada em Ramos (1989), que o coloca como uma experiência de tempo em que aquilo que o indivíduo ganha em seus relacionamentos com as outras pessoas, e, portanto, não é medido quantitativamente.

3.3 Delimitação de Sistemas Sociais: convívios como isonomia

A partir da caracterização dos requisitos adequados presentes nos convívios, foi possível identificar as organizações estudadas com traços predominantemente isonômicos. Tais ambientes organizacionais permitem a atualização de seus membros independentemente das prescrições impostas pelo meio. Os indivíduos associam-se espontaneamente e a própria participação nas atividades realizadas é identificada como recompensadora e autogrificante, em grupos de tamanho moderado.

Assim, a recompensa básica está na autorealização e experimentação intrínseca da ação empreendida, por meio de sistemas orientados, sobretudo, para o bem-estar coletivo. Pode-se afirmar que nos convívios analisados as motivações típicas de organizações empresariais, de caráter individualistas, não estão presentes, nem se sobrepõem aos aspectos comunitários, característicos das organizações isonômicas. Mas, ao contrário, a motivação principal dos indivíduos que ali escolheram estar, orienta-se para a construção de vínculos sociais autograticantes, emanados em relações conviviais de espaço e tempo.

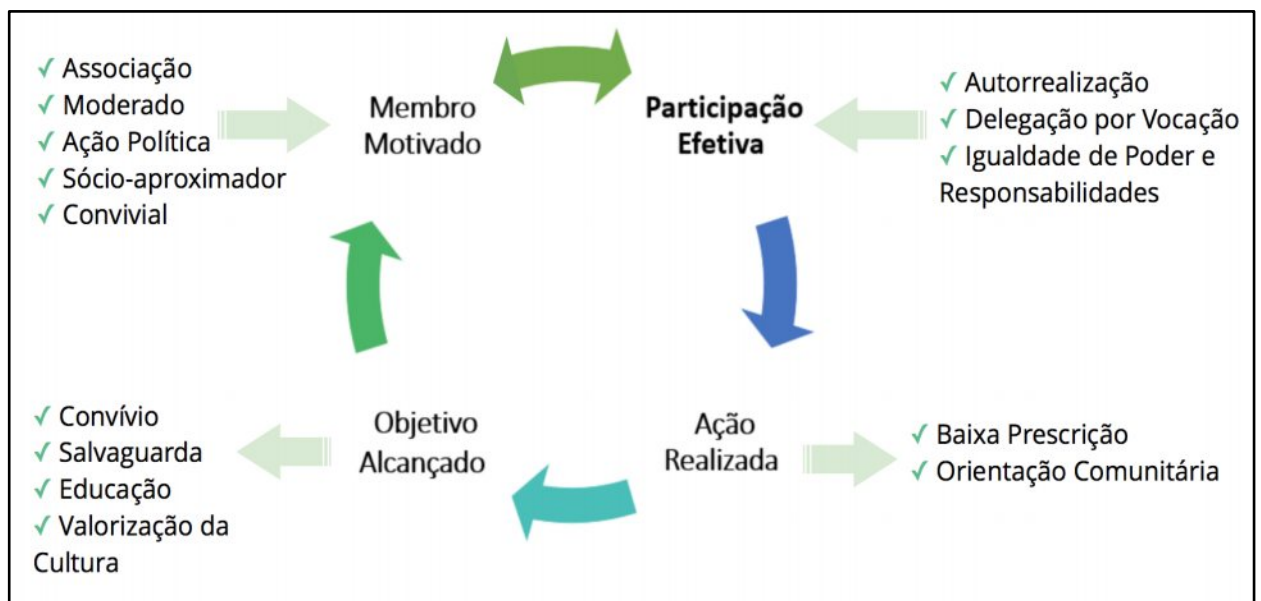
O quadro abaixo sintetiza os principais aspectos organizacionais das análises realizadas.

Requisito	Resultado das Entrevistas	Caracterização	Tipo
Tecnologia	Formulário de Associação; <i>Leader Area</i> ; Redes Sociais	Associação	Isonomia
Tamanho	Membros Associados > Ativos (Mata Atlântica e Engenhos de Farinha) Membros Associados < Ativos (Queijo Diamante)	Pequeno/ Moderado	Fenonomia/ Isonomia
Cognição	Expedições gastronômicas; Valorização dos alimentos por meio de receitas, oficinas e articulação política; Educação do Gosto em escolas	Político	Isonomia
Espaço	Propriedades de agricultores; Escolas; Universidades; Ambientes virtuais	Sócio-aproximador	Isonomia
Tempo	Dificuldade de mensuração, prazer em realizar as atividades	Convivial	Isonomia

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a fundamentação teórica baseada na abordagem substantiva das organizações (RAMOS, 1989) e nas análises empíricas realizadas, propomos a seguir um modelo ideal para o sistema organizacional dos Convívios.

Figura 2 - Modelo Ideal de Funcionamento



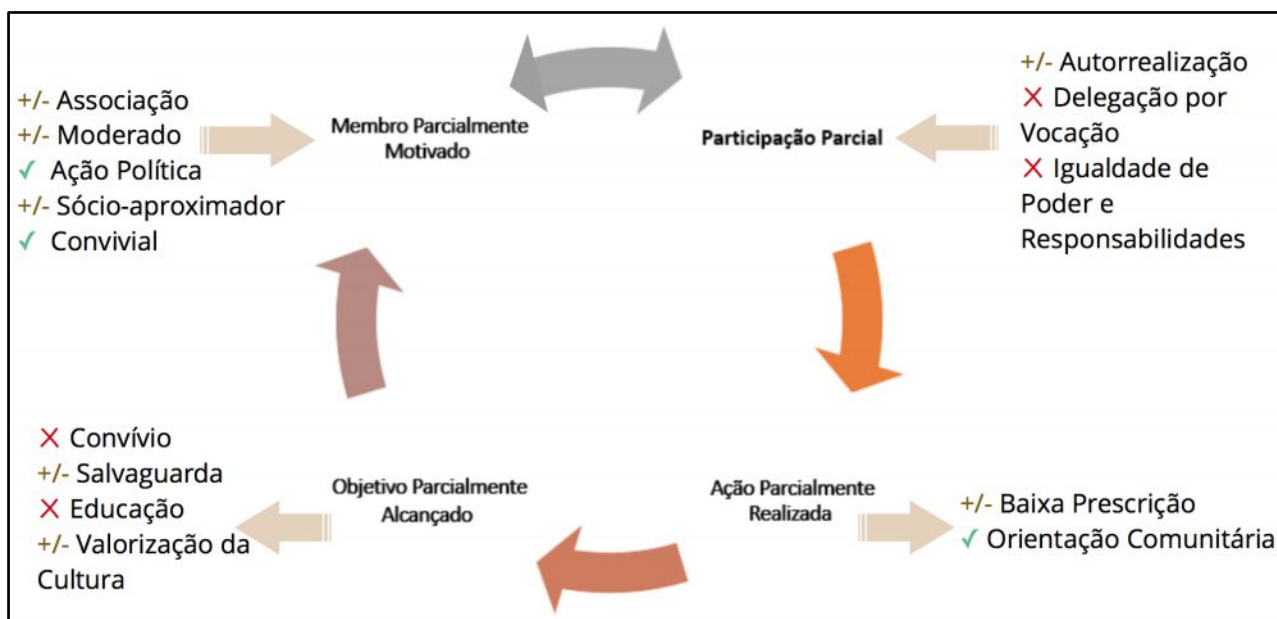
Fonte: Elaboração dos autores

O pressuposto é de que o membro do convívio adentra a organização motivado pela proposta de valor do Movimento (seus princípios e ações). Uma vez que o cenário social está adequado quanto aos seus requisitos (tecnologia, tamanho, cognição, espaço, tempo), ocorre a participação do membro nas atividades. Contanto que os princípios característicos do tipo organizacional (isonomia) sejam preservados, ocorre a participação efetiva do membro, e a ação é realizada com baixa prescrição, com orientação predominantemente comunitária. Sendo assim, os objetivos da organização são alcançados, retroalimentando a motivação do membro pela proposta de valor e mantendo ativo o convívio.

Entretanto, essa não foi a realidade encontrada pela pesquisa ao analisar os convívios reais. No formato atual não foi verificada, por exemplo, a distribuição de responsabilidades entre seus membros. Os ambientes de discussão e diálogo são, muitas vezes, restritos a poucos membros, resultando na participação infrequente. Alguns membros realizam poucas interações, o que reduz o número de membros ativos, resultando, por sua

vez, na sobrecarga de ações para os membros mais ativos, que assumem maior responsabilidade organizacional. Como decorrência desse processo, observa-se que o número de atividades que estimulam a participação de todo o grupo é reduzido, levando à inatividade do convívio. O diagrama a seguir representa o fluxo organizacional analisado entre os convívios analisados anteriormente:

Figura 3 - Modelo Real de Funcionamento



Fonte: Elaboração dos autores.

O cenário real apresenta inadequações a respeito dos requisitos organizacionais analisados. Ainda que o membro participe da ação, o engajamento é fragilizado. Uma vez que os princípios característicos do tipo organizacional (isonomia) não são zelosamente preservados por todos os seus membros (delegação por vocações e igualdade de poder e responsabilidades), a participação efetiva dos membros sofre prejuízos nesse processo, pois as ações são realizadas com maior prescrição, distanciando-se do modelo ideal. É importante ressaltar que, como o sistema de cognição mantém-se preservado, ou seja, as ações visam o bem-estar social, a orientação comunitária resiste a tais desajustes. Assim, os objetivos da organização são parcialmente alcançados (perda de relações conviviais e redução em quantidade e qualidade das práticas), retroalimentando de maneira deficiente a motivação do membro pela proposta de valor original, comprometendo, assim, a perenidade do convívio. Neste sentido, a discussão realizada ao longo deste artigo revela a forte interdependência dos requisitos organizacionais, bem como a importância de sua adequação ao enclave social em que se está inserido.

Por fim, uma vez que a presente pesquisa apresenta caráter exploratório, as lacunas identificadas poderão subsidiar a realização de pesquisas futuras sobre o tema investigado, dentre as quais: a) o estudo dos tipos ideais de liderança dos convívios e/ou organizações isonômicas; b) as particularidades de articulação dos nós da Rede *Slow Food* que os Convívios representam; c) a relação do vínculo formal entre membros dos convívios e do Movimento; d) as práticas organizacionais na realização de ações políticas; e) bem como, as formas de estímulo e engajamento para membros de organizações isonômicas.

5. REFERÊNCIAS

PETRINI, C. **Slow Food: princípios da nova gastronomia**. São Paulo Editora Senac: 2009.

RAMOS, G .A. **A nova Ciência das Organizações**. São Paulo: FGV 1989.

SERVA, M. **A abordagem substantiva e ação comunicativa: uma complementaridade proveitosa para a teoria das organizações**. Revista de Administração Pública 31.2 (1997) 108-134.

SLOW FOOD. **Bem-vindo ao nosso mundo**. O manual. Bra (Cn): Slow Food, 2008.

SLOW FOOD. **Slow Food Brasil**. Disponível em: < <http://www.slowfoodbrasil.com/>>. Acesso em: jun. de 2016.

STEINER, Philippe. **A Sociologia Econômica**. São Paulo: Atlas, 2006.

TONET, R. S. **Fenômenos Economia Plural e Desenvolvimento Local**: um estudo na Feira de Artesanato do Largo da Ordem em Curitiba. PR – 2004 Dissertação Mestrado em Administração Universidade Federal do Paraná. Curitiba – 2004.

WILKINSON, J. **Mercados, Redes e Valores**: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

Circuitos curtos agroalimentares no interior paulista: desafios da comercialização e do consumo local

Daiane Roncato Cardozo¹

Elisa Racy²

Augusto Paschoalino³

Lais Túbero Izidoro⁴

Vera Lúcia Silveira Bota Ferrante⁵

Resumo

O objetivo foi discutir o desenvolvimento das alternativas de comercialização de agricultores familiares no município de Araraquara-SP, por meio do mapeamento de cadeias curtas agroalimentares, buscando evidenciar os gargalos existentes entre a produção e a comercialização local de alimentos. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental e exploratória, por meio do levantamento de dados em fontes oficiais, notas de campo e aplicação de entrevistas com atores formais e informais dessas cadeias. Foram mapeados em 25 bairros do município mais de 40 canais de comercialização, dentre feiras livres, itinerantes e de produtores, ambulantes, hortas urbanas, quitandas, varejões e mercadinhos. Nas feiras livres, apesar da fidelidade na aquisição da população idosa, há impasses quanto às tributações, formação de preço competitivo à entrada de redes de supermercados, somados a não adesão ao cartão de crédito e aos hábitos alimentares dos jovens. Para os produtores, há problemas burocráticos em relação ao mercado institucional, questões de logística, relações comerciais e a sazonalidade do alimento, ocasionando na perda de vendas para os grandes centros de abastecimento e atravessadores vizinhos. Os pequenos estabelecimentos, por sua vez, buscam apoiar-se no sistema de venda fiada ao se defrontarem com a atual crise econômica atrelada à concorrência com os ambulantes e às necessidades tributárias e sanitárias. Assim, os desafios enfrentados pelos agricultores familiares vão muito além de uma produção de alimentos diversificada e suficiente, envolvendo questões de padrões e hábitos

¹ Pesquisadora de Pós-Doutorado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara- UNIARA.

² Mestranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara- UNIARA.

³ Mestrando em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara- UNIARA.

⁴ Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara- UNIARA.

⁵ Coordenadora da Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara- UNIARA.

alimentares nas cidades, administrativas, econômicas e burocráticas, de assistência e capacitação, familiares, políticas e afetivas, sendo alguns valores implícitos que mantêm esses produtores inseridos neste circuito comercial frente a tantas barreiras encontradas dentro de um potencial território, mas ainda tomado pelo agronegócio.

Palavras-chave: Abastecimento e Segurança Alimentar; Agricultura familiar; Comercialização e Consumo.

Introdução

Este trabalho insere-se no escopo do Projeto “Do informal para o formal: uma investigação das redes de abastecimento alimentar territoriais”, em parceria entre a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade de Araraquara (UNIARA) e a Universidade de Buenos Aires (UBA), aprovado na Chamada CNPq/MCTIC nº 016/2016. O projeto, que tem sua proposta formulada para o fortalecimento do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PLANSA 2012/2015 (BRASIL, 2011), em relação ao fomento dos circuitos curtos de abastecimento alimentar, visa analisar alternativas de comercialização que favoreçam a autonomia do produtor, uma produção diversificada e descentralizada e a segurança alimentar, avançando em duas linhas: (1) Gestão pública da produção e o abastecimento alimentar - circuitos curtos de produção, abastecimento, distribuição e consumo alimentar; equipamentos públicos de preparo e distribuição de alimentos; e (2) Sistemas sustentáveis de produção de alimentos saudáveis - papel da agricultura familiar na produção sustentável de alimentos; agroindústrias familiares; pesquisa e geração de dados científicos - tendo como universo empírico os territórios brasileiros de Brasília-DF e de Araraquara-SP, e argentino, de Buenos Aires. O Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR) e o Núcleo de Estudos e Extensão em Agroecologia (NEEA), do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, da UNIARA, são os responsáveis pela aplicação do projeto no território de Araraquara, interior do estado de São Paulo.

Os circuitos curtos agroalimentares de abastecimento podem ser entendidos como expressão da vontade dos atores envolvidos em uma cadeia de valor em construir novas formas de interação entre produção e consumo diante do resgate da procedência e da identidade dos produtos determinada não apenas pelo preço, mas também por valores sociais e significados simbólicos. Implicam na redução ou eliminação dos intermediários

nas relações entre produtores e consumidores, assim como na diminuição dos locais de passagem interna de uma cadeia de valor, encurtando o itinerário e o percurso de um alimento dentro do sistema agroalimentar. Não é apenas uma nova linguagem para descrever fenômenos e processos antigos, mas uma referência útil tanto aos estudiosos como aos mediadores e formuladores de políticas públicas para repensar os mercados agroalimentares e as relações entre consumidores e produtores (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017). Além disso, estes mediadores e formuladores, enquanto equipamentos públicos, segundo Monego (2014), também constituem o PLANSAN 2012-2015 (BRASIL, 2011), como estratégia de articulação institucional em rede, trazendo, dentre seus objetivos o fomento ao abastecimento alimentar como forma de consolidar a organização de circuitos locais e regionais de produção, abastecimento e consumo para a garantia do acesso regular e permanente da população.

Embora a região de Araraquara seja reconhecida pela predominância da monocultura da cana-de-açúcar e da laranja, existem três assentamentos rurais no município de Araraquara há mais de 30 anos, com mais de 700 famílias, que vêm buscando se reproduzir social, econômica, política e culturalmente, diante de suas trajetórias e modos de vida; ter acesso a direitos básicos (saúde, educação, moradia, trabalho, alimentação); enfrentando a precariedade de recursos e serviços, discriminações, dificuldades na produção e comercialização de alimentos, falta de acesso a políticas públicas, entre outros entraves, gerando muitas vezes, tensões e conflitos (RETRATOS DE ASSENTAMENTOS, 1999-2017). Desse modo, a agricultura familiar nesta região se estabelece a partir do contraponto ao agronegócio, como a possibilidade das famílias possuírem sistemas produtivos voltados à produção de alimentos e contando com uma rede de distribuição que muitas vezes é centrada na figura do atravessador. Para analisar o potencial de desenvolvimento das famílias agricultoras integradas no sistema de abastecimento deste local, tem-se tomado como referência um conhecimento já construído acerca do modelo produtivo estabelecido - o modelo tradicional de agricultura ligado ao perfil do agronegócio local.

Metodologia

A metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória, documental e de observação. A pesquisa documental apoiou-se no levantamento de dados secundários sobre o cadastro de produtores, feiras e ambulantes formais e identificação de estabelecimentos comerciais

de alimentos enquadrados como Microempresa - ME (quitandas, hortifrúti e varejões), em bases de dados confiáveis e de acesso público, como a Prefeitura Municipal de Araraquara e a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP ONLINE).

A pesquisa exploratória e de observação foi iniciada em janeiro deste ano, a partir do mapeamento preliminar de alguns circuitos curtos agroalimentares formais e informais; de notas de campo e aplicação de entrevistas abertas a alguns desses atores, guiadas por um roteiro com questões semiestruturadas a respeito do tempo de existência no mercado local, número de comerciantes envolvidos, periodicidade, localização, tipificação do espaço comercial, origem dos alimentos, além de questões relacionadas ao aumento do desemprego e tradição da presença desses agentes de varejo em determinado local.

Como critérios de seleção dos espaços pesquisados foram considerados a força da presença e a operação dos circuitos locais em bairros tradicionais, história e tempo de atuação, o reconhecimento por parte da população da oferta de produtos frescos, relações de confiança, e os estabelecimentos de até 2 *checkouts*, a fim de não incluir mercados e/ou supermercados.

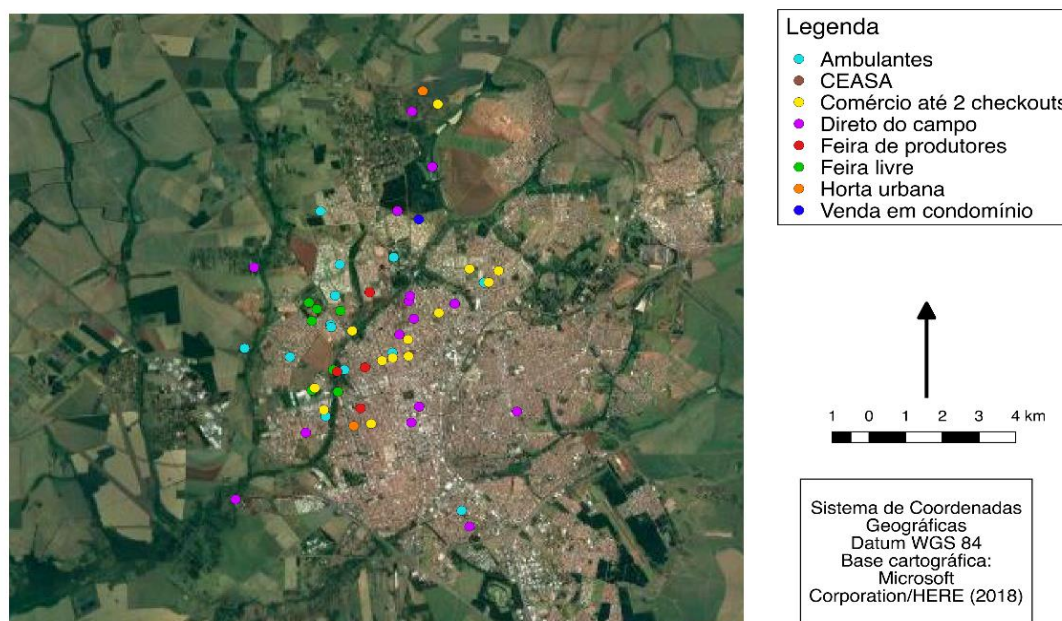
A análise foi realizada de forma quantitativa, na descrição de algumas variáveis, e qualitativa, quanto à interpretação dos sentidos e significados dos depoimentos nas entrevistas.

Resultados e Discussões

De acordo com a Figura 1, até o momento foram identificados 63 canais de comercialização, inseridos em 25 bairros: feiras de produtores, livres e itinerantes (padarias); hortas urbanas; ambulantes; além de quitandas/ varejões/mercadinhos, do Mercado Municipal e do Ceasa. Foram aplicados questionários e entrevistas em 21 canais (16 bairros; 45 participantes), conforme o Quadro 1.

Figura 1 – Mapeamento de cadeias curtas agroalimentares em Araraquara-SP

Pontos de comercialização de cadeia curta no município de Araraquara, SP



Quadro 1 – Descrição dos canais de abastecimento agroalimentar de Araraquara-SP

Canais	Bairros	Participantes
Feiras livres/ itinerante	São José, Santa Angelina e Carmo	3 (2 feirantes e um fiscal)
Produtores da cidade	Jardim Ártico, Vale Verde e Rodovia Abílio	3
Ambulantes	Santana, Parque das Laranjeiras, Jd. Pinheiros e Vila Xavier	5
Hortas urbanas	Vale Verde e Jd. Nova América	2
Mercadinhos/ Varejões/ Quitandas	São José, Jardim Pinheiros, Santana, Vila Biagioni, Carmo, Melhado, Selmi Dei	10
Ceasa	Jardim Regina	18 (17 comerciantes e um da administração)
Mercado Municipal	Centro	4
Total	16	45

Inicialmente, foram disponibilizados pela Prefeitura os locais e horários de realização das feiras livres e de produtores tradicionais, além de informações referentes ao Programa Negócio do Campo, que, dentre outras ações, estabelece uma parceria entre os produtores e as padarias da cidade. Esta parceria consiste na venda de produtos hortifrúti na frente de padarias em 4 dias da semana, tendo um caráter itinerante. Estes

produtores são os mesmos que participam das feiras de produtores existentes na cidade. Por meio de conversas informais com moradores, foi detectada a presença de 2 hortas urbanas que consistem em dois projetos de finalidade e data de formação distintas. Uma delas, localizada na zona norte do município, tem princípio comunitário e é utilizada como uma ferramenta de emancipação social; a outra consiste em projeto privado de um morador que vende o que produz para clientes fixos. Existe ainda um produtor assentado que vende seus produtos em uma barraca dentro de um condomínio.

A feira de produtores é composta quase que exclusivamente por assentados, com cerca de 60 produtores. Existem 4 feiras de produtores na cidade, sendo a de maior expressividade a que ocorre aos sábados, na praça Pedro de Toledo (Figura 2). Mesmo com a existência da feira de produtores, muitos assentados se queixam da dificuldade de comercializar seus produtos. Em outros projetos coordenados pelo NEEA (2017), foram verificados episódios em que os assentados descartavam suas produções de hortifrúti, pois não conseguiam escoar a produção, seja pelos entraves logísticos (condução, pessoal, tempo) ou de produção (quantidade e tipo de produto). Ainda assim, as feiras de produtores têm maior número de participantes do que as feiras livres.

Figura 2 – Feira dos Produtores na Praça Pedro de Toledo (Araraquara-SP)



As feiras livres ocorrem durante toda a semana por diversos locais de Araraquara. A que consegue aglutinar um maior número de feirantes é a feira que ocorre

às terças-feiras, na Praça do Carmo, contando, atualmente, com cerca de 10 feirantes. Conforme relato de um feirante, em seu início, esta feira contava com cerca de 100 feirantes, tendo um papel muito importante na história das feiras do município. De acordo com entrevista concedida por um fiscal de feira da Prefeitura Municipal, as feiras livres em Araraquara eram referência na região e com o passar do tempo foram “perdendo força”. Com mais de 30 anos de trabalho, o fiscal aponta que um dos motivos mais relevantes para o enfraquecimento das feiras livres foi a instalação do supermercado Extra no centro cidade. O problema é que, por conta de todas as tributações que os feirantes necessitam pagar, não conseguem competir na formação de preço com o supermercado; mesmo com a oferta de produtos mais frescos e pela relação mais próxima entre vendedor e consumidor, os consumidores optam pelos supermercados. Adicionalmente, a impossibilidade de realizar transações com cartão de crédito é um entrave a mais na preferência do consumidor pelas redes de supermercado. Um dos feirantes que participa de feiras desde 1978, também destacou a mudança dos hábitos alimentares como um processo que colabora com o fim das feiras livres, já que os mais jovens compram alimentos em menor quantidade, pois realizam muito mais refeições fora de casa do que os mais idosos.

Em relação aos pequenos estabelecimentos (sendo 3 analisados, um com mais de 30 anos de atuação e os outros, com até 4 anos), foi possível constatar a preocupação dos comerciantes com a crise econômica. Todos apontaram que uma das formas encontradas para garantir que os clientes continuem comprando os produtos foi a continuidade da venda no sistema “fiado” (anotação dos gastos dos clientes durante a semana em caderneta para pagamento no final do mês). Outro aspecto relevante foi o perfil dos consumidores, caracterizado por pessoas idosas, que possuem um padrão e hábitos alimentares diferenciados. Os comerciantes destacaram, inclusive, que não há uma expressiva formação de novos consumidores e avaliam que isso pode ser um fator determinante para o encerramento desses comércios. Segundo eles, os consumidores mais jovens dão preferência para a facilidade e comodidade em realizar a compra de produtos hortifrúti nos supermercados. As dificuldades referentes à concorrência com outras cadeias de comercialização, sobretudo com os ambulantes informais (Figura 3), estão relacionadas, principalmente, às exigências burocráticas que consistem no pagamento de diversos tributos, como a Taxa de Avaliação de Conformidade, e a adequação às normas da Vigilância Sanitária para manter a pesagem adequada na balança ao que é exigido pelo Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo (IPEM/SP). Em relação a estes

tributos, a feira de produtores é o único canal de comercialização formal em que não é exigido adequação com as normas da Vigilância Sanitária e diversos outros tributos municipais.

Figura 3 – Ambulante no parque das Laranjeiras (Araraquara-SP)



No que se refere à origem dos alimentos, foi observado um quadro bem diversificado nos canais de comercialização. A maior parte das frutas ofertadas por ambulantes, pequenos estabelecimentos e pelas feiras livres, advêm de cidades da região Nordeste, principalmente da Bahia, sendo que estas frutas são adquiridas no Centro Estadual de Abastecimento (CEASA) de Araraquara. O restante de frutas e de leguminosas são adquiridas de atravessadores que moram em cidades vizinhas. As verduras são compradas majoritariamente dos assentamentos rurais do município, garantindo assim, o frescor destes alimentos. Quando questionados do motivo de não comprarem leguminosas e frutas dos assentamentos do município, os comerciantes e feirantes destacaram dois aspectos principais: a sazonalidade dos alimentos e a dificuldade nas relações comerciais com os atravessadores. Devido os consumidores não adequarem seus hábitos alimentares com a sazonalidade dos hortifrúteis produzidos em Araraquara, os feirantes e donos de quitandas e varejões se sentem pressionados a oferecer uma extensa gama de produtos hortifrúteis durante todo o ano, recorrendo aos atravessadores. A dificuldade nas relações comerciais se refere ao que foi chamado de “chantagem” por parte dos atravessadores, que, por vezes, interrompem o fornecimento

de determinados produtos quando os feirantes e comerciantes optam por comprar dos assentamentos.

Considerações

Este trabalho possibilitou diagnosticar alguns entraves sobre o desenvolvimento das cadeias curtas agroalimentares em Araraquara-SP quanto às alternativas locais de comercialização. Nas feiras livres, apesar da fidelidade na aquisição e no consumo da população idosa, os impasses se concentram nas questões tributárias versus a formação de preço competitivo à entrada de redes de supermercados, somados a não adesão ao cartão de crédito e aos hábitos alimentares da população mais jovem. Para os produtores, além dos conhecidos impasses burocráticos em relação ao mercado institucional, somam-se questões logísticas, relações comerciais e a sazonalidade do alimento, ocasionando na perda de vendas para os grandes centros de abastecimento e atravessadores de regiões vizinhas. Os pequenos estabelecimentos, por sua vez, buscam apoiar-se no sistema de venda fiada ao se defrontarem com a atual crise econômica atrelada à concorrência com os ambulantes e às necessidades tributárias e sanitárias.

Contudo, é importante e necessária a continuidade deste diálogo com os atores públicos e consumidores, acrescentando ainda informações relativas à produção e renda dos agricultores, aos preços dos alimentos, bem como ao perfil do consumidor (renda, hábitos, preferências, orientação alimentar e nutricional, entre outros aspectos), pois essa discussão vai muito além de uma produção de alimentos diversificada e suficiente, sendo necessário envolver questões que vão desde padrões e hábitos alimentares nas cidades, passando por questões administrativas, econômicas e burocráticas, de assistência e capacitação, até questões familiares, políticas e afetivas, uma vez que são estas últimas que mantém esses produtores inseridos neste circuito comercial frente a tantas barreiras encontradas dentro de um potencial território, mas ainda tomado pelo agronegócio.

Referências

ALMEIDA, E., FERRANTE, V. L. S. B., ALMEIDA, L. M. M. C., BARONE, L. A. Experiências de efetivação do PNAE em municípios paulistas: entraves e perspectivas. *Informações Econômicas (Impresso)*, 46, 2016.

AMARAL, D. T., FELICIANO, C., COSTA, M. B. B., FERRANTE, V. L. S. B. Da roça para a mesa: o perfil do consumidor numa feira de alimentos saudáveis. In: *Anais da 8ª Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais*, Campinas, São Paulo, 2017.

ARARAQUARA. Prefeitura Municipal. (2018). *Planos municipais*. Disponível em: <<http://www.araraquara.sp.gov.br/>>. Acesso em: fev 2018.

ARRUDA, T. P., CARDOZO, D. R., ALMEIDA, L. M. M. C., FERRANTE, V. L. S. B., BERNARDES FILHO, R. Segurança Alimentar no PDS Santa Helena. *Revista de Política Agrícola*, 26, 31-44, 2017.

BENJAMIM, C. V., PASCHOALINO, A., FERRANTE, V. L. S. B. Os programas PNAE e PAA em Araraquara-SP sob a perspectiva de agentes municipais e agricultores familiares assentados. In: Anais da 8ª *Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais*, Campinas, São Paulo, 2017.

BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015. Brasília, Distrito Federal: CAISAN, 2011.

CARDOZO, D. R., ALMEIDA, L. M. M. C., FERRANTE, V. L. S. B., PUGLIESE, L. Efetividades e entraves do programa de aquisição de alimentos: o índice 'Ufscar' para a segurança alimentar e nutricional de agricultores familiares. In: Anais da 55ª *SOBER*, Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2017.

DUVAL, H.C., SANTOS, A.H.L., GÊMERO, C.G., FERRANTE, V.L.S.B. Desafios das estratégias de comercialização de alimentos agroecológicos: um relato sobre a feira Da roça pra mesa: alimentos saudáveis. In: Anais do 10º *Congresso Brasileiro de Agroecologia*, Brasília, Distrito Federal, 2017.

GAZOLLA, M., SCHINEIDER, S. (Orgs). *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

GÊMERO, C. G., DUVAL, H. C., FERRAZ, J. M. G., QUEDA, O. Produção e comercialização de ovos orgânicos em assentamentos rurais: discussões preliminares. In: Anais da 8ª *Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais*, Campinas, São Paulo, 2017.

GOMES JÚNIOR, N. N. *Segurança alimentar e nutricional e necessidades humanas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

GOMES, T. P. S., ALVES, C. A., ALVES, V. F., AMARAL, D. T., FERRANTE, V. L. S. B. Do chão ao processamento de ervas do campo: o caso “Mega Cheiro”. In: Anais da 8ª *Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais*, Campinas, São Paulo, 2017.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – JUCESP Online. *Cadastro de empresas*. 2018. Disponível em: <<https://www.jucesponline.sp.gov.br/>>.

LEAL, L. S. G., PIZZAIA, L. G. E., FERRANTE, V. L. S. B., RACY, E. Avaliação da participação das mulheres na produção orgânica na região de Araraquara-SP. In: Anais da 8ª *Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais*, Campinas, São Paulo, 2017.

LOPES, A. W. P., CARMO, M. S., BERGAMASCO, S. M. P. P., FERRANTE, V. L. S. B. Assentamentos rurais e práticas ecológicas: Uma análise em duas modalidades diferenciadas de assentamento. *Cadernos Ceru*, v.26, n.1, 2015.

MONEGO, E. T. Segurança alimentar e nutricional: colocando em evidência a agricultura familiar. *Demetra*, 9 (2): 431-434, 2014.

NÚCLEO DE ESTUDOS E EXTENSÃO EM AGROECOLOGIA – NEEA. *Pesquisa-ação e construção de proposta agroecológica para a agricultura familiar da região central do estado de São Paulo*. (Relatório Técnico). Araraquara: Universidade de Araraquara, 2017.

PIZZAIA, L. G. E., LEAL, L. S. G., PASCHOALINO, A., FERRAZ, J. M., COSTA, M. B. B. A organização do controle social como possibilidade de fortalecimento do mercado regional de alimentos agroecológicos. In: *Anais do 10º Congresso Brasileiro de Agroecologia*, Brasília, Distrito Federal, 2017.

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS. Revista do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural – Nupedor. Araraquara: Universidade Estadual Paulista, Universidade de Araraquara, 1997-2017. Disponível em: <<http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/about>>.

SILVA, R. P., LUCHINI, J. D., FERRANTE, V. L. S. B., ALY JUNIOR, O. Pronaf e a produção familiar e práticas sustentáveis de agricultura em um lote do assentamento Monte Alegre - Araraquara-SP. *Retratos de Assentamentos*, 18, 317-332, 2015.

SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA – SIDRA. *Produção agrícola municipal*. 2018. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>>.

UNIVERSIDADE ARARAQUARA (UNIARA), UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB), UNIVERSIDADE DE BUENOS AIRES (UBA). *Do informal para o formal: uma investigação das redes de abastecimento alimentar territoriais*. (Projeto de Pesquisa). Brasília, Do: UnB, UNIARA, UBA, 2016.

Gestão social e participação nos processos produtivos e comerciais de duas cooperativas do assentamento Itamarati, Ponta Porã/MS

David Frederik da Silva Cavalcante¹

Janaina Deane de Abreu Sá Diniz²

Resumo: O cooperativismo, apesar de sua importância como organização social e produtiva, tem sido objeto de críticas à medida que, na prática, ao reproduzir os modelos de gestão das empresas mercantis, tende a contrariar as expectativas de seus associados. Situação recorrente até mesmo naquelas cooperativas que se colocam como não alinhada ao modelo dominante. O desafio para essas organizações é de inovar numa perspectiva de inserção mercadológica de seus associados sob um lógica diferente do padrão dominante. A gestão social ao se apresentar como inversa à gestão privada, mesmo considerando o aspecto econômico, se propõe a atuar de forma a viabilizar as finalidades sociais, culturais, políticas e ambientais. Nesse sentido, a partir de pesquisa realizada em duas cooperativas localizadas no assentamento Itamarati (Ponta Porã/MS), foi empreendido esforço no sentido de verificar se as decisões nessas cooperativas estão alinhadas aos interesses dos seus associados. No tocante aos resultados, se por um lado a visão dos associados acerca da participação ainda se mostra limitada, por outro lado, os processos decisórios estão coerentes com aquelas práticas esperadas em processos cooperativos, voltados aos interesses dos associados.

Palavras chave: cooperativas de reforma agrária, gestão social, participação.

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB. Doutorando em Agronegócio (UFG) e Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (FUP/UnB). david.cavalcante@ifb.edu.br.

² Universidade de Brasília. Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Faculdade UnB Planaltina (PPG-MADER/FUP/UnB). janadiniz@unb.br

1 - Introdução

O Cooperativismo é reconhecidamente uma importante e controversa forma de organização social e produtiva. Se em sua origem se voltava à resistência ao capitalismo (NAMORADO, 2007), a realidade não tem permitido a concretização desse conteúdo ideológico (ALBURQUEQUE; CIRINO, 2001). Para autores como Scopinho (2007); Duarte e Wehrmann (2006); Juvêncio et al. (2000); Duarte (1989), tem sido utilizado, principalmente a partir das décadas de 1970 e 1980, como ferramenta de consolidação do capitalismo. Apesar dessa situação, esse modelo de organização tem avançado mesmo em segmentos críticos ao modelo produtivo hegemônico. Exemplo disso pode ser observado nas ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Ainda é preciso esclarecer que os agricultores familiares, principalmente os assentados de reforma agrária, se encontram diante de uma série de riscos inerentes ao modelo hegemônico. Como resposta, precisam encaminhar soluções alinhadas à produção sustentável (LEITE e DI SABATTO, 2009) e elaborar estratégias capazes de fazer frente aos riscos e incertezas (SCHNEIDER, 2016). É nesse sentido que Azevedo (2016) defende a ideia de criação de instituições que possibilite e/ou potencialize a interação entre produtores e consumidores, mas numa perspectiva de atuação local e de superação da simples relação entre oferta e demanda. Mesmo que o caminho passe pelo cooperativismo, haja vista ter “se revelado capaz de atender às demandas globais a partir da organização de atores locais” (SILVA PIRES, 2006, p. 88), não se pode deixar de levar em consideração que essa forma organizacional pouco tem contribuído para mudanças sociais e econômicas.

Mesmo que o cooperativismo possa ser colocado numa situação paradoxal, é preciso ponderar acerca da possibilidade de funcionar como espécie de inovação. No entendimento de Wilkinson (2003), as inovações organizacionais e tecnológicas podem operar como elementos desencadeadores de associações positivas levando à aproximação entre quem produz e quem consome. Para Nierdele (2014), a superação do modelo fordista de produção e consumo passa pela adoção de novas práticas a serem desenvolvidas a partir das crises dos sistemas alimentares que têm impactado principalmente os pequenos agricultores. O cooperativismo, desse modo, deve atuar

no sentido de dinamizar a produção de seus associados e, conseqüentemente, possibilitar respostas adequadas aos seus problemas.

No entanto, a proposta de construção alternativa tem esbarrado naqueles problemas comumente enfrentados por qualquer organização mercantil. A diferença é que nas cooperativas tradicionais as respostas para esses problemas são enfrentados a partir dos preceitos e receituários administrativo/econômicos convencionais, tal como em qualquer empresa. É nesse cenário que a discussão acerca das formas de se fazer a gestão dessas organizações se mostra tão relevante quanto as questões relacionadas à própria essência das cooperativas.

A gestão social, por sua vez, se apresenta como algo distinto dos modelos convencionais de administração. Apesar do econômico também ser relevante, funciona apenas como mecanismo de viabilização das finalidades sociais, culturais, políticas e ambientais. Está voltada à concretização de um modelo de gestão que, na prática, funcione numa perspectiva inversa à gestão privada.

Este trabalho, desenvolvido a partir de estudo de caso, tem por objetivo analisar os processos decisórios em duas cooperativas localizadas no assentamento Itamarati, Ponta Porã/MS, de forma a verificar se as decisões nessas cooperativas estão alinhadas aos interesses dos seus associados.

A Cooperativa Agroindustrial Eldorado dos Carajás – Copaec se organiza a partir da coletivização da terra, capital e trabalho, ou seja, não há exploração de bem ou serviço individualmente. Além das atividades produtivas típicas, como produção de leite, grãos, gado de corte, suínos, olericultura, dentre outros, o grupo ainda prioriza ações de caráter social, cultural e esportivo, como forma de integração e manutenção da organização coletiva. O controle da produção é realizado mediante contabilização da hora trabalhada, independentemente da função ou setor. Ao final de cada mês, após comercialização da produção (vegetal e/ou animal), são somadas as horas trabalhadas e o valor obtido é rateado proporcionalmente.

A Cooperativa dos Agricultores Familiares da Itamarati – Cooperafi, por sua vez, surgiu como resultado de discussões no âmbito da Associação dos Agricultores Familiares da Itamarati – AAFI. Na proposta original a Cooperafi seria responsável pela gestão da infraestrutura remanescente da fazenda (silos, armazéns, secadores de grãos,

etc.), além de atuar na comercialização da produção dos associados. No ano de 2012, alcançou resultado (sobra) líquido na ordem de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Contudo, a cooperativa foi obrigada a utilizar esse recurso na recuperação parcial dos silos que naquele ano foram atingidos por um forte vendaval.

O estudo de caso teve como base as propostas de Demo (2013) e Ventura (2007). Esses autores defendem a ideia da apresentação de “exemplos”, a partir de unidades de investigação, como forma de contribuição ao entendimento de determinado problema. O trabalho foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa. Além da pesquisa exploratória, optou-se pela utilização de pesquisa descritiva, através de questionários e entrevistas semiestruturadas.

As categorias de análise utilizadas na elaboração dos instrumentos de pesquisa, roteiro de entrevistas e questionários semiestruturados, foram construídos a partir de aproximação entre as propostas de âmbitos de análise de processos participativos apresentados por Castellà e Parés (2012) e as categorias analíticas para validação de processos participativos de Villela (2013). Trata-se, portanto, de adaptação desses critérios ao contexto da pesquisa (Quadro 01).

Quadro 1 - Aproximação de critérios de análise de processos participativos.

Cateorias propostas por Villela (2013)	Âmbitos de análise proposto por Castellà e Parés (2012)	Categorias de análise
Processo de discussão	Coordenação do processo Sobre o que se participa?	Abertura à participação
Inclusão no Pluralismo	Quem? (Os participantes) Como se participa	Motivação para participação
Igualdade participative	Coordenação do Processo	Local/esfera decisória
Autonomia	Coordenação do Processo Quem? (Os participantes) Sobre o que se participa Como se participa Resultado dos processos	Funcionamento dos processos decisórios
Bem Comum	Resultado dos processos	Beneficiários das decisões

Fonte: elaborado pelos autores a partir de Castellà e Parés (2012) e (2013).

Dos 27 associados da Copaec foram obtidas respostas de 11 associados, o que corresponde a 40,7% do seu quadro social. Na Cooperafi o índice de respondentes foi 35,18%, ou seja, de 54 associados, 19 responderam o questionário semiestruturado. Aqui cabe esclarecer que não houve definição prévia da amostra. A proposta foi de

contemplar o maior número possível de respondentes, mas o fator clima, período de muitas chuvas (atípico para a época do ano), agravado pelas más condições das estradas, limitou a realização das visitas aos associados.

Já as entrevistas foram realizadas junto às lideranças das cooperativas, mais especificamente, dois dirigentes de cada cooperativa, indicados pelas respectivas diretorias a partir do critério de conhecimento acerca das construções históricas e das estratégias de relacionamento com parceiros. A opção pela indicação de apenas dois dirigentes se deveu ao entendimento de que mais entrevistas poderia incorrer em redundância, pois se trata de grupos reduzidos e relativamente homogêneos (perspectiva político/administrativa). Na Copaec foram entrevistadas a presidente e a diretora financeira e na Cooperafi, os diretores financeiro e secretário.

O trabalho está estruturado em três partes, além desta introdução. Na primeira parte é exposta a fundamentação teórica da análise. Na parte seguinte são apresentados os resultados da pesquisa, bem como as respectivas discussões. Já na terceira e última parte são apresentadas as nossas conclusões.

2 – Gestão Social e Participação

O uso do termo gestão remete à condução de atividades e processos. Como exemplos podem ser citados a Gestão de Recursos Humanos, a Gestão Financeira, a Gestão Hospitalar, etc. (PINHO, 2010). Já o adjetivo social, além de qualificar o termo, aponta para caminhos distintos daqueles comumente percorrido pela gestão tradicional. É preciso considerar que o termo Gestão Social³ traz consigo o risco de confusão acerca de seu âmbito de atuação. Tal situação levou França Filho (2008) a propor que seu entendimento seja construído a partir de dois níveis de análise. No primeiro nível a ideia de gestão social passa a ser confundida com gestão pública, à medida que é vinculada

³ França Filho (2008) chama a atenção à banalização do termo gestão social, muitas vezes vinculado, sem maiores critérios conceituais, às ações de diversos atores não relacionados com a administração tradicional. Tal análise, em certa medida, corrobora com aquilo que Pinho (2010), ao analisar as diversas definições de gestão social, considera como algo muito amplo e carente de delimitação.

às demandas e necessidades dos indivíduos e da sociedade. Assim, a atuação da sociedade orientar-se-á por meio de processos de auto-organização e autoconstrução.

O segundo, numa perspectiva de atuação em nível micro, poderia ser identificado como âmbito organizacional. Diz respeito à ação organizacional que privilegia as lógicas sociais, políticas, culturais e ecológicas, em detrimento daquela estritamente econômica.

Cançado *et al.* (2013a, p. 103), alinhado à mesma perspectiva, enxerga a gestão social como forma de “contraponto à gestão burocrática do Estado e do mercado”, qualificando-a como “gerencial dialógica”, voltada para o interesse público não estatal e para a realização do bem comum. A partir de uma visão Freiriana, pode ser apontada como método necessário à superação da cultura do silêncio, onde os próprios membros da comunidade passam a atuar como agentes de mudança.

A Gestão Social precisa ser reconhecida como mecanismo cujo processo não se vincula única e exclusivamente ao resultado. Trata-se de racionalidade distinta dos mecanismos tradicionais de se fazer gestão. Como afirma Motta (2003), tanto numa perspectiva do Estado, quanto das grandes empresas, a racionalidade dos processos tradicionais de gestão, via de regra, está voltada à utilização e aperfeiçoamento de estratégias e processos que atendam às necessidades finalísticas, sobretudo o lucro, a partir da maximização da eficiência e eficácia produtiva, configurando como mecanismo de exploração ou opressão⁴.

É preciso destacar que mesmo apresentando uma proposta que colide em muitos aspectos com os mecanismos tradicionais, a Gestão Social não exclui o aspecto gerencial de seus processos (FISCHER, 2012; FISCHER et al. 2006). De fato, se trata de construção que emerge da prática (FISCHER, 2002), na qual os processos interacionais entre pessoas e organizações se consubstanciam como caminhos que levam à construções cujo fim é a transformação das condições sociais. À vista disso, o diálogo passa a ser fundamental já que funciona como elo entre os interesses individuais, mas com o fim de atender aos interesses da coletividade.

⁴ Para Motta (2003) opressão refere-se a categoria política, enquanto exploração está relacionada à econômica

Nessa perspectiva, a esfera local é apresentada como *locus* de atuação da Gestão Social, a partir do envolvimento dos membros da comunidade, o que demanda novas formas e estruturas de governança, além de novos processos de diálogos e interação comunitária. “Assim, ao defender os interesses coletivos, em última instância, o indivíduo está defendendo seus próprios interesses” (TOCQUEVILLE, 1987 *apud* CANÇADO, 2013b, p. 18). A construção coletiva, erguida e respaldada sob a noção de comunidade a partir de arranjos institucionais (TENÓRIO, 2012), se torna possível à medida que as relações e interações sociais são mediadas e construídas via mecanismos de diálogos horizontais e o “bem comum é aquilo que é partilhado entre os pertencentes ou envolvidos em dada comunidade” (TENÓRIO, 2012, p. 24).

Autores como Bordenave (1994); Demo (1996); Motta (2003); Albuquerque (2003), apesar de analisarem a participação sob diferentes enfoques, a colocam como mecanismo de poder. Mesmo aqueles identificados com ideais econômicos liberalizantes e/ou alinhadas com a lógica de mercado, buscam na participação a justificativa para implementação de seu ideal de sociedade (CARRION; COSTA, 2010). Como exemplo, pode ser citado a utilização de processos de governança pautados pela transparência, fio condutor para o envolvimento da sociedade que, por sua vez, deve assumir o papel de fiscal dos processos de gestão pública.

A participação é resultado do envolvimento de todos. Está relacionada a uma construção política que envolve conhecimentos e habilidades a serem construídas ao longo do próprio processo participativo (MOTTA, 2003). Pode-se compreender que a participação não é algo pronto, mas um processo que se faz a cada momento e à medida que as realidades são construídas, de acordo com as aprendizagens e heterogeneidades do grupo ou comunidade. Ocorre, todavia, que a não participação também se faz presente. Em alguns casos ela assusta (DEMO, 1996), ou simplesmente as pessoas podem optar por não participar, seja pelo fato de terem sido educadas em regimes totalitários, seja porque a participação implica envolvimento, que por sua vez pode levar a desgaste físico ou mental (MOTTA, 2003).

Demo (1996, p. 57) aponta para a identidade cultural como mecanismo de pertencimento e, por conseguinte, como fator determinante à participação. Isso, à medida que sem essa identidade não há comunidade, pois a “cultura comunitária é

a porteira da participação”. A participação não pode ser construída em si mesma. A identidade, o grupo, a comunidade, precisam ser constituídos a partir de processos históricos e dinâmicas decorrentes de relações econômicas, sociais e culturais, tanto numa perspectiva individual, quanto coletiva.

Não obstante os problemas inerentes à concretização da participação, principalmente quando relacionada a organizações de caráter coletivo e popular, hierarquia e privilégios se configuram como parte do processo a ser superado (HELLWIG; CARRION, 2007). Para Motta (2003), a participação imposta, geralmente relacionada a processos administrativos e voltados à melhoria da eficiência, não é necessariamente algo ruim. Seu problema, no entanto, reside no fato de não permitir a exploração das possibilidades inerentes aos verdadeiros processos participativos. De outro modo, enfatiza que a autogestão não é participação. Por autogestão se entende um sistema no qual a coletividade se auto administra (MOTTA, 2003, p. 372). Nessa mesma perspectiva, Albuquerque (2003, p. 20) entende a autogestão como “um exercício de poder compartilhado que qualifica as relações sociais de cooperação entre as pessoas e/ou grupos, independentemente do tipo de estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais”.

3 – Os desafios da gestão das cooperativas Copaec e Cooperafi relacionados ao envolvimento dos associados

No tocante aos processos decisórios, em ambas as cooperativas um dos aspectos que mais chama atenção está relacionado aos espaços deliberativos. Na Copaec, quinzenalmente, aos sábados, são realizadas reuniões para prestação de contas e deliberação de questões que vão desde a definição da escala de trabalho às discussões acerca de investimentos e estratégias de atuação. Na Cooperafi, de outro modo, não obstante o fato de 84,2% dos respondentes a considerarem como aberta à participação, as reuniões para deliberação são realizadas em eventos (reuniões e assembleias) extraordinários, conforme entendimento da diretoria. É preciso ressaltar que essa participação na Cooperafi é fenômeno recente, resultado do esforço da gestão em envolver os associados no dia a dia da cooperativa. Para um dos dirigentes entrevistados, os problemas que levaram à destituição da diretoria anterior somente

ocorreu porque a falta de transparência e excessiva centralização das decisões deixaram os associados alheios à real situação da cooperativa.

Se um maior nível de participação leva a processos autogestionários e entendendo esses, conforme Albuquerque (2003), como mecanismos de compartilhamento de poder expressados através de relações horizontalizadas, o indicativo é de que nas cooperativas analisadas são encontradas situações diferentes, mas não opostas. Não se trata de equívoco, no caso da Copaec, o entendimento de que ali se tem uma situação perfeitamente compatível com um modelo autogestionável. Já a Cooperafi, e aqui é preciso entender como processo/construção, em função de uma estrutura ainda baseada na hierarquia, apesar da disposição em ouvir os associados, deve ser apontada como instituição que precisa percorrer um caminho considerável até chegar à autogestão. Como apontado por Demo (1996), a abertura à participação não implica que os atores exercerão esse direito, alguns podem se sentir “assustados”. Apesar de adotarem estratégias deliberativas distintas, os associados têm procurado estar presentes nos fóruns deliberativos. Na Copaec 09 de 11 respondentes afirmaram que sempre estão presentes. Na Cooperafi a opção de resposta “sempre” foi apontada por 14 dentre os 19 respondentes (tabela 01). No entanto, para melhor qualificação da participação, se buscou analisar a abertura à participação, haja vista o entendimento de que não basta estar presente nos espaços deliberativos, é preciso ter voz. Nesse aspecto, chama especial atenção a unanimidade dos associados da Copaec em relação ao reconhecimento de que é dado amplo espaço para manifestação. Situação semelhante ocorre na Cooperafi, mas com a diferença que nesta cooperativa não há unanimidade nas respostas (tabela01).

Tabela 01: Participação dos associados nos processos decisórios.

	Copaec			Cooperafi		
	Nunca	Às vezes	Sempre	Nunca	Às vezes	Sempre
Participa das atividades onde são tomadas as principais decisões?	01	01	09	02	03	14
Há espaço para manifestação dos associados nas atividades deliberativas?	00	00	11	01	01	16

Fonte: dados da pesquisa.

Os associados ainda foram questionados sobre os motivos que os levavam a participar dos processos decisórios. A partir da aproximação das respostas, pois a questão aberta implicava em livre resposta, se percebe que a maior participação se dá em função da necessidade/desejo em se manter informado acerca do que está acontecendo (tabela 02). Mas é preciso levar em conta que esse tipo de atitude pode não corresponder aos adequados padrões de ação baseados em processos autogestionários, conforme apresentado por Bordenave (1994). Respostas relacionadas a sentimentos que denotam apreço ao trabalho coletivo também se apresentaram de forma significativa. Por proximidade de sentido, o somatório das “formas de contribuir com o grupo” e “por se sentir dono, pertencimento ao grupo”, revelam que outros motivos, além da simples informação, precisam ser considerados. Apesar da pouca diferença, aqueles respondentes que se identificaram com “o sentimento de coletividade” são mais evidentes na Copaec.

Tabela 02: Justificativas para participação nos processos decisórios.

Justificativas	Copaec	Cooperafi
Por se sentir dono, pertencimento ao grupo	27,3%	26,7%
Forma de obtenção de conhecimento/informação	36,4%	46,7%
Forma de contribuir com o grupo	27,3%	20%
Por ser membro do Conselho de Ética	-	6,7%

Fonte: dados da pesquisa.

Apesar de não se verificar respostas negativas do tipo “nunca”, quando perguntado se as decisões são totalmente implementadas, considerando que essas são coletivas e, portanto, devem ser respaldadas pelo grupo, o índice de respondentes que optaram pela resposta “às vezes” se mostra elevado. Copaec, 54,5% e Cooperafi, 57,9%. A partir disso, é possível concluir que as decisões, ou pelo menos parte delas, não foram devidamente avaliadas, fazendo com que impedimentos de diversas ordens inviabilizassem sua execução. Uma provável solução seria a melhoria nos planejamentos e avaliações das alternativas possíveis. O aperfeiçoamento dos processos e dos níveis de informação aos associados (aqui é possível incluir a qualificação técnica/administrativa) poderia contribuir para elevação da eficiência e eficácia das cooperativas.

Outro dado fundamental à análise pôde ser obtido a partir da pergunta, direcionada aos associados, “em geral as decisões beneficiam mais?”. Apesar das alternativas de

respostas, na Copaec, à exceção de um caso em que o entrevistado se recusou a responder, todos os demais (10 respondentes) afirmaram que as decisões beneficiam todos os associados. De forma similar, na Cooperafi apenas 2 respondentes afirmaram que as decisões beneficiam os dirigentes e 17 que beneficiam todos os associados, ou seja, reconhecem que as decisões são voltadas aos associados, no sentido de beneficiá-los. Essa questão merece destaque pois, dado o nível de respostas, tem-se o indicativo de que a gestão da cooperativa está comprometida com os interesses dos cooperados. Mesmo não sendo possível, a partir dessa questão, afirmar que a priorização das demandas dos associados ocorre em detrimento das exigências de mercado e do sistema produtivo/comercial dominante, o fato de haver esse reconhecimento aponta para caminhos positivos e que tendem a reforçar os laços de proximidade entre associados e cooperativa.

Ainda que os dados indiquem que ambas as cooperativas buscam envolver seus associados nos processos decisórios, a forma como decidem é bem distinta. Apoiado nas respostas dos dirigentes foi possível aprofundar nesta questão. Para os dirigentes das cooperativas, quando questionados quanto às tomadas as decisões, a referência imediata se volta à assembleia geral, responsável pelas “grandes decisões⁵”. O entendimento dos dirigentes da Cooperafi é que a assembleia está em consonância com os preceitos legais, ou seja, ao fazerem referência a essa instância deliberativa, há consciência de que se trata de órgão social que somente poderá ser utilizado em estrita obediência à legislação. Tal situação se mostra relevante à medida que traz consigo uma considerável carga de burocracia e exigência quanto às formalidades exigidas por lei. Além da assembleia geral, a Cooperafi ainda conta com órgãos sociais que, em maior ou menor grau, assumem papéis importantes no processo decisório. Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho de Ética compõem estrutura administrativa/gerencial reconhecida pelos associados. A despeito dessa diversidade de órgão denotar baixa concentração do poder decisório, o que em si pode ser considerado como positivo, por outro lado, pode indicar que a efetiva participação dos membros da cooperativa ainda não se faz como principal aspecto na condução dos processos decisórios.

⁵ Termo utilizado pelo Diretor Financeiro da Cooperafi.

Já na Copaec, diferentemente da Cooperafi, há dependência do trabalho cooperado para a operacionalidade do processo produtivo, ou seja, a mão de obra utilizada em todo o processo depende exclusivamente dos associados. Não é possível diferenciar cooperado (plano operacional) e cooperativa. A cada 15 dias, ordinariamente, são realizadas reuniões. Segundo relatos dos dirigentes e demais associados, são debatidos todo e qualquer tema, não havendo distinção de tema ou pauta. Mesmo aqueles que num primeiro momento seriam de responsabilidade exclusiva da diretoria são levados ao grupo.

Outra informação relevante apontada pelos dirigentes da Copaec diz respeito à organização da produção. Além dos coordenadores de cada setor serem eleitos e, portanto, haver efetiva possibilidade de rotatividade nas funções, os mesmos precisam relatar as demandas e avanços de seus respectivos setores nas reuniões quinzenais. A assembleia, quando da formalização, ocorre muito mais em função de demandas de ordem legal que de necessidades relacionadas às decisões em si. Mais uma vez surgem evidências suficientes para sustentar que se trata de um típico modelo autogestionário, o que, para Bordenave (1994), ocorre quando desaparecem as diferenças entre administradores e trabalhadores.

Ao longo do período de convivência na Cooperafi, reforçado pelas falas dos dirigentes, foi possível perceber que a cooperativa está passando por período de transição. A participação, ainda em construção, foi definida como estratégia fundamental à superação daqueles problemas responsáveis pela fragilização da cooperativa, tanto no que se refere aos aspectos econômicos e financeiros, quanto aqueles de ordem social (relacionamento com os associados). Nas entrevistas e mesmo em conversas informais, não foi evidenciada nenhuma estratégia voltada à promoção da participação, exceto aquelas relacionadas a aspectos isolados, como o reforço do papel (maior frequência) da assembleia geral. A questão é que, apesar de importantes, tal ação é passível de questionamento à medida que não transferem poder decisório.

Ao concentrar o poder decisório nas assembleias, a Cooperafi tem restringido os espaços de debate à medida que esse mecanismo não favorece discussões, são mais propícios às deliberações. Ademais, dadas as formalidades e o quantitativo de pessoas geralmente presentes nesses eventos, é possível que parte dos associados se sintam

constrangidos em se manifestar, situação que poderia ser amenizada caso as discussões fossem realizadas em grupos menores, nas comunidades onde estão inseridos. O envolvimento do cooperado, suas opiniões, cobranças, apesar de permitido e valorizado pela diretoria (como pode ser observado a partir dos questionários e entrevistas), ocorrem apenas em espaços informais, voluntários, e sem qualquer garantia de que essa manifestação será acatada ou, pelo menos, discutida em outras esferas.

Uma questão que não está clara para dirigentes e associados diz respeito à situação de ambas as cooperativas após a instalação das agroindústrias (laticínio na Copaec e processadora de grãos na Cooperafi). Os projetos estão em fase de aprovação pelo Incra. Será possível e/ou viável para a Copaec manter o processo participativo mesmo numa situação envolvendo um negócio da complexidade de um laticínio? E na Cooperafi, o movimento em direção à maior participação dos associados conseguirá suportar as pressões do mercado?

4 - Conclusões

A análise dos processos decisórios evidencia que a visão dos associados de ambas as cooperativas acerca do que seja participação ainda se mostra limitada. Não obstante, é preciso considerar que mesmo no caso da Cooperafi há certa coerência em suas práticas. Como não se trata de condição dada, mas de processo, avanços e retrocessos devem ser considerados como naturais. A Copaec, por sua vez, demonstra a importância do processo histórico. A indicação é de que a maior participação nessa cooperativa está diretamente relacionada à interdependência das dimensões produtiva, social e econômica. A restrição das possibilidades produtivas (obrigação em atuar nas atividades desenvolvidas pelo grupo pois dela decorre a renda) funciona como reforço positivo à participação.

Outro aspecto a ser considerado está relacionado à gestão do negócio. Mesmo sendo necessário, por força de lei, se constituir órgãos como diretoria, o seu posicionamento no mesmo nível hierárquico⁶ (horizontalização dos processos gerenciais) demonstra ser elemento fundamental à revisão dos conceitos tradicionais de gestão. É preciso que

⁶ É preciso esclarecer que realizam suas funções burocráticas onde estas são reconhecidas e remuneradas nas mesmas condições das demais atividades realizadas no grupo.

dirigentes conciliem as atividades administrativas e de representação⁷ com aquelas de caráter operacional, de forma a não se distanciarem da realidade dos demais associados. As responsabilidades dos gestores (grupo restrito) ganha dimensão proporcional à incumbência pela condução da cooperativa. Na medida em que é pouco compartilhada, a pressão do mercado tende a se concentrar nesses representantes, colocando-os em posição de conflito com os associados.

Por fim, é preciso que associados e dirigentes se conscientizem desse percurso tênue pelo qual estão sendo conduzidos. Se de um lado estão os mercados, com seu potencial e seu desafio, de outro lado está o coletivo, suas expectativas, suas diferenças.

Referências

- ALBUQUERQUE, P. P. de. Autogestão. In: A. D. CATTANI, (Org.), **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. Cap. XX, p. 20-25.
- ALBUQUERQUE, F. J. B. de; CIRINO, C. S. Expectativas e crenças dos usuários sobre as cooperativas agrárias. **Revista Psicologia**, Florianópolis, v.1, n. 2, p. 71-96, jul/dez. 2001.
- ANDRADE, E. S. et al. A crise do sistema sócio-proprietário de produção nas unidades I e II do Assentamento Itamarati em Ponta Porã/MS. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, Campo Grande, 48., 2010. **Anais...** Campo Grande. 2010.
- AZEVEDO, P. F. Emergência de Instituições de Mercado: a criação de mercados como políticas para a agricultura. In: **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento**, MARQUES, Flávia Charão. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2016
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão Social: epistemologia de um paradigma**. Curitiba: CRV, 2013a.
- CANÇADO, A. C.; SAUSEN, J. O.; VILLELA, L. E.. Gestão Social versus Gestão Estratégica. In: F. G. TENÓRIO (Org). **Gestão Social e Gestão Estratégica: experiências em desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: FGV, 2013b. Cap. 01, p. 15-99.
- CARRION, R. M.; COSTA, P. de A. Governança Democrática, Participação e Solidariedade: Entre a Retórica e a Práxis. **Espacio abierto: cuaderno venezolano de sociología**, Maracaibo, v. 19, n. 4, p. 621-640, Octubre/Diciembre. 2010.
- CASTELLÀ, C.; PARÉS, M. Participação e qualidade democrática: uma proposta de critérios de qualidade. In: F. G. TENÓRIO (Org.). **Cidadania e Desenvolvimento Local: critérios e análise**. Rio de Janeiro: FGV, 2012. Cap. 11, p. 207-251.
- DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo: Atlas, 2013.

⁷ As atividades ligadas à representação (reuniões, viagens, etc.) são contabilizadas para efeito de remuneração como qualquer outra.

DEMO, P. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

LEITE, Sérgio; Di SABATTO, Alberto. (Org.), **Políticas públicas e Agricultura Familiar**. 2a ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

DUARTE, L. M. D; WEHRMANN, M. E. S. de F. Histórico do cooperativismo agrícola no Brasil e perspectivas para a agricultura familiar. **Cadernos do Ceam**, Brasília, v. 06, n. 23, p. 13- 28. 2006.

DUARTE, L. M. G. **Desafios do Cooperativismo Agrícola no Brasil Contemporâneo**: Autogestão e Eficiência Empresarial. 1989. 198f. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de Brasília, Brasília, 1989.

EID, F.; SCOPINHO, R. A.; PIMENTEL, A. E. B. A Dinâmica recente da Organização Social e produtiva em cooperativas de reforma Agrária. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, Poços de Caldas, 36., 1998. **Anais...** Poços de Caldas. 1998.

FISCHER, T. Gestão social do desenvolvimento de territórios. **Revista Psicologia**, Florianópolis, v.12, n. 1, p. 113-119, jan/abril. 2012.

FISCHER, T. et al. Perfis visíveis na gestão social do desenvolvimento. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 5, p. 789-808, set/out. 2006.

FISCHER, T.. A gestão do desenvolvimento social: agenda em aberto e propostas de qualificação. In: Congresso Internacional del Clad sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, 7., 2002, **Anais...** Lisboa, 2002.

FRANÇA FILHO, G. Definindo Gestão Social. In: SILVA JR. Jeovar Torres. et al. (Org.) **Gestão Social: Práticas em Debate, Teoria em Construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária/UFC, 2008. cap. 1, p. 28-37.

HELLWIG, B. C.; CARRION, R. M. A participação no processo decisório: um estudo na economia solidária. **REGE Revista de Gestão**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 1-14, out/dez. 2007. JUVÊNCIO, F. de C.; ANDRADE, G. V. de; PANZUTTI, R. **Cooperativismo ao Alcance de Todos**. São Paulo: OCESP, 2000.

MOTTA, F. C. P. Administração e participação: reflexões para a educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 369-373, jul/dez. 2003.

NAMORADO, R. Cooperativismo-história e horizontes. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/11091>. Acesso: 02 outubro 2015.

NIEDERLE, Paulo André. Políticas de valor nos mercados alimentares: movimentos sociais econômicos e a reconstrução das trajetórias sociais dos alimentos agroecológicos. **Século XXI**. Santa Maria, RS. Vol. 4, n. 1 (jan./jun. 2014), f. 162-189, 2014.

PINHO, J. A. G. Gestão Social: conceituando e discutindo os limites e possibilidades reais na sociedade. In: A. S. RIGO et al., (Org.), **Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento**: ações, articulações e agenda. Recife: Univasf, 2010. Cap. 01 p. 21-52. SCHNEIDER, Sergio. **Mercados e agricultura familiar**. Marques, FC, Conterato, MA, Schneider, S., (Org.), Eds, p. 21-52, 2016.

SCOPINHO, R. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicologia & Sociedade**, São Carlos, v. 19, n. especial, p. 84-94. 2007.

SILVA PIRES, M. L. L. Cooperativismo e desenvolvimento local. In: **Assistência Técnica e Extensão Rural**: construindo o conhecimento agroecológico, TAVARES, José Roberto; RAMOS, Ladjane (org). Manaus: GTZ.CDU, 2006.

TENÓRIO, F. G. Escopo Teórico. In: F. G. TENÓRIO, (Org.), **Cidadania e Desenvolvimento Local**: critérios e análise. Rio de Janeiro: FGV, 2012. Cap. 01, p. 19-34.

- TERRA, A. **Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão? Assentamento Itamarati em Ponta Porã–MS: o pivô da questão.** 2009. 325f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.
- VEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. **Trabalho associado:** cooperativas e empresas de autogestão. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.
- VILLELA, L. E. 2013. Redes, desenvolvimento e gestão social em Arranjos Produtivos Locais (APL's) no estado do Rio de Janeiro. In: F. G. TENÓRIO, (Org.), **Gestão Social e Gestão Estratégica:** experiências em desenvolvimento territorial. Rio de Janeiro: FGV, 2013. Cap. 02, p. 101-236.
- VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SoCERJ**, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.
- WILKINSON, John. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. **Estudos sociedade e agricultura**, v 11, n 2, p. 62-87, 2003.

A participação da Agricultura Familiar no PNAE: os descompassos entre os que ofertam e os que demandam na Bahia

Eliene Gomes dos Anjos¹

Ana Georgina Rocha²

Daciane de Oliveira Silva³

Resumo

Este estudo analisa as vendas da agricultura familiar da Bahia no PNAE. Observa-se a execução do PNAE e os desafios para ampliar a participação dos agricultores familiares. Revela-se as narrativas dos gestores que não estão comprando os percentuais firmados, para dimensionar em que medida e sob quais condições serão possíveis a articulação da oferta e demanda. Para tanto, aplicamos questionários com os agricultores e suas organizações e a sistematização dos discursos dos gestores municipais.

Palavras-chave: PNAE, Agricultura Familiar, Território do Recôncavo.

¹ Docente do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. E-mail: elieneanjos@ufrb.edu.br.

² Docente do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: anageorgina@ufrb.edu.br.

³ Docente do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Mestre em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional. E-mail: dacianeoliveira@ufrb.edu.br

Introdução

Este estudo é decorrente das análises realizadas no âmbito da Rede de Universidades na Avaliação do Programa Mais Gestão⁴ desenvolvidas entre os anos de 2014 e 2016, com financiamento do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), atualmente Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), e do projeto de pesquisa em curso Mais Mercado: Alcances e limites na participação da agricultura familiar no PNAE em três territórios na Bahia⁵. Na primeira pesquisa, avaliou-se o Programa Mais Gestão que atendia 448 cooperativas da agricultura familiar nas regiões sul, sudeste, centro-oeste e nordeste, dessas, 47 estão localizadas na Bahia. Seus objetivos consistiam em enfrentar o problema da operacionalização das compras institucionais, visando qualificar a gestão das cooperativas, assim como diversificar os canais de comercialização. Já na segunda investigação, analisamos a compra dos produtos da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, em três territórios da Bahia. A partir das reflexões suscitadas em ambos os projetos, identificamos a importância dos mercados institucionais para a comercialização das formas associativas da agricultura familiar na Bahia.

As transformações econômicas, tecnológicas e técnico-organizacionais implementadas nas duas últimas décadas do século XX impulsionaram a revitalização da associação e da cooperação para enfrentar a competitividade mercantil entre os segmentos mais vulneráveis da sociedade brasileira, dentre eles, os agricultores familiares. Assim, generalizou-se entre a população rural as associações comunitárias e cooperativas abarcando modalidades alternativas de produção e comercialização para aproveitarem as oportunidades criadas a partir da implementação dos programas de compras públicas, denominadas mercados institucionais. Tanto o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, instituído através da Lei 10.696/2003, quanto o PNAE que a partir da Lei nº 11.947/2009, impõe a obrigatoriedade da aquisição de no mínimo 30% dos produtos

⁴ A Rede de Universidades na Avaliação do Programa Mais Gestão foi constituída, além da UFRB, pelas UFRPE, UnB, UFV, UFSM, UFRGS e o IFPA. Seu objetivo foi instituir uma rede de pesquisa sobre a gestão das organizações econômicas da agricultura familiar, capaz de gerar conhecimento em torno do tema para o aperfeiçoamento das políticas públicas implementadas no âmbito do MDA.

⁵ Esse projeto de pesquisa é desenvolvido concomitante ao projeto de extensão financiado pela Sead que se intitula Mais Mercado: articulação entre a oferta da Agricultura Familiar e a demanda do PNAE na Bahia, na UFRB.

da agricultura familiar, tornam-se canais estratégicos para ampliar as vendas dos agricultores familiares e suas organizações.

A reserva de mercado nas compras públicas impõe um duplo desafio às associações e cooperativas dos agricultores familiares, quais sejam: ter uma gestão qualificada que possa planejar e executar todo o processo de venda aos órgãos públicos e assegurar pela mobilização e articulação política o cumprimento da lei, principalmente o percentual mínimo garantido no PNAE em todo o território nacional. Neste artigo objetivamos demonstrar a importância dos mercados institucionais, especialmente o PNAE, para a comercialização da agricultura familiar da Bahia; analisar a sua implementação no Território do Recôncavo, destacando os dilemas e desafios vivenciados pelos agricultores familiares e suas organizações para ampliar sua participação; e identificar as narrativas dos executores do PNAE nos municípios que não estão comprando os percentuais exigidos, para dimensionar em que medida e sob quais condições serão possíveis a convergência da demanda e oferta no PNAE na Bahia.

Os programas de compras públicas tornam-se políticas estruturantes para livrar os agricultores familiares das relações de subordinação e dominação que caracterizam as comunidades rurais na Bahia. Dentre esses, o PNAE é o mais relevante. Ele constitui um programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao Ministério da Educação, via transferência de recursos financeiros para estados e municípios. O PNAE é a maior e mais antiga política pública no Brasil, tendo por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que atendam às necessidades nutricionais dos alunos, durante o período letivo (BRASIL, 2009).

Apesar da obrigatoriedade da aquisição da alimentação escolar com produtos oriundos da agricultura familiar desde 2009, o processo de implementação do Programa nos municípios aponta inúmeros desafios para o cumprimento do mínimo estabelecido. Os dados das bases disponibilizadas pelo FNDE e pelo MDA sobre o PNAE na Bahia, que retratam a aquisição pública dos municípios e o mapeamento das organizações econômicas da agricultura familiar habilitadas para o atendimento desse mercado, apresentam um quadro preocupante. As análises preliminares mostram que, em março de 2016, existia um total de 1.074 organizações da agricultura familiar munidas da Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAPs jurídicas no estado da Bahia. No entanto, os

dados do FNDE de 2016 para o estado mostram que 37% dos municípios compraram, pelo menos, os 30% exigidos na legislação, enquanto 63% não alcançaram esse percentual. Portanto, constatamos o não cumprimento da meta estipulada na lei por parte da maioria dos municípios baianos.

Por outro lado, dados disponibilizados pelo então MDA, em 2014, evidenciam que as cooperativas da Bahia que aderiram ao Programa Mais Gestão demonstraram a relevância do PNAE como canal estratégico para o processo de comercialização. Essa constatação nos instiga a uma breve apresentação da comercialização dessas cooperativas para sustentar que a participação da agricultura familiar no PNAE na Bahia está sendo o caminho mais utilizado para diversificar os canais mais tradicionais de vendas e, devido ao potencial estimado com o alto percentual de municípios que ainda não se adequaram ao estabelecido na lei, ainda há um nicho que precisa ser explorado e ocupado pela importância que a agricultura familiar tem no desenvolvimento territorial no estado.

Para tecer as inferências que perpassam todo o artigo, nos baseamos na estatística descritiva com os dados disponibilizados de 40 cooperativas que foram atendidas pelo Programa Mais Gestão, entre 2014 e 2016, nos questionários aplicados aos agricultores familiares e suas organizações e nas sistematizações das reuniões com os gestores que executam o PNAE nos municípios que não atingiram o percentual determinado por lei no Território do Recôncavo da Bahia, realizadas entre 2017 e 2018. A pesquisa está revelando que há um descompasso entre os que ofertam e os que demandam na implementação do Programa, malgrado a importância das compras públicas.

Participação nos mercados institucionais das cooperativas que aderiram ao Programa Mais Gestão na Bahia

O acesso aos mercados é diversificado, pois existem variadas formas de inserção dos agricultores familiares nos mercados, com graus distintos de integração ao modelo produtivista. Nas últimas décadas, têm crescido formas alternativas de comercialização, como uma forma de criação de mercados diferenciados para a agricultura familiar, muitas vezes caracterizadas como cadeias curtas, em contraposição às chamadas cadeias longas do modelo agroindustrial predominante. É o caso dos mercados institucionais e das feiras agroecológicas. Em grande parte dessas experiências, os agricultores familiares participam através de suas organizações, em especial as cooperativas.

As análises realizadas pela Rede de Universidades sobre o processo de comercialização das cooperativas que aderiram ao Programa proposto pelo governo federal demonstraram que, em sua maioria, estavam aptas a vender os produtos dos associados, embora estivessem pouco estruturadas para responder plenamente a todas as etapas exigidas nos mercados. Nesse cenário, os desafios à gestão das cooperativas da agricultura familiar se intensificam, pois devem promover o equilíbrio entre objetivos econômicos e sociais. A gestão democrática, um dos princípios do cooperativismo, não prescinde da celeridade na tomada de decisões, exigindo de forma contínua o acompanhamento das oscilações do mercado. Por outro lado, a gestão é exercida pelos próprios cooperados que, na maioria das vezes, não têm habilidades suficientes para lidar com questões relacionadas às atividades administrativas, tampouco com as normas que regem os processos de comercialização (SEAD, 2016).

Embora a institucionalização das compras públicas tenha se tornado um ambiente propício para o escoamento da produção das cooperativas, a comercialização ainda continua sendo um dos principais gargalos para Agricultura Familiar, em especial nas cooperativas de pequeno porte. (SILVA, MATURINO, ANJOS; SANTANA, 2015, p.05)

Das 47 cooperativas que foram beneficiadas pelo Programa Mais Gestão na Bahia, 40 delas constituíram a base de dados que nos permitiram destacar a importância dos mercados institucionais como canais privilegiados de comercialização. Do universo analisado, 55% apresentaram como mercado principal dos seus produtos o institucional, restando 40% para o mercado convencional e 5% atuando sem preponderância. Esse contexto nas cooperativas da agricultura familiar baiana pode ser atribuído pela estratégia adotada pelo governo e sociedade civil de estimular os agricultores a se inserirem nas compras públicas. Ainda assim, a falta de alinhamento entre a oferta da agricultura e a demanda dos órgãos públicos tem que ser ressaltada:

Na Bahia, estado com maior número de agricultores familiares do Brasil, a maior dificuldade dos agricultores encontra-se justamente na comercialização, pois muitas vezes não há um domínio, por parte deles, do processo produtivo nem um acompanhamento pela assessoria técnica. Para mudar essa realidade, várias cooperativas de agricultores familiares do estado trabalham junto aos agricultores, visando o beneficiamento e a comercialização da produção, seguindo ações e princípios da inserção solidária, e da autogestão, destacando as potencialidades locais. Por outro lado, são necessárias ações de articulação entre a oferta da agricultura familiar e a demanda dos programas governamentais instituídos, o chamado mercado institucional, para alavancar a produção baiana, gerando emprego e renda [...] (UFRB, 2016, p. 13).

Apesar disso, constatamos que no ano de 2013 do total de 40 cooperativas que compõem a base manuseada, 42% já faturavam com as oportunidades do mercado institucional, conforme discriminado na tabela 1.

Tabela 1: Faturamento Total no Mercado Institucional em 2013

Cooperativa	Valores R\$
01	11.375,00
02	12.924,00
03	42.405,00
04	45.000,00
05	50.000,00
06	55.000,00
07	60.000,00
08	69.509,00
09	74.632,00
10	80.001,00
11	85.278,00
12	90.000,00
13	120.727,00
14	134.998,00
15	248.252,00
16	516.775,00
17	1.492.350,00
Total: 17	Total: 3.189.226,00

Fonte: MDA, 2015. Elaboração própria.

As tabelas 1 e 2 demonstram os valores adquiridos com a comercialização nos mercados institucional e convencional no ano de 2013, respectivamente. Ressaltamos que o total negociado no convencional, R\$ 13.584.758,00, é muito superior ao institucional, R\$ 3.189.226,00, apontado como principal para mais da metade das cooperativas. Este aparente paradoxo pode ser explicado porque, nesse ano, apenas uma dessas cooperativas faturou no mercado convencional um valor muito superior da média das cooperativas, R\$ 8.512.133,00, provocando uma disparidade na receita oriunda desse mercado. A continuidade da pesquisa demonstrará com mais efetividade o papel desempenhado por cada mercado.

Tabela 2: Faturamento total no Mercado Livre (Convencional) em 2013

Cooperativa	Valores R\$
01	525,00
02	3.600,00
03	5.300,00
04	5.760,00
05	10.200,00
06	17.003,00
07	41.939,00
08	127.321,00
09	198.000,00
10	257.054,00
11	369.230,00
12	392.000,00
13	420.000,00
14	582.611,00
15	1.230.000,00
16	1.412.082,00
17	8.512.133,00
Total: 17	13.584.758,00

Fonte: MDA, 2015. Elaboração própria.

O programa de compras governamentais mais importante para as cooperativas na composição do faturamento é o PNAE, como está demonstrado na tabela 3 com os valores comercializados. Isto porque no mesmo ano de referência, somente duas cooperativas comercializaram no PAA e apenas 6 delas venderam para esse programa em 2012, já no PNAE foram 19.

Tabela 3: Faturamento Total do PNAE em 2013

Cooperativa	Valores R\$
01	11.375,00
02	12.924,00
03	42.405,00
04	45.000,00
05	50.000,00
06	55.000,00
07	60.000,00
08	69.509,00
09	74.632,00
10	80.001,00
11	85.278,00
12	90.000,00
13	248.252,00
14	488.652,00
15	1.492.350,00
Total: 15	2.905.378,00

Fonte: MDA, 2015. Elaboração própria

Do total faturado no ano de 2013 no mercado institucional (R\$ 3.189.226,00), o valor de R\$ 2.905.378,00 foi referente ao PNAE, o que corresponde a 91%. Esta cifra demonstra a importância desse programa para a agricultura familiar da Bahia e o potencial para fortalecê-la, pois somente em 2015 o valor repassado pelo FNDE para o estado foi de R\$ 304.148.372,00 (FNDE, 2017). Ainda que 55% delas tenham gerado receitas no PNAE, a variação entre o valor mínimo, R\$ 11.375,00 e o máximo R\$ 1.492.350,00 evidencia que o porte entre as cooperativas é bastante diversificado. Para a realidade da agricultura familiar da Bahia, ter uma receita em um ano valor superior a 1 milhão em um único programa, se constitui em um indício de cooperação em larga escala para vencer os gargalos com a logística de entrega e o volume demandado de médios e grandes municípios.

A tabela 4 apresenta os espaços de comercialização dessas cooperativas, o que nos permite, em certa medida, diagnosticar a capacidade de atender as demandas locais e territoriais em todos os mercados.

Tabela 4 – Locais de venda nos Mercados Convencional e Institucional

Locais	Frequência	Percentual
Só no município	10	25,0
Só dentro do Estado	8	20,0
No município e no Estado	5	12,5
No município e fora do Estado	1	2,5
Todo local	8	20,0
Total	32	80,0
Ausência Sistema	8	20,0
Total	40	100,0

Fonte: MDA, 2015, elaboração própria.

A tabela 4 revela que somente uma das cooperativas consegue comercializar fora do estado e que 25% apenas vendem no seu próprio município. A Bahia tem 417 municípios, porém muitos deles têm uma população reduzida que impacta no valor que é repassado pelo FNDE. Ao considerar esse cenário, a participação limitada ao mercado local pode ser indício de fragilidade no processo de organização produtivo e comercial para ampliar a atuação. Apesar disso, ter 20% das cooperativas atuando em locais fora do estado vislumbra um horizonte do qual não é possível tecer considerações sobre a potencialidade de ampliação neste momento, mas, esperamos que a continuidade da pesquisa demonstre o alcance que as cooperativas baianas adquiriram ao serem inseridas em um programa que visou capacitar gestores e fortalecer a agricultura familiar com um desempenho eficiente e eficaz de suas organizações.

Os gargalos da implementação do PNAE no Território do Recôncavo: uma análise em construção

O Território do Recôncavo⁶ situa-se entre a Baía de Todos os Santos e o sertão semiárido, é composto por 19 municípios, com uma área de 5,2 mil km², e sua população, segundo dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, era de 576.672 habitantes. Segundo Oliveira Júnior e Costa (2014), o Recôncavo baiano é caracterizado desde os primórdios da colonização pela diversidade cultural e econômica entre os municípios que o compõem. Desempenhou um papel relevante para a formação e consolidação socioeconômica da Bahia, porém a crise da

⁶ Consideramos a unidade de planejamento adotada pelo governo estadual desde 2007. O Território do Recôncavo é um dos 27 territórios de identidade do estado.

indústria fumageira na segunda metade do século XX provocou um marasmo econômico que resultou no aprofundamento das desigualdades e da pobreza.

Conforme Brandão (2007),

O Recôncavo histórico e cultural - área da Grande Salvador - está contido, na face litorânea da Zona da Mata, entre os rios Sauípe e Jequiricá, formando uma faixa em semicírculo de cerca de 50 a 70 km de largura, em torno da Baía de Todos os Santos. Vem daí sua designação de Recôncavo da Bahia ou simplesmente Recôncavo [...]. (p. 02).

Na década de 1950, esse espaço geográfico teve o seu desenvolvimento atrelado ao petróleo, com a instalação da Refinaria Landulpho Alves, no município de São Francisco do Conde, e do terminal marítimo, no município de Madre de Deus. Com a criação do Centro Industrial de Aratu, nos anos 1960, ocorre uma mudança na relação entre Salvador e o Recôncavo. Os investimentos governamentais passam a ser cada vez mais concentrados nos municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS), gerando certo isolamento do Recôncavo (BRANDÃO, 2007).

Nos anos de 1970 e 1980, a economia baiana é pautada na atividade industrial, através da produção de bens intermediários, particularmente os segmentos da química e da petroquímica, instalados basicamente na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Esse processo gera uma forte concentração setorial e espacial dos investimentos, com baixo dinamismo econômico de muitos municípios do estado.

O grau de urbanização no Território atingiu 69,2%, conforme os dados do IBGE para o ano de 2010. Contudo, um breve olhar sobre o Território evidencia a predominância de municípios pequenos, pouco populosos (com menos de 50.000 habitantes), e com uma densidade demográfica de menos de 100 habitantes/km², indicando que são municípios com características predominantemente rurais. Nesse contexto, o espaço rural assume importância significativa para pensar estratégias de desenvolvimento. Do total de estabelecimentos agropecuários, 92% são classificados como familiares, no Censo Agropecuário 2006. São 28.542 estabelecimentos agropecuários familiares, ocupando uma área de 110.068 hectares. Característica marcante do rural baiano, a concentração de terras também está presente no Território do Recôncavo: os estabelecimentos familiares ocupam apenas 22% do total da área do conjunto dos estabelecimentos agropecuários.

A participação da agricultura familiar no PNAE é relativa no Território e apresenta oscilações nos percentuais apresentados pelo FNDE de um ano para outro. A explicação para tal evidência estaria relacionada ao papel atribuído à agricultura familiar pelos

gestores que assumem as funções municipais. Na última eleição municipal, dos 19 prefeitos, somente 1 foi reeleito, o que demandou um novo processo organizacional para a aquisição dos produtos da agricultura e novas dinâmicas foram constituídas pelos novos gestores.

O perfil encontrado da agricultura familiar no Território do Recôncavo evidencia algumas fragilidades dos agricultores e de suas organizações que constituem entraves para a participação da agricultura familiar no Programa. Contudo, em grande parte dos municípios do Território existe uma produção diversificada, capaz de atender às demandas do PNAE desde que sejam fortalecidos alguns aspectos dos processos de produção e de comercialização, além da própria gestão das organizações.

No Território, os canais de comercialização são diversos, denotando uma estratégia de diversificação adotada pelos agricultores para o escoamento dos seus produtos. Predominam a venda dos produtos nas feiras locais e para os atravessadores. Para os agricultores, o PNAE seria mais um canal de comercialização, com a vantagem da possibilidade de garantia de compra dos produtos.

A pesquisa de campo evidenciou que a produção e a comercialização coletivas não é uma prática da maioria das organizações no Território. O acesso ao PNAE tem sido, em grande parte, de forma individual, o que inviabiliza a participação de muitos agricultores em função da pouca produção e dos custos elevados para o transporte dos produtos. Uma das questões que tem limitado a participação no Programa é a falta de documentação das organizações e a dificuldade de obtenção de registros, no caso de produtos processados. Além desses empecilhos, o longo período entre a entrega dos produtos e a realização dos pagamentos pelos órgãos públicos é um dos maiores obstáculos a ser superado.

Belik (2016) destaca que existe uma dificuldade das gestões públicas para a demanda dos alimentos da agricultura familiar. Segundo o autor,

[...] a administração pública não pode seguir a mesma rotina de compras quando estiver tratando com a agricultura familiar. Evidentemente, os produtos entregues pelos agricultores participantes – que são menos estruturados, muitas vezes não obedecem a padronização estabelecida pelas redes de supermercados, há problemas com descontinuidade no fornecimento e há problemas também quanto ao grau de beneficiamento do produto entregue (limpeza, descascamento, aparência etc.) (p. 197-198).

Rozendo, Bastos e Molina (2013) apresentam uma análise do PNAE no Território do Mato Grande, no Rio Grande do Norte, e destacam que esse é ainda um campo “nebuloso”

para os gestores públicos. “Raramente a política é identificada por eles como uma estratégia importante, seja de desenvolvimento rural, de fortalecimento da agricultura familiar ou de segurança alimentar” (p. 29). O desconhecimento das diretrizes do Programa apontado pelos autores foi também evidenciado na pesquisa realizada na Bahia. Como ressaltam os autores, “[...] ficou muito evidente a forma residual como são tratadas nas agendas locais as políticas dessa ordem” (p. 29).

Os principais gargalos identificados estão relacionados com a falta de assistência técnica e a irregularidade das chuvas, que afeta principalmente a produção no período do verão. Duas questões estritamente relacionadas já que é possível minimizar os problemas climáticos com tecnologias adequadas.

No processo de comercialização, identificamos algumas distorções na forma como o PNAE tem sido operacionalizado nos municípios. Em alguns casos, observamos a presença de intermediários no processo de comercialização através do PNAE. Indivíduos ou, em alguns casos, organizações, que acessam o PNAE, mas compram os produtos de outros agricultores ou mesmo na Central de Abastecimento da Bahia (CEASA).

Belik (2016) chama a atenção que muitas pesquisas têm evidenciado bons resultados das compras governamentais nos pequenos municípios, o que não se evidencia naqueles municípios de maior porte. Contudo, essa não é a realidade constatada no Recôncavo, cuja característica é de municípios de pequeno porte. As narrativas dos gestores responsáveis pelos programas revelam um cenário de intensa desconfiança da capacidade de fornecimento dos agricultores familiares em assegurar o volume de produtos demandados. Esses discursos não estão restritos às localidades com número mais reduzido de escolares, essa também é a tônica dos municípios de médio porte do Território.

Outro aspecto que se constitui em uma grande limitação para ampliação da comercialização das organizações da agricultura familiar no PNAE no Recôncavo é a aquisição parcial da quantidade de produtos acordados nos planos de vendas das vencedoras das chamadas públicas. Esta é uma denúncia frequente no Território, o que acarreta incertezas no escoamento da produção porque esta é uma prática recorrente dos gestores municipais, gerando, em alguns casos, prejuízos elevados pelo não cumprimento da totalidade dos contratos firmados. Esse cenário amplia o ceticismo das organizações, assim como dos próprios agricultores que começam a expressar descrédito no Programa.

Considerações finais

Ainda que as cooperativas da agricultura familiar da Bahia atendidas pelo Programa Mais Gestão apresentassem indícios de uma inserção mais proeminente na comercialização com o PNAE, as experiências de suas congêneres no Recôncavo e dos agricultores individuais suscitam um alerta para um possível retrocesso dessa participação nas compras públicas. As análises ainda em construção, da oferta dos agricultores e da demanda dos executores do Programa nos municípios do Território, apontam indícios de descompassos na sua efetivação.

A superação desses descompassos e a tentativa de convergir a oferta e a demanda perpassam pelo desenvolvimento de políticas que aperfeiçoem o processo produtivo e a gestão comercial das organizações. Além disso, precisam assegurar assistência técnica perene e o estímulo à adesão às formas associativas para os agricultores que ainda não estão inseridos, destacando as vantagens no aumento de escala e na redução dos custos de transação. Por outro lado, é necessário que haja uma formação para os executores municipais que ressalte, além dos aspectos legais que obrigam o cumprimento de todas as diretrizes do PNAE, os impactos no desenvolvimento comunitário e local. Essas articulações podem resultar em novas dinâmicas para reduzir o persistente cenário de vulnerabilidade social que acompanha os praticantes da agricultura familiar na Bahia.

Referências

- BELIK, W. Os limites para a expansão dos mercados locais. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 183-205.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. Os vários recôncavos e seus riscos. Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras, v. 1, n. 1, 2007. p. 53-56. Disponível em: <<http://www.ufrb.edu.br/reconcavos/edicoes/n01/pdf/brandao.pdf>>. Acesso em: 15/10/2012.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União. 2009
- FNDE. Dados da Agricultura Familiar. Brasília: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2017.

OLIVEIRA JÚNIOR, J.; COSTA, D. R. Análise de indicadores socioeconômicos no território de identidade Recôncavo, estado da Bahia: o geoprocessamento aplicado ao planejamento territorial. Anais do Simpósio Regional de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto - GEONORDESTE 2014 Aracaju, 2014, p. 63-67.

ROZENDO, C.; BASTOS, F.; MOLINA, W. de S. L. Desafios institucionais para a inclusão da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar. Cronos, Revista da Pós-Graduação de Ciências Sociais da UFRN, natal, v. 14, n. 2, p. 23-35, jul./dez. 2013.

SEAD. Diagnóstico das cooperativas atendidas pelo Programa Ater Mais Gestão: análise exploratória. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário: Brasília, 2016.

SILVA, D.O; MATURINO, N.E.M; ANJOS, E; SANTANA, J.C. Um panorama acerca das características de comercialização das cooperativas da agricultura familiar atendidas pelo programa Ater Mais Gestão. In: V Simpósio Desigualdades, Direitos e Políticas Públicas & Conferência RILESS-EMES, 2016, São Leopoldo-RS.

UFRB. MAIS MERCADO: Articulação entre a oferta da Agricultura Familiar e a demanda do PNAE na Bahia. Cruz das Almas, 2016.

As tensões dos mercados alimentares da reforma agrária no sul do Brasil em face do regime alimentar corporativo

Estevan Felipe Pizarro Mufioz

Resumo

As conseqüências da expansão do regime alimentar corporativo tem suscitado uma série de contramovimentos que conjugam uma crítica cívica, cujo fundamento encontra-se nas demandas societárias por equidade, justiça, participação social e sustentabilidade. Estes valores têm legitimado a ação de diferentes movimentos sociais que se orientam pelas bandeiras da agroecologia e da soberania alimentar. O presente artigo analisa as estratégias de construção social de mercados alternativos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no município de Porto Alegre, Brasil. A pesquisa foi realizada em 2016 e 2017, por meio de entrevistas e observação direta. Os resultados apontam, por um lado, para a expansão de inúmeras “redes alimentares cívicas” e, por outro, para a endogeneização desta crítica pelos atores dominantes, o que implica em uma complexa dinâmica de hibridização entre mercados convencionais e alternativos.

Palavras-chave: Sistemas alimentares, Mercados, Movimentos Sociais.

Introdução

O crescente controle dos sistemas agroalimentares por conglomerados transnacionais levou Philip McMichael (2016) a cunhar o termo ‘regime alimentar corporativo’ para caracterizar o atual estágio do capitalismo agrário. Este regime, segundo o autor, é capaz de proporcionar a circulação global de commodities de maneira cada vez mais rápida e em enorme escala. Sua dinâmica é baseada na desregulamentação dos mercados, privatização dos recursos comuns e concentração de poder nas corporações. Com efeito, a expansão deste regime faz com que os ‘modernos’ mercados agroalimentares, sustentados por meia dúzia de monocultivos, pareçam, de fato, orientados “de modo especificamente objetivo, pelo interesse nos bens de troca e por nada mais” (WEBER, 2015, p. 420).

No entanto, nada mais distante desse tipo de representação do que a ideia do mercado como um mecanismo fictício e autoregulável (POLANYI, 1980). A conformação e os efeitos produzidos por estes mercados são, antes de tudo, a expressão de disputas envolvendo atores sociais reais. Ao invés de uma mão invisível, o que existe é uma arena social, na qual os atores econômicos dominantes, as corporações transnacionais, sustentam seus interesses em um discurso que torna a produção e a produtividade agrícolas valores sobrepostos a qualquer outro tipo de princípio.

Dentre as conseqüências da expansão do regime corporativo estão problemas relacionados à segurança alimentar e nutricional, incluindo crises de saúde coletiva decorrentes do uso abusivo de agrotóxicos, da utilização de produtos transgênicos e do ultra-processamento dos alimentos. Para as populações rurais, além dessas questões, o processo de desterritorialização da agricultura – que desconecta e descontextualiza processos produtivos e culturas regionais – tem impactado na capacidade de resiliência dos agroecossistemas e do tecido sociocultural das comunidades (PETERSEN, 2013; PLOEG, 2008; HOLT-GIMÉNEZ, 2012; CRUZ et. al., 2015).

Nas duas últimas décadas, contramovimentos à expansão do regime corporativo abriram espaço para a emergência de redes alternativas de produção e consumo. A proliferação de circuitos curtos, feiras livres, grupos de consumo, associações e cooperativas descentralizadas, experiências de agricultura urbana, de consumo local e de valorização de alimentos tradicionais, permitiu conformar trajetórias inovadoras de desenvolvimento (GOODMAN, DUPUIS E GOODMAN, 2012; GAZOLLA E SCHNEIDER, 2017). Nestes novos mercados circulam mais do que mercadorias. Circulam valores que emanam de uma construção política reunindo uma série de movimentos sociais que, cada vez mais, direcionam suas pautas para a construção de

novas práticas alimentares. Estas práticas colocam em evidência novos significados para os alimentos e, mais amplamente, para o meio rural, os quais estão associados às demandas societárias por equidade, justiça, participação social e sustentabilidade.

A noção de “redes alimentares cívicas” tem sido mobilizada para caracterizar mercados que são formados a partir do engajamento da sociedade civil organizada, e que colocam em evidência novas concepções de “cidadania e democracia alimentar” (RENTING, SCHERMER E ROSSI, 2012). De acordo com Cucco e Fonte (2015), estes mercados relacionam-se com uma diversidade de atores envolvidos no sistema alimentar local que consideram a economia alimentar como um bem comum e um direito. Nesta perspectiva, coloca-se em primeiro plano a ação coletiva – com destaque para a construção política dos mercados pelos movimentos sociais – na defesa da democracia alimentar (principalmente no que tange ao acesso a alimentos saudáveis) como princípio ético.

A construção destes mercados envolve tanto o esforço diário dos agricultores na criação de novas formas de manejo dos recursos naturais, quanto a ação política de organizações e movimentos sociais econômicos atuando em escala global. Neste sentido, este artigo analisa as estratégias mobilizadas pelas organizações dos assentados da reforma agrária vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tendo em vista a construção social de mercados para alimentos agroecológicos no município de Porto Alegre. A pesquisa foi realizada entre 2016 e 2017, por meio de análise documental, entrevistas com lideranças das organizações dos assentados da reforma agrária e observação *in loco* das experiências de comercialização.

O artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução. A segunda seção aborda as características centrais do regime alimentar corporativo e as lutas de resistência dos movimentos sociais agrários sob as bandeiras da agroecologia e soberania alimentar para a construção social de mercados agroecológicos. A seção seguinte, apresenta o estudo de caso das organizações dos assentados da reforma agrária no município de Porto Alegre. A quarta seção apresenta uma classificação dos mercados agroecológicos construídos socialmente. Por fim, a última seção apresenta as principais conclusões.

Contra movimentos ao regime alimentar corporativo

A maneira como os alimentos se movimentam desde os agricultores até os consumidores mudou radicalmente desde a Revolução Industrial, no final do século XVIII, acompanhando as profundas transformações das economias dos países até o

capitalismo globalizado dos dias atuais. Inicialmente circunscritos a uma dimensão espacialmente local e temporalmente imediata, os alimentos transformaram-se em commodities que circulam globalmente. Técnicas de manejo industrial permitiram mitigar o problema da perecibilidade, aproximando-os da lógica dos bens de consumos duráveis (FRIEDDMAN, 2000). Tal panorama de transformações dos sistemas agroalimentares é analisado por Friedman e McMichael (1989) por meio da teoria dos ‘Regimes Alimentares’ que considera a existência de três períodos distintos: 1. O primeiro regime alimentar, constituído no período final da hegemonia britânica (1870 - 1914); 2. O segundo regime alimentar centrado na hegemonia estadounidense no pós - II Grande Guerra (1947 - 1973); 3. O terceiro regime alimentar que ocorre a partir de 1980 com característica liberal produtivista e corporativa.

McMichael (2016) define o período atual como ‘Regime Alimentar Corporativo’, no qual os processos de produção e consumo de alimentos estão amplamente integrados aos complexos agroindustriais coordenados por empresas multinacionais globalizadas integradas ao capital financeiro. Segundo o autor, trata-se do regime alimentar adaptado para o projeto de globalização neoliberal, onde há a hegemonia dos conglomerados empresariais transnacionais que determinam suas estratégias independentemente das fronteiras nacionais, bem como estreita correlação com o capital financeiro que influencia diretamente no controle das regras, na especulação dos preços agrícolas, na utilização de novas tecnologias e na compressão do espaço e do tempo (McMICHAEL, 2016; CABEZA, 2010; TETREAULT, 2015).

Ademais, vale destacar o fenômeno da ‘supermercadoização’. Ao longo das duas últimas décadas, o setor varejista assumiu o controle da cadeia alimentar, definindo critérios de qualidade, determinando dietas alimentares e se apropriando da maior parcela do valor agregado (OOSTERVEER, et al., 2010; WILKINSON, 2008).

Embora capaz de proporcionar a circulação global dos alimentos de maneira cada vez mais rápida e em grande escala (compressão espaço-tempo), o regime alimentar corporativo vem acarretando uma profunda crise socioambiental por meio de sua dinâmica de funcionamento. Suas externalidades negativas colocam em xeque o discurso de competitividade, eficiência e produtividade. Assim, diante desse cenário que apresenta elementos de uma crise civilizatória, inúmeros movimentos sociais, dentre os quais os agrários, se constituem com a perspectiva de representar novas possibilidades ao *modus operandi* dos sistemas agroalimentares contemporâneos. Rosset e Torres (2016) descrevem a necessidade de organização destes movimentos diante das crescentes ondas de investimentos do agronegócio que exploram os recursos naturais, criando um conflito direto e crescente com camponeses e outros povos rurais. Por meio

de coalizões, relacionamentos e conexões solidárias, os movimentos sociais agrários constituem um ‘contra-movimento’ ao “desenraizamento” dos mercados alimentares (POLANYI, 2000).

No Brasil, dois conceitos ganham centralidade na luta dos movimentos sociais agrários na atual conjuntura do regime alimentar corporativo: Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Soberania Alimentar (SOBAL) que buscam a garantia do acesso universal aos alimentos, disponibilidade e regularidade da oferta, sustentabilidade ambiental dos mecanismos de comercialização, redesenho das relações sociais e a participação social nos mercados. SAN e SOBAL tornaram-se importantes ‘bandeiras de luta’ dos movimentos sociais ligados à questão agroalimentar, sejam rurais ou urbanos. Além disso, abrem uma janela de oportunidades para a agricultura familiar e camponesa participarem da construção social de mercados agroecológicos (PEREZ-CASSARINO e FERREIRA, 2013), destacando a centralidade da condição camponesa e sua lógica de coprodução entre a natureza e sociedade (PLOEG, 2008).

Estudos contemporâneos sobre as agriculturas familiares e camponesas em diversas partes do mundo, incluindo o Brasil, tais como os de Sabourin (2009), Ploeg (2008), Mazoyer (2010), constataam que, quando confrontadas à dependência de mercados cada vez mais globalizados, as mesmas adotam ou revitalizam formas de resistência ou distanciamento da lógica produtivista e mercantil capitalista, inclusive por meio da construção de mercados com lógicas adaptadas à sua realidade. Assim, para Sevilla-Guzman (2011), as características da agricultura e da vida social rural conferem características aos camponeses que são chamadas de “potencial endógeno”, o qual possui duas dimensões: uma ecológica e outra socioeconômica.

A dimensão ecológica é representada pela ideia de uma “agricultura de baixas entradas” (*low-input*), pela escala de produção adaptada às realidades das agriculturas familiares, pela base energética e pelos agroecossistemas resilientes. Já a dimensão socioeconômica é representada pela força e organização social do trabalho, identidade local e territorial, autonomia, cooperação, solidariedade, reciprocidade e outras formas de ação social coletiva. Na mesma perspectiva, Petersen (2013) destaca que a dinâmica da agricultura camponesa permite a ampliação de espaços de manobra para a realização de estratégias criativas voltadas à agregação de valor e à redução dos níveis de subordinação ao capital e à lógica dos mercados globais.

A agroecologia ganha força nesse debate na medida em que o meio rural, os sistemas agrários e os ecossistemas realizam papel fundamental na busca de soluções para minimizar os impactos do modelo de agricultura intensiva incentivada pelo regime alimentar corporativo. Com a necessidade da organização dos agricultores familiares

como condição *sine qua non* de sobrevivência nos sistemas agroalimentares, bem como de criação de modelos produtivos que vão de encontro à crise ecológica, surge a possibilidade de organizar novos tipos de empreendimentos econômicos. Ou seja, diferentemente da racionalidade mercantil capitalista que possui como fim último o lucro privado, a racionalidade camponesa apresenta uma diversidade de motivações, que vão desde a subsistência (POLANYI, 2000) até processos de agregação de valor via criação de pequenas e médias agroindústrias (PLOEG, 2008), assim como a distribuição da riqueza para seus respectivos territórios (MARSDEN e FRANKLIN, 2013).

Nesse contexto, se destacam as ações coletivas do MST, movimento social agrário que se organiza sob a bandeira da reforma agrária, tendo como foco a democratização da terra. O MST conquistou destaque no cenário político nacional e internacional pelos seus repertórios de ação de conflito junto aos latifúndios improdutivos, às empresas transnacionais do agronegócio e a constituição de alternativas de produção e comercialização de alimentos que incluem uma massa de agricultores historicamente excluídos do projeto de modernização da agricultura no Brasil (MUÑOZ e RIBAS, 2007). Mais recentemente, além da bandeira da reforma agrária, também defende a agroecologia como o modelo de produção agropecuária adequada à realidade dos assentados. O elemento central deste debate e que motiva o presente estudo, é quando o conceito de agroecologia transcende o agroecossistema e se expressa para ‘fora da porteira’, nos processos empresariais à montante e à jusante das cadeias produtivas. Nesse sentido, há o inexorável encontro da abordagem da agroecologia com o universo dos mercados.

A leitura mais conhecida e utilizada sobre “o Mercado” (*sic*) é aquela baseada na perspectiva *mainstream* da teoria econômica, para a qual o indivíduo - calculista e racional - é capaz de processar todas as informações disponíveis para a tomada de decisão mais eficiente dentro de um mercado competitivo, tendo em vista a realização do livre comércio. De acordo com Polanyi (2000), Abramovay (2004), Collins (2009) e Hodgson (1997), tal visão considera o mercado como um ente abstrato e emancipado de qualquer relação social, onde o consumo é a expressão máxima da racionalidade humana, cada indivíduo possui sua curva de preferências e o equilíbrio entre a oferta e a demanda de bens e serviços ocorre pela auto-regulação do mercado por meio da flutuação do sistema de preços. De acordo com Martins e Cattani (2014, p. 15) “há uma contestação crescente do raciocínio monológico que reduz toda a vida social à uma motivação utilitária e econômica, desprezando a complexidade dos demais fatores sociais, culturais, morais, estéticos e ambientais que interferem na mudança social”.

Nesse sentido, escolas de pensamento com outras raízes epistemológicas aportaram importantes contribuições alternativas à visão neoclássica.

O presente trabalho se utiliza das contribuições das leituras que se inserem sob a denominação da ‘Nova Sociologia Econômica’ (NSE) e da ‘Economia Institucional Original ou Histórica. Nessas perspectivas, os mercados podem ser definidos como “[...] arenas de negociação de identidades, acordos, projetos institucionais e padrões de interação política que transcendem a esfera econômica propriamente dita” (Schmitt e Silva, 2016, p. 389). Definidos no plural, eles representam instituições construídas socialmente que estão permanentemente em disputa, compreendendo os hábitos da sociedade, regras formais, normas informais, infra-estruturas físicas, dispositivos técnicos, atores sociais e suas respectivas crenças do modo de como as regras são aplicadas (AZEVEDO, 2016; ABRAMOVAY, 2004; HODGSON, 1997; FLIGSTEIN, 2001).

A interpretação da economia sob a perspectiva da teoria institucional significa que os mercados se tornam campos de disputas dos recursos materiais e de representações sociais envolvendo agentes das três esferas centrais da sociedade: Estados, mercados e sociedade civil. Desse modo, os movimentos sociais assumem protagonismo na perspectiva da construção social dos mercados, neste caso, os agroecológicos. Mercados construídos socialmente por meio da ação coletiva dos movimentos sociais são potenciais espaços onde ocorre a luta por reconhecimento de novos valores associados às formas inovadoras de produção e consumo. Assim, os mercados articulam infraestruturas e instituições que não apenas mantêm as trocas econômicas, mas reforçam os mecanismos de confiança e reciprocidade, os quais agem como “engrenagem” para novas relações econômicas (SCHUBERT e SCHNEIDER, 2016). Este é o caso de um dos repertórios de ação do MST.

Entre a convencionalização e o enraizamento dos mercados alimentares da reforma agrária

Considerando os diferentes circuitos analisados pelo presente estudo, é possível verificar a conformação de, pelo menos, três tipos distintos de mercados. O primeiro é formado pelos circuitos representados pelas Feiras-Livres, o Comércio Virtual e as Organizações de Consumidores (Preiss, 2016), nos quais predomina uma lógica de “mercados cívicos”, ou seja, há um forte componente ético na ação econômica.

Certamente, tais mercados representam uma resistência à lógica do regime alimentar corporativo (McMICHAEL, 2016) na medida em que se apóia em outras compreensões econômicas para além da perspectiva utilitarista apregoada pelo

mainstream da teoria econômica. Mesmo assim, esta lógica é tensionada na medida em que as feiras-livres realizadas nos *shoppings centers* de Porto Alegre repercutem uma articulação com justificativas comerciais e estéticas. Ou seja, o público consumidor que tende a frequentar tais mercados agroecológicos, podem ser motivados inicialmente por questões que Guivant (2003) denominou de “*ego-trip*”, que representa uma busca individual pelo cuidado com a saúde e o bem-estar pessoal e/ou são consumidores de ocasião em que pela facilidade e conveniência do ato de frequentar *shoppings centers*, também se motivam a abastecerem-se com alimentos orgânicos e, portanto, saudáveis.

Esse improvável encontro têm o potencial de proporcionar importantes transformações nos mercados. De acordo com os estudos de Darolt (2012) e Rover (2011), nestes mercados de proximidade, a relação consumidor-vendedor vai além da pura troca mercantil e também se expressa no compartilhamento de experiências de produção, experiências de vida, expectativas de novos alimentos e formas de preparo, o que em última instância gera a construção da confiança mútua, questão chave para a reciprocidade das ações coletivas (SABOURIN, 2009). Assim, o que seria apenas uma transação comercial e impessoal de mercadorias, pode gerar novos significados para a compra e venda de alimentos da reforma agrária, potencializando e fortalecendo a construção social desses mercados, bem como o papel dos consumidores enquanto agentes ativos do processo de transformação dos sistemas agroalimentares contemporâneos.

O segundo tipo de mercado apresentado neste estudo refere-se ao ponto varejista de comercialização e pela participação em eventos e se caracteriza como um híbrido entre as lógicas cívica e estética. Por se localizar em um dos pontos comerciais mais tradicionais de Porto Alegre, a Loja da Reforma Agrária atrai um perfil de consumidores heterogêneo, com um poder aquisitivo relativamente alto e que, em última instância, possuem uma lógica individualista em relação à sua interação, dispositivos de julgamento, conhecimento e significados e identidades (GUIVANT, 2003). Adicionalmente a esse grupo, há os consumidores que se identificam seja com a bandeira da reforma agrária, seja com a bandeira da agroecologia, e procuram o estabelecimento por questões ideológicas, representando o Niederle (2014) denomina de consumo politizado. Por se tratar de um ponto permanente de venda, aberto em horário comercial, em um ponto bem localizado no município de Porto Alegre, com a conveniência de diferentes formas de transação comercial, há essa inevitável integração das lógicas cívica e estética. O mesmo raciocínio pode ser utilizado para a comercialização em exposições e eventos. A exceção, neste caso, fica por conta dos eventos temáticos específicos, tal como a Feira da Economia Solidária e a Feira da Reforma Agrária, que atraem um público de consumidores politizados.

Nesta segunda classificação, há o tensionamento com o Regime Alimentar Corporativo (McMichael, 2016). Ao mesmo tempo em que há a resistência a partir de um consumo politizado que valoriza uma lógica cívica dos mercados enraizados, destacando valores como confiança, reciprocidade e cooperação, simultaneamente, uma porcentagem significativa do consumo está atrelado à uma lógica estética dos mercados, onde os valores estão associados ao hedonismo e individualismo da tomada de decisão (NIEDERLE, 2017) e que, em última instância, representam os segmentos mais exclusivos e elitizados do regime alimentar corporativo, na qual os mercados empresariais de agricultura orgânica têm buscado se especializar e se diferenciar.

Por fim, o terceiro grupo é formado pelas vendas nos supermercados e minimercados. Como esperado, ambos possuem uma lógica comercial e industrial predominante por conta de sua dinâmica de funcionamento, ou seja, seus valores estão baseados no utilitarismo, no oportunismo, eficiência e maximização de resultados, conforme apregoa o *mainstream* da teoria econômica. A exceção desse formato se dá pelo dispositivo de julgamento que é representado pela certificação participativa.

Apesar desta modalidade ser o principal eixo de funcionamento do Regime Alimentar Corporativo, especialmente por conta do fenômeno da supermercadização (WILKINSON, 2016), paradoxalmente é, segundo entrevistas realizadas com lideranças do MST, a única maneira atual e imediata de democratizar e massificar o acesso da classe trabalhadora aos alimentos saudáveis. Isso porque, como próprio demonstram as pesquisas sobre o perfil dos consumidores orgânicos (ver SCHUBERT e SCHNEIDER, 2016) que destacam o limitado e elitizado mercado de consumidores orgânicos, é por meio da venda nos super e mini mercados que se dá abastecimento principal da maioria da população brasileira. Vale destacar que esse processo está associado com uma estratégia de baixo custo da cesta básica de alimentos para a população trabalhadora (MAZOYER, 2010) ao mesmo tempo que oferece a comodidade, conveniência e o financiamento do consumo através dos programas de fidelização empresariais.

Em síntese, verifica-se que cada um desses mercados mobiliza lógicas sociais específicas e/ou híbridas para o seu funcionamento e que estão permanentemente tensionadas. O desafio que tem se apresentado de maneira cada vez mais relevante está em articular as estratégias de comercialização, de modo que coexistam e se complementem tendo em vista a contraposição ao regime alimentar corporativo e possibilitem um contra-movimento (POLANYI, 2000) efetivo ao desenraizamento dos mercados. Não é tarefa simples, dado o risco da convencionalização e a possível submissão/cooptação à lógica dos atores centrais, tais como os supermercados e agentes financeiros.

Considerações Finais

O presente trabalho estudou as atuais estratégias mobilizadas pelas organizações dos assentados da reforma agrária, em consonância com o MST, para a construção social dos mercados agroecológicos no município de Porto Alegre. Para tanto, foi analisada uma literatura que apontou as características do regime alimentar corporativo e o processo de resistência dos movimentos sociais agrários baseando suas ações nas bandeiras da agroecologia e da soberania alimentar. Em busca da inserção e/ou criação nos/de mercados alimentares, tais movimentos sociais caminham ao encontro da tese da construção social dos mercados ao mobilizar atores, infraestrutura e dispositivos institucionais. Para além da leitura do *mainstream* da teoria econômica que considera o mercado como apenas um reflexo do encontro da oferta e demanda auto-regulada pelo sistema de preços, um mercado é formado “também, e sobretudo, pela disponibilidade de um espaço [...] pela sua organização social e pelas articulações políticas” (SCHUBERT e SCHNEIDER, 2016, pág. 375). Tais características ressaltam o aspecto social dos mercados.

As estratégias das organizações dos assentados da reforma agrária em Porto Alegre se caracterizam pela diversificação de canais de comercialização, o que implica num conflito permanente entre diferentes lógicas econômicas. Cada um desses mercados exige uma postura diferenciada das organizações dos assentamentos da reforma agrária, no que se refere ao relacionamento com os consumidores, fornecedores, mobilização de estruturas físicas, conhecimento e dispositivos institucionais. As entrevistas realizadas com as lideranças indicam que não se trata apenas de uma disputa de um mercado empresarial *per se*, conforme apregoadado pelo *mainstream* da teoria econômica. Trata-se da construção social de mercados que garantam a viabilidade multidimensional (social, econômica, ambiental e cultural) dos empreendimentos da reforma agrária, amparados pela lógica da cooperação e dos princípios agroecológicos, ao mesmo tempo em que se articula com os princípios políticos que organizam os movimentos sociais.

Como sugestão para futuros estudos, salienta-se a importância de verificar a continuidade desse processo, destacando-se os avanços e os desafios que se apresentam para as mais distintas organizações da agricultura familiar. São inúmeras as experiências que buscam superar o chamado ‘gargalo da comercialização’, compreender como vem se dando esse processo e de que maneira ele se coloca frente ao regime alimentar corporativo ganha relevância. Uma segunda sugestão refere-se à comparação desse fenômeno com realidades similares internacionais para uma análise dos caminhos

seguidos pelos agricultores de outros países e suas respectivas organizações quando se envolvem com os mercados alimentares.

Referências

ABRAMOVAY, R. (2004), Entre Deus e o diabo: mercados e interações humanas nas ciências sociais. **Tempo Social** (revista de sociologia da USP), v.16, n.2, pp. 35-64.

ALONSO, A. (2009), As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, 76, p.49-86.

AZEVEDO, P. F. (2016), Emergência de instituições de mercado: a criação de mercados como política para a agricultura: In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar**: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

CABEZA, M. D. (2010), El sistema agroalimentario globalizado: impérios alimentarios y degradación social y ecologica. **Revista de Economía Crítica**, nº10, pp. 32-61.

COLLINS, R. (2009), **As quatro tradições sociológicas**. São Paulo: Vozes.

CRUZ, F. T; MATTE, A.; SCHNEIDER, S. (Orgs.) (2016), **Produção, consumo e abastecimento de alimentos**: desafios e novas estratégias. Porto Alegre, Editora UFRGS.

CUCCO, I.; FONTE, M. (2015). Local food and civic food networks as a real utopias project. **Socio.Hu**, n. 3, p. 22-36.

DAROLT, M. R. (2012), **Conexão ecológica**: novas relações entre agricultores e consumidores. Londrina: IAPAR.

FLIGSTEIN, N. (2001), Mercado como política: uma abordagem político-cultural das instituições de mercado. **Contemporaneidade e Educação**, ano VI, n.9, pp.26-55.

FRIEDMANN, H.; McMICHAEL, P. (1989), Agriculture and the state system: the rise and fall of national agricultures, 1870 to the present. **Sociologia Ruralis**, London, v.29, n.2, 1989, p.93-117.

FRIEDMANN, H. Uma economia mundial de alimentos sustentável. (2000), In: BELIK, W.; MALUF, R. **Abastecimento e segurança alimentar**: os limites da liberalização. Campinas: Unicamp, pp. 1-21.

GOODMAN, D. (2003) The quality 'turn' and alternative and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**, 19, n.1, p. 1-7.

GUIVANT, J. S. (2003) Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida ego-trip. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, SP, v. 6 n. 2, p. 63-81.

HODGSON, G. M. From Micro to Macro: The concept of Emergence and the Role of Institutions. (1997), **International seminar "Institutions and Economic Development: Towards a Comparative Perspective on State Reform"**. UFRJ. Rio de Janeiro, Brazil, 12-14.

HOLT-GIMENEZ, E. (2013) Food movements united! **Future of Food**. Journal on Food, Agriculture and Society.v. 1, n.1, pp. 85-87.

MARSDEN, T.; FRANKLIN, A. (2013) Replacing neoliberalism: theoretical implications of the rise of local food movements. **Local Environment: The International Journal of Justice and Sustainable**, 18:5, 635-641.

MARTINS, P. H. ; CATTANI, A. D. (2014) Sociologia da dádiva. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 16, n. 36, p.14-21.

MAZOYER, M. (2010), **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF.

McMICHAEL, P. (2016), Food Regime for Thought. **Coloquium Global governance/politics, climate justice & agrarian/social justice**: linkages and challenges. ISS.

MUÑOZ, E. F. P.; RIBAS, C. C. E. D. (2007), Construção de práticas administrativas autogestionárias nas agroindústrias da reforma agrária. In: **XLV Congresso da SOBER**, Londrina.

NIEDERLE, P. A. (2014), Política de valor nos mercados alimentares: movimentos sociais econômicos e a reconstrução das trajetórias sociais dos alimentos agroecológicos. **Século XXI**, Revista de Ciências Sociais, v. 4, n. 1, pp. 162-189.

NIEDERLE, P. A. (2017), Mercados como ordens sociais: uma alternativa aos dualismos da sociologia na agricultura. In: **V Colóquio de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural**, UFRGS, Porto Alegre, RS.

OOSTERVER, P.; GUIVANT, J. S.; SPAARGAREN, G. (2010), Alimentos verdes em supermercados globalizados: uma agenda teórico-metodológica. In: GUIVANT, J. S.; SPAARGAREN, G.; RIAL, C. Novas práticas alimentares no mercado global. Florianópolis: Editora da UFSC.

PEREZ-CASARINO, J.; FERREIRA, A. D. D. (2013), Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos: uma leitura a partir da Rede Rcovida de agroecologia. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (Orgs.) **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós.

PETERSEN, P. (2013), Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. In: **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós.

PREISS, P. V. (2016), Grupo de integração agroecológica: um coletivo de alimentos. In: CRUZ, F. T; MATTE, A.; SCHNEIDER, S. (Orgs.) **Produção, consumo e abastecimento de alimentos**: desafios e novas estratégias. Porto Alegre, Editora UFRGS.

PLOEG, J. D. (2008) **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

POLANYI, K. (2000), **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier.

RENTING, H.; SCHERMER, M.; ROSSI, A. (2012). Building Food Democracy: Exploring Civic Food Networks and Newly Emerging Forms of Food Citizenship. **International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, v. 19, n. 3.

ROSSET, P.; TORRES, M. E. M. (2016) Agroecología, territorio y recampesinización y movimientos sociales. **Estudios Sociales**. Revista de investigación científica, 25 (47): 275-299.

ROVER, O. (2011) Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da rede Ecovida de agroecologia. **Ciências Sociais Unisinos**. 47 (1), p. 47-63.

SABOURIN, E. (2009) **Camponeses do Brasil**: Entre a troca mercantil e a reciprocidade. Garamond: Rio de Janeiro.

SCHMITT, C. J.; SILVA, M. K. (2016) Das relações Estado/mercado/sociedade civil aos campos de ação estratégica: uma análise das organizações de movimentos sociais na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar**: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

SEVILLA-GUZMÁN, E. (2011) **Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertário**. Plural Editores: Bolívia.

SCHUBERT, M.; SCHNEIDER, S. (2016) Construção social de mercados e as tendências de consumo: o caso do pavilhão da agricultura familiar da EXPOINTER (RS). **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 52, n. 3, pp. 373-382.

SILVA, M. K. (2010) De volta aos movimentos sociais? - Reflexões a partir da literatura brasileira recente. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 46, p.2-9.

TETREAULT, D. (2015) Interrogando a la soberania alimentária: una reseña del libro régimenes alimentarios y cuestiones agrarias de Philip McMichael, 2015. **Estudios críticos del desarrollo**, vol. V, n.9, pp. 229-243.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume I. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2015.

WILKINSON, J. (2016) Os mercados não vêm mais do “Mercado”. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar**: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

WILKINSON, J. (2008) Sociologia econômica e funcionamento dos mercados: os inputs para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. In: WILKINSON, J. **Mercado, redes e valores**: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS/PGDR.

CEASA como entreposto: política pública subutilizada como mecanismo de inclusão dos produtos agrícolas familiares nos mercados

Haroldo Tavares Elias¹, Lilian de Pellegrini Elias² e Rogerio Goulart Junior³

RESUMO

O CEASA é uma política pública cujo intuito é ser um facilitador para a logística de alimentos. O intuito da discussão deste artigo é questionar este cenário de subutilização da estrutura pública. Por um lado, a privatização de algumas CEASAs no Brasil ocorre a partir do argumento de que o mercado sofreu modificações e estas estruturas perdem a importância. Por outro, estes entrepostos não são relacionados com a inserção da agricultura familiar nos mercados. Mesmo que exista por parte do CEASA ações que focam nesta categoria social. Portanto, a subutilização pode ser pensada como um espaço que pode ser ocupado pelos produtores familiares – e a maior diversidade característica de seus produtos, seja convencional, agroecológicos, orgânicos, regionais ou tradicionais. Partimos de dados quantitativos e qualitativos do CEASA-SC localizado em São José no estado de Santa Catarina. Observa-se que poucas ações em rede para a promoção da maior aproximação entre produtores e varejistas. Há espaço para inserção de maior número de produtores, bem como gerar preços mais adequados, para produtores e consumidores, assim como fomento ao acesso à produtos de maior qualidade ao consumidor final.

Palavras-chave: CEASA, agricultura familiar.

1. Introdução

As Centrais de Abastecimento foram criadas como meio de beneficiar produtores e consumidores. Por um lado, há melhoria da eficiência logística que por consequência gera facilitação da inserção dos produtores, ou seja, agricultores aos mercados. Por outro, a disponibilidade de produtos de qualidade e de menor custo aos consumidores.

Apesar de seu papel como facilitador de trocas de alimentos a favor da sociedade de forma ampla, os CEASAs estão em risco. As CEASAs estão passando por uma redefinição de posicionamento diante das mudanças significativas na relação entre produtores e mercado, as quais duas se destacam. A primeira, a formação de relação direta entre redes supermercadistas e produtores/fornecedores. Algumas redes de supermercados estão sendo remodeladas para atuar no atacado, inclusive no hortifrutigranjeiros, antes exclusivo das Centrais de Abastecimento. A segunda se dá pelo crescimento de redes ‘atacarejo’ que atraem pelos preços

¹ Pesquisador Cepa/Epagri, Doutor em Produção Vegetal, ht Elias@epagri.sc.gov.br

² Doutoranda em Desenvolvimento Econômico – UNICAMP, lilianpellegrini@gmail.com.

³ Pesquisador Cepa/Epagri, Doutor em Desenvolvimento Econômico, rogeriojunior@epagri.sc.gov.br.

mais competitivos e tem obtido crescimento na atual crise econômica (PAPP; PEREIRA; GERBELLI, 2018)

As novas relações entre produtores e consumidores de hortifrutigranjeiros faz com que as CEASAs passem por questionamentos. O argumento de que as centrais públicas não são mais essenciais faz com que parte das CEASA's brasileiras tenha sido privatizada e parte está sendo pautada para privatização (ALMEIDA; JÚNIOR, 2017)

No entanto, se entendermos as CEASAs como *foodhubs* podemos identificar nestas estruturas um potencial tornar o CEASA um espaço inclusivo de circuitos de abastecimento alimentar. Garantindo o fortalecimento das produções locais, regionais, tradicionais e orgânicos. Temos, portanto, dois aspectos centrais que geram efeitos diretos sobre a segurança alimentar. O primeiro, a disponibilidade do alimento para o consumidor cuja logística e a distância entre consumidores e agricultores ganhou destaque em movimentos recentes (paralisações dos caminhoneiros) que interromperam o fluxo de cargas no modal rodoviário brasileiro. O imediato efeito sobre o abastecimento de alimentos ilustra bem a centralidade deste aspecto. O segundo, a possibilidade de disponibilizar ao consumidor produtos não-convencionais. A ampliação da interrelação da produção alimentar vem gerando uma diminuição da diversidade de alimentos, especialmente aqueles com características regionais; e, a constituição recente das estruturas produtivas de alimentos agroecológicos e orgânicos afastam do consumidor de menor renda a possibilidade de acesso a estes alimentos.

Os *foodhubs* caracterizam-se como instalações, cuja localização centralizada e acoplada com uma estrutura de gestão de negócios, facilita a agregação, armazenamento, processamento, distribuição e comercialização de produtos alimentícios produzidos local e regionalmente. Assumir os CEASAs como *foodhubs* significa explorar potenciais como o menor impacto ambiental, minimizando a distância entre produtor e consumidor, as *foodmiles* (distância da origem da produção à área de distribuição das centrais de abastecimento como forma de redução de impacto ambiental, com foco na redução de emissões CO²), com o transporte dos alimentos a partir da abertura de espaço para a agricultura local. A inserção de produtores locais, especialmente agricultores familiares, neste espaço inexplorado pode transpor, ao menos parte, das barreiras de acesso aos mercados.

Temos como hipótese discutir a possibilidade da estrutura das CEASAs serem capazes de gerar inserção de maior número de agricultores, especialmente agricultores familiares cuja produção é não-convencional. Este artigo se propõe, portanto, a discutir a possibilidade da utilização das CEASAs como meio de fomento à agricultura familiar e de segurança alimentar

catarinenses. Nos preocupa identificar formas de utilizar estas estruturas para a inserção de agricultores familiares catarinenses e possibilidade de ampliação da disponibilidade ao consumidor de produtos tradicionais, regionais e agroecológicos cujo acesso é restrito a grande parte dos consumidores.

Para tanto buscaremos discutir a realidade da CEASA de São José, CEASA que abastece a Grande Florianópolis localizada no estado de Santa Catarina. A discussão será feita a partir do dimensionamento do volume e valores da inserção de produtos catarinenses nas centrais de abastecimento e analisar as oportunidades de ampliação da inserção de agricultores do estado neste tipo de entreposto. A central analisada será aquela que dispõe de maior movimentação de produtos de Santa Catarina, ou seja, a estadual CEASA-SC localizada no município catarinense de São José, próximo da capital do estado Florianópolis. Dimensionaremos também os canais de comercialização dos principais produtos consumidos pelos catarinenses. Por fim, discutiremos a valorização dos alimentos produzidos e comercializados localmente.

A pesquisa tomará como base o banco de dados que inclui o volume, origem e preços de uma cesta de produtos selecionada por sua representatividade na movimentação. Neste artigo faz-se uso dos dados e informações referentes à dinâmica de comercialização do mercado atacadista nas Centrais de Abastecimento em Santa Catarina, com a elaboração de análise dos principais produtos comercializados aos agentes de mercado, usuários permanentes, agricultores familiares, associações, cooperativas, prefeituras municipais, Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca e empresas vinculadas com a finalidade de contribuir para formulação e adequações de políticas públicas de apoio à cadeia produtiva de hortifrutigranjeiros e para a tomada de decisões dos agentes de mercado.

2. As Centrais de Abastecimento - CEASA

As Centrais de Abastecimento têm como objetivo principal a criação de uma rede que promova e organize a comercialização de uma forma eficiente, um elo entre o produtor e o consumidor por meio da comercialização atacadista e varejista de pescado, produtos hortifrutigranjeiros, alimentos e insumos orgânicos, produtos ornamentais e de floricultura e artesanais. Para isso a CEASA busca disponibilizar instalações adequadas, orientar, disciplinar e organizar o mercado, de modo a torná-lo mais acessível ao produtor rural.

Os CEASAS são “espaços econômicos e sociais diversificados que reúnem vendedores e compradores, produtores e comerciantes, consumidores e prestadores de serviços, agentes

públicos e informais em uma intensa relação comercial e social, realizada em curto espaço de tempo” (CONAB, 2010). Estas Centrais, – CEASAS, foram planejadas como um instrumento de política pública no Brasil para abastecimento. A modernização do varejo se deu com tanta rapidez e força que o abastecimento alimentar deixou de ser apontado como um ponto de estrangulamento para o escoamento da produção de hortifrúteis, no entanto, as Centrais de abastecimento mantêm sua devida importância em ações de políticas públicas por se tratar de um aspecto diretamente ligado a segurança alimentar da população. Sendo assim, é fundamental que o Estado mantenha espaço de regulação (WEGNER, 2013).

Com o crescimento acelerado dos centros urbanos no Brasil, o processo de distribuição dos produtos agrícolas acabou se tornando muito complexo, ineficiente e caro. A forma de comercialização - vendas diretas ou indiretas desses produtos - gerava algumas dificuldades na composição do preço, concorrência entre produtores e principalmente na distribuição dos produtos aos varejistas (supermercados, mercearias, restaurantes, dentre outros). Diante desse problema, o Governo Federal brasileiro decidiu intervir no mercado, com a criação das Centrais de Abastecimento.

As Centrais surgiram da necessidade de se criar uma rede de abastecimento que promovesse e organizasse a comercialização de uma forma mais eficiente. A criação dessa rede de abastecimento promoveu vários benefícios para o produtor e para todos que fazem parte das atividades voltadas ao agronegócio, contemplando, dessa forma, tanto o agronegócio quanto a rede de abastecimento, evidenciando uma forma de comercialização que movimenta milhões de toneladas de produtos hortifrutigranjeiros e que gera um faturamento de extrema importância para a economia de nosso país.

Segundo Cunha (2006), as ações das CEASAS podem ser analisadas em quatro dimensões estratégicas: dimensão empresarial, de coordenação, de logística e de ação em rede. O trabalho analisa a importância e a oportunidade de estruturação do Programa

Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort), como arranjo estratégico para adequar as Centrais Atacadistas brasileiras a um novo contexto na Política Nacional de Abastecimento Alimentar.

Em 2015 a CEASA unidade de São José comercializou cerca de 345,44 mil toneladas, deste total, aproximadamente 38%, cerca de 132,89 mil toneladas os produtos tiveram como origem municípios catarinenses. Já em 2016, esse percentual aumentou, cerca de 56%, de um volume total comercializado de 265,10 mil toneladas, 149,15 mil toneladas de produtos tiveram origem de produtores catarinense. Em relação a valores, no ano de 2016 cerca de 49% do

volume de recursos proveniente de comercialização no CEASA foram com produtos de Santa Catarina, ou seja, dos R\$709,65 milhões cerca de R\$351,15 retornaram aos produtores catarinenses.

Esses números por si só justificam a necessidade de se fomentar estudos sobre comportamento do mercado atacadista, verificando evolução dos volumes comercializados e preços praticados na central ao longo do tempo e no espaço territorial catarinense e brasileiro. Neste sentido, além do acompanhamento do mercado e preços agrícolas no atacado, análises estatística e econométrica das principais variáveis setoriais e estaduais, além da construção de indicadores de desempenho setorial e de desenvolvimento rural são determinantes para o fortalecimento das principais cadeias produtivas, complexos agroindustriais e no meio rural catarinense, além de fortalecer as ações e políticas públicas do agronegócio, como possibilitar análises que indiquem demandas para a construção de novas políticas e ações para o setor.

A CEASA/SC

Em Santa Catarina a CEASA foi fundada em 29 de setembro de 1976, disponibilizando desta forma a infraestrutura para que agricultores, comerciantes, cooperativas e empresas do agronegócio, agricultura familiar, realizem operações comerciais no atacado de produtos hortifrutigranjeiros e outros atípicos alimentícios e não alimentícios. Visando implementar uma política de produção e abastecimento de hortifrutigranjeiros no Estado de Santa Catarina, a CEASA/SC se constitui como uma empresa de economia mista e está vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca.

A criação da CEASA/SC- unidade de São José - que opera principalmente nas mesorregiões da Grande Florianópolis, Serrana e Sul Catarinense contribuiu para facilitar a distribuição e a negociação de produtos de atividades rurais e do agronegócio. O CEASA/SC contempla, dessa forma, tanto os agricultores quanto a rede de abastecimento responsável pela movimentação de milhões de toneladas de produtos hortifrutigranjeiros.

No ano de 2016 a CEASA/SC comercializou 265,10 mil toneladas e cerca de 149,15 mil toneladas de produtos tiveram como origem o território catarinense. Em relação a valores, no mesmo ano cerca de 49% do volume de recursos proveniente de comercialização no CEASA/SC foram com produtos de Santa Catarina, ou seja, dos R\$709,65 milhões cerca de R\$351,15 retornaram aos produtores catarinenses. A produção de hortifrutigranjeiros

catarinense é bastante diversificada, o que contribui para um melhor dinamismo desse setor no abastecimento dos grandes centros, refletindo na economia estadual.

No entanto, grande parte dos produtos comercializados nas Centrais de Abastecimento de Santa Catarina têm origem em outros estados, é estimado que mais de 50% dos produtos sejam provenientes de fora do estado catarinense.

O conhecimento da dinâmica do mercado - origem dos produtos, volume comercializado e evolução dos preços praticados - contribui com a tomada de decisão por parte dos agricultores. Fomentando a comercialização e distribuição de produtos locais e promovendo a oferta de hortifrutigranjeiros demandados na região mais competitivos em qualidade e preço.

O mercado de hortifrutigranjeiros catarinenses funciona da mesma forma. Portanto, para estimular o dinamismo deste mercado se faz necessário obter informações sobre seu funcionamento. A estruturação da equipe de técnicos e pesquisadores supre tal demanda ao elaborar pesquisas, estudos, relatórios com o objetivo de análise de mercado agrícola e construção de índices de preços no atacado e indicadores econômicos e regionais, fortalecimento de ações estratégicas para o setor produtivo e de comercialização; e ainda, para o fomento de políticas públicas e setoriais.

A agricultura catarinense

A agropecuária brasileira gera um valor bruto da produção (VBP) estimado de mais de R\$510,0 bilhões, sendo que Santa Catarina é responsável por cerca de 4%, com mais de R\$22,0 bilhões. No estado catarinense a pecuária representa mais da metade do setor agropecuário catarinense, responsável por 53% do VBP agropecuário estadual com mais de R\$11,0 bilhões. Os principais produtos são: a carne de frango com 19%, a carne suína com 14,5%, o leite com 12%, a carne bovina com 4% e os ovos de galinha com 2,6%.

Conforme dados do Epagri/Cepa, as lavouras temporárias e permanentes são responsáveis por 39%, ou seja, mais de R\$ 8,4 bilhões do VBP agropecuário estadual. Nas lavouras catarinenses, 19% do VBP da agropecuária estadual são de grãos, 14% são de outras lavouras temporárias (principalmente fumo e horticultura) e 5,5% são de lavouras permanentes (da fruticultura). Do valor gerado pela produção de grãos, a soja é responsável por mais de 8,1%, o milho por 6,0%, o arroz por mais de 3,4% e o feijão por cerca de 1,1%, na safra 2014. A produção de fumo representou um valor de produção estadual de cerca de 9%, ou seja, R\$1,9

bilhão; enquanto, na horticultura, a cebola, o tomate e a mandioca foram responsáveis por 2,0%, 1,0% e 0,9% da agropecuária catarinense, respectivamente. Se somarmos os 25 principais produtos da horticultura comercializados na CEASA, estima-se que em torno de 5% do VBP catarinense seja originário deste setor (EPAGRI/CEPA, 2015).

A produção agropecuária catarinense é bastante diversificada, o que contribui para um melhor dinamismo desse setor na economia local. O estado é um dos principais produtores nacionais de produtos agrícolas, sendo o maior produtor nacional de suínos, maçã e cebola. É o segundo na produção de frango, arroz (em casca), pera, fumo (em folha) e palmito. E ainda, entre terceiro e quinto maior produtor de erva-mate (em folha), alho, pêssego, cevada (em grão), banana e leite (em litros) (EPAGRI/CEPA, 2015).

Santa Catarina apresentou em 2017 o Valor Bruto da Produção de R\$ 29,57 bilhões, incluindo os principais produtos da Agropecuária, a produção das lavouras somou 3,48 bilhões e demais lavouras temporárias, incluindo algumas olerícolas, como batata, cebola, tomate e alho foi de R\$ 1,4 bilhões (Epagri/Cepa, 2017), estima-se que, se incluir todo o conjunto das olerícolas este valor poderá duplicar, somente na CEASA-SC são movimentados mais de 700 milhões.

As Centrais de Abastecimento têm como objetivo principal a criação de uma rede de abastecimento que promova e organize a comercialização de uma forma mais eficiente. A criação da CEASA/SC que opera principalmente nas mesorregiões da Grande Florianópolis, Serrana e Sul Catarinense contribuiu para facilitar a distribuição e a negociação de produtos de atividades rurais e do agronegócio, contemplando, dessa forma, tanto os agricultores quanto a rede de abastecimento responsável pela movimentação de milhões de toneladas de produtos hortifrutigranjeiros. Em 2016, a CEASA, Unidade de São José, comercializou 265,10 mil toneladas, cerca de 149,15 mil toneladas de produtos tiveram como origem o território catarinense. Em relação a valores, no ano de 2016 cerca de 49% do volume de recursos proveniente de comercialização no CEASA foram com produtos de Santa Catarina, ou seja, dos R\$709,65 milhões cerca de R\$351,15 retornaram aos produtores catarinenses. A produção de hortifrutigranjeiros catarinense é bastante diversificada, o que contribui para um melhor dinamismo desse setor para o abastecimento dos grandes Centros, refletindo na economia estadual. No entanto, grande parte dos produtos comercializados nas Centrais de Abastecimento de Santa Catarina têm origem em outros estados, é estimado que mais de 50% dos produtos sejam provenientes de fora do estado catarinense. Assim, o conhecimento da dinâmica do mercado de hortifrutigranjeiros, origem dos produtos, volume comercializado e evolução dos

preços praticados, poderá contribuir para a tomada de decisão por parte dos agricultores catarinenses sobre os preços, quantidades e produtos demandados pelo mercado atacadista; como, também, fomentando a comercialização e distribuição de produtos locais e promovendo a oferta de hortifrutigranjeiros demandados na região mais competitivos em qualidade e preço.

A Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S/A (CEASA/SC) tem apresentado movimentação financeira mensal em torno de 60 milhões. Em janeiro de 2018, o movimento na comercialização de frutas e hortaliças ultrapassou a R\$ 63 milhões, correspondendo a 33.940 toneladas de alimentos comercializados.

3. Metodologia

A base de dados a ser trabalhada foi levantada a partir do sistema de controle e Estatística da CEASA-SC, pelo sistema de dados da Gerência de Informação e Análise, consiste em informações de mercado, em termos de volume mensal comercializado, origem dos produtos e preço médio mensal dos produtos analisados. O método de coleta dos dados realizado pelo CEASA-SC está descrito abaixo:

Volume comercializado: Todo produtor e boxista que comercializa na CEASA-SC para entrar com seus produtos, precisa entregar diariamente uma nota fiscal ou do Produtor na portaria/entrada da CEASA. Através dessas notas são obtidas informações relevantes para estudos e análises dos dados estatísticos da comercialização de hortifrutigranjeiros. Neste documento contém as seguintes informações: Nome do Usuário (Produtor/Boxista), Procedência (município, estado, país), Produto (tipo e variedade) e a quantidade. Ao final do dia, estes documentos são recolhidos pelos funcionários da área técnica, conferidos e entregues ao setor de Estatística para serem lançados no sistema CEASA-SC.

Preços: Os preços utilizados são adquiridos através de uma pesquisa diária realizada por um funcionário Orientador de mercado. Todo dia às 14 horas o funcionário percorre toda a CEASA, fazendo a cotação diária de todos os produtos nas pedras e nos boxes. São feitas de cinco a sete entrevistas para coleta de preços por produto por dia. Após preenchimento da planilha de Coleta Diária de Preços, são estabelecidos os preços máximo, mínimo e mais comum (moda) de todos os produtos pesquisados. A coleta é feita às 14 horas por se tratar do horário mais movimentado da CEASA, com maior número de produtores, atacadistas e compradores.

A partir dos dados do CEASA será possível dimensionar a oferta. A partir de informações obtidas na literatura e em dados secundários teceremos uma discussão sobre a demanda e a valorização dos alimentos produzidos e comercializados localmente.

Dimensionamento da oferta: identificar e analisar os canais de comercialização dos principais produtos catarinenses comercializados na CEASA/SC localizada em São José. O volume e valores da inserção de produtos catarinenses nas centrais de abastecimento será analisado junto da discussão sobre as oportunidades de ampliação da inserção de agricultores do estado neste tipo de entreposto. Analisando o percentual da participação de cada produto e sua respectiva origem será possível identificar as janelas para maior inserção de produtores e produtos catarinenses no CEASA, sobretudo dos grupos de frutas e de hortaliças. Especialmente produtos de agricultores cujos produtos característicos são não padronizados (não commodity) como o tradicional, regional e agroecológico.

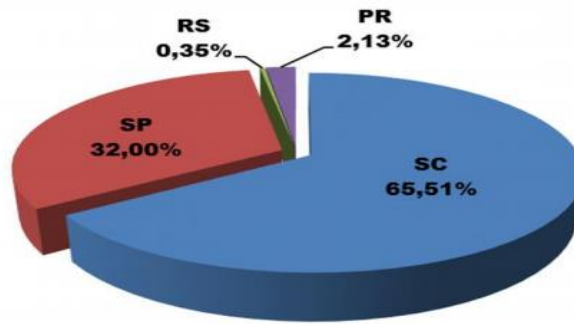
Análise da demanda: A discussão a respeito do consumo final (tipo de produtos a partir da população) será feita em termos de *foodshed* com o intuito de identificar mercados potenciais para inclusão de novos produtores e ampliação da participação de produtos regional e catarinense.

4. Resultados

Vários produtos apresentam a participação da produção do Estado relativamente pequena na comercialização no CEASA de São José, sendo possível aumentar esta participação. Citando apenas alguns produtos, como a Batata Inglesa (12%), Alho (12%), Melancia (19%), Cenoura (44%) e Batata doce (65%), dentre outros. A produção local existe, a informação deste mercado potencial poderá gerar a inserção de uma maior produção de produtores Catarinenses e de seus produtos no mercado atacadista.

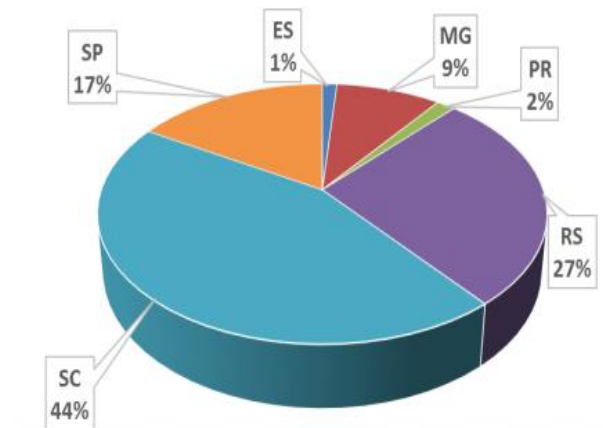
Na CEASA de São José é possível identificar a partir dos dados de 2016 as oportunidades/janelas de oportunidades para inserção de agricultores em alguns produtos. A melancia é um deles, vem muita produção do Rio Grande do Sul em época que há produção no Sul Catarinense. Abaixo constam alguns gráficos que evidenciam a baixa participação de produtos catarinenses no CEASA de São José.

Figura 1 - Representação de origem do volume total de batata doce em 2016



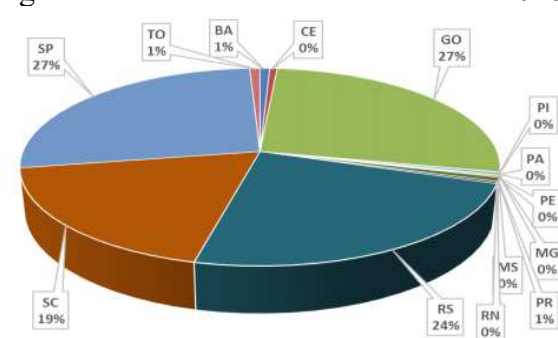
Fonte: Elaboração a partir de dados do CEASA São José (CEASA, 2018)

Figura 2 - Representação de origem do volume total de cenoura em 2016



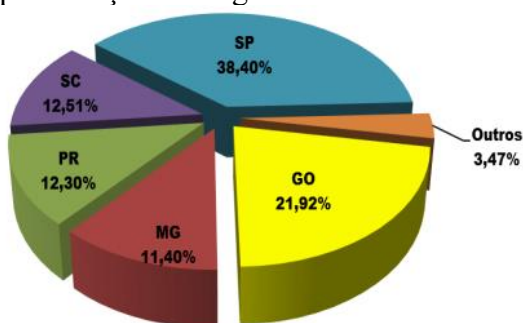
Fonte: Elaboração a partir de dados do CEASA São José (CEASA, 2018)

Figura 3 - Representação de origem do volume total de melancia em 2016



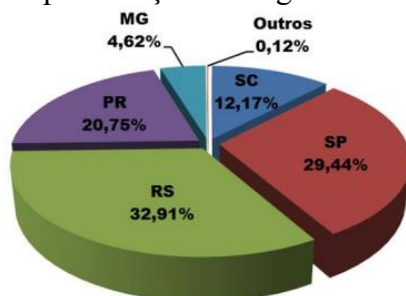
Fonte: Elaboração a partir de dados do CEASA São José (CEASA, 2018)

Figura 4 - Representação de origem do volume total de alho em 2016



Fonte: Elaboração a partir de dados do CEASA São José (CEASA, 2018)

Figura 5 - Representação de origem do volume total de batata-inglesa em 2016



Fonte: Elaboração a partir de dados do CEASA São José (CEASA, 2018)

CEASA como meio de ampliação do alcance de produtos da agricultura familiar, locais, agroecológicos e orgânicos

A partir de informações da CEASA São José houveram tentativas de inserção de Associações dos Produtores, pequenas Cooperativas na CEASA. No entanto, atualmente está sem nenhuma atividade, sem expressão alguma na CEASA/SC (CEASA, 2018).

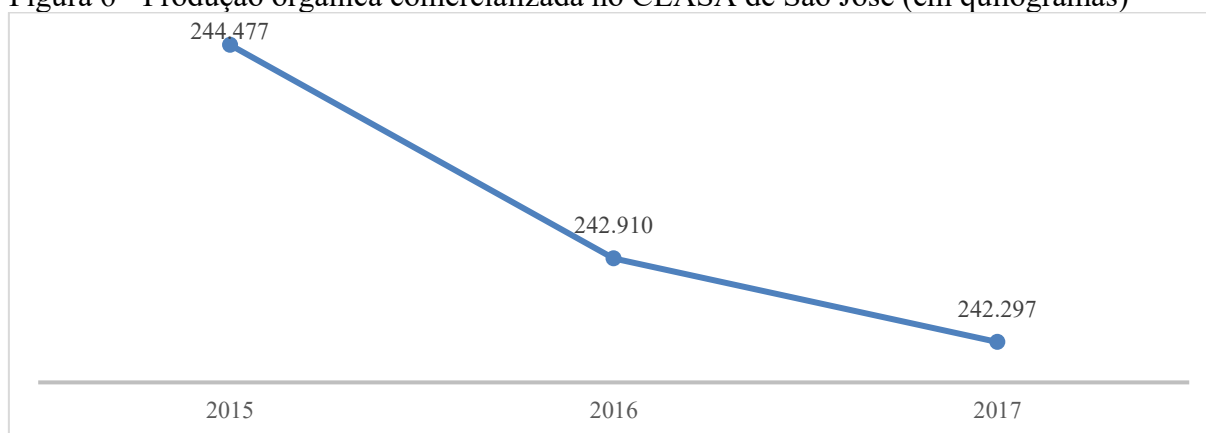
A falta de acompanhamento estruturado e organização das próprias associações levaram ao insucesso participação. No entanto, com a participação da extensão rural, assistência técnica, reuniões com grupos de produtores, prefeituras, apresentando a possibilidade de participação de maior número de produtores na CEASA, poderá levar a abertura dos espaços na Central.

Em relação ao Mesa Brasil, programa que atua no combate ao desperdício e no benefício à população, foram atendidos no ano de 2017 um total de 183.999 pessoas, com 1.165 toneladas de alimento (CEASA, 2018).

O caso particular dos orgânicos

A produção de orgânicos, ganha espaço no CEASA, no entanto, acaba por não avançar. A circulação de produtos orgânicos no CEASA de São José que já não era expressiva em 2015 – apenas 0,1% da circulação de produtos em 2015 era orgânica - , passa por duas quedas consecutivas em 2016 e 2017.

Figura 6 - Produção orgânica comercializada no CEASA de São José (em quilogramas)



Fonte: Elaboração a partir de dados do CEASA São José (CEASA, 2018)

5. Conclusões

Obtendo informações sobre a evolução mensal do volume (t), preços de produtos comercializados na CEASA/SC, bem como a origem dos produtos, é possível gerar informações de janelas de oportunidades para elevar a participação do produto catarinense nesta Central.

A partir da análise também é possível contribuir para que as organizações de produtores se aproximem da CEASA/SC com o objetivo de conhecer o mercado e dentro das possibilidades comercializar diretamente. Com isso é possível vislumbrar a possibilidade de: Minimizar o “passeio” que algumas mercadorias dão até chegar ao consumidor, utilizando o CEASA como entreposto que diminua a distância entre produtor e consumidor. Utilizar a estrutura pública para estimular os agricultores familiares a ofertarem produtos mais diversos, regionais e de menor impacto ambiental. E, por fim, disponibilizar ao consumidor produtos de menor preço e maior qualidade.

6. Referências bibliográficas

Epagri/Cepa. Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, 2016-2017. v.1 1976 - Florianópolis: Epagri/Cepa, 2017. 203p.

Relatório de mercado agrícola na CEASA/SC.v. 14, janeiro, 2018. 33 p. Consulta em...http://www.epagri.sc.gov.br/?page_id=19320

CUNHA; A. R.A. A. Dimensões estratégicas e dilemas das Centrais de Abastecimento no Brasil. IN: Revista de Política Agrícola. Ano XV – Nº 4 – Out./Nov./Dez. p. 37-46. 2006. Consulta em 21.06.2017. <http://www.CEASA.gov.br/dados/publicacao/pub14.pdf>

Diagnóstico de Mercados Atacadista de Hortigranjeiros CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento 2010. <http://www.CEASA.gov.br/dados/publicacao/pub47.pdf>. Consulta em 31.07.2017. Elaboração Gehor - Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro Responsável técnico - Consultor do PNUD - Altivo Roberto Andrade de Almeida Cunha. 42p. 2010

Epagri/CEPA, 2015. Números da Agropecuária Catarinense - Dezembro/2015. Consulta em 30.06.2017. Epagri-CEPA. http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepapublicacoes/Numeros_agropecuarios_2015.pdf

SEABRA, R. S.; MARAFON, G. J. Considerações Sobre o CEASA-RJ - Comercialização Agrícola no Estado do Rio de Janeiro. In: Encontro da SOBER - Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2004, Cuiabá - MT. Considerações Sobre o CEASA-RJ - Comercialização Agrícola no Estado do Rio de Janeiro. 2004.

WERNER, R. C., y Belik, W. (2012). Distribuição de hortifruti no Brasil: papel das Centrais de Abastecimento e dos supermercadistas. Cuadernos de desarrollo rural, 9 (69), 195-220.

ALMEIDA, Cecília; JÚNIOR, Genivan. Ceasa: a caminho da privatização. **Conexões** Uberlândia, 21 set. 2017 Disponível em: <<http://www.agenciaconexoes.org/single-post/2017/09/21/Ceasa-a-caminho-da-privatização>>.

PAPP, Anna Carolina; PEREIRA, Renée; GERBELLI, Luiz Guilherme. Consumidores optam por atacarejo e mercadinhos. **Estadão** São Paulo, 12 mar. 2018. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,consumidores-optam-por-atacarejo-e-mercadinhos,70002223265>>.

Estratégias inovadoras em circuitos curtos de comercialização de alimentos: O caso das Células de Consumidores Responsáveis em Florianópolis - SC

Isadora Escosteguy¹
Dayana Lilian Rosa²
Adevan da Silva Pugas³
Luan Marcelino Morgan⁴
Oscar José Rover⁵

Resumo

O cenário atual tem provocado um crescente movimento que prioriza relações mais próximas entre consumidores e agricultores. Os circuitos curtos de comercialização auxiliam na resposta desta tendência. O objetivo deste trabalho é identificar a motivação e perfil socioeconômico de consumidores em aderir à proposta de venda direta das Células de Consumidores Responsáveis-UFSC. Observa-se ainda pouca ampliação do acesso aos alimentos orgânicos/agroecológicos e amplas mudanças nos hábitos alimentares.

Palavras-chaves: cadeias curtas de abastecimento; consumo responsável; alimentos orgânicos/agroecológicos.

Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (LACAF/CCA/UFSC)

¹ Mestranda programa de pós-graduação em Agroecossistemas (PPGA/UFSC), isaescosteguy@gmail.com

² Doutoranda programa de pós-graduação Meio Ambiente e Desenvolvimento (MAD/UFPR), dayana.l.rosa@gmail.com

³ Mestre em Agroecossistemas (PPGA/UFSC), vanpugas@gmail.com

⁴ Graduando em Agronomia (CCA/UFSC), morganluan@gmail.com

⁵ Doutor em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFGRS), oscar.rover@gmail.com

INTRODUÇÃO

Os profundos processos de transformação sob os quais passaram as formas de produção e consumo alimentar, desde os tempos da Modernização Conservadora⁶ até a atualidade, favoreceram a distribuição de alimentos em cadeias longas. Este ordenamento agroalimentar tem gerado o afastamento entre os atores da produção e do consumo em três dimensões interligadas, a saber: a dimensão geográfica ou espacial, que representa a (longa) distância que o alimento percorre até o local de consumo; a dimensão informacional que representa a (baixa) capacidade dos consumidores em conhecer as circunstâncias pelas quais os alimentos foram produzidos e; a dimensão relacional que se refere ao (elevado) número de intermediários entre agricultores e consumidores que operam a cadeia de abastecimento (MARSDEN, 2000; DAROLT, 2013).

Destaca-se a desconexão relacional entre produtores e consumidores, de modo a refletir na perda de conhecimentos tradicionais, na desvinculação de valores e significados culturais atribuídos aos alimentos e na desestruturação dos mercados e produção de variedades de alimentos locais (MARSDEN, 2000). Tal contexto tem gerado uma crise de (des)confiança por parte dos consumidores, em relação à produção dos alimentos em escalas. Esta desconfiança por sua vez, pode ser atribuída à emergência dos escândalos alimentares (*Escherichia coli* (E.coli), vaca louca, salmonella)⁷, e mais recentemente pela crescente contaminação dos alimentos por agrotóxicos e organismos geneticamente modificados (OGMs) (GOODMAN, 2003 ; PORTILHO, 2009).

Nesse sentido, o referido cenário tem provocado um crescente movimento que, prioriza relações mais próximas entre as esferas da produção e do consumo, bem como a emergente demanda por alimentos orgânicos⁸ (PORTILHO, 2009). Segundo a Organics Brasil (2016), nos

⁶ A alteração da base técnica da agricultura, associada à sua articulação "com a indústria produtora de insumos e bens de capital para a atividade, juntamente com a indústria processadora de produtos naturais" levou à formação do chamado "complexo agroindustrial" (DELGADO, 1985, p.19; SORJ, 1980, p.29-30) ou à "industrialização da agricultura" (GRAZIANO da SILVA, 1987, p.19). Essa modernização, fora feita sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, tornando-se maiores as disparidades de renda, acentuando o êxodo rural, aumentando a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas e a auto-exploração nas propriedades menores, endividando o pequeno agricultor, enfim, em termos gerais, piorando a qualidade de vida da população trabalhadora do campo. Por isso a expressão "modernização conservadora".

⁷ Infecções causadas por bactérias *E. coli* O157:H7 que podem levar à Síndrome Hemolítica Urêmica (SHU); <Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032016000300459>; A Encefalopatia Espongiforme Bovina, conhecida como "Doença da Vaca Louca", é uma enfermidade degenerativa, crônica e fatal que afeta o Sistema Nervoso Central de bovinos e bubalinos. <Disponível em: <http://www.ima.mg.gov.br/saude-animal/ceb-doenca-da-vaca-louca>>. E Salmonella é responsável pelo aparecimento de infecções em suínos e humanos com grande influência na produção de carnes e derivados, e, conseqüentemente, na saúde pública. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/vet/article/download/3996/4858>>.

⁸ Os produtos denominados como "orgânicos" são definidos conforme a Lei brasileira número 10.831 de 23 de dezembro de 2003, que os classifica como oriundos de "sistemas orgânicos de produção", os quais se encontram em "contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização" (BRASIL, 2003).

últimos dez anos, a comercialização mundial de alimentos orgânicos vem crescendo aproximadamente 20% ao ano. No Brasil este crescimento destaca-se ainda mais, ao atingir 32,5% em 2016.

Goodman (2003) aponta que vem ocorrendo uma ‘virada’ para qualidade - quality turn - processo que corresponde a mudanças nas práticas de produção e de consumo, baseadas nos valores de qualidade e confiança, ou seja, uma virada em direção à qualidade para além da quantidade, bem como a necessidade de reconectar produtores e consumidores restabelecendo processos agroalimentares sustentáveis entre sociedade e natureza (RENTING, MARSDEN & BANKS, 2003; LAMINE, DAROLT & BRANDENBURG, 2012; GOODMAN, 2017).

Porém, de modo geral, muitas respostas a essa desconfiança foram articuladas por consumidores provenientes de classes sociais mais abastadas, ou seja, pessoas com melhores indicadores socioeconômicos teriam condições financeiras favoráveis para escolher “sair” dos canais predominantes de abastecimento alimentar. Assim, acredita-se que, tal cenário pode criar novos nichos de mercado alimentares, com características sociais e economicamente excludentes (GOODMAN, 2017).

As cadeias produtivas de alimentos orgânicos não se diferenciam desta tendência. Nestas, ocorre uma limitação ao acesso de alimentos orgânicos/agroecológicos devido aos altos preços praticados nos mercados, sendo identificada, por sua vez, a necessidade de ampliação do acesso a este tipo de produtos. Apesar de ser um mercado que se contrapõe às lógicas hegemônicas do sistema agroalimentar, há uma tendência orientada pela lógica capitalista, sendo difícil, muitas vezes, para as iniciativas que se formam preservarem os princípios implícitos à proposta, como por exemplo, o comércio justo, o consumo consciente, a democracia alimentar (NIEDERLE, 2014).

Um modelo que pode responder a essa necessidade é apresentado pelas “cadeias curtas de abastecimento alimentar” ou circuitos curtos de comercialização - CCC. Estes circuitos permitem a obtenção de preços mais justos ao consumidor e uma melhor remuneração final aos produtores. Isto se deve à redução do número de intermediários presentes nas cadeias longas, permitindo o “encurtamento” das distâncias entre os pontos de produção e consumo (DAROLT, 2013).

Observa-se um intenso crescimento de iniciativas que geram inovações em CCC (DAROLT, 2013), as quais estabelecem “diferentes arranjos, dinâmicas organizacionais e processos inovadores” (PREISS e MARQUES, 2017, p. 2). Elas estão relacionadas à construção de redes de proximidade socioeconômica, para as quais o funcionamento do mercado não deve ser entendido como algo externo às pessoas, mas, sobretudo, como resultado de ações que são construídas pelas pessoas (KRIPPNER et al., 2004). Isto se insere na abordagem da construção

social dos mercados, a qual os compreende como espaços de interação social e não apenas o encontro entre oferta e demanda, dispondo de diferentes interesses (GRANOVETTER, 1985; MARQUES, 2003; STEINER, 2006; SCHNEIDER et al., 2016).

Um exemplo presente no contexto da Grande Florianópolis consiste na criação de Células de Consumidores Responsáveis (CCR's), iniciativa que surgiu através da atuação do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (LACAF- UFSC) junto a agricultores e consumidores. As CCR's são arranjos que articulam estes grupos através da venda direta de alimentos orgânicos/agroecológicos⁹ por meio de pedidos antecipados. A iniciativa nasceu da necessidade de agricultores familiares acessarem mercados mais justos e da crescente demanda por parte dos consumidores por alimentos limpos e saudáveis a menores preços.

O objetivo deste trabalho é identificar as motivações dos consumidores(as) em aderir à proposta da CCR, localizada no campus Trindade da Universidade Federal de Santa Catarina (CCR-UFSC), bem como o perfil socioeconômico dos mesmos. Busca-se analisar o papel desta experiência na ampliação do acesso aos alimentos orgânicos/agroecológicos.

Os métodos de pesquisa utilizados partiram da revisão bibliográfica dos conceitos de construção social de mercados, circuitos curtos de comercialização e inovação social, bem como da análise de dados qualitativos primários existentes até o momento. Estes, resumem-se a aplicação de questionários online destinados aos/as consumidores(as) da CCR-UFSC. Os dados referentes às motivações e perfil socioeconômico, foram coletados e tabulados respectivamente, entre os meses de fevereiro-março e abril-maio de 2018. Os formulários foram enviados aos 99 consumidores(as) da CCR-UFSC, obtendo-se, finalmente, 23 respostas relacionadas ao perfil socioeconômico dos consumidores e 39 respostas acerca da pesquisa de motivação de participação do Projeto.

Além desta introdução, o estudo divide-se em outras três seções. A primeira apresenta uma breve revisão teórica acerca os circuitos curtos aqui discutidos. Na segunda parte discorre-se sobre a experiência da CCR UFSC em seus primeiros seis meses de funcionamento, analisando motivações e perfil socioeconômico dos consumidores(as). Por fim, na terceira e última seção, são apresentadas algumas considerações finais e questionamentos que podem vir a contribuir para estudos futuros.

⁹ Optou-se pela utilização da denominação “orgânicos/agroecológicos” ao fazer referência a um alimento ou produto que está de acordo com a Lei brasileira 10.831 e carrega princípios agroecológicos nos seus aspectos sócio-produtivos.

BREVE REVISÃO TEÓRICA

Contemporaneamente, discute-se que o modelo agroalimentar hegemônico gera insatisfações tanto para agricultores quanto para consumidores, dado que, as estruturas de varejo dominantes privilegiam os grandes produtores modernizados, capazes de responder às demandas de especialização, escala e padrões de qualidade exigidos pelas grandes corporações. Tal fato causa a exclusão dos agricultores familiares que não respondem a tais exigências e acabam por ficar à margem desses processos (PLOEG, 2008).

Especificamente no que tange a esfera do consumo, o atual modelo não satisfaz as necessidades daquelas camadas de consumidores que demandam alimentos de qualidade nutricional e de origem conhecida (GOODMAN, 2003; PORTILHO, 2009). Com a emergência dos chamados “escândalos alimentares”, nota-se uma crescente insatisfação por parte dos consumidores acerca dos modelos de produção de grande escala, desencadeando um aumento na demanda por alimentos de origem e procedência conhecida, benéficos à saúde, ao meio ambiente e comercializados a preços justos (PLOEG, 2008; GOODMAN; GOODMAN, 2009; CRUZ; SCHNEIDER, 2010).

Cassarino & Damasceno (2013) expõem que, para muito além das imposições mercadológicas de caráter hegemônico, há um crescente movimento baseado nas “alternatividades”, fato que aponta para a construção de uma nova sociedade, mais justa, sustentável e com mais equidade social, econômica e ambiental. Tais movimentos contrários à lógica difundida pelo modelo agroalimentar hegemônico, têm construído redes de relações de produção e consumo alternativos. Nesse sentido, novas propostas de desenvolvimento rural que fazem crítica às cadeias agroalimentares convencionais vêm estimulando a construção de circuitos curtos de comercialização - CCC ou Short Food Supply Chain – SFSC.

Apesar de ainda não existir uma definição oficial sobre CCC no Brasil, observa-se o caso Francês, onde estes circuitos acontecem quando há no máximo um intermediário que se encontra entre o produtor e consumidor, podendo existir a modalidade de venda direta, quando há a relação sem intermediários entre produtor e consumidor (DARLOT, 2013). Entende-se, portanto, que nos “circuitos curtos de comercialização” se articula mais intensamente o conjunto de atores que estão diretamente envolvidos na produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos, aproximando as relações entre produtores e consumidores e a informação acerca do produto que está sendo consumido (MARSDEN, 2000), contando ainda, com associações relativas ao lugar e espaço de produção (origem; território), aos valores sociais das pessoas envolvidas no processo e aos métodos de produção utilizados.

Darolt et al. (2013) pontua que nas cadeias curtas há um potencial para que os preços dos alimentos tornem-se menores, pois reduz-se o número de intermediários que poderiam incrementar margens adicionais ao valor dos produtos. Outro aspecto positivo dos CCC aparece relacionado à potencial maior autonomia dos agricultores(as) em relação às cadeias longas, dado a “um maior peso e participação de consumidores e produtores na definição dos modos de produção, troca e consumo” (DAROLT et al., 2013, p.13).

Assim, iniciativas ligadas a formas alternativas de produção e consumo que fazem frente aos sistemas agroalimentares hegemônicos e cadeias longas de comercialização vêm estimulando novos arranjos e processos inovadores de desenvolvimento dos territórios. Essa busca da resolução de problemas e necessidades sociais por meio de uma ação coordenada por diversos agentes (MACCALLUM et al., 2009), leva a uma lógica integrada de desenvolvimento, que têm sido então chamada de inovação social. Entende-se como inovação social a capacidade de criação de novos arranjos organizacionais, tecnologias, produtos e serviços que atendem a determinadas necessidades sociais, aumentando a capacidade de atuação da sociedade (COMISSÃO EUROPEIA 2011; NEUMEIER, 2012). Entendemos os CCC como uma forma de inovação social dentro das cadeias atuais de produção, distribuição e consumo de alimentos.

Na visão de Ploeg (2011), o desenvolvimento rural implica na criação de novos produtos e novos serviços, associados a novos mercados, em uma tentativa de reconstrução da agricultura em termos regionais e da economia rural como um todo, representando “[...] uma saída para as limitações e a falta de perspectivas intrínsecas ao paradigma da modernização e ao acelerado aumento de escala e industrialização que ele impõe” (p. 395).

A despeito de quão difícil isso possa parecer, se impõe o desafio de retornar o abastecimento alimentar para a esfera local, priorizando os alimentos de melhor adaptação à região e observando sua alternância segundo o ritmo das estações, a sazonalidade; casado a uma matriz tecnológica mais ecológica e mais sustentável (KHATOUNIAN, 2001). Assim, novos atores sociais vêm criando estratégias criativas de mercado que alteram as cadeias de abastecimento alimentar e ressaltam a importância da pequena atividade agrícola local para com a sociedade consumidora que a engloba, aproximando produtores e consumidores.

A CÉLULA DE CONSUMIDORES RESPONSÁVEIS DO CAMPUS UFSC TRINDADE

O projeto de extensão do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (LACAF/UFSC) intitulado “Abastecimento de alimentos agroecológicos em cidades populosas: uma tecnologia social de venda direta com educação alimentar” promove a criação de Células de

Consumidores Responsáveis. As CCR's são modelos de compra e venda direta por pedido antecipado de alimentos orgânicos/agroecológicos, através da articulação entre grupos de agricultores e grupos de consumidores. Estes modelos buscam viabilizar um mercado garantido aos agricultores, bem como a ampliação do acesso aos alimentos orgânicos/agroecológicos por parte dos consumidores.

A dinâmica de funcionamento das CCR's se dá de forma simples. Grupos de agricultores(as) familiares organizados, entregam semanalmente alimentos em pontos de entrega (previamente definidos) comum a todos os consumidores(as). Esses pontos podem ser: escolas, casas de consumidores, associações de bairro, universidade, e/ou locais de facilitado acesso dos(as) consumidores(as). O acesso ao ponto único promove relações de proximidade e trocas de conhecimentos quanto aos alimentos adquiridos, fato que pode gerar processos de co-responsabilização entre quem produz e quem consome.

As CCR's são construídas coletivamente, existindo uma interlocução e mediação da equipe do LACAF-UFSC, junto a agricultores familiares vinculados a Rede Ecovida de Agroecologia¹⁰, e famílias de consumidores interessados na proposta. O modelo das CCR's representa uma resposta à crescente demanda por este tipo de alimentos e necessidade dos agricultores familiares em acessar novos mercados.

Desta forma, elimina-se a figura dos intermediários na cadeia de abastecimento, garantindo, por um lado, uma melhor remuneração as famílias agricultoras, e por outro, preços mais acessíveis aos consumidores(as), quando comparados aos praticados no varejo de produtos orgânicos. Assim, as CCR's buscam aproximar as esferas de produção e consumo de alimentos orgânicos/agroecológicos através da relação direta produtor/consumidor.

A inspiração das CCR's parte de experiências já consolidadas na Itália (Gruppi di Acquisto Solidale - GAS) e outras modalidades de venda direta implementadas mundo afora¹¹, buscando tal iniciativa promover a criação de novos arranjos de produção e consumo, que reduzem os custos com transporte e o tempo dedicado pelos agricultores na comercialização/entrega dos produtos.

O principal objetivo das CCR's é a construção de dinâmicas de aquisição e consumo ético/responsável, ampliando o abastecimento de produtos agroecológicos provenientes da agricultura familiar. Além disto, busca-se contribuir para a construção de uma Rede de Cidadania Agroalimentar (RCA) na Região Metropolitana de Florianópolis. Esta ação de organizar atores

¹⁰ Rede Ecovida de Agroecologia teve origem no Estado de Santa Catarina em 1998, e se organiza de forma descentralizada por meio de núcleos regionais distribuídos nos três estados do Sul do Brasil. Desde sua origem busca alternativas ao modelo convencional dominante, desde a produção, distribuição e consumo de alimentos (ROVER, 2011; PEREZ-CASSARINO, 2012).

¹¹ Associations pour le Maintien d'une Agriculture Paysanne (AMAP), França, Grupos Autogestionados de Consumo (GAKs) na Espanha e Community Supported Agriculture (CSA).

coletivos em torno de alimentos orgânicos/agroecológicos promove processos de democratização da alimentação – seja na ampliação do número de famílias consumidoras de tais produtos, ou na capacidade desses consumidores de serem articuladores do processo de produção e abastecimento.

Evidencia-se o potencial multiplicador deste modelo, pois a partir da CCR criada em novembro de 2017 no campus UFSC Trindade (CCR-UFSC), houve a necessidade de criar uma outra, em local mais próximo das residências de consumidores que faziam parte da CCR-UFSC. Desta forma, articulou-se a criação de um ponto de entrega próximo – em uma escola no bairro Campeche; ocorrendo a abertura de uma nova célula com o mesmo grupo de agricultores fornecedores. Nesse contexto, percebe-se, a partir das iniciativas já criadas, a capacidade de multiplicação da experiência, caso da CCR Campeche, irradiada da CCR-UFSC, que atualmente conta com 39 famílias de consumidores(as).

Neste trabalho iremos aprofundar o caso específico da CCR-UFSC, tendo em vista que ela é a única que estava ativa durante o período da coleta de dados. É importante destacar que tal iniciativa consiste em um projeto piloto que vem sendo constantemente acompanhado pela equipe mediadora do LACAF-UFSC, visando o aprimoramento da iniciativa.

A CCR-UFSC é abastecida por um grupo de 13 famílias agricultoras, sendo que cerca de 120 famílias consumidoras integram a proposta. As unidades produtivas têm sua avaliação de conformidade orgânica promovida pela Rede Ecovida de Agroecologia através da Certificação Participativa. No modelo da CCR-UFSC, o grupo de agricultores se compromete a disponibilizar semanalmente um número mínimo de tipos (diversidade) de alimentos que compõem o que chamamos de “cesta fechada”. Esta diversidade previamente acordada possui valores aproximados de peso a um preço fixo, visando à obtenção de preços justos e estáveis. Neste acordo, os consumidores aceitam a diversidade oferecida a cada semana, baseada nos produtos sazonais disponíveis nas unidades de produção. O modelo se organiza com base em dois tipos de cestas: a pequena e a grande. A cesta pequena é composta por aproximadamente 5 kg de alimentos e 9 itens, e a grande cerca de 9 kg de alimentos e 13 itens. Os itens destas cestas variam de semana em semana, tendo relação com a sazonalidade e escala da produção, sendo disponibilizada ainda, uma lista de itens adicionais, com a finalidade de complementar os pedidos conforme o interesse de cada consumidor(a).

Cabe aos consumidores realizarem o pagamento mensalmente via depósito bancário, enviando o comprovante aos agricultores através da ferramenta de WhatsApp¹². Após essa fase, os agricultores organizam as cestas e os pedidos semanais, organizando a partilha no ponto de

¹² Whatsapp é um software para smartphones utilizado para troca de mensagens de texto instantaneamente, além de vídeos, fotos e áudios através de uma conexão a internet.

entrega previamente definido. O valor a ser pago corresponde a quatro cestas semanais (um ciclo que corresponde a um período entre o dia 10 de um mês até o dia 10 do mês seguinte, variando de 4 a 5 cestas) adquiridas ao longo de um mês.

Uma diferença importante deste arranjo piloto da CCR-UFSC é a existência de um termo de responsabilidades compartilhadas, definidas em reuniões de avaliação, onde produtores e consumidores participam, com a mediação dos membros da equipe do projeto LACAF-UFSC. Este documento foi criado com o objetivo de instituir um ambiente de co-responsabilização entre as partes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme exposto na Figura 1, em ordem de importância, a motivação mais relevante para os consumidores adentrarem na CCR corresponde ao interesse em obter uma relação mais próxima com agricultores. Na sequência, pode-se observar outros elementos com relativa pertinência, como: (i) fazer parte de uma iniciativa inovadora; (ii) obter produtos orgânicos/agroecológicos a menores preços; e, (iii) obter uma relação mais próxima com outros consumidores. Os dados indicam uma série de preocupações por parte destes em relação às suas práticas de consumo. A principal delas diz respeito à confiança quanto ao alimento que é adquirido e consumido no seio familiar.

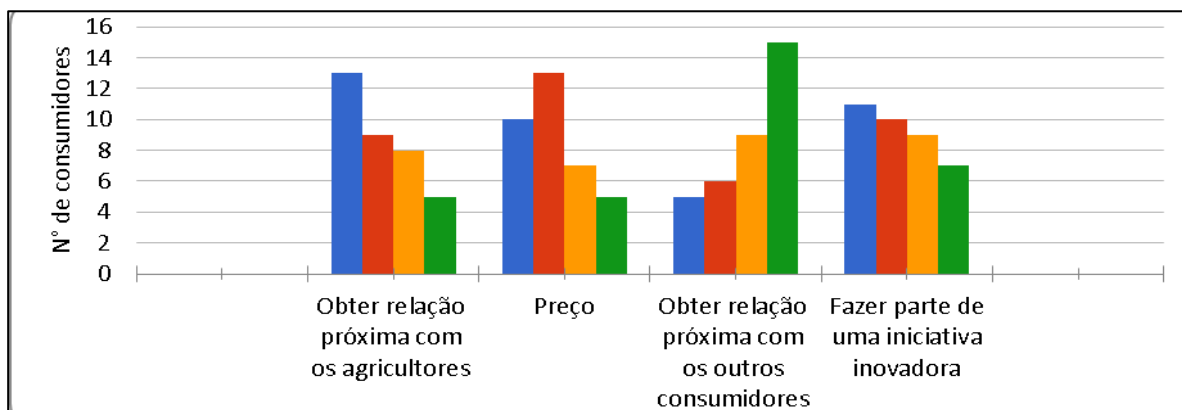


Figura 1 Gráfico apresentando as motivações dos(as) consumidores(as) em aderirem à iniciativa da CCR-UFSC. Fonte: os autores, 2018.

Outra preocupação aparece relacionada à necessidade, por parte dos consumidores, em articular-se com iniciativas que promovam melhorias às condições de vida e produção dos agricultores. Estes dois elementos são percebidos e discutidos nas abordagens teóricas que analisam os CCC.

Por outro lado, por vezes os consumidores demonstram ter interesses utilitaristas, tendência observada no benefício do acesso de alimentos a preços mais baixos, quando comparados aos demais mercados de alimentos orgânicos/agroecológicos.

Importante considerar que o preço é o segundo fator que motiva a participação na iniciativa. Os preços praticados pela CCR-UFSC desenham o papel motivador para a participação dos consumidores(as). Tal resultado corrobora a pesquisa nacional de consumo de alimentos orgânicos, que demonstra que o preço é considerado por 72% da população brasileira como principal dificuldade para o consumo de tais produtos (ORGANICS BRASIL, 2017). Nesse sentido, torna-se possível atribuir ao fator preço um aspecto positivo da CCR-UFSC, apresentando-se como impulsionador e não limitante para a aquisição de alimentos orgânicos/agroecológicos ofertados pela iniciativa.

Uma relação próxima com outros(as) consumidores(as) fora apontado como um fator de menor importância, fato que indica haver pouco interesse por parte dos consumidores em relacionar-se e organizar-se enquanto categoria própria. Isto pode levar a explicação da baixa participação efetiva em propostas autogeridas, permitindo a observação através dos dados de uma visão de consumo individualizada, onde há certa resistência à construção coletiva de novas práticas alimentares.

Já as motivações mencionadas pelos consumidores(as) em aderir à iniciativa foram as mais variadas. A Figura 2 apresenta os aspectos mais citados pelos consumidores(as) para a participação nas CCR's.



Figura 2. *Wordcloud* - ilustrando as motivações dos consumidores/as da CCR-UFSC em participar da iniciativa – palavras mais citadas encontram-se em maior tamanho, palavras menos citadas em menor tamanho. Fonte: os autores, 2018.

Nesse sentido, a principal motivação citada congrega elementos que dizem respeito à qualidade dos produtos a serem adquiridos (alimentos orgânicos, alimentos saudáveis, frescos, sem agrotóxicos). O acesso também é mencionado como elemento motivador da adesão na iniciativa – elementos como a facilidade, praticidade são relatados e ilustram essa evidência. Uma terceira motivação associa-se à forma pela qual os alimentos são produzidos, bem como as

externalidades positivas aos agricultores e ao meio ambiente (alimentos sustentáveis, vida digna no campo, sazonalidade, agroecologia, economia solidária, etc.).

Essa diversidade de argumentos demonstra que não apenas motivações ligadas às oportunidades econômicas são consideradas, mas também evidencia a sensibilidade dos consumidores com relação à vida dos produtores e o ambiente que os cerca. Observa-se a existência de certa consciência, nos consumidores, sobre a capacidade de práticas de consumo diferenciadas, no sentido de provocar mudanças mais profundas na sociedade e na natureza (PORTILHO, 2009).

Três reflexões podem ser evidenciadas: (i) a primeira diz respeito ao menor preço dos produtos de qualidade, que nessa iniciativa, permite aos consumidores(as) adquiri-los e consumi-los, (ii) uma segunda, relaciona-se às características dos produtos, que possuem atributos de qualidades desejados pelos(as) consumidores(as) participantes da CCR-UFSC; por fim, (iii) a terceira é associada à forma de produção diferenciada desses alimentos e suas externalidades positivas ao meio ambiente e às famílias que os cultivam.

Também, buscou-se compreender o perfil socioeconômico dos consumidores(as). Como mostra a Figura 3, abaixo. O item A aponta que, a maioria dos consumidores(as) atuam profissionalmente em instituições públicas, seguido de estudantes universitários (30,4%). Destacamos que a ampla maioria dos consumidores(as) da CCR-UFSC cursa pós-graduação, dado que pode ser explicado pelo fato de que o ponto de entrega da Célula encontra-se dentro de um campus universitário.

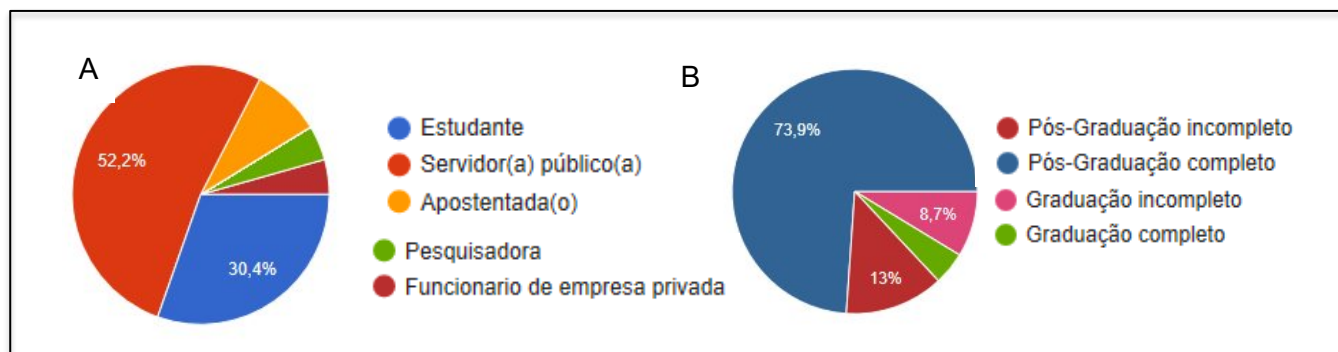


Figura 3. A: Ocupação (A) e escolaridade (B) dos consumidores(as) participantes da CCR-UFSC. Fonte: Os autores 2018.

O ganho salarial entre os consumidores(as) é bastante diverso (Figura 4), transitando por diferentes classes sociais. Porém, observa-se que a maioria dos consumidores que acessam os alimentos via CCR possuem renda superior a cinco salários mínimos. Este resultado corrobora a discussão sobre a acessibilidade dos alimentos orgânicos/agroecológicos, não podendo negar a tendência em ocorrer relações desiguais de consumo desse tipo de produtos e do acesso à iniciativas de “mercados alternativos” (GOODMAN, 2017).

Dos consumidores respondentes, 17,4% iniciaram o consumo de alimentos orgânicos/agroecológicos no período de 1 a 6 meses, o que corresponde ao tempo de existência da CCR-UFSC. Para estes casos, a experiência oportunizou o acesso aos alimentos, possivelmente por lhes trazer o alimento mais próximo do ambiente de trabalho e/ou moradia.

Tem-se que, a CCR-UFSC vem expandindo as relações de produção-consumo para além das classes sociais mais abastadas, mesmo indicando que ainda há pouca inclusão de consumidores(as) que possuem menores condições financeiras. Além disso, ela torna o consumo desses produtos mais regular, pois as famílias acessam as cestas orgânicas semanalmente.

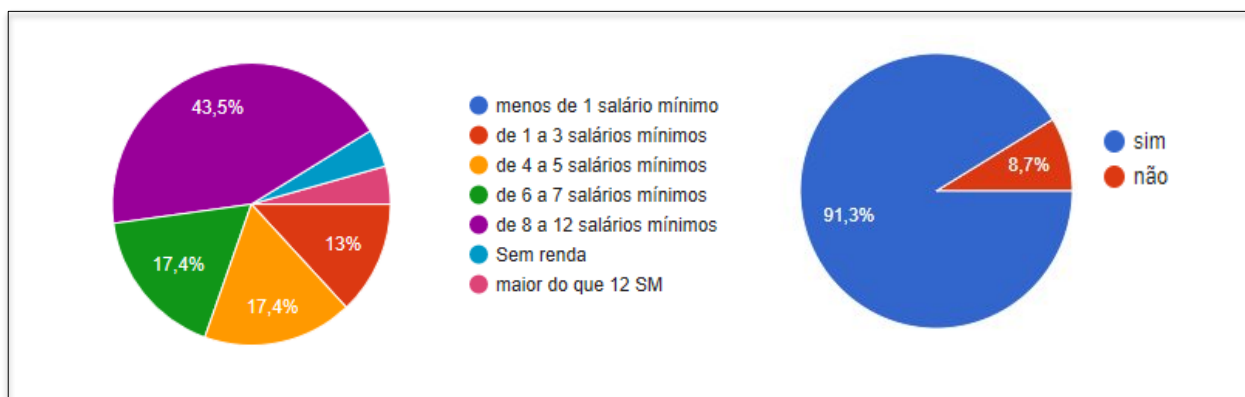


Figura 4. A: gráfico correspondente à renda dos consumidores/as da CCR-UFSC; B: gráfico que indica a mudança hábitos alimentares após entrada dos consumidores/as na CCR-UFSC. Fonte: os autores, 2018.

A experiência da CCR-UFSC reforça o argumento de Goodman (2017) ao afirmar que estas iniciativas contribuem para o fortalecimento de mudanças culturais e de hábitos alimentares. Isto é demonstrado a partir das respostas dos consumidores(as) quando afirmam que a CCR oportunizou: (i) um aumento de consumo de verduras/vegetais; (ii) uma maior diversidade de orgânicos; (iii) o aumento de alimentos sazonais; e, (iv) uma maior dedicação de tempo na dinâmica de preparo dos alimentos, buscando o máximo de aproveitamento dos produtos que vem na cesta. Neste sentido, entende-se que ela tem cumprindo o papel de promover mudanças nas práticas de consumidos por meio de processos de educação alimentar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos o caso da CCR-UFSC, podemos afirmar que a democratização do acesso aos alimentos orgânicos/agroecológicos constitui um elemento central e desafiador para a construção de estratégias e inovações em circuitos curtos de comercialização.

A partir do modelo de venda direta de alimentos orgânicos/agroecológicos por pedido antecipado, a CCR-UFSC busca a efetivação de diversos fatores que incluem: (i) redução dos custos em logística; (ii) eliminação da figura dos atravessadores; (iii) desenvolvimento da

proximidade relacional entre agricultores(as) e consumidores(as); (iv) ampliação do acesso a alimentos saudáveis; (v) participação dos consumidores(as) na gestão da iniciativa; (vi) co-responsabilização entre as esferas da produção e do consumo.

Quanto às motivações em aderirem-se a CCR-UFSC, identificou-se como uma potencialidade, a conexão entre os consumidores(as) e os agricultores(as) – atores que se encontram distanciados no âmbito das dinâmicas do abastecimento agroalimentar hegemônico (cadeias longas). Além disso, faz-se relevante destacar que o preço foi considerado um fator importante de motivação para os(as) consumidores(as), percebendo-se ainda, uma certa sensibilização dos(as) consumidores(as) em relação à vida dos produtores(as) e o ambiente que os cerca.

Ao observar o perfil socioeconômico dos consumidores(as), constata-se que, ainda há pouca adesão por parte de atores que possuem menores condições financeiras, porém, há evidências de que o consumo vem se ampliando para além das classes sociais mais abastadas, promovendo efetivas mudanças de hábitos alimentares e de relações entre produção e consumo de alimentos.

Destaca-se então a reflexão sobre quais estratégias possibilitam a ampliação do acesso aos alimentos orgânicos/agroecológicos na sociedade. Entende-se que este é um processo desafiador, que possui limites estabelecidos e potencialidades a serem desenvolvidas. Nesse sentido, busca-se o constante aprimoramento deste modelo, promovendo assim, a criação de uma tecnologia social que possa ser replicada em outros contextos. Para dar conta destas complexidades necessita-se realizar o redesenho dos fatores produtivos, de abastecimento, gestão e consumo de alimentos na cadeia agroalimentar.

Finalmente, pesquisas futuras podem se dedicar a aprofundar à seguinte indagação: como seria possível democratizar o mercado de alimentos orgânicos/agroecológicos e torná-lo acessível à todas (ou a maior parte das) camadas socioeconômicas que optem em consumi-los?

REFERÊNCIAS

- ANDREATTA, S.; WICKLIFFG, W. Managing farmer and consumer expectations: a study of a North Carolina farmers market. *Human Organization*, Boston, v. 61, n. 2, p. 167-176, 2002.
- CASSARINO, J.P.; FERREIRA, A.D.D. Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos: uma leitura a partir da Rede Ecovida de Agroecologia. In: NIERDELE, P.A.; ALMEIDA, L.; VEZANNI, F. M. *Agroecologia: Práticas, Mercados e Políticas para uma Nova Agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013. p. 171-214.
- DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIERDELE, P.A.; ALMEIDA, L.; VEZANNI, F. M. *Agroecologia: Práticas, Mercados e Políticas para uma Nova Agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013. p. 139-170.
- DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. *Experiências em Agroecologia*, v. 10, n. 2, p. 8-13, 2013. (CIDADE?)
- DAROLT, M.R. *Conexão Ecológica: Novas relações entre agricultores e consumidores*. Londrina: IAPAR, 2012. 162 p.
- EUROPEAN COMMISSION. Empowering people, driving change: social innovation in the EU. Bureau of European Policy Advisers 2011. Disponível em: <http://ec.europa.eu/bepa/pdf/publications_pdf/social_innovatio.pdf>. pdf. Acesso em: 10 de out. de 2017.
- EUROPEAN COMISSION (2013). Social innovation research in the EU: approaches, findings and future directions, *Policy Review*: 64. Disponível em: <http://www.net4society.eu/_media/social_innovation.pdf>. Acesso em: 12 de out. de 2017.
- GOODMAN, D. Espaço e lugar nas redes alimentares alternativas: conectando produção e consumo. In: *Cadeias Curtas e Redes Agroalimentares Alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar*. GAZZOLA, M. SCHNEIDER, S. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.
- GOODMAN, D. The quality 'turn' and alternative food practices: reflections and agenda. *Journal of Rural Studies*, nº 19 (2003) 1-7, 2003.
- GOODMAN, D., GOODMAN, M. Alternative food networks. *International encyclopedia of human geography*, v.3, p. 208-220, 2009.
- GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. *The American Journal of Sociology*, v. 91, n. 3, p. 481 -510, 1985.
- KRIPPNER, G. et al. Polanyi Symposium: a conversation on embeddedness. *SocioEconomic Review*, Oxford, v. 2, n. 1, p. 109-135, jan. 2004.
- Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (LACAF). *CÉLULAS DE CONSUMIDORES RESPONSÁVEIS*. 2018. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<http://lacaf.paginas.ufsc.br/>>. Acesso em: 20 de maio, 2018.
- LAMINE, C.; DAROLT, M.; BRANDENBURG, A. The Civic and Social Dimensions of Food Production and Distribution in Alternative Food Networks in France and Southern Brazil. *International Journal of Sociology of Agriculture and Food*. vol.19, nº3, pp.383-401.
- MACCALLUM, D.; et. al. *Social Innovation and Territorial Development*. Ashgate Publishing Limited. England. Maldonado, Carlos. 2009.
- MARQUES, R. Os trilhos da nova sociologia econômica. PEIXOTO, J.; MARQUES, R.(Orgs.). *A nova sociologia económica*. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2003.

- MARQUES, R. Os trilhos da nova sociologia econômica. PEIXOTO, J.; MARQUES, R.(Orgs.). A nova sociologia económica. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2003.
- MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. *Sociologia Ruralis*, Oxford, v. 40, n.4, p. 424-438, 2000.
- MAY, T. Pesquisa social. Questões, métodos e processos. 2001. Porto Alegre, Artmed.
- NEUMEIER, S. Why do social innovations in rural development matter and should they be considered more seriously in rural development research? —Proposal for a stronger focus on social innovations in rural development research. *Sociol. Rural.* p. 48–69. 2012.
- NIEDERLE, P. Construção social de mercados e novos regimes de responsabilização no sistema agroalimentar. *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia.* v. 10, n. 2. p. 4-7. 23 de ago, 2013.
- ORGANICS BRASIL. Organics Brasil mostra tendências do setor em congresso na Alemanha. Organics Brasil Imprensa. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.organicsbrasil.org/pt/imprensa_detalle/225/organics-brasil-mostra-tendencias-do-setor-em-congresso-na-alemanha>. Acesso em: 10 de outubro de 2017.
- PLOEG, J., D., V., D. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Editora UFRGS, 2008.
- PLOEG, J. D. Mercados aninhados recém criados: uma introdução teórica. In: TREGGAR, A. Progressing knowledge in alternative and local food networks: critical reflections and a research agenda. *Journal of Rural Studies*, v. 27, n. 4, p. 419-430, 2011.
- PORTILHO, F. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. *Política e Sociedade.* v. 1. n. 15. p. 199-224, out. 2009.
- PORTILHO, F. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. *Política & Sociedade*, v. 8, n. 15, p. 199–224, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/11799/11043>>. Acesso em: 14 jun 2017.
- PREISS, P.; MARQUES, F. C.; WISKERKE, J. Fostering Sustainable Urban-Rural Linkages through Local Food Supply: A Transnational Analysis of Collaborative Food Alliances. *Sustainability*, v. 9, n. 7, p. 1155, 2 jul. 2017.
- RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Understanding Alternative Food Networks: exploring the role of short food supply chain in rural development. *Environment and Planning A*, vol.35, 2003. pp.393-411.
- SCHNEIDER, S.; MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. Introdução. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). Construção de Mercados e Agricultura Familiar: Desafios para o Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: UFRGS, 2016.
- SOUSA, D. N. de. Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural. *Mundo agrar., La Plata*, v. 18, n. 39. Dez. 2017.
- STEINER, P. A Sociologia Econômica. São Paulo: Atlas, 2006. 134 p.

Redes de cooperação na agricultura familiar de Santa Catarina: acesso aos novos mercados e políticas públicas¹

Autores: Luiz Carlos Mior; Dilvan Luiz Ferrari; Janice Maria Waittuch Reiter; Marcia Mondardo; Jurandi Gugel; Marcelo Sá; Antonio Marcos Feliciano; Tabajara Marcondes²

Palavras Chaves: Agricultura familiar, redes; mercado institucional

Resumo

A crescente redução da sua participação nas cadeias produtivas tradicionais nas últimas três décadas desafiou a agricultura familiar de Santa Catarina a buscar novas formas de inserção no mercado. A imposição de novos padrões tecnológicos e escalas de produção inviabilizam a permanência de milhares de agricultores familiares nas cadeias de carnes de suínos e de aves, e na produção de grãos como milho, feijão, arroz e soja, dentre outras. É nesse contexto que agricultores e organizações relacionadas à agricultura familiar têm buscado atividades, mercados, formas de organização e arranjos institucionais mais adequados às suas condições sociais, econômicas e políticas. Nesse processo houve a criação/ampliação das redes de cooperação, organizadas na forma de associações, condomínios e, mais recentemente, em cooperativas por produto e cooperativas descentralizadas. As políticas públicas que mais têm contribuído para estruturação dessas redes e inserção nos mercados são o SC Rural, o PAA e o PNAE. A partir de um levantamento realizado pela Epagri em Santa Catarina no ano de 2017, esse trabalho visa apresentar um panorama das redes de cooperação na agricultura familiar e a relação dessas redes com as políticas públicas de apoio e de acesso aos novos mercados.

1) Introdução

A agricultura familiar (AF) catarinense tem despertado a atenção dos estudiosos tendo em vista sua capacidade, historicamente evidenciada, de contribuir com a construção de padrão de desenvolvimento rural diferenciado e, por isso, considerado um dos pilares do desenvolvimento equilibrado do estado de Santa Catarina (SC). Contudo, mudanças na estrutura e na dinâmica das cadeias agroalimentares globais de commodities com atuação no território catarinense estão, novamente, questionando a capacidade de resiliência da AF. Nas três últimas décadas, tendo em vista a crescente redução da sua participação nas cadeias produtivas tradicionais, a AF de SC tem sido desafiada a buscar novas formas de inserção no mercado. A imposição de novos padrões tecnológicos e escalas de produção inviabilizam a permanência de milhares de agricultores familiares nas cadeias de carnes de suínos e de aves, e na produção de grãos como milho, feijão, arroz e soja.

¹ Trabalho apresentado no VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais. Florianópolis, 27 a 30 de agosto de 2018

² Luiz Carlos Mior - Eng. agrônomo, doutor em ciências humanas; miorlc@epagri.sc.gov.br
Dilvan Luiz Ferrari - Eng. agrônomo, doutor em desenvolvimento rural; dilvanferrari@epagri.sc.gov.br
Janice M W. Reiter - Economista, mestre em planejamento e políticas públicas; janice@epagri.sc.gov.br
Marcia Mondardo - Eng. agrônoma, mestre em estatística; mmondardo@epagri.sc.gov.br
Jurandi Gugel - Eng. agrônomo; jurandigugel@epagri.sc.gov.br
Marcelo Sá - Eng. agrônomo, especialista em desenvolvimento rural; marcelodesa@epagri.sc.gov.br
Antônio Marcos Feliciano - Sociólogo; feliciano@epagri.sc.gov.br
Tabajara Marcondes - Eng. agrônomo, mestre em sociologia política; tabajara@epagri.sc.gov.br

É nesse contexto que agricultores e organizações da AF têm buscado atividades, mercados, formas de organização e arranjos institucionais mais adequados às suas condições sociais, econômicas e políticas. Nesse processo houve a criação/ampliação das redes de cooperação, organizadas na forma de associações, condomínios, cooperativas por produto e descentralizadas (ESTEVAM & MIOR, 2014).

Neste período, as políticas públicas de desenvolvimento rural ampliaram seu escopo e apontaram para o fortalecimento das redes da AF em suas estratégias de inserção nos mercados. Em termos de políticas públicas de apoio dessas redes destacam-se o Pronaf e o Programa SC Rural, e de acesso ao mercado destacam-se o PAA e PNAE. Esse trabalho tem por objetivo apresentar um panorama das redes de cooperação na AF e a relação dessas com as políticas públicas de apoio e de acesso ao mercado. Toma por base um levantamento realizado pela Epagri, em todo o estado de SC, no ano de 2017.

Além desta introdução o trabalho está assim estruturado: na parte 2 apresenta-se uma breve caracterização da AF, sua importância econômica, participação na produção e formas de inserção no mercado. Em seguida, na parte 3, apresenta-se uma síntese das mudanças no mercado e na regulação dos alimentos e as novas formas de inserção da AF. Na parte 4, com base num levantamento detalhado realizado pela Epagri, no estado de SC, apresenta-se as redes de cooperação e suas principais características. Na parte 5, a análise busca compreender os condicionantes relevantes, políticos e sociais, que estão associados com a dinâmica de constituição e evolução destas redes. Na parte 6, analisa-se a evolução do PNAE e sua contribuição para o desenvolvimento das redes de cooperação. Finalmente, sumariza-se as *conclusões e considerações finais* do trabalho.

2) A agricultura familiar de SC, magnitude e formas tradicionais de acesso ao mercado

Os últimos dados censitários (2006) demonstram a pujança da AF com cerca de 168 mil estabelecimentos (87% do estado), 67% do valor bruto da produção e significativa participação na produção das principais culturas e criações do Estado de SC. Importante ainda registrar que a AF com apenas 44% da área dos estabelecimentos agropecuários tem participação majoritária na maior parte dos produtos da agricultura catarinense³ com exceção da soja e do fumo. Em SC 65% dos estabelecimentos têm menos de 20 hectares e 36% menos de 10 ha de área total.

Parcela importante da agricultura familiar catarinense se inseriu no mercado por meio da integração agroindustrial nas cadeias tradicionais de suínos, aves e fumo na segunda metade do século 20. Este sistema está associado ao processo de modernização da agricultura, patrocinado pelas políticas públicas do estado brasileiro dos anos 60 a 80, que também impactou as cadeias produtivas de soja, milho, feijão, arroz e frutas. Esta política foi seletiva por perfil de produtor, região e cadeia produtiva o que provocou profundas desigualdades regionais e sociais levando a concentração da terra e exclusão de pequenos produtores.

³ Contudo, mudanças nesta situação estão sendo identificadas na estrutura produtiva desde o Censo de 2006 que deverão indicar uma redução da participação da AF em atividades produtivas tradicionais.

Em paralelo à essa trajetória de integração aos conglomerados agroindustriais, parcela da agricultura familiar catarinense optou pela estratégia de diversificação produtiva como forma de viabilizar sua estrutura de recursos, sobretudo a pequena disponibilidade de área de terra e de mão de obra. Foi neste processo de racionalização que segmento significativo de agricultores familiares continuou a produzir uma pauta importante de produtos para seu auto abastecimento.

Dados do Censo Agropecuário 1995/96 mostram que os principais produtos processados na propriedade dos agricultores familiares eram os derivados do leite (queijo, manteiga), de carne suína (salame, linguiça) e de cana de açúcar (açúcar mascavo, melado). Em torno de 60 mil estabelecimentos produziam queijo e requeijão e, destes, mais de 21 mil comercializavam estes derivados de leite no ano de 1995. Ao todo, considerando os demais produtos, mais de 30 mil estabelecimentos da AF comercializam seus alimentos processados, em que pese serem produzidos, geralmente na cozinha, sem registro na vigilância sanitária e nos serviços de inspeção, limitando sua comercialização ao mercado informal. Este foi um dos elementos que influenciou a transformação da atividade de processamento em agroindústria familiar rural, sobretudo a partir dos anos 90 (MIOR, 2005).

Já, dados do Censo Agropecuário de 2006 indicam significativa redução do processamento de alimentos nos estabelecimentos agropecuários, sendo paradigmático o caso do processamento de queijo e requeijão que passa de quase 60 mil estabelecimentos em 1996 para menos de seis mil em 2006. Esta redução, segundo Mior et al 2013, pode ser resultado de um processo de transformação estrutural dos estabelecimentos agropecuários (produção de leite para venda *in natura*, diminuição da mão-de-obra) e maior pressão da regulação da industrialização e distribuição de alimentos (vigilância e inspeção sanitária).

Verificou-se nesse período, portanto, fortes entraves à forma tradicional de inserção no mercado, sobretudo pelo processo de exclusão nas cadeias agroindustriais de carnes⁴ (TESTA et, 1996; MIOR, 2005; ALTMANN et al., 2008, WILKINSON et al., 2011, FERRARI, 2011). Este modelo de integração agroindustrial, de modernização e intensificação da agricultura e de desenvolvimento rural em SC passa a ser fortemente questionado pelos movimentos sociais da AF, movimentos dos sem terra, das mulheres agricultoras e dos atingidos por barragens. Este movimento de contestação foi um importante ingrediente para construção de alternativas de inserção socioeconômica da AF nas décadas vindouras, como será analisado a seguir.

3) Mudanças nos mercados e novas formas de inserção da agricultura familiar.

Hodiernamente o consumidor tem sido cada vez mais exigente com a qualidade dos produtos alimentares que adquire levando ao que alguns autores têm chamado de economia e/ou virada da qualidade no sistema alimentar mundial (GOODMAN, 2003; WILKINSON, 2008). Verifica-se uma ampliação da desconfiança com relação às condições de produção das matérias-primas, do processamento e da industrialização dos alimentos que passam por longas cadeias de

⁴ Na suinocultura catarinense, por exemplo, até a década de 1980 tínhamos 60 mil suinocultores, em meados dos anos 90 eram menos de 20 mil e em 2016 menos de 10 mil.

manipulação até chegar à prateleira do supermercado. Crises alimentares como as ocorridas ao longo das últimas décadas têm colocado em questão os tradicionais sistemas de controle de qualidade dos alimentos e questionado o sistema alimentar⁵.

Nesse período a literatura especializada passa a identificar novas formas de inserção no mercado protagonizadas pela AF. No artigo “Cadeias produtivas para a AF”, Wilkinson (1999), defende um conjunto de estratégias sob o conceito de *inserção autônoma* da AF ao mercado, cuja ideia central está na possibilidade da AF buscar mercado para seus produtos de forma autônoma, isto é, alternativa a tradicional inserção via agroindústrias, cooperativas e intermediários. Entre outros objetivos a inserção autônoma visava capturar parte do valor agregado ao longo da cadeia de valor

Dentre as estratégias, duas podem ser identificadas a) o processamento e a agroindustrialização de matérias primas e b) a constituição de condomínios, associações e cooperativas para alcançar distintos mercados. Na primeira estratégia estão os mercados em que são frequentemente valorizadas outras qualidades dos alimentos associadas a características específicas da produção e dos produtores (produtos artesanais, coloniais, frescos, naturais, agroecológicos passam a sinalizar uma nova convenção de qualidade). Assim, nos mercados locais próximos dos agricultores e de seus empreendimentos se constituem relações diretas envolvendo os consumidores por meio das feiras livres, na propriedade dos agricultores, nos pontos de estradas e nas demais estruturas locais de comercialização.

É neste processo que ocorre a transformação das unidades de processamento da AF em agroindústrias familiares rurais no estado de SC. Uma, visava prioritariamente a produção de valor de uso que se realiza no autoconsumo, outra se constitui num novo espaço e num novo empreendimento social e econômico⁶. São estas experiências de transformação de produtos, envolvendo dezenas de milhares de agricultores familiares, que se constituem na raiz das chamadas “agroindústrias rurais” do Estado, a partir dos anos 1990 (MIOR,2005). Portanto, desloca-se da inserção mediada pelas grandes agroindústrias, cooperativas convencionais e intermediários (dos anos de modernização da agricultura) para uma inserção crescentemente mais autônoma aos mercados (a partir dos anos 90).

Num contexto em que regular a produção de alimentos (instituindo nos estados e municípios os serviços de vigilância e de inspeção sanitária) significou limitar a inserção nos mercados via processamento e agroindustrialização de alimentos, agricultores familiares e suas organizações constroem alternativas (através de grupos, condomínios, associações) às estruturas agroalimentares convencionais visando alcançar tanto mercado para seus produtos quanto poder de negociação perante os demais agentes das cadeias produtivas. Vários autores têm denominado

⁵ Nos referimos tanto às crises europeias (vaca louca, Dioxina, *Escherichia Coli*, Nitrofuranos, Febre aftosa) quanto as que ocorreram no Brasil (fraude do leite).

⁶ Mior (2005) define agroindústria rural como uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo a produção de valor de troca que se realiza na comercialização.

estes movimentos como de inserção autônoma da AF aos mercados (WILKINSON, 1999) cadeias curtas (MARSDEN et al, 2003) e mercados imersos (ESCHER, & SCHNEIDER, 2017).

Nesta miríade de iniciativas e inovações, constrói-se um tipo específico de organização denominado de cooperativa descentralizada. Este tipo de cooperativa permite aos associados processarem seus produtos em unidades descentralizadas ou em filiais das cooperativas. Desta forma os agricultores que possuem unidades agroindustriais processam seus produtos e matérias primas em nome da cooperativa legalizando assim sua operação. Esta é possível por meio do contrato de comodato em que o agricultor passa sua unidade para a Cooperativa. Esta inovação organizacional foi resultado de uma mobilização ímpar de agricultores familiares, pesquisadores, extensionistas, ONGs e poder público (ESTEVAM & MIOR, 2014).

Podemos identificar três tipos principais de redes de cooperação em suas estratégias de inserção no mercado. O primeiro tipo é o da organização dos agricultores para a comercialização conjunto no mercado de produtos convencionais sem processamento como é o caso das Cooperativas de leite. O segundo grupo de redes é o que busca a inserção no mercado de produtos agroecológicos onde o caso mais emblemático é o da rede ecovida⁷. O terceiro é o das cooperativas descentralizadas que buscam viabilizar a legalização das operações de agroindustrialização em pequena escala dos agricultores familiares buscando o mercado, sobretudo local, para produtos coloniais e artesanais⁸. Importante registrar a existência de tipos mistos de atuação destas redes que podem comercializar tanto no mercado de convencional de leite mas, também, no de produção agroindustrial de pequena escala para produtos diferenciados.

4. As redes de cooperação em Santa Catarina

4.1 Metodologia do levantamento

O artigo analisa os dados provenientes do projeto executado pelo Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola da Epagri (EPAGRI/CEPA) denominado “*Diagnóstico das agroindústrias, dos empreendimentos de turismo e artesanato e das redes de cooperação da AF da pesca artesanal e da maricultura de SC*”. As análises aqui apresentadas se restringem ao levantamento das redes de cooperação realizado em 2017 com informações relativas ao ano de 2016. A ferramenta de coleta de dados foi um questionário aplicado pelos extensionistas da Epagri entre fevereiro e abril de 2017 aos dirigentes das redes nas cooperativas, associações e condomínios. O universo da pesquisa é composto dos empreendimentos sob posse/gestão direta dos agricultores familiares, pescadores artesanais e maricultores de SC. No caso das redes, que são objeto deste artigo, foram pesquisadas as redes (organizações) que agrupam e organizam empreendimentos e/ou agricultores com objetivo de distribuição e comercialização dos produtos, compartilhamento de estruturas e logística de forma a melhorar a sua competitividade⁹.

⁷Para uma discussão mais qualificada dos circuitos curtos de comercialização dos produtos agroecológicos em VIEGAS et al 2017.

⁸ Ver análise destes tipos de redes e sua relação com o mercado em MIOR, et al 2014.

⁹ O universo do levantamento foi restrito às organizações com fins econômicos e não incluíram organizações de representação de interesse, como sindicatos e associações. Também não foram levantadas as cooperativas de crédito.

Nesta pesquisa foram agregadas informações sobre membros da diretoria, sócios, cadeias produtivas envolvidas, valores comercializados, distribuição territorial e por clientes da comercialização, serviços prestados pelas redes, estrutura física, recursos de investimentos aplicados, entre outros. Embora a ideia fosse levantar informações sobre a totalidade das redes de posse ou sob o controle dos agricultores familiares, pescadores artesanais e maricultores, não é possível garantir que isso tenha ocorrido pois a localização das organizações a serem pesquisadas ficou a critério do conhecimento dos coordenadores da pesquisa nas regiões de atuação da Epagri, que em conjunto com os técnicos municipais definiram em cada região, quais seriam levantadas de acordo com os critérios acima. Os dados provenientes do levantamento de campo foram tabulados, criticados, agrupados e disponibilizados para esta análise.

4.2. Magnitude e caracterização das Redes de Cooperação

Em 2016 foram identificadas 194 redes de cooperação abrangendo 15.785 associados sob a gestão da AF de SC e com valor bruto comercializado aproximado de 238 milhões de reais. Observa-se uma grande heterogeneidade na distribuição espacial do número de redes e associados entre as mesorregiões de SC (Figura 1). Território emblemático da AF catarinense, a região Oeste lidera com 90 redes e com 9.988 associados (cerca de 63,3 % do total). É seguida pela região Litoral Sul com 35 redes e 2.333 associados). No outro extremo situa-se a região Serrana que contempla apenas quatro redes de cooperação e 714 associados.

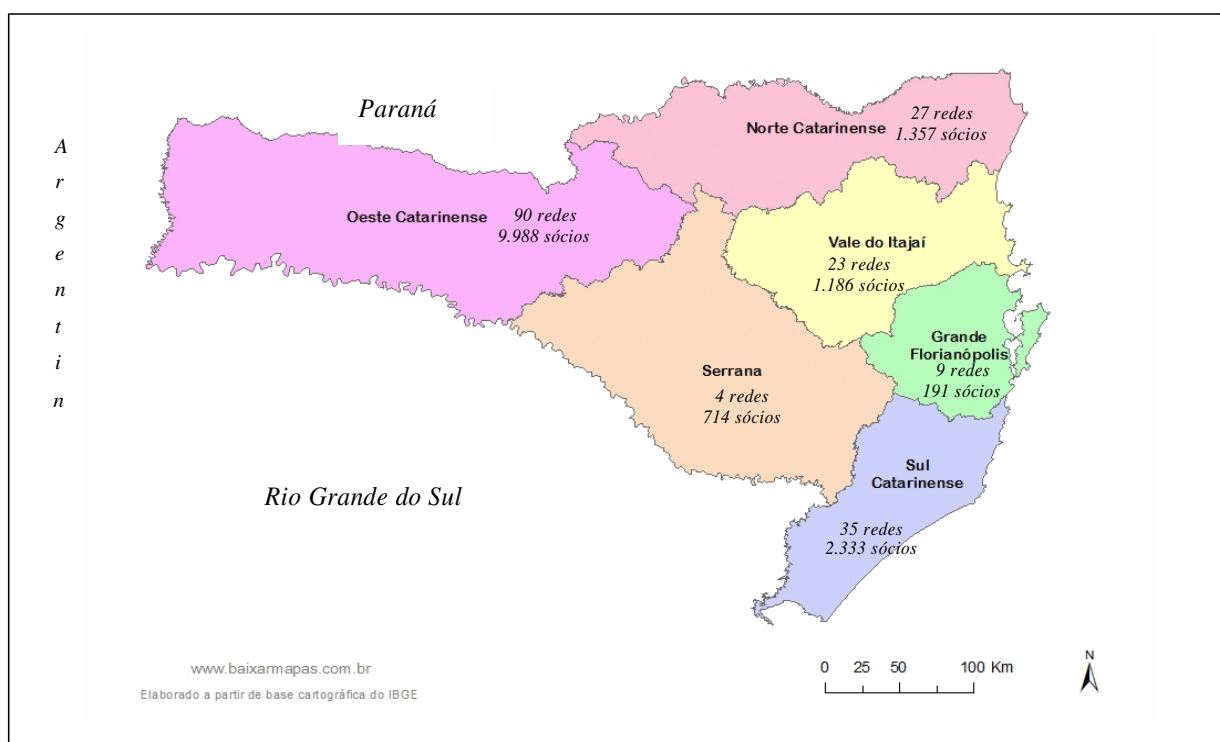


Figura 1. Número de redes de cooperação e associados segundo mesorregião catarinense – 2016

Fonte: Diagnóstico das redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina – 2016

Tipos de organizações¹⁰

As redes pesquisadas foram classificadas em cinco diferentes formatos jurídicos e organizacionais sendo que as cooperativas descentralizadas lideram com 36% das organizações, seguidas pelas cooperativas por produto com 32% e associações com 23%. A preponderância do número de associados está nas cooperativas por produto e descentralizadas com 86% dos sócios.

Tabela 1 – Número de redes, sócios e empreendimentos associados segundo forma jurídica – Santa Catarina - 2016

Tipo	Nº de redes	Nº de sócios	Nº de empreendimentos associados
Associação para comercialização	46	1.732	202
Condomínio	3	128	18
Cooperativa por produto	62	6.891	268
Cooperativa descentralizada	71	6.764	525
Cooperativa central	6	16	65
Sem resposta	6	254	6
Total	194	15.785	1.084

Fonte: Diagnóstico das redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina - 2016

Entre outras características que conferem especificidades à estas organizações está a relação entre a diretoria e seus associados no modelo de gestão, considerando a inexistência de remuneração para os dirigentes em mais de 86% das redes. Este aspecto deve conferir às organizações uma forte coesão entre os dirigentes e os associados o que permite ultrapassar obstáculos que se fazem presentes no dia a dia das redes¹¹.

No seu conjunto as redes de cooperação se constituem num importante espaço de ação coletiva que pode ser evidenciado na miríade de serviços prestados aos associados. Cerca de 75% das redes organizam a comercialização dos produtos dos associados, 50% utilizam marca coletiva, 64% prestam serviço de contabilidade¹². Destaca-se o fato de que 94,4% das cooperativas descentralizadas oferecem serviço de emissão de nota fiscal e 64% serviço de contabilidade, demonstrando ser esta modalidade de organização bastante importante na legalização e gestão dos empreendimentos associados. Além destes serviços as redes organizam a compra de insumos, o transporte de produtos, prestam assistência técnica, serviço de processamento e armazenagem entre outros, o que evidencia a importância destas organizações para permitir o acesso ao mercado dos agricultores em melhores condições de competitividade.

¹⁰ No levantamento da Epagri foram definidos os seguintes tipos de redes:

Cooperativa por produto/cadeia produtiva: é uma sociedade civil, com forma e natureza jurídica próprias, constituída com o objetivo de viabilizar a produção/processamento e/ou comercialização coletiva e centralizada dos produtos.

Cooperativas descentralizadas: Organização que abriga diversos empreendimentos e diversas atividades da AF constituída por uma sede e por unidades de produção e/ou filiais da cooperativa de produção agroindustrial localizadas nas propriedades ou nas comunidades rurais dos cooperados. Portanto, descentralizadas da sede da cooperativa.

Cooperativa Central: Cooperativa de segundo grau que engloba um conjunto de no mínimo três cooperativas singulares (por produto e/ou descentralizadas)

Associações: são organizações coletivas de agricultores familiares constituídas com o objetivo de facilitar a produção, processamento e comercialização de produtos agrícolas dos associados.

Condomínios: são organizações coletivas constituídas com o intuito de produzir e/ou processar produtos coletivamente.

¹¹ A análise dos possíveis perfis de gestão destas redes foge ao escopo deste trabalho.

¹² Uma mesma rede presta mais de um serviço para os associados.

Quanto aos produtos com que as redes de cooperação trabalham, verifica-se que uma mesma unidade comercializa grande diversidade de produtos. Neste sentido, observa-se que 39,2% das redes comercializam panificados, 32,0% aipim e derivados, 29,4% cana e derivados, 28,9% derivados de frutas, 21,6% hortaliça in natura, 21,6% ovos e 20,6% derivados de leite. Os outros produtos (grãos, mel, frutas in natura, derivados de hortaliças, leite in natura, etc.) são comercializados por um menor número de redes (menos de 20%).

Cerca de 56% das redes levantadas no estado tem menos de 10 anos de existência, indicando forte tentativa de inserção ao mercado por esta via observada em anos mais recentes. Novamente as mesorregiões Oeste catarinense (49,5%) e Sul catarinense (23,5%) aparecem com maior número das redes mais novas.

De 2010 a 2016, foram investidos quase 40 milhões de reais, sendo 38,4% de capital próprio, 33,8% oriundos de financiamentos via Pronaf, BNDES e outros programas governamentais e 27,8% de recursos do Programa SC Rural. O apoio às redes no período do SC Rural se deu principalmente através de recursos para investimentos em móveis e equipamentos (36,3%), construção de unidade – sede (30,3%) aquisição de veículos para transporte da produção e/ou comercialização (26%) e em menor valor na elaboração de materiais institucionais (marca, rótulo, portfolio, etc.) (7,64%).

Tabela 2 - Número de redes e valor investido segundo a fonte de recursos – Santa Catarina - 2016

Origem Recursos	Nº de redes	Valor (R\$)
Capital próprio	129	15.313.513,83
SC Rural	68	11.112.618,83
Pronaf investimento	19	3.400.430,00
Outros Programas	36	5.121.840,05
BNDES	15	4.964.284,00
Total	-	39.912.686,71

Fonte: Diagnóstico das redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina - 2016

5) O contexto de formação e expansão das redes de cooperação em Santa Catarina

As informações apresentadas acima dão um indicativo da expressão social que representam as iniciativas de redes de cooperação postas em prática pelos agricultores familiares catarinenses, importando analisar e tentar compreender os condicionantes relevantes para sua constituição e evolução recente.

O protagonismo dos agricultores e de suas organizações

O primeiro elemento a ser considerado é a estrutura de reciprocidade historicamente construída pelos atores sociais que formaram as comunidades locais, processo social esse que contribui decisivamente para a formação dessas redes sociais de produção e mercantilização (SILVESTRO; 1995). Na visão de Poli (2006) os traços culturais mais marcantes destes agricultores são a forte tradição associativa e a preocupação com a reprodução social da sua condição de vida e de trabalho, sendo capazes de realizar verdadeiras “odisseias” (RENK,2000), para não abandonar sua condição social. O autor destaca ainda a solidez dos grupos familiares, que influencia no desenvolvimento de projetos de longa duração e que

exigem investimentos combinados de diferentes famílias, o que lhes suscitou a construção de uma identidade de interesses, favorecida pelas características da sua organização social. Por fim, Poli (2006) destaca o traço da acentuada religiosidade que caracteriza o patrimônio cultural dessa população, o qual teve importância estratégica no desenrolar das experiências político-culturais que desembocaram na organização dos agricultores¹³.

Esses são alguns dos elementos que ajudam a compreender a expansão dos movimentos sociais que ajudaram a conformar uma economia solidária no estado, sobretudo a partir dos anos 1980, quando surgem as primeiras iniciativas para se adequar às mudanças tecnológicas impostas nos sistemas de produção praticados pelos agricultores e determinaram, sobretudo, a busca de novas alternativas de organização social. Como primeiras experiências associativas surgem os condomínios suinícolas e de armazenagem e os grupos de máquinas agrícolas. Ao mesmo tempo se conforma o trabalho da igreja, das ONGs (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste de SC-APACO e Centro de promoção da Agricultura de Grupo -CEPAGRO), do movimento sindical alternativo (origem da Fetraf), do MST, do movimento das mulheres camponesas (que reivindicam pela terra, por políticas agrícolas dirigidas aos pequenos agricultores, direito das mulheres e aposentadoria rural, dentre outros).

Desde então observa-se a formação de associações, de condomínios, grupos de máquinas, projetos coletivos em torno de agroindústrias grupais e, finalmente, das cooperativas da AF em todo o estado de SC, contribuindo em inovações nas próprias políticas públicas, que passam a focar nos agricultores familiares, nas categorias sociais mais desfavorecidas e em processos e práticas que visem o desenvolvimento rural e territorial.

A interação entre atores sociais e políticas públicas

No caso específico das agroindústrias familiares rurais, a integração dos projetos Pronaf Agroindústria (MAPA) e o Programa Desenvolver (Cnpq/Funcitec) implementados em 1998 nas regiões Sul e Oeste de SC, foi o ponto de partida para afirmação da organização dos agricultores interessados em ampliar escala, atender aos requisitos da legislação sanitária e fiscal, reduzir custos de marketing, selos, marcas e rótulos. Mais que recursos, tais projetos oportunizaram parceria interinstitucional e organização dos agricultores em redes, bem como, possibilitaram processo de aprendizagem coletiva que serviu de base para o fortalecimento deste movimento.

Por outro lado, verifica-se o papel do governo catarinense na promoção destas iniciativas. Na extensão rural instituiu-se em 1997 o projeto de “Agregação de Valor”. Entre 2002 a 2009, o projeto “Microbacias 2”, com forte atuação na organização comunitária dos agricultores, torna-se precursor de muitas inovações de ordem organizacional, inclusive com objetivos econômicos¹⁴. Na sequência, o Programa SC Rural, executado de 2010 a 2017, com o objetivo de melhorar a

¹³ Influenciando no movimento político-cultural especialmente no oeste catarinense repercutindo de maneira singular no modo como essas famílias reagiram diante da crise da AF e nas suas experiências de vida e de trabalho (Ferrari, 2011).

¹⁴As ações alcançaram 936 microbacias em quase todos os municípios. Estes números representavam 2/3 das microbacias existentes no estado de SC (SÁ, M. A. de, 2014).

competitividade desses empreendimentos de agregação de valor e fortalecendo as organizações dos agricultores, abrangendo redes de cooperação já existentes e novas. Um total de 134 redes de cooperação apresentaram projetos e receberam recursos para investimentos do SC Rural.

Outro condicionante da expansão das formas de organização foram as mudanças na regulação da produção e comercialização de alimentos processados. No início dos anos 1990 ocorre a municipalização da vigilância sanitária e a criação dos serviços estaduais e municipais de inspeção sanitária de produtos de origem animal. Em SC, em 1994 é constituído o SIE, em 1997 criam-se as normas sanitárias para elaboração e comercialização de produtos artesanais e em 1998 se cria o Selo de Qualidade “Sabor Colonial”. No ano de 2006, regulamenta-se o serviço unificado de atenção à sanidade agropecuária (SUASA) em todo país. Já, em 16/01/2018, foi aprovada a lei nº 17.486 que dispõe sobre produção e comercialização de queijos artesanais de leite cru em SC.

No âmbito do território nacional, o governo federal institui políticas de apoio ao desenvolvimento de mercados para a AF, com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos (2003)¹⁵ e a modificação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) através da lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009 e a Resolução CD/FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013, as quais estabeleceram novas regras para o alimento fornecido no ambiente escolar, destacando-se que do total de recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da AF ou de suas organizações. Tais programas deram novo impulso a constituição das redes de cooperação no estado, como será abordado no item a seguir.

Em síntese, os fundamentos históricos das redes de cooperação se assentam não somente em aspectos econômicos, mas também nas dimensões sociais, políticas e do ambiente institucional, para os quais os atores sociais ocuparam papel de destaque na transformação em andamento. A sua capacidade de “agência” permitiu a busca de novas formas de acesso aos mercados, de novos processos produtivos e organizacionais e de influenciar na definição de institucionalidades alternativas. Estas redes de cooperação se tornam, portanto, emblemáticas da capacidade de inovação dos agricultores e suas organizações, diferentemente presente nas regiões de SC.

6) O mercado institucional do PNAE em SC

Em relação à alimentação escolar, o valor do repasse do FNDE para SC em 2012 foi de R\$ 97 milhões, com um potencial de cerca de R\$ 29 milhões de compras da AF, considerando o cumprimento da legislação estabelecida. No cômputo geral, em 2012, 229 municípios de um total de 295 existentes no estado, ou seja, 78% dos municípios realizaram compras da AF para a alimentação escolar, alcançando o valor de R\$ 18 milhões, representando somente 18,5% do potencial total.

¹⁵Programa instituído com o objetivo de ampliar o mercado para a produção da AF dentro da estratégia de desenvolvimento rural e combate à fome.

Nesse mesmo ano acontecem duas ações estratégicas para o fortalecimento das compras da AF para o PNAE: (i) o programa Mais Gestão Nutre (MDA) que abrangia 62 cooperativas da AF, sendo que 46 delas acessam ao PNAE em 2012; (ii) o governo, através da Secretaria Estadual de Educação (SED), inicia efetivamente a implantação do programa de autogestão na alimentação escolar da rede pública, visando se adequar aos requisitos da legislação brasileira. Esse duplo movimento possibilitou a ampliação das compras da AF pelo PNAE no estado.

Com repasses do FNDE na casa dos R\$ 38 milhões de reais, a SED SC comprou em 2012, apenas R\$ 551 mil de produtos da AF, representando somente 1,43% do total da alimentação escolar, bem aquém do potencial de R\$ 11 milhões de reais estabelecido pela Lei 11.947/2009. Contudo, uma forte articulação entre entidades executoras do PNAE e entidades organizadas da agricultura familiar provocou uma guinada no processo de compras da alimentação escolar no estado, saindo da completa terceirização para um processo de chamamento público. O estado de SC inicia uma nova trajetória na compra de produtos da AF para o PNAE da rede estadual de ensino e uma aproximação com as cooperativas da AF para a viabilização das demandas do programa em escala ampliada.

As informações mais recentes disponibilizadas pelo FNDE¹⁶ mostram que no ano de 2016 os recursos repassados para SC alcançaram o valor de R\$ 119 milhões, sendo que o valor de aquisições da AF foi R\$ 43 milhões, ou seja, 36,47% de produtos comprados dos agricultores familiares catarinenses, ultrapassando o patamar mínimo exigido pela legislação. De um total de 295 municípios, 283 adquiriram produtos da AF para atender o PNAE, demonstrando forte participação dos municípios no Programa.

A SED, maior entidade executora do PNAE no estado, ampliou significativamente suas aquisições da AF, atingindo o montante de R\$ 9 milhões de reais, o que representou 27,71% do total de recursos repassados pelo FNDE em 2016 para SC¹⁷. Observa-se um crescimento exponencial na aquisição de alimentos da AF para o PNAE no estado, consolidando-se como alternativa de mercado para os agricultores familiares.

A redes de cooperação sob a ótica do mercado institucional

As redes de cooperação presentes em SC se organizam nas mais diversas formas jurídicas, dependendo dos objetivos que as constituíram (Tabela 3). Dentre 194 redes de cooperação identificadas, 107 (55%) delas vendem para o mercado institucional (PNAE e PAA). Essa inserção no mercado institucional das compras governamentais é facilitada pela ampliação da oferta em atendimento aos editais das executoras do PNAE e possivelmente pela redução dos custos de logística.

¹⁶ Disponível no site <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>.

¹⁷ Para o ano de 2018, a entidade lançou dois editais de chamamento público, nº 75/2017 e nº 88/2017, com 20 produtos no valor de R\$ 13 milhões e 26 produtos no valor de R\$ sete milhões, respectivamente.

Tabela 3 – Forma jurídica das redes de acordo com a comercialização no mercado institucional – Santa Catarina - 2016

Tipo	Vende	%	Não vende	%
Associação para comercialização	9	8,4	37	42,5
Condomínio	1	0,9	2	2,3
Cooperativa por produto	28	26,2	34	39,1
Cooperativa descentralizada	63	58,9	8	9,2
Cooperativa central	2	1,9	4	4,6
Sem resposta	4	3,7	2	2,3
Total	107	100,0	87	100,0

Fonte: Diagnóstico das redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina – 2016.

Comparativamente, redes que não acessam o mercado institucional são constituídas majoritariamente por cooperativas por produto (especializadas). Já, dentre aquelas que acessam fortemente o mercado institucional, predominam as cooperativas descentralizadas (59% das redes). Dentre as 71 cooperativas descentralizadas, 63 comercializam nesse tipo de mercado.

Quanto ao tempo de existência, do total de 194 redes identificadas, 50 delas têm entre 10 e 20 anos de idade enquanto que 109 (56%) são relativamente novas, com menos de 10 anos desde sua criação. Destas, 63 vendem no mercado institucional, demonstrando ser uma alternativa importante para a comercialização das redes de cooperação de SC. Essa condição revela um intenso dinamismo na constituição destes empreendimentos que se tornam nova alternativa de trabalho e renda para muitas famílias rurais e, notadamente, para a permanência de jovens¹⁸ agricultores no meio rural.

Um aspecto importante diz respeito à distribuição territorial da comercialização destas redes, que aponta para a importância dos mercados de proximidade, já que estes refletem as relações diretas que são estabelecidas tanto com os consumidores quanto com os pequenos varejistas locais para a realização das trocas mercantis (Tabela 4). A comercialização realizada no próprio município ou municípios vizinhos facilita a logística de comercialização, uma vez que são pequenos negócios que nem sempre dispõem de adequada estrutura em termos de pessoal e transporte que permita percorrer grandes distâncias. Em muitas situações, são os próprios agricultores que realizam a venda e entrega dos produtos aos seus clientes, através de rotas organizadas de forma sistemática e que são realizadas semanalmente ou quinzenalmente.

Na Tabela 4 pode-se observar o quanto os mercados locais e regionais são importantes nas relações de troca estabelecidas pelas redes. Analisando as que vendem no mercado institucional, a grande maioria realiza sua produção nesses espaços territoriais, visto que ali se realizam as vendas para a rede municipal de ensino através das compras do PNAE.

¹⁸ O trabalho de Marcondes et al. (2012) mostra um total de 994 jovens que permaneceram ou retornaram ao meio rural em SC motivados pela oportunidade gerada a partir do trabalho nas agroindústrias familiares de seus pais.

Tabela 4 - Distribuição territorial do valor obtido pelas redes de acordo com a comercialização no mercado institucional – Santa Catarina - 2016

Alcance territorial	Mercado institucional				Total Valor comercializado (R\$)
	Comercializa		Não comercializa		
	Nº de redes	Valor comercializado (R\$)	Nº de redes	Valor comercializado (R\$)	
Município	91	38.147.596,54	17	6.048.203,12	44.195.799,66
Região	75	72.016.575,15	24	46.740.060,91	118.756.636,06
Estado	36	14.690.766,62	9	13.804.596,85	28.495.363,47
Outros estados	13	3.347.624,48	9	14.289.301,20	17.636.925,68
Outros países	0	0,00	1	97.464,00	97.464,00
Total	-	128.202.562,79	-	80.979.626,08	209.182.188,87

Fonte: Diagnóstico das redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina – 2016.

As redes de cooperação permitem utilizar distintos dispositivos mercantis para a comercialização dos seus produtos, estratégia recorrente utilizada pelos agricultores. Essas relações tanto se dão em circuitos curtos de comercialização (direto ao consumidor, restaurantes, pequenos varejos) quanto em circuitos longos (supermercados, intermediários, indústrias).

Considerando as 107 redes que vendem para o mercado institucional, observa-se que 90 delas responderam que vendem ao PNAE e 22 ao PAA. Boa parte das redes também respondeu que vende diretamente ao consumidor, em pequenos mercados e na rede de supermercados.

Tabela 5 - Distribuição por canais do valor obtido pelas redes de acordo com a comercialização no mercado institucional - Santa Catarina - 2016

Canais de comercialização	Mercado institucional				Total Valor comercializado (R\$)
	Comercializa		Não comercializa		
	Nº de redes	Valor comercializado (R\$)	Nº de redes	Valor comercializado (R\$)	
Direto ao consumidor	34	9.135.029,21	9	3.798.967,73	12.933.996,94
Supermercados	37	6.293.064,83	6	1.155.361,83	7.448.426,66
Pequenos mercados	34	5.630.314,98	2	152.602,13	5.782.917,11
Restaurantes e lanchonetes	16	787.605,64	0	0,00	787.605,64
Ceasa	4	116.919,46	4	2.960.620,00	3.077.539,46
Intermediário	5	10.202.782,94	14	25.596.421,03	35.799.203,97
Casa colonial	17	2.555.383,26	4	1.524.500,00	4.079.883,26
PAA	22	5.567.788,44	0	0,00	5.567.788,44
PNAE	90	36.329.756,40	0	0,00	36.329.756,40
Cooperativas	2	1.958.745,54	1	1.198.920,00	3.157.665,54
Indústrias	11	46.546.908,78	14	38.486.846,68	85.033.755,46
Outro	6	3.078.263,32	3	6.105.386,69	9.183.650,01
Sem resposta	0	0,00	29	8.927.384,20	8.927.384,20
Total	-	128.202.562,80	-	89.907.010,29	218.109.573,09

Fonte: Diagnóstico das redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina – 2016.

Analisando-se comparativamente, em termos de valores comercializados, as redes que vendem no mercado institucional, vendem a maior parte da produção no PNAE e para indústrias de transformação. Já, as redes que não acessam o mercado institucional concentram suas vendas para a indústria e para intermediários.

O conjunto de 90 redes de cooperação comercializaram cerca de R\$ 36 milhões para o PNAE em 2016. Segundo os dados do FNDE, nesse mesmo ano, as compras da AF para o PNAE foram de R\$ 43 milhões, ou seja, 83% das vendas foram realizadas pelas redes de cooperação, sobretudo aquelas organizadas sob a forma de cooperativas, indicando ser esse mercado institucional de grande relevância para a realização da produção dessas organizações da AF catarinense.

6) Conclusão e considerações finais

A existência de cerca de 200 redes de cooperação com 16 mil associados evidencia a importância desta forma de organização para a inserção econômica da AF em Santa Catarina. O grande número de empreendimentos de agregação de valor e a correspondente constituição de redes de cooperação mostram a capacidade de iniciativa dos agricultores familiares na geração de trabalho e renda, tendo importante repercussão na manutenção e fortalecimento do tecido social dos espaços rurais catarinenses. Estas iniciativas de cooperação parecem indicar que um novo padrão de desenvolvimento do espaço rural catarinense está emergindo.

Observa-se a capacidade de agência dos agricultores familiares e outros atores locais para buscar maior autonomia, agregar valor econômico, articular aprendizagens, construir redes, enfim, praticar ações de desenvolvimento rural. Compreender o contexto em que estas são construídas e reproduzidas ao longo do tempo e do espaço e a contribuição dessas práticas para o desenvolvimento rural, se tornou possível a partir da análise do ambiente político, institucional e regulatório e também da capacidade de agência dos atores locais.

Uma avaliação preliminar deste conjunto de “inovações” organizacionais por parte da agricultura familiar parece nos indicar a existência de uma dinâmica positiva sobre o ambiente institucional para a consolidação destes novos empreendimentos e redes de cooperação. Contudo, também, pode-se observar a existência de desafios para a maior sustentabilidade destes, como é o caso das dificuldades das cooperativas em relação à gestão institucional haja vista que a maior parte delas ainda se encontra nos primeiros anos de vida.

Após a análise deste processo é possível ainda identificar a necessidade de aprofundar pesquisas junto a estas organizações buscando melhor compreender sua dinâmica organizacional e de inserção de mercado. Destaca-se algumas das questões que poderiam ser melhor investigadas: Como se faz a gestão organizacional destas redes de cooperação? Como a política pública pode contribuir de maneira mais efetiva para ampliação e consolidação destas redes de cooperação? Quais as tendências de constituição de novas redes nas distintas regiões de SC?

7) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTMANN, R.; MIOR, L.C.; ZOLDAN, P. **Perspectivas para o sistema agroalimentar e o espaço rural de Santa Catarina em 2015**. Florianópolis, Epagri. 2008. 133 p.
- ESCHER, F.; SCHNEIDER, S. “**Contra movimentos” nos sistemas agroalimentares do Brasil e da China? Conectando produção e consumo através da construção de novos mercados imersos**. In: 55 Congresso SOBER, Santa Maria, Rio Grande do Sul. 2017
- ESTEVAM, D.O & MIOR, L.C. Orgs. **Inovações na agricultura familiar: As cooperativas descentralizadas em Santa Catarina**. Florianópolis, Editora Insular, 2014. 295 p.
- FERRARI, D. L. **Cadeias Agroalimentares Curtas: a construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina**. 2011. 345f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- GOODMAN, D. The quality ‘turn’ and alternative food practices: reflections and agenda. *Journal of Rural Studies*, 19, 1-7, 2003
- MARCONDES, T. et al. **Os empreendimentos de agregação valor e as redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2012.
- MARSDEN, T.; MURDOCH, J.; LOWE, P.; MUNTON, R.; FLYNN, A. **Constructing the countryside**. London: UCL Press, 1993. p. 272-273
- MIOR, L. C.; FERRARI, D.L.; MARCONDES T.; MONDARDO M. **Redes e agroindústria: as inovações organizacionais dos agricultores familiares e os novos mercados em Santa Catarina**. In: 51 Congresso da SOBER, Belém, Pará.
- MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Ed. Argos, 2005. 318 p.
- POLI, O. L. **Economia solidária e formação humana: experiências de trabalho e educação em agroindústrias familiares associativas no Oeste catarinense**. 2006. 336 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- RENK, A. **Sociodicéia às avessas**. Chapecó: Grifos, 2000. 440p.
- SÁ, M. A. de. **Redes de cooperação como estratégia para desenvolvimento da agricultura familiar: Programa SC Rural**. Dissertação. UFSC. Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Florianópolis - SC, 2014. 158 p.
- SILVESTRO, M. L. **Transformações da agricultura familiar e estratégias de reprodução: o caso do oeste catarinense**. Dissertação de Mestrado– Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ. 1995.
- WILKINSON, J.; MIOR, L. C. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 13, p. 29-45, 1999.
- TESTA, V. M. et al. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense: (Proposta para discussão)**. Florianópolis: Epagri, 1996. 247p.
- VIEGAS M. T; ROVER, O. J. MEDEIROS, M. **Circuitos (não tão) curtos de comercialização e a promoção de princípios agroecológicos: um estudo de caso na região da grande Florianópolis**. Curitiba, UFPR, Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 42, p. 370-384, dezembro 2017.
- WILKINSON, J. Cadeias produtivas para a agricultura familiar. Organizações rurais e agroindústrias. **Revista de administração da UFLA**, v.1, no 1, 1999. p. 70-89.
- WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- WILKINSON, J.; DORIGON, C.; MIOR, L. C. The emergence of SME agro-industry networks in the shadow of agribusiness contract farming: a case study from the south of Brazil. In: SILVA, C. A. da; MHLANGA, N. Orgs. **Innovative Policies and Institutions to Support Agro-Industries Development**. Roma: FAO, 2011. p. 87-119.

Uma análise dos mercados socialmente construídos através da Nova Sociologia Econômica: O caso do mercado artesanal de queijo de leite cru

¹Mariana Oliveira Moritz

Resumo:

Ao abordar os diferentes tipos de **mercados acessados por agricultores familiares**, existe uma carência em termos de literatura que analise as suas peculiaridades e diferenças. Essas diferenças não podem ser reduzidas às formas e regras estabelecidas pelo grande mercado capitalista, pois possui interfaces variadas, permitindo uma convivência diversificada. Para Wilkinson (2008, p. 13), “[...] inexistente na literatura um respaldo analítico para pensar os novos espaços da agricultura familiar”. Sendo assim, este artigo identifica uma lacuna teórica, que consiste na ausência de pesquisas que contribuam para o mapeamento de elementos que auxiliem na constituição da configuração de mercados da agricultura familiar sob a lente teórica da NSE, sobretudo àqueles classificados por Wilkinson como mercados artesanais. Desse modo, o aporte teórico da NSE oferece uma alternativa para auxiliar na análise da configuração desses mercados, iluminando novas práticas tecnológicas, gerenciais e mercadológicas, assim como inovações organizacionais.

Palavras-chave: Mercados Artesanais; Agricultura Familiar; Nova Sociologia Econômica.

¹ Aluna de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: moritzmari@gmail.com

INTRODUÇÃO

Mercados são conceitos com múltiplos significados nas ciências sociais. Apesar de os mercados constituírem as estruturas sociais e econômicas que mais transformaram o conjunto das relações humanas até a atualidade, seu funcionamento é ainda objeto de muitas controvérsias nas ciências sociais, principalmente em relação às ciências econômicas (WANDERLEY, 2002). Durante o século XX, os mercados foram objeto de inúmeros estudos no campo da economia, afastando-se da sociologia, filosofia, psicologia e política. Como resultado, os mercados foram sendo gradativamente confinados a um debate cada vez mais restrito ao campo econômico de viés quantitativo, dominado pela teoria do equilíbrio geral, especialmente nos pós-guerra até a década de 1970. Desse processo fortaleceu-se a divisão estanque entre o campo econômico e o social, com a consequente hegemonia desse debate sobre os mercados cabendo à economia em detrimento dos aspectos sociológicos que os constituem (NIEDERLE *et al.*, 2014).

Nesse contexto, vale ressaltar que os pressupostos da economia neoclássica enfatizam que o consumidor é um agente racional (*homo economicus*), que toma as suas decisões visando maximizar os seus interesses; os mercados funcionam de forma autorregulada; os preços são determinados pelas oscilações dos mercados (oferta e demanda), não sendo inteiramente afetados pelas decisões das organizações; e que nesse processo as instituições são consideradas como dadas e neutras. Para Steiner (2006), a economia possui duas premissas teóricas equivocadas: 1) os indivíduos agem a partir de uma situação de informação perfeita sem questões subjetivas, e são guiados pelo repertório de preços do mercado; 2) os atores agem sem nenhum grau de incerteza quanto às qualidades e propriedades dos bens de um mercado, ou quanto ao cenário futuro.

Refutando a abordagem da economia neoclássica, Karl Polanyi (1980) afirmou que, longe de ser natural e universal, a economia moderna é o resultado da atividade humana. Os mercados não são um sistema particular de troca. O objeto de transações e de aquisições nos mercados requerem a construção de condições sociais e políticas de sua livre circulação. Os mercados onde os indivíduos trocam livremente e tomam suas decisões são criados lentamente (PANZUTTI, 2011). Inspirada por essas ideias, a Nova Sociologia Econômica (NSE) se apresenta como uma alternativa teórica à visão de que os mercados são estruturas genéricas constituídos de forças externas à própria sociedade.

Outros elementos, além dos econômicos, ganham importância para a NSE como a dimensão social, política, cultural, histórica e de poder; e alguns pressupostos mais tradicionais das pesquisas econômicas têm sido relativizados, como a impessoalidade, a

racionalidade e o oportunismo (GRANOVETTER, 1985; FLIGSTEIN, 2001; BOURDIEU, 2003; ZELIZER, 2003).

A partir dessa noção, Jardim e Campos (2012), enfatizam a importância de pesquisas e manifestações que promovam estudos críticos das diversas construções do conceito de mercado, promovendo o questionamento na crença na racionalidade e no *homo economicus*, disseminada pela economia. Os autores ressaltam ainda, que apesar da contribuição de muitos estudos de mercados a partir da visão da NSE, a ciência que inspira os desenhos das políticas públicas de diversos países inclusive o Brasil, é ainda a economia neoclássica, sendo assim:

Projetos sociais e políticas para o mercado de trabalho, para a agricultura, para o agronegócio, para o desenvolvimento sustentável, dentre outros, tendem a neutralizar as variáveis culturais, sociais, políticas e simbólicas, presentes no mundo social, em detrimento das variáveis de natureza econômica. (JARDIM; CAMPOS, 2012, p. 4).

Nesse sentido, este artigo identifica uma lacuna teórica, que consiste na ausência de pesquisas que contribuam para o mapeamento de elementos que auxiliem na constituição da configuração de mercados da agricultura familiar sob a lente teórica da NSE, sobretudo àqueles classificados por Wilkinson como mercados artesanais.

1. MERCADOS ARTESANAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Ao abordar especificamente os diferentes tipos de mercados acessados por agricultores familiares, existe uma carência em termos de literatura que analise as suas peculiaridades e diferenças. Sabourin (2012) afirma que essas diferenças não podem ser reduzidas às únicas formas e regras estabelecidas pelo grande mercado capitalista, pois possui interfaces variadas, permitindo uma convivência diversificada, por meio de uma articulação entre práticas de reciprocidade e práticas de troca mercantis. No Brasil, a venda direta, as feiras locais e as agroecológicas são exemplos de mercados de proximidade² que geram laços sociais e estimulam a sociabilidade a partir da relação direta entre produtores e consumidores. Os trabalhos de Abramovay (2003) e Wilkinson (2008) constituem boas referências a respeito de abordagens alternativas para se compreender as particularidades das diferentes formas de integração mercantil dos agricultores familiares na atualidade.

² Wilkinson (2002, p. 814), os mercados de proximidade “podem ser vistos, fundamentalmente, como o prolongamento de relações familiares, ou, diretamente, com consumidores ou, com canais de comercialização”.

Para Wilkinson (2008, p. 13), “[...] inexistente na literatura um respaldo analítico para pensar os novos espaços da agricultura familiar”. Dessa forma, para o autor, é importante entender quais são esses mercados e como se configuram:

Podemos identificar pelo menos quatro formas tradicionais de mercados acessados por agricultores familiares: acesso direto, sobretudo no caso do mercado local (informal); intermediação via atravessador; integração com a agroindústria e compras por parte do poder público. (WILKINSON, 2008, p. 16).

E na sequência, o autor apresenta um quadro com uma tipologia de mercados e seus respectivos perfis e desafios.

Quadro 1 – Uma tipologia de mercados para agricultura familiar

Mercado	Perfil	Desafio
<i>Commodities</i>	Velhos e Novos Mercados Locais e a Distância	Padronização, Legislação, Qualidade Mínima e Escala
Especialidades	Discriminado por Grau de Associação com a Localidade/Tradição	Concorrência de Novos Entrantes
Orgânicos	Grau de associação à Saúde e/ou a um Modo Específico de Produção	Certificação, Escala, Pesquisa
Artesanais	Denominação de Origem ou não	Qualidade, Normas Técnicas, Autenticidade, Ação Coletiva
Solidários	Identificação ou não com a Agricultura Familiar, Mercados de Alta e Baixa Renda	Escala, Variedade, Qualidade
Institucionais	Licitações, Oferta para Varejo	Qualidade, Variedade, Escala

Fonte: Wilkinson (2008, p. 17)

Para Wilkinson (2008), essa tipologia precisaria ser complementada por uma nova proposta, tratando das formas de articulação entre, por exemplo, as bases produtivas e os centros de consumo. Segundo o autor ainda, o desafio pelo qual perpassam todos os mercados é a capacidade de transformar os processos e os produtos locais, que criam mercados como extensões e desdobramentos de redes sociais, em processos e produtos com capacidade de viajar e de manter as suas características específicas, mesmo frente a consumidores desconhecidos.

Estevam *et al.* (2015), afirma que nas últimas décadas ocorreram profundas transformações nas formas de intermediação entre a produção familiar e os mercados, mudanças que exigem maior autonomia e capacidades próprias por parte dos agricultores. Como por exemplo, a oferta massiva e estandardizada dos alimentos induzida pelo paradigma tecnológico, contrapõe-se, atualmente, com a crescente orientação da procura

pelos consumidores por produtos diferenciados (ZUIN, 2008). O surgimento de novos mercados de nichos, como os mercados de orgânicos, de produtos tradicionais e os mercados com certificações de origem, passaram a ser valorizados pelo consumidor. A busca por essa qualidade não se faz apenas por uma questão de saúde, percebida como uma dimensão de valor relevante, típica de produtos orgânicos, em relação aos alimentos convencionais, nos quais são utilizados agrotóxicos em seus processos produtivos. Mas, também pela qualidade simbólica presente nesses alimentos, como a tradição cultural, suas origens e raízes, pois esses alimentos trazem na sua constituição a história particular de uma comunidade, de um território, de um grupo ou de uma região.

Nesse sentido, os produtos artesanais são denominados produtos com história, pois se constituem e fazem parte da história social de uma determinada cultura. Essa história atravessa gerações, responsáveis pela produção e recriação desses produtos, é uma história vinculada a um emaranhado de relações sociais e familiares, resultantes do saber e da experiência. Portanto, a produção desses alimentos é um processo construído ao longo do tempo por meio da tradição familiar. Dessa forma, esses produtos também são chamados de tradicionais, caseiros, de qualidade, produtos da terra, entre outras denominações, pois conservam características que os definem quanto ao aspecto, à textura e ao sabor que estão ligados à cultura gastronômica de uma população (ZUIN, 2008).

1.1 O MERCADO DE QUEIJO DE LEITE CRU

Dorigon (2008) apresenta que alguns produtos artesanais têm sofrido pressões promovidas pelo aumento da fiscalização sanitária e jurídica, ameaçando a sua permanência nos mercados como é o caso do queijo de leite cru. Seu processo de produção é tradicional³ e está caracterizado por um profundo enraizamento nos modos de vida e nas culturas regionais, mas vem sendo barrado no Brasil, pela legislação empregada, forçando os produtores a investirem em transformações exigidas pelas normas para não serem excluídos desse processo e ao fazê-las perdem mercado, pois os produtos deixam de possuir as características singulares procuradas pelos consumidores (MENEZES, 2011).

Desse modo, mesmo que tradicionalmente esses produtos tenham sido produzidos em pequenas estruturas, com utensílios específicos e de modo artesanal, à medida que o

³ O modo de produção do queijo de leite cru em determinadas regiões do Brasil possui mais de um século (MENEZES, 2011).

objetivo passa a ser a sua inserção em mercados formais, torna-se necessário alterar estruturas, utensílios e, conseqüentemente, adaptar modos de fazer. Assim, se por um lado a qualidade desses produtos se afirma na diversidade, produção em espaços rurais, tradição, cultura, valores e relação com modos de vida, por outro, os desafios para a formalização seguem em busca de atendimento às exigências legais que comprometem a singularidade e diversidade desses produtos (DA CRUZ; MENASCHE, 2014).

Dessa maneira, Sabourin (2012) e Dorigon (2008) mostram que normas nacionais impostas unilateralmente pela regulamentação federal da qualificação agro-alimentar excluem muitos sistemas produtivos localizados diferenciados. Sendo assim, como é a realidade de diversos produtores da agricultura familiar do país, os produtores de queijos artesanais, em sua maioria, produzem e comercializam de maneira informal e sem qualquer tipo de inspeção oficial. Dessa forma, os queijos estão sempre sujeitos à apreensão e destruição por órgãos fiscalizadores, gerando insegurança para os pequenos produtores, o que pode levar à extinção da fabricação desses produtos tão importantes para a renda familiar do produtor rural (CARVALHO *et al.* 2015).

Países com grande tradição em queijos, como a França – onde existem mais 300 tipos de queijos de leite cru e cada habitante consome 26,1 kg/ano – estão muito acima de países como o Brasil, onde o consumo *per capita* do produto gira em torno de 3,4 kg/ano e a variedade de queijos de leite cru não chega a 20 tipos diferentes. Sem contar as medidas impostas unilateralmente por outros países, o que resulta em enormes conseqüências comerciais, devido ao protecionismo formal ou mesmo disfarçado (SERTAOBRAS, 2016). Assim sendo, por sua forte tradição com o queijo de leite cru a França precisou se organizar para ter sua produção aceita após a criação da União Europeia, preenchendo uma série de requisitos de maturação, segurança alimentar e procedimentos sanitários. As linhas de crédito rural na Europa exigem cursos de habilitação no setor agropecuário, condições fitossanitárias ideais. Cada região possui seu próprio caderno de normas específico para a produção de determinados tipos de queijos e um grupo de pessoas que detém esses conhecimentos específicos se mobiliza para reconhecer e qualificar o produto típico de sua região (CINTRÃO, 2016).

Já no Brasil, existe uma grande concentração de produtores que fabricam o queijo com o leite cru, sendo as principais regiões produtoras: Minas Gerais (queijo Minas Artesanal), região sul do país (queijo Colonial, Serrano e Diamante) e Nordeste (Coalho e Manteiga) (CARVALHO *et al.*, 2015). A legislação permite a fabricação de queijos de leite cru desde que esses produtos passem pelo processo de maturação mínima de 60 dias

ou que estejam de acordo com a Instrução Normativa n. 57/2011. Tal Instrução determina que a produção de queijos artesanais com maturação inferior a 60 dias esteja restrita às queijarias situadas em regiões certificadas ou tradicionalmente reconhecidas e em propriedade produtora de leite cru, com *status* livre de tuberculose, brucelose e controle de mastite. Portanto, para conseguir produzir o queijo em um período de maturação inferior a 60 dias, o produto será definido por pesquisas e estudos específicos, que devem ser realizados por comitês técnico-científicos designados pelos órgãos fiscalizadores.

Minas Gerais foi o primeiro Estado do Brasil a não cumprir a “regra dos 60 dias”, que obriga a “cura”, por no mínimo 60 dias, dos queijos feitos com leite não pasteurizado, assim como o primeiro também a aprovar uma legislação sanitária específica para os queijos artesanais (a Lei Estadual n. 14.185⁴, de 2002) e o pioneiro na defesa dos queijos de leite cru no Brasil.

Essa regra teve origem nos Estados Unidos e, atualmente, é fortemente recomendada pelo *Codex Alimentarius* (código de leis sanitárias que atualmente regula o mercado internacional de alimentos). Ela foi internalizada no Brasil por meio de acordos internacionais de comércio, estando presente no Regulamento de Inspeção Industrial de Produtos de Origem Animal (RIISPOA), que é voltado para a inspeção de produtos industriais, mas regula também alimentos artesanais e não diferencia escalas de produção. Pode-se dizer que Minas Gerais tem uma grande produção de queijo em pequena escala pela existência de um grande mercado informal de queijos de leite cru, que na sua maioria são feitos em pequena escala por famílias que produzem abaixo de 50 quilos de queijo por dia. Os queijos feitos artesanalmente são parte da identidade cultural dos mineiros e o modo de fazer os queijos Minas artesanais foi reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN) como um patrimônio cultural. Apesar dos grandes esforços feitos em Minas Gerais, a inadequação da legislação mineira à realidade das famílias produtoras se reflete no fato de que, mais de dez anos após a promulgação da lei estadual de 2002 para os queijos artesanais, pode se considerar um percentual mínimo de famílias atendendo à legislação de fato e não há indícios do aumento desse número. A perspectiva das IGs e a busca de ‘mercados de nicho’ permite encontrar saídas legais e conseguir

⁴ Este Regulamento abrange a produção de queijos artesanais produzidos a partir de leite cru, beneficiados na queijaria da propriedade de origem, sem a utilização de técnicas industriais, em microrregiões tradicionais em sua produção no Estado de Minas Gerais, segundo procedimentos próprios de tecnologia e produção (ALMG, 2002).

adeptos entre técnicos, pesquisadores e produtores, sem questionar a lógica industrial dominante nacional (CINTRÃO, 2016).

Já em Santa Catarina, foi aprovada o Projeto de Lei que visa regulamentar a fabricação do queijo de leite cru (4705/2017) que dispõe sobre a comercialização de queijos artesanais de leite cru visando a regulação da atividade dos pequenos produtores. A lei 17.486 de queijo artesanal foi sancionada em janeiro de 2018 e essa medida tem a intenção de beneficiar cerca de seis mil familiares. Santa Catarina é o terceiro Estado mais premiado na produção de queijo artesanal do Brasil, nesse sentido, essa medida traz o reconhecimento da importância desse mercado, com o objetivo de manter a originalidade do produto, criar uma legislação específica que consiga amparar e proteger os saberes e sabores e aos poucos possa se adaptar à realidade dos pequenos agricultores familiares. Assim como, não deixa de ser também um incentivo a sucessão familiar para as futuras gerações manterem as tradições originais de fabricação e consumo.

2. A NOVA SOCIOLOGIA ECONOMICA

A NSE não enfoca apenas a crítica à economia neoclássica, mas se interessa em participar dos debates sobre a economia. Os autores da NSE, mais do que “reformular” a economia neoclássica, buscam dialogar com ela e enriquecê-la, utilizando, muitas vezes, os mesmos conceitos e instrumentos que os economistas. Uma das primeiras aplicações dos princípios teórico-metodológicos que passariam a identificar a Nova Sociologia Econômica (NSE) encontra-se no trabalho de Viviana Zelizer a respeito da construção social do mercado de seguro nos EUA, assim como, o artigo “Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness”, de Granovetter (1985), é considerado um marco para a NSE (SWEDBERG, 1997). Nele, o autor propõe que toda ação do indivíduo, inclusive a econômica, está enraizada (*embedded*⁵) em uma rede de relacionamentos sociais, a qual influencia essa ação e seus resultados. A imersão social é aplicável a qualquer ação humana, mas Granovetter (1985) enfatiza a sua utilização na ação econômica. Isso ocorre porque o autor busca, com o desenvolvimento do termo, estabelecer o espaço de atuação da Nova Sociologia Econômica.

Portanto, os pressupostos centrais da NSE afirmam: toda ação econômica é uma ação social; a ação econômica é socialmente situada; e as instituições econômicas são construções sociais (STEINER, 2006). Esses pressupostos confirmam a importância da dimensão sociológica e se contrapõe a uma visão ortodoxa dos fenômenos econômicos.

⁵ O termo será traduzido neste trabalho como enraizamento, mas possui outras traduções também: incrustação e imersão.

A NSE procura um diálogo entre o que propriamente é a sociologia e a economia, isto significa que grande parte da sociologia econômica atual visa reposicionar o caráter de ciência social da economia, conceber um diálogo entre a sociologia e economia com problemas de pesquisa comuns.

Portanto, para a NSE, os mercados não são nem claros nem evidentes e a sua dinâmica é fruto de relações sociais complexas, constantemente trabalhadas e redefinidas. O mercado é uma entre outras formas de organização das trocas (a par com sistemas de redistribuição e de reciprocidade), ou seja, na sociedade contemporânea, o grau de desincrustação do econômico relativamente ao social é suficientemente forte para afirmar a sua total independência ou mesmo certa capacidade de colonizar todas as esferas da vida social. Dessa forma, a NSE assume que as mercadorias não se deslocam sozinhas e que os mercados são espaços conflituais, de luta e de confronto ideológico. Neste processo, o sistema legal e o governo são parceiros importantes, não podendo ser deixados de lado da explicação sociológica (MARQUES, 2003).

Dessa maneira, o aporte teórico da NSE oferece uma rica alternativa para auxiliar na análise da configuração desses mercados, iluminando novas práticas tecnológicas, gerenciais e mercadológicas, assim como inovações organizacionais baseadas na qualidade, em normas técnicas, na autenticidade e na ação coletiva. Pois, segundo Wilkinson (2008) as iniciativas da agricultura familiar procuram desenvolver iniciativas autônomas e capacidades próprias que viabilizem alternativas às formas tradicionais de intermediação dos mercados (ou pela agroindústria ou pelo atravessador).

Beckert (2010) propõe um modelo integrado, que objetiva possibilitar uma análise mais abrangente e fiel das relações estabelecidas entre estrutura social e economia. Seu pressuposto central é o do caráter irreduzível de redes, instituições e quadros cognitivos (todas as três formas são interdependentes e não exclusivas). Beckert (2010) utiliza-se da definição de campo para posicionar essas três forças sociais uma em relação às outras. Os principais pontos a considerar sobre esta abordagem são os seguintes: (1) utilização de uma concepção de agência que considere todas as três estruturas sociais concomitantemente, ao contrário da visão econômica de agência que pressupõem indivíduos atomizados que buscam apenas seu interesse próprio. A soma dessas forças sociais (instituições, redes e quadros cognitivos) faz emergir algum tipo de ordem local – mais ou menos estável – em que os atores desenvolvem expectativas mútuas em relação aos comportamentos uns dos outros; (2) mudança do foco de análise para as forças sociais de estruturação, ao invés da transação econômica em si; (3) a delimitação do campo é

dada pelo compartilhamento de aspectos culturais, políticos e sociais e não por limites geográficos; (4) esta delimitação leva os mercados a serem entendidos como:

[...] reinos de interação estruturados por instituições ou por redes ou por culturas locais. Cada uma destas forças de estruturação contribui para a organização das trocas de mercado ao formatar tanto as oportunidades e restrições dos agentes como suas percepções de legitimidade e ilegitimidade [Todas as três forças são analiticamente independentes, mas empiricamente entrelaçadas]. (BECKERT, 2010, p. 609).

Para Beckert (2007), os mercados não podem ser compreendidos sem que sejam analisados os papéis das instituições que atuam nesses campos – representadas pelo conjunto de normas e regras compartilhadas – dos processos cognitivos imbricados nessas relações e pela rede de relações sociais e econômicas que sustentam as práticas organizacionais e mercadológicas de seus agentes. Para o autor, as instituições são noções historicamente construídas, sustentadas por entendimentos vinculados cognitivamente (BECKERT 2009; DOBBIN 2004; FLIGSTEIN 2012; DAUTER 2012; FOURCADE, 2007). Essas três forças estruturais não são apenas dispositivos "neutros" para resolver problemas de coordenação nos domínios dos mercados, mas antes, contribuem para a estratificação social dos mercados, estando, portanto, sujeitas a diferentes interesses dos atores presentes nos mercados (BECKERT 2009). Vian *et al.* (2006) também analisa a proposta de Beckert (2009; 2010) e afirma que para o autor as redes sociais podem ser definidas como estruturas de interação regular que se apoiam na confiança, reciprocidade e na trajetória de relacionamento, rompendo com a interpretação de atores anônimos e impessoais. Essa abordagem enfatiza a importância das relações sociais para o desenvolvimento das relações econômicas no mercado, pois a escolha entre um contrato e outro, por exemplo, pode variar conforme a trajetória das interações estabelecidas ao longo de uma transação econômica. Portanto, a geração de confiança é uma condição prévia fundamental para as relações de troca entre os atores, além de ser um dos instrumentos que as mantêm. Isso pode ser visto nos acordos verbais entre produtor e empresa e nas relações contratuais que fogem à legalidade, ao considerarem as trocas de favores, obrigações mútuas, vínculos comunitários, relações de proximidade e laços de amizade (WESZ JUNIOR, 2014).

Já os quadros cognitivos reconhecem a importância das crenças morais, religiosas, simbólicas, políticas, ideológicas e intelectuais, visto que esses valores indicam as preferências dos agentes e também definem a demanda do mercado. Estas percepções e qualificações vão se refletir nas escolhas dos atores, na posição assumida frente a

determinados contextos e na definição das estratégias (BECKERT, 2010). As instituições são as regras formais e informais estabelecidas pelos atores do mercado, Estado e grupos de interesse, que pretendem regular os limites, as capacidades, a configuração e as normas do mercado. Para reduzir a incerteza da transação, construir instrumentos de proteção e confirmar as expectativas, as regras podem ser materializadas em acordos, contratos, etc., que muitas vezes definem preço, prazos, formas de pagamento, etc. (BECKERT, 2010). Um aspecto importante foi trazido por Bourdieu e Garcia-Parpet em seus estudos, que afirmaram que as normas são construídas a partir dos diferentes interesses dos atores e a orientação será definida por aqueles que apresentam um maior poder mobilizador.

Nesse sentido, a NSE realiza a análise do papel das instituições na orientação do comportamento do ator econômico e, portanto, na regulação do mercado. Sobre as redes sociais, Fligstein (2003) e Beckert (2007) afirmam que são uma espécie de grupos de defesa, intelectuais, especialistas ou movimentos sociais que estabelecem o poder coletivo para moldar quadros e instituições cognitivas, desempenhando diferentes papéis. Já as estruturas cognitivas exercem a sua influência constituindo a percepção e legitimação de formas institucionais e das estruturas de rede. Além disso, elas são moldadas especificamente dentro das redes sociais, pois fornecem organização mental ao ambiente social contribuindo para o equilíbrio no campo (BECKERT, 2010; 2012). Nesse sentido, as instituições e as estruturas sociais devem ser interpretadas por atores em termos de suas implicações comportamentais, porque as regras não são específicas o suficiente para determinar as respostas em situações concretas.

Desse modo, Beckert (2010) afirma que o reconhecimento da pluralidade das estruturas sociais contribui para a compreensão da dinâmica de campos, apontando para os recursos que os atores obtêm a partir da posição relativa que ocupam, já que estão envolvidos em uma luta contínua para mudar ou para defender as forças sociais que atuam no campo. Portanto, as forças sociais que estruturam um mercado podem ser uma fonte de estabilidade se as diferentes estruturas reforçam-se mutuamente, assim como, podem ser uma fonte de instabilidade nos mercados, se as alterações em qualquer uma das estruturas tiverem repercussões sobre as estratégias dos atores por causa de emergentes oportunidades de lucro, produtos, intervenções de diferentes atores ou regulações do Estado (BECKERT, 2007). Sendo assim, a busca pela identificação de atributos que compõem a configuração dos mercados deve ser o resultado da análise das relações estabelecidas nos campos; por isso é mister evidenciar as normas, regras, os valores e as

redes que definem as pré-condições sociais para as trocas econômicas, a fim de compreender o funcionamento do mercado artesanal de queijo de leite cru.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos mercados de queijo de leite cru, são percebidas algumas disputas em relação a diversas variáveis, como por exemplo: as regras para a fabricação do queijo pela legislação vigente que leva a institucionalização do consumo de queijo com leite pasteurizado por fator de segurança, os mercados de nicho, a adaptação dos pequenos produtores à novos projetos de lei, a comercialização do produto, a falta de apoio do estado, entre outras. Apesar das normas estabelecidas por órgãos de controle e leis, parte do processo de institucionalização e aceitação do produto se dá pela valorização dos modos de produção, entendendo que são os saberes e práticas tradicionais que instituem a qualidade desse produto e fazem esse mercado se manter mesmo de maneira informal.

Dessa maneira, o aporte teórico da NSE, especificamente a análise de Beckert (2007; 2010; 2012) através das três forças sociais (redes, instituições e estruturas cognitivas) oferece uma rica alternativa para auxiliar na análise da configuração desses mercados, iluminando novas práticas tecnológicas, gerenciais e mercadológicas, assim como inovações organizacionais baseadas na qualidade, normas técnicas, na autenticidade e na ação coletiva.

Apesar do momento oportuno para a discussão e valorização do mercado artesanal, uma ressalva é feita para o fato de que ao representar a valorização dos pequenos proprietários rurais, com as imposições de qualidade, definida pelas grandes redes de comercialização, é possível gerar a exclusão do agricultor familiar do cenário em virtude dos desafios desse novo mercado. Esse acontecimento pode significar um aumento de custo para o pequeno produtor e uma conversão tecnológica intensa nas pequenas propriedades. Assim como o crescimento da demanda e a valorização dos produtos artesanais precisam ser encarados com cautela, pois essas novas demandas e exigências dos consumidores acerca dos produtos de qualidade diferenciada, muitas vezes, acabam representando um obstáculo a mais a ser vencido pelos pequenos produtores. Com pouco acesso à informação sobre as alterações no perfil da demanda de alimentos, os pequenos produtores enfrentam dificuldades para compreender a transformação estrutural nos mercados, por isso, na maioria das vezes, não conseguem colocar em prática estratégias apropriadas para tirar proveito das oportunidades que os novos tempos trazem. Em sua maioria, continuam produzindo alimentos e matérias-primas de baixo valor, agregando pouca renda.

A agricultura familiar de produtos artesanais, somada às práticas de consumo consciente, pode ocupar um espaço importante no cenário comercial e representar uma ação integrada na preservação ambiental, social e econômica em um único sistema, colaborando assim com a sustentabilidade e a valorização dos produtos e produtores da agricultura familiar. Ou seja, entender os mercados e como os agricultores se relacionam é uma tarefa importante para esse segmento, ainda mais em uma conjuntura em que a viabilidade, a manutenção e a reprodução social dos agricultores dependem, das relações que os agricultores estabelecem com estes, em diferentes locais, contextos e conjunturas socioeconômicas. A importância dos mercados para a agricultura é cada vez mais proeminente, assim como o debate em torno do papel deles na literatura nacional e internacional sobre a agricultura familiar.

Nesse sentido, apesar de todos os processos onerosos para a regulação do mercado de queijo de leite cru, é um produto de origem familiar tradicional, que representa o alimento de identificação cultural de determinada localidade, com importância e reconhecimento, inserido no contexto de valorização cultural das famílias produtoras que carregam esta marca, por isso a utilização da Nova Sociologia Econômica é capaz de englobar em sua análise elementos não analisados pela Econômica ortodoxa que podem auxiliar na compreensão da morfologia do mercado de produtos artesanais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. O capital Social dos territórios. *In*: _____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. p. 379-397.
- BECKERT, Jens. **The social order of markets**. MPIfG Discussion Paper 07/15, 2007. _____. The social order of markets. *Theor Soc*. 38:245-269, 2009. Disponível em: <<https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2Fs11186-008-9082-0.pdf>>. Acesso em: 1º ago. 2016.
- _____. How Do Fields Change? The Interrelations of Institutions, Networks, and Cognition in the Dynamics of Markets. **Organization Studies**, 31; 605, 2010.
- _____. **Capitalism as a system of contingent expectations**: Toward a sociological microfoundation of political economy. MPIfG Discussion Paper 12/4, Max Planck Institute for the Study of Societies, 2012.
- BOURDIEU, P. **Las estructuras sociales de la economía**. Barcelona: Anagrama, 2003.
- CARVALHO, Michelle de Medeiros; LINDNER, Juliano de Dea; FARINA, Luciana Oliveira. A produção de queijo colonial artesanal no município de Seara, estado de Santa Catarina, frente à legislação brasileira. *Rev. Inst. Laticínios Cândido Tostes*, Juiz de Fora, v. 70, n. 5, p. 253-261, set.-out. 2015.

CINTRÃO, Rosângela Pezza. Segurança, qualidade e riscos: a regulação sanitária e os processos de (i)legalização dos queijos artesanais de leite cru em Minas Gerais. 2016. 396 p. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2016.

DA CRUZ, F. T.; MENASCHE, R. O debate em torno de queijos feitos de leite cru: entre aspectos normativos e a valorização da produção tradicional. *Revista Visa em debate: Sociedade, Ciência e Tecnologia. Vig Sanit Debate*, 2(04):34-42, 2014. DORIGON, C. **Mercados de produtos coloniais da região Oeste de Santa Catarina**: em construção. 2008, 437 f. Tese. (Programa de Pós-Graduação Engenharia de Produção). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

DOBBIN, Frank. **Introduction**: The Sociology Of The Economy. Agosto 2016. p. 1-22. 2004. Disponível em: <http://scholar.harvard.edu/files/dobbin/files/2004_soc_economych1.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira; SALVARO, Ilka Jacinto; BUSARELLO, Carla Spillere. Espaços de produção e comercialização da agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas do Sul Catarinense. *Interações, Campo Grande*, v. 16, n. 2, jul.-dez. 2015.

FLIGSTEIN, Neil. **The architecture of markets**: na economic sociology of 21st century capitalist societies. Princeton: Princeton University Press, 2001.

_____. O Mercado enquanto política: uma abordagem político-cultural às instituições do mercado. *In*: MARQUES, R. PEIXOTO, J. (Org.). **A nova sociologia econômica**: uma antologia. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2003. p.195-227.

FLIGSTEIN, Neil; DAUTER, Luke. A sociologia dos mercados. *Cad. CRH, Salvador*, v. 25, n. 66, p. 481-504, Dec. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792012000300007&lng=en&nrm=iso>. access on 17 June 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792012000300007>.

FOURCADE, Marion. Theories of Markets and Theories os Society. **American Behavioral Scientist**, University of California, Berkeley, v. 50 issue: 8, p. 1.015-1.034, Issue published: April 1, 2007.

GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 91, n. 3, p. 481- 510, Nov.1985.

JARDIM, Maria A Chaves; CAMPOS, Ricardo Sapia. A construção social dos mercados e a crítica da Ciência Econômica. Dossiê de Sociologia econômica: Construção social dos mercados. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 4, n. 2, jan.-jul. 2012.

MARQUES, Rafael. Os trilhos da Nova Sociologia Econômica. *In*: MARQUE, Rafael; PEIXOTO, João Peixoto (Org.). **A Nova Sociologia Econômica**: uma antologia. Oeiras: Celta Editora, 2003. p. 1-67.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. Queijo coalho: tradição cultural e estratégia de reprodução social na região nordeste. **Revista de Geografia (UFPE)**, v. 28, n. 1, 2011.

NIEDERLE, Paulo André; SCHUBERT, Maycon NoreMBERG; SCHNEIDER, Sérgio. Agricultura familiar, desenvolvimento rural e um modelo de mercados múltiplos. *In*: DOULA, Sheila *et al.* (Org.). **A agricultura familiar em face das transformações na dinâmica recente dos mercados**. 1. ed. Viçosa: Suprema, 2014. v. 1, p. 43-68.

SABOURIN, Eric. A construção social dos mecanismos de qualificação e certificação entre reciprocidade e troca mercantil. Dossiê de Sociologia econômica: Construção social dos mercados. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 4, n. 2, jan.-jul. 2012.

SERTA OBRAS. Irlanda uma ilha fresca em queijo. [2016]. Disponível em: <<http://www.sertaobras.org.br/blog/2012/05/23/irlanda-uma-ilha-fresca-em-queijos/>>. Acesso em: 10 maio 2017.

STEINER, Philippe. **A Sociologia Econômica**. São Paulo: Atlas, 2006.

SWEDBERG, R. New economic sociology: what has been accomplished, what is ahead? **Acta Sociologica**, v. 40, 1997.

VIAN, C. E. F. *et al.* O Processo de Formação dos Campos Organizacionais na Produção de Alimentos Orgânicos: Conflitos Atuais e Perspectivas Futuras. **Cadernos do CEAM**, v. 25, p. 9-31, 2006.

PANZUTTI, Nilce da Penha Migueles. Mercado como construção social da realidade. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 41, n. 7, jul. 2011.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

WANDERLEY, Fernanda. Avanços e desafios da Nova Sociologia Econômica: notas sobre os estudos sociológicos do mercado: uma introdução. **Sociedade e Estado**, v. 17, n. 1, p. 15-38, 2002.

WESZ JUNIOR, Valdemar João. **O mercado da soja e as relações de troca entre produtores rurais e empresas no Sudeste de Mato Grosso (Brasil)**. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2014.

WILKINSON, John. **Mercados, Redes e Valores**: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

ZELIZER, Viviana. **O Significado Social do Dinheiro: Dinheiros Especiais**. Em: A Nova Sociologia Econômica, de João Peixoto e Rafael Marques, 125-165. Oeiras: Celta, 2003.

ZUIN, L. F. S.; ZUIN, P. B. Produção de Alimentos Tradicionais: extensão rural. Aparecida: Idéias & Letras, 2008.

REDE DE ESTUDOS RURAIS

GT 10 Redes de Cooperação para Mercados Inclusivos e Sustentáveis

Programas e Incentivos à Mercados Agroecológicos e Circuitos Curtos de Comercialização na Província de Trento – Itália

Marina Carrieri de Souza¹

Oscar José Rover²

Resumo:

Este trabalho relata as iniciativas de promoção de práticas agroecológicas de produção e comercialização de alimentos orgânicos em circuitos curtos (CCC) na Província de Trento (IT), tais quais, a remuneração aos produtores orgânicos e em fase de transição, subsídio de despesas com certificação, promoção de feiras eco-solidárias e mapeamento de CCC. Evidencia-se a importância das parcerias entre instituições na construção participativa e na busca por soluções para promoção de CCC de orgânicos

Palavras Chaves: Circuito Curto de Comercialização, Mercados Agroecológicos, Redes Agroalimentares Alternativas

¹ Eng. Agr. Doutorando em Agroecossistemas (CCA/UFSC), email: marina.carrieri@ufsc.br

² Eng. Agr. Dr. Professor da UFSC, e-mail: oscar.rover@ufsc.br

1 – INTRODUÇÃO

A agroecologia, surgiu como alternativa ao padrão tecnológico e de desenvolvimento rural produtivistas que se propagou por meio de diversas revoluções agrícolas e, tem se apoiado no uso potencial da diversidade social e dos sistemas agrícolas. Uma forma de produção e distribuição de alimento diferenciada daquela padronizada e com intensa exploração de recursos naturais caminha no sentido de atender os anseios por um sistema alimentar que seja mais sustentável, que promova justiça social e que forneça alimento seguro e fresco.

O diretor da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em discurso recente, no Segundo Seminário Internacional de Agroecologia, em Roma, em 05 de abril de 2018, afirmou que fortalecer a agroecologia, para a FAO, é o mesmo que fortalecer o papel dos pequenos agricultores familiares, pescadores, pastores, mulheres e jovens, pois a agroecologia não se restringe ao seu carácter técnico, mas também social. No mesmo simpósio, o Presidente do evento e Secretário Executivo da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) da ONU, Bráulio Ferreira de Souza Dias, destacou os múltiplos benefícios da agroecologia, sendo eles: aumento da segurança alimentar, resiliência por meio do fortalecimento da economia local e dos modos de vida; diversificação da produção alimentar; melhora na biodiversidade e nas funções do ecossistema; melhora da fertilidade e saúde do solo, adaptação a mudanças climáticas e preservação das culturas locais e do conhecimento tradicional (FAO, 2018).

Entende-se por agroecologia, os modelos alternativos ao padrão agroindustrial de produção, desde os modelos associados à origem do movimento alternativo até os modelos ressignificados em função dos movimentos ecológicos recentes e regulamentados pelas políticas agrícolas e contextos específicos de seus respectivos países (BRANDENBURG, 2002). No Brasil a Agroecologia é institucionalizada por meio da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Para fins de controle ao consumidor, a garantia se dá por meio da regularização de produtos orgânicos, que possui mecanismos para assegurar alguns dos princípios agroecológicos, tal qual a não utilização de fertilizantes químicos e agrotóxicos. Na União Europeia (EU), o equivalente à agricultura orgânica brasileira é regulamentada com a denominação de agricultura biológica.

O estudo, realizado pela Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica (Ifoam) e pelo Instituto de Pesquisa de Agricultura Orgânica (FiBL), retratou que a área orgânica da União Europeia cresceu 8,2%, no último ano, atingindo 12,1 milhões de hectares em 2017 (WILLER & LERNOUD, 2018). Na Itália, a superfície cultivada com orgânicos é de 1.796.363 ha, sendo que de 2016 para 2017 houve um crescimento de 20,4% na área cultivada (MIPAAF, 2017). No Brasil, dados da Coordenação de Agroecologia (Coagre) da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) indicam que entre 2013 e 2016 ocorreu um crescimento de mais de 100% do número de unidades produtivas certificadas, que passou de 6.700 mil unidades para aproximadamente 15.700, em 2016 (MDA, 2017).

Embora a produção agroecológica/orgânica esteja avançando consideravelmente, a expansão da agroecologia ainda encontra entraves, entre os quais, podemos citar as dificuldades com os trâmites, obtenção de informação e custos da certificação e dificuldades na comercialização dos produtos agroecológicos. Além das dificuldades encontradas pelos agricultores para aderirem e permanecerem na agricultura orgânica, outro desafio é o de garantir que o crescimento e a expansão do mercado de alimentos orgânicos não se restrinja à ausência de agrotóxicos e fertilizantes nos alimentos e não esteja dissociado dos princípios da agroecologia que dizem respeito, também, ao fortalecimento da agricultura familiar e comunidades tradicionais, e à sustentabilidade ambiental. Outro desafio é de que o alimento orgânico seja agente de promoção de soberania e democracia alimentar, sendo acessível à população, inclusive, de baixo poder aquisitivo.

Neste sentido, a comercialização de orgânicos em Circuitos Curtos de Comercialização (CCC) têm fornecido resultados no que diz respeito a formação de um mercado alimentar democrático, que promova a desenvolvimento rural sustentável e o fortalecimento da agricultura familiar. Nos CCCs a diminuição de intermediários na comercialização de alimentos e a proximidade espacial entre o mercado consumidor e o local de produção, possibilita que o consumidor conheça e possua garantias da origem agroecológica do produto e que possa adquiri-lo fresco e a um menor preço. Os circuitos curtos diminuem custos com logística e com agentes intermediários, possibilitando um produto final com preço inferior e ao mesmo tempo um melhor preço ao produtor (DAROLT et al., 2013).

As iniciativas de construção de mercados alternativos em circuitos curtos de comercialização emergem de diversas formas e com origens variadas, podendo ser iniciadas por parte de grupos de consumidores, cooperativas de produtores e de instituições públicas ou da relação entre diferentes grupos. De toda forma, estas iniciativas se baseiam na relação e na aproximação entre os atores da cadeia produtiva.

O presente trabalho relata as iniciativas de promoção de práticas agroecológicas voltadas à produção e comercialização de alimentos orgânicos em circuitos curtos na Província de Trento, localizada no Norte da Itália, com o intuito de pensar estratégias, políticas públicas e lacunas para pesquisas para a realidade brasileira, sobretudo para o município de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, no Sul do Brasil. Os dados foram coletados através de pesquisa documental e observação participante, realizadas no Departamento de Sociologia e Pesquisa Social da Universidade de Trento e integrando a equipe do “CoresNet Research Group” e participando das reuniões de trabalho do “Projeto Nutrire de Trento”, pelo período de 80 dias. Este trabalho é realizado no âmbito do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (LACAF) da Universidade Federal de Santa Catarina e do Grupo de Pesquisa Agroecologia e Circuitos de Comercialização de Alimentos, da mesma universidade.

1.1 Território e Agricultura na Província de Trento.

A Província de Trento é uma província Italiana, pertencente à região Trentino - Alto Ádige, cuja a capital é a Comune de mesmo nome, Trento. A população residente na província é de 538.223 e uma superfície: 6.206,90 Km². A Província de Trento possui um “estatuto de autonomia” que garante à província e a cidade, amplos poderes decisoriais no que diz respeito, por exemplo, à tutela da sustentabilidade. A capital da província, a Comune de Trento, possui uma população de 117.417 e uma superfície de 157,92 Km².

As duas principais atividades agrícolas da província são a produção de maçã e a viticultura, ambas as atividades são intensivas e geradoras de emprego. A bovinocultura leiteira também é uma importante atividade econômica. O território

Trentino possui três produtos frutícolas de denominação de origem protegida (DOP³), sendo eles o azeite de oliva “Olio di Oliva Garda”, a maçã “Mela Val di Non” e a ameixa “Susina di Dro”. Na viticultura, o território possui sete produtos com denominação de origem e três com indicação geográfica típica (IGT⁴). Na produção de origem animal possui seis tipos de queijos e duas de peixes com denominação de origem. O território possui produtos com a indicação facultativa de qualidade, representada por meio do selo “*Prodotto di Montagna*”⁵, para os produtos cujas matérias primas ou a alimentação animal seja oriunda exclusivamente das zonas de montanha e por meio da classificação de “prodotti agroalimentar tradizionali”⁶, que possui atualmente 66 produtos listados, com aprovação local e também na listagem nacional. Além destes produtos, a província mapeou os queijos produzidos em um tipo de habitação tradicional do território de montanha, denominada de “Malghe” (PECILE, 2010). Esta grande quantidade de produtos com certificações de origem e a presença dos selos e marcas locais evidenciam uma forte ligação de identidade e a grande relevância da produção agrícola local e valorização do território rural.

No que diz respeito à produção orgânica, esta possui importante e crescente relevância econômica na Província de Trento, sendo que atualmente estão inscritos 1214 operadores orgânicos, dos quais 1078 são produtores, 134 transformadores e dois importadores, e a superfície agrícola utilizada é de 8767,00 ha (TRENTO, 2017). As iniciativas relacionadas ao estímulo à agroecologia são encontradas no nível Provincial, através de leis e programas específicos, e em nível comunal, relativas a ações específicas da Comune.

³ A União Europeia protege as produções ligadas aos territórios por meio do Regulamento UE n. 1151/2012. O selo de Denominação de Origem Protegida (DOP) garante aos consumidores que toda a matéria prima utilizada é proveniente de uma determinada área geográfica e que todas as fases de produção são realizadas nesta mesma área.

⁴ A Indicação geográfica Típica (IGT), também definida no Reg EU n. 1151/2012, é menos vinculante que a DOP, na IGT é suficiente que uma parte da matéria prima ou uma parte do processo de produção seja realizado na área geográfica indicada.

⁵ Artigo 31º do Reg EU n. 1151/2012 protege a denominação produto de montanha” para produtos oriundos das zonas de montanha.

⁶ Previsto no em Decreto 350/99 do Ministério da Política Agrícola Alimentar e Florestal da Itália (Mipaaf).

2 - PROGRAMAS E INCENTIVOS À AGROECOLOGIA NA PROVÍNCIA DE TRENTO.

2.1 – Programa de Incentivo a Certificação Orgânica

A Europa estimula o crescimento social da área rural através do Fundo Europeu para o Desenvolvimento Rural (FEASR), que intervém nos territórios por meio de seus Programas de Desenvolvimento Rurais - “Programmi di Sviluppo Rurale”. O Programa de Desenvolvimento Rural da Província Autônoma de Trento possui 33 áreas de atuação, sendo uma deles exclusivamente dedicada à agricultura orgânica, na qual são previstos dois tipos de intervenções: de apoio à introdução na agricultura orgânica e de manutenção na agricultura orgânica. A intervenção de apoio a introdução na agricultura orgânica possibilita o pagamento anual ao agricultor, por hectare explorado organicamente no período de conversão agrícola, por até cinco anos. Os valores previstos constam na tabela 1.

Tabela 1. Valores pagos ao agricultor em conversão para agricultura orgânica, na província de Trento, por tipo de cultura.

Cultura	Árbóreos (videira e macieira)	Pastagem permanente	Árbóreos (outros) e pequenos frutos	Hortícolas e outras culturas anuais
Pagamento (€/ha)	950	390	500	650

Aos agricultores que possuem a certificação de orgânico, como intervenção de manutenção, é previsto o pagamento para manutenção da agricultura orgânica. O agricultor pode acessar o benefício por até 5 anos, cujos valores constam na tabela 2.

Tabela 2. Valores pagos ao agricultor com certificação orgânica para agricultura orgânica, na província de Trento, por tipo de cultura.

Cultura	Arbóreos (videira e macieira)	Pastagem permanente	Arbóreos (outros) e pequenos frutos	Hortícolas e outras culturas anuais
Pagamento (€/ha)	900	340	450	600

Uma facilitação adicional prevista pela Lei Provincial n. 4/2003, para operadores orgânicos registrados na lista provincial, prevê a possibilidade de concessão de uma contribuição para as despesas incorridas com o controle e certificação do processo de produção orgânica, ou seja, a Província de Trento, além de remunerar a atividade orgânica por período específico, também arca com as despesas do processo de certificação.

Esses incentivos são uma importante estratégia para promover a agricultura orgânica e permitir a adesão de pequenos produtores, pois embora não sejam específicos à agricultura familiar ou pequena produção, possibilitam igualdade de oportunidades no acesso à produção e certificação.

No Brasil, as formas de certificação participativa, previstas na lei federal que regulamenta a produção orgânica do país, são alternativas à certificação por auditoria que possui altos custos e maiores esforços burocráticos. A certificação por Organismos Participativos de Avaliação de Conformidade Orgânica (OPAC), por meio da Associação Ecovida de Certificação Participativa é responsável por grande parte das certificações participativas do Sul do País e é responsável por 17,5% de toda regularização orgânica do país e somada à demais OPACs representam 25,9% das regularizações nacionais (MAPA, 2016; ROVER & PUGAS, 2016). Nos estados onde não há abrangência desta organização, a regularização por Organizações de Controle Social (OCS), que não é denominada certificação, é uma alternativa prevista na legislação para regularização dos agricultores familiares que fazem venda direta da sua produção. A regularização por OCS representa 25,7 % da regularizações do país

(MAPA, 2016; ROVER & PUGAS, 2016). Somando-se as regularizações participativas, por OPAC e OCS, temos 52% das regularizações brasileiras, e verificamos que as certificações participativas auxiliam na expansão democrática de unidades produtivas orgânicas no Brasil.

No município de Florianópolis foi recentemente aprovada a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PMAPO), com o objetivo geral de integrar, articular e adequar políticas públicas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base ecológica e prevê, entre outros objetivos específicos, incentivos fiscais à produção agroecológica e o pagamento por serviços ambientais que valorizem práticas tradicionais de uso e conservação da biodiversidade. Esta política não implica diretamente em ações e programas a serem executados, mas indica a criação de um plano específico, a ser construído de forma participativa, para implementação da PMAPO, com o estabelecimento programas, projetos e ações, indicadores, metas, prazos e monitoramento. A construção deste plano será um importante momento para apontamento de caminhos e de construção coletiva.

Cabe ressaltar que a maioria dos alimentos fornecidos ao município de Florianópolis não são produzidos no município e sim em zonas rurais de municípios vizinhos dentro do Estado de Santa Catarina. O estímulo à produção municipal e à agricultura urbana é de elevada importância, porém, também se faz importante pensar políticas estaduais que envolvam os municípios rurais dos entornos urbanos.

2.2 – Lei de Economia Solidária Trentina

A província de Trento, foi a pioneira, na Itália, na criação e aplicação de uma lei de promoção da economia solidária, a Lei provincial 13/2010. A lei estabelece a criação de uma mesa de coordenação permanente alocada no conselho da província e um fundo específico para promoção da economia solidária.

A Lei de Economia Solidária, estabelece quais são os critérios necessários para os Atores de Economia Solidária (AES). Estes critérios vão ao encontro da definição de economia solidária presente na mesma normativa, na qual pertencem à economia solidária as iniciativas com objetivos de interesse coletivo superiores, baseados na valorização das relações entre atores, na equilibrada partilha de recursos, no respeito ao

meio ambiente e com caráter social. As iniciativas devem operar de acordo com os princípios de cooperação e reciprocidade, sustentabilidade, compatibilidade energética e ambiental, visando a troca de bens e serviços. A Lei elenca uma lista de critérios obrigatórios que devem ser cumpridos amplamente e outros que devem ser cumpridos em um número mínimo.

A promoção da economia solidária se dá através de encontros para apresentação da lei; propagandas de rádio e televisão; criação de base de dados dos atores da economia solidária; realização de eventos tais quais a semana da economia solidária e a jornada de economia solidária. A principal ação de promoção da economia solidária, resultante desta iniciativa, é a promoção da feira de economia solidária, uma experiência que promove circuitos curtos de comercialização de venda direta, para produtores AES, todas as quintas-feiras, no centro da cidade.

No Brasil, a realização de feiras é uma importante estratégia da agricultura familiar e trata-se de uma forma de venda direta e de CCC, que assim como já discorrido anteriormente, promove a interação entre consumidores e produtores e gera confiança baseada nas relações interpessoais e na proximidade espacial com o local de produção. Uma pesquisa realizada em 2012, pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), apontou que consumidores brasileiros estariam dispostos a consumir mais orgânicos se houvesse mais feiras especializadas nas proximidades de suas residências e se estes fossem disponíveis a um menor custo. Outra pesquisa revelou que nas principais capitais do Brasil, que o percentual de consumidores que já realizaram compras de produtos orgânicos em supermercados (72%), ou seja, circuitos longos de comercialização, é superior as compras em feiras de produtores (35%). (KLUTH et al., 2011 apud DAROLT et al., 2013).

Dentre outras diretrizes, a recém aprovada Política de Agroecologia do Município de Florianópolis, visa apoiar a comercialização de produtos derivados da agricultura de base ecológica em diversos pontos do município, priorizando a venda direta do produtor, de promover o acesso a alimentação adequada, saudável e de baixo custo, e promover sistemas de produção e distribuição de alimentos justos e sustentáveis. A política lista as feiras agroecológicas e os empórios e lojas de produtos agroecológicos e orgânicos como instrumentos de ação.

2.3 – Projeto “Nutrire Trento”

A Comune de Trento, há mais de um ano, iniciou um processo que visa desenvolver políticas e apoiar ações para aumentar a produção sustentável de alimentos. Neste contexto surgiu o Projeto Nutrire Trento, de colaboração entre a prefeitura de Trento e a Universidade de Trento (UniTrento), que no âmbito do Programa Uni Città, intenciona investigar quais os fatores relacionais e institucionais que favorecem ou impedem a ativação de práticas inovadoras e de sustentabilidade. Os objetivos deste projeto são: informação e sensibilização ao consumo sustentável; informação e sensibilização à produção sustentável de alimento e; racionalização da logística. As ações do Projeto Nutrire Trento são: estudo e pesquisa sobre o estilo de vida e consumo nas diferente faixas de idade; pesquisa sobre o desperdício alimentar; desenvolvimento de projetos com escolas; estudo e pesquisa sobre os atores da cadeia curta (mapeamento, características e propensão a inovação); curso de formação a agricultores sobre produção técnica e comercialização e; mapeamento e análise dos sistemas Pequena Distribuição Organizada (PDO).

É previsto o desenvolvimento um mapa interativo que interligue a oferta e a demanda de produtos do território, porém o projeto não visa apenas o mapeamento das iniciativas sustentáveis, mas também compreender em que medida a plataforma virtual é capaz de favorecer a adoção de um estilo alimentar mais coerente com a ideia de “dieta sustentável” ou uma dieta que prevê o consumo de alimentos com menor pegada ecológica, promovendo a diversidade agroalimentar, incluindo os alimentos tradicionais e locais e estudando soluções logísticas capazes de melhorar o acesso aos produtos do território, e também reduzindo custos ao pequeno produtor.

Os dados são coletados através de questionários e entrevistas, serão objetos de apresentações públicas e publicações científicas e serão discutidas a nível local para implementar o diálogo público/privado/cidadão e fomentar a criação de instrumentos de governança que valorizem o sistema agroalimentar local. Pretende-se disponibilizar aos atores do território, sobretudo consumidores e produtores, base de dados agrônômicos, ambientais, territoriais e sociológicos. Outro resultado esperado é que este projeto possa auxiliar no desenvolvimento de mapeamentos semelhantes em outras Províncias da Itália, dessa forma, espera-se que este estudo seja capaz de fornecer informações úteis

através da coleta de dados sobre as opiniões e dificuldades percebidas e sentidas pelos diferentes atores envolvidos neste projeto e nos circuitos curtos de comercialização.

O objetivo do projeto “Nutrire Trento” é produzir resultados em termos de pesquisa e fornecer aos atores locais, institucionais e sociais, ferramentas para tomada de decisão sobre o futuro da cidade. O principal escopo é aprofundar a dinâmica interna e externa da experiência de consumo e produção sustentável de alimento, e sua relação com os outros atores e instituições do território, analisando as identidades, as práticas e os aspectos organizativos.

O mapeamento das iniciativas sustentáveis de forma institucional é importante para congregar e institucionalizar as iniciativas, através desta congregação o potencial e o alcance destas iniciativas aumenta, o consumidor possui maior acesso a informação e há possibilidade de troca de experiência e aprendizado entre diversos atores e iniciativas. A institucionalização das iniciativas, com o envolvimento da Comune e também a participação social fortalece a credibilidade das iniciativas. O importante envolvimento da universidade, além de coordenar o mapeamento e a concretização do projeto com referencial teórico e também com base em experiência empírica de outros projetos semelhantes, faz com que esta ação não se restrinja a promoção dos circuitos curtos, mas também resulte em resultado de pesquisa social sobre inovações e participação social na promoção de sustentabilidade e acesso ao alimento seguro e justo.

No Brasil, desde 2012 o IDEC disponibiliza o mapa de feiras orgânicas, com o mapeamento das feiras orgânicas do país e também de grupos de consumidores de orgânicos e dos denominados comércios parceiros de orgânicos, onde a comercialização se dá por meio de no máximo um intermediário em relação justa e transparente (IDEC, 2018). O IDEC disponibiliza, também, o mapa em aplicativo para dispositivo móvel. Pode-se observar que algumas feiras e iniciativas de compras coletivas de orgânicos existentes no município de Florianópolis não constam nestes mapeamento e comentários no site de download do aplicativo revelam que algumas feiras listadas não estão mais ativas. A atualização do mapa ocorre de forma coletiva, podendo seus usuários contribuir para sua atualização. Esta desatualização ou insipiência de algumas informações revelam que as iniciativas institucionais devem funcionar fortemente entrelaçadas com a sociedade, pois se houvesse uma maior ampliação do uso do mapa por partes dos consumidores e com maior número de consumidores participando de suas edições, a ferramenta seria mais abrangente e fidedigna. Necessário destacar que assim

como as demais experiências brasileiras citadas, esta é mais uma que tem iniciativa na sociedade civil e implementada com base em muito voluntariado, diferentemente dos casos italianos citados nos quais a institucionalidade pública e especialmente os recursos estatais estão sempre e muito presentes.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que diz respeito à produção orgânica, a regulamentação e o controle, por parte do poder público, é uma forma de garantir ao consumidor a qualidade orgânica do alimento. O processo de regulamentação convencional e mais difundido mundialmente, o de certificação por uma empresa auditora, encarece e dificulta o acesso do pequeno produtor rural à certificação orgânica. Desta forma se faz necessário que as intervenções governamentais não se restrinjam apenas à regulamentação e fiscalização, mas também a promover alternativas que possibilitem a regularização orgânica para o agricultor familiar e que faça com que a regularização orgânica seja instrumento de transformação social e desenvolvimento dos territórios rurais. O incentivo e intervenção estatal se mostrou efetivo em dois casos: a) quando co-envolve os atores beneficiados, como no caso da legislação brasileira de certificação orgânica, que foi construída de forma participativa e resultou em uma experiência bem sucedida; b) quando o Estado contribui financeiramente de forma direta com os atores sociais, como no caso da província de Trento, onde os custos de certificação não recaem sobre os produtores, beneficiando especialmente os menores. Estes dois casos precisariam ser melhor estudados para verificar a existência de vantagens superiores de um ou outro.

Apesar do crescimento de operadores orgânicos, considerando os incentivos dados pela província de Trento e também a isenção de certificação para a venda direta através de OCSs no Brasil, por que a expansão orgânica não é ainda maior? Por que muitos agricultores ainda permanecem na agricultura convencional e nos circuitos longos de comercialização? Estas questões nos revelam que ainda é importante entender quais são os entraves para os agricultores aderirem à agricultura orgânica e à comercialização em circuitos curtos, e o que influencia suas decisões sobre a produção e a comercialização de orgânicos.

A comercialização por circuitos curtos de comercialização é uma importante estratégia para a agricultura familiar na comercialização de alimentos, sobretudo do alimento orgânico, pois reduz os intermediários, permitindo melhor preço ao produtor e consumidor, permite maior confiabilidade e rastreabilidade ao produto, e possui menor impacto ambiental, pela menor distância de transporte, além de possibilitar a comercialização do alimento fresco. As iniciativas que incentivem estes canais, podendo ter origem por parte dos consumidores, produtores ou órgão públicos, incentivam também o desenvolvimento sustentável dos territórios, quando articuladas de forma a conectar e envolver produtores e consumidores finais.

O momento atual que se desenvolve em Florianópolis, a partir da Política de Agroecologia, e em Trento com o desenvolvimento do mapeamento de iniciativas de circuitos curtos de comercialização, tem grande potencial de contribuição para o desenvolvimento destes territórios e a expansão da agroecologia e de todos os benefícios percorridos ao longo deste trabalho. O desenvolvimento de parcerias entre instituições e o intercâmbio de conhecimento e experiências é positivo e de grande importância na construção participativa e na busca por soluções para os entraves da comercialização de orgânicos em circuitos curtos.

5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDENBURG, F. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 6, p. 11-28, jul./dez. 2002. Editora UFPR.

MIPAAF. **Anticipazioni Bio in cifre 2017**. SINAB. 2018. Disponível em: <http://www.sinab.it/>. Acesso em 16.jun.2018.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A. **Diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês**. Revista *Agriculturas*, n.2, vol 10, jun 2013. AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia e Fundação Ieia.

FAO. **Gli agricoltori a livello familiare devono rimanere al centro della crescita dell'agroecologia**. Disponível em: <http://www.fao.org/news/story/pt/item/1114156/icode/>. Acesso em: 16 jun. 2018.

WILLER, H.; LERNOUD, J. **The World of Organic Agriculture**. FiBL & IFOAM, 2018. Disponível em: <http://www.organic-world.net/yearbook/yearbook-2018.html>. Acesso em 16.jun.2018.

IDEC. Rota dos Orgânicos. **Revista do IDEC**, São Paulo, n. 162, p. 20-23, fev., 2012.

IDEC. **Mapa de Feiras Orgânicas**. Disponível em: <https://feirasorganicas.org.br/>. Acesso em: 16 jun. 2018.

KLUTH, B.; BOCCHI JR., U.; CENSKOWSKY, U. **Pesquisa sobre o comportamento e a percepção do consumidor de alimentos orgânicos no Brasil – 2010**. München: Organic Services/ Jundiaí: Vitalfood, 2010. 38 p

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (2016). **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**. (dados atualizados em julho de 2016).

MDA. Mais Orgânicos na mesa dos brasileiros em 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/mais-org%C3%A2nicos-na-mesa-do-brasileiro-em-2017>. Acesso em 16 jun.2018

NUTRIRE TRENTO. Nutrire la città: attori, partecipazione e politiche per la costruzione di una sistema urbano del cibo. 2017. Disponível em: <<https://socioecologico.wordpress.com/2017/12/17/nutrire-la-citta-nutrire-trento/>>. Acesso em 03.mai.2018.

TRENTO. Legge provinciale 13/2010. Disponível em: <<http://www.economiasolidaletrentina.it/economia-solidale/>>. Acesso em 03.mai.2018.

PECILE, A. **Malghe da formaggio**. 4 ed. Província Autonoma di Trento. Trento, 2010.

ROVER, O; PUGAS, A. **Certificação, Agroecologia e Redes de Cidadania Agroalimentares no Brasil**. Seminário Internacional PROCOAS. 2016.

TRENTO. **Biológico in Trentino**. Disponível em: <http://www.trentinoagricoltura.it/Trentino-Agricoltura/Aree-tematiche/Produzioni-Biologiche-e-piante-officinali/Biologico-in-Trentino>. Acesso em 16 jun. 2018.

TRENTO. Estatísticas da Província de Trento. Disponível em: <http://www.comuni-italiani.it/022/>. Acesso em 16 jun. 2018.

Agricultura familiar e mercado institucional no Vale do Ribeira

Tiago Tomaz Gomes¹; Lucimar Santiago de Abreu²

Resumo

Em diversos territórios os produtos da agricultura familiar têm tremenda dificuldade de chegar aos mercados. O objetivo da pesquisa foi de analisar as percepções de produtores familiares e técnicos, associadas à política de compra institucional (PAA e PNAE) no Vale do Ribeira (SP). Adotou-se a abordagem da sociologia compreensiva para a análise das entrevistas. Concluiu-se que a política apresentou limitações quanto ao acesso dos agricultores, além da falta de assistência técnica qualificada.

Palavras-chave: agroecologia; desenvolvimento rural; percepções sociais.

1. Introdução

As Diretrizes para a Segurança Alimentar e Nutricional e a garantia do Direito Humano a alimentação adequada é atualmente norteadora de políticas e programas de governo e, a agricultura familiar tem papel central na segurança alimentar, na conservação ambiental, na geração de emprego e renda em áreas rurais. De acordo com o último Censo Agropecuário, a agricultura familiar é à base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. Além disso, é responsável pela renda de 40% da população economicamente ativa do País e por mais de 70% dos brasileiros ocupados no campo. A agricultura familiar ainda produz 70% do feijão nacional, 34% do arroz, 87% da mandioca, 46% do milho, 38% do café e 21% do trigo. O setor também é responsável por 60% da produção de leite e por 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos. E 84% dos estabelecimentos rurais são de agricultores familiares.

Recentemente, às políticas direcionadas à compra institucional da agricultura familiar, na esfera federal dois programas são implantados em maior escala, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esse processo ocorre em todo o país em localidades onde a presença de agricultura familiar, sendo um desses locais a região do Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo, um território com índices baixos de

1 Mestrando do Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (PPGADR) da UFSCar, Centro de Ciências Agrárias. Araras (SP). tago_chunda@hotmail.com

2 Pesquisadora da Embrapa Meio Ambiente. Dra. em Ciências Sociais. Professora Colaboradora do PPGADR/UFSCAR.lucimar.abreu@embrapa.br

desenvolvimento econômico e social, mas com uma expressiva riqueza ecológica e sociocultural, diretamente relacionada à forma de ocupação humana da região (ABREU, 2005).

Entre as questões investigadas apontamos: Quais são os impactos sociais principais promovidos pelos programas de compra institucional PAA e PNAE no âmbito do universo social selecionado para a pesquisa? E especialmente como esses impactos positivos ou negativos são percebidos por atores locais (produtores e técnicos de desenvolvimento) participantes dos programas PAA e PNAE, e em que medida essas percepções interferem na condução dos programas.

O objetivo da pesquisa é o de analisar as percepções de atores chaves a respeito da política do mercado institucional. Para compreensão desta percepção social, buscou se identificar, caracterizar e descrever o desenvolvimento da Agricultura Familiar no Vale do Ribeira e, seus impactos principais decorrentes do acesso ao PAA e PNAE. Adotou se a abordagem qualitativa, aliada aos ensinamentos da sociologia compreensiva, a escolha do universo da pesquisa teve como critério orientador a diversidade agrícola (sistemas de produção) social, econômica e ecológica. Na operacionalização da pesquisa foram realizadas diversas visitas e entrevistas para levantar informações, documentos para compreendermos as múltiplas dimensões e inclusive a histórica do desenvolvimento da região e a análise da complexidade da situação atual.

Nesse artigo, destacam-se algumas das principais políticas públicas destinadas à agricultura familiar no Brasil, mas orienta-se o foco para a discussão dos programas PAA e PNAE, seguida da caracterização do local da pesquisa e da metodologia da pesquisa. Em seguida, apontam-se os resultados e a discussão das questões, finalmente, apresenta se um conjunto de elementos para o aperfeiçoamento do programa PAA e PNAE.

2. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

No aparato legislativo estabelecido pelo Estado para o fortalecimento do segmento da agricultura familiar, merecem destaque as políticas públicas de compra de alimentos institucional. Estas políticas garantiram que instituições públicas fossem compradoras de alimentos de agricultores familiares. A ausência de mercado

regulador, os baixíssimos preços recebidos pela produção, a falta de um planejamento produtivo em função da inexistência de uma demanda regular de produtos, são alguns dos problemas enfrentados por esses agricultores familiares quando se trata de comercialização.

Essa situação torna essas políticas importantes, pois podem alavancar o desenvolvimento do espaço rural por meio da geração de renda e do trabalho. Nesse contexto dois programas federais se destacaram o PAA e o PNAE. Segundo Schmitt et al. (2008), esses programas se destacam nacionalmente em termos geográfico e social.

Criado em 2003, o PAA foi concebido no bojo de um grupo de políticas estruturantes do Programa Fome Zero, sendo uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Instituído pelo Art. 19 da Lei Nº 10.696, de 02 de julho de 2003, e regulamentada por diversos decretos, sendo que, o que está em vigência é o Decreto Nº [7.775, de 4 de julho de 2012](#).

O PAA promove a aquisição de alimentos dos agricultores familiares, destinando-os à formação de estoques governamentais ou à doação para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais, além de facilitar o processo de comercialização no âmbito local. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, com dispensa de licitação, estimulando a agregação de valor à produção (BRASIL, 2017).

O objetivo imediato do PAA é a aquisição dos produtos oriundos da agricultura familiar na hora oportuna, por preço compensador, trazendo segurança e incentivo para os pequenos agricultores, que passam a planejar suas atividades pela perspectiva de um horizonte maior de previsibilidade, visando elevar o padrão de vida do agricultor e de sua família, e promovendo o desenvolvimento sustentável nas áreas menos assistidas do meio rural (CONAB, 2013).

O público que pode acessar o programa são os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais ou empreendimentos familiares rurais portadores da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). A DAP é um documento que reconhece legalmente os agricultores familiares (DAP Física) e suas organizações (DAP

Jurídica) para acessar programas e políticas públicas, entre as quais, o PAA e o PNAE.

O PAA é executado com recursos da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead) e do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em parceria com estados, municípios e com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O programa possui cinco modalidades de operação que podem ser acessadas individualmente ou através das organizações dos agricultores, todas com limite anual de até R\$ 8.000,00/família. O fornecimento de produtos orgânicos é privilegiado, sendo possível incluir até 30% a mais do que o valor pago para o alimento convencional.

O PNAE, popularmente conhecido como merenda escolar, é um programa gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ligado ao Ministério da Educação (MEC) e visa à transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios destinados a suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos.

O Programa tem sua origem no início da década de 1940, não sendo concretizado, por indisponibilidade de recursos financeiros. Na década de 1950, foi elaborado um abrangente Plano Nacional de Alimentação e Nutrição. É nele que, pela primeira vez, se estrutura um programa de merenda escolar em âmbito nacional, sob a responsabilidade pública. Passando por várias modificações e decretos, somente em 1979 ganha o nome PNAE (BRASIL, 2017).

Com a Constituição Federal de 1988, ficou assegurado o direito à alimentação escolar aos alunos do ensino fundamental por meio de programa suplementar de alimentação escolar oferecido por governos federal, estadual e municipal. O programa continua passando por alterações e aprimoramentos. Até que em 2009, com a sanção da Lei Nº 11.947, de 16 de junho, o PNAE é estendido para toda a rede pública de educação básica. É também através dessa lei que surge o vínculo institucional entre o programa e a agricultura familiar. O artigo 14 da lei garante que, no mínimo, 30% dos repasses do FNDE deverão ser investidos na aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar (BRASIL, 2017).

O FNDE, através de diversas resoluções regula o programa e sua relação com a agricultura familiar. Atualmente são priorizados os grupos de agricultores organizados socialmente, assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas, nas chamadas públicas para aquisição da merenda

escolar. É definido que o limite individual de venda para o agricultor familiar na comercialização para o PNAE é de R\$ 20.000,00/ano por entidade executora.

3. Contexto local da pesquisa: Vale do Ribeira

O Vale do Ribeira é uma região localizada ao sul do estado de São Paulo e a leste do estado do Paraná, abrangendo o território da bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá (Figura 1). A região possui área de 2.830.666 hectares (28.306 km²), sendo 1.119.133 hectares no Paraná e 1.711.533 hectares em São Paulo.

Apesar de sua localização privilegiada, entre duas grandes metrópoles, a região é considerada a mais pobre dos Estados nos quais se insere, seja pelos indicadores socioeconômicos ou de qualidade de vida, fruto de uma situação histórica de abandono por parte do estado e do governo federal (SEMA, 1997). O local apresenta um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e, algumas cidades (Ribeira, Itaoca e Barra do Chapéu) com valores (0,678, 0,650 e 0,646 respectivamente) (PNUD, 2011).

O Vale do Ribeira integra a Reserva da Biosfera, é considerado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como patrimônio da humanidade, sendo reconhecido internacionalmente por abrigar, o maior remanescente de Mata Atlântica preservada do Brasil, sendo que, dos 7% que restam deste bioma em território nacional, 21% estão localizados na região (ISA, 2008).

Outro atributo da região é a forte presença de população rural. O Vale do Ribeira conta com uma população total de 443.231 habitantes, sendo 25,9% de população rural (IBGE, 2010). Segundo a Fundação SEADE (2013), a taxa da população rural na porção paulista do Vale do Ribeira, no ano de 2010, era de 28,6% contra 4,1% no restante do estado. Estes dados destacam a elevada importância do espaço rural na região em relação a outros locais. O Vale do Ribeira pode ser geomorfologicamente dividido em sub-regiões Baixo, Médio e Alto Vale. O Baixo Vale apresenta características voltadas ao ambiente litorâneo, tendo como limite a cidade de Eldorado; o Alto Vale, características voltadas a região do planalto, tendo como limite a cidade de Ribeira; e o Médio Vale, características reunidas considerando variáveis litorâneas e planálticas, sendo um misto de ambas (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1998). Essa diferenciação é válida também para aspectos ecológicos, históricos, sociais e econômicos e, é naturalmente reconhecida pela

população da região. Há, porém, uma lacuna na literatura no que se refere a descrição das três sub-regiões.

No que se refere à pesquisa de campo, foi conduzida nos seguintes municípios: Apiaí e Barra do Chapéu (Alto Vale); Eldorado e Sete Barras (Médio Vale); Cananéia (Baixo Vale), todos na porção paulista do Vale do Ribeira (Figura 2). E, buscou-se captar a diversidade mencionada de três sub-regiões.

O perfil geral da população rural na região é composto pela diversidade social, econômica e cultural da categoria agricultores familiares, representados em sua maioria por agricultores tradicionais, presentes em todo o território; entre os quais, quilombolas. Essa última pertence à categoria abrangente da agricultura familiar (ABREU, 2005)³, e vive em maior concentração no Médio Vale nos municípios de Iporanga e Eldorado; caiçaras, no Baixo Vale; além de indígenas, ribeirinhos, assentados e ainda pequenos agricultores de variadas origens, que está há várias gerações no território.

A produção nessas localidades é em grande parte de subsistência e convive com a produção convencional de bananas e palmito pupunha, em escala comercial, no Médio Vale e com o cultivo de *Pinus* e a produção convencional de tomate, em escala comercial, no Alto Vale. A dificuldade de comercialização é um dos problemas mais relevantes enfrentados pelos agricultores familiares da região. Há casos, que a comercialização é realizada em grupo ou individualmente, isso aconteceu ao longo do tempo quase que exclusivamente através de atravessadores, que praticam preços baixos, além de não haver nenhuma garantia de compra da produção. Apesar destes atravessadores ainda serem operantes na compra da produção agrícola familiar, nos últimos anos os agricultores familiares da região tiveram acesso aos programas de compra institucional PAA e PNAE, que, ao realizarem a compra direta trazem uma nova experiência para esses agricultores e comunidades.

Recentemente esses agricultores familiares tiveram acesso às políticas públicas de mercado institucional.

3A autora mostra que os debates sobre os agricultores familiares sustentam-se em diferentes concepções teóricas e metodológicas cujas implicações sociais e políticas precisam ser reveladas. Uma razão importante desse debate está no fato de que é necessário conhecer ou reconhecer as diversas situações de funcionamento das unidades de produção. No capítulo 02 da obra, apresenta os aportes teóricos-metodológicos que subsidiam a discussão sobre sustentabilidade, percepção e representação social de risco ecológico, que são caracterizadas a partir da análise da diversidade das unidades de produção agrícola.

A avaliação de políticas públicas é um processo provedor de informações fundamentais para o entendimento quanto aos caminhos que conduzem aos resultados obtidos, sejam eles relacionados aos objetivos finais da política ou a situações e etapas intermediárias (COEHN & FRANCO, 1999).

Por serem políticas públicas recentes e amplamente divulgadas, a análise e a compreensão da aplicação, são de grande importância para entender e mensurar os impactos sociais e econômicos que de fato esse tipo de política gera, dando assim, subsídios para melhoria e continuidade de ações aperfeiçoadas.

4. Metodologia

Buscando atender aos objetivos da pesquisa foi adotada a abordagem qualitativa de pesquisa sociológica, baseada nos ensinamentos da denominada sociologia compreensiva. A construção das questões que compõem o roteiro, os temas abordados, as categorias e por último, a interpretação dos dados teve como pressuposto o intuito geral de captar, identificar e caracterizar as visões ou percepções dos atores locais (produtores e técnicos, especificamente) sobre o PAA e PNAE e o desenvolvimento rural. Dentre os instrumentos de coleta de dados foram adotadas as entrevistas semiestruturadas aprofundadas, aplicadas em nove agricultores familiares e dois técnicos que integram o lócus da pesquisa e a observação participante, essa última ocorreu em diversas visitas ao campo. Na operacionalização da pesquisa, as visitas e entrevistas tinham como objetivo num primeiro momento levantar informações, documentos para compreendermos o contexto histórico, social, econômico e ecológico do desenvolvimento da região.

A definição do local da pesquisa foi realizada a partir da experiência prévia em acompanhamento e assistência técnica efetuada pelo autor principal deste artigo aos agricultores, cooperativas e associações da agricultura familiar e orgânica na região do Vale do Ribeira, em trabalhos de assessoria a inserção da produção em mercados institucionais.

A escolha do universo social e dos sujeitos que compõe a amostra da pesquisa teve como critério para seleção a diversidade das situações (ABREU, 2005), ou seja, o universo da pesquisa deveria representar de forma equilibrada a diversidade das condições sociais, econômicas, climáticas, ecológicas e produtivas da região. Portanto, foi necessário incorporar nas entrevistas sujeitos que residiam nas três sub-regiões. No caso da escolha dos técnicos para entrevistas, o critério de

seleção foi à experiência com os programas foco deste estudo, portanto, foram escolhidos os que trabalhavam diretamente com agricultores familiares, agricultura orgânica e mercado institucional. Dois roteiros de entrevistas semiestruturadas foram elaborados a partir de conceitos extraídos da revisão da literatura e, especialmente da experiência profissional da segunda autora (ABREU, 2005) e, do primeiro autor deste artigo, decorrente de trabalhos antecedentes na região da pesquisa.

Seguindo um acordo de datas previamente agendadas entre os entrevistados e o pesquisador foram realizadas nove entrevistas semiestruturadas com os agricultores familiares e duas com técnicos, entre os meses de setembro de 2016 a julho de 2017. As entrevistas, gravadas em áudio com o consentimento dos sujeitos da pesquisa, foram transcritas e posteriormente analisadas (ABREU, 2005).

5. Discussão

Trajетória em relação à experiência na produção familiar

O início desta seção apresenta brevemente o perfil social dos entrevistados e a trajetória em relação à experiência na produção familiar, caracteriza o sistema de produção, a organização social do trabalho e os níveis tecnológicos utilizados, com base nas entrevistas realizadas (Quadro 2). Em seguida é feita uma descrição analítica do processo de operacionalização do PAA e do PNAE nas localidades e como isso dialoga com a percepção dos entrevistados, tendo como referência a categoria de análise “políticas de compra institucional e outras”, dos sujeitos agricultores e técnicos.

Observou-se que a experiência técnica desses agricultores é rica e diversa. Todos eles relatam que o principal aprendizado foi obtido com os pais. Alguns afirmam também que a formação técnica contribuiu sobremaneira para ampliar a experiência deles. Com exceção de um agricultor que atua no Alto Vale, todos tiveram experiência com produção orgânica, sendo que sete deles ainda permanecem fazendo esse tipo de manejo.

Na trajetória dos agricultores destaca-se a experiência com cultivo convencional, observada em todos os sujeitos da pesquisa. Os agricultores que produzem de forma orgânica afirmam que a experiência de ter produzido de forma convencional os sensibilizou para os riscos desse tipo de produção e os motivou a migração para o sistema orgânico de produção e, conseqüente possibilitou a permanência na unidade de produção. Dos nove agricultores entrevistados, quatro

complementam a renda com trabalho externo. Dentre os tipos de trabalhos externos que eles executam encontram-se o de venda de diárias fazendo serviço agrícola, trabalho na construção civil e exercício de cargo político. Os outros três agricultores obtêm a renda somente da agricultura, não exercendo nenhuma outra atividade extra. Todos os agricultores têm laços muito fortes com suas comunidades. Dos nove, somente três são naturais de outros estados. Dois deles estão a mais de 30 anos na região, e um a 10 anos.

Na ocasião em que foram entrevistados, todos os agricultores entrevistados participam de associação, cooperativa, sindicato ou ambos. Além disso, um deles participava do conselho municipal de desenvolvimento rural (Médio Vale) e os três agricultores do Baixo Vale participam do conselho do Parque Estadual do Lagamar de Cananéia que está no entorno da comunidade.

A idade dos entrevistados varia de uma faixa etária de 27 anos (mais jovem) aos 63 anos (mais velho). Existe a predominância de pessoas do sexo masculino, sendo que entre os agricultores há sete homens e duas mulheres, e entre os técnicos dois homens. A escolaridade também é variada, sendo menor entre os três agricultores do Baixo Vale, todos eles possuem apenas o ensino fundamental incompleto.

Diversidade de sistemas agroecológicos locais

Neste tópico apresenta-se uma caracterização das unidades de produção agrícola através de suas dimensões materiais (área, tipo de cultura ou criação, situação jurídica da terra), e das práticas ambientais e valores relacionados ao emprego de técnicas e equipamentos na relação com a natureza, uma vez que para o agricultor a definição de estratégias específicas apropriadas à realização do seu projeto pessoal e familiar dependerá da interação desses dois níveis de realidade: o material e o ideológico (ABREU, 2005).

Sendo indispensável enumerar os diferentes sistemas de práticas agrícolas que efetivamente se reportam a um sistema específico de produção. São eles:

1) **Sistema agroflorestal diverso** - SAF (praticado com maior frequência no médio Vale, mas também sendo encontrado no baixo Vale do Ribeira, é característico pela alta presença de espécies vegetais e biodiversidade no geral, pode ter uma ou mais espécies de interesse econômico, mas principalmente a banana e o palmito pupunha);

2) **Área de produção em sistema tradicional coivara** - STC (caracterizada pelo manejo de corte e queimada, ocorre no baixo e médio Vale do Ribeira tendo como principais cultivos o arroz, feijão, milho e raízes. Vem sendo pouco usado devido às restrições impostas pelas leis ambientais, sendo apontados os agricultores que já praticaram);

3) **Sistema de produção de hortaliças** - SPH (típico do alto Vale do Ribeira tem na produção do tomate convencional seu principal cultivo, mas apresenta alta variabilidade de produtos entre as áreas de produção dos agricultores, entre folhosas, legumes e algumas frutas. Pode estar sob manejo convencional ou orgânico);

4) **Sistema de bananicultura** - SBA (monocultivo de banana, podendo estar sob manejo convencional ou orgânico) ou agricultura orgânica e agricultura agroecológica e;

5) **Sistema de produção de palmito pupunha** - SPP (monocultivo de palmito pupunha, podendo estar sob manejo convencional ou orgânico).

Em relação à questão ambiental destaca-se a capacidade de preservação e uso sustentável dos recursos naturais e da biodiversidade encontrada na agricultura familiar local devido à sua ênfase na diversificação e na maleabilidade de seu processo decisório, acrescentando outros atributos como, uso de insumos internos, ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida, que evidenciam uma forma produtiva mais ecológica na agricultura familiar.

Percepção dos agricultores e técnicos sobre o PAA E O PNAE.

Uma questão inicial importante para essa discussão da percepção dos agricultores e técnicos do PAA e PNAE é indicar os tipos de programas (PAA e PNAE) que foram acessados pelos agricultores entrevistados.

Dos nove agricultores entrevistados, apenas dois, do Médio Vale do Ribeira acessaram os dois programas. Dos quatro agricultores do Alto Vale do Ribeira, três acessaram somente o PAA e um deles não acessou nenhuma política de mercado institucional. Os três agricultores do Baixo Vale do Ribeira acessaram apenas o PNAE. Isso mostra uma tendência, ou seja, os programas são acessados em grupo, e isso é incentivado nos regulamentos desses programas. Entre os agricultores entrevistados somente o grupo do Baixo Vale acessou como grupo informal, operando as notas fiscais individualmente, mas, na prática, toda a organização prévia e operação do programa de entregas, processamento e, o suporte técnico foi

através de coletivos de agricultores e técnicos. Foi apontado como ponto positivo por todos entrevistados o aumento da renda familiar provocado pelos dois programas. Entre os agricultores foi tocado como ponto negativo por quatro deles a insuficiência das cotas pagas pelos programas. Já entre os técnicos, os valores foram considerados adequados. Foi referido pelos técnicos que a limitação de valores para uma renda adequada, tem como ponto crucial o fato de que muitos agricultores que acessam o PAA, não conseguem acessar o PNAE, que proporciona uma renda maior. Eles consideram que a experiência com o PAA deveria ter proporcionado adquirir conhecimento sobre o funcionamento operacional dos programas de compra institucional que o conduziria naturalmente para o PNAE. Esse último se caracteriza por ser um programa de mercado institucional mais exigente especialmente com relação à qualidade dos produtos, logística de entregas, mas também melhor remunerado, mas essa experiência anterior não capacitou o agricultor.

Outro aspecto de destaque percebido em todas as entrevistas com os agricultores, com duas exceções, foi a incompreensão do funcionamento dos programas. A maioria não entende como os programas operam, a compra direta, os processos, quem é o comprador, os caminhos para o recebimento. Isso não se diferenciou tendo o agricultor acessado o programa ou não. Com exceção dos dois agricultores que acessaram ambos os programas e trabalharam diretamente na sua operacionalização, o restante não sabia explicar os objetivos e como funcionavam os programas, o significado das siglas dos programas. Essa tendência não foi observada entre os agricultores que exercem cargos de direção de associações e de cooperativas e entre os técnicos que atuam com o mercado institucional.

No que diz respeito à compreensão dos programas, os técnicos relatam a existência de alguns agricultores ou pessoas da comunidade que passam a entender e vão assumindo a função e dominando aos poucos, a parte burocrática dos programas. Eles colocam que nesses casos os programas atuaram gerando habilidades, as quais os agricultores não detinham antes da experiência, não só com relação a administração da parte documental, mas também com relação a logística, embalagem e qualidade de produtos.

Isso não aconteceu em todos os locais e, assim as funções permaneceram sendo realizada por técnicos, situação encontrada no grupo do Baixo Vale. Porém, os técnicos apontaram que ainda existe um número significativo de agricultores na região

estudada que sequer tem conhecimento da existência desses programas e que no geral, mesmo os que acessaram não entendem bem o que são e como funcionam os programas.

Foi observado que o alcance dos programas foi pequeno com relação ao do universo quantitativo da agricultura familiar na região. Ou seja a quantidade de famílias de agricultores que acessaram um dos programas (PAA ou PNAE), ou ambos, em algum momento, quando confrontadas pelos dados do Censo 2006 é pouco significativo. O Quadro 3, apresenta os dados quantitativos de agricultores e a estimativa de acesso aos programas no Vale do Ribeira.

Quadro 3. Total de agricultores e estimativa de acesso a um dos programas

Município	Nº de estabelecimentos da agricultura familiar*	Nº estimado de famílias que acessaram um dos programas**	Nº estimado de acesso com relação ao total de famílias
Apiáí	314	120	38,2
Barra do Chapéu	367	10	2,7
Eldorado	864	200	23,1
Sete Barras	590	70	11,8
Cananéia	7***	12	-

Fonte: Censo, 2006* (coluna 1), complementado por pesquisa de campo, 2017** (coluna 2). Para Cananéia o dado apresenta erro de digitação/Censo 2006, pois a campo identificou se mais de 100 estabelecimentos da agricultura familiar no município***.

Mesmo no município de Apiáí, onde o número parece mais expressivo, foi observado que os agricultores acessaram o programa por apenas dois anos, sendo que hoje já não o acessam devido ao não terem projetos aprovados nas chamadas recentes do programa. O mesmo vale para os agricultores de Cananéia e Barra do Chapéu. Foi citado como muito importante por todos os agricultores a assistência técnica para operação dos programas. Os agricultores do Alto Vale, acessaram o PAA sem qualquer tipo de assistência técnica, mesmo assim afirmam ser importante e um deles afirma que sem assistência é inviável operar os programas. Os agricultores do Baixo Vale destacam que se não fosse o trabalho de assistência denominado “cooperação técnica”, realizado no local por uma associação de técnicos da região, eles não teriam acessado o PNAE.

Os dois agricultores do Médio Vale também contaram por um período de tempo com o trabalho de “cooperação técnica”, o qual segundo eles, possibilitou muitas melhorias na produção, principalmente na produção orgânica. A importância do trabalho técnico é apontada por Sabourin (2017), que diz que nenhuma política pública, embora socialmente construída e legitimada, pode ser institucionalizada sem contar com um conteúdo técnico e instrumental robusto.

Os agricultores do Baixo e do Médio Vale afirmam que foi a assistência técnica que possibilitou acessar os programas com produtos orgânicos, o que gerou melhor remuneração. Sobre acessar os programas de mercado institucional com a produção orgânica, os técnicos afirmam que o aporte de até 30% no valor das mercadorias orgânicas atua como um estímulo a esse tipo de produção. Isso ocorreu com os agricultores entrevistados no Médio e no Baixo Vale, nesses locais a produção orgânica expandiu em função dos programas.

Outro impacto positivo observado nos locais foi a indução do processo de legalização documental dos agricultores por parte daqueles que acessaram os programas, isso foi apontado pelos técnicos e pelos agricultores, além de ser observado em campo. Mesmo nos locais onde não havia falta de documentos pessoais dos agricultores, houve minimamente, motivado pelo acesso ao PAA e PNAE, a institucionalização de mecanismos de certificação orgânica, sendo o caso dos agricultores do Médio Vale, que os levaram para a certificação. No caso do Baixo Vale, local que mais sofre com dificuldades estruturais e com a falta de apoio do poder público para acesso aos programas de mercado institucional, esse impacto foi extremamente importante. Os agricultores do local, devido ao acesso ao PNAE, foram “forçados” a regularizar toda a documentação que eles não possuíam e era uma exigência obrigatória para a adesão ao programa de compras institucionais. Os documentos obtidos por eles foram, DAP's, Nota fiscal de produtor, Imposto Territorial Rural (ITR) e para alguns agricultores até as declarações de posse da terra e a regularização do Cadastro de Pessoa Física (CPF), que estavam inativos.

No geral os agricultores apresentam percepções semelhantes com relação aos impactos observados, ainda que as condições socioeconômicas, os tipos de sistemas produtivos e os programas acessados sejam diferentes. Dentre os impactos observados, que apresentaram percepções diferenciadas entre os agricultores, está o valor da cota. Chama atenção a justificativa dos agricultores que consideram o valor baixo, mas isso não encontra-se ligado diretamente ao preço, mas a incapacidade de absorver o volume produzido. Esses agricultores afirmam sentir mais frustração quando não conseguem entregar a produção do que quando o fazem, mesmo que a preços baixos ou ainda doando a amigos e familiares, mostrando uma relação de valoração que vai além do valor econômico da produção.

6. Considerações finais

De modo geral os programas contribuíram com o aumento na renda familiar dos agricultores estudados.

Um dos impactos positivos observado foi o estímulo à regularização documental das unidades de produção. Foi importante que tenha ocorrido pois este foi um elemento que se mostrou capaz de impulsionar o acesso dessas pessoas à direitos e políticas públicas. Mas mostra também uma ineficiência histórica por parte do poder público em atender os direitos básicos desses agricultores, essa documentação deveria existir para todos. Portanto, agentes efetivos de desenvolvimento são necessários e devem priorizar a regularização documental.

O relato dos técnicos quanto ao desenvolvimento entre os agricultores de novas habilidades técnicas associadas aos procedimentos operacionais dos programas observados em campo. Indicou que eles desenvolveram novas habilidades nas fases de produção, processamento, escoamento ou ambos. Essas novas capacidades se mostraram dependentes de assistência técnica, mas em alguns casos, permaneceram sendo praticadas independente dos programas, assistência técnica externa, acionadas por iniciativas dos próprios agricultores.

O estímulo à transição e à produção orgânica é um impacto positivo que deve ser destacado, porém esse processo se mostrou ainda mais dependente de acompanhamento técnico, pois há dificuldade por parte dos agricultores com relação às técnicas de produção orgânica e dos mecanismos de garantia e certificação dessa produção. Essa dependência de assistência técnica foi um ponto levantado pelos atores da pesquisa que mostraram claramente a necessidade de solução para esse gargalo. É necessário que essa assistência tenha capacidade de atender a questões não só de ordem agrônômica de natureza agroecológica, mas também administrativas, logísticas e de relações institucionais para maior efetividade no auxílio à execução dos programas.

Os agricultores apontaram experiências de cooperação técnica, ocorrido em função dos programas, como muito positivo, obtendo sucesso na relação requerida entre agricultores e instituições, sendo necessária uma investigação mais aprofundada deste aspecto, mas que foi identificado por eles como um tipo diferenciado de assistência técnica, crucial para o estabelecimento de um novo modelo de agricultura de base ecológica. A incompreensão da operacionalização dos programas pela maioria dos agricultores é um ponto observado em diferentes

graus, mas presente em sete dos agricultores e reafirmado pelos técnicos como fato mais amplo. Os agricultores não compreendem a estrutura institucional das políticas públicas e o histórico político institucional ocorrido até o reconhecimento e institucionalização dos programas. Além disso, a operação é compreendida de maneira geral pelos agricultores, como uma ação que depende de indivíduos, lideranças ou dirigentes de instituições. Isso tira o caráter de direito da política e a torna em alguns casos, como uma ferramenta de barganha política local e regional. Novamente um trabalho técnico se põe como um dos caminhos que pode ser o disseminador de informações claras das regras e funcionamento dos programas, gerando a autonomia que se espera como resultado das políticas.

Foi observado, de forma geral, que os programas tiveram acertos e falhas na operação dos programas no Vale do Ribeira. No entanto, ao não ter incluído o universo da agricultura familiar de forma abrangente, como já mencionado, marginalizou um público amplo de agricultores familiares presentes na região. Mas também apontamos que contribuiu com a renda daqueles que tiveram acesso aos programas. A questão da melhoria da renda é o ponto de interesse comum entre os agricultores mesmo em situação socioeconômicas, ambientais e produtivas distintas. Sem esquecer que a inserção nos programas potencializou o acesso à assistência técnica e a transição para a produção orgânica e agroecologia. Mas são necessários ajustes e soluções que proporcionem uma operação mais eficiente e abrangente dos programas PAA e PNAE, cuja essência indicamos: treinamento de assistência técnica adequada e capaz de interagir com as diversas instâncias do setor público e de organizações da sociedade civil; revisão dos mecanismos que favoreçam a garantia do cumprimento da lei do PNAE por parte dos municípios, estados e união, garantindo a compra de no mínimo de 30% da alimentação escolar da agricultura familiar; e melhorias na gestão e no monitoramento e fiscalização da operação dos programas.

Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) 59721516.5.0000.5504 (Parecer Aprovado).

7. Referências

ABREU, L. S. **A construção da relação social com o meio ambiente entre agricultores familiares da mata atlântica brasileira.** Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2005.

BRASIL. Casa Civil. **Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Acesso em 23/10/2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htmBRASIL. MDS. **O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.** Acesso em 23/10/2017. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>

BRASIL. FNDE. **Resolução CD/FNDE nº 04/2015.** Acesso em 23/10/2017 Disponível em <http://www.fnde.gov.br/arquivos/category/116alimentacaoescolar?download=9815:pnaemanual-aquisicao-de-produtos-da-agricultura-familiar-para-a-alimentacao-escolar-2-edicao>.

CAZELLA, A, A.; MATTEI, L.; SCHNEIDER, S. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF.** Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2004.

COHEN, E; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais.** 3ª Ed. São Paulo: Vozes, 1993.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Agricultura familiar.** Brasília, 2013 Acesso em: 15/11/2017. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125&t=2>

DELGADO G. C. **Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária.** Estud. av. vol.15 n.43 São Paulo. 2001.

FERNANDES B. M. **Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil.** Políticas Públicas de Desenvolvimento rev. edit.indb 387. 2015.

FUNDAÇÃO SEADE. **Perfil Municipal 2013.** Acesso em 20/10/2017. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/>

GRISA,C. **Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das idéias.** Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (UFRRJ), Rio de Janeiro (RJ), 2012.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar – Primeiros Resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.** Censo agropec. Rio de Janeiro, p.1-267, 2006.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: Característica das populações e dos domicílios.**Censo demográfico, Rio de Janeiro, p.1-270, 2010.

ISA. Instituto Socioambiental. **Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira**. Editores Kátia M. Pacheco dos Santos, Nilto Tatto. --, 2008.

MATTEI, L. **O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo**. Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Relatório do Desenvolvimento Humano 2011**. Sustentabilidade e Equidade: um futuro melhor para todos. Washington: PNUD, 2011. 183p.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E.M.; DE BLASIS, P. **Investigações arqueológicas no médio/ baixo vale do Ribeira de Iguape, São Paulo**. Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 8: 57-69, 1998.

SABOURIN E. **Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil** In: Delgado Guilherme Costa (ed.), Bergamasco Sonia Maria Pessoa Pereira (ed.). Agricultura familiar brasileira: Desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), p. 265-291. 2017.

SCHIMITT, Cláudia J; Guimarães Leonardo A. **O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica**.Agriculturas - v. 5 - no 2 - junho de 2008.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO. **Proposta de macrozoneamento do Vale do Ribeira – Relatório final**. São Paulo, 1996, 86p. VEIGA, J. E. **Agricultura familiar e sustentabilidade**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.13, n.3, p.383-404, 1996.